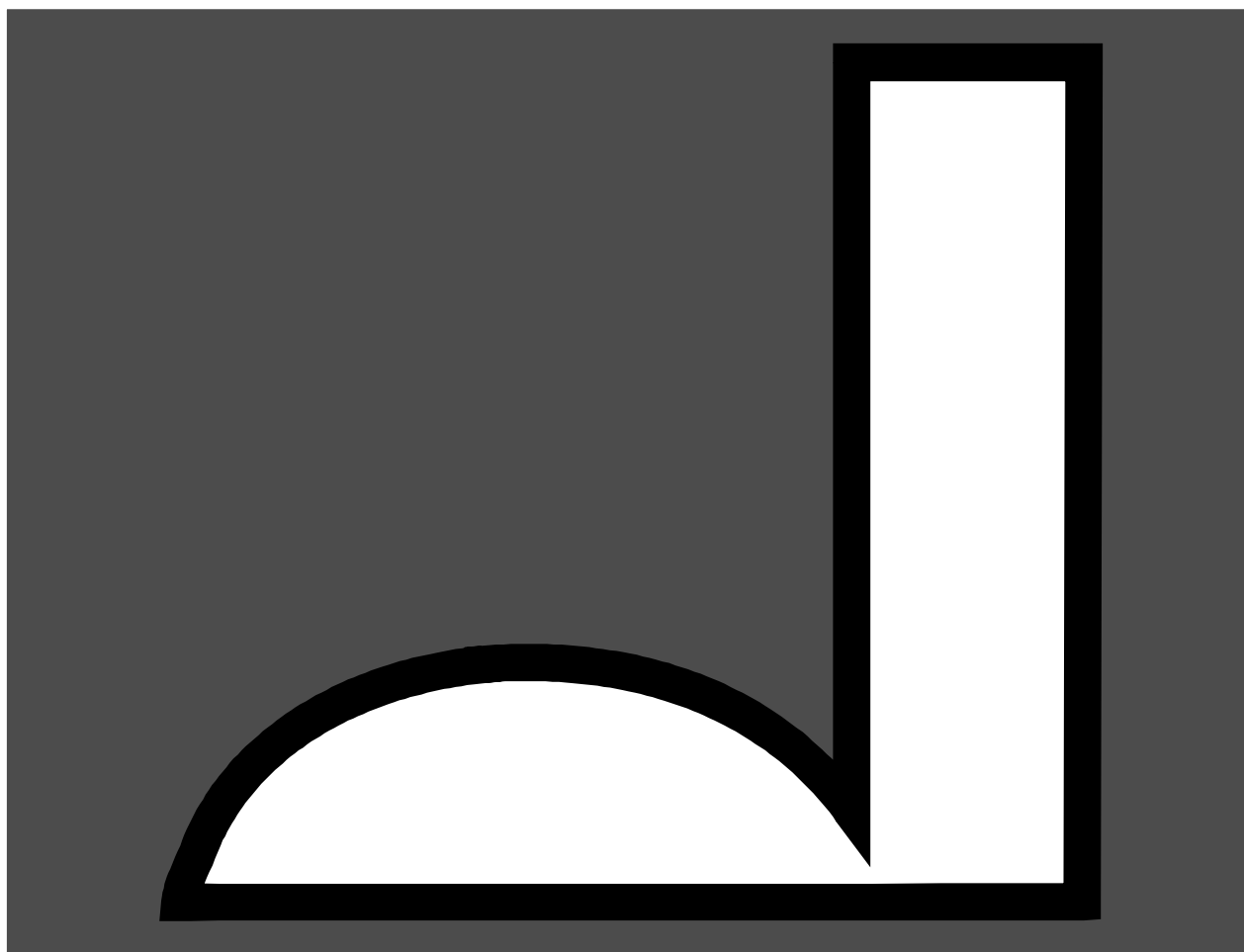




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ATAS E NOTAS TAQUIGRÁFICAS – CPMI DOS CORREIOS

Reuniões da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento Nº 3, de 2005-CN,
para investigar as causas e conseqüências de denúncias e atos delituosos praticados por
Agentes Públicos nos Correios – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
(Reuniões da Comissão e das Sub-Relatorias: Plenário, Contratos, Fontes Financeiras,
Fundos de Pensão, IRB e Normas de Combate à Corrupção)

VOLUME III/IX

ANO LXI - SUP. AO Nº 120 - TERÇA-FEIRA, 18 DE JULHO DE 2006 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
Presidente Renan Calheiros – PMDB-AL 1º Vice-Presidente Tião Viana – PT-AC 2º Vice-Presidente Antero Paes de Barros – PSDB-MT 1º Secretário Efraim Morais – PFL-PB 2º Secretário João Alberto Souza – PMDB-MA	3º Secretário Paulo Octávio – PFL-DF 4º Secretário Eduardo Siqueira Campos – PSDB-TO Suplentes de Secretário 1ª - Serys Shhessarenko – PT-MT 2º - Papaléo Paes – PSDB-AP 3º - Alvaro Dias – PSDB-PR 4º - Aelton Freitas – PL-MG

LIDERANÇAS		
MAIORIA (PMDB) – 20 LÍDER Ney Suassuna VICE-LÍDERES Garibaldi Alves Filho Romero Jucá Gilberto Mestrinho (vago) Amir Lando Ramez Tebet (vago) LÍDER DO PMDB – 20 Ney Suassuna VICE-LÍDERES DO PMDB Luiz Otávio Valdir Raupp (vago) (vago) Alberto Silva Wellington Salgado de Oliveira	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)- 16 LÍDER Ideli Salvatti – PT VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB LÍDER DO PT – 11 Ideli Salvatti VICE-LÍDERES DO PT Sibá Machado Ana Júlia Carepa Flávio Arns Roberto Saturnino LÍDER DO PL – 3 João Ribeiro VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas LÍDER DO PSB – 2 Antônio Carlos Valadares VICE-LÍDER DO PSB (vago)	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 32 LÍDER Alvaro Dias – PSDB VICE-LÍDERES (vago) Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL LÍDER DO PFL – 16 José Agripino VICE-LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma (vago) LÍDER DO PSDB – 16 Arthur Virgílio VICE-LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Flexa Ribeiro Papaléo Paes João Batista Motta
LÍDER DO PDT – 4 Osmar Dias VICE-LÍDER DO PDT (vago) LÍDER DO PRB– 2 Marcelo Crivella	LÍDER DO PTB – 5 Mozarildo Cavalcanti VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi LÍDER DO P-SOL – 1 Heloísa Helena	LÍDER DO GOVERNO Aloizio Mercadante – PT VICE-LÍDERES DO GOVERNO Romero Jucá – PMDB Ideli Salvatti – PT (vago) (vago) Fernando Bezerra – PTB (vago)
EXPEDIENTE		
Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia	

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATAS E NOTAS TAQUIGRÁFICAS – CPMI DOS CORREIOS

1.1 – Plenário

1ª Reunião, em 09/06/2005	5	38ª Reunião, em 22/09/2005	3202
2ª Reunião, em 14/06/2005	19	39ª Reunião, em 29/09/2005	3208
3ª Reunião, em 21/06/2005	50	40ª Reunião, em 04/10/2005	3222
4ª Reunião, em 23/06/2005	209	41ª Reunião, em 05/10/2005	3293
5ª Reunião, em 28/06/2005	322	42ª Reunião, em 06/10/2005	3294
6ª Reunião, em 29/06/2005	470	43ª Reunião, em 19/10/2005	3362
7ª Reunião, em 30/06/2005	508	44ª Reunião, em 25/10/2005	3367
8ª Reunião, em 30/06/2005	543	45ª Reunião, em 09/11/2005	3413
9ª Reunião, em 05/07/2005	638	46ª Reunião, em 10/11/2005	3450
10ª Reunião, em 06/07/2005	802	47ª Reunião, em 16/11/2005	3506
11ª Reunião, em 07/07/2005	966	48ª Reunião, em 22/11/2005	3565
12ª Reunião, em 12/07/2005	1097	49ª Reunião, em 30/11/2005	3592
13ª Reunião, em 13/07/2005	1240	50ª Reunião, em 01/12/2005	3623
14ª Reunião, em 14/07/2005	1410	51ª Reunião, em 05/12/2005	3693
15ª Reunião, em 19/07/2005	1456	52ª Reunião, em 06/12/2005	3761
16ª Reunião, em 20/07/2005	1586	53ª Reunião, em 07/12/2005	3842
17ª Reunião, em 21/07/2005	1735	54ª Reunião, em 14/12/2005	3899
18ª Reunião, em 26/07/2005	1742	55ª Reunião, em 15/12/2005	3901
19ª Reunião, em 27/07/2005	1838	56ª Reunião, em 21/12/2005	3901
20ª Reunião, em 02/08/2005	1868	57ª Reunião, em 18/01/2006	3941
21ª Reunião, em 03/08/2005	1894	58ª Reunião, em 01/02/2006	3979
22ª Reunião, em 04/08/2005	2028	59ª Reunião, em 02/02/2006	4013
23ª Reunião, em 09/08/2005	2096	60ª Reunião, em 09/02/2006	4045
24ª Reunião, em 11/08/2005	2109	61ª Reunião, em 15/02/2006	4073
25ª Reunião, em 11/08/2005	2256	62ª Reunião, em 21/02/2006	4152
26ª Reunião, em 16/08/2005	2370	63ª Reunião, em 15/03/2006	4160
27ª Reunião, em 17/08/2005	2389	64ª Reunião, em 29/03/2006	4211
28ª Reunião, em 18/08/2005	2393	65ª Reunião, em 04/04/2006	4263
29ª Reunião, em 23/08/2005	2488		
30ª Reunião, em 24/08/2005	2599	1.2 – Contratos	
31ª Reunião, em 25/08/2005	2701	1ª Reunião, em 30/08/2005	4362
32ª Reunião, em 31/08/2005	2755	2ª Reunião, em 13/09/2005	4414
33ª Reunião, em 01/09/2005	2827	3ª Reunião, em 22/09/2005	4437
34ª Reunião, em 01/09/2005	2827	4ª Reunião, em 27/09/2005	4492
35ª Reunião, em 14/09/2005	2855	5ª Reunião, em 05/10/2005	4558
36ª Reunião, em 15/09/2005	3035	6ª Reunião, em 18/10/2005	4618
37ª Reunião, em 21/09/2005	3081	7ª Reunião, em 19/10/2005	4683
		8ª Reunião, em 20/10/2005	4786
		9ª Reunião, em 25/10/2005	4850
		10ª Reunião, em 08/11/2005	4943
		11ª Reunião, em 09/11/2005	4981

12ª Reunião, em 10/11/2005	5016	12ª Reunião, em 13/02/2006	7321
13ª Reunião, em 16/11/2005	5077	13ª Reunião, em 14/02/2006	7383
14ª Reunião, em 23/11/2005	5104	14ª Reunião, em 15/02/2006	7436
15ª Reunião, em 24/11/2005	5145	15ª Reunião, em 16/02/2006	7437
16ª Reunião, em 29/11/2005	5179	16ª Reunião, em 20/02/2006	7484
17ª Reunião, em 30/11/2005	5220	17ª Reunião, em 21/02/2006	7535
18ª Reunião, em 13/12/2005	5223	18ª Reunião, em 22/02/2006	7667
19ª Reunião, em 14/12/2005	5290	19ª Reunião, em 02/03/2006	7669
20ª Reunião, em 15/12/2005	5350	20ª Reunião, em 06/03/2006	7743
21ª Reunião, em 21/12/2005	5379	21ª Reunião, em 07/03/2006	7799
22ª Reunião, em 28/12/2005	5387	22ª Reunião, em 08/03/2006	7810
23ª Reunião, em 03/01/2006	5492	23ª Reunião, em 09/03/2006	7883
24ª Reunião, em 17/01/2006	5582	24ª Reunião, em 10/03/2006	7940
25ª Reunião, em 25/01/2006	5682	1.5 – IRB	
26ª Reunião, em 26/01/2006	5729	1ª Reunião, em 06/10/2005	7981
27ª Reunião, em 02/02/2006	5785	2ª Reunião, em 15/12/2005	8003
28ª Reunião, em 07/02/2006	5868	3ª Reunião, em 10/01/2006	8012
29ª Reunião, em 08/02/2006	5912	4ª Reunião, em 11/01/2006	8026
30ª Reunião, em 09/02/2006	5979	5ª Reunião, em 02/03/2006	8059
31ª Reunião, em 16/02/2006	6081	6ª Reunião, em 14/03/2006	8082
32ª Reunião, em 22/02/2006	6196	7ª Reunião, em 14/03/2006	8106
33ª Reunião, em 02/03/2006	6218	1.6 – Normas de Combate à Corrupção	
34ª Reunião, em 07/03/2006	6267	1ª Reunião, em 10/01/2006	8133
35ª Reunião, em 08/03/2006	6313	2ª Reunião, em 17/01/2006	8228
36ª Reunião, em 09/03/2006	6432	3ª Reunião, em 19/01/2006	8289
37ª Reunião, em 14/03/2006	6442	4ª Reunião, em 24/01/2006	8330
38ª Reunião, em 15/03/2006	6515	5ª Reunião, em 26/01/2006	8395
39ª Reunião, em 16/03/2006	6527	6ª Reunião, em 31/01/2006	8427
1.3 – Fontes Financeiras		7ª Reunião, em 01/02/2006	8474
1ª Reunião, em 13/09/2005	6566	8ª Reunião, em 02/02/2006	8497
2ª Reunião, em 20/09/2005	6621	9ª Reunião, em 06/02/2006	8517
3ª Reunião, em 27/09/2005	6633	10ª Reunião, em 07/02/2006	8553
4ª Reunião, em 04/10/2005	6707	11ª Reunião, em 08/02/2006	8584
5ª Reunião, em 06/10/2005	6742	12ª Reunião, em 09/02/2006	8610
6ª Reunião, em 11/10/2005	6774	13ª Reunião, em 13/02/2006	8645
7ª Reunião, em 18/10/2005	6841	14ª Reunião, em 14/02/2006	8660
8ª Reunião, em 16/11/2005	6851	15ª Reunião, em 02/03/2006	8697
1.4 – Fundos de Pensão		16ª Reunião, em 06/03/2006	8722
1ª Reunião, em 11/01/2006	6878	17ª Reunião, em 08/03/2006	8738
2ª Reunião, em 12/01/2006	6903	18ª Reunião, em 09/03/2006	8754
3ª Reunião, em 24/01/2006	6934	19ª Reunião, em 14/03/2006	8766
4ª Reunião, em 25/01/2006	6997	20ª Reunião, em 14/03/2006	8785
5ª Reunião, em 26/01/2006	7039	21ª Reunião, em 16/03/2006	8808
6ª Reunião, em 30/01/2006	7070	22ª Reunião, em 22/03/2006	8823
7ª Reunião, em 31/01/2006	7103		
8ª Reunião, em 02/02/2006	7169		
9ª Reunião, em 07/02/2006	7203		
10ª Reunião, em 08/02/2006	7231		
11ª Reunião, em 09/02/2006	7265		

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN,
PARA INVESTIGAR AS CAUSAS
E CONSEQUÊNCIAS DE DENÚNCIAS
E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS
POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS
– EMPRESA BRASILEIRA
DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

Ata da 24ª Reunião, realizada em 10/08/2005.

Aos dez dias do mês de agosto do ano de dois mil e cinco, às doze horas e vinte minutos, na sala 02, Plenário 02, Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a dos Senadores Delcídio Amaral, Presidente da CPMI dos “Correios” e Amir Lando, Presidente da CPMI da “Compra de Votos”, e ainda com as presenças dos Senhores Senadores Heráclito Fortes, César Borges, Álvaro Dias, Ideli Salvatti, Siba Machado, Luiz Otávio, Ney Suassuna, Fernando Bezerra, Heloísa Helena, Efraim Moraes, Arthur Virgílio, Romeu Tuma, Garibaldi Alves Filho, João Batista Motta, Eduardo Suplicy, Fátima Cleide, Augusto Botelho, Valmir Amaral e dos Senhores Deputados Carlos Abicalil, Jorge Bittar, Maurício Rands, Asdrúbal Bentes, Osmar Serraglio, Antonio Carlos Magalhães Neto, Onyx Lorenzoni, Eduardo Paes, Fernando Diniz, Eduardo Paes, Gustavo Fruet, Arnaldo Faria de Sá, Juíza Denise Frossard, Pompeo de Mattos, José Eduardo Cardozo, Jamil Murad, Alberto Fraga, Silvio Torres, Carlos Sampaio, Geraldo Thadeu, Luiz Couto, Devanir Ribeiro, João Correia, Mauro Lopes, Wladimir Costa, José Rocha, Moroni Torgan, Júlio Redecker, Zulaiê Cobra, Agnaldo Muniz, Ibrahim Abi-Ackel, Arnaldo Faria de Sá, Luiz Antonio Fleury, José Carlos Araújo, Fernando Coruja, Paulo Baltazar, Daniel Almeida, Iriny Lopes, Odair Cunha, José Divino, Chico Sardelli, Narcio Rodrigues, Pedro Canedo Carlos Dunga, Marcus Vicente, Neucimar Fraga, Renato Casagrande, Perpétua Almeida, e não membros, Dr. Ribamar Alves, João Fortes, Nazareno Fonteles, Maria do Carmo, Assis Miguel do Couto Eduardo Valverde, Laura Carneiro, Júlio Lopes, Luiz Basunda, reúne-se a COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN, PARA INVESTIGAR AS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DE DENÚNCIAS E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS – EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS em conjunto com a CPMI da “Compra de Votos”. Havendo número regimental, o Senador Amir Lando declara abertos os trabalhos da vigésima quarta reunião dos Correios, à décima reunião da CPMI da Compra de Votos e à pri-

meira reunião conjunta e informa que a presente reunião destina-se à oitiva do Senhor Cristiano de Mello Paz. Após algumas intervenções de parlamentares a Presidência convida o depoente para tomar assento à mesa e franqueia-lhe a palavra para sua exposição inicial. Em seguida, é concedida a palavra aos Senhores Relatores das duas CPMIs, Deputado Osmar Serraglio e Deputado Ibrahim Abi-Ackel, seguidos pelos seguintes parlamentares: Senadora Heloísa Helena, Senador César Borges, Deputado Pompeo de Mattos, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, Deputado Onyx Lorenzoni, Deputado Arnaldo Faria de Sá, Deputado Mauricio Rands, Senadora Ideli Salvatti, Deputado Eduardo Paes, Senador Álvaro Dias, Deputado Carlos Abicalil, Deputado Asdrúbal Bentes, Deputado Carlos Sampaio, Senador Fernando Bezerra, Deputado Alberto Fraga, Senador Arthur Virgílio, Deputado Silvio Torres e Deputado José Eduardo Cardozo. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às vinte e três horas e cinquenta e oito minutos. E, para constar, eu, *Wanderley Rabelo da Silva*, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da presente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Havendo número regimental, declaro aberta a décima reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 7, de 2005, destinada a apurar as denúncias de recebimento de quaisquer vantagens patrimoniais ou pecuniárias indevidas por membros do Congresso Nacional. E esta é a primeira reunião conjunta com a CPMI dos Correios.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Não abri a reunião, vou declará-la aberta e, depois que eu usar a palavra, eu darei a palavra. Agora aqui vou seguir o Regimento. Comigo é um pouco diferente: vou seguir rigidamente o Regimento para não personalizar a minha atuação aqui.

Peço a todos, sobretudo às pessoas que não são membros da CPMI, que façam silêncio, sob pena de eu ter que evacuar a sala.

Peço aos Srs. Parlamentares que respeitem o Regimento, e a reunião não pode ser realizada dessa forma; nós precisamos de concentração. Vamos ouvir depoimentos importantes, e devo dizer que aceito qualquer questão de ordem, desde que devidamente fundamentada. Em seguida, vou dar a palavra ou pela

ordem, sempre que for matéria pertinente à ordenação dos trabalhos.

Essa questão de antecipar as intervenções de acordo com o que foi estabelecido na lista de inscrição, nós não vamos admitir essas antecipações através de questões de ordem fictas, irreais ou de falas pela ordem que não têm nada a ver com a ordenação dos trabalhos.

Por isso concedo pela ordem que me foi requerida pelo Deputado...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, eu, na verdade, queria fazer duas consultas à Mesa...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu vou pedir mais uma vez silêncio ou então nós vamos suspender a reunião.

Concedo a palavra a Antonio Carlos Magalhães Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Agradeço, Sr. Presidente. Queria fazer duas consultas à Mesa: a primeira delas sobre a lista de inscrição. Parece-me que há um entendimento entre as Presidências das duas CPMLs para que haja uma alternância entre os membros inscritos, tanto da CPML dos Correios como da CPML do Mensalão. Então eu faria um primeiro questionamento a V. Ex^a se isso procede.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Perfeitamente. Vou dar essas informações iniciais, aí facilita mais o conhecimento de todos. Pode formular a segunda.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – A segunda colocação é a respeito de um procedimento que será apresentado pelo PFL, tanto a CPML dos Correios como a CPML do Mensalão, as duas CPMLs. Evidente que esse requerimento pode ser deliberado individualmente por cada uma das CPMLs ou pode ser deliberado coletivamente, conjuntamente. Eu explico. Qual é o requerimento? Nós estamos solicitando informações ao Presidente da República, Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, sobre os depósitos que por ele foram feitos na conta do Banco do Brasil, do Partido dos Trabalhadores, que, pelos documentos recebidos pela nossa Comissão Parlamentar de Inquérito dos Correios, consta como se tivessem sido depósitos feitos pessoalmente pelo Presidente e, pela primeira vez em um documento da CPML, aparece o nome do Presidente Lula e, no entanto, hoje somos informados pelo jornal **Folha de S. Paulo** que o Sr. Paulo Okamoto, que é superintendente o Sebrae, chamou para si a responsabilidade pela efetuação do depósito nesta conta do Banco do Brasil. Desde que apareceu esse empréstimo do PT para o Presidente Lula, houve, por

nossa parte, o desejo de que o Palácio do Planalto apresentasse explicações concretas, consistentes e lógicas sobre a operação feita pelo Presidente Lula com o Partido dos Trabalhadores. Contudo, o Palácio do Planalto silenciou, se recusou a tratar do assunto e remeteu para o Partido dos Trabalhadores, que também silenciou, não tratou do assunto. E aí, quando nós recebemos o detalhamento da conta do PT, percebemos que havia três depósitos do Presidente Lula nessa conta e, agora, o diretor do Sebrae chama para si a responsabilidade. Acho que precisamos de esclarecimento.

Como não temos competência – eu já concluo – para convocar o Presidente Lula, e não seria o caso, eu solicito a V. Ex^a, ao Presidente Delcídio, que, num ato conjunto das duas Comissões Parlamentares de Inquérito, formulem um documento que requeira ao Presidente Lula informações detalhadas sobre essa operação que foi feita por ele, com o Partido dos Trabalhadores.

O SR. (Orador não identificado) – Para contradiar, Sr. Presidente.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, peço palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Não vou conceder a palavra para tratar desta matéria; não há questão de ordem, não é pela ordem, apenas houve uma comunicação de matéria sigilosa, que deve ser tratada com o devido resguardo legal. Qualquer requerimento deve ser formulado de maneira explícita e deve ser apreciado no momento oportuno.

Entendo que não vamos agora discutir essa matéria.

O SR. AGNALDO MUNIZ (PP – RO) – Sr. Presidente, peço palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao Deputado Agnaldo Muniz.

O SR. AGNALDO MUNIZ (PP – RO) – Sr. Presidente, pergunto V. Ex^a: estamos trabalhando numa reunião conjunta, com uma pauta definida, especificamente para ouvir o Cristiano Paz. Eu pergunto a V. Ex^a se, nesse período, vão estar sendo deliberadas situações que dizem respeito, de repente, à CPML dos Correios e outras coisas que dizem respeito à CPML do Mensalão. Pergunto a V. Ex^a se esta reunião de hoje é especificamente para o depoimento ou se vamos deliberar no decorrer desta reunião?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Já manifestei que qualquer requerimento pode ser formulado, apresentado à Mesa e será apreciado oportunamente. Não vou tomar nenhuma decisão, porque temos, nesta reunião conjunta, um objeto e esse objeto será mantido.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Quero fazer algumas explicações iniciais e, depois, vou conceder a palavra para as questões de ordem que vierem, devidamente fundamentadas, ou pela ordem.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Só uma questão de procedimento, não vou discutir nada. Só queria pedir a V. Ex^a autorização para que as assessorias dos Parlamentares ocupassem a penúltima bancada da mesa; só isso.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Peço à Secretaria que ordene a ocupação dos lugares pelos parlamentares na forma que possa abrigar a todos aqui. Evidente, deixando a imprensa...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – A Assessoria dos Parlamentares ocupando a penúltima bancada.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Assessorias Parlamentares e assessorias, e a imprensa, então, ocupando o final da sala.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Vou dar as informações depois vou concedendo a palavra.

Segundo o entendimento formulado e aprovado pelas Mesas, as inscrições vão seguir a ordem cronológica já estabelecida pelas próprias inscrições. Quer dizer, vamos obedecer à ordem cronológica das inscrições.

Haverá alternância de um parlamentar de uma Comissão e outra. Quer dizer, haverá alternância de uma e de outra Comissão. Os Parlamentares inscritos poderão usar da palavra.

Segundo há uma prioridade estabelecida: primeiro os membros titulares; depois os suplentes e os não-membros. Membros titulares terão o tempo de dez minutos; suplentes, de cinco minutos e não-membros, três minutos.

Seria impossível manter os mesmos tempos aqui com aproximadamente sessenta, para não dizer 120 membros.

O SR. (Orador não identificado) – A inscrição de ontem prevalecerá?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Não sei os critérios estabelecidos para a CPMI dos Correios. A nossa Comissão, que investiga o pagamento indevido a Parlamentares e o recebimento de quaisquer vantagens patrimoniais a Parlamentares, seguirá a inscrição estabelecida hoje da seguinte forma: a lista foi colocada à disposição trinta minutos an-

tes do início da reunião e ficará à disposição até 13h, quando se encerrarão as inscrições da Comissão. A Comissão dos Correios seguirá a inscrição feita no dia de ontem.

Concedo a palavra pela ordem ao Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, queria trazer a V. Ex^a e as duas Comissões um aspecto que considero da maior importância para as investigações, que é o pedido para que haja um processo de cooperação entre as duas Comissões junto ao Ministério da Justiça e ao Ministério da Fazenda para identificar todas as operações financeiras de *off-shore*, principalmente aquelas que já identificamos nas duas CPMIs, por conta dos depoimentos feitos. Sugiro a V. Ex^a que, juntamente com o comando da CPMI dos Correios, busque um entendimento tanto com o Ministério da Justiça quanto com o Ministério da Fazenda, inclusive com órgãos de cooperação internacional, porque, por exemplo, hoje deporá nas duas Comissões uma pessoa que seguramente têm explicações a dar em conexões de transferência de recursos para fora do País.

E nós precisamos fazer com que as duas CPMIs possam trabalhar sintonizadas e em cooperação no que diz respeito à transferência de dinheiro para fora do Brasil. Deixo essa questão para análise dos dois Relatores. O Requerimento nº 700, que está na CPMI dos Correios, chama a atenção e lista um número muito grande de pessoas que já identificamos, que poderiam...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Quero dizer a V. Ex^a que, quanto ao procedimento de cooperação, parece-me que essa questão de ordem se justifica. Quanto aos requerimentos, vamos deixar para fazê-los no momento oportuno.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, sem dúvida nenhuma, compartilho com a opinião de V. Ex^a, mas chamo a atenção para a lista, que contém mais de sessenta nomes, que seria completada pelo nobre Relator, Deputado Ibrahim Abi-Ackel, e dessa lista já seria levada a esses órgãos para que acelerássemos o processo. Esse trabalho deveria ser disponibilizado para as duas CPMIs.

Era essa a contribuição que queria fazer.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Perfeito. Quero dizer a todos os membros da CPMI dos Correios que nós não estamos aqui para disputar competência. Há uma atribuição delegada pelo Congresso Nacional a uma e outra CPMI. Buscaremos a colaboração e um esforço conjunto para apurar a verdade. A disputa, o conflito de jurisdição não vai ajudar na realização do objeto que o Congresso Nacional de-

legou a estas Comissões. Queremos a cooperação. A sugestão de V. Ex^a é válida, mas é evidente que, quanto a requerimentos, essa outra parte, vamos deixar para o momento oportuno.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Júlio Redecker.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Sr. Presidente, ontem, após o encerramento da CPMI da Compra de Votos, fomos embora pelo elevador do Senado acompanhando o Sr. Marcos Valério, eu e o Deputado Paulo Pimenta, juntamente com o Sr. Marcos Valério e seu advogado. O Sr. Marcos Valério deu uma carona, no seu carro, para o Deputado Paulo Pimenta. Eu queria que o Deputado Paulo Pimenta explicasse se aduziu alguma coisa às declarações já prestadas pelo Sr. Marcos Valério durante esse momento em que ele privou com o Sr. Marcos Valério.

Essa é uma pergunta de interesse desta Comissão, porque ele é Vice-Presidente...

O SR. (Orador não identificado) – Isso é im-pertinente.

O SR. (Orador não identificado) – Não é. Ele já depôs por quatorze horas.

O SR. (Orador não identificado) – Ah, isso aí não é pergunta pertinente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Não há nenhuma ordenação com relação aos trabalhos, realmente não é uma questão de ordem.

V. Ex^a faz um pedido e, no momento oportuno, vamos decidir isso.

Se o Deputado Paulo Pimenta desejar fazer alguns esclarecimentos, eu concederei a palavra a ele no momento oportuno, mas, nesta hora, não é uma questão de ordem nem pela ordem. V. Ex^a quer uma explicação de um ato praticado por um Parlamentar fora da Comissão. Não é uma questão que vai ordenar os nossos trabalhos.

O SR. JULIO REDECKER (PSDB – RS) – Desculpe, Sr. Presidente, mas, na realidade, se ele acompanhou o depoente ao seu carro...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu indefiro...

O SR. JULIO REDECKER (PSDB – RS) – ...eu quero saber o teor da conversa.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – ...qualquer providência.

O SR. JULIO REDECKER (PSDB – RS) – Ele não está lá por ser amigo do Sr. Marcos Valério...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Vamos convocá-lo...

O SR. JULIO REDECKER (PSDB – RS) – ...para prestar contas à CPMI de tudo o que o Sr. Marcos Valério falar. Que é isso?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Olha...

O SR. (Orador não identificado) – Vamos ouvir o depoente, Sr. Presidente.

O SR. JULIO REDECKER (PSDB – RS) – Se isso não interessa à Comissão, a quem interessa?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Tudo tem que seguir uma ordem, um procedimento.

Eu quero que V. Ex^a entenda que temos que seguir o regulamento. Não vou admitir que V. Ex^a queira impor uma conduta que agora não foi objeto de deliberação. V. Ex^a pediu, e vou dar a palavra oportunamente, se ele quiser dar explicação, dará, mas vamos seguir a ordem, para realizar o objetivo desta reunião. Se não, não vou trazer questões estranhas aqui para dentro neste momento, embora tenham relação com os trabalhos da CPMI, mas é uma questão estranha ao objeto desta reunião.

Por isso, sem mais delongas, quero esclarecer que a pauta desta reunião conjunta destina-se à oitiva do Sr. Cristiano Paz, que convido para tomar assento à Mesa, a fim de prestar os esclarecimentos necessários ao objeto da investigação. (Pausa.)

Qualquer equívoco, peço desculpas.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, é só para cumprimentá-lo pela perfeita dicção de V. Ex^a: Cristiano Paz.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Cristiano Paz.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Paz. Parabéns pela sua dicção, V. Ex^a é um exemplo de dicção nesta Casa.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Paes ou paz é o que queremos.

A SRA. ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – É porque o Eduardo Paes tem muito medo do Paz do outro.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Não, mas é que falei Paz, evidente que V. Ex^a...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Não, foi perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Se a minha dicção foi imperfeita...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Não, Presidente, estou elogiando.

O SR. (Orador não identificado) – Será que é porque tem algum grau de parentesco com nosso companheiro?

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Porque as pessoas têm errado a dicção, e V. Ex^a foi absolutamente perfeita.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Você deve alguma coisa?

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – O cumprimento é sincero, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Peço à Secretaria que providencie a entrada no recinto do Sr. Cristiano Paz. (Pausa.)

Sr. Cristiano Paz, V. S^a foi convocado a esta Comissão Mista de Inquérito, tanto a Comissão da Compra de Votos como a Comissão dos Correios, pois é uma reunião conjunta. V. S^a está sendo convocado na condição de acusado. E como tal, conforme estipula o art. 186 do Código de Processo Penal, V. S^a fará aqui inicialmente a sua identificação: dirá o nome, profissão, etc.

Quero lembrar que V. S^a tem o direito de permanecer calado e não responder a perguntas que lhe forem formuladas, caso entenda que isso possa constituir auto-incriminação. O direito ao silêncio faz parte do arcabouço do conceito de ampla defesa. É evidente que o silêncio não importará em confissão, não poderá ser interpretado como confissão de V. S^a sobre aquilo que lhe for perguntado. Devo esclarecer que a verdade é o melhor caminho. Assim, se V. S^a puder contribuir com o esclarecimento dos fatos e, sobretudo, dizendo a verdade, até o ponto que lhe for conveniente, isso será muito importante para o País, para as investigações e o objeto das investigações desta Comissão.

Portanto, embora tenha o direito ao silêncio... e não será preso se aqui não tiver respondido às perguntas. Não é preciso **habeas corpus**, nada disso. Vamos cumprir o que manda a lei. Não há necessidade de **habeas corpus** preventivo. Temos que dar o exemplo ao País de como conduzir uma investigação. À época do autoritarismo, nós víamos a tortura, o tratamento desumano e degradante. Aqui não haverá nem tortura nem tribunal de exceção nem tratamento desumano degradante. Nós vamos exigir que as partes ajam, no mínimo, com urbanidade, conforme estabelece o art. 416 do Código do Processo Civil. O art. 15 manda que é defeso às partes, aos advogados empregarem expressões injuriosas. Vamos manter a ordem, o vigor nas investigações, a sabedoria, a eficiência e a inteligência. Não vou admitir agressões. Vou exigir de V. S^a um tratamento respeitoso com relação a todos os Parlamentares. Peço a V. S^a trate os Parlamentares por excelência ou, no mínimo, de Sr. Deputado, Sr^a Deputada, Sr. Senador, Sr^a Senadora. Isso é para mantermos o respeito recíproco.

Inicialmente vamos fazer a sua identificação.

Qual é o seu nome completo?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Cristiano de Mello Paz.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Profissão?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Publicitário. Sou formado também em engenharia, mas sou publicitário reconhecido pelo Ministério da Educação e Cultura. Quando comecei na propaganda, aos 18 anos, ainda não existiam Faculdades de Comunicação. Todos aqueles publicitários da minha idade, dessa época, foram reconhecidos pelo MEC por tempo de trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Estado Civil?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Casado.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Residência?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Rua São Paulo, 2.344, ap. 501.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Cédula de Identidade?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – M-116.640 – Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra a V. S^a para, se quiser, fazer uma exposição entre vinte a trinta minutos.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, vamos melhorar o som do microfone do depoente, porque ele não está chegando bem aqui, está ruim.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Vamos pedir à Secretaria que providencie a melhoria da qualidade do som. Acho que o som está muito baixo. Realmente, temos que melhorá-lo.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, gostaria que informasse à Comissão o nome dos advogados que acompanham o depoente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Atendendo ao pedido de V. Ex^a, peço a cada um dos advogados que se identifiquem.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Os advogados são: Dr. Marcelo Leonardo e Dr. Paulo Sérgio.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – São os mesmos das outras vezes?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – São os mesmos de ontem.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Sim, os mesmos advogados.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Portanto, com a palavra o depoente.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Boa-tarde aos senhores.

Queria dizer que comecei a minha vida de publicitário com 17 anos, em 1969. Fui convidado para... sempre tive aptidão para desenho e fui convidado para trabalhar numa agência pequena, em Minas Gerais, chamava Venda Publicidade e Mercado – VPM, pintando vitrine de uma rede de lojas de vitrines de liquidação. Isso foi num sábado, na segunda-feira eu

fui contratado por essa agência como *lay-out men*. Comecei a minha vida na prancheta, naquela época não existia computador como existe hoje. Eu comecei a trabalhar, eu trabalhava sempre marcando *lay-out* a mão, na prancheta. Com um ano nessa empresa, tornei-me diretor de arte e, no terceiro ano nessa empresa, passei a diretor de criação. Assim eu fui contratado. Isso já era em 1972.

Em 1972, eu fui contratado pela Standart, Ogilvy & Mather, que, naquela época, era uma multinacional que tinha acabado de comprar a maior agência brasileira, que era a Standart Propaganda, do falecido Cícero Leuenroth, um dos maiores publicitários deste País. A Standart tinha um escritório em Minas Gerais, como tem até hoje a Ogilvy Escritórios, uma das agências mais respeitadas do Brasil, que tinha um escritório em Minas Gerais. Fui contratado para ser diretor de criação dessa empresa em 1972.

De 1972 a 1981, eu trabalhava na criação, na prancheta, era o diretor de criação da Standart. Todo o mercado mineiro me conhece. Inclusive fui reconhecido, naquela época, pela Associação Mineira de Fotógrafos, fui destacado como publicitário. Sempre tive muita vontade de desenvolver nesse mercado.

Em 1981 fizemos uma proposta para a direção da Companhia no Brasil, na época o Sr. Flávio Correa era o Presidente da Standart. Ele hoje não está mais à frente da Standart. Hoje a Standart nem existe, hoje é Ogilvy & Mather, do Dr. Sérgio Amado, que foi meu colega. Ele dirigia o escritório da Ogilvy, na verdade era DIE, na Bahia, e nós nos conhecemos muito nesses envolvimento que houve com toda a criação e a direção da empresa.

Em 1981, então, assumi, junto com mais três sócios, o controle da Standart, Ogilvy & Mather em Minas Gerais. A Standart tinha um faturamento muito pequeno, alguma coisa perto de 2% a 3% do faturamento da empresa no Brasil. O único interesse que eles tinham em Minas Gerais era porque existia uma conta muito importante, a conta da Usiminas, que era de muito prestígio. Eles tinham interesse em não fechar o escritório para que a Usiminas pudesse continuar sendo atendida pela Ogilvy & Mather. Então, fizemos um acordo, ficamos com 90% e a Ogilvy ficou com 10%. Isso durou até 1983.

Em 1983, eu tinha 20% das ações e os outros sócios tinham 80%. Em 1983 a empresa atravessou uma primeira dificuldade. Eu nunca fui administrador de empresa, nunca administrei nada, na verdade, é uma fraqueza minha, eu sempre cuidei da parte de criação e planejamento da empresa e o meu sócio, que era o gerente financeiro, na época, funcionário da Ogilvy, é quem administrava a empresa. Tivemos uma

certa dificuldade e quem ajudou, assumiu os problemas que a empresa teve foi o meu pai e o meu irmão, em 1983, que me ajudaram a quitar algumas dívidas dessa empresa.

Em 1983, assumi sozinho o legado da Standart, que, na verdade, chamava S (de Standart), M (do Carlos Monteiro, meu primeiro sócio), P (do meu Paz) e os outros dois sócios, Rosina Bernardes e o José Batista Ribeiro, produtor da agência. Rosina é uma pessoa que até hoje trabalha no mercado.

Como estávamos com algumas dificuldades, eles não tinham como ajudar nisso, saíram da sociedade, cederam-me as ações e eu consegui, com a ajuda de meus familiares, quitar os compromissos que não eram tão grandes. Em 1983, nasceu então a SMP&B Publicidade. Por que SMP&B? Porque quando assumi a agência meu pai ainda me disse: “Olha, filho, você não vai ter condições de tocar isso sozinho, você precisa de alguém para administrar sua empresa, procura alguém, procura no mercado alguma agência que pode se associar com você.”

E eu me lembro que tinha uma pessoa, que eu também gostava muito, chamava Maurício Moreira, e eu encontrava muito com ele muito à noite. Ele era um publicitário e ele trabalhava na Six Peugeot, uma empresa também importante. Eu conversei com o Maurício: “Maurício, vocês não querem fazer uma sociedade comigo e a gente pode ir junto, quem sabe tocar essa empresa. Eu herdei a empresa, mas a empresa tem boas contas.” E ele falou: “Vamos fazer o negócio.” Aí nós sentamos, até meu pai participou dessa conversa, com o meu irmão. E eu, que já tinha os 100% da agência, cedi para ele 60 e poucos, fiquei com um terço da SMP&B. O P&B foi porque entrou, na verdade, o Francisco Bastos e o B é do Francisco Bastos.

De 1983, a agência cresceu. Em 1985 ela já foi considerada a melhor agência de Minas Gerais, reconhecida por todos os publicitários. Eu tenho até aqui uma revista que está comigo, que é a revista **Propaganda**, que é uma revista do meio, cuja capa era a minha foto. Aqui está a revista **Propaganda**. Aqui estava eu, o Maurício Moreira, o Francisco Bastos. Foram aqueles que iniciaram a empresa naquela época. O Maurício depois faleceu. E, nesse ano, a SMP&B foi um fato importante em Minas Gerais, porque ela ganhou todos os prêmios e foi considerada a melhor agência do Estado de Minas Gerais.

De 1983 até 1993 a SMP&B ganhou todos os prêmios como a melhor agência do Estado de Minas Gerais ou pelo Prêmio Colunistas, que é uma premiação de reconhecimento nacional, ou pela Associação Mineira de Propaganda.

E a nossa sociedade prosperou e a agência cresceu, chegou a ser a maior agência do Estado de Minas Gerais, e foi assim até 1992.

Em 1992, depois do Plano Collor, a gente atravessou muitas dificuldades – acho que a grande maioria das empresas no Brasil passou por isso –, em que nos tínhamos feito um investimento grande para equipar a empresa. E lançamos mão, inclusive, de recursos bancários para fazer esses investimentos.

E o que aconteceu foi que, logo que veio o plano, os clientes suspenderam praticamente toda a comunicação. Muitas empresas no Brasil atravessaram dificuldades e a nossa dificuldade foi muito grande, porque tínhamos uma dívida, que não era muito pequena para o nosso tamanho. E essa dívida crescia exponencialmente. Era uma dívida que crescia quase 12% ao mês e estava tudo tabelado. Você não podia repassar nenhum custo na ponta e era uma coisa absolutamente desumana.

Eu me lembro que o faturamento da agência, a gente faturava razoavelmente bastante, era a maior agência de Minas, mas a dívida consumia, só os juros da dívida consumiam todo o faturamento da agência. Até que a agência estava se tornando inviável e, em 1994, fizemos uma reunião com o meu sócio, falecido, que era quem administrava a empresa, e ele trouxe o quadro para mim e para o meu outro sócio Ramon e falou: “Olha, a nossa situação é insustentável, a nossa dívida é essa aqui. Vamos ter que fazer alguma coisa.” E eu tomei um susto muito grande, porque já tinha passado por isso uma vez na vida em 1983. Mas eu falei: “Mas, gente, não é possível, será que a gente não tem...” “Olha, a situação é insustentável, os bancos estão fechando os créditos conosco e eu não sei como prosseguir. Nós vamos ter que pensar como é que nós vamos tocar essa agência para frente”.

Eu fiquei apavorado, isso foi numa sexta-feira. No sábado, o meu sócio faleceu numa tragédia, num acidente de motocicleta. Estive lá inclusive, fui chamado para atendê-lo lá no chão. Foi uma tragédia muito grande. O filho dele já tinha falecido, trabalhava conosco. E ele deixou dois filhos, de quem eu, inclusive, gosto muito e temos até tido alguma dificuldade aí, mas são coisas da vida.

Mas quando o meu sócio faleceu, eu e meu sócio Ramon falamos: “Bom, agora o que nós vamos fazer da vida?” Eu nunca mexi com a área financeira. Não sei nem quais são os bancos que estão trabalhando conosco. “Ramon, você cuida dessa parte. Eu vou cuidar do que eu sempre fiz, dos clientes, da criação da agência, de tudo o que eu fazia na vida.”

Aí nós dividimos entre nós dois todo o peso, porque a agência tinha uma dívida muito grande. Negociar

com os bancos é uma coisa muito pesada para mim, eu nunca tive essa experiência, não trabalhava com essa área. E eu ainda fui buscar recursos de pessoas, amigos pessoais, que, inclusive, emprestaram dinheiro para a empresa no meu nome. E eu fiz alguma injeção de capital nessa época, mas a agência ficou com essa dificuldade muito grande. Vou dizer aos senhores que, em 1995, logo depois que o meu sócio faleceu, não havia mais possibilidade de prosseguir com a agência. A agência tinha contas, tinha algum faturamento, mas a dívida era uma coisa impressionante. Os juros da dívida, vou dizer para os senhores – esses dados devem estar lá –, eram maiores do que todo o faturamento da empresa. Não se podia pagar parte dos juros. Aquilo era acrescido ao capital principal, e o que tínhamos que fazer era encerrar a empresa. E tínhamos tomado a decisão de encerrar a empresa. Mas, mesmo encerrando a empresa, era uma dívida impagável. Pensei: “Não sei nem como prosseguir isso”. Tentei encontrar com muitos empresários, para apresentar a empresa, para saber se tinham interesse em entrar na empresa para ajudar, e não consegui ninguém. Todo mundo, quando pegava os números da empresa, dizia: “Sua empresa é muito boa, mas é inviável. Uma empresa com uma dívida dessa não pode trabalhar, não pode prosseguir. É melhor largarem essa empresa e abrirem uma outra”. Não tinha solução.

Mais ou menos no início de 1996, o Sr. Marcos Valério esteve na agência. O Sr. Marcos Valério era um consultor financeiro. Quem conheceu o Marcos Valério foi o meu sócio, que faleceu, Maurício Moreira. O Maurício Moreira tinha alguns encontros com o Marcos Valério na sala dele. O Marcos Valério trabalhava no mercado financeiro, e não sei se foi o meu sócio que o procurou ou se foi ele que procurou o meu sócio, mas eles conversavam sobre alternativas para viabilizar a empresa.

E eu me lembro que eu não participava dessas conversas. O Valério tinha um outro sócio, um senhor magro, não me lembro o nome, e eu o vi algumas vezes na agência, umas três ou quatro vezes, mas eu só cuidava mesmo da outra área. Eu perguntava, às vezes, para o Maurício: “Quem é essa pessoa que está aí com você?” “É um consultor. Estou tentando ver se a gente consegue abrir acesso aos bancos para poder ter crédito em banco, mas as coisas estão muito difíceis”. E eles ficaram uns seis meses conversando, encontraram-se algumas vezes.

Depois que o meu sócio faleceu, uns seis meses depois – as datas podem não estar precisas, mas posso checar depois –, o Marcos Valério nos procurou na agência. Ele chegou na empresa e disse: “Olha, deixei passar um tempo. Conheci o Maurício Moreira,

mas achei que vocês estavam nessa dificuldade e não quis também incomodá-los. Mas o Maurício tinha conversado comigo sobre a possibilidade de ajudá-los a conseguir empréstimos, a conseguir alguma forma de tirar a empresa dessa situação. Sei que vocês estão numa situação muito difícil, mas eu posso ajudá-los”. Agradei e disse: “Você pode ajudar, só que você sabe que não temos a menor condição de pagar”. Ele falou assim: “Sei disso. O Maurício já tinha me contado a situação, mas vou trabalhar para ver se a gente consegue abrir alguma relação com o mercado, alguma relação com o mercado financeiro; a gente pode tentar alguma forma de...” O Marcos estava bem intencionado, sempre foi e quis nos ajudar naquela época. E eu falei: “Marcos, não temos mais porta em banco nenhuma, não temos mais crédito em lugar nenhum”. Ele falou assim: “Mas nós vamos procurar um sócio para a empresa”. E eu falei: “Sócio também acho impossível. Já tentamos todos os sócios possíveis”. E o Marcos Valério passou a trabalhar, buscando alguém que pudesse ser o nosso sócio.

Um dia, ele comentou conosco que estava andando pela lagoa onde ele morava com o Sr. Clésio Andrade. E ele disse: “Falei com o Clésio sobre a empresa. E ele se interessou, quer conhecer e ter informações sobre a empresa”. E ele levou toda a documentação da empresa, as dívidas; eles conversaram entre si. Até que ele me ligou – isso depois de umas duas ou três conversas entre eles – e disse: “Você pode dar um pulo aqui com o Ramon porque tenho uma boa notícia para vocês”. Fui para lá. Cheguei lá e ele disse: “O Clésio vai entrar na sociedade. Ele tem interesse, admira a empresa e tem interesse nesse mercado de comunicação. Basicamente, pela empresa que é, ele acha que, de alguma maneira, pode somar esforços para recuperar essa empresa”. Isso foi em 1996, meados de 1996. Bom, a partir daí, o Clésio e o Marcos Valério assumiram – concordamos com isso – o controle total, administrativo e financeiro da empresa.

O Clésio não ia à SMP&B. Em dois anos, ele nunca foi. Aliás, foi uma única vez. E as reuniões entre o Clésio Andrade e o Marcos Valério eram feitas no escritório do Clésio. Mas era só sobre as tratativas mesmo, porque a agência tinha uma dívida muito grande, e eles estavam estabelecendo uma forma de negociar essa dívida. E o que nos foi passado...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu queria pedir às Sr^{as} e aos Srs Parlamentares um pouco de silêncio. Eu que estou aqui, próximo, não consigo ouvir, imagina os senhores, que estão mais distantes.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – E o que nos foi passado foi isto: “a solução é a seguinte: ninguém

pode entrar numa empresa com essa dívida. Então, a SMP&B Publicidade vai permanecer no seu nome e nome do Ramon Cardoso, e o Clésio vai criar uma nova empresa, a sugestão é essa, chamada SMP&B Comunicação – talvez seja essa a confusão que apareceu aí, às vezes dois CGCs, duas empresas. Vai ser criada a SMP&B Comunicação. E, na SMP&B Comunicação, o Clésio vai entrar como sócio, com 50%”.

Aliás, na reunião que tive com ele para se decidir isso, quando ele falou comigo: “Qual é a participação que vocês acham que devo ter na empresa?” “Eu falei: “100%. Não há a menor condição de se tocar essa dívida”. Ele falou: “100%, não”. Eu falei: “Então, 90%”. Ele disse: “Não, eu não faria nenhuma sociedade com alguém que conhece o negócio e que eu tivesse a maioria das ações. Primeiro, não acho correto e, amanhã, vocês mesmos vão perceber que o que fiz com vocês não foi correto. Vocês são os publicitários, e eu estou apenas entrando no negócio”. Aí eu falei: “Então, está bom. O que você quer?” “50%”. Agradei a Deus ainda por ter 50% de uma agência que não tinha a menor saída. E ele ficou com 50%.

Ele virou para o Marcos Valério, na minha frente, e disse assim: “Marcos Valério, e você? É sócio?” “Não”. “Mas você não vai ser sócio?” “Não sei, não. Quero ser sócio da empresa”. “Então, você entra na minha parte com 10%”. E falou com o Marcos Valério: “Marcos Valério, você vai ter 10% da empresa dos meus 50%”. E o Marcos Valério entrou na sociedade.

Mas o Marcos Valério, é bom dizer, já estava conosco trabalhando. E quando perguntamos a ele: “Marcos, você quer ser sócio da empresa? Não temos dinheiro para pagá-lo”. Ele falou assim: “Se algum dia conseguirmos sair dessa situação, aí conversamos sobre isso”. Mas falei com ele: “Não quero compromisso agora, porque não temos recursos”. Ele falou: “Não tem problema. Se a empresa sair disso, a gente conversa sobre uma participação lá na frente”. Eu e o meu sócio decidimos dessa forma.

Bom, o Marcos Valério, então, passou a administrar a empresa.

Quero dizer aos senhores que, em todos os meus anos como publicitário, nunca administrei empresa de propaganda minha. Nenhuma. E, talvez, isso seja um erro meu, mas isso é muito comum no mercado publicitário, se os senhores conhecem as agências. As pessoas que estão à frente das agências de publicidade, no mundo inteiro, são geralmente os publicitários, como o Sr. Washington Olivetto, como o Sr. Nizan Guanaes, como o Sr. Duda Mendonça, como o Sr. Loduca, como Sr. Duailibi, como o Sr. Petit, como o Sr. Zaragoza. Todos são publicitários. Eles têm sempre alguém que administra a empresa, porque, nor-

malmente, é incompatível uma pessoa que trabalha com criação mexer com números. Até na minha vida pessoal, tenho alguma dificuldade.

Nunca cuidei dessa área na minha empresa. Nunca. E sempre confiei nas pessoas, como continuo confiando. Hoje, é muito difícil, por tudo que a gente vê que está acontecendo, pelo que se passou. Mas eu não tinha motivo nenhum para desconfiar desse processo.

Então, eu queria dizer para os senhores que essa foi a história da empresa. O Clésio entrou, ele administrava com o Marcos Valério em reuniões fora da agência e as decisões eram trazidas e nos eram comunicadas. Eu inclusive era até mais disperso com relação a essas coisas, porque eu estava sempre focado no trabalho criativo, no trabalho da agência e na relação com os clientes.

O Clésio Andrade saiu da empresa em 1988, se não me engano, alguns meses antes da eleição, porque era absolutamente incompatível. Ele mesmo fez essa colocação. E também nem podia, porque atendíamos o governo do Estado de Minas Gerais. Eu nunca soube que ele tinha algum projeto político, ele não tinha dito isso para nós.

Quando ele entrou na sociedade, o Clésio era empresário do meio de transporte, era um empresário muito conhecido em Minas Gerais, Presidente da Confederação Nacional dos Transportes, que era uma conta inclusive que eu tentava conseguir. Enquanto ele foi nosso sócio, não conseguimos atender a Confederação dos Transportes.

É isso. Eu queria dizer que, hoje, estamos enfrentando tudo isso que os senhores já conhecem.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Agradeço a V. S^a.

Antes de passar a palavra ao Relator da CPMI dos Correios, Deputado Osmar Serraglio, vou conceder a palavra ao Vice-Presidente por apenas alguns segundos. Já que houve, aqui, manifestação do Deputado Júlio Redecker, S. Ex^a vai prestar as informações.

O SR. PAULO PIMENTA (PT – RS) – Agradeço-lhe, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – V. Ex^a foi aqui mencionado. Disseram que V. Ex^a teria pegado uma carona com o Sr. Marcos Valério. E se, eventualmente, ele lhe confidenciou qualquer fato novo, que pudesse dividir com a CPMI dos Correios e com a CPMI da Compra de Votos.

O SR. PAULO PIMENTA (PT – RS) – Sr. Presidente, não conheço o Sr. Marcos Valério. Conheci o Sr. Marcos Valério ontem, durante o depoimento. Não conheço e não conhecia os advogados do Sr. Marcos Valério. Conheci-os ontem, ao final dos trabalhos da

CPMI, juntamente com o Deputado Júlio Redecker. Saímos todos pela garagem do Senado.

Eu não peguei nenhuma carona com o Sr. Marcos Valério. Eu fui até o carro do Sr. Marcos Valério porque o advogado me entregou um documento em que consta uma lista com mais nomes, além dos 79 nomes que ontem foram divulgados; nomes que não têm recibo e que, portanto, não foram tornados públicos.

Foi esse o documento que o advogado havia me prometido e que ele me entregou. Caso alguns dos Srs. Parlamentares queiram cópia, eu não divulguei porque se trata de uma lista que não tem recibos e anexos, mas ela está à disposição, caso os senhores queiram também analisar. Há uma série de outros nomes, aqui, Sr. Presidente.

O SR. (Orador não identificado) – É um documento. Aparecem tucanos nessa lista.

A SRA. ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Sr. Presidente, isso é gravíssimo.

No depoimento, o depoente não entregou essa lista e, por diversas vezes, falou que não entregaria a lista, porque não tinha como provar o envolvimento dessas pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – O documento será juntado...

A SRA. ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Agora, lá na garagem do Senado, ele passa a lista, na surdina, às mãos de um Deputado do PT que é Vice-Presidente da nossa CPMI. Ele fica com essa lista nas mãos. É claro que ele trouxe hoje para nós, mas ele não poderia ter ficado com essa responsabilidade, muito menos os advogados poderiam ter passado essa lista para um membro da CPMI sem passar oficialmente para a CPMI.

Sr. Presidente, isso é gravíssimo!

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu vou terminar.

O SR. JULIO REDECKER (PSDB – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. (Orador não identificado) – Eu quero a palavra, Sr. Presidente, pela ordem. Eu disse que esse assunto não tinha nada a ver com a Comissão. Isto aí é uma barbaridade. Eu exijo a palavra porque eu quero inquirir...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – GO) – Não haverá nenhuma inquirição. Peço ao Vice-Presidente que junte os documentos à Secretaria para serem protocolados, e eles se tornarão públicos.

Qualquer um dos senhores poderá ser portador do recebimento de qualquer documento; leve-o à CPMI, leve-o à Secretaria e ponto final.

Não vamos discutir mais.

Com a palavra o Relator.

O SR. JULIO REDECKER (PSDB – RS) – Não nessas disposições, Sr. Presidente.

Eu solicito a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – O documento não é negado.

Ou vamos estabelecer a ordem, ou vou suspender a reunião.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Não há questão de ordem a ser decidida. Já concedi a palavra ao Relator para fazer as inquirições.

Essa matéria será juntada à Secretaria, à qual todos os Srs. Parlamentares terão acesso.

(Tumulto no plenário da Comissão.)

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Ele e o Vice-Presidente, é uma figura que tem uma posição institucional na Comissão, recebeu...

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Peço ao Sr. Vice-Presidente que recolha o documento e junte lá.

(Tumulto no plenário da Comissão.)

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Até que não venha a ordem, não haverá reunião.

(Tumulto no plenário da Comissão.)

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Não, não. Está suspensa.

(Suspende-se a reunião.)

(Reabre-se a reunião.)

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Declaro reabertos os trabalhos e peço a todos os membros da Comissão que permaneçam em silêncio, porque senão será impossível continuarmos os trabalhos.

O SR. JULIO REDECKER (PSDB – RS) – Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Darei as informações necessárias e, depois, poderei, se for o caso, conceder a palavra.

O SR. JULIO REDECKER (PSDB – RS) – O senhor não agiu corretamente comigo quando coloquei essa questão aqui. O senhor cerceou a minha palavra. Fiquei muito chateado com isso.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – V. Ex^a tem que ouvir. Agora a palavra está com a Presidência. V. Ex^a vai ouvir e vai ter que ouvir em silêncio, sob pena de eu tomar as providências necessárias.

Devo prestar, inicialmente, um esclarecimento. Quem...

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, há um pessoal com medo da lista. Estão querendo correr, Sr. Presidente. Há gente com medo da lista.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Peço silêncio ao Plenário.

Passo agora a algumas informações preliminares.

Todos os que estavam presentes, ontem à noite, até o final da reunião da CPI da Compra de Votos – eu chamo de CPI porque o povo entende como CPI. A CPMI é mista. Eu falo Comissão Parlamentar de Inquérito, genérico.

Ontem, todos que estavam presentes viram que circularam peças de parte de um processo que se encontra no Supremo Tribunal Federal. Como falei, esse processo está no *site* do Supremo. Vou requerer seu inteiro teor, porque circularam aqui peças que podem ser montagem. Essa foi exatamente a minha fala ontem. Eu disse que requeria ao Supremo e estou requerendo o inteiro teor desse processo.

Essas peças a que se refere o Vice-Presidente, Deputado Paulo Pimenta, nada mais são do que as peças que vieram do processo do Supremo. Falei agora com os advogados. Jamais qualquer advogado entregou essas peças que circularam na reunião. Não sei de onde vieram, mas eu disse que se encontram no *site* do Supremo.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Vou dar a explicação antes para V. Ex^{as} saberem. Vejo a coisa muito óbvia aqui.

Segundo o Deputado Paulo Pimenta, ninguém lhe entregou nada, nem os advogados, que acabaram de me confirmar dentro do juramento da ética profissional.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Quero falar, Sr. Presidente.

O SR. PAULO PIMENTA (PT – RS) – Sr. Presidente, posso explicar a situação?

A SRA. ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Ele acabou de falar que pegou.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Ele vai dar as explicações agora.

Na verdade, essa lista não foi entregue pelo Sr. Marcos Valério, não foi entregue pelos advogados.

O SR. JULIO REDECKER (PSDB – RS) – Eu exijo a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao Deputado Paulo Pimenta.

O SR. (Orador não identificado) – Vamos ouvir. Vamos ouvir.

O SR. (Orador não identificado) – Vamos sair daqui, Presidente. Não vamos aceitar isso. Vamos sair daqui.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Não pode mentir, Sr. Presidente. Não pode mentir.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Já está gravado. Já está gravado.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Mentir é quebra de decoro. Mentir é quebra de decoro.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Ele está com a palavra.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, não pode mentir.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, sobre o andamento dos trabalhos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O que está gravado está gravado.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, mantenha a ordem. Vamos dar a palavra ao Deputado Paulo Pimenta.

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Vamos ouvir as informações dele e, depois, eu concederei a palavra.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, ele já deu explicações.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem. Art. 89, inciso II.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao Deputado Eduardo Paes.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, o dispositivo é claro. O art. 89, inciso II dispõe: “Art. 89. Ao Presidente de comissão compete:

(...)

II – dar-lhe conhecimento de toda a matéria recebida; (...).”

Sr. Presidente, é inaceitável que, neste momento, tenhamos uma lista apócrifa, uma lista que o digníssimo Sr. Vice-Presidente da CPMI do Mensalão diz ter recebido do advogado do Sr. Marcos Valério. Agora, já temos outra informação: na garagem, caminhando com o Sr. Marcos Valério, não se sabe de quem.

Sr. Presidente, temos de ter responsabilidade. Esse é o apelo que todos os Parlamentares estão fazendo aqui para que possamos conduzir os trabalhos com seriedade.

Eu já recebi, via fax, via documento, via carta, de forma apócrifa, uma quantidade enorme de listas e tive a responsabilidade, tive a serenidade e a seriedade de saber que estamos em um processo investi-

gatório e que eu não poderia, por exemplo, macular a imagem de familiares do Presidente da República que surjam em uma ou outra lista que eu receba. Jamais, em momento algum, tendo recebido essas listas, Senador Sérgio Guerra, eu as encaminhei para a CPMI, divulguei-as para a imprensa, abri-as, porque são listas que me parecem apócrifas.

Muito mais, Sr. Presidente, deve ter essa responsabilidade o Sr. Vice-Presidente da Comissão. É inaceitável que o Vice-Presidente da Comissão receba, na madrugada de ontem, numa garagem, uma lista apócrifa, que não se sabe o que contém e venha, agora, encaminhá-la como documento oficial desta Comissão.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente...

O SR. EDUARDO PAES (PFL – RJ) – Sim, já concluo minha questão de ordem.

O SR. (Orador não identificado) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO PAES (PFL – RJ) – Peço que V. Ex^a me garanta o direito da palavra.

Não se pode, Sr. Presidente, começar esse tipo de ação. Tenho, aqui, algumas dessas listas que recebi, que envolvem figuras próximas ao Presidente da República, mas são apócrifas, não têm remetente, portanto, Sr. Presidente, eu não as recebi numa garagem, de madrugada: elas chegaram via fax, via correios.

Portanto, Sr. Presidente, eu vou ter a responsabilidade...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Conclua a sua questão de ordem.

O SR. EDUARDO PAES (PFL – RJ) – ...de não encaminhar a V. Ex^a hoje. Agora, peço a V. Ex^a, como Presidente desta reunião de hoje, como Presidente da CPMI do Mensalão, que leve em consideração o inciso II do art. 89. Portanto, todos os documentos válidos devem ser dados ao conhecimento pela Mesa, pelo Presidente da Comissão, no início da reunião, e o Vice-Presidente e V. Ex^a não podem, no meio da reunião, encaminhar uma lista, mesmo que o advogado confirmasse, pois não será o Sr. Marcos Valério, esse picareta sócio do Delúbio, que vai ficar aqui apontando o dedo para quem recebeu ou não recebeu.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu tenho que apreciar a questão de ordem formulada pelo nobre Deputado Eduardo Paes.

O SR. AGNALDO MUNIZ (PP – RO) – Sr. Presidente, para contraditar. Faz parte da decisão.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Para contraditar a questão de ordem.

O SR. AGNALDO MUNIZ (PP – RO) – Sr. Presidente, quando o Deputado Paulo Pimenta revelou essa situação de lista, ele foi questionado pelo Deputado Júlio Redecker.

A SRA. ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – **Ele não revelou, não.**

O SR. AGNALDO MUNIZ (PP – RO) – Eu estou na questão de ordem agora. Quando ele...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Há orador com a palavra. Eu peço o respeito. Eu peço respeito.

O SR. AGNALDO MUNIZ (PP – RO) – O Deputado Redecker disse o seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Está com a palavra o Deputado Agnaldo Muniz, para contraditar.

O SR. AGNALDO MUNIZ (PP – RO) – O Deputado Redecker disse o seguinte: que ele teria tido, ontem, uma carona junto com Marcos Valério e perguntou se haveria...

O SR. (Orador não identificado) – Não, não é verdade.

O SR. AGNALDO MUNIZ (PP – RO) – Ele perguntou se naquele momento foi passada para ele alguma informação além daquelas que teriam sido declaradas no decorrer da reunião da CPMI de ontem. O que é que o Paulo Pimenta disse? Simplesmente, disse que realmente encontrou com ele na garagem e o Sr. Júlio Redecker estava próximo e o advogado lhe passou uma lista apócrifa.

A SRA. ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Ele não passou, não.

O SR. AGNALDO MUNIZ (PP – RO) – Disse que passou uma lista daquelas pessoas que não constavam documento. Por isso que não foi declarado no momento da reunião plenária, ontem.

Então, como o Deputado Júlio questionou e pediu que fosse informado para a Comissão, ele simplesmente passou para a Presidência da Comissão os documentos. Agora, se vai ser divulgado ou não...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, o próprio advogado está dizendo que não entregou a lista.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Vou decidir a questão de ordem. Não concedo a palavra a ninguém. Há uma questão de ordem formulada, vou decidir a questão de ordem.

O Deputado Eduardo Paes formulou uma questão de ordem sobre matéria que tivesse eventualmente vindo a conhecimento da Mesa da Presidência, a quem cabe dar as devidas explicações neste caso. Ao Presidente da Comissão compete dar-lhe conhecimento de toda a matéria recebida.

Nós não recebemos essa matéria. É uma preliminar. Não foi recebida essa matéria. Circularam, capeadas com as referências do Supremo Tribunal Federal, constantes do *site* do Supremo Tribunal Federal, peças de uma ação que tramita no Supremo e que envolve alguns Parlamentares e figuras políticas.

O que eu, tomando conhecimento ontem, disse? Vou requerer inteiro teor e acho que essa era a procedência – porque há uma notícia que pode ser até uma montagem, foi o que falei como precaução – para ver, realmente, o que existe, qual é a matéria que essa ação está versando. Eu fiz isso e não recebi qualquer documento. Apenas vi, não me foi encaminhado formalmente, nobre Deputado Eduardo Paiva.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – A questão de ordem de V. Ex^a eu indefiro neste momento, porque não tomei conhecimento. Agora, recebendo esse material, mandei colocá-lo na Secretaria para apreciar na Comissão posteriormente. Posteriormente, vamos verificar.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Uma questão de ordem. Vou recorrer da decisão de V. Ex^a por um simples motivo. Quando se fala, neste capítulo V, “Da Direção dos Trabalhos”, e se refere ao Presidente da Mesa, estamos falando de uma informação que foi passada ao membro da Mesa, ao 1º Vice-Presidente, que não é necessariamente um 1º Vice-Presidente omissivo e tem estado ao lado de V. Ex^a o tempo todo. Sei que V. Ex^a não tinha conhecimento, mas a Mesa, o Sr. 1º Vice-Presidente Paulo Pimenta tinha essa informação e tinha obrigação de informar a V. Ex^a. V. Ex^a, certamente, não tinha conhecimento disso porque sei da sua responsabilidade, mas é fato que o 1º Vice-Presidente e a Mesa tinham informação dessa lista, recebida numa garagem, de madrugada.

Portanto, Sr. Presidente, recorrerei.

A Mesa sabia, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Perfeito.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – V. Ex^a não, mas a Mesa sabia.

(Tumulto no plenário da Comissão.)

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – O requerimento de V. Ex^a será encaminhado ao Plenário.

Concedo a palavra ao Deputado Júlio Redecker.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, questão de ordem, art. 131 combinado com o art. 148.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Sr. Presidente.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, questão de ordem, §89, inciso II.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– A palavra está com o Deputado Júlio Redecker.

Ou a gente vai ordenar isso aqui ou vamos encerrar esta reunião! Não é possível!

(Tumulto no plenário da Comissão.)

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Concedo a palavra ao Deputado Júlio Redecker.

(Tumulto no plenário da Comissão.)

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Preciso o mínimo de civilidade. Podemos esclarecer todos os fatos dando a palavra a cada um. Primeiro, vou dar a palavra ao Deputado Júlio Redecker, que foi quem trouxe a notícia.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Presidente, depois do Deputado Júlio Redecker, questão de ordem, art. 131 do Comum, conjugado com o art. 148 do Senado. Aguardo o Deputado Júlio Redecker falar, depois solicito a palavra a V. Ex^a.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, tenho questão de ordem, art. 89, inciso II. Peço, por favor, a palavra também.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, vamos deixar o Deputado Paulo Pimenta falar.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Há um orador com a palavra. Peço que cada um aguarde a sua oportunidade. Todas as questões de ordem serão respondidas, desde que devidamente fundamentadas.

Com a palavra, o Deputado Júlio Redecker.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, depois me inscreva pela ordem, por favor.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Sr. Presidente, eu gostaria de ouvir o Deputado Paulo Pimenta primeiro. O senhor havia ordenado, anteriormente, que ele falaria primeiro e, depois, o senhor daria a palavra para mim. Então, cedo a palavra primeiro ao Deputado Paulo Pimenta, depois eu gostaria de fazer uso da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – É uma atitude de bom senso, mas V. Ex^a insistia no uso da palavra e eu não queria criar nenhum embaraço.

Vamos ouvir o Deputado Paulo Pimenta.

O SR. PAULO PIMENTA (PT – RS) – Sr. Presidente, quero dizer a todos que essa lista, com a capa do Supremo Tribunal Federal, com uma série de outros documentos, é uma lista que estava circulando durante a reunião, ontem à noite. Foram tiradas xerox dessa lista e vários Parlamentares tinham cópia dela

e tiveram acesso a ela. O colega Deputado da Bahia também teve a oportunidade de observar.

Analisei essa lista do processo do Supremo Tribunal Federal movido no caso do Enduro da Independência. Estava na mesa. Havia vários documentos na mesa e várias cópias. Conferi essa lista e percebi que os nomes que estavam nela não conferiam com os 79 nomes da lista que foi entregue pelo Sr. Marcos Valério. Deduzi eu que essa lista havia sido trazida pelo Sr. Marcos Valério ou por algum de seus advogados. Aguardei, pacientemente, até o final da reunião, exatamente para buscar essa informação, porque se tratavam de nomes cujos recibos não estavam juntos. Ao final da reunião, o Deputado Júlio Redecker conversou pessoalmente com o Marcos Valério, acompanhamos o Sr. Marcos Valério, e eu busquei essa informação. Já fui informado pelo advogado que não partiu nem do Sr. Marcos Valério nem de seus advogados o envio dessa lista, que achei que teria sido trazida à Comissão.

A SRA. ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Como pegou?

O SR. PAULO PIMENTA (PT – RS) – A lista estava, ilustre Deputada, estava na mesa. Estava na mesa!

A SRA. ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Não, na garagem. Onde o senhor pegou? No carro?

O SR. PAULO PIMENTA (PT – RS) – Não, não. Na mesa, a lista já estava na mesa.

A SRA. ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Não, o senhor não pegou na mesa.

O SR. PAULO PIMENTA (PT – RS) – Deputada, por gentileza.

(Tumulto no plenário da Comissão.)

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Asseguro a palavra ao Deputado, que está dando as explicações.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Está gravado.

O SR. (Orador não identificado) – Quer ouvir ou tumultuar?

O SR. PAULO PIMENTA (PT – RS) – Exatamente por se tratar de uma lista que não continha documentos comprobatórios de depósitos ou de DOCs bancários, eu não a tornei pública. Como se trata de um processo que já está no Supremo Tribunal Federal, deduzi eu que é um documento que tem origem.

Quero dizer, mais uma vez, que já fui informado pelo advogado que essa lista não foi trazida pelos advogados nem pelo Sr. Marcos Valério. Posso reafirmar a V. Ex^{as} que essa lista estava na reunião, porque vários outros Deputados obtiveram cópia e várias outras pessoas puderam manuseá-la. É uma lista que consta nesse processo do Supremo Tribunal Federal.

É o que tenho a esclarecer, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Por que você não perguntou na reunião da Comissão?

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Sr. Presidente, agora a palavra é minha.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Por que não confrontou na reunião?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao Deputado Júlio Redecker.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Sr. Presidente, vou contraditar as palavras do Deputado Vice-Presidente.

Nós saímos da reunião cansativa e conversamos com o Sr. Marcos Valério, é verdade. O senhor deve ter ouvido o meu depoimento, o último depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Ouvi.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Depoimento em que pedi ao Sr. Marcos Valério que racionalizasse...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – O apelo.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – ...as suas palavras – um apelo. Ele ficou comovido e disse mais uma vez: “Não posso falar, mas fui usado.”

Nós descemos em direção ao elevador do Senado, porque o meu carro estava estacionado na garagem do Senado, aguardando-me naquele momento. Ficamos no aguardo, veio o elevador, todo mundo foi para o outro. Fiquei sozinho no elevador, mas acabei entrando junto, e descemos todos juntos. Lá estavam estacionados o meu carro, aguardando-me, e o carro do Sr. Marcos Valério – creio que não era o carro do Deputado Paulo Pimenta: um ômega azul, que estava lá com motorista. Acompanhávamos o Sr. Marcos Valério eu, o Deputado Paulo Pimenta e o advogado que aqui está, assentindo com a sua cabeça. Naquele momento, o Dr. Paulo Sérgio Abreu e Silva estava junto. Antes de me dirigir ao carro, despedi-me das pessoas, inclusive do próprio Paulo.

Não quero fazer mau juízo, por isso solicitarei que o Senado, por meio das câmeras que devem existir na garagem, faça a prova, porque eu saí antes, mas o Deputado Paulo Pimenta entrou no carro e fecharam as portas para conversar.

O SR. (Orador não identificado) – Se não foi levado para casa.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra. Não quero ficar chateado com V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Pois não. Foi um equívoco. Quero pedir desculpas a V. Ex^a. Pensei em apertar a campainha e acabei retirando a palavra.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – O Deputado Paulo Pimenta, o Dr. Paulo Sérgio e também o Sr. Marcos Valério entraram dentro do carro, fecharam as portas. Eu saí e a condução lógica é que logo atrás veio o carro. Se o Deputado Pimenta desceu e foi para outro carro é fácil ver, as câmeras do Senado vão demonstrar isso. Eu não quero fazer essa ilação, mas que ele entrou dentro do carro, fechou as portas e manteve conversa privada com o depoente e o seu advogado manteve e ele não negará.

Quero dizer mais: o Deputado Paulo Pimenta chegou aqui hoje, usou da palavra e falou que recebeu uma lista apócrifa. Quero fazer ilação ao depoimento do Sr. Marcos Valério: o Sr. Marcos Valério, tendo aquela lista, solicitado por vários Parlamentares se teria mais nomes a aduzir naquela lista, disse ao Relator e a todos nós que não colocaria essa lista porque não havia os comprovantes, porque estaria jogando o nome de pessoas, sem comprovação, como receptoras dos recursos. Foi a palavra do Sr. Marcos Valério, e a de gravação poderá demonstrar claramente.

Quando o Deputado Paulo Pimenta disse que pegou uma lista, que ganhou uma lista – foram as primeiras palavras dele -, todos nós aduzimos, inclusive o Sr. Relator – porque conversei com ele, que está assentindo com a cabeça -, que se tratava da lista que Marcos Valério não entregou porque não tinha os comprovantes de caixa dos depósitos.

Se o Deputado Paulo Pimenta muda a versão para uma outra lista, ele não precisava entrar dentro do carro do Sr. Marcos Valério para pegá-la, pois já a tinha pego dentro da Comissão, em cima da mesa, como ele mesmo dizia. Olha o nexa causal! A que propósito foi ele...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Sr. Deputado, conclua.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Eu vou concluir, Sr. Presidente. Mais de uma vez, o senhor permitiu apartes muito mais demorados...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Mas são cinco horas.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – ...e o senhor fica aqui protegendo.

O SR. (Orador não identificado) – O assunto já está esclarecido, Sr. Presidente.

O SR. DARCÍSIO PERONDI (PMDB – RS) – Concentre-se no assunto.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Estou concentrado no assunto, não estou falando de outra coisa, Deputado Perondi.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Pois eu peço que conclua.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – O Deputado Paulo Pimenta não precisava entrar...

O SR. (Orador não identificado) – Já extrapolou o tempo, Sr. Presidente.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – ...no carro do Sr. Marcos Valério para pegar uma lista que ele já tinha, mas não foi isso que ele disse aqui. Ele disse, aqui, que foi lá para pegar uma lista e que a estava entregando para a Comissão agora, há poucos instantes.

V. Ex^a disse que receberia essa lista, mas quero perguntar a V. Ex^a: Sr. Presidente, V. Ex^a havia sido comunicado dessa lista, no momento em que estava circulando, pelo Deputado Paulo Pimenta, antes de eu ter feito a inquirição?

E o senhor quase que não me dá a oportunidade, porque dizia que esse tema não era pertinente a esta Comissão. O senhor quase me cassa a palavra, quando eu estava colaborando com as investigações, porque isso é gravíssimo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Esse tema será tratado na nossa Comissão.

A SRA. ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Não, vai ser tratado hoje.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar.

A SRA. ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Não, senhor. Ele mentiu.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – A palavra, Sr. Presidente. Garanta-me a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – V. Ex^a tem cinco minutos.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Vou encerrar, mas me garanta a palavra.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, para contraditar.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Conclua, conclua, conclua.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Vou concluir, Sr. Presidente, dizendo que há, no comportamento, nas palavras do Sr. Vice-Presidente da CPMI da Compra de Votos e na história que contou dessa lista agregada a um processo, uma distância muito grande e um desrespeito ao conhecimento de todos os membros da CPMI.

Quero saber também, do Sr. Relator, se ele combinou a atitude de acompanhar o Sr. Marcos Valério até o seu carro para recolher depoimento ou provas

que consubstanciassem, para a CPMI, provas na materialidade das declarações do Sr. Marcos Valério. Não sei se o Sr. Relator da CPMI do Mensalão e o Sr. Presidente foram comunicados disso.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, ele já extrapolou o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – V. Ex^a conclua.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Eu encerro, Sr. Presidente.

Agiu e aqui se contradisse, e eu gostaria que esta CPMI não permitisse isso, sob pena de nós acharmos que há um conluio entre o representante do PT na Mesa e o Sr. Marcos Valério.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, questão de ordem, art. 89, inciso II.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, questão de ordem.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Pela ordem, Sr. Presidente.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, questão de ordem, art. 89, inciso II.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Pela ordem, sobre o andamento dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Vou conceder a questão de ordem primeiramente formulada pelo Deputado Onyx.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Ele fez a questão de ordem anteriormente a V. Ex^a.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, os artigos são o 131 e o 148 e o objetivo é colaborar com V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – É uma questão de ordem sendo colocada. Vamos respeitar! Há um orador na tribuna!

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, essa questão pode ter o encaminhamento facilitado. Basta V. Ex^a consultar o advogado, que está aqui, para confirmar ou negar aquilo que foi questionado pelo Deputado Júlio Redecker. Na medida em que o advogado esteja incapacitado de dar a resposta, basta V. Ex^a, e o art. 148 o permite, convocar imediatamente a vinda de Marcos Valério, aqui, até o final da reunião – dá tempo -, e ele esclarecerá o fato. E, se ainda surgir alguma dúvida, V. Ex^a ainda tem a possibilidade de consultar o Supremo Tribunal Federal, no que diz respeito à tal lista, conforme relatou o Vice-Presidente.

Essas três medidas, Sr. Presidente, que o Regimento lhe outorga, esclarecerão definitivamente a questão.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Vou responder à questão de ordem.

Quem não estava presente ontem pode consultar as notas taquigráficas, mas quem estava pode ser testemunha. Invoco o testemunho dos presentes na reunião de ontem.

Não vou admitir que quem não estivesse presente duvide do que estamos falando. Não vou admitir isso.

Ontem, registrei, e inclusive falei com o Relator, que pode ser testemunha dessa questão, que surgiram documentos que eram peças de uma ação em curso no Supremo Tribunal Federal, que essas peças circulavam e não as recebi formalmente, como documentos da CPMI, mas tomei conhecimento delas. E dei a conhecer que ia requisitar o inteiro teor desse processo. Quem estava presente deve lembrar disso.

O SR. (Orador não identificado) – **É verdade, Sr. Presidente.**

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Ou, então, vamos recorrer às notas taquigráficas.

A SRA. ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Isso aí, tudo bem. O que não podemos...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Não, não! Vamos terminar essa questão.

A SRA. ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – ...é a atitude do Vice-Presidente, Sr. Presidente.

(Tumulto no plenário da Comissão.)

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – A questão de ordem não foi respondida, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Se a conduta do Vice-Presidente ferir o decoro, poderá ser oferecida uma representação no momento oportuno. Agora, não posso decidir essa matéria.

Eu não vou decidir matéria de quebra de decoro sem o devido processo, que será encaminhado ao Conselho de Ética da Câmara.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – A questão de ordem que formulei a V. Ex^a, V. Ex^a pode...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– A questão de ordem formulada...

Nobre Deputada Zulaiê, tenho profundo respeito por V. Ex^a e espero que também tenha por mim.

Quanto à questão de ordem, já requisitei, já mandei buscar inteiro teor dessa ação. É a medida mais adequada, menos problemática e mais fácil.

Já mandei a Secretaria se dirigir, pessoalmente, por meio de um de seus membros para buscar inteiro teor. E, até o final da reunião, teremos.

Portanto, a questão de ordem de V. Ex^a foi respondida.

Já foi decidida!

Olha, vamos fazer silêncio! Estamos demonstrando à Nação um espetáculo que realmente deve

arrepiar o povo brasileiro. Cada um tem direito à palavra, mas não a uma manifestação coletiva. Vamos respeitar o Regimento.

Concedo a palavra, para uma questão de ordem, à nobre Senadora Ideli Salvatti. Em seguida, ao Senador Sérgio Guerra.

A palavra está com a Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, a minha questão de ordem está baseada no art. 89, inciso II, que é: “Ao Presidente da Comissão compete dar conhecimento de toda matéria recebida.”

Esta é uma reunião conjunta de duas Comissões. Portanto, nesse processo que tramita no Supremo Tribunal Federal, de nº 3067, figuram como réus o Sr. Eduardo Azeredo, o Sr. Clésio Andrade e o Sr. Marcos Valério. Esse processo, na íntegra, já está de posse da Comissão Mista dos Correios.

Da lista, já foi dada ciência a todos os membros da CPMI dos Correios. Veja bem, mesmo assim, essa lista não provocou toda a turbulência que estamos assistindo aqui hoje.

Quero dizer que, de uma vez por todas, este Congresso tem que parar com a síndrome das listas e devemos ter a responsabilidade de, aparecidos os indícios, nos debruçarmos na busca das provas e não neste verdadeiro terrorismo e destempero a que estamos assistindo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Essa questão de ordem já foi formulada, nobre Senadora.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Pela ordem, Sr. Presidente.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Apenas peço que a documentação, que já está de posse da CPMI dos Correios, seja disponibilizada para todos, até porque se eliminam todo esse estresse, toda essa confusão e situações como as que vivenciamos, de pessoas estarem listadas e incluídas.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Conclua a questão de ordem, Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Vou concluir, Sr. Presidente. Estou apenas fazendo uma ponderação de calma e de se baixar a turbulência, porque listas, estão circulando várias por aí.

Quero pedir à Deputada Zulaiê Cobra que se acalme, porque é preciso muita calma neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Então, conclua.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Já houve nomes que apareceram em lista e de que não há documento e prova. Tudo isso cria uma turbulência além da que temos obrigação de administrar. Então, que se

distribuem o processo e a lista que estão em poder da CPMI dos Correios.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem, sobre o andamento dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Vou decidir a questão de ordem.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Já foi decidida antes, Presidente. O senhor já decidiu, antes, essa questão de ordem.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, peço a palavra, para contrariar. Tenho direito de contrariar a questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu já decidi. Já há uma decisão, não há nada a contrariar.

A decisão é a seguinte: a questão de ordem já foi formulada, foi decidida e não há mais nada a acrescentar.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Eu quero sobre o andamento dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Nobres colegas, ou a gente consegue falar ou não temos condições de continuar. O povo brasileiro está nos assistindo, vamos dar um exemplo de disciplina, sobretudo de civilidade ao povo brasileiro, senão isso aqui vira um espetáculo de mau gosto.

Para facilitar, eu já havia ordenado que alguém da Secretaria se dirigisse ao Supremo para buscar o inteiro teor. Como essa ação já está, em inteiro teor, disponível na CPMI dos Correios, vou pedir ao Relator e ao Vice-Presidente, se estiver aqui, ou ao Presidente, que liberem, imediatamente, cópia desses autos, o que satisfará todo mundo. O que circulou, ontem, foram peças desse processo.

Vou conceder a palavra, para uma questão de ordem, ao Senador Sérgio Guerra.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Sobre o andamento dos trabalhos.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem, questão regimental.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Há uma questão de ordem formulada. Em seguida, darei a palavra a V. Ex^a.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, para requisitar documento tem que votar requerimento.

Presidente, para requisitar documento de uma CPMI para outra tem que votar requerimento. O senhor consulte a assessoria que vão lhe confirmar.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – É uma ação pública, é um documento público, não é documento sigiloso. V. Ex^{as} querem dificultar.

(Tumulto no plenário da Comissão.)

Vou conceder a palavra a três Parlamentares e, em seguida, a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao nobre Senador Sérgio Guerra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, Sr^{as} e Srs. Senadores, estamos agora tratando de duas questões, uma delas, de uma tal lista apócrifa que foi citada aqui. Quero ler matéria publicada no jornal de Belo Horizonte **O Tempo** do dia 30/07 deste ano que trata desta lista, Senhor Presidente. **O Tempo** errou ao publicar, com destaque, na sua edição de ontem, reportagem intitulada:

“Dossiê Apócrifo liga o PSDB a Valério”. Sobre suposta transferência de recurso por parte das agências SMP&B e DNA do empresário Marcos Valério à campanha de Eduardo Azeredo para o governo do Estado em 1998. Entre outras adulterações grosseiras, o documento suprime os nomes dos candidatos do PT que também teriam recebido dinheiro. Mistura dados verdadeiros e outros falsos para dar ares de veracidade às afirmações incriminadoras. Pode até ter sido montada – afirmou Leonardo Barbela da Promotoria da Defesa do Patrimônio Público, que o recebeu das mãos do Deputado Rogério Corrêa.

Segue um longo esclarecimento do jornal **O Tempo** sobre esta tal famosa lista. Primeiro.

Segundo: a existência de mais uma lista apócrifa não deve tumultuar esta Comissão nem nos preocupar. Dezenas e dezenas de listas estão por aí a circular comprometendo personalidades desta República de maneira absolutamente irresponsável. O que cabe refletir no fórum adequado, que, concordo, não é este agora, é o comportamento do Sr. Vice-Presidente. Este comportamento de estar no carro de uma pessoa investigada e de trazer a esta Comissão, dizendo que recebeu dele esta lista é absolutamente irresponsável, e o PSDB vai entrar no devido fórum e na forma adequada para resolver esta questão. Uma Mesa não pode ter um vice-presidente que atue desta forma.

O SR. (Orador não identificado) – Questão de ordem, Presidente.

O SR. (Orador não identificado) – Presidente!

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Questão de ordem, art. 131, § 1º.

O SR. (Orador não identificado) – Estou na fila, Sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra, para uma questão de ordem, ao Deputado Pompeu de Matos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sr. Presidente, muito rapidamente. A questão que está posta não é a lista do Supremo, não é a lista apócrifa. A questão que quero deixar claro para explicitar à V. Ex^a...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Qual é a fundamentação da questão de ordem?

O SR. POMPEO DE MATOS (PDT – RS) – A fundamentação, Sr. Presidente, é a precaução que esta CPMI tem pelo encaminhamento que está tendo. E quero pedir à V. Ex^a que, primeiro, requisiite cópia da fita da garagem. Houve esta conversa. Segundo, Sr. Presidente, que V. Ex^a requisiite e disponibilize a esta CPMI cópia da fita onde o Deputado Pimenta declarou, hoje, aqui, primeiro que ele tinha estado na garagem e recebido das mãos de Marcos Valério. Segundo, que ele declarou em seguida que ele recebeu a documentação e que a documentação estava em cima da mesa. Ele disse ora uma coisa ora outra. E, por terceiro, Presidente, que seja recolhido este documento que ele entregou, apócrifo, que seja lacrado e que nós possamos ter esses três documentos: a fita da garagem, a fita daqui e este documento para analisarmos sob o aspecto da ética, porque este não é o comportamento de quem é Vice-Presidente desta Comissão.

O SR. (Orador não identificado) – Não compete a esta Comissão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Esta é uma questão, nobre Deputado Pompeo de Mattos, a ser encaminhada, se for o caso, ao Conselho de Ética. Não é assunto de questão de ordem.

Concedo a palavra para uma questão de ordem à Senadora Heloísa Helena. E vou encerrar a questão de ordem.

O SR. (Orador não identificado) – Questão de ordem, Sr. Presidente, com base no art. 90 inciso IV do Regimento do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Há um orador com a palavra, e eu não posso nem ouvir a fundamentação da questão de ordem!

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Sr. Presidente, agradeço a Vossa Excelência, e quero fazer um apelo especial: Sr^{as} e Srs. Deputados, Sr^{as} e Srs. Senadores, há duas questões que foram colocadas aqui: uma, relativa a uma lista, outra, relativa a uma eventual carona que S. Ex^a, o Vice-Presidente da Comissão da Compra de Votos, teria tido com um dos investigados desta Comissão.

Quero observar, Sr. Presidente, que esta é uma reunião conjunta de duas Comissões, que foi convocada por deliberação específica das duas Comissões para a oitiva de uma testemunha.

Uma vez esclarecido o episódio da lista, na questão relativa ao que se trata, toda e qualquer questão relativa a debate sobre o papel do Sr. Vice-Presidente da Comissão da Compra de Votos, se agiu bem, se agiu mal, não pode ser discutida nesta reunião, Sr. Presidente, porque foge ao escopo da convocação da reunião conjunta. Não há sentido de membros da Comissão dos Correios apresentarem postulações a V. Ex^a sobre procedimento de membros da Comissão outra, pelo menos nesta reunião. Se quiserem se dirigir ao Conselho de Ética, que faça; se quiserem debater na reunião da Comissão do Mensalhão, que faça lá. Agora, neste momento, Sr. Presidente, é inaceitável que se debata essa matéria. Então a questão que faço a V. Ex^a é a seguinte: uma vez esclarecida como foi a questão da lista, que imediatamente passemos à oitiva, que é a razão de ser desta reunião, e que as demais questões sejam remetidas, na forma regimental, ou ao Conselho de Ética, para quem achar que isso é cabível, ou então para o debate oportuno no âmbito da Comissão da Compra de Votos.

É o requerimento que faço a V. Ex^a.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Uma questão de ordem, Sr. Presidente, art. 131 do Regimento Interno.

A SRA. ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Senador, eu quero falar. A Heloisa Helena está na minha frente.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – 131 é dizer que o relatório vai ser encaminhado por escrito. Isso é uma brincadeira aqui.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Nobre Deputada Zulaiê Cobra, vou conceder a palavra agora à Senadora Heloisa Helena.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Obrigada, Senador Amir Lando, porque é uma brincadeira alguém reivindicar, inventar um artigo e dizer. O art. 131 diz que o relatório a ser encaminhado é por escrito. Vamos acabar com isso. Se inventar questão de ordem levantando artigos do Regimento que não existem, todos nós sabemos fazer. Não se trata disso. Eu também estou aqui para ouvir...

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – É só pegar o Regimento Comum. O Regimento Comum tem o art. 131.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Eu também vim aqui para ouvir o depoente. Pode dizer qualquer coisa, Deputado; V. Ex^{as} podem falar quinhentas vezes. Eu só estou dizendo que vim aqui para ouvir o depoimento do senhor sócio do Sr. Marcos Valério. Sinto-me na obrigação de fazer uma brevíssima consi-

deração sobre como o tumulto se iniciou, porque eu vi. O tumulto iniciou a partir do momento em que o Deputado Júlio fez um questionamento, depois a Deputada Zulaiê solicitou informações sobre os documentos, e um Deputado, ao lado do Deputado Paulo Pimenta, esbravejava aos gritos de que tinha tucano envolvido. Então, lá fora, já dizia que era o filho do Lula que estava na lista, que era o Aécio que estava na lista, quem era que estava na lista. Então esse tipo de coisa não constrói, não ajuda o procedimento investigatório, mas o tumulto se instalou inclusive, Deputado Paulo Pimenta, porque V. Ex^a, se tivesse dito claramente que o documento recebido era o documento do Supremo, nada disso estava, mas uma hora V. Ex^a disse que recebeu na garagem, depois o senhor disse que tinha pegado na Mesa, então criou esse tumulto todo. Então o que solicito a V. Ex^a – eu tenho o documento do Supremo –, mas, depois desse tumulto todo que foi criado, o que é que todos nós agora queremos ver? Se o documento que V. Ex^a disponibilizou para o Senador Amir Lando e para os Relatores é o documento que eu tenho.

O SR. PAULO PIMENTA (PT – RS) – É.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Mas agora... Ora, o mistério vaidoso com que essa nova lista foi apresentada coloca em suspeito todos os outros documentos.

O que nós queremos é só isso. Pode fazer um grupo de Parlamentares ou qualquer Parlamentar chegar lá, pega o documento que ele tem do Supremo, ou trezentos outros documentos que tenham sido apresentados pelos advogados, pelo Sr. Marcos Valério de forma anônima para qualquer um Parlamentar e checar com o documento que foi entregue. Agora a responsabilidade, infelizmente, Deputado Paulo Pimenta, é de V. Ex^a, que apresentou a lista como se fosse fato novo, fato grave; uma hora disse que pegou na Mesa, outra hora disse que pegou na garagem; depois estava lá, dentro da garagem. Então esse tipo de posicionamento é que não ajuda o procedimento investigatório.

A SRA. ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Sr. Presidente, só para esclarecer.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente, art. 131 do Regimento Comum.

A SRA. ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu só quero acalmar os ânimos.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Vou iniciar os trabalhos. Vou conceder a palavra a dois Parlamentares para encerrar mesmo.

A SRA. ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Eu só quero, Sr. Presidente... Eu preciso falar.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Se não houver condições, tenho que suspender a reu-

nião. É evidente, como disse o nobre Deputado Onyx, temos que requisitar esses documentos da outra CPMI, que é o regimento. Então, ele que é membro da CPMI e os demais membros da CPMI que têm acesso, pegue essa cópia, leiam essa cópia e dêem um depoimento para todos nós. Não é matéria nova, felizmente foi esclarecedora a intervenção da Senadora Ideli Salvatti, que já disse: o que eu mandava buscar no Supremo já está na Comissão. Então não há motivo para grande alarde. Vamos ver os fatos, ler o processo.

Concedo a palavra a Deputada Zulaiê Cobra.

A SRA. ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Sr. Presidente, Senador Amir Lando, nós elegemos – sou oposição, é muito difícil ser oposição, V. Ex^a sabe disso –, não concordamos com a eleição de uma chapa branca; e eu fui a primeira a pedir a palavra para elogiar V. Ex^a pelos seus trabalhos, pelo seu passado, pelo seu presente, dizendo que, apesar de V. Ex^a ter sido eleito pela situação, V. Ex^a nos honra muito na presidência da CPMI do Mensalão. Fiz elogios a V. Ex^a e farei sempre; como faço elogio sempre ao nosso Relator Ibrahim Abi-Ackel. E também fiz elogios ao nosso digno Deputado Paulo Pimenta, por quem tenho uma grande simpatia.

Agora, Sr. Presidente, a coisa ficou feia e o Dr. Paulo Sérgio Abreu e Silva, que está aí, confidenciou a V. Ex^a, aí fora, que ele estava presente no carro e que não foi ele que deu essa lista ao Deputado Paulo Pimenta; disse também que o Marcos Valério não passou a lista. Esta lista voou da mão de alguém – não sei como – e foi parar na mão do Deputado Paulo Pimenta.

Mas o problema não é esse, Sr. Presidente. O problema é que um vice-presidente de uma comissão, tão importante que é a CPMI do Mensalão e Compra de Votos, não podia ficar no carro junto com um depoente que tinha acabado de depor, e é um homem que aí prestou uma declaração muito próxima do Delúbio, quer dizer, está muito próxima do PT. E aí um vice-presidente do PT vai, entra no carro, recebe um documento dentro desse carro – não sei como, porque o advogado disse que não deu – e aí ele volta com o documento. O problema não é esse, Sr. Presidente, porque nós aqui aguardávamos a vinda dele, porque confiávamos que apesar de ele ter pegado esse documento aqui na garagem do Senado, ele viria explicar; e realmente ele veio explicar, ele veio dizer, no começo, de peito aberto, falou a verdade. Mas aí tinha uns Deputados do PT ao lado dele rindo, rindo, fazendo escarcéu.

Aí, Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. vice-presidente, que a coisa ficou muito chata, muito horrorosa, porque nós todos aqui fomos feitos de palhaço. De repente eles começaram a gritar: – Tem tucano! Tem gente importante! Ficou aquele tumulto.

Queremos deixar claro aqui que o PT tem que ter um comportamento à altura. Porque aqui nós todos estamos juntos no mesmo barco, aqui temos o PMDB, o nosso querido Deputado Osmar Serraglio, que é um homem de moral, um homem de ética; é por isso, meu vice-presidente Paulo Pimenta, que temos que ter ética, temos que ter moral para presidirmos uma CPMI. O Brasil todo está de olho em nós.

Gostei das suas primeiras declarações, o senhor falou: – Fui na garagem mesmo. Eu peguei, entrei no carro, não peguei carona... Agora se pegou ou não pegou. Não interessa se pegou. Agora se pegou não fica muito bem. Mas não vamos entrar na questão sua da garagem, vamos para a questão do documento.

Quero terminar, Sr. Presidente, dizendo que confiamos na Mesa que foi eleita por todos os membros da CPMI do Mensalão e da CPMI Mista dos Correios. Portanto, faço aqui um ato de louvor. V. Ex^a tem conduzido muitíssimo bem. Gostaria que todo os membros desta Mesa prestassem esse momento de ética e de moral a nós todos, porque somos membros, somos comandados por V. Ex^{as}. V. Ex^{as} comandam a CPMI. V. Ex^a tem um papel importantíssimo. Portanto, estamos aqui para deliberar a respeito de condutas éticas e morais.

Era só, Sr. Presidente. Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Não foi uma questão de ordem, mas uma intervenção sobre o tema que estamos discutindo. A eventual conduta ética do Vice-Presidente, Deputado Paulo Pimenta, poderá ser apreciada em primeira instância na nossa Comissão, mediante representação, e, depois, no Conselho de Ética. Não há outro caminho a ser tomado. Entendo que os ânimos se exaltam, que todos querem ser rígidos com a conduta, mas acho que esse assunto está encerrado.

Peço à Comissão dos Correios que ao menos disponibilize para todos os seus membros, já que é preciso um requerimento, como quer o Deputado. Já mandaram tirar cópia. Estará à disposição dos Srs. Deputados.

Concedo a palavra ao próximo orador, Deputado Eduardo Valverde.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Sr. Presidente, peço a palavra de acordo com o art. 131 do Regimento Comum.

Sr. Presidente, louvo V. Ex^a pela imparcialidade, pela conduta firme com que tem conduzido os trabalhos. Esta é uma Comissão de investigação, em que todos os membros têm competência para investigar, para inquirir e para, tomando conhecimento de informações ou de documentos, encaminhá-los à Mesa. Pergunto a V. Ex^a se é proibido, é negado pelo Regi-

mento a qualquer membro da CPMI, tendo acesso à informação ou a algum documento, levá-lo à Mesa? Essa é a primeira pergunta.

Segunda pergunta. Nós do PT, até por notícia de jornal ou de revista, estamos sendo execrados pela Oposição. E isso não ocorre em função de documento, de prova material, mas simplesmente por informação de jornal. A Oposição não pode sentir que está sendo traída, porque ela fez isso, pratica isso constantemente, aproveitando as brechas que tem na grande imprensa para manchar a nossa honra. Sabemos, Sr. Presidente, que muitas informações das CPIs vazaram por condutas não muito corretas de membros da Oposição. Como podemos fazer?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Não é uma questão de ordem.

O SR. (Orador não identificado) – É questão de ordem, Sr. Presidente.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Não é. Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar.

O SR. (Orador não identificado) – Não é possível, Sr. Presidente, fazer juízo de valor se não há relatório, se não há julgamento.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Vou dar as informações a V. Ex^a.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Para concluir, Sr. Presidente. Se não há relatório final, se o trabalho está-se iniciando, como se pode fazer conclusões sobre a honra de alguém, sobre a conduta de alguém se nada está sendo provado ainda? Faço essa ponderação a termo nesta CPMI. Acho que, antes de levantar acusações, de manchar a honra de quem quer que seja...

A SRA. ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Foi ele que ficou rindo de nós, Sr. Presidente.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Para contraditar.

(Tumulto no plenário da Comissão.)

A SRA. ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – O PT não tem honra. O PT não tem honra mais.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Tem sim, senhora.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Peço a palavra para contraditar, Sr. Presidente.

(Tumulto no plenário da Comissão.)

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Está suspensa a reunião.

(Suspende-se a reunião.)

(Reabre-se a reunião.)

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Reabro a reunião e outorgo a palavra ao nobre Relator da CPMI dos Correios, Deputado Osmar Serraglio, para fazer as inquirições.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, V. Ex^a não vai responder a questão de ordem, que não foi questão de ordem, do Sr. Valverde. Está certo.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Sr. Presidente, é do meu dever pedir a V. Ex^a a palavra para fazer uma comunicação que me é imposta pelo Regimento. Portanto, peço desculpas ao ilustre Relator Serraglio por interromper logo no início a sua declaração.

Os arts. 41, IV, e 50, II, do Regimento da Câmara, determinam que toda matéria nova seja comunicada à Comissão antes do início dos trabalhos parlamentares.

Na manhã de hoje, próximo das 3 horas, o Sr. Marcos Valério dirigiu à Mesa uma autorização em que pede a quebra do seu sigilo internacional em bancos situados em qualquer parte do mundo. Esse documento não foi submetido a despacho do Sr. Presidente porque já ele se ausentava da reunião, que estava praticamente concluída, e, hoje, em virtude da forma inusual com que se iniciou a reunião, não foi possível obter tempo e calma necessários para se submeter o documento a S. Ex^a. Desculpe-me, Sr. Deputado Osmar Serraglio, por essa interrupção, mas é uma imposição do Regimento.

Muito obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Retorno a palavra a V. Ex^a, nobre Relator Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, ilustre Relator Ibrahim Abi-Ackel, Sr. Cristiano, V. S^a sabe, com certeza, dos objetivos que norteiam a busca de informações e que estão servindo a este primeiro encontro de duas Comissões Parlamentares Mistas de Inquéritos instituídas pelo Congresso Nacional.

Por uma afirmação lançada de início por V. S^a, imagino que eu venha a ter um pouco de dificuldades para questioná-lo, mas pretendo alertá-lo de que, necessariamente, a não informação, de forma a que possamos chegar a terceiros, resultará na concentração da responsabilidade em V. S^a. E falo isso porque V. S^a disse que, em relação aos aspectos financeiros, não lhe eram afetos e que, de certa forma, assinava tudo em confiança.

Vou formular o meu questionamento, mas eu insistiria que V. S^a refletisse sobre essa advertência porque imagino que ela lhe seja fundamental até para o seu futuro em relação às consequências que lhe poderão advir.

V. S^a, até agora, fez referência à SMP&B. Em relação à DNA, como foi a sua participação?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – A minha participação na DNA se deu quando o Clésio saiu da DNA. As ações remanescentes dele foram distribuídas com o sócio da SMP&B. Eu tinha 16% da DNA. O Daniel era o presidente da DNA. Também um homem de criação como eu. As duas agências foram criadas mais ou menos na mesma época. Essas eram as duas agências concorrentes em Minas Gerais. Nós disputávamos muito o mercado. Ele também era um homem de criação. Eu era um homem de prancheta, ele era um homem de redação. Mas nós sempre nos respeitamos e disputávamos muito o mercado juntos. Daniel já é falecido.

Quando entrei na DNA, entrei com 16%, que foram as ações dos 50% que o Dr. Clésio tinha e que foram divididos com os três. Foi feito um acordo de acionistas, a pedido inclusive dos sócios da DNA, no sentido de que um só de nós representasse o interesse na DNA, uma vez que as duas agências competiam no mesmo mercado. Isso incomodava muito o Francisco, que era o presidente da agência, e a Margarete. Na verdade, no mercado de propaganda, isso é um problema. Quer dizer, quando o cliente sabe que você é sócio de outra agência e se essa outra agência tem uma conta concorrente à dele, ele pode imaginar que os segredos, que a estratégia de mercado possam ser passados para o concorrente. Isso é muito natural. Todo mundo sabe disso. Tanto é que há muitos grupos com várias agências, mas elas não têm ligação entre si societariamente. Geralmente é um *holding*, alguma coisa fora. Nesse caso, a minha presença na DNA era constrangedora para os sócios da DNA e para mim, porque todas as vezes que eu participava de reuniões, eu era, educadamente, excluído das reuniões, porque se tratava às vezes de segredos da agência, de estratégias com os clientes. Então as minhas reuniões eram para tratar de coisas do conselho, para onde vai, o que se faz, o que se discute com relação aos clientes.

Essa foi a minha participação na DNA. Até que chegou um momento em que isso estava tão constrangedor para mim, como certamente para eles, que eu perdi totalmente o interesse de participar da empresa. Saí da DNA no início de 2004. Não sou mais sócio da DNA, como também não sou sócio da MultiAction – saí de lá também naquele mesmo ano. Também não sou sócio da Graffiti, porque eu também saí naquele mesmo ano, nem da MG 5, porque saí no início de 2004.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Atualmente, V. S^a é sócio de quais empresas?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Só sou sócio da MP&B, que é a empresa que eu fundei, com um terço das ações. Tem uma agência pequena que se chama Feeling e que não funciona e que foi incor-

porada à carteira de clientes da nossa agência. Consta no contrato que eu tenho 1%. Aliás, eu nem sei. Outro dia eu questionei o contador da empresa: por que meu nome está aqui com 1%. Ele falou: você assinou isso. Então tem uns quatro ou cinco anos, eu nem me lembro, era só para constituir...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Com relação à MG 5 Participações, V. S^a não tem?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Eu saí na mesma data. Na mesma data em que eu saí da MG 5, eu saí da DNA. A MG 5 é que era proprietário da MultiAction. Então, quando eu saí da MultiAction, eu tive que, automaticamente, sair da MG 5. Quando eu saí da DNA, eu tive que, automaticamente, sair da Graffiti, porque ela é que detinha os 50% da...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– E da Solimões?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – A SMP&B Publicidade, quando houve esse episódio...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Mudou o nome.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – ...mudou o nome para SMP&B Comunicações.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a prosseguiu como sócio?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Eu permaneci só na SMP&B Publicidade, eu e meu sócio, com as dificuldades que a empresa tinha. Enquanto a outra ia resolvendo as questões. Em determinado momento, por uma decisão estratégica, resolveu-se mudar o nome o nome da SMP&B Publicidade para Solimões para não prejudicar o nome da outra SMP&B. Foi essa a única razão...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a disse que o ingresso do Sr. Clésio se deu em virtude da necessidade de aporte de recursos.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Na verdade, a entrada do Dr. Clésio foi muito importante para mim naquela época. Isso porque não necessariamente os recursos seriam fundamentais. Nós vínhamos conseguindo pagar a folha dos funcionários, mas naquele mês não tínhamos condições de pagar a folha. O aporte que o Dr. Clésio fez naquela época nos ajudou a cumprir o compromisso do mês. O mais importante na sociedade, na presença dele, foi – eu diria – até o nome dele mesmo como pessoa, como empresário, porque isso trouxe credibilidade junto aos bancos, junto aos fornecedores. Nós estávamos sendo executados por todos os fornecedores, por todos os bancos e não tínhamos crédito no mercado. Assim que o Clésio entrou na sociedade, os bancos imaginaram o seguinte: agora entrou alguém que tem o que perder. Nós vamos esperar e vamos deixar de executar. Foi feita uma

reunião. O Marcos Valério comandou isso. Toda essa parte estava com ele. Ele fez um grande negócio nisso, nessa reunião, porque ele conseguiu fazer com que os fornecedores todos cedessem, retirassem os títulos do cartório, com a promessa de trabalhar a vista nos próximos trabalhos e renegociar a dívida anterior.

Então, eu diria ao senhor que a presença do Clésio foi muito mais uma injeção de credibilidade naquela época na empresa que nós já não tínhamos do que propriamente capital. Ele ajudou sim, eu não posso dizer o que ele fez, pagou algumas contas da empresa, teve esse pagamento do mês que ele injetou.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Ele permaneceu quanto tempo como sócio da empresa?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – O Dr. Clésio Andrade ficou sócio da empresa de julho de 1996 até tenho a impressão que maio, foi antes da convenção que o lançou como...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Quem adquiriu a parte dele quando ele se retirou?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – A parte dele foi, bom, as ações foram renegociadas e redistribuídas, o Marcos tinha 10, o Clésio tinha 40 e eu, se não me engano, nesse contrato, eu tinha um pouco mais do que o Ramon.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a tem noção de quanto significou essa transação? Quanto foi pago pelas cotas de quem estava se retirando?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Foi... eu tenho impressão, esses dados eu não guardo muito, mas eu tenho a impressão de que de uns dois milhões e meio, alguma coisa assim. Isso era pago mensalmente, tem até documentação sobre isso lá. Isso deve fazer parte da área administrativa. O Valério deve conhecer esses detalhes.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a disse que se retirou da DNA, mas a DNA continuou aportando recursos a V. S^a? Existem transferências procedidas dos bancos...

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Quando foi?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Da DNA Propaganda em 2004.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Que época foi?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Fevereiro de 2004, janeiro de 2004, outubro de 2004.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não, a DNA transferiu?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sim, R\$125 mil.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Pode ser que tinha alguma coisa entre as duas empresas, algum serviço prestado, alguma coisa, mas...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Mas é ao Sr. Cristiano de Mello Paz, não é à empresa.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Ela transferiu para...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Da DNA para V. S^a.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Para mim, pessoalmente?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Nominalmente. Favorecido.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Bom, pode ser alguma coisa que a DNA... me pagou R\$120 mil?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – São R\$125 mil. Vinte mil, mais vinte mil...

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Quando foi? Isso não era distribuição de lucros, anterior a essa data? Não é?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Não.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Então, eu preciso ver e informar ao senhor, porque realmente não me lembro disso.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a está falando em distribuição de lucros, lembra mais ou menos o que significava essa distribuição anualmente?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não, isso era feito esporadicamente, quando o departamento administrativo e financeiro decidia e fazia algumas distribuições.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Quero dar e provavelmente V. S^a tenha, talvez não tenha tabulado, mas V. S^a movimentou, nos anos de 2003 e 2004, em dois bancos.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Sim.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – No Banco Rural e no Banco Boston seis milhões e trezentos mil. Não lhe parece muito dinheiro para quem só fica trabalhando na área criativa? Na conta particular.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Em 2003 e 2004? A minha vida, Sr. Relator, eu sempre tive alguma dificuldade. Eu queria deixar isso claro também. Nunca fui uma pessoa de muitas posses, entendeu? E até o 2002 eu ainda trazia remanescentes das dificuldades que eu tive em 1994, 1995 e 1996. Eu acho que os meus movimentos financeiros têm muito a ver com pagamento assim, dinheiro que às vezes eu po-

dia estar pegando emprestado com pessoas amigas, e pagando e eu certamente eu posso explicar isso.

E teve também distribuição de lucro. Mas a minha vida é uma vida simples de ser avaliada. O meu patrimônio é uma pequena terra que eu tenho há vinte anos, que foi uma parte herança do meu pai, e o meu apartamento, cuja minha primeira casa foi herança da minha família. Eu não tenho nenhum outro imóvel, não tenho patrimônio algum, não tenho aplicação financeira, não tenho conta fora do Brasil e se isso está aí, se isso espelha a realidade...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Na verdade eu não estou lhe questionando com relação ao seu patrimônio. É que eu quero provocá-lo a refletir sobre se é possível uma Comissão aceitar a idéia de que V. S^a desconheça absolutamente o que diga respeito ao aspecto financeiro da SMP&B, de onde V. S^a é sócio. Portanto, alguém que só trabalha criativamente na publicidade e, no entanto, na sua conta particular movimentou seis milhões.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Em quanto tempo?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Eu quero insinuar, se me permite, que V. S^a sabe mais a respeito do aspecto financeiro da SMP&B, da movimentação financeira da SMP&B.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não, posso afirmar para o senhor que eu sei exatamente o que eu estou dizendo. E esse movimento aí eu não sei exatamente, mas deve ser a soma de todos os cheques que entraram e saíram da minha conta em dois anos.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Dez milhões!

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Em dois anos.

Quero dizer para o senhor o seguinte: eu fiz negócio nesse tempo, eu não sei, cheguei a vender apartamento. Eu vendi a minha casa, quando eu comprei outra casa. Eu vendi um apartamento para comprar outro apartamento. Eu transacionei com automóveis. Eu recebo dividendos, eu recebo o meu salário. Eu recebia R\$30 mil da minha empresa e R\$30 mil da DNA, até um determinado momento. E eu recebi, quando eu saí da DNA, um volume de recursos, não sei se está aí, das ações que eu vendi. Isso tudo foi em 2004 também.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Quanto V. S^a percebeu pela venda da DNA?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – R\$800 mil.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – R\$800 mil. V. S^a contraiu algum empréstimo junto ao Banco Rural?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Se eu contrai pessoalmente, meu? Contraí, pequeno para comprar uma terra contígua à minha, ainda nem foi pago isso.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – O que é pequeno para V. S^a?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Nos números que andam falando, eu contratei quinhentos e poucos mil reais, que vence no dia 11 de dezembro. E essa terra que eu comprei está no contrato, está ligado a essa terra.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Consta na agenda da Karina que, em 5 de fevereiro de 2003, houve um encontro entre o Chefe da Casa Civil, José Dirceu; Marcos Valério; Delúbio; Kátia Rabelo; José Dumond e V. S^a. V. S^a participou alguma vez de alguma reunião com esses interlocutores?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Eu participei de duas reuniões na Casa Civil. As duas reuniões eu fui convidado pelos nossos clientes. Uma delas eu fui com o pessoal da BMG. Eles estavam inaugurando a fábrica da Brasfrigo em Luziânia, e é uma fábrica muito importante. É um grupo importante em Minas Gerais e uma das maiores fábricas do Brasil de enlatado – enlatado de ervilha, enlatado de massa de tomate. E eu tinha muito interesse em atender a essa fábrica. E eu estava até preocupado em ir nessa reunião, uma vez que a DNA também estava preocupada em ter essa conta.

E aí eu pedi ao Marcos Valério se ele podia me colocar nessa reunião. Ele falou: não tem problema nenhum, você pode até, não sei se foi no avião do Dr. Flávio, e eu fui para essa reunião – eu estou te contando uma delas, porque foram duas, e eram mais pessoas, eram mais ou menos uma cinco pessoas do banco. O Marcos Valério estava e eu estava.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Do Banco Rural?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não, eu estou contando primeiro do BMG. Porque eu não lembro as datas exatamente, pode ser que a do Rural eu falo já.

E nessa reunião eu, inclusive, sentei na ponta da mesa, não era nem uma pessoa importante ali, porque o Dr. José Dirceu estava em frente do Dr. Flávio, conversando sobre essas questões que foram já abordadas aqui. E isso foi o fato que eu presenciei. E ele foi levar um convite para a inauguração da fábrica em Luziânia. Eu, inclusive, fiz questão de ir à inauguração da fábrica e fui até lá no dia. É uma fábrica muito grande. E eu comentei isto com o Marcos Valério: Marcos Valério, não é possível atender a conta dessa fábrica? Não, vou tentar ver se eu consigo isso para

gente. Me falou isso na época. Mas isso também não deu resultado.

A outra reunião que eu tive com o Ministro José Dirceu, não foi eu que tive, eu participei, foi uma reunião que o Dr. Sabino, hoje falecido, ele era presidente do Banco, a Dona Kátia foi também e eu conversava muito com ele. Ele me chamava lá, gostava de conversar, a gente conversava na sala. E ele era uma pessoa muito visionária. Ele era muito conhecido em Belo Horizonte. E ele tinha um plano que era com relação às terras que tinha na Amazônia e tinha também uma mineração de nióbio, alguma coisa que ele já estava tentando junto ao governo, vinha desde o Governo Fernando Henrique. E ele falava que já tinha uns 15 anos, mas as pessoas não o ouviam, que ele estava tentando apresentar isso para o governo, que ele achava que era um fato importante. E ele, inclusive, me convidou para ir com ele, e me chamou para ir no avião. Eu fui com ele. Nessa reunião, eu acho que ele deixou esse documento com o Dr. José Dirceu, uma pasta que contava tudo isso, mais esse plano, que era uma fazenda que ele tinha na Amazônia. Ele estava dizendo para mim que achava que era um absurdo um País como o Brasil, tem vários afluentes na Amazônia e quando vem a seca aquilo fica ali seis meses, e é a terra mais fértil que existe no mundo, porque na época que está alagado, vem a seca, mas dura só quatro ou cinco meses...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Quero me reportar exatamente a essa segunda reunião com o pessoal do Banco Rural, por quê? Porque quando esse evento ocorreu havia uma ação em trâmite na Justiça contra inclusive V. S^a como avalista e a SMP&B.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não era a DNA?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Enfim do grupo de V. S^a, como sendo a DNA, como sendo enfim avalista, daquele episódio de um contrato lá atrás, de 1998, um empréstimo conseguido junto ao Banco Rural. E a curiosidade que nos toma é a seguinte: se o Marcos Valério, V. S^a, a empresa estavam sendo executados em um débito de R\$13 milhões naquele instante, em primeiro lugar, o que faria que o Banco Rural lançasse mão do Marcos Valério e de V. S^a para que fossem interlocutores junto ao Governo, se eram tão comprometidos com o próprio banco, enfim, a visão financeira é de que não seriam V. S^as as pessoas mais adequadas a essa interlocução. O que V. S^a entende que levou a que fossem juntos ao encontro como esse com os seus credores no Palácio do Planalto?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Deputado, desculpa, Sr. Relator, o meu interesse único e exclu-

sivamente foi acompanhar o pessoal do banco. Essa relação eu nunca tinha feito, inclusive se as datas eram essas da execução. O banco é nosso cliente há dez anos, investe razoavelmente em publicidade, temos um portfólio grande de investimento do banco, e os meus interesses, posso afirmar para o senhor, que eram estes de atender bem o banco como cliente.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Logo em seguida a esse encontro, a dívida que tinha chegado a R\$13 milhões foi acordada para pagamento em R\$2 milhões. Qual é a explicação para isso?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Eu não participei, como não participava dessas negociações; eu soube exatamente desse processo, também fui atingido, esse assunto era tratado entre o Marcos Valério, o Dr. José Augusto e a direção do banco. Os advogados entraram nesse processo, teve um desconforto muito grande sim, eu me lembro disso. Teve uma negociação, foi pago um determinado valor. O banco, inclusive, a proposta de cumprir uma parte desse débito com prestação de serviços, tivemos que até avançar em outras áreas, como, por exemplo, o banco tem várias agências no Brasil inteiro, precisava contratar alguém que fizesse a distribuição, o leiaute das agências, é um trabalho até que os escritórios de arquitetura fazem, uma série de outras coisas, e a agência teve que entrar nesse assunto para ter matéria palpável para cobrar, para poder fazer, digo, assim, para que o banco pudesse responder e pudéssemos atender a esse tipo de demanda que o banco tinha. Isso é uma coisa que as agências fazem, porque o Departamento de Programação Visual cria a máquinas, nós criamos toda a programação visual do banco no Brasil inteiro...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– O senhor quer dizer que em virtude desse acordo, houve algo acrescido nos serviços que estavam sendo prestados ao Banco Rural?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Nós propusemos isso, propusemos ao banco que podíamos também atender a essa área...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Propuseram e realizaram?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – E realizaram.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Isso está documentado na contabilidade da empresa?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – certamente.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– De qualquer modo, era um empréstimo que, segundo se diz, não era efetivamente de dívida da SMP&B, tinha interesses políticos, enfim correspondia a financiamen-

to de Partidos. A pergunta é: A SMP&B tomou alguma providência para recuperar esses valores?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Para recuperar esses valores... Sr. Relator, esse episódio desse empréstimo eu não tratei sobre ele. Isso foi tratado direto entre o Marcos Valério, o Dr. Clésio e o Cláudio Mourão, como já foi falado aqui. Não participei disso. O que eu sei, naquela época, é que esse empréstimo foi tomado, a pedido, precisava ser investido...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Naquela época, o Dr. Clésio ainda era sócio?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não ele já tinha saído.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Mas V. S^a disse que o Dr. Clésio entrou no ajuste, no acordo.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Hein?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– V. S^a acabou de dizer que o Dr. Clésio entrou nesse acordo concedido pelo Banco Rural.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Mencionou o nome. Tudo bem. Pode ser um lapso.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não, o Clésio não entrou no acordo, o Clésio já tinha saído da agência quando aconteceu isso.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Por isso é que lhe perguntei a data.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Então me desculpe. Se eu falei foi um ato falho.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Em seguida a isso e com toda essa dificuldade que o banco teve, mais uma vez ele se demonstrou magnânimo, procedendo a um novo empréstimo, agora com o objetivo de financiar, segundo, aí me reporto ao Marcos Valério, o Partido dos Trabalhadores.

O que V. S^a sabe e conhece em relação aos empréstimos procedidos em nome da empresa ou garantidos pela empresa e que eram de interesse ou de partidos ou de políticos?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Veja bem, volto a afirmar para o senhor: estou colocando aqui exatamente porque sei e como os fatos aconteceram segundo os meus olhos. O Marcos Valério fez uma reunião conosco, em que falou da importância de se aproximar, de ter um bom relacionamento com o Partido, porque isso é de suma importância, e a gente sabe também que hoje todas as agências de publicidade têm sempre preocupação em estar próximo. Isso faz parte de qualquer empresário; isso para mim não era nenhuma novidade; isso é uma coisa que todo mundo faz, não vejo nada de ilícito nisso. E quando ele fez essa colocação, ele falou: “Olha, quero me aproximar

do Partido, e foi feito um pedido de um empréstimo e estou tomando a decisão de fazer e queria saber se vocês concordam com isso. Vou fazer isso junto ao Banco Rural.” E eles já estavam tratando desses assuntos há algum tempo. E eu te confesso que, independente de se eu tinha preocupação ou não, na época, eu assinei na confiança e achei que deveria assinar, quando ele me falou isso.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– E esses empréstimos terminaram não sendo pagos na época oportuna. O Banco Rural não insistia junto a V. S^a, junto ao Marcos Valério em relação a essa pendência existente desses empréstimos?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Eu não tinha ligações diretas com esse assunto no banco, com esse tema, não. Nas minhas reuniões com o banco o assunto era sempre a minha área, que é a área de publicidade e propaganda. Eu não participava dessas reuniões, mas sei que o banco tinha preocupações.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Mandava algum comunicado ou eram preocupações meramente orais?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não, isso era tratado com o Marcos Valério. Ele sempre conversava isso com o banco, sempre, ele estava sempre tratando desses assuntos. Acho que ele se preocupava com isso, mas ele tratava isso direto com o banco.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Desculpe-me se provoqueei V. S^a no começo, mas hoje se diz que a rigor são R\$ 100 milhões que estão... A empresa suporta isso tudo? O sócio desconhece? V. S^a só fica lá no departamento de criação, com todo esse imbróglio, essa dívida, esse patrimônio todo comprometido?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Eu só fico ali. A agência tem o oitavo e o sétimo andar. Eu, depois que o Marcos Valério se tornou meu sócio, nesses últimos seis anos, eu devo ter entrado na sala da Simone umas cinco ou seis vezes, na minha vida. Não trato na área financeira mesmo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– E na sala do Marcos Valério?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não, o Marcos Valério tinha uma sala ao lado da minha e do Ramon. O Marcos Valério freqüentava muito pouco a empresa. O Marcos Valério, nesse último ano, passava duas, três semanas sem passar na empresa. E no ano passado foi muito pouco também. O Marcos Valério tem muitas empresas, tem muitos negócios, pelo que estou vendo aqui agora, ele tem dezoito empresas. Ele era apenas sócio da minha empresa, com um terço no meu negócio, mas ele tinha muitos negócios. E sempre que ele estava em Belo Horizonte, ele tinha que estar

na DNA. Ele tinha reuniões pessoais, ele sempre... Ele não ficava na SMP&B.

Mas o senhor tinha perguntado sobre os cem milhões. A partir de um determinado momento, eu não avalizo mais esses empréstimos, porque depois que saí da Graffiti, os últimos empréstimos não têm o meu nome, a DNA não tem o meu nome, eu não sou sócio do Rogério Lanza Tolentino, portanto, não tem o meu nome, e nem da S2, portanto, não tem o meu nome. Imagino que nos contratos deve ter – a parte que é da SMP&B Comunicação foi a que eu assinei primeiro e que depois foram sendo refeitos – isto eu assinei.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Segundo a sua concepção, qual o objeto mercantil da Tolentino?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Ela tem um Escritório de Advocacia, conhecido em Belo Horizonte – é até um Escritório grande. Trabalha com consultoria...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Há muita transferência de recursos internos como se pertencessem ao mesmo grupo.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Mas eu não domino esse assunto.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a sabe que Graffiti, na verdade, foi criada, a rigor, para administrar uma outra empresa, não é isto?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não, senhor. A Graffiti foi criada há uns 20 anos – na época, as agências de propaganda, lá no início, quando eu comecei...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Agora, ao final, qual era o objeto – a razão de ser – da Graffiti?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – A Graffiti prestava serviços de fotografia, de comunicação nessa área porque ela era uma prestadora de serviços para a Agência. Depois, parece que mudou o objetivo social dela. Depois que o Marcos Valério entrou na Agência, eu acho que o pessoal da Contabilidade, alguém sugeriu que a Graffiti mudasse o objetivo social até para que ela pudesse ter, amanhã, um cliente concorrente que pudesse ser atendido pela SMP&B e poderia ser atendido pela Graffiti. Este é um assunto comum. Todas as agências costumam ter uma segunda ou uma terceira agência. Aqui, hoje, os grupos mundiais de agências de publicidade – não sei se o senhor sabe – mas, dentre as quatro ou cinco maiores agências brasileiras, quase todas, esses grandes grupos pertencem a um mesmo grupo de agências. Inclusive entram em licitações e participam e têm, lá em cima, uma *holding* ou alguma coisa que controla.

Hoje, nós temos no mundo três ou quatro grandes grupos de comunicação que faturam bilhões e bilhões de dólares e que detêm pelo menos umas vinte ou trinta denominações de agências distintas em vários países. No Brasil não é diferente. Quando a Graffiti foi criada era uma empresa administrada... porque é assim: no início, não havia computador, não existia esse negócio. Tudo era tratado na mão e quando você pedia um foto-traço ou alguma marca, se não era da criação, eu tinha que ligar e o camarada demorava a trazer. Aí, todo o mundo chegou à conclusão de que se teria que ter um laboratório em casa. Todas as agências tinham seu laboratório e esse laboratório era uma empresa que prestava serviços. A Graffiti foi fundada dessa forma.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Pois não.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – A Graffiti foi fundada dessa forma. Era uma empresa...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Qual é a interpretação ou a explicação que V. S^a dá para que em todo esse contexto do Marcos Valério 17 ou 18 e até conforme a listagem, 21 empresas estavam, de alguma forma, imbricadas, ligadas e repassando dinheiro?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Vinte e uma empresas?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– É. Todas elas do grupo – eu lhe dar algumas apressadamente: a DNA, a SMP&B Comunicação – V. S^a é sócio da SMP&B São Paulo Comunicação?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – A SMP&B São Paulo Comunicação...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Que não é a mesma da SMP&B.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – É. Por uma razão, ela não existe mais.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Não existe mais? Ela movimentou muito dinheiro.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não sei se já foi encerrada, mas ela não atua.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– A Multi Action, a 2S Participações, a Graffiti... V. S^a que convive com Marcos Valério, o que justificaria ao cidadão a ter e participar de toda as empresas aqui, toda elas, necessariamente, transferindo dinheiro de uma para outra, circulando?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Eu acho que essa pergunta pode ser feita para ele. Já deve ter sido feita e o que eu posso dizer, Sr. Relator, da minha vida é isso o que eu estou dizendo. Inclusive, eu não tenho interesse nenhum em participar de outras empresas. Na verdade, eu terminei – como eu estou

agora – na empresa que eu criei e que é o que eu sempre quis.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a teve alguma parceria em produção de campanha com o Sr. Duda Mendonça ou o grupo de Duda Mendonça?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não. O Duda não me conhece e eu jamais o conheci.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Nunca tiveram produção conjunta?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Jamais.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Que campanhas V. S^a lembra que participou nesses últimos cinco anos?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Eu só fiz uma campanha... Aliás, eu queria dizer, também, que a SMP&B não participa de campanha. Tem uma confusão muito grande, aí, quando se alega isso, porque o que acontece é que muitas vezes um funcionário da Agência ou o Diretor de Criação – geralmente quando se faz *bureau* de campanhas, contratam pessoas porque é uma maneira de se baratear o custo das campanhas e muitos funcionários nossos já pediram licença para prestar serviços a outras campanhas. Não posso determinar quais foram, mas eu posso dizer que a minha empresa – a SMP&B, a última campanha majoritária que ela participou foi uma que eu coordenei e foi a última que eu coordenei porque nunca mais participo disso, porque foi um desgaste absoluto. Foi a campanha do Dr. Sérgio Ferrara, Prefeito de Belo Horizonte, em que eu tive o prazer de conhecer o Dr. Ulysses Guimarães, Dr. Franco Montoro, Dr. Mário Covas, que estiveram comigo, e os levei dentro da sala de reunião da minha empresa, e que deram um testemunho e gravaram para o Dr. Sérgio Ferrara. E foi a partir do depoimento...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sem ser campanha majoritária...

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não. Sem ser campanha majoritária, participei de algumas...eu, pessoalmente, não. Nós criamos peças publicitárias para vários que nos pediram. Muitos pediram. Chega um amigo: “Você pode criar para mim?”

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– E candidatos de expressão a Deputado?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Eduardo Azeredo, nós demos para ele peças para a campanha de Senador. Dei as peças para ele. Não fiz a campanha dele. Ele tinha a agência dele. Nós fizemos até... Criamos um *banner* para ele, alguma coisa assim, mas foi dado para ele, e não participamos da campanha dele para o Governo do Estado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Pela DNA, V. S^a não faz a produção, a criação?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não. Eles são concorrentes ferrenhos meus.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– É estranho essa sua visão da concorrência, porque, para nós, são...

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Mas é verdade.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– As interlocuções são fraternais, tanto um movimento que vai de um para outro.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não, não, mas, na área de publicidade, o senhor pode conversar com o Francisco e a Margareth e os próprios funcionários podem confirmar isso.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Há um Parlamentar que recebeu recursos de financiamento de campanha e que diz que, na verdade, os recursos eram oriundos da Usiminas, que a Usiminas passou, através da SMP&B, da SMP&B passou para o seu coordenador de campanha, o Sr. Nestor, e a informação desse Sr. Nestor é que o contato e o acerto com a SMP&B se realizou com o Sr. Cristiano Paz, que é V. S^a. O que tem a dizer sobre isso?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Eu queria dizer ao senhor o seguinte: eu, quando comecei...posso fazer uma resposta um pouco mais extensa?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Pode.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Quando eu comecei em propaganda, quando eu tinha os meus...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Não retroagindo demais também.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não, não, mas é porque é importante colocar isso. Está bom. Vamos chegar lá nos 1972. Naquela época, o Presidente da Usiminas era o Dr. Amaro Lanari Júnior, depois foi o Dr. Rondon Pacheco e vários Presidentes, Paulino Cícero, Dr. Luís André Rico Vicente até chegar no Dr. Rinaldo.

A minha história com a Usiminas é uma história de 33 anos de atendimento. Eu conheço todas as pessoas da empresa, eu conheço a área de comunicação da empresa antes deles, eu conheço a usina. Fui à usina várias vezes. Participei de vários eventos internos na usina e eu tenho uma relação com a Usiminas profunda. Admiro o trabalho daquela empresa e acho até que a maneira como está sendo colocado o nome da Usiminas na imprensa é uma coisa que me toca profundamente, porque talvez seja uma das empresas mais sérias e mais dignas que eu já conheci nesta Nação; uma empresa que se relaciona com

os funcionários como eu nunca vi. A única empresa que, quando foi privatizada, cedeu participação para os funcionários. Foi o único Presidente que continuou à frente da empresa, mesmo depois de privatizada, Dr. Rinaldo, que foi, inclusive, operário da empresa e trabalha na empresa com roupa de operário. A Usiminas mantém o hospital da Fundação Usiminas, que é considerado um hospital modelo nesse País...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Só para... Ninguém questiona isso.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não, não, eu sei.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Nós todos admiramos a Usiminas.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não, eu só queria fazer uma colocação.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– O problema é que o nome dela aparece...

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – É porque, como eu tenho muita ligação com a Usiminas e a gente trabalha há muitos anos, todas as coisas que chegam na área de comunicação, automaticamente, eles mandam para a agência e vem para a minha mesa automaticamente.

Então, proposta de patrocínio, proposta de *marketing*, proposta para comprar camisa de jogo de futebol, proposta disso...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a leu a informação nos jornais?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Li.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Do depoimento do Parlamentar, onde ele diz que, na verdade, eram 150, passando pela SMP&B se reduziu a 104, cento e poucos líquidos?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Li.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Foi retida uma parcela? É essa explicação só que nós gostaríamos...

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – É, está bom.

Bom, como eu disse, tudo que chegava na Usiminas nessa época, qualquer pedido, mesmo nessa área política, era passado para SMP&B.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Tudo que dizia respeito à área política de interesse da Usiminas passava pela SMP&B?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Passava para... Não, se algum pedido de Deputado, para pedir para criar peça, campanha, alguma coisa, tudo era passado para nós. E esse pedido do Roberto Brant foi passado para lá, criamos algumas peças para ele e, em uma reunião interna, com o Marcos Valério inclusive, ele falou: “Acho que precisamos tomar uma decisão e

fazer algumas doações, algumas campanhas de nosso interesse aqui, campanhas de Belo Horizonte”.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Então, na verdade, essa remessa não foi um repasse em dinheiro? V. Ex^a produziu um trabalho?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não foi repasse, não; foi doação da empresa, mas, mesmo assim, produzimos trabalho para o Dr. Roberto Brant. E não foi uma vez só não. Em umas duas ou três ocasiões, demos para ele. Tínhamos relacionamento com ele, como tenho relacionamento com ele. E respeito o Dr. Roberto Brant.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Nós também o respeitamos.

Não há uma outra pessoa de que V. S^a se lembre que também anunciou essa passagem do dinheiro da Usiminas através da SMP&B? Lembra-se de alguém?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não. Espere! Houve outras. Fizemos outras doações.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – E da Usiminas, através da SMP&B?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não, não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a se lembra de alguma outra empresa que tenha também se valido da SMP&B para contribuir na campanha de algum Parlamentar ou de algum candidato?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Embora seja da DNA, V. S^a não sabe nada da DNA?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não. Da DNA, sei de alguma coisa que tenho lido nos jornais.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Por exemplo, foram colhidas notas que estavam sendo incineradas.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Acho que o mesmo susto que o senhor tomou eu tomei. Falei: “Gente, como é possível uma coisa dessas!” Fiquei indignado com aquilo. Inclusive, fiquei constrangido pelos dois sócios da DNA. Liguei para o Chico e disse: “Chico, que história é essa?” Ele falou: “Cristiano, eu não sei. Não sei te explicar”. Ninguém sabia.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Nós temos tido dificuldade de acesso até agora à documentação contábil da SMP&B. Parece que, através da Receita Federal, agora, no dia 10 – deve ser hoje, então – finalmente conseguiremos o diário, porque a informação que se tem é a seguinte: se fosse o Ministério Público procurar, a informação estava na Polícia Federal; e a Polícia Federal dizia que estava no Minis-

tério Público ou na Receita Federal. E, assim, ninguém até agora teve acesso.

Mas por que estou dizendo isso? Temos uma curiosidade. Veja só: se os recursos correspondentes aos empréstimos entraram na SMP&B e saíram em dinheiro, mas sem documentos, pelo menos uma parte – porque não se colheu recibo de ninguém –, como é que era dada baixa desse dinheiro na contabilidade? E não há como sacar o dinheiro do banco, ingressar no caixa, na contabilidade. E ele tem que ter o correspondente documento que abata no caixa.

Até agora, não sabemos. V. S^a poderia nos dizer qual é o sucedido, qual é o documento que está posto na contabilidade da SMP&B, no lugar dos nominados, como recebedores, em dinheiro?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Eu nunca tratei sobre esse assunto na SMP&B com a contabilidade. Nunca fiz uma reunião.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – São milhões e milhões de reais. Aí que vem essa hipótese de notas frias, porque é preciso dar saída.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Notas frias... se tiver... Acho que não existe isso na minha empresa, mas, se existir também...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Quando V. S^a produz, a par da sua criação, apresenta um possível orçamento?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Quando eu crio...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Quando V. S^a faz uma criação de publicidade, ao mesmo tempo alguém precisa saber do custo dessa sua criação.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Sim.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a apresenta também um orçamento?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Sim.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – É V. S^a que dá o orçamento?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não. A agência apresenta.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Ela apresenta, mas quem dá o tom do custo daquilo que V. S^a está produzindo?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – A área de operação da empresa.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Não é V. S^a?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não. Minha parte é criação e planejamento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a não dá avaliação nenhuma ao que produz? É algum outro que atribui valor?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – As estimativas de custo da agência não são assinadas normalmente por mim. Elas vão direto pelo atendimento, e o atendimento busca em cada área, quando é produção, produção de televisão, quando é assunto de criação. Tudo é passado. Há o departamento próprio, checam-se os orçamentos, aquilo é levado para o cliente, o cliente autoriza, é feita a estimativa de custo, é feita uma fatura, e o cliente paga. É sempre assim.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Nesses contratos de publicidade públicos da SMP&B, muitas coisas são terceirizadas, mas muitas correspondem à criação da própria SMP&B. Nesse caso, seria V. S^a que faria essa produção?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não. Veja bem.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Há criação de V. S^a que tenha sido utilizada por empresas públicas?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Vamos ver se estamos falando a mesma coisa: sou responsável pela área de criação da empresa. A área de criação é a área que cria a publicidade. Então, cria o filme que vai para o ar, cria o tema da campanha, discute. Essa é a área de criação.

Existe uma tabela do Sindicato das Agências Brasileiras e da Associação Brasileira em que há descontos e valores. As agências concedem descontos ou não com relação ao que ela cria. Toda agência é remunerada. As suas comissões, segundo empresas públicas, são baseadas pelo edital. Normalmente, são 20%. Há desconto de 5% que as empresas dão. No nosso caso, é assim com todas, porque o edital é um edital-referência. Quase todos os editais do Brasil...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Todo o trabalho de V. S^a está, necessariamente, acobertado pela participação? Por exemplo: tenho um contrato de 30 milhões com o Banco do Brasil.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Vamos falar dos Correios.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Hipoteticamente. Correios. Tenho um contrato de 30 milhões com os Correios. Desses 30 milhões, tenho 10% a 15%.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Isso.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Esses 10% a 15% cobrem toda a área de criação de V. S^a ou, fora os 15%, há outra produção que entra em outra parte remanescente?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não. Veja bem: o contrato dos Correios que temos hoje já foi, inclusive, concedido à Comissão. Tenho aqui também

– e posso deixar com os senhores – o relatório de todas as faturas.

Vou falar sobre esse contrato. O último contrato com os Correios foi de 70 milhões. Aí também há uma dificuldade, porque a imprensa, de alguma maneira – não é que tenha distorcido –, falou muitas coisas. Existe um aditivo de 25%. Isso faz parte da legislação nacional. Todas as empresas da administração direta ou indireta participam desse aditivo. Ele pode ser até 25%.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Não é bem assim, não.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – É assim.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Não. É uma abertura dada pela lei para circunstâncias extraordinárias. Não é que todo contrato, por ser contrato, vai aumentar 25%.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Então, fizeram do extraordinário a regra comum.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – A praxe dos contratos da SMP&B era a de que todos tinham 25%?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Todos os contratos que conheço da administração pública, todos, sem exceção, neste País, cumprem os 25%. A maioria. Noventa por cento. Estou afirmando com alguma certeza.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Então, é um vício que teremos de corrigir, com certeza.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Acho que isso deve ser corrigido, inclusive porque é uma hipocrisia. Se a empresa tem necessidades de investimentos maiores do que aquilo, elimina-se, então, esse aditivo – porque isso acaba levantando suspeita – e coloca-se logo o valor. É uma sugestão que inclusive deveria ser dada.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Embora estejamos falando em produção legislativa, a lei já dá esse limite. Não é assim. A possibilidade de se aditar em 25% existe quando, excepcionalmente, diante de uma circunstância, percebe-se que é preciso crescer. Mas não que se tenha, automaticamente, direito a crescer.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Automaticamente, não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Deixe-me até fazer uma pergunta aditiva a isso: nesses acréscimos de 25%, V. S^a produzia algo a mais?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Algo a mais?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – É.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Sem dúvida.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Havia um acréscimo de produção?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não, não. Veja bem: quem decide o acréscimo é a empresa, não são as agências. As agências não têm nenhum poder para decidir sobre acréscimo, porque a necessidade é da empresa.

Eu considero a Empresa de Correios e Telégrafos uma das empresas mais sérias deste País. Na área de comunicação dos Correios, eu conheço as pessoas que trabalham lá e posso avaliar a idoneidade delas. Inclusive, no nosso contrato que está nos Correios, não há possibilidade e certamente não haverá nenhuma fatura que possa implicar algum crime. Primeiro, porque acho que os Correios não permitiriam. E as pessoas que estão lá, eu as conheço.

O contrato feito com os Correios seguiu todos os processos legais. A SMP&B participou de uma licitação legal – não é a primeira vez que ela atende os Correios, ela já atendeu quatro anos atrás –, deixou uma história muito importante na empresa e recebeu vários prêmios de reconhecimento nacional. Não sei se V. Ex^{as} lembram, mas havia até um filme com Rubens Barrichello, logo que ele começou. O Rubinho falava: “Eu sou corredor de Fórmula Um, por isso é que eu trabalho com os Correios”. Há várias histórias.

Voltamos, nessa licitação, aos Correios. Foi uma licitação disputadíssima – 55 agências disputaram. A nossa agência recebeu a nota 87,2. Foi a terceira agência classificada, e a campanha que ganhamos, a licitação, foi uma campanha brilhante. Eu tenho a campanha aqui. Foi uma campanha que falava sobre a inclusão digital, uma campanha democrática para que todos os brasileiros pudessem ter acesso à Web, acesso à Internet. Então, o plano dos Correios era permitir, em cada terminal, em cada lugar onde houvesse uma agência dos Correios, acesso, para que a população pudesse ter...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Em que ano foi isso?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Isso foi agora, no ano em que nós fizemos a licitação. Foi a campanha que venceu a licitação dos correios.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Dois mil e...

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Foi no início... O contrato foi assinado no dia 15 de outubro de 2003. A campanha foi essa aqui: “Chegou Correios Net. O Brasil está na rede”. Era uma campanha que trazia... Inclusive, a criação foi desenvolvida com as várias faces do cidadão brasileiro, que são pessoas

que não estão incluídas no processo digital no Brasil e o que os Correios queriam trazer é um acesso a todas as camadas da população: se você não tem seu *e-mail*, não tem seu acesso à Internet, você pode agora, gratuitamente, procurar uma agência dos Correios, dar seu endereço digital, acessar lá e você pode receber seus *e-mails* e o Brasil inteiro. Essa campanha foi um sucesso. Na verdade essa campanha não foi ao ar. Ela foi um sucesso na licitação. São várias peças criadas, teve um anúncio de página dupla também, que falava também... Esse é o anúncio que foi apresentado na campanha de licitação, que venceu a licitação dos Correios, os senhores podem abrir o processo, todo, licitatório e conferir todas as notas, eu tenho aqui as notas...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– V. S^a participou do processo licitatório?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Participei. Cadê as notas?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Por que é que V. S^a fez aquela redução da exigência em relação ao capital?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Eu daria parabéns ao Governo por ter feito essa redução, porque essa é uma luta da Fenapro (Federação Nacional das Agências de Propaganda), há muitos anos, desde que me entendo como publicitário. Era um absurdo, porque a vida inteira o patrimônio das agências, assim: só colocava lá três, quatro milhões, e as agências que não podem ter esse patrimônio líquido nunca puderam participar. Então, o que aconteceu é que as agências cresceram muito no Brasil, principalmente na época da ditadura, não estou fazendo crítica a regime nenhum, mas elas cresceram por quê? Porque elas tinham patrimônio muito grande, recebiam contas vultosas, aumentavam o seu patrimônio e toda vez que vinha uma nova licitação, elas tinham condição de dizer: “eu posso participar, porque o patrimônio exigido é de cinco milhões”. Mas a SMP&B não foi beneficiada. Foram todas as agências médias e pequenas deste País. Isso eu posso afirmar que deveria uma posição adotada por todos os Governos quando vão licitar agências de propaganda. Porque uma agência de propaganda deve ser licitada pela qualidade dos serviços que presta, pela história que ela presta, e não pelo capital social. É evidente que o capital social em alguns casos é importante. Pega um Banco do Brasil, por exemplo, você tem que ter um limite de capital, mas para isso os bancos exigem também carta de fiança. Então, você pode eliminar... Eu, por mim, colocaria zero o patrimônio líquido, para dar acesso até a um *bureau* de criação que pode fazer um grande trabalho para o Banco do Brasil, não precisa ser uma

gigantesca de uma empresa. Agora, ele teria que apresentar uma carta de fiança, porque, se ele vai receber uma conta de 100 milhões, ele tem que responder por isso. Aí, sim, acho que deveria ser o limite, mas não o patrimônio líquido das pessoas, o patrimônio líquido das agências. Então, abaixar o patrimônio líquido foi uma medida correta. Eu não conheço o Sr. Gushiken. Nunca estive com ele, mas acho que foi uma medida correta do Governo ter feito isso.

A Agência Bagg, da Bahia, inclusive por causa disso – ela tem um patrimônio menor que o nosso –, foi classificada na nossa frente. É uma agência pequena, mas é boa. Conheço, inclusive, as pessoas dessa agência; uma agência muito criativa na Bahia. Eu até diria que, se não fosse esse patrimônio, essa agência não estaria atendendo os Correios. E acho que foi uma coisa boa para os Correios.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PDMB – PR) – Na verdade, o que se tem afirmado é que, embora tenha sido mudada a exigência, ela terminou não beneficiando; as três atenderiam, de qualquer forma, pelo sistema anterior. Tudo bem. Esse é um problema técnico.

A pergunta é: V. S^a conhece o Sr. Aroldo Bicalho?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Conheço o Aroldo Bicalho. Eu mexo com motocicleta há muitos anos – agora, nem tanto –, desde pequeno, com 17 anos. Motocicleta fora de estrada, que é chamada *off-road*, é chamada *trail*. E o Aroldo eu conheci há uns 25 anos. Ele é muito conhecido em Belo Horizonte, praticante de *trail*, participou do Enduro da Independência durante 13 anos, fez até parte da nossa equipe algumas vezes.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PDMB – PR) – As atividades dele comerciais.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não tenho relações com as atividades comerciais dele.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PDMB – PR) – Tem informação pelo menos no que ele atua?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Nós todos sabemos. Acho que isso já foi divulgado amplamente.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PDMB – PR) – Qual é?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Ele esteve envolvido com essas questões aí. Todo mundo sabe. Com remessa, com dólares. Isso eu li.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PDMB – PR) – E V. S^a teve transações em dólar com ele?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PDMB – PR) – V. S^a conhece alguma *trading* com a qual a SMP&B

e a DNA, de alguma forma, tenham feito transações? Já ouviu falar na Guaranhuns Empreendimentos?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não. Tomei conhecimento dessa Guaranhuns agora. Aliás, assustei muito quando vi na televisão. Mostravam lá prédio, terreno baldio...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PDMB – PR) – E foi checar na empresa para saber o que a empresa tinha com a Guaranhuns? V. S^a, como sócio, quando viu, foi verificar?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Fui.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PDMB – PR) – E daí, qual a informação?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Fui procurar o departamento financeiro: “Que história é essa de Guaranhuns que estou vendo na televisão? Nunca vi isso na minha vida! Uma empresa que é um terreno baldio, que não tem endereço”. “Isso não tem nada a ver conosco”. Eu falei: “Como não tem nada a ver conosco? Estão associando à empresa, estão falando até que o Marcos Valério é sócio! Que história é essa?” “Não, não tem nada disso. Esse assunto é relativo àquela conta PT, isso foi pago a terceiros”.

Eram as informações que me deram.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PDMB – PR) – Athenas Trading?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não sei se está referente a esse mesmo assunto, mas eu não tenho conhecimento. E, se isso apareceu agora, deve ser alguma coisa que está dentro da empresa.

Eu não conhecia essa área mesmo. Estou falando a V. Ex^a com toda a franqueza. Não conheço a área financeira a ponto de saber com quais empresas nós fazíamos transações. Estou sendo sincero com o senhor. Não sei se essa Athenas Trading é alguma empresa que prestou serviço ou que trabalhou para nós.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PDMB – PR) – O senhor, na verdade, está trazendo aqui transferências de recursos que a SMP&B fez para essas *trading*.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – *Trading*?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PDMB – PR) – É.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – A SMP&B fez?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PDMB – PR) – Athenas Trading, By Brasil Trading.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não conheço.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PDMB – PR) – V. S^a conhece Arthur Rodrigues, um policial?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não conheço.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Leu o que ele afirmou a propósito de V. S^a?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Eu li o que um Davi afirmou. Li. Tomei o maior susto da minha vida! Eu estava com a minha família em casa, com a minha mulher, e ela falou: “O que é isso Cristiano?” Eu falei: “Não sei”. “Como não sabe?” “Não sei. Nunca vi essa pessoa na minha vida. Não sei de onde ele tirou o meu nome”.

Cheguei à agência no dia seguinte, chamei o meu outro sócio Ramon e falei: “Ramon, que história é essa? Quem é esse Davi que sacou 5 milhões para mim? Onde está esse dinheiro?” Fui ao escritório do Dr. Rogério Tolentino: “Rogério, quem é esse camaramda?” “Ninguém sabe”. “Como ninguém sabe? Sacou 5 milhões para mim. Eu tenho uma terra lá, meu pai mora numa cidadezinha chamada Coelhoos, não tem segurança nenhuma, lá em Itabirito. Quem agora vai cuidar disso? Quem vai procurar esse dinheiro que está na minha fazenda? Quem tirou esse dinheiro em meu nome?” Aí, fui procurar o Sr. Marcos Valério e falei: “Marcos Valério, você sabe disso, você me fala o que é isso”. Ele falou assim: “Não estou sabendo exatamente o que é, mas vou procurar saber e te falo”. Eu falei: “Marcos Valério, não é possível, é um dinheiro muito grande para essa pessoa ter sacado em meu nome e ter entregue para mim, uma pessoa que eu nunca vi, não sei de onde vem, não conheço”. Depois ele voltou e me falou: “Cristiano, isso se trata de recursos da conta do partido, que foram repassados para o senhor. Isso está colocado aí para a Sr^a Zilmar e para o Sr. Duda Mendonça”.

Eu, pessoalmente, não conheço essa história. Sei o que aconteceu, mas não foi repassado para mim.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. Sr^a nunca ouviu falar antes desse episódio de que pagamentos estavam sendo efetuados à Dr^a Zilmar, ao Grupo Duda Mendonça?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Sr. Relator, eu nunca participei dos destinos desses recursos que envolviam essa conta PT. Essa conta chegava à minha mão para assinar os cheques. Por que eu assinava os cheques? A minha empresa é o Ramon Cardoso. Eu sou sócio, e o Marcos Valério também. O Marcos viajava muito. Nos últimos dois anos, ele não parava na empresa. A Dona Simone tinha também procuração para assinar.

Em algumas épocas, acho que o Marcos Valério até, por qualquer motivo... Ela tinha de assinar com um dos sócios ou ela não assinava; às vezes, ela não estava lá quando viajava. Então, tínhamos de assinar sempre eu e o Ramon. Às vezes, eu com ela; às vezes, o Ramon com ela. Lembro-me de que, todas as vezes

que os cheques chegavam à minha mesa – chegavam muitos cheques; era uma pilha desse tamanho que, às vezes, até me incomodava –, eu chegava a falar com o Departamento Financeiro: “Gente, é tanto cheque para assinar! Pelo amor de Deus! Não tem uma forma mais fácil de resolver isso?” E ficava assinando cheques.

Eu não tinha tempo para ficar conferindo os cheques, mas, especificamente, esses cheques que se relacionavam com essa conta PT vinham separados e diziam: “Assunto PT. Marcos Valério”. Eu nunca questioneei isso. Para mim, era um assunto do qual ele já tinha tratado. Eu assinava em confiança. Quando eu tinha alguma dúvida, eu perguntava para o Ramon, e o Ramon falava: “Cristiano, o Marcos Valério já explicou isso lá em baixo, já está tudo certo na área financeira. Esse assunto é com ele”.

Não vinha cheque nominal a ninguém. Não tinha nome de Deputado escrito, não vinha Guaranhuns ou quem quer que seja; nada. Os cheques ou eram nominais à empresa e tinham de ser endossados, ou... Eu não me lembro de ter assinado nenhum cheque com nome de Deputado. Isso teria me chamado a atenção. Nunca. Nunca vi isso, e eu sempre assinava na confiança. Esses cheques não eram a totalidade dos cheques...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– O que o Marcos Valério falava em relação a como seriam pagos esses empréstimos no banco?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Isso também era assunto de desconforto. Eu sempre falava: “Valério, esse negócio está crescendo. Como é que vai ser isso?” Ele dizia: “Não se preocupe com isso. Esse assunto está comigo. Isso está garantido. Isso vai ser pago”.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Ele lhe falava em que nível já estava o débito?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Ele falava que era de conhecimento. Dizia: “Cristiano, você acha que eu sou irresponsável de fazer uma coisa dessa? Botar seu nome, botar minha vida e meus negócios todos, se eu não soubesse que isso seria pago?” Eu falava: “Mas como é que isso vai ser pago?” Ele respondia: “Vai ser pago. O Partido vai pagar isso”. Era o que ele falava comigo. Para dizer a verdade, eu preferia nem pensar nessas questões. Eu pensava nas coisas que eu fazia na empresa.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a conhece o jornalista Gilberto Mansur?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Eu o conheço há vinte anos. O jornalista Gilberto Mansur começou a trabalhar para a gente fazendo... Ele sempre foi um assessor de imprensa, sempre teve muitas relações no mercado. É uma pessoa muito inteligente.

Em Minas Gerais, todos o conhecem. Ele é mineiro e já trabalhou em várias redações.

Esse episódio, que envolve R\$300 mil de pagamento para o Sr. Gilberto Mansur, não tem relação com a SMP&B, não foi a minha empresa. Ele não fez esse contrato com a minha empresa. Isso tem a ver com a DNA, mas ele também trabalha e já prestou muito serviço na SMP&B. Eu o conheço há mais de vinte anos. A primeira vez que ele trabalhou para nós...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a soube de alguma missão especial, de alguma reportagem especial que ele tivesse feito agora, muito recentemente?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não, eu ouvi isso também. Eu não acredito naquela versão. Eu ouvi que ele teria recebido R\$300 mil para intermediar... Sei que ele tem relações com a revista **ISTOÉ**, sei que ele tem relações com outras tantas revistas, sei que ele tem... Ele é um jornalista famoso, conhecido. É até uma pessoa muito... Não sei se os senhores o conhecem, mas ele é uma pessoa trabalhadora. E, para a gente, toda vez que eu precisei de alguma coisa nessa área de assessoria de imprensa, ele se prontificou, sempre com fatura. Toda a vez que ele trabalhou para nós, houve fatura na contabilidade. Quando aparecer contabilidade, estão todas as faturas que ele trabalhou para a gente.

Mas esse episódio se refere à DNA, e eu já não estava na empresa, nem sei porque ele foi contratado para isso.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – De uma determinada manifestação da Sr^a Renilda, extraiu-se a ilação de que ela estaria mandando um recado para o sócio do Marcos Valério.

Não sei se V. S^a chegou a ler ou a ver, na imprensa, algo sobre isso.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Já.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – As relações de V. S^a com Marcos Valério estão rompidas, estão dificultadas? Como estão?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Veja bem, Senador...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Entendeu que estava sendo feito um recado de coresponsabilidade estilo “você sabem e agora querem me deixar sozinho com esse débito, em relação aos sócios”?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não, de forma alguma. Até, para dizer a verdade, sinto pelo que ela está passando e acho que é natural que ela tenha falado isso, porque eu sou uma pessoa, Sr. Relator, que não durmo fora de casa. Eu durmo com a minha mulher e com os meus filhos. Eu, normalmente,

não durmo em Brasília. Este ano, se dormi duas vezes aqui foi com a minha mulher. E, nos últimos dois ou três anos, venho a Brasília eu volto no mesmo dia. Os meus fins de semana são sempre com a família.

Tenho a impressão de que ela deve ter ficado sentida, porque o marido dela viaja realmente muito. O Marcos viaja muito. Eu não sei exatamente. O fato de ela ficar sem o marido em casa deve trabalhar isso tudo...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Mas a mensagem era para os sócios.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Como?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – A ilação é de que a mensagem era um comunicado aos sócios.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Eu não senti nenhuma agressão nisso, não. Achei que o que ela falou é correto. Como mulher dele, ela pensou: “mas e os outros sócios? Só assinam, não tem nada com isso?” Acho que ela pensou o correto.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a conhece a empresa Canopus Empreendimento e Incorporações?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Nunca ouvi falar.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Não?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Nunca. Canopus? (Pausa.)

Ah! Não, Canopus é engenharia. É empresa de engenharia?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Talvez seja. Aqui está: Canopus Empreendimentos e Incorporações. Deve ser de construção civil. Suponho. Engenharia.

É que V. S^a comprou um apartamento por 783 mil e, no mesmo dia, vendeu à empresa, repassou à empresa por 196 mil.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Como é que é? O que foi?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a transmitiu, transferiu à Canopus Empreendimentos e Incorporações... Esse é um dos registros que existem no Coaf. É um pouco antigo, mas está lá naquele imbróglio dos empréstimos lá atrás. Abstraia o imbróglio.

A pergunta é: em 1999, V. S^a adquiriu um imóvel da Canopus Empreendimentos e Incorporações por 783 mil. No mesmo dia, transferiu à mesma empresa por 196 mil.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não. Há alguma coisa errada. Eu comprei da Canopus, só que vendi a minha casa. Comprei um apartamento dessa

empresa – ficava no 5º andar ou algo assim –, morei nesse apartamento por um tempo e fiz uma dívida com essa empresa. Depois, transferi para o apartamento de cima. Nessa transferência, houve... Eu não me lembro. O que eu me lembro é que vendi esse apartamento e paguei uma dívida que eu tinha com essa empresa, que tinha sido acumulada.

Eu não estou entendendo isso aí.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Está no registro, no sistema de fiscalização de movimentação de dinheiro do Coaf em nome de V. S^a.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Mas há algum equívoco...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Inclusive, faz referência a sócio do Marcos Valério.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Sim, mas não sei de onde veio isso. O que posso afirmar para o senhor é que essa transmissão foi feita desta forma: comprei um apartamento, morei nesse apartamento um ano; depois, passei para o apartamento de cima. Havia uma dívida a ser paga. Não consegui pagar essa diferença, fiquei apertado por causa disso. Tive que renegociar com a construtora, vendi o apartamento e paguei essa dívida. Agora, se a construtora contabilizou, se alguma coisa... eu preciso conferir isso.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Eu tenho que... Talvez, pela primeira resposta, resolva a seguinte.

Em 2004, V. S^a vendeu um imóvel de 800 mil? Foi em 2004?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não, em 2004, eu não vendi imóvel, não. Em 2004, vendi as ações...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Eu estou falando daquele imóvel.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – ...da DNA.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Em 2004, V. S^a vendeu alguma coisa de que percebeu uma importância elevada?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Vendi as ações da DNA. Foram 800 mil.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Aqui há transações, transferências de V. S^a de altos valores pelo nome de sua esposa. A origem desse dinheiro seria essa venda...

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Foi essa venda. Está até, acho que tem um cheque, inclusive.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sr. Presidente, muito obrigado! Perdoe-me a delongia.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Concedo a palavra ao Deputado Ibrahim Abi-Ackel, Relator da CPMI da Compra de Votos.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Sr. Cristiano Paz, tive que me ausentar duas ou três vezes. Há também deficiências na transmissão sonora. E é possível que o senhor já tenha esclarecido os pontos sobre os quais vão incidir as minhas perguntas, ou mesmo já as tenha respondido.

O senhor já explicou que foi sócio da DNA por muito pouco tempo, mas que é sócio, que continua sócio, durante todo esse período, da SMP&B. O senhor, na condição de sócio da SMP&B, foi cientificado de todos os detalhes quanto ao empréstimo feito pelo Sr. Marcos Valério, em nome da firma, com o Banco Rural. O senhor sabia que a SMP&B, firma da qual o senhor era sócio, estava assumindo uma dívida de R\$58 milhões, tendo como garantidores os Srs. Delúbio, Valério e José Genoíno, que não tinham rendas, nem patrimônio, para honrar esses compromissos? O senhor sabia disso?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Sabia. Não, posso falar sobre isso? O empréstimo inicial não foi esse valor. Isso deve ter sido acumulando, na medida que não foi pago, porque nunca me apresentou um empréstimo de R\$55 milhões para mim assinar. O empréstimo, se não me engano, foi de R\$12 milhões.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Tenho aqui o quadro dos empréstimos. O que pergunto ao senhor é o seguinte: através desses empréstimos sucessivos, a SMP&B responsabilizou-se por uma soma de R\$58 milhões de empréstimos junto ao Banco Rural.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Sim.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Esses R\$58 milhões de débito contraído pela SMP&B tinham avalistas teóricos: nem o Sr. Delúbio Soares, nem o Sr. José Genoíno, que figuram como avalistas ou garantidores desses créditos, tinham rendas ou patrimônios capazes de honrar esses compromissos.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – É. O que me foi passado é que esses empréstimos estavam lastreados com compromissos assumidos junto ao Partido dos Trabalhadores. Eu, quando questionei o Marcos Valério sobre isso, ele repetiu essas palavras: “Cristiano, você acha que eu seria louco de fazer um empréstimo e colocar o meu nome nisso?”. Como eu sei que ele tem mais patrimônio do que eu, ele tem mais a perder do que eu, e como eu sei que ele dirige, e como eu sei que o Sr. Marcos Valério era uma pessoa muito respeitada, muito conhecida, todo lugar em que ele ia, as pessoas o tratavam bem, sei que, no banco, qualquer banco que ele entrava, todo mundo o tratava

bem, eu imaginava o seguinte: eu posso até ficar preocupado, mas deve ter gente muito mais preocupada do que eu com isso. E o próprio Banco Rural, que fez esses empréstimos. De alguma forma, eles devem ter checado essas informações. Eu assinei na confiança, como o meu outro sócio também assinou, e tudo o que sei é que essas coisas seriam cumpridas.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Mas o senhor há de concordar comigo que o senhor arriscou a sorte da sua firma, ao assumir um compromisso dessa sorte, sem ter garantias, senão orais, seja de terceiros ou de outras pessoas.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – É, isso, hoje, eu vejo que foi um erro.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Não, não desejo ser impertinente com o senhor, mas o senhor há de concordar comigo que essa foi uma operação bancária atípica. Nem mesmo em pequenos empréstimos, nos empréstimos de quantias médias, os bancos deixam de cercar-se de todas as garantias necessárias em imóveis, em patrimônio, em renda, para não serem surpreendidos pela inadimplência total do tomador. Nesse caso, tanto a SMP&B quanto o Banco Rural fizeram uma operação bancária que não tinha garantias reais. Não é verdade?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Parece que sim.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– O Sr. Marcos Valério apresentou ontem uma relação de pessoas que receberam empréstimos feitos pelo ele devidamente datada e assinada. Quero comunicar à comissão que estou de posse de uma relação datada e assinada pelo Sr. Marcos Valério, que é a única relação de nomes que norteia o meu procedimento e baseiam as minhas perguntas.

Não tomo conhecimento de relações não autenticadas, cujas origens não sejam conhecidas e que, porventura, cheguem ao conhecimento da Relatoria.

O senhor, Dr. Cristiano Paz, tinha conhecimento do repasse desses recursos para essas pessoas?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não. E digo mais: tomei conhecimento dessa lista ontem.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– No entanto, Segundo depreendi de uma resposta de V. S^a ao Sr. Relator Osmar Serraglio, o senhor assinou cheques referentes à transferência dessas quantias.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Certamente, foi da mesma forma, Sr. Relator. Não vinha nome de pessoas. Eu devo ter assinado, sim. Não sei quais assinei, possivelmente, posso ter assinado, mas não tinha nenhuma referência.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Registre o fato que o Sr. deixou claro que os che-

ques não tinham nomes. Quer dizer que essas coisas todas o senhor fazia em confiança ao Sr. Delúbio Soares – desculpe, de Marcos Valério.

Veja bem, o senhor é sócio de uma das empresas de publicidade de maior importância no País, tem uma carteira de volume de serviço grande. No entanto, em confiança ao seu sócio, o senhor assinava os cheques em branco. Eles não tinham nomes, não eram acompanhados de faturas, não eram acompanhados de notas fiscais, não eram acompanhados de nenhuma explicação a respeito da legitimidade do débito e o senhor ainda assim assinava os cheques.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Veja bem, Sr. Relator: eu contei um pouco da minha vida aqui, tive muitas dificuldades em várias épocas da minha vida. O Marcos Valério sempre foi uma pessoa de muita influência. Marcos Valério tem hoje muitas empresas, nós sabemos disso, todos já sabem.

Eu pensei sempre comigo mesmo: tem alguém que pode perder muito mais do que eu nesta história – e eu achava que ele estava fazendo a coisa sabendo o que estava fazendo, corretamente. Nunca me preocupei com isso, para dizer a verdade.

Mergulhei nos assuntos que interessavam a minha empresa que são conquistar clientes, trabalhar bem para os clientes, responder – está até aqui, alguém me perguntou, vou deixar aqui todo trabalho feito para a Empresa de Correios e Telégrafos, inclusive alguns trabalhos que foram aplaudidos nacionalmente, receberam prêmio, como a Editora Abril que concedeu ao trabalho nosso como o Prêmio Abril deste ano.

A minha vida foi dedicada a isso. Essa questão de empréstimo, em determinado momento, não queria nem saber, eu estava querendo ver que essa coisa acabasse logo, que história é essa que não tem fim.

O senhor pode dizer, mas isso foi uma loucura da sua parte e agora como é que fica? Esse é um problema.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Quando foi que V. S^a teve conhecimento de que essas operações se destinavam a fins políticos dos quais o Sr. não tinha conhecimento e que causaram essa preocupação nacional? Quando foi que o Sr. tomou conhecimento do sentido, do objetivo, dos cheques que o Sr. assinou?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Eu conheci a verdade dessa história agora na CPMI. Para mim, o que acontecia era o seguinte: esses valores saiam do banco, a empresa tomou esses recursos, esses recursos iam para o Partido, esses cheques eram assinados. O que era dito para mim é que o Partido estava pagando compromissos do Partido e isso assinava dessa forma.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Imagino que ao descobrir toda essa questão, o senhor deve ter tido pelo menos um grande constrangimento. No entanto, o senhor continua mantendo com o seu sócio as mesmas relações de confiança?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Deixa eu fazer uma colocação: Marcos Valério teve uma importância grande na minha vida, que foi naquela negociação da dívida. Eu tinha encerrado a minha vida profissional ali. Eu reconheço o trabalho que ele fez e eu não tinha motivo, também, para atirar pedras no Marcos Valério. Agora, é evidente que com tudo isso que aconteceu, não quero fazer juízo de valor das pessoas. Eu acho que do jeito que as coisas ficaram, essas coisas inviabilizaram para o futuro. Mas eu não quero, aqui, fazer nenhum juízo de valor sobre o Marcos Valério.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Não estou pedindo ao senhor um juízo de valor, nem mesmo eu teria direito a isso. O que eu estou perguntando é se o seu relacionamento com o sócio... Porque, afinal de contas, meteu esta empresa nessa dificuldade toda, neste quadro de grande suspeição... O seu relacionamento de mútua confiança com seu sócio continuou o mesmo?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Deputado, desculpe, Sr. Relator. Eu tenho passado, vivido, momentos muito difíceis e, talvez, o maior deles foi – o constrangimento maior – foi a demissão dos funcionários.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Na verdade, sou obrigado a concluir, então, que o Sr. Marcos Valério tinha uma situação de ascendência dentro da razão social e, obrigado a concluir, salvo o melhor juízo, que o Sr. Marcos Valério tinha, então, uma situação de ascendência dentro da firma.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Tinha. Sobre área financeira e administrativa, tinha total.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Eu limito, também, agora algumas perguntas a respeito da situação financeira da empresa. A SMP&B, no exercício de 2001, teve um faturamento... O senhor gostaria de ter a cópia para fazer a conferência? Ou de anotar os números?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Eu tenho aqui.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– A firma teve, no exercício de 2001, o faturamento de R\$26,8 milhões e uma receita de R\$10,194 milhões. Em 2002, estes faturamentos subiram para R\$55,853 milhões e a receita para R\$30,676 milhões. Em 2003, o faturamento ascendeu à casa dos R\$73,165 milhões. E a receita para R\$27,284 milhões. E, finalmente, em 2004, o faturamento foi a R\$130,727 milhões e a re-

ceita a R\$32 milhões, o que dá um total, somados os faturamentos e receitas de 2001, 2002, 2003 e 2004, de R\$286,549 milhões, de faturamento e R\$100,460 milhões, de receita. Esses dados estão corretos?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Mais uma vez, eu tenho que afirmar o que eu sei. Esses dados, se ele são da contabilidade, estão corretos. Eu conheço o faturamento da agência, é este que está aqui. A receita é separada lá pela contabilidade, né? Mas, se isso está colocado aqui, está absolutamente correto.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Muito bem. Eu quero, apenas, esclarecer que esta denominação de receita me parece um pouco fora da contabilidade. Me parece que isso deve ser o lucro bruto.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – É. Daqui que vão tirar os impostos, vão tirar as despesas...

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Não é uma receita líquida?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não, de jeito nenhum. Não, não. Receita líquida é infinitamente menor.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– O Sr. Marcos Valério deixou claro, ontem, no seu depoimento que os contratos de publicidade que possuía com órgãos do Governo Federal, vinham do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso e que, depois da posse do Presidente Lula, a concorrência única em que ele obteve parte de contratos foi a dos Correios. Que os senhores obtiveram apenas um terço do contrato de Correios. É verdade?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – É verdade.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– A razão dos lucros da empresa, do faturamento da empresa vinha do fato de que os contratos anteriores chegavam a seu termo e eram celebrados aditivos, aditivos esses que, somados com um terço da publicidade dos Correios, resultaram nesse faturamento. É verdade?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Veja bem, eu falei sobre isso, vou tentar ser um pouco mais claro: o contrato dos Correios, a licitação, se não me engano, foram R\$70 milhões, ou 2004, eram R\$70 milhões. A SMP&B, em 2004, faturou algo bruto, já considerado o aditivo, o aditivo é que levou para R\$90 milhões. Não é isso?

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Claro. Talvez eu possa adiantar mais uma pergunta e facilitar a resposta do senhor. Essa ascensão enorme de receita, de faturamento se deveu aos aditivos?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Sim. Espera aí, deixe-me entender. A pergunta do senhor é

se o aumento do faturamento da empresa se deveu aos aditivos?

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Sim.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Todo aditivo acresce faturamento, porque o aditivo foi feito nas três agências.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Sim, por isso que estou perguntando, porque houve... Note, o que eu estou querendo acentuar... Eu não desejo criar nenhuma dificuldade, talvez aja uma ausência de terminologia adequada da sua parte por falta de conhecimento técnico.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não, não.

Fique à vontade.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Mas, na verdade, entre 2001 e 2004, houve um aumento de R\$26 milhões em faturamento para R\$130 milhões de faturamento. Isso em apenas quatro exercícios.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – A SMP&B teve um crescimento muito grande nessa época.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Era um crescimento muito grande.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Muito grande nessa época, não foi os Correios e Telégrafos.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Eu estou perguntando é se esse crescimento teve como base, como fonte os aditivos contratuais celebrados no atual Governo.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não, de forma alguma, de forma alguma. Os aditivos contratuais... Se um aditivo de 25% sobre R\$70 milhões, vai dar o quê? R\$17 milhões, R\$18 milhões. Divide isso para três agências, significa R\$5 milhões ou R\$6 milhões a mais no faturamento da empresa, e isso é faturamento bruto. E não sei se os Deputados, mas se todos sabem, um anúncio de 30 segundos na **Rede Globo** nacional custa R\$270 mil, uma página dupla de **Veja** custa R\$300 mil ou pouco mais, uma página da **Folha de S.Paulo** custa R\$300 mil, então, quando se fala num aditivo de R\$5 milhões, tem que descobrir – e a CPMI tem acesso a isso, está aqui o Relator –, tem que saber onde foi gasto esse dinheiro, porque qualquer campanha nacional, hoje, é uma coisa impressionante. Por exemplo: a campanha da Câmara. Alegaram que nós ganhamos a licitação da Câmara e que não foram feitos um só anúncio. Eu queria até mostrar para os senhores que a licitação da Câmara dos Deputados não só foi uma licitação correta, com todos os princípios atendidos, a SMP&B ganhou licitamente, prestou os melhores serviços à Câmara Federal. Tenho aqui um relatório de todas as campanhas

criadas, inclusive uma delas foi admirada pelo País e recebemos, da Editora Abril, o prêmio... Nesse ano de 2005, o anúncio feito para a Câmara Federal, recebeu o Prêmio Abril de Publicidade como destaque por uma criação. Os anúncios estão aqui. E falam, por exemplo, de projetos da Câmara, o Estatuto do Idoso e da Igualdade Racial, reforma da Previdência e Tributária, política sindical e judiciária. Têm campanhas aqui que falam do Plenarinho, que ensina... São campanhas assim. Isso tudo que está aqui foi trabalho desenvolvido para a Câmara dos Deputados, que passo até para o senhor tomar conhecimento. Esses aqui foram distribuídos. Ontem mesmo ouvi um Deputado perguntar e falar assim: “Mas a Câmara precisa gastar dinheiro com publicidade?” Eu não acho que investir para informar o que esta Casa faz para a Nação é gastar dinheiro com publicidade, eu acho que é um dever, eu acho que isso aqui...

Têm Deputados aqui, senhores, que são eleitos pelo povo brasileiro, que legislam sobre situações importantes deste País e falar que isso pode ser substituído pela **TV Câmara** e pelo canal de rádio da Câmara, isso são coisas fechadas, o povo brasileiro não tem conhecimento disso. É importante que o Brasil todo saiba que aqui também se trabalha e que se fazem coisas importantes, que se votam projetos importantes.

Então, tenho orgulho de ter atendido à Câmara dos Deputados, não tem nenhum problema aí nesse trabalho e digo mais, o pessoal da Câmara dos Deputados, que é da área técnica, não os conheço porque não tive contato direto, mas sei também que são pessoas muito exigentes e que não pode ter nenhum problema, tenho certeza disso, de superfaturamento, alguma coisa nessa área. Porque é tudo muito fiscalizado e todo trabalho feito pela Câmara está entregue aí. Tenho até os valores das campanhas, posso pegar uma, uma aqui e dizer quais são jornais e veículo, mas campanhas que o Brasil inteiro conheceu, a televisão brasileira mostrou essas campanhas todas, tudo foi criado na nossa época.

Então acho assim, o que fizeram com relação a essas acusações, coloca a minha agência como sendo uma coisa... É evidente que temos problema, estamos enfrentando os problemas, mas acho que não pode deixar de falar das coisas sérias que foram feitas esses anos todos.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Não coloco em dúvida a qualidade técnica ou artística do produto publicitário da sua empresa, não é esse o objetivo da minha pergunta.

A minha pergunta é no sentido de esclarecer quais foram as fontes que motivaram o extraordinário crescimento da empresa de V. S^a nesse período de

2001 e 2004. tentei colocar, e vou colocar novamente, talvez possa colaborar com o senhor.

V. S^a tinha contratos com o Governo Federal, agências do Governo Federal desde o tempo do Governo Fernando Henrique. Terminado o Governo Fernando Henrique, os senhores tinham um faturamento de R\$26.803.390,72; se correto o dado que tenho à mão. Os senhores não obtiveram, no Governo do Presidente Lula, nenhum novo contrato oficial, a não ser 1/3 da conta publicitária dos Correios. Não é verdade? A despeito disso, quer dizer, os senhores cresceram de R\$26 milhões para quase R\$56 milhões em 2002; de quase R\$56 milhões para R\$73 milhões; e de R\$73 milhões para R\$130 milhões, em 2004. O que eu pergunto é o seguinte: os senhores continuaram a trabalhar para o Governo Federal através de aditivos feito aos contratos anteriores. Não é verdade?

E esses aditivos – vou acrescentar para que o senhor responda tudo de uma vez –, obviamente, tinham valores acrescidos a cada vez que eram assinados. É o provento, é o resultado deste trabalho feito através de aditivos que explica o crescimento da SMP&B de 2001 a 2004?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não, Sr. Relator, a SMP&B de 2001 para 2004 passou a atender o Governo de Minas Gerais, passou a atender o Governo do Distrito Federal, recebeu três contas importantes nacionais da área privada, passou a atender a Telemig celular e passou a atender 1/3 da conta dos Correios. Os Correios tem uma participação pequena nessa... E os aditivos...

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Não estou me referindo só aos Correios, aos aditivos dos outros contratos.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Foi todo esse acréscimo de faturamento. Isso tudo aconteceu de 2001 a 2004.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Sei que o senhor não pode dar explicações no lugar do Sr. Marcos Valério, mas é dono da empresa, é sócio da empresa, naturalmente conhece todas as intimidades da empresa, naturalmente participa das elaborações das projeções da empresa, o que é que justificava esse empréstimo feito pela empresa do senhor, sem garantias de qualquer tipo, para pagar dívidas de elementos de um partido político se os senhores não tinham interesse no Governo – como acaba de afirmar –, não tinha contrato de natureza política com nenhum partido, não dependiam de atuação política – o senhor acaba de afirmar que seus contratos se expandiram para outras áreas alheias ao Governo Federal? No entanto, a SMP&B assumiu, através de contratos sucessivos, um débito de R\$58 milhões para

pagar débitos de políticos, conforme seu sócio asseverou ontem nesta Casa. Quero saber se o senhor pode dar uma versão, uma opinião a respeito dos motivos pelos quais isso foi feito.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Os motivos são os que eu já falei. Para mim foi colocado claramente que esses recursos seriam pagos, claramente. Eu também tinha preocupação – pelo menos a minha consciência de alguma maneira me chamava a atenção para isso – quando eu via que tinha uma instituição financeira na outra ponta também preocupada com esse processo. Porque benefício, vou dizer para o senhor, eu não esperava nenhum. Vou dizer mais: eu não acredito que nenhum relacionamento com um governo vai gerar conta publicitária. Evidente que isso não pode ser considerado dessa forma, até porque, se for considerado, podemos fechar este País. Acho que as coisas não são assim.

Acho que toda licitação tem uma comissão de licitação que geralmente tem pessoas sérias, o processo licitado é auditado. Para isso existem meios legais, para auditar. Eu não posso afirmar que alguém que atende um governo ou que tem se aproximado de um governo vai receber as melhores contas. Também seria uma hipocrisia dizer: então, para que se aproximar dos Governos? Evidente que conhecer um Deputado e conhecer um Governador é importante. Acho que os Deputados legislam, trabalham pelos interesses do País e das empresas também. Acho justo. Então, acho que em se aproximar de um Governo que está comandando o País ou de um partido que está dando sustentação a esse governo qualquer empresário teria interesse. Aí dirão: são interesses escusos ou não são interesses escusos? Dirão: há uma distância muito grande entre pegar um dinheiro e essas relações. Confesso, Sr. Relator, que a minha preocupação primeira não era essa; era atender bem inclusive a este Governo. Era atender bem os Correios e Telégrafos. Quando entrei na área de comunicação dos correios, se o senhor for perguntar, tenho impressão de que eles vão falar que os nossos trabalhos prestados lá dentro são os melhores, porque foram reconhecidos no Brasil inteiro. Eu nunca esperei ganhar conta de governo baseado nessas relações, porque essas coisas não acontecem assim. Não acontecem mesmo. Então, só posso dizer para o senhor que é uma lástima tudo isso mesmo, mas eu confiei, porque tinham muitos interesses envolvidos nisso, que essas coisas seriam resolvidas.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Faço agora uma pergunta, Sr. Depoente, a respeito do bônus de volume. Procurei me informar a respeito de algumas circunstâncias que cercam os contratos de publicidade e a informação que colhi de mais de

uma fonte é que, celebrado o contrato e fixado o preço dos serviços, há uma devolução chamada bônus de volume que aumenta naturalmente na proporção do volume da publicidade.

O SR. (Orador não identificado) – (*Fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Não estou conseguindo ouvir nem o depoente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Vou pedir à Secretaria que melhore a qualidade do som.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Tenho procurado erguer muito a voz, o que não é simpático, porque realmente tenho tido dificuldades para ouvi-lo. Esse tom alto é decorrente de deficiência, realmente. O som não está bom. Desde o princípio, tenho tido grande dificuldade na percepção do que o Sr. Cristiano Paz tem dito.

O bônus de volume, segundo me informaram, é uma soma que o contratante da publicidade devolve para a empresa de publicidade e que, segundo consta, pertence àquele que contratou a publicidade, quer dizer, é uma forma de diminuir a despesa da publicidade. Quanto maior a publicidade, maior o bônus de volume. E, nesse caso, o preço que o dono da propaganda faz diminuir em virtude do recebimento do bônus do volume. A questão a ser esclarecida é a seguinte: a SMP&B devolveu aos órgãos do Governo Federal, seja aos Correios, seja aos órgãos que celebravam os aditivos, devolveu os bônus de volume a que o Governo Federal tinha direito?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – A SMP&B cumpre toda a legislação brasileira em todos os contratos com o Governo Federal, e isso não há nenhum... Absolutamente nada que possa ser condenado. Vou explicar.

O senhor se refere são a duas coisas: a um desconto que é colocado nos contratos durante a licitação que você tem por lei, aliás, isso não é lei, isso é uma convenção. Hoje, todos os editais do Governo, tanto os editais da administração direta como indireta, eles estabelecem a remuneração das agências. No caso das comissões de mídia, que é 20%, as empresas assumem o compromisso de devolver 5%, ou seja, $\frac{1}{4}$ a título de desconto, e isso a SMP&B cumpriu rigorosamente com todos os órgãos.

O que não está claro, e o que eu gostaria de esclarecer, é que existe uma bonificação de volume. Bonificação de volume não é isso, bonificação de volume é um prêmio comercial estabelecido entre o veículo e a agência, o cliente não participa disso, isso é apenas um incentivo comercial. Da prática comercial, eu tenho, por exemplo, uma bonificação de volume

com a Rede Globo de Televisão, tenho bonificação de volume com várias empresas, todas as empresas do Brasil, isso não se refere aos meus clientes, isso é um trabalho, isso se refere a uma relação comercial que é estabelecida com critérios claros e bem definidos. Esses critérios são estabelecidos em comum acordo pelo veículo, pelo cliente e, ali, tem uma tabela ou alguns patamares que precisam ser atingidos para atingir aquele benefício comercial. Na medida em que a empresa cumpre aqueles benefícios comerciais, ela tem direito àqueles bônus. Há empresas, esses bônus não se referem exclusivamente a um cliente, é o somatório dos clientes com aquele veículo.

Então, você não pode nem repassar para um cliente porque aquele bônus não diz respeito exclusivamente àquele cliente, mas a uma soma de clientes que a agência teve. Isso, inclusive, é motivo de uma grande discussão nacional hoje, essa questão do bônus, se deveria ficar com a agência, se não deveria, mas os veículos entendem que isso é uma prática comercial entre a agência e o veículo e que não é um benefício dado ao cliente. O cliente pode participar de outros descontos nas negociações, mas não na bonificação de volume.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Seja qual for a parte que retorne ao cliente, a SMP&B, tendo em vista esses contratos, cumpriu regularmente o que era do seu dever?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Cumpriu rigorosamente.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Devolveu o que...

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Rigorosamente. Isso vai estar tudo apresentado, se já não foi colocado aí, o dos Correios já está com a Comissão, já tem lá tudo o que foi tratado lá, rigorosamente.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Sr. Cristiano Paz, quero agradecer ao senhor a paciência com que me ouviu, e dizer ao Sr. Presidente que estou satisfeito, não desejo tomar mais tempo e devo cedê-lo aos companheiros da Comissão que querem formular suas perguntas.

O SR. (Orador não identificado) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Já darei a palavra a V. Ex^a pela ordem.

Mas, antes, queria fazer um apelo a todos os presentes, todos, todos, todos nos honram com suas presenças, sobretudo a imprensa que, em grande parte, aqui, hoje, faz praça com muita eficiência, mas eu queria dizer: vamos manter o silêncio. Está impossível conduzirmos os trabalhos e ouvirmos os depoentes do jeito como estamos conduzindo esta reunião. Sei que

todo mundo cansa durante um longo período, mas vou pedir aos assessores, às assessorias, que precisam, às vezes, falar com os Parlamentares, mas, quando fizerem isso, que o façam de maneira muito discreta para que não tomem o plenário com um zunzunzum que torna a reunião imprecisável.

É esse o apelo.

O SR. (Orador não identificado) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – V. Ex^a tem a palavra pela ordem.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Agradeço a V. Ex^a.

Eu queria pedir a atenção de todos os membros desta Comissão, especialmente do Relator, Deputado Abi-Ackel, de V. Ex^a, seria bom que o Relator Osmar Serraglio estivesse aqui e também da imprensa que nos ouve. Nós tivemos hoje, no início desta reunião, é para esclarecer...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Vamos voltar ao mesmo assunto?

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – É só para esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Seja breve, nobre Deputado, para que não se estabeleça uma polêmica de novo.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Serei breve. Não será feita uma polêmica. Eu só quero esclarecer.

Sr. Presidente, ouvi, no dia de ontem, dois assessores da Casa explicando ao Deputado Osmar Serraglio, Relator da CPMI dos Correios, um suposto documento que teria vindo do Supremo Tribunal Federal e que teria chegado à CPMI dos Correios. Esse documento conteria coisas bombásticas.

No dia de hoje, quando cheguei à Comissão, os Deputados Paulo Pimenta e José Eduardo Cardozo me disseram: “Nós temos aqui um documento do Supremo que tem coisas bombásticas”. Aí, começou a polêmica sobre essa lista.

Sr. Presidente, a informação que quero dar aqui e tomei o cuidado de...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu vi esse documento ontem e até falei que havia peças de um processo.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – V. Ex^a tem cumprido o papel...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Pedi que fosse buscado o inteiro teor do documento.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Exato.

Só para esclarecer como o Presidente está agindo de forma correta, mas, infelizmente, isso não posso dizer a respeito de todos que fazem parte desta Comissão.

O que existe lá, Ministro Abi-Ackel, na CPMI dos Correios, é um dossiê que foi jogado no meio da papelada da Comissão. A única coisa que tem do Supremo Tribunal é uma consulta na página da Internet do Supremo Tribunal Federal. Depois, vem a repetição daquela lista que foi entregue pelo Sr. Marcos Valério no dia de ontem, alguns daqueles DOCs entregues por ele no dia de ontem. Finalmente, Sr. Presidente, senhoras e senhores, principalmente a imprensa, que deve tomar muito cuidado com essas listas, ao final há uma lista que inclui vários políticos de Minas Gerais e de outros Estados, mas principalmente de Minas Gerais, alguns membros, com função importante, desta CPMI e inclui outras figuras importantes de Minas Gerais. Curioso: em relação ao Partido dos Trabalhadores, só tem o nome do PT, as datas e os valores. Ou seja, é uma lista completamente sem fundamento.

O que eu quero esclarecer, Sr. Presidente, é que não existe nenhum processo do Supremo Tribunal Federal, Ministro Abi-Ackel, na Comissão, na CPMI dos Correios, trazendo qualquer lista ou que tenha um dossiê plantado na Comissão.

Eu queria informar os nomes dos dois assessores que faziam esclarecimento sobre esse dossiê, ontem, ao Relator Osmar Serraglio... Eles ludibriaram o Relator Osmar Serraglio, porque eu conversei com ele logo depois, e lhe disseram que isso era um processo do Supremo. Esses senhores são Thales Coelho, assessor da Liderança do PT, e o Sr. Gustavo Assis, assessor da Senadora Ideli Salvatti.

Isso é importante, Sr. Presidente, porque eles estavam ontem explicando esse suposto processo do Supremo ao Relator Osmar Serraglio. Isso terá que ser apurado. Nós não podemos admitir esse tipo de papel nesta Casa. Esse é um trabalho sério. Senão, todos nós vamos começar, amanhã, a usar listas apócrifas, listas sem fundamento. Várias delas já surgiram, como eu já disse, incluindo inclusive parentes do Presidente da República. Eu tive vergonha – estou aqui tentando fazer um trabalho sério – de apresentar essas listas como se fossem documentos verdadeiros. Esses são documentos plantados na CPMI e que não merecem o respeito nem o respaldo de ninguém. Mentira, mentira e mentira.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao Relator para se manifestar sobre a matéria.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente, art. 14 do Senado. Eu fui citada.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Não há questão de ordem neste momento, apenas foi um esclarecimento e eu vou dar a palavra ao Relator e vou suspender a reunião para fazermos uma pausa para a refeição.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Queria só fazer um questionamento: se a lista de ontem está valendo hoje e se os dois Relatores já inquiriram.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Perfeito. Perfeito.

A lista de ontem da CPMI dos Correios está de pé.

Concedo a palavra ao Relator.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sr. Presidente, com todo o respeito, tem uma questão de ordem, com base no art. 14, da Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, pela ordem, art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Eu já decidi exatamente essa questão de ordem. Conforme o Regimento, não se repete questão de ordem. Depois, se quiser esclarecer à tarde...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, eu fiz uma outra questão com base no artigo do Regimento do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Concedo a palavra ao Relator.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Apenas para esclarecer a V. Ex^a, Sr. Presidente e demais membros da Comissão, que pedi a assessores meus que fizessem a conferência dos nomes constantes da lista que circulou hoje pela manhã, com os nomes que constam da lista do Supremo Tribunal Federal. Os nomes não conferem, são listas diferentes. A tal lista que passou por aqui não tem origem, não tem responsável e, portanto, não será levada em conta pelo Relator, na medida em que esse vai incorporando documentos à massa crítica da Comissão.

Eu quero esclarecer que não me é possível receber como válido documento algum que não tenha origem ou chancela. Esse que circulou aqui não tem e não confere com a lista do Supremo Tribunal Federal.

Outra explicação que eu desejo levar ao conhecimento dos Srs. Membros da Comissão é a seguinte: tem-se falado muito num processo que se encontra no Supremo, no qual figura o Senador Eduardo Azeredo, vice-Governador atual de Minas, mas ele não tem nada a ver com mensalão, não tem nada a ver com CPMI dos Correios.

O Governo de Minas vinha patrocinando, há vários mandatos, uma festa de motocross. O Governo Eduardo Azeredo também patrocinou essa festa, que custa um milhão e pouco. Um promotor, um procurador

de Justiça entendeu que esse dinheiro não deveria ser aplicado nessa atividade e resolveu entrar com uma ação judicial para obrigar os titulares do Governo a devolver esse dinheiro ao Erário, porque ele acha mal aplicado. Não tem nada a ver com essas questões que estamos discutindo.

Peço esse esclarecimento porque já temos matérias demais para serem esclarecidas. Não podemos permitir que elas fiquem sendo acrescidas de coisas que não dizem respeito às finalidades da nossa Comissão.

A nossa Comissão, infelizmente apelidada de mensalão por uma ironia do Deputado Roberto Jefferson, destina-se a apurar captação criminosa de votos, seja para votar com o Governo Lula, seja para reeleger o Presidente Fernando Henrique Cardoso. Essas são as finalidades que perseguimos

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Suspendo a presente reunião.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, na abertura V. Ex^a vai me dar direito a que o Regimento me assegura?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Com absoluta certeza. Espero que V. Ex^a, inclusive,...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Com toda a calma, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– ...possa dar uma prestimosa colaboração. Processe os autos, já que estão disponíveis na Comissão e V. Ex^a tem acesso, pois nós não tivemos acesso. A nossa Comissão não teve acesso. V. Ex^a poderia prestar esse esclarecimento importante para todos nós.

Está suspensa a reunião.

(Suspende-se a reunião às 15 horas e 31 minutos.)

(Reabre-se a reunião às 16 horas e 02 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Declaro reabertos os trabalhos e peço aos Srs. Parlamentares que tomem os seus lugares.

Preliminarmente, como havia já prometido ao final, e é só esse depoimento, para se estabelecer um equilíbrio de informações do contraditório, concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti, para prestar esclarecimentos sobre essa questão, esse *affair*, que é um incidente que está tomando tempo demais de todos nós. Temos que investigar, vamos trabalhar, senão vamos ficar aqui, indefinidamente, sem sermos produtivos.

Concedo a palavra a V. Ex^a, nobre Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, eu gostaria de ter a atenção. A CPMI está

absolutamente esvaziada e é de fundamental importância que possamos ter a atenção não apenas dos Parlamentares, mas também da imprensa.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Do povo brasileiro também.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Quando eu falo da imprensa, é exatamente com a população brasileira que quero ter a possibilidade de que possamos estabelecer a comunicação, porque esse assunto tomou conta do dia. E acho de fundamental importância que possamos fazer todos os esclarecimentos necessários, para que não pare qualquer dúvida a respeito da situação aqui criada.

Então, a primeira questão, Sr. Presidente, é que seria de fundamental importância... porque agora, depois de todos os episódios, parece que não há processo encaminhado do Supremo Tribunal Federal à CPMI dos Correios. O que há é um documento que circula há mais de um mês pelas mesas das assessorias da Comissão e que os dois assessores, que foram aqui citados pelo Deputado Eduardo Paes, teriam tido uma conversa com o Relator da CPMI a respeito do requerimento de convocação do Dr. Aristides Junqueira, que, no caso, é advogado tanto de processos do PT como de processos do...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Peço escusas a V. Ex^a e peço que continue.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Muito obrigada.

Tendo em vista, primeiro, o direito constitucional de o advogado, no exercício da sua função, não estar sujeito a prestar esclarecimentos a respeito do exercício da sua função na defesa de seus clientes, não caberia o requerimento de convocação do Sr. Aristides Junqueira. Além disso, essa situação dele ser advogado das partes também traria algum inconveniente.

A conversa dos dois assessores, feita com o Relator da CPMI, o Deputado Serraglio, teve esse objetivo e acabou gerando toda essa polêmica.

Então, Sr. Presidente, quero pedir as seguintes providências: primeiro, que possamos ter aqui a presença do Relator, o Deputado Serraglio. Em segundo lugar, todo os assessores que estiveram envolvidos nesse episódio, para que não pare qualquer dúvida, nenhuma dúvida, e nenhuma injustiça com relação a qualquer um dos assessores desta Casa, seja o Sr. Gustavo, seja o Sr. Thales, seja a Dona Cleide, que também teve participação nesse episódio por conta da circulação da documentação, ou seja, que todos possam ter o direito de explicar o que aconteceu.

O mais importante, Sr. Presidente, sob o meu ponto de vista, é que nós, imediatamente, designemos dois Parlamentares que possam se dirigir ao Supremo

e que tenhamos a cópia do processo, para que, definitivamente, o que está colocado naquele processo venha a público e pare de criar todo esse transtorno, toda essa situação de constrangimento e de acusações que, muitas vezes, estão sendo colocadas sem base factual, documental, verdadeira.

Então, até para que não pare nenhuma dúvida, Sr. Presidente, queria fazer esta proposta de encaminhamento, para que pudéssemos ter, ainda hoje, a cópia do Supremo para saber se tem ou não tem lista, que nome está nessa lista, se essa lista teve alguma montagem ou não, se teve alguém que produziu lista montada ou não. Tudo isso é de fundamental importância para que possamos esclarecer. E só vamos poder esclarecer isso dando direito de defesa aos assessores, tendo em vista que a acusação aqui feita foi gravíssima, gravíssima. Eles têm direito de colocar o que efetivamente aconteceu. Que possamos chegar aos documentos reais, concretos, que geraram toda essa situação profundamente constrangedora, para que não tenhamos mais, Sr. Presidente, o tempo ocupado com essa questão, com essa guerra de nervos, com essa tensão “listal” – tem uma tensão “listal” nesta Casa. É lista de tudo que é tipo. Então, que possamos esclarecer de uma vez.

Era esse o encaminhamento, Sr. Presidente, que gostaria de fazer.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Temos que encerrar esse incidente, mas vou esclarecer um ponto.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando – PMDB – RO)

– Não, vou esclarecer um ponto antes de conceder a palavra a quem quer que seja.

O que circulou ontem, na CPMI da Compra de Votos, foi um documento parecido, não posso dizer que é igual, porque eu não analisei detalhe por detalhe, mas parecido e tudo leva a crer que tenha sido esse documento, capeado com essa notícia do **Diário da Justiça** nº 240, do dia 11.12.2003, onde há o Relator designado, Ministro Carlos Brito, requerentes: Ministério Público Federal, requeridos: Eduardo Brandão de Azevedo e vários outros, onde se trata de ação civil pública por ato de improbidade administrativa, ajuizada pelo Ministério Público Federal contra Eduardo Brandão Azeredo. Infelizmente, é o nome, tenho que ler, não posso, se não cada vez mais... A verdade é uma coisa só que trata exatamente daquilo que todos conhecem, o *affair*, como Enduro da Independência, onde têm vários réus, depois os senhores terão conhecimento. Ou seja, uma capa que dá essa notícia de uma ação de improbidade, uma ação civil pública. Não há nenhuma

decisão que eu saiba, não há nada que incrimine ninguém, apenas uma ação civil pública. Está lá no *site* do Supremo se alguém quiser consultar.

Dentro deles, algumas referências, alguns dados, alguns fatos, alguns depósitos bancários. Muitos deles são esses distribuídos pelo Sr. Marcos Valério, quer dizer, não há nada de novo, não há fato novo, vamos encerrar esse expediente.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, eu pedi a palavra pela ordem.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, permita-me um esclarecimento.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Eu posso falar depois de você, mas quero a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Antes, vou dar oportunidade ao Deputado Eduardo Paes, porque quer dar um esclarecimento sobre o fato e vai reduzir a dimensão. Em seguida, darei a palavra a V. Ex^a.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, só para deixar muito claro: primeiro, não citei nome de nenhum dos assessores da Comissão, dos funcionários da Comissão que funciona lá e muito menos da sua diretora, Sr^a Cleide, que vem fazendo um trabalho fantástico de organização diante de todas as dificuldades. Portanto, não fiz nenhuma referência a assessores da Comissão. Fiz, sim, referência a um assessor da Liderança do PT, que agora descobri que assessora o Relator da Comissão também, que já acho que não é algo adequado, mas, enfim, isso acontece, e um assessor da Senadora Ideli Salvatti. Enfim, peço perdão à Senadora Ideli, ambos são assessores da Liderança do PT.

Fiz referência a esses dois assessores porque eles explicavam acerca desse processo, dessa montagem, para o Relator Osmar Serraglio. Isso eu vi, ninguém me contou. Não posso aqui afirmar, e não vou, se em algum momento quis parecer isso, que eles estivessem tentando, usando a expressão dita, “ludibriar. Mas que estavam, na tarde de ontem, explicando esse procedimento, exatamente esse dossiê montado, essa farsa para o Relator Osmar Serraglio não tenho dúvida.

O Relator Osmar Serraglio, até o momento em que vim explicar para ele que isso não era um processo do Supremo e era um dossiê montado, achava que era um processo do Supremo. Portanto, imagino que as informações dadas, ontem, pelos assessores que citei não foram tão claras assim como deveriam ser.

Era isso, Sr. Presidente, e agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao nobre Senador Heráclito Fortes.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Depois eu, Sr. Presidente. É sobre o tema, é essencial.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, V. Ex^a é um homem que, pela maneira como se comportou na CPI que presidiu, do Orçamento, recebeu o reconhecimento e o respeito da Nação inteira.

V. Ex^a tem experiência parlamentar. V. Ex^a tem experiência em presidir contendas como essa. V. Ex^a tem que observar.

Depois que a Senadora Ideli prestar as orientações a V. Ex^a, continuarei.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Não é orientação, apenas, como V. Ex^a, qualquer outro pode falar com o Presidente.

Aceito, humildemente, a orientação de todo mundo. V. Ex^a o faz agora, da tribuna.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Evidentemente, sem interromper, humildemente, igual a V. Ex^a, um Senador da República, que está levantando uma questão de ordem e que pede a atenção de V. Ex^a para o que vou dizer.

Desde o início desta reunião há uma decisão deliberada, da base do Governo, de tumultuar os trabalhos. Desde o início da reunião..

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Formule a questão de ordem, porque esse é um juízo.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Esse é mais um exemplo.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Peço a V. Ex^a que formule a questão de ordem objetivamente.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente, eu também posso achar que eles querem impedir essa audiência porque chega em Belo Horizonte.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Peço a V. Ex^a que formule a questão de ordem de maneira objetiva.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Quero formular, Sr. Presidente. O Deputado Bittar, que permanentemente é um homem sereno, está exatamente mostrando...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Peço a V. Ex^a que formule a questão de ordem.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Se V. Ex^a permitir, nobre Senador.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Vou permitir, mas objetivamente.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – É que não tenho o brilhantismo de V. Ex^a nem a rapidez de raciocínio. Tenha um pouquinho de paciência que chego onde vou dizer.

Então, estamos tendo esse episódio desde o início da reunião. O que se sabe, nos corredores e na imprensa, e a imprensa comenta, é o temor que se está tendo com o depoimento que o Sr. Cristiano vai prestar.

É unanimidade entre os mineiros e todos que ele é um homem sério e que em determinado momento poderá fazer algumas revelações que não serão do agrado do Governo.

O nervosismo, aqui, tem sido uma constante. E se V. Ex^a prestar a atenção, tem-se tumultuado, permanentemente, a reunião. Até para a requisição de agitadores de plantão, como é o caso do nosso Deputado Valverde, ele veio para cá para fazer esse tipo de trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu queria que V. Ex^a não fizesse juízo de valor sobre a conduta dos Deputados.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, desse jeito nós não vamos continuar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Isso não é questão de ordem.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – O queria pedir a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Formule a questão de ordem.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Eles estão tentando impedir que o depoente fale.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Mas não posso, Sr. Presidente, estão tumultuando. Eu gostaria de ter o direito de fazer.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – É porque chegou em Belo Horizonte, aí estão tentando impedir a audiência. É isso.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sou do Piauí, meu amigo. Só vou a Belo Horizonte a passeio.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Há, agora, um orador com a palavra, vamos respeitar.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Existe um pânico na base do governo com relação ao que possa ser revelado pelo Sr. Cristiano. Não querem ouvir com serenidade o depoimento. Não sei nem se ele tem alguma coisa a acrescentar. De forma que apelo para V. Ex^a, com sua habilidade, sua serenidade e, acima de tudo, sua autoridade: não vamos cair nessa esparrela. Vamos fazer com que esta reunião aconteça, que o depoimento seja prestado e os esclarecimentos

oferecidos à Nação, que está pasma e decepcionada com esse espetáculo triste que se está vendo hoje nesta reunião.

Muito obrigado.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, não houve nenhuma questão de ordem. Temos que acabar com isso. O nosso depoente está aqui aguardando. Temos que encerrar essa história, Sr. Presidente.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Quero um pela ordem, sobre o andamento dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Devo só dar antes uma explicação. Eu não queria colocar essa questão, mas quando se requer que alguém defenda uma posição, aqui se estabelece um contraditório interminável.

Devo esclarecer a V. Ex^{as}: quem trouxe essa questão não foi a base do Governo. Quem trouxe essa questão para cá, hoje, foi o Deputado Júlio Redecker. Essa é a verdade. Eu não o cito aqui com nenhum demérito ao Deputado. Ele trouxe a questão à discussão.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, pela ordem.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, não foi o Deputado Júlio Redecker. Foi o Deputado Pimenta. É bom que se coloquem as coisas nos seus devidos lugares.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Peço que os senhores me respeitem.

Quem trouxe a questão foi o Deputado Júlio Redecker. Quem não acreditar vá consultar, agora, as notas taquigráficas. E não dou mais a palavra a ninguém!

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Pela ordem, Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Eles não querem ouvir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Não, não, eu não vou mais ouvir ninguém. O que tinha a esclarecer já esclareci.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao Deputado José Rocha para fazer as suas perguntas, pelo prazo de 10 minutos, incluindo perguntas e respostas.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Sr. Presidente, são 15 minutos.

Sr. Presidente, eu vou aguardar para começar.

Sr. Presidente, eu me dirijo, agora, ao Sr. Cristiano Paz fazendo a minha primeira pergunta, nos seguintes termos: V. S^a reunia-se, normalmente, com o Sr. Marcos

Valério para tratar de contratos e/ou investimentos das empresas nas quais V. S^{as} são sócios?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não. As reuniões que nós tínhamos com Marcos Valério – quando elas aconteciam, pois não tinham muita frequência em função do número de viagens dele e da sua ausência – tratavam de todos os assuntos: da empresa e até de assuntos corriqueiros eles falavam. Não eram especificamente sobre investimentos ou essas coisas.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – As reuniões administrativas da empresa?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Essas reuniões administrativas eram muito pouco frequentes. O Marcos Valério comandava mais a área financeira e um pouco a área administrativa, também, mas a área operacional da agência discutia muito isso com ele e eu participava também. Mas as nossas reuniões, vamos dizer – reuniões de Diretoria – elas eram muito pouco frequentes. Eu até gostaria que elas tivessem sido mais frequentes mas, nos últimos tempos, passavam-se, às vezes, quatro meses sem ter uma reunião dessas, assim, de Diretoria.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – V. S^a poderia informar qual é a sua participação nas empresas e qual o seu poder gerencial?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Desculpe. A participação nas empresas e qual percentual?

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – E qual o seu poder gerencial.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Hoje, eu só tenho participação na SMP&B – com 34%. Na SMP&B eu sou o Presidente e nas outras eu não tenho participação.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Mas teve na...

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Tive há um ano e meio atrás – até há um ano e meio atrás.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Quando aconteceram todos esses problemas de financiamento.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Problemas de...?

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Quando aconteceram todos esses problemas de financiamento de campanha?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Como eu disse, na DNA eu não tinha nenhuma participação, porque a minha participação era apenas como acionista e não tinha nenhuma ingerência na administração, uma vez que os sócios que estavam do lado de cá da SMP&B eram representados lá pelo Marcos Valério. Eu, então, não participava de decisão nenhuma da DNA.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL-BA) – Mas da Graffiti V. S^a é sócio?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não. Também, não.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL-BA) – Nunca foi sócio?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não. A Graffiti começou na minha empresa, pequenininha. Era uma empresa que prestava serviços...

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL-BA) – Então, V. S^a foi sócio na Graffiti, na DNA e, hoje, é sócio na SMP&B.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Isso, isso.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O Sr. Marcos Valério apresentou, e está aqui em minhas mãos, a relação dos contratos que a SMP&B, Graffiti e Graffiti, fizeram com os Bancos BMG e Rural. Apresentou-nos seis empréstimos, sendo que um deles foi para quitar um outro empréstimo. E nos deu a relação de 55.217.271,02 – dizendo que esses recursos teriam sido os recursos para fazer face a uma relação, em anexo, que ele nos enviou com nomes de pessoas e empresas a que teriam sido esses recursos liberados em comum acordo com o Sr. Delúbio Soares, tesoureiro do PT. E nesta relação do Sr. Delúbio, que ele assina, dos recursos repassados, também ele relaciona o valor totalizado de R\$ 55.841.227,81. Portanto, num encontro de contas entre os financiamentos, entre os empréstimos bancários e os recursos aqui distribuídos e a planilha que ele nos passou, dos empréstimos bancários, a soma não bate com a soma que ele apresentou. Dá uma diferença de mais de R\$1 milhão. Exatamente R\$ 54.321.591,56. E, na relação de recursos a serem distribuídos, como o Deputado João Paulo Cunha, que consta R\$ 200 mil e ele retifica para 50, então, dariam R\$ 55.691.227,81. Portanto, uma diferença aí de mais de R\$1 milhão. Eu inquiri ontem o Sr. Marcos Valério sobre esses dados, e ele não soube me responder, dizendo que ia checar os seus dados com a contabilidade e que estaria, hoje, nos dando uma posição em relação à essa minha colocação feita, ontem, na sua inquirição. E, até este presente momento, não recebemos, por parte do Sr. Marcos Valério nem dos seus advogados – certamente estão aqui presentes – os dados corretos da soma total dos empréstimos, que estão aqui e não conferem com os recursos distribuídos.

Portanto, com essa diferença de mais de R\$ 1 milhão.

Então, indago a V. S^a se teria os esclarecimentos necessários, desde que também é sócio e tenha dado aval a esses empréstimos.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não. Eu estou tomando conhecimento disso agora, dessa diferença agora.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Não, V. S^a tem conhecimento, sim.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não, dos...

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Foram empréstimos tomados pelas suas empresas aos bancos BMG e Banco Rural. Certamente que V. S^a tem conhecimento.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Sim, lógico. Sim, eu estou dizendo essa diferença...

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Sr. Presidente, eu não posso estar inquirindo numa balbúrdia dessa.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu vou fazer um apelo e vou fazer uma pergunta a esta Comissão como um todo. Nós viemos aqui para ouvir a oitiva do Sr. Paz, e eu sinto que a Comissão como um todo não quer ouvir, porque não faz silêncio. Tem que fazer silêncio para que todos possam ouvir. Será que cada um quer apenas fazer as suas inquirições e esquecer do universo das investigações.

Quero fazer o último apelo: se não houver condições, se os ânimos estão exaltados, vamos fazer um exercício para que todos voltem à racionalidade e possam ouvir as perguntas dos Parlamentares e as respostas do depoente. As perguntas estão sendo feitas e não podem nem ser ouvidas nem pelo depoente.

Então, vou pedir colaboração dos senhores. Mas, se cada um quer contar, quer manter um diálogo, eu peço que se retirem e que conversem lá fora. Quando esgotarem todas as conversas, voltem à sala.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Parece, Sr. Presidente, que os dossiês falsos são mais importantes do que os verdadeiros aqui nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – V. Ex^a tem razão. Descontarei o tempo dessa intervenção e faço um último apelo, senão nós não poderemos realmente continuar: se alguém tem que conversar, tem espaços fora da sala. E peço também a todos os presentes que mantenham o silêncio, porque senão torna-se impossível a realização dos trabalhos.

Concedo a palavra ao depoente.

Peço também a todos os presentes que mantenham o silêncio porque, senão, torna-se impossível a realização dos trabalhos.

Concedo a palavra ao depoente.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – **Tenho conhecimento dos empréstimos. Estou dizendo que dessa diferença de R\$ 1 milhão eu não tenho conhecimento, mas acho que sou a pessoa menos indicada nisso.**

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O senhor tem conhecimento desses empréstimos bancários?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Sim.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – E dos seus valores?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Sim.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – V. S^a tem conhecimento dessa relação de distribuição de recursos para Partidos e pessoas?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Eu nem sei quais são os nomes. Eu tomei conhecimento durante esta CPMI. Eu nunca tive acesso a esta lista. Nunca, nunca soube.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Quando o senhor assinou os empréstimos bancários o senhor sabia que era para esta distribuição?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Não sabia?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não. Eu sabia que era para o Partido dos Trabalhadores. Foi o que o Sr. Marcos Valério informou a mim e ao meu sócio. A única que eu sabia, quando chegavam os cheques para eu assinar, é que estava assinando o cheque que dizia respeito aos assuntos que se referiam ao Partido dos Trabalhadores porque ele já tinha falado sobre isso e que era com relação a este empréstimo. Eu não conhecia lista nenhuma de investimento onde seriam feitos esses saques. Eu nunca soube disso, nunca. Exatamente isso.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – V. S^a assinava os cheques, mas conferia os cheques?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Conferia os cheques normalmente na minha empresa. Eu sou presidente da empresa, mas, como te disse, no meu negócio, no negócio da propaganda, nem sempre o presidente é o que administra.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Mas V. S^a é sócio. V. S^a está fazendo pagamentos. V. S^a tem que ter conhecimentos de que pagamentos estão sendo feitos?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Sim, eu sei.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Sob pena de sua empresa quebrar, como quebrou a primeira.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Sim. Acho que todas as vezes em que os cheques chegavam para mim já eram conferidos pela administração, conferidos pelo financeiro. Todos já tinham sido conferidos e chegavam para eu assinar porque precisava de dois assinarem. Eu assinava os cheques, mas sempre os assinei em confiança. E esses cheques se referiam ao que o senhor está dizendo eram cheques que já vinham conferidos com o.k. do Sr. Marcos Valério. Eu confiava e assinava. É exatamente isso que eu estou falando para o senhor.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Mas o senhor sabia a destinação desses pagamentos?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Para o Partido dos Trabalhadores. Só.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – O Sr. Marcos Valério dizia a V. S^a que esses recursos do empréstimo bancário se destinavam todos a pagamentos só para o Partido dos Trabalhadores?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não. Esse era um dinheiro do Partido dos Trabalhadores. O destino que o partido dava eu não tinha conhecimento, e era um assunto que se referia a ele e ao Sr. Delúbio. Isso eu sabia.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Mas o processo do cheque, a cópia do cheque dizia...

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não, não vinha.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Não vinha?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não, não. Os nomes de Deputado e de empresa nunca vieram, nunca. Nunca assinei um cheque em que estivesse o nome Deputado fulano de tal. Empresas, eu nem sei porque, na verdade, são tantos fornecedores da agência que pode ter vindo alguma empresa ali, mas eu não identificava que empresa era. Mas, nunca. Assinei cheque a vida inteira e...

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – V. S^a há de convir que, com uma sociedade dessa, pode quebrar de novo da maneira como V. S^a administra novamente a sua empresa.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Eu reconheço.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Sr. Presidente, dê uns descontos.

Prossigo perguntando a V. S^a se conhece as empresas Atenas Trading S.A e By Brasil Trading Ltda.?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Só vi falar nessas empresas aqui.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Aqui?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Ontem ou anteontem.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Aqui? V. S^a é sócio da SMP&B, e essa empresa fez transferência eletrônica para essas duas empresas de valores e montantes altos, e V. S^a não tem conhecimento, nunca ouviu falar?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Nunca ouvi falar. Nunca em minha vida ouvi falar.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – E como V. S^a explica as transferências de R\$ 1.967.403,00 para a Atenas Trading S.A e de R\$ 976.887,00 para a By Brasil Trading Ltda?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não sei explicar.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Não sabe explicar?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não sei explicar. Não sei quem são essas empresas. Não sei explicar.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – É difícil de acreditar, viu?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Mas estou dizendo a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – O tempo de V. Ex^a está encerrado.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – V. S^a não conferiu os DOCs?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Nunca conferi DOC.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Não?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Nunca.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Não olhava os DOCs?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Tenho outros dois sócios. Nunca conferi DOC.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Então, V. S^a poderia estar tendo um rombo de quase R\$3 milhões sem saber. V. S^a não sabe onde foi esse dinheiro?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não, não sei.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Não tem conhecimento?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não tenho conhecimento.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – V. S^a poderia estar sendo passado para trás em, mais ou menos, R\$3 milhões sem saber. É isso o que V. S^a confirma?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Nobre Deputado José Rocha, seu tempo, com toda tolerância, já foi esgotado.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Sr. Presidente, nota-se que, na verdade, nem o Sr. Marcos Valério disse toda a verdade no dia de ontem, nem o depoente de hoje, Sr. Cristiano de Mello Paz também está dizendo toda a verdade.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Eu estou dizendo a verdade.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Então, fica difícil para nós, em um trabalho desse, chegarmos a resultados importantes nessas inquirições porque existe uma estratégia montada. Certamente, vale a competência dos seus assessores e advogados no sentido de todos manterem a mesma linha nos depoimentos a essas Comissões.

Portanto, como V. Ex^a está sendo muito rigoroso com o meu tempo...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Não. Dei a V. Ex^a uma tolerância de três minutos.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Espero que V. Ex^a também o faça com os demais. Ficarei aqui para fiscalizar.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– V. Ex^a poderá fazer a reinquirição.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Não vou prosseguir, mas peço minha reinscrição.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Será feita sua reinscrição.

Concedo a palavra à nobre Senadora Heloísa Helena pelo prazo regimental.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr^{as} e Srs. Deputados, primeiro, quero fazer um apelo a V. Ex^a, Presidente Amir Lando. Não é nenhuma provocação, mas é essencial para que V. Ex^a conduza, como Presidente – e, portanto, tenha uma posição suprapartidária –, os debates desta Casa. Há pouco, V. Ex^a teve a oportunidade de dar a palavra...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Vou descontar o tempo. Ele foi mexer no caderno e pegou.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Sinto-me contemplada com as posições aqui apresentadas pelo PSDB, pelo PT e pelo PFL.

Que V. Ex^a tenha até a independência necessária. Se entrarmos no mérito de qualquer discussão, que, pelo menos, cada partido tenha o direito de falar. Não me sinto contemplada por determinadas posições e me sinto no direito também de intervir no debate feito anteriormente.

Vou entrar no debate com o depoente agora.

Primeiro, Sr. Cristiano, como muitos Parlamentares, temos tido o rigor ético, implacável e necessário e tentado ter a isenção técnica para analisar um procedimento de tanta complexidade como esse.

Há pouco, houve uma polêmica aqui sobre um depoimento que nem existiu. Ninguém trouxe no nome da Dr^a Cleide. Portanto, deixe a Dr^a Cleide fora porque ela nada tem a ver com isso. Trabalhei com o Dr. Tales e sei que ele seria incapaz de fazer – embora seja assessor do PT – qualquer documento fraudado como esse apresentado. É um documento fraudado em que há várias coisas contra o PSDB e em que se apagou o nome dos receptores do dinheiro sujo do Sr. Marcos Valério que era do PT.

Nesta Comissão e em todas as Comissões Parlamentares de Inquérito, já estou cansada de adminis-

trar, até psicologicamente, essa verdadeira tara, esse caso de amor mal-resolvido entre o PT e o PSDB. Não há quem agüente mais isso. O PT para justificar sua própria podridão em que está inserido resgata as corrupções do governo passado e do PSDB. Então, como não sou parte desse caso de amor mal-resolvido, sinto-me na obrigação de me aprofundar nos detalhes, nos temas, no procedimento investigatório propriamente dito. E eu não consigo, Sr. Cristiano, por mais que eu me esforce, eu não consigo acreditar que o senhor nada sabia. Por quê? Não é uma desconfiança pessoal, porque nem o conheço pessoalmente, não sei se o senhor é bom pai, se é cristão, se é ateu, se tem compromisso com a verdade ou se não tem. Mas é porque os dados não se encaixam. Esse é que é o problema, não se encaixam. O Sr. Marcos Valério pode até dizer: “Olha, o Cristiano é o publicitário, a pessoa que está lá para pensar as peças publicitárias, para pensar o que é melhor”. Pode até alguém dizer isso. A Sr^a Renilda suponhamos que pode até dizer, como V. S^a disse, para defender a sua família, pode dizer: “Olha, e os outros empresários? E os outros sócios, não têm que responder nada?” Aí o Sr. Davi vem aqui e diz que foi contratado por V. S^a – o Sr. Davi, que recebia os quatro e tantos milhões para entregar à D. Zilmar, sócia do Duda Mendonça. Aí o senhor dá um depoimento da Corregedoria de Polícia, e com muita ênfase, Deputada Zulaiê, com muita ênfase, ele diz: “Não, jamais! Nunca vi! Não conheço!”. Então, imagina como é que fica a nossa situação para ter a isenção técnica que é necessária. Então, do mesmo jeito que eu não acredito que as grandes Lideranças do Palácio do Planalto, as grandes Lideranças da base de bajulação de Governo não sabiam – eu sei que alguns não sabiam mesmo; alguns não sabiam mesmo, mas eu não acredito que as principais Lideranças não sabiam. Porque foi um esquema montado, é um esquema de muita corrupção, Sr. Cristiano. Três gangues partidárias foram colocadas dentro dos Correios. Quando eu digo “gangues partidárias”, eu não estou dizendo que são todos os filiados ou Parlamentares que participaram, mas três gangues: PT, PTB e PMDB. Quando o PT se associou com o PMDB para deixar o PTB de fora, começou a guerra instalada. Então, três gangues partidárias instaladas nos Correios, que, por sua vez, fraudavam desde o processo de instrução de um edital de licitação até a licitação propriamente dita, fraudavam o contrato, fraudavam os aditivos contratuais e faziam com que empresários apaniguados pela estrutura de poder, inclusive a empresa de V. Ex^a, ganhassem... V. Ex^a pode dizer que é o melhor publicitário do mundo, com as mais belas publicitárias apresentando as faces do povo brasileiro, mas infelizmente não consegue

convencer. Não é a interpretação ideológica, psicológica ou vinculada à complexa subjetividade humana, é porque a lógica com que foi montada não responde. Empresário não faz caridade. Banqueiro não faz caridade, não faz filantropia – se fizer é pilantropia –, não faz. Então, como se justifica que os empresários... que, como disse V. Ex^a, ficou apavorado, quando, na morte do sócio majoritário da empresa anterior, aliás, uma morte suspeitíssima, porque um homem que andava de moto, de *trail*, na mesma trilha toda semana, de repente encontrou um arame farpado na frente, o arame farpado degolou, o rapaz morreu porque pegou a jugular. Já é uma coisa suspeitíssima a morte do rapaz dessa forma. Aí de repente entra em todo esse procedimento o Sr. Marcos Valério, suponhamos todos nós que o senhor sabia. Tudo bem, o senhor pode dizer que não sabia. Mas o senhor, que disse aqui que ficou apavorado diante do processo de falência. Então, quem foi lá se apresentar para ajudar, para discutir a falência era o advogado Tolentino, que, por sua vez, entrou na empresa. Quem apresentou o processo de falência foi também o Sr. Marco Prata, que, por sua vez, agora é o contador da empresa que o irmão dele estava queimando documentos. Veja qual é nossa situação, Sr. Cristiano, a dificuldade que nós temos para interpretar fatos como esse. V. Ex^a tinha vivenciado o pavor de estar falindo. Agora, eram empréstimos e mais empréstimos. O senhor não imagina! Olha, eu espero pensar que o senhor não imagina. Eram carros-fortes que saíam com dinheiro. Eu imagino assim, olha: a gangue partidária que escolhia os empresários apaniguados da estrutura de poder fazia com que eles ganhassem licitação e aí eles davam por fora do “propinoduto” e davam às gangues partidárias que pagavam o mensalão. Ou eu penso assim: não, talvez a propina que as gangues partidárias recebiam do parasitismo do poder público eles tiravam lá. Imaginem 3% de 200 milhões, botavam esse dinheiro no Banco Rural, no BMG, faziam aplicações financeiras, aí o banco não corria risco nenhum, emprestava dinheiro. Ou os fundos de pensão que também faziam isso. Porque, fora disso, Dr. Cristiano, não tenho como ver a lógica formal, a razoabilidade de um processo como esse. Era muito cheque assinado. Eram carros-fortes, Dr. Cristiano, que saíam da empresa que o senhor é um dos diretores. A Sr^a Simone dizia: manda um carro-forte para o Blue Tree, entrava de tudo só não tinha o *rock’n roll*, que era a melhor parte. Mas tinha prostituição, aluguel de meninas de programa, parlamentar envolvido, pagando toda essa rede com dinheiro público também. Como é que nós podemos acreditar, nos faça acreditar que o senhor não ficou desconfiado quando dizia: é empréstimo para o PT sim. Como o PT vai pagar? Nós vamos

ter alguma compensação em relação a isso? Vamos ganhar algum contrato para viabilizar? E só a empresa se endividando. Eu já comecei a pensar até assim: será que os senhores eram sócios do Banco Rural? Porque é tudo mentira, é uma farsa. Apresentaram em um dos empréstimos o contrato dos Correios. Aí o Sr. Marcos Valério encaminhou para diretor administrativo do contrato dos Correios um documento dizendo: o senhor deposita o dinheiro desse contrato no BMG. O dinheiro nunca foi depositado. O banco nunca reclamou. Qual era a garantia? Quem era avalista?

Então, não tem como nós, sob a lógica formal, sob qualquer procedimento razoável, imaginarmos que um empresário faria caridade, articulado com um banqueiro igualmente caridoso, que não tinha garantia, que não tinha avalista, que não tinha nada. Então, nos convença do contrário, Dr. Cristiano, porque fico tentando acreditar em cada um dos depoentes que vêm aqui, mas, infelizmente, quando eu analiso os documentos, as quebras de sigilo, os documentos que são apresentados, eu não consigo acreditar na versão da formulação que os senhores fazem. Porque cada um chega e, no depoimento... Eu vi o depoimento de V. S^a na Corregedoria, senti firmeza no depoimento. O senhor dizia: jamais, nunca vi. Eu também senti a mesma firmeza no Sr. Davi que veio para cá e disse que foi o senhor que contratou. Eu também senti a mesma firmeza em qualquer um que passa. Então, ou é um processo de vigarice explícita, de amnésia seletiva, ou o senhor nos ajude a entender como o senhor, que era parte da empresa, preocupado com o processo de falência anterior, assinava tantos cheques. O que era que alguém dizia para lhe convencer? Tinha compensação? É empréstimo para o PT. O senhor olharia e: mas é muito grande esse empréstimo, temos capacidade financeira de dar conta de um empréstimo como esse? Eles vão nos pagar como? Eles vão nos dar compensação através dos contratos? Vamos ter alguma aplicação financeira? O senhor tem que nos convencer, Dr. Cristiano, porque cada vez mais fica difícil de acreditarmos.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Eu só posso contribuir aqui com a minha palavra. Não respondo pelo que falaram. Quero dizer para a senhora, Senadora, primeiro a respeito do meu sócio falecido que ele não era o majoritário. Ele tinha 30% como eu e fui eu que fundei a empresa. Segundo que o Dr. Rogério Tolentino foi-me apresentado pelo sócio que faleceu. Terceiro que o Marco Aurélio Prata foi-me apresentado pelo sócio que faleceu. O Dr. Rogério e o Dr. Marco Aurélio Prata vieram através deste sócio, inclusive o Sr. Marcos Valério. Ele é que conhecia o Sr. Marcos Valério. Não estou fazendo nenhum juízo de valores

com o meu sócio falecido, que era uma pessoa que eu amava, gostava muito como gosto da família dele, mas só para corrigir isso.

Com relação ao Sr. Davi, o que afirmei aí, eu torno a afirmar. Bote o Sr. Davi na minha frente, e manda ele dizer para mim que ele me conhece. Eu nunca vi esse Sr. Davi em toda a minha vida. Não sei de quem se trata. Reafirmo o que falei e vou reafirmar eternamente, porque essa é a verdade, não tem outra verdade. Não conheço esse senhor, não sei porque ele colocou o meu nome.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – O senhor era o repassador do dinheiro para a Sr^a Zilmar, sócia do Duda Mendonça?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não. Não conheço a Sr^a Zilmar. Vi a Sr^a Zilmar na fotografia do jornal.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Então, quem disse que a Sr^a Zilmar recebia o dinheiro sacado foi o Sr. Marcos Valério?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Quem disse para mim?

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Sim.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Quem disse para mim que esses recursos eram repassados para a Zilmar foi o Sr. Marcos Valério. Eu confiei no que ele falava, porque tudo que ele estava falando era o que estava acontecendo.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – E ele dizia isso com qual justificativa? Porque é tanto dinheiro, Dr. Cristiano. Imagine vinte milhões que foram repassados ou quinze milhões em uns documentos ou vinte milhões noutro! Ele dizia o quê? Como é que o senhor achava natural repassar não sei quantos milhões para uma empresa de publicidade que poderia ser concorrente? Passava para quem? Passava para o PT? Passava para a campanha de alguém? Para quem era?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – O tempo de V. Ex^a terminou.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Quanto a esse recurso para a Zilmar e para..., como está sendo dito, eu tomei conhecimento nos jornais.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – E o senhor perguntou: “Marcos Valério, para quem você passou?” O que foi que ele disse? Que foi para quem?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Pagando conta que o Delúbio mandou pagar. Foi o que ele me falou.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Com a Zilmar? Com o Duda Mendonça? Era também para pagar as contas do Delúbio?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Ele me disse assim, ele me disse assim. Estou dizendo exatamente a verdade que eu sei. Ele me disse desse jeito. Esse valor foi repassado a pedido do Dr. Delúbio. Foi o que ele me disse.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Como o meu tempo já se encerrou, eu me reinscrevo.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Será inscrita a nobre Senadora Heloísa Helena. Fui tolerante, inclusive, porque V. Ex^a não teve a oportunidade de falar anteriormente. Exatamente por isso concedi-lhe três minutos a mais, que quero justificar perante todo o Plenário.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Júlio Redecker, pelo prazo de dez minutos, sem tolerância.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, ressalto que, ao chegar aqui, colegas me disseram que V. Ex^a falou, citando o meu nome, que eu tinha trazido confusão à CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Quem lhe disse isso não falou a verdade.

A SRA. ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Trouxe o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu não vou admitir.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Está correto. Retifico. A Deputada falou que se trata do assunto. Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu disse que o assunto foi abordado por V. Ex^a no início da reunião. Esperei o Deputado Paulo Pimenta chegar e pedi a S. Ex^a que lhe prestasse informações.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Está bom. Se V. Ex^a tivesse falado confusão, eu ficaria muito chateado.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Procuro ser verdadeiro. V. Ex^a há de convir que procuro ser justo.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – A Deputada Zulaiê já corrigiu.

Sr. Presidente, antes de começar o interrogatório do depoente, peço a atenção de todos para um assunto muito importante. Foi falado aqui, por palavras dele, que o Deputado Paulo Pimenta trouxe uma lista quando esteve no carro do Sr. Marcos Valério. Não é verdade.

Ponto número dois. Que ele não pegou carona com o Sr. Marcos Valério. Quero aqui dar a prova testemunhal de que ele pegou carona e não ganhou a lista, porque está aqui o Dr. Paulo Sérgio Alves e Silva, que me confidenciou isso. Ele está lá atrás. Peço que ele faça um movimento com os braços se eu não estou falando rigorosamente a verdade. Por favor, levante-se

se estou falando a verdade. Estava no carro, deu carona e não ganhou lista nenhuma – levantou para confirmar. Se ele pudesse inclusive dizer no microfone – não sei se é possível – que isso é possivelmente...

O SR. (Orador não identificado) – É contra o decoro.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Se é contra o decoro...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Isso não é permitido regimentalmente, mas ele já confirmou. V. Ex^a viu que ele confirmou. Eu vi na minha frente que ele confirmou esse fato.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Então, essa é uma verdade.

Quero aqui dizer mais, Sr. Presidente. Nós que participamos desta CPMI, representando o Partido da Social Democracia Brasileira, estamos preocupados com um conluio entre Governo e Partido dos Trabalhadores para orquestrar depoimentos nas Comissões, porque a linha dos depoimentos do Sr. Marcos Valério e do Sr. Delúbio Soares são as mesmas e o fato de um membro da direção das Mesas de trabalho, que hoje compõem as duas CPMIs, pegar carona para ir até sua casa, prejudicando inclusive o trabalho de defesa do Sr. Marcos Valério, é grave, Sr. Presidente. Quando falava de uma lista que não era essa lista fria, requeitada do STF, V. Ex^a a reconheceu depois e aceitou a lista para ser inclusa nos autos da CPMI. Isso já foi passado. Estou apenas reconhecendo isso aqui, Sr. Presidente. V. Ex^a não precisa responder. Não lhe estou pedindo resposta.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu mandei que a lista fosse recolhida à Secretaria para análise e verificação.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Muito bem. Uma lista fria, esquentada, enxovalhando a honra de gente decente, para desviar o foco verdadeiro das campanhas eleitorais, do caixa dois, não permitindo a investigação da corrupção que se estabeleceu aqui na compra de votos para fidelizados ao Governo.

Se quisermos, Sr. Presidente – estou dentro do meu tempo regimental –, avaliar as campanhas, o PSDB vai querer que se faça a análise de todas: da Sr^a Marta Suplicy, que gastou R\$220 mil numa campanha para Prefeito, na maior cidade da América Latina; do Sr. Nilmarírio Miranda, que gastou R\$500 mil com dinheiro só do Partido, num Estado que tem quase mil Municípios; e também do Sr. Fernando Pimentel – a prestação de contas da sua campanha está **sub judice**.

Não vamos admitir contra-informação patrocinada pelo PT, pelo Governo, aqui dentro, para desviar o foco das investigações, Sr. Presidente. O PSDB não

vai permitir isso, parta da Mesa, do Plenário ou de qualquer lugar.

Quero dizer mais, Sr. Presidente, quanto ao depoente...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Gostaria, antes que V. Ex^a prosseguisse...

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Desconte o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Vou descontar.

Quero saber se V. Ex^a está fazendo alguma censura à Mesa na conduta desse episódio.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – De maneira nenhuma, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Porque eu procurei dar a palavra...

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – De maneira nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Ela deu uma explicação...

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Não faço censura. Então, o senhor não precisa ficar bravo – não fiz censura –, nem incomodado.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Não estou bravo. Queria essa explicação, para deixar logo, **in limine**, essa questão.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Tenho pelo senhor a maior admiração.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu não podia deixar esse documento solto. Mandeí que fosse recolhido à Secretaria. Não mandei que, de maneira nenhuma, integrasse... Mandeí recolhê-lo. E pode ser lacrado lá como mandei lacrar.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Tenho pelo senhor a maior admiração. Dividiria minha cuia de chimarrão com o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – V. Ex^a dispõe de um minuto.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Sr. Presidente, o Dr. Cristiano – e quem lida com política e empresa conhece isso – é um homem da criação, da arte. É o homem responsável pela parte da produção da empresa e destacou aqui que não participa da administração.

Quero dizer, Sr. Presidente, sendo da Oposição, podendo apertar o depoente, que noto muita sinceridade nas palavras dele, muita sinceridade. Esse homem está surpreendido.

Mas quero saber algumas coisas do depoente. O senhor fala que perdeu um sócio. Esse sócio era o sobrinho do Vice-Presidente, José Alencar?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não, eu não sei se foi o que a Senadora se referiu. Eu perdi um sócio em 1994/1995. Ele não era sobrinho...

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Mas teve algum sócio que era sobrinho dele?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não, não. O Daniel de Freitas, Presidente da DNA, era filho da irmã...

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Desculpe, eu não ouvi aqui por causa do telefone.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – O Daniel de Freitas, que era o Presidente da DNA – nessa época, eu ainda era sócio dele –, faleceu logo depois que eu saí da DNA. Ele é sobrinho do Vice-Presidente da República. Ele é filho da irmã do Vice-Presidente.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Era?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Era filho.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Faleceu?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Faleceu.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – E a esposa dele continua trabalhando na empresa?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – A esposa dele detém 40% da DNA.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – A esposa do sobrinho do Vice-Presidente?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não, a esposa era casada com ele, e ele é que é o sobrinho do Vice-Presidente. Ele faleceu.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Então, a esposa do sobrinho do Vice-Presidente.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Ah, sim!

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Está correto?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – A esposa do sobrinho.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Em todo esse tempo... Pois não.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não, não. É porque a pergunta do senhor é porque eu achei que tinha confusão com a da Senadora...

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Não, não.

Quando falam aqui dessa questão das listas, tantas listas, quero dizer aqui: o senhor tinha algum conhecimento do que o Sr. Marcos Valério... Na minha opinião, o Sr. Marcos Valério é um homem de empresas, é um ganhador de dinheiro. Ele deve ter extrapolado a função dele de publicitário, de representante das empresas, e começado a intermediar grandes negócios entre grandes empresas – Portugal Telecom, Opportunity –, para agenciar os interesses dessas empresas,

do Governo, fruto do prestígio que ele logrou junto à direção do PT e ao Ministro-Chefe da Casa Civil.

O senhor tinha conhecimento dessa outra atuação do Sr. Marcos Valério junto a essas grandes empresas, intermediando negócios?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – O Marcos Valério sempre me impressionou muito por essa capacidade que ele tinha de fazer negócios. Isso realmente... Mas a vida dele... O Marcos sempre foi uma pessoa muito reservada. Ele assim... Dentro da empresa, ele dava muito pouco... Ele falava muito pouco sobre os passos dele. Entendeu? Mas ele sempre falava: eu estou fazendo negócios, e a empresa vai ter benefício com isso. Nesse caso da viagem a Portugal, ele falou comigo.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – O que ele lhe disse a respeito da viagem a Portugal?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Ele disse: estou indo a Portugal, a Telemig vai ser vendida. Havia até edital, estava indo para a rua. A Telemig não é minha maior conta, A Telemig tem 90% do investimento dela com a DNA; com a SMP&B, são 10%. Eu estava, inclusive, buscando uma solução até que pudesse aumentar o faturamento de empresa. Ele falou: quem vai comprar a Telemig Celular ou é a Vivo ou é a Claro. E citou: eu já tenho essa informação, mas, de qualquer forma, estou com um encontro marcado; vou a Portugal e vou me antecipar a isso, e as empresas não vão perder essas contas. Era o que ele falava. Ele ia, e nem sei quantas vezes ele foi. Pelo menos uma vez ele me falou que estava indo para tratar desse assunto.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – O que ele lhe disse na volta? Ele falou, em uma ocasião aqui, que, em uma dessas viagens, ele não foi nem recebido em Portugal quando foi tratar da questão da Telemig. Ele falou alguma coisa no retorno?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Ele nem me reportou sobre essa viagem. A gente conversou depois, e perguntei: como é que está essa questão da compra da Telemig? Ele disse: ah, esse troço está meio confuso ainda, parece que tem um processo ainda, a Telemig não vai ser vendida agora. E não dava muitos detalhes sobre as coisas dele.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – O Sr. Marcos Valério falava da intimidade que ele gozava com o Delúbio Soares, com o Genoíno, com o Sílvio Pereira, com o Ministro José Dirceu, com quem ele marcava audiências seguidas? O senhor tinha idéia dessa intimidade que ele desfrutava no poder?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não. Eu tinha conhecimento da intimidade que ele tinha com o Delúbio. Isso ele falava muito.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – O que ele falava a respeito da relação dele com o Sr. Delúbio?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Ele falava: estou indo, vou encontrar com o Delúbio, amanhã não estou aqui, sexta-feira eu volto; tenho um encontro marcado na semana que vem com fulano e com fulano e tenho de encontrar com o Delúbio. Isso ele sempre falava, ele comentava isso. Agora, sobre o Sr. José Dirceu, ele falava pouco. E sobre o Silvio ele falava também.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Com o Silvio Pereira também tinha amizade?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Falava, falava que tinha encontro com o Silvio.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Que eram os dois operadores do Partido dos Trabalhadores em nível nacional, o Secretário-Geral e o Tesoureiro.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Ele falava do Silvio.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Falava que eram amigos? Eles visitavam Belo Horizonte? O senhor tem idéia de algum encontro do Sr. Marcos Valério com essas pessoas em Belo Horizonte? O senhor ficou sabendo daquele encontro do BMG e do Banco Rural, que davam esses empréstimos para as empresas do Sr. Marcos Valério? E o senhor é sócio em uma delas. O senhor sabe dos valores com que estavam sendo feitos os empréstimos? O senhor mesmo disse aqui que se preocupava com isso. O senhor sabia disso?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Eu fiquei sabendo disso e até relatei no início. Encontro em Belo Horizonte acho que ele nunca teve que eu tivesse conhecimento. Com o Silvio Pereira eu nunca ouvi falar.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Com o José Dirceu?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não. Com o José Dirceu ele teve encontros lá, como ele falou. Em dois, eu estive. Já até falei aqui: foi a respeito do assunto da Brasfrigo. Foi um convite – fiquei sentado na ponta da mesa. Eram oito pessoas. Acho que o Sr. Ministro José Dirceu nem me conhece, não deve nem ter percebido a minha presença. Fui lá convidado pelo grupo BMG. Até pedi ao Marcos Valério para fazer essa inclusão minha nessa reunião, porque eu estava prospectando a conta e tentando conquistar a conta da Brasfrigo, que é uma empresa muito grande, em que temos interesse. Eu teria interesse nessa conta.

A outra vez em que estive com o Ministro José Dirceu foi da mesma forma. Também já relatei aqui. Foi com o Presidente do Conselho, Dr. Sabino, que

faleceu há pouco tempo. Ele me convidou, me levou no avião dele.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Avião de quem?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Do próprio Banco. Ele me levou, o Dr. Sabino.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – O Presidente do Banco?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – É, ele me levou no avião.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – De qual Banco?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Banco Rural. Falou que eu fosse com ele, mas o assunto que... Ele foi daqui, a viagem inteira, tratando de um assunto...

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Daqui onde? De Belo Horizonte para onde?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Desculpa. Foi, de Belo Horizonte a Brasília, tratando de um assunto que se referia a uma mineração que ele tinha, a um assunto de nióbio, que ele achava que era uma coisa que o Governo tinha de dar atenção, pois ninguém nunca deu atenção. Dizia que era um absurdo, porque a extração de nióbio era muito cara e que o assunto dele dava rentabilidade. Enfim, ele tinha um relatório grande, ele falou que já tinha sido motivo de entregar a outros governos. Eu até achei muito precedente, quando ele me mostrou aquilo. Falou de um outro projeto na Amazônia e foi conversando comigo sobre isso. Eu entrei na sala com eles, sentei também afastado, porque não fazia parte...

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Quem é que estava na reunião?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Na reunião, acho que estava o Dr. Sabino, estava a filha dele.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Quem? O Dr. Sabino?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – O Dr. Sabino, a Kátia, o Marcos Valério, o Dr. José Dirceu. Não sei se tinha mais...

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Isso aqui no Palácio do Planalto?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Isso lá na Casa Civil.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Na Casa Civil, no Palácio do Planalto?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – É, no Palácio do Planalto. E essa reunião foi rápida.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Só trataram de assuntos, na sua presença, republicanos?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não, eu só tratei desse assunto, e o Sr. José Dirceu nem se

dirigiu, nem olhava para mim. Cumprimentou-me na saída, cumprimentou-me na entrada, e não sei nem se ele me conhece. Essas são as minhas...

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – São os seus sentimentos?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – As vezes em que eu estive junto. Agora, o que o Marcos Valério falava, ele falava das relações dele. Ele falava com Delúbio, ele falava que ele tinha tido contato com o José Dirceu. Eu não sabia dizer. Eu não tinha esses detalhes, ele não me passava.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – O senhor se sentiu surpreendido com todas essas denúncias que foram apresentadas, com a participação do Sr. Marcos Valério, que hoje é colocado como operador do PT?

Na verdade, ele foi usado pelo PT, não é? Ele mesmo disse ontem no seu depoimento, e vimos sentimento nos olhos dele, que ele se sentiu usado. Eu até diria... E perguntei a ele se ele não tinha se sentido...

Será que o senhor, se se colocasse na posição do Sr. Marcos Valério, com todos os serviços que tivesse prestado ao Partido dos Trabalhadores e ao Governo do Presidente Lula, também hoje não teria o sentimento de ter se sentido usado por essas pessoas, que usaram a sua empresa, o seu ganha-pão? Era uma empresa consagrada em Minas Gerais, com contas nacionais – vocês já tinham essas contas.

Vocês não estão se sentindo, lá no íntimo, usados? Devem estar pensando: será que fomos usados, que fomos tão infantis que fomos usados por essas pessoas, para atingirem objetivos, e, agora, temos nossas empresas em dificuldade, com dívidas de quase R\$100 milhões na rede bancária?

Esse sentimento não foi comentado entre vocês, Dr. Cristiano?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Tempo esgotado, nobre Deputado.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Só quero a resposta, não é, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – A resposta, é claro.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não, eu... É lógico que isso... Eu posso dizer para o senhor que foi o pior dia da minha vida o dia 12 de junho, se não me engano.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Doze de julho?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Doze de junho, o dia em que vi o nome da minha empresa no Jornal Nacional, acusada pelo Sr. Roberto Jefferson.

Eu estava com meu filho, com minha mulher, com dois casais de São Lourenço na minha casa,

quando alguém telefonou e falou assim: olha, vai sair um assunto da sua empresa. Eu tomei o maior susto da minha vida. Eu não imaginava aquilo. Foi o pior dia. Olha, eu vou te falar: eu, minha mulher... Inclusive, eu estava com visita na minha casa. Foi constrangedor. Eu não sabia o que estava acontecendo, e o Sr. Roberto Jefferson falando “Marcos Valério, o pagador do mensalão, não sei o quê”.

Eu estava vendo aquilo na televisão e estava me sentindo o pior dos homens sobre esta terra, não entendia o que estava acontecendo, pegava o meu telefone, ligava para o advogado, ligava para o Rogério Tolentino, ligava para o meu sócio: o que está acontecendo? Todo mundo estava apavorado, dizendo: eu não sei. E os meus funcionários me ligando, funcionários de Brasília ligando, eu não sabia. Falei: gente, eu não sei, eu não estou entendendo essa história.

E, de lá para cá, eu confesso – isso foi no dia 12 de junho: os meus dias de sono têm sido os mais terríveis. As pessoas que me conhecem sabem.

Agora, é aquilo que já falaram ali, como a Senadora falou: o senhor fez isso tudo. É evidente que da minha parte também eu me arrependo de tudo isso, porque eu não precisava ter sido tão omissa assim. Mas eu acho que o ônus já está grande demais para ter de ficar explicando mais sobre isso, entendeu?

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – De-sejo-lhe sorte. Obrigado. Estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao nobre Senador Alvaro Dias, pelo prazo de dez minutos.

Aqui, não temos aquele relógio automático. A Secretaria começa a contagem a partir deste momento.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, Sr. Depoente, a CPML se instala para revelar, não para esconder; para esclarecer, para colocar o mal à luz, para que ele possa ser combatido; para convocar a autoridade a quem cabe a responsabilização civil e criminal e para que, posteriormente, haja o julgamento dos envolvidos em atos de corrupção.

Esse objetivo tem sido dificultado por uma estratégia de obstrução dos trabalhos de investigação. Há pouco ainda, pela manhã, houve, como parte dessa estratégia, a apresentação de uma lista apócrifa, espartezada malandra, com o objetivo realmente de colocar obstáculos à investigação daquilo que é essencial: a busca dos corruptores, dos principais responsáveis pela arquitetura desse modelo inusitado de corrupção, e, evidentemente, a descoberta da origem do dinheiro utilizado nessa rede sistêmica e organizada de corrupção.

Esperamos que o senhor possa colaborar, porque o *script* não é o mesmo de ontem. Há uma diferença. O Sr. Marcos Valério assume que havia corrupção – para traduzir, formação de quadrilha para a prática de corrupção eleitoral. Ele assume isso. O senhor não, o senhor diz desconhecer essa prática. Foi o que nós recolhemos até agora do seu depoimento. O senhor foi utilizado, eu diria, uma espécie de inocente útil, nesse esquema de corrupção.

O senhor não sabia, agora sabe. Se soubesse, concordaria? É a primeira pergunta.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Não concordaria?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Não sabia, não concordaria, mas é vítima agora. O senhor está aqui como investigado, portanto como réu. Há denúncias que pesam sobre o senhor, na prática de vários crimes, e o senhor se apresenta como inocente.

Indago: o senhor pretende mover uma ação por danos morais, uma ação de perdas e danos, em função dessa ação praticada pelo Sr. Marcos Valério em seu nome?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Senador, estou vivendo cada dia segundo o seu mal. Não pensei ainda no dia de amanhã. Acho que só a convocação para esta CPMI me tirou do ar uma semana. É a primeira vez que venho prestar contas dessa forma. Acho que qualquer cidadão sentado aqui se sentiria desconfortável. Eu confesso que nos últimos sete dias eu só pensava aqui, de estar aqui diante dos senhores. Não tenho pensado em nada. No dia de amanhã, não consigo pensar ainda.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Mas não descarta essa hipótese, portanto não há a negação da sua parte. Agora, fica difícil aceitar essa hipótese porque o seu advogado é o mesmo do Sr. Marcos Valério, a menos que o senhor rompa com seu advogado – que é um brilhante advogado, por sinal – o senhor não terá condições naturalmente de acionar o Sr. Marcos Valério, em razão do grande mal que ele lhe proporcionou. O senhor cogita alguma mudança de procedimento, de atitude?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Confesso ao senhor que ainda não sei como vai ser meu...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Porque essa mudança de procedimento poderia ser muito útil às investigações, porque o senhor poderia colaborar muito mais com esta CPMI, com o Ministério Público, se houvesse essa ousadia da sua parte que o movesse a adotar um outro procedimento, já que o senhor se

diz aqui publicamente vítima de todo esse esquema de corrupção.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não, eu disse que eu conhecia parte do assunto, que esse assunto... eu conhecia os empréstimos, eu não conhecia o destino desses empréstimos, o destino final.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Então, vamos aos empréstimos. Esse que o senhor conhecia vou explorar um pouco mais, embora já indagaram a respeito dele.

É evidente, o senhor é um empresário, tem certamente um razoável conhecimento da atividade empresarial e de economia. É claro que o senhor sabe que o PT não tem patrimônio para suportar um empréstimo de, hoje, R\$100 milhões, corrigidos; o Sr. Delúbio Soares também não tem; o Sr. José Dirceu também não tem; o Sr. José Genoino também não tem. Na sua visão de empresário, um empréstimo dessa natureza só é concedido se o senhor entende que há garantia real para pagar a conta. E quem pagaria essa conta? Se não é o PT, se não é Zé Dirceu, se não é Zé Genoino, se não é Delúbio Soares, quem pagaria essa conta?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Volto a dizer: nas reuniões que tivemos sobre esse assunto, e não foram muitas, mas principalmente na primeira reunião... Acho que qualquer empresário diante de uma situação dessa em que relações nesse nível eram colocadas, como foram colocadas pelo Sr. Marcos Valério – e eu conhecia, sabia das relações dele com o Sr. Delúbio, porque ouvia ligações dele, via que ele recebia – e sabendo que o Sr. Delúbio é uma pessoa que tem uma certa importância nesse partido, que tem um nome a zelar – imagino sempre, pensei –, acho que um partido que está no governo...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Não, o senhor imaginou que ele tinha por trás um governo.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não. É o Partido dos Trabalhadores.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Um partido não tem patrimônio, a não ser a sua militância; é o grande patrimônio de um partido.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Sim, mas tem nome, tem nome.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Mas não tem crédito em banco.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Mas o banco é que tinha que ter feito essa análise.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Eu imagino que a dedução lógica do senhor foi que por detrás de Delúbio, de José Dirceu estava um governo com um caixa poderoso.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não. Eu vou confessar ao senhor que eu não esperava receber nenhum benefício disso. A única coisa...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Mas o senhor não enxergou, então, que surpreendentemente, de um ano para o outro, de 2002 para 2003, a sua agência crescesse 80%? Que milagre foi esse? Que estrela brilhou nos céus da sua empresa num espaço de tempo tão... Não quero ser irônico não, mas seria a estrela no Planalto Central? Do 40º lugar, a sua empresa foi para o 22º lugar no espaço de um ano no *ranking* das agências.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não, senhor. A minha empresa continua em quadragésimo... Agora deve ser mais de cem, mas era 49º. O senhor deve estar se referindo a DNA, que não é minha empresa.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Mas era, mas era.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Mas era, mas eu saí há um ano e meio atrás e não ela não era a 22ª.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Mas, nesse período, antes de um ano e meio atrás, é que houve esse salto.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Mas qual empresa a que o senhor está se referindo, DNA ou SMP&B? É importante para mim saber.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – A empresa a que me refiro são as empresas comandadas pelo Sr. Marcos Valério. As duas agências de publicidade. Houve uma evolução no faturamento em torno de 80% em um ano.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Veja bem, a SMP&B, pela qual estou respondendo – posso falar pela DNA também –, a SMP&B, da que eu sou sócio, com um terço, a minha empresa não teve nenhuma evolução baseada nesse Governo aqui. O crescimento que ela teve, eu ganhei a conta do Governo do Distrito Federal, ganhei a conta do Governo do Estado de Minas Gerais, ganhei três contas privadas nacionais.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Eu quero lhe dizer o seguinte, que esse cálculo foi feito pelo Sub-Relator desta Comissão, nessa área específica, o Deputado Carlos Sampaio, que me passou há pouco essas informações.

Eu gostaria, já que o senhor era também da DNA, saber qual a razão desse depósito incrível, através da Fundação Visanet, do Banco do Brasil, nas contas da DNA no valor de R\$44 milhões, sendo um único depósito de R\$35 milhões num único dia. Qual a explicação para um depósito desse porte, de um banco público, de uma fundação denominada Visanet?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Esse depósito não deve ter sido feito na minha época. Mesmo que tivesse sido feito na minha época, eu, como já disse o senhor, eu não respondia pela DNA, nunca respondi. Eu tinha 16% e pelo contrato...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Que dia o senhor saiu da DNA?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Saí em fevereiro de 2004. Se foi antes disso, eu vou explicar também. A DNA tinha 50% das ações. Era minha, do Marcos Valério e do Ramon Cardoso. Eu e o Ramon Cardoso, a pedido dos sócios remanescentes, com a morte do Daniel, indicamos um sócio para representar os interesses da sociedade dentro da DNA. Esse sócio era o Sr. Marcos Valério. Aliás, era quem assinava pela DNA. O que aconteceu é que todos os assuntos da DNA eram só tratados pelo Marcos Valério e o sócio de lá. Quando tomei a decisão de sair da DNA, e já até disse isso aqui, uma das razões básicas de minha saída era porque eu estava ali participando do ônus e não participava de bônus. Ou seja, o que estou fazendo aqui se não decido nada pela empresa? Nada. Eu não decidi absolutamente nada. Nas reuniões que tinham para tratar de negócios da empresa, eu ficava do lado de fora, porque eu era concorrente. Estou falando a verdade.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Vou sugerir ao Relator e ao Presidente que façamos requerimento ao Banco do Brasil, porque, segundo consta, o Banco do Brasil realiza uma rigorosa e ampla auditoria para apurar todos os procedimentos referentes a essa aplicação.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – O encaminhamento do requerimento será feito por escrito e certamente apreciado no momento devido, nobre Senador.

V. Exª ainda tem...

(Interrupção do som.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Eu vou fazer a última indagação. O depoente disse no início desta reunião que conheceu Aroldo Bicalho há muito tempo, é amigo dele. E o Sr. Davi Rodrigues Alves afirma que foi indicado...

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Mentira.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – ...pelo Sr. Bicalho para prestar serviços ao senhor, transportando valores que ele entregava ao senhor, na agência SMP&B.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Mentira. Chama o Aroldo aqui. Mentira.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – O senhor está disposto a uma acareação?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Acareação com os dois: Aroldo... Mentira.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Creio que seria interessante essa acareação. Seria interessante que a CPMI solicitasse à Polícia Federal que promovesse essa acareação, na Polícia Federal, em Belo Horizonte, porque seria rápido.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Isso.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – O Sr. David foi incisivo, dizendo que entregava os valores ao senhor na agência da SMP&B, e disse a origem dessa relação, que foi o Sr. Aroldo Bicalho, que opera, por sinal, nesse sistema clandestino de evasão de divisas, que é crime contra o sistema financeiro e contra a ordem tributária nacional.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Eu acho que tem uma construção nisso aí, tem uma maldade qualquer, porque o Aroldo é... Como eu te falei, as minhas relações com ele são dessa forma, mas eu reafirmo o que estou dizendo.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Havia uma ligação do Aroldo com a sua agência, porque a Sr^a Karina, no seu depoimento, afirmou que fez algumas ligações a ele. Evidentemente, afirmou que seria para Marcos Valério, não para o senhor, mas, na agência SMP&B, ela fez algumas ligações ao Sr. Aroldo Bicalho, para que o Sr. Marcos Valério pudesse com ele conversar.

Essa afirmativa do Sr. David Rodrigues Alves está não só no depoimento à Corregedoria da Polícia Civil em Minas Gerais, como no depoimento que ele prestou à CPMI dos Correios.

Portanto, creio que essa acareação entre ambos, na Polícia Federal, em Belo Horizonte, poderá elucidar esse fato que considero da maior importância.

O senhor ficou encarregado do Sr. Duda Mendonça, por ser publicitário como ele. É a lógica. O que consta é que os recursos repassados ao Sr. Duda Mendonça o foram por seu intermédio.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não, não consta isso. Onde consta isso?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – São as informações do Sr. David que, certamente, nessa acareação, poderemos elucidar.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não, não. Não consta isso. Não consta isso.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Eu apenas estou abordando o fato, mais uma vez, na esperança de que o senhor possa nos esclarecer a respeito.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não, eu não conheço o Sr. Duda Mendonça nem conheço a Sr^a Zilmar. Pode botar os dois na minha frente, para ver

quem está falando a verdade, se eles também falaram que me conhecem.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Os recursos repassados a Guaranhuns, que os repassam para um paraíso fiscal, tinham origem na SMP&B, por meio do Banco Rural. É do seu conhecimento isso?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não. Tomei conhecimento aqui, nesta CPMI, também. Aliás, tomei conhecimento pela televisão.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – O Sr. José Carlos Batista, que é o responsável brasileiro por essa empresa, foi indiciado ontem, exatamente porque há já a confirmação da remessa de recursos para o exterior via Guaranhuns.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Eu tomei conhecimento desse fato na televisão. Eu vi isso na TV Globo. Achei um absurdo.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu queria esclarecer que o tempo de V. Ex^a está esgotado.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Agradeço a tolerância de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Estamos com um problema regimental. No Senado Federal, está havendo uma votação nominal agora. O nobre Presidente, Senador Renan Calheiros, suspendeu a sessão por cinco minutos, aguardando a ida dos Senadores até o plenário. Eu não tenho como dar continuidade a esta reunião, mas quero uma sugestão.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Sr. Presidente, não é possível o nosso Relator, Deputado Osmar Serraglio, que está ao seu lado, conduzir os trabalhos por pouco tempo?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu posso convocar o Deputado mais idoso aqui presente para dirigir os trabalhos ou qualquer outro. Mas vou usar o critério do mais idoso. Quem se achar mais idoso que se habilite. Deputado Jamil Murad...

O SR. (Orador não identificado) – O critério é aquele que tem o maior número de mandatos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Ou então...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, é o que tem o maior número de mandatos.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – O maior número de mandatos. Quem tem o maior número de mandatos? É o Deputado Arnaldo Faria de Sá?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O Deputado Arnaldo Faria de Sá é o Deputado com o

maior número de mandatos. É como manda o Regimento, Sr. Presidente.

O SR. (Orador não identificado) – É também o mais idoso.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá. PTB – SP) – Concedo a palavra à nobre Deputada Zulaiê Cobra.

A SRA. ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Cristiano Paz, sei que o senhor veio bem acompanhado de grandes advogados, como o Dr. Leonardo, ex-Presidente da OAB de Minas Gerais, a quem respeito muito. Mas sei também que V. S^a veio acompanhado dos mesmos advogados do Marcos Valério. Eu também não entendi. Como a Senadora Heloísa Helena, eu não entendo muito essa matemática, que não está batendo.

Ontem, sentimos que o Sr. Marcos Valério mentiu uma boa parte. E, em uma boa parte, ele dizia que tinha muito medo, muito medo. Ele deixou transparecer isso em várias oportunidades.

O senhor tem medo?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não.

A SRA. ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – O senhor está sendo pressionado?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não.

A SRA. ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Então, é a mesma resposta do Sr. Marcos Valério.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não, mas eu não tenho nenhum medo.

A SRA. ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – O Sr. Marcos Valério também disse que tinha medo, mas, na hora do vamos ver, ele disse que não tinha medo.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não. Isso é problema dele. Eu não tenho medo.

A SRA. ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Então, o senhor não tem medo, não está sendo pressionado?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não. A consciência está tranquila.

A SRA. ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Sr. Cristiano, o senhor há de convir conosco que é muito difícil para nós, examinando todo esse dinheiro, toda essa dinheirama que foi para as empresas de que o senhor também participava...

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – As empresas.

A SRA. ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – As empresas. Eu fiz o plural. Quer dizer, o senhor disse que tinha uma só depois que vendeu a DNA, não é isso?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Há um ano e meio.

A SRA. ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – A SMP&B. Mas, de qualquer maneira, o senhor falou aqui que o senhor assinava os cheques que vinham,

em monte. Eram muitos cheques. O senhor até cansou de assinar cheques.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Todo dia.

A SRA. ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – O senhor até reclamava...

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – E reclamo ainda.

A SRA. ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – E esses cheques todos vinham com o nome que eram do PT. O senhor confirma isso?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não. Todos, não. Os cheques que vinham separados com a sigla “Partido e Marcos Valério” já vinham conferidos...

A SRA. ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Já vinham...

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Conferidos. “Esse assunto se refere ao Marcos Valério, você pode assinar, que o financeiro já conferiu”.

A SRA. ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – O senhor sabia que esses cheques eram cheques do PT?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Sabia.

A SRA. ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – O senhor sabia da amizade dele com o Delúbio?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Sabia.

A SRA. ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – O senhor sabia quem era o Delúbio?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Quem era o Delúbio?

A SRA. ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – O Delúbio. O senhor sabia que ele era o tesoureiro do PT?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Sabia que era tesoureiro.

A SRA. ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – O Sr. Silvinho Pereira o senhor também sabia quem era?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não. O Sr. Silvio...

A SRA. ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Sabia que era do PT?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Sabia que era do PT.

A SRA. ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Não sabia o cargo, mas sabia que era do PT?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Sabia.

A SRA. ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – E sabia que eles tinham uma amizade, que o Marcos Valério tinha uma amizade com ele?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – É. Muito mais com o Delúbio.

A SRA. ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Muito mais com o Delúbio.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Ele falava quatro vezes mais com o Delúbio.

A SRA. ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Isso é verdade. Ele falou muito.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Pelo menos é o que ouvi.

A SRA. ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Aí o senhor falava que o senhor não tinha contado, coisa pessoal. Mas o senhor foi um dia à Casa Civil?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Duas vezes.

A SRA. ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Foi duas vezes lá com o ex-Ministro José Dirceu?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não. Eu fui acompanhando um cliente meu, a pedido desse cliente, para um projeto que era de interesse da minha empresa. Eu fui tratar de assunto de propaganda. O Sr. José Dirceu nem dirigiu a palavra a mim, nem eu a ele. Na outra ocasião, eu fui prospectando uma conta de uma fábrica chamada Brasfrigo, que a BMG estava construindo em Luziânia, que por sinal é uma fábrica muito grande. É uma das maiores fábricas deste País. E eu tinha interesse em atender essa fábrica. Como a DNA também tinha interesse, eu pedi ao Marcos Valério que me incluísse nessa reunião, porque eu queria acompanhar o pessoal da BMG, inclusive na inauguração. E fui na inauguração. O Sr. José Dirceu fez um discurso lá. Se não me engano o Governador Roriz também fez um discurso. Alguns fizeram discurso. Eu estive na inauguração, fiquei impressionado com a fábrica e ainda pedi para o Marcos Valério: Marcos Valério, não tem jeito de marcar uma reunião, para a gente poder apresentar a empresa para essa fábrica? A minha reunião foi essa.

A SRA. ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Então, o senhor conseguiu uma audiência. Foi junto na audiência com o ex-Ministro José Dirceu.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – É. Não fui eu que consegui.

A SRA. ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – E o senhor sabia que era muito difícil ter uma audiência com ele. Mas quem arrumou a audiência foi o Sr. Marcos Valério, por meio do Delúbio, é claro. Em relação a isso, não há a menor dúvida.

O senhor disse que assinava e não sabia direito das coisas que se passavam. Os cheques era assinados, saiam do seu controle...

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Isso.

A SRA. ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Caiam na mão do Marcos Valério, e o Marcos Valério fazia o que fazia.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Seguiam os trâmites normais.

A SRA. ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Quanto tempo durou isso? Até quando foram esses...

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Um ano, um ano e seis meses. Eu não me lembro.

A SRA. ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Dois mil e três, 2004.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Dois mil e três... Alguns meses acho que foi isso.

A SRA. ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – E, de 2004, foram alguns meses? O senhor saiu de lá em fevereiro de 2004?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Eu saí no início de 2004 da DNA.

A SRA. ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Saiu em fevereiro de 2004 da DNA. Mas o senhor continuou assinando?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não. Da DNA, não.

A SRA. ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – E da outra?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Da outra, eu assino até hoje.

A SRA. ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Assina até hoje. Não, estou falando com relação a esses cheques do Marcos Valério.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não, esses cheques... Esses cheques já não passam por lá há muito tempo. Desde que essas questões vieram, eu mesmo...

A SRA. ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Eu sei. Quero saber quando. Essas questões começaram agora, em junho 2005. Quero saber...

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não, este ano já não tinha muita coisa.

A SRA. ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Já não tinha mais?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não.

A SRA. ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Quer dizer que foram 2003 e 2004?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Dois mil e três e dois mil e quatro.

A SRA. ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Em nenhuma vez comentou-se de algum esquema, de alguma coisa, com relação ao Governo, com relação a questões de dinheiro, de emprego, de cargos? Nunca V. S^a presenciou conversa alguma de Marcos Valério falando em termos de cargo, de governo? Nada?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Na minha frente não.

A SRA. ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – O senhor fez alguma campanha política? A campanha do Prefeito Fernando Pimentel de 2004?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não. Não participei de campanha.

A SRA. ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – O senhor nunca participou de campanha?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Como disse mais cedo, fiz a campanha de 1985 e 1986 para o Prefeito de Belo Horizonte, Sérgio Ferrara. Cuidava...

A SRA. ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Sr. Presidente, está muito barulho. Não estou conseguindo ouvir. Estou na frente dele.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá. PTB – SP) – Peço ao plenário que faça silêncio. A nobre depoente, Deputada Zulaiê, está reclamando.

A SRA. ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Não sou depoente, não é Sr. Presidente. Depoente é o Dr^a Cristiano Paz.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá. PTB – SP) – V. Ex^a está com a palavra.

A SRA. ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Por favor.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Estou dizendo que, geralmente, os homens de criação do Brasil inteiro estão sempre envolvidos com campanhas. Assim, a gente vê por todos os lados. Se V. Ex^a foi candidata, possivelmente, em algum momento de sua vida...

A SRA. ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – É porque Marcos Valério participou de muitas campanhas.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – É. V. Ex^a tratou com alguém de criação. Estou falando de criação e não da parte financeira. Como um homem de criação fui chamado para dirigir algumas campanhas, no passado. A última campanha que comandeí foi a campanha do Sr. Sérgio Ferrara, para Prefeito de Belo Horizonte, logo depois que o Dr. Tancredo Neves morreu, faleceu. Lembro-me de que nesta reunião – até falei de manhã – tivemos a presença do Dr. Ulysses Guimarães, do Dr. Franco Montoro, do Dr. Mário Covas. Estiveram comigo pessoalmente. Tem uma foto.

A SRA. ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – V. S^a falou de Mário Covas. Ouvi.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Falei. Depois dessa campanha, nunca mais quis dirigir campanha alguma. Foi o maior estresse da minha vida. Eu dormia três, quatro horas da manhã. Não participei mais de campanha.

A SRA. ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – V. S^a falou, desde o começo, que teve uma vida sacrificante, que lutou muito, que trabalha desde os 18 anos. Ouvi toda a sua história, que é a história de um homem trabalhador. Quero saber o seguinte: nas conversas com Marcos Valério. S. S^a se reunia com gente, lá na empresa, trazia outras pessoas? O senhor nunca viu outras pessoas com S. S^a reunidas?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Em Belo Horizonte não. Aqui no escritório de Brasília o Marcos

Valério não vinha. Em certa ocasião ele foi lá com um ou dois deputados, nem me lembro quem era, mas a minha gerente financeira na época falou: “O Marcos Valério está com umas pessoas aqui...” E até comentei: “Marcos, evita fazer isso dentro da empresa. Sabe por quê? Porque...” Geralmente o cliente privado fica um pouco incomodado quando a gente se envolve com essas questões, porque acha que damos pouca atenção aos clientes privados. Lembro que comentei isso com ele. E ele falou: “Cristiano, estou levando cliente que é seu cliente, estou levando gente que é seu cliente, da Câmara Federal.” Eu falei: “Bom, pode ser meu cliente, mas evita. Não precisa. Pode tratar esse assunto...”

A SRA. ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – E quem eram essas pessoas?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não lembro quem eram essas pessoas.

A SRA. ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Mas eram pessoas que não eram clientes da vida privada. Eram políticos?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não...

A SRA. ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Eram ligados à política?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Eram políticos.

A SRA. ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Eram políticos?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Às vezes iam conversar lá. Tinham ido para uma reunião de conversa e até perguntei: “O que aconteceu?” “Não, eles estavam aqui conversando e saíram.” Só isso.

A SRA. ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Quer dizer que ele levava político...

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não, ele não levava. Aconteceu...

A SRA. ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Conversava lá.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – É.

A SRA. ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – A senhora, essa viúva, que o senhor falou que tem uma porcentagem ainda, tem um papel na empresa, a Sr^a Margareth?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – A Margareth é uma pessoa muito trabalhadora. Ela e a Francisca posso afirmar para vocês que estão sofrendo muito com tudo isso que está acontecendo. São pessoas que conheço há muitos anos. Trataram a vida inteira de propaganda. E ela cuida internamente da operação da agência. Posso dizer que é uma pessoa também muito trabalhadora.

A SRA. ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – E ela também está sofrendo todos os prejuízos que o senhor

está sofrendo, porque o senhor foi prejudicado. O Senador Alvaro Dias acabou de colocar se o senhor vai processar o Sr. Marcos Valério.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Acho que todos fomos prejudicados. Não sei nem em qual proporção. Eu diria que – e eu falo por mim – eu acho que isso foi um desastre sem precedentes.

A SRA. ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Então, a partir do pressuposto de que o senhor foi prejudicado, de que a Dona Margareth foi prejudicada, de que todos os seus sócios foram prejudicados... O Marcos Valério veio até aqui e confessou que fez. Ele confessa uma parte, e, sobre outra parte, ele mente, protegendo o Presidente Lula, protegendo a figura do Presidente – só pode ser isso, porque a do José Dirceu ele colocou. Mas, para não dizer que não vai prejudicar o Presidente Lula, ele não fala mais. Com tudo isso, com todo esse prejuízo que o senhor teve, o senhor não vai tomar nenhuma atitude com relação a isso?

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá. PTB – SP) – Queria informar à nobre Deputada Zulaiê que tem mais um minuto.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Eu até já respondi sobre isso, Srª Deputada. Eu ainda estou assim...

A SRA. ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – O senhor acha que o PT vai pagar? O senhor acha que vai ser ressarcido?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – As duas vezes em que eu conversei com o Valério sobre esse assunto, ele falou assim: o PT vai pagar, vai ter de pagar.

A SRA. ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Então, quer dizer que o senhor confia que o PT vai pagar?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Se eu confirmo? Não tenho a menor idéia.

A SRA. ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – O senhor confia?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Ah, confia!

A SRA. ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – O senhor confia no Marcos Valério? Se o Marcos Valério falou que vão pagar, é que vão pagar? Então, o senhor confia nisso. É isso? É isso que lhe dá tranquilidade?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não, não tenho tranquilidade nenhuma, não tenho tranquilidade.

A SRA. ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Mas o senhor está tranquilo. O senhor não está querendo processar ninguém, não está querendo fazer nada!

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – A minha tranquilidade está em outro campo.

A SRA. ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Então, está bom. Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá. PTB – SP) – Peço a compreensão do Plenário, para que possamos dar prosseguimento à oitiva do Sr. Cristiano Paz.

Concedo a palavra ao Deputado Eduardo Paes. Solicito a V. Exª que venha à Mesa. Vou-lhe mostrar a lista.

Concedo a palavra ao Deputado ACM Neto, por dez minutos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Cristiano, Srªs e Srs. Parlamentares, venho insistindo muito, nos últimos dias, na necessidade que temos, hoje, de concentrar os nossos esforços e as nossas energias para descobrir exatamente qual é a origem de todo esse montante movimentado pelo Sr. Marcos Valério, em parceria com dirigentes do Partido dos Trabalhadores. Por que isso? Porque ninguém consegue se convencer de que essa operação de empréstimos é procedente, de que ela corresponde, de fato, à realidade.

Então, Sr. Cristiano, V. Sª assinou muitos documentos, V. Sª foi responsável por muitos atos jurídicos praticados pelas empresas do Sr. Marcos Valério, sobretudo pela SMP&B, empresa de que V. Sª é sócio.

Pergunto, então, a V. Sª: supondo que V. Sª não tinha conhecimento de tudo, como quer aqui afirmar, a versão que lhe foi apresentada pelo Sr. Marcos Valério corresponde a essa tese dos empréstimos? V. Sª nunca se preocupou em fazer uma soma dos recursos que estavam entrando e saindo das empresas de V. Sª?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Eu vou voltar a reafirmar: essa não era a minha área na empresa.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Entendi, mas o dinheiro era de V. Sª.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – É. Mas eu tinha... É evidente que, tendo sócio, têm muitos para preocuparem com os mesmos assuntos. O que me foi falado a respeito desse assunto e, quando foi me pedido para assinar esses empréstimos, foi exatamente o que eu estou dizendo para o senhor. Foi exatamente isso.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Então, vou supor que V. Sª confia no Sr. Marcos Valério.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – É, veja bem, quando o Marcos Valério se apresentou, lá atrás, na minha vida, como eu contei, eu tinha motivos para confiar no Marcos Valério, porque não era dificuldade...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Tinha e não tem mais?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Veja bem, quando ele trabalhou, numa época difícil da minha vida

– eu certamente não conseguiria aquelas negociações que ele conseguiu –, eu passei a respeitá-lo como homem de negócios, como alguém que realmente sabia tratar com banco, sabia tratar com empresários, sabia tratar nesse campo.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – E aí passou a confiar nele?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Sempre confiei.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – V. S^a continua dando a mesma confiança e o mesmo crédito ao Sr. Marcos Valério? Ou V. S^a, por acaso, sente-se, de alguma forma, traído por ele?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – É, eu diria que tudo que... É difícil avaliar assim, eu não gosto de fazer juízos de valor mesmo. Isso não faz parte da minha vida. Determinadas coisas eu guardo para mim.

Se tiver que continuar qualquer negócio, eu sigo só agora, em qualquer coisa, se for possível.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Por que indago de V. S^a sobre esse assunto? No último dia 27, o Sr. Marcos Valério divulgou uma nota oficial em que ele deixa claro que não estava sozinho à frente dos atos da empresa. E mais, nós argüimos a Sr^a Renilda, esposa do Sr. Marcos Valério, e ela deixou muito claro que não poderia jamais esta Comissão Parlamentar de Inquérito imputar todas as responsabilidades ao Sr. Marcos Valério.

Ela também nos deixou muito claro que os sócios – e foi assim que ela se referiu, inclusive V. S^a – tinham participação e conhecimento de tudo, e que era injusto o Sr. Marcos Valério carregar aquele fardo sozinho.

Então, V. S^a contesta essa afirmação da Sr^a Renilda?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Eu também já falei sobre isso. A Renilda participava muito pouco. Na verdade, ela foi à agência duas ou três vezes; ela não tinha nenhuma função. E eu acho que ela é uma vítima também muito grande disso tudo. O que ela disse eu perdôo; acho que ela deu a opinião dela.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – A Sr^a Simone Vasconcelos, diretora financeira da empresa SMP&B, afirmou que o único responsável por indicar as pessoas autorizadas a sacar os recursos advindos dos empréstimos para o PT era o Sr. Marcos Valério – afirmações da Sr^a Simone.

Já o Sr. David Rodrigues Alves, policial civil do Estado de Minas Gerais, ouvido um dia depois da Sr^a Simone, disse que sacou mais de 6 milhões do Banco Rural e declarou que jamais tratou com o Sr. Marcos Valério; que nunca tinha visto o Sr. Marcos Valério; que nunca tinha sequer se reportado ao Sr. Marcos Valério.

Ao contrário, disse que já havia mantido contatos com V. S^a, com a Sr^a Simone e com a Sr^a Geiza.

Aí, a meu ver, surgiu uma das principais dúvidas desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Por quê? Porque o Sr. Marcos Valério afirmou, categoricamente, que mais de R\$15 milhões, sacados da empresa de V. S^a, tiveram como destino as empresas do publicitário Duda Mendonça. Dentro desses R\$15 milhões, estava inserida a quantia sacada pelo Sr. David Rodrigues Alves.

O Sr. David Rodrigues Alves nos diz desconhecer a Sr^a Zilmar, sócia do Sr. Duda Mendonça, desconhecer o Sr. Duda Mendonça e desconhecer o Sr. Marcos Valério. Ele só conhecia o Sr. Cristiano Paz; ele só conhecia a Sr^a Simone e a Sr^a Geiza. Aí, pergunto a V. S^a: quem está falando a verdade?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Eu tenho certeza de que a CPMI vai descobrir quem está falando a verdade. Se V. Ex^{as} são realmente interessados – e todo mundo é, a Nação é –, isso vai aparecer.

Posso afirmar que o Sr. David não me conhece, nunca me entregou um real na vida. Aliás, não costumo pedir dinheiro para ninguém; os meus cheques são depositados em conta; não transaciono com dinheiro vivo. Se eu pedi ao Departamento Financeiro da minha empresa para sacar algum dinheiro para mim, foi cheque meu de R\$10 mil, R\$5 mil. Nunca na vida pedi a alguém que sacasse R\$100 mil para mim, pessoalmente. Essa foi a indignação do meu pai, dos meus irmãos, da minha mulher e dos meus filhos, que me perguntavam: “Mas onde é que foi isso?” Aí eu disse: “Agora quero, inclusive, saber porque estou preocupado com a segurança da minha família”.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Mas aí eu questiono a V. S^a: alguma vez o Sr. Marcos Valério fez qualquer tipo de referência sobre por que seriam destinados R\$15 milhões das empresas de V. S^a e dele para as contas do publicitário Duda Mendonça?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Sr. Deputado, tomei conhecimento desse empréstimo para o Sr. Duda Mendonça...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Empréstimo não.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Pois não; dessa transferência para o Duda Mendonça há 10 dias, uma semana. Foi exatamente no dia em que o Sr. David declarou na televisão; aliás um dia em que fiquei indignado; um dia em que perdi até o controle. Aquele dia para mim foi demais. Procurei todas as pessoas; procurei o Sr. Marcos Valério para saber onde ele estava; fiquei sabendo que ele estava no escritório tal, fui até lá e perguntei diretamente a ele: “Marcos, me explica,

por favor, que dinheiro é esse que me entregaram”. Ele ficou assustado. Tornei a falar: “Marcos Valério, eu não vou sair daqui se você não falar; você tem que saber, porque é um dinheiro muito alto. Se isso tem a ver com a conta do PT, você tem que me falar, porque esse senhor está dizendo que me encontrou. É sério, porque a imprensa já está dizendo isso. E sabe o que a imprensa está dizendo? Que ele é um policial, uma autoridade”.

Eu cheguei a falar com a Rede Globo, com o Sr. René, que ligou para lá. Eu chamei o Sr. René e falei: “Isso não existe”. Esse moço não me entregou dinheiro. Ele não deu.

Ele falou assim: “Eu confio na sua palavra”. A Rede Globo noticiou à noite.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Por que eu pergunto isso, Sr. Cristiano? Porque, amanhã, nós vamos argüir a Sr^a Zilmar.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Espero que ela fale a verdade.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Se, por acaso, ela confirmar a nota oficial que foi apresentada pelo publicitário Duda Mendonça, ela estará automaticamente contrariando a tese que V. S^a está sustentando hoje aqui.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não; eu não estou sustentando tese. Eu estou dizendo a verdade.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Então, muito bem. Eu argüiria a V. S^a: Se, amanhã, a Sr^a Zilmar disser que esses R\$6 milhões, movimentados pelo David, não foram destinados ao publicitário Duda Mendonça, V. S^a aceitaria uma aca-reação com a Sr^a Zilmar?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Deixa eu explicar uma coisa. O que foi colocado é que me passaram cinco milhões, três milhões, dois milhões, conforme dito por esse Sr. David. Eu não recebi; eu não conheço o Sr. David; nunca encontrei com ele; nunca fui apresentado a ele; e nunca mandei sacar dois, três, quatro ou cinco milhões.

Se foi para a Sr^a Zilmar, não fui eu que afirmei.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – E V. S^a então não se considera traído pelo Sr. Marcos Valério?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Essas coisas serão clareadas. Eu não me considero. Eu quero saber...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Mas V. S^a aceitaria uma acareação com a Sr^a Zilmar ou com o Sr. David Rodrigues Alves?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Eu já falei sobre isso aqui: com o Sr. David, já falei, e com o Sr. Haroldo.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá. PTB – SP) – Eu quero informar ao nobre Deputado ACM Neto que V. Ex^a tem mais um minuto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Está bem, eu agradeço. Peço um pouco de tolerância porque todos os Parlamentares falaram além do tempo que lhes foi concedido.

V. S^a conhece o doleiro Jader Kalid Antônio?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Esse senhor é conhecido em Belo Horizonte; todo mundo sabe.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – É conhecido. Então, V. S^a o conhece por ser concidadão.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Por ser cidadão de Belo Horizonte. Todo mundo conhece. Muita gente conhece.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Agora, o senhor sabe dizer se ele já atuou com o doleiro Haroldo Bicalho?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Eu não tenho nenhuma... Não conheço as relações do Sr. David, as relações do Sr. Cajado, nem as relações do Sr. Haroldo.

O que eu conheço do Sr. Haroldo eu já disse aqui.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Não, mas e do Sr. Jader? O senhor só o conhece por ser uma pessoa, um habitante da mesma cidade, do mesmo Estado onde o senhor mora, é isso?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – É; todo mundo conhece. Ele é uma pessoa que frequenta o meio empresarial. Não sei se é empresário...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – V. S^a acha que o Sr. Jader Kalid Antônio pode ter servido para transferir recursos expressivos para o exterior a serviço e a pedido do empresário Duda Mendonça?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Olha, Sr. Deputado, eu sóalaria aquilo que é verdade para mim, que eu conheço e até onde os fatos são verdadeiros para mim.

O que eu posso dizer sobre esse episódio?

Não tenho relação com o Sr. Jader. Tudo o que eu tenho lido é pela imprensa. O que eu posso afirmar – e volto a afirmar e afirmarei sempre – é que não recebi dinheiro do Sr. David, a pedido de ninguém; não entreguei dinheiro para Zilmar; não entreguei dinheiro para Duda Mendonça; nem dinheiro que ele me deu eu levei para a agência; não conheço esse Sr. David. É isso o que posso afirmar. Sobre esse dinheiro do Sr. David, o que sei é o que tenho lido na imprensa.

Tudo o que eu tenho visto sobre o Sr. David e sobre a Sr^a Zilmar eu tenho lido na imprensa. E o que o Sr. Marcos Valério tem relatado é que esse dinheiro...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – A última pergunta, Sr. Presidente. Com-prometo-me a encerrar.

O Sr. Marcos Valério fez questão de afirmar categoricamente que o grande aval por ele obtido, para garantir as operações que foram feitas com o Partido dos Trabalhadores, foi justamente o conhecimento, o consentimento e o apoio do então Ministro-Chefe da Casa Civil, Deputado Federal José Dirceu.

Ele foi além: ele disse que o Deputado José Dirceu se encontrou com dirigentes do Banco Rural e do BMG para tratar da forma de pagamento dos empréstimos que haviam sido contraídos

Da mesma forma que a Sr^a Renilda se dirigiu ao marido, preocupada que estava com o patrimônio pessoal, desejando saber como esses empréstimos seriam pagos – e o Sr. Marcos Valério deu em resposta a ela a afirmação de que o Ministro José Dirceu tinha conhecimento de tudo e, portanto, era o grande garantidor –, eu lhe pergunto: V. S^a nunca teve a curiosidade de chegar para o Sr. Marcos Valério e perguntar que garantias reais existiam do adimplemento dos negócios feitos com o Partido dos Trabalhadores? E aí vem a segunda pergunta e a derradeira: como é que o Sr. Marcos Valério transmitia para V. S^a essa participação do então Ministro da Casa Civil José Dirceu e das principais autoridades do PT na condição de avalistas dos negócios feitos com a empresa de V. S^a?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não, a história que o Marcos Valério... O Marcos Valério sempre me disse a mesma coisa: que esses empréstimos foram pedidos em nome do PT e que o PT honraria todos esses empréstimos. E eu sempre que conversei com ele... Isso também me deixava desconfortável, na medida em que o tempo ia passando, e ele dizia assim: “você não se preocupe, Ramon, não se preocupe, que esse assunto eu vou resolver, esses assuntos serão pagos”. É o que ele falava sempre. Agora, as relações dele eu não acompanhava, não seguia o Marcos Valério nas andanças dele, não encontrava com Deputado com ele. O que eu confiava é no que ele falava comigo.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá. PTB – SP) – Eu solicito ao Deputado Carlos Mota, ao Deputado Mauro, ao Deputado Babá, ao Deputado Márcio e ao Deputado Geraldo que mudem uma fileira para frente, por favor. A segurança pode liberar duas fileiras, desce duas fileiras. Segurança, libere duas fileiras, e os Deputados ocupem os lugares na frente, que estão vazios. Racionalidade.

Deputado Fernando Coruja com a palavra. Dez minutos.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, senhor depoente.

Senhor depoente, o senhor assinava os cheques e assinava também os cheques que eram destinados ao esquema chamado “esquema do PT”. Alguns cheques evidentemente que tinham um nome.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não, os cheques, eles eram nominais à empresa, endossados atrás. Não tinham nomes.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Eram todos nominais a empresas?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Eu nunca vi um cheque que tivesse “para Deputado tal”, nunca na minha vida.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Mas, por exemplo, para Dona Zilmar tem cheque no nome dela?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não. Não tinha cheque em nome da Dona Zilmar. Todos os cheques, que eu saiba, não. Eu nem sei se esses cheques que foram sacados, que está sendo dito que foram para ser pagos à Dona Zilmar e que o Marcos Valério afirmou que é, eu nem sei se todos têm a minha assinatura ou se não têm, não sei nem avaliar. Mas, se fosse Dona Zilmar, eu acho até que me chamaria a atenção, porque a Zilmar, apesar de eu não conhecer, é um nome razoável, que as pessoas conhecem, ou Duda Mendonça.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Bom, houve um chamado empréstimo feito pela DNA na época para o esquema de campanha política do então candidato a Governador, atual Senador Eduardo Azeredo. Depois houve um acerto, V. S^a já disse que foi feito um acerto, que foi paga uma parte e o resto foi feito em publicidades. V. S^a disse que fizeram, inclusive, *layouts* de agências do Banco Rural pelo Brasil inteiro para cobrir esse empréstimo.

Aí vem depois essa história fabulosa – que estamos achando – dos empréstimos ao PT. V. S^a diz que, confiando no Sr. Marcos Valério, assinava esses contratos. V. S^a assinou contratos de R\$12 milhões, depois de R\$18 milhões. Faço uma pergunta: esses contratos V. S^a assinava no banco ou eles foram levados à agência para serem assinados?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não, eu assinava na agência.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Foram levados na agência?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Na agência.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Quem levava para V. S^a era...

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não, a área administrativa chegava com os contratos para assinar com meu nome, um “xizinho” a lápis onde eu tinha que assinar, o nome do Ramon, e nós assinávamos.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Quer dizer que, mesmo tendo perdido aquela dinheirama por um esquema igual a esse, em que evidentemente houve uma ação judicial, V. S^a diz que, na confiança do Marcos Valério, então assinava todos esses empréstimos.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Assinava todos esses empréstimos.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Assinava todos.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não, todos não, os que se referiam às empresas...

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – À SMP&B.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Às empresas de que eu, até então, estava participando.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – V. S^a disse que não cuidava dos números, não é? Não cuidava dos números. Que não cuidava inclusive do preço daquilo que a sua agência produzia, porque isso era outra área que cuidava. Mas, entretanto, V. S^a assegura que os contratos não são superfaturados. Nós estamos chegando a conclusão que eles são superfaturados.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Os contratos?

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Os contratos que...

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não são. Quais contratos? O da minha empresa?

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – De publicidade.

Como é que V. S^a sabe que não são superfaturados se V. S^a desconhece os preços?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Porque eu confio nos meus funcionários. Eu sei o que estava sendo feito.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Então é pela confiança!?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Hem?

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – V. S^a acha que eles não são superfaturados pela confiança?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não. Não é só pela confiança.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Então, V. S^a analisa os contratos.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não. Não. Aqui, por exemplo, está o relatório de todas as faturas dos Correios que a minha empresa trabalhou.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Sei.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Aqui tem o nome do fornecedor, o número da fatura, a receita...

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – O senhor tem o plano de mídia?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não. Não é plano de mídia, não.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Não, mas os planos de mídia, o senhor tem?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Plano de mídia?

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – É.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Isso é muito mais do que isso.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Sei.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Isso aqui tem... Isso aqui são todas as faturas dos Correios.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Fatura é uma coisa...

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não. Não. Mas aqui tem a **TV Globo**, **Rede Abril**, aqui tem fornecedores. Aqui está toda a história dos Correios. Se o senhor pegar aqui e encontrar alguma nota faturada aqui, superfaturada aqui... Acho que é importante. Já foi passado para a Comissão. Eu acho até colocar isso seria um crime, até julgando as pessoas que trabalham na área de comunicação dos Correios. Eu conheço aquelas pessoas que trabalham lá.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – E do Banco do Brasil o senhor conhece?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Banco do Brasil não é conta. Eu nunca me relacionei com o Banco do Brasil. Eu estou dizendo a respeito dos Correios e Telégrafos, que inclusive a CPMI chama CPMI dos Correios. Até acho uma injustiça pelo menos com a área de comunicação dos Correios, porque são pessoas sérias que trabalham lá há mais de 20, 30 anos.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Não. Ninguém está falando aqui das pessoas de comunicação.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não. Digo, a minha área, a área de comunicação eu sei que é uma área séria, auditada. Eu tenho certeza que os senhores não vão encontrar problema aqui.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – V. S^a falou que as empresas se aproximam dos Governos. Qual é o interesse que o Governo, então, em ter determinada imprensa?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Em o quê? Por favor.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Qual é o interesse que tem o Governo ou qualquer empresa pública que seja essa empresa de publicidade que faça a sua propaganda? É só pela qualidade do serviço?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – **Primeiro...**

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Ou as empresas no Brasil devolvem dinheiro para... As empresas de publicidade no Brasil devolvem o dinheiro pelo caixa 2 para...

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Acho isso uma história... Veja bem, eu tenho um profundo respeito pelo Congresso Nacional. Eu acho que nós todos, brasileiros, temos que respeitar esta Casa. Acho que aqui decide o destino da Nação e todos os assuntos importantes deste País. Acho que todo empresário devia se relacionar com o Congresso Nacional para saber, inclusive, o que está sendo debatido, as matérias que interessam os seus segmentos...

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Não. Não. Mas não é essa a questão. Eu digo, qual é o interesse de repente determinado governo ter determinada agência?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Qual é o interesse?

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – É.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Ué! Todo Governo...

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Especificamente, porque, por exemplo, o Governo Fernando Henrique, de repente, o Sr. Marcos Valério falou aqui, o Governo Fernando Henrique ganhou a Deminor, a Deminor foi privilegiada; no Governo agora, do PT, foi o Duda Mendonça. Foi isso que ele falou aqui.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – É. O que eu tenho a dizer sobre isso, sobre a minha história na propaganda. E o que eu posso dizer é o seguinte: toda, toda licitação primeiro tem o critério técnico, primeiro tem a documentação que todo mundo tem que ser aprovado. Não existe forma de você entrar numa licitação sem que a sua documentação seja aprovada. E documentação fiscal, documentação, todas as certidões, isso é analisado pela área jurídica.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Isso, tudo bem. Mas V. S^a mesmo falou hoje...

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Eu vou chegar lá.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – ...que no Brasil tem 20 empresas e cada uma tem quatro, cinco...

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – É isso.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Que é exatamente para quê? Para fraudar, muitas vezes.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não. Nunca para fraudar. Nunca disse isso.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Não?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não. Não. De forma alguma. O que acontece é o seguinte: o mercado de propaganda é muito disputado. Eu, por exemplo... Em Belo Horizonte, a SMP&B atendia a uma rede de *shopping* chamada Rede Renasce, que é a maior rede, que tem até o... aqui é o Brasília... o Parkshopping. Em Belo Horizonte, atendia a SMP&B o BH Shopping e a DNA atendia o Diamond Mall. E os dois apesar de serem clientes do mesmo grupo, tinham uma preocupação muito grande: se alguma agência passava informação para outra sobre o que estava sendo criado, porque isso é disputa de mercado.

Então, o que acontece é que têm muitas empresas que se estabelecem no mercado brasileiro e que para expandirem eles não podem entrar em área de concorrência. Então, eles criam outras empresas, que são absolutamente distintas, que estão associadas a uma *holding*, a alguma coisa lá em cima, os processos das empresas são separados, e são concorrentes entre si. Isso que acontece no mercado. E o que eu estava me referindo era sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá. PTB – SP) – Quero alertar ao Senhor que falta um minuto para completar o seu tempo, Deputado Fernando Coruja.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Bom, vou encerrando. Evidentemente, o tempo é pequeno para que se faça uma linha de raciocínio maior, mas temos ouvido os depoimentos e me parece claro, com todo respeito, pois todo respeito que V. Ex^a tem pelo Congresso também temos pelas empresas nacionais, mas aqui todos os depoimentos feitos parecem depoimentos acordados. Não é possível, como não é possível que alguém no Governo não soubesse desse esquema. Aqui todo mundo diz que não conhece, que não sabe de nada. V. S^a, sendo presidente da empresa, desconhecesse e assumisse esse risco, realmente. Não estou convencido, não me impressiona, com todo respeito, o seu depoimento no sentido da sinceridade, como alguns falaram aqui. Acho que há um amplo acordo feito entre V. S^a, o Marcos Valério, o Delúbio e todo mundo. Alguém fala no pagamento desses contratos. Acho que esses contratos já estão pré-quitados. Esses contratos, quando foram feitos, já estavam pré-quitados, o povo brasileiro já pagou, de uma certa forma. Os fundos de pensão que aplicaram nesses bancos, a medida provisória que saiu para em-

préstimo consignado, e recursos públicos que de outra forma entraram no caixa, como esse da Visa Net. Isso vai aparecer daqui a pouco, mas não me impressiona. É um amplo acordo para parecer que todo mundo aqui não sabe de nada. É difícil acreditar nisso.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Da minha parte, posso afirmar que estou dizendo para o Senhor os fatos como eles são.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá. PTB – SP) – Concluído o tempo do nobre Deputado Fernando Coruja, agora, pela CPMI dos Correios, Senadora Ideli Salvatti. V. Ex^a tem 10 minutos.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu queria que fosse garantido o tempo ao relator da CPMI dos Correios para que possa dirimir a acusação injusta feita aqui com relação a dois assessores da CPMI, para que esta CPMI não se transforme naquele tribunal de inquisição onde aqueles que não têm direito à voz não podem se defender e, efetivamente... Inclusive, já tive oportunidade de entregar à Mesa a forma como está sendo veiculada pela imprensa a acusação feita aqui relativamente aos dois assessores. Então, antes de fazer a minha inquirição, gostaria que o Deputado Osmar Serraglio pudesse esclarecer para que tanto o Thales quanto o Vinícius não fiquem acusados injustamente de algo que não cometeram.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá. PTB – SP) – Nobre Senadora Ideli Salvatti, o relator, tanto o Deputado Osmar Serraglio quanto o Deputado Ibrahim Abi-Ackel, tem liberdade de falar a hora em que quiser. O Deputado Osmar Serraglio não pediu a palavra. A palavra é concedida pela Mesa à V. Ex^a, Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Agradeço, porque sei que o Deputado Serraglio não vai deixar perpetuar essa injustiça. Até porque, lista contra o PT sem documento é prova; contra outros, é apócrifa. Aqui estão bem interessantes determinadas coisas. Para o PT é corrupção, contra outros é desvio eleitoral.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá. PTB – SP) – Vamos à nossa lista. Agora, é V. Ex^a.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Vamos lá. A primeira pergunta que quero fazer ao Sr. Cristiano é a seguinte: a sua empresa fez transferências recentes de recursos para o Sr. João Eraldo de Lima, diretor do Banco Rural? Por quê?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Recente não. O João Eraldo vendeu três terrenos num loteamento perto de Ouro Preto. Esses três terrenos estão lá registrados. Aliás, o Marcos Valério disse que os terrenos eram em Morro do Chapéu, mas são em Ouro

Preto. Esses terrenos estão lá, são três terrenos, 36 mil reais cada um.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – As transferências são isso?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – É isso. Tenho, inclusive, esses contratos.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Na pergunta do Deputado Osmar Serraglio, o Senhor se atrapalhou um pouco. Queria reafirmar, fazendo a pergunta: o Senhor é um operador político-eleitoral da Usiminas?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Operador político?

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O Senhor presta serviços relacionados a contatos políticos em nome da Usiminas?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Nenhum. Até porque a Usiminas jamais me credenciaria para isso, nem precisaria disso numa empresa daquele tamanho.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Então, Sr. Presidente, quero aqui deixar registrado o depoimento do Sr. Nestor Francisco de Oliveira, coordenador da campanha do Sr. Fernando Brant, do PFL.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Roberto Brant.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Roberto Brant. Desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá. PTB – SP) – A senhora deseja registrar algo?

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Eu quero fazer o registro aqui do texto.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá. PTB – SP) – Faça um encaminhamento.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Vou fazer a leitura.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá. PTB – SP) – Ah, tudo bem.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Até para contraditar a resposta que ele deu.

Através de um contato direto efetuado entre o Presidente da Usiminas, o Sr. Reinaldo Soares, e o então candidato Roberto Brant, foi comunicado uma doação de campanha no valor de 150 mil. Que o recebimento do mencionado recurso ocorreria da seguinte forma: que seria necessário um contato com o Sr. Cristiano Paes, Presidente da SMP&B Comunicações, que já recebera instruções para o recebimento do recurso. O contato foi feito pelo Sr. Nestor. E o Sr. Cristiano Paes pediu um prazo para a emissão e o recebimento da fatura. Posteriormente, através de um telefonema para o celular do Sr. Nestor, o Sr. Cristiano comunicou a liberação do referido recurso através da Agência Assembléia do Banco Rural.

Portanto, o depoimento do Sr. Nestor Francisco contradiz a resposta dada a minha pergunta pelo Sr. Cristiano Paes.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Eu posso responder?

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Não. Eu não fiz pergunta. Eu apenas declarei a contradição entre o que o senhor respondeu e o que estava ali dito.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não há contradição.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Segunda questão que faço ao senhor. O senhor está sendo processado por improbidade administrativa?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – De que? De qual processo?

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Não, eu estou lhe perguntando: o senhor está sendo processado por improbidade administrativa?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não sei.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O senhor não sabe?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Se a senhora disser o processo, eu posso saber.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O senhor sofre um processo e não sabe?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Qual é o processo?

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O senhor tem um processo de improbidade administrativa. O senhor desconhece esse processo?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Eu não sei se é improbidade.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O senhor e a sua empresa. O senhor é réu em um processo de improbidade administrativa. O senhor desconhece isso?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Se a senhora disser qual é o processo, eu vou dizer. Eu porque não sei exatamente se é improbidade.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O senhor está tendo um processo e não lembra. É isso que o senhor está querendo responder?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não; eu vou lembrar, certamente. Se tem um processo...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Eu quero também comunicar a estas duas CPMLs que correm dois processos contra o Sr. Cristiano de Mello Paes e a Empresa SMP&B – São Paulo Comunicação, na 3ª Região da Justiça Federal, São Paulo. Esses processos são um de indisponibilidade de bens e o outro de improbidade administrativa, restituição, repetição de indébito, dinheiro público usado illicitamente pela prestação de serviços de publicidade e propaganda.

O valor dos processos é de 25 milhões. Eu não tenho ainda a cópia, porque foi aprovado ontem o requerimento, mas já tive acesso à auditoria que deu base ao processo encaminhado pelo Ministério Público. E se deram os serviços prestados pela SMP&B São Paulo Comunicação a Fundacentro, durante os anos de 97, 98 e 99.

Vou ler apenas alguns itens aqui da auditoria:

Gastos excessivos. A questão da execução sem prévia autorização, autorizado sem discriminação. A questão de ter sido preços acima dos praticados, execução de serviços não previstos no contrato; inconsistência entre o serviço prestado e a discriminação da nota fiscal. Entre outras coisas.

Outra pergunta que eu queria fazer para ao Sr. Cristiano. Na campanha de 98, a SMP&B pagou, fez repasses de recursos para pessoas, candidatos, coordenadores?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Na campanha de 98, a SMP&B não participou. Quem fez a campanha do Governador Eduardo Azeredo foi o Sr. Duda Mendonça. A minha agência não fez campanha em 98.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Eu não perguntei se a sua agência fez campanha. Eu perguntei se a SMP&B pagou recursos relacionados a candidatos, coordenadores, ou...

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Tomei conhecimento dessa lista, que foi falada aqui ontem. Ontem. Em toda a minha vida, tomei conhecimento ontem. Do empréstimo, eu sabia.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Porque a lista que foi entregue pelo Sr. Marcos Valério ontem, com uma série de documentos, todos os documentos – todos – são da SMP&B.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Porque se referem a um empréstimo de 1998. Não é isso?

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Não. Isso aqui é o que o Sr. Marcos Valério entregou ontem. Esta ele entregou ontem. Não há nenhuma dúvida sobre essa, não é? E todos os documentos são da SMP&B.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Mas a senhora pode perguntar para ele. Dessa lista, eu tomei conhecimento ontem.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Aqui há pessoas que foram candidatos de vários Partidos.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Mas eu não conheço.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Mas o senhor assinou os cheques, os DOCs etc.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não tinha nome de Deputado. Não tinha nome de ninguém.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Não tinha nada.

O senhor está sendo investigado em Minas Gerais, agora, recentemente?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Para quê? Sobre o quê?

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – A respeito dos procedimentos da sua empresa com a Assembléia de Minas Gerais?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não. Eu?

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – É. O senhor, a sua empresa, a SMP&B?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não, que eu saiba não.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O senhor não está sendo investigado?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Porque o Ministério Público de Minas Gerais está investigando um suposto esquema de propina montado na Assembléia Legislativa do estado, entre 2002, para direcionamento da concorrência vencida pela SMP&B. Inclusive, eu vou apresentar requerimento para que nós possamos ter acesso aos autos dessa investigação.

Há um depoimento de um ex-funcionário da SMP&B que diz o seguinte: “O arranjo – segundo esse ex-funcionário – foi coordenado pelo publicitário Cristiano Paz, sócio de Valério na SMP&B. O ajuste se iniciou sempre – segundo o ex-funcionário – com o adiantado de R\$120 mil, de Paz, diretamente para o então Presidente da Casa, Deputado Antônio Júlio, do PMDB.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Mentira. Mentira.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O senhor não sabe disso?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Mentira. Mentira.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O senhor nega. Mas eu vou pedir...

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá. PTB – SP) – Eu quero informar à nobre Senadora Ideli Salvatti que tem um minuto para concluir seu tempo.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Eu vou concluir dizendo que farei o requerimento pedindo os autos dessa investigação. Eu queria inclusive fazer perguntas a respeito do empréstimo que é gravíssimo. A SMP&B participou do empréstimo, de 1998. De quatorze pagaram-se apenas dois milhões. O resto foi pago em termos de serviços prestados, estranhamente, porque é difícil provar se o serviço aconteceu. Mas a mesma empresa, com o mesmo Banco Rural que já

tinha levado o cano e processado, em seguida faz o mesmo empréstimo nas mesmas condições.

Eu queria concluir, Sr. Presidente, falando da empresa do Sr. Cristiano Paz, por tudo o que eu apresentei aqui: processo judicial em São Paulo, com relação aos procedimentos de 1997, 1998 e 1999 na Fundacentro; os pagamentos das campanhas em 1998, que está aqui na lista do Marcos Valério; a investigação do Ministério Público em Minas Gerais em 2001 e 2002; essa questão toda dos documentos e provas envolvendo a situação atual, empréstimos com o Banco Rural para pagar PT e outros partidos.

A empresa do Sr. Cristiano Paz não é de propaganda, é de pró-pagando, porque serve exatamente para efetuar pagamentos de situações ilícitas que vão desde o contrato com a Fundacentro e com a Assembléia de Minas Gerais até a campanha de 1998, 2000, 2002 e 2004. Ou seja, é uma agência de pró-pagando. É isso que ela é.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá. PTB – SP) – Concluiu V. Ex^a, Senadora? Terminou o tempo. Com a palavra o nobre Relator Deputado Osmar Serraglio, que a pede neste momento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, eu estava aguardando a oportunidade para proceder ao esclarecimento, mas está chegando agora. Eu havia cedido o documento ao nobre Deputado para que ele tirasse cópia. Deputado Pompeu de Mattos.

Eu desejo esclarecer o seguinte: essa documentação não me foi encaminhada pelos assessores cujos nomes estão aqui: Tales Coelho e Gustavo Assis. Não é isso. Quando esses dois assessores estiveram comigo na CPMI foi exatamente para esclarecer o detalhe que ontem...

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá. PTB – SP) – Eu queria pedir a atenção do Plenário. O Relator Deputado Osmar Serraglio está fazendo um esclarecimento extremamente importante. A polêmica do início da reunião de hoje de manhã é esclarecida neste momento pelo Deputado Relator Osmar Serraglio. Quem não estiver interessado pode se retirar da sala. Quem estiver interessado preste atenção!

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Pois não, Sr. Presidente. Apenas para esclarecer o seguinte: ontem, na nossa reunião da CPMI dos Correios, nós tivemos, na pauta dos requerimentos de convocação, a do Ex-Procurador-Geral da República Aristides Junqueira, em virtude da participação dele na defesa do Partido e de alguns integrantes do PT. E nós convertemos a convocação dele em um pedido de informação por escrito, até em homenagem ao cargo que ele exerceu como também por se tratar eventu-

almente de algo relacionado ao sigilo profissional. E nós convertemos. E o que os assessores estavam ali me esclarecendo... Esse documento estava na CPMI sobre aqueles documentos que são remetidos à CPMI. O que ele estava me esclarecendo e me mostrando na hora era que o mesmo advogado e ex-Procurador que postulou em favor do Partido dos Trabalhadores e que estava levantando celeuma era o advogado de S. Ex^a, o Senador Eduardo Azeredo. Isso só que ele estava me mostrando nesse processo, apenas para esclarecer isso. Não foram eles que me levaram essa documentação.

Apenas dou esse esclarecimento para que não paire dúvidas sobre terem sido os assessores do PT que me levaram essa documentação ou que fizeram qualquer comentário. O que eles estavam mostrando era só a coincidência de um mesmo profissional e que, portanto, estaria havendo, de certo modo, uma precipitação na decisão, porque ele naturalmente seria provocado a esclarecer as partes contundentes, em momentos diferentes na história. Só isso.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá. PTB – SP) – Agradeço a manifestação do Relator, Deputado Osmar Serraglio, e vou conceder a palavra, pela ordem, inicialmente ao Senador Sérgio Guerra e, posteriormente, ao Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, só gostaria antes de advertir para o seguinte: não vamos reabrir essa discussão. Pelo amor de Deus! Temos um depoimento em curso. Essa questão pode ser discutida nas CPMIs em reuniões administrativas.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá. PTB – SP) – Aceito a advertência de V. Ex^a. E advirto-o de que, quando quiser a palavra, a peça.

Concedo a palavra ao Senador Sérgio Guerra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, Sr. Relator, só uma pergunta. Nesse processo está aquela relação?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá. PTB – SP) – Concedo a palavra ao Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio) – Está a relação. Só que é preciso esclarecer o seguinte: essa documentação é apócrifa. Apenas as duas primeiras folhas são verdadeiras. É um espelho de um processo que tramita no Supremo Tribunal Federal. No mais, não tem nenhuma autenticidade, nenhuma validade está sendo emprestada.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, tenho uma informação de que no processo que tramita no Supremo Tribunal Federal não há qualquer relação. Essa relação entrou nesse documento de forma gratuita, se for para acreditar.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá. PTB – SP) – Quero informar ao Senador Sérgio Guerra que a Mesa já solicitou extrato do processo, para que a Mesa tenha conhecimento.

Concedo a palavra ao Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – É só uma observação ao Sr. Relator. Em relação a essa questão do Sr. Aristides Junqueira, o que nos interessa saber é se no exercício dessa consultoria, que foi paga com dinheiro que veio do esquema do Sr. Marcos Valério, da SMP&B, e do Sr. Cristiano Paz se, nesse momento, ele atuou na defesa, por exemplo, em um processo no Rio Grande do Sul de um Ministro de Estado, como era o caso do Ministro Olívio Dutra.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá. PTB – SP) – Nada a responder.

O nosso depoente está pedindo a palavra após esse esclarecimento.

Concedo a palavra ao Sr...

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Perdoem-me. Qual foi a pergunta mesmo?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Não, a pergunta não foi ao Senhor. O questionamento foi ao Relator para que tenha presente porque é importante a resposta do Sr. Aristides Junqueira.

A SRA. ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá. PTB – SP) – Concedo a palavra à Deputada Zulaiê Cobra.

A SRA. ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Sr. Presidente, só para acrescentar a nossa revolta, o nosso mal-estar, de uma lista dessa apócrifa vir para cá, pelas mãos do Vice-Presidente da CPMI do Mensalão, da Compra de Votos, chegando no carro do Sr. Marcos Valério.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

A SRA. ZULAIÊ COBRA (PSDB – SP) – Isso nos constrange a todos, porque é uma lista que não deveria estar aqui. Ontem ele não entregou a lista. A lista não deveria estar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá. PTB – SP) – Essa é uma questão superada. Nobre Deputada Zulaiê, essa é uma questão superada e será resolvida...

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá. PTB – SP) – Vou dar a palavra, calma. E será resolvida pelo Conselho de Ética da Câmara dos Deputados, se houver a solicitação da...

Concedo a palavra para uma questão de ordem ao Deputado Henrique Fontana.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Primeiro, Sr. Presidente, queria fazer uma consideração à Mesa de que, ao usar a palavra, o Deputado Onyx Lorenzoni não fez nenhuma questão de ordem, ele fez uma espécie de avaliação do que haveria sido feito pelo advogado Aristides Junqueira. Talvez na sua ânsia de político partidariamente tentar envolver o ex-Governador do meu Estado, Olívio Dutra. Mas eu posso garantir a ele, que já tentou, em uma CPI do Estado, envolver o ex-Governador, que foi absolvido de todas as acusações feitas por aquela CPI, que desta vez ele também não vai conseguir. E, segundo, Sr. Presidente, sobre a tal lista, o que nós queremos e o Brasil quer é pedir ao STF que investigue todas as listas republicaneamente sem transformar pistas que têm alguns em provas, listas que têm outros em ilações. Então, o meu pedido à Mesa é que solicite formalmente ao Supremo Tribunal Federal a lista e todo o inquérito, para que nós possamos saber quem está e não está em qualquer lista.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá. PTB – SP) – Já foi solicitado. Como Deputado Onyx não teve a questão de ordem, V. Ex^a também não a tem. Deputado Jorge Bittar, com a palavra.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Não vou precisar nem contraditar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá. PTB – SP) – Com a palavra Deputado Jorge Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Tal como outros Parlamentares quiseram aqui esclarecer, eu gostaria de, rapidamente, dizer o seguinte: esse dossiê a que o Sr. Relator se refere não é novo. Ele está circulando aqui na Câmara desde o dia 25, 26 de julho, quando, inclusive, foi publicado parcialmente no jornal **O Globo** e deflagrou toda uma discussão. Há muitos aspectos desse dossiê que foram publicados e que foram confirmados por aqueles que o receberam. Agora, nesse dossiê, existe sim, uma lista em torno da qual não há comprovante de depósito. Essa lista é que é objeto de polêmica...

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá. PTB – SP) – Não, nem uma questão de ordem irá resolver.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – ...por ser uma lista apócrifa e não autenticada e não confirmada

por saques, mas, outros saques já foram sobejamente confirmados.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá. PTB – SP) – Antes de chamar o próximo orador inscrito, eu queria avisar aos Sr. Parlamentares, Deputados – Deputada Zulaiê – que não registraram presença na Câmara, que queiram fazê-lo porque a sessão será encerrada e poderão ficar com prejuízo pecuniário. Repito: quem não registrou a presença no Plenário da Câmara, queira fazê-lo para não ficar com prejuízo pecuniário.

Com a palavra, o Deputado João Correia.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Depoente, eu gostaria um pouco de sua atenção. O Deputado Roberto Brant, que confessou o recebimento de R\$150 mil prometidos pelo Sr. Rinaldo Campos Soares, Presidente da Usiminas, disse o seguinte, no dia 27 de julho: “Quando eu perguntei como faríamos para pegar o dinheiro, ele (o presidente), falou: ‘Vou fazer via SMP&B. É só procurar o Cristiano Paz.’” Segundo o Deputado, o tal do Nestor procurou o sócio de Marcos Valério na SMP&B. Na ocasião, Cristiano Paz teria dito: “Ele, Rinaldo Soares, já me ligou e disse para repassar o dinheiro.” O senhor confirma esse diálogo?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Eu acho que está cheio de coisas truncadas nesse episódio. E eu disse aqui no início que a minha relação com a Usiminas vem de muitos anos. A minha relação com a Usiminas vem de muitos anos. Com todos os presidentes da empresa. Eu nunca trabalhei com a Usiminas referindo-me a problemas de ordem política. A Usiminas é uma empresa gigantesca e tem necessidade de comunicação muito grande, e eu me relaciono com a Usiminas nesse aspecto. Todas as propostas que vão para a Usiminas são passadas para cá. Mesmo as propostas políticas. Isso que eu estou dizendo aqui é uma verdade. Muitas vezes o Dr. Rinaldo recebe 30, 40 propostas para fazer campanha, para criar... Até para dirigir a própria agência. E ele fala: “Passe esse assunto para a agência. Passe esse assunto para a área de comunicação e passe esse assunto para a agência.” O doutor Roberto Brant pode até ter procurado o doutor Rinaldo, mas a decisão de ajudar na campanha dele foi uma decisão que nós tomamos dentro da empresa e foi uma doação, o cheque saiu de dentro da empresa, foi criado, inclusive, peças para ele. E essa história do Nestor – eu conheço o Nestor há bastante tempo, desde muito tempo. O Nestor já foi até assessor da telefônica, da Telemig – eu não sei exatamente as razões por que ele está descrito dessa forma.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – O.k., o.k., eu gostaria, Sr. Presidente, de manifestar, sinceramente,

o fato de que estamos diante da maior impostura que este País já viu. Temos aqui, desde Delúbio, passando por José Dirceu, passando por Marcos Valério e agora passando pelo Sr. Cristiano, uma impostura de um grande engano que está se cometendo com o País e ainda pousam de vítimas, coitados. Oh! Coitados, Diz o Sr. Cristiano que ele é um criador. Realmente é muito criativo, Sr. Cristiano, porque V. S^a diz o seguinte: “Isso não foi com a minha empresa, colocar a minha agência em dificuldades. Preocupado deve ficar o Banco Rural”, o senhor respondeu ao Relator, quando Abi-Ackel lhe perguntava como o senhor iria pagar os empréstimos fraudulentos que foram feitos pela...

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Fraudulentos?

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Fraudulentos, deixa eu explicar por que, depois eu lhe pergunto.

Na verdade, esses empréstimos foram todos para inglês ver e o senhor confessa isso quando diz que foi o pior momento de sua vida, quando soube que as suas empresas, tão puras, tão inconsúteis, estavam sendo... estavam caindo na boca do povo brasileiro como participante da maior fraude que a República já viu. O senhor realmente tinha razão de ter sido o pior dia da sua vida, porque esses empréstimos nunca foram feitos para serem pagos, esses empréstimos faziam parte dos adiantamentos que V. S^{as} faziam à quadrilha do PT e quejandos sabendo que – é o linguajar de Camões –, sabendo que jamais eles seriam pagos, porque nunca foram feitos para pagamento. Seriam rolados automaticamente, seriam amplificados. E V. S^a então vem com a maior sem cerimônia dizer que não tinha conhecimento, não tinha envolvimento das relações comerciais da empresa SM&PB com esse tipo de comportamento em relação ao Deputado Brant.

Isso colocado, Sr. Presidente, eu gostaria de perguntar ao depoente o seguinte: o senhor conhece o jornalista Gilberto Mansur?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Conheço, há vinte anos.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – O jornalista Gilberto Mansur fez uma coisa interessante, ele, ao que me parece, procurou o dono da revista **ISTOÉ**, e pelo pagamento de R\$300 mil...

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Esse assunto não me diz respeito, viu, Deputado.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – O senhor, por gentileza, o senhor permite que eu faça os questionamentos?

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá. PTB – SP) – Com a palavra o Deputado João Correia.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Muito obrigado, muito obrigado, porque esse assunto é relevante também, Sr. Presidente, o Sr. Gilberto Mansur procurou o Sr. Domingo Alzugaray, uma Alzugaray, dono da revista **ISTOÉ** mediu a censura da entrevista da Sr^a Karina, a secretária. Então, não saiu por conta dessa mediação por R\$300 mil recebidos pela SM&PB. Ora...

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Eu recebi da DNA.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Isso é absolutamente necessário que V. S^a explique à Nação brasileira, porque diante de toda... eu quase perguntava um pouco...

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá. PTB – SP) – Deputado João Correia, V. Ex^a tem mais um minuto.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Sr. Presidente, eu... são dez minutos, eu comecei, o senhor vai me dar licença, eu comecei há vinte e três, o senhor está me dando cinco minutos, o senhor vai me perdoar.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá. PTB – SP) – Eu estou olhado por aqui.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Mas eu estou olhando aqui.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá. PTB – SP) – Mais um minuto, não vou discutir com V. Ex^a.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Não é um minuto, eu tenho várias perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá. PTB – SP) – Eu dou mais um minuto, além do um mais um. Não tem problema.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Estou falando cinco, eu comecei com três. V. Ex^a é testemunha, Deputado Rands.

V. Ex^a me dá licença, mas sim, eu comecei com vinte e três. Ora, Deputado. Então, veja, esse é um assunto que eu gostaria de ver resolvido, e já que o Presidente está se enganando em relação ao Deputado João Correia, lá do Acre, eu vou ter que fazer as perguntas mais globais pra ver se V. S^a então responde, tipo esta do pagamento ao jornalista Gilberto Mansur.

Quero perguntar a V. S^a o seguinte: consta que o Sr. Marcos Valério, ao contrário da impostura aqui confessada, não conheceria o Presidente Lula. Então, eu perguntaria a V. S^a se sabe se o Marcos Valério esteve na Granja do Torto nas rodadas de futebol. É do conhecimento de V. S^a esse fato?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Já posso responder?

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Anote, por gentileza, porque o tempo parece que está conspirando muito contra mim.

A outra pergunta, se V. S^a anotar, é a seguinte: se é verdade se...

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá. PTB – SP) – Nobre Deputado, o tempo de dez minutos é comum a...

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – V. Ex^a já me tomou 30 segundos, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá. PTB – SP) – O tempo do Deputado...

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Estou fazendo de cachinho para poder fazer minhas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá. PTB – SP) – Eu só quero lhe dizer que o tempo é comum, é do senhor e da resposta. É isso que quero lhe falar.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Perfeito. Eu não vou nem pedir a V. Ex^a...

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá. PTB – SP) – Se V. Ex^a gastar os dez minutos, ele não vai responder, porque eu não vou deixar.

O SR. JOÃO CORREIA (PMDB – AC) – Eu não vou mais nem pedir a V. Ex^a que seja condescendente, como foi, por exemplo, com o Deputado ACM Neto e outros, porque vou exigir isonomia da Presidência e da Mesa, me desculpe.

Eu gostaria de saber, e o senhor responderá ou não, dependendo do Presidente, se é verdade que o Sr. Marcos Valério agia como uma espécie de gerente da verba do Governo Federal na praça de Minas Gerais. O gerente, o dono, ele era a encarnação do Gushiken lá em Belo Horizonte.

E, por fim, quero perguntar a V. S^a por que permitiu, já que é publicitário, que a SMP&B pagasse um colega seu, o Sr. Duda Mendonça, no maior contra-senso possível dessa lavagem de dinheiro, dessa grande e inmensurável lavanderia de dinheiro nesse escândalo atlântico da sua empresa.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – A respeito do jornalista Gilberto Mansur, eu conheço o jornalista há vinte anos, e ele já prestou inúmeros serviços para a minha agência, a SMP&B, com assessoria de imprensa. Ele é um jornalista conhecido, muito conhecido no Brasil. Isso a que o senhor se refere, eu desconheço. Esse pagamento de R\$300 mil não foi a SMP&B que fez. E eu nem me relacionei com ele sobre isso e não sei do que se trata.

A outra pergunta que o senhor fez foi com relação à Granja de Torto. A vida pessoal do Marcos Valério... Vou dizer o seguinte: sou sócio do Sr. Marcos Valério há sete anos, e eu não tenho nenhuma relação pesso-

al com os meus sócios. O Marcos Valério foi à minha casa nesses sete anos...

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá. PTB – SP) – Trinta segundos, Cristiano.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – ...uma vez; e eu fui à casa dele, a convite dele, umas três vezes em sete anos. Então, eu não faço nenhuma afirmação sobre se ele andou na Granja do Torto ou não andou. A princípio, achei um absurdo. Não sei, porque senão ele teria... talvez tivesse comentado isso pelo menos na empresa.

A última, a questão sobre se o Marcos Valério administrava a verba do Governo Federal em Minas Gerais, também não vejo sentido nessa colocação. Eu, pessoalmente, não vejo, até porque como é que ele teria autoridade para administrar a verba do Governo em Minas Gerais? Não sei...

Sobre o pagamento a Duda Mendonça, o que quero dizer ao senhor é que tomei conhecimento desse pagamento endereçado a Duda Mendonça durante esta CPMI, recentemente. O que eu sabia era dos empréstimos destinados ao PT. Isso eu já disse e confirmo: eu sabia. Mas eu não sabia qual era o endereço desses recursos. E eu só fiquei sabendo agora. Não conheço o Duda Mendonça, ele não me conhece; não conheço a Dona Zilmar e ela não me conhece.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá. PTB – SP) – Com a palavra, o Deputado Maurício Rands, pela CPMI dos Correios.

V. Ex^a dispõe de dez minutos.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Depoente, Srs. Parlamentares, Sr. Cristiano, o senhor está seguindo uma linha de depoimento aqui de que, como V. S^a entrou no negócio da publicidade a partir da sua formação, do seu talento de criador, V. S^a se dedicava sobretudo à criação e tinha pouca informação sobre a administração e as finanças de suas empresas. Eu quero dizer que, por mais que haja uma especialização em uma sociedade, evidentemente que as pessoas se associam porque têm um objetivo comum: o desenvolvimento de um talento profissional, mas também a obtenção de receitas. Tanto é assim que, quando V. S^a explicou a origem das suas sociedades, quando o Sr. Marcos Valério tornou-se sócio com 10% – não isso? – da SMP&B, o senhor o saudou e o convidou a ser sócio exatamente porque ele tinha resolvido problemas financeiros exatamente a partir das suas articulações com o sistema bancário, porque ele, nas palavras do senhor, tinha uma grande capacidade de fazer negócios. Então, o senhor mostrou que, evidentemente, tinha também uma preocupação com a saúde da empresa.

Aí eu pergunto: por que essa campanha da inclusão digital, que ganhou a licitação nos Correios, não foi ao ar?

Eu gostaria que o senhor respondesse rapidamente, porque o tempo é muito curto e estou com um rol de questões aqui relativamente extenso.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – As campanhas que são objetivo de licitação não têm a obrigação de ir ao ar. É para avaliar a capacidade criativa da agência.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Não estou dizendo que têm, mas por que, no caso específico, não foi? O senhor sabe dizer?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Sei dizer que os Correios não tiveram... O investimento seria muito alto para colocar um ponto em cada uma das 5.600 agências, o que seria um investimento alto...

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Foi por isso que a campanha não foi ao ar?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Tenho certeza de que foi por isso.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O senhor disse que não cuida da administração, mas conhece o faturamento, sabe das receitas, sabe dos lucros, assinava muitos cheques, mencionou aditivos contratuais, sabe o preço da veiculação das campanhas. Assim, o senhor não acha que está nos induzindo a entender que o senhor sabe um pouco mais da administração das finanças das empresas?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não; tudo que eu falei se refere a propaganda.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O senhor não acha que, enquanto pessoa física, somente entre 2002 e 2005, ter recebido depósitos de R\$5.103.703,00 e ter sofrido saques de R\$5.103.000,00 não é muito para quem estava cuidando apenas da criação e não tinha vinculação com a parte administrativa e financeira das suas empresas?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – São três anos. É toda a minha vida; são todos os meus negócios pessoais, sobre os quais já falei. Não vejo absolutamente nada nisso. Isso tudo é fruto do meu trabalho. Eu tenho, na verdade, 37 anos como publicitário. A minha agência tem inúmeras contas. Trabalhei esse tempo todo. De forma que isso é fruto do meu trabalho.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Não penso, Sr. Cristiano, que esse seu depoimento não bate inteiramente com a realidade, pelo menos nisso; eu penso que o senhor, por tudo o que está aflorando aqui – e não tenho tempo de mostrar outros dados sobre o que penso que ao longo das perguntas vai ficar mais claro –, tinha mais conhecimento administrativo

e financeiro das suas empresas do que permitiu que aflorasse até agora.

Eu queria perguntar sobre algumas das campanhas, já que o senhor se concentrava principalmente na criação e nas campanhas objeto das suas empresas, principalmente da SMP&B, da qual V. S^a é o Presidente.

Qual foi a campanha feita em 2001 que acarretou o pagamento, feito pela SMP&B, de R\$961 mil, ao **Correio Braziliense**, e de R\$1.221.000,00, à Gráfica Jornal de Brasília? O senhor lembra qual foi essa campanha?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Campanha?

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sim, campanha publicitária que acarretou esse pagamento. Ou melhor: a que o senhor atribui esse pagamento dessas duas empresas na conta da SMP&B?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não sei. Isso aí não tem a ver com campanha.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O senhor não sabe explicar porque houve esses depósitos na conta da SMP&B? Pergunto porque isso aflorou para nós a partir da transferência do sigilo. Então, isso...

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Deixa eu explicar... Posso falar só uma coisa: a minha preocupação... Primeiro, todo publicitário neste País tem noção de quanto custa uma página da **Veja**. Não precisa ser administrador para saber disso, que faz parte do nosso negócio.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sim; isso nós sabemos. O que estou perguntando é se o senhor sabe. Não quero destrinchar, porque não há tempo, todos os detalhes. Eu quero saber se o senhor sabe a que se pode atribuir esses versamentos nas contas da SMP&B.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não consigo saber uma coisa de quatro anos atrás.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Não sabe.

O senhor se lembra da Sr^a Maria Celeste Lima Vieira?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Maria Celeste?

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sim.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – A minha curiosidade é porque chamam a atenção também pagamentos que ela recebeu da empresa presidida por V. S^a, só no ano de 2000, no valor de R\$135 mil; em 2001, R\$31 mil; e há outros versamentos aqui. O senhor não se lembra do nome dessa senhora – em 2000 e 2001, na SMP&B?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Eu não faço pagamento.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sim, mas o senhor é presidente da empresa.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Mas eu deixo bem claro aqui...

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Então, o senhor não lembra?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Eu deixo bem claro aqui...

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O senhor já repetiu isso. Pra não ficar repetindo... Podia ser que, ao trazer o nome dessa senhora, o senhor pudesse contribuir mais com a CPMI.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Mas eu não sei quem é.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Não lembra?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não sei quem é, não lembro.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Que empresa é esta: Sol Serviços On-line Ltda? O que ela fez para receber R\$299 mil reais em 2000/2001?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Nunca ouvi falar.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sol Serviços On-line Ltda.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Nunca ouvi falar dessa empresa.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Também recebeu pagamentos de sua empresa, presidida por V. S^a.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Nunca ouvi falar.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – A quem pertence a Talento Comunicação e Marketing e que trabalho ela fez para receber R\$603 mil entre 2000/2001?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Talento?

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Talento Comunicação e Marketing.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Deputado, eu não cuido dessa área.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O senhor também não sabe?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não, eu não cuido dessa área. Nunca cuidei dessa área. Eu não vou lembrar.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – A quem pertence a empresa? São algumas empresas que parecem ter um relacionamento que justificaria que o presidente da empresa tivesse conhecimento, haja vista esses depósitos que foram feitos pela empresa

presidida por V. S^a. Mas vamos avante. A quem pertence a Nova Idéia Visual, que recebeu, em 2000/2001, algo como R\$536.090,00?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Nova Idéia?

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Nova Idéia. A quem pertence essa empresa?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – O senhor não está falando de algum fornecedor da agência? A agência tem inúmeros fornecedores. Isso pode ser um fornecedor habitual da empresa, eu não sei. Tem inúmeros fornecedores.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Estou citando aqueles fornecedores que se destacam no rol de fornecedores.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Mas veja bem, uma produtora de cinema, por exemplo, vai produzir um comercial de televisão que custa de R\$200 mil até R\$1 milhão, dependendo do comercial, eu não sei a razão social da empresa, eu não cuido disso. A minha parte na empresa é zelar pela qualidade do material.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O senhor não tem nenhuma informação sobre quem são os clientes, os relacionamentos, os fornecedores principais da empresa presidida pelo senhor, Sr. Cristiano?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Os clientes eu... É diferente, eu acho que o senhor...

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Vamos avante. Vamos agora para a sua movimentação pessoal. Eu identifico aqui, por exemplo, um “versamento” da sua conta pessoal que me chama atenção: Modelitos Confeções Ltda.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – O quê?

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Modelitos. O senhor conhece esta empresa: Modelitos Confeções Ltda?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não sei quem é.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Há cheques de sua conta pessoal em valores elevados. Por exemplo, em 2000, valores de R\$196 mil.

Consultoria Express Fac...

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Isso não pode ser pagamento a terceiros?

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Consultoria Express Fac, não sei se Fac é abreviação de *factoring*. Há aqui cheque de R\$30 mil para essa Consultoria Express Fac. O senhor conhece?

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá. PTB – SP) – Deputado, para sua orientação, V. Ex^a tem dois minutos.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Perfeito. O senhor identifica esta empresa que é uma *factoring*, Consultoria Express Fac?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não, o cheque eu paguei para alguém que passou adiante.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O senhor disse já neste depoimento que nunca mandou sacar cheque de R\$100 mil pessoalmente, mas mandou para outra pessoa física ou jurídica?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Quem?

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Já mandou um cheque maior que R\$100 mil? Porque o senhor disse que nunca mandou sacar pessoalmente. Mas mandou para outras pessoas físicas ou jurídicas? Sim ou não.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não me lembro. Não sei.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O senhor conhece Jader Kalid?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não, eu já falei aqui.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – É um doleiro e o senhor tem cheques na conta pessoal, pelo menos dois cheques, que eu pude encontrar. Qual é o relacionamento com ele?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Eu... Deixa eu te falar, eu... Meus cheques, todos os cheques que eu pago alguma coisa em Belo Horizonte, se eu dou um cheque para terceiros, eu não sei para aonde esses cheques vão. Eu, pessoalmente, não tenho nada. Eu, eu... A minha vida está toda em suas mãos.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Como é que o senhor explica esse inquérito na Delegacia Especializada de Crimes contra a Fazenda de Belo Horizonte por notas fiscais, aparentemente frias, foram apuradas já 17 notas emitidas em nome da sua empresa e mais seis da outra, da DNA, pela VLHAD? O Delegado, Sr. Carlos Alberto Malheiros Fialho declarou que essa quantidade de notas vendidas por esta empresa VLHAD para a SMP&B é muito maior do que essas 17 encontradas. Pode chegar acerca de, segundo ele, 3.500 notas entre 2002 e 2003. O que o senhor tem a esclarecer à Comissão sobre isso?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Eu acho isso um absurdo. Eu não sei e gostaria até de saber o que significa isso. A área administrativa e financeira pode dizer. Mas eu não sei.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – De novo notas fiscais que foram passadas na sua empresa e V. S^a não tem qualquer informação para...

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Mas é nota fiscal de terceiros?

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – É. E a terceira é a VLHAD

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Pois é. E esse terceiro passou essa nota para essa empresa?

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Para a SMP&B. É.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá. PTB – SP) – Acabou o tempo de V. Ex^a, Deputado Maurício Rands.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não sei exatamente o que é isso.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Agradeço a tolerância de V. Ex^a, Presidente, e peço a minha reinscrição. Eu tenho a fazer um rol muito extenso de perguntas relativas à investigação.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá. PTB – SP) – Queria apenas chamar a atenção do nosso depoente, Cristiano Paz, que, mesmo que um outro formulado tenha formulado a pergunta, se ela for formulada novamente, V. S^a é obrigado a responder. Não pode dizer “já respondi”, até porque os Deputados têm várias atividades na Casa e nem sempre o Deputado que lhe está inquirindo esteve nesta Comissão no momento anterior em que o senhor respondeu a pergunta. Portanto, V. S^a é obrigado a responder, mesmo que já tenha respondido anteriormente.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sr. Presidente, eu queria só concluir dizendo isto: para mim, está claro deste depoimento do Sr. Cristiano até o presente que o senhor, Sr. Cristiano, tem mais informações administrativas e financeiras e de movimentação financeira da empresa presidida por V. S^a do que o senhor admitiu até agora. É o apelo que lhe faço: colabore mais com a Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá. PTB – SP) – O tempo de V. S^a já esgotou.

Concedo a palavra ao eminente Deputado Daniel Almeida, pela CPMI do Mensalão ou Compra de Votos, por dez minutos. Tempo iniciado: 18 horas e 40 minutos.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Sr. Presidente, Srs. Relatores...

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá. PTB – SP) – 18 horas e 40 minutos. Estou marcando por aquele relógio. O certo para a Presidência é aquele: 18 horas e 40 minutos.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PC do B – BA) – Posso falar, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá. PTB – SP) – Concedo a palavra a V. Ex^a, com recuperação de um minuto.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Sr. Presidente, Srs. Relatores, Sr. Cristiano Paz, a ex-

pectativa de todos nós é que V. S^a possa falar mais do que o que tem apresentado até então. V. S^a tem 37 anos no mercado publicitário, que é um mercado diverso, possibilita muitos contatos. E a empresa que V. S^a dirige já faz contatos no mundo político também há bastante tempo. V. S^a é co-responsável na assinatura dos cheques que foram expedidos pelo Sr. Marcos Valério? V. S^a assina os cheques junto com Marcos Valério na empresa?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Lá na empresa, são três que assinam os cheques.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Todos os cheques são assinados pelos três?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – O cheque tem que constar duas assinaturas sempre. E eu não sei. Eu assinei, assino muitos cheques. Mas sempre assino com meu outro sócio: o Ramón ou com o Marcos ou, às vezes, eles assinavam entre si ou eles assinavam também com a área financeira. Eu não assino todos os cheques.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – V. S^a já foi ou é filiado a algum Partido político?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não, jamais.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Nunca foi filiado a nenhum Partido político?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não, jamais.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Temos informações de que a empresa Planefin – Serviços, Assessoria, Planejamento e Participações, do Sr. Ricardo Sérgio, é do proprietário do prédio onde está instalada a sua empresa. O senhor confirma essa informação?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Eu nunca me preocupei com isso. Nem sei isso aí. Quando eu mudei a minha empresa de um outro endereço para essa, para onde ela está hoje, que faz 17 anos, quem era dono do prédio era a Petrus. E eu fiquei lá... Nós estamos lá nesse prédio desde mil novecentos... talvez oitenta e nove ou noventa.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Não houve novo contrato? O senhor não conhece essa empresa então?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Eu, pessoalmente, fiquei sabendo disso aqui, ontem. Eu não sei quem é o proprietário do prédio. Mas eu sei que, quando a SMP&B se instalou nesse prédio há 15 anos, a Petrus era dona desse prédio e foi dona durante dez ou doze anos. E a empresa está lá desde esse tempo.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – O senhor conhece Ricardo Sérgio?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Nunca ouvi falar. Nem sei quem é.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Nunca ouviu falar.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Ricardo Setti?

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Ricardo Sérgio. Nunca ouviu falar em Ricardo Sérgio?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não sei. Eu vi aqui ontem falar que era... que era um... Eu vi até alguém...

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Só ontem o senhor ouviu falar em Ricardo Sérgio?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Só ontem que eu ouvi falar nesse Ricardo Sérgio.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Obrigado.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – O Sr. Marcos Valério, seu sócio, disse algumas vezes, no depoimento de ontem, que as operações realizadas pelas suas empresas tanto em 98 quanto em 2003, de empréstimo para partidos políticos, é uma prática comum nesse setor. O que justificaria essa prática? V. S^a tem conhecimento de casos semelhantes de outras empresas, na área de publicidade?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – De empréstimos ou...

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – De empréstimos e repasses de recursos para partidos políticos.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – V. S^a não conhece nenhuma outra empresa no ramo de publicidade que adote prática semelhante à adotada pela SMP&B?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – O mercado pode comentar muitas coisas, mas eu jamais faria uma alegação sem conhecer, sem saber se isso é verdade. Portanto, eu não...

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – V. S^a ouve comentários, mas não tem certeza?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não, esse é um comentário não só nesse segmento, mas em todos os segmentos, que as pessoas contribuem com campanha. Mas não vou fazer essa colocação, porque não conheço nenhuma empresa que afirmou ou que fez.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – O Sr. Marcos Valério afirma que a atuação de sua agência não difere em nada de outros procedimentos adotados por agências no Governo federal de hoje e do passado, e dá exemplos de empresas que teriam práticas semelhantes: Ogilvy, São Paulo – parece-me que é assim se pronuncia –, DM9, São Paulo, BAG – Bahia,

Propeg – Bahia, F/Nazca, São Paulo, Duda Mendonça, Lew, Lara, Fisher América, entre outras. V. S^a conhece essas empresas?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Conheço. São empresas sérias, importantes neste País, respeitáveis.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Todas essas empresas?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Conheço, de nome, todas.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – V. S^a conhece os proprietários ou os sócios da Ogav?

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá. PTB – SP) – Deputado Daniel Almeida, dois minutos.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Proprietário de qual?

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Da Ogilvy, de São Paulo.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Da Ogilvy? Conheço os proprietários, que são americanos, é um grupo multinacional.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – V. S^a poderia citar nomes?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não sei se é o Grupo Unicom, um grupo muito grande, mas conheço o Presidente da Ogvi, que é o Sérgio Amaro, uma pessoa que admiro, trabalhador, e o conheci

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Da BAG – Bahia V. S^a conhece o nome do proprietário?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Da BAG conheço também. Eu me esqueci do nome, mas conheço.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Da Propeg – Bahia?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – A Propeg acho que não existe mais, existe?

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – V. S^a conhece Fernando Barros?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – De nome, conheço. De nome.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Não sabe se ele continua atuando no mercado?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não sei?

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Não sabe se ele continua atuando no mercado?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não, não sei. A Propeg acho que deixou de existir há uns 2, 3 anos, pelo menos com essa razão.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – O Sr. Marcos Valério informou que teve contato com o Banco Espírito Santo pelo Sr. Ângelo Calmon de Sá, proprietário do Banco Econômico, que está em pro-

cesso de liquidação. V. S^a conhece o Dr. Ângelo Calmon de Sá?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Nunca ouviu falar dele, nunca teve relação com ele?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não, já ouvi falar, e acho até que eu já vi esse Sr. Ângelo uma vez em São Paulo com o Marcos, no aeroporto talvez.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá. PTB – SP) – Um minuto, Deputado.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Acho que já o vi, mas nós não nos conhecemos.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – V. S^a tem informação se algum outro banco tem prática semelhante à que o Banco Rural adotou, emprestando dinheiro para partidos políticos?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Conheço o Banco Rural há 10 anos. Em Minas Gerais, é um banco muito importante, que financia a produção. É um cliente nosso da Agência, e não tenho nenhum outro relacionamento com outro banco.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Não conhece nenhuma outra instituição bancária que adote esse procedimento ou procedimento semelhante ao adotado pelo Banco Rural?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Eu não conheço.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Só para concluir, Sr. Presidente.

V. S^a realmente tem muita dificuldade de lembrar de coisas que seriam absolutamente normais, naturais para alguém que vivencia e convive com o mundo publicitário há 37 anos e que dirige empresas do porte das duas de que V. S^a é membro, tendo, inclusive, como disse aqui na abertura do depoimento, já atuado nas maiores empresas de publicidade do País.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá. PTB – SP) – Concedo a palavra ao próximo Deputado inscrito, da CPMI dos Correios, Deputado Pompeo de Mattos, por dez minutos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, em primeiro lugar, quero agradecer ao Líder da minha Bancada, Deputado Severiano Alves, bem como ao Deputado Álvaro Dias, com quem vamos trabalhar na CPMI dos Correios com mais intensidade ainda, na condição agora de titular. Com o Deputado Álvaro Dias, faremos um trabalho em conjunto. Fiquei honrado com essa distinção que o Partido me concedeu.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá. PTB – SP) – A Mesa também fica contente com a presença de V. Ex^a na titularidade.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quero, primeiro, fazer uma afirmação com relação ao caso havido com o Deputado Pimenta. Requeremos à Comissão cópia da fita de vídeo da garagem do Senado, para comprovar se o Deputado Pimenta esteve ou não esteve com o Marcos Valério, se saiu ou não saiu com o Sr. Marcos Valério, o que pode configurar uma falta grave de decoro parlamentar. Também pedimos cópia das gravações das fitas da reunião, Sr. Presidente, em que ele disse que recebeu do Sr. Marcos Valério documentos com as novas relações, documentos que haviam sido negados pelo Marcos Valério para vários Deputados na CPMI, ontem. Mas o Deputado Pimenta teria tido acesso a esses documentos.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá. PTB – SP) – Informo a V. Ex^a que esses requerimentos devem ser formalizados e, na reunião administrativa, serão apreciados.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Já os formalizei, Sr. Presidente. Estou apenas comunicando a V. Ex^a que estamos fazendo esses requerimentos.

Sr. Presidente, impressiona-me esse alvoroço todo, porque queremos investigar, não importa se são fatos do Governo anterior ou do atual, se do Governo passado ou do presente. O PDT tem um compromisso com a verdade. Esse é o nosso posicionamento. Se se trata do PSDB ou do PT, o importante é que possamos avançar nas investigações. Não importa se o dinheiro era do passado, do presente ou do futuro.

Aliás, nesse aspecto, causa-me impressão a alegação do PT, que diz que esse dinheiro era para pagar saldos de campanha passada. Isso não deixa de ser crime e uma falta de ética profunda. Além de dinheiro do passado, para pagar campanhas passadas, havia dinheiro também para o *plus* salarial do presente e para fazer caixa para a próxima eleição. Imaginem a dinheirama que haveria no caixa para a próxima eleição, com esse esquema funcionando, Sr. Presidente, que, felizmente, foi desmontado.

Quero perguntar ao nosso depoente, Sr. Cristiano de Mello Paz, sobre o Sr. Marcos Valério. Qual era a impressão que o senhor tinha dele antes e depois desse episódio? O senhor continua tendo a mesma impressão dele, depois que o ouviu falar na CPMI uma coisa e na outra CPMI dizendo outra? E quanto ao convívio que ele tinha com o senhor?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – É difícil responder pelo Marcos Valério.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Não. Estou perguntando ao senhor sobre a sua relação com ele. O senhor tinha uma relação comercial. Viu-o na CPMI, quando ele mentiu às pampas. Depois, ele

veio na outra CPMI e pediu desculpas por ter mentido e mentiu novas mentiras. Qual é a sua impressão a partir daí?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – A impressão que tenho é que as pessoas devem falar o que sabem, a verdade. Estou aqui para dizer o que sei.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E a Sr^a Simone Vasconcelos? O senhor a conhece?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Conheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Bem?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Lógico. Ela trabalha na...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O depoimento que ela deu na CPMI é a verdade ou faltou alguma coisa? Pelo que o senhor conhece dela, pela atividade dela, o senhor assinaria embaixo do depoimento que ela deu, dizendo “o referido é verdade e dou fé”?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – A Simone reportava diretamente ao Marcos Valério. Possivelmente, o que ela falou tem relação com tudo o que o Marcos Valério tratava com ela.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O senhor não sabe?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – O que ela falou...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O senhor não sabe o que ela fazia, então, na SMP&B?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Sei o que ela fazia.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Então, sabendo o que ela fazia e contando o que disse do que tinha feito, ela falou a verdade na sua visão?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Imagino que sim.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O senhor imagina que sim. O senhor assinaria embaixo?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – O que é assinar?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Não assinava, não é? Entendi a resposta.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Eu “acho” que está correto.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Eu entendi a resposta.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não posso ficar com a visão equivocada.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Então, talvez, eu possa lembrar o senhor melhor. O senhor sabe que foram feitos empréstimos da SMP&B da sua empresa, que depois foram repassados ao PT. O

senhor lembra quais foram os empréstimos feitos pela SMP&B e repassados ao PT?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não me lembro dos valores originais, mas lembro-me de que assinei.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Quantos?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Os da SMP&B eu devo ter assinado em todas as renovações; os outros não...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Nas renovações e no contrato em si, o senhor assinou?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Certamente.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Então, vou relembrar o senhor. O contrato de R\$12 milhões feito pela SMP&B o senhor assinou como avalista?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não me lembro. Devo ter assinado, porque tem que ter os sócios todos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Imagine não assinar um contrato de R\$12 milhões.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Tem que ter todos os sócios no contrato.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Não. Avalista necessariamente, não. O senhor pode assinar pela empresa. Estou falando em aval pessoal seu.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Possivelmente.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Assinou?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Possivelmente.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Verdadeiramente, assinou. Possivelmente, mas de difícil lembrança.

Depois, foi renovado esse contrato de R\$12 milhões por um contrato de R\$15 milhões, uma espécie de “mata-mata” – um contrato paga o outro. Esse contrato de cerca de R\$15.600 mil o Senhor assinou como avalista também?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Devo ter assinado também.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – É certeza ou não tem certeza?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – É da Graffiti ou da SMP&B?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – É da Graffiti.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Se foi depois de 2004, não tem a minha assinatura. Se foi antes, tem.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – É da Graffiti.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Se foi depois de 2004, não tem a minha assinatura.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – É em 2004.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não deve ter a minha assinatura.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Pois é. Não deve ter e o Senhor esqueceu. Mas tem a sua assinatura.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Quando foi?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O contrato? Foi em janeiro de 2004.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Em janeiro, tinha. Eu saí no dia 2 de...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Não foi o que o Senhor disse há pouco. Em 2004.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Em janeiro, tinha.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – No contrato de R\$3.485 mil, feito pela SMP&B também e que depois foi transferido, segundo consta, para o PT, o Senhor assinou como aval?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não. Os contratos que chegavam para eu assinar, “primeiro”, não vinham com os valores determinados. Já vinham todos conferidos. O meu sócio conferia e o outro sócio conferia quando a gente assinava...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Ele conferia e o senhor assinava? O senhor não conferia?

Então, vou-lhe dizer: o contrato foi feito em julho de 2004. O senhor assinou?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Da SMP&B?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Da SMP&B.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Se foi da SMP&B, possivelmente assinei, sim.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Assinou. Só falo isso para lembrar o senhor, porque aqui está assim.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Mas eu assinei os contratos. Eu não disse isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Assinou. Estou relembrando que o senhor assinou, porque, aqui, é “não sei”, “não vi”, “não me lembro”, “não me recordo”, “acho que sim”, “talvez”, “quem sabe”.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não. Os contratos eu disse.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – “Pode ser”, todos os advérbios de dúvida em contratos de R\$4 milhões, R\$12 milhões, R\$15 milhões.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Os contratos eu assinei.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – É o que nos impressiona.

O senhor tem conhecimento de que as empresas liberaram um recurso para o PT por meio desses financiamentos?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Sei.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Há uma lista de pessoas que liberaram. O senhor conhece essa lista, não é?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não conheço. Hoje, está publicada, mas eu não conhecia.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O senhor ficou sabendo agora?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Agora, fiquei.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O senhor ficou sabendo que foi mandado R\$1.200 mil para o PT no Rio Grande do Sul?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Nunca fiquei sabendo. Estou sabendo agora nessa discussão.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Mas, agora, o senhor está sabendo?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Agora, eu estou sabendo.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Então, o Senhor está sabendo que foi mandado R\$1.200 mil para o PT gaúcho?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Sim. Agora, eu estou sabendo.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Diante disso, eu denunciei o fato à CPMI; e depois foi confirmado que um assessor do PT, Paulo Antonio Bassotto, foi preso em São Paulo com R\$150 mil numa mala sendo levados para o Rio Grande do Sul e envolveu todo o PT gaúcho para liberar a tal mala. Enfim, esse episódio não está no todo, mas 90% dele estão esclarecidos.

Eu tenho conhecimento de outro fato no qual outro assessor do PT também teria sido preso em Belo Horizonte, no Aeroporto da Pampulha; e o Senhor e o Marcos Valério teriam liberado mediante a explicação de que esse dinheiro seria da SMP&B. O Senhor confirma?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Eu?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O senhor e o Marcos Valério.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Eu que liberei?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Não disse que foi o senhor. Falei que foi o senhor e o Marcos Valério.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá. PTB – SP) – Nobre Deputado Pompeo de Mattos, V. Ex^a dispõe de dois minutos.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Eu não me lembro de ter liberado isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Não se lembra de ter liberado?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Eu?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O senhor e o Marcos Valério. Não sei se mais um.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Pode ser que eu tenha assinado algum documento que me levaram para trazer. Eu nem sei se estava escrito nisso alguma coisa, mas eu não liberei ninguém. Nem sei dessa história.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O senhor teria dado explicação de que o dinheiro era da SMP&B, ou seja, deu origem ao dinheiro que estava preso na Polícia Federal, no Aeroporto da Pampulha, em Belo Horizonte.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Isso é um documento que tem a minha assinatura?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Eu estou lhe perguntando.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Se for um documento que tem a minha assinatura, foi trazido para eu assinar e eu assinei da mesma forma.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E o senhor assinou sem ler?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não sei. As coisas que vêm da área administrativo-financeira e que não têm a ver com esses assuntos, com os meus assuntos, eu assinava sempre na confiança.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Só quero saber se o senhor confirma que houve essa prisão em Belo Horizonte. O senhor tomou conhecimento dela? O senhor confirma que houve essa prisão de um assessor do PT?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Eu me lembro de que houve um assunto desse tipo, sim. Lembro.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Em Belo Horizonte?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não sei se foi em Belo Horizonte. Isso eu não me lembro – se foi em Belo Horizonte.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Foi no Aeroporto da Pampulha.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Eu não lembro que era na Pampulha. Isso eu não lembro.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá. PTB – SP) – O tempo de V. Ex^a está concluído, Deputado Pompeo de Mattos. Pode ir encerrando.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sr. Presidente, V. Ex^a concedeu-me dois minutos e eu só falei um. Quero concluir.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá. PTB – SP) – V. Ex^a está preocupando-se com as perguntas e eu estou preocupando-me com o tempo. O tempo de V. Ex^a está concluído. Conclua.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sr. Presidente, V. Ex^a interrompeu-me pela quarta vez. Dê-me esse desconto generosamente.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá. PTB – SP) – E vou interromper-lhe já e definitivamente.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sr. Presidente, para eu concluir, quero fazer apenas a última afirmação.

O senhor conhece Ricardo Nunes da Silva?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Ricardo Nunes da Silva? Não conheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Fernando Accorci Júnior?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não conheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Dener Fraga Fonseca?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não conheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Daniela Fraga Fonseca?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não conheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Então, vou fazer-lhe só mais pergunta: quanto à empresa Múltipla Prestação de Serviços e Higienização Ltda, de Belo Horizonte?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não conheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Então, concluo, Sr. Presidente, fazendo a seguinte afirmação: essa empresa de higienização tem os contratos, ganhou as licitações do Banco do Brasil, do Ministério do Meio Ambiente, do Ministério do Planejamento, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e sacou, por conta desses contratos, o Coaf conta. Em 2001, ela havia recebido do Governo Federal, de empresas públicas, R\$101 mil reais. Em 2002, R\$1.186 mil; em 2003, R\$8.150 mil.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – De qual empresa?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Em 2004, R\$13.360 mil e, em 2005, quando estourou esse esquema, sabe quanto? R\$820 mil. Sabe onde estão Ricardo Nunes da Silva, Fernando Accorci Júnior, Dener Fraga Fonseca e Daniela Fraga Fonseca? Se o Senhor souber, conte-nos, porque eles deram um golpe.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá. PTB – SP) – Acabou o tempo de V. Ex^a.

Concedo a palavra, pela CPMI de compra de votos, ao Deputado Luiz Couto.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, primeiramente, Sr. Cristiano, tem-se a impressão de que o senhor, como Presidente, não fica preocupado com o conjunto das empresas. Há uma preocupação do senhor, que estaria querendo defender as suas empresas: “Já que o Sr. Marcos Valério, ele que se vire”. E o Senhor parece querer salvar as suas empresas.

Mas pergunto o seguinte: no momento em que esteve aqui a Secretária da empresa, Fernanda Karina, ela disse que as investigações da CPMI, que apuram rede de corrupção nos Correios, ainda não chegaram à pessoa-chave do suposto esquema do mensalão.

Então, ela afirma: “o Marcos Valério é um intermediário. O sócio dele, Cristiano de Mello Paz, veio de família rica, é de alto relacionamento e não foi investigado até agora”. Ela não disse que a pessoa-chave seria o senhor, mas dá características como se estivesse falando que o senhor é um homem-chave do suposto esquema do mensalão.

O que o senhor diz dessa acusação da Sr^a Fernanda Karina?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Primeiro, não são “as minhas empresas”; é uma empresa, da qual eu detenho 33%. Não tenho nenhuma outra empresa. Então, não estou preocupado com “as minhas empresas”; eu tenho essa empresa.

Com relação a essa afirmação da Fernanda Karina, a consciência dela é que deve revelar, porque eu não sou de família rica, meu pai vive modestamente – ultimamente, tenho ajudado meu pai – e minha mãe já faleceu. Minha família é conhecida em Belo Horizonte, e não é isso que ela está dizendo. Tenho relacionamentos, sim; sou uma pessoa bem relacionada, graças a Deus. Na cidade de Belo Horizonte, apesar de ser grande, as pessoas se conhecem muito, de forma que é muito fácil se colher algum depoimento sobre mim ou saber sobre a minha pessoa em Belo Horizonte. Então, sobre esse fato eu não sei qual foi a interpretação que ela deu. Dizer que estou por trás de mensalão, alguma coisa, acho que isso foi uma infelicidade incrível, porque o que estou dizendo para o senhor, aqui, é a verdade da minha vida.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sr. Cristiano, quanto à administração financeira das agências, como é que funciona a administração das agências SMP&B e DNA? Quais são as responsabilidades de cada sócio? Há alguma divisão por área de atuação? Cada um tem a sua atribuição? O senhor cuida apenas da parte de produção? O senhor apenas assina os cheques? Como é que é? São três sócios, e cada um teria um... Qual é a sua atuação, qual é a sua atribuição na SMP&B e a dos outros sócios? O que os outros sócios fazem?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Mais uma vez reafirmo que, relativamente à DNA, que o senhor citou, não tenho participação mais há muito tempo. E, quando tinha, não tinha atuação nenhuma. Eu participava de reuniões dos sócios para discutir assuntos da empresa, mas eu não tinha nenhuma participação executiva, nem financeira, nem na área de propaganda, em nenhuma área.

Na SMP&B, eu sou o presidente da empresa. Normalmente, o presidente, nessas áreas, é uma pessoa que advém da criação. Lá eu cuido da criação, cuido do planejamento, assessoro alguns clientes – que também são divididos –, mas minha função básica é cuidar da qualidade dos trabalhos da agência.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Quando perguntei ao Sr. Marcos Valério, ontem, se as decisões das empresas eram colegiadas, ele disse que sim. E perguntei: “os sócios sabem de tudo o que o outro sócio faz?” Ele disse que sim. “Sabe do empréstimo que foi feto também para a campanha do Senador Eduardo Azeredo?” Ele disse que sim, que todos tinham conhecimento. Então, pergunto: o senhor tinha conhecimento de tudo o que o Sr. Marcos Valério fazia e o que os outros sócios faziam?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não; o que tenho conhecimento – e, talvez, seja a isso que ele deve ter se referido – é com relação a esses empréstimos, todos eles, e eu não poderia deixar de assinar um empréstimo sem ter conhecimento. Em relação a cheques, listas ou qualquer assunto que se refere a isso, eu não tenho conhecimento. Os cheques não vinham determinados, com o nome de ninguém, com relação ou lista alguma. Isso foi tratado diretamente, o Marcos Valério tratava disso e eu assinava em confiança.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E, com relação a todos os empréstimos que foram feitos em nome da empresa, todos os sócios tinham conhecimento e autorizaram esses empréstimos?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Certamente.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Então, o senhor tinha conhecimento de que era para tal e o senhor autorizava?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O senhor participava das tratativas com o Sr. Delúbio Soares?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Em hipótese alguma.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não participou?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Em hipótese alguma.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O senhor conhece o Sr. Clésio Andrade?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Conheço o Sr. Clésio Andrade. Ele é o Vice-Governador de Minas Gerais.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Que tipo de relacionamento o senhor mantém com o Sr. Clésio Andrade?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não tenho nenhuma relação com ele; ele é Vice-Governador do Estado.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas ele foi sócio também...

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Ele foi sócio, sim, antes de ingressar na política.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Por que o Sr. Clésio Andrade, ao se desvincular das participações societárias da DNA Propaganda e da SMP&B Comunicações, em 1998, transferiu suas cotas da DNA para a Star Alliance – posteriormente Graffiti Participações –, e, no caso da SMP&B, diretamente para os demais sócios, se os sócios da Graffiti Participações, isto é, V. S^a e o Sr. Ramon Cardoso, e o Marcos Valério eram os mesmos sócios da SMP&B?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – A Graffiti é uma empresa que existe há muitos anos. A Graffiti não foi uma empresa... Tem mais de 20 anos. Nos últimos anos, foi mudado o objetivo social e acrescentado alguma coisa. Mas a Graffiti era uma prestadora de serviços, uma empresa de comunicação. A Graffiti entrou na DNA a pedido do próprio Daniel e dos dois sócios, porque as duas empresas são concorrentes em Minas Gerais e o meu nome, o do Ramon e o do Marcos Valério constando na sociedade poderia trazer algum impedimento com clientes. A razão de ter a Graffiti lá foi para, de alguma maneira, não ficar tão explícita essa participação.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O senhor sabia que o Sr. Clésio Andrade era político e filiado a um Partido?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não. O Sr. Clésio Andrade, quando entrou na sociedade, nunca disse que era político. Acredito que não era político.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não era filiado ao PFL?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não. Se ele era filiado, nunca me disse, mas eu não sabia. Eu sabia que ele era um empresário.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não sabia?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo.

O senhor conhece o Sr. Cláudio Roberto Mourão?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Conheci o Cláudio Mourão na época dessa campanha do Eduardo Azeredo quando ele e o Marcos Valério cuidaram desse assunto que já está divulgado?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O senhor avalizou o empréstimo de R\$200 mil ao Sr. Cláudio Mourão?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Esse empréstimo de R\$200 mil eu avalizei a pedido do Sr. Marcos Valério, porque, depois da eleição, o Marcos mesmo chegou a falar comigo várias vezes da dificuldade que o Sr. Cláudio Mourão estava passando. E isso não é nenhuma novidade em Belo Horizonte.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá. PTB – SP) – V. Ex^a dispõe de apenas um minuto, Deputado Luiz Couto apenas para concluir.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – E ele pagou esse empréstimo e ainda me falou: “Vou fazer isso por alguns dias”. Nem sei se demorou o tempo. Uma vez perguntei a ele, que falou: “Esse assunto já está resolvido”.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O senhor participou de empréstimo – ou o autorizou – de R\$11 milhões, contraídos do BMG em 1998 e em 1999 em nome da SMP&B e repassados ao PSDB mineiro?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Esse é um empréstimo que está sendo falado.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O senhor autorizou?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – É. Não, isso foi da DNA.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sr. Presidente, solicito a minha reinscrição, pois há outras questões.

Muitas vezes, aqui, quando se faz uma acusação para o PT ou para os Partidos da base aliada, normalmente, como diz a Sr^a Senadora, já é uma prova a denúncia. É preciso ter cuidado com aquilo que se diz. Primeiramente, antes de olhar o cisco que está no olho do outro, é necessário olhar a trave que se encontra em seu olho.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá. PTB – SP) – Aguarde um minuto.

Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna pela CPMI dos Correios e à Senadora Fátima Cleide pela CPMI da Compra de Votos. O próximo Orador será o Deputado Gustavo Fruet.

Concedo a palavra, por um minuto, ao Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sr. Presidente, pedi a palavra generosamente a V. Ex^a, tão-somente por um minuto, para esclarecer uma questão importante. A empresa Múltipla Prestação de Serviços e Higienização, que arrecadou em três anos R\$23 milhões e deu um golpe na praça – inclusive, na Câmara dos Deputados, onde dezenas de funcionários estão sem receber –, sumiu do mapa, enfim, desapareceu. Quero deixar esse fato bem claro. A referida empresa ganhou, em três anos, R\$23 milhões.

Por fim, Sr. Presidente, esclareço que, no episódio em que falei da prisão de um assessor do PT levando dinheiro das contas do Sr. Marcos Valério e das empresas SMP&B, foram duas vezes: uma em São Paulo, onde foi preso com R\$150 mil um assessor do PT com dinheiro na mala.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá. PTB – SP) – A informação que há aqui é que essa movimentação foi de R\$200 mil.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sr. Presidente, ele recebeu R\$200 mil da SMP&B. Mas quanto a R\$50 mil, outro parceiro dele “vazou” no aeroporto e o pegaram com apenas R\$150 mil.

O outro episódio é o da prisão em Belo Horizonte, que ainda vamos esclarecer.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, o Deputado Pompeo de Mattos já falou e poderia reinscrever-se, falando no momento da reinscrição.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá. PTB – SP) – Concedo a palavra ao Deputado Gustavo Fruet pela CPMI dos Correios pelo prazo de 10 minutos.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Dr. Marcelo e Dr. Cristiano, mais para marcar posição, farei dois registros e duas perguntas.

O primeiro registro é até em consideração ao Deputado Osmar Serraglio em razão da convocação do Dr. Aristides Junqueira, que foi substituído por um pedido de esclarecimento com relação à origem dos recursos do contrato que ele firmou com o PT, com dirigentes do PT ou com o ex-Ministro Olívio Dutra, apenas para verificar a tese que vem sendo defendida

no sentido de que toda essa estrutura era para movimentar recursos eleitorais.

O segundo registro – e hoje verifica-se a repetição – é que estamos vendo seguidamente nos depoimentos uma memória seletiva, uma dificuldade de ter informações que possam auxiliar nos esclarecimentos. Isso ficou muito claro tanto no questionamento do Deputado Osmar Serraglio como no do Deputado Ibrahim Abi-Ackel.

Então, viemos agora da Procuradoria-Geral da República, onde pedimos duas iniciativas. A primeira é a abertura de ações fiscais – e a Procuradoria mandará, se possível, amanhã, à Receita Federal – para todos os sócios das empresas ligadas ao Sr. Marcos Valério e para todos aqueles relacionados na lista entregue ontem pelo Sr. Marcos Valério, aqui, na CPMI do Mensalão, para que se possa, de forma definitiva, ter a identificação da origem e dos beneficiários, para que se possa dimensionar a responsabilidade de um eventual lançamento de multa ou até de uma eventual ação por sonegação fiscal. Da mesma forma, pedimos à Procuradoria – independentemente da discussão da prescrição de crimes eleitorais – abertura de representações por falsidade ideológica e omissão de documentos. Para isso, a CPMI dos Correios vai colaborar, porque solicitamos todos os contratos feitos pela SMP&B, quer seja com o Banco Rural, quer seja com o Banco BMG, para verificar as garantias e as pessoas que assinaram esses contratos e os valores dos empréstimos.

Faço esse registro para deixar claro também que é necessário o prosseguimento dos interrogatórios, mas que, efetivamente, em função de dificuldade de uma maior colaboração, algumas medidas de caráter coercitivo devem ser tomadas.

As duas perguntas, Dr. Cristiano, são bem objetivas. Faço a primeira, preservando, é claro, os valores a que a CPMI teve acesso. O senhor afirma que não tinha conhecimento com relação a muitas questões financeiras, mas o senhor era da área de criação. Por que há uma diferença tão grande, tão expressiva entre a receita e o faturamento da agência, na hora da elaboração e na intermediação dos contratos de publicidade entre a DNA e a SMP&B?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Uma diferença do valor da receita em relação ao faturamento?

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Isso.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Eu não sei exatamente a que se refere. Cada uma tem uma política de negociação, de bonificação, de negociação com fornecedores. A SMP&B sempre fez boas negociações – essa nem é minha área, inclusive – com os

fornecedores e com os veículos. O recurso que é parte do veículo ou do fornecedor entra nessa qualificação de bonificação de volume, que tem a ver com as relações comerciais entre o veículo e a agência. Possivelmente, pode estar aí também algum resultado de alguma diferença, porque as bonificações de volume variam muito entre uma agência e a outra, mas não sei exatamente...

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Aqui são os dados apresentados pelo Sr. Marcos Valério. Então, considerando a DNA de 2001 a 2004, a receita em relação ao faturamento é de aproximadamente 20%. Considerando a SPM&B de 2001 a 2004 também, esses valores chegam, às vezes, a 40%, 50%.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Às vezes também, Deputado, o que acontece é que o valor da receita da agência... Por exemplo, quando você cobra por um planejamento feito, um desenvolvimento de marca, um programação visual, um trabalho de marca, alguma coisa, você está cobrando o custo direto da agência. Então, o custo direto da agência, quando é cobrado dessa forma, acaba pesando no número final, porque as agências têm uma comissão do veículo, que elas recebem, de 15%, por exemplo, Rede Globo, Editora Abril. Mas, se eu faturei um serviço prestado por mim, que pode custar 500 mil, 600 mil contra um cliente, em que eu desenvolvi aquele trabalho de planejamento, isso significaria, em mídia, que eu teria de multiplicar pelo menos por sete esse valor. Por exemplo, 600 mil. Se fossem 15% de uma mídia, teriam de ser 4 milhões para representar 15%, mas, na verdade, foi um valor bruto, porque foi um trabalho prestado pela empresa. Para responder à sua questão, teria de ver esse faturamento, que é contabilidade que tem. Eu não tenho. Às vezes, pode um ano ter isso e, no outro ano, não ter.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Especificamente no caso do contrato dos Correios, houve uma prorrogação. A pergunta é se, nessa prorrogação, tratava-se da mesma prestação de serviço do contrato original e se houve a manutenção dos mesmos critérios de pagamento para a agência.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – O que eu posso afirmar para o senhor é que, em se tratando de Correios, tudo que aconteceu ali certamente cumpriu preceitos legais, sem dúvida nenhuma. Se houve alguma prorrogação, a prorrogação foi feita para as três agências. Pode ter sido por necessidade dos Correios, e isso faz parte do escopo jurídico desse processo, se foi prorrogação. Se é aditivo, *idem*. Não há possibilidade de se fazer algo que vai infringir uma regra jurídica. Não há possibilidade.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Não me refiro a uma eventual infração e nem imaginava que o senhor fosse admitir isso. Refiro-me se houve alguma alteração com relação aos percentuais contratados e aos valores e se houve mudança do objeto do contrato. Não pergunto sobre a legalidade dos contratos.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não. Acho que nenhum.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – O senhor prestou serviço para uma empresa chamada Colina Administração e Serviços?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Colina? Não me lembro.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – De Belo Horizonte?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Colina?

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Colina Administração e Serviços Ltda.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não. Não me lembro. Não sei. Não conheço.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – O senhor também não recebeu depósitos dessa empresa na sua conta pessoal do BankBoston?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Se não recebi o quê?

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Não lembra de ter recebido depósito dessa empresa no BankBoston?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não. Colina... Posso ter vendido algum imóvel.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Pergunto porque se trata de uma empresa cujo código de discrição de atividade econômica é ligado a atividades funerárias.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Atividades...?

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Funerárias e conexas.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – É Parque da Colina, que comprou meu apartamento. É o proprietário do meu apartamento.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – É Parque da Colina?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – É um cemitério em Belo Horizonte. Eles são proprietários do cemitério.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Por fim, Sr. Presidente, só para registrar, estivemos hoje também nos preocupando, com relação à lista, com duas ações: uma ação civil pública do Ministério Público de Minas, que não consta em nenhuma relação; e uma ação movida pelo Sr. Cláudio Mourão contra o Senador Eduardo Azeredo, que ontem recebeu uma

petição. Até então, havia um pedido de desistência e uma posição do Supremo em não apreciar e julgar, considerando que a competência seria do juiz de primeiro grau e não do Supremo Tribunal Federal. Ontem foi juntada uma petição, mas não tivemos acesso para saber o seu teor.

Em 28 de fevereiro de 2004, o jornalista Carlos Chagas, da **Tribuna da Imprensa**, já denunciava as operações que eram feitas pelo Delúbio Soares com o Marcos Valério, da SMP&B, inclusive relacionando todos os contratos, particularmente os dos Correios.

Faço essa observação só para constar, pelas dificuldades de termos melhores informações nos depoimentos.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – V. Ex^a quer levantar uma questão de ordem?

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) – Na verdade, quero uma informação. V. Ex^a pretende ir com os trabalhos a CPMI hoje até que horas, Sr. Presidente? É uma pergunta que lhe faço e é pertinente. Veja V. Ex^a – tenho que explicar – que não há nada de novo no depoimento de hoje. Estão sendo repetitivos as perguntas e os questionamentos. Não vimos nada de novo. Ontem fomos até quase três horas da manhã. Se formos hoje também até três horas da manhã, será humanamente impossível, tanto para o Relator, quanto para V. Ex^a e para os Deputados. Ou V. Ex^a marca um horário para encerrarmos, e vamos reiniciar amanhã de manhã, podendo ir até a hora que for – é humanamente impossível irmos até as três horas da manhã –; ou, então, diminuimos o tempo de cada Deputado, para que todos possam falar.

Sou o vigésimo-primeiro inscrito e ainda não falei. E deve haver pelo menos 30 Deputados de cada CPMI sem falar. Então, vamos hoje até as três da manhã também. Isso fica desgastante para os telespectadores – é isso que está acontecendo aqui –, pois cada um quer ir para frente da televisão dar o seu depoimento. Ou então, Sr. Presidente, podemos entender que, daqui a pouco, vai chegar o horário da novela, e não vão mais nos assistir, e podemos dispensar as perguntas, Sr. Presidente.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Isso aqui é uma novela!

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra a V. Ex^a, nobre Deputado.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) – V. Ex^a não respondeu, Sr. Presidente.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sr. Presidente, pedi a palavra para um encaminhamento, endossando a preocupação do Deputado José Carlos Araújo. Há dois princípios que precisamos sopesar: um é o nosso dever e o nosso objetivo de investigar e esclarecer o máximo possível, mas há um outro princípio também, que reza que qualquer depoente, na condição de testemunha ou de investigado não abdica dos seus direitos de personalidade. Então tenho dito já no plenário da CPMI dos Correios, e a própria Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, Sr. Presidente, tem corroborado isso, que há um limite de respeito aos direitos do próprio depoente. Temos visto aqui, neste e em outros depoimentos, que, se estendermos 14, 15 horas de depoimento, talvez estejamos ultrapassando os limites do direito do depoente.

Então a indagação que faço a V. Ex^a e ao Plenário é em relação a isto, porque temos que assegurar o direito de todos os Parlamentares, os 136 Parlamentares que fazem parte desta reunião conjunta têm que ter assegurado o seu direito de inquirir o depoente. Por outro lado, a indagação que faço a V. Ex^a, só pesando esses dois princípios, é se a Comissão Conjunta não poderia marcar um teto da oitiva de hoje, suspender e retomar os depoimentos na manhã do dia seguinte, o que me parece que atenderia as duas preocupações, os dois princípios em colisão a essa questão de encaminhamento que submeto a V. Ex^a, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Devo esclarecer ao Plenário as indagações feitas, no sentido de que o Regimento estabelece que esse depoimento seja contínuo. Evidentemente que qualquer decisão contrária será submetida aqui ao Plenário, e, se este concordar, faremos essa parada hoje com absoluta certeza, dependendo, então, de fixarmos um horário.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Vamos continuar, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Pois é, é uma questão que teremos que submeter a votos. Como agora não há maioria, vou submeter essa questão formulada aqui no plenário pelo Deputado Maurício Rands e pelo Deputado José Carlos Araújo, e, no momento oportuno, vamos definir. Não tenho dificuldade alguma de modificar. Submeto-me à vontade do Plenário.

Dando seqüência, concedo a palavra ao Deputado Paulo Baltazar.

O horário é dezenove horas e vinte e cinco minutos; às dezenove horas e trinta e cinco minutos encerra.

O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ) – Com certeza!

Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. depoente, o Sr. Marcos Valério esteve ontem aqui e afirmou que teve que fazer empréstimo, e não pôde cobrá-lo, tanto do PSDB, em 1998, como atualmente, porque não era maluco, tinha medo de perder os contratos. Então o aval dele principal era o medo de perder os contratos. A SMP&B tem contrato em vários locais. No Distrito Federal, por exemplo, com o Governador Joaquim Roriz, 2004/2005, foram repassados R\$50 milhões de reais para a SMP&B, por meio da Secretaria de Governo. Com a Câmara Legislativa de Brasília, o montante ultrapassa R\$8 milhões de reais, em 2004/2005, de acordo com informações do Siago.

Queria perguntar ao senhor se a SMP&B, de forma oficial, ou por meio de empréstimo, fez alguma doação na campanha do Distrito Federal.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não, nenhuma. Eu acho que os valores também não são... Eu tenho os valores...

O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ) – Depois o senhor confere aí, mas são informações do Siago, que é o mesmo que o Siaf nosso aqui. Mas depois o senhor confere aí, porque são informações que tenho do Siago.

Gostaria de perguntar se o senhor conhece o Sr. Gilberto Mansur e o Sr. Weligton Moraes.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Eu conheço o Sr. Weligton Moraes, porque ele é lá da Secretaria de Comunicação.

O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ) – E o Sr. Gilberto Mansur?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não, o Sr. Gilberto Mansur tem 20 anos que presta serviço ao mercado. E já disse que conheço o Sr. Gilberto Mansur há 20 anos. Ele faz assessoria de imprensa para muitas... Ele, na verdade, trabalha com muitas agências desse mercado. Conheço.

O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ) – Conhece.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Conheço.

O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ) – A outra pergunta:

Na prestação de contas junto ao TSE, de maneira formal, o Governador de Minas, em 2002, recebeu doação de recursos da SMP&B. Queria perguntar que outras campanhas, mesmo que seja oficialmente, a SMP&B ajudou, ou, então, por meio de empréstimos no Brasil.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – O senhor fez uma afirmação, primeiro, com relação a...

O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ) – No TSE, na prestação de contas do atual Governador, consta

contribuição da SMP&B. Quero saber se há outras prefeituras, outros governos que tenham tido a prestação formal ou através de empréstimo, que seria talvez um empréstimo a partido político.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Acho que o que está registrado no TSE foi a respeito de um jantar de adesão...

O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ) – É doação de recursos.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – R\$4 mil. Acho que foi isso. Não é isso? Um valor pequeno. Era um jantar de adesão.

O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ) – O senhor não tem nenhuma doação a nenhuma outra campanha da SMP&B?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Campanha majoritária? Não; nós fizemos algumas doações que foram decididas em reunião, foram umas três ou quatro campanhas.

O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ) – De quem?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Do Deputado João Leite; tenho a impressão de que do candidato a Prefeito de Nova Lima; mais uma ou duas, tenho que ver lá. Na verdade, eu mesmo não sei exatamente, mas são umas quatro.

O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ) – Quatro doações oficiais?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Doações oficiais.

O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ) – Outros empréstimos não foram feitos?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Empréstimos, não.

O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ) – Quero saber qual o lucro que a SMP&B teve de 2000 a 2005? O lucro. O que ficou para a SMP&B de 2000 a 2005? O senhor tem idéia do valor do lucro?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Com imposto de renda e tudo?

O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ) – Lucro líquido.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – O lucro deve ter sido alguma coisa como... tenho que ver na contabilidade, mas uns 10 ou 12 milhões, talvez 14 milhões.

O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ) – Foi de 14 milhões, nesses cinco anos, o lucro líquido da SMP&B?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não mais do que isso.

O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ) – Foram 20, 15? Mais ou menos.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Tenho que pegar esse dado, porque não domino esse dado.

O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ) – Mas não passa de 20 milhões, o senhor acredita? O lucro líquido...

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Em cinco anos?

O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ) – É.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Acho que não. Tenho que olhar isso, tenho que olhar.

O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ) – Faça essa pergunta, porque fico impressionado com os números que estão sendo lançados. O senhor tem colocado, o senhor colocou a sua vida, a dificuldade que o senhor viveu para construir a SMP&B. É uma grande dificuldade, e esse lucro é um lucro razoável. Veja o senhor que o empréstimo que a SMP&B fez ao PSDB, em 1998 – e fiz questão de corrigi-lo através de uma tabela do Banco Central, Letras do Tesouro –, dá cerca de 40 milhões, que a SMP&B não recebeu.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Foi a DNA, não é?

O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ) – A DNA, de que o senhor participou até o ano passado, há um ano e meio.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Um ano e meio atrás.

O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ) – Portanto, é também um lucro que o senhor deixou de ter, um prejuízo. Com os empréstimos do PT, agora, o valor chega a 57 milhões; com os juros, 100 milhões. Se somarmos os dois prejuízos, provocados pelo Sr. Marcos Valério, que o senhor assinou, dá quase 150 milhões. Não é razoável! Não é razoável que a empresa tenha esse prejuízo – porque o senhor teve lucro líquido de 15 milhões ou 20 milhões –, tenha um prejuízo de 150 milhões, e isso fique assim do jeito que está, a empresa continue crescendo.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Crescendo?

O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ) – O Banco Rural, que foi parceiro naquele momento, continua parceiro, neste exato momento, do mesmo empréstimo. Não sou aos ouvidos do senhor que o Sr. Marcos Valério – já que o senhor disse que não cuida dessa área – estava fazendo a mesma bobagem que fez em 1998, pegando um empréstimo que não teve pagamento, que o banco disse que só fez trabalho para...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Peço silêncio ao Plenário para que se possa ouvir V. Ex^a.

O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ) – ...o banco se mostrou bonzinho e, por dois milhões, o crédito

de treze milhões foi quitado – foi feito serviço, segundo colocado, o que é mais difícil de avaliar. E a SMP&B tenha esse prejuízo...

Agora, o senhor como sócio teve o prejuízo lá e tem prejuízo agora na SMP&B de 100 milhões, quando só consegue lucro líquido de 15 milhões em cinco anos? Essa explicação não é razoável. Em lugar nenhum do mundo as pessoas aceitam isso, deixam por isso mesmo, e entendem de onde virá o ressarcimento desses valores gastronômicos, que somam dez vezes o lucro que os senhores tiveram em cinco anos, que o senhor teve em cinco anos! Como é que sobrevive uma empresa com tamanho prejuízo? Foram os contratos todos, porque a expectativa de receber... ou não tem expectativa de receber, ou não foi empréstimo, ou há uma outra forma de ressarcir dez vezes mais o lucro líquido que vocês têm em cinco anos. Como é que o senhor pode nos convencer de que isso foi feito em 1998, com o PSDB, foi repetido, e o senhor – que é sócio, assinou junto lá, tornou a assinar – não percebeu que era uma fria enorme, que isso aí não tem solução? Quem ganha 15 e acaba tendo uma dívida de 150 milhões não tem como sobreviver. Como é que o senhor quer nos convencer de que isso é uma coisa natural; que é apenas o medo de não ganhar outros contratos? Como o senhor pode nos convencer dessa verdade?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Tudo que eu falei aqui é o que eu conheço da empresa, é o que eu sei. E o que está acontecendo hoje também me assusta muito, exatamente da maneira como o senhor está falando, dessa mesma maneira. Tudo isso me espanta muito. É um valor muito alto, e eu acho que essas questões são sérias demais. Eu acho que, desde lá de trás, se o senhor me perguntar se eu estive a vida inteira confortável com isso, eu vou dizer que não. Nunca estive confortável com isso. Mas também nunca esperava que isso fosse terminar assim. Eu achava que isso seria cumprido, eu achava que essas coisas seriam pagas. Eu não esperava isso. Isso é o que eu tenho para falar.

O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ) – Pois é, Sr. Paz. Mas a explicação não bate, não é pelo menos razoável que uma empresa... O senhor, com sua experiência de vida, com o sofrimento que contou aqui para conseguir... Em 1998, o senhor fez um empréstimo, assinou. Hoje, isso corresponde a 40 milhões que não entraram no caixa da sua empresa – naquele caso, a DNA –, não entraram. Sete anos depois, era um outro Partido, era a mesma história: era um coordenador, agora é um tesoureiro; era um Partido que pediu anteriormente, agora é um outro Partido; é para campanha política, segundo informação – o senhor

sabia disso –; é empréstimo; é o mesmo banco, e o senhor cai na mesma esparrela, agora com um valor até maior? Como é que o senhor nos convence de que o senhor é ingênuo até esse ponto? O senhor é um comerciante experiente, 37 anos, sofrido. Não é muita ingenuidade para um empresário fazer a mesma coisa, na dimensão que fez, de novo? Ou o Sr. Marcos Valério tem uma lábia enorme e só ele fez isso tudo e o senhor foi convencido?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – O tempo de V. Ex^a está esgotado.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – O Marcos Valério fez isso tudo, e eu fui convencido.

O SR. PAULO BALTAZAR (PSB – RJ) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, antes de inquirir o depoente, eu gostaria de conversar com V. Ex^a a respeito daquela proposta de dar um tempo para o encerramento da manifestação do depoente. Não é possível transferir para amanhã, porque amanhã já está marcado o depoimento da Zilmar, em uma das CPMIs. Então, é praticamente impossível nós transferirmos. Era isso que eu queria comunicar a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – A matéria será apreciada pelo Plenário, se for o caso, oportunamente.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Pela ordem.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sr. Presidente, estamos aqui, de manhã – ontem, fomos até de madrugada –, e estamos vendo que é mais um depoimento em que o depoente está preparado para não falar. Agora, eu sugeriria a redução do tempo para que cada Parlamentar fizesse a oitiva. Pelo menos a redução do tempo, porque nós vamos ficar aqui e não vamos tirar nada.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Não concordo, Sr. Presidente. Quero meu tempo integral.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Então, continuam as mesmas regras do jogo.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Obrigado, Sr. Presidente. Só quero lembrar que já houve uma redução de quinze para dez. O Deputado, talvez, não tenha percebido isso.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Eu queria saber do Sr. Cristiano qual a lógica de ele ter saído da DNA e ido para a SMP&B, se o próprio demonstrativo de faturamento dos últimos quatro anos da DNA foi de 588 milhões e o da SMP&B foi de 286? Qual é a lógica, com um faturamento de pouco mais da metade, o senhor deixar uma empresa e ir para a outra?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Eu já estava na outra. Eu não fui para a outra; eu já estava na SMP&B. Eu deixei a DNA.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Por que o senhor deixou a DNA, que tinha mais movimento, e ficou só com a SMP&B?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Eu deixei a DNA porque lá eu era apenas um sócio que participava com 16%, não tinha nenhuma ingerência nos negócios da empresa, não tinha nenhuma ingerência na parte executiva, na área financeira, na área administrativa. E eu estava bastante incomodado porque, sendo sócio da DNA, eu impedia alguns clientes na SMP&B.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O senhor era apenas sócio na DNA?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – E da MultiAction também.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O senhor disse que era “apenas sócio” da DNA e foi para a SMP&B porque tinha uma participação maior.

Na SMP&B, o senhor era “apenas sócio” também ou era sócio integralmente?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não; eu fui o fundador da empresa. Eu fundei a empresa há 25 anos, e todos os funcionários têm uma relação comigo de muitos anos. Há funcionários que estão lá comigo há 25 anos. Eu saí da DNA porque me sentia desconfortável lá, uma vez que eu buscava clientes para a minha empresa...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Se o senhor estava desconfortável na DNA, o senhor deve ter ficado desconfortável também na SMP&B, porque é tudo uma coisa só; é um conjunto de empresas, tanto que o senhor tem empréstimos nesse sistema na DNA, na SMP&B, na Graffiti, na Rogério Tolentino – empréstimos cruzados. Então, as empresas são todas um único conjunto. Se o senhor está descontente em uma, o senhor tem de estar descontente na outra também.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Mas eu só tenho uma. Eu não tenho nada a ver com Rogério Tolentino; não tenho nada com S2; não tenho nada com MG5 mais. Só tenho que ver com a SMP&B.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Sim; mas as negociações se cruzam. Se o senhor

pegar os contratos de empréstimos, pode ver que um é para a DNA, outro é para a SMP&B, outro é para a Graffiti. São vários empréstimos para empresas diferentes. O senhor não pode querer se separar, dizendo que só tem a ver com a SMP&B. O senhor está envolvido com todo esse conjunto nesse rolo.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – É porque o Marcos Valério tinha a ver com tudo isso.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Ah, o Marcos Valério é que tinha feito tudo isso?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – O Marcos Valério é dono... Ele tem participação nessas outras empresas; ele administra todas.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O Marcos disse aqui que não é dono; disse que dona é a Renilda.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Sim; mas ele administra as empresas.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– E por que estava no nome da Renilda se era ele que mandava?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Acho que ele deu as razões dele aí.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Sim; mas eu quero saber as suas razões.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Sobre o porquê de estar em nome da Renilda?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – E era ele que mandava.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Parece-me que ele tinha uma ação ou uma coisa qualquer aí e queria evitar que... Não sei porque ele colocou no nome da Renilda. Ele, na época, alegou alguma coisa mesmo no sentido de que estava com algum problema pessoal e que, para não prejudicar, ele ia colocar no nome da esposa dele. Foi o que ele alegou.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O senhor não sabe de nada, não acompanha nada, não sabe se assinou, não sabe se é responsável, não sabe se é irresponsável, mas sabe que tem uma dívida de mais de 55 milhões com a qual o senhor vai ter que arcar também. Não sabe?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Sei.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– De que forma?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Vou continuar a trabalhar. Acho que essa dívida é impagável, se for dessa forma...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Continuando a trabalhar, o senhor não vai conseguir pagar a sua cota-parte de 55 milhões, que chegará a quase 100 milhões na hora da execução.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Essa dívida já está sendo contestada também.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Contestada por quê?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Já está em processo contra o PT, pelo menos é o que a área jurídica da empresa está fazendo.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O senhor é o quê na empresa?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Sou o presidente da empresa.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Então, qual é a contestação?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Esse empréstimo, esse dinheiro, essa dívida, que foi contraída para o PT e que o banco está executando, a agência está tomando a decisão de executar o Partido também.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Espere um pouco! Se alguém tem que executar alguém, é o banco que tem de executar vocês, que são devedores.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – O banco está executando.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Executando vocês, não o Partido.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Mas esse é um problema que o Sr. Marcos Valério vai ter que resolver com o Partido.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Não, não. Você é sócio!

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Sim; eu já estou sendo executado.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Você é sócio; o Marcos Valério não é sócio.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Sim; mas eu já estou sendo executado pelo banco.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Executado por que banco e por que contrato?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Só pelo Banco Rural. No BMG eu não tenho mais contrato assinado em meu nome.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Teve anteriormente?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Tive no passado. Quando eu saí, eu fiz questão de... O meu aval não poderia continuar em empréstimos.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Espere um pouco. Se você deu o seu aval, mesmo saindo da empresa, o aval subsiste, o aval continua. Não é porque você saiu que o aval deixou de existir, não. O aval não deixa de existir com a sua saída, não;

o aval permanece. Está aí o advogado, que pode lhe informar isso.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não, mas o contrato foi alterado, venceu, foi feito novo contrato com novos avais.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Não senhor. Você sai da responsabilidade societária, mas o aval é ato individual da pessoa física. O seu aval continua lá. E os contratos que o Marcos Valério nos entregou na vez passada e ontem, você tem aval e pessoal. É o seu aval, Cristiano Paz; aval individual.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Sim, o aval do BMG, se não me engano, os últimos contratos feitos não têm a minha assinatura. Eu não sou avalista dos últimos contratos.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Tem contrato, tem contrato, tem contrato...

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Tem contrato sim...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Tem contrato que não foi pago e um dos avalistas, não há um único avalista, é Cristiano Paz. Eu vi ontem.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Tem, tem, no Banco Rural.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – E o que vai ser feito desse contrato? Como que você vai pagar esses contratos?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Isso aí ainda vai ser uma discussão...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Que discussão? Quero saber qual discussão.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Entre os sócios, para ver como é que vai ficar isso.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Eu acho que o Marcos Valério é mais criador do que V. S^a, não?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Acha o quê?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Que o Marcos Valério é mais criador do que V. S^a, não?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Criador?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Que o senhor cuida da criação. Não foi o que o senhor falou? Quem cuida da criação na empresa não é o senhor?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Sou eu.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– É o senhor?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não, não cuido da criação. Sou o responsável pela área de criação.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Responsável pela criação. Acho que o Sr. Marcos Valério é mais criador que o senhor.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – É.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Porque ele criou um tamanho de um problema para vocês todos.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – É verdade.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – E o que fazer para sair dessa verdade?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Só vivendo o dia-a-dia pra...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Dia-a-dia paga?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não, mas é a única maneira. Não vejo outra maneira.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– V. S^a sabia que o dinheiro dos empréstimos feito em nome das empresas que o senhor era sócio ou que era acionista foi dado para partidos políticos e não ficou nas suas empresas?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Sabia.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Sabia?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Sabia.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Quando o senhor assinava o cheque, junto com Marcos Valério, o senhor sabia que era essa a finalidade?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Eu não assinava com o Marcos Valério. Eu assinava com o outro sócio, raramente com Marcos Valério, porque o Marcos Valério vivia viajando. Ele acertava com a área financeira e quando chegava para assinar, aquele assunto tinha a ver...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Espera um pouquinho! Pior ainda.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não, tem a assinatura dele.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Pior ainda, porque, admitindo a hipótese que o Marcos Valério assinava consigo ou com o Ramon, o Marcos Valério estava sabendo o que estava fazendo. Agora se o senhor está afirmando que tinham saques que o Marcos Valério não assinava e se são duas assinaturas, a sua e a do Ramon, a coisa é pior ainda.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não, por quê?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Lógico!

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Por quê?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Porque o Marcos Valério é que fazia tudo isso. Se tem cheque que o Marcos Valério não assinou, quem assinou foi Cristiano e Ramon. A coisa é pior ainda.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não, não vejo dessa forma. Eu assinava porque o cheque é da empresa, eu assinava, o cheque era nominal à empresa, endossado atrás, não tinha nome de ninguém, chegava na minha mesa como se aquilo fosse um cheque para pagar com aquele destino, o PT, e eu assinava. Eu não sabia o endereço daqueles cheques.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Você sabia que o cheque era destino PT e assinava?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Se eu sabia o quê?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Você acabou de afirmar agora que o cheque era destino PT...

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Sabia.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – E você assinava?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Assinava, tinha que assinar, porque são duas assinaturas pela empresa.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Tinha que assinar por quê?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Porque...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Tinha que assinar.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Eu já tinha concordado com o empréstimo. Aquele dinheiro estava saindo para ir para o Partido e o Partido ia dar a direção, segundo estava sendo informado.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – E o que o Partido tinha a ver com as empresas?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Foi um empréstimo feito pela empresa SMP&B a pedido do Sr. Marcos Valério para o Partido dos Trabalhadores.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – E o Marcos Valério, antes de fazer esses empréstimos, discutiu com vocês que ia usar as suas empresas, a sua, a do Ramon e a dos outros sócios, ia utilizar as empresas para fazer o empréstimo? Vou concluir já, Sr. Presidente, estou terminando. Um minuto, obrigado. Ele discutiu com vocês antes que iria usar as empresas, iria fazer as empresas de “laranja” do empréstimo bancário para o Partido político?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Ele disse que esse empréstimo seria feito para o Partido dos Trabalhadores e que o Partido dos Trabalhadores ia pagar essa dívida, ele estava assegurando isso. Eu, junto com o Ramon, ainda preocupados com isso, questionamos...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Que ia pagar e o Partido estava assegurando isso. Qual a garantia, qual a comprovação, qual o documento que você e o Ramon têm de que esses empréstimos serão pagos?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – É, confesso para o senhor que o documento foi... sabe que tinha um partido, sério, e que tinha um banco, que estava fazendo esse empréstimo, e que conhecia o Sr. Marcos Valério, conhecia o partido, sabia que tinha garantias para isso, e eu assinei, porque o Marcos Valério pediu e disse: “este assunto será pago”. O Marcos Valério tem patrimônio também.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Naquela época, você acreditou nisso. Hoje, você acredita nisso?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não, hoje eu não faria.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Não, naquela época, você acreditou. Hoje, você acredita nisso?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Agora, o que eu vejo é que tudo o que está acontecendo agora...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Peço licença ao Plenário para a Mesa fazer alguns esclarecimentos sobre o incidente havido hoje. Agora, assumo, não quero conceder a palavra a ninguém. Prestarei alguns esclarecimentos, apenas isso.

Em primeiro lugar, fizemos uma diligência junto ao Supremo Tribunal e verificamos que a Petição nº3067-2 trata apenas de uma ação civil pública encaminhada ao Supremo Tribunal e que essa petição, cuja denúncia ainda não foi oferecida pela autoridade competente, que é a Procuradoria-Geral da República, se encontra sustada até o julgamento da Adin nº2797, que trata da competência de investigação do Ministério Público, porque é uma matéria que está **sub judice**, saber-se se o Ministério Público tem ou não poderes investigatórios e iniciativa das ações.

Então, quer dizer, essa ação não tem nada a ver com o objeto das investigações, agora, desta CPML. Ela trata de uma ação civil pública que apenas versa sobre o que todo mundo conhece como o Enduro da Independência.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – É para frente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Então quero dizer que, verificando lá dentro os dois volumes, 19 volumes apensos, não encontramos qualquer lista de implicados com o recebimento de van-

tagens ilícitas, qualquer parlamentar. Não há parlamentar algum constando daquelas investigações e do processo formado.

Deixar muito claro, então, que não há lista nova alguma a ser apreciada por esta Comissão, além dos dados oferecidos, ontem, pelo Sr. Marcos Valério. E os nomes eventualmente ali citados não são, até agora, nessa nova lista, objeto de investigação.

Portanto, quero dizer que desse dossiê, que não é lista, é um dossiê, sem assinatura, sem origem, é um dossiê que não foi encaminhado formalmente à Comissão, tomamos conhecimento hoje de manhã, e a minha providência foi mandar arquivar até a análise por parte desta Comissão.

Mas, agora, neste momento, quero dizer que nomes são citados e evidentes prejuízos, sobretudo danos morais, começam a ser acrescentados. E quero falar aqui: nós não temos nada a acrescentar ao depoimento do Sr. Marcos Valério. De modo que essa lista, ou esse dossiê, por ora, é imprestável, é inservível para as investigações no presente caso. Pode amanhã...

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-Sol – AL) – Pela ordem, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– É por isso que quero desqualificar esse dossiê e não trazê-lo para o bojo da CPML.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Para um requerimento, Sr. Presidente.

Gostaria de requerer a V. Ex^a que, então, solicitemos ao Supremo Tribunal Federal todo o processo de investigação feito pelo Ministério Público Federal que, em dezembro de 2003, por meio do Procurador-Geral da República, Cláudio Fonteles, ingressou com uma solicitação junto ao Supremo, para que se movesse uma ação civil pública. O Ministério Público moveu uma ação civil pública, tendo como réus o atual Presidente do PSDB, Eduardo Azeredo; a SMP&B, agência do Sr. Marcos Valério; e o Sr. Clésio Soares de Andrade, exatamente sobre esse tema a que V. Ex^a se refere, qual seja o repasse de R\$3 milhões, vindos de duas empresas estatais mineiras. Foram transferidos esses recursos supostamente para fazer a publicidade de um evento, como V. Ex^a disse, que foi o Enduro da Independência, em 1988.

Entendeu o Ministério Público, por meio do Procurador Geral da República, Sr. Cláudio Fonteles, em resumo, que, ao ajuizar a referida ação civil pública, “o recurso transferido pelos entes públicos estaduais à época o foi para utilização na campanha à eleição do então Governador Eduardo Azeredo”.

Evidentemente, Sr. Presidente, isso não transitou em julgado. Mas, do mesmo jeito que o Presidente do Banco Central responde hoje ao inquérito, temos que

ter acesso aos dados que o Ministério Público encontrou nas suas investigações que permitiram ao Procurador Geral da República ingressar com uma ação civil pública. Pode haver ou pode não haver listas. V. Ex^a já está dizendo que não há.

De qualquer maneira, há que se investigar e compreender se houve ou não um esquema de caixa dois na campanha de Eduardo Azeredo por meio da SMP&B via financiamento de suposta publicidade no Enduro da Independência.

Solicito a V. Ex^a, por requerimento verbal, que se requisite toda investigação feita pelo Ministério Público para ser juntada aos documentos das nossas duas CPIMs.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Desqualifiquei o dossiê. Não verificamos a existência das listas. Isso é fato. Fizemos uma diligência pessoal nesse sentido.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME

(PSDB – SP) – Peço a palavra para contraditar, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Tenho que responder ao requerimento feito. O requerimento deve ser formulado e apreciado oportunamente. Não sei se V. Ex^a se dirige à CPMI da Compra de Votos ou à CPMI dos Correios. Deverá ser apreciado tempestivamente.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Sr. Presidente, apenas referendando esse requerimento, tenho aqui em mãos...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– A denúncia não foi aceita. Até agora, a denúncia não foi aceita pelo Poder Judiciário.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME

(PSDB – SP) – Sr. Presidente, se ele pode referendar o requerimento, eu posso contraditá-lo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Estou com a palavra, Sr. Presidente, apenas para esclarecer.

Trata-se de uma ação de improbidade. Houve a propositura da petição inicial, que, depois, foi sustada até o julgamento da Adin. O requerimento do Deputado Henrique Fontana procede nessa linha.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Nada contra.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Apenas gostaria de fazer uma observação, Sr. Pre-

sidente, que julgo pertinente neste momento. Todas as vezes que essas investigações parlamentares derivam para o campo da disputa político-partidária, temos tragédias e situações da honra de pessoas atingidas. Já vimos isso no passado em relação a denúncias envolvendo alguns parlamentares do PT.

Temo, Sr. Presidente – agora quero falar em abono não a pessoas do meu Partido –, que se use indevidamente essa lista de que V. Ex^a houve por bem fazer as observações. Acho que tudo aquilo que se recebe, como dossiês, deve ensejar investigações, deve ser pauta de investigações. Mas não é pauta de conclusões precipitadas, para que se atinja honra de pessoas, sem prova.

Portanto, Sr. Presidente, faço um apelo aos membros desta Comissão, que vale para o PT, para o PSDB, para o PL e para todos os partidos: que investiguemos, que peguemos esse dossiê e façamos as diligências que quisermos, na busca da verdade. Porém, que não se usem nunca listas, nomes, afirmações sem a devida checagem, de forma precipitada, pois a exposição na imprensa da honra de pessoas é algo que não tem reparação. Peço isto até em nome não do meu Partido, mas de pessoas que estão nessa lista: que nós, como Parlamentares, jamais utilizemos situações desse tipo para atingir sem provas a honra de quem quer seja, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME

(PSDB – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar sobre o assunto a que ele acaba de se referir.

As declarações do Deputado José Eduardo mostram, mais uma vez, como a prática e o discurso do PT não batem. Hoje o Vice-Presidente da CPMI, do PT, divulgou uma lista que é um dossiê e que já está na imprensa. Portanto, todas as observações que fala são extemporâneas, os nomes já estão na imprensa, o dano já foi causado. O que mostra que o PT age do jeito que agia no passado, completamente diferente do cuidado que a oposição está tendo com o Presidente da República. Completamente diferente!

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– V. Ex^a não está contraditando a proposta formulada pelo nobre...

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Pela ordem!

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Então vou dar a palavra pela ordem a V. Ex^a.

Acato essa questão de ordem de V. Ex^a.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME

(PSDB – SP) – Agradeço!

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– E assim procedi, exatamente desqualificando e de-

clarando ao povo brasileiro, agora, que está ouvindo, que não há lista nova alguma, que não há, neste momento, nada a acrescentar.

Concedo a palavra à nobre Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Não, era só para fazer um apelo, Sr. Presidente, para retornar aos trabalhos mesmo. Porque aqui não adianta. Aqui, quando diz assim “porque chegou um relatório do Supremo”, aí começa a falar o PT um rol para atacar o PSDB; aí, quando é o PSDB, faz um rol, listando os do PT. Então esse caso vai acabar indo para o divã. Então é só no sentido de resgatar os trabalhos, porque, realmente, não tem jeito aqui!

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Vi-me na obrigação de fazer essas ponderações, porque honra de pessoas, nome de pessoas foram levados à suspeição. Quis esclarecer, como coordenador dos trabalhos. Apenas dizer como Presidente desta Comissão agora, desta reunião conjunta, que não temos lista nova alguma e que o dossiê foi desqualificado. E vamos, certamente, apreciar o requerimento feito pelo Deputado Fontana com relação ao inteiro teor dos autos relativos à Petição nº 3.067.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Pelar ordem, Sr. Presidente!

É porque fui citado, Sr. Presidente, apenas uma observação. Em momento algum, pelo contrário, estou defendendo a posição do Deputado Mendes Thame. Apenas para esclarecer, Sr. Presidente, porque me parece que seja por quem for, Deputado Mendes Thame, do PT e do PSDB, não pode ser feito isso. É nessa perspectiva que a colocação foi feita.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sr. Presidente, o meu é bem rápido...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Se vamos reabrir essa questão, tem razão a Senadora Heloísa Helena. Eu mesmo disse que precisava prestar uma informação, porque, é evidente, recebi reclamações de pessoas inocentes que foram citadas indevidamente.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sr. Presidente, não poderia deixar de colocar aqui que, primeiro, quero parabenizar o Relator, Deputado Osmar Serraglio e V. Ex^a, pela postura e pela posição de verificar e de fazer justiça nessa questão. Agora, temos de lamentar profundamente, profundamente, que o Vice-Presidente desta Comissão pratique um ato de leviandade, pratique um ato de falsidade ideológica, colocando nomes de parlamentares aí, na imprensa deste País todo, às vezes até de parlamentares que não devem nada.

Esperamos que esta Comissão tome providências para que o Deputado Paulo Pimenta seja chamado às suas responsabilidades.

O SR. (Orador não identificado) – Pela ordem, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Não vou mais abrir essa questão. Essa questão está encerrada, e concedo a palavra ao exm^o Sr. Relator e, em seguida, ao próximo inscrito, Deputado João Batista.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG) – Sr. Presidente, apenas para sugerir que requerimentos dessa ordem sejam feitos por escrito, a fim de serem apreciados pelo Relator, que tem obrigação de emitir parecer a respeito.

Quanto à chamada requisição do documento ao Supremo Tribunal Federal, quero deixar registrado que acho impróprio. Não se requisita documento ao Supremo Tribunal Federal. O Sr. Presidente da Comissão pode entrar em entendimentos com o Presidente do Supremo Tribunal Federal e solicitar a remessa de documentos que julga importantes a esclarecimento de fatos aqui em debates. Mas a Comissão não pode requisitar processo ao Supremo Tribunal Federal.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Passo a palavra ao nobre Deputado João Batista.

À Senadora Ana Júlia Carepa. Ausente.
Deputado Devanir Ribeiro

O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT – SP) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Depoente, Sr. Cristiano Paz, antes de entrar nas perguntas, essa polêmica que está aqui entre o PSDB, PT e os partidos, V. Ex^a terminou não me dando a palavra, eu sou vítima disso. O Rodrigo Maia, Líder do PFL, mancomunou com a Cristiane Lobo, da TV Globo, e colocou o meu nome, sem conferir a lista, o do Sigmaringa, o do Wasny, do Zezéu, uma lista que ele encontrou aqui no shopping de Brasília que tem lá, por acaso tem lá o Banco Rural. Todo mundo que entrou naquele shopping foi... E ainda teve a pachorra, ou o cuidado, de ter os funcionários dele que estiveram naquele prédio ele não colocou. Então eu o representei no Conselho de Ética e estou aguardando que se tomem as providências. Porque ele jogou o nome de várias pessoas, inclusive o meu e sou vítima desse processo. Então, não é só porque sou do PT não, é porque acho que aqui também se faz mal uso de várias coisas. Vejo os depoentes que vêm aqui e fico envergonhado, como Deputado. A inquirição que se faz é ruim, é de baixo nível, não tem nexos, não tem lógica, não é o objeto da nossa, hoje duas CPMIs aqui. Então isso também envergonha o Parlamento. Vemos coisas aqui, as pessoas disputando os holofotes, outra disputa não sei o quê. Até falo que se

tirassem as televisões daqui, isso aqui terminava em duas horas. O depoente já estaria trabalhando, nós estaríamos fazendo outras coisas, estaríamos votando aquilo que temos que votar. Mas, no entanto, ficamos aqui, o depoente ali, os advogados ali. E repete, repete e repete, e nós não chegamos a lugar nenhum, infelizmente. E o povo está dizendo aí: – Vai terminar em pizza. E vai ser uma pizza grande.

Mas queria, do pouco que me sobrou, e para não ser incoerente com aquilo que terminei de falar...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Quero lhe devolver um minuto porque entendo que se não concedi a palavra a V. Ex^a, que se sentiu ofendido nesse processo, não pude aqui conceder a palavra a todos, porque senão não terminaríamos nunca essa discussão. Prestei esse esclarecimento para salvar, ao menos ressaltar a honra de pessoas apontadas injustamente no processo.

O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT – SP) – Tudo bem, agradeço, Sr. Presidente.

Fiquei aqui ouvindo todos os questionamentos, e, ontem, também fizemos algumas perguntas ao Sr. Marcos Valério, e falo francamente, tenho muito pouco a acrescentar nas minhas perguntas, pouco. Mas só gostaria de iniciar perguntando ao Sr. Cristiano: O senhor é sócio de quantas empresas com o Sr. Marcos Valério?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Uma. Tenho 1% numa empresa pequena que acho que nem o Marcos, a Feeling, 1% só para constituir, mas essa empresa não está em atuação. Até preciso ver isso para encerrar. É uma empresa que atua.

O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT – SP) – Ontem perguntei muito rapidamente para o Sr. Marcos Valério com relação a uns depósitos feitos, até através de TED's, ao Sr. Ulisses Nascimento, que é Ulisses de Oliveira, e a sua esposa, que é uma Deputada Estadual lá do Estado de Minas Gerais, V. S^a tem conhecimento desses depósitos, desse pagamento da sua empresa para o Sr. Ulisses de Oliveira?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não tenho não, senhor.

O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT – SP) – V. S^a como é o que o que responde pela criação da empresa, que é propaganda, deve conhecer pelo menos as propagandas que produziu ou o seu departamento produziu. O senhor produziu alguma coisa, algum material ou tem alguma conta com a prefeitura de Contagem?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – A prefeitura de Contagem já foi cliente da SMP&B.

O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT – SP) – Já foi cliente. Ainda não é mais?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não é mais.

O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT – SP) – O senhor conhece o Sr. Ademir Lucas, do PSDB dessa cidade? Parece que ele foi prefeito.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Foi prefeito de Contagem. Conheço.

O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT – SP) – A D. Valquíria?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não, Valquíria não.

O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT – SP) – Essa D. Valquíria está na lista que nos forneceram aqui, o Sr. Valério nos forneceu. Ela está nessa listagem, e sabemos que ela é secretária do Sr. Ademir Lucas, de Contagem. O senhor não tem conhecimento?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não, não conheço.

O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT – SP) – O senhor conhece a Deputada estadual de Minas Gerais, Vanessa Lucas?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Conheço.

O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT – SP) – O senhor sabe que o chefe de gabinete dela também está na lista de repasse do senhor Marcos Valério?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não sabia.

O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT – SP) – Inclusive essa informação foi publicada na revista **Veja**, estou cruzando com outras informações. A Deputada Vanessa Lucas é esposa do ex-prefeito de Contagem e o chefe de gabinete dela, do qual não recorro o nome, também consta da lista. Tanto a Walquíria, que é secretária do ex-prefeito, como o chefe de gabinete da Deputada. O senhor não tem conhecimento sobre isso?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não, não tenho.

O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT – SP) – Sr. Presidente, da minha parte, agradeço, pois fui contemplado com todas as perguntas. Sei que o senhor Cristiano, se conhece as informações, está orientado para não falar. É uma defesa e compreendemos. Ontem também fiz essa pergunta ao senhor Marcos Valério e pedi que, se houvesse possibilidade dele nos dizer tudo o que sabia, o fizesse. Pelo menos evitaríamos mais oitavas aqui.

Agradeço ao Sr. Presidente e ao depoente e não tenho mais o que perguntar.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao Deputado Jorge Bittar. São 20h09min.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, senhor Cristiano, em primeiro lugar, quero declarar que fiquei ouvi aqui o senhor descrever o seu papel na SMP&B e a maneira, até entusiasmada, como o senhor se referiu aos prêmios que a SMP&B recebeu. O senhor participou da construção de uma agência que lhe causou muitas alegrias e o senhor é uma pessoa muito motivada. Pude perceber uma dimensão diferente do depoimento do senhor Marcos Valério, um empresário ao qual se atribuem todas essas práticas...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Peço licença ao Plenário e a todas as pessoas, inclusive aos assessores.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Mas pude aqui imaginar o drama que o senhor está vivendo, num momento como esse, fruto talvez de uma certa omissão, da parte do senhor, de fatos ocorridos nos idos de 1998, com certas práticas em que as relações entre a empresa e partidos políticos não foram as mais saudáveis, para dizer o mínimo, gerando esse quadro verdadeiramente dramático em que se encontra a empresa e gerando também essa situação difícil para o Parlamento, para a democracia e para os partidos brasileiros.

Gostaria de obter do senhor algumas informações que creio poderem ser úteis a nossa CPMI. Uma delas é sobre as relações da sua empresa, SMP&B, com outro empresário, o senhor Daniel Dantas. Informações na imprensa revelam que foi por iniciativa sua que o senhor Marcos Valério teve contato com o senhor Carlos Rotemburgo e com o senhor Daniel Dantas. Essa informação é correta?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Por iniciativa minha?

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Isso.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Não é correta. Na verdade, quando se observam os números, vê-se que houve um conjunto grande de depósitos realizados nas contas das duas agências, SMP&B e DNA, por parte de empresas controladas pelo senhor Daniel Dantas. O senhor atribui esses recursos exclusivamente aos serviços de publicidade desenvolvidos pela sua empresa e pela DNA ao senhor Daniel Dantas? Digo isso porque o senhor sabe que surgiu uma controvérsia muito grande e o senhor tem aqui uma oportunidade de esclarecer esses aspectos.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Sim. Na verdade, a SMP&B tem uma parcela menor desses recursos. A conta é, hoje, uns 10 ou 15% da SMP&B e o resto, 80 a 85%, é da DNA. Os maiores valores são da DNA. Agora, o que eu posso afirmar é que a Telemig Cel-

ular, que, basicamente, é todo esse volume que estão citando aí, é uma empresa modelo em Minas Gerais. Quem é mineiro aqui sabe que os melhores serviços na área de telefonia celular são prestados pela Telemig. E as campanhas criadas pela Telemig Celular são, inclusive, campanhas reconhecidas no Brasil inteiro. É um portfólio imenso. Talvez seja até por essa razão que até este momento a Telemig Celular não rompeu ainda os contratos conosco, porque eu tive o testemunho do próprio pessoal que falou: Olhe, nós estamos sofrendo muito com tudo isso, mas nós reconhecemos o trabalho da sua agência e, enquanto for possível, nós vamos permanecer trabalhando juntos.

E nisso eu ouvi o testemunho da própria empresa. Eu não tenho a menor noção de que possa haver ali algum problema. Eu não acredito nisto: na relação da Telemig com as agências. O que eu estou dizendo é com relação à Companhia Celular de Minas Gerais, a Telemig, e as duas agências. O Sr. Daniel Dantas pode ter outras relações com o Sr. Marcos Valério, mas a empresa que trabalha conosco não.

O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT – SP) – Perfeito. Como a SMP&B foi utilizada para gerar recursos para Partidos, como o Sr. Marcos Valério declarou publicamente, a partir da notícia gerada, que buscou realizar uma intermediação para a venda da Telemig Celular para a Portugal Telecom, ou seja, o Grupo Vivo aqui no Brasil, a partir daí tiraram ilações naturais de que parte desses recursos poderiam ter sido direcionados para uma outra finalidade que não fossem os gastos com serviços de publicidade.

Pelas suas afirmações, o senhor desmente essas informações que foram veiculadas ou que foram aventadas?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não. Eu acho até que isso seria até contrário, pelo que imagino, aos interesses da própria BrasilTelecom ou do próprio Grupo que controla a Brasil e a Telemig, porque uma ida do Marcos Valério trataria, certamente, com o interesse de quem vai comprar. A preocupação que o Marcos Valério tinha... Quando ele falou conosco, o que ele disse foi o seguinte: Não vamos nos iludir porque a Telemig Celular vai ser vendida.

E, como a Telemig Celular é uma conta muito importante, muito mais para a DNA do que para nós, ele estava mais preocupado nesse aspecto com o volume de faturamento com a DNA. E ele falou o seguinte: Eu estou indo a Portugal e vou conversar, porque se amanhã a empresa que assumir a Telemig Celular, nós vamos manter essa conta.

E o Marcos Valério fez essa viagem. Agora, se ele fez outras viagens por outras razões, a única que eu conheço é esta.

O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT – SP) – Porque, na verdade, o problema é mais complexo, porque esse problema envolve a BrasilTelecom, uma contenda que se arrasta por vários anos entre o Fundo de Pensão do Banco do Brasil – a Previ – e o Sr. Daniel Dantas, por conta dos problemas relativos ao controle da BrasilTelecom e destas duas empresas, a Telemig Celular e a Amazônia Celular. Então, na verdade, é esse contexto que eu coloquei, mas o senhor desmente. Seria muito útil para nós que o senhor pudesse nos fornecer um demonstrativo de todos esses recursos que foram dirigidos pelas empresas de telefonia celular à sua empresa. Como que esses recursos foram aplicados nos organismos de mídia? A parte que ficou como receita própria da empresa? Isso seria muito útil para todos nós, porque, de fato, há um questionamento muito grande no que diz respeito a esse assunto.

O senhor teria condições de nos fornecer isso?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Tenho, o mais rápido possível. Como o pessoal da agência deve estar me vendo aqui, eu posso fazer isso com relação à SMP&B. Eu vou pegar tudo o que se refere à SMP&B. Com relação à DNA, o ideal é que se fizesse um requerimento ou alguma coisa para a empresa – posso até falar, mas – oficialmente para que eles possam pegar e mandar tudo isso. Mas isto é muito simples. Para mudar a Telemig, da nossa parte, eu vou mandar imediatamente...

O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT – SP) – Seria bom que, nos últimos anos, nesse período em que nós estamos, seria ótimo.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – O tempo que nós atendemos.

Seria para enviar para o senhor ou para a Presidência?

O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT – SP) – Por favor, o senhor envie para a Presidência das duas CPMIs, aí, as informações.

Como o meu tempo está meio contado, eu teria outras questões a colocar, eu vou fazer duas perguntas apenas para esclarecer certos aspectos. Um diz respeito à Sr^a Fernanda Carina, que foi funcionária da sua empresa. Uma coisa que me estranha é que ela tenha sido funcionária por um período tão pequeno, uma passagem tão efêmera, na empresa. Ao que o senhor atribui o fato de ela ter sido exonerada com apenas nove meses de trabalho na sua empresa?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – A Fernanda Karina? Exatamente, ela ficou lá muito pouco tempo e, como eu tinha a minha secretária, as relações dela eram direto com o Marcos Valério. Ela foi contratada por ele. Ficou lá esse período, que foi um período, acho, de sete, oito meses, e eu...O que me falavam é

que o relacionamento entre os dois não estava bom, o Marcos Valério... Eu não me lembro exatamente por que que... Não sei se havia algum problema.

O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT – SP) – E sobre a tentativa de extorsão? O senhor tem informações a nos fornecer?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Sobre?

O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT – SP) – Sobre... Há um processo do Sr. Marcos Valério contra a Sr^a Karina...

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Sim, sim. Isso eu fiquei... Tomei conhecimento.

O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT – SP) – Por uma suposta tentativa de extorsão que ela teria feito em relação ao Sr. Marcos Valério.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Isso eu tomei conhecimento logo depois.

O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT – SP) – O senhor apenas tomou conhecimento. O senhor não tem informações mais precisas sobre isso? Ou informações adicionais?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não, não. Tomei conhecimento de que estava havendo isso e de que o Marcos Valério estava entrando com uma ação contra ela. De fato, ele entrou. Tudo isso para mim... Isso tudo eu presenciei.

O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT – SP) – Sei. Perfeito.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Agora as razões realmente por que ele demitiu ou por que ela saiu, exatamente eu não...

O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT – SP) – Por fim, eu ouvi atentamente a sua exposição sobre o Sr. Davi Rodrigues Alves. O senhor desmentiu terminantemente. E eu vou fazer esta pergunta, porque ele foi muito categórico no seu depoimento aqui, dizendo que havia sido contratado pelo senhor e que levava os recursos ao senhor, à Sr^a Simone e à Sr^a Geisa e o senhor desmente terminantemente. A que... O senhor certamente deve ter refletido um pouco sobre isso. A que o senhor atribui essa afirmação que o Sr. Davi Rodrigues Alves faz de que entregava os... De que era apenas um transportador e que entregava esses recursos ao senhor e não à Sr^a Zilmar, como afirma aqui, nos afirmou aqui o Sr. Marcos Valério.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Eu estou procurando essa informação também. Eu não tenho a menor noção por que o meu nome veio parar nisso. Já pensei de todas as formas, pensei... Já fui conversar com o Marcos Valério: “Marcos Valério, por acaso, você escorregou aí, comentou meu nome com alguém?” “Que isso, Cristiano?” Fui conversar com todo mundo que eu podia imaginar por que o meu nome tinha

aparecido nisso. E essa pessoa falou na televisão que entregou para mim. Eu achei isso assustador. E eu até hoje me pergunto sobre isso. Eu não sei, mas eu tenho a impressão de que isso, mais cedo ou mais tarde, vai ficar esclarecido. Essa CPMI vai continuar.

O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT – SP) – Isso. Não. Nós vamos continuar. Eu imaginei que o senhor pudesse ter alguma pista...

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não, não tenho idéia.

O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT – SP) – ...ou alguma informação adicional que pudesse ser útil para as nossas investigações.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não, não tenho, não. Por que o meu nome foi incluído até agora não está claro para mim isso.

O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT – SP) – Perfeito. O restante do que eu queria saber, na verdade, o senhor já nos informou. Eu agradeço ao senhor. Agradeço ao Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO.) – Agradeço a V. Ex^a e chamo, a seguir, o Deputado José Carlos Araújo. (Pausa.)

Senador Sibá Machado. (Pausa.)

Deputado Paulo Pimenta. (Pausa.)

Deputado Moroni Torgan.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, queria perguntar algumas coisas preliminares e, talvez, fazer uma distinção. Naquele primeiro empréstimo que foi feito pela agência, em 98, aquilo foi solicitação particular de alguém ou foi de alguma pessoa jurídica?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – O empréstimo da DNA, de 98?

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Isso.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Se foi feito... Quem solicitou o empréstimo?

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – É, quem pediu para que vocês fizessem o empréstimo.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – O Marcos Valério disse que estaria fazendo o empréstimo. Eu acho que ele tinha acertado isso com o Dr. Clésio Andrade, e ele falou que esse dinheiro retornaria, que era só um empréstimo rápido, que ele estava precisando, que estavam precisando na campanha para resolver algumas questões.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Mas foi para uma pessoa física isso?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Foi pela empresa.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Pela empresa, mas a solicitação foi de uma pessoa física, é isso? Dr. Clésio?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – É, assim o Marcos Valério nos reportou.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Assim que ele se reportou.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – É, exatamente.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Esses empréstimos agora, ultimamente, ele disse que quem tinha solicitado isso?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não, esse empréstimo agora, ele falou... Quando ele nos colocou, ele disse que era uma solicitação, era uma necessidade do Partido. Não sei se ele tinha discutido isso com o Delúbio ou chegaram à conclusão. Ele resolveu junto com o Delúbio. O Delúbio deve ter pedido esse recurso.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Que era do Partido...

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Dos Trabalhadores.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Dos Trabalhadores.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Esse que nós estamos falando...

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Eu estou fazendo essa pergunta para fazer uma distinção aí. No primeiro empréstimo, nós tivemos uma pessoa física solicitando e que garantiria isso. Eu acho que até depois houve um acórdão sobre esse pagamento e tal...

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Foi.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – ...da própria pessoa física que solicitou, que foi o Dr. Clésio. Não é isso? Ou estou errado?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – É. É. A agência teve que pagar e teve que pagar também com prestação de serviço. E ficou uma coisa mal entendida entre o Clésio e o Marcos Valério que depois se resolveu.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Que depois se resolveu entre eles dois.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Foi.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – A grande diferença do segundo empréstimo é que foi pedido por um partido e não uma pessoa física. Concorde comigo?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Sim.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – E essa é a diferença inicial que quero fazer, sem falar que o primeiro se referiu única e exclusivamente a campanha e mais nada. Está certo?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Era para a campanha. Foi o que tinha sido falado.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – E o segundo se referiu durante um período do Governo desse Partido. Essa é uma distinção inicial que temos que fazer nessa comparação inicial para a gente entender e não fazer comparações indevidas de dois atos distintos: em primeiro lugar, um ato de uma pessoa física e, em segundo lugar, o ato de um partido político.

Agora, diga-me mais uma coisa: por que esse impasse sobre o Davi? O Marcos Valério confirma a sua versão de que o Davi nunca foi um problema seu, mas um problema dele, que ele teria feito contato e tal. Está certo isso?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Está certo. Esse assunto se referia ao PT.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Por que um impasse tão grande? Por que o senhor entrou no meio dessa jogada? Por que botaram o seu nome?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Eu não tenho a menor idéia.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Estão querendo jogar fumaça em quê ao jogar o seu nome com relação ao Davi?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Deputado, eu não tenho a menor idéia. Eu também, até agora, não tenho essa explicação.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – A sua convicção é de que o Davi fez o quê? É claro que o senhor, ao ser envolvido com o Davi, foi perguntar para o Marcos Valério e para todo mundo na agência quem é esse Davi de que estão falando no meu nome e que raio que ele fez.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Eles me falaram que esse Davi é alguém que sacava dinheiro no Banco Rural e entregava para a Dona Zilmar. Foi o que me falaram lá. É que o Marcos Valério falou. Foi o que eu ouvi.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Isso foi dito agora ou já corria...

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Falou lá, no dia em que fui inquirido. Eu disse: Marcos, que história é essa?

Eu queria saber o que estava acontecendo.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Então, ele esclareceu que o Davi levava dinheiro para a Zilmar.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Foi o que ele falou lá.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Ele conseguiu esclarecer como ele levava, porque foi muito dinheiro. Levar em sacola? Eu não sei, mas ouvi V. S^a falar que uma vez foram R\$ 5 milhões, outra vez foi...

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Eu nem sei bem. Estou falando que a imprensa já falou vários valores.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Mas será que ele levou isso em espécie?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não tenho idéia. Sei que parece que ele era um policial e fazia... Ele era apenas uma pessoa que sacava o dinheiro, pelo que estou entendendo e o entregava para alguém, e o meu nome foi citado no meio desse “alguém”.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Esse “alguém”...As informações que chegam colocam o Sr. Jader Kalid como aquele que receberia em nome da Dona Zilmar. O senhor confirma isso?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Estou vendo isso na imprensa. Estou absolutamente por fora dessa história.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Sim, mas o senhor não chegou a perguntar para o Marcos Valério, não chegou a dizer: Vem cá, ele entregou para a Zilmar ou entregou para esse Jader Kalid?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Ele falava: O que a Zilmar fez eu não sei.

Era o que ele falava comigo, foi o que sempre falou comigo e ainda mantém isto: O que a Zilmar fez eu não sei.

Esses cheques eram repassados e parece que tinham autorização da área financeira da empresa porque, se não tivessem, não poderiam sacar. Então, alguém realmente autorizava, e essa pessoa ia ao banco, sacava o dinheiro e entregava para quem de direito. O Marcos Valéria alega que era para pagamento dessa história que está colocada, desse fato do Duda Mendonça.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Claro que não era uma dívida da empresa com a empresa de Duda Mendonça. Não houve relação comercial entre vocês.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não. Isso jamais. Não teria porque, o Duda sendo publicitário, seria fácil saber disso. Eu não o conheço, ele não me conhece, eu não o conheço nem conheço a Zilmar – já falei isso –, mas acho que uma dívida entre duas agências... Isso não seria comentado dentro da empresa?

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Então, está claro que isso foi uma ordem recebida do Partido para repassar para o Duda Mendonça. É isso?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Imagino que sim. O que o Valério disse foi que ele estava fazendo o pagamento a pedido.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Agora me diga uma coisa. Eu entendo que o senhor não se interou muito sobre esses detalhes até o dia 12 de junho. Até o dia 12 de junho – até entendo isso que o senhor disse – o senhor cuidava mais da área de criação. Seu problema era criar o serviço da agência,

que é o principal trabalho da agência. Mas, a partir do dia 12 de junho – estou me colocando no seu lugar –, eu procuraria saber tudo.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Mas eu procurei.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Porque um rojão do tamanho de um trem está caindo, para falar bem mineiro, na minha cabeça. Sua empresa, daqui por diante, terá problemas sérios. O senhor disse que o dia 12 de junho foi o pior dia de sua vida porque o senhor vislumbrou tudo isso, vislumbrou que, com todo o tipo de denúncia, todo aquele seu trabalho de 37 anos estava indo por água abaixo.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Sim.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Então, eu tentaria saber tudo sobre isso, de onde surgiu, quem colocou esse dinheiro, quem tirou esse dinheiro, para quem foi dado esse dinheiro, em que raio de imbróglio nos metemos. Eu penso assim. Eu, por exemplo, se tivesse trabalhado 37 anos para fazer uma obra, e, durante aqueles 37 anos trabalhando duro, como o senhor diz: Ganhei cinco milhões em três ou quatro anos, mas foi de trabalho duro, não foi moleza, não...

De repente, o senhor vendo sua empresa desse jeito, acredito que o senhor queira saber tudo sobre isso.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Quando fiquei sabendo disso, evidentemente, fiquei desesperado, se se pode falar assim. Mas digo para o senhor que, desse dia para cá, até hoje, o que tenho feito, de manhã à noite, é me relacionar com os clientes para explicar toda essa história que eu mesmo não consigo explicar, é tentar segurar os funcionários porque todos eles têm indagações o tempo todo, é correr para cá para falar. Não tenho encontrado o Marcos Valério. Ele não fica mais na empresa. Já não ficava há mais tempo. Ele tem o escritório dele onde trata dos assuntos. O que está acontecendo hoje é que eu fico dentro da empresa, correndo para lá e para cá porque a empresa ainda tem o que fazer, tem assuntos. Confesso que tudo isso tem sido um tormento absoluto mesmo. Tenho pensado, até então, em manter o que está ali ainda, segurar, inclusive, a moral dos funcionários.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Concordo com tudo isso. Fica difícil de eu acreditar que o senhor não tenha esmiuçado tudo isso.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Sim. Corri atrás de todas as informações.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Não ter pego cada uma... Afinal de contas, a empresa é sua. O senhor é o presidente. Os outros são sócios. Tudo bem! Mas é o meu lado profissional, o meu amor próprio. Esse é o ponto que quero que o senhor nos diga.

Nesse ponto, sua investigação já andou muito mais que a nossa, porque o senhor está lá dentro fazendo todo esse trabalho para justamente limpar seu nome. Se eu fosse vendido nessa história, eu ia querer limpar meu nome. Aí Marcos Valério – que me perdoe –, se ele tem problema, ele que resolva o dele. Vou limpar meu nome, da minha família e vou dizer tudo o que tem que de ser feito nesse sentido.

Nesse sentido, apelo a V. S^a para que nos ajude a saber principalmente qual a origem de tudo isso, onde começou tudo isso, de que forma. Ninguém está acreditando nessa história dos empréstimos. Não existe essa benevolência dos bancos em reformar empréstimo sem cobrar nenhum juro. Ninguém acredita nessa benevolência. Em todo esse imbróglio, estão envolvidos o seu nome, o nome da sua família, o nome do seu trabalho. Peço-lhe essa ajuda. O que o senhor descobriu? Onde estavam acontecendo as coisas erradas? Diga-nos isso.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Estou buscando essas informações todos os dias. Ainda não tenho isso claro para mim. Está claro que são os empréstimos. Não tenho nenhuma dúvida. Os senhores não terão dúvida disso. Disso eu tenho certeza. Disso eu tenho certeza. Mas não tenho a menor idéia de como vai ser pago isso e de que forma isso pode ser cobrado. Tenho certeza de que esta CPMI vai continuar e vai apurar isso. Não tenho dúvida disso. Minha parte nessa história toda e este momento que eu estou vivendo agora é um momento muito difícil. O senhor pergunta: mas o senhor agora não foi atrás das questões todas? Eu vou atrás de questões todos os dias. Eu vou atrás do meu sócio, que está correndo para cá, que está correndo para lá, toda hora aparece um assunto. Com as coisas que a imprensa já colocou não dava nem para a gente trabalhar. Tinha dia que eu chegava em casa e aparecia lá: ah, a empresa deu um dinheiro para um sujeito que morreu, com o CPF dele. Eu chegava: meu Deus que é que aconteceu? Que loucura é essa? Aí eu corria lá para baixo, mas tinha um trabalho lá em cima, perguntava a meu sócio: quem é que é essa pessoa que morreu, que sacou dinheiro da minha empresa com CPF? Ah, corre para saber onde é que é; vai que o Coaf pega, não sei o que pega, no banco. Três dias depois descobre: não, esse cidadão na verdade não morreu. Pagou-se uma produção de um filme, esse filme foi passado para um terceiro, que tinha uma empresa chamava I-Três, que o dono da empresa foi sacar o dinheiro para pagar os seus funcionários, chegou lá, teve que preencher a ficha do banco, e aí, preocupado com seu imposto de renda, colocou o CPF do pai dele e isso foi parar no Coaf. Depois, isso virou título do jornal **O Globo**. Então,

isso era todo dia. Quando acontecia uma coisa dessas, eram três, quatro dias para entender isso.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE) – Eu vou encerrar, Sr. Presidente. Só minhas palavras finais seguintes: Sr. Cristiano, pondere. Pondere. É uma vida profissional e uma vida pessoal que está em jogo. Na verdade, ninguém engole o fato de os bancos serem tão bonzinhos com a agência de vocês. Ninguém engole isso. Então, pondere, o senhor ainda tem tempo para ponderar e tentar justificar para nós por que os bancos foram tão bonzinhos com vocês e não são com mais ninguém. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Welinton Fagundes.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Sr. Presidente, nobres companheiros, na verdade, depois de tanto tempo que aqui estamos, e a população brasileira assistir a esta reunião, eu tenho certeza de que quem ficou a maioria do tempo assistindo está bastante decepcionado, mas eu também diria que indignado. E isso nos causa uma frustração muito grande, porque, na verdade, aqui hoje estão reunidas duas CPMLs, inúmeros Parlamentares que para cá vieram na tentativa da busca de algo que pudesse crescer. Hoje a população está já, Sr. Presidente, a cobrar de todos nós uma resposta mais efetiva, principalmente a CPML dos Correios, que já está atuando há mais tempo e várias oitivas foram feitas e a mentira tem sido a maior tônica, ou seja, a maior estratégia de todos aqueles que vêm aqui depor. E mentiras que depois viram verdades, e mentiras que são apresentadas, até certo ponto, com cinismo. Isso eu tenho certeza que tem deixado a população brasileira, de um modo geral, extremamente indignada.

Eu não vou, inclusive, fazer muitas perguntas. Eu apenas quero aqui dizer também ao Sr. Cristiano Paz que V. S^a é presidente da empresa. V. S^a tem certeza que, como Presidente, é o maior responsável pela empresa. Concorde com isso? O senhor tem essa noção?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – É, juridicamente...

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Como?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Juridicamente acho que as responsabilidades são iguais. Dos sócios.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Então, se o senhor tem essa noção, o senhor, como presidente, com certeza não poderia deixar numa empresa o senhor assinar cheques em volume tão grande como esse, e o senhor não ter conhecimento daquilo que

estava acontecendo dentro da sua empresa. Aqui está uma prova da vinculação que até vocês continuam trabalhando na mesma sintonia: é o mesmo advogado, a mesma linha de defesa. Portanto, há uma consciência de todos nós que a mesma linha, a mesma estratégia que vem sendo usada pelo Sr. Marcos Valério também é a sua estratégia. É isso mesmo que está combinado entre vocês? É isso mesmo que vocês querem apresentar para a Nação brasileira?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Deputado, a minha estratégia é a verdade, é o que eu estou colocando aqui. Essa é a minha estratégia, se é que há estratégia. Eu estou falando o que eu sei, os fatos que eu sei, conforme me foram mostrados e da maneira que eu assumi. Com relação a minha função na empresa também é claro, o que estou dizendo aqui todas as pessoas que me conhecem sabem a função que eu cumpria dentro da empresa. Apesar de ser Presidente, todo mundo sabe. Os funcionários todos sabem nesses anos todos qual era o meu papel na empresa. Eu aqui não estou falando mentira sobre isso.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – E qual era o seu papel na empresa?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Eu cuidava da área de criação, de planejamento, da qualidade do serviço da Agência, eu me preocupava com relacionamento com os clientes privados. Eu nunca trabalhei com área financeira e administrativa em nenhum momento da minha vida. Em nenhum momento.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Mesmo assim o senhor assinava cheques?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Eu assinava cheques...

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Como co-responsável?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – ...pelo contrato eu tinha que assinar os cheques.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Mas, na área de planejamento, o senhor tinha que planejar a evolução da empresa, saber o lucro da empresa, saber de que forma vocês iam projetar os investimentos. E quem está fazendo contratos, avais, pegando esse volume de dinheiro que não está tendo um caminho correto, o senhor, como fundador, presidente, diretor de planejamento, tinha que ter alguma conversa com o seu sócio principal, que estava tendo esta ação espúria, esta ação ilegal, esta ação que pode ser falada de várias formas. Como vocês se reuniam para conversar sobre esses assuntos?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Eu cuidava da área de planejamento de comunicação de *marketing*. É isso que a minha empresa faz com relação aos clientes. As reuniões nossas não eram fre-

qüentes. Eram reuniões muito mais para tratar dos assuntos internos do andamento da empresa do que desse tipo de assunto. Esse tipo de assunto poucas vezes vinha para as nossas reuniões. Neste ano, por exemplo, o ano de 2005, não sei se tivemos mais do que uma reunião para tratar de assuntos da empresa. O Marcos Valério viajava muito, sempre viajou. Nos últimos dois anos, ele passava muito pouco tempo na empresa. Nesse último ano, ele ficava na empresa 30 minutos numa semana, uma hora numa semana, às vezes faltava duas semanas.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Vocês se reuniram uma vez com o Marcos Valério ou com a diretoria?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – A diretoria.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Toda a diretoria da empresa?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não, eu o Marcos e o Ramon.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Que eram os três diretores, que tinham toda a solução, todo o encaminhamento da empresa.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Sim.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Então vocês, numa empresa com um volume de dinheiro desse, se reuniam uma vez por ano?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não. Esse ano foram muito poucas vezes. Esse ano foi uma ou duas vezes, no máximo.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Mas isso é porque estava sobrando dinheiro na empresa, não tinha dificuldade financeira. Porque reunir a diretoria uma vez por ano...

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Eu, a minha área se reunia sempre. A minha área estava funcionando muito bem porque a parte de criação da agência continua sendo reconhecida, mesmo com tudo isso que aconteceu agora. Há três meses recebemos da Rede Globo de Televisão o Prêmio Profissionais do Ano. Este ano ainda recebi da Editora Abril, um trabalho feito para a Câmara dos Deputados, o reconhecimento, o Prêmio Abril de Publicidade, da Editora Abril. Todos os clientes da agência eram muitos e estavam todos satisfeitos com o relacionamento.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Para gastar o dinheiro para fazer criação, este planejamento, o senhor procurava saber quanto de dinheiro tinha disponível na empresa?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não, planejamento é insumo da minha própria empresa. É o serviço com que trabalho, que eu vendo, é o relacionamento com os clientes.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – E o endividamento da empresa? O senhor não tinha preocupação?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Tinha preocupação, sim. Sempre tive preocupação.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Então vocês se reuniram para tratar disso?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não. Essas reuniões não aconteciam, mas eu sempre falava com os meus sócios, sempre questionava o Marcos Valério: Marcos Valério, e essa situação? Calma, está para resolver isso. Isso vai ser resolvido. Não se preocupe.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Mas isso era uma forma também, está provado que foi uma forma de crescimento da empresa, porque a partir do momento que vocês foram avolumando essa estratégia vocês foram avolumando dinheiro na empresa. O senhor era um beneficiário desse recurso.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – O senhor tem que mostrar para nós, para a população brasileira, como um presidente da empresa, a sua preocupação pelo menos, de que forma esse dinheiro estava sendo gerido. Pelo menos isso. O senhor tem que nos mostrar a fonte, porque, olha, já está provado que o volume dos empréstimos não bate com o volume pago. São cinquenta e poucos milhões e mais de setenta milhões que foram distribuídos.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não sei dessa história.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – O senhor não tem conhecimento disso?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Dessa história, não.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – O senhor não tem conhecimento dos números da empresa? Por exemplo, o senhor assinava os cheques, o senhor queria saber o saldo em banco, o senhor não procurava saber o saldo, se aquele cheque tinha ou não fundos?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – A minha área na empresa era essa que estou dizendo. As outras áreas... E estou pagando o preço de tudo isso. O que eu posso dizer é a verdade. Eu cuidava da área de criação da minha empresa, eu cuidava da área de planejamento. Eu nunca cuidei da área de operação, nem da área administração nem da área financeira. Eu trabalhava...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL – MT) – A partir de quando?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Sempre.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL – MT) – A partir de quando o senhor fundou a empresa?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Sempre.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL – MT)

– Desde que o senhor fundou a empresa?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Sempre.

Quando a minha empresa foi fundada, eu trabalhava na prancheta. O meu sócio financeiro era outro. Eu nunca fui financeiro em nenhum desses 25 anos da minha empresa.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL – MT) – E nunca teve preocupação?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Já tive preocupação, sim. Tive muita preocupação e paguei caro por isso muitas vezes também.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL – MT)

– Há quantos anos o senhor está na empresa? Vinte e poucos anos, não é isso?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – É. Fundei essa empresa em 1981.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL – MT)

– Começou pequena, e vocês foram evoluindo.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não, eu comprei um escritório de uma empresa multinacional em Minas Gerais que se chamava Standard, Ogilvy & Mather e que já tinha alguns clientes. Era uma empresa pequena.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL – MT) – E foi evoluindo, não é isso?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Foi evoluindo e chegou a ser a maior empresa de Minas Gerais.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL – MT)

– Para essa empresa evoluir, ao longo de vinte anos, não é possível que o senhor não tenha conhecimento do crescimento, da evolução, das dificuldades, de quanto deveria ser comprado, de quanto deveria ser pago; não é possível.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– O tempo de V. Ex^a está esgotado, nobre Deputado Wellington.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL – MT)

– Eu gostaria apenas de que o depoente respondesse à minha indagação.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – A SMP&B é uma empresa conhecida em Minas Gerais. Nesses 25 anos, ela foi distinguida, inúmeras vezes, por premiações, por veículos. Ela cresceu, angariou clientes. A empresa é conhecida pelo trabalho profissional que sempre fez. Já atravessamos dificuldades no passado, mas essas dificuldades já foram superadas – relatei isso na abertura da minha exposição. Esse episódio que estamos vivendo agora é um episódio que ainda não vivi na minha vida.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL – MT)

– Sr. Presidente, concluo a minha manifestação, mas

quero que a população brasileira perceba como é difícil para nós, Parlamentares, concluirmos os trabalhos da CPMI. Até agora, temos presenciado uma sequência de enrolação, de mentira, com pessoas que têm uma experiência de vida empresarial e vêm aqui dizer que não sabiam como sua firma funcionava.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Agradeço a participação de V. Ex^a e devo dizer que os trabalhos da CPMI não se resumem às oitivas de depoentes, testemunhas ou acusados. Há um trabalho de investigação muito mais profundo.

Chamo, na sequência, o Senador Augusto Botelho. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Deputado Agnaldo Muniz, às 20 horas e 45 minutos.

O SR. AGNALDO MUNIZ (PP – RO) – Sr. Presidente, antes de fazer poucas perguntas, quero elogiar V. Ex^a pela decisão ponderada com relação às documentações que estão chegando a todo instante à CPMI. Algumas delas trouxeram dificuldade aos companheiros Parlamentares. Na verdade, até agora não se provou nada contra ninguém, mas, assim mesmo, foram divulgadas matérias na imprensa. A todo instante, está chegando material apócrifo. São importantes essas decisões para, primeiramente, haver uma investigação clara a fim de verificar a veracidade do documento e, depois, colocá-lo em exposição pública. Na CPMI, não é possível haver o vazamento de informações como ocorreu anteriormente. Por quê? Além de fazermos o trabalho investigativo, precisamos velar também pela moral, pela vida de vários Parlamentares que estão aqui e que são representantes da sociedade brasileira.

Farei, neste instante, apenas algumas perguntas ao depoente. Nobre depoente, o senhor tem algo a acrescentar ao depoimento do seu sócio Marcos Valério?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Acrescentar?

O SR. AGNALDO MUNIZ (PP – RO) – Acrescentar ao depoimento dele. Tudo o que ele disse. Se você confirma, se você tem alguma coisa além do que ele disse para trazer em termos de esclarecimento para nós.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – As coisas que o Marcos Valério viveu pertencem a ele, ao que ele falou. Muita coisa eu tomei conhecimento agora, quando ele está falando essas coisas. O que posso confirmar são as coisas que são relativas ao meu trabalho dentro da minha empresa e as coisas que eu vi e que eu participei. Isso eu posso confirmar. E são as coisas que eu estou falando. Agora, o que o Marcos Valério falou dos relacionamentos dele, das conversas dele, isso tudo para mim é uma grande novidade. Eu

nunca soube desses detalhes, dessas coisas que ele tem falado, das coisas que ele participava, das reuniões com Deputados, enfim, uma série de relatos que ele tem feito. Isso ele nunca me relatou.

O SR. AGNALDO MUNIZ (PP – RO) – Quer dizer, então, que você, como sócio, nunca teve informação a respeito do trabalho que o Marcos Valério realizava, os depósitos que ele fazia, as viagens que ele realizava para o exterior, em nome da empresa...?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não.

O SR. AGNALDO MUNIZ (PP – RO) – O relacionamento comercial dele com as pessoas, com clientes e esse tráfico de influência que ele teria? V. S^a não tinha informação a respeito de toda essa situação?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não, eu tinha muita informação; de algumas coisas, muita informação. Por exemplo, essa viagem para Portugal eu já relatei aqui. Ele comentou que estava indo a Portugal tratar de um assunto lá que envolvia a Portugal/Telecom e disse exatamente que o subproduto disso era saber se a venda da Telemig e se a gente poderia ter participação nessa história, se a gente poderia continuar atendendo a conta. O Marcos Valério fez muitas outras coisas, conversava com outras pessoas. Na verdade, do dia-a-dia da agência ele não participava na relação com os clientes da agência. E a agência tinha um volume de trabalho muito grande, tomava o tempo de todo o mundo o dia inteiro. Eu me relacionava com o trabalho interno da agência, com os clientes, na relação com os clientes, e o Marcos Valério fazia esse relacionamento político. Eu sabia que ele tratava com o Partido. Eu sabia que essas coisas se referiam ao Partido. Ele falava: “Agora estou indo para cá, estou indo para lá”. Eu tinha noção do que ele fazia. Eu não conhecia os nomes. Não conhecia nada disso, a relação de nada, o que foi feito. Ele nunca passou aquilo para dentro da empresa, para mim, para mim, pessoalmente.

O SR. AGNALDO MUNIZ (PP – RO) – Você falou que sabia do relacionamento dele com Partidos políticos. Você pode citar algum dos Partidos políticos com que ele teve relacionamento?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não, o relacionamento do Marcos Valério era com o PT, ultimamente. Agora, ele tinha muitas amizades. Mas ele tinha um relacionamento estreito com o Partido dos Trabalhadores. Isso eu sei. Mas ele não tinha... Ele não me falava de relacionamento político com... Tudo se referia a esse assunto. Ele tinha outras amizades. Ele citava nomes. Tinha amizades políticas, mas não sei dizer. Isso ele tem que falar pela vida dele.

O SR. AGNALDO MUNIZ (PP – RO) – Você pode relatar nome de algum Líder partidário ou de Presi-

dente de Partido que esteja fazendo visita à empresa ou que representante da empresa visitou para traçar relacionamentos comerciais?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não, é... Nenhum Líder de Partido que eu conheça visitou as minhas empresas, que eu saiba, e, se visitou, foi fora do horário de trabalho. E eu não me lembro de ter nenhum funcionário da empresa, a não ser o Sr. Marcos Valério, e coisas que eu estou sabendo agora. Eu nem sei se a Simone teve relacionamento. Mas eu não soube que nenhum outro funcionário teve algum contato com algum Líder de Partido. Isto eu posso até afirmar que não: outro funcionário que não tenham sido esses que já são citados.

O SR. AGNALDO MUNIZ (PP – RO) – Você tinha conhecimento da contabilidade da empresa, do faturamento? Vocês sentavam para reunir, falar sobre o faturamento da empresa, se deu lucro, se deu prejuízo?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Faturamento da empresa. A gente... No início, essas reuniões eram mais freqüentes, há três anos, quatro anos, dois anos. Depois, com esses inúmeros... com essas viagens freqüentes do Marcos Valério, essas reuniões já não aconteciam tanto e não era a área que eu ficava em cima todo o dia. Essa área é uma área que... Eu já disse isso várias vezes. E a área de operação, que era meu sócio, também acompanhava isso. E todas as dúvidas que eu tenho, possivelmente ele também pode... deve estar tendo também.

O SR. AGNALDO MUNIZ (PP – RO) – O senhor ouviu... assistiu ao depoimento de ontem? O senhor teve acesso ao depoimento dele?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – De quem? Do Marcos?

O SR. AGNALDO MUNIZ (PP – RO) – Eu vou finalizar dizendo o seguinte: ontem ele teceu várias declarações, inclusive afirmou um gasto de cinquenta e cinco milhões. Ele reconheceu. E é uma quantia bastante alta para uma empresa e, de repente, o sócio não ter conhecimento. Eu coloco uma última pergunta. Você viu pelo menos na Imprensa essa lista de nomes, tanto do passado, como foi mais ou menos veiculado aí como agora essas ajudas em campanhas eleitorais. O senhor teve informação sobre isso?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Essas listas eu não conheci nenhuma lista. Essa lista que foi apresentada aqui anteontem eu fiquei conhecendo agora e essa lista que está aí veiculando durante a CPMI todo esse tempo eu conheci durante esse processo.

O SR. AGNALDO MUNIZ (PP – RO) – O senhor sabe informar se teve alguém da região do Paraná que foi lá na região fazer uma visita à empresa?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Do Paraná?

O SR. AGNALDO MUNIZ (PP – RO) – Representante de partido daquela região?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Para mim, não. Nunca estive com ninguém do Paraná.

O SR. AGNALDO MUNIZ (PP – RO) – Eram frequentes as visitas do Palmieri à empresa?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Absolutamente, absolutamente.

O SR. AGNALDO MUNIZ (PP – RO) – O senhor encontrou alguma vez com ele dentro da empresa?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não.

O SR. AGNALDO MUNIZ (PP – RO) – Nunca?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não. Eu, não.

O SR. AGNALDO MUNIZ (PP – RO) – Sem mais perguntas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Agradeço a participação de V. Ex^a, nobre Deputado Agnaldo Muniz e chamo o próximo inscrito que é o Deputado José Eduardo Cardozo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Sr. Cristiano, inicialmente, meus cumprimentos a V. S^a.

V. S^a disse, ao longo de seu depoimento, que conhece o Sr. Haroldo Bicalho há aproximadamente vinte e cinco anos. É isso?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – É, mais ou menos.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – O seu sócio Marcos Valério conhece o Sr. Haroldo Bicalho?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – É possível, o Haroldo Bicalho é conhecido bem em Belo Horizonte.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Mas ele conhece o Haroldo Bicalho?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – É possível, não sei.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – O senhor não tem certeza?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não, não tenho certeza.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – O senhor nunca apresentou o Sr. Haroldo Bicalho...

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Eu não.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Não apresentou?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Eu não.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – O senhor sabiam que eram sócios de uma empresa?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Quem?

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Marcos Valério e Haroldo Bicalho?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Sócio?

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – É, RS – Empreendimentos e Participações.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – É a primeira vez que estou ouvindo isso em minha vida.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Curiosamente, isso saiu no jornal. Matéria do jornalista Lucas Figueiredo. “PF suspeita da ligação de Marcos Valério com doleiro...um cômodo empoeirado, nove metros quadrados, abriga a sede da RS – Empreendimentos e Participações, ou seja, a fachada da lavanderia usada pelo empresário Marcos Valério pagador do mensalão. Até dezembro de 2004, um dos sócios da empresa era Haroldo Bicalho Silva. Para a PF, o doleiro é a chave do suposto esquema de lavagem de dinheiro de Marcos Valério no exterior. Entre os sócios da RS está a Rural Seguradora que pertence ao grupo do Banco Rural onde Marcos Valério reúne...” etc., etc., etc.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Vocês já indagaram o Marcos Valério por isso? Vocês já indagaram ele sobre isso?

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Eu acho que vamos indagá-lo novamente, mas o senhor sabia de alguma relação dele com a RS?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Nenhuma.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Nunca soube disso?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Do Marcos Valério sócio do Haroldo em uma RS...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Ou mantendo relações com a RS?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não, nenhuma. É a primeira vez que estou ouvindo isso em minha vida.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Muito bem, ou seja, nem tomado conhecimento dessa notícia de jornal o senhor tinha?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Que jornal foi esse?

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Matéria do jornalista Lucas Figueiredo. Depois eu posso passar às mãos de V. S^a.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Que dia foi isso? Só para eu saber. Foi hoje?

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Passo as mãos de V. S^a depois uma cópia e também tem uma outra matéria. “PF investiga conexão entre publicitário e doleiro”, matéria de Eduardo Catar. Eu

passo posteriormente a V. S^a. Estranho que V. S^a não tenha sido informado disso tratando-se de um amigo de mais de vinte e cinco anos e de seu sócio de empresa e da empresa de V. S^a.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não, eu não sou amigo. Eu conheço o Haroldo porque ele andou de motocicleta muito tempo e a gente se reunia, encontrava, trinta, quarenta, cinquenta e, nos últimos três anos, tenho visto ele muito pouco, aliás, porque não mexo mais com motocicleta, mas eu conheci Haroldo só na prática de motocicleta e, mesmo assim, ele conhece mais outros duzentos, trezentos que mexem com esse mesmo, mas é isso...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Eu tive a impressão de que V. S^a declarou que era amigo de Haroldo Bicalho.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Amigo?

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Posso me enganar, mas posteriormente vou ver as notas taquigráficas.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não, eu conheço. Eu disse que conheço há muitos anos. Amigo? Amigo é diferente.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Amigo não?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Perfeito.

O senhor sabe que a sua empresa foi contratada pela Fundacentro.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Sim.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Quais foram os trabalhos que foram feitos pela Fundacentro?

O SR. CRISTIANO MELLO PAZ – Sim.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Quais foram os trabalhos que foram feitos pela Fundacentro?

Participando da área de criação, o senhor deve ter concebido alguma coisa para a Fundacentro, imagine.

O SR. CRISTIANO MELLO PAZ – A Fundacentro foi... A SMP&B, quando atendeu a Fundacentro, era exatamente a época que tínhamos dificuldade financeira grande, e era atendida pela empresa de São Paulo, e não era meu do dia-a-dia.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – O senhor não participou da criação das campanhas da Fundacentro?

O SR. CRISTIANO MELLO PAZ – Não. Eu não crio; eu participo da orientação das campanhas.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – O senhor não orientou as campanhas da Fundacentro?

O SR. CRISTIANO MELLO PAZ – Foram feitas muitas campanhas. Eu me lembro disso.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – E, posteriormente, o senhor soube que houve uma grande fraude, na qual os diretores da Fundacentro são acusados de pagamentos indevidos feitos à empresa de V. S^a?

O SR. CRISTIANO MELLO PAZ – Mas isso é um processo que corre, isso não é uma decisão.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Mas há uma auditoria. Há uma auditoria que fala que a SMP&B apresentou notas que não tinham correspondência com serviço, que havia uma situação em que...

O SR. CRISTIANO MELLO PAZ – Serviços prestados...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – ...eram necessárias... Foram feitas 6 milhões 188 mil peças publicitárias para um congresso em que havia 3 mil pessoas.

O SR. CRISTIANO MELLO PAZ – Mas isso, até onde eu sei, está respondido no processo. Não é bem assim. Existe um processo que está em tramitação, existe defesa para isso, e onde se está falando em 6 mil peças se está falando em volante. Até onde sei era isso.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – É porque, curiosamente, pelo que entendi, quando a Senadora Ideli perguntou a V. S^a sobre esse processo, V. S^a não tinha informação nenhuma.

O SR. CRISTIANO MELLO PAZ – Não, não. É porque acho que misturaram os processos.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Não, esse processo da Fundacentro. A Senadora Ideli perguntou exatamente desse processo. E V. S^a disse que não sabia.

O SR. CRISTIANO MELLO PAZ – Não, ela só foi falando, ela não me deixou responder. Ela não me deu...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – V. S^a tem ciência desse processo?

O SR. CRISTIANO MELLO PAZ – Hem?

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – V. S^a tem ciência desse processo?

O SR. CRISTIANO MELLO PAZ – Tenho ciência. Eu queria falar, mas ela falou: Não, eu vou perguntar. Ela foi citando: o senhor já fez isso, o senhor já fez isso, o senhor sabia disso?

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Por que V. S^a tem ciência desse processo? Não é a área de V. S^a.

O SR. CRISTIANO MELLO PAZ – Dos processos eu tenho ciência, como não tenho ciência?

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– De todos os processos judiciais V. S^a tem ciência?

O SR. CRISTIANO MELLO PAZ – Alguns que estão aparecendo aqui agora eu nem sei quais são.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– De quais processos V. S^a tem ciência e de quais V. S^a não tem ciência?

O SR. CRISTIANO MELLO PAZ – Esse processo, por exemplo, do Enduro da Independência, eu conheço todo. Todo, absolutamente todo. Esse processo que é da... Tem o processo também do Credireal, que fala no assunto de uma fazenda, etc., eu já tomei conhecimento desse assunto todo. E quais são os outros processos? Esse processo da Fundacentro eu conheço.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– O senhor era sócio da DNA até 1999, é isso?

O SR. CRISTIANO MELLO PAZ – Mas qual é o processo que tem lá?

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– O senhor era sócio da DNA até 1999?

O SR. CRISTIANO MELLO PAZ – Não, eu fui sócio da DNA até há um ano e meio.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Até um ano e meio atrás?

O SR. CRISTIANO MELLO PAZ – É.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– A execução bancária em relação ao empréstimo que a DNA tomou no ano de 1998, V. S^a teve ciência desse processo?

O SR. CRISTIANO MELLO PAZ – Tive ciência desse processo, inclusive eu fui citado.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– V. S^a foi citado?

O SR. CRISTIANO MELLO PAZ – Fui.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Qual foi o acordo que foi feito nesse processo?

O SR. CRISTIANO MELLO PAZ – Eu me lembro que foi paga alguma coisa...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Dois milhões de reais.

O SR. CRISTIANO MELLO PAZ – É. Eu não me lembro exatamente, foi paga alguma coisa; eu só soube que foi fechado um acordo e que parte desse acordo seria cumprida com prestação de serviço, que nem era área minha. O responsável pela área do atendimento ao banco era o próprio... Era o meu outro sócio.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Qual sócio?

O SR. CRISTIANO MELLO PAZ – O Ramon. Que era o responsável pelo...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– E os serviços foram prestados?

O SR. CRISTIANO MELLO PAZ – Nós prestamos serviço ao Banco Rural há 10 anos.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Mas os serviços que compensavam essa ação judicial foram prestados?

O SR. CRISTIANO MELLO PAZ – Certamente.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– V. S^a sabe especificar quais foram esses serviços?

O SR. CRISTIANO MELLO PAZ – Nós fizemos muitos serviços. Não sei exatamente quais foram. Mas eu sei, por exemplo, que toda a parte de instalação das agências, toda a parte de programação visual, toda a reformulação da marca do banco, a reaplicação, o desenho do talonário do banco, toda a papelaria interna do banco, sinalização interna dos prédios e das agências foi tudo desenvolvido pela agência. E esse era um trabalho próprio da empresa.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– O senhor sabe que acho uma coisa muito estranha nessa situação? Eu sou dono de um banco que tem uma empresa de publicidade contratada, empresto R\$11 milhões, R\$13, atualizados, tomo aquilo que nós chamamos, na prática, um cano, ninguém me paga, sou obrigado a fazer um acordo de R\$2 milhões posteriormente, com prestação de serviço posterior, e continuo tendo essa agência como contratada, o seu sócio como amigo, e fazendo empréstimos posteriores mais vultosos. Não é um comportamento estranho do banco?

O SR. CRISTIANO MELLO PAZ – É uma afirmação do senhor.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Quero informar ao nobre orador que o seu tempo está esgotado.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– O meu tempo esgotou?

Lamento, eu teria muito mais perguntas a fazer ao senhor.

Apenas, se V. Ex^a me dá dois minutos.

A D. Solange era diretora financeira da SMP&B?

O SR. CRISTIANO MELLO PAZ – Simone.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Perdão, a D. Simone era diretora financeira?

E ela cuidava de toda a parte financeira, segundo ela aqui relatou. É verdade?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Ela o quê?

O SR. JOSE EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Ela disse que cuidava de toda a parte financeira. É verdade?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Ela se reportava direto ao Marcos Valério.

O SR. JOSE EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Mas ela cuidava de toda a parte administrativa e financeira, segundo ela declara nesta Comissão. É verdade?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Sim.

O SR. JOSE EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– O que fazia, então, o Sr. Marcos Valério na empresa?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – O Marcos Valério dava as ordens.

O SR. JOSE EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Ela disse que nem isso. Ela chega a falar aqui na Comissão, quando a argúi, quando lhe perguntei o que exatamente ele fazia, porque ela cuidava de tudo, ela me disse: “Ah, fazia essas coisas que estão aí”. Eu falei: “O quê? Contato com políticos”? Ela falou: “É”. O senhor concorda com isso?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Com relação à área financeira, a Simone não fazia nada se não fosse por autorização do Sr. Marcos Valério.

O SR. JOSE EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Mas a parte de contatos políticos ficava com o Sr. Marcos Valério?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Mas isso está mais claro do que tudo, pois se ele fez esse relacionamento com o PT.

O SR. JOSE EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– E o senhor não mantinha contatos com políticos?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Eu?

O SR. JOSE EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– É.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Os contatos políticos que tenho posso falar, aqui não me lembro.

O SR. JOSE EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Quais são?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Tenho muito relacionamento em Belo Horizonte.

O SR. JOSE EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Com políticos.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Com políticos não. Eu conheço políticos, os respeito, trato bem, encontro, mas não ..

O SR. JOSE EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– O senhor não mantém contatos freqüentes com políticos?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Nenhum. Não freqüento casa de nenhum deputado.

O SR. JOSE EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Mas não mantém contatos telefônicos?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Nenhum.

O SR. JOSE EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Com políticos?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Meus telefones estão aí. Não. Se for político que trata conosco, evidentemente, podem encontrar; mas os políticos, como já insinuaram... Por exemplo, a secretária Karina chegou a falar num depoimento dela: “Basta procurar na agenda do Cristiano que vocês vão encontrar o telefone do Sr. Walfrido dos Mares Guia, que ele fala com ele todos os dias. E o Walfrido freqüenta a fazenda do Cristiano, e o Cristiano a fazenda do Walfrido, e o Governador Aécio também”. O Governador Aécio, nos últimos dez anos, se me viu três vezes foi muito. Eu atendo o Governo do Estado de Minas Gerais e estive uma vez no Palácio da Liberdade. Uma única vez! Eu não atendo o Governo de Minas.

Com relação ao Sr. Walfrido, conheço o Sr. Walfrido há muitos anos, ele é um empresário da educação, conhecidíssimo em Minas Gerais, respeitado, tem um dos maiores cursos de educação de Minas Gerais. Eu não falo com ele por telefone, a Dona Karina mentiu, ele não vai a minha fazenda. Aliás, ele foi a minha fazenda uma vez, há três anos, e estive na fazenda dele, porque a fazenda dele é próxima da minha; este ano, um convite social para um jantar social com outras pessoas. Mas conheço o Walfrido de encontrar em inúmeros lugares, mas ele não fala comigo ao telefone. Para isso, tem meu sigilo telefônico; é só conferir os telefones dele e meu. E ela insinuou que eu falava com ele sete, oito, dez vezes por dia, quando ela falou: “Atrás do Cristiano é que está o grande esquema”. Isso até hoje é uma indignação que tenho. Se o senhor procurar saber também se o Governador Aécio Neves ligava para mim ou se eu ligo para o Governador Aécio, é só olhar. Não tenho nenhuma ligação, absolutamente, e nem me relaciono com o Palácio do Estado de Minas Geras.

Mesmo aqui, com o Governo do Distrito Federal... Atendo o Governo do Distrito Federal e vi o Governador Roriz uma vez, e não foi durante esse trabalho. Eu me relaciono com as pessoas da área de comunicação. Não conheço nem um Secretário de Estado do Distrito Federal. Não os conheço. Então, a minha relação sempre foi nesse campo publicitário. Tenho amizades com políticos? Tenho. Respeito, tenho muitas amizades, mas não freqüento a cada deles, e eles não freqüentam a minha casa.

O SR. JOSE EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Com quais políticos V. S^a tem amizade?

O SR. (Orador não identificado) – Presidente, vinte minutos já.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Quería pedir ao nobre orador...

O SR. JOSE EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Seu tempo já se esgotou.

O SR. JOSE EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Deixo em aberto a minha pergunta, espero até que alguém pergunte, porque gostaria de saber, como ele disse que tem amizade com político, com quais políticos ele tem amizade, mas o tempo não me permite.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Isso será feito certamente por outro inquiridor.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não amizade, conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Passo a palavra ao Deputado Asdrubal Bentes.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sr. Presidente, Sr. Relator, senhor depoente, volto a insistir na mesma tecla. Há uma tremenda perda de tempo com essas oitivas que não estão nos ajudando em quase nada para a elucidação dos fatos.

Volto a insistir agora com as duas Comissões, para que possamos nos deter mais no exame da documentação, porque quem vem aqui depor me faz lembrar a história de um comerciante libanês, se não me falha a memória, o Sr. Salim. Alguém procurava insistentemente pelo Sr. Salim. A primeira vez chegou lá e falou: “Quero falar com o Sr. Salim”. Ele dizia: “Salim ‘saieiu’. Salim ‘saieiu’”. Até que, na quarta ou quinta vez, a pessoa disse: “Mas quero pagar o Sr. Salim, eu vim aqui para pagar o Sr. Salim”. Ele respondeu: “Salim ‘saieiu’, ‘saieiu’, pode pagar”. É isso que está acontecendo. Os depoentes vêm aqui apenas para dizer aquilo que lhes interessa e não o que interessa a esta Comissão. Não estamos conseguindo, com toda a boa vontade dos nossos Pares, tirar, volto a dizer, leite de pedra.

Tenho algumas indagações. O senhor é sócio da SMP&B desde quando?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Sou o fundador da empresa.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Foi fundada em que ano.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – A empresa começou em 1981, era filial da Standard, Ogilvy & Mather, da qual eu era funcionário, diretor de criação da empresa, assumindo o controle em 1981. O S da SMP&B vinha da Standard, Ogilvy & Mather; o M era do Carlos Monteiro, meu sócio; o P era meu, de Paz, e tinha também o A, porque tinha associados. A empresa durou dois anos, assumi a parte dos meus dois sócios

e entraram mais dois sócios. Isso foi naquela época, em 1983, e a razão passou a se chamar SMP&B.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Não quero tantos detalhes. Segundo o depoimento do senhor Marcos Valério, em 1996 ou em 1998, se não me falha a memória, a SMP&B passou por momentos difíceis. O senhor confirma isso?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Passou.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Era SMP&B Publicidade e então foi criada a SMP&B Comunicações, com o ingresso de um sócio que, ao analisar a situação da empresa anterior, da antecessora, chegou a conclusão que era melhor interromper e iniciar a SMP&B Comunicações. Em que ano foi isso?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – A SMP&B Publicidade, que foi a razão com que ela nasceu, em 1983, passou por uma dificuldade financeira, já relatei e vou repetir, que começou no Plano Collor, por uma série de problemas, por conjunturas do mercado. Os juros eram muito altos e não conseguíamos resolver a questão da dívida, que foi aumentando de uma maneira exponencial, até que chegou em 1994 e a dívida estava praticamente impagável. Em 1995, perdi um sócio, que era o sócio financeiro – eu não era sócio financeiro da empresa. Esse sócio estava tratando com o Marcos Valério, como consultor, pois o Marcos Valério era consultor financeiro e estava tentando apresentar alternativas para a empresa.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Mas, objetivamente, o que aconteceu em 1996?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Em 1996, o Marcos Valério apresentou a empresa ao senhor Clésio Andrade, em meados de 1996, que a viu e se interessou pelo negócio.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Isso basta. De 1996 para cá, são 10 anos. Aquela empresa que estava falida, quebrada, literalmente, segundo palavras do senhor Marcos Valério, deu um salto tão grande em 10 anos, que, hoje, quantas empresas são do grupo?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Aquela empresa estava quebrada e assim continuou, porque a SMP&B Publicidade é que teve todos esses problemas. Nasceu uma nova empresa, onde o senhor Clésio participava, com 50%, e foi quem deu os 10% para o Marcos Valério. Essa nova empresa chamava-se SMP&B Comunicações, com outro CGC, e agregaram-se contas novas. O Banco Rural, por exemplo, veio dessa época, como outras contas também vieram. A SMP&B Publicidade continuou existindo, em meu nome, inclusive tive dificuldades financeiras por muitos anos.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Tudo bem, isso não vem ao caso. O Brasil já viveu uma fase do milagre, todos relembramos, mas quero saber que milagre foi esse que fez a empresa dar esse salto. Um salto de qualidade, sim, pois é uma empresa competente. Mas, financeiramente, de onde vieram os recursos para que a empresa crescesse tanto, de forma assustadora. Da iniciativa privada, de obras com o Governo, de serviços com o Governo...

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Mas o senhor está se referindo a que época? Porque, de 1996 a 2000...

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – De 1996 a 2006, são 10 anos.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Mas, de 1996 a 2001, a empresa não cresceu assim como o senhor está dizendo. Teve muita dificuldade nos anos de 1997 e 1998.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Então é muito pior. Porque, se cresceu de 2000 para cá, o milagre foi muito maior.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não senhor. O que aconteceu de 2000 para cá é que a empresa ficou com uma imagem muito prejudicada e eu, pessoalmente, trabalhei muito com isso, porque, nesse mercado de comunicação, uma empresa precisa ter imagem, pois os clientes preocupam-se muito com isso. Na verdade, é o que acontece com todas as empresas. A SMP&B ficou muito desgastada com a sua imagem, perdeu clientes, passou quatro ou cinco anos para recuperar essa imagem. O que aconteceu foi que, com muito trabalho e muita recuperação, viemos tendo contas e conquistando licitações. Todas...

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Licitações. Tudo bem.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – E contas privadas. Muitas.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Qual é o percentual da receita decorrente de transações com a iniciativa privada e qual, com o Poder Público, na SMP&B?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Na SMP&B, é exatamente o mesmo. Aliás, eu digo até que, por contrato, algumas empresas...

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Não, não, o senhor não entendeu a minha pergunta. Eu quero saber quanto por cento os contratos com o Poder Público representam da receita da empresa? E a iniciativa privada, quanto por cento? Objetivamente, sem mais delongas.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Quarenta ou cinquenta por cento. Talvez menos um pouco.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Quarenta ou cinquenta por cento, o quê? Poder Público?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Governo Federal? É Governo Federal?

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Já há aí uma divergência entre o que falou Marcos Valério e o que fala V. S^a.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Eu vou dizer o que é verdade...

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Como também uma divergência com relação à Simone.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – O senhor está dizendo com relação ao Governo Federal?

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Poder Público envolve federal, estadual, municípios.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Peço apenas silêncio, nobre Deputado.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Lamento profundamente, porque eu... V. Ex^a me perdoe, mas mais dois minutos para concluir...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Não, não. É apenas o silêncio. Eu só pedi o silêncio.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Ah, pensei que...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Não. V. Ex^a tem dois minutos exatamente.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Senhor depoente, de repente, depois do conhecimento do Sr. Marcos Valério com o Sr. Delúbio Soares, em 1998, sei lá, em 2002... No ano seguinte, logo no ano seguinte, esse relacionamento de amizade virou um balcão de negócios. Eu não sei como uma pessoa, em apenas um ano de amizade, adquire uma confiança tamanha que faça empréstimos para alguém indicado por esse amigo e avalize. V. S^a é o presidente da empresa, não é?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Sim.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Então, deve ter sido consultado sobre se fariam ou não o empréstimo ao PT.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Sim.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – O senhor concordou.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Fui consultado.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sabe V. S^a que é o maior responsável, porque o Sr. Marcos Valério funciona por delegação de poderes, por meio de instrumento de mandato. Não é isso?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Funciona por delegação de poderes?

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sim, porque quem assinou como avalista foi Marcos Valério.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Acho que ele assinou também como emitente.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – O senhor assinou também?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não, eu acho que ele assinou.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – O senhor assinou?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Eu acho que ele... Ah, o senhor está dizendo...

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Os empréstimos no banco para o PT.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não, eu assino alguns empréstimos. Não todos. Não todos.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Quer dizer que o senhor é presidente em parte?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Eu não sou presidente de todas as empresas.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Não, estou falando da SMP&B.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não, da SMP&B...

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Na parte que é conveniente...

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Na SMP&B, eu assinei todos.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – ...o senhor é presidente; na parte que não é conveniente, delega poderes para o Sr. Marcos Valério.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Ou seja, no relacionamento político, entra o Marcos Valério.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não, senhor. Eu...

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Então, V. S^a confirma que tem amizades políticas.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não...

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Então, é uma incoerência.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não estou entendendo. Com relação aos empréstimos...

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Ainda há pouco, V. S^a falou que não tem relacionamento de amizade com políticos.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Amizade. Eu conheço. Amizade é diferente.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Ah, então, chegou aonde eu queria.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – No meu conceito, é diferente.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Quer dizer que esse relacionamento era uma permuta: vou fazer os empréstimos ao PT, e esses empréstimos vão servir de garantia para outras transações...

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Sr. Deputado...

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – ...eu devo ter o aval de alguém importante lá no Governo, porque não está explicada até agora a receita mirabolante do grupo.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Mas como não está explicada?

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Não, foi muito maior que os valores daqueles empréstimos, o que nos leva a supor que havia uma negociação, ou seja, “vou assinar esses empréstimos, mas você, Sr. Delúbio, vai lá no Ministério tal e vai me conseguir a licitação tal, tal e tal”. Quer me parecer que havia uma troca, uma permuta, uma negociação.

Esses empréstimos, no meu entender, Sr. Presidente, Srs. Deputados, foram para justificar esse tipo de coisas, que não são do atual Governo, já vem do Governo passado.

Acho que está ficando bem claro. Sr. Relator, precisamos aprofundar as investigações para saber as fontes de receitas dessas empresas, de onde entraram esses recursos, porque, até agora, estamos sabendo apenas para quem foram entregues os recursos, quem recebeu, quando recebeu. Mas não sabemos de onde provêm os recursos, e isso é fundamental na apuração dos fatos.

Dos depoentes, não vamos conseguir. Vamos ter de correr atrás dos papéis, dos documentos, se nós quisermos dar uma resposta à sociedade, que está a nos exigir.

Gostaria de encerrar a minha participação, dizendo a V. Ex^a, Sr. Presidente Amir Lando, que as duas Comissões devem reunir os dois Presidentes e os dois Relatores e estabelecer uma programação que não seja tão cansativa, porque a imagem já está ficando cansativa para a opinião pública. Aqueles que querem fazer dos holofotes palanque para as futuras campanhas, isso já está cansando. Nós temos que apresentar resultados, e rápido, porque estamos sendo cobrados onde quer que estejamos.

Então, precisamos apresentar resultados que não vamos conseguir em momento algum nesses depoimentos, em hipótese alguma. Aqui eles vêm preparados. Há realmente uma interligação entre todos eles, porque até – permita-me o nobre causídico, por quem tenho a maior admiração, o maior respeito – o

advogado de quase todos é o mesmo. É lógico que, como bom advogado que é, já os instruiu para vir aqui dizer a mesma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu quero dizer a V. Ex^a que também não tenho dúvidas de que os depoimentos contribuem muito pouco, quero fazer esse reparo, na verdade, para a elucidação dos fatos. É evidente que, se todos se debruçassem inicialmente no estudo prévio... Não quero fazer censura e nem cercear o direito de cada um, mas temos perguntas repetitivas, com perguntas feitas no mesmo teor, que poderiam ser indeferidas de plano, evidentemente se se aplicasse ao caso o art. 212 do Código de Processo Penal. É exatamente o seguinte: “O juiz indeferirá as perguntas que importarem repetição”.

Eu não sei. Eu respeito. É um direito, por isonomia de cada um, mas chega um momento em que a inquirição se torna enfadonha. Sobre tudo os últimos são prejudicados, porque estão num momento em que a grande maioria das perguntas já foi exaurida.

De qualquer forma, não vou aqui reduzir o direito de cada um. Mas eu concordo com V. Ex^a, a eficiência da investigação está muito mais no discreto, no secreto, sobretudo, na busca de linhas que muitas vezes não são os depoimentos. Nós não podemos exigir que a confissão aconteça. A confissão é um ato de foro íntimo de cada um. Aqui estamos diante de acusados, e o acusado tem esse direito, por esse princípio da defesa, de calar-se.

Então, é realmente malhar em ferro frio, é querer tirar pedra d'água, mas eu respeito. Imagine V. Ex^a que ontem fomos até as 2h30min da manhã. Muito pouco de novo foi acrescentado. Em alguns pontos, sim. Mas é preciso cativar, é preciso uma certa técnica de inquirição. Dostoiévski nos dá uma lição fantástica, sobretudo em **Crime e Castigo**. É boa essa leitura porque nos dá uma certa técnica de como inquirir, de como armar a lógica da investigação e da inquirição. É evidente que poderemos esperar a confissão. De qualquer maneira respeito. O Regimento diz assim. Mas vi-me na obrigação. Toda hora reclama-se de que os depoimentos são infrutíferos. Parece que nós, da Mesa, estamos querendo segurar a ferro e fogo que as inquirições alcancem o final e que cada um esgote todo o seu desejo de perguntar.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sr. Presidente, em absoluto é essa a minha intenção, nada com relação à Mesa, que tem conduzido com muita competência os trabalhos. Ao contrário, foi apenas uma observação para colaborar com o serviço.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Entendo. Mas todas as vezes em que se limita, há frustração. Parece que a frustração cai sobre nós,

que estamos desse lado, dos que estão dirigindo os trabalhos. Gostaria que toda a verdade viesse à tona nas inquirições primeiras. É evidente que são as mais amplas. Assim, a verdade será explícita.

De qualquer maneira, desculpe-me a intervenção. Tive que fazê-la, porque há uma reclamação constante com relação à ineficiência da inquirição, mas ninguém abre mão do seu direito de inquirir. Não faço qualquer censura, nem tenho o direito de fazer, aos nobres pares, qualquer cerceamento.

O depoente pede para retirar-se um minuto para atender a si próprio.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Sr. Presidente, está marcada alguma reunião para amanhã?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Dos Correios?

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Não, do Mensalão.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – A CPMI da Compra de Votos ou Mensalão, como é apelidada popularmente...

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Que nome feio.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – De qualquer maneira, não tenho preconceitos com relação ao mensalão ou contra alguma. O texto grafado, evidentemente, é um pouco diferente. Amanhã, às 10h, faremos uma reunião administrativa da CPMI da Compra de Votos. Haverá, também, na outra CPMI, uma reunião para tomar depoimentos.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – O Relator poderia informar, se V. Ex^a permitir, se, amanhã, a CPMI dos Correios fará uma reunião administrativa?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Amanhã teremos a oitiva de Zilmar, às 11h30min.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Ouço V. Ex^a, Deputado Odair.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, quero alertar V. Ex^a acerca da normativa que estabelece que as reuniões das Comissões Parlamentares Mistas ocorram a partir das 11h30min. V. Ex^a se referiu à reunião de amanhã às 10h. Indago-lhe se não poderemos fazer às 11h30min, como o costume.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Estou pedindo às 10h, porque entendo que vamos ganhar tempo nessas decisões se tomarmos algumas providências, que devem ser tomadas amanhã. Inclusive, temos que definir urgentemente com a CPMI dos Correios o acesso e o uso dos dados que deverão contribuir com o nosso trabalho. Temos que passar à CPMI, já para análise, o rol dos indiciados, daquelas

peessoas que são apontadas como, eventualmente, titulares de vantagens ilícitas. Não quero dizer que tenham culpa. Temos que, exatamente, coletar a prova, formar a culpa, e encaminhá-las, se for o caso, ao Conselho de Ética ou tomar outra providência legal.

De qualquer sorte, esse é o ponto que, amanhã, quero definir o mais rapidamente possível. Quero ver se, amanhã, poderemos estabelecer o **modus vivendi**, uma cooperação recíproca, permanente e eficiente.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Luiz Couto.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sr. Presidente, quero dizer que a experiência de audiência conjunta não foi positiva. Nós entendemos que cada CPI tem que ter a sua linha de investigação. Verificamos, aqui, que perdemos bastante tempo, porque há uma disputa muito grande, então a galera fica ouriçada, e não se pode ver televisão aqui. Tentam aparecer! Então faço uma avaliação de que perdemos tempo. Poderíamos, na CPMI da Compra de Votos, ter tido mais elementos, porque se perde muito naquilo que uma CPI está tentando numa direção, e as questões que nós fazemos é na direção da compra de voto ou do chamado mensalão. Então eu diria que seria a primeira e a última chamada, ou seja, reunião conjunta, porque ela não traz elementos importantes para investigações. É só uma avaliação que eu faço, porque nós perdemos tempo demais, quando poderíamos, numa CPI, com número já restrito, ter mais informações. E já poderíamos ter terminado a reunião na CPMI da Compra de Votos, porque já teríamos verificado que não haveria tantas informações que o depoente traria para esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – É, realmente, concordo com V. Ex^a que poderíamos ganhar mais tempo e eficiência. Mas, amanhã, ou definimos o acesso a esses dados ou, então, vamos decidir a quebra de todos os sigilos já ocorridos na própria CPMI dos Correios e pedir os elementos diretamente às fontes primárias, porque não podemos esperar mais. Não tem mais! O nosso tempo de tolerância chegou no limite. Chegamos às barreiras da tolerância. Então, quer dizer, chegamos a esses limites. Agora, ou fazemos uma coisa ou outra, ou a cooperação se estabelece de maneira visível. E espero que sim! Acredito que não haja razão de exclusividade desses dados. Mas, hoje, percebi, aqui, na hora em que eu solicitei uma informação e dizia estar à disposição da CPMI dos Correios, que alguns membros foram peremptórios e até virulentos dizendo que “não, não é possível ter acesso a esses dados”. Então realmente é deplorável que isso aconteça.

De qualquer maneira, aguardo a presença do depoente.

Mas quem pediu a palavra?

O SR. AGNALDO MUNIZ (PP – RR) – Aqui, Sr. Presidente, o Agnaldo, aqui na mesa.

Sr. Presidente, eu acho que a experiência que nós vivenciamos, hoje, com relação às duas comissões juntas, não foi, assim, uma experiência muito boa. Porque objetos diferentes trazem problemas divergentes. As linhas de pensamento e de investigação caminham em sentidos diferentes, apesar de estarem próximas, mas são linhas paralelas.

Por outro lado, a gente observa o seguinte, que a CPMI dos Correios, com relação às questões especificamente dos Correios, já está praticamente se finalizando; enquanto que, na CPMI do Mensalão, na CPMI da Compra de Votos, agora que começamos a pegar o caminho da investigação. Estamos no início. E até às documentações de que ainda não precisamos para fazer as investigações, não tivemos acesso ainda. Inclusive com dificuldade até para recebermos essa documentação da CPMI dos Correios.

Então eu acho que essa experiência, hoje, foi boa, no sentido de que não é bom se repetir mais isso, e é importante a CPMI dos Correios cumprir o seu papel, dentro da sua competência, que é a competência de investigar as questões dos Correios, e a CPMI da Compra de Votos trabalhar especificamente na compra...

Para encerrar, Sr. Presidente!

Configurando, então, isso aí, acho que a experiência, hoje, foi importante, para não repetirmos a experiência de, novamente, reunir essas duas Comissões.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao nobre Senador César Borges para realizar a inquirição.

O SR. (Orador não identificado) – Ainda não está o depoente, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – O depoente já se encontra. Entrou e saiu. Entrou e saiu.

Então, nobre Senador César Borges, me perdoe, mas eu o vi chegando aqui.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Acho que o Deputado quer falar algo.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Se o senhor me permitir?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Aproveitando o debate em torno da oportunidade ou não de se fazer uma oitiva conjunta, há que se considerar que essa coincidência foi promovida não tanto pela

intencionalidade dos membros das CPMIs, mas pelo fato de um mesmo depoente ter sido convocado, na mesma semana, para as duas CPMIs. Talvez essa razão é que tenha proporcionado, com maior intensidade, a oportunidade de estarmos hoje as duas comissões reunidas, mais do que qualquer outra organização específica para nos levar a essa condição.

Considero que a experiência feita hoje obedeceu muito mais a uma coincidência do que a uma predestinação dos trabalhos investigativos em torno dos procedimentos de cada uma das CPMIs, pelo fato de o depoente ser o mesmo e de o requerimento ser do mesmo advogado – o que é uma outra coincidência, ser o mesmo advogado –, que requereu que a nossa investigação, prevista para ontem, na CPMI dos Correios, fosse transferida para hoje.

Quero aqui prestar absoluta solidariedade aos demais Pares que expressaram sua avaliação pela oportunidade de hoje.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu tenho uma visão, é evidente, sobre esse tema, que foi útil, porque seria um massacre se tivéssemos que fazer duas vezes o mesmo processo de inquirição. Realmente, entendo que foi útil e que ganhamos tempo nesse particular.

Imaginem V. Ex^{as} se tivéssemos feito hoje esse depoimento na CPMI da Compra de Voto e V. Ex^{as} tivessem que fazê-lo em outra oportunidade. Há absoluta desnecessidade.

Concedo a palavra novamente ao Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Eu agradeço, Sr. Presidente.

Sr. Cristiano, V. S^a é um empresário.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Sim.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – É diretor-presidente de uma empresa. Ouvi atentamente suas observações e achei *sui generis* a forma de administração dessa empresa, em que o diretor-presidente não conhece de finanças nem de contabilidade, nem se interessa pela parte comercial.

Isso realmente me estranha muito, porque eu também vivo no mundo empresarial e sei que todos temos uma responsabilidade com as nossas empresas. É o nosso patrimônio, é a nossa vida profissional.

Por outro lado, também a diretora-financeira, Simone Vasconcellos mostrou total desconhecimento da área financeira e contábil da empresa.

É muito estranho. Quer dizer, o diretor-presidente não conhece, a diretora-financeira diz que não precisa de uma contabilidade.

Aqui eu começo a perguntar a V. S^a: V. S^a assina balanços, Imposto de Renda, tem algum conhecimento desse aspecto dos lançamentos internos, fiscais, da empresa?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Toda documentação que me chega às mãos eu assino, toda documentação da empresa.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas conhece e lê? Eu acho que é obrigação do diretor-presidente de uma empresa ler um balanço da empresa. Conhece os lançamentos?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Sim.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Deve constar lá no balanço empréstimo a terceiros. O senhor sabe que tem lançamento na contabilidade da empresa como empréstimo ao PT?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Tem.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Existe?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Tem lançamento.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – O senhor pode garantir isso? Podemos fazer o conhecimento fiscal? E a empresa declarou como empréstimo ao PT?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Declarou como empréstimo. É empréstimo.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas sabe também o senhor que isso não é legal, que a empresa não pode emprestar ao PT? Os senhores fizeram contrato? Há um contrato de mútuo?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Esse empréstimo foi obtido junto ao banco, não é isso? A nossa empresa obteve esse empréstimo, e o dinheiro foi repassado ao partido.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas não lhe é facultado isso, emprestar, repassar, a Partido nenhum e a ninguém. Quem faz empréstimos é o setor financeiro. Se houver uma negociação, o senhor tem que assinar um contrato; fora disso, é evasão fiscal, é outro crime fiscal.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Crime?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Não se pode emprestar dinheiro. A empresa não foi feita para emprestar dinheiro a ninguém, nem a pessoa física, muito menos a pessoa jurídica.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Esse assunto, como eu disse algumas vezes... Estou dizendo para o senhor... Quando o senhor abriu a sua colocação sobre a presidência, eu disse já aqui uma vez e repito que, no negócio da propaganda e da comunicação, é muito normal o presidente da empresa ser alguém da área de comunicação que não gerencia a empresa.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas Sr. Cristiano, tenha um pouco de paciência! Como acreditar, guardar alguma verossimilhança de que o diretor-presidente da empresa não conhece nada da área comercial, não se interliga? V. S^a disse que mal falava com ele duas ou três vezes ao ano, que, há quatro meses, não se encontrava com o seu diretor comercial, que estava operando...

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Ele não é diretor comercial. Ele é o diretor financeiro, administrativo-financeiro.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Quem?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – O Marcos Valério?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Isso.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não é o diretor comercial.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Então, o senhor não falava com ele constantemente, não se reunia? O senhor disse aqui que não faz reuniões de diretorias...

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Falava menos nos últimos tempos, cada vez menos, porque ele tinha muito...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Agora, veja bem: V. S^a disse que a sua empresa, praticamente, quebrou em 1992. É isso?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Foi em 1996, não é? Não. Começou em 1994. Foi em 1992, 1993, 1994...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Aí o Marcos Valério entrou e salvou a empresa, deu uma solução?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Ele fez uma renegociação com os bancos que eu não teria condições de fazer.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – E o senhor volta a errar novamente, porque a empresa agora está numa situação extremamente difícil.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Está.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – E aí o senhor volta a errar, porque o senhor descuida da parte financeira da empresa, e o seu diretor financeiro não se preocupa com o seu patrimônio, com sua empresa.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – A empresa estava funcionando bem. O que tinha à parte era esse problema desses empréstimos. Esses empréstimos é que foram o problema, mas o dia-a-dia da empresa... As suas contas eram pagas em dia, o trabalho era feito, essa parte toda funcionava.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Eu faço essas ponderações, porque, para todos nós aqui, é extremamente difícil imaginar que, realmente, esse

seu desconhecimento, assim quase que platônico, com relação à sua empresa fosse possível. É muito estranho. Eu ouvi aqui, por exemplo, a esposa do Sr. Marcos Valério, a Sr^a Renilda, declarar: por que os senhores não procuram ouvir os sócios, que são corresponsáveis?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Sim.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – A responsabilidade não é só do Marcos Valério. Mas veja bem: acho de uma tremenda irresponsabilidade V. S^a não acompanhar esses processos, não conhecer a vida, o dia-a-dia de sua empresa e dizer que não tinha conhecimento de que, por exemplo, o Marcos Valério estava emprestando dinheiro ao PT. O senhor disse que conhecia...

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Conhecia.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Isso é irregular. V. S^a não protestou? Eu perguntei a Sr^a Renilda – ela, inclusive, foi ao choro quando fiz essa pergunta, mas não tive essa intenção – se ela confiava no seu marido. Eu pergunto: o senhor confia no seu sócio? Confia nele? Está confiando no Marcos Valério?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – É... Eu hoje tenho muita dificuldade com tudo isso.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – O senhor se considera – eu fiz essa pergunta também a ela; não é novidade – vítima ou cúmplice do Marcos Valério?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Eu acho tudo isso um desastre.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Como?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Acho um desastre tudo isso.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – O senhor é vítima, então, de uma administração desastrosa e também, no caso, de sua desídia com relação à empresa?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Vítima, certamente, eu sou, como o meu sócio, o próprio Marcos, mas eu sou vítima, certamente.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Realmente, é difícil de entrar na cabeça de alguém que vive no mundo empresarial que alguém possa ser diretor-presidente de uma empresa e não conhecer esse detalhe. Mas eu lhe perguntaria: sabia...

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Qual detalhe que o senhor está dizendo? O detalhe das dívidas eu conhecia.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Não. Por exemplo, os empréstimos que ele vinha fazendo e o uso desses recursos. Ele não lhe repassava, inclusive, o seu trânsito político, o seu tráfico de influência? Isso refletia na empresa. V. S^a, por exemplo, conhecia que

a empresa estava crescendo e ganhando licitações novas. Essas licitações dos Correios, por exemplo – é o nosso caso, da CPMI dos Correios –, são feitas sob o critério da técnica e do preço.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Sim.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – E a avaliação técnica é subjetiva; ela é que leva a ser o vencedor. E a Secom, por meio do Ministro Gushiken, indicava cinco membros. Inclusive, há uma acusação de que os senhores comemoraram com antecipação o ganho da licitação, o resultado da licitação dos Correios.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Isso foi uma mentira que a Secretária Karina declarou. Vou mostrar aqui que a festa que ela declarou... Eu tenho até a nota. Ela falou que foi comprado champanhe não sei o quê... Foi o que ela falou, mas, na verdade, foram comprados seis proseccos – está aqui a nota fiscal. Isso não foi uma festa. Isso foi no dia 12 de dezembro, e ela não tem outra data para se referir. Foi isso aqui a que ela se referiu no dia 12 de dezembro. O contrato da SMP&B foi publicado no dia 15 de outubro. Três dias depois ou dois dias depois, assinou-se o contrato, mas, quando qualquer empresa vê publicado no Diário Oficial da União o resultado, já está declarado o resultado. A assinatura do contrato é um protocolo. Ao que ela se referia é que a agência comemorou antes da assinatura do contrato, mas a agência não estava comemorando. Isso foi um evento de final do ano; foi até pela Internet isso.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas o Marcos Valério não mantinha o senhor atualizado desses contatos, de que ele tinha influência, de que ele conseguia ter um círculo de amizade forte dentro do Governo? Afinal de contas, emprestar dinheiro ao Partido que está no poder, no Governo, significa uma intimidade muito grande com o poder. Ele não lhe passava isso? Não sabia V. S^a que ele tinha essa influência, para que a sua carteira crescesse em nível, inclusive, dos clientes do Governo Federal?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Senador, a carteira da SMP&B não cresceu. A SMP&B ganhou a conta dos Correios e só.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – E renovou todos os outros contratos, com a Eletronorte, com o Banco do Brasil, e fez aditivos.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Isso não é SMP&B. Eu estou dizendo o seguinte: todo contrato público, ele reza lá quatro ou cinco anos. Depende. Tenho a impressão de que, na legislação, é só até cinco anos. Se não há nada, todos os contratos, automaticamente, são renovados, a não ser que alguma das partes denuncie. Se os trabalhos estão correndo normalmente, eles são renovados. Renovação de

contrato é assunto normal na administração direta e indireta deste País, em qualquer lugar. A SMP&B não fez nada diferente do que se faz nesta Nação com todas as empresas.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas V. S^a, então, acha que o Sr. Marcos Valério emprestava dinheiro ao PT e não tinha, por meio dessa facilitação ao PT, nenhum ganho, nenhuma influência adicional?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Se tinha ganho, ele reservou para ele. Eu não conheço.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Nunca lhe disse isso?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Eu, pessoalmente, não tive nenhum benefício com isso na minha vida pessoal, nenhum benefício.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – O senhor sabia do relacionamento dele com o Sr. Delúbio Soares?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Isso era público. Ele falava, conversava e falava ao telefone.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Eram amigos?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Eles falavam de muito...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Foi uma amizade que começou em 2002, no final de 2002.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não sei, mas é possível.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – E se incrementou a tal ponto, que, no início de 2003, os senhores tomavam empréstimo, que era repassado ao Partido dos Trabalhadores, para utilizar da forma que achasse conveniente, para qualquer finalidade.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – O empréstimo se deu no início de 2003. E o que o Marcos Valério alegou é que ele já tinha um relacionamento com o Delúbio. Ele alegou que havia uma necessidade grande do Partido dos Trabalhadores, que o Partido tinha fundos para pagar o empréstimo, mas que o Partido não podia ou não tinha lastro para fazer aqueles primeiros empréstimos. E o Marcos Valério fez essas tratativas com o banco. Eu não participei, em momento algum, nem de conversa com o Sr. Delúbio sobre o empréstimo, nem de conversa com o banco sobre o empréstimo. O que eu fiquei sabendo... A história era exatamente essa, e esses empréstimos existem sim. Esses empréstimos vão aparecer; eu não tenho a menor dúvida disso. Agora, como eles seriam pagos, o que o Marcos Valério falava para mim era: esses empréstimos serão pagos; não são da nossa responsabilidade. Falei: como não é da nossa responsabilidade? “Eu assino e sou avalista, mas isto aqui já está resolvido.”

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, quero fazer só a última pergunta.

Amanhã, vamos ouvir a Sr^a Zilmar Fernandes. Ela é sócia do publicitário Duda Mendonça, que fez a campanha – todos o conhecem – do Presidente Lula. O Sr. Marcos Valério afirma, de forma categórica – e tem reafirmado –, que os senhores repassaram para ela R\$15,5 milhões da empresa, R\$15,5 milhões, que foram sacados. E aí há a questão do David, que V. S^a disse que não conhecia, e ele disse que foi apresentado pelo Aroldo Bicalho, que V. S^a também não conhecia.

Eu só queria que V. S^a pudesse reafirmar o seu conhecimento do repasse desses recursos. O Marcos Valério já lhe informou, antes, durante ou depois, que esses recursos foram, efetivamente, repassados à Sr^a Zilmar?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Eu fiquei sabendo disso há uma semana.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Por quem?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Primeiro, através da televisão, quando o Sr. David falou alguma coisa na televisão que envolvia o meu nome. E aí...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Depois?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – ...eu fui buscar informações sobre isso. Eu queria saber do que se tratava. E fui procurar o Sr. Marcos Valério. Primeiro, procurei o meu sócio, e ele falou: não sei do que se trata. Falei: mas, gente, alguém tem de saber. É um volume muito alto de recursos. “Não, mas isso tem a ver com aqueles recursos que eram do Partido.”

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – O senhor conhece a Zilmar?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não conheço. Nunca vi na minha vida.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – O senhor conhece o Duda Mendonça?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Conheço o Duda de fotografia, mas nós nunca...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas o senhor é do meio publicitário e não conhece essas pessoas?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – O Duda Mendonça... Eu conheço muitas pessoas do meio publicitário. O Duda Mendonça não é um publicitário... O Duda Mendonça, a vida inteira, trabalhou com *marketing* político. Há pouco tempo, ele está com a agência dele em São Paulo – se não me engano, isso tem três, quatro, cinco ou seis anos –, mas ele, a vida inteira, teve uma empresa de *marketing* político. Ele, inclusive, fez a campanha do Governador Eduardo Azeredo, em Minas Gerais, e eu nunca encontrei com ele em Minas Gerais. Nunca o vi. Agora, eu conheço muitos publi-

ciários, muitos publicitários, grandes publicitários: o Sr. Roberto Duailidi, o Sr. Petit, o Sr. Zaragoza, o Sr. Washington Olivetto – já estive com ele. Já estive com o Sr. Nizan Guanaes. Aliás, atendemos, no passado, os Correios e Telégrafos juntos, em 1990. O Nizan atendia uma parte, e eu atendia outra parte. Atendemos a Empresa de Correios e Telégrafos. Mas o Sr. Duda Mendonça, eu não o conheço, e ele também não me conhece.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao Deputado Carlos Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Segundo a informação do meu advogado aqui, o Sr. Duda Mendonça está depondo agora na Polícia Federal, na Bahia. É possível que ele...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Ele está negando. Ele nega que tenha recebido qualquer recurso.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Mas era bom saber, não é? Talvez, ele possa... Ele está depondo agora.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Ele negou já duas vezes. Ele esteve na Polícia Federal esta semana e negou que tivesse recebido esses recursos. Por isso que lhe pergunto se o senhor afirma que ele recebeu.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Ele está sendo ouvido a primeira vez, pelo que estão me dizendo.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Não, mas ele já foi voluntariamente à Polícia Federal esta semana.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – É, mas não foi ouvido. Ele está sendo ouvido agora.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas o senhor afirma que ele recebeu os R\$15 milhões?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não, eu não afirmo que ele recebeu. Eu afirmo que o Marcos Valério disse que esse dinheiro foi para ele. É isso que afirmo.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Nobre Deputado Abicalil, V. Ex^a concedeu um aparte ao nobre Senador. O seu tempo está correndo.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Não o concedi. O depoente é que estava ainda respondendo ao Senador César Borges. Em resposta ao depoente, aliás, em atenção ao depoente...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – V. Ex^a tem a palavra, sem delongas.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Muito obrigado. Agradeço-lhe. E sem desconto.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Por parte da Mesa.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Está certo.

Sr. Cristiano, a perplexidade por parte dos membros das duas CPMIs se deve ao seguinte fato. Parece que essa empresa, que já tinha uma imensa dificuldade financeira, atestada por V. S^a, oriunda do Plano Collor, segundo V. S^a depõe, na seqüência, levou um cano de mais de R\$11 milhões de um empréstimo que tomou para transferir para financiamentos de campanha. E, depois, o Banco Rural, para não tomar o cano, segundo depoimento de V. S^a, exigiu, em contrapartida, serviços dessa empresa, à época, a DNA, para quitar parte, e a outra parte ainda foi paga com mais R\$2 milhões. Essa mesma empresa, sujeita a levar o cano, realiza, depois, um novo empréstimo, com as mesmas garantias: a garantia do primeiro empréstimo eram contratos de publicidade do Governo de Minas Gerais, e a garantia do outro empréstimo, supostamente, seriam contratos de publicidade no âmbito do Governo Federal.

Como é que V. S^a explica essa reincidência? Gosta tanto assim de situações difíceis, de situações em que a condição de pagamento leva a empresa muito mais para perspectiva da falência do que para a da sobrevivência?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não. O primeiro episódio já foi bastante explicado.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Eu não estou conseguindo escutar.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – O primeiro episódio, o primeiro empréstimo, já foi bastante explicado.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Foi explicado que foi feito um contrato de R\$11,7 milhões, ainda à época,...

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Eu acho que ele era menor do que isso, o inicial...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – ...pela DNA, onde V. S^a assina, solidariamente...

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Nove milhões, não é?

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Nove milhões.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Acho que foi nove.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Isso. Depois, não foi pago, e teve de ir para um acordo judicial no ano de 2003. É isso?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Foi em 2002, não?

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Em 2003.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – É, em 2003.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Foi em 05 de fevereiro de 2003.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – É. Eu fui, inclusive, citado. Foi em 2003.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Essa negociação, segundo V. S^a, implicou prestação de serviços ao Banco Rural.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Isso foi um acordo fechado com os advogados. O Marcos Valério participou disso.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Eu gostaria que V. S^a, então – eu lhe requeiro isso –, encaminhasse esse acordo formalizado do pagamento de parte do empréstimo com a prestação de serviços, discriminando, inclusive, qual foi a prestação do serviço realizado.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – A prestação de serviço realizado foi ao longo desses anos todos. Eu nem sei se já foi todo ele saldado.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – De todo modo, houve um acordo que V. S^a mencionou aqui.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – O acordo foi tratado direto com o Marcos Valério e com o Banco Rural. Ele tratou esse acordo, ele fechou esse acordo.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Em nome da empresa.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Em nome da empresa, certamente.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – E o senhor assinou subsidiariamente, solidariamente, como sócio na época.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Eu não me lembro se foi em nome da DNA esse acordo. Preciso até ver isso, porque quem pagou foi a SMP&B, mas foi feito um mútuo qualquer, alguma transferência.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Mas o devedor era a DNA?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – O devedor era a DNA.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – E o senhor assinava solidariamente.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – É, mas...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – E até meados de 2004, portanto, dentro do período do acordo, V. S^a era ainda sócio da DNA?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Possivelmente. Não, dentro do período do acordo, sim.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Então, com toda a certeza, deverá ter uma formalização desse tipo de acordo e procedimento subsequente.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Vou procurar saber.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Como V. S^a explica, então, a reincidência da mesma modalidade de empréstimo de operação, desta vez intitulado-se na contabilidade da empresa, agora a SMP&B, empréstimos a um Partido, como mencionava e inquiriu, aqui, o Senador César Borges? A forma de contabilização anterior também era empréstimo?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Deputado, sobre esse empréstimo ao Partido dos Trabalhadores, primeiro, quero deixar claro que eu nunca tive prazeres nesses empréstimos.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – E no anterior?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Em nenhum.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Em nenhum?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Em nenhum.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – E concordou em fazê-lo novamente?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Concordei. Não, concordei em fazer novamente, não, porque, para mim, aquele assunto tinha sido resolvido.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Qual?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Esse assunto de 98. Esse assunto de 2003, com os empréstimos...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Tinha sido resolvido de que maneira, concretamente?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Ele foi saldado com serviço.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Isso.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Mas a dívida não existe mais.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Não existe?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não existe. Esse empréstimo com o Partido dos Trabalhadores... o Marcos Valério deixou claro para mim e para o meu sócio que esse empréstimo seria pago, que ele tinha garantias – ele tinha garantias – e que ele tinha tratado disso com um banco. E o banco estava ciente dessas garantias.

Eu, nesse episódio todo, era a menor parte dessa história. O próprio Marcos Valério tem o seu patrimônio, que estava envolvido nisso, pessoal. O banco, certamente, tinha as garantias, porque o Marcos Va-

lério conversava e tratava isso direto com o banco. O Partido dos Trabalhadores também é um Partido que todo mundo conhece e sabe que também tem recursos. Se tinha recursos para pagar o original dessa dívida eu não sei, mas que disse que pagaria, pagaria. Era o que o Marcos Valério falava.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O senhor disse que não tem controle dos destinatários dessa última operação. E daquela operação de 1998, quem controlava os destinatários dos recursos?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não, a operação de 98, como essa agora, foi o Marcos Valério que fez.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Ele também que controlava aquelas operações?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Ele. Só ele. Inclusive, dessa lista que apareceu aqui ontem, eu tomei conhecimento anteontem.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O senhor só assinava cheques e despachava para destinatários em Brasília?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Eu e meu sócio assinávamos cheques. Eu, inclusive, era o que assinava por último. Todos conferiam. As coisas vinham conferidas para mim. Quer dizer, isso é assunto que diz respeito ao Marcos Valério. O Marcos Valério está conduzindo.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Mas pense bem, Sr. Cristiano: um cano de R\$11 milhões por esse mesmo procedimento anterior em que o senhor assinava e não saía destinatários; agora, outro cano de 55 milhões que o senhor continua assinando e não sabe os destinatários. Será que por trás disso não estaria, de novo, um pagamento de quitação por serviços prestados ao Banco Rural?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAES – Serviços prestados?

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – A serem prestados no futuro. Mais quatro anos rolando a dívida, não pagando a dívida e, depois...

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Nosso?

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – É. Da empresa SMP&B.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAES – Não, ela não consegue pagar isso com serviço.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Não consegue pagar isso. De fato, é inverossímil e absolutamente impagável a operação que foi feita.

V S^a tem conhecimento de que o Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou uma ação civil pública em face do Sr. Ramon Hollerbach Cardoso; de Clésio Andrade; do pai deste, Oscar Soares de Andrade; do sócio-diretor da TNG Engenharia, Eustáquio

Leal; e de diretores do Credireal, buscando anular uma suposta quitação fraudulenta de um outro empréstimo de R\$1,854 milhão, concedido em junho de 1996, pelo Banco de Crédito Real de Minas Gerais, Credireal, instituição privatizada no ano seguinte, e a reparação dos danos sofridos pelo Estado de Minas Gerais? Pergunto: V. S^a conheceu esse empréstimo?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Conheço e não é isso.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Não é isso?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Esse empréstimo foi tomado pelo meu sócio, falecido, Maurício Moreira em 1994.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Tomado por quem?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Maurício Moreira, meu sócio, falecido, em 1994. Isso faz parte da defesa da Agência. Não foi de 96.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Qual era o valor do empréstimo?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Começou, se não me engano, com 400 mil ou 700 mil, tenho que ver. Acho que eram 400 mil. Mas isso vai fazer parte da nossa defesa. Segundo, isso foi exatamente na época, porque esse empréstimo foi sendo reformado. Foi quando a agência tinha dificuldade. Começou em dificuldade, foi tomado esse empréstimo, que não foi pago e foi acumulando. Essa acusação que está aí, eu conheço esse processo. Eu li muito sobre esse processo ultimamente.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Inclusive, o senhor mencionou uma fazenda.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Isso.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Tinha problema com uma fazenda?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não, essa fazenda foi dada como dação de pagamento.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Qual fazenda?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Essa fazenda citada aí, que está citada aí.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Qual é a fazenda que está citada aqui? Eu não falei o nome da fazenda ainda.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não, esse processo diz respeito a isso, a uma fazenda que foi dada como dação de pagamento. Essa fazenda foi avaliada pelo banco. Ela passou por todas as instâncias do banco; depois, o banco quitou essa dívida. Era o Banco Credireal de Minas Gerais. Depois, há uma insinuação de que o empréstimo tinha sido feito dois meses antes e que, logo depois, o banco teria que-

brado. Não é verdade. O empréstimo foi feito em 94 e o Banco quebrou ou foi vendido quase três anos ou dois anos e meio depois. Isso faz parte da defesa. Ele tramitou em todas as instâncias do banco, inclusive no Tribunal de Contas – não sei se é Tribunal de Contas, mas é o órgão que legaliza. Esse empréstimo foi pago. Ele foi quitado.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Certo. E o valor da fazenda era correspondente à quitação?

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O valor da fazenda, também, tem uma defesa aí, porque essa fazenda parece que tinha uma jazida – essa jazida foi avaliada – de ardósia. Inclusive, o Estado, depois, pagou essa fazenda para um terceiro que, hoje, explora essa jazida e isso tudo faz parte... Olha, esse processo, na verdade, tem alguma coisa que precisa... primeiro, ainda tem uma defesa em andamento. Isso é apenas um processo.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O senhor sabe que a fazenda foi avaliada, em 2001; por R\$330 mil?

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Eu, deixa eu te falar, Sr. Deputado, eu não participei de nenhum negócio desse. Eu conheço o processo, porque eu fui vítima. Mas quem...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Pois é, mas de alguns negócios o senhor conhece inclusive detalhes. Talvez, os complicados, esses que gerem complicações, o senhor conhece em detalhes.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAES – Não, senhor.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Outros, o senhor tem menos conhecimento. Isso é lamentável.

Eu gostaria de dizer que V. S^a fez referência aqui que não conhece políticos ou de que não tem amizade com eles, mas fez referência à história da sua empresa e disse que um grande empréstimo à sua empresa, que estava em dificuldades no ano de 1996, foi de um sócio que foi introduzido por Marcos Valério.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Sim.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Esse sócio, quem é?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não. Ele não fez nenhum grande empréstimo. O Sr. Clésio Andrade...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O Sr. Clésio Andrade é o sócio?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – O Sr. Clésio Andrade é o Vice-Governador do Estado de Minas Gerais hoje. Quando ele entrou na sociedade, ele era um empresário de ônibus. Todo mundo conhece. Ele não tinha pretensões políticas, pelo menos para mim nunca disse isso.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Logo em seguida, ele foi candidato a Vice?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Dois anos depois.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Exato.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Dois anos depois.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Exato.

O SR. CRISTIANO MELLO PAZ – Sim, mas eu não posso adivinhar o que a pessoa vai fazer daqui a dois anos.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Na época, ele não era? Mas na época em que os senhores conviveram como sócios...

O SR. CRISTIANO MELLO PAZ – Não convivi. Ele foi a minha empresa uma única vez em toda a vida.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Uma única vez?

O SR. CRISTIANO MELLO PAZ – Uma única vez, ele entrou lá dentro. As reuniões que ele tinha eram somente com o Marcos Valério, lá no escritório dele, e lá eles tratavam as questões financeiras e o Marcos Valério trazia para nós. Ele nunca esteve na minha empresa. O Dr. Clésio Andrade nunca entrou – aliás, ele entrou essa vez, só.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Eu agradeço, então.

O que podemos concluir aqui é, em primeiro lugar, que provavelmente essa operação de 1998 tenha sido influída, quem sabe, por esse sócio introduzido, que V. S^a não conhecia que tinha vida política.

O senhor informa que nunca soube detalhes da conta relativa ao PT. O senhor soube da transferência de recursos?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Alerto o nobre Deputado...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Já estou concluindo.

O senhor soube da transferência de recursos da Usiminas para políticos por intermédio das contas da SMP&B?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não houve transferência de recursos.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Não houve transferência de recursos.

O PSDB falou aqui, hoje, que V. S^a era quem estava falando a verdade. Na outra semana, falou que era o David que estava falando a verdade.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Quem?

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O PSDB, a Bancada do PSDB – diversos que se pronunciaram aqui e que estão registrados, inclusive, nos autos. Hoje, estamos observando que V. S^a se confessa usado por

esquema de financiamento de campanha. Inclusive, quase confessou a condição de vítima. Entretanto, é uma vítima que tem responsabilidades equivalentes àqueles a quem o senhor poderia atribuir a condição de algoz. Eu quero crer, Sr. Presidente, que, de fato, a CPMI, as duas, terão muito trabalho a fazer e, seguramente, a verdade estará ainda bastante distante daquilo que podemos ouvir hoje.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Tenho certeza. Agradeço a V. Ex^a. Há alguma conclusão? Não.

Então, faço a chamada, agora, da CPMI da compra de votos.

Sr. Chico Sardelli, Odair Cunha; José Divino – abre mão –; Darcísio Perondi; Gastão Vieira; Renato Casagrande; Raul Jungmann; Neucimar Fraga; Marcos Vicente; Deputada Iriny Lopes; Deputado Márcio Rodrigues; Deputada Perpétua Almeida; Deputado Mendes Thame.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Pela ordem. V. Ex^a não está chamando alternadamente?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Não. Quando estão ausentes, eu chamo todos, até que venha o primeiro presente, a quem concedi a palavra.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Vou ficar para me despedir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Não, quem acabou de falar? O Deputado Abicalil. De que Comissão é S. Ex^a? Então, eu chamei, agora, todos os membros da CPMI da Compra de Votos. V. Ex^a tem dúvidas? Não, eu gostaria de saber. Vossa Excelência está inconformado com isso?

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Não, Sr. Presidente, para falar a verdade, eu realmente concordo. Com esse critério, concordo. Eu ia suscitar questão de ordem. Não vou me opor à inscrição do Senador Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Não havendo inscrição, não há substituição.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – É isso mesmo. Os suplentes falam depois dos titulares. O combinado foi que...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Nós chamamos todos os suplentes aqui.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Todos?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Ausentes. Eu tenho de chamar, alternadamente, alguém presente. Então, eu chamei e todos esses estavam ausentes. O Deputado Mendes Thame, que é o subsequente, é exatamente o da CPMI da compra de votos. S. Ex^a está presente e vai falar. E depois, como

não há alternância, passo a chamar o Deputado Silvío Torres, Alberto Fraga, Geraldo Thadeu, Henrique Fontana, Murilo Zauith, Jamil Murad, etc.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – O Senador Suplicy não é titular?

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Infelizmente, nobre Senador Suplicy, não vou criar um problema regimental, porque V. Ex^a veio em substituição ao Senador...

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Heráclito Fortes.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Heráclito Fortes. Só que V. Ex^a não estava inscrito e, não estando inscrito, não posso, digamos assim, dar a palavra a quem não foi inscrito. Se V. Ex^a quiser, ao final terá a palavra. Garanto a palavra a V. Ex^a na condição de reinscrito.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Aceito a reinscrição, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Perfeito.

Concedo a palavra ao Deputado Mendes Thame.

Começa a contagem do tempo às 22 horas e 2 minutos.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – Sr. Presidente, Srs. Relatores, Sr^{as} e Srs. Deputados, acaba de ser divulgado no Jornal Nacional que a CPMI dos Correios recebeu, na noite desta quarta-feira, provas de que o Banco Rural fraudou informações passadas à Comissão. A informação é a de que a CPMI recebeu provas de que o Banco Rural fraudou as informações passadas à Comissão – saiu, agora, no Jornal Nacional.

A Polícia Federal encontrou irregularidades em quatro dos seis arquivos enviados pelo Banco Rural à CPMI, arquivos que traziam a movimentação bancária, saques e depósitos das empresas de Marcos Valério. Peritos constataram que o Banco Rural acrescentou 39 mil movimentações falsas – 39 mil. Se nessas 39 mil movimentações houver seis movimentações falsas tentando simular os empréstimos, o senhor pode ficar sossegado, porque, na verdade, o senhor não está devendo nada, pois esses empréstimos são fajutos.

Aliás, esse é um ponto chave na questão. Nós tínhamos mostrado, ontem, que, na relação apresentada pelo Sr. Marcos Valério de que havia saques de 55, quase 56 milhões, só havia 50 milhões de empréstimos. Aí, apareceu mais um empréstimo de 13 milhões e tanto, o que chegou a quase 54 milhões, ainda faltando quase dois milhões. Esse é um detalhe

extremamente importante para comprovar que saiu dinheiro que não era de empréstimos, com isso desmoronando essa versão, essa farsa dos empréstimos para financiar campanha.

Na noite de ontem, respondendo a uma pergunta de um Senador, o seu sócio disse que esteve na Procuradoria-Geral da República e solicitou o beneplácito da delação premiada.

Antes de falar sobre isso, eu queria lhe perguntar o seguinte – o senhor pode, para isso, consultar o seu advogado -: pelo contrato que o senhor tem como sócio da empresa, o senhor responde solidariamente por todos os atos praticados pelo seu sócio – não particularmente – no exercício da empresa? Mesmo por um cheque que o senhor não tenha assinado, se outros dois sócios assinarem o senhor responde solidariamente, ou há, na constituição da empresa, uma delegação para que alguém exerça essa gerência com plenos poderes e assumindo a responsabilidade?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não. Eu tenho a impressão de que a responsabilidade é compartilhada.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – Solidária? O senhor responde solidariamente.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Eu tenho a impressão de que sim.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – E o senhor já prestou algum depoimento na Polícia Federal ou na Procuradoria-Geral da República?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Na Polícia Federal, não.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – E na Procuradoria-Geral da República?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não. Também não.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – Não. Bom, eu queria explicar rapidamente, muito rapidamente, para poder lhe fazer algumas perguntas no finalzinho do tempo.

Lá na Procuradoria-Geral da República, o seu sócio pediu o beneplácito da delação premiada. Delação premiada é um dispositivo em que o réu aciona o Promotor e negocia com ele para que acione a Justiça e o Juiz lhe conceda uma redução da pena de um terço a dois terços ou, em alguns casos, até a extinção de punibilidade, ou seja, o perdão judicial. Isso é dado para quem colabora com a Justiça.

Por que existe esse estímulo para que alguém delate, faça delação, seja alcagüete dos seus cúmplices ou dos seus chefes? Para desmontar o crime or-

ganizado, que é um perigo para a sociedade, para o Estado e esgarça o tecido social. São crimes de grande periculosidade e de grande poder deletério.

Na legislação brasileira, há direito à delação premiada para os crimes hediondos, tráfico de drogas, organizações criminosas, associações criminosas, bandos e quadrilhas, lavagem de dinheiro. A Lei de Proteção a Testemunhas também a estende para casos de seqüestro.

Qual a condição para alguém receber a delação premiada? Deve ajudar a desmontar uma quadrilha. A pessoa que a pede e a negocia está dizendo que é réu, faz parte de uma quadrilha e vai ajudar a desmontá-la, delatando o seu cúmplice de igual potencialidade, igual nível na quadrilha, igual nível hierárquico, ou os seus chefes, para acabar com aquela quadrilha. Não adianta ir lá e entregar um bagrinho, um subordinado.

Pois bem, o seu sócio tentou negociar com o Promotor a delação premiada e não conseguiu. E, aí, surge uma dúvida. Há duas alternativas: ou o Procurador-Geral da República não quis porque não tem interesse em desmontar a quadrilha, não quer que o caso chegue à Casa Civil – mas se partirmos dessa hipótese estaremos fazendo um juízo de valor muito negativo do Procurador-Geral da República e o considerariamos alguém ligado demais à Casa Civil, ao Presidente da República -, ou o seu sócio não tinha nada a dizer, por isso não recebeu o beneplácito da delação premiada.

Na hora em que fez essa solicitação, ele reconheceu que faz parte de uma quadrilha. Agora, vêm esses dados da Polícia Federal dizendo que 39 mil movimentações do Banco Rural são falsas, o que mostra que há, realmente, um grande e poderoso esquema que, ao que tudo indica, está dando um desfalque, um saque nos cofres públicos de dezenas, senão centenas de milhões.

Como o senhor se sente com o seu sócio reconhecendo tacitamente que faz parte de uma quadrilha, de uma associação, de um bando, de uma organização criminosa?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Eu não sei se ele fez isso em meu nome. Ele tomou a decisão...

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – Não. Não fez em seu nome, mas se o senhor responde solidariamente...

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Mas esse é um problema dele. Ele não falou em meu nome e eu não me sinto enquadrado nisso tudo que o senhor disse aí.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – Está bom.

A sua empresa não é a DNA?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – O senhor não tem nada a ver com a DNA?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Há um ano e meio, não. De um ano e meio para cá, não. Para trás.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – Na época em que o senhor estava lá...

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Quando?

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – ...a DNA ficava em um prédio de propriedade de quem?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Eu acho que o prédio é a sede das empresas do Dr. José Alencar. Acho. Não sei se...

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – Esse José Alencar é o Vice...

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – O Dr. José Alencar é o Vice-Presidente da República.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – Ou seja, o prédio é da Coteminas?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Coteminas. Isso. Acho que é o prédio da Coteminas.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – Isso porque um dos seus sócios era o Sr. Ramon, sobrinho do Sr. Vice-Presidente da República, e hoje, como ele faleceu, a sócia...

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não, não.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – ...é a viúva do Sr. Ramon?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não, não. Não, era o Daniel Freitas que era o sobrinho do Presidente da República.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – Daniel Freitas.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Hoje, a sócia é a Margareth.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – Em 2002 o senhor ainda era sócio da DNA?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Em 2002, sim.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – O senhor se lembra de uns recursos repassados para uma empresa chamada Ema Vídeo, que teria feito uma campanha eleitoral aqui em Brasília?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Eu vou explicar para o senhor. Acho que o senhor não estava

aqui quando eu falei sobre isso. Eu entrei como sócio da DNA, se não me engano, em 1998 ou 1999. Eu entrei com 16%. Na verdade, os 50% que nos foram cedidos foram divididos pelos três sócios: eu, Ramon Cardoso e Marcos Valério. Os outros 50% pertenciam aos remanescentes, Daniel e ao Chico, Francisco. Bom, esses 50% que me diziam respeito, de que eu tinha os 16%, por uma questão, uma decisão da sociedade e por um pedido da DNA nós tivemos que indicar alguém que responderia pela DNA. Portanto, os outros dois sócios. Eu não tinha nenhuma participação na vida interna da empresa. Nenhuma. Absolutamente nenhuma. Nem em reunião, nem para tratar de contratação ou demissão de alguém, e muito menos administrar a empresa, até porque isso seria um contra-senso, na medida em que eu, sendo sócio de uma empresa que é concorrente da SMP&B... porque os clientes são concorrentes, ferrenhos concorrentes, como é o caso dos *shoppings*. Então, eu não tinha nenhuma participação e não conheço absolutamente nada sobre a DNA. Nada. Nada.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Eu quero alertar o nobre orador de que seu tempo se esgotou.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME

(PSDB – SP) – Está encerrado.

Está bem, Sr. Presidente. Obrigado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sr. Presidente, eu queria fazer uma consideração que eu acho que é muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Nós recebemos a perícia e como ela envolve um estabelecimento bancário, portanto pode ter reflexos, eu queria alertar para um detalhe muito importante.

Fui questionado no caminho, quando eu estava indo à CPMI, pela imprensa ligando e solicitando informações, porque a CPMI sequer tinha à sua disposição a informação e ela já estava traduzida em jornais e na televisão.

Nós recebemos o laudo, por isso eu quero chamar atenção. Se houver, alguém poderia contribuir – até o Fraga, que trabalha e tem experiência na área de laudos. Eu estava aqui com o Ex-Ministro da Justiça Ibrahim Abi-Ackel, lendo o laudo, e ele é impressionante.

Está havendo um equívoco, aparente, enorme de interpretação. De 52 mil registros, 143 registros estão, talvez, equivocados. A notícia que saiu é de que são 30 mil instruções equivocadas. Então, há uma divergência tão gritante, que estou fazendo este alerta.

Não digo que nós estejamos afirmando a interpretação correta, mas é o final do laudo onde estão os dados: número de registros indicados pelo cabeçalho, aplicando-se a fórmula C: 35.480. Número de registros existentes no arquivo: 35.353. Portanto, uma discrepância de 40 ou 50. Depois, no outro registro: 17.416; 17.400. Aí, o Ministro fez a soma, que deu, de 52 mil registros, 143. Pode ser até algo técnico, falha e, portanto, muito critério eu solicito à própria imprensa ao traduzi-lo. Está à disposição. Muita prudência. Uma das coisas que não queremos é, exatamente, criar dificuldades, ainda mais para uma instituição que está, já, sob todo o nosso crivo e nós levantamos uma suspeita talvez precipitada.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PA) – Mentir ou distorcer a verdade é quebra de decoro parlamentar.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Presidente, somente por uma questão de esclarecimento e para nós nos programarmos melhor para amanhã, V. Ex^a teria falado da hipótese de a nossa reunião, amanhã, ser às 10 horas, mas há a questão do acordo. Eu gostaria que V. Ex^a se manifestasse em definitivo sobre isso, para que nós possamos nos preparar melhor para amanhã. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Eu quero mantê-la às 10 horas. Eu entendo que dá para tomar todas as providências a partir das 9 horas. V. Ex^a, como coordenador que é da Base do Governo, poderia reunir.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Mas e o acordo que há no Senado? Não há problema?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Não. Não há problema porque não é reunião deliberativa, é uma reunião meramente administrativa. Evidentemente, fala-se 10 horas mas nós podemos iniciar às 10 horas e 30 minutos, como é de praxe. Quer dizer, teremos tempo para descansar e quem tem que propor ou estudar algumas propostas poderá fazê-lo em tempo hábil. Dez e, certamente, vamos iniciar às 10 horas e 30 minutos.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB – BA) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Eu concedo agora a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Silvio Torres.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Sr. Presidente, Srs. Relatores, Sr. depoente, eu vou retomar um tema que ouvi do Deputado Jorge Bittar quando interrogou o senhor, mas preciso complementar informações, razão pela qual eu vou voltar ao assunto da viagem a Portugal, do Sr. Marcos Valério.

Para que eu possa fazer os meus comentários, eu queria começar perguntando para o senhor se foi informado pelo Sr. Marcos Valério das viagens que ele realizou a Portugal? Segundo consta são duas viagens, uma em outubro do ano passado e outra em janeiro deste ano.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Eu fui informado de uma viagem e tomei conhecimento de que ele viajou uma segunda vez.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Ele informou ao senhor de uma viagem? Qual delas?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não, eu me lembro de que ele estava indo numa viagem tratar sobre esse assunto que ele mesmo colocou aqui. Foi a versão, foi o que ele falou na SMP&B. Ele falou: “Eu estou indo para discutir a compra da Telemig. A Telemig está à venda e eu quero tratar com a empresa que vai assumir o controle da Telemig; vai entrar nesse leilão e deve ser um dos que vão comprar a Telemig, um possível comprador”. Foi o que ele falou.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Essa foi a de outubro ou a de janeiro?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não lembro em que época que foi. Foi na época em que a Telemig estava à venda. Quando foi que estava o edital da Telemig? Foi exatamente naquela época. Talvez uns 15 dias antes ou uns 10 dias depois.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – O senhor não sabe se foi no ano passado ou neste ano? É uma diferença razoável de tempo.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Mas é porque essas coisas eu não... nunca me interessei muito por essa coisa.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Não, eu imagino que...

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Eu acho que foi... eu tenho a impressão de que foi neste ano. Eu tenho a impressão de que foi neste ano. Foi neste ano. Eu acho que foi neste ano. Tenho a impressão.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Foi quando ele foi recebido pelo ex-ministro português?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Eu fiquei sabendo que ele foi recebido pelo ex-ministro português agora. Ele não nos falou isso.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Desculpa, eu não estou aqui com... não estou conseguindo.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Eu fiquei sabendo que ele foi... Eu fiquei sabendo que ele foi...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu peço aos presentes silêncio para que o depoente possa realizar a sua tarefa inquiridora de maneira decente e tranqüila, respeitosa.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Eu fiquei sabendo que ele foi recebido pelo ex-ministro português agora. Ele nunca me deu detalhes da viagem.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Então, é a isso que eu queria me referir. Um fato tão importante com um sócio do senhor? Acho que não deve ser comum ele se encontrar com ministros estrangeiros.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Mas ele falava sempre isso comigo. Ele sempre, ele sempre...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – E não chegou a trocar com o senhor informações sobre o objetivo e os resultados dessa viagem, que eu acho que são mais importantes, até, do que o objetivo?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Eu nunca esperei que uma viagem dessa pudesse trazer na mala a conta da Telemig de volta. Ele sempre falava isso. O Marcos Valério vivia viajando e reportando viagens ou encontros. E eu simplesmente ouvia: estou fazendo isso, estou fazendo aquilo. Mas, na verdade, eu seguia com o meu trabalho; nada disso era muito surpresa para mim, porque nem sempre eu vi os resultados desses encontros.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – O senhor, então, não tinha nenhuma expectativa. Ele fez uma viagem internacional, que o senhor, como sócio, achou que era uma aventura qualquer, que não teria...

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Até porque essa viagem, pelo que sei, ele fez por conta própria. Ele foi por conta das expensas dele. Acho que dessas viagens que ele fez, se não me engano, nem sei se essa viagem foi paga pela empresa. Tenho a impressão que não.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Mas, qual a informação que o senhor obteve dele, então, depois que ele voltou? O senhor pode nos dizer o que ele contou ao senhor depois da viagem?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – A informação que ele me deu é que isso iria demorar; que isso não seria uma solução de curto prazo; que essa questão de venda ainda tinha outros problemas, ainda iria passar por leilão; e que as coisas ainda não estavam resolvidas. Isso foi que ele falou.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Então, ele contou ao senhor que tinha se encontrado com o ex-Ministro?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não, ele não falou em ex-Ministro. Ele foi tratar com o pessoal da Brasil Telecom.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Ele contou para o senhor que tinha ido junto com o ex-tesoureiro do PT?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não, nunca soube disso. Fiquei sabendo disso aqui agora, também.

O SR. SÍLVIO TORRES (PSDB – SP) – Então, o senhor que é sócio dele, com o qual ele divide as responsabilidades, inclusive, o aval – o senhor avaliza títulos – num momento como esse, o senhor, então, também está alienado de toda a decisão.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Sr. Deputado, a minha preocupação é com a minha empresa. O Sr. Marcos Valério tem 14, 15, 18 empresas, e ele também viajava por outros interesses. Então, ele manifestava algum interesse e falava: estou indo tratar disso. Ele voltava e não acontecia...

O SR. SÍLVIO TORRES (PSDB – SP) – Então, nesse caso, ele viajou apenas pelo interesse de outras empresas, não da sua com ele?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não sei. O que ele me disse é que ele iria tratar desse assunto. Agora, o que quero dizer é que toda viagem do Sr. Marcos Valério, ele não tinha necessariamente que me reportar o resultado da viagem.

O SR. SÍLVIO TORRES (PSDB – SP) – Sr. Presidente, queria dar conhecimento também ao Plenário que dei entrada, hoje, em um requerimento endereçado ao Embaixador Brasileiro em Portugal, o ex-Deputado Paes de Andrade, requerendo informações sobre o que efetivamente aconteceu nessa viagem que o Sr. Marcos Valério realizou a Portugal. Em primeiro lugar, porque não podemos nos contentar apenas com uma nota divulgada em Lisboa, na qual o Embaixador declara simplesmente que naquela viagem feita pelo Sr. Marcos Valério, ele não deu conhecimento à embaixada, e que se tratou de um encontro informal, no qual só se trataram de assuntos particulares. Por que é muito difícil acreditar que um empresário de expressão limitada – digamos assim – no meio empresarial, seja recebido por um Ministro de Estado, a pedido de um alto executivo de uma empresa semi-estatal, que é o caso da Portugal Telecom, que tem investimentos do governo português, sem que a embaixada brasileira seja informada. E, pior do que isso, sem que tenha tomado cuidado de perguntar à embaixada, de solicitar à embaixada, o mínimo de informações sobre quem estava recebendo, sob pena de acontecer como parece que se quer divulgar, que o Sr. Marcos Valério foi lá e se apresentou como um consultor do Presidente da República do nosso País.

Então, ou a nossa embaixada não está funcionando, ou a nossa embaixada não está dando os esclarecimentos necessários para nós e para toda a população brasileira.

E queria continuar, Sr. Presidente, dizendo que, a exemplo de um Deputado que me antecedeu, efetivamente não tinha muitas esperanças de que o Sr. Cristiano pudesse estar trazendo a nós informações novas. Eles têm o mesmo advogado: o Sr. Cristiano, o Sr. Marcos Valério, a D. Simone, a D. Geisa. Enfim, têm o mesmo advogado e, certamente, a mesma estratégia.

Mas, nem tudo é igual. Acho que as pessoas são diferentes. Acho principalmente que o Sr. Cristiano é uma pessoa diferente do Sr. Marcos Valério. E, por isso, às vezes, as estratégias não são as mais convenientes para pessoas diferentes.

O Presidente Lula, recentemente, declarou que não venderia a alma para o diabo para conseguir a sua reeleição. Mas, o Presidente Lula, de repente, percebeu que se a sua alma não estava vendida, estava hipotecada por companheiros que tratavam de negócios, em nome do próprio Presidente, nas suas barbas e ele não sabia. A essa altura, o Presidente vai ter que pagar um preço muito alto pela hipoteca da sua alma e o principal deles será abandonar o sonho da reeleição.

E vejo que, da mesma forma, Sr. Cristiano, o senhor está indo num caminho semelhante. Acredito que, quando o senhor se encontrou numa situação quase desesperada, em 1995 e 1996, quando viu a sua empresa ir à falência, o senhor se apegou à única esperança que apareceu que foi uma associação com o Sr. Marcos Valério. E acho que, naquele momento, o senhor já estava começando, talvez sem perceber, a vender uma parte da sua alma.

E vou continuar – depois o senhor pode evidentemente fazer o juízo que quiser, mas esse é o meu juízo. O senhor continuou a sua trajetória e, sem saber, o senhor estava, aos poucos, deixando de ser a pessoa que era, alienando-se – não sei se conscientemente ou não –, talvez vendo as coisas acontecerem, como o Presidente Lula deve ter visto as coisas acontecerem e fingia que não era com ele. E agora o senhor está vivendo um momento semelhante, porque, Sr. Cristiano, a sua empresa, a essa altura já está perdendo clientes e futuros contratos. A sua empresa está sofrendo uma devassa da Receita Federal, como sofrerá de outros órgãos de fiscalização e pagará pesadas multas e também terá que recolher aquilo que sonegou. E, terceiro, a sua empresa terá que acabar pagando os empréstimos, que foram feitos, segundo se diz, em nome do PT, e que o PT – pelo menos a atual executiva do PT – não reconhece e já disse que vai dar o calote.

Então, o senhor está caminhando para uma situação talvez ainda pior do que a que viveu em 1996, porque, naquela época, pelo menos, o senhor tinha

um nome imaculado, pelo menos tinha o nome limpo na praça, moralmente, e o nome limpo profissionalmente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Nobre Deputado... o seu tempo está esgotado, já há algum tempo.

O SR. SÍLVIO TORRES (PSDB – SP) – Vou terminar, Sr. Presidente. V. Ex^a me conceda apenas um minuto. Esperei tantas horas para poder fazer essa minha inquirição.

Então, queria dizer ao senhor que essa CPMI, esse seu depoimento hoje talvez seja a última saída que o senhor tem, a última alternativa que tem para não caminhar para o inferno. O senhor poderia ter aproveitado – ainda há tempo, acredito que pouco tempo – para se aproveitar dessa saída para o senhor assumir seus pecados e deixar de carregar pecados alheios. Esse sim, Sr. Cristiano, poderá estar levando o senhor a entregar, definitivamente desta vez, a sua alma ao diabo.

Estou fazendo essas considerações, porque acredito que todas as pessoas têm o direito de enxergar conscientemente à realidade que está a sua volta.

Muito obrigado. Era só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao depoente para as considerações.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Só queria fazer um comentário. É evidente que o Sr. Deputado não me conhece e não conhece a minha vida. Isso são interpretações dos fatos. Sou um sujeito que tenho princípios. Arrependo-me, sim, de tudo isso que aconteceu; arrependo-me dos meus pecados, sim. Nunca busquei essa trajetória na minha vida, nunca busquei. Sou uma pessoa ligada a minha família; sou uma pessoa que temo a Deus; errei muito e é por isso que estou sentado aqui, mas não vendi minha alma ao diabo; isso não faz parte da minha caminhada; não são os meus princípios. Sou um cidadão que temo a Deus e posso ter errado, como sei que errei, e estou pagando caro por tudo isso que aconteceu.

Mas, queria dizer que o senhor não me conhece. O senhor está falando sobre os fatos que o senhor viu. Mas, o senhor não conhece a minha vida.

O SR. SÍLVIO TORRES (PSDB – SP) – Não, estou dizendo o que disse ao senhor: que o senhor, ao assumir a estratégia conjunta...

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – **Eu não assumi estratégia nenhuma.**

O SR. SÍLVIO TORRES (PSDB – SP) – Assumi essa estratégia que o senhor está se arriscando a se condenar, só isso.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Sim, mas não assumi estratégia.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao Deputado Alberto Fraga pelo prazo de 10 minutos. São 22:30h.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – A informação que o senhor passou no início é de que os suplentes teriam o prazo de cinco minutos; os titulares que teriam um prazo de 10 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Realmente V. Ex^a tem razão. Acontece que, infelizmente, como hoje não houve relógio, não houve condições de marcação, estabelecemos uma regra que alterá-la agora, já no final, faltam apenas três Deputados.

Faço um apelo que se puderem reduzir a 10 minutos. Agora, que, na hora, não vão a 12 ou 13.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Quero dizer que, no momento que falei, em falei 10 minutos e outros também que eram titulares. Então, no caso, fomos prejudicados.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Foi uma falta de controle. Reconheço o meu equívoco. Mas agora estamos no final, só faltam três Deputados, apenas três que estão inscritos. Então, peço que cada um use do seu tempo. São 22:32h.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Obrigado, Sr. Presidente. Isso tudo em virtude de uma regra que foi criada e que, espero, a CCJ defina e entenda que a questão de ordem que fiz foi com base nos artigos. Não existe nenhuma precedência dos titulares sobre os suplentes, a não ser na votação. Criaram essa regra, paciência. Mas ela não existe. Na Câmara dos Deputados a inscrição é que comanda quem vai falar primeiro ou quem vai falar depois.

Sr. Presidente, mais uma vez, assistimos – isso já foi dito, tudo é repetitivo – os depoimentos infelizmente vazios, não trazem nada de novo. Essa CPMI, e agora as duas juntas, mais uma vez, perde um dia inteiro, depois de um cansaço, depois de procurarmos todas as técnicas para tentar fazer com que o depoente falasse alguma coisa – e duvido que os nossos dois ilustres Relatores tenham subtraído algo de novo. Isso é óbvio.

No entanto, Sr. Presidente, vou manter a minha linha – mas penso que se esta CPMI quiser realmente produzir resultados tem que mudar a linha de ação, o foco. Temos que mudar o foco da investigação, precisamos buscar outra linha. Penso que a CPMI e os membros erram no momento em que acham ou insistem em trazer para depor os mesmos – vamos dizer assim – conhecidos, na mesma linha de conhecimento. Disse, na última vez, que é uma conversa combinada,

e a prova disso é exatamente a questão do advogado ser o mesmo.

Por isso, confio plenamente na sensibilidade de V. Ex^a, e esperamos que o Presidente também da CPMI dos Correios adote uma outra postura, porque esta, fatalmente, vai nos massacrar. A opinião pública já está cansada de nos ver aqui. E o pior, Sr. Presidente, as pessoas nos encontram na rua e falam: mas aquele cara mentiu o tempo todo. E não podemos fazer absolutamente nada. Quando não é o HC, é o Direito Constitucional. Evidentemente que as pessoas que cometem delitos, contravenções ou crimes não confessam, de maneira espontânea, porque ninguém aqui nasceu hoje.

Quero dizer apenas ao Sr. Cristiano Paz: engraçado, Sr. Cristiano, é um detalhe. Estava observando que nem o seu nome consta na – é a Globo News que transmite... A chamada é assim: depoimento do sócio do Sr. Marcos Valério. Seu nome não está lá. É uma coisa impressionante. Está lá assim: depoimento do sócio do Sr. Marcos Valério. O tempo todo, na Globo News, o nome do senhor não consta lá. Isso mostra que talvez o senhor não seja tão importante como o Sr. Marcos Valério, mas, na minha opinião, o senhor, no mínimo, é cúmplice. Quero deixar bem claro que, em momento algum, fui convencido das suas declarações. Eu não tenho o hábito de ser enganado tão facilmente assim... Como o senhor pode sair daqui achando que deu um banho em nós... Mas eu acho que não! Acho que o senhor pagará à Justiça; aqui, não! Acho que, na Justiça, o senhor pagará.

Uma coisa me chamou a atenção e foi isso o que me segurou aqui. E eu sou do Distrito Federal, sou Deputado Federal pelo Distrito Federal. Chama a atenção porque um dos contratos mais caros e mais altos é do GDF. E, aqui, o meu amigo, Deputado Paulo Baltazar, citou o nome do Sr. Wellington Moraes, que é Secretário de Comunicações... Perguntou se o senhor conhecia. E eu vou refazer a pergunta: “O senhor teve alguma conversa para fazer contrato de publicidade no Distrito Federal com o Sr. Wellington Moraes?”

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não!

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Foi com o Sr. Hélio Doyle?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – A SMP&B participou... Já é a segunda vez que a SMP&B participa dessa licitação aqui. Eu não sei se o senhor sabe, mas a SMP&B, no Distrito Federal, tem prestado serviço que tem sido reconhecido no Brasil inteiro. A ponto de, neste ano, a SMP&B ter sido escolhida a melhor agência do Distrito Federal e, no ano passado, também, concorrendo com todas as agências brasileiras. E o trabalho feito para o GDF, para o Governo do Dis-

trito Federal, foi premiado. A campanha do “Brasília em Alta” foi uma campanha, criada por nós e referência de campanha no turismo nacional. O trabalho da SMP&B, feito no Distrito Federal, honra-nos muito e me honra, pessoalmente.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – A qualidade do serviço, eu não tenho dúvidas.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Eu atesto a qualidade. É o que nós fizemos.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Por isso, mais uma vez, concito o senhor a botar a mão na consciência e meditar que não vale a pena se meter nessa enrascada toda. O senhor sabe dizer de alguma coisa assim de o Governo preocupado exatamente com o estrago que foi cometido pela SMP&B, fatalmente DNA... Essas empresas vão ter que mudar a razão social, não vão sobreviver no mercado. O senhor já ouviu falar em alguma acomodação de R\$200 milhões para o Sr. Marcos Valério, seu sócio?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Acomodação? De R\$200 milhões...

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – É? Uma acomodação, um jeito para que o Sr. Marcos Valério não fale, não implique mais... não envolva mais ninguém. “Olha, vamos lhe arrumar R\$200 milhões para que você...”. Duzentos milhões para comprar o silêncio dele. O senhor nunca ouviu falar disso?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não, Deputado. Eu nunca ouvi falar disso.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – O senhor já remeteu dinheiro para fora do País?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não. Não, Deputado.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Nenhuma remessa?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não, Deputado.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Nobre Relator, temos de contratar uma empresa, realmente. Qualquer empresa de renome internacional... Nós precisamos rastrear esse dinheiro que foi para fora do País. É um apelo que faço.

Sr. Cristiano, tem uma frase que eu acho muito interessante, ela diz assim: “Têm homens que enganam, e outros são enganados”. O senhor se enquadra em qual aqui?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Eu me enquadro dentro daqueles que erraram e se arrependeram.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Erraram e se arrependeram. Mas o senhor há de convir que, se o senhor foi enganado... No mínimo, o senhor foi enganado pelo seu sócio. Pelas declarações que o

senhor dá aqui, o senhor não sabia de nada, confiou nele, foi enganado. Se sabia, nos enganaram aqui, o senhor nos enganou...

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não, não sabia.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Por isso fiz questão de dizer essa frase.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Eu sabia, como eu disse, eu sabia – o que eu disse está claro. Eu sabia dos empréstimos. O que eu não sabia: eu não conhecia lista, eu não conhecia os endereços para onde era remetido esse dinheiro. Isso, nada disso me foi passado.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Já perguntaram – para não cansá-lo – sobre o Sr. Alarico Naves. O senhor conhece o Sr. Alarico Naves Assumpção?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Alarico?

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Alarico Naves Assumpção.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Esse é um profissional que trabalhou na SMP&B até agora, até há pouco tempo. Acho que ainda está lá, ainda.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Mas o senhor sabia que ele trabalhava na Secom?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – O Alarico, para quem conhece, é um dos maiores profissionais de mídia deste País. Aqui no Governo do Distrito Federal, se o senhor fizer uma pesquisa com as agências de publicidade... Deixa-me completar, por favor... Se o senhor fizer uma pesquisa com as agências de publicidade e com o mercado, o senhor vai conhecer quem é Sr. Alarico: um homem simples, competente, um dos maiores trabalhadores e contrataria duas vezes se fosse preciso...

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Não estou duvidando disso. Não é essa a pergunta, Sr. Cristiano. Eu quero saber se o senhor sabia onde ele trabalhava...

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Ele pediu exoneração da Secom. Ele trabalhava na Secom, o que não há mal nenhum, porque o fato de o publicitário ter servido ao Governo e não poder nunca trabalhar para uma empresa privada... Mas o que posso atestar é que o Sr. Alarico é um grande profissional, uma pessoa de caráter, um homem íntegro, simples e trabalhador e reconhecido pelo mercado...

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Eu não estou questionando nada...

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Mas se ele estivesse desempregado hoje, eu o contrataria de novo.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Eu não estou questionando nada da atividade do Sr. Alarico. A minha questão é se o senhor sabia...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Peço que o senhor dê respostas objetivas ao inquiridor, ao nobre Deputado. Responda, objetivamente.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Isso. Eu perguntei... Não estou falando da honra dele, do profissionalismo dele. A pergunta era esta: se o senhor sabia que ele tinha trabalhado na Secom. Não é?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Ele tinha trabalhado na Secom.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – E, também, veja bem... A Sr^a Telma dos Reis Menezes. O senhor a conhece?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Essa eu não conheço. Já sei que trabalhou na empresa... Acho que foi na MultiAction, não é?

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Ela é esposa... É, exatamente...

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Eu já não era sócio de lá.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Sabia que ela é esposa do Sr. Marco Antônio da Silva, que é Diretor de Eventos da Secom?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não conheço o Sr. Marco Antônio da Silva, nunca o vi, e nem soube que ela era mulher, e nem sabia que ela trabalhava na MultiAction, vim saber agora. E a MultiAction não é uma empresa minha.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Então, o senhor vê que o senhor era um presidente “rainha da Inglaterra”, o senhor não sabia nada...

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Mas, como? Sei, sim. O Alarico, eu sei que ele foi contratado para a minha empresa. Essa senhora não foi contratada para a minha empresa. E eu nem sabia que ela era esposa, e não tinha nem obrigação de saber que ela era esposa do Sr. Marco Antônio...

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Mas, então, o senhor me responda, como é que o senhor, o cidadão, como é que o senhor analisa, eticamente, o fato de a Sr^a Telma dos Reis Menezes defender os interesses das empresas do Sr. Marcos Valério, e as do senhor aqui em Brasília, nos contratos firmados com órgãos públicos, pertencendo o seu esposo aos quadros da Secom?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Mas, como... A minha empresa? Como assim? Ela trabalhou para mim? A minha empresa, SMP&B?

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – É... Integrante dessa comissão...

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Hein!?

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Ela é esposa de um cidadão que é Diretor da Comissão de Licitação de Contratos e Publicidade da Secom...

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Sim. Mas o que tem a ver isso com a minha empresa. Só quero entender a ligação com a SMP&B.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Ela era lobista.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Eu não sei disso. Só estou sabendo disso agora.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – O senhor não sabia?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não, mas eu não sei mesmo. Não sabia. Que ela era lobista, eu não sabia. Eu não contratei essa pessoa. Ela não trabalhou dentro da minha empresa.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – O senhor também não sabia que, quando o Sr. Alarico trabalhavam lá no grupo de mídia do Banco do Brasil, teve o seu salário pago pela DNA. O senhor sabia também disso? Ou o senhor não sabia?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – O Banco do Brasil, eu reputo como uma entidade séria. Acho que, se alguém trabalha lá dentro, deve ter um currículo. Se trabalhava lá, e se o Banco do Brasil, que é uma empresa que todos conhecemos, pediu que a DNA pagasse o salário, certamente isso devia ser alguma prática, porque isso não tinha relacionamento com contratação do Banco. O Departamento de Mídia...

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Eu perguntei: o senhor sabia ou não sabia, Sr. Cristiano?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Eu vi, porque o Alarico sofreu. E isso foi para a televisão. Essa denúncia foi para a televisão. E ele ficou profundamente sentido, porque as pessoas que o conhecem (tinha até de ter defendido isso)... O Banco do Brasil, assim como vários órgãos, cria um departamento de mídia para que as agências que trabalham juntas possam comprar melhor e conseguir melhores resultados. Como isso é um serviço que cada agência tem de prestar... E, normalmente, eles criam um birô para que as três agências que atendem... Eles criam um só birô para diminuir os custos e para haver uma interligação nesse processo de mídia com as agências. O que eu sei é isso.

Agora, eu acho que é muito difícil que o Banco do Brasil, com o Departamento de Marketing, que nós conhecemos, com a seriedade que eles tratam esses assuntos – pelo menos Departamento de Marketing –, que tivesse alguma suspeita sobre esse negócio.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Sr. Cristiano, eu quero encerrar. Eu não gosto de falar muito,

não. O senhor sabia ou não sabia? Só isso! O senhor sabia?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Que ele tinha passado pela DNA?

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Que recebia salário da DNA?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Ele não recebia salário... Ele era...

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Recebeu salário... Ele foi pago...

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Ele não era funcionário da DNA...

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Não, ele era... Exatamente. Ele era funcionário do Banco do Brasil, e a DNA pagava ele... O senhor não sabia disso...

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Se isso for algum problema... Não. Eu sabia. Fiquei sabendo...

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – É isso o que eu quero saber.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Fiquei sabendo exatamente quando aconteceu.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Então, está bom.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Senão faz um juízo de falsos valores...

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Então, eu vou encerrar... Já que o senhor não se complicou até agora, não se complique no finalzinho, não...

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não, eu não estou complicando, não. Estou dizendo a verdade).

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Eu vou encerrar, com todo o respeito ao meu Presidente que está... Muito obrigado, Sr. Presidente. Mas eu quero dizer...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – A minha intervenção foi mais porque eu queria ouvir essa resposta de maneira objetiva, por isso fiz a intervenção. V. Ex^a tem uma última pergunta? Falta um minuto.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Falta um minuto? Então, eu vou encerrar, Sr. Presidente. Se V. S^a sabia que seu sócio, Marcos Valério, tinha encontros – constantes – com o Sr. Marcos Flora, que é ex-Secretário Executivo da Secom. Sabia?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Encontros constantes, não sabia.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Não sabia?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não sabia... Encontros constantes... Ele falava...

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Não... Encontros de negócios... Encontros de negócios...

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – De negócios?

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – De que eles tratavam... Eles tratavam de quê? Não falavam de futebol, com certeza...

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não sei... Provavelmente, o senhor teve a oportunidade de perguntar para ele.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – O senhor veja, Sr. Cristiano, estamos aqui buscando um liame de informação, de investigação, e se fecha. É óbvio que a Secom estava por trás de tudo isso! É isso que temos de buscar. Por isso, não quero cansar meus colegas, tampouco ao senhor. Mas eu reafirmo, prezado Presidente, não me convenceu em absolutamente nada do que ele me falou. É uma pena que não possamos tomar nenhuma medida contra o Sr. Cristiano. Mas eu tenho certeza que a Justiça assim fará. E, pelo que ele mesmo já confessou aqui: tem arrependimento. E eu tenho pena da família, que vai sofrer muito, em virtude de um erro de um cidadão. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Geraldo Thadeu.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, Sr. Depoente. Eu vi aqui, no início, quando o senhor colocou a sua vida, o seu currículo, dá pra perceber que as notícias, o conhecimento que temos de sua pessoa é que, realmente, o senhor é um profissional muito competente, muito capaz na área de publicidade. E vejo aqui, Sr. Cristiano, que o senhor passou... Quando o senhor fala 94, a crise da empresa. Aliás, 84, não é? Depois, várias dificuldades que o senhor passou com suas empresas: era banco cortando a conta, cortando crédito, não concedendo nenhuma condição de resolver as questões financeiras, pois o senhor mesmo diz que não é muito afeito às questões financeiras. E, quando vê, a sua empresa passou, com associação com o Sr. Clésio de Andrade, com o Sr. Marcos Valério entrando... E, aí, mudou da água para o vinho a questão financeira. A empresa cresceu, progrediu, prosperou, grandes lucros... Foi uma situação completamente diferente. E quando o senhor vê... Esses empréstimos todos que o senhor falou, o senhor tem conhecimento... Com o Banco Rural...

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Os que eu assinei, sim.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – E aí o senhor viu tudo muito fácil! Era o Marcos Valério lá, sacando milhões de reais, fazendo movimentações milionárias... E o senhor que sofreu tanto no passado, agora em uma situação completamente diferente. O

senhor viu que tinha coisa diferente acontecendo... Pois bem. Isso era só o preâmbulo que eu quis apresentar ao senhor. Eu mostrei aqui como é que o Sr. Marcos Valério opera. E eu vou fazer uma pequena explanação. E até gostaria que o Sr. Relator, Deputado Osmar Seraglio (um minuto dele), que até vai facilitar... Em vez de ele ler o relatório depois, ele pode estar ouvindo o que vou falar. Então, Sr. Cristiano Paz, a captação de recursos... Vamos começar com a captação de recursos. O Sr. Valério contatava...

Eu vou aqui mostrar, Sr. Relator, o esquema que eu considero, após conhecer, naquela ocasião em que mostramos qual era o esquema do Sr. Marcos Valério, e hoje eu vou mostrar qual era o caminho que o Sr. Marcos Valério percorria. Captação de recursos através de empresas, através de empresas, através de captação ou caixa 2, através de superfaturamento de contratos e através de favorecimento no futuro. Contratava a empresa, a empresa aplicava para receber no futuro. E com uma boa comissão. Eu até acho que ele agenciava a arrecadação de dinheiro; então ele recebia, depositava na conta, ficava com a comissão e passava adiante o recebido, no caso desta que estamos investigando aqui, do Sr. Delúbio para que ele depois utilizasse o dinheiro lá ou em campanha, ou em mensalidade, ou o que fosse. Então essa seria... Como também dentro dos contratos, perante a Lei 8.666, de publicidade para as empresas públicas estatais, é muito fácil, é muito fácil haver um subfaturamento, haver modificações e levar vantagem nesses contratos. Eu vou mostrar como. Uma empresa na sua divulgação: ela pega um programa para ser divulgado por uma empresa. A empresa recebe 15% em média. É isso?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Se for produção gráfica é menos; 10%, às vezes, 8%.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – É 15%.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não; 15% só mídia.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Mídia! É isto que eu quero falar, mídia.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Mas quem paga é o veículo.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Produção, 20%.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não; produção, 5% a 10%. Os contratos com o Governo...

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – De 5 a 10?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – De 5% a 10%.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Está bem.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – E, se for para veiculação, geralmente nada, às vezes 5%.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – De 5% a 10%. E aí, o que acontece? Essas empresas abrem outras empresas, por isso que tem um monte de empresas. Elas abrem as empresas e fazem produções para elas mesmas; não têm concorrência...

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não, senhor, não tem isso.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Eu estou fazendo meu raciocínio. Essas empresas produzem as suas próprias produções através de outras empresas coligadas ou chapa branca. E aí uma produção que às vezes custaria R\$5.000 é apresentada por R\$30.000.

Sr. Cristiano, o senhor pode não concordar, mas eu vou concluir o que eu estou pensando.

E aí acontece o superfaturamento; e isso acontece com todas as empresas praticamente de prestação de serviço, principalmente da área. E é muito difícil fiscalizar. Nós já estamos preparando um projeto de lei que vai modificar radicalmente o processo de prestação de serviços de agências de publicidade nas empresas estatais e para o Governo.

Os saques, dinheiro não identificado na conta, que mostram que os dinheiros não identificados são caixa 2 ou superfaturados ou empresas que colocam nas campanhas para levar vantagem no futuro são depósitos não identificados de uma pequena soma de 5 milhões nas contas das empresas do Sr. Marcos Valério. Justifica. E com a comissão de agenciamento dessas contas recebida antes, o que é um bom lucro.

A relação das empresas com o Banco Rural. Eu mostrei aqui para os Deputados que estavam comigo que antes dessa notícia que a Polícia Federal descobriu hoje, que houve uma modificação nos dados do Banco Rural através desses disquetes que o Presidente mostrou, que o Sr. Relator mostrou, eu coloquei aqui que a relação do Banco Rural com as empresas do Sr. Valério, com essa sangria de dinheiro, e esses empréstimos que as empresas do Sr. Marcos Valério têm são fictícios, não existem; e que hoje, além de tudo isso, existe talvez uma combinação – e talvez o Deputado Alberto Fraga tem razão sobre o acerto aí –, uma combinação para que o Sr. Marcos Valério e mais alguém com ele, o Sr. Delúbio e companheiros, possam sangrar inclusive o Partido dos Trabalhadores, tirando dinheiro do Partido dos Trabalhadores. Por isso mesmo que a nova direção do Partido dos Trabalhadores não reconhece essa dívida, porque não existe esse empréstimo, isso é fajuto, é outra a origem desse dinheiro. Seria um golpe que eles armaram em cima do próprio Partido dos Trabalhadores e que aqui mostra um

casamento perfeito do Sr. Marcos Valério e a turma do Sr. Delúbio juntando a fome com a vontade de comer. E o destino do dinheiro? Altas somas para presidentes de partidos pode ter sido usado para caixa 2 de campanha, mensalão e/ou que algum presidente muito esperto deve ter abocanhado para ele alguma soma maior. Essa é a verdade. Estamos sendo enganados, enganados em todos esses depoimentos muito bem preparados por seus advogados, que são competentes e que têm a mesma conversa aqui. O que é importante Sr. Presidente, Sr. Relator, é que o que temos visto aqui nos depoimentos é que ninguém sabe nada de nada, ninguém sabe nada de nada, chefes, patrões, subalternos, sócios, aqui estamos presenciando a maior demonstração de mentira e cinismo nesta CPMI tanto do Mensalão quanto dos Correios.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Alerto V. Ex^a que o seu tempo já foi ultrapassado.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Eu já estou concluindo, Sr. Presidente. Eu quero agradecer a benevolência de V. Ex^a; a gentileza, a forma cortês com que nos trata e nos dá a oportunidade de fazer o nosso raciocínio.

Concluindo, eu tinha umas perguntas para fazer mais eu vou concluir. Sr. Presidente fica claro que o Sr. Marcos Valério, Delúbio e turma realizaram este casamento perfeito: juntou a fome com a vontade de comer. O que estamos presenciando nesses depoimentos todos é esse cinismo e essa mentira. Eu fico triste de ver um homem como o Sr. Cristiano aqui, que me parece ser um homem de bem, um bom profissional, competente, respeitado na área de publicidade, no meio de tudo isso. E que o senhor, como sócio da empresa, vai responder perante a Justiça por tudo isso. Hoje quando o senhor diz que está arrependido, acho que deve estar mesmo. Talvez o senhor tenha saudades do tempo de dureza em que o senhor batia nas empresas lá em 84 e 95; talvez até tenha saudades daquela época.

Sr. Presidente, eu quero apenas fazer um esclarecimento aqui, que o senhor Deputado Devanir Ribeiro algumas vezes citou aqui o nome do Sr. Ulysses Nascimento como ex-marido da deputada Maria Olívia. Eu gostaria de esclarecer que o Sr. Ulysses Nascimento é um publicitário de Belo Horizonte que nunca teve nenhum relacionamento e nunca foi casado com a Deputada Maria Olívia. Muito obrigado Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Agradeço a V. Ex^a e passo a palavra...

Eu vou solicitar aos nobres Pares que respeitem o tempo a fim de terminarmos logo. Temos ainda quatro inscrições. Eu vou conceder a palavra ao Deputado

Murilo Zauith pelo prazo de 10 minutos. São 23h01; às 23h11, eu vou cortar a palavra.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Obrigado, Sr. Presidente, será suficiente para nossa inquirição ao Sr. Cristiano Paz.

Sr. Cristiano, como está a empresa hoje? A rotina de trabalho? O senhor assumiu mais a empresa? Qual a diferença da empresa de hoje e antes de ter eclodido todo este assunto que faz parte desta CPMI?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – A empresa estava profundamente comprometida, estou trabalhando dobrado, os funcionários que restaram estão trabalhando, perdemos alguns contratos, muitos contratos...

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – O senhor perdeu contatos contratos na área privada ou na pública?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Na área privada, alguns; na pública, suspensos quase todos.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – O senhor tinha uns quatro contratos na área pública, no Governo Federal?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não, no Governo Federal, o Ministério dos Esportes está suspenso; Ministério dos Esportes tem uma verba conosco...

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – E da Caixa Econômica?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não, não tenho contrato com a Caixa.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – A empresa de vocês não tinha contrato com a Caixa?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não, só com... Não, com a Caixa, não.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Só com os Correios.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Só com os Correios.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Está suspenso?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Com os Correios está suspenso.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – E com qual outra empresa estatal os senhores tinham contrato?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Federal, só essas.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Estão todos suspensos? Qual está em andamento?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não, o Governo do Estado de Minas Gerais está em processo licitatório, está em fim de contrato, não deu ainda resultado das novas licitações. Na área privada a Câmara Federal, eu acho que está suspenso, não está

fazendo nada, mas se não me engano não mandou carta de rompimento.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Qual era a porcentagem entre privados e públicos dos contratos da SMP&B antes desses episódios?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Isso tem variado ano a ano. Neste ano de 2005, a área privada seria menor que a área pública.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Seria 40%?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – É, talvez.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Representa 40%, Sr. Cristiano. E a pública, 60% da sua empresa.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – É, no ano passado foi menor um pouco.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Não é isso?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – É mais ou menos isso hoje.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – E na área privada, o senhor também está perdendo contratos?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Estou perdendo contratos na área privada, alguns.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – O Marcos Valério continua ainda na diretoria da empresa? Continua participando das decisões? Ou o senhor assumiu todo, formou outra diretoria, tomou alguma atitude? Como está a empresa?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – O Marcos Valério já não participa da empresa desde que este episódio eclodiu; ele já não participa da empresa, nunca mais voltou à agência. Ele está tocando a vida jurídica dele, está se defendendo. A parte de contrato, essas questões estão sendo discutidas.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – O senhor deve todo o sucesso de sua vida empresarial ao Marcos Valério porque ele pegou a empresa falida e tornou a empresa de sucesso, uma das maiores do Brasil, conquistando, dando condições para o senhor trabalhasse e mostrasse todo o seu talento, o seu trabalho. Não foi isso?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – A SMP&B tinha uma história, e depois da entrada do Marcos Valério, quando foi criada a nova agência, ele foi absolutamente fundamental nesse processo, a negociação com os bancos.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – E agora o senhor tem preocupação sobre a saída dele? Como o senhor vai tocar essa empresa? O senhor disse aqui que não tem condições, não tem preparo para ser o administrador da empresa.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Preparo eu até teria...

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – O senhor vai continuar com a Simone diretora financeira da empresa?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Acho que ela nem vai ficar na empresa mais.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – O senhor está assumindo toda essa responsabilidade?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Estou assumindo as responsabilidades.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – E como está a saúde da empresa junto aos órgãos financeiros? Tem dívidas em alguns órgãos federais? Tirando a do PT.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Está tudo em dia? Não deve nada?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Nos órgãos federais?

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – É.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Tem INSS. Tem uma dívida que está sendo questionada do INSS.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Deve em banco?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Em banco tenho essas dívidas aí, só.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Quanto representa a dívida que o senhor diz que existe em tese. Essa dívida do Banco Rural é a única dívida que o senhor tem, que é do PT com o Banco Rural?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Só essa dívida. Com o Banco Rural, sim.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – De quanto é essa dívida com a SMP&B?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Tem que pegar esses contratos e ver atualizado o valor que está hoje. Não tenho essa informação.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Representa de 15% a 20% do montante, juntamente com as outras empresas, dessa movimentação toda?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – A movimentação das outras empresas?

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Você não tem noção disso?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não tenho outra empresa, só tenho essa.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Eu sei. O movimento do Marcos Valério junto com o PT. A SMP&B representa que porcentagem de todo esse volume de dinheiro que supostamente veio do empréstimo?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Os valores dos empréstimos já estão aí. O que representa isso no faturamento da empresa? É isso que o senhor quer perguntar?

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – É.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Hoje, é impagável.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – É impagável, mas o senhor tem preocupação com isso?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Se eu não tenho?

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Acho que o senhor não tem preocupação nenhuma.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – É evidente que tenho. Como o senhor diz isso?

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Eu digo isso porque, de todos que já passaram pela CPMI – o Sr. Marcos Valério, a Simone, todos que tive oportunidade de inquirir – sinto que não têm essa preocupação. Acho que o senhor tem preocupação maior, o senhor mostra mais preocupação com a imagem de retomar a empresa no seu caminho.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não, o senhor está enganado.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Porque, no momento em que o Banco Rural... A sua empresa, a dívida do PT é só com o Banco Rural ou tem com o BMG também?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – A dívida do PT tem... A minha empresa, acho que o último contrato com a BMG não é a SMP&B, acho que é a Grafite.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Exatamente, o senhor só tem com o Rural a sua empresa.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Sim, só com o Rural.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – No momento em que o Banco entra na Justiça para fazer essa cobrança judicial, isso já não é um acerto já para tirar esse débito de dentro da empresa e discutir fora isso porque isso terá um acerto lá para frente?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Por que o senhor afirma isso? Tenho a impressão de que, diante de uma situação dessa, o banco pode perceber que ele está preocupado até em receber.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – O banco não está preocupado em receber. Se ele estivesse preocupado em receber, ele teria emprestado dinheiro para a empresa. Ele não emprestou dinheiro para a empresa.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Mas acho que o senhor precisa conhecer a história direito.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Eu estou acompanhando, estou dentro da CPMI.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Mas o senhor já conversou com o pessoal do banco, conversou com todas as partes para saber se é isso?

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Exatamente. No momento em que ele entra na Justiça, ele está tirando esse encargo de cima da empresa para tirar o foco para discutir fora, dentro da Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Peço ao depoente que responda as perguntas e não faça indagações. Quem está inquirindo é o Deputado.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Desculpa.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Eu estou aceitando porque eu o estímulo a participar do debate.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Se V. Ex^a assim aceita... A regra é essa.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Eu consegui motivá-lo para trazer para o debate. Mas, penso que a sua preocupação é retomar a imagem da sua empresa e assumir uma postura que o senhor nunca teve, de gerenciador dessa empresa, no momento em que o Marcos Valério sai, porque tudo que a empresa tem de sucesso deve a ele, como o senhor mesmo declarou aqui em vários depoimentos. O sucesso comercial dela, porque o senhor tem o talento de trabalhar, mas precisou do Marcos Valério para impulsionar a empresa e alavancar a empresa.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não, o Marcos Valério renegociou.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Trazer esses contratos, expor a empresa, mostrar o talento da empresa.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não. O Marcos Valério renegociou a dívida da empresa, esse foi o papel importante que ele teve. A conquista de clientes faz parte do trabalho de toda uma equipe da agência. Isso independe do Sr. Marcos Valério. O Sr. Marcos Valério também pode estar prospectando, mas as contas que essa empresa conquistou foram em função da sua competência e do seu trabalho.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – E os contatos dele. Não valeram nada os contatos que ele tem no meio governamental, no meio empresarial?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Nenhum resultado.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Penso que a empresa cresceu juntamente com a ambição do Sr. Marcos Valério.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não. A empresa cresceu em função dos contratos que ela conquistou, baseados nas licitações em que ela entrou e

conquistou em várias áreas e em vários governos. No governo, por exemplo, do Estado de Minas Gerais o Sr. Marcos Valério não tinha nenhum contato; no Governo do Distrito Federal o Sr. Marcos Valério não teve nenhum contato; nas empresas privadas o Sr. Marcos Valério não teve nenhum contato em algumas.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Então, penso – e pelo que a CPMI mostra e que o senhor mostrou no seu depoimento – que há uma intimidade muito grande do Banco Rural com a sua empresa, há um envolvimento muito grande. A preocupação é a imagem da empresa. Essa conta do Banco Rural vai para a Justiça e será saldado mais para frente. A impressão que tem sido passada para a CPMI é essa. Isso é o que eu queria passar para o senhor.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Sim, mas não é a realidade. Essa é a minha maior preocupação hoje. O senhor acha que não?

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – De forma nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Comunico ao nobre Deputado que seu tempo está...

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Jamil Murad.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Eu queria cumprimentar o Presidente, Senador Amir Lando, pela resistência, o Deputado Ibrahim Abi-Ackel e o Deputado-Relator, Osmar Serraglio.

Quem trouxe o Sr. Clésio de Andrade, que era Presidente do PFL em Minas, quem o trouxe para dentro da empresa, como sócio da empresa? Você ou o Marcos Valério?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Foi o Marcos Valério que apresentou a empresa para ele quando a empresa estava em dificuldades, foi ele que apresentou ao Clésio.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Em 1997, foi publicado – acho que na Revista **ISTOÉ** – um capital, um patrimônio da empresa de R\$223 mil, em 1997 e, no fim de 2002, era um gráfico mostrando a evolução. Estava em 3,8 milhões. Quer dizer, em cinco anos o senhor aumentou quase 2.000% o patrimônio da empresa. Como senhor explica essa evolução, já que quando o Sr. Clésio de Andrade entrou – hoje Vice-Governador de Minas – a empresa devia R\$30 milhões?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Quando ele entrou a empresa devia 30 milhões?

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Desculpe, o passivo da empresa em 1995.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – De 30 milhões, não. Muito menos do que isso.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Mas houve uma evolução muito grande do patrimônio. Vamos partir desse dado, evolução muito grande. Quais negócios que levaram a esse grande crescimento de 2.000% praticamente, de 1997 a fim de 2002.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Cinco anos.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Isso. Mas nesse período.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Eu queria só dizer para o senhor que uma agência de propaganda pode dobrar ou triplicar de tamanho num único ano. Não sei se o senhor conhece bastante esse mercado, mas, por exemplo, citarei o exemplo de um publicitário respeitado no Brasil inteiro, o Sr. Nizan Guanaes. A agência dele nasceu nesse ano e, dois anos depois, era a oitava ou a nona agência brasileira, em dois anos. Ou seja, do zero.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Nizan Guanaes?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Estou te dando um exemplo. Nizan Guanaes é um grande profissional e a agência dele.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Trabalha onde?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Ele é dono de uma agência em São Paulo, na África, é dono de outras agências. É um publicitário respeitadíssimo, uma agência muito competente. Mas, estou querendo dizer para o senhor que no negócio da propaganda, no negócio da comunicação é possível uma agência dobrar de tamanho de um ano para o outro, triplicar de tamanho honestamente. Se eu pego hoje uma conta de cerveja, por exemplo, que não é difícil e tem 600 milhões de investimento por ano, 700 milhões, ou uma conta de uma telefônica que investe de 150 a 200 milhões num ano em publicidade. Quero dizer que o meu patrimônio cresceu baseado no trabalho da agência.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Nesse período de 1997 a 2002, a empresa pegou negócios na área federal?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – De 1997?

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – A 2002.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Nenhum sequer, apenas um contrato com o Ministério do Esporte em 2001, no Governo Fernando Henrique Cardoso, contrato esse que foi um dos menores contratos já feitos pela empresa com o Governo Federal.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Mas a informação que nós temos é a de que 1/3 da quota de propaganda de publicidade do Banco do Brasil.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Isso não é com a minha agência. Isso não é SMP&B.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Mas é de alguma empresa do Marcos Valério, então.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Eu já fui sócio dessa empresa.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Mas existia isso?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Existia desde 1994. Não era em 1997. Em 1994 a DNA ganhou a conta do Banco do Brasil, três anos antes disso.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Em 1994?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – No último ano do Governo Itamar Franco. Depois, permaneceu no Governo Fernando Henrique Cardoso.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Como vocês entraram nesses negócios federais. O que aconteceu que, quase durante 20 anos não houve essa oportunidade e vocês entraram nesses negócios?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – A SMP&B veio para Brasília quando o Dr. Tancredo Neves foi Presidente da República e não chegou a assumir a Presidência. Naquele ano, em 1985, nós instalamos nossa agência em Brasília, que era um escritório. A SMP&B ficou esses 20 anos em Brasília. Ela atendeu a Associação Brasileira dos Bancos Comerciais Estaduais – Asbace, durante um período longo de tempo, fez um bom trabalho lá também. A SMP&B talvez seja uma das agências que os senhores mesmos consideram mais importantes que menos contratos federais teve em toda sua existência, inclusive agora. Ela só tem o contrato com os Correios. O contrato com o Ministério do Esporte este ano custou R\$600 mil bruto.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Na gestão do Pimenta da Veiga no Ministério de Comunicação houve uma expansão na área federal?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não. Na gestão do Sr. Ministro Pimenta da Veiga nós perdemos todas as licitações. A da Anatel, que era ligada a ele, a dos Correios, todas as licitações em que nós entramos. Aliás, no Governo Fernando Henrique a gente só teve essa conta que eu disse com o Ministério do Esporte.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Vocês pegaram dinheiro emprestado do Banco Rural para a campanha do Governador Azeredo, em 1998?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Isso já foi explicado também. Esse empréstimo foi feito, foi o Marcos Valério e o Sr. Clésio Andrade, ele mesmo já reportou isso. Pegou um recurso para aplicar na campanha do Eduardo Azeredo. Foi uma iniciativa dele, era um recurso que voltaria naquele mesmo período.

Naquela época, inclusive, eu ainda mais afastado estava, foi quando a gestão estava – estava e continua – mas nessa época estava absolutamente fora, quase que fora da agência, porque o Marcos Valério geria a empresa e esse empréstimo em questão teve a interferência, pelo menos o pedido do Dr. Clésio. Ele se relacionava com o Cláudio Mourão, que era uma pessoa da área financeira da campanha.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – O Marcos Valério ontem dizia que esse esquema de empréstimo de repassar para uma campanha foi semelhante ao que aconteceu recentemente.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Naquela época, esse empréstimo foi feito para a campanha do Governador Eduardo Azeredo. Não era diretamente para a campanha do Governador Eduardo Azeredo, a campanha para a estrutura de campanha dele. Não sei se era ligada ao Clésio, se era ligado a algum, enfim, funcionou para a campanha, não é isso? E agora, foi para um Partido político.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – O Senhor levou a conta da Cemig para a SMP&B?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Se eu levei?

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – É, conseguiu, conquistou a conta de publicidade da Cemig para a SMP&B?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Em 1982, no Governo Tancredo Neves. Estive, inclusive, com o Dr. Tancredo. Naquela época não havia nem licitação pública, como é hoje. Depois, mudou. Aécio Neves era Secretário do Dr. Tancredo Neves, ele me recebeu na sala e o Dr. Mário Penna Bhering, que era o Presidente da Cemig – que, aliás, é uma grande autoridade na área elétrica – e a SMP&A, que era uma extensão da Standard Ogilvy, atendeu a Cemig naquele período que também foi uma época importante da agência, fez grandes trabalhos para a Cemig.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Em maio de 1997, a Cemig foi privatizada...

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Em maio de 1997. Sim.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – ...no Governo Eduardo Azeredo, e o Banco Opportunity participou dessa privatização. Você participou desse processo?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não, de forma alguma. Nem razão para isso tem. Eu não tenho nenhuma ligação com o Banco Opportunity. Eu, pessoalmente...

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – E o Marcos Valério?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Em que ano foi isso?

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Em 1997.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não tenho a menor idéia. Acho que isso não faz o menor sentido. Em 1997 eu nem sei se ele conhecia o pessoal do Opportunity. Acho que não. Em 1997? Certamente, não. Ele nunca me falou sobre isso. E a Cemig também... Ela foi privatizada? Não, foi...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Deputado Jamil Murad, infelizmente, o tempo de V. Ex^a esgotou-se.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Um minuto para terminar, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Um minuto de tolerância. Um minuto só.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Um minuto.

O ex-Presidente Fernando Henrique escreveu um artigo no jornal **O Estado de S. Paulo** dizendo: “Nós do PSDB erramos no *time* em episódio recente. Embora as denúncias de doações irregulares para as campanhas de alguns ‘tucanos’ mineiros seja de natureza distinta, demoramos a dar o sinal de que não somos iguais”. Isso comprova a tese de que essas empresas comandadas pelo Marcos Valério e pelo Sr. Cristiano Paz tinham um **modus operandi**, no período do Governo Fernando Henrique e neste período, muito semelhante.

Mas, terminando, quero dizer que, nesse mesmo artigo, o ex-Presidente Fernando Henrique fala: “Cheguei a sugerir na revista **Exame** que o Presidente Lula proclamasse não ser candidato à reeleição”. Então, o processo, além dessa investigação para acabar com qualquer irregularidade e para que defendamos o interesse público, está em andamento. Mas temos visto sempre uma tentativa de atingir o Governo Lula. O Governo Lula não pertence ao Lula, não pertence ao PT; o Governo Lula pertence ao povo, que lhe deu essa vitória e que deve ser respeitado. Fico até abismado de ver a figura do grande líder Leonel Brizola sendo utilizada para liquidar o mandato do Lula, quando, na verdade, ele era um grande lutador pela legalidade, tendo batalhado para isso.

Agora, no dia 16, vai haver uma grande manifestação, em Brasília, para nós fazermos as apurações, punirmos quem tem que ser punido e defendermos o Governo contra a desestabilização, contra encurtamento de mandato, *impeachment*, etc, tudo que está bailando por aí.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Peço ao Deputado que conclua.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Concluindo, quero dizer que é hora de resistência, de mobilização, de luta de todo o povo que necessita de mudança no Brasil para viver melhor. E a mudança não se faz voltando ao passado, mas andando para frente com o próprio Lula e outras conquistas que teremos.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Muito obrigado a V. Ex^a.

Concedo a palavra, por cinco minutos, à Deputada Laura Carneiro.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Sr. Presidente, tentarei ser mágica. Embora eu não seja membro, V. Ex^a terá um pouco de calma comigo porque cheguei aqui às dez da manhã.

Eu perguntaria, inicialmente, ao depoente se posso chamá-lo por senhor, não por V. S^a, por ser mais rápido?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Lógico.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Se o senhor puder responder rapidamente, não precisa explicar muito, não, só quando eu lhe pedir.

Eu queria que o senhor me explicasse, em poucas palavras, o que significa ser presidente de uma empresa.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Na área de comunicação?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não, presidente de uma empresa.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não, na área de comunicação é diferente.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Pode ser.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Na área de comunicação, é a pessoa responsável pela qualidade dos trabalhos e, geralmente, alguém da área de comunicação, e assim é com todos os grandes publicitários que a senhora conhece.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Mas o senhor há de convir que um presidente controla sua empresa, seja ela de publicidade ou não.

A resposta é simples: sim ou não.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – O nome “presidente”, e não agência de propaganda, é porque é aquele que conversa sobre o assunto de propaganda, porque todo relacionamento é feito com ele. Então, normalmente não é com o financeiro, não é com aquele que organiza, que comanda.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Mas o financeiro não deixa de falar com o senhor nunca. Concorde? O senhor é o presidente.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Como?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O financeiro não pode fazer nada sem falar com o senhor.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não, quando ele é sócio, ele compartilha, mas as decisões...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Compartilha.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – É, ele compartilha.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Então o Marcos Valério compartilha com o senhor?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Eu já falei que...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não, é só isso: sim ou não.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Algumas coisas ele nunca revelou. Eu preciso falar. Algumas coisas ele nunca revelou.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Está certo. Vamos continuar.

O senhor disse, no começo, que o senhor era um “homem da prancheta”. Quero lhe dizer que, além disso, o senhor é um homem extremamente preocupado com as suas palavras, talvez porque seja publicitário. Vou dar alguns exemplos disso.

Quando o Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, logo pela manhã, perguntou se o senhor alguma vez tinha sacado R\$100 mil, o senhor respondeu: “Nunca pedi para sacar R\$100 mil para mim”.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Lá na agência...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Desculpe-me, mas tenho a mania de escrever e colocar entre aspas. O seu advogado sabe.

Eu queria refazer a pergunta do Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto. O senhor sacou então... O senhor mandou ou soube que foram sacados mais de R\$100 mil para quem?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Isso foi falado para todo o Brasil...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não, não. Para quem?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – ...que foram sacados...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não, não, não. O senhor autorizou o saque para quem? O senhor disse para o Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto que nunca o senhor pediu para sacar para o senhor, e parou por aí. Ele não tinha perguntado isso. Eu quero saber a quem o senhor autorizou...?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não, eu respondi assim... Porque eu disse que normalmente não saco dinheiro...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Esquece o Deputado Antonio Carlos. A minha pergunta

é simples: o senhor alguma vez mandou sacar mais de R\$50 mil para alguém?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Para alguém, não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Para qualquer pessoa.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Para ninguém?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Para alguém, não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Para uma empresa? Para alguma empresa? Para algum partido político?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não! Não! Não!

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Para nenhuma empresa?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O senhor – sim ou não – aceita ou não fazer acareação com a D^a Zilmar?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Acareação com a D^a Zilmar?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Sim ou não?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Sim. Não faz o menor sentido.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Mas o senhor aceita?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Sim.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – É porque o senhor não respondeu. O senhor enrolou, enrolou e saiu...

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não enrolei, não. Eu falei a verdade.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Desculpa. Eu faço o meu juízo e o senhor depõe.

O senhor disse que... Agora deixe-me lhe fazer algumas perguntinhas. O senhor pode me informar... Isso foi um companheiro que mandou pela internet. Como passei o dia inteiro sentada ali, ao computador, ele pergunta o seguinte: se o senhor, por acaso, tem ciência de que teria sua empresa como fornecedora ou se teria procedido a algum pagamento para uma empresa de nome Matisse.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Matisse?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – É.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – A minha empresa SMP&B, nunca.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Alguma outra empresa do grupo?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não sei.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O senhor não sabe responder?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não sei. Matisse é uma agência de publicidade.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Mas o senhor nunca fez nenhum repasse... Quer dizer, as empresas ligadas ao grupo de vocês não fizeram?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não, eu não tenho grupo. Eu só tenho uma empresa.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – A sua empresa nunca fez?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – A minha empresa...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Mas o senhor não poderia dizer a mesma coisa das empresas do Dr. Marcos Valério?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não, não posso dizer.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Está certo.

Quanto à Espaço Digital o senhor poderia informar?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – A minha empresa? A SMP&B?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – A sua.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Empresa?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – É.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Espaço Digital?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – É.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – O que é Espaço Digital? Só para eu entender.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – É o nome de uma empresa, senhor.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – A SMP&B deve pagar pelo menos a uns quatro ou cinco mil fornecedores por ano.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não, eu quero que o senhor me diga... O senhor não sabe responder. É isso?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Eu não quero incorrer em algum erro aqui dizendo que paguei. Nem sei que empresa é essa. Não posso afirmar.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Mas o senhor sabe que à Matisse tem certeza de que não.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Porque a Matisse é uma agência de publicidade muito conhecida e certamente seria fácil conhecer.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Sim.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Agora, Espaço Digital, eu até digo que acho que não, porque eu não conheço, não me lembro desse nome como fornecedor. Espaço Digital?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Ou qualquer pagamento? Nenhum? Nada?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Espaço Digital?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Isso, Espaço Digital.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não sei, não, senhora.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não se lembra. Está certo.

O senhor responde a dois processos. De um já se falou aqui. Eu vou para o outro processo.

O senhor é acusado de ter se utilizado de R\$5.861.441,91 – pelo menos este é o valor da causa –, ilicitamente, na prestação de serviços de publicidade junto à Fundacentro.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Isso foi falado aqui.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – A Fundacentro é a fundação do Ministério do Trabalho. O senhor poderia nos fornecer mais dados sobre o assunto?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Esse processo tramita na Justiça.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Eu sei que tramita na Justiça.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – É uma acusação de serviço não prestado. A defesa diz que o serviço foi prestado.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Isso eu já sei. Eu quero que o senhor faça a sua defesa aqui.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – A senhora está perguntando, então, o quê? Não entendi.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Eu quero saber o que aconteceu. Por que o senhor foi acusado de utilizar dinheiro público de forma ilícita na prestação de serviço de publicidade da Fundacentro?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não sei. A Justiça vai concluir isso.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não, mas aqui... Senhor depoente, deixa eu dizer para o senhor o seguinte: esta Comissão, aliás, esta Casa, neste momento está reunida uma comissão parlamentar de inquérito, portanto de investigação.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Sim.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Independentemente do que possa ocorrer no Poder Judiciário, esta é uma atividade do Poder Legislativo. Uma parlamentar está lhe perguntando e quer resposta.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Eu sou presidente de uma empresa que está envolvida nesse processo...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Por quê? Então, efetivamente, quais são...

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Porque eles alegam que há serviços que não foram feitos, e os serviços foram feitos.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Foram feitos?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – As defesas estão lá.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O senhor, então, confirma que foram feitos serviços para a fundação do Ministério do Trabalho Fundacentro?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – A SMP&B ganhou a licitação, foi feita uma licitação, e trabalhou durante muitos anos. Eu não ficava em São Paulo e tratava desses assuntos diretamente. Havia pessoas que tratavam desses assuntos. Meu nome está envolvido nisso como presidente da empresa, e isso está na Justiça e está sendo tratado. Todas as questões que estão sendo levantadas aqui, até onde participei com meus funcionários, de tudo que está sendo feito... O serviço era feito, entregava o serviço, tem uma outra empresa que trabalhou junto que também está sendo questionada...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – A do Sr. Humberto Carlos Parro?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não, acho que esse era o presidente.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Marco Antônio Seabra de Abreu Góis?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não, esse também era diretor lá.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Esses dois são diretores da empresa?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Da Fundacentro.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Essa empresa é a Quality?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Quality.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Comunicações Ltda? É isso?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Sim.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Para complementar depoimentos que o senhor acabou não respondendo, vou voltar a perguntar.

O senhor disse... O Deputado Coronel Fraga que lhe perguntou: “V. S^a sabia que o seu sócio, Marcos Valério, tinha encontros constantes com Marcos Flora, ex-Secretário Executivo da Secom?” O senhor disse: “Encontros constantes, não”. Então vou refazer

a pergunta: o senhor poderia nos informar qual a assiduidade dos encontros entre o Sr. Marcos Valério e o Sr. Marcos Flora?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não posso informar qual a assiduidade.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Mas existiam encontros?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Uma vez ou outra ele me comentou.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Comentou o quê?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Que tinha encontrado com o Marcos Flora.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Para quê?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Tem algum problema encontrar com uma pessoa pública que todas as agências encontram?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não, claro que não. Por isso que estou perguntando.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Então, não estou entendendo o motivo dessa pergunta.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Mas o senhor não tem que entender o motivo. Quem está investigando aqui não é o senhor, somos nós.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Eu queria dizer a V. S^a que o senhor pode ter direito até a silenciar ou dizer que não sabe, mas V. S^a não pode fazer uma outra pergunta à Deputada. V. S^a então responde como quiser.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – É a primeira vez que venho. Desculpem-me.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não, o senhor já está desculpado. Vamos continuar.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Mas o tempo de V. Ex^a já está...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Juro que vou terminar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – O tempo de V. Ex^a não é de cinco minutos, não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Eu sei. É o hábito.

Vamos lá.

O senhor disse, respondendo ao Deputado Murilo Zauith, textualmente, portanto há minutos atrás – não deve se esquecer –, que a conquista de clientes é uma função de todos na empresa e que as contas do Distrito Federal, as contas de Minas Gerais, as contas da maioria das empresas privadas não existe contato do Sr. Marcos Valério.

A pergunta é simples: o que o Sr. Marcos Valério fazia na empresa?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – O Marcos Valério entrou na sociedade...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Só para mexer com as contas do PT?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – ...entrou na sociedade quando eu trouxe um sócio e cuidou da área financeira, continuou cuidando da área financeira.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não era a Simone que cuidava da área financeira?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – A Simone é subalterna. A Simone é, na verdade, uma diretora abaixo do Marcos Valério. O Marcos Valério era o sócio responsável pela área. A Simone foi contratada para fazer o dia-a-dia da empresa na área financeira. O Marcos Valério comanda só a área financeira e administrativa. Ela se reporta a ele.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Então, o senhor diria que o presidente da empresa, que é o senhor, assina os cheques que o Marcos Valério manda assinar; pega quinze milhões e meio e transfere para Dona Zilmar, porque o seu sócio, o diretor-financeiro, manda, e o senhor não sabe de nada?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O senhor nunca soube de nada?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não. Dos quinze milhões para o Sr. Duda, não. Agora eu sei.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Agora o senhor sabe que, quando chegar em casa, vai apanhar.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não, não, eu já falei...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Deixe-me completar, deixe-me terminar a frase. O senhor vai ter que pagar, dos seus bens pessoais, pelo menos 25 milhões. Se o senhor falou que a sua família estava triste, ela, depois da reunião de hoje, está desesperada. Como o senhor explica para um monte de Deputados e Senadores que estão aqui desde a manhã, se não estão sentados neste momento aqui, estão nos seus gabinetes, ou como o senhor quer que nós acreditemos que o Sr. Santo gosta muito da prancheta, mas não sabe que na sua empresa se devem 100 milhões, que 15,5 milhões são repassados? Agora vou chamá-lo de V. S^a: como V. S^a não sabe o que acontece na empresa que preside?

Sr. Presidente, eu fico absolutamente agradecida a V. Ex^a pelo tempo. Cheguei à conclusão, nobre Relator Abi-Ackel, mais uma vez, mesmo não sendo da Comissão, apenas porque gosto do tema, eu diria a V. Ex^a que, ou V. Ex^{as} passam a ouvir as testemunhas para acusar os senhores indiciados ou, decididamente, vamos passar horas e horas, meses e meses, e não

vamos chegar a nada. É absolutamente nítido que o depoente mente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Amir Lando, Sr. Relator, Deputado Ibrahim Abi-Ackel, Sr. Cristiano Paz, muito provavelmente esta Comissão vai chegar a algumas conclusões a partir de tudo que está estudando, relativamente à questão da publicidade realizada por órgãos de Governo, seja o Governo Federal propriamente dito, seja através das diversas empresas públicas.

Ainda há pouco, ouvimos o Deputado Geraldo Thadeu dizer que algumas idéias ele está preparando. Acredito que os nossos Relatores, Deputado Ibrahim Abi-Ackel e Deputado Osmar Serraglio, já estejam sendo instados a pensar, porque são muitas as pessoas que estão a nos dizer: mas, afinal, qual é a necessidade de órgãos públicos fazerem publicidade ao nível que tem sido feito? Será que não seria melhor limitar? Será que não seria melhor, eventualmente, até proibir que haja a publicidade que parece inadequada, exagerada?

Vou citar aqui um órgão do Governo Federal, o Ministério do Meio Ambiente. Não vemos que o Ministério do Meio Ambiente, sob a direção da Ministra Marina Silva, esteja procedendo. E lá, eu até perguntei ontem, é zero a publicidade. São tão poucos os recursos para os diversos programas, que a Ministra Marina nem considera gastar em publicidade.

Em alguns setores, V. S^a há pouco dizia, como no Ministério do Esporte, houve um contrato, mas relativamente pequeno.

Certamente compreendemos quando o Ministério da Saúde precisa informar à população de algo essencial. Digamos, chega o momento das vacinas para a população, e é importante informar que está na época de proceder a tais tipos de vacinas e informar bem a população como chegar aos postos de saúde e realizá-las.

O Ministério do Desenvolvimento Social poderá, em alguns momentos ou regularmente até, informar, mas de maneira objetiva, alguns direitos da cidadania. Por exemplo, quais são as famílias que têm direito, segundo a lei, de receber bolsa-família, com tais e tais características e responsabilidades, do ponto de vista da família, e assim por diante.

Algumas empresas – e aí a empresa de V. S^a conheceu bem – precisam realizar algum tipo de informação, não do ponto de vista de competir com outros. A Empresa de Correios e Telégrafos não precisa competir com outras; precisa prover alguma informação de inte-

resse público, mas não realizar um tipo de publicidade, como a Coca-Cola faz **versus** competidoras, como as que vendem guaraná, e assim por diante.

Gostaria de perguntar, à luz de toda essa experiência, é se tem alguma recomendação. Vamos supor que esta CPMI lhe estivesse perguntando qual a sua recomendação do ponto de vista da publicidade dos órgãos oficiais, seja do Poder Executivo diretamente, seja de empresas como o Banco do Brasil, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos; à luz de toda experiência, inclusive do problema que aqui acabou sendo gerado, seria o caso de o Governo e o Poder Legislativo, de nós pensarmos que está na hora de proibir a publicidade ou de delimitarmos de alguma maneira, pensando: publicidade pode ser feita, desde que estritamente voltada para aquilo que é do interesse público ou da população?

Qual é a sua reflexão a partir de toda a problemática que V. S^a e a sua empresa viveram neste tempo, e à luz do que poderá ser um aspecto positivo desta crise toda, das dificuldades que estão tendo V. S^a e todos os envolvidos? Quem sabe, possamos trazer luz para algo importante que fique para o futuro.

É essa a minha única indagação, Sr. Presidente. Acredito que ela será importante para aprendermos com a experiência em alguns momentos tão difíceis, preocupantes, que nos trouxeram tristeza. Vamos aprender com a experiência que estamos vivendo.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Eu considero a publicidade um segmento absolutamente importante da economia. Todos os países desenvolvidos – Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha, França, Japão –, seus governos utilizam da ferramenta da comunicação como se utiliza no Brasil. Os métodos de fiscalização têm que ser sempre apurados. Sempre. Mas eu não acho. Eu acho que todo ato praticado por uma administração pública deve ser de conhecimento do cidadão brasileiro, que votou e quer conhecer os rumos da administração ou como estão sendo trabalhados os recursos com que contribui.

Veja bem, Senador, a Câmara dos Deputados, como exemplo. Eu ouvi aqui alguns Deputados falarem que achavam um absurdo a Câmara dos Deputados investir dinheiro em comunicação. Eu vou dizer ao senhor: a Câmara dos Deputados não só deveria investir dinheiro em comunicação, como deveria considerar a possibilidade de fazê-lo da maneira absolutamente correta e pertinente com os trabalhos da Casa. Veja bem: se há um problema de imagem junto à população, eu não tenho a menor dúvida, porque atendo a Câmara dos Deputados – eu atendi até há pouco tempo. Sei, por exemplo, o que é debatido aqui, quantos trabalhos importantes e quantos temas fundamentais para a so-

cidade brasileira são discutidos aqui – e quando isso não vai para fora do País. O que ficam são exatamente esses problemas com os quais temos convivido.

Essa não é a verdade. Independentemente da conduta de um ou outro Deputado, a Câmara dos Deputados é uma instituição considerada, depositária da confiança dos brasileiros e tem, como dever democrático, de informar em que trabalha, o que faz e o que esses senhores eleitos pelo povo fazem em relação ao futuro da Nação. Deveria, entretanto, haver um meio oficial de divulgação, porque a TV Câmara e os meios que a Câmara dos Deputados tem não atingem o povo brasileiro, pois alcançam apenas as televisões a cabo e não as TVs abertas. Então, não é possível.

Não vejo problema algum nessa questão. Deve ser algo considerado. No caso dos Correios e Telégrafos, por exemplo, existe, sim, concorrência: o Sedex, por exemplo, concorre com a iniciativa privada – concorria com a Vaspex há muito tempo e concorre com a Varilog. É um serviço super-eficiente e, à medida que veicula a prestação e a seriedade do serviço, chama a atenção da população, que confia, cada vez mais, nos Correios e utiliza mais os meios que ele oferece. Evidentemente, os Correios faturam com isso, investem no trabalho e num melhor relacionamento com o serviço.

A Empresa de Correios e Telégrafos sempre investiu em comunicação. Lembro que comecei na propaganda há 33 anos e, desde que me conheço como publicitário, em toda pesquisa de opinião pública em que são avaliadas as empresas públicas, os Correios sempre foram admirados pelo cidadão brasileiro. Eles estão sempre colocados entre o primeiro, o segundo e o terceiro lugar como empresa que melhor presta serviços à sociedade.

Evidentemente, esse não é um fato novo. Os Correios anunciaram a vida inteira. Quanto a essa infelicidade que está acontecendo agora, eu não considero a área de comunicação envolvida nesse processo. Estou falando com toda a garantia. Se há um processo em andamento, certamente, será apurado, mas não será na conta de publicidade esse problema.

Com relação ao Banco do Brasil, não é preciso dizer que a competição com os outros bancos é muito grande. Penso que é necessário, sim, considerar sempre, com o maior cuidado, a questão das licitações, da vigilância e da prestação dos contratos e, principalmente, o resultado prestado pelas companhias a cada centavo investido nessas empresas. Existem meios legais para isso, mas essa vigilância deve ser permanente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Muito obrigado.

Concedo a palavra ao último orador reinscrito, Deputado Luiz Couto, pelo prazo de cinco minutos.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sr. Presidente, agradeço o reconhecimento da minha reinscrição. Como, na outra vez, eu deveria ter 15 minutos e só dispus de 10, V. Ex^a, então, recuperará esse tempo.

Sr. Cristiano, a sua empresa é acusada de, por meio do Sr. Marcos Valério, pagar uma mesada a diversos Parlamentares desta Casa. Deputados recebiam uma mesada de R\$30 mil mensais, paga por intermédio da empresa da qual V. S^a é sócio.

V. S^a confirma que havia pagamento de mesada para Deputados Federais em Brasília?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não sei disso.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Se V. S^a confirmasse que essa situação acontecia, eu perguntaria quais Deputados recebiam a mesada. Mas V. S^a disse que isso não ocorria.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não sei desse assunto.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não sabe?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não sei.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas, na sua empresa, V. S^a assinava o cheque. Havia algum cheque destinado a Deputado?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não. Não havia nem nome. Nunca assinei um cheque com o nome de algum Deputado.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Quem fez a indicação da Sr^a Simone Vasconcelos para diretora financeira da empresa?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Penso que foi o próprio Marcos Valério. Não sei quem fez a indicação dela, mas o Marcos a trouxe para a empresa.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Teria sido uma sugestão do Sr. Cláudio Mourão.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Eu ouvi. O Marcos falou isso ontem aqui, mas eu não sabia quem tinha indicado, não.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não sabia?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não sabia.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não sabia.

A Sr^a Simone tinha procuração para assinar cheque?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Quando havia dois sócios fora por viagem ou por qualquer outro motivo, passava-se uma procuração.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – E quem fornecia essa procuração? Quais dos sócios? Todos eles?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Normalmente, o Marcos Valério quando se ausentava, porque era ele quem se ausentava mais.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas a Sr^a Simone prestava contas a V. S^a dos cheques que assinava com o Sr. Marcos Valério? Alguns cheques eram assinados por ela e pelo Sr. Marcos.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Outros, por ela e Ramon.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sim.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Outros, por ela comigo; outros, Ramon comigo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Todos tinham essa prestação de contas dos cheques ou não?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não. Eles ficavam na contabilidade.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Ficavam lá.

Em que Município de Minas Gerais a DNA ou a SMPB tem contratos de publicidade?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Em Minas?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sim.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Hoje?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sim. Se já tiveram ou têm.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Já teve em Betim, em Contagem e numa outra cidade. Se não me engano, era Poços de Caldas ou Governador Valadares, mas essa não era da agência. Foi uma agência pequena que tínhamos incorporado chamada...?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – V. S^a depois pode lembrar-se e fornecer essa relação. Está certo?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Pergunto a V. S^a: a CPMI identificou um saque de R\$203 mil em favor de Paulo Menicucci contra a SMPB?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Sim.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – V. S^a tomou conhecimento desse saque?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Esse Paulo Menicucci era o coordenador da campanha financeira ou coordenador da campanha do João Leite, Deputado, à Prefeitura de Belo Horizonte. Esse foi um dos recursos que decidimos passar.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Foi uma doação de V. S^as?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Foi. Esse foi um dos recursos.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – V. S^a saberia explicar as razões de Menicucci, membro do PSDB de Minas Gerais, ex-secretário executivo do Ministério das Comunicações no governo anterior, ter continuado no atual Governo como diretor comercial dos Correios

exatamente na área responsável pela publicidade da empresa?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Quem é essa pessoa?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – O Sr. Paulo Menicucci.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – O que tem ele? Se eu sabia o quê?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Que ele continuou no atual Governo como diretor comercial dos Correios.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não sabia.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não sabia.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Ele já tinha saído, não? Não sabia.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Qual é a finalidade dos saques efetuados pelo Sr. Nilton Vieira Filho – R\$342 mil –, PSDB Nova Lima?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Esses saques foram feitos para um candidato à Prefeitura de Nova Lima.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Doação, no caso?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – São essas quatro que eu citei no início.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo. Cristiano Paiva Neves – R\$300 mil –, PSDB Contagem?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não. Isso não foi doação.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Mas tem.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Mas não é doação. Deve ser...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Então, para que foi isso? V. S^a não sabe dizer?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Cristiano Paiva Neves?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Cristiano Paiva Neves – R\$300 mil –, PSDB Contagem, e Aluísio Espírito Santo – R\$270 mil –, PSDB, assessor da Presidência da Assembléia Legislativa de Minas Gerais?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não. Esse Sr. Aluísio, na verdade, presta serviço ao mercado. Ele lida com contratos, com a parte de documentação.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Pois é. Mas esses cheques todos estão nas contas da SMPB no ano de 2004.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – O Aluísio prestou serviços para a SMPB. Vários serviços. Tenho a impressão de que ele participou...

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Como assessor da Presidência da Assembléia, trabalhando também para V. S^a?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não, mas ele é conhecido. Ele é *free lancer* no mercado nessa parte de licitações, várias licitações. Ele trabalhou nessa questão de documentação, levantamento de documentos.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo. Vou citar alguns nomes, e V. S^a nos diz se conhece essas pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Nobre orador, seu tempo já se esgotou há dois minutos.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Vou terminar, Sr. Presidente. É importante que ele diga se as conhece e se sabe dizer o que fazem: Carlos Alberto Malheiros Fialho?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não conheço.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não conhece?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não conheço.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Alcino Chaves Xavier Júnior?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Alcindo?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Alcino.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Alcino?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sim.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Existia um Alcino que, se não me engano, foi funcionário da DNA.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – DNA.

Andréa Cristina da Silva?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Andréa?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sim.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não sei. Andréa Cristina? Há uma Andréa que trabalha na agência. Aliás, há duas.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Sim. Secretária da SMPB.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – É telefonista, não?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo?

Wladimir Miranda e Silva?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não. Não conheço.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – V. S^a não conhece?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Ele é funcionário da SMPB ou não?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Wilhad Prestação de Serviços Ltda.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Como?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – É de uma empresa chamada Wilhad.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não conheço.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Não conhece. Para concluir, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – V. Ex^a já esgotou seu tempo.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Só farei mais uma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – É a última pergunta.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – É importante para concluir.

Segundo a **Folha de S. Paulo** de hoje, Jader Kalid, da Panorâmica Consultoria Financeira, seria o intermediário entre Davi Rodrigues Alves, Luiz Costa Lara e Francisco de Assis Novaes e Duda Mendonça e Zilmar Fernandes. Por outro lado, em 2002, conforme os dados enviados à CPMI pelo Banco Rural, consta que V. S^a, na qualidade de pessoa física, emitiu um cheque em favor de Jader Kalid.

O que V. S^a tem a dizer sobre esse assunto?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não sei.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Foi um cheque de R\$25 mil e outro de R\$11 mil. Dois cheques.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não sei. Eu já paguei a muitas pessoas. Não sei por que esse cheque foi parar na mão do Sr. Jader. Nunca paguei a ele nada.

O cheque foi feito para ele? Nominal a ele?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Para ele.

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Nominal a ele?

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Para Jader Kalid. Dois cheques.

V. S^a não sabe a razão?

O SR. CRISTIANO DE MELLO PAZ – Não sei, mas posso procurar saber.

O SR. LUIZ COUTO (PT – PB) – Certo. Muito obrigado, Sr. Presidente. Teria outras perguntas, mas respeitarei o sono de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Foram mais de 10 minutos.

Concedo a palavra ao Exm^o Sr. Deputado Osmar Serraglio, Relator da CPMI dos Correios.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, falo apenas mais uma vez, porque não queremos incidir num equívoco com consequências muito fortes.

A CPMI dos Correios alerta que houve uma interpretação equivocada do laudo pericial em relação às informações remetidas pelo Banco Rural. Está co-

nosco um perito em informática da Justiça Federal, que examinou novamente as informações advindas e confirma que, nem remotamente, se pode fazer referência àqueles dados traduzidos em cerca de 30 mil informações equivocadas. Pelo laudo, seriam 143, mas, ainda assim, hipoteticamente, num universo de 52 mil dados e, portanto, no parâmetro tolerável de discrepância.

Fica esse registro e essa ressalva.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Agradeço a presença de todos os Srs. Membros das duas CPMIS e demais Parlamentares. Agradeço a presença do depoente. Muito obrigado a todos.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 23 horas e 58 minutos.)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN,
PARA INVESTIGAR AS CAUSAS
E CONSEQUÊNCIAS DE DENÚNCIAS
E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS
POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS
– EMPRESA BRASILEIRA
DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

Ata da 25ª Reunião, realizada em 11/08/2005.

Aos onze dias do mês de agosto do ano de dois mil e cinco, às doze horas e vinte minutos, na sala 02 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Delcídio Amaral, e ainda com as presenças dos Senhores Senadores Heráclito Fortes, César Borges, Álvaro Dias, Ideli Salvatti, Sibá Machado, Luiz Otávio, Ney Suassuna, Fernando Bezerra, Heloísa Helena, Efraim Moraes, Arthur Virgílio, Romeu Tuma, e Garibaldi Alves Filho e os Senhores Deputados Carlos Abicalil, Jorge Bittar, Mauricio Rands, Asdrúbal Bentes, Osmar Serraglio, Antonio Carlos Magalhães Neto, Onyx Lorenzoni, Eduardo Paes, Fernando Diniz, Eduardo Paes, Gustavo Fruet, Arnaldo Faria de Sá, Juíza Denise Frossard, Pompeo de Mattos, José Eduardo Cardozo, Jamil Murad, Alberto Fraga, Silvio Torres, Carlos Sampaio, Geraldo Thadeu e João Fontes reúne-se a COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN, PARA INVESTIGAR AS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DE DENÚNCIAS E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS – EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os

trabalhos da vigésima quinta reunião e informa que a mesma se destina à oitiva da Sra. Zilmar Fernandes da Silveira. Informa também que o Sr. José Eduardo Cavalcanti de Mendonça (Duda Mendonça) apresentou-se espontaneamente e declarou que deseja prestar esclarecimentos em solidariedade à Sra. Zilmar, sua sócia na empresa de publicidade que mantém na cidade de Salvador, no Estado da Bahia. Inicialmente, usou da palavra a Sra. Zilmar, que fez um breve relato sobre sua vida profissional. Em sequência foi chamado o senhor Duda Mendonça, que também fez uma explanação sobre o funcionamento de sua empresa e como a mesma atua em campanhas políticas no Brasil. A Presidência convidou a Sra. Zilmar para retornar à reunião para que fosse argüida, juntamente com o Senhor Duda Mendonça. Em seguida foi concedida a palavra ao Relator Deputado Osmar Serraglio, para suas arguições aos depoentes, tendo sido seguido pelos seguintes parlamentares: Senadora Heloísa Helena, Senador César Borges, Deputado Pompeo de Mattos, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, Deputado Onyx Lorenzoni, Deputado Arnaldo Faria de Sá, Deputado Mauricio Rands, Senadora Ideli Salvatti, Deputado Eduardo Paes, Senador Álvaro Dias, Deputado Carlos Abicalil, Deputado Asdrúbal Bentes, Deputado Carlos Sampaio, Senador Fernando Bezerra, Senador Pedro Simon, Deputado Alberto Fraga, Senador Arthur Virgílio, Deputado Sílvio Torres, Deputado José Eduardo Cardozo, Deputado João Fontes, Deputado Fernando Coruja, Deputado Alberto Goldman, Deputado José Carlos Aleluia, Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, Deputado Julio Redecker e Deputado José Rocha. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às vinte e duas horas e quinze minutos. E, para constar, eu, *Wanderley Rabelo da Silva*, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da presente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Havendo número regimental, declaro aberta a 25ª reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada por intermédio do Requerimento nº 3, de 2005, do Congresso Nacional, para investigar as causas e consequências de denúncias e atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Esclareço que a pauta desta reunião destina-se à oitiva da Srª Zilmar Fernandes da Silveira.

Gostaria de registrar a V. Exªs que o Sr. Duda Mendonça hoje se apresentou, espontaneamente,

informando a esta Mesa Diretora que tem a intenção também de depor sobre o assunto a ser tratado na audiência da CPMI dos Correios. Esta Mesa Diretora acatou esse pedido de depoimento espontâneo do Sr. Duda Mendonça.

Nós chamaremos, agora, inicialmente, para a oitiva, a Sr^a Zilmar Fernandes da Silveira. Após esse depoimento, que vai durar de quinze a vinte minutos, a Sr^a Zilmar saíria da sala e ficará aguardando a exposição do Sr. Duda Mendonça. Depois, eu chamaria os dois para que respondam às perguntas dos Parlamentares.

Quero também registrar que nós tivemos hoje um diálogo com relação às inscrições a respeito de uma lista não-oficial, assinada logo no início da manhã por alguns Parlamentares que chegaram mais cedo para se preparar para o depoimento, e de uma lista oficial. Eu peço a compreensão de todos porque vou administrar de uma maneira salomônica essa divergência. Mas, amanhã, como fruto de uma reunião que faremos com a assessoria técnica da CPMI, deixaremos muito clara essa disciplina das listas, para que não tenhamos problemas.

Por isso eu peço a V. Ex^{as} paciência com o Presidente e com o Relator, porque tentaremos administrar as duas listas dentro da maior justiça possível. Eu peço a compreensão de todos os Deputados e Deputadas, Senadoras e Senadores.

Chamo à Mesa a Sr^a Zilmar Fernandes da Silveira para seu depoimento.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Não darei nenhuma... Nós vamos começar os trabalhos, pelo adiantado da hora.

E quero registrar que a Sr^a Zilmar Fernandes da Silveira prestará o depoimento como testemunha. Aqui já se encontra, com a Mesa Diretora, o Termo de Compromisso assinado pela Sr^a Zilmar Fernandes, nos termos do art.203, do Código de Processo Penal.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, não haverá inquirição, é isso?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, para uma questão de ordem, art.131.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – O Deputado Arnaldo Faria de Sá vai perguntar o nome dos advogados. Eu já vou me adiantar, meu caro Deputado Arnaldo Faria de Sá, para dar o nome dos advogados.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Eficiente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Vamos aprendendo com o passar do tempo, Deputado.

O advogado da Sr^a Zilmar é o Dr. Pedro de Abreu Dallari.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, questão de ordem, art.131 do Regimento Comum.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Eu não darei questões de ordem e vou iniciar a reunião.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, desculpe, pela ordem o senhor pode não dar, mas...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Não darei questão de ordem hoje.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Pela ordem o senhor pode não dar, mas questão de ordem o senhor tem que dar. Desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Porque nós temos muito tempo pela frente e muitas pessoas inscritas.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – É relevante e eu vou insistir com V. Ex^a porque está no Regimento da Casa.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Presidente, tem dois advogados.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – É questão de ordem, art.131.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – V. Ex^a recorra. Eu vou passar a palavra...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, são dois advogados. O senhor falou em nome de um só.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, questão de ordem (art. 131). Vou insistir com V. Ex^a. Tenho contribuído com V. Ex^a. Esse é um direito parlamentar que tenho, Sr. Presidente, assim como eu, qualquer Senador, e o Regimento da Casa é para ser cumprido, inclusive pelo senhor. E em qualquer momento da reunião o art. 131 me garante...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Cite o dispositivo, Deputado Ônix, porque, aparentemente, V. Ex^a é recorrente. Todo início de reunião...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Art. 131. Não. O senhor (não?)tem que fazer juízo de valor do meu mandato parlamentar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Todo início de reunião V. Ex^a pede a palavra pela ordem, e depois os trabalhos começam a ficar prejudicados com o tempo.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, vou retornar, com respeito a V. Ex^a e exijo o mesmo respeito comigo, do senhor e do seu assessor.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Sr. Deputado, qual a dúvida de V. Ex^a, qual é a questão de ordem?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Estou fazendo uma questão de ordem do art. 131 do Regimento Comum.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – E qual dos parágrafos que V. Ex^a...O art. 131 fala, única e exclusivamente, Deputado, questão de ordem. E daí?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – A questão de ordem é no § 1º. Ela deve ser objetiva e é o que ela vai ser, porque diz respeito aos trabalhos desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – E indicar o dispositivo regimental pelo § 1º, meu caro Deputado Ônix.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Art. 131, § 1º. Estamos claramente indicando que esse é um direito...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Qual é o dispositivo, Deputado Ônix?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O art. 131, § 1º.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – O dispositivo regimental que o senhor precisa avocar.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Dá a palavra a ele, Sr. Presidente, que resolve mais facilmente. Dá logo, deixa ele falar.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Se não há condições de se avocar o dispositivo regimental, passo a palavra a Sr^a Zilmar Fernandes, para fazer o seu depoimento.

V. S^a, Sr^a Zilmar Fernandes, tem de 15 a 20 minutos para expor.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Presidente, art. 131 e art. 14 do Regimento do Senado, letra “b”.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, o senhor falou o nome de um advogado e são dois.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Novamente, o art. 14 trata de uso da palavra. Pelo amor de Deus! Vamos ter bom senso e lógica nas coisas. Com a palavra a senhora Zilmar Fernandes.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, a Sr^a Zilmar Fernandes tem dois advogados, e o senhor disse o nome de um só.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Aprendi a lição pela metade, Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Então complete a lição agora.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – O outro advogado: Dr. Aldo de Campos Costa.

Com a palavra a senhora Zilmar Fernandes.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, art. 131 conjugado com o art. 14 do Regimento Comum, letra “b”. (Apupos.)

Sr^{as} e Srs. Parlamentares, estou avocando um direito que pode, em algum momento da vida parlamentar de cada um dos senhores e das senhoras, estar diretamente relacionado com o exercício do mandato parlamentar de cada Senador e de cada Deputado. Não vou, por uma atitude autoritária da Mesa Diretora dos trabalhos, calar o direito que recebi dos eleitores do meu Estado. Portanto, não vou ficar aqui sendo submetido a esse processo, porque estou na defesa de um direito que é de todos. Hoje sou eu, amanhã pode ser qualquer um daqueles que hoje estão questionando o procedimento que tenho. Pode ser até que o Senador Delcídio um dia esteja numa comissão que eu presida e, com certeza, vou lhe garantir esse direito, que é seu, que o senhor conquistou nas urnas, assim como eu.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Mas o senhor usou o dispositivo errado.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Desculpe, Senadora, mas não usei o dispositivo errado. O art. 14 do Regimento Comum, na letra “a”, diz o seguinte: “Pela ordem, para indagação sobre andamento dos trabalhos, reclamação quanto à observação do Regimento, indicação de falha ou equívoco.” Portanto, quero dar só uma contribuição, apenas isso.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Então todos nós esperamos a contribuição de V. Ex^a.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Objetivamente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Objetivamente, muito bem lembrado.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Como sempre tenho colaborado com os trabalhos de V. Ex^a.

Vou voltar, com tranquilidade e serenidade a dizer qual é o ponto. Ontem – o senhor não estava presente e por isso queria falar na sua presença, lá na reunião mista entre as duas CPMLs –, solicitei ao nobre Relator desta Comissão e ao Relator Ibrahim Abi-Ackel,

e quero fazer isso dentro da CPMI da qual sou titular, que o Requerimento nº 700, que diz respeito a toda e qualquer ação das pessoas que estão identificadas aqui na CPMI, com a possibilidade de ter havido envio de recursos para fora do Brasil em *off-shores*, seja imediatamente, Sr. Relator, adotado por V. Ex^a a solicitação junto ao Ministério da Justiça e ao Ministério da Fazenda para que façam a identificação dessa relação de noventa nomes, Presidente. Isso é fundamental que seja feito. E, ao longo do depoimento de hoje, isto vai ficar mais uma vez repisado: a importância de que isso seja feito.

Na medida que seja adotado por V. Ex^a, evita-se, Sr. Relator, a votação. É esse o ponto que estou apelando. E a segunda coisa que quero trazer – e concluo com isso, Presidente, em menos de um minuto – é que há necessidade de providências enérgicas desta Comissão em relação ao Banco Rural, como ficou comprovado ontem.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Absolutamente registrado. Quero caracterizar aqui: o que foi colocado não se trata de uma questão de ordem e vou passar a palavra à Sr^a Zilmar Fernandes, que tem de quinze a vinte minutos para sua exposição.

Com a palavra a Sr^a Zilmar Fernandes.

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA – Bom dia, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas e Senadores e Senadoras...

A SRA. HELOÍSA HELENA (P–SOL – AL) – Está horrível o som.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Por favor, o som mais alto.

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA – Obrigada.

Em primeiro lugar, gostaria de dizer...

Posso falar mais alto. Está bem assim? Ok. Melhorou? Ok, porque acho que não cheguei muito próximo.

Meu nome é Zilmar Fernandes da Silveira, eu sou publicitária, comecei minha vida na propaganda trinta anos atrás, em São Paulo, e depois fui para a Bahia, em 1976. Logo me tornei sócia do Duda quando fundamos a DM9 Propaganda, em 1976, agência baiana, e fizemos um bom trabalho no mercado baiano, fizemos bastante sucesso conquistando prêmios, Festival de Cannes.

Durante todo esse período, trabalhamos juntos, na área de agência de propaganda.

Em 1986, com a abertura e com as campanhas para Governador, o Duda começou a ser convidado e começou a trabalhar nas campanhas políticas. O Duda começou por Roberto Santos, e eu me integrei

quando fizemos a campanha do Professor Josaphat Marinho, na Bahia. A partir daí, nós começamos a fazer campanhas políticas ainda de uma forma solta, não dentro da agência Duda Propaganda, que tinha ali a DM9, que, na época, tinha os seus clientes privados e governamentais, e fazíamos as campanhas políticas. Nos afastávamos da agência, tínhamos um grupo de pessoas, de profissionais, e o Duda dirigia as campanhas.

A partir de 1992, viemos para São Paulo e montamos, então, a Duda Propaganda. Nós vendemos a nossa participação na DM9 Propaganda e viemos para São Paulo em 1992, e fizemos a nossa agência chamada Duda Propaganda, agência de publicidade, atendendo varejo, mercado imobiliário, segmentos onde éramos especialistas, *experts*, porque, na Bahia, naquela época, havia três segmentos de produtos ou de clientes para as agências de propaganda: o varejo, o mercado imobiliário e o governamental. Na verdade, na Bahia, nós não tínhamos clientes com produtos do tipo carros, telefones, sabonetes; o nosso mercado era um mercado na linha de varejo, na linha governamental e na linha do mercado imobiliário. E aí nos tornamos muito bons nessas áreas, exportamos e viemos para São Paulo com essa nossa *expertise*.

Então, a partir de 1992, nós fundamos a Duda Propaganda e, a partir de São Paulo, começamos a atender ao mercado desses segmentos que mencionei.

Ainda em 1992, montamos, então, agrupamos as campanhas políticas numa outra empresa.

Na verdade, nunca colocamos as campanhas políticas, os trabalhos partidários e da área política dentro da agência Duda Propaganda. Por quê? Não era simplesmente por não querer trabalhar com *marketing* político não, é por duas razões, primeiro para separarmos os caixas de um forma clara, objetiva, para que pudessem ser abertas e se ver claramente, e o mais importante é que os profissionais de uma área nem sempre são os mesmos, ou com as mesmas especialidades da outra.

Então, por exemplo, na agência de propaganda você tem os diretores de arte, os diretores de criação, os redatores, pessoal de produção, de mídia, de televisão; e na área de *marketing* político as campanhas elas tem como foco os jornalistas, os estrategistas, as pessoas da área de pesquisa. Tem também produção de eletrônica, mas eles não são os principais, eles não são os fundamentais. Você, naquele momento, você agrupa. As campanhas políticas também são sazonais; elas eram de um determinado período e, a partir de um determinado tempo, ela passou a ser de dois em dois anos. E nesse meio tempo nós fazemos assessorias e consultorias.

Então, em primeiro lugar gostaria de dizer qual é a minha profissão, de onde venho. Venho da Bahia com o Duda, somos sócios há 30 anos, somos como irmãos, nos admiramos. O Duda é uma pessoa incrível, de um coração fabuloso, eu posso dizer isso porque como sócio há trinta anos não restaríamos juntos se eu não o considerasse, uma relação fantástica que temos de amizade, de respeito e, antes de mais nada, de caráter e de ética.

Também mostrar para os senhores a formatação que temos desde 1992 e a partir de 2001. Temos três empresas com objetos, com trabalhos e com equipes bastante diferenciadas e claras e que vocês podem ver não só por eu estar dizendo, mas pelos contratos, pela contabilidade, pelas contas bancárias. Vou dizer e V. Ex^{as} podem comprovar isso olhando pelos dados que temos.

A Duda Propaganda, que é a agência de propaganda que vem lá desde 1976, como DM9, sucessora dos seus direitos autorais e que hoje é Duda Propaganda. A CEP – Comunicação e Estratégia Política LTDA, que é a empresa que só faz trabalhos para o *marketing* político: campanhas eleitorais, programas partidários, acessória, tudo que diz respeito aos partidos ou candidatos a cargos eletivos, ou pré-candidatos.

Temos também uma empresa chamada Promark. Essa é uma empresa que faz somente consultoria. Porque essa empresa pode fazer consultoria simplesmente a consultoria estratégica, quer seja para clientes privados e clientes governamentais. Quando querem uma consultoria de um diagnóstico, de uma orientação de *marketing* e de estratégia para determinado lançamento de produtos, e que não é exatamente, por exemplo, uma campanha. Então, se tenho um cliente que tem campanha de propaganda, é a Duda Propaganda que é a sua agência. Se eu tenho um cliente e que é institucional e que ele tem ou um problema, ou uma necessidade de orientação estratégica de *marketing* a Promark faz a consultoria. E tudo que diz respeito à parte eleitoral é feito pela CEP.

Essas três empresas têm a mesma formatação societária: o Sr. Duda Mendonça, Zilmar Fernandes da Silveira e dois outros sócios, Eduardo Freia e Eduarda. Elas têm a mesma formatação, porque somos os quatro sócios principais das empresas e que conduzimos essas empresas. Elas têm equipes, escritórios, toda a sua equipe é separada. O elo dessas três empresas são os seus sócios, que também são executivos. O Duda é o executivo da estratégia e da criação das três empresas. A Zilmar é a Diretora da área de atendimento. A minha formação na área de publicidade é o que a gente chama de atendimento ao cliente. O que é o atendimento ao cliente? Eu sou o elo. Eu sou o porta-

voz entre o cliente e a agência. Sou a diretora que vou à primeira reunião, discuto os problemas, converso com o cliente, vejo a necessidade de uma reunião de *briefing* mais detalhada ou não, levo o problema para dentro da agência. A minha equipe de atendimento, quer seja da agência de propaganda, quer seja da CEP, se for um cliente da área de *marketing* político, passa a atender executivamente aquele cliente. Discuto os contratos, converso sobre os negócios, apresento a campanha, apresento o planejamento de mídia, negocio com os clientes e a nossa equipe de executivos, quer seja da área de atendimento, de mídia, de produção ou de coordenação faz o trabalho executivo do dia-a-dia.

O Duda é o nosso sócio majoritário e diretor da área de estratégia e de criação. Ele é o diretor de criação. Então, temos uma equipe de criação, na Duda Propaganda, que, quando temos um lançamento ou uma campanha a ser feita, ele dá as diretrizes principais daquela campanha e a equipe de criação da agência daquele cliente faz isso. Se é da área de *marketing* político, a equipe de criação da área de *marketing* político, com ele, faz essa criação.

Então, eu gostaria de explicar, de uma forma bastante didática, para que os senhores tivessem a informação e o conhecimento. Tudo isso que estou dizendo vocês podem comprovar verificando não apenas, como eu já disse, os nossos contratos sociais, os nossos escritórios, nosso pessoal, nossos balanços, nossa contabilidade e nossos relatórios. Essa é a forma como trabalhamos.

Acho que, basicamente, essa é a apresentação que eu queria fazer. Queria dizer que nós, eu e o Duda, conversamos bastante sobre todos esses assuntos, porque de todos os negócios nós tratamos juntos, muito junto eu e ele. Quero dizer que estamos prontos para colaborar e para dizer toda a verdade do que é necessário e os senhores gostariam de saber.

Estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Gostaria de informar à Sr^a Zilmar que chamaríamos o Sr. Duda Mendonça agora, para fazer uma breve exposição e, terminada a exposição do Sr. Duda Mendonça, os dois ficariam na Mesa Diretora dos trabalhos para que começemos a questionar. Primeiro, o Relator, depois os inscritos farão perguntas, tanto para a Sr^a Zilmar quanto para o Sr. Duda Mendonça.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P–SOL – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Pois não, Senadora.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P–Sol – AL) – Gostaria de fazer um apelo a V. Ex^a, até por economia processual: que a Sr^a Zilmar pudesse tratar um pouco,

também numa breve explanação, da motivação que a trouxe aqui. Ela fez uma belíssima explanação sobre a empresa. Nós quase ficamos tentados a contratá-la – não teríamos dinheiro para isso. Mas faço um apelo para que ela faça uma breve exposição sobre a motivação que a trouxe à Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Ela foi convocada.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senadora Heloísa Helena, acho que o importante seria o Sr. Duda Mendonça vir fazer uma exposição rápida. Seria muito mais importante para os debates isso ficar claro.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P–SOL – AL) – Se os dois entendem que ele tem mais elementos a contribuir, para mim, está tudo bem.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, gostaria de fazer uma comunicação, para não ficar com um problema na minha mão. Serei breve. O Procurador-Geral de Belo Horizonte mandou-me uma caixa de documentos pequena, contendo o auto de prisão em flagrante e outros detalhes sobre a queima de documentos que estavam fazendo nas empresas do Marcos Valério, inclusive constatação de endereços que não conferem com a realidade do que foi exposto pelo primeiro depoente.

Então, eu queria autorização de V. Ex^a para entregar à Secretaria e sair da minha responsabilidade, porque veio para mim...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Por favor, Senador Romeu Tuma, é muito importante que V. Ex^a encaminhe à Secretaria. Por favor.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, o Senador Romeu Tuma falou da prisão em flagrante, de quem?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Dos que estavam queimando a documentação....

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Nome da pessoa que foi presa em flagrante?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – É o Contador Marco Túlio, que foi preso em flagrante. Então, veio a cópia e também a constatação pericial da queima de documentos... com 50% de....

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Convido o Sr. Duda Mendonça para tomar assento aqui à Mesa Diretora.

Eu gostaria de registrar que o Sr. Duda Mendonça já assinou o seu termo de compromisso como testemunha, conforme o art. 203 do Código de Processo Penal.

Vou passar a palavra ao Sr. Duda Mendonça, que terá de 15 a 20 minutos para a sua exposição.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Sr. Presidente, eu gostaria que V. Ex^a informasse quais são os advogados, até porque hoje é o Dia do Advogado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Quero aproveitar a lembrança, Deputado Arnaldo Faria de Sá, e parabenizar a todos os advogados que têm marcado uma presença muito forte aqui nesta CPMI e quero também registrar que os advogados do Sr. Duda Mendonça é o Dr. Pedro de Abreu Dallari e o Dr. Aldo de Campos Costa.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Parabéns aos advogados.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Com a palavra o Sr. Duda Mendonça.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALVANTI MENDONÇA – Boa tarde, Srs. Deputados, Srs. Senadores, Presidente, Sr. Relator, eu queria começar agradecendo a oportunidade que vocês me deram. Eu não estava no *script*, mas tomei a decisão, anteontem, de vir aqui porque eu acho que eu não podia permitir que as coisas continuassem tomando o caminho que estavam tomando.

A idéia de vir cá é abrir meu coração e contar a vocês toda a nossa participação, sem nenhum limite de reserva, de como as coisas verdadeiramente aconteceram.

Ontem eu fiz 61 anos, sou baiano, de Salvador, comecei a trabalhar como corretor de imóveis, e comecei a trabalhar em propaganda na Bahia e *marketing* político e, sem falsa modéstia, consegui galgar uma posição no cenário nacional e até mundial que... desculpem-me...muito me orgulha e orgulha a minha família. Eu, talvez, não haja nenhum prêmio no mundo de propaganda que eu não tenha conseguido ganhar nos últimos 20 anos, tanto com a iniciativa privada como com campanhas governamentais.

Eu acho que, quando eu comecei a fazer campanha política, eu compreendi que a primeira coisa mais importante era a audiência, os programas do passado eram duros, feios, monótonos. E quem perdia com isso? Perdiam os próprios candidatos, porque ninguém queria assistir. Acho que a entrada de publicitário e a mistura com jornalista deram um novo colorido à campanha política na televisão, ficando mais interessante de se ver e mais bonita, conseqüentemente, aumentando a audiência. A televisão brasileira tem uma qualidade muito grande, e é importante que os programas políticos também tivessem essa qualidade.

Comecei a trabalhar há muito tempo, trabalhei para acho que quase todos os Partidos, não me recordo dos nomes, mas trabalhei muito para o PSDB, trabalhei muito para o PMDB, trabalhei para o Partido

do Miguel Arraes, o PSB, trabalhei, na época, para o PPB, de Paulo Maluf. Eu acho que os senhores conhecem a minha história. Sempre procurei trabalhar com seriedade, fazer campanhas limpas. Eu sempre defendi a teoria de quem bate, perde. Isso a imprensa inteira sabe. Está no meu livro. E, com isso, eu fiz amigos, e conquistei até o respeito dos meus adversários.

Eu entendia que ele era adversário do meu candidato, do meu cliente, não meu. E eu nunca misturei essas coisas. Eu acho que, na campanha, cada vez mais, as pessoas querem que falem de si e não dos outros. E foi dessa forma que eu comecei a crescer e a trabalhar em vários Partidos e deixando sempre, por onde andava, amigos, e meu nome foi crescendo.

Eu sou filho de um pai artista, de classe média. Eu tive uma vida não vou dizer difícil, estudei em bons colégios porque ele acreditava que a educação é básica, mas uma vida bastante apertadinha. Lá em casa só se folgava quando o meu pai vendia um quadro, que aí, tinha dinheiro um pouquinho mais folgado para a gente. E, aí, ele pagava o aniversário, o Natal, os presentes atrasados. Meu pai era um homem muito sério; e ele me ensinou muita coisa.

Nesse momento, a minha mulher, a minha irmã, meus sete filhos estão assistindo ao meu depoimento. E o meu compromisso com a verdade é muito mais do que meu, é de toda a minha família, é todos os meus amigos.

No início de 2001, eu fui chamado pelo PT para fazer a campanha do Presidente Lula. E eu já tinha conhecido o Presidente Lula antes. Uma vez ele já me tinha me chamado para fazer a campanha dele e que acabou não sendo possível porque uma parte do PT não concordou por eu ter feito a campanha do Paulo Maluf. Em 2001, eu fui novamente chamado. Eu fiquei com medo porque sofri muito com aquela história de não poder ter feito a campanha. Eu digo sempre que, quando eu entro na campanha, a campanha não é mais do candidato, é minha campanha, é meu filho, é minha vida. Eu gosto de ganhar. Eu gosto de ganhar bola de gude, par ou ímpar. E eu acho que o meu nome tem que estar atrelado a sucesso e à vitória. E é isso que eu procurei fazer na minha vida inteira. Eu sou um guerreiro, eu sou um lutador. E, aí, dessa vez, deu certo.

Então, o meu método de trabalhar com o PT – e sempre que trabalhei em outras campanhas também foi assim –, eu procuro fazer um pacote. Porque esse pacote implica...O pacote de 2001 implicava, nos horários eleitorais gratuitos do primeiro e segundo turno, os comerciais de rádio e de televisão e os comerciais e o programa eleitoral do segundo turno. Por isso, eu cobre o PT alguma coisa como 590. Eu quero dizer

que o nível de número eu não sou o indicado. Talvez, depois, se os senhores quiserem mais exatidão nos números, eu posso fornecer, ou a Zilmar, talvez, possa esclarecer melhor do que eu. Eu sou o cara que cria, o cara que cuida do *marketing* e da direção de televisão.

Em 2002, eu fiz um novo pacote com o PT. Esse pacote incluía não só os comerciais de televisão, no primeiro turno, como o programa do primeiro turno, como algumas campanhas, alguns programas regionais e mais a campanha do Presidente Lula, a campanha do Deputado Genoíno ao Governo de São Paulo, a campanha do Senador Mercadante, a campanha da Benedita. Aí, nós apresentamos um pacote ao PT, tudo incluído, se não me falha a memória, algo em torno de R\$25 milhões e alguma coisa.

Por que eu faço pacote? E qual é a sistemática disso? Porque ao longo do tempo eu comecei a aprender que eu, quando entro na campanha, a coisa é uma dinâmica muito rápido. Eu quero uma pesquisa, hoje, eu quero uma pesquisa, amanhã, eu quero um comercial, e, às vezes, isso não tinha essa dinâmica, porque, quando eu dizia: “Eu preciso de mais vinte mil para fazer um comercial”, o cliente dizia: “Bom, fala com outra pessoa, fala com o comitê”. “Mas você fez um comercial ontem”, “mas eu acho que precisava um novo hoje”. E atrapalhava a minha vida.

Eu acho que essa agilidade é um dos pontos fortes do meu trabalho. Eu queria outra pesquisa amanhã, porque, de ontem para amanhã, a coisa mudou. Mas ele disse: “Você não fez uma pesquisa ontem”? Eu disse: “Mas precisa outra”.

Então, resolvi entrar em campanha englobando no meu preço tudo. Quer dizer, eu pego a casa, eu monto a ilha de televisão, eu contrato pesquisa, eu contrato apresentador, eu englobo todo o meu pacote, que vai desde a criação da campanha gráfica a toda criação eletrônica, à produção de *jingle* e tudo. Eu só não imprimo o cartaz nem coloco o cartaz na rua. Isso, diretamente, o candidato faz. Mas tudo o que diz respeito à eletrônica, rádio, televisão, estratégia, inclusive até a roupa do candidato durante a campanha. Nada Armani, como saiu uma vez saiu na imprensa, porque sou que pago. E, na televisão, é cenário. O terno bonito necessariamente não precisa ser caro. Muitas vezes até cortamos atrás. O candidato, às vezes, está de bermuda, porque não vai aparecer. E, às vezes, cortamos atrás, com fita crepe, para poder ficar mais elegante.

Então, procura-se economizar. Mas a produção de televisão efetivamente é sofisticada e cara.

Esse foi o trabalho de 2002, que chegou ao final do ano com uma dívida de – se quiserem o número

exato, eu o tenho na minha pasta – onze e meio e alguma coisa. Por aí, como onze e meio.

Então, é importante que eu coloque de cara uma coisa, para os senhores entenderem como é que a coisa funcionou. A minha força com o candidato é durante a campanha. Ali, se me atrasar demais, eu posso dizer: “Eu não faço”. Eu paro. E acredito que há pessoas aqui que seguramente podem dar depoimento a meu favor – não vou citar nomes, por problemas éticos –, porque já houve isso em campanhas. É a minha única defesa. Eu pago muito a terceiros. Então, acontece que, se alguém me atrasa, eu atraso os meus fornecedores. Eu tenho um nome ligado exatamente a cumprir tratos, por isso as pessoas querem trabalhar comigo. “Olha, Duda, eu faço por esse preço”. Agora, o meu contrato é com você, não é com a campanha. Eu pago. E já tomei cano em algumas campanhas e paguei todos os meus compromissos.

Bom, aí passei para 2003 com um débito de 11,5 milhões mais ou menos. Em 2003, fiz novo pacote com o PT, um pacote de 7 milhões, que era o ano inteiro de assessoria política para eles, a produção dos programas de rádio e televisão do primeiro turno e do segundo turno e todos os comerciais do primeiro semestre e do segundo semestre. E também o seguinte: nesse momento, criei para o PT uma idéia de pegar cinco minutos dos programas regionais e deixar para o nacional. Então, uma idéia que era muito boa, mas que me deixou meio louco e até contribuiu para eu ficar um pouco mais careca, porque eu tinha que fazer programas especiais de cinco minutos; a maioria nos Estados pelo menos grandes. Então, às vezes, os cinco minutos de Minas eram diferentes dos cinco minutos do Rio, que eram diferentes dos cinco minutos de São Paulo. Para os Estados menores, fazíamos uma coisa mais ou menos igual. Mas eu tinha uma despesa muito grande.

Então, fiz um contrato com eles, um pacote de sete milhões, para todo esse trabalho durante o ano. Aí começou uma coisa esquisita: passou um débito na campanha de 2002 para 2003, e a gente sem força. Aí, os candidatos são eleitos ou derrotados, mas a nossa força diminui. Na verdade, é o lado de lá que está com a faca e o queijo na mão.

A Zilmar começou a pressionar muito o Delúbio, em função de recebermos o dinheiro, um dinheiro justo de um trabalho executado.

Eu queria deixar claro para os senhores o seguinte: o meu dinheiro é limpo. Talvez essa seja a coisa mais importante entre outras revelações que vou fazer. A minha empresa é uma empresa séria, eu sou um cara honesto, eu pago todos os meus tributos, até porque, quando faço para o cliente o meu orçamento,

coloco 16% em cima. A minha empresa, a CEP, é lucro presumido. Eu não ganho nada em receber por fora; ao contrário, talvez eu não estivesse aqui nesse momento se tivessem me pago tudo bonitinho, direitinho.

O Sr. Delúbio disse a Zilmar que havia uma publicitário de Minas, o Sr. Marcos Valério – até então uma figura absolutamente desconhecida para mim e, acredito, para a Zilmar. Que o procurássemos que ele ia resolver o nosso problema.

Muito bem! O PT, naquele momento, tinha de nos pagar R\$11,5 milhões, mais ou menos, e mais ou menos R\$7 milhões; mas R\$3 milhões eles vinham pagando – refiro-me ao PT, diretamente, oficialmente, o Partido nacional. Eles disseram que íamos receber R\$4 milhões através do Sr. Marcos Valério. A Zilmar o procurou, e ele começou a pagar.

No primeiro saque, eu me lembro que eu estava na Bahia – isso porque campanha política é um ano da minha vida. Quem já trabalhou comigo sabe que eu entro às 8 horas no comitê eletrônico e saio às 3 da madrugada. Lá, eu tomo café, almoço e janto. É um ano da minha vida dedicado a isso. É muito sofrido. Eu levo isso muito a sério e é muito sofrido.

Acabou a campanha, eu me mandei para a Bahia. Eu estava na praia, quando a Zilmar me ligou: “Duda, aconteceu uma coisa esquisita: eu fui receber a primeira parcela que me deram, de R\$300 mil, e eu estou crente que vou lá receber um cheque especial, no Banco Rural, e o cara me deu um pacote de dinheiro”. Eu disse: “Ligue para ele e pergunte por quê”? Ele disse: “Vai ser assim”. Ela recebeu. A gente tinha que receber.

Não quero ficar de santinho, nem de hipócrita, nem de cínico, mas, na verdade, ou a gente recebia assim, ou não recebia. E eu tinha coisas a pagar. Eu não tinha mais poder de decisão. O jogo estava na mão deles. A minha parte eu já fiz. Agora, ou eu recebo assim, ou simplesmente eu tomo o cano. Então, não havia alternativa.

Começamos a receber e a pagar também aos fornecedores. Foram três prestações de R\$500 mil e, depois, duas de R\$250 mil, se não me engano. Faço esta ressalva: posso pegar um papel, se for preciso, ou a própria Zilmar dizer, ou, depois, mandar os números precisos para V. Ex^{as}. Ela recebeu alguma coisa como R\$1,400 milhão, R\$1,350 milhão. O Sr. Delúbio pagou, durante o ano, para a gente, a importância, também em dinheiro, parcelado, ou ele mesmo pagava à Zilmar ou mandava emissários pagar, ou a Zilmar mandava emissários receberem nas mãos dele.

Em determinado momento, o Sr. Marcos Valério chamou a Zilmar e lhe disse: “Traz uma conta lá fora, porque fica mais fácil pagar a vocês”. Para nós, isso era uma coisa esquisita. Mas, de novo, era assim: ou

traz a conta lá fora ou não vai receber a grana. Confesso que eu estava muito preocupado em receber o meu dinheiro. Eu tinha feito o meu trabalho, tinha executado o meu trabalho, tinha conseguido eleger candidatos importantes e nada mais justo, a meu ver, do que receber o dinheiro combinado.

Eu trabalho muito com o Banco de Boston, em Salvador. A vida inteira trabalhei com o Banco de Boston e com o Banco do Brasil. Quando viemos abrir a filial de São Paulo, também começamos a trabalhar com o Banco de Boston. Comecei a pegar informações do Banco de Boston internacional. Eles mandaram um rapaz para cá, e ele trouxe um formato de uma empresa para eu assinar como procurador. Era uma empresa nas Bahamas, e havia a garantia de sigilo completo.

A Zilmar passou o número para ele, e eles começaram a remeter o dinheiro para a gente. Aí entrou Deus nessa história, porque, em determinado momento, a conta deles não batia com a nossa. A SMP&B passou um fax para a gente, contando todo o pagamento e de onde vinha.

Se não tivéssemos isso nas mãos hoje, seria muito complicado para mim, porque, pelo que estou vendo, a estratégia é dizer que eu recebi aqui e mandei para fora, quando isso não é verdade. Não recebemos nada em Minas, não conhecemos ninguém de Minas, não recebemos das mãos de figura nenhuma. Fiquei com medo, em determinado momento, quando aquele policial chegou aqui. E ele dizia que esse cara pagou à gente. Eu disse à Zilmar: “Esse cara vai chegar lá e vai dizer que pagou”. O pior é que fica uma briga de palavra com palavra, o que é terrível para a gente.

Volto a dizer: o meu dinheiro é limpo. Coloco à disposição de V. Ex^{as} as minhas empresas todas, o meu sigilo, o meu Imposto de Renda. Hoje, tenho uma situação boa, graças a Deus, às custas do meu trabalho. Ganhei dinheiro à custa do meu esforço. Sou um publicitário bem-sucedido, não tenho como negar isso. Mas sempre, cada tostão foi única e exclusivamente à custa do meu trabalho.

E aí o dedo de Deus. Ela mandou todos esses comprovantes, não digo do dinheiro todo lá para fora, que foi alguma coisa como 10 milhões, mas muito perto disso, em depósitos fracionados. E, agora, quando houve esse rolo, a gente começou a procurar. E pensei: “Meu Deus, vai ficar a palavra de um contra o outro”. Graças a Deus, o nosso pessoal de contabilidade achou, lá no fundo do baú, esses faxes.

Tenho certeza de que, agora, vai ficar muito fácil separar o joio do trigo. Nesses faxes há – posso pegá-los, porque vou encaminhá-los aos senhores – um do Banco Rural Europa, enviando para a nossa conta U\$25 mil. Há diversos de um BAC Florida Bank

– desse, tenho um fax da SMP&B com o nome da empresa em cima. Tenho vários do Trade Link, tenho até um com um nome esquisito, um nome de Israel, se não me engano. Há um aqui que achei esquisito para caramba.

Bom, vou passar isso, para não me alongar demais. Os senhores vão poder consultar. Estou um pouco nervoso, então, depois vou passar. Está aqui. Não quero cometer nenhum equívoco, não sei ler isso direito e confesso que estou um pouco nervoso. Há inclusive um em que está escrito: “em atenção de Geisa”, há um que está escrito, acho que é fácil, “com grafia alguma coisa”.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Não é Graffiti?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Não, grafia. O exame grafotécnico vai descobrir de quem é a letra que está aqui.

Há um que diz: “de Jader para Geisa”. Não sei quem é Geisa, sei que é uma secretária da SMP&B. E há um quadro que diz assim – como, naquele momento, a gente começou a reclamar que o dinheiro não estava batendo com o nosso caixa, há um quadro aqui que, em diversos momentos, está dizendo assim: “faltando, faltando, faltando”. E, embaixo, tem escrito: “os valores que estão apontados como ‘faltando’ estão sendo verificados pelo agenciador remetente”.

Então, acho que isso que vou passar às mãos da CPMI... Ontem, os nossos advogados, em São Paulo, foram muito humanos e sábios, quando eu disse a eles: “Eu quero ir e falar a verdade”. Eles me disseram que isso implica risco e me disseram quais os riscos, mas, para mim, o maior risco é eu permitir que uma imagem construída, respeitável, ao longo de 30 anos, fosse comprometida por uma coisa de que não me considero, nem de longe, culpado.

Quero dizer claramente aos senhores: posso ter cometido um equívoco, um lapso, um erro fiscal, mas não cometi um erro sério, um erro de honestidade, um erro de caráter. Realizei um trabalho, entreguei meu trabalho e tinha como única forma receber aquela. Sei que, ao dizer tudo isso, corro riscos, mas eu disse aos meus advogados que prefiro acabar com esse peso de uma vez e assumir a minha parte de culpa, na Polícia, aqui com os senhores, e pagar o preço que for necessário, mas ir para a minha casa beijar os meus filhos com a consciência tranqüila.

Era isso o que tinha a dizer nesse começo. Depois, vou estar à disposição dos senhores para responder a qualquer pergunta.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Eu gostaria de convidar a Sr^a Zilmar Fernandes para vir à Mesa Diretora e...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– E abriremos já para as perguntas, começando pelo Relator, Deputado Osmar Serraglio. PMDB – PR

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, V. Ex^a poderia pedir ao Relator para nos informar sobre esses faxes que o Duda está entregando? Qual é a origem desses faxes, para que tomemos conhecimento. Qual é o banco? Para onde foi?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Meu caro Arnaldo Farias de Sá, vamos tirar as cópias necessárias para que todos os Parlamentares as tenham.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sr. Presidente, eu pediria que distribuíssem agora as cópias, que serviriam de instrumento até para nós fazermos os questionamentos e avançarmos nessa questão.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Essas serão as providências tomadas neste momento.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Suspende por cinco minutos, então.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Imediatamente.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Finalmente, Sr. Presidente, alguém veio a esta CPMI dizer a verdade. Se há alguém que veio a esta CPMI dizer a verdade, com sinceridade, quero dizer que é o Sr. Duda Mendonça.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Vou passar a palavra ao Relator, Deputado Osmar Serraglio. PMDB – PR Depois, os inscritos poderão fazer perguntas tanto à Sr^a Zilmar como ao Sr. Duda Mendonça.

Com a palavra o Relator, Deputado Osmar Serraglio. PMDB – PR

Eu pediria silêncio, por favor.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, Sr. Duda Mendonça, Sr^a Zilmar, começo com um pouquinho de dificuldade, porque, evidentemente, não tenho selecionado especificamente o que deva ser informado por um ou por outro. De forma que farei da seguinte maneira – penso que mais corretamente: direcionarei os assuntos pertinentes às campanhas realizadas ao Sr. Duda Mendonça e, em relação, imagino, à parte financeira, já que o Sr. Duda nos informou que não teria

muito conhecimento em relação a essa parte, eu faria as perguntas à Sr^a Zilmar.

De alguma forma, V. S^a, Sr. Duda, já fez referência, mas, resumidamente, para que possamos inclusive registrar nos assentos nossos aqui da CPMI, pelo questionamento posterior, V. S^a teria condições de nos dizer especificamente quais as campanhas políticas que a sua empresa patrocinou de 1998 para cá?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – O preço que a gente fez, é isso? Bom, se eu esquecer de algum, não sou bom de memória. Mas eu me lembro que a gente fez, de 98 para cá, a campanha do Senador Garibaldi Alves, Rio Grande do Norte, Governador e Senador lá; fizemos a do Senador Fernando Bezerra; fizemos, em Minas, a campanha do Senador Azeredo...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Um pouquinho mais lentamente. Fernando Bezerra.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Fernando Bezerra, Rio Grande do Norte, e Garibaldi Alves. Fizemos, em Minas, a reeleição do Governador Azeredo e a de um Senador do qual não me recordo o nome. Fizemos a campanha de Miguel Arraes, em Pernambuco; fizemos a campanha de Brito e do Senador Pedro Simon, no Rio Grande do Sul. Acho que basicamente foram essas. Posso verificar depois.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Nas eleições de 1998?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – 98, sim, senhor.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Na seguinte?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Não, fiz uma outra, do PT do Acre, de Jorge Viana.

Bom, a partir de 2001, fui contratado ...

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA

– Há mais algumas.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Em 98, houve alguma na capital?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Posso completar? Há mais algumas...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Mas não era de Presidente. E proporcional. A seguinte.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Posso passar a outras?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Pode.

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA – Dante, de Mato Grosso.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – 98.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Em 2000.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Dante.

O SR. EDUARDO SUPPLY (PT – SP) – E Oscar?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Maluf, Oscar.

O SR. EDUARDO SUPPLY (PT – SP) – Não a minha, mas só para lembrar.

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA – Isso mesmo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Exatamente.

O SR. EDUARDO SUPPLY (PT – SP) – Foi difícil, mas...

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Exatamente. Maluf e Oscar...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Eduardo Supply, V. Ex^a terá oportunidade de lembrá-lo.

O SR. EDUARDO SUPPLY (PT – SP) – É só para a memória do depoente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Nós entendemos, meu caro Senador Supply.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Em 99, praticamente, fiquei na Argentina.

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA – Em 99 e 2000.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Em 99 e 2000. A gente fez várias campanhas em Córdoba. Trabalhamos para o Menen e fizemos várias campanhas na Argentina.

A partir de 2001, nós nos aproximamos do PT e aí, praticamente, só trabalhamos para o PT. Nas eleições de 2000, não houve eleição; nas eleições de 2002. Depois, na eleição de 2003, não teve e, na eleição de 2004, fizemos a campanha à Prefeitura de Recife, de João Paulo. Fizemos, em Curitiba, Vanhone, também PT; fizemos da Marta, em São Paulo; fizemos do Pimentel, em BH.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) (PMDB – PR) – Só um instante. Em relação a 2002, com mais 2001, V. S^a fez do PT só?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Não, em 2000 não houve eleição. A partir de 2001 até 2004 e até hoje, só trabalhamos para o PT.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) (PMDB – PR) – Mas especificamente em 2002, ao PT, onde e a quem?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – A campanha do Presidente Lula a Presidente; a campanha do José Genoíno a Governador de São Paulo; a campanha do Senador Aloizio Mercadante, em São Paulo; a campanha da Benedita, no Rio de Janeiro; e a campanha de um Senador do Rio de Janeiro, cujo nome, desculpem, também não me recordo. Eu estava mais focado na campanha do Presidente, e minha equipe, mais focada na campanha do Rio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) (PMDB – PR) – Em 2004?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Em 2004, foram essas campanhas municipais que acabei de relatar: da Marta, em São Paulo; do Vanhone, em Curitiba; do Pimentel, em Belo Horizonte; do João Paulo, em Recife; e, em Goiânia, Pedro Wilson. Foram cinco campanhas.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) (PMDB – PR) – Só fizeram de capitais?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Só de capitais. Houve outra de prefeito?

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA – Não, só as capitais.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) (PMDB – PR) – Do Rio de Janeiro?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Não, não fizemos.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – A agência, de alguma forma, tinha pruridos em relação a fazer de um partido que era adversário a outro, em determinadas situações, ou levava em consideração os fins financeiros da agência?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Eu tenho um pouquinho de tempo para responder isso? (Pausa.)

Comecei a minha vida na Bahia. Eu era estudante de Esquerda, ia para a rua, nos tempos das passeatas, e comecei fazendo a campanha sempre da Oposição na Bahia. A um determinado momento, acho que o candidato, na época, não foi correto com a gente. Aí eu decidi o seguinte – eu tinha dois filhos pequenos, gêmeos: que ia ser profissional, que ia fazer campanha para qualquer um. Então, comecei a trabalhar para qualquer partido.

É uma coisa curiosa, porque inclusive mostra bem o meu estilo de trabalho: fiz campanhas de partidos diferentes em vários Estados. E o meu trabalho era compreendido e respeitado exatamente por eu não misturar. Se eu era PSDB, no Estado de Minas, eu era PSDB, no Estado de Minas, para o que desse e viesse; se eu era Arraes, em Pernambuco – aliás, foi uma campanha em que falei um hora com o Arraes, dizendo que ele não tinha chance. Eu tinha uma

admiração muito grande por Miguel Arraes no meu tempo de estudante. E quando acabei de apresentar um relatório, dizendo que eu achava que ele não tinha a menor chance, eu disse: “Governador, eu não faço mágica”. Ele olhou para mim e disse: “Ô, não faz, não? Disseram que o senhor fazia”. E eu disse a ele depois: “Se eu soubesse fazer mágica, eu tinha feito”. Eu tinha pelo Governador Miguel Arraes uma grande admiração – e tenho ainda.

Todas as campanhas que fiz, eu me envolvia com elas do mesmo jeito. O tempo foi passando, a minha empresa foi crescendo, fui ganhando dinheiro e consolidando a minha posição de empresário; e a minha empresa de *marketing* político foi ficando importante, saindo do País.

Quando o PT me chamou, eu tinha um sonho. É engraçado, porque acredito muito nessas coisas de predestinação. Por incrível que pareça, a primeira campanha de Presidente que fiz foi a campanha do Presidente Lula. Eu estive para fazer várias campanhas, inclusive, no primeiro momento em que o Presidente Lula me chamou para fazer a campanha dele, que saiu no jornal, recebi um telefonema do Presidente Fernando Henrique. Eu tinha feito o parlamentarismo, e ele disse: “Duda, eu queria que você fizesse a minha campanha”. Eu disse a ele – não me lembrava se era Senador, Deputado, Ministro: “Olha, esperei que o senhor me ligasse; a gente tinha conversado sobre isso na campanha do parlamentarismo, e eu esperei que o senhor me ligasse”. Ele disse: “Não dá para você voltar atrás”? Eu disse: “Por mim, não, porque assumi um compromisso”. E ele disse: “Duda, precisamos conversar sobre isso”. Depois, a campanha do PT não deu certo, mas fiquei com vergonha de ligar para o Presidente. Eu já estava com a campanha do PT praticamente criada e aí resolvi não ligar.

Eu tinha feito a campanha do Fernando Collor, Governador de Alagoas, inclusive criado a marca – eu e um diretor de arte meu, chamado João – dos dois eles. E, quando vim a Brasília, uma vez, conversar com ele, não bateu na minha pele o esquema e o grupo da campanha, e Deus, mais uma vez, me tirou daquele momento. Então, acabou.

No tempo em que eu disse ao Maluf que eu ia fazer a campanha do Lula, ele brigou comigo e disse assim: “O que é que vou dizer”? Eu disse: “Não sei o que o senhor vai dizer. Não estou aqui lhe pedindo permissão. Vim aqui lhe comunicar. O senhor diz o que o senhor quiser, pode dizer que sou doido, pode dizer o que o senhor quiser. Eu vou fazer a campanha do Lula”. Ele disse: “E a campanha do Senador Esperidião Amim”? Eu disse que você fazia”. Eu disse: “Eu não vou fazer. O senhor chama o Nelson Biondi. Ele faz. O Nelson

Biondi é um grande publicitário, é um grande marqueteiro. Eu vou fazer a campanha do Lula”.

Acabei não fazendo a do Lula e não fazendo a dele. Acho que fui fazer uma campanha em São Paulo para o candidato do Fleury, Barros Munhoz, e não participei da campanha de presidente.

Então, por incrível que pareça, fiz campanha de presidente fora do Brasil. Mas a primeira campanha de presidente que fiz foi a do Presidente Lula. E, de 2001 – só afirmando o que o senhor perguntou – a 2004, só trabalhei para o PT.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Mesmo nos Estados?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Mesmo nos Estados.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Antes de lhe fazer a próxima pergunta, eu queria fazer um esclarecimento, porque, com certeza, eventualmente, serei questionado. Vejo aqui muitos advogados. Salvo engano, não sei se hoje é o Dia do Advogado, mas pelo menos é o dia em que os cursos de Direito foram fundados no Brasil, em Pernambuco e em... É o Dia do Advogado.

O SR. (Orador não identificado) – É o nosso dia.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Então, é o Dia do advogado. Sou inclusive professor de Direito na universidade.

Não quero ser questionado sobre um aspecto formal que está ocorrendo à Mesa, mas, acima do aspecto formal, a forma franca e aberta com que os dois que aqui compareceram estão expondo vale mais do que qualquer compromisso. O Código de Processo Penal impede – e é o que se aplica subsidiariamente às oitivas – que uma testemunha ouça outra.

De forma que desconsidero o termo, o aspecto formal, e passam a ser, por hora, colaboradores da CPMI. E, à frente, se eventualmente for necessário – à frente que digo é em outra oportunidade, porque, evidentemente, a colaboração espontânea que o Duda Mendonça oferece nos leva a prestigiá-lo também com o mesmo nível de respeito que tenho oferecido não à Casa, mas ao País, com esses esclarecimentos.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Obrigado, Presidente.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Quem é que tratava com V. S^a em relação aos pagamentos efetuados desde 2001, se se lembrar, nas diversas campanhas que realizaram pelo PT? Inclusive, em relação a capitais, se esses relacionamentos financeiros eram diretos com os diretórios regionais ou municipais ou era tudo tratado em âmbito nacional?

Como era o relacionamento, e com quem, no aspecto de pagamento?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Bom, sempre com o Sr. Delúbio. No contrato, no pacote de 2001 – porque não havia campanha –, sempre como Diretor-Tesoureiro do PT, o Sr. Delúbio Soares. Na campanha de 2002, também com o Sr. Delúbio Soares e, no Rio de Janeiro, também, com o comitê da campanha da candidata Benedita. Nas campanhas de Prefeito, no ano 2003, esse contrato que fizemos, foi um contrato com o PT nacional, todos os extratos financeiros com o Sr. Delúbio Soares. E, na campanha de 2004, mais uma vez, a gente tratava com os comitês de campanhas regionais, mas o Sr. Delúbio Soares acabava sendo o responsável por isso e se comprometendo a pagar algumas coisas. Quero dizer inclusive que, da campanha de 2004, o PT me deve alguma coisa como R\$14 milhões.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Ainda hoje?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Hoje.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a teria condições de nos informar que critérios eram adotados – se era a partir, digamos, de alguma razão específica da empresa, o porquê que Diretório Nacional selecionava apenas alguma campanhas, no universo do PT nacional? Em outras palavras, V. S^a fez campanhas restritas a determinados locais. Sabe dizer por que não fez a outros em outras capitais?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Basicamente, eu tenho cinco equipes. Eu tenho condições de fazer, no máximo, cinco campanhas. Então, na verdade, não era o Diretório Nacional quem decidia isso, eram contatos pessoais com os próprios candidatos. Então, cada caso é um caso. No caso de São Paulo, foi a própria candidata Marta quem procurou a gente. No caso do Rio, a procura foi da própria candidata Benedita. O Governador – Genoino é meu amigo de muito tempo, candidato ao Governo; o Senador Aloizio Mercadante também é meu amigo de longo tempo. Então, na verdade, eram eles que nos procuravam. Aliás, em 99% das campanhas que eu fiz, eu fui procurado – 99.9% das campanhas que eu fiz eu fui procurado. Então, o Delúbio não participava disso. Mas, no começo da campanha, eles... E como esses pacotes – é importante que eu esclareça isso –, como o acerto era do ano – o pacote –, havia coisas ali que eram pagas pelos PTs regionais e outras pagas pelo PT nacional. Por exemplo: quando eu fazia o Programa Nacional do PT, do horário gratuito, não-campanha, os comerciais e os programas de rádio eram pagos pelo PT nacional. Quando eu fazia campanha, por exemplo,

o mesmo programa de um diretório regional, era paga por um diretório regional. Às vezes, o Diretório regional pedia ajuda do Sr. Delúbio, e ele, dizia: “Olhe, então, o Diretório regional lhe paga essa parte, e eu lhe pago essa parte”. Então, tudo era feito: as partes das campanhas pelos comitês locais, a parte dos programas estaduais eram pagas pelo PT regional, e às vezes complementadas pelo PT nacional, e a parte do pacote que significava o PT Nacional, o Diretório nacional, paga diretamente pelo Diretório Nacional.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Aí, V. S^a faz referência àqueles programas normais.

O SR. PRESIDENTE (Deldidio Amaral. PT – MS) – Por favor, eu gostaria de pedir silêncio. Eu já toquei a campanha não sei quantas vezes. Por favor...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – A questão é em relação às campanhas nas eleições e não aos programas partidários; nas campanhas das eleições, estilo Goiânia e outros nomes que V. S^a anunciou aí. O pagamento era feito pelo Diretório Nacional?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Pelo Diretório Nacional não. O pagamento de campanha era feito pelo comitê de campanha.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Comitê de campanha...?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – ...local. Então, por exemplo, a campanha de Goiânia tinha um comitê local de campanha.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Quem pagava V. S^a na campanha da Marta era o comitê da Marta?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – O comitê financeiro da campanha da Marta.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Do Vanhoni... Tudo assim? Cada um no seu comitê?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Assim, assim; cada um no seu comitê.

Na campanha de prefeito é que o Delúbio se prontificou a ajudar algumas dessas campanhas, porque nem sempre o preço que a gente cobrava... porque a equipe que eu coloco, tanto faz ser da campanha de São Paulo como a campanha de uma cidade pequena: de Goiânia ou de Recife. Então, eu queria deslocar essa equipe pra campanha mais forte, eu prefiro trabalhar em capital. Mas aí o PT... eu, procurado pelo João Paulo, a gente teve uma empatia muito grande, e o Delúbio, disse: “Olha, vamos fazer. Vamos fazer, e aí, depois, o PT Nacional ajuda o pagamento da campanha”. Mas era sempre mais focado no comitê de campanha regional. Acho que até a do Recife foi toda paga – pra eu não cometer um equívoco aqui –, eu tenho impressão

que a campanha do Recife foi toda paga pelo comitê de campanha do Recife, a campanha do João Paulo toda paga pelo... assim como a campanha do Pimentel foi toda paga pelo diretório de Recife. Eu acho que a grande maioria. Essa parte talvez, mais pra esclarecer – eu tenho medo de fazer uma injustiça...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Pois não, pode esclarecer.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Então, explica, Zilmar, por favor.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Eu até esclareço, porque eventualmente vão dizer por que estou questionando isso. Mas, de certa forma, hoje, nós discutimos no País a possibilidade de introdução da eleição por listas. É claro que quando nós falamos em eleições em Estados diferentes pode questionar que não tem nada a ver com listas. Mas tem, sim. O que a gente quer aferir é se eventualmente a direção de um partido privilegia certas pessoas nas eleições, escolhendo quem quer em determinados Estados, e a gente pode extrair disso a ilação de que, amanhã, quando nós fizermos listas, nos Estados vão fazer assim também e colocar os nomes das pessoas que quiserem privilegiar.

Então, quem era o presidente nessa época do PT?

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA
– Na época de 2004, era o Genoino, o Sr. Genoino; ele era o presidente e Delúbio, o tesoureiro.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Em 2004? Anterior ao...

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA
– No ano 2001... de 2001 a 2003, se não me falha a memória, era o seu José Dirceu e Delúbio, depois, 2003 e 2004, era Genoino e Delúbio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– De certo modo, quem fazia, porque evidentemente V. S^a é uma pessoa disputada, quase que uma garantia de eleição, portanto, essa disputa da promoção dos trabalhos de V. S^a se estabelecia internamente em relação ao Partido. Por isso eu fiz aquela questão anterior e agora a repito: V. S^a percebia que de alguma forma foi conduzido a fazer certas campanhas?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Não, não, não havia isso, não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Que critério seletivo havia para dizer: faz “a”, “b” e “c” e não “d”, “e” e “f”?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Não, não, não houve critérios. Na verdade, era muito mais entendimento pessoal nosso com o candidato. E a gente preferia, por visibilidade e por

poder cobrar um preço mais alto, as campanhas de grandes capitais.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– V. S^a quer dizer que, na verdade,...

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Era muito mais uma decisão minha.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Partia de V. S^a mais do que da cúpula?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Não estou dizendo que aqui ou ali não houvesse uma solicitação de que tal candidato assim é amigo..., pode ser que houvesse, mas, na verdade, não havia interferência. Era entendimento nosso com o próprio candidato.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– E em relação aos pagamentos, quando o diretório nacional aparecia, percebia-se que o diretório nacional fazia mais pagamentos relativamente a algumas capitais?

O contato que tinham era com os diretórios municipais nas campanhas municipais. É isso?

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA
– Na verdade....

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Aquilo que eu perguntei antes: Goiânia, São Paulo...

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA – Isso. Na verdade, a escolha da nossa agência era feita por cada candidato, e nós acertávamos com o comitê financeiro daquele candidato o valor que ele ia pagar. Mas nós tínhamos um pacote com o PT, tá certo? nacional e que ele garantia aquele pacote, tá certo?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– O PT nacional garantia o pacote?

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA
– Garantia. Se eu, por exemplo, ...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Mas o que é que V. S^a lembra em relação a esse pacote? Qual o percentual – talvez eu esteja pretendendo demais da sua lembrança –, mas qual o percentual que o diretório nacional arcou em São Paulo, em Curitiba?

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA
– Ah, basicamente o mesmo. Basicamente a mesma proporção.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Basicamente o mesmo tratamento?

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA – É. Porque tem campanhas que você faz sem a produtora, são modulares, tá certo? Os pacotes também têm que ser avaliados modulares. O nosso trabalho ...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– V. S^a lembra desses pacotes? Dessas cidades, mais ou menos? Em São Paulo quanto teria sido?

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA

– Olha,...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Eu pediria, por favor, silêncio. É inacreditável!

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA

– Eu não me lembro do valor,...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Nem aproximado?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA

– Sr. Relator, eu tenho uma sugestão para o senhor: eu tenho contratos feitos, eu tenho contratos assinados. A gente foi começando a tomar muito cuidado para não receber...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Me permite um pouquinho, confio demais e a gente agradece a contribuição, mas pode acontecer que tal qual essa remessa que V. S^a se fez obrigado a aceitar, porque não havia outra alternativa, também possa ter acontecido... Se puderem lembrar dos valores, porque até depois a gente confira com os contratos.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA

– Sem dúvida. O que eu posso dizer ao senhor é o seguinte: a gente tinha um pacote, no ano de 2004. Esse pacote, desse pacote faziam parte programas regionais do horário eleitoral do primeiro turno. Vários. Fizemos Bahia...

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA

– Fizemos vários.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA

– Vários. Programas eleitorais, que aí era recebido do PT regional. Programas nacionais, era recebido do programa nacional e o orçamento das campanhas que nós dissemos. Esse custo total deu alguma coisa em torno de R\$24 milhões, é isso?

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA

– Vinte e quatro milhões.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA

– Deu R\$24 milhões, mais ou menos; uma margem de R\$24 a R\$24.500 milhões. As cinco campanhas e tudo isso. Disso, nós recebemos de cada diretório, nem diretório, de cada comitê de campanha, e o saldo, o que nos devem, hoje, é alguma coisa em torno de R\$14 milhões. Aí o diretório nacional.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– É isso que eu queria perguntar. V. S^a considera que esse saldo devido é pelo diretório nacional.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA

– Nacional.

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA

– Diretório nacional.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA

– Não sei... Eu tenho muito cuidado... Eu sei que o que está em jogo... Então, eu quero, eu quero...

Eu não... Tenha a certeza que eu entendo a dúvida do senhor, e eu quero colaborar, de qualquer maneira. Posso lhe dizer que não houve até esse momento essa prática, mas quero responder detalhes e lhe dar o mais de segurança possível. Então, assim: eu não posso lhe dizer se esses R\$14, que ele me deve, como era um pacote, se era tanto referente a São Paulo ou a Recife, porque o Delúbio dizia sempre que dinheiro não tem carimbo. Então, assim: ele pagava e ele dizia quanto é de cada campanha na hora de a gente emitir a nota fiscal. É isso, Zilmar?

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA

– Perfeitamente.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA

– Então, a gente não sabia antes. E para mim, eu não estava muito preocupado, porque tem uma coisa que eu queria esclarecer ao senhor, se for permitido.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Pois não.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA

– A campanha, por exemplo, de 2002, do Presidente Lula, a gente quando chegou em São Paulo, a gente monta uma produtora com tudo, para fazer a campanha do Presidente, eu junto com a campanha do Governador. Acontece que, por exemplo, se eu faço a campanha do Presidente, se eu estou com toda a estrutura paga, a campanha do Governador para mim pode sair bem mais barata, porque, vamos dizer, eu agrego mais dez pessoas e eu trabalho com 80 pessoas, apenas mais 10. Se vem a campanha do Senador, por exemplo, o Senador Aloizio Mercadante foi profundamente beneficiado nessa campanha de São Paulo, porque eu tinha toda uma estrutura montada, eu podia fazer a campanha dele de graça. Porque, na verdade, uma pessoa para atender ele, mas tinha duas, quatro ilhas montadas, e o espaço dele de comércio, ele já ia com o Lula ou ia com o Genoino. Não tinha essas despesas. E na campanha nossa, ele tinha, se não me engano, dois minutos de televisão. Eu tinha equipe montada e estúdio. Era chegar lá, gravar aquele troço e botar. Custo zero praticamente. Então, ele teve uma campanha muito baixa. Agora, se ele me chama para fazer exclusivamente a campanha dele, aí eu tinha um custo de montar uma estrutura exclusivamente para a campanha dele. Jamais seria esse. Viu? Então, assim...

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA

– Por isso que existem os pacotes.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA

– Por isso que eu faço os pacotes.

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA

– Para otimizar.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Para que fique muito claro: se eu monto uma estrutura para fazer uma campanha de Presidente, eu tenho 100 pessoas, eu tenho quatro ilhas, eu tenho a equipe completa. Se na hora, ali, é agregada campanha de Governador, o meu custo... Eu preciso de mais 10 pessoas. Se ali, entra uma campanha de Senador, eu não tenho custo nenhum. Eu boto uma pessoa de atendimento para colar com o candidato e, praticamente, o custo está pago. E por isso que para mim eu prefiro trabalhar com pacote. Agora, você pergunta assim: quanto desse pacote é de cada campanha? Isso é o Delúbio que dizia. Emite a nota fiscal para tal campanha. Emite a nota fiscal para tal campanha.

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA
– Histórico...

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – O histórico. Isso tem tudo comprovadinho. Tudo que eu digo ao senhor aqui, 99%, eu tenho os contratos de algumas coisas. Tem muita coisa que a muito tempo para trás não tem, mas qualquer coisa, o senhor, por favor, diga a gente, a nossa contabilidade está às ordens...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Quem é o diretor financeiro desse grupo?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Do nosso grupo? As empresas são separadas. Funcionam separadas.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Essa que trata de política?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Que trabalha de política? A CEP? Na verdade, a CEP, a Zilmar, como a campanha política é uma coisa muito dinâmica e implica muito numa confiança, a Zilmar é a pessoa mais próxima de mim, é minha sócia – ela não gosta que eu diga –, mas há quase 30 anos. Então, ela é a pessoa que atende. Agora a gente tem uma diretora financeira, que é uma menina que, na verdade, trabalha como assessora de Zilmar, que se chama Cristina.

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA
– Ela é da contabilidade.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Ela é da contabilidade. Agora, a equipe – isso é importante, muito importante para mim, se o senhor permitir, deixar claro. Eu tenho uma empresa chamada Duda Mendonça e Associados. Essa empresa nunca fez nem nunca fará campanha política.

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA
– E nem tem nenhuma relação ...

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – E nem tem nenhuma relação com campanha política. Você ia dizer: por que você fez isso? Exatamen-

te porque os advogados me disseram: Duda, separe isso, para que um dia não digam que você está pegando dinheiro do... Eu fiz isso inclusive com o Maluf, na época em que o Maluf foi Prefeito. Então, assim: para não dizer que você está pegando o dinheiro da campanha e colocando o dinheiro da empresa privada... A empresa privada, chamada Duda Mendonça, tem 60% do faturamento, cinquenta e tantos por cento da conta de clientes privados, tem as contas de Governo que tem, mas ela nunca fez e nem faz campanha política. E a contabilidade está toda à disposição dos senhores. Ela não tem nota falsa, ela não tem nota fria, não tem caixa dois. É uma empresa bastante ortodoxa, e tudo isso está à disposição do senhor.

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA
– Segue as regras do mercado. A Promark também. Tudo, até hoje, que eu posso botar aqui – e a CEP também – dentro da empresa, mas as estruturas são separadas. Os sócios majoritários, os sócios são os mesmos, mas eu tenho participação, e as empresas são em locais diferentes, com equipes diferentes, estruturas diferentes. Não há nada em comum, a não ser os sócios.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– V. Ex^a fez referência que, nessas empresas, não tem caixa dois, não tem notas frias e, levando em consideração que V. Ex^a mesmo fez referência ao Delúbio no sentido de que ele dizia que o dinheiro não leva carimbo – os romanos diziam *pecuniae non olet*, que é mais ou menos esse mesmo sentido: o dinheiro não cheira. *Pecuniae non olet*, ninguém o identifica. Diante dessa diferenciação das que não têm caixa dois e notas frias, naquela que trata de assuntos de *marketing* político, havia caixa dois?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Não. É o que disse ao senhor: primeiro eu quero dizer o seguinte: a minha empresa, nenhuma das três, eu estava tentando – posso ter sido infeliz na colocação – eu estava separando a personalidade de cada uma dessas empresas. Mas eu não trabalho com caixa dois, isso eu quero dizer ao senhor, até porque, como é lucro presumido, eu coloco 16% em cima. Quem paga imposto é o cliente. Para mim, eu recebo o meu dinheiro bonitinho, tiro do meu dinheiro para pessoa física, tenho minha conta normal, tenho minha contabilidade à disposição dos senhores, tenho o meu Imposto de Renda à disposição dos senhores, tenho o meu patrimônio todo à disposição dos senhores. Então, assim: eu não tenho nota fria; eu não tenho. E quando eu digo “eu não tenho”, eu estou disposto a provar, está certo? E é muito fácil vocês pegarem a minha contabilidade toda. Independentemente de

abrir, eu abro. Então, assim: aconteceu esse fato no ano lamentável de 2003,...

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA
– 2003.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – ... e que eu, não houve formas de eu não fazer isso porque o serviço estava executado. Então, é como se alguém sentasse num restaurante, jantasse, acabasse de comer e dissesse que não tem dinheiro para pagar a conta. E aí? O restaurante vai fazer o quê? Bom, e aí? Como é que faz? O cara já comeu. Não adianta dar uma surra nele. Não é? Então, na verdade, o meu serviço estava pago. Eu queria insistir muito com isso: o meu dinheiro é limpo. Eu fiz a campanha do PT, fiz a campanha do Presidente Lula, o Brasil inteiro sabe. Eu recebi meu dinheiro da forma correta, apenas houve, assim: o que ficou atrasado, a opção minha era aquela. Ou eu recebia daquele jeito ou eu não recebia. Mas as minhas empresas... Quero dizer ao senhor, eu entendo, está na sua função desconfiar e exigir provas, mas está na minha, de ficar ansioso para que tudo isso seja provado, porque eu tenho trinta anos disso e não quero, de jeito nenhum, sair dessa com algum arranhão. Insisto em dizer ao senhor o seguinte: se eu fiz alguma coisa de errado, eu não fiz pelo lado ético, eu fiz pura e simplesmente por um erro fiscal e contábil. E estou disposto a pagar por ele, se a lei assim entender.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Eu acho que vai ter problema de ordem contábil, porque o fato de ser lucro presumido exige pelo menos que o faturamento verdadeiro seja contabilizado e, pelo li no depoimento, as notas relacionadas ao dinheiro remetido ao exterior não existem. Portanto, há uma omissão de faturamento, que terá de ser esclarecida à Receita Federal.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Os nossos advogados nos esclareceram...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Há uma visão – até para adensar isso –, que é lógica, a sua visão de que isso eventualmente se restringe a esse assunto. Mas, na verdade, a empresa terminou servindo de duto a uma coisa que compromete eleições, que compromete o sistema democrático, embora evidentemente não fosse essa a intenção sua enquanto diretor de uma empresa. Mas, em servindo à ocultação de dinheiro partidário, necessariamente estamos envolvendo nessa reflexão a higidez das nossas eleições.

Eu queria fazer...

Em relação às empresas, que são diferenciadas, fica bem claro que o relacionamento com uma empresa é só de político e de partido.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Perfeitamente.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– As estatais, às quais as empresas de V. S^a prestam serviços, é outra contabilidade?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Outra contabilidade. É a mesma empresa que atende ao setor privado e atende a essas contas.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Não há nada de transferências de uma empresa para outra?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Nada. Nada que ligue uma empresa à outra.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Contabilmente, recursos?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Veja bem: eu não sou contador, mas posso dizer ao senhor que não há absolutamente nada.

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA
– Podemos fornecer os dados.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Eu posso fornecer os dados. Veja bem: isso aí a gente pode dar todos os dados, isso é fácil, acredito que é fácil de se...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Quais as estatais que V. S^a, federais, presta serviços?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – É... Nós entramos em nove concorrências do Governo, e ganhamos três. Eu quero dizer ao senhor o seguinte: é importante, assim, dizer que nós conquistamos... ontem eu vi um depoimento ... a gente ganhou três contas, concorrendo, com a qualidade que eu acho que a gente já demonstrou isso ao País inteiro, e, no Governo Fernando Henrique, nós ganhamos também três concorrências. Então, o número de contas que eu tenho hoje – a Petrobras, a Secom e agora, por último, a Secretaria de Saúde...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Elas se equivalem em número. Mas elas também se equivalem em...

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Não, não, não, não. Não se equivalem. Então, as contas que eu ganhei, lá, não eram... Mas a própria Petrobras, eu tinha o setor de lubrificantes, da BR Petrobras, no Governo Fernando Henrique.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Qual era o faturamento, então, já que elas não se equivalem em valores, aproximado, para ter uma no-

ção? No Governo Fernando Henrique era quanto e quanto é atualmente?

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA

– Não se equivalem não. Mas era metade, por aí.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Metade da atual.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Sem dúvida.

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA

– E nós tínhamos, nós tivemos Telebras, no período de Telebras antes da privatização...

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Nós tivemos Telebras, tivemos BR...

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA

– Banco Central. nós atendemos até o ano de 2002 o Banco Central e a BR Distribuidora da Petrobras, a Petrobras com produto, a parte mercadológica.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a fez referência quando conheceu, eu terminei não anotando, desde quando conhece Marcos Valério?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Marcos Valério? Eu o conheci... Vi Marcos Valério, acho, que duas vezes: uma, no final da campanha de Lula, que eu não me recordo, mas Zilmar disse que ele entrou no comitê...

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA

– Ele esteve no comitê.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA

– Ele esteve no comitê e foi apresentado a mim.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– As tratativas maiores é com a D. Zilmar?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA

– É, com a Zilmar.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Então, agora, eu gostaria de perguntar à D. Zilmar.

O histórico todo, até porque o Duda, que a precedeu em relação aos esclarecimentos relacionados às transações, ele avançou nas informações, e V. S^a se restringiu, imaginando que fosse uma apresentação mais breve.

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA

– Isso.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Eu queria que V. S^a agora nos contasse todo o relacionamento de que se lembra com a SMP&B, com Marcos Valério.

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA

– Bom, é... no ano de 2002, quando terminou a campanha eleitoral, nós ficamos com um débito... posso? Mais alto? (Pausa.) Ok. No ano de 2002, quando terminou a campanha eleitoral, nós ficamos com um débito bastante grande com o PT Nacional, e eu cobrava insis-

tentemente o Delúbio, né? O meu contato, no PT, era com o Sr. Delúbio, né? E eu cobrava insistentemente. E, num determinado momento, em dezembro, final do ano, início de janeiro, ele disse-me que estava tentando resolver, que estava, que tinha um amigo que estava procurando lhe ajudar com alguns empréstimos e tudo o mais, e eu pressionando, pressionando, pressionando para receber o nosso pagamento. E, aí, ele me disse: “Olha, Zilmar, eu vou começar a pagar vocês agora. Você fala com essa pessoa, com o Sr. Marcos Valério” – me deu o telefone dele –, “você o procure, que ele vai fazer o pagamento em meu nome para você e ele vai lhe dar uma programação”.

Eu estive, então, com Marcos Valério, ele me fez uma primeira programação de três pagamentos num valor de R\$900 mil para serem feitos. Isso, se não me falha a memória, início a meados de fevereiro. E, no final de fevereiro, eu liguei, e ele me disse: “Olha, você pode passar no Banco Rural para receber o pagamento dessa primeira parte, que nós vamos lhe pagar. Na Av. Paulista em São Paulo”. Eu fui. A Simone me ligou, não me lembro se eu liguei para ela ou se ela me ligou, era ela quem falava exatamente o que fazer, onde eu deveria ir e a que horas eu deveria ir, porque existe uma ordem de pagamento em meu nome. E fui ao Banco Rural; peguei o meu motorista e fui ao Banco Rural. Cheguei lá, me apresentei para um rapaz da tesouraria, uma pessoa da tesouraria, ou na tesouraria, ele me levou até o mezanino, me colocou numa sala, eu esperei, e ele trouxe um pacote de dinheiro e pôs em cima da mesa.

Eu, a princípio, nunca tinha ido receber o pagamento, porque os pagamentos eram em cheque, eu cobrava, eu cobrava... Nós não emitíamos a fatura para depois fazer o pagamento. A parte política é um processo mais pessoal, de confiança, como disse Duda. A gente não fatura e protesta, nada disso, você faz o contato, porque senão você perde o cliente. E como eu sou de atendimento, e tenho essa função, eu fazia essa relação. Eu assustei porque, verdade, eu disse a Duda: “Duda, eu pensei que fosse receber um cheque administrativo”. A verdade é essa. Porque, como ele tinha me dito anteriormente, final de dezembro, que estava procurando resolver as dívidas com empréstimo, eu pensei que fosse receber um cheque administrativo. E quando me vi com aquele dinheiro, eu respirei fundo e pensei duas vezes. Na verdade, eu fiquei preocupada com a segurança de sair com aquilo. Não era grande, era um pacote, e eu olhei, assim, e pensei: “Olha, Zilmar, você não vai receber esse dinheiro”. Peguei o dinheiro, botei numa maleta de executiva, saí, peguei o meu carro, com o motorista, saí e fui para a empresa. E lá entreguei o dinheiro na tesouraria, liguei para

o Duda e disse o que tinha acontecido. E o rapaz da tesouraria me disse: “Olha, a senhora passa aqui amanhã e depois para pegar dois outros pagamentos. Aí eu discuti com Duda, pelo telefone, e Duda disse: “Ih, Zilmar, vá e a gente tem que dar um jeito e resolver com eles”. Porque, na verdade, nós já tínhamos recebido em dinheiro, em outros momentos de campanha, no comitê financeiro da campanha, eu não me lembro exatamente qual, mas isso não é incomum, o comum é receber ou por depósito bancário, ou por cheque. A verdade é que eu recebi por absoluta falta de...é uma necessidade...

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Só uma coisa: às vezes, houve fato, na campanha, em que você recebeu, da mão do Delúbio, dinheiro, e contabilizado. Quer dizer, houve fatos.

O SR. (Orador não identificado) – O incomum é hoje.

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA – Como?

O SR. (Orador não identificado) – O incomum é hoje.

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA – Pois é, pois é, pois é.

Eu, aí, num determinado momento, por volta de março, não me lembro bem se foi março, mas, logo em seguida, eu até, numa conversa que tive com Delúbio, disse: “Bem, eu preciso emitir as notas fiscais, faturas, vamos discutir qual é o saldo, o débito, para a gente poder distribuir e você botar o carimbo” – porque ele dizia que dinheiro não tinha carimbo. O trabalho nós prestamos. Nós tínhamos terminado de prestar todos os serviços que estavam contratados. “Não, você espera que mais tarde a gente faz essa divisão; eu estou resolvendo isso”. “Está bem”. Eu não tinha dúvida de que aquele dinheiro era um empréstimo, ele comentava isso, me comentou, por duas ou três vezes, que estava resolvendo com empréstimos. Quando foi em início de março, o Marcos Valério, então, disse-me que estava bastante difícil fazer os pagamentos e que eu precisaria fornecer para ele um número de conta lá fora, no exterior, para que ele pudesse fazer os pagamentos, que basicamente teria que ser assim. Eu conversei com o Duda, que disse: “Deixa que eu resolvo”.

Quer falar um pouquinho dessa parte?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Não, já falei.

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA – Então, Duda chamou uma pessoa do Banco de Boston e conversou com ele. Abriu uma empresa lá fora. Eu entreguei a Marcos Valério o papel...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Quem abriu a empresa lá fora?

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA

– O Duda.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Eu.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Com que denominação?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Dusseldorf.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Dusseldorf.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Inclusive não é a minha cara nome de alemão, mas já veio pronta; a pessoa já trouxe de lá a empresa. É uma empresa com sócios.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Esse pessoal do Banco de Boston?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Do Banco de Boston Internacional.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Em Bahamas?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – De Bahamas, sim.

O SR. (Orador não identificado) – O Presidente do Banco Central o ajudou nisso?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Não, nem conheço o Presidente do Banco Central. Eu sou cliente do Banco. Sou cliente do Banco de Boston há mais de 20 anos. Comecei na Bahia e depois em São Paulo. Então, tenho uma relação de movimento com ele – Banco do Brasil e Banco de Boston. Foi o caminho.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Por que esse percurso referido em relação ao Banco de Israel?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Eu gostaria de registrar que a palavra está com o Relator, Deputado Osmar Serraglio, por favor.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Havia uma conta nas Bahamas: Dusseldorf.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Dusseldorf.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – E esses documentos todos, que mencionam vários bancos?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Nós entregamos o número dessa conta... A Zilmar entregou ao Sr. Marcos Valério. Ele a solicitou e nós lhe entregamos.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a está-nos informando que ele se valeu de vários bancos no exterior para transferir dinheiro para a conta Dusseldorf.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Nós estamos dizendo... Exatamente. O pagamento veio dessas contas que ele mandou.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Alguma vez a senhora – vou chamá-la de senhora e não de V. S^a para distinguir quem é quem – teve alguma conversa com o Marcos Valério em que ele desse a entender que tinha outras contas no exterior?

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA – Não, não. Não havia esse tipo de conversa com ele. A minha conversa com ele era...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Mas como se explicava que esse dinheiro vinha de determinada...

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA – Não sei, não sei. Sei que, quando forneci a ele o número da conta, e essas remessas... O dinheiro começou a chegar lá, mas, num determinado momento, não batia, porque em alguns momentos faltava, e eu disse a ele: “Olha, não chegou. Não chegava”. Ele dizia: “Olha, foi enviado, foi enviado”. “Não chegou, não chegou” “Chegou”. Em determinado momento, foi necessário fazer um balanço, um encontro de contas. Eles fizeram esse balanço, que nos mandaram como comprovação de que eles tinham remetido o dinheiro, mas o dinheiro não havia chegado. Posteriormente, percebemos que foram chegando aquelas parcelas que disseram que estavam faltando. Por isso, que nós temos.

Agora, só ficamos – a verdade – só ficamos sabendo exatamente por onde e como foi, depois que começou toda essa confusão. Pegamos os papéis para olhar com cuidado e vimos esses papéis com esses dados todos. É essa a questão.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Não lembro se eu perguntei, mas, afora essa Dusseldorf, nunca o grupo Duda teve nenhuma referência à remessa ao exterior?

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA – Nunca. Nenhuma.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – O que a senhora pode dizer em relação aos pagamentos que recebeu em nome do PT por intermédio do Marcos Valério?

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA – Não entendi.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – O montante: “Eu recebi...”

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA – Ah, sei.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Tanto, depois mais tanto.

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA – Eu recebi, então... Nós recebemos, então, esse valor

de R\$900 mil no Banco Rural de São Paulo no período de fevereiro. Ele começou a mandar, então, os valores para essa conta. Nesse meio tempo, recebi alguns valores picados...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Quanto a senhora considera que ele mandou para aquela conta nas Bahamas?

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA – R\$10 milhões, R\$10,5 milhões.

Recebi uma série de pagamentos... Comecei a receber uma série de valores por meio do próprio PT, do Delúbio, quer seja ele me enviando, quer seja eu mandando um emissário buscar...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Especificamente em relação à conta...

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA – Certo. E depois, em abril, eu recebi mais duas parcelas de R\$250 mil no Banco Rural de São Paulo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Em dinheiro também?

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA – Em dinheiro também. Esse foi o total.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Nós só recebemos dinheiro no Banco Rural de São Paulo.

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA – Somente.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Recebemos aquilo que estão dizendo (*Inaudível.*)

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA – Eu assinei os recibos, ok? Os recibos...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – A senhora conhece Cristiano Paz?

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA – Não, não conheço.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – O David, a senhora deve ter assistido a tudo o que se fez referência.

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA – Assisti.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – O que a senhora nos diz a propósito dessa informação deles de que o Davi sacaria R\$6 milhões em prol do pagamento do débito com o Duda?

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA – Não sei. Precisaria perguntar para ele. Não o conheço. Se o senhor quiser me perguntar, eu não recebi.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – A senhora nega o recebimento, a não ser esses de R\$900, R\$500 e R\$10 milhões?

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA – Claro. Estou dizendo exatamente todo o total recebido

e como. Como ele está dizendo, estou falando que não. Estou informando como, inclusive colocando verdadeiramente todos os detalhes, porque, como o Duda...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Esses pagamentos a que a senhora fez referência, de R\$900 e de R\$500, estão contabilizados na empresa como ingresso em dinheiro?

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA

– Eles estão na empresa como ingresso em dinheiro. Podemos fornecer, então, os dados.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA

– Veja: eles não estão contabilizados. Eles foram recebidos...

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA

– Não foram emitidas as notas fiscais, faturas, porque o ...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Não. Os R\$500 e os R\$900 que confessa que recebeu.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA

– Isso.

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA

– Sim.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Esses que a senhora recebeu em espécie...

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA

– Estão no nosso fluxo de pagamento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Estão contabilizados como recebimento em dinheiro na contabilidade?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA

– Não, porque não se emitiu nota fiscal. Eles disseram à gente que não podiam emitir nota fiscal.

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA

– Então, não contabilizei.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA

– O dinheiro foi o que pagaram, deixando claro que não era dinheiro com nota fiscal.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Não, mas a dificuldade que tinham era em relação à remessa ao exterior. Quanto ao que receberam no Brasil, também não tiraram nota?

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA

– Não, não, não.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA

– Disseram que não podiam. Essas são as coisas – para dizer ao senhor claramente – que não entendo o porquê. Na verdade, era muito mais fácil ele faturar contra a nossa empresa.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS)

– É inacreditável. Por favor, silêncio. Está ficando difícil controlar esta reunião.

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA

– Ele não permitiu que nós faturássemos. Para nós, não teria nenhum... Era muito mais fácil.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA

– Para nós, seria muito mais simples se ele dissesse: “Você manda a fatura para a SMPB, e ele paga”.

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA

– Não, para o PT.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA

– Sim, ou para o PT ou para quem for. Ele paga, entendeu?

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA

– Porque o serviço foi feito para o PT.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA

– Na verdade, não havia essa fatura. Esse dinheiro, claramente, era dinheiro pago de caixa dois. A gente sabia disso inclusive. Foi colocado para a gente, mas não tínhamos opção. Era dinheiro de caixa dois, dinheiro por fora. A gente também não é bobo. Se a gente recebia dinheiro por fora e não podia emitir nota fiscal, está na cara que esse dinheiro não era oficial. Apenas quero insistir nisso. A gente não tinha outra opção de um serviço realizado: ou recebíamos assim ou não recebíamos.

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA

– Não tínhamos mais poder de barganha nenhum para receber. Ou recebíamos assim ou não recebíamos.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Alguma vez o Delúbio comentou que ele tinha um caixa dois?

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA

– Não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Mas acabaram de dizer que ou recebiam dessa forma ou não recebiam.

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA

– Claro.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– O que receberam do PT por meio de caixa dois? Abstraía o Marcos Valério. Afora os ajustes com o Marcos Valério, receberam também do PT.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS)

– Alguém tocou no interruptor. Mais um apagão.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– O que lembram ter recebido do PT que não tenha correspondido à nota fiscal, ou seja, dinheiro que não foi contabilizado?

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA

– Nós recebemos do PT – que não correspondeu à nota fiscal – esses valores totais. O Marcos Valério foi um emissário do PT. Assim como recebi do Delúbio alguns valores do total de R\$3,6 milhões por meio de

um emissário dele, o Marcos Valério foi um emissário para mim.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Esses R\$3,6 milhões por meio de um emissário também eram em espécie?

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA

– Em espécie, claro.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– E emissários do Marcos Valério?

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA

– Não. Não sei se eram do Marcos Valério. Eram pessoas com quem o Delúbio combinava e me entregavam. Ou dizia “venha buscar”, e nós mandávamos buscar. Eram pessoas que iam e pegavam.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Quando a senhora reclamava dos atrasos nos pagamentos, ouvi muito rapidamente a senhora fazer referência a que o Marcos Valério teria aludido a empréstimo. Ele estaria fazendo empréstimo?

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA

– Não. Não foi o Marcos Valério. Quando eu cobre do Delúbio – eu cobrava do Delúbio –, num determinado momento, fim do ano, início de janeiro, início do ano, não me lembro bem, ele dizia que estava buscando resolver. “Estou buscando resolver.” Em certo momento, ele disse que tinha um amigo que estava ajudando e eles estavam tomando uns empréstimos. Foi Delúbio que me disse.

Não discuti absolutamente nada, nem tinha por que conversar com o Marcos Valério, conversar sobre a dívida, sobre o acertado, o acordado, sobre os negócios e os trabalhos prestados para o PT, e nem conversava.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– E também, quando falou do amigo, não fez referência a quem seria o amigo?

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA

– Bom, eu entendi que era Marcos Valério, porque, alguns dias depois, ele me disse: “Olha, procure o Sr. Marcos Valério. O telefone dele é esse, esse, esse, na SMPB, em Belo Horizonte”. E eu o procurei.

Pois não, de novo o quê?

A SRA. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA

– Eu não lembro.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Alguma vez, a senhora recebeu um valor de expressão e que aí, nesse pagamento, se percebesse que era resultado de um empréstimo que teria sido efetuado?

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA

– Não, a única coisa que eu sei a respeito do empréstimo foi exatamente o que o Delúbio me disse no iní-

cio do ano. Nada mais, nada mais. Os valores que eu recebi são esses que estão aí detalhados, definidos e comprovados.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Mas qual era o hábito, a rotina do pagamento do PT? Ele pagava de uma só vez, ou a senhora ia recebendo? O que a senhora lembra sobre a forma dos pagamentos do PT?

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA

– Não. Quando acertado, quando acordado esse pacote de serviços que duraria o período ou o ano, nós acertávamos uma programação de pagamentos e, a cada programação, a cada data, nós ligávamos. Eu falava com o Delúbio. Ele me dizia: “Olha, na próxima semana, eu já posso lhe pagar”. E aí, na próxima semana, se ligava, e ele dizia: “Olha, fala com a tesouraria.” Falava com a Tesouraria: “Ah, está ok! Amanhã, depois de amanhã, nós vamos estar prontos para lhe pagar”. Nós emitíamos a nota fiscal fatura, mandávamos para lá. O nosso *motoboy* pegava o cheque, depositava, entregava a fatura e trazia de volta. Assim era feito.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Há muita interlocução telefônica entre São Paulo e Belo Horizonte no Marcos Valério?

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA

– O que São Paulo? Eu e Marcos Valério?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– A senhora costumava falar com a SMP&B? Com quem falava lá?

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA

– Não, eu ligava, quando eu ligava...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– A senhora esteve alguma vez na SMP&B?

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA

– Estive, estive. Se não me falha a memória, eu estive duas vezes: uma no início do ano, para poder entregar esse papel da conta para o Marcos Valério – eu acho que na DNA. E estive por volta de agosto, quando teve o seminário, grande seminário do PT, em Belo Horizonte; eu estive também. Passei dois dias em Belo Horizonte nesse seminário – 28 de agosto, por aí. E, num determinado dia, liguei para ele, encontrei com ele. Ele estava almoçando num restaurante, e fui à SMPB. Aí, tomamos um café e voltei para o seminário.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– E depois, entre São Paulo e Belo Horizonte, era um contato permanente?

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA

– Não, ele fez uma programação. Quando eu entreguei a conta da empresa...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Que programação ele fez?

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA

– Ele fez uma programação de datas, programação essa, inclusive, que Duda entregou aí, seguiu essa programação, essa planilha que está aí.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– A senhora não lembra mais ou menos?

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA

– Foi... Olha, foram muitos picadinhos durante abril, maio, junho. Durante todo esse período, teve muitas remessas picadinhas. Estava numa programação que ele deu. E eu liguei para ele algumas vezes, ou quando ele informava que a remessa, que as remessas tinham ido e era verificado e não tinham chegado, eu informava que não tinham chegado; ou, em determinado momento, quando eu cobrei muito insistentemente de Delúbio o restante que faltava, ele me pediu que ligasse para Marcos Valério, e eu liguei por volta de meados de abril. E foi aí que ele programou duas parcelas no Banco Rural de São Paulo, em 29 e 30 de abril. Lembro-me perfeitamente, porque eu tenho uma data forte na minha cabeça.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sem ser o PT ou SMPB, havia um débito do Partido dos Trabalhadores. Alguém, alguma empresa efetuou pagamento direto, por conta do PT, no débito que havia junto ao Grupo Duda Mendonça?

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA

– Não, não. O que recebemos foi através, foi do PT, através do Sr. Marcos Valério.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Doadores que quisessem efetuar pagamentos da campanha?

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA

– Não, não, não. Minha única relação foi, minha única... Minha conversa foi somente com o Delúbio, e ele me pediu que falasse com Marcos Valério. Então, ou recebia de Delúbio ou através do seu emissário, Marcos Valério. Essa é a verdade.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA

– A coisa realmente é um pouco complicada mesmo, complexa. Então, para esclarecer. Nós recebemos... Por exemplo, durante o ano de 2002, todo o dinheiro que recebemos da campanha, das mãos do Sr. Delúbio, era um dinheiro oficial. Eles mandavam o dinheiro através de cheque, nós botávamos na nossa conta e emitíamos a nota fiscal. No ano de 2003... Foi quando passou esse débito para o ano de 2003 que aí a coisa mudou. Ele disse: “Aguarde, nós vamos arranjar.”

Aí encaminhou ao Marcos Valério, e a partir daí o Delúbio saiu do circuito. Ele disse: “quem está pagando os débitos do PT será Marcos Valério”. Não tínhamos nenhum negócio com o Sr. Marcos Valério.

Era um dinheiro do PT, ele era emissário do PT, nós não tínhamos prestado serviço para ele, tínhamos prestado serviço para o PT, e ele era simplesmente a pessoa que ia nos pagar. E ele ditava as regras do jogo, e tínhamos que seguir.

Então, nesse período, ele mandou R\$10 milhões e pouco lá para fora, como parte da regra do jogo. Ele pagou a Zilmar R\$1,4 milhão, três... Eu me lembro que o primeiro depósito, por acaso, foi no dia 24 de fevereiro. Eu não sou bom de memória, mas era aniversário da minha mulher. Eu me lembro que, quando ela me ligou, eu estava na Bahia. Eu sou ruim de data, mas eu me lembro que o primeiro dinheiro que ela recebeu, R\$300, me ligando, foi no dia 24 de fevereiro. E, depois, ele pagou mais duas de R\$500, e mais os R\$10 milhões lá fora. Esse foi o único pagamento que o Sr. Marcos Valério fez à gente.

E mais, ainda nesse período do ano de 2003, o Sr. Delúbio pagou R\$3 milhões, também no sistema oficial, à gente, do contrato de R\$7 milhões, 3 milhões oficiais, e 4 milhões. Juntou-se nesse débito, e ele pagou à gente mais ou menos R\$3,8 milhões.

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA

– R\$3,6 milhões.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA

– R\$3,6 milhões. Aí, por fora também. Então, todo o dinheiro que nós... Para ser uma síntese, eu sou homem de comunicação; então, eu tenho também facilidade de me expressar de maneira mais clara: todo o dinheiro que nós recebemos por fora sem origem, sem emitir nota fiscal, como quiserem chamar, foi do ano de 2003 e foi o seguinte: R\$1,4 milhão vindo por ordem do Sr. Marcos Valério; R\$10,6 milhões, ou R\$10,8...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Esses R\$10 milhões foram no ano de 2003?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA

– Todo esse dinheiro foi 2003.

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA

– Pago em 2003.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA

– Em pedacinhos, e mais R\$3,8 milhões...

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA

– R\$3,6 milhões.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA

– R\$3,6 milhões por parte do próprio Sr. Delúbio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Em espécie?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA

– Em espécie, sempre em espécie. Na mão dele, ou na mão de emissários. Ou Zilmar ia buscar ou ele mandava alguém. E R\$3 milhões pelo sistema normal: emitir nota fiscal, e eles mandavam em cheque.

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA

– E está na contabilidade.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Alguma vez o Delúbio fez referência a que ele seria, ou a que título Marcos Valério efetuava esse pagamento? Ele seria devedor do Marcos Valério? O que o PT tinha a ver com o Marcos Valério?

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA

– Bom, o comentário inicial foi de que ele estava tomando alguns empréstimos, estava ajudando-o através de alguns empréstimos.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Ele reconheceu que o Marcos fazia empréstimos que beneficiavam...

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA

– Não, ele não me disse que era Marcos; estou sabendo agora. Ele me disse assim: Olha... Eu cobrando, tá? Imagine, eu estou cobrando. E ele dizia: “Não, Zilmar, espere, eu estou resolvendo, estou tentando resolver, aguarde mais um pouco, tem um amigo que está me ajudando, estou tomando alguns empréstimos”. Ele: “Estou tomando alguns empréstimos”. Uma vez, até me sugeri: “Não, tome empréstimo no banco para você poder agüentar mais um tempo”. Aí, eu dizia: eu não posso fazer isso, a minha empresa não é... Enfim, essa é...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Em 2004, receberam R\$10 milhões?

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA

– Nós recebemos R\$10 milhões, esse é o valor bruto, o valor global – estão na nossa contabilidade todos os detalhes –, recebido pelos comitês financeiros de cada campanha municipal, devidamente contabilizado, e aí... Dois pagamentos – eu me lembro agora; com toda essa confusão eu fui ver –, dois pagamentos foram feitos em dinheiro, através do comitê, nota fiscal na mão...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Comitê...

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA

– ...financeiro de cada...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Nacional, regional?

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA

– Não, comitê financeiro de cada campanha municipal que fizemos. Então, por exemplo, fizemos a campanha de Goiânia. Então, os pagamentos da campanha de Goiânia estão ali. Ou eram em cheque... Eu não me lembro quem foi.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– A contabilidade identifica isso?

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA

– Identifica perfeitamente.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– É possível verificar exatamente o que foi pago em espécie e o que foi pago em cheque.

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA

– O que foi pago em TED, o que foi pago em cheque, exatamente, item por item. Inclusive fizemos todo o levantamento e está à disposição.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA

– E, só para complementar, desse ano de 2004, ao final, ficou um débito que nós estamos lutando para receber junto ao PT nacional, em torno de R\$14 milhões. De 2004, todo o 2004.

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA

– É, que ainda não recebemos.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA

– Agora, parece que tem uma fatura... Eu não sei se tem uma fatura do programa que vence agora. Eu não sei...

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA

– Não, tem algumas...

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA

– Não sei se está incluída nesses 14.

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA

– Não, não. Esse é 2005.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA

– Então vai vencer uma de quanto, de 300?

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA

– Não, 150, a metade, porque seria...

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA

– Então, há uma de 150 que já está vencendo agora; passaria para...

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA

– Não, não venceu.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA

– Sim, mas passaria para 14.150, se não pagarem.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Algum dos dois alguma vez ouviu falar no doleiro Jader Kalid Antônio, de Belo Horizonte?

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA

– Não, eu não o conheço. Tomei conhecimento nesses últimos dias agora, através do jornal, porque virou essa confusão, dizendo que as pessoas ligadas a ele...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Nunca teve qualquer contato?

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA

– Nunca, nunca, nunca.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Luiz Costa Lara?

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA

– Também não. (Pausa.)

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– O Presidente está mostrando que, na verdade, sacavam lá, convertiam em dólar e remetiam...

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA

– Então, graças a Deus, a gente pode provar.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Só que lá eles lançavam na “contabilidade” dele. Nos registros, vai constar como sendo saques do PT, pagamentos em favor do..., quer dizer, saques da SMPB pagando o PT.

Em relação às estatais, Sr. Duda – sabemos que a criação é uma coisa que tem valor personalíssimo –, suas produções, suas criações, quem vem e diz quanto valem? Como alguém pode aferir... Vou ser bem explícito, e talvez V. S^a pudesse contribuir, até para que tenhamos um parâmetro: pode verificar que, mesmo na iniciativa privada, tenho uma criação assemelhada que tem o mesmo valor que cobrei da estatal. Alguma coisa assim. Tenho que traduzir a dúvida generalizada, não dúvida que não tenha fundamento, mas as dúvidas que temos de levantar.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – É natural a dúvida do senhor, mas pode ser bem esclarecida.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Se haveria, eventualmente, mascarada na criação, no orçamento, no diferencial, um superfaturamento.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS)

– Eu pediria, por favor, silêncio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– É evidente que ninguém aqui vai esperar confissão; não é esse o sentido. Mas, para evitar que se tenha qualquer dúvida, é só demonstrar, por exemplo: verifiquem que o que produzi na Petrobras, ou não sei onde, tem o mesmo parâmetro de valorização da empresa privada tal. Porque precisamos ter alguns índices, alguns valores que nos permitam verificar a seriedade da atribuição ao seu valor. Normalmente não é o artista quem sabe; ele não conhece dinheiro. Quem atribua os valores à produção Duda Mendonça?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Da Duda Mendonça Propaganda, que não faz campanha política, que trabalha com as privadas...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– E da Duda que faz propaganda; falo Duda, o conjunto.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Mas as coisas são diferentes. Por exemplo, o senhor quer saber o seguinte...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – ... a Duda Mendonça Propaganda, que tem

contas privadas e tem as contas do Governo. É dessa que o senhor está falando?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Exato.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Tem uma tabela. Não é difícil. Para os senhores é um outro mundo...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Tabela da Duda Mendonça?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Não, existe uma tabela do sindicato...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Mas como se vai comparar um Duda Mendonça com o João das Pedras?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Por incrível que pareça, é assim. A regra do jogo é essa. Agora, é assim: é óbvio que o preço de um filme, como o senhor diz, é como uma casa que o senhor vai fazer com um arquiteto. Quanto custa uma casa? Depende da casa. O terreno varia de lugar para lugar; o tamanho da casa. Então, a produção tem custos, mas é fácil. Sempre é preciso que se dêem três orçamentos. Então, é fácil. Se consultar um especialista da área, existem as normas. Não é difícil. Sei que para o senhores é, porque não é a área dos senhores, mas não é nada assim.

Já no caso da campanha política, eu dito meu preço; aí, não há tabela. Eu dito meu preço pelo resultado que eu dou. E junto na campanha política uma coisa assim: não sou somente agência na campanha política; sou uma agência, sou um assessor de marketing, sou um produtor, sou uma produtora de televisão, sou uma produtora de rádio. Então, na agência, tenho um outro sistema de funcionamento. Eu pago todos os custos na propaganda política. Na propaganda privada, há uma tabela. Só para o senhor entender uma coisa, que é isso que faz confusão. Por exemplo, na verdade, da conta do... A variação de receita de uma agência é entre 10% a 15%. Então, por exemplo, se eu tenho uma conta que, nesse ano, eu agenciei para ela R\$100 milhões de propaganda; na verdade, o que ficou como receita bruta para a minha agência foi de R\$10 milhões a R\$15 milhões, para pagar todos os meus custos, todos os meus custos. E o resto foi para pagar a Globo, a Bandeirantes, a Record, a revista **Veja**, a **Folha de S. Paulo**, o **Estadão**, o **Globo**, toda a parte de produção. Isso é separado e facilmente comprovado. E a produção dos comerciais ou dos anúncios. Por exemplo, se o anúncio tem uma foto, tem uma tabela de foto, a depender do fotógrafo; se for um fotógrafo de segundo escalão, de terceiro escalão, que não precise de uma foto complicada, tem um preço; se for uma foto no estúdio, com ator, ela tem outro preço.

Mas é perfeitamente possível o senhor mensurar os valores disso. Não é uma coisa difícil, desde que o senhor pegue o assessoramento de alguém da área. E a gente pode abrir a contabilidade. Tenha certeza de que, na minha empresa... Eu vim para cá e, antes de vir para cá, pensei bem na decisão que estava tomando. Acho que não existe meia verdade e tenho absoluta certeza de que vou falar qualquer coisa que o senhor me perguntar com clareza, e, se eu achar que estou errado, vou confessar.

Então, eu não tenho nada. Minha empresa, quando lhe digo que não tem caixa dois, não tenho nada disso. É fácil o senhor verificar na minha empresa: se tiver, eu estou mentindo; se não tiver, eu estou falando a verdade. Então, quero comprovar. Se houver dificuldade de abrir o sigilo, eu dou sem abrir sigilo; dou como aberto o meu sigilo, a minha conta pessoal, o meu Imposto de Renda. Não há nada em nenhuma das minhas empresas.

O que há exclusivamente é isso que esclareci, e não por minha culpa, porque fiz meu serviço. Se me pagassem direitinho, para mim, era muito tranquilo; era a melhor coisa, e eu não estaria passando esse vexame hoje aqui.

O SR. (Orador não identificado) – Constrangimento geral.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Constrangimento para mim e para minha família, que é uma coisa muito complicada e que está me fazendo pensar.

Vou dizer uma coisa para o senhor, se o senhor me permitir: acho que a gente tem uma legislação eleitoral hipócrita. É preciso que o senhor aproveite esse momento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Nós gostaríamos das sugestões de V. S^a.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – E eu quero dar sugestão. Eu me prontifico a dar sugestões, porque ninguém conhece isso como os marqueteiros. Eu disse uma vez aqui o seguinte: vocês querem uma campanha barata? Então, coloquem debate obrigatório; reduzam o horário gratuito e façam o seguinte: três vezes por semana, as redes de televisão fazem uma rede e fazem o horário de debate. Tema dessa semana: saúde. Tema da semana: educação. O candidato para ir para lá basta botar um paletó; se não tiver dinheiro para comprar, pega de um amigo; não tem custo nenhum.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – E as proporcionais?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – E a interferência do marqueteiro é mínima. Por isso, os candidatos às vezes têm medo de debate,

porque nesse momento é como boxe: bate o gongo, segundos fora. O assessor pode conversar, mas não dá para ensinar, em uma semana, o candidato a falar sobre saúde, falar sobre educação.

Então, vocês querem fazer isso? Vou dizer: o caminho básico é esse. É fazer debates em cadeia, obrigatórios, sobre temas, porque o custo disso é zero. Não há uma influência do poder econômico. O custo é zero. Ele, no máximo, tem que vir com um paletó e, se não quiser, não coloca; ou, então, aluga um paletó, ou coloca um paletó emprestado. Agora, o que vai prevalecer é, sim, o conhecimento dele, o carisma, o equilíbrio, a capacidade de se comunicar. Isso sim. Então esse é o primeiro caminho.

Fui chamado aqui uma vez para uma conversa e não sei por que isso não foi para frente. Então, colo-me à disposição, acho que assim como todos os marqueteiros. Acho que o senhor tem de ouvir alguém da área técnica.

Lembro que uma vez, eu estava conversando com um juiz, e há a regra do direito de resposta. É outra coisa complicada. A regra dizia o seguinte: o direito de resposta é igual ao tempo da acusação. Não existe. O sujeito diz assim: você é ladrão! Aí, o outro só pode dizer: Eu não sou! Não existe isso. Para você dizer que não é ladrão você precisa de um tempo. Então, se você é acusado, não é justo que se coloque o tempo da acusação para o tempo da resposta. Você tem de dizer por que você não é. Então, há algumas regras que a gente que trabalha pode ajudar muito e colo-me à disposição para ajudar, se assim o senhor achar necessário.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a disse que, no âmbito particular, na iniciativa privada, existem os parâmetros e que, na área política, é V. S^a quem estabelece.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Na área de campanha.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Na área de campanha.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Sim.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Vou fazer mais uma pergunta... um pouco mais forte. Como V. S^a me comprovaria ou me convenceria de que eventualmente, como é um valor que está ao seu talante estabelecer, eu me valho dessa liberdade, e contrato com V. S^a um valor acima do normal, embora eu esteja pagando menos. Ajustamos o seu serviço por R\$5 milhões, mas fazemos um acerto em R\$10 milhões – eu pago o diferencial do tributo. Como se prova que isso não existiu?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Não entendi. O preço real é R\$5 milhões?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – R\$5 milhões.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – O preço verdadeiro?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – E V. S^a me dá uma nota de R\$10 milhões.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – O senhor vai entrar pelo cano, porque o senhor vai ter que comprovar esses R\$ 10 milhões. Lógico, olhe...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Não, V. S^a esquentar dinheiro para que eu possa proceder a campanha.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Não. Eu não posso... Não serve. Eu vou dizer uma coisa para o senhor. A mecânica – e quem trabalhou em campanha sabe – é outra. Funciona ao contrário: ele precisa ter mais recursos. Porque acontece uma coisa... Eu vou dizer uma coisa para o senhor que é muito importante...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Eu só quero esclarecer, porque parece que é uma pergunta que não tem... Mas é muito simples...

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Mas é o contrário do que o senhor está dizendo. Veja bem, se ele faz por R\$ 5 milhões para mim e eu faço por R\$ 10 milhões...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a é uma empresa estabelecida, com quem não existe... Eu só queria ter o parâmetro.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Sim.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Se eu tiver um parâmetro, posso concluir que os preços de V. S^a são os preços praticados normalmente, não há o que se duvidar, mas pode ocorrer que, num determinado momento, um parâmetro que seria de R\$ 5 milhões foi estabelecido em R\$ 10 milhões e, dada a amizade no âmbito político, esquentar-se R\$ 5 milhões para uma campanha e diversificar-se a liberação desse dinheiro para outras finalidades. Enfim, serviria para esquentar dinheiro para uma campanha.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – O senhor está falando da campanha política?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sim.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Eu não tenho como esquentar, porque se o senhor me dá uma fatura de uma empresa privada, que propaganda eu fiz para ela?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Data vênia...

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Eu não posso fazer isso.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Isso é possível. Eu estou me referindo a empresa de V. S^a, mas isso pode ocorrer a todo instante em qualquer empresa. Só para que tenhamos convicção de que V. S^a não faz... Estou longe de dizer que faz...

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Estou entendendo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – A gente queria um parâmetro para dizer: “Não, a Duda Mendonça não deu nota fria.”

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Tenha 100% de certeza. Eu não tenho... Se eu der nota fria a ele...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Mas crime não é só a Duda Mendonça que faz ou que poderia fazer. Não estou... Qualquer uma pode fazer.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, acho que nós deveríamos respeitar o direito do Relator e não interrompê-lo, porque senão vai ficar realmente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral) – Eu tenho absoluta certeza de que o Relator já está concluindo.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Não é o tempo do Relator não, é que há parlamentares interrompendo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral) – Mas ele está concluindo, Senadora.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Sr. Relator, eu queria dizer ao senhor o seguinte. Eu tenho, na minha empresa... Quando eu digo... Essa é uma coisa complexa, mas é fácil de se entender. Na verdade, como o meu trabalho é de agência de propaganda, eu pago tudo. Cada uma trabalha de forma diferente. Eu, por exemplo, terceirizo muita coisa, eu pago pesquisa. Agora, se o senhor quiser saber quanto custa pesquisa, é fácil, eu tenho uma contabilidade na minha empresa de *marketing* político. E os preços cobrados também são de mercado. Quando eu digo ao senhor “eu cobro o que eu quero” é assim, eu funciono como muitas coisas.

Por exemplo, na agência de propaganda, eu funciono como agência de propaganda. O *jingle*, quem produz é uma empresa de *jingle*; o filme, quem produz é uma empresa de filmes. Então eu monto a minha produtora, e eu faço o filme, eu faço o *jingle*, eu faço tudo. Então, na verdade, tudo isso eu pago. Agora, tudo tem parâmetro.

Para ser bem sincero ao senhor, acho que o meu trabalho de assessoria política e de *marketing* político,

em função do resultado que eu dei nas campanhas brasileiras, me permite cobrar um pouco mais caro que os outros. Sem dúvida nenhuma, sendo bem honesto com o senhor. Mas isso vale para o meu trabalho de consultoria política. Preço de produção, não. Preço de produção é preço de produção.

Agora, há uma diferença de campanha para campanha. Vou dar um exemplo: a campanha de Goiânia. Existia a produtora de lá, então não precisava que eu deslocasse daqui equipamentos de vídeo e tudo. Então o custo barateia. Não que o custo da campanha barateie, mas barateia porque eu não pago a produtora. Em Belo Horizonte houve uma campanha dessas. O cliente disse: “Não, eu tenho um contrato com uma empresa de pesquisa, eu pago a pesquisa direta.” Eu abato do meu orçamento a despesa de pesquisa. Então, em campanha os preços são estabelecidos assim. Agora, não há hipótese, por exemplo, de a empresa de *marketing* nem a outra... Por exemplo, aquela versão que V. Ex^a deu: ele acerta por R\$ 5 milhões e eu..

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Dá uma nota de R\$ 10 milhões e paga o imposto.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Sim, mas eu não posso dar uma nota de R\$ 10 milhões... Quando eu dou uma nota de R\$ 10 milhões, ele tem de comprovar esses R\$ 10 milhões, sendo que, às vezes, ele não consegue comprovar os R\$ 5 milhões, porque ele tem de ter recursos oficiais para comprovar esses R\$ 10 milhões.

Acontece assim. Isso é uma coisa interessante de o senhor perceber. Qual é a experiência que a gente tem? A campanha vencedora, normalmente, tem mais receita oficial, ela recebe mais doações oficiais simplesmente porque ela é vencedora. A campanha perdedora tem dificuldades. Então, normalmente, as campanhas começam todo...

A regra do jogo é assim: tudo vai ser oficial, pronto. Só que, ao longo do tempo, ele vai vendo que não arrecadou a contribuição oficial que ele esperava. A legislação também é equivocada; muitos empresários não querem doar dinheiro porque ficam estigmatizados depois: se o cliente ganhar, a imprensa vai em cima. Quer dizer, a lei precisa mudar muito.

Se os senhores quiserem tirar desse episódio um caldo positivo, depois de tanto esforço e de tantos problemas para o País, acho que a legislação eleitoral tem de ser melhorada com a ajuda de técnicos da área. Isso é uma coisa importante, e a gente pode – não só eu, também outras pessoas que trabalham na área – dar uma ajuda ao senhor. Seria melhor para todo mundo pois é muito melhor receber menos sem problema do que receber mais cheio de problemas e

ser obrigado a passar esse vexame que sou obrigado a passar aqui.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Eu só quero esclarecer aqui, imagino que eu não deva ter sido entendido, que não é em relação a V. S^a.

É muito simples. Eu, presidente do partido, tenho a empresa Duda Mendonça que me presta serviços – eu não estou discutindo a origem do meu dinheiro. Eu, como tenho contrato com a Duda Mendonça, a quem devo pagar R\$ 5 milhões – e não a Duda, imaginemos uma empresa fictícia –, vou efetuar o pagamento de R\$ 5 milhões, mas faço um acerto – porque eu tenho o dinheiro quente, mas não quero que apareça que estou dando dinheiro, eu como presidente do partido, privilegiando A, B ou C – para que tudo se passe como se tivesse ido para o Duda Mendonça, só que o dinheiro ficou comigo e eu banco campanha de quem eu quiser. Aqui nós falamos só em dinheiro em espécie circulando. Não estou dizendo que isso aconteceu, mas quero provar que a pergunta tem lógica, tem razão de ser.

Nas campanhas que V. S^a faz, campanhas publicitárias, quem estabelece que, para determinado fim, será utilizada a televisão; para outro, rádios; para outro ainda, jornais?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA

– Depende. O cliente tem, normalmente, o departamento de mídia... Isso é uma coisa muito técnica.

É o seguinte, se meu produto é para criança, eu vou usar os veículos usados pela criança. Eu vou ver a TV onde tem um horário de desenho animado, vou ver os programas mais voltados para crianças. Você atinge essas coisas... Se você tem um produto para o executivo, vai procurar mais os noticiários.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Vamos a um exemplo prático. V. Ex^a faz para a Petrobras...

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Petrobras.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Como funciona a prestação dos seus serviços?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA

– A Petrobras encomenda uma campanha, com verba delimitada, e nós apresentamos a sugestão...

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA

– A otimização.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA

– É a otimização, como obter, com aquela verba determinada, o melhor resultado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Quando apresenta essa proposta, V. S^a especifica

se optou por televisão e, nesse caso, especifica também as redes?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Sem dúvida. As redes todas e o nível...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Os jornais também?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Jornal também, e o nível de audiência daqueles jornais e daquelas redes. O nível de audiência...

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA – Nós temos de apresentar um planejamento estratégico, demonstrando a melhor solução, dentro daquela verba, para aquele problema ou para aquele produto. Isso são técnicas de mídia, de criação e de publicidade.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Os próprios veículos já têm o seu folheto, mostrando, através de pesquisas, quais os horários em que atingem mais determinado público, público A, B, C, D. Os próprios veículos, na sua divulgação...

É uma coisa muito técnica. É o pessoal técnico da agência e o pessoal técnico do cliente...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – A agência tem esta sequência: “Aqui está a proposta da agência, aqui interferiu a estatal e o resultado foi esse”?

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA – Claro. Isso se chama... Nós temos os **cases**...

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Os **cases** todos de mídia. Quero dizer aos senhores que é possível demonstrar isso sem nenhuma dificuldade – é óbvio que com pessoal especializado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr Presidente, agradeço a oportunidade de ter questionado e me coloco na sequência...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr Presidente, pela ordem. Peço a palavra para um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral) – Para um esclarecimento, tem a palavra o Deputado Sampaio.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Eu só gostaria de perguntar ao Relator se restou bastante evidenciado que o Partido dos Trabalhadores ficou devendo uma certa quantia à empresa Duda Mendonça; que essa quantia foi paga pelo Partido dos Trabalhadores através do Sr. Marcos Valério, e que o Sr. Marcos Valério valeu-se dessas contas no exterior. É isso que ficou consignado hoje?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – É.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Eu só chamo atenção de V. Ex^a, Sr. Relator, para a gravidade do assunto, porque a Lei dos Partidos Políticos, no Capítulo 6º, e mais especificamente no art. 28, inciso

I, é clara ao considerar que o recebimento de recursos financeiros de procedência estrangeira é causa de cancelamento de registro do partido, é causa de extinção do partido.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral) – Deputado Carlos Sampaio, por favor!

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Por isso que eu pergunto se isso está consignado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – É que o partido não recebeu, o partido não recebeu em dólar. Mas tudo bem! Nós vamos...

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Por favor, mantenha as inscrições, Sr. Presidente.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Se o partido paga com moeda estrangeira, é porque ele recebeu.

O SR. (Orador não identificado) – Tem razão o Deputado Carlos Sampaio. Tem razão, sim!

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral) – Eu quero ponderar com V. Ex^{as} que são muitas as pessoas, muitos os parlamentares inscritos, titulares, suplentes e não-membros. Eu gostaria de pedir a colaboração de todos. Vou conceder dez minutos para cada inscrito.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem, porque eu quero renunciar à minha inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Renunciar a quê, Deputada Juíza Denise Frossard? Essa coisa de renunciar já deixa todo mundo preocupado...

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – A duas coisas. Não se assuste!

Sr. Presidente, pode retirar o meu nome da inscrição da fala – o senhor já tem mais dez minutos para todos.

Eu fui autora do Requerimento nº 552, que pediu a transferência do sigilo bancário do Sr. Duda Mendonça e, para eventual posterior apreciação, se ele iria depor ou não. O comparecimento espontâneo dele e seu depoimento claríssimo e transparente prejudicam o requerimento. Portanto, eu retiro o requerimento.

Sr. Duda Mendonça, o senhor foi a pessoa mais transparente que chegou aqui. Só lamento uma coisa: que um profissional da sua envergadura tenha se metido com um monte de cambalacheiros.

Sr. Presidente, até a próxima, não preciso de nenhuma pergunta. Está suficientemente esclarecido. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Muito obrigado a Deputada Juíza Denise Frossard.

Com a palavra, a Senadora Heloísa Helena por dez minutos. O cronômetro, por favor, Assessoria.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Já está contando sem... Volte, por favor, Presidente. Não, é para voltar, porque, antes de o senhor me passar a palavra, começou o cronômetro a funcionar.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Duda e Sr^a Zilmar...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha)

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Se os depoentes estiverem me escutando, Presidente, eu não me incomodo com o barulho; eu já disse que estou acostumada a andar em feira com criança berrando atrás, eu não perco a concentração.

É o seguinte. Eu não vou fazer nenhum debate sobre legislação eleitoral, Sr. Duda Mendonça, até porque existem foros adequados para fazer o debate sobre a modificação da legislação eleitoral, sobre a reforma política. Portanto, com todo o respeito a quem trata desse tema aqui, eu me sentiria meio vigarista, cínica e dissimulada em introduzir um debate, como se estivesse a acobertar ou como se tivesse medo da resposta, sobre algo que nós estamos investigando aqui, que é crime organizado. Infelizmente, quando a Comissão Parlamentar de Inquérito foi criada, não imaginávamos, nem eu imaginava, que fôssemos ouvir o depoimento de V. S^a. Alguns já estão dizendo: “Tem que chamar o Marcos Valério, porque ele disse que não tinha conta no exterior!”. Isso vai e volta, é polícia e tal. Eu estou sinceramente chocada com o depoimento, porque ele fecha todos os indícios relevantes de crimes contra a administração pública.

Eu não vou falar de legislação eleitoral, porque é mentira dizer, por mais que haja hipocrisia, blá, blá, blá... O que aconteceu até agora é crime eleitoral, crime eleitoral que pode dar cassação de mandato e cassação de registro partidário. Não são simplórias as declarações que aqui foram introduzidas.

Veja, eu tenho que reforçar isto, porque é uma coisa muito grave: a origem do dinheiro que foi para pagar a dívida do PT com V. S^a, para pagar a dívida da campanha do Presidente Lula e de alguns diretórios regionais ou prefeituras, não é uma coisa simplória. Qualquer pessoa que paute seu raciocínio pela lógica formal sabe que não teve empréstimo. Se tivesse tido empréstimo, teria ido para a conta da SPM&B, que passaria um cheque administrativo para V. S^{as}. Não teve empréstimo, não teve.

Eu agora estou mais preocupada ainda. Eu já sabia que não tinha empréstimo, porque quem está querendo investigar viu o que foi que aconteceu, Sr. Duda. Fraudavam a licitação desde o processo de instrução de seu edital até a execução contratual com os aditivos e outras coisas mais. Sabe o que está acontecendo quem viu as aplicações financeiras dos fundos de

pensão para compensar as instituições de créditos que não fazem filantropia – podem fazer “pilantropia”, caridade, jamais! Tudo isso foi muito bem esquematizado, muito bem montado. E agora eu já estou achando que a estrutura de crime organizado não era só para fazer tráfico de influência, intermediar interesses privados e explorar prestígio, tudo que, segundo o Código Penal, dá cadeia – coisas que as gangues partidárias instaladas nos Correios e em outras estruturas fizeram. O pior é que, como é tanto dinheiro vivo, pode ser que venha do narcotráfico, da estrutura do crime organizado, de doleiro, dinheiro que vai para o exterior e volta e outras coisas mais.

Antes de ouvir V. S^a fiquei imaginando que seria fingimento. Eu não pude falar de fingimento pelas lágrimas, porque, quando eu chorei, esfaqueada pelo PT na Reforma da Previdência, diziam também que era fingimento; eu respeito as lágrimas das pessoas. Eu estou chocada, porque isso é uma coisa muito grave. Já se banalizou o caixa dois, dele já se fala como coisa menor... Não é uma coisa menor: significa que a campanha do Presidente Lula e as campanhas regionais do PT foram pagas com dinheiro cuja origem pode ser estabelecida pela cabeça de qualquer um ou pelos crimes contra a administração pública. As gangues partidárias estavam na estrutura dos Correios, fraudavam licitações; os empresários apaniguados pelas gangues partidárias pegavam dinheiro e pagavam mensalidade e outras coisas mais.

Então, eu quero que V. S^a me confirme se eu escutei isso mesmo. Se é isso mesmo, se era o Sr. Duda Mendonça que chegava... Só sendo dinheiro público para explicar tanto banditismo, Sr. Duda Mendonça. Eles faziam isto: era caixa forte com dinheiro para cima e para baixo – e a Sra. Zilmar ainda precisava se identificar! Outras pessoas chegavam no banco e não precisavam se identificar, era a porta do Ali Babá, o “Abre-te Sésamo”: “Eu vim buscar a encomenda” e saía com R\$ 300 mil, R\$ 400 mil.

Então, não é uma coisa qualquer, não é uma coisa simples. Nós estamos diante de uma estrutura de crime organizado que foi montada para saquear os cofres públicos. Dinheiro de não-sei-onde, não sei se do crime organizado, se dos crimes contra a administração pública, de caixa dois ou do que quer que seja para pagar campanha do Presidente da República e do PT. Nunca imaginei que o senhor pudesse me dizer isso.

O senhor conversava com alguma pessoa fora o Delúbio? Conversava com o Zé Dirceu, com o Lula ou com qualquer outra pessoa sobre isso? Conversava com alguém para cobrar dívida, para ver se não tinha uma outra forma de eles pagarem o dinheiro que não

fosse o dinheiro em espécie, que não fosse o dinheiro indo... Eu entendo o que o senhor disse, faz parte da lógica do capital, é da lógica do capitalismo – “Me deve, e eu quero que pague; prestei o serviço, e eu quero que pague” –, mas em nenhum momento V. S.^a conversou com outras pessoas sobre isso, sobre as dívidas, sobre como estava sendo pago?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Veja Senadora, eu sei da importância desse meu depoimento e de minha responsabilidade, isso foi muito conversado com os meus advogados. Eu disse antes que eu, resolvendo falar a verdade, não teria meio termo, e eu abri o meu coração, não medi palavras.

O que eu quero dizer à senhora é que eu também não quero levar neste depoimento o ônus de algumas coisas que eu não disse. No ano de 2002, eu não disse que a campanha do Presidente foi paga com caixa dois, eu disse que eu teria um pacote de tudo isso e disse também que foram emitidas faturas. Acontece que cabe ao PT dizer o seguinte...

Disse também à senhora o seguinte: as campanhas vitoriosas, normalmente, têm muito mais recursos oficiais. Então, penso que cabe à senhora agora comparar as faturas que emitimos – isso pode ser feito – com o que o PT declarou. Acho que esses dados podem ser facilmente cruzados para saber se a campanha do Presidente foi paga por fora ou por dentro. Ao que eu sei, a campanha do Presidente foi totalmente paga com dinheiro oficial, assim como a do Senador Aloizio Mercadante.

Por que estou dizendo isso à senhora? A do Senador Aloizio Mercadante, porque foi barata, foi muito barata. Ela entrou num pacote onde eu tinha toda a estrutura pronta.

E estou dizendo à senhora aqui o seguinte: quando eu resolvi vir fazer este depoimento, eu tentei resguardar a ética, inclusive o meu cliente, o Partido dos Trabalhadores, durante todo esse tempo. Só resolvi falar quando percebi que estava começando a correr um risco de ter contaminada a minha imagem, e isso eu não iria admitir.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Eu entendo...

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Veja, eu tenho paciência, se a senhora quiser me perguntar, eu quero entender... Agora, veja bem, a campanha do...

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Não, não é isso não, é porque nós dois só teremos um minuto e cinquenta; o problema nem é seu nem é meu, é por causa do tempo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Mas eu queria deixar claro para a senhora

que eu acredito – não posso garantir – que a campanha do Presidente Lula foi toda paga com dinheiro oficial, simplesmente pelo fato de que ele teve muito recurso oficial. O partido tem a contabilização disso. E é fácil a senhora verificar. Agora, sim...

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Esse dinheiro era para pagar o quê, se o senhor tinha dito anteriormente que muitas campanhas dos diretórios regionais tinham sido pagas antes de 2004? O senhor disse que muitas campanhas dos diretórios regionais tinham sido pagas diretamente pelos diretórios regionais.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Não, eu não tive campanha antes de 2004, de campanhas...

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Não, eu não estou falando de 2004. Estou falando é de 2002.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Sim, mas em 2002 eu não tive campanha de diretório, somente a campanha de Benedita no Rio de Janeiro. Todo o resto foi pago por diretório de...na campanha do comitê.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – E a dívida era de onde?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – A dívida era das campanhas.

Na verdade é assim: primeiro, eu tinha a dívida de programa eleitoral – como eu disse à senhora, eu trabalhava com pacote –, dívidas partidárias. Então, vamos separar os serviços...

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – É que como o pagamento passou a ser feito em fevereiro de 2003, após a posse, criou-se um problema. Veja, se o senhor fez pouquíssimas campanhas regionais e disse que os diretórios regionais automaticamente pagavam, a maioria dos recursos foram pagos... É porque o senhor disse isso. Então eu estou querendo saber... A dívida é muito grande, foi muito dinheiro utilizado para pagar a dívida; pode ser coincidência ou não, mas todo esse esquema, que foi montado com tantas ramificações, foi a partir de fevereiro de 2003. Então, a dívida era de onde, uma dívida tão grande como essa?. Não estou falando dessa de agora, dos quatorze. Aquela dívida que gerou dez milhões para o exterior, que gerou ir buscar no banco não sei quantos milhões...

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Senadora Heloísa, conclua, por favor.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Não, eu já passei o tempo, então vou me reinscrever.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Se a senhora me permite, Senadora, eu quero contestar o Presidente: eu acho que dez minu-

tos é tempo insuficiente para a arguição em um depoimento de tal importância. Peço a V. Ex^a, Sr. Presidente, que conceda os quinze minutos, como é a praxe desta comissão, e aí nós cumprimos o tempo. Chegou aos quinze minutos, encerraremos.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Pronto, continue e fico com quatro.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Posso tentar, Senadora?

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Tudo bem.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Veja bem, esse é um dos pontos cruciais do que falei aqui e, se me equivoquei, quero retificar. O que eu disse aqui foi o seguinte. Em 2002 foi feito um pacote com o PT. O que fazia parte desse pacote? Os programas nacionais partidários, dos horários gratuitos, os comerciais e os de rádio. Faziam parte desse pacote alguns programas regionais – não me lembro – pagos pelos diretórios regionais, cinco. E fazia parte desse pacote a campanha do Presidente Lula, a campanha da Benedita, a do Genoíno e a do Mercadante. Isso dava um total de aproximadamente 25 milhões.

Nós recebemos, até o final do ano, algo em torno de dez milhões... Onze milhões e meio... Treze milhões e quinhentos.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – É porque o senhor disse que dinheiro não tem carimbo, é por isso que eu quero que o senhor me explique.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Eu lhe disse uma coisa, mas é fácil explicar à senhora.

Eu tenho a impressão de que tanto eu como a senhora estamos buscando a verdade.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Certo. Então nos auxilie.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Então eu queria explicar.

O débito, que passou de 2002 para 2003, referente a todo o pacote, não é...

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sim.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – ... referente a todo o pacote – não é só de campanha, a todo pacote –, eles pagaram oficialmente, com nota fiscal, bonitinho, treze milhões e quinhentos.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sim.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – E passou um débito de onze milhões e quinhentos.

Bom, os quinze foi porque tinha outro contrato de 2003, de que fazia parte a realização dos seminários, e aí foi direto com o partido. Esse contrato, inclusive, foi parar na imprensa, disse-se que não era ético e tal, e nós resolvemos encerrar no final do contrato. Então, desse contrato, três milhões o PT nos pagou com nota fiscal bonitinha, e quatro entraram nesse outro pacote.

Então, se estamos discutindo somente o pacote de 2002 e o que passou do ano, foram onze milhões e meio.

Eu quero dizer à senhora o seguinte: como nós recebemos treze milhões e meio... Eu não sei, mas se a senhora disser – e eu não tenho esse número aqui – que a campanha do Presidente Lula custou seis, sete milhões, ela foi paga toda com dinheiro oficial. Porque é o seguinte... Aí você vai perguntar assim: “Não está mais barato?” Não, porque é o seguinte: para mim... E eu quero ser bem claro com isso...

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Não, não, está tudo bem. Só para ajudar, para nós sermos claros: o senhor tem o pacote que foi apresentado, não tem?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Isso, isso. Isso.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – É só para ajudar: o pacote que o senhor contratou...

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Um minuto.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Sim.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – ...que o PT contratou a V. S^a... Tem o pacote.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Sim.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Lá no pacote – talvez o senhor ainda tenha esse contrato, eu não sei – vai estar dizendo o percentual de serviços a serem pagos relacionados à campanha ou é um pacote todo?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – É um pacote todo. É um pacote todo, mas eu acho... A gente tem contratos separados, Zilmar?

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA – Tem, tem.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Eu acho que tem contratos separados das campanhas eleitorais – eu posso verificar – fazendo parte desse pacote, mas talvez seja possível destacar esses valores, que talvez seja o que interessa à senhora. Entendeu?

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – É porque tem aquela história de que segue o dinheiro... Aí depois, Sr. Duda...

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – O que eu posso dizer à senhora é o seguinte: tem coisas que a gente não... Não há uma prova material...

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Eu sei.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – ... mas há uma lógica. Então é o seguinte: todas as campanhas que eu fiz na minha vida, as campanhas vitoriosas, naturalmente... Quer dizer, quando nós entramos no segundo turno da campanha do Presidente Lula, ele praticamente estava com a eleição ganha.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Eu sei, o problema...

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Então ele teve muito recurso oficial.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – A danação é porque, se o senhor reivindica a lógica, aí a gente reivindica a lógica também.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Não, veja: o que estou tentando é ser justo.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Não, eu estou entendendo. Não, eu estou concluindo só, Sr. Presidente. Então é só isso.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral) – Senadora Heloísa Helena, concluindo, por favor.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Está certo. É só isso. Então foi contratado um pacote em 2002...

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Isso.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – ... que envolvia os programas partidários do PT, a campanha do Presidente Lula e duas campanhas regionais. Pronto.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Duas... A campanha do Presidente Lula, duas campanhas regionais...

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sim, danado, pronto. Eu estou sabendo mais rápido do que você, não dá.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – ... e o Mercadante. Mas é porque...

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sim, e o Mercadante, tudo bem.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Sim, senhora.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Mas é porque eu nem quero fazer citação de ninguém.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Tá.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Aí, o senhor... Esse contrato, esse pacote que foi feito, o senhor vai disponibilizar hoje para a gente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral) – Senadora, concluindo.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – ... o contrato com o contrato que foi feito, disponibilizar ainda hoje...

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Eu não sei se ainda hoje, porque isso está em São Paulo, a sede, mas eu posso... A gente tem os contratos divididos...

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Peça para alguém mandar por fax.

Eu me reinscrevo, Sr. Presidente.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Certo, Senadora Heloísa Helena.

Com a palavra o Senador César Borges.

Só os Senadores falando.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Duda Mendonça, Sr^a Zilmar Fernandes da Silveira.

Duda, seu depoimento é um depoimento muito importante, acho que foi eivado de emoção e conseguiu nos emocionar. A sua disposição de dizer a verdade é muito importante para esta Comissão, porque nós temos assistido aqui a depoimentos que não condizem com a respeitabilidade que deveriam ter os depoentes com esta Casa.

Eu gostaria que, efetivamente, você pudesse sair daqui engrandecido, como o seu depoimento foi feito até determinado momento. Digo isso, porque me parece que, a partir dessa sua última explicação à Senadora Heloísa Helena, tenta-se agora desmontar... Tinha um pacote. Esse pacote, eu acho que dificilmente você pode dizer quanto foi para o Presidente Lula, quanto foi para o Senador Mercadante, quanto foi para José Genoíno ou para Benedita, porque, veja bem, é difícil você imaginar agora que se possa separar e dizer o seguinte. Não, os eleitos, que são o Presidente Lula e o Senador Mercadante, quanto a esses o dinheiro é limpo, foi pago com dinheiro dentro do PT. Já os outros, que perderam as eleições, estão sem mandatos, fazem parte de um bloco que foi o dinheiro pago por Marcos Valério. Por aí é que eu lhe pergunto e a primeira pergunta é exatamente esta direta: é muito difícil imaginar que você, publicitário, que ganhou a confiança do Presidente Lula, e ganhou efetivamente essa con-

fiança, é brilhante – e aplaudo, sinto-me orgulhoso de ver um baiano vencedor como você, li o seu livro, que me emocionou pelo seu amor paterno, o amor a seus filhos, que também tenho e me emociono com isso –, você é bom, é uma pessoa boa e, portanto, precisa ir até o final nessa história. Não dá para dividir e blindar daqui por diante, porque pode atingir o Presidente.

Então, queria que V. S^a não fizesse esse esforço. Deixe que nós façamos se o senhor não quer se comprometer, mas você vivia o dia-a-dia do Presidente. Não é possível que só o Presidente Lula, neste País, não soubesse de nada. Ele tinha Delúbio, como de sua confiança, não era de Dirceu. A confiança de Delúbio era do Presidente Lula e ele nunca conversou com o Presidente Lula. E você, que era uma espécie de conselheiro do Presidente Lula, vivia a sua intimidade, nunca chegou para ele – e sei que você é sincero e honesto – para dizer que havia um problema grave, que se estava fazendo um desvio de moeda nacional para se pagar no exterior, uma conta *off-shore*. Você nunca teve essa franqueza, essa sinceridade que você está tendo aqui, hoje, com o Presidente Lula?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Senador, vamos dividir. Primeiro, o senhor diz que não é possível dividir. É. Acho que temos na nossa contabilidade...faturar para cada campanha. As campanhas são divididas e apesar do orçamento que dei ter sido o pacote, ele dizia a que rubrica aquele dinheiro é destinatário. Acho que é possível, sim, a gente comprovar o que veio da campanha do Presidente Lula, até porque era a campanha que tinha mais recursos. Veja, a intenção minha, quando pensei em vir aqui, pensei muito nos riscos do meu depoimento e quero, por questões éticas, de alguma forma, tomar muito cuidado em não culpar inocente e a minha idéia não é punir ninguém. Cabe a vocês estudarem...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Você também não quer citar culpados.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Não quero. A mim cabe dar as informações, como dei à Polícia ontem, até 4 horas da madrugada, no dia do meu aniversário, e como me prontifiquei a vir aqui, pegar um jatinho e vir para cá às 6 horas da manhã. Quero simplesmente dar os fatos que aconteceram. Cabe à Polícia e à CPML julgar. Eu não posso correr o risco de ser leviano e cometer injustiças.

Na verdade é assim: é possível, sim, ver desse dinheiro oficial, pago, legítimo, do primeiro turno, a importância de R\$13,5 milhões quanto foi para a campanha do Presidente Lula...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Porque uma campanha presidencial não custa R\$13,5 milhões. Convenhamos, não custa R\$13,5 milhões uma

campanha presidencial. Nós sabemos que custa mais do que isso.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Eu não pago toda a campanha. Veja Senador, quero continuar na linha que o senhor elogiou no começo: de abrir o meu coração. Na verdade, a minha parte, quando faço a parte eletrônica muda muito pouco se for a campanha da Prefeitura de Sergipe ou a campanha de Presidente. A diferença existe, é lógico. E estou dando um exemplo radical. Mas quando monto uma ilha de edição e produzo um comercial tanto faz se ele vai ao ar em Sergipe ou no Brasil inteiro; eu não pago mídia.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Eu sei, mas você montou para campanha presidencial que levou como carona as outras campanhas, mas a campanha foi do Presidente Lula, essencialmente.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Quando eu monto uma casa com todas as ilhas, eu estou barateando muito o custo de produção de todas.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Das outras, mas não a do Presidente Lula

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – É escala, entra em todas. Senador, tenha certeza de que o meu depoimento, até a hora que os senhores me liberarem, será nesta mesma linha. Vou dizer ao senhor 100% do que aconteceu.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Voltando à pergunta que você não respondeu claramente: você nunca conversou com o Presidente Lula, com o Ministro José Dirceu sobre esse assunto.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Vou lhe dar uma outra informação. Na verdade, eu privava um pouco da intimidade durante a campanha do Presidente Lula, é verdade, porque, naturalmente, durante a campanha, o clima de intimidade entre marqueteiro e candidato existe, quando nos encontramos diariamente para discutir problemas diários com todos candidatos. E o meu jeito descontraído acaba criando um clima de intimidade. Bom, durante toda a campanha ele era o Lula, isso não aconteceu. Acontece, sim, que, depois da eleição, ele era o Presidente, e eu não tinha a mesma intimidade. É importante... e queria aproveitar para dizer para o senhor que toda hora vejo a imprensa dizer que sou o marqueteiro do Presidente Lula. Isso não é bem a verdade. Não sei por que motivo, desde que o Presidente foi eleito, meu contato com o Presidente, por incrível que pareça, é muito pequeno, apenas quando fui levado por Luiz Gushiken apresentar campanhas e fazer os pronunciamentos dele, e nada mais. Para se

ter uma idéia, eu recebi até hoje uma ligação do Presidente Lula desde que ele foi eleito.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Convenhamos, Duda, que fica muito difícil imaginar que o culpado disso tudo seja o Delúbio Soares e que não há envolvimento nenhum, nem conhecimento do beneficiário principal de todo esse esquema que foi exatamente o Presidente. E destaco esse fato de que os dois eleitos, você fez uma ressalva, Mercadante e Lula, os outros dois que perderam, Benedita e Genuíno, não é bem o caso.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – Não, não, não. Senador, não fiz ressalva. Eu estou dizendo o seguinte, estou explicando... o senhor há de convir o seguinte: a verdade, às vezes, é complexa. Não tenho como escamotear a verdade. O que posso explicar ao senhor... E não estou aqui para punir ou acusar quem quer que seja, nem o Sr. Marcos Valério. Tenho muito respeito pela dor que deve estar passando a família do Sr. Marcos Valério...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – A esse respeito todos nós temos a qualquer dor pessoal.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA –... é uma coisa complicada isso. Tenho a impressão que se ele pensasse hoje talvez não tivesse feito o que fez. Então, não estou aqui para acusar nem para defender ninguém. A minha vinda aqui é para dizer o seguinte: fiz a campanha, tinha direito a receber o dinheiro, quanto era o dinheiro, e como o recebi.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Fiz aqui uma tentativa de tabular as coisas, vi que do Marcos Valério vieram efetivamente R\$15,5 milhões. Está declarado no seu depoimento e no depoimento da Zilmar. Esses R\$15,5 milhões vieram, R\$900 mil inicialmente...

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – Não, não, não. Espera aí...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – R\$900 mil no início, foi em dinheiro, três de R\$300 mil; depois R\$10,5 milhões de recursos para o exterior...

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – Isso.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Está certo? Isso corresponde mais ou menos em recursos que vieram para o segundo contrato, o pacote de R\$25 milhões. Foram esses R\$11,4 milhões que foram para pagar exatamente débitos oriundos do segundo contrato de R\$25 milhões. Depois, também com dinheiro oriundo do Sr. Marcos Valério, vieram mais R\$500 mil, depois mais R\$3,6 milhões pagos em espécie para o Delúbio Soares ou mensageiro. Aí totalizam R\$15,5 milhões...

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – Não, tem um fato. Veja bem, esses R\$3,8 milhões que vieram de Delúbio...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – R\$3,6 milhões.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – ... não sei da onde vieram.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim, mas foram pagos por Delúbio.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – Pagos por Delúbio. Então, na verdade...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Então, são R\$15,5 milhões...

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA –... menos

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) –... que não têm origem conhecida.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA –... sim, só para pontuar. O que foi pago pelo... através do Marcos Valério, a Zilmar pode colocar isso claramente, foram três prestações de R\$300 mil, que deu R\$900 mil, mais R\$500 mil, que dá R\$1,4 milhão, e mais o dinheiro que foi pago lá fora.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas Duda, veja bem, temos que dá credibilidade, porque bate R\$15,5 milhões a declaração de vocês, do Marcos Valério.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – Veja bem, não arredondei. Bate R\$15 milhões porque foram R\$15 milhões. O Delúbio pagou R\$3,8 milhões. Não sei da onde veio o dinheiro que o Delúbio nos pagou, pode ser que tenha vindo do Marcos Valério. Só posso dizer de quem eu recebi. A dívida era com o PT, e o que o Sr. Delúbio me pagou foi efetivamente isso.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – R\$15, 5 milhões.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – Não, o PT me pagou isso. De que forma? Pagou diretamente, desses R\$15 milhões que estamos falando, R\$3,8 milhões. E através do Sr. Marcos Valério R\$1,4 milhão e mais o dinheiro que foi pago lá fora.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim, então vamos supor que o dinheiro que chegou do PT em suas mãos também teve origem de Marcos Valério, porque bate com os R\$15,5 milhões que ele está declarando.

Agora, tinha uma pergunta para a Zilmar. Não sei se você pode responder. Ela identificou o Marcos Valério como emissário do PT, quer dizer, ela tinha uma noção que o Marcos Valério era emissário do PT. E declarou também que recebeu, algumas outras vezes, recursos, também em dinheiro, de outros emissários do PT, mas

não disse quais foram. Mas recebeu em dinheiro, em espécie, do PT. Quem lhe entregou a outros emissários que efetivaram pagamento em dinheiro vivo?

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA

– Não, recebi do Delúbio. Na verdade, emissário eram, por exemplo, um *boy*, um motorista nosso que ia buscar lá no PT, no Silveira Martins.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Aqui no seu depoimento na Polícia Federal diz que alguns pagamentos do PT foram feitos em dinheiro...

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA

– São esses.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – ...apesar de ter feito nota fiscal. Não é esse recurso. É um outro recurso. É recurso do PT...

O SR. (Orador não identificado) – Aí é dinheiro do primeiro turno, não é?

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA

– É. Dinheiro oficial do primeiro turno.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – A senhora recebeu em dinheiro, pagamento em dinheiro vindo do PT?

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA

– Recebi.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Fora o de Marcos Valério.

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA

– Sim, recebi.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – E esses emissários, quem seriam?

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA

– Ah, ou foi um *boy* nosso ou um motorista que ia até lá, se apresentava a Delúbio. Delúbio me ligava, dava OK e ia buscar...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – E também não lhe causou estranheza esse pagamento em dinheiro vivo, em espécie?

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA

– Não, isso foi muito pouco. Deve ter acontecido uma ou duas vezes, se não me falha a memória. Tenho que olhar na contabilidade. O que eu recebi, efetivamente, de dinheiro em espécie foi essa parte final que se refere a essa dívida total, que veio... Uma parte o Marcos Valério mandou entregar, me pediu que fosse buscar o pagamento no Banco Rural; e outra parte que recebi com o próprio Delúbio no PT nacional.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas houve, então, o pagamento em dinheiro pelo PT por emissário que a senhora não identifica?

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA

– Não, mas...

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – Mas, dinheiro, Senador, com nota fiscal e foi colocado na nossa conta e está registrado...

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA

– Aí era o meu *boy*, o meu motorista...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Estou entendendo. Mas houve pagamento em dinheiro?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – Houve.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Não foi só por cheque vindo do diretório nacional?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – Não. É importante porque isso acontece com várias outras campanhas. Em dinheiro, a gente emite a nota fiscal, deposita na conta...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim, mas foi em dinheiro. Bom, eu queira saber mais o seguinte: há um débito de R\$14 milhões e há também, pelo que li no depoimento, um novo contrato com o PT, mas que não foi dito nos depoimentos o valor desse novo contrato.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – No ano de?

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA

– 2005.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Agora, 2005.

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA

– É, fizemos um... houve uma negociação para nós fazermos...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Um novo pacote.

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA

– Exatamente. Um pacote de dois programas partidários mais os comerciais do horário gratuito eleitoral do primeiro e do segundo semestre.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Valor?

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA – O valor total é de R\$300 mil, se não me falha a memória. Mas eu tenho o contrato.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Com R\$300 mil, serão eles suficientes para...

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA

– São dois programas eleitorais partidários: um, do primeiro semestre; outro, do segundo. Do primeiro semestre, foi bastante menor o valor porque já tínhamos todas as cenas. Você faz o orçamento de acordo com o roteiro, está certo? Você tem um roteiro. O programa pode custar R\$20 mil, R\$10 mil, como pode custar um valor bem mais alto: R\$1 milhão, R\$500 mil, enfim, depende do roteiro. O do primeiro semestre, vocês também poderão ver as fitas, nós temos os

programas em fita, vocês podem ver, são programas relativamente baratos...

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – É muito de depoimento, Senador. Quando o programa tem muito de depoimento, muita gente falando, o preço dele vem muito lá para baixo porque não tem produção. Eu abro um estúdio, levo para o estúdio, e aí começa a falar numa sala. Então, o custo daí é praticamente nenhum. Eu não tenho ator, não tenho música, não tenho trilha, não tenho produção de helicóptero, não tenho nada. É simplesmente ele chegar e pum, pum, pum. Esse é o programa mais barato que existe.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Você tem expectativa de receber esses R\$14 milhões do PT?

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA – Vamos.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – Expectativa tenho...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Diante dessa situação de débito de R\$55 milhões com o Marcos Valério, sem os juros?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – Senador, tenho expectativa, sim, senhor.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Duda, quero desejar que você saia bem desse episódio, que eu lhe conheço como profissional competente, é meu conterrâneo. Espero que você realmente veja que essa é uma situação que traz aflição para todo o País, para todos nós e que só com a verdade, com a absoluta verdade, podendo chegar a essa verdade, aos culpados é que vamos poder fazer um País melhor. Portanto, meu apelo é que você continue tendo sucesso, mas que também não blinde ninguém. Por favor, deixe que as coisas e a verdade aflorem naturalmente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – Muito obrigado, Senador.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Pela ordem, Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Eu queria respeitar, evidentemente, a lista de inscrições e não tenho participado diretamente desta CPMI, mas o art. 14 do Regimento me faculta o direito de solicitar a palavra...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, temos uma regra que não se abre exceção nem para os Líderes, nem para o art. 14.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Eu poderia apenas concluir? Pediria a V. Ex^a, se fosse

possível. Não estou solicitando como Líder. Estou solicitando a palavra pelo art. 14, por ter sido citado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, para contraditar.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Não cabe, Sr. Presidente.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Eu poderia apenas concluir?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Se ele foi citado, Sr. Presidente, se ele for citado, ele tem direito. Quem for citado tem direito. Temos que reconhecer...

O SR. (Orador não identificado) – Foi citado pelo depoente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Mas já demos abertura, Deputado ACM Neto, com várias citações, inclusive...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Mas acontece que V. Ex^a está sabendo que está abrindo um precedente...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Para quem foi citado...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Foi citado, Deputado ACM Neto.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Para quem foi citado, Sr. Presidente. Só para registrar, Sr. Presidente, quem foi citado V. Ex^a sempre cedeu. Temos divergência com o PT, mas temos que ter esse respeito.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra o Senador Aloizio Mercadante.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, no caso, foi citado pelo depoente. E o Senador Aloizio, aqui, não está como Líder do PT. Ele aqui se encontra até sujeito a uma investigação, pois há uma denúncia que está sendo feita de recursos que não foram declarados, que procedem de um bloco total.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador César Borges, o Senador Aloizio foi citado por V. Ex^a.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Ninguém está sendo convocado. Ele foi citado politicamente, dentro de uma investigação.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Em primeiro lugar, eu gostaria de, evidentemente, desejar que a CPMI investigue todos e tudo aquilo que for necessário, especialmente o que se refere ao meu mandato, a minha campanha, a biografia, a minha história. E estarei à disposição a qualquer momento para tudo aquilo que for necessário a esta CPMI.

Vim aqui motivado por uma única razão. Eu tenho dito publicamente que, nos principais depoimentos que foram feitos, não tenho sentido a verdade aparecer. Ao

contrário, acho que as pessoas vêm contando parte das verdades. E eu, que tenho 25 anos de história neste Partido, mais de 30, 35 anos de militância política, fiquei absolutamente surpreso com uma série de informações que vêm sendo reveladas mais pela imprensa, pelo trabalho da CPMI, do que propriamente pelos depoimentos.

Mas creio aqui que o Duda Mendonça – e aqui reafirmo também, meu amigo, e fiquei grato pela sua menção – foi muito feliz ao buscar toda a verdade, toda a transparência. É isso que eu esperava de você. Acho que é isso que eu espero da História do Brasil, e é isso que eu espero em relação a minha biografia. E é assim que tenho me portado em toda esta crise, em todos os episódios.

Então, fazer algumas perguntas e solicito...

(Tumulto no plenário da Comissão.)

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Sr. Presidente, eu acatarei a preocupação da Oposição. Quero apenas terminar de dizer o seguinte. O ponto fundamental que eu quero deixar registrado aqui é que em 1998 o Duda contribuiu com a minha campanha; fez de graça um material de propaganda. Foi dito isso publicamente, para mim e para o Genoíno em São Paulo. Eu me senti muito honrado com aquela contribuição da imagem, da logomarca, etc. Eu sempre lutei para que ele fosse o marqueteiro, porque achava que ele era da maior competência e traria uma grande inovação na linguagem, no discurso do Partido.

Em 2002, lutei por isso e gostei muito que ele fosse a agência de publicidade da campanha. Mas eu jamais negocie qualquer contrato. Eu jamais tive a informação de qualquer valor. Eu nunca soube a história que está sendo contada hoje aqui. E mais, não apenas não soube como jamais soube que houve pagamento no exterior, que havia uma empresa no exterior, que os valores chegam a isso que está sendo dito. Eu perguntei ao Presidente e ao tesoureiro do Partido, ao Delúbio, e tivemos alguns diálogos, inclusive com o próprio Duda, em que eu perguntava: “Qual é a participação de São Paulo? O que foi feito em relação a São Paulo?” E me diziam: “É aquilo que está declarado. Havia um pacote nacional, e no primeiro turno é aquilo que está declarado”. A sua participação era residual na campanha. A campanha era nacional. Nós tínhamos de fazer os comerciais para todos os Estados. Tinha a campanha de Governador no primeiro e no segundo turno. No primeiro turno, havia 55 segundos de tempo de televisão, e a estrutura estava toda montada. O custo era aquele que foi declarado pelo Partido regional em São Paulo, que dá no total das agências de publicidade, R\$1,910 milhão, em torno de R\$1,2 milhão Duda Mendonça.

E agora, quando veio esta crise, eu voltei a falar. Falei por telefone e falei pessoalmente, não apenas com o Duda, mas com o Presidente e o tesoureiro do Partido. Não falei com o Delúbio, porque falei: “Você nunca me contou essa história, Delúbio. Não sei onde está a verdade nisso tudo”. Então, hoje, eu prezo o que está sendo dito. Acho que foi muito importante. A minha única dificuldade é saber isso pela televisão e pela CPMI. E é uma dificuldade muito grande, porque quero que tudo isso seja apurado. E o responsável é o candidato no processo.

Mas as informações que eu tive, as que me deram, de todas as pessoas que participaram, são aquelas que estão publicadas. E foi assim que eu subi na tribuna. Mesmo na última entrevista, eu falei: “De tudo que o está aparecendo, eu já não tenho mais segurança daquilo que estou afirmando”. Mas as pessoas voltam a dizer exatamente isso. Mesmo nessa semana passada, nós conversamos. Eu perguntei: “Duda, você recebeu quinze milhões do Marcos Valério?” E você falou: “Não recebi, Mercadante. Não é verdade o que esse delegado vai lá falar. Não é verdade o que eles estão falando. Eu voltei a reafirmar em cima das informações que eu tive. Portanto, eu quero, Duda, que você fale toda a verdade. Toda! Do começo ao fim.

E no que se refere à minha participação, eu quero saber tudo. Agora, a minha única tristeza, nesse episódio, é dois anos e meio depois os companheiros do Partido não me contarem, não discutirem comigo e eu ter que saber um episódio como esse nessa situação. Não é correto com a minha história, a minha biografia e com o tratamento que dou ao Partido, aos companheiros do Partido e a todas as pessoas que estiverem envolvidas. Portanto, é o meu sentimento. Apesar de tudo, eu prefiro essa verdade. E onde tiver minha responsabilidade, eu vou assumir. Toda ela! E não vou delegar a ninguém.

O que estou dizendo aqui é a mais pura verdade. Nunca vocês discutiram valor, contrato, Marcos Valério ou pagamento no exterior comigo. Nunca! Em nenhuma circunstância. Por isso eu queria dar esse depoimento. Estarei à disposição da CPMI a hora em que quiserem, para discutir o que quiserem em relação à minha campanha e a tudo o mais que diga respeito à minha vida pública.

Eu deixo um abraço fraterno. Desejo um bom depoimento e saio para que você diga, com toda... Você e Zilmar, com toda liberdade, com toda espontaneidade. Fale toda a verdade.

A minha campanha custou R\$710 mil mais R\$3,414 milhões, que o Partido de São Paulo declarou. Em termos de gastos, seguramente é uma das campanhas que mais declarou valores oficiais no Se-

nado Federal. Se somarem o Partido, R\$3,410 milhões superam qualquer outra campanha do Senado. E se somarem a minha campanha pessoal, R\$710 mil, eu sou o 25º isoladamente. Se somarem as duas, seguramente... Talvez seja o mais importante.

Agora, custou isso. E mais, o Partido Nacional disse publicamente, nacionalmente – e o Duda agora reafirmou – que era um pacote nacional e que deveríamos fazer a campanha ali, porque o Senado era uma coisa totalmente marginal que não traria nenhum custo. Isso foi o que me foi dito. Portanto, esses valores e essas implicações que estou ouvindo aqui jamais me disseram. Quem quer que seja neste País, ou no Partido dos Trabalhadores. E é por isso a minha perplexidade e ao mesmo tempo a minha felicidade, porque eu quero transparência na vida pública.

Não vou falar aqui como Líder do Governo, não. Vou falar aqui apenas porque fui citado. Como Líder do Governo, eu vou falar como sempre falo e vou continuar defendendo este Governo. Mas aqui eu quero a verdade no que diz respeito à minha participação. E o que eu estou dizendo aqui é toda a verdade.

Muito obrigado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, questão de ordem. Eu queria apenas, Sr. Presidente, eu queria apenas...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Muito obrigado, Senador Aloizio Mercadante.

Com a palavra o Deputado ACM Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, eu compreendo o desejo do Senador Aloizio Mercadante de fazer a sua defesa. Eu acho até que seria desnecessária, porque o Duda Mendonça em nenhum momento fez referência a que o Senador Mercadante teria tomado conhecimento ou participado das negociações dos contratos que foram firmados, inclusive para a campanha dele de candidato a Senador em São Paulo.

Agora, o importante, Sr. Presidente, para que não haja um precedente perigoso, é que o art. 14, inciso VI, é claro. Está aqui, Sr. Presidente. “O Senador poderá fazer uso da palavra para explicação pessoal, em qualquer fase da sessão, por cinco minutos, se nominalmente citado na ocasião, para esclarecimento de ato ou fato que lhe tenha sido atribuído em discurso ou aparte”. Em discurso ou aparte, não nas palavras do depoente. Eu peço a atenção de V. Ex^a porque está errado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – E foi atribuído, Deputado ACM Neto.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Está superado. Está superado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado ACM Neto, eu quero somente refrescar...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Está superado, Sr. Presidente. Vamos avançar. Vamos avançar!

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Vamos retomar o depoimento, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra o Deputado ACM Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Agradeço, Presidente.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Presidente! Presidente! Presidente! A inscrição, Presidente! Eu não sei. V. Ex^a tem a inscrição. Eu fui o terceiro inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Mas V. Ex^a é suplente.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Não! Sou titular, Sr. Presidente. Eu sou titular, Sr. Presidente.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Não. Pelo amor de Deus! Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, V. Ex^a, “salomonicamente”...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Ah! Titular?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – É.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Erro da Mesa.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Não é não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra o Deputado ACM Neto.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sr. Presidente, Sr. Presidente, Sr. Presidente, eu gostaria somente de esclarecer, Sr. Presidente, a lista. Eu fui o terceiro inscrito na lista.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Não foi o terceiro, não. Não foi o terceiro, não.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Não. Eu fui o terceiro.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Não foi não.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O primeiro, a Senadora....

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Pompeo de Mattos, estamos alternando as duas listas pelo problema que enfrentamos hoje. E eu estou “salomonicamente” chamando cada Parlamentar.

Com a palavra o Deputado ACM Neto.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Vamos acertar essa lista, então, Presidente.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, Sr. Duda Mendonça, Sr^a Zilmar Fernandes...

Sr. Presidente. Peço a V. Ex^a que solicite o silêncio do Plenário. Agradeço.

Os Parlamentares membros desta Comissão de Inquérito e todo cidadão brasileiro que vêm acompanhando os nossos trabalhos, as nossas reuniões, acostumaram-se a um hábito muito negativo. Qual foi o hábito? Todos nós nos preparamos para não ouvir a verdade, todos nós nos preparamos, em regra, para enfrentar depoentes que fogem das questões centrais, que se recusam a prestar os esclarecimentos a esta CPMI e que acabam recorrendo a montagens, a farsas, a histórias que foram construídas pelos seus advogados para prejudicar as investigações. Talvez, Sr. Duda Mendonça, o senhor seja um dos poucos que esteja fugindo a esta regra, primeiro porque não foi convocado, veio voluntariamente; veio aqui por um ato unilateral e expressou a esta Comissão o desejo de prestar os seus esclarecimentos. Entendo esse gesto do senhor como um gesto de compromisso com a verdade e como um gesto também de coragem, coragem para enfrentar, inclusive, no futuro, eventuais penalidades que o senhor e a sua empresa podem vir a ter, em decorrência de não terem cumprido, rigorosamente, a legislação fiscal brasileira. Diria também que é um gesto de coragem por não ter deixado a sua sócia, a Sr^a Zilmar aqui, sozinha, exposta e com a incumbência talvez de prestar alguns esclarecimentos que a ela não coubessem.

Mas eu queria endossar o apelo feito pelo Senador César Borges de que precisamos que a verdade não seja apenas em 80%, não seja apenas em 85% dos fatos. Precisamos da verdade em 100% dos fatos, em 100% das declarações do senhor. Penso que o senhor tem esse dever para com o Brasil, para com a Bahia, o nosso Estado, para com a sua família, para com a sua esposa, para com os seus filhos.

Sr. Duda Mendonça, eu queria chamar a atenção para o seguinte: segundo as informações que os senhores nos trouxeram, no ano de 2001, o contrato firmado com o Partido dos Trabalhadores girava em torno de R\$590 mil reais. No ano de 2002, esse valor passa a R\$25 milhões. Em 2003, ele cai para R\$7 milhões e, em 2004, volta a ser R\$25 milhões. O que podemos, em uma primeira análise, perceber disso? Que, a partir de 2002, o Partido dos Trabalhadores passou a dispor de muito mais recursos para fazer campanha eleitoral e partidária. Portanto, quando chegou ao poder, passou a dispor de um volume muito maior de recursos. Mas há uma segunda coisa que me chama muito a atenção. Veja o senhor: em 2002,

depois que o Presidente Lula passou a postular, com muitas chances, o cargo que ocupa hoje, a conta foi de R\$25 milhões; em 2003, de R\$7 milhões, porque aí, obviamente, não estão incluídos alguns gastos de campanhas eleitorais. O que podemos perceber? Essa diferença, de R\$25 milhões para R\$7 milhões deve ser justamente, ou principalmente, aquilo que foi destinado à campanha eleitoral propriamente, porque, no ano de 2003, não houve campanha. Esse é um raciocínio lógico. Só que, do ano de 2002, Sr. Duda Mendonça, ficaram faltando R\$13 milhões. Portanto, na melhor das hipóteses, para acreditar na versão apresentada por V. S., no máximo poderiam ter sobrado R\$7 milhões descobertos, que foi o planejamento que o senhor fez para o ano de 2003, um ano não eleitoral. No entanto, sobraram R\$13 milhões descobertos. É claro que, dentro desses 13 milhões, estão despesas eleitorais. É impossível que não estejam. E o senhor mesmo nos afirmou que é impossível fazer a distinção entre as campanhas, porque foi fechado um pacote a partir da campanha nacional.

Então, eu queria que o senhor me explicasse como é que pode, primeiro, essa diferença do ano eleitoral para o não eleitoral, o que, em tese, se explica, mas, no entanto, há incompatibilidade entre aquilo que ficou como débito do PT do ano de 2002.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – Deputado ACM Neto, eu quero dizer assim: nesse ano de 2003, não houve apenas os programas eleitorais; foi um ano onde eu passei a dar uma consultoria pessoal estratégica ao PT e, além do mais, eu criei, preparei dois mega-seminários.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Mas então é até pior; fica mais grave.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – Veja, Deputado, o que eu estou procurando aqui – e o senhor disse bem, e o Senador César Borges, o risco que eu corro de pagar penalidades. Eu repito o que foi esclarecido pelos meus advogados: para mim, neste momento, o mais importante é sair daqui e chegar em paz na minha casa. Então, assim, eu não vou... Vou-te explicar. Vou tentar. Então eu não vou escamotear a verdade. Quem já falou o que eu falei não vai agora brincar com a verdade. Então, assim, o que quero dizer, os fatos... Quero dizer, os fatos... Quero dividir essa coisa em duas maneiras. Eu estou aqui na qualidade de testemunha – o senhor colocou –, e corresponde à verdade que eu vim espontaneamente, eu não fui convocado. Então não há nenhum sentido para eu fazer um papel desse, chegar aqui para fazer o quê? Eu não fui chamado. Se eu não quiser falar a verdade, eu falava em casa, eu ficava em casa. Então

eu vim espontaneamente, e fui fruto, e agradeço os elogios de V. S^a.

Eu não estou aqui para fazer juízo de valor nem para julgar, o que eu posso dizer é exatamente o que aconteceu e que estou dizendo aqui o que eu disse ontem até às quatro horas da manhã à Polícia Federal. Eu algumas coisas eu não sei como é que as coisas aconteceram. Você me pergunta assim: como você explica isso? Eu não sei como é que explica, o que estou dizendo assim: na verdade, no ano de 2002, foi feito um pacote que aí tem despesa de várias coisas, inclusive das campanhas. Segundo, o que eu estou-lhe dizendo é que a campanha que mais arrecadou – eu sei disso, eu estava na campanha oficialmente, e V. Ex^a sabe disso: que sempre as campanhas vitoriosas arrecadam mais. Ponto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Claro.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – O que estou-lhe dizendo é que ficaram me devendo R\$11 milhões, o que estou-lhe dizendo é que têm faturas na minha empresa contra o PT e contra o diretório... Como é que chama de campanha?

A SRA. (Oradora não identificada) – Diretório...

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – Não, não é diretório.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Mas esses R\$11 milhões relativos a quê, Sr. Duda?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – Veja bem, tem isso... o comitê... porque veja bem: o que foi de programa eleitoral é pago pelo diretório nacional, faturas emitidas contra ele; o que foi o comitê de campanha do Presidente é pago com o carimbo do PT. É fácil verificar quanto foi pago, o próprio PT tem isso, deve estar registrado, e tem os cheques.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Eu queria apenas que o senhor concordasse. Por que tentei fazer essa conta? Para separar o que é campanha eleitoral do que pode não ser campanha eleitoral, porque a campanha eleitoral, como o senhor mesmo disse, não tem como fazer distinção entre as campanhas que aconteceram e que o senhor realizou em 2002. Certo? Mas o que fica claro é que essa diferença não bate, é impossível. Então não temos como apresentar uma justificativa lógica aqui para esses R\$11 milhões que ficaram abertos, que foram pagos pelos recursos do Sr. Marcos Valério e que o senhor quer atribuir a despesas não-eleitorais.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – Não, não, eu não quero atribuir. Não, longe

de mim. O que estou dizendo ao senhor é que não cabe explicar, o que estou dizendo é verdadeiramente o que aconteceu.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Então foram despesas eleitorais?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – Não sei, o que estou-lhe dizendo...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Então o senhor não sabe?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – Não, não sei.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Então nós não podemos sair afirmando aqui que parte desse dinheiro não foi destinado para pagar possíveis débitos que o PT tinha com o senhor relativos à campanha de 2002?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – OK, perfeitamente.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Pronto. Então é isso e como não há como fazer uma distinção...

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – Eu vou repetir para que fique muito claro...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Só para eu concluir o raciocínio. Como não há como se fazer uma distinção entre o que era campanha do Presidente Lula e as demais, eu quero, por um raciocínio lógico e conclusivo, chegar à afirmação de que, se houve, não tem como, com todas as letras e categoricamente, afastar a possibilidade de uma parte desses recursos que vieram do Sr. Marcos Valério terem sido destinados para pagar dívidas relativas à campanha do Presidente Lula.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – É isso que eu queria dizer para o senhor. Eu não tenho como comprovar, mas acho que é possível se comprovar porque o seguinte: há o carimbo, há as minhas faturas e as faturas do PT. Se o senhor checar a minha contabilidade com a contabilidade do PT, tem quanto eu recebi oficial para a campanha da Benedita, quanto eu recebi para a campanha do Mercadante, quanto eu recebi do Presidente Lula. Não tenho, por exemplo, digo a V. Ex^a o seguinte, posso ter uma dúvida, recebi no ano de 2002... Quanto a gente recebeu: R\$14 milhões?

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVA – Recebemos R\$13,5 milhões.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – Desculpa eu estar invocando a memória de Zilmar. Então R\$ 13,5 milhões. Se V. Ex^a me pergunta: “Você recebeu esse dinheiro de quem?” “Do PT”. “Eles pagaram em cheque?” “Pagaram”. “Da onde vem esse dinheiro?” “Não sei”.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Claro. Sr. Duda, o que eu queria caracterizar e o senhor agora nos ajudou, é que não podemos sair daqui com nenhuma afirmação, nem que sim, nem que não, de que parte desse dinheiro não tinha como objetivo cobrir despesas deixadas pela campanha do Presidente Lula.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – O que quero dizer é que não podemos dizer que não. O que quero dizer a V. Ex^a, e contribuindo de forma muito clara, é que quem trabalha em campanha – e V. Ex^a trabalha – sabe que as campanhas vitoriosas arrecadam muito mais dinheiro. Eu dou testemunho de que a campanha do Presidente Lula chegou no começo do segundo turno praticamente ganha.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Isso eu entendi Sr. Duda. Agora é fato também que todo esse esquema não teria sido montado – acho que o senhor não participou da montagem disso, não participou da operação, isso foi obra do Sr. Marcos Valério, com apoio de outros petistas – senão para, entre outros objetivos, cobrir rombos que foram deixados pela campanha do Presidente Lula.

Agora quero fazer outra pergunta: quando o senhor se deparou diante da figura de Marcos Valério – o senhor mesmo disse aqui que antes não o conhecia –, esse misto de investidos, publicitário, operador, enfim, quando o senhor se deparou com essa figura, quando o senhor foi instado a abrir uma conta no exterior para o Marcos Valério enviar recursos onde o senhor receberia. Pergunto se, em nenhum momento, o senhor não se sentiu obrigado a conversar sobre isso com o então Ministro Chefe da Casa Civil, José Dirceu.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – Vou dizer uma coisa a V. Ex^a: não. E vou dizer por quê. Primeiro, eu não tive relação com o Sr. Marcos Valério. Na verdade, vi o Sr. Marcos Valério, não me lembrava disso – Zilmar refrescou minha memória, mas eu não me lembro – durante a final da campanha do Presidente Lula e uma outra vez cruzei com ele no Diretório aqui do PT. Acho que duas vezes. Não me lembro de outra vez. Mas acho que, se vi o Sr. Marcos Valério muitas vezes, vi duas vezes. Zilmar teve o contato algumas vezes para isso. Mas é importante ficar claro o seguinte: quando o Delúbio passou a bola e disse: “É o Marcos Valério que paga”. Muito bem! Era o Marcos Valério quem pagava para o PT. A partir daí saiu o Delúbio, e passou o Marcos Valério. A Zilmar discutindo como pagava. Quando veio a Zilmar para mim ...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – O senhor não conversou sobre isso com mais ninguém?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – Não, não conversei.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Não conversou com o Genoíno, não conversou com o José Dirceu?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – Em negócio de dinheiro, na verdade no PT, quero dizer a V. Ex^a uma coisa muito clara, em matéria de dinheiro nem eu conversava muito com o Delúbio. Era Zilmar que conversava com o Delúbio. Quero dizer a V. Ex^a que tive oportunidade de quase brigar com o Sr. Delúbio, dizendo a ele: “Quero receber meu dinheiro, fiz meu serviço”. Comecei a me sentir enrolado: balão para lá, balão para cá. Eu disse: “Eu fiz meu serviço, quero receber”. Então, neste momento, quando me deram a conta... Para mim, uma dúvida muito grande, me pedem a conta, eu faço o quê? É isso que queria dizer: recebo ou não recebo?

Agora quero dizer outra coisa a V. Ex^a e quero deixar isso claro. Na verdade, quem sabia desse conta éramos eu, Zilmar – V. Ex^a há de convir que isso é uma coisa altamente sigilosa.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Por favor.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – Eu sabia o que estava fazendo. Então, eu, Zilmar – e Zilmar passou para o Sr. Marcos Valério.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Está certo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – É importante o que vou dizer a V. Ex^a.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – É porque o tempo está se esgotando e ainda tenho perguntas a fazer.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – Desculpe-me, eu falo muito mesmo. O que aconteceu é o seguinte: anteontem, por coincidência no dia do depoimento do Sr. Marcos Valério, saiu uma reportagem no Jornal de Minas e acho que aqui no Correio Braziliense, dando o nome dessa conta. “Que suspeita-se que...” E, durante vários momentos, ele citou que talvez fosse esse meu caminho. Isso para mim foi o seguinte: eu me senti meio chantageado...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Permita-me interromper o senhor, se não o Presidente corta a minha palavra.

Alguma vez o senhor, ou a sua sócia, ou as suas empresas pagaram algum tipo de despesa pessoal do Presidente Lula?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – **V. Ex^a fala em que período, durante a campanha, depois da campanha?**

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – **Em qualquer período.**

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – **Durante a campanha, eu pagava para o Presidente Lula os custos de campanha: paletó, figurino, sim. Outro tipo de despesa, nunca.**

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – O terno da posse do Presidente, encomendado pelo senhor ao Ricardo Almeida, foi pago também pela empresa do senhor?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – Não tenho essa lembrança. Na verdade, na posse do Presidente, a gente apenas recebeu reembolso da ordem de R\$100 mil. Eu tinha acabado de fazer a campanha. Toda a despesa foi paga direto pelo PT.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Seria possível que a Sr^a Zilmar, em algum momento, já tenha efetuado algum tipo de pagamento à Primeira-Dama, Sr^a Marisa?

A SR. ^a ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA – Não, nunca.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado ACM Neto, conclua.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – Para concluir, Sr. Presidente, gostaria de solicitar a V. Ex^a e à CPMI, primeiro, a convocação do Sr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central, porque é muito estranho o envolvimento nessas remessas para o exterior, em todo esse esquema do Partido dos Trabalhadores, e a vida pregressa do Presidente, como banqueiro e como um dos dirigentes do Banco de Boston, aqui citado. Depois, também, solicito a V. Ex^a que providencie imediatamente um rastreamento e, se necessário, o bloqueio dessas quatro contas indicadas pelo Sr. Duda Mendonça: do Florida Bank, do Banco Rural Europa S.A., do Israel Discount Bank of New York e da empresa Trade Link.

Reinscreva-me, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Concedo a palavra ao Deputado Pompeo de Mattos, desde ontem, titular desta Comissão, seguindo a ordem. O Deputado Pompeo de Mattos discordou da Mesa.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Quem madruga Deus ajuda, não é Presidente?

Primeiro, quero fazer uma afirmação que considero necessária. Naturalmente, saúdo os colegas, o

Sr. Duda Mendonça e a Sr^a Zilmar e também os colegas advogados que os acompanham. Hoje é o Dia do Advogado. Presto uma homenagem a todos os causídicos do País, que merecem essa distinção.

Parabenizo o Presidente Delcídio Amaral por ter aceitado o depoimento espontâneo do Sr. Duda Mendonça. O Sr. Duda se dispôs a vir, mas a CPMI não precisava aceitar. Quem determina isso é o Presidente, e o Presidente aceitou, sabendo o que o Sr. Duda Mendonça iria dizer, até porque já tinha dito, sabendo que era peso pesado. O Presidente Delcídio, mesmo sendo do PT, teve a grandeza de manter esse depoimento. Acho que esse é um reconhecimento que nós, que somos Oposição ao Governo, mas que queremos a verdade na Casa, temos de fazer.

A presença do Senador Aloizio Mercadante dá a dimensão do volume, da expressão do depoimento do Sr. Duda Mendonça. Acho que agora chegou uma espécie de salve-se quem puder. Quem puder se salvar, que se salve. Cada um cuide do seu couro, da sua roupa, do que é seu e se feche em seu mandato, porque o coletivo já não dá mais. É isso que senti do Senador Aloizio Mercadante, Líder do PT, e não é diferente a impressão que passa para todos.

Dentro desse contexto, bem diz o dito popular: a CPMI a gente sabe como começa, mas ninguém sabe para aonde vai, muito menos como termina. Surpreende a todos o depoimento que o senhor deu à Polícia Federal ontem e reitera e corrobora hoje por conta das explicações que dá e das respostas que nos oferece em função dos questionamentos feitos. Não sei aonde vai parar isso, mas a verdade é que a Casa, que antes balançava, agora começa a desmoronar. Aliás, a revelação que o Sr. Duda Mendonça está fazendo à CPMI bate com tudo aquilo que se suspeitava, mas não se imaginava que tivesse o tamanho que tem.

Agora me permito ampliar, por minha conta, abrindo essas contas. A CPMI tem de abrir essas contas do Banco de Boston e do Banco de Israel. Aliás, o Banco de Boston, do Sr. Meirelles, que sabe tudo, tem uma, duas, três, quatro, cinco, várias agências com vários nomes: Banco de Boston, Banco de Boston Nacional, Banco de Boston Internacional, enfim, devemos abrir a conta desse Banco Rural da Europa. Agora mais uma do Banco Rural: Banco Rural da Europa, que não imaginávamos que havia. Abrindo essas contas, não tenho dúvida de que vai aparecer todo esse esquema de repasse, de desvio de dinheiro que o PT recebeu no exterior. Não esperem que vá aparecer só o PT. Talvez o PT apareça em maior número, mas não acredito que só o PT tenha recebido dinheiro nesses bancos no estrangeiro. Isso não é moda que se inventou hoje. Isso

é que nem coca-cola: vem de longe, tem uma marca, uma tradição antiga. Essa é a impressão que tenho.

E, aí, essa questão da lei partidária, que não pode receber dinheiro do exterior, não podem, enfim, os partidos fazerem transações com recursos do exterior, pode bater no PT com força – e vai bater, não tenho dúvida, já bateu –, mas pode também bater em mais gente. Agora, o que é importante é a CPMI não recuar nessa hora, doa em que doer. Recebeu dinheiro do estrangeiro? Quanto recebeu? Não importa. Temos que esclarecer, passar a limpo tintim por tintim.

Agora, farei alguns questionamentos ao Sr. Duda Mendonça e a D^a Zilmar.

D^a Zilmar, primeiro, para a senhora, permita-me. A senhora foi ao banco e recebeu R\$300 mil em *cash*, em dinheiro, em espécie. A senhora recebeu uma vez, duas vezes, três vezes, é isso?

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA – É.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – A senhora mesmo?

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA – Sim.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – A senhora disse que se assustou de receber os R\$300 mil.

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA – A primeira vez.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Mas, no entanto, pegou-os e levou-os para casa.

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA – Levei para a empresa.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Levou para a empresa.

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA – Isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Não tinha um outro procedimento que a senhora podia ter tido?

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA – Acredito que sim, acredito que eles poderiam ter me dado um cheque administrativo ou algo assim.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Não, já que eles não lhe deram cheque administrativo, deram-lhe dinheiro, a senhora assinou recibo para o banco?

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA – Assinei o recibo.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Assinou o recibo para o banco?

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA – Sim, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E a senhora não ficou com medo de sair com toda esse dinheiro na rua?

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA – Até fiquei da primeira vez. Da segunda vez, eu já fui acompanhada.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E por que a senhora não tomou outra atitude?

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA – Porque aquela era a única forma que eu tinha de receber o dinheiro...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Não.

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA – ...dei uma discutida com o Duda e assim decidi receber o nosso dinheiro pelo trabalho prestado no ano anterior.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sim. Digo isso, porque tenho um pouquinho de experiência de bancário, sou do Banco do Brasil, a senhora podia ter deixado o dinheiro no banco e dito: “Olha, já contei, está aqui, devolvo-lhe o dinheiro e você o transfere para tal conta, faz um DOC para a agência tal, conta tal, da empresa”.

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA – Não, não imaginei isso, pus na bolsa e levei, a verdade é essa.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Podia ter feito, não é?

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA – Podia.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E a senhora levou o dinheiro em espécie, quando podia ter registrado ali o dinheiro, e a senhora não estaria nesse enrosco, como diz o Duda, nesse constrangimento.

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA – Eu acho que do mesmo jeito, eu teria registrado e eu teria recebido como emissário dele.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Não, não, o dinheiro chegou do banco, a senhora não sacou em espécie, daí, a senhora assinou um recibo e transferiu o dinheiro. Está formalizada a tramitação do dinheiro.

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA – Eu não entendi qual é a diferença. Eu corri um risco sim, eu corri um risco.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – Deputado, Deputado, eu vou dizer sinceramente ao senhor: se a gente soubesse, preferia não receber, mas, infelizmente.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Está bom. Aliás, aproveito, então, para lhe fazer uma per-

gunta, Sr. Duda Mendonça: o senhor se sente neste episódio todo, o inocente útil?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – Não, não, eu não me sinto inocente útil, não, eu não vou fazer isso. Eu me sinto assim: uma pessoa que realizei meu trabalho, fiz o meu trabalho e encontrei ali a única forma de receber pelo meu trabalho. A regra do jogo é esta, eu não tinha poder de decisão, e eu aceitei a regra do jogo. E, por isso, sinto-me, em parte, também, talvez responsável por um erro fiscal, jamais por um erro ético ou por uma desonestidade.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O senhor disse que acertava com o Delúbio. Eu acho que o senhor deve ter acompanhado a CPMI, desde que o senhor foi citado, até para ver como é que as coisas acontecem aqui e ter uma leitura para quando aqui chegasse, já que estava disposto a vir e sabia que seria convocado, se não viesse. O senhor veio espontaneamente, num ato muito importante de grandeza da sua parte. O senhor não fez uma leitura bem clara sobre essa sua relação dos recursos que o senhor recebeu com quem lhe autorizou receber. Porque a CPMI tem questionado aqui as ligações dentro do PT, e sabemos que o PT elegeu o Sr. Marcos Valério boi de piranha. Essa é uma expressão que uso. Boi de piranha é aquele boi que, quando passa...

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – Sim, sim, sim.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – ...a tropa num rio que tem piranha, pega o boi mais judiado, mais...

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – Entendi, entendi.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – ...mais ruim, o mais frágil e sangra ele, derruba ali e, enquanto as piranhas se divertem com aquele, passa com a tropa. Então, o PT elegeu o Delúbio para isso. Então, tudo é o Delúbio. O Delúbio tem as costas largas. E ele sumiu do mapa, como, aliás, o Silvinho sumiu também e, recentemente, o Sr. Genoíno também pediu o boné e foi embora, pediu a aposentadoria. E, aí, fica tudo no Sr. Delúbio. E o senhor está vendo que queremos mais, porque não acreditamos de sua consciência que só o Delúbio tenha decidido tanta coisa no PT e, inclusive, agora, com o senhor também. O Sr. Marcos Valério já disse isso, e não acreditamos. Agora, o senhor vem e diz também. Não tinha uma pontinha ali com o José Genoíno, com o Dirceu? O senhor nunca teve nenhuma conversa sobre isso com nenhum deles?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – Não, veja bem: na verdade, eu não recebia o dinheiro, quem recebia era a Zilmar. Zilmar não tinha

intimidade com o Zé...A relação de Zilmar era com o Delúbio, era uma relação formal...

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA – Era Diretor Tesoureiro.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – Era o Diretor Financeiro, e ela era encarregada pela minha empresa. Então, eu não tinha conversa sobre isso.

Veja, Deputado, eu quero dizer o seguinte: para mim, eu não posso emitir juízo de valor. Eu sei que, às vezes, V. Ex^a vai dizer: “Bom, Duda, você está não está abrindo o jogo todo”. Se eu não souber, eu não posso criar. Entendeu? Então, cabe a V. Ex^as... Eu disse, naquela minha nota, que eu acho que, no final, é separar o joio do trigo. O fundamental para mim, neste momento, é deixar claro o que eu fiz, como eu paguei, como eu recebi, qual foi o meu serviço. Agora, a partir daí, eu não tenho muito como ajudar.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O senhor, naturalmente, fez os contratos de publicidade com o PT. Lá, em 2005, era um pouco mais de R\$500 mil; depois, R\$501 mil; depois, 2002, aliás, desculpe-me, em 2001, um pouco mais de R\$500 mil; em 2002, R\$25 milhões – saltou lá para a estratosfera; em 2003, R\$7 milhões, não tinha campanha; em 2004, voltou aos R\$25 milhões. Cada um desses...

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – Veja, Deputado, cinco campanhas, em 2004, só para esclarecer e lembrar o seguinte: eu tinha cinco campanhas de Prefeito...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Perfeito.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – ...entre elas, as maiores cidades do Brasil: eu tinha Minas e tinha São Paulo.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Eu não discuto o valor. O senhor, naturalmente, tem todos esses contratos no seu arquivo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – É, é. Eu não digo que eu tenho todos. Mas eu acho que tenho. A minha contabilidade, junto com os contratos, dá muita coisa que você poderia usar.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Eu gostaria, então, que o senhor assumisse este compromisso com a CPMI de mandar para cá o contrato ou o comprovante que identifique essa contratação, que possa ser contábil. Mas dê preferência aos contratos, para que nós possamos fazer a checagem e a consequente avaliação.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – Ok.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Por favor, peça silêncio. Por favor, silêncio. O Depu-

tado Pompeo de Mattos está fazendo os questionamentos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Quando o senhor fez o primeiro contrato com o PT, em 2001, e, depois, em 2002, quem é que assinou esses contratos pelo PT?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – Se não me engano...Diga, aí, Zilmar.

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA – Em 2001 e 2002, sempre foram o Presidente e o Diretor Tesoureiro. Sempre é assim, cada um na sua data de mandato.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Nesse período...

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA – Em 2001 e 2002, era o Sr. José Dirceu e o Sr. Delúbio Soares. No ano de 2003 e 2004, José Genoíno e Delúbio Soares.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Então, o Dirceu...

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA – Sempre a assinatura dos dois, dos contratos ou a emissão das notas fiscais, que estão na nossa contabilidade e que poderemos fornecer.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Então, o José Dirceu e o José Genoíno, Presidente do PT, no período 2001/2002 e, depois, 2003 até 2005, sabiam bem da operação contratual?

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA – Do que foi acordado, claro.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Mas a senhora quer dizer que eles não sabiam como feito o pagamento do contrato que eles fizeram?

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA – Bom, eu não sei. Eu tratava com o Delúbio, discutia com Delúbio; ele é quem tomava as decisões e definia. Eu acho que o senhor já deve ter ouvido isso de outras pessoas. Mas é assim, e era assim...

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – As campanhas privadas...

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA – Ele discutia. Eu não cobrava de José Genoíno nem de José Dirceu. Não, não.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – Deputado, nas campanhas privadas, quando a gente faz, a gente discute a propaganda com um tipo de departamento, discute o financeiro com outro departamento...

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA – Claro.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – Isso é normal. A gente não pode conversar, até porque desgasta...

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA

– Não tem por que eu ficar discutindo com...

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – Até desgasta você ficar discutindo dinheiro com clientes. Eu não gosto de entrar nessa área. Então, é Zilmar quem discute quem é a pessoa encarregada de pagamento, quem é a pessoa que vai conversar com Zilmar.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Mas o senhor pensa, em sua consciência, que não tinha como o senhor contratar com José Dirceu e Delúbio, contratar com o Genoíno e o Delúbio — contratos milionários — e, depois, na hora de pagar, o José Dirceu e o José Genoíno não ficarem sabendo como é que foi feito o pagamento dos contratos milionários do Partido que eles presidiram.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – Ora, Deputado, isso é um juízo de valor que eu para manter fiel eu não posso, sinceramente...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Está bem. Está bem.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – Se alguma vez, eu tivesse discutido, eu diria ao senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Certo, correto.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – Na verdade, o contrato foi feito exclusivamente com o Delúbio.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Eu vou ser mais específico. Primeiro, fazendo uma afirmação. O Sr. Marcos Valério mentiu muito aqui, nessa CPMI. E Eu tenho a convicção de que o senhor está falando a verdade. Eu tenho essa convicção. Até tem coisas que o senhor não sabe ou até sabe, mas não é da sua alçada dizer, não tem como o senhor ficar sustentando aqui. Eu tenho bem a compreensão.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – Deputado, eu não me senti desconfortável em nenhuma pergunta até agora.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Perfeito.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – Garanto ao senhor, não houve uma pergunta que eu me sentisse comprometido.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O Sr. Marcos Valério mentiu muito aqui, mas ele trouxe algumas verdades e prosperam. Por exemplo, as listas que ele apresentou. E ele apresentou várias listas: tal pessoa fez tal saque. Em relação ao senhor, poucas pessoas acreditavam. Eu mesmo fiquei: mas, olha, o Duda Mendonça receber do Marcos Valério, um publicitário pagar ao outro conta velha do PT, é muita

hipocrisia. Confesso que até duvidava, duvidei do Sr. Marcos Valério.

Agora, quando vejo a conta fechando nos R\$15 milhões direta ou indiretamente, quer dizer, o senhor recebendo um pouco mais de R\$ 10 milhões ou R\$11 milhões, mais a D^a Zilmar recebendo mais um tanto, três vezes R\$300 mil, uma vez R\$500 mil, enfim, mais R\$3,8 milhões, somados R\$15 milhões ou um pouco mais, bateu a conta.

Aí eu quero fazer uma pergunta para o senhor: na lista do Sr. Marcos Valério tem também R\$1,2 milhão para o PT do Rio Grande do Sul, e o senhor ajudou a campanha do PT do Rio Grande do Sul. O senhor recebeu também nesse bolo pela campanha do PT do Rio Grande do Sul?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – Não

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA – Nem um centavo pelo Rio Grande do Sul.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – Na verdade, eu ajudei assim, a campanha tinha acabado, eu acho que eu mandei uma pessoa lá, não é isso?

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA – É, nós mandamos duas pessoas que estavam liberadas em Minas Gerais.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – Mandeí duas pessoas, dois jornalistas para darem uma olhada na campanha.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Mas estava na conta do bolo nacional, porque...

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA – Sem custo, sem custo.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Mas tem uma despesa para esse pessoal ir lá, não tem?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – Não, não tem.

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA – As passagens e hospedagens foram pagas diretamente pelo PT. O PT tirou a passagem para as duas pessoas que foram, deve estar registrado no PT, e eles foram ao Rio Grande do Sul. Não houve qualquer custo por essa dupla, por essas duas pessoas terem ido ao Rio Grande do Sul, até porque eles estavam liberados do primeiro turno de Minas Gerais e eles estavam concluídos, porque quando a gente fecha campanha fecha primeiro e segundo turno, está certo? Em que pese quando se tem ótimo com o pessoal para assegurar, e eles foram porque não tinha mais custo, eles estavam livres.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – Deputado ou Senador, o senhor é Deputado?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Deputado.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – Na verdade, o pessoal que a gente traz para a campanha nem sempre ou quase nunca é o nosso pessoal fixo, é o pessoal temporário, contratado. Por exemplo, para eu dar uma idéia para o senhor, eu acho que, na campanha para prefeito, nós tínhamos quase quinhentas pessoas contratadas em cinco campanhas. Está acabada a campanha, cada um vai para a sua casa, ficam dez, quinze pessoas, que é o núcleo nosso. Então, já tínhamos liberado muita gente, já tinha acabado a campanha.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Perfeito.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – Então, ele tomou a iniciativa de ir lá.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Quero concluir a minha parte só fazendo uma afirmação: tem uma empresa...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Concluindo, Deputado Pompeo, por favor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sr. Presidente, uma empresa de múltipla prestação de serviço de higienização, que fez contrato com o Banco do Brasil para limpeza, com o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério do Planejamento, com a Câmara dos Deputados, com o Senado, ganhou nos últimos dois, três anos R\$23 milhões. Essa empresa, cujos proprietários Ricardo Nunes da Silva, Fernando Acóri Júnior, Dener Fraga Fonseca, Daniela Fraga Fonseca sumiram do mapa, abandonaram a Casa, a Câmara e o Senado, não pagaram nem os servidores, na medida em que a CPMI estourou.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Pompeu, concluindo.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Então, Sr. Presidente, concluindo, só quero deixar essa denúncia e essa empresa curiosamente é de Minas Gerais, da cidade Capim Branco. Imaginem uma empresa sair de Capim Branco, ganhar R\$23 milhões em três anos, ganhando a licitação do Banco do Brasil...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Concluindo, Deputado.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – ... Ministério do Meio Ambiente, Planejamento, Câmara dos Deputados e Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado, esse assunto...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Só esse registro, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – RS) – ...está fora do escopo, está fora do objeto.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Caixa dois, Capim.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Capim Branco, a única coisa que conheço é a usina hidrelétrica que fizeram lá.

O SR. (Orador não identificado) – Agora está cheio de capim verde.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senadora Ideli Salvatti, com a palavra.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, depois do relevante capim, inicio os meus questionamentos ao Sr. Duda e à Sr^a Zilmar, dizendo da dificuldade – quero aqui falar de público – que tem sido participar deste procedimento de investigação. Para nós, que construímos esse Partido, colocamos o Presidente Lula na Presidência da República, é muito difícil, é muito duro estar aqui fazendo essa investigação e eu a faço, em primeiro lugar, em respeito ao papel importante que o meu Partido teve neste País, tem e eu espero que continue tendo. Espero que continue sendo um canal de organização, de participação de grandes setores excluídos da população brasileira. Talvez a coisa mais importante que o PT desenvolveu ao longo desses vinte e cinco anos.

Portanto, estar aqui participando deste processo investigativo nos remete à responsabilidade de investigar, com a profundidade que esse assunto merece. Tão dolorido quanto é essa investigação é fazer o expurgo de tudo que possamos ter tido de comportamento, de atitude purulenta. Isso é como uma verdadeira ferida que a gente precisa, para reconstituir o tecido, retirar aquilo que gangrenou.

Eu queria iniciar assim, porque hoje eu já passei mal, depois voltei para cá. A fala do Sr. Duda Mendonça foi muito lúcida, muito clara. Ele nos comunicou uma situação de muita gravidade.

Eu pergunto ao senhor e à Sr^a Zilmar algumas coisas que eu retirei dos depoimentos prestados nesta madrugada, na Polícia Federal. No depoimento dos dois há referência ao período em que se iniciou o trabalho com o PT, em 2001. Antes, se teve alguma coisa eventual, como uma ajuda, isso é irrelevante para o que estamos tratando. Tanto no depoimento do Sr. Duda quanto no da Sr^a Zilmar foi colocado que começou em 2001 e que, no ano de 2001, prestou serviços, fechou com o PT um pacote. Pelo que se recorda, nesse ano, todos os pagamentos partiram diretamente o Diretório Nacional do PT, que o referido valor foi parcelado, que tudo isso foi pago, foi emitida nota fiscal, contabilidade.

Assim, eu queria saber se em 2001 foi isso que aconteceu. Eu queria confirmar isso com os dois.

Em 2002, foi feito de novo um contrato de serviços. Desse contrato foi paga uma parcela significativa, mais da metade do valor, e que também foi pago diretamente pelo Diretório Nacional do PT, os pagamentos foram feitos em cheque, foi tudo contabilizado, tudo dentro da normalidade, sem nada, nem por fora nem de forma inequívoca. Foi isso que aconteceu?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – Exatamente.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Os procedimentos anormais só se iniciaram a partir de 2003. É isso?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – Sem dúvida.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Foi isso que aconteceu?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – Sem dúvida.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Em outra parte do depoimento, nos dois depoimentos, foi colocado que, em 2004, nas campanhas municipais, tratamento diretamente com os diretórios correspondentes, também pagamento com nota, com cheque, depósito bancário. Até pode ter tido algum em dinheiro, mas tudo contabilizado. Foi isso que aconteceu?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – Só uma separação. Não foram os diretórios. Acho que alguma parte foi diretório, como era programa eleitoral local, e uma parte era do comitê de campanha. Não é isso? Há uma diferença, mas foi tudo exatamente assim.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Eu faço questão de fazer essas perguntas, até porque o Deputado Pompeo perguntou com quem se relacionavam em termos das tratativas financeiras. Nos anos de 2001 e 2002, Delúbio e o Presidente do Partido?

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA – Basicamente...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Eu sei que o Duda, pelo que já respondeu, não tratava da questão financeira. É isso?

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA – Isso.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – (*Inaudível.*) conhecimento das grandes decisões sim, mas não do detalhamento da operação.

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA – Apresentação do orçamento, apresentação da forma de pagamento, aprovação, com o Sr. Delúbio Soares.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Delúbio Soares?

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA – Exatamente.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Mas depois de 2002 para 2003?

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA – Também com o Sr. Delúbio Soares.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – No caso, Sr^a Zilmar, nós tivemos mudança de presidente, porque até 2002 era José Dirceu; em 2003 era Genoíno. Nas tratativas financeiras, o presidente manteve negociações com a senhora na forma do pagamento?

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA – Não. Esse era um cargo, era uma definição, era uma função de Delúbio. Eu ia e conversava com ele. Se, em algum momento, o Duda mencionava para um ou para outro que estava devendo ou que estava com a dívida, dizia: fale com o Delúbio. Ele era a pessoa responsável, ele que respondia, ele que discutia, ele que definia.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Uma outra pergunta: tinha coordenador de campanha. Normalmente, tem coordenador de campanha e candidato. Obviamente, se tem campanha, tem candidato. Tratativas financeiras: com o coordenador de campanha ou candidato?

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA – Sim, claro. Por exemplo: na campanha municipal que aconteceu agora as tratativas foram com cada tesoureiro do comitê financeiro da campanha daquele Município, aprovado pelo Delúbio também o valor global. Então, a tratativa era sempre com o diretor financeiro ou tesoureiro do comitê financeiro municipal ou estadual, se fosse o caso da campanha, e mais o Delúbio.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Só queria dizer uma coisa à senhora porque é importante, este depoimento nosso, tenho consciência, é uma coisa muito séria. Então, o que queremos é esclarecer. O único medo que tenho... Vi em algumas perguntas uma tentativa de tirar do depoimento da gente coisas que a gente não disse. E me preocupo muito com isso. Então, queria deixar claro que, desde o começo, você vai ver contratos que a gente tem assinados pelo presidente do Partido, mas não tomamos a assinatura. O trato era feito com o Delúbio, que trazia assinado. Então é difícil saber. O presidente sabia? Eu não sei, mas, na verdade, a relação nossa era com o Delúbio. Outra coisa que quero esclarecer é que, apesar de ser um pacote, às vezes, eram três tipos de fontes. Por exemplo: na campanha de prefeito, teve no primeiro turno programas políticos nacionais pagos pelo comitê nacional. Teve programas políticos regionais, pagos pelo comitê, pelo diretório regional, e teve campanhas políticas pagas pelo comitê financeiro da campanha. Tenho receio de que com essa confusão se misture isso e se faça uma salada. Na verda-

de, estamos deixando bem claro que o pacote era um pacote de custo meu. Agora, a coisa era dividida perante a formalidade da lei. O Partido nacional pagava o nacional, o regional pagava o regional e campanha, o comitê de campanha.

A SRA. IDELI SALVATTI – Tem outra coisa que está no depoimento de um dos senhores, mas aí depois, na explanação, foi reiterado: acontece nas campanhas pagamento por fora e, eventualmente, pagamento em dinheiro. Isso é algo que acontece normalmente, eventualmente, ou isso é algo que...

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Não entendi. Veja bem: o pagamento em dinheiro... Tem esse tipo de pagamento que foi feito em 2003, que é um comportamento atípico pelo volume, mas tem o pagamento em dinheiro, que é contabilizado. Então tanto faz ser em dinheiro, como em cheque, como em doc, como em qualquer coisa. Foi emitida a nota fiscal e o dinheiro foi depositado em nossa conta.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – E o por fora, aquele que não é contabilizado também acontece em campanhas, de maneira em geral.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Acontece. E eu, para procurar ser justo...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – A novidade, então, neste nosso caso, foi o procedimento de 2003, quando entrou o Sr. Marcos Valério na situação. Inclusive, com essa novidade, que acho que é a grande questão que está colocada hoje, com esse pagamento feito através de uma conta pelo exterior. Isso é efetivamente novidade da novidade para todos nós.

Agora, eu queria uma atenção do Presidente e do Relator porque eu estava tentando procurar aqui... Porque o Senador Álvaro Dias tem insistido em requerimentos para que se trabalhe na lógica da investigação de remessas para o exterior. Inclusive, já aprovamos requerimentos não do período 2002/2003, já aprovamos requerimentos para investigação de remessas em 1999, 2000, 2001, ligando ainda com a questão da investigação da CPMI do Banestado, certo? Porque nas empresas que foram citadas, dos depósitos, aparece a Trade Link, que é uma empresa que, olha, pode me falhar muito a memória, mas ela está quase que com certeza na questão do Banestado. Acho que vamos ter de trabalhar nessa investigação porque apesar de estar aparecendo aqui agora esse pagamento por conta, pelo exterior, eu até procurei o Senador Álvaro Dias... Por que ele está insistindo tanto? Eu acho até que ele deve ter uma linha de investigação porque o Sr. Marcos Valério, as empresas do Sr. Marcos Valério trabalharam com essa história de remessas ao exterior e, de repente, o que estamos descobrindo aqui hoje,

na forma de pagamento pelo sistema Marcos Valério à empresa do Sr. Duda Mendonça talvez não seja tão novidade assim também. Então eu queria que pudéssemos trabalhar nessa lógica e até ter a questão de poder acessar os dados da CPMI do Banestado.

Eu queria ainda, Sr. Presidente, além de pedir silêncio, que é algo profundamente desrespeitoso para um depoimento tão esclarecedor que o Sr. Duda Mendonça e o da Sr^a Zilmar estão aqui nos prestando, eu queria ainda poder fazer mais algumas questões pelo seguinte: a questão do pagamento para fazer pelo exterior, realmente nos causa uma... uma... porque, assim, se fossem os empréstimos, se fossem os superfaturamentos dos contratos com empresas dentro do Governo, se fosse até a linha de investigação para poder ter uma jogada na aplicação de fundos de pensão, por que isso tudo precisava vir pelo exterior? Tem alguma coisa nova aí, entende, nesse pagamento ter sido feito pelo exterior e essa figura estranha de doleiro metido nessa parada toda. Então eu acho que essa é outra questão bastante delicada.

Eu queria ainda perguntar ao Sr. Duda Mendonça o seguinte: o senhor falou que atualmente trabalha com outras empresas, o senhor trabalhou com empresas no Governo anterior, estatais, e agora com empresas neste Governo. Teve alteração, alguma problema antes, agora? Teve alguma interferência, alguma situação que possa ser beneficiado?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Eu não entendi... Não, senhora. Primeiro eu quero deixar isso muito claro, é muito importante esclarecer. A empresa Duda Mendonça Publicidade, que entrou em nove concorrências do Governo e conseguiu ganhar, conseguiu vencer três delas, essa empresa não trabalha em campanha, nunca trabalhou para o PT, não tem nenhuma ligação.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – É outra empresa, não tem nada a ver.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Sede diferente, pessoal diferente, contabilidade diferente, normas diferentes. Essas empresas, entramos em nove concorrências, conseguimos vencer três. Eu acho que ninguém duvida que a minha empresa tenha capacidade técnica e criatividade para, em nove concorrências, ganhar três.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O senhor trabalha com a Brasil Telecom agora?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Trabalho com a Brasil Telecom.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Antes trabalhou com a Telebrás e foi conseqüência?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Trabalhei com a Telebrás, trabalho com a

Brasil Telecom, lancei aqui o telefone, Ligue-ligue e Pula-pula aqui em Brasília.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Deixa eu aproveitar o finalzinho. Está no Globo *on line* que o Sr. Marcos Valério está desafiando o senhor para acareação. Ele está alegando que essa questão da conta no exterior que foi orientado, entende, que foram eles que orientaram que fosse aberta essa conta no exterior, que isso é uma mentira, e que ele quer fazer uma acareação. Apenas para o senhor saber que isso já está circulando.

Mas eu queria ainda aproveitar o seguinte. Tem outras contradições, outras coisas que o Sr. Marcos Valério colocou e que eu gostaria de lhe dar ciência e saber da opinião. Quando ele entregou uma lista referente a 98, na CPMI da Compra do Voto, do Mensalão, com nomes de 98, de campanhas lá de Minas, ele entregou a lista e disse que foram pagos 4,5 milhões ao senhor pela campanha de Minas e apresentou uma documentação com a assinatura da Sr^a Zilmar pedindo agilidade na questão do contrato. Até para poder comprovar que teve efetivamente... Ele deu a entender lá que teve ligações, ou seja, foi o esquema dele, o sistema dele que pagou a sua empresa. E há uma declaração dele dizendo que o coordenador da campanha lá, o Mourão, chegou e me disse que a campanha iria parar, que eles não tinham dinheiro. Aí eles me pediram para fazer um empréstimo, e que aí, então, foi desse empréstimo que acabou também saindo o pagamento. Então, não sei se o senhor tomou conhecimento disso, dessas questões que ele levantou. Acho que seria importante o senhor ter a oportunidade, inclusive, de poder esclarecer se o que ele apresentou na CPMI dos Correios é verdade ou não com relação à questão Minas Gerais.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – A campanha de Minas aconteceu em 98. É um tempo longo para a gente lembrar exatamente o que aconteceu. Nós começamos a discutir sobre isso dentro da empresa. A sensação que a gente tem é que a campanha do Azeredo não nos pagou nada por fora ou a título de caixa dois. Foi toda oficial. A gente não tem memória disso. Mas, segundo, a gente não tem nenhum tipo de recordação, na época, de ter nenhum tipo de ligação com o Sr. Marcos Valério. E ele é uma figura até pelo seu tipo físico que daria para a gente não esquecer.

Terceiro, não refuto...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Só um... A relação com a campanha lá no Azeredo era com quem?

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, o tempo da Senadora está esgotado. A Senadora está querendo encontrar chifre em cabeça de burro.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Eu não estou dizendo que não possa...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Eduardo Paes, o Sr. Duda Mendonça está respondendo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Eu não estou dizendo que não possa ter havido dinheiro por fora na campanha do Sr. Azeredo. O que estou dizendo, do Marcos Valério a gente não tem nenhum tipo de recordação. A lembrança que a gente tem é que não houve, mas eu lhe digo, na minha linha de depoimento, que, efetivamente, pode ter havido porque isso não é uma coisa nova, efetivamente.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Agrade-cida.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra o Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. JOÃO FONTES (PDT – SE) – Sr. Presidente, pela ordem. Só rapidinho, Onyx.

Só para informar que eu passo agora em nome do meu Partido a representar também o meu Partido nesta Comissão oficialmente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Já está registrado aqui, Deputado João Fontes.

Com a palavra o Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Duda Mendonça, a minha pergunta inicial para o senhor e para a Sr^a Zilmar é a seguinte: o senhor abriu esta reunião – Sr. Presidente, por favor – dizendo que o senhor colocaria à disposição desta CPMI o seu sigilo fiscal e bancário, da Sr^a Zilmar, das suas empresas. Eu queria convidá-lo, em nome da transparência absoluta, da verdade, para que o senhor assinasse aqui na CPMI o documento que autoriza a quebra do sigilo fiscal e bancário da CEP e da Duda Mendonça. A quebra do sigilo bancário e fiscal do senhor, e a Dona Zilmar, a dela. De tal forma que nós possamos, então, ter absoluta clareza de todo este processo e de todo este depoimento. Eu queria lhe perguntar se o senhor concordaria em fazer isso agora, na frente do Brasil.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Perfeitamente, sem o menor problema.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Relator, os dois depoentes concordam integralmente. Peço a V. Ex^a que determine à assessoria técnica da Casa que providencie o documento que será assinado agora, aqui, de quebra de sigilo bancário e fiscal dos dois depoentes, bem como das duas empresas.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Deputado, queria dizer que o meu advoga-

do me fez uma sugestão, que ele quer ver como. Ele aceita que abra, mas ele quer ver exatamente como. Eu insisto em dizer que não tem nenhuma dificuldade, mas eu tenho uma assessoria jurídica.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Então, solicito ao nobre Relator, que o nobre Relator então, com a assessoria da Casa, da nossa CPMI, acerte com o advogado, dentro daqueles limites que forem julgados adequados, desde que nos permita investigar, evidentemente.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Sem dúvida nenhuma.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Poderemos até pensar na preservação dos clientes, pessoa jurídica privada que não está nisso, mas vamos ao que interessa, que é a verdade que a CPMI precisa encontrar.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Sem dúvida nenhuma. Acho que quem fala a verdade tem que provar.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Isso.

O senhor disse que o senhor não é bom de conta. E eu conheço os criativos. Normalmente eles têm dificuldades com os números. Por essa razão, a Zilmar me parece ser uma fiel escudeira que cuida dessa parte. Por outro lado, sempre me dei bem com as contas. E faço uma conta aqui e quero que o senhor e a senhora me ajudem, até para que possamos compreender tudo isso: O senhor disse que fechou um pacote de 25 milhões para o ano de 2002 com a campanha eleitoral para a Presidência da República, a campanha eleitoral para o Governo de São Paulo, o Senado de São Paulo, o Governo do Rio e o Senado do Rio. E mais algumas coisas que podemos até supor que tenham sido o programa eleitoral, as inserções do primeiro semestre de 2002, a que o Partido dos Trabalhadores, assim como o nosso, do PFL, tinha direito. Há pouco, aqui foi dito que o contrato deste ano com o Partido dos Trabalhadores, para fazer o trabalho dos dois semestres, custaria R\$ 300 mil. Vou deixar assim – isso foi dito aqui e está gravado – bem fácil para ser compreendido: Vamos dizer que lá em 2002 a coisa era mais complicada, e pode colocar aí 500 mil. No TSE, o PT declarou que a campanha do Presidente Lula pagou para a CEP R\$ 9 milhões. Tenho o dado, é oficial, está comigo. Em São Paulo, a campanha do Genoíno pagou R\$ 1,9 milhões. O número do Rio de Janeiro é de 1,2 milhões. Mas vou ser generoso, vou lhe dar mais 700 mil para o Rio de Janeiro, o mesmo valor de São Paulo. Então vamos lá, veja como é lógico: o que está documentado, pagou, dos 25, rigorosamente, 1,9 em São Paulo, 9 do Lula, 1,9 do Rio, isso dão os 13 milhões que o senhor recebeu legal e oficialmente. Ficou

faltando aquela outra parte. Jogado proporcionalmente, veja como tem lógica, 60% desse valor foi para o Presidente, 15% para o Rio e 15% para São Paulo. Na verdade é um pouquinho menos para o Rio, porque é menor, e é um pouquinho mais para São Paulo. Então usando a mesma lógica, que é irretorquível, esse dinheiro lá de fora distribuído permitiria dizer que o pacote era o seguinte: 18 milhões para a campanha presidencial, que é 60%, 3,8 para São Paulo e mais 3,8 para o Rio, que fecharia 15% e 15%. Portanto, o que quero checar com o senhor é se faz sentido o que estou dizendo. Porque não posso aceitar que o senhor vá me dizer que a campanha do Presidente Lula, do pacote de 25 milhões, custou 9 e está tudo quitado. O senhor gastou 16 milhões, o senhor seria remunerado em 16 milhões para fazer os programas – que, para fazer dois, este ano, custariam 300 mil – e sobriam 16 milhões. Esses 16 milhões, com todo o respeito, meu caro depoente, não vai entrar na cabeça de nenhum brasileiro que esses 16 milhões foram para a campanha do Rio e São Paulo. E se eventualmente fossem, teria se cometido crime eleitoral, porque no TSE disseram que é um valor dez vezes menor. Sr. Duda, só a verdade. Qual é a verdade?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Deputado Onix, insisto nisso, dizer que não houve até agora, e na hora que houver eu vou lhe dizer, nenhuma pergunta que tenha me incomodado. Agora, o senhor há de concordar que as relações políticas que o senhor pode ter eu posso não concordar, está certo? Então às vezes têm perguntas que não sei responder; no que estou procurando me deter é aos fatos. Então quando digo ao senhor o seguinte, queria lhe explicar, eu vim para cá com a disposição assim... Ontem, fizemos um depoimento na Polícia Federal em horas separadas, e cheguei cansado com a Zilmar. E no final o depoimento é igual porque eu parto do princípio de que, se nós assistimos um acidente e formos contar o acidente, eu vou contar da forma diferente do senhor. Mas o fato, o acidente vai ser o mesmo, está certo? Então, não há nenhum tipo de preocupação com isso. Na verdade é assim: efetivamente, tem uma coisa – que o senhor está aí. No primeiro semestre de 2001, nós fizemos dois programas. Em 2001...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Só 2002.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Espere aí. É importante...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Não tem por que trabalhar 2001 se o pacote é de 2002.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Espere aí. Mas o pacote de 2001 eram dois programas e custava quase 600 mil. O senhor

está pegando o pacote de 2004 e eu tenho que dizer o seguinte....

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Mas eu já remunerei com 500 mil o pacote de 2002.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Mas, veja bem. O senhor tem esse direito de fazer essas suposições. A mim, todo o meu cuidado é não fazer suposições. Eu estou em cima de fatos e de números de serviços...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Mas eu também estou em cima de fatos. O fato que eu estou usando...

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Não, eu estou entendendo...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Duda Mendonça, só um momentinho. Eu não estou usando nenhum número aleatório. Eu estou tentando casar a versão que o senhor e a Sr^a Zilmar trouxeram para esta CPMI com o número que está no TSE.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Sem dúvida.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Ou seja, eu só posso trabalhar com o que é legal. Todo o resto nós temos que investigar. O senhor... Eu pediria agora que a Sr^a Zilmar me explicasse. A senhora montou o contrato. Eu quero que a senhora diga para mim quanto era o valor aproximado – a senhora pode jogar 10%, 15%, não tem problema – quanto era o valor aproximado da campanha do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2002, com o pacote de 25 milhões? Era 40%, 50%, 60%, 70%, 80% – 10%, 15%? Quanto era?

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA – Sr. Deputado, o Duda explicou anteriormente. Eu vou repetir o que ele disse porque é muito importante que o senhor compreenda isto. Em 2002, nós fizemos um pacote com vários serviços e eu vou explicar aqui quais foram. Fizemos o programa partidário nacional...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Eu quero ser respeito com a senhora, mas eu quero que a senhora também respeite a minha inteligência.

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA – Ok.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Todo esse arrazoado a senhora já disse. Eu lhe fiz uma pergunta específica e eu tenho só cinco minutos para concluir e eu tenho mais um monte de coisas para perguntar objetivamente. E o Brasil quer uma resposta objetiva: quanto foi o percentual sobre o pacote que era referente à campanha do Presidente Lula? A senhora, por favor, isso a senhora tem que dizer para mim.

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA – Então, eu vou lhe responder. Foi negociado um pacote de vários serviços, inclusive três campanhas com

uma de Presidente e duas de Governador – sendo uma no mesmo Estado que é a presidencial e a outra em um Estado diferente – pelo valor global em torno de R\$25 milhões. O carimbo que foi dado para cada uma foi dado pelo PT, de acordo com as notas fiscais e faturas que nós temos na contabilidade. Essa é a informação que eu tenho. Mais do que isso é eu imaginar que a nacional custaria “a”, “b” ou “c”.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Mas espere aí só um pouquinho, D^a Zilmar, só um pouquinho. O PT pode muito mais; aliás, podia muito, hoje já não pode quase nada até porque, com esse dinheiro fora do País, eu quero ver manter o registro. E eu era contra a cassação anterior do registro. Partido que opera com dinheiro fora do País é vedação explícita da lei. A culpa não é minha. A Oposição não concorreu para nada. Agora, não é crível que o PT mandasse na sua Agência, D^a Zilmar. Por favor. As pessoas que estão aí no Brasil todas sabem que quando uma empresa... E era uma empresa que merece todo o respeito e admiração por todos os méritos que ninguém retira e que a gente respeita. Mas vocês, quando foram negociar... Tinha, obviamente, uma estrutura de custos, uma estrutura de gastos e uma margem de rentabilidade prevista. A senhora vai ter que me dizer que porcentagem dos 25 milhões era referente à campanha presidencial, primeira e única campanha presidencial feita pelo Duda; a grande oportunidade, dentro do cenário brasileiro, para o Duda e a empresa. Portanto, quanto era o percentual, D^a Zilmar?

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA

– Quando nós fizemos o orçamento...

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Deputado, quando eu puder falar, o senhor também me avise.

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA

– Quando nós fizemos o orçamento do pacote....

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Se é para me dar informação, pode falar logo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – É para esclarecer, sempre.

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA

– Quando nós fizemos o orçamento do ano de 2002, nós fizemos a estrutura que era uma estrutura única para os programas partidários – a nacional e a campanha de São Paulo. Essa divisão de custos é uma divisão de custos que o cliente pode fazer. Eu monto a estrutura da campanha...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Está bem. Eu vou simplificar pra senhora. Quanto é que seria a campanha do Lula e a campanha de São Paulo?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Deputado, é o seguinte: olha, quando a gente aluga uma casa... veja... é... às vezes...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Por favor, eu já fui candidato majoritário e sei do que eu estou falando.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Então pronto. Então o senhor sabe bem disso.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O problema é o seguinte: aqui está cheio de candidato majoritário, todo mundo já disputou eleição majoritária e todo mundo sabe como é... (Pausa.)

Não, não, uma boa parte, mas não por falta de talento, Deputado Maurício Rands. Pode ser governador quando quiser. O problema não é esse. O problema é: quando vai se acertar uma campanha, a parte mais importante de candidatura majoritária – e uma campanha à Presidência da República – o PT, como eu conheço... eu conheço o velho PT... o PT sério, esse que tá aí eu desconheço, apesar de sempre ter defendido os homens sérios. Há pouco me referi a um do PT que eu acho que é seriíssimo e como muitos amigos que tenho no Rio Grande do Sul, apesar de ser um grande adversário do PT lá. Agora, não é crível que não fosse acertado um valor definido. Eu entendo a saia justa em que vocês estão ou a calça justa. Eu entendo. Agora veja bem, veja bem: não é crível que não digam que não saibam quanto é que era o valor acertado para a campanha presidencial, porque foi a grande oportunidade do Duda ganhar o prêmio que faltava, que era a Presidência da República.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Sem dúvida. E isso me fez fazer a campanha. E eu quero dizer ao senhor o seguinte: aquela campanha, a minha disposição era fazer por qualquer preço, está certo? Eu queria fazer aquela campanha. Então veja bem: Deputado, eu quero dizer uma coisa ao senhor: nem sempre a verdade é cem por cento crível. É complicada, mas eu estou lhe dizendo é o seguinte: eu tenho certeza que na hora que os senhores pegarem os dados, que eu vou passar pro senhor, que a polícia for investigar, essa história fecha. Eu tenho certeza disso. O que eu estou dizendo aqui o senhor não vai uma incoerência, uma contradição. Então, por exemplo, eu aluguei uma casa, montei uma ilha com uma equipe de cem pessoas. Então, pra mim é o seguinte: houve uma parte ... e essa equipe fez a campanha do Presidente e essa campanha...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – E quanto custava São Paulo todo? Pronto. Esquece o Rio.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Mas veja bem.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Quanto custava São Paulo?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Eu montei São Paulo e Rio... Veja bem, eu entendo que o senhor vai convir...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O meu tempo está terminando, eu tenho só que fazer uma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – O tempo de V. Ex^a já terminou, Deputado.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Só um pouquinho... só um pouquinho... só um pouquinho. Só uma pergunta, final, e me reinscrevo, Presidente. Duda, tu te arrependeste de ter eleito o Presidente Lula para que houvesse o que está havendo no Brasil?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Não. Eu vou lhe ser sincero do fundo da minha alma. Eu também estou muito triste com tudo que ta acontecendo. Agora, eu acho o Presidente Lula um homem de bem, acho que isso tudo vai ficar provado e acho que vou ter orgulho de ter feito a campanha dele, sim. Acho que o Brasil de alguma forma melhorou. Tem erros? Tem. Tem problemas? Tem. Mas acho que tenho orgulho de ter feito a campanha do Presidente Lula.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Mas o maior esquema de corrupção já visto na América Latina se instalou no Governo Lula.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – O senhor sabe que nem sempre a gente pode culpar o chefe ou o presidente. Hoje é difícil você comandar sua própria família, os dedos da mão. Então, eu acho que o que está fazendo agora vai se fazer uma limpeza. Em qualquer lugar existem os sérios, existem os não sérios e eu não vou dizer os mais ou menos sérios porque isso não existe. Eu acho que é uma coisa que é ou não é. Não existe meio grávida: ou é grávida ou não é grávida. Eu quero dizer o seguinte: eu tenho assim...eu vou ficar muito triste com isso e vou dizer mais: se ficar provado de alguma forma que este Presidente não é o presidente do meu sonho, eu nunca mais faço campanha política. Eu não quero usar a minha inteligência pra fazer nada de errado pro meu País. Então, eu acredito piamente, e acredite que é do fundo do meu coração, que o Presidente Lula é um homem de bem, que o Presidente nunca tratou... se eu disser ao senhor que o Presidente já se referiu a dinheiro, eu tou cometendo uma leviandade. Nunca. Você vai dizer assim: é um erro dele. Eu não sei, eu não posso emitir juízo de valor, mas nunca... as conversas que eu tive com o Presidente são conversas a bem do Brasil, o Presidente quer vender lá pra fora, pra China, manga; o Presidente quer vender carne não sei pra onde; o Presidente é um idealista. E eu acho que a gente vai

ter oportunidade nessa CPMI, porque eu acho... sabe o que é que me animou vir cá? Me animou porque eu já vi muitas CPIs serem feitas, mas eu nunca vi uma CPI tão séria. Eu nunca vi se procurando realmente investigar. E eu como brasileiro me senti estimulado a vir cá e dar o depoimento, correndo o risco, porque eu sei que vou pagar, vou ter o ônus por isso. Eu quero que o senhor aceite esta minha resposta como uma resposta do fundo do meu coração.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor tem um bom coração, disso não resta dúvida nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra, o Senador Sibá Machado. (Pausa.)

Com a palavra, o Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Duda, Sr^a Zilma, senhores advogados, a quem eu cumprimento, inicialmente eu quero perguntar para a Sr^a Zilmar: na Polícia Federal, no seu depoimento a respeito da conta no exterior, foi a senhora espontaneamente que informou ou foi a Polícia Federal que lhe perguntou se tinha alguma conta no exterior?

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA – Eu contei para eles.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Eu não entendi.

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA – Eu informei.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Informou?

Eu queria saber do Sr. Duda Mendonça, no seu depoimento, ele fala que esses valores que estão numa conta no exterior, em torno de R\$ 10 milhões, não foram movimentados pelo depoente. Por que não foram movimentados?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Porque a empresa... Desculpe, a empresa, a *off-shore* tem diretores e cabe a eles movimentar e... E eu não tinha como trazer. Vou trazer esse dinheiro para cá. Como? Fazer o que com ele aqui? É um dinheiro que eu adoraria, adoraria, se a lei me permitisse, eu pagar imposto e trazer para cá. Ficaria muito feliz.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Então esse dinheiro ainda não está à sua disposição aqui no Brasil?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Não, esse dinheiro está lá, aplicado lá. Está fora, aplicado e gerido pelos diretores da empresa. Isso é uma coisa que eu tenho que ver. Eu não, não exatamente...Apenas eu quero dizer ao senhor o seguinte: para mim, Deputado, assim bem calmamente, eu disse

aqui, quero o seu olhar. O ideal para mim era receber o meu dinheiro aqui e pagar o meu imposto porque, no custo de campanha, o lucro da minha empresa é lucro presumido. Eu não ganho... Para mim, a melhor coisa do mundo, eu não pago nada. Eu não pago imposto porque eu boto 16% em cima dela, recebo aqui, o lucro é presumido, distribuímos lucro, boto na minha conta e pronto. Então, para mim, isso é um trambolho.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Mas esse dinheiro foi recebido através de Marcos Valério há aproximadamente dois anos e, nesses dois anos, o senhor não reinternou o dinheiro? Não precisou do dinheiro aqui?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – O dinheiro está aplicado. Eu não tenho como operar. Como é que eu vou fazer? Eu não sou americano, eu não sou bahamense, eu não tenho como trazer. E, ao contrário, se o senhor olhar para mim, ao preço do dólar que está cotado ali, o preço do dólar hoje, eu entrei pelo cano. Aliás, nessa história, eu só fiz entrar pelo cano.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Por que você entrou pelo cano?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Na verdade, o dólar, porque o dólar que foi botado no dinheiro lá fora estava a R\$ 3,20.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Mas você disse que, nessa história, você só entrou pelo cano. Por que só entrou pelo cano?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Porque, veja bem. Eu hoje... A minha vida, o senhor inclusive me conhece, está certo? E eu invoco esse conhecimento para o meu benefício. O senhor já viu eu atuando, o senhor já viu eu participar de campanhas? A minha forma é sempre a mesma. Eu não ataco adversários, eu não faço baixarias, eu respeito os adversários. Então, assim: nesses momentos, para mim, a minha vida no Brasil, eu moro na Bahia, nunca tive residência em lugar nenhum. Para mim, os meus bens estão à disposição. Eu tenho fazenda, eu tenho uma casa bonita, eu tenho um apartamento bonito e, para mim, esse dinheiro lá fora, para mim, hoje, ele vale, para mim, muito menos, porque ele está em dólar, e o dólar foi para lá a R\$ 3,20 e, hoje, está de R\$ 2,20, sei lá quanto está, cada vez baixa mais. Não pude fazer aplicação aqui. Eu tenho aplicações, por exemplo: se eu tivesse esse dinheiro aqui e tivesse aplicado ele no prazo fixo, seguramente meu dinheiro teria dobrado...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Não sei se V. S.^a...

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – E do jeito que está lá, ele tem metade.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Não sei se V. S.^a percebeu, mas a última das folhas de aplicação, a do Stand Chat Rate está anotado: Geisa para Jader. Você sabe quem é esse Jader?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Não tenho a menor idéia. Aliás, aliás, eu vi assim. Eu vi agora, aqui...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Não, eu vou te informar. Esse Jader é um doleiro de Belo Horizonte.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Eu não sei. Eu não recebi nada de Belo Horizonte. Eu não vi. Aliás, o Senador Delcídio aqui falou isso agora. Eu não vi. Esse material chegou na minha mão ontem, e Deus me ajudou, hoje de manhã inclusive me prontifiquei na Polícia Federal que nós íamos entregar aqui. Entregaram na nossa mão agora de manhã. Não sei como é que esse material está na nossa mão. Se não tivesse, talvez agora eu tivesse dizendo uma afirmação, sem poder provar.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Eu acho, eu acho que Duda Mendonça é um grande marqueteiro e a prova é que veio aqui, hoje, espontaneamente, sem ser convocado, porque sabe que chegou a hora de cuidar do seu *marketing*.

Uma pergunta: quando houve o acordo entre o Delúbio e o Marcos Valério para eles tentarem armar uma situação e, nessa armação, envolveram o Presidente Lula, que deu uma entrevista lá, em Paris. Você deu alguma orientação ao Presidente Lula?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – A menor orientação. Não tenho nada a ver com isso. Fiquei muito chateado... Desculpe-me.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – À vontade.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Às vezes, eu me empolgo.

Fiquei muito chateado, inclusive, com a revista **Veja**. Liguei para lá porque para mim, se o senhor me dá o crédito de grande marqueteiro, aquilo foi um desastre em matéria de *marketing*.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Foi um desastre.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Na verdade, eu não faria aquele, acho que o depoimento não foi feito. Não tenho nada com aquilo, e a **Veja** botou uma capa desse tamanho dizendo que aquilo é minha assessoria.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Duda, “Lula-lá” não é seu não, é?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Eu fiz várias falas. O “Lula-lá” não é meu, não.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O “Lula-lá” não é seu.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Não, não é meu.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Não?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Não.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O senhor sabe de quem é “Lula-lá”?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Não, senhor. É da campanha anterior.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Agora “Lula-cá” é de você, não é?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – “Lula-cá” eu lhe digo que a gente conseguiu.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Não. “Lula-cá”.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Lula aqui? Não. Não é minha.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – A tua posição hoje, acaba chegando a isso.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Veja Deputado, uma coisa importante é não superestimar o valor do marqueteiro. Na verdade, houve o tempo em que começou a profissão de aeromoça, e era um sucesso muito grande porque a aeromoça viaja o mundo de graça. Hoje, ela é garçom de avião. Então, na verdade, a própria imprensa contribuiu para me estimular muito. A gente não faz mágica. Eu já disse aqui nesta CPMI que, se eu tivesse feito mágica, se eu tivesse a capacidade de fazer mágica, teria feito Arraes Governador de Pernambuco por quem tenho a maior admiração.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Quais são as contas de governo que, sozinhas ou associadas, suas empresas têm?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Quais são o quê?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Quais são as contas de governo que a Duda Associados sozinha ou com outras associações tem?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Não tenho com nenhuma associação. Tenho conta do Governo a Secom, tenho a da Petrobras e ganhei recentemente a conta, depois de nove concorrências, a conta da Secretaria de Saúde, dividida com três outras agências.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Ministério da Saúde?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Ministério da Saúde. A da Secom, dividida

com três agências; a da Petrobras, dividida com três agências, e a da Saúde dividida com três ou quatro, com quatro agências.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Você tem alguma participação na conta da Caixa Econômica?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Não. Nenhuma.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – A SMB&P?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Infelizmente, porque é a que eu mais adoraria ter porque é produto, e eu adoraria.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Mas são seus ex-sócios que estão lá.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Hã?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – São seus ex-sócios que estão lá.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Quem?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Na Caixa Econômica?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Meus ex-sócios, quem?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Que ganharam a conta da Caixa Econômica.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Quem é o ex-sócio?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Não. Estou perguntando. São?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Não. Não sei quem é agência da Caixa.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – SMB&P.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – A Biondi não. A Biondi nunca foi meu sócio. O Biondi trabalhou comigo no período da campanha do Maluf. Nunca foi meu sócio.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – A Matisse tem alguma participação sua?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Não. Ao contrário. Se o senhor se lembrar, se alguém leu o meu livro, na época em que fui fazer a campanha do Lula, foi exatamente o Paulo de Tarso que me disse que eu não devia fazer a campanha, que não queria que eu fizesse. Depois a gente se encontrou e realmente, em nome de tudo isso, deixou pra lá. Foi um tempo. Mas, ao contrário.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Você disse em seu depoimento da Polícia Federal...

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Não ouvi.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Você disse em seu depoimento à Polícia Federal que fez a campanha da Prefeitura de Ribeirão Preto. Como você recebeu o pagamento dessa campanha?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Recebi dentro das formas legais, tudo declarado e bonitinho.

A campanha do Palocci?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Palocci, 2000, Ribeirão Preto.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Sem dúvida, sem dúvida.

Não fui nem eu. Na verdade, nessa campanha, a minha participação foi muito mais de estrategista. Foi um outro marqueteiro, meu amigo, que trabalhou comigo e foi meu sócio um tempo, chamado João Santana.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – V. Ex^a respondeu a uma pergunta a respeito se teria pago o terno da posse do Presidente Lula. Mas eu tive conhecimento de uma entrevista, do Ricardo Almeida, no canal 18 da TVA, em que disse que fez vários ternos para o Presidente Lula e que quem pagou foi você. Você confirma esse pagamento?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Eu acho que, durante a campanha, não teve vários. Em 2002, houve alguns ternos, e não tem nenhum terno Armani, como foi noticiado na época. E vários ternos foram até alugados no começo da campanha. Eu posso levantar isso e dizer ao senhor. Só posso lhe dizer que, durante a campanha, estava nos meus custos, como estava em todas as campanhas que fiz. O figurino faz parte da minha campanha.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Você gosta de briga de galo e, por isso...

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Hã?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Você gosta de briga de galo e, por isso, veio à rinha aqui hoje resolver tudo?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Não, não. O meu interesse de vir aqui, Deputado, foi exatamente ... Eu estava incomodado muito com essa situação. Essa coisa começou a crescer no momento, e eu acho que o Sr. Marcos Valério começou a me citar muito, e eu comecei a entender que, pela estratégia dele, se misturar comigo pode ser interessante para ele, não para mim. Então, me senti à vontade para vir cá para dizer o seguinte: eu posso provar que o meu dinheiro é um dinheiro do bem, que o meu dinheiro é fruto exclusivo do meu serviço. É isso que vim fazer. Eu não estou nem emitindo juízo de valor sobre o Sr. Marcos Valério. Eu acho que a própria História vai esclarecer, a própria CPML, a própria polícia.

Julgar ou atacar quem está numa situação difícil como a dele é muito cômodo. Eu acho que eu não vou fazer isso. Eu acho que cabe aos senhores investigar, cabe à polícia investigar...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Mas o Marcos Valério, tendo tomado conhecimento de seu depoimento aqui hoje de manhã, já deu uma entrevista dizendo que “Duda Mendonça está mentindo”.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – É, eu não poderia... eu... eu... eu... eu fico... eu não posso me zangar com isso. Ele está no direito dele. Eu acho que tudo o que eu disse... porque é muito fácil dizer: “O Duda Mendonça está mentindo”. Prova! Eu acho que, se eu não tenho agora uma prova, assim: eu não disse aqui. Eu mostrei documentos. Então, há diferença. É muito fácil chegar alguém e acusar outro.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Ele disse também que essa conta Dusseldorf já estava aberta quando foram feitos os depósitos. Não foi aberta por causa desse depósito.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Cem por cento de mentira. Veja bem. Então, vou dizer aqui: 100% de mentira. A agência... essa conta foi aberta para passar a conta para ele. Está gravando? Tá. Então, hoje o videoteipe tem essa vantagem: grava e não dá para desmentir.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Você conhece bem política não por ser político, mas por trabalhar em campanhas políticas. Vivenciou várias campanhas de várias posições ideológicas. No atual momento em que está o Presidente Lula complicado por causa desta CPM, qual depoimento você orientaria o Presidente Lula a dar?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Veja, eu fiz, até hoje, todos os pronunciamentos do Presidente Lula e eu acho que a linha sempre, que eu acho, é a verdade. Eu tive uma vez na campanha de Maluf contra o PT, que o PT atacou muito o Maluf com aquela coisa do “estupra mas não mata”. Eu tenho a impressão de que V. Ex^a se lembra disso. E várias pessoas na casa do Maluf diziam: “Diga que não é verdade! Diga que não é sua voz!” Ele perguntou: “Que é que você acha?” Eu disse: “Eu acho que o senhor tem que ir para a televisão e falar a verdade. Como é que foi essa história?” Ele disse: “Essa história eu estava lá, e tal assim, e aí eu disse, quis fazer uma piadinha: ‘Quer estuprar, pô? Estupra, mas não mata’, como quem quer dizer: ‘rouba o cara, mas não precisa matar’”. Eu disse: “Vai para a televisão e diz isso”. Botei uma câmera no outro dia de manhã, juntei a família dele do lado – o Maluf, quando foi acusado,

caiu para cinco pontos na pesquisa. No outro dia, fiz uma fala dele com a família, dizendo assim: “Eu fui muito infeliz. Eu disse isso a nível de piada e me dei mal. O que eu queria dizer, na verdade, é isso e peço desculpa a todo mundo. Agora, não cabe na cabeça de ninguém, quem tem uma família, tantas mulheres, neta, filha, mulher, que possa ser a favor do estupro”. No outro dia, Maluf subiu 7%. Então, o exemplo que posso dar a qualquer cliente meu é que a verdade é a maneira mais fácil de resolver as coisas. Porque toda mentira você tem que fazer umas dez mentiras para explicar e depois mais vinte, e um dia ela aparece. Então, eu acho que a verdade você resolve o problema de uma vez, e é exatamente isso que eu estou fazendo aqui.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Então, você acha que o Presidente Lula tem que ir à televisão agora assumir os erros do Governo, denunciar quem está envolvido com corrupção e mostrar qual é a posição do Governo daqui por diante?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Veja, Deputado, é uma situação delicada para mim eu emitir juízo de valor. Se o Presidente me pedir a minha opinião hoje, eu vou dar a minha opinião sincera a ele. Agora, eu queria que o senhor me permitisse, por questões éticas, eu não dizer isso claramente.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Por que é que você acha que está impedido...

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Não, eu não estou impedido. Eu acho assim: olhe, você sabe qual foi o sucesso de eu ter feito tantas campanhas de tantos candidatos? É que eu sempre respeitei a individualidade e o sigilo de cada um e os segredos de cada um e o jeito de cada um. Eu nunca procurei... Eu chegar aqui numa CPI e dar um conselho sobre uma forma de agir do Presidente não é uma coisa simpática para mim. Eu tenho um nome de marqueteiro a zelar. Pode ser que eu faça outras campanhas. Pode ser que eu desista, a depender de como acabe tudo isso. Então, assim: se o Presidente me chamar... E não tem sido freqüente o Presidente me chamar, eu não acho que o Presidente tenha me pedido conselho, não é verdade que eu tive participação nenhuma naquela fala que o senhor citou. Então, eu não acho que o Presidente vá me chamar. Mas se chamasse, eu lhe diria... Primeiro, o que é que eu faria? O senhor quer saber o que é que eu faria?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Vamos lá.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Eu faria primeiro... Qual é meu estilo? Eu faria primeiro uma série de pesquisas qualitativas. Eu

queria saber – que eu não sei – como é que isso está chegando nas classes sociais, como é que as pessoas estão vendo o Presidente, como é que as pessoas estão vendo o PT, como é que as pessoas estão vendo a CPI. Bom. Em cima disso, eu faria a minha estratégia. Mas lhe garanto que é sempre em cima da verdade.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Você acha que, depois do depoimento de hoje, de assumir claramente essa situação, o PT vai lhe pagar o que lhe deve?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA

– Eu vou dizer uma coisa sincera para o senhor: eu não estou preocupado com isso. Eu pensei nesse risco quando eu vim para cá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – E quanto é esse total?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA

– Mais ou menos 14 milhões.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – E

você acha que corre o risco de não receber?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA

– Eu tenho esperança de que vou receber. Não vejo por que não vou receber. Eu talvez dê um tempo, o PT passa por um momento difícil. Eu talvez dê um tempo. Não sei como vai ficar a minha relação com o PT. Por mim, começa que o partido está passando por um momento delicado, e acho... eu vou dizer uma coisa ao senhor, exatamente porque o partido está passando por uma situação delicada, é que também não acho que devo sair do barco agora. Eu peguei o partido na hora boa, não é na hora ruim que vou sair.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Você percebeu a reação do Senador Aloizio Mercadante, vindo aqui, falando algumas coisas, se retirando da sala, nem acompanhando... Essa não é uma reação que o preocupa?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA

– Não, não me preocupa. A única coisa que me preocupa é que nesse momento, na Bahia, a minha mulher, a minha irmã, os meus filhos estão assistindo ao meu depoimento. Isso realmente é o que me preocupa.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – E

por que o preocupa?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA

– Preocupa-me porque tenho que passar para eles o meu compromisso com a verdade, é o que sempre preguei na minha vida, é o que meu pai sempre pregou para mim. Para mim é fundamental que meus filhos continuem tendo o orgulho que sempre tiveram de mim.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O

que você disse aqui foi só a verdade?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Cem por cento de verdade. Olha que é muito difícil você falar em cem. Mas quero dizer ao senhor o seguinte: se algum fato não é cem por cento como eu disse é por falta de conhecimento da área, algum número que eu tenha errado. Mas, em linhas gerais, eu daria cem vezes esse depoimento e seria cem por cento igual. Porque estou descrevendo um fato. Eu posso mudar as palavras.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Está arrependido de alguma coisa?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Não. Vou dormir hoje. Deputado, ontem eu não dormi. Era o dia do meu aniversário e saí da polícia 4 horas da manhã. Hoje eu vou dormir.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Parabéns.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra o Deputado Maurício Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr^a Zilmar Fernandes da Silveira, Sr. Duda Mendonça, Sr^{es} e Srs. Parlamentares, quero inicialmente ratificar que comungo da opinião da maioria dos meus Pares de que os dois depoentes, tanto a senhora quanto o senhor, estão dando uma grande contribuição para o esclarecimento da verdade. Têm mostrado muito mais compromisso com a verdade que outros depoentes que por aqui passaram, infelizmente.

Pergunto, inicialmente, Sr. Duda Mendonça, se o senhor concordaria com a acareação, que está sendo noticiada pela imprensa, com o Sr. Marcos Valério.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Veja, tenho que consultar meus advogados. Para mim é uma coisa incômoda estar batendo boca. Mas se for a solução, que seja. Acho que vou consultar meus advogados, e isso vai ser resolvido.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Porque são versões visivelmente antagônicas e essa acareação ajudaria a esclarecer.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Deputado, eu lembraria ao senhor que não estou dando uma versão; estou dando fatos.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – É a interpretação que cada um tem dos fatos.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Acho que os fatos que citei vocês vão investigar, a Polícia Federal vai investigar. Se eles não corresponderem à realidade, que se tire a dúvida.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Por isso comecei dizendo que partilho da avaliação de que a

interpretação que os senhores dão aos fatos está muito mais próxima da verdade do que as de outros que aqui chegaram.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Eu sabia que ia me expor. Eu até vou dizer uma coisa ao senhor. Eu estou positivamente impressionado com a recepção que estou tendo. Eu via na televisão inclusive a Deputada Juíza Denise Frossard sempre é muito dura comigo e me surpreendi com o carinho que ela pagou. O Deputado Ônix também, muito duro comigo. E hoje fui recebido por esta Casa com muito carinho.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Acho que também faz parte de um aprendizado da Comissão, que está vendo que tem que respeitar os depoentes. Em alguns momentos, houve grandes excessos aqui. E faz parte também da interpretação que estamos dando que o senhor está procurando relatar a verdade que o senhor conhece. Inclusive para ajudar, o senhor já providenciou a remessa dos arquivos, dos registros das remessas ao exterior feitas pela agência de Marcos Valério? Houve uma menção nos dois depoimentos. Eu gostaria de saber se nós precisaríamos requerer por escrito ou os senhores já encaminharam?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Já encaminhei aqui e não sei se já foi encaminhado à Polícia Federal, que me comprometi em fazer hoje.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Da mesma forma eu gostaria de requerer os contratos, tanto para as campanhas quanto para a assessoria aos diretórios do Partido dos Trabalhadores. E gostaria também de pedir, porque me parece que vai esclarecer muito o episódio de 2002, sobretudo, de que mais está falando o País, a fatura, de que o senhor falou, que tem o carimbo, com aquele débito total de R\$25 milhões, o que esclareceria quanto era para a campanha presidencial e quanto era para as campanhas institucionais e outras promoções do Partido, não é isso? Isso já será entregue hoje à Presidência da Comissão?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Não sei se hoje. Isso está em São Paulo.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Eu gostaria de que fosse o quanto antes.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – O quanto antes, sem dúvida.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Ok. Julguei importante também a seguinte afirmação do senhor: “Olha, muitas vezes quiseram tirar dos depoimentos e do meu depoimento aquilo que eu não falei.” Eu vi precipitações nos jornais sobre o fato de que parte do débito do Partido dos Trabalhadores com as agências ou com a agência do senhor teria sido paga pelo Sr.

Marcos Valério, e assim estaria contaminada a prestação de contas da campanha do Presidente. Tenho em mão a prestação de contas e, ao final, voltarei a esse assunto.

O senhor ratifica aquilo que formulou – não sei se ouvi bem – a Senadora Ideli Salvatti, que o que agência recebeu por depósito no exterior foi a partir de 2003?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Exclusivamente.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O senhor e a Sr. Zilmar disseram – pude computar aqui rapidamente – que cerca de 3 milhões e oitocentos foram recebidos do Sr. Delúbio e da SMP&B nesse processo, em uma das fases. Pergunto: esses recebimentos eram sempre diretamente do Delúbio ou eram efetuados na SMP&B? Quem fazia o pagamento? Quem eram os intermediários?

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA – Não tinha...

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Há uma confusão.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Houve pagamento por cheque, houve transferência de DOC, mas houve também pagamento em dinheiro. Por exemplo, duas de 250 – lembro-me bem disso.

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA – Os 3 milhões e seiscentos foram diretamente do Delúbio.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Foi direto com o Delúbio.

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA – Recebemos três parcelas de R\$300 mil no Banco Rural da Avenida Paulista.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Notei isto: três parcelas de R\$300 mil.

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA – E mais duas de R\$250 também lá.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Mas aqueles recebimentos em *cash*, em espécie, foram diretamente das mãos do Sr. Delúbio quando receberam do Partido?

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA – Sim. Ou dele ou de algum *boy*, ou algum emissário que eu mandava pegar.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Que a senhora não lembra naturalmente.

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA – É, claro.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – No caso da SMP&B, alguma vez a senhora recebeu, por exemplo, do David Rodrigues Alves?

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA

– Não, não.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Nunca recebeu recursos dele?

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA

– Nunca recebi da SMP&B.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Nunca recebeu?

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA – O pagamento foi feito na agência do Banco Rural. Inclusive eu não sabia, não vi, não tinha conhecimento.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Não tinha presença de ninguém da SMP&B?

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA

– Não, não. Nem vi cheque nem sabia o que estava sendo...

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Farei uma pergunta especificamente ao Sr. Duda Mendonça: quando o senhor fez esses contratos tão altos, eu diria mesmo estratosféricos – R\$25 milhões, em 2002; R\$7 milhões, em 2003; em 2004, um novo pacote em torno de R\$24 milhões –, o senhor não tinha dúvida quanto ao recebimento desses contratos? Não procurava saber um pouco mais, em hora nenhuma, sobre a solidez do Partido com o qual estava contratando?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Sempre procurei saber disso, e o PT sempre cumpriu os seus tratos. Eu não tinha por que suspeitar. No ano de 2001, cumpriu; no ano de 2002, quando começou, pagou a mim toda a primeira parte – 100%.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Mas, em 2004, quando o senhor fez um novo pacote de R\$24 milhões, o Partido estava com um débito ainda pendente, pelo menos, de R\$7,5 milhões.

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA – Não.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Não.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Já estava tudo pago?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Tudo quitado. Eu inclusive condicionei a isso. Eu não faço um novo contrato se não tiver quitado tudo; senão entro em uma bola-de-neve.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Então, em 2004, já estava tudo pago e houve um novo pacote?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Sem dúvida.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Esses R\$24 milhões?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Algo ou alguma fração pode não ter sido pago.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Alguma pendência pequena.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Mas a grande maioria estava paga.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Os senhores disseram que para receber tiveram de aceitar recursos para o caixa dois. Como os senhores escreviam pagamento aos fornecedores? Era uma grande cadeia, então, de informalidade?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Veja bem. Na verdade, trabalha-se numa campanha com muitos pequenos fornecedores – com eletricitistas –, com muitos pequenos fornecedores. Esse dinheiro pago assim era imediatamente pago a pequenas pessoas. Era um volume muito grande. Para o senhor ter idéia, são 500 pessoas.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Desse débito, por exemplo, de R\$14 milhões, não há fornecedor a pagar?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Não. Desse débito de 14 milhões... Quais são os R\$14 milhões? Desculpe, (ininteligível).

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Que o senhor afirmou que ainda tem a receber do PT. Sei que são tantos números.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Desses daí, seguramente tem um fornecedor a vai pagar.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – E desses R\$10 milhões que foram pagos na *off-shore* nas Bahamas por meio da empresa Dusseldorf? A empresa foi a Dusseldorf?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Dusseldorf. Havia fornecedores a pagar que nós pagamos.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Os senhores anteciparam com receitas de outros contratos?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Eu paguei com receitas pessoais. A gente pagou, não tinha como pagar...

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Então, esse recurso é o recurso livre?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – É o lucro e mais algumas despesas que pagamos aqui.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Para abater essas despesas.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Isso.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Quanto custou a montagem da ilha de edição onde foram realizados os programas da campanha do Presidente Lula?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Isso eu tenho que verificar para dizer, mas...

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Uma estimativa o senhor não arriscaria? Sr^a Zilmar?

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA – Não.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Quantos programas foram feitos?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Veja bem. A gente montou essa ilha e os programas eleitorais foram feitos lá. A campanha do Genoíno e a do Mercadante foram feitas lá e alguns comerciais.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Isso eu vi – o (??) de escala que teve por ser um pacote nacional.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Alguns Comerciais da campanha, os próprios comerciais. A ilha, aqui em São Paulo, era muito sofisticada – tínhamos computação gráfica. Então, até alguns comerciais da campanha de Benedita a gente editou ali.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O senhor tem idéia do custo, de quanto sairia cada programa?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Não tenho custo de programa até porque...

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Não tem como estimar por conta dessa divisão...

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Vou dar uma idéia ao senhor. Houve um programa, um comercial, que resolvi fazer. Foi aquele comercial das grávidas. Então, aquele comercial implicou mandar uma equipe para Curitiba e encontrar grávidas lá. Descobriu-se que... No Paraná, não conseguimos – a equipe de produção – grávidas negras, e eu queria mesclar, como é mesclada a população brasileira. Conseguiu-se em São Paulo e mandou-se para lá. Então, foi um comercial muito caro.

Já o outro comercial, o do João, que botei, era apenas aquele garoto falando no estúdio. Foi um comercial extremamente barato.

Desse modo, quando se cria, é como fazer uma casa. Você começa, e o preço... Não há como chegar...

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Cada uma pode ser diferente.

Não há nenhum padrão médio daquela campanha de 2002, que foi a mais importante que o senhor fez?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Não, não há, até porque, quando orço – por

isso, faço o pacote –, fui aprendendo. De repente, ninguém pagaria o comercial das grávidas: “Você é louco, que comercial de grávidas?”

Então, eu, que sei a importância disso, coloco no meu preço e decido. E já disse que, quando eu faço a campanha, quero ganhar. Faço aquilo em que acredito, faço pesquisa, às vezes, todos os dias e refaço no outro dia. Testo o apresentador e também o comercial antes de colocar no ar. Se o comercial não for aprovado como quero, jogo ele fora e faço outro. Há vários comerciais que produzo e que não coloco no ar.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sr. Duda Mendonça, tenho aqui a prestação de contas da campanha do Presidente Lula ao Tribunal Superior Eleitoral, que já foi aprovada, como todos sabem. Há, aqui, o total de receitas: R\$21.072.475,00. O total de despesas é R\$21.061.272,00. Anotei alguns itens que queria saber se estariam inclusos no contrato com a sua agência.

Pareceu-me que estaria incluído nesse contrato, por exemplo, o item 2.22: “produções audiovisuais”. Há R\$7.085.000,00 – produções.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Eu não sei.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Vou mencionar todos porque acho que ajudar a ter um retrato mais completo.

Produções audiovisuais, R\$7.085.000,00. Identifiquei aqui, porque ouvi que o senhor faz – e vários publicitários assim fazem – pacotes, que incluem também pesquisas, incluem todas as atividades..

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Isso.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Então, vi aqui “pesquisas ou testes eleitorais”. Não está constando. Está em(??) coerência com o que o senhor disse.

Vi aqui “impressos”. Em material gráfico, está inscrito “impressos”: R\$4.747.000,00.

Há também o item 2.11: “Propagandas e publicidades – R\$5.102.930,00”. Na minha ignorância técnica sobre o assunto, identifiquei que, pelo menos, “propagandas e publicidades – R\$5.102.930,00” – e “produções audiovisuais – R\$ 7.085.000,00” – possivelmente estejam contemplados no contrato com a sua agência.

Realmente, quais são as verbas contempladas nessa prestação de contas?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Está confuso.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O senhor já tinha visto essa prestação de contas?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Não. Não tinha visto.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – A Sr^a já tinha visto, Sr^a Zilmar?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Está um pouco confuso, porque, por exemplo, propaganda e publicidade, não sei o que é isso. A princípio, não sei, porque a propaganda...

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, está um pouco baixo o som.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Gostaria, Sr. Presidente, de pedir silêncio ao auditório.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Peço que aumente o som e, por favor, silêncio.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – A propaganda em si e a publicidade implicam produzir uma peça e veicular como matéria paga. Tecnicamente, essa é a expressão. No caso daí, você não pode publicar matéria paga em campanha política, só o horário gratuito. Então, eu não estou entendendo direito o que é isso. A parte de folhetos, não. A gente faz até a arte final. Toda. Para o senhor ver, colagem de cartaz...

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O impresso eu imaginei. Conta com a gráfica. Isso aí eu imaginei.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Não, não, eu crio, crio e dou a arte final. A partir daí, vai por lá.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Entendi. Por isso, eu pensei... Eu queria a ajuda do senhor porque está acabando o tempo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Audiovisual possivelmente é a nossa parte.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O audiovisual.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Possivelmente, possivelmente. Se está tecnicamente correta...

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – É isso que eu quero entender. Então, bate com aquilo que o senhor afirmou no momento anterior de seu depoimento: em torno de sete milhões foi o custo da campanha com o Presidente. Então, eu quero agora seguir o seguinte raciocínio e ouvir a opinião do senhor se está correto: dos 25 milhões do pacote de 2002, tinha uma parte que era para a campanha eleitoral do Presidente Lula e algumas outras campanhas, como a do Senador Aloizio Mercadante, e outras que o senhor mencionou, e tinha uma outra parte que eram campanhas institucionais e outras atividades da agência ao longo daquele ano eleitoral. É um ano até em que o Partido, evidentemente

na sua eleição mais importante, deve ter concentrado maiores esforços de propaganda. Então, eu estou fazendo o raciocínio: que, desse pacote de 2002, de 25 milhões, eu anotei bem – queria saber se os senhores confirmariam ao final desta minha última intervenção – que foram pagos – acho que a Sr^a Zilmar pode esclarecer mais – pelo Partido dos Trabalhadores, pelos seus Diretórios e/ou Comitês financeiros de campanhas eleitorais algo como 13,5 milhões. Então, entendi que foram pagamentos escriturados, formalizados.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Sem dúvida.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Já que, infelizmente, o meu Partido incorreu nessa parafernália nas suas finanças. Mas entendi que, dos 25 milhões, foram quitados 13,5 milhões com recursos escriturados...

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Sem dúvida.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – ...com cheques que vão poder ser identificados...

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Sem dúvida nenhuma.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – ...quando a agência entregar à CPMI tudo carimbado, direitinho.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Sem dúvida.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Então, o raciocínio que eu quero fazer é que, dos 11,5 milhões que restaram para ser pagos desse pacote de 2002, que foram pagos ao longo de 2003, possivelmente parte pode ter chegado até 2004, anotei que, em 2003, teve pagamentos que foram formais, escriturados e a maioria ou pela remessa lá no exterior, o que é lamentável e condenável, ou através de *cash* pago diretamente aqui, – esclareceu a Sr^a Zilmar -, sobretudo, na Agência do Banco Rural. Então, a minha indagação é: pelo que o senhor viu, pelo que a Sr^a Zilmar viu – e vai ser esclarecido à Comissão -, o senhor acha crível que, por mais que as finanças desse Partido estivessem desorganizadas, o senhor e a senhora acham factíveis, até pelo que viram, que os pagamentos de 13,5 milhões que foram escriturados não teriam sido aqueles que foram escriturados justamente nessa prestação de contas?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Conclua, Deputado.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Eu quero concluir, Sr. Presidente, dizendo apenas isto: da mesma forma que esta hipótese que eu estou vendo aqui que não foi refutada...

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Sem dúvida.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – ...pelos senhores depoentes e que me parece plausível, mas que precisa ser submetida ao teste de Karl Popper, que diz que toda hipótese científica pode ser refutada ou não. Até agora, não me parece que há elementos para que essa hipótese seja refutada. Mas isso também não autoriza...

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Acho que esta hipótese é provável. Nesse ponto, eu posso dizer que é provável.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O senhor disse que é provável;

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – É provável.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Conclua, Deputado Maurício Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Por outro lado – estou concluindo, Sr. Presidente -, não permite a conclusão, que já vi aqui, já passada para alguns *blogs* e alguns veículos de comunicação, que, porque parte do débito dos 25 milhões foi paga através da agência que usou desse recurso ilícito... Aliás, Sr. Duda Mendonça, eu queria dizer: não é só o crime contra a ordem tributária...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Conclua, Deputado Maurício Rands!

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Concluo, Sr. Presidente. O senhor vai ter que responder também pelos crimes em que o senhor incorreu, em co-autoria, por atentado ao sistema financeiro, operação de câmbio não autorizada... O senhor teria, com base no § 2º do art. 25 da Lei nº 7.492, o benefício da redução da pena de um ou dois terços se esses fatos forem comprovados. Então, a situação é grave, porque houve não só o ilícito fiscal,...

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Conclua, Deputado Maurício Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – ...que pode ser elidido – eu vou concluir mesmo -, como o ilícito criminal por evasão de divisas.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Mas V. Ex^a está concluindo há vários minutos.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra o Deputado Eduardo Paes.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, Sr. Duda Mendonça, V. S^a viu, neste exato instante, o que o Partido dos

Trabalhadores prepara para V. S^a. Pelo jeito, V. S^a será mais uma das pessoas culpadas nessa história toda, porque há sempre uma dificuldade enorme do Partido dos Trabalhadores de assumir qualquer culpa. V. S^a vai entender isso ao longo do tempo.

Só lamento que esse tempo de convívio, quando V. S^a estava fazendo campanha para o Presidente Lula, não lhe tenha permitido conhecer esse traço do Partido dos Trabalhadores.

Mas, Sr. Duda Mendonça, esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito já teve de tudo. Nós já tivemos aqui mentiras à vontade. Praticamente todos os depoentes que vieram aqui mentiram, e mentiram muito.

Tivemos farsas montadas. No dia de ontem, um Deputado do Partido dos Trabalhadores tentou passar uma lista apócrifa, que, aliás, resultou...

Sr. Presidente, eu não consigo me ouvir.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Que, aliás, resultou na sua renúncia da Vice-Presidência da CPMI do Mensalão.

Enfim, nós já tivemos aqui de tudo, Sr. Duda Mendonça. E acho que a sua presença aqui, hoje, pode ajudar a esclarecer muito do que ainda falta esclarecer. V. S^a já colocou o seu sigilo à disposição, V. S^a se dispôs a estar aqui hoje, e, portanto, o que todos nós queremos é ouvir a verdade integral, 100% dela.

V. S^a gosta de rinha de galo?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Gosto.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – É conhecido isso. V. S^a disse aqui que o seu contato com o Presidente Lula é muito pequeno. Aliás, V. S^a disse: “Meu contato é muito pequeno com o Lula”.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA Depois da eleição.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Depois da eleição.

V. S^a sabe o que aconteceu depois da eleição, quando V. S^a foi preso numa rinha de galos, no Rio de Janeiro, em Jacarepaguá? V. S^a sabe o que aconteceu com os policiais federais que comandaram a operação da sua prisão?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA Eu vi no noticiário aquilo, mas não...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – O que o senhor ouviu?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA Eu vi um delegado reclamando de algumas coisas, e ouvi outros delegados dizendo que o delegado estava envolvido em outro tipo de problema. Eu acho que aquilo, a informação que eu tenho é que foi um problema político de lá.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Eu vou lhe dar a informação. O senhor estava ali cometendo um crime e a sua proximidade com o Partido dos Trabalhadores e com quem está no poder, hoje, é tão grande, que os dois delegados responsáveis pela operação foram afastados e encaminhados para postos de contravenção. O Deputado Bittar esclarece aqui: trata-se de contravenção. Portanto, esses delegados...

A sua proximidade com quem está no poder hoje é tão grande que o simples fato... E até acho que pode ter havido uma motivação política, Sr. Duda Mendonça. Mas só para mostrar aqui, caracterizar a enorme proximidade entre V. S^a e o Presidente da República: isso levou o Governo a afastar e a jogar para bem longe esses delegados da Polícia Federal, tamanho o prestígio de V. S^a. V. S^a pode até praticar a contravenção que quem é punido são os delegados da Polícia Federal.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Eu posso comentar?

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Não. Eu só estou aqui fazendo uma afirmação. O senhor já teve...

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Eu queria registrar que eu, com toda humildade, não concordo com parte das acusações do senhor.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Perfeito. O senhor já teve conta no exterior?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Não.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – O senhor já se utilizou desse procedimento usado agora em outras campanhas?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Não.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Na campanha do Senador Eduardo Azeredo, em 1998?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Não.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Nas várias campanhas, na do Paulo Maluf?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Não!

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Então o Maluf deve estar com vergonha do que deve estar ouvindo aqui, agora.

O Presidente Lula tem dado, nas últimas semanas, uma série de declarações na imprensa, declarações que, na minha interpretação, em discursos, são declarações, obviamente, de alguém que conhece e sabe que a coisa não é simples, que os problemas são grandes. Nós vamos descobrindo aos poucos, mas,

provavelmente, o Presidente tenha um pouco mais de ciência do que todos nós a respeito do que se passou ao longo do seu Governo, ao longo desse período, desde a campanha eleitoral. O que o senhor acha? O senhor acha que as elites brasileiras estão movidas por um complô contra o Presidente Lula?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Deputado, eu preferia não emitir juízo de valor sobre os pronunciamentos do Presidente. Eu não fiz, eu não o assessoriei, e pediria que o senhor me permitisse que eu não emitisse juízo de valor sobre isso.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Claro, perfeitamente.

V. S^a, na campanha do ano passado, para a Prefeitura de São Paulo contratou o senhor – como é o nome do franco-argentino, marido da Sr^a Marta Suplicy?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Favre.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – O Sr. Favre. V. Ex^a contratou o Sr. Favre, se não me engano, com um salário de R\$20 mil. Qual era a origem desses recursos que pagava o salário do Sr. Favre, já que a publicidade, parece-me, não era a especialidade dele?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Não, eu acho que o Sr. Favre... de publicidade, eu concordo com o senhor, mas de *marketing* político ele é um excelente profissional.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Qual a origem dos recursos que pagaram o Sr. Favre?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Está registrado na minha empresa, pago, e recolhi todos os impostos.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – A origem desse salário poderia ser esse caixa dois da campanha?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Eu estou dizendo ao senhor que ele está registrado, oficialmente pago, e todos os impostos, até o dia de hoje, e posso provar.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Perfeito.

V. S^a já falou aqui – eu queria pedir ao Coronel Fraga, por favor – que não tem convicção de que todos os recursos... aliás, vou refazer, talvez eu tenha me confundido. Os recursos que o Partido dos Trabalhadores devia e que V. S^a recebeu, parece-me, da ordem de R\$15 milhões, eram todos para pagar contas de campanha?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Não.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Não?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Não.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Que outras contas foram pagas com esses recursos?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Acho que, no ano de 2003, nós tínhamos um contrato no valor de R\$7 milhões para a produção de vários programas comerciais no horário gratuito e mais dois megaseminários, com todos os custos por nossa conta, pesquisa, tudo isso.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente e Sr. Relator, a informação prestada pelo depoente, pela testemunha neste momento é extremamente relevante, porque é mais um argumento que coloca por terra a tese levantada, em conjunto, pelo Sr. Marcos Valério e pelo Sr. Delúbio Soares e, de certa forma, inadvertidamente, pelo Presidente da República, de que esses recursos todos, esse esquema de corrupção servia simplesmente para pagar contas de campanha. Nós já temos a presença...

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Deputado, só para esclarecer uma coisinha.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Já temos a presença...

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Desculpe-me.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Só para concluir o raciocínio, depois passo para V. S^a.

Só para deixar muito claro, Sr. Relator, que já temos o caso do advogado Aristides Junqueira e agora temos aí a informação desse recurso.

V. S^a tem a palavra.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Eu só queria colocar que, nesse contrato de R\$7 milhões, R\$3 milhões foram pagos diretamente pelo Diretório Nacional e apenas R\$4 milhões foi a parte que foi colocada.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Perfeito, já é valor suficiente para descaracterizar a montagem, a armação e a farsa que...

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Não, não, não. Estou apenas...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – ...não V. S^a, mas a tese que se tenta fazer a respeito desse esquema de corrupção.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Sem dúvida.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Por que com tanta confusão – e talvez seja uma pergunta mais pessoal –, com tanta dificuldade de receber, V. S^a não contou ao Presidente Lula a respeito, ou contou ao Presidente Lula, não sei?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Talvez, se fosse durante a campanha, eu tinha mais intimidade com o Presidente, eu estava todo dia com ele. Depois que ele foi eleito, eu comecei a tratar o Presidente como Presidente da República e o meu espaço ficou muito pequeno diante dele. Por incrível que pareça, já disse ao senhor, recebi um telefonema do Presidente em praticamente três anos. Estive com o Presidente apenas quando o Ministro Gushiken me levava para apresentar algumas campanhas, reuniões de no máximo quinze, vinte minutos, e estive com ele apenas na hora de fazer os pronunciamentos e discutir com ele como eram os pronunciamentos. E ali ele, às vezes, chegava atrasado, era um corre-corre, um faz-faz, ele tem uma agenda complicadíssima, e aí imediatamente ele saía. E eu não me sentia à vontade. Quer dizer, na hora em que o Delúbio colocou para a Zilmar que quem iria pagar isso, o representante dele, o representante do PT para pagar isso para gente, o débito do PT, seria o Sr. Marcos Valério, a partir daí todos os contatos foram tidos com o Sr. Marcos Valério.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr^a Zilmar, ambos, a senhora e o Sr. Duda Mendonça, soltaram notas negando, no início, todas as afirmações feitas pelo Sr. Marcos Valério e a sua diretora financeira, Sr^a Simone. O que fez com que a senhora mudasse de opinião, parasse de mentir e viesse a esta Comissão hoje contar tudo que, enfim, os senhores, a senhora e o senhor, estão contando?

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA – Nós não mentimos, nós dissemos a verdade. Eu disse a verdade. Eu não recebi nenhum dinheiro da mão de Marcos Valério ou do seu David, como eles estavam dizendo. Nós recebemos do Banco Rural. E até mais: nós tínhamos uma preocupação em preservar os nossos clientes, mas chegou um momento que isso começou a atingir a nossa imagem, a nossa... enfim, nós decidimos.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Obviamente, talvez o procedimento não fosse exatamente aquele que a Sr^a Simone disse, mas a verdade é que ela disse a verdade, eles repassavam dinheiro a vocês.

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA – Ela... não foi como ela disse.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Não, não foi, o *modus operandi* foi diferente.

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA – Sim.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Mas a senhora negou peremptoriamente que recebesse recursos do Sr. Marcos Valério, dessas empresas. Portanto, V. S^a mentiu.

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA

– Nós dissemos, nós estávamos tentando ...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Eu acho nobre a atitude de ambos estarem aqui hoje dizendo a verdade, mas eu queria entender a sua opinião.

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA – E é isso.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – V. S^a mentiu. O é que de forte, o que é de fato pode ter acontecido nesse período, gostaria de ouvir a resposta da senhora, para justificar essa mudança de posição e vir aqui falar a verdade?

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA – O Duda explicou um pouco antes, eu vou ratificar isso. Primeiro, a preservação dos nossos clientes, da ética dos nossos clientes. Em segundo lugar, o que aconteceu é que conseguimos enxergar o que estava sendo organizado e tentando nos colocar. E e aí nós decidimos, em função disso, colocar toda a verdade.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – O senhor me permite?

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Já vou passar, porque aí eu já faço a pergunta, complementando com outra informação. O senhor, aqui hoje, disse que se sentia chantageado, Sr. Duda – foi a expressão –, começando a sentir chantageado. Que tipo de chantagem o senhor pode ter sofrido além, enfim, da vontade de dizer a verdade, dessa coisa de dar um pouco de resposta às nossas famílias – e aí temos que preservar isso aqui acima de tudo, acho que temos feito esse esforço? Mas, que tipo de chantagem V. S^a pode ter sofrido?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Bom, eu quero dizer, antes de mais nada, que não estou aqui para escamotear a verdade. Então concordo com o senhor que a gente ficou entre mentir e omitir, quando fez aquele negócio. Então, humildemente, eu lhe coloco essa posição

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Claro.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Segundo, que é muito difícil para a gente, naquele momento, assumir o que estamos assumindo hoje. E por quê? Porque se, por um lado, a gente sabia que aquilo tinha sido a única forma de a gente receber um dinheiro legítimo de um serviço prestado, por outro lado, eu sabia do processo que detonaria a partir da hora em que abrisse o falatório, porque eu não sei fazer as coisas pela metade. Se eu vou falar a verdade eu vou falar até o fim, aconteça o que acontecer.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Mas em relação ao..

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Vou esclarecer o senhor.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – É o tal do negócio do tempo aqui, é uma desgraça.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Mas não tira o tempo meu, é meu esse tempo. Então, eu vou dizer ao senhor: acontece que eu comecei a ver que o Marcos Valério começou a criar uma polêmica comigo que só interessava a ele, porque eu acho que não interessava a mim. O meu dinheiro é limpo, tá? O meu dinheiro é referente ao serviço prestado. Se eu cometi um deslize fiscal, eu vou pagar por ele. Agora, meu dinheiro é um dinheiro honesto, fruto de um trabalho que o Brasil inteiro sabe que eu fiz. Então, eu comecei a ficar nessa dúvida. A minha linha desde o começo era abrir a verdade.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Mas e a chantagem?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Vou lhe dizer. Aí aconteceu, qual foi a gota d'água? Eu já estava “até aqui” para dizer o seguinte: não me interessa que essa coisa continue, eu hoje vou dormir, o problema agora é de advogado, não é mais meu. Então, assim, quando eu vi, no dia do depoimento do Sr. Marcos Valério, uma nota no jornal de Minas, que não sei exatamente o nome, uma nota dizendo o seguinte: que uma conta chamada Dusseldorf podia ser o mapa da mina para esclarecer, eu entendi onde é que ele queria chegar. Ele queria dizer que quem mandou o dinheiro para fora era eu. Ele apontou o Sr. David e outro como as pessoas, que a gente recebia o dinheiro.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Quem mandou o dinheiro para fora, Sr. Duda?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Ele. Apresentei aqui. Eu apresentei... Aliás, a bem da verdade, eu não posso dizer que nem foi ele, mas eu posso dizer que foram empresas mandadas por ele e posso provar. Graças a Deus, posso provar. Então, na verdade, eu comecei a sentir que a coisa estava numa escala perigosa para mim, e conversei com meus advogados, que me colocaram os problemas, e que eu disse a eles o seguinte: eu preferia assumir de uma vez e acabar com isso.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – É só para deixar claro, quer dizer, que o dinheiro certamente foi recebido lá fora, mas não há nenhuma comprovação de que ele saiu daqui, foi para fora ou se lá de fora ficou lá fora mesmo. Não há essa comprovação.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Mas com o tempo vai se provar.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – É exatamente, o tempo vai ter que provar a origem desses recursos.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – O que posso dizer para o senhor é o seguinte: eu não mandei nada para fora e que o fax que tenho aí caracteriza – nem posso dizer, a bem da verdade, que o foi o Sr. Marcos Valério que mandou... Mas foram empresas autorizadas por ele, porque se eu não autorizei, um dinheiro não cai em uma conta lá fora, combinado com ele, por acaso ou por encanto.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, o meu tempo se esgota e eu só queria fazer dois breves comentários. Primeiro, me parece que o depoimento do Sr. Duda Mendonça de hoje deixa, de forma clara e inequívoca, que a tese sustentada pelo Sr. Delúbio Soares, pelo Sr. Marcos Valério, de certa forma corroborada pelo Presidente Lula, de que se trata aqui de crime eleitoral, de que em dois anos e meio se criou um caixinha para passar recursos para todo tipo de uso, que supostamente era para pagar dívida de campanha, ficou comprovado hoje aqui que não era só para pagar dívida de campanha. Antes, tínhamos algo em torno de R\$200 mil, pagos ao Sr. Aristides Junqueira, que já mostravam que não eram só dívidas de campanha. Com o depoimento do Sr. Duda Mendonça, fica mais afirmado ainda.

Sr. Presidente, também fica caracterizado aqui que se cometeram crimes, como disse o Deputado Maurício Rands, contra o sistema financeiro, contra a ordem tributária, crime de lavagem de dinheiro – certamente isso se passou aqui –, e muito provavelmente esse dinheiro estava no exterior e foi passado para essa conta já do exterior. Portanto, isso é algo que vamos ter que apurar profundamente com as investigações aqui.

O Deputado Rands já disse: o Partido dos Trabalhadores corre um sério risco de ter cassado o seu registro, mas eu confesso aos senhores que esse não é o interesse imediato, nem é algo pelo qual todos nós venhamos a torcer.

Finalmente, Sr. Presidente, uma característica – e aí, Sr. Duda, não entenda isso como uma crítica, não entenda isso como uma ofensa –, mas é impressionante, eu fiquei hoje aqui absolutamente impressionado com na sua exposição inicial como, ou o Presidente Lula incorporou de fato seu jeito de ser, os seus trejeitos, os argumentos, a utilização da família, da sua origem, no momento de se defender de acusações, ou, ao contrário, V. S^a incorporou esses trejeitos.

Pareceu-me, Sr. Presidente, exatamente a forma como – e não leve isso como ofensa –, sem dúvida alguma, a participação do Sr. Duda Mendonça na montagem do personagem “Lulinha Paz e Amor” foi impressionante.

Era isso, Sr. Presidente, agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Para uma questão de ordem, Deputado José Eduardo Cardoso.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Questão de ordem fundada no art. 145, §1º, do Regimento Comum, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, eu tenho o máximo carinho e apreço pelo Deputado Eduardo Paes, amigo meu de muito tempo, mas eu não o interrompi na sua arguição por essa razão, por respeito ao nobre Deputado. Mas, de acordo com o art. 145, §1º, do Regimento Comum, fundado na Constituição Federal, a Comissão Parlamentar de Inquérito investiga fato determinado. Portanto, todas as arguições que são feitas às testemunhas e aos investigados têm que ter nexo de pertinência com o objeto da investigação.

Uma parte das questões do Dr. Eduardo Paes se prendeu ao episódio da briga de galo do depoente...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Da relação dele com o Governo...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Desculpe-me, com a devida vênia, naquela condição, há um procedimento criminal onde ele é réu – aqui ele é testemunha –, não há nenhuma conexão com os fatos. Então, o requerimento que faço a V. Exª, Sr. Presidente, é de que quaisquer questões ou ponderações que fujam do objeto da Comissão Parlamentar de Inquérito sejam indeferidas por esta Presidência, por quê? Exatamente porque a testemunha está aqui para prestar um depoimento não sobre atos que lhe sejam imputados, outros inteiramente distantes dessa realidade, mas apenas sobre os fatos em objeto desta investigação Parlamentar. É o requerimento que faço a V. Exª.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, para contraditar, art. 131, §2º.

Sr. Presidente, que fique claro aqui para o Deputado José Eduardo Cardozo, por quem também tenho um enorme carinho, que a referência que fiz à rinha de galo é porque o fato – e não trato isso como ofensa ao Sr. Duda Mendonça – que gerou a sua prisão naquela ocasião fez com que dois delegados da Polícia Federal que participaram daquela operação fossem afastados das suas funções. E o que eu quis caracterizar aqui – e isso está na linha das investigações – é a proximidade que o Sr. Duda Mendonça tem, sim, a possibilidade de comandar...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Mas não é isso que está sendo investigado.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Mas nós estamos aqui tratando de investigar todo esse esquema de corrupção. Portanto, Sr. Presidente, é por isso. Não quis, em nenhum momento e de forma

alguma, fugir dos fatos, como vem tentando o Partido dos Trabalhadores e ontem inclusive montando um documento falso.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Eu posso falar? Eu fui citado demais nisso.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Com a palavra.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA

– Eu não queria falar sobre isso, Deputado, mas eu acho que há um equívoco. Primeiro, eu fui julgado no Rio de Janeiro, local onde o ilícito aconteceu, e eu fui absolvido. Pena que a imprensa, na hora em que fui preso, fez aquele estardalhaço, e na hora em que eu fui absolvido... Mas para mim é importante...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Está perfeito. Eu quero dizer a V. Sª...

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA

– Eu sei. Eu não estou discutindo.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Eu o ouvirei com o maior prazer, mas isso não significa um problema.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Pela ordem, para que seja mantida a ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Eu vou passar a palavra ao Deputado Henrique Fontana... O depoente está falando?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA

– Eu queria um minutinho só.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– É que aqui eu atendo três ou quatro pessoas e não consigo prestar atenção nas três ou quatro.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA

– Eu não quero falar muito sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Agora, eu só queria ler o Código de Processo Penal: “Art 212: As perguntas das partes serão requeridas ao juiz, que as formulará à testemunha. O juiz não poderá recusar as perguntas das partes, salvo se não tiverem relação com o processo ou importarem repetição de outra já respondida”.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Essa é interpretação de V. Exª, se as perguntas têm pertinência ou não.

Agradeço ao Assessor Tales, da Liderança do PT.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Sr. Presidente, o depoente estava com a palavra. Acho que é muito mais lógico nós o ouvirmos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Então, com a palavra o Sr Duda Mendonça. Depois,

Deputado Henrique Fontana, e nós faremos um intervalo de meia hora.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – É pela ordem que ele vai falar ou é inscrição?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Não, é porque estava na seqüência, Senador. O próximo será V. Ex^a.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Após o Deputado Eduardo, eu estava inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MT) – Mas é que V. Ex^a chegou agora.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Não, eu já estava aqui ouvindo a interpelação do Deputado Eduardo. Eu gostaria que V. Ex^a cumprisse a ordem, porque tenho outro compromisso.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MT) – Eu não o vi. V. Ex^a estava em outra CPML.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Está certo. Mas eu gostaria que V. Ex^a cumprisse a ordem das inscrições, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MT) – Eu pergunto a V. Ex^a. Eles precisam de um intervalo, de um recesso.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Se V. Ex^a me permitir indagar antes, eu prometo não tomar todo o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MT) – Com a palavra o Sr. Duda Mendonça.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Eu vou colocar uma coisinha muito rápida. Não é nem muito pertinente, mas eu vou colocar. Quando o senhor disse que eu estava numa atividade marginal, quero dizer ao senhor o seguinte: a briga de galo foi proibida no Brasil por Jânio Quadros. É importante para mim, Deputado. O senhor disse um bocado de coisas que também não tinham a menor importância para mim. Agora, me permita dizer o que é importante para mim. Na verdade, a briga de galo foi proibida no Brasil por Jânio Quadros e foi liberada pelo Presidente Tancredo Neves. Não existe nenhuma lei no Brasil que encare a briga de galo como contravenção. A única coisa que existe é que o Código do Ibama fala em maus-tratos com os animais – nunca foi julgado no Brasil –, que eu tenha conhecimento e estamos com um advogado olhando isso, porque eu não vou participar de atividade marginal. Eu quero saber se eu posso por lei, se eu tenho ou não tenho. Depois daquilo, nunca mais fui. Mas aquela rinha no Rio que foi fechada existe há dezessete anos, e paga imposto, e paga IPTU. Então, na verdade, o que aconteceu ali foi uma perseguição política. E claramente, o senhor mesmo disse isso. Então, para mim, naquele momento... Agora, se eu tivesse essa força no Governo, eu

não seria preso por uma coisa daquelas. Depois, eu fui julgado e fui absolvido.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – É a sua versão.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Obrigado. Desculpe.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Nada. Que é isso?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra o Senador Alvaro dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr Presidente, agradeço a V. Ex^a.

Esse é o primeiro depoimento sincero que se ouve. Isso nos anima a solicitar uma contribuição maior. Bastou um depoimento verdadeiro para nos jogar no limiar de uma crise política sem precedentes. E temos de buscar a melhor saída para o País, com muita responsabilidade.

Todas as alternativas devem ser discutidas, lamentavelmente. Eu deploro porque nunca desejamos, rejeitamos a hipótese até hoje, sequer admitimos discuti-la, nem mesmo seria estratégico para a Oposição. Mas, depois das revelações estarrecedoras do Sr Duda Mendonça e da Sr^a Zilmar, certamente a alternativa do *impeachment* tem que ser discutida. Eu não estou dizendo que essa é a melhor saída para o País, mas é uma das alternativas. E a crise se agudizou de tal forma que é possível até que se conclua que essa possa ser a melhor alternativa, embora eu não a deseje, com toda sinceridade. Eu peço escusa se, eventualmente, perguntar algo que já se perguntou e, evidentemente, dispense da resposta.

Mas eu gostaria de fazer, antes, uma confissão: eu o admirava como publicitário, brilhante criador. Li o seu livro. É evidente que os homens têm defeitos e qualidades, mas certamente, entre as suas qualidades – não vou me referir a defeitos, a erros, a pecados cometidos – está a sinceridade. Sou obrigado a admitir que o senhor e também a senhora estão sendo sinceros neste depoimento, bem como à Polícia Federal.

Indago se os senhores poderiam assinar uma declaração liberando esta Comissão Parlamentar de Inquérito o extrato da conta em nome da empresa *Off-Shore*, criada pelos senhores nas Ilhas Bahamas, para que esta Comissão pudesse conhecer a movimentação financeira dessa conta. O senhor afirmou que os recursos estão lá, não foram mobilizados. Então, eu indago se o senhor concordaria – eu tenho aqui um esboço de declaração – em assinar para esta Comissão.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Eu me disponho a ajudar no que diz respeito a mim. Essa é uma empresa que tem diretores lá fora e de que sou procurador. Eu precisaria consultar

os advogados sobre isso e, dependendo do que fosse possível, eu teria mais probabilidade.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – O apelo que eu faço é exatamente nesse sentido. Que o senhor os consulte e libere a esta Comissão os extratos bancários, porque, certamente, serão da maior utilidade para que possamos ter o desenho exato de toda essa movimentação financeira que implica crimes contra o sistema financeiro e a ordem tributária nacional. É evidente que não são só esses os crimes, não é? Estamos diante de um estelionato eleitoral, provavelmente sem similar na história do Brasil. Se aqui estivesse a Juíza Denise Frossard, provavelmente eu pediria permissão a ela para dizer que, talvez, sejam necessários os artigos da metade do Código Penal para tipificar todos os crimes, todos os delitos praticados em função dessa rede de corrupção que foi instalada no Governo da República.

Eu indago, porque há aqui muitas dúvidas em relação ao pagamento dessa conta. É claro que um empresário, uma agência têm o direito de cobrar o que lhe devem. É justo que cobrem. A afirmação do Sr. Marcos Valério me parece não ser verdadeira, quando diz que R\$15 milhões foram repassados e foram recebidos pela Sr^a Zilmar. Agora, se vê que há repasses de outra natureza no exterior. Então, para encerrar este assunto, eu gostaria de obter as informações sobre esses repasses. Não foram R\$15 milhões, aqui no Brasil, evidentemente. Gostaria de saber qual foi o valor dos recursos repassados aqui no Brasil e se foram repassados através do David, aquele policial, ou se foram repassados através da Simone ou do Cristiano. Enfim, quem repassou esses recursos?

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA – Foi da seguinte forma: foram três parcelas de R\$300 mil, retirados e recebidos no Banco Rural da Avenida Paulista, em São Paulo, mais duas parcelas de R\$250 mil, também no Banco Rural da Avenida Paulista, e o restante, em torno de R\$3 milhões e 600 foram entregues, através do PT, do Sr. Delúbio Soares, eu mandando buscar ou ele me mandando trazer, e o restante através dessas remessas que estão aí.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Então, não houve participação desse policial de nome David Rodrigues Alves nem do Cristiano Paz?

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA – Não, não, não.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Eu gostaria de indagar talvez à senhora e também ao Duda Mendonça se nunca, em nenhum momento, se cogitou que esses recursos repassados por Marcos Valério... Porque é evidente que Marcos Valério é concorrente. Marcos Valério não é tão generoso a ponto de ofere-

cer um presente ao Presidente Lula e à cúpula do PT, pagando uma conta do Partido. Esse dinheiro veio de algum lugar, e o objetivo maior das investigações desta CPMI é exatamente descobrir de onde veio esse dinheiro, quais são os responsáveis pelo repasse desse dinheiro e qual a origem dele.

Então indago se em nenhum momento pessoas inteligentes e criativas imaginaram que esses recursos pudessem ter origem no erário, recursos públicos, através de contratos superfaturados, já que o Sr. Marcos Valério obtinha aditivos. Em um dos contratos com os Correios, por exemplo, os aditivos levaram a fatura para R\$90 milhões. Nunca passou pela cabeça da senhora ou do seu sócio essa hipótese?

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA – Não. O que aconteceu foi exatamente o seguinte. Em janeiro de 2003, nós estávamos cobrando os valores pendentes, e o Delúbio comentou que tinha um amigo que o estava ajudando, estava tomando empréstimos; ele comentou. E a partir daí ele fez uma programação e começou a pagar. Naquele momento eu não podia sequer imaginar isso, está certo? E pagou durante o ano de 2003. Então, não podia imaginar que pudesse ter algo mais e não tenho qualquer pensamento a respeito disso. O que sei é que recebia dele, do PT, através do Marcos Valério, cuja informação inicial é a de que seriam empréstimos. Esse foi o comentário que Delúbio me fez por volta de janeiro, quando eu comecei a cobrar o que estava pendente.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – É. Àquela época a senhora não imagina que pudesse ser... E hoje, depois de todos esses fatos, do noticiário sobre essa investigação, a senhora, ligando os fatos de hoje aos fatos que vivenciou como representante da sua agência nessa negociação, pode chegar a alguma conclusão que possa contribuir a fim de que possamos chegar aos responsáveis?

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA – Não, não. Não me cabe, nessa confusão toda, fazer nenhum juízo de valor. Não posso imaginar isso.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – A senhora foi convocada pelo Sr. Marcos Valério a tomar providências para que se abrisse um *off-shore* na Bahamas, para que o pagamento dessa conta devida se efetuasse lá. Só lá tinha o Sr. Marcos Valério condições de saudar uma dívida do PT e da campanha do Presidente Lula.

Ele orientou como se procederia para internar esses valores no Brasil? Ele orientou sobre os procedimentos de organização de uma empresa *off-shore*, mas certamente orientou também para se fazer o reingresso desse dinheiro em nosso País. Ou não?

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA

– Não, não, não. Ele simplesmente pediu que nós providenciássemos uma conta no exterior para que ele pudesse mandar remessas. Ele não me orientou em nada.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – A resposta pode...

Pois não.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Eu só queria estabelecer a V. Ex^a o seguinte. O senhor estabeleceu uma premissa que não foi colocado por nós, de que esse dinheiro teria vindo proveniente da campanha do Presidente Lula. Nós colocamos aqui já antes da sua chegada e vou lhe dar uma breve explicação. No ano de 2002, nós fizemos um pacote com o PT e desse pacote faziam parte vários programas eleitorais gratuitos, vários comerciais, estaduais, regionais, e também a campanha da Senadora Benedita da Silva, do Senador do Rio de Janeiro, do Presidente Lula, do Senador Aloizio Mercadante e do Deputado José Genoino. Recebemos, até o final do ano, quase R\$14 milhões oficiais, com nota fiscal, tudo bonitinho, até o final do ano de 2002. Correto. Desculpe, eu estou um pouco cansado.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Eu li aqui no seu depoimento da Polícia Federal.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – E que – V. Ex^a sabe muito bem disso – as campanhas têm sempre uma arrecadação oficial muito maior. Então eu acredito que pode ser facilmente comprovado se esse dinheiro da campanha do Presidente Lula foi apanhado com origem ou não.

Eu, pessoalmente, acredito que sim. Era só isso que queria dizer, e permita-me, o senhor tem todo o direito de fazer, só que eu não quero que coloquem como se eu estivesse dizendo.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Eu gostaria que isso fosse verdadeiro e reputo isso ao seu patriotismo, ao desejo de que possamos ter uma conclusão dentro da normalidade democrática e institucional com o menor trauma possível. Sei que é isso que o move a retirar essa conclusão, mas, lamentavelmente, embora eu desejasse isso, não retiro essa mesma conclusão porque estou aqui muito envolvido nessas investigações e seria ingênuo demais e estaria subestimando a inteligência das pessoas que como eu acompanham os desdobramentos dessa investigação se acreditasse nessa versão.

Eu prefiro acreditar que os contratos superfaturados de licitações duvidosas são responsáveis pelo pagamento dessa conta devida pelos candidatos do PT. Não concordo, por exemplo, com o meu companheiro Eduardo Paes, que fala até na hipótese – ele

só falou em hipótese, não afirmou – de cassar o registro do PT.

O PT, como instituição, creio, não tem essa responsabilidade. Os homens são passageiros, corruptos, honestos, decentes, indecentes, mas passam, e o partido como uma instituição permanece. E é isso que nós desejamos, porque o PT tem história, tem importância e é um partido que tem muito a oferecer ao País depois dessa faxina que certamente acontecerá. Portanto, não podemos confundir alhos com bugalhos, mas sou obrigado a afirmar, com toda sinceridade, que acredito, que tenho convicção de que os recursos que sustentaram essa “generosidade” do Sr. Marcos Valério são oriundos dos impostos pagos com tanto sacrifício pelo povo brasileiro.

Gostaria que isso tudo não fosse verdadeiro, mas, lamentavelmente, essa é uma conclusão inevitável a que chego e, certamente, todos nós da Oposição.

Estou fazendo esse tipo de colocação porque sei que houve uma turbulência no mercado em função do anúncio dessa hipótese de *impeachment*. E como fiz um discurso da Tribuna do Senado, estou tentando recolocar nos devidos termos o que imagino ser nossa responsabilidade, que é procurar neste momento a melhor saída para o País.

Entre as alternativas de saída para o País há uma inevitável, que é a do *impeachment*, que tem que ser discutido, mas nós queremos que a melhor saída seja aquela encontrada com o senso de responsabilidade por todos os agentes públicos deste País.

Certamente, não devo fazer novas indagações, até em respeito à contribuição importante, a mais importante até este momento, colhida por esta Comissão Parlamentar de Inquérito. De minha parte, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Muito obrigado, Senador Alvaro Dias.

Nós vamos suspender a reunião por trinta minutos e voltaremos.

(Suspende-se a reunião às 17 horas e 39 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Vamos reabrir os trabalhos, convidando o Sr. Duda Mendonça e a Sr^a Zilmar novamente, acompanhados dos seus respectivos advogados, e vamos retomar os trabalhos agora, dando a palavra para o Deputado Carlos Abicalil, do PT do Mato Grosso.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, enquanto chegam os depoentes, posso fazer uma pergunta a V. Ex^a?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Pois não, Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Qual a previsão para a próxima semana, em razão de todas essas modificações que ocorreram a partir de hoje?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Arnaldo Faria de Sá, nós vamos fazer uma reunião interna e vamos conversar com os Parlamentares porque, em função desse depoimento, nós precisamos reavaliar a agenda da próxima semana.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Parabéns, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Muito obrigado, Deputado Arnaldo Faria de Sá.

Com a palavra o Deputado Carlos Abicalil. Depois do Deputado Carlos Abicalil, o Deputado paraense do PMDB Asdrúbal Bentes.

Quero informar a V. Ex^{as} que avançamos muito nos depoimentos e, inacreditavelmente, a não ser que surjam fatos supervenientes, nós terminaremos mais cedo hoje...

O SR. (Orador não identificado) – E com muito maior produtividade.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– ... a reunião com as duas oitivas da Sr^a Zilmar Fernandes e do Sr. Duda Mendonça.

Com a palavra o Deputado Carlos Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Boa noite a todos.

Quero me referir aos depoentes, nas condições de testemunhas, como estão presentes aqui. Primeiramente, a Sr^a Zilmar.

O SR. (Orador não identificado) – Peça que aumentem o som, Sr. Presidente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Por favor, o som.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Carlos Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – A senhora informou no seu depoimento à Polícia Federal que, quanto ao ano de 1998, ressalta a possibilidade de parte do pagamento de alguma campanha política ter sido efetuada em dinheiro, em espécie. A senhora confirma essa informação?

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA

– Eu disse que eu não descarto a possibilidade, teria que rever na contabilidade desse período.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Exato.

Informa ainda que o pagamento em espécie é comum em campanhas políticas.

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA

– Não. É verdade...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Está no seu depoimento; estou lendo a transcrição do depoimento.

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA

– Desculpe.

Eu disse que acontece, é comum, pode acontecer. O volume maior, 90%, em geral, é feito por TEDs, por depósitos bancários ou por cheques, mas pode acontecer em dinheiro, como já aconteceram outras vezes.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Então, na sequência a senhora afirma o que acabou de dizer.

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA

– Isso.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – E geralmente há pagamento de campanhas políticas efetuados diretamente por comitês financeiros...

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA

– Perfeito.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – ... através de cheques e depósitos bancários, todavia – reitera – é possível que parte do referido pagamento seja efetuado diretamente por terceiros ou por doares indicados por comitê. Agora a senhora já se refere a uma outra modalidade, que, em lugar de serem diretamente os comitês financeiros de campanha, às vezes ocorria de terceiros fazerem, indicados por esses comitês, diretamente o pagamento. A senhora confirma essa informação?

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA – O que acontece é o seguinte: quando havia...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Primeiro eu pergunto só se confirma ou não essa informação.

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA – É, e eu gostaria de explicar, então, por que isso.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Sim, confirma.

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA

– Porque quando me fizeram a pergunta se não acontecia o pagamento em dinheiro, eu disse que acontecia sim, como já aconteceu e está na nossa contabilidade. Quando, às vezes, o nosso emissário chegava ao comitê para receber o pagamento, ele ia com aquela pessoa até um determinado lugar...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco PT – MS) – Gostaria que marcasse o tempo no cronômetro, por favor.

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA

– Ele ia com esta pessoa até um banco, até um determinado lugar, pegava o dinheiro, fazia o pagamento.

Tínhamos a nota fiscal, depositávamos no nosso banco, e estava registrado o recebimento.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Nesse trecho do depoimento a senhora se referia a campanhas no ano de 1998, segundo o relato cuja cópia foi entregue a todos os membros da CPMI. O Sr. Duda Mendonça se referiu inclusive a algumas figuras públicas políticas para as quais fez campanha no ano de 1998. Citou algumas que estão presentes no cenário nacional, com maior e menor relevância, como foi o caso do Sr. Paulo Maluf e de Oscar – V. S^a se referiu ter feito essa campanha política –, do ex-Governador Brito, do Senador Simon, se não estou enganado, do Deputado Federal Miguel Arraes – mas, na época, a campanha era para o Governo do Estado de Pernambuco –, do Governador Azeredo e do Senador da sua chapa ao Governo de Minas Gerais, do Senador Fernando Bezerra – que é membro desta Comissão inclusive – e do Senador Garibaldi Alves Filho, salvo engano.

A Sr^a Zilmar mencionou que foi surpreendida com o pagamento, em espécie, na agência do Banco Rural, de uma daquelas parcelas a que foi recomendada sacar, e a senhora estranhou. No depoimento a senhora fala que podem ter ocorrido outros pagamentos em espécie, mas aquele concretamente a senhora estranhou. Qual a razão do estranhamento daquele concretamente?

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA – Em janeiro, quando da minha cobrança e quando o Delúbio comentou que tinha uma pessoa que o estava ajudando e tomando alguns empréstimos, não é que eu estranhei. Na verdade, imaginei que, ao chegar ao Banco Rural, fosse receber um cheque administrativo ou uma ordem para se fazer. Esta foi a razão. Não que para mim fosse absolutamente anormal ou incomum receber em dinheiro.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Mas naquele caso já estava combinado que não teria contrapartida na nota de prestação de serviço.

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA – Não, no primeiro momento ele pediu que esperássemos porque, quando ele fizesse uma série de pagamentos e concluísse a parte da dívida, ele diria as notas fiscais para serem emitidas, e ali foi o primeiro.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Ali foi o primeiro caso de não ter a contrapartida da nota fiscal relativa.

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA – Ali foi o primeiro momento.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Quando é feito o pagamento por terceiros, não pelo comitê financeiro mas por terceiros, como é a emissão da nota fiscal naqueles casos lá de trás, de 1998?

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA

– Não tem pagamento por terceiros.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – A senhora mencionou que há eventualmente a indicação de pagamento por terceiros ou doadores indicados pelo comitê financeiro. Está no seu depoimento e há pouco a senhora confirmou.

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA

– Então, a nota fiscal é emitida em nome do comitê financeiro daquele candidato...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Mas quando ela é paga por terceiros, conforme consta de seu depoimento.

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA

– Claro, também, sempre.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Mesmo quando é paga por terceiros, a nota sai no nome do candidato.

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA

– Sempre. Se for pago por uma outra pessoa que está fazendo doação, a solicitação do partido e o serviço está sendo prestado para o comitê financeiro daquele candidato ou daquela campanha ou aquele trabalho que está sendo feito.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Nunca houve a emissão de uma nota diretamente a terceiros fora daquilo que foi declarado por campanha.

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA

– Não, isso não acontece. O pagamento é feito sempre pelo comitê financeiro. Mesmo que seja o diretor financeiro do comitê que pague, que seja um emissário, mas sempre em nome do comitê financeiro porque estamos prestando os serviços.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – As empresas de V. S^a, em sociedade com o Sr. Duda Mendonça, já realizaram muitas campanhas exitosas, reconhecidas. Estou me referindo às campanhas políticas e não apenas às publicidades, sejam comerciais ou institucionais, e elas são reconhecidas com a qualidade que já supera inclusive as fronteiras do Brasil. Mas o próprio Sr. Duda Mendonça mencionou uma situação que é de domínio público, mas raramente confessada, porque, normalmente, quando um candidato é vitorioso, a obtenção de recursos é mais facilitada e aí o pagamento dentro da oficialidade, se não entendi mal o depoimento do Sr. Duda Mendonça, é também na mesma medida mais facilitada. E quando uma campanha é derrotada há maior dificuldade para alcançar os recursos para dar cobertura às despesas da campanha. E a tendência neste caso é então que haja registros não oficiais.

Pois não, Sr. Duda Mendonça.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – O que disse no depoimento e reitero é o seguinte: na verdade, quando eles começam uma campanha, tudo começa 100%.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Claro.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Vão pagar tudo, oficial, direitinho. Lá se vai a campanha andando. Em um determinado momento, a contabilidade da campanha vai começando a ver se tem facilidade ou... Não é uma coisa nossa. Insisto em dizer o seguinte: por nós, e acontece na maioria das campanhas, quando eu dou um orçamento para o senhor, a minha empresa tem, tem... não... como... lucro presumido,...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Sim, já compreendi.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – ...então, para mim, boto 16% por cima, e acabou. Quero dinheiro bonitinho, na minha contabilidade, se não meu lucro acabou-se. Acontece que esse é o combinado sempre. Algumas vezes, durante o tempo vai acontecendo, e ele não tem esse recurso para dar oficial. E aí recorre-se a outra forma. Agora, quero dizer ao senhor o seguinte: na verdade, isso que queria reiterar, a gente presta o nosso serviço, dá o orçamento antes. Depois, a regra do jogo muda, e a gente fica numa encruzilhada. Ou a gente recebe assim ou não recebe.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O senhor, com essa veracidade, sinceridade que transparece no seu depoimento, seria capaz de afirmar que a única campanha que recebeu pela via do caixa 2 foi essa, a partir de 2003?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Não, não, estaria faltando com a verdade.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Estaria faltando com a verdade.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Sem dúvida.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Então o senhor reconhece que em outras campanhas eleitorais essa prática...

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Não quero fazer injustiça. Tomo muito cuidado em citar nomes para não fazer injustiças. Mas...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – É porque há um determinado ambiente, Sr. Duda Mendonça, de transformar este plenário, esta sala, hoje, num verdadeiro tribunal de inquisição e de exceção absoluta, de juízo primário e sumário do meu partido, o Partido dos Trabalhadores, que, quero reiterar aqui, errou, tem confessado publicamente o seu erro e tem de responsabilizar os dirigentes responsáveis por esta

conduta, que não são os 800 mil filiados do PT, não é o conjunto dos Parlamentares, Prefeitos, Prefeitas, Governadores do PT, em todas as instâncias. Deve haver necessariamente essa sinceridade, inclusive para que não se tire da sua boca, como o senhor disse aqui, expressões que não disse e que já se transformaram inclusive em verdadeiros pronunciamentos de juízo sumário da vida e da história política de muitos cidadãos brasileiros, alguns dos quais, inclusive, na luta histórica, derramaram seu sangue, sua vida, seus melhores sonhos para constituir essa oportunidade democrática do Brasil, que só teve três presidentes da República eleitos democraticamente, concluindo o seu mandato, e que efetivamente nos coloca numa responsabilidade histórica absolutamente inusitada, do ponto de vista do que vem adiante.

Um depoimento como o seu, que está sendo aqui considerado como depoimento verdadeiro... E olha que ouvi que o depoimento de ontem era verdadeiro pelos mesmos que estão dizendo que o seu é verdadeiro, pelos mesmos. Na semana passada, na quinta-feira, disseram que o mais verdadeiro era o do David, que mentiu aqui em relação a Sr^a Zilmar, que mentiu em relação ao sócio, Sr. Cristiano Paz, e a Zilmar. Era o sócio mesmo. David disse que pegava dinheiro e levava para o sócio, Cristiano Paz. E o Marcos Valério dizia que ele entregava para a Sr^a Zilmar. Então, essa situação não pode transformar o seu depoimento como sendo o único constitutivo de uma investigação que nós, cada vez mais, estamos próximos de pegar uma chave que está muito antes de 2003 e de um procedimento institucional fraudado, ilegítimo, escondido, que, como dizia o Deputado Roberto Jefferson, um dos primeiros a depor aqui, há 23 anos ele conhece como funcionando. V. S^a detém contas públicas, não?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Sim.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Só do Governo Federal?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Sim.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Não tem de governos estaduais nem de municípios?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Não.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Nenhuma?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – A gente não entrou em nenhuma concorrência, a gente não...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Não. Tem contas de empresas privadas?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Sim. A maior parte de nosso faturamento vem de empresa privada.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Qual é a relação proporcional?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Eu lhe diria entre 50% e 55% de empresas privadas.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O senhor acredita que, se fosse exercer o tráfico de influência no Governo, o exercício da pressão política e da corrupção em licitações fraudadas, o senhor teria que recorrer a esse expediente do Marcos Valério?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Jamais. Eu acho que tenho qualidade. O meu trabalho... Com toda a humildade, eu sou um publicitário premiado em todos os importantes festivais do mundo.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Sem dúvida alguma.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Minha empresa tem 30 anos.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – E V. S^a reitera, portanto, que não houve, nos contratos de publicidade, neste Governo e nos outros, qualquer tentativa de traficar recursos do orçamento para financiar campanhas das quais o senhor participou?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Não. Isso não é um negócio de agência de propaganda. Estão tentando transformar o negócio de agência numa coisa que não existe. É facilmente comprovado. As agências têm sua contabilidade em dia. É facilmente comprovado. Acho que, no Governo Fernando Henrique, eu ganhei três contas, nas mesmas condições que eu ganhei três contas no Governo do Lula, concorrendo em nove concorrências...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Acho que o senhor me merece o mesmo crédito em relação a Lula, porque agora a referência que faz a Fernando Henrique Cardoso. E, por isso, não faço juízos sumários, ao contrário de outros Parlamentares que daqui saíram para fazer juízos sumários.

O senhor encara as empresas e o publicitário, empresário – não sei que nome dar – Marcos Valério como um concorrente das suas empresas?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Não. Ele é de Minas. Eu não atuo em Minas. Acho que tem muitas contas do Governo. Todo mundo concorreu. Na conta, inclusive, do Banco do Brasil para escolher três agências, ele foi uma das três e eu fui o quarto lugar. Então, acho uma agência de propaganda que tem um nome razoável no Estado de Minas.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Portanto, é um concorrente seu no mercado?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – É. Eu não diria concorrente porque, veja bem, espaço tem para todo mundo. No mercado privado, eu atuo mais em São Paulo, atuo mais no Rio, e ele atua mais em Minas. No espaço governamental, tem tanta conta, tem tanta agência, que eu não considero um concorrente meu.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Por que o senhor acha, então, que hoje também, coincidentemente, o Sr. Marcos Valério se oferece, espontaneamente, para um depoimento, numa sala vizinha desta daqui, justamente para desmenti-lo?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Eu não sei. É uma coisa que... Eu não quero emitir juízo de valor nem em relação ao Sr. Marcos Valério. Acho que ele está num momento complicado, entendeu? E eu não me sinto à vontade de entrar... O meu objetivo, na verdade, a única coisa que eu queria deixar clara é a minha atuação. Não quero prejudicar ninguém. Acho que essa é a finalidade... Julgamento é finalidade desta CPMI, que o Brasil está vendo que é uma CPMI conseqüente, que marcha para uma decisão séria. Acho que a Polícia Federal está empenhada. Acho que, no final, quando passar a peneira, vai ficar a verdade. Eu não quero fazer prejudicamento...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O senhor já recebeu outra campanha política em moeda não nacional, em moeda estrangeira?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Não. Deus me livre.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Não. Nunca recebeu em moeda estrangeira?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Não, não. Eu pensei que o senhor disse: vai receber.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Não. Eu perguntei se o senhor já recebeu.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Não.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Nunca recebeu em moeda estrangeira a não ser a exceção dessa conta...

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA – Única.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Isso.

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA – Eu gostaria de salientar... Não sei se os Srs. Deputados observaram nesses faxes que nós distribuímos, que já estão em poder de V. Ex^{as}. Eles foram enviados da SMP&B para nós, e as datas daquela época. Não

são datas de agora. Na verdade, quando trouxemos isso aqui foi porque nós encontramos – exatamente como Duda explicou –, por um acaso, naquele período, e isso demonstra que, naquela época, ele me passou com essas observações e com datas da época. Então, não tem por que dizer não. Está aqui uma prova registrada.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Não, compreendi. Por isso fiz a pergunta, porque tem que ser reiterada em função das afirmações feitas anteriormente.

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA – É. Eu gostaria de salientar isso para que vocês observassem nos faxes essa questão.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Eu queria apenas concluir, Sr. Presidente, nos segundos que me restam. Parece que o Sr. Duda Mendonça, ao listar as campanhas que fez pelo PT, pode ter se esquecido de alguma campanha municipal.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Sem dúvida. Eu queria essa oportunidade inclusive disso,...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Pois não.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – ...porque, como foi uma coisinha pequenininha, eu me esqueci de citar a campanha do Zeca Dirceu, da campanha de Prefeito do filho do ex-Ministro José Dirceu. Na verdade, é um lugar muito pequenininho, não justificaria eu atuar.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – E o senhor recebeu regularmente por essa campanha?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Recebi regularmente R\$3 mil, um preço simbólico. Eu mandei um jingle e uma marca, na verdade, um cartaz e um jingle...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Foi um produto determinado. Não foi a campanha inteira.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Foi um produto determinado.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Sr. Duda Mendonça, Sr^a Zilmar, creio que o depoimento que V. S^{as} prestaram, de fato, terá desdobramentos muito mais agudos do que imaginávamos na ocasião da convocação de V. S^a, D. Zilmar, e agora, por livre vontade, o Sr. Duda Mendonça.

Mas seguramente nos farão, como alguém aqui já lembrou, efetuar uma faxina. E eu quero dizer aqui que, em que pese o desafio e a dor deste momento da História, tenho orgulho de pertencer a um Partido que fará a faxina, se expondo diante dos outros, à frente dos outros, e primeiro do que os outros, de modo que

essa faxina possa servir ao povo brasileiro e a uma história republicana do meu País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Obrigado, Deputado Carlos Abikalil.

Com a palavra o Deputado Asdrúbal Bentes.

O SR. ASDRÚBAL BENTES (PMDB – PA) – Sr. Presidente, Sr^a Zilmar Fernandes da Silveira, Sr. Duda Mendonça, nobres advogados, hoje, diferentemente das minhas intervenções anteriores, tenho motivos para me regozijar, para festejar. Primeiro, pelo dia do advogado. Eu que sou um modesto advogado de província, lá do Norte, da Amazônia, eu quero render as minhas homenagens aos colegas de todo o País na pessoa dos causídicos aqui presentes.

Segundo, porque tenho sido um crítico muito árduo, duro até. Dizia eu, em outras intervenções, que era mais fácil tirar leite de pedra do que extrair uma verdade dos depoentes. Nós víamos nas pessoas que aqui depuseram, como testemunhas ou como investigados, o intuito exclusivo de negar, de não dar apoio, de não colaborar na busca da verdade. Hoje, um dos motivos para o meu regozijo é que V. S^a, Sr. Duda, demonstrou um procedimento completamente diferente de um que veio aqui espalhar denúncias, como se diz na gíria, jogar a farofa no ventilador para tentar atingir muitos e, com isso, dificultar a apuração.

V. S^a veio aqui espontaneamente e demonstrou também algo muito importante, o seu apoio e a sua solidariedade à sua sócia, diferentemente de outros que não vieram e que, ao contrário, arquitetaram planos de defesa e ataque para, com isso, dificultar os nossos trabalhos. Mas, eu ainda estou preocupado com algumas coisas. Sei que V. S^{as} vieram aqui para falar a verdade. E bastou que falassem a verdade para que a mentira, que tem pernas curtas, fosse pega. E a verdade que V. S^{as} trouxeram a esta Casa balançou a República. Tanto é que o Sr. Marcos Valério, que está em uma outra sala contígua, está solicitando uma aca-reação com V. S^{as}. Tanto é que ele inclusive declarou agora lá, na outra Comissão, que ele entregou a Sr^a Zilmar R\$15 milhões. Que esses R\$15 milhões eram remetidos às Bahamas para serem pagos ao Sr. Duda Mendonça. Ele deve ter sabido da versão que V. S^{as} contaram aqui e lançou essa nova versão lá na outra Comissão.

O que V. S^{as} têm a nos informar sobre isso.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – Eu quero dizer para o senhor que acho que, depois de quase dois meses de CPMI, falar é fácil. Eu acho gargantear acusações a torto e à direita, como o senhor acabou de dizer, é fácil. Provar é difícil. A intenção nossa de vir aqui não foi acusar o Sr. Marcos

Valério, nem acusar ninguém. Ao contrário. Foi pura e simplesmente nos defender. Inclusive assumindo parte da nossa culpa. Por exemplo, dissemos que isso foi feito, que nós não mandamos dinheiro para fora e que nós não recebemos aqui.

Nós estamos anexando os fax recebidos da Agência SMP&B, de dinheiros depositados nessa conta lá fora. Quer dizer, eu acho que esta CPMI tem a oportunidade histórica de apurar a coisa com profundidade. E não é com garganta que se apura, é com fato; é com prova.

Eu estou deixando aqui na CPMI um fato. São fax da SMP&B para a minha agência, que casualmente aconteceram, porque foi um momento onde foram se checar os depósitos lá e nem eu me lembrava, nem eu sabia, porque não lido nessas coisas; nem a Zilmar. De repente, apareceu na nossa contabilidade...

O SR. ASDRÚBAL BENTES (PMDB – PA) – Mas o senhor pode informar qual o valor exato dos depósitos feitos naquele banco no exterior?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – Eu sou meio desmemoriado, mas mais ou menos dez milhões e meio.

O SR. ASDRÚBAL BENTES (PMDB – PA) – Dez milhões e meio. Ele está dizendo que são quinze milhões.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – E vou dizer uma coisa...

O SR. ASDRÚBAL BENTES (PMDB – PA) – Sr. Presidente, o Sr. Relator não está presente, mas essa observação é importante. Está havendo uma divergência de valores. O Sr. Duda Mendonça diz que dez milhões e meio, aproximadamente, foram depositados naquela conta no exterior. O Sr. Marcos Valério está, na outra Comissão, informando que foram quinze milhões e meio. Então, precisamos checar esses dados para apurar qual o valor exato.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Com certeza, Deputado. Eu vou ver isso.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – Eu acho que há uma... Não sei se ele está falando outra coisa agora, porque a cada dia ele fala uma coisa. Então, fica difícil a gente saber o que ele está falando.

Ele falou que o policial de Minas entregava o dinheiro à Zilmar. Depois ele falou que não entregava mais. O policial veio cá e disse que não conhecia a Zilmar nem a mim. Depois o Cristiano Paes veio cá e disse que também não conhecia a gente. Então, é como eu estou dizendo. Ficar falando, ficar falando, ficar falando é fácil.

Eu quero dizer aos senhores o seguinte: na verdade ele disse que... tem uma coisa que é verdade

do que ele falou. Na verdade, quinze milhões e meio foram passados por ele. Tem uma quantia que a gente não tinha isso como importante; como conferir. Houve uma parte, de três milhões e oitocentos, mais ou menos, passados do Sr. Delúbio para nós, que, até provem em contrário, foi passado do Delúbio para nós. Se foi ele que deu ao Delúbio, a gente não tem esse conhecimento.

Zilmar recebeu, em São Paulo, no Banco Rural, a importância de um milhão e quatrocentos. Três saques de trezentos e mais dois de duzentos e cinquenta. Deu exatamente...

O SR. ASDRÚBAL BENTES (PMDB – PA) – Isso aí já foi muito detalhado. Agora, uma informação. Não sei se V. S^a ou Dona Zilmar podem nos prestar. Esses recursos, esses quinze milhões e meio, ou dez milhões e meio de que o senhor fala, já estariam no exterior ou foram remetidos daqui pra lá pela SMP&B?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – Eu não posso dizer isso ao senhor. O que eu posso dizer é o seguinte: ele pediu pra abrir a conta...

O SR. ASDRÚBAL BENTES (PMDB – PA) – Mas eram quatro bancos que faziam essa remessa para o...

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – Não. Na verdade é o seguinte... Não. Eu citei aqui... Eu citei, no depoimento da Polícia Federal, de memória, bancos que eu tinha certeza que tinham. Mas aqui está uma série de fax enviados pra nossa agência, aqui, assinados pela SMP&B.

O SR. ASDRÚBAL BENTES (PMDB – PA) – Nós já temos em mãos. Já vimos.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – Então, não tem dúvida. Tem um aqui dizendo o seguinte: “os valores que estão apontados como faltando estão sendo verificados pelo agenciador remetente”. Então, na verdade, aqui tem uma prova evidente de que foi ele que mandou o dinheiro lá pra fora; foi ele que pagou a gente. Agora, de onde vem esse dinheiro...

O SR. ASDRÚBAL BENTES (PMDB – PA) – Não, porque este fax não importa em dizer que ele está remetendo dinheiro pra fora. Ele está informando a V. S^{as} que os recursos estariam lá no banco tal à disposição.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – Não, não, não. Não senhor.

O SR. ASDRÚBAL BENTES (PMDB – PA) – Não?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – Desculpe. Os fax aqui significam que estão remetendo lá de fora pra nossa conta lá fora.

O SR. ASDRÚBAL BENTES (PMDB – PA) – Lá fora?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – Isso. Aqui está bastante claro.

O SR. ASDRÚBAL BENTES (PMDB – PA) – Bom, então, já que nós estamos na conta lá fora...

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – Agora, veja bem...

O SR. ASDRÚBAL BENTES (PMDB – PA) – ... eu parto da presunção... Aí não lhe compete, realmente, nem à Dona Zilmar. Porque vocês têm interesse é de receber. Prestaram os serviços legítimos, não é? Acordados e queriam receber. Agora, a minha preocupação é que, ao tentar receber, primeiro eles não quiseram – num valor de três milhões e seiscentos, ou três milhões e oitocentos, parece-me – que fossem expedidas notas fiscais. É verdade isso. Parece que foi isso com V. S^a, não é?

Mas a senhora, por cautela, para resguardar o nome da empresa, não determinou que fossem extraídas as notas fiscais, para efeito de pagamento ao fisco, dos impostos devidos?

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA – Não. Ele pediu que nós não emitíssemos. E nós não emitimos.

O SR. ASDRÚBAL BENTES (PMDB – PA) – Sim. Então, isso configura o quê? Existência de um caixa dois lá. E como foi contabilizado na empresa isso? Como entrou esse dinheiro na empresa? Foi em espécie, não foi?

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA – Foi. Não foi contabilizado, nós utilizamos o dinheiro...

O SR. ASDRÚBAL BENTES (PMDB – PA) – Aí é que está a minha preocupação. Sinto a boa vontade e o interesse de vocês em falar a verdade, tanto é que, ao falarem a verdade, estão até se incriminando, porque, neste caso da nota fiscal, a Lei nº 8.137, de 1990, no art. 1º, inciso I, 5º, estabelece: “Negar ou deixar de fornecer, quando obrigatório, nota fiscal ou documento equivalente relativo à venda de mercadoria ou prestação de serviços, efetivamente realizada, ou fornecê-lo em desacordo com a legislação. Pena de reclusão de dois a cinco anos e multa.”

Sei que, no afã de receber, talvez V. S^{as}. não tenham atentado para esse detalhe, que é extremamente grave e preocupante, porque houve a prestação de serviços, a dívida existia e V. S^{as} queriam recebê-la. Ao aceitarem essa imposição de que não fosse expedida a nota fiscal, V. S^a incorreram nessa infração penal, lamentavelmente.

Há outra preocupação minha, exatamente com relação à operação lá no exterior, porque assisti a seu depoimento e V. S^a disse que, por intermédio, parece-

me, do Banco de Boston, foi aberta essa conta e criada essa empresa.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – Banco de Boston Internacional.

O SR. ASDRÚBAL BENTES (PMDB – PA) – Banco de Boston Internacional. Foi criada essa empresa e depositados nessa conta os recursos. V. S^a diz que são dez milhões e meio, e ele alega que são quinze milhões. Aí entra outra preocupação que tenho, com relação ao que dispõe o art. 22 da Lei nº 7.492: “Efetuar operação de câmbio não autorizada, com o fim de promover evasão de divisas do País. Reclusão de dois a seis anos e multa”.

Tenho certeza de que não era intenção da empresa nem de V. S^a cometer o crime, mas, no afã de receber o que lhes era devido, aceitaram receber lá fora, e isso importa nessa figura delituosa. Lamentavelmente, temos até que pedir aos seus advogados que estudem com mais carinho essa figura, porque V. S^{as} prestaram um relevante serviço à Nação com o depoimento de hoje, mas, ao mesmo tempo, ao prestarem esse serviço, também se incriminaram.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – Deputado, eu poderia fazer uma pequena intervenção?

O SR. ASDRÚBAL BENTES (PMDB – PA) – Pois não.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – Acho que existem momentos na vida de um homem de bem em que ele tem que tomar decisões muito corajosas e acho que, do mesmo modo que poderia ter errado, naquele momento, ao receber, não cometi um crime moral, tive um deslize fiscal. Agora, neste momento, poderia também continuar negando e não vi à CPMI me expondo. Foi uma espécie de compensação. Aquilo não foi uma decisão corajosa nossa e talvez tenha sido uma decisão errada. Agora, também foi uma decisão coerente e corajosa, só que, desta vez, certa. Acho que o homem, na vida, tem que ter posições claras. Quando vim a esta CPMI, consultei meus advogados, que me disseram dos riscos de abrir meu coração. Só que penso que quando se começa a falar a verdade, não tem onde parar e como parar. Estou me expondo às perguntas dos senhores, não deixei de responder a nenhuma delas, sei que posso ter ônus por isso, mas me sinto absolutamente tranquilo. Vou dormir hoje em paz.

O SR. ASDRÚBAL BENTES (PMDB – PA) – Quero dizer, independentemente da minha função hoje aqui, que não é o que eu gosto, não tenho vocação para delegado de polícia e nem para membro do Ministério Público, embora eu tenha pertencido ao Ministério Público, junto ao Tribunal de Contas, onde me aposentei.

Quero dizer a V. S^{as} que o momento é extremamente perigoso, crítico para o País e que V. S^{as} são credores hoje da nossa gratidão e do povo brasileiro por terem, ao se exporem, exposto uma grande verdade que era ocultada a sete chaves por aqueles que não queriam que viesse à tona.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Muito obrigado, Deputado Asdrúbal Bentes.

Com a palavra o Deputado Gustavo Fruet, sempre com muitos compromissos externos, sempre correndo muito.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Eu não perdi o hábito do almoço ainda.

Sr. Presidente, Sr. Duda, Sr^a Zilmar, senhores advogados, para ajudar a esclarecer, foi feito recentemente o pedido da contabilidade. Naqueles documentos que foram entregues hoje, há um total de R\$5 milhões equivalentes nos depósitos. Seria possível complementar essas informações que totalizam R\$10 milhões com relação ao depósito que foi feito na conta Düsseldorf? A senhora tem essas informações, complementando o que foi entregue hoje à Comissão?

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA

– Eu não entendi a pergunta, por favor.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – Deputado...

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA

– Você entendeu?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – Entendi. Acontece assim, olha... Veja bem: não sei quanto totaliza todos esses fax, mas, se o senhor olhar, eles estão em dólar, e é o dólar da época. Então, o dólar da época era R\$3,00 ou R\$3,20, eu acho que dá mais do que isso, mas, de qualquer forma, quero dizer ao senhor o seguinte: esse fax, que está na nossa mão, foi fruto de um acidente, de um acaso, porque foi um momento onde o que eles diziam que tinham depositado não batia com a nossa conta, e aí eles mandaram, para nossa sorte, uma parte do depósito que havia dúvida, então não mandaram todos, o que nós temos é esse. Quer dizer, dos que a gente sabia que recebia não tinha discussão, mas houve um momento em que houve discussão sobre os valores que não estavam batendo. Então, o que nós temos aí...

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – É que tem a relação do fax, tem o dólar do dia, mas há uma soma, dois momentos: R\$4 milhões mais R\$1 milhão naquela primeira folha que foi entregue e daí, na sequência, vem uma série de folhas com operações e depósitos feitos no Exterior. Esse total dá R\$5 milhões.

Eu não sei se seria possível complementar isso que solicito os R\$10 milhões, se o senhor tem esse controle também.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – Não, eu quero dizer ao senhor o seguinte... Na verdade, nós estamos informando que recebemos, nós não estamos negando isso. E aqui acontece assim, duas coisas: esses daqui não são os de cá, são outros, porque, na verdade, o que ela colocou aqui é exatamente: havia uma discussão se foi ou não foi, tanto que o senhor vê aqui embaixo: “Os valores que estão apontados nesse como falhando estão verificados pelo agenciador remetente”, é um fax da SMP&B.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Então, quer dizer, os outros R\$5 milhões seriam aquelas folhas seqüentes? É esse o esclarecimento que eu pediria, porque realmente não bate nos depósitos e nas datas.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – Isso foi ontem à noite e, segundo me disseram, deve dar alguma coisa em torno de R\$9 milhões, é informação que eu tenho, faltam alguns... Porque, na verdade, quando a gente começou essa discussão com eles, o pessoal nosso, foi exatamente por alguns que tinham dúvidas; que estava certo, não tinha dúvida.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Está bem. Eu faço até, com muita objetividade e até chamando a atenção do Relator, porque nós temos que responder, entre outras questões, o seguinte: o Marcos Valério afirma que fez empréstimos totalizando R\$55 milhões e, desses R\$55 milhões, R\$15 milhões ele passou para o senhor ou para suas empresas e, dos R\$5 milhões já justificados, R\$10 milhões ou R\$9 milhões foram pagos através dessa conta no Exterior. Nós temos três possibilidades: ou o Marcos Valério mandou dinheiro para fora, e ele negou aqui na CPMI. E nós estamos investigando, Presidente, e já encaminhamos ao Coaf, e vamos formalizar. Vai ser necessário solicitar o apoio da Interpol, porque, no fluxograma que estamos montando, já tem mais de quinze empresas ou instituições financeiras que de alguma maneira receberam recursos a partir da SMP&B e não estamos conseguindo rastrear o destino desses recursos. Então, ou essa possibilidade... A segunda: ele fez alguma compensação com o banco; e a terceira possibilidade: ter uma outra fonte, considerando que são quatro bancos que fizeram os depósitos. Então, insisto se existe a possibilidade de vocês nos informarem a origem desses recursos, ou seja, quem autorizou que esses bancos fizessem o pagamento para as empresas.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – Absolutamente ele; aqui está a prova disso.

Na verdade tem fax da SMP&B, dizendo a gente... Isso aqui está muito claro. Os bancos de fora...

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sei que ele autorizou, mas não significa que a conta seja dele. É isso que queria saber, se vocês têm essa informação e pudesse nos ajudar.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – Não. Não temos.

Na verdade o que a gente tem é o seguinte: O que esse fax nos permitiu provar foi que não remetemos nada para fora, conforme estavam dizendo, com o dinheiro recebido de um policial. Isso aqui foi mandado para gente... Mas não estou dizendo que a conta é do Sr. Marcos Valério, hora nenhuma. Estou mostrando que esse dinheiro veio dessas contas daqui.

É o limite, não tenho mais nada a dizer daí.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Só insisti, solicitando essa contribuição se for possível depois nos mandar essa contabilidade, essa análise – sei que pode ter sido feito pela pressa – só nos esclarecendo a origem dos recursos, porque temos que confirmar com o argumento apresentado pelo Marcos Valério. Então essa contribuição que solicito.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – Nobre Deputado, veja bem, na verdade o que tenho aqui; tenho um fax mandado para nossa agência pela SMP&B, dizendo assim: “Olha aí” – Nem é da onde foi; o da onde foi veio por acaso – “o dinheiro que mandamos para sua conta.”

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Mas eu solicito os extratos da sua conta, da conta Düsseldorf.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – Ah, sim. Inclusive não é uma conta, é uma empresa e essa empresa tem gerentes americanos.

Esse pedido já foi feito, tenho toda boa vontade, mas aí os advogados vão ter que olhar porque implica numa sistemática que não sei e não tenho controle.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Tudo bem.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – Mas tenho boa vontade. Se puder colaborar, V. Ex^a pode contar com isso.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Pelo pouco tempo, vou numa linha agora, e isso que queria que o senhor nos ajudasse. O Presidente Lula tinha o controle da campanha de 2002?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – O controle como?

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Ele que dava as linhas, a orientação?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – De quê?

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Ele que era autoridade da campanha?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – Não. Veja bem, ele era autoridade política da campanha. Mas nunca foi discutido nada que dissesse respeito a recursos com o Presidente Lula.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Quem apresentou o Sr. Delúbio Soares ao Senhor?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – Acho que foi a própria campanha, quando cheguei na dinâmica da campanha, quando fui chamado para fazer, encaminharam a Zilmar ao diretor financeiro da época. Aí a gente foi receber dinheiro, encontrávamos no comitê.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – O senhor encontrou alguma vez o Sr. Delúbio com o Presidente Lula, durante as eleições?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – Durante as eleições, o Delúbio e o Presidente Lula?

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Isso.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – No comitê, o Delúbio freqüentava o comitê e o Presidente Lula também, assim como todos os outros, duzentas pessoas chegavam no comitê.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sim, mas eu pergunto porque são figuras especiais, importantes e na seqüência eu até explico. O então Ministro José Dirceu, não Ministro ainda, mas ele também participava dessas reuniões. Ele tinha conhecimento das decisões políticas de campanha?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – Reuniões estratégicas, sim.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Da mesma forma o Presidente José Genoíno?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – Reuniões estratégicas, sim.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – E o Sr. Sílvio Pereira?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – Não.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – O senhor nunca o viu participando?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – Ele ia no comitê, mas nunca participou de reunião estratégica.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Mas, de qualquer maneira, era o núcleo do Presidente. Eram pessoas próximas ao Presidente que o acompanhavam e participavam dessas discussões políticas de campanha.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – Sem dúvida.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Ou seja, os Srs. Delúbio e José Dirceu não eram pessoas estranhas ao Presidente e tinham interlocução direta com ele?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – Sempre. Faziam parte da cúpula do PT.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Certo.

Faço essa pergunta porque temos a seguinte situação: ou o Presidente Lula, efetivamente, tinha conhecimento do que se passou na campanha, do que se passou no período eleitoral e hoje o senhor abriu uma outra frente de investigação, não só com relação aos possíveis crimes contra o sistema financeiro, ora tributário, lavagem de dinheiro, envolvendo, inclusive, o Sr. Marcos Valério, mas, inclusive, sobre a possibilidade – e ainda está em tempo – de questionar a prestação de contas do Presidente, porque não batem os números. Mesmo que ao final não se consiga identificar com precisão, e já se verifica que teremos essa dificuldade com relação aos R\$24 milhões que seriam do pacote global da campanha, mas não conferem com os números informados à Justiça Eleitoral.

Está-se tentando criar uma imagem do Presidente de que não sabe o que o Delúbio fez. O Ministro José Dirceu afirma que não sabe o que o Delúbio fez; o Marcos Valério vem aqui e afirmou que não mandou recursos para o exterior, que movimentou recursos no exterior, que não teve contrapartida de contratos com o Governo. E o que é muito sério, essa atenção sobre aspectos políticos, respeitando seu trabalho pela competência. Mas, de repente, as pessoas que venderam a imagem de um Presidente que faria diferente, que faria um governo com ética, com seriedade, com transparência, essas pessoas, todas elas estão sendo investigadas, porque sonegaram Imposto de Renda, movimentaram recursos no exterior sem declarar ao Banco Central e fizeram além disso. A cada dia que passa, fica mais perto da lavagem de dinheiro. Tenta-se passar uma imagem de um Presidente que efetivamente não sabe o que ocorreu na administração financeira da campanha, que não sabe o que as pessoas nomeadas por ele, com delegação de articulação em nome dele e do Governo dele, fizeram e estão causando, neste momento, ao Brasil. Efetivamente, é difícil avaliar. O tempo vai julgar cada um dos personagens. Mas gostaria de consignar que essas pessoas são próximas do Presidente, tiveram relação na campanha e, durante as eleições, participaram da discussão política com o senhor e com o Presidente Lula. São pessoas importantes tanto no Governo quanto na gestão ou na administração política do PT. Era essa a pergunta e a avaliação que eu queria fazer.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – O que o senhor concluiu é verdade: todos eles faziam parte da cúpula do PT. Só quero dizer o seguinte: nunca foi discutido com o Presidente Lula, nunca foi discutido com o ex-Ministro José Dirceu o dinheiro de campanha. Isso era muito claro. Era mandado discutir com o Sr. Delúbio. Do mesmo modo como eu não discutia com ele – era a Zilmar que discutia com ele, ela discutia o dinheiro de campanha –, a função do Delúbio era financeira. A função dos outros era o núcleo político. Discutia-se estratégia política. O momento em que se fez a Carta à Nação brasileira, aquilo, eram discussões políticas, discussões estratégicas de tipos de campanha, de pesquisas. Era um outro grupo.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – E no Governo? Quem eram os seus interlocutores no Governo?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – Eu não tenho interlocutores no Governo.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – O senhor falava com o Ministro Gushiken?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – Sou subordinado ao Ministro Gushiken, sempre, eu e mais duas outras agências.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Nesse período, o senhor ou a Dona Zilmar falaram com o Sr. Delúbio Soares para tratar dessas despesas, do pagamento?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – Não. Isso aí há um pouco de confusão. Na verdade, até 2003, o final de 2003, estava tudo... Inclusive, agora eu queria salientar para o senhor que e que faz um pouco de confusão é que, na verdade, nós temos três empresas. As empresas que atuam junto ao Governo não fazem campanha política; eram empresas de propaganda, de publicidade. Elas têm contas privadas e contas governamentais. Então, elas não se metem em campanhas políticas. E a que faz campanhas políticas não fazem, não atendem nem clientes privados, nem clientes governamentais. A contabilidade é diferente, o local das empresas é diferente. Isso é facilmente comprovado.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sr. Presidente, agradeço. Só insisto pedindo essa contribuição – já havia adiantado ao advogado – com relação à contabilidade das despesas de campanha e com relação ao extratos da empresa. Ao mesmo tempo, já encaminhei, Relator, essa solicitação ao Coaf. Seria importante a CPMI formalizar esse pedido à Interpol para que se possa verificar a origem desses recursos, até para confrontar, eventualmente, com os documentos que já foram levantados pela Comissão, bem como com a declaração do Sr. Marcos Valério que, hoje, efetiva-

mente, foi colocado em enorme contradição. Ele teve a oportunidade de prestar as informações na CPMI, na Procuradoria e na Polícia Federal. Tanto que, apesar da insistência dele em uma acareação ainda hoje, a CPMI não pode se submeter a uma agenda de alguém que está sendo investigado e que vai sendo colocado em contradição a cada dia.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS)

– Muito obrigado, Deputado Gustavo Fruet.

Concedo a palavra ao Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr. Duda Mendonça, Sr^o Zilmar Fernandes, li atentamente o depoimento que os senhores deram a Polícia Federal e, embora ausente da Comissão, acompanhei todo o depoimento por vídeo no meu gabinete. Não tenho nenhuma pergunta a fazer. Quero apenas cumprimentar a ambos pelos serviços que prestaram ao País, pela forma sincera com que aqui prestaram esse depoimento. Era apenas o depoimento que queria dar. É um momento muito difícil para o País, houve aqui ocasiões em que perdemos horas e horas ouvindo o mesmo depoimento falso, mentiroso de muitos que por aqui passaram. Tenho grande prazer em ouvir a maneira franca e corajosa como os senhores se apresentaram nesta Comissão e em dizer que o Sr. Duda Mendonça deu uma contribuição para que eu estivesse aqui. Em 1998, ele deu orientação na minha campanha e eu tenho excelentes recordações desse tempo.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS)

– Com a palavra o Senador Pedro Simon. Depois, o Deputado Nélcio Dias. Começamos com o Deputado Fraga.

Vamos encerrar com o Senador Pedro Simon e Deputado Nélcio Dias.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, não há dúvida de que hoje foi um dia muito especial. De todo esse trabalho, de todas estas três CPMIs que estão funcionando, pela primeira vez, tivemos a oportunidade de ver alguém que veio – sente-se pela sua expressão, pelo conteúdo do que disse – comprometido a ajudar e a dizer a verdade. Que pena que V. S^a seja uma exceção! Acredito que numa Comissão Parlamentar de Inquérito, com a seriedade que temos, deveria ser a regra as pessoas virem aqui falar, analisar, expor, para buscarmos o que é melhor para o nosso País. Lamentavelmente, as pessoas que aqui vieram deixaram muito a desejar. V. S^a e a

sua colega foram muito francos, reconhecendo o delito que praticaram. Têm uma conta no exterior para receber; o pagador não queria recibo, não dava nota, e V. Ex^a queria receber o dinheiro. E fez o que provavelmente a maioria ou a quase a totalidade faria nas mesmas circunstâncias. Mas, nessa altura, V. S^a não se preocupou, e disse muito bem, respondendo a um Parlamentar, se vai ganhar, se vai perder, se vai sair bem, se vai sair mal, V. S^a está dizendo o que aconteceu, exatamente o que aconteceu. Que pena que o Governo Lula não fez como V. S^a! Que pena que o Presidente não teve a franqueza e a abertura de fazer o que V. S^a fez! Chamando V. S^a, mais pessoas e dito: aconteceu isso, mais isso, mais isso e tivemos que fazer isso o que está aqui. V. S^a disse que foram contas do PT e da campanha do Lula. Então, nesta altura, o Presidente Lula está atingido. Não sou daqueles que procuram pinçar o que atinge o Presidente ou buscar o pior para o Presidente. Ao contrário, rezo para que as coisas dêem certo e que consigamos chegar ao fim do nosso caminho. Mas o Lula está numa posição muito séria hoje. Ele vai reunir o Ministério dele amanhã, noticiou que vai falar à Nação amanhã. Que bom se, nessa reunião do Ministério, nessa fala à Nação, diga a verdade e apresente uma proposta à Nação. Aconteceu isso, mais isso, mais isso, e nós, daqui para diante, vamos fazer isso, mais isso e mais isso. Se ele não fizer isso amanhã, segunda-feira é tarde, porque o pronunciamento de V. S^a deu um rumo novo à CPMI. Mudou. Tivemos a primeira interrogação com relação à tomada do dinheiro, o dinheiro veio, os Parlamentares pegaram, isso já se sabe. Agora, o depoimento de V. S^a atinge o Presidente, o atinge de uma forma tal, dinheiro lá fora, dinheiro vindo de fora, colocado lá fora, dinheiro sem nota, dinheiro sem recibo e dinheiro, inclusive, da campanha do Presidente. Segunda-feira, a caminhada da CPMI vai ser outra e, talvez, a partir de segunda-feira, o Presidente Lula não tenha mais a chance que ele tem de falar a esta CPMI e à Nação como vai ter amanhã. Não sei como é que está a relação de V. S^a com o Presidente Lula. Se fosse razoável, eu aconselharia V. S^a a dar uma chegada lá e dizer: Olha, Presidente, fiz assim, assim e assim. Olha, Presidente, eu não tinha outra saída, era o que eu tinha a fazer. Procurei preservá-lo em tudo, mas era o que eu tinha a fazer. E como amigo, digo-lhe: faça a mesma coisa, Presidente, diga o que tem que dizer. Caso contrário, segunda-feira, vamos ter um rumo novo nesta CPMI e, aí, pode se tornar ingovernável. Hoje, foram 18 Deputados do PT que subiram à tribuna protestando, exigindo uma tomada de posição energética do Governo, porque eles não admitem o que está acontecendo à revelia deles.

Hoje, o Líder do PT, no Senado – Senador que vem defendendo com muita coragem e com muita garra o Governo – foi à tribuna para dizer que ele não sabia, que ele pensava que as contas não eram assim e que ele não tinha conhecimento de nada que está acontecendo e que envolve, inclusive, o nome dele.

Dentro desse contexto, eu repito: seria muito importante que o Presidente Lula entendesse que a hora de falar é agora, é amanhã. Amanhã é o dia D, é amanhã ou é nunca. Porque segunda-feira as CPMIs tomarão outro rumo. E, tomando outro rumo, ele já estará falando atrás, já vai caminhar atrás e não vai ter o poder da iniciativa que ele ainda tem amanhã.

Eu quero felicitar V.S^a também. V.S^a é, indiscutivelmente, o maior homem de *marketing* do Brasil. V.S^a apreciou mal ao PT, quando eu vi o Programa Fome Zero, idealizado por V.Ex^a, fui dormir feliz. Para mim parecia que, no dia seguinte, não iria ter mais nenhuma criança com fome. O programa foi tão bem feito, foi tão espetacular, pena que o Governo não seguiu no mesmo caminho. Quer dizer, se o Governo tivesse seguido o seu programa, começado a aparecer os resultados, claro que não é de um dia para o outro, mas que tivesse visto que as coisas eram aquilo que o programa tinha dito e o Lula tinha prometido, seria diferente. Mas foi tão diferente a diferença entre o seu programa nota 10 e o Governo parado, não saindo do lugar, que terminou saindo prejudicial para ele. Mas eu felicito V.S^a, o maior e o melhor marqueteiro do Brasil. E V. S^a vem a esta Comissão dizer... E nós, que vamos nos reunir a partir de terça-feira para tentar fazer, com urgência, urgentíssima, uma mini-reforma para as eleições do ano que vem. Porque não podemos ir para as eleições do ano que vem sem ter uma modificação com esse quadro que está aí. Quem é que vai se atrever ir para as ruas com esse quadro?

Então, há um interesse em fazer essa minimudança. E V. S^a afirma que o melhor na campanha política é o debate ao vivo, é fazer o debate entre os candidatos. É muito mais barato, é muito mais transparente, e não se esconde o candidato; o candidato aparece dizendo o que pensa. É muito importante esse pronunciamento de V. S^a, exatamente ao reconhecer que os melhores programas são ao vivo. Eu penso como V. S^a.

Nos Estados Unidos, ganhou a eleição depois dos quatro debates entre os dois candidatos. Antes de começarem os debates, o candidato democrata estava eleito, o Bush estava no chão. Mas, quando vieram os debates, o Bush falou com tanta convicção e firmeza as bobagens que disse, e o candidato democrata foi tão instável, com medo de dizer o que pensava, que o povo americano preferiu aquele que dizia em detrimen-

to de dizer isso aqui, embora seja contra o seu interesse. Disse bem V. S^a: é muito mais barato, sai de graça, praticamente, e não se esconde o pensamento. Estará dizendo ao vivo o que é real, o que é o candidato.

V. S^a fez um programa fantástico do Lula. Mas, na verdade, é aquela história: V. S^a vendeu o Lulinha paz e amor. Uma figura excepcional, de um homem fantástico, mas que não era o Lula. V. S^a não poderia fazer diferente. Todos os programas de televisão são feitos assim, são como os que V. S^a fez. Mas concordo que não é o ideal. O ideal é o candidato aparecer. Aí, eles respondem: “Mas, pôxa, o programa do Duda tem 80% de audiência.” Bota uma candidatura ao vivo, um debate ao vivo, uns caras dizendo bobagem, baixa para 10%. Mas é melhor que baixe para 10% e eu conheça o candidato, eu conheça a cara do candidato, o seu pensamento, o seu sentimento, o que ele quer. Aí, eu estou votando naquele candidato e não naquele outro que é uma mensagem espetacular de um homem fantástico, mas que não tem nada a ver com aquilo que ele é.

Por isso, eu felicito a V. S^a e acho muito importante o seu pronunciamento. E vou levar cópia para a Comissão de Justiça, na terça-feira, quando nos reuniremos para debater essa matéria. Porque exatamente eu acho que uma das primeiras coisas que temos que fazer, ao lado de proibir manchetes grandes, camisa e não-sei-mais-o-quê, é colocar que os programas de televisão, dentro do possível, sejam realizados ao vivo.

De resto, Sr. Presidente, acho que hoje foi realmente um dia importante, porque estava na hora de assistirmos a um pronunciamento transparente. Parece mentira, mas estávamos sempre indo dormir angustiados pensando no que há com o povo brasileiro.

Tenho repetido diversas vezes que quando se vai depor no Congresso americano, o cara treme. Fiquei dois meses lá estudando o Congresso americano. Assisti a depoimentos de muitas pessoas, de secretário de estado, mas elas depunham ali atemorizadas, porque sabem que a coisa é séria, que ali elas têm que dizer, e o que dizem e o que não dizem têm consequências.

Aqui ninguém leva a sério. Primeiro, começa com o Supremo, com todo o respeito ao STF, mas parece que está debochando de nós, porque aqui vem o cara depor, mas não sei por qual motivo o Supremo concede um mandado de segurança para o cidadão. Nós não vamos comer a testemunha; nós não vamos prender a testemunha; nós não vamos ofender a testemunha, mas, no entanto, ela vem aqui com um mandado de segurança, como se tivesse a permissão para mentir à vontade. O que é mentira; não pode mentir. Pode

não falar, mas mentir é diferente. E as pessoas têm vindo aqui mentir.

Por isso, hoje, estamos vendo um testemunho diferente. Que bom! Que bom que esse testemunho do amigo Duda seja tão significativo, e achei nota dez o que ele respondeu quando lhe perguntaram: “mas o senhor não cometeu um crime? Não vai ficar mal a sua posição? Não vai ter que pagar o preço?” Ele respondeu: não importa, há momentos em que temos que tomar uma decisão, e eu tomei. Vim, disse, falei; o que vier depois é o menos importante.

Tenha a convicção de que V. S^a tem hoje o respeito desta Casa e o respeito do Brasil.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Muito obrigado, Senador Pedro Simon.

Com a palavra o Sr. Duda Mendonça.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – Senador Pedro Simon, eu queria agradecer as suas palavras elogiosas que, para mim, vindo sobretudo do senhor, têm um efeito muito especial.

Mas, como as minhas palavras também vêm num momento muito importante, e eu sei o significado disso e eu sabia antes de falar, eu queria fazer duas pequenas correções.

Na verdade, hora nenhuma eu admiti que o pagamento por fora saiu da campanha do Presidente Lula, assim como posso garantir que não saiu da campanha do Mercadante e hora nenhuma o Mercadante sabia disso ou falou em dinheiro, até porque a campanha do Mercadante foi tão baratinha, porque se eu fizesse uma campanha de Senador somente dele certamente não teria esse custo. Mas ele ficou com uma campanha de Senador e uma campanha de Presidente, toda uma estrutura montada, eu poderia perfeitamente fazer de graça, porque, na verdade, me custou uma pessoa para atender ele, o resto a estrutura tinha tudo.

Segundo, a campanha do Presidente Lula...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Foi o que V. S^a fez na campanha para Governador do Antônio Britto.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – Isso.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – V. S^a fez a campanha de Antônio Britto e eu era candidato ao Senado, entrei de graça, sem pagar nada.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – Entrou de graça, na carona, exatamente. Eu não queria dizer isso, Senador. Eu não queria dizer isso, porque eu respeito muito o compromisso de fidelidade, de ética com os meus clientes. Mas que bom que o senhor falou. Eu falei exatamente isso na campanha do senhor. E é verdade.

Na campanha do Garibaldi com o Senador Bezerra foi assim. Por quê? Quando eu monto uma estrutura de Governador, o Senador vem ali, e não tem um custo adicional. A estrutura cara de televisão, para mim... É outra coisa que vocês têm que entender que é importante. Quando você faz um comercial para uma campanha de prefeito, o mesmo custo dele é para a campanha de governador ou da campanha de presidente, onde é muito caro na propaganda convencional pelo preço da mídia. Aí, é cem vezes mais, mas a produção da peça, para mim, em alguns casos, é absolutamente a mesma, numa campanha pequenina ou numa campanha grande, apenas o impacto dela, as praças onde elas são divulgadas são muito maiores.

De qualquer maneira, muito obrigado e os meus respeitos mais uma vez pelo senhor contribuir dizendo isso, que eu gostaria de ouvir o senhor dizer, mas, por questões éticas, eu não podia lhe pedir.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Com a palavra o Deputado Nélio Dias e, depois, o Deputado Alberto Fraga.

Vou ler a escalação dos suplentes: Deputado Alberto Fraga, Senador Arthur Virgílio, Deputado Silvio Torres, Deputado José Eduardo Cardozo, Deputado João Fontes, Deputado Geraldo Thadeu.

Depois chamaremos os não-membros. Gostaria de destacar que os não-membros têm cinco minutos, conforme a liturgia da CPMI.

Concedo a palavra ao Deputado Nélio Dias.

O SR. NÉLIO DIAS (PPB – RN) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Duda Mendonça, D. Zilmar, hoje foi realmente um dia atípico nesta CPMI, quando ouvimos o depoimento de V. S^{as}, que demonstraram clareza e vontade de esclarecer a verdade.

No início desta CPMI, apresentei um requerimento pedindo o comparecimento, nesta Comissão, do Presidente da Associação Brasileira das Associações de Publicidade. Fiz também um requerimento pedindo o comparecimento do Presidente da Federação Nacional dos Agentes de Propaganda, e outro, pedindo a presença do Presidente do Conselho Executivo de normas e padrões que regem a publicidade e o relacionamento dos publicitários com o Governo. Fiz isso porque eu já sabia que a relação do publicitário com as empresas de *marketing*, com os Governos estava contaminada, estava viciada. Isso porque ali se estabeleceu exatamente o caminho de tudo a que estamos assistindo hoje.

Esses requerimentos foram feitos e não foram atendidos, lamentavelmente, porque eles iriam realmente nortear e chegar a essa conclusão que Duda Mendonça chegou hoje aqui. Ou seja, que a legislação estava errada, que realmente era preciso mudar, que

a Lei nº 8.666 não atende e não protege o Governo de tudo que aconteceu.

Serei breve, Sr. Presidente.

V. S^a disse hoje aqui que fez tudo isso para se proteger. Tudo bem. Como empresário, V. S^a recebeu dinheiro lá fora, cometeu ilicitudes, mas teve a coragem de dizer isso, com um único intuito, como disse V. S^a: eu recebi lá fora para me proteger.

Faço um alerta hoje à Nação, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares: quem é que vai proteger o povo brasileiro? O povo teme que esta crise política contamine a economia do País. Essa é a grande preocupação que nós, Parlamentares, temos que ter a partir de hoje. Como é que vai ser o dia de amanhã? Como podemos proteger o nosso povo, o povo brasileiro que nos mandou para cá?

É isso que estamos vendo diante do depoimento do Sr. Duda Mendonça.

Para finalizar, Sr. Duda Mendonça, V. S^a poderia me responder se tudo isso que está acontecendo nacionalmente, que nós já vimos que aconteceu no Estado de Minas Gerais, se se alastra por todo o País, se todos os Estados estão contaminados exatamente com as empresas de publicidade, que estão sendo parceiras do mal para o Governo, parceiros do mal para o povo brasileiro, sendo o caminho da corrupção, sendo o caminho dos desmandos públicos.

Era um depoimento sobre isso que eu queria que V. S^a desse, no final desta noite, para toda a Nação brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – Eu queria repetir, mais uma vez, que a minha grande preocupação é que aqui ou ali as minhas declarações sejam confundidas ou modificadas, às vezes não por má-fé, mas por confusão mesmo. A gente está discutindo um assunto que é complicado para os senhores, que é a propaganda e os meandros dela. Eu, hora nenhuma, disse que recebi esse dinheiro para me proteger. Eu disse que essa foi a única forma de eu receber o meu dinheiro por um trabalho efetivamente apresentado. Então, na verdade, a campanha tinha acabado e, nesse momento, a faca e o queijo estão nas mãos de quem me deve. Ou é assim, ou eu não recebo. Então, isso me fez tomar a decisão, talvez equivocada, mas a única decisão que eu acho que qualquer pessoa tomaria no meu lugar. Eu quero receber o dinheiro do meu trabalho.

Segundo, eu acho que há uma coisa que os senhores devem verificar com muito cuidado: não é justo que as agências de propaganda deste País, a grande maioria sérias, muito sérias, que prestam um serviço inestimável ao desenvolvimento deste País... e até

porque eu digo o seguinte: porque todas as agências não se paga por fora. Agência, todo mundo paga propaganda, propaganda abate e acabou-se.

Não há, nas agências do Brasil inteiro – posso lhe afirmar –, nada de equivocado. Se o senhor disser que aqui ou ali há uma agência específica que pode fugir à regra, evidentemente, não posso garantir por todas, mas quero dizer ao senhor que posso garantir que a grande maioria das agências brasileiras e as agências americanas que atuam no Brasil têm um perfil sério, têm uma posição clara e não há nada de equivocado. De qualquer maneira, muito obrigado pelas palavras elogiosas do senhor. Espero continuar colaborando, falando claramente as coisas que penso, as coisas que acho. Esta oportunidade, para mim, é muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Com a palavra o Deputado Alberto Fraga.

Começamos a lista dos suplentes agora.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados e Senadores, Sr. Duda Mendonça, D. Zilmar, na verdade, vou repetir poucas palavras ditas pelos meus antecessores.

O Sr. Duda Mendonça pode até cometer ou praticar algumas inverdades durante o seu depoimento, mas, pelo menos, foi o primeiro que compareceu aqui e nos apresentou algo de concreto. Confesso que, policial velho que sou, vendo as coisas acontecendo aqui, eu disse: não vai dar em nada. A partir de hoje, tenho certeza de que a coisa começa a mudar.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Rogo a correção aos responsáveis pelo cronômetro, pois os suplentes têm o mesmo tempo dos titulares, os não-membros é que têm apenas cinco minutos.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Obrigado, Sr. Presidente.

Portanto, hoje, verdadeiramente, algo de concreto e bom acontece aqui. Mas é evidente que houve uma contradição para a qual os integrantes desta Comissão precisam atentar. O Sr. Duda Mendonça, voluntariamente, é bem verdade, resolveu vir aqui, acompanhando sua sócia, para falar algumas coisas de grande importância para todos nós. Ao mesmo tempo, o Sr. Valério parece que se sente jogado aos leões e começa, de uma maneira diferente da que veio aqui, a devolver com ataques, dizendo que tem documentos.

Confesso que ainda prefiro a versão do Sr. Duda Mendonça que, pelo menos, veio aqui, mostrou sentimentalismo e quer nos ajudar.

Mas preciso fazer algumas perguntas, Sr. Duda Mendonça, que são indispensáveis.

Sr. Presidente, inicialmente, comunico que dei entrada num requerimento que acho imprescindível,

solicitando uma acareação entre o Sr. Duda e o Sr. Marcos Valério. Espero que não haja constrangimento de nenhuma das partes, pois não temos como avançar neste assunto se não houver essa acareação. Não há outra forma de saber quem mente e quem está dizendo a verdade. Portanto, já protocolei esse requerimento. Esperamos depois, no momento oportuno, deliberar a respeito.

O Sr. Marcos Valério, quando esteve aqui, afirmou que, numa campanha eleitoral para Presidente da República, normalmente, quem ganha a eleição – e o senhor ganhou essa eleição – fica com as melhores contas da Administração Pública. Isso é verdade?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – Não.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – O Sr. Marcos Valério disse que pagou – e aqui quero corrigir, D. Zilmar, o que o Deputado Asdrúbal Bentes falou; confesso que eu estava lá no momento e o Sr. Marcos Valério não falou daquela quantia –, que deu 22 cheques a um doleiro indicado pela senhora, que é aquele doleiro já falado algumas vezes aqui. Isso é verdade? A senhora indicou esse doleiro?

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA – Não, não é verdade. Para comprovar isso, trouxemos aqui os *faxes* enviados pela SMP&B nas datas de maio, julho e agosto, informando, dizendo e comunicando as remessas feitas. Estão aqui as provas.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Está bom, muito obrigado, respondido.

Sr. Duda Mendonça, todo mundo falava, falava e é o que corre na boca do povo, especialmente nesta Casa, e vou lhe perguntar, já que ninguém o fez: o senhor alguma vez pagou os cartões de crédito do Presidente Lula e da sua esposa? Nunca pagou? Nada, nada, nada, uma roupa, um terno?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – Não.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – O Presidente tem andando muito bonito ultimamente.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – Durante a campanha, na verdade, toda a parte de figurino dos candidatos, não só do Presidente Lula como de todos os candidatos. É lógico que, se o candidato já vinha bem vestido, eu economizava esse dinheiro.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Só durante a campanha, então?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – Só durante a campanha.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – O senhor ouviu a denúncia de que o cartão de crédito está

em R\$12 milhões? O senhor ouviu essa denúncia, não é?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – É; eu queria dizer ao senhor o seguinte: eu acho que a CPMI chegou a um ponto onde é fácil denunciar, agora, eu acho que para a gente evoluir – desculpe-me por emitir juízo de valor –, temos que pegar fatos. Porque é muito fácil dizer “você fez; eu não fiz”. “Eu não fiz; você fez”. A não ser que se coloque um detector de mentiras, fica difícil saber. Agora é a hora dos fatos, de argumentos concretos.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – O senhor tem razão.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – Fatos e provas. A polícia e a CPMI, eu não tenho dúvida nenhuma, vão chegar à melhor solução.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Sr. Duda, quando houve a contratação de R\$25 milhões para a campanha presidencial é evidente que houve uma reunião da qual devem ter participado o senhor, o Sr. José Dirceu, o Delúbio e o Presidente Lula. Na hora em que o senhor falou o preço de R\$25 milhões, já que na campanha anterior tinha sido de apenas 900 e alguma coisa, o que disse o Presidente Lula?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – Não houve R\$25 milhões à campanha do Presidente Lula. Vinte e cinco milhões foi um pacote feito para toda uma série de programas do ano inteiro, programas partidários. O senhor imagina o seguinte: eu tive a campanha do Governador de São Paulo; eu tive a campanha da candidata ao Governo do Rio, então, assim, os R\$25 milhões era o total de um pacote feito, o ano inteiro, que inclusive implicava programas políticos no primeiro semestre, com comerciais, programas de rádio, televisão, os programas das campanhas, pesquisas. Tudo isso era para todos os candidatos.

E só para concluir, não houve, o Presidente Lula... e eu queria dizer a vocês o seguinte: que me perdoem. Eu não estou aqui preocupado em defender o Presidente Lula; eu estou aqui preocupado em falar a verdade. Eu também não posso aqui mentir, nem para ajudar nem para favorecer; os fatos que eu estou dizendo são reais. Isso eu posso garantir ao senhor. Em hora nenhuma, dia nenhum, da mesma forma que eu posso dizer que o candidato ao governo, o Azeredo, do PSDB, quando fez a campanha comigo, em hora nenhuma, discutiu dinheiro, do mesmo modo que eu digo que o Presidente Lula, em hora nenhuma, discutiu. E do mesmo modo que eu digo que, em campanha nenhuma, eu vi candidato discutindo dinheiro.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Sr. Duda, mas o senhor reconhece que cometeu um crime con-

tra o sistema financeiro. O senhor reconhece que tem dinheiro lá fora...

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – Eu reconheço, Deputado, que eu...

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Deixa eu concluir a pergunta.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – Desculpa.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – E o senhor, evidentemente, não declarou às autoridades competentes. E esse crime, a remessa de dinheiro, antecede ao crime de lavagem de dinheiro. Há um detalhe que é bom lembrar. Esse crime de lavagem de dinheiro tem a pena que dá o perdimento de todos os artigos de origem ilícita. Pergunto ao senhor: há chance, há hipótese de o senhor internalizar esse dinheiro? Ou seja, devolver esse dinheiro para o Brasil? Há essa chance de trazer esse dinheiro para o Brasil?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – Adoraria. Vi uma lei, que o senhor sabe, que estava para ser aprovada, que aconteceu na Itália, onde você pagava 3% e podia internalizar o dinheiro. Eu pago 50% se eu puder trazer o dinheiro de volta; eu durmo tranqüilo, Sr. Deputado. Eu não ganho nada com esse dinheiro lá fora. Eu recebi dinheiro em dólar a R\$3,00 ou R\$3,20; o dólar está hoje..., se esse dinheiro estivesse aqui hoje aplicado para mim era muito melhor. E uma coisa que eu disse aqui – eu não sei se o senhor estava –, a minha empresa é de lucro presumido. Quando eu vou cobrar um milhão eu boto um milhão mais 16%. Então, quem paga esse imposto é meu cliente. Eu recebo o meu dinheiro limpinho, bonitinho; boto na minha conta e durmo tranqüilo. Se tudo fosse pago dessa forma, eu não estava aqui passando por esse vexame.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Perfeito.

O senhor, ultimamente, teve alguma discussão com o Presidente Lula?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – Não. Houve um determinado momento, onde saiu qualquer coisa na imprensa, mas isso não aconteceu. Eu cheguei para fazer uma gravação com ele, fiz o discurso e, quando estávamos preparados para gravar, recebi um telefonema da Bahia, da minha irmã e do meu segundo pai, o meu cunhado, que ele foi internado para fazer cinco pontes de safena. E eu fiquei louco. É uma pessoa que tenho muito amor, gosto muito dele. E aí expliquei ao Presidente e expliquei ao Ministro Gushiken e me mandei para a Bahia. Isso é facilmente comprovado. Ele ficou internado no Hospital Português. Graças a Deus, ele fez as pontes de safena, cinco pontes, e hoje passa bem.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Graças a Deus.

O senhor foi também contratado para fazer a campanha do segundo turno, em 2002, do Governo do Paraná. O senhor podia nos dizer como o senhor pagou a campanha dos aliados do PT, lá no Paraná?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – Aonde? Do segundo turno da campanha de governador?

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – É a campanha do Sr. Roberto Requião a governador, no segundo turno.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – Não.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Não houve aliados do PT lá?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – Não. Não. Eu não fiz a campanha do Sr. Roberto Requião.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Não houve um contrato entre o senhor e o Governador Roberto Requião?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – Não, não. O contato até houve, uma época, porque ele queria uma ajuda nossa e tal, mas não significou nada e não foi para frente.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Quanto ao relacionamento da sua empresa com a empresa do Sr. Marcos Valério. Antes dos contratos, os senhores conversavam entre si?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – Nunca. Eu vi o Sr. Marcos Valério duas vezes e nem me lembrava. Uma, no comitê – que Zilmar me lembrou que ele chegou lá –, e uma vez no diretório do PT aqui. Não tem nenhuma relação, não tem nada. Nunca tive nenhuma relação com nenhuma empresa do Sr. Marcos Valério, nem ele com as minhas.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Nenhum atrito? O senhor, por exemplo, ganhou a concorrência do Banco do Brasil e ele poderia achar que ele é quem devia ganhar. Não houve nada?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – Ao contrário, foi ele que ganhou do Banco do Brasil e eu que perdi. Eu tirei quarto lugar. As três agências escolhidas não foram a minha.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Qual é a maior agência: a do senhor ou a dele?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – Não sei avaliar.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Qual é a que possui maior capital?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – O maior capital? Não sei. Não sei o capital da dele.

A minha agência hoje é uma agência média. Tenho muitas contas importantes privadas. E, graças a Deus, a campanha do Presidente Lula me catapultou para um prestígio de resultados. Tenho uma prática muito grande de programa de televisão. Estava meio cansado, sobretudo de varejo, porque eu trabalhei a minha vida inteira na Bahia com varejo, e peguei contas importantes, que não quero agora dizer o nome, mas que eu posso dizer depois, se for o motivo, apenas para não envolver clientes privados nessa discussão. Na minha empresa, mais de 50% é de grandes contas privadas.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Perfeito.

Sr. Presidente, os questionamentos eram esses. No entanto, quero aqui reafirmar a tese que levantei há duas sessões. Não adianta ficarmos aqui apenas ouvindo as testemunhas, os depoimentos. Se esta CPMI não adotar a postura de contratar uma empresa para rastrear o dinheiro lá fora, vamos ficar aqui, simplesmente, enxugando gelo.

O depoimento do Sr. Duda Mendonça foi fundamental para esta Comissão. E como disse o nosso Presidente Delcídio: “agora os rumos mudaram”; vão ter que mudar. Por isso, nobre Relator e Presidente elejam, escolham uma empresa de renome internacional, para que possamos rastrear esse dinheiro. Aí nós vamos conhecer a origem desse dinheiro.

Não estou falando apenas desse dinheiro, porque o Sr. Duda Mendonça trabalhou e deve receber, e recebeu. E digo uma coisa para o senhor: pode ter certeza de que o senhor levou um cano desse resto de débito do PT, porque o Partido não tem e não terá dinheiro para pagá-lo, a não ser que venda muito broche de novo, que comece tudo de novo, com aquela militância vendendo bandeiras nas ruas. E vai demorar muito para pagarem o que devem ao senhor.

Portanto, finalizo dizendo que, embora tenha lhe criticado muitas vezes na imprensa, declaro que hoje o senhor está dando uma boa contribuição para esta Comissão, pode ter certeza disso. O senhor não envolve ninguém pessoalmente, mas o senhor faz declarações que são consistentes para esta Comissão, que agora vai poder trabalhar seguindo esses passos para chegar à origem tão sonhada desse dinheiro. Muito obrigado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Muito obrigado, Deputado Alberto Fraga.

Com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, antes de mais nada, como pato novo aqui na Comissão, apanhei hoje na inscrição. Acreditei numa pré-lista, acreditei num lugar; perdi o lugar, perdi a pré-lista, perdi tudo. Mas agora espero aproveitar o diálogo com os dois depoentes, a começar pelo ilustre publicitário Duda Mendonça.

Antes de mais nada, Sr. Duda Mendonça, gostaria de registrar que,, pelo que ouvi do seu depoimento, tive que me quedar admirado pela sua coragem e pela sua sinceridade. Não sei se V. S^a não foi a primeira pessoa que não mentiu nesta CPMI até agora; não sei se não foi. Talvez tenha sido a primeira a não mentir. Quem veio aqui antes foi o Sr. Valério, que veio para assumir compromissos de governo, sim; que veio para cumprir missão, sim, haja vista aquela cena deprimente de se encontrar dentro de carro com não sei quem para passar documento apócrifo. Não sei se acredito nele quando diz que o nome dele é Marcos Valério. Fico em dúvida se aquilo não é codinome; pode ser codinome. Trata-se de alguém que mente com enorme proficiência. E quanto a sua coragem, o senhor mostrou que não é mutuqueiro, não é galo corrido, veio à rinha.

Mas lhe faço algumas perguntas, e como imagino que talvez o tempo não dê para dialogarmos do jeito que acho conveniente – já comecei a aprender, Sr. Presidente – reinscrevo-me para a próxima, para a virada enfim.

A primeira pergunta, Sr. Duda é: na campanha presidencial, o PT pediu autorização ao Tribunal Superior Eleitoral para gastar até R\$48 milhões. A infraestrutura petista contou inclusive com carro blindado, guarda-costa, jatinho, todos aqueles prolegômenos. Alguma vez V. S^a questionou ao seu interlocutor no PT como seria paga essa campanha de Lula? A segunda pergunta: Qual foi a resposta e quem seria esse tal interlocutor?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – Esse tal... Não, na verdade é assim: a minha parte é pura e simplesmente, como o senhor, acho, deve saber, a parte eletrônica. Eu crio a campanha, entrego a idéia e não participo de impressão de gráfica, nada disso. E a parte eletrônica de rádio e televisão é a minha especialidade, é a minha prática.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Alguém perguntou, porque quando se vê muito dinheiro assim, normalmente se diz: Poxa! Vai pagar; não vai pagar; quem vai pagar?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – Mas não foi. O senhor falou em R\$40 milhões; não foram R\$40 milhões. Na verdade, eu tinha falado antes de o senhor chegar, a gente trabalhou com pacotes, desde o ano de 2001 até o ano de 2004.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Enfim, envolvendo vários Estados, várias cidades, não é isso? Mas eram R\$48 milhões?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – Não, não. A minha parte foi R\$25 milhões, incluídos todos os programas do primeiro semestre, os comerciais do primeiro semestre, a campanha do Presidente, a campanha do Genoino, a campanha do Senador por São Paulo, Aloizio Mercadante, a campanha da Benedita, no Rio de Janeiro, e a campanha do Senador do Rio de Janeiro.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sim, mas tinha um bolo. Quem do seu grupo perguntou: vai me pagar mesmo? Como vai pagar? Quem era o interlocutor? Quem era o financeiro do seu grupo e quem é que lidava com a dúvida? Quem perguntava: vai me pagar mesmo?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – Na verdade, eu não tinha por que duvidar. Agora, essa profissão está ficando cada vez mais...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Por que o dinheiro sobrava.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – Não, porque na verdade é o seguinte, eu não tinha por que...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Vou lhe falar uma coisa – posso fazer uma confidência, só entre nós dois?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – Por favor.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Para mim, não há diferença entre R\$25 milhões e R\$40 milhões. Para mim, é dinheiro demais. Vinte e cinco milhões ou quarenta milhões, não há diferença. Se eu estiver devendo R\$40 milhões ou R\$25 milhões, não vou pagar nenhum nem outro, porque não tenho como pagar. Então, esse é um mundo onde, parece-me, alguns saíram da órbita ao lidar com ele. Mas insisto, objetivamente: quem era o interlocutor?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – O interlocutor era o Sr. Delúbio. Era a única pessoa no PT que falava de dinheiro.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – E ele dizia que dinheiro tinha. Aquela máxima do Nelson Rodrigues, que batia a mão no bolso e dizia: “Dinheiro há”. É isso?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – Não, ele estabelecia um cronograma, e cumpriu durante todo o ano de 2002. Aí chegou no final da campanha é que passou a não pagar.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Aliás, a história, V. S^a contou com muita coragem hoje.

O jornal **Tribuna da Bahia** de hoje publica que V. S^a teria dado uma única declaração antes de iniciar o seu depoimento, ontem, na Polícia Federal em Salvador – aspas para V. S^a: “Não tenho nada com Marcos Valério. Eu tenho com o PT”. Como V. S^a disse, hoje, “foi orientado por Marcos Valério a abrir conta no exterior para receber o que o PT lhe devia por campanhas políticas” – fecho novas aspas para V. S^a numa aparente contradição entre aspas e aspas. Além disso, V. S^a disse que “sabíamos que o dinheiro era de caixa dois mas não tínhamos outra opção: ou pegávamos ou não recebíamos”. V. S^a tem conhecimento se essa prática era comum nesse Partido?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Eu disse à imprensa?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Disse hoje.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Não, não, eu disse aqui, mas à imprensa não disse isso.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – À imprensa disse duas coisas: “Não tenho nada com Marcos. Tenho com o PT.”

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Na verdade, na verdade, o Marcos foi uma pessoa indicada pelo Delúbio para pagar a gente pelo PT.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Daí aquela história da conta.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Eu não tinha nenhum negócio com o Marcos. O negócio meu é com o PT.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – V. S^a tem conhecimento se essa era uma prática comum no PT?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Não, não era. Até então nunca aconteceu. Foi a primeira vez.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Mas V. S^a afirma que não era... V. S^a conhece as práticas do PT?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Não. Eu estou dizendo do tempo em que trabalhei com o PT.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – E com V. S^a, desta vez aconteceu?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Do ano de 2001 – o ano todo – até o final de 2002 não aconteceu.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Desandou e quando desandou, a coisa foi resolvida pelo exterior, com todas aquelas implicações de lavagem de dinheiro,...

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Aí, com todos os problemas que já contei aqui.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – ...de sonegação fiscal, de evasão de divisas, de abertura ilegal de contas no exterior, enfim. Em algum momento, V. S^a questionou qual era a origem dos recursos que estava recebendo?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Não. Tinha um momento onde, simplesmente, era assim: eu tinha acabado o meu trabalho e a minha opção era receber ou não receber. Então, a regra foi colocada e eu digo ao senhor que eu reconheço que houve um deslize fiscal e o que eu disse o tempo inteiro aqui hoje: eu acho que, da minha parte, não existe um deslize moral. Eu fiz o meu trabalho – o senhor e o Brasil inteiro sabem que eu fiz da melhor maneira possível. Eu realizei o meu trabalho. Eu tinha um orçamento e eu deveria receber por isso. Em um determinado momento, uma parte disse: “Ou você recebe assim...” e eu sabia que não tinha outra forma de receber.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Quanto à competência do seu trabalho, isso é inegável. Eu o considero um homem culto e um publicitário eficaz. V. S^a transformou o Lula. Eu considero o mundo cheio de ironias. Lula, hoje, recebe, pelo seu depoimento, uma enorme tundra política – uma gravíssima tundra política. V. S^a talvez não canse – claro que tem cultura para tudo isso – e talvez não saiba que, sentado aí, está fazendo história. V. S^a transformou o Lula, que não era palatável a certos setores, no Lula paz e amor, do qual V. S^a se afastou e ele, hoje, já janta com Chaves. Hoje, simbolicamente, no seu dia, ele janta Chaves – tomara que não aceite nenhum conselho; tomara que não receba nenhum conselho. Se V. S^a estivesse do lado dele diria: “Não jante e não receba”, porque os conselhos serão sempre no sentido de agravar o quadro que está aí pela via da comparação que não cabe numa democracia sólida como o Brasil e algo que não consegue ser uma democracia como um país sustentado por uma única **commodity** que é o petróleo, a Venezuela.

Mas vamos, aqui, novamente.

Voltando à questão desses 25 milhões cobrados por V. S^a pelas campanhas do PT para a Presidência da República, além das campanhas para outras unidades federativas, eu lhe pergunto: Desses que agora V. S^a corrige – desses 25 milhões –, 13,5 puderam ser comprovados, não é isso? Já o pagamento dos outros 11,5 milhões teria sido feito, de acordo com a linguagem que tem sido popularizada pelo Deputado Roberto Jefferson, por fora. E ficou condicionado à

abertura de uma conta bancária em um paraíso fiscal, condição esta imposta pelo Sr. Marcos Valério e pelo Sr. Delúbio Soares.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Não, não. Hora nenhuma o Sr. Delúbio falou isto com a gente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – E Marcos Valério?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Não.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Quer dizer, ele delegou ao Marcos Valério resolver?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Desde o começo, delegou ao Sr. Marcos Valério resolver.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Quer dizer, é uma hierarquia, parece uma empresa funcionando; ou seja, o Marcos Valério diz....

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Não. Para ser bem justo, eu não vou dizer que ele impôs. Ele pediu como forma de receber o dinheiro.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sim. V. S^a queria receber...

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Exatamente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – V. S^a queria receber...

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – E ele me apresentou como opção para pagar.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Perfeitamente.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Eu quero dizer ao senhor, Senador, que eu estou tomando muito cuidado com as palavras porque eu sei exatamente da importância de cada palavra.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Mas não se acanhe comigo. Não se acanhe comigo. Tome cuidado com as suas palavras e eu, aqui, não estou tentando enredá-lo, também, em teias de palavras. Não sou nenhuma aranha retórica.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Eu tenho certeza disto.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Fique tranquilo comigo.

Mas V. S^a entende que isto que aconteceu e que não foi imposto... Delúbio diz: “Duda, se você quer receber isso é mais fácil receber via conta em paraíso fiscal.”

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Não. Ele chegou e disse assim, desde o começo, aliás, a gente começou a cobrar muito, a

campanha tinha acabado e eu preocupado e ele disse assim, num belo dia Zilmar cobrando, ele no começo da campanha, disse: “Olha, eu estou tentando levantar um empréstimo. Espere aí. Agüente um pouco. E a gente agoniado, o serviço já feito. Quer dizer, quando eu estou no meio da campanha, eu posso dizer: eu paro. Eu tenho esse poder de pressão, mas depois da campanha feita, não adianta eu parar mais. É o caso da *(Inaudível.)* Aí ele me encaminhou a... encaminhou a Zilmar ao Marcos Valério e disse assim: ele vai traçar um esquema, vai ajudar a gente pra pagar a vocês. Nós fomos lá e isso aconteceu.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito bem. V. S^a teria a noção clara de que isso aí envolveu sonegação fiscal, possivelmente lavagem de dinheiro? Quem sabe, e esse é um dos objetos desta CPML e das outras que estão instaladas, esse propinoduto que se chama de valerioduto, algo diferente até do tradicional caixa dois de campanha, algo que significaria saque aos cofres públicos. Estamos aí tentando investigar IRB, estamos tentando investigar fundos de pensão... Mas, enfim, V. S^a teria consciência de sonegação fiscal, possível lavagem de dinheiro, abertura ilegal de conta no exterior, evasão de divisas? Isso estava claro à época?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – Veja bem, eu conversei com meus advogados anteontem sobre minha decisão e me foi colocado claramente as várias probabilidades e o ônus possível, ou não, decorrente de cada uma. Eu não mandei dinheiro pra fora do País; eu recebi dinheiro lá fora do País. Para ser sincero, não sei nem o que é que muda isso. Eu tou repetindo o que foi ouvido. Não sou advogado, não sou jurista, sou apenas um publicitário.

Não acho que cometi um crime moral. Acho que cometi um crime fiscal e vou ser julgado por isso. Agora, eu não quero nem pensar muito... já foi a terceira vez repetido aqui... eu não quero ter medo, Senador, ...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Desculpe, eu não pude assistir.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – Eu vou dizer o que é ao senhor. Eu não quero ter medo da minha decisão. Ontem foi meu aniversário e eu passei o pior aniversário da minha vida na Polícia Federal até quatro horas da manhã. Eu tomei a decisão e se eu tiver que pagar um preço eu vou pagar. Agora, eu não quero ficar pensando... me amedronta a hipótese do que pode acontecer. Eu tinha consciência do que pode acontecer e eu tomei a decisão consciente disso.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito bem. Olha, antes de mais nada, parabéns pelo seu aniversário!

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – Obrigado, Senador.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – E, por outro lado, não estou aqui com a menor intenção de fazer mal a V. S^a, que está consciente de que vai enfrentar a Justiça e lhe desejo a melhor defesa. Todos merecem isso. Estou falando de algo que significa mistura promíscua do público com o privado e V. S^a hoje desvendou isso. V. S^a fez história hoje. Estou dizendo isso com toda clareza. V. S^a hoje não fez um filme para ganhar uma eleição. V. S^a não usou a sua vasta cultura, a sua capacidade inegável para fazer um filme para ganhar uma eleição. V. S^a hoje fez história no momento que tomou essa decisão consciente depois de ter passado, talvez, o pior aniversário da sua vida.

Se isso valer para nós termos o País regenerado após, V. S^a, no ano que vem, poderá, em qualquer circunstância em que se encontre, passar, quem sabe, o melhor aniversário da sua vida.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – Sem dúvida. Essa é a minha esperança.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Eu não tenho dúvida. Portanto, não estou aqui com nenhum desrespeito em relação a... Aliás, eu não desrespeitarei ninguém nesta situação, porque não é uma coisa igual. No momento em que estou aqui, cheio... e V. S^a não veio munido de **habeas corpus**... na medida em que eu estou aqui cheio de mandato, cheio de prerrogativas, cheio de imunidades e eu exerço uma valentia fictícia contra alguém que não está na mesma posição isso foge completamente do bom escorpião que sou. Foge completamente. Eu não faria. Eu estou aqui para respeitá-lo e para perguntar aquilo que a minha consciência está pedindo e que creio que deve perpassar pela preocupação de quem esteja visualizando essa crise no tamanho em que ela se revela.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – V. Ex^a está sendo muito generoso.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Mas, Sr. Duda Mendonça, o senhor... isso evidentemente que tem implicações, eu espero que limitadas, não vou arriscar até onde, mas implicações que passam novamente pelo Sr. Delúbio Soares, que eu não consigo entender que seja ele a única figura capaz de cometer todos os males e ao mesmo tempo eu vejo que as decisões da direção do PT... Delúbio, sozinho, junto com o Sílvio liquidam com o PT, liquidam com o Governo Lula mas não conseguem tomar atitudes iradas com eles, não consegue expulsar. Isso me causa um constrangimento que me passa a impressão de que talvez alguns não possam tomar essa atitude tão livre em relação a eles.

Mas eu pergunto a V. S^a, Sr. Duda Mendonça: em que momento V. S^a tomou conhecimento desta prática do PT de pagar suas dívidas com o caixa dois do Partido?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – Exatamente no momento que começaram a pagar a gente assim. Final de fevereiro, início do ano de 2003.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Resposta extremamente significativa.

Para finalizar esta parte, que já estou inscrito para a próxima, pouco antes da campanha eleitoral V. S^a afirmou que a campanha presidencial seria emocional, Uma campanha belíssima, sinceramente belíssima! E sem um pinga de ironia, a meu ver, um *case* à campanha que V. S^a gerenciou, essa, mas que a campanha seria emocional e que iria valorizar a esperança de justiça social, que Lula representava para o povo brasileiro.

V. S^a tinha uma bela mercadoria, precisava torná-la palatável e fez.

V. S^a acreditava nisso àquela época? É a primeira pergunta. Eu lhe peço para responder as duas juntas. Acredita nisso hoje?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Acreditava nessa época e acho que continuo acreditando hoje. Eu acho que... Acredito que o País passa por um momento delicado. Acho que vai haver uma necessária peneirada, mas, sinceramente, quero dizer ao senhor que continuo torcendo pelo Presidente e acho que torço para que tudo dê certo.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Nessa primeira etapa desse nosso colóquio tão prazeroso para mim, agora entendo por que é que V. S^a é um empresário tão bem sucedido no ramo da publicidade. É um otimista. Não é panglossiano, porque realiza as coisas, mas é um otimista e que não seja incorrigível, porque eu gostaria de ter a mesma crença. Mas eu volto daqui a pouco e, de qualquer maneira, lhe agradeço pelo gesto de ter quebrada a monotonia do ciclo de mentiras e de mesmices desta Comissão.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra, o Deputado Sílvio Torres.

O SR. SÍLVIO TORRES (PSDB – SP) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Depoentes, quero também registrar os meus elogios à sua coragem, à sua determinação, à sua decisão de vir aqui espontaneamente, de procurar colaborar com as nossas investigações, e registrar que o senhor o faz certamente, além de movido por questões de foro íntimo, também movido por um alto senso de profissionalismo, porque acre-

dito que o senhor tem a consciência que, a partir do momento que tomou essa decisão, o senhor rompeu um vínculo muito forte que o senhor tinha com o PT e com todos aqueles que fazem parte desse Partido, que estão no Governo.

Eu queria começar fazendo a seguinte pergunta: o senhor, além dos seus advogados, deu conhecimento a alguém mais da sua intenção de depor na Polícia Federal e da sua intenção de vir aqui, hoje, e fazer esse depoimento, contando tudo o que se passou?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Não, na Polícia Federal, sim. Meus advogados sabiam, algumas pessoas sabiam. De vir à CPMI, não. Eu, desde o começo, me incomodava a idéia de mandar a Zilmar sozinha. Ela é minha parceira, é minha sócia há 30 anos, é uma pessoa que tenho a maior admiração, maior carinho e não acho que era justo abandonar ela num momento difícil.

Desde o momento, eu queria vir, mas a decisão de eu vir realmente foi, talvez, ontem à noite.

O SR. SÍLVIO TORRES (PSDB – SP) – O senhor deu conhecimento a alguém do Governo ou do Palácio do Planalto?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Não, não, não.

O SR. SÍLVIO TORRES (PSDB – SP) – Foi apenas o conhecimento às pessoas que o cercam?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Foi uma decisão minha, de foro íntimo.

O SR. SÍLVIO TORRES (PSDB – SP) – Então, eu queria também fazer um comentário que, se é verdade tudo o que o senhor contou, e eu não tenho motivo para duvidar disso, apenas o Sr. Marcos Valério que está colocando em dúvida o seu depoimento até agora, eu acho que o senhor reforça uma tese que já vinha ganhando força cada vez mais aqui, entre os membros da CPMI e analistas, jornalistas, de que, no fundo, esse esquema todo que foi montado, toda essa estratégia de empréstimos no banco, de caixa dois, jogar o foco para o caixa dois de campanha, queria esconder o verdadeiro problema, o verdadeiro escândalo que está por trás disso, que é o resultado de uma quadrilha, que, a partir do Brasil, tem recursos lá fora; recursos de criminosos, recursos ilegais, que abastecem uma outra quadrilha, que também se utilizando desse recurso se apropria ou pretende se apropriar definitivamente de áreas de poder, pretende se apropriar de recursos públicos, enfim, o que a Senadora Heloísa Helena, com muita propriedade, já definiu no seu primeiro pronunciamento.

A grande ameaça que hoje se instala em nosso País é, realmente, a ação dessas quadrilhas. E acho que esta CPMI tem contribuído para avançar no sen-

tido de escancarar para o povo brasileiro, para a sua sociedade, quem faz parte disso, quem comanda, quem se envolve.

Na terça-feira, nós aprovamos requerimentos importantes, que vão abrir caixas-pretas de fundos de pensão. Vamos trazer também aqui o Presidente do Banco Rural, altamente envolvido em todos esses acontecimentos lamentáveis. Vamos trazer também dirigentes políticos. Mas o grande avanço realmente estamos dando hoje com o depoimento do senhor e da dona Zilmar. Não há nenhuma dúvida de que este depoimento vai dar uma outra perspectiva para esta CPMI, vai acelerar seus resultados. Por isso, quero fazer esse registro e, novamente, elogiar a sua coragem.

Desejo agora fazer algumas pequenas e poucas perguntas ao senhor que saem um pouco do *script*, mas que me interessam para fazer uma avaliação geral do quadro.

O senhor tem um currículo expressivo de vitórias eleitorais. Já foram mencionados os candidatos para os quais o senhor trabalhou, entre os quais se destaca o que mais projetou o senhor. O que despertou o desejo, a cobiça do seu trabalho para o PT foram suas vitórias com o Sr. Paulo Maluf, em primeiro lugar, e com o Pitta, em segundo lugar. Correto? O senhor trabalhou para os dois. O senhor tinha falado no Maluf, mas também trabalhou para o Pitta.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Sem dúvida.

O SR. SÍLVIO TORRES (PSDB – SP) – O Sr. Paulo Maluf está sendo processado pelo Ministério Público, pela Prefeitura de São Paulo, por desvio de dinheiro público e por manter ilegalmente no exterior, segundo fontes do exterior, de bancos estrangeiros, cerca de US\$ 400 milhões. Em nenhum dos momentos em que trabalhou com o Sr. Paulo Maluf o senhor recebeu algum recurso, algum pagamento no exterior ou aqui no Brasil em dólares?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Não.

O SR. SÍLVIO TORRES (PSDB – SP) – Isso eu posso considerar como peremptório?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Pode, pode, pode.

O SR. SÍLVIO TORRES (PSDB – SP) – Em nenhuma vez, ele, com tanto dinheiro lá fora, ofereceu ao senhor ou à Dona Zilmar algum pagamento lá fora?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Não, não.

O SR. SÍLVIO TORRES (PSDB – SP) – Eu queria até complementando um comentário do senhor, em que disse que conhece uma lei recentemente aprovada na Itália, mas que também existe no México e em outros

países, que permite o repatriamento de recursos no exterior. Vou informá-lo de que existe um projeto de lei em tramitação nesta Casa, de autoria do Deputado José Mentor, que foi Relator da CPMI do Banesbado e que conhece bem o que há lá fora, e que teve a incumbência de relatar na Comissão de Finanças e Tributação. Quero antecipar que o meu juízo de valor, por enquanto, não alimenta nenhuma esperança para que o senhor possa repatriar esses US\$10 milhões que estão depositados lá fora.

Quero fazer outra pergunta, Sr. Duda Mendonça: o Sr. Luiz Favre é funcionário da sua empresa ainda?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Eu só queria marcar uma diferença. Eu tenho uma empresa de... Estou repetindo muito isso porque é muito importante.

O SR. SÍLVIO TORRES (PSDB – SP) – Desculpe-me. Eu não estou ouvindo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Quero marcar só isso, porque é uma coisa muito importante para mim. Eu tenho uma empresa de propaganda e tenho uma empresa de *marketing* político. Então, o Sr. Favre é funcionário da empresa de *marketing* político.

O SR. SÍLVIO TORRES (PSDB – SP) – O senhor pode dizer quanto ele ganha na sua empresa?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Não sei de cabeça, mas alguma coisa como R\$20 mil.

O SR. SÍLVIO TORRES (PSDB – SP) – Vinte mil reais. E qual é a função dele na sua empresa?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Nas campanhas, ele está agindo do lado estratégico. O Favre é um bom marqueteiro. Em algumas campanhas, em contratos que tivemos para fazer campanhas fora do País, sobretudo em Angola, sobretudo em outros lugares, na Bolívia recentemente. Ele possivelmente é uma peça importante.

O SR. SÍLVIO TORRES (PSDB – SP) – Ele foi contratado, segundo se sabe, em 2003. Ele, por acaso, fez parte do pacote que o senhor acertou com o PT em 2003? Ele foi incluído nesse pacote?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Não, não senhor.

O SR. SÍLVIO TORRES (PSDB – SP) – O nome dele foi sugerido...

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Não, não.

O SR. SÍLVIO TORRES (PSDB – SP) – ... ou o senhor que viu nele o talento para essa função?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Não. À época, eu conheci o trabalho dele e precisava de gente, ele queria trabalhar...

O SR. SÍLVIO TORRES (PSDB – SP) – Não foi nenhuma indicação?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Não, não.

O SR. SÍLVIO TORRES (PSDB – SP) – Uma outra questão é que o senhor e a Dona Zilmar disseram que os recursos recebidos em dinheiro do PT estão todos eles registrados na contabilidade da empresa. O senhor afirmou também que a sua empresa recolhe o Imposto de Renda pelo sistema de lucro presumido. O senhor falou mais de uma vez esse assunto. Nesse caso, toda a movimentação de receita e de despesas deverá estar no livro diário que, trimestralmente, tem de ser atualizado e entregue aos órgãos da Receita.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Sem dúvida.

O SR. SÍLVIO TORRES (PSDB – SP) – Então, eu queria solicitar do senhor que nos enviasse essa movimentação, especialmente naquilo que diz respeito aos recebimentos por parte do PT ou recursos oriundos dos seus contratos com o PT e também, se possível, gostaria de contar com a colaboração do senhor para esta CPMI, que o senhor enviasse os contratos que o senhor realizou com o PT desde 2001 até 2005.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Já foi solicitado.

O SR. SÍLVIO TORRES (PSDB – SP) – Bom, nesse caso eu reforço. E aí aproveito para perguntar: a D. Zilmar declarou na Polícia Federal que em 2005 não recebeu nenhum recurso do PT, apesar de ter um contrato e de ter prestado serviços. A senhora poderia dizer qual é o valor desse contrato? Quais foram os serviços prestados deste ano?

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA – Veja bem, o contrato foi firmado agora no início de 2005 para execução dos dois programas partidários do primeiro e do segundo semestre, os comerciais. E se não me falha a memória, o primeiro vencimento é agora em agosto, porque nós fizemos os comerciais, leva 30 dias, me parece que é final de agosto ou meados de agosto o primeiro vencimento. Eu não recebi porque, se não me falha a memória, ainda não venceu a primeira parcela: trezentos mil reais.

O SR. SÍLVIO TORRES (PSDB – SP) – Não, a minha pergunta foi qual é o valor do contrato assinado este ano com...

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA – Trezentos mil reais por esses dois programas.

O SR. SÍLVIO TORRES (PSDB – SP) – Ah, pelos serviços desses... Então, são só 300 mil reais que serão objeto do...

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA – Claro, perfeitamente.

O SR. SÍLVIO TORRES (PSDB – SP) – ... trabalho da senhora e do Sr. Duda Mendonça.

A SRA. ZILMAR FERNANDES DA SILVEIRA – Exatamente.

O SR. SÍLVIO TORRES (PSDB – SP) – O senhor tinha dito, a senhora também, aliás o Sr. Duda tinha dito no começo que não temia receber um calote do PT por conta dos 14,5 milhões que tem para receber referentes a 2004. Concorde com essa afirmação?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Não, não. Eu não temia, não. Eu tenho esperança de receber e acredito que vão pagar.

O SR. SÍLVIO TORRES (PSDB – SP) – Não, que o senhor não temia perdê-lo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Não, não, não. Temia, eu temo. Eu tenho esperança, é diferente.

O SR. SÍLVIO TORRES (PSDB – SP) – Ah, o senhor tem esperança?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Tenho esperança.

O SR. SÍLVIO TORRES (PSDB – SP) – O senhor tem conhecimento da atual situação financeira do PT?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Pela imprensa.

O SR. SÍLVIO TORRES (PSDB – SP) – Pela imprensa? O senhor deve saber, então, que, recentemente, aliás as últimas reuniões, uma das últimas de que eu tenho conhecimento, no dia 19, o PT, através do seu tesoureiro, informou que reconhece uma dívida de 39 milhões de reais, que é a dívida total que ele dá como reconhecida e que será paga, e que o que passar disso não será mais compromisso do PT, e sim de quem fez essas dívidas – provavelmente ou o Sr. Delúbio ou o Sr. José Dirceu que poderá responder por ela. Além disso, o PT tem dívidas já com o Sr. Marcos Valério, de cerca de mais de 50 milhões, e dívidas de diretórios regionais. V. S^a sabe se o senhor está incluído, se as suas contas estão incluídas entre essa dívida que o PT reconhece?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Não, não sei.

O SR. SÍLVIO TORRES (PSDB – SP) – O senhor não sabe?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Não.

O SR. SÍLVIO TORRES (PSDB – SP) – O senhor foi informado, por acaso, de que poderia...

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Não, não, não.

O SR. SÍLVIO TORRES (PSDB – SP) – ... ter que recorrer, talvez, a outros mecanismos, talvez judiciais...

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Não, o PT sabe desse débito. Acho que o PT... o Delúbio sabe, deve ter colocado para o Partido. Não quis procurar o Partido neste momento para cobrar. Acho que é uma coisa que... O Partido passa por problemas sérios, eu já esperei até agora, posso esperar um pouco mais.

O SR. SÍLVIO TORRES (PSDB – SP) – Então, depois que o Sr. Delúbio saiu do cargo que ocupava e que assumiu uma nova Executiva, digamos assim, o senhor nunca mais teve contato para saber acerca de seus recursos?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Não, não.

O SR. SÍLVIO TORRES (PSDB – SP) – Muito bem, Sr. Duda. Queria agradecer as suas respostas, a sua colaboração e aguardar os documentos pedidos. Muito obrigado.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra o Deputado José... Quero deixar claro, nós vamos fechar os Suplentes: Deputados José Eduardo Cardozo, João Fontes e Carlos Sampaio.

Tem a palavra o Deputado José Eduardo Cardozo. Depois o Deputado João Fontes. E aí, terminando os Suplentes, o Deputado Carlos Sampaio. Após esses três. Nós vamos entrar nos não membros, com cinco minutos para cada um, e para os reinscritos, três minutos. Eu queria tentar agora apurar as horas, em função do adiantado da hora, tendo em vista o cansaço dos depoentes.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, acredito que para todos nós são tempos difíceis esses tempos desta CPMI. Mas não tenho dúvida de que para nós do PT talvez esses tempos sejam mais difíceis. Digo mais difíceis porque dedicamos a nossa vida inteira a construir uma utopia, a construir um patrimônio ético. Tivemos hoje alguns comportamentos que não posso atribuir ao conjunto do meu Partido, mas a alguns dirigentes, realmente momentos de angústia, momentos em que acho que todos nós passamos por uma profunda tristeza.

Mas eu, companheiro Presidente, acredito que nós, antes de mais nada, hoje temos o dever e a obrigação de ir fundo nisso. Ir fundo nisso, às últimas consequências. Aqueles que traíram os princípios que defendemos durante toda a nossa vida, aqueles que fazem pagamentos com dinheiro no exterior, agora

com origem inexplicável, terão que ser responsabilizados muito duramente. E é nessa perspectiva, Sr. Presidente, porque acredito que é possível fazer isso, que acho que todos nós, Parlamentares, dirigentes e militantes do PT que não tínhamos ciência disso, como hoje inclusive bem mostrou o Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante, que também não tinha ciência de muita coisa que infelizmente marca os nossos dias, temos o dever de não titubear nesta hora, em nenhum momento. Teremos que ser implacáveis com aqueles que traíram aquilo que defendemos na nossa vida.

Dentro dessa afirmação de princípio, Sr. Presidente, também quero fazer um apelo nesses minutos iniciais de arguição. Ontem, quando foi apresentada aquela lista apócrifa, fiz um apelo. E ali não era o PT o atingido. Tínhamos nomes de vários Partidos, inclusive da Oposição, mencionados. E o apelo que fiz é para que nós não utilizássemos indevidamente informações nem transformássemos suposições em julgamentos. Faço o mesmo apelo agora com a credibilidade de quem fez ontem em situação que não era a que envolvia diretamente o meu Partido.

Tenho visto algumas declarações, e é livre que todos afirmem o que querem, mas tenho visto algumas declarações baseadas em suposições que efetivamente, acredito, trazem abalo ao mercado financeiro, instabilidade e, antes de mais nada, um clima político que torna adverso o prosseguimento das investigações com a racionalidade que ela deve ter neste momento. Ninguém pode encobrir nada neste momento. Mas acredito que nós Parlamentares temos o dever de não transformarmos suposições em razões de estado. Porque a hora que fazemos isso, efetivamente, nós criamos situações que não são boas para o interesse público, não são boas para o País, não são boas para nenhum brasileiro.

Portanto, acho que todos nós, neste momento em que fazemos a apreciação deste depoimento e de outros, temos que ter o comedimento e a racionalidade necessária, sem prejuízo de termos as nossas impressões, que são necessárias, para que a sociedade brasileira consiga, dentro de um nível de calma e de estabilidade plena, superar essa crise que hoje vivemos.

Passo, agora, à arguição do nobre depoente a quem saúdo. Realmente a impressão que tive do depoimento de V. S^a é a de que muito do que V. S^a fala, senão tudo – temos que investigar isso –, parece adequar-se à verdade. Há um confronto claro entre as afirmações de V. S^a e as do Sr. Marcos Valério, mas até o momento o Sr. Marcos Valério, quando veio a esta Casa, faltou permanentemente com a verdade. Portanto, a suposição da verdade pesa, neste momento, em favor de

V. S^a. Mas, é óbvio, isso não afasta a necessidade de argüirmos e investigarmos tudo que foi colocado por V. S^a nesta noite.

V. S^a revela que, durante certa fase, houve pagamento em espécie e retiradas do caixa que até surpreenderam no momento em que foram feitas, porque eram em dinheiro. Depois, a partir de certo momento, houve a orientação de que o pagamento seria feito com dinheiro no exterior. Ou seja, mudou o modo de operação do pagamento. No momento em que houve essa mudança, houve algum comentário sobre por que isso foi feito? O Sr. Delúbio ou o Sr. Valério disseram: “Olha, não vai dar para continuar dessa forma. Vamos ter de fazer de outra.”? Alguém explicou o porquê?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Não, não houve uma mudança súbita. Na verdade, eles continuaram pagando por aqui e começaram a pagar lá fora. Quer dizer, não acabou de pagar aqui e passou a pagar lá fora. Não. Começaram a pagar aqui...

O SR. JOSÉ EDUARDO CADOZO (PT – SP) – Por que não se pagava tudo aqui? Alguém explicou isso ou V. S^a perguntou?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Não, não senhor. A regra foi estabelecida assim.

O SR. JOSÉ EDUARDO CADOZO (PT – SP) – Perfeito.

O senhor disse que recebeu uma orientação para abrir uma conta no exterior.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Disse.

O SR. JOSÉ EDUARDO CADOZO (PT – SP) – E que o senhor foi aconselhado pelo Banco de Boston Internacional a abrir uma *off-shore*.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Não, não fui... Na verdade, procurei o Banco de Boston Internacional, e eles me apresentaram aquela solução.

O SR. JOSÉ EDUARDO CADOZO (PT – SP) – Como solução.

Por que uma *off-shore* e não uma conta no exterior? Veja: *off-shore* é uma pessoa jurídica. Se a finalidade da criação era a *off-shore*, perdão, era receber o dinheiro do PT, por que não uma simples conta no exterior que pode ser facilmente aberta? Porém, criou-se uma pessoa jurídica, quer dizer, um expediente mais sofisticado, cujos sócios normalmente permanecem ocultos ou agem por meio de procuração, como V. S^a disse que tem. Por que uma *off-shore* e não uma conta bancária tão simples de ser aberta?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Não sei responder-lhe. Eu pedi uma solução,

e esta foi a solução que me deram: abrir uma conta pronta com esse nome, com tudo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CADOZO (PT – SP) – A orientação de abrir uma *off-shore* foi do Valério ou do Delúbio ou foi...

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Não, não.

O SR. JOSÉ EDUARDO CADOZO (PT – SP) – Não foi.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Delúbio nunca falou sobre isso com a gente, nem o próprio Marcos Valério.

O SR. JOSÉ EDUARDO CADOZO (PT – SP) – Valério só pediu que o senhor tivesse uma conta no exterior?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Exatamente.

O SR. JOSÉ EDUARDO CADOZO (PT – SP) – E a orientação que V. S^a recebeu foi abrir uma *off-shore*?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Exatamente.

O SR. JOSÉ EDUARDO CADOZO (PT – SP) – Em que data V. S^a abriu essa *off-shore*, a Dusseldorf?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Acho que em começo de fevereiro, mais ou menos; início de fevereiro.

O SR. JOSÉ EDUARDO CADOZO (PT – SP) – Início de fevereiro de 2003?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – 2003.

O SR. JOSÉ EDUARDO CADOZO (PT – SP) – V. S^a poderia passar a esta CPMI os estatutos constitutivos da Dusseldorf?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Eu já disse aqui que isso depende... Como é uma empresa, existem os administradores da empresa. Isso é algo complexo que envolve advogado. Vou falar com os meus advogados e continuo permanentemente com toda a boa vontade de tratar...

O SR. JOSÉ EDUARDO CADOZO (PT – SP) – Mas da parte de V. S^a não haveria nenhum impedimento?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Da minha parte, neste momento, não. Agora, vou conversar com os advogados para saber como é isso, porque sinceramente não sei.

O SR. JOSÉ EDUARDO CADOZO (PT – SP) – Perfeito.

Anteriormente, pelo que deparei – quero apenas confirmar isso –, V. S^a nunca havia operado com empresas *off-shores* nem com contas no exterior?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Não. Nunca tive conta no exterior.

O SR. JOSÉ EDUARDO CADOZO (PT – SP) – Então, presumo que toda a conta da Dusseldorf foi movimentada apenas por esses depósitos do Partido dos Trabalhadores.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Exatamente.

O SR. JOSÉ EDUARDO CADOZO (PT – SP) – Ou seja, não há depósito de nenhuma outra natureza.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – De jeito nenhum.

O SR. JOSÉ EDUARDO CADOZO (PT – SP) – Fiquei um pouco impressionado quando V. S^a chegou a afirmar, por duas vezes – uma no depoimento ao Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto e, posteriormente, no depoimento ao Deputado Eduardo Paes –, que, por força de uma nota publicada em um jornal de Minas e no Correio Braziliense, V. S^a se sentiu chantageado – expressão de V. S^a – pelo Sr. Marcos Valério, porque somente ele teria o nome Dusseldorf que seria publicado. Foi o que eu entendi. Agora, a idéia de chantagem passa algum tipo de exigência. Quando V. S^a viu essa notícia, o que de fato estaria, na sua suposição, exigindo o Sr. Marcos Valério do senhor?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Veja bem. O Sr. Marcos Valério insistia que havíamos recebido R\$15 milhões, o que era verdade. Começamos negando exatamente por tentar preservar o nosso cliente, o PT, e até a nós mesmos, para ser bem sincero com o senhor. Porém, com o andar da carruagem, começamos a perceber que estávamos sendo usados para uma discussão, um confronto, que não nos interessava. O meu caso é absolutamente diferente do caso do Sr. Marcos Valério. Eu realizei um serviço, fui contratado...

O SR. JOSÉ EDUARDO CADOZO (PT – SP) – Quando V. S^a fala em confronto, seria quem contra quem?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Não. Falo de um confronto na mídia. Quer dizer, volta e meia ele usava o meu nome, e a mídia começou a perguntar: “Quem está falando? Diz aqui. Ele recebeu ou não?” Começou, de repente, a se desvirtuar o caminho, creio, até de alguma forma, nas investigações – para discutir quem estava falando, quem não é Duda ou Marcos. Então, começaram a dizer que eu tenho contas. Começou a se desvirtuar o caminho e eu me preocupei muito com isso.

Até então, queria ajudar e agir profissionalmente, mas até o limite que acreditasse que aquilo não envolveria a minha imagem e a imagem da minha empresa. Comecei a ver que a nossa estratégia estava errada.

E cheguei à conclusão de que, se começasse a entrar nisso, não saberia onde parar. Não nasci para mentir. E tomei a decisão de chegar e dizer.

Quando eu vi a nota, disse “Bom, ele agora está botando...” Há uma nota, uma conta aí fora, ou seja, pode ser que o termo chantagem seja infeliz, mas, na verdade, eu me senti, naquele momento, chantageado, na medida em que quem sabia o nome dessa conta era somente eu, Zilmar e ele. De repente, sai, no dia em que ele vai depor, por estranha coincidência, matéria no jornal falando sobre isso. Senti – e não posso nem afirmar que foi a intenção – que foi uma coisa dele e, coincidentemente, no seu depoimento, ele disse: “Olha, estou vendo no jornal que tem uma conta assim, Dusseldorf, de doleiros e recebimento de Minas” – logo depois de o policial ter declarado que não sabia nada da gente e que não conhecia a gente.

Isso tudo começou a esquentar a minha cabeça. Eu tinha um tio que era psiquiatra e dizia que o herói não tem uma atitude de coragem, é meio de desespero. Então, neste momento, não suporto a tortura. Prefiro chegar e falar o que é e vou dormir. Vou colocar os advogados para discutirem a coisa jurídica e ver o que acontece. Mas eu hoje vou dormir.

O SR. JOSÉ EDUARDO CADOZO (PT – SP) – Muito bem. Chama-me muito a atenção o fato de o Sr. Marcos Valério, hoje, ter reagido com uma certa – é óbvio que V. S^a não pôde presenciar esse fato, porque estava aqui, e nós mesmos também não pudemos ver com a intensidade com que se deu –, mas ele compareceu aqui e fez afirmações duras na imprensa, inclusive ironias, perguntando se seria crível que ele pegasse a mãozinha de V. S^a para abrir uma *off-shore* no exterior e... Era uma série de ironias.

Mas ele insiste muito no doleiro Jader. V. S^a conhece esse doleiro? Teve algum tipo de contato?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Nunca na minha vida.

O SR. JOSÉ EDUARDO CADOZO (PT – SP) – Para concluir, antes de fazer um requerimento ao Presidente, a pergunta é: o senhor teria alguma explicação? O Sr. Marcos Valério, hoje, tem uma situação bastante desconfortável diante de todos os fatos que apareceram. Já há inclusive denúncias de outras movimentações dele no exterior. Ele negou aqui.

Por que ele nega essa questão de ter efetivamente feito os pagamentos no exterior para o senhor? Qual é a lógica de ele insistir nesse fato com tanta contundência? V. S^a teria alguma explicação para essa questão?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Não, não tenho. Tenho a lógica das minhas atitudes. Das do Sr. Marcos Valério, não. Não tenho a menor idéia.

O SR. JOSÉ EDUARDO CADOZO (PT – SP) – A impressão que tenho – e, nesse caso, os fatos terão que ser investigados – é que, talvez, tenham a ver com a origem desses recursos no exterior. Desse modo, é um ponto de partida agora para esta Comissão Parlamentar de Inquérito saber que dinheiro é esse, de onde veio e quem são os titulares dessas contas que, efetivamente, V. S^a, por meio dos fax, aponta para o exame parlamentar.

Em algum momento, mesmo que de passagem, o Sr. Valério ou o Sr. Delúbio se referiram à origem desses fundos aportados às contas da Düsseldorf?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Não, o Delúbio nunca falou nessa conta e tenho a impressão de que ele nem sabia.

O SR. JOSÉ EDUARDO CADOZO (PT – SP) – Por que V. S^a tem a impressão de que o Delúbio não sabia da conta?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Porque ele nunca falou nisso e foi referido apenas ao Sr. Marcos Valério. Se ele soubesse, não seria por meio da gente, naturalmente.

O SR. JOSÉ EDUARDO CADOZO (PT – SP) – Em algum momento, o Marcos Valério falou para o senhor que estava remetendo dinheiro do exterior, de empréstimos, para isso?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Não. Eu nunca falei...

O SR. JOSÉ EDUARDO CADOZO (PT – SP) – Nunca falou de origem?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Nunca, nada. Não houve essa conversa.

O SR. JOSÉ EDUARDO CADOZO (PT – SP) – Agradeço imensamente ao depoente.

Sr. Relator, para ser fiel ao tempo e ao Presidente, gostaria, Sr. Presidente, de requerer que, em caráter de máxima urgência, cuidássemos dessa questão das contas noticiadas e que aportaram recursos para o pagamento de Duda Mendonça.

Acredito que é perfeitamente possível que esta Comissão Parlamentar de Inquérito, em entendimento com o Ministério Público, com a Polícia Federal e com o Ministério da Justiça – já que há lá o setor de recuperação de ativos –, possa imediatamente pensar em medidas que bloqueiem ou quebrem o sigilo no exterior dessas contas, para que possamos fazer a linha, ou seguir o *iter* desse dinheiro. Então, requeiro a V. Ex^a que, em caráter de máxima urgência, V. Ex^a decida, consultando os Pares desta Comissão, as medidas imediatas que devemos tomar em articulação com o Ministério Público, Polícia Federal e Ministério da Justiça relativamente à descoberta da titularidade dessas contas e eventualmente até do bloqueio dos

fundos que evidentemente nelas estejam depositadas. Agradeço, Sr. Presidente, fiel ao horário.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Muito obrigado, Deputado José Eduardo Cardoso.

Concedo a palavra ao Deputado João Fontes.

O SR. JOÃO FONTES (PDT – SE) – Cumprimento a todos: Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, Sr. Relator, Srs. Senadores, brasileiros que nos acompanham pela imprensa.

Duda Mendonça, sou lá de Sergipe, vizinho da sua terra, e uma das coisas que mais me admira no povo baiano é sua auto-estima com os seus artistas que se sobressaem, principalmente em nível nacional. O senhor é um publicitário vitorioso, famoso. Conheci-o no 2º turno da campanha, no dia em que conheci também o Presidente Delcídio Amaral, lá em São Paulo, quando a gente fazia aquela gravação do 2º turno da campanha do Presidente Lula.

Evidentemente, hoje está sendo um dia muito difícil para todos nós, para quem ama o País, para quem ama a sua gente, para quem ama o seu povo. Não foi fácil hoje no plenário assistirmos a 22 Deputados do PT chorando desesperados, sem saberem o que fazer para sair desta crise. É claro que é duro também ouvir o depoimento de V. S^a e também da sua sócia. Não quero fazer nenhum juízo de valor a respeito do seu sentimento. Pelo contrário. Sei que V. S^a, neste momento, encontra-se extremamente constrangido, porque, em todo este processo, nós, que criamos laços de amizade dentro do PT, ficamos entristecidos. É claro que, mesmo em relação àqueles que foram algozes da gente no passado, que nos expulsaram do PT, não fica nenhuma mágoa, nenhuma mágoa.

Gostaria muito de não estar passando por este momento de ver pessoas com as quais tínhamos uma relação muito pessoal envolvidas em todo este processo. Obviamente, sei de seu sofrimento pessoal, da sua família, deste processo todo. Agora, Duda, tenho uma visão um pouco diferente. Creio que V. S^a ajudou um pouco a deformar a figura do Presidente Lula. V. S^a trouxe para dentro do PT uma nova roupagem e eu não sou sectário, mas é claro que quem não se revela fiel nas pequenas coisas não vai revelar-se fiel nas grandes coisas. Quando o Presidente aparece festejando com um Romanée-Conti, garrafa de uísque que o povo brasileiro não sabe que custa seis mil reais, que o Presidente da República começa a desfilar com aviões novos de preços incalculáveis, evidentemente, nos bastidores, muita coisa havia mudado. E é ruim, sabe, Duda, sonhar tanto por este momento, porque o povo brasileiro não votou em Lula em 2002 porque o senhor tornou o Lula Paz e Amor. O povo brasileiro votou em Lula porque não agüentava mais o desmon-

te do Estado brasileiro patrocinado pelo Governo do PSDB e do Presidente Fernando Henrique Cardoso. O povo foi buscar em Lula talvez a última esperança de ver um filho do povo que nasceu nas entranhas da fome, que chegou de pau-de-arara a São Paulo, fundou a CUT, fundou o maior Partido de Esquerda do mundo e chegou à Presidência da República. Não quero tirar o brilho de V. S^a. É óbvio que V. S^a ajudou muito a maquiagem, mas o Lula ganhou a eleição em função das alianças e do cansaço do povo brasileiro. E é duro, é extremamente duro o que o povo brasileiro está sentindo neste momento. Não é fácil, não é fácil vir aqui e ver esses escândalos todos agora revelados virem à baila. Duda, conheço o PT de dentro. Todos os depoimentos das pessoas que vieram aqui tentaram preservar o Presidente da República. Alguns tentaram preservar o Ministro José Dirceu, principalmente o Delúbio e o Silvio Pereira. Mas eu conheço o PT de dentro. Nada, nada, nada no PT era feito sem que o Presidente soubesse e o Ministro José Dirceu soubesse.

Duda, você sabe que você não ia fazer um contrato de publicidade de milhões de reais sem ter a garantia de que viria a contrapartida depois. O povo brasileiro não é bobo, nem você é desinteligente para trabalhar de graça, já que é um profissional de ponta na publicidade deste País.

E é triste, porque como conheço bem o PT, sei até quanto ganha um Deputado do PT, sei inclusive com quanto contribuimos para o Partido. E alguns contribuem com pensões de alimento. Vejo Deputados, hoje, desfilarem com casas nas revistas, com patrimônio de R\$600 mil. E não tem conta, não tem matemática, não tem mágica, não tem Duda Mendonça para fazer essa mágica, para fazer com que alguém, de quem dois anos atrás conheci inclusive as finanças, apareça com casa de R\$600 mil, pagando 30% ao Partido e pagando pensão de alimentos. Não tem, porque isso é matemático.

Lamentavelmente, toda essa mudança do Partido se deu aqui dentro, se deu quando o Governo começou a procurar o que havia de pior na política brasileira. Não atribuo a Roberto Jefferson, Jader Barbalho, Paulo Maluf; todos esses já conhecíamos. Nós todos fomos criados para abominar essas pessoas. Eu me lembro, eu estava aqui ao lado, para lembrar um baiano, o José Carlos Aleluia, por quem nutro uma grande amizade aqui dentro do Congresso Nacional. Mas eu cheguei aqui e havia sido culturalmente cultuado a ter horror desse pessoal.

Eu me lembro, em Sergipe eu tenho uma casa na praia, que o Prefeito Déda me pediu a casa para o José Dirceu passar uns dias. O José Dirceu passou 15 dias e, no outro dia, me liga o Déda pedindo a casa

para o Aleluia passar 15 dias. E eu achei aquilo estranho, porque eu pensava: como é que se pode hospedar os nossos amigos do PT e, na outra semana, o grupo do PFL? Eu dizia assim. Eu era líder sindical dos eletricitários do meu Estado, Sergipe; fui, durante 17 anos, advogado da companhia de energia elétrica, e fazia uma disputa acirrada, do ponto de vista ideológico, com Aleluia.

Aí chego aqui e vejo a metamorfose. Encontro, nos meus ex-companheiros, verdadeiros chefes de quadrilha, porque ninguém venha para cá dizer que é caixa 2. E vejo hoje o Aleluia, de quem até agora não conheço nenhum processo, nada que o incrimine, pelo menos que eu tenha conhecimento.

Então há, Duda, uma frustração muito grande, mas muito, muito grande com essa mudança que aconteceu no PT. Você sabia, a partir do momento em que você abriu conta para receber dinheiro fora, para receber dinheiro em paraíso fiscal, que esse dinheiro não vinha de forma correta, por meio lícito. É claro que você queria receber o seu, porque você fez o serviço, mas está lá muito claro no Código Penal, no art. 17: “Quem, de qualquer modo, concorre para o crime, incide nas penas a ele cominadas, a depender das circunstâncias...”

Então, na realidade, V. S^a passou a ser co-autor de todo esse processo. É claro que muito menos, porque você apenas queria o seu dinheiro, e a forma pela qual quiseram pagá-lo foi ilícita. Mas não deixa de ser também uma forma irregular. É que, lamentavelmente, quando estamos dentro do processo, não percebemos nunca que um dia as coisas poderão ser descobertas.

E me parece que vivemos um momento novo da humanidade, porque não há nada oculto que não venha a ser revelado. Tive aqui muitas tentações. Tive aqui um Deputado do Pará, do PT, que recebeu desse “valerioduto” R\$920 mil. Esse rapaz fez de tudo, era companheiro do Babá e dizia: mas, rapaz, você vai ficar com o Babá, veja lá os cabelos dele – para desqualificar o rapaz. E hoje fiquei com o Babá, e eles ficaram com os “Ali Babás e os 300 ladrões”, que Lula dizia que tinha aqui dentro.

Então, na realidade, o que vi do sofrimento da Heloísa e da Luciana Genro e que estou vendo agora de vários companheiros sérios dentro do PT – porque no PT tem muita gente séria, mas hoje é um partido totalmente inviável de funcionamento do ponto de vista jurídico, ético, moral, que era seu maior patrimônio, eleitoral e financeiro. Você não vai receber esse dinheiro que lhe devem mais nunca. Porque, a Marcos Valério, eles devem, parece-me, R\$120 milhões; a você, R\$14 milhões. Os estudos que foram colocados publicamente

pelo Fantástico, pela Rede Globo de Televisão, mostram que tinham uma dívida de R\$170 milhões sem reconhecer esses R\$14 milhões que V. S^a traz agora para conhecimento do povo brasileiro, mais R\$14 milhões. Então, não tem. É como se sua empresa devesse uma quantia que não pode, com o serviço, pagar, não vai pagar nunca. E esse partido vai se extinguir. E o que é ruim para todos nós.

Estou vendo aqui essa relação – eu não podia imaginar, no mundo, que o PT fosse, porque não vou culpar aqui Marcos Valério, porque isso faz parte, Marcos Valério é um agenciador de todo esse processo. Tenho que colocar a culpa, dar a César o que é de César, e a Deus o que é de Deus... Porque, na realidade, está muito claro que não foi Sílvio Pereira, não foi Delúbio, que são dois incompetentes. E V. S^a, Duda, não iria fazer esses contratos só com o Delúbio, V. S^a é um homem inteligente e sabe que o Delúbio pode raciocinar muito na matemática, mas tem um nível cultural que não tinha inteligência para montar todo esse processo. E V. S^a fez contratos, milhões em contratos, inclusive em um período em que José Dirceu era presidente do partido, e vocês não podem fugir de que José Dirceu participou, ele assinou todos esses contratos. Como ele não sabia? Quer dizer, ele sabia dos contratos e não sabia da forma de pagamento? Fica parecendo assim que se quer fazer o povo brasileiro de bobo. Não tem a menor condição. Olha, uma criança, tenho uma filha de seis anos que está acompanhando todo esse processo e que às vezes senta para pedir explicação. Vejo pessoas jovens perguntarem, está claro para o povo brasileiro, não tem Delúbio. E tenho certeza, é claro, por uma questão ética, até de querer bem a um Presidente que você ajudou a que ele chegasse à Presidência da República, queira preservar o Presidente. Mas, para nós, para a Heloísa, para Babá, para nós que conhecemos bem o PT, sabemos, até porque José Dirceu dizia isso, que não fazia nada sem que o Presidente Lula soubesse, que por ele tinha uma lealdade canina. E pelo que conheço de Dirceu, é verdade. Dirceu é um general stalinista, centralizador. Eles centralizaram tanto que pegaram toda a publicidade e colocaram na mão de Gushiken, que parece que só tem os olhos miúdos para ver a verdade. Parece que só é japonês para ver a verdade. Mas na hora da conta gorda, colocaram na mão do japonêsinho para controlar, inclusive a publicidade de empresas estatais, como é o caso da Petrobras.

V. S^a tem uma parte da publicidade da Petrobras. Com toda a sinceridade, até porque precisamos também não jogar na lama as pessoas de bem, V. S^a, nos contratos que tem com a Petrobras, foi obrigado, alguma vez, a deixar uma parte para caixa de campanha?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Eu ouvi o senhor falar e fiquei nesse momento aqui perguntando: será que o senhor acha que eu sou um homem de bem?

O SR. JOÃO FONTES (PDT – SE) – Como?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – O senhor acha que eu sou um homem de bem?

O SR. JOÃO FONTES (PDT – SE) – Eu acho que V. S^a é uma pessoa que tem coração, não posso fazer julgamento subjetivo de V. S^a.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Mas o senhor fez o julgamento.

O SR. JOÃO FONTES (PDT – SE) – Não, estou dizendo o que está na prática.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Não, não está na prática.

O SR. JOÃO FONTES (PDT – SE) – Está. V. S^a recebeu dinheiro de paraísos fiscais, dinheiro irregular.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Não recebi dinheiro de paraíso, enviaram para mim no paraíso.

O SR. JOÃO FONTES (PDT – SE) – Claro, mas recebeu lá. Do paraíso não, é do inferno fiscal.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Quero dizer ao senhor que eu posso ter cometido um erro fiscal e, se assim for, vou pagar por ele. Agora, sou um homem de bem, meu dinheiro é limpo, eu nunca repassei nada para ninguém, não estou metido em nenhuma corrupção, nunca repassei comissão para nenhuma Petrobras nem para nenhuma empresa.

Como V. S^a, eu tenho 30 anos de propaganda, tenho um nome e nunca me meti em encrenca. Meu erro foi no momento ter que optar ou não receber ou receber assim. Foi uma decisão muito difícil. Talvez eu tenha errado. Se fosse hoje talvez eu optasse por não receber. Mas naquele momento eu queria receber o meu dinheiro. Esse foi o meu erro. Só e unicamente.

O SR. JOÃO FONTES (PDT – SE) – Claro, só para finalizar, Sr. Presidente, dizer que não quero fazer julgamento subjetivo nem quero ser juiz inquisitório com relação a V. S^a. Agora, é claro, Duda, que por mais emoção que a gente tenha, e o povo brasileiro lhe quer bem, lhe admira, pode você ter certeza disso, você é um baiano que não é só baiano, você é um baiano brasileiro, amado por todo mundo. Mas, na realidade, esse dinheiro que V. S^a recebeu, V. S^a sabia que estava recebendo um dinheiro que era irregular..

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Não neguei isso hora nenhuma.

O SR. JOÃO FONTES (PDT – SE) – Como?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Não neguei isso hora nenhuma.

O SR. JOÃO FONTES (PDT – SE) – Sim, exatamente.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Agora, não sou responsável por isso.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Concluindo, Deputado.

O SR. JOÃO FONTES (PDT – SE) – Vou concluir.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Não sou responsável por isso. Segundo o depoimento de V. S^a, eu me senti o responsável por tudo que está acontecendo de errado no País.

O SR. JOÃO FONTES (PDT – SE) – Não, não.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Eu me senti assim, eu fiquei triste, entendeu? Senti assim. Acho que quero a minha culpa, mas não sou o culpado do que aconteceu. Eu realizei um trabalho e precisava receber o meu trabalho e só. Meu erro foi aceitar receber dessa forma. Agora, a minha postura moral, ética, honestidade não tem nada a ver com isso. Admito, soube disso, tive a coragem, como já foi ressaltado por muitos, de vir aqui e assumir a minha culpa sem saber o que vai acontecer.

O SR. JOÃO FONTES (PDT – SE) – Eu sei, mas é preciso, só pra concluir...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado João Fontes, já estendemos muito.

O SR. JOÃO FONTES (PDT – SE) – Só para concluir, quero dizer que, na realidade, V. S^a veio também porque havia já denúncia de que V. S^a tinha recebido através da sua sócia, sacado no Banco Rural uma soma vultosa.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado João Fontes, concluindo porque vou passar para o próximo.

Deputado, o atarefado e angustiado Deputado Carlos Sampaio.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Angústia em razão do trabalho que V. Ex^a me incumbiu nesta CPMI.

Sr. Presidente, queria inicialmente cumprimentar a Sr^a Zilmar e o Sr. Duda Mendonça, particularmente pela sinceridade e pelo testemunho que dão no sentido de contribuir com os trabalhos e com esta investigação.

O Sr. Duda Mendonça mencionou várias vezes aqui que recebeu parte do pagamento da sua campanha ainda no ano de 2002 e o restante foi recebendo em 2003 através dessa conta no exterior. Está correta essa minha afirmação?

Essa sua afirmação inclusive vai ao encontro daquilo que o Sr. Delúbio tem dito em várias oportunidades: que pagou a campanha do PT nacional com caixa dois, portanto, essa também era uma modalidade de caixa dois.

O senhor afirmou aqui hoje também que o Sr. Marcos Valério, num dado momento, pediu ao senhor, ou melhor, acho que à Sr^a Zilmar, que abrisse uma conta no exterior para que começasse a receber por lá. Correto?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Ele não pediu para abrir. Ele pediu para dar o endereço de uma conta no exterior.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Justamente. Foi quando o senhor procurou o Banco de Boston e acabou abrindo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Isso.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – A partir desse momento então os depósitos passaram a ser feitos por lá e o senhor recebendo por lá.

Faço esses registros, que já foram ditos por ele, Sr. Presidente, porque acho que esses registros evidenciam dois fatos novos relevantes. O primeiro deles, o Sr. Marcos Valério afirmou que tomou R\$55 milhões emprestados do Banco Rural e disse que isso era para pagar dívidas do PT, incluindo nesses R\$55 milhões, R\$15 milhões que foram pagos ao Sr. Duda Mendonça. E hoje está cabalmente demonstrado, e acredito piamente no que fora dito pelo Sr. Duda e pela D^a Zilmar, que efetivamente pelos menos R\$11 milhões desses recursos não vieram das contas do Banco Rural e, portanto, vieram das contas do exterior.

O que quer dizer que essa tese dos R\$55 milhões tomados emprestados do Banco Rural e do BMG para pagar a dívida do PT não é uma tese que mereça qualquer guarida, ela fica desconstituída e não sei se inclusive o nome do Sr. Duda Mendonça não foi utilizado para justificar esses R\$11 ou R12 milhões que ele disse que teria pago ao Sr. Duda Mendonça, e que hoje está mais do que comprovado que não pagou através desse dinheiro, mas sim por outro instrumento que foi o banco no exterior.

E o segundo fato novo relevante, Sr. Presidente, é que, se para mim não era novidade que o PT pagou parte da sua campanha com caixa dois de dinheiro nacional, passou a ser novidade eu saber que o PT tinha caixa dois no exterior. Para mim, foi uma novidade e uma surpresa, porque quando se vale de contas, ou seja, de dinheiro do exterior para pagar débitos de campanha é porque é um caixa dois no exterior, ou, como diria o Sr. Delúbio, recursos não contabilizados no exterior.

Eu fiz esses dois registros porque reputo importante. E já concluindo, Sr. Presidente, porque a minha fala é rápida, eu queria fazer uma sugestão a V. Ex^a. A sugestão que faço a V. Ex^a...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Carlos Sampaio, o Sr. Duda Mendonça teve que se retirar rapidamente mas já retorna.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sr. Presidente, enquanto aguardamos, apenas comunicar ao Plenário que recebemos ontem um comunicado, uma correspondência de uma empresa, a Probank, de Minas Gerais, de Belo Horizonte, que tem 9 mil empregados, cujo gerente se chama Marcos Valério Fernandes. Só falta o “de Souza”. Então para ficar bem claro que o Sr. Marcos Valério Fernandes, da Probank, não tem absolutamente nada a ver com Marcos Valério de Souza, da SMP&B e da DNA.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, só para conferir aí, depois dos suplentes, os não-membros, como está?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Só para deixar bem claro a todos. Depois das palavras do Deputado Carlos Sampaio, estão inscritos os não-membros, cinco minutos para cada um. Deputado Coruja...

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Só uma pergunta. Quando V. Ex^a fala em cinco minutos é quando o tempo era de 10 minutos para os membros. Já que V. Ex^a aumentou para 15 minutos, certamente, os não-membros...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Não, Deputado José Rocha, eu sugeri hoje pela manhã que reduzisse para 10 minutos. Mas ninguém aceitou. Sempre adotamos os 15 minutos. E por uma decisão do Plenário da CPMI definimos cinco minutos para os não-membros, e eu vou cumprir.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Pelo menos a metade, Sr. Presidente, sete e meio minutos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Sempre os Deputados se arrastam um pouco mais, eu prefiro deixar a regra dos cinco minutos, que, na prática, sempre dá um pouco mais.

Então, para resumir, depois do Deputado Sampaio o Deputado Coruja, cinco minutos cada um. Depois, o Senador Eduardo Suplicy, Deputado Goldman, Deputado Aleluia, Deputado Babá, Deputado Thame, Deputado Júlio Redecker, Senador Magno Malta, Deputado José Rocha. Cinco minutos cada um. Acho que vai ser mais curto, porque vários listados não estão aqui presentes, portanto, muito possivelmente não falarão.

O Sr. Duda Mendonça e a Sr^a Zilmar quase não dormiram. O depoimento na Polícia Federal foi até as

quatro horas da manhã e eles vieram pela manhã para Brasília. Então, eu pediria que procurássemos racionalizar o tempo em razão da hora e do cansaço.

Deputado Carlos Sampaio.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, já concluindo, eu fiz esses dois registros e queria sugerir a V. Ex^a, aliás, sugerir ao Conselho como um todo, que afastasse a hipótese de acareação. E digo isso porque acareação tem um propósito, fazer com que se descubra dentre os acareados quem diz a verdade. Acho que não tem nenhuma dúvida para esta Comissão e para todos que estão nos vendo que a verdade foi dita aqui hoje com muita clareza pelo Sr. Duda Mendonça. Então, a minha sugestão é que não haja acareação por esta razão; em segundo lugar, que não haja acareação porque não se deve expor publicamente e novamente alguém que veio e contribuiu com os trabalhos desta investigação.

Por último, Sr. Presidente, eu me dirijo ao Sr. Duda Mendonça para dizer que, como alguém que compõe este Conselho e que está buscando investigar com profundidade tudo o que está sendo feito, fiquei muito satisfeito com a sua clareza, com a sua sinceridade, com a sua firmeza e com a forma como o senhor contribuiu, mas de forma indelével para os trabalhos desta Comissão.

Quero que o senhor saiba que o senhor vai dormir mais tranquilo hoje, e o senhor disse isso não só por tudo isso que o senhor fez. Mas o senhor fez uma referência louvável de sua preocupação com a sua família. Eu quero dizer ao senhor que tenho a mais absoluta convicção de que a sua família tem motivos de sobra, particularmente a partir de hoje – já o tinha antes – para ter muito orgulho de V. S^a.

Esse é o registro que faço.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Muito obrigado, Deputado Sampaio.

Com a palavra o Deputado Coruja, por cinco minutos.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, Sr. Duda Mendonça, Sr^a Zilmar.

Ficou evidente a questão do pagamento que foi feito, por determinação do Sr. Delúbio, de dinheiro em função das campanhas de 2002. O que não ficou claro aqui é a que campanha se referia. Por uma série de circunstâncias, foi feito um pacote, se era campanha do Presidente da República, campanha de São Paulo, do Rio de Janeiro, dos Senadores.

É preciso caminhar um pouco mais para clarear isso, porque evidentemente que a implicação com pagamento com caixa dois da campanha do Presidente

da República é uma coisa grave, e esta Comissão e as outras de que participamos vão ter que evidenciar.

Eu faço parte da outra Comissão, a do Mensalão, e tive a oportunidade ver na terça-feira o Marcos Valério e hoje tive a oportunidade de ver de novo. Vi o primeiro depoimento e há nitidamente contradição naquilo que diz, porque o que nos diz Valério é que o dinheiro saiu do Brasil e foi para o exterior. Que o dinheiro foi para o exterior através desses doleiros, o Jader e outros. E que esse dinheiro sairia do Brasil e foi para o exterior pelas mãos do publicitário Duda Mendonça.

Aqui, o depoimento do publicitário Duda Mendonça nos faz compreender que esse dinheiro estava no exterior. Já devia estar no exterior, porque senão não haveria nenhuma lógica o Marcos Valério mandar esse dinheiro para o exterior, e que transfere de uma conta para outra. Aqui não conseguimos evidenciar, por esses papéis, se o dinheiro estava no Brasil ou se já estava no exterior.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Eu posso colocar?

Na verdade, eu não afirmei e não posso afirmar que esse dinheiro estava no exterior ou saiu daqui. Eu só afirmei que esse dinheiro eu não mandei para o exterior. Eu abri a conta, esse dinheiro chegou na minha conta. Esses são os fax que me passaram para cobrar.

Eu não sei se esse dinheiro saiu daí, eu não sei se mandaram. Eu não sei como é esse mecanismo. Eu acho que cabe à Polícia Federal, cabe à CPMI apurar. Eu não disse que... Eventualmente, pode ser mandado daqui. Eu estou dizendo que eu não mandei. E os documentos que eu tinha foram exatamente esses.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS – SC) – A dúvida é esta: se o dinheiro estava no Brasil e foi para o exterior, e aí somente as pessoas que mandaram o dinheiro para o exterior é que vão poder dizer, que são geralmente doleiros. O Sr. Marcos Valério fala muito em consultor financeiro – “tucanou” os doleiros.

Essa é uma coisa que tem de ser esclarecida, porque uma coisa é o dinheiro já estar no exterior. Falou-se aqui muito nas implicações para o Partido dos Trabalhadores, porque a Constituição veda que partidos recebam dinheiro de outros países ou de entidades.

Não seria o caso, porque se o dinheiro está aqui é passa para lá não há um comprometimento do Partido dos Trabalhadores. Há apenas caixa dois e os outros crimes conseqüentes de sonegação, remessa de recursos para o exterior.

É evidente que quem ouve o Sr. Marcos Valério e ouve o publicitário Duda Mendonça – e nós ouvimos o Marcos Valério três vezes, na outra Comissão

já ouvimos duas vezes – ele, claramente, como diz o Roberto Jefferson, mente, mente e mente.

Agora, há uma história que não ficou clara assim para a gente, muito em função desses recursos. Se os recursos estavam no exterior, se eles foram daqui. Ele afirma que passou 6 milhões e 600 em recursos que iriam para o exterior. Porque há uma implicação muito importante. Se esses 11 milhões não saíram do empréstimo, como diz o Deputado, nosso companheiro de comissão, então esse dinheiro foi sacado para outra coisa. Está naquela lista do Marcos Valério não como recurso para a D^a Zilmar, mas esse recurso, então, foi, e já se disse que houve fraude nos balanços do Banco Rural, e nós temos que investigar isso, pode ter ido, então, esse recurso, para pagar o mensalão. Foi para algum lugar que ele não pode confirmar. Então é uma situação muito delicada, porque se os recursos não são esses aqui, então eles foram para outro lugar. Se os recursos já estavam no exterior, e aí esses recursos, então, não são aqueles contabilizados por ele, R\$15 milhões e meio do tal empréstimo de 55, também não acredito, acho que houve muita fraude, e aí envolve uma outra questão, porque aí esse recurso pode ter ido para pagar determinados parlamentares e tal, é uma coisa muito mais grave. Porque a situação aqui, essa discussão de quem mandou recurso ou não, eu acho que isso aí é uma questão que a polícia vai explicar, porque nós aqui temos que ver, basicamente, se há comprometimento do Presidente da República e se parlamentares aqui recebem indevidamente, que é basicamente o que se discute de maneira geral. As outras coisas nós vamos ter que encaminhar para o Ministério Público, e a Justiça é que vai apurar. Agora, que deixou numa situação, hoje, a declaração do Sr. Duda Mendonça e da D^a Zilmar elas são, evidentemente, e ele sabe disso, repetiu várias vezes, são declarações importantes e que vão criar uma nova situação no País muito delicada. Alguns até afirmam: “Não, o Presidente Lula ficou mais fora do crise, o PT é que piorou nesta situação”. Eu acho que não! Eu acho que é uma situação aí delicada. Nós vamos ter que averiguar até onde vai essa situação. Não queria fazer nenhuma pergunta, porque já foi tudo repetido e esmiuçado.

Agradeço. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Muito obrigado, Deputado Coruja.

Com a palavra o Deputado Goldman.

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Duda Mendonça e Sr^a Zilmar. Zilmar, Desculpe!

Eu acho que, eu já acompanhei muitas campanhas eleitorais, e freqüentemente a gente ficava até

muito bravo, porque a sua competência, quando se dedicava ao Maluf, às vezes até nos deixava em grande dificuldade no enfrentamento eleitoral. Parece que, historicamente, nós nunca conseguimos estar do mesmo lado, não certamente por questões políticas e ideológicas, mas certamente por questões conjunturais. E o senhor criou a figura, ajudou a criar a figura do Lula, que promoveu o maior estelionato eleitoral da história brasileira. Agora mesmo, ontem, o Senado aprovou aumento de salário mínimo para R\$384,00, com mais 30% além do que propôs a Câmara, com o argumento de que é para ajudar o Lula a cumprir o seu compromisso de dobrar o valor real do salário mínimo. E nós vamos ter que, na Câmara, ajustar isso, porque sabemos que esses números são números incompatíveis com a realidade da Previdência. Mas o Lula prometeu isso, isso e mais tantas e tantas outras coisas.

Mas a conta sua lá que foi aberta chama-se Dusseldorf. Provavelmente o senhor conhece o filme do Fritz Lang, que se chama O Vampiro de Dusseldorf, famoso, filme clássico, de 1931, dirigido por Fritz Lang. Fritz Lang é um diretor que, nesse filme, procurou prever, de forma sub-reptícia, evidentemente, prever o nascimento do nazismo e, depois, teve que se mudar, sair da Alemanha, foi para os Estados Unidos. Nesse filme, o protagonista principal, o vampiro, é Peter Lorre. Peter Lorre é uma figura também famosa da história dos clássicos do cinema, que tem uma coisa muito interessante, é muito parecido com o Marcos Valério: careca, mesmo jeito, os olhos mais esbugalhados. E a história... Fica até uma impressão: por que o Marcos Valério lhe ofereceu – parece que foi ele que ofereceu – uma empresa com esse nome?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Eu abri a conta, e esse nome veio de lá pronto.

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP) – Mas veio de que forma?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Veio já com esse nome. A empresa já existia, a *off-shore* vem com esse nome.

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP) – Já existia. São empresas que existem por aí, em cartórios por aí. Provavelmente como o contato feito pelo Marcos Valério. Certamente foi isso.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Mas não o Marcos Valério...

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP) – Mas apenas uma coincidência, talvez infeliz, porque o “vampiro de Dusseldorf”. E aí é um bando de vampiros que sugaram dinheiro de alguma forma, e nós estamos chegando lá.

Mas vou lhe fazer as perguntas claramente porque o tempo que o Presidente me dá é muito curto e eu não quero brigar com ele. O senhor disse que o Partido, o PT, lhe deve R\$ 14,5 milhões. Se o Partido confirmar que lhe deve da campanha eleitoral 14,5 milhões, ele confessa uma fraude nos números que levou ao tribunal Superior Eleitoral. Confessa uma fraude na campanha de Lula e de todas as campanhas que foram feitas, governadores e senadores. Não pode fazer isso. Ele não pode, em hipótese alguma, confirmar esse dívida que tem consigo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Isso não tem nada a ver com a campanha de 2002.

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP) – Não tem?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Não.

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP) – Nem com a campanha de 2004?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Com a de 2004.

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP) – Bom, então, tudo bem. Então, será a campanha de 2004. Os governadores eleitos e o senadores eleitos, todos eles estarão sujeitos, se não prescreveu ainda, a uma perda de mandato.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Não foi a campanha de governador, foi a de prefeito.

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP) – Foi a de 2004, a de prefeitos então? Todas de prefeito?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Isso.

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP) – Todos eles estarão sujeitos a ...

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Não só a campanha de prefeitos. Eu expliquei antes, o senhor não estava aqui, todo um pacote de trabalhos.

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP) – É, mas evidentemente é impossível separar. Apenas para alertar que o senhor não vai ver esse dinheiro, porque eles não podem, não têm como confirmar. Mesmo que tivessem a disposição de fazer isso, não têm como fazê-lo.

A pergunta seguinte. O senhor tem esse dinheiro da conta Dusseldorf, está lá ainda, não é? O senhor não vai usar nunca aquilo lá, não tem como usar, é um dinheiro morto. Como é que o senhor vai usar um dinheiro que não tem origem? Não tem como fazer. Não tem origem legal, não tem origem formal. O senhor pode, talvez, numa viagem ao exterior, usar o di-

nhheiro no exterior, mas nunca vai usar esse dinheiro mais, não tem como internalizá-lo. Esse dinheiro vai para o Banco Central, na melhor das hipóteses, não sei de que país.

Mas, não lhe chamou a atenção a origem? Esse dinheiro veio de outras contas bancárias no exterior. Não lhe chamou a atenção de que, quando se recebe um recurso de um pagamento qualquer, ele tem uma origem, a origem de bancos, sem que fosse identificado quem pagou. Quem foi, quem era o dono da conta? O Banco, sim. O senhor tem determinado qual foi o banco que lhe passou o dinheiro, mas, e quanto ao dono da conta? Não lhe chamou a atenção, não lhe levou uma preocupação, à pergunta “quem é que me passou esse dinheiro? Qual é o dono desta conta?” O dinheiro podia ser – eu sei que não é – de narcotráfico, por exemplo, podia ser de qualquer outra coisa criminosa. Não sei se não é de origem criminosa, provavelmente não dessa, mas podia ser e pode ser origem criminosa. Não lhe chamou a atenção nunca essa preocupação?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Com a sua colocação, sim, mas na verdade as coisas têm uma dinâmica própria. E, só para colocar de uma forma clara, eu não disse que esse dinheiro veio de contas do exterior. Eu disse e mostrei os fax que recebi, que essas foram as entidades que depositaram na minha conta. Eu não sei se foi daqui para lá, se foi de lá para cá.

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP) – Não, mas veio de banco...

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Não, eu sei, eu só quero deixar isso claro. Agora colocando como o senhor está colocando, tem razão de ser. Mas na verdade, naquele primeiro momento, eu tinha prestado um serviço, a campanha acabou e eu queria receber o meu dinheiro. Talvez fosse hoje e eu pensasse em tudo isso novamente. Era mais lógico, para mim mais razoável, e como o senhor disse que eu não vou usar, eu perder esse dinheiro. Só que...

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP) – Imagine não passar pela cabeça do próprio Tesoureiro do PT, ou da de Marcos Valério, que é o Tesoureiro operacional do PT, que fosse enviado o dinheiro para a sua conta, sem que o senhor pudesse determinar de onde veio e sem que o senhor pudesse usá-lo. É uma coisa incrível imaginar que não passasse isso na cabeça deles também.

Para encerrar, o senhor está muito cansado, eu sei. Passou a noite... Eu não quero cansá-lo mais. Mas quero lhe fazer uma última pergunta: se o senhor for convidado a fazer a campanha do PT o ano que vem, fará?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Essa resposta, eu lhe digo sinceramente, eu não posso lhe dar neste momento. E estou em um momento muito complexo, minha família está me pressionando muito e não acho, neste momento, dar uma declaração que contribua ainda para aumentar o sofrimento do PT. Então, eu simplesmente não lhe diria que sim nem que não. É uma coisa que tenho que refletir muito.

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP) – O senhor imagina o que o PT causou ao País? O senhor imagina que não é um problema apenas do PT ou do Presidente Lula, é um problema de todos nós, cidadãos brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Goldman, concluindo, por favor.

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP) – Afeita enormemente este País. É grave. Os cidadãos comuns deste País, que votaram ou não no Lula, estão todos hoje preocupadíssimos, não sabem o que acontecerá com o País no dia de amanhã. O País merecia a figura de Lula? O País merecia a vitória do PT?

É só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Concedo a palavra ao Deputado Aleluia, por cinco minutos.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (PFL – BA) – Sr. Presidente e meu querido conterrâneo, tenho por você uma grande admiração e não tive nunca a felicidade de tê-lo ao meu lado. Quem sabe no futuro, porque continuo respeitando você.

O senhor hoje veio aqui e tenho que dar algumas notícias que ainda não foram dadas, por isso vou dar, algumas boas e outras ruins. Na verdade, meu conterrâneo, você confessa dois crimes ao vir aqui: um é contra o sistema financeiro, art. 22, que prevê a reclusão de dois a seis anos e multa. Manteve depósito não declarado a repartição federal competente. Essa mesma lei, no art. 25, estabelece que V. S^a, ao confessar espontaneamente – o que faz aqui hoje e fez na Polícia Federal –, e contribuir com a Polícia Federal e as autoridades judiciais para esclarecer a trama, tem a vantagem de reduzir a pena para dois terços ou um terço. E sendo V. S^a um réu primário, imediatamente, ela seria suspensa. Portanto, essa é uma notícia boa.

Confessou e, portanto, tem o atenuante no crime. V. S^a também comete o crime de lavagem de dinheiro. “ocultar ou dissimular a natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos e valores provenientes, direta ou indiretamente, de crimes.” Esse dinheiro certamente veio do crime, o dinheiro de Valério é do crime. Esse é o outro crime para o qual se estabelece pena, não estou conseguindo

do identificar agora qual, mas que pode, na forma do § 5º do mesmo art. 1º, resultar na reclusão de três a dez anos e multa.

Diz o seguinte: A pena será reduzida de um a dois terços e começará a ser cumprida em regime aberto, podendo o Juiz deixar de aplicá-la. Isso é muito interessante. O Juiz pode deixar de aplicá-la no caso de o participante, como é o caso de V. S^a, ter colaborado espontaneamente com as autoridades. Portanto, tenho que dizer, mais uma vez, que V. S^a, embora tenha cometido crime contra o sistema financeiro e por lavagem de dinheiro, se beneficia no primeiro com uma redução de pena, portanto penso que seria imediatamente liberado, e no segundo com a possível não aplicação da pena.

Mas tenho uma notícia ruim para o senhor. Eu o vi respondendo uma pergunta do Deputado Fraga, onde você menciona que estava esperando o absurdo projeto proposto pelo Deputado José Mentor, que, aliás, está mencionado também por ter recebido. O Deputado José Mentor, na CPMI do Banestado, fez uma proposta absurda de que, mediante o pagamento de 3%, pudesse internar o dinheiro que está fora não declarado. Essa lei não existe. No Brasil não há anistia para a evasão de divisas.

Portanto, na forma do § 5º, os recursos que lá estão, os dez milhões, pertencem ao Tesouro Nacional. Sinto ter que dizer isso, mas eles pertencem ao Tesouro Nacional. Eles já não pertencem ao senhor.

E eu sei que você, como homem de bem, que vai continuar trabalhando neste País, não vai fazer como algumas pessoas que andaram tentando movimentar. Eu vou citar o caso específico do Maluf, que anda às turras com o Governo, movimentando o dinheiro. Eu sei que você não vai mexer. E falo com absoluta tranquilidade: você não vai mexer nisso.

Portanto, Sr. Presidente, Sr. Relator, nós temos o dever de requerer às autoridades judiciais que apliquem o art. 4º da Lei de Lavagem de Dinheiro, que estabelece que, no decorrer, no curso do processo, possam ser confiscados os recursos que lá estão, de R\$10 milhões, o equivalente a R\$10 milhões, e que seja pedido, através do Ministério da Justiça, e da Justiça, cooperação internacional das Bahamas, mas não só das Bahamas: das Bahamas, dos Estados Unidos. E eu pergunto – o senhor pode responder depois: aqui, nos documentos preciosos que traz, aparece a sua empresa como Miami/Flórida e Bahamas/US. O que é que tem em Miami?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Nada.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (PFL – BA) – Aqui tem Miami. O senhor deve ter visto, não é?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Não, não vi, não.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (PFL – BA) – Aparece várias vezes aqui Miami. Dusseldorf, agora o Banco, Banco de Boston Internacional, suíte 800, Miami, Flórida.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Não sei, eu...

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (PFL – BA) – Essa é uma dúvida que eu tenho, mas era as Bahamas?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI MENDONÇA – É Bahamas.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (PFL – BA) – De qualquer jeito, a origem dos recursos é, em muitos casos, dos Estados Unidos. A Trade Link é a principal responsável pelas transferências. A grande maioria das transferências vem da Trade Link. Agora, existem transferências diversas, então você traz documentos interessantíssimos para esta CPMI estudar. Trade Link, Trade Link, aqui aparece Deal Financial Corporation, que transfere para a Dusseldorf, nas Bahamas. Aqui não é possível identificar a origem, provavelmente Estados Unidos também, pela numeração, que pode ser de telefone.

Um outro documento que fica anotado é que esses documentos vieram através de um fax enviado por uma assessora da Sr^a Simone. Está aqui escrito à mão, inclusive. A Deal Financial Corporation aparece de novo. Aqui tem uma transferência que é inusitada, que não foi mencionada. É uma transferência feita por uma empresa chamada Radial Enterprise, que vem do Brasil. Não sei se o senhor observou essa... Esse dinheiro passou pelo Banco Central, é um dinheiro enviado do Brasil pela Radial Enterprise, portanto o Banco Central tem conhecimento dele.

Tem mais outra, de uma empresa chamada Kanton Business Corporation, que eu não consigo identificar a origem, provavelmente pode ser Israel, mas provavelmente Nova York, porque a conta é de um banco em Nova York, Israel Discount Bank of New York.

Eu queria... Trade Link. Trade Link. Trade Link. Trade Link. Trade Link é a empresa do Banco Rural, que age na clandestinidade, que o Banco Central devia fechar. Trade Link. Aqui aparece uma transação feita por uma empresa, por um interessado, um cliente, que sequer é identificado. Aparece apenas TRADKYKY10010000. Essa realmente vai ter que identificar.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (PFL – BA) – Sr. Presidente, estou concluindo.

Eu queria dizer que aqui tem umas coisas também que devem ser observadas. Tem transferência de uma empresa que se chama SM Comex. SM Comex lembra a SMPB ou não lembra? Nós temos que investigar isso. SM Incorp., SMP&B ou não é SMP&B? SM Import, todas elas...

Uma outra transferência de um banco rural da Europa.

Então, Duda, eu quero dizer que o PT fez mal ao Brasil e fez mal a você, que é uma grande cabeça do Brasil, mas você consegue, até na crise, com a sua competência e a sua correção, vir aqui e dizer: “Errei, reconheço o erro”. E por isso vai se beneficiar tanto na área penal quanto na área fiscal. Na área fiscal, os advogados também devem ter orientado, embora você vá ter que, no fim, ter feito a campanha do PT de graça, porque perde R\$10 milhões, esses daqui, e os catorze, que provavelmente o PT não vai lhe pagar. Mas a sua cabeça é muito boa e você, certamente, vai poder recuperar.

Eu sinto ter participado, eu participei porque achei que tinha coisas novas a dizer, inclusive para seus advogados e para você. Talvez você não tivesse... Pela sua resposta ao Deputado Fraga, você não estava informado ainda de que vai perder os R\$10 milhões.

Muito obrigado. Quero parabenizar você pela coragem de ajudar o Brasil. Sei que você não vai poder dizer as conversas que teve com o Lula, isso talvez você considerasse uma traição. Não vou pedir para dizer isso.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS)
– Concedo a palavra ao Deputado Babá.

O SR. BABÁ (P-SOL – PA) – Sr. Duda Mendonça, conheço-o pessoalmente hoje. Eu queria dizer que, tanto o PT hoje faz um grande mal à Nação, como fizeram o PFL, PSDB, PMDB, que passaram oito anos comandando este País a serviço do grande capital e que levaram este País também ao caos, que o Lula aprofundou. Também caixa dois e compra de parlamentares – não podemos nos esquecer de que o PSDB comprou, por R\$200mil, parlamentares para avançar na sua reeleição. Mas o PT e o Lula jamais poderiam incidir nesses erros e, o que é pior, inovaram na corrupção e entregaram o País na mão do grande capital, que é de onde sai o maior “mensalão” aos banqueiros internacionais.

Se V. S^a veio aqui para explicar todo um processo com relação a remessas ao exterior, é importante ressaltar que, ontem, o Ministro Marco Aurélio de Souza achou não necessário pedir a quebra de sigilo bancário de Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central, que mandou a bagatela, através de algumas empresas, de US\$1,4 bilhão ao exterior. Para você ver

o que se passa neste País! O Lula mandou para este Congresso um projeto para dar *status* de Ministro. Parece até jogo armado.

Essa história de que Lula não sabia de nada, o seu depoimento contribui muito para a Nação no sentido de desmascarar o jogo armado entre Lula, Delúbio e Marcos Valério, porque Delúbio viajou a Minas, sentou com Marcos Valério e aí foram à televisão dizer que tudo era caixa dois. Isso num sábado, depois o Delúbio, num domingo, o Lula também num domingo. Só que o Lula gravou na sexta. Portanto, o Lula foi quem comandou a desculpa do caixa dois.

O seu depoimento serve para desmascarar Lula e José Dirceu também, que tenta se proteger de todas as formas. Até agora, não sei por que Delúbio e Marcos Valério assumem toda a culpa. Porque obviamente o escândalo do “mensalão” é comprovado pelas retiradas que são feitas em véspera de grandes votações no Congresso Nacional. Basta analisar a votação da reforma da Previdência, que era crucial aos banqueiros, e o Lula ganhou por 48 votos de diferença. Do dia 4 ao dia 14, foram liberados, só para o PL, R\$2,5 milhões, dinheiro esse que poderia ser pago a você, sem necessidade dessa armadilha de ir para o exterior, correto? Mas foi nesta Câmara, para comprar parlamentares.

É sintomático. Na votação da Lei de Falências, que era outra lei que interessava ao grande capital, a mesma coisa. Aí já foi o cara do PP que pegou, em curto espaço de tempo, mais de R\$1,5 milhão na véspera e posterior à votação da reforma da Previdência. E o Lula não sabia de nada? Sabia de tudo. E não adianta ele, no seu autismo propositado, viajar – desculpe, mas faz de conta que é, porque, na verdade, é uma calhordice, eu diria que é um autismo calhorda –, porque ele viaja o Brasil inteiro como se não tivesse acontecendo nada. Joga toda a culpa no Congresso Nacional, que tem culpa, mas o “valerioduto” nasceu no Palácio do Planalto, sob o comando do José Dirceu, o executor Delúbio e o banqueiro Valério.

Agora, há que se explicar por que o Coaf e o Banco Central não detectaram nada. Obviamente, porque foi dada proteção a Henrique Meirelles para ser Ministro, garantindo ele até hoje no Banco Central, justamente porque ele sabia de tudo também. Por isso merece ser quebrado o seu sigilo, como pediu aqui o Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto.

Na verdade, foi uma quadrilha que assumiu este País, sob o comando do grande capital, e usaram os pequenos bancos para fazer o jogo sujo, figuras como Marcos Valério, e obviamente o dinheiro não foi apenas para o “mensalão” e muito menos para o Caixa 2. Serviu para pagar Aristides Junqueira, serviu para pa-

gar o Duda Mendonça, inclusive em outros trabalhos que deve ter feito ao PT, porque a dívida é de 2004, como S. S^a falou, da eleição de 2004, se não estou enganado.

O senhor também falou também que R\$7 milhões foram pagos para fazer trabalhos em 2003, se não estou enganado. Portanto, 2003 não é campanha eleitoral. Foi trabalho desenvolvido para fazer campanha para o PT em um grande seminário como o senhor mesmo disse aqui.

Chego à conclusão, mas peço o mesmo tempo que os outros Parlamentares tiveram. Digo que a população brasileira está vendo e que vamos estar dia 17 em Brasília. Os trabalhadores estarão aqui para exigir a punição de todos os corruptos, para exigir o rompimento do acordo com o FMI, para derrotar esse plano econômico neoliberal que tantos males traz a este País e também para investigar o próprio Presidente Lula, que está querendo sair de bonzinho, de que não tem nada a ver, quando na verdade ele comandou todas essas ações. Levou o PT à lama com os dirigentes da cúpula partidária, levou um partido que nós construímos, a militância construiu durante tantos anos, tudo pela sede do poder e por sua reeleição.

Por isso lhe digo: sei que o senhor jogou com tudo, mais uma vez defendeu o Lula não para protegê-lo, mas defendeu porque acha que ele merece o seu apoio. Já concluírei, Sr. Presidente, se me permitir um minuto a mais.

Quero falar aqui que nós do Partido Socialismo e Liberdade compramos a briga desde o primeiro momento porque esse Governo vem entregando o País na mão do grande capital desde quando Lula assumiu. E Lula tem a coragem de dizer que não vai baixar a cabeça para as elites. Não só baixou a cabeça como a coluna quando foi a Bush, quando se entregou aos banqueiros, e a elite adora o Lula por enquanto, enquanto ele tem algum prestígio popular. E diz mais: vão ter que engoli-lo. Na verdade já engoliram, deglutiram e vão ejetá-lo, porque ele virou lixo para determinados setores da burguesia, mas para os trabalhadores, evidentemente, esse Presidente tem que pagar o preço de ter comandado esse sistema, uma verdadeira quadrilha neste País, para manter-se no poder.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Com a palavra o Deputado Thame e, em seguida, o Deputado Júlio Redecker e o Deputado José Rocha. Cada um terá cinco minutos. Na reinscrição, a Senadora Heloísa Helena e o Senador Arthur Virgílio terão três minutos. Não aceito mais nenhuma inscrição.

Deputado Thame.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME

(PSDB – SP) – Solicito recompor o meu tempo.

Cumprimento o Sr. Presidente, o Sr. Relator, as Sr^{as} e os Srs. Parlamentares. Destaco que o depoimento de hoje ajuda a esclarecer pontos obscuros e reforça a tese da relevância de depoimentos. Há quem diga que devemos nos ater só às provas materiais e que as provas testemunhais seriam apenas uma filigrana, uma firula. Discordo, acho que os depoimentos nos dão fragmentos da realidade, e o trabalho do Relator, de todos, do Presidente, é justamente juntar esses fragmentos para se conhecer uma realidade como um todo.

Hoje os depoimentos do Sr. Duda Mendonça e de sua sócia nos permitiram esclarecer alguns pontos, ou nos ajudaram a esclarecer. Primeiro ponto, que a crise atual não se restringe ao Congresso. Claro que há Deputados, ou pode haver, vamos investigar, que venderam o seu mandato, mas fica claro que isso é um apêndice de um esquema muito maior, um esquema imenso, vultoso, um esquema criminoso que atropela a legislação, e a cada dia vemos uma lei sendo atropelada. Hoje há uma expressa violação da Lei 9.613, de 1998, que dispõe sobre a lavagem de dinheiro. Não é só lavagem de dinheiro. É sonegação, é lavagem, é abertura de conta no exterior, é evasão de divisa, tudo isso que a Lei nº 9.613 tenta combater. Ela tipifica, comina penalidades para combater o crime organizado.

O próximo ponto é que, com clareza, mostra que recebeu já no começo, no primeiro trimestre de 2003, recursos. E o depoente confirmou, ratificou que é recurso de campanha, caixa dois da campanha de 2002 também. Portanto, fica claro que a campanha do Presidente da República e do Vice – são campanhas casadas do Presidente e do Vice – utilizaram, para pagar as suas contas, dinheiro do caixa dois.

Um novo ponto, também esclarecido, fica claro que não há possibilidade de o PT sozinho, de o Partido PT ser responsabilizado por tudo isso. Mas o PT, no Governo, no Palácio, sim, é capaz de fazer todo esse esquema. E com isso o depoente traz o Palácio à discussão. O que nos cabe hoje, sem precipitação? Aprofundar as investigações para evitar o risco de cometermos injustiças. Nesse sentido, a CPMI do Mensalão aprovou requerimento de minha autoria que solicita ao Presidente do Senado a contratação de uma empresa internacional para rastreamento de depósitos no exterior, mas, no exterior, há uma conexão aqui no País. Ao que tudo indica, há um doleiro, há recursos aqui, há um banco aqui que teria uma conta no exterior. Por isso, queria sugerir ao Sr. Relator, ao Sr. Presidente, Senador Delcídio, a formação, a constituição de uma força-tarefa envolvendo o Ministério Público Federal, a Receita Federal, a Polícia Federal, representantes aqui da CPMI para, em tempo integral, dedicarem-se

a esclarecer a conta do Sr. Duda Mendonça no exterior e outras contas, contando com o apoio da Interpol para fazer a conexão com o esquema daqui e o esquema do exterior. Isso é relevante porque, na realidade, não há um recurso daqui enviado para o exterior. Dá-se o dinheiro ao doleiro, e o doleiro aciona uma conta dele, doleiro, lá no exterior, dele, doleiro. O dinheiro não passa, a não ser um ou outro depósito, pelo Banco Central. E nós temos que saber se esse doleiro não está administrando uma conta do próprio PT no exterior. Portanto, há uma imensa investigação a ser feita. E nós queremos saber se esse envio não é uma farsa, se tem lógica, inclusive para conhecermos a realidade no seu todo.

Queria fazer uma rápida pergunta, primeiro, ao depoente: quando foi aberta a conta? A segunda é se nessa conta ou em outras contas chegou V. S^a a receber algum recurso, da mesma forma, de campanhas no passado, por exemplo, dos candidatos Celso Pitta, Paulo Maluf, do Paraíba, onde o senhor administrou, se alguma dessas contas utilizou caixa dois ou recursos no exterior. E uma terceira pergunta: o senhor afirmou que nunca utilizou a sua empresa para fazer pagamentos como se percebe na empresa DNA e na outra empresa do Sr. Marcos Valério. Nós ouvimos pela imprensa, nunca houve uma confirmação, que o Sr. Luiz Favre recebia um vultoso salário da sua empresa. Esse vultoso salário, que nem sabemos se é realidade, era um recurso que o senhor repassava, pago pelo Sr. Marcos Valério, ou ele efetivamente prestava algum serviço à sua empresa, que é uma empresa de comunicação?

Última pergunta: temos também uma informação de que houve uma reunião no Hotel Meliá, neste último sábado, com os Srs. José Dirceu e Delúbio Soares. Eu gostaria de saber se o senhor participou dessa reunião? São essas as perguntas.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Não participei dessa reunião. Desculpe-me, mas estou um pouco confuso com a quantidade de perguntas do senhor. Não tenho...

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – A primeira é quando a sua empresa foi aberta?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Foi em início de fevereiro.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – Em fevereiro de 2003?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – De 2003.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – O senhor recebeu recursos de caixa

dois ou no exterior, no passado, em contas passadas? É a primeira vez?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Não recebi. É a primeira vez.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – A terceira é se o senhor fazia pagamentos, como esse noticiado pela imprensa, ao Sr. Luiz Favre, se era repasse de recursos?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Não, não. O Sr. Luiz Favre está registrado pela empresa até hoje.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – Como?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Ele está registrado pela empresa até hoje.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – Como funcionário da empresa?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Como funcionário.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – O Luiz Favre é funcionário da sua empresa?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Isso. É funcionário da empresa, da CEP, da empresa de marketing político.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra o Deputado Júlio Redecker e, depois, o Deputado José Rocha.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Depoentes, colegas, eu gostaria de encontrá-lo, Sr. Duda Mendonça, em outra ocasião, porque como político sempre fui seu fã. Agora, neste momento, milhares de brasileiros se perguntam como o senhor, com a sua inteligência, com a sua capacidade, se submete, para receber seus créditos, a abrir uma conta no exterior e passar por isso que o senhor está passando aqui. E esse dinheiro nem lhe faz falta, porque, segundo o senhor disse, nem mexeu nele; e ele está depositado lá fora. Ouvi o senhor dizer também que assumiu a titularidade dessa conta e que talvez possa ter um passado essa conta.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Não. Se falei isso, me expressei mal. Não falei isso, não.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Eu ouvi antes o senhor falar.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Foi mal.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Quer dizer que essa conta Dusseldorf foi aberta em seu nome ou no de seus prepostos?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Isso. Ela tem sócios americanos. Eu não sei bem o funcionamento, mas é fácil de explicar.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Nesse caso, eu fico pensando aqui todos os crimes que podem ser associados. O senhor está com um brilhante advogado ao seu lado, que já foi inclusive parlamentar, se não me falha a memória. Não preciso lhe dizer, mas contra o Sistema Financeiro Nacional, contra a Ordem Tributária, pela não declaração no Imposto de Renda, de lavagem de dinheiro, co-autoria de organização criminosa, eu não sei se contravenção, o senhor perderia a primariedade em função daquela ação da Polícia Federal no galo de rinha. Eu não poderia aqui ver. Mas o senhor vê quantas coisas ruins lhe aconteceram em função dessa campanha. Chama-me a atenção que nem Paulo Maluf, com todos os milhões que dizem que ele tem lá fora, nunca lhe fez uma proposta, ou o seu Partido, de lhe pagar pelos seus préstimos, os seus honorários, da mesma forma. Uma maneira completamente inusual e que lhe traz hoje essa questão aqui.

Eu não sei também se o senhor está satisfeito com o desempenho deste Governo. E o senhor tem um pouco de culpa nisso. E eu lhe digo com toda a sinceridade, porque o seu talento induziu o Brasil ao erro. E o senhor certamente, com a sua consciência, deve pensar nisso. Foi o seu talento que modificou, pago a peso de ouro, pois R\$25 milhões, em um pacote, é peso de ouro. A população brasileira deve pensar como um homem que recebe R\$25 milhões consegue induzir o Brasil a erro, elegendo um Presidente como o Presidente Lula, que não tem pulso para governar e que deixa administradores fazerem o que fizeram no Partido em que já caíram o Presidente, o Secretário e o Tesoureiro com quem o senhor tratava.

Aqui na Casa desfilaram os próceres desta Casa do PT pela passarela do Banco Rural no Shopping Brasília: o ex-Presidente da Casa, o ex-Líder do Governo, o ex-Líder do Partido, que levou às lágrimas com essas atitudes aqui companheiros sérios do PT. E além disso, José Dirceu e Gushiken, que comandavam o mundo da publicidade e dos fundos de pensão. Eu perguntaria: será que o senhor votaria de novo em Lula, depois disso tudo que o senhor está tomando conhecimento e daquilo que o senhor está sofrendo? Porque isso aqui vai deixar uma mácula na sua reputação, não tenha dúvida disso. Não há almoço grátis. E além do mais, essas coisas todas, Sr. Duda Mendonça, nos trazem aqui uma questão seriíssima. Pela primeira vez – e vou fazer um raciocínio lógico –, o senhor pode ter contribuído para lavar dinheiro. Vamos examinar, quando o senhor, inocentemente, segundo as suas palavras,

abriu a conta, para receber o seu crédito junto ao PT e o Sr. Marcos Valério, que contesta todas as suas afirmações, e por isso solicitamos nas duas CPMLs uma acareação, afirma que deu os cheques, fez pagamentos no Banco Rural, em São Paulo – inclusive a D. Zilmar confessou, declarou aqui –, e esse dinheiro pode ser das contas que o PT e seus operadores vêm acumulando lá fora, ao longo desse gerenciamento, porque, já estou imaginando – é apenas imaginação desse Deputado – que o Sr. Marcos Valério se despregou, se desplugou da sua agência, usava-a como base operacional e fruto da amizade que granjeou no PT, começou como homem ganhador de dinheiro, de negócios, a intermediar grandes grupos nacionais e internacionais para facilitar negócios aqui dentro. Esses cheques que ficaram com o Sr. Jáder, que segundo o Sr. Marcos Valério foi por solicitação da D. Zilmar, podem ter dado um passeio, terem sido descontados em dinheiro e terem voltado para o PT, e o PT utilizado as contas de laranja lá fora para fazer pagamento ao senhor. E o senhor, hoje, deve estar na dúvida, assim como o seu advogado e a D. Zilmar, se esse dinheiro que permeia o mundo da ilegalidade não tem dinheiro do narcotráfico, do crime internacional e de tantas coisas que ainda serão apuradas porque, na realidade, essa investigação seguirá profundamente.

Lamento que o seu talento, que a sua dignidade profissional, tenha sido envolvida dessa maneira por campanha política de pessoas inescrupulosas, que não preservam nem os maiores talentos da publicidade do Brasil. Tenho certeza de que o senhor procurou aqui hoje dar uma demonstração perante os seus filhos, principalmente a sua família, de que o senhor está arrependido, de que não queria esse resultado, mas o senhor, por um momento, aceitou e quando aceitamos que isso pode ser praticado somos passíveis da punibilidade. O mesmo ocorre com o seu esporte preferido, que lá no meu Rio Grande é muito praticado, embora ilegalmente, que é a rinha de galos, que é a sua paixão. O senhor gosta e corre o risco; aqui o senhor também correu o risco, talvez por gostar demais de dinheiro e não ter, naquele momento, resistido eticamente a essa prática deplorável que o PT traz à política nacional. Por isso, Sr. Duda, quero aqui dizer que tenho certeza que o senhor tem o desejo de colaborar com essas investigações, mas ainda não me associo plenamente à sua vontade, como fez aqui o meu conterrâneo, o Senador Pedro Simon, porque se tinha mil passos para chegar à ilegalidade, o senhor certamente fez uma boa caminhada nessa direção, quando permitiu a abertura dessa conta e o recebimento por esse modo desses valores que o PT lhe deve. Acho que o senhor vai perder o dinheiro; esse é

o menor dos males. Tenho certeza de que se o senhor pudesse apagar da sua história esse momento, o senhor entregaria todo esse dinheiro, sairia barato para o senhor, porque o seu talento não merece e não é remunerado dessa maneira. Quero fazer-lhe uma última pergunta: com todos esses fatos do seu conhecimento, e agregaria mais dois, apareceu um empréstimo de R\$29.000,00 do Partido para o Presidente Lula. O Partido recebe recurso do Fundo partidário, Senador Delcídio, dinheiro que está no Orçamento, isso é crime, e foi pago, segundo palavras do Sr. Okamoto, que é do Sebrae, que tem um maravilhoso emprego, mas não tem a comprovação dos pagamentos, é crime. Quero citar mais um crime, o senhor é pai, o senhor tem uma boa relação com os seus filhos, com certeza. Tem? Responda apenas sim ou não

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Tenho.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – O senhor acredita que um filho seu que abre uma empresa de fundo de quintal com R\$50.000,00 de capital social ...

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Eu não queria emitir juízo de valor...

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Mas não estou lhe pedindo...

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – O senhor está emitindo, o senhor está misturando um ilícito e está metendo no meio os meus filhos. Por favor não faça isso! Não mereço isso que o senhor está fazendo. Eu vim aqui colaborar espontaneamente. Não mereço isso, repito.

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Por favor, se contenha, eu não estou emitindo juízo de valor.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Júlio, o tempo de V. Ex^a já se expirou. Peço a V. Ex^a que conclua

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – A intimidade de um pai, não estou metendo os seus filhos, e lhe peço desculpas se o senhor imaginou que eu podia fazer isso; e também sou pai. Se o senhor imaginar que um filho abre uma empresa de R\$50.000,00 de capital social com dois amigos e esse filho recebe um aporte da Telemar de R\$2,5 milhões por 33%, mais R\$2,5 milhões pela produção intelectual dessa empresa

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Júlio, peço a V. Ex^a que conclua

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Estou concluindo. O Presidente Lula, sinceramente,... O senhor induziu o Brasil a erro e acho que esse é o maior crime que o senhor cometeu, além daquele

que já está tipificado aqui. E eu queria lhe fazer a última pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Júlio, V. Ex^a já está fazendo últimas perguntas ...

O SR. JÚLIO REDECKER (PSDB – RS) – Encerro minhas palavras, então. Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Muito obrigado, Deputado Júlio.

Concedo a palavra ao Deputado José Rocha, por cinco minutos.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Ilustre Presidente, quero lhe cumprimentar pela maneira que V. Ex^a dirige os trabalhos desta Comissão, o que certamente está engrandecendo muito os resultados que esta CPMI, ao lado de seu Relator, possa auferir, ao seu final.

Mas eu perguntaria ao meu conterrâneo Duda Mendonça e à Sr^a Zilmar, se valeu a pena, depois de tudo isso, a campanha que V. S^a fez para a eleição do Presidente Lula.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Eu digo ao senhor que a mesma postura ética, corajosa e profissional que me fez vir aqui não me permite que, neste momento, eu emita juízo de valor. Então, para mim, eu prestei um serviço e tentei apenas receber o dinheiro do meu serviço. Se errei, posso pagar por isso

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Eu não entendo, Duda Mendonça, como ao cobrar do Delúbio Soares uma dívida que o Partido dos Trabalhadores teria com a sua empresa, e ele lhe indica para que procure uma outra pessoa que o senhor nem conhecia, como o Sr. Marcos Valério, simplesmente o senhor vai procurar o Marcos Valério e não contesta com o seu devedor por que não ele acertar com o Sr. Marcos Valério e lhe pagar aquilo que era devido? O que V. S^a tem a dizer?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Tudo isso faz sentido, Deputado, hoje, mas no momento em que eu estava preocupado em receber o meu dinheiro por serviço efetivamente prestado... Na verdade, estão me devendo, estou precisando receber o meu dinheiro, eu prestei o serviço, o Brasil inteiro sabe. Eu cometi o erro, confesso, mas o erro de quê? Para mim um erro fiscal, mas eu não cometi um erro moral. Não fui eu que contratei o Sr. Marcos Valério. Fui receber o que me mandaram, quem me contratou.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Sim, mas o senhor poderia ter contestado ...

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Podia. Podia. Podia!

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – ... com o Sr. Delúbio Soares que quem lhe devia era ele e não o Sr. Marcos Valério.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Deputado, eu acho que, neste momento, julgar os outros é uma coisa fácil, sobretudo, depois do acontecido. Agora acho que, seguramente, não sei determinar quantas pessoas, mas acho que é difícil se ter nesse momento essa lógica, quando se prestou um serviço, se tem consciência de que prestou o melhor de seu serviço, precisa receber e vê como única forma de receber, no momento em que não se está com a faca e o queijo na mão. Talvez, durante a campanha, sim, eu posso parar a campanha, mas a campanha tinha acabado. Eu não podia estabelecer regra. Eu tinha que aceitar a regra ou, talvez o que eu fizesse hoje, eu prefiro não receber, correto? Talvez hoje eu fizesse isso.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Mas V. S^a podia chegar ao Presidente da República, que é seu amigo, e dizer: olha, não estão me pagando a campanha que eu fiz para o senhor, estão querendo me dar o cano. Vossa Excelência pode interferir junto ao Sr. Delúbio para que me pague. V. S^a não levou essa questão ao Presidente da República?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Eu não tenho essa intimidade com o Presidente.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Ora! Todo mundo sabe que V. S^a tem essa intimidade.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Por que, Deputado, vocês aceitam bem – e é uma coisa que eu não entendo e não faz sentido – as minhas falas, as minhas provas, quando é uma coisa que convém, e, de repente não aceitam a mesma clareza, a mesma correção com que digo as mesmas coisas? A verdade é assim, Deputado. Eu estou falando a verdade. A verdade às vezes é boa, às vezes não é. Então, eu estou falando uma verdade. Eu não estou julgando, eu não estou me desculpando, eu estou falando a verdade. Então, ora aceitam a minha verdade como firme, ora questionam a minha verdade. É a mesma verdade. O meu discurso é um só. Eu não tenho intimidade, Deputado, para chegar ao Presidente da República e cobrar a campanha, se desde o começo da campanha, em hora nenhuma ele veio discutir dinheiro comigo. Eu fui cobrar ao tesoureiro dele, a pessoa indicada. Admito que foi errado. Pomba! Desculpem-me até pela minha exaltação. Eu estou morto. Eu estou de quatro horas da manhã... dormi duas horas nesta madrugada. Então, o senhor me desculpe se eu ficar um pouco irritado, eu estou estourado. É um massacre, mas eu estou procurando

calma suficiente e esclarecer que foi esse o objetivo da minha decisão.

Então, nesse momento, eu não tinha condição de negociar. Tem momentos da vida em que você olhando ele hoje, fora do contexto, é uma coisa; ele, no meio do contexto, era outra.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Mas todo o Brasil sabe da amizade que V. S^a desfrutava com o Presidente Lula. O Brasil todo sabe.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Amizade e respeito.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Amizade e respeito.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Eu não podia cobrar isso do Presidente.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – V. S^a trabalhou com ele no dia-a-dia e V. S^a sabe, todo mundo sabe, o Brasil todo sabe, dessa amizade. Portanto, não teria nada de mal V. S^a chegar ao Presidente Lula e dizer: o tesoureiro do seu Partido está me dando o cano: eu preciso receber. Não seria nada anormal. Mas já que V. S^a não admite, eu perguntaria o seguinte: quais os sócios da *off-shore* aberta nas Bahamas?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Não sei, são sócios americanos. Eu posso ver como é formada. A *off-shore* não são sócios brasileiros da empresa, sócios americanos ou panamenhos; eu não sei como funciona bem. Mas pode ser estabelecido depois pelos meus advogados. Eu quero dizer que continuo com o espírito de colaborar. Eu já contei o que tinha que contar.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – É isso que queremos do senhor.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Mas eu não sei. É aquela verdade que tem horas que serve e horas em que não serve. Estou sendo sincero: eu não sei.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado, peço a V. Ex^a que conclua.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Para concluir, Sr. Presidente: na planilha que foi apresentada, não sei se por V. S^a ou pela Sr^a Zilmar, tem um total, em reais, de R\$5 milhões depositados na conta da *off-shore*. V. S^a informou que foram R\$10 milhões. Os R\$6 milhões que não estão nessa planilha, foram depositados como?

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Essa planilha, Deputado, é fruto de um encontro de contas em um determinado momento em que faltavam coisas. Eu não fiz a conta, mas acho que tem uma parte em real para ser convertida e uma parte em dólares.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Não, aqui estão todos em real.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Os depósitos estão em dólar.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Todos os depósitos batem com as datas oferecidas pelo Sr. Marcos Valério. E aqui totalizam cinco milhões apenas.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – É, eu acho que tem uma parte em dólar e uma parte em real aí. Mas eu quero dizer ao senhor o seguinte...

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Não, todos ...

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Não, os depósitos estão em dólar. O que eu quero dizer ao senhor é o seguinte: na verdade – eu citei desde o começo –, que houve um momento na campanha, e acho que nessa planilha nº 1 está dito em baixo, apenas, houve um momento em que a contabilidade deles não checava com a nossa. Então, isso não são todos os depósitos; isso são partes dos depósitos no momento em que havia um choque nessa apuração entre a SMPB e a nossa posição financeira.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Coincidentemente, as datas apresentadas ...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado, concluindo ...

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Só para concluir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Já ultrapassamos e muito. Estamos em quase dez minutos já.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Agradeço a tolerância de V. Ex^a. Pela primeira vez nessa Comissão, apenas para concluir, Sr. Presidente. Nas datas apresentadas pelo Sr. Marcos Valério, totalizam onze milhões e quinhentos, as mesmas datas que totalizam na *off-shore* cinco milhões. E o Sr. Marcos Valério informou à outra Comissão, da qual eu sou titular, que apenas seis milhões e oitocentos teriam sido essas transferências.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Não entendi. O Sr. Marcos Valério admitiu que foram feitas essas transferências de seis milhões?

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Entregue ao Sr. Jader, seis milhões e oitocentos.

O SR. JOSÉ EDUARDO CAVALCANTI DE MENDONÇA – Veja bem, Deputado, para mim é muito difícil, não sei quem é o Sr. Jader, não fiz remessa nenhuma. Então, de novo, digo ao senhor o seguinte: a verdade minha é aceita em parte e, em parte, não é aceita. Eu não posso fazer nada. Ela faz parte do mesmo todo, tudo o que estou dizendo ao senhor é verdade.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Faço a última pergunta: V. S^a esteve com o Sr. Delúbio Soares...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral PT – MS) – Deputado José Rocha...

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – ...com o Sr. Delúbio Soares após as revelações de esquema do caixa dois?

O SR. DUDA MENDONÇA – Não.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral PT – MS) – Temos apenas duas reinscrições. Eu gostaria de ponderar a Senadora Heloísa Helena e ao Senador Arthur Virgílio, pelo adiantado da hora, pelo cansaço dos depoentes, que sejam breves. Os dois depoentes não agüentam mais e dormiram pouquíssimo de ontem para hoje. Precisamos encerrar os trabalhos. Otimisticamente achei que íamos terminar cedo, mas já são 22 horas e 01 minuto.

Com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, Sr. Duda Mendonça, vou manter meu compromisso de enfrentamento e condenação à tortura em qualquer circunstância. Ou seja: conte comigo para não se cansar mais. Mas faço uma consideração breve. Tínhamos, no Governo Lula, aquele núcleo duro. Gushiken desaba, Dirceu desaba, Presidente se desgasta. Tínhamos um PT institucionalmente forte. Delúbio cai, cai Sílvio, cai meu amigo pessoal, José Genoíno, cai, enfim, toda uma estrutura. A crise avança de maneira avassaladora. Hoje eu estava pronto para discutir basicamente essa coisa do tal empréstimo e suas conseqüências: Okamoto, não-Okamoto, e chega V. Ex^a, que foi muito responsável, pelo seu talento, por construir a imagem do candidato vitorioso, com a força não mais tanto do talento, mas com a força das declarações que aqui prestou, praticamente desconstruiu a figura do candidato que havia construído. E mais ainda: as declarações que V. Ex^a prestou aqui são de tal sorte graves que até mesmo o Partido dos Trabalhadores fica em cheque, na medida em que, pela lei dos Partidos, dinheiro do exterior para partido político pode dar na inviabilização do registro do partido. É o art. 28, Inciso I, capítulo VI da lei do partidos políticos. Ou seja: considero que seu depoimento foi extremamente importante.

Estive hoje na CPMI dos Bingos e disse para o Sr. Waldomiro Diniz: não vou lhe ficar fazendo perguntas “quem paga seu advogado, quem não paga”, vou sair disso. Eu disse para ele: “olha, na outra CPMI o publicitário Duda Mendonça está falando tudo, então fale V. S^a também, e tem o meu tempo todo”. E dei meus oito minutos, só lhe perguntei isto: diga das suas vi-

vências, das implicações de fulano e de beltrano, fale abertamente, porque não lhe adianta ficar só e não lhe adianta manter lealdade a algo que não existe de maneira consolidada. O Presidente teria que procurar fazer renascer sua autoridade e o seu direito de governar o País até o final deste mandato, dirigindo-se à Nação – e, aí, talvez até sem a sua assessoria –, autenticamente, admitindo que falhou, que fracassou no *front* ético, que fracassou no *front* administrativo, que teve êxito no *front* macroeconômico, mas que fracassou no *front* político, que não soube se articular. E deve dizer que precisa de ajuda da Nação para sair bem e com honra de um governo que está envolvido em problemas muito graves, e mais agravada ainda essa situação quando V. S^a vem e, com a impaciência de quem quis desabafar e, ao mesmo tempo, com a contundência de quem resolveu falar a verdade, deu aquele que, para mim, foi o mais sincero depoimento até hoje registrado nessas CPMIs, um festival de Sundance, de mentiras.

Eu, por exemplo, não acredito muito – não, não é que eu não acredite, não vou contestá-lo –, considero estranho não saber quem são meus sócios se vou fazer negócios no exterior, mas não estou aqui para falar de verdades convenientes. As verdades que V. S^a trouxe a esta Comissão são suficientes para mim, para ter certeza de que hoje, se sou um bom brasileiro, devo dormir necessariamente pior e mais tarde, porque o Brasil, a partir do seu depoimento, ele próprio dormirá se puder. Heiner falava: “quando, de noite, penso na Alemanha, perco o sono”, e ele estava às vésperas do nazismo. Eu digo hoje: quando penso no governo Lula, no quadro em que se encontra, na crise que avassala este País, também perco o sono. Portanto, só tenho mesmo que, ao fim e ao cabo, lhe agradecer pela revelação. Eu não esperava sua vinda e não esperava a contundência dos argumentos que traria, que terão desdobramentos graves. Volto a lhe dizer, coerente com minha primeira intervenção, que V. S^a hoje, querendo acreditar nisso ou não, fez história.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral PT – MS)

– Com a palavra, por três minutos, Senadora He-loísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Só não vou entender isso como declaração de amor porque nossa esposa, Maica, não permitiria. Mas essa sua fala...

Sr. Presidente, sei que os depoentes estão cansados, não tenho dúvidas disso, estamos cansados também, mas os senhores não imaginam como estão as pessoas que nos assistem. Deus do céu! Às vezes, aproveitamos, Sr. Duda, esses momentos e vamos fazendo duas coisas, vamos ver a caixa de mensagens,

e, olha, as pessoas acham isso tudo deplorável, abominável, condenam a todos nós, esculhambam, não querem nem saber de dizermos que estamos cansados, exaustos. É impressionante. E, para nós, é mais doloroso ainda quando vemos que – o Senador Arthur Virgílio tem mania de fazer isso, chega me irrita – ficam querendo dar um ar de sofisticação ideológica a isso, com essa mania, com esse caso de amor mal resolvido entre o PSDB e o PT, cada um querendo ser o que o outro foi no passado. E, aí, ele vem com essa história de “chavização”, bolchevismo. O mais doloroso é que não existe nada de sofisticação ideológica, programática, nada relacionado ao bolchevismo, nenhuma concepção gramsciana, leninista, nada. Nada de os fins justificam os meios, a causa sequer existe, não existe nada! É só apropriação do espaço público como se fosse uma caixinha de objetos pessoais para ser manipulada por gangues partidárias, por empresários apaniguados pela estrutura de poder, por um grande conluio absolutamente apodrecido, absolutamente sujo. Isso é o que é.

Lembro-me de quando falávamos, Senador Delcídio – e aqui reconheço a solidariedade de V. Ex^a nos momentos difíceis que passei durante o processo de expulsão – do balcão de negócios sujos, da promiscuidade com o Congresso Nacional, da partilha do espaço público com conhecidos saqueadores dos cofres públicos que, ao invés de devolverem o que roubaram nos governos anteriores, foram devolvidos aos cargos para continuarem a roubar, éramos os trotskistas radicalóides, enlouquecidos. É realmente uma situação muito difícil. Apelo, então, a V. S^{as} – acho que o cansaço e a exaustão não possibilitaram – que disponibilizem o contrato que eu havia solicitado, até por meio de fax. É essencial para o nosso procedimento investigatório. Quando falamos isso, imediatamente as pessoas já ficam aterrorizadas em casa, dizendo: “vão fraudar, vão mudar o documento, o contrato”. Então, eu prefiro acreditar que amanhã o senhor e a senhora encaminharão o contrato para que possamos estudar. Esse não é um momento de comemoração para ninguém, é um momento delicado da vida nacional. Peço, então, que encaminhem amanhã.

Do mesmo jeito, Sr^a Zilmar, se os senhores tiverem feito algum pagamento para as empresas Matisse e Espaço Digital, que nos encaminhe essa informação – se foi feito, se não foi feito. Que o contrato seja encaminhado amanhã.

Para encerrar, Presidente Delcídio, faço uma homenagem aos que fazem questão de se considerarem de esquerda, até trotskistas, porque sei o quanto apanhamos, mencionando um poema do Leminski, muito interessante:

Para a liberdade e luta
me enterrem com os trostkistas
na cova comum dos idealistas
onde jazem aqueles
que o poder não corrompeu.
me enterrem com meu coração
na beira do rio
onde o joelho ferido tocou a pedra da paixão.

Encerrando, Sr. Presidente, Srs. Senadores, espero que os depoentes possam encaminhar amanhã a documentação, o contrato, para que possamos, com a serenidade necessária, com a independência técnica necessária e com o rigor ético implacável que o povo brasileiro exige, analisá-la com tranqüilidade.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem, apenas dez segundos.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Não dê não, Sr. Presidente, senão vou responder.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Ela me alfinetou, sabe por quê? Porque fiz um bilhete para ela dizendo que, se gostar mais, como amiga, do Senador José Agripino do que de mim, vou articular e pedir o *impeachment* dela.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – É porque ele está tentando, de alguma forma, me vencer a não pô-lo na solitária no ida da revolução socialista.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Já me ameaçou de morte, de cadeira elétrica e tudo mais.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral PT – MS) – Agradeço aos Parlamentares, agradeço ao Sr. Duda Mendonça, a Sr^a Zilmar, aos advogados, desejando a todos uma boa noite.

Declaro encerrada a reunião.

(Encerra-se a reunião às 22 horas e 15 minutos)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN,
PARA INVESTIGAR AS CAUSAS
E CONSEQUÊNCIAS DE DENÚNCIAS
E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS
POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS –
EMPRESA BRASILEIRA
DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

Ata da 26ª Reunião, realizada em 16/08/2005.

Aos dezesseis dias do mês de agosto do ano de dois mil e cinco, às nove horas e trinta e cinco minutos, na sala 02 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Maguito Vilela, e ainda com as presenças dos Senhores Senadores Heráclito Fortes,

César Borges, Demóstenes Torres, Álvaro Dias, Ideli Salvatti, Aelton Freitas, Sibá Machado, Luiz Otávio, Ney Suassuna, Jefferson Peres, Fernando Bezerra, Heloísa Helena, Romeu Tuma e Ana Júlia Carepa e dos Senhores Deputados Carlos Abicalil, Asdrúbal Bentes, Osmar Serraglio, Antonio Carlos Magalhães Neto, Onyx Lorenzoni, Eduardo Paes, Nélcio Dias, Nelson Meurer, Wellington Fagundes, Silvio Torres e Geraldo Thadeu, reúne-se a COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN, PARA INVESTIGAR AS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DE DENÚNCIAS E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS – EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos da vigésima sexta reunião e informa que a mesma terá caráter administrativo. Discute-se a respeito da proposta apresentada pelo Relator Osmar Serraglio de se realizar uma viagem para a cidade de São Paulo, para ouvir o doleiro Antonio Oliveira Claramunt, conhecido por “Toninho Barcelona”, o qual encontra-se recluso em penitenciária daquele Estado. Forma-se uma Comissão composta pelos seguintes parlamentares: Pompeo de Mattos; Heloísa Helena, Ideli Salvatti, Demóstenes Torres, Eduardo Paes, José Eduardo Cardozo, Romeu Tuma, Arnaldo Faria de Sá, Antonio Carlos Magalhães Neto, Onyx Lorenzoni, Álvaro Dias, Mauricio Rands e Geraldo Thadeu. Na sequência, foi aprovado o **Requerimento nº 791** de autoria do Deputado Osmar Serraglio, que propôs esse assunto, solicitando a criação de uma sub-comissão para ouvir, em São Paulo, o referido senhor. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e dois minutos. E, para constar, eu, *Wanderley Rabelo da Silva*, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da presente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Havendo número regimental, declaro aberta a 26ª reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento nº 03, de 2005-CN, para investigar as causas e consequências de denúncias e atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Esclareço que a pauta desta reunião é administrativa.

Passo a palavra ao Relator.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, apenas para o esclarecimento

dos Srs. Parlamentares: a reunião administrativa, que normalmente seria procedida a partir das 11h30, foi antecipada, porque houve um acordo, um ajuste no sentido de que apreciemos, única e exclusivamente, um requerimento. E a reunião administrativa da semana será procedida – está sendo ajustado – amanhã ou depois de amanhã, antes da oitiva, que será de Ivan Guimarães ou... Quinta-feira? Quinta-feira, o Deputado Onyx está esclarecendo. Ouviremos, na semana, Ivan Guimarães e Henrique Pizzolato.

O Requerimento único que está sob apreciação é o de nº 791, da Relatoria, que requer a formação de uma subcomissão para ouvir o Sr. Antonio Oliveira Claramunt, conhecido por doleiro Toninho da Barcelona, oportunidade em que será verificada a pertinência de o mesmo ser convocado para ser ouvido pela CPMI, em Brasília.

Na verdade, o que se vai fazer é avaliar até onde é ou não é interessante trazê-lo. E, a partir de que informações é que, efetivamente, ele vai prestar a esta comissão que irá se deslocar.

Sr. Presidente, esse é o requerimento que está em apreciação.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Para encaminhar, com a palavra, o ilustre Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Agradeço, Sr. Presidente.

Nobre Relator, Srs. Congressistas, na verdade, criou-se uma polêmica muito grande no final de semana sobre que procedimento seria o mais ajustado para promovermos uma oitiva prévia do Sr. Toninho da Barcelona, doleiro apontado como possível responsável pela remessa de recursos para o exterior, que envolve partidos políticos, empresários e afins.

Vale dizer, Sr. Presidente, que, em nenhum momento, houve interesse da Oposição, e imagino também que da base do Governo, em se fazer a disputa política em torno desse requerimento. Na verdade, nós procuramos tomar o cuidado devido, marcando esta reunião para formalizar o grupo que iria a São Paulo ouvir o Sr. Toninho da Barcelona. Então, esse cuidado, penso que é um cuidado pertinente, necessário, equilibrado.

Estamos aprovando agora o requerimento. Logo em seguida, um grupo de Parlamentares vai se deslocar para São Paulo, e, na Secretaria de Segurança Pública, ouviremos o Sr. Antonio Oliveira Claramunt, o Toninho da Barcelona. E, a partir do que ele produzir de depoimentos, nós avaliaremos que consequência será dada às informações prestadas por ele.

Então, é apenas para registrar que esse foi um cuidado de todos nós no entendimento promovido e patrocinado pelo Presidente Delcídio, por V. Ex^a e pelo nobre Relator, de tal forma que assim cumprimos todas as formalidades e alcançaremos o objetivo da CPMI, que é ouvir o Sr. Toninho da Barcelona.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Agradeço a colaboração de V. Ex^a.

Com a palavra, a ilustre Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, queria, em primeiro lugar, deixar registrado que fui comunicada pelo Presidente desta CPMI, o Senador Delcídio Amaral, das providências que estavam sendo tratadas, combinadas, para que o Sr. Toninho da Barcelona tivesse uma oitiva, uma visita, uma conversa com alguns membros da CPMI, no dia de ontem. E fui comunicada pelo Presidente da CPMI no domingo, entre uma e duas horas da tarde.

Coloquei-me à disposição para ir a São Paulo na segunda-feira, mas fiz ponderações, que entendi absolutamente pertinentes, no sentido de que uma providência dessa magnitude, ou seja, uma diligência na prática da CPMI, não poderia ser adotada sem deliberação oficial da Comissão; e que um precedente dessa magnitude criaria uma situação extremamente constrangedora, e até poderia criar problemas em termos das consequências do que iríamos fazer em São Paulo no dia de ontem sem deliberação da Comissão. Usei inclusive, com alguns repórteres que nos entrevistaram ao longo da tarde de domingo e durante a noite de domingo, até precedentes ocorridos em outras CPIs, que tiveram as suas provas contestadas nas ações judiciais fundamentalmente pela forma como foram obtidas. Ou seja, qualquer deslize regimental acaba sendo depois, na disputa judicial, elemento para que provas às vezes contundentes sejam derrubadas, porque a forma como foram obtidas não teve todo o cuidado e toda, digamos assim, a diligência necessária no preceito regimental, legal e constitucional. Usei, como exemplo, o caso do ex-Presidente Collor, que foi cassado, mas foi inocentado na Justiça porque no processo judicial teve as suas provas derrubadas. E citei ainda um caso mais recente, que foi o do Banco Votorantim, na CPMI dos Precatórios. O Banco Votorantim saiu da CPMI dos Precatórios como um dos principais réus daquele processo, daquela investigação, por ter sido um dos principais operadores daquele sistema, que permitiu todo aquele desvio de recursos públicos, e o Banco Votorantim, de réu, passou para vítima, e inclusive teve direito a uma indenização milionária. Ou seja, além de não ter sido condenado, ele acabou, depois, no processo na Justiça, porque derrubou as provas contra ele obtidas na CPMI dos Precatórios, pela for-

ma como foram obtidas, virando vítima e com direito a uma indenização milionária.

Então, todas as conversas que fizemos, ao longo do domingo e inclusive na segunda-feira, foi no sentido de que pudéssemos ter a deliberação para que seguissemos o Regimento, a legalidade das atividades da CPMI.

Tive também um entendimento de que a gravidade do que o Sr. Toninho Claramunt pode vir a trazer para esta investigação mereceria o depoimento aqui nesta CPMI, de público, de forma aberta, com todos os Parlamentares podendo fazer os seus questionamentos e a imprensa podendo acompanhar. Por isso que apresentei, não sei se outros Parlamentares também apresentaram, requerimento no sentido de que não ocorresse a diligência, mas que ele viesse a prestar o depoimento aqui.

Ontem, à noite, fui surpreendida pelo noticiário com uma declaração do Procurador-Geral da República fazendo ponderações para que a CPMI tivesse algum tipo de cuidado inicial na busca das informações que o Sr. Toninho Claramunt tenha a prestar a esta investigação.

Então, tendo em vista o requerimento que está sendo apresentado e até por conta das ponderações que o próprio Procurador-Geral da República fez, de forma pública, pela imprensa, acho que o mais adequado mesmo é que possamos fazer a ida, hoje, lá, para ver as condições, inclusive porque há fortes indícios de que ele vem sofrendo ameaças, pressões. Então, que a gente possa ir lá verificar as condições que ele está tendo neste momento e poder ter alguns indícios da validade ou não de trazê-lo em seguida para um depoimento aqui na CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Agradeço a V. Ex^a. Quero só chamar a atenção para o tempo. Se tivermos que nos deslocar até São Paulo, vamos ter que sintetizar ao máximo aí as nossas intervenções.

Com a palavra, a ilustre Senadora Heloísa Helena. Posteriormente, Senadores Demóstenes Torres e Jefferson Péres.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Bom, até em função de alguns comentários que foram feitos, me senti na obrigação de fazer um brevíssimo pronunciamento sobre o fato. Primeiro, dizer que o Senador Delcídio agiu absolutamente dentro do Regimento, não tem nada de anti-regimental em relação a isso, até porque outras diligências foram feitas, por exemplo, ao Banco Central, sem se aprovar aqui. Não se aprovou. Foram Parlamentares ao Banco Central. Poderiam estar lá pegando dados importantíssimos, que nunca se usou. Não é isso.

O problema de CPI – vejam só uma coisa: a CPMI do Banestado, como foi aqui citada, o Banco Rural ficou fora da CPMI do Banestado. Foi porque não tinha provas? Não. Foi por causa de grandes acordos. Paulo Maluf também ficou fora. Então, não necessariamente, é isto que se configura. Então, o Senador Delcídio Amaral quis dar... E eu não tenho procuração para defendê-lo; pelo contrário, eu adoro ficar falando mal dele aqui. Todavia, o Senador Delcídio Amaral agiu de forma absolutamente democrática. Tinha uma matéria bombástica na **Veja**, e o que todas as pessoas estavam dizendo é que nós estávamos nos omitindo, sem querermos ir lá. Talvez nada de novo tenha no pronunciamento. Eu não preciso que ele esteja aqui porque pode ser que alguém diga assim: “Como ele deu declaração de que era só o PT que mandava dinheiro para o exterior, talvez alguém queira, aqui, perguntar a ele se o PSDB mandava também”. Eu mesma pergunto. Não precisa que ele venha aqui. Nada de novo trará porque já houve busca e apreensão. Então, se ele diz que quer falar, nada mais lógico que haja uma Comissão que vá até lá. Já teve busca e apreensão, todos os documentos já foram feitos. Agora, não pode é ele dizer que quer falar com a Comissão Parlamentar de Inquérito e o Presidente não providenciar. E tem uma coisa também: existem diligências que podem ser feitas sem ter que votar aqui. Eu quero, como Parlamentar, ser comunicada. A do Banco Central, por exemplo, eu não fui comunicada. Contudo, é importante. Existem diligências que podem ser providenciadas sem ser públicas, porque o fato delas serem públicas – aprovadas publicamente e debatida publicamente – pode, inclusive, fazer com que quem esteja escondendo os documentos possa montar uma estrutura e um mecanismo para impedir que as investigações possam ser feitas de forma absolutamente transparente como é necessário.

Então, é só para dizer que o Presidente, que, inclusive, falou comigo também no domingo, sabia de todas as preocupações e que iria dar a agilidade necessária, pelo temor mesmo de que não dissessem o que poderiam dizer e que já estavam dizendo que nós estávamos querendo acobertar e impedir as investigações de uma denúncia muito séria que estava colocada.

Acho, então, que a melhor providência é esta mesma – do Presidente, do Vice-Presidente e do Relator – no sentido de que uma Comissão esteja lá e, se houver dado novo e relevante – e pode ser na Política Federal ou no Ministério Público ou aqui na CPMI –, que possamos ver. Agora, o que seria inaceitável era não estarmos ouvindo alguém que disse que quer falar para a Comissão Parlamentar e Inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Agradeço a V. Ex^a.

Com a palavra o ilustre Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Parlamentares...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Peço silêncio ou, pelo menos, a compreensão da maioria no sentido de falar mais baixo ou procurar um outro local mais adequado, porque está difícil e é ruim fazer declarações ou intervenções nesse clima de tanta conversa e de tanta gritaria.

V. Ex^a está com a palavra assegurada.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – No sábado, pela manhã, eu liguei para o jornalista Policarpo Júnior, da revista **Veja**, porque vi que ele tinha assinado a matéria – e sou amigo de Policarpo assim como de muitos outros jornalistas que aqui estão. E perguntei a ele se tinha mais informações, porque eu achava que a informação era tão grave – partindo de uma pessoa presa, se denominando até de preso político etc., para que nós pudéssemos ouvi-lo de maneira mais célere. E imaginei que pudesse ser, assim, **ad referendum** desta Comissão, se tivesse uma representação parlamentar substancial – representantes do PT, do PSDB, do PDT, do P-SOL, do PP, perfeitamente.

Então, qual era o objetivo? O objetivo era este. Entrei em contato com o Advogado dele, e o Advogado me disse: “Realmente, nem eu sei o que ele tem para dizer, porque o colocaram num RDD dizendo que ele liderou uma rebelião. Então, como só falo com ele pelo vidro e como acho que está grampeado, nós não temos essa liberdade, mas a mulher dele me disse que tem muito a dizer”.

Diante disso, qual era a minha preocupação em não trazê-lo à Comissão? É que, diante de toda esta situação, ele pode sentar aí e falar: “Eu não sei nada”. E seria um verdadeiro fiasco para a Comissão. Então, se a Comissão fosse lá e verificasse se ele realmente tem algo a dizer, seria muito mais importante. Falei com o Senador Delcídio Amaral, tentei falar com o Deputado Osmar Serraglio, com quem só conseguimos falar no final da noite de domingo; falei com o Gustavo Fruet; falei com o Procurador-Geral da República. Lá já há um pedido de colaboração voluntária, ao qual o Procurador-Geral, também, indeferiu, uma vez que vai mandar dois Procuradores da República acompanhando a Comissão para verificar se realmente ele tem essa condição de colaborador, se ele pode ter e se tem algo a dizer. Então, o objetivo era só esse.

Agora, fui surpreendido pela declaração do Sr. Ministro da Justiça, que teria dito que o Sr. Toninho da Barcelona era um franco-atirador e que, por isso, teria

informações duvidosas a dizer. E é justamente isso. Que é que tem o fato de ele ser um franco-atirador? Todos nós sabemos quem é Toninho da Barcelona. E quem sabe mesmo de delinquência não somos nós, são os participantes da delinquência. Então, se o Sr. Toninho da Barcelona, apesar de ser desqualificado, apesar de ser criminoso, quiser falar, ótimo! Que fale!

Então, acho que nós poderíamos já ter ouvido, até porque tem outra consequência: por ele ser desqualificado, também pode mudar de opinião. Quanto mais rápido nós o ouvirmos, melhor. Não é verdade?

Então, eu penso que essa é uma Comissão que deve ser criada e que nós devamos, sim, ir a São Paulo ouvi-lo, fazer uma análise preliminar e, se for o caso, trazê-lo para que todos na CPMI possam sabatiná-lo. Essa é a preocupação: a verdade.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Agradeço a V. Ex^a.

Antes, porém, de passar a palavra aos Senadores Jefferson Péres, Heráclito Fortes, Romeu Tuma e César Borges, gostaria de consultar o plenário sobre a seguinte proposta: sair de Brasília às 12h20min; às 15 horas já estaríamos ouvindo o depoimento do Sr. Toninho; com o retorno previsto para às 19h53min. Eu acho que dá bem para conciliar. Repito: saída às 12h20min, com chegada às 14h; às 15 horas estaremos já ouvindo e, possivelmente, 19h53min, 20 horas estaríamos voltando.

É uma proposta bem ... Nós podemos fechar com essa? Eu quero submeter ao Plenário. Podemos fechar com essa proposta? Para poder emitir os bilhetes, tirar as passagens e, naturalmente, já vamos saber quem é que se habilita ou quem o Partido ou Partidos vão designar.

Vamos fechar com essa proposta, então, de saída 12h20min e retorno 20 horas. Certo? (Pausa.)

Então, aprovada.

Agora, quais são os Senadores e Deputados...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Eu vou conceder a palavra a V. Ex^a dentro de poucos minutos. É só para tomar providências administrativas.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, é apenas sobre o retorno. Eu acho perigoso se marcar o retorno. Se o Sr. Toninho...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – É o último vôo. Aí, se não der, vai ter que pernoitar, mas...

O SR. ROMEU TUMA – A passagem não pode ser em aberto. Se não der, cancela e remarca em outro voo.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Exato.

Vamos fechar, então, com essa proposta.

Agora, são quantos os integrantes?

Eu gostaria de ouvir o Relator e gostaria de ouvi-los. Quantos membros, quantos Deputados e Senadores...

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – O PSDB será representado pelo Deputado Eduardo Paes.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Como?

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Pelo Deputado Eduardo Paes.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Pelo PSDB, o Deputado Eduardo Paes.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – PI) – Deveria ser subcomissões.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Só um minutinho. Pelo P-Sol, Senadora Heloísa Helena.

Pelo PFL, Demóstenes Torres.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Pelo PFL, Onyx e ACM Neto.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sugiro o Senador Romeu Tuma, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Só um minuto. Contamos cinco. Com o Relator, naturalmente, e o Presidente, temos sete.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sugiro a presença do Senador Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – É... Do PT? Vamos ouvir o PT.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O Deputado Eduardo Cardozo já está em São Paulo e vai acompanhar, e eu vou pela Bancada do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Já contamos sete, mais o Relator e o Presidente.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Presidente, V. Ex^a colocou o Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto; ele iria. Ele está aí?

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Com o Presidente e o Relator integrando, são nove. Eu acho que...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Senador Presidente, sugiro a presença do Senador Romeu Tuma. Acho, inclusive, que facilitará...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – É importante. Eu acho também que poderia ser os dois Senadores. O Senador Romeu Tuma, V. Ex^a faz restrições à indicação?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Não, não tem problema.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – O Senador Romeu Tuma, por ser um Senador de São Paulo, ligado à Polícia Federal, um homem que tem uma experiência reconhecida em todo o Brasil e fora do Brasil, eu acho que é importante.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, o Senador Alvaro Dias tem trabalhado com insistência esse tema da remessa de recursos para o exterior...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Eu não estou conseguindo ouvir. Eu gostaria de... Senador Sérgio...

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, eu fiz a sugestão do nome Deputado Eduardo Paes, que, rigorosamente, estava decidido a ir lá também. Contudo, o Senador Alvaro Dias tem desenvolvido um trabalho todo em torno dessa questão dos recursos que são internacionalizados, e ele se dispõe a também comparecer.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Não há problema.

Com o Senador Alvaro Dias, são onze. Além do Relator e do Presidente, mais nove Parlamentares. Acho que onze é o número ideal de membros da Comissão.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Com a palavra, pela ordem, o ilustre Deputado Abicalil.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, eu estava inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – V. Ex^a falará, como inscrito, logo a seguir.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Apenas requererei, preventivamente, porque ainda não chegou o Deputado Maurício Rands – que é advogado e é da Bancada do PT –, que seja incluído o nome de S. Ex^a também.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – De quem?

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Maurício Rands, Deputado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Sim, mas já temos onze.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Compreendo, mas V. Ex^a há de ver que a proporcionalidade da representação está muito distorcida.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Não está não. O Deputado José Eduardo Cardozo está lá, e a Senadora Ideli Salvatti também irá. Há vários do PT.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Não tem problema. É a sugestão de V. Ex^a. Depois, vamos apreciá-la.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Vamos observar. Daqui a pouco vamos, inclusive, fazer uma análise da proporcionalidade.

Com a palavra, o ilustre Senador Jefferson Péres.

Peço a colaboração dos demais para que possamos ouvir todos.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, se o critério for partidário, há que se considerar a proporcionalidade e há que não excluir Partidos. O PDT parece que foi excluído.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Não. De forma nenhuma.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Digo-lhe o seguinte: eu não poderia ir a São Paulo. Mesmo sabendo que toda a imprensa vai cobrir, eu não irei a São Paulo. Mas o PDT tem outro representante aqui, que é o Deputado Pompeo de Mattos, que não se encontra e que poderia ir, embora eu não fale por ele. Eu não irei, mas não se pode, **a priori**, excluir um Partido.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – De forma nenhuma, nem será excluído. O PDT participará. V. Ex^a indica o Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – O Deputado Pompeo de Mattos, se ele puder ir, claro.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – E V. Ex^a, que daria uma colaboração muito grande à CPMI?

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sei, mas não poderei. Tenho uma audiência hoje com o Ministro das Comunicações e tenho que ir.

Mas, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, creio que já está aprovada a ida da Comissão.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Eu gostaria de pedir a colaboração de todos para que possamos ouvir o Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Não sei quais serão os procedimentos da comissão, os quais os próprios nomes decidirão, mas eu gostaria de dar uma sugestão, que eles poderão acatar ou não. Não me sentirei melindrado. Sugiro que eles ouçam primeiro, informalmente, o presidiário, que ele dissesse tudo

que ele acha que tem a dizer e, num seguinte momento, tomasse a termo as declarações. Essa tomada a termo tem que ser feita até para que os membros não cheguem aqui dizendo que ele disse isso ou que ele disse aquilo, e que haja versões diferentes.

Era essa a sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Agradeço a V. Ex^a.

Com a palavra, o ilustre Senador Heráclito Fortes.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, apenas uma complementação...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a a oportunidade.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Só um minutinho.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Não. Eu havia dado a palavra ao Senador.

Depois, a palavra será assegurada a V. Ex^a.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Não. V. Ex^a tem a palavra. Eu vou seguir as inscrições.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, quero elogiar essa decisão desta Comissão de fazer a oitiva do Sr. Toninho da Barcelona em São Paulo. Temia muito pela decisão da oitiva nesta Casa. Já tivemos experiência, em outras Comissões, de trazer detentos ao Congresso Nacional, e nenhuma delas foi boa. Houve desacatos, deboches, de forma que eu acho que o natural e o normal é que oitiva seja feita lá, de acordo com a decisão aqui tomada.

Segundo, é que li em algum jornal que...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Asseguro a palavra a V. Ex^a.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – ...esta Comissão estaria tendo acesso aos documentos da CPMI do Banestado. Quero saber de V. Ex^a se procede essa informação.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Não. Com a palavra o Relator. Formule novamente a pergunta, por favor.

O SR. ROMEUTUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, é que disseram que tem prova emprestada...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – O Senador Heráclito Fortes formulou uma pergunta e eu gostaria que o Relator ouvisse.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Há informações de que esta CPMI está tendo acesso aos documentos da CPMI do Banestado. Queria indagar se V. Ex^a se é verdadeiro.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– É verdadeiro. Nós temos acesso à documentação... Acho que só à parte informatizada.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Eu queria saber de V. Ex^a, porque esses documentos encontram-se lacrados. Eu, no exercício da Presidência da Casa, mandei lacrar e quero saber qual foi o procedimento de quebra lacre, responsabilizando quem fez abertura desses documentos sem a devida autorização. É muito grave o que...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– À documentação nós não tivemos acesso a nada dos documentos ainda. Porque há...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, todo o material da CPMI foi lacrado e está sob responsabilidade da Secretaria de Comissões. A Mesa determinou isso no momento certo. Eu não sou contra; acho que deve ser aberto. Agora, tem que ter um procedimento, até porque nós estamos aqui vivendo um festival de desaparecimento de documentos. Se houver desaparecimento desses documentos da CPMI do Banestado, poderá ser um ato criminoso, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Eu estou chamando a atenção para esse fato. Eu gostaria de saber como foi feito o procedimento de abertura dos documentos desta CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)
– O Sr. Relator vai responder V. Ex^a.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Pois não, Presidente.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Eu gostaria apenas, Deputado Osmar, de fazer um apelo.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Pela ordem, o Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Eu agradeço. Eu gostaria de fazer um apelo para que nós pudéssemos votar logo o requerimento sem prejuízo depois de continuar a discussão sobre o extravio ou não dos documentos, porque a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo está aguardando a oficialização de nossa decisão para poder liberar o preso.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)
– E parece que há consenso em torno do requerimento. Eu gostaria só que V. Ex^a me permitisse colocar, para poder tomar as providências...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Pois não, está certo.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)
– (...) e, logo em seguida, V. Ex^a teria a palavra.

Srs. Senadores, Srs. Deputados, Sr. Relator, eu vou colocar em apreciação o Requerimento nº 791, do Sr. Deputado Osmar Serraglio, o nosso ilustre Relator.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem deseje fazer uso da palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que concordarem permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado por unanimidade.

À secretaria, para as providências.

Com a palavra, o ilustre Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – V. Ex^a deu a palavra ao Relator para esclarecimento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sr. Presidente, eu encareço ao nobre Senador um prazo mínimo para que eu tome informações mais claras.

Eu apenas vou informá-lo do que eu tenho conhecimento pessoal. Reiteradas vezes tivemos encontros com o Ministério Público, com a Polícia Federal, e o que eu posso assegurar é que naqueles contatos, quando se falava em acesso às informações relativas ao Banco do Estado, eu me informava com o Patruni, com o Felipe, que são assessores, e a afirmação que eles me faziam é: “Não; isso está disponibilizado. Isso está disponibilizado”. Eu nunca tive acesso. Nunca sequer observei como é nem sei a que temos, efetivamente, acesso.

De forma que vou tirar a limpo exatamente em que nível é que nós temos esse tipo de informação que nos está sendo passada. Lamentavelmente eu reafirmo isso. Agora estou questionando aqui, e todo mundo diz que “não, não, não”. Mas, com a presença da Polícia Federal, com a presença... Reiteradas vezes assessores nos disseram: “Nós temos acesso”. Quer dizer, só essa informação. Como ela é... A documentos, com certeza, não. Isso sempre disseram. Mas disseram que nós tínhamos a informatização disponível. Em 10, 15 minutos, eu lhe passo essa informação se me permitir.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, eu gostaria, porque é um fato grave. Esses documentos, por medida de cautela, foram todos eles lacrados para evitar manipulação indevida. Participou dessa ação não só eu, como representante da Mesa, mas o Senador Romeu Tuma, que chegou a seguir, apoiou a minha decisão, bem como o Senador Sérgio Guerra e, se não me engano, o Senador Demóstenes

Torres, no período do recesso. Nós acompanhamos esse processo, que foi endossado pelo Presidente do Senado. Eu acho que esses documentos devem ser colocados à disposição, sim, da Comissão, mas, para isso, é preciso que haja a autorização, a oficialização, a fim de que se evite, Sr. Presidente, o desaparecimento de documentos. Temos documentos coligidos pela CPMI do Banestado que, com os esclarecimentos prestados nesta CPMI, tornam-se da maior importância para a apuração de episódios recentes.

Dessa forma, rogo ao Sr. Presidente e ao Sr. Relator, o mais rapidamente possível, um esclarecimento sobre esta matéria.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– O Relator já está tomando as precauções necessárias e, naturalmente, as providências devidas.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Pela ordem, sobre o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Concedo a palavra a V. Ex^a pela ordem.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Eu tive esta mesma preocupação que o Senador Heráclito, porque várias questões estão sendo veiculadas. Vi entrevistas, inclusive de membros da CPMI, Sub-relatores, dizendo que estavam com as provas e os documentos cedidos, emprestados. Eu tive esta preocupação também, porque acompanhamos todo o episódio final da CPMI do Banestado, que acabou não tendo sequer votação de relatório e cujos documentos foram lacrados.

Assim, tomei o cuidado de apresentar requerimento para que possamos oficializar o repasse dos documentos da CPMI do Banestado a esta CPMI. Então, já há requerimento, protocolado ontem, para que tenhamos a oficialização dos documentos da CPMI do Banestado para esta CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– As providências serão tomadas. Com a palavra o ilustre Senador Romeu Tuma, inscrito regularmente.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Primeiramente sobre a manifestação do Senador Heráclito. Como houve durante o percurso das apurações da CPMI do Banestado uma denúncia da jornalista Sônia Rassi sobre o vazamento de informações, principalmente objetivando extorsões, fizemos uma apuração. Ela não confirmou com base no seu direito constitucional de preservação da fonte. Então, quando o Senador Heráclito aqui, durante o recesso, nos comunicou, imediatamente concordamos com a providência de lacrar todos os documentos e pôr à disposição da Mesa Diretora dos trabalhos.

Acredito que V. Ex^a, como Relator, pode solicitar a liberação, pela Mesa, sob a responsabilidade desta CPMI, de cada documento que precisar. E é necessário

informar cada um que for retirá-los, porque há muitos documentos secretos. E há um parecer da Consultoria, Sr. Presidente, que solicitei e que posso encaminhar a V. Ex^a, no sentido de que é perfeitamente correta a prova emprestada, sem precisar repetir quebras de sigilo de qualquer uma das CPIs para outra.

Agora, sobre o Toninho da Barcelona, eu queria dizer que realmente há muita pressão para que ele não seja ouvido em razão de ele falar muita coisa. Porém, em se tratando de quem foi condenado a 25 anos, acho que temos de ouvi-lo, mesmo porque, se não for ouvido – e já está decidido inclusive –, nós ficaríamos muito mal perante toda a estrutura, não só do Congresso como da opinião pública. Se alguém quer falar, nós não podemos nos recusar a ouvi-lo.

Então eu gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Está impossível continuar com esse clima. Acho que todos deveriam colaborar. Há um ilustre Senador com a palavra, dando opiniões importantíssimas. Quem não estiver interessado, colabore com os que estão interessados.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Eu pediria ao Relator, se concordasse conosco, que solicite cópia do processo em que houve a condenação do Toninho da Barcelona. É um processo muito importante e envolve muita gente que nada tem a ver com a CPMI. Contudo, lá pode haver dados que sejam importantes. O processo correu na justiça de São Paulo e veio até o Superior Tribunal de Justiça, pois havia juízes envolvidos. Acho que há dados importantes.

Se V. Ex^a quiser, eu faço o requerimento; senão, V. Ex^a mesmo. Eu faço o requerimento verbal e mando bater, requerendo cópia de todo o procedimento de apuração.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. Ex^a tem o número?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Eu pego tudo na Polícia Federal se V. Ex^a concordar.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Concordo, sim.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Está certo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sem problema.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Há outra questão, Senador.

Quero comunicar, Sr. Relator, que, como Corregedor, estou abrindo uma sindicância, Sr. Presidente, sobre a denúncia relatada na entrevista do Senador Delcídio Amaral de que membros do setor técnico da CPMI estão sendo pressionados a omitir nomes e, provavelmente, surrupiar documentos, Senador Heráclio Fortes. Hoje, o Deputado Eduardo Paes faz a

mesma denúncia no **Correio Braziliense**. Como o fato está ocorrendo no Senado, já determinei, Senadora Ideli Salvatti, abertura de sindicância, solicitando, por escrito, ao Senador Delcídio Amaral uma informação mais correta do tipo de pressão que os funcionários estão sofrendo, para evitar o que ocorreu no Banestado, Senador, quando as informações vazavam para extorsão.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Romeu Tuma? Deputado Eduardo Paes, aqui.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Pois não, Deputado Eduardo.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Quero apenas informar o que está veiculado pela imprensa hoje.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Eu considerei importante essa questão.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sem dúvida, sem dúvida.

O Deputado Carlos Abicalil, na hora em que eu descobri que haviam sumido algumas notas, estava na frente, e eu comentei. Na semana passada, chegaram as notas fiscais das empresas Telemig, Amazônia Celular, que teriam sido pagas à agência DNA. Chegou outra relação, e nós tínhamos uma relação também das notas fiscais apreendidas em Belo Horizonte, aquelas que estavam sendo incineradas. De fato, quando fiz a comparação das duas listas, algumas notas fiscais que tinham sido apreendidas não constavam da relação que as empresas mandaram.

Portanto, procurei a caixa onde estavam guardadas as notas fiscais apreendidas em Belo Horizonte – cópias dessas notas fiscais que fomos buscar lá para trazer para a CPMI –, e justamente essas notas fiscais que não batiam – a relação das notas de Belo Horizonte não batia com a relação encaminhada pelas empresas – haviam desaparecido. Existia uma sequência de notas. Imaginem a nota 33. Havia a nota 27, 28, 29, 30, 31, 32 e pulava para 34, 35, 36. Isso ocorreu nos dez casos. O fato é grave, apesar de ser um documento não sigiloso e, portanto, de manuseio mais facilitado, obviamente, com um controle menor.

A sorte da CPMI é que, nesse caso, o Ministério Público de Minas Gerais tinha ficado...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Eu recebi todo o ofício, o processo, prisão em flagrante, em relação que encaminhei imediatamente à Secretaria da Comissão, que facilmente poderá solicitar segunda via.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Nesse caso, o Ministério Público de Minas detinha ainda os originais, e eles os encaminharam por fax ao meu ga-

binete. Portanto, encaminharei isso ao Relator. Creio que são cuidados...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Mas precisamos ter a responsabilidade de cautela. Portanto, não há possibilidade de não se abrir uma sindicância para apurar o manuseio dos documentos e o seu desaparecimento.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Exatamente.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Amanhã, todos nós seremos responsáveis...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – O Deputado Carlos Abicalil me pergunta....

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Quero prestar um esclarecimento. Por sorte, eu também havia procedido...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Aliás, uma iniciativa do Relator.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – ... não por cautela, porque eu nunca iria imaginar algo assim. Antes, tabulei todas e tenho todas elas tabuladas, para que, de alguma maneira, isso fosse suprido.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – V. Ex^a tem controlado bem a entrada de documentos, e os auxiliares são... Tanto é que houve reação dos funcionários à pressão que sofreram, e eles comunicaram ao Presidente.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Senador Romeu Tuma, quero destacar que o Relator e a Cleide tiveram a iniciativa de destacar duas ou três estagiárias para relacionarem as notas que chegaram. Então, graças à iniciativa do Relator e da Diretoria da Comissão, conseguimos apurar. Portanto, *meno male*.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – A Cleide está permanentemente presente ali para evitar... e tem até achado ruim com alguns Parlamentares. Essa é a cautela, porque ela tem de respeitar Parlamentar. Então, ela não pode sofrer determinados tipos de pressão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Sou eu que agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Sérgio Guerra, último orador inscrito.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, quero fazer três ponderações. Primeira,...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Está com a palavra o Senador Sérgio Guerra e, logo em seguida, concederei a palavra a V. Ex^a.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, quero fazer três ponderações.

Primeiro, em face dos argumentos do próprio Presidente, subscritos aqui pelo Deputado Antonio Carlos Magalhães e outros, fica clara a urgência de definir qual

será a comissão que vai a São Paulo. Proponho que, antes de discutir nomes, se discutam critérios. Se há mais nomes do que possibilidade de estar lá presente, é sensato que haja um critério que possa presidir a definição desse grupo. Não há critério mais apropriado do que o da proporcionalidade.

Segundo, queria apenas consultar o Presidente sobre quando vamos discutir a nossa agenda desta semana. Já está definida? Foi discutida? Quando? Olha, esse negócio de Presidente decidir agenda da semana não é usual nem adequado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Posso socorrer V. Ex^a?

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – E) – Nem reunião prévia, não considero a existência de reuniões prévias. Estou fora disso.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Senador Sérgio Guerra, posso socorrer V. Ex^a só para esclarecer, para não ficar um mal-entendido e até para fazer uma defesa necessária do Senador Delcídio Amaral?

Na verdade, não há ainda a formalização de uma agenda. O Presidente Delcídio Amaral ficou de chegar a Brasília no dia de hoje, no máximo até o final da manhã para discutir qual seria a agenda da semana. Existe uma proposta encaminhada de que ouçamos amanhã o Henrique Pizzolato, ex-diretor de *marketing* do Banco do Brasil e, na quinta-feira, o Sr. Ivan Guimarães, ex-presidente do Banco Popular.

Os dois requerimentos já foram aprovados. São audiências que estão para ser marcadas há algum tempo e que, portanto, seguiriam uma linha lógica dos depoimentos necessários para esta CPMI. Só que o Presidente Delcídio Amaral não tomou decisões, e é importante frisar isso. Ele está chegando a Brasília, ficou de discutir com os Parlamentares e então formalizar a definição de quem serão os ouvidos.

Há esta sugestão e, particularmente, concordo com ela, acho que é positiva para esta CPMI. Evidentemente, não há ainda uma formalização disso.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Estou com a palavra e concedi um aparte ao Deputado ACM Neto aliás, bastante adequado.

Não tenho nada contra a previsão de agenda que está aí. Apenas fiz a ponderação de que, mesmo sendo requerimentos aprovados e mesmo que façam sentido, é indispensável que o Plenário desta Comissão decida sobre a agenda que vai se definir para esta e para as outras semanas.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – V. Ex^a está coberto de razão e vamos tomar as providências.

Antes de conceder a palavra ao Senador César Borges, gostaria de dizer que temos inscritos para ir a São Paulo: um do PDT, um do P-SOL, três do PT, quatro do PFL, dois do PSDB e um do PTB. O Relator e o Presidente não contam. De forma que o PFL está com excesso e o PT, a meu ver, também.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, para que possamos discutir, acho que se não houvesse objeção deste Plenário...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Estou somente anunciando. Não posso ser injusto com o Senador César Borges, que é o último inscrito. Depois voltamos ao assunto.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, vejo que aqui, na Comissão, para se falar, tem que se tomar a palavra, porque quem confia na direção da mesa muitas vezes fica decepcionado porque simplesmente pede-se pela ordem e fala-se a qualquer momento. A ordem de inscrição, realmente, é só pro forma.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – V. Ex^a é o último inscrito.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Quem se pauta pela ordem de inscrição ou fica disciplinado para utilizar da palavra no momento certo realmente fica preterido.

Quero dizer a V. Ex^a, em primeiro lugar, que quem quiser fazer uma viagem numa oitiva como esta fora de Brasília, fora do âmbito da Comissão, poderá ir à vontade, não vejo por que limitar a representação dentro da Comissão. Se quiserem ir quatro ou cinco de um partido, se disponibilizarem a ir, ótimo. Eu, por exemplo, não me disponho a ir porque já estou bastante satisfeito com a representação do meu partido – Senadores Demóstenes Torres, Romeu Tuma e o Deputado ACM Neto. Mas, se desejasse ir, ninguém poderia me impedir que lá estivesse presente. Qualquer um que esteja disponível deve se fazer presente. Não há limitação. Acho que a Mesa não deve limitar o número de representantes, se todos desejarem, que todos possam ir.

Mas minha intervenção é no seguinte sentido: acho que, mais uma vez, esta Comissão tem que se reunir do ponto de vista administrativo para ter o seu foco. Falo diretamente para o Relator, Deputado Osmar, sobre a visita a São Paulo. Foi uma notícia que saiu na revista **Veja**, uma reportagem. Tudo bem, é um fato importante. Vai se fazer a oitiva, mas isso não significa que nós não tenhamos um foco. Pelo que sei, a nossa Comissão terá um foco que é procurar a origem dos recursos que alimentaram todas essas fontes de caixa dois, de despesas não contabilizadas, de compra de votos de Parlamentares, porque, se é importante por

um lado, Sr. Presidente, que se apurem Deputados que receberam recursos do Banco Rural e que se lhes aplique a punição (cassação), por outro lado, é importante saber a origem desses recursos e onde está o centro corruptor, Sr. Presidente. É isso que precisamos identificar. Não podemos apenas deixar uma ponta e essa responsabilidade sobre o Parlamento. O Executivo tem responsabilidade. Quem foi que efetivamente comprou Parlamentar ou utilizou-se dos recursos do Banco Rural para que Parlamentares fossem sacar na boca do caixa?

Essa, com certeza, é uma decisão que devemos tomar. E, então, Sr. Presidente, quero falar com o Relator e com o Presidente que precisamos marcar efetivamente oitivas importantes. Nós não podemos imaginar que se passe tudo isso com o Partido dos Trabalhadores e não seja ouvido, por exemplo, o Presidente do Partido dos Trabalhadores à época, o Deputado José Genoíno, que não passe ao largo como se não tivesse responsabilidade sobre esses assuntos.

Também não se argumenta, nem se discute por que é que o Deputado José Dirceu, tido como grande mentor e articulador de todas essas operações, não vem a esta Comissão. Não sei por que, mas até agora não foi aventado. Eu não entendo por quê, Sr. Relator. Estamos atrás da origem dos recursos e de quem armou esse grande esquema de corrupção, inclusive da compra da consciência de Parlamentares, e não estamos considerando aqueles que, segundo todos sabem, estavam no centro dessas articulações, como o ex-Deputado José Genoíno e o Deputado José Dirceu, um como Presidente do PT e o outro como chefe da Casa Civil.

Com relação às empresas do Sr. Marcos Valério, perguntaria ao Relator: já que foi quebrado o sigilo bancário, feito o cruzamento de dados, quem efetivamente fez depósito, como é que nós temos conhecimento disso? O Relator tem que oferecer o resultado dos seus trabalhos aqui para nós.

Então, penso que esta Comissão continua pautada pela mídia e dentro das circunstâncias. Nós estamos aqui diante de um depoimento que aconteceu na semana passada, por livre e espontânea vontade, do Sr. Duda Mendonça. O Sr. Duda Mendonça declarou que recebeu recurso no exterior proveniente de pagamentos de despesas que foram feitas pelo PT, para a campanha do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. Isso é uma denúncia gravíssima, muito grave.

Agora, pergunto, Sr. Relator: de onde vieram esses recursos? Esses recursos, pelo que eu sei, foram sistematizados na Comissão e havia 21 fontes, os recursos passaram por 21 entidades entre contas e

bancos para chegarem à conta Dusseldorf, do Banco de Boston nas Bahamas.

Temos que fazer uma investigação. Mas como é que podemos fazer isso sem a colaboração da Polícia Federal e da Interpol? Eu gostaria de saber qual a sua linha de atuação, para que pudéssemos efetivamente chegar à origem desses recursos, já que esta será, fundamentalmente, a nossa função aqui, nesta Comissão.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Se me permite, eu esclareceria o seguinte: ontem tivemos reunião técnica interna com a Procuradoria, com o Ministério Público Federal, com a Polícia Federal e, especificamente, com o pessoal, dentro dessas instituições, que está voltado e que trabalha com recursos, com transferências de dinheiro para o exterior. Portanto, ainda ontem, nós já nos reunimos com quem mais pode nos auxiliar, quem mais pode contribuir para que possamos esclarecer essas contas todas. Inclusive, elas ontem, por intermédio da Polícia Federal, pelos dados de que dispõe, já vieram tabuladas, e nós estamos implementando isso. Com certeza, nós estamos tomando as providências cabíveis com o auxílio de todas as autoridades, inclusive do Ministério da Justiça, Polícia Federal, Secretaria Executiva do Ministério da Justiça e Ministério Público Federal sobre esse assunto que V. Ex^a está aventando.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Eu gos-

taria que o Relator pudesse nos manter informados a respeito dessas informações que são colhidas quase que diariamente e das quais precisávamos tomar conhecimento.

Acho que a finalidade desta Comissão agora é a procura da origem desses recursos que terminaram na conta do Sr. Duda Mendonça, o origem desses recursos que terminaram na conta das empresas do Sr. Marcos Valério e que vieram pagar as atividades do Partido dos Trabalhadores, como todo o País conhece.

Aqui não há nenhuma posição política, mas essa é a finalidade hoje da CPMI. Então, não entendo e pergunto ao Relator quando ouviremos o Presidente do PT, José Genoíno. Quando ouviremos o Sr. José Dirceu que não fez nenhum depoimento em nenhuma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio PMDB – PR)

– Eu quero dizer o seguinte: todos sabem que não me oponho a nada que se proceda no sentido de ouvir. Agora, quem está nos pautando, se me permite, é o seu próprio Partido e PSDB que diz: “não, queremos ouvir, agora, hoje, o Ivan”. Quem está botando a pauta desta semana não é o PT, nem ninguém, é o PSDB e o PFL, ao que cedemos. Agora, ninguém nos trouxe

“vamos ouvir o José Dirceu e o Genoíno”. Talvez até entendam...

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Eu desconheço qualquer proposta do PSDB.

As propostas do PSDB são apresentadas aqui e não há nenhum grupo que possa se reunir para fazer propostas de partido nenhum.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Eu posso responder, Senador Sérgio Guerra.

O problema é o seguinte: qual...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio PMDB – PR) – Eu digo que os representantes desses partidos têm comparecido, negociado, solicitado e até exigido “não, nós precisamos ouvir” e temos sido...

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Pessoas, partido não.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Nobre Relator, não havia definição e, como não há até agora, de uma pauta para esta semana. Então, diante dessa iminência de não termos pauta para quarta e quinta-feira, é que foram sugeridas essas pessoas.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio PMDB – PR) – Não aceito essa afirmação, porque tínhamos, sim, agenda. Inclusive o Pizzolato já estava lá trás estabelecido, além de que são duas pessoas que necessariamente serão ouvidas porque estão no entorno...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Tínhamos o Palmieri para esta semana.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio PMDB – PR) – Também aprovado.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Relator, na melhor das intenções, quero colaborar com o seu trabalho e só queria que V. Ex.^a pudesse, então, direcionar dentro de um foco de trabalho colocando a sua posição.

Se vamos investigar a origem dos recursos, precisamos ouvir essas pessoas. Está certo? Doravante, a partir da próxima semana, temos questões relacionadas a fundos de pensão que precisamos ouvir o Ministro Gushiken e até hoje não houve uma deliberação.

Eu acho que temos que ouvir na próxima semana o Sr. Gushiken, o Sr. José Genoíno, o Sr. José Dirceu para direcionarmos a origem desses recursos e também a informação de V. Ex.^a com relação aos dados de que dispõem. Assim, esta Comissão toda poderá também participar desses dados.

Era isso, Sr. Presidente. Agradeço.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio PMDB – PR) – Só trinta segundos para esclarecer que efetivamente o Ivan e o Pizzolato são duas fontes, porque eles trabalhavam com contratos. Portanto, esta semana já estamos trabalhando em cima de fontes de recursos.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Com a palavra, pela ordem a Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, depois me inscreva.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – É pela ordem. A inscrição agora é de Jorge Bittar.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, tenho algumas questões a levantar e pediria o silêncio. Está muito tumultuado.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Com a palavra a Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, a primeira questão que quero levantar é do procedimento hoje na diligência que faremos a São Paulo para a conversa, a oitiva do Sr. Toninho da Barcelona.

Há várias veiculações na imprensa de que ele estaria sofrendo fortes pressões e se encontra numa situação bastante delicada, parece que está em cela muito reservada, o advogado não pode manter contato pessoal com ele, enfim, uma situação bastante delicada. Então, eu queria que ficasse assegurado que, antes da própria oitiva, pudéssemos ter bem claro toda essa condição de pressão: se existe ou não, como é que está configurada, para que possamos ter claro se é uma conversa resultante de algum tipo de pressão. Acho que essa é uma questão que precede às outras, para que possamos ter a oitiva bastante clara.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – A palavra está com a Senadora.

Logo em seguida eu a concederei.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Eu posso concluir?

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Só para ela concluir.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – A outra questão que eu quero levantar...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Eu gostaria de pedir a colaboração, senão fica difícil.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – ... é a respeito da agenda desta semana, e queria fazer aqui algumas ponderações.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Eu acho que nós precisávamos discutir agora a questão de hoje. Temos uma série de providências a tomar. Senão, vamos ficar aqui durante...

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Convoque uma reunião administrativa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– ...senão nós vamos ficar aqui durante...

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Pronto. Então tudo o que for administrativo é quinta-feira, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Exatamente, porque senão...

Nós temos que nos preparar para essa viagem, temos que definir como será essa oitiva lá hoje, V. Ex^a já deu uma idéia fantástica, eu acho que nós devíamos nos ater a esse problema, senão não vamos chegar a lugar nenhum.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, vários parlamentares...

É impossível, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO. Fazendo soar a campainha.) – Eu vou conceder, logo em seguida, a palavra ao ilustre Deputado Jorge Bittar.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Vários parlamentares deram a sua opinião a respeito da agenda não a partir da reunião administrativa de quinta...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Só vou aceitar discussão para discutir a oitiva de hoje, a reunião administrativa é na quinta-feira.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, eu pedi a palavra pela ordem para fazer uma esclarecimento sobre a oitiva de hoje.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, eu vou ter direito de concluir a minha fala ou não?

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Eu vou assegurar a palavra à Senadora e só vou atender questões de ordem ou palavra pela ordem com relação à oitiva de hoje.

Com a palavra V. Ex^a.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, é exatamente sobre essa pergunta que o Senador Sérgio Guerra está fazendo aqui que eu quero fazer ponderação.

Vai haver a reunião administrativa quinta-feira. É óbvio. Vamos decidir as questões quinta-feira, certo? Mas entre hoje e quinta-feira, tem uma quarta-feira, que terá agenda, que terá atividade.

Então, vários fizeram ponderação a respeito da agenda, e eu tenho o direito de fazer também. E quero ponderar o seguinte: temos pautado a ida hoje a São Paulo não só pela reportagem mas também pelas declarações do Sr. Duda Mendonça de que teria havido remessa de recursos via exterior. Esse assunto é o que está pautado para nós.

Essa é, do meu ponto de vista, a emergência da semana, tanto que estamos indo a São Paulo para fazer a diligência. E com relação a essa remessa, a essa

questão da conta no exterior, e como ela foi abastecida, como ela foi movimentada, como ela foi acionada, nós temos questões a investigar sim. Inclusive os doleiros de Belo Horizonte precisariam ser ouvidos, a Geisa, que está aprovada, que foi quem mandou os fax de todas as movimentações.

Posso dizer, Sr. Presidente, que esse tipo de provocação é que não ajuda.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Vamos deixar para discutir isso quinta-feira, Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Mas eu gostaria de discutir na quinta. Vamos nos ater à reunião de hoje. Vamos nos ater, senão não vamos chegar a lugar nenhum, vai ficar havendo provocações, e aí eu vou suspender a reunião.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – E o outro sócio da SMP&B, o Ramon Rollerbach, que também está envolvido nessa questão da remessa.

Então eu queria fazer a seguinte ponderação. Já que nós estamos indo a São Paulo hoje, que nós fizéssemos, quando chegar o Presidente, a deliberação e tentássemos fechar ao máximo essas questões relacionadas à conta no exterior, e que pudéssemos gastar o dia de hoje e o de amanhã para cercar essas informações, e, na quinta-feira, ter a reunião administrativa para deliberar todas as outras coisas.

Inclusive isso foi veiculado pela imprensa, e eu precisaria que depois fosse confirmado. Os presidentes dos dois principais fundos de pensão, Previ e Petros, manifestaram, e foi divulgado pela imprensa, a disposição de vir prestar todos os esclarecimentos a esta CPMI.

Então, que isso tudo pudesse ser incluído na agenda que vamos deliberar a partir de quinta-feira. Mas pondero que usemos os dias de hoje e amanhã para fazer todo esse cerco à conta, à movimentação de contas no exterior, lembrando inclusive, pelo que está veiculado na imprensa, que o Sr. Duda Mendonça aqui declarou a uma pergunta até do Deputado Eduardo Paes...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Solicito a V. Ex^a que encerre a sua questão de ordem.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – ...que não tinha outras contas e parece que apareceram outras contas no exterior também de movimentações.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Agradeço V. Ex^a.

Eu gostaria de informar à Comissão que a reunião em São Paulo será na sede da Delegacia Geral de Polícia, Brigadeiro Tobias, 527, se alguém quiser anotar.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sr. Presidente, só para tirar uma dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB GO) – A gravação em câmera digital, condução para o traslado estará naturalmente no local e será feita lá no auditório: Rua Brigadeiro Tobias, 527. Mas vai estar todo mundo junto, não há problema nenhum.

Só quero dizer que só vamos aceitar intervenções com relação à pauta. Aprovamos o requerimento de uma oitiva e estamos discutindo ainda essa questão. Porque, senão, não vai dar nem tempo de preparar para a viagem.

Vou conceder a palavra aos inscritos: Jorge Bittar, Asdrubal Bentes, Onyx Lorenzoni e, depois, encerrar a presente reunião.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, eu pedi a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB GO) – Com a palavra V. Ex^a, sobre o assunto.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sobre o assunto. Sr. Presidente, só para dar um esclarecimento à Senadora Ideli. Isso vai demorar dois minutos.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB GO) – Eu asseguro a palavra ao Deputado Eduardo Paes.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, só para dar um esclarecimento à Senadora Ideli.

O Sr. Toninho da Barcelona está preso num prédio de segurança máxima em Avaré, numa cela individual. Ele está sob pressão, segundo informações que obtivemos, justamente pelo nível de informação que ele teria. Ele se sente ameaçado de morte.

A Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo está tomando todas as cuidados, primeiro, para preservar a integridade física do Sr. Toninho Barcelona e, depois, para que membros desta Comissão Parlamentar de Inquérito possam ouvi-lo com toda a tranquilidade, sem qualquer tipo de ameaça. Acho que ali a coisa está muito transparente, e ele está numa situação bastante diferente do que estaria se estivesse preso em qualquer outro Estado da Federação. O Estado de São Paulo talvez seja um dos únicos que tem uma quantidade de prédio de segurança máxima que garante a integridade física dos presos.

Era só essa informação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB GO) – As providências estarão sendo tomadas. Agradeço a V. Ex^a.

Com a palavra, pela ordem, o ilustre Deputado Sandro Mabel.

O SR. (Orador não identificado) – Peço a palavra pela ordem logo depois do Sandro.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB GO) – Asseguro a palavra ao Deputado.

O SR. SANDRO MABEL (PL – GO) – Sr. Presidente e Sr. Relator, Sr^{as} e Srs. Deputados, eu gostaria primeiro de perguntar ao Relator – tenho certeza de que tem família, tem filhos, tem uma honra para ser respeitada – e aos senhores membros se, em algum momento, esta Comissão ouviu citar meu nome em algum momento. Foi perguntado por diversas vezes ao Marcos Valério se ele me conhecia, e ele disse que não me conhecia; à Fernanda Karina, se ela me conhecia ou se havia ligado para mim, e ela disse que nunca havia me ligado e também que não me conhecia. Não recebi nenhum dinheiro na minha conta. Não recebi, não tenho nenhum assessor que sacou dinheiro. Não tenho nada, a não ser uma denúncia mentirosa de uma Deputada do meu Estado, sem provas, numa questão política.

O nosso Presidente agora aqui em exercício, Senador Maguito Vilela, conhece meu trabalho. Não comecei trabalhando aqui em política, o que não seria demérito nenhum, mas comecei a trabalhar com 13 anos de idade, carregando saco de farinha. Trabalhei a vida inteira, e não foi para que aqui fiquem brincando com o meu nome, de jogar para lá e para cá.

Quero dizer a V. Ex^a, Deputado Osmar, que, por mais que seja uma intenção boa de V. Ex^a em soltar uma lista de nomes, que é um desastre na vida da gente... o senhor só vai conhecer esse desastre se o senhor for representado e se for pedida sua cassação. O senhor vai conhecer o desastre que é na vida de uma pessoa, por mais direita que ela seja. Eu me considero um homem direito. Tenho minha empresa, o Senador Maguito Vilela conhece, já esteve lá. Tenho casa para mais de 500 funcionários, cuido, na hora do almoço, dos meus funcionários, tenho cinema com ar condicionado, tenho tudo isso. Sou um homem que foi criado aprendendo a respeitar os outros. Nunca misturei negócios com política e nem política com negócios. Não emprego ninguém na minha empresa de negócios, não atendo na minha empresa política, só atendo negócios, e não faço, em política, negócio. São duas atividades para mim separadas.

Por isso, Deputado Osmar, Sr^{as} e Srs. Membros desta Comissão, não posso aceitar que meu nome figure numa lista com quem sacou dinheiro ou com quem teve outras citações, sendo que já estou com um processo lá na Comissão de Ética, pela acusação que me foi feita pelo Roberto Jefferson, em cima do que a Deputada Raquel disse. Já estou com um processo na Comissão de Ética em andamento.

Então, nesta Comissão dos Correios, que tem o formato de olhar Correios, nunca fui citado aqui dentro,

nunca fui falado a não ser pelo Sr. Roberto Jefferson – e estamos vendo a impressão digital de S. Ex^a em todos os lugares desta República.

Portanto, Sr. Relator, gostaria de pedir vênua a V. Ex^a, ao Sr. Presidente, aos Srs. Membros desta Comissão. Já estou no Conselho de Ética, já estou respondendo, eu pedi para me colocarem, porque colocaram quatro e tinham deixado quatro para trás, eu estava para trás, eu pedi para ir para frente, fui lá. A hora que acabou a reunião do Conselho de Ética, que decidiram o Relator, não esperei me intimar, fui pessoalmente me intimar, como hoje não espero ser intimado ou qualquer coisa. Estou aqui neste Conselho porque não devo. Devo, sim, uma satisfação a meu pai, a minha mãe, aos meus filhos, à sociedade e aos 150 mil eleitores que votaram em mim no Estado de Goiás, e pelo que tenho feito por esse meu Estado ao longo do tempo.

E V. Ex^a sabe que não tenho vínculo com Governo nem amarrado, pois V. Ex^a acompanhou, na reforma tributária, o Deputado ACM também, o tanto que bati no Governo, o tanto que lutei, o tanto que sofri sanções até por causa disso. Não tenho o rabo amarrado com ninguém. Eu sou independente e tenho um princípio comigo: lutar, e lutar com honestidade.

Portanto, Sr. Deputado, já estou com a minha imagem bem atrapalhada por causa dessa mentira que essa Deputada contou – e vou ter condição de comprovar. Agora, queria pedir a V. Ex^{as}, porque nessa lista aqui fica parecendo que se está em mais de uma lista... Vou ser julgado no Conselho de Ética em uma semana ou duas. Então, estou em lista de Correios agora também? Com que acusação? Com que prova?

O dinheiro que surgiu no Partido, o Presidente do Partido, que nem no Partido não estava na época, ele assumiu, ele disse que ele que fez. Então, Sr. Presidente, Srs Deputados, queria pedir por favor, queria pedir que sejamos honestos com quem é honesto. Já estou lá e vou responder e tenho certeza da minha absolvição. Agora, não quero ficar numa outra lista, que fica parecendo que você está em 500 listas, sendo que, volto a dizer, nunca meu nome foi citado nesta Comissão. Nunca! E perguntaram, perguntaram para todos, para todos que aqui estiveram. Nunca fui citado.

Então, Deputado, queria entender, porque tenho mulher, filho, neto, pai e mãe e um monte de gente para quem tenho que dar resposta. Queria pedir a V. Ex^{as}, olhem com carinho, não vamos dar uma resposta para a opinião pública ralando quem já está ralado! Eu já estou na Comissão de Ética. Para onde V. Ex^a vai me mandar mais? Não tenho nada a ver com isso aqui. Pela mesma acusação, V. Ex^a está me colocando numa nova lista. Isso daqui precisamos ter consequên-

cia do que vamos fazer, precisamos ter consequência do que estamos fazendo. É isso que vim aqui pedir a V. Ex^{as} hoje. Ajudem-me nisso, tenham aqui piedade de uma pessoa que vai responder se eu fizer meus erros. Eu não renuncio não, não renuncio porque não devo nada. Agora, se, um dia, eu estiver devendo alguma coisa, vou embora de vergonha; mas não vou porque não devo.

Então, queria pedir que V. Ex^a não agrave ainda mais o meu problema, porque já estou respondendo no lugar para onde V. Ex^a quer mandar outras pessoas. Eu já estou lá. Então, não tenho por que estar nessa lista, queria pedir para ser retirado dessa lista de V. Ex^a. Foi um engano eu ter sido colocado nela.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Quero conceder a palavra ao Sr. Relator, se assim lhe interessar, e, naturalmente, encerrar esse assunto e continuar a pauta da reunião.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sr. Presidente, apenas um esclarecimento muito breve.

É claro que respeito, conheço o seu trabalho, mas isso eu anunciei – e a imprensa está aí pra testemunhar o tempo todo –, nós não temos nenhum juízo de valor. Eu sei que V. Ex^a afirma que só o fato de estar na lista significa, e eu reconheço, que é danoso, prejudica, mas não há outra forma de fazermos. Temos que ser transparentes. O que fizemos? O documento que encaminhamos e essa lista – a imprensa sabe disso –, eu reafirmei, é apenas a relação aos quais abrimos a oportunidade de darem a sua versão. Está escrito lá, isso não é um processo disciplinar, é um inquérito, em que foi feita a referência ao nome e estamos dando oportunidade...

O SR. SANDRO MABEL (PL – GO) – Onde foi feita a referência, Sr. Relator? Onde foi feita referência ao meu nome nos Correios?

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Asseguro a palavra ao Relator.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Assim como o seu, eu acrescentaria o Pedro Henry; também é só referência. Mas eu não posso excluir...

O SR. SANDRO MABEL (PL – GO) – Eu quero saber na CPML dos Correios onde foi citado o meu nome.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Não posso excluir *a priori*,...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– O Relator está com a palavra. Asseguro a palavra ao Relator.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL

– BA) – Esse é uma assunto que tem que ser deba-

tido pelo Relator com o Deputado Sandro Mabel e ninguém...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– A palavra está com o Relator, e eu vou assegurar a palavra. O Deputado teve o direito e falou. Agora, tem que ouvir o Relator. Depois, posso lhe devolver a palavra.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Ninguém dessas pessoas – o Brasil está assistindo e é bom que preste atenção –, sobre ninguém dessas pessoas ainda existe juízo de responsabilidade. Nós estamos investigando. Como vou investigar sem que as pessoas saibam quem estão sendo investigadas? E o que estamos fazendo? Dando oportunidade que V. Ex^a dê a sua versão para que nós coloquemos ao lado, e é isso que será posto ao Plenário. Nós temos isso e temos a informação do Deputado Sandro Mabel. Quer dizer, é a coisa mais aberta, mais transparente, mais séria, mais sincera. Eu não tenho como ter exclusão. Quem sou eu para excluir nomes? Quem vai proceder isso vai ser o Plenário.

O SR. SANDRO MABEL (PL – GO) – Sr. Presidente, V. Ex^a me permite um aparte? Eu gostaria só de dizer a V. Ex^a que o intuito do Relator... Precisamos entender para aonde vai isso. Se tudo for errado, a pessoa vai para aonde? Para a Comissão de Ética. Em que fui citado, já que estou na Comissão de Ética? Eu não tenho que justificar nada; estou entregando uma defesa na Comissão de Ética! Então, o que o senhor tem que saber mais de mim aqui se já estou na Comissão de Ética? Então, acho que a função do senhor já está cumprida, uma vez que já estou na Comissão de Ética. Então, não tem por que V. Ex^a me colocar numa relação que a única citação que tenho é daquele delinquente do Roberto Jefferson, numa citação referente a Raquel Teixeira. E V. Ex^a viu. Então, Sr. Presidente, já estou na Comissão de Ética com isso. Eu queria pedir a V. Ex^a...

Sr. Relator, a gente quando erra não custa nada voltar atrás. Eu já errei muitas vezes na vida e voltei atrás. Eu já estou na Comissão de Ética reclamando. Por que eu tenho que estar nesta lista dos Correios? Se V. Ex^a me der uma razão...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Essa lista é uma lista de procedimento, não é uma lista de conclusão.

O SR. SANDRO MABEL (PL – GO) – Eu já disse a V. Ex^a que eu não fui citado em nada nos Correios. Eu não tenho nada nos Correios! Eu já estou na Comissão de Ética pelo que eu fui citado! Para que o senhor me coloca em uma lista?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Essa lista é a lista das pessoas que estão sendo ex-

cluídas da nossa Comissão. Esses nomes são nomes que estamos apresentando dentro de uma semana para definir de vez que essa competência não é nossa. Estamos mandando embora. Mas a Comissão precisa saber o que nós levantamos.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Agradeço e encerro esse assunto. Infelizmente...

O SR. SANDRO MABEL (PL – GO) – Sobre esse assunto, eu tive uma conversa ontem com o Relator...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Eu estou com a palavra. V. Ex^a permite que eu conclua? Até por ser do meu Estado, eu quero agradecer a participação do Deputado Sandro Mabel e do Relator.

Agora, Deputado, infelizmente, eu até posso compreender que V. Ex^a está inocente nessa questão. Mas aí tem de cassar a Deputada Raquel, porque ela feriu o decoro parlamentar acusando V. Ex^a.

O SR. SANDRO MABEL (PL – GO) – Sr. Presidente, mas o Conselho de Ética...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Isso vai para o Conselho de Ética e não vai ser tratado aqui nesta CPML.

O SR. SANDRO MABEL (PL – GO) – Mas eu já estou lá.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Sr. Presidente, como membro titular, representando o Partido, eu gostaria de ter a palavra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, o senhor decide sobre São Paulo e depois volta a esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Com a palavra V. Ex^a.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – É sobre esse assunto. Eu gostaria de esclarecer, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – E vamos encerrar.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Ontem, nós tivemos...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Aí, não. Estou pedindo a palavra há meia hora aqui.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Sr. Presidente, ontem eu tive a oportunidade de ter uma reunião à noite com o Relator. Quero aqui esclarecer a esta Comissão que estão sendo formadas pastas na nossa assessoria, 18 pastas.

Ontem, tive oportunidade de me reunir com o Relator, e lá o que constava da pasta do Deputado Sandro Mabel? Pela assessoria, foi alegado que um

Parlamentar da Comissão foi lá e colocou os documentos, todas aquelas comprovações, todos os cheques emitidos que envolviam o Presidente do Partido Valdemar Costa Neto.

Depois da sua renúncia, um Parlamentar desta Comissão resolveu buscar todos esses documentos e levar para a pasta do Deputado Sandro Mabel. Ou seja, fazer com que envolvimento sobre um Parlamentar pudessem recair sobre outro Parlamentar.

Portanto, Sr Presidente, nobre Relator, eu gostaria de chamar a atenção de todos os companheiros. Hoje mesmo a imprensa já dizia que não pode ficar nos 18, que tem chegar pelo menos em 100. Aqui, estamos sendo levados por uma força que, infelizmente, alguns querem antes, mesmo sem ter nada a ver, sem ter nenhum documento que comprove o envolvimento, imputar a outro Parlamentar responsabilidades.

Portanto, eu gostaria – e o Relator já nos atendeu ontem –, de que fossem retirados esses documentos da pasta do Deputado Sandro Mabel.

Mas o que viemos aqui é mais uma vez ratificar. É claro que cada lista, as pessoas que constam de qualquer lista estão sendo execradas lá fora. Portanto, eu acredito que isso teremos de votar, o Plenário terá de votar. Não será este o momento da decisão, é claro, mas que tenhamos cautela ao discutir esse assunto. Claro, quero aqui trazer as reivindicações do Deputado Sandro Mabel, porque acho justo, já que ele já está respondendo na Comissão de Ética.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sobre a matéria, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – São justas – eu inclusive já disse isso –, acho que a Deputada falhou terrivelmente, acusando injustamente o seu colega.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Pela ordem; é sobre a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Com a palavra o Sr. Deputado Asdrubal Bentes.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sr. Relator, eu gostaria de lhe fazer uma indagação. A acusação que pesa sobre o Deputado Sandro Mabel é a mesma que consta da Comissão de Ética?

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – O Presidente da Comissão não pode emitir esse juízo.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Ele deve saber se é a mesma acusação.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Eu não queria traduzir de público para não... São coisas diferentes.

No decorrer de sua manifestação, Roberto Jefferson elenca aqueles que estão envolvidos no mensalão.

Com essa palavra, mensalão. Mensalão são aqueles que estamos investigando.

Outro assunto é o da Raquel, que é um episódio específico. Não quero fazer esse juízo de valor. Apenas estou noticiando que isso está registrado. Mostrei ao Deputado Welinton ontem.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Por que se a acusação for esta...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Conclua, por favor, daqui a pouco teremos uma viagem.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Estou com a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Conclua. Estou pedindo a V. Ex^a porque esse assunto não estava na pauta.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sou dos que menos falam. Quando quero falar tolfhem-me a palavra. Não é possível.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Estou pedindo a V. Ex^a para concluir. Temos outra pauta.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Se a acusação for a mesma, não vejo por que qualquer outra providência desta Comissão a não ser julgá-la prejudicada, já que está em apuração na Comissão de Ética.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao ilustre Deputado Jorge Bittar, último inscrito.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sr. Presidente, gostaria de chamar a atenção do Sr. Relator, por quem tenho grande apreço. Há quase um mês, propus que elaborássemos um plano de trabalho que definisse claramente a abrangência, o escopo da nossa investigação. A partir daí, definiríamos as oitivas, os documentos a serem examinados, para que pudéssemos produzir resultados. Até agora, nada disso foi feito. Esta Comissão continua a funcionar “reativamente”. A imprensa publica isso, corremos atrás. Até o depoimento do Sr. Duda Mendonça, na semana passada, não acrescentou absolutamente nada ao que já estava nos documentos da Polícia Federal. Esta Comissão apenas deu publicidade a algo que, efetivamente, já está sendo realizado. Falta a esta Comissão uma linha de investigação. Na ausência desta, estamos cometendo uma série de equívocos, inclusive essa lista. Se o Deputado Sandro Mabel foi citado pelo Deputado Roberto Jefferson, que não merece credibilidade, como vinculado ao mensalão existe uma CPMI para cuidar do mensalão. Não há nexo em colocar-se o nome do Deputado Sandro Mabel. Até hoje, pelo que saiba,

não foram dadas informações sobre uma reunião de trabalho entre os relatores e os presidentes das duas CPMIs para que nós definíssemos claramente a área de trabalho de cada uma dessas CPMIs. Na ausência disso, continuaremos a andar de maneira errática. Abandonamos completamente a linha de investigação dos Correios. Vem alguém aqui e propõe: “Vamos ouvir o Pizzolato, o Ivan Guimarães, o Banco do Brasil, Toninho da Barcelona”, que é um bandido que está condenado a 25 anos de cadeia em São Paulo, que, a meu ver, poderia ser ouvido pela Polícia Federal com enorme competência. Nós poderíamos estar aqui, hoje, discutindo um plano de trabalho, mas continuamos... Aí vem alguém e propõe uma oitiva política. Em contrapartida, proporemos também oitivas políticas, se for o caso.

Mas chamo a atenção para o fato de que não vamos chegar a nada. Será uma desmoralização para esta CPI. Creio que essa lista dos 18 Deputados é um grande equívoco, porque ela não foi discutida. Não há critérios claros e objetivos. Há uma subjetividade total na elaboração dessa lista. Há pessoas que foram citadas na CPI e não estão na lista e há pessoas que não foram citadas de maneira objetiva, clara, cuja investigação não é escopo do trabalho, mas estão naquela lista que foi tornada pública. É uma lista que serve, apenas, para ouvir os Parlamentares. No entanto, foi dada publicidade. Portanto, comprometeu-se a imagem desses Parlamentares. Não é algo simples, não é algo incomum, como disse o Deputado Sandro Mabel.

Todos devem ter o direito a defesa em um Estado de direito democrático, o que é fundamental. Sobre tudo, a partir de acusações objetivas, como as que têm sido feitas. E não a partir, apenas, da declaração de um Deputado que, como já se viu, não merece a menor credibilidade do País. Ou nós temos razões objetivas (documentos, informações objetivas) que nos permitam solicitar do deputado “a”, “b” ou “c”, sua defesa ou estaremos agindo com critério subjetivos e estritamente políticos.

Peço então, Sr. Presidente, que até quinta-feira tenhamos um plano de trabalho. Não considero razoável que se possa continuar funcionando da mesma maneira. A cada semana... Olha, veja bem, o próprio nome do Pizzolato e do Ivan Guimarães não foram discutidos na semana passada. Nós estamos discutindo de maneira açodada aqui hoje se devemos ou não priorizar essas oitivas. Até hoje, nós não ouvimos os diretores dos Correios, sobre os quais pesam...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, eu ouço, só que acho um pouco desigual....

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Um minuto, porque estou com a palavra, Relator. Eu ouvi o senhor com atenção.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, pela ordem. Eu ouço com revolta o que estou ouvindo.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Eu ouvi o senhor com atenção e quero ter o direito de falar.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Eu ouço com revolta o que eu estou ouvindo. Primeiro, nós temos foco, sim. Estamos investigando, toda a parte técnica está funcionando, e as pessoas que vão ser ouvidas...

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Onde está o papel, Sr. Relator? Onde está o papel?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Nós temos transparência total. V. Ex^a tem acesso a tudo, inclusive o seu Partido tem dois sub-relatores à sua disposição, tendo acesso a tudo.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Onde? Não há. Não há plano.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – As pessoas que nós iremos ouvir amanhã e depois de amanhã são exatamente do foco, das origens das fontes.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – E os Correios? E os Correios, que nós abandonamos? O que foi feito dos Correios?

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Abandonou, porque o Governo não quis chamar a área operacional, a área comercial, o Sr. Mauro Dutra, porque, se é para gritar aqui, eu vou gritar também.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Olha, eu só vou permitir discussão com relação à pauta, de agora em diante. Só a pauta, caso contrário...

A reunião administrativa será feita na quinta-feira. Quinta-feira, teremos reunião administrativa e discutiremos todos esses assuntos.

Com a palavra o Senador Romeu Tuma.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Pela ordem, Sr. Presidente! Pela ordem!

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – E sobre a viagem a São Paulo?

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Sobre a viagem a São Paulo. Com a palavra o Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Só para terminar. Presidente!

(Tumulto no plenário da Comissão.)

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Encerre, Senador Maguito! Encerre! Pronto!

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Só um minutinho! V. Ex^a quer concluir?

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Senador

Romeu Tuma, eu vou-lhe conceder. Só para que eu conclua.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Por gentileza, Senador. Deixa ele concluir, eu concedo a V. Ex^a. Em seguida à Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Ou

V. Ex^a encerra ou eu vou manter a minha inscrição, Sr. Presidente. Desse jeito, não dá! Encerre logo ou, então, eu vou pedir a minha inscrição e vou falar.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO.

Fazendo soar a campainha.) – É sobre a viagem, Senador Romeu Tuma.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Com abso-

luta serenidade, eu digo...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Senadora

Heloísa, é só um requerimento que eu acho que deve ser aprovado, antes da viagem.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Um minu-

to! Eu estou com a palavra, amigo. Se eu estou com a palavra, eu tenho direito. Calma! Agora quer dirigir a Mesa?

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Senador, por gentileza, deixe-o concluir, por favor!

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Eu só não

quero que termine antes de eu falar.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Com a palavra V. Ex^a!

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Veja bem, eu

estava fazendo o uso da palavra, permiti que o nosso Relator pudesse... Eu quero concluir. E quero me dirigir ao Relator novamente.

Sr. Relator, o senhor sabe, eu tenho grande apreço pelo senhor, sinceramente, sinceramente. Eu talvez tenha sido um pouco enfático demais, até peço desculpas a V. Ex^a pela maneira veemente demais com que me coloquei. Tenho muito respeito pelo senhor, e não é por causa desta CPMI, mas de todo o trabalho que V. Ex^a tem feito como Parlamentar, pela sua postura ética, sua correção. Mas eu, sinceramente, entendo que é impróprio que nós continuemos a trabalhar, sem que nós possamos pactuar entre nós aqui, de maneira clara e transparente, com um plano de trabalho.

Eu proponho a V. Ex^a que nós, na quinta-feira, posamos discutir esse plano de trabalho, e aí, sim, determinar as oitivas coerentes com uma linha investigativa que possa produzir resultados. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Agradeço a V. Ex^a.

Senador Romeu Tuma, para concluir. É só sobre a viagem. Se não for, eu encerro a reunião.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente,

em conversa com autoridade de São Paulo, eu queria, mandei fazer um requerimento, se V. Ex^a aprovar com o Relator, solicitar o livro de visitas que recebeu Toninho da Barcelona, durante esse período que estive preso, porque me parece que poderia ter sofrido pressão. E nós sabemos que, se V. Ex^a concordar e aprovarem, podemos ligar para o secretário para que ele providencie a documentação.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB –

GO) – Coloco ao Plenário. Coloco à decisão do Plenário de requerer o livro de visitas feitas ao depoente de hoje. (Pausa.)

Aprovado por unanimidade.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Sobre

a viagem, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB –

GO) – Sobre a viagem, concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sr.

Presidente, o que eu tinha de falar sobre a viagem, eu já falei. Eu só não posso, sendo membro da Comissão, silenciar diante das palavras que aqui foram ditas por lideranças do governo. Eu não sou parte dessa farsa em não investigar os Correios. Pelo contrário. Todos os meus requerimentos, o Governo tem maioria nesta Comissão, oscila de um lado para o outro para impedir, inclusive, que requerimentos que tratam do foco das investigações, os Correios, não venham para cá. Existe esse...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Pre-

sidente, não é possível.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Mas

o problema é que Eu só tenho que repudiar com veemência. Eu não sou parte da farsa, o Governo tem maioria, se saiu dos focos dos Correios é por responsabilidade de quem tem maioria.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Pre-

sidente, respeitando V. Ex^a, a minha inscrição não foi acolhida, mas, se é desse jeito, vou também usar da palavra à força.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB –

GO) – Agradeço a V. Ex^a. Com a palavra o Deputado Onyx Lorenzoni.

(Tumulto no plenário da Comissão.)

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Rela-

tor, queria lhe dar uma contribuição, que é a seguinte – e peço até que o Deputado Maurício Rands nos ajude nisso.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– É sobre a viagem?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – A viagem

vai tratar da questão de um doleiro e há necessidade de

se ouvir mais dois doleiros, como falou a Senadora Ideli Salvatti. Eu quero propor que se faça uma diligência. Assim como em São Paulo, que, sexta-feira, em Belo Horizonte, sejam escalados Parlamentares para ouvir os dois doleiros, da mesma forma como se procedeu hoje, e que seja criada uma sub-relatoria para tratar da movimentação de recursos fora do Brasil.

Para isso, é preciso ter alguém encarregado – é algo muito especializado –, é preciso ter conexões inclusive fora do Brasil para se fazer essa investigação, Sr. Presidente.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Mas nós vamos ouvir doleiro agora?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Eu acho que seria de fundamental importância a constituição de uma sub-relatoria de movimentação fora do Brasil. É essa a contribuição, Sr. Presidente,...

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – E aprovar o requerimento do Henrique Meirelles, do BankBoston, o lavador de dinheiro do Brasil, o BankBoston.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – O requerimento de V. Ex^a será levado em conta.

Com a palavra o Deputado Abicalil e depois V. Ex^a.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Eu me disciplinei à concessão da palavra a V. Ex^a apenas para considerar que, como o assunto é sobre a viagem,...

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Vão perder o vôo, hein!

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – ... a inscrição que teria é a razão ou não da divulgação de listas, que isso seja obrigatoriamente tratado como ponto de pauta nessa próxima reunião administrativa. Que nós não tenhamos a expressão e divulgação de outros nomes referentes a isso e que a formação de outras subcomissões ou não seja matéria da nossa pauta de quinta-feira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, peço a palavra, baseado no art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Welinton Fagundes, o último inscrito.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Sr. Presidente, eu queria fazer uma indagação. Quais são os critérios que estão sendo usados, por exemplo, para esta Comissão de hoje, se é partidário, se é representação partidária, qual é? Nós precisamos ter um critério também. Não pode ser: esse vai aquele vai. Eu acho que cada Partido...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Deputado, eu vou responder. Tantos quantos quise-

rem ir e pertencerem a esta Comissão irão. Não tem proporcionalidade.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Mas, de qualquer forma, fica garantido a cada Partido ter pelo menos um. É isso que eu gostaria.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Sr. Presidente, com base no art. 14, Sr. Presidente.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Sr. Presidente, qual é a hora da reunião de amanhã? (Interrupção do som.)

(Levanta-se a reunião às 11 horas e 02 minutos.)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN,
PARA INVESTIGAR AS CAUSAS
E CONSEQÜÊNCIAS DE DENÚNCIAS
E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS
POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS
– EMPRESA BRASILEIRA
DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

Ata da 27ª Reunião, realizada em 17/08/2005.

Aos dezessete dias do mês de agosto do ano de dois mil e cinco, às onze horas e quarenta minutos, na sala 02 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Maguito Vilela, e ainda com as presenças dos Senhores Senadores Heráclito Fortes, César Borges, Álvaro Dias, Ideli Salvati, Luiz Otávio, Jefferson Peres, Romeu Tuma, e dos Deputados Carlos Abicalil, Jorge Bittar, Maurício Rands, Eduardo Paes, Nélcio Dias, Nelson Meurer, Arnaldo Faria de Sá, Pompeo de Mattos, Henrique Fontana, Silvio Humberto Michiles, Wellington Fagundes, Silvio Torres, e Geraldo Thadeu reúne-se a COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN, PARA INVESTIGAR AS CAUSAS E CONSEQÜÊNCIAS DE DENÚNCIAS E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS – EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos da vigésima sétima reunião e informa que a pauta previa a oitava do Senhor Ivan Gonçalves Ribeiro Guimarães. Contudo, o depoente justificou a ausência por não ter recebido o ofício de sua convocação em tempo hábil, conforme petição enviada pela sua advogada Ruth Stefanelli Wagner Vallejo. O depoente colocou-se à disposição da Comissão para ser ouvido em outra data a ser agendada. A Presidência informa, ainda, que no dia seguinte haverá reunião administrativa às nove horas e, às onze horas e trinta minutos, se dará a oitava do

senhor Henrique Pizzolato. Ainda usaram da palavra os seguintes parlamentares: Arnaldo Faria de Sá, Carlos Abicalil, Jorge Bittar, Pompeo de Mattos e o Senador César Borges. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e sete minutos. E, para constar, eu, *Wanderley Rabelo da Silva*, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da presente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO)

– Havendo número regimental, declaro aberta a 27ª reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada por meio do Requerimento nº 3, de 2005, para investigar as causas e conseqüências de denúncias e atos delituosos praticados por agentes públicos dos Correios, da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Esclareço que a pauta desta reunião destinava-se à oitiva do Sr. Ivan Gonçalves Ribeiro Guimarães. Destinava-se porque tenho um ofício em minhas mãos vazado nos seguintes termos:

Ivan Gonçalves Ribeiro Guimarães, por sua advogada infra-assinada, nos autos do procedimento em trâmite, perante esta egrégia Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, em atendimento ao ofício em epígrafe, vem respeitosamente à presença de V. Exª expor e requerer o quanto segue:

O peticionado foi convocado às 15 horas e 06 minutos da tarde de hoje, via *fax*, para prestar esclarecimentos perante esta egrégia Comissão, em audiência pública, a ser realizada às 11 horas e 30 minutos de amanhã, dia 17/08/2005. Ocorre que a referida convocação se deu em prazo inferior às 48 horas estipuladas, razão pela qual é a presente para requerer o adiamento de seu depoimento. Entretanto, ainda que não houvesse essa formalidade, a intimação com pouquíssima antecedência, tal como se deu, dificulta sobremaneira a locomoção do requerente a outro Estado.

Destarte, estando devidamente justificado o motivo pelo qual não comparecerá no dia de amanhã, bem como se colocando à inteira disposição desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, pede deferimento.

São Paulo, 16 de agosto de 2005.

Drª Ruth Stefanelli Wagner Vallejo – OAB/SP – 111.893

Portanto, nós vamos...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente. Sr. Presidente. Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Apenas um minuto, Deputado. Após concluir, concederei a palavra a V. Exª.

Após lido o ofício encaminhado pelo requerente via advogada, devo anunciar a reunião administrativa de amanhã, dia 18/08, às 9 horas. Depois, às 11 horas e 30 minutos, ouviremos o depoimento do Sr. Henrique Pizzolato. Dia 23/08, terça-feira, às 11 horas e 30 minutos, será o depoimento do Sr. Ivan Guimarães.

Era o que tinha a comunicar.

Com a palavra, pela ordem, o ilustre Deputado Arnaldo Faria de Sá, depois, os Deputados Carlos Abicalil, Pompeo de Mattos, Jorge Bittar e o Senador César Borges. Após as intervenções desses Parlamentares, encerraremos imediatamente esta reunião. Não admitiremos mais inscrições.

Com a palavra V. Exª, Deputado Arnaldo Faria de Sá, por dois minutos.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, entendo que um simples requerimento da advogada não pode ser acatado pela Comissão.

Na verdade, entendo que se torna inócua a nossa reunião porque estava destinada apenas à oitiva do Sr. Ivan Guimarães. Mas não estou de acordo com o fato de a advogada fazer esse tipo de comunicação e essa ser aceita pela Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Infelizmente, ela tem razão, pois a convocação foi feita de última hora. Houve um erro por parte da Comissão. Ele tem o direito de ser comunicado, pelo menos, com 48 horas de antecedência. Então, não vamos discutir isso, porque a falha foi nossa.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – A Secretaria, então, é que...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Exatamente. Temos que nos programar melhor e mandar com certa antecedência. Não justifica mesmo o cidadão receber a convocação e se deslocar de um Estado para o outro em 24 horas.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – A falha foi nossa, e nós temos que nos redimir.

Com a palavra, o Deputado Carlos Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Obrigando, Sr. Presidente.

Bom dia a todos os presentes.

Sr. Presidente, creio que essa observação em torno do que ocorreu com o convocado para hoje, Ivan Gonçalves Ribeiro, nos leva, de fato, a refletir um pouco sobre a organização da nossa agenda.

Ontem, V. Exª presidia a reunião, com uma agenda de emergência, que foi a diligência realizada no

Estado de São Paulo para ouvir um apenado, que se encontra lá em reclusão, o doleiro. Tivemos notícia hoje de que a reunião com o doleiro foi gravada e de que a fita foi, imediatamente, entregue a um veículo de comunicação, de maneira absolutamente estranha, a meu juízo, tendo em vista que, na saída daqui, ficou deliberado que a diligência iria auscultar o inquirido para saber se teria ou não validade trazê-lo para uma oitiva oficial, segundo o que compreendi de ontem. Hoje as matérias revelam como se ontem já houvesse sido uma oitiva, o depoente sentado à cabeceira da mesa, como se estivesse ele presidindo – na fotografia – a reunião com parlamentares.

A reflexão que precisamos fazer sobre a agenda é exatamente de não nos movermos a cada semana por aquilo que é a manchete dos fins de semana dos principais veículos de comunicação ou das revistas. É óbvio que o jornalismo investigativo tem o seu papel específico e, num processo de investigação como o de CPIs funcionando simultaneamente, também exerce a sua tarefa de não apenas informar à opinião pública, mas de exercer a sua influência sobre a condução das investigações oficiais que são levadas a efeito nas CPIs e, em específico, no nosso caso aqui.

Gostaria de chamar a atenção para um outro aspecto, porque ontem iniciamos o debate, que seguramente prosseguirá amanhã, não apenas na definição dos requerimentos a serem aprovados, mas na própria consolidação de uma agenda que procure retomar em definitivo e com um programa de investigação que tenha início, meio e fim, os dois módulos que a CPI aprovou como sendo eixos de investigação do nosso objeto específico, que são os contratos dos Correios nas suas sete diretorias e aquilo que daí deriva, que nas últimas semanas não têm ocupado nenhum espaço rigorosamente no processo de investigação da CPMI; no outro módulo, as empresas do Sr. Marcos Valério, seus contratos e derivações, incluindo a movimentação financeira, a remessa de recursos para cá ou para lá ou a destinação e origem dos recursos que ele mobilizou ao longo desse tempo.

Feitos esses dois focos, creio que o cuidado que a CPMI deva ter – já vou encerrando, porque amanhã faremos uma discussão mais aprofundada – é exatamente de definir aquilo que está no nosso espectro e aquilo que vai se abrindo no noticiário com tal expansão diária que a CPI não chega a lugar algum, a não ser ficar espanando a poeira que aparece naquele fim de semana.

De pronto, portanto, acredito que a oportunidade que temos hoje de, não havendo a oitiva, cada uma das Bancadas se organizar para que amanhã tenhamos condição de, na reunião administrativa, não apenas

refletir sobre os modos de investigação, estabelecer uma agenda que aprofunde o objeto desta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Deputado, vamos nos limitar aos dois minutos, senão vamos perder...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Vou concluir. Efetivamente, na oitiva que temos já agendada para quinta-feira e para terça-feira, devemos recompor o eixo fundamental daquilo que deva ser nossa tarefa própria.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – V. Ex^a tem razão no que diz.

Concedo a palavra ao ilustre Deputado Jorge Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, entendo que a ausência do depoente hoje é fruto da forma não planejada como nossa CPI tem atuado. Isso está nos trazendo prejuízos crescentes.

Ontem tive oportunidade de me referir a esse problema, tive oportunidade de ter até um diálogo um tanto quanto áspero com o Sr. Relator, pessoa por quem nutro uma grande consideração e até admiração, mas, na essência, as preocupações que manifestei ontem se revelam, a meu ver, absolutamente consistentes. Precisamos de um plano, precisamos definir claramente o que é objeto de nossa investigação e o que deva ser delegado à Polícia Federal.

Do meu ponto de vista, ouvir bandidos, delinquentes é tarefa da Polícia Federal, predominantemente. Tenho absoluta clareza de que essa oitiva de ontem poderia ter sido, tranquilamente, realizada pela Polícia Federal. Na verdade, o que fizemos foi deslocar um grande aparato para São Paulo, gastamos dinheiro público para isso e, se nós espremermos mesmo, não acrescentamos absolutamente nada à nossa linha de investigações.

Penso que precisamos ganhar consistência em nosso trabalho, porque a opinião pública tem uma expectativa grande em relação a isso. Aqui me associo às palavras do Deputado Abicalil, no sentido de que aprofundemos a investigação nos Correios, aprofundemos as investigações acerca de tudo que envolve a figura de Marcos Valério, mas com uma linha coerente de investigação, definindo o que deva ser objeto verdadeiro de oitiva aqui e o que deva ser solicitado à Polícia Federal. Só dessa forma entendendo nós poderemos produzir um resultado à altura do que espera a sociedade brasileira.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Deputado Pompeo de Mattos, por dois minutos apenas, porque amanhã teremos duas reuniões muito importantes, quando discutiremos todos esses fatos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS) – Sr. Presidente, quero me valer dessa oportunidade para fazer uma correção – quem sabe um pouco – de rumo.

A CPI, ontem, marcou de última hora para ir a São Paulo. Só para V. Ex^a entender, eu estava em São Paulo. Vim para Brasília e peguei um avião para São Paulo. Temos que nos programar mais, de uma forma melhor. Entendo que tenha sido um episódio isolado, mas que não sirva de exemplo. Vi o esforço que a assessoria fez para nos colocar no avião, para irmos e voltarmos. Dá para se fazer uma programação; não se trata de sangria desatada, ninguém vai fugir para ouvir o doleiro. Tínhamos tempo de ter feito uma programação melhor. Devemos ter o cuidado para não repetir aquilo que, na minha opinião, foi um erro. Esse é um aspecto.

O segundo aspecto, Sr. Presidente. Ontem estávamos na reunião participando de uma oitiva fechada, gravada internamente. Quando saímos lá fora, verificamos que o que havíamos falado lá dentro, colegas Deputados haviam gravado e entregue para a imprensa. Eu sou bem claro. Para mim, o PT errou numa série de questões, ele está respondendo, participando. Nesse aspecto tenho que reconhecer o esforço dos Deputados do PT, o sofrimento, a mágoa, a angústia, a dor. Mas, se começarmos a usar esse tipo de expediente, não sei onde vai parar. Aí, começo a fazer leituras sobre o motivo do sumiço de documentos da CPI que, no outro dia, aparecem no **Jornal da Globo**... Então, há pessoas negociando matéria com as televisões. Eu não estou reclamando, eu não tenho essa preocupação.

Faço este registro porque é importante e grave, Sr. Presidente, para que a CPMI continue tendo norte, rumo, direção e para que não nos extraviemos nas picuinhas, nos problemas menores. Se houver uma audiência fechada e um colega gravar e, ao sairmos lá fora, o colega tiver a gravação e apresentá-la à televisão, vou representar contra o colega. Ou todos fazemos gravação, ou abrimos a reunião pública. Aquilo que foi feito ontem não é do comportamento parlamentar. Não importa de que Partido seja. Aqui ninguém tem *habeas corpus* preventivo e ninguém tem imunidade a ponto de poder tudo, porque há alguém sendo acusado de quem se pode, portanto, tripudiar.

Para mim, o depoimento foi tripudiado, pois se pegou um dado do depoimento e o jogou no ar, quando alguém está preso, julgado, condenado. Ele focou um aspecto e, logo depois, estava na televisão, na Rede Globo, para negociar espaço no jornal.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Conclua, por favor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Não é esse o comportamento, não é esse o procedimento ético. Estou fazendo uma advertência e falo com clareza, de peito aberto – o que talvez muitos não tenham coragem de falar. Mas estou falando.

Por isso, Sr. Presidente, há documentos na CPMI – vou repetir – que, daqui a pouco, estão com cópias lá fora. A própria CPMI já abriu uma sindicância para descobrir onde se encontrava um documento que havia sumido.

Aliás aproveito, Sr. Presidente, para perguntar a V. Ex^a qual foi o resultado daquela sindicância. Que V. Ex^a, na reunião de amanhã, apresente a este Plenário o resultado da sindicância realizada pela Comissão. Caso contrário, haverá um desentendimento entre nós. Fica muito mal para a Comissão e para a assessoria que está...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela PMDB – GO) – Conclua, por favor, Deputado. Foram dois minutos para os demais...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Mas é importante.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela PMDB – GO) – Vou registrar a manifestação de V. Ex^a e vou levar ao Presidente a sua preocupação e pedir a S. Ex^a que dê uma satisfação a respeito da sindicância.

Com a palavra, o ilustre Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Obrigado, nobre Presidente, Senador Maguito.

Quero externar aqui a minha preocupação com os trabalhos desta Comissão, assim como fizeram aqueles que me antecederam. O momento é crítico, é a Nação que está olhando para o nosso trabalho. Essa CPMI foi a primeira a ser instalada, tem avançado nos trabalhos, mas estamos entrando num processo quase de inércia. Não estamos conduzindo os trabalhos de forma a responder com as nossas responsabilidades.

Lamento, aqui, hoje não estarmos com o Relator, Deputado Osmar, que ontem teve uma missão com vários componentes desta Comissão. Foram a São Paulo fazer uma oitiva, tivemos notícia pelos jornais e não temos aqui o mínimo relato sobre o que foi ouvido? Essa delegação foi dada porque tínhamos certeza de que hoje haveria aqui um relato completo.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Sr. Senador, amanhã, às 9 horas, o relato será feito.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim, mas amanhã já teremos oitiva. Já faremos uma reunião...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Mas é porque agora, na Comissão de Constituição e Justiça, estamos votando exatamente a reforma política, e todos os Senadores e Deputados estão envolvidos com a reforma política.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Todos os Senadores não: os membros da CCJ. E eu sou membro da CCJ, mas estou aqui porque acho que é relevante este trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Quase todos. Inclusive temos que nos deslocar para lá.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Pois é, acho isso muito grave. Além disso, acredito que não é possível que deixemos para definir pauta desta Comissão na véspera. Fomos decidir a convocação do Sr. Ivan Guimarães* praticamente na segunda-feira, e a oitiva seria para terça-feira ou quarta-feira. Isso traz um prejuízo à imagem desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Quero lavar este protesto, porque gostaria que a Mesa pudesse conduzir os trabalhos da melhor forma possível. Muitas vezes, temos pedidos de informação aprovados por meio de requerimentos, e a Mesa não despacha os ofícios para que essas informações cheguem ao nosso conhecimento.

Quero que o Relator e o Presidente – V. Ex^a é o vice-Presidente – possam disponibilizar imediatamente os ofícios que foram encaminhados para que tenhamos esse acompanhamento. É o nosso papel, é a nossa tarefa.

Outro dado importante é que a CGU está anunciando que tem resultados de auditorias já realizadas nos Correios, onde há comprovação de desvio de mais de R\$50 milhões, pela má execução dos contratos. E não temos ainda essa informação disponibilizada aqui nesta Comissão.

Sr. Presidente, essas questões todas estão trazendo uma preocupação muito grande – vejo aqui os Deputados Abicalil, Bittar, Pompeo de Mattos – e vamos deixando passar. Não discutimos hoje, vamos discutir amanhã. Mas amanhã teremos já um depoente esperando a finalização da nossa discussão, que deve ser demorada. E aí o depoente fica constrangido – veja bem V. Ex^a -, e vamos tendo dificuldades. Certas questões terão que ser resolvidas aqui no plenário. Eu mesmo tenho várias questões a serem colocadas, mas vejo que esta reunião é mais *pro forma*, e V. Ex^a está apenas dando uma satisfação aos membros. Mas peço a V. Ex^a...

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Levarei ao Presidente e ao Relator todas essas preocupações já manifestadas.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Peço a V. Ex^a que faça isso, porque é a Nação que está nos olhando, e, daqui a pouco, seremos cobrados de que a Comissão não está executando suas tarefas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Maguito Vilela. PMDB – GO) – Agradeço a V. Ex^a.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 11h57min.)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN,
PARA INVESTIGAR AS CAUSAS
E CONSEQÜÊNCIAS DE DENÚNCIAS
E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS
POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS
– EMPRESA BRASILEIRA
DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

Ata da 28ª Reunião, realizada em 18/08/2005.

Aos dezoito dias do mês de agosto do ano de dois mil e cinco, às dez horas e cinquenta e cinco minutos, na sala 02 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Delcídio Amaral, e ainda com as presenças dos Senhores Senadores Heráclito Fortes, César Borges, Demóstenes Torres, Sérgio Guerra, Álvaro Dias, Ideli Salvati, Aelton Freitas, Siba Machado, Luiz Otávio, Valdir Raupp, Ney Suassuna, Jefferson Peres, Fernando Bezerra, Heloisa Helena, Romeu Tuma, Ana Júlia Carepa e Leomar Quintanilha e dos Deputados Carlos Abicalil, Jorge Bittar, Maurício Rand, Asdrúbal Bentes, Osmar Serraglio, Antonio Carlos Magalhães Neto, Onyx Lorenzoni, Eduardo Paes, Gustavo Fruet, Nélcio Dias, Nelson Meurer, Arnaldo Faria de Sá, Welinton Fagundes, Juíza Denise Frossard, Pompeo de Mattos, Henrique Fontana, José Eduardo Cardozo, Jamil Murad, Aníbal Gomes, Alberto Fraga, Silvio Torres, Carlos Sampaio, Luiz Antonio Fleury, Medeiros, Geraldo Thadeu e ainda com as presenças dos parlamentares não membros Rodrigo Maia, Alberto Goldman, Jorge VI, Edison Lobão e Coriolano Sales, reúne-se a COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN, PARA INVESTIGAR AS CAUSAS E CONSEQÜÊNCIAS DE DENÚNCIAS E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS – EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos da vigésima oitava reunião e informa que a pauta prevê uma etapa de caráter administrativo, com apreciação de requerimentos e posteriormente a oitiva

do Sr. Henrique Pizzolato. Após algumas considerações iniciais e discussões sobre a viagem realizada a São Paulo para ouvir o doleiro Toninho Barcelona, o Presidente passa a palavra ao Relator, Deputado Osmar Serraglio. Este coloca em discussão os seguintes requerimentos que são aprovados mediante votação simbólica, por maioria de votos: **Requerimento nº 513 A** de autoria do Senador Wirlande da Luz, que solicita que seja considerada como missão política de interesse parlamentar a ausência nos dias 14 e 19 de julho; **Requerimento nº 706** de autoria do Deputado Eduardo Paes, que solicita informações ao Banco Merry Lynch sobre a existência de conta em nome do Sr. Marcos Valério; **Requerimento nº 718** de autoria do Senador Romeu Tuma, que solicita que a Polícia Federal envie todos os dados relativos às viagens realizadas ao exterior, nos últimos 3 anos, pelos Sr. e Marcos Valério e Emerson Palmieri; **Requerimento nº 747** de autoria dos Deputados Henrique Fontana e Carlos Abicalil, que solicita informações as Empresas Consultatum S.C Ltda e Planefin – Serviços, Assessoria, Planejamento, Administração e participações S.C Ltda informações próprias e sobre o imóvel situado na rua Inconfidentes 1190- Bairro Funcionários- MG, onde se situa a agência SMPB Comunicações; **Requerimento nº 748** de autoria do Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto, que solicita informações sobre a ata da reunião do Conselho Diretor da Telemar que aprovou as negociações relativas á compra de ações da Empresa Gamecorp; **Requerimento nº 752** de autoria da Deputada Juíza Denise Frossard, que requer a convocação e Carlos Eduardo Fioravanti; **Requerimento nº 754** de autoria do Deputado Silvio Torres, que solicita informações ao Embaixador do Brasil em Portugal, Antonio Paes de Andrade sobre a sua atuação diante das declarações do Ex-Ministro Português, Antônio Mexia, no caso Marcos Valério e o Banco do Espírito Santo. **Requerimento nº 755** de autoria do Senador César Borges, que solicita informações ao Departamento de Aviação Civil – DAC, por intermédio do Comando da Aeronáutica os planos de vôos da aeronave prefixos PT-LMY e PR-ORE, e a identificação de seus proprietários, como também a relação de passageiros que nelas viajaram no período de janeiro de 2003 a abril de 2005; **Requerimento nº 773** de autoria do Deputado Pompeo de Mattos, que solicita cópias da fita da sessão conjunta realizada no dia 10 de agosto de 2005, onde se encontram gravadas as duas declarações diferentes do Deputado Paulo Pimenta, Vice-Presidente da CPMI da “Compra de Votos”, **Requerimento nº 776** de autoria da Senadora Ideli Salvati e do Deputado Maurício Rands, que solicitam ao Ministério Público Federal, cópia dos depoimentos prestados

pelo Sr. Maurício Marinho à instituição; **Requerimento nº 777** de autoria da Senadora Ideli Salvati e Deputado Maurício Rand, que solicitam ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais, cópias dos procedimentos investigatórios em relação à empresa SMP&B; **Requerimento nº 778** de autoria da Senadora Ideli Salvati e do Deputado Maurício Rands, que solicitam ao Supremo Tribunal Federal cópia integral da Petição nº 3372, Relator Ministro Gilmar Mendes; **Requerimento nº 781** de autoria do Deputado Pompeo de Mattos, requerendo que a Polícia Federal informe antecipadamente o dia, a hora e o local de todas as tomadas de depoimentos realizados em atendimento a pedidos feitos por esta CPMI; **Requerimento nº 786** de autoria da Senadora Ideli Salvatti, que requer a convocação do Sr. Haroldo Bicalho; **Requerimento nº 787** de autoria da Senadora Ideli Salvatti, que requer a convocação do Sr. Haroldo Bicalho e Jader Kalil Antonio; **Requerimento nº 788** de autoria da Senador Carlos Abicalil, que requer a convocação do Sr. Alberto Youssef; **Requerimento nº 793** de autoria do Deputado Carlos Sampaio, que requer a convocação do Sr. Rubens Adaauto de Castro Dourado; **Requerimento nº 795** de autoria dos Senadores Ideli Salvatti, Sibá Machado, e dos Deputados Jorge Bittar e Carlos Abicalil, que requerem junto ao Ministério da Justiça cópia do relatório feito pelo Instituto Nacional de Criminalística acerca de transações feitas entre 1997 e 200 pelo Sr. Eduardo Cavalcanti de Mendonça, com a off-shore Ágata Internacional; **Requerimento nº 797** de autoria do Senador Romeu Tuma, que solicita cópia do livro de visitas feitas a Antônio Oliveira Claramunt, vulgo “Toninho da Barcelona”, desde a sua prisão no sistema carcerário do Estado de São Paulo, especificando dados dos visitantes e respectivas datas e horários, com o objetivo de complementar informações relativas às apurações objeto desta CPMI; **Requerimento nº 807** autoria do Senador César Borges, que solicita informações ao Banco do Brasil dos últimos cinco anos de todas a transações de créditos firmadas com os Partidos dos Trabalhadores e as Empresas SMP&B Comunicações, DNA Propagandas e suas empresas coligadas fornecendo os dados sobre créditos e débitos dessas operações; **Requerimento nº 808** de autoria do Senador Álvaro Dias, que requer junto ao TRF – 4ª Região o encaminhamento de cópia dos processos referentes às investigações do Sr. Antonio Oliveira Claramunt, responsável pelas subcontas Lisc, Miro e Baton da Beacon Hill, em NY; Inicia fase de discussão para votação nominal. **Requerimento nº 751**, de autoria dos Deputados Onix Lorenzoni e ACM Neto, convocação do sr Paulo Okamoto, rejeitado por 16 votos a 12; Votação em bloco dos **Requerimentos 552, 553,**

753 e 803, rejeitados por 15 votos a 12; **Requerimento nº 809**, de autoria dos Deputados Onix Lorenzoni e ACM Neto, convocação do sr Henrique Meirelles, rejeitado por 16 votos a 11; **Requerimento nº 810**, de autoria dos Deputados Onix Lorenzoni e ACM Neto, convocação do doleito Toninho da Barcelona (Antonio Oliveira Claramund), rejeitado por 17 votos a 11; **Requerimento nº 812**, de autoria da Senadora Ideli Salvatti e do Deputado Mauricio Rands, requisição ao Ministério Público do depoimento de Mauricio Marinho, rejeitado por 16 votos a 11; **Requerimento nº 849**, convocação do sr Luiz Guschiken, rejeitado por 16 votos a 11; **Requerimento nº 824** de autoria do Deputado Carlos Abicalil e da Senadora Ideli Salvatti, para que sejam encaminhados à **CPMI DA COMPRA DE VOTOS** os Requerimentos de nºs 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 85, 115, 116, 117, 118, 120, 124, 194, 214, 215, 216, 218, 237, 277, 388, 389, 391, 393, 394, 396, 414, 453, 489, 510, 611, 644, 682, 698, 303, 446, 570, 703, 509, aprovado por 14 votos sim, 8 não e uma abstenção; Aprovada simbolicamente pelo Plenário a retirada do bloco dos requerimentos encaminhados à CPMI da Compra de Votos os **Requerimento nºs 64, 123 e 299**. A Presidência suspende a reunião atendendo à Ordem do Dia e reabre às 14:48. A Presidência convida o Sr. Henrique Pizzolato para tomar assento à mesa, ressaltando que este prestará o depoimento na condição de testemunha. Após suas explanações iniciais passa a palavra ao relator, Deputado Osmar Serraglio, para inquiri-lo, e, em seguida, os demais parlamentares, observada a ordem de inscrição. Às dezoito horas e quatorze minutos, a Presidência suspende a reunião e às dezoito horas e vinte e oito minutos reabre a sessão para dar continuidade às inquirições, que são concluídas com o último inscrito. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezenove horas e cinquenta e nove minutos. E, para constar, eu, *Wanderley Rabelo da Silva*, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da mesma.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Com as graças de Deus, havendo número regimental, declaro aberta a 28ª reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada por meio do Requerimento nº 3, de 2005, do Congresso Nacional, para investigar as causas e conseqüências de denúncias e atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Gostaria de esclarecer que teremos hoje, pela manhã, uma reunião administrativa. E, depois, às 11 horas e 30 minutos, ouviremos o Sr. Henrique Pizzolato.

É importante também destacar a V. Exªs que iniciaremos esta reunião administrativa com um relato, por solicitação de Parlamentares que não foram a São Paulo, do Deputado Osmar Serraglio sobre a diligência feita à Secretaria de Segurança do Governo do Estado de São Paulo, na terça-feira. S. Exª vai fazer um relato rápido disso, apesar de muitos já terem tomado conhecimento de algumas informações advindas dessa reunião.

Como foram feitos muitos requerimentos de convocação, o Relator também vai fazer uma proposta de oitivas que não deverão passar pelo plenário da CPMI, mas que ocorrerão com um grupo menor de Parlamentares, por meio das sub-relatorias, ou também oitivas que serão realizadas pela própria Polícia Federal.

Então, S. Exª vai fazer essa apresentação.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Depois, nós entraremos na questão dos requerimentos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Não quero tratar de requerimentos agora. Queria que V. Exª, se possível... Deputado Osmar, Sr. Relator. Sr. Presidente, veja bem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Pela ordem, Deputado ACM Neto.

Pela ordem, Senador Ney Suassuna.

Pela ordem, Deputado Alberto Fraga.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Eu não vou me opor, evidentemente, a essa decisão. Mas quero tratar sobre ela, sobre essa decisão de V. Exª de o Relator fazer aqui uma sucinta apresentação do que foi a audiência em São Paulo. Queria, na verdade, fazer uma outra sugestão, Sr. Presidente, para que possamos economizar tempo.

Pelo que estou informado, a Comissão...

(Interrupção do som.)

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Estou pensando que boicotaram o som, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– O pessoal do som tem, dependendo do Parlamentar, uma orientação...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Não tem problema, eu não sou daqueles que acha que V. Exª dirige qualquer tipo de perseguição.

Mas, Sr. Presidente, veja bem – falando sério agora –, acho que nós hoje, ao longo do dia, vamos

ter condições de dispor da transcrição da íntegra do que foi a reunião com o Sr. Toninho da Barcelona. De tal forma que será muito mais útil, antes de qualquer relato que o nobre Deputado Osmar possa fazer a esta Comissão, termos condições de disponibilizar a íntegra do que foi aquela reunião, a íntegra do que foi o depoimento do Toninho da Barcelona, do que foram os questionamentos feitos pelos Parlamentares presentes. Então, poderíamos passar, imediatamente, para apreciação dos requerimentos, a votação dos requerimentos, a discussão dos requerimentos. E o Relator, talvez, até pudesse contribuir com essa minha sugestão no sentido de que cada Deputado e Senador recebesse a íntegra desse depoimento, ao longo do dia de hoje.

Dessa forma, nós não precisaríamos gastar um tempo, que é precioso – afinal de contas já estamos começando a reunião às 10 horas – e poderíamos passar imediatamente para a discussão e votação dos requerimentos. E aí, se houver dúvida, o Relator, ao final do nosso debate do dia de hoje, poderia fazer uma apresentação ou até mais especificamente tirar dúvida dos Parlamentares que não estavam presentes.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Se todos os Parlamentares estiverem de acordo com essa sugestão...

Deputada, o Secretário Saulo está encaminhando áudio e vídeo dessa diligência em São Paulo e, logo que chegassem, imediatamente distribuiríamos uma cópia para cada Parlamentar, para que todos tenham ciência do que lá foi tratado.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Sr. Presidente, uma informação. O Secretário de Segurança informou que ontem à noite uma pessoa, a mando da Senadora Heloísa Helena, já retirou essa documentação lá em São Paulo.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Por favor, não diga o nome, porque é uma pessoa que não tem nada a ver com isso – desculpe-me, Senador Delcídio –, apenas ...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Aproveitamos uma pessoa conhecida que já estava lá, o documento foi lacrado e está sendo trazido para cá. O.k., Deputado?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– A pessoa embarcou ontem à noite e não chegou ainda?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Vai chegar agora de manhã; saiu de São Paulo agora de manhã. Vai entregar agora pela manhã.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Pre-

sidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Pre-

sidente, a primeira colocação que queria fazer é que faremos a troca de dois titulares do PMDB a partir de segunda-feira. Hoje, o Senador Valdir Raupp, que era suplente, passa a titular no lugar do Senador Wirlande, que deixou a Casa com a volta do Senador Romero Jucá. E, com a saída do Senador Maguito, que tirou licença a partir de segunda-feira – hoje S. Ex^a ainda estará –, vem a Senadora Íris de Araújo, que o substituirá aqui.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Então, o Senador Valdir Raupp ocupará o lugar do Senador Wirlande da Luz, e em função da licença do Senador Maguito, a Senadora Íris de Araújo.

É importante, Senador Ney Suassuna, esse comunicado formal à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Já foi lido ontem o ofício do Senador Raupp, foi encaminhado e saiu no Diário Oficial de hoje. E, amanhã, será providenciado o do Senador Maguito.

A segunda colocação que tenho a fazer é sobre um fato que me surpreende muito, ou seja, que uma reunião secreta nossa – pelo menos era assim – esteja em seguida nos jornais e nas tevês. Fiquei chocado com isso e queria dizer dessa minha preocupação.

A terceira colocação é de que creio que, no caminho que estamos marchando, daqui a pouco, todos os marginais do País estarão querendo depor aqui, desde que tenham suas penas reduzidas.

Eram essas três colocações que queria fazer, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Sr. Presidente, proponho que qualquer coisa que seja objeto de discussão de requerimento que deixemos para a hora própria. É uma sugestão que faço.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Concedo a palavra pela ordem ao Deputado Alberto Fraga, ao Deputado Jorge Bittar, ao Deputado Onyx Lorenzoni, à Senadora Heloísa Helena, ao Deputado José Eduardo Cardozo, e vamos naquela lengalenga de sempre.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Vamos votar os requerimentos, Sr. Presidente.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Pela

ordem, Sr. Presidente. Eu não tinha pedido pela ordem. V. Ex^a acabou generosamente me inscrevendo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Temos todo o tempo do mundo hoje. Estou muito

bem disposto e, inclusive, estou querendo levar até de madrugada os depoimentos.

Deputado Alberto Fraga.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Está todo mundo inscrito, quem quiser falar pode falar.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Na verdade, a minha fala é para uma questão de ordem.

Com base no §1º do artigo 132 do Regimento Comum, solicito a V. Exª que dê o encaminhamento devido a um recurso feito por mim a esta Presidência, em que solicito o encaminhamento à Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados.

Para encerrar, Sr. Presidente, gostaria que, se possível, fosse informado o último nome do Parlamentar titular que se inscreveu na lista que verdadeiramente vale, que é a de presença, se é possível V. Exª me informar.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Primeiro, já está sendo encaminhado o requerimento de V. Exª para a CCJ e o último Parlamentar titular inscrito na lista é a Deputada Juíza Denise Frossard.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – V. Exª manterá aquela fórmula de que, após o último titular inscrito na abertura, começa com os suplentes.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Aí, evidentemente, começa a lista de suplentes, mesmo que outros titulares venham, pois esses vão falar depois. Isso é o que foi ajustado em reunião administrativa nossa.

Deputado Jorge Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sr. Presidente, a proposta do Deputado ACM Neto é útil no sentido de que possamos conhecer o inteiro teor do que ocorreu naquela oitiva. No entanto, gostaria de ponderar aqui sobre o método de como foi decidido, sobre a oportunidade de se fazer aquela oitiva, porque penso que decisões tomadas dessa forma, impulsivas, por conta de notícias de jornais, acabam prejudicando a noção que deveríamos ter de um trabalho planejado, um trabalho com foco e uma série de outros elementos.

Veja bem, hoje, o jornal **O Globo** publica uma manchete na qual desvenda o depoimento do Sr. Maurício Marinho à Procuradoria da República, no qual ele diz que não é exatamente um “petequieiro”, como procurava caracterizar o Deputado Roberto Jefferson e como muitos aqui repetiram, de forma sistemática. Ele estava no centro de todo um processo de corrupção que o envolvia, como envolvia também o genro do Sr. Roberto Jefferson. Digo tudo isso por quê? Porque acho que aquela foi uma decisão tomada às pressas; fomos ouvir um marginal preso, com 25 anos de cadeia, sem nenhuma garantia de que ele iria dar infor-

mações concretas, como de fato não deu. Trata-se de um sujeito que, nessas condições, é capaz de dizer o que bem entenda para reduzir a sua pena. E mais, não estamos com o fio condutor de investigações, que tenho insistido há bastante tempo. Tive até – e tive oportunidade de pedir desculpas ao Sr. Relator –, da última vez, um diálogo meio áspero com o Deputado Osmar Serraglio, pessoa por quem tenho grande apreço e até admiração. Mas é por conta disso. Venho insistindo nisso. Não sou advogado de formação, como V. Exª; sou engenheiro, que pensa sempre em planejamento, em detalhe, para sabermos onde queremos chegar e quais são os procedimentos que serão adotados para que o nosso trabalho tenha êxito verdadeiro. O apelo que faço é que, na oitiva de hoje, levemos em consideração os acertos que tivemos, mas também os equívocos que cometemos ao longo desse processo, para que, ouvindo o Sr. Relator, possamos ter um fio condutor, uma linha de investigação a partir de agora, com foco nos Correios, com foco no Sr. Marcos Valério, para que tenhamos resultados concretos, como espera a sociedade brasileira. Apenas por isso que fiz questão de fazer uso da palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Gostaria apenas de responder a V. Exª, Deputado Jorge Bittar. A CPMI dos Correios – e todos nós entendemos isso – faz parte de uma Casa política, e muitas vezes, por essa razão, convivemos com eventuais desvios, que são próprios de uma Casa política, como é o Senado e a Câmara. Aqui não vamos simplesmente nos reunir como se fôssemos diretores de empresa, pensando absolutamente dentro de uma lógica cartesiana e, assim, deliberar ao longo de todo o trabalho da CPMI.

Esta é uma Casa política. Pessoas têm histórias, têm biografias; há eleitores ou pessoas que efetivamente nos acompanham. Então, não podemos perder a objetividade, mas também temos que entender que estamos numa Casa política, e uma CPI é efetivamente um palco político e acompanha o que a opinião pública reverbera ou que a própria imprensa reverbera.

Do meu ponto de vista – ontem tive a oportunidade de conversar sobre isso com alguns Parlamentares, como o Senador César Borges, o Senador Sérgio Guerra, a Senadora Ideli Salvatti, com o próprio Deputado Osmar Serraglio, com a Senadora Heloísa Helena –, nós estamos, independentemente dessas oscilações que são naturais, em função do tensionamento em que o País vive, com os focos claramente definidos na CPMI dos Correios. E às vezes eu até me surpreendo porque, se existe uma CPI que tem pautado as suas decisões de uma maneira conciliatória e com a participação de todos, é a CPMI dos Correios – não

digo que as outras também não o façam, mas eu sou testemunha do trabalho que tem sido desenvolvido por todos os Parlamentares desta CPMI, apesar dos problemas que nós temos enfrentado. Mas hoje nós temos, claramente, as nossas investigações, a despeito de muitas pessoas falarem que os Correios foram esquecidos. Isso não é verdade. A questão é que, nesta CPMI, há exigência de uma investigação dos contratos. São contratos sofisticados que passam pela área de informática, que passam pelo Correio Aéreo Nacional, que passam pela compra de equipamentos, que passam pela compra de vestimentas, que passam pela compra de veículos. E esses contratos estão sendo analisados pela equipe técnica dos Correios e por Parlamentares, além do Tribunal de Contas da União, que está prestando um serviço extraordinário, não apenas para esta CPMI, mas para o Brasil.

Então, nós precisamos ter paciência para fazermos um trabalho sério e um trabalho que dê resultados. E os resultados vão aparecer, inclusive com os Relatórios parciais que o Deputado Osmar Serraglio vai começar a divulgar.

Uma outra questão – porque, às vezes, algumas pessoas esquecem – é que a investigação começou com os R\$3 mil do Sr. Maurício Marinho. Agora, a investigação prosseguiu com as denúncias do Sr. Maurício Marinho – denúncias de vários contratos, agora, de uma maneira muito mais enfática nos depoimentos junto à Procuradoria Geral da República; depoimentos que ainda estão lá e que não chegaram à CPMI. E quero deixar isso bem claro, porque ontem já corria uma conversa de que eu estava sentado nesse depoimento, e a Procuradoria fez questão de não encaminhá-lo porque existem processos investigatórios. Por essa razão, eles ainda não podem nos encaminhar esse depoimento. São complementares ao depoimento do Sr. Maurício Marinho.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Eles não podem nos encaminhar mas podem dar para a imprensa. Acho que é um erro.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado ACM, por favor, a Presidência está com a palavra. Se V. Ex^a tiver interesse em acessar esses depoimentos, V. Ex^a apresente o requerimento para que ele seja votado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Já está apresentado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Ótimo.

Então, prosseguindo o raciocínio, esses depoimentos vão ser complementados, quer dizer, esse depoimento complementarás as investigações que es-

tão sendo feitas e os Relatórios parciais do Deputado Osmar Serraglio.

E muitas pessoas esquecem por que entrou o Sr. Marcos Valério. Por causa das agências de publicidade que prestavam serviços aos Correios, porque o Sr. Marcos Valério foi denunciado pelo Deputado Roberto Jefferson em depoimento, aqui na CPMI dos Correios.

Então, esse *link* entre a primeira denúncia e o Sr. Marcos Valério, essa ligação veio dos próprios depoimentos. E hoje nós temos duas esferas claras de investigação e não podemos, simplesmente, atropelar ou precipitar Relatórios sob o risco de prestar uma série de informações equivocadas. Isso está sendo feito com muito cuidado pelo Relator e pelas Sub-Relatorias.

Depois, nós vamos investigar – e estamos investigando – todas as movimentações financeiras advindas das denúncias das agências de publicidade do Sr. Marcos Valério que foram aqui denunciadas. E alguém pode perguntar: “Mas nós já não temos as informações necessárias?” Muitos Parlamentares, aqui, não imaginam o esforço que foi para padronizar e sistematizar os dados que vieram dos bancos, porque cada banco prestou uma informação diferenciada e nós tivemos que colocar tudo dentro de um padrão para carregar o sistema do Prodasen, e assim também os sigilos telefônicos. Só para V. Ex^{as} terem uma idéia: – eu também não sabia e sou uma pessoa do setor e V. Ex^a é do setor também – nós temos mais de vinte operadoras hoje no Brasil e as informações vêm das mais diferentes formas, com *layout* completamente diferente. Se nós precisamos carregar o sistema do Senado, nós temos que padronizar essas informações. Estamos demorando um pouco mais, mas estamos fazendo isso pelo rigor investigativo.

E há um terceiro ponto que foi colocado aqui – e isso foi motivo de uma conversa minha com o Senador Sérgio Guerra ontem e hoje haverá o depoimento do Sr. Henrique Pizzolato – sobre a questão dos fundos de pensão. E aí alguém pergunta: mas qual é a relação dos fundos de pensão com os Correios? É que houve nos depoimentos denúncias de que poderiam determinadas instituições financeiras estar recebendo investimentos de fundos de pensão por conta dessas operações do Sr. Marcos Valério.

Então, se a coisa é tratada nesse nível e com esses três segmentos absolutamente definidos, a despeito dos desvios que nós temos que saber entender, porque esta é uma Casa política, eu não tenho dúvida de que nós encaminharemos as investigações dentro daquilo que todos os Parlamentares assim esperam e acima de tudo a opinião pública espera de nós. Nós vamos ter dificuldades? Vamos. Vamos ter momentos

de tensão? Teremos. Esta é uma Casa política e é natural isso. E eu como engenheiro, meu caro Deputado Bittar, e como V. Ex^a também o é, nós temos que entender também que, apesar do nosso cacoete cartesiano, nós estamos numa Casa política e temos que entender essas diferenças.

Com a palavra, pela ordem, o Deputado gaúcho Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Presidente, são três contribuições a V. Ex^a. A primeira delas é que com a saída do Senador Maguito nós teremos que aprazar para a próxima semana a votação e a eleição de um novo vice-Presidente para V. Ex^a. Quero só colocar isso porque a substituição quebra o princípio da eleição. Portanto, teremos que fazer uma nova eleição. Só isso. Segundo, Presidente, e importante que eu quero...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Eu vou assumir cumulativamente a Presidência e a Vice-Presidência.

O SR. ONIX LORENZONI (PFL – RS) – Isso vai ser difícil, Presidente. V. Ex^a já está muito sobrecarregado e eu não desejaria ver os seus eleitores e amigos preocupados. Nós precisamos compartilhar. Tem muito trabalho aqui pra fazer.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Definiremos na próxima semana o vice-Presidente na reunião de terça-feira.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – OK! Ótimo, Presidente!

Presidente, agora são duas coisas importantes. V. Ex^a fez agora uma análise...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Vamos aguardar o Deputado João Fontes, que está dialogando aqui... (Pausa.)

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – V. Ex^a fez uma análise que está correta mas que eu queria dar uma pequena contribuição, que é a seguinte. A partir dos Correios, Presidente, foi revelado por esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito o maior esquema de corrupção organizado e sistematizado de que se teve notícia na República. De maneira sábia, V. Ex^a e o Relator Osmar Serraglio estão coordenando e preparando um relatório parcial que deverá ser distribuído na próxima semana, fazendo com que tudo aquilo que tenha relação com o mensalão ou com compra ou recebimento de valores por Parlamentares seja transferido à Mesa Diretora da Câmara dos Deputados para futuras providências. Quer o envio ao Conselho de Ética, quer o envio à CPMI do Mensalão.

O destino e o foco desta CPMI e que de maneira açodada algumas pessoas têm referido que há uma eventual perda de foco, não é apenas – e nós não po-

demos ficar cingidos ao episódio Correios. O objetivo desta CPMI se transformou em buscar a origem de todo esse esquema de financiamento que, lamentavelmente, afetou o Estado brasileiro.

Pode-se considerar que o Poder Executivo, como provável e suposta fonte primária, por intermédio de atos da administração direta ou de conexões com a administração indireta – que é o fato que iremos investigar, logo a seguir, com o depoimento de hoje – tenha dado origem a esta verdadeira fortuna bilionária que foi levantada dos cofres públicos.

Portanto, a CPMI dos Correios – queria ratificar isso, inclusive em colaboração a V. Ex^a – mantém o seu foco em identificar a origem desse sistema, esteja nos Correios, esteja no IRB, esteja na Petrobras, esteja nos fundos de pensão, esteja em Furnas, esteja onde estiver, porque caberá à CPMI do Mensalão investigar o destino. A corrupção não é um ato solteiro, não há só corruptos, há corruptores e corruptos e caberá à CPMI dos Correios ir atrás dos corruptores, daqueles que montaram o esquema e daqueles que financiaram esse esquema.

Portanto, V. Ex^a está correto e gostaria de prestar esta contribuição.

Por fim, Sr. Presidente, temos um problema muito sério. Precisamos investigar a origem do dinheiro e, nesse ponto, penso que se faz necessário exigir uma ação enérgica do comando da CPMI, com o respaldo do Plenário, sobre o Banco do Brasil e sobre o Banco Rural.

Sr. Presidente, se V. Ex^a buscar na base de dados que o Banco do Brasil disponibilizou a esta CPMI, a relação dos dez maiores depositantes nas contas do Sr. Marcos Valério, da agência DNA, verá que o quarto maior depositante ninguém sabe quem é, e são milhões de reais que estão referidos ali. Com relação ao Banco Rural, na minha opinião trata-se de um Banco que não tem história – e é minha a responsabilidade por esta afirmação, não de V. Ex^a. Este Banco tem um prontuário, é caso de polícia, porque, sistematicamente, negou informações a esta CPMI e continua boicotando o trabalho, apesar de ter disponibilizado, aparentemente, servidores para ajudar a CPMI, pois, até agora, são inúmeras as transferências que o corpo técnico da CPMI, de maneira dedicada, esforçada e competente, busca rastrear, mas não consegue.

Quero apelar a V. Ex^a e concluo pedindo que o comando da CPMI tome uma atitude junto ao Banco Central, no sentido de obter do Banco do Brasil a equalização definitiva da sua base de dados. Não é possível que, no dia 18 de agosto, a CPMI tenha uma base de dados que não lhe permita investigar e é imprescindível, Sr. Relator, que V. Ex^a – se não quiser que

seja no plenário, que seja por intermédio do Deputado Carlos Sampaio, do Deputado Gustavo Fruet ou por intermédio de um dos sub-relatores – trabalhe para que se traga, para um depoimento na sub-relatoria, a diretora-presidente do Banco Rural, a fim de que o Banco Rural justifique...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Desculpe-me, Deputado Onyx, não pode ser na sub-relatoria. Ela precisa vir até aqui.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Estou trazendo esse conceito da sub-relatoria porque creio, Sr. Presidente, que precisamos valorizar o trabalho dos sub-relatores e nada impede a presença dos Parlamentares interessados em esclarecer o motivo pelo qual o Banco Rural não colaborou com a CPMI adequadamente, não nos fornecendo, sistematicamente, as informações. O que é mais grave é que se trata de um Banco que tem conexões fora do Brasil e é necessário que façamos uma apuração.

Portanto, gostaria de pedir que se priorizasse essa vinda, pois já está aprovada a convocação da diretora-presidente do Banco Rural para que, na próxima semana, compareça a esta CPMI. Continuo defendendo que seja numa sub-relatoria, com a presença de todos aqueles que estiverem interessados, para que possamos, Sr. Presidente, de uma vez por todas, responder a grande pergunta do Brasil: Qual é a origem dos recursos? Sem o apoio do Banco do Brasil e sem a responsabilização do Banco Rural, não iremos responder a essa pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Ok, Deputado Onyx.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sr. Presidente, solicito minha inscrição também.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Eu gostaria que fôssemos econômicos nos pedidos de palavra pela ordem. Às 11h30min, há a oitava do Pizzolato. Se nos prolongarmos, não votaremos os requerimentos que são muito importantes. Por isso, peço aos inscritos que sejam bem objetivos.

Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Serei bem objetivo, Sr. Presidente. Peço a palavra para fazer uma solicitação ou receber a informação da providência já adotada.

Muito mais importante que os depoimentos que ainda temos a colher nesta CPMI é o trabalho técnico de investigação, já que temos não só indícios, mas documentos, identificando número de contas no exterior, agências bancárias utilizadas e também o caminho percorrido pelos recursos jogados para o exterior na

forma de evasão de divisas, de sonegação fiscal, enfim, vários delitos contra o sistema financeiro e contra a ordem tributária. V. Ex^a sabe que a forma adequada é uma força-tarefa que envolva Ministério da Justiça, Ministério Público e Justiça Federal.

Requeiro a V. Ex^a, se essa providência ainda não foi formalizada, que o seja para que a Justiça Federal possa buscar a colaboração da Justiça americana na forma do convênio celebrado entre os dois países, convênio de colaboração recíproca para esses casos, a fim de que a CPMI possa, tendo a quebra do sigilo bancário dessas contas no exterior, buscar todas as informações oficiais necessárias.

Era essa a questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Alvaro Dias, até por sugestão de V. Ex^a, tivemos uma reunião, na sexta-feira, com a Dr^a Cláudia Chagas, Secretária Nacional de Justiça, e com o Chefe do Departamento de Recuperação de Ativos.

A CPMI já começa a trabalhar fortemente. Ela fez uma descrição rápida dos trabalhos que estão sendo desenvolvidos, dos acordos de cooperação internacional com alguns países, principalmente para esse tipo de investigação.

Na quarta-feira, já houve a primeira reunião técnica dos sub-relatores com membros do Ministério da Justiça exatamente com o intuito de começar as investigações, rastreando as contas. Já existe toda uma estrutura, um desenho de como os recursos migraram por essas contas. Essas contas passam por vários países. Agora, começam as providências efetivas não só de acesso a essas transferências, mas, inclusive, de bloqueio dessas contas, até por sugestão de V. Ex^a, de que era o caminho mais adequado por meio do Ministério da Justiça.

Gostaria de abreviar os pedidos de palavra pela ordem.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Vamos aos requerimentos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – O Senador Sibá Machado pediu a palavra pela ordem. Vou encerrar com o Senador Sibá Machado. E votaremos os requerimentos.

Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a por ter me concedido a palavra.

Ontem, aconteceu um debate no plenário do Senado. Eu estava preparado para fazer um pronunciamento sobre o mesmo assunto. Coincidentemente, ele aflorou de outra maneira.

Quero expor a seguinte preocupação: na CPMI vizinha nossa, a do mensalão, da Compra de Votos, aconteceu um fato extremamente desgastante, péssimo

para a imagem da CPMI e para todos nós. Considero-o, pelo menos, em parte, já resolvido. Foi um desastre aquilo. Não pode acontecer aquilo, um documento daquela maneira, da forma como foi apresentado, coisa difícil, que culminou com a renúncia do vice-Presidente daquela Comissão, o qual, pelo que me consta, também está a ponto de ter de responder nas instâncias formais da Câmara dos Deputados.

Estou dizendo isso, Sr. Presidente, porque nesta CPMI tivemos três momentos que eu não vi, me desculpe V. Ex^a, uma atitude mais contundente, se tiver, me desculpe, retiro o que eu digo, para coibir essas preocupações que eu quero externar. Uma delas: os documentos do Banco Rural, ao adentrarem nesta Comissão, estavam nitidamente, para qualquer leigo ver, adulterados, documentos desgrampeados, estava lá a marca de um segundo grampo, e assim por diante.

Segundo: some um dos documentos sigilosos desta Comissão e, coincidentemente, no dia seguinte é estampado na capa de um importante jornal de circulação nacional.

Terceiro problema, Sr. Presidente: surge a desconfiança de que dez notas fiscais desaparecem também da guarda desta Comissão.

Quarto problema, Sr. Presidente: numa oitiva de que não pude participar, lá em São Paulo, estava para mim – também não tenho absoluta certeza, cheguei atrasado à reunião que decidi sobre o assunto –, mas me constava que era uma reunião reservada. A reunião lá em São Paulo seria reservada para ouvir o doleiro e que, em seguida, a imprensa nacional, todas as televisões, apresenta cenas do depoimento.

Sr. Presidente, qual é a minha preocupação? Coloca todos nós, todos nós desta Comissão...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sim, fatos lá, das perguntas, como é que foi...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Gravação, estava lá, uma gravação estava lá. O que é que depõe contra nós, Sr. Presidente? Que todos os membros desta Comissão estão sob suspeita.

Segundo problema desta Comissão: que pode já, todos nós estamos suspeitos.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Por quê?

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Porque tem documentos... Eu quero terminar, depois eu posso responder. Gostaria de não ser interrompido, Sr. Presidente. Deixem-me eu externar o meu problema.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Sibá Machado, por favor, conclua.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Todos nós – e vou reproduzir aqui uma fala de ontem: não me sinto aqui quem está do lado da bondade ou do lado

da maldade. Aqui tem uma CPMI, que pode ser, por viés diferentes, mas que tem que encontrar um objetivo comum. Teremos um relatório a votar e esse relatório será desta Comissão. E o meu medo, Sr. Presidente, é que possa parecer que esta Comissão, ou a outra, ou qualquer outra Comissão, passe apenas pelo crivo de que veio aqui fazer um *show*, que tem que oferecer medidas cada vez mais contundentes, semanais, matéria-prima para divulgação nacional. Esse tipo de coisa é muito ruim.

Então, estou externando isso indignado, preocupado com o sucesso da investigação verdadeira. Porque investigação, pelo que me consta, tem que ser sigilosa mesmo, tem que ser quase clandestina, pegar a pessoa no “pulo do gato”, pegar a pessoa amarrada, sem poder...

(Tumulto no plenário da Comissão.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Continua com a palavra o Senador Sibá Machado. Concluindo, Senador Sibá Machado...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Portanto, eu queria dizer para V. Ex^a que este é um sentimento. Se ele for acatado ou não, não me interessa, mas me interessa aqui dizer qual é o meu sentimento, e o meu sentimento é esse.

Portanto, se nós não tivermos uma resposta clara, como ocorreu com Paulo Pimenta: está respondendo, sim. Assumiu, renunciou e está a ponto de sair da Comissão, ou coisa parecida, e ainda vai responder sobre seu mandato. Está lá uma coisa clara e objetiva. E que eu defendo! Não pode ser desse jeito! Isso aqui não é brincadeira! Isso aqui é coisa séria!

Portanto, quero dizer para V. Ex^a que acho que esta Comissão tem que ter uma resposta mais clara, mais objetiva e mais contundente para esse tipo de desvio de condutas, que eu não sei de quem é, sobre esses fatos que eu acabo de mencionar, que são parte de minha indignação.

Muito obrigado.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Eu vou encerrar...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Eu queria saber para quê esta reunião foi marcada, Sr. Presidente. Acho que uma reunião administrativa é para votar requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Eu vou encerrar em função do tempo e vou concluir essa questão. Eu não vou mais abordar. Primeiro, quero deixar muito claro o seguinte: nenhum Parlamentar aqui, a despeito de problemas que enfrentamos ao longo dos trabalhos, todos os Parlamentares têm

responsabilidade com a verdade e têm absoluta convicção do que vai representar a CPMI dos Correios para o futuro do Brasil. Portanto, se acontecem problemas no desenrolar dos trabalhos, todos nós temos que procurar tomar as medidas necessárias, como têm sido tomadas, mas acima de tudo com equilíbrio e respeitando todos os Parlamentares, Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras.

É fundamental registrar, e faço questão de responder, que os documentos que foram aqui citados como desaparecidos... Primeiro, a documentação do Banco Rural foi imediatamente acionado o controle do Banco Rural que está trabalhando conosco aqui, visando esclarecer todas as questões. O Banco do Brasil, quando surgiram os primeiros questionamentos, disponibilizou 20 técnicos para ajudar a CPMI. O segundo ponto que eu gostaria também destacar: notas que supostamente desapareceram. Primeiro, cópias, porque os originais estavam em Belo Horizonte. Já foram inclusive requisitados. E depois, investigando com a assessoria da própria CPMI, nós efetivamente detectamos que os próprios técnicos da CPMI estavam trabalhando em cima dessas notas, até pela importância que essas notas têm no processo investigativo. E o terceiro ponto, acontecimentos, vazamentos e coisas assemelhadas a CPMI tem tomado as devidas providências, e com absoluta transparência. Jamais na clandestinidade. Nenhuma investigação aqui será feita na clandestinidade. As investigações serão feitas de uma maneira transparente e de uma maneira, a despeito das dificuldades, democrática como estamos promovendo os trabalhos da CPMI. Nós efetivamente temos de cumprir uma missão que espero venha a ser encerrada no mês de novembro de 2005.

E agora vou passar a palavra ao Relator, Deputado Osmar Serraglio, para que votemos os requerimentos.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, sem prejuízo de uma tabela que apresentamos para análise e que já recebemos algumas contestações, para que não fiquemos atrelados a ela, encareço dos Srs. Parlamentares que se valham da tabulação dos requerimentos pendentes, CPMI Correios, atualizada até as 21h13min.

Eu até solicitaria se é isso que os Parlamentares têm em mãos? Lamento, mas é que a cada meia hora sai uma tabulação diferente e querem inserir números... (Pausa.)

Enquanto procedem à cópia, quero dizer aos integrantes da CPMI que nós, com o auxílio do nosso Sub-Relator, Carlos Abicalil, fizemos uma tabulação pelo menos muito próxima e conduzindo para o nosso foco dos Correios do que entendemos se devesse

proceder em relação às oitivas, quer do plenário, as mais imediatas, quer a das sub-relatorias. Eu gostaria que fosse anotado para reflexão.

Fizemos uma sub-relatoria dos assuntos relacionados ao Marcos Valério e, portanto, essas oitivas seriam realizadas a partir dos autores de requerimentos dessas convocações que irei anunciar e dos mais que quisessem, evidentemente, porque se trata de uma audiência pública, apenas restrita em relação àqueles que irão conduzi-la.

Então, na Subcomissão do Marcos Valério, nós ouviríamos...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Subcomissão do Marcos Valério?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Uma subcomissão. Para que não se ouça mais que não há um foco sobre as investigações que dizem respeito aos Correios e aos assuntos relativos aos Correios, estou apresentando o que sugerimos ao Plenário.

Lembrem-se de que refletimos da seguinte maneira: haverá as pessoas que serão ouvidas no plenário; haverá as pessoas que serão ouvidas em subcomissões, que serão conduzidas ou por um sub-relator ou pelo autor das convocações das pessoas; e aqueles que estamos remetendo à Polícia Federal, conforme essa tabulação que fizemos.

Portanto, a sugestão, agora, no primeiro momento,...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – V. Ex^a pode falar o nome das pessoas?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – É isso que farei.

Da sub-relatoria, em relação às empresas do Marcos Valério: Sr^a Margareth Queiroz, sócia da DNA, do Cristiano.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – **Quem vai coordenar? Um sub-relator ou o autor da convocação de Margareth Queiroz?**

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Sr. Relator,...

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Isso produz uma confusão grande.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Deputado Osmar, sugiro que esse procedimento... Senador Sérgio Guerra, sugiro que deixemos o Relator avançar, para, depois, discutirmos o procedimento, o **modus operandi**, ajustando-o por acordo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – A idéia era prestigiar os autores que fizeram as solicitações, porque, evidentemente, eles estão mais preparados para o que querem aprofundar no questionamento.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Sr. Relator, a título, talvez, de abreviar um pouco a questão, farei uma sugestão. Entendi o que V. Ex^a quis dizer. Assim como eu, na reunião passada de Duda Mendonça, retirei o requerimento porque estava prejudicado, estou vendo inúmeros requerimentos que talvez os autores julguem que perderam a razão de ser.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Nós apresentamos uma lista, que está ali, daqueles que consideramos ou retirados pelos autores ou prejudicados. Já foi distribuída a lista.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Completando, isso é o que se chama, na nossa área, de saneamento do processo. Quer dizer, poderia haver o que não mais tem objeto, para que o trabalho fosse enxugado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Cada caso será submetido à análise de quem foi o autor, se concordou ou não. Então, eu distribuí e imagino que isso tudo...

Na seqüência, quero esclarecer que o procedimento seria tal qual realizamos da outra vez, ou seja, esta Relatoria apresentou aqueles que consideramos prejudicados – está no rol distribuído; há um rol que foi distribuído. Se alguém entender que algum daqueles requerimentos elencados nesse rol não está prejudicado, comunique a Relatoria, que eu o retiro do rol dos prejudicados, para que não fiquemos discutindo aqueles que já estão ultrapassados. Não sei se V. Ex^a, Deputada Denise, recebeu essa lista, mas distribuímos um rol em cuja última página estão os prejudicados. (Pausa.)

Tem? Bom, qualquer ressalva, nós anotaremos e verificaremos.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Obrigada, Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Por nada.

Num primeiro momento, até como aspecto de aprendizagem de como proceder às sub-relatorias, fizemos o seguinte em relação às subcomissões – refiro-me, especificamente, a duas Subcomissões –: Correios e empresas do Marcos Valério. Na dos Correios, ouviremos o Mauro Dutra, da Novadata; depois, da Skymaster, João Marcos Pozzetti, Hugo Cezar Gonçalves e Américo Pozzetti. Repito: Mauro Dutra, da Novadata; e, da Skymaster, João Marcos Pozzetti, Hugo Cezar Gonçalves e Américo Pozzetti; terceira, da Beta, Joannis Amessonhs, Michel Abud Júnior, Antônio Augusto Leite Filho e ainda o Brigadeiro Venâncio Grossi. Então, num primeiro momento, essa Sub-Relatoria decidiria sobre essas oitivas.

A segunda lista, das empresas e do Marcos Valério – que seria outra sub-comissão e outra relatoria: Margareth Queiroz, da DNA; Geiza Dias, da SMP&B; Marco Antônio Silva e Jafete Abraão, da Secom; Telma dos Reis Menezes da Silva, da MultiAction. Deixei para ser discutido que atitude a Comissão tomará em relação à oitiva da Presidente do Banco Rural, que tem de ser no plenário.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – No plenário?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Tudo bem! Eu só coloquei para discussão porque há o aspecto de presidente de instituição financeira. Mas não tenho ressalva nenhuma.

Na nossa seqüência, haverá o Ivan Guimarães, que não ouvimos ontem; o Maurício Madureira, Diretor de Operações dos Correios; e o Marcus.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Deputado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Vou apresentar aquilo que entendo da Relatoria.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Mas era bom discutirmos a agenda depois para não confundirmos as coisas.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Pelo menos, que não se diga que não estamos apresentando uma agenda.

E o Marcus Vinícius, que está sendo anunciado hoje, genro do Deputado Roberto Jefferson.

De qualquer modo, é foco específico. Anunciei a V. Ex^{as} o que é mais imediato ao Plenário e às Sub-Relatorias.

Quanto aos requerimentos, fizemos esta sistematização, que não pretendo discutir, pois está posta para que a examinem. Mas, para retomar as coisas mais próximas nossas...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Até terça-feira, faz-se sugestão.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Exatamente. Então, até terça-feira, sugestões em relação à tabulação que fizemos. Mas temos coisas mais recentes, que gostaria de colocar em votação.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem só um minuto, se for possível.

Sugiro o seguinte: com essa divisão das oitivas já aprovadas no Plenário da CPMI, com essa separação entre o que será feito no plenário e o que será feito em oitivas menores, com menos participantes, e aquilo que será feito pela Polícia Federal, na lógica apresentada por V. Ex^a, a lógica dos contratos dos Correios, ou seja, a investigação dos Correios em si – em que agora, inclusive, há novidades, como a apre-

sentação feita pela Procuradoria-Geral da República do final da oitiva do Sr. Marinho e também o fato de a Controladoria-Geral da União já ter elementos públicos da análise dos contratos –, haverá bastante coisa para aprofundar e acelerar a investigação desse eixo, contratos dos Correios.

Outra questão que V. Ex^a colocou como outro foco da investigação são as empresas do Marcos Valério e as decorrências políticas, econômicas e financeiras da atuação das empresas do Marcos Valério.

Eu gostaria de propor, até para que não pare qualquer dúvida, que possamos sair com dois subgrupos de trabalho para tratar esses dois eixos. Está claro que são dois eixos.

Senador Sérgio Guerra, se V. Ex^a prestou atenção no que falei, me ouviu falar Marcos Valério, sua atuação, suas decorrências políticas e econômicas. Portanto, uma série de questões que já estamos investigando estariam acopladas nesse subgrupo, certo? Para que não pare qualquer dúvida de que estejamos querendo escamotear o que for.

Eu gostaria de propor, até para que não pare qualquer dúvida, que possamos reestruturar os nossos trabalhos a partir desses subgrupos: quem vai se dedicar mais à questão dos Correios, dos contratos, desses procedimentos e quem vai se dedicar à maneira e conseqüências das operações das empresas do Sr. Marcos Valério. Se pudermos sair daqui hoje com esta definição e, então, cada um dos Parlamentares poderá inclusive se prontificar no sentido: eu quero ficar mais nesta área. Eu estou propondo...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senadora Ideli Salvatti, a tese é correta. Vamos trabalhar administrativamente nisso e, na terça-feira, anunciaremos.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Está ótimo.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Sr. Presidente, eu queria um esclarecimento do Sr. Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Concedo a palavra ao Deputado Juíza Denise Frossard.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Sr. Relator, tenho um requerimento aqui ligado aos Correios, que é o 752, que consiste em ouvir o Sr. Carlos Eduardo Fioravanti da Costa.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Já vai ser votado.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Mas não está em nenhuma dessas relações.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Está nesta que eu vou liquidar agora.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Obrigada.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Aliás, começa pelo seu.

A palavra está comigo. Então, vamos prosseguir.

Os Srs. Parlamentares estão de posse da relação atualizada até 21 e 13. Tudo bem. Então, vou-me ater aos requerimentos finais recentes.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Por assunto. Por assunto. Então, solicito que verifiquem nas convocações aquelas que podemos aprovar já. Começamos pelo Requerimento nº 752. Nas convocações, o 752, da Deputada Juíza Denise Frossard.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Relator, desculpe. Eu tenho uma lista de requerimentos pendentes, e ele não chega até o 752.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Esse foi o meu problema, que eu também fiz a tabulação toda com base naquela e, como há uma nova, vou seguir a nova para não ficarmos desatualizados. Então, é a atualizada até o 21.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Relator.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Relator, não está desatualizada, não. É porque está por assunto.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Está por assunto.

Então, verifiquem que, num primeiro momento, estão as convocações. Agora, estou nas convocações. Eu estou concordando com as convocações: Requerimento 752, da Deputada Juíza Denise Frossard, convocação do Sr. Carlos Eduardo Fioravanti da Costa, ex-diretor comercial dos Correios; o 786, da Senadora Ideli Salvatti, convocação do doleiro Haroldo Bicalho, que também – não sei por quê – está no 787; do doleiro Jader Kalid Antonio, da Senadora Ideli Salvatti; do doleiro Adalberto Youssef, do Deputado Carlos Abicalil – é o 788; o 793, de Rubens Adaauto de Castro Dourado, cidadão que está preso e lobbista de empresas, do Deputado Carlos Sampaio.

Eu estou anunciando aqueles que eu pelo menos sondei e seriam assimiláveis imediatamente.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Deputado Osmar Serraglio, vamos devagar! Temos que votar tudo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Tudo bem. Qualquer ressalva é só anunciar.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Agora, V. Ex^a, se sondou, não me consta que o PFL tenha sido sondado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Tudo bem. Não concorda. Está retirado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Não, não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Eu quero aqueles...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Não, não, não. Deputado Osmar Serraglio, concordo com a votação desses, como, por exemplo, apresentei a convocação do Toninho e não sei por que todos os doleiros vão ser convocados, menos o Toninho da Barcelona.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Eu esclareceria ao Plenário...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Mas vamos discutir na hora certa.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – ...qual é a idéia do Relator.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Vamos discutir na hora certa.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Vamos trazer um monte de doleiro para cá.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – A única coisa a que me oponho é que V. Ex^a diz que fez consultas. Eu, por exemplo, não fui consultado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Mas tem restrição?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Não, de acordo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Quanto ao Toninho, esta Relatoria não tem nenhuma restrição. Apenas estamos aguardando a evolução do entendimento dele com o Ministério Público...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Não tem nada a ver isso. Mas na hora a gente discute. Vamos deixar para discutir na hora.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Mas já se percebe que não é consensual. Tudo bem.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Sr. Relator...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Pois não.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Posso fazer apenas uma consideração a todos?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Pois não.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Eu gostaria de me dirigir a V. Ex^a, mas a todos os pares também. Uma mera reflexão. Eu tenho muito re-

ceio – confesso – de ouvir condenados aqui e vou dizer o motivo – é uma experiência pessoal – apenas uma preocupação. Não é que não se ouça, não. Mas é que se mande as perguntas para que sejam ouvidos, ou pelo Ministério Público, ou pelo juiz. Por quê? Porque o criminoso, principalmente aquele que recebe uma condenação longa, ele não tem nada, absolutamente nada a perder. Não tem compromisso com nada. Para chegar aqui, em uma Comissão Parlamentar de Inquérito, cujo único viés é o viés da busca dos Parlamentares porque não temos ingerência alguma nos de fora. Eu acho, Sr. Presidente e Sr. Relator, meus caros colegas, acho perigoso, mas submeto à reflexão e deixo aqui a minha...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Eu faço o apelo para a gente discutir essa matéria só quando for votar o requerimento.

Senadora Heloísa, eu apresentei à Mesa um pedido de preferência para votação em separado desse requerimento do Toninho e também de outras convocações. Então, peço que deixemos a discussão para o momento da votação do requerimento.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Mesmo porque quero discutir isso. Então, está tudo muito bem. Eu não me inscrevo para isso. Eu não vou me pronunciar sobre isso e quero me pronunciar na hora.

Sr. Relator, é o seguinte: tem um requerimento meu que, de alguma forma, trata dos contratos de publicidade do Sr. Marcos Valério em relação ao Banco Popular e ele não está aqui. Então, só para que o senhor possa incluir.

Não está nessa lista, sumiu.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Vou prosseguir. Em relação...Essas foram as convocações, agora as cópias de documentos...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Relator, apenas uma indagação. Essa proposta de convocação é naquele modelo de subcomissão que vai ouvir, não é? São muitos doleiros.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Depois iremos estabelecer como se procederá.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Está certo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Em relação à tabulação dos três caminhos possíveis. Agora, nas cópias de documentos 785...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, só para eu entender. Em termos das convocações que o Relator Osmar Serraglio tem a apresentar seriam essas e, depois, temos polêmicas.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Essas as que não são aparentemente polêmicas.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Está. Agora, deixa eu...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Vamos prosseguir.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Deixa eu entender. Agora, o senhor vai entrar em qual item?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Agora eu vou entrar nas cópias.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Cópias de documentos?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Cópias de documentos. Oitocentos e oito, Senador Alvaro Dias.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor já disse 785, Sr. Relator.

O SR. RELATOR (PMDB – PR) – 785, Senadora Ideli Salvatti. Cópia do inquérito da operação Anaconda, da Polícia Federal. 808, Alvaro Dias, cópia do Tribunal Regional Federal.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, o senhor vai me desculpar, mas não consigo acompanhar e nem localizar.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Relator, me desculpe a dificuldade, talvez seja uma dificuldade intelectual, mas não consigo acompanhar esse ritmo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Vou mais lentamente.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – E a lista é uma lista que até que eu ache o número aqui é...

O SR. PRESIDENTE (Deldídio Amaral. PT – MS) – Deputado Osmar, eu pediria a V. Ex.^a mais vitalidade, mais pujança na defesa dos requerimentos e peço aos demais, por favor, silêncio porque, senão, esta reunião vai se arrastar e temos hoje uma longa jornada pela frente ainda.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Vamos fazer o seguinte: em relação àqueles que eventualmente alguém discorde, levante a mão que excludo na hora. Estou tentando encaminhar aqueles em que já estamos em processo de apresentação daqueles que serão votados em bloco.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Deputado Osmar, quero apenas frisar, Sr. Presidente, nobres Congressistas, que existem sobre a mesa requerimentos de preferência para votação. Perdoe-me.

São requerimentos não consensuais, mas que estão, segundo o art. 311 do Regimento Interno do Senado Federal, solicitada a preferência. Como é preferência, antes de votar o bloco, queremos votar as preferências. Depois, votaremos os blocos.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Pela ordem.

Relator Osmar, esse aglomerado de requerimentos para convocação estão incluídos os doleiros?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Da convocação, sim. Menos o Toninho.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Mas eu acho...

Pelo amor de Deus, minha gente.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Estão nominados um a um, já elenquei. São os de Minas Gerais, por enquanto.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Deixa eu falar...

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Relator, a questão dos doleiros, veja bem, o que faz o doleiro, Sr. Relator? Ele manda dólar para o exterior. Isso é caso de polícia! Isso é caso de polícia!

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Mas quando ele se envolve com políticos, é de interesse da investigação.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Eu sei, então vamos fazer o seguinte: eu até solicito a quem apresentou que tente achar, o mais rápido possível, por nossa senhora, pelo amor de Deus, ou por Karl Marx, não importa, um doleiro que diga que o PSDB recebeu. Porque é isso.

Não tem quem agüente isso aqui! Pelo amor de Deus, não tem quem agüente isso!

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Nós não estamos aprovando que eles venham à CPMI. Eles poderão ser ouvidos...

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Enquanto não aparecer o nome ninguém sossega também.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Eu quero esclarecer o seguinte: a autoria desses requerimentos não é desta relatoria.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Um disse que o PT recebeu, outro tem que aparecer para dizer. Isso é um absurdo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Eu estou respeitando a proposta...

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Eu sei, eu sei.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – ...e, portanto, os parlamentares que formularam terão oportunidade de, depois de aprovado, apresentar o que eles pretendem: se se ouve na polícia, se se ouve numa subcomissão...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Mas, Sr. Relator, é importante então que o senhor explique porque...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio PMDB – PR)

– É uma pena que eu não consiga prosseguir nem naqueles que são consensuais. Aí depois se diz que não avançamos na pauta. Esses que estou apresentando, ainda estou dizendo que, se houver qualquer óbice, que se levantem as mãos e se excluam. Agora, vamos avançar nessa lista da qual não expungimos nada. São 700 requerimentos pendentes.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Re-

lator, só para ajudar. Dada a argumentação da Senadora Heloísa Helena e da Deputada Denise Frossard, V. Ex^a talvez possa explicar por que esses doleiros. E aí pode ser que concordemos.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio PMDB – PR)

– Mas eu acho que quem está acompanhando a investigação sabe que eles são pessoas que foram referidas em relação a toda a apuração do envolvimento de partidos políticos com dinheiro, com remessa para o exterior.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Está ótimo. Então essa é uma excelente justificativa para garantir que o Sr. doleiro Toninho venha prestar depoimento aqui também.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Não, Sr. Relator. Na minha opinião, Sr. Relator, só para esclarecer esse tema, é importante que esses doleiros sejam ouvidos de forma reservada, da mesma forma como foi ouvido, na segunda-feira, o outro doleiro. Nós não podemos ter dois pesos e duas medidas dentro desta CPMI.

Eu estranhei muito que o doleiro...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio PMDB – PR)

– Esse vai ser o procedimento.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Só para concluir, Sr. Relator, eu estranhei muito que o doleiro que foi ouvido segunda-feira fosse um doleiro com especialização ideológica. Ele só negociou dólares com gente do PT e com Ministros do atual Governo.

Então eu fiquei muito desconfiado, realmente, daquele depoimento, e acho que temos que manter, como eu sempre digo, temos que cortar qualquer linha que bote dois pesos e duas medidas.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – O problema não é ideológico não, Deputado, é de prática partidária.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Porque naquele depoimento de segunda, eu que não pude ir a São Paulo, ouvi na mídia nacional trechos integrais envolvendo inclusive o Ministro da Justiça deste País, acusado por um doleiro que está condenado a 25 anos de cadeia. Esse foi um erro muito grave pelo qual nós passamos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

Vamos restabelecer... A palavra está com o Relator, Sr. Presidente. Esse assunto já foi discutido.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Osmar Serraglio, eu solicito a V. Ex^a que dê continuidade, para que nós discutamos os requerimentos e encerremos esta reunião técnica.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio PMDB – PR)

– Requerimento nº 808, Senador Alvaro Dias. Solicita cópia do Tribunal Regional Federal, 4ª região, do processo referente às investigações sobre o Toninho da Barcelona, responsável pelas subcontas Lisco, Miro, Baton, da Beacon Hill, em Nova Iorque.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Re-

lator, quero saber se tomamos alguma decisão sobre ouvir doleiros.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio PMDB – PR)

– Estamos aprovando a convocação.

Requerimento nº 760, Deputado Eduardo Paz. Diligência fiscal. À Receita Federal, para a realização de diligência, para confirmar a autenticidade das notas fiscais de serviços fiscais prestados pela DNA em Minas Gerais, no mês de julho de 2005. Requerimento nº 760.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – É só para dizer que o Paz, aí, é o Cristiano, sócio do Marcos Valério. Eu sou Paes.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio PMDB – PR)

– Na sequência, o nº 706, Deputado Eduardo Paes, solicita informações do Banco Merrill Lynch sobre a existência de conta em nome de Marcos Valério Fernandes de Souza.

Na sequência, 718, Senador Romeu Tuma solicita que a Polícia Federal envie todos os dados relativos às viagens realizadas ao exterior nos últimos três anos pelo Senhores Marcos Valério e Emerson Palmieri.

747 – Aqui não há o nome do autor, informações das empresas Consultatum SC LTDA., Planefime Serviços de Assessoria, Planejamento, Administração e Participações SC.

Assessores, preciso que me informem qual o autor do 740. Informações próprias sobre o imóvel sito à Rua Inconfidentes 1.190, Minas Gerais, onde se situa a agência SMP&B Comunicações, portanto, relacionado a SMP&B Comunicações. 747.

748, ACM Neto, informações da Ata da reunião do Conselho Diretor da Telemar, que aprovou as negociações relativas à compra de ações da empresa Game Corp.

754, Sílvia Torres, informações ao Embaixador do Brasil em Portugal, Antonio Paes de Andrade, sobre sua atuação diante das declarações do ex-Ministro

português Antônio Mexia, no caso Marcos Valério e o Banco Espírito Santo, que já está praticamente, mas é um pouquinho mais esclarecido.

Senador César Borges, 755, informações do DAC, através do comando da Aeronáutica, dos planos de vôos da aeronave prefixo PTY e PRORE, e a identificação de seus proprietários, como também a relação de passageiros que nela viajaram no período de janeiro de 2003 a abril de 2005.

762, Gustavo Fruet, Coaf, sobre a unidade de inteligência financeira... Como aqui não está detalhado, por enquanto suspendo o 762 e 763, para não surpreendê-los.

807, César Borges, informações ao Banco do Brasil dos últimos cinco anos de todas as transações de créditos firmados com o Partido dos Trabalhadores e as empresas SMP&B, DNA e coligadas, fornecendo os dados de crédito e débito dessas operações, relação contratual do Banco do Brasil com as empresas de publicidade SMP&B e DNA, especificando os trabalhos prestados, mensurados, faturados e pagamentos efetuados e ainda se foi apurada alguma irregularidade no processo licitatório na execução do contrato bem como o motivo da rescisão desse contrato.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Relator, a relação do Banco do Brasil com as empresas do Marcos Valério é bem anterior aos últimos cinco anos, então deveríamos pedir o procedimento integral.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Não tem problema, não. Pode colocar dez anos. Pode trocar, Sr. Presidente.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Nove.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Vinte anos.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – É o período que as empresas do Marcos Valério teve com o Banco do Brasil.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Últimos cinco anos.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Mas é que o contrato é anterior, então estou pedindo para...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Não, coloca de 1994 para frente, Sr. Relator.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Estou pedindo o período todo do contrato.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Relator, coloca de 1994 para frente, para não ter problema.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Adito o requerimento do eminente Senador César Borges, 807, sendo de 1994 até a presente data. O autor está concordando. Obrigado.

513-a, que está pendente há muito tempo. É uma licença do Senador Wirlande da Luz, que está justificando sua ausência na nossa reunião.

766, Onyx Lorenzoni e ACM Neto, requisição de diligência para complementação de informações no Centro de Processamento de dados do Banco Rural, em Belo Horizonte.

772, Pompeo de Mattos, cópias das fitas de vídeo da garagem do Senado, com as gravações – esse é o episódio Paulo Pimenta, mas tudo bem, não abafamos nada – do dia 10 de agosto de 2005.

Da mesma forma, o 773, Pompeo de Mattos, cópias da fita da reunião conjunta realizada no dia 10 de agosto de 2005, CPMI dos Correios e CPMI Compra de Votos.

775, Senadora Ideli e Deputado Maurício, requisição à Polícia Federal de cópias de listagem de pessoas físicas e jurídicas que comprovadamente realizaram evasão de divisa.

776...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Em qual período, Sr. Relator?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Indago da... Nos últimos cinco anos.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – É pouco, Senadora Ideli, peça mais.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, é que esse é o inquérito que deu continuidade nas investigações do Banestado. Então tem uma lista.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Que ano V. Ex^a anunciou no requerimento?

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Eu não coloquei ano porque é um inquérito da Polícia Federal. Então a cópia é a investigação.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Ah, a uma investigação generalizada.

O SR. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, Sr. Relator, para discutir. Acho que restabelecer a CPMI do Banestado não é uma boa rota para nossos trabalhos. Se formos fazer isso vamos mergulhar numa ampla confusão.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Mas aqui é cópia da Polícia Federal.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Relator, a CPMI do Banco do Estado, de que tão brilhantemente participou a Senadora Ideli, tem todos esse dados, esse pedido é uma prova de incompetência nossa, é desmoralização para todos nós aqui. A Senadora Ideli, inclusive, foi uma brilhante participante, acompanhou as investigações.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. Ex^a tem restrição a incluir no bloco?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Não, eu não teria nem restrição.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Está suspenso por enquanto. Está fora da listagem, 776.

Senadora Ideli, Deputado Maurício Rands, requisição ao Ministério Público Federal, cópia dos depoimentos prestados pelo Sr. Maurício Marinho à instituição, que é objeto da notícia no jornal **O Globo**;

777, Senadora Ideli e Maurício Rands.

O SR. (Orador não identificado) – Presidente.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– A cópia do depoimento do Sr. Maurício Marinho.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – V. Ex^a pode ler o requerimento, por favor?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Ler o requerimento?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Não, ler a ementa.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Requisição ao Ministério Público Federal, cópia dos depoimentos prestados pelo Sr. Maurício Marinho à Instituição.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Já foi aprovado na última reunião.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Então seria interessante.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Já

foi aprovado na última reunião, sendo que quem estava subscrevendo era a Deputada Denise Frossard e eu também.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Isso, a minha sugestão é que houvesse um aditamento e que esclarecesse, até porque apresentei um requerimento agora que fica absolutamente prejudicado. Apenas esclarecendo, por meio de um aditamento, que é até a presente data. Porque isso irá evidentemente incorporar todos os depoimentos.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Acolho a ponderação, adito ao requerimento que se atualize até a presente data o que houver de oitiva do Sr. Maurício Marinho junto ao Ministério Público Federal.

777, Senadora Ideli Salvatti e Deputado Maurício Rands requisição ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais cópias dos procedimentos investigatórios em relação à empresa SMP&B – é Ministério Público de Minas Gerais;

778, Senadora Ideli Salvatti e Deputado Maurício Rands, requisição ao STF de cópia integral da Petição 3.372, Relator Gilmar Mendes. É cópia de processo.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – De

que trata a petição, Sr. Relator?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Trata daquela lista, daquela ação civil pública em que se investiga o episódio da SMP&B e aquela relação dos parlamentares que ocasionou todo aquele Episódio Paulo Pimenta. Essa aqui é só a cópia da petição, portanto que desencadeou a ação.

O SR. (Orador não identificado) – Sem problema.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Aliás ela circula já. 781, Deputado Pompeo de Mattos, que se requisite à Polícia Federal que informe – aqui é em relação ao nosso procedimento – antecipadamente o dia, a hora e o local de todas as tomadas de depoimentos que realizar em atendimentos a pedidos feitos pela CPML, ou seja, estamos delegando à Polícia Federal oitivas que queremos saber antecipadamente quando se realizarão. Sete, oito, nove, (789) requisição. Aqui já suspendo antecipadamente porque vai dar a mesma celeuma.

795, Senadora Ideli, do Senador Sibá, do Deputado Jorge Bittar, e do Deputado Carlos Abicalil, requisição ao Ministério da Justiça de cópia do relatório feito pelo Instituto Nacional de Criminalística acerca de transações feitas, entre 1997 e 2000, pelo Sr. Duda Mendonça com a *offshore* Agata Internacional.

Eu prossigo.

Requerimento nº 797. De 1997 a 2000. Adito.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Até agora, está ótimo.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Sim, senhor, até hoje.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presi-

dente, não há nenhum problema de ser até agora. A questão apenas de ser citada esta data é que o relatório do instituto refere-se a esse período. Então, pode até pedir que o instituto atualize, faça outro. Não tem problema.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Faz outro relatório.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Manda

ele atualizar o relatório.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Adito o requerimento...

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Até

para não ficar nenhuma dúvida, para se pegar todo o período, o inicial e o final. Temos todo o histórico. Além do histórico, teremos o final.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Requerimento nº 796. Não está. Requerimento nº 797.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Deputado Osmar Serraglio, eu só queria, como se está tratando de *offshore*, eu só gostaria que V. Ex^a colocasse em votação um requerimento meu à Mesa, que trata da quebra de sigilo bancário das contas CC5.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Eu ainda não entrei nisso ainda.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – É só para incluir. Como se está tratando disso, então, é para garantir que seja incluída a quebra de sigilo bancário das contas CC5, que envolve o Sr. Duda Mendonça, Marcos Valério, PT ou quem quer mais que seja, e que está aguardando deliberação da Mesa, porque é muito importante isso.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Elas serão nominais e eu estou anunciando aquelas que serão votadas em bloco.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Não vão votar, não vai dar tempo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Eu só esclareço que pulei o 796 porque não tive... São requerimentos apresentados à undécima hora, não se tem condições sequer de ler, e eu não tive oportunidade de ver quem é Nilton Antonio Monteiro. Não estou dizendo que sou contra, apenas como não sei, estou pulando.

797, Senador Romeu Tuma, requisição de cópia do livro de visitas feitas ao Antonio Oliveira Claramunt, que é o Toninho da Barcelona, desde a sua prisão no sistema carcerário do Estado de São Paulo, especificando dados dos visitantes, respectivas datas e horários, com o objetivo de complementar informações relativas às apurações objeto desta CPMI.

801, a última requisição, do Deputado Agnaldo Faria de Sá, solicita ao DAC que informe as viagens realizadas ao Japão pelo Sr. Fábio Luiz Lula da Silva, e suas respectivas datas.

Os sigilos, não estou anunciando e vamos à frente.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Eu gostaria só pedir um esclarecimento ao Deputado Arnaldo Faria de Sá. Qual é o objetivo do Requerimento nº 801.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Eu tenho a informação, quero a confirmação.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Qual é a informação?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – A informação de que o filho do Presidente Lula foi ao Japão quatro vezes, e eu quero saber se é verdade ou mentira.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Talvez o Deputado queria saber também quem pagou a viagem...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E de mais a mais, é preciso esclarecer, Deputado Fontana, que o filho do Presidente investiu R\$50 mil em uma empresa e dali dois anos teve um rendimento de R\$5,5 milhões. É muito dinheiro de uma vez só.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, eu queria informar que eu sei gritar, eu sei usar a palavra sem ter sido concedida, mas eu não faço. Eu peço que os outros também não façam, que aguardem. Como tem um orador, que ouvíssemos o orador.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, em relação àqueles que essa relatoria apresenta mas que, de imediato, podem ser aprovados, acredito que em bloco, são esses. Os sigilos, não abordei porque serão decididos em votações nominais.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – O requerimento do Deputado Arnaldo Faria foi aprovado?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Não, foi sugerido...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Indago. Se alguém pretende a retirada, eu retiro. Só estou apresentando aqueles que não têm restrição.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Eu quero solicitar que, da mesma forma como outros requerimentos foram colocados para apreciação posterior, com esse requerimento, também seja feito dessa forma.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Pois não...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Relator, eu gostaria...

(Tumulto no plenário da Comissão.)

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, quero esclarecer que não estamos estabelecendo discussão de projetos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Eu entendi. Sr. Relator, não é isso...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Eu só quero o anúncio de que há ou não há concordância.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Tudo bem, relator. Diante da recusa da Senadora Ideli Salvatti de inclusão desse requerimento no bloco, eu gostaria de solicitar que fosse ele colocado para votação em separado, com as preferências que já estão encaminhadas à Mesa...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Pois não. Já está incluído nessa relação.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – ...cumprindo o art. 311 do Senado Federal.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Eu também quero fazer uma requisição para que seja colocado para votação em separado o Requerimento nº 796, como um dos primeiros requerimentos a serem votados em separado. Requeiro a preferência também.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, a relatoria concluiu aqueles em bloco. Estão excluídos o 801... Estão incluídos para posterior discussão em separado o 796 e esse 801, que retiramos.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Relator, Sr. Presidente, coisa rápida.

Existem, nobre relator, com relação aos doleiros, quatro requerimentos: o meu, o de V. Ex^a, o da Senadora Ideli Salvatti e o do Senador Romeu Tuma. Eu acho que há um consenso. Por que não incluir o do Toninho da Barcelona junto com todos os outros? Colocaria junto...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Havendo uma discordância, eu não prossigo. E há discordância.

Com a palavra o Deputado José Eduardo Cardozo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – É mais uma ponderação, não a V. Ex^a, mas ao Presidente...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Eu pediria, por favor, silêncio, para que encaminhe a votação. Não são possíveis essas conversas paralelas, prejudicando o andamento dos trabalhos.

Para dar velocidade a essas votações, encerrado o Deputado José Eduardo Cardozo, o Deputado Osmar Serraglio resume aqueles que são comuns e que são consenso, depois, votamos aquilo que é separado e vamos acabar com esta reunião, porque, daqui a pouco, vamos ter de ouvir o Sr. Henrique Pizzolato.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Sr. Presidente, apenas uma ponderação rápida. Têm acontecido aqui reiteradamente: os Srs. Parlamentares interrompem o Presidente, interrompem o relator, não se pede mais a palavra, cada um se acha no direito de falar na hora em que quiser. Isso é rigorosamente incorreto, Sr. Presidente, porque é impossível compreender intervenções e ordenar os trabalhos.

Então, requeiro a V. Ex^a que fique claro aos Srs. Parlamentares que, quando quiserem fazer uso da palavra, dirijam-se ao Presidente, pedindo pela ordem a intervenção. Uma vez dado o comando do Presidente, aí se fala. Da forma em que está, é impossível continuar os trabalhos, Sr. Presidente, porque todos pegam o microfone, falam ao mesmo tempo e não pedem a palavra ao Presidente que é o responsável por deferir o pronunciamento de cada um dos Srs. Parlamentares.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Parabéns, Deputado José Eduardo Cardozo. Mais uma vez, está provado que, se o PT tivesse...

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – O Deputado Osmar Serraglio agora relatará aqueles requerimentos que são consenso.

Com a palavra o Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Indago se pretendem que eu renove a enumeração.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Relator.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, questão de ordem, art...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Relator.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, tenho uma questão de ordem.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Eu quero uma informação do Sr. Relator.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, questão de ordem, art. 311 do Regimento do Senado Federal.

Sr. Presidente, Senador Dalcídio Amaral, eu queria apresentar uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Questão de ordem, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, art. 311 do Regimento Interno do Senado Federal:

“Conceder-se-á preferência, mediante deliberação do Plenário:

I – de proposição sobre outra ou sobre as demais na Ordem do Dia.

Parágrafo único: A preferência deverá ser requerida:

I – antes de anunciada a proposição sobre a qual deva ser concedida, na hipótese do inciso I”.

O que eu quero dizer a V. Ex^a? Temos alguns requerimentos de preferência sobre a mesa que solicitam a votação em separado de alguns requerimentos que não foram incluídos dentro do bloco pelo relator. Da minha parte, não há nenhuma objeção a que vo-

temos o bloco. Porém, para cumprir o que dispõe o Regimento Interno do Senado Federal, eu gostaria de solicitar a V. Ex^a que colocasse os requerimentos de preferência como prioritários para votação. Depois, então, votaríamos o bloco.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Votaremos, então, os requerimentos de preferência e depois o bloco.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Pela ordem, Sr Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Eu não vou mais dar a palavra. Vamos dar sequência à votação. Peço ao Relator que cite cada requerimento para que foi pedido direito de preferência para que votemos. Depois votaremos o bloco.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sr Presidente, o requerimento de preferência dos Deputados ACM Neto e Onyx Lorenzoni. Pretendem a preferência para o Requerimento 751, que corresponde à convocação do Sr. Paulo Okamoto, Presidente da Sebrae.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral) – Eu não vou permitir mais nenhum tipo de encaminhamento.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Tem mais preferência. Não é só essa.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Vamos votar o Requerimento nº 751.
Vamos começar a votação.

Como vota o Senador Heráclito Fortes?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Senador César Borges?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) –
Como vota o Senador Demóstenes Torres? (Pausa.)
Como vota o Senador Sérgio Guerra? (Pausa.)
Como vota o Senador Alvaro Dias? (Pausa.)
Como vota a Senadora Ideli Salvatti?

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Não, Sr Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Senador Aelton Freitas?

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Não, Sr Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Senador Sibá Machado?

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Não, Sr Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Senador Luiz Otávio?

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Não, Sr Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – BA)
– Como vota o Senador Valdir Raupp?

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral) – Como vota o Senador Maguito Vilela? (Pausa.)

Como vota o Senador Ney Suassuna? (Pausa.)

O SR. NEY SUASSUANA (PMDB – PB) – Não.
Como vota o Senador Jefferson Peres? (Pausa.)

Como vota o Senador Fernando Bezerra?

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN)
– Não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – RN)
– Como vota o Senador Senadora Heloísa Helena?

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Sim, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Senador Senador Efraim Morais? (Pausa.)

Como vota o Senador José Jorge? (Pausa.)

Como vota o Senador Romeu Tuma? (Pausa.)

Como vota o Senador Arthur Virgílio? (Pausa.)

Como vota o Senador Almeida Lima? (Pausa.)

Como vota o Senador Garibaldi Alves? (Pausa.)

Como vota o Senador Leomar Quintanilha?

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO)
– Não.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr Presidente, V. Ex^a está fazendo a contagem por Partido?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Estou fazendo por Partido.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Só para que não haja suplente superando o número de titular.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como sempre o fiz.

Como vota o Senador Juvêncio da Fonseca? (Pausa.)

Passemos aos Deputados.

Como vota o Deputado Carlos Abicalil?

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Não, Sr Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Deputado Jorge Bittar?

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Não, Sr Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Deputado Maurício Rands?

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Como vota o Deputado Asdrúbal Bents?

O SR. ASDRUBAL BENTS (PMDB – PA)

– Não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Como vota o Deputado Osmar Serraglio?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Não, Sr Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Como vota o Deputado Fernando Diniz? (Pausa.)

Como vota o Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Sr. Presidente, contra a “operação abafa”, contra a armação do Governo e sim pelo requerimento.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Está em votação. Não é para fazer demagogia.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Como vota o Deputado Onyx Lorenzoni?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Como vota o Deputado Eduardo Paes? (Pausa.)

Como vota o Deputado Gustavo Fruet? (Pausa.)

Como vota o Deputado Nélcio Dias?

O SR. NÉLCIO DIAS (PP – RN) – Não, Sr Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Como vota o Deputado Nelson Meurer (Pausa.)

Como vota o Deputado Arnaldo Faria de Sá?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Sim, Sr Presidente. Pela transparência.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Como vota o Deputado Wellington Fagundes?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL – PB)

– Não, Sr Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Como vota a Deputada Juíza Denise Frossard? (Pausa.)

Como vota o Deputado Pompeo de Mattos?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sim, Sr Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Como vota a Deputada Rose de Freitas? (Pausa.)

Como vota o Deputado Aníbal Gomes? (Pausa.)

Como vota o Deputado César Schirmer? (Pausa.)

Como vota o Deputado Sílvio Torres?

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Como vota o Deputado Geraldo Thadeu?

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sim, Sr Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Encerrada a votação, vamos fazer a contagem.

Votaram Sim, 12; Não, 16. Foi rejeitado o requerimento.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. É sobre o andamento dos trabalhos.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Nada a opor à decisão do Sr. Presidente de dar agilidade e objetividade a esta reunião. Quero dizer que considero absolutamente estranho que votemos requerimentos sem discussão. Não me sinto em condições de votar um requerimento, em qualquer lugar, sem ter direito à discussão. Não me parece sensato.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. É sobre o andamento dos trabalhos.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Como vamos votar sem discutir? Não vai haver esclarecimento?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Requerimento não é discutido, só é votado. Só serão encaminhados pelos autores, única e exclusivamente.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Não foi dada a palavra aos autores.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Como autor, quero pedir encaminhamento.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. É sobre o andamento dos trabalhos. Isso não existe. Não se pode discutir um requerimento e, de repente, ficar a grita, a histeria entre dois Deputados, um acusando o outro de moleque. É melhor que haja o encaminhamento de quem vota favoravelmente e de quem não vota, para evitar essa situação. Daqui a pouco, teremos que trazer o depoente. Havia um requerimento de minha autoria no qual solicito ao Relator a quebra de sigilo das CC-5, para evitar a molecagem dos abafadores. É importante que o requerimento seja votado. O apelo que faço é nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Será feito, única e exclusivamente, encaminhamento pelo autor do requerimento.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sr. Presidente, se vai haver encaminhamento pelo autor, pelo princípio constitucional do contraditório, deve haver um

encaminhamento contrário. Quero dizer que concordo com V. Ex^a que, para o bom andamento dos trabalhos, abduquemos de encaminhamento, seja favorável ou contrário, para que possamos acelerar.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Como autor não abro mão. É regimental.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Quero dizer que estou de acordo com a sugestão de V. Ex^a. No entanto, se estiver, pelo autor, pelo princípio constitucional do contraditório, tem que haver um encaminhamento contrário.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Mas é regimental.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Por uma questão prática, inviabilizará qualquer votação. Todos os parlamentares vão querer fazer encaminhamento.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Claro que sim. É regimental.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Então, Sr. Presidente, nem do autor nem do contraditório. Pelo princípio do contraditório...

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Claro que sim! É regimental.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – **Data venia**, Sr. Presidente, dessa forma o princípio do contraditório estará violado. O Regimento diz que se há um encaminhamento favorável, o do autor, tem que haver encaminhamento contrário. Estamos indo contra o Regimento da Casa.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – É um e um.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Recebi, da assessoria, o art. 343. Para ser justo com o Regimento, cada requerimento será um e um. O autor e alguém que se apresente, somente um parlamentar, para fazer o contraponto.

Então, com a palavra o Deputado Osmar Serraglio.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sr. Presidente, mas por quanto tempo?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Três minutos para cada. Vou cortar a palavra de quem ultrapassar os três minutos.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – O próximo é o requerimento de preferência dos Deputados Onyx Lorenzoni e ACM Neto. Trata-se de um requerimento de preferência em relação aos Requerimentos nºs 753... É o que está aqui.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Eu gostaria de fazer uma sugestão para esclarecer o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Por favor, a palavra está com o Deputado Osmar Serraglio. É um absurdo isso, parece uma escola primária.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Na hora de os Deputados do Governo interromperem, pode. Na hora de o Sr. Bittar dar escândalo, pode. Ora, quero esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra o Deputado Osmar Serraglio.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Não houve escândalo. Vamos parar e ouvir o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra o Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Requerimento dos Deputados ACM Neto e Onyx Lorenzoni. Solicitam preferência ao Requerimento nº 810, que corresponde à convocação do Toninho Barcelona.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Como autor, Sr. Presidente.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Para contraditar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Para contraditar, Deputados Maurício Rands e para falar é só um de cada e Deputado ACM Neto.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Os autores são ACM Neto e Onyx Lorenzoni.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra o Deputado ACM Neto por 3 minutos.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – É só preferência. Vão discutir até o requerimento de preferência?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Todos são preferência.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra o Deputado ACM Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Agradeço a V. Ex^a.

Sr. Presidente, nós fomos nesta semana a São Paulo. Digo nós, porque me incluo na comitiva que teve a missão de ouvir o Sr. Toninho da Barcelona e ficou muito claro que ele apresentou alguns indícios que merecem ser analisados pelas investigações desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Fez referências claras a uma série de autoridades, nem todas, na minha opinião, fundamentadas, nem todas críveis, porém, algumas muito sérias. Fez referências claras a operações envolvendo compra e venda irregular de moeda estrangeira com partidos políticos. Fez referências claras à possibilidade de contribuir com esta Comissão para que tenhamos condições de entender melhor esse processo de remessa

ilegal de recursos para o exterior, que foi utilizado por partidos políticos, por mandatários da vontade popular e por diversas pessoas neste País.

Sr. Presidente, perguntei ao Sr. Toninho da Barcelona e perguntei ao advogado dele se haveria algum condicionamento explícito do desejo dele de contribuir com esta Comissão, revelando o que sabe, à concessão da delação premiada por parte do Poder Judiciário e ele nos respondeu que não, que a única condição que havia era que garantíssemos a segurança da sua integridade pessoal e dos seus familiares. Isso foi garantido pela Comissão no próprio dia, na reunião que fizemos na Secretaria de Segurança Pública em São Paulo. Foi o único condicionado apresentado pelo Sr. Toninho da Barcelona e pelos seus advogados. Ele quer sim apresentar aqui informações, ele quer nos ajudar a elucidar uma série de dúvidas que recaem sobre essa investigação da CPMI. Quero fazer um apelo maior: a única forma de darmos efetivamente segurança de vida a esse presidiário é se nós o colocarmos aqui, nesta CPMI. Se amanhã ou depois ele for assassinado, a culpa será dos Parlamentares que votarem contra a vinda dele a esta Comissão. Não é possível, Sr. Presidente, que aprovemos por acordo e pela concordância do Governo a oitiva de alguns doleiros e não aprovemos deste, que até agora é o que mostra ter maiores informações para a CPMI. Será muito feio, será vergonhoso, será deprimente e lamentável se hoje sairmos com o título de uma parte da Comissão votando a favor da operação abafa. A base do Governo começa a dar demonstrações perigosas de que quer comprometer a investigação, de que tem muito que esconder. Naquele dia, Senadores e Deputados da base do Governo disseram que era imprescindível a realização de audiência pública. Por que em 24 horas mudaram de opinião? Eu ouvi a Senadora Ideli Salvatti dizendo que ele deveria ser ouvido em audiência pública. Não queriam nem que nós fôssemos a São Paulo, queriam que fosse votado um requerimento para realização de audiência pública entre terça e quarta-feira. Por que mudaram de opinião? Vamos ouvir, vamos apurar e vamos investigar.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS)

– Com a palavra Deputado Maurício Rands, por 3 minutos. Depois, votaremos o requerimento.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sr. Presidente, esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, como disse V. Ex^a, tem uma tarefa, um compromisso, inarredável com a investigação e a comprovação das irregularidades, para que sejam feitas as punições. É também uma Casa política e, portanto, é submetida às tensões, mas hoje já é quase um consenso da opinião pública, na sociedade brasileira, Sr. Presidente,

que muitas vezes infelizmente, setores da Oposição tenham utilizado essa obrigação de combater a corrupção e de investigar para querer fazer disputa política e, numa demonstração de que nós, da base do Governo, estamos aqui para investigar, nós aquiescemos com a ida de quatorze membros da comissão à São Paulo. O que aconteceu lá?

O prisioneiro, Sr. Toninho da Barcelona, revelou que tinha preocupações com a sua incolumidade física. Nós todos da comissão nos comprometemos a envidar esforços perante as autoridades para que ele tenha garantida a sua incolumidade. Agora a sua incolumidade não se dá trazendo-o novamente para o depoimento. Por que nós achamos que pelo menos neste momento ainda não é hora de novo depoimento?

Porque a comissão foi lá por quatorze de seus membros e ele, Sr. Presidente, limitou-se a fazer menções. Eu na minha indagação inquiri por mais provas e ele disse que apenas tinha registros vagos. Não trouxe qualquer elemento.

A repercussão para a comissão, Sr. Presidente, foi um dos piores momentos da comissão, porque deu uma tribuna a alguém que a própria Justiça já tinha negado a delação premiada por ter avaliado que ele não disse a verdade.

Nós já fomos ouvir o que tinha a dizer o Sr. Toninho da Barcelona. Ele nada acrescentou. Limitou-se a fazer menções vagas de autoridades dentro da sua estratégia. A CPMI tem uma estratégia que é focar, concentrar no seu objeto de investigação.

Então, Sr. Presidente, nós não podemos fazer com que esta comissão coloque o seu Plenário para permitir a transformação em um Tribunal de Exceção, em que réus condenados, na sua estratégia de defesa, às vezes, querem usar a comissão para fazer tribunal de exceção, porque, no clima de denunciismo que vive o País, muitas vezes a só menção de um nome representa que aquele depoente, no caso, esse acusado, cumprindo pena de 25 anos de prisão, muitas vezes a mera menção de um depoente representa, Sr. Presidente, a acusação, instrução, condenação e execução de uma das piores penas, que é a execração pública.

Nós vimos muita irresponsabilidade e nenhuma comprovação, vou concluir, no depoimento do Sr. Toninho da Barcelona. Portanto, trazê-lo ao Plenário representa desviar o foco da comissão. Nós já o ouvimos, o que ele acrescentou foi muito pouco porque não teve nenhuma demonstração.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS)

– Concluindo Deputado Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Se em outro momento, eu concluo, for necessária a sua convocação, nós a faremos.

Portanto, votamos contra o requerimento de preferência de nova convocação do Sr. Toninho da Barcelona.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Passemos à votação.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente...

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Eu não votei ainda, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Não, nós vamos votar.

Vamos começar pelos Deputados Federais.

Carlos Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Jorge Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Não, Sr.

Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Maurício Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Asdrúbal Bents.

O SR. ASDRUBAL BENTS (PMDB – PA) –

Não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Fernando Diniz.

ACM Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sim, presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Eduardo Paes. Gustavo Fruet. Nélcio Dias.

O SR. NÉLCIO DIAS (PP – RN) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Nelson Meurer.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Wellington Fagundes. (Pausa.)

Juíza Denise Frossard.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Sr. Presidente, com relação ao requerimento em votação, o meu partido gostaria de ouvi-lo, mas eu acho que a preferência é absolutamente inaceitável e sou a favor de ouvi-lo lá, que fique bem claro.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Portanto, V. Ex^a vota...

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Pompeo de Mattos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Eu voto Sim, Sr. Presidente, apesar da perda de tempo lá em São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputada Rose de Freitas. (Pausa.)

Deputado Aníbal Gomes. (Pausa.)

Deputado Cezar Schirmer. (Pausa.)

Deputado Sílvio Torres.

O SR. SÍLVO TORRES (PSDB – SP) – Sim.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL – MT)

– Sr. Presidente, posso votar? V. Ex^a me chamou, mas eu estava ausente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Wellington.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL – MT)

– Não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Fechamos a lista de Deputados.

Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PSDB – GO)

– Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Sérgio Guerra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Presidente, sim à preferência. Nessa matéria, qualquer medida só será votada por nós do PSDB se houver elementos novos e documentos que a Mesa, o Sr. Presidente e o Relator considerem pertinentes e úteis.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Então, como vota V. Ex^a?

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Voto “sim” à preferência.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– À preferência.

Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, como sou favorável à decisão sobre delação premiada, voto “não”. É preciso aguardar a decisão do Procurador-Geral da República.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senadora Ideli Salvatti.

A SR. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Luiz Otávio.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Jefferson Peres. (Pausa.)
Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Tudo bem, Presidente. Voto sim. Que absurdo!

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Vota “sim”.

Senador Garibaldi Alves Filho. (Pausa.)

Senador Leomar Quintanilha.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO)
– Não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Gerson Camata; Senador Juvêncio da Fonseca. (Pausa.)

Encerrada a votação, vamos contar os votos.

Houve 11 votos SIM e 17 votos NÃO.

Por isso, o requerimento foi rejeitado.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Concedo a palavra ao Senador José Eduardo Cardozo pela ordem.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Sr. Presidente, farei uma ponderação, a partir da fala do Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, nos seguinte

termos: julgo que realmente, em face da prudência, a decisão desta Comissão Parlamentar de Inquérito foi correta. Sr. Presidente, ela não afasta que o Ministério Público vá ouvir e reunir todos os ingredientes. Será necessário verificarmos, como disse o Senador Sérgio Guerra, se vamos ouvi-lo ou não depois disso. Porém, Sr. Presidente, ao irmos a São Paulo, esta CPMI ficou co-responsável pela segurança do depoente. Quero deixar isso bem claro porque, a partir do momento em que fomos ouvi-lo, passamos a ter responsabilidade sobre a vida do depoente. Pessoalmente, fiquei muito impressionado com a fala do depoente relativa à acusação que teria sido feita a ele sobre a rebelião na penitenciária na qual parece visivelmente não ter nenhuma responsabilidade.

Por esta razão, Sr. Presidente, independentemente de podermos e devermos acompanhar a evolução dos fatos, acho que esta CPMI deveria oficial à Procuradoria-Geral da República pedindo atenção máxima à segurança do depoente e de sua família porque realmente, a partir do momento em que fomos a São Paulo, somos co-responsáveis pela vida de uma pessoa que, independentemente de ter seu objetivo nefasto ou positivo, é um ser humano que merece ter a proteção total das autoridades policiais, do Ministério Público e do Parlamento brasileiro, em face da nossa intervenção.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sr. Presidente, tenho uma questão relevante sobre o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Eu acho que está colocada essa questão do Deputado José Eduardo Cardozo. Nós tomaremos as providências devidas, até porque é uma ponderação muito clara e lógica, e daremos continuidade aos nossos trabalhos pelo avançado da hora. É importante porque é uma garantia constitucional, é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sr. Presidente, quero ponderar num segundo...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Estamos já muito avançados na hora e acho que ficou clara a decisão aqui. Gostaria que V. Ex^{as} tivessem a sensatez de nos permitir continuar a votação.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Só quero que V. Ex^a me dê um minuto, não mais do que isso, para dizer...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Não, Deputado Pompeo de Mattos. Estamos em ple-

na votação, já ficou muito clara essa questão e acho que não perdemos tempo.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Só falam o ACM Neto e o PT aqui, Sr. Presidente, o PDT quer falar também. O ACM falou 30 vezes e V.Ex^a, no grito, dá a palavra para ele. Será que tenho que gritar? Eu não quero.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Mas o Deputado ACM Neto me acusou de só dar a palavra para a situação!

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Mas V. Ex^a está vendo aqui. Só quero num minuto fazer uma ponderação, Sr. Presidente, permita-me. Pode marcar um minuto e cortar a palavra depois desse minuto.

O SR. (Orador não identificado) – Quero protestar. Estamos em processo de votação...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Concedo a palavra ao Deputado Osmar Serraglio.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Reserve-me, então, um minuto depois. Eu vou aguardar. Muito obrigado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, o próximo é o requerimento de preferência, dos Deputados ACM Neto e Onyx Lorenzoni, para o Requerimento nº 809, convocação do Sr. Presidente do Banco Central Henrique Meirelles.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, como autor...

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem sobre os andamento dos trabalhos. O que está sendo votado – sei que os parlamentares sabem, mas, às vezes, quem nos assiste e a imprensa não sabem –, derrotando ou aprovando, é requerimento de preferência para votar.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Não é a matéria.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AC) – Não é a matéria. Então, quando a matéria chegar, espero poder votar e encaminhar inclusive para o Sr. Toninho poder vir prestar depoimento à CPMI, ou qualquer um outro.

Só se está votando aqui, dizendo não ou sim, à preferência de votação para que o requerimento que chama...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Isso está bastante claro, absolutamente entendido por todos os Parlamentares, e o Relator foi muito objetivo quando assim o colocou.

Concedo a palavra ao Deputado Osmar Serraglio.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – V. Ex^a já me anunciou. Quero falar como autor para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado ACM Neto. Gostaria de saber quem vai fazer o contradito à convocação do Sr. Henrique Meirelles. Ninguém vai fazer o contradito?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Eu faço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Ah! Perfeitamente, fiquei até preocupado agora.

Deputado ACM Neto, V. Ex^a dispõe de 3 minutos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço silêncio. Peço que restabeleça o meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Restabelecendo o tempo: três minutos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, não tenho nenhuma dúvida de que no encerramento desta reunião de hoje a população brasileira, a sociedade brasileira, a população do nosso País vai ter aquele sentimento bem íntimo no coração de que a base do Governo ganhou mas não levou. Não levou mesmo! Porque tenho absoluta certeza de que, pela coerência dos os veículos de comunicação que estão cobrindo os trabalhos desta CPMI há mais de dois meses, amanhã todos reportarão que hoje estamos presenciando o início da “operação abafa”, o início da tentativa dessa base do Governo de evitar as investigações, de coibir as medidas necessárias, de mitigar as ações que esta CPMI precisa adotar.

Quero esclarecer, até porque ficou uma dúvida, que apresentei um requerimento de convocação do Sr. Henrique Meirelles antes da oitiva do Sr. Toninho da Barcelona. No dia em que o publicitário Duda Mendonça veio a esta CPMI e fez a revelação de operações de remessa ilegal de recursos para o exterior; no dia em que o publicitário Duda Mendonça informou a esta Comissão que utilizou o Banco de Boston para encaminhar recursos para o estrangeiro; no dia em que constatamos que o Banco Central, como órgão fiscalizador, não cumpriu com o seu papel, com o seu dever de não apenas identificar todas essas operações absurdas que foram realizadas, mas também tomar providências para que elas fossem evitadas; foi nesse dia que requeri a convocação do Presidente do Banco Central, Sr. Henrique Meirelles. Ele não virá aqui como investigado, mas na condição de Presidente de uma das mais importantes instituições do nosso País para prestar esclarecimentos da ação dessa instituição enquanto um dos principais órgãos do Governo Federal. Por que eles não identificaram todas as movimentações financeiras, internas e externas, que foram feitas?

Por que foram complacentes com o Banco Rural, que cometeu uma série de irregulares e que foi conivente com as peripécias do Sr. Marcos Valério, com todos os dirigentes do PT? Por isso quero o Sr. Henrique Meirelles. Mas é evidente que também ele precisa prestar esclarecimentos das operações que fez com o MTB Bank, de remessa ilegal de recursos, o Sr. Henrique Meirelles que foi transformado em Ministro, porque o Presidente Lula, quero dizer, é o advogado dos corruptos deste Governo.

Não me chame de moleque, Deputado Bittar, porque quero investigar o Presidente da República. Ninguém mais no Brasil duvida de que o Presidente tem sim responsabilidade para com a corrupção que foi construída neste Governo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Concluindo, Deputado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Então, Sr. Presidente, o Presidente do Banco Central precisa vir aqui. Pode nos derrotar, mas vamos ganhar. Amanhã todos vão saber que a Oposição quer investigar e que o Governo quer abafar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Com a palavra o Deputado Maurício Rands, por três minutos. Depois faremos a votação.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sr. Presidente, há dois problemas nesta discussão. O primeiro é um problema político. Setores da Oposição aqui representados querem forçar a barra, sem nenhuma materialidade jurídica, sem apoio da sociedade, sem apoio no Congresso Nacional, querem atingir o Presidente da República, querem derrubar o Presidente da República. Isso não vai acontecer porque faltam esses três requisitos: materialidade jurídica, apoio no Congresso e apoio na sociedade para qualquer tentativa golpista dessa ordem.

O segundo problema é de ordem técnico-investigativa. Quem tudo quer nada tem. Quem quer abafar é quem quer colocar todas as linhas de investigação ao mesmo tempo, sem hierarquização de preferências, e aí evitar que esta CPMI chegue a um resultado.

O segundo problema é de ordem técnico-investigativa. Quem tudo quer nada tem. Quem quer abafar é quem quer colocar todas as linhas de investigação ao mesmo tempo, sem hierarquização de preferências, e aí evitar que esta CPMI chegue a um resultado.

Não estamos dizendo não nem sim à convocação do Presidente do Banco Central, mas temos responsabilidades com este País e com a hierarquia da ordem das investigações aqui feitas. Se surgirem quaisquer indícios para a oitiva do Sr. Henrique Meirelles, sere-mos favoráveis à sua convocação. Agora, forçar a barra com uma disputa política, eleitoreira, não é nada mais do que uma palavra de um doleiro, condenado a 25 anos de reclusão de regime fechado. Portanto, numa situação que tem uma estratégia de defesa, que chegou lá dando depoimento a 14 membros desta Comis-

são, que se deslocaram para São Paulo, limitou-se a fazer menções de que teria feito operações com moeda estrangeira. Quando se sabe que não é só o fato de uma operação de moeda estrangeira que permite a conclusão por um ilícito. Aliás, esse mesmo doleiro, depois, fora do depoimento, desdisse a menção que tinha feito ao Presidente do Banco Central.

Então, Sr. Presidente, temos que ter responsabilidade dupla. Em primeiro lugar, com este País, com as instituições, com a economia deste País, até porque acusações que estão sendo feitas estão sendo respondidas no Supremo Tribunal Federal pela autoridade em questão. Então, mais responsabilidade e seriedade na condução da relação da CPMI com as instituições da República. Em segundo lugar, mais responsabilidade com a coerência investigativa, para que tenhamos preferência e não tiremos esta CPMI do foco. É muito sério. Estou surpreso, Sr. Presidente, com a proposta que acabo de ouvir neste requerimento. Com responsabilidade com o País e com a investigação para que realmente puna culpados e apresente provas ao País, a bancada do Governo vota com coragem sim, Sr. Presidente.

Votamos contra esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Sérgio Guerra. (Pausa.)

Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senadora Ideli Salvatti; Senador Aelton Freitas. (Pausa.)

Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Luiz Otávio.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Jefferson Péres. (Pausa.)

Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sim ao requerimento, embora pudéssemos estar todos nós votando já o mérito de todos os requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Efraim Morais; Senador José Jorge; Senador Romeu Tuma; Senador Arthur Virgílio; Senador Almeida Lima; Senador Garibaldi Alves Filho. (Pausa.)

Senador Leomar Quintanilha.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO)

– Não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Juvêncio da Fonseca. (Pausa.)

Fechamos a lista de Senadores.

Deputado Carlos Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Jorge Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Maurício Rands.

O SR. MAURÍCIO Rands (PT – PE) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Asdrubal Bentes.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Fernando Diniz. (Pausa.)

Deputado ACM.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim, contra a tropa de choque.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Eduardo Paes.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Gustavo Fruet. (Pausa.)

Deputado Nélcio Dias.

O SR. NÉLIO DIAS (PP – RN) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Nelson Meurer.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Arnaldo Faria de Sá. (Pausa.)

Deputado Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FARUNDES (PL – MT)

– Não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputada Juíza Denise Frossard.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Sim, Sr. Presidente, ratificando as palavras da Senadora Heloísa Helena.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sim, apesar da disputa hipócrita que pode levar a CPML para um caminho muito ruim. Disputa hipócrita!

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputada Rose de Freitas; Deputado Aníbal Gomes; Deputado Cezar Schirmer. (Pausa.)

Deputado Silvio Torres.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Luiz Antonio Fleury. (Pausa.)

Fechamos a lista de Deputados. Terminada a votação: onze votos SIM e 16 votos NÃO. Rejeitado o requerimento de preferência.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – É o tucano mais forte no Governo Lula, Sr. Presidente. Parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Com a palavra o Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sr. Presidente, o próximo requerimento de preferência dos Deputados Onyx Lorenzoni e ACM Neto, relacionados aos Requerimentos nºs 753, 552, 553, e 803, que correspondem às quebras de sigilo. O Requerimento nº 753, do Sr. Paulo Okamoto; os nºs 552 e 553, Duda Mendonça e Zilmar...

O SR. ÔNIX LORENZONI – E as empresas.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– E o nº 803...

O SR. (Orador não identificado) – Rastreamento de contas nas Bahamas, de autoria do César Borges.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Rastreamento das contas Bahamas do Duda Mendonça. Sr. Presidente, preferência para os Requerimentos nºs 753, 552, 553 e 803.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Onix e o...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Alguém é contra isso? Acho que não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Onix está com a palavra, depois, passo a palavra para o Deputado Abicalil.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, o primeiro requerimento trata da preferência para a quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico do Sr. Paulo Okamoto. Como demonstra aqui o material, Sr. Presidente, o Sr. Paulo Okamoto é amigo do Presidente Lula desde 1976. Foi seu tesoureiro de campanha e foi indicado pelo PT como o responsável por quitar o pagamento de um empréstimo irregular, ilegal, porque usou recursos do Fundo Partidário de R\$29 mil.

Os documentos do Banco do Brasil contradizem o que diz o Sr. Paulo Okamoto. O Sr. Paulo Okamoto diz, depois de uma viagem a Garanhuns – aliás, ele não viajava fazia um ano com o Presidente –, foi convidado para ir a Garanhuns e, na volta dessa viagem, ele começou a assumir a quitação da dívida do Presidente Lula. E ele disse que foi ele quem pagou. Retirou dinheiro do banco em várias parcelas e fez os pagamentos. Só que os documentos do Banco do Brasil dizem que quem fez o pagamento, porque lá está a xérox da carteira de identidade do Presidente Lula. Por essa razão, com o número da carteira de identidade do Presidente, porque quem levou para depositar tinha a xérox da carteira do Presidente.

Então, é muito importante se verificar em que dias ele fez os saques e se há compatibilidade com os dias dos depósitos. É importante ter a declaração de renda dele. Por quê? Porque se ele fez uma doação e ele assume publicamente que fez, ele teria de ter indicado na sua declaração de renda e teria de ter o Presidente da República indicado na sua declaração de renda, porque senão o Presidente do Sebrae cometeu crime fiscal e induziu o Presidente da República a também cometer crime fiscal.

Sr. Presidente, é fundamental a quebra desse sigilo fiscal e bancário para que a verdade apareça. É muito ruim para o Presidente do Sebrae, que está para orientar as micro e as pequenas empresas no Brasil, ter como exemplo nacional cometer crime fiscal, ao não declarar o empréstimo que fez à figura mais importante da República, que é o Presidente. E ao Presidente interessa também o esclarecimento, porque o Presidente pode tudo, Presidente Delcídio. Presidente pode fazer campanha todo dia, pode fazer bravata. A única coisa que um Presidente não pode fazer e eu concluo com isso.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Por favor, Deputado Onix, conclua.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – E eu quero lembrar o exemplo de Watergate. A única coisa que o Presidente está proibido de fazer é mentir. E, em nome da verdade, apelo para que nós quebreemos os sigilos fiscal e bancário do Sr. Paulo Okamoto, porque isso vai fazer a verdade aflorar.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Muito obrigado, Deputado Onix.

Concedo a palavra ao Deputado Abicalil, por três minutos.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Sr. Presidente, de fato, o que estamos votando hoje, por iniciativa da Oposição, são Requerimentos de Preferência, sem se discutir o mérito e sequer se voltar aos núcleos de investigação desta CPMI, que são Correios e suas derivações, contratos, etc, Marcos Valério e as suas relações.

A defesa do Deputado Onix Lorenzoni em relação à preferência de três requerimentos me levaria, se ela fosse honestamente feita, a concordar com dois deles: relativo às contas nas Bahamas – segundo ele, de um requerimento do Sr. César Borges –, e relativo à quebra de sigilo do Sr. Duda Mendonça.

Entretanto, a manobra feita aqui leva a outra investigação, e talvez não por acaso tenha se lembrado da espionagem partidária feita nos Estados Unidos. As informações que esta CPMI detêm são resultantes da quebra de sigilo voluntária do Partido dos Trabalhadores, o único Partido que abriu, até o presente momento, todas as suas contas, se referem a compromissos partidários do ex-Presidente de Honra do meu Partido, o PT, Luiz Inácio Lula da Silva, em missão oficial, acompanhado de sua esposa, ainda antes de ser Presidente da República, em visita à China e a três países da Europa. Isso resultou num compromisso interno do Partido dos Trabalhadores de equalização de suas contas. E o Deputado Onyx sabe inclusive as datas de pagamento, sabe em que conta foi depositado e sabe quem depositou exatamente pela transparência do PT, exatamente pela proposição clara de quando se realizaram os depósitos, em que meios e em que agências.

Agora, quer transformar esse fato no envolvimento do Presidente da República. Isso eles buscam invariavelmente. E é tarefa de certos setores da Oposição, interessados não na investigação, interessados não em colocar um eixo que seja esclarecedor e em votar requerimentos que tenham, no mérito, responsabilidade com aquilo para o que a CPMI foi convocada nesse momento.

É claro, Sr. Presidente, que se trata de uma disputa política, talvez até para evitar que votemos, no mérito, o que mais interessa a nossa CPMI. Não temos nenhum temor de, com essas votações de hoje, estarmos deixando claro à população brasileira, às lideranças políticas do País que aqui não é lugar só do espetáculo, e sim o lugar da responsabilidade com a investigação; aqui não é o lugar do achincalhe, e sim o lugar da responsabilidade com a seriedade institucional que uma Comissão, com os poderes que tem, precisa exercer, prestando contas à sociedade brasileira.

Por isso, encaminho o “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Em votação.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)
– Uma pergunta à Mesa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Não, Sr. Presidente.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sr. Presidente, parece-me que o PT concorda com a quebra do sigilo do Duda, da Zilmar e das empresas.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Votamos aqui a preferência, Senador Demóstenes.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Demóstenes, estamos votando a preferência.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)
– Tudo bem. Estou perguntado o seguinte...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – É lamentável o encaminhamento que a Oposição fez.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Acredito até que se alguns requerimentos tivessem sido encaminhados no Bloco, teríamos aprovado. Mas, infelizmente, vamos nos ater ao Regimento. Estamos votando a preferência.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Só estou perguntando isso. Dá para separar...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Não. Agora, infelizmente, não há condição.
Em votação.

Deputado Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Maurício Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Asdrubal Bentes.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Osmar Serraglio.

O SR. OSMAR SERRAGLIO (PMDB – PR) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Fernando Diniz. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado ACM Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Eduardo Paes.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Gustavo Fruet. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Nélcio Dias.

O SR. NÉLIO DIAS (PP – RN) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Nelson Meurer.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Arnaldo Faria de Sá; Deputado Wellington Fagundes. (Pausa.)

Deputada Juíza Denise Frossard.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)
– Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Apesar de tudo, sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputada Rose de Freitas; Deputado Aníbal Gomes; Deputado Cezar Schirmer. (Pausa.)

Deputado Sílvio Torres.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Luiz Antonio Fleury; Deputado Medeiros. (Pausa.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL – MT) – Sr. Presidente, já estou presente e voto não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– O Deputado Wellington vota não.

Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Sérgio Guerra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senado Luiz Otávio. (Pausa.)

Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Jefferson Péres. (Pausa.)

Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sem infelizmente poder discutir o mérito, estou votando sim ao requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Garibaldi Alves Filho; Senador Leomar Quintanilha; Senador Gerson Camata; Senador Juvêncio da Fonseca. (Pausa.)

Fechou a votação. Vou proceder à contagem.

Doze (12) votos sim, e quinze (15) votos não. Portanto, a preferência também... O requerimento foi rejeitado.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Perdeu para o Meirelles em número de votos, viu? Quero só para fazer este registro aqui.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Os tucanos gostam... Os petistas gostam mais do Meirelles do que do...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra o Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Requerimento de preferência dos Deputados Onyx Lorenzoni e Antonio Carlos Magalhães Neto para a oitiva do senhor Luiz Gushiken, no dia 24 de agosto. Aqui esta quarta ou quinta, enfim, no dia 24 de agosto. É isso, Sr. Presidente. Preferência de um requerimento que solicita a oitiva do ex-Ministro Luiz Gushiken, no dia 24 de agosto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Com a palavra, por três minutos, o Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– E o Deputado Henrique Fontana. Três minutos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Sr. Presidente, gostaria de justificar a apresentação deste requerimento. Vejamos: na última reunião administrativa, por consenso, com o apoio da unanimidade deste Plenário, aprovamos a convocação do Sr. Luiz Gushiken. Porém, sem definir a data da sua vinda. Marcamos para esta semana o Sr. Ivan Guimarães e o Sr. Henrique Pizzolato. Por problemas técnicos, não foi possível confirmar a vinda do Sr. Ivan Guimarães e, acredito eu, será marcada para a próxima semana a sua oitiva. Como V. Ex^a acaba de informar, terça-feira. Então, até terça-feira teremos ouvido o Sr. Pizzolato e o Sr. Ivan Guimarães, que tratarão, basicamente, de dois assuntos: Diretoria de Marketing do Banco do Brasil, contratos de publicidade feitos pelo Banco do Brasil e pelo Banco Popular, relações com a DNA – empresa do Sr. Marcos Valério – e fundos de pensão. Porque o Sr. Pizzolato foi Presidente do Conselho de Administração da Previ. V. Ex^a, hoje, apresentou aqui um organograma que nos indica três caminhos de investigação. Um caminho é propriamente a Empresa de Correios e Telégrafos; um segundo caminho é o Sr. Marcos Valério com as operações internas e externas, com seus contratos, com os saques feitos nas suas contas, com as suas relações com partidos políticos; e o terceiro caminho seria fundos de pensão.

Veja, Sr. Presidente, que nos três caminhos que V. Ex^a traçou, nós temos aí contrato de publicidade e

temos aí fundos de pensão. Nos três caminhos. Então, é lógico, é razoável, é plenamente justificável que aprovemos aqui a data do agendamento do Sr. Gushiken, porque ele era o Ministro-Chefe da Secretaria de Comunicação, portanto, o responsável final por todos os contratos de publicidade do Governo Federal, assim como também sabemos que teve uma influência muito expressiva na definição de quem seriam os dirigentes dos principais fundos de pensão do País. Então, não estamos com práticas diversionistas, não estamos propondo algo que esteja fora do círculo apresentado por V. Ex^a; não estamos querendo sair do tema; nós queremos enfrentar contratos de publicidade e fundos de pensão. Nada mais justo do que trazer aqui o único homem deste país que, até a presente data, teve força decisiva nesses dois vetores: fundos de pensão e contratos de publicidade. Não há disputa política, não há divergência partidária; há uma proposta nossa para que a base do Governo, assim como aceitou, na vez passada, a convocação do Sr. Luiz Gushiken, aprove essa preferência para que nós possamos dar seguimento ao encaminhamento lógico das investigações desta nossa Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Obrigado, Deputado ACM Neto. Com a palavra o Deputado Henrique Fontana por três minutos. Depois faremos a votação de preferência.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Sr. Presidente, vamos começar concordando com o Deputado ACM Neto. Nós temos que ter uma linha investigativa; realmente, temos que ter foco e temos que ter responsabilidade na investigação. Mas eu fico me perguntando, Sr. Presidente, por que a preferência da próxima oitiva desta Comissão deve ser novamente dirigida para um ministro de Estado, um ministro do Governo Lula, Ministro até a outra semana e que hoje exerce a Coordenação da Área de Comunicação. Todos os contratos de publicidade dos Correios ou outros que se queira estão sob investigação; nós solicitamos todos eles e estamos analisando para saber se houve qualquer ilícito.

Hoje, nós que estamos na CPMI dos Correios, fomos confrontados com uma notícia fortíssima de que o Sr. Maurício Marinho, que até outro dia dizia que não havia esquema de corrupção nos Correios, que até outro dia dizia que havia recebido R\$3.000 por conta de um adiantamento de uma suposta consultoria, o Sr. Maurício Marinho, segundo informações que circulam pela imprensa, deu um depoimento ao Ministério Público dizendo claramente que havia um foco de corrupção importante nos Correios, que nós estamos investigando; que o genro do Deputado Roberto Jefferson, Marcus Vinícius, era um dos operado-

res desse foco de corrupção; que o Deputado Roberto Jefferson, que fez denúncias bombásticas para fugir da sua responsabilidade quanto à denúncia dos Correios, diz o Sr. Maurício Marinho que ele tem forte envolvimento com esse foco de corrupção nos Correios. Eu pergunto por que a nossa preferência, Presidente, não é ouvir novamente o Sr. Maurício Marinho. Para pegar de novo o fio dos Correios, o fio da meada da corrupção nos Correios e descer a detalhes que, insisto, envolvam quem envolverem, tudo o que queremos é a punição; pode ser do PT, do PFL, do PSDB, do presente e do passado.

Agora, esse chamado foco de investigação que o Deputado ACM Neto mal consegue disfarçar, o chamado foco da responsabilização do Presidente Lula, que é o grande desejo incontido dele, esse não passa numa análise desta. Olhe os requerimentos de preferência que foram feitos hoje! Ninguém se preocupou em voltar a ouvir o Sr. Maurício Marinho ou ouvir o genro do deputado Roberto Jefferson, cujo requerimento já está provado há semanas. É por isso que somos contra esta preferência.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Vamos para a votação.

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN) – Pela ordem, Sr. Presidente. Uma palavra curta. Vai começar agora uma sessão deliberativa do Congresso Nacional...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Fernando Bezerra, eu só gostaria...

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN) – Eu pediria que, após a votação, V. Ex^a suspendesse a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Fernando Bezerra, por uma questão prática, temos mais dois requerimentos de preferências para votar. Então, votaremos o bloco de requerimentos, e eu vou encerrar por causa da sessão do Congresso.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Mas se vai votar o requerimento de preferência, como vamos votar...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Agora, não pode. Já estão apresentando cinco requerimentos de preferência adicionais. Não é possível! V. Ex^a querem...

O SR. FERNANDO BEZERRA – Não os coloque em votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – ...não tornar práticas as reuniões administrativas. Eu vou votar. Eu votarei... Por que mais dois? O que é esse outro?

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– A Senadora Heloísa Helena retirou, a meu pedido, o requerimento de preferência de autoria dela. Se começarmos a abrir... Eu vou submeter à votação só mais um requerimento de preferência, além desse que estamos votando.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, só para colaborar com a Mesa...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Depois votaremos o bloco.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, para ajudar os trabalhos...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Vou encerrar a reunião e às duas horas nós retornaremos para ouvir o depoimento do Dr. Pizzolato, que já está aqui presente.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, a própria Situação pediu que separasse a quebra do sigilo do Duda e o das empresas. Está aí o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Não. Nós vamos...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O pedido é de todos. Isso vai ajudar a CPMI, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Nós vamos cumprir exatamente o Regimento.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Mas está aí o requerimento. V. Ex^a tem que cumprir o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Vamos começar a votação.

Como vota o Deputado Carlos Abicalil?

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Deputado Jorge Bittar?

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Deputado Maurício Rands?

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Deputado Asdrubal Bentes?

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Deputado Osmar Serraglio?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Deputado Fernando Diniz? (Pausa.)

Como vota o Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto?

O SR. ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Deputado Onyx Lorenzoni?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Deputado Eduardo Paes? (Pausa.)

Como vota o Deputado Gustavo Fruet?

O SR. GUSTAVO FRUET (PFL – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Deputado Nélcio Dias?

O SR. NÉLIO DIAS (PP – RN) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Deputado Nelson Meuren?

O SR. NELSON MEUREN (PP – PR) – Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Deputado Arnaldo Faria de Sá? (Pausa.)

Como vota o Deputado Welinton Fagundes?

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota a Deputada Juíza Denise Frossard?

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)
– Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Deputado Pompeo de Mattos?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Passamos aos suplentes.

Como vota a Deputada Rose de Freitas? (Pausa.)

Como vota o Deputado Aníbal Gomes? (Pausa.)

Deputado Cezar Schirmer? (Pausa.)

Deputado Sílvio Torres?

O SR. SÍLVIO TORRES (PSDB – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) –
Como vota o Deputado Luiz Antônio Fleury? (Pausa.)

Passemos aos Senadores.

Como vota o Senador Heráclito Fortes? (Pausa.)

Como vota o Senador César Borges?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) –
Como vota o Senador Demóstenes Torres? (Pausa.)

Como vota o Senador Sérgio Guerra?

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Senador Alvaro Dias?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.

- O SR. PRESIDENTE** (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota a Senadora Ideli Salvatti?
A SRA. IDELI SLVATTI (PT – SC) – Não.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Senador Aelton Freitas?
O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Não.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Senador Sibá Machado?
O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Não.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Senador Luiz Otávio?
O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Não.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Senador Valdir Raupp?
O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RR) – Não.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Senador Ney Suassuna?
O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Não.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Senador Jefferson Péres?
O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Senador Fernando Bezerra?
O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN) – Não.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota a Senadora Heloísa Helena?
A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sim, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Senador Efraim Morais? (Pausa.)
Como vota o Senador José Jorge? (Pausa.)
Como vota o Senador Romeu Tuma? (Pausa.)
Como vota o Senador Arthur Virgílio? (Pausa.)
Como vota o Senador Almeida Lima? (Pausa.)
Como vota o Senador Garibaldi Alves Filho? (Pausa.)
Como vota o Senador Leomar Quintanilha?
O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO) – Não.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como vota o Senador Gerson Camata? (Pausa.)
Encerrada a votação, vou proceder à contagem. (Pausa.)
Votos SIM, 11; e NÃO, 16.
Portanto, o requerimento de preferência foi rejeitado.
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sr. Presidente, o próximo requerimento de preferência de votação, do Deputado Carlos Abicalil...
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Vamos votar o último requerimento de preferência

agora, e depois o bloco, e eu vou suspender a reunião por causa da sessão do Congresso.

Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Requerimento de preferência do Deputado Carlos Abicalil e da Senadora Ideli Salvatti.

Preferência para os Requerimentos nºs 812, que é a solicitação de cópia dos depoimentos do Maurício Marinho junto ao Ministério Público.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Mas já foi votado!

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)
– Já foi votado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Nós não votamos nada ainda!

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Na última reunião administrativa foi votado requerimento inclusive da autoria da Deputada Denise.

O SR. (Orador não identificado) – Inclua no bloco, Relator. Inclua no bloco.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Ouvida novamente do Maurício Marinho...

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)
– Foi requerimento meu, Sr. Relator. Inclusive já saiu o ofício.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– ...e 824, que elenca o número de requerimentos que estão constantes na pauta, na tabela, e que serão remetidos à CPMI de compra de votos.

Sr. Presidente, este é o requerimento.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sr. Presidente, já que chegou neste requerimento e não foi votado, o último ali, o meu, Sr. Presidente, que estou esperando desde manhã, e é o último. Sr. Presidente, o último requerimento, e eu acredito que é muito simples.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– É decisão da Mesa. Nós só votaremos o requerimento que o Relator Osmar Serraglio acabou de relatar aqui.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sr. Presidente, então eu quero pedir pela ordem. Pedi antes e V. Ex^a disse que me concederia no final da reunião. Um minuto só.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Pompeu, um minuto. Por favor. E eu quero deixar claro que o senhor está sendo priorizado aqui na CPMI, porque eu não dei palavra, não deixei que ninguém falasse. Para deixar claro.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Não precisa dizer, Sr. Presidente. O Brasil sabe quem fala nesta CPMI, quem grita, quem faz alarme, quem faz alarde.

O que eu quero dizer, Sr. Presidente, é chamar atenção de todos nós, porque esta questão de votar requerimento de preferência, nós vamos ficar aqui um mês votando em requerimentos de faz-de-conta. Eu quero pedir um apelo ao Relator para que S. Ex^a já elabore os requerimentos para que possamos disputar legitimamente. Não tem que votar para ser votado. Isso aqui é estilo PT, que reúne para decidir a reunião que vão fazer, e o PT já sabe que isso é uma coisa que não dá mais para fazer. Nós não temos que votar para saber se vamos votar! Vamos votar direto o requerimento que precisa ser votado...

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Não foi PT que propôs preferência não.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – É isso que eu quero. Nós não podemos entrar, Sr. Presidente, naquele esquema. Fomos ontem em São Paulo, fizemos tudo correndo, de qualquer jeito, para ouvir lá um presidiário com cartas marcadas, para apontar este, aquele, aquele outro, sem apontar culpado nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Conclua, Deputado.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Concluindo, Sr. Presidente. Nós, do PDT, Sr. Presidente, estamos aqui em uma CPMI, participando de uma CPMI que não é contra o PT. Não estamos fazendo CPMI contra o PT. Quero deixar claro. Estamos fazendo CPMI contra a corrupção. Se ela está no PT, vai ser ali; se ela estiver no PFL, vai ser ali; se ela estiver no PSDB, vai ser ali. O doleiro...

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Se tiver no PDT, vai ser ali.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Conclua, Deputado.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Concluindo, Sr. Presidente. Nós queremos...

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Eu vou cortar a palavra, Deputado. A sessão do Congresso está sendo iniciada.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Nós queremos somente a verdade. Para isso, é preciso organizar esta votação. Senão, nós vamos perder tempo aqui, Sr. Presidente, como perdemos... Votamos tudo e não resolvemos nada.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Eu quero que o Relator especifique o terceiro. O deputado Abicalil pediu preferência de três itens, sendo que o terceiro item comporta uma série de outros requerimentos. Os dois primeiros, eu não me oporia inclusive que fossem incluídos no bloco. Poderiam ser incluídos no bloco para serem votados

por acordo. Agora, há um terceiro que me parece que são vários outros requerimentos. Sr. Relator, eu gostaria de um esclarecimento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – São os seguintes requerimentos, Sr. Presidente. 50...

Eu esclareço ao Plenário. Há um requerimento solicitando a transferência da matéria que é da CPMI da compra de votos para lá.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Mas tem que ser visto um a um.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – São esses os requerimentos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – 50, pois não, Deputado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – 50, 51...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Só um minuto, Sr. Deputado. 51...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Só quero, como Relator, dizer que, realmente, eu lamento. Passamos a manhã inteira com um bloco enorme. Poderíamos avançar. Amanhã não se diga que a relatoria não pretende dar rumo...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – É isso que tenho dito. Não decidimos nada a manhã inteira. Que isso!

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Só na nominata nós vamos demorar, com certeza, meia hora. Mas, vamos lá:

Cinquenta, convocação do Sr. Benedito Domingos; 51, convocação do Sr. Lídio Duarte; 52, convocação do Sr. Henrique Brandão; 53, do Sr. Rodrigo Botelho Campos; 54, do Sr. Roberto Carvalho; 55, José Marcos Castilho; 56, Luis Rondão Teixeira de Magalhães; 58, Deputado Federal Carlos William; 64, José Genoino; 85, aliás, 115...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Relator, pela ordem.

Até o 58, não há objeção de nossa parte. No 64, há.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Mas é o voto que haverá depois. Estou apenas anunciando os que constam do requerimento.

...115, Raquel Teixeira; 116, Carlos Alberto Leréia; 117, Paulo Sérgio Abreu e Silva; 118, o Governador Marconi Perillo; 120, Vanderlei Valim; 123, Marcelo Sereno; 124...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Já foi aprovado o Marcelo Sereno. Já foi aprovado o requerimento de convocação dele.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Tudo bem.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Já foi aprovado.

O SR. (Orador não identificado) – Mande lá para o Mensalão, Sr. Presidente. Vamos votar de novo.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Foi aprovado o requerimento de convocação do Sr. Marcelo Sereno na reunião passada.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Esta é uma discussão que tem que ser estabelecida quando se for votar o projeto. Agora é um problema de preferência.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Claro.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Mas tem que se excluir. O que já foi votado não pode ser votado de novo, Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Tudo bem, discutiremos na ocasião.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado ACM Neto, se já foi votado, não poderá ser votado novamente.

O SR. (Orador não identificado) – Mas não estamos votando o mérito aqui.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – ...123...124, Silvana Japiassu; 194, José Eduardo Andrade Vieira e Emerson Palmieri; 214, Fábio Teixeira Pinto; 215, Durval da Silva Monteiro; 116,... Voltou para o 115?

O SR. (Orador não identificado) – Está excluindo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sim, mas agora volta para o 200?... Ah, 218, Edivor Bueno Fogagnollo – eu pulei o 216, que é Maria Cristina, esposa de Valdemar Costa Neto –; 237, Michel Temer; 277, Daniel Dantas; 299, Sérgio Pimentel; 388, José Adalberto Vieira da Silva.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Qual é? Repita, por favor, Relator.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – É o 388.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Número 388.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Número 389, José Nobre Guimarães; 391 é o mesmo nome anterior, José Adalberto Vieira da Silva; 393, novamente José Adalberto Vieira da Silva; 394, José Nobre Guimarães; 396, José Mentor; 414, Deputada Estadual de Goiás, Neide Aparecida; 453, Robert Lobato e Luiz Henrique Soares; 489, João Cláudio de Carvalho Genu; 510, José Mentor; 611, Dimas Toledo; 644, oitiva de Manoel Severino dos Santos e José Carlos Batista; 682, Márcio Araújo de Lacerda; 698, Cristiano

de Melo Paz, que já foi pedido, e Ramon Hollerbach Cardoso... (Pausa.)

Sr. Presidente, enquanto eu prossigo, solicito da Senadora Ideli Salvatti um esclarecimento, porque, aqui, o 303 não está nos pendentes. Eu prossigo. Retira?

A SR^a. IDELI SALVATTI – Retira.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Da mesma forma, o 446. É bom?

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sim.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Igualmente, o 570.

Eu gostaria que checassem, porque estou com uma planilha que, eventualmente, pode estar tabulada sobre outro nome.

O 703 também está fora.

O 509, também. Estes dois últimos, fora de seqüência, não constam da lista dos pendentes.

Sr. Presidente, volto a esclarecer que estamos votando preferência para a votação de três requerimentos. Um diz respeito a uma nova cópia do depoimento de Maurício Marinho; a ouvida do Maurício Marinho novamente, e esse rol de requerimentos que seriam remetidos à CPMI dos Correios.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Eu gostaria de sugerir, Sr. Presidente, que colocássemos no bloco os dois primeiros, porque não há objeção...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Exatamente, votaríamos no bloco e só ficaríamos com a preferência da remessa do que vai para a outra CPMI...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – A sessão do Congresso vai começar e eu não vou mais... Simplesmente, se alguém mais tem intenção de defender essa proposta e fazer o contraponto, são três minutos, e vamos votar.

Vou proceder à votação.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Eu quero encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Apenas para informar ao Relator os números que ele não identificou nos pendentes.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Pois não, Deputado Carlos Abicalil, por favor.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Ele solicitou que nós conferíssemos...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – O 303.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O nº 303 refere-se à quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico do Sr. Alexandre Vasconcelos de Castro.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Então, eu já entendi o raciocínio do requerimento. Penitencio-me porque as quebras de sigilo estão na

tabela, na seqüência. Então, volto a anunciar: 303, quebra de sigilo de Alexandre Vasconcelos de Castro; 446, quebra de sigilo do Sr. José Adalberto Vieira da Silva...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Ok, está resolvido Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – O Deputado Carlos Abicalil considera-se satisfeito com as explicações do Relator...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, eu quero encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – V. Ex^a dispõe de três minutos, Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Parlamentares, lamento que a nossa reunião até hoje, neste momento, administrativa, não tenha chegado a nenhuma conclusão, até porque nós entendemos que para aqueles requerimentos em que a base do Governo claramente votou contra, fica demonstrado que há uma tentativa desesperada de impedir o avanço dos trabalhos desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito; alguns requerimentos de somenos importância, de dados complementares para o nosso trabalho, e o desespero em defender a pessoa do Senhor Presidente da República. Ninguém quer atingir Sua Excelência. Ao contrário, se o Presidente da República não está mais achincalhado hoje é porque sempre tomamos o cuidado de preservá-lo. Mas, a pretexto de defender desesperadamente Sua Excelência, qualquer requerimento que sinalize no sentido de que possa de leve tocar no Presidente da República, vem a Situação toda contra esse requerimento. É um negócio impressionante, não dá para entender, um requerimento de dados, de informação, dados complementares, e não se quer, de maneira alguma, atingir Sua Excelência.

Portanto, e pelo motivo exposto, Sr. Presidente, votarei contra. Há pessoas que deveriam ser ouvidas por esta Comissão, que estão sendo transferidas para outra Comissão, no sentido de desviar, retirar o foco desta CPMI. Tenho certeza que não é uma posição da Mesa ou do Sr. Relator – e pediria até que algumas vezes o Sr. Relator se abstinhasse de votar. É melhor não votar, Sr. Relator, do que votar acompanhando a posição do Governo. O Relator tem que ter uma posição imparcial, e em algumas ocasiões V. Ex^a tem sido levado a votar com o Governo. O Relator não pode ter essa posição.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, V. Ex^a me permite 30 segundos apenas, por ter sido mencionado?

São duas as questões. Tenho convicção pessoal de que este não é o momento de convocarmos o Presidente Henrique Meirelles, e não se trata de problema partidário. Como também entendo que a oitiva do Toninho da Barcelona é uma precipitação, pois está havendo uma investigação que pode ser produtiva. Aí sim, não tenho nada contra o comparecimento dele, mas não agora. É nesse sentido.

E quanto ao Paulo Okamoto, por enquanto, entendendo que se trata de uma questão muito pequena para ficarmos discutindo Presidência da República, prestação de contas de um empréstimo que consta de um balanço de um partido. Se for assim, insere-se no balanço de um partido e compromete-se um presidente. Essa é uma reflexão pessoal minha.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – É o princípio da verdade.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Vai descontar do meu tempo, não é, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Concluindo, Deputado Arnaldo Faria de Sá.

Nós estamos com sessão do Congresso marcada, que vai começar a funcionar. Nós precisamos votar.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Na verdade, eu acho que o Relator deve se manter imparcial. O Relator não deve se manifestar; pode até encaminhar a votação.

No caso do Toninho da Barcelona, V. Ex^a, Sr. Relator, acabou de dizer agora que se trata de precipitação. Então por que V. Ex^a foi a São Paulo? Para quê?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Fui porque, como Relator, tenho que acompanhar os atos. Fui compulsoriamente, mas me manifestei várias vezes que aquilo não devia ocorrer.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Arnaldo Faria de Sá, por favor, concluindo.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, vamos votar.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Vamos votar.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, vou encaminhar contra, justamente em relação à situação anterior e quero deixar este registro de que, em algumas posições, o Relator tem que se manter imparcial, não pode ter uma posição de governo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Perfeitamente.

Deputado Carlos Abicalil, apenas o encaminhamento, pura e simplesmente.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Apenas para encaminhar o voto “sim”, tendo em vista que se trata de matéria alheia a nossa CPMI.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Começamos a votação.

Senador Heráclito Fortes; Senador César Borges; Senador Demóstenes Torres. (Pausa.)

Senador Sérgio Guerra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, há dois ou três requerimentos dos quais discorrido, então voto “não”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Aelton Freitas. (Pausa.)

Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Luiz Otávio. (Pausa.)

Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Jefferson Peres; Senador Fernando Bezerra; Senadora Heloísa Helena. Suplentes: Senador Efraim Morais; Senador José Jorge; Senador Romeu Tuma; Senador Arthur Virgílio; Senador Almeida Lima; Senador Roberto Saturnino; Senadora Fátima Cleide; Senadora Ana Júlia Carepa; Senador Flávio Arns; Senador Garibaldi Alves Filho. (Pausa.)

Senador Leomar Quintanilha.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO)

– Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Gerson Camata; Senador Juvêncio da Fonseca. (Pausa.)

Senador Sérgio Zambiasi.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Geraldo Mesquita Júnior.

Passemos aos Deputados.

Deputado Carlos Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Jorge Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Maurício Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Asdrubal Bentes.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Excepcionalmente, abstenho-me.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Parabéns, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Fernando Diniz. (Pausa.)

Deputado ACM Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Não, Sr. Presidente, com a mesma ressalva do Senador Álvaro Dias, porque concordaria com alguns, mas há dois ou três aos quais sou contra.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Eduardo Paes.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Gustavo Fruet.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Com a ressalva, também “não”. E pelo procedimento das investigações.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Nélcio Dias.

O SR. NÉLIO DIAS (PP – RN) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Nelson Meurer.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Não, para não fechar a Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Welinton Fagundes.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputada Juíza Denise Frossard. (Pausa.)

Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sr. Presidente, existe restrição a alguns que estão no meio, então voto “não”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Aníbal Gomes.

O SR. ANÍBAL GOMES (PMDB – CE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Cezar Schirmer; Deputado Geraldo Thadeu. (Pausa.)

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– Está em tempo de votar, Sr. Presidente?

Meu voto é “não”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Demóstenes Torres, “não”.

Está encerrada a votação, com o prestigiamento do Senador Demóstenes.

Votos Sim, 14; votos Não, 8; e uma abstenção.

Agora, vamos votar em bloco.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Sr. Presidente, um momento! Nós aprovamos a preferência.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Não é o bloco não! Não é o bloco!

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Tem

que ser um por um, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Sr. Presidente, aprovamos a preferência para esse grupo. Então, antes de qualquer outro, vamos ter que votar. Agora, queremos que a votação seja feita um por um; somos contra o bloco.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Vamos votar..

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presi-

dente, não há possibilidade de tentarmos construir um acordo, pelo menos, sobre alguns desses apontados e que se possa manter aqui...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Eu quero...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Pre-

sidente, todo e qualquer Parlamentar tem direito de apresentar o requerimento que entender conveniente e necessário. Então, eu gostaria de fazer uma proposta, em vez de ficarmos aqui mais alguns minutos falando que pode ser esse, que pode ser aquele, que é a seguinte: que a gente possa aprovar e quem entender que algum foi mandado indevidamente para outra Comissão, representa. Qual é o problema? Qual é o problema?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) –

Não, não, não, o que é isso? Representa, mas aí tem que votar de novo! É muito esperta a Senadora!

(Tumulto no plenário da Comissão.)

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presiden-

te, uma questão de ordem.

Podíamos votar a sugestão de V. Ex^a, ou seja, se votamos em bloco ou se não votamos em bloco. V. Ex^a

faz essa votação preliminar, depois dá prosseguimento ao objetivo. V. Ex^a está sugerindo votar em bloco. Então, coloque em votação esse encaminhamento. É a forma mais prática.

(Tumulto no plenário da Comissão.)

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

Só para esclarecer, Sr. Presidente. O Relator podia fazer... aqueles que são consenso... tem um grupo de requerimentos que é consensual e todos os Parlamentares querem, e tem dois ou três requerimentos em que há divergência.

Então, Sr. Presidente, que o Relator lesse aqueles... Mas ele vai ler aqueles que há consenso, e votamos em bloco; e aqueles em que não consenso, votamos individualmente e está encaminhada a questão. É bem fácil de resolver.

O SR. (Orador não identificado) – É bem mais fácil resolver o encaminhamento no voto. Se é em bloco ou não.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, só para colaborar.

São só três requerimentos polêmicos. Pedimos destaques para esses três requerimentos e votamos em bloco o restante. Os três dizem respeito a José Genoíno, a Marcelo Sereno e a José Carlos Batista,...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Mas já foi votado o Marcelo Sereno, Senador!

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – ...que são os três requerimentos que...

O SR. (Orador não identificado) – E Sérgio Pimentel.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, quero informar o seguinte: se a Bancada do Governo topar o acordo para excluir esses três e não colocar em votação, se houver acordo nos quatro, e não colocar em votação, admito votar os outros em bloco; senão eu quero a votação um por um.

O SR. (Orador não identificado) – É isso aí.

O SR. ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA?) – Fazer o acordo em quatro.

(Tumulto no plenário da Comissão.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra o Relator.

(Tumulto no plenário da Comissão.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Por favor, vamos encaminhar!

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Sr. Presidente, apenas para apontar, pelo que anotei aqui, os requerimentos mencionados pelo ACM Neto e pelo Senador Alvaro Dias: eles se referem ao 64... É só para

conferir se são esses, por favor... o nº 64 – estou perguntando se é isso mesmo, prestem atenção, por favor –, o nº 64, se não estou enganado; o nº 120...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Não, não é o 120, mas o 123, que já foi votado.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Está bem. O nº 123 e o nº 299.

O SR. (Orador não identificado) – E o Sérgio Pimentel, também.

O SR. (Orador não identificado) – Anotei esses números, Deputado. Não sei se ele está nesses.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA?) – Está certo, o Sérgio Pimentel é esse, o 299.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra o Relator, para resumir, que eu quero votar.

(Tumulto no plenário da Comissão.)

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – O 64, 123 e o 299?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA?) – Isso. O Sérgio Pimentel é o 299. É esse, é o 299.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Certo, é o 299.

Sr. Presidente, ...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Bom, o resumo do Relator para que possamos votar.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Não, quero ouvir a proposta do Deputado Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Meu amigo, mencionei três números: o 299 – mencionei três, não me inclua naquilo que não mencionei –, o 120, que, segundo o que entendo aqui, é 123; e o 64. Com essa proposição, Sr. Presidente, entendo que as poderíamos incorporar no bloco daquelas proposições a que o Relator se referiu. Como é preferência desse, seriam apenas duas votações: estes, ressaltados os três nominados aqui, e a segunda votação da proposta original que o Relator fez na abertura da reunião de hoje.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Quero tirar uma dúvida. Deputado Abicalil, um momento para que eu possa entender exatamente. V. Ex^a está propondo que esses três requerimentos não sejam votados?

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Exatamente.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Então, tudo bem.

O SR. (Orador não identificado) – É que existe mais um requerimento aqui.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Mas quem tem que identificar não sou eu, quem tem que identificar é quem está propondo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, vou encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra o Relator, Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, estou encaminhando a votação do requerimento cuja preferência já foi aprovada. Trata-se do Requerimento nº 824, do Deputado Carlos Abicalil e da Senadora Ideli Salvatti, para o rol dos requerimentos que estão sendo transferidos – já elenquei um a um, inclusive a que se reportavam – entre os quais excludo neste Plenário, neste momento, os de nº 65, 123 e 299. É isso, Sr. Presidente, que está em votação.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Vamos votar os demais requerimentos que não foram citados pelo Relator, junto com o bloco. Proponho a V. Ex^{as} que quem estiver de acordo permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado o bloco e os requerimentos que fazem parte desse pedido de preferência.

Vou suspender a reunião.

Voltaremos às 14 horas com o Sr. Pizzolato.

(Suspende-se a reunião.)

(Reabre-se a reunião às 14 horas e 48 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Declaro reaberta a 28ª reunião da CPMI dos Correios, com as bênçãos de Deus. Hoje começamos, pela primeira vez, com um fato inédito: antes de eu iniciar, o Deputado Eduardo Paes já pediu a palavra pela ordem. Estamos, portanto, a cada dia aprimorando mais as ações parlamentares aqui, inovando no Regimento.

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Pela ordem, Deputado Goldman.

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP) – Sr. Presidente, quero fazer uma sugestão à Comissão, a V. Ex^a e ao Relator. Temos o episódio da ida de parte da Comissão a São Paulo, onde tiveram contato com o doleiro Toninho da Barcelona. Ele ofereceu algumas sugestões, deu alguns caminhos, mas a evolução, o aprofundamento e as provas que poderia trazer dependem de outras instituições deste País. Quero sugerir a V. Ex^a, ao Relator e aos membros que uma comissão presidida por V. Ex^a vá ao Procurador-Geral da República para incentivá-lo, para solicitar a ele que busque uma negociação com esse senhor que está condenado

em primeira instância no sentido de uma diminuição da pena, a chamada delação premiada – na realidade uma diminuição da pena em função de fatos que ele possa trazer. Não é mais a mesma situação que havia no passado, Sr. Presidente. A situação hoje é nova. Estamos tratando de uma questão muito importante para o País, fundamental para o País, que, mobilizado, acompanha o que está acontecendo aqui. Assim, talvez possamos desvendar tudo aquilo que aconteceu. Pode ser até que não, mas, de forma nenhuma a Comissão pode deixar de lado, uma hipótese tão forte quanto essa poderia vir a ser, se nós conseguirmos, de fato, que esse indivíduo nos dê as informações necessárias. Eu acho que V. Ex^a, o Relator e mais alguns membros da Comissão deveriam ir ao Procurador-Geral mostrar o novo quadro que existe no País hoje – não é a mesma coisa desde o que tentaram no ano passado, há uma nova situação – para que o incentive de maneira que ele possa buscar um acordo com esse senhor. Aí sim, inclusive a vinda a esta Comissão teria portanto outro valor, um valor descomunal e muito importante, quem sabe, para a solução total das questões que estamos colocando aqui já há 90 dias. Essa a questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Obrigado, Deputado Goldman. Registro que o senhor Toninho Barcelona está indo a Curitiba amanhã para fazer um depoimento e onde possivelmente poderia haver algum tipo de avaliação com relação àquilo que ele poderia ainda falar, com o próprio Ministério Público lá. Mas isso não invalida um pedido de audiência, uma visita ao Procurador-Geral da República de Parlamentares da CPMI. Será providenciado.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Com a palavra o Deputado Eduardo Cardozo, pela ordem.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Sr. Presidente, apenas para lembrar que durante oitiva do Toninho Barcelona em São Paulo estavam presentes dois procuradores da República com os quais nós conversamos naquele momento. Talvez já acompanhassem o caso anteriormente. Talvez fosse oportuno, Deputado Goldman, além de ter esse diálogo com o procurador da República – e evidentemente o convencimento é dele, nós podemos apenas dialogar – mas quero frisar a necessidade de se dar segurança ao Sr. Toninho Barcelona conforme eu já havia me manifestado aqui anteriormente não só a ele como a sua família. Independentemente de ele afirmar verdades ou não, a segurança dele passa a ser um dever também desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Eu vou chamar à mesa diretora dos trabalhos para que iniciemos a oitiva o Sr. Henrique Pizzolatto acompanhado de seus advogados. Eu quero informar a V. Ex^{as} que o tema de compromisso foi assinado pelo Sr. Henrique Pizzolatto com todos os seus dados. Ele prestará o seu depoimento como testemunha conforme o artigo 203 do Código de Processo Penal. Ele tem garantia constitucional de não incriminar-se pelo artigo 5º, inciso 63, da Constituição Federal. Registro também que foi solicitada medida cautelar em **habeas corpus** pelo Dr. Mário de Oliveira Filho, advogado do Sr. Henrique Pizzolatto, indeferida pelo Ministro Carlos Ayres Brito.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Pela ordem, Sr. Presidente. Apenas para esclarecer: V. Ex^a disse que o depoente assinou o termo, mas depois V. Ex^a disse que ele tem o direito de não se auto-incriminar, que denotaria a condição de investigado. Portanto, Sr. Presidente, seria importante...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Segundo informações aqui da assessoria essa é uma garantia que lhe confere o artigo 5º, inciso 63, da Constituição Federal.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Apenas se dá garantia à pessoa de não se auto-incriminar; mas isso não o desobriga de falar a verdade nos termos da legislação, Presidente. É importante frisar isso.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Não se auto-incriminar.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, na mesma linha, queria perguntar a V. Ex^a se procede o seguinte raciocínio: se ele mentir com relação a um terceiro, se ele não disser a verdade com relação a um terceiro ele também estará cometendo perjúrio; mas isso não significa que ele esteja se auto-incriminando? Queria só confirmar isso.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Absolutamente certo.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Pela ordem, concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA – É sobre o andamento dos trabalhos mesmo, Sr. Presidente. É só para que, da próxima vez, quando vier uma comunicação como essa, V. Ex^a a disponibilize para os Deputados e Senadores, até por economia processual. Eu sei que ela estava disponível na Mesa desde cedo. Eu a li desde cedo e, portanto, sabia exatamente qual foi a decisão do Supremo Tribunal Federal com relação aos

dois. Justamente para agilizar os trabalhos antes dos depoimentos, faço esse pedido a V.Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Nós vamos iniciar os trabalhos.

Eu gostaria de manter o tempo de 10 minutos para cada Parlamentar, em razão do adiantado da hora e por uma questão de praticidade. Vou manter os 10 minutos para todos os Parlamentares.

Concederei a palavra ao Sr. Henrique Pizzolatto, para nos falar sobre alguns dados pessoais, um pouco do seu histórico profissional. Depois passarei a palavra ao Relator, Deputado Osmar Serraglio, e começaremos as perguntas.

Com a palavra o Sr. Henrique Pizzolatto.

O SR. HENRIQUE PIZZOLATTO – Boa-tarde, Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr^{as} e Srs. Deputados, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhores da imprensa, assessores, inicialmente agradeço a oportunidade de colaborar com esta Comissão.

Eu sou funcionário de carreira do Banco do Brasil há 31 anos. Ingressei no quadro de funcionários do Banco do Brasil por concurso público, trabalhei em cinco Estados da Federação, tive o privilégio de ocupar as mais diferentes funções dentro do Banco do Brasil, inclusive fui um dos afortunados funcionários que teve a oportunidade de exercer o cargo de Conselheiro do Banco do Brasil como funcionário da ativa. Desempenhei essa função mediante um processo de eleição direta entre os funcionários do Banco do Brasil por um período de mais de três anos. Obtive mais de 50 mil votos dos colegas do Banco do Brasil. Tive também o privilégio de ser o primeiro Diretor eleito por voto direto da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil, a Previ, durante um período de 4 anos, de 1998 a 2002. Minha última etapa foi como Diretor de Marketing e Comunicação do Banco do Brasil, cargo exclusivo de funcionários de carreira do Banco e, portanto, restrito inclusive a funcionários da ativa.

Durante todo esse período de 30 anos, quase 31 anos, de trabalho no Banco, jamais tive qualquer irregularidade, qualquer anotação de desabono em minha fé de ofício.

Também gostaria de fazer um esclarecimento porque a imprensa tem relatado de forma não precisa que eu teria sido um arrecadador da campanha “Lula Presidente”, em 2002. Isso não procede. Eu trabalhei no comitê financeiro da campanha “Lula Presidente”. Jamais fui arrecadador, nunca tive função de arrecadar e não arrecadei um centavo sequer. A minha função específica era agendar reuniões, marcar encontros e eventos com empresários, a fim de que os coordenadores de campanha pudessem expor o plano de governo. Em eventos menores, eu fazia apresentação junto com

algum outro membro da equipe de plano do governo dos planos setoriais do governo.

Inicialmente era isso, Sr. Presidente.

Eu gostaria mais uma vez de dizer que estou à disposição e de agradecer a oportunidade de poder colaborar com esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Muito obrigado, Sr. Henrique Pizzolatto.

Com a palavra o Relator, Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, Sr. Henrique, boa tarde.

V. Sr^a, na verdade, deve ter acompanhado as diversas referências que foram feitas ao seu nome na imprensa, pelo menos em relação a alguns episódios. Um deles é em relação ao saque que foi identificado no Banco Rural: de alguma maneira, V. Sr^a teria sido partícipe naquela operação. Num segundo momento, num segundo episódio, é o da participação do Banco do Brasil naquela promoção de um restaurante de Brasília cujo objetivo era arrecadar recursos para um partido político. E um terceiro, acho o mais relevante, são as referências que V. Sr^a fez sobre como o fundo Previ toma as suas decisões de magnitude enorme, de valores expressivos e sobre como V. Sr^a teria sido surpreendido com coisas já feitas, as quais a Previ deveria, quando muito, referendar.

Eu gostaria que V. Sr^a começasse explicando o episódio da identificação daquele funcionário da Previ que, a seu pedido, foi ao Banco Rural, no Rio de Janeiro e, de lá, retirou R\$326 mil.

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Pois não, Sr. Relator.

Na realidade, eu não sabia que era dinheiro, não sabia que era Banco Rural. Soube isso através da imprensa.

Em janeiro de 2004, recebi um telefonema no meu telefone celular corporativo. Em função das minhas muitas viagens – eu realizava, no mínimo, duas viagens por semana, como diretor de *marketing*, acompanhando eventos do Banco –, as agências e os principais prestadores de serviço do Banco tinham o meu telefone celular. Eu recebi um telefonema, eu estava em minha residência, eu recebi um telefonema de Belo Horizonte, a pessoa me solicitando um favor em nome do diretor da DNA, Dr. Marcos Valério, para apanhar uns documentos no centro da cidade. Citou um endereço que eu anotei num rascunho. Eu estava, naquele momento, lendo uma pauta. Eu disse que eu poderia fazer o favor no dia seguinte, porque no dia seguinte

eu teria uma reunião mais próxima ao centro, que seria exatamente a reunião do Conselho Deliberativo da Previ, do qual eu estava lendo a pauta, porque, como Presidente do Conselho, eu me preparava sempre antes. A pessoa me disse que havia necessidade de que os documentos fossem apanhados no mesmo dia para serem entregues a uma pessoa do PT. Eu perguntei, então, se havia necessidade que eu fosse pessoalmente ou se eu poderia mandar outra pessoa, e me disseram que eu poderia mandar uma outra pessoa, que não havia necessidade de eu ir pessoalmente, e que se eu conseguisse uma outra pessoa deveria informar o nome dela.

Eu liguei uns minutos depois para a Secretária do Conselho da Previ, falei com a secretária do Conselho e pedi se tinha algum contínuo disponível na Previ que pudesse me atender, fazer um favor. Aguardei na linha, e ela, uns minutos depois, me passou o Luiz Eduardo, conhecido como Duda, e eu então pedi ao Duda se ele teria um tempo de me fazer uma gentileza de buscar uns documentos no centro da cidade e deixar na minha residência. Ele disse que sim, e passei o endereço, a rua, o número. Como isso foi um fato que não me marcou muito, eles me deram o nome de uma pessoa, se não me falha a memória, que deveria apanhar esses documentos. Foi o que aconteceu. Depois, não tenho certeza, porque eu estava muito atento à pauta, aos documentos que eu tinha que ler para preparar a reunião do dia seguinte. Eu não tenho certeza se eles me retornaram pedindo o nome da pessoa, ou se eu liguei para a minha secretária em Brasília e disse: olha, avise que eu consegui uma pessoa...

O SR. (Orador não identificado) – Pela ordem, Presidente. Não estamos conseguindo ouvir o depoente, porque o som está muito baixo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Eu peço que aumentem o volume do som, por favor.

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Então, passei o nome da pessoa e, aproximadamente uma hora depois – não fiquei muito atento ao tempo –, o contínuo da Previ, o Duda, chegou ao meu apartamento e me entregou dois envelopes tamanho ofício, fechados. Entregou bastante rápido, porque ele estava voltando. Eu perguntei se tinha alguma despesa de locomoção, e ele disse que tinha conseguido uma carona. Eu guardei os documentos num armário que tenho próximo à entrada do meu apartamento e voltei ao meu trabalho normal, porque sempre são vários assuntos na pauta. Como Presidente do Conselho, eu tinha que de antemão estar a par dos assuntos.

No final do dia, já à noite, o porteiro interfonou e disse que tinha uma pessoa do PT na portaria que queria falar comigo. Eu o autorizei a subir. A pessoa

tocou a campainha, eu abri a porta, e ele disse: sou do PT; vim buscar os documentos da DNA. Eu entreguei os dois envelopes e deletei. Eu não...

Isso foi em janeiro de 2004, no período de férias, e jamais voltei ao assunto. No dia seguinte, eu fui para a reunião da Previ e fui surpreendido quando apareceu o nome do contínuo numa lista como sacadores do Banco Rural. Eu disse, inclusive, no meu depoimento à Polícia Federal que, pela minha experiência de banco, era humanamente impossível que dentro de dois envelopes do tamanho de uma folha de papel ofício contivesse aquela importância de dinheiro. Os volumes não correspondiam àquela importância, na minha opinião. Foi o que houve, eu fiquei pasmo, era um período no Brasil que se alguém cogitasse alguma coisa... e as atividades de *marketing* elas têm um pouco dessa troca de documento, material, fitas de vídeo, material de publicidade, maquetes, isso acontece entre as agências e as diretorias de *marketing*.

Quanto ao segundo assunto, Sr. Relator, eu até deveria lhe fazer um agradecimento pela pergunta, porque esse foi um fato...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Dá para V. S^a falar um pouco mais alto?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATTO – Desculpe-me. Esse foi um fato que a imprensa explorou muito. Eu tenho um processo completo, tenho inclusive aqui comigo a resolução do TCU do dia 04/12/04...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Eu até queria encarecer de V. S^a, porque quando eu me introduzi no seu questionamento, fiz referência aos vários pontos e V. S^a terá a oportunidade de falar a respeito disso tudo que pretendia fazer agora. Mas, para não misturarmos os questionamentos, vamos tentar avançar neste primeiro assunto e, depois, passamos para o segundo e para o terceiro.

O SR. HENRIQUE PIZZOLATTO – Pois não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a disse que o volume que lá apanhou não aparentava ter o montante de 326 mil. V. S^a entrou em contato com esse mesmo Duda para saber se em uma outra oportunidade ele teria levado recursos para alguma outra pessoa? Porque o comparecimento dele está documentado. Portanto, efetivamente, ele foi ao banco e sacou 326 mil. Hipoteticamente, se aquilo que V. S^a recebeu não era o dinheiro, V. S^a investigou para saber se em alguma outra oportunidade ele teria ido ao banco e levado para alguém em dinheiro?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATTO – Não, eu fiquei sabendo disso, que o nome dele constava, agora.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Mas já faz um certo tempo isso.

O SR. HENRIQUE PIZZOLATTO – Sim, eu fiquei sabendo agora há um mês...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Percebendo que o nome de V. S^a estava envolvido num episódio desse, não lhe pareceu que, talvez, identificando essa que conhece, que trabalha na instituição, que lhe pudesse esclarecer em outras oportunidades que tivesse ido ao banco e teria o álibi que V. S^a precisa?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATTO – Não, assim que surgiu o nome, dois dias depois fiz um contato com ele... na realidade, ele acabou tomando mais a iniciativa, e perguntei a ele... primeiro eu disse: olha... pedi desculpas e disse: Duda, alguém armou uma cilada para nós, acabaram nos envolvendo em uma situação que não sei como a gente vai sair dessa. A segunda questão que levantei para ele: você viu na hora, alguém falou que era dinheiro? Ele disse: “Não, me mandaram assinar um papel.”

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Mas ele havia assinado isso num estabelecimento bancário?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATTO – Sim, disse que mandaram ele assinar um papel e ele perguntou para o que era. E disseram: olha, isso aqui é para comprovar que você está retirando. Mas, em momento algum disseram para ele que era dinheiro. E ele, quando me entregou, também não falou. Então, o senhor veja que numa cidade como o Rio de Janeiro, mandar uma pessoa no centro da cidade buscar a importância de mais de R\$300 mil em dinheiro, contínuo que presta serviços gerais, sem nenhum esquema, seria um ato de muito risco. Não haveria... Quem trabalha em banco sabe. No Rio, mais do que tudo, as pessoas são assaltadas, mesmo no Brasil, por muito menos do que isso. Ele me entregou e disse: “Eu não vi; ninguém me disse. Simplesmente eu cheguei lá, me identifiquei...” Foi também uma conversa num dia em que ele estava muito abatido emocionalmente, eu estava na mesma condição ou até pior, e o que ele disse: “Olha, eu cheguei lá, estava pronto. A pessoa me chamou atrás de um balcão, me mandou assinar um papel e me entregou. Não disse o que era...”

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Esse Sr. Duda é uma pessoa de que nível cultural?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Olha, eu acho que ele tem curso primário, não sei se ele...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Ele é concursado na Previ?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Não. Ele é de uma empresa terceirizada. Ele é...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a o conhece há quanto tempo?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Eu o conheci quando fui trabalhar na Previ. Isso, em 98. Sempre tínhamos contato com todos esses funcionários e, na época, ele inclusive...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Ele, alguma vez, trabalhou de forma mais próxima de onde V. S^a atuava?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Sim. Ele era o contínuo da Diretoria de Seguridade.

Quando eu passei para o Conselho, aí tinha outro contínuo no Conselho, que era quem prestava o serviço. Mas, em tese, a Previ tinha um sistema, que eles chamavam de bateria, que não era bem exclusividade de cada diretoria. Quer dizer, surgia um trabalho, as pessoas se revezavam.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Esse telefonema que V. S^a recebeu foi de Belo Horizonte?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Foi de Belo Horizonte.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Foi o único telefonema no dia?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Não. Teve um telefonema depois que eu não tenho certeza se retornei. Pedi para a minha secretária, liguei para Brasília pedindo para retornar e avisamos: “Olha, eu consegui uma pessoa, essa pessoa se chama Luís Eduardo, que é quem vai buscar”. E eu acho que, depois, à tarde, ligaram-me pedindo se o rapaz tinha conseguido apanhar os documentos, se os documentos estavam comigo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Além desse telefonema nesse dia, nos dias precedentes, V. S^a teve contato telefônico com alguém de Belo Horizonte?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Não. No dia seguinte...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Não, nos dias anteriores.

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Quanto tempo antes V. S^a lembra de não ter conversado com essas pessoas de Belo Horizonte? V. S^a sabe que teremos acesso ao seu sigilo telefônico e nós saberemos exatamente se houve algum telefonema ocasional.

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Sim. Sei. Eu recebia muitos telefonemas por dia. Então, esses trabalhos com agência...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Quem era a pessoa com quem V. S^a conversava em Belo Horizonte?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Que me ligava de Belo Horizonte? Eram várias pessoas que me ligavam das agências, porque as agências... nós tínhamos uma espécie de cobrança quanto às campanhas, quanto aos trabalhos, ou às atividades de promoção e eventos. Então, muitas vezes, as coisas não andavam dentro do prazo normal, ou do previsto. Tinha algo que não estava de acordo, então eu ligava e dizia: “Olha, pessoal, estou sendo cobrado também”. E o banco realizava, e realiza, eventos praticamente todos os finais de semana. Ou eventos ligados a exposições agropecuárias, ou eventos ligados a esporte, eventos ligados a cultura e também os comerciais que fazíamos na televisão.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Apenas como curiosidade, uma hipótese: V. S^a trabalha em banco e disse que se alguém fosse a um banco sacar dinheiro no Rio de Janeiro, eventualmente, não procederia dessa forma como está sendo anunciada. Abstrai a situação concreta de V. S^a. Imagine que eu tenha dinheiro para receber de forma impossível de ser anunciada, portanto, recebo em dinheiro num estabelecimento bancário, no Rio de Janeiro. Como é que eu levo esse dinheiro? Como é que eu retiro esse dinheiro do banco? Como faço esse dinheiro chegar até a minha casa ou até o meu serviço? Não é o caso de V. S^a; estou dizendo, hipoteticamente, que estou recebendo um dinheiro ilícito, em espécie, e eu o saquei no banco. Qual outro mecanismo possível que existe para que esse dinheiro chegue a alguém, a não ser esse? Pois V. S^a disse que, no Rio de Janeiro, ninguém faz assim. Mas, com certeza, ilícitos existem no Rio de Janeiro. Então, qual é o outro caminho para se levar o dinheiro?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Olha, eu não utilizaria... de forma alguma, eu não me exporia a esse risco, porque estaria colocando vidas em risco. Um cheque...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Ou seja, na sua concepção, ninguém transporta dinheiro no Rio de Janeiro.

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Não, transporta. Eu não acompanho isso no dia-a-dia no Rio de Janeiro, mas existe transporte de valores com plena segurança. Existem empresas de transporte de valores.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Aí de forma oficial. Estou fazendo uma hipótese; não estou dizendo que V. S^a o fez. Apenas eu queria saber qual seria o procedimento para alguém que estivesse recebendo um montante que não pudesse ser anunciado e que, necessariamente, teria que ser transportado no Rio de Janeiro.

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Não sei. Talvez um segurança, alguma coisa com mais proteção.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a lembra se esse telefonema foi no período da manhã ou da tarde?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Foi no período da manhã, próximo ao meio-dia.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – E V. S^a estava na sua residência?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Sim. Eu sempre ficava. Eu ia quando tinha reuniões do Conselho. Eu buscava preservar meio dia para dar uma olhada na pauta, dar uma “detalhada” na pauta... Isso aí eu fazia sempre em casa.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – E esse pacote, V. S^a recebeu em torno de que horas?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Foi... não sei precisar, mas foi no início da tarde. Não foi um prazo assim... eu diria que entre uma hora. Depois que eu falei com o contínuo, pode ter levado entre uma hora, quarenta minutos, uma hora e vinte, no máximo, que é basicamente o gasto para se locomover no Rio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a entende que é difícil a compreensão disso, o convencimento disso, pelo nível que V. S^a tem. Imagine que alguém tivesse mandado um pacote que me pudesse comprometer na entrega. V. S^a não tomou nenhuma cautela em relação a ser o intermediário de um pacote que poderia levá-lo inclusive à prisão em flagrante?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Sr. Relator, a empresa que me pediu tem contratos com o banco, prestava-lhe serviços há 11 anos. Então, não era algo que eu pudesse estabelecer um grau de desconfiância.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a integra ou participa do diretório do Partido dos Trabalhadores no Rio? Tem...

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Conhece as pessoas do diretório?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Não. Conheço algumas... Eu nunca, nos últimos...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Essa pessoa não lhe diz nada, não tem como identificá-la de forma nenhuma?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Não sei, eu não me ative a fixar... para mim não foi um fato que chamou atenção, porque, como eu estava lhe dizendo, 20 dias depois, o banco recebeu uma cortesia de 10 convites para o Sambódromo. Eu também recebi um telefonema do Rio, da empresa promotora dizendo que tinha

10 convites do sambódromo para o Banco do Brasil e a pessoa queria saber como faria a entrega. Eu disse: “Olha, deixe na minha casa”. São uns Kits. “Deixe na minha residência”. Deixaram na minha residência e, depois, eu fiz a distribuição. Liguei para conselheiros do banco, executivos, clientes. Muitos passaram eventualmente... Uma ou duas pessoas... Uma delas pediu para eu deixar no aeroporto Santos Dumont, porque ele chegaria...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio PMDB – PR)

– V. S^a se lembra de alguma outra vez que tenha incumbido o Sr. Luiz Eduardo Ferreira da Silva de ter ido, em seu nome, a algum estabelecimento bancário?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Não, nunca pedi para ele ir a banco. Se a pessoa tivesse me falado que era banco, Sr. Relator, eu teria balançado, teria feito mais perguntas. Particularmente, a minha conta é só no Banco do Brasil. E eu queria frisar que era janeiro de 2004, o Brasil vivia uma lua de mel. Não se cogitava, não era justificável nenhuma suspeita. Hoje confesso que o meu grau de paranóia chegou a ponto... Mas, àquela época, eu andava completamente desprovido. Eu já estive, por exemplo, embarcando em aeroporto e chegou uma pessoa da própria agência Bbtur, do Banco, e disse: “Olha, o senhor está indo a São Paulo? O senhor está indo a Brasília? Dá para o senhor levar esse envelope que tem um passaporte de fulano que vai viajar? Ele vai estar no desembarque esperando-o”. E eu fiz isso.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio PMDB – PR)

– V. S^a adquiriu um apartamento, coincidentemente, nessa época?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Um mês depois, mas eu adquiri com o meu dinheiro. O senhor pode olhar. Eu tenho inclusive todos os meus extratos bancários, o cheque... Eu tinha aplicações no banco, eu tinha renda, tenho renda para isso, ocupo cargo de direção no banco há mais de 13 anos, cargos de primeiro escalão.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio PMDB – PR)

– O pagamento foi feito de que forma? E qual foi o valor do imóvel?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – O valor do imóvel foi de R\$400 mil. Dei um cheque de R\$300 mil que eu baixei de uma aplicação. E, nos últimos 3 anos, eu vinha comprando – e tenho uma boa parte das cartas de crédito, mas, do restante, tenho os extratos bancários porque sempre é debitado como câmbio. Eu comprava no Banco do Brasil, periodicamente, uma pequena importância em dólar, porque eu planejava me aposentar. Como vivo eu e minha esposa, não temos filhos, então vínhamos planejando, há tempo, fazer uma viagem de aposentadoria. Naquele período, não sei se o senhor se

lembra, o dólar começou a cair. O dólar fez uma curva. No início de 2003, o dólar estava num valor altíssimo, depois começou a cair até 2004 e veio caindo. O senhor pode verificar pelos meus extratos bancários que eu tinha todo o recurso em aplicações no banco. Mas, para mim, era mais conveniente eu vender os dólares, ir vendendo aos poucos na agências de turismo onde eu compro, do que baixar as aplicações que me rendiam mensalmente.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio PMDB – PR)

– Esse imóvel que V. S^a comprou chegou a ser anunciado por alguma imobiliária? Como V. S^a tomou conhecimento desse imóvel?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Acho que foi um porteiro ou uma pessoa que ofereceu para minha esposa. Nós já vínhamos procurando já há um certo tempo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio PMDB – PR)

– Falo isso porque talvez tivéssemos uma maior possibilidade de verificar o valor efetivo da transação.

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Mas é um imóvel, Sr. Relator, de 1948; uma construção de 1948...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio PMDB – PR)

– Quanto a esse valor que V. S^a registrou na escritura, conversando com outros proprietários do imóvel não surpreenderia? É o valor real?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Sim.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio PMDB – PR)

– Mesmo conversando com outros proprietários do mesmo edifício?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Naquele período, os imóveis no Rio vinham caindo de preço em função de alguns problemas de segurança que havia. Então, no Rio, observa-se algumas flutuações nos valores dos imóveis. Então, eu aproveitei, inclusive porque era uma época em que os preços estavam mais para...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio PMDB – PR)

– Eu li em algum lugar a referência ao que V. S^a percebe mensalmente. Confesso que me surpreendi, não especificamente em relação a V. S^a, porque extrapolei isso para outras situações. Até gostaria que V. S^a nos esclarecesse sobre isso. Isso é comum? V. S^a percebia...

Pode até ir nos anunciando: V. S^a recebia quanto do Banco?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Aproximadamente R\$19 mil.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio PMDB – PR)

– Da Previ?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Acho que era algo em torno de R\$4,8 mil.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio PMDB – PR)

– O que mais? V. S^a tinha outra...

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Eu tinha um conselho na Embraer.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Pelo conselho da Embraer V. S^a percebia quanto?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – R\$12,5 mil. E tinha mais: como conselheiro de uma entidade dos funcionários do Banco, também percebo algo da ordem de R\$3 mil.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Isso daria, mais ou menos, R\$40 mil por mês.

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – É; se for considerado o 13º salário, os...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Não; não. O valor normal, mês a mês.

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Sim; em torno de R\$40 mil.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – E isso é comum entre os diretores de bancos, de estatais? É essa a remuneração?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Olha, eu... Isso é sob sigilo. Eu diria que os executivos que tinham funções semelhantes à minha nos bancos privados, pelas informações que eu tinha, recebiam mais que o dobro.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – E essa reforma que nós fizemos em matéria de teto não atingiria, porque é dinheiro privado. Aqueles a que designamos por “marajás”, expressão usual na administração pública, pela reforma previdenciária que fizemos, seriam atingidos, como é o tipo de cargos que V. S^a ocupa – e sabe Deus quantos outros!

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Não. O próprio Banco do Brasil, em governos anteriores, teve um reajuste em função da sua condição em termos de concorrência de mercado. Mas eu diria ao senhor, talvez tentando ser preciso, que, em empresas de que eu participava – e participei como Conselheiro –, muitas vezes eu era motivo de chacota.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Por quê?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Porque todos ganhavam infinitamente mais.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Que tipo de empresa? Privada?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Sim, empresas privadas. Eu participei...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sim, mas há os riscos do mercado de trabalho: de uma hora para outra, pode-se ficar desempregado. Ali, o senhor é uma pessoa que ocupa cargo próprio de concursado, com garantia de emprego. Só isso valia...

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Não; eu não tinha...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – O senhor não é concursado do Banco do Brasil?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Sim, sou; mas concursado do Banco do Brasil não tem garantia de emprego. Tem garantia de emprego...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Mas a demissão tem de ser motivada, depois de processo administrativo. É uma estatal.

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Não; desde 1996, acho que o senhor deve se lembrar, esse paradigma foi quebrado. O Banco fez...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Perdão; convenhamos. Não há a mesma liberdade, que existe na iniciativa privada, de se dizer que não se quer mais fulano de tal, ir à Justiça e conseguir uma liminar na hora, porque precisa ser por meio de um processo com amplo direito de defesa.

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Exato; mas a estabilidade no emprego nunca houve.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Bom; agora, quanto ao segundo episódio, aquele que o senhor ia começar a esclarecer, dizendo até que gostaria de explicar sobre a contratação, relacionado ao restaurante de Brasília...

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Na realidade, a contratação... o Banco do Brasil opera com a bandeira Visa. No início de 2004, a área de negócios do banco, área de varejo, havia prospectado, por meio de pesquisa, que Brasília é uma área em que haveria a possibilidade de crescimento muito grande da venda de cartões de crédito. E foram realizados, depois de feito um planejamento, algumas propostas de ações de ampliação na venda de cartões de crédito em Brasília. Essas ações iriam com universidades, com uma série de empresas, ações promocionais e assim por diante. Sessenta dias antes da realização do *show* – essa documentação foi toda aglutinada, depois foi repassada inclusive aos órgãos de fiscalização – a superintendência de Brasília decidiu realizar uma promoção, tipo essas promoções realizadas em *shoppings centers* para aumentar a venda de cartões de crédito em Brasília. Muitas vezes para que as pessoas que têm cartão de crédito utilizarem mais o cartão de crédito e às pessoas que recebem o cartão mas não o ativavam, não o utilizavam como cartão de crédito. Quando ativam, o banco ganha uma anuidade. E premiar as pessoas que realizassem maior número de venda entre os funcionários ou um grupo de pessoas que também realizassem gastos com o cartão ela o premiaria com um convite para o jantar. O nome da campanha era Ourocard leva você ao *show* de Zezé de Camargo e Luciano. Demandou a área de *marketing* que se fizesse um contato com a Visa e se buscassem recursos para isso. Foi estabe-

lecida uma meta que deveria ser um incremento de, no mínimo, R\$500.000,00 de ganho. Foi estabelecido um regulamento, e o processo foi realizado. A Visa se dispôs então a gastar até R\$70.000,00. Na realidade, nós fizemos um pedido maior, mas a Visa se dispôs a gastar até R\$70.000,00. A partir disso foram comprados os ingressos, foi feito o sorteio, o processo detém todos esses carnês.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Mas era uma promoção do Partido dos Trabalhadores.

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Não. Quando o superintendente nos procurou, quando foram estabelecidos os contatos, ninguém falou que era do Partido dos Trabalhadores. Na realidade, a imprensa noticiou em Brasília dois dias depois.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Dois dias depois do quê?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Depois do evento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Não, já estava no *site* do PT vinte dias antes de o Banco do Brasil assinar o acordo.

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Mas, nós não...

Eu não acessava o *site*; ninguém nos trouxe essa informação. O ofício nos foi mandado pela churrascaria porque ela era um grande cliente do banco; ela nos mandou a proposta, e foi iniciada uma negociação. Por quê? Porque o banco tem um parâmetro de mercado, temos planilhas com determinados parâmetros que chamamos de curva modal. Qualquer coisa que o banco compre, o sistema anuncia se está fora ou dentro dessa curva modal; ou muito barato ou muito caro. Em função do que seria oferecido, foi negociado o preço; era um jantar com *show* ao vivo, com comida, vinho, bebida alcoólica e assim por diante. Então há um período de negociação até se chegar à concordância do preço. Foi confirmado, os recursos não foram do Banco do Brasil, os recursos foram da Visa. E foi feito. E depois houve esse desencontro de informações. Nós encaminhamos toda a documentação ao TCU. O TCU tem um acórdão por unanimidade, do dia 4 de dezembro de 1994 dizendo que o processo foi regular. Imediatamente, foi pedida uma auditoria interna no Banco, que também deu regularidade nos procedimentos. A Comissão de Ética, a Procuradoria da União, também verificou e deu conformidade. A imprensa noticiou que os recursos eram do Banco e que o Banco teria feito isso a pedido do PT. O Banco, estatutariamente, é proibido de atender qualquer pedido de caráter religioso, caráter político-partidário e assim por diante. E as decisões, Sr. Relator, no Banco, não são decisões individuais. Ninguém tem a alçada...

Eu, na minha área de *marketing*, não tinha alçada para um centavo. Todas são comitês. Até 200 mil reais, eu tinha um comitê de sete pessoas. Se uma pessoa discordasse, não...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Em algum lugar, V.S^a. disse que tudo que fosse superior a 50 mil, necessariamente teria que passar pelo Ministro Gushiken. Isso é verdadeiro?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Os patrocínios...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Isso é considerado um patrocínio?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Esse tipo de evento nós enquadrávamos lá em ações promocionais. Ele não tem bem a característica de patrocínio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Nesse caso não houve necessidade de encaminhar à Secom?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Não, porque o dinheiro não era do Banco. Era dinheiro da Visa. O dinheiro não era do Banco.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– E se era dinheiro da Visa por que caberia a V.S^a decidir sobre a promoção ou não?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Porque o Banco tem um convênio. Porque o Banco é que vende os cartões da Visa. Então, a Visa repassa recursos. Isso é normal. Num *shopping*, vamos supor, o Boticário repassa.. Estou citando aqui um nome...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Nessa época V.S^a ocupava algum cargo na Diretoria do PT?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Não. Eu nunca ocupei cargos, Sr. Relator, nunca tive cargo de direção no Partido, aliás, que eu me lembre, há mais de dez anos eu não participo de reuniões do Diretório, eu nunca fui convidado para reuniões de Diretório ou de outras instâncias do Partido.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V.S^a tem certeza de que o Tribunal de Contas se manifestou sobre esse episódio?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Eu tenho cópia.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Não, tudo bem. Se puder disponibilizar uma cópia para nós.

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Sim. Se não me falha a memória, é do dia 4 de dezembro de 2004. Porque isso eu me dei o trabalho de repassar para vários jornalistas que haviam noticiado que o Banco havia cometido irregularidades. Eu repassei, para dizer: “Olha, vocês não noticiaram corretamente. A bem da verdade, foi um processo regular, isso prejudicou a imagem

do Banco etc.". Então, salvo um lapso de memória, é uma decisão por unanimidade do dia 4 de dezembro, ou dia 5. Eu sei que é início de dezembro.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Alguns patrocínios que passaram pelas mãos de V. Srª tinham a intermediação da InterAction, que é uma empresa ligada ao Marcos Valério.

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Não, senhor.

O SR. (Orador não identificado) – (*Fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– MultiAction.

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Não. Não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– MultiAction. V. Srª patrocinou no *reveillon* de 2003/2004, R\$1,5 milhões.

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Deixe-me explicar, Sr. Relator. O Banco realiza uma licitação com as agências de publicidade, e as agências de publicidade têm as promotoras delas, as realizadoras de eventos...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Certo. A agência de publicidade do Banco do Brasil era a DNA.

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Uma era a DNA. Nós tínhamos feito a licitação. Na última licitação as vencedoras foram a DNA, que já estava no Banco há muito tempo, a Ogrove, que é uma agência de São Paulo – é uma agência nova –, e a Kali Assunção que depois passou a ser chamada...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Dessas empresas, sob os auspícios de uma delas, houve a contratação da MultiAction para o *reveillon* de 2003 para 2004. Qual delas foi? Foi a DNA?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Todas as agências tinham uma operadora de eventos.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– A operadora de eventos da DNA era a MultiAction?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Era a MultiAction. Muitas vezes eles buscavam parceria ou outros fornecedores. Mas, em princípio, eles utilizavam a empresa deles. Mas a relação do Banco era com a agência. O Banco contratava a agência.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. Srª nunca percebeu que a DNA, na verdade, estava se auto-contratando na sequência através de uma subsidiária dela? Nunca soube disso?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Não, nós sabíamos disso, mas a legislação permite até como uma forma de reduzir custos. Porque senão ela contrataria uma outra empresa para essas ações dela.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Por que V. Srª entende que haveria a redução de

custos se é possível um conluio entre duas empresas que pertence ao mesmo proprietário?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Porque nós tínhamos planilha de preços e, neste caso, a agência não poderia cobrar a comissão que uma terceira empresa cobraria. Então, fazíamos um acompanhamento de preço.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Agora uma terceira coisa e mais importante que nós gostaríamos que V. Srª esclarecesse: todo episódio relacionado ao ajuste havido entre o Previ, Banco do Brasil e as empresas de telefonia. Aquilo a que V. Srª reportou na **Folha de S.Paulo** anuncia uma coisa muito comprometedora ao gerenciamento da Previ. Eu gostaria que V. Srª esclarecesse ao Plenário da CPMI todo este fato. Como ele se deu, como V. Srª tomou conhecimento, que cautelas V. Srª advertiu e a quem? A começar até pela decisão, porque V. Srª, num determinado momento, disse que, efetivamente, existem interferências de ordem política, o que o Sr. Sergio Rocha, da Previ, nega na reportagem seguinte. Mas, em diversas manifestações, V. Srª reafirma isso. A primeira pergunta é: V. Srª entende que, quando a Anatel decidiu, ela decidiu de forma a determinar uma conduta da Previ? V. Srª acha que a decisão da Anatel em relação aos ativos de uma determinada empresa telefônica ou determinada outra que foi... A Previ teria sido compelida para fazer uma opção? Primeira coisa: havia uma necessidade? O que justifica a Anatel a compelir a Previ a fazer uma opção econômica?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Olha, Sr. Relator, na realidade, eu vou tentar sintetizar porque esse é um assunto incompreensível. Está na ordem do dia há 7 ou 8 anos, e começou, no pretérito, de uma forma enviesada porque, no edital de licitações, as telecomunicações proibiam que um mesmo acionista tivesse participação cruzada, quer dizer, tivesse em duas empresas. E, naquela época, a Previ acabou participando, através de um mecanismo de uma empresa, uma SPE, de dois leilões.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Portanto, ela descumpriu uma regra antiga que estava em vigor?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Ela descumpriu o edital e o código de outorga da privatização. E isso foi feito um pouco que à revelia. Depois houve todos aqueles fatos...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Essa regra proibia uma participação minoritária?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Não, ela proibia que o mesmo grupo fosse acionista, estivesse no bloco...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Só ser acionista, ou ser majoritário?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – ...no bloco de controle de duas empresas de telefonia, que eram as que estavam em leilão.

A Previ acabou participando do bloco de controle da Telemar, através de uma empresa chamada Fiago e da à época Tele Centro Sul, através de um fundo de *private equity* chamado CVC.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Os estudos internos da Previ indicavam que a melhor opção era permanecer na Telemar?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Os estudos internos apontavam a Telemar como a melhor empresa para a Previ fazer investimento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a foi surpreendido quando soube que a opção tinha sido a Telemig?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Não, isso estou falando lá em 1998.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) –

Não, mas agora, mais recentemente, esse acordo...

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Agora, o que acabou acontecendo foi que a Anatel veio trabalhando no sentido de... Eu não acompanhava isso no dia-a-dia, porque não era a minha função-fim como diretor de segurança da Previ, mas acompanhava pelos relatos.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Sr. Relator, permite-me apenas uma pequena observação que acho útil nesse diálogo que V. Ex^a está fazendo com o Sr. Pizzolato?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Pois não.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – A Lei Geral de Telecomunicações e os regulamentos do setor não proíbem a participação de um mesmo grupo econômico, no caso a Previ, em duas empresas. Proíbe a participação como acionista majoritário. Quer dizer, no caso da Telemar, a Previ tem menos de 20% das ações, e o limite da participação no capital é de 20%. Então, ela não está numa situação irregular. A discussão existe porque o Banco do Brasil, e não a Previ, através de um outro fundo, participa também da Telemar. Essa é a natureza da discussão que está rolando, desde a privatização até hoje, sobre se isso fere ou não a legislação vigente no País.

Já na BrasilTelecom, ela participa através de um fundo de *equity* em que ela e outros grupos têm a participação maior do capital. Mas o grupo Opportunity, embora seja minoritário, tem o controle dessa empresa BrasilTelecom.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Isso V. S^a ratifica?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Sim, porque, na realidade, o Banco do Brasil acabou participando também do leilão, de forma indireta, através de duas empresas que participaram.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Mas o que o surpreendeu?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – O que surpreendeu foi que, em agosto ou setembro, a Anatel emitiu uma resolução determinando que a Previ, num prazo de 18 meses, se não me falha a memória, fizesse uma opção por um dos dois ativos, porque detectou que a Previ estava participando, na época, através do grupo La Fonte, tanto da empresa Oi quanto da Telemig Celular, porque a Previ era também acionista da Telemig Celular. E o Presidente da Previ fez uma correspondência, na sua alçada, optando pela Telemig.

Os estudos técnicos da Previ apontavam que as empresas ligadas à Telemar eram ativos muito mais valiosos. Então, a essa época, em setembro do ano passado, se não me falha a memória – eu teria que procurar tudo isso –, um conselheiro do Conselho de Administração da Previ solicitou uma reunião extraordinária para que se esclarecesse esse fato, porque havia sido tomada uma decisão que estava em desconformidade com a macroestratégia da Previ.

Eu liguei para o Presidente da Previ e disse: Olha, nós vamos chamar uma reunião do Conselho, vamos determinar a data. Determinei a data, convoquei a reunião. No dia...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– No dia, o Presidente veio a Brasília.

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – É, no dia da reunião, o Presidente veio a Brasília, pediu para adiar a reunião para a tarde. Nesse período, estando em Brasília, ele me ligou dizendo que não iria poder chegar a tempo. Estava conversando em Brasília na Anatel, no Ministério, para ter mais esclarecimento sobre essas posições.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Nessa oportunidade, V. S^a era Presidente do Conselho Deliberativo?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Eu era Presidente do Conselho Deliberativo. Aí, nós lavramos uma ata. O Conselho entendeu que não deveria se manifestar sem ouvir o Presidente, porque nós tínhamos feito a reunião exatamente para ouvi-lo. O Conselho, então, entendeu que deveria lavar uma ata e que remarcaria a reunião para uns dias **a posteriori**, e pedi ao Presidente do Conselho que apresentasse os argumentos sobre a decisão. Nós voltamos a marcar a reunião e o Presidente teve dificuldades, ainda, de nos trazer todos os esclarecimentos, porque ele disse que era uma

negociação muito complexa, que era uma negociação de compra e venda de ativos...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Ele falou que isso era um ajuste necessário em função de consequência de campanhas políticas?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Não. Durante a reunião, a única informação que ele passou foi pedindo para postergar a decisão. Depois é que nós tivemos uma conversa, numa sala particular, eu não estava entendendo muito o que estava acontecendo e aí perguntei a ele o que estava acontecendo, que a decisão estava muito... que estavam faltando elementos e que o Conselho estava ansioso, e tínhamos que fazer alguma coisa. Inclusive, nessa decisão, o Conselho tinha se reportado a um estudo que havia sido encomendado em 2001/2002, que apontava para decisão no sentido contrário. Porém, esse estudo não havia sido aprovado na Previ; houve um processo de mudança interna e não havia sido aprovado. Então, ele foi muito lacônico e disse: “Olha, estou sofrendo muita pressão política e não sei se vou suportar”...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– E aí V. S^a saíra junto?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – “Eu estou a fim de, se for preciso, entregar a minha carta de demissão”.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– E ele não fez referência alguma a que pressão política seria essa?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Não, ele foi muito lacônico. E aí eu disse: Olha, desse jeito você não está sendo parceiro. Você vai deixar a gente com um abacaxi... Então, se você sair, eu sou forçado a sair junto, porque a última coisa que é possível a gente fazer é se contrapor ao que a gente sempre defendeu.

Na reunião seguinte, ele veio e fez uma explanação para o Conselho, fez uma exposição para o Conselho, com a cautela de não fazer entrega de documentos, porque havia sempre a preocupação de que os documentos vazassem, quando ele disse que, na realidade, havia um interesse de compra da Telemig por três grupos; que três grupos haviam mantido contato com a Previ, que era a Vivo, a Claro e a BrasilTelecom. Que a Previ tinha dificuldade; que a Previ tinha todo o interesse em vender, porém os compradores não comprariam na situação em que a Previ estava, porque, da forma como a Previ estava, na realidade, os compradores não estariam comprando o controle da empresa. E, naquele momento, a decisão mais acertada era a Previ notificar a Anatel de que a opção dela era continuar na Telemig, porque isso não permitiria que a Previ saísse do Conselho, saísse do bloco de controle da Telemig – então a Previ tinha poder de

veto na Telemig, porque na Oi Telemar não existia um conflito societário aos moldes do que estava havendo na Telemig, com o grupo Opportunity. Aquela era uma decisão então transitória, apenas para poder equacionar as questões legais das negociações que estavam sendo feitas com outros controladores, para, depois, fazer a venda da empresa. E que a Previ mantinha a decisão estratégica de continuar na Telemar porque entendia que a Telemar era uma empresa mais rentável, mais saudável, mais vantajosa para a Previ. O Conselho se deu por satisfeito e autorizou a Diretoria a realizar, embora não necessitasse disso, porque, pelo Estatuto, a Diretoria só necessitava de autorização do Conselho para valores acima de 5%. Mas o Conselho fez questão de autorizar a Diretoria a alienar esses ativos nas mesmas condições dos demais acionistas, para quem fosse o comprador que aparecesse, porque a conclusão a que nós havíamos chegado é de que nós tínhamos um prazo que vinha correndo contra a Previ e que, quanto mais o prazo encurtasse, pior ficaria para vender. Porque o comprador que sabe que você tem uma data para comprar vai querer pagar o que ele quer e não o que vale. E essa foi a decisão. Depois, em algumas reuniões do Conselho, em que a Diretoria prestava esclarecimentos gerais sobre o plano de negócios da Previ, nós fomos informados de que havia várias tratativas de negociações com os mais diversos grupos – isso veio até dezembro, janeiro –, que eles estavam conversando com vários grupos e assim por diante, mas que não tinham chegado a nenhuma conclusão. E aí é que surge o fato – eu acho – a que V. Ex^a se reporta: que, repentinamente, nós ficamos sabendo pela imprensa que a Previ havia assinado um acordo com o Citibank de venda conjunta, que era uma forma de se garantir, e havia então assinado esse acordo, inclusive, com o que tecnicamente se chama de *put* em favor do Citibank, que era uma condição de que, se nesse período a Previ não conseguisse realizar a venda – em conjunto, os dois venderem –, a Previ se obrigava a comprar a parte do Citibank e compraria por um valor fixado que, no nosso entender, na época, era um valor alto, embora não tivesse na alçada do Conselho, fosse um valor abaixo da alçada do Conselho, e embutia risco cambial. Então, foi a partir desse episódio que, quando o Citibank fez o seu fato relevante na imprensa, publicou um fato relevante, eu liguei para o Presidente da Previ e disse: Olha, seria importante que você tivesse conversado com o Conselho sobre isso. Vocês conversaram com o Banco? Ele disse que não, que isso tinha sido feito em caráter sigiloso. E aí eu disse: Por favor, mande urgente uma cópia desse contrato para a gente estudar, para mim

e para o Presidente do Banco, porque nós vamos ser perguntado sobre isso.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – E V. S^a até hoje não recebeu? Até o dia em que se aposentou?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Até hoje eu não recebi cópia do acordo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – E qual o montante aproximado do acordo?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Olha, o acordo, se não me falha.. porque foi feita uma exposição e não foram distribuídos os documentos, nós não tivemos condições de certificar se aqueles documentos eram, na realidade... mas foi feita uma exposição em lâmina para o Conselho. Um acordo era da ordem de R\$1 bilhão e pouco, eu acho que R\$1,023 bilhão corrigidos por um indexador que também não é o indexador da Previ, que é 5% mais IGPD; e o outro, da ordem de pouco mais de duzentos milhões, correspondente a outro ativo do Grupo Telemar.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – E essa submissão a esse tal de *put* permanece ou foi feita uma negociação e se alterou?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Não, eu não tenho essa informação para dar, mas até as últimas informações...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Fica na dependência do Citi.

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Até as últimas informações que eu tinha era... isso era um direito que o Citi...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Direito porque foi feito, consignado um acordo; foi uma renúncia da Previ.

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – É um direito do Citi. Que eu saiba, o Citi não retirou esse direito.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a levantou um pouco de suspeita sobre essa negociação a partir da assessoria prestada pela Angra Partners, porque era, de alguma forma, ligada ao Citi. O que V. S^a diz sobre isso?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – A minha primeira preocupação foi no sentido de que a alegação era de que esse assunto era sigiloso, e eu disse: “olha, se tiver sigilo para o conselho ou se substituir o conselho, porque se o conselho, estatutariamente, é o órgão máximo e o próprio patrocinador não sabia, então não podem imputar-nos responsabilidades sobre isso.

A segunda questão. As pessoas que haviam intermediado, que haviam sido as aconselhadoras, os *advises* sobre esses negócios, elas tinham tido vínculos empregatícios no pretérito com o banco. E isso também não havia sido informado.

Então, o que o conselho cobrava, o que nós cobrávamos era um processo de informação que nos desse conforto para não sermos surpreendidos depois por outras vias externas ao conselho, o que criaria grande transtorno.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a disse, na sua entrevista, que havia ameaça da diretoria se não referendasse, e que V. S^a estaria ali de favor, a diretoria estaria ali de favor. Lembra-se disso?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Não. Desculpe-me, Sr. Relator. O que houve foi que naquele episódio anterior, na segunda reunião – nós tivemos uma primeira reunião, e o presidente não pôde vir –, os técnicos vieram explicar o porquê da opção pela Telemig. E aí os conselheiros fizeram algumas perguntas, dizendo: “Olha, mas há uma contradição...”. Foi aí que houve uma forma de diálogo com alguns técnicos...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Que contradição foi posta, bem abreviadamente, naquela discussão?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Foi basicamente a seguinte: “Olha, se o conselho não referendar e quiser mudar a reunião da diretoria, e não fizer a opção pela Telemig, fizer pela outra, os associados vão dizer que o conselho está a favor do Opportunity, e aí os conselheiros eleitos vão ter dificuldades depois para se reelegerem”. Além de dizer o seguinte: “Bom, o conselho vai desautorizar a diretoria, e isso vai gerar uma situação de constrangimento que a imprensa vai explorar”.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a disse que nas contratações de *marketing* remetia ao Ministro Gushiken, à Secom que ou concordava ou mudava. V. S^a lembra de algum episódio que lhe tivesse chamado a atenção, de mudança realizada em relação ao que tivesse sido proposto?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Sr. Relator, há um decreto que determina que valores acima de R\$50 mil...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Tudo bem, no aspecto formal. No aspecto prático, quero saber sobre a interferência da Secom nas contratações que V. S^a realizava, encaminhava.

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Apenas para citar um exemplo, eu recebia uma notificação dizendo que nós havíamos feito convites para um evento nos Centros Culturais do Banco do Brasil, para eventos culturais, sem a marca do Governo, sem a marca “Brasil, um País de todos”. Tinha inclusive um manual de marcas, como deveria ser colocado e assim por diante. Isso eu lembro porque foi uma notificação para o Pre-

sidente do Banco e o Presidente do Banco repassou para eu responder.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sr. Presidente, estou concluindo. Tenho apenas mais uma pergunta, em relação a referências feitas pelo depoente sobre ajustes de outros episódios.

V. S^a disse o seguinte: “O problema é que a Diretoria Executiva da Previ não gostava muito que o Conselho, do qual eu fazia parte, desempenhasse o seu papel. Um exemplo aconteceu com a Iberdrola na Neoenergia, a antiga Guaraniana. O Conselho ficou sabendo depois e queriam que aprovassemos depois que tudo estava assinado”. Que episódio é esse, senhor depoente?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Foi o novo acordo realizado entre os acionistas, e o assunto veio...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– O novo acordo de quem e com quem?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Dos acionistas do antigo grupo Guaraniana, hoje grupo Neoenergia, que era o grupo Iberdrola, a Previ e o Banco do Brasil através do...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Envolvia qual volume de recursos?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Isso... Eu não sei lhe dar esse valor porque foi um processo acumulativo de aquisições, mas são as empresas de distribuição de algumas empresas de geração de energia elétrica do Nordeste.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Aproximadamente.

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Então, talvez... é muito ruim eu falar um número assim, porque esses valores variam, mas talvez R\$3 bilhões, R\$4 bilhões no todo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– R\$3 bilhões, R\$4 bilhões.

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Estou lhe dando um número completamente sem nenhuma precisão.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Ou seja, o Conselho enquanto Conselho referendou ou não interferiu?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Não. Já existia um acordo e estava sendo feita uma mudança do acordo, mas o assunto veio para o Conselho depois de serem assinados os memorandos de entendimentos. Então, o Conselho não tinha poderes de interferir sobre os demais acionistas. Mesmo que o Conselho não aprovasse, as pessoas competentes já tinham assinado. Então, o Conselho decidiu que tomar qualquer decisão sobre aquele assunto era inócuo; que o Conselho não iria tomar decisão; que ele iria apenas

tomar conhecimento de que o novo acordo já havia sido assinado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– V. S^a tem conhecimento de algum investimento da Previ no Banco Rural?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Que eu saiba não. Essa questão de aplicações e investimentos não eram da alçada do Conselho. O Conselho estabelecia apenas – nem estabelecia –, o conselho solicitava à Diretoria de Planejamento que fizesse uma análise de risco e liquidez das instituições financeiras.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Para concluir. V. S^a era presidente do Conselho Deliberativo da Previ e não passavam por sua mão investimentos que fossem feitos no Banco Rural?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Não. O Conselho, pelo art. 19, só pode interferir em investimentos acima de 5% do patrimônio da Previ.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Que atualmente é de quanto?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Da ordem de R\$70 bilhões. Então, nós estaríamos falando de R\$3,5 bilhões.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– R\$3,5 bilhões. Menos do que R\$3,5 bilhões, V. S^a não interferia, não participava dos...

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Não. Nós poderíamos requisitar informações. O que eu posso lhe informar é que, a partir da situação do Banco Santos, o Conselho solicitou à Diretoria da Previ que fizesse uma reanálise da liquidez e dos riscos dos Bancos e..

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– V. S^a não soube se nessa reanálise apareceu investimento no Banco Rural?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Não. Porque o Conselho...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– V. S^a não soube ou realmente não existe? E no BMG?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Eu não soube. O Conselho... valores da ordem de R\$10 milhões, R\$15 milhões, acredito que, pelas alçadas, era do Diretor de Investimentos junto com o gerente, tendo em vista essas movimentações. O Conselho definia um limite de aplicações; ele analisava. E nós havíamos adotado, inclusive, o seguinte patamar: 20% a menos que o limite estipulado pelo Banco do Brasil. Vamos supor: se o limite de aplicações no Bank Boston fosse de 500 milhões, a Previ, no Banco do Brasil, só aplicaria até 400. Mas isso não quer dizer que a Previ era obrigada a aplicar ou que ela iria aplicar os 400; ela não poderia extrapolar 80% do risco. Era uma atitude mais conservadora.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Muito obrigado, Sr. Relator, Deputado Osmar Serraglio.

Com a palavra a Senadora Heloísa Helena por dez minutos.

Antes, porém, eu gostaria de pedir a V. Ex^{as} que façamos uma reunião bastante objetiva. Este apelo se justifica pelo adiantado da hora. Nós começamos agora...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL– BA) – Sr. Presidente, pela ordem. V. Ex^a sabe...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– A palavra está com a Senadora Heloísa Helena.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL– BA) – Sr. Presidente, perdão... A Senadora pode até concordar, mas, na minha argüição, eu vou querer os meus quinze minutos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Todos concordaram com os dez minutos.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AC) – Não;

eu só concordo se houver isonomia.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL– BA) – Não, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Então, V. Ex^a se reinscreva, porque tenho certeza de que V. Ex^a não vai à Bahia hoje; vai deixar para ir a Salvador amanhã...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL– BA) – Não, não, Sr. Presidente.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AC) – Pela

ordem, Sr. Presidente. Esta reunião está esvaziada...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senadora Heloísa Helena, por favor.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AC) – ...de

forma que apelo a V. Ex^a pelos quinze minutos, que eu talvez nem use. Como a Comissão está esvaziada, a Mídia está cobrindo Delúbio Soares, então, para que nós possamos fazer um procedimento investigatório, apelo a V. Ex^a para manter os quinze minutos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL– BA) – Exatamente. Endosso o apelo e não posso...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Eu peço a V. Ex^{as}...

O SR. (Orador não identificado) – São quan-

tos?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– São 42 inscritos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL– BA) – Sr. Presidente, muitos já se “desinscre-

veram”, já foram embora. Em respeito aos que estão aqui, apelo pelos quinze minutos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Com a palavra a Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AC) – Sr.

Presidente...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL– BA) – Sr. Presidente....

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AC) – Não

tem problema...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL– BA) – Senadora, perdoo, mas acho que temos de insistir, porque, senão, será pior.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Deputado ACM Neto, vamos acelerar.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Nós administraremos o tempo. Vamos em frente.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AC) – Va-

mos.

Eu não vou entrar na questão dos fundos de pensão até porque daqui há pouco o divã Sérgio Rosa, Daniel Dantas (PT/PSDB) se instalará aqui também. E nós estamos realmente esperando que sejam disponibilizados à CPMI os dados que foram solicitados sobre as aplicações financeiras dos fundos de pensão.

O que estou tentando, Sr. Pizzolato, é que V. S^a me convença. E digo isso porque estou aqui do jeito que uma doutora da Universidade Federal de Alagoas sempre diz ser um exercício muito interessante: colocar-se no lugar do outro para ver quais os sentimentos que ele teria diante de situações constrangedoras. Evidentemente, não tenho a riqueza pessoal de V. S^a para me pôr no seu lugar; mas, ainda assim, sempre faço esse exercício.

Quando V. S^a chegou, achei que estava meio abatido, meio constrangido, apavorado, não sei. Agora, já estou vendo diferente. Tudo bem. A gente sempre tenta fazer algo meio parecido a um gesto de misericórdia: ao outro conforme aquilo que queria te fizessem. Algo de sentimento cristão, essas coisas.

Mas fica muito difícil, Sr. Pizzolato, a gente conseguir entender essa Mecânica até em função dos trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Veja: por todas as análises que temos feito até agora, seja com base nos depoimentos, seja com base nos procedimentos investigatórios em que analisamos documentos, nós verificamos que existem fraudes desde o processo de instrução de um edital de licitação, há fraudes à licitação, à execução contratual. São verdadeiras gangues partidárias instaladas no aparelho de Estado, articulando, em conluio com empresários e agentes públicos apaniguados pela estrutura de poder.

Depois, nós fomos ver como é que estavam operacionalizando o dinheiro que, de alguma forma, era saqueado dos cofres públicos, bem como a forma como ele era distribuído pelo mensalão. Pense V. S^a em uma podridão, uma sujeira, tudo aquilo que está no Código Penal apresentado de forma interessante: crimes contra a Administração Pública, tráfico de influência, intermediação de interesse privado, exploração de prestígio, advocacia administrativa, corrupção ativa e passiva, tudo eles fizeram pior, fizeram de forma mais sórdida, de forma “vigaristazinha”, uma coisa muito feia que estamos vendo agora e que estamos tendo oportunidade de detectar.

Não consigo acreditar Dr. Pizzolato, o senhor precisa me dar uma oportunidade nesse sentido, pois não consigo acreditar que o senhor que era Diretor de Marketing do Banco do Brasil, um cargo muito importante; era Presidente do Conselho Deliberativo da Previ, coisa importantíssima; e de repente o senhor recebe uma ligação de um desconhecido que pede para que o senhor pegue documentos em um determinado endereço para passar a algum desconhecido do PT. Veja como fica difícil que a gente acredite e o senhor precisa nos dar subsídios para tentarmos acreditar.

Veja, o senhor, como bem disse aqui, trabalhava no comitê financeiro do PT, era o responsável, conforme depoimento de V. S^a, pela exposição dos planos setoriais e organização de reuniões e eventos com empresários. O senhor disse, em seu depoimento, que nunca tratou de nenhum assunto com Marcelo Sereno, José Dirceu, José Genoíno, Delúbio Soares e Sílvio Pereira. Veja, são todas as pessoas muito importantes do PT e o senhor também era uma pessoa muito importante e podemos dizer que o senhor disse aqui que não arrecadava, mas tratava dos planos setoriais e organizacionais de reuniões e eventos com empresários, o que não é uma coisa simplória. De repente, veja como fica difícil de acreditar: tem os outros envolvimento do Banco do Brasil e surpreendentemente todos os vice-presidentes que aprovaram aquele contrato, que ficou absolutamente sob suspeita, do tal do Porcão para arranjar dinheiro para a sede do PT, todos os vice-presidentes permaneceram. Aliás, o atual presidente do Banco do Brasil parece que era vice-presidente de uma área responsável pelos empréstimos de pessoas jurídicas; o vice-presidente de crédito, controladoria e risco global, todos ficaram dentro da estrutura do Banco do Brasil. Todos os que operaram aquilo que supostamente tinha sido o que motivou inclusive a saída e toda essa confusão nacional sobre os tais empréstimos, os contratos de publicidade e os empréstimos que gerou aquele *show* para a sede do PT. Então, me diga como conseguiremos acreditar?

Tem que explicar como um desconhecido liga e o senhor chama e vai o *office-boy*, um coitado de *office-boy* que até disse no depoimento que inclusive pagava para o senhor todos os meses R\$250,00 do salário mingua dele para pagar um empréstimo que tinha tido com V. S^a de R\$18mil para comprar a casinha dele. Veja a irresponsabilidade! De repente, esse rapaz, *office-boy* é surpreendido com o nome no Coaf e para estar com o nome lá só se tiver movimentado mais de R\$100mil. Imagina como o senhor pode nos explicar, Diretor de Marketing do Banco do Brasil, o que não é coisa qualquer, Presidente do Conselho Deliberativo da Previ, coisa de bilhões, coisa que o povo brasileiro nem sabe o que é.

Um desconhecido liga para o senhor, como se o senhor fosse o *office-boy* e diz: Olha, pega lá uma encomenda para o PT. O senhor não sabe quem está ligando, não sabe para quem entregar a encomenda. Era preciso que o senhor fosse absolutamente próximo, dentro da cúpula partidária, para fazer um negócio desse ou então é um tipo de inocência que quero que o senhor explique como aconteceu.

Depois a pessoa chega lá de qualquer jeito, é um banco, é um documento! Como é que ninguém sabe nada e ninguém pergunta nada? Sabe por que fica mais difícil para eu acreditar, Dr. Pizzolato, sinceramente é porque essa senha dos desconhecidos era a lógica dos saques lá dos bancos. A senha para o “Ali Babá”, as pessoas quando lá chegavam, “o abre-te, sésamo” era dizer só isto: a encomenda. Não apresentavam documento, não apresentavam absolutamente nada e saíam com os envelopes de R\$100 mil, R\$200 mil, R\$300 mil. Só realmente sendo dinheiro público para se patrocinar uma trambicagem tão grande!

Então, o senhor tem que nos auxiliar. Ponha-se no nosso lugar. Se aí estivesse uma outra pessoa, e o senhor estivesse aqui participando de um procedimento investigatório que significam bilhões dos cofres públicos que foram roubados, saqueados, por Excelências, delinqüentes de luxo, representantes de gangues partidárias, inclusive, empresários poderosos e que essas pessoas saíram por aí distribuindo dinheiro... Dizem que as aplicações financeiras dos Fundos de Pensão eram o que possibilitavam a compensação de supostos empréstimos que, de fato, nunca existiram. Como podemos acreditar em V. S^a? Se o senhor estivesse em nosso lugar o que iria exigir do depoente para que pudéssemos acreditar nessa versão? Nem vou falar na história do apartamento que o Relator falou. Vamos supor que o senhor ganha 40 mil por mês e que pudesse até comprar. Vamos supor. É muita coincidência estranha, realmente é, mas o senhor tem que nos auxiliar. Ponha-se em nosso lugar e diga o que o

senhor perguntaria à pessoa, como o senhor queria que o depoente envolvido numa confusão tão grande como essa, quais as explicações a serem dadas para que possamos acreditar?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Senadora, primeiro, a pessoa que me ligou não era desconhecida. Era uma empresa que há onze anos prestava serviços para o Banco e que, quando cheguei no Banco, era a empresa mais recomendada lá dentro...

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Mas o senhor não sabia nem o nome da pessoa?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Não, a pessoa falou em nome do dirigente da empresa.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Falou em nome do Sr. Marcos Valério? Falou em nome de quem?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Falou em nome do...

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Só diga, só fale, se o senhor lembra que foi uma pessoa que ligou, como foi que ela disse? “Oi, Dr. Pizzolato...”

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Não tenho, como havia lhe explicado no início, eu não tenho memória porque eu recebia muitos telefonemas por dia...

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Mas o senhor tinha memória para identificar e escolher o *office boy* e tudo. Nos ajude, Dr. Pizzolato.

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Vou tentar, estou forçando o máximo possível da minha inteligência e memória. Eu estava inclusive atento ao meu estudo de pauta; a pessoa disse: “Olha, estou ligando em nome da direção aqui da DNA, do Dr. Marcos Valério, ele precisaria de um favor seu para apanhar os documentos”. E me deu o endereço. Não é uma coisa corriqueira isso, Senadora, mas também não é uma coisa que nunca tenha acontecido. Quando começamos, no ano passado, uma série de comerciais chamados de Valores do Brasil, todo o final de semana nós tínhamos um filme novo na televisão, tratando sobre os mais diferentes assuntos. Todo final de semana, eu recebia, alguém vinha, me entregava e, muitas vezes, fazia questão de mandar para o diretor da área, para o vice-presidente da área, para o Presidente do Banco...

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sim, mas estou falando de uma outra coisa. Até aí está tudo certo. Estou dizendo o seguinte: era uma agência de publicidade que verdadeiramente prestava serviço, mas ela não estava mandando um documento para ser analisado pelo Banco do Brasil, ela estava encaminhando documento, era como se o senhor fosse de tanta confiança que ela estava quase que usando o senhor para encaminhar um documento. Então, voltando para o ponto dessa relação...

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Pelas informações que tenho, a DNA não tem escritório no Rio. Como eu era uma pessoa conhecida porque eles prestavam serviço no Banco, eles me pediram favor, e eu inclusive disse: “Olha, estou ocupado agora. Pode ser uma outra pessoa?” E eles disseram que sim. Hoje eu não faria isso... talvez nem mais para um parente muito próximo, mas eu fui... eu fui usado, eu fui completamente prevenido nisso, porque esse tipo de procedimento não era... Talvez, tente lhe dar um outro relato. Por exemplo, no início deste ano, eu fui a Fortaleza para lançar o circuito cultural Banco do Brasil. E aí uma pessoa, quando soube que eu voltaria a Brasília, pediu-me se eu podia trazer de lá uma cesta dessas cestas que no Ceará fazem, se eu poderia trazer para um conhecido dele que viria buscar. Eu trouxe...

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Mas é diferente. O senhor, quando chegou lá, encontrou uma pessoa e deu...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senadora Heloísa Helena, concluindo, por favor. Nós já passamos muito do tempo.

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – A pessoa veio buscar. Eu deixei com a minha secretária, e a pessoa veio buscar lá na Diretoria de Marketing. Eu não tinha essa paranóia. Eu não sei... Eu fui formado, meu estudo, essas coisas, eu parto do pressuposto... Eu jamais faria uma maldade dessa com uma pessoa. Então, eu...

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – É porque é impressionante, Dr. Pizzolato, imagina 360 mil. Então, se busca uma pessoa... porque tem tanto dirigente do PT no Rio de Janeiro, tantas pessoas que eu estou impressionada como é que escolheram V. S^a, que era um homem muito ocupado, suponho, Diretor de Marketing do Banco do Brasil, Presidente do Conselho Deliberativo da Previ, e com tantas pessoas no Rio de Janeiro do PT que pudessem levar essa encomenda e esses documentos...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Concluindo, Senadora Heloísa Helena. Já passamos de quinze minutos.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Tudo bem. É o senhor que tem que... funciona para buscar 360 mil ou um documento ou qualquer uma coisa. Realmente, desculpe-me, Dr. Pizzolato, eu não consigo assim detectar a lógica formal para explicar uma coisa como essa. Eu tenho que me reinscrever porque acabou o tempo, mas eu não consigo ficar convencida. Infelizmente, não tem como me convencer.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – V. Ex^a será reinscrita, Senadora Heloísa Helena. Com a palavra o Deputado Arnaldo Faria de Sá, dez minutos.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Pizzolato, quem é o seu advogado?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Dr. Mário.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Mário de quê?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Mário de Oliveira Filho.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Só ele?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – E o Dr. Roberto Amaral.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Quem contratou os advogados para o senhor?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Eu contratei.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Por que o senhor entrou com aposentadoria no olho do furacão?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Eu fiz uma carta ao Presidente, Sr. Deputado, acredito que até tenho uma cópia aqui...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O senhor pode dar essa cópia? Pode disponibilizar essa cópia para a gente?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Posso.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Faça o favor.

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – A cópia da carta. Quer agora ou posso...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Pode ser em seguida.

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Tá. Eu fiz uma carta ao Presidente do Banco e, inclusive, ele me acompanhou até o aeroporto, aonde eu relatei a ele de que a minha situação no banco estava ficando...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Isso está na carta?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Está não totalmente...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Mas está na carta? Depois o senhor deixa a carta. Por que o senhor está sem gravata hoje?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Porque eu me aposentei...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Aposentou a gravata também?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Aposentei. A gravata era uma formalidade e eu não...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – É que, Bittar, V. Ex^a não me entendeu, mas ele é conhecido como Gravatinha no Banco do Brasil. V. Ex^a não sabia disso, não é? Por causa da borboleta. V. Ex^a não usa. Mas o senhor, no Banco do Brasil, era considerado uma pessoa de trânsito entre a direção do PT e

o Banco do Brasil. Por que tinha essa avaliação dos demais diretores?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Não, senhor. Desculpa, Deputado. No período em que eu estive no Banco do Brasil, eu nunca tive nenhuma reunião do PT. Nunca conversei com dirigente do PT.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – E por que o senhor foi buscar dinheiro para o PT?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Eu não fui buscar dinheiro, Deputado. Eu fiz um favor para uma agência que me pediu para ir buscar documentos. Se tivesse me dito que era dinheiro, eu jamais...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Ah, você não gosta de dinheiro...

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Não, não dessa forma, Deputado. O meu dinheiro, eu trabalho desde os 13 anos de idade.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Mesmo o senhor tendo se aposentado, o senhor acha que vai estar livre de todos os problemas?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Não. Eu, para lhe dizer...acho que a situação que se criou, estou tentando encontrar um norte, porque...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O senhor está sem norte?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Se eu estou sem?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Norte.

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Não, estou tentando entender por que fizeram isso comigo, Deputado.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Quem fez isso com o senhor?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Porque eu tenho uma trajetória no Banco, o meu maior patrimônio no Banco, eu sempre ocupei cargos, eu fui durante várias eleições diretas no Banco, eu fui sempre o funcionário mais votado. Sempre primei pela lisura. O senhor pode olhar. E aí, eu fui usado.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O senhor é funcionário de carreira, bem sucedido, bem graduado, bem posicionado. Politicamente, qual era a sua ligação com o PT?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Não, eu fui filiado ao PT.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – De onde?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Fui filiado no Rio Grande do Sul, no Paraná. Concorri a cargo no PT, no Paraná. Depois, ...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Concorreu a que no Paraná?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Eu concorri a Prefeito, vice-Prefeito, e a Governador.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Prefeito de onde?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – De Toledo.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – E a vice-Prefeito de onde?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Também.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – E a Governador?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Do Paraná. Aí, a partir do final da década de...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Qual foi o seu desempenho nas eleições?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Ah, eu entrava para...eu fazia campanha de ônibus, Deputado.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Mas que mudança, hein?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O senhor ganha quarenta mil por mês e faz campanha de ônibus?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Àquela época, Deputado. Depois, então concorri para Conselheiro do Banco. Fui eleito por voto direto, como expliquei no início da minha explanação; recebi mais de 56 mil votos dos funcionários do Banco; e aí eu não ocupei mais nenhum cargo, não concorri a mais nenhuma eleição.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – De todos os companheiros do PT que o senhor está vendo metido nesse rolo, qual o incomoda mais?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Não, não...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – De todos os companheiros do PT que estão metidos nessa confusão, qual o incomoda mais?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Qual dos companheiros me incomoda mais?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – É, qual que o senhor fica mais incomodado em saber que está em uma situação complicada.

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Olha, eu estou incomodado com o Partido como um todo, Deputado.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O senhor viu o que aconteceu com o Buratti ontem?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Não conheço.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Rogério Buratti, o assessor do Palocci, que foi preso em Ribeirão Preto.

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Não, não, nunca...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O senhor não viu os jornais nem ontem nem hoje?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Não.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Não? Ele foi preso. Entrou no camburão.

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Não, não o conheço. Nunca tive com ele.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Rogério Buratti, que foi assessor do Palocci na Prefeitura de Ribeirão Preto. Ele esteve aqui em Brasília como assessor informal do Palocci e entrou em cana ontem.

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Eu nunca, nesses quase três que fui Diretor de *marketing*, Deputado, nunca fui até o Ministério da Fazenda. Não fiz nenhuma visita ao Ministério da Fazenda.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O senhor sabe quem é o Ministro da Fazenda?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Sei.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Quem é?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Antonio Palocci.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Quem é o Presidente do Banco Central?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – O Dr. Meirelles. Isso eu sei pela imprensa, é óbvio.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Quem é o Presidente do Banco do Brasil?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Agora, é o Dr. Rossano Maranhão.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – E antes, quem era?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Antes era o Dr. Cássio Casseb.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – E quando o senhor fez aquele evento no Porcão, o senhor foi advertido com a confusão que arrumou?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Não, eu pedi uma auditoria, na sequência, para verificar se havia alguma irregularidade. À medida que a auditoria interna do Banco deu conformidade, eu preparei toda a documentação para mandar depois para o TCU, para a Comissão de Ética, para a Ouvidoria, e todos deram conformidade, a Procuradoria.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – A Previ perdeu dinheiro no Banco Santos?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Olha, nós não acompanhávamos essas aplicações, Sr. Deputado. Mas logo depois que houve o problema com o Banco Santos, o Conselho perguntou isso em uma reunião ao Diretor de Investimento. E ele informou que a Previ não tinha nenhuma aplicação no Banco Santos.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O senhor já respondeu ao Relator sobre a Angra Partners. O senhor conhece a Dr. Mônica Góes?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Mônica Góes, não. Eu ouvi falar dela aqui, por Brasília.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Ela quem?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – A Dr^a Mônica.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O que ela é, a Dr^a Mônica?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Não, ouvi falar que era uma advogada; ouvi falar duas ou três vezes.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O senhor ouviu uma história que ela teria recebido dois milhões e meio de honorários para poder fazer esse trânsito que ela fazia com a Angra Partners?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Não, senhor.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Tinha alguma relação entre a Previ e a Angra?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – A Angra era prestadora de serviço de assessoria para a Previ, na reformatação de vários ativos, em ferrovias, e nessa área de telecomunicação, que eu saiba. Eram os principais serviços que ela prestava. E ela é gestora do Fundo que era o antigo CVC Opportunity, que agora é – ah, a minha memória... acordei cedo hoje –, acho que é CVC...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O senhor está com a memória ruim por que acordou cedo?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Não, é que hoje tive que acordar bastante cedo e, com o passar do tempo e a idade, a gente vai cansando, além de muito trabalho.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Mas se não tivesse tido essa confusão, o senhor não estaria aposentado, não é?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Olha, eu planejava... Na realidade, a confusão a que o senhor se refere, não sei se é a mesma que eu estava lhe explicando.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – É a que o senhor está vivendo.

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – O que me levou a aposentadoria foi a segurança dos meus familiares. Quando fui procurado por jornalistas, que detinham os números precisos da minha declaração do Imposto de Renda, inclusive com centavos, que sabiam quanto eu tinha na aplicação – eu só entregava a minha declaração do Imposto de Renda anualmente, nos últimos 15 anos, ao Banco do Brasil e à Previ sob sigilo –, todos esses dados, inclusive o meu endereço residencial, começaram a ser noticiados, eu não tinha mais con-

dições de expor a minha família, não tinha mais condições de me expor...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Quem quebrou o sigilo, na sua opinião?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Olha, o sigilo do meu cartão de crédito foi alguém, Deputado, que tinha a senha. Agora, pedi ao Banco para verificar, porque eu não tinha a senha do meu cartão de crédito para tirar um extrato. E acordei, num domingo de manhã, e tinha um extrato do meu cartão de crédito no jornal.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, agradeço o tempo, agradeço ao Deputado Eduardo Paes, ao Deputado ACM Neto, ao Deputado Onyx Lorenzoni, pela compreensão de ter cedido a sua vez. E agradeço a V. Ex^a pelo empenho na condução dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Muito obrigado, Deputado Arnaldo Faria de Sá.

Concedo a palavra ao Deputado ACM Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Henrique Pizzolato, de fato me envergonha que esta CPML fique indignada com possíveis aleivosias apresentadas pelo Sr. Toninho da Barcelona. E, no entanto, não apresente a mesma indignação com relação ao desrespeito e às mentiras aqui promovidas pelo Sr. Henrique Pizzolato.

Mas, muito bem. Eu gostaria de respostas muito objetivas, Sr. Pizzolato.

Com relação ao episódio que envolve o senhor a saques feitos nas contas do empresário Marcos Valério no Banco Rural, V. S^a já apresentou alguns esclarecimentos, mas gostaria de lhe perguntar se V. S^a costumava ser tão prestativo com pessoas que pouco conhecia, com pessoas que não eram de sua relação tão íntima, tão próxima, e se V. S^a não se preocupava em averiguar a veracidade das informações que lhe eram passadas por telefone?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Sr. Deputado, quando as pessoas eram presidentes ou dirigentes das empresas que prestavam serviços para o Banco, eu, se me pedissem um favor e estivesse ao meu alcance, procurava ...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Então, o senhor como diretor de um dos Bancos mais importantes do País, de uma das instituições públicas mais respeitadas do País, costumava fazer favor para empresários que mantinham relações comerciais com esse mesmo Banco que o senhor dirigia?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Não. Quando me refiro a questão de favor, era uma gentileza de apanhar um documento...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – E não se preocupava em verificar o que tinha dentro desse documento?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Mas era, Sr. Deputado, um envelope fechado. Eu não iria deslascar o envelope. Como eu relatei no início, quando eu recebi os convites para o desfile de carnaval, esses convites vinham...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – V. S^a sabe que pacotes que transportam convites jamais podem ser comparados, no tamanho e densidade, com pacotes que transportam centenas de milhares de reais.

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Olha, Sr. Deputado, quando nós realizávamos eventos esportivos para a área VIP, nós distribuíamos convites que era um crachá e uma camiseta. Eu diria que o volume e a forma não diferenciavam muito.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Tá bom, Sr. Pizzolato. Eu perguntaria o seguinte: o senhor costumava recorrer a serviços de contínuos da Previ para colaborar com empresários que prestavam serviços para o Banco do Brasil? O senhor acha isso normal?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Não.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Foi um contínuo da Previ que desempenhou aquela atividade para o senhor.

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Sim, ele prestou para mim.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Que é um serviço que o senhor prestou para o Sr. Marcos Valério.

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Sim, ele prestou um serviço para mim, o contínuo da Previ. Eu pedi um favor a ele e ele atendeu. Mas ele prestou um serviço para mim. E o contínuo entregava correspondências na minha casa, entregava pautas... Sempre a Previ mandava...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – V. S^a afirmou em seu depoimento na Polícia Federal, que não era sócio da DNA Propaganda. Não era empregado do Sr. Marcos Valério nem nunca teria prestado qualquer tipo de serviço para ele ou para a sua empresa. Por que razão, então, em outro trecho do seu depoimento, V. S^a afirma que “tinha consciência de que esse favor não estava relacionado com suas atividades do Banco do Brasil, mas sim da DNA Propaganda”. Então, eu pergunto à V. S^a: Qual era, de fato, as atividades que V. S^a prestava para a DNA Propaganda? Porque V. S^a não consegue convencer ninguém aqui.

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Deputado...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Eu recorro à frases do depoimento da V. S^a na Polícia Federal.

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Sim. Deputado, eu não... Quem prestava serviço a mim... ao Banco do Brasil, e eu era um dos que fiscalizava e cobrava, era a DNA Propaganda.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Então eu repito a V. S^a: “tinha consciência de que esse favor não estava relacionado com suas atividades do Banco do Brasil, mas sim da DNA Propaganda”. V. S^a disse isso à Polícia Federal. Então, V. S^a mentiu para a Polícia Federal?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Não, senhor. Eu fiz uma gentileza, o que é normal na índole do brasileiro. E para mim isso era apenas um gesto de poder ser cordial com alguém.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Tá bem. Sr. Pizzolato, ainda no depoimento do senhor à Polícia Federal, V. S^a declarou que na campanha do Presidente Lula, em 2002, trabalhou no comitê financeiro e foi o responsável pela organização de reuniões e eventos com empresários. Afirmou ainda que “nunca tratou nenhum assunto com Marcelo Sereno, José Dirceu, José Genoíno, Delúbio Soares e Silvio Pereira”. Eu gostaria de indagar à V. S^a o seguinte: Que reuniões V. S^a organizou durante a campanha? Que eventos?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Eu participei, não organizava isso sozinho, mas posso relatar alguns...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Não, eu só quero um exemplo.

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Um exemplo? Nós organizamos uma reunião em Porto Alegre com o Vice-Presidente José Alencar e os empresários. Uma reunião em Caxias do Sul...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Que empresários?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Empresários que eram convidados por um *call center*...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Quais eram os objetivos tratados nesses encontros com empresários?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – As pessoas iam e faziam uma explanação sobre o plano de governo da coligação e se dispunham, depois, a responder perguntas.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Como é possível V. S^a, trabalhando no comitê financeiro da campanha do Presidente Lula, nunca ter tratado de nenhum assunto com o Sr. José Dirceu, com o Sr. Genoíno, com o Sr. Delúbio, os princi-

pais responsáveis pela campanha do Presidente Lula? Que campanha era essa?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Sr. Deputado, o Dr. José Dirceu era inacessível. A campanha tinha uma hierarquia, ele ficava num outro andar e a gente ficava lá no térreo. O Dr. Genoino era candidato à época, eu não me lembro de ele ter ido lá. Eu viajava, ficava mais em atividades externas, então eu chegava no final do dia.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – De relacionamentos com empresários, onde eram tratados assuntos que o senhor não sabe informar com precisão. Muito bem.

De que forma V. S^a utilizava o cartão de crédito institucional do Banco do Brasil, que era colocado à disposição V. S^a?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – O cartão de crédito eu utilizava muito pouco. E na realidade não era à disposição do diretor, era à disposição da diretoria.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Então, a informação publicada no jornal **O Globo**, que dá conta que o senhor utilizou esse cartão para comprar vinhos e para assinatura de *sites* não muito ortodoxos e nada informativos, ela é mentirosa?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Deputado, ela se refere ao cartão da Previ. Não é o do Banco do Brasil.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Então corrijo. Ao cartão corporativo da Previ.

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Foi isso que relatei há pouco ao Deputado Arnaldo, de que o extrato, alguém acessou, o cartão, alguém com senha acessou, inclusive, para retirar extrato. Vinhos...?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Então é lícito, é moral, é ético V. S^a utilizar um cartão de crédito corporativo, do Conselho de Administração da Previ para comprar vinhos e acessar *sites*, como eu disse aqui, não informativos?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Não usei Deputado, se V. Ex^a me permitir, a Previ cometeu um lapso administrativo, e ela não remetia, pelo fato de eu estar em Brasília, ela não remetia as faturas do cartão, para serem conferidas, que é de praxe, é de norma que todas as faturas, antes de serem pagas, elas sejam vistas pelo responsável. Eu requeri isso da Previ, por escrito, mandei cancelar o cartão, requeri, me considerando responsável. Disse: Para que nada aconteça que maguele o nome da Previ, debite tudo na minha conta.

Pedi auditoria, primeiro, para quem acessou, para quem tinha acesso aquilo; pedi cópia de todos os extratos; estou procedendo conferência; estou olhando o *site*.

O que existe com relação a que V. Ex^a se refere como vinhos, era o seguinte: O cartão tinha uma norma de utilização e a norma permitia que fossem dados presentes corporativos...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Para quem o senhor deu presentes corporativos?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Eu dei presentes corporativos para advogados que prestavam serviços à Previ, que me convidavam para um aniversário, um outro evento; como eu estava em Brasília não podia, então eu mandava entregar o que eu achava ser o mais fácil, o mais comum, e que não fosse nada significativo, que era uma garrafa de vinho ou eventualmente uma garrafa de uísque.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Pizzolato, quem indicou o senhor para Diretor de Marketing do Banco do Brasil foi o Sr. Luiz Gushiken?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Não. Fui convidado pelo Dr. Cássio Casseb, que era Presidente, havia sido nomeado para a presidência do Banco que me conhecia porque havíamos sido colegas no Conselho ...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – V. S^a se considera amigo do Sr. Gushiken?

Que tipo de relação V. S^a mantém, ou manteve com o Sr. Gushiken?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Conheci o Gushiken na época da militância do sindicato dos bancários, éramos juntos, depois eu era basicamente subordinado a ele, mas nos últimos seis meses sequer conversamos, mesmo indo à Secom.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – V. S^a declarou à **Folha de S. Paulo** que o Sr. Gushiken, então Ministro, se reunia freqüentemente com os Presidentes de Fundos de Pensão. Assim indago: V. S^a confirma tal afirmação?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Ele não me chamava, mas no dia em que atrasamos ...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Não perguntei, se ele chamava V. S^a, eu perguntei se V. S^a confirma que ele se reunia freqüentemente com os Presidentes dos Fundos de Pensão?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Confirmo que no dia em estávamos com a reunião no Conselho da Previ, a reunião suspensa, aguardando o Presidente, ele pediu para aguardar porque estava conversando com o Ministro Gushiken.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Essas reuniões então, portanto, tinham um caráter um pouco mais reservado, mais secreto?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Eu nunca participei, não posso avaliar.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – V.S^a não faz nem idéia do que era tratado nessas reuniões entre o Sr. Gushiken e os presidentes dos fundos de pensão?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Eu nunca fui informado e nunca fui convidado para a reunião.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – O nome do Sr. Gushiken constava das atas de possíveis reuniões administrativas e formais dos fundos de pensão? V.S^a poderia afirmar isso?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Nas atas em que eu participava das reuniões, não.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Ninguém questionava a presença de um Ministro cuja Pasta não tem relacionamento direto com os fundos em tais reuniões?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MT) – Conclua, Deputado. Já se passou muito tempo.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, eu ainda tenho tempo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MT) – Já passou muito tempo aí.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Eu queria que o Sr. Pizzolato respondesse.

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Deputado, que eu saiba, não foram reuniões formais. Eu não participei de nenhuma reunião.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Eu pergunto a V.S^a: quatro eventos, segundo informações que me foram trazidas, foram patrocinados pela Diretoria de Marketing do Banco do Brasil, e, naturalmente, V.S^a tem conhecimento. A discussão e negociação desses patrocínios passou por entendimentos partidários, por influência principalmente de membros do Partido dos Trabalhadores. Gostaria que V.S^a confirmasse ou negasse o patrocínio para o Brasília Music Festival Eletronic, acontecido em setembro de 2004.

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Não foi patrocinado pelo Banco do Brasil esse evento.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Foi. V.S^a não tem a informação correta, mas foi patrocinado, inclusive a pedido do Sr. José Dirceu, então Ministro Chefe da Casa Civil.

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Deputado, esse evento foi patrocinado pela Visa e era um evento que já havia sido...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Na cota... patrocinado pela Visa na cota

de publicidade que esse cartão de crédito destina ao Banco do Brasil.

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Exato.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Então, cabia ao Banco do Brasil decidir se patrocinava ou não.

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Sim. Esse evento já havia sido acordado e assinado em 2003.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Em 2003, com um valor. Em 2004, com outro valor muito superior, evento esse que só teve o apoio na véspera. O patrocínio foi fechado na véspera.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MT) – Deputado ACM, conclua.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Vou concluir. Calma, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MT) – Conclua, Deputado ACM.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – A renovação do patrocínio do Ourocard com a casa de shows Tom Brasil. V.Sa participou dessa renovação?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Sim. O assunto foi trazido para mim a pedido da Diretoria de Varejo, da Diretoria Comercial.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Quem recomendou ao senhor esse patrocínio? Não tem nada a ver com o Sr. Ivan Guimarães ou com o Sr. Delúbio Soares? Não tem nada a ver?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Não.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Com certeza? V.S^a não se lembra talvez?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – O Sr. Delúbio nunca esteve no Banco do Brasil conversando comigo, nunca me ligou. Podem quebrar o sigilo telefônico.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – E a Convenção Nacional da CUT, que comemorou os 20 anos da CUT, que teve como um dos patrocinadores o Banco do Brasil?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Nesse, o senhor tem razão. O Banco tinha uma política com relação não à CUT, o Banco tinha com relação às centrais sindicais, em função do crédito consignado. Nós fazíamos patrocínio para a Força Sindical. Acho que chegamos a fazer para as quatro centrais sindicais.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – O patrocínio, no valor total – não foi apenas o Banco do Brasil que patrocinou –, é de R\$3 milhões. Imaginem: uma instituição pública patrocinando uma central sindical num evento de R\$3 milhões!

Concluo, Sr. Presidente. Talvez eu fique aqui, de fato, para aguardar a minha reinscrição, porque quero

dizer a V.Ex^a que existem muitas, inúmeras perguntas que não tive condições de fazer ao Sr. Pizzolato, sobretudo relacionadas a fundo de pensão.

Quero apenas registrar que, quando o Sr. Pizzolato assumiu a Diretoria de Marketing do Banco do Brasil, a DNA Propaganda, empresa do Sr. Marcos Valério, passou a atender a toda a parte de varejo de comunicação do Banco do Brasil. Não era ela até o final de 2002. Passou a atender à verba do Visanet, o cartão de crédito Visa, que cabia ao Banco do Brasil discricionariamente escolher qual era a empresa que iria atender. E foram R\$40 milhões para a DNA.

Quero dizer também que havia, Sr. Presidente, um percentual mínimo e máximo que cada empresa poderia ter. Essa banda variava de 25%, o mínimo, a 40%, o máximo. Em 2003, a DNA extrapolou os 40%. O que fez o Sr. Pizzolato? Em 2004, mudou a banda: desceu de 25% para 20% e aumentou de 40% para 45%. Mais uma vez, para convalidar atos ilícitos praticados pelo Sr. Marcos Valério, fora o que fizeram com o Banco Popular, fora o que fizeram com o aditivo contratual...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MT) – Conclua, Deputado ACM.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Ainda tenho outras informações que encaminharei à Mesa. Só quero dizer que o Sr. Pizzolato é hoje aqui uma das provas vivas de onde surgiu todo esse dinheiro movimentado pelo Sr. Marcos Valério, pelo esquema do PT. É dinheiro público, é dinheiro que saiu do Banco do Brasil dos contratos de publicidade.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Terminando, Deputado ACM Neto? Se V. Ex^a assim o permitir, irei reinscrevê-lo.

Concedo a palavra ao Deputado Onyx Lorenzoni por 10 minutos.

O Deputado ACM Neto já está reinscrito para falar por volta de umas 9, 10 horas da noite.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Henrique Pizzolato, o senhor deu a seguinte declaração – vou ler o texto, **Folha de S.Paulo**:

“Abatido, sem a tradicional gravata borboleta [que o senhor não usa hoje], o ex-Diretor do Banco do Brasil recebeu a Folha no escritório do seu advogado de São Paulo. Na entrevista, Pizzolato sustentou que o ex-Ministro Luiz Gushiken influenciava diretamente os fundos de pensão, era informado e dava opinião nos acordos da Previ, antes deles serem conhecidos pelo Conselho do Fundo de Pensão do Banco do Brasil. Ele confirmou que nenhum contrato de publicidade acima de 50 mil reais era fechado na área de publicidade sem obter sinal verde da Secretaria de Comunicação do Planalto, a Secom.”

O senhor confirma o que disse à Folha?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Disse. (Pausa.)

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor pode me responder, por favor? O senhor pode falar alto.

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Desculpe, Deputado.

Há uma norma – vou começar por sua última pergunta – que todos os patrocínios superiores a 50 mil reais devem ser submetidos à Secretaria de Comunicação para aprovação. Então, nós tínhamos que fazer toda análise do comitê, no Bancos não há nenhuma decisão individual, sempre é para os comitês; depois levar à Secretaria de Comunicação e ela analisava dentro das macrodiretrizes da Secretaria.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Essa é uma norma que surge naquele Decreto Presidencial de 2003. Correto? Que estabelece os poderes para a Secom atuar diante de todos os órgãos da administração direta, indireta e nas estatais. Eu conheço, nós já lemos aqui.

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Não sei lhe precisar essa informação, mas a partir do momento em que fui para a diretoria de *marketing* nós tomávamos esse procedimento. Se não o fizessemos, incorríamos sempre em notificações.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Exatamente isso. Então, acima de 50 mil, sem o “amém” não podia fazer.

A outra pergunta: Ele influenciava diretamente os fundos de pensão?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – As pessoas nomeadas pelos Fundos de Pensão, e eu relatei há pouco em outras perguntas que os Srs. Deputados já me fizeram de que o Presidente da Previ, em uma reunião do Conselho, pediu para nós aguardarmos, porque ele estava conversando com o Ministro Gushiken e iriam até o Ministro Palocci.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Por que o contrato do Banco do Brasil foi aditivado no dia 22 de setembro de 2004? Primeiro, por quê? Segundo, de quanto foi o aditamento? Terceiro, se esse aditamento, na sua opinião, foi regular ou irregular?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Deputado, o Banco não aditivou nenhum contrato. O Banco, ao fazer a licitação, a licitação é feita permitindo-se a renovação por mais 3 anos. Então, o Banco renovava porque é um mecanismo de proteção...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Eu tenho pouco tempo e preciso ser preciso. Então, vamos lá. O senhor está dizendo que não era aditivo, então,

por que o senhor assinou um termo que diz que é um aditivo?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Não. É um aditivo de renovação de contrato. A licitação não era ano a ano.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Vamos deixar claro o seguinte: todos aqui sabem do que está falando, o senhor não vai me enrolar e sei muito bem do que estou dizendo. Então, quero saber de quanto era o valor do aditivo. Vamos começar bem objetivo: de quanto era o contrato de 23 de setembro de 2003? De quanto é o aditivo? E se o senhor achou que ele era regular ou irregular. Objetivamente.

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Bom, ele... Todos os documentos que nós assinávamos passavam pela área jurídica do Banco. Então, eram...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Não, não estou perguntando isso. Estou perguntando para o senhor... O senhor aqui não vai me enrolar...

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Sim.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Estou perguntando para o senhor de quanto era o contrato original. Cento e...

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – O contrato era o valor estimado do orçamento do Banco.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Quanto era? Cento e...

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Eu não sei o número preciso.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Eram R\$142 milhões?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Acredito que era isso.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Que foi o original?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – É.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Tá. De quanto o senhor aditivou?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – O contrato?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – É, esse que o senhor assinou, que tem a sua assinatura aqui. O senhor reconhece a sua assinatura?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Com o orçamento que o Banco...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – De quanto o senhor aditivou?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Deputado, eu não guardava esses números, porque o orçamento era uma estimativa.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Quanto a lei autoriza que se aditive?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Não, a qualquer... Nesse caso, como renovação, a lei autoriza que seja aditivado dentro dos gastos que o banco fizer.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor não pode desconhecer a lei. O que a Lei nº 8666 diz em termos de aditivação de contratos para os entes públicos? Quanto por cento o senhor pode aditivar, Sr. Henrique Pizzolato?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Eu submeti, Deputado, à minha área...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Não, quanto é?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Eu não sou especialista em lei, eu submeti à área jurídica do Banco. Quem dava conformidade era a Diretoria Jurídica.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Quer dizer, o senhor era o gerente de *marketing* que aditivou o contrato, mas não sabe o valor do contrato que o senhor aditivou e por que foi aditivado. Porque, para que haja um termo aditivo, o senhor teria que ter justificado. Não é o setor jurídico que justifica, o setor jurídico aprova ou não, sugere ou não, quem tem que justificar é o seu setor. Que justificativa o senhor usou para aditivar?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Deputado, quem aprovava o orçamento era o Conselho Diretor do Banco, junto com o Conselho de Administração. Eram sete vice-presidentes e mais o presidente. Eles que estipulavam o orçamento. Então, os contratos versavam...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – A Secom opinou nesse termo aditivo? A Secom lhe deu sinal verde para fazer?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Não, nós fazíamos uma avaliação...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Como? Para R\$50 mil, ela tem que ser ouvida, e, para R\$58 milhões, ela não precisa ser ouvida?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Deputado, porque essa era uma estimativa de gasto, não significava que o Banco era obrigado a gastar esse recurso.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim, mas espera aí!

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – O Banco tinha uma projeção...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Então, vamos parar nisso.

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – ...de gasto que a Diretoria aprovava.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Quanto é que ele gastou em 2004? Quanto foi que o seu setor executou em 2004?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Eu acredito que da ordem de R\$240 milhões.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – É? Quanto executou em 2003?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Em 2003? Na ordem de R\$160 milhões. Em 2004, se o senhor me permitir, o Banco lançou...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – E quanto está orçado para este ano?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Este ano, o orçamento inicial era R\$140, depois teve mais uma suplementação de aproximadamente R\$20 milhões.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Bom, então, só para eu entender, e as pessoas também. O Banco do Brasil executou em 2003, sou preciso, R\$153 milhões, porque estudei a matéria. Para este ano estavam previstos R\$140 milhões, certo? Quero que o senhor me diga por que o Banco do Brasil executou R\$262 milhões no ano de 2004. O senhor não acha que há uma discrepância...

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Eu posso lhe responder.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor me responda, então.

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Porque o Banco, de 2003 para 2004, o Banco cresceu aproximadamente 7 milhões de clientes. Se o senhor utilizar um parâmetro do gasto cliente...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Quanto por cento é sobre o faturamento do Banco isso?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Quanto por cento?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Por cento sobre o faturamento do Banco?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – O gasto é...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Quanto o Banco cresceu faturando de um ano para outro?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – De 2003...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Para 2004. O senhor é o homem do *marketing*, tem que saber esse número. Quanto? Quanto cresceu o Banco do Brasil?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Para 2004? Uns 35, 40%.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – É?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Quarenta por cento. O Banco lançou novos produtos, lançou...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – E o senhor cresceu 170% na publicidade?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Não, senhor; não, senhor.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Quanto o senhor cresceu?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Eu não sou uma pessoa de números, né? Mas essa diferença...

Se o senhor for analisar que o Banco lançou o BB Private, o Banco lançou consórcio, o Banco lançou uma série de novos produtos e que nem todos o retorno é medido naquele período. Eles começam, eles são lançados, têm um investimento inicial em *marketing*, e, depois, eles vão rendendo. Então, cada Diretoria... O que eu queria lhe explicar, Deputado, é que a área de *marketing*, ela é uma prestadora de serviços. Quem aloca recurso... A Diretoria de Agronegócios, ela, em novembro...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Diretoria de quê?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – De Agronegócios.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Agro ou Área.

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Agronegócios.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O Agronegócio cuida do *marketing*?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – A Diretoria de Agronegócio tem uma alocação de verba para a utilização das competências dela. A Diretoria de Varejo tem uma alocação de verba. A Diretoria de **(Inaudível)** tem uma alocação. E isso faz parte do orçamento do Banco. Quem demanda... Se eu puder lhe explicar, eu acho que isso é importante.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O importante é o senhor esclarecer por que, num ano eleitoral, o senhor executou 70% desse contrato no segundo semestre. Isso é que o senhor tem que explicar. Por que, no ano eleitoral, gastaram essa fábula de dinheiro se o Banco do Brasil antes nunca gastou esse dinheiro? E, depois, não está previsto gastar. O senhor só gasta no ano eleitoral. Uma coincidência muito sutil. Em 2004, resolveram expandir fantasticamente.

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Deputado, aí...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – E o senhor botou a sua assinatura num documento que é absolutamente irregular. O senhor só podia aditar 25% do contrato. Quando passa de R\$150 milhões, o Banco teria... E o senhor vai ser responsável, o senhor vai ser processado por crime, por má gestão e por gestão fraudulenta, isso não há dúvida. Talvez o senhor também seja processado por formação de quadrilha. Eu tenho quase certeza que vai ser esse o enquadramento do senhor. Seus advogados sabem disso. O senhor assinou um documento, quando a lei exige que, quinze dias antes dessa data aqui...

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Concluindo, Deputado Onyx.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Eu tenho, pelo menos, mais um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Já avançamos muito tempo.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Mais quinze minutos, Presidente.

A lei exige que, quando o contrato supera a marca de R\$150 milhões, haja uma audiência pública, coordenada pelo Ministério Público Federal. O senhor não pode desconhecer a lei. O senhor pode alegar qualquer coisa, menos o desconhecimento da lei. O senhor colocou – está aqui a sua assinatura, o senhor está qualificado, no termo do aditivo, onde...

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Tenho que apresentar o parecer jurídico...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – ...o senhor... Mas o responsável é o senhor. É o senhor que assinou. O senhor simbolizava o Banco do Brasil. O senhor assinou um documento, onde o valor era superior ao que a Lei nº 8.666 permite. O senhor assinou sem fazer audiência pública, que a lei exige. O senhor executou o grosso desse contrato no segundo semestre. E, coincidentemente, o Banco do Brasil nunca antes,...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Concluindo, Deputado.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – ...usou um volume de recursos que o senhor alocou para esse setor, nem em 2002, nem em 2003 e nem vai usar...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Concluindo, Deputado.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – ...no ano de 2005. O senhor acha que não tem responsabilidade sobre nada disso? Isso é que nem esse dinheiro que o senhor pegou: o senhor não sabe, não viu, não tinha informação. Qual é a sua responsabilidade nesse ato?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Concluindo, Deputado Onyx. Já passou do tempo.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor acha que o senhor pode ir para a cadeia por causa disso?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Eu pedi um parecer jurídico do Banco. Isso é um procedimento normal do Banco, e a área jurídica me deu conforto. A alocação de recursos, o que já havia tentado lhe explicar, é que não era a área de *marketing*, a área de *marketing* era demandada. Então, essa pergunta sobre a alocação deveria ser feita às Diretorias do Banco.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Só para concluir, Sr. Presidente. Trinta segundos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Não há mais condições, Deputado.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor mentiu quando confirmou que os R\$50 mil precisavam passar pela Secom ou o senhor mentiu agora, quando o senhor disse que o contrato de R\$58 milhões não passou? Quando é que o senhor mentiu?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Em nenhuma. Porque os R\$50 mil eram gastos...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Então, para R\$50 mil...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Onyx, eu vou infelizmente ter que encerrar.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – ...tem que passar... E os R\$58 milhões eram o quê, Sr. Pizzolato?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Onyx tem que encerrar.

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Era uma estimativa de alocação. O Banco não estaria obrigado a fazer isso.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, eu gostaria que V.Ex^a, através da Assessoria Jurídica, analisasse o que acabou de dizer o Sr. Henrique Pizzolato, porque na minha opinião ele fez uma afirmação inicial que contradiz a segunda afirmação; portanto, uma mentira. Ele não está protegido por **habeas corpus**. V. Ex^a sabe que consequência pode ter.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – A documentação será analisada pela assessoria técnica da CPMI.

Com a palavra, o Deputado Eduardo Paes, por dez minutos.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, Sr. Pizzolato, antes de iniciar o meu questionamento, Sr. Presidente, eu gostaria de lembrar a V. Ex^a que esta semana tivemos uma agenda prejudicada em razão da falta de antecedência na marcação da agenda desta semana. Só na terça-feira, parece-me, foi definida a agenda desta semana. Então, solicitaria a V. Ex^a que, se possível, até amanhã tivéssemos já a divulgação da agenda da semana que vem para que pudéssemos...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Amanhã será divulgada a agenda, Deputado Eduardo Paes.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Agradeço a V. Ex^a, para que não passemos mais pelo risco de não termos as audiências aqui em razão do prazo de envio da convocação dos depoentes.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Na verdade, houve um problema de informação...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS.)

– ...que não chegou no devido tempo e, conseqüentemente, o outro depoente...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Perfeito.

Houve problema de prazo...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS.)

– Houve problema de prazo. Por isso que isso não aconteceu.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Se tivermos a agenda amanhã, certamente não teremos o problema de prazo na próxima semana.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS.)

– Na semana que vem não ocorrerá isso.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Fico satisfeito, Sr. Presidente.

Sr. Pizzolato, em 2002, quando da eleição para o Conselho da Previ, eles tinham três candidatos: um da Associação Nacional dos Servidores do Banco do Brasil e dois do PT, um ligado a uma corrente mais radical, a esquerda do Rio Grande do Sul, e outro mais moderado. Essa situação fazia prever a vitória do representante da Associação Nacional dos Servidores do Banco do Brasil. Dessa forma, o PT fez uma verdadeira intervenção na campanha – estou falando de 2002 –, forçando a retirada de uma das candidaturas para unificar os candidatos do PT. Nessa ocasião, o então candidato a Presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, fez uma declaração, que saiu publicada nos jornais da época, de que era necessária a união das duas candidaturas, porque a eleição da Previ era estratégica para a candidatura dele, Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Posteriormente, os jornais todos noticiaram que a Previ encaminhou às empresas nas quais tinha participação acionária um documento de recomendação ligado ao processo eleitoral. Esse documento é de outubro de 2002.

Eu contei essa historinha para lhe perguntar duas ou três coisas.

Quem eram esses candidatos petistas e a que correntes estavam eles ligados? V. Ex^a conhece bem esse processo todo.

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Não, eu já havia saído da Previ, Deputado, nessa época. Eu não me manifestei...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, estou tendo dificuldade de ouvir o depoente.

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Eu não me manifestei sobre o processo eleitoral.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Mas o senhor acompanhou o processo?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Votei no processo.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – O senhor votou em quem? O senhor sabe quem eram os candidatos e as correntes a que estavam ligados os dois candidatos do Partido dos Trabalhadores?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Na realidade, a eleição de 2002 foi bastante tumultuada, porque ela teve o processo de intervenção.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Mas eu repito a pergunta: o senhor sabe quem eram os dois candidatos do Partido dos Trabalhadores e a que correntes eles estavam ligados?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Não sei lhe dizer. Eu votei num candidato, porque ele havia trabalhado comigo.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – O senhor sabe dizer quem interferiu na negociação para unificar essas duas candidaturas?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Não, senhor.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – O senhor também não saberia dizer certamente por que razão a eleição no Conselho da Previ seria estratégica para a campanha do Presidente Lula?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Não, eu estava afastado da Previ.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Mas o senhor é uma figura que, no mesmo momento em que fica afastado, conhece bem, tanto que, quando o Partido chegou ao poder, o senhor foi indicado Presidente do Conselho. Isso mostra uma ligação profunda entre o senhor e a Previ. O senhor, nesse momento, por acaso, em 2002, não acompanhou nada lá, só foi votar?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Não, a Previ estava sob intervenção e, no período inclusive em que ela estava sob intervenção, fomos impedidos de entrar.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – O senhor não lembra quem eram os candidatos petistas.

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Eu, particularmente, fui impedido de entrar até a Previ.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Mudando de assunto, já que V. S^a também não quer responder sobre as indagações que fiz, que tenho absoluta certeza que V. S^a conhece, a sua aposentadoria precoce do Banco do Brasil me parece, gostaria que V. S^a esclarecesse melhor, vai contra as regras de aposentadoria do próprio Banco do Brasil. É verdade?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Não, senhor.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Não, o senhor está...

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Eu já dispunha de tempo há alguns anos.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – O Banco do Brasil chegou a instaurar algum processo contra o senhor por receber dinheiro do Sr. Marcos Valério? O

Banco do Brasil notificou a Polícia ou o Ministério Público dos seus atos ou não?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Não tenho conhecimento.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Nem foi informado disso?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Não fui informado.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Nós já identificamos aqui que não é simples determinar os gastos de publicidade do chamado Banco Popular, aquele que parece que gastou R\$26 milhões em publicidade e emprestou R\$20 milhões. Estamos encontrando dificuldade aqui na Comissão, apesar de nós já termos todas as informações, porque os gastos de publicidade do Banco Popular estavam dentro dos gastos de publicidade do Banco do Brasil. Ou seja, provavelmente também sob o seu controle.

V. S^a pode, até para ajudar os técnicos da CPMI que estão com uma enorme curiosidade de conhecer mais detalhes sobre esses gastos de publicidade do Banco Popular, o que é um absurdo, pois o Banco empresta R\$20 milhões e gasta R\$26 milhões em publicidade. V. S^a há de convir comigo que isso é um absurdo!

Como era feita essa divisão entre os gastos de publicidade do Banco do Brasil e do Banco Popular? Como é que conseguimos identificar isso? É uma assessoria de V. S^a para a Comissão.

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Vou tentar ser o mais didático possível, Deputado.

Em dezembro do ano anterior, cada diretoria de negócios fazia uma projeção da demanda que ela tinha de gastos em publicidade para o próximo exercício. Isso ia para uma reunião do Comitê de Orçamento, que fazia a primeira análise e, também, os devidos cortes e culminava depois com a reunião do Conselho Diretor e do Conselho de Administração, onde eram fixados o valor global e as divisões. Era isso que eu estava tentando explicar anteriormente para o Deputado Lorenzoni. As diretorias demandavam da área de *marketing*. Nós funcionávamos como prestadores de serviços para as diretorias. Por exemplo, a Diretoria de Varejo queria aumentar a venda de cartões de crédito ou alguma forma de...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Desculpe-me por interrompê-lo, mas de forma objetiva, como é que na documentação dos gastos de publicidade do Banco do Brasil nós conseguimos identificar o que é Banco Popular e o que não é Banco Popular?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – O Banco Popular aprovava na sua diretoria e submetia depois aos seus órgãos um volume de recursos para gastos em

publicidade. Demandava à Diretoria de Marketing, através de um *briefing* o que eles queriam realizar.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Mas e a execução disso? Como é que isso era discriminado?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – A Diretoria de Marketing repassava isso às agências e recebia as propostas das agências. Nesse caso foi o lançamento, a apresentação do Banco Popular. As agências trouxeram as propostas. Uma delas chegou à conclusão de que a proposta dela não era boa e desistiu. As outras duas...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – E aquela que foi aprovada, Dr. Pizzolato? Desculpe-me, mas o meu tempo está se esgotando. Com relação àquela que foi aprovada, como podemos identificar a execução?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Está tudo especificado: quanto foi para a mídia, em que veículo, em que horário. Há um plano de mídia, quanto foi para ações promocionais, quanto foi para a abertura de conta.

Inicialmente, Deputado, gostaria de lhe dar essa informação, que julgo importante. Mensalmente, eu prestava contas ao Conselho Diretor do banco, fazia uma apresentação a um comitê de comunicação formado por onze diretores e entregava ao presidente do banco e a Secretaria de Comunicação um dossiê que continha todos os gastos do banco, centavo por centavo, em que o banco havia gastado, com que veículo, tudo discriminado.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Perfeito. Qualquer dúvida que houver, vamos buscar esclarecê-la com V. S^a.

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – **Esses documentos estão à disposição... Inclusive R\$27 numa rádio, o local, o veículo... Tudo discriminado.**

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – V. S^a trabalhou no Comitê Financeiro da campanha do Presidente Lula. Na semana passada, nós tivemos aqui a revelação – V. S^a certamente leu isso pelos jornais – da forma de pagamento de boa parte das contas de campanha. Aliás, todo esse escândalo de corrupção tem como explicação oficial dívidas de campanha. V. S^a tinha conhecimento dessas dívidas de campanha?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Não.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – V. S^a trabalhava no Comitê Financeiro só marcando encontros com empresários? Não pedia dinheiro, mas também não acompanhava o que se devia?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Não. Havia outras pessoas. Era muito bem organizado.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Era bem organizado o Comitê Financeiro de campanha do Presidente Lula!

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Sim. Cada um tinha a sua função definida. Eu agendava as reuniões, avisava...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – A pessoa não precisava chegar e pedir o dinheiro, os recursos para a campanha?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Não era minha competência.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – V. S^a tem noção da aplicação da Previ nos bancos BMG e Rural? V. S^a tem conhecimento das aplicações em títulos desses bancos? V. S^a chegou a acompanhar isso?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Eu já respondi anteriormente, Deputado, que não.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – V. S^a já deve saber que há um requerimento enorme de aplicações.

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – A competência do Conselho era de fixar os limites de aplicações nas instituições financeiras, considerando-se a liquidez e o risco. No período em que eu estive na Presidência do Conselho, decidimos adotar como parâmetro os limites fixados pela diretoria financeira do Banco do Brasil com redutor de 20%. As aplicações eram feitas...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – O senhor estabelecia os limites e, provavelmente, o Conselho depois acompanhava a execução desses limites.

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Nós recebíamos trimestralmente um relatório...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – O senhor estudava esse relatório?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – ... um relatório chamado sinais vitais. Eram mais números gerais: alocação tanto em títulos quanto em CDBs, não especificava os bancos. Eu podia requerer.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Mas, como o senhor mesmo disse, no dia em que o senhor recebeu esse envelope com mais de R\$300 mil, que não sabia que eram mais de R\$300 mil, o senhor estava em casa, estudando e se preparando para a reunião do Conselho.

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Sim.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Certamente, o senhor era um Presidente de Conselho dedicado. O senhor, em nenhum momento, percebeu um aumento de aplicações de compra de títulos desses bancos? Nunca lhe chamou a atenção isso?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Não, Sr. Deputado, porque os valores que a Previ tem em aplicação em renda fixa são valores de alguns bilhões. Eu me atinha mais a olhar vencimentos, porque uma das preocupações que o Conselho manifestava constantemente à Diretoria da Previ era a liquidez, que a Previ

tinha que ter regras de saída, tinha que ter fluxo de caixa, porque nós tínhamos um compromisso mensal com a folha de aposentados e não podíamos correr o risco de ficar...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Mas o senhor, apesar de toda sua história na Previ, apesar de ser Presidente do Conselho, esse detalhe o senhor não observou, em relação à aplicação nesses bancos, não lhe chamou a atenção nada?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Não, porque não sei de que valores estamos falando, mas...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – O senhor se mostrou um Presidente dedicado. Até, no dia em que o senhor recebeu o dinheiro, estava em casa estudando, preparando-se para a reunião do Conselho.

O senhor saberia – só para voltar à pergunta anterior – dizer os nomes das pessoas que faziam parte do Comitê Financeiro de Campanha do Presidente Lula?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Do Comitê Financeiro?

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – É, do qual o senhor participou, o Comitê Financeiro de Campanha, que o senhor se lembre.

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Posso falar das pessoas que estavam comigo. À medida que a campanha foi crescendo, foram chagando mais pessoas. No início, era um rapaz que se chamava Cássio.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Esse rapaz que se chamava Cássio não é o Presidente do Banco do Brasil?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Não, era um moço.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Não havia nenhuma dessas figuras conhecidas no Comitê Financeiro de Campanha?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Nós agendávamos.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – No Comitê Financeiro de Campanha todo. Cada um tinha sua função, o senhor disse.

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Exercia o Delúbio, que era o coordenador e um grupo de secretárias e assessores.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Mas as pessoas que comandavam o Comitê Financeiro, que tinham uma função como a sua, por exemplo.

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Eu não tinha nenhuma função de comando, eu era um cumpridor de tarefas. Eu chegava e falava: Olha, a empresa tal...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – O senhor tem uma dificuldade, cá entre nós, enorme de lembrar das coisas.

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Deputado, mas eu tenho que ser sincero com o senhor.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Não, perfeito. O senhor tem sido sincero aqui o tempo todo.

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Até porque antes...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Eduardo Paes, eu até já atendi telefone, já retornei e V. Ex^a já passou quase 5 minutos do tempo.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Só mais uma pergunta, Sr. Presidente.

O senhor fez referência ao telefonema de Miro na história do carnaval?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Mas V. Ex^a será reinscrito, Deputado.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Eu vou me reinscrever. Só farei essa última pergunta. O Miro, promotor do carnaval, que falou com o senhor, liberou os convites para o carnaval. Quem é esse Miro?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Eu não fiz referência a Miro.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – O senhor falou o nome de um Miro que ligou para o senhor. O senhor corrigiu, disse que era o promotor do carnaval. O senhor não lembra quem é?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Eu não usei a expressão Miro. Eu disse que o Banco recebeu uma cortesia e eu disse: Entregue na minha casa os 10 convites, que eu distribuo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Eduardo Paes, não é possível.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Só uma curiosidade, para terminar. O senhor ganhava um salário muito alto. O dízimo do Partido o senhor pagava sobre todos os salários ou sobre parte desse salário?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Eu não pagava.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – O senhor nunca pagou.

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Eu não pagava, porque eu havia mudado o domicílio eleitoral e não era considerado...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Agradeço, Sr. Presidente.

Agradeço, Sr. Pizzolato.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, Sr. Depoente, o objetivo principal desta CPMI deve ser, ao meu ver, buscar a origem dos recursos utilizados nesse esquema de corrupção. Que há corrupção, não há a menor dúvida. Creio que ninguém

neste País esteja duvidando que estamos investigando um gigantesco esquema de corrupção, com a utilização de recursos públicos. Existe essa convicção, mas nós temos que provar que os recursos públicos foram utilizados para dar sustentação financeira a esse esquema corrupto.

Esse é o objetivo das minhas indagações. Não desejo mal ao Sr. Pizzolato. Ao contrário, quero que ele seja feliz. No entanto, tenho desejo de fazer algumas indagações. A primeira: o senhor, como Diretor de Marketing do Banco do Brasil, deve saber as razões de um depósito de R\$35 milhões, com recursos da Visanet, depósito feito pelo Banco do Brasil, nas contas da DNA, que é uma agência de publicidade. Exatamente por isso, indago do Diretor de Marketing do Banco do Brasil a razão desse depósito, que chegara a mais de R\$44 milhões sendo que, em um único dia, R\$35 milhões foram depositados. Qual a razão desse depósito?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Senador, esse era um procedimento... As informações que eu recebi do Banco, isso era um procedimento que começou em 2001, e era definido isso pelos conselheiros do Banco na empresa Visanet. E a Diretoria de Negócios, responsável pela área de cartões de crédito, definia quais eram as agências que iriam fazer as campanhas referentes ao cartão de crédito. A área de *marketing* era responsável para, a partir dos *briefings* de campanha, dar a formatação e remeter... fazer as campanhas e remeter o gasto para essa conta. Mas quem definia... Essas definições não eram feitas... Todo esse processo... O Banco tinha conselheiros na Visanet, que fixavam valores. Eu nunca fui informado sobre isso. A partir daí, era definida... A área que negociava com cartão definia: olha, essa agência vai fazer as campanhas de cartão de crédito. A partir daí, a área de *marketing* era demandada para fazer uma campanha promocional ao Dia das Mães. E aí vinha um *briefing*, nós mandávamos para a agência, eram negociados os preços, e assim por diante. E era debitado nesses recursos.

Eu apresentava mensalmente... Inclusive, a partir do ano passado, para poder exercer um controle, solicitei que fosse feito um processo de acompanhamento. Fiz uma correspondência à agência, que eu tenho cópia, inclusive, comigo, exigindo mensalmente um relatório de fornecedores, gastos e assim por diante. Apresentava mensalmente esse relatório à direção do Banco.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – O Banco do Brasil considerou, de certa forma, estranha essa operação porque mandou realizar auditoria. Estamos inclusive requerendo, não sei se essa auditoria já se

realizou, o resultado dessa auditoria para verificar realmente. É uma soma expressiva de R\$35 milhões.

A segunda pergunta, e eu peço ao senhor que exercite a sua capacidade de síntese para que possamos fazer várias outras perguntas: as despesas em 2003 do Banco do Brasil com publicidade chegaram a R\$153 milhões; houve um reajuste de 71% para o ano de 2004, o ano da campanha eleitoral, R\$262 milhões. E o dispêndio no segundo semestre de 2004 – é exatamente no período eleitoral – chegou a R\$196 milhões, 74,8% do total. Portanto, 74,8% do total foi exatamente no período da campanha eleitoral. É coincidência ou havia uma razão especial?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Senador, queria até aproveitar a sua pergunta para lhe dizer que, em maio deste ano, eu solicitei ao Presidente do Banco que fosse feita uma ampla auditoria e acompanhamento em toda a área de *marketing*, porque vínhamos implantando mecanismos de controle.

Sobre a pergunta que o senhor me fez, e eu respondi há pouco a dois Deputados, a Diretoria de Marketing não fixava os volumes de gastos. As diretorias negociais, as diretorias de negócios, as várias diretorias de negócios é que, ao lançar um produto ou ampliar a venda de um produto, elas levavam ao Conselho Diretor o pedido de gastos em *marketing* para ser efetuada aquela ação. E a Diretoria de Marketing então era demandada para realizar as ações.

Então, o Banco lançou em 2004, por exemplo, consórcio. A diretoria responsável sobre consórcio fixava, quando ela aprovava o projeto de consórcio, ela fixava também o orçamento de gastos com publicidade. E a Diretoria de Marketing era responsável, então, para apresentar depois as campanhas para ampliarem a venda. Então, eu não tinha nenhum controle sobre o orçamento total. Eu apenas, quando a diretoria me demandava, eu dizia se tinha recurso ou não tinha ou se ele tinha que pedir suplementação.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – A Diretoria de Marketing do Banco do Brasil patrocinou um evento do Governo do Zeca do PT, em Mato Grosso do Sul, no valor de R\$2,5 milhões. Eu não tenho notícia de que esse fato tenha ocorrido com outros governos. Qual a razão desse patrocínio e qual o benefício que o Banco do Brasil teve com isso? E também se o senhor teve influência para que um petista prestasse serviços nesse evento, com o dinheiro do patrocínio dado pelo Banco do Brasil. Houve um contrato com uma empresa de um petista para prestar os serviços nesse evento. Então, queria a sua explicação para esse fato.

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Senador, o evento de Mato Grosso do Sul a que o senhor se refere, acredito que seja o Festival de Águas de Corumbá. Ele

foi dividido entre a Diretoria de Marketing e a Diretoria de Governo. Metade dos recursos era do orçamento da Diretoria de Marketing, metade dos recursos era da Diretoria de Governo, da verba de RPS, Verba de Relacionamento Público Social.

Quem demandou os estudos e a formatação foi a Diretoria de Governo, porque o Banco do Brasil é o banco oficial do Governo do Mato Grosso do Sul. E o Banco do Brasil tinha uma receita mensal muito alta dos negócios que mantinha com o Governo do Mato Grosso do Sul. E havia concorrentes do Banco que estavam, à época, tentando negociar parte dos negócios que o Banco detinha com o Governo do Mato Grosso do Sul. Esse pelo menos foi o *briefing*, a argumentação que eu recebi da Diretoria de Governo.

Quanto à escolha da empresa, ela cedeu, porque nós, através da Fundação... Quem escolheu a empresa para realizar foi a Fundação Cultural, se não me falha a memória, do Governo do Estado do Mato Grosso do Sul, que era quem coordenava os eventos e prestava contas ao Banco.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Indago, não sei se alguém já fez essa indagação, se já fizeram está dispensado de responder: o senhor fez referência à ingerência política do ex-Ministro Gushiken na gestão dos fundos da Previ. Essa ingerência incluiria decisões como manter o Fundo como acionista da Telemig, em vez da Telemar, que teria sido a escolha recomendada pelo órgão técnico. Além disso, a gestão do fundo negligenciaria os participantes e tomaria decisões de modo a favorecer interesses governamentais. O senhor confirma essas afirmações, que o senhor teria feito à imprensa?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Senador, a gestão do fundo é uma gestão com ampla participação dos associados com conselhos fiscais, auditorias e assim por diante; então, diria que é humanamente impossível que se faça algo em prejuízo dos participantes e não seja percebido.

O que relatei, em perguntas que me foram feitas anteriormente, foi que, no dia em que fizemos a primeira reunião para discutir a opção da Previ pela Telemig, o Presidente da Previ pediu para adiarmos a decisão porque ele estava em Brasília conversando com o Ministro Gushiken e precisava de mais tempo para depois vir nos dar os esclarecimentos que estavam demandando.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – E como o senhor justifica esse suposto envolvimento do Gushiken na disputa entre o Citibank e o Opportunity pela Brasil Telecom? O senhor tinha conhecimento do relacionamento entre o Sr. Daniel Dantas e o Ministro Gushiken?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Não, senhor.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – O senhor não sabe o que está por trás dessa suposta rivalidade?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Eu não tinha contato. A única informação que tenho sobre o Daniel Dantas é que ele, em 2000, pediu o meu afastamento do Conselho de que eu participava na Previ por ter votado de acordo com a orientação que a Previ havia me dado.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – A última pergunta, Sr. presidente, com a sua condescendência.

Estamos tentando aprovar, aqui, requerimento de informações sobre gastos com cartões corporativos e não tivemos ainda a aprovação pelo plenário do Senado Federal, e o senhor utilizou, como Presidente do Conselho Deliberativo da Previ, esse cartão em 2003, 2004 e 2005. O senhor tem aí os gastos? Sabe qual o montante desses gastos efetuados com o cartão corporativo? Saberíamos nos dizer de memória?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Não, Senador. Informe-me, numa pergunta que me foi feita anteriormente, que, por um erro administrativo, a Previ não mandava o extrato do cartão para ser conferido antes do pagamento. Se não me falha a memória, o limite do cartão era em torno de R\$1.000,00 mensais. E, durante dois anos e meio, eles pagaram os cartões sem verificar o “de acordo”, sem ter o “de acordo” sobre se o débito havia sido feito ou não, que é o procedimento normal. Requisitei da Previ, quando o jornal **O Globo** publicou o extrato do meu cartão, todos os extratos...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – O senhor confirma essa informação do jornal **O Globo** de que teria usado na compra de vinhos e na assinatura do *site* malícia?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Não, senhor. O que disse foi que utilizei o cartão para comprar alguns presentes corporativos e que era bebida.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Essa assinatura do *site* o senhor não confirma?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Em absoluto.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – A pergunta foi sem malícia. Mas o *site* tem esse nome “malícia”. O senhor não confirma então?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Não, senhor. Pedi, inclusive, a verificação de tudo isso, porque houve uma série de coincidências e vazamentos de documentos meus, com o que fiquei, além de magoado, muito preocupado.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Encerro, Sr. Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado, Senador Alvaro Dias.

Com a palavra, o Senador César Borges, por dez minutos.

Em seguida, usará da palavra o Deputado Bitar.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Obrigado, Sr. Presidente. Peço um pouco de tolerância.

Sr. Pizzolato, fico às vezes a me indagar como uma pessoa como V. S^a era diretor de uma área tão importante – Diretoria de *Marketing* – de uma instituição como o Banco do Brasil, porque, da maneira como V. S^a expõe as coisas aqui, mostra quase que um desconhecimento do mundo que está a seu redor, das suas responsabilidades, de leis. Quer dizer: fico imaginando que está certo quando se critica o Partido dos Trabalhadores por fazer nomeações fora do mérito, de pessoas que não estariam à altura nem capacitadas para exercer esses cargos tão importantes de instituições tão importantes. É difícil imaginar V. S^a diretor de um banco como o Banco do Brasil, e aqui se passa para todos nós essa impressão. Parece, no mínimo, dupla personalidade. De um lado, V. S^a deve ter competência para ter chegado onde chegou, mas não quer aqui mostrar a sua competência e o seu conhecimento de causa da função exercida por V. S^a.

Daí eu perguntar: V. S^a tem uma carreira feita como bancário, mas uma carreira também ligada ao Partido dos Trabalhadores. V. S^a foi filiado ao Partido dos Trabalhadores durante muitos anos. V. S^a é filiado ou não é ao Partido dos Trabalhadores, hoje?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Não fiz a minha refiliação, há uns sete, oito anos, quando o Partido demandou, e eu havia mudado de domicílio eleitoral.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Pois é; então, acho que V. S^a é filiado ao PT, tem íntimas ligações com o Partido dos Trabalhadores. E não é à toa que fez uma carreira, inclusive do ponto de vista financeiro, extraordinária.

Fico imaginando: nós ganhamos aqui, Senadores e Deputados, um salário de R\$12 mil – acho que de Deputado é parecido com isso –, descontados ficam R\$9 mil. Somei aqui, pelo que V. S^a declarou na Polícia Federal, o seu ganho mensal era de R\$45 mil. Vou discriminar. Não estou dizendo nada; isso está escrito aqui: R\$4 mil da Previ, Banco do Brasil; R\$19 mil como Diretor de *Marketing* do Banco do Brasil; R\$18 mil como conselheiro da Embraer. V. S^a entende de avião?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – De estratégias de empresas do ramo aeronáutico acredito que sim.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Aqui, V. S^a mostra que não conhece de leis, não conhece nada e era conselheiro da Embraer, com R\$18 mil mensais.

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Houve, Senador, uma imprecisão da escrevente: eram R\$12,5 mil.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Bom; aqui está registrado R\$18 mil. Ainda mais: conselheiro da Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil, com mais R\$4 mil.

Pergunto bem diretamente: nessa condição de funcionário de altíssimo escalão, com todo esse ganho, quem efetivamente o indicou para Diretor de *Marketing* do Banco do Brasil?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – O Presidente Cássio Casseb.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Por quê?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Nós nos conhecíamos...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Ele conhecia a sua capacidade e competência para o cargo?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Fomos conselheiros na Telecentro Sul – eu representando a Previ; ele representando a Telecom Itália.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Quer dizer que não houve indicação política para que V. S^a chegasse a essa diretoria?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Que eu saiba não, até porque eu havia...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – V. S^a tinha relações com o ex-Ministro Gushiken?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Eu o conhecia da época do movimento sindical.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Bancário também.

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Sim. Mas, quando fui candidato a diretor da Previ – e acho bom dar essa informação, que eu havia esquecido –, na primeira direção eleita, o Ministro Gushiken se manifestou contra, apoiou outro candidato, e o Partido dos Trabalhadores também apoiou outra chapa.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Agora, um partido como o Partido dos Trabalhadores, que governou aparelhando todos os órgãos do Governo Federal, todos, com apaniguados, filiados, V. S^a vem dizer que é porque conhecia o Cássio Casseb, ex-presidente do Banco do Brasil, que lhe convidou. Ele era ou é filiado ao PT?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Nunca perguntei isso a ele.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Não sabe. Não tem nenhuma vinculação política o fato de o senhor chegar ao cargo de Diretor de *Marketing*?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Eu já havia ocupado, Sr. Senador, o cargo de conselheiro do banco durante três anos.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas é Diretor de *Marketing* do Banco do Brasil, não é um cargo qualquer. Quantos diretores tem o Banco do Brasil?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Agora, vinte e sete.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Vinte e sete diretores? Que ganham isso aqui?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Sim, senhor.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – R\$19 mil por mês?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Sim, senhor.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Vinte e sete diretores a R\$19 mil por mês. Isso é um escândalo!

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Sim. E ocupei cargos no Banco do Brasil, durante governos anteriores, hierarquicamente superiores.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – E se fala dos salários dos Senadores e Deputados. O que está acontecendo no Executivo do Brasil?

Bem; V. S^a trabalhou no comitê financeiro, arrecadando fundos para a campanha do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2002.

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Não, senhor; não arrecadei fundos. Eu organizava reuniões, eventos e encontros dos coordenadores de campanha com empresários e com empresas.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Não era arrecadador de fundos, não fez contatos com empresários?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Não arrecadei um centavo de ninguém; nunca toquei em um centavo.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Muito bem.

Mudando um pouco de assunto, a sua entrevista à **Folha de S.Paulo** é realmente marcante, porque V. S^a compromete o atual Presidente Executivo da Previ, Sr. Sérgio Rosa, dizendo que o chamou numa sala privativa e perguntou a ele: “O que está havendo? Eu não estou entendendo nada”. Ele disse: “Olha, tem interesse político nisto. Tem gente querendo se meter aí. Tem coisa de campanha no meio”. V. S^a confirma, exatamente, essas palavras – as piadas que saíram na **Folha de S.Paulo**?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – O que ele me disse, de uma forma muito lacônica, era que ele estava recebendo muita pressão política e que ele não estava mais resistindo e que ele estava pensando inclusive em renunciar.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas V. S^a disse à **Folha**.. Ou, então, a **Folha** mentiu – e é isto que eu quero que fique claro. Está lá: “Tem gente querendo se meter aí. Tem coisa de campanha no meio”.

E isso com relação à decisão da Previ de venda da Telemig e participação da Telemar. Está dito aqui na entrevista de V. S^a à **Folha**.

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Eu não tenho isto da forma precisa.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas ele lhe disse isto: “Tem coisa de campanha no meio”? Pergunto porque V. S^a disse aqui. A **Folha** não inventou isto. Está, inclusive, aspeado. Jornal nenhum faz isso.

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Ele disse, Sr. Senador, que estava recebendo muita pressão e que ele não estava resistindo às pressões. Estava achando que não iria mais resistir...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Eu quero saber se ele disse “Tem coisa de campanha no meio”. Foi dito por V. S^a à **Folha de S.Paulo**.

V. S^a mantém ou desmente o que está na **Folha de S.Paulo**?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Não; era um período de campanha.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Não. V. S^a disse isto aqui à **Folha de S.Paulo**: “Tem coisa de campanha no meio”. Eu quero saber se V. S^a disse.

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Ele usou uma expressão do tipo: “Acho que estamos em período de campanha” – ou coisa assim.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Disse, então.

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Sim.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – E V. S^a disse isto à **Folha**?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Eu não sei se a **Folha** transcreveu *ipsis litteris*, mas foi alguma coisa...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL– BA) – Está aqui: “Olha, tem interesse político nisso. Tem gente querendo se meter aí. Tem coisa de campanha no meio” – aspeado, ou seja, transcrevendo suas palavras. A **Folha** apenas transcreveu.

V. S^a disse?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Sim.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – É porque então ouviu do Sr. Sérgio Rosa.

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Sim. Ele me falou que estava recebendo muita pressão política e que não iria resistir.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Muito bem.

Mais adiante, o senhor afirmou, ainda nessa entrevista, que o ex- ministro Luiz Gushiken tinha grande ingerência sobre os contratos de publicidade e patrocínio do Banco do Brasil. Segundo palavras de V. S^a – aspeadas também: “Os contratos de publicidade e

patrocínio só poderiam ser fechado depois de passar por eles, da Secom”. Também, V. S^a confirma isto?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Os eventos de publicidade; porque, quanto aos contratos, eles indicavam dois membros para a Comissão de Licitação – das cinco, a Secom indicava duas pessoas.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Então, havia influência da Secom sobre isso.

Mais uma pergunta sobre a influência do Sr. Luiz Gushiken nos Fundos: “Havia ingerência do Sr. Luiz Gushiken nos Fundos?” – pergunta o jornal. V. S^a disse: “Se você classificar como ingerência o fato de que ele se reunia com o Presidente dos Fundos, sim, no caso específico”. Quer dizer, o Ministro Luiz Gushiken se reunia com os Diretores dos Fundos para dar orientação.

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Se reunia com os Presidentes dos Fundos. Eu relatei numa pergunta anterior...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – É porque ele nega que se reunia com os Presidentes dos Fundos ou tivesse qualquer influência nos Fundos.

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Eu não fui convidado para essas reuniões, Senador...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas V. S^a disse que ele se reunia com os Presidentes dos Fundos.

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Sim.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Bom.

Então, o Sr. Luiz Gushiken – e está provado, aqui, Sr. Presidente, – tinha influencia muito grande sobre os Fundos. Digo isso porque nós estamos querendo agendar uma vinda do Ministro Luiz Gushiken e não temos conseguido. E o Ministro Luiz Gushiken desmentiu isto, e eu vejo, aqui, a Bancada do Governo não querer trazer o Ministro Luiz Gushiken. Eu acho que, em toda essa história, o Ministro Luiz Gushiken tem uma influência muito grande. O Sr. Henrique Pizzolato tem a sua influência, tem a sua culpa, mas, é claro, tinha toda uma orientação do Ministro Luiz Gushiken.

Agora, só para concluir, Sr. Presidente: a versão do Pacote recebido, a pedido do Sr. Marcos Valério, por uma pessoa que não era o Sr. Marcos Valério, realmente era totalmente inverossímil. Não dá para que nós acreditarmos.

Agora, eu quero de V. S^a que, pelo menos, confirme – já que cita, por duas vezes, tanto no primeiro contato para o senhor pegar essa encomenda – que seria uma pessoa do PT que iria pegar a encomenda. Depois, no seu depoimento à Polícia Federal, volta a repetir que a pessoa do PT esteve em seu prédio no período da noite. V. S^a confirma que era uma pessoa do PT.

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Se apresentou como uma pessoa do PT.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – E quem era essa pessoa?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Senador, eu não participo do diretório e...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – E V. S^a entregaria uma encomenda a uma pessoa que não conhecia?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Porque a orientação que eu havia recebido era: entregar pra uma pessoa do PT.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Bom; hoje, quando V. S^a sabe que havia ali uma quantia de R\$326 mil, V. S^a acha que essa quantia era para uma pessoa do PT para quê? Para pagar contas da campanha do Rio de Janeiro?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Senador, eu não faço a menor idéia. Eu nem imagino... Eu disse aqui, no início, que custou a crer... Não há evidência...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Como era essa pessoa do PT? Era baixa, alta, gorda, larga, magra, era mulher, homem?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Era uma pessoa normal. Já era noite quando ele chegou...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Pessoa normal, quer dizer, dois braços, duas pernas, cabeça? Era isso? O senhor só se lembra disso?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – É. Era um homem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador César Borges, concluindo...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Estou concluindo, Sr. Presidente. Sempre V. Ex^a me maltrata um pouco, mas eu continuo sendo seu amigo e elogiando o seu trabalho.

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Era uma pessoa comum. Não houve nada que me chamou a atenção.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Nada? Mas nada? Descreva alguma coisa dessa pessoa.

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Senador, a pessoa chegou e se identificou...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Tinha dois olhos? Um olho só?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Sim; era uma pessoa como qualquer outra.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, veja bem: essas situações são lamentáveis. Ele vem como testemunha. Quer dizer, nós sabemos... Estamos aí assistindo, bem como toda a imprensa, que não há nenhuma veracidade nesse tipo de depoimento. Não podem essas pessoas saírem daqui impunes, desrespeitando o Parlamento brasileiro, os Senadores,

os Deputados. Nós estamos aqui horas a fio para esperar esse depoimento, e ele diz que era uma pessoa como qualquer outra, uma pessoa comum.

Então, Sr. Presidente, eu gostaria que V. Ex^a pudesse tomar providências para que isso não ficasse como que um incentivo a que outros viessem aqui sempre procedendo dessa forma, Sr. Presidente. É um apelo que eu lhe faço, até em prol da dignidade desta Comissão.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra o Deputado Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, Sr. Pizzolato, tenho certeza de que conto com a vigilância sempre permanente e eficiente do Senador Heráclito Fortes.

Como não poderia deixar de ser, Senador, eu vou tocar no tema das telecomunicações, que é um tema que o Sr. Pizzolato conhece bastante bem e que, o senhor sabe, eu acompanho também há bastante tempo, por causa da minha formação. Eu trabalhei muito tempo no setor e aqui, na Câmara dos Deputados, venho acompanhando o desenrolar dessa situação.

Enfim, o senhor acompanhou bem o setor porque a Previ foi protagonista importante, liderando os fundos de pensão nesse processo; o senhor foi conselheiro, diretor da Previ; como integrante da Previ o senhor foi membro do Conselho de Administração da Brasil Telecom. Então, o senhor conhece como poucos essa questão, não é mesmo?

No ano de 2002, o senhor fez uma série de denúncias formais, inclusive ao Ministério Público, com relação a toda a situação ocorrida nas privatizações de telecomunicações, envolvendo a figura do Sr. Ricardo Sérgio, que durante um bom período foi diretor do Banco do Brasil; e, por sua influência junto à Previ, orientou toda uma série de intervenções desse fundo, a Previ, junto às privatizações do setor de telecomunicações, particularmente Brasil Telecom, Telemig Celular, Amazônia Celular, Telemar, entre outras.

Sempre houve uma indignação – posso até usar essa expressão – muito grande dos diretores da Previ, pelo menos os diretores independentes, eleitos, como o senhor, com relação à forma como se interveio nesse processo, favorecendo claramente o grupo Opportunity, do Sr. Daniel Dantas. Desde aquela época, reclamavam os senhores que o Sr. Daniel Dantas havia sido favorecido por meio de toda a operação comandada pelo Dr. Ricardo Sérgio e tantos outros, num esquema que, como o senhor mesmo disse, provavelmente envolveu financiamento de campanha e tantas outras coisas naquela época. O Dr. Ricardo Sérgio foi tesoureiro da campanha do então candidato José Serra, em 2002.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PE) – Não; não foi não.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Não foi não. Foi quando ele foi candidato ao Senado. O senhor tem razão.

Dr. Heráclito sempre vigilante.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PE) – Leio tudo, Deputado. Estou aqui preparado.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Agradeço sempre a sua atenção e as correções que o senhor costuma fazer.

Por conta disso, eu gostaria que o senhor descrevesse, evidentemente em poucas palavras, como compreendeu esse problema ocorrido na gênese de todo o processo de privatizações, que resultou no seguinte fato, no seguinte paradoxo: a Previ e os fundos aportaram grande parte do capital, outros grupos, como Citigroup e Telecom Itália, também aportaram capital, mas o Opportunity, que aportou uma parcela ínfima, minoritária do capital, passou, com uma rede toda articulada de fundos em árvore, a controlar importantes empresas como a Brasil Telecom, Telemig Celular e a Amazônia Celular. Isso é correto? Eu gostaria que o senhor discorresse um pouco sobre isso. Evidentemente, como o meu tempo é pequeno, gostaria que o senhor fosse objetivo.

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Deputado, quando fui para o Conselho da Telecentro-Sul, nas primeiras reuniões, pude constatar que a situação da Previ na companhia não correspondia às decisões que a diretoria havia tomado. A diretoria havia tomado uma decisão e lavrado, inclusive, em toda documentação que deveríamos ter uma participação proporcional no mando da companhia ao investimento realizado. À medida que fui tomando conhecimento do assunto, levei-o ao conhecimento do colegiado da Previ. O colegiado, então, iniciou um trabalho para tentar restabelecer as condições de participação da Previ tanto no fundo quanto no processo de privatização.

Esse processo acabou sendo um processo conflituoso. Fui orientado, no ano seguinte, a proferir um voto pela diretoria da Previ, na reunião do Conselho, e, ao fazê-lo, a direção do Opportunity pediu a minha exclusão do conselho por descumprimento de um acordo que havia sido assinado entre o Presidente do fundo à época e o banco. A partir de então, acompanhei muito mais pelo colegiado da Previ.

No final de 2002, a auditoria da Previ, fazendo busca, encontrou alguns documentos que não eram do conhecimento do colegiado em um cofre, onde existia, na realidade, compromissos de ex-dirigentes da Previ extrapolando poderes e que davam esse mando ao banco Opportunity.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Compromissos secretos, pelo que o senhor pode nos informar. Não eram do amplo conhecimento dos conselheiros?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Não eram do conhecimento da diretoria da Previ. Estavam em envelopes lacrados, e a auditoria descobriu que havia contratos dentro daqueles envelopes que não haviam sido registrados nas atas de decisão da Previ.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Pois bem; e o senhor tornou isso público? O senhor denunciou a situação?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Eu, então, fui até a Procuradoria... Pedi licença à diretoria da Previ à época, comuniquei à diretoria da Previ, fui até a Procuradoria e levei os documentos pedindo providências para restabelecer as condições da Previ.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Desde essa época – na verdade desde antes, mas particularmente a partir deste momento –, a Previ desenvolveu uma ação vigorosa, visando participar efetivamente do controle acionário dessas empresas e poder exercer, por exemplo, uma parcela de responsabilidade correspondente ao aporte de capital que ela havia feito durante o processo de privatização. E o senhor sabe que esse processo gerou um conflito jurídico enorme, em tribunais internacionais – em Londres, em Nova Iorque –, bem como na Justiça brasileira, com uma guerra de liminares e coisas desse tipo, o senhor, como Presidente do Conselho, e Sérgio Rosa, como Presidente da Diretoria Executiva, travando uma batalha – vamos dizer assim – de vida ou morte nessa questão. E V. S^a sendo cada vez mais surpreendido por certas ações, entre elas a informação de que a Telemig Celular estava sendo negociada pelo Sr. Daniel Dantas sem o conhecimento de um sócio importante, que era a Previ.

Nesse contexto, a Previ celebra o acordo de *put* com o Citigroup num processo, a meu ver, de legítima defesa, ou seja, para se defender do Sr. Daniel Dantas, do Opportunity, e do acordo que ele celebrou com a Telecom Itália, que visava justamente, na medida em que conseguisse atrair o Citigroup, isolar os fundos e tornar pó as ações, os recursos, o capital investido pelos fundos de pensão. Não era uma estratégia extremamente inteligente, perversa e predatória.

Consta-me também, Sr. Pizzolato, que, no dia 19 de maio, por sua solicitação, o Sr. Sérgio Rosa fez uma ampla exposição sobre o acordo de *put*. O Conselho da Previ se deu por satisfeito, ou seja, de acordo com a estratégia adotada pela Diretoria da empresa. Não é isso?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Sim.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – É verdade isso?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – É verdade.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Por que, então, o senhor foi à **Folha de S.Paulo**, como nos apresentaram aqui o Senador César Borges e outros, para denunciar uma suposta postura incorreta do Presidente da Previ, quando ele estava agindo de acordo com o senhor, como Presidente do Conselho, de acordo com a estratégia do fundo e em defesa dos interesses de todos os mutuários da Previ?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Porque ele se recusava, Deputado, a nos entregar os documentos na condição de Presidente do Conselho. Eu havia pedido para mim e para o Presidente do Banco a documentação que comprovasse aquelas informações que ele estava nos dando, inclusive com os cálculos financeiros. A resposta que ele havia me dado era que os contratos estavam dispersos em vários escritórios de advocacia e que ele tinha dificuldade de reuni-los.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Mas, então, por que, no dia 19 de maio, o senhor e os demais Conselheiros, como consta em ata de reunião do Conselho da Previ, se deram por satisfeitos com os esclarecimentos e informações prestadas pelo Sr. Sérgio Rosa?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Porque foram os esclarecimentos que ele deu no dia, mas isso não prescindia... O que eu entendia – e entendo – é que um negócio não pode ser sigiloso para o Conselho Deliberativo.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Quem lê sua entrevista na **Folha de S.Paulo** acha que o senhor está saindo em defesa do Grupo Opportunity efetivamente, quando questiona uma ação, a meu ver, correta. Evidentemente, o contrato de *put* entre a Previ e o Citigroup tem de ser analisado juridicamente em todos os seus aspectos – quanto a isso não tenho dúvida –, mas, em termos de valores e de estratégia, o Dr. Sérgio Rosa agiu em legítima defesa dos interesses da Previ verdadeiramente. Eu gostaria que o senhor dissesse se considera essa minha afirmação verdadeira ou não.

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Eu considero que o Conselho deveria ter sido informado dos preços, dos valores...

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sim. Está bom. Não foi, mas, no dia 19 de maio, foi.

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Não. Aí o ato já estava consolidado. Os acordos...

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sim, mas foi e se deu por satisfeito.

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Porque nós não tínhamos mais como reverter.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Se estava em desacordo, que se buscasse alguma ação para reverter um contrato que, segundo o senhor...

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – O Presidente da Previ, Deputado, tem poderes de representar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sim, mas o Conselho é uma instância superior. E, se o Conselho ratificou aquela decisão...

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – O Conselho não ratificou. O Conselho tomou conhecimento.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Não; se deu por satisfeito, o que é mais do que ter tomado conhecimento.

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Porque as medidas legais já haviam sido tomadas anteriormente sem se dar sequer informação ao Conselho. As informações só foram trazidas ao Conselho porque foram demandadas.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Dr. Pizzolato, acho muito estranho, sinceramente, que o senhor, como Conselheiro da Previ, como Presidente do Conselho da Previ, não tenha tornado público no momento em que o senhor tomou conhecimento. Apenas quando ocorre um conflito grave, que coloca o senhor no epicentro desse problema, em que o senhor se desliga do Banco do Brasil, o senhor vai a público para denunciar uma suposta irregularidade, uma suposta postura incorreta da Diretoria do Previ. Sinceramente, parece-me muito mais mágoa do que... Porque isso contraria toda a sua história, todas as denúncias que o senhor fez. O senhor sabe que a Previ agiu corretamente quando firmou esse contrato, porque, se ela não firmasse esse contrato, ela ficaria isolada entre os vários acionistas. Quer dizer, o contrato de PUT não pode ser analisado separadamente de todo esse contexto de disputa que se tornou uma verdadeira guerra, e não apenas um pequeno conflito entre Opportunity, Telecom Itália, Citigroup e a Previ liderando um conjunto de fundos de pensão.

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Deputado, eu não tenho essa certeza, porque o PUT é só de um lado. A Previ não tem...

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – É uma opção de compra.

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Então, a opção...

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Que favorece a Previ, na medida em que ela possa ampliar a sua participação no controle da empresa.

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Não, mas a recíproca... A primeira pergunta que eu fiz foi por que a recíproca não era verdadeira.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Porque interessa à Previ comprar ações, e não vender suas ações neste momento, para se fortalecer.

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Não, a Previ, Deputado...

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – O senhor sabe que a Previ está prestes a ter, junto com o Citigroup, o controle verdadeiro da BrasilTelecom. Está na última cadeia do processo decisório dessa árvore de fundos de pensão...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Bittar, concluindo, por favor...

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Eu não fui informado sobre isso. Por isso que eu estava tentando... E eu levei o assunto ao...

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sinceramente, o senhor apenas está defendendo tudo o que foi dito. Como é que o senhor foi diretor de *marketing* do Banco do Brasil, diretor da Previ, conselheiro da Previ, e diz que não sabe dessas coisas?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Eu não fui...

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Então, o senhor, sinceramente, ganhava R\$45 mil e estava pouco ligando para o que estava acontecendo no Banco do Brasil e também na Previ e no setor de telecomunicações. É o que eu posso concluir dessa sua expressão.

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Deputado, eu requisitei cópia do acordo e fiquei aguardando durante 60 dias, e não me foi entregue. Eu levei o assunto ao conhecimento do presidente do Banco, a quem eu deveria me reportar. O presidente do Banco chamou uma diretoria conjunta com a diretoria da Previ. Eu, por questões de normas internas e código de ética, não podia ir a público denunciar. Eu só pude depois de estar aposentado e depois de estar fora da Previ.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Olha, sinceramente, não há código de ética que se imponha, que se sobreponha a nossa consciência, Dr. Pizzolato.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Bittar, concluindo...

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Essa sua justificativa não encontra nenhum fundamento. Eu vejo nessa sua postura uma postura de mágoa e uma postura reativa de quem se viu, de uma hora para outra, questionado por sua atuação na diretoria do Banco do Brasil e por todo o contexto em que o senhor está envolvido.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – O Sr. Henrique Pizzolato pediu um tempinho. Então, interrompemos a reunião por cinco minutos.

(Suspende-se a reunião às 18 horas e 11 minutos.)

(Reabre-se a reunião às 18 horas e 25 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Reabrindo os trabalhos, eu chamo o Deputado Maurício Rands, que dispõe de dez minutos.

Eu gostaria, também, de enfatizar ao Sr. Henrique Pizzolato que ele está depondo aqui como testemunha, portanto, os posicionamentos do Sr. Henrique Pizzolato são importantes, em função das perguntas que estão sendo feitas pelos Parlamentares. E também, como é do conhecimento do Dr. Mário, em função das respostas, o Sr. Henrique Pizzolato pode sofrer sanções. Eu quero deixar isso muito claro, muito bem registrado na reunião de hoje.

Com a palavra o Deputado Maurício Rands, por dez minutos.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sr. Presidente, Sr. Relator, senhor depoente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, tenho muitas perguntas aqui, Sr. Pizzolato, então, eu pediria também esse exercício de concisão.

Eu começo sobre a compra do apartamento. O senhor declarou que comprou um apartamento na avenida Domingos Ferreira, em Copacabana, por R\$400 mil, sendo R\$300 mil em um cheque, portanto da conta do senhor, e R\$40 mil produto da venda de dólares que o senhor vinha acumulando para uma viagem ao exterior.

O senhor diz também na Polícia Federal, nesse depoimento prestado aqui no dia 8 de agosto, o senhor diz que os dólares foram comprados aos poucos no Banco do Brasil, do qual o senhor era diretor de *marketing*, durante mais ou menos um período de três anos.

Pergunto, inicialmente: essa compra de dólares foi registrada no Banco do Brasil?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Sim, Sr. Deputado. Tenho inclusive a maioria das cartas de câmbio comigo, e em meus extratos bancários todos constam operações de câmbio, valor e tal.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O senhor poderia, então, encaminhar uma cópia desses documentos à CPMI?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Sim, senhor.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – E com quem o senhor transformou esses US\$40 mil nos R\$100 mil?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Não foram... Os US\$40 mil não foram necessários no todo, foram aproximadamente... Eu vendia em agências de viagem, casas de turismo, que existem em grande número no

Rio de Janeiro, principalmente em Copacabana, à medida que eu acompanhava a flutuação do dólar.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – E o senhor tem comprovante dessas trocas da moeda estrangeira?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Não. São pequenas importâncias. Não há nenhuma necessidade de ninguém exigir nada...

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O senhor não guardou?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Não. E também ninguém exigia.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Agora, quero indagar sobre o saque dos R\$326.600,67. Em matéria publicada no dia 17 de julho do corrente, no **Correio Braziliense**, consta que o senhor teria recebido um telefonema de uma pessoa conhecida, mas que o senhor não conta quem é, pedindo que fosse ao Banco Rural buscar uns envelopes. Já à **Folha de S.Paulo**, alguns dias depois, no dia 24 de julho, o senhor disse: a pessoa se identificou dizendo que estava ligando em nome do presidente da agência – suponho a DNA –, Sr. Francisco Castilho. Já nesse depoimento do dia 8 de agosto, alguns dias depois dos da **Folha de S.Paulo** e do **Correio Braziliense**, o senhor diz literalmente que não se lembra do nome da pessoa que lhe telefonou pedindo este favor. Está aqui no depoimento. E diz também que a pessoa que lhe telefonou não disse o motivo de ser escolhido para prestar esse favor ao Sr. Marcos Valério. Então, na **Folha de S.Paulo**, o senhor menciona o presidente da agência, Francisco Castilho, que teria pedido que o senhor servisse de intermediário nessa encomenda. Já na Polícia Federal o senhor diz que é um favor ao Marcos Valério.

Em vista disso, pergunto inicialmente: o senhor sabe ou não sabe quem foi a pessoa que lhe telefonou?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – O nome da pessoa que me telefonou... foi um funcionário – isso já faz quase dois anos – que falou em nome da direção da DNA pedindo um favor para o Dr. Marcos Valério. A **Folha**, enquanto eu dava a entrevista...

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Em 24 de julho?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – ...me perguntou o nome do presidente da agência DNA. Então, eu relatei o nome do presidente da agência DNA.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Com todo respeito, Sr. Pizzolato, não é o que consta na matéria. Na matéria consta que o senhor teria relatado. Evidentemente o senhor é livre, sob as penas da lei, como disse o Presidente Senador Delcídio, a dizer que desdiz o que disse na **Folha de S.Paulo**. É

preciso verificar na fonte. Mas a **Folha** diz que o senhor identificou o Sr. Francisco Castilho como a pessoa que estava ligando para pedir o favor. Daí por que pergunto: foi em nome do Sr. Francisco Castilho ou foi em nome do Sr. Marcos Valério que o senhor recebeu esse telefonema pedindo a encomenda, para mandar buscar a encomenda?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Foi em nome do Dr. Marcos Valério. Eu disse que a pessoa se identificou como sendo da DNA Propaganda, Deputado.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Então, a que o senhor atribui essa discrepância factual entre o que relata a **Folha de S.Paulo** e o que relata o senhor na Polícia Federal e agora aqui na CPMI dos Correios?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Acho que houve apenas um pequeno lapso, talvez por a **Folha** ter-me perguntado o nome do presidente da DNA.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O senhor, em 2004, era um homem poderoso, era diretor de *marketing* do Banco do Brasil e presidente do conselho deliberativo do fundo de pensão daquela estatal, a Previ. Então, o senhor acha normal, o senhor não acha que é anormal, conforme o depoimento prestado à Polícia Federal, que a DNA solicite, por meio de uma pessoa supostamente desconhecida, pedir-lhe para desempenhar essa função de intermediário, de mero entregador de encomendas ao senhor, um diretor de *marketing* do Banco do Brasil? O senhor considera isso normal, como disse à Polícia Federal?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Deputado, eu prestei, na época, uma gentileza – hoje eu acho que fui usado – para uma empresa que prestava serviços ao banco há onze anos. É uma empresa contra a qual não constava nada que a desabonasse.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O senhor tem uma presença, uma carreira no Banco do Brasil de muito tempo. Então, o senhor saberia mostrar à Comissão qual é o volume equivalente... É evidente que pode variar pelas notas em que aquele volume de recursos se faz presente. Mas o senhor saberia estimar qual é o volume de R\$300 mil em moeda nacional?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – O volume de...

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Qual o volume físico de um montante de dinheiro equivalente a R\$300 mil?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – O que eu recebi, que o contínuo me entregou, foram dois envelopes, tamanho Ofício, lacrados. Eu supus que existissem dentro fitas de vídeo ou algum material publicitário.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Duas fitas de vídeo, o senhor sabe o volume, todos nós sabemos.

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Sim.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O que não sabemos é o volume de R\$300 mil. O senhor, então, afirma que é absolutamente distinto, é isso? Que o volume que o senhor recebeu não lhe permitiria supor que os envelopes contivessem esses valores em dinheiro?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Eu relatei no início, Sr. Deputado, que, pela experiência bancária, não poderia haver uma importância tão grande dentro daqueles dois envelopes.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – A que o senhor, então, atribui a diferença entre a versão que o senhor conta agora e a que foi publicada, por exemplo, no dia 8 de agosto, no **Correio Braziliense**, em que haveria alusão a esse volume da encomenda como sendo de duas fitas de vídeo – o que imagino ser diferente de um volume de R\$300 mil? A que o senhor atribui, então, que, na relação e nos depoimentos do Marcos Valério e de outras pessoas das agências, está feita uma menção de que teria havido um saque, por meio do Duda, que foi enviado pelo senhor ao Banco Rural, no valor, em espécie, de R\$326 mil?

O senhor disse que a encomenda equivaleria fisicamente a dois vídeos. E, na relação do Sr. Marcos Valério, diz-se que o senhor mandou o Duda, funcionário da Previ, recolher R\$300 mil em espécie. Como o senhor explica essa diferença de versões?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Não. Eu, em momento algum, disse que eu mandei... Eu não sabia que era tanto, Deputado. Eu não... Ninguém me informou. Disseram-me para apanhar documentos num escritório no centro da cidade.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – É isso que quero perguntar ao senhor.

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Eu disse que não poderia ir e perguntei se poderia mandar outra pessoa. Disseram-me que sim.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O senhor disse agora e na Polícia Federal que mandou o Duda para um escritório. Mas o Duda, no depoimento à Polícia Federal, no dia 2 de agosto, há poucos dias, disse que o senhor lhe passou o endereço do banco e o nome da pessoa a quem o Sr. Duda deveria se apresentar para receber essa encomenda. Por que o senhor omitiu, no depoimento à Polícia Federal, que estava mandando o Duda ao Banco Rural? Eu reli o seu depoimento. O seu depoimento diz que o senhor o estava mandando a um escritório. Evidentemente, um escritório é muito diferente de um banco, embora

um banco tenha também escritório nas suas dependências. Se alguém manda um contínuo a um banco, não o está mandando a um escritório. O senhor disse na Polícia Federal que estava mandando a um escritório, e o próprio Duda disse que o senhor o mandou a um banco e passou-lhe o endereço do banco. Como o senhor explica essa contradição? O senhor não estava omitindo na Polícia Federal o fato de já saber adrede que estava enviando o Duda a um banco e que, no banco, iria receber duas fitas de vídeo?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Não, senhor. Sr. Deputado, eu recebi a informação... Deram-me o endereço e o nome de uma pessoa – rua, número –, dizendo que era no centro da cidade. Eu passei isso ao contínuo, pedindo um favor. A pessoa me falou que eram documentos. Eu pressupus que dentro de cada envelope...

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Mas o contínuo afirma que recebeu do senhor o nome do banco e o nome de uma pessoa.

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Sim.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Quem era essa pessoa que o senhor disse ao Sr. Duda para procurá-la?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Eu passei o endereço e o nome, mas eu não guardei o nome, Deputado. Faz tanto tempo, não é? E são tantas coisas... Eu não me dei o trabalho. Não me passou pela cabeça que poderia...

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Eu acho estranho. É algo que nós vamos aprofundar. Eu acho estranho. Fica a impressão, Sr. Pizzolato, de que o senhor estava, naquele momento pelo menos, escondendo a informação que já tinha de que estava enviando o Sr. Duda para o Banco Rural, e não simplesmente para ir buscar vídeo. É o que fica pelos dados que existem na Polícia Federal, pelos depoimentos e pelas matérias jornalísticas.

Já concluindo, Sr. Presidente, vou fazer umas perguntas: Qual o seu papel como diretor de *marketing*? Quais eram os contatos? Como era que o senhor acompanhava a execução dos contratos com as agências do Sr. Marcos Valério?

O senhor disse, na Polícia Federal, que teve contato com o Sr. Marcos Valério cerca de oito ou dez vezes. Como era o seu contato? Qual o seu papel, como diretor, na execução desses contratos?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Por força de contrato, todas as agências que prestam serviço ao banco têm que ter um escritório em Brasília. Esse contato era praticamente diário e a pessoa que se reportava diretamente ao banco era o presidente da agência DNA, que era o Sr. Francisco Castilho, que,

toda semana praticamente, vinha a Brasília, tendo em vista que o branco era um dos grandes clientes.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Então, o seu contato era mais com o Sr. Castilho. E com o Sr. Marcos Valério?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Com o Dr. Marcos Valério, ele, como presidente da *holding*, como os presidentes das demais *holdings* – porque as três agências compõem *holding* –, quando eles vinham a Brasília, eles pediam uma visita de cortesia e vinham mais para conversar, perguntar como estava andando a agência ou fazer alguma reclamação, muitas vezes de que o faturamento...

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O senhor só tinha contato com ele na agência ou tinha outros contatos sociais e tinha alguma intimidade com o Sr. Marcos Valério?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Não, eu não tinha vida social. Eu ficava em Brasília e, nos finais de semana, eu acompanhava os eventos que o banco realizava...

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Então, eu concluo, Sr. Presidente.

Sobre o Sr. Ricardo Sérgio, ex-diretor da área internacional do Banco do Brasil, que foi acusado, em 2002, pelo Senador Antonio Carlos Magalhães, de ter feito a cobrança de uma propina de 90 milhões para viabilizar, na privatização do sistema Telebrás, o consórcio Telemar, no leilão de privatização da Tele Norte Leste, que ocorreu em 1998.

O senhor era diretor de seguridade da Previ nessa época, o fundo de pensão do BB. O senhor tem conhecimento desse fato? Qual foi a participação da Previ na constituição desse consórcio? Como é que se dava o processo de decisão no âmbito da Previ? A diretoria do BB tinha alguma influência? Essa influência era formal ou informal? E qual a relação do Sr. Ricardo Sérgio com a Previ na época?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Maurício Rands...

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Vou tentar responder...

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Eu sei que estou fazendo um exercício com o senhor para o senhor ser conciso, mas é esse o apelo que lhe faço.

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Vou tentar, porque já faz muitos anos. O Dr. Ricardo Sérgio representava, na época, as empresas participadas do banco, que era a Brasilcap e Brasilveículo. Então, ele participava, participou das reuniões na Previ para formação do consórcio. O consórcio foi formado pelos fundos de pensão, por essas empresas participadas

do banco, aí, o grupo La Fonte, o grupo Inepar e, se não me falha a memória, o grupo Andrade...

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Andrade Gutierrez.

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Andrade Gutierrez.

Depois houve essas denúncias. Nós reunimos alguns documentos. Fornecemos à Procuradoria os documentos internos que a Previ tinha, mas não existia nada, na Previ, não existia nenhuma prova material sobre esse ilícito, que nós tivéssemos tido acesso. Mas a gente encaminhou todas as atas, todos os documentos à Procuradoria e, inclusive, eu estive pessoalmente prestando depoimento, esclarecendo sobre toda a sequência do processo decisório.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Ou seja, o senhor concordava, na época, com a denúncia feita pelo Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Eu não cheguei a esse termo, Deputado. Eu, à época, discordava da forma como a Previ havia sido envolvida no processo de privatização porque, na realidade, a Previ tinha aportado recursos e não participava da gestão desses recursos. Nós estávamos, então, tentando recompor os poderes da Previ.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Obrigado, Excelência. Eu me reinscrevo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Senadores, Sr. Pizzolato, quero ser muito rápido para termos ambos os nossos tempos.

Quem indicou o Sr. Cerqueira César para a Diretoria de Logística e Tecnologia do Banco do Brasil?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Eu não tive acesso a essa informação, Senador. O Dr. Cerqueira César é de uma hierarquia superior. Ele era vice-presidente, eu era diretor. Quando fui indicado diretor, o Dr. Cerqueira César já estava indicado vice-presidente.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Mas os senhores eram muito ligados? Vieram a romper depois?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Não, senhor. Eu conheci o Dr. Cerqueira César no Banco. Não o conhecia antes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Se desentenderam no Banco mesmo?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Não, eu não tive... A minha área não tinha muita relação com a área dele, porque a área dele era de prestação interna do Banco, e eu me relacionava mais com as áreas de negócios.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Não houve nenhum desentendimento entre o senhor e ele na área de tecnologia?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Não, senhor.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Está bom.

Quem indicou o Dr. Rossano Maranhão, Presidente?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – A informação que tenho é que foi o Dr. Palocci.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Desde a primeira diretoria até a presidência?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Ele já estava na vice-presidência da área internacional do Banco.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Por indicação de quem? Quem fez a indicação?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Eu nunca tive essa informação, Sr. Senador.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – As decisões da Previ e dos demais fundos não mostram coerência com a defesa do pensionista – aliás, o senhor até diz isso em uma entrevista feita há pouco tempo –, e, sim, seguindo orientação de governo. Quem é que interfere nessas decisões?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – No período em que eu estive, agora, na presidência do conselho, o que eu sabia era que os presidentes dos fundos conversavam periodicamente com o Ministro Gushiken.

Eu nunca fui convidado para nenhuma reunião dessas.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – A imprensa mundial registra, e o Deputado Paulo Delgado – insuspeito, porque é do PT, partido de sustentação ao Governo – fez um pronunciamento ontem na Câmara que trata desse fato. Inclusive, vou mandar a cópia a V. Ex^a, Sr. Relator, porque eu acho interessante. Mostra que o Citibank convive hoje com dez escândalos em dez países diferentes. Agora, no Brasil, o Citi se envolve nesse acordo com a Previ que o Tribunal de Contas termina por considerar irregular. A impressão que nos passa é de que o atual presidente, Sr. Gustavo Marinho, quer importar para o Brasil esses métodos praticados pelo Citibank mundo afora com vários indícios de que quer carrear recursos para o mensalão.

V. S^a, como homem do conselho, presidente do conselho, alertou seus companheiros sobre o risco desse contrato, desse acordo da maneira como estava sendo praticado?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Sim, Sr. Senador. Eu, inclusive, levei ao conhecimento do presidente do Banco, a quem eu me reportava por ter sido indicado pelo presidente do Banco no conselho.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Até por dever de justiça, Sr. Presidente, quero fazer um reparo ao que disse o Deputado Bittar. Se, há dois anos, o Sr. Pizzolato alertou para um contrato que achou em uma gaveta e com qual ele não concordava, pelo que ele diz e a imprensa noticiou, ele teve a mesma atitude com relação ao acordo firmado entre a Previ e o Citibank. Dessa forma, essa história da fiscalização seletiva que se pratica é meio perigosa. Você toma uma atitude; em um determinado momento está coberto de razões, e no outro não está? Não. Ou ele foi coerente no primeiro momento e foi coerente no segundo ou, então, eu não sei a que quis chegar o meu nobre companheiro, por quem tenho uma grande admiração, até porque é o maior conhecedor dessa área de fundos de pensão que temos aqui, o nosso Bittar.

O senhor falou em Angra Partners. O que é Angra Partners e quem são os diretores? Eles vieram de onde?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Eu não posso lhe dizer, não tenho de memória todos os diretores. Eu os conheci na Previ, até porque o processo de contratação era de competência da diretoria executiva, em uma reunião em que eles foram contratados pela Previ para prestar assessoria e aconselhamento nas ferrovias de que a Previ participa.

Depois, alguns dirigentes estiveram também fazendo uma explanação para o conselho, falando sobre outros negócios da Previ na área de telecomunicações, e depois a diretoria da Previ nos informou que, com a destituição do Grupo Opportunity da gestão do fundo CVC, o Angra Partners havia aceito o convite para ser o gestor dos recursos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – De quanto foi esse contrato? O Angra Partners recebeu quanto para ser o gestor desse contrato?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Acredito que foi 2%. Era o mesmo índice do contrato anterior: 2% do valor dos ativos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Quem são os diretores de que o senhor se lembra, os principais? Vieram de onde? Trabalhavam antes onde?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – A diretoria nos informou que dois trabalhavam anteriormente no Citibank, mas eu não sei declinar o nome das pessoas, porque os contatos foram muito rápidos...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Quer dizer que a Previ contrata dois funcionários do Citibank, com quem era brigada até então, para administrar um fundo que vai vender para o Citibank? Eu só queria que ficasse isso registrado, Sr. Presidente. A verdade começa a aparecer. Vejam bem: contratam-se dois diretores do Citibank, ou dois funcionários do Citibank,

para gerir um contrato, um contrato futuro de um acordo feito e que V. S^a denunciou e que o Tribunal de Contas denuncia. Quer dizer, os próprios funcionários do Citibank são contratados pela Previ para isso.

Não sei onde está a CVM, não sei onde está a Secretaria de Previdência Complementar em uma hora dessas, Sr. Pizzolato. O senhor, que é do ramo, sabe o que estou dizendo com isso.

O senhor sabe que a grande maioria dos membros dos conselhos indicados pela Previ é de sindicalistas. Aliás, há um deboche muito grande, quando há reuniões. O senhor até é uma exceção, quero dizer isso. Estive este fim de semana na Embraer, perguntei se o senhor entendia do assunto e, para surpresa minha, disseram que entendia. Mas os trezentos ou quase trezentos indicados não entendem patavina das áreas em que estão representando o patrimônio do aposentado nos seus órgãos.

O senhor participou da escolha e da indicação desse pessoal. Nunca protestou e nunca reclamou por estarem colocando pessoas sem nenhuma qualificação para gerir o patrimônio de um fundo da importância da Previ?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Por várias vezes, Sr. Senador. O senhor poderá encontrar inclusive em atas...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – O senhor poderia mandar para a CPMI essas atas em que o senhor lavra seu protesto? Seria de muita importância.

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Eu não tenho de posse todas comigo, mas a Previ as tem.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – As que o senhor conseguir alcançar.

O senhor, no Governo passado, juntamente com o senhor... Ricardo Sérgio Rosa ou Sérgio Ricardo Rosa? Faço confusão.

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – O presidente da Previ é Sérgio Ricardo Rosa.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sérgio Ricardo Rosa. Bom, o senhor e ele foram afastados por uma intervenção no Governo passado. Foi nomeado um interventor. Contra esse interventor os senhores entraram com várias ações na Justiça, na Secretaria de Previdência Complementar, na CVM, e por aí afora. Depois, retomaram os postos. Ao retomarem os postos, pararam com as ações, não deram curso às ações a que tinham dado entrada contra os referidos senhores. E esse senhor foi nomeado assessor especial do Ministro José Dirceu. Por que isso?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Sr. Senador, quando houve a intervenção eu já não estava... Já havia vencido o meu mandato na Previ há três dias. Então

a intervenção. Então, a intervenção me atingiu como ex-diretor e depois não retornei mais à Previ...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – A culpa é do Conselho.

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – ...só retornei em 2003...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Mas, sendo do núcleo duro do PMDB, da intimidade pelo fato de participar do núcleo de arrecadação do Partido, não reclamou do Ministro José Dirceu ter colocado exatamente uma pessoa contra o qual entraram com ações judiciais, o fato de ele ter nomeado assessor no gabinete com acesso inclusive ao Palácio?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Eu não sabia que ele estava nessa função, Senador.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Ah, não sabia?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Nunca fui informado.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – É verdade que, no final de 2002, a LIC, que é aquele conjunto de normas que regem as instruções normativas do Banco do Brasil, proibia empréstimos a Partidos políticos – em 2002 – e que foi feita uma mudança exatamente para atender a esse empréstimo do PT?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Eu assumi no dia 17 de fevereiro de 2003, mas não participava das reuniões do Conselho Diretor do Banco. Então, eu não tenho essa informação para lhe dar, Senador.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Pois é. Porque, a partir de 2003, para facilitar o empréstimo com o PT, o Conselho Diretor, do qual V. S^a fazia parte, fez alterações num conjunto de normas de instrução da LIC. Eu queria apenas fazer esse registro.

Finalizando, Sr. Presidente, o Dr. Ivan Guimarães, como diretor do Banco Popular, gastou em publicidade R\$25 milhões. Ele tinha independência desses gastos ou passava pelo crivo de V. S^a?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Não, as decisões eram da Diretoria do Banco Popular. A Diretoria de Marketing apenas realizava, repassava para as agências os *briefings* e realizava os eventos conforme eles determinavam. Então, eles pediam, faziam uma demanda de uma campanha de lançamento do Banco, dizendo: “Olha, queremos lançar o Banco em cinco Estados.” Nós, então, demandávamos das agências de publicidade e apresentávamos a eles e discutiam. Mas o aporte de recursos e as decisões sobre os recursos sempre foram da Diretoria do banco.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – No ano de 2004, o senhor promoveu a contratação de uma série de *shows* pelo Banco do Brasil, um circuito que

percorreu várias capitais, várias cidades do Nordeste. O senhor se lembra de todos eles?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Nós realizamos, no Banco, o Circuito Cultural Banco do Brasil, que é um modelo. Nas grandes cidades onde o Banco não tem centro cultural, realizamos eventos culturais nas principais capitais do Brasil: no Norte, no Sul e no Oeste.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – O senhor se lembra quais foram os artistas contratados?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – É um conjunto muito grande, muito diversificado, Senador. Este ano...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Não, não. Em 2004.

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Em 2004, tenho a impressão que foram mais de 400 eventos que realizamos e havia muito alternância de artista, tanto cantores quanto artistas de teatro...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Relator, eu sugeria que V. Ex^a solicitasse ao depoente que remetesse a relação completa dos dias e datas desses *shows*, porque coincidem com o período eleitoral.

Estou lhe fazendo essas perguntas porque o Dr. Delúbio esteve em Teresina e um dos apresentados lá foi o Arthur Moreira Lima, e mais uns dois que estou tentando me lembrar – mas vou conseguir. Lembro-me que o Partido de V. S^a pediu *shows* para a campanha e eles recomendaram que fosse procurado o senhor para a realização desses *shows*. E o Arthur Moreira Lima foi e outros foram. E esse circuito, parece-me, espalhou-se pelo Brasil inteiro.

Portanto, é importante que a relatoria requisi-te esse circuito. Eu tinha um número bem menor, Sr. Presidente. Eu pensava que havia sido só 100 *shows*, mas são mais de 400, conforme ele mesmo nos afirma aqui. É um volume muito grande e gostaríamos de saber exatamente onde esses *shows* foram feitos. Acho que é da maior importância para que continuemos a tirar algumas conclusões do que está se tentando apurar aqui.

No mais, quero dizer a V. S^a que ninguém pode acusá-lo das respostas. Pouco lhe perguntaram. A objetividade hoje, a inspiração, Sr. Presidente, hoje aqui faltou. De forma que eu, até com receio de ter incorrido no mesmo erro, peço a V. Ex^a que me reinscreva.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Heráclito, V. Ex^a encaminhe, por favor, essa solicitação à Mesa.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Se o Sr. Relator, até por economia processual, achar por bem que deve fazê-lo é uma colaboração que dou para sua linha de investigação, caso contrário posso fazer,

mas o próprio Relator pode tomar a iniciativa. Eu não gosto de fazer obra e mostrar placa não, isso é coisa de governo que ...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – E este Relator tem procurado todos os autores das idéias, identificando-as. Mas, tudo bem.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Eu me sentirei prestigiado por intermédio de V. Ex^a

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Está certo. Pois não, farei isso.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Vou chamar o Deputado Carlos Abicalil. (Pausa.) Deputado Asdrubal Bentes. (Pausa.)

Vamos começar com os suplentes: Deputado Alberto Fraga, depois Deputado Silvio Torres. Dez minutos.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, Sr. Depoente, começo, Sr. Henrique Pizzolato, indagando do senhor o que acha dessa manchete do **Valor Econômico**, que diz: “TCU suspende contrato entre Citigroup e fundos”? O senhor já tomou conhecimento disso?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Não. É de hoje essa matéria?

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Exatamente, de hoje.

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Não tomei conhecimento.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Não tomou.

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Não tomei conhecimento.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Acho que, para sua satisfação e para a decepção de alguns, muita gente tem me perguntado o que me motivou, porque sou da área da segurança pública, mexer com essa questão.

Eu vi a sua entrevista na **Folha**. Em alguns trechos da sua entrevista – e não faço aqui nenhum tipo de pergunta aos depoentes ou testemunhas baseado no que a imprensa solta, não porque não confie na imprensa, mas porque acho que é requestrar uma coisa que as pessoas podem até se preparar para responder –, o senhor diz aqui, num determinado momento, o que teria de errado nesse acordo dos fundos de pensão com o Citi. E o senhor responde: “Encaminhamos o acordo porque os fundos são obrigados a comprar a parte do Citi, mas o Citi não é obrigado a comprar do fundos e isso não foi especificado. Há informação de que o acordo valeria US\$200 milhões, o indexador usado é o IGPDI, que leva em conta a variação cambial” etc etc etc.

Enfim, isso aqui foi a fundamentação e a motivação que me levou a apresentar uma ação, uma representação ao Tribunal de Contas de União. Notifiquei, comuniquei, a esta CPMI que estava dando entrada nessa ação. E o TCU, de uma maneira unânime, não houve sequer discussão do assunto, mandou suspender os contratos; contratos em que, no meu modo de ver – sou leigo no assunto, neófito no assunto –, percebesse que o acordo foi feito de maneira espúria.

E, antes de entrar no mérito da coisa, queria ler aqui um texto sobre o qual os Srs. Senadores e Deputados poderiam fazer uma reflexão do que fazem com o Parlamento brasileiro. É uma cláusula do PUT, daquele contrato, daquele acordo, diz o seguinte: “O cumprimento das obrigações dos fundos de pensão, sob este contrato, poderá ser exigido independentemente de qualquer regulamentação ou legislação que estabeleça limites, condições ou restrições de participações acionárias e a negociação de ações pelos fundos de pensão, incluindo quaisquer regulamentos editados pela Secretaria da Previdência Complementar ou qualquer órgão sucessor à Agência Nacional” etc etc etc.

Isso equivale dizer, Sr. Henrique Pizzolato, que a lei não vale. A lei que nós aqui, que esta Casa faz, não tem valor nenhum para esses cidadãos que administram os fundos de pensão. Ignoram qualquer tipo de legislação e colocam em um contrato, no meu modo de ver, um desrespeito, um flagrante desrespeito, à legislação, e pergunto ao senhor: Por que o senhor não impediu esse acordo o PUT, o denominado PUT?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Porque eu soube da existência desse acordo, Deputado, pela imprensa, quando o Citibank publicou fato relevante. O acordo já havia sido assinado e, estatutariamente, a Diretoria da Previ tinha competência para isso. Levei o caso, então, ao Presidente do Banco e liguei ao Presidente da Previ pedindo os esclarecimentos.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Mas o senhor sabe que pode ser responsabilizado por isso, não é? Porque o senhor era o Presidente do Conselho Deliberativo. O senhor é um funcionário público bem pago, por sinal, bem remunerado, mas o senhor se omitiu. O senhor se omitiu quando simplesmente só...

E o senhor diz uma fala aqui também que me impressionou. Vou reproduzir o que o senhor disse: “A **Folha** lhe perguntou: Por que o senhor não veio a público relatar o que acontecia?” E o senhor diz o seguinte: “Há uma série de restrições. Se um conselheiro procurar a imprensa, estando no quadro da ativa, pode ser punido. Eu agora estou aposentado.” Então o senhor mostra aqui receio. “O fato é que muitas vezes eles mandavam as coisas para serem aprovadas a toque-de-caixa ou seja **ad referendum**” Isso aqui

o senhor... Claramente o senhor declara que há uma ingerência por parte do Sr. Ex-Ministro Luiz Gushiken, sem falar naquela história de acima de R\$50 mil... O senhor não confirma mais essas declarações à **Folha de S.Paulo**?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Confirmo.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – O senhor confirma. Portanto, então, havia uma ingerência.

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Sim, senhor.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – E diante dessas irregularidades, dessas anormalidades, o senhor não notificou ninguém? O senhor não comunicou... Têm autoridades... Tenho aqui o modelo de um contrato e normalmente se faz cópias para o Presidente do Banco do Brasil, Secretaria da Previdência Complementar, Ministro da Previdência Social, Ministro da Fazenda, Presidente da Comissão de Valores Mobiliários, Presidente do Tribunal de Contas da União e Presidente da Anatel. O senhor não fez a comunicação para nenhum desses órgãos. O senhor foi omissos.

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Deputado, primeiramente comuniquei ao Conselho. O Presidente da Previ veio até o Conselho e justificou que, com base no art. 19 do nosso Estatuto, como os valores eram inferiores a 5% dos recursos da Previ, não havia necessidade de informar e submeter ao Conselho. Nos apresentou inclusive um parecer jurídico. Independente disso fui ao Presidente do Banco e informei o Presidente do Banco de que o Conselho estava desconfortável com a situação...

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – E mesmo assim não adiantou nada?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – O Presidente, então, convocou a Diretoria da Previ para uma reunião para prestar esclarecimentos.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – O senhor tinha medo do Sr. Sérgio Rosa? Ou tem? (Pausa.) Sérgio Rosa, Presidente da Previ.

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Não, senhor. O que eu cobrava era mais respeito ao Conselho e que a liturgia entre as instâncias fosse respeitada. Há uma dezena de registros em atas de que os documentos deveriam chegar em tempo hábil para que fossem distribuídos para os conselheiros, fossem analisados e os conselheiros pudessem se manifestar.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Sr. Henrique, a sua aposentadoria. A aposentadoria é uma coisa normalmente calculada, planejada. A sua foi planejada, espontânea, ou foi imposta? Por que o senhor se aposentou assim tão repentinamente com um belo salário e, coincidentemente, logo após essa onda de denúncia, essa confusão toda? O que o fez, sinceramente, pedir a aposentadoria?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Sr. Deputado, fiz uma carta ao Presidente do Banco, no dia 14, informando que a minha situação pessoal estava muito fragilizada, extremamente ameaçada, porque a imprensa vinha divulgando dados da minha declaração de Imposto de Renda, dados de meus cartões de crédito...

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Dados pessoais, não é?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Dados pessoais e que eu entregava ao banco sob sigilo. Isso estava expondo meus familiares e a mim a muitos riscos...

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – E resolveu? Não resolveu.

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Eu já havia testemunhado o caso de um colega do Banco que fora seqüestrado no Rio de Janeiro que passou mais de ano em cativeiro. Foi localizado por um...

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Por um acaso?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Por uma coincidência, por sorte, porque a Polícia buscava um outro seqüestrado e acabou encontrando. Eu não tinha mais o direito de me expor e de expor minha família.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Eu compreendo.

Eu vou fazer esta pergunta, porque eu também já sofri esse tipo de insinuação. Chegaram a noticiar que o senhor foi comprado pelo Sr. Daniel Dantas. É verdade?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Houve insinuações, mas isso não guarda nenhuma lógica, Sr. Deputado. Eu fui a única pessoa na Previ – e, pelo que eu tenho notícia, no Brasil – em que foi pedido... O Sr. Daniel Dantas, o Opportunity pediu meu afastamento de um conselho, por eu ter votado de acordo com a orientação do acionista. Eu fui...

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Contra o Daniel Dantas?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Eu fui excluído do conselho a pedido de...

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – O senhor conhece Daniel Dantas?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Nunca estive com ele.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Eu também não, mas, infelizmente, um mau segmento da imprensa, diante de um fato tão grave como esse que o senhor denunciou... Eu posso pertencer à sua Bancada, porque, quando eu entrei com uma ação, foi em socorro ao que eu ouvi o senhor dizer, mas alguns péssimos jornalistas – já é costume na nossa sociedade – tentaram até me fazer uma ligação, dizendo que eu, inclusive, sou da Bancada do Sr. Daniel Dantas. Não

o conheço, mas já estou começando a acreditar que seja um homem muito poderoso, porque, em tudo que acontece contra este Governo ou em alguma coisa, o Sr. Daniel Dantas sempre é acusado de participar. Esse foi o motivo da pergunta.

Vou encerrar, Sr. Presidente, com uma última pergunta. Não seria uma obsessão? A pergunta é essa. O senhor não acha que essa confusão toda não seria uma obsessão da Previ em derrotar esse empresário e agora dono de uma Bancada também aqui no Congresso Nacional, que compra as pessoas, como foi dito pela imprensa? Não seria obsessão da Previ derrotar o Sr. Daniel Dantas, o todo-poderoso Daniel Dantas? O que o senhor acha?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Eu posso apenas lhe falar do meu testemunho pessoal de que o Sr. Daniel Dantas tentou, de todas as formas, na época, prejudicar-me na Previ. Afastou-me do conselho, fez denúncias à imprensa completamente infundadas. Inclusive, eu fui alertado. Fui espionado uma época e fui alertado para tomar muita cautela.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Muito bem.

Sr. Presidente, encerro, agradecendo a paciência e dizendo que, na verdade, o que fiz, há quatro ou cinco dias, confirmou-se ontem no plenário do TCU, por unanimidade. O contrato foi suspenso. Esse acordo não pode prosperar. Portanto, acho que conseguimos, com a ação do TCU, economizar uma boa parte do dinheiro do servidor, que seria certamente desviado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra o Deputado Silvio Torres. Dez minutos.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados, Sr. Depoente, a primeira coisa que eu queria dizer é que já apresentei um requerimento a esta Comissão, solicitando que se determine a quebra dos sigilos bancário, telefônico e fiscal dos últimos cinco anos do Sr. Henrique Pizzolato. Eu não sei se a Polícia Federal já tomou essa providência, mas estou tomando essa providência pela CPML.

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Eu já autorizei, Sr. Deputado.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Ótimo, mas é que nós não os obtivemos até agora, razão pela qual estou complementando.

Vou resumir um pouco aquilo que ouvimos. O senhor declarou aqui e na Polícia Federal que uma pessoa – que o senhor não conseguiu identificar, da DNA – ligou para o senhor solicitando um favor; que o senhor transferiu esse favor para uma outra pessoa, que era sua conhecida, que é o Sr. Duda. Essa pes-

soa foi lá e retirou um pacote para o senhor e levou-o a sua casa. Depois, o senhor recebeu uma pessoa em sua casa, na portaria do prédio, à noite, que não se identificou, não deu nome, carteira de identidade, nada, e O senhor permitiu que essa pessoa subisse até o seu apartamento sem saber quem era e aí entregou a ela um pacote, que também o senhor não sabia qual era.

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Não. A pessoa se identificou na portaria...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Ela se identificou na portaria?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Ela se identificou na portaria, dizendo que era do PT.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Isso foi o suficiente para o senhor autorizá-la subir ao seu apartamento?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Sim porque eu estava aguardando uma pessoa. Aí, quando a pessoa chegou ao meu apartamento e disse: “Olha eu sou do PT, vim buscar os documentos da DNA.” Eu o entreguei.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – O senhor faz isso constantemente? A portaria autoriza subirem as pessoas que não se identificam com nome, RG, nada? No seu prédio é possível todo mundo subir assim?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – RG eles nunca pedem. A pessoa sempre fala o nome e fala...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – A pessoa falou o nome para o porteiro?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Falou o nome para o porteiro.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – O porteiro não falou para o senhor, então: “O Sr. João tá aqui.” Ele falou: “A pessoa do PT está aqui.”

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Ele falou, Deputado, mas como faz tanto tempo... eu não...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – O senhor não grava o nome de uma pessoa a quem o senhor entregou um pacote em confiança? É isso o que o senhor quer dizer?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Eu não tinha, porque estava aguardando uma pessoa que viesse buscar...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Não precisa mais responder. Eu só queria confirmar. O Sr. Duda trabalhou com o senhor quando o senhor era Diretor de Seguridade da Previ, de 1998 a 2002.

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Sim, senhor. Trabalhou na empresa...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Na empresa terceirizada.

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Sim.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Ele era a pessoa de confiança do senhor?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Não, senhor.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – O Sr. Duda não era da sua confiança?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Não. Ele era um contínuo. Eu tinha assessoria de confiança e tinha a secretária.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Sim, mas o senhor se utilizava dele para algumas tarefas de confiança ou não?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Não. Quem sempre se reportava a ele eram as secretárias.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Bom, ele declarou, em seu depoimento, que freqüentemente entregava documentos na sua casa, na sua residência ao senhor e a sua esposa. É correto isso?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Sim. Correspondências, pautas, era muito normal eles mandarem um contínuo. Uma vez, ia ele, outra vez ia outro e deixava...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Ele era pessoa da sua confiança?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Não, era um prestador de serviços. Poderia ser ele como qualquer outra pessoa...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Seria como uma outra pessoa qualquer?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Seria como um outro contínuo. Havia vários contínuos que...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Por que razão o senhor emprestou R\$18 mil para ele para ele comprar uma casa?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Porque a secretária me informou, isso foi em 2001, 2002, que ele morava em uma região que sofria constantemente alagamento, isso estava trazendo muito transtorno. Ele havia tentado várias vezes financiamento junto ao Sistema Financeiro e a renda dele não comportava. Ele havia recebido uma recusa na última tentativa que havia feito. Aí...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Então, o senhor ficou com pena dele?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Eu disse que tinha recursos na caderneta de poupança e que, nas mesmas condições da caderneta de poupança, eu poderia auxiliá-lo, poderia prestar esse favor a ele...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – O senhor emprestou em que condições? Com juros da caderneta de poupança. Para pagar em quanto tempo?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Ele veio me pagando mensalmente o valor que ele pagava de aluguel.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Valor fixo?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Ano a ano ele reajusta um pouco.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Quando emprestou esse dinheiro o senhor declarou no Imposto de Renda? O senhor tinha um dinheiro na caderneta de poupança. Portanto, um dinheiro declarado.

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Sim.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – O senhor declarou que emprestou ao Sr. Duda R\$18 mil?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Não. Eu declarei como se tivesse sacado esse dinheiro esse dinheiro.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – O senhor declarou como se tivesse sacado. O senhor sabe quanto lhe deve, ainda?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Tenho mais ou menos um controle. No último controle, ele já me pagou em torno de R\$5.700,00 nesses três anos.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Fiz uma projeção, já que o senhor não sabe, quem sabe ajuda. Ele teria pago, se fossem R\$250,00, cerca de R\$9.500,00 e deveria ao senhor ainda – até 2011 se ele continuasse pagando cerca de R\$250,00 –, cerca de pouco mais de R\$20 mil. Isso para uma pessoa que o senhor não conhece, como outro qualquer, a quem o senhor emprestou dinheiro. E não tem mais nenhuma ligação com ele. Foi por acaso que o senhor o telefonou para ir buscar um documento no centro do Rio de Janeiro e levá-lo até sua casa.

O senhor quer que acreditemos em sua história, depois do que já foi dito aqui? O senhor é uma pessoa que exerce vários cargos, recebe R\$50 mil por mês e trata as coisas dessa maneira, ou seja, sem nenhuma consequência, sem a menor responsabilidade.

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Sr. Deputado, quero esclarecer. Liguei para a secretária do conselho...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Já ouvi a história. O senhor já a repetiu.

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – ... e pedi um contínuo. Ela, na hora, buscou...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – O senhor disse ao Sr. Duda que mandaria alguma pessoa ir buscá-lo e levá-lo lá?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Não.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Não. O senhor não falou.

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Não.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – O senhor Duda mente? (Pausa.) Ele não mente. É de sua confiança. O senhor emprestou R\$18 mil a ele. Pois é, mas ele declarou que o senhor, quando falou com

ele, avisou que o Sr. José Cláudio ia buscá-lo e levá-lo até sua casa. Foi a pessoa que levou para casa o próprio Duda. Ou o senhor está mentindo ou o Sr. Duda está mentindo.

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – O Sr. José Cláudio é um motorista de serviços gerais da Previ.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Foi o senhor que disse ao Sr. Duda que ele iria lá.

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Ele estava na Previ e o Sr. Duda pediu-lhe uma carona.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Não. O Sr. Duda disse que, quando o senhor telefonou, pediu-lhe que aguardasse. Está no depoimento, se o quiser ler. Disse-lhe que era para aguardar que o Sr. José Cláudio iria buscá-lo. Foi dito em seu depoimento na Polícia Federal.

Vamos continuar.

O senhor declarou que tinha uma renda de R\$45 mil por mês. Foi com ela que comprou um imóvel de R\$400 mil. Desse imóvel, o senhor pagou R\$300 mil com cheques e R\$100 mil em dinheiro. Os R\$100 mil o senhor teria pago com recursos que acumulou, reservas que o senhor tinha guardado, juntamente com sua ex-esposa, para fazer uma viagem de férias. É isso? O senhor mantém?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Junto com minha esposa. Vínhamos comprando... Ela comprou uma vez. E eu...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – O senhor se separou em que ano?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Comecei a comprar...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Não. Quando o senhor se separou da sua esposa?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Nunca me separei.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – O senhor é casado com ela?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Vivemos juntos há vinte e cinco anos.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Havia uma notícia no jornal em que era ex-esposa. Estou corrigindo.

Sr. Presidente, quero pedir-lhe que me dê algum tempo. Tenho uma pergunta sobre contratos. Prometo-lhe que serei bem objetivo.

O senhor, então, comprou. Essa parte em dinheiro o senhor guardou do salário que tinha, de anos anteriores?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Sim, senhor,

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Agora, o senhor declarou que ganhava R\$4 mil por mês, no banco. E mais R\$4 mil como conselheiro da associa-

ção. O senhor ganhava R\$8 mil por mês. Foi o que o senhor declarou até 2003, quando o senhor tornou-se Diretor de Marketing do Banco do Brasil e conselheiro da Embraer. A sua esposa trabalhava ou trabalha?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Não, senhor. Nesse período, eu ocupava o cargo de Diretor da Previ. Eu ganhava na ordem de R\$13 mil.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Na sua declaração, o senhor falou que eram R\$4 mil.

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Não. Em torno de R\$4 mil líquidos eu ganhava agora, como conselheiro da Previ. Na época em que fui Diretor da Previ...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Antes de 2003, o senhor ganhava quanto, então?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Tenho minha declaração de Imposto de Renda. Creio que minha renda anual foi da ordem de R\$400 mil.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Antes de ser Diretor da Previ, o senhor já ganhava R\$400 mil? Antes de ser diretor do Banco e de ser conselheiro da Embraer? O senhor ganhava R\$400 mil por ano?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Em torno disso. Eu tenho cópia das minhas declarações de Imposto de Renda. Eu ganhava como Diretor da Previ e ganhava como Conselheiro do grupo Guaraniana.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Mas o senhor sabe que, para dar esse dinheiro, o senhor precisava ganhar R\$40 mil por mês. O senhor ganhava R\$40 mil por mês?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Eu acho que em torno disso. Eu somei, Sr. Deputado, meus ganhos salariais estão todos....nos últimos cinco anos....

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Bom, nós vamos ter que conferir na sua declaração, porque não bate. As suas declarações lá não batem.

Sr. Pizzolato, queria agora passar para a questão dos contratos.

Depois que o senhor assumiu a direção de marketing do Banco do Brasil, o senhor realizou quantas concorrências públicas para a verba do Banco do Brasil de propaganda e marketing e outros serviços?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Quando eu assumi, Sr. Deputado, uns três dias antes, o Conselho Diretor do Banco havia prorrogado os contratos por seis meses.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Até setembro.

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Isso. Aí eu realizei uma concorrência, que é uma concorrência legal, estipulada, porque o Banco realiza, de quatro em quatro anos, concorrência.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – O senhor realizou essa concorrência, depois de ter feito um adi-

vo, o Banco ter feito um aditivo de R\$142 milhões para a própria DNA e as outras empresas que faziam essa parte do Banco.

Em setembro, foram de R\$200 milhões, a concorrência que foi realizada de R\$200 milhões, que foi ganha pela DNA e pelas mesmas empresas que já tinham sido prorrogados os seus contratos. Quando chegou em setembro do outro ano, foi prorrogado por mais um ano, com as mesmas empresas. E, nesse tempo, o senhor realizou um aditivo nas pesquisas. Em dezembro de 2003, foi realizado um aditivo no contrato a incluir as pesquisas que o Banco realizava de mercado. O senhor concorda com isso?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Deixa eu tentar precisar um pouco.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – O nosso tempo é curto. Eu gostaria que.... Porque eu tenho que encerrar.

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Nós fizemos....

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Sílvio Torres, concluindo, porque....

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Vou encerrar, mas é que o depoente demora para responder, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Mas, infelizmente, vale para todo mundo, Deputado.

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Nós fizemos uma licitação pública, essa licitação permitia e permitia, os contratos permitem a renovação por três exercícios. Então foi renovado um exercício, e a verba de pesquisa é uma verba gerenciada por outra diretoria, a Diretoria de Estratégia e Organização.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Não, mas ela foi incluída no seu contrato. Está aqui o contrato. Olha. Eu tenho em mãos os contratos. Chegaram hoje, acabaram de chegar. Todos os contratos estão aqui, eu já examinei. Eu só queria perguntar se o senhor incluiu as pesquisas, porque o senhor é que assina.

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Sim. Sr. Deputado, as pesquisas eram feitas por agentes de publicidade, através de demanda, não da área de marketing, da área de organização e método.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – O senhor aumentou os contratos da DNA e dos outros com a pesquisa, foi isso que aconteceu.

Sr. Presidente, mais duas perguntinhas pequeninhas.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado, concluindo, porque nós temos ainda pessoas inscritas que estão há muito tempo aqui aguardando.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – O Conselho do Banco do Brasil, que o senhor fazia parte dele, da diretoria do Banco, aprovou o empréstimo para o Partido dos Trabalhadores para o famoso *leasing* dos computadores.

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Eu não fazia parte, Sr. Deputado.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – O senhor tomou parte dessa...?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Não. Não.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Não tomou parte.

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – O Conselho é o Presidente e os sete vice-presidentes. Eu não participava....

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – O senhor não participou dessa decisão.

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Não, eu não participava de nenhuma decisão. Eu só participava do comitê de marketing.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Está bom, Sr. Presidente! É só isso, então. Eu agradeço a sua....

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Muito obrigado, Deputado Silvio Torres.

O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Pela ordem, Deputado Fleury.

O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, eu queria, antes de mais nada, dizer que, por uma questão, por uma problema de saúde, eu, que sou suplente desta Comissão, não pude participar dela desde o início, e agora, dado o ritmo que os senhores imprimiram e como fui designado para outra CPMI, estou participando mais da outra.

Mas eu peço a atenção do senhor e dos senhores e senhoras, para um documento que...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Mas, Deputado Fleury, o senhor está participando da outra, porque o nosso ritmo é menor ou é porque o nosso ritmo é maior?

O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP) – Não, é porque os senhores já estão muito à frente. Seria como entrar para bater um pênalti contra a Itália, sem estar aquecido, e, provavelmente, a gente não consegue fazer os gols que os senhores estão fazendo.

Mas, Sr. Presidente, eu trago aqui e vou encaminhar a V. Ex^a e ao Sr. Relator, documento que foi recebido na Liderança do PTB na Câmara dos Deputados, que trata de um assunto que foi objeto deliberação

inclusive nesta Comissão. Por ser pertinente, eu peço a V. Ex^a para ler rapidamente.

É um documento dirigido ao Exm^o Sr. Procurador-Geral da República, e diz o seguinte:

“Maurício Marinho e seus advogados José Ricardo Baitello e Sebastião Coelho da Silva vem, respeitosamente, perante V. S^a, para expor e requerer o seguinte:

Como é de conhecimento público, o requerente foi gravado ilegalmente em seu local de trabalho na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, tendo havido divulgação do fato pela Revista **Veja**. Em consequência, foi ouvido na Polícia Federal, Ministério Público Federal e CPMI dos Correios do Congresso Nacional.

Em face de deliberada ação pública no sentido de lhe indicar como único responsável pelas inúmeras regularidades que de fato existem nos Correios, resolveu colaborar com o País e limpar a sua honra, especialmente junto aos seus familiares.

Assim, espontaneamente, compareceu ao Ministério Público Federal e celebrou acordo de cooperação com o Exm^os Srs. Procuradores da República, Drs. Bruno Caiado de Acioli e José Alfredo de Paula Silva, no sentido de que sequer será denunciado, isso porque a sua participação em fatos dos Correios limita-se ao contido em gravação ilegal, que não pode embasar ação penal.

Na seqüência, passou a detalhar os contratos que indicou na CPMI dos Correios e que foram decisivos para mudar o rumo das investigações, como também as formas que possibilitarão a eliminação de práticas ilícitas no setor público.

Em comum acordo com os Srs. Procuradores da República, para a manutenção do sigilo, o requerente e seus advogados, ora subscritores, sequer ficaram com cópia do termo de declaração.

Para fazer comprovação junto a órgão públicos, requereu certidão, em 12 de agosto de 2005, cujo expedição em 16 de agosto de 2005, comprovam o comparecimento à Procuradoria da República, no Distrito Federal, nos dias 6, 10, 29 e 30 de junho e 1^o, 4, 5, 6, 8, 11, 12, 13, 14, 15 e 19 de julho de 2005.

Surpreendentemente, nesta data, o Jornal **O Globo**, em anexo, traz matéria que dá a entender que o seu conteúdo teria sido extraído das declarações de Maurício Marinho prestadas em segredo de justiça. Em sendo verdadeira a fonte da matéria divulgada, temos uma grave violação do dever funcional, na forma do art. 236, II, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, Lei Orgânica do Ministério Público Nacional.

Nesta oportunidade, Maurício Marinho reafirma o compromisso de sigilo e não assume qualquer responsabilidade pela divulgação da matéria. Em defesa

de sua honra, pois não pode a cada momento ser tido por mentiroso, afirma que explicitou aos Srs. Procuradores tudo o que falara na CPMI dos Correios e que não acusou o Deputado Roberto Jefferson ou qualquer outro Parlamentar de comandar esquema de corrupção em órgãos públicos.

O seu depoimento foi sobre fatos concretos, facilmente comprováveis em investigação séria.

Em face do exposto, requeiro a V. Ex^a a instauração do procedimento administrativo que julgar cabível pela falta cometida de violação de sigilo e, principalmente, a adoção de medidas para que o conteúdo do depoimento continue em segredo de Justiça.

Brasília, 18 de agosto de 2005,

Assinam José Ricardo Baitello e Sebastião Coelho da Silva, advogados, o Sr. Maurício Marinho. Faço chegar às mãos de V. Ex^a para que seja encaminhado aos membros desta Comissão.

Peço escusas por haver interrompido o depoimento, mas o fato é relevante. Gostaria de trazer à consideração de V. Ex^a. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Muito obrigado, Deputado Fleury. Estou encaminhando esse importante documento para o Relator, Deputado Osmar Serraglio, pela relevância do informe, esse ofício encaminhado ao Procurador-Geral da República.

Para começar a concluir os nossos trabalhos, chamo o Deputados João Fontes. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado José Eduardo Cardozo, por 10 minutos.

Temos reinscritos a Senadora Heloísa Helena e o Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, que aqui não se encontram. E o último reinscrito é o Senador Heráclito Fortes. Assim, encerro a reunião de hoje com o Deputado José Eduardo Cardozo e a reinscrição do Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – V. Ex^a gosta de me deixar por derradeiro, mas eu acabo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Como diz o inglês, por último, mas não menos importante.

Com a palavra o Deputado José Eduardo Cardozo.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Esta Comissão está fazendo muito bem a V. Ex^a. Parabéns.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Sr. Presidente, meus cumprimentos ao depoente, Sr. Henrique Pizzolato. Inicialmente, gostaria de dizer, Sr. Henrique Pizzolato, com toda franqueza, que estou muito pouco satisfeito com o depoimento de V. S^a. É difícil, realmente, dar credibilidade, com a devida vênia, a devida licença, à explicação que V. S^a tem dado

a alguns fatos. Por isso, quero repisar alguns fatos, seja para ver se encontro mais consistência na tese sustentada por V. S^a, seja para que V. S^a tenha oportunidade de mudar a versão.

V. S^a disse que recebeu aquele pacote, não sabia que tinha dinheiro dentro, não sabe precisar quem lhe telefonou, não sabe precisar a quem o senhor entregou. Passado um mês, V. S^a adquire um apartamento pagando, em dinheiro, dizendo que os R\$100 mil que custearam o apartamento são provenientes de US\$40 mil que V. S^a vendeu porque tencionava fazer uma viagem de aposentadoria. Quanto tempo V. S^a demorou para acumular os US\$40 mil?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Aproximadamente 3 anos. Tenho os meus extratos bancários e boa parte das cartas de câmbio que comprei regularmente no Banco do Brasil.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Comprou regularmente?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Sim, senhor.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Todos os dólares que V. S^a comprou têm origem regular?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Sim, senhor.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Todos, sem exceção.

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Sim, senhor.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Eram apenas US\$40 mil que V. S^a tinha?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Que eu havia comprado, sim. Não chegava bem a US\$40 mil. Eu havia comprado aproximadamente US\$35 mil, e minha esposa havia comprado acho que pouco mais de US\$2 mil.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – V. S^a vendeu a quem os US\$40 mil?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Eu não cheguei a vender todos os US\$40 mil. Eu vendia, e o dólar na época começou a cair de preço, e eu vendia em casas de turismo, casas de câmbio que, no Rio de Janeiro, existem...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Portanto, vendia irregularmente?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Não, eram pequenas quantias e...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Eram regulares as vendas?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – A informação que eu tinha era de que sim...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – V. S^a tem o comprovante da venda?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Não, eu...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Veja, obviamente, quem tem comprovante da aquisição guarda comprovante da venda. O mais importante, para mim, Sr. Pizzolato, não é o comprovante da aquisição. É o da venda.

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Sim.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Porque o da venda, na data em que foi feita, mostrará que V. S^a não usou o dinheiro que recebeu da empresa do Sr. Valério para comprar o apartamento. V. S^a tem o comprovante da venda dos dólares?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Não, Sr. Deputado. Se eu vendesse no Banco do Brasil, não é, eles me pagariam menos, e eu tinha recursos – o senhor pode olhar pela minha declaração de Imposto de Renda –, eu tinha recursos, na minha...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– V. S^a declara que tem moeda estrangeira no Imposto de Renda?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – No imposto de Renda declaro.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Declara. E declara depois a venda disso?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – À medida que eu fui me desfazendo, sim.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Então, posso presumir, quando V. S^a vendia, V. S^a pegava os canhotos de comprovação de venda?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Não, isso é normal. Eu ia numa agência...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Mas as casas de câmbio fornecem o recibo de venda. Se V. S^a vendeu, sabe disso.

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Nunca me forneceram.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Nunca forneceram. O senhor vendia pessoalmente os dólares?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – A grande maioria sim.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Vendeu quando?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Eu vendia, eu olhava, vendia 500, vendia 1.000, e a maioria das vezes eu passava em várias casas e dava uma olhada, mais ou menos, no preço...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Quanto tempo o senhor demorou para vender os US\$40 mil?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Uns três meses, em torno disso.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– E o senhor foi guardando dinheiro em casa?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – A maior parte... Sim, senhor.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Veja como é curioso: o senhor vendia dinheiro porque o dólar está desvalorizando e não colocava em banco para aplicações imediatas. O senhor é um bancário, um diretor de banco, por que o senhor não colocava em banco para aplicações imediatas?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Porque eu já estava verificando um imóvel para comprar, e o que eu ganharia não daria, basicamente, para pagar o CPMF.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Mas veja que coisa curiosa: o senhor vende, picado, os US\$40 mil. Se era para comprar um apartamento, por que não vendia tudo de uma vez? Vendia picado para não perder dinheiro, porque não sabia quando ia comprar o apartamento. No entanto, preferia guardar o dinheiro em casa, ao invés de colocar em banco, com aplicação. Não é estranho?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Quando o prazo é pequeno, Sr. Deputado, não é.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Três meses é pequeno?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Não, eu não vendi todos, eu fui vendendo aos poucos...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Mas então...

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – ... e eu não queria vender tudo porque havia uma flutuação, eu estava acompanhando, um pouco, o preço.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Mas veja: não era mais rentável, se o dólar estava em queda, o senhor vender o dinheiro, os US\$40 mil de uma vez, e colocar no banco? No entanto, o senhor foi vendendo picadinho, sem recibo, sem demonstração, e guardando dinheiro em casa, com todo o risco que essa operação envolve. Para alguém que trabalha em banco, é no mínimo estranho, Sr. Pizzolato.

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Sr. Deputado, o dólar, ele não... Ele não mantém um preço, sobe ou desce, ele flutua. Então, eu acompanhava...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Se ele flutua, por que o senhor vendeu, antes do apartamento, três meses antes? É que o senhor mesmo acabou de dizer que vendeu porque estava em desvalorização.

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Sim, porque o dólar, no início do ano, estava aproximadamente R\$4,00 e, no final do ano, ele estava a R\$3,00. Os indicativos eram de que, no ano de 2004, o dólar continuaria caindo. Esse era o cenário.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Ou seja, o senhor, como um bom aplicador de dinheiro, achou que o melhor caminho era vender o dólar e deixar o dinheiro em casa, sem nenhuma aplicação financeira, com os juros da forma em que estavam?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Por um pequeno prazo, sim.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Se o senhor não sabia quando ia comprar o apartamento, como o senhor mesmo confessou, como o senhor poderia, então, deduzir que seria um pequeno prazo?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Não, não. Eu sabia, eu estava verificando e negociando...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Já tinha escolhido o apartamento?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Hein?

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Quando o senhor começou a negociação com o apartamento?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Não, eu estava verificando apartamento e negociando preço.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Quando o senhor começou a negociação, em que data?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Olha, foi janeiro-ro, início de janeiro ou final de dezembro.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Final de dezembro?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – É, final de dezembro, início de janeiro.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Quando o senhor formalizou a proposta pela aquisição?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Como eu viajava muito, acho que eu formalizei no final de janeiro, início de fevereiro.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Depois, portanto, que o senhor teve aquela operação estranha dos pacotes?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Não, senhor. Eu não fiz operação, Deputado, eu não tinha...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Não, onde o senhor serviu de correio para encaminhar para o PT o dinheiro.

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Sim, mas eu tinha a renda, Deputado. Se o senhor olhar meus extratos bancários, o senhor pode verificar que eu tinha aplicação, no mesmo fundo que eu saquei os 300 mil, eu tinha, no final do ano, praticamente, uns 400 mil aplicados. Eu tinha em outros fundos também.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Veja, então agora o senhor acaba de se contradi-

zer definitivamente. Se o senhor tinha esse dinheiro aplicado, por que V. S^a vendeu os dólares e deixou o dinheiro sem aplicar? Qual é a lógica?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Porque eu teria que depositar o dinheiro no banco e, como eu estava em negociação, eu teria que vender, primeiro, os dólares todos de uma vez, o que é difícil, e eu correria o risco porque...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– É difícil vender US\$40 mil?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Eu acho difícil.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Por que é difícil?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Eu nunca fiz uma operação dessas. Eu sempre o que eu fazia eram pequenas importâncias porque eu olhava o preço, chegava numa casa de câmbio...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Vendia e deixava em casa, vendia e deixava em casa, vendia e deixava em casa...

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Sim, porque se eu fosse até o banco eu pagaria CPMF, criaria uma série de transtornos.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– E os juros bancários seriam inferiores ao que o Sr. pagaria de CPMF para um depósito e um saque?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Sim, porque eu estava em fase final de negociação.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Em três meses?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Não.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Veja Sr. Pizzolato, é uma tese difícil de ser sustentada. O meu tempo está acabando, Sr. Presidente, mas o Sr. pretender que esta Comissão acredite que V. S^a pegou um dinheiro apenas para servir a alguém, que não sabe quem é, pediu para um *office-boy* pegar um pacote que o Sr. não sabe o que tinha dentro – o que no mínimo é uma imprudência-, que um homem vivido, experiente e inteligente como o Sr. jamais cometeria, deixar na sua casa para que alguém que depois lhe liga – que o Sr. não lembra quem é – de dar um pacote e coincidentemente, nesse período, o Sr. vende dólares, não tem comprovante da venda, guarda em casa, no colchão de casa! Sr. Pizzolato, o meu tempo acabou e eu teria 40 minutos para perguntar cada detalhe para o Sr. e não estaria satisfeito com as respostas de V. S^a.

Lamento, mas a tese de V. S^a, pelo menos para mim, é absolutamente inconsistente e só levanta suspeitas – me desculpe Sr. Pizzolato – sobre o comportamento de V. S^a.

Sr. Presidente, gostaria de indagar ao Relator se já há requerimento sobre a mesa para quebra de sigilo bancário, telefônico...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Encaminhado pelo Deputado Sílvio Torres mas, de qualquer maneira, o Sr. Pizzolato já colocou à disposição.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Acho que seria muito importante que com a máxima urgência obtivéssemos a quebra desse sigilo porque realmente a situação se torna aguda após depoimento do Sr. Henrique Pizzolato.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Concluindo os nossos trabalhos, por cinco minutos, o Senador Heráclito Fortes.

Os reinscritos são cinco minutos, meu caro Senador Heráclito.

O SR. HERÁCLIO FORTES (PFL – PI) – O José Eduardo era a primeira vez?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Era a primeira vez, como V. Ex^a já teve a sua primeira vez.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, queria voltar a perguntar ao Sr. Pizzolato sobre essa empresa misteriosa chamada Angra Partner. O contrato firmado com a Previ e Angra Partner, em caso de sucesso, dá um prêmio de 70 milhões à Angra Partner?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Esse contrato foi realizado pela diretoria executiva e não tive acesso ao contrato e não tenho como lhe prestar essa informação. A informação que a diretoria nos deu foi de que a taxa de administração seria 2% e não tenho informação sobre a taxa de sucesso.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Daria quanto esses 2%?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Os recursos hoje são da ordem de 280 milhões, porque esses números variam e seriam 2% ao ano.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – V. S^a tem conhecimento de um contrato feito pela Angra Partner com advogados e quais os escritórios de advocacias contratados pela Angra Partner para defender nessa questão envolvendo ela, a Telecom e Oportunity?

O SR. HENRIQUE PIZZOLATO – Eu não tenho conhecimento, isso também não era da alçada do Conselho. Sabia que Previ tinha contratos com a Bucater Camargo Advogados e com Fittner Advogados, que já vem assessorando nessa área jurídica há mais tempo.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Pois a FIA, os dois advogados tenho certeza de que estariam felizes se estivessem nessa causa. Um contrato fan-

tástico. Imagine que, no primeiro semestre, os gastos vão de 180mil, 127, 300 e aí pula para 2 milhões e, durante 12 meses, R\$1.000.150,00, tirados do bolso do contribuinte, do bolso do aposentado.

Essas coisas, Sr. Presidente, precisam ser esclarecidas. Acho que a importância da participação do Dr. Pizzolato aqui foi grande, a pergunta feita não só pelo Deputado Maurício Rands como as respostas que ele deu, a afirmação de que a influência do Sr. Gushiken nos Fundos de Pensão é efetiva, e é claro, Sr. Pizzolato, secretário, até então Ministro das Comunicações, indicou quem? Um ex-companheiro de escritório, um ex-chefe de gabinete para dirigir a Secretaria de Previdência Complementar. E quiseram fazer, Sr^{as} e Srs., uma das manobras mais ousadas de que se tem notícia no Parlamento brasileiro: por meio de uma medida provisória, meu caro Deputado, mandaram para cá uma modificação da SPC, criando a Previc. A SPC era modesta, humilde para tratar de tantos fundos. E criaram um monstrengo que transformavam a SPC não em uma agência, mas num monstrengo em que o novo órgão não teria os seus recursos contingenciados. Diferentemente das atuais agências, como a Anatel, ANP, que estão passando necessidades, que estão sem poder fiscalizar as suas áreas porque os recursos são contingenciados. Aquela não, aquela teria os meios imediatamente à disposição. E a sofisticação de tudo, Sr. Presidente, o Diretor-geral não passaria pelo crivo do Congresso, era humilhante para ele, era indicação do Ministro da Previdência. Nunca vi uma coragem tão grande de se promover privilégio neste País como se tentou fazer. E querem mais novecentos cargos. Vinha no bojo da medida provisória e que se queria que se aprovasse da noite para o dia. Fomos contra, e agora nos chapearam de Parlamentares da bancada do Opportunity e não sei quem. Para mim não tem o menor problema.

Sou de origem, Sr. Pizzolato, de funcionário de Banco do Brasil. Tenho três irmãos no Banco do Brasil. Toda semana recebo aposentado na porta de minha casa espantado com o que acontece nesse Fundo, do qual V. S^a foi Presidente do Conselho até pouco tempo. Exatamente pela prepotência e pela arrogância de seu Presidente, de seu gestor. Considera-se mais forte que o Ministro da Fazenda, desafia, não respeita normas, não respeita regras. E usa a arrogância e a prepotência para intimidar as pessoas. Heráclito Fortes ele não vai intimidar, não. A mim, não. Tenho um mandato popular conferido pelo povo do Piauí. E isso é responsabilidade que pesa sobre os meus ombros. Ele pode fazer o patrulhamento que quiser. Agora, quero dizer uma coisa aqui, Sr. Presidente, e que venho dizendo há mais anos, não se falava em CPMI de

Mensalão, não se falava de nada. Um escândalo de Fundos de Pensão derruba qualquer governo. O que vimos até agora é uma simples amostra grátis do que está aí. Os contratos mal explicados, as aplicações feitas em compadrio com alguns corretores manjados, que operam em Brasília, Rio e São Paulo. Tenho certeza de que vai dar trabalho a se chegar no ponto G desta questão, mas tenham certeza, V. Ex^{as}, que na hora, Sr. Relator, em que a bomba estourar não sobra caco de Fundo para lugar nenhum.

E nunca vi nenhum governo, desculpe-me V. Ex^a, na época não tinha nem mandato, não fazia nenhuma política, um governo se esforçar para parecer tanto com o governo Collor como o atual Governo, até na sofisticação. No governo Collor quem tomava conta e quem tinha o poder supremo sobre os Fundos de Pensão era exatamente o então chefe da Abin, Sr. Pedro Paulo Leone, e deu no que deu. E foi naquela época que o Sr. Gushiken brilhou na Câmara defendendo os interesses dos Fundos de Pensão. Criou seu método, fez sua empresa, criou gosto pela coisa e quer, na Secretaria de Assuntos Estratégicos, administrar essa caixa-preta que é Fundo de Pensão. Acho que é um direito que lhe assiste, é forte, manda no Presidente da República, poderia muito bem pedir para o Presidente nomeá-lo Ministro da Previdência, para ter legitimidade de administrar aquilo que gosta, mas não indevidamente e da maneira como as coisas estão sendo feitas.

E agora, Sr. Presidente, aparece ontem o Deputado Paulo Delgado aqui. Quero registrar o fato de ter tido a coragem de fazer o pronunciamento que fez, denunciando esse Citybank, que vem aqui com arrogância, com prepotência e com os mesmos métodos que usou no México, em parceria com Salinas, no Chile, usou na Argentina, usou no Japão, na Indonésia. E nós estamos ouvindo a isso tudo calados. É hora de o Governo e de o Congresso Nacional assumirem a responsabilidade de dar um basta nessa questão e, aí sim, punir quem são os culpados. Não ficar nessa jogada do Sr. Gushiken de querer dizer que só tem bandido de um lado, querer encobrir os seus e querer atacar os outros. É a hora de lavar roupa, mas lavar roupa da casa toda e não pela metade. É preciso que as pessoas tenham coragem, assumam e vejam exatamente – e o Sr. Pizzolato pode dizer muito bem – quem são os administradores que dão prejuízos à Previ e quem são os que dão lucro. Por que não se persegue, por que não se exige melhor administração dos que estão dando prejuízo...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Concluindo, Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – ... e se procura apenas por questões que ainda não estão esclarecidas e ir atrás dos que dão lucro. Portanto, Sr. Presidente, acho que dois enfoques ditos aqui pelo depoente poderão ser o princípio de uma nova fase nesse novo início das apurações que o Brasil todo quer ver. Muito obrigado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Pela ordem, Deputado ACM Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, gostaria de solicitar a V. Ex^a que providenciasse, imediatamente, uma cópia completa das notas taquigráficas da nossa reunião administrativa do dia de hoje e que encaminhasse essa cópia para o Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Mensalão, Senador Amir Lando. Aconteceu uma palhaçada lá na CPMI do Mensalão. Palhaçada, repito, patrocinada por um Deputado do PT, que levou uma cópia de uma matéria e fez acusações contra mim e contra o Deputado Onyx Lorenzoni. Eu não vou ser patrulhado por ninguém. Não tem homem neste Congresso que venha me patrulhar. Poderia ter dito sim, nesta reunião da CPMI, que a outra seria do abafão. Não disse, mas poderia ter dito na reunião. Poderia, e não haveria motivos de censurarem, porque está no meu direito parlamentar de expressar qualquer tipo de opinião. Fui ao Senador Amir Lando, apresentei para S. Ex^a os esclarecimentos, disse como as coisas aconteceram. Quero que V. Ex^a pegue as notas taquigráficas da reunião administrativa para que haja uma confirmação do que foi dito por mim, mas não vão me patrulhar. Não tem Deputado do PT que possa me ameaçar – e tomara que ele esteja me ouvindo agora –, nem a mim, nem ao Senador Antonio Carlos Magalhães, nem ao PFL. Estou revoltado. Cumpri o meu papel de investigar, de mostrar a corrupção que existe no Governo Federal, honrando o povo da Bahia e do Brasil, combatendo a indecência, a imoralidade, a falta de ética. Não vou aceitar patrulhamento. Poderia ter dito aqui na nossa reunião. Poderia. Não teria problema nenhum. Não pensem que vão me calar, porque não vão. E vão ter que engolir a seco o nosso trabalho de investigação. Vão ter que engolir a seco a vergonha que este Governo fez no Brasil. Então, Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que, por favor, tome essa providência e que, se possível, avise ao Partido de V. Ex^a, porque sei que V. Ex^a é diferente. Quero aqui elogiar V. Ex^a e o Deputado Osmar Serraglio. V. Ex^a é diferente desse Partido. Avise que eu não vou ser patrulhado e que eles me respeitem. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS)

– Encaminharemos ao Senador Amir Lando as cópias taquigráficas da nossa região administrativa de hoje pela manhã. Quero agradecer a todos. Gostaria, antes de encerrar, de registrar que a CPMI recebeu do Ministro Márcio Thomas Bastos o Aviso n. 1769, encaminhado ao Sr. Procurador-Geral da República, com os documentos que comprovam a regularidade das operações financeiras de transferência internacional de recursos feitas em nome do Dr. Márcio Thomas Bastos, noticiadas hoje pela imprensa.

Portanto, está disponível esse Aviso, com os anexos, na Secretaria da CPMI dos Correios. Aproveito também para informar que, amanhã, teremos uma entrevista coletiva mais para resumir as atividades da CPMI ao longo dessa semana e o que está programado para a próxima semana. Essa coletiva será às 11 horas da manhã. Nós alteramos o horário de 10 horas para as 11 horas da manhã. Provavelmente, ela será aqui nesta sala. Pela ordem, aqui.

Agradeço a todos. Os membros, se quiserem participar da coletiva – os titulares e os suplentes – poderão, como também podem gravar.

Desejo uma boa-noite a todos.

A reunião está encerrada.

(Levanta-se a reunião às 19 horas e 59 minutos.)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN,
PARA INVESTIGAR AS CAUSAS
E CONSEQUÊNCIAS DE DENÚNCIAS
E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS
POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS
– EMPRESA BRASILEIRA
DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

Ata da 29ª Reunião, realizada em 23/08/2005.

Aos vinte e três dias do mês de agosto do ano de dois mil e cinco, às onze horas e quarenta e cinco minutos, na sala 02 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Dalcídio Amaral, e ainda com as presenças dos Senadores Heráclito Fortes, César Borges, Demóstenes Torres, Sérgio Guerra, Álvaro Dias, Ideli Salvati, Sibá Machado, Valdir Raupp, Íris de Araújo, Ney Suassuna, Jefferson Peres, Fernando Bezerra, Heloísa Helena, Romeu Tuma, Ana Júlia Carepa, e Leomar Quintanilha, e dos Deputados Carlos Abicalil, Jorge Bittar, Maurício Rands, Asdrúbal Bentes, Osmar Serraglio, Antonio Carlos Magalhães Neto, Onyx Lorenzoni, Eduardo Paes, Gustavo Fruet, Nelson Meurer, Arnaldo Faria de Sá, Medeiros, Juíza Denise

Frossard, Pompeo de Mattos, Henrique Fontana, José Eduardo Cardozo, Jamil Murad, Aníbal Gomes, Silvío Torres, Carlos Sampaio, Feu Rosa, Reginaldo Germano, Luiz Antonio Fleury, Geraldo Thadeu e João Fontes, reúne-se a COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN, PARA INVESTIGAR AS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DE DENÚNCIAS E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS – EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos da vigésima nona reunião e informa que a pauta prevê a oitava do Sr. Ivan Gonçalves Ribeiro Guimarães. A Presidência convida o depoente para tomar assento à mesa e passa a palavra ao Relator para proceder arguição do depoente. Em seguida franqueia a palavra para inquirição aos seguintes parlamentares, observando a lista de inscrição: Senadora Heloísa Helena, Senadora Ideli Salvati, Deputado Maurício Rands, Deputado Arnaldo Faria de Sá, Deputado Onyx Lorenzoni, Senador César Borges, Deputado Asdrúbal Bentes, Deputado Jamil Murad, Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto, Deputado Medeiros, Deputado Gustavo Fruet, Deputado Silvío Torres, Senador Fernando Bezerra, Senador Ney Suassuna, Senador Demóstenes Torres, Deputada Juíza Denise Frossard, Senador Heráclito Fortes, Deputado Carlos Sampaio e Deputado Geraldo Thadeu. Nada mais havendo a tratar o Presidente encerra a reunião às vinte e duas horas e trinta minutos, convocando os senhores membros para a próxima reunião prevista para amanhã, vinte e quatro de agosto. E, para constar, eu, *Wanderley Rabelo da Silva*, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da presente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS**O SR. PRESIDENTE** (Dalcídio Amaral. PT – MS)

– Com as graças de Deus, havendo número regimental, declaro aberta a vigésima nona reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento nº 3, de 2005, do Congresso Nacional, para investigar as causas e consequências de denúncias e atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Esclareço que a pauta desta reunião destina-se à oitava do Sr. Ivan Gonçalves Ribeiro Guimarães.

Quero registrar que o Sr. Ivan Guimarães assinou o termo de compromisso para depor na reunião de hoje da CPMI dos Correios. O depoente compromete-se, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal,

sob as penas da lei, dizer a verdade no que souber e lhe for perguntado, não sendo obrigado a depor contra si próprio, nos termos do art. 5º, inciso LIII, da Constituição Federal. O Sr. Ivan Guimarães depõe como testemunha.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Pela ordem, Deputado Eduardo Paes.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Pela ordem, me inscreva aí, por favor, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Eduardo Paes, Deputado ACM Neto, Deputado Onyx Lorenzoni, Senadora Ideli, César, Maurício, Jamil, Bittar, Alvaro, Heloísa, ou seja, antes dos trabalhos, nós temos dez inscritos. Portanto, isso indica que teremos já um início bastante produtivo desta oitiva do Sr. Ivan Guimarães. Dou três minutos para cada inscrito.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, eu queria, desde a semana passada, tecer algumas considerações que me parecem absolutamente relevantes. Primeiro, algo que não guarda uma relação direta com esta Comissão Parlamentar de Inquérito, mas com algumas opiniões que ouvi também a partir daqui e em outros lugares. É claro que quem tem condições de prestar informações sobre esquemas criminosos não são as pessoas de bem; as pessoas de bem em geral não participam de esquemas criminosos, até por isso chamamos essas pessoas de pessoas de bem. Quem participa de esquema criminoso, em geral, são os delinquentes, os presidiários, aqueles que de alguma forma já pagaram ou ainda estão impunes no processo de identificação dos crimes que cometeram. Eu falo isso, Sr. Presidente, muito especialmente em relação ao que vi semana passada começar uma certa onda, não só aqui nesta Comissão mas também em todo o Congresso Nacional e de certa forma na política, inclusive o próprio Presidente da República tendo feito essa afirmação, com o depoimento do Sr. Toninho da Barcelona.

O Sr. Toninho da Barcelona certamente não é uma figura pura, é um sujeito condenado a 25 anos de prisão – tomara que ele fique lá os 25 anos e tanto tempo e quanto tempo for necessário para ficar e pague por todos os crimes que cometeu –, mas é fato, Sr. Presidente, que o Sr. Toninho da Barcelona certamente, pelos episódios anteriores vistos até na Comissão Parlamentar de Inquérito, a famosa CPMI do Banestado, tem um conjunto de informações relevantes a prestar. Claro, tudo que ele disser deve ser sempre guardado como suspeito, nunca pode ser feita uma afirmação de uma pessoa que ele aponte, seja ela o Ministro da

Justiça, seja ela o pipoqueiro da esquina, não se pode dizer: “Olha, essa pessoa é culpada”. Mas o Sr. Toninho da Barcelona, por operar no mercado que operava – e essa semana na revista **Veja** ele traz de novo informações relevantes – pode ser uma peça importante para essa Comissão. Claro que devemos guardar cuidado com isso, zelo, no trato dessa questão.

Acho que é fundamental nesse caso, Sr. Presidente, que por exemplo, a CPMI requeira os computadores apreendidos pela Polícia Federal na operação em que ele perdeu ali todos os seus computadores e foi preso. Acho que é fundamental, como o meu Líder fez aqui a questão de ordem a V. Ex^a, na última semana, que os membros desta CPMI, a Mesa desta CPMI: o Relator, o Presidente e os sub-relatores se dirijam ao Procurador Geral da República buscando estimular, sim, o instrumento da delação premiada para que, em comprovando, em apresentando elementos concretos, nós possamos sim investigar alguns dos fatos relatados pelo Sr. Toninho da Barcelona. Vale o mesmo, Sr. Presidente, para o Sr. Buratti. E aqui não é o caso desta CPMI, não me parece que nós aqui tenhamos que investigar se o Sr. Buratti está falando a verdade, ou não, se lá em Ribeirão Preto houve aquela coisa ou não. Não é o caso desta CPMI, isto vai ser tratado na CPI dos Bingos. Mas a estratégia para blindar esses bandidos, essas figuras que roubaram, que participaram de corrupção, que estão sendo julgados, que estão sendo investigados, a blindagem que se criou é uma blindagem absurda, inclusive com membros da própria Oposição, dando declarações de que é um absurdo o instrumento da delação premiada, de que não se pode fazer isso.

Quero dizer, Sr. Presidente, que não estaríamos aqui hoje, que esse esquema todo de corrupção não teria sido desvendado se não fossem declarações de pessoas muito próximas ao Governo, ou próximas àqueles que cometeram esses atos delituosos todos. Não foi nenhuma virgem chegada do paraíso, que contou que aqui havia um esquema de mensalão, no Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados; não foi nenhuma virgem chegada do paraíso que nos contou aqui sobre o Marcos Valério, ou o “carequinha”. Nenhuma virgem chegada do paraíso ontem é que saiu entregando todos esses esquemas que nós já conseguimos identificar.

Portanto, Sr. Presidente, quero chamar a atenção para isso, porque acho sim que devemos ter cuidado, responsabilidade, mas não podemos agora, sob pena de estarmos aí queimando reputações – e nós que estamos na vida pública, infelizmente, somos sujeitos a esse tipo de acusação o tempo todo, temos que guardar cuidado com isso –, todos nós quando saímos do

depoimento do Sr. Toninho da Barcelona chamamos a atenção para isso: Estamos falando de um criminoso que confirmou tais informações.

Agora, ele precisa provar para que essas informações sejam confirmadas. Acho que todas as pessoas citadas por ele devem ser consideradas inocentes até que ele prove que elas não são inocentes. Isso vale para o Ministro Márcio Thomaz Bastos, vale para o Sr. Henrique Meireles – que tem outros problemas já respondendo, mas em relação a esse caso, certamente vale para ele também -, vale para tantos outros.

Mas acho que é fundamental que se acabe com essa história de que delinqüentes, marginais e bandidos não podem mais prestar informações relevantes para esta CPMI. Ou eles vão prestar, ou ninguém vai prestar; porque quem não é delinqüente, quem não é marginal, quem não é bandido não participou de um esquema de corrupção como esse esquema que essa CPMI busca investigar.

Queria, Sr. Presidente, concluir, dizendo o seguinte: Na semana passada o PFL conduziu aqui um processo de tentativa de votação de alguns requerimentos que me parecem absolutamente relevantes. Votei favoravelmente a todos esses requerimentos. Mas tenho, Sr. Presidente, desde o início desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, entendido que o melhor para que possamos aprovar requerimentos que gerem algum tipo de constrangimento para o Governo – me parece que aqui todos geram –, porque infelizmente o que está sendo investigado são atos de corrupção no Governo Lula, e não no paraíso, no céu ou em outro lugar, sempre busquei ... Já vou concluir, Sr. Presidente, talvez eu lhe ajude...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado, temos dez pessoas inscritas; e o Sr. Ivan Guimarães já está aguardando.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Talvez eu lhe ajude com que vou dizer agora.

Portanto, sempre busquei, Sr. Presidente, priorizar o entendimento para que esses requerimentos pudessem ser apreciados. Para que pudéssemos definir quem ia ser, ou quem não ia ser ouvido. Por isso, na semana passada acompanhei todos os votos do PFL, mas evitei de me manifestar. O que me parece, Sr. Presidente, é que esta CPMI de umas duas, três semanas para cá, vem adotando uma prática em que não há mais possibilidade de entendimento, não se discute mais em reuniões administrativas a possibilidade de se convocar esse ou aquele sujeito que tenha que ser investigado por esta CPMI, e a base do Governo resolveu que não se pode mais ouvir bandido, que não se pode mais ouvir quem pagou empréstimo para fulano ou beltrano, que não se pode mais ouvir

quem comandou o esquema de licitações de publicidade nos últimos dois anos e meio de Governo do Presidente Lula.

Sr. Presidente, já que o entendimento é o do não-entendimento, da não-compreensão e da blindagem, volto a falar algo que eu não falava há muito tempo: parece-me que há aqui uma tentativa, certamente V. Ex^a não faz parte disso, de transformar esta CPMI em uma chapa branca, em uma pizza. Isso nenhum de nós pode aceitar. V. Ex^a tem feito um esforço, o Relator tem feito um esforço, todos os Parlamentares que estão aqui têm feito um esforço. Portanto, Sr. Presidente, acho inaceitável que nós tenhamos de ouvir, antes do Ministro Gushiken, que comandou o processo de licitações de publicidade no Governo...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MT) – Conclua, Deputado Eduardo Paes, senão não será possível dar continuidade a essa reunião. Está demais.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Já concluo... o Ministro que comandou o processo de licitações de publicidade do Governo Lula, dividindo em feudos as agências de publicidade. Não é possível que tenhamos de ouvir o genro do Deputado Roberto Jefferson antes dele. Aliás, Sr. Presidente, quero dizer a V. Ex^a que o Deputado Roberto Jefferson terá sua votação, sua decisão no Conselho de Ética na quinta-feira. Não quero aqui protegê-lo – será na quinta ou na sexta-feira –, mas me parece que vai dar margem à interpretação de que esta Comissão quis criar algum tipo de constrangimento ao Conselho de Ética ou tentar algum direcionamento no julgamento do Deputado Roberto Jefferson. Acho que o genro dele tem de ser ouvido, sim, mas me parece que o momento não era exatamente o mais oportuno. Era muito mais interessante que ouvíssemos aqui, na quarta ou na quinta-feira, o Ministro Gushiken e o Sr. Marcelo Sereno. É fundamental que as informações prometidas pela Senadora Ideli, dos fundos de previdência...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MT) – Deputado Eduardo Paes, o senhor já está abusando da minha tolerância e da minha paciência.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, acho que todos nós estamos chegando a esse ponto aqui, principalmente pela falta de objetividade de algumas agendas marcadas. Talvez eu esteja falando demais porque a minha tolerância e a minha paciência também têm limites.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MT) – Deputado Eduardo, conclua.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Não é só a de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MT)

– Com certeza.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Saiba disto: todos nós também temos limite na nossa paciência. Portanto, exijo que V. Ex^a me respeite.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MT)

– Perfeitamente, Deputado Eduardo Paes. Eu gostaria de que V. Ex^a concluísse.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Tenho sido um Parlamentar correto, respeito V. Ex^a. Portanto, Sr. Presidente, é fundamental que essas informações cheguem, porque a minha paciência, a minha tolerância em relação à Secretaria de Previdência Complementar, que, há três semanas, disse que mandaria as informações em uma semana e até hoje não chegaram, acabou. Que venham, porque a paciência, a tolerância de todos nós aqui, Sr. Presidente, já se esgotou há muito tempo. Precisamos começar, sim, a investigar a fundo esse absurdo. Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MT)

– Com a palavra o Deputado ACM Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço que V. Ex^a atue com a gentileza habitual e tenha também paciência com as considerações que vou fazer. A primeira, Sr. Presidente, diz respeito à sistemática de definição da nossa agenda de trabalho. É evidente que a agenda desta semana não passou por uma prévia discussão, por um prévio entendimento com o Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Sei que V. Ex^a há de dizer que o Sr. Ivan Guimarães foi convocado a pedido das Oposições. É verdade. Mas, depois do depoimento do Sr. Henrique Pizzolato e da nova sistemática definida na semana passada, o que entendo? Eu entendo que tanto o Sr. Ivan Guimarães quanto o Sr. Marcus Vinícius deveriam ser ouvidos pelos subgrupos, por um número menor de Parlamentares, com oitivas mais ágeis, mais racionais, mais objetivas, sem necessariamente recorrer a toda essa estrutura e a todo esse aparato que está necessariamente sendo envolvido, quando toda a Comissão se coloca para ouvir os depoentes. Faço esse protesto. V. Ex^a, até então, não havia marcado nenhuma agenda sem conversar conosco. Foi a primeira vez que V. Ex^a o fez sem consultar previamente o Plenário.

Quero também aproveitar a crítica que faço à agenda para apresentar uma proposta à Mesa que poderia ajudar muito na condução dos trabalhos a partir de agora. Temos três dias na semana em que o funcionamento da CPMI envolve quase todos os Parlamentares, terça, quarta e quinta. Muitos de nós chegam aqui na segunda e vão embora na sexta, porém, terça, quarta e quinta são dias em que necessariamente requer-se

trabalho e dedicação de Deputados e Senadores. O que eu proporia a V. Ex^a? Que nós destinássemos as terças-feiras para o trabalho dos subgrupos. Então, faríamos várias audiências concomitantemente, nós daríamos vazão à oitiva de uma série de depoentes nas terças-feiras. Talvez, com a definição de três subgrupos, faríamos três audiências em um único dia, audiências que poderiam ser abertas a imprensa ou não, a depender da conveniência e da oportunidade avaliada pela CPMI.

As quartas-feiras, nós destinaríamos para realização de audiências públicas e seria o único dia na semana onde teríamos uma reunião com os 64 membros da CPMI. É claro que nessas quartas-feiras de audiências públicas, nós precisaríamos ouvir pessoas que exercessem um papel primordial nesse processo investigativo, pessoas que estivessem na linha de frente da elucidação das nossas dúvidas.

Finalmente, as quintas-feiras, nós destinaríamos as nossas reuniões para a discussão dos requerimentos, para a votação dos requerimentos; portanto, para realização das nossas reuniões administrativas. Acho que assim daríamos muito mais celeridade, não cansaríamos os cidadãos brasileiros, não nos cansaríamos e teríamos um trabalho muito mais objetivo, sem desviar do foco de investigação.

Sr. Presidente, aproveitando o gancho, acho que precisamos, com todo o desprendimento, enfrentar a discussão e a conseqüente deliberação de requerimentos que são fundamentais. Daria alguns exemplos: requerimento de convocação do Sr. Toninho da Barcelona, requerimento de agendamento do Sr. Luiz Gushiken, requerimento de convocação do Sr. Paulo Okamoto, com a sua respectiva quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico, requerimento de convocação imediata dos proprietários da Corretora Bônus Banval, requerimento de agendamento do depoimento do Ministro José Dirceu, requerimento de agendamento da Presidente do Banco Rural, dentre outros. Assim como também requerimento de solicitação à Polícia Federal do encaminhamento imediato dos computadores que foram apreendidos na empresa do Sr. Toninho da Barcelona – e alguns outros requerimentos que são necessários para podermos desvendar, para termos apego ao foco e saber como aconteceram essas movimentação e, finalmente, chegar à origem.

A CPMI não poderá concluir seus trabalhos sem identificar qual foi a origem de todos esses recursos movimentados pelos partidos políticos e pelo Sr. Marcos Valério. Quero levantar uma preocupação: fui – e o Deputado Osmar Serraglio é testemunha – um dos parlamentares que defendeu, de início e teve coragem de defender que esta CPMI não tinha que ouvir Depu-

tado, que esta CPMI não tinha que ouvir sacador, que esta CPMI não tinha que emitir juízo de valor sobre esse ou aquele que, possivelmente, estivesse envolvido no mensalão, pois havia uma CPMI específica para isso. Eu defendi, desde o início, que o destino dos recursos fosse apreciado pela CPMI do Mensalão. Então, não podem querer me acusar aqui de competição com a outra CPMI. Mas, também não entendo como a outra CPMI quer ouvir os Presidentes dos Fundos de Pensão, ouvir o Sr. Luiz Gushiken, pessoas que estão completamente relacionadas à origem de tudo isso. O Sr. Marcelo Sereno que teve participação nos fundos de pensão. Essas pessoas não têm nada a ver com mensalão, têm a ver com a origem dos recursos.

Então, se por um lado temos que ter a compreensão do que é competência da CPMI do Mensalão, eles também têm que ter compreensão daquilo que é competência nossa, sem que se trave uma disputa, com entendimento racional entre V. Ex^a e o Senador Amir Lando.

Preocupa-me quando vejo na imprensa a afirmação de que a CPMI de lá já aprovou convocação de Presidente de Fundo de Pensão, de que vai agendar a ida do Sr. Luiz Gushiken. Diria também – e aí é uma indagação que faço ao Relator, uma dúvida que tenho – como está esta questão dos sigilos telefônicos, do cruzamento dos dados e das informações com relação aos sigilos telefônicos.

Quero também trazer uma informação a V. Ex^a, Sr. Presidente, ontem, o líder do meu partido, Deputado Rodrigo Maia, ligou para o Secretário de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social. Ele, afirmou o seguinte – e peço a atenção de toda CPMI – ele afirmou que não recebeu ainda o documento oficial desta CPMI solicitando os dados referentes às operações de compra de títulos públicos por fundo de pensão. Nós aprovamos esse requerimento há um mês. V. Ex^a nos fez uma ponderação que foi aceita de que não era possível quebrar imediatamente todos os sigilos dos fundos de pensão e nós acertamos que uma providência preliminar seria esta. Como é que o Secretário da Previdência Complementar depois de um mês nos informa que ainda não recebeu o documento. Isso é um absurdo! E aí vemos, hoje, na **Folha de S. Paulo**, estampado o quê? Negócios do Sr. Marcos Valério com os fundos de pensão, envolvendo inclusive esquentamento do dinheiro feito com o Banco Rural.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado ACM, concluindo, por favor.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Eu vou concluir. É porque realmente são muitas questões.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Nós temos doze pessoas inscritas.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Então, veja Presidente, como é imprescindível a convocação do Gushiken, de outras autoridades. A **ISTOÉ Dinheiro** trouxe uma matéria que me deixou simplesmente perplexo como cidadão brasileiro, que faz referência aos cartões de crédito corporativos do Governo e que mostra inclusive operações envolvendo o Sr. Luiz Gushiken e outras autoridades desse Governo que precisam ser objeto de esclarecimento para esta CPMI.

Eu concluo, aqui, também, fazendo coro com o que disse o Deputado Eduardo Paes. Esta é a minha última colocação, Sr. Presidente. Nós não podemos querer desacreditizar as informações que podem ser trazidas aqui por réus confessos e por criminosos que estejam respondendo a processos na Justiça. Não podemos imaginar que um padre, ou que uma freira, ou que qualquer cidadão de bem que cumpra a lei, vá vir aqui falar de crimes.

E sabe o que diferencia o Sr. Toninho da Barcelona de Marcos Valério, de Delúbio Soares, de Sílvio Pereira, de Henrique Pizzolato e de tantos outros? A única coisa que diferencia é que um está preso e os outros estão soltos. É que a Justiça brasileira dá tratamento desiguais a pessoas que estão enquadradas numa mesma situação. Porque eu fiquei estarelecido com que ouvi do Sr. Henrique Pizzolato, aqui, na semana passada. Será que ele não merecia uma pena tão grande ou maior da que está sendo imposta ao Sr. Toninho da Barcelona? E por que ele não pode vir aqui? Ora, só pode falar de crime o criminoso; só pode falar de bandagem o bandido. Ele tem que trazer.

E, por fim, Sr. Presidente, eu quero aqui fazer uma apelo à base do Governo. Certo? Eu fiquei preocupado, na semana passada. Infelizmente fui obrigado a ir à imprensa para dizer que estava sentindo que o clima nesta Comissão era um clima de início de execução de uma operação para mitigar as investigações da CPMI. Eu acho que nós temos que ser guardiões do resultado desta Comissão. E eu insisto: todos nós estamos, agora, recebendo, certo, os bônus por estarmos fazendo um trabalho de destaque, de afincos, de dedicação, de comprometimento. Mas, depois, os ônus serão todos nossos. Todos. Não é só de V. Ex^a e do Relator. Talvez, os dois sejam os principais ícones. Mas será de todos nós, se a CPMI não chegar a um resultado concreto, não apontar de onde vem esse dinheiro, não apontar onde houve tráfico de influência, onde houve corrupção no Governo Federal. Não apontar quais foram as figuras envolvidas. Então, nós não podemos aceitar nenhuma operação que evite as investigações. Tem

que ser um compromisso nosso. Eu quero que V. Ex^a e o Relator e todos os Deputados e Senadores, mais uma vez, reafirmem esse compromisso.

E digo mais. Aqui, quando a Deputada Denise Frossard, há três semanas, quis falar em acordo, eu fui o primeiro a, veementemente, me opor, eu fui o primeiro a protestar, eu fui o primeiro, aqui, a dar o meu aval e endosso, da postura de V. Ex^a...

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado, ACM, concluindo.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – ...e até de Parlamentares da base do Governo. E é por isso que me sinto agora autorizado a fazer esta cobrança mais uma vez. Porque cobrar eu acho que nunca e demais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Questão de ordem, Sr. Presidente. Art. 108 do Regimento do Senado, em conjugação com o art. 334 também do Regimento do Senado.

O art. 108 diz:

“As comissões reunir-se-ão com a presença, no mínimo, da maioria de seus membros.

Parágrafo único. A pauta dos trabalhos das comissões, salvo em caso de urgência, será distribuída, com antecedência mínima de dois dias úteis, aos titulares e suplentes da respectiva comissão mediante protocolo.”

Portanto, esta reunião foi aberta com V. Ex^a dando ciência de para que foi convocada. Ela foi convocada para a oitiva. Já dois parlamentares falaram, tentando trazer para esta pauta, que não é de deliberação, não é administrativa, é de oitiva, questão de requerimentos que inclusive nós deliberamos na última quinta-feira, contrariamente, à sua precedência.

E, aí, o art. 334 diz :

“O Presidente, de ofício ou mediante consulta de qualquer Senador, declarará prejudicada matéria dependente de deliberação do Senado:

(...)

II – em virtude de seu prejulgamento pelo Plenário em outra deliberação.”

Então, Sr. Presidente, o que quero propor é que toda a discussão que nós estamos retomando no dia de hoje, que eu acho procedente – tem até questões, por exemplo, levantadas pelo Deputado ACM Neto, no sentido de podermos ter agilização das oitivas paralelas, das oitivas em pequenos grupos, de podermos

dar continuidade naquela discussão que eu levantei, inclusive na reunião de quinta-feira, de termos os dois subgrupos de trabalho, um para tratar da questão dos Correios outro para tratar das empresas do Marcos Valério e das suas decorrências, que possamos fazer isto na quinta-feira e hoje cumprimos a pauta deliberada para esta reunião, conforme prevê o Regimento.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Para contraditar.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Para contraditar.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Então, Sr. Presidente, eu queria propor que nós pudéssemos iniciar...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Para contraditar.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Para contraditar.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Eu tenho uma questão de ordem, Presidente.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – ...iniciar... Sr. Presidente, eu não votei questão de ordem, que é de sua competência deliberar sobre ela, levantei aqui os artigos, para o que esta reunião foi convocada e as matérias trazidas aqui já tiveram deliberação. Nada impede que tomemos a deliberação na reunião administrativa, já marcada para quinta-feira, até porque nenhum requerimento foi rejeitado, apenas foi rejeitada a sua precedência.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Questão de ordem, com base no art. 89. Sr. Presidente, questão de ordem com base no art. 89.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Eu quero contraditar, Sr. Presidente. Eu quero contraditar.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS)
– Eu gostaria de dar continuidade.

O SR. (Orador não identificado) – (*Fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado, eu vou continuar. Quem está inscrito é o Deputado Onyx e eu entendo as ponderações da Senadora Ideli.

Com a palavra o Deputado Onyx.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Peço que V. Ex^a me permita ler a questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS)
– Eu quero só deixar registrado a V. Ex^{as}, hoje nós ouviremos o Sr. Ivan Guimarães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Claro, ouviremos, óbvio.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Eu não mudarei a agenda que faz parte da pauta distribuída a todos os integrantes, os titulares e suplentes, e nós ouviremos o Sr. Ivan Guimarães hoje.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Excelente.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Então, V. Ex^a está acolhendo a questão de ordem então?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Eu sempre...

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Não está acolhendo...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Questão de ordem, com base no art. 89, para que não obstruam.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Eu simplesmente abri para ouvir as ponderações de alguns parlamentares com relação aos temas que estão sendo tratados. Mas o Sr. Ivan Guimarães será ouvido hoje sim.

Com a palavra o Deputado Onyx.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Art. 89 do Senado. Eu quero fazer uma questão de ordem, é regimental.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado, assim é demais. Assim é demais. Eu acho que nós estamos, existe uma agenda programada, aliás, um requerimento que foi apresentado pela própria Oposição, com a vinda do Sr. Ivan Guimarães, e nós não podemos aqui assumir um comportamento de biruta de aeroporto, bateu o vento muda a biruta.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Agora eles não querem ouvir.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Então, nós ouviremos o Sr. Ivan Guimarães no dia de hoje aqui. É decisão da Mesa, como já era sabido desde a semana passada.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Contra a qual ninguém está se insurgindo.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Ninguém está falando sobre isso, está solicitando a V. Ex^a o que V. Ex^a já disse.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Ninguém está propondo...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– E não votarei também requerimentos hoje. Hoje nós não votaremos nenhum requerimento.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Aí eu faço questão de ordem, Sr. Presidente.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – V. Ex^a vai manter a lista de pela ordem, não é isso Pre-

sidente? Então, só para continuar o pela ordem. Tudo bem se tem questão de ordem. Eu sei, Senador Neto, eu até estou entendendo o esforço do Presidente em não responder de pronto a questão de ordem, senão o Deputado Arnaldo podia contraditar...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Senadora, a senhora vai entender qual é a minha proposta.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Eu só quero que preserve o uso da palavra pela ordem, as questões de ordem, não tem problema.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Senadora, a minha questão não é nem para contraditar. O art. 89, Presidente, diz o seguinte:

“Ao Presidente de Comissão compete:
(...)”

VII – convocar as suas reuniões extraordinárias, de ofício ou a requerimento de qualquer de seus membros, aprovado pela comissão.”

O que eu quero sugerir a V. Ex^a? V. Ex^a pode ouvir todos os que estão inscritos. Chamamos o Sr. Ivan Guimarães, fazemos a audiência dele. Mas gostaria que V. Ex^a convocasse uma reunião extraordinária para o dia de hoje, para que fossem deliberados os requerimentos que estão sobre a mesa e sobre os quais nós queremos realizar uma discussão franca, transparente, porém ágil.

Então, se V. Ex^a...

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Não quer ouvir o genro do Roberto Jefferson. É isso, Presidente. Não quer ouvir amanhã o genro do Roberto Jefferson. É isso que ele está propondo.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Não, não tem problema nenhum, nem toquei nesse assunto.

Deputado Jamil, se V. Ex^a tem a prerrogativa, V. Ex^a pode convocar uma reunião extraordinária logo depois dessa para deliberar sobre requerimento; senão, vou apresentar à Mesa, e vou pedir que ela seja deliberada pelo Plenário.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Assuma publicamente que está protegendo e não quer ouvir o genro do Roberto Jefferson!

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Vejam V. Ex^{as} o que diz o Regimento:

“Art. 89. Ao Presidente da Comissão compete:

I – ordenar e dirigir os trabalhos da Comissão;

II – dar-lhe conhecimento de toda a matéria recebida;

III – designar, na Comissão, relatores para as matérias;

V – designar, dentre os componentes da Comissão, os membros das Subcomissões e fixar a sua composição;

VI – resolver as questões de ordem.”

Está muito clara aqui a atribuição da Presidência.

Concedo a palavra ao Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Eu quero abordar a questão da condução dos trabalhos, Sr. Presidente. Peço a V. Ex^a e ao Relator que reflitam sobre o que vou dizer. Não questionarei aqui o Relator e o Presidente no que diz respeito às atitudes tomadas, apesar de algumas, em minha opinião, serem questionáveis. Mas faço isso como um alerta para todos nós. Que na próxima quinta-feira possamos refletir sobre o que quero abordar.

Fiz um levantamento, Presidente, e tenho aqui uma decisão do Supremo Tribunal Federal, do nobre Ministro Paulo Brossard, e outra decisão, do Ministro Carlos Velloso. Vou passá-las às mãos de V. Ex^a e do Relator. A que assistimos na semana passada e a que estamos assistindo como condução do processo contra o qual quero me rebelar, positivamente, sem críticas destrutivas, mas fazendo uma reflexão?

O que o Brasil espera desta CPMI? O País espera coragem, determinação. O Brasil não deseja covardia. O Brasil deseja o contrário do que foi discutido e encaminhado na última semana, de que a CPMI precisa ter foco, foco monocular, foco monocromático apenas na questão relativa aos Correios. Ora, a Suprema Corte já tem decidido que precisamos de fato determinado para começar, mas é nosso dever investigar todos os fatos conexos, todos os fatos correlatos.

Quem fala hoje que a CPMI tem que ter foco exclusivo nos Correios e no esquema do Marcos Valério – peço que reflitam sobre isso -, está a serviço de quem? Está defendendo e acobertando os corruptores e a corrupção no Brasil.

Não é nosso direito não investigar a conexão da Petrobras. O Sr. Silvio Pereira confessou, nesta sala, que recebeu uma Land Rover como prêmio pela concessão de uma licitação, que provavelmente foi fraudulenta. Que outras haverá na Petrobras?

Os fundos de pensão são citados à exaustão, quer aqui, quer nos *e-mails* que o Relator recebe, quer nos *e-mails* que os membros da CPMI recebem. Nós temos a obrigação de investigar a conexão portuguesa, que começa no depoimento do Instituto de Resseguros do Brasil. De quem é mesmo que o Banco Espírito Santo é acionista? Da Portugal Telecom, que

tinha interesse na aquisição das ações das Telemig. Três dias depois de uma audiência com o Senhor Presidente da República, o Sr. Ivan Pizzolato, que esteve aqui como presidente do Conselho Administrativo da Previ, deu ordens para que a Diretoria Executiva da Previ vendesse as posições na Telemig. A conexão bolivariana, levantada hoje pelo Senador Alvaro Dias, que fala dessa relação construída por Chaves, conexão em que vamos botar dinheiro brasileiro para fazer obra de metrô na Venezuela, obra de hidrelétrica na Colômbia, obras no Paraguai, enquanto os metrô de Salvador e de Brasília estão parados.

Portanto, precisamos olhar com atenção e valentia...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Concluindo Deputado Onyx.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O que a sociedade espera de nós é que esta CPMI... Porque eu não tenho nenhuma expectativa de que a CPMI do Mensalão possa fazer isso. Só esta pode fazer aqui, reproduzir aqui a Operação Mãos Limpas feita na Itália. Só desta CPMI é que poderá, nobre Relator Osmar Serraglio, estar escrito na sua biografia futura e na do nobre Presidente Senador Delcídio de que sobrou coragem para investigar os atos de corrupção no Brasil!

Eu não desejo perder para a corrupção! Eu não desejo perder para os corruptores! Eu me nego a ter na minha biografia falta de coragem! E tenho certeza de que este também é o desejo do Senador Delcídio, este também é o desejo de V. Ex^a: ter na sua biografia de que não nos faltou coragem. E sei que não falta a V. Ex^a, Sr. Relator, nem ao Sr. Presidente coragem pessoal para enfrentar o desafio de reproduzir no Brasil uma Operação Mãos Limpas!

Não é verdade que a CPMI precisa acabar em novembro! Em novembro, podemos emitir um relatório parcial, da mesma forma como vamos fazer em relação ao Mensalão; mas, se ainda forem insuficientes as investigações sobre os fundos de pensões, sobre a Petrobras, sobre Furnas, sobre o Instituto de Resseguros do Brasil, podemos e devemos continuar as investigações.

O Brasil não quer que nós calemos a nossa voz. O Brasil não deseja um acordão suprapartidário para enterrar as investigações aqui apenas com os Correios. Não é razoável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Onyx, concluindo.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Eu vou concluir com isto. Não é razoável o método que estamos usando. De maneira triste, os Parlamentares desta CPMI sabem, após as coletivas de sexta-feira, pela lei-

tura dos jornais ou pelo rádio e pela televisão brasileira, os dados fundamentais para as investigações.

Presidente e Relator, não existem aqui Parlamentares de primeira classe nem de segunda classe. Não é razoável que os servidores técnicos, que têm trabalhado muito mais do que o Brasil poderia esperar, dedicados, tenham que falar, a boca pequena, a cada um de nós que determinados números, determinados relatórios, determinados dados não poderão ser acessados por nós, membros da CPMI, porque estão reservados à coletiva de sexta-feira. Não é possível ser assim. Não é razoável ser assim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Concluindo Deputado Onyx.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Não é razoável, Presidente, que seja assim. Sei que os Parlamentares que têm o comando desta CPMI o fazem com boa fé – V. Ex^a, o Relator Osmar Serraglio, os Sub-Relatores como Gustavo Fruet e Carlos Sampaio, o nobre Deputado Abicalil. Sei que não há má-fé. Mas a condução está equivocada. Peço a reflexão e a atenção.

E concluo, dizendo: o Brasil deseja uma Operação Mãos Limpas. Não há futuro político nem para V. Ex^a, Presidente, nem para o Relator, nem para qualquer um de nós aqui, que hoje podemos eventualmente ter o bônus da superexposição, mas o ônus de termos sido vencidos pelos corruptores, pela corrupção.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Concluindo Deputado Onyx.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Isso vai macular a nossa biografia.

Termino, fazendo um apelo à coragem, à determinação de V. Ex^a, ao bom senso e principalmente ao seu futuro político, Sr. Presidente, e ao do nobre Relator: o Brasil quer coragem no enfrentamento contra a corrupção. Nós não podemos legar à futura geração o mesmo preço que a nossa está pagando, de vermos 5%, 8%, 10% do PIB brasileiro serem levado pela corrupção, que é endêmica, sistêmica no Poder Público brasileiro.

A chance de revisar o Brasil está nas nossas mãos. Nós não podemos perder a chance, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Com a palavra a Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, eu fiz uma questão de ordem absolutamente pertinente, porque quero perguntar o seguinte: o que vai adiantar ou resolver essa sucessão de discursos que temos aqui encadeados? A nossa deliberação hoje, a reunião hoje é oitiva. Então, vamos iniciar a oitiva.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Não, já que V. Ex^a estabeleceu, vai preservar.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Com a palavra o Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, acho que V. Ex^a, como homem inteligente, deve estar percebendo, pela palavra dos que me antecederam, verdadeira indignação. E acho que V. Ex^a deve prestar muita atenção e ter muito cuidado com essas palavras.

V. Ex^a foi eleito Presidente de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito e foi eleito para ser Presidente dos trabalhos, acima de Oposição e Governo. V. Ex^a, assim como o Relator, foram indicados sob a suspeição de serem chapas-brancas. V. Ex^a imprimiu um ritmo aqui a esse trabalho, com o Sr. Relator, que foi elogiado por todos. No entanto, Sr. Presidente, estamos vivendo um momento crítico desta Comissão.

Sr. Relator, quando V. Ex^a ouve aqui os Parlamentares colocarem as suas preocupações é porque, efetivamente, esta Comissão começa a perder credibilidade.

O encaminhamento dos trabalhos não está à altura do que espera a Nação brasileira de todos nós. E, com certeza, esse encaminhamento se deve, essencialmente, ao trabalho da Mesa Diretora, do Presidente e do Relator.

Sinto que o Presidente não está sequer prestando atenção às minhas palavras. Gostaria muito que prestasse, pela consideração que tenho ao Senador Delcídio.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Estou recebendo, inclusive, um ofício urgente, por intermédio do Secretário-Geral da Câmara, do Presidente Severino. É por isso que eu me desviei, pela chegada do Secretário-Geral da Câmara.

Mas sou um homem elegante, Senador César Borges. Portanto, vou ouvi-lo com a máxima atenção.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Agradeço-lhe muito, Sr. Presidente, porque sempre também é essa a minha atitude diante das suas palavras e quando V. Ex^a está-se dirigindo ao Plenário.

Então, conforme eu dizia, Sr. Presidente, a nossa preocupação é porque estamos vivendo um momento crítico. V. Ex^a tem a sua biografia em jogo. V. Ex^a foi eleito com a suspeição de ser chapa-branca. Imprimiu um ritmo interessante. Mas me parece, Sr. Presidente, que algo aconteceu e que nós desvirtuamos esse trabalho que vinha sendo feito aqui com atenção.

Senão vejamos, Sr. Presidente: existe maior conexão com a CPMI dos Correios do que a atuação do Sr. Marcos Valério, por intermédio das empresas SMP&B,

por intermédio da empresa DNA? Não. Há uma conexão completa, porque ele operava nos Correios essas empresas. Há, Sr. Presidente, maior conexão do que o ganho das concorrências de publicidade nos Correios, assim também como no Banco do Brasil, com a influência da Secom, com a influência do ex-Ministro Luiz Gushiken? Não. A conexão é completa, é total, Sr. Presidente.

Temos aqui um requerimento aprovado, convocando o Sr. Luiz Gushiken? Temos, Sr. Presidente. V. Ex^a, na semana passada, aquiescia que hoje pudéssemos aqui estar ouvindo o Sr. Luiz Gushiken. Mas o que aconteceu, Sr. Presidente? V. Ex^a falou comigo, e conversei isso até com o Relator. Agora, o que aconteceu? Esta Comissão deixou para convocar o Sr. Ivan Guimarães na véspera de um depoimento, e ele tem toda a condição de não comparecer, porque ele teria que ter no mínimo 48 horas para se apresentar. E, por isso, foi adiada essa oitiva de hoje.

E aí o Sr. Luiz Gushiken deveria estar presente aqui no mínimo amanhã, para ser ouvido, mas V. Ex^a não colocou isso em deliberação para esta Comissão. Aliás, como V. Ex^a está desprezando o Plenário, Sr. Presidente! Eu sou amigo de V. Ex^a e quero ver a sua biografia preservada.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Desprezando o Plenário?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – E vou lhe dizer o porquê. Porque V. Ex^a, exatamente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Essa eu esperava não ouvir.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas vai ouvir, e vai ouvir direitinho, porque coletivas são convocadas para a imprensa sem dar sequer conhecimento a esta Comissão. A primeira eu fiz...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Pelo contrário, Senador César Borges, isso foi informado, eu dei...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Na primeira reunião, inclusive, V. Ex^a pediu desculpas...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – E na segunda, meu caro Senador César Borges, exatamente eu corriji a atitude em função da primeira.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Muito bem, em segundo lugar...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Não concordo, rejeito essa afirmação.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Nós rejeitamos também no plenário.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – ...são dados conhecimento da coletiva de coisas que nós aqui não tivemos conhecimento nem acesso, a Comissão não tomou conhecimento...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – A palavra está com o Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, desde o início desta Comissão, nós apresentamos requerimento para que nossos assessores tivessem acesso aos documentos não sigilosos da Comissão, até hoje V. Ex^a não deliberou e nenhum assessor nosso aqui da Oposição tem condições de trabalhar enquanto lá não estamos. Então, Sr. Presidente, até hoje V. Ex^a não deliberou sobre isso, e o que estamos assistindo hoje é V. Ex^a marcar para amanhã uma oitiva que, acredito, ninguém deliberou aqui. Pergunto até à Bancada da Situação se foi deliberada a oitiva do genro do Sr. Roberto Jefferson para amanhã. Pergunto à honestidade intelectual.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Foi colocado no debate, e a Mesa decidiu regimentalmente.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Nunca foi deliberado, Sr. Presidente...

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Por que os senhores estão protegendo o Sr. Roberto Jefferson?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Ninguém está protegendo e não quer proteger ninguém.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Havia uma tentativa no primeiro momento e agora no segundo. Faz três meses que estão protegendo o Roberto Jefferson.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Conclua, Senador César Borges, por favor.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Esta Comissão que tanto serviços já prestou à Nação brasileira, mostrando sobejamente – e ninguém pode desconhecer isso, inclusive os membros do PT –, o serviço que esta Comissão prestou ao País, trazendo tantas informações de um conluio para que recursos públicos e privados fossem utilizados de forma ilegal em caixa dois. Todo o País tomou conhecimento. Não podemos sufocar, Sr. Presidente, esta Comissão, porque o Governo quer abafar esses trabalhos. Achem que já é o suficiente, já é momento de abafar e de fazer um manto de proteção, como aqui foi dito pela Juíza Denise Frossard, que a pizza pudesse ser cozinhada e servida.

Sr. Presidente, apelo para a sua sensibilidade, apelo para a sua carreira política que ainda está aí para ser desenvolvida, que não aceite essa pressão que o Governo está fazendo sobre os trabalhos desta Comissão, que nós possamos retomar aquele caminho iniciado por V. Ex^a e que mereceu o aplauso de todos, Sr. Presidente. Não podemos aceitar que esta Comissão possa servir, agora, para que o Parlamento brasileiro seja desacreditado por não estar cumprindo com as suas obrigações.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Obrigado, Senador César Borges.

Deputado Maurício Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, queremos rechaçar, repelir veementemente algumas acusações que foram feitas à condução dos trabalhos por V. Ex^a, que sabe que, quando divergimos das posições averbadas por V. Ex^a, nós expressamos a divergência. Mas as acusações que aqui foram feitas não procedem. Todas as deliberações foram feitas a partir das discussões no plenário, as convocações das entrevistas coletivas com o balanço que são necessárias para que a opinião pública saiba que, nesses dois meses, esta CPMI já avançou muito, está dando e vai dar uma grande contribuição para o esclarecimento de todas essas irregularidades que estão no objeto dos dois eixos de investigação desta CPMI: o eixo do Correio e fatos correlatos e o eixo do esquema do Sr. Marcos Valério.

Achamos também que a complementariedade entre as duas Comissões é fundamental para que o Congresso Nacional esteja à altura das expectativas da sociedade brasileira de esclarecimento pleno de toda a verdade. Quando nós aqui enfatizamos a importância, Sr. Relator, Deputado Osmar Serraglio, de que a CPMI não se desvie do foco, é exatamente o compromisso que temos com a produção de resultados. A CPMI foi convocada, tem um prazo de 90 dias, já temos quase dois meses... três meses? Quantos dias? Começamos em junho. Já temos vinte e oito depoimentos. Já temos muitos documentos, e até faço um apelo para que mais membros da CPMI se desloquem ao exame dos documentos, e não apenas aqui, ao espetáculo dos depoimentos.

Então, estamos preocupados, Sr. Presidente, com a perda de foco. O episódio do Toninho da Barcelona foi, sim, um episódio que não foi positivo para a própria imagem desta CPMI. Por quê? Porque era uma reunião sigilosa, era um depoente que estava acuado, está com vinte e cinco anos de reclusão, e saiu atirando, sem nenhum fundamento, para todas as autoridades da República. Infelizmente, foram feitas inclusive gravações da reunião sigilosa e passadas para a imprensa. Uma pressa muito grande de conclusões, de divulgar, pressa similar à do caso do promotor que estava ouvindo o advogado que será ouvido quarta-feira na reunião aqui. Antes mesmo da conclusão, já estava aquele membro do Ministério Público divulgando o conteúdo do depoimento, o que foi objeto da repulsa, da crítica do próprio Ministério Público, instituição cuja função constitucional é fundamental para a Nação brasileira.

Então, Sr. Presidente, quando ocorrem episódios lamentáveis como aquele da oitiva do Toninho da Bar-

celona, acusações generalizadas, ampliadas por setores da própria CPMI, sem qualquer demonstração, está havendo, sim, prejulgamento. Ora, num ambiente de “denuncismo” por que passamos, quando uma pessoa é sequer mencionada, já há, sim, uma pena, que é cumprida pela sanção moral da sociedade.

Assim, nós, que queremos realmente apresentar resultados, Sr. Presidente, devemos ter cuidado para que a CPMI não incorra na perda de foco e, portanto, na perda de eficiência investigativa. Quando se acusam setores aqui da CPMI de estarem obstruindo, na prática, vale muito mais a prática do que o discurso. Na prática, Sr. Presidente, quando chegamos aqui numa reunião em que queremos ouvir... Aliás, o depoente convocado de hoje foi a partir de uma proposição de setores da Oposição. Concordamos com a oitiva do Sr. Ivan Guimarães. E aqui, todas as vezes em que começa o depoimento, é uma sucessão, é um perfilar de discursos, de disputas eleitoreiras.

Eu ouvi o Deputado Antonio Carlos Magalhães.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– A palavra está com o Deputado Maurício Rands. Conclua, Deputado.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – É uma sucessão de disputas, de tentativas de passar versões que não correspondem à realidade. E, na prática, Sr. Presidente, essa “discurseira” é que representa a obstrução das investigações, porque, quando queremos aqui o foco, queremos investigar, queremos trazer documentos, e na prática demos testemunhos disso. Por exemplo, o meu Partido foi o primeiro Partido que apresentou, espontaneamente, a sua quebra de sigilo. Não nos opusemos a convocações e a oitivas de pessoas ligadas ao Governo e ao Partido dos Trabalhadores. Mas, na prática, o que está acontecendo é que essa “discurseira”, essa tentativa de atirar... Estão agora querendo atirar na América Latina toda, Sr. Presidente, porque o BNDES, como qualquer agência de desenvolvimento...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Concluindo, Deputado.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Queria só um tempinho para concluir, Sr. Presidente.

O BNDES, como ocorre em qualquer país que aspira ao desenvolvimento, faz, sim, empréstimos a empresas brasileiras, a empresas nacionais – Senador Sérgio Guerra, estou com a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Com a palavra o Deputado Maurício Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Qualquer país que quer se desenvolver por suas agências de desenvolvimento incentiva suas empresas para que elas tenham contratos no exterior. É assim em qual-

quer país da Europa, é assim nos Estados Unidos, é assim, Sr. Presidente, até nas ajudas à África. As ajudas por filantropia têm também o apoio das agências de desenvolvimento.

Então, Sr. Presidente, o que queremos dizer aqui é que a Nação brasileira, o Congresso Nacional está farto dessa tentativa dupla de ficar aqui fazendo disputa eleitoral. Não têm coragem de assumir que querem derrubar o Presidente e ficam querendo fazer sangrar, com requerimentos que às vezes nada têm a ver com o objeto da investigação. E, assim, Sr. Presidente, em segundo lugar, o que fazem é desviar o foco e obstruir, na prática, a investigação. Daí por que a sugestão que fazemos a V. Ex^a, depois de perguntar: parece que estão fazendo aqui, alguns setores da Oposição, um acordo tácito...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado, concluindo.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Vou concluir mesmo. Parece que estão fazendo, Sr. Presidente, um acordo tácito de delação premiada com o Deputado Roberto Jefferson, porque já há dois meses, no Requerimento, houve da Oposição...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Maurício, eu peço a V. Ex^a....

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Eu vou concluir, Sr. Presidente – e peço a mesma tolerância que teve com os Deputados da Situação para com os Deputados da Oposição.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Mas V. Ex^a já se excedeu em muito, Sr. Deputado. Aí é demais...

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Então, eu concluo dizendo o seguinte: quiseram proteger o Deputado Roberto Jefferson, e eu já ouvi falação aqui, querendo novamente proteger, querendo adiar a agenda de amanhã, porque, quarta-feira, está definido que vai ser a oitiva do genro Marcus Vinícius, cujo depoimento cresce de importância depois das revelações feitas no Ministério Público. Então, eu estranho. Aí, pergunto à Oposição: estão querendo fazer um acordo tácito de delação premiada? Por que estão protegendo o Deputado Roberto Jefferson.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Está encerrado, Deputado Maurício Rands.

Tem a palavra o Deputado Jamil Murad.

V. Ex^a dispõe de três minutos, Sr. Deputado.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, telespectador, nós temos que....

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Telespectador – esta eu achei legal, mas vamos lá, Sr. Deputado...

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – E são milhões.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Não está transmitindo não. Está fora do ar.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Sr. Presidente, eu estou precisando de condições aqui para falar.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Pois não. Está com a palavra o Deputado Jamil Murad.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Nós queremos a investigação, e a sociedade brasileira não quer a investigação apenas de alguns e a proteção de outros. Por exemplo, nós temos aqui – eu que sou do Estado de São Paulo... Eu ouvi o meu Governador dizer, o Governador Geraldo Alckmin, sobre essa questão do Buratti: “Eu não sou Chefe do Ministério Público”. Mas é ele quem escolhe o chefe do Ministério Público.

Segundo: é uma lista tríplice que ele escolhe entre os três.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – A palavra está com o Deputado Jamil Murad.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Segundo, o último chefe do Ministério Público...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – A palavra está com o Deputado Jamil Murad.

O SR. (Orador não identificado) – O que isso tem a ver com a CPMI?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – A palavra está com o Deputado Jamil Murad.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Sr. Presidente, não tem mais Regimento aqui?

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Só que o nosso está engavetado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Maurício, o Deputado Jamil está com a palavra.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – O último chefe do Ministério Público escolhido pelo Governador Geraldo Alckmin hoje é o Secretário de Assuntos Jurídicos do Prefeito José Serra, do PSDB.

Terceiro: o caso do Toninho da Pamonha veio de avião da Polícia Militar, autorizado.....

O SR. (Orador não identificado) – Toninho da Barcelona. Toninho da Pamonha é outra coisa.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Pois bem, o Toninho da Barcelona veio de avião da Polícia Militar, autorizado por um Promotor Saulo, hoje Secretário de Segurança Pública, sem autorização do Judiciário!

Quarto: o Sr. Buratti não era réu, nem indiciado. Era um informante e disse coisas sem nenhuma comprovação. Conversando com um grande jurista, ele me disse que o Ministério Público tinha a obrigação

de impedir a divulgação daquela fita entregue pela Polícia Militar a um grande órgão de comunicação. E o Ministério Público não fez isso. E o chefe da Polícia Civil que entregou a fita é o Governador Geraldo Alckmin. O Ministério Público deveria ter impedido essa ilegalidade da Polícia Civil.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Jamil Murad, concluindo, por favor.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Quinto: o Ministério Público de São Paulo, assim como os outros Ministérios Públicos, é muito importante para a sociedade. Por isso, não pode ser faccioso, deve se preservar, não pode ser instrumento dos interesses do Governador Geraldo Alckmin, do Prefeito José Serra, porque eles são candidatos a substituir o Presidente Lula...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Concluindo, Deputado.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – ...e têm todo o interesse em contribuir, mesmo à revelia da lei, para detonar o Presidente Lula, o seu Governo. E, se quiserem contribuir também, poderiam ajudar a investigar, com a mesma eficiência, o caso do valerioduto em 1998, no Governo Azeredo.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. (Orador não identificado) – Pela ordem, Sr. Presidente! Gostaria de solicitar que V. Ex^a me inscrevesse.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Com a palavra o Deputado Bittar, por três minutos.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Eu estou inscrita, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Está inscrita, sim, Senadora Heloísa.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sr. Presidente, peço que os nossos amigos colaborem!

Sr. Presidente, nós temos dois focos centrais de investigação, duas linhas investigatórias: a linha dos Correios e a linha que envolve a figura do Marcos Valério, sobretudo no que diz respeito à origem desses recursos.

Nesta semana, coerentemente, esta CPMI marcou a oitiva do Sr. Ivan Guimarães – aliás, foi um recurso formulado por Parlamentares da Oposição -, que tem a ver com o episódio do Sr. Marcos Valério, como é do conhecimento de todos. E, segundo declarações publicadas na imprensa dadas pelo Sr. Palmieri, tesoureiro do PTB, ao Sr. Marcos Valério, o Sr. Marcus Vinícius é “chave de cadeia”. Foi a expressão que o Sr. Palmieri utilizou quando se referiu a Marcus Vinícius para o Sr. Marcos Valério. E sabe-se que o Sr. Marcus Vinícius era o operador do Deputado Roberto Jefferson, que confessou publicamente que tinha esquemas nas empresas estatais. Então, é de nosso interesse aprofun-

dar e conhecer, enfim, as informações que possam ser obtidas pelo depoimento do Sr. Marcus Vinícius.

Sobre o nosso trabalho realizado na quinta-feira passada, fizemos uma ampla discussão aqui, e foram apresentados vários requerimentos de preferência, com clara motivação política. Eu acho que há dois tipos de postura aqui, Sr. Presidente: uma postura é aquela que se orienta pelos holofotes da televisão e da mídia; é aquela que permite o vazamento de documentos sigilosos, que, no dia seguinte, aparecem nas manchetes dos jornais; é aquela que grava reuniões fechadas e, depois, passa essa reunião para a imprensa, estabelecendo certo tipo de prática que, a meu ver, é condenável e que representa uma quebra até de confiança na relação entre as pessoas desta CPMI.

A outra postura é a dos Parlamentares que querem investigar, que querem levar a sério isso, querem construir um fio investigativo que tenha coerência e que nos permita – não num determinado horizonte de tempo, tal como V. Ex^a definiu, até novembro – a produção de resultados, que é o que espera a sociedade brasileira. Podemos até prolongar o nosso trabalho, mas não é essa a expectativa da sociedade. A expectativa da sociedade é que nós possamos produzir resultados num horizonte de tempo razoável para a sociedade brasileira.

É por isso que nós temos que trabalhar com seriedade e com coerência, Sr. Presidente.

Então, penso que precisamos aprofundar as oitivas, as duas desta semana. Na quinta-feira, vamos construir uma linha de planejamento. Nós podemos ter até várias horas para debater.

Deputado ACM Neto, outros Deputados, vamos sentar e procurar definir uma linha de trabalho comum para todos nós que queremos uma investigação séria nesta CPMI. Mas vamos evitar que se fique apenas fazendo espuma, que se vá antes lá na imprensa para falar: “Olha, preste atenção que eu vou desgastar agora o Governo, que eu vou propor cancelar a oitiva de amanhã para propor fulano, sicrano ou beltrano.”

Isso é jogo político que não leva a nada. Pode até fazer efeito num determinado dia, para produzir manchetes nos jornais, mas, ao longo do tempo, não produz resultados.

O Deputado Maurício Rands mostrou: “Olha, nós, muitas vezes, somos pautados pelos fatos que vão ocorrendo, sem às vezes termos tempo para refletir.” Sinceramente, avalio que não foi a melhor prática desta CPMI a oitiva do Sr. Toninho da Barcelona lá em São Paulo, sem dados, sem informações precisas que pudessem permitir a esta Comissão extrair informações que aprofundassem a linha de investigação.

Então, é em função disso que eu rogo a todos os nossos companheiros aqui que mantenhamos aquilo que está aqui definido – e isso será mantido, já disse o Sr. Presidente: a oitiva hoje do Sr. Ivan Guimarães, a oitiva amanhã do Sr. Marcus Vinícius, com o compromisso nosso de, juntos, sentarmos para ver quais são os requerimentos importantes, quais são as oitivas importantes. Vamos aprofundar a investigação e construir um trabalho sério, que é o que espera a sociedade brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Muito obrigado, Deputado Bittar.

Com a palavra, o Senador Alvaro Dias, por três minutos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, o objetivo da minha intervenção é a colaboração com a direção dos trabalhos. Não há da minha parte nenhum propósito de crítica, até porque reconheço o esforço que a Mesa Diretora vem realizando para conduzir bem os trabalhos desta Comissão.

A nossa preocupação é exatamente com credibilidade. A primeira tarefa de uma CPMI é conquistar a credibilidade junto à sociedade. Tenho a impressão de que a conquistamos, a princípio, mas podemos perdê-la se não redirecionarmos os trabalhos agora – este é um momento crucial para o destino desta Comissão Parlamentar de Inquérito –, exatamente em duas frentes.

Uma delas é a das audiências públicas. Considero agora indispensável a convocação do Toninho da Barcelona, que avançou em sua entrevista à revista **Veja**, apresentou novas denúncias. É inescapável agora a sua convocação. Ficará mal para esta Comissão não ouvi-lo. Há uma expectativa, e estamos vivendo um trauma de expectativa. Não podemos contribuir para que cresça o trauma de expectativa em relação ao destino desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

É inevitável também a convocação de Daniel Dantas. Como houve um equívoco, remetendo o requerimento para a CPMI do Mensalão, estou reapresentando no dia de hoje um requerimento que convoca o Sr. Daniel Dantas e, creio, ser urgente a apreciação desse requerimento.

Inevitável também a convocação de José Dirceu, de Luiz Gushiken e, novamente, do Maurício Marinho. São figuras emblemáticas, estão no epicentro desta crise de corrupção, e não podemos, de forma alguma, evitar que compareçam e prestem depoimento com urgência.

O que é mais importante agora, Sr. Presidente – vou procurar concluir – é a qualificação técnica da

investigação. Reconheço a qualidade dos profissionais que estão atuando e assessorando a Presidência, a Relatoria e as Sub-Relatorias, mas creio que é humanamente impossível para eles alcançar todos os objetivos desta CPMI no prazo propugnado, até novembro. Se realmente esta CPMI deve se encerrar até novembro, há que se reforçar o quadro técnico para a complementaridade da investigação. Imagino ser fundamental a análise dos contratos, a destinação dos recursos desses contratos e o cruzamento com as informações fornecidas pelo sistema financeiro, pelas agências bancárias.

Quando se trata de verba de publicidade, é preciso ver, por exemplo, os recursos depositados pelo Sr. Daniel Dantas nas contas do Sr. Marcos Valério. É preciso verificar que a sua destinação, de forma absoluta, se deu para o pagamento de conta de publicidade. É evidente que isso exige qualificação técnica.

Imagino que até se poderia contratar auditorias independentes. Não sei se a direção dos trabalhos desta Comissão entende ser essa a melhor forma, mas imagino ser isso possível. Com os recursos disponibilizados para os trabalhos da CPMI, poderíamos contratar auditorias independentes para a realização de trabalhos específicos na área de contratos, na área de publicidade etc.

Enfim, Sr. Presidente, se não alcançarmos o objetivo da identificação dos responsáveis principais por esse esquema e a fonte exata dos recursos utilizados na manutenção desse esquema de corrupção, certamente estaremos perdendo a oportunidade de oferecer respostas à sociedade brasileira.

Para concluir, apenas em respeito ao colega e amigo Maurício Rands, a quem admiro e respeito por sua qualificação, imagino que não devamos discutir a questão do BNDES aqui, mas é uma discussão que faço questão de travar no plenário do Senado Federal. Levantei essa questão ontem da tribuna do Senado e devo voltar a ela hoje para dar prosseguimento a esse debate. Eu, particularmente, não posso entender como o Governo destina US\$7,6 bilhões para obras de infra-estrutura, por meio de empreiteiras brasileiras, no exterior, quando estamos próximos de um apagão de infra-estrutura no nosso País. Mas esse debate não é para esta CPMI. Esse debate é para o plenário do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Com a palavra, a Senadora Heloísa Helena por três minutos.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, primeiro, saúdo a decisão de V. Ex.^a de preservar os pedidos de pela ordem sobre o andamento

dos trabalhos até para evitar tumultuar a já tumultuada reunião.

Há pouco, eu conversava com alguns ex-marxistas, ex-socialistas, sobre como o camarada Lênin era um visionário, Senador Delcídio Amaral. Não sei se V. Ex^a lembra que ele falou sobre o “cretinismo parlamentar”. Realmente, se olharmos, o negócio não é brincadeira, não!

Quem nos assiste certamente fica achando ou que todos nós deveremos ir ao divã ou que somos uma cambada de demagogos que ficamos a criticar no outro o mesmo procedimento que fazemos. Muitos dizem aqui: “Mas a Oposição está fazendo discurso eleitoreiro!”, e eles estão fazendo discurso eleitoreiro também pela Situação. Alguns dizem: “Isso é politicagem!”. Então, há politicagem da Oposição e politicagem da Situação. Há disputa eleitoral da Oposição e disputa eleitoral da Situação. É sempre um condenando no outro aquilo que faz. Um diz: “É um absurdo tantas inscrições!”, mas ele não tira a dele, continua falando do mesmo jeito e, portanto, perde a autoridade de condenar no outro o que ele efetivamente está fazendo.

Criticar a pressa do Ministério Público em divulgar, antes da conclusão do depoimento, até posso fazer. Infelizmente, alguns do PT não têm autoridade para fazê-lo, porque não condenaram quando, no depoimento do Sr. Marinho, o Delegado da Polícia Federal interrompeu o depoimento e foi divulgar, na imprensa, que o Marinho não estava poupando o Roberto Jefferson. O Sr. Ministro José Dirceu e o Ministro Aldo Rebelo foram à casa do Sr. Roberto Jefferson para dizer: “Tire a assinatura da CPMI rapidinho, porque o Marinho já disse...”, antes da conclusão, antes da conclusão. Então, eu posso condenar a interrupção porque condenei a interrupção feita também pelo Delegado da Polícia Federal quando servia para irem lá bajular o Sr. Roberto Jefferson.

Outro fato com o qual fico impressionada – realmente, esse mundo da política é de vomitar, menino! – é que, um dia desse, essa base bajulatória estava comendo a bóia do Roberto Jefferson, se agarrando com o Roberto Jefferson, tirando fotografia com o Roberto Jefferson, entregando o aparelho do Estado ao Roberto Jefferson. Sempre identifiquei Roberto Jefferson como a direita corrupta. Ele, aliás, é mais homem que alguns outros, porque nunca negou sua própria história. E os cabras que, um dia desse, estavam agarrados com o Roberto Jefferson, tratando-o de companheiro e entregando a ele o aparelho de Estado, cargos, prestígio e poder, sabendo quem ele era...

Portanto, sinto-me muito tranqüila. Amanhã, podem vir Marcus Vinicius, Roberto Jefferson, o cunhado, a mulher, quem quer seja, pois estou tranqüila. Agora,

essas coisas têm de ser ditas. Nunca vi um cinismo como esse. Um dia desse, viviam se agarrando com Roberto Jefferson.

Outro ponto, Sr. Presidente: também não tenho nenhum problema em ouvir o Ivan. Agora, em nome da lógica, da racionalidade do procedimento investigatório, poderíamos ter feito uma coisa para auxiliar essa oitiva. Qual era? Eu fiz um requerimento – o Senador César Borges fez um requerimento também – que podia auxiliar essa oitiva para que ela não fosse a que o Sr. Ivan Guimarães já fez na Comissão de Assuntos Econômicos. Quem é preguiçoso, quem não estuda, quem não analisa... Aqui, há pessoas dizendo: “Tem problema. Diminuamos os depoimentos para estudarmos”. Mentira! Não vão estudar, não. Não vão analisar os documentos, não. Eu sei quem são os Parlamentares que, no dia de sábado, inclusive, estão analisando documentos aqui. Tanta gente fala. É mentira! Se quisermos agilizar o procedimento de investigação, façamos um esforço para trabalhar de segunda-feira a sexta-feira, com grupos de estudo, e não com setoriais para aumentar as vaidades e prender os documentos. Porque também tem isto: pode ser o setorial para centralizar informações, em vez de descentralizar informações e agilizar o procedimento investigatório.

Então, a oitiva do Sr. Ivan poderia ser muito mais produtiva se o requerimento que o Senador César Borges fez, que eu fiz... E o requerimento solicitava o quê? Solicitava a cópia dos contratos que destinaram os R\$25 milhões para o Sr. Marcos Valério, as aplicações financeiras que motivaram... aplicações financeiras que eles faziam para compensar os supostos empréstimos, mentirosos, inexistentes. Tudo isso nos ajudaria, porque ele vem falar aqui sobre o topo da pirâmide, sobre que, nos países industrializados, semelhantes ao Brasil, é 75% do PIB de crédito, enquanto no Brasil é só 25%. Então, repetir a oitiva... É só isto: em nome da lógica da racionalidade. E eu tenho todas as vezes aqui...

O SR. (Orador não identificado) – Senadora, a documentação está na mesa do Geraldo Magela...

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Bom, se estiver na mesa do Geraldo Magela, é pior ainda.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Concluindo, Senadora Heloísa Helena, por favor.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Então, eu tenho feito o esforço, inclusive, de tratar o procedimento investigatório para o gestor operacional dos Correios. E, quando se fala dos fundos de pensão, é tratando sobre o gestor operacional dos Correios também. É a mesma coisa. Para mim, se é Daniel Dantas, se é Gushiken... Eu já disse várias vezes: eu não estou no dilema do caso de amor mal-resolvido entre o Go-

verno passado e o atual Governo. Eu não estou nesse falso dilema. Para mim, é essencial tratar o gestor operacional dos Correios. O caso Marcos Valério é o caso de um publicitário, de um contrato de publicidade vinculado à Presidência dos Correios. A questão dos Correios na área operacional, na área comercial, coisas super-importantes, de corrupção da pior, da mais grosseira. Gangues partidárias instalaram-se nos Correios, agindo em conluio com empresários...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senadora Heloísa Helena, concluindo.

A SRA. HELOISA HELENA (PT – MS) – Não se tratou de franquias, não se tratou do Correio Aéreo Noturno, não se tratou da empresa Beta, que deu R\$800 mil para uma campanha e ganhou um contrato de R\$100 milhões.

Então, eu estou reivindicando que a lógica da racionalidade vá para o gestor operacional dos Correios. Agora, não tem nenhum problema de trazer aqui... Agora, o apelo que eu faço é no sentido de que nós possamos, de fato, definir a agenda no coletivo. Definir a agenda no coletivo é inclusive no cronograma, não é na apresentação dos... Porque tem um monte, tem muitos requerimentos que estão aí, muitos. A questão da Bônus-Banval não é uma brincadeira, não é uma coisa qualquer. Tem requerimento meu sobre a quebra de sigilo, em relação às contas CC-5 do Marcos Valério, dessa delinquência do BankBoston, porque o maior delinquente deste País é o Henrique Meirelles...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senadora Heloísa Helena, concluindo.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – ...da lavagem de dinheiro, da lavanderia do Brasil...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Concluindo, Senadora.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Então, a Bônus-Banval... Eu estou tratando, sabe, para voltar para o debate aquela história de que a Deputada Juíza Denise Frossard fala. Eu estou dizendo: é voltar para o gestor operacional dos Correios. Voltar para o gestor operacional dos Correios. Não adianta a situação criticar a Oposição, a Oposição criticar a Situação, esse blablablá eleitoreiro, jogo político, politicagem, esse negócio não convence a ninguém. Se é para voltar para o gestor operacional dos Correios...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senadora, concluindo.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Concluindo, voltar para o gestor operacional dos Correios, para a área de tecnologia, para a Bônus-Banval, para a área de franquias, para o Correio Aéreo Noturno, para a área comercial, para a área operacional. Então esse é efetivamente o apelo que eu faço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Com a palavra, o Deputado Henrique Fontana, por três minutos.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Presidente, eu...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Gostaria de registrar que são 13 horas e 18 minutos do dia 23 de agosto de 2005.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Presidente, eu quero começar cumprimentando V. Ex^a e o nosso Relator. Primeiro, porque, numa situação de tensão como esta, e em todas as falas aqui, em todos os movimentos aqui, é preciso que se diga, com a mais absoluta transparência: é evidente que existe um componente de disputa pelo poder. Nós estamos no Congresso Nacional do Brasil. Quando a Senadora Heloísa Helena faz uma avaliação, quando o Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto faz uma avaliação, quando a Deputada Juíza Denise Frossard faz uma avaliação, quando eu faço, todos nós carregamos uma marca das convicções que temos a respeito da disputa pelo poder. Então, nós não podemos criar uma espécie de tentativa de ilusão de que essas pressões não ocorram dentro de uma CPI. E V. Ex^a e o nosso Relator estão cotidianamente sofrendo um conjunto de pressões, o que faz parte da função que V. Ex^{as} assumiram. Eu não posso concordar – e por isso me solidarizo com V. Ex^{as} – que o início de qualquer fala, durante 60 ou 90 dias, seja a chamada acusação da CPMI chapa branca, que colocaria permanentemente sob suspeição a condução do Presidente e a condução do Relator. É lógico que isso não é ciência exata. Nós podemos e vamos votar diversas coisas. Primeiramente, é melhor a oitiva A ou a oitiva B? Mas ninguém pode entrar dentro deste plenário com a visão de que é o dono da verdade, que “a primeira oitiva tem que ser a do fulano porque eu sei qual é o melhor caminho para que estas investigações cheguem a termo; e, se não for isso, estamos diante de uma investigação que não chegará a termo”.

As disputas, necessárias e legítimas, precisam ser feitas de forma democrática. Aliás, na minha opinião, antes nós pudéssemos ter tido, no período de governança anterior, do projeto que teve hegemonia anterior neste País, o ambiente de investigações que nós temos hoje. Nós nunca conseguimos nem discutir qual é o caráter de uma CPMI para investigar o tráfico de influência nas privatizações. Jamais. Nós não conseguimos nem votar quem seria o Presidente ou quem seria o Relator, quais seriam as oitivas, porque era uma operação “abafa” total, em todos os momentos, Sr. Presidente.

Na minha opinião, temos, sim, dois eixos fundamentais. E concordo com o Senador Sérgio Guerra de que o melhor seria haver uma só CPMI, mas, se há duas, temos que fazer uma divisão de tarefas. O destino dos recursos vindos de focos de corrupção deve ser na CPMI da Compra de Votos. A origem desses recursos, na minha opinião – com a qual contribuo para a reflexão dos colegas – deve ser nesta CPMI.

Agora, não dá para dizer frases como ouvi de um Deputado, Parlamentar do PFL, de que a outra CPMI está sob suspeição. Repetirei a frase: “Só esta CPMI pode fazer o que tem que ser feito”. Ora, santa arrogância, Sr. Presidente! Todas as CPIs têm limites, todas têm qualidades. E, mais do que isso, nós estamos contribuindo para uma investigação que é feita pelo Ministério Público, pelo Parlamento brasileiro, pela Polícia Federal e pela Controladoria-Geral da União. É esse conjunto de esforços que pode nos levar ao resultado que o Brasil quer. Ou seja, a investigação mais profunda possível para punir todos aqueles contra quem se constituam provas de culpabilidade e, lógico, garantir a idoneidade e a honradez daqueles que estão sendo acusados indevidamente.

O depoimento do Sr. Toninho da Barcelona em São Paulo foi um erro grave desta CPMI. Um bandido, condenado a 25 anos de prisão, ter um depoimento que era para ser reservado e, cinco minutos depois de concluída a oitiva, a fita com a gravação estar na mão de todos veículos de comunicação! Isso é negativo para a profundidade das investigações, isso atrapalha as investigações. Concordo que o Toninho da Barcelona, como disse o Deputado Eduardo Paes, deve ter muita coisa para dizer, mas ele tem que dizer para a Polícia Federal e para o Ministério Público, em falas reservadas; ou até para esta CPMI, se tivermos a capacidade de fazer essa conversa reservada. Não considero razoável que ofereçamos um palco com 20 milhões de espectadores brasileiros para que o Sr. Toninho da Barcelona, que é um doleiro condenado a 25 anos de cadeia, com decisão transitada em julgado, acuse um Ministro da Justiça do nosso País. Isso é uma inversão total de valores. Ou temos a garantia de que vamos conseguir manter...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)
– Permite-me?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– A palavra está com o Deputado Henrique Fontana, Senador.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Só para polemizar, mais nada.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – ...oitivas reservadas com responsabilidade... Para isso, temos que investigar com muita profundidade para

saber como aquela fita foi terminar na mão de todos veículos de comunicação, minutos depois de ela ter sido gravada. Aí concordo que a CPMI vai retomar o seu papel e pode, e deve, ouvir o Sr. Toninho da Barcelona e outros bandidos que poderão nos contar coisas, ou, então, vamos estar sofrendo um desgaste e fazendo algo que não é o ideal.

Só encerro, Sr. Presidente, dizendo ao nobre Senador Alvaro Dias, que estava sentado aqui atrás, que, de fato, vamos debater esse tema em outros lugares. Agora, os empréstimos do BNDES para obras de infra-estrutura feitas por empresas brasileiras no incentivo de uma integração regional estratégica importantíssima para o nosso País, do meu ponto de vista, é algo que atende ao interesse público, diferente do período em que o BNDES financiava a privatização do patrimônio público brasileiro, que inclusive depois estamos tendo dificuldades de receber os valores que foram emprestados.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Com a palavra, o Deputado Arnaldo Faria de Sá, por três minutos.

Deputado Arnaldo, só um registro. Tenho aqui inscritos o Senador Sérgio Guerra, o Senador Heráclito, o Deputado Sílvio e a Deputada Denise. Senador Demóstenes, como diz o italiano, *e la nave va*.

Com a palavra, o meu querido Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr^{as} e Srs. Deputados, acho que a Mesa não tem culpa do que aconteceu na semana passada. Foi operação abafa do Plenário. Todos os requerimentos de preferência foram derrotados pelo Plenário, e a Mesa não pode ser culpada. Eu estava presente, foi uma articulação daqueles que não queriam que o Toninho Barcelona fosse convocado, que o Luiz Gushiken fosse convocado, que outras pessoas fossem convocadas. Então, a Mesa não tem culpa disso. A Mesa colocou em votação a preferência, e a maioria do Governo no plenário derrotou todas as preferências. Então, essa é a colocação que eu queria fazer.

E lembrar de um detalhe: amanhã, a CPMI da Compra de Votos vai ouvir a Previ, a Funcef e a Petros. E nós estamos aqui perdendo o nosso tempo. A outra CPMI, que teoricamente não tem nada a ver com o assunto, vai ouvir os fundos de pensão e nós estaremos ouvindo. Então, acho que estamos bobeando, estamos deixando passar o tempo e vamos ser prejudicados, justamente porque é um assunto que tínhamos levantado anteriormente e foi postergado.

Em relação ao Sr. Toninho Barcelona, ou Toninho da Pamonha, como falaram, temos que ouvir, sim,

Presidente. Até porque ele falou coisas importantes. E quem esteve lá em São Paulo sabe disso. E o Relator está acenando positivamente com a cabeça. Nós ouvimos coisas importantes. Agora, não é um preso que tem que provar o que fala. Ele está preso, ele não tem acesso a computador, não tem acesso a dados. Nós é que temos que ir atrás daquilo que ele falar. E ele acusou o Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, que se apressou em dizer que reinternou o dinheiro e pagou os impostos devidos por aquela internação do dinheiro que anteriormente tinha sido desviado lá para fora, por meio de doleiro.

Ele falou de algumas coisas que temos que ir a fundo, como a questão da Bônus-Banval, a questão de Santo André. E temos que apurar. Está aí na revista **Veja** desta semana, está no **Correio Braziliense** deste final de semana, e não podemos simplesmente querer dar uma de avestruz e achar que não tem nada disso. Temos que apurar, e apurar de maneira célere e permanente, porque ele acabará sendo morto no presídio, e as informações, extremamente importantes, nós deixaremos de ouvir aqui na nossa CPMI. E seremos os culpados disso, porque estão tentando tapar o sol com a peneira. O Governo parece um drogado: cheira uma carreira, fica todo alegre e espera o próximo Buratti para ver o que vai acontecer. Temos que tomar cuidado. E não quero aqui que a Mesa seja responsabilizada. A responsabilidade lamentavelmente é deste Plenário, que, por sua maioria do Governo, está impedindo a aprovação de requerimentos extremamente importantes.

Vamos para frente. Vamos ouvir o mais rapidamente possível a pessoa que está convocada para hoje e amanhã decidiremos o que faremos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Muito obrigado, Deputado Arnaldo Faria de Sá, pela precisão no tempo, que, aliás, é uma constante de V. Ex^a.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Eu respeito o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Isso mesmo. É um regimentalista.

Concedo a palavra ao Senador Sérgio Guerra e, em seguida, ao Senador Heráclito Fortes, ao Deputado Silvio Torres, à Deputada Juíza Denise Frossard e ao Senador Demóstenes Torres.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, ouvi com total atenção o pronunciamento de vários companheiros Parlamentares da base do Governo e da Oposição sobre o momento em que nos encontramos.

Quero afirmar, com absoluta tranquilidade, que percebi, nas palavras que ouvi, um foco de preocupa-

ção bastante consistente. Creio que o clima não está bom entre nós. Há muita incompreensão, e sobre nós pesa uma grande responsabilidade. Não é uma pequena responsabilidade, é uma grande responsabilidade.

Quanto à investigação do destino dos recursos, no passado o Congresso sempre foi, de uma forma ou de outra, capaz de fazê-la. Nas várias CPIs existentes, o Congresso foi relativamente bem-sucedido na investigação do destino de recursos em processo de corrupção. No entanto, o Congresso foi, no passado, e parece que está sendo agora igualmente ineficiente na apuração das causas e da responsabilidade dos corruptores. A CPI do Orçamento, por exemplo, foi capaz de punir vários Deputados, vários Senadores, estabelecer uma ampla discussão, mobilizar o País, mas não foi capaz de atribuir responsabilidade a um único corruptor. É como se todos os fatos terminassem na apuração daqueles Parlamentares, o que faz bem a muita gente, porque há muitos interesses por trás da degradação do Congresso. Porém, a idéia era exatamente esta, de deixar a conta com o Congresso e de não saber exatamente quem estava por trás da corrupção. Tentou-se, muitas vezes, criar a CPI dos Corruptores, que nunca se instalou, nunca foi para frente.

Vivemos, agora, um momento grave, porque a nossa CPMI me parece ser, numa perspectiva lógica, a CPI das causas, a CPI dos corruptores. Essa deverá ser, seguramente, a nossa massa de trabalho. A CPI que apurará – e eu espero que o faça, confio que isso aconteça, e espero que as pressões não sejam de tal forma consistentes para evitar punição –, a CPI que cuida da ponta, de para onde foram os recursos e daqueles que receberam o produto da corrupção, essa CPI não é a desta sala, mas da sala ao lado.

Continuo dizendo que estamos com uma séria dificuldade, porque, em discussão política, é impossível imaginar qualquer cenário, em qualquer movimento parlamentar, cuja natureza não seja a do enfrentamento político. Ela se dará, queiramos ou não. Mesmo que, em muitas situações, esse enfrentamento político prejudique a eficiência, isso faz parte da democracia, do processo; é inevitável. Alguém mais racional, eu próprio reclamo dele, de repetir os discursos de combate ou de defesa do Governo com os mesmos argumentos, mas eles acontecem porque é natural que eles aconteçam. Porém, é evidente que estamos aqui tateando nessa questão da investigação das causas.

A Oposição deseja, e sempre vai desejar, uma generalização. Quanto mais geral, melhor o resultado político para a Oposição. O Governo e sua base, que é maioria, desejam claramente uma redução do trabalho de investigação. Eu não diria redução no sentido horizontal, porque ela pode ser compensada de forma

vertical, mas uma redução do tamanho do espaço em que a Comissão poderia trabalhar para a apuração de muitos fatos. Fala-se em CPI de Marcos Valério, CPMI dos Correios. Penso que, politicamente, nós não sustentamos essa redução. Falo com muita clareza isso, porque já foi abordado no primeiro estágio da negociação que produziu as comissões parlamentares de inquérito. Quando alguém alegou, e não fomos nós, que deveria haver mais de uma comissão, a defesa, o argumento que prevaleceu na reunião de todos os Líderes do Congresso foi o seguinte: a Comissão Parlamentar dos Correios vai examinar os corruptores, no plural.

Alguém falou em CPI das Estatais, o que era inadequado, até porque a corrupção tem o lado privado muito forte. Mas o fato concreto é que se deve aqui examinar os focos que podem instrumentalizar processos de corrupção que são reais, que não começaram neste Governo, mas que, na minha modesta opinião e na de muita gente, se expandiram enormemente nele.

Agora, o que nos está faltando, sob pena de, a partir dos próximos dias, gerarmos aqui um impasse cuja consequência é óbvia – a Oposição dizendo que esta Comissão é chapa branca, e o PT, que esta Comissão quer investigar e a Oposição não o deseja -, é um caminho em que insisto, de maneira sistemática, também sugerido aqui por outras pessoas, como o Deputado Bittar, a Deputada Denise e outros: é preciso haver uma reunião desta Comissão na qual nós discutamos com toda a clareza qual é o foco da nossa investigação, qual, de fato, é o foco que nós concordamos que seja o centro da nossa investigação: se é esse que está sugerido, se ele vai ou não aos fundos de pensão, aonde ele pode e aonde ele não pode ir.

É preciso termos uma massa concreta, substantiva, para que possamos caminhar de maneira segura; e não adjetiva, polêmica, porque a polêmica não leva ao resultado sozinho, e a falta de resultado é a condenação de todos nós. E, no final, a conclusão sabe qual pode ser? O Presidente Lula é um grande sujeito, não tem nada a ver com isso. Agora, o Congresso tem 380 ou 400 picaretas. E nós não vamos concordar com isso.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra, o Senador Heráclito Fortes, por três minutos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não existe argumento que derrube um fato: esta CPMI está morrendo. Não sei o que aconteceu; não consigo identificar a causa, mas este é um fato incontestável.

Agora mesmo, ouvi o Senador Amir Lando usando o microfone, da sua CPMI evidentemente, falando para todo o Brasil, pedindo ao Diretor-Geral do Sena-

do que pusesse na sua sala dez cadeiras para sentar Senadores ou Parlamentares que estavam em pé. Na nossa CPMI, as cadeiras estão sobrando. Se a gente virar os olhos lá para trás, verá a imprensa sonolenta, desesperançosa, cumprindo a pauta, mas sem nenhuma perspectiva.

Abrimos mão do nosso poder – e até hoje não sei por quê. Aliás, esta CPMI, chamada CPMI dos Correios, é a matriz das outras, é a mãe, e foi transferindo poderes. É difícil saber por quê. É lamentável, Sr. Presidente, e digo isso porque estamos diante de um Presidente e de um Relator altamente experientes não só na vida parlamentar, mas na vida executiva, na administração brasileira. E creio que esse esvaziamento, essa falta de fé e de esperança que o povo brasileiro depositou nesta Comissão não são bons para nenhum de nós, membros desta Comissão

Se V. Ex^a, que era um campeão de *e-mails*, observar, vai ver que a quantidade de *e-mails* que recebia caiu. A queda da produção está decepcionando o Brasil inteiro. Lamento e estou fazendo aqui exatamente um apelo a V. Ex^a para que redirecione o nosso destino, e V. Ex^a tem poderes para isso.

Os motivos são vários. O nosso Deputado Henrique Fontana, como sempre, olha por um retrovisor. Ele não vê os erros do seu Governo e quer apontar os erros dos governos passados. Quero dizer a V. Ex^a que nós, que estávamos no Governo, erramos muito, e os nossos erros deram consequência à vitória que o PT teve nas urnas. Mas quem votou no PT esperava conviver com erros na administração atual, erros de natureza formal, erros de administração de competências na gestão das questões econômicas. A Nação só não estava preparada era para conviver com erros de natureza moral e com a corrupção.

O que estarrece, o que preocupa a Nação brasileira é exatamente estar convivendo com esse tipo de erro, e uma só comissão no Congresso não ser necessária para fiscalizar as corrupções cometidas no atual Governo. Foram criadas três. Por quem? Por iniciativa da própria liderança do partido que governa, que não quis fazer uma só comissão – achou que era pouco –, e estamos com essas três batendo cabeça e fazendo questionamentos sem nenhum sentido de ser.

O Toninho da Barcelona, que hoje é bandido e que está preso, condenado a vinte e cinco anos, é o mesmo Toninho da Barcelona que até dois anos passados transacionava dólar com os que hoje estão no poder e impunemente não receberam nenhuma condenação. A condenação a vinte e cinco anos dada a ele, nas circunstâncias em que foi dada, é, pelo menos, suspeita, Sr^a Juíza. Cadê os que transitaram pelo mundo afora

suas fortunas com o dólar? Ele é um atravessador, e os outros, por que não foram ouvidos?

Sr. Presidente, tenho uma frustração muito grande na minha vida e espero que isso não se transforme em decepção. Fui membro da CPMI do Banestado e esperava que ali a maioria desses males fossem corrigidos, que se encontrassem os mecanismos para coibir a lavagem de dinheiro sem nenhum controle. Pois bem, no mesmo momento em que trabalhávamos nessa direção, o atual Governo, segundo denúncias que estão vindo à tona e que precisam ser provadas, praticava, nos mesmos bancos que fiscalizávamos, o mecanismo condenado.

Essa CPMI, para frustração da Nação, não chegou ao seu final; foi direcionada. Hoje, joga-se a culpa em uma briga partidária interna havida entre as partes.

Sr. Presidente, pediria a V. Ex^a um minuto da sua tolerância, mas é preciso que a gente reflita sobre os destinos desta CPMI; é preciso que não deixemos embaixo do tapete, ainda porque o que estamos querendo é tirar do tapete algumas questões, transferindo para outras comissões, comissões estas sem a mesma competência para apurar o que se está apurando aqui.

Cada um dos partidos foi buscar nos seus quadros os melhores nomes para colocar nesta Comissão. Algumas dessas comissões foram feitas exatamente no arranjo, e esta, que é a mãe das CPIs, que é a causa de tudo, está perdendo terreno, está perdendo espaço. É preciso, Sr. Presidente, que se vá fundo na questão da Cobra, empresa; é preciso que se vá fundo na questão do Banco do Nordeste; é preciso que se vá fundo na questão dos cartões corporativos. Esta questão está nesta comissão há mais de dois meses, e, nesse final de semana, a Imprensa noticia, dando detalhes, que, se estão aí, se estão em nossos arquivos, não tivemos acesso e não pudemos levar a fundo.

Sr. Presidente, faço um apelo a V. Ex^a para que algumas questões sejam retomadas, que sejam ouvidas todas as pessoas sob suspeita e que não tenhamos aqui nenhum preconceito em ouvir. Criou-se no Brasil, Sr. Presidente, uma cultura contra uma empresa de inteligência chamada Kroll, que tem tradição no mundo inteiro em rastrear contas e não de escuta telefônica. Desqualificou-se essa empresa no Brasil por questões envolvendo grupos financeiros. Todavia, eu quero dizer que quem primeiro trouxe a esta casa a Kroll foi exatamente o Partido dos Trabalhadores no período da CPI dos anos do orçamento. Agora, na CPMI do Banestado um outro membro do Partido dos Trabalhadores tentou novamente trazer essa empresa.

Sugiro, Sr. Presidente, que, se não for o caso de contratar, que se chamem os responsáveis por essa empresa para dizerem o que ela sabe, porque o que

consta é que ela tem, em seus arquivos, os nomes de várias pessoas que...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Peço que conclua, Sr. Senador.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – ...fizeram lavagem de dinheiro, e o Governo não gostaria de vê-los nominados.

Essas coisas precisam ficar claras, porque se está adotando aqui a prática de dar uma versão e de desqualificar a verdade.

É preciso, Sr. Presidente, em nome desta Casa, em nome da expectativa que o povo brasileiro depositou em todos nós, que retomemos o nosso caminho. Tenho certeza de que V. Ex^a está vivendo um drama, um momento difícil, pressões partidárias no seu Estado – os jornais estampam. Estão querendo cercar a sua caminhada e o seu futuro, mas V. Ex^a vai saber separar a tarefa que está sobre os ombros de V. Ex^a e que o Brasil com muita atenção examina, e a sua condução será muito serena.

Fico muito assustado quando um lado ou outro elogia a condução de um trabalho como esse. É melhor que ninguém elogie e que a Comissão flua, e que a Comissão ande. Essa tarefa de que V. Ex^a e o Relator se ocupam não é tarefa de elogios de momento; é uma tarefa que, se for bem cumprida, terá o reconhecimento da Nação ao final.

E é isso que eu espero, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra o Deputado Silvio Torres, por três minutos.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu queria chamar a atenção daquele telespectador ao qual se referiu o Deputado Jamil Murad para o equívoco que ele cometeu com as acusações que fez contra o Ministério Público de São Paulo.

O Ministério Público de São Paulo, formado por promotores e procuradores, escolhe diretamente, votando em uma lista tríplice, o Procurador-Geral. O Governador tem a prerrogativa constitucional de escolher um deles. E, no caso do Governador Geraldo Alckmin, especificamente, ele escolheu o mais votado entre eles. Portanto, em momento algum houve qualquer tipo de interferência do Governo de São Paulo no poder do Ministério Público, que, aliás, é um poder reconhecido pela Lei Orgânica do Ministério Público, e tanto ele quanto o Prefeito José Serra sabem o limite da sua própria autoridade.

A atuação dos promotores no caso da denúncia contra o Ministro da Fazenda decorre de mais de um ano e meio de investigações, feitas por pessoas que vêm sistematicamente averiguando e investigando de-

núncias. E, em nenhum momento, eles sofreram qualquer pressão de outro poder que não fosse a pressão das responsabilidades que têm.

Inversamente ao que dizem alguns dos Deputados da base governista, o que ocorreu, Sr. Presidente, foi que o próprio Ministro Márcio Thomaz Bastos, segundo a **Veja** publicou e segundo fontes fidedignas, telefonou para o Procurador-Geral de São Paulo, antes mesmo que o depoimento tivesse sido iniciado, e pediu a ele que decretasse o sigilo das investigações.

Eu acho que isso, sim, é que significa uma interferência de um poder sobre o outro; isso significa receio das declarações que pudessem elucidar esses escândalos que estão tomando conta da sociedade, da opinião pública brasileira.

Feito isso, Sr. Presidente, feita essa ressalva, eu queria fazer uma brevíssima consideração sobre os lamentos que já foram feitos sobre os nossos trabalhos. A primeira consideração é dizer que V. Ex^a, que tem uma grande e profícua experiência na iniciativa privada, e que ocupou cargos importantes de direção, sabe muito bem que o nosso principal problema hoje é a administração da CPMI. Está sendo extremamente difícil administrar os interesses conflitantes, as vaidades, as disputas partidárias, mas principalmente, Sr. Presidente, não estamos conseguindo administrar os procedimentos desta CPMI. Acho que, da mesma maneira que V. Ex^a se referiu, estamos parecendo uma biruta de aeroporto em meio a essa tempestade de escândalos.

Ao contrário do que diz o nobre Senador Heráclito Fortes, esta CPMI não está morrendo; ela está passando por momentos tumultuados, mas ainda é depositária de imensas expectativas da sociedade brasileira, e somos os responsáveis por fazer com que essas expectativas não se frustrem.

Quero também fazer coro com aqueles que estão exigindo mudanças na condução da CPMI, ressaltando todo o esforço, o empenho e a dedicação de V. Ex^a, do Relator e dos sub-relatores. Contudo, temos que fazer essa autocrítica, porque as propostas são discutidas, as análises são feitas, mas, em seguida, nada é resolvido.

O Deputado ACM Neto fez propostas concretas, e devemos analisá-las e decidir sobre elas. Da mesma forma, Sr. Presidente, na semana passada, tivemos conhecimento de que o vice-Presidente, Senador Maguito Vilela, afastou-se do cargo e havia a expectativa de que estivessemos hoje elegendo o novo vice-Presidente. Acho que isso é muito importante, por uma simples razão: talvez V. Ex^a talvez não dê conta de tantos encargos que a Presidência de uma CPI como esta exige. Acho que um vice-Presidente poderia ser

escolhido entre nós com funções de vice-presidente executivo, encarregado de acompanhar a administração da CPMI, de dar seguimento a todos os procedimentos que são acertados entre nós, de informar a todos os membros da CPMI sobre o andamento dos trabalhos. Talvez, com isso, consigamos recuperar o foco, consigamos recuperar a eficiência e possamos chegar, como deseja V. Ex^a, no mês de novembro, com os nossos trabalhos concluídos.

Essa é a sugestão que eu queria deixar.

O SR. PRESIDENTE(Delcídio Amaral. PT – MS)

– Muito obrigado, Deputado Sílvio Torres.

Com a palavra a Deputada Juíza Denise Frossard e, depois, encerrando, o Senador Demóstenes Torres.

A SRA. JUÍZA DENSE FROSSARD (PPS – RJ)

– Sr. Presidente, meus caros colegas, procurei me informar, porque eu não estava aqui ainda, acerca da proposta do Deputado ACM Neto. Lembrei-me, então, Sr. Presidente, da questão que no processo chamamos de “saneamento do processo”. Não vou entrar em detalhes aqui, ainda porque todos que me antecederam já expuseram seus sentimentos, e eu também, lá atrás, já o fiz.

Mas a questão é buscar soluções, quer dizer, a partir de todas essas sensações, o que temos é que buscar uma solução concreta. A sociedade espera de nós resultados. Então, a proposta do Deputado ACM Neto vem nesse sentido e deve ser encampada por nós. A isso dávamos o nome de saneamento do processo.

Tenho analisado aqui todos esses requerimentos e tenho certeza que muitos dos colegas aqui, se indagados acerca de todos os seus requerimentos, constatarão que muitos já caducaram. Então, devem ser objeto de avaliações do tipo: “não, esse já não precisa mais; àquele eu renuncio etc”. Enfim, esta ordem no processo para limpar, como fazemos com esse despacho saneador.

De modo, Sr. Presidente, que eu, como sempre muito objetiva, acho que essa reunião é mais do que necessária, mas com esse foco que, se V. Ex^a me permite, submeto à sua reflexão, qual seja, o de limpar esses requerimentos, ver o que precisa ser levado à votação, levar à votação seja qual for o resultado – aqui mesmo semana passada, e o resultado foi o que Plenário decidiu, **tollitur quaestio**, questão fechada. O Plenário decidiu, é isso aí. Discordo até um pouco do Senador Heráclito quando S. Ex^a diz: “eu não sei como é que o Toninho da Barcelona foi condenado”. Ora, ele tem os recursos que são próprios da Justiça. Isso também não é assunto nosso.

Agora, principalmente, Sr. Presidente, como fico mais uma vez ouvindo esse retorno da questão do Toninho da Barcelona, digo que, se se quiser ouvir, que se ouça; contudo, é preciso cuidado para que ele não venha aqui, para que a gente mande as perguntas para ele ser ouvido lá. Tive um processo com 150 réus e tive que ouvi-los. Foi um caos, porque eram todos condenados a 30 anos, que disseram horrores, pois a imprensa naquele momento estava com a sua atenção voltada para o caso. De sorte que foi uma loucura a vaidade criminal. Essa é a minha preocupação: não é não ouvi-lo não, é ouvi-lo aqui.

Agora, Sr. Presidente, esta Comissão poderá retomar o seu rumo novamente. Concorde que ela está meio tonta, mas ela pode retomar o seu rumo se voltar ao foco original, com o que dará uma grande contribuição à Nação, qual seja, verificar o modelo de corrupção que se estabeleceu no monopólio dos Correios, monopólio este que era dividido entre partidos para produzir, ao que tudo está a indicar, recursos. Temos, pois, de dissecar essa questão, oferecer sugestões para que isso não mais ocorra e, se possível, punir os responsáveis pelo alcance do dinheiro público.

Então é isso. Não perdemos o foco não; não perdemos o rumo não. É possível ainda irmos ao nosso objetivo. Agora, só iremos se tivermos o foco no nosso nascedouro.

De modo, Sr. Presidente, que sanear o processo a essa altura – e aproveito para louvar e parabenizar o Deputado ACM Neto pela sugestão, pois eu não estava aqui, cheguei agora – é realmente a saída.

Muito obrigada Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS)
– Com a palavra o Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, confesso que vinha me agradando muito a condução das atividades da CPMI pelo Presidente, secundado pelo nobre Relator, ambos até dividiam o protagonismo. Mas, na semana passada, fiquei bastante preocupado em relação aos dois, devo confessar.

Primeiro, ficou claro para mim que houve realmente o início de uma “operação abafa”, e por um motivo muito simples: as questões mais relevantes foram postergadas naturalmente pela rejeição dos requerimentos de preferência. Nosso Presidente, que até então era um Clint Eastwood, ficou mais parecido com um Rock Hudson; enquanto que nosso Relator, Osmar Serraglio, lamentavelmente rejeitou, com parecer... E digo com absoluta sinceridade: o parecer de V. Ex^a, para mim, sempre contra, foi absolutamente decepcionante.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Qual deles?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– Todos eles: em relação à quebra do sigilo do Duda Mendonça; a rejeição de preferência; a rejeição em relação ao Okamoto e uma série de outros.

O grande mal da CPMI não está efetivamente nos requerimentos de preferência. V. Ex^a deu parecer contrário.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS)
– Não deu não.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)
– Claro, deu.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Não; tanto que encaminhamos....

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)
– Sim; encaminhou, mas votou contra. Muito bem.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Votar é uma coisa; encaminhar é outra.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)
– Certo; mas quero falar da opinião de V. Ex^a, que é determinante para nós todos. Não estou acusando V. Ex^a de nada; até estou sendo absolutamente decente em fazê-lo publicamente, pois o que penso é realmente isso.

Em relação ao Ministério Público, pode-se acusar o promotor? Claro! O promotor agiu equivocadamente ao descer lá e fazer aquela propaganda equivocada. Digo isso. Fui Presidente do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Justiça. Então, sei que foi um equívoco. Foi um equívoco o Deputado gravar – e muito grande. Não devia ter feito; a reunião era secreta. Quando nós descemos, todo mundo já sabia o que havia acontecido. Mas é o Deputado que deve perder o mandato? E o Promotor que deve ser punido em decorrência disso? Talvez até minimamente, sim. Mas o grande problema nosso é querer não ouvir as pessoas certas.

O que está acontecendo? Estamos ouvindo pessoas aqui que, lamentavelmente, estão com o mal de Alzheimer – perda recente da memória. Só se lembram de fatos do passado, quando eram guerrilheiros, quando eram altaneiros. Então, dessa ótica, o Brasil não precisa de CPI; precisa de geriatrias.

Então, ou vamos colocar esta CPMI no rumo, ou vamos ficar aqui com essa bobagem de discutir nada. Então, nós temos, na minha opinião – e vou repetir – que ouvir... “Ah, mas o Gushiken não tem nada a ver com os Correios?” Tem, porque a CPMI tem temas conexos, temas correlatos. O Gushiken faz parte, ao que tudo indica, desse dinheiro sujo que veio alimentar a máquina. Então, como podemos não ouvir o Gushiken?

É preciso quebrar o sigilo do Duda? Sim, porque quebrou só da *off-shore*. Mas será que o Duda não operava como Marcos Valério? Será que o Duda, além de

receber, também não distribuía dinheiro? Então, temos que quebrar o sigilo. Será que o Sr. Okamoto não pagava outras despesa? Ele não tem que explicar isso? Nós não temos que quebrar o sigilo? Porque há essa suspeição. Então vamos ficar mexendo com os temas menores? Não é essa a função da CPI, porque do trivial todo mundo se ocupa; não precisa da CPI. E a Comissão Parlamentar de Inquérito é para investigar.

Outra coisa. Todo mundo tem medo do Toninho da Barcelona, porque o Toninho da Barcelona é bandido. Sim; é bandido, é delinquente e quer um prêmio. Desde o século XIX, se desenvolve essa tese de o Direito premiar, o que é coreto, porque chega um momento em que você não consegue investigar mais se não der um prêmio. A pessoa... “Ah, mas a motivação é espúria”. Sim; é. Vai entregar? Vai. É bom para quem? É bom para o Brasil. Então, não temos que nos preocupar com o Ministro da Justiça, porque o Ministro veio a público e deu as suas explicações, até bastante razoáveis. Em outra oportunidade, veio a público o Sr. Palocci e também deu explicações bastante razoáveis. Todos nós aqui, de uma maneira ou de outra, já fomos acusados de alguma coisa porque ocupamos cargos públicos. A acusação é natural. O homem público tem que ter a capacidade para se defender, de mostrar o que realmente ele fez ocupando o cargo público. Então, não devemos nos preocupar com isso. Devemos nos preocupar com essa repercussão, porque todo mundo, se estiver limpo, vai ter a capacidade de vir a público e se limpar.

Penso que devemos até retomar aquele fio original e termos novamente o Clint Eastwood na condução da CPI, já que estamos comparando com a artistas, e também voltar àquele tom sereno do qual V. Ex^a foi o inspirador em toda esta Comissão. Eu digo: acredito em V. Ex^a, acredito no nosso Presidente, mas penso que a CPMI tem que voltar a sua inspiração original.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS)

– Concedo a palavra ao Relator Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, desejo fazer alguns esclarecimentos que entendo pertinentes. Um deles, em relação à quebra de sigilo. Em nenhuma oportunidade, este Relator se manifestou contrário à quebra de sigilo de quem quer que fosse.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Foi votado em bloco, Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Aí é votação de preferência.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– Exatamente; foi o que eu disse: de preferência.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Nós não votamos nenhum requerimento de quebra de sigilo – e não foi por minha culpa. Eu tinha pautado, inclusive atendendo muitos dos Parlamentares, e nós não chegamos a votar nenhum requerimento de sigilo na nossa última reunião...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– Preferência. Fui claríssimo nisso.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Preferência é uma coisa.

Agora, nós precisamos organizar de forma que sejamos produtivos. O que tem acontecido? Mesmo aqueles sobre os quais há um consenso e que são realmente direcionados ao prosseguimento da investigação, nós não conseguimos. A cada vez que realizamos uma reunião, ela é precedida... É preciso que reconheçamos. Eu não sou contrário, mas não podemos fazer com que a população não saiba que ficamos o tempo todo discutindo coisas que, se não o fizéssemos, poderíamos ter, com certeza, evoluído.

O segundo ponto. É claro que hoje há estabelecido uma luta por visibilidade entre três comissões. Não podemos ficar nos pautando pelo que estiver, eventualmente, sendo designado na outra comissão. O que estamos fazendo hoje – aí é sobre o foco... Como é não estamos examinando o foco, que é a origem, se estamos exatamente questionando, a partir de um requerimento do Senador César Borges, totalmente procedente, para ouvir pessoa que, segundo uma visão pelo menos apriorística indica, pode ter sido uma fonte de muitos recursos, sim, para o Marcos Valério. Um. O segundo, que já estava aprovado há muito tempo, que é o de amanhã, tornou-se mais evidente e mais claro para nós no momento – eu até julgo que talvez com uma certa precipitação – em que soubemos das declarações do Maurício Marinho, que o indicavam como sendo o grande operador.

Agora, que temos dificuldades de questionamentos, temos. Reconheço tudo o que aqui foi dito. Só que precisamos ouvir. Todo mundo quer que se ouça. A cada pessoa que colocamos aqui para ouvir, ao mesmo tempo, percebemos que, se fôssemos um pouquinho mais pacientes, com certeza, faríamos interrogatórios muito melhores, porque teríamos os dados nas mãos. Estamos tendo dificuldades para obtê-los? Estamos, sim, tendo dificuldades para obtê-los. Entretanto, enfim, suspenderíamos, eventualmente, por dez ou quinze dias, os questionamentos. Qualquer um deles que eu coloque, mesmo o ex-Ministro Gushiken, quantos dados melhores não teríamos se tivéssemos todos os contratos à mão?

Quanto à quebra, nada contra. Em relação a todas as quebras que forem postas, reafirmo: nenhuma

objeção. Tenho certeza de que é a mesma concepção do ilustre Presidente. Nós queremos uma investigação que não nos marque a história, não; que marque a história de cada um daqueles que aqui estão presentes. Agora, isso é no resultado. Momentaneamente, pode aparentar que não estejamos, tanto quanto estávamos, ocupando um espaço que reconheço que nos agradaria a todos. Mas um pouquinho de paciência. Aí, retomo uma expressão do Deputado Gustavo Fruet, na manifestação da coletiva: precisamos focar em resultados e que a opinião pública se satisfaça, não agora, mas quando apresentemos o que fizemos. Aí, sim, se não correspondermos a isso, recolheremos todas essas observações que foram feitas como sendo absolutamente procedentes.

Por ora, temos um contraponto, porque estamos colocando toda a nossa energia e o nosso esforço, apesar das dificuldades, para que a população e cada um dos Parlamentares que aqui estão se orgulhem do nosso trabalho.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Vamos votar o requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Eu gostaria e não me furtaria de fazer alguns comentários. Eu ouvi atentamente 18 Parlamentares, incluindo o Relator. Eu não posso, de maneira nenhuma, deixar de comentar algumas coisas que aqui ouvi que são recorrentes e, no meu ponto de vista, que são até surpreendentes também. Afinal de contas, estamos há quase três meses de funcionamento da CPMI. Acho que, em relação a algumas coisas, ou as pessoas fazem que não entendem ou efetivamente nada entendem – alguns, até pelo que eu ouvi.

Vamos ao primeiro ponto, que eu não posso deixar de destacar: o foco da CPMI. A CPMI tem um foco muito claro, e isso tem sido exaustivamente repetido por boa parte dos Parlamentares aqui presentes. Qual é esse foco? Os contratos dos Correios, os novos depoimentos do Sr. Maurício Marinho, as movimentações financeiras do Sr. Marcos Valério, os fins, mas acima de tudo, como o Senador Sérgio Guerra disse, as origens, que são o verdadeiro ponto fora da curva desta CPMI com relações às demais CPIs que aqui se instalaram e os fundos de pensão, que surgiram em função das aplicações que alguns fundos de pensão fizeram em alguns bancos, que aparecem na movimentação financeira.

Esse é o enfoque da CPMI dos Correios. Muito claro. Não há nenhuma grande novidade com relação a qualquer outro assunto que venha aqui ser tratado. Isso passa por aqueles que alimentaram as contas,

por aqueles que sacaram na boca do caixa, pelas *tradings*, por dinheiro no exterior, claramente. É uma coisa absolutamente simples. E eu fico, às vezes, preocupadíssimo com alguns comentários que ouço aqui. Ou simplesmente esquecem o que se está fazendo, ou por alguma razão querem fazer algum tipo de discurso prestando, inclusive, um desserviço à CPMI, como se aqui fôssemos meninos e não soubéssemos o que fazer.

Todos nós temos uma responsabilidade muito grande com esta CPMI e com a opinião pública também. Aqui não são só os destinos do Presidente, do Relator, dos Sub-Relatores e dos Parlamentares aqui presentes que estão em jogo, é o destino do Brasil! Portanto, temos uma responsabilidade grande na condução dos trabalhos sim, na objetividade dos trabalhos sim, e na disputa política sim.

Se não há acordo – e isso o Senador César Borges sempre fala para mim, até pelo meu espírito conciliador e sempre de negociação –, quando não há acordo se vota. E é do processo democrático se votar sim. Votar contra, a favor. Um dia, a base de apoio perde, noutro dia a base da Oposição perde. E assim é. Esse é o dinamismo do processo parlamentar e do Congresso.

Então, não podemos tratar eventuais posicionamentos de maneira maniqueísta, como se houvesse aqui o bem e o mal, mal e o bem. Nós aqui temos um compromisso com a opinião pública, e esta CPMI vai trazer resultados.

Quero deixar bem claro aqui que não estou preocupado se alguma CPI tem mais ou menos audiência do que a CPMI dos Correios. Estou preocupado que a CPMI dos Correios apresente resultados. Se tivermos zero de audiência mas apresentarmos resultados, essa é a nossa função maior, precípua, que é o nosso dever com relação aos nossos Estados e com o Brasil.

Então, surpreendo-me com relação a algumas informações e posicionamentos que ouvi. De certa maneira, até me preocupam. Nós temos um compromisso até de honrar a CPMI, de fazer com que os trabalhos caminhem. Nós dois, Relator e Presidente, os Sub-Relatores e os Parlamentares, temos que, acima de tudo, trabalhar olhando o que é a instituição CPMI dos Correios. Se entendermos claramente os nossos objetivos e como é que vamos encaminhar as questões que são importantes para a CPMI, não tenho dúvida nenhuma de que, a despeito desse clima, como o Silvío disse, de tensionamento, de debates, de denúncias sistemáticas, vamos chegar a um porto seguro. Não tenho dúvida nenhuma disso.

Aqui, os Parlamentares têm muita experiência, muita vivência. Alguns Parlamentares já estão com

vários mandatos, têm uma folha de serviços prestados ao País.

Quero, também, deixar claro para todos, já que foi tocado aqui nas entrevistas coletivas, que creio que o instrumento da entrevista coletiva é inovador, importante para conversar com a imprensa de maneira mais amigável, de contar como as coisas estão acontecendo, para contar o que se projeta no futuro e, inclusive, para falarmos de nossas dificuldades. Ouvi, por exemplo, alguns comentários relativos a sigilo telefônico e bancário. Acho que alguns não imaginam as dificuldades que temos enfrentado para sistematizar esses dados. As instituições financeiras têm posicionamentos diferenciados. Apresentam dados de maneira diferenciada. Tivemos a surpresa de constatar que o Brasil tem mais de vinte operadoras de telefonia. Cada uma traz uma descrição diferente, exigindo de todos nós a famosa padronização, até porque ninguém vai fazer essa comparação na ponta do lápis. Vamos carregar o sistema que o Senado possui e, em cima do programa que temos, vamos fazer os cruzamentos. Então, temos que ter paciência.

E, como disse o Senador Alvaro Dias, uma CPMI não pode viver única e exclusivamente de holofotes. Precisamos fazer, realmente, um trabalho de pesquisa, um trabalho de investigação.

Quero deixar esta questão de maneira clara: não há nenhuma CPI com um número de informações que a CPMI dos Correios detém. Nem a CPI dos Bingos, nem a CPMI do Mensalão. Portanto, temos, com base em tudo aquilo que foi construído nesses quase 100 dias, muito mais informação do que qualquer CPI. Então, temos muito mais condições de qualificar o nosso trabalho, porque temos informações, base sólida, que estão sendo sistematizadas como uma ampla base de dados investigativa.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – São setenta e cinco dias e não 100, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Setenta e cinco dias.

Não preciso registrar que existem CPIs que já trabalham há mais de ano. Pela complexidade da CPMI dos Correios, não tenho dúvidas de que já avançamos muito. Às vezes, desviamos um pouco o foco, mas isso aqui não é uma empresa com diretores, executivos postados. Temos um componente político intenso. Todos nós temos que entendê-lo e não ficarmos surpresos, como se isso fosse algo do outro mundo. Estamos em uma Casa política. Portanto, eventuais desvios, exacerbações, naturalmente tendem a acontecer. Acho que o momento é de absoluta serenidade e bom entendimento daquilo que precisamos fazer, daquilo que precisamos executar.

Não poderia também deixar de destacar que a CPMI tem funcionado. O acesso aos documentos não-sigilosos tem funcionado muito bem. E aos sigilosos também. Foram estabelecidos horários específicos em que os Parlamentares têm acesso aos documentos todos. Hoje, a condução da CPMI está sob responsabilidade, na área administrativa, do Deputado Carlos Sampaio, que tem feito um bom trabalho. Ele está, Senador Sérgio Guerra, trabalhando lá e, muitas vezes, a sua presença fica prejudicada exatamente por essas atribuições.

Então, eu fico, às vezes, feliz com algumas afirmações e estupefato com outras, porque há efetivamente um esforço muito grande no sentido de democratizar as informações, sistematizar as informações e criar o ambiente que todos os Parlamentares precisam para executar um bom trabalho.

Até por sugestão do Deputado Gustavo Fruet, nós vamos fazer, na reunião administrativa, uma exposição mostrando as dificuldades que nós enfrentamos na sistematização dos dados, porque, como isso ficou muito claro em alguns depoimentos que foram aqui feitos, eu acho que uma reunião administrativa também seria uma oportunidade ímpar de se conduzir essas coisas com o devido conhecimento de todos os Parlamentares.

Gostaria também de destacar – e isso foi aqui ressaltado até com bastante intensidade – que todos os ofícios relativos aos fundos de pensão estão devidamente encaminhados ao Ministério da Fazenda. Esses documentos deram entrada no dia 18/08/2005. Deram entrada, primeiro, porque, depois do acordo, foi feito um requerimento que foi recentemente aprovado e que, por meio desse requerimento, é que posso encaminhar os ofícios.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – (*Fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Não, não, Senador Sérgio Guerra, não foi. Foi uma precipitação minha falar em acordo. Foi uma discussão ampla, principalmente da parte dos Parlamentares que levantaram esse assunto. Talvez outros não tivessem o mesmo interesse por essas questões ou tivessem um enfoque diferenciado.

Portanto...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, com todo respeito! Só não pode levar 15 dias para ser ofício. Isso é inadmissível, com todo respeito!

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – E quero também concluir aqui, defendendo a posição do Relator, que sempre teve uma posição isenta como foi a minha posição também sempre. Sempre!

Agora, aquilo que é do debate político, aquilo que é do voto, o Plenário determina, os votos determinam, como qualquer CPMI assim funciona, ao contrário do posicionamento do Presidente de sempre buscar o consenso e a conciliação. Podem-me acusar de tudo aqui, menos que eu não seja uma pessoa de diálogo que busca sempre tomar decisões conjuntas. Ninguém me tira essa! Podem tirar outras coisas! Ninguém me tira essa!

Então, eu vou suspender a reunião por 30 minutos...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, há requerimento sobre a Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – E vamos votar o requerimento e também ouvir o Sr. Ivan Guimarães.

Está suspensa a reunião!

(Suspende-se a reunião às 14 horas e 23 minutos.)

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Isso é ditadura, Sr. Presidente! O que é isso?

(Reabre-se a reunião às 15 horas e 48 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Nós reabrimos a reunião, uma reunião bastante extensa, pouco produtiva.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Nobre Presidente, o PFL ocupou muito espaço na agenda de V. Ex^a, depois o PSDB. O PMDB queria dar uma palavra.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra o Senador Ney Suassuna. Eu não vou dar a palavra para ninguém mais.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Está bom!

Bittar, com licença aí para eu ver o Presidente. Obrigado!

Nobre Presidente, nós estamos sem Vice-Presidente. No momento oportuno, vamos fazer a eleição e o PMDB gostaria de indicar o nome de Asdrúbal Bentes para Vice-Presidente da Comissão no lugar do Senador Maguito Vilela, que se licenciou.

Assumi no lugar do Senador Maguito Vilela a Senadora Íris Araújo que já está presente à Comissão, melhorando muito mais o cenário da Comissão, uma vez que passa a ser mais ameno e mais bonito.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Então, indique-a como vice.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sr. Presidente, parabeno a Senadora e dou votos de boas-vindas a nossa Comissão, Sr. Presidente, mais uma

presença feminina na Comissão para ajudar a colaborar com os trabalhos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Há um requerimento que eu quero encaminhar como autor, Sr. Presidente. (Pausa.)

Sr. Presidente, V. Ex^a quer uma cópia do requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Eu gostaria primeiramente de fazer alguns registros importantes.

Quero apenas fazer um arrazoado rápido de algumas dificuldades; hoje na reunião que tivemos pela manhã, isso ficou muito latente. E eu gostaria de aproveitar oportunidade no reinício dos trabalhos para elencar algumas Empresa de Correios e Telégrafos. Há algumas coisas que têm sido detectadas pela CPMI dos Correios:

1) Atraso injustificados no atendimento de diligências encaminhadas pela equipe de auditoria do Tribunal de Contas da União e dos técnicos à disposição da CPMI;

2) Omissão de informações imprescindíveis nas bases de dados solicitados especialmente da rede postal noturna;

3) Respostas a diligências que fogem ao mérito, não permitindo análise conclusiva pela equipe;

4) Informações contendo dados numéricos que induzem à conclusões erradas, especialmente as referentes a receitas e as despesas operacionais da empresa e o impacto das agências franqueadas.

Com base nessas dificuldades que estamos encontrando nos Correios, eu quero fazer a seguinte proposta ao Plenário: reunir uma comissão de parlamentares da CPMI. Eu vou falar com o Presidente dos Correios imediatamente para que esses parlamentares da CPMI se desloquem à Empresa para minimamente retomar essa relação que se espera entre uma CPI, o Tribunal de Contas da União e os Correios. Caso contrário, a própria CPMI pode encarar isso ou pode definir isso como desobediência e, portanto, pedir inclusive o afastamento de toda a diretoria dos Correios.

Eu acho que nós já chegamos no limite, esse tipo de atitude é absolutamente lamentável e nenhum parlamentar, seja ele da CPI ou não, admite esse tipo de comportamento.

Portanto, estarei junto com o Relator. Nós definiremos uma equipe de pelo menos cinco parlamentares que iriam aos Correios porque isso aqui é inadmissível. Nós não podemos mais compactuar com esse tipo de atitude, até porque a CPMI é que está prejudicando a sua imagem em função dessas delongas e desses atrasos. Em última instância, se isso prevalecer, a CPMI vai tomar outras providências, porque é inacreditável

que a diretoria de uma empresa como os Correios tenha um comportamento como esse.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – E o Banco do Brasil e Banco Rural têm problemas de insuficiente de dados. O banco de dados da CPMI está defasado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Em relação ao Banco do Brasil e ao Banco Rural, já houve uma evolução grande em função do trabalho do Deputado Gustavo Fruet e eu prefiro me inteirar melhor dessas questões até para adotar um tipo de encaminhamento se necessário.

Gostaria também de registrar, aproveitando os comentários do Senador César Borges, que o Banco Popular do Brasil encaminhou os contratos da DNA sem nenhum tipo de informação, como valor dos contratos etc., e não encaminhou os contratos. Portanto, vamos adotar um procedimento assemelhado. Isso é inadmissível até porque tolhe os trabalhos da CPMI. Isso não pode acontecer mais.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, só uma sugestão. Diligência de busca e apreensão é super eficiente e acho que V. Ex^a é homem de diálogo, de entendimento, mas está chegando a um ponto que temos que juntar Polícia Federal com um dos representantes dos servidores da CPMI e Parlamentares e fazer busca e apreensão. Aí resolve; ligeirinho eles entregam tudo.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Gostaria de endossar essa posição do Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Concedo a palavra ao Deputado José Eduardo Cardozo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Em primeiro lugar, gostaria de cumprimentar V. Ex^a e, em segundo lugar, de dizer que os caminhos, em relação ao que ponderou o Deputado Onyx, poderiam ser os seguintes: V. Ex^a formaria uma comissão que se dirigiria de imediato, ainda na tarde de hoje, ao Presidente dos Correios e daria um claro ultimato, ou seja, prazo determinado para responder. Caso não o fizesse, a CPMI estaria propondo enquadramento em crime de desobediência, propondo ao Presidente da República o afastamento da Diretoria dos Correios por obstrução dos trabalhos e, em terceiro lugar, busca e apreensão do material necessário.

É a ponderação que faço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – A comissão irá hoje aos Correios então e vou definir os Parlamentares.

Quero registrar aqui que tentei fazer uma proposta conciliatória com base no requerimento apresentado pelo Deputado ACM Neto e também com base no requerimento apresentado pelo Deputado Jorge Bittar, pela Senadora Ideli Salvatti e pelo Deputado Maurício Rands. A minha posição, como Presidente, foi no sentido de tentar buscar um acordo e não colocar em votação o requerimento apresentado pelo Deputado ACM Neto e, conseqüentemente, também o requerimento aqui apresentado à Mesa pelos Deputados Maurício Rands, Jorge Bittar e pela Senador Ideli Salvatti.

A proposta da Mesa era fazer uma reunião administrativa amanhã, que começaria às 11 horas e terminaria às 13 horas. Depois, nós faríamos...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Concordo, Sr. Presidente. Abro mão do meu requerimento para aderir à proposta de V. Ex^a.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – O PSDB está de acordo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – E depois faríamos a oitiva do Sr. Marcus Vinícius, a partir das 14 horas.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – O PSDB está de acordo.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, eu tenho o direito de fazer o encaminhamento do meu requerimento. Porém, quero, com base na sugestão apresentada por V. Ex^a, afirmar a esta Comissão que concordo, acato a sugestão de V. Ex^a e, conseqüentemente, o Deputado Onyx diz que também faz dele as minhas palavras, ou seja, acataríamos a sugestão de V. Ex^a, retiraríamos o requerimento que está sobre a Mesa, evitaríamos essa discussão agora e, portanto, consensualmente faríamos a reunião administrativa amanhã, com hora marcada para começar e acabar.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – A reunião começaria às 11 horas e terminaria às 13 horas.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Eduardo Paes e, posteriormente, à Senadora Ideli Salvatti.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, todos nós hoje, pela manhã, tecemos uma série de contestações, reclamações. E a proposta que V. Ex^a encaminha, neste momento, é adequada, sensata, correta. Portanto, quero colocar que o PSDB concorda com a proposta de V. Ex^a no sentido de que façamos, amanhã, essa reunião administrativa e ouçamos o Sr.

Marcus Vinícius depois dessa reunião administrativa, com horário para terminar. Quero aqui assumir com V. Ex^a o compromisso público de que na hora em que V. Ex^a determinar que será o fim da reunião administrativa, acataremos a determinação de V. Ex^a.

Portanto, concordo com a sua sugestão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Quero registrar que a reunião irá até às 13 horas e encerrará do jeito que ela estiver, às 13 horas.

O SR. (Orador não identificado) – Tem o nosso acordo, Sr. Presidente. O nosso compromisso respeitado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Às 14 horas, será a oitiva do Sr. Marcus Vinícius.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Pela ordem, Senadora Ideli Salvatti, posteriormente o Senador Ney Suassuna, Deputado Pompeo, Senador Sérgio Guerra, Deputado José Eduardo Cardozo e Senadora Heloísa Helena.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, não quero...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Peço que cada um use um minuto.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, não quero nem gastar tempo argumentando, porque hoje tínhamos uma oitiva marcada para iniciar às 11 horas e 30 minutos. São quatro horas da tarde e não era reunião administrativa. Era tão-somente uma reunião para oitiva. Portanto, se alguém pode acreditar que amanhã das 11 horas às 13 horas vamos ter condição de fazer uma boa reunião administrativa, para dar todos os encaminhamentos necessários, para deliberar todos os requerimentos que estão pendentes de deliberação, se alguém quer acreditar nisso, então, que acredite nisso, em Papai Noel, na cegonha, no coelhinho, acredite no que quiser. Por isso, Sr. Presidente, não abro mão do requerimento que está aí apresentado, de que mantenhemos a oitiva hoje, a oitiva amanhã do Sr. Marcus Vinícius a partir das 11 horas e 30 minutos e uma excelente e longa reunião administrativa a partir das 9 horas de quinta-feira, para deliberarmos sobre todos os requerimentos, darmos encaminhamentos, reorganizarmos os trabalhos da nossa CPMI, podemos inclusive dar dinamismo para as oitivas que estão já previstas nos subgrupos. Ou seja, que dediquemos a quinta-feira para organizar essa segunda etapa do trabalho.

Então, mantenho o requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senadora Ideli Salvatti mantém o requerimento assinado por ela, pelo Deputado Rands, pelo Deputado Bittar.

Com a palavra o Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Nobre Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Companheiros, há orador na tribuna, por favor.

Senador Ney Suassuna, V. Ex^a tem um minuto.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Menos que isso. Sr. Presidente, nós que exercemos a liderança temos uma série de obrigações. Amanhã é o dia em que a Bancada toda se reúne a partir de meio-dia com o Ministro Jaques Wagner. Então, será difícil o PMDB estar aqui presente, o que desequilibra a Comissão. Por isso, peço que mantenhamos a tradição que já tínhamos institucionalizado de ser às quintas-feiras as reuniões.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Com a palavra o Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sr. Presidente, talvez eu destoe um pouco da visão. Estou preocupado com a CPMI na medida em que estamos desvirtuando o foco e estamos fazendo aqui uma disputa política por requerimento, por voto, requerimento para votar requerimento, requerimento para adiar requerimento, requerimento para aprovar um outro requerimento, para, daí, fazer um outro requerimento, para ver as vamos conseguir ouvir alguém.

Estou preocupado. A nossa CPMI estava na linha de frente. Hoje – pode olhar aí fora – o povo está atento à CPMI do Mensalão, à CPI dos Bingos, e a nossa está perdendo vez, porque não estamos produzindo. Sr. Presidente, estamos perdendo o brilho, estamos desbotando por causa da disputa política.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Pompeo, concluindo porque já é para encaminhamento.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Mas, se é para encaminhamento, e V. Ex^a me deu um minuto, deixe-me falar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Todo mundo está falando um minuto.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sr. Presidente, V. Ex^a não me deixou falar...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Por favor, Deputado Pompeo de Mattos, é que V. Ex^a não estava aqui pela manhã e esse assunto foi longamente discutido, a questão da CPMI e dos trabalhos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Mas V. Ex^a me deu um minuto e tem que respeitar o minuto que me dá. Sr. Presidente, sempre comigo é assim!

Que é isso? Por favor, respeito! Eu gostaria de ser respeitado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Perfeito. Com a palavra o Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Para concluir, Sr. Presidente, quero dizer que reafirmo isso, muito claramente. Se ficarmos fazendo requerimento de requerimento e não construirmos um entendimento para ouvir os depoimentos, vamos perder o foco, perder o trem da história. Essa é a minha posição. Para reafirmar: não estamos fazendo CPI contra esse Partido, contra aquele outro Partido; temos que fazer uma CPI contra a corrupção, esteja ela onde estiver. Esse é o propósito do PDT aqui na CPML, e imagino que seja o propósito de todos aqueles que querem fazer uma CPI. Não é por requerimentozinho daqui ou dali...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Perfeito.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Para buscarmos a verdade, ouvirmos os depoimentos e avançarmos nos depoimentos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Muito obrigado, Deputado Pompeo de Mattos.

Concedo a palavra ao Deputado José Eduardo Cardozo, por um minuto.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Sr. Presidente, vou fazer um apelo a V. Ex^a e aos Srs. Deputados. Estamos aqui desde às 11 horas da manhã com um depoente aguardando para ser ouvido. Se alguém acredita que vai mostrar mais **animus** de investigação aprovando agora um requerimento para transformar esta em reunião administrativa – o que vai demonstrar que outros querem abafar, porque a reunião será na quinta-feira... Sr. Presidente, isso é um absurdo! Há uma pessoa confinada há quatro horas aqui, aguardando para depor, e nós, efetivamente, não resolvemos uma questão que é burocrática: quando vai ser a reunião administrativa, hoje, amanhã de manhã ou quinta-feira?

Proponho, Sr. Presidente, sem mais delongas, se o Deputado ACM Neto insistir em querer transformar esta reunião em administrativa para que o depoente fique confinado por mais um tempo, que ele ponha a decisão a votos e votemos. Caso contrário, Sr. Presidente, que ele retire o requerimento para que possamos ouvir a pessoa que está há quatro horas confinada, e façamos, na quinta-feira, como sempre, a reunião administrativa.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Vamos encaminhar os requerimentos.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Eu

quero falar, Sr. Presidente. Estou inscrita.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Perdão. Senador Sérgio Guerra e Senadora Heloísa Helena.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Creio

que, hoje de tarde, completamos um caminho que nos vai levar a uma grande dificuldade. O PSDB tinha uma proposta, o PFL, o PT tinha outra, a Mesa encaminhou uma proposta, e essa proposta equilibrada foi rejeitada pela radicalização de um determinado grupo político aqui representado.

Quero dizer que esse antecedente é gravíssimo. Devemos partir do princípio de que a Mesa não representa nenhuma das facções aqui presentes para que esta CPML possa funcionar. Se não temos equilíbrio para ponderar as coisas, vamos fazer o que a Maioria não pode fazer: radicalizar – quem radicaliza é a Minoria – e criar um precedente que nos vai remeter a uma grande turbulência que não interessa a ninguém. Mas, na hora em que não se dá um encaminhamento de equilíbrio a um assunto que não é tão relevante – não é tão relevante, eu concordo –, imagine-se quando os assuntos forem absolutamente relevantes. Não haverá equilíbrio algum.

Penso que a Senadora Ideli, que é experiente, que luta pelo Partido dela, pelas convicções dela, deveria ponderar sua posição e apostar em uma solução encaminhada pela Mesa, que julgo a mais equilibrada.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Sr.

Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, de fato, o que está sendo disputado é a mesma coisa que estará sendo disputada amanhã, ou seja, o foco da audiência amanhã do genro do Deputado Roberto Jefferson. É isso. Então, vamos acabar com essa conversa fiada. Não é nada disso. Ninguém está preocupado com o confinamento dos depoentes, com não sei o quê, nada. Era só não terem falado, porque os mais preocupados fizeram questão de se inscrever o tempo todo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– (*Fora do microfone. Inaudível.*)

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Depu-

tado José Eduardo, V. Ex^a não estava aqui de manhã. V. Ex^a se atrasou hoje.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– (*Fora do microfone. Inaudível.*)

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – V.

Ex^a quer um aparte, querido?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senadora Heloísa Helena, por favor.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Se

ele vai interromper, posso conceder um aparte ao Excentríssimo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Com a palavra a Senadora Heloisa Helena.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – É algo objetivo. Não tem nada a ver. Então, tenho uma proposta concreta: é só começarmos a reunião amanhã, excepcionalmente, às oito horas da manhã. Pronto! Todo mundo acorda mais cedo. Pronto! Amanhã, excepcionalmente. Então, quem quiser... Para mim não há problema. Aqui se pode ouvir V. Ex^a...

O SR. (Orador não identificado) – A Senadora Heloisa desperta todo mundo.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Exatamente. Eu desperto todo mundo. De preferência, às seis horas da manhã. O Senador Jefferson disse que pode ser às sete. O problema é que temos uma cultura maldita de trabalhar somente dois dias na semana. É isso. Ninguém fica estudando segunda, quinta e sexta, coisíssima nenhuma. Só um ou dois ou três que ficam. Então, objetivamente, excepcionalmente, a reunião amanhã começaria às oito horas da manhã e, às onze horas, o depoente não mais confinado estará. E pronto. Estará aqui. Só quem for preguiçoso não vai poder aceitar uma proposta como essa.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Eu quero... Nem com essa proposta de se começar antes V. Ex^{as} estão de acordo?

O SR. (Orador não identificado) – De acordo, Sr. Presidente.

O SR. (Orador não identificado) – Estou de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senadora Ideli, das nove às onze e meia?

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Às oito horas. Pronto, e às onze horas começa o depoimento do genro do Sr. Roberto Jefferson.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Nove horas!

O SR. (Orador não identificado) – Há as comissões permanentes!

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Quem queria usar essa desculpa... O problema é que há pessoas querendo fazer confusão aqui. Estão querendo fazer confusão, criar uma polarização mentirosa. Então, ele não seria ouvido amanhã, às onze horas; agora, será ouvido às onze horas, e faremos a reunião administrativa às oito horas. Pronto, acabou!

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Apoiada!

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Decida, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Não vou estender mais essa discussão. A Mesa decidirá. Começaremos às nove horas e encerraremos às

onze, impreterivelmente, a reunião administrativa. Às 11 horas e 30 minutos ouviremos o depoente.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Resolvido. Vamos embora.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Convido para compor a Mesa o Sr. Ivan Guimarães.

Quero dizer a V. Ex^{as} que são uma brincadeira essas discussões. São uma brincadeira! Quero deixar bem claro que, a partir da próxima semana, teremos oitivas, por meio de grupos menores de Parlamentares, às terças; às quartas-feiras, teremos a oitiva principal aqui, no plenário da CPMI; e, às quintas-feiras, a reunião administrativa. E ninguém mais levantará questões administrativas, nem na terça, nem na quarta-feira. O pedido “pela ordem” é para a condução dos trabalhos e eu não vou discutir mais esse assunto.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Sr. Presidente, a designação dos membros para irem aos Correios. A designação da Comissão dos Deputados para ir aos Correios, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Eu sugeriria que fossem, se concordarem, o Sub-Relator José Eduardo Cardozo, o Sub-Relator Gustavo Fruet, o Sub-Relator Carlos Sampaio e o Sub-Relator Abicalil. Quatro Parlamentares iriam hoje aos Correios.

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN) – Sr. Presidente, eu queria apenas...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Fernando Bezerra, tem V. Ex^a a palavra.

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN) – Falo tão pouco que acredito que usarei trinta segundos. Quero lembrar V. Ex^a...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – O Senador Fernando Bezerra está pretendendo ir aos Correios?

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN) – Não, não.

Sr. Presidente, na verdade, eu não gostaria nem de estar aqui. Estou aqui por obrigação. Gostaria de lembrar V. Ex^a que o horário da Comissão às 11 horas e 30 minutos foi combinado com o Presidente do Senado que as comissões temáticas do Senado funcionassem. Eu não quero entrar nessa briga de horário, mas foi acertado que as Comissões do Senado, para poderem funcionar, antecipariam o horário, e as Comissões Parlamentares de Inquérito aqui começariam às 11 horas e 30 minutos. Então, queria somente lembrar V. Ex^a. Não queria polemizar sobre esse assunto. Se

a decisão é essa, eu apenas penso que ela contraria uma decisão da Presidência do Senado.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Se não houver espaço físico no Senado, vamos para a Câmara!

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Vou comunicar isso ao Senador Renan Calheiros, Presidente do Senado, caracterizando como uma reunião excepcional. Agora, eu terminarei a reunião administrativa amanhã, às onze horas da manhã, impreterivelmente, haja acordo ou não. Na quinta-feira, não faremos reunião da CPMI. E, a partir da próxima semana... Na quinta-feira, a coletiva... E, a partir da próxima semana, essa agenda que acabei de relatar a V. Ex^{as}.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Na quinta-feira, a que horas é a coletiva, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Às 10 horas da manhã.

Gostaria de abrir os trabalhos passando a palavra ao Sr. Ivan Guimarães, que presta depoimento como testemunha. Estou aqui com o termo de compromisso assinado pelo depoente.

Passo a palavra ao Sr. Ivan Guimarães para falar...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Sr. Presidente, por favor, decline o nome dos advogados do Sr. Ivan.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Dr^a Ruth Stefanelli Wagner Vallejo e Dr^a Paula Leon de Souza Naves.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Concedo a palavra ao Sr. Ivan Guimarães para fazer uma apresentação rápida e para fazer também um relato rápido. Depois, passarei a palavra ao Relator, Deputado Osmar Serraglio.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Boa-tarde a todos.

Eu gostaria de dizer, nesta apresentação, que fui diretor-presidente do Banco Popular do Brasil, entre 1º de outubro de 2003 e 17 de abril de 2005. Nesse período, fui diretor-presidente do Banco Popular do Brasil.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Sr. Presidente...

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – A estrutura de funcionamento do conglomerado Banco do Brasil...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Peço que aumentem o volume do som, por favor.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – **A estrutura administrativa do conglomerado Banco do Brasil exige que todas as decisões de dire-**

toria dos executivos sejam tomadas de forma colegiada. Não há, no âmbito deliberativo do Banco do Brasil, decisões individuais. Isso foi respeitado no Banco Popular do Brasil com a formação de uma diretoria colegiada de quatro membros, eu e mais três diretores. Nessa diretoria colegiada, a única pessoa fora dos quadros de carreira do Banco do Brasil era eu; as outras três pessoas tinham mais de 20 anos de Banco do Brasil.

Todas as relações comerciais do Banco Popular do Brasil com o mercado, com a compra de insumos, produtos e serviços, deram-se através do Banco do Brasil, com exceção dos assuntos específicos do nosso negócio, a rede de correspondentes bancários e a concepção de produtos. Todos os demais itens – papel, canetas, lápis, tecnologia, *marketing* e pessoal – foram fornecidos pelo Banco do Brasil, conforme decisão do Conselho de Administração do Banco do Brasil. Para isso foi firmado um convênio de trabalho, entre o Banco Popular e o Banco do Brasil, dando ao Banco do Brasil a gestão desses itens.

Eu trouxe aqui, Sr. Relator, uma cópia do Estatuto, do Regimento do Banco Popular e desse contrato também de avenças com o Banco do Brasil. Estão encadernados para facilitar o manuseio, mas eles estão organizados em sequência.

Todos os planos, toda a gestão do Banco Popular do Brasil se deu com base em um plano de negócios, criado na Diretoria Financeira do Banco do Brasil, aprovado pelo Conselho-Diretor do Banco do Brasil, que é o maior fórum executivo, que é composto por sete vice-presidentes e pelo presidente, e aprovado, em última instância, pelo Conselho de Administração do Banco do Brasil, onde estão representantes dos acionistas. No caso, ele é controlado por representantes do Ministério da Fazenda, que representa o acionista majoritário, a União. Esse plano de negócios foi aprovado, e também está em anexo essa documentação.

Esse plano de negócios previa, para os primeiros 12 meses de operação do Banco Popular do Brasil, dispêndios da ordem de R\$32 milhões em *marketing*. Foram gastos R\$29 milhões nos primeiros doze meses. As metas contratadas pelo

Banco Popular, no plano de negócios, foram atingidas: 1,6 milhão clientes, 1,1 milhão operações de crédito e uma carteira de crédito de volume total de R\$97 milhões. Esses números vêm se desenvolvendo mês a mês, como é típico de toda empresa que está em nascimento, que está em crescimento. Pelo que eu pude acompanhar, pelos jornais e pelos balanços registrados na CVM, eu não tenho, desde o dia que eu saí do Banco Popular do Brasil, acesso às informações do conglomerado. Então, as informações que eu pos-

so prestar são aquelas do período que eu estava na direção do Banco e, a partir daí, as informações que eu vi no jornal e na imprensa.

Creio que, em essência, era isso que eu queria dizer nesta abertura.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Obrigado, Sr. Ivan Guimarães. Com a palavra o Relator, o Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sr. Ivan, Vossa Senhoria, como tantos outros que o precederam neste plenário, na verdade está sendo convocado a prestar seu depoimento e até como testemunha, portanto sob compromisso legal, porque esses brasileiros que aqui estão têm certas dúvidas sobre certos fatos específicos que foram noticiados em relação à sua condução quando Presidente do Banco Popular.

Nós gostaríamos que V. S^a, efetivamente, colaborasse com essa busca da verdade. Nós temos encontrado inúmeras dificuldades. Os elementos não nos chegam. O próprio Banco Popular nos remeteu, em resposta à solicitação de informações nossas, tabulações absolutamente indecifráveis como se, propositadamente, pretendessem nos dificultar a evolução da nossa investigação. Da mesma forma, embora se possa dizer que tenha demonstrado interesse em contribuir, nós temos tido, também na área de publicidade, ali no Banco do Brasil, alguns tropeços.

É verdade que as respostas que nos estão sendo dadas procuram ser direcionadas no sentido de serem adequadas especificamente àquilo que estamos formulando. Mas, às vezes, formulamos certas coisas que, quem está para responder, poderia facilitar o entendimento se dissesse: “Façam dessa ou daquela outra maneira que nós temos isso...” Enfim, todos sabem o que nós queremos saber. O que nós queremos saber, e aí nós precisamos de V. S^a é saber, efetivamente, até onde as empresas do Sr. Marcos Valério, no caso, específico a DNA, não se teria conduzido segundo se espera de quem mantenha um contrato com uma paraestatal.

Nós ainda não temos dados muitos claros para questioná-lo, mas temos notícias que evidenciam essa dúvida nossa. Primeiro: esses aditivos inexplicáveis no próprio contrato do Banco do Brasil de 2003 para 2004. Submeteu a uma licitação em 2003 e, em 2004, aumentou 40% e pouco através de um aditivo. E isso serve, na verdade, de guarda-chuva, aparentemente, a essas operações de publicidade que foram realizadas no Banco Popular, que era presidido por V. S^a.

Nessa introdução que V. S^a nos apresentou, salvo engano, eu ouvi que, no ano de sua administração foram aplicados R\$29 milhões em publicidade. E, no

entanto, o balanço de 2004 nos indica que os investimentos... Veja, a razão de ser do Banco Popular era exatamente direcionar-se ao microcrédito, e um microcrédito, no ano de 2004 – e aí está o balanço, disponho dele –, indica que apenas 21,339 milhões é que foram direcionados ao microcrédito. Não lhe parece, segundo pelo menos o senso nosso, que não alcançamos muito na área técnica? Não lhe parece um pouco demasiado gastarem-se R\$29 milhões em uma instituição cujo objetivo específico se conteve em R\$21 milhões?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Sr. Relator, o Banco Popular é uma estratégia do Banco do Brasil de ampliação de sua base de clientes. Se o senhor me permite dizer, ele é uma iniciativa que se contrapõe ao Banco Postal e ao Caixa Aqui. Então, nesse sentido, ele vai um pouco além de microcrédito; ele é um banco de microfinanças voltado a trazer a população não bancalizada para dentro do sistema financeiro.

Como toda empresa que começa suas atividades, ela tem muito mais investimento do que receita; toda empresa que começa suas atividades tem isso. Onde esses números são planejados? É no plano de negócios, onde planejamos os investimentos e planejamos as receitas, as metas que nós queremos. Por isso que eu fiz questão de lhe entregar o plano de negócios. É com base nesse plano que os executivos da empresa vão trabalhar.

O que é o balanço do dia 31 de dezembro? Ele é uma fotografia estática daquele momento. Naquele momento, nós tínhamos uma carteira de crédito menor do que os gastos de publicidade. Como tínhamos uma carteira de crédito menor que os gastos de tecnologia e pessoal, praticamente todos os gastos da empresa naquele momento eram superiores à carteira de crédito, porque estávamos começando. No entanto, quando nós alargamos esse prazo um pouco, pegamos o balanço do dia 30 de junho, nós já vamos ver números muito favoráveis.

Eu tenho esses números, Sr. Relator, e gostaria de passá-los a V. S^a. São números que eu pude obter – acredito que o Banco Popular e o Banco do Brasil também vão confirmá-los – e que mostram curvas típicas de uma empresa em crescimento, em nascimento, em que todos os indicadores devem estar crescendo à medida que o desempenho é feito.

É importante dizer que o Banco Popular do Brasil – não me quero alongar muito Sr. Relator; por favor, se eu estiver me alongando, o senhor me alerte – tem uma metodologia muito diferente do microcrédito tradicional; o microcrédito tradicional não deu muito certo no Brasil. Nós tivemos grandes investimentos públicos, grandes investimentos em organizações não-governamentais,

e o retorno do número de clientes atendidos foi muito pequeno. Um estudo que eu fiz, ainda como consultor da Organização Internacional do Trabalho, em 2002, mostra que, nos sete anos anteriores, foram atendidos cem mil clientes no Brasil, com todos os esforços da política pública e todos os esforços de instituições sérias, pessoas muito sérias que tocaram isso.

Então, nosso desafio no Banco Popular não era repetir isso, era fazer um projeto de massa, era fazer algo que fizesse a diferença no País. Portanto, é uma metodologia arrojada, uma metodologia diferente, que existe em outros lugares do mundo – não é uma invenção só nossa, existem pedaços dela em outros lugares –, que é a massificação do crédito, é fazer um crédito muito barato, um crédito muito próximo daquela pessoa que precisa do crédito, com custos que sejam compatíveis com o que ela pode pagar. Por isso, criamos uma outra empresa, para ter um balanço totalmente limpo, para demonstrar para a sociedade exatamente quanto é que iremos gastar e quais os resultados.

O primeiro ponto importante a se considerar é que a primeira meta era ponto de atendimento. Eu não posso fazer crédito se eu não tiver cliente; eu não tenho cliente se eu não tiver ponto de atendimento. E nós terminamos o ano de 2004 com cinco mil pontos de atendimento, como mostram esses gráficos aí.

A segunda coisa é que eu precisava ter os clientes para poder fazer o crédito – nós chegamos a um milhão de clientes – e, aí sim, fazer os empréstimos. Se, em dezembro, nós tínhamos vinte milhões, os números mostram que, ao final de junho, já eram 92 milhões de crédito, ou seja, aquela semente que foi plantada, aquele trabalho surtiu efeito. Por que os gastos de *marketing* são mais elevados no primeiro ano? Porque é necessário construir uma marca, é necessário convencer a população, mostrar à população que aquela farmácia, aquele supermercado, aquele mercadinho não era mais aquilo que ele conhecia, era também um estabelecimento bancário.

O que estou dizendo, Sr. Senador, está presente na literatura técnica específica sobre o assunto, é consenso, acredito, em todas as empresas, para todos analistas de mercado. Eu gostaria, para reforçar os meus argumentos, apresentar ao senhor um conjunto de matérias, a título de subsídio, sobre o Banco Postal e duas consultorias internacionais que mostram a importância do atendimento desse mercado, as estratégias que algumas dessas empresas estão adotando e os custos que essas empresas estão tendo. V. Ex^a poderá verificar que os meus antigos concorrentes, à época, gastaram mais do que nós para fazer as mesmas coisas.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Como curiosidade, V. S^a também não indicou...

Há, em alguma dessas tabulações, os dados relativos à publicidade?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Eu só tenho os gastos agregados, Sr. Relator, porque só tenho acesso aos balanços, não tenho acesso ao detalhamento das despesas. O detalhamento das despesas não era atribuição do Banco Popular, era atribuição do Banco do Brasil. Os executivos do Banco Popular simplesmente transferiram os recursos ao Banco do Brasil, que, através de sua estrutura própria, a Diretoria de Marketing e de Comunicação, executou esse orçamento, fez o planejamento, a prestação de contas e atestou isso ao Banco Popular como uma prestação única. Nenhum executivo, nenhuma pessoa do Banco Popular participou da gestão das verbas de *marketing*.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Quando V. S^a fala em gestão, está falando também num indicativo inicial? Não havia nenhuma origem do que se pretendia? A fonte não era o Banco Popular? O Banco do Brasil executava o que o Banco Popular propunha?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – O Banco Popular realizou um conjunto de pesquisas de mercado, entrevistou a população alvo, concebeu uma linha geral e encaminhou esse relatório à Diretoria de Marketing. A Diretoria de Marketing...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Que executou aquilo que vocês estavam propondo?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Nós não chegamos a propor...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Que linha de entendimento vocês tiveram sobre como atingir a clientela que era objetivo do Banco Popular?

Para você ter uma noção, nós não recebemos dados. Quais as linhas de publicidade que foram entendidas como adequadas, naquele primeiro momento, e que foram aplicadas – aí, pelo Banco do Brasil, mas em relação ao Banco Popular?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Nós não definimos as linhas, nós definimos o que se chama no mercado de *briefing*. A execução, o planejamento das ações – que acho que é ao que V. Ex^a está se referindo – não foi feito pelo Banco Popular. O Banco Popular tinha 86 pessoas – deve ter isso até hoje –, e a Diretoria de Marketing deve ter mais de trezentos. É um banco de inteligência; ele contrata serviços do conglomerado Banco do Brasil.

O que desenvolvemos nas nossas pesquisas é que a população tinha uma visão muito negativa dos

bancos, uma visão depreciativa das financeiras, mas ela queria um banco, ela queria não só crédito, ela queria poder pagar suas contas, queria poder fazer poupança e adquirir alguns tipos de produtos financeiros, como seguros e capitalização; essa era uma demanda muito forte. Resumimos isso numa frase: “Agora você tem banco”. Esse era o conceito básico.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Na Caixa Econômica, na verdade, não existe algo assemelhado a isso praticado?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Existe o Caixa Aqui, na Caixa Econômica Federal, e existe o Banco Postal, que é dos Correios.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Mas da Caixa... Que, na verdade, não dependeu da criação de uma subsidiária.

Não lhe parece que isso acrescentou custos? Que, se o Banco do Brasil tivesse praticado ele próprio, tal qual fez a Caixa Econômica, possivelmente essa camada teria sido atendida com menos ônus?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Essa discussão, Sr. Relator, foi alvo de um grupo de trabalho criado dentro do Banco do Brasil para analisar esse projeto. A experiência do Banco do Brasil na criação de novos negócios indica que o melhor é sempre criar uma nova empresa e separar a contabilidade. Caso isso não seja feito, nunca se sabe se está se gastando mais ou se está se gastando menos; se perde o controle disso e se perde o foco no negócio.

Portanto, a decisão dos executivos do Banco do Brasil foi propor ao Ministério da Fazenda a criação de uma subsidiária. Essa subsidiária não incidiu em novos custos, porque se utilizou o prédio do Banco do Brasil, funcionários do Banco do Brasil, telefone do Banco do Brasil, utilizou-se toda a estrutura que já existia, não se adquiriu nada de novo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Mas tem um custo administrativo, nesse primeiro ano em que tiveram: publicidade, 29; micro, 21; despesa administrativa R\$26 milhões. Então, custou, sim, para o Banco.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Ela existiria de qualquer forma, porque essas pessoas já trabalhavam no Banco do Brasil. Não se criou um cargo novo, não se criou uma função nova. Utilizaram-se estruturas que já existiam. Essa decisão foi ao Ministério da Fazenda, que encaminhou à Presidência uma medida provisória, um projeto de lei que foi aprovado na Câmara e no Senado, que deu origem ao Banco Popular do Brasil.

Na ocasião, reiteramos muito isto: a necessidade de transparência nesses gastos. Por quê? Porque

microcrédito é uma coisa importante, que todos consideram importante, mas, quando estudamos a fundo, sabemos que alguns bancos que entraram no mercado de microcrédito quebraram. Nós não queríamos dar essa mancha, deixar essa sombra, essa perspectiva negativa. Por quê? Porque o Banco do Brasil tem ações negociadas em bolsas no exterior. Investidores estrangeiros compram papéis do Banco do Brasil. Ele capta dinheiro no exterior. Se essa conta ficasse na da contabilidade do Banco do Brasil, sempre pairaria uma sombra, uma dúvida. Separá-la é melhor.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Embora valendo-se de recursos aplicados pelo Banco do Brasil, que alocava para o Banco Popular?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Sim.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Ou seja, estavam mascarando um prejuízo interno, só não aparentando às claras?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Desculpe, Sr. Relator. Não. Estava colocando claramente no balanço o prejuízo, colocando claramente no balanço as suas despesas.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Hoje o Banco Popular é superavitário?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Eu não sei dizer, Sr. Relator. Parece-me que ainda não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– O senhor não acompanhou?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – O plano de negócios...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Quando saiu, V.S.^a saiu em março ou em abril de 2005?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Ele não era superavitário, e o plano de negócios, como o senhor vê, ele prevê resultados positivos a partir do terceiro ano da empresa.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Estamos muito próximos de 2003.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – O Banco Popular completou... 2003, 2004, 2005, final de 2006.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Existem leituras no sentido de que devessem ter-se valido das ONGs, que atingiriam mais facilmente essa camada, segundo algumas experiências internacionais. Chegou-se a pensar nisso?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Sim, Sr. Relator. Chegou-se a pensar nisso, chegaram a fazer visitas a outros países. A verdade dos números das visitas é que não existe no mundo

experiência de atendimento de microcrédito por ONG em escala. Não existe nenhuma experiência no mundo. A experiência mais conhecida no mundo é a do Grameen Bank, de Bangladesh, mas não é uma ONG, é um banco comercial. A experiência da África do Sul é um banco comercial; a experiência da Indonésia é um banco comercial; a experiência da Bolívia é um banco comercial.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Que tipo de publicidade V.S^a seleciona como sendo as mais utilizadas nesse período de R\$29 milhões?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES

– Televisão, anúncio em televisão, rádio e anúncio em ônibus.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Toda essa seleção final em relação a ônibus, a rádio e a televisão era procedida pela DNA?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES

– A decisão de uso era do Banco do Brasil, por meio da sua Diretoria de Marketing. A Diretoria de Marketing é que contratava os seus prestadores de serviço para a realização desses trabalhos. A campanha de televisão foi alvo de uma discussão interna. Como foi o procedimento? A Diretoria de Marketing passou o *briefing* para três agências que atendiam o banco. Essas três agências tiveram tempo de desenvolver esses *briefings*. Uma declinou do convite. Duas apresentaram propostas. Então, o Conselho Diretor do Banco do Brasil, o Presidente e sete Vice-Presidentes...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– O senhor poderia repetir esses dados?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES

– Pois não. O Banco do Brasil passou para as agências o *briefing* da campanha de lançamento do Banco Popular e da construção da marca. As agências puderam desenvolver o *briefing*.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Apenas uma?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES

– Apenas uma não quis. Duas concordaram em desenvolvê-lo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Quais as duas?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES

– A Calia Assumpção e a DNA. Marcou-se uma data, a Diretoria de Marketing marcou uma data, reuniu a diretoria do Banco Popular do Brasil, os vice-presidentes do Banco do Brasil e o presidente, a auditoria interna, a controladoria, o pessoal de *marketing*, o jurídico do Banco do Brasil – eram umas vinte pessoas –, e foram apresentados os dois *briefings*. Ao final, as duas agências se retiraram e se procedeu a uma dis-

cussão de qual daqueles *briefings* estaria mais adequado à essência do Banco Popular do Brasil.

Nessa ocasião, o Banco Popular do Brasil, por meu intermédio, absteve-se, decidiu não votar isso, e a maioria dos presentes entendeu que a campanha que melhor se adequava era aquela que foi montada pela DNA. A partir daí, foi construído um voto que foi aprovado pelo Conselho Diretor do Banco do Brasil, e a Diretoria de Marketing cuidou da sua efetivação, da sua aplicação.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Ou seja, exclusivamente a DNA prestou serviços ao Banco Popular?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não, não. Ela ganhou o *briefing*.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– A única que foi até o final?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES

– Não. Ela ganhou o *briefing*. Mas existem ações que não foram a DNA. Existem ações que foram outros prestadores de serviço. A DNA ganhou...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Outros prestadores, não agências, estilo contrato direto da Soccer, que foi....

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES

– Não sei dizer como funciona a área de *marketing* do Banco do Brasil, Sr. Relator, com toda sinceridade. Sei que uma parte grande vai pelas agências e tem que ser gasto pelas agências – é parte do edital de licitação. Mas a parte de patrocínios não, parece que vai direto.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a tinha no banco, como presidente, uma relação de quais as empresas de televisão estavam recebendo, quanto estavam recebendo, quais as rádios, quais os jornais que estavam recebendo?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES

– Não, Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Isso não existe no Banco Popular?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES

– Existe, sim, Sr. Relator, o banco tem um relatório discriminado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Mas como V. S^a não tinha se era o Presidente?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES

– Não era meu papel verificar a aplicação dos recursos. O meu papel era cuidar do nosso negócio, que era a ampliação da rede e a manutenção de clientes. A Diretoria de Marketing é que fazia o acompanhamento das ações de *marketing*. Esse relatório existe, sim, mas na Diretoria de Marketing e não no Banco Popular.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Na Diretoria de Marketing do Banco do Brasil ou do Banco Popular?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – O Banco Popular do Brasil nunca teve uma diretoria de marketing ou qualquer funcionário voltado à *marketing*. O Banco Popular do Brasil contratou o Banco do Brasil, e esse repassou à sua Diretoria de Marketing.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– A conclusão minha é a mesma: V. S^a, como presidente, não tinha isso; isso estava na Diretoria de Marketing?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Sim, Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Quer dizer, não tinha como aferir a eficácia desses instrumentos que estavam sendo utilizados?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – A eficácia era verificada a partir dos resultados no crescimento da curva de clientes.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Mas, quanto a esse crescimento de clientes, há uma informação meio surpreendente de que, ou para efeito de opinião pública ou – é mais grave – para efeito de remuneração de alguma consultoria contratada, o Banco Popular inseriu em seu sistema todos os clientes de uma empresa de São Paulo, a Marabraz, que não tinha absolutamente relação com o Banco Popular. Atingir a meta de um milhão de contas era uma das pretensões da diretoria e, ao mesmo tempo – na seqüência, vou lhe perguntar –, atenderia a uma demanda relacionada a contrato de consultoria.

Como V. S^a explica essa utilização indevida – não falo por mim, falo pela leitura e pelas informações prestadas pela própria Marabraz –, como V. S^a justifica a utilização de uma clientela, o que importa apropriação de dados exclusivos do sigilo comercial, de uma empresa pelo Banco Popular? Qual é o histórico verdadeiro disso?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Nós, quando construímos o Banco Popular do Brasil, sempre trabalhamos na linha de estarmos próximos das empresas varejistas mais ligadas à população de baixa renda – não só a Marabraz, também a Marabraz, que é uma rede excelente, que tem uma carteira de clientes de baixa renda muito interessante.

A diretoria de atacado do Banco do Brasil fez um contato com a Marabraz, que era cliente do Banco do Brasil – eu estive na Marabraz duas vezes, conversei com seus diretores. Depois, diretores do Banco Popular estiveram várias vezes lá e acertaram a abertura de contas correntes para os clientes da Marabraz. Foi

negociado, foi feito um pacote negocial com a Marabraz que envolvia Banco Popular do Brasil e Banco do Brasil. A Marabraz cedeu seus arquivos para a emissão dessas contas de forma coordenada. Seriam analistas para que se fizesse a conversão dos bancos de dados, tudo muito claro e muito abertamente. Ao meu entendimento, não houve problema nenhum.

O que li nos jornais, recentemente, é que a Marabraz botou o Banco do Brasil para fora e colocou um outro banco privado para dentro. Então, se existe ressentimentos comerciais, não estou em condições de dizer, mas os jornais estão dizendo que entrou um outro banco lá dentro.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Mas V. S^a há de convir que o fato de uma empresa ir à imprensa nacional e dizer que o Banco Popular se apropriou indevidamente, isso, no mínimo, se não for verdadeira a versão, mereceria um processo. A Marabraz está sendo processada pelo Banco Popular? Foi no seu tempo? Alguém promoveu alguma coisa no sentido de desfazer essa notícia equivocada?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Sr. Relator, durante o período em que fui Presidente...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Perdoe-me. Há uma solicitação da imprensa e da assessoria técnica para que seja aumentado o som do depoente, porque estão tendo dificuldade de ouvir as respostas do Sr. Ivan Guimarães. Então, eu faria essa solicitação à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS)

– Já fiz essa solicitação. Por favor, aumentem o volume.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Sr. Relator, durante o tempo em que estive no Banco Popular, não houve nenhum problema com a Marabraz, estava tudo funcionando bem. Estávamos, sim, com problema tecnológico para emissão dos lotes de cartão, um problema que acompanhou todo o tempo em que estive no Banco Popular. Mas a entrada desse outro Banco, ABN – não queira ter falado –, não foi na minha época. Eu não sei que ações o Banco Popular está tendo hoje com a Marabraz. Não tenho essa informação.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Não pretendo atemorizá-lo, mas V. S^a está depondo como testemunha. Veja bem, as informações que existem – elas não são de hoje –, estão correndo há meses, são no sentido de que nenhum cliente da Marabraz obteve qualquer financiamento do Banco Popular. Aí, agora, V. S^a disse que foi tudo normal, que a Marabraz tinha transações comuns sem nada de diferenciado. Alguma coisa evidentemente não está bem posta.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Sr. Relator, há uma vontade muito grande dos bancos privados...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Salvo engano, até no Tribunal de Contas, eu não poderia afirmar isso – mas, na seqüência, talvez eu confirme –, haveria essa referência de que efetivamente houve um inchaço no número de clientes, de contas, das quais, de 1,5 milhão, mais de 200 mil nunca tiveram a menor operação. Elas estão relacionadas à Marabraz. Tudo isso não corresponde à verdade?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não, Sr. Relator, não corresponde à verdade. Eu tenho testemunhas dos dias em que estive na Marabraz, sempre fui acompanhado de outros diretores, foi feito um trabalho, na área de tecnologia do Banco do Brasil com os técnicos da Marabraz.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Mas V. S^a há de convir que isso macula o nome tanto de V. S^a quanto do Banco. Ninguém tomou nenhuma providência?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Sr. Relator, eu não sou mais ligado à Corporação Banco do Brasil.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Mas, aí, o nome, seu nome profissional...

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – O senhor me desculpe, Sr. Relator, mas eu não li na imprensa nenhuma declaração da Marabraz.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a entende que, talvez, este Relator esteja fazendo uma afirmação que não corresponda à realidade?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não, Sr. Relator, eu acredito que o senhor está falando a verdade e tenho acompanhado o seu trabalho, a correção com que o senhor o desempenha. Mas eu não vi isso, não ganhou espaço nas revistas ligadas à economia, ligadas a mercado. O que eu li é que a Marabraz trocou o Banco do Brasil por um banco privado.

Esse processo não é novo para o Banco do Brasil, porque, no final do ano passado, também houve um problema com uma outra rede varejista muito grande e com outro banco privado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a tem conhecimento de que, a partir de iniciativa do Banco Popular, foram contratadas três empresas de consultoria relacionadas a *marketing*, à implantação de sistemas operacionais, mais, especificamente, a Biombo Sistemas Ltda., a Gaia Marketing e Participações Ltda. e a Lumens Serviços de Informação. Isso lhe diz alguma coisa?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Sim, Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Esses nomes evocam alguma informação?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Foi a contratação de consultores para um projeto de implantação do Banco Popular do Brasil em áreas que o Banco do Brasil não tinha expertise. O Banco do Brasil fechou há muitos anos a sua financeira e não tinha expertise no varejo de baixa renda. Essa contratação se dá em dois contratos para cada empresa, o primeiro, no final do ano de 2003, procedido pelo Banco do Brasil; e o segundo, em 2004, feito pela diretoria do Banco Popular do Brasil, aprovado pelo Conselho de Administração do Banco Popular do Brasil. Esse assunto já gerou uma série de polêmicas, já foi alvo de várias notícias na imprensa, foi alvo de uma ação na Corregedoria-Geral da União e de uma ação do Tribunal de Contas da União. Até onde eu sei, isso não gerou ato contra o Banco Popular ou contra os seus dirigentes. O que eu tenho aqui, Sr. Relator, são cópias desses contratos – não sei se o senhor já as tem –, os detalhamentos e algumas comparações com outras consultorias que o Banco do Brasil faz...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Dessa forma, eu não tenho não.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – ...mostrando que os custos são abaixo daqueles que o Banco do Brasil contratou em outras áreas.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Que critério foi adotado para escolha das três consultorias?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – A expertise dos consultores no mercado de varejo popular.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Eles já tinham trabalhos precedentes realizados no Banco do Brasil?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não, Sr. Relator, que eu saiba, não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a sabe que uma das empresas pertence a um cunhado do Delúbio Soares?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Uma das empresas pertence ao marido da irmã do Sr. Delúbio Soares. Eu acho que é concunhado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Concunhado.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Mas ele, antes de ser... Eu o conheci apenas no ambiente profissional, porque ele foi Vice-presidente da Credicard; o outro foi vice-presidente da American Express; e o outro, vice-presidente do Citibank.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– O senhor sabe de alguma coisa assemelhada a essa que ele prestou ao Banco Popular que tivesse prestado algum outro banco, a alguma outra empresa?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Sim, Sr. Relator, ele já prestou para o Grupo Accord. Ele foi diretor-presidente da maior empresa de consultoria de cartões de crédito do País. Ele é um especialista com 20 anos na área de cartões de crédito.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– E, nessa área específica, ele já vinha atuando?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Sim, Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Com a empresa? Porque a pergunta não é capciosa. Como é que, com um universo muito mais próximo de possíveis prestadores de serviço, foram a São Paulo, pelo menos... V. S^a sabe onde está estabelecida essa empresa?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Em São Paulo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Pelos registros, é em Poá. Não sei nem aonde fica Poá.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Poá é um Município próximo à cidade de São Paulo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– É lá que está estabelecida essa empresa?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Acredito que não, Sr. Relator. A maioria das empresas de serviços de São Paulo se muda para municípios próximos para pagar menos ISS.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a viu que, no contrato inicial, se dizia que as despesas todas de locomoção, de estadia, deveriam ser por conta das consultorias e, depois, se procedeu a um aditivo pagando-se essas despesas?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não me lembro disso, Sr. Relator. Eu não era o gestor específico desse contrato. Mas existiam gestores, e existia uma comissão que cuidava desses contratos.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a lembra como eram essas empresas remuneradas?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Sim. Era uma remuneração fixa e uma remuneração variável, dependendo dos resultados do Banco Popular.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Uma fixa que era de quanto, aproximadamente?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Eu acho que R\$35 mil por mês.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Na verdade, R\$37 mil e pouco. Tudo bem.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Isso deve ter variado ao longo do período.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Cada uma delas?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Sim.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– E o variável, segundo...

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Segundo critérios de resultados, números de contas...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Critérios de resultados era a elevação do número de contas?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – ...e de pontos de atendimento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– É possível inferir que essa elevação de contas da Marabraz teria levado proveito a essas consultorias? Elas tiveram, nesse quadro de remuneração, valor acrescido em virtude da inserção da Marabraz?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Sr. Relator, nesses documentos que eu estou lhe entregando...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Não, eu quero que V. S^a lembre. Eu não tenho como verificar agora os documentos.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Existe a fórmula de cálculo da remuneração variável.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Mas, faticamente.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Sim, qualquer aumento do número de clientes teria impacto na remuneração. Eu não sei lhe dizer qual o peso desse impacto. Temos que fazer uma simulação a partir da fórmula.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Mas essa inserção da Marabraz se deu sob sua presidência?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Sim.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Naquele momento, estava em vigor um contrato que determinava que, em havendo essa elevação, se daria proveito as consultorias?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Sim. O senhor permite complementar?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Pois não.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – A todos os funcionários do Banco Popular. Todos os funcionários do Banco do Brasil têm uma remuneração fixa e uma remuneração variável.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Não, mas estou tratando de um contrato específico.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – As metas para eles eram válidas para todos os funcionários do Banco Popular.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – E que serviço era esse da Lumens, que era de suporte à estruturação e gestão dos serviços? Que consultoria era essa?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – A Lumens, do Sr. Boanerges Ramos, cuidava basicamente da parte econômica do plano de negócios, do treinamento dos funcionários, da elaboração de sistemas de acompanhamento e na parte de pesquisas do mercado de cartões de crédito.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a sabe que está pendente de análise – aparentemente que será adversa – essa notória especialização...

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Sr. Relator...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Ela faz supor um universo muito restrito de possíveis escolhidos. Pelo conhecimento que V. S^a tem do mercado, ele se limita a essas empresas? Conhece mais alguém que atue nesse ramo, com esse mesmo expertise?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Que estivesse disponível nesse momento nós encontramos outras empresas.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Quando V. S^a disse que não havia disponível, há registros de que outras não demonstraram interesse?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Quem fez a contratação, Sr. Relator, foi uma Comissão de Licitação do Banco do Brasil. Se existem registros, estão de posse dessa Comissão. Eu, Sr. Relator, para não fugir da pergunta, conversei com várias pessoas no mercado...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Por exemplo?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não gostaria de dar os nomes aqui, mas estavam envolvidos na criação do Banco da C&A, estavam envolvidos na criação do Banco do Carrefour, estavam envolvidos no City Financial, iniciativa nova do City Bank à época, então todos estavam envolvidos

em outros projetos. Havia um *boom*, como os outros relatórios que eu mostrei para o senhor das consultorias, de criação de empresas financeiras voltadas para a população de baixa renda.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Abstraindo o encontro em si, não me interessa o local, V. S^a participou de um evento social que estava sendo patrocinado por uma empresa que era fornecedora da empresa DNA.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Qual evento, senhor?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – No Gran Bittar.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Em nenhuma das duas oportunidades?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – O senhor pode me dizer as datas, para que eu possa checar na minha agenda?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Na data de 5 de novembro de 2003, é uma; aniversário do Sr. Silvio Pereira.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – No dia 5 de novembro de 2003, eu estava num jantar com a Diretoria do Banco Popular do Brasil e alguns Diretores do Banco do Brasil.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Em que local?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Na casa de uma pessoa, na Asa Norte, na 115 Norte, aqui em Brasília.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a sequer compareceu à festa de aniversário do Sr. Silvio Pereira?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não, não compareci.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Nem passava pelas mãos de V. S^a qualquer estabelecimento do dispêndio máximo da publicidade? Tudo isso era feito por meio do Banco do Brasil?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Nós remetíamos os recursos ao Banco do Brasil, e ele cuidava dos dispêndios. Nós não tínhamos contato direto com as agências de publicidade.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a lembra por quanto tempo contrataram, o Banco contratou aquelas consultorias? Qual era o prazo do ajuste?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Quais consultorias?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – As três.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – As três. Elas foram contratadas até dezembro de 2004, se não me engano até 15 janeiro de 2005, quando os contratos foram encerrados.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a tem certeza que foram encerrados?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Sim, tenho, absoluta. Essa decisão foi tomada pelo Conselho de Administração do Banco Popular do Brasil.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Como V. S^a chegou à Presidência do Banco Popular?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – No começo de março de 2003, fui entrevistado pelo então Presidente do Banco do Brasil.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Que era?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – O Sr. Cássio Casseb. Ele conhecia o meu trabalho de microcrédito, o meu livro, conversamos um pouco sobre isso, ele disse que tinha interesse em discutir e que voltaríamos a conversar. Procurou-me depois de alguns dias e me propôs ser assessor especial dele, com uma função exclusiva de criar um projeto de microcrédito no Banco do Brasil.

Hesitei um pouco antes de aceitar. Acabei aceitando o convite dele. Fui entrevistado também por outros dois vice-presidentes. Eles organizaram um seminário aqui em Brasília. Eu vim, participei do seminário; e tomaram a decisão de me colocar como assessor especial do Presidente.

Eu conduzi os processos de discussão de microcrédito. Participei dos grupos de trabalho no Ministério da Fazenda e, quando da criação do Banco Popular do Brasil, fui indicado por eles para ser o seu Diretor-Presidente.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Não houve nenhuma interferência política?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Sr. Relator, tem dez anos que eu trabalho com microfinanças. Já tenho uma experiência bastante grande nisso, sou bastante conhecido nessa área. Acredito que o que levou a minha indicação ao Banco Popular foi a minha experiência, e eu saí assim que pude fazer o balanço no primeiro trimestre.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a lembra de algum patrocínio que tenha sido procedido diretamente pelo Banco Popular, sem essa intermediação do Banco do Brasil?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não me recordo, Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Da Diretoria de Marketing?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não me recordo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – A Confederação Brasileira de Beach Soccer não lhe diz nada?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – A Confederação Brasileira de Beach Soccer foi uma proposta que chegou através da Diretoria de Marketing do Banco do Brasil por uma empresa que já tradicionalmente faz tênis e uma parte do vôlei. Foi uma orientação do Banco do Brasil que todas as suas subsidiárias atuassem em patrocínio de *marketing* esportivo, considerando esportes em desenvolvimento. Dou como exemplo o vôlei, que, quando o banco começou a patrocinar, era um esporte pouco conhecido, e o banco conseguiu levantar esse esporte e associá-lo à sua imagem. Essa modalidade foi oferecida inicialmente a uma outra subsidiária, mas a Diretoria de Marketing depois entendeu que essa modalidade era importante do ponto de vista de relacionamento de imagem para o Banco Popular. Isso foi proposto ao Banco Popular. O Banco Popular acatou a decisão da Diretoria de Marketing, mas a decisão final coube ao Conselho Deliberativo do Banco do Brasil.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Que patrocínio V. S^a lembra que tenha sido decidido pelo Banco Popular?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Eu não me lembro de patrocínio... Na verdade, Sr. Relator, pode ser que

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Não havia ou V. S^a não lembra?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Deixe-me tentar explicar. Nenhum pedido de patrocínio era apresentado diretamente ao Banco Popular. Mesmo aqueles protocolados para o Banco Popular eram automaticamente encaminhados à Diretoria de Marketing, que tinha as pessoas para fazer a análise disso.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Mesmo que fosse coisa afeta ao Banco Popular se quer passava pelo Banco Popular?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Sim, tinha que ser analisado antes na Diretoria de Marketing.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – E na execução. Quem certificava a execução do serviço.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – A Diretoria de Marketing.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Também não passava pelo Banco Popular?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Só para completar a pergunta precedente, V. S^a conhece Roberto Machado?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Quem?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Roberto Machado, do grupo do Marcos Valério.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Roberto Machado? Não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Desculpe-me, Ricardo Machado.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Seria Ricardo Pereira?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Da MultiAction?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES

– É. Um de cabelo liso e que deu declarações...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Não o conheço.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Sim, ele cuidava de eventos da MultiAction. Ele teve algumas reuniões em que apresentou propostas de mensuração de resultados de ações de patrocínio. Ele tinha feito uma pós-graduação parece-me que nos Estados Unidos sobre isso. Mas eu o conheci como conheci muita gente. Eu não tinha contato direto com ele.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– O Banco nunca teve nenhum contato com a MultiAction?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Esse Sr. Ricardo Machado disse à Polícia Federal que V. S^a estava no evento do Gran Bittar.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Eu não fui informado disso, Sr. Relator. Quando as coisas ficarem mais claras, vou ver que ações vou tomar em relação a esse tipo de coisa.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a lembra do patrocínio à Conferência Nacional da Terra e da Água?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Sim, Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a lembra como foi o procedimento?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Veio pela Diretoria de Marketing, que considerou importante que fosse feito aquele patrocínio, fez

um parecer favorável e solicitou ao Banco Popular que fizesse o patrocínio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a percebeu alguma coisa diferenciada no procedimento, estilo agilidade máxima, 48 horas para ser aprovado na Secom?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – O que me pareceu, Sr. Relator, na ocasião, é que o pedido veio muito próximo do momento de início do evento. Como condição para fazer o patrocínio, pedimos acesso aos delegados, pedimos para falar do Banco Popular, das linhas de crédito e como funcionava. Isso nos foi concedido. Então, a única coisa que me chamou a atenção foi que o patrocínio foi muito próximo do evento. Normalmente, os pedidos de patrocínio vêm com certa antecedência.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Por que isso lhe chamou a atenção se todo o patrocínio é independente, não tem relação com o banco e ocorre na Diretoria de Marketing?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Porque ele tem que passar por nós antes de ir para a Comissão de *marketing*. Nós somos cientificados do patrocínio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Já que esse passava por V. S^a, agora insisto na pergunta anterior: qual o outro patrocínio que se lembra tenha passado por V. S^a?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Os patrocínios que o Banco Popular fez foram futebol de areia, Rocinha, Associação dos Moradores da Rocinha, Encontro da Terra e da Água. Eu não me lembro particularmente de nenhum outro.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sr. Presidente, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS)

– Concedo a palavra à Senador Heloísa Helena, por quinze minutos.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, Sr. Ivan, veja, é evidente que tem alguma parte do depoimento que certamente aqui não será tratada até porque V. S^a já teve inclusive a oportunidade de aqui no Senado tratar um pouco do tema na Comissão de Assuntos Econômicos. Então, embora seja muito polêmica a questão mesmo do plano de negócios, dos investimentos em receita que foram feitos, do que nós podemos entender como um paralelismo da ação de micro crédito para a população de baixa renda, ao mesmo tempo no Banco do Brasil através do Banco Popular, na Caixa Econômica, no Banco Postal. Todas as polêmicas em relação ao tema, que os empréstimos fossem feitos para consumo e não para operações pro-

dutivas e várias outras questões relacionadas a essa compreensão mesmo de Banco Popular.

Então, esse assunto talvez não seja introduzido porque existem visões diferentes. V. S^a expôs muito sobre isso, então não se trata de falar sobre o topo da pirâmide, a base da pirâmide, países semelhantes ao Brasil, industrializados, que comprometem 70% do PIB, fazendo crédito de consumo, no Brasil só 25%. Todo esse debate já acabou existindo na Comissão de Assuntos Econômicos; poderá continuar existindo até na Comissão de Fiscalização e Controle do Senado, porque existe uma polêmica muito grande em relação a isso.

V. S^a acabou vindo para prestar depoimento nesta Comissão por uma coisa muito mais grave do que a concepção, não apenas filosófica, orçamentária, contábil e financeira, mas por um problema muito grave.

Esta Comissão Parlamentar de Inquérito, como sabemos todos nós, acabou sendo criada não por denúncias, mas por indícios relevantes de crimes contra a administração pública. No caso específico do gestor operacional dos Correios, são sete áreas. Até agora foram analisados nesta CPI apenas os contratos de publicidade de um único empresário, chamado Marcos Valério, em uma única área das sete áreas do gestor operacional dos Correios, e já está essa confusão toda.

Ao analisarmos os documentos na CPI, o que nós vemos com a mais absoluta clareza? Foram instaladas dentro do gestor operacional dos Correios três gangues partidárias. Claro que quando falamos das gangues partidárias não estamos a generalizar de forma cruel todos os dirigentes, filiados ou parlamentares desses partidos. Mas claramente era isso. O gestor operacional foi dividido em três gangues: PT, PTB e PMDB. Quando duas gangues se juntaram para isolar uma outra, acabou criando esse problema todo.

Então, todos os documentos que analisamos até agora, as gangues partidárias fraudavam desde o processo de instrução de um edital, fraudavam a licitação, fraudavam a execução contratual por meio dos aditivos conforme as conveniências dos empresários que agiam em conluio com as gangues partidárias.

Esta CPI acabou por analisar a água suja que move o moinho da corrupção e do mensalão. Por que a experiência do Banco Popular entra nesta CPI? Em função dos contratos de publicidade – infelizmente os dados disponibilizados ainda não possibilitam que possamos entender se foram realmente 25 milhões, porque sempre foi um debate estranhíssimo: 20 milhões para crédito, 52 milhões para aplicações financeiras. Aplicações financeiras podem ser muito boas para os acionistas do Banco: não cumpre a razão de existir de

um banco popular, e os 25 milhões para as empresas, uma das empresas do Sr. Marcos Valério.

Então, objetivamente, o senhor está aqui em função disso, que é como se as gangues partidárias que atuavam no gestor operacional dos Correios, em conluio com empresários apaniguados da estrutura do Palácio do Planalto, no caso específico do Sr. Marcos Valério, que acabou sendo identificado como operador do sistema de mensalão e outras coisas mais... Em todas as áreas da administração pública, onde tinha um contrato do Sr. Marcos Valério, essas áreas acabaram sendo um motivo de suspeição, porque era como cada um dos contratos feitos, em qualquer área do setor público, tivesse o mecanismo da fraude para possibilitar que o Sr. Marcos Valério... Sabemos todos nós, nem banco faz filantropia, nem empresário, caridade. É evidente que seria impossível um empresário se endividar tanto, como ele foi se endividando, e o banco não exigir garantias, nem avalistas, nem nada.

Então, a história mostra, claramente, aquilo que no imaginário popular está como delinquência de luxo, patifaria, vigarice e no Código Penal está como tráfico de influência, intermediação do interesse privado, exploração de prestígio, corrupção ativa e passiva.

Onde tem contrato do Sr. Marcos Valério, imediatamente os contratos aqui acabaram sob suspeição, porque era como se os contratos foram fraudados para garantir que o Sr. Marcos Valério continuasse enchendo a pança dos parlamentares vendidos aqui no Congresso Nacional.

E aí, tem essa discussão, que o senhor já respondeu em parte ao relator, mas queria que o senhor voltasse um pouco mais. Disse o senhor que o Banco Popular contratou o Banco do Brasil para viabilizar isso. Os contratos não estão aqui no balanço patrimonial, mas, com certeza, depois acabarão chegando para que possamos analisar melhor. Mas veja como fica difícil, como fica motivo de suspeição para nós, Dr. Ivan, exatamente por quê? No Banco do Brasil quem era o secretário de *marketing*? O Sr. Pizzolato. O Sr. Pizzolato era o secretário de *marketing* do Banco do Brasil que, por sua vez, só ele sozinho sacou, através de um *office-boy* R\$360 mil em espécie. Porque até agora está o que foi identificado.

Os carros-fortes que saíam com um milhão num dia, dois milhões no outro e outras coisas mais, ou que algumas lideranças partidárias aqui do Congresso Nacional, receberam sozinhas R\$2 milhões, elas não disseram ainda quais os senadores ou deputados que receberam. Para V. S^a entender a gravidade do problema.

Então, do mesmo jeito que o senhor na agenda da Sr^a Karina, o senhor teve várias reuniões com

o Sr. Marcos Valério. Não é isso? Sim, algumas. Mas então nos dia qual o assunto que era tratado nessas reuniões, já que o Sr. Marcos Valério era o diretor financeiro. O diretor de criação era o Sr. Cristiano Paz. E, objetivamente, quem fazia os contratos era a secretaria de *marketing*?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARAES – Srª Senadora, eu conheci o Sr. Marcos Valério no decorrer de 2003, se não me engano em abril de 2003. Ele foi ao Banco do Brasil se apresentar, a mim, como empresário investidor numa agência de publicidade chamada DNA, que atendia o banco e que tinha interesse em saber o que seria o projeto de microcrédito.

Na segunda vez, ele também compareceu acompanhado do Sr....

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Quando isso, em que ano?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARAES – Em 2003.

...do Sr. Cristiano Paz.

Quando nós criamos o Banco Popular do Brasil tomamos um cuidado, um cuidado que acho que é importante, que estou tentando salientar. Não duplicar instâncias que o Banco do Brasil já tivesse. O Banco Popular do Brasil não tinha comissão de licitação. O Banco Popular do Brasil nunca licitou nada. Não comprou nada, porque utilizava a estrutura do Banco do Brasil. Por quê? Porque ela já é preparada, já é formada por funcionários de carreira, já é auditada. Tem uma série de controles já estabelecidos. Criar um novo fórum, além de criar um custo maior, geraria todo o tempo necessário para que essas pessoas se capacitassem a desenvolver os processos.

O que fizemos? Criamos um convênio com o Banco do Brasil, que eu entreguei ao Sr. Relator. O que é que diz esse convênio? É um convênio para rateio e ressarcimento de despesas e custos diretos e indiretos que fazem entre si, o Banco do Brasil e o Banco Popular do Brasil. Todo o fornecimento de produtos e serviços de que o Banco Popular necessitasse era o Banco do Brasil que fazia. Aqui no anexo vai ficar claro que é inclusive *marketing*, inclusive tecnologia...

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Só para nos auxiliar no procedimento investigatório: os vários encontros com o Sr. Marcos Valério tratava de quê?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARAES – O Sr. Marcos Valério me procurou algumas vezes para conversar, tive alguns almoços em lugares públicos e o recebi no banco sempre acompanhado de um outro diretor.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – E ele falava o quê? Desculpe-me, ficar nesse detalhe, porque, com certeza, não era sobre a vida pessoal de ninguém. Então é no sentido de que nos ajude a auxiliar no procedimento investigatório.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARAES – A maioria das visitas do Sr. Marcos Valério eram visitas rápidas, tinha interesse em discutir política, assuntos políticos, e tinha muito interesse, no ano de 2003, em discutir porque que o PT era contra a política econômica do Ministro Palocci, queria saber esse tipo de informação.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Ele ia conversar com o senhor sobre isso, e o Delúbio participava também ou outras pessoas do PT?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARAES – Não, o Delúbio nunca participou de nenhuma conversa.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – O senhor conhecia o Sr. Delúbio?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARAES – Conheço o Delúbio há muito tempo, desde a época da CUT.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Sim, mas os senhores conversavam alguma coisa sobre contratos de publicidade, sobre articulação de banco popular...

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARAES – Eu nunca conversei com ele sobre contrato de publicidade?

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Por que o Sr. Marcos Valério ficou o tempo todo dizendo aqui que não se envolvia em política, veja que danado! E ele ia lá direto conversar sobre isso.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARAES – Ele tinha muitos interesses nas eleições municipais de 2004.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Como ele falava sobre essas eleições municipais?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARAES – Ele queria saber quais eram os grupos internos do PT, quem era candidato, ele procurava esse tipo de informação, mas eu não tenho muito esse tipo de informação, nunca fui militante...

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Mas, mesmo assim, ele ia muitas vezes, mesmo sabendo que o senhor não tinha muitas informações relevantes a dar sobre o funcionamento do PT...

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARAES – Ele foi algumas vezes. Não sei dizer quantas, isso está anotado em minha agenda.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Diga-me uma coisa. Essas reuniões, todas as vezes agora

que se fala nas festas, é evidente que imediatamente muitas pessoas – aqui também, Senadores e Deputados – ficam querendo se proteger dizendo que nunca foram a festas porque tinha também uma rede de exploração sexual de mulheres pagas com dinheiro público roubado. E isso vai ser discutido em um outro fórum, não aqui. Mas, em algum momento, o senhor participou ou de jantares, ou de atividades onde estivesse o Sr. Marcos Valério, o Sr. Delúbio, o Secretário de *Marketing* o Sr. Pizzolato, onde, de alguma forma, se conversavam com outros empresários? Como era a sua experiência na relação com os outros espaços públicos? Como era isso? Porque as denúncias que chegam aqui todo tempo, Dr. Ivan, que se trata de tráfico de influência, intermediação de interesse privado e que nessas reuniões de fato, objetivamente, o que acontecia era a grande combinação sobre como empresários poderiam ganhar licitações, e ao ganhar as licitações compensavam as gangues partidárias, que, por sua vez, compensavam parlamentares...

Então, em algum momento, o senhor participou de alguma reunião que pudesse senti-la suspeita, ou a posição de alguma liderança partidária, ou de um dirigente de empresa pública, ou de algum empresário, em nenhum momento o senhor sentiu que poderia estar participando de reuniões ou festas comuns que pudesse culminar com o tráfico de influência, com crimes contra a administração pública?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não, Sr^a Senadora, no Banco Popular eu adotei medidas que procuravam garantir que nem eu nem nenhuma das pessoas que tivessem cargo de direção pudessem ter isso. Nós trabalhávamos numa sala comum, os quatro diretores, um diretor dois metros à minha frente, um diretor dois metros ao meu lado, e um diretor três metros à minha diagonal. A minha secretária, ao meu lado esquerdo, atrás de uma parede de vidro. Eu pedi a instalação no Banco Popular de câmaras de televisão. Todo o movimento era filmado. Se forem consultadas as pessoas que trabalharam comigo vão saber que saíamos normalmente às 21 horas. Todas as nossas reuniões sempre eram feitas...

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Essas filmagens não estão guardadas não?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Isso não sei dizer, Sr^a Senadora.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Então, é bom vermos, Sr. Relator, para vermos se há alguma imagem gravada das reuniões.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Solicitei esse equipamento para filmar todas as reuniões; todo mundo que entrava e saía tinha que se registrar também...

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Pronto, o registro e as gravações de vídeo, Deputado Osmar.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – E tomávamos o devido cuidado de não receber pessoas isoladamente, sempre tinha que ter alguém junto, sempre em duas pessoas. Eu não participei de reuniões com empresários sobre assuntos que não fossem do Banco Popular do Brasil. Quando alguém perguntando sobre Banco do Brasil, porque era comum uma certa confusão, nós encaminhávamos ao Banco do Brasil. Ao longo do tempo que estive no Banco do Brasil devo ter recebido mais de 150 pessoas. Nunca neguei uma audiência, seja a empresário, a jornalista, a Organização Não-Governamental ou a Parlamentar.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Mas o senhor nunca viu nada que pudesse ser caracterizado pelo menos como indício relevante de crimes contra a administração pública, nenhuma articulação?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não, Sr^a Senadora.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Então, o senhor deve estar se sentindo mais constrangido ainda de estar aqui na CPI.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senadora, concluindo.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Está entendendo, Dr. Ivan, a situação? Isto é uma CPI, é um procedimento investigatório que busca analisar o conluio de gangues partidárias com determinados empresários, que por sua vez compensavam as licitações fraudadas, pagando Parlamentares e patrocinando orgias com dinheiro público roubado. Veja a gravidade do trabalho desta Comissão Parlamentar de Inquérito!

Dr. Ivan, temos a obrigação de achar a outra pessoa inocente até que se prove o contrário. Mas o duro aqui, o difícil para nós é o fato de que, muitas vezes, as pessoas vêm aqui para dizer que nada têm em relação a essa estrutura de promiscuidade e, de repente, numa quebra de sigilo, numa fita de vídeo que nos é apresentada, ou no depoimento de uma outra pessoa na Polícia Federal e no Ministério Público, cria-se uma nova versão dos fatos, às vezes até obrigando a pessoa a vir novamente a uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Então, pergunto se há algum fato novo que o senhor entenda como relevante, importante, para auxiliar o procedimento investigatório desta CPMI e que ainda não tenha sido dito?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não, Sr^a Senadora, estou procurando esclarecer ao máximo, por isso que trouxe documentos que estavam sob minha guarda, que trouxe quando saí do Banco Popular, para mostrar exatamente isso. O gas-

to de publicidade, além de ter a justificativa, foi feito a partir de um contrato com o Banco do Brasil.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Mas esse montante era de R\$ 25 milhões ou de R\$ 500 mil? Porque nós não conseguimos identificar isso nos documentos apresentados.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senadora Heloísa Helena...

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Não, reinscreva-me, Sr. Presidente. Mas gostaria que ele pudesse apenas dizer qual o montante, mesmo que contratado, mesmo que tenha sido um grande guarda-chuva na Secretaria de Marketing do Banco do Brasil, mas precisamos saber pelo menos quanto gastou. Não no convênio necessariamente, porque pode ter sido um convênio, mas quanto, de fato, foi gasto. Porque nos documentos apresentados não está sendo possível calcular.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARAES – Sr^a Senadora, os números de que disponho, que levantei a partir de dados de balanço e do plano de negócios que está com o Sr. Relator, mostra que no ano de 2004 era previsto um gasto de R\$ 35,67 milhões, foram gastos R\$ 26.606,00. E no primeiro semestre de 2005 era previsto um gasto de R\$ 16,3 milhões e foram gastos R\$ 3,1 milhões. Consolidando esses dois períodos, que correspondem ao primeiro ano – são dois semestres –, que correspondem ao primeiro ano do Banco Popular do Brasil, foram gastos R\$ 29,712 milhões, sendo que haviam sido orçados originariamente R\$ 52 milhões e R\$ 50 mil.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Para o mesmo ano que foram disponibilizados R\$ 20 milhões de empréstimo?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARAES – Não. Nesses 12 meses, Sr^a Senadora, foram concedidos 97 milhões de empréstimo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Heloísa Helena, o tempo já terminou.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Tudo bem, inscreva-me novamente, Sr. Presidente. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Está inscrita a Senadora Heloísa Helena.

Concedo a palavra ao Deputado Arnaldo Faria de Sá, por 15 minutos.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Ivan Guimarães, semana passada tinha sido agendada a sua presença aqui. Por que o senhor não veio?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARAES – Porque só recebi o aviso às 19 horas da quarta-feira.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Para quando era a convocação?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARAES – Para às 11 horas da quinta-feira.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Se o senhor quisesse, teria dado tempo. Então o senhor não quis vir mesmo?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARAES – É um pouco difícil, Sr. Deputado. Acredito que seria mais fácil eu ter sido convocado com um pouquinho mais de antecedência.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O senhor estava com medo de alguma coisa? Está devendo alguma coisa?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARAES – Não, de forma alguma.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O senhor acabou de falar agora há pouco que trouxe documentos que estavam sob sua guarda. Que documentos são esses?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARAES – Apresentei ao Sr. Relator, Dr. Osmar Serraglio, o Estatuto Interno do Banco Popular do Brasil, seu Regimento interno, que mostra que todas as decisões de diretoria, obrigatoriamente, eram colegiadas. Apresentei também cópia do contrato entre o Banco Popular do Brasil e o Banco do Brasil, estabelecendo que todo fornecimento de bens e serviços do Banco Popular seria feito pelo Banco do Brasil.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O senhor já tinha saído do Banco Popular, por que é que esses documentos estavam com o senhor?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARAES – Porque, quando um executivo se afasta de uma empresa, é um direito dele guardar um conjunto de documentos que asseguram a sua gestão. É uma prática comum nas empresas de capital aberto.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Quando o senhor saiu do Banco?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARAES – Como?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Quando o senhor saiu do Banco?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARAES – Desculpe-me, mas eu não estou ouvindo...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Quando o senhor saiu do Banco?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARAES – Eu saí do Banco no dia 17 de abril de 2005.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O senhor tem alguma filiação partidária?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARAES – Ao Partido dos Trabalhadores.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Por que o Banco Popular privilegiou ONGs e sindicatos ligados ao PT?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES

– O Banco Popular não privilegiou ONGs e sindicatos fiados ao PT. Ele só fez contratos com pessoas físicas. Ele só emprestou dinheiro para pessoas que tinham CPF.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Mas utilizando estruturas de sindicatos e ONGs?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES

– Não. O Banco Popular do Brasil atende diretamente através de correspondentes bancários, que são mercadinhos, padarias, supermercados, onde são instaladas as estruturas de atendimento bancário. Nenhum sindicato é correspondente bancário.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– O senhor ouviu aquela história do apartamento da ex-mulher do Deputado José Dirceu que foi vendido para Ivan Guimarães. O que o senhor tem a explicar sobre isso?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES

– No começo de 2003, eu estava procurando um apartamento pequeno para comprar. Eu procurei os serviços de uma imobiliária devidamente instalada em São Paulo. Eu posso passar depois, por escrito, à Mesa – se for interessante – o telefone e o nome da imobiliária.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Quero sim.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES

– Essa Imobiliária identificou alguns apartamentos e um apartamento que me interessou, que atendia a minha expectativa, tinha um valor acima. Um dia, na sobreloja do Partido dos Trabalhadores, onde existe um Café, eu estava conversando com o Sr. Rogério Tolentino, que eu já conhecia e que, até aquele momento, para mim, era advogado do Sr. Marcos Valério, sócio do Escritório Tolentino e Melo.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– O senhor o encontrou onde?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES

– No Café que existe na sobreloja do PT – na sede do PT tem um Café na sobreloja.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Em que data foi isso?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES

– Isso foi em abril de 2004. Desculpe, em março de 2004.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Rogério Tolentino freqüentava um Café do PT?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES

– Ele estava lá nesse dia.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Aí o senhor se encontrou com ele lá?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES

– Eu encontrei com ele lá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Continue.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES

– Nós conversamos um pouco. Estávamos aguardando reuniões diferentes. Eu falei dessa situação do apartamento e ele me disse que tinha interesse em ser investidor, que tinha interesse em ter um apartamento para locação. Depois, nós conversamos mais algumas vezes e ele decidiu comprar esse apartamento, e eu reformaria o apartamento – ganharia uma carência com isso – e, depois, pagaria o aluguel para ele desse apartamento – para um familiar meu. Passei o telefone dele para a Imobiliária. Ele enviou os documentos e, no dia combinado, fomos todos à Imobiliária. Eu o acompanhei – eu o peguei no aeroporto e o levei na Imobiliária para fazer a escritura. Até então, eu não sabia quem era o proprietário do imóvel porque a Imobiliária não permite que o comprador e o vendedor se encontrem – nem o Sr. Rogério o conhecia.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Espere um pouquinho: o Rogério Tolentino compra um apartamento para um parente do Sr. Ivan Guimarães. Esse apartamento é da ex-mulher do Sr. José Dirceu, e tudo isso é mera coincidência?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES

– Sr. Deputado, eu pensei muito. Eu sabia que essa pergunta seria feita. A melhor coisa é dizer a verdade.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Então, diga.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES

– É a verdade.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Esse absurdo é verdade?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES

– Essa coincidência é verdade.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– E quem mora no apartamento?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES

– A minha mãe.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Antes, onde a sua mãe morava?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES

– Em Ouro Verde Paulista, uma cidade no interior de São Paulo.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Onde o senhor mora?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES

– Eu moro em São Paulo.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Em que bairro?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Na Vila Madalena.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – E esse apartamento da ex-mulher do José Dirceu em que bairro fica?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Na Vila Madalena.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – E o senhor não sabia de nada?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não. Eu não sabia que o apartamento era da ex-esposa do Sr. José Dirceu.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O senhor sabe que não deve mentir aqui, não é?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Sim.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Apartamento da ex-esposa do Sr. José Dirceu, na Vila Madalena; o senhor mora na Vila Madalena e o Sr. Rogério Tolentino dessa SMP&B, ligado ao carequinha Marcos Valério, encontra com o senhor no Café do PT, em São Paulo, e só no momento da lavratura da escritura é que o senhor vai surpreender-se em saber que o apartamento tinha essa origem, no mínimo, duvidosa.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Se o senhor está se referindo à propriedade, sim. Se for feita uma acareação com as pessoas da Imobiliária, acredito que eles vão confirmar o que eu estou dizendo. Eu sei que parece inverossímil, Sr. Deputado.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Que imobiliária é essa?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Eu posso passar por escrito?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Não, não. Eu quero saber qual é a imobiliária.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – É a Camargo Dias.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Camargo Dias, de onde?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Da Rua Padre Chico.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Relator, eu gostaria de requerer a V. Ex^a que oficiasse a essa imobiliária porque não estou acreditando na afirmação do depoente de que é casualidade essa situação de que Rogério Tolentino compra um apartamento para ser locado à mãe do Sr. Ivan Guimarães, que é dirigente do Banco Popular, da ex-mulher do Ministro José Dirceu, hoje Deputado José Dirceu.

Acho uma coisa, no mínimo, estranha, para não dizer mais, Sr. Relator. Eu queria que V. Ex^a então oficiasse a essa imobiliária. O Sr. Ivan Guimarães vai fornecer os dados, porque eu não estou acreditando.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Camargo Dias Imobiliária. Rua Pe. Chico, São Paulo.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O contrato de locação do Rogério Tolentino é com você ou com sua mãe?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – É com a minha mãe.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Qual o valor do aluguel?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – R\$650.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Você é fiador, intermediário, alguma coisa?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não. É um contrato simples entre as partes.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Relator, eu também gostaria de solicitar o contrato de locação entre o Sr. Rogério Tolentino e a progenitora do Sr. Ivan Guimarães. Qual o nome da senhora sua mãe?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Maria.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Maria Guimarães?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Maria Faza.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Não tem Guimarães?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Contrato de locação entre o Rogério Tolentino e D^a Maria Faza. Qual o endereço?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não sei o número. Rua João Moura...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Rua João Moura, apartamento que, originariamente, era da ex-mulher do Deputado José Dirceu, que foi vendido ao Sr. Rogério Tolentino, locado à D^a Maria Faza, mãe do Sr. Guimarães, que é o responsável, no Banco Popular, do Banco do Brasil. O aluguel, o senhor pode informar?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – R\$650.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – É o senhor que paga ou é a sua mãe?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Eu que pago.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Paga em espécie ou paga em cheque?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES

– Os primeiros 12 meses do contrato foram carência pela reforma que foi feita, e, a partir de julho, o pagamento sou eu que faço.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Doze meses sem pagamento, Sr. Relator.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES

– Desculpe, Sr. Deputado. É carência pela reforma que fiz, que custou R\$7 mil. Eu fiz uma reforma de R\$7 mil no apartamento.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– O senhor tem provas dessa reforma?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES

– Tenho.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Solicito que V. S^a encaminhe à Comissão a prova da reforma, dos R\$7 mil. E isso, então, dispensa o pagamento de 12 meses de aluguel?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES

– Sim, senhor.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– O senhor já respondeu ao Relator, mas eu fiquei numa dúvida aqui a respeito de patrocínios. Qual foi o patrocínio que o Banco Popular fez na Rocinha?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES

– O Banco Popular decidiu fazer na Rocinha... O Banco Popular tinha dificuldades de entrar no mercado do Rio de Janeiro, estava com uma adesão muito baixa de número de clientes. Então buscou ações que dessem visibilidade à marca Banco Popular. A Rocinha é a favela mais conhecida do Rio de Janeiro e a mais conhecida fora do Brasil. Então foi desenhado um plano de ação envolvendo associação de moradores, visando abertura de contas e difusão da marca. Então foi feito um plano de trabalho pela Diretoria de Marketing e o plano começou a ser implementado. Infelizmente, durante a implementação do plano, houve a prisão do Presidente da Associação Comunitária. Ele foi preso, foi solto, depois foi preso de novo, e foi solto de novo. Gerou uma enorme instabilidade e começou a gerar uma série de conflitos na...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Ele foi preso nesse período?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES

– Sim, foi preso nesse período. Isso gerou uma enorme instabilidade na comunidade, o que levou que a ação fosse abortada.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– E essa prisão acabou inviabilizando esse contrato do Banco Popular com a Rocinha?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES

– A prisão necessariamente, não. Mas a violência que se seguiu à prisão, a situação de descontrole social que se seguiu, sim. Nossas equipes não conseguiam subir, ou, quando conseguiam subir e fazer algum tipo de trabalho a população não aparecia.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– A sede do Banco Popular era São Paulo ou em Brasília?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES

– O Banco Popular só tem uma unidade em Brasília. Lá em São Paulo, usávamos compartilhadamente a estrutura do Banco do Brasil, assim como no Rio de Janeiro, em Minas Gerais e em outros Estados.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Se só tem a sede do Banco do Brasil, por que o senhor dava tanto expediente em São Paulo?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES

– Porque toda sexta-feira os executivos do Banco do Brasil se dirigiam a São Paulo, independentemente de onde morassem, para atender clientes, atender os fornecedores, atender parceiros de São Paulo, que é, de fato, a capital financeira deste País.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Quais os parceiros de São Paulo que o senhor tinha que atender?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES

– Rede Marabrás, outros tipos de loja, outros tipos de parceiros para abertura de rede, fornecedores de tecnologias que vinham apresentar propostas, atender a Associação Comercial de São Paulo. Bom, foram mais de 150, Sr. Deputado. Não vou saber listar um determinado tipo.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– E o Banco Popular, na sua opinião, deu um resultado positivo para o Banco do Brasil ou ainda vai dar?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES

– Sr. Deputado, tenho aqui uma pesquisa da Interbrand, uma agência especializada em avaliação de marca, que saiu há três semanas. Ela conclui que a marca Banco do Brasil aumentou o seu valor em R\$80 milhões a partir do lançamento do Banco Popular. Então, acredito que os custos, os investimentos que o Banco Popular teve estão devidamente garantidos pelo aumento do valor.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– O senhor já era funcionário do Banco do Brasil antes?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES

– Não.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Não era? Tinha alguma ligação com o Banco do Brasil antes de assumir essa condição?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – E não encontrou resistência no corpo do Banco do Brasil, por ser de fora do Banco do Brasil?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Sim, Sr. Deputado. Toda corporação rejeita aquilo que é de fora, algumas pessoas.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Como você conseguiu superar essa rejeição?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Conversando, conversando muito.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Quem te levou para o Banco do Brasil?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – O Presidente, Sr. Cássio Casseb.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Cássio Casseb também não era do Banco do Brasil.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Também não.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – E quem era da estrutura do Banco do Brasil que tinha uma ligação partidária com vocês que acabou facilitando esse entrosamento?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Várias pessoas que estão na direção do Banco do Brasil têm uma ligação partidária com o PT, e eu já os conhecia.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Quais são as pessoas? É isso que eu quero saber.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – São vários, Deputados. Tem uma centena.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Quais são os principais? Não precisa ser a centena, mas uns três ou quatro.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Acredito que, na Vice-Presidência, o Dr. Luiz Osvaldo é filiado ao PT, acredito que o Sr. Adésio é filiado ao PT, acredito que o Sr. Cerqueira é filiado ao PT.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Pizzolato?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – O Pizzolato é filiado ao PT, o Sr. João. Bom, dos diretores, eu acho que eram 17, pelo menos metade era filiada ao PT.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – E eram diretores do Banco do Brasil?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Sim.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Isso facilitou o seu trânsito porque também era filiado ao PT?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Eu acho que, no Banco do Brasil, Sr. Deputado, ser filiado ao PT não traz muita vantagem. É uma instituição técnica que delibera tecnicamente sobre os assuntos, e o que vale mesmo é a capacidade de argumentar, de ser convincente, de apresentar planos razoáveis e factíveis.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Terminou o meu tempo. Rapidamente, o seu *affair* com aquele imóvel da ex-esposa do José Dirceu foi com Rogério Tolentino. O Rogério Tolentino é ligado a Marcos Valério. O senhor tinha este contato precedente: Marcos Valério, Rogério Tolentino, Ivan Guimarães.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Eu só os conheci em 2003.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Quando o senhor teve contato com o Rogério Tolentino, no café do PT em São Paulo, já tinha relação anterior com Marcos Valério e Rogério Tolentino?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Sim. Esse contato no PT foi em 2004, e eu os conheci em 2003.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Você lembra onde os conheceu?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – No Banco do Brasil.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – No Banco do Brasil?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Sim.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – E por que você estava no PT neste dia com o Rogério Tolentino? Havia alguma necessidade do Banco Popular, Ivan Guimarães e Rogério Tolentino no PT ou era só pela condição de petista que você estava lá?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Era pela condição do petista.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Lembra o que estava fazendo nesse dia ou não?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Eu procurei, Sr. Deputado, ao longo do tempo que estive no Governo, ouvir o Partido, saber o que o Partido pensava sobre política pública, sobre o que deveria ser feito no Governo. Então, fiz algumas visitas ao PT.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Está arrependido de ter locado esse apartamento do Sr. Rogério Tolentino?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – É uma pergunta difícil de responder, Sr. Deputado. Não sei se, neste momento, tenho condição de respondê-la.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Estou perguntando.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não sei se consigo responder. Não sei lhe responder, Sr. Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Conclua, Deputado.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Vou concluir.

Então, se você não está arrependido, você está satisfeito. Acha que fez um bom negócio.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Como?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Se você não está arrependido, o oposto é que está satisfeito, fez um bom negócio.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – É um aluguel por preço de mercado, um apartamento muito bom, próximo à estação de metrô, na Vila Madalena, bairro de morros, num lugar plano, o que atende bem às necessidades da minha mãe, que não pode subir morro e gosta de passear. O metrô é próximo para ela. Então, isso é muito bom e muito positivo para mim. É evidente que toda essa exposição pública de uma relação de eu estar pagando aluguel para terceiro é desgastante, mas acredito que estou cumprindo meu papel aqui em apresentar as informações necessárias e esclarecer. O senhor está pedindo um juízo de valor que não consigo fazer neste momento.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Só quero saber se o senhor acha que isso foi bom ou ruim, trouxe-lhe problemas ou não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Arnaldo, conclua.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Na ocasião, foi positivo, Sr. Deputado.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Estou dizendo hoje, politicamente.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não tenho ligação política mais, Sr. Deputado. Depois que saí do Banco Popular, não tenho mais ligação política. Politicamente, não me diz nada. Desculpe.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O senhor se desfilou do PT?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Ainda não.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Vai se desfiliar?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Com certeza.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Então, está registrado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– O art. 213 do Código Penal dispõe que o juiz não permitirá que a testemunha manifeste suas apreciações pessoais, salvo quando inseparáveis da narrativa do fato.

Faço esse registro apenas para ilustrar nossa reunião.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Era o direito dele, não é, Sr. Presidente? Ele não usou porque não quis.

O SR. JOÃO MAGNO (PT – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado João Magno.

O SR. JOÃO MAGNO (PT – MG) – Sou citado como um dos Deputados que têm de fazer uma defesa ao Sr. Relator. Já foi comunicado. Quero usar este espaço e alguns minutos para fazer algumas considerações que julgo ser de tamanha importância uma vez que, depois que nosso nome vem sendo apresentado pelo País afora por toda a Imprensa nacional – que vem cumprindo seu dever –, é evidente que, pessoalmente, para cada um dos Parlamentares envolvidos, é motivo de grande dificuldade pessoal e familiar.

Optei por uma alternativa que, em alguns momentos, causou até estranheza a algumas autoridades. Fui diretamente ao ilustre Relator desta Comissão, Deputado Osmar Serraglio, para dizer que meu nome estava sendo citado e que eu queria esclarecer tudo. Ainda disse que queria formalizar meu desejo de esclarecer para a sociedade brasileira tudo o que se refere ao financiamento de campanha, recursos que recebi para minha campanha de Deputado Federal 2002 e para minha derradeira campanha que fiz para Prefeito em 2004. O próprio Relator disse que achava estranha minha atitude porque, até então, ninguém estava tendo coragem de fazer os esclarecimentos na forma em que eu estava fazendo.

Assim, Sr. Presidente, protocolei hoje na Secretaria desta CPMI toda a minha defesa, com todas as provas dos recursos que recebi para financiamento da minha campanha eleitoral. Infelizmente, uma anomalia do processo da legislação brasileira permite às empresas doarem. Uma parte delas não admite aparecer como doadora. Foi isso o que aconteceu comigo. Estou provando com todas as notas e fundamentando também neste texto que estou distribuindo para todos os Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras. Em primeira mão, entrego aos que pertencem a esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios

e, na seqüência, aos que pertencem à CPMI do Mensalão e a todos os Senadores, Senadoras, Deputados e Deputadas Federais do Congresso brasileiro.

Há uma coisa que quero preservar diante do povo brasileiro: entendo que só devo ter o direito de ter o meu mandato – penso que não fiz nada errado para perder meu mandato –, se eu tiver minha honra limpa diante dos meus pares deste Congresso Nacional. Primeiro, preciso limpar minha honra diante de V. Ex^{as} para eu ter o direito de trabalhar para o Brasil aqui dentro, junto de V. Ex^{as}. Por isso, prontamente, fiz diferente. Apresentei minha defesa, fui para a Imprensa nacional e não tive nenhum receio em falar tudo o que eu fiz, abertamente. Fui até duramente questionado pela Imprensa brasileira, mas não me recusei em momento algum, não escondi. Fui ao Senador Alvaro Dias, que aqui se encontra, e apresentei tudo. S. Ex^a também estranhou um pouco a minha coragem de falar a verdade. Pois esta verdade que falo, só ela justifica minha presença no Congresso Nacional. E eu tenho certeza, com as bênçãos de Deus, que continuarei Deputado. Como tenho falado para a Imprensa brasileira, não roubei o Estado brasileiro, não roubei o Tesouro Nacional, não roubei a população brasileira, não fiz nada a não ser devido a uma anomalia que existe no País infelizmente – agora, ainda bem, haverá uma reforma política para mudar tudo, para atualizar, fazer uma legislação compatível com a realidade brasileira. Eu sou um grande defensor dela, para o bem do povo, para o bem do Brasil. Por isso, eu agradeço a V. Ex^a por ter me dado esta oportunidade de falar aqui a respeito da minha defesa e de naturalmente pedir a V. Ex^{as}, a todos a quem entreguei minha defesa aqui hoje, que leiam com carinho esta minha defesa. Qualquer dúvida que houver a respeito dela, eu tenho todas as provas, as notas fundamentadas, para não deixar nenhuma dúvida, porque se tem uma coisa que eu não quero é deixar dúvida diante dos pares deste Congresso Nacional e depois não deixar nenhuma dúvida diante da sociedade brasileira, para eu ter a cabeça erguida para entrar dentro da minha casa, junto com os quatro filhos que eu tenho, a minha esposa e, como homem limpo, de conduta limpa e ilibada, poder continuar dando a educação que os meus filhos merecem. A minha mulher sabe da minha atitude. Assim eu poderei ser um pai de família e um homem digno dentro do meu lar, mas, para eu ser dentro do meu lar, eu preciso ser diante dos senhores, que são os meus pares. Por isso, eu falo aqui desta maneira e peço que todos tenham o carinho de ler os meus documentos e pedir qualquer esclarecimento suplementar que eu estarei disposto a oferecer. Muito obrigado pela condescendência de

ter me apresentado esses minutos para fazer minha defesa nesta Comissão. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Muito obrigado, Deputado João Magno. Está disponível aqui na CPMI toda a defesa do Deputado João Magno. Quero agradecer também a oportunidade de V. Ex^a esclarecer aqui, encaminhar esta documentação para todos os membros da CPMI.

Passo a palavra para o Deputado Maurício Rands, por 15 minutos.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Depois, o Deputado Onyx Lorenzoni. O Vice-Presidente Asdrúbal está mais para frente.

Deputado Maurício Rands com a palavra por 15 minutos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, apenas para consultar se eu estou inscrito...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– V. Ex^a está inscrito logo em seguida ao Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. depoente Ivan Guimarães, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, eu começo indagando ao depoente sobre o crescimento da carteira de clientes do Banco Popular do Brasil entre novembro de 2004 e janeiro de 2005. Os relatos de que dispõe esta CPMI dão conta de que em novembro do ano passado havia cerca de 500 mil clientes na carteira, e já em janeiro de 2005 essa carteira teria pulado para algo como mais de um milhão de clientes. O senhor chegou a mencionar aqui, no começo do depoimento, um milhão e 100 mil clientes na carteira do Banco Popular. Os relatos que nos chegam dão conta de que esse acréscimo de clientes teria sido artificial, mediante utilização do cadastro da Marabrás, uma rede de móveis que teria inflado artificialmente o banco, sem o consentimento daqueles clientes que estavam nesse cadastro da Marabrás. Alguns dos relatos dizem que, na sua gestão no Banco Popular, foram abertas cerca de 300 mil contas, sem que os clientes fossem avisados, entre novembro e dezembro de 2004. E há um comentário, também registrado e de posse da CPMI, da gestão que se sucedeu a V. S^a, dizendo que “a nova visão do Banco Popular é a de que temos que qualificar e fidelizar a base de clientes”, acreditando a nova gestão que a quantidade de clientes será resultado da qualidade dos serviços prestados pelo Banco Popular.

Pergunto a V. S^a inicialmente se é verdade que o crescimento do cadastro foi artificialmente feito, uti-

lizando os registros desses clientes da Marabrás sem autorização. Se for verdade, o senhor tem conhecimento de que isso viola o Código de Defesa do Consumidor? Até porque a abertura de um crédito numa conta parada implica débitos de tarifas.

O que o senhor tem a dizer sobre isso?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Sr. Deputado, o crescimento expressivo das contas do Banco Popular do Brasil nos últimos três meses de 2004 se deve basicamente à ação de publicidade. Para se conseguirem clientes, é preciso anunciar. Em outubro de 2004... Vou começar em setembro, quando começou a campanha, o Banco Popular tinha 145.913 clientes; em outubro, 279.013 clientes; em novembro, 543.780; em dezembro, 1.050.887; em janeiro, 1.186.554; em fevereiro, 1.283.220. Segundo os números que tenho e que são reconhecidos pelo Banco Popular do Brasil, em julho de 2005, era 1.618.028 clientes.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Ou seja, se o senhor me permite, nesse gráfico que pode ser traçado pela informação de V. S^a, há um salto de cerca de 100% entre o final de 2004 e o início de 2005, justamente quando teria sido feita a inflagem artificial com o cadastro da Marabrás. O senhor não tem conhecimento de que é ilegal a abertura de contas sem o conhecimento dos clientes? O senhor confirma esses fatos? Que interpretação o senhor dá?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – A taxa de crescimento de 100% é verificada tanto de novembro em relação a outubro, quanto de dezembro em relação a novembro. Isso é feito diretamente na divulgação de publicidade. Reiterando o que eu já disse aqui ao Sr. Relator.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sobre o cadastro da Marabrás, ele não foi a verdadeira razão do pulo de 500 mil para 1 milhão?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – O cadastro da Marabrás constava de 250 mil nomes aproximadamente. Foi discutido...

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Por isso alguém arredondou essa informação para 300?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Foi discutido com toda a equipe da Marabrás, com a equipe do Banco do Brasil e do Banco Popular, e os dados foram introduzidos no cadastro. Nenhuma tarifa foi cobrada de nenhum cliente, porque o Banco Popular não cobra tarifas, isso foi feito de comum acordo. Os cartões ...

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – De comum acordo com a Marabrás, não com os consumidores, não com os clientes. Ou seja, o senhor está confirmando que foi uma inflagem artificial?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não, não estou confirmando.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O senhor apenas justifica e acha que é válida a operação?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – É uma operação comum no registro de clientes do Banco do Brasil, do Banco Popular do Brasil, de qualquer entidade financeira.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sem autorização dos clientes, violando a Lei nº 8.078, que é o Código de Defesa do Consumidor?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não. A conta só...

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – É a interpretação que V. S^a dá?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – O senhor já me julgou.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Eu conheço a Lei nº 8.078, conheço o Código de Defesa do Consumidor e seria necessária a autorização dos clientes da Marabrás. Quero ir avante. Pergunto a V. S^a quando o senhor foi nomeado para a Presidência do Banco Popular.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Outubro de 2003.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O senhor foi nomeado por quem?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Pelo Conselho de Administração do Banco do Brasil.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Alguém fez a indicação de V. S^a para a Presidência do Banco Popular?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Creio que essa pergunta caiba ao Conselho de Administração que me nomeou.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sim, mas quando a gente é nomeado e tem algum apoio político ou administrativo a gente sabe. O senhor sabe informar quais foram as pessoas que fizeram sua indicação?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Eu não sei de pessoas que tenham feito minha indicação. O que sei é que, dentro do Partido dos Trabalhadores, sempre fui conhecido na área técnica como uma pessoa que mexia com microcréditos e microfinanças.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – E quem, do Partido dos Trabalhadores, atestou que o senhor é conhecido nessa área e tem essa experiência administrativa?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não sei, Sr. Deputado.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Prefiro interpretar que o senhor se recusa a informar quem o indicou para a Presidência do Banco Popular.

O senhor conhece o ex-Diretor de Marketing do Banco do Brasil, Dr. Henrique Pizzolatto? Desde quando?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Desde 1992.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – E o senhor tem uma relação próxima com ele, de conhecimento, de amizade? Como o senhor caracteriza a relação que tem com ele?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – De amizade.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Ele teve alguma influência na indicação de V. S^a para o Banco Popular?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não sei, Sr. Deputado. Acredito que não.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O Sr. Delúbio Soares teve alguma influência?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não sei, Sr. Deputado.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O senhor informou na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado que a conta de publicidade do Banco Popular foi de R\$24 milhões. O senhor já fez menção aqui no seu depoimento respondendo a algumas indagações do Deputado Osmar Serraglio. E que no ano de 2005 esta conta foi de R\$20 milhões. O senhor confirma esses dados? Aproximadamente, não é necessário ser preciso porque os documentos vão ser encaminhados – espero – por V. S^a à Comissão. Se V. S^a não o fizer, eu vou fazer o requerimento.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Sr. Deputado, eu não sou mais Presidente do Banco Popular do Brasil desde 17 de abril.

Em 2004 o Banco Popular tinha um orçamento de R\$35,67 milhões de publicidade e *marketing*; gastou R\$26,606. Em 2005 o orçamento era de R\$16,37 milhões já foram gastos R\$3,106 milhões. O que totaliza nos primeiros doze meses de funcionamento comercial do Banco Popular do Brasil uma despesa total de R\$29,712 milhões de *marketing* frente a um orçamento previsto de R\$52,050.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sobre a escolha das agências de publicidade que trabalharam com o Banco Popular quando V. S^a o presidiu. Como foi o processo de licitação? Quais foram as agências que ganharam? Sei que uma delas foi a DNA. Tenho referências de que a DNA foi escolhida entre outras três. Quais foram essas agências, como foi esse processo de licitação?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Sr. Deputado...

Sr. Presidente, posso ler um ofício?

Sr. Deputado, no dia 13 de janeiro de 2004 eu recebi o Ofício 2004/0142, que já está de posse do material entregue ao Sr. Relator, endereçado ao Presidente do Banco Popular do Brasil, em que se diz o seguinte: “Sr. Presidente, publicidade e propaganda: encaminhamos cópia das correspondências entregues às agências de publicidade licitadas para...”

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Eu queria pedir, Sr. Ivan, como o meu tempo é escasso, em vez de ler o documento, porque depois eu vou ler, eu pediria ao senhor que procurasse sintetizar e facilitar os trabalhos da Comissão.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – São duas linhas.

A correspondência da Diretoria de Marketing me comunicava que a escolha das agências de publicidade bem como a convocação, a coordenação de todos os trabalhos deveria ser feita exclusivamente pela Diretoria de Marketing.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Diretoria de Marketing do Banco Popular?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Do Banco do Brasil.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Era o que eu ia perguntar em seguida. Então, quem direcionou, quem organizou a licitação foi a Diretoria de Marketing do Banco do Brasil?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Quem organizou.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – E a comissão de licitação evidentemente tinha que ser do Banco Popular. A comissão que fez o processo licitatório foi do Banco Popular?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não. O Banco Popular não fez nenhuma licitação enquanto eu fui presidente. O Banco Popular fez, na forma da lei, um convênio com o Banco do Brasil para que esse lhe prestasse todos os serviços necessários, inclusive a publicidade. Estava dentro do conjunto de serviços. Então cabia ao Banco do Brasil selecionar a forma como isso seria feito.

Qual foi o procedimento concreto? Foram feitas pesquisas de mercado, foi identificada a síntese do que ia ser comunicado aos clientes, isso foi passado para as agências de publicidade, que desenvolveram o *briefing*: a Calia Assumpção e a DNA. A terceira agência, Ogilvy, não quis desenvolver o *briefing*, declinou. Foi feita uma apresentação para toda a diretoria do Banco do Brasil, para o Conselho Diretor do Banco do Brasil, Diretoria Colegiada do Banco Popular do Brasil, área

de *marketing* do Banco do Brasil, controles internos, auditoria, Departamento Jurídico.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Houve alguma participação da então Secom e do então Ministro Gushiken nesse processo de avaliação feito pela Diretoria de Marketing do Banco do Brasil?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não, senhor.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Apenas pela Diretoria de Marketing do Banco do Brasil?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Sim. Nesse ato concreto, não, Sr. Deputado.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O senhor tem relações com o Sr. Marcos Valério há quanto tempo?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – De 2003 para cá, Sr. Deputado.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Apenas de 2003 para cá.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Sim.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O senhor construiu relações de amizade com ele?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Eu diria uma relação de proximidade; não diria amizade.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O senhor conhece a Agência de Propaganda Fisher Hill Comunicação Total Ltda.?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Fisher Hill? Conheço Fisher América do Grupo Total. É uma agência de publicidade.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – É do Grupo Total.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Conheço.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Qual é a sua relação com ela?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Nenhuma.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Nenhuma.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Nenhuma.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O senhor sabe de contratos que ela tenha com estatais do atual Governo brasileiro?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Eu acredito que a Agência Fisher tenha um contrato com a Caixa Econômica Federal.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Já teve com a Caixa Econômica, até 2004, e com o Banco do

Brasil. Obtivemos a informação de que o senhor tinha relações e ligações com essa agência. Não tem.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Eu conheço algumas pessoas que trabalham nessa agência, mas não tenho nenhuma relação comercial ou de negócio ou de interesse.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sr. Ivan, em matéria publicada na **Gazeta Mercantil** de março de 2005 consta que, no passado, o Banco Popular registrou um prejuízo operacional de R\$40 milhões, uma receita operacional de R\$700 mil e aplicações financeiras em títulos federais de R\$116 milhões. Ao comentar o desempenho negativo, o senhor disse ser comum uma instituição financeira não registrar lucro em seu primeiro ano de atividade. O senhor disse isso?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Sim.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Com base em que o senhor afirma ser comum uma empresa, uma instituição financeira não apresentar lucros no seu primeiro ano de atividade?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Eu apresentei à CPMI o plano de negócios do Banco Popular do Brasil, que define as metas, os objetivos e as receitas e prevê um prejuízo nos três primeiros anos. Quanto ao fato de ser comum, é de conhecimento da literatura econômica que bancos normalmente têm um período de maturação bastante longo.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O senhor participou da campanha de 2002 do Presidente Lula?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Sim.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O senhor participou como?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Eu trabalhei no Comitê Financeiro como voluntário.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Como voluntário na arrecadação?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Sim, senhor.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Quais foram as contribuições, quais foram as principais contribuições que o senhor, como voluntário, conseguiu carrear para a campanha do Presidente Lula?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Eu gerenciei um trabalho, uma campanha destinada a comunicar aos empresários que o Partido dos Trabalhadores queria recursos para a sua campanha eleitoral.

O que me coube fazer? Montar um banco de dados com cerca de seis mil empresas, identificando

o principal executivo dessas empresas. Para isso, fizemos um trabalho de pesquisa. Desenvolvemos um *kit* que era uma caixinha de papelão vermelha onde havia uma fita de vídeo com uma fala do Presidente da República, uma carta assinada pelo então candidato a Presidente e a Vice-Presidente e uma estrelinha dourada no fundo. Nós remetemos essa caixinha a essas seis mil e poucas empresas e, depois, por meio de um *call center* – um *call center* terceirizado –, as pessoas ligavam para essas empresas solicitando doações. O meu papel foi o de gerenciar isso.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Esse banco de dados de seis mil empresas produziu arrecadações? O senhor depois fez o balanço do resultado, da efetividade do seu trabalho?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Havia uma sobreposição de empresas que se voluntariavam e de empresas procuradas. Todas as empresas que identificávamos no *call center* nós comunicávamos ao Comitê Financeiro, que providenciava um bônus eleitoral. Esse bônus eleitoral era entregue na empresa; era retirado um cheque, entregue no Comitê Financeiro; e era registrado no bônus o número do cheque em cumprimento à legislação eleitoral.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – E o senhor não tem uma estimativa de quanto essa iniciativa produziu em termos de arrecadação?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – R\$24 milhões.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Esse é o universo total? Os seis mil representam o universo total?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Aproximadamente cem empresas doaram cerca de R\$24 milhões.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Aproximadamente cem empresas. Desse universo contatado a partir do seu levantamento, o senhor tem conhecimento de alguma contribuição não escriturada?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não. Não tenho conhecimento de nenhuma contribuição.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Não tem conhecimento, mas pode afirmar que não houve ou apenas não tem conhecimento?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Eu posso afirmar que eu não tenho... Posso afirmar aqui, Sr. Deputado, o que eu vi e o que eu sei. Eu não vi isso e eu não sei de contribuição não escriturada.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O meu tempo está encerrado. Agradeço o depoimento.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Concedo a palavra ao Deputado Onyx Lorenzoni pelo prazo de quinze minutos.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Ivan, quero que o senhor confirme seu currículo. O senhor foi membro do Codefat entre 1990 e 1994, Diretor do Banco de Brasília entre 1995 e 1996, e lá o senhor implantou o programa de microcrédito BRB Trabalho. Foi Secretário do Trabalho do DF entre 1997 e 1998 e, entre 2003 e 2005, foi o responsável pela criação do Banco Popular do Brasil, sendo seu primeiro Presidente. Correto?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Correto, Sr. Deputado.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Então, o senhor, ao longo desse tempo, conhece a Administração Pública. O senhor deve ter tido contato com uma lei que é fundamental para a Administração Pública, que é a Lei 8.666. E vou ler para o senhor o art. 25. Aqui fala das inexigibilidades para licitações, mas, lá no inciso II, diz que “é vedada a inexigibilidade para serviço de publicidade e divulgação”.

O senhor foi o primeiro Presidente do Banco Popular. Portanto, civil e criminalmente, o senhor é responsável pelas ações do Banco Popular. O senhor sabe disso?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Junto com a Diretoria Colegiada, sim.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Mas o senhor é, em última análise, responsável. Como é que o senhor permitiu – o senhor é um homem experiente, de larga vivência, muito articulado – como é que o senhor permitiu que o Banco Popular contratasse a empresa do seu amigo Marcos Valério sem licitação?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Sr. Deputado, o Banco Popular do Brasil não contratou a empresa DNA em momento nenhum. Não há qualquer contrato entre o Banco Popular do Brasil e a empresa DNA.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim. Quem contratou foi...?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – O Banco do Brasil contratou a empresa.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Através de processo licitatório, em setembro de 2003.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Contratou qual?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – As empresas de publicidade que prestam serviço ao Banco do Brasil foram contratadas por processo licitatório em setembro de 2003.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim, para atender ao Banco do Brasil. E por que é que foi feita essa...? Quando foi definida a DNA, quem é que participou da carta-consulta ou da consulta? Porque uma licitação não existe. O senhor pode nos apresentar a licitação feita para a contratação da DNA para atender ao Banco Popular?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Eu não posso, senhor, porque essa licitação é feita pelo Banco do Brasil.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim, mas o Banco do Brasil, quando fez a licitação em 2003, não previa o Banco Popular.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – O § 1º do edital de licitação dizia o seguinte, resumindo: a licitação valia para o Banco do Brasil, para todas as suas subsidiárias integrais existentes e a virem a ser criadas e para a Fundação Banco do Brasil.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – E quem é que foi consultado?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não sei.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Não, não. Quais as empresas que apresentaram uma proposta?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Eu não tenho informações precisas, Sr. Deputado. Peço que o senhor me desculpe porque quem conduziu o processo de licitação das agências do Banco do Brasil foi a Comissão de Licitação do Banco do Brasil. Nessa ocasião, eu não participei desse processo. Pelo que eu conheço da Lei 8.666 e pelo que eu acompanhei no banco, foi um processo com publicação de edital, recebimento de propostas. Eu não sei quantas empresas apresentaram...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Por que a Calia Assumpção apresentou proposta?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não sei dizer, Sr. Deputado.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Quem eram as empresas que venceram a licitação em setembro de 2003, para atender o Banco do Brasil?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Calia Assumpção, Ogilvy e DNA.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – A Calia Assunção e a Dmais são a mesma agência?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Acredito que sim, eles mudaram de nome no meio do caminho.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Não, quem venceu a licitação foi a Dmais.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Sr. Deputado, eu não participei do certame

licitatório das agências de publicidade. Quem fez o certame foi o Banco do Brasil. Eu não tenho informações precisas. Tenho informações de ouvir falar.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Quando é que o senhor conheceu o Sr. Marcos Valério?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Em abril de 2003.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Abril de 2003. E o Sr. Rogério Tolentino?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Provavelmente nesse mesmo mês.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Nesse mesmo mês. Quando é que houve aquele café de que o senhor falou para o Deputado Arnaldo?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Eu acredito que foi entre o final do primeiro trimestre e o começo do segundo de 2004. Não lembro a data exata.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – E por que mesmo que a ex-esposa do Ministro José Dirceu disse que Marcos Valério intermediou a venda, falou com o senhor, o negócio foi acertado e, na última hora, foi o Sr. Rogério Tolentino que adquiriu o apartamento que ela imaginava vender para o senhor?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Eu não posso explicar as declarações de uma outra pessoa, Sr. Deputado.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Quando foi mesmo esse negócio?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Quando foi?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – É.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Foi em 2004, no começo de 2004.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor fechou o negócio no início de 2004?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Final do primeiro trimestre, começo do segundo de 2004. Não me recordo da data exata, Sr. Deputado.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – É muito curioso, Sr. Presidente, Sr. Relator, porque a proprietária que vendeu disse que a compra foi liquidada em 10 de novembro de 2003.

Como é que a conta não está fechando, Sr. Ivan Guimarães?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não sei informar, Sr. Deputado, não tenho os dados na minha cabeça, não tenho essa informação.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Quero só fazer uma pergunta: o senhor acompanhou o Sr. Rogério Tolentino e a Srª Maria Ângela da Silva Zaragoza quando o negócio foi fechado? Sim ou não?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Sim, na primeira reunião na imobiliária.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Quando foi isso?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Que eu lembre, foi em 2004.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – E no dia da assinatura do contrato, da liquidação do contrato, o senhor esteve junto ou não?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Acredito que não, Deputado.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Não, espera aí. O senhor acredita que não, Sr. Ivan? Ou o senhor esteve, ou não esteve. Não é possível que o senhor compre, bote a sua mãe no apartamento que era da ex-mulher do todo-poderoso Ministro José Dirceu... Ela diz publicamente que o senhor era o comprador, o senhor, que conheceu recentemente o Sr. Rogério Tolentino, com quem tinha uma relação muito superficial... Ele faz essa benesse de comprar o apartamento e ainda lhe dá o apartamento para morar um ano sem pagamento de aluguel?

Eu posso pensar – e tenho esse direito – que, primeiro, o senhor recebeu um benefício intermediado por Marcos Valério, porque no Banco Popular quando houve os acordos para a MultAction, para os patrocínios do Banco Popular em que a MultAction, que é do Sr. Marcos Valério, seria beneficiada no contrato com a Confederação de Futebol de Praia... O senhor sabe o que estou dizendo.

O senhor, como Diretor-Presidente do Banco Rural, fazia, sem dúvida nenhuma... Não é crível que o senhor não tivesse nenhuma capacidade de influência nesse negócio, não é possível acreditar. O Sr. Marcos Valério entrou para ajudar a mulher do Ministro, escalou V. S^a para vender o apartamento, talvez o senhor tenha se apercebido que não ia ficar bem, aí chama o Sr. Rogério Tolentino. O próprio Marcos Valério chama o Rogério Tolentino, ele compra o apartamento que a mulher do ex-Ministro acredita que era o senhor que ia comprar. Na “últíssima” hora ele compra o apartamento. Para mim, o senhor foi favorecido explicitamente. Isso está capitulado na lei: corrupção passiva.

O senhor sabe quantos anos isso dá de prisão? Dois a doze anos. Prevaricação, mais um aninho. Formação de quadrilha porque é o senhor, a diretoria colegiada do Banco Popular, a diretoria do Banco do Brasil – vamos ter que ouvir o Presidente do Banco do Brasil aqui, o Sr. Henrique Pizzolato, que, pelo que vejo, era o seu líder, que estabeleceu um benefício para a DNA, o que é facilmente comprovável por ausência de licitação... Peculato, são mais dois a doze anos, porque apropriar-se o funcionário público de di-

nheiro, valor ou qualquer outro bem móvel ou particular de que tenha posse em razão de cargo, desviado, em proveito próprio ou alheio; mais gestão temerária, de 2 a 8 anos de prisão.

Essa história em que o senhor é o comprador e o Marcos Valério se beneficia da sua ação, diretamente, esse raciocínio é impossível de ser feito? O senhor acha que eu estou completamente equivocado e que tudo foi uma questão de coincidência? Numa cidade do tamanho de São Paulo, o senhor acha um comprador que é sócio da empresa, para a qual há, sem dúvida nenhuma, nos contratos do Banco do Brasil, e isso já foi demonstrado aqui, nos contratos do Banco Popular, claro o esclarecimento. O senhor foi encontrar, entre 15 milhões de possibilidades, uma possibilidade que tem origem em Belo Horizonte.

O senhor acha que é tudo coincidência, ou a minha formulação, que é a formulação que esta CPMI está fazendo, tem alguma chance de ser provável?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Sr. Deputado, a sua formulação é bastante complexa, não me compete julgá-la, me compete apenas apresentar os fatos que eu vivi, que eu presenciei.

O Diretor-Presidente do Banco Popular do Brasil não tem alçada individual para comprar um lápis. Ele precisa, sempre, do voto do colegiado. O colegiado tem limites, limites de alçada. Todas as compras de *marketing* do Banco do Brasil foram aprovadas não apenas pela Diretoria de Marketing, mas pelo Comitê de Marketing, que envolvia vários interesses...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Mas eu não perguntei sobre isso, Sr. Ivan, eu perguntei sobre o seu apartamento. O senhor usou o Sr. Rogério Tolentino como testa-de-ferro para adquirir o apartamento?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não, Sr. Deputado. Não.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor sabe que se conseguirmos provar isso, o sol vai nascer quadrado para o senhor? Aliás, acho que o senhor merece, com todo o respeito, porque montar uma estrutura com o Banco Popular, fazer a operação fraudulenta que o senhor fez lá, com os clientes da Marabraz... E foi o senhor que comandou esse processo, o senhor confessou aqui, e está capitulado no Código de Defesa do Consumidor.

Esse patrocínio... Por que o Magela derrubou aquele contrato que era para ser de 8 milhões? Quem o sucedeu no banco, que é um companheiro seu de partido, seu amigo pessoal, o Sr. Geraldo Magela, desfez o negócio que o senhor tinha feito. E as pessoas que o sucederam no Banco Popular, na administração Magella, foram muito claras nas declarações que deram. Elas não podiam compreender por que o senhor

tinha acertado uma publicidade para a Confederação Brasileira de Beach Soccer de R\$8 milhões. O senhor estava oferecendo um patrocínio que a Petrobras faz para o Flamengo. O senhor desconhece que a MultiAction também é do Sr. Marcos Valério?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Sr. Deputado, correndo o risco de me enganar quanto aos números, o patrocínio ao futebol de areia foi de 4 milhões e meio de reais, o que eu aprovei, e eu não sabia, quando ele foi aprovado, que passaria pela MultiAction. Acredito que não passou, acredito que foi diretamente para a Confederação.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Vou refrescar a sua memória, o senhor tem memória seletiva. Todos os petistas que vieram aqui têm problema gravíssimo. Ou é Alzheimer, porque têm uma memória regressiva muito curta, ou então é uma seletiva cínica, que é a que acho que o senhor está usando. A memória regressiva do Alzheimer fica embotada pela doença, com todo o respeito a todos os que, lamentavelmente, sofrem dessa terrível doença.

O contrato que o senhor acertou, de 4 milhões, era com a Confederação Brasileira de Beach Soccer?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Sim.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O que já era uma demasia, vamos combinar. Agora, os 8 milhões eram, além disso, destinados a ação de promoção vinculada ao patrocínio. Os 4 obrigatoriamente foram para a Confederação, e o Dr. Geraldo Magela, que foi muito mais probo, muito mais correto, muito mais ético, com a sua equipe técnica, que não foi tão perdulária com o dinheiro público como o senhor foi, já que o senhor gastou em publicidade um valor muito superior ao que o senhor conseguiu operar nesse banco, que do jeito que vai será um retumbante fracasso, como foi sua operação no BRB – todo mundo em Brasília sabe que foi um fracasso o que o senhor fez no BRB com o microcrédito –, reduziu para 2,5 milhões.

Tenho duas perguntas a lhe fazer: primeiro, por que o senhor saiu ou foi “saído” do Banco Popular? Segundo, por que o senhor vai sair do PT, já que durante tantos anos o partido lhe acolheu, deu-lhe prestígio, teve possibilidade de atuar em cargos relevantes? Por que mesmo o senhor saiu, ou foi “saído” do PT? Por que o senhor pretende sair do PT?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Sr. Deputado, antes de responder a questão, eu gostaria de deixar claro que eu não assinei nenhum acordo de ações de promoção com o futebol de areia, apenas e tão-somente patrocínio à modalidade. Nunca assinei e não autorizei ninguém a assinar esse contra-

to, nem eu, nem a Diretoria Colegiada, nem a Diretoria de Marketing.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Não é o que diz o Dr. Geraldo Magela e seus...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Onyx, concluindo.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Acredito que com a apresentação dos fatos e dos documentos vamos deixar isso claro.

Segundo, deixei o Banco Popular porque havia uma série de matérias na imprensa dando a entender que o Governo Federal tinha interesse na apropriação de alguns cargos para suas necessidades políticas. Senti-me desconfortável e tomei a decisão de sair para facilitar a vida, o trabalho, a orientação política das pessoas que coordenavam o Governo naquele momento.

Quanto ao Partido dos Trabalhadores, são questões de foro íntimo, reservo-me o direito de não responder.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor foi demitido ou o senhor se demitiu?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Eu me demiti.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor se demitiu do Banco Popular?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – eu me demiti.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra o Senador Alvaro Dias, por quinze minutos. Depois, o Senador César Borges.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, senhor deponente, estamos investigando, e isso já está visível, uma rede sistêmica e organizada de corrupção instalada no Governo Federal. Nosso objetivo maior agora é chegar à fonte de abastecimento financeiro dessa rede de corrupção, traduzindo, de onde vieram os recursos utilizados para a manutenção desse modelo de corrupção que, a meu ver, esta é a minha conclusão, tinha por objetivo um projeto de poder de longo prazo, onde o fim justificava os meios.

É evidente que a área de publicidade está no epicentro dessas investigações, já que o Sr. Marcos Valério se transformou no grande operador desse modelo implantado. E há uma coincidência surpreendente: todos os petistas que trabalhavam na área de captação de recursos, na área de contas pessoais do Presidente Lula, por exemplo, o Sr. Paulo Okamoto, que pagava as contas do Presidente – e as pagava até

recentemente, porque pagou o empréstimo concedido pelo PT ao Presidente Lula –, o Sr. Henrique Pizzolato, que integrava o Comitê Financeiro de Campanha, e o Sr. Ivan Guimarães, que também integrava esse comitê financeiro na relação com empresários. Todas essas pessoas coincidentemente com ligações muito fortes com o Sr. Marcos Valério e, coincidentemente, todas elas escaladas para ocupar postos-chaves em áreas que mobilizavam recursos financeiros expressivos. E não me referi ainda ao Delúbio Soares, que era o tesoureiro-mor da campanha do Presidente Lula e que chefiava esse comitê financeiro. Embora não ocupando um cargo no Governo, ele se tornou uma espécie de ministro sem pasta para operações financeiras, sobretudo duvidosas, sobretudo espúrias, mas todas elas de valores expressivos.

Então, esse comitê financeiro da campanha eleitoral passou a atuar na área pública em funções também com responsabilidade de mobilização de recursos. Se temos esse objetivo de identificar ou comprovar que os recursos são recursos públicos para a manutenção desse modelo, desse sistema de corrupção, temos que indagar exatamente nessa direção.

O senhor deu três versões diferentes sobre a licitação que premiou a DNA para gerir a publicidade do Banco Popular. Vou colocar uma quarta que talvez seja a verdadeira. Consta que, na verdade, o senhor não foi o responsável pela escolha da DNA, o responsável pela escolha da DNA foi o Sr. Henrique Pizzolatto, e consta existir inclusive documento, prova documental, de que foi uma escolha pessoal do Sr. Henrique Pizzolatto. O senhor confirma isso?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não, Sr. Senador.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – O senhor não confirma. Não foi o Sr. Henrique Pizzolatto?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – O senhor me permite resgatar um pouco o processo novamente? Se eu me expressei mal. A escolha da DNA se deu após a licitação das agências pelo Banco do Brasil, após a definição de que o Banco Popular deveria trabalhar com essas agências, e o que documentalmente foi apresentado, e há(??)a carta do Sr. Henrique Pizzolatto me comunicando isso, foi feita uma reunião ampla onde foram apresentados os *briefings*, e foi feita uma escolha, uma votação.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – É. Isso o senhor já explicou. A indagação é porque é surpreendente, a DNA abiscoitava as contas de publicidade em áreas estratégicas para a mobilização fácil de recursos. Por exemplo, na realização de eventos nem sempre bem explicados, como esse há pouco referido pelo Deputado Onyx Lorenzoni, ou como àquele a que

me referi há poucos dias, beneficiando o Governo do Mato Grosso do Sul, do Zeca do PT, por intermédio do Henrique Pizzolato.

A indagação tem sentido porque em determinados momentos as operações com publicidade do Banco Popular chegaram a superar as operações ativas da Instituição, ou seja, incompatíveis os recursos destinados à publicidade se estabelecermos um comparativo com o que a Instituição realizava relativamente aos objetivos finais da sua criação.

Não ficou bem explicado, o senhor se nega a informar a verdade sobre esse fato, temos essa informação de fonte segura, de que há documento escrito inclusive, que o Sr. Henrique Pizzolatto é que impôs que deveria ser a DNA para atender esses objetivos desse esquema de corrupção.

O senhor negou ao Deputado Osmar Serraglio ter participado da festa em homenagem ao Sílvio Pereira no dia 5 de novembro de 2003. O Sr. Ricardo Machado, na Polícia Federal, depôs informando que o senhor compareceu a essa festa como compareceu também a uma outra festa no hotel Sofitel, no Rio de Janeiro, para comemorar a escolha da DNA para a publicidade do Banco Popular.

O senhor nega também que compareceu a esta festa no Rio de Janeiro?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Sim senhor.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Se o senhor nega, por que motivos colocaram o seu nome nesse história toda?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não tenho idéia, Sr. Senador, não tenho idéia.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – O senhor sabe que esse Ricardo Machado declarou à Polícia Federal que o senhor esteve presente nessas duas ocasiões.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não, Sr. Senador, estou tomando conhecimento agora.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Então, pois ele declarou à Polícia Federal, o depoimento dele está à disposição da CPMI.

Qual era o envolvimento do senhor nas negociações de Marcos Valério, o senhor sabe que o Sr. Marcos Valério negociava com o Banco Central solução para o processo de liquidação de um grupo de bancos privados e consta que o senhor auxiliou o Sr. Marcos Valério nessa empreitada. O senhor confirma?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não, Sr. Senador

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Mas o senhor sabia dessa negociação do Sr. Marcos Valério?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – O que eu sabia, Sr. Senador, é que o Marcos Valério, de alguma forma, tinha interesse na participação do Rural no Banco Mercantil de Pernambuco. O mercado financeiro inteiro sabe do problema do Mercantil de Pernambuco, do Econômico e talvez...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – O Sr. Valério tinha interesse na participação do Banco Rural...

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Ele chegou a comentar que ele representava o Banco Rural nessa negociação.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Ele representava o Banco Rural?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – O mercado financeiro inteiro conhece essa negociação.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Ele não confessou ser uma espécie de sócio oculto do Banco Rural?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não, Sr. Senador.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Só representante do Banco Rural. O Sr. Marcos Valério é de múltiplas representações. Representou o PT em Portugal, representou o Presidente Lula, como seu consultor, em Portugal e representou o Banco Rural em inúmeras operações, inclusive essa que o senhor acaba de revelar, de que nós não tínhamos conhecimento.

O senhor tinha conhecimento de que o Sr. Marcos Valério e o Sr. Delúbio Soares, tinham o aval da Casa Civil para resolver essa questão de intervenção de bancos privados em troca de uma contribuição desses bancos ao Partido dos Trabalhadores? Chegou ao seu conhecimento essa informação?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não, não chegou ao meu conhecimento, Sr. Senador.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Ao Sr. Delúbio Soares nós dissemos aqui que muitas vezes a Oposição tem mais informações do que os homens de confiança do Governo e que integram inclusive o grupo mais próximo do Presidente da República.

Essa operação seria estruturada com a liberação das garantias dos empréstimos desses bancos feitos no âmbito do Proer, constituídos por títulos com correção cambial e que seriam adquiridos por fundos de pensão patrocinados por estatais.

O senhor tem conhecimento disso?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não, Sr. Senador, o que eu tenho conhecimento é o que o mercado financeiro tem, é que quando da intervenção desses bancos, trocou-se o indexador dos papéis para dólar.

O caso que conheço um pouco mais e que já foi julgado é o caso do Banco Econômico. Isso dá uma ampla margem ao Banco Econômico de patrimônio positivo. Então, vários bancos do mercado têm interesse na resolução para serem os vendedores desses papéis. Mas me consta que quando isso acontecer, será uma operação privada.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Na fase em que o senhor foi assessor da diretoria do Banco do Brasil, o senhor teve conhecimento de que a empresa Cobra Tecnologia, ligada ao Banco do Brasil, chegou a exigir de alguns fornecedores uma contribuição para formação de caixa de campanha?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não, Sr. Senador.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – A empresa Cobra Tecnologia não teve nenhuma relação com o senhor?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não. A empresa Cobra Tecnologia, no começo do Banco Popular do Brasil, forneceu os equipamentos, os PCs a pedido do Banco do Brasil. Eu conheci o Presidente da Cobra, o Sr. Graciano Santos. Ele é um executivo do mercado de tecnologia, eu já o conhecia antes, mas não tive nenhuma relação com a gestão da Cobra ou o seu funcionamento.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – O senhor intermediou algum pedido de qualquer empresário, já que durante a campanha se relacionava na área empresarial junto a Delúbio, Sílvio Pereira ou o ex-Ministro José Dirceu?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não, Sr. Senador.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Os negócios relativos à Gtech o senhor teve conhecimento à época? Agora, no depoimento ao Ministério Público, o Sr. Buratti informou que seriam destinados ao PT R\$16 milhões e não apenas R\$6 milhões. A destinação seria ao Partido e não a ele pessoalmente. Foi o que ele informou ao Ministério Público em São Paulo e que o negócio só não se confirmou, não houve a renovação do contrato com a Gtech pela Caixa Econômica Federal porque o Ministro Palocci acabou ao final não autorizando tal renovação. Mas se o senhor se lembrar, só não concretizou a renovação desse contrato porque estourou o escândalo Waldomiro Diniz. Foi a razão de não ter ocorrido a renovação desse contrato em função da intermediação de Buratti e de Waldomiro Diniz.

Eu indago do senhor... Pode parecer estranha essa pergunta que faço ao senhor, porque era exatamente o senhor que tinha essa relação com cerca de seis mil empresários, houve um cadastramento, e certamente os empresários da Gtech estavam nes-

se cadastramento. Nessa negociação o senhor não teve participação também? Refiro-me à negociação da Gtech.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não, Sr. Senador. Quando fizemos o cadastramento das empresas, rapidamente descobrimos que as empresas de capital americano não fazem doações a Partidos políticos. Então, nem se chegou a insistir muito com elas.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Ivan, o senhor sabe que a CPMI revelou um caminho de evasão de divisas, de depósitos no exterior, por meio de Guaranhuns ou de outras formas. O Sr. Duda Mendonça esteve aqui e confessou receber parte da conta da campanha no exterior. O senhor tinha informações sobre essas contas no exterior?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não, Sr. Relator. Não tinha nenhuma informação sobre isso.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Não tinha?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Em nenhum momento, o senhor foi consultado, como técnico da área financeira, sobre essas operações no exterior?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não fui, Sr. Senador, e, se fosse, alertaria que essas operações são irregulares e são equivocadas.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, está esgotando meu tempo. Quero apenas insistir que devemos qualificar tecnicamente as investigações, para que possamos realmente provar aquilo que já é fruto de uma convicção pessoal indestrutível de que foram recursos públicos que irrigaram esse esquema de corrupção que tinha por objetivo manter o Presidente Lula no poder por mais tempo. Para falar o português claro, sem tergiversações, sem escamotear a verdade, fruto da convicção pessoal, esse era o objetivo desse modelo de corrupção que estabeleceu essa relação espúria do Executivo com alguns Partidos, muitos políticos e alguns empresários. Então, temos o dever de dar resposta ao povo brasileiro, provando de onde vieram os recursos para manutenção desse gigantesco esquema de corrupção.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra o Deputado Eduardo Paes. (Pausa.) Com a palavra o Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Obrigado, Sr. Presidente.

Dr. Ivan Guimarães, tivemos oportunidade de ter a sua presença na Comissão de Assuntos Econômicos no mês de março. Não imaginávamos que V. S^a, logo

depois, deixaria a Presidência do Banco Popular. Pergunto a V. S^a, mais uma vez – já foi perguntado, mas eu gostaria de confirmar exatamente -, que tipo de constrangimento levou V. S^a – e um constrangimento forte, porque não se deixa um cargo desses sem mais nem menos, pois, se não me engano, era um salário de R\$ 17 mil...

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Um pouco mais.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Ou mais. Qual seria o salário, então?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Ao redor de 20 mil reais.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – É de 20 mil reais o salário do diretor do Banco Popular. O que levou V. S^a a pedir exoneração desse cargo tão atrativo e tão difícil nos dias de hoje?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Sr. Senador, aconteceu uma série de notas na imprensa, matérias, fofocas. Isso gera uma desestabilização do executivo no banco – de qualquer executivo numa sociedade de economia mista como o Banco do Brasil. Isso gera intranquilidade nas equipes e no procedimento normal do dia a dia.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim, mas, se são fofocas, não devem perturbar a atuação do dirigente.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – As fofocas diziam respeito a uma necessidade política do Governo de substituir...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Somente isso?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Somente isso. Tudo que saiu naquela ocasião...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Na Comissão de Assuntos Econômicos, o senhor falou sobre essa licitação da DNA, respondendo ao que lhe foi perguntado pelo Senador Arthur Virgílio.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Hum, hum.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Se o senhor conhecia a DNA, se conhecia – eu acho – a empresa mineira, assim como foi o processo licitatório. Na época, o senhor disse textualmente – está aqui escrito: “Houve uma votação aberta e informal, onde evidentemente todos tiveram de declarar a sua escolha”.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Sim.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – “Elegeu-se a melhor campanha, isto é, a da DNA”. Eu, então, pergunto a V. S^a: que pessoas participaram dessa vo-

tação? V. S^a sabia da votação. Quem participou dessa votação?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Participaram todos os vice-presidentes do Banco do Brasil, o Presidente, o diretor jurídico, a Diretoria de Marketing, a auditoria...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – O Sr Henrique Pizzolato participou dessa decisão?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Acredito que ele não participou, Sr Senador. Ele delegou o voto...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas participou?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Ele estava presente na reunião. Não lembro se ele votou. Não lembro a posição dele.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Não sabe a posição dele? V. S^a não se recorda?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não me recordo.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Agora, não é estranho para V. S^a que essa decisão que envolveria o gasto de 24 milhões se desse dessa forma, para se escolher a participação da DNA? Existe alguma ata dessa reunião?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Eu não sei informar se existe uma ata, porque essa votação informal aconteceu no âmbito da reunião do Conselho Diretor do Banco do Brasil, não do Banco Popular. Eu não tenho acesso a essas informações.

Eu acredito que não. Deve haver um registro de reunião...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Se allocam 24 milhões para uma empresa de publicidade e sequer se tem uma ata da reunião em que se toma essa deliberação?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Essa reunião, Senador, escolheu o *briefing* vencedor. A decisão formal foi tomada pelo Conselho Diretor do Banco do Brasil, composto pelo Presidente e pelos 7 Presidentes. Essa decisão está em ata, foi homologada. Existe um voto em que esse Conselho Diretor escolhe essa campanha.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Quem pagava, efetivamente, a DNA? Era o Banco Popular ou o Banco do Brasil?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – O Banco Popular transferia o dinheiro ao Banco do Brasil, que fazia os pagamentos.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Quem atestava as faturas da DNA?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – O Banco do Brasil.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Então, a responsabilidade seria do Sr Henrique Pizzolato, que era o Diretor de Marketing?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Seria da diretoria, porque lá também funcionava de forma colegiada.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sinto que V. S^a tenta proteger o Sr Henrique Pizzolato. Há alguma razão específica para essa sua posição?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não, Senador. O que eu gostaria de deixar claro são as responsabilidades individuais. É evidente que o principal executivo de uma unidade de negócios tem responsabilidade pela condução dos negócios. Mas são unidades grandes, onde o executivo não controla tudo. Existem fóruns colegiados. Em última instância, todo o *marketing* do Banco do Brasil está na Diretoria de Marketing, seja o *marketing* da empresa-mãe, das subsidiárias e da Fundação Banco do Brasil.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – O Sr Henrique Pizzolato, dentro dessa visão do Banco do Brasil, declarou ao jornal **Folha de S. Paulo**, eu perguntei aqui e ele praticamente afirmou que os contratos de publicidade e patrocínio só poderiam ser fechados depois de passar pela Secom.

Eu já ouvi V. S^a dizer que não viu nenhuma interferência da Secom e do Ministro Gushiken sobre esse tipo de contrato. Veja, há aí uma diferença, e nós estamos aqui querendo apurar aqui exatamente como eram direcionados esses contratos. E a Secom baixou, inclusive, normas no sentido de que as comissões de licitação teriam a participação de três membros indicados pela Secom.

V. S^a conhecia exatamente esses procedimentos e a influência da Secom sobre esses contratos?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – O senhor me perdoe se me expressei mal anteriormente. Na escolha objetiva da DNA nessa reunião, nessa votação aberta, não havia representante da Secom, mas todas as campanhas do Banco do Brasil tinham de ser submetidas à Secom.

Eu posso dar um exemplo...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Então, inclusive essa?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Vou dar um exemplo que eu conheço, Sr Senador. Todos os rostos da campanha do Banco Popular do Brasil, quando foram para a Secom, houve a solicitação de que eles fossem modificados.

Então, a campanha voltou ao Banco, para ser refeita a troca de todos os personagens, todas as fotos, e foi reinviada à Secom. Todas as campanhas passavam

pela Secom. Na Comissão de Licitação do Banco do Brasil, sim, a maioria dos membros era da Secom.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Quer dizer, a Secom tinha pleno conhecimento de que esses 24 milhões iriam para a DNA.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARAES – Acredito que sim, Sr Senador.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Passava pela sua cabeça, tinha algum conhecimento das relações da DNA e do Sr Marcos Valério, que o senhor já conhecia desde 2003, com o Partido dos Trabalhadores, ao qual V. S^a é filiado não sei exatamente desde quando, se desde a fundação. O senhor fez uma vida ao longo da sua carreira política também dentro do Partido dos Trabalhadores, e uma carreira profissional também, como filiado ao Partido dos Trabalhadores, sabia que a DNA era uma empresa que servia como caixa para o Partido dos Trabalhadores?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARAES – Não, Sr. Senador. Eu achava que... A DNA, não. O Marcos Valério tinha duas empresas, a DNA e a SMP&B...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Estou falando da DNA porque era, no caso específico, a entidade que V. S^a presidia.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARAES – A DNA sempre foi dirigida de forma muito profissional pelo Sr. Francisco Castilho. Sempre pareceu-me que o Sr. Marcos Valério tinha interesse em atuar em *marketing* político, aproximando-se de candidatos para fazer *marketing* político. Relações financeiras nunca tive a noção de que fossem acontecer.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Para V. S^a foi uma surpresa tudo o que foi revelado à Nação brasileira dessa relação promíscua da DNA, da SMP&B, do Sr. Marcos Valério com o Partido dos Trabalhadores?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARAES – Sim, Sr. Senador. Foi uma surpresa muito grande.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Não lhe passava pela cabeça que pudesse haver esse relacionamento?

V. S^a tem uma trajetória. Essa trajetória começa, inclusive, com o Sr. Delúbio Soares. Foram colegas no Codefat. Não é isso?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARAES – Não, Sr. Senador. Fui do Codefat ente 90 e 94. Ele foi de 95 em diante. Não estivemos juntos no Codefat.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Não participaram?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARAES – Não.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – V. S^a, por acaso, foi também caixa ou arrecadador do Partido dos Trabalhadores na campanha de 2002?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARAES – Não, eu participei do comitê financeiro no gerenciamento do cadastro de envio das caixinhas. Mas não fui arrecadador.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Participou do comitê financeiro?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARAES – Sim.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Teve contato com empresas que poderiam ser eventuais colaboradoras do Partido dos Trabalhadores?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARAES – Sim.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Pode citar alguma dessas empresas?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARAES – Umas montadoras de veículos. Tive reunião na Anfavea.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Montadoras são empresas americanas?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARAES – Empresas americanas, européias, montadoras de veículos.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Colaboraram, contribuíram com a campanha do PT?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARAES – Não quiseram contribuir.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Então, o senhor não teve sucesso nessa captação?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARAES – Tive sucesso...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Quero saber de empresas com que o senhor teve sucesso na captação.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARAES – A captação não se dava diretamente, Senador. Mandávamos uma peça publicitária. Tínhamos um *call center* que ligava e solicitava a doação. Procurávamos trabalhar da forma mais ampla possível. As empresas retornavam se tinham interesse em fazer doação ou não. A lista das empresas que nós recebemos foi toda publicada, foi toda enviada ao PT e publicada na prestação de contas do Tribunal Eleitoral.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Muito bem. Mas eu gostaria de destacar que V. S^a foi um dos captadores, trabalhou nessa captação, teve contato com a empresa.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARAES – Trabalhei no comitê financeiro, tive contato com as empresas.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Quando o senhor esteve no FAT, este, eventualmente... Há declarações aqui, por exemplo, de ex-petistas, como o Sr. César Benjamim, que V. S^a deve conhecer, de que essa participação do PT em captação de recursos de forma ilegal para campanha começou pelo FAT, quando o Sr. Delúbio Soares lá estava, e agora vejo que V. S^a também estava no FAT. V. S^a tinha conhecimento desses acordos, de recursos do FAT repassados para a CUT por meio de convênios, que iam fortalecer as finanças de um setor, inclusive, do PT chamado “Articulação”, de que participava o Presidente Lula, o Deputado José Dirceu?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Durante o período que eu fui do FAT – de 90 a 92, como assessor, e de 93 a 94, como membro-suplente –, o Conselho não aprovou nenhum contrato, convênio, doação ou promoção para qualquer central sindical ou sindicato. Apenas aprovamos alocações de recursos ao BNDES, ao Banco do Brasil, à Finep e ao Banco do Nordeste.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Nada que favorecesse o Partido dos Trabalhadores?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Nada. Nem central sindical.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – O César Benjamim está totalmente equivocado?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Eu posso falar até o ano em que eu estive lá, Senador, final de 94. Até esse período, nada foi feito.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – De lá, o senhor foi para a Secretaria do Trabalho do Distrito Federal na gestão Cristovam Buarque.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Sim.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – O senhor firmou algum convênio com a organização não-governamental Ágora?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Sim, Sr. Senador.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Então, fez trabalho no sentido de favorecer a Ágora e passar recursos....

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não, Sr. Senador. A Ágora foi apresentada pelo Governo Federal na ocasião para o Projeto do Serviço Civil Voluntário. Nós desenvolvemos esse projeto sob coordenação da Secretaria Nacional de Direitos Humanos – o Sr. José Gregori, à época, era o Secretário –, e, ao final, fomos premiados com o Prêmio Nacional de Direitos Humanos pelo trabalho realizado. O nosso relacionamento com a Ágora foi esse.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Foi só esse?

O senhor tem alguma participação societária ou, indiretamente, alguma empresa financeira, alguma corretora de valores?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não, Sr. Senador.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Não tem, absolutamente, possibilidade nenhuma de vir a se descobrir que tenha qualquer participação direta ou indireta, através de...?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Direta ou indireta, nem de familiar nem de nada.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Muito bem.

O senhor conhece bem o Sr. Delúbio Soares? Conhece.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Conheço. É meu amigo.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sabia das suas atividades com relação à captação de recursos de forma ilegal, ao arripio da legislação eleitoral, para o Partido dos Trabalhadores?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não, Sr. Senador. Não.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Não tinha nem a mais leve suspeição sobre esse trabalho que era feito pelo Sr. Delúbio Soares?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Sr. Senador, não tentarei ser ingênuo em dizer que eu não sei que tem caixa dois em campanhas eleitorais, mas eu não me metia com isso. Não perguntava e não queria saber.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Quais eram as informações que lhe chegavam? Como é que lhe chegavam as informações, porque o País falava de Delúbio Soares, que ele estava exorbitando nas suas funções, fazia intermediação, tráfico de influência, o que ele reconheceu a entrevista dada à Época? Isso V. S^a tinha conhecimento.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Nesse período, Senador, eu estava trabalhando no Banco Popular do Brasil. Eu estava muito dedicado à minha atividade. Então, eu não tinha como acompanhar ou comprovar isso, a não ser pela imprensa. Não tinha um contato diário com o Sr. Delúbio, não tinha uma relação tão próxima a ponto de saber disso.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Estava muito dedicado ao Banco Popular.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Sim.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – V. S^a sabe o resultado do balancete do Banco Popular, neste ano de 2005, em termos de inadimplência? Qual a inadimplência do Banco Popular?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Eu só sei até o momento que eu saí, Sr. Senador.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Qual era até o momento?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Era 14%.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Era 14%. Isso, em relação a 2004, cresceu ou não?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – A metodologia de crédito do Banco Popular do Brasil pressupõe um empréstimo pequeno de R\$50,00 e aquelas pessoas que pagam têm um empréstimo de R\$100,00. Então a tendência é que ela vá crescendo até um patamar próximo de 40%, que é o previsto no plano de negócios, mais precisamente 37%.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, é difícil extrair alguma coisa aqui nas nossas inquirições aos depoentes. Eles vêm devidamente instruídos, têm posição. Eu fico até constrangido em achar que o depoente não esteja dizendo a verdade, é difícil. Acho constrangedor, frente a frente, dizer isso. Mas, lamentavelmente, é a isso que nós temos assistido aqui. Talvez o depoimento que mais me deixou estarrecido seja o do Sr. Henrique Pizzolato, porque V. S^a sabe que ele recebeu um pacote, que ele diz que passou para alguém do PT, que ele não sabe se é homem ou se é mulher, se é gordo ou magro, de R\$ 326 mil e no mês seguinte comprou um apartamento, e recebeu isso através do Sr. Marcos Valério. Quer dizer, veja a relação espúria que há nisso. E com certeza V. S^a está em uma situação que conhecia esses detalhes, porque se relacionava com o Sr. Henrique Pizzolato. E aqui sempre procurou proteger o Sr. Henrique Pizzolato. O seu depoimento leva a isso, essa é a conclusão que nós chegamos. E não se abre aqui para esta Comissão dizendo exatamente o que levou V. S^a a sair do Banco Popular, pedir demissão. Porque lamentavelmente não dá para acreditar que fofocas, boatos, porque o PT, para poder colocar alguém, levava o senhor a pedir demissão.

Eu encerro, Sr. Presidente, lhe agradecendo, e agradecendo essa oportunidade que fizemos essa inquirição. Não sei se acrescenta alguma coisa para o Relator. O Relator vai ter que trabalhar muito mais essas informações para chegarmos à procura da verdade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Nós vamos interromper por cinco minutos, apenas.

(Suspende-se a reunião às 18 horas e 51 minutos.)

(Reabre-se a reunião às 19 horas e 6 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Retomamos os trabalhos.

Deputado Asdrúbal Bentes com a palavra, por 15 minutos.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sr. Presidente, ilustres colegas advogadas, Sr. Ivan Guimarães, sabe V. S^a que está aqui na condição de testemunha e, como tal, sujeito a cominações legais, se faltar a verdade.

Não estamos aqui para fazer pré-julgamentos. Diferentemente de outros que me antecederam, eu estou aqui para apurar e pedir a colaboração de V. S^a, como testemunha, para dizer com sinceridade os fatos de que tomou conhecimento e dos quais participou e que envolvem o objeto desta Comissão.

Pelo que vi, V. S^a é um velho militante do Partido dos Trabalhadores, embora tenha declarado ainda há pouco que está disposto a dele se desfiliar. Mas, na condição de militante, V. S^a exerceu funções dentro do Partido dos Trabalhadores, inclusive na campanha presidencial de 2002. Segundo notícia publicada pela revista **Veja**, V. S^a teria sido o sub-tesoureiro do PT durante essa campanha. Diz mais a Revista “Na prática Ivan era uma espécie de genérico do Delúbio. Terrível na arte de buscar dinheiro junto a banqueiros, cumpriu com dedicação a árdua tarefa de abarrotar os caixas do Partido para financiar a campanha que elegeu o Presidente Lula.”

Pois bem! Então V. S^a foi militante, sub-tesoureiro do PT e, nesta condição, deve ter tido um estreito relacionamento com o Sr. Delúbio Soares, que à época era o Presidente do PT. V. S^a confirma este relacionamento, ainda há pouco disse que Delúbio é seu amigo. Então, indago eu: Mas desde quando vem este relacionamento com o Delúbio?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Sr. Delúbio Soares de Castro, em 1989, no movimento sindical. E apenas para ficar claro, Sr. Deputado, eu nunca fui Sub-Tesoureiro da Campanha. Eu cuidava exclusivamente da operação do gerenciamento do Call Center. Nunca ocupei nenhum cargo.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Mas, segundo suas declarações, comandou uma arrecadação com aproximadamente seis mil empresas.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Sim, Sr. Deputado.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Esses recursos arrecadados eram contabilizados por

quem? Em que conta? A quem eram entregues esses recursos?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Ao comitê financeiro do Partido dos Trabalhadores, mediante a retirada de um cheque nas empresas – não foram seis mil que contribuíram, evidentemente, mas um número muito menor, perto de cem empresas, se não me engano –, depositados na conta do comitê eleitoral Lula Presidente.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Conseqüentemente, deveria haver a contrapartida dos recibos eleitorais.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Todas as pessoas que fizeram doações através do *call center* receberam os recibos eleitorais, que, na época, a legislação chamava de bônus eleitorais.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – V. S^a pode afirmar isso com absoluta convicção?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Sim.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sr. Relator, uma declaração que reputo importante. As cerca de seis mil empresas que foram contactadas por ele para colaborar com a campanha política do PT em 2002 teriam, todas elas, recebido o respectivo bônus eleitoral...

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Só as que doaram, Deputado. Seis mil foram procuradas; dessas, mais ou menos cem empresas doaram. Todas as que doaram receberam bônus eleitoral.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – V. S^a pode fornecer essa relação?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – É a relação que está no Tribunal Eleitoral. Não fiquei com cópia disso.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Não teria havido outras contribuições que foram parar no caixa dois?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Eu não tenho conhecimento, Sr. Deputado.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Mas o seu relacionamento com o Sr. Delúbio vem desde a época do FAT?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não, Sr. Deputado. Ele é anterior. Eu conheci o Sr. Delúbio em 1989, num movimento sindical. Durante os primeiros anos da década de 90, fui economista e prestava serviços à CUT, e o Sr. Delúbio era membro da Executiva Nacional da CUT.

Nesse período, fui representante da CUT na Codfat. O Sr. Delúbio só ingressou no Codefat a partir de 95. Eu me desliguei do Codefat em 1994.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Superada a campanha, com a vitória do PT, V. S^a foi aquinhado com o cargo de assessor especial do ex-Presidente do Banco do Brasil Cássio Casseb?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Sim, Sr. Deputado.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – No segundo semestre de 2003, com a criação do Banco Popular, V. S^a foi nomeado Presidente da recém criada instituição?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Sim, Sr. Deputado.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Na apresentação que V. S^a fez, no início desta oitiva, afirmou que a sua indicação para o cargo deveu-se ao seu conhecimento e à sua experiência no campo do microcrédito. Quero crer que também devem existir centenas de pessoas altamente capacitadas no campo do microcrédito. Não teria tido uma influência decisiva para sua indicação a participação do seu amigo pessoal – e não vejo nada de mais em fazer a indicação –, do Sr. Pizzolato?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Eu não acredito, Sr. Deputado. Acredito que, pela minha experiência de ser um dos poucos brasileiros, talvez...

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Talvez até um agradecimento pela militância, quem sabe.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – É uma área em que trabalho há muitos anos, a de microcrédito. Sou um dos poucos brasileiros que já estive em Bangladesh, que conhece as experiências internacionais de microcrédito e a minha contratação se deu pelo Presidente do Banco do Brasil. Os motivos que o levaram são dele.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – No momento em que V. S^a assumiu o Banco, V. S^a abdicou das atividades político-partidária?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Sim, Sr. Deputado.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Mas continuou mantendo um estreito relacionamento com o tesoureiro do Partido, Sr. Delúbio?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Eu não chamaria de estreito. Eu continuava conversando com ele em algumas ocasiões, mas eu estava assoberbado de trabalho e não tinha tempo para ficar conversando com outras pessoas sobre assuntos que não fosse a implantação do Banco Popular do Brasil.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Então, no exercício de suas funções no Banco Popular,

foram firmados vários contratos de publicidade, de patrocínio de eventos, como V. S^a acabou de detalhar agora há pouco, e um deles foi com a DNA.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não, Sr. Deputado. O Banco Popular do Brasil firmou um convênio de ressarcimento de despesas com o Banco do Brasil de forma a contratar do Banco do Brasil todos os serviços dos quais necessitava: pessoal, aluguel de imóveis, compras, tecnologia e *marketing*. O Banco Popular do Brasil nem sequer tinha comissão de licitação ou comissão de contratos. Todos os contratos foram celebrados pelo Banco do Brasil, todas as decisões de gestão nesses contratos específicos foram tomadas pelo Banco do Brasil, pelas áreas respectivas do Banco do Brasil.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Mas este relacionamento quer me parecer meio promíscuo, porque o Banco do Brasil contratava e quem pagava era o Banco Popular.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – A informação que eu tenho, Sr. Deputado, que foi entregue ao Sr. Relator, mostra todo o parecer do Departamento Jurídico do Banco do Brasil sobre esse contrato, a orientação do Conselho de Administração. Cabia aos executivos do Banco cumprirem a lei, cumprirem as decisões do Conselho de Administração respeitando a lei. A lei permite que uma subsidiária integral compre todos os produtos e serviços de que necessita de sua empresa controladora. Foi com base nesse princípio jurídico que o Banco Popular fez o convênio com o Banco do Brasil, seguindo orientação da administração superior.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Mas foi, então, nesse momento, como Presidente do Banco, ou foi como arrecadador do PT que V. S^a conheceu seu Marcos Valério?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Foi na condição de assessor especial do Presidente, em abril de 2003.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – E qual foi o objeto das tratativas com o Sr. Marcos Valério na condição de assessor do ex-Presidente do Banco?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Ele me visitou algumas vezes querendo saber qual era o projeto do Banco Popular do Brasil, se isso geraria uma nova empresa, se isso faria algum tipo de alteração. E, na época, ele já tinha conta do Banco, a empresa DNA já tinha conta no Banco do Brasil. Ele foi se apresentar. Todas as outras agências também se apresentaram à época.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – É certo que os empréstimos tomados pelo PT por meio

do tesoureiro Delúbio, que tinha plenos poderes, pelo que ficamos sabendo aqui, ultrapassando até a competência do Presidente, por meio das empresas do Sr. Marcos Valério, para socorrer o Partido em momentos difíceis. Qual a amizade que V. S^a tem com o Sr. Delúbio? O senhor ficou sabendo desses empréstimos?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não, Sr. Deputado. Nunca fiquei sabendo.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Em nenhum momento das conversações trocou idéias com V. S^a sobre esses empréstimos?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não, Sr. Deputado. Nunca me consultou sobre esse assunto.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Vamos agora para a sua administração no Banco Popular.

V. S^a declarou, numa entrevista ou num depoimento, não me lembro onde, que, normalmente, o primeiro ano de uma instituição dessa é deficitário. Mas quer me parecer que não houve uma metodologia no emprego dos recursos do Banco Popular, de tal forma que há uma grande disparidade entre os recursos aplicados ou pagos na DNA e os aplicados em cerca de um milhão de contas do Banco.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Sr. Deputado, os documentos que apresentei à CPMI mostram os primeiros doze meses do Banco Popular, que é constituído do segundo semestre de 2004 e do primeiro semestre de 2005. Nesse período, os gastos totais com publicidade foram de 29 milhões e a carteira de crédito chegou a 97 milhões. Insisto: toda e qualquer empresa que trabalha com produção de massa, com escala, tem, nos seus primeiros anos, prejuízo, porque o valor dos investimentos é bem maior do que o valor das receitas. Não é possível lançar uma marca nova, lançar um produto novo, uma linha nova se não se divulga isso. Portanto, era fundamental um forte investimento em *marketing* no primeiro ano. Esse investimento estava previsto em um plano de negócios, aprovado pela maior instância do conglomerado do Banco do Brasil, que era o seu Conselho de Administração. Previa até R\$39 milhões de investimento. Optamos por um valor menor.

Os resultados dos primeiros doze meses são extremamente alvissareiros. Foram realizadas um milhão e cem mil operações de crédito. Foram abertas um milhão e seiscentas mil contas.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Incluídas aquelas que foram feitas ao arrepio da lei, sem o consentimento do correntista?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Se o senhor me permite, Deputado, foram

abertas um milhão e seiscentas mil contas, inclusive com a Marabrás, que desconheço ser ao arrepio da lei. Todas as operações que nós tomamos, enquanto diretoria colegiada, foram amparadas em pareceres do jurídico do Banco do Brasil.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Esses pareceres V. S^a pode apresentar à Comissão?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Eu não tenho todos eles. Os que eu tinha eu entreguei ao Relator, mas podem ser solicitados ao Banco do Brasil.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sr. Presidente, na ausência do Relator, requeiro que sejam solicitados ao Banco do Brasil os pareceres jurídicos sobre essas aberturas de contas do Banco Popular que não obedeceram às formalidades legais, embora não seja esse o entendimento do setor jurídico do Banco do Brasil.

Para concluir, uma indagação sobre a qual ainda pairam muitas dúvidas. Houve a tentativa de se criar o Banco do Trabalhador. Segundo consta, V. S^a seria um dos autores intelectuais, juntamente com Delúbio, com Pizzolato, para congregar toda a movimentação financeira dos sindicatos através da CUT. O que tem V. S^a a nos dizer sobre isso?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – A experiência de criação de instituições financeiras ligadas a sindicatos é comum na Europa. Na Alemanha, já havia um grande banco privado, o Deg Bank, ligado à central sindical alemã. Existem cooperativas na Itália, cooperativas na Espanha, e um sistema cooperativo de poupança na Espanha e na Itália ligado a sindicatos. Essa idéia de criação de um banco ligado aos sindicatos existe no movimento sindical brasileiro pelo menos desde a década de 80, já se fala nisso.

Em 2003, fui procurado pelo Sr. José Augusto, então Presidente do Rural, que me apresentou a idéia de criação de um banco com esse nome, Banco dos Trabalhadores, voltado ao desconto em folha, a fazer desconto em folha para trabalhadores, com a participação dos sindicatos. Eu tive uma segunda reunião com ele, em que eu disse que o Banco Popular do Brasil não tinha interesse nesse tipo de iniciativa, porque era um banco voltado aos trabalhadores do setor informal da economia e não aos trabalhadores com carteira assinada.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Mas seria uma nova instituição bancária: o Banco do Trabalhador.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Que teria que ser aprovado pelo Banco Central, pela CVM...

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Coincidentemente ligado ao Banco Rural.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – O Sr. José Augusto é que me propôs, mas não aconteceu, Sr. Deputado. Essa idéia acabou morrendo no nascedouro.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – E com a morte dele morreu a idéia da criação do banco ou houve outros motivos?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Eu avisei ao Sr. José Augusto que eu não tinha interesse. Eu não sei como a idéia continuou. Eu não sei como o processo de negociação continuou. Mas, pelos dados que eu tenho, não existe esse banco, nunca foi solicitado esse banco.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sr. Presidente, concluo a minha participação reiterando, mais uma vez, de forma insistente, que nós desçamos mais aos porões para a análise dos documentos. Já estamos com três meses, praticamente, de atividades e temos que apresentar resultados positivos. A sociedade está a nos cobrar em cada esquina e nós precisamos dar uma resposta efetiva.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra o Deputado Jorge Bittar. Perdão, com a palavra o Deputado ACM Neto e, depois, o Deputado Jorge Bittar, por quinze minutos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, Sr. Ivan Guimarães, Srs. Congressistas.

Sr. Ivan Guimarães, para que fique muito claro, porque o senhor não respondeu objetivamente a essa pergunta, qual, de fato, era o rendimento mensal de V. S^a nos dois últimos anos?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Sr. Deputado, no ano passado, o meu rendimento anual, totalizado, foi de R\$ 370 mil. O meu rendimento no mês de junho deste ano foi de R\$35 mil.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – No mês de junho?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Junho. É mais ou menos a média que eu tenho ganho desde que eu saí do Banco.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Muito bem.

Dos 35 mil, exatamente quantos reais eram referentes aos proventos que o senhor recebia por ser Presidente do banco?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Agora em junho, nenhum. Eu já não era mais Presidente do banco.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Não, mas na época em que o senhor era.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Quando eu era Presidente do banco, eram mais ou menos R\$20 mil por mês de rendimento.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Muito bem.

Qual é o estado civil de V. S^a?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Casado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – V. S^a poderia aqui, sucintamente, nos fazer um breve relato de quais são os bens que constam do patrimônio de V. S^a?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Sim. A casa onde moro, desde 2002; os carros que nós possuímos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Quais são?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Um Polo, um Classe A e uma Land Rover Free Lander.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Certo.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Uma casa no interior de São Paulo – uma casa pequena, de valor pequeno – e aplicações financeiras.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Está certo. V. S^a acompanhou aqui o depoimento do Sr. Silvio Pereira, ex-Secretário do Partido dos Trabalhadores?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não, Sr. Deputado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Então, já que V. S^a não acompanhou, eu queria relatar um episódio que aconteceu. O Sr. Silvio Pereira veio aqui e se recusou a tratar do patrimônio dele, dos bens que constavam da sua declaração de renda. E, quando eu o indaguei se ele possuía um automóvel Land Rover, ele simplesmente se recusou a falar. Quando eu perguntei a ele como havia sido feita a operação de aquisição do automóvel, ele insistiu na recusa. Só que ele podia fazer aquilo sem sofrer qualquer penalidade, porque ele veio a esta CPMI na condição de investigado, e, portanto, não foi obrigado a assinar o termo de compromisso. V. S^a efetivamente vem a esta Comissão em uma situação bem diferente, porque V. S^a não vem como investigado, vem como testemunha. Por isso mesmo, o Presidente Delcídio, antes de convocar V. S^a, leu o termo de compromisso que foi

assinado por V. S^a. Então, eu perguntaria: quando é que o senhor adquiriu esse automóvel Land Rover?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Após a minha saída do Banco Popular do Brasil, em 28 de abril de 2005, da Concessionária Calmac, em São Paulo, adquiri o veículo zero.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Qual foi o valor?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – O valor foi de R\$145 mil.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – De R\$145 mil?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Sim, Sr. Deputado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Muito bem. E V. S^a tem como comprovar a esta Comissão exatamente as fontes de onde retirou esses recursos para a aquisição do automóvel?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Tenho, os meus rendimentos permitem ter esse veículo. Eu posso comprovar, se for necessário. Se for solicitado, eu posso apresentar a documentação.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Eu perguntaria se foi V. S^a quem efetuou o pagamento desse veículo.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Sim, Sr. Deputado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Como foi efetuado esse pagamento?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Foi feita uma transferência da Calmac, da entrada, e foi feito um *leasing* do valor principal.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Naturalmente em nome de V. S^a o *leasing*?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – O *leasing* está em nome da minha pessoa jurídica, a Quanta Consultoria, empresa a que eu prestava consultoria antes de ir para o Banco, e que eu vou voltar a prestar consultoria agora. Os motivos que me levam a fazer o *leasing* em nome da consultoria é que se torna despesa; reduz a base tributária; e as taxas de juros são mais favoráveis.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Esses recursos saíram portanto dessa empresa que o senhor constituiu?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não, saíram da minha conta pessoal.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Saíram da conta pessoal do senhor?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Sim, senhor.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – E o senhor aceitaria disponibilizar o seu sigilo bancário, fiscal e telefônico para esta CPMI?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Sr. Deputado, eu tenho o maior interesse em contribuir com esta CPMI. Todas as informações que me forem solicitadas, visando ao esclarecimento da minha vida pessoal, eu atenderei.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Muito bem. Mas eu lhe fiz uma pergunta objetiva e queria uma resposta objetiva. Aqui, por exemplo, alguns dirigentes do Partido dos Trabalhadores, voluntariamente, disponibilizaram as suas transferências de sigilo. Eu pergunto se V. Ex^a teria o mesmo interesse ou se nós teríamos de solicitar formalmente a quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico de V. S^a.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Sr. Deputado, eu acredito que o sigilo bancário é um direito de todas as pessoas, de todos os cidadãos, garantidos junto com os direitos básicos da Constituição. Se V. Ex^a apresentar alguma solicitação que tenha alguma informação objetiva, eu terei o prazer em responder, mostrando o sigilo bancário. Mas como nós temos visto que muitas informações que são colocadas aqui – desculpe-me a sinceridade – são imediatamente veiculadas à imprensa; e como moro em uma cidade um pouco perigosa, eu não gostaria de ver todos os meus dados na imprensa.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Eu acho, Sr. Ivan, primeiro que o senhor não deveria tecer esse tipo de comentário. Segundo, eu queria dizer que todas as pessoas que exercem funções públicas deveriam ter os seus dados totalmente à disposição da sociedade. Eu, por exemplo, no início dos trabalhos desta CPMI, ofereci voluntariamente o meu sigilo bancário, fiscal, e telefônico, sendo Deputado Federal, e, portanto, exercendo uma atividade pública. V. S^a até há bem pouco tempo também exercia uma atividade pública, como dirigente de um órgão estatal.

Então, eu quero, Sr. Presidente, prontamente apresentar a solicitação de quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico do Sr. Ivan Guimarães, porque essa operação, envolvendo o automóvel do depoente ainda tem muito o que ser explicada.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Eu gostaria de apresentar....

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Mas eu gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – V. Ex^a pode encaminhar o requerimento para a Mesa da CPMI.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Eu farei isso imediatamente, Sr. Presidente.

Eu gostaria, agora, de tratar um pouco desse episódio do apartamento, que era da Sr^a Ângela Saragosa, ex-esposa do ex-Ministro e Deputado Federal José Dirceu. Como envolve muita gente e muitas dúvidas, me parece quase que uma cena de novela. Então, queria tentar visualizar exatamente o que aconteceu, porque a Sr^a Saragosa informa que quem iria adquirir o apartamento era V. S^a. V. S^a confirma?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Então, ela está mentindo?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não conheço as depurações dela, Sr. Deputado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Ela afirmou categoricamente que, ao que ela estivesse disponibilizado de informações, ao que ela soubesse, o comprador o imóvel era o Sr. Ivan Guimarães e que, quando ela foi assinar o ato, foi surpreendida com um documento de transferência para o Sr. Rogério Tolentino. Então, V. S^a nunca demonstrou interesse de comprar esse apartamento?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Mostrei interesse em comprar um apartamento. Procurei uma imobiliária tradicional de São Paulo, ela identificou...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Como isso aconteceu? Explique em detalhes, por favor.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Eu tinha interesse de que minha mãe viesse morar mais perto dos filhos; ela estava morando no interior. Então, procurei uma imobiliária com quem já havia trabalhado antes, já havia vendido um outro apartamento que eu tinha, antes de eu ter essa casa que tenho hoje. Essa imobiliária se prontificou a localizar um apartamento para compra e começou uma pesquisa. Visitei vários imóveis com essa imobiliária, vários, em vários dias diferentes.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – E aí, coincidentemente, o senhor se interessou por esse?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Esse apartamento me foi apresentado pela imobiliária, visitei esse apartamento sem a presença do proprietário e achei o apartamento interessante, embora precisasse de uma reforma. Mas, estava numa faixa de preço acima daquela que eu estava interessado em gastar na época. Estava R\$120 mil.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Agora, pergunto a V. S^a o seguinte: então, V. S^a desconhecia que a proprietária do imóvel era a Sr^a Ângela Saragosa?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Sim, Sr. Deputado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Desconhecia?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Desconhecia.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Totalmente?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Sim.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Quando tomou conhecimento disso?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – No momento da facção da escritura.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Da?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Da realização da escritura.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Da realização da escritura?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Sim, Sr. Deputado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Mas, se foi o Sr. Rogério Tolentino quem adquiriu e se a escritura seria para ele transferida, porque V. S^a foi chamado a tratar de questões referentes à transferência da escritura?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Como eu tinha interesse na locação do imóvel, como foi isso que conversei com o Sr. Rogério Tolentino, o coloquei um contato com a imobiliária e ele passou...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sim, mas na medida em que o Sr. Rogério Tolentino adquiriu o imóvel, o imóvel é dele. O contrato seria de V. S^a com ele. E como V. S^a tomou conhecimento de que haveria uma operação de transferência de escritura referente a Sr^a Ângela Saragosa?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não sabia que era a Sr^a Ângela Saragosa. Eu sabia que ele iria comprar o apartamento e ele me pediu uma ajuda para fazer isso. Eu peguei ele no aeroporto, como disse aqui, levei-o até a imobiliária e estava acompanhando, aguardando-o para levá-lo de volta ao aeroporto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Aí, V. S^a me afirmou aqui o seguinte: que quando visitou o apartamento, percebeu que ele necessitaria de muitas obras.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – De uma reforma.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – De uma reforma e uma reforma, como V. S^a expressou aqui, custa só R\$7 mil?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Uma reforma num apartamento pequeno, em São Paulo, custou só isso.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Só R\$7 mil reais?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Sim.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – V. S^a tem os comprovantes de pagamento?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Acredito que o empreiteiro que fez tenha.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – E V. S^a, evidentemente, pode solicitar e disponibilizar para essa CPML.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Posso sim, Sr. Deputado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Então, V. S^a acha que um apartamento como esse, no Estado de São Paulo, que V. S^a afirma que investiu R\$7 mil reais para reformar, esse valor de R\$7 mil, ele se equipararia ao valor do aluguel do apartamento por exatos 12 meses?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Acredito que sim, Sr. Deputado, considerando que o aluguel, sendo pago em 12 parcelas, e os R\$7 mil um investimento à vista, trazendo o valor presente, vamos chegar a 12 meses de aluguel, ao valor de R\$4.800 reais. Trazendo para o dia que fiz a reforma.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – R\$4.800 reais? Por mês?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Por ano.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sim, mas, espere aí. Não sou banqueiro, V. S^a já foi. Então, pode me explicar melhor. Talvez a minha santa ignorância não me permite entender com tanta facilidade. Estamos falando de R\$7 mil e de 12 meses. Então, dividindo essa conta por 12 meses, V. S^a quer justificar que há uma equivalência com o valor de mercado que seria justo para o pagamento do aluguel?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Sim.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – E que atualização foi esta que V. S^a fez que não entendi?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – O pagamento do aluguel se dá todos os meses, ao longo de 12 meses.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Exatamente.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – A reforma se dá num pagamento único no início. Então, a forma de fazer a comparação não é simplesmente uma média. É preciso fazer o desconto das prestações dos aluguéis pagos no futuro...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Então, V. S^a estima que nessa elevação chegaria a quanto?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Trazendo ao valor presente, um ano de aluguel custaria algo em torno de R\$4.800 mil.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – E esse é um valor justo para o aluguel de um apartamento em São Paulo?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Para um apartamento pequeno em São Paulo, sim.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Por doze meses?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Por doze meses.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – V. S^a pensa que pode, com isso, enganar a quem, com todo o respeito?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Com todo o respeito, Sr. Deputado, eu estou falando a verdade.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Está bom. Meu tempo está indo embora, Sr. Presidente, mas eu ainda tenho muito o que perguntar. Vou tentar andar rápido.

V. S^a discorreu sobre as operações com a Marabrás. V. S^a se recorda de um evento festivo de que participou no Hotel Sofitel do Rio de Janeiro em setembro de 2003?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não, Sr. Deputado. Não me recordo.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Não se recorda?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não participei de evento no Hotel Sofitel.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Do Rio de Janeiro?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não participei.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Muito bem. V. S^a então, saberia nos relatar sobre possíveis entendimentos que foram mantidos

entre o Banco do Brasil, que acabaram envolvendo V. S^a, e o cartão de crédito Hipercard, vinculado à rede Bom Preço?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – O Hipercard foi colocado à venda em 2004, num processo de licitação pública. O Banco do Brasil participou dessa licitação, através da sua diretoria de finanças e através do seu banco de investimentos. O Banco Popular do Brasil não participou da licitação do cartão Hipercard e nem seria beneficiado de qualquer forma por essa licitação.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Está certo. Mas, eu pergunto: V. S^a, como pessoa física e como dirigente do Banco, teve algum envolvimento nessas negociações?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não, Sr. Deputado. Nenhum envolvimento.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Nenhum? Nunca participou de nenhuma reunião?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Da Hipercard, nenhuma reunião.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – E da Sorocred?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Nós nunca fizemos nenhuma oferta, nem a Sorocred nunca nos fez nenhuma oferta. O único evento com o Sorocred foi uma troca de experiências, onde os dois diretores da Sorocred vieram a Brasília em 2003 e participaram de um seminário para funcionários do Banco do Brasil.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – V. S^a tinha o hábito de participar de negociações que envolvessem possíveis apoios, a título de patrocínio, concernente ao Banco do Brasil?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não, Sr. Deputado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – V. S^a teve alguma participação na definição do patrocínio no Brasília Music Festival Eletronic?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não, Sr. Deputado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – V. S^a não conhece, então, o Sr. Júlio Figueiredo?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Pelo nome, não, Sr. Deputado. Recentemente eu não estive, quero dizer, nos últimos anos eu não estive com essa pessoa, não sei quem é.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – V. S^a nunca tratou com o Sr. Delúbio Soares esse assunto?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não, Sr. Deputado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – É impressionante como V. S^a tem uma memória muito afinada para algumas coisas e, no entanto, consegue se esquecer de outras. Mas é isso mesmo. Talvez V. S^a seja perdoado pelo pecado que todos os outros depoentes praticamente cometeram nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, que é o pecado de dizer meias verdades e de dizer meias mentiras. Mas eu perguntaria à V. S^a: qual dos membros do PT era mais amigo de V. S^a? Da alta culpa, dos principais dirigentes.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Eu acredito que o Sr. Delúbio.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Delúbio?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Amigo, mais amigo, é o Sr. Delúbio.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Mas, no entanto, V. S^a ainda fez questão de delimitar uma certa distância no relacionamento de V. S^a com o Sr. Delúbio?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – O que eu disse, Sr. Deputado, é que, durante 2003 e 2004, eu estava muito envolvido com o Banco Popular, não tinha tempo de estar visitando partido ou participando de atividades partidárias e ele estava envolvido com as suas atividades na Secretaria de Planejamento e Finanças.

O SR. O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Eu perguntaria a V. S^a: V. S^a conhece o Sr. Fernando Moura?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Eu conheci o Sr. Fernando Moura em 2002.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Em que circunstâncias?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Ele participou de alguns eventos no Comitê Eleitoral do PT.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – De lá para cá, V. S^a manteve algum tipo de contato com ele?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não, Sr. Deputado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Nem por telefone?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Nem por telefone.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Então, a quebra de sigilo telefônico de V. S^a haveria de confirmar isso?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Sim, Sr. Deputado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Com absoluta certeza?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Sim, Sr. Deputado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Eu pergunto à V. S^a, para encerrar, Sr. Presidente. Prometo que não vou utilizar mais do tempo, a não ser esta última pergunta.

Já que V. S^a teve uma participação importante na campanha do Presidente Lula como um dos principais arrecadadores e foi aqui perguntado e nos afirmou que, pelo menos, quase uma centena de empresas aceitaram contribuir – V. S^a quer sustentar que as contribuições foram todas regulares, mediante apresentação de recibos eleitorais – eu, então, perguntaria com muita objetividade: V. S^a mantinha contatos permanentes com o Sr. José Dirceu?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não, Sr. Deputado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Não?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – No máximo com o Sr. Delúbio?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Sim, Sr. Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Deputado ACM Neto, concluindo.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Vou concluir, Sr. Presidente. Eu queria que V. S^a, pelo menos, nos citasse aqui exemplo dos três principais contatos no meio empresarial

Eu queria que V. S^a pelo menos nos citasse aqui exemplos dos três principais contatos no meio empresarial que V. S^a estabeleceu e que tiveram como consequência doações para a campanha do Presidente Lula.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Na sua maioria, Sr. Deputado, os contatos não eram pessoais, eram feitos pelo *call center*, como expliquei aqui. Mandávamos o *kit*, dois dias depois o *call center* ligava e solicitava uma doação.

Reuniões que eu estive: estive numa reunião com a Anfavea, com toda a direção da Anfavea, solicitando doação de recurso; tive numa reunião acompanhando o atual Vice-Presidente na Federação da Indústria do Rio Grande do Sul, onde também foram feitos alguns contatos; e tínhamos um jantar, em São Paulo, no Restaurante Kantalupe, com uma série de empresários também.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, eu encerro, não vou mais perguntar, eu só queria apenas deixar aqui uma colocação, sobretudo para o Relator, Deputado Osmar Serraglio: percebo que nós estamos, sim, na direção de já identificar algumas fontes de onde é que saíram todos os recursos movimentados pelo Sr. Marcos Valério com o esquema do PT. Uma delas, Deputado Osmar – eu quero que o senhor anote porque nós vamos aprovar –, foi o contrato firmado com o Banco Popular, contrato esse firmado no valor aproximadamente de R\$25 milhões. Outra fonte, Deputado Osmar Serraglio, foram os milhões de reais investidos pelo Banco do Brasil em promoções e eventos, recursos esses administrados pelo Sr. Marcos Valério. Então está mais fácil do que a gente possa imaginar identificar isso.

E, Sr. Presidente, a última colocação que faço: perceba o quanto os dirigentes do PT ficaram interessados por automóveis da marca Land Rover e talvez por outras camionetes mais. Esse assunto do automóvel do Sr. Ivan Guimarães talvez seja muito mais difícil de justificar do que o do Sílvio Pereira, mas nós vamos provar porque quero insistir na necessidade de quebrar o sigilo bancário, fiscal e telefônico do Sr. Ivan Guimarães para mostrar que esse pode ter sido mais um mimo recebido por mais um ex-dirigente do Partido dos Trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra o Deputado Bittar, por quinze minutos.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, Sr. Ivan Guimarães, estou interessado em precisar melhor, enfim, o que foi a razão de ser, vamos dizer assim, a origem do convite que foi feito ao senhor, a convocação que foi feita ao senhor para que prestasse esclarecimentos a esta CPI. Tudo nasceu da atuação do senhor à frente do Banco Popular do Brasil e do contrato de publicidade que o Banco do Brasil mantém ou manteve com a DNA e a parcela desse contrato que foi direcionada para a divulgação do Banco Popular do Brasil.

O senhor, na sua intervenção inicial, declarou que boa parte da gestão do Banco Popular do Brasil foi exercida pela administração central do Banco do Brasil, mediante um contrato específico, um convênio específico entre o Banco Popular do Brasil e o Banco do Brasil. Está correto o que eu disse, não é isso?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Está correto, Sr. Deputado.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Isso significa que, na verdade, o Banco Popular do Brasil operou quase como se fosse uma espécie de uma unidade de negócios do Banco do Brasil, e não uma empresa

totalmente autônoma, uma subsidiária totalmente autônoma do Banco do Brasil?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Sim, Sr. Deputado, o Banco Popular do Brasil é uma subsidiária integral do Banco do Brasil.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sim.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Então foram criadas apenas as áreas de negócio que não existiam no Banco do Brasil.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sim.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Todas as áreas que já existiam continuaram.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Foram mantidas.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – O senhor me permite um exemplo, Sr. Deputado?

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Pois não.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – A coisa mais importante num banco é a tesouraria.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sim.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – O Banco Popular do Brasil nunca teve tesouraria, sempre se utilizou dos serviços de tesouraria do Banco do Brasil...

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Perfeito.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – ...visando otimizar os custos.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Maximizar os recursos e, portanto, maximizar os ganhos do Banco. Eu gostaria que o senhor, enfim, a afirmação, as informações que nós temos é que houve – e isso já foi objeto de alguma discussão aqui, mas eu gostaria de precisar – num determinado período de tempo em que o senhor esteve à frente do banco, gastos de publicidade da ordem de R\$24, R\$25 milhões. É isso?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Sr. Deputado, no plano de negócios do Banco Popular do Brasil...

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Isso, porque depois eu quero chegar...

Gostaria apenas que o senhor me confirmasse se a ordem de grandeza dos recursos...

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Sim, foram 24 milhões de reais...

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – ...do contrato global do Banco do Brasil, se os recursos focalizados na divulgação do Banco Popular do Brasil foram dessa ordem de grandeza?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – A fotografia que foi batida no dia 31 de dezembro no balanço mostra R\$ 25 milhões, mas é uma

fotografia de um processo em curso. Nos primeiros doze meses do Banco Popular foram gastos R\$29 milhões em publicidade, entre 1º de julho de 2004 e julho de 2005. Esse é o primeiro exercício real do Banco.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – De 2004 a 2005?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Sim, Sr. Deputado.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Vinte e nove milhões de reais. Eu gostaria que o Sr. descrevesse os aspectos principais do plano de negócios que foi formulado, evidentemente tendo V. S^a como protagonista importante, porque V. S^a ajudou na elaboração desse plano de negócio e foi o primeiro presidente do Banco Popular. Gostaria que o senhor descrevesse, de maneira mais precisa, como foi elaborado esse plano de negócios, os principais objetivos e os resultados gerados durante a sua permanência na Presidência do Banco Popular do Brasil.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – O Banco Popular do Brasil atende a necessidade do Banco do Brasil de ganhar escala. Os bancos brasileiros são bancos pequenos em relação ao mercado financeiro. É preciso crescer, ganhar escala. O Banco do Brasil já tinha sido prejudicado na licitação do Banco Postal, ele perdeu a rede do Banco Postal. Ele precisava crescer em uma rede maior a um custo menor. Então, o Banco Popular do Brasil é a fusão de duas necessidades estratégicas: 1- crescer sua rede, rápido e com baixo custo; 2 – agregar a população de baixa renda a sua carteira de crédito.

O Banco do Brasil não tem financeira e não pode ter financeira. Por sua política aprovada pelos acionistas, ele não pode lidar com não-clientes, ele não pode comprar uma financeira e fazer crédito picado. A Microfinanças permitia trazer clientes de baixa renda, tanto para consumo, quanto para desenvolvimento. Então, essas duas vertentes foram colocadas no plano de negócios. Quais eram os objetivos básicos dos primeiros anos? Criar uma rede de pontos de presença em estabelecimentos comerciais, onde a população de baixa renda freqüentava, já tinha um padrão de consumo; mas não tinha ainda o serviço bancário.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – No estilo correspondentes bancários?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Correspondentes bancários.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Tal como se pratica no Banco Postal e unidades da Caixa Econômica também?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Exatamente, o Caixa Aqui da Caixa Econômica; 2 – agregar uma base grande de clientes; 3 – começar

a emprestar para essa população de forma continuada. Não ser uma financeira, que faz um empréstimo e liquida aquele empréstimo e acabou, mas dar uma cultura de crédito para aquela população, permitir que ela se acostume e aprenda a utilizar o crédito e possa ter o crédito como um instrumento de transformação de vida. Então, era esse era o nosso objetivo.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Está bom. Agora, gostaria de saber números: Quais eram as metas e quais foram os resultados?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – No primeiro ano, nossa meta era atingir um milhão de clientes. Atingimos um milhão e cinquenta mil. Na verdade, Sr. Deputado, a meta para doze meses era um milhão de clientes, e nós atingimos um milhão e seiscentos mil, porque nós tínhamos um atraso de seis meses no início da operação do Banco Popular. Então, ajustando o plano de negócios, para ficar condizente, nós atingimos essa meta, chegamos muito perto da meta de crédito. Chegamos a 97 milhões de créditos concedidos – e ultrapassamos a meta de rede, porque chegamos a mais de cinco mil pontos de presença, cinco mil correspondentes bancários.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Quer dizer, o volume de crédito, então, foi de 97 milhões?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Para 29 milhões de *marketing*...

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Durante que período?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Doze meses.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Doze meses. Então, não é verdadeira a informação de que haveria sido apenas 20 milhões de créditos concedido. Foram 97 milhões de crédito concedido?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Sim, Sr. Deputado. Aquela informação...

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Além do mais, me parece que é razoável que uma instituição que esteja iniciando possa ter dispêndios de divulgação razoavelmente grandes, diante dos resultados iniciais, porque é próprio de uma instituição que esteja começando buscar se situar corretamente no mercado, buscar atrair novos clientes.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Se V. Ex^a me permite, nobre Deputado, eu apresentei aqui dados oficiais do Banco Postal, – estão anexos, apresentados ao relator. Apenas na licitação do Banco Postal foram gastos, pelo banco privado que se tornou parceiro, R\$ 260 milhões, em dezembro de 2001, investimento muito grande. Os investimentos totais no Banco Postal já totalizam R\$450 milhões. A carteira de crédito deles, de microcrédito, na mesma

modalidade que eu utilizava, é de R\$200 milhões hoje, e o número de clientes é da ordem de 3 milhões, ou seja, por um custo muito menor – o Banco Popular inteiro custou R\$175 milhões –, conseguiu-se resultados muito próximos, atendeu-se à estratégia corporativa do Banco do Brasil, cumpriu-se aquilo que os acionistas queriam, agregou-se valor ao Banco do Brasil.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sobre o objeto de nossa investigação, o contrato de publicidade, esse contrato foi aquele que já existia, celebrado entre o Banco do Brasil e a DNA?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Sim, Sr. Deputado.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Foi utilizada uma parte desse contrato, houve algum aditivo específico ou o contrato original foi utilizado em parte para a divulgação do Banco Popular do Brasil?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – O Banco Popular do Brasil tinha um orçamento próprio para *marketing*. Nós transferimos esse orçamento ao Banco do Brasil, que passou a fazer gestão junto a seus fornecedores. Não tenho a informação se ele utilizou os valores previstos no contrato ou se ele celebrou algum aditivo. Isso não era assunto da competência da Diretoria Colegiada do Banco Popular do Brasil. Posso dar outro exemplo...

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Mas até hoje o senhor não tem informação precisa sobre isso?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – De que forma ocorreu a relação entre o Banco do Brasil e a DNA para a divulgação, para a estratégia publicitária do Banco Popular do Brasil?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – As informações que eu recebi por escrito, Sr. Deputado, que passei ao Relator, é que isso seria feito pelos contratos licitados do Banco do Brasil. Dizia-se na Cláusula nº 1 da licitação que todas as subsidiárias integrais existentes, a serem criadas e a Fundação Banco do Brasil utilizariam os contratos licitados pelo Banco do Brasil.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Estava no edital de licitação?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Estava no edital de licitação.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – E provavelmente no contrato celebrado entre o Banco do Brasil e a DNA?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Acredito, embora não tenha nunca visto esse contrato, acredito que sim, porque os termos do edital normalmente fazem parte do contrato. Recebi uma

correspondência do Banco do Brasil me comunicando isso, que foi entregue à Mesa.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Na verdade, as outras informações que eu gostaria de obter já foram objeto de indagação por parte de outros parlamentares. Eu me dou por satisfeito, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Muito obrigado, Deputado Jorge Bittar, pela objetividade.

Com a palavra o Deputado Gustavo Fruet. (Pausa.)

Com a palavra o Senador Sibá Machado. (Pausa.)

Com a palavra o Senador Demóstenes Torres. (Pausa.)

Com a palavra o Senador Fernando Bezerra. (Pausa.)

Com a palavra o Senador Heráclito Fortes. (Pausa.)

Senador Sérgio Guerra. (Pausa.)

Deputada Juíza Denise Frossard com a palavra.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Sr. Presidente, eu queria só um esclarecimento.

Sr. Ivan, ouvi atentamente a sua explanação. Quero apenas saber duas coisas. Primeiro: o seu público alvo. O senhor fazia capacitação ou apenas empréstimo para custeio?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Só empréstimo, Deputada.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Qual era a sua taxa de inadimplência?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Posso explicar para a senhora o modelo de crédito?

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Deixe-me explicar ao senhor: fui presidente de um banco desses.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Banco da Mulher.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – É. Conheço bem o funcionamento disso. Queria saber objetivamente o seu *spread* e a sua taxa de inadimplência.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – A nossa taxa de inadimplência da carteira, quando eu saí, era ao redor de 14% a 17%. Variava um pouco, mas a nossa metodologia de crédito não é a mesma do Banco da Mulher.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Do Yunus?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Também não. É o da África do Sul. É um modelo mais próximo do da África do Sul e da Indonésia.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Entendi. Mesmo sendo do Banco do Brasil, o senhor disse que é uma subsidiária integral, ainda assim, o senhor achou que tinha de fazer a publicidade? Essa foi uma decisão sua?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Pessoalmente, não. Foi uma decisão do planejamento da criação da empresa constante do plano de negócios. Me cabia executá-la.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – O senhor não teve nenhuma participação nisso, então?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Eu participei do projeto de criação da empresa, discuti...

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Mas quem definiu que tem que fazer toda essa publicidade?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – No Banco do Brasil, Sr^a Deputada, não existe uma decisão individual. Toda decisão é colegiada.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PSDB – RJ) – Sim, mas quem? Nomes do colegiado.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – O meu colegiado, a diretoria colegiada do Banco Popular, a minha pessoa, o Dr. Júlio César, Dr. Marcos Tadeu, Dr. Robson.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PSDB – RJ) – Foram esses que definiram a publicidade?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não, foi o Conselho Diretor do Banco do Brasil, o Presidente e os 7 Vice-Presidentes. A decisão em última instância legal foi deles.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PSDB – RJ) – Pois não. É só isso. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Muito obrigado, Deputada Juíza Denise Frossard.

Concedo a palavra ao Deputado Pompeo de Mattos. (Pausa.)

Vamos começar a chamar agora os suplentes.

Deputado Jamil Murad. V. Ex^a dispõe de 15 minutos.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, Sr. Ivan, no seu relato, temos a informação de que teria sido orçado em R\$52 milhões o Banco Popular do Brasil e foram gastos R\$29,7 milhões. Por que houve esse erro de cálculo?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Sr. Deputado, não acredito que tenha havido um erro de cálculo. O plano e negócios é um planejamento

de ação, um planejamento de estratégia. O que aconteceu foi que encontramos formas de obter as nossas metas por um custo mais baixo. O dever do Executivo é sempre buscar para sua empresa os menores investimentos para obter os melhores resultados.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – O Sr. Marcos Valério lhe disse que tinha interesse nas eleições de 2004?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Sim, Sr. Deputado.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Ele revelou para você qual era o interesse que ele tinha nessas eleições de 2004?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Era atuar na área de *marketing* político.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Para...

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não sei, Deputado. O senhor me desculpe. Vou tentar explicar o que sei, o que ouvi. Ele me disse que tinha interesse em participar das campanhas para Prefeito, de criar uma empresa específica para atuar em *marketing* político, que ele gostaria de estar crescendo nessa área de *marketing* político. São os comentários dele de que me lembro.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Ele comentou se ele tinha interesse em fazer campanha para algum partido político ou ele citou alguns partidos políticos nessa conversa?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não. O Sr. Marcos Valério nunca demonstrou preferência por nenhum partido político. Pelo menos, para mim. Eu também não estimulava essas conversas, Sr. Deputado.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Temos informação de que ele fez campanha para vários partidos políticos, seja os que têm hoje uma posição de situação ou de oposição. Então, queria saber se ele fez alguma referência.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Ele me disse que tinha feito a campanha do Sr. Eduardo Azeredo para Governador de Minas Gerais, no passado.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Então, ele fez essa referência?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Sim.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – De que teria feito a campanha do Governador Eduardo Azeredo.

Uma outra questão, Sr. Ivan, muito importante para mim é se o Banco Popular contraria a política econômica ortodoxa de controle de inflação que temos hoje.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Vou pedir ao Deputado que me permita não julgar a política econômica. Mas, eu diria que qualquer iniciativa que fomente o crédito, principalmente o crédito das pessoas de menor renda, é uma política desenvolvimentista.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Essa política do Banco Popular aumenta o mercado interno?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Sim, Sr. Deputado, aumenta o mercado interno.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Ouvi o comentário de autoridades econômicas que estavam incomodadas com esse aumento do mercado interno via crédito popular. Vocês tiveram alguma conversa com alguma autoridade econômica sobre isso, alguma sugestão para conter esses empréstimos?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não, Sr. Deputado. Nunca nenhuma autoridade da área econômica se manifestou contrariamente à política que fazíamos de concessão de crédito.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Mas, de qualquer forma, quanto mais funcionava o Banco Popular mais aumentava o mercado interno e o consumo.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Sim, Sr. Deputado.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – E era um fator de desenvolvimento?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – A vantagem de programas de crédito de pequeno valor, no caso do Banco Popular, créditos que começam em R\$50,00 e vão até R\$600,00, é que esse dinheiro normalmente é gasto na própria comunidade onde o empréstimo é tomado, nos próprios estabelecimentos. Então, isso dinamiza a economia local, estimula esse funcionamento e ajuda, de certa forma, a distribuição da renda.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Aumenta emprego também?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Aumenta emprego também.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Uma outra questão importante para nós: o Banco do Brasil, conjugado com a atuação do Banco Popular, contraia o interesse dos bancos privados?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Com certeza, Deputado, com certeza, nós somos – eu costumo falar que nós somos porque ainda me sinto um pouco Banco do Brasil – mas o Banco do Brasil é um forte concorrente de qualquer banco privado. Quando a direção do Banco do Brasil, a atual direção assumiu, em 2003, o Banco do Brasil tinha 16 milhões de clientes, quando eu deixei o Banco, eram

24 milhões de clientes, ou seja, nós ampliamos muito fortemente a presença da população no Banco do Brasil. Nós crescemos a carteira de crédito ao redor de 50% nestes dois anos e meio do conglomerado Banco do Brasil. Então, nós realmente pulamos de 4º lugar para 2º lugar no *ranking* dos bancos.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Essa pergunta é muito importante para mim, e essa resposta também, porque, ainda ontem, o **Jornal do Brasil**, através de um articulista, escreveu um artigo dizendo que, para combater desvios era necessário privatizar o Banco do Brasil, a Petrobrás, a Eletronorte. Isso está no Jornal de ontem, **Jornal do Brasil**, não é invenção deste Deputado. Então, quando faço essas perguntas, quero ir mais fundo no esclarecimento dessa luta que estamos travando, porque, para combater a corrupção, precisamos de homens probos, compromissados com a sociedade, fazer um controle público. Aquele que tiver um desvio de conduta ser investigado, ser punido de acordo com a justiça, ouvida a defesa, sem linchamento prévio, quer dizer, assim construímos uma sociedade melhor. Agora, sou absolutamente contrário a essa proposta de ter que privatizar empresas importantes que são alavancas do desenvolvimento nacional, utilizando atos de corrupção, acontecimentos de corrupção em determinado momento, quer dizer, aproveitando a onda e fazendo uma proposta que normalmente é difícil da sociedade brasileira aceitar. Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, telespectadores, com essas perguntas e com esses esclarecimentos, eu queria mostrar também que existe uma onda conservadora que tenta ser avassaladora, não deixar pedra sobre pedra, construindo um caminho de volta às privatizações, de volta à política neoliberal de maneira intensa e com grande prejuízo para o povo brasileiro e para o País enquanto uma Nação que deseja ser soberana. Por isso que, quando vejo Deputados ou Senadores, inclusive, há um Deputado na Câmara, meu colega, de um partido de Oposição, que abriu uma nova CPI contra o MST. Só porque o MST saiu às ruas para defender o mandato do Presidente Lula, para defender uma nova política econômica de desenvolvimento e para combater a corrupção.

E aí o Senador está ameaçando a União Nacional de Estudantes, a gloriosa União Nacional dos Estudantes, com 68 anos, cuja Diretoria tem o Presidente do meu Partido, é o PCdoB. Mas ali tem diretores do PFL, do PSDB, do PT, do PSB, de todos os partidos. Eu não saberia citar todos, mas de todos os partidos – de situação e de oposição. Porque é uma entidade que forma a juventude para participar da vida democrática nacional. Ela não é atrelada a um partido político. E essa política, dessa forma, eu tenho a honra de

dizer que o meu Partido, o PCdoB, defende, mesmo às vezes sendo maioria num congresso, faz questão de que todos participem da entidade. Porque a entidade não é de um partido, ela é da juventude brasileira, da juventude estudantil e forma líderes, que, hoje, muitas vezes, são importantes homens públicos de quase todos os partidos aqui no Congresso. Portanto, agredir a UNE, agredir o MST, querer cassar o registro do PT... O PT está passando por uma situação difícil, procurando fazer das tripas coração para reorganizar, para se defender, para defender o seu ideário, defender o povo. Eu nunca fui do PT. Eu sou do PCdoB há décadas. Mas eu sou contra a cassação de qualquer desses partidos. Eu acho que não é assim que se fortalece a democracia.

Então, nós temos uma onda conservadora que procura inclusive colocar o Presidente contra a parede, para ele não ir ao povo, para ele não falar ao povo, para ele não ouvir o povo, para ele não ter o contato direto com o povo.

E, neste fim de semana, estive por muitas horas em vários dias seguidos com o Presidente da República, indo a um bairro popular de São Paulo chamado Cidade Tiradentes, que não tem um hospital, que não tem uma faculdade, não tem nada. Quatrocentos mil pessoas moram lá. E o Ministro Agnelo Queiroz, do Esporte, levou um programa chamado Segundo Tempo, que atende cinco mil crianças, para que, além da escola, a criança aproveite o outro período para ter educação, reforço escolar, esporte, natação, futebol, quer dizer, orientação e alimentação. Tudo isso parece que fica – não sei o número exato – em torno de R\$25,00, quando uma criança, na Febem, fica em R\$1,7 mil. Então, é um programa popular. É um esforço que o Governo Lula faz, que o Presidente Lula faz. E ele foi lá para dar força para um programa desse tipo.

Essa luta democrática no Brasil precisa continuar. Não podemos cair para o golpismo, procurar o momento mais adequado para fazer o *impeachment* do Presidente, como algumas lideranças importantes da Oposição tem falado. Não podemos fazer o *impeachment* agora, porque, afinal de contas, o Presidente ainda tem muito prestígio popular. Não pode ser feito agora, nem depois. Tem-se que respeitar o mandato popular. Se fizer *impeachment* estará fazendo *impeachment* do povo, que tem esperança de continuar políticas sociais e, inclusive, alterar a política econômica para um projeto nacional de desenvolvimento com distribuição de renda.

Nesse sentido, eu queria dizer que é importante a presença do Banco Popular do Brasil. E essas investigações também são importantes. Porque todos devem cumprir a lei e exercer a sua função com honestidade.

Se houver desvios, quem os cometeu vai pagar perante a Justiça. No entanto, queremos que continue um programa como esse, do Banco Popular, que é importante para as pessoas que nunca tiveram crédito ter crédito para consumir, comprar alguns produtos que ele deseja ter a vários anos e que nunca teve. Com um pouco de crédito, ele acaba tendo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Muito obrigado, Deputado Jamil Murad.

Senador Arthur Virgílio. (Pausa.)

Deputado Alberto Fraga. (Pausa.)

Deputado Sílvio Torres, com a palavra por 15 minutos.

O SR. SÍLVIO TORRES (PSDB – SP) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, Sr. Depoente, gostaria de perguntar inicialmente para o senhor, provavelmente já disse essa cifra, mas eu queria, para o meu raciocínio, que o senhor repetisse quanto que o Banco Popular aplicou durante o período que o senhor foi Presidente.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Sr. Deputado, durante o período que eu fui Presidente do Banco Popular do Brasil foram gastos ao redor de 29 milhões. Não sei exatamente até o dia que eu saí.

O SR. SÍLVIO TORRES (PSDB – SP) – De 1º de fevereiro até outubro de 2004, foi isso?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Eu saí em abril de 2005.

O SR. SÍLVIO TORRES (PSDB – SP) – Abril de 2005. 29 milhões?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Aproximadamente 29 milhões.

O SR. SÍLVIO TORRES (PSDB – SP) – Em quais Estados o Banco Popular aplicou esses recursos?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Em todos os Estados do País.

O SR. SÍLVIO TORRES (PSDB – SP) – Todos os Estados?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Todos.

O SR. SÍLVIO TORRES (PSDB – SP) – Mas em algum deles houve uma aplicação maior do que em outros?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Sim, não saberia dizer exatamente quanto, a quantidade de dinheiro aplicada em cada lugar. Mas foram aplicados mais recursos nos Estados do Nordeste.

O SR. SÍLVIO TORRES (PSDB – SP) – Mais recursos no Estado do Nordeste?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Sim.

O SR. SÍLVIO TORRES (PSDB – SP) – No Estado de São Paulo o senhor tem idéia de quanto aplicou?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não tenho, Sr. Deputado. Como eu já expliquei toda a gestão do recurso cabia ao Banco do Brasil. Eu não tinha acesso às planilhas. Não era meu papel ter acesso a essas planilhas.

O SR. SÍLVIO TORRES (PSDB – SP) – Então, o senhor não controlava a aplicação?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não, não controlava. Controlava apenas o pedido de publicidade. A partir daí toda a sequência dos trabalhos era feita pelo Banco do Brasil, através da sua Diretoria.

O SR. SÍLVIO TORRES (PSDB – SP) – A operação do empréstimo era feita pelo Banco do Brasil?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Empréstimo?

O SR. SÍLVIO TORRES (PSDB – SP) – Não, estou falando da aplicação dos empréstimos.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Desculpe-me, Deputado, estava entendendo *marketing*.

Eu acho que empréstimos eu devo ter aqui...

O SR. SÍLVIO TORRES (PSDB – SP) – Não estou falando da publicidade.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Desculpe-me, Sr. Deputado, compreendi mal.

O SR. SÍLVIO TORRES (PSDB – SP) – Então, vamos começar de novo. Quanto aplicou no total?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Até julho desse ano, que são os dados consolidados, julho agora, R\$97 milhões.

O SR. SÍLVIO TORRES (PSDB – SP) – Até quando o senhor saiu?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Coisa de quase R\$50 milhões.

O SR. SÍLVIO TORRES (PSDB – SP) – Depois que o senhor saiu foram aplicados mais quarenta e poucos milhões, é isso?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Sim.

O SR. SÍLVIO TORRES (PSDB – SP) – O senhor sabe dizer em quais Estados esse dinheiro foi aplicado? Os principais Estados?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Bahia e Pernambuco são os Estados campeões na aplicação de recursos.

O SR. SÍLVIO TORRES (PSDB – SP) – O senhor aplicou no Estado de São Paulo também, obviamente. O senhor se lembra?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Sim, aplicamos em São Paulo. Não me lembro de cabeça, Sr. Deputado. Não tenho esse dado discriminado nesses dados que tenho agora.

O SR. SÍLVIO TORRES (PSDB – SP) – O senhor aplicou, o Banco Popular aplicou dinheiro na cidade de São Paulo, no Município de São Paulo?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Sim, Sr. Deputado.

O SR. SÍLVIO TORRES (PSDB – SP) – E por acaso lá em São Paulo foi no ano de 2004 que o Banco Popular se instalou?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Ele se instalou em São Paulo a partir de setembro de 2004. Mas as operações foram principalmente a partir de novembro e dezembro de 2004.

O SR. SÍLVIO TORRES (PSDB – SP) – Foi lançado durante a campanha de 2004?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não houve lançamento em São Paulo.

O SR. SÍLVIO TORRES (PSDB – SP) – Não?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – As operações começaram sem nenhum tipo de publicidade de ponto de venda, apenas a publicidade institucional na televisão.

O SR. SÍLVIO TORRES (PSDB – SP) – O senhor esteve em São Paulo. Então, não houve nenhuma, simplesmente o senhor esteve em São Paulo anunciando a instalação do Banco Popular?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não, nós optamos por não fazer anúncio público da instalação do Banco. Não houve nenhum ato de lançamento.

O SR. SÍLVIO TORRES (PSDB – SP) – Então, naquele período, nem o senhor esteve lá fazendo lançamento e nem a DNA fez qualquer propaganda do Banco Popular se instalando no Município de São Paulo?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Especificamente para o Município de São Paulo, não. Havia uma propaganda institucional na televisão...

O SR. SÍLVIO TORRES (PSDB – SP) – Divulgada em São Paulo?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Também em São Paulo, institucional.

O SR. SÍLVIO TORRES (PSDB – SP) – Se o público alvo eram os habitantes de São Paulo, o mínimo que se pressupõe, quando alguém instala uma campanha, é que faça a propaganda para sensibilizar as pessoas.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Propaganda nacional, rede nacional de televisão.

O SR. SÍLVIO TORRES (PSDB – SP) – Dirigida para São Paulo?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não, para todo o Brasil. Também em São Paulo, São Paulo também viu...

O SR. SÍLVIO TORRES (PSDB – SP) – Não, não, é que eu não consigo imaginar que tenha sido uma propaganda nacional e o senhor instala num Município que é praticamente maior do que a grande maioria dos Estados brasileiros e lá não tenha. Como o senhor disse que não cuidava da administração da mídia e também não sabe dizer quanto aplicou em cada Município, vou concluir que senhor não tem essas informações ou...

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não tenho essas informações.

O SR. SÍLVIO TORRES (PSDB – SP) – ...ou não sabe dizer nada. É mais um que não sabe.

O senhor declarou que foi membro do comitê financeiro da campanha do PT, em 2002?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Sim, Sr. Deputado.

O SR. SÍLVIO TORRES (PSDB – SP) – Quem mais fazia parte do comitê financeiro com o senhor? Era um grupo, segundo o depoimento do Sr. Pizzolato.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – A coordenação era do Sr. Delúbio Soares, eu participava...

O SR. SÍLVIO TORRES (PSDB – SP) – O senhor pode repetir?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – A coordenação era do Sr. Delúbio Soares, eu participava especificamente na operação do cadastro. O Sr. Pizzolato promovia algumas reuniões com empresas. Havia uma pessoa do PL – não me recordo o nome dela – que participava das discussões. Nós não éramos da coordenação da campanha. Eu prestava serviço como voluntário. Então não participava das reuniões de coordenação.

O SR. SÍLVIO TORRES (PSDB – SP) – O senhor participava do cadastro?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Do cadastro.

O SR. SÍLVIO TORRES (PSDB – SP) – E o senhor informou aqui que cadastrou seis mil empresas?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Seis mil empresas, Sr. Deputado.

O SR. SÍLVIO TORRES (PSDB – SP) – Como é foi que realizou essa operação de cadastro das empresas?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Eu recolhi dados dessas publicações que normalmente circulam: os 500 maiores e melhores, os

mil do *ranking* setorial, cadastros disponíveis na Internet. Fizemos uma consistência de tudo isso a partir do CNPJ disponível; ligamos para cada uma dessas empresas através de um *call center*, para saber se eram empresas de uma mesma *holding*, se eram empresas separadas, quem era o principal executivo. Conseguimos fazer limpeza e montar esse cadastro.

O SR. SÍLVIO TORRES (PSDB – SP) – E o senhor fazia o cadastro através de indicações?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não.

O SR. SÍLVIO TORRES (PSDB – SP) – Ninguém mais o ajudava? Era um trabalho só concentrado nas pessoas contratadas para ligar para as empresas?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Sim.

O SR. SÍLVIO TORRES (PSDB – SP) – Tentavam sensibilizar os empresários?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Sim.

O SR. SÍLVIO TORRES (PSDB – SP) – Os principais executivos conversavam com as moças do *call center*?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Conversavam.

O SR. SÍLVIO TORRES (PSDB – SP) – Não tinha ninguém acima delas que fazia esse contato?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Na operação que eu gerenciava, Sr. Deputado, não.

O SR. SÍLVIO TORRES (PSDB – SP) – Quantas pessoas o senhor contratou na operação que gerenciava?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Acredito que o *call center* chegou a ter 40 pessoas e, na parte de apoio, umas 15 pessoas, todas terceirizadas, contratadas por empresas.

O SR. SÍLVIO TORRES (PSDB – SP) – As seis mil empresas foram contactadas só por essas pessoas?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não, algumas solicitaram visitas de pessoas do PT. Nesse caso, informávamos isso ao comitê financeiro da campanha...

O SR. SÍLVIO TORRES (PSDB – SP) – O senhor era o comitê?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Eu exercia um trabalho voluntário no comitê. Eu tinha que comunicar à coordenação do comitê. Comunicava à coordenação do comitê, que decidia se alguém ia fazer a visita e quem seria essa pessoa.

O SR. SÍLVIO TORRES (PSDB – SP) – O senhor nunca foi fazer visita?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Fui fazer algumas visitas.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Fez? Por exemplo? O senhor pode citá-las?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Posso. Visitei a Nestlé, visitei a maior fábrica brasileira de embalagens. O nome dela me foge agora, visitei o Grupo Silvio Santos; visitei, acho, a Companhia Suzano de Papel.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – O senhor se avistava com quem nessas visitas?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Normalmente com o presidente da empresa.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Então o senhor era um homem altamente credenciado pelo comitê para falar com o presidente da empresa Nestlé, que é uma pessoa tão pouco acessível.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Na Nestlé, eu não fui recebido pelo presidente. Fui recebido pelo Diretor de Assuntos Corporativos.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – E essas empresas contribuíram para o PT?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – A Nestlé não, essa grande empresa de embalagens, para o Lula, não; contribuiu para o Senador Mercadante; a Suzano acho que contribuiu, não tenho certeza. Acho que sim.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Mas o senhor não fazia o *follow-up* disso? O senhor conversava com o presidente das empresas e depois não sabia, não tinha retorno?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Normalmente, Sr. Deputado, quando eram feitas essas conversas, as empresas queriam saber de programas de governo, faziam alguma pergunta específica. Depois eles exigiam um tempo para decidir se iam doar ou não. Quando eles já tinham resolvido isso, já estávamos procurando outras empresas.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – O senhor discutia programa de governo com os presidentes das empresas tipo Nestlé, Silvio Santos?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Sim, se perguntassem, sim. Silvio Santos não perguntou.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – O senhor se encontrou com Silvio Santos?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não. Eu me encontrei com o presidente do grupo, que não é o Sr. Silvio.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – E ele colaborou com a campanha?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Colaborou.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Com quanto?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não lembro, Sr. Deputado.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Só acho que tem que ajudar, o senhor só não lembra o que não quer. Não tenha medo de falar, porque se colaborou está escrito.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – É, está escrito na prestação.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Acho que o senhor poderia colaborar. Assim como eles colaboraram, o senhor poderia colaborar com a Comissão.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Eu estou tentando colaborar, Sr. Deputado. Acontece que eu era trabalho voluntário, era um trabalho estressante, complexo. No momento em que alguém dizia “vou doar”, vira uma operação mecânica, então você fala para o *call center* para ir lá, tirar o bônus...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – O senhor está minimizando a sua participação nesse processo do comitê financeiro, porque obviamente não indicariam um voluntário sem nenhuma função mais importante para contatar altos executivos de empresas. Mas o senhor esteve também fazendo contato com empresários de outras cidades, além das que se localizam na capital?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Eu acho que estive no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – O senhor nunca esteve em Santo André?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Em Campinas?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Em Ribeirão Preto?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Também não.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – O senhor não sabe dizer se empresários dessas cidades também contribuíram para a campanha?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – No seu cadastro não havia empresas desses Municípios?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Eu acredito que poderia haver, Sr. Deputado, é um cadastro muito grande, são cidades que têm

Santo André, não sei se tem muitas empresas, mas Campinas tem um pólo industrial grande.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Em Santo André tem muitas empresas.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARAES – Campinas tem um pólo industrial grande. Ribeirão também, a coisa do agro negócio.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – A firma Leão & Leão?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARAES – Nunca estive.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – O senhor sabe se ela contribuiu?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARAES – Não, não sei. Acredito que não.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Além do senhor, o Sr. Pizzolato já declarou que fazia parte do comitê financeiro, o Sr. Delúbio Soares obviamente era o coordenador, o Sr. Paulo Okamoto também era membro do comitê financeiro. O senhor lembra de mais alguém?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARAES – O Sr. Paulo Okamoto, se não me engano, cuidava da distribuição de material de campanha. Não era exatamente membro do comitê financeiro.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Por que...

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARAES – Essa pessoa do PL que eu não lembro o nome, que era uma pessoa indicada ...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – O senhor não lembra de mais nenhuma, além dessas pessoas. Porque o Sr. Delúbio, tesoureiro da campanha, acabou se tornando tesoureiro do Partido, a pessoa que tinha uma interlocução direta com o Governo, até com o Presidente. O Sr. Pizzolato foi para o Banco do Brasil, o senhor foi para um outro banco, foi para o Banco Popular, o Sr. Paulo Okamoto foi para o Sebrae, como diretor financeiro e, posteriormente, agora, recentemente, assumiu a Presidência. Então, temos a impressão de que as pessoas que cuidavam do comitê financeiro foram... acabaram sendo direcionadas para as áreas financeiras, as áreas que tinham muitos recursos. Eram estratégias, isso tinha sido combinado antes da campanha com o senhor?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARAES – Sr. Deputado, nunca foi combinado isso. Permita-me dizer que o Banco Popular não tinha muitos recursos; todos os recursos do Banco Popular eram administrados pelo Banco do Brasil, por meio de programas

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Tinha muitos recursos para fazer campanha de *marketing*. Bastantes recursos, quase R\$30 milhões, isso...

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARAES – Os recursos, Sr. Deputado...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Isso significava outras abordagens.

Vou passar a uma outra questão agora. Hoje, na CPMI do Mensalão, o ex-Deputado Valdemar da Costa Neto confirmou, o que já havia declarado à imprensa, que teria feito um acordo para receber 10 milhões, o PL teria que receber R\$10 milhões do PT. Esse acordo, inclusive, com o testemunho de parede do Presidente Lula e do Presidente José de Alencar. O senhor sabia desse acordo?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARAES – Não, Sr. Deputado.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Nunca tomou conhecimento?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARAES – Nunca.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Apesar de estar no comitê financeiro e arrecadando dinheiro para a campanha, o senhor nunca foi...

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARAES – Não.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – O senhor tomou conhecimento do acordo com o PTB de 4 milhões?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARAES – Não, Sr. Deputado.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – E o senhor tomou conhecimento depois, posteriormente, que a dívida não havia sido paga? Havia uma dívida não paga?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARAES – Tomei conhecimento pela imprensa, Sr. Deputado.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – O senhor perdeu o contato com o Sr. Delúbio depois disso, o senhor nunca mais conversou com ele?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARAES – Eu mantive relações pessoais com o Sr. Delúbio, mas nenhuma relação profissional.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Ele nunca falou ao senhor que o PT tinha dívidas de campanha a serem sanadas e o senhor também não foi inclusive chamado para ajudar na...

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARAES – Quando acabou a campanha, em novembro de 2002, eu não participei da transição e só fui... entrei no Governo em março de 2003; eu não acompanhei

nenhum desses procedimentos. E, dentro do Banco Popular, eu estava cuidando do Banco Popular.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – O senhor conhece o Sr. Edson Machado Monteiro e o Sr. Luiz Eduardo Franco de Abreu?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Conheço, foram vice-Presidentes do Banco do Brasil na época em que eu estava lá.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Eles participavam da elaboração da estratégia de propaganda do Banco do Brasil e do Banco Popular?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – No colegiado, eles tinha direito a voto. Eram dois vice-Presidentes com voto na aprovação dessas estratégias.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – E eles tinham contato com o Sr. Delúbio?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Que eu saiba não.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Não. O senhor acha que eles desconheciam o Sr. Delúbio?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não acredito que eles conhecessem o Sr. Delúbio, mas não tenho informação de contato deles.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – A Telemar contribuiu com a campanha do Presidente Lula, com a campanha do PT?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não me recordo, não pelo canal que eu coordenava.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Mas o senhor, quando ia buscar recursos, devia saber quem contribuiu e quem não contribuiu. Antes de buscar, o senhor não ia buscar recursos para quem já tinha contribuído, obviamente.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não havia tempo na campanha...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Ela estava cadastrada, a Telemar?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Acredito que sim.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Estava cadastrada.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Mas basta que no primeiro telefonema dissesse que não desejava ou que já havia contribuído, que não seria novamente procurada.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – O senhor sabe que o Sr. Luiz Eduardo Franco de Abreu era conselheiro da Telemar?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Sim, sabia.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – O senhor sabia?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – O Banco do Brasil tem uma participação no capital da Telemar.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Ele foi indicado depois que o novo Presidente assumiu?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Sim, ele entrou no Banco do Brasil em 2003.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – O senhor acha que o Sr. Luiz Eduardo poderia ter influenciado o investimento que a Telemar fez na Gamecorp?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Acredito que não, Sr. Deputado.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Não.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Numa empresa, esse tipo de decisão, em uma empresa de capital aberto tem uma série de instâncias de decisão. É muito difícil tomar alguma decisão à revelia dos acionistas minoritários ou que tenha algum tipo de problema.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Silvio Torres, concluindo.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Vou finalizar, então, Sr. Presidente.

O senhor afirmou que era amigo do Sr. Delúbio Soares, era e continua sendo. O senhor é amigo do Presidente Lula?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não, Sr. Deputado.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Nunca se encontrou.

Do Waldomiro Diniz?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não, Sr. Deputado.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Não conhece?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Conheço, mas não sou amigo.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – E o Marcelo Cerello, o senhor conhece?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Conheço.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – É amigo dele?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Sim, sou amigo dele.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – E qual o seu relacionamento com o Deputado José Dirceu? O senhor também é amigo dele?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não, não sou amigo do Sr. José Dirceu.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Não conviveu também com ele, nem durante a campanha?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Durante a campanha, Sr. Deputado, ele fazia parte da coordenação da campanha e eu era voluntário no comitê financeiro. Havia uma distância muito grande entre essas posições.

Uma vez no Governo, estive duas vezes com o Sr. José Dirceu em audiências públicas com outras pessoas.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – O senhor conhecia o Sr. Rogério Buratti?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Nunca conheci, Sr. Deputado.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Bom, Sr. Presidente, eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Muito obrigado, Deputado Silvio Torres.

Com a palavra o Deputado José Eduardo Cardozo, por 15 minutos.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Sr. Presidente, apenas para informar a V. Ex^a e demais membros da CPMI que eu, o Deputado Carlos Sampaio e o Deputado Gustavo Fruet estivemos em diligência junto aos Correios e houve um compromisso do Presidente dos Correios e da Diretoria dos Correios em regularizar o fluxo de informações e de documentos.

Neste momento, inclusive, a assessoria da CPMI e do Tribunal de Contas da União estão reunidas com os funcionários dos Correios para detectar as falhas e poder sanar o problema em curto espaço de tempo.

Portanto, Sr. Presidente, acredito que, de uma forma ou de outra, o problema foi sanado, pelo menos há o compromisso de que seja sanado.

Passo, então, Sr. Presidente, prestada a informação e a justificativa pela nossa ausência, a algumas arguições ao Sr. Ivan, a quem saúdo.

V. S^a disse aqui que é amigo do tesoureiro Delúbio Soares. Desde quando V. S^a o conhece?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Desde 1989.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Desde 1989. Marcos Valério, V. S^a conhece desde quando?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Desde 2003.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Quem o apresentou a Marcos Valério?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – O Marcos Valério se apresentou a mim no Banco do Brasil.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Como?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Eu sempre recebi todas as pessoas que me procuraram. Então, um dia, alguém solicitou uma audiência, o Sr. Marcos Valério, da agência de publicidade DNA, e eu o recebi.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – E qual o pretexto?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Apresentar a agência.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Isso foi antes da licitação?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Antes da licitação.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Ele apresentou a agência. Não tinha aberto a licitação e foi apresentar a agência para quê?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Nessa ocasião eu era assessor especial do Presidente do Banco do Brasil. Então, ele foi lá se apresentou, dizendo...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Ele foi ao Banco do Brasil?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Ao Banco do Brasil, dizendo que era empresário, investidor na agência DNA e que tinha interesse em saber qual seria a política de micro-crédito do Banco do Brasil.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – E não informou que era amigo de Delúbio Soares?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Nesse momento, não.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Quando o senhor soube que ele tinha relações de amizade com Delúbio Soares?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Ele me disse que conversava com o Sr. Delúbio Soares depois disso. Não sei se foi junho ou julho de 2003. Exatamente em que data foi aberta a licitação que contratou a DNA para o Banco Popular?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Sr. Deputado, o Banco Popular nunca contratou a DNA. O Banco Popular nunca fez nenhuma licitação...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – O Banco do Brasil, você tem razão.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Posso falar de ouvir dizer que não acompanhava, sei que foi no mês de setembro, não sei as datas exatas, as datas precisas.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– O Henrique Pizzolato, V. S^a também é amigo. Quando V. S^a conheceu o Henrique Pizzolato?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Conheci em 1992.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Em 1992. É amigo, portanto, do Sr. Henrique Pizzolato?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Sim, sou amigo dele.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Qual a função que Henrique Pizzolato exercia no Banco do Brasil?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Diretor de Marketing.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Diretor de Marketing, portanto ele que cuidava das contratações de agências de publicidade?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – A contratação das agências era feita por comissão de licitação.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Sim, mas quem fixava as orientações, montava a comissão de licitação era o Diretor.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – No Banco do Brasil não existe decisão individual. O senhor me permite uma brincadeira que se faz no banco: ninguém tem caneta.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Quem constituía a comissão de licitação no Banco do Brasil na parte de publicidade?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Que eu saiba o Sr. Henrique Pizzolato.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– O próprio Pizzolato.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – O próprio Pizzolato era o Presidente, o Sr. Fernando Barbosa era, na ocasião, Diretor de Varejo, tinha alguns representantes da Secom, mas não sei...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– O Pizzolato era o Presidente da comissão de licitação?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Sim.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Nessa licitação que foi comandada pelo Sr. Pizzolato, quais foram as agências que ganharam?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – A DNA, a Ogilvi e a Calia Assunção.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Perfeito. Grupo total o que é?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Grupo total é o grupo ligado ao Sr. Eduardo Fischer.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Quais são as agências que integram o Grupo Total?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – O Grupo Total é proprietário da Fischer, Fischer América e tem uma participação na Calia Assunção que virou Dmais.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Ou seja, o Grupo Total teve duas agências contratadas nessa licitação, ou não?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não, foi só uma.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– A Ogilvi...

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES

– Não, a Ogilvi é da PPI, um grupo americano.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Não foi contratada pelo Banco do Brasil?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não, a Ogilvi foi, mas não tem relação com o Sr. Eduardo Fischer.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Quais foram as agências? A Ogilvi...

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – A Ogilvi, a DNA e Calia Assunção.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– A Calia pertence a quem? Não pertence ao Grupo Total também?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Acho que o Grupo Total tinha uma participação minoritária...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Na Calia?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES

– Na Calia.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– O Grupo Total tinha a Calia e a Fischer América.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Sim.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Então ganhou a Calia, Ogilvi e DNA?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Sim.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– O senhor conhece o Mauro Motoryn?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Conheço.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Quem é?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Mauro Motoryn é um amigo meu. Atualmente é diretor da Ogyvi.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– É diretor da Ogyvi?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – É da Ogyvi.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Quando o senhor conheceu o Sr. Mauro Motoryn?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Conheci o Sr. Mauro Motoryn em 2000. Fui trabalhar em uma empresa em que era o diretor chamada NetCash.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– V. S^a não era sócio dele?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Nunca fui sócio da NetCash. Nunca.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– O senhor não foi fundador da NetCash?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Final dos anos 90?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Trabalharam juntos no Lemon Bank?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – No Lemon Bank, ele era diretor, diretor não, desculpe, gerente de marketing ou diretor de marketing, não lembro o cargo correto, e na ocasião era Presidente da NetCash... e fomos contratados pelo Lemon Bank...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Então trabalharam juntos na NetCash e Lemon Bank?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Sim, senhor.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Então o senhor conhecia desde 1990?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Como?

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Depois ele foi trabalhar onde? Na Ogyvi?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não estou ouvindo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Sr. Presidente, não só eu, Sr. Presidente, não só eu, o depoente não está conseguindo ouvir as perguntas, se V. Ex^a pudesse pedir um pouco de silêncio ao Plenário, agradeço.

Ele foi trabalhar na Ogyvi e acredito que depois foi trabalhar no Grupo Total...

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Primeiro no Grupo Total e foi para a Ogyvi depois.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Quando ele foi trabalhar no Grupo Total? Você lembra?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Após a licitação, não sei exatamente...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Após a licitação.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Acho que foi começo de 2004.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– 2004. Depois saiu do Grupo Total e foi trabalhar onde?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Na Ogyvi.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– O senhor não acha uma extrema coincidência, veja só, o senhor é amigo de Henrique Pizzolato que é presidente da comissão de licitação, sendo amigo do Pizzolato, que é presidente da comissão de licitação, um amigo seu Mauro Motoryn, depois da licitação vai trabalhar no Calia, numa das empresas que havia vencido a licitação, onde o presidente da comissão de licitação sai dessa empresa e vai ser diretor da outra empresa contratada pelo Banco do Brasil. É mera coincidência?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não tive nenhum acesso e nenhum poder de influenciar essa licitação. Parece-me que o Sr. Mauro Motoryn havia trabalhado na Fischer antes; quando a Fischer tinha conta do Banco do Brasil, ele era o diretor da Fischer, em Brasília, cuidando dessa conta, no passado.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Antes dele trabalhar na Ogyvi?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Antes, ele já foi diretor de atendimento dessa agência no Banco do Brasil. Porque me parece que quando a Fisher reconquistou a conta do Brasil, procurou o mesmo executivo que atendia antes essa conta.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Mas o senhor veja que curioso, é sabido por qualquer pessoa que mexe com licitações que as licitações de agências de publicidade são extremamente subjetivas, não há como suprir isso, não é verdade? O Presidente da comissão de licitação, que é seu amigo, Sr. Henrique Pizzolato, na verdade deu a vitória a três agências. Logo após essa vitória, um outro amigo seu é contratado por uma empresa, trabalha lá um certo tempo,

posteriormente, vai para outra empresa contratada. Tudo isso V. S^a entende que é coincidência?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Acredito que é fruto de buscar pessoas que têm experiência como diretores de atendimento. E o Sr. Mauro é muito conhecido no mercado publicitário.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Aliás, é uma área de escassos profissionais, não? Poucos profissionais para serem captados.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não conheço, Sr. Deputado.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – O que me parece é que é difícil justificar uma coincidência nesse caso. Porque, veja, como é que uma pessoa migra de uma agência para outra tendo a mesma conta? Quem exercia a função do Sr. Pizzolato na Caixa Econômica Federal, o correspondente?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não sei, Sr. Deputado.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – O senhor não tem idéia, nem é amigo seu.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não, que eu saiba não.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Porque a Ogilvi também prestava serviços equivalentes para a Caixa Econômica Federal, não?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não tenho essa informação, Sr. Deputado.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Perfeito. O senhor ficou amigo do Valério?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Eu o conheci bem.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Quando o senhor fala que conheceu bem significa que é amigo?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não, amigos partilham assuntos pessoais.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Vou ler aqui uma declaração sua no **O Globo**, do dia 26 de junho: “Guimarães admitiu amizade com Valério, mas negou que tenha favorecido o publicitário.” Declaração de V. S^a: “Eu me considero amigo de Valério. Não vejo impedimento ético na nossa amizade. A DNA é uma agência que ganhou licitação.”

V. S^a declarou que é amigo de Valério, por que nega hoje?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Vou rever a minha colocação, Deputado, vou manter a colocação do jornal. É que no calor das discussões dos jornalistas a gente fala um pouco demais. Mas eu tinha uma boa relação, conhecia o Sr. Marcos Valério e não neguei isso aqui em nenhum momento, tinha uma boa relação com ele.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Então o senhor veja que curioso, das três agências contratadas pelo Banco do Brasil, o senhor é amigo de um dos que venceu a licitação, é amigo de um que foi contratado por uma das empresas que ganhou logo após a vitória, e essa pessoa que é seu amigo foi contratado pela outra empresa que presta serviços do Banco do Brasil. Tudo uma coincidência?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Sim, Sr. Deputado.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra o Deputado Carlos Sampaio, por 15 minutos.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Deputados, Senadores e Senadoras, Sr. Ivan Guimarães, o senhor afirmou aqui hoje que na verdade o senhor participava do comitê financeiro, correto? O senhor não participou ativamente da campanha do Deputado José Dirceu?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não, Sr. Deputado.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Chegou até mim a informação de que o senhor muitas vezes permanecia no próprio gabinete central do Deputado José Dirceu, que fica entre as Avenidas 9 de julho e Estados Unidos.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Nunca estive no gabinete do Deputado José Dirceu nesse endereço nem em qualquer outro.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – O senhor afirmou aqui hoje que fez algumas visitas com o intuito de fazer a arrecadação, a arrecadação normal e lícita, portanto, para o Partido dos Trabalhadores durante a campanha de 2002. Correto?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Sim, Sr. Deputado.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – O senhor não participava de reuniões fora dessas empresas ou dos locais que o senhor ia buscar os recursos, por exemplo, em hotéis?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não, Sr. Deputado.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Faço essa colocação com muita ressalva porque foi uma informação que recebi, mas acho importante até para que o senhor exercite o seu direito de defesa. A informação que tenho é que em várias oportunidades o senhor se reuniu com empresários no Hotel Mofarrej, em São Paulo, e também na rede de Hotéis Sofitel, exatamente com esse intuito de arrecadar recursos. E aí nem vou entrar no mérito se de forma regular ou

irregular, porque o senhor negou que tivesse tido qualquer reunião com empresários para arrecadação de recursos em hotéis. Quero saber se o senhor mantém essa sua negativa, porque é uma coisa que pode ser checada, confirmada e comprovada.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Mantenho a minha negativa, Sr. Deputado.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – O senhor tinha algum tipo de relacionamento com diretores de instituições financeiras que, eventualmente, poderiam estar auxiliando na arrecadação de recursos para o PT?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não, Sr. Deputado.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Nenhum tipo de relação?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Chegou ao meu conhecimento, e aqui o faço com a mesma ressalva, para que V. S^a tenha o direito de exercer a sua defesa, que o senhor tinha um relacionamento estreito com o Sr. Mário Roberto Gimenes, Diretor do Interbank. O senhor confirma essa afirmação que estou fazendo?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Eu conheci o Sr. Mário Gimenes só em 2003 – estive com ele umas quatro vezes.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – O senhor pode me dizer qual a razão dessas reuniões com o Sr. Mário Roberto Gimenes?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não foram reuniões. O Sr. Mário Roberto Gimenes frequenta o Jockey Club de São Paulo e eu também.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Desculpe-me, ele é...

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Ele frequenta o Jockey Club de São Paulo, e eu, às vezes, almoço no Jockey Club de São Paulo. Eu o conheci lá, num restaurante que tem na tribuna, no Charlot.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Ok. Então, o senhor nega que tem qualquer relação com o Sr. Mário Roberto Gimenes, no que tange à arrecadação de recursos? Ele nunca teria pego recursos que sejam legalmente... que foram obtidos por V. S^a para o PT?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Nunca.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – O senhor tem alguma ligação com empresários do setor de informática?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Eu conheço... muitos amigos meus são diretores de empresa de Informática.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Enquanto Presidente do Banco Popular, o senhor realizou algum tipo de procedimento licitatório para a contratação de empresas de informática?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Eu não realizei nenhum tipo de procedimento licitatório.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – O Banco do Brasil?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Também não.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Como se deu a contratação da empresa Cobra?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – A Cobra é uma subsidiária do Banco do Brasil cuja direção é indicada pelo Banco do Brasil e presta serviços ao Banco do Brasil.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Ela tinha condições de emprestar todo tipo de serviço na área de informática, que o Banco Popular estava a exigir?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Eu não conheço todas as condições da empresa Cobra. Ela é uma integradora, ou seja, compra serviços de terceiros e integra esses serviços num pacote tecnológico. Aparentemente tinha condições, mas a decisão do Banco do Brasil foi utilizar tecnologia de casa – do Banco do Brasil – e não utilizar a Cobra no Banco Popular.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – A Cobra terceirizava seus serviços, é isso?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Uma integradora sempre tem fornecedores terceirizados que entregam partes; cabe a ela juntar essas partes para apresentar o produto que o cliente deseja.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – E, ao terceirizar, ela assim o faz sem nenhum procedimento licitatório?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Eu não tenho essa informação, Deputado. Acredito que sim – acho que só com cotações de preços.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – É porque a informação que também me chega é no sentido de que a Cobra não tinha condições de prestar os serviços necessários e que estaria sendo utilizada como um instrumento até para evitar processos licitatórios. Contratava-se a Cobra, por ser uma empresa subsidiária do Banco do Brasil, e ela fazia a contratação de terceiros na área de Informática, portanto beneficiando

a terceiros, sem que houvesse necessidade de licitação. O senhor não tem conhecimento disso?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não. No caso do Banco Popular, quem prestou serviços foi o próprio Banco do Brasil. A Cobra forneceu, se não me engano, os computadores de escritório – forneceu uma grande partida de computadores ao Banco do Brasil, e uma parte desses computadores foram locados ao Banco Popular.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – O senhor, ou alguma pessoa do seu relacionamento, teve participação direta na indicação de presidentes de fundos de pensão?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Nunca, Sr. Deputado.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Então, posso concluir que o senhor ou alguém do seu relacionamento não teriam nenhuma razão para comemorar a indicação deste ou daquele presidente de qualquer fundo de pensão?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Eu conheço alguns presidentes de fundos de pensão. Um deles chegou a prestar consultoria comigo – o Presidente da Funcef, Sr. Guilherme Lacerda. Mas eu não o indiquei, não tive nenhuma participação nisso. Participei, no começo do Governo, de vários jantares onde as pessoas brindavam de comemoração alguma coisa, mas especificamente não, e nem me gabar disso.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Porque também chegou ao meu conhecimento, Sr. Ivan, que o próprio Banco a que me referi – o Interbank – realizou um evento no Jockey Club em comemoração da indicação do Sr. Sérgio Rosa para a Presidência da Previ e que o senhor teria participado desse encontro comemorativo à indicação do Sr. Sérgio Rosa. O senhor confirma ou nega essa informação?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Eu participei de encontros no Jockey Club – no Interbank – antes desse Governo, mas eu nunca participei de evento com o Sr. Sérgio Rosa.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Comemorativo à indicação dele, o senhor não participou, o senhor nega?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Nego.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – O senhor sabe que está sob compromisso?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Sim.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Eu pergunto: que interesse teria o Interbank de fazer even-

tos comemorativos para o Partido dos Trabalhadores, entre os quais o senhor participou de alguns?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Eu acredito que ele não fez nenhum evento comemorativo para o Partido dos Trabalhadores.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – O senhor falou que participou de alguns eventos no Jockey Club, promovidos pelo Sr. Diretor do Banco, Mário Roberto Gimenes.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Eu participei de um jantar de aniversário de um dirigente do Interbank...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – O senhor me permite, Sr. Ivan, só observar: o senhor falou no início do seu depoimento que teria participado de aproximadamente uns quatro jantares comemorativos, realizados no Jockey Club, juntamente com o Sr. Mário Roberto Gimenez.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não, eu conhecia outras pessoas do Interbank. O Sr. Mário eu conheci em 2003.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Conhecia outras pessoas?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Conhecia outras pessoas?

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – E reitero a minha pergunta: qual a razão desses eventos comemorativos, particularmente, por exemplo, desse evento comemorativo feito para comemorar a indicação do Sr. Sérgio Rosa para a presidência da Previ?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Eu não conheço esse evento para o Sr. Sérgio Rosa. Desconheço esse evento.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – E desconhece também que esses eventos realizados pelo Interbank tivessem qualquer conotação de agradecer ou agradecer membros do PT que foram indicados para presidências de estatais ou, no caso, presidentes de fundos de pensão?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Sim.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – O senhor participava? Para eu me inteirar melhor, o senhor participou, por exemplo, de que eventos no Jockey Club?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Eu participei de um churrasco numa cocheira. É uma coisa que se faz normalmente no Jockey: churrasco na cocheira, porco no rolete. Vão todos os tipos de pessoas que freqüentam o Jockey Club, de banqueiro aos caras que criam cavalo, os tratadores de cavalo...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Nenhum evento específico em relação...

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Para o PT, não.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Não com o PT, mas, por exemplo, a indicação do Sr. Sérgio Rosa?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Não. O senhor conhece bem o Sr. Mattoso, que preside a Caixa Econômica Federal?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Conheço. Foi meu professor.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – O senhor teve alguma participação na indicação dele para a Caixa Econômica Federal?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Nenhuma.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – O senhor saberia dizer se algum banco teria interesse na indicação do Sr. Mattoso para a Caixa Econômica Federal?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não tenho nenhuma informação, Sr. Deputado.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Também para seu conhecimento, chegou a mim a informação de que o Interbank também promoveu um evento no Jockey Club em comemoração à indicação do Sr. Mattoso para a Caixa Econômica Federal, e a esse evento o senhor também estaria presente.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não, Sr. Deputado, não estive nesse evento. Não conheço esse evento.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – E nunca esteve presente, com ele, a um evento dessa natureza?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Desde que o Sr. Jorge Mattoso se tornou Presidente da Caixa Econômica Federal, eu só estive com ele em um ou dois cafés da manhã, porque nós morávamos no mesmo hotel e nos encontramos casualmente, e em uma audiência que eu solicitei a ele, para apresentar a idéia do Banco Popular do Brasil. Não tive nenhum outro contato com ele.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Estou satisfeito, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Presidente, só para um registro... dez segundos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Gustavo Fruet.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Obrigado, Presidente. É que eu fui chamado e não estava presente. Para justificar, eu estava junto dos Deputados José Eduardo Cardozo e Carlos Sampaio e de dirigentes

do Tribunal de Contas da União e dos Correios, o que foi muito produtivo. Também abro mão de minha inscrição, mas peço para registrar, para evitar qualquer mal compreendido.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Registrado, Deputado Gustavo Fruet.

Com a palavra, o Deputado Geraldo Thadeu.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, Sr. Ivan Guimarães, o senhor coloca que o Banco Popular tem autonomia total. É isso?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não, o Banco Popular não tem autonomia total. O Banco Popular não tem autonomia para realizar nenhum tipo de compra, seja de papel, lápis, caneta, tecnologia ou *marketing*. Todos os serviços e produtos consumidos pelo Banco Popular são comprados do Banco do Brasil, e este, por sua vez, compra dos seus fornecedores tradicionais e licitados.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Isso é regido por quê?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Como?

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – É regido como isso? Regulamento? Como é regido?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Eu entreguei aqui ao Sr. Relator o parecer do jurídico do Banco do Brasil, que recomendava esse procedimento com base na lei, e a decisão do Conselho de Administração do Banco do Brasil, determinando que fosse feito esse procedimento.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Agora há o parecer do jurídico do Banco do Brasil de que o Banco Popular não precisaria realizar concorrência para contratar empresa de publicidade. É isso? O senhor tem esse parecer?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Sim. Tenho.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – É do Banco do Brasil?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Sim.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – O senhor sabe quem é o advogado que deu esse parecer?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não, está registrado no material que eu entreguei. Não lembro o nome.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – O senhor não lembra o nome?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não. Não é um só; são alguns advogados que assinam, é um colegiado.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Quem nomeou o senhor como diretor do Banco Popular?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – O Conselho de Administração do Banco do Brasil.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Mas quem indicou o senhor?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não sei.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Quem é seu padrinho?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Infelizmente não sei, Sr. Deputado.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – O senhor não tem padrinho?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – O que... se eu tivesse padrinho, talvez eu estivesse até hoje, Sr. Deputado. O senhor me desculpe a confidência.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Mas o senhor saiu de lá por quê?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Porque houve um processo de necessidade política de alocação de outros quadros do Partido dos Trabalhadores. Isso gerou um quadro de instabilidade, e achei mais conveniente sair.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Foi necessidade política ou foi devido à questão de auditoria no próprio banco?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não havia nenhuma auditoria me incriminando em ato algum, quando saí do banco, nem instalada, nem concluída.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – E a questão dos 270 mil clientes no final de 2004? O que o senhor fala?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – O que já respondi aqui, Sr. Deputado, é que foi um procedimento negociado com as Lojas Marabrás, com a participação deles, com a participação de outras áreas do banco. Não havia nenhuma irregularidade no procedimento que foi feito. A informação que tenho é que as Lojas Marabrás resolveram tirar o Banco do Brasil de lá e colocar um banco privado.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Aquele campanha do final de 2004 foi feita pela agência do Valério, é isso? A de 1,3 milhão, da Rocinha.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não sei, Sr. Deputado. Acredito, pelo que foi

dito aqui hoje, que foi repassado para uma empresa a que o Sr. Marcos Valério era associado.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Esse Projeto Rocinha, do Banco Popular, foi um fracasso absoluto?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – O Projeto Rocinha teve um problema, como expliquei e gostaria de explicar novamente. No momento em que ele começou, houve a prisão do líder comunitário e presidente da Associação de Moradores da Rocinha. Isso gerou um quadro de desestabilização na comunidade, uma série de ações do tráfico de drogas. O presidente foi solto. Isso envolveu boa parte da sociedade, da classe política do Rio de Janeiro, com uma série de depoimentos. Depois, ele foi preso de novo. Então, o período da nossa campanha foi um período de profunda instabilidade. Nós não conseguimos trabalhar lá. De fato, ele não atingiu os resultados esperados em função desse componente que não estava sob nosso controle.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Mas a estatal gastou R\$1,3 milhão nessa campanha, com a MultiAction.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Eu não tinha controle, Sr. Deputado, de quais as empresas que prestariam serviços. Cabia-nos fazer os planos de trabalho, nem os planos de trabalho, fazer a concepção geral, e todo desenvolvimento do plano de trabalho, da execução, gerenciamento e prestação de contas cabiam ao Banco do Brasil. Nós nunca tivemos relacionamento direto com qualquer agência de publicidade ou qualquer empresa prestadora de serviços ao Banco do Brasil.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Desculpe-me, o que o senhor fazia no Banco Popular?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Eu cuidava da rede e da política de crédito. Dirigia uma equipe de 86 pessoas, voltada à inteligência do negócio.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Mas o senhor não tomava conhecimento da questão publicitária, de compras? O senhor não tinha conhecimento nenhum disso?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Eu tinha conhecimento das grandes questões, mas não tinha nenhum controle da execução.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – O senhor fala dos grandes contratos. O senhor acha que R\$1,3 milhão não é um grande contrato?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Eu não falei grandes contratos. Eu falei grandes questões, Sr. Deputado, me desculpe. Eu tinha que discutir a política de crédito, a obtenção de me-

tas, o lançamento de novos produtos. Essa era a minha função.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Um contrato de R\$58 milhões, de R\$60 milhões, da DNA não é um grande investimento, não é um grande negócio?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Sessenta milhões?

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Não é isso?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não. O total de despesas de *marketing* gasto pelo Banco Popular do Brasil, no seu primeiro ano, foi de R\$29 milhões. Nem tudo isso foi gasto com a DNA. Foram outros fornecedores. Eu não tinha controle sobre quem seriam esses fornecedores. Como apresentei documentalmente aqui, todas essas decisões cabiam ao Banco do Brasil. Em termos de valor, Sr. Deputado, só para deixar claro, as campanhas de cartão de crédito, cada campanha custa na faixa de R\$30 milhões. A campanha de final de ano do Banco do Brasil custou R\$29 milhões. O maior anunciante do Brasil gasta R\$1,4 bilhão de *marketing* por ano. Então, os valores que o banco gastou estão condizentes com os valores praticados em mercado.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – O que o senhor fala sobre aquele patrocínio do vôlei. Foi pelo Banco do Brasil também?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não. O Banco Popular do Brasil não patrocinou o vôlei. O Banco do Brasil patrocina o vôlei.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Através do Banco Popular.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não. Através do Banco Popular, o futebol na areia.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Futebol de areia?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Futebol de areia.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – O senhor se lembra de quanto era o valor?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – R\$4,5 milhões.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Futebol de areia?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Futebol de areia.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sr. Presidente, Sr. Relator, aqui é muito difícil. Dificilmente, vamos tirar alguma coisa dos depoentes aqui. Mas gostaria de deixar meu protesto.

Na última reunião da semana passada, na oitiva do Sr. Toninho Barcelona, realizada em São Paulo, aonde fomos, Deputados, Senadores e Senadoras, saímos de lá todos convictos de que Toninho Barcelona deveria ser ouvido aqui. Quando chegamos aqui, mudou completamente a posição de grande parte dos Parlamentares que lá estiveram. Isso é muito estranho.

Sr. Presidente, tenho acompanhado as declarações de V. Ex^a e do Sr. Relator. Temos tanto por V. Ex^a quanto pelo Sr. Relator o maior respeito e admiração. Sabemos que o Partido dos Trabalhadores vem passando por momento muito difícil, com todas as denúncias que estão caindo sobre ele e o Governo Federal. Mas considero que esta é a hora em que a população brasileira espera que esta CPMI apresente resultados.

Se há dúvida quanto ao que ouvimos do Toninho Barcelona, não concordo quando dizem que não devíamos ouvir bandidos e condenados. Ele tem de ser ouvido nesta Comissão. Sei que foi decidido no voto, democraticamente, mas não é isso o que a população brasileira espera desta Comissão. Não é isso o que a população brasileira espera das apurações do fato. Como o do Sr. Okamoto, em que também há dúvida. Lembro muito bem que, no caso Collor, foi a questão do Fiat Elba.

Sr. Presidente e Sr. Relator, é importante que essa matéria seja apreciada novamente. Não sei se regimentalmente é possível ou não. Em todos os lugares a que vamos, qualquer Estado, qualquer cidade, qualquer lugar, a população clama por esclarecimento. Não podemos, com leviandade, dizer se é real ou não. Temos de apurar.

Sei que V. Ex^a tem-se pautado com seriedade e compromisso. Vemos o cansaço na expressão de V. Ex^a e também do Relator. Mas é uma missão dura, de colegas Parlamentares que aqui estarão. Temos de dar todo o apoio ao nosso Relator, para que tenha liberdade e tranquilidade para exercer sua função. Não devíamos aceitar que Parlamentares viessem aqui colocar questionamentos ao Relator sobre a indicação do nome de um ou de outro à Comissão, para averiguar se houve realmente participação ou não de Parlamentares.

Sr. Presidente, sou um simples Deputado, um simples Parlamentar, mas tenho, na minha consciência, que vamos lutar e contribuir com V. Ex^a, com o Relator e com os Subrelatores, para que possamos chegar ao final desta Comissão com a apuração total e absoluta dos fatos. Não poderia deixar de fazer essa colocação. Minha consciência não me permitiria ficar tranquilo.

Desculpe-me. Não faço absolutamente juízo nenhum do trabalho de V. Ex^a, que, na minha opinião, tem sido bem conduzido tanto por V. Ex^a, Sr. Presidente, quanto pelo Sr. Relator. Mas precisamos mostrar que,

nesta CPMI, as coisas não terminarão realmente em *pizza*. Como o caso do Sr. Ivan Guimarães, que tudo seja apurado e investigado profundamente pelos técnicos do Tribunal de Contas, pela Promotoria Pública e que todos os dados sejam checados profundamente. Dificilmente, ouviremos de algum depoente a confissão dos fatos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Muito obrigado, Deputado Geraldo Thadeu. Eu só queria registrar que há um equívoco com relação a alguns fatos que foram mencionados não só por V. Ex^a, mas por outros Parlamentares. O que foi votado, na última reunião administrativa, foi um requerimento de preferência, que incluía requerimentos citados aqui. Os requerimentos estão na pauta da reunião administrativa de amanhã. O que foi votado foi um requerimento de preferência. Isso não elimina alguns dos requerimentos que V. Ex^a citou e outros Parlamentares também, ao longo do dia de hoje.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Eu

entendo, Sr. Presidente. Compreendo e sei muito bem que V. Ex^a tem total e absoluta razão. Mas não podemos concordar com o fato de que, quando estávamos lá em São Paulo, naquela audiência – eu sei que aqui já foram feitos vários protestos –, no meio da reunião, vários Parlamentares se ausentaram, foram dar entrevista e levaram gravação. Foram muito ruins os fatos que ocorreram lá.

Nós saímos de lá convictos de que o Sr. Toninho Barcelona tinha que vir aqui, para dar depoimento. Esperamos que, na quinta-feira, o requerimento seja aprovado e que os fatos sejam apurados.

Não queremos fazer juízo de maneira alguma, ninguém quer crucificar ninguém, mas queremos apurar os fatos, até para que não parem dúvidas sobre quem está sendo colocado em dúvida. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Muito obrigado, Deputado Geraldo Thadeu.

Com a palavra, o Deputado Pompeo de Mattos, por quinze minutos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sr.

Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, prefiro primeiro fazer uma afirmação que entendo necessária...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– O som, Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – ...nes-

sa questão que está posta em função do que a CPMI... Acho que não tenho som.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Som. Por favor, Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Pois

não; acho que agora tenho som.

Presidente, nessa questão que a CPMI tem investigado e em que se tem aprofundado, parece-me que algumas coisas já ficam claras, e não é demais afirmá-las e repeti-las para consolidá-las. Primeiro, há um esquema muito claro que a CPMI detectou, de corrupção no Governo, de caixa dois, para pagar contas passadas, contas da campanha do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Não sei se é mensalão, mas havia, sim, saques nas contas do Marcos Valério; depois, individualmente, por outra personalidade, por outro Deputado, pessoas ligadas a Deputados, dirigentes partidários. Eu chamo isso de manutenção dos benefícios do caixa do Sr. Marcos Valério. Terceiro, é dinheiro que, a meu ver, significava não mais o caixa dois, mas uma espécie de caixa três, para garantir a próxima eleição, para fazer um fundo para a próxima eleição, inclusive com dinheiro no estrangeiro, em paraísos fiscais, com evasão de divisas. Isso para mim está muito claro.

Falta, obviamente, para nós, Sr. Presidente, detectar, de forma muito clara, quem são os que depositaram esse dinheiro nas contas de Marcos Valério. Tenho a impressão de que ele é um grande laranja, um laranjão. Há gente maior e acima dele. Compreendo que ele servia para repassar dinheiro do Governo para líderes do Governo – Deputados, enfim, aqueles próceres da Base do Governo. Mas, além desse dinheiro público, desviado através da publicidade, há outros recursos que aportaram na conta do Sr. Marcos Valério, que a CPMI tem que perquirir, ir atrás.

Quero dizer que não dá mais para tapar o sol com a peneira. Quero fazer um apelo, se é que posso, ao Presidente Lula: ele tem que voltar a falar com a Nação. Eu tenho convicção de que o Presidente Lula não fez esse tipo de montagem de aparelho, para lesar o Estado, a União, mas ele, num determinado momento, ficou sabendo. Ele sabia. Não teve força para tomar atitude ou não quis, não sei. Mas agora, mais do que nunca, ele sabe, e é preciso declarar à Nação, vir a público e admitir isso. Deve chamar as forças vivas da Nação, a sociedade civil organizada, os Partidos políticos, os homens de bem, o conselho da Nação e dizer: “Olha, não fiz, fiquei sabendo, não tive força para desmanchar, mas quero contribuir”. Deve abdicar de toda e qualquer possibilidade pessoal, até mesmo da reeleição e dizer: “Quero terminar meu governo com dignidade, para o bem do País”. Deve fazê-lo, para limpar o nome do próprio Presidente Lula, que é um homem honrado, que, ao longo da história, tem uma vida limpa e que tem a oportunidade de não levar para a história essa pecha de ser alguém que admitiu um

Governo de corrupção, de ser quem chancelou, quem avalizou esse Governo.

Faço este apelo ao Presidente Lula: é importante que ele venha e diga à Nação brasileira que não fez, mas sabia, ficou sabendo; que, quando ficou sabendo, não pôde desmanchar, não teve força e que agora pede a força de tantos quantos puderem fazer essa limpeza, inclusive a CPMI, porque não dá mais para tapar o sol com a peneira.

Em cada depoimento, caminhamos na mesma direção, sem contar que alguns depoimentos vêm sendo adiados. Mas, se pegarmos o depoimento do Sr. Ivan Gonçalves Ribeiro Guimarães, não é diferente. Ele diz: “Não sei, não vi, não conheço, não me disseram, não posso informar. Foi o último a saber. Todos com o conto da carrocinha. Não dá para acreditarmos, precisamos ser mais firmes.

O senhor participou de uma espécie de confraria. Era amigo do Marcos Valério, que era amigo do Delúbio, do Mauro Montorin, que era diretor da empresa Ogilvy, que era amigo do Henrique Pizzolato, do Eduardo Fischer. Todos transitavam na questão da propaganda do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal e do Banco Popular. Encheram os bolsos.

Aliás, faço ao senhor a primeira pergunta. O senhor sabe que numa campanha o Banco Popular pagou R\$4 milhões para a DNA, a agência do Sr. Marcos Valério, distribuir papeletas nas esquinas e que ele terceirizou esse serviço por R\$1 milhão. O Banco Popular pagou para a DNA R\$4 milhões, e ele pediu para uma outra empresa entregar esses bilhetes nas esquinas, dizendo que o Banco Rural era um novo banco, vendendo os produtos do banco. O senhor ficou sabendo disso?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Sr. Deputado, todas as verbas de publicidade do Banco Popular do Brasil foram executadas pelo Banco do Brasil; eu não tinha nenhum controle sobre isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Não foi o que eu lhe perguntei. Disso já sei.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não, eu não tinha conhecimento disso.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O senhor não ficou sabendo que ele recebeu R\$4 milhões, para fazer uma campanha que era do Banco que o senhor presidia, de distribuição de panfletos, para fazer uma panfletagem. Não houve uma panfletagem em favor do Banco?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Houve mais do que panfletagem. Houve uma ação de mobilização com panfletagem, com homens-placa, com carro de som.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O senhor sabe quanto custou isso?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não, não sei, Sr. Deputado.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Vou-lhe informar, pois o senhor é desinformado: R\$4 milhões para entregar bilhetes nas esquinas. Isso é coisa que se abomina. E o Presidente do Banco não sabe; eu, que não sou nada do Banco, estou sabendo. Aliás, o Brasil sabe, quem não sabe é o senhor. É isso que nos deixa chateados, tristes. Os Deputados são duros, são boca braba. Não é que somos boca braba, é que sabemos qual é a boca que explora e qual é a boca explorada. É melhor ser boca braba, do que não ter boca para nada. Nessa hora, temos que colocar a boca mesmo, infelizmente.

Quanto o Banco gastou em publicidade?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Nos seus primeiros 12 meses, R\$29 milhões.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Vinte e nove milhões. E, até agora, quanto?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Até agora, nos primeiros 12 meses de operação, R\$29 milhões.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Qual é o prejuízo do Banco nesse período?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Acredito que na faixa de R\$60 milhões.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sesenta milhões de prejuízo. O povo paga, é fácil o povo pagar. Fizeram um banco para tomar prejuízo. Há três empresas no Brasil que dão muito lucro: a primeira é banco bem cuidado – não há o que dê mais lucro, do que banco bem cuidado –; a segunda é banco malcuidado – dá tanto lucro, que não é preciso cuidar direito, porque dá lucro igual –; a terceira é banco quebrado – se quebra, o Governo põe a mão na guaiaca do povo, na algibeira, no bolso, inteira o que falta, e o banco sai faceiro, que o diga o Banco Santos e seu dono. Eu não tinha visto banco dar prejuízo, mas estou vendo. Não tinha visto.

O senhor foi o tesoureiro voluntário do PT, é isso? Ajudou na tesouraria do PT, na arrecadação de recursos?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Sim, fui voluntário no comitê financeiro.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – No comitê financeiro. O senhor disse que esteve no Rio Grande do Sul, fazendo o quê?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Acompanhando o Vice-Presidente, José Alencar, numa reunião na Fiergs.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Arrecadou quanto lá?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Lá não arredamos nada naquele momento.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Quem lhe pagou lá?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Ninguém pagou lá.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Qual a empresa que contribuiu com o senhor lá?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Nenhuma empresa contribuiu naquele momento, nós apenas fizemos a divulgação.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E depois?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Acredito que a Gerdau fez uma doação.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Só a Gerdau?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Que eu lembre de cabeça aqui, só a Gerdau.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Foi por caixa um ou por caixa dois?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Sempre para o caixa um.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sempre para o caixa dois.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Caixa um, Sr. Deputado.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Caixa um. Tem o um, o dois, e está aparecendo o caixa três.

Com quanto a Gerdau contribuiu?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não me recordo.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Mais ou menos.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não me recordo.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – A memória é seletiva.

O senhor trabalhou no Banco Popular por um ano?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Um pouco mais de um ano, Sr. Deputado.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O senhor saiu do Banco e foi trabalhar aonde?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Estou trabalhando no conselho de administração de três empresas, Sr. Deputado.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Quais as três empresas?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Kleper Weber, Bombril e Arcelor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Quem lhe botou na Kleper Weber?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – O Banco do Brasil.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Eu só quero informar aqui ao Brasil a vergonha da vergonha de quem perdeu a vergonha. O Governo brasileiro do Presidente Lula lhe demitiu do Banco e lhe botou de conselheiro na Kleper Weber, na minha cidade, em Panambi, no Rio Grande do Sul. No dia 1º de maio, saiu do Banco e foi de conselheiro na Kleper Weber. Quando o senhor assumiu lá?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Após a minha saída do Banco Popular.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Eu sei, 1º de maio.

Quanto o senhor ganha por mês lá?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Acredito que ao redor de R\$8 mil.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Para fazer o quê?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Para participar das reuniões e analisar os balanços da empresa.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Eu sei, fazer o que o peixe faz. O senhor sabe o que o peixe faz? Nada.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Estou me sentindo ofendido, Sr. Presidente.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O senhor foi conselheiro dos Correios também?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não, Sr. Deputado.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Nunca foi?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não, Sr. Deputado.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O senhor é conselheiro de qual outra empresa, além da Kleper Weber?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Da Arcelor, Belgo-Mineira.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Desde quando?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Após a minha saída do Banco Popular.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Mais um. Ele saiu do Banco Popular, foi trabalhar na Kleber Weber ganhando R\$8 mil. Para dar conselho, imagine o conselho que o senhor dá lá.

E agora na Belgo-Mineira para ganhar quanto?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Ao redor de R\$10 mil.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Já são R\$18 mil. Já está ganhando R\$18 mil por mês.

Quem lhe botou lá?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – A Previ.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Que vergonha. A minha Previ?

O senhor sabe que eu sou da Previ?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não, Sr. Deputado.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Então fique sabendo. Sou funcionário do Banco do Brasil. Eu sei mais do que o senhor imagina que estou sabendo. Muito mais. O senhor está se aproveitando do dinheiro dos funcionários do Banco do Brasil. Está metendo a mão. Essa é a verdade. Isso é uma vergonha. É inaceitável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Pompeo de Mattos, por favor. Nós conduzimos...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Mas eu estou sendo logrado junto, Sr. Presidente. A minha indignação é tanta, os funcionários do Banco do Brasil estão sendo logrados juntos. Aliás, eu quero pedir ao Presidente da Previ a sua demissão. Vou pedir ao Presidente da Previ a sua demissão. Se a Previ tem direção, vai-lhe demitir. E espero que o Governo brasileiro o demita da Kleper Weber, o senhor vai quebrar a Kleper Weber, vai dar prejuízo na Kleper Weber. Como haverá de dar prejuízo, quem sabe, na Belgo-Mineira.

E na Bombril?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Foi um interventor judicial.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Está quebrada a Bombril. Vieram chamar o senhor para lá para terminar de quebrar. Porque ela teve uma intervenção. Ela não está sofrendo uma intervenção?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Ela está sob uma intervenção judicial.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Quanto o senhor ganha da Bombril?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Algo em torno de R\$18 mil por mês.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sr. Presidente, R\$18 mil por mês, eu não tenho o direito de me indignar. Vou ficar doente aqui.

Então o senhor ganha R\$8 mil na Kleper Weber; R\$10 mil da Belgo-Mineira; e R\$18 mil da Bombril, que está sob intervenção e está quebrada. O senhor é um brasileiro, nós somos uns bobos. Somos uns bobos. É como me sinto. Bobo, muito bobo.

Quando o senhor entrou na Bombril?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Em maio.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Ele saiu do Banco Popular, quanto o senhor ganhava no Banco Popular?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Ao redor de R\$20 mil por mês.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Quanto o senhor ganha por mês agora?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Mais ou menos R\$35 mil por mês.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Esse é o marajá. Vejam com quem estamos lidando e onde estamos nos metendo. E o senhor vai sair do PT ainda? O PT é bobo, hein!? Mas esse PT é bobo. E ainda mantém o homem lá. Agora começo a entender porque o PT está se afundando. Também, com umas pessoas assim, trabalhando em nome do PT e para o PT, meu Deus do céu!

Ora, Sr. Presidente, tenho tantos questionamentos a fazer, que eu queria passar meia hora fazendo perguntas ao depoente, a fim de contar o que sei e dizer aquilo de que o Brasil precisa saber referente aos atos que o senhor praticou no Banco Popular contra o Brasil, contra o banco e contra o Banco do Brasil. Afundou o Banco Popular. Só não afundou o Banco do Brasil, porque vai faltar água para afundá-lo, porque o Banco do Brasil é um banco de respeito, de moral e de conceito.

Quanto ao futebol de areia, o senhor participou do contrato do futebol de areia que o banco patrocinou, o seu Banco Popular?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – O contrato foi celebrado pela Diretoria de Marketing do Banco do Brasil.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Com quem foi feito o contrato?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Com a Federação de Futebol de Areia.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E qual é a empresa?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não sei, Sr. Deputado.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Vou informar-lhe.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Acredito que diretamente com a Federação.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Com a Octagon Koch Tavares: R\$4 milhões.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – É a mesma empresa que faz o tênis do Banco do Brasil.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – É a mesma empresa que faz o tênis, que está milionária, às custas da publicidade do Banco do Brasil e do Banco Popular. O senhor conhece esse contrato?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não, Sr. Deputado.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sr. Presidente, vou requerer cópia desse contrato, que já foi solicitado judicialmente, mas, infelizmente, negado na Justiça, a título de sigilo. A CPI precisa ter acesso a esse contrato.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado, encaminhe seu requerimento à Mesa Diretora da CPMI.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Vou apresentar... Estou sem som, Sr. Presidente. Vou apresentar requerimento nesse sentido.

A Octagon Koch Tavares patrocinou o que no Banco Popular?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Ela não patrocinou nada. Ela foi patrocinada.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sim. Ela foi patrocinada, é verdade. Mas só o *beach soccer*, só o futebol de areia?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Sim. Acredito que só o *beach soccer*.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E o que ela mais faz no Banco do Brasil?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – O circuito de tênis.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Qual é o valor do contrato?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não conheço. É do Banco do Brasil; não é do Banco Popular.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Também vou requerer cópia, Sr. Presidente, desse contrato, que, aliás, foi montado com o senhor e com o Henrique Pizzolato.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não, eu não participei desse contrato, Sr. Deputado.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Nem ficou sabendo?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado, por favor conclua a sua manifestação.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Sr. Deputado, o Banco do Brasil deve ter mais de 100 mil contratos ativos. Eu não tenho acesso a quase nenhum deles.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sr. Presidente, como não sei se posso reinscrever-me, registro que eu ainda teria muito a perguntar.

Impressiona-me apenas, Sr. Presidente, o que está ocorrendo, e o Brasil fica estupefato com os fatos. Este cidadão, Sr. Ivan Gonçalves Ribeiro Guimarães, foi demitido ou pediu demissão do Banco Popular por toda essa confusão que criaram no referido banco e, como prêmio, tem um contrato só para participar de reuniões – não para trabalhar – e para dar conselhos à Kepler Weber, empresa da qual o Governo faz parte com capital acionário.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Conclua, Deputado.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – A nossa Previ do Banco do Brasil...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Conclua.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Também faz parte do grupo Belgo Mineiro – mais R\$10 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Conclua, Deputado.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Concluirei, Sr. Presidente. E atua como conselheiro da Bombril, que está quebrada. A Bombril está quebrada, mas S. S^a recebe por mês R\$18 mil. Esse é o brasileiro, esse é o cidadão que estamos ouvindo. O Brasil precisa ouvir mais, para ficar sabendo quem é quem nesse processo.

Quero dar os parabéns ao PT, que o tirou do Banco Popular e o colocou nessas empresas.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Pompeo de Mattos, conclua.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Concluirei, Sr. Presidente. O PT precisa acordar. Está na hora de o PT acordar, pelo amor de Deus!

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Concedo a palavra, já encerrando, aos Senadores Heráclito Fortes e Tasso Jereissati, os dois últimos inscritos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Encerrando, não. Começando, não é, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Começando a inquirição de V. Ex^a.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Como sempre, V. Ex^a é generoso.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – V. Ex^a dispõe de quinze minutos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, ouvi agora um diálogo que eu poderia chamar de diálogo de gente da Casa: o Deputado Pompeo de Mattos, funcionário do Banco do Brasil, com o depoente, também funcionário do Banco do Brasil.

Não quero entrar no mérito dessa lavagem de roupa suja. Quero ser mais objetivo nas perguntas, até para não cansá-los, em razão do adiantado da hora.

O senhor disse que morava no mesmo hotel que o Sr. Mattoso. Qual era o hotel?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – O Blue Tree Park. O Blue Tree Flat.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – O circuito interno do Hotel Gran Bittar registra algumas entradas do senhor no Hotel Gran Bittar. O senhor morou também nesse hotel?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Nunca morei no Gran Bittar.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Ia lá a passeio?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Eu devo ter ido almoçar no restaurante duas vezes. Esse tanto. Não tenho lembrança disso.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Almoço, não é?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Acredito que sim. Sim, almoço.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Está bom. Qual é a sua ligação com o Banco Santos?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Nenhuma.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Nenhuma?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Eu fui... Eu tive conta no Banco Santos até 2002. Encerrei a conta naquele ano. Final... No começo de 2003, eu encerrei minha conta lá.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Não se dava com nenhum dos diretores?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Me dava com a esposa de um diretor. Foi colega de trabalho.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Por que o senhor consta na agenda do Sr. Edmar Cid nos últimos dias do banco?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não sei, Sr. Deputado – Sr. Senador, desculpe.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Não sabe o motivo. O banco, além de campeonato de futebol de praia, patrocinou *shows* populares? O Banco Popular?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não, Sr. Senador.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Nenhum?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – O senhor tem conta no exterior?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não, Sr. Senador.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Nunca teve?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Nunca tive.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Anteriormente, o senhor passou a informação de que os Consultores Joaquim Boanerges **(?)****(?)** – não sei o sobrenome – e Jaime Rúbio, em determinado momento, precisaram atingir a meta de um milhão de contas até o fim do ano, para fazer jus a um bônus de R\$250 mil. É isso?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – O bônus era variável em função de um conjunto de metas. Um milhão de contas compunha a conta necessária para o pagamento de um bônus.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Eles receberam?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Sim, Sr. Senador.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – O senhor como diretor, como presidente, recebeu também o bônus?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Recebi o bônus que todos os diretores do Banco do Brasil receberam.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – De quanto?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Eu acredito que foi de quatro salários, Sr. Senador.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Só quatro salários?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Quatro salários.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Os três conselheiros, além do bônus, tinham um contrato. Qual era o valor do contrato?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – O contrato foi entregue aqui ao Sr. Relator, na versão original deles. Era um contrato ao redor de R\$36 mil por mês.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Para cada...

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Para cada consultor.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Para cada consultor. O senhor falou que foi indicado para o Conselho da Bombril pelo interventor, pelo liquidante... O senhor usou uma...

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARAES – Não, não. Não é liquidante. É intervenção judicial.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – É intervenção judicial?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARAES – Sim.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Quem fez a indicação do interventor judicial?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARAES – O Sr. Valmir Camilo.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Valmir Camilo?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARAES – Sim.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Escolha pessoal ou colegiada?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARAES – Não sei, Sr. Senador.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Mas ele faz a indicação com que poder, ocupando que função?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARAES – De Presidente do Conselho de Administração da Bombril.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Presidente do Conselho de Administração da Bombril?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARAES – Sim.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Então, convidou o senhor para assumir...

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARAES – Me convidou.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – O senhor se lembra do gasto médio do cartão de crédito corporativo a que tinha direito durante o período em que estava no banco?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARAES – Eu apresentei esses dados na Comissão de Assuntos Econômicos, quando aqui estive. Eu me lembro que o conjunto da Diretoria Colegiada que tinha – eram quatro cartões corporativos. Nós nunca gastamos do que 50% do limite. Eram valores relativamente... Todos os cartões juntos acho que davam uns R\$3,5 mil por mês.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, é evidente que, após uma tarde em que as perguntas se repetem e o depoente, adremente treinado – e não critico o depoente por isso –, limita-se a responder de acordo com a conveniência, muito pouco esta CPI tem a apresentar ao final de um dia cansativo desses. Eu acho que a CPI vai avançar quando nós formos, Sr. Relator, confrontar os dados. O acesso ao

hotel a que ele nega que foi com as informações que nós temos aí. As contradições desses depoimentos é que vão fazer esta Comissão Parlamentar chegar a alguns dados importantes. Lamentavelmente, nem todos os depoentes procuraram seguir pelo menos o roteiro do Ministro Palocci, que facilitou em muito o próprio Governo com sua ida espontânea à televisão, mas que também, como o depoente, estará a mercê da confirmação ou não desses fatos.

É lamentável, mas estamos amarrados a essa rotina. Não é a primeira vez, e não sou eu que vou condenar o depoente. Tentamos arrancar dele as informações, e ele tenta, bem orientado, fugir delas. Afinal de contas, não estava aqui, quando ele demonstrou suas mágoas com o Partido dos Trabalhadores.

Achei que, a princípio, V. S^a tinha todo o direito, até porque nunca vi uma máquina de fritar companheiros tão grande como a do PT. Eu quero dizer a V. S^a que todas as informações que recebemos contra o banco de V. S^a saiu dos companheiros. A algumas informações, quando fomos em cima do Banco Popular, jamais teríamos acesso. Aquilo foi possível, porque alguns companheiros queriam o lugar, o lugar pomposo, e, então, começou-se o fogo amigo do qual V. S^a é vítima. Mas já vi que até a punição dentro do PT tem suas compensações.

O senhor saiu desse cargo em que tinha grande exposição, no entanto foi para esse conjunto de representações em conselhos, que lhe dá, pelo menos, financeiramente, mais tranquilidade e lhe permite uma melhor proteção com relação à mídia. É minha grande dúvida, Senador Sérgio Guerra, essa maneira de o PT agir principalmente com os companheiros.

Vou encerrar, dizendo o que tenho repetido aqui constantemente. A grande frustração da Oposição nesta Casa é porque não conseguiu ainda criar grandes embaraços para o Governo, o próprio Governo cria todos. Essa história começa, Sr. Depoente, desde a famosa estrela no jardim do Palácio da Alvorada, onde fizeram uma tremenda crítica a D. Marisa por ter decorado o jardim do palácio com aquela estrela – estrela essa a que só acesso tinha quem morava dentro do palácio ou quem tinha acesso ao palácio, porque nem sequer helicóptero, que tinha uma maneira de fotografar a estrelinha, Sr. Presidente, pode passar por ali por ser uma área proibida.

De forma que estamos nesta CPI, e estamos vendo, Deputado Maurício Rands, que as perguntas mais embaraçosas que ouvi aqui foram exatamente as do PT. E quero parabenizar – queria louvar a presença, mas S. Ex^a já saiu – o sempre e oportuno Deputado Eduardo Cardoso, que talvez tenha feito a pergunta

mais objetiva e que mais revelações tenha arrancado do depoente.

De forma que essa caminhada vai continuar, e tenho certeza, Sr. Presidente, de que ele vai ter que voltar aqui. É uma pena que ele não tenha hoje aproveitado esta oportunidade para se livrar desse peso. Fique certo, infelizmente, de que o senhor vai ter que voltar aqui. É uma pena, mas faz parte do jogo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Muito obrigado, Senador Heráclito.

Com a palavra, encerrando os inscritos, Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Senador Delcídio, obrigado pela oportunidade.

Eu não faço parte dessa CPMI, mas, por uma série de razões, quis estar presente, porque sou uma pessoa muito interessada na questão do microcrédito. Há muitos anos, estudo o microcrédito e me interessei por essa questão; acompanhei com certo otimismo, quando o Governo Lula falou em fazer microcrédito no Brasil.

Por essa razão, ainda antes de estourar qualquer escândalo ou qualquer problema relacionado ao Governo do PT, do Governo Lula, no decorrer de uma votação sobre microcrédito, ao me deparar com alguns números do Banco Popular do Brasil, tive oportunidade de conversar com V. S^a e indagar a V. S^a algumas coisas que realmente me surpreenderam bastante.

Eu, animado que estava com a perspectiva de se fazer uma proposta de microcrédito no Brasil, quando olhei os números fiquei absolutamente surpreso com o que estava acontecendo. Por outro lado, na primeira conversa que tive com V. S^a, no gabinete do Líder Mercadante, e, depois, na reunião que fomos obrigados a fazer na Comissão de Assuntos Econômicos, observei que V. S^a não era um mero aventureiro. Conhecia o microcrédito, já tinha até escrito um livro sobre microcrédito, estava a par do que acontecia no mundo, das diversas discussões, erros e acertos sobre o microcrédito, e, portanto, poderia fazer um bom trabalho.

Mas não havia como acreditar no bom trabalho, ao comparar o que V. S^a dizia e demonstrava de conhecimento do problema com os números do Banco Popular do Brasil. O que eu quero dizer com isso é, como sou o último e não sou da CPMI, e até por informações que tenho também de V. S^a, que creio que V. S^a é um profissional de boa categoria e que teria condições de fazer um bom trabalho.

No entanto, hoje V. S^a pode estar fadado a ser o protagonista talvez da maior farsa do Governo PT, da maior fraude do Governo PT, que envolve dois aspectos. Um, a grande oportunidade de fazer um pro-

grama de microcrédito no Brasil. Ao fazer um grande programa de microcrédito, no Brasil, trazer a população brasileira mais excluída, mais carente, ao crédito, e, portanto, dar alguma oportunidade de alavancagem a essa população. Mas praticamente desmoralizando o programa de microcrédito no Brasil; de agora em diante vai ser difícil reerguer algum programa de microcrédito neste País.

Por outro lado, o próprio Presidente Lula fez uma imensa festa ao lançar o programa de microcrédito. Fez grandes eventos, disse que era o ano do microcrédito no Brasil, e aquilo que já era entusiasmo fez com que a população mais carente, a população excluída, tivesse esperança no Lula, que já inspirava muita confiança; tivesse esperança de um programa realmente voltado para o crédito para a população mais carente.

Portanto, eu não queria, por desencargo de consciência, deixar de fazer um apelo, talvez como último Senador a falar aqui. É uma oportunidade na vida que V. S^a tem de falar aqui o que V. S^a sente sobre o que realmente aconteceu com o Banco Popular. E acho que seria uma oportunidade para a sua biografia e para a sua vida daqui por diante, dizer o que V. S^a sabe do que aconteceu no Banco Popular. Porque, senão, vejamos, V. S^a vai ser o protagonista da maior farsa, porque foi o maior engano. Enganou o povo, o povo do Lula, o povo mais carente, enganou o povo brasileiro, jogou por água abaixo um programa de altos méritos para a população mais pobre do Brasil.

E, o pior: usou desse programa não para realmente fazer microcrédito, mas para desviar recursos do Governo brasileiro, principalmente do Banco do Brasil.

Pelos números que nós temos... Infelizmente, V. S^a lembra que quando esteve aqui eu lhe pedi os números fechados do balancete até março, mas duas semanas depois V. S^a se afastou do Banco e eu não tive acesso a esses números. Porque os números deste ano que estava começando eram mais assustadores ainda dos que os do ano passado.

Lembro-me de quando indaguei V. S^a se teria gastado R\$ 25 milhões ou R\$ 29 milhões em publicidade no ano de 2003, 2004, e qual era a sua intenção em gastar no ano seguinte, o senhor me disse: “Vou gastar o mesmo tanto”. V. S^a se lembra disso? “Vou gastar o mesmo tanto.” Eu até olhei para o Senador Mercadante e disse: mas, Senador, vai gastar outros R\$ 50 milhões? O Senador disse: “Não, vamos conversar sobre isso; o senhor vai ter que reduzir isso, etc. e tal”. Estou falando em R\$ 50 milhões!

Ora, o Banco do Brasil capitalizou, nessa grande fraude, R\$ 160 milhões. Isso é verdade? Fez uma integralização no Banco Popular. Apenas o Banco do

Brasil, como sua subsidiária integral, R\$160 milhões à época. É verdade esse número?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Sim, Sr. Senador.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Desse R\$ 160 milhões, se tirarmos R\$ 50 milhões de prejuízo, incluindo aí os R\$ 30 milhões gastos em publicidade, já foi embora parte desse capital, não é verdade?

Neste ano, deve-se ter uma perspectiva de um prejuízo maior ainda, pelo o que estou vendo e pelo o que vi até aquele momento. E mais grave, sem ter praticamente feito o microcrédito. Fez até uma pequena porção de crédito direto ao consumidor, mas não microcrédito. Correto?

Portanto, deveremos ter, até o final do ano, praticamente esse capital exaurido – aqui a indignação do Deputado Pompeo. Esses R\$ 160 milhões vão embora por água abaixo, serão jogados fora, fazendo com que o dinheiro público brasileiro – o nosso dinheiro – seja praticamente escoado nos próximos dois anos, a continuar nesse ritmo. Digo a continuar nesse ritmo porque, de fato, pelo que sei, V. S^a é um bom profissional e temos que relacionar alguns números.

Quando se fala em R\$ 29 milhões – como V. S^a disse em gastar R\$ 29 milhões no outro ano –, relacionando com o dinheiro efetivamente destinado a microcrédito, vemos que foi pouquíssimo – cerca de R\$ 6 milhões, se não me engano, no primeiro ano. Mas, pegando os R\$ 29 milhões e relacionando com a receita da empresa, que até março era, pelo que V. S^a nos mostrou, cerca de R\$1 milhão, se não me engano – a receita efetiva da empresa – observamos que já estávamos em março com despesas de R\$ 10 milhões em publicidade e R\$1 milhão de receita, e sem contar a inadimplência, que àquela altura já era maior do que a receita – e até hoje estou aguardando as informações fechadas do banco, que nunca me chegaram. Soube que outros Senadores – se não me engano a Senadora Heloísa Helena – andaram pedindo algumas informações também. Quer dizer, estávamos caminhando para um dos maiores desastres da história bancária, da história pública brasileira, ao lado de uma das maiores fraudes. Ou seja, pega-se um grande programa popular e utiliza-o para desviar recursos, e não para fazer o programa propriamente dito. Isso é muito doloroso.

Algo me diz, até pelo conhecimento que V. S^a tinha do programa e demonstrou até uma certa paixão pelo programa, pela idéia do microcrédito, que V. S^a também saiu frustrado. Aliás, nunca entendi por que V. S^a saiu dois meses depois da nossa conversa, do nosso encontro. V. S^a parecia-me muito confiante àquela época

e ficou de nos mandar alguns dados, mas nunca nos mandou. Mas, nunca entendi – e V. S^a talvez pudesse explicar – por que V. S^a saiu. Foi coincidência aquela discussão? Deu a impressão – e é a versão que corre em todos os lugares – de que V. S^a saiu por causa justamente daqueles números e, quando as autoridades mais competentes tomaram conhecimento deles números, afastaram-no imediatamente. Foi a versão que ficou mais ou menos para nós. E a mim foi dito várias vezes. Quando eu pedia o número do Banco Popular, diziam: “O problema está sanado, porque o Sr. Ivan Guimarães já foi afastado. Portanto, não reclame mais porque as irregularidades estão suspensas”.

Naquela época, não sabíamos quem era Marcos Valério. E me lembro que perguntei, ou o Senador Arthur Virgílio perguntou... alguém falou que a publicidade era do Marcos Valério e vossa, vossa... disse que conhecia o Marcos Valério, perguntou se conhecia o Marcos Valério, mas não falou que a publicidade era do Marcos Valério.

Agora, aqui, tenho observado, e vi desde o início, que V. S^a repete com insistência o oposto do que foi dito aqui há pouco tempo, e eu queria saber, com toda a veracidade – é a primeira pergunta –, a sua opinião sobre o que realmente aconteceu e está acontecendo ali. E gostaria que o senhor fosse sincero para nós, para o Brasil, por V. S^a mesmo, acho que é importante isso para a auto-estima, para a família, para as relações pessoais. V. S^a parece estar me dizendo assim: “Eu não tenho culpa dessa questão da publicidade” – de uma maneira muito elegante, até porque não tem sido o que aconteceu aqui – “isso foi lá com o Pizzolato, ele que gastava, ele que fazia as suas concorrências internas, porque não houve de fato concorrência. Então, eu não quero saber disso, isso é coisa lá do Pizzolato”. Parece-me que é isso, que foi o oposto do que, se não me engano, foi dito aqui. O Senador falou que o Sr. Pizzolato disse que questão de publicidade era uma questão de V. S^a; portanto, ele não poderia explicar. E era uma curiosidade saber quanto foi gasto, por exemplo, de veiculação na Globo, quanto foi gasto de veiculação no SBT, na Bandeirantes, Record, Rede Vida etc., etc. Nunca tivemos acesso a esse número.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – (*Fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Pois é, e isso nunca foi mandado. E o Pizzolato disse: “Não, isso era com a diretoria do Banco”. E V. S^a diz que o problema é com ele.

Evidentemente, naquela época, não sabíamos, mas, hoje, que sabemos quem é Marcos Valério, sabemos que o dinheiro do Banco Popular foi usado para um grande desvio de recursos para o PT, partidos alia-

dos etc. Isso é evidente, evidente. Acho que é a prova mais evidente.

A minha pergunta, acho sinceramente, pela primeira conversa que tive com V. S^a, que vi que é um homem que conhece o assunto, V. S^a não merece levar para a história e para a sua vida o homem que fez isso, e faço este último apelo para que V. S^a fale o que sabe.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Sr. Senador, sei que o senhor é uma pessoa que tem também uma paixão pelo microcrédito, conheço o seu trabalho nisso. Continuo defendendo o meu modelo de microcrédito, o modelo que ajudei a criar. Acho que os números... tenho um relatório um pouco mais recente, gostaria de lhe passar, eu não lhe mandei os números porque saí do Banco. Eu saí do Banco porque, com instabilidade política, não dá para trabalhar em banco. A pior coisa que um banco pode ter é um presidente fraco. O Senador Heráclito Fortes usou uma palavra que eu não gostaria de usar, mas me parece muito adequada para a situação.

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Desde as primeiras notas que saíram nas revistas em dezembro. As primeiras notas saíram na **Veja** em dezembro.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – E quem assinou?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não sei. Notinha de imprensa não tem dono. Isso, de fato, deixa o banco numa situação muito difícil.

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – O que eu posso dizer, Senador, é que eu solicitei uma auditoria das verbas de *marketing*. Eu espero que essa auditoria, um dia, seja concluída e se apure...

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Que período?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Todo o meu período lá. E que se apure se de fato houve o gasto e onde foi feito. É a forma mais correta de responder a todas as questões, com documentos que comprovem ou não a efetiva aplicação desses recursos. Deixei tudo documentado.

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – O meu sentimento pessoal, Senador, é que o dinheiro do Banco Popular foi gasto corretamente. Eu não sei dizer do resto. Agora, acho que o Banco

Popular deveria ter sido criado como uma empresa fora de Brasília, tendo um parceiro privado, como as outras brasis.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Dois minutos só para a reinscrição. Posso falar?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Pode falar, Senadora Heloisa Helena.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Dr. Ivan, eu já tive oportunidade de, no início, acompanhar o depoimento e já disse a V. S^a que fazemos um esforço muito grande para tratar como inocentes as pessoas, até que se prove o contrário. Então, eu volto a perguntar, sei que outros Senadores fazem isso. Algumas pessoas que nos assistem dizem assim: eu não sei por que vocês se cansam perguntando às pessoas para que elas possam ajudar, para que elas possam contribuir. Porque, de fato, é como se as pessoas fossem de tal forma experientes na arte de dissimular que seriam incapazes, pela solicitação dos Senadores, de disponibilizarem informações para nos auxiliar.

Como o senhor sabe – eu sei que o senhor sabe, até por se um homem inteligente, acompanhar as informações –, o procedimento investigatório desta CPMI não é uma coisa simples. Foram gangues partidárias. Às vezes, eu fico imaginando assim: por que gangues partidárias que estavam roubando a máquina pública, em conluio com empresários apaniguados à estrutura de poder, que articulavam coisas juntos, que iam desde aplicações financeiras de fundos de pensão a remessas de dólar para o exterior de forma ilegal, lavagem de dinheiro, por que se monta um esquema tão grande e sobra só para alguns poucos? Sobra só para algumas pessoas. É como se algumas pessoas fossem pinçadas.

Às vezes, eu fico imaginando assim: mas não é possível que o Dr. Ivan, em tantas conversas que ele teve com Marcos Valério... porque o senhor me respondeu dizendo que as conversas que o senhor teve com Marcos Valério eram assim: para conversar, Marcos Valério queria saber sobre coisas do PT. Aí, eu fico imaginando: ora, mas como o Marcos Valério procuraria o Sr. Ivan, que não tem conhecimento profundo, como ele mesmo disse, sobre as coisas das tendências internas do PT e ele era amicíssimo do Delúbio, que sabe tudo sobre o PT, do Deputado Virgílio, que sabe tudo sobre o PT? Por que é que ele ia tantas vezes conversar com o senhor um assunto que, da primeira vez, ele sentiria que o senhor não saberia muitas coisas sobre detalhes das tendências, das forças políticas, de com se organizam, quem vai ser candidato a prefeito? Você está entendendo? Então, justamente o Marcos Valério, que é parte de um gigantesco esquema que foi montado, de fraudes as mais diversas

da estrutura pública. Então, eu fico imaginando: mas não é possível!

Então, é isto que eu solicito a V. S^a, Sr. Ivan: se durante toda esta tarde, uma tarde exaustiva – com certeza, a população que nos ouve deve dizer: “Não quero saber da exaustão de Senador, de Deputado, de depoente, eu quero saber da minha exaustão como cidadão brasileiro, vendo as coisas acontecendo” –, a tarde toda, são 21h46, o senhor não se lembrou de nenhum fato que possa nos auxiliar a desvendar esse monstruoso esquema de tantas ramificações? Era tanta coisa, Dr. Ivan, que, às vezes, ficamos imaginando: será que não sabiam? Alguém estava lá e não sabia? Eram gigantescos esquemas, não é uma coisa qualquer. Fraudavam o processo de instrução do edital, fraudavam a licitação, fraudavam os aditivos dos contratos, articulavam com os fundos de pensão para fazer aplicações financeiras, articulavam com estruturas financeiras, trocavam...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senadora Heloísa Helena, concluindo, por favor.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Concluindo.

Eram malas e malas de dinheiro, eram carros-fortes para cima e para baixo. Nem vou falar da exploração sexual e das orgias com dinheiro público roubado. Era tanta coisa que eu pergunto ao senhor: o senhor não tem nenhum fato que possa nos auxiliar? Nessas conversas com Marcos Valério, que não eram sobre criação, porque Marcos Valério não entendia sobre criação, quem entendia era Cristiane, nenhuma pista o Marcos Valério deu ao senhor? Como operava com o Delúbio, ou como operava com alguma outra área de Governo, algo que pudesse nos auxiliar a desvendar tanta corrupção?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARAES – Infelizmente, não, Sr^a Senadora. Isso nunca foi conversado na minha presença.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, eu quero me inscrever.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Por favor, estamos aqui desde às 9 horas da manhã.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Com prazer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Desde às 9 horas da manhã.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Desde às onze e meia.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Penso que o próprio depoente já está extremamente cansado, extremamente cansado. Então, faço um apelo a V. Ex^{as}: vou limitar as inscrições a três minutos, porque – é inacreditável! – já estou recebendo notícias agora de que mais Parlamentares estão vindo para cá. Vamos começar a...

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, eu quero me reinscrever.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Eu também quero me reinscrever, Sr. Presidente.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Eu tinha concordado com V. Ex^a em encerrar esta reunião depois da palavra do Senador Arthur Virgílio.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Não, mas aí...

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Mas, já que haverá outras inscrições, eu também quero me reinscrever.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Sérgio Guerra, o Deputado Eduardo Paes está pedindo inscrição, o Senador Eduardo Suplicy está pedindo inscrição.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Então, eu também.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – É uma coisa...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Eu estou pedindo inscrição, Sr. Presidente. É importante. Eu tenho de fechar.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Eu vou dar a palavra para o Deputado Pompeo de Mattos, que já havia pedido a palavra...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sem dúvida, mas eu lhe peço a palavra pela ordem.

Eu compreendo o cansaço de todos. Eu também não estava num *shopping center*. Eu estava cumprindo o meu papel como Líder da Bancada...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Ninguém está dizendo o contrário.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Isso. Eu quero exatamente o tempo que cabe a um Parlamentar com assento aqui. Sou membro suplente da Comissão. Se eu puder falar em menos tempo, óti-

mo, mas não é muito o meu costume. O meu costume é falar até um pouco a mais.

Eu respeito o cansaço de todo mundo, que não é diferente do meu. Estou muito exaurido psicologicamente, muito exaurido fisicamente. Isso está custando a todos um preço pessoal muito grande.

Então, deveria ter vindo antes, alguém diria, mas cheguei agora, cheguei a tempo. Eu só peço respeito ao meu direito regimental de me manifestar.

(Tumulto no plenário da Comissão.)

O depoente pode fazer pipi à vontade, porque isso também é fisiológico.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Vamos suspender os trabalhos por cinco minutos, porque ele precisa de um tempo também, por razões óbvias.

(Suspende-se a reunião às 21 horas e 50 minutos.)

(Reabre-se a reunião às 21 horas e 59 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– O depoente já está retornando.

Três minutos, Deputado Pompeo de Mattos, e três minutos, Senador Eduardo Suplicy, e está encerrado. Não vou mais abrir para ninguém.

Com a palavra, o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Dr. Ivan Guimarães, quando, quase por acaso, eu lhe indaguei sobre relacionamento com Marcos Valério e sobre a empresa SMP&B, V. S^a, àquela altura, se não me engano, disse que quem fazia a publicidade do Banco Popular era a DNA. Não ficou muito claro na hora, V. S^a não foi enfático e não disse que era Marcos Valério quem também seria o proprietário da empresa, enfim.

Mas a grande verdade é que o que me fez estranhar mesmo, o que me causou estranheza foi o fato de que, num Governo que tem a maior dificuldade para demitir, para nomear, imobilizado – e, agora, ninguém consegue ficar com raiva de ninguém, dizem que a desgraça toda veio de traidores que eles não conseguem nominar –, enfim, V. S^a foi descartado do Banco Popular, quase como se a raiz dos problemas estivesse em V. S^a, quase como se V. S^a, em saindo, as questões estariam todas saneadas. Quem sabe, talvez porque aquela questão ingênua que eu lhe fizera naquele momento – porque eu não sabia quem era Marcos Valério e não sabia de coisa alguma, aquilo foi um *e-mail* que chegou para mim de gente do Banco Popular; fiz por isso, sem ter a menor... eu não sabia quem era ou quem não era –, talvez porque, atirando no que via e matando o que não via, eu estivesse chegando bem perto da figura central de todo esse escândalo que estamos protagonizando.

Já sei que V. S^a recebeu todos os apelos para falar a verdade. V. S^a tem plena consciência de que foi descartado, está silenciando por disciplina. Se falasse, teria muito o que...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Eu tenho quantos minutos, Sr Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Eu quero os meus. Sinceramente, Senador Delcídio...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – V. Ex^a, como suplente, tem 15 minutos. Mas eu peço a V. Ex^a...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Tentarei ajudar V. Ex^a sempre, mas...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Porque os outros já se pronunciaram. Portanto, os outros têm três minutos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Os outros, está certo que tenham três. Mas eu peço os meus. Ou seja, os meus, nem mais um minuto de ninguém mais. Nem peço desconto por estar perdendo já esse.

Isso eu faço questão. É questão de eu puder dialogar com o Sr. Ivan Guimarães; do contrário, não justifica...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Peço que a Mesa coloque 12 minutos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado.

Eu estranhei, porque, de repente, V. S^a saiu de cena. Eu disse: cadê o Dr. Ivan? Caiu por quê? Eu fiquei com a impressão de que V. S^a entendia bastante de microcrédito, que era especialista na matéria. Tive boa impressão, sobretudo na reunião secreta. Não consegui entender algumas das suas razões, por que Orçamento tinha de ser tratado secretamente, tinha de ser tratado muito abertamente. Mas peço a V. S^a que medite. Medite e perceba se, ao fim e ao cabo, não há um projeto de deixá-lo só, enquanto outros se safam de algo que talvez V. S^a não tenha feito.

Mas faço algumas perguntas a V. S^a: o senhor trabalhou como secretário executivo no comitê de finanças na campanha de 2002, presidencial. Quais eram as suas funções nesse comitê?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Sr Senador, não havia um cargo específico de secretário executivo. Havia algumas pessoas que trabalhavam sob a coordenação do Sr Delúbio Soares. Eu não tinha cargo, não tinha mesa, não tinha sala, não tinha nenhuma estrutura no comitê financeiro. A minha função foi criar o cadastro de empresas a quem o PT

recorreria para solicitar recursos. Então, eu trabalhei na montagem desse cadastro de seis mil empresas; desenvolvi um *kit* de abordagem: uma caixinha vermelha com uma estrela na tampa, com uma carta do então candidato Lula e do então candidato José Alencar, uma fita de vídeo e uma estrelinha.

Cuidei, através de um *call center* terceirizado, de uma estrutura terceirizada de entrega, que esse material chegasse às empresas; que fossem feitos telefonemas solicitando a doação; e, em caso de a empresa se manifestar favoravelmente, havia um sistema de envio do bônus eleitoral e recolhimento do cheque, que era entregue ao comitê financeiro da campanha.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – O Sr. Delúbio Soares, em uma determinada hora, em um acesso de sinceridade, disse que... reconheceu a existência de caixa dois nessa campanha. V. S^a depois aceitou dirigir uma subsidiária. Eu lhe pergunto: V. S^a tomou conhecimento desse episódio de caixa dois na campanha?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Na campanha, não, Sr. Senador.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Eu tenho assim... O senhor, como Presidente do Banco Popular, contratou, sem licitação, três consultores, com salários anuais de R\$820 mil. Entre eles, um cunhado do Sr. Delúbio. Eu pergunto: por que as contratações foram feitas sem licitação? Segundo, houve parecer favorável da consultoria jurídica? Terceiro, com uma grande quantidade de executivos com experiência financeira, o senhor não acha que dispensar uma licitação e contratar alguém tão próximo da atividade última que o senhor exercera na campanha não seria algo moralmente reprovável?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Vou responder, se V. Ex^a permitir, de trás para a frente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Claro!

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não havia no Banco do Brasil, não há nos quadros do Banco do Brasil – não havia até o momento em que eu estava criando o Banco Popular – profissionais especializados em financiamento de população de baixa renda. Todos os estudos que eu recebi, quando entrei no Banco do Brasil, sobre financiamento de baixa renda, eram relatórios de consultorias externas. Não havia funcionários. O Banco do Brasil não tinha uma financeira. O Banco do Brasil não tinha *expertise* nisso. Era necessário trazer essa *expertise*. Decidiu-se pela contratação das pessoas. Há um parecer jurídico favorável à contratação. A diretoria do Banco Popular, não se sentindo totalmente confortável em tomar a deci-

são sozinha, solicitou ao Conselho de Administração do Banco Popular que se manifestasse. Manifestou-se favoravelmente.

Conheci o Sr. Boanerges não por ser concunhado do Sr. Delúbio Soares, mas por ter sido vice-presidente da Credicard, por ter vinte anos de trajetória no mercado de cartões de crédito, por ter sido diretor-presidente e vice-presidente da maior consultoria de cartões de crédito de São Paulo, do Brasil, e por prestar consultoria de cartões a várias empresas. Citei aqui, anteriormente, algumas a que ele prestou consultoria: a Accor, que tem um cartão grande, o Ticket Restaurante... não sei se é o... é um desses, e outras empresas mais.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – O senhor o contratou por sua *expertise* mesmo e jamais por qualquer influência de sua ligação com o Sr. Delúbio Soares?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Sim, porque ele é um profissional de mercado, reconhecido.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito bem.

Houve o episódio de um torneio de *beach soccer*, em Santos, organizado pela Confederação Brasileira de *Beach Soccer*. Queria saber o valor desse patrocínio. O Banco Popular foi à Justiça para impedir que se soubesse. Ou seja, foi tratado como algo secreto, não foi?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não deveria ser, Sr. Senador.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Não foi bem assim?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não deveria ser.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Não deveria ser?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não deveria ser.

O Banco do Brasil tem uma larga tradição em *marketing* esportivo, em apoiar categorias que estão iniciando, que estão em fase de reestruturação, e colher os frutos...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – O senhor poderia falar mais alto?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Desculpe-me, Senador.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Por nada.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – O Banco do Brasil tem uma larga tradição em *marketing* esportivo, em apoiar categorias que ou estão começando ou estão em processo de reestruturação.

Foi assim com o vôlei, dez ou doze anos atrás, uma categoria pouco conhecida e que se levantou até ser campeão mundial.

A Diretoria de Marketing do Banco do Brasil recebeu uma proposta da Confederação de Futebol na Areia. Foi feita uma avaliação, pelas áreas pertinentes, mostrando que esse é um esporte de alto potencial de crescimento. Se tinha a perspectiva dos mundiais de futebol de areia no Brasil, que seriam eventos importantes, e o conglomerado Banco do Brasil decidiu que iria, de alguma forma, apoiar isso. Primeiro, se levou esse projeto para capitalização. Mas, depois, chegou-se à conclusão: pelo tipo de público, o público mais adequado era o do Banco Popular. Então, isso foi apreciado pela diretoria do Banco Popular, que não colocou obstáculos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Quatro milhões de reais?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Foram aprovados R\$4,5 milhões. Foi aprovado pela diretoria.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Por que a confidencialidade?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Não faço idéia, Sr. Senador.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Afinal de contas...

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Todos os documentos que eu tinha eu entreguei hoje, aqui, à CPMI, da minha passagem pelo Banco Popular. Não são muitos. Mas acredito que não há nenhum impedimento que esses documentos sejam analisados, de forma sigilosa, pela CPMI também.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Vou tentar poupar o tempo que me resta, mas gostaria de fazer uma consideração final. Antes de mais nada, agradeço a sua atenção e o saúdo. Digo-lhe do choque que tive após essa reunião em que V. S^a me despertou um enorme respeito técnico. Aprendi com a sua *expertise*. Fiquei pensando apenas Isso: que R\$24 milhões em propaganda, embora não seja desse ramo... pergunto-lhe: é alguma coisa maior do que Gisele Bündchen e C&A, e não tem ninguém que não tenha visto a Gisele Bündchen na propaganda da C&A; algo maior, seguramente, do que o lançamento de um carro Renault, de um carro Fiat; enfim, algo que me pareceria dever ser, no mínimo, impactante, massivo, maciço. Falando sobre sua aparição na Comissão de Assuntos Econômicos, em determinada altura do discurso que fazia, perguntei aos Senadores: algum Senador aqui assistiu à propaganda do Banco Popular? Nenhum Senador se manifestou. Perguntei a todos, sem olhar credo partidário, sem olhar nada, nenhum critério. Disse: Algum

Senador viu, na mídia brasileira, alguma propaganda do Banco Popular? Porque eu tinha a idéia de que Banco Popular, coisa feita para pequenos, poderia talvez ir se implantando aos pouquinhos, na base do boca-a-boca, mas não. Eu disse: Alguém viu? Ninguém viu. Eu disse: Só pode falar aqui Senador, claro, mas, se algum jornalista viu, por favor, levante o braço. Ninguém da bancada da imprensa se manifestou. E eu disse: E as taquígrafas? Nenhuma se manifestou. Eu disse: Quem está na assistência aqui ou na assistência ali? Ninguém se manifestou. Saí dali e fiquei intrigado com aquilo, com a pulga atrás da orelha. Aí comecei a abordar desconhecidos, transeuntes aqui do Congresso. Eu dizia: O senhor viu propaganda do Banco Popular? Devo ter passado por maluco para meia dúzia de pessoas, que podiam não me conhecer, ou que, me conhecendo ou não, imaginasse que era um despropósito eu estar fazendo uma enquête que parecia típica dessas pessoas que ganham para saber se o Sílvia Santos superou o Faustão no Ibope, enfim.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – V. Ex^a perguntou para mim.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Perguntei para Suplicy, que não viu.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Eu não vi.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pois é! Aliás, para ser bem exato, o Líder da Minoria, Senador José Jorge, viu. Ele viu. Foi incrível, foi o único, para ser bem exato. Senador José Jorge? Ele disse: “Vi”. Mas ninguém mais. Eu cheguei no meu gabinete e perguntei: Viram? Ninguém viu. Eu fiquei ali com a clara impressão....

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Para ser preciso, só recentemente, depois daquela arguição, recentemente, por exemplo, anúncios nos vãos da TAM, que V. Ex^a provavelmente viu também.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Não cheguei a ver.

Mas eu percebi que, de jeito algum, R\$24 milhões tinham sido gastos naquilo. Percebi, seguramente, que, se não foram gastos e não estão no caixa do banco, foram desviados. Seguramente. Não é nenhuma acusação a V. S^a, ao contrário, não estou aqui para isso. Estou aqui para colocar minha posição, sem jamais perder de vista o respeito que devo a quem está depondo. Até porque é uma hora em que a posição é desigual, quer dizer, eu estou aqui cheio de prerrogativas, cheio de imunidade, cheio de não sei o quê. V. Ex^a teve a dignidade de vir aqui sem estar munido desses **habeas corpus** fantásticos. Dizem até que, com **habeas corpus**, agora, qualquer dia, os nossos filhos, se essa crise não passa: O que é que você quer

ganhar de aniversário? O filho vai dizer: “Eu quero ganhar um **habeas corpus**”. Então, eu lhe parabeno por não ter vindo aqui com **habeas corpus**. Foi à aula? “Fui”. “Não fui, papai, mas estou com **habeas corpus**”. Eu digo: O que faço com ele, se ele está com **habeas corpus**? “Tirei zero em matemática, mas estou com **habeas corpus**.”

Eu quero tratá-lo, portanto, com toda a fidalguia, até porque não teria razão nenhuma de ser diferente. Mas eu lhe pergunto: Não lhe causa espécie? V. S^a não tem a convicção, que eu tenho, de que houve desvio desse recurso? Que esse recurso não foi aplicado em mídia? Eu pedi, depois, um plano de mídia, fiz um requerimento de informações, e não recebi resposta qualquer.

O SR. (Orador não identificado) – Ele mesmo pediu uma auditoria.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Ah, ele pediu uma auditoria, eu estava....

Eu queria que V. S^a aproveitasse o minuto e trinta e dois que nós temos para me dizer alguma coisa sobre isso.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Eu acredito, Sr. Senador, tentando contribuir, que o documento chave para responder a esta questão, se o dinheiro foi ou não aplicado, é o plano de mídia. No plano de mídia, que é um documento padrão do Banco do Brasil, tem todas as veiculações, no dia, na hora, no local, na rede e com custo. Esse documento é fundamental para resolver essa questão, porque, com o plano de mídia, é possível, junto aos veículos, verificar se foi feita a veiculação ou não.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Outro dia, eu fui ao Jô Soares. Tudo que é amigo meu em Manaus falou e fala nisso até hoje. Eu estou dando um só exemplo, um programa de grande audiência, mas um só. Quer dizer, uma propaganda maciça como essa, não era para a gente não estar nem discutindo plano de mídia, era para todos termos visto, e isso aí não ser ponto de discussão.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – No momento em que o Banco foi lançado, teve muita mídia na televisão, principalmente na Rede Globo. Muita propaganda. Depois, isso foi diminuindo. A partir de dezembro, não teve mais mídia nenhuma. Parou a mídia em dezembro. Este documento, o plano de mídia....

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Mas eu não esqueci a da Gisele Bündchen. Não sei se foi por causa dela, mas não esqueci.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – O que eu posso dar a idéia de ordem de valores é que aquela campanha de final do ano do Ban-

co do Brasil, em valores, custou R\$30 milhões. Então, eu acredito que esse plano de mídia, que acredito eu estar no Banco do Brasil e na Secom, porque esses planos tinham que ser aprovados pela Secom, pode esclarecer essa questão com muita presteza.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Que auditoria que o senhor pediu?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Eu acredito que ainda não está concluída.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Estou satisfeito, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Três minutos, Deputado Pompeo de Mattos; três minutos, Senador Suplicy.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Está bom! Sr. Presidente, eu quero perguntar ao depoente: o que o senhor ganhava antes de ser Presidente do Banco Popular?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Quanto eu ganhava?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sim.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Quinze mil reais por mês.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Onde?

O SR. IVAN GUIMARÃES – Na NetCash.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Que depois foi uma empresa que fez propaganda para o Banco do Brasil?

O SR. IVAN GUIMARÃES – Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E no Banco Rural, o senhor ganhava R\$ 20 mil líquido; como é que é?

O SR. IVAN GUIMARÃES – No Banco Popular do Brasil.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Aliás, no Banco Popular.

O SR. IVAN GUIMARÃES – Bruto.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O Banco Popular fez propaganda no vôo da TAM?

O SR. IVAN GUIMARÃES (PDT – RS) – Eu não tenho informação disso. Na minha época não.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Eu vi qualquer coisa no vôo da TAM. Mas vôo da TAM para Banco Popular está bem de acordo.

O SR. IVAN GUIMARÃES – Agora o que aconteceu – se o senhor me permite – foi uma matéria sobre o Banco Popular, pequena, na revista de bordo da TAM. Agora propaganda paga não houve.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Agora deve ter sido uma revista de bordo da TAM que o povão lê todo dia.

Objetivamente, o senhor saiu do Banco Popular ganhando R\$ 20 mil. Quando estava no Banco Popular – é importante essa pergunta –, o senhor participou de algum Conselho de Administração?

O SR. IVAN GUIMARÃES – Em 2003, eu fui do Conselho Fiscal da Celesc.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Ganha quanto?

O SR. IVAN GUIMARÃES – Eu não me lembro exatamente, senhor...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Mais ou menos?

O SR. IVAN GUIMARÃES – Algo na faixa de R\$ 3 mil.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Então, era do Banco Popular e ainda Conselheiro da Celesc?

O SR. IVAN GUIMARÃES – Eu fui nomeado como Conselheiro da Celesc enquanto eu era assessor especial do Presidente.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E continua ainda?

O SR. IVAN GUIMARÃES – Não. Assim que terminou o meu mandato como conselheiro eu declinei da...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O senhor era conselheiro Kepler Weber. Onde o senhor se reunia?

O SR. IVAN GUIMARÃES – Na sede da empresa, em Porto Alegre.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Quantas vezes por mês?

O SR. IVAN GUIMARÃES – Uma vez por mês.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Quem o senhor representa Conselho?

O SR. IVAN GUIMARÃES – Represento o Banco do Brasil, o Banco de Investimentos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O BBI?

O SR. IVAN GUIMARÃES – Sim.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Po-bre BBI! Então, é o Banco do Brasil que, na verdade, banca o senhor como Conselheiro da Kepler Weber, em Porto Alegre, uma reunião uma vez por mês, ganhando R\$ 8 mil.

O SR. IVAN GUIMARÃES – Os proventos são pagos pela Kepler Weber.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Eu sei. Eu sei. Mas o senhor representa o BBI, que é acionista da Kepler Weber.

O SR. IVAN GUIMARÃES – Sim.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Obviamente. Então o BBI acaba bancando, ou seja, todos nós.

O senhor é Conselheiro da Belgo-Mineira. Onde o senhor se reúne?

O SR. IVAN GUIMARÃES – Belo Horizonte.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Quantas vezes por mês?

O SR. IVAN GUIMARÃES – Uma vez por trimestre.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Uma vez por trimestre?

O SR. IVAN GUIMARÃES – Sim, Sr. Deputado.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E ganha quanto por mês?

O SR. IVAN GUIMARÃES – Eu já lhe falei, Deputado, e estou ficando um pouco confuso.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Dez mil reais?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Nove mil reais, desculpe-me. Oito mil reais, nove mil reais, dez mil reais, depende do mês.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Então, quer dizer que o senhor ganha R\$ 30 mil por uma reunião. Não é isso?

O SR. IVAN GUIMARÃES – Se for só uma no trimestre sim, Sr. Deputado.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – R\$ 30 mil por uma reunião. Quem é que bancou o senhor na Belgo-Mineira? Foi a Previ?

O SR. IVAN GUIMARÃES – A Previ.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Po-bre Previ!

O senhor é conselheiro da Bombril?

O SR. IVAN GUIMARÃES – Sim, Sr. Deputado.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Onde o senhor se reúne?

O SR. IVAN GUIMARÃES – Em São Bernardo do Campo, na sede da empresa.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Quantas vezes por mês?

O SR. IVAN GUIMARÃES – Duas vezes por mês.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Duas vezes por mês. Ganha quanto?

O SR. IVAN GUIMARÃES – Dezoito mil reais.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Dezoito mil reais – nove mil reais por reunião o senhor ganha. Quem lhe bancou na Bombril?

O SR. IVAN GUIMARÃES – Eu fui indicado pelo Presidente do Conselho de Administração, Sr. Walmir Camilo.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Conselho de Administração do quê?

O SR. IVAN GUIMARÃES – Da Bombril.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Da Bombril.

O SR. IVAN GUIMARÃES – Sim.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O Sr Walmir Camilo era o que antes?

O SR. IVAN GUIMARÃES – Ele representa o inter-ventor judicial, que está sob intervenção da Justiça.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O Camilo que era do Banco do Brasil também? Ex-Presidente e diretor do Banco do Brasil?

O SR. IVAN GUIMARÃES – Não, ele nunca foi diretor. Ele foi funcionário do Banco do Brasil.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Foi funcionário, eu sei, do Banco do Brasil. Tudo é uma confraria. Então, o senhor está ganhando hoje R\$ 36 mil em média por mês. É bem melhor do que ser Presidente do Banco Popular.

O senhor tem cavalo?

O SR. IVAN GUIMARÃES – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Recebeu de presente um cavalo?

O SR. IVAN GUIMARÃES – Nunca.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O Marcos Valério não lhe presenteou com um cavalo?

O SR. IVAN GUIMARÃES – Não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Pompeu, concluindo porque já se passaram os três minutos da repescagem.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Conclusão, Sr. Presidente.

Eu precisava dessas informações, até para nós fazermos a checagem e pedir que o Banco do Brasil pelo menos coloque lá algum conselheiro que o represente, e que a Previ possa rever o seu representante. É algo impressionante! O povo brasileiro ganha R\$ 300 por mês. O senhor ganha R\$ 30 mil por uma reunião. Isso não existe na face da Terra. Esse é o Brasil das contradições, o Brasil das maluquices, o Brasil das loucuras. Eu acho que vou morrer, vou dar os meus olhos e não vou ver tudo. Estou impressionado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Delcídio Amaral; Sr. Relator, Deputado Osmar Serraglio; Sr. Ivan Gonçalves Ribeiro Guimarães, não sou membro da CPMI, mas tenho acompanhado com atenção. Estava no meu gabinete quando observei, com atenção, a arguição do Senador Tasso

Jereissati. E, como V. S^a se lembra, em março, quando veio à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), no Senado, também acompanhei com atenção, até porque sou uma das pessoas que tem tido grande interesse na expansão do microcrédito. Considero esse instrumento como muito importante e torço para que o Governo Lula possa expandir as oportunidades de microcrédito.

De fato, até aquela nossa audiência, eu não me lembro de ter observado, nos meios de comunicação, na imprensa, publicidade a respeito do microcrédito. Quando o Senador Tasso Jereissati e o Senador Arthur Virgílio mencionaram aqueles dados – salvo engano, V. S^a aqui mencionou há pouco, ainda, um prejuízo da ordem de R\$60 milhões, e, no período, ocorreu uma publicidade da ordem de R\$30 milhões – pareceram-me dados assustadores, porque se o microcrédito, como eu acredito, é uma boa coisa, parece-me que poderia passar com a força da voz, do boca-a-boca, com pequena informação e com um mínimo de publicidade no começo.

Mas, o que me impressionou, e, sinceramente, gostaria que V. S^a dissesse algo mais, reagisse mais fortemente, foi a avaliação que foi feita em relação à exposição do Senador Tasso Jereissati. Talvez esteja muito cansado, o que é natural já que está aqui desde 11h30, mas gostaria de lhe transmitir que avalio que seria importante, ainda mais considerando que, como Presidente do Banco Popular, teve uma remuneração da ordem de R\$20 mil, o que, para um banco ainda em fase de crescimento e com prejuízo, constituiu uma remuneração muito significativa. V. S^a há de convir que tantas pessoas vêm do setor privado para o setor público por acreditar tanto nisso e são muitos os que vêm do setor privado para o setor público acreditando naquilo em que irão contribuir que, com frequência, a remuneração é menor do que a que recebia no setor privado. No seu caso, houve uma elevação, e, como salientou o Deputado Pompeo de Matos, também ao sair V. S^a teve uma promoção em termos das atividades que exerce. Então, sinceramente, gostaria que reagisse com maior firmeza e dissesse afinal o que aconteceu com o Banco Popular.

V. S^a mencionou que houve, a partir de dezembro, uma fritura crescente, mas será que isso não teria ocorrido em função de problemas como esses? Fiquei um pouco impressionado quando aqui nos sugeriu apenas que examinássemos o plano de *marketing* do Banco do Brasil, onde está toda a planilha. Imaginei que já tivesse V. S^a, logo após aquela audiência, encaminhado à Comissão de Assuntos Econômicos todas as informações relativas àquele conteúdo.

Eu me lembro, estava até conversando com o Deputado José Eduardo Martins Cardozo, de ter visto recentemente uma publicidade do Governo do Presidente Lula relativa a microcrédito; fiquei aqui pensando se teria sido nos vôos da TAM ou possivelmente nos meios de comunicação, na televisão, não consigo identificar, mas me lembro do ator, cujo primeiro nome é Eduardo, meu xará, que faz a apresentação, e há diversos exemplos de pessoas que receberam créditos modestos e tiveram sucesso em suas atividades ao adquirirem o microcrédito. Como V. S^a é uma pessoa muito interessada no tema, quem sabe pode identificar se essa publicidade, quem viaja ou vê televisão está vendo, se é do Banco Popular ou de alguma outra atividade de microcrédito, que tenho certeza que é do Governo do Presidente Lula, porque em seguida vem “Um Brasil para Todos”, que é a mensagem. Mas avalio que será importante porque se empenhou, se acreditou tanto no Banco Popular. Mas será que aquilo que mencionou como fritura não teria sido em função de as pessoas estarem começando a conhecer isso que se tornou conhecido agora pela população, nesses últimos três meses, com fatos que eu não conhecia, de que o Banco do Brasil para o Banco Popular estaria contratando empresas de publicidade do Marcos Valério, do qual era diretor, que por sua vez tinham como contrapartida tais empréstimos como os que foram revelados agora para, inclusive, facilitar o pagamento das chamadas despesas de campanha ou outras finalidades. Então, sinto-me com a responsabilidade de externar isso, e se puder reagir a este meu sentimento diante inclusive da arguição do Senador Tasso Jereissati e de outros que aqui se expressaram, avalio que estará dando um contribuição ao propósito desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Desculpe por ter estourado um pouco, apesar do meu compromisso com as advogadas do Ivan Guimarães. Estendi-me além dos três minutos.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – V. Ex^a sempre se restringe ao tempo determinado, isso é uma praxe de V. Ex^a. Então hoje é uma exceção.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Vou tentar respondê-lo da melhor forma possível, não sei se vou atendê-lo. Acredito muito no modelo de microcrédito do Banco Popular do Brasil. Há quatro meses saí do Banco Popular. Nesses quatro meses não vim a Brasília. Ontem cheguei a Brasília e olhei os números, descobri que existe 1,1 milhão de operações de créditos celebradas pelo Banco Popular. É um número expressivo, porque a carteira de crédito fechou no dia 31 de julho com R\$97 milhões. Ou seja, aquilo que se começou, aquele processo de desenvolvimento está ganhando vida da forma como foi plane-

jado, como está no plano de negócios. O senhor, que não é apenas um curioso em economia, mas professor de muitas pessoas, tenho certeza de que se analisar o plano de negócios verá o que se propôs fazer. Não quero entrar aqui na discussão se a melhor forma de se fazer microcrédito é através de ONG, se o produtivo, se é o orientado, se é o desorientado. Isso é um debate internacional complexo, que acho que podemos fazer depois da CPMI. Na época do lançamento do Banco, teve muita publicidade. Era impressionante, no horário nobre, a quantidade de publicidade que tinha do Banco Popular, lançando a marca, avisando que tinha. A única forma de checar isso, acho que a questão central da minha convocação hoje se esse dinheiro foi realmente gasto em publicidade ou se foi desviado, várias pessoas aqui, Deputados e Senadores, fizeram isso, é checar o plano de mídia, não adianta dizer que não foi ou que foi. Ninguém vai acreditar. As pessoas têm que conter números, têm que comprovar. A melhor maneira de fazer isso é pegar o plano de mídia e checar, ir lá fundo e comparar os preços praticados com a tabela dos veículos. Aí vai se saber se teve desvio ou não teve desvio. Essa é a forma objetiva.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (PT – SP) – Mas, quando V. S^a era o Presidente do Banco Popular e dialogava, portanto, com o Sr. Henrique Pizzolato, que era o Diretor de Marketing responsável, V. S^a, então, dialogou com ele: ah, estou vendo. Estamos gastando tanto. E, portanto, eu estou observando. Está de boa qualidade ou eu vi ali, aqui, acolá.

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Eu não tive acesso ao plano de mídia.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (PT – SP) – Mas observou, porque, como era responsável direto, o maior responsável, então eu imagino que deva ter dialogado com o Sr. Henrique Pizzolato, que era quem estava se responsabilizando pela contratação e pela execução, mas, obviamente, era de se esperar que haveria, então, o seu diálogo com ele sobre como é que está indo, se está bem feito, não está, se está atingindo propósitos. Houve isso?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Os diretores do Banco Popular do Brasil com os gerentes executivos da diretoria de marketing, que são os equivalentes, conversavam regularmente sobre isso. Agora, sobre compra e preço praticado ou mesmo o plano de veiculação eu não tive acesso, até porque toda compra de mídia das chamadas empresas estatais era aprovada pela Secom.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (PT – SP) – Mas a Secom não dialogava com o Presidente do Banco Popular?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Comigo nunca ninguém dialogou nada.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (PT – SP) – E, portanto, o Presidente do Banco Popular não se interessava pela mídia a respeito do principal produto pelo qual o senhor era responsável?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Me interessava pela mídia, discutia o *briefing*, mas eu não era o responsável pela fiscalização da veiculação.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (PT – SP) – Se eu estivesse na presidência do Banco Popular, eu iria ligar. Vamos supor que fosse o Pizzolato: Pizzolato, foi boa a mensagem? Não, não está boa. Vamos modificar. Isso não se fazia?

O SR. IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES – Isso foi feito, Sr. Senador. Isso foi feito. Antes de a campanha ir ao ar, ela foi aprovada, a peça foi apresentada a todo o Conselho Diretor. Todos viram a peça, e todo plano de mídia foi aprovado pelo Conselho Diretor do Banco do Brasil.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (PT – SP) – Está bem. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – V. Ex^a está satisfeito, Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLYCY (PT – SP) – Bem, eu expressei um pouco meu sentimento, mas achei importante vir aqui, trazer a contribuição e participar da CPMI que V. Ex^a preside. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Está encerrada a reunião. Começamos amanhã, às 9 horas.

(Levanta-se a reunião)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN,
PARA INVESTIGAR AS CAUSAS
E CONSEQUÊNCIAS DE DENÚNCIAS
E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS
POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS
– EMPRESA BRASILEIRA
DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

Ata da 30ª Reunião, realizada em 24/08/2005.

Aos vinte e quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil e cinco, às nove horas e trinta minutos, na sala 02 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Dalcídio Amaral, e ainda com as presenças dos Senadores Heráclito Fortes, César Borges, Demóstenes Torres, Sérgio Guerra, Álvaro Dias, Ideli Salvatti, Sibá Machado, Luiz Otávio, Valdir Raupp, Íris

de Araújo, Ney Suassuna, Jefferson Peres, Fernando Bezerra, Heloísa Helena, Romeu Tuma, Arthur Virgílio, Fátima Cleide, e Leomar Quintanilha, e os Deputados Carlos Abicalil, Jorge Bittar, Maurício Rands, Asdrúbal Bentes, Osmar Serraglio, Fernando Diniz, Antonio Carlos Magalhães Neto, Onyx Lorenzoni, Eduardo Paes, Gustavo Fruet, Nélcio Dias, Nelson Meurer, Arnaldo Faria de Sá, Medeiros, Juíza Denise Frossard, Pompeo de Mattos, Henrique Fontana, José Eduardo Cardozo, Jamil Murad, Murilo Zauith, Silvio Torres, Carlos Sampaio, Feu Rosa, Geraldo Thadeu, e não membros Júlio Redecker e Eduardo Suplicy, reúne-se a COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN, PARA INVESTIGAR AS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DE DENÚNCIAS E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS – EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos da trigésima reunião e informa que a mesma se destina à apreciação de requerimentos, à eleição do Vice Presidente da Comissão e à oitiva do Senhor Marcos Vinicius de Vasconcelos Ferreira. A Presidência passa a palavra ao Relator para proceder à apreciação e discussão dos requerimentos. São aprovados por unanimidade, mediante votação simbólica, os seguintes requerimentos: **Requerimento 625** de autoria dos Deputados Gustavo Fruet e Eduardo Paes, que solicita a convocação da Senhora Soraia Garcia; **Requerimento 639** de autoria do Deputado Alberto Fraga, que solicita a convocação do Senhor Francisco, funcionário do Banco Rural; **Requerimento 640** de autoria do Deputado Alberto Fraga, solicita a convocação do senhor Renato, funcionário do Banco Rural, indicado por Simone Vasconcelos; **Requerimento 656** de autoria do Deputado Pompeo de Mattos, que solicita a convocação do Sr. Ricardo Annes Guimarães, Presidente do BMG; **Requerimento 683** de autoria do Senador César Borges, que requer a convocação de Soraya Garcia; **Requerimento 684** de autoria do Senador César Borges, que requer a convocação do senhor Enivaldo Quadradó; **Requerimento 690** de autoria do Senador César Borges, que requer a convocação do senhor Samir de Castro Hatem; ; **Requerimento 691** de autoria do Senador César Borges, que requer a convocação do Sr. Carlos Bezerra; **Requerimento 726** de autoria do Deputado Eduardo Paes, que solicita o envio da agenda de trabalho do ex-ministro José Dirceu quando de sua viagem a Nova York, em 2.03.2005, à Ministra Chefe da Casa Civil, senhora Dilma Rousseff.; **Requerimento 743** de autoria do Deputado Mauricio Rands, que solicita à Caixa Econômica Federal, ao Banco do

Brasil, ao BNDES, à Petrobrás, à Eletrobrás, a Furnas e Correios, cópias de todos os contratos de prestação de serviços em assessoria de imprensa ou comunicação firmados entre 1998 e 2005; **Requerimento 746** de autoria dos Deputados Henrique Fontana e Carlos Abicalil, que solicita informações ao Fundo de Pensão dos funcionários da Petróleo Brasileiro S/A – Petrobrás – PETROS, sobre vendas de imóveis de sua propriedade; **Requerimento 760** de autoria do Deputado Eduardo Paes, que requer à Receita Federal a realização de diligência fiscal para confirmar a autenticidade das notas fiscais de serviços prestados pela empresa DNA propaganda apreendidas em Minas Gerais no mês de julho de 2005; **Requerimento 764** de autoria do Deputado Eduardo Paes, que requer a convocação da Sra. Soraya Garcia; **Requerimento 775** de autoria da Senadora Ideli Salvatti, que solicita à Polícia Federal, cópias de listagem de pessoas físicas e jurídicas que comprovadamente realizaram evasão de divisas; **Requerimento 785** de autoria do Deputado Carlos Sampaio, que requer a convocação do senhor Rubens Adauto de Castro Dourado; **Requerimento 792** de autoria do Deputado Carlos Abicalil, que requer a convocação de Nilton Antonio Monteiro; **Requerimento 794** de autoria do Senador Romeu Tuma, que requer a designação de um grupo de trabalho a ser formado por dois Peritos Criminais Contadores da Polícia Federal, três Auditores Fiscais da Receita Federal e um Consultor de Orçamentos e Fiscalização do Senado Federal e um Perito Contador do Ministério Público Federal para a realização de Perícia Contábil nas Empresas do senhor Marco Valério; **Requerimento 798** de autoria do Senador César Borges, que solicita seja procedida, no início de toda a reunião desta Comissão, a leitura dos expedientes expedidos (em decorrência dos requerimentos aprovados) e recebidos, para ciência a todos os membros desta CPMI e democratização das providências efetuadas e informações recebidas; **Requerimento 802** de autoria do Deputado Arnaldo Faria de Sá, que requer a convocação do Sr. Mauro Marcelo de Lima e Silva, ex-Diretor da Agência Brasileira de Inteligência; **Requerimento 812** de autoria do Deputado Mauricio Rands e outros, que requer a reconvocação do Senhor Mauricio Marinho; **Requerimento 817** de autoria do Dep. Onyx Lorenzoni e Dep. ACM Neto; **Requerimento 818** de autoria do Deputado Mauricio Rands e outros, que requer seja solicitado ao Ministério Público Federal cópia do novo depoimento prestado pelo senhor Mauricio Marinho àquela Instituição; **Requerimento 819** de autoria dos Deputados Antonio Carlos Magalhães Neto e Ônix Lorenzoni, que requer cópia do último depoimento do senhor Mauricio Marinho junto ao Ministério Público Federal; **Requeri-**

mento 820 de autoria do Deputado Osmar Serraglio, que solicita cópia do livro visitas no presídio de Guarulhos em 24/06/05; **Requerimento 821** de autoria do Deputado Arnaldo Faria de Sá, que requer à autoridade competente, por intermédio da Secretária de Administração Penitenciária, que o Sr. Antônio Oliveira Claramunt – matrícula 339-141, permaneça à disposição na Secretaria de Segurança Pública de São Paulo pelo tempo necessário à CPMI; **Requerimento 822** de autoria do Deputado Osmar Serraglio, que requer cópia do inquérito o sindicância em que se apurou a responsabilidade pela rebelião de 24/06/05, no Presídio de Guarulhos; **Requerimento 828** de autoria do Senador Álvaro Dias, que requer ao Departamento de Aviação Civil – DAC, informações sobre os traslados e a tripulação da aeronave Learjet, prefixo PT-ACC; **Requerimento 839** de autoria do Senador Pedro Simon, que requer ao Presidente do Senado Federal o fornecimento de todas as bases de dados e respectivos documentos comprobatórios relativos às movimentações realizadas no MTB Bank, pertencentes ao acervo da CPMI do “Banestado”; **Requerimento 840** de autoria do Senador Álvaro Dias, que requer ao Ministério Público do Estado de São Paulo o encaminhamento das cópias do depoimento do Sr. Rogério Burratti prestado após sua prisão; **Requerimento 841** de autoria do Deputado Medeiros e outros, que requer o envio do processo, com suas respectivas documentações, do deputado Sandro Mabel, citado pelo Relator para a instrução da representação que tramita na Comissão de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados; **Requerimento 842** de autoria do Deputado Carlos Abicalil e outros, que requerem a convocação do Sr. Hassan Gebrin; **Requerimento 843** de autoria do Deputado Alberto Fraga, que requer seja requisitado junto a Polícia Federal todos os dados contidos nos discos rígido dos computadores apreendidos na agência Barcelona Tour; **Requerimento nº 852**, de autoria dos Deputados Onyx Lorenzoni e Antonio Carlos Magalhães Neto, que solicitam a convocação dos senhores Enivaldo Quadrado, Luiz Carlos Masano e Breno Fischberg; **Requerimento nº 853**, de autoria dos Deputados Onyx Lorenzoni e Antonio Carlos Magalhães Neto, que solicitam a convocação do senhor Dário Messer; **Requerimento nº 854**, de autoria dos Deputados Onyx Lorenzoni e Antonio Carlos Magalhães Neto, que solicitam a convocação do Sr. Marcelo Viana; **Requerimento nº 855**, de autoria dos Deputados Onyx Lorenzoni e Antonio Carlos Magalhães Neto, que solicitam a convocação da Sra. Nelma Cunha; **Requerimento nº 856**, de autoria dos Deputados Onyx Lorenzoni e Antonio Carlos Magalhães Neto, que requer à Revista Veja a cópia integral das respostas

apresentadas pelo doleiro Antonio Oliveira Claramunt, ao questionário formulado por aquela revista; **Requerimento nº 859**, de autoria do Deputado Silvio Torres, que solicita a convocação do Sr. Marcelo Viana; **Requerimento nº 861**, de autoria dos Deputados Onyx Lorenzoni e Antonio Carlos Magalhães Neto, que solicitam informações à Secretaria de Comunicação da Presidência da República (SECOM), acerca de patrocínios concedidos nas áreas esportiva e cultural; São aprovados mediante votação nominal, obtendo vinte e sete votos favoráveis, os seguintes requerimentos: **Requerimento nº 514**, de autoria dos Deputados Onyx Lorenzoni e Antonio Carlos Magalhães Neto, que solicitam a transferência do sigilo bancário do Fundo de Pensão SISTEL; **Requerimento nº 515**, de autoria dos Deputados Onyx Lorenzoni e Antonio Carlos Magalhães Neto, que solicitam a transferência do sigilo bancário do Fundo de Pensão FUNCEF, nos Bancos BMG e Rural; **Requerimento nº 516**, de autoria dos Deputados Onyx Lorenzoni e Antonio Carlos Magalhães Neto, que solicitam a transferência do sigilo bancário do Fundo de Pensão da GEAP, nos Bancos BMG e Rural; **Requerimento nº 517**, de autoria dos Deputados Onyx Lorenzoni e Antonio Carlos Magalhães Neto, que solicitam a transferência do sigilo bancário do Fundo de Pensão da PETROS, nos Bancos BMG e Rural; **Requerimento 525**, de autoria dos Deputados Onyx Lorenzoni e Antonio Carlos Magalhães Neto, que solicitam a transferência do sigilo bancário do Fundo de Pensão PREVI, nos Bancos BMG e Rural; **Requerimento 800** de autoria do Deputado Pompeo de Mattos, que solicita a transferência do sigilo bancário da Guaranhuns Empreendimentos, Intermediações e Participações S/C Ltda;. A Presidência faz um breve relato referente à eleição do Vice-Presidente da Comissão, sendo eleito para o cargo o Deputado Asdrúbal Bentes com o total de vinte e sete votos, duas abstenções e um voto para o Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto. Em seguida, o Deputado Asdrúbal Bentes agradece a confiança dos demais parlamentares que o elegeram para contribuir com os trabalhos da Comissão e, a seguir, passa a palavra ao depoente para prestar seus esclarecimentos. Logo em seguida o Relator inquirir o depoente, Senhor Marcos Vinicius de Vasconcelos Ferreira, seguido pelos Deputados Antonio Carlos Magalhães Neto, Maurício Rands, Arnaldo Faria de Sá, Carlos Abicalil e pela Senadora Ideli Salvatti. Às dezessete horas e cinquenta e cinco minutos, por determinação do Presidente do Senado Federal, fica suspensa a reunião em virtude de estar ocorrendo a Ordem do Dia no Plenário com votações. Às dezoito horas e cinquenta e cinco minutos a sessão é reaberta sob a Presidência do Deputado Asdrúbal Bentes.

Pela ordem de inscrição, fazem uso da palavra os Deputados Carlos Abicalil, Onyx Lorenzoni, Pompeo de Mattos, Jorge Bittar, Silvio Torres, Jamil Murad, Geraldo Thadeu, e os Senadores César Borges e Demóstenes Torres. Nada mais havendo a tratar encerra-se a presente reunião às vinte e uma horas e quarenta e dois minutos, convocando-se nova reunião para o dia vinte e cinco de agosto, amanhã. E, para constar, eu, *Wanderley Rabelo da Silva*, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da presente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Com a bênção e as graças de Deus, havendo número regimental, declaro aberta a trigésima reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento nº 3, de 2005, do Congresso Nacional, para investigar as causas e conseqüências de denúncias e atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Eu gostaria de, antes de discutir os requerimentos, fazer a eleição do Vice-Presidente da CPMI dos Correios, em função da licença do Senador Maguito Vilela.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Só uma questão de ordem, Sr. Presidente.

Como me parece que há consenso em torno de um nome do PMDB para assumir a Vice-Presidência, talvez fosse interessante que fôssemos à análise dos requerimentos, e o processo de votação fosse acontecendo em paralelo, só para não atrasar. Há consenso.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Então já vamos distribuir as cédulas, e aí, à medida que vamos fazendo a nossa reunião administrativa, os Parlamentares vão votando.

A candidatura apresentada é a do Deputado Asdrúbal Bentes, do PMDB do Pará.

Eu quero passar a palavra para o Deputado Osmar Serraglio.

O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Sr. Presidente, apenas uma dúvida: escreveremos o nome do escolhido e, voluntariamente, podemos nos dirigir até a urna e depositar a cédula?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Isso, e depositar na urna a cédula de uma maneira bem tranqüila.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, nós estamos também votando para Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Não, somente para Vice-Presidente, porque o Presidente ainda, ainda não renunciou.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Pensei que V. Ex^a estava renunciando ao cargo, mas muito obrigado pelo esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Ainda não renunciou.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senadora Ideli Salvatti.

O SR. (NÃO IDENTIFICADO) – Sr. Presidente, Asdrubal é com “l” no final ou com “u”?

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Eu não tenho cópia da lista atualizada dos requerimentos a serem apreciados.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Será encaminhada agora pela Mesa, pelo Relator Osmar Serraglio.

Eu passarei a palavra para o Relator Osmar Serraglio.

Com a palavra o Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, vou passar a nominar aqueles requerimentos que, a juízo da diretoria, podem ser desde logo aprovados, porque de alguma maneira ligados aos assuntos que estamos investigando. Vou anunciá-los, independentemente de serem votação nominal ou não, para que o Plenário vá anotando, procedendo à conferência, e, depois, faremos a divisão daqueles que serão votados em bloco e daqueles que serão votados nominalmente. O 621, é a quebra de sigilo bancário, telefônico e fiscal de Zilmar Fernandes da Silveira – eu estou de alguma forma também limpando a pauta nesses casos –; 625, Gustavo Fruet e Eduardo Paes, convocação de Soraya Garcia...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Relator, V. Ex^a podia... Desculpe aqui. Talvez V. Ex^a pudesse... Esse foi o primeiro que V. Ex^a mencionou?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio – PMDB – PR) – 621, a quebra da Zilmar.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Vai ser votado agora?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio – PMDB – PR) – Não, eu estou anunciando para depois eu separar aqueles que serão em bloco e aqueles que serão nominais. Apenas anunciando para que se alguém desejar, quando for colocado em votação, já apresentar objeção.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – 621.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – 625.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Relator, quem vem ser a Sr^a Soraya Garcia?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Soraya Garcia, ela vem repetida várias vezes. No 683 ela vem repetida de novo.

Por gentileza, o requerimento ...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, esse é um requerimento do Deputado Gustavo Fruet e do Deputado Eduardo Paes, mas pelo que V. Ex^a disse existem outros.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – São vários deles, apenas aqui estão...

Solicito da Assessoria a cópia dos requerimentos.

Prossigo, 625; 639 – também aqui não identificamos onde será ouvido se será na Polícia Federal, nada.

Prossigo, 640; 656 – Vou anunciando pelo menos a síntese. A vinda do Presidente do BMG. Depois vem uma série de quebra de sigilos de Fundos de Pensão, em relação às aplicações no Banco Rural e no Banco Minas Gerais: é o 657, 658...

O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Nobre Relator, tem um conjunto de requerimentos que foi apresentado por mim e pelo Deputado ACM Neto.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Pois não. Mas para identificação de quem vai votar, vou nominando para que se acompanhe, depois quando eles estiverem agrupados ...

Prossigo, 658; 659; 660;

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Deputado Osmar, perguntaria a V. Ex^a., a gente percebe que vai até 676, V. Ex^a fez a checagem se estão aí incluídos todos os onze fundos no Banco Rural e no BMG?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio PMDB – PR) – Não, eu acompanhei os requerimentos que foram formulados.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Relator, até pela numeração tivemos o cuidado, isso foi pauta de debate aqui, do 514 até o 525, estão todos os onze fundos. Até pela precedência acho que deveria balizar essa quebra esses..

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sugeriria aprovarmos todos, fazermos um bloco. E aí pode até vir como requerimento do relator.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Entendi.

Quando formos votar a questão dos fundos, as aplicações no BMG e no Banco Rural, elencaremos não só esses nomes que estão aqui postos, como acrescentaremos também aqueles que eventualmente estejam nominados lá do 514...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – É 514 a 525. Até tem o requerimento de preferência.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Deputado Osmar, como imagino que do ponto de vista regimental vamos ter que fazer votação por votação, concernente a cada fundo, o que poderíamos fazer, e aí V. Exª poderia ser o proponente dos requerimentos. Por exemplo, pegávamos a Previ, e aí quebrávamos o sigilo da Previ nas operações com o Banco Rural e BMG. Então esse é um requerimento só, então votaríamos onze requerimentos, na verdade.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio PMDB – PR) – Dos onze fundos?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Isso. Porque aqui, por exemplo, o Deputado Pompeo desmembrou, ele fez um requerimento específico para o BMG e um requerimento específico para o Banco Rural. Não há necessidade. A gente pode fazer requerimentos por fundos, que englobe os dois bancos.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio PMDB – PR) – A sugestão é que se proceda uma votação em relação a um banco de todos os fundos e na ...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Não, o contrário. O contrário. Pega o fundo e quebra nos dois bancos. É muito mais racional. Fundo por fundo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio PMDB – PR) – Fundo por fundo?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Claro.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio PMDB – PR) – Tudo bem. A mim...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Porque a quebra de sigilo é...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio PMDB – PR) – Mas isso nós já íamos fazer.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Porque a quebra de sigilo é do fundo e não do banco.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio PMDB – PR) – Tudo bem.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O.K.?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio PMDB – PR) – Sim. O raciocínio inicial era esse. Não sei qual foi a sugestão de modificar.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Deputado, o que aconteceu é que, como V.Exª indicou esses vinte requerimentos de autoria do Deputado Pompeo, ele desmembrou. Ele falou: “Fundo tal, BMG, Banco Rural”. Então, o BMG e o Banco Rural

podem ser concatenados em um único requerimento referente àquele fundo. Então, vamos votar a metade dos requerimentos.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – E há um Requerimento de preferência, o Requerimento nº 620.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio PMDB – PR) – Vamos prosseguir. Os fundos vão até o Requerimento nº 676. Depois, prosseguimos.

O Senador César Borges quer ouvir também a Soraya Garcia. Requerimento nº 683.

Requerimento nº 684, do Bônus Banval, Enivaldo Quadrado.

Requerimento nº 687.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Relator, e o Requerimento nº 685, do Sr. Gilberto Carvalho?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio PMDB – PR) – Quanto a esse, como sei que há conflito, não estou incluindo nessa primeira lista.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Porque também há denúncias com relação à participação...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio PMDB – PR) – Requerimento nº 687. Se houver objeção, é só mencionar.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio PMDB – PR) – Requerimento nº 688.

Atendendo ao Senador Demóstenes Torres, estamos garimpando o Requerimento nº 424, que solicita ao Coaf informação sobre algumas empresas. Esse aqui é lá do Maranhão.

Vamos prosseguir.

A SRª IDELI SALVATI (Bloco/PT – SC) – Sr. Relator, dá para perguntar ao autor por que especificamente essas duas empresas são citadas, qual é o motivo? Só para entender.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio PMDB – PR) – Senador Demóstenes Torres, V. Exª tem condições de explicar a razão desse requerimento ao Plenário?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Pois não. A **Folha de S.Paulo** trouxe uma matéria, no mês de julho, fazendo a seguinte alusão: que o Diretório do PT tinha recebido – inclusive, isso tinha constado em Ata no Maranhão – quantias em espécie superiores a R\$100 mil, entre os anos de 2003 e 2005, ou seja, o pagamento teria sido realizado por essa empresa. Então, não estou propondo a quebra do sigilo...

O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Qual é o fundamento, qual é o objeto da Comissão?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – O objeto é justamente este: ver se há dinheiro ilegal e verificar a procedência desse dinheiro, tanto que não estamos pedindo a quebra do sigilo, mas apenas o for-

necimento dos saques em espécie superiores a R\$100 mil, porque o Coaf tem essa informação. São apenas essas informações para a Comissão.

O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO – A nossa preocupação é que a Comissão não seja usada para disputa interna local, regional. É o que parece nesse requerimento, independente do Partido que seja.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Eu sou de Goiás.

O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Sim, mas se pede. Fica parecendo que querem utilizar a CPMI para fazer disputa política local. É essa a impressão que nos dá. Sei que pode não ser a intenção do Senador, mas a solicitação foi feita ao senhor e pode ter sido esse o propósito. A nossa preocupação é que tenha nexos com o objeto de investigação da CPMI.

A SRª IDELI SALVATI (Bloco/PT – SC) – Se me permitem, Sr. Relator e Senador Demóstenes Torres, me pareceria até que essa preocupação, que acho legítima, do Senador Demóstenes de fazer a averiguação, tem muito mais nexos com a linha de investigação da CPMI da Compra de Votos, do Mensalão que está exatamente investigando a destinação dos recursos, quem sacou, para onde foi, para que campanha, e tal.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Permita-me divergir de V. Exª?

A SRª IDELI SALVATI (Bloco/PT – SC) – Só para terminar?

Eu tenho o entendimento da mesma forma que V. Exª...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Nós já entendemos que aquilo em que houver objeção nós separaremos e discutiremos na sequência.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – De repente, poderíamos encaminhar como fizemos com uma série de outros requerimentos.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Não, mas não é mensalão, não.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Não, porque é o mesmo proveniente do Duda, do Marcos Valério, é dinheiro.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. Exªs têm tempo para refletir sobre isso.

O 697 é uma complementação da quebra do sigilo do Partido dos Trabalhadores.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Relator, sobre o 690 e 691, gostaria de dar uma explicação rápida.

O Sr. Samir de Castro e o Sr. Carlos Bezerra era o Presidente do INSS quando favoreceram ao BMG para que ele fizesse empréstimos consignados. Nós achamos que a partir daí tem a origem de recursos para que o BMG pudesse fazer os empréstimos às

empresas do Sr. Marcos Valério, por isso, convocamos esses dois cidadãos.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Até anotei aqui – Presidente do INSS. Anotei e só separei porque fiquei imaginando se isso aí não se poderia conseguir através de informação.

V. Exª acha que ele precisa depor?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – É porque eles assinaram a portaria que favoreceu o BMG.

O 691. Vou prosseguir...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Queria só fazer uma ponderação. Tem um de nº 596 de minha autoria e do Deputado Gustavo Fruet que trata das fiscalizações, das análises e auditagens e quaisquer outros estudos feitos pelo Banco Central nos bancos – no BMG, no Rural e do Brasil – e o resultado dessas fiscalizações realizadas.

Acho que essa é uma informação relevante até para analisarmos a questão dos empréstimos. Não é uma quebra de sigilo; na verdade, é um relatório possível que o Banco Central possa nos mandar, a respeito das fiscalizações nesses bancos.

Portanto, queria apelar para o Relator para ver se podia incluir o 596.

É importante.

O Deputado Gustavo Fruet agrega informações.

O SR. GUSTAVO FRUET (PMDB – PR) – No Requerimento nº 697, do Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Não, não, por etapa, o número que o Deputado Eduardo Paes anunciou

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – É o nº 596.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Eu só não incluí o 596 porque tenho, talvez, uma cautela exagerada e gostaria que o Plenário refletisse porque, por via indireta, estamos quebrando sigilo do banco, estamos sabendo as coisas do maior recôndito possível do banco.

(Intervenções fora do microfone)

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Estou dizendo. V. Exª está dizendo que o Banco do Brasil é um banco bandido e isso não pega bem.

(Intervenções fora do microfone)

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Essa relatoria não vai colocar em votação, o que não quer dizer que seja contra. Apenas quer que reflitam sobre o que isso significa e, se quiserem, depois é só anunciarem; o Plenário tem maioria e decide.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Deputado Osmar Serraglio, só para ponderar com V. Exª,

porque V. Ex^a está debatendo com o Deputado Onyx Lorenzoni e tenho uma opinião diferente.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Se quiserem do Banco Rural, acho que sim. Agora Banco do Brasil e BMG acho que tinha que esperar um pouquinho mais para termos mais evidência.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Permita-me explicar porque quero que fique clara.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Concordo com o Deputado Osmar. Acho que com relação ao Banco Rural sobram elementos para isso, nós poderíamos excluir os outros dois e, posteriormente, fazê-lo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Temos muito tempo para isso

O SR. GUSTAVO FRUET (PMDB – PR) – Tem um contrato do BMG que eu não sabia até sexta da semana passada e não chegou até hoje.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – É isso o BMG também, não tem esse negócio só do Rural não .

O SR. GUSTAVO FRUET (PMDB – PR) – Com o BMG não pode ter nenhuma condescendência.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Deputado Osmar Serraglio, se V. Ex^a me ouvir aqui talvez eu vá esclarecer o nosso objetivo e a gente trace limites para isso que a gente está querendo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Colocando limites, sem problema.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Eu também não acho que tenham que vir aqui todos os relatórios de fiscalização completos dos Bancos BMG, Rural e Banco do Brasil. O que é nosso objetivo aqui? O Banco Central é obrigado, e peço atenção especialmente dos Deputados Maurício Rands e Abicalil, a fazer fiscalização nos bancos. O fato é que, em todos esses bancos, tínhamos um volume de empréstimos que têm que ser classificados por esses bancos. Esses empréstimos eram feitos, refeitos, tanto que o próprio Presidente do Banco Central, há três semanas, anunciou a decisão de obrigar os bancos a provisionar recursos para o pagamento desses empréstimos, caso os devedores não quitassem os seus débitos. Portanto, penso que tínhamos que restringir, deixamos isso muito claro aqui na hora de aprovar, estamos nos restringindo à fiscalização do Banco Central em relação à análise dessas questões. Não quero saber da fiscalização no Banco Central em tudo desses bancos. Portanto, acredito que vale para o Banco do Brasil, para o BMG, o banco que emprestou muito dinheiro, tem o crédito consignado do Governo, enfim, essas coisas que já conhecemos, e do Banco Rural.

Então, quero restringir como autor. Digo que res-trinjo...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Não percebi em relação ao Banco do Brasil. Qual a motivação?

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, vou até concordar com o Sr. Relator, então, pois creio que o Banco do Brasil pode sair e ficam o BMG e o Banco Rural. Bem restrito.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Tudo bem. Então, fica no rol o 596...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – E, aí, faço a restrição como autor na hora.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – ...excluído o Banco do Brasil com o esclarecimento que vai constar...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Com a correção que vou fazer na hora.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – ...em relação ao de início.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – E com a minha concordância.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – A minha concordância também, Sr. Relator.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Relator, por favor.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Agradeço os companheiros liberais.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Depois de toda essa profunda discussão, o senhor pode me esclarecer direitinho o que é que vai ficar nesse requerimento?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – A idéia é a seguinte: iremos solicitar ao Banco Central toda a atuação dele enquanto fiscal em relação às atividades do Banco Rural e do BMG, excluindo daqui o Banco do Brasil. Agora...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Senadora Ideli, naquilo que diz respeito, restringindo bem.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Se o Relator me informar como é que ele entendeu, vou ficar satisfeita, pedi a ele. Então, é o BMG e o Rural?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – E o Banco Rural. Porque, de certo modo, pelo menos temos dúvida sobre o procedimento desses bancos. Então, o que se pretende saber é que tipo de atuação o Banco Central teve...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Isso eu entendi. E o período?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Aqui está 2002/2003.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Mas penso que devemos manter aquela nossa regra do...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Dos últimos cinco anos.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Os cinco anos, concordo, Relator.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Cinco anos no 596. Solicito à assessoria que anote essas modificações.

O SR. GUSTAVO FRUET (PMDB – PR) – Sr.

Relator, na verdade, fiz observação para dois requerimentos: é o 690 e o 691, porque ambos têm relação. O Sr. Samir de Castro Hatem é o atual...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– É o sucessor, né?

O SR. GUSTAVO FRUET (PMDB – PR) –... do

Carlos Bezerra. Foi ele quem assinou a Portaria.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– 690.

O SR. GUSTAVO FRUET (PMDB – PR) – 690,

exatamente.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– São aquelas convocações que, depois, teremos que tabular.

Vou prosseguir então: 690, 691, 697, 703...

O SR. GUSTAVO FRUET (PMDB – PR) – Rela-

tor, só para esclarecer.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– ...Bônus Banval.

O SR. GUSTAVO FRUET (PMDB – PR) – Des-

culpe. O 697 é desnecessário. Explico-lhe: como já havia sido, pelo próprio PT, estabelecida a abertura, a transferência dos dados, já pedimos para o Banco do Brasil, em razão da existência dessa conta, que também nos preste informação, ou seja, está abrangido pela quebra do sigilo já, anteriormente...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Por isso falei que é um aditamento, praticamente, aquela quebra.

O 703 já foi; 704, o sigilo da Simone.

O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO – V. Ex^a

incluiu o 703, sim?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– 703? Sim, da Bônus Banval.

708, sigilo do Duda; o 711, 712, 713, 714, 721, da Atenas Trading, 722

O Requerimento nº 722 é relativo aos Diretórios do PT; o de nº 726, à agenda do Ministro José Dirceu.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Re-

lator, peço-lhe só um minutinho. O que significa o Requerimento nº 714?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– O Requerimento nº 714 é de autoria do Deputado Pompeo de Mattos, que requer providências para a

transferência de sigilo telefônico da Direção Regional do Estado do Rio de Janeiro.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim, mas Direção Nacional do quê?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Do PT.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Ah!

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– É do PT, não é? (Pausa.)

Lá S. Ex^a nomina. É por causa daquele pessoal da Casa da Moeda. No requerimento, S. Ex^a identifica. O resumo é que não está bem procedido.

Eu parei no Requerimento nº 726.

Agora, é o Requerimento nº 743. Na seqüência, há toda a quebra de sigilo de todos os Partidos. A gente sabe que isso dá celeuma.

O Requerimento nº 743 trata de cópia de contratos e tal.

O Requerimento nº 744 trata da empresa Athenas de novo; o de nº 745 trata da RS; o de nº 746 – este aqui está sem o nome; deve ser...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – É do Gustavo, não é?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– É sobre venda de imóveis. É do Petrus.

O Requerimento nº 756, de novo, trata da Athenas; o de nº 757 trata da cópia de um processo do Supremo, que é aquele famoso processo de Minas Gerais.

O Requerimento nº 758... Não, o de nº 758 não. O de nº 759, sim. O de nº 760...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Peço, por favor, Sr. Relator, que corrija o meu nome aí para Eduardo Paes. Depois de tanta luta, virar Eduardo Paz...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Definitivamente, incluíram o Deputado Eduardo Paes na família de Cristiano Paz.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Eu peço, por favor, que a Assessoria corrija isso, por favor.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Devagar, nós vamos descobrindo...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Ele tanto quis se distanciar que acabou sendo designado...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– O Requerimento nº 762... É o de nº 761, não é?

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Relator...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim, mas quem são as pessoas do de nº 761?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Aqui, são todas as empresas e as pessoas relacionadas ao Marcos Valério.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Relator, peça-lhe só um minutinho. O Requerimento nº 759, o senhor o incluiu?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Concordei.

O Requerimento nº 762 – Coaf; o de nº 763, Coaf. De novo, é a Soraya. Todo mundo quer ouvi-la. É o terceiro requerimento para ouvir a Soraya. Há os Requerimentos nº 764, 775, 780.

O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Quem é esse?

O SR. RELATOR (Omar Serraglio. PMDB – PR) – Esse é um lobista.

O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO – De onde é esse cara?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Ah! Não! Esse é do PT, do Rio Grande do Sul.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, sou adversário do PT do Rio Grande do Sul, mas acho que não dá para transformar esta CPI numa CPI das campanhas eleitorais. Eu sou contra isso.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – É eu coloquei... É alguém que pegou R\$1 milhão e foi ouvido na Polícia Federal.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Ônix...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Mas ele está correto. O raciocínio dele também adotou, mas, como os autores pretendem...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Não há concordância nossa nesse sentido.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Tudo bem! Eu só queria dirimir uma dúvida. Deputado Osmar, tenho uma dúvida: V. Ex^a incluiu o de nº 755?

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Eu só queria insistir: todos já votaram no Vice-Presidente?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Eu não votei.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Quem não votou, por favor, eu gostaria...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Deputado Osmar, V. Ex^a incluiu o de nº 775 na relação?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sim. Incluí o de nº 775.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Está bem.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Deputado Osmar Serraglio, eu pediria a inclusão do Requerimento nº 759, que trata apenas da solicitação da auditoria que o Banco do Brasil está realizando relativamente...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Já foi.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Já foi? (Pausa.)

Muito obrigado. É que eu estava concedendo uma entrevista à Rádio Senado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – O Requerimento nº 783...

O SR. ONIX LORENZONI (PFL – RS) – Então, o de nº 780 caiu fora, não é?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Está fora. Os Requerimentos nºs 783, 784...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Relator, eu queria parabenizar, por esse requerimento, a Senadora Ideli Salvatti. Isso demonstra que S. Ex^a está realmente procurando averiguar tudo. S. Ex^a convoca o Sr. Toninho da Barcelona.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Não há concordância, Sr. Presidente.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Não há concordância? (Pausa.)

Então, também não há com o de nº 784.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – O Requerimento nº 784 é da Senadora Ideli Salvatti e tem todo o nosso apoio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Estou retirando, por não haver concordância, os Requerimentos nºs 783, 784...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Deputado Osmar, Presidente Dalcídio, eu só gostaria...

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – V. Ex^a os está retirando?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Estou incluindo a lista de consenso.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Ah, bem!

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Relator, Deputado Osmar...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Pois não, eu o estou ouvindo.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Relator, eu gostaria de solicitar a V. Ex^a que fizesse uma lista paralela, onde V. Ex^a pudessem anotar os requerimentos que V. Ex^a sugeriu e que, no entanto, não foram objeto de consenso por este Plenário, para que eles pudessem ser votados em seguida. Foi uma sugestão de V. Ex^a, e houve algum tipo de discordância do Plenário.

Então, para que haja um encaminhamento racional e lógico, quero apenas que V. Ex^a os separe, para que esses sejam deliberados logo em seguida.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sem problema.

Deputado Carlos Sampaio, é sobre o de nº 785? (Pausa.) Rubens Adaauto de Castro Dourado. Só uma explicação sobre quem é para o pessoal...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Rubens Dourado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– É o de nº 785. Rubens Adaauto de Castro Dourado.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Relator, Sr^{as} e Srs. Deputados, na verdade...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Depois, V. Ex^a explica o voto.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – O Sr.

Rubens Dourado foi preso no Município de Campinas – ele é de São Paulo, não é da minha cidade – por embriaguez e por direção perigosa. No momento em que ele foi preso, foi apreendida com ele uma série de agendas e documentações. Ele se apresentou ao delegado como lobista. Nessas agendas, constam nomes de Parlamentares, de Ministros. Ele insistiu que ele era de São Paulo e trabalhava em Brasília e fazia *lobbies* junto ao Congresso.

Como há nomes de Parlamentares – repito –, de Ministros e de várias autoridades do Poder Público, eu acho interessante, mesmo que seja por meio de subcomissões, a critério do Deputado Abicalil, que ele seja ouvido para explicar o porquê desses nomes. Inclusive, constam valores, percentuais. Ele deve se explicar perante a Comissão.

Seria essa a razão, Sr. Relator.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Eu sugiro que isso se dê por meio de subcomissão. O Deputado Carlos Sampaio deve ter conversado com o delegado. Eu também conversei com o delegado por telefone, e ele não coloca isso como relevante, afirmando que, na verdade, esse cidadão se utilizou de informações recolhidas da imprensa e as anotou na sua agenda.

Mas, de qualquer forma, é uma posição de cautela ouvi-lo, mas de forma reservada, sem gerar uma expectativa.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Concorro plenamente.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– O Requerimento nº 785 está incluído. O de nº 789... O Requerimento nº 790, doleiro. O Requerimento nº 792...

Deputado Abicalil, esse Nilton Antônio Monteiro é um cidadão que prestou declarações. O Ministério Público encaminhou ontem, mas ele já vinha sendo...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Ele prestou informações ao Ministério Público Federal no Rio de Janeiro.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– No Rio de Janeiro.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Sr. Presidente, ele foi apresentado como lobista pela imprensa.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, é um lobista que já teria sido, inclusive, desqualificado. Esse Sr. Nilton não merece a menor credibilidade. Por isso, eu também recomendo que, se for ouvido, seja ouvido com as reservas, sem gerar expectativa e, naturalmente, de forma reservada, de acordo com o requerimento, nesses termos, não é?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– O Requerimento nº 794, na verdade, eu li e reli. É uma pena que o Senador não esteja aqui.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Esse cara diz que eu e o César Maia somos... Quero afirmar que, apesar de o Sr. Nilton ter dito que eu sou, junto com o César Maia, grileiro na Barra da Tijuca, eu apóio o requerimento dele.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Vamos para frente.

O SR. ONIX LORENZONI (PFL – RS) – Isso é jargão policial.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Relator, eu fiz o Requerimento nº 798, porque não temos informação do que é expedido pela Mesa Diretora, solicitando informações após a aprovação dos requerimentos.

Eu gostaria – não seria preciso que fosse lido – que fosse distribuído a todos nós o que é expedido e o que é recebido.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Está certo. Eu acho que está certo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Incluo o de nº 798. Como estava aqui a leitura dos expedientes, o que recebemos aqui é impraticável. Seria só a informação, a notícia.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – V. Ex^a não precisa ler. Basta a data em que foi expedido, para quem foi expedido e o que foi recebido da Comissão.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Pois não.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Vamos ao próximo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Requerimentos nºs 800, 802, 803, 804, 805, 806, 810 – não houve concordância –, 811, 812, 813 – fica pendente também.

Eu não consegui tabular para ver se os que estou anunciando já foram atendidos. Mas, como estão pendentes, para eliminar da nossa lista, eu incluo os Requerimento nºs 818, 819...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Também já tinha sido aprovado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Exatamente, no de nº 776.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – O Requerimento nº 817 também foi aprovado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – O Requerimento nº 820...

O ideal seria que quem formulasse os requerimentos pelo menos olhasse a tabulação, para que não ficassem quatro ou cinco requerimentos repetitivos, já aprovados.

O Requerimento nº 820... O de nº 821 nós o aprovamos lá em São Paulo. Mas, como está pendente aqui, eu o incluo de novo, para eliminar.

O Requerimento nº 822... São os Requerimentos nºs 820, 821 e 822.

Depois, há o Requerimento nº 827. Este aqui é do Senador Alvaro Dias, que está presente aqui. Eu não consegui identificar a quem pertenceria esse avião.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Relator, não há necessidade de se destacar o proprietário do avião. Bastam essas especificações, para que o DAC nos informe.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Mas precisamos ter pelo menos uma noção da identificação...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – É o ex-Presidente da Transbrasil.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Pois não.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Deputado Osmar, eu queria fazer um apelo a V. Ex^a. Estou apresentando...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Eu queria entender...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – A razão desse requerimento, Senadora Ideli, é porque consta que esse avião foi utilizado para transporte de valores em malas, não sei se com rodinhas ou sem rodinhas. Mas transportou valores. Por isso, é feita a solicitação, para que se possa verificar qual foi a utilização desse avião. O DAC pode nos informar quem o utilizou nesse período.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Deputado Osmar, eu queria fazer um apelo a V. Ex^a. Eu acabei de apresentar um requerimento – e por isso ele não consta dessa lista –, solicitando a transferência do sigilo bancário, fiscal e telefônico do Sr. Ivan Guimarães, que prestou depoimento nesta CPI no dia de ontem.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. Ex^a acabou de apresentá-lo?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Exatamente. A sugestão que faço a V. Ex^a é a de que adite isso ao Requerimento nº 827. O Requerimento nº 827 é do Sr. Henrique Pizzolato. Assim, V. Ex^a poderia aditar...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Mas acho que temos de votar separadamente.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Votaremos separadamente. Não vejo problema.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Mas aí não dá para aditar.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Relator, peço a palavra pela ordem.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Eu coloco em votação...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Está bem. Então, V. Ex^a coloca esse requerimento no rol daqueles que serão votados. Agradeço a V. Ex^a.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Relator Osmar, já que serão votadas as quebras de sigilo, há o meu que V. Ex^a já disse...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Eu sei.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sim, mas há outros anteriores. Há a solicitação de transferência de sigilo dos diretores e do gestor operacional dos Correios, que já prestaram depoimentos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Concordo com a Senadora.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – E não foi votado ainda. É justamente do Requerimento nº 177 ao de nº 191, ou melhor, ao de nº 184.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Se V. Ex^a me permitir... Não é por nada, mas, como não analisei a parte final, comprometo-me a, na próxima reunião administrativa, apresentar, porque eu teria de examinar todos os iniciais. Mas tudo bem.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Eu vou fazer um apelo, porque não há problema, é só uma coisa objetiva, Deputado Osmar. É o seguinte: estebeleceu-se, como dinâmica aqui, que não se poderia quebrar, transferir sigilo de quem não foi ouvido. Ora, quanto aos diretores que já foram ouvidos, deve haver a transferência de sigilo deles.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Quais os números que V. Ex^a anuncia?

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – É só analisar todos, porque há vários aqui: do de nº 177 ao de nº 193. Só que se incluem aqui pessoas que

não prestaram depoimento. Eu até entendo. Então, é só solicitar ao pessoal da Secretaria que, quanto a todos os diretores que já prestaram depoimentos – não prestaram depoimentos ainda os da área operacional e comercial –, possamos votar hoje, porque são requerimentos muito antigos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Acho que a Senadora Heloísa Helena está com a razão, Deputado Osmar. Não há problema algum.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Se houver concordância, solicito da Assessoria o confronto dos Requerimentos nºs 179 a 193. Na sequência, identifiquem quais já foram ouvidos no plenário. Daí faremos a votação da quebra. Vamos prosseguir.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Sr. Relator, eu queria que incluísse o Requerimento nº 823 também, para discutirmos.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Já cheguei no de nº 823? (Pausa.)

O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Já passou.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Então, aqui, a pedido do Deputado Nelson Meurer, incluindo o da Ideli Salvatti, incluo o de nº 823.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Não há concordância em relação ao de nº 823. Peço, então, que V. Exª não o inclua no bloco.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Então, fica naqueles pendentes.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Acontece que não há concordância em relação a muitos outros. Estou pedindo para incluí-lo, para discutirmos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Deputado Nelson, a minha sugestão – queria deixar claro, porque, talvez, V. Exª não tenha ouvido – foi a seguinte: onde não houver concordância, faremos um bloco alternativo, para que seja votado logo em seguida.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Tudo bem.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Por isso, tenho anunciado que, qualquer objeção, eu anoto e separo.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Quanto ao de nº 823, não há nenhum óbice que se encaminhe à outra CPI, desde que isso não exclua os procedimentos que devemos adotar nesta. Creio que aí haverá consenso.

O SR. MEDEIROS (PL – SP) – Deputado Osmar, queria fazer uma ponderação sobre o de nº 841, para que V. Exª o incluísse...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Deputado Osmar, ainda com relação ao de nº 823, eu queria... Deputado Medeiros...

O SR. MEDEIROS (PL – SP) – Só um minuto, por favor.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Deputado Medeiros, esse Requerimento está no rol daqueles que vou...

O SR. MEDEIROS (PL – SP) – Deputado Osmar, o Deputado Sandro Mabel se acha inocente das acusações feitas a ele, e é natural que ele queira ser julgado com rapidez, que não fique essa pendência eterna em cima dele. Ele está sendo julgado pela Comissão de Ética em função das denúncias feitas pelo Deputado Roberto Jefferson. O que se pede é que a pasta dele, a documentação que está aqui sobre ele, seja enviada à Comissão de Ética, para que esta possa fazer o seu julgamento com mais rapidez.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Deputado Osmar, ao Requerimento nº 841 eu não tenho nenhuma objeção. Mas, quanto ao de nº 823, eu perguntaria a V. Exª o seguinte. Fala-se aqui de envio dos processos. Que processos são esses? Era importante entendermos exatamente o que é objeto da requisição. Ao que me consta, não há nenhum processo.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Mas o Relator já retirou do consenso. Deixa esse para depois desse. Discute-se depois.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – E também esse do Medeiros fica junto para discutir com esse de nº 823. O que V. Exª pretende é apenas a remessa dos documentos? É uma decisão sobre...

O SR. MEDEIROS (PL – SP) – Apenas a remessa de documentos da pasta do Deputado, é evidente.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sem problema.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – O de nº 841 pode ser incluído no bloco.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Eu parei... Interromperam-me no...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Deputado Osmar, quanto ao de nº 841, pode ser que não haja objeção, de tal forma que ele pode ser incluído no bloco.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Não, é o de nº 839 antes.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Só um segundo. O Requerimento nº 839...

O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Sr. Relator, quero entender a questão do Requerimento nº 841. Ele ficou para depois?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Ficou para depois. O Requerimento nº 841... As notas taquigráficas irão identificar isto: se é apenas e tão-somente a remessa dos documentos. Estamos prestes a emitir um relatório. Essa é a dúvida que está no ar. O que V. Ex^a está entendendo por isso?

O SR. MEDEIROS (PL – SP) – Pede-se a remessa dos documentos que existem aqui, das denúncias que existem aqui, sobre o Deputado Sandro Mabel, para que a Comissão de Ética possa apressar o seu trabalho, o que é justo.

O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO – É a cópia que ele está pedindo, não é isso?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – É apenas a documentação.

O SR. MEDEIROS (PL – SP) – É a documentação.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Porque está pendente um pedido, que é esse de maior abrangência, onde se vai discutir a relatoria parcial. V. Ex^a não está solicitando que se exclua da relação...

O SR. MEDEIROS (PL – SP) – Estou pedindo – a documentação está clara no meu relatório – a pasta.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Pois não. Concorde, então, com essa ressalva.

Vamos prosseguir: Requerimentos nºs 839, 840, 842, 843, 844, 851, 852, 853, 854, 855, 856. Quanto ao de nº 857, estou em dúvida. Trata-se de requisição à Polícia Federal de todos os computadores apreendidos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Poderíamos mudar.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Quem vai proceder isso para nós é a própria...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Deputado Osmar, gostaria de fazer uma sugestão.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – É a perícia das informações.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Não é o encaminhamento dos equipamentos propriamente dito.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Esse já foi aprovado em São Paulo, inclusive.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Seria o encaminhamento dos documentos constantes do computador.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – As informações constantes em meios magnéticos. Pronto. Já resolve.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Então, V. Ex^a pode fazer uma mudança do objeto e colocar em votação.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Em vez de computadores, são informações constantes em meios magnéticos.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – No Requerimento nº 857, solicita-se a requisição à Polícia Federal de todas as informações que tenham recolhido por meio de computadores apreendidos na agência Barcelona Tur em meio magnético.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Relator, quero saber, no caso do Toninho da Barcelona, se, lá em São Paulo, tinha sido aprovado um requerimento sobre as informações da 6ª Vara Federal.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Da 6ª Vara? V. Ex^a poderia anunciar a número?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Foi aprovado em São Paulo esse requerimento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Aprovamos agora três ou quatro daquilo que nós...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Mas não está este aqui. Os documentos da 6ª vara Federal de São Paulo.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Esse foi aprovado em São Paulo, Sr. Relator.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Esse é fundamental.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – A Assessoria já vai anunciar a V. Ex^a a aprovação que ocorreu numa reunião precedente.

O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Sr. Relator, V. Ex^a já terminou?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Não, não terminei. É que são...

O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Quero me inscrever.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Esse é o de nº 857. Agora, vamos continuar. Estes aqui eu não tive a oportunidade de ver, porque foram acrescentados. Quero anunciar a V. Ex^as...

O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Eu poderia explicar o...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – O de nº 859 é exatamente o mesmo do de nº 854.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – O Requerimento nº 858 é do Deputado Sílvio Torres, que quer a convocação de Marcos Lustosa Ribeiro. É só para saber quem é.

O SR. SÍLVIO TORRES (PSDB – SP) – O Sr. Marcos Lustosa Ribeiro era a pessoa que fazia as trocas dos dólares com o Sr. Toninho da Barcelona na Câmara Municipal de São Paulo, e o Sr. Marcelo Viana, logo em seguida, era o funcionário da Barcelona que levava o dinheiro. Ambos foram já identificados e de-

ram declarações à revista **Veja** de que efetivamente esses fatos aconteceram.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Só para ajudar o Deputado Sílvio, quero dizer que Marcelo Viana é exatamente o objeto do Requerimento nº 854. Então, os Requerimentos nºs 859 e 854 são similares. Não há qualquer dúvida.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – O Requerimento nº 854 e...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – E o de nº 859.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – E o Requerimento nº 862 diz respeito ao mesmo tema. Poder-se-ia proceder conjuntamente a essa convocação.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Se há coincidência de vontades, estamos convocando o Deputado Devanir Ribeiro, o filho do Devanir Ribeiro e um operador, segundo as informações dadas. Não há consenso?

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Mas, quanto ao Deputado Devanir, não há consenso.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, Sr. Relator, quero fazer duas observações. A primeira é que V. Ex^a fala no Requerimento nº 708, do Deputado Pompeo de Mattos, que fala do sigilo telefônico do Sr. Duda Mendonça. E, no Requerimento nº 553, está lá: sigilo fiscal, bancário e telefônico do Duda, da Zilmar e das empresas. Então, ele é mais amplo, mais completo. Ele não foi ainda aprovado, lamentavelmente.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – O Requerimento nº 553 não foi aprovado.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Mas o Requerimento nº 553 tem de ser colocado, com todo respeito, no lugar do de nº 708, porque este é restrito, fala apenas de sigilo telefônico – isso não vai resolver o nosso problema. É preciso que haja a quebra do sigilo fiscal e bancário do Duda, da sócia e das empresas.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Que, na verdade, estamos aprovando, embora separadamente.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Não, não, caro amigo. É que não há outro requerimento nesse sentido.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Não. Estamos quebrando hoje o da Zilmar. Acabei de anunciar. Mas não me oponho. Sei que o espírito é o mesmo.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O Requerimento nº 553 concentra tudo, Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – O de nº 553 não havia retroagido a esses que estão rescindindo em cima dos mesmos pedidos.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – É que ele concentra tudo, Sr. Relator. Por isso é que sugiro isso a V. Ex^a. É só uma sugestão.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Se votarmos o de nº 553, ele prejudicará os demais.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim, mas resolve tudo, o que é o objetivo da investigação.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Prejudica juridicamente; não vou dizer que prejudique o alcance do objeto.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Isso. Mas lhe quero pedir uma especial atenção para o Requerimento nº 861, que solicita à Secom que informe todos os patrocínios concedidos na área esportiva e cultural.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – É que eu ainda não cheguei a esse.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Como é só uma informação, não requer quebra de sigilo, coisa nenhuma, só pediria para que V. Ex^a o incluísse, porque é só um ofício, para a gente ter o mapeamento dos patrocínios. Ontem, a gente teve uma discussão importante aqui sobre os patrocínios do Banco Popular, e, seguramente, há muitos questionamentos em relação a Banco do Brasil, a Correios e a outras coisas.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Mas vamos prosseguir.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Deputado Osmar, só para ficar claro, a objeção do Deputado Maurício Rands é apenas com referência...

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Ao Requerimento todo. Quanto ao de nº 862, não há acordo.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – É isso. O que quero esclarecer é que a objeção é relativa à convocação do Deputado Devanir Ribeiro. Os outros que foram operadores...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – O filho dele. Mas são vários requerimentos com esse assunto.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Então, pronto. Põe na lista paralela, não vamos discutir agora.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Vamos àqueles que há consenso.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Eu quero um esclarecimento do Deputado Maurício Rands. Deputado Osmar, quero um esclarecimento do Deputado Maurício Rands.

Nós temos aqui, Deputado, o de nº 854, que trata da convocação do Sr. Marcelo Viana. Há alguma objeção? (Pausa.) O de nº 855 trata da convocação da Sr^a Nelma Cunha. Há alguma objeção? (Pausa.) O

de nº 858 trata da convocação do Sr. Marcos Lustosa Ribeiro. Há alguma objeção? (Pausa.)

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – É o filho do Devanir.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Quero apenas ajudar a esclarecer.

Então, retiram-se os Requerimentos nºs 858 e 862 do bloco.

O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO – O de nº 858 se refere ao doleiro que levava dinheiro, era o operador Toninho da Barcelona.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Os Requerimentos nºs 854, 855, 856... O Requerimento nº 857 vai ficar com aquela mesma ressalva precedente, só em relação às informações que nos serão repassadas por meio magnético. O do Marcelo Viana já foi. Então, o Requerimento nº 859...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – O de nº 860 não tem mais...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Mas vou incluir, para eliminar de vez. O Requerimento nº 860... Ele vai perder o objeto. Hoje é dia 24. Não, ele está excluído.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O de nº 860 não precisamos votar, porque ele perde a razão de ser.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Está excluído. Ele vai ser prejudicado.

Nº 861, dos patrocínios, que já foi..

Agora vou anunciar os que chegaram à Mesa.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, queria fazer uma ponderação. Requerimentos que chegam à Mesa no horário da reunião administrativa, sem que ninguém possa ter tido qualquer conhecimento antecipado, deveríamos nos reservar de não deliberar, a não ser que sejam requerimentos de procedimentos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Faria um apelo para a Senadora. Se for possível, Senadora...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Primeiro, queria fazer um apelo para terminar de falar, e que o próprio Presidente possa deliberar, se outros Parlamentares quiserem contraditar, posteriormente...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Não é contraditar, é só um pedido que queria fazer à senhora. Mas, quando V. Ex^a me permitir, eu o farei.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Gostaria de ponderar. Temos uma pauta extensa de requerimentos. Se, daqui a pouco, os Parlamentares

começarem a apresentar mais requerimentos, é impossível administrar qualquer coisa.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, é só o da transferência do sigilo bancário, fiscal e telefônico do Sr. Ivan Guimarães, porque ele aqui esteve ontem. Então, seria só esse.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Quanto a isso, todos estariam de acordo, e foi fechado ontem. O restante fica para a próxima semana.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sr. Relator, um esclarecimento. Sr. Presidente, é consensual também, mas por questão administrativa.

Sr. Presidente, Sr. Relator, só para esclarecimento. É uma questão administrativa, não é nada que tenha tido divergência. Ontem, estivemos no Tribunal de Contas, com o Ministro Adylson Motta e com o Ministro Ubiratan Aguiar. O Tribunal está adiantando a análise dos contratos. Amanhã, inclusive, haverá uma reunião entre os técnicos e a idéia é que semana que vem mais três relatórios possam ser apresentados. Mas, para que o Tribunal possa avançar, é fundamental que possam compartilhar as informações que estão de posse da CPMI. Então, precisaria formalizar ao Tribunal o acesso a esses dados. Essa é a primeira observação.

A segunda, foi quebrado o sigilo da Athenas, da RS e da Guaranhuns, que foram aquelas empresas que apareceram quando se quebrou o sigilo da SMP&B. Mas não constou aqui, Sr. Relator, a Esfort Trading, que é uma outra empresa e que estaria mencionada dentro dos saques da SMP&B.

A terceira observação é...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Mas não há requerimento nesse sentido formado?

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – É que era do Relator.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Qual é o número?

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Não achei também, Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – É o que quebra da...

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Da Esfort Trading, além da RS, da Guaranhuns e da Athenas.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Só precisaria que me trouxessem a denominação correta, para que não houvesse equívoco depois em relação ao formalismo da quebra, da transferência.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – O terceiro item, Sr. Relator: no Coaf, ontem, também com o Dr. Flávio, que é a nossa relação com o Coaf. À medida que os nomes vão sendo mencionados, o Coaf já vai expedindo solicitação de informação às unidades

de inteligência financeira. Mas, de qualquer maneira, para controle interno deles, toda vez que uma empresa aqui for mencionada é necessário que V. Ex^a formalize. Então, peço a atenção, porque toda vez que essas empresas forem mencionadas, apesar de o Coaf já estar se adiantando, é necessário, por exemplo, uma vez por semana, que se formalize o pedido de todas as informações às unidades de inteligência financeira.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Delego isso a V. Ex^a, como Sub-Relator, para que proceda à formalização.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Aceito.

Está registrado então que V. Ex^a me delegou.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Está registrado em ata.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – O quarto item, o Senador César Borges solicita informação à Interpol. Só para registrar também, o Coaf e o Departamento de Recuperação de Ativos já formalizaram à Polícia Federal e à Interpol informações sobre a conta Düsseldorf, do Duda Mendonça. Então, de qualquer maneira...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– São informações importantes que estão sendo repassadas pelo Sub-Relator de Assuntos Financeiros e que talvez abreviem futuras formulações de requerimentos em virtude dos dados já recolhidos.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – E, por fim, duas observações. Ontem foi muito produtiva a comissão aos Correios, e até sexta-feira devemos ter o levantamento dos dados telefônicos e bancários. Mas, infelizmente, estamos enfrentando dificuldades, inclusive apesar de todo o elogio à colaboração do Banco do Brasil, constatamos hoje uma gravidade em uma das informações, a inconsistência na base de dados.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Aliás, testemunhei isso e quero dizer que fico entristecido, porque queremos preservar o banco, mas não pode nos passar informações... Um banco da relevância que tem o Banco do Brasil nos passando informações inconsistentes.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Por serem dados sigilosos, não revelo, é evidente. Está à disposição dos Parlamentares, mas é grave, porque, quando se omite informação, podemos corrigir; agora, erro da natureza que houve é muito sério.

Então, estamos refazendo o pedido ao Banco do Brasil, considerando que o Banco do Brasil é aliado, mas, da mesma forma, vamos precisar que o Banco Central, Sr. Presidente, até sexta-feira, adote algumas medidas com relação a alguns bancos. Já tivemos a colaboração de alguns bancos, outros já mandaram os dados, os extratos, e outros, apesar da notificação para

mandarem dentro da nova planilha ainda não o fizeram. Da mesma forma, se até sexta-feira não se completarem os dados telefônicos, precisaremos da mesma comissão à Anatel, porque até agora só a Telefônica mandou dentro do padrão estabelecido, e hoje a assessoria da Telemar se comprometeu a encaminhar até sexta-feira, mas outras operadoras ainda não mandaram. Então, gostaria que aqui se estabelecesse o prazo limite de sexta-feira para os bancos e para as operadoras que já receberam a solicitação com a nova planilha para mandarem as informações, sob pena de uma medida coercitiva desta comissão, a exemplo do que foi feito ontem nos Correios, que ainda ontem determinou à equipe técnica para completar as informações, que, segundo consta, até hoje estarão disponíveis à CPMI. Então, essa medida foi necessária ontem, mas se até sexta-feira não completar, nesse relatório gerencial, já peço também que o Presidente ou V. Ex^a já delegue uma comissão para tomar as medidas.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Só queria, atendendo ao Deputado Arnaldo Faria de Sá, dizer que estamos de posse aqui do requerimento que foi formulado lá em São Paulo, pelo Deputado Maurício Rands, mas que, como demandava votação nominal, terminamos não procedendo. Então, vamos proceder hoje.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Penso que ele já está contemplado, Relator.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – É isso que falei, temos que votar esse requerimento.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Está contemplado com aquele adendo, a requisição das informações do doleiro em meio magnético. E aí acrescenta as informações que estão em poder da 6ª Vara da Justiça Federal de São Paulo. Pode ser assim, Relator?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Pode ser, só preciso lembrar qual é o número do requerimento.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Acho que registramos esse acréscimo. Por isso não me pronunciei.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Acrescento isso ao 857, dos Deputados Ônix e Antonio Carlos.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Pronto. Foi exatamente o 857. Perfeito.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– “À Polícia Federal, todos os documentos, informações...” E aqui fica acrescentada a matéria relacionada ao processo que tramita na 6ª Vara da Justiça Federal em São Paulo.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Ou outra vara que tenha esses documentos, porque isso foi o que ele mencionou lá na minha inquirição.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – “Ou outra em que houver responsabilização criminal do Sr. Antonio Oliveira Claramunt.”

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Perfeito.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Só queria acrescentar então o 869, da quebra do Ivan Gonçalves Guimarães.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Relator, esse requerimento da 6ª Vara, gostaria que V. Exª lesse o teor dele.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – O requerimento diz o seguinte: “Exmº Sr. Presidente da CPMI dos Correios, requeiro os documentos eletrônicos e demais registros das operações do Sr. Toninho de Barcelona e suas empresas, relativos à compra e venda de moeda estrangeira perante a 6ª Vara da Justiça Federal”.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – E o acréscimo que o senhor deu agora?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Fica acrescido ao precedente, que solicitava da Polícia Federal, que, além da Polícia Federal, vamos solicitar à Justiça Federal.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – E esse requerimento precisa ser votado pela Comissão.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Vai ser votado.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Relator, o Deputado Carlos Abicalil é autor do Requerimento nº 790. Ele teve que se ausentar e me ligou pedindo para que o requerimento fosse sustado, a sua aprovação. Ele entende que deveríamos ter, antes, informações de outras convocações e tal, para depois ...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Pois não, muito embora só seja a convocação, não significaria... Está retirado o 790.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – De qualquer forma, como ele é o autor, ele pediu para deixar para uma próxima deliberação.

Eu queria, perguntar...

O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Sr. Presidente, o som do plenário está muito baixo – ninguém consegue falar.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. Bloco/PT-MS) – É preciso aumentar o som e é preciso, também, parar com conversas paralelas – as duas coisas.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP) – Nós baixamos a voz e se aumenta o som.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT-SC) – Sr. Relator, só para o meu entendimento: o 817 estaria prejudicado, tendo em vista que a convocação já foi aprovada, não é?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB-PR) – O 817? Não. Eu, inclusive, não o coloquei.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT-SC) – Não. Obrigada. Era só esta informação.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB-PR) – Se pretendia uma designação de uma data específica na pauta, nós iremos estabelecer no consenso que se imagina que se prossiga.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT-SC) – Ótimo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB-PR) – Sr. Presidente, os Requerimentos aos quais essa Relatoria se propõem a apresentar como imaginando que haja um certo entendimento são os que acabei de relatar. Apenas queria ouvir, antes, S. Exª, o Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Sr. Relator, eu pediria que V. Exª considerasse a possibilidade, dada a sua importância, de ser votado, hoje, o Requerimento de minha autoria de nº 311.

O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO – É a acareação, Sr. Deputado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB-PR) – Bom. Eu o coloco para discussão no Plenário.

Nós estamos pegando do estoque – como procedência – o 311, de S. Exª, o Senador Jefferson Péres, que solicita a acareação entre o Deputado Roberto Jefferson e o Deputado José Dirceu.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP) – Não tem consenso.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT-AC) – Não há consenso.

O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Eu gostaria de solicitar ao Relator que, assim como a convocação do Sr. Antonio Claramunt – que é o Toninho da Barcelona – e esses outros Requerimentos onde não há consenso, eles fossem colocados para votação, logo em seguida da deliberação deste bloco.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. Bloco/PT-MS) – Vamos, então, proceder, primeiro, aos Requerimentos de Consenso.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP) – Sr. Presidente, estou inquirindo a Mesa.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB-PR) – Eu gostaria que a Senadora Heloísa Helena – para ver se há consenso – há um Requerimento da Senadora Heloísa Helena – o de nº 868 – que é muito extenso. Poderia nos simplificar?

O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Qual o número?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB-PR) – O de nº 868.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT-SC) – Este é de hoje, não é, Sr. Presidente?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB-PR) – Sim – é de hoje.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, de fato, é o de nº 811 – foi porque houve uma modificação apenas no número da Conta CC-5. Então, objetivamente, ele já foi votado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB-PR) – Posso, então, desconsiderar. Obrigado.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – A única modificação é o número da conta, quer dizer, é o mesmo do 811 – o número da conta é que foi alterado. Então, se o nº 811 era consenso, é evidente que o nº 868 é consenso. O argumento é o mesmo. A justificativa é a mesma.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB-PR) – Apenas modifica o número da conta que é o 869.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Claro. Não vai poder dizer que não pode.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT-MS) – Nós, então, vamos proceder. Tenho, aqui, na Mesa Requerimentos de Preferência. Nós vamos votar um a um e, depois, votaremos os do bloco de consenso e, depois, aquilo que faz parte da lista onde não há consenso.

O primeiro Requerimento – o de nº 863 – do Deputado Onyx Lorenzoni, pedindo preferência para a apreciação do 861.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL-RS) – Já foi atendido – está retirado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT-MS) – Está retirado.

O segundo Requerimento – o de nº 864 – pedindo preferência para apreciação do Requerimento nº 753.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB-PR) – Sr. Presidente, o de nº 753 é do Deputado Onyx Lorenzoni e do Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto que solicitam a quebra de sigilo do Sr. Paulo Kamoto – Presidente do Sebrae.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, eu faria uma sugestão ao Deputado Onyx Lorenzoni, autor do requerimento, que é a seguinte: a gente não vota preferência, esquece a preferência; vota depois na lista daqueles que não vão ser objeto de consenso.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Acho que é uma coisa muito mais razoável.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Boa idéia! Boa idéia!

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Isso se refere a todos os pedidos de preferência?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Especificamente a esse.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Estou fazendo um apelo ao Deputado Onyx, que aquiesceu. Não sei dos outros.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Pela ordem, Presidente.

É só pra ver os outros requerimentos de preferência, porque não é possível...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – O Requerimento nº 753, então, vai ser incluído na votação daqueles não consensuais. É isso?

SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO – É, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Então, está ultrapassado.

O próximo requerimento é do Deputado Onyx também. É o Requerimento nº 852.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Para quê?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – De preferência.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Não, Onyx, pelo amor de Deus, tire todos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Não. Esse é no bloco, Onyx.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – O de nº 852, Sr. Presidente, é convocação de Nivaldo Quadrado...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Já foi atendido, Presidente. Retire.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Está no bloco.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Calma!

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – O próximo, também do Deputado Onyx Lorenzoni, é o Requerimento nº 851.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Já atendido, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Já atendido. O próximo, do Deputado Onyx Lorenzoni, é o Requerimento nº 839.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Já atendido, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Já atendido. Próximo, também do Deputado Onyx Lorenzoni, é o Requerimento nº 784.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Já atendido. Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Já atendido.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Não, Presidente, só um pouquinho aí. Não...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Não está. Mas eu faria o mesmo apelo.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Esse vai para a paralela.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Então, o Requerimento 784, que é também motivo...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – É da Senadora Ideli Salvatti.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – ... que é também motivo de uma solicitação do Deputado Arnaldo Faria de Sá...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, Sr. Presidente, Sr. Presidente...

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – É a convocação do Sr. Toninho Barcelona.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Eu não concordo que vá para a paralela. Eu quero que se vote agora e quero encaminhar essa votação.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Não, mas vai ser votado.

Pela ordem, Presidente. É só pra ele entender...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Não, não, não, eu entendi tudo. Eu sei o que estou fazendo. Eu quero votar agora. Ponto. Direito meu!

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Então... Pela ordem, Presidente.

Então, se não vai ser mantida a discussão inicial... A discussão inicial era que votaríamos os de consenso...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Não, mas tem o Arnaldo.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Ele não abre mão, Senadora.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Não tem problema...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – **É direito dele.**

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Não, não existe isso. A única coisa...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – É meu direito...

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Não existe. O individual não é acima do coletivo. Queria eu que fosse!

Para preservar o direito regimental que o Deputado Arnaldo tem, não tem nenhum problema, é só ele apresentar um requerimento de preferência se ele quer que se vote agora. Se não...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Mas está aqui em mãos.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Está apresentado.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Pronto. Então é requerimento de preferência.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Eu quero encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – É por isso que eu quero explicar a V. Ex^ª: o Deputado Onyx retira, aí fica o requerimento de preferência do Deputado Arnaldo Faria de Sá...

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Então, votemos...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – ... que será votado agora.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Eu só faria uma observação: que isso não traz prejuízo para a posterior votação...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Daquele que retirei.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Aliás, que é motivo de uma grande confusão, inclusive com discursos bastante candentes, quando, na verdade, o requerimento que não foi aprovado foi um requerimento de preferência com relação a alguns requerimentos aqui. E o Presidente acabou sofrendo sozinho, porque ninguém explicou.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Arnaldo Faria de Sá, para encaminhamento e votação.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente,...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr^ªs Senadoras, Srs. Senadores, Sr^ªs Deputadas, Srs. Deputados, ...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Só a preferência.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Eu estou falando, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Arnaldo Faria de Sá, com a palavra. Para encaminhamento, Deputado.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente,

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Por favor.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Sr. Presidente, eu estou pedindo a preferência para votação do requerimento da Senadora Ideli Salvatti que propôs a convocação do Sr. Antonio Oliveira Claramunt, Toninho Barcelona, porque nós sabemos que, se for votado tudo que é acordo, depois a base do Governo vem e derrota todos os requerimentos em que não há acordo. Então, eu quero deixar bem claro: nós vamos votar esse requerimento primeiro porque não querem que o seu Toninho Barcelona venha a esta Comissão confirmar aquilo que está na revista **Veja** do final de semana, está no **Correio Braziliense** do final de semana e que certamente poderá fazer com que esta Comissão tenha um outro rumo e um outro encaminhamento. Dados extremamente importantes. O Sr. Relator esteve junto com vários Parlamentares lá em São Paulo e nós percebemos a dimensão e o risco de certos dados que estão contidos em ambas as matérias. Portanto, Sr. Presidente, não querer ouvir o Sr. Toninho Barcelona é querer fazer o abafa; e, como não concordo com abafa, quero a preferência da votação agora.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Então, vamos começar a votação do requerimento de preferência.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, tem uma questão que precede. Inclusive, prejudica a votação. Tem determinado tipo de comportamento nesta Comissão que beira a raia do absurdo. Quando apresentei o requerimento para o oitiva do Sr. Toninho Barcelona, eu o fiz antes de a delegação ir a São Paulo; e o fiz na seguinte lógica: não adianta ir, não adianta dizer que vai ser reservado, não adianta dizer que vai ser sigilosa, porque vai ser tudo público, vai vazsar tudo, vai acontecer o que efetivamente aconteceu.

O meu requerimento foi apresentado na segunda-feira, antes de irmos em diligência a São Paulo. Quando retornamos, tratamos do assunto. Inclusive, quando foi feita a discussão de votarmos novamente a preferência para a convocação, coloquei de forma muito clara que não concordava mais que ele viesse aqui se fosse para repetir o que aconteceu em São Paulo, quando ele falou, falou e não apresentou nenhuma prova e fez uma chantagem à Nação, no sentido...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – RS)

– Com a palavra, a Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – ... no sentido de que, se não houver modificação do quadro... Qual foi a modificação do quadro, que já foi tratada aqui? Se ele tiver a aquiescência da Justiça para a delação premiada, de tal forma que o depoimento dele se dê numa outra circunstância, caberia ouvi-lo aqui. Para repetir o que já fizemos em São Paulo, sou termi-

nantemente contra. Se o requerimento de preferência é com base no meu requerimento, estou retirando-o, porque eu já deveria, inclusive, tê-lo retirado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – O requerimento se torna da Comissão.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Há outros requerimentos além do dela.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – RS) – Com a palavra, a Senadora Ideli Salvatti.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Há outros. Há o nº 810, o nº 783.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – 783.

Sr. Presidente, ele vai converter no 783.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, será garantida a palavra ou não?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – RS) – Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Então, com base no art. 256, inciso I, a retirada é permitida ao autor. E estou, portanto, retirando-o. Inclusive, já deveria tê-lo feito. Já explicitiei que as notas taquigráficas registraram a posição pública. É uma forma de ficar fazendo a guerrinha permanente nesta Comissão, para evitar confundir as questões. Mais uma vez, estou reafirmando aquilo que já havia dito antes. Para que não paire nenhuma dúvida, estou retirando o requerimento.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – RS) – Para encaminhar, já foi apresentado aqui. Existem outros requerimentos com o mesmo mérito, que são os Requerimentos nºs 783 e 810.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, para encaminhar o requerimento pelo P-SOL.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – RS) – Eu só vou ...

Sugiro, em função do avançado da hora, que, quando chegar no mérito, cada um encaminha.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Por uma questão de economia processual, estou preocupada com o horário porque disse V. Ex^a ...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – RS) – Eu vou suspender mesmo.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Então, pronto. Se V. Ex^a vai suspender às 11 horas e existem requerimentos de sigilo que devem ser apreciados um a um, quero registrar a questão do Toninho da Barcelona. Não adianta alguém vir fazer aqui discurso demagógico, porque o objetivo...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Eu nem ia introduzir o tema, Sr. Presidente. Realmente, não ia introduzir o tema, mas não posso aceitar que seja dada uma versão...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – RS) – Por favor, a Senadora Heloísa Helena está falando. Será que não há respeito pelo menos quando um Parlamentar está falando?

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Presidente, digo a V. Ex^a sinceramente que reconheço que V. Ex^a, com a autoridade de Presidente, está fazendo o que é correto. Mas eu digo a V. Ex^a que realmente não complica o meu raciocínio quando a balbúrdia se instala no plenário. Digo sempre que talvez seja mãe acostumada com menino gritando e outras coisas mais. Só para deixar absolutamente claro que só iria entrar no mérito do Sr. Antônio, o Toninho da Barcelona, quando o requerimento fosse discutido, mas, a partir do momento em que alguns Senadores introduziram o debate, vamos deixar uma coisa clara: não é verdade, não se quer trazer o Sr. Antônio, ou Toninho da Barcelona, porque ele vai acabar expondo personalidades do PT ou do Governo Lula. Não é isso! Na comissão, inclusive, discutimos isso. O próprio Relator e vários Parlamentares estavam lá.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Por favor, encaminhando, Senadora.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – É isso. É no sentido de votarmos o requerimento de preferência.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Vamos votar o requerimento de preferência.

Vou começar pelo Senado.

Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Demóstenes Torres. (Pausa.)

Senador Sérgio Guerra. (Pausa.)

Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senadora Ideli Salvatti.

A SR. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Aelton Freitas. (Pausa.)

Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Luiz Otávio. (Pausa.)

Senador Valdir Raupp. (Pausa.)

Senadora Iris de Araújo. (Pausa.)

Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Jefferson Péres. (Pausa.)

Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Suplentes: Senador Efraim Moraes. (Pausa.)

Senador José Jorge. (Pausa.)

Senador Romeu Tuma. (Pausa.)

Senador Arthur Virgílio. (Pausa.)

Senador Almeida Lima. (Pausa.)

Senador Roberto Saturnino. (Pausa.)

Senadora Fátima Cleide. (Pausa.)

Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Flávio Arns. (Pausa.)

Senador Garibaldi Alves Filho. (Pausa.)

Senador Leomar Quintanilha.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Gerson Camata. (Pausa.)

Senadora Iris de Araújo. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Vamos aos Deputados.

Deputado Carlos Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Jorge Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Maurício Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Asdrúbal Bentes.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Osmar Serraglio.

O SR. OSMAR SERRAGLIO (PMDB – PR) – Abstenção.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Fernando Diniz.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Como votou o Relator?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYZ LORENZONI (PFL – RS) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Eduardo Paes.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, para que os bandidos entreguem seus comparsas, sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Gustavo Fruet (Pausa.)

Deputado Nélcio Dias.

O SR. NÉLIO DIAS (PP – RN) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Nelson Meurer.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Lógico que é “sim”, não é?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Medeiros.

O SR. MEDEIROS (PL – SP) – Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputada Juíza Denise Frossard. (Pausa.)

Deputado Pompeo de Mattos. (Pausa.)

Vamos aos suplentes:

Deputada Rose de Freitas. (Pausa.)

Deputado Aníbal Gomes.

O SR. ANÍBAL GOMES (PMDB – CE) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Cezar Schirmer. (Pausa.)

Deputado Sílvio Torres.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Feu Rosa. (Pausa.)

Deputado Reginaldo Germano.

O SR. REGINALDO GERMANO (PP – BA) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Geraldo Thadeu.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado João Fontes. (Pausa.)

Vamos proceder à contagem.

Votaram SIM 11 Srs. Parlamentares; e NÃO, 15 votos.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Parece que teve uma abstenção, não tem, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – (...) e uma abstenção.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Ah, bom. Estão com medo do Toninho da Barcelona.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Vamos agora à votação dos requerimentos consensuais.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, pela ordem, eu pergunto a V. Ex^a o seguinte: há muitos requerimentos de transferência de sigilo que terão de ser votados individualmente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Nós vamos votar no final. Vamos aos consensuais, que são muito rápidos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Aí eu perguntaria a V. Ex^a...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Deputado Osmar Serraglio. Por favor, Deputado Osmar Serraglio, os requerimentos consensuais.

O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Sr. Presidente, quero encaminhar contra.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – O Deputado Osmar Serraglio vai relatar todos os requerimentos.

Com a palavra o Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Agora vou me ater exclusivamente àqueles que poderão ser votados simbolicamente: 625, 639...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu pediria silêncio, por favor.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – São todos números que já foram anunciados. Apenas estou recapitulando: 639, 640, 656, 683, 684, 690, 691, 722, 726...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Então, vou voltar: 722...

O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Não, 722 não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Relator. O Relator com a palavra, o Deputado Osmar Serraglio.

O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO – O 722 não, porque é aquela questão de trazer a campanha eleitoral dos Estados para a CPI.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Então, está excluído o 722. Elogio a retirada, que é do próprio autor.

Continuando: 726, 743, 746, 760...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Deputado Osmar, V. Ex^a pulou o 757 e o 759.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – É que o 757 eu suponho que deva ser nominal.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Por quê?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – O 759, da mesma forma.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – É cópia de documento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Mas ele pode ser sigiloso. A gente não sabe se ele está sob segredo de Justiça.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Tudo bem. E o 759?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Da mesma forma.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – V. Ex^a acha que isso pode ser objeto de sigilo?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Requerimento nº 759: “requer ao Banco do Brasil que encaminhe a esta Comissão cópia do relatório...”

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Tudo bem. Vamos embora.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Aliás eu anunciei 760 meio com dúvida; mas, enfim...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Deputado Osmar, requerer à Receita realização de diligência fiscal... Não há qualquer sigilo no 760.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Na dúvida, vamos fazer votação nominal.

Seguindo: 764, 775, 785, 792...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – O requerimento 789 – cópia dos inquéritos.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Mas acho que tem que ser sob sigilo. É da CPI do Banestado... Está na lista, mas acho que tem que ser votação nominal.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Está bem. Vamos adiante.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Seguindo: 794, 798, 802... O 803 eu vou fazer nominal também.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – O 803 tem que fazer.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – O 812, que acho que já foi também; mas, enfim, na dúvida. O 818, 819, 820, que, na verdade, já foram até aprovados lá em São Paulo. Estariam prejudicados.

O 821, 822, 828...

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – O 839, do Senador Pedro Simon.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – É nominal.

O 840, 842, 844...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Não há consenso.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Se não há consenso, está retirado o 844.

O 852...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Só uma informação, Sr. Relator: está havendo uma revisão do que já foi consenso e agora não é mais? Esse requerimento do Daniel Dantas foi consenso, agora não é mais consenso? Foi considerado consenso, sim. Quem não estava presente perdeu a oportunidade.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O momento da votação é agora. Vamos embora.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Está suspenso o 844.

Continuando: 852, 853, 854, 855, 856... O 857 fica pendente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – O 858 é igual ao 854.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Quanto ao 858 há concordância?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Ah, é o 859. Desculpem.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – O 858 está excluído.

Por fim, os requerimentos nºs 859, 861.

Sr. Presidente, esses são os requerimentos que podem ser votados consensualmente, em votação simbólica.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, o Requerimento nº 792...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Pois não, Senador Sérgio Guerra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – (...) está nesse consenso? Refere-se a um cidadão que trata da eleição em Minas Gerais.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Está nesse consenso, sim.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Consenso de quê?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, aproveitando a oportunidade, peço a retirada do Requerimento nº 722, usando o art. 256. Faço esse registro, Sr. Presidente. Sou o autor do 722.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Retirada do Requerimento nº 722, por solicitação do Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – O Requerimento nº 792 está no rol que anunciei como de consenso.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – No bloco de que, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – No rol de consenso, Senador Sérgio Guerra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Não. Trata de eleição de 98 em Minas Gerais.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Então, sai do consenso. Pronto.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – O 722 e o 792 também?

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – O Deputado Onyx Lorenzoni está retirou o 722. Quanto ao 792, não há consenso.

Uma vez relatado pelo Deputado Osmar Serraglio, vamos proceder à votação.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Arnaldo Faria de Sá, V. Ex^a pretende encaminhar consenso?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Eu quero encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Concedo a palavra ao Deputado Arnaldo Faria de Sá por um minuto.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, o resultado da votação anterior relativa à preferência de convocação do Sr. Antonio Caramon – requerimento originalmente da Senadora Ideli Salvatti, que tentou usar um artifício regimental, retirando o requerimento no momento em que já havia sido apresentada a preferência, que subsiste por outros requerimentos –, prova qual é a armação que está estabelecida. Pretende-se votar o faz-de-conta de consenso, mas aquilo que, na verdade, é de confronto fica para uma votação apartada, cujo resultado nós sabemos qual é.

Por conta dessas atitudes, Sr. Presidente, a nossa Comissão, nesta semana, foi colocada em xeque. Eu

excluo a Mesa, mas a Base do Governo tem constantemente agido dessa maneira.

Por isso, vou encaminhar contra o consenso. Acredito que deve acabar essa história de consenso. É preciso votar tudo e mostrar a cara de quem está a favor e de quem está contra, pois, do contrário, estaremos levando a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito a uma situação...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – (...) de dúvida.

Por isso, Sr. Presidente, voto contra esses requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Concedo a palavra ao Deputado Henrique Fontana.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Sr. Presidente, encaminho posição favorável e peço ao Deputado Arnaldo Faria de Sá que possamos devolver à nossa Comissão um ambiente de serenidade, sem alimentar falsas disputas.

Quando se faz uma lista de consenso, diante de 500 requerimentos existentes para analisarmos, isso é um passo positivo no sentido de aprofundar e de acelerar as investigações. Ser contra uma lista de consenso me parece que seria apostar na idéia de que a Comissão ficasse paralisada o tempo inteiro.

Quanto à votação anterior, que diz respeito ao doleiro Toninho da Barcelona, temos uma diferença de opinião, sim. Entendemos que não é positivo para o Brasil, não é positivo para a nossa Comissão, colocar um doleiro, condenado a 25 anos de cadeia, com 20 milhões de espectadores, quem sabe, para que ele possa atacar qualquer autoridade da República, qualquer Deputado, qualquer Senador, sem prova, alimentando um ambiente de denunciismo em interesse próprio, de um criminoso que está condenado a 25 anos. Sou a favor de se aprofundarem todas as investigações sobre a ação do Sr. Toninho da Barcelona, mas que sejam aprofundadas em sigilo de justiça, no Ministério Público, na Polícia Federal, e que ele negocie eventuais delações premiadas, não dialogando com 20 milhões de brasileiros, mas com quem tem competência real para fazer uma reunião reservada.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar também.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Se é assim, também quero encaminhar, Sr. Presidente.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Começou.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Coloque em votação, e encerremos esse processo.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Desculpe-me, Sr. Presidente, mas, na próxima vez em que acontecer isso, vou pedir também. Não é possível isso.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Vamos colocar em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que estiverem de acordo com os requerimentos...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, gostaria apenas de fazer uma ressalva para a qual quero chamar atenção.

Anotei o Requerimento nº 841 como havendo desentendimento porque não estaria no consenso. Quero saber se alguém se manifesta contrariamente ao Requerimento nº 841. (Pausa.)

Então, está incluído o Requerimento nº 841.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que estiverem de acordo com os requerimentos citados pelo Deputado Osmar Serraglio queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Contra o voto do Deputado Arnaldo Faria de Sá, aprovados.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, pela ordem. Gostaria apenas de fazer uma ressalva. O entendimento anterior era de que o Requerimento nº 841, que é uma solicitação de um Parlamentar, acabaria sendo discutido em outro requerimento que trata de outras solicitações de 18 outros Parlamentares.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Junto com o 823.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Então, em relação a isso, não voto favoravelmente. Já que haverá votação de um requerimento que trata de 18 Parlamentares, que gerará um debate específico, não fica dentro da formalidade introduzi-lo separadamente no bolo de outros que efetivamente não tratam muito do tema. Nem vou tratar do nome de um ou outro Parlamentar...

A SRA. ORADORA NÃO IDENTIFICADA – (*intervenção fora do microfone.*)

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Então, Sr. Presidente, deixo registrado que, em relação a esse, voto contrariamente, Sr. Presidente.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Já está votado. Já está votado.

O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Mas é isso o que estou dizendo: só para deixar registrado que, em relação a esse, voto contrariamente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Registrado o voto contrário da Senadora Heloísa Helena.

Informo a V. Ex^{as} que encerrarei às 11h30min pelo atraso de 30 minutos.

Votaremos agora requerimento a requerimento.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, vamos fazer os fundos de pensão.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Não dá agora. Depende dos outros.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, eu queria fazer um apelo. V. Ex^a poderia encerrar agora.

Deputado Eduardo, há vários requerimentos para votarmos. Há vários, vários! Não adianta votarmos três ou quatro e deixarmos os outros pendentes.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Votamos todos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Qual a sugestão que faço a V. Ex^a? V. Ex^a encerra a reunião. Convocamos o Sr. Marcus Vinícius. V. Ex^a convoca para amanhã, às 9h ou 10h, uma reunião administrativa e votamos tudo.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, vamos votar agora como combinado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Vamos iniciar a votação.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Vamos votar em sequência.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Concedo a palavra ao Deputado Osmar Serraglio.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Vamos votar os sigilos bancários agora, Sr. Presidente?

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Começar pelos sigilos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Vamos começar pelos sigilos.

Concedo a palavra ao Deputado Osmar Serraglio.

Às 11h30min, vou encerrar esta reunião.

O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Haverá sessão do Congresso Nacional às 11h30min.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Pergunto a V. Ex^a quando votaremos o restante.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Informarei no devido tempo.

Concedo a palavra ao Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sr. Presidente, encaminharei com o mínimo de critério, já sabendo que, daqui a meia hora, concluiremos. Esta Relatoria precisaria...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS. *Fazendo soar a campanha.*) – Por favor, com a palavra o Deputado Osmar Serraglio. S. Ex^a não tem liberdade nem para dizer o que quer votar?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Primeiro requerimento de quebra de sigilo – Requerimento nº 800 (Guaranhuns Empreendimentos). Acrescento ao presente requerimento a Esfort Trading S.A.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Tem que fazer separado.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Tem que ser separado. Não pode ser conjunta a quebra de sigilo.

O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (*Intervenção fora do microfone.*) Por quanto tempo Sr. Relator?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Últimos cinco anos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Em votação.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Relator, da Guaranhuns já houve a quebra de sigilo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– É o de nº 800.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Da Esfort, não; mas da Guaranhuns, sim. Da Guaranhuns, já houve a quebra e já foi encaminhada.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– A pedido do Sub-relator, eu acrescentaria a Esfort, que é do grupo.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Correto; mas da Guaranhuns já houve o encaminhamento, inclusive, da solicitação do sigilo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Eu tenho a impressão que não. Nós já quebramos em relação a algumas do Marcos Valério juntas, por serem do mesmo grupo. (Pausa.)

Tudo bem. Então, antes da Guaranhuns, Sr. Presidente – o de nº 800.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Mas o da Guaranhuns já foi votado.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Já houve encaminhamento.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Vamos fazer o da Esfort, então.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Já foi votada há dez reuniões. Hoje é só Bonus-Banval.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Então, Sr. Presidente, aproveitando o Requerimento de nº 800, a pedido da Sub-relatoria do Deputado Gustavo Fruet, registramos a Esfort Trading S.A nos últimos cinco anos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Exato. A Esfort Trading.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Requerimento de nº 800 em votação.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Excluindo a Guaranhuns.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Excluindo Guaranhuns. É só da Esfort Trading.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Excluindo Guaranhuns.

Deputado Carlos Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Jorge Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Maurício Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Asdrubal Bentes.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Nós estamos em votação.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Uma questão de ordem. Uma questão de ordem. Este requerimento que estamos votando é de uma...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Não é possível!

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Calma, Sr. Presidente! Deixe-me explicar.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Estamos em votação! Não há questão de ordem.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Calma! Espere um pouquinho.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Mas estamos em votação, Sr. Deputado.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Mas é sobre isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Está muito claro o que o Relator disse.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Deixe-me explicar. Isso é uma quebra de sigilo internacional. Nós não podemos quebrar sigilo internacional. O que é isso? Nós não podemos. É quebra de

sigilo internacional. Não podemos fazê-la. Oh, vamos chamar à responsabilidade esta Comissão!

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Nós quebramos o limite em que a soberania nacional adentra.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Nós não podemos. É sigilo internacional.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Fora isso...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– É uma solicitação por intermédio do Ministério da Justiça.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Nós

não podemos fazer. Então, é preciso mudar o requerimento. É isto que eu estou falando. É preciso mudar o requerimento. É preciso mudar o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Nós faremos a redação.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – O requeri-

mento está correto. Nós autorizamos aqui as providências necessárias para a quebra do sigilo no exterior.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Junto ao Ministério da Justiça.

Prosseguiremos a votação.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– O Deputado Asdrubal Bentes votou “sim”.

Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Fernando Diniz. (Pausa.)

Deputado ACM Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim,

Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Eduardo Paes.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Gustavo Fruet; Nélcio Dias. (Pausa.)

Nelson Meurer.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Sim, Sr.

Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Medeiros.

O SR. MEDEIROS (PL – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Juíza Denise Frossard; Pompeo de Mattos; Rose de Freitas. (Pausa.)

Aníbal Gomes.

O SR. ANÍBAL GOMES (PMDB – CE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Sílvio Torres.

O SR. SÍLVIO TORRES (PSDB – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Feu Rosa. (Pausa.)

Reginaldo Germano.

O SR. REGINALDO GERMANO (PP – BA) – Sim,

Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Geraldo Tadeu; João Fontes. (Pausa.)

Deputada Juíza Denise Frossard.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Sim, Sr. Presidente.

Em votação no Senado.

Heráclito Fortes. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Demóstenes Torres. (Pausa.)

Sérgio Guerra. (Pausa.)

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) –

Aelton Freitas; Sibá Machado; Luiz Otávio. (Pausa.)

Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Iris de Araújo. (Pausa.)

Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Jefferson Péres. (Pausa.)

Fernando Bezerra. (Pausa.)

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN) –

Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sim,

Excelentíssimo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Efraim Morais; José Jorge; Romeu Tuma; Arthur Vir-

gílio; Almeida Lima; Roberto Saturnino; Fátima Cleide. (Pausa.)

Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Garibaldi Alves Filho. (Pausa.)

Leomar Quintanilha.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO)

– Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Gerson Camata; Juvêncio da Fonseca. (Pausa.)

Vamos proceder à apuração.

Votaram SIM 27 Srs. Parlamentares.

Aprovado o requerimento.

Com a palavra o Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sr. Presidente, o Requerimento nº 843, do Deputado Alberto Fraga, que, de certo modo, está ligado a muitos outros é a requisição junto à Polícia Federal de todos os dados contidos nos discos rígidos dos computadores apreendidos na agência Barcelona Tour.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Requerimento nº 843 em votação.

Como vota o Senador Heráclito Forte?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador César Borges; Senador Demóstenes Torres; Sérgio Guerra. (Pausa.)

Como vota o Senador Alvaro Dias?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Como vota a Senadora Ideli Salvatti?

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Aelton Freitas; Sibá Machado; Luiz Otávio. (Pausa.)

Como vota o Senador Valdir Raupp? (Pausa.)

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Como vota a Senadora Iris de Araújo? (Pausa.)

Como vota o Senador Ney Suassuna?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Como vota o Senador Jefferson Peres? (Pausa.)

Como vota Fernando Bezerra?

O SR. FERNANDO BEZERA (PTB – RN) –

Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Como vota a Senadora Heloisa Helena?

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Sim,

Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Suplentes.

Senadores Efraim Morais; José Jorge; Romeu Tuma; Arthur Virgílio; Almeida Lima; Roberto Saturnino; Fátima Cleide. (Pausa.)

Como vota a Senadora Ana Júlia Carepa? (Pausa.)

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senadores Garibaldi Alves Filho; Leomar Quintanilha; Gerson Camata. (Pausa.)

Vou proceder agora à votação na Câmara dos Deputados.

Como vota o Deputado Carlos Abicalil?

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Como vota o Deputado Jorge Bittar?

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Como vota o Deputado Mauricio Rands?

O SR. MAURÍCIO RANDES (PT – PE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Como vota o Deputado Asdrubal Bentes?

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Como vota o Deputado Osmar Serraglio?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Como vota o Deputado Fernando Diniz? (Pausa.)

Como vota o Deputado ACM Neto?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Como vota o Deputado Onyx Lorenzoni?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Como vota o Deputado Eduardo Paes? (Pausa.)

Deputado Gustavo Fruet; Deputado Nélio Dias. (Pausa.)

Como vota o Deputado Nelson Meurer?

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Como vota o Deputado Arnaldo Faria de Sá?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Como vota o Deputado Medeiros?

O SR. MEDEIROS (PL – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Como vota a Deputada Juíza Denise Frossard?

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Como vota o Deputado Pompeu de Mattos?

O SR. POMPEU DE MATTOS (PDT – RR) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Agora os Suplentes.

Deputada Rose de Freitas; Deputado Aníbal Gomes. (Pausa.)

Como vota o Deputado Silvio Torres?

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Como vota o Deputado Feu Rosa? (Pausa.)

Como vota o Deputado Reginaldo Germano?

O SR. REGINALDO GERMANO (PP – BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Terminada a votação, vou proclamar o resultado.

O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Mas, Deputado, foi considerado o outro suplente.

Votaram “sim” 28 Srs. Parlamentares.

Com a palavra o Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sr. Presidente, agora em relação aos fundos, especificamente nos bancos Rural e BMG. Requerimento nº 515.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Requerimento nº 515. Vou proceder à votação.

Como vota o Deputado Carlos Abicalil?

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Como vota o Deputado Jorge Bittar?

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Como vota o Deputado Mauricio Randes?

O SR. MAURÍCIO RANDES (PT – PE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Como vota o Deputado Asdrubal Bentes?

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Como vota o Deputado Osmar Serraglio?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Como vota o Deputado Fernando Diniz? (Pausa.)

Como vota o Deputado ACM Neto?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Como vota o Deputado Onyx Lorenzoni?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Eduardo Paes; Deputado Gustavo Fruet; Deputado Nélcio Dias. (Pausa.)

Como vota o Deputado Nelson Meurer?

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Como vota o Deputado Arnaldo Faria de Sá?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Como vota o Deputado Medeiros?

O SR. MEDEIROS (PL – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Como vota a Deputada Juíza Denise Frossard?

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) –

Como vota o Deputado Pompeu de Mattos? (Pausa.)

Agora, os Suplentes.

Como vota o Deputado Henrique Fontana?

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputada Rose de Freitas; Deputado Aníbal Gomes. (Pausa.)

Como vota o Deputado Silvio Torres?

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Como vota o Deputado Feu Rosa? (Pausa.)

Como vota o Deputado João Fontes?

Vamos aos Senadores. Heráclito.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– César Borges; Demóstenes Torres; Sérgio Guerra. (Pausa.)

Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – “Sim.”

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – “Sim.”

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) –

Aelton Freitas; Sibá Machado; Luiz Otávio. (Pausa.)

Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – “Sim.”

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Iris de Araújo. (Pausa.)

Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – “Sim.”

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) –
“Sim.”

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Fernando Bezerra. (Pausa.)
Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) –
“Sim.”

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Suplentes: Efraim Morais; José Jorge; Romeu Tuma;
Arthur Virgílio; Almeida Lima; Roberto Saturnino; Fátima Cleide. (Pausa.)

Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) –
“Sim.”

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Garibaldi Alves Filho. (Pausa.)

Leomar Quintanilha.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO)
– “Sim.”

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Gerson Camata; Sérgio Zambiasi. (Pausa.)

Vamos proceder à apuração.

Houve 25 votos “sim”.

Com a palavra o Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sr. Presidente, 516, que solicita a transferência do
sigilo bancário do fundo de pensão da GEAP nos ban-
cos BMG e Rural. Cinco um meia.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Requerimento nº 516.

Começando pelos Senadores.

Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) –
“Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– César Borges; Demóstenes Torres; Sérgio Guerra.
(Pausa.)

Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – “Sim.”

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Ideli Salvatti. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) –
Aelton Freitas; Sibá Machado; Luiz Otávio. (Pausa.)
Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – “Sim.”

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Iris de Araújo. (Pausa.)

Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – “Sim.”

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Jefferson Péres; Fernando Bezerra. (Pausa.)

Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) –
“Sim.”

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Suplentes: Efraim Morais; José Jorge; Romeu Tuma;
Arthur Virgílio; Almeida Lima. (Pausa.)

Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) –
“Sim.”

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Leomar Quintanilha.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO)
– “Sim.”

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Gerson Camata; Sérgio Zambiasi. (Pausa.)

Deputados: Carlos Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – “Sim”,
Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Jorge Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Maurício Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Asdrubal Bentes.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) –
“Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Osmar Serraglio.

O SR. OSMAR SERRAGLIO (PMDB – PR) –
“Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Fernando Diniz. (Pausa.)

ACM Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO
(PFL – BA) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Eduardo Paes.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Gustavo Fruet; Nélio Dias. (Pausa.)

Nelson Meurer.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Medeiros; Juíza Denise.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)
– “Sim”.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Pompeo de Mattos; Rose de Freitas. (Pausa.)
Aníbal Gomes.
O SR. ANÍBAL GOMES (PMDB – CE) – “Sim”.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Sílvio Torres.
O SR. SÍLVIO TORRES (PSDB – SP) – “Sim”.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Feu Rosa.
O SR. FEU ROSA (PP – ES) – “Sim”.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Welinton Fagundes; João Fontes. (Pausa.)
Vamos proceder à apuração.
Houve 24 votos “sim”.
Aprovado o requerimento.
Com a palavra o Deputado Osmar Serraglio.
O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sr. Presidente, 517, da mesma forma, BMG e Rural,
fundo de pensão da Petros.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Requerimento nº 517.
Deputado Carlos Abicalil.
O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – “Sim”,
Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Jorge Bittar; Maurício Rands. (Pausa.)
Asdrubal Bentes.
O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) –
“Sim”.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Osmar Serraglio.
O SR. OSMAR SERRAGLIO (PMDB – PR) –
“Sim”.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Fernando Diniz. (Pausa.)
ACM Neto.
O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO
(PFL – BA) – “Sim”, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Onyx Lorenzoni.
O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – “Sim”.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Eduardo Paes.
O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – “Sim”.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Gustavo Fruet; Nélcio Dias. (Pausa.)
Nelson Meurer.
O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – “Sim”,
Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– “Sim”, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Medeiros. (Pausa.)
Juíza Denise Frossard.
A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)
– Excelentíssimo Presidente, “sim”.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Pompeo de Mattos; Henrique Fontana; José Edu-
ardo Cardozo; Jamil Murad; Rose de Freitas; Aníbal
Gomes. (Pausa.)
Sílvia Torres.
O SR. SÍLVIO TORRES (PSDB – SP) – “Sim”.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Maurício Rands. Maurício Rands, “sim”.
Feu Rosa.
O SR. FEU ROSA (PP – ES) – “Sim”, Sr. Pre-
sidente.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Welinton Fagundes; João Fontes. (Pausa.)
Vou proceder à apuração.
Perdão, faltam os Senadores.
Senador Heráclito Fortes.
O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) –
“Sim”.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador César Borges; Demóstenes Torres; Sérgio
Guerra. (Pausa.)
Alvaro Dias.
O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – “Sim”.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Ideli Salvatti.
A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – “Sim”.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Aelton Freitas. (Pausa.)
Sibá Machado.
O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – “Sim”, Sr.
Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Luiz Otávio; Valdir Raupp. Iris de Araújo. (Pausa.)
Ney Suassuna.
O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – “Sim”.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Jefferson Péres; Fernando Bezerra. (Pausa.)
Heloísa Helena.
A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) –
“Sim”.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Efraim Morais; José Jorge; Romeu Tuma; Arthur Vir-
gílio; Almeida Lima; Roberto Saturnino; Fátima Cleide.
(Pausa.)
Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Garibaldi Alves Filho; Leomar Quintanilha; Gerson Camata, Sérgio Zambiasi. (Pausa.)

Vou proceder à contagem dos votos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – A CPMI informa, Sr. Presidente: são 11 horas e 30 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Vinte e quatro votos “sim”.

Eu só gostaria de fazer agora a apuração dos votos para Vice-Presidência e encerrarei a reunião de hoje.

Por favor, a urna. (Pausa.)

Peço ao Senador Sibá Machado que, com o Senador Ney Suassuna, faça a contagem.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, quero fazer uma indagação a V. Ex^a. Primeira pergunta: quando daremos continuidade às votações dos requerimentos, sejam aqueles que são consensuais e não deu tempo de serem votados, sejam aqueles que não são consensuais?

Segunda pergunta: quando teremos oportunidade de discutir a agenda e obviamente ouvir a sugestão do Relator para a agenda?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Amanhã, às 10 horas, votaremos os requerimentos que já foram definidos aqui como não consensuais pelo Relator, portanto, não há “invencionisse” de requerimento. Amanhã, a primeira coisa, para deixar bem claro, para todo mundo entender, amanhã vamos consolidar a agenda da próxima semana.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Que horário?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Amanhã, às 10 horas, quinta-feira.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Só isso para a reunião de amanhã?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Só isso amanhã. E vamos apurar agora a eleição para Vice-Presidente, candidato único, Deputado Asdrubal Bentes, Deputado paraense. (Pausa.)

Quero registrar: 27 votos “sim”; uma abstenção; dois brancos; e um do ACM Neto...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Ainda bem que mostrei meu voto ao Deputado Asdrubal Bentes, para não acharem que votei em mim.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Já que ele responde pelo Presidente, nada mais justo.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Só para não ter dúvida, mostrei a S. Ex^a meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Está eleito o Deputado Asdrubal Bentes.

Interromperemos agora, porque tem a aprovação da LDO. O Congresso Nacional se reunirá agora. À uma hora da tarde, retomaremos os trabalhos.

(P A U S A)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com as bênçãos de Deus, havendo número regimental, declaro aberta a continuação da 30^a reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento de nº 3 de 2005, Congresso Nacional, para investigar as causas e conseqüências de denúncias e atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Esclareço que a pauta desta reunião destinou-se à reunião administrativa, que realizamos hoje, na parte da manhã, e a oitiva do Sr. Marcos Vinicius de Vasconcelos Ferreira.

Quero registrar aos Srs. Parlamentares que o Sr. Marcos Vinicius de Vasconcelos Ferreira assinou o termo de compromisso, deporá como testemunha, sendo que o depoente compromete-se, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, sob às penas da lei, dizer a verdade no que souber e que lhe for perguntado, não sendo obrigado a depor contra si próprio, nos termos do art. 5º Inciso LXIII da Constituição Federal.

O termo de compromisso está aqui disponível a todos os Parlamentares. Sei que hoje tivemos um dia bastante agitado, não só em função da reunião administrativa, mas também da própria convocação do Congresso Nacional em função da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Quero destacar a presença, ao meu lado esquerdo, do nosso mais novo Vice-Presidente da CPMI dos Correios, o Deputado Asdrubal Bentes. Espero Deputado, que V. Ex^a continue prestando um serviço exemplar ao País, representando o Estado do Pará, com muita honra, com muita dignidade. Sei que vamos dividir aqui as nossas atividades nesta CPMI dos Correios. Portanto, desejo a V. Ex^a muita sorte, muito sucesso e que Deus ilumine e abençoe os seus passos, como sempre abençoou.

Com a palavra o Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, eu gostaria primeiramente, de parabenizar o Deputado Asdrubal Bentes, nobre representante do Estado do Pará, para que possa auxiliar V. Ex^a a fazer um trabalho na condução desta CPMI.

Sr. Presidente, eu gostaria que V. Ex^a pudesse esclarecer se a nossa reunião administrativa terá prosseguimento amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Ela terá prosseguimento amanhã, às 10 horas, quando votaremos os requerimentos que não foram votados hoje, em função de nossa limitação de tempo, não só pelo que combinamos ontem, mas também pelo início da Sessão conjunta do Congresso Nacional, que se iniciou às 11 horas e 30 minutos da manhã. Amanhã aprovaremos também a agenda.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Então, V. Ex^a vai submeter amanhã uma agenda para apreciação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Com certeza absoluta. O que ficou ajustado, ficou combinado.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Muito obrigado, Sr. Presidente, pelas informações.

O SR. ASDRÚBAL BENTES (PMDB – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Com a palavra o Deputado Asdrúbal Bentes.

O SR. ASDRÚBAL BENTES (PMDB – PA) – Sr. Presidente, Senador Delcídio Amaral, nobre companheiro Relator, Deputado Osmar Serraglio, meus caros Senadores e Senadoras, Senhores e Senhoras Deputados, ao assumir a função de Vice-Presidente, honrado que fui pelo apoio de V. Ex^{as}, quero dizer que a minha eleição demonstrou o que deveremos ser aqui. Foi uma eleição suprapartidária, porque recebi de todos os partidos. E creio que esta Comissão deve funcionar desta forma, suprapartidariamente porque aqui está em jogo o interesse maior do País. Quero hipotecar, meu caro Presidente Delcídio Amaral, meu irrestrito apoio a V. Ex^a. Estou aqui para somar, para colaborar, para ajudar a fazer aquilo que a sociedade brasileira tanto almeja: apurar os fatos que estão denunciados com isenção de ânimo, com tranquilidade, com serenidade, mas em profundidade para que posamos dar maior velocidade aos trabalhos desta Comissão e, com essa agilização, dar em tempo recorde uma resposta que a sociedade nos cobra.

Quero agradecer aos meus ilustres Pares e aos ilustres Senadores o apoio que me deram e dizer que procurarei corresponder com o trabalho respeitoso como é do meu feitio. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Muito obrigado, Deputado Asdrúbal Bentes. Quero convidar para compor a Mesa, o Sr. Marcos Vinícius de Vasconcellos Ferreira. Quero registrar também aos Parlamentares que o Advogado que o acompanha é o Dr. Itapuã Prestes de Messias.

Eu gostaria de passar a palavra ao Sr. Marcus Vinícius para uma apresentação, falar de seus dados pessoais e também um pouquinho da sua história, e

também para aquilo que o Sr. Marcus Vinícius quiser pronunciar, nesse início dos trabalhos. Depois, passarei a palavra para o Relator, Deputado Osmar Serraglio. Em seguida, abriremos para os Parlamentares inscritos.

Com a palavra o Sr. Marcus Vinícius Vasconcellos Ferreira, que depõe aqui como testemunha. Mais uma vez, registro que ele está acompanhado de seu advogado, Dr. Itapuã Prestes de Messias.

Com a palavra o Sr. Marcus Vinícius Vasconcellos Ferreira.

O SR. MARCUS VINÍCIUS VASCONCELOS FERREIRA – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, eu queria começar minhas palavras dizendo que sou um militante do PTB em Petrópolis, no Estado do Rio de Janeiro, membro da Executiva Nacional do Partido. Nessa militância do PTB, foi onde conheci minha esposa, Fabiana, que hoje é minha esposa. Fui funcionário do Deputado Roberto Jefferson por muitos anos, passando, depois, a trabalhar na Empresa Eletronuclear. De lá, só saí, a pedido, agora, em junho de 2005.

Eu queria registrar também que vim aqui hoje para prestar depoimento a esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Eu pediria para aumentar o volume, por favor, porque a imprensa não está conseguindo escutar bem, nem alguns Parlamentares.

Por favor.

O SR. MARCUS VINÍCIUS VASCONCELOS FERREIRA – Sem **habeas corpus** e para colaborar em tudo que eu sei, em tudo que os Srs. Parlamentares me perguntarem.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Muito obrigado, Sr. Marcus Vinícius.

Com a palavra o Relator, Deputado Osmar Serraglio.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Sr. Presidente, V. Ex^a poderia informar o nome do advogado do depoente?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Arnaldo Faria de Sá, V. Ex^a se atrasou. Eu repito aqui o nome do advogado, Dr. Itapuã Prestes de Messias, já sabendo que V. Ex^a iria pedir o nome do advogado do Sr. Marcus Vinícius.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Agradeço. É que eu estava na outra CPI, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Perfeitamente, Deputado.

Com a palavra o Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, Sr. Advogado, Sr. Marcus Vinícius, depoente, V. S^a trabalhou na Eletro-nuclear, segundo acabou de denunciar, até junho de 2005. Que atividade exercia na Eletronuclear?

O SR. MARCUS VINÍCIUS VASCONCELOS FERREIRA – Sr. Relator, eu trabalhava como assessor da Diretoria de Gestão, Planejamento e Meio Ambiente.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Na Eletronuclear, essa ocupação de cargo ou de outros cargos teria decorrido da participação do PTB na ocupação de espaços políticos?

Há alguma diretoria na Eletronuclear cujo titular seja do PTB?

O SR. MARCUS VINÍCIUS VASCONCELOS FERREIRA – O Dr. Luiz Rondon Magalhães Pinto foi uma indicação do PTB para essa diretoria na Eletronuclear.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– A sua escolha para ocupação desse cargo se deu por meio do quê? Indicação de quem? Como V. S^a passou a ser um exercente desse cargo?

O SR. MARCUS VINÍCIUS VASCONCELOS FERREIRA – Eu já conhecia o Dr. Luiz Rondon e foi ele que me convidou.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Já conhecia há quanto tempo?

O SR. MARCUS VINÍCIUS VASCONCELOS FERREIRA – Eu não posso precisar ao senhor, mas já há pelo menos três ou quatro anos, antes de ele entrar para... ser convidado...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Essa função que V. S^a exerce tem alguma conotação técnica? Tem alguma certa necessidade de habilitação técnica?

O SR. MARCUS VINÍCIUS VASCONCELOS FERREIRA – Não, era um cargo de confiança.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Quais são as relações de V. Sr^a com o Sr. Cristiano Brandão?

O SR. MARCUS VINÍCIUS VASCONCELOS FERREIRA – Cristiano Brandão trabalhou comigo na Assurê, se não me engano, em 1996.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Apenas em 1996?

O SR. MARCUS VINÍCIUS VASCONCELOS FERREIRA – Não. Eu trabalhei pelo menos até o ano de 2000.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– E o que V. S^a exercia até esse período e o que o Cristiano exercia?

O SR. MARCUS VINÍCIUS VASCONCELOS FERREIRA – Nós dois fazíamos prospecção de seguros.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Que significa? Que âmbito de atividade é a prospecção de seguros?

O SR. MARCUS VINÍCIUS VASCONCELOS FERREIRA – Nós vendíamos seguros para pessoa física.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Unicamente a pessoas físicas?

O SR. MARCUS VINÍCIUS VASCONCELOS FERREIRA – Pessoas físicas.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Portanto, tanto V. S^a como Cristiano nunca intermediaram seguros a pessoas jurídicas?

O SR. MARCUS VINÍCIUS VASCONCELOS FERREIRA – No tempo que trabalhamos juntos, não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– V. S^a tem algum conhecimento das visitas que o Sr. Cristiano Brandão realizava aos Correios?

O SR. MARCUS VINÍCIUS VASCONCELOS FERREIRA – Não, Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Nunca teve algum trato juntamente com Cristiano Brandão em relação a alguma atividade dos Correios ou de alguma empresa junto aos Correios?

O SR. MARCUS VINÍCIUS VASCONCELOS FERREIRA – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– V. S^a chegou a representar alguma empresa ou a interceder junto aos Correios em nome de alguma empresa?

O SR. MARCUS VINÍCIUS VASCONCELOS FERREIRA – Sr. Presidente, eu vou passar uma... Vou passar esse fato para o senhor. Eu trabalhei na Eletro-nuclear, o Sr. Rodrigo, que era o outro assessor, trabalhava comigo. Um dia, ele me falou: “Marcus, eu tenho um amigo de nome César que tem uma representação da Cânon” – não me lembro bem –, “e o César participou de um leilão nos Correios, e a empresa dele nem sequer foi habilitada. Quem ganhou essa licitação me parece que foi a Xerox. Parece-me que caiu a energia e o César, a empresa dele, não conseguiu ser habilitada. Só a Xerox. E ele entrou com um recurso administrativo. Ele está com esse problema. Como eu sei que o PTB tem uma diretoria nos Correios, será que você poderia ajudar?”. Eu falei: “Olha, amigo, eu não posso fazer nada. Não tenho como ajudar.”

Passado algum tempo, eu me encontrei com o Dr Antônio Osório na reunião da Executiva do Partido e contei a história para ele. Ele falou assim: “Marcus, eu não vou atender fornecedor. Mas, se você quiser, pede para ele procurar o Sr. Maurício, o Sr. Maurício Marinho”.

Eu liguei para o César e falei: “César, o senhor procura o Sr. Maurício Marinho, que o Dr. Antônio Osório disse que não quer atender fornecedor.” Na verdade, o César queria um contato com o Antônio Osório.

Assim eu fiz. Cessou aí a minha participação. Algum tempo depois, o Rodrigo – lembro bem que nem foi o César, mas sim o Rodrigo – me falou que o recurso não tinha sido aceito, do César, e que tinha sido renovado o contrato com a Xerox.

Foi só o que eu fiz. A única coisa que eu pedi, nem pedi ao Maurício Marinho. Foi o Antônio Osório que me mandou fazer isso. Foi a única coisa que eu fiz.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Essa foi a única coisa em relação a esse episódio ou é a única interferência ou intercessão de V. S^a junto aos Correios, relativamente a alguma empresa?

O SR. MARCUS VINÍCIUS VASCONCELOS FERREIRA – Sr. Relator, eu quero deixar bem claro que eu fiz a interferência a pedido de um amigo. Eu não fiz interferência para empresa. Foi a única coisa que eu fiz.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– E não fez em relação a nenhuma outra empresa nenhuma solicitação?

O SR. MARCUS VINÍCIUS VASCONCELOS FERREIRA – Solicitação, não, senhor.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a tem alguma participação societária em alguma empresa?

O SR. MARCUS VINÍCIUS VASCONCELOS FERREIRA – Tenho ainda uma participação societária em uma empresa que está parada, chamada Acquavit.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Onde ela é estabelecida?

O SR. MARCUS VINÍCIUS VASCONCELOS FERREIRA – Em Petrópolis.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– E atuava em quê?

O SR. MARCUS VINÍCIUS VASCONCELOS FERREIRA – Atuava na área de desinfecção de água e afluentes.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Ela foi desativada a partir de quando?

O SR. MARCUS VINÍCIUS VASCONCELOS FERREIRA – Ela está parada. Em 2001/2002.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– A sua fonte de renda, nesse período em que trabalhou na Eletronuclear, era unicamente em relação aos seus vencimentos na Eletronuclear ou tinha alguma outra atividade?

O SR. MARCUS VINÍCIUS VASCONCELOS FERREIRA – Exclusivamente a Eletronuclear.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a acabou de fazer referência ao fato de que apenas teria tratado nos Correios relativamente a essa questão do recurso da empresa que teria sido preterida. V. S^a não costumava freqüentar os Correios, falar com Maurício Marinho?

O SR. MARCUS VINÍCIUS VASCONCELOS FERREIRA – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Com que freqüência V. S^a esteve nos Correios durante os últimos dois anos?

O SR. MARCUS VINÍCIUS VASCONCELOS FERREIRA – Sr. Relator, posso dizer que estive lá oito vezes, no máximo, dez, se chegou a isso.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Nessas oito ou dez vezes, a única coisa que o movia era o assunto relacionado a esse seu amigo?

O SR. MARCUS VINÍCIUS VASCONCELOS FERREIRA – Não, senhor. Não estive lá para tratar desse assunto?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a esteve lá para tratar de que assunto?

O SR. MARCUS VINÍCIUS VASCONCELOS FERREIRA – Estive lá e conversei com o Dr. Antônio Osório. Nosso assunto, basicamente, era político. O Dr. Antônio Osório faz parte da Executiva do Partido, como eu. Conversamos, basicamente, sobre assuntos políticos. Estive lá assim que ele entrou nos Correios, para conversar com ele. Nada mais além disso. Para fazer pedido, para interceder, não fui.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a conheceu Antônio Osório antes dele ser diretor nos Correios?

O SR. MARCUS VINÍCIUS VASCONCELOS FERREIRA – Antes dele ser diretor nos Correios.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– E Fernando Godoy?

O SR. MARCUS VINÍCIUS VASCONCELOS FERREIRA – Fernando Godoy... entrou no Partido bem depois de mim.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a teve algum contato, alguma conversação com Fernando Godoy nos Correios?

O SR. MARCUS VINÍCIUS VASCONCELOS FERREIRA – Tive contato com Fernando Godoy nos Correios.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Para quê?

O SR. MARCUS VINÍCIUS VASCONCELOS FERREIRA – Sr. Relator, se a memória não me falha, fui conversar com ele sobre um suposto, um patrocínio para uma equipe. Fui consultado, em Petrópolis, por um amigo comum, se conhecia alguém que pudesse ajudar

a equipe de corrida em que seu filho corria. Disse-lhe que iria conversar. Perguntei a Fernando Godoy. Ele me disse: “Marcus, aqui não tem jeito. Não tem como. Não temos viabilidade técnica para isso.”

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– É César o nome dessa pessoa?

O SR. MARCUS VINÍCIUS VASCONCELOS FERREIRA – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a tem alguma relação com algum assunto que diga respeito a um jogador chamado César?

O SR. MARCUS VINÍCIUS VASCONCELOS FERREIRA – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Nunca pediu patrocínio?

O SR. MARCUS VINÍCIUS VASCONCELOS FERREIRA – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Quando lhe informaram de que era impossível esse patrocínio nos Correios, alguém o direcionou para algum outro órgão?

O SR. MARCUS VINÍCIUS VASCONCELOS FERREIRA – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Portanto, esse patrocínio não se realizou?

O SR. MARCUS VINÍCIUS VASCONCELOS FERREIRA – Não se realizou.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Quando V. S^a ia a Maurício Marinho para solicitar uma informação, quem lhe prestava as informações: era o próprio ou ele o encaminhava para alguém?

O SR. MARCUS VINÍCIUS VASCONCELOS FERREIRA – O senhor pode repetir o início da pergunta?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Primeiramente, suas visitas a Maurício Marinho, nesse dois anos que estamos questionando, realizaram-se mais ou menos quantas vezes?

O SR. MARCUS VINÍCIUS VASCONCELOS FERREIRA – Não estive com o Sr. Maurício Marinho, Sr. Relator, mais do que duas vezes.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Nessas ocasiões, o trato era relacionado àquele recurso?

O SR. MARCUS VINÍCIUS VASCONCELOS FERREIRA – Não. Uma das vezes Maurício Marinho disse-me: “ Marcus, quando você estiver em Brasília, passe aqui para tomar um café.” Fui até lá tomar esse café com ele. O assunto que se tratou foi esse recurso. Ele disse que o recurso era da área jurídica e que não poderia.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Esse recurso tinha alguma coisa a ver com a Canon?

O SR. MARCUS VINÍCIUS VASCONCELOS FERREIRA – O César era representante da Canon, tinha uma firma de representação. Não sei.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a não teve nenhuma relação comercial direta com a Canon?

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não senhor.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Mas chegou a se apresentar nos Correios como sendo representante da Canon?

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não senhor

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Quando procurou os Correios para tratar desse assunto da Canon, vou lhe passar as informações que, evidentemente, passam pelo crivo de V. S^a, mas elas teriam sido no sentido de teria oferecido alguma vantagem a Maurício Marinho, se desse abrigo ao recursos interposto. Quando V. S^a foi, estava sozinho?

– **O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA** – Sozinho.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Ninguém, nem esse seu amigo o acompanhou?

– **O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA** – Não senhor.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Quando foi atendido por Maurício Marinho, ele o atendeu também sozinho, ou tinha mais gente na sala?

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Sozinho.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Quando V. S^a foi tratar dos assuntos da Canon, o prego já tinha acontecido ou ele ainda iria ocorrer?

– **O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA** – Sr. Relator, eu não fui tratar de assunto da Canon. Eu não tratei de assunto da fornecedora.

– **O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Salvo engano, eu entendi que lá tratar de assunto a pedido de um amigo, assunto da Canon.

– **O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA** – Não. A pedido de um amigo, eu conversei com o Dr. Antônio Osório. Ele me pediu para esse meu amigo procurasse o Sr. Maurício Marinho.

– Eu não fui ao Correio acompanhado de alguém pedindo para alguém interceder em favor da Canon. Eu, Marcus Vinícius, não fiz isso.

– **O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – A sua visita aos Correios se restringiu única

e exclusivamente a assuntos políticos do PTB? Nada relacionado a empresa nenhuma?

– **O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA** – Exatamente isso. Nada relacionado a empresa nenhuma.

– **O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Então V. S^a confirma que não representou, em tempo nenhum, nenhuma empresa junto aos Correios?

– **O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA** – Confirmo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a lembra de alguém que se chamava Wellington, relacionado aos Correios?

– **O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA** – Não senhor. Wellington relacionado aos Correios, não senhor.

– **O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a lembra quando apresentou Cristiano Brandão a Maurício Marinho?

– **O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA** – Lembro sim senhor.

– **O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Poderia esclarecer?

– **O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA** – Eu estava em Brasília um dia e o Cristiano me chamou, vamos tomar um chop e comer alguma coisa de noite? Falei: Vamos. Saímos e fomos ao Armazém do Ferreira. Não me lembro bem se Asa Norte ou Asa Sul. Chegamos lá, tomamos nosso chop, comemos nosso filé, e na saída estava o Sr. Maurício Marinho sentado, eu parei, falei com ele, apresentei o Cristiano, e fomos embora. Foi o dia em que apresentei os dois.

– **O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Foi um encontro casual...

– **O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA** – Casual.

– **O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – ...com o Sr. Maurício Marinho, no Bar Armazém Ferreira.

– **O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA** – Isso.

– **O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Chegaram a conversar ali, no local, alguma coisa relacionada aos Correios?

– **O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA** – Não senhor.

– **O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – O Cristiano Brandão tinha algum interesse nas contratações de seguros com os Correios?

– **O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA** – Bom, que tenha falado para mim, não senhor.

– **O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a nunca tratou de seguros dos Correios com o Cristiano Brandão, com o Maurício Marinho, com o Antônio Osório?

– **O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA** – Não senhor.

– **O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a costuma se encontrar com o Sr. Antônio Osório, nos Correios?

– **O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA** – Sr. Relator, eu estive com o Antônio Osório, nos Correios, estive, mas costume, não tenho. Não vou à sede da ECT desde o ano passado. Mas onde encontro o Antônio Osório é na executiva.

– **O SR. RELATOR** (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Segundo o Maurício Marinho, o Antônio Osório teria solicitado dele que ele o atendesse prontamente. V. S^a foi a Antônio Osório solicitar alguma coisa que dependesse do atendimento de Maurício Marinho?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Tem convicção disso?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Tenho convicção disso.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a só se encontrou duas vezes com Maurício Marinho? Foi isso que entendi?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – A renda de V. S^a, nos últimos dois anos, girou em torno de quê?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não posso informar ao senhor com certeza, mas acredito que... (Pausa.)

Acho que, para afirmar isso, eu precisava olhar a minha declaração de imposto de renda.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Mas não tem uma média mensal de quanto tem tido de rendimentos?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – O salário da Eletronuclear, de novembro de 2003 até aqui, mais, antes, o salário de assessor na Câmara.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Quanto seria isso na Eletronuclear e quanto na...?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – O senhor quer uma coisa aproximada?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Aproximada.

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Acredito que seja alguma coisa até uns 200 mil reais.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – No ano?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não, nos últimos dois anos.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Cem mil ao ano?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Mais no último, de novembro até...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Quando V. S^a fala da Eletronuclear e da Câmara, foram em momentos distintos?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Distintos.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a tinha ciência de uma sociedade existente entre Marcelo Campos Neves, filho do Cel. Fortuna, e Cristiano Brandão?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Fiquei sabendo disso através da imprensa.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – E sabe que sociedade era essa? Que empresa era essa?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Só através da imprensa. Eu sabia que o Cristiano era dono da Pactum, agora, não sabia que ele tinha sociedade com o Sr. Marcelo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – O Cristiano chegou a declarar à Polícia Federal que, na verdade, ele era tão amigo seu e tão próximo que, costumeiramente, ele servia até de motorista. Isso é verdadeiro?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Sr. Relator, motorista, não. Motorista é uma coisa que...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Foi a expressão de que ele se...

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – É a expressão que ele usou, mas ele não servia como meu motorista. Eventualmente, ele me buscava no aeroporto.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a nunca teve nenhum elo societário com Cristiano Brandão?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Chegou ao conhecimento de V. S^a alguma coisa relacionada aos interesses do pai de Marcelo, que é o Cel. Fortuna, nos Correios?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não, Senhor.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a conhece o Marcelo Campos Neves?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Não conhece?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não conheço.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Nesses encontros que teve com o Maurício Marinho, em alguma oportunidade apresentou a ele o Cristiano Brandão?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a ouviu falar numa empresa provedora de Internet, mais especificamente, no Sr. Alexandre Mandic?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Não conhece?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não conheço.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Não sabe das tratativas que havia entre Maurício Marinho e o Cel. Fortuna em relação à empresa Mandic?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Se V. S^a não tinha praticamente contato com os Correios, o que leva V. S^a a acreditar, ou o que fez esse seu amigo acreditar que V. S^a poderia ser alguém útil na intermediação ou, pelo menos, na apresentação dele junto aos Correios, quando ele quis que o recurso dele fosse apreciado?

V. S^a disse que acompanhou o seu amigo porque tinha um recurso numa demanda relacionada a xerocópias. E, se V. S^a não tinha nada a ver com os Correios, porque foi procurado pelo seu amigo?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Sr. Relator, eu não acompanhei o meu amigo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Mas ele lhe solicitou.

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Ele me solicitou.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– O que o levou a crer que V. S^a teria alguma interferência junto aos Correios?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Penso que pela relação com o Osório, com o Dr. Antônio Osório na executiva do Partido.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Só o fato de ser integrante da executiva? Eventualmente, ele tinha razões para julgar que V. S^a teria uma certa ascendência dentro...

Eu imagino que V. S^a deva ter lido os jornais, ultimamente, quando, de certa forma, o Maurício Marinho apresentou V. S^a como sendo o grande operador dos Correios, a partir de um determinado momento, quando houve um desentendimento com o seu sogro, não lembro com quem. Alguém teria perdido a confiança do seu sogro e, a partir daquele momento, V. S^a passaria a ser quem operaria os interesses do PTB, dentro dos Correios.

O que V. S^a tem a afirmar em relação a isso?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Que isso não é verdade.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Não é verdade.

V. S^a conheceu Arlindo Molina, o Comandante Molina?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Nunca encontrou, nunca soube, nunca teve notícia dele?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Só através da imprensa.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a conhece o Sr. Francisco Arrighi?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Contador do Sr. Henrique Brandão?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não conheço, não, senhor.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a conhece bem Henrique Brandão?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Conheço sim, senhor.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Alguma vez intermediou junto a ele a contratação de seguros junto a alguma estatal?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Ele é um operador de seguro?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Ele é um corretor de seguros.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a sabe com quem ele teria operado seguros, pelo menos de expressão, em empresas estatais?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a trabalhou na Assurê*?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Trabalhei na Assurê.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– A Assurê é ligada ao Henrique Brandão?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – O Henrique Brandão é Presidente da Assurê.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a sabe quais as empresas estatais que, de alguma forma, contam com diretorias que têm uma ligação mais próxima com o PTB?

V. S^a pertence à executiva do PTB?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Renovo a pergunta: V. S^a tem conhecimento de diretorias em estatais cuja partilha tenha competido ao PTB?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Eletronuclear, Eletronorte, Dnit, IRB, BR Distribuidora... Que eu me lembre, só.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Tem conhecimento se algumas dessas empresas firmou seguros, contratos de seguros, através da Assurê?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não tenho conhecimento, não, senhor.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a conhece Armando Virgílio Neto?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Conheço sim, senhor. Armando Virgílio é do PTB de Goiás.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Do PTB de Goiás?

Alguma vez V. S^a teve alguma tratativa, alguma interlocução, no sentido de algum trabalho conjunto em alguma empresa com esse senhor?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sabe de algum relacionamento entre o Sr. Armando Virgílio e o Sr. Henrique Brandão?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – O Sr. Armando Virgílio acho que é pre-

sidente da Fenacor*, e o Sr. Henrique Brandão é vice, vice-presidente da Fenacor.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Que é da Federação... Fenacor?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Isso.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Dos Corretores?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Isso. Federação Nacional de Corretores...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Dos Corretores de Seguros?

O Sr. Armando Virgílio Neto é do PTB?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – A última informação que tive é de que ele era do PTB de Goiás.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a tem alguma informação sobre eventual elo político, alguma razão de ocupação de cargo do Sr. Lídio Duarte? Conhece Lídio Duarte?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Conheço sim, senhor.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Lídio Duarte era um dos eventuais ocupantes de cargos através de indicação do PTB?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – O Dr. Lídio Duarte foi presidente do IRB, através de uma indicação do PTB.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a ouviu falar sobre a saída do Lídio Duarte, uma pressão que teria sofrido em razão de ter uma certa exigência de coleta mínima de uns R\$400 mil para alimentar os cofres do PTB? V. S^a leu isso nos jornais?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Li isso, sim.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a tem alguma informação que pode nos dar a respeito disso? Qual o nível de veracidade, quem estaria com a verdade nessas informações?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Sr. Relator, isso não é verdade. A única informação que tenho para dar é a mesma que saiu na imprensa.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Lídio Duarte é uma pessoa com a qual V. S^a tem contato?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não, senhor. Eu tive... Na época em que trabalhava ainda no gabinete do Deputado Roberto Jefferson, eu cheguei a marcar uma ou duas reuniões com o Dr. Lídio para o Deputado, e... Reuniões a pedido do Deputado. Duas: uma para atender o Deputado

Nelson Marquezelli e outra para atender a Deputada Elaine Costa. E uma que foi para o próprio Deputado Roberto Jefferson. Esses foram os meus contatos com o Dr. Lídio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a costumava freqüentar o IRB?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Mas V. S^a esteve lá no IRB...

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Estive lá.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– A pedido de um amigo, Steve?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Estive lá agora em maio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Para atender a esse caso do amigo Steve, produtor musical do Top Cat?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Sr. Relator, eu posso explicar esse caso. Eu trabalhava na Eletronuclear, e o Steve é um amigo meu que fez alguns eventos em Petrópolis, cidade onde eu moro. O Steve me procurou e falou: “Marcus, eu tenho aqui um projeto musical e queria saber – eu tenho esse projeto, e ele cabe dentro da Lei Rouanet – se você podia me ajudar aqui na sua empresa”. Eu falei: “Steve, aqui é difícil porque a Eletronuclear é uma empresa deficitária, mas eu vou levar você para conversar com o diretor, Dr. Luiz Rondon, que ele pode te informar melhor”. Aí, o Dr. Rondon explicou a ele que não podia. Ele me falou: “Marcus, por que você não tenta lá com o Dr. Murilo, do IRB?” O Dr. Rondon ligou, marcou. Aí, eu levei o Steve lá, conversamos sobre esse assunto, e o Murilo disse a ele que, sem o carimbo da Lei Rouanet, ele não poderia nem dar entrada nesse projeto de pedido de patrocínio. E, se não me engano, o Ministério da Cultura estava em greve. Isso foi em maio. Depois, eu não tratei mais desse assunto.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a nunca intermediou nenhum patrocínio de alguma estatal conduzida pelo PTB que tivesse tido o efetivo resultado, que tivesse conseguido o patrocínio?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a, na Procuradoria da República, no Rio de Janeiro, fez referência a um acordo que teria havido entre o Sr. Marcelo Sereno e o Partido Progressista, além de outros Partidos e o IRB, com o intuito de que o IRB patrocinasse campanhas eleitorais. Fez referência a isso na Procuradoria?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Sr. Relator, quem fez essa pergunta foi o Procurador, e eu disse que não sabia de nada, até porque não sei. Essa pergunta me foi feita pelo Procurador da República Dr. Edson Abdon.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, realmente não está fácil avançar nos questionamentos. Por hora me atendo a essas formulações que apresentei.

Só mais uma questão: V. S^a é do PTB de Petrópolis. O PTB teria obtido recursos do PT para aplicação na campanha em Petrópolis?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não, senhor, até porque as candidaturas não eram coligadas. O PTB coligou com o PSB em Petrópolis, e o PT não participou, tinha candidatura própria.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena por 15 minutos.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Mandei colocar lá que V. Ex^a retirou três minutos meus. Três segundos, mas é porque, se brincar, ele tira três minutos assim nos segundos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu estava vendo o Deputado Osmar Serraglio fazer a inquirição, meu querido Senador Jefferson Péres. O Deputado Osmar estudou bastante, está analisando o processo, analisou os depoimentos que já foram prestados, cruzou dados, e ele não conseguiu fazer – não apenas porque não é do estilo dele, mas acho que até por um rigor investigatório – o que de fato vai ser feito aqui nesta Comissão.

V. S^a não imagina, Sr. Marcus Vinicius, como houve uma polêmica danada para o senhor estar aqui hoje. O senhor se tornou uma pessoa absolutamente necessária para esta Comissão, porque alguns precisam, de qualquer jeito, desestruturar o Deputado Roberto Jefferson, que se constituiu, por ser parte do esquema, na prova. Aí, é absolutamente impressionante o que o senhor vai ver nesta Comissão.

Deputado Freire, o Deputado Roberto Jefferson sempre foi para mim uma representação da direita fisiológica. Sempre foi para mim isso. Aliás, ele até nunca negou, nem a sua própria história, nunca. E muitos – é impressionante – que tratavam o Deputado Roberto Jefferson de companheiro, de parceiro, a ele entregavam não apenas o cheque em branco, mas entregavam a ele postos estratégicos do Governo Federal sabendo que ele representava a direita fisiológica, hoje já estou vendo que vão tentar sangrar para tentar, de alguma forma, desautorizá-lo.

O que estava acontecendo no gestor operacional dos Correios – sem nenhuma generalização, nem para o PT, nem para o PTB e nem para o PMDB –, o que de fato aconteceu no gestor operacional dos Correios foi uma grande estrutura de crime organizado para fraudar, desde o processo de instrução de um edital de licitação, fraudar a licitação, fraudar a execução contratual com seus aditivos. Ou seja, uma sociedade secreta, criminosa, que estava agindo de forma ardilosa para patrocinar tráfico de influência, intermediação de interesse privado, exploração de prestígio, crimes contra administração pública. Ou seja, o banditismo mais ralé, que nada tinha de sofisticação ideológica bolchevique, gramsciana, até porque nem a causa existia, nem os fins existiam, nobres, para justificar os meios que estavam sendo utilizados. Como, pelas denúncias que fez, o Deputado Roberto Jefferson, que, digo eu, porque sempre pensei – aliás, ele nunca negou –, sempre representou a direita fisiológica, hoje precisa ser desautorizado de qualquer forma, V. S^a não imagina o esforço que alguns fizeram para que V. S^a estivesse aqui. Eu não. De pronto, quando disseram que tinha que vir o Sr. Marcus Vinicius, porque não é apenas o genro do Deputado Roberto Jefferson – diziam uns aqui. O senhor é olhos e ouvidos do esquema de corrupção do Deputado Roberto Jefferson nos Correios. Esquema de corrupção do Deputado Roberto Jefferson que era partilhado pelo PT, pela cúpula palaciana do PT e pela cúpula governista do PMDB. Então, V. S^a tente nos ajudar, de alguma forma, a ver.

Em algum momento, o senhor ouviu falar, ou lá na direção do PTB, em algum momento, o Sr. Antônio Osório, o Sr. Marinho ou o Deputado Roberto Jefferson falavam alguma coisa sobre mensalão, antes do que foi apresentado pela imprensa? Falavam alguma coisa sobre as articulações que eram montadas com setores empresariais? Porque agora já está comprovado, eles fraudavam licitações para que os vencedores de licitações fraudadas, os empresários apaniguados da estrutura do atual Governo compensavam as gangues partidárias que, por sua vez, compensavam os Parlamentares, comprando-os para votarem de acordo com a agenda do Presidente Lula. Então, o senhor alguma vez ouviu, lá na diretoria do PTB, falavam alguma coisa? Eles falavam algum detalhe, mostravam alguma preocupação? Falavam de dirigentes que estivessem envolvidos nesse esquema?

Qual é a impressão que o senhor tinha, sendo membro do PTB, até genro também? Infelizmente se acaba trazendo essa condição familiar para o debate, se trouxe e, em função disso, o senhor acabou sendo convocado para estar aqui também em função disso. Quais os comentários que senhor ouvia no PTB, com o

Sr. Antônio Osório, o Sr. Marinho, o Deputado Roberto Jefferson? Quais as relações? O Deputado Roberto Jefferson, o senhor sentia, assim, que ele era prestigiado no Governo, nos setores empresariais? Qual a sensação que o senhor, como genro ou como militante do PTB, conhecedor dessas personalidades, o que elas falavam sobre isso?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Senadora Heloísa Helena, o Sr. Maurício Marinho nunca frequentou a executiva do PTB. Isso é fato. O Dr. Antônio Osório, sim, é um membro da executiva. Essa história do mensalão eu ouvi falar, e ouvi falar várias vezes.

O SR. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Antes de estar nos jornais?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Antes de estar nos jornais, porque havia sempre – sempre é uma palavra que não queria usar – uma... uma, vamos dizer, uma insatisfação da Bancada, que não era atendida pelo Governo. Uma parte da Bancada não era atendida pelo Governo. E eu ouvi...

O SR. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Desculpe, eles não eram atendidos como? Era alguma reivindicação específica?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Reivindicação de cargo, até liberação de verba no Orçamento. Essa história que é fato. E, quando essa reclamação ficava muito forte, o que se dizia era o seguinte – inclusive ouvi do Ministro Walfrido: “Vocês têm que ter na cabeça que o PTB não aceita mensalão”. Ouvi do Ministro Walfrido e ouvi do Deputado Roberto Jefferson.

O SR. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – O que mais? Pense um pouco mais. Nas relações com os empresários, o senhor ouvia falar alguma coisa? Como era isso?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – V. Ex^a diz no PTB?

O SR. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sim.

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Na executiva do PTB, isso não existia.

O SR. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Ninguém falava sobre alguma licitação que poderia ser ganha, sobre um empresário que ajudou na campanha e que deveria ser beneficiado depois?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não, senhora.

O SR. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Nada?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Nada.

O SR. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Só reclamavam disso?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Sim, senhora.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Em relação a votar com o Governo, não liberavam as emendas de Orçamento... Só em relação a isso?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Como assim?

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Digo assim: era só esse comentário que o senhor ouvia falar?

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Era esse o comentário que eu ouvia, de reclamação dos Deputados.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Está certo.

Como o senhor analisa essa interpretação de que o senhor era olhos e ouvidos do Deputado Roberto Jefferson? Como é que o senhor analisa isso?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Senadora, eu vou lhe explicar essa história de olhos e ouvidos. Durante muito tempo eu trabalhei no gabinete do Deputado Roberto Jefferson – não foi um ano nem dois, foi mais tempo do que isso – e eu tinha uma relação com toda a Bancada do PTB, que chegou a ser de 52 Deputados ou 51, se não me engano. Eu conhecia todos. Sou membro da executiva. Como disse a senhora, fui membro da executiva no Estado do Rio, sou da provisória, na cidade de Petrópolis, e conhecia todos. É natural, pelo meu parentesco com o Deputado e por frequentar isso, que as pessoas vissem dessa maneira. Isso acabou virando olhos e ouvidos. Não é que eu fosse um olheiro. Eu fui assessor do Deputado. Então, era normal que eu comentasse alguma coisa: “O Deputado ‘Fulano’ está reclamando disso; o ‘Beltrano’ está falando isso”. Isso era normal que eu falasse, mas nada além disso.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – O senhor ouvia falar mais alguma coisa, por exemplo, sobre Parlamentares que gostariam de trocar de legenda? Isso comentavam no PTB: Parlamentares que, de alguma forma, seriam beneficiados pelo Governo ou com mensalão ou qualquer um nome assemelhado ou conduta vigarista assemelhada? O senhor ouvia falar alguma coisa sobre isso? De que alguém ia trocar de Partido, que o Governo seduzia, ou que tinha um acordo para trocar de Partido ou para eleição de mesa ou para ocupação de cargos públicos? O senhor ouvia algum comentário sobre isso na direção do PTB?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Isso eu nunca ouvi, não, senhora.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Em relação ao Ministro Walfrido, que mais ele falava sobre isso? O senhor o encontrava várias vezes na ditetoria ou não?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Ele ia sempre para as reuniões da direção do PTB?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não. O Ministro ia pouco para as reuniões.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – O senhor acha... Esse comentário que o senhor disse que o Ministro Walfrido fez sobre essa questão de não se submeter ao mensalão, o senhor ouviu o Ministro falar várias vezes? Eles comentavam que tinham falado com o Presidente ou com algum Ministro importante do Governo? Eles comentavam sobre isso ou não?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Essa história de comentar com Ministro, essa história eu só ouvi na imprensa. Eu só ouvi depois que essa conversa do mensalão veio à tona.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Certo. E aí os Ministros ou os ocupantes de cargos pelo PTB, nunca ouviu mais? O senhor ouviu o Ministro Walfrido falar quantas vezes? Uma vez, duas vezes?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Eu ouvi uma vez só nessa reunião, se não me engano, foi de março. Se não me engano. Eu não tenho a certeza da data, mas, se não me engano...

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – De março de quando?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Ano passado.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Certo.

Como o senhor analisa essa situação toda? Olhando do ponto de vista familiar, político, do PTB, como o senhor está vendo essa situação toda que o Brasil está vivenciando?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Senadora, é sofrível, não é? É sofrível. Para nós não tem sido fácil.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – No caso, qual é a sensação que o senhor tem em relação ao Deputado Roberto Jefferson? Porque o Deputado Roberto Jefferson, até um dia desses, era o queridinho do PT, do Presidente Lula, da base de bajulação de Governo. Não é à toa que dois Ministros importantíssimos, o Ministro Aldo Rebelo e o Ministro José Dirceu, foram lá no meio do interrogatório do Marinho. Eles conseguiram uma declaração, foram lá, quase que de beijinhos e abraços, aplaudindo ele cantar, e solicitaram

que ele retirasse o nome... Como é que o senhor... O senhor acompanha as declarações que são aqui dadas? O senhor precisa ver que coisa impressionante o que dizem dele agora! Como é que o senhor sente isso? O senhor, a filha, os senhores... Porque sei que o mundo da política é um mundo de punhalada nas costas, é de grandes atitudes oportunistas. Um dia, é beijo; noutro dia, é facada se já não serve mais. Como o senhor acompanha isso?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Senadora, a sensação nossa, na família, é de que o Deputado sacrificou a vida dele e, possivelmente, o mandato, para que não jogassem toda essa caveira, esse defunto da corrupção em cima do PTB e dele. Essa é a sensação que nós temos.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Pois, é. O senhor precisa ver as coisas. É impressionante. Porque, quem está chafurdando na lama da corrupção, até para justificar que está chafurdando, precisa dizer que ele está também, porque não vai poder dizer que ele estava só. Até porque, quando acompanham os processos, é impressionante realmente o que está acontecendo. Ele fala o quê? Em algum momento, ele comenta algo? Algum fato novo? O senhor conversou com ele antes de vir para cá?

O SR. MARCOS VINÍCIUS VASCONCELOS FERREIRA – Não, senhora.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Em nenhum momento?

O SR. MARCOS VINÍCIUS VASCONCELOS FERREIRA – Não, senhora. Só ontem passei lá para dar um abraço. Não conversei com ele.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Ele não lhe sugeriu nada? Ele não conversou nada com o senhor? Apesar de eu achar, sinceramente, Sr. Marcos Vinícius, que mesmo que ele tivesse sugerido, o senhor não iria nos dizer. Mesmo assim, ele conversou algo? Ele demonstrou alguma preocupação?

O SR. MARCOS VINÍCIUS VASCONCELOS FERREIRA – Ele mostrou muita preocupação e me sugeriu só serenidade e calma e para dizer o que eu sei. Mais nada. Foi o que ele me sugeriu.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Nenhum elemento novo ele sugeriu para que o senhor ajudasse a Comissão no procedimento investigatório?

O SR. MARCOS VINÍCIUS VASCONCELOS FERREIRA – Não, senhora.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – É só, Presidente. Eu me reinscrevo. Obrigada, Sr. Marcos Vinícius.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra o Deputado ACM Neto, por quinze minutos.

O SR. ACM NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Marcos Vinícius, nós estamos vivendo o momento de maior inutilidade da CPI dos Correios até o presente instante. Por que digo isso? Porque era absolutamente desnecessária a vinda do Sr. Marcos Vinícius para prestar depoimento no dia de hoje. Então, antes de tecer os comentários que tenho obrigação de tecer, eu perguntaria ao senhor: o senhor sabe por que está hoje aqui?

O SR. MARCOS VINÍCIUS VASCONCELOS FERREIRA – Não, senhor.

O SR. ACM NETO (PFL – BA) – Não faz a menor idéia de quem teve interesse em convocá-lo?

O SR. MARCOS VINÍCIUS VASCONCELOS FERREIRA – Idéia eu faço.

O SR. ACM NETO (PFL – BA) – Qual é a idéia que o senhor faz?

O SR. MARCOS VINÍCIUS VASCONCELOS FERREIRA – Deputado ACM Neto, é um julgamento político.

O SR. ACM NETO (PFL – BA) – Por que o senhor acha que foi convocado pela CPI?

O SR. MARCOS VINÍCIUS VASCONCELOS FERREIRA – Creio que o motivo da minha convocação foi a matéria veiculada no jornal **O Globo** de quinta-feira passada.

O SR. ACM NETO (PFL – BA) – Não, não foi. Lamento informar ao senhor que não foi esse o motivo. O motivo da sua convocação é uma manobra da Base do Governo para tentar desgastar o Deputado Roberto Jefferson e, sobretudo, tentar retirar a legitimidade de todas as denúncias que foram feitas pelo Deputado Roberto Jefferson. E o pior é que a Base do Governo faz isso sem medir muito o que deve ser o limite dos escrúpulos adotado em uma Comissão de Inquérito, porque recorre exatamente à relação familiar para fazer esse tipo de exploração, o que é condenável e deve ser por nós aqui expressamente divulgado para a sociedade brasileira.

Eu confesso, Sr. Marcos Vinícius, que eu sou um dos Parlamentares que mais perguntas têm para oferecer aos depoentes. Eu sou um dos Parlamentares que vem para esta Comissão mais preparado para fazer as indagações necessárias. O tempo de quinze minutos para mim sempre é insuficiente. Talvez, se me fosse dada meia hora em uma série de questionamentos, talvez ainda assim fosse insuficiente. Mas hoje, não me sinto motivado a lhe fazer quase nenhuma pergunta, porque a vinda do senhor aqui só tem uma explicação: é uma disputa política. Foi uma birra política engendrada pela Base do Governo nesta Comissão. É apenas essa a explicação, Sr. Marcos Vinícius. Não tem outra. Não tem outra. Eu peço a Deus que per-

doe os Deputados e Senadores da base do Governo que tanto insistiram para que o senhor aqui estivesse. Veja, Presidente, que os Deputados e Senadores da Oposição são os que acordam mais cedo, são os que se inscrevem primeiro....

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB – SP) – Está fazendo lobby junto a Deus agora, Deputado?

O SR. ACM NETO (PFL – BA) – São os que acordam mais cedo, são os que se inscrevem...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Comunista não acredita em Deus, Deputado Jamil...

O SR. ACM NETO (PFL – BA) – Eu pediria respeito.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra ao Deputado ACM Neto.

O SR. ACM NETO (PFL – BA) – Os Deputados e Senadores da Oposição são os que acordam primeiro, são os que se inscrevem mais cedo, são os que ocupam os primeiros lugares dessa lista. E V. Ex^a vai ver que a Senadora foi a primeira e eu fui o segundo.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Não, é porque o Deputado Bittar estava aqui dizendo: dorme mais tarde, mas, não dorme mais tarde na safadeza, nas orgias de não-sei-onde.

O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO I – É isso aí, Helô, é isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senadora Heloísa Helena.

O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Sobre isso, não tenho nenhum comentário a fazer.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra ao Deputado ACM Neto.

O SR. ACM NETO (PFL – BA) – Que depois de V. Ex^a me chamar, V. Ex^a vai chamar mais uns dois, três, quatro Parlamentares da Base do Governo, que chegaram aqui cedinho hoje para se inscreverem, excepcionalmente. Aí, V. Ex^a pode ver que temos vários Deputados e Senadores aqui, ao mesmo tempo, da Base do Governo, o que é um fato inédito nesta CPI.

O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Não é verdade.

O SR. ACM NETO (PFL – BA) – O que é um fato inédito na CPI.

O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Sr. Presidente, agora peço que o Deputado identifique...

(intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado ACM Neto.

O SR. ACM NETO (PFL – BA) – Vou fazer, calma. Olha, é tão chato ver os nossos colegas se deixarem levar por provocações. Quantas e quantas vezes eles nos provocam e não seguimos essa linha de provocação. Só estou dizendo isso, Presidente Delcídio Ama-

ral, pelo seguinte: porque eu havia sugerido que o Sr. Marcos Vinícius fosse ouvido por um subgrupo desta Comissão; que ele fosse ouvido em uma audiência menor, uma audiência mais objetiva, uma audiência mais direta, uma audiência que não envolvesse toda a CPI, uma audiência que não requisitasse a presença de todos os Parlamentares, uma audiência muito mais objetiva. Foi o que sugeri, porque tudo isso seria feito sem criar a expectativa que foi criada e, conseqüentemente, sem a frustração que é a conseqüência.

Então, Sr. Presidente, é por isso que estou fazendo dessa provocação saudável aos Parlamentares da Base do Governo. Porque eu achava que o Sr. Marcos Vinícius poderia até ser ouvido, mas não da forma que está sendo ouvido. E tenho absoluta certeza de que, ao final desta audiência de hoje, a constatação geral, inclusive se justos forem dos próprios Deputados e Senadores da Base do Governo, vai ser de que foi inútil a convocação do Sr. Marcos Vinícius. E que isso sirva de lição.

O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Isso é prejuízo, Sr. Deputado.

O SR. ACM NETO (PFL – BA) – Estou sendo interrompido durante toda a minha fala, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcílio Amaral. PT – MS) – Por favor, Deputado Jamil. A palavra esta com o Deputado AMC Neto.

O SR. ACM NETO (PFL – BA) – Então, Sr. Presidente, que isso sirva de lição e aprendizado para que nós adotemos aquela sugestão que ofereci, que parece que V. Ex^a já tomou como uma decisão da Mesa, de que só destinemos as audiências públicas, com acompanhamento amplo da imprensa, com a presença dos 64 Parlamentares, quando efetivamente formos ouvir os agentes que são prioritários, as pessoas que têm uma participação primordial para ajudar a CPI a desvendar todo esquema de corrupção que foi montado pelo Governo Federal e pelo Partido dos Trabalhadores.

Quando os agentes forem secundários, temos que ouvir de forma mais dinâmica, mais ágil, mais rápida e mais eficaz. Mas, feita essa introdução, pergunto ao Sr. Marcos Vinícius se ele poderia nos confirmar que o Deputado Roberto Jefferson recebeu R\$4 milhões de reais, dados nesse esquema do Partido dos Trabalhadores, por intermédio do empresário Marcos Valério, como um apoio que foi negociado, no ano de 2004, entre o PT e o PTB?

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Pelo que sei, recebeu sim, senhor, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto.

O SR. ACM NETO (PFL – BA) – V. S^a confirma.

V. S^a poderia nos confirmar se tem conhecimento de que houve a participação, nesse acordo, e o aval do então Ministro-Chefe da Casa Civil, Deputado José Dirceu?

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Não posso confirmar isso.

O SR. ACM NETO (PFL – BA) – V. S^a não pode confirmar.

Perguntaria a V. S^a: V. S^a acha que o Deputado Roberto Jefferson teria legitimidade para fazer as afirmações que fez? E aí quero embasar minha pergunta. Eu queria que V. S^a, como genro dele, nos traduzisse aqui qual foi o espaço que o Deputado Roberto Jefferson teve nos dois primeiros anos do Governo do Presidente Lula: se ele era um Deputado recebido pelos Ministros, se ele era um Deputado que tinha trânsito na Esplanada dos Ministérios, se ele era um Deputado que tinha acesso ao Presidente da República, se ele era um Deputado que era chamado para opinar nas questões que diziam respeito à articulação política e parlamentar da Base do Governo. Portanto, se ele era um deputado e se ele era um agente político que viveu tudo isso de perto, que conheceu os meandros de como foram feitas as negociações com o PT e, portanto, estaria autorizado para dizer o que disse.

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Ex^a, no primeiro ano do Governo Lula, o Presidente era o falecido Deputado José Carlos Martinez. Já, no meio do primeiro para o segundo ano, o Presidente era o Deputado Roberto Jefferson. No começo, essa relação do Governo com os Deputados, Presidente de Partido, com a base aliada, enfim, pelo que sei, não era muito boa, não era grande coisa. Depois, essa relação melhorou e o Deputado era recebido por Ministros, pelo Presidente, por todo mundo.

O SR. ACM NETO (PFL – BA) – Por que houve essa mudança no decorrer do ano de 2004, na relação entre ele, os dirigentes do PT e os dirigentes do Governo?

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Eu não sei. Isso eu não posso informar.

O SR. ACM NETO (PFL – BA) – Mas isso foi uma coisa percebida claramente.

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Sim.

O SR. ACM NETO (PFL – BA) – Tanto que redundou num acordo feito entre os dois Partidos para a eleição de 2004. Essa minha conclusão seria uma conclusão lógica. O senhor concorda?

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Concordo.

O SR. ACM NETO (PFL – BA) – Certo. V. S^a poderia nos dizer como o cidadão brasileiro que acom-

panha todos os fatos e tem capacidade de discernimento, sobretudo capacidade de discernimento acerca de assuntos políticos, se V. S^a não fosse o genro do Deputado Roberto Jefferson e fosse chamado a opinar, V. S^a nos diria que o Presidente Lula tinha ou não conhecimento do episódio do mensalão? (Pausa.) Como cidadão.

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Deputado, como cidadão? Sim.

O SR. ACM NETO (PFL – BA) – Sim. Pois é, essa é a resposta que todos os cidadãos brasileiros, quando questionados são, oferecem. Sabe por que, Sr. Marcus Vinicius? Eu compreendo as razões pelas quais o Deputado Roberto Jefferson procurou preservar o Presidente Lula. Só que, hoje, nenhum cidadão de nosso País, que seja minimamente inteligente, pode acreditar que o Presidente da República não sabia de tudo. Ele tinha conhecimento de tudo. O Sr. Delúbio Soares chegou ao diretório nacional do PT por indicação do Presidente da República. Nós sabemos que as decisões no Partido dos Trabalhadores sempre foram centralizadas e que um esquema dessa monta, dessa complexidade, que envolveu centenas de pessoas, jamais seria executado sem o conhecimento do Presidente da República. Isso é um fato inequívoco. Eu agradeço a sua sinceridade. O senhor veio aqui, parece estar muito seguro, muito consciente do que está dizendo e foi sincero ao responder que acha que o Presidente Lula tinha conhecimento, como cidadão. Claro que eu não o estou questionando como dirigente do Partido Trabalhista Brasileiro, o senhor é membro do diretório nacional.

Questionaria, ainda, a V. S^a: Se tivéssemos que balizar aqui as nossas investigações para entender quem do PT estava, efetivamente, ligado a essas negociações com os partidos políticos, além do Deputado José Dirceu que V. S^a acabou de confirmar, quem mais do PT estaria ligado, quem mais do PT V. S^a tinha conhecimento de que participou desses entendimentos construídos com o PTB, com o Deputado Roberto Jefferson, com a executiva nacional do seu Partido?

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Não sei. Isso eu não posso informar ao senhor, Deputado.

O SR. ACM NETO (PFL – BA) – Mas, o Deputado José Dirceu, V. S^a pode afirmar?

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – O que eu disse ao senhor foi que o Deputado Roberto Jefferson conversava com o Deputado José Dirceu. Só isso. Eu não posso afirmar...

O SR. ACM NETO (PFL – BA) – O ex-Presidente do PT e Ex-Deputado Genoíno, V. S^a nunca teve conhecimento de ter participado das negociações?

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – O ex-Presidente... São Presidentes de Partido. Com certeza, participaram das negociações.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Participaram. Foi isso que eu perguntei a V. S^a. Quem mais do PT, na opinião de V. S^a, teria participado, além do Deputado José Dirceu?

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Além do Deputado José Dirceu, acho que o Presidente Genoíno e o tesoureiro Delúbio Soares.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Está certo.

Sr. Presidente, pela primeira vez, não vou pedir reinscrição, ao contrário da Senadora Heloísa Helena; pela primeira vez, não vou extrapolar o meu tempo; e, pela primeira vez, quero insistir que nós estamos fazendo aqui uma audiência que é completamente inútil, totalmente desnecessária, que, se o bom senso tivesse prevalecido, essa audiência teria sido realizada já nos trabalhos dos subgrupos. Acho que é uma injustiça com as pessoas que nos assistem, é uma injustiça com os veículos de comunicação que estão transmitindo esta reunião e é uma injustiça com os Parlamentares que têm uma série de afazeres e de responsabilidades ter-se realizado nesses moldes a oitiva do Sr. Marcus Vinicius.

Eu não tenho aqui nenhum compromisso de defender o Deputado Roberto Jefferson, que cometeu muitos erros e que vai ter que responder por eles, mas também o que não se pode é trazer para esta CPI disputas políticas e o interesse do Governo de querer desacreditar e desacreditar quem os fatos está mostrando que fala a verdade.

Então, agradeço a V. S^a e devolvo a palavra.

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Agradeço a consideração de V. Ex^a, Deputado, em nome da minha família.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra o Deputado Rands, trocando com a Senadora Ideli, que será a próxima. Só alguns minutinhos, e aí o Deputado Maurício Rands inicia a sua inquirição.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sr. Presidente, ele estando de volta, indago a V. Ex^a se posso.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra o Deputado Maurício Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, Sr. Deponente, Sr. Advogado, vejamos o que ouvimos ainda há pouco: o Deputado que me antecedeu, que é sempre tão ríspido, que é sempre tão contundente, às vezes, ao inquirir, faz muito mais admoestações aos depoen-

tes, tratou o Sr. Marcus Vinicius, tanto é que o Marcus Vinicius acaba de agradecer a gentileza, com luva de pelica. Observem o que é viés de intolerância. Apenas por que o Sr. Marcus Vinicius – vou dizer depois porque é que o senhor está aqui –, o requerimento de convocação de V. S^a não teve o apoio de alguns setores da Oposição. O Deputado que me antecedeu vem aqui afirmar que a sua convocação é inútil, que ele se sente desmotivado, que ele não tem sequer perguntas a fazer. Eu até gostaria que o seu tempo me fosse concedido porque eu tenho, sim, muitas perguntas para ajudar no esclarecimento da verdade.

A razão pela qual o Sr. Marcus Vinicius está aqui é porque o senhor tem sido citado, por exemplo, pelo Sr. Maurício Marinho como uma pessoa que intermediava interesses na Empresa Brasileira dos Correios. O senhor tem sido reconhecido, pelo próprio Deputado Roberto Jefferson, como olhos e ouvidos dele, Deputado Roberto Jefferson, do PTB, Partido do qual o senhor participa também de instâncias, dentro das estatais. O senhor está aqui porque o Deputado Roberto Jefferson confessou que faziam indicações para estatais na administração pública brasileira, com o objetivo de arrecadar fundos para suas atividades político-partidárias.

Então, Sr. Marcos Vinicius, o senhor não está aqui por nenhum capricho da CPI, porque a CPI é um órgão sério e não vem aqui fazer capricho. Parece-me que essa crítica à sua presença é apenas porque, no seu depoimento, o fato de o senhor estar aqui, aí sim, há um argumento racional na investigação, há um nexos investigativo, diferentemente de outras convocações que têm sido feitas, que atendem muito mais o objetivo eleitoreiro de criminalizar, de caricaturizar e de querer jogar responsabilidades sobre, por exemplo, os Partidos dos Trabalhadores de tudo que aconteceu de errado na política brasileira. Quando sabe o povo brasileiro que essas práticas, que, infelizmente, contaminaram alguns setores do meu Partido, não foram inventadas agora em 2002/2003, elas têm DNAs muito presentes na política brasileira, em partidos conservadores, tradicionais e sempre utilizaram os métodos que o povo brasileiro conhece na tradição da política brasileira.

Quero indagar a V. S^a por que é que o Deputado Roberto Jefferson, quando pediu a sua intermediação para agendar uma reunião com o Sr. Lídio Duarte, ex-presidente do IRB, estando no Rio de Janeiro, por que é que ele pediu ao senhor para fazer esse contato lá no IRB.

O SR. MARCOS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Ex^a, eu trabalhava no escritório do Deputado Roberto Jefferson no Rio de Janeiro e aqui em Brasília, era assessor dele. O Deputado tentou falar

uma vez, duas vezes, não conseguiu: – Marcos, você pode procurar o Dr. Lídio e marcar uma reunião para mim? Nenhum problema, eu era assessor, essa era a minha função.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Segundo depoimento prestado ao Ministério Público Federal, pelo Sr. Maurício Marinho, o Deputado Roberto Jefferson teria designado, para acompanhar semanalmente, as negociações feitas nos Correios por representantes do PTB. Por que o Deputado Roberto Jefferson precisava que o senhor acompanhasse esses representantes? Ele estava desconfiado, por exemplo, do Sr. Emerson Palmieri, que era tesoureiro informal, ao que consta, do Partido? Que tipo de desconfiança era essa?

O SR. MARCOS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Esse pedido não existiu.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O senhor nega, como tem negado, como negou, por exemplo, na Polícia Federal, nesse depoimento prestado no dia 21 de junho deste ano, em que V. S^a se especializou em responder com negativas, com evasivas, como fez agora na inquirição do Deputado Osmar Serraglio – evidentemente, é um direito que lhe assiste. Mas o Brasil inteiro e esta CPMI esperam que o senhor seja mais colaborativo. De cerca de 170 que lhe foram dirigidas pelo Ministério Público, o senhor foi negativo em pelo menos 50 perguntas. Então, espero que V. S^a não trace a mesma forma de se comportar neste depoimento, como já se revelou na inquirição do Deputado Osmar Serraglio. E faço um apelo para que esta Comissão e o Congresso Nacional possam esclarecer tudo que estava acontecendo em termos de arrecadações de recursos nas estatais e possam vir à tona para que possamos cumprir a nossa finalidade e até propor os remédios para que, no futuro, essas práticas tradicionais da política brasileira não venham a se repetir.

V. S^a mencionou que tinha dois cofres em sua residência, um para despistar eventuais assaltantes. A minha pergunta: alguma vez o senhor reteve nesses cofres recursos para o Partido?

O SR. MARCOS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não, senhor. Nunca.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sempre a linha de negativa.

Por que o senhor é conhecido por “Nescau”?

O SR. MARCOS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Esse é um apelido que ganhei na escola.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – A minha curiosidade é saber qual a razão. Sei que as vezes os colegas são perversos.

O SR. MARCOS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Sr. Deputado, fui fazer um curso pré-militar...

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Essa curiosidade, quero dizer-lhe que não é só minha.

O SR. MARCOS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – É do Brasil inteiro.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – É de uma parte da opinião pública brasileira, porque é sugestivo.

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS – Fui fazer um curso pré-militar quando eu tinha mais ou menos 15 anos. No primeiro dia de aula, o dono desse curso, que era o professor de matemática, Professor Sérgio Deci, junto com o Professor Edmundo, no primeiro dia de aula, eles disseram para os alunos: “Aqui é igual ao Colégio Militar, todo o mundo tem apelido. Ninguém aqui é chamado pelo nome”.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – E aí inventaram... O.k. Foi no colégio.

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS – Foi no colégio. Foi no curso pré-militar.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O que há de verdade na afirmação do Sr. Emerson Palmieri de que o senhor seria “chave de cadeia”? Esse apelido me parece um pouco mais forte.

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS – Deputado, o Sr. Emerson Palmieri não afirmou isso.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – É o que está amplamente noticiado. Então, o senhor também, mais uma vez, nega. O senhor acha que essa expressão “chave de cadeia” teria sido inventada por mim?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS – Eu não disse isso. O Sr. Emerson Palmieri não afirmou isso.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – De onde surgiu? Então, eu faço a pergunta.

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS – Quem afirmou isso foi o Sr. Marcos Valério.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Pronto. E de onde surgiu? Por que ele afirma que o senhor seria chave de cadeia?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS – Isso vem da cabeça do Sr. Marcos Valério.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O senhor não tem nenhuma suspeita de por que ele lhe faz essa atribuição?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS – Não faço a menor idéia.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Por que a Polícia Federal encontrou em sua pasta uma relação de contratos firmados entre a Eletronuclear e a terceirizada Marte Engenharia?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS – Deputado, eu era assessor da Diretoria de Gestão, Planejamento e Meio Ambiente da Eletronuclear.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Isso eu já sei.

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS – Uma das minhas atribuições era verificar, depois do parecer vindo do jurídico da empresa ou da área técnica, se esses contratos estavam sendo cumpridos. Esse era um pedido feito pelo meu diretor, Dr. Luiz Rondon.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Por que, nesses contratos com a Marte, por exemplo, segundo amplamente noticiado – indago se é verdade –, foram contratadas: a Sr^a Cristiane Brasil(*), que hoje é vereadora na cidade do Rio de Janeiro? Indago se é verdade que sua irmã Márcia Regina também foi contratada pela Marte Engenharia. Ela não era utilizada como um cabide ou como uma empresa para atender a interesses ou partidários ou outros do senhor e de sua família?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS – Não, senhor.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – É verdade que essas duas senhoras foram contratadas por essa empresa terceirizada?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS – Sim, senhor. A Sr^a Cristiane, minha cunhada, trabalhou antes...

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Outras pessoas do seu círculo foram também indicadas pelo senhor ou por pessoas para essa empresa também?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS – Não, senhor.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Desde quando elas trabalharam? Imagino que a Vereadora já tenha saído, não é? Em que período elas trabalharam?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS – A Vereadora, eu não lembro, mas foi...

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Ela já deve ter saído, porque foi eleita vereadora, segundo consta e foi noticiado.

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS – Saiu, inclusive, antes da campanha, bem antes.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – A sua irmã trabalha lá mesmo?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS – A minha irmã trabalha lá.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O que ela faz?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS – Ela trabalha em O&M – Organização e Métodos.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Em O&M. Voltando para o fato da atribuição que lhe é feita de o senhor ser o ouvido do Deputado Roberto Jefferson nas estatais, a que o senhor atribui isso?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS – Eu posso explicar isso para o senhor. Como trabalhei no gabinete do Deputado Roberto Jefferson por muitos anos, sou membro do PTB...

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sei que o senhor já trabalhou como assessor parlamentar, o senhor já falou em depoimento.

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS – Essa colocação é um pouco exagerada, bastante exagerada, por sinal. Eu era um simples assessor.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Por que o senhor acha que o Deputado Roberto Jefferson admitiu isso perante o Ministério Público Federal?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS – Eu ouvia as coisas e levava para ele.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Então, o senhor reconhece que estava sempre presente nos Correios e em alguma outra empresa, além do IRB?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS – Não estava presente nos Correios, nem no IRB.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sempre freqüentava?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS – Também... Essa palavra freqüentava dá uma conotação de que eu estava lá uma vez por semana.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Com que assiduidade? Tomemos por exemplo o ano de 2003. Quantas vezes o senhor foi à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS – Em 2003?

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – É. Vou citar um exemplo. Se o ajuda a clarear a memória, em 2004, que está mais próximo da data atual.

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS – Como falei ao Sr. Relator, se estive lá oito vezes, em 2003 e 2004, foi muito.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Em 2003. E em 2004?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS – Foi muito. Em 2003 e 2004.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O senhor acha que umas oito vezes nesses dois anos.

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS – É.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – E contatos telefônicos ou fora dos Correios, por exemplo, com o Sr. Maurício Marinho e com o Diretor Antônio Osório?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS – Com o Diretor Antônio Osório, várias vezes, na Executiva do Partido.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Isso. Além da Executiva do Partido, no escritório dele, nos Correios? Esteve em seu gabinete?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Estive com o Dr. Antonio Osório, sim.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Com muita freqüência ou com pouca freqüência?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Pouca freqüência.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O senhor, nessas visitas aos Correios, além do Antonio Osório e do Maurício Marinho, conversava com outras pessoas?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não, senhor.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – E no IRB?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Também não, senhor.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Quantas vezes, aproximadamente? Sei que é difícil precisar exatamente, mas uma estimativa – eu também teria dificuldade. Mas uma estimativa.

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Posso afirmar ao senhor que estive no IRB três vezes este ano.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Por telefone, o senhor falava muito com os diretores do IRB e com os diretores dos Correios?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não, senhor.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Com quem o senhor contatou nessas três idas ao IRB neste ano?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Falei com o Dr. Murilo.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Com o Dr. Carlos Murilo Barbosa de Lima. O senhor esteve lá entre lá entre os dias 2 e 12 de maio pelo menos três vezes. Depois o senhor não esteve nenhuma outra vez no IRB?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não me lembro. Essas três eu posso afirmar.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Essas o senhor ratifica, mas admite que pode ter estado lá outras vezes também?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não me lembro.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O senhor esteve acompanhado de alguém quando conversou com o Sr. Carlos Murilo Barbosa de Lima?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Estive. Com o Sr. Stive.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Com quem?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Com o Sr. Stive. O nome dele é Stive.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Eu vi nos depoimentos que o senhor menciona que foi tentar algum patrocínio. O senhor tratou de algum outro assunto, além dessa tentativa de patrocínio cultural para o Sr. Stive?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não, senhor.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O senhor falou com mais alguém no IRB por telefone?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Por que o senhor acha que o Carlos Murilo Barbosa de Lima negou que esteve com o senhor? Ele negou para a **Folha de S. Paulo** na edição do dia 20 de junho do corrente, e a **Folha** admite que a recepção registrou essas três visitas. A que o senhor atribui a negativa dele?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não sei, pode ter esquecido.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O seu sogro pediu – ele já admitiu que pediu – ao Sr. Lídio Duarte que contribuísse “por dentro” com cerca de R\$400 mil para o seu Partido no IRB. A minha indagação é, como o senhor era os olhos e ouvidos do Deputado Roberto Jefferson nessas estatais, se ele lhe pediu para fiscalizar arrecadações ou para o senhor diretamente solicitar arrecadações. Estou falando, primeiro, de arrecadações “por dentro”, escrituradas.

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Nunca.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Ele lhe pediu apenas para verificar se outras pessoas estavam fazendo esses contatos?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não. Eu ouvi. Quando as pessoas me procuravam para fazer alguma reclamação da Bancada, alguma solicitação ao Deputado, eu passava a ele – nada mais do que isso.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O senhor tinha conhecimento de que essas arrecadações eram solicitadas aos indicados para cargos de direção pelo seu Partido? O senhor disse que participava da Executiva Nacional do Partido. Era isso?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Sim, senhor.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – E o senhor tem conhecimento disso?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O senhor não tem conhecimento. Ainda assim, o senhor acha, como membro da Executiva do Partido – um Partido cujo presidente, na época, admitiu a arrecadação –, que o Presidente saberia de tudo o que estava acontecendo. O senhor mesmo, que visitava esses órgãos e que era da Executiva do Partido, admite que não tinha conhecimento da arrecadação. Realmente, é seletiva a sua memória, mas assim são os seres humanos.

Só para concluir, Sr. Presidente, quero saber sobre suas empresas. O senhor tem a empresa Aquavit e tem alguma a mais?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não, senhor.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – E essa empresa AquaSafe?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Essa empresa não é mais minha.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Ela foi sua até quando?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Até 2001, não sei.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sr. Presidente, eu me reinscrevo, porque tenho muitas outras perguntas a fazer.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Concedo a palavra a Senadora Ideli Salvatti por 15 minutos.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, não por estar aqui ao meu lado, mas é importante se fazer justiça e esclarecimento e até tirar um pouco da modéstia que acabamos sempre assistindo, sistematicamente, de alguns parlamentares.

O autor do requerimento da convocação do Sr. Marcos Vinícius é, nada mais nada menos, o Deputado Pompeo de Mattos que, até provem em contrário, não pode ser considerado um governista de carteirinha.

O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Passa a ser suspeito agora.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Digo isso para que não pare nenhuma dúvida.

O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Espere para me escutar.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Segundo ele, tem muitas perguntas a fazer. Também já fiquei mais curiosa agora para ouvi-lo depois.

Mas eu queria perguntar, inicialmente, ao Sr. Marcus Vinicius, de onde vem o apelido “Nescau”, que me chamou muito a atenção.

O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Será que estava dormindo?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Senadora...

O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Ele falou aqui.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Já perguntou?

O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Mas ele não respondeu.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Desculpe. Então, perdão, perdão. Eu estava conversando com...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Ela não estava aqui. Desculpem-me. Não estava aqui.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Tudo bem.

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Eu respondo para a senhora, com o maior prazer.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Então, responda-me.

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Eu fui fazer um curso pré-militar em Petrópolis, que se chamava Curso Percy. No primeiro dia de aula, o dono desse curso, que era professor de Matemática – era dono junto com o Professor Edmundo – colocava apelido em todos os alunos, como...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – E o senhor ganhou esse...

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Exatamente, como era no Colégio Militar.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Não, é porque me chamou a atenção – talvez por isso eu tenha me distraído aqui – o fato de, em várias citações em matérias, em depoimentos, o senhor ser denominado pelo apelido, “Nescau”, quando se trata de ir buscar dinheiro, de ir buscar recursos. Disseram, inclusive, que o Palmieri, por exemplo, deveria pegar R\$400,00 com o senhor, fruto da arrecadação lá no IRB. Em outros momentos, aparece também a referência ao senhor como “Nescau” em assunto de recursos, à pessoa que intermediava ou fazia as arrecadações. Por isso me chamou a atenção o apelido “Nescau”. Até brinquei com o Deputado Maurício Rands, porque lembrei que, um pouco tempo atrás, o refrão era “o sabor que alimenta”. Pareceu-me assim algo relacionado com a alimentação financeira do esquema.

Mas eu queria perguntar ao senhor o seguinte: há várias informações aqui que dão conta de que o senhor vivia na estatal, vivia nos Correios, de que o senhor estava com muita frequência lá e de que era o senhor que indicava os empresários a serem recebidos para tratar de negócios lá, nos Correios.

Como é que o senhor responde a essa afirmação que está em algumas reportagens em que o seu nome é citado? Isso, inclusive, vem de reportagens que tratam do Sr. Roberto Jefferson.

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Isso não é verdade.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Isso não é verdade?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O senhor não ia frequentemente aos Correios? Não intermediava encontros com empresários para tratar de negócios nos Correios?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não, senhora.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Há uma outra afirmação, que diz que, segundo depoimento do Sr. Marinho, o senhor teria sido designado para acompanhar semanalmente as negociações feitas nos Correios.

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não é verdade, Senadora.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Não é verdade. O senhor desmente, então? Isso não corresponde à verdade?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não, senhora.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – A questão dos recursos – o senhor diz que não relação –, a informação que foi veiculada é de que o Sr. Jefferson teria pedido a Palmieri que fosse buscar o dinheiro, os R\$400 mil, com o seu genro, Marcus Vinicius, conhecido como “Nescau”. Por isso, chamou-me muito a atenção. Divulgou-se que o Palmieri teria dito que não iria por causa da questão da hierarquia – aí é que veio a história de o “Nescau” ser chave de cadeia. O senhor não tem conhecimento desse tipo de procedimento? Qual era a sua relação com o Sr. Palmieri?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Muito pouca relação do...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Mas o senhor era da Executiva, não era, do PTB?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Relação na Executiva.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – E o Palmieri não era o tesoureiro?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não, o Emerson Palmieri, acho que era o primeiro secretário do Partido.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O tal do tesoureiro informal?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Isso, eu não sei.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O senhor não sabe? Sua relação com Palmieri não era...

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não era estreita, era de Partido, não tinha...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Só de Partido?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – ...uma relação estreita com o Sr. Palmieri.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Não sabia das atividades do Sr. Palmieri...

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não, senhora.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – ...em termos de arrecadação?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não, senhora.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Não pode explicar por que ele iria pegar recursos com o senhor?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Essa história não existe. Isso está na cabeça do Marcos Valério.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Essa história é do Marcos Valério... Não, mas não está na boca do Marcos Valério isso; está na boca do Palmieri.

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não, senhora.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Está na boca do Palmieri, porque ele diz assim: ele recebeu a ordem do Jefferson para que fosse buscar o dinheiro – e está entre aspas – “não vou porque na hierarquia do Partido não devo satisfações ao Sr. Roberto Jefferson”, teria desabafado Palmieri. Isso está na boca do Palmieri, não está na boca do Marcos Valério.

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Eu desconheço isso.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O senhor desconhece.

Com que frequência o senhor se encontrava com Antonio Osório?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Senadora, eu me encontrei várias vezes com Dr. Antonio Osório. Mas a frequência exata eu não

posso dizer. Pode ser que sempre que tinha reunião da Executiva eu encontrava com ele.

A SR. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Esses encontros eram no Partido?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Sim.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Não eram naquelas visitas freqüentes que estão citadas naquelas reportagens, lá, nos Correios?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Essas visitas freqüentes no Correio não haviam.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Não haviam.

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O senhor pode confirmar isso, e não vai aparecer lá no registro das entradas dos prédios dos Correios?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não vai, não, senhora.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Com que frequência o Sr. Roberto Jefferson se reunia com o senhor Antonio Osório e o senhor?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Com o Sr. Antonio Osório e comigo? Só no dia que tinha reunião da Executiva. Estava todo o mundo lá reunido.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Só nessas reuniões.

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Reunião minha do Deputado Roberto Jefferson e o Dr. Antonio Osório nunca aconteceu.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Nas reuniões do Partido, quando o Deputado Roberto Jefferson recebeu os tais dos R\$4 milhões que ele alega ter recebido do PT, como é que isso foi tratado lá na Executiva do PTB?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não foi tratado na Executiva.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Não foi tratado.

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não, senhora.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Ninguém tomou conhecimento do recebimento dos R\$4 milhões.

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Isso eu não sei.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O senhor não sabe.

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não sei.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O senhor é membro da Executiva.

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Mas isso não foi tratado na Executiva.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Isso não foi tratado.

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Quer dizer que o Presidente do Partido recebe R\$4 milhões e esse assunto não vai para a Executiva do Partido?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não foi tratado na Executiva, Senadora.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Não foi tratado.

O senhor ouviu, em algum momento, fora da Executiva, a questão dos R\$4 milhões?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Sim, senhora.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Quando?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Bom, ouvi até em casa, em conversa com o Deputado.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Na sua casa?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – É. Na minha casa.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – E em que condições? O que foi falado?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Ele contou os fatos que ele já relatou aqui nesta CPMI ou não sei se foi no Conselho de Ética. Mas ele relatou esse fatos.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O Deputado Roberto Jefferson...?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Sim.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Relatou, depois...

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Os mesmos fatos que ele contou na CPMI e no Conselho de Ética...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Mas isso depois que ele tinha anunciado que teria havido o recebimento dos R\$4 milhões. Estou perguntando, antes, porque ele alega que recebeu antes.

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não, mas isso eu sabia antes.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sabia antes.

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Antes.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – E o que ele disse, na sua casa, sobre isso?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Que ele estava com problema, pois tinha recebido R\$4 milhões de um acordo político feito com o PT, só que não tinha recibo.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – E o que ele tinha feito com o dinheiro?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não sei. Não perguntei.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O senhor não teve nenhuma curiosidade de perguntar onde é que vai parar R\$4 milhões?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Eu não, vou me preocupar com dinheiro que não é meu!?

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Mas o dinheiro era para o PTB, era para o Partido; essa era a alegação. O senhor não era dirigente do Partido?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Pois não.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O senhor não era dirigente do Partido?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Faço membro da Executiva Nacional do Partido.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Então, deixo eu entender. O Sr. Roberto Jefferson disse que recebeu R\$4 milhões. Isso era para o Partido?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não, senhora.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Era para quê?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Era para um acordo político entre o PT e o PTB.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Mas acordo político para quê?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Para as candidaturas... Para a eleição de 2004 para Prefeito.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Para eleição para 2004 para Prefeito?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Isso.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Mas isso não interessava ao Partido? A Executiva não tratou de como aplicar os R\$4 milhões?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Eu não participei dessas tratativas.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Não participou. Como membro da Executiva, o senhor não participou e não teve nem interesse?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Isso não foi tratado na Executiva, Senadora.

Se a senhora, me permite, na minha opinião, ele não distribuiu esse dinheiro.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Ah, o senhor acha que ele não distribuiu?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Onde está esse dinheiro?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não sei. Essa é uma pergunta...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O senhor não teve curiosidade também de perguntar a ele onde é que está o dinheiro?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não, senhora.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Estranho, não é? Porque R\$4 milhões não são quatro contos, não é? É muito dinheiro.

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – É muito dinheiro.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Queria perguntar, ainda, se o senhor conhece – obviamente, o senhor deve conhecer –, mas qual é a relação com o Sr. Salmeron?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – O Dr. Roberto Salmeron, eu tenho relação fraterna com ele.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Uma relação?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Fraterna.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Fraterna. O que significa uma relação fraterna?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Nós somos amigos.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sim. Tem relação político-partidária?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não, o Dr. Salmeron também é da Executiva Regional do PTB no Rio de Janeiro.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – E o senhor teve tratativas com ele nessas atuações que o senhor teve tanto no IRB, quanto nos Correios e em outras estatais?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Senadora, eu não tive atuações nem no IRB nem nos Correios nem em outras estatais, nem com o Dr. Salmeron.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Não?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não senhora.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Só afetiva, amizade com o Dr. Salmeron?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – O Sr. Salmeron é meu amigo desde a época em que me casei.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O senhor disse que foi assessor do Deputado Roberto Jefferson, durante um período?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Sim, senhora.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Qual foi o período?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Acho que de 1998 a 2003, de 1998 até novembro de 2003.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – De 1998 até 2003?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Isso.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Então, o senhor conhece Vladimir Cardoso?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não, senhora.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Não conhece?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Vladimir Cardoso? Não, senhora.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Ou Vladimir Freire?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não senhora.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Não conhece?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Porque essa pessoa também trabalhou como assessor. O senhor não conheceu?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não, não me recordo.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Não chegou a ter relações com ele?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Relações com ele. Não.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sérgio Pimentel. Aliás, o senhor trabalhava como assessor onde? No Rio ou aqui?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – No Rio e em Brasília.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Também aqui?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – É.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Estranho, porque a informação que temos é a de que o Sr. Vladimir trabalhou como assessor do Sr. Roberto Jefferson nesse mesmo período.

Queria, ainda, fazer algumas outras perguntas ao senhor.

O senhor teve encontros em hotéis para tratar de assuntos relacionados às contribuições partidárias?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não, senhora.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Nunca?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não, senhora.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Em nenhum momento?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não, senhora.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Como é que essas contribuições para o Partido se davam por meio do Sr. Roberto Jefferson? O senhor tinha conhecimento?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Essas contribuições não existiram.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Como?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Essas contribuições não existiram.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Essas contribuições não existiram?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não existiram.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Não teve nenhum tipo de contribuição?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – As contribuições, pelo que eu sei, estão declaradas no Tribunal Regional Eleitoral.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Quer dizer, tudo aquilo que o Sr. Maurício Marinho declarou, afirmou, que foi flagrado, que foi gravado – o depoimento que ele prestou, infelizmente, ainda não conseguimos acessar nesta CPI – não existiu? Não aconteceu?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Pelo que eu sei, tudo isso ele negou.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Tudo isso ele?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Negou.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – A informação que temos é que ele não negou, que reafirmou os esquemas que funcionavam lá na estatal.

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Desconheço, Senadora.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O senhor desconhece.

Eu queria ainda perguntar ao Sr. Marcus Vinicius sobre o período em que o senhor está trabalhando na Eletronorte, não é?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Eletronuclear.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Eletronuclear, isso. Nesse período em que o senhor está trabalhando na Eletronuclear, quais foram as tratativas que o senhor pôde apreciar ao longo desse período, que é mais recente? O senhor entrou lá...

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Em 2003, novembro.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – De 2003 a... O senhor saiu agora, não é?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Sim, senhora.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Quais as tratativas que o senhor percebeu nesse período em que o senhor esteve lá que teve relação com questões que estamos investigando nesta CPI?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Nenhuma.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sobre esquemas de obtenção de vantagens em contratos ou obtenção de benefícios financeiros para algum Partido político?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Isso não existiu, Senadora.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Isso não existe?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Que não existe eu não posso afirmar, mas comigo, na Eletronuclear, de novembro de 2003 a 5 de maio de 2005, isso não existiu.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Não aconteceu nada que o senhor entenda que seja relevante para a investigação que estamos realizando neste momento?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não, senhora.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral/PT – MS) – Concluindo, Senadora Ideli.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, vou me reinscrever, porque tenho outras questões.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral/PT – MS) – Concedo a palavra ao Deputado Arnaldo Faria de Sá, por 15 minutos.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Marcus Vinicius, você sabe por que está aqui?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Imagino, Deputado.

O ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Será que é só pelo fato de ser genro do Roberto Jefferson?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não sei, Deputado.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Você sabe qual é o total da lista do Delúbio Soares e Marcos Valério?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Esse total é de R\$55 milhões.

Você sabe que o Delúbio Soares também informou que, com relação a tudo aquilo que foi negociado nessa lista do Marcos Valério, a Executiva do PT não sabia. V. S^a? Sabe disso?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não, senhor.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Nessa lista do Marcos Valério consta o nome de José Adelar Nunes, que é do PT de Santa Catarina. Você sabia disso?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não, senhor.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Quando você responde negativamente a algumas perguntas, as pessoas acham ruim. Você respondeu três vezes negativamente, mas, na verdade, não tinha conhecimento disso, até porque isso era uma questão de interesse da Executiva do PT.

Você é mais importante do que Luiz Gushiken?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não, senhor.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Você é mais importante que Paulo Okamoto?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não, senhor.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Você é mais importante que José Dirceu?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não, senhor.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Você é mais importante que José Genoíno?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não, senhor.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Então, tinha razão o Deputado ACM Neto. Você está aqui para que nenhum desses que eu citei estejam em seu lugar, para ocupar espaço da agenda e, dessa maneira, tentar desqualificar o Deputado Roberto Jefferson, de quem você é genro; ou tentar atingi-lo por

causa do “Nescau”. Muita gente deve ter “Toddynho” ou “Leite Moça”. O apelido vai, ao longo do tempo, marcando as pessoas por “Toddynho” ou por “Leite Moça”, porque isso acaba não tendo outra utilidade a não ser aquela de tentar esconder o que aconteceu durante todo esse tempo.

Estamos aqui há 75 dias para saber para onde foram os R\$55 milhões do Sr. Marcos Valério, por meio do Sr. Delúbio Soares.

Você pode dar alguma informação sobre isso?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não, senhor.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Mas devia saber. Você não é genro de Roberto Jefferson?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não sei, não, senhor.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Alguns Deputados aqui disseram que você tem que ter um DNA. Mas eles se esqueceram de que a DNA é a empresa do Marcos Valério, assim como a SMP&B. Acabamos vendo, ao longo de todo esse período, que a sua convocação foi para que você trouxesse informações relevantes a respeito do seu sogro, o Deputado Roberto Jefferson.

O que você pode trazer de importante para esta Comissão, que seja relevante e que até agora você desconhece que já tenha sido trazido? Você pode dar algum dado?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não, Deputado Arnaldo Faria de Sá. Não tenho... Não acredito que tenha nada de importante para acrescentar a esta Comissão.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Você disse que a situação do País é sofrível. Por que faz essa avaliação?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Esse é um sentimento pessoal meu e da minha família, pela quantidade de informações que temos todos os dias nos jornais.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sua casa sofreu uma busca da Polícia Federal. O que aconteceu nessa busca em sua casa?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Deputado, eles vasculharam vários documentos. Essa busca aconteceu, na verdade, no dia 14 de junho, de 2005, data do aniversário do Deputado Roberto Jefferson e data do depoimento dele nesta CPMI ou no Conselho de Ética, se não me engano. Eu não estava em casa. Estava almoçando com minha cunhada, a vereadora Cristiane Brasil. Recebi uma ligação da minha esposa, que estava voltando para casa, porque a Polícia Federal tinha invadido a minha casa.

O depoimento dele começava às 14h30min. A Polícia Federal entrou em minha residência às 13h, 13h30min. Quando o meu caseiro voltou para abrir o portão, o policial federal pulou o portão e entrou, não esperou nem ele abrir, como se o meu caseiro fosse fugir da Polícia Federal de dentro da minha casa. Eles entraram, não queriam deixar que ninguém ligasse para avisar que tinha polícia lá e pediram documentos. O Procurador chegou a perguntar se eu tinha viajado para a Suíça por causa de uma caixa de fósforos, uma coisa sem pé nem cabeça. Tem muita gente que merecia ter a casa invadida e não teve.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Talvez tenha sido por causa do seu apelido, “Nescau”, que é da Nestlé, que é suíça.

Essa busca da Federal, parece-me, acabou tendo um equívoco, pois houve uma outra diligência num local divergente, como se fosse seu, que não era seu. Há alguma coisa nesse sentido? O que foi?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – O que aconteceu foi que morei num apartamento na avenida Portugal, em Petrópolis. Quem mora hoje lá é um rapaz com nome de Marcos alguma coisa Vasconcelos, e o meu nome é Marcus Vinicius de Vasconcelos Ferreira. Morei nesse apartamento alugado, e a Polícia Federal entrou lá. Tinha uma menininha de três anos com a empregada, a empregada não podia ligar. Foi uma coisa bem horrível, imagino, para a família do Marcos.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Houve arrombamento de porta? Você sabe algum detalhe disso?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Eles arrombaram a porta da sala da casa dele. A empregada não queria abrir, com medo. Eles diziam que era a polícia, e ela, com medo de ser ladrão, não sabia. Ninguém avisou na portaria. Eles entraram, e ela não queria abrir. “Ah, vocês não vão abrir? A gente joga a porta no chão”. “Mas não vou abrir, vou ligar para o advogado”. Teve essa confusão, sim.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Esse computador que levaram desse endereço era desse Marcos homônimo ou era seu?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Era do Marcos Vasconcelos, que não sou eu.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Você sabe o que eles encontraram nesse computador?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não, senhor.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – E do que foi apreendido na sua casa, já foi feito o

retirada do lacre na sua presença? Já foi feita a relação das coisas apreendidas? Como se encontra essa situação?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Bom, esse deslacramento que o senhor diz, na minha presença, não foi feito. A relação, eles fizeram na minha frente, em casa.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – E essa documentação continua apreendida?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Continua apreendida.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Mesmo depois do seu depoimento na Polícia Federal, continuam impedindo você de retirar? Qual é a alegação da Polícia Federal?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Deputado Arnaldo, na verdade, eu não pedi de volta, porque não tem nada de importante.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Dá para repetir? Você não pediu de volta porque não tem nada de importante? É isso mesmo?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não. Levaram contas velhas. Não levaram nada.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Você está com vergonha das atitudes do Deputado Roberto Jefferson?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Absolutamente. Tenho orgulho das atitudes do meu sogro, o Deputado Roberto Jefferson.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Você acha que tudo que ele fez está correto? A partir do problema, era isso mesmo que ele devia ter feito?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Com certeza. O Deputado Roberto Jefferson deu uma contribuição ao Brasil.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – De que forma você acha que ele está contribuindo com o Brasil?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Para desvendar toda essa história de corrupção no País.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Você tem informação de que as casas do Delúbio Soares, do Silvio Pereira, do José Dirceu, do José Genoino sofreram as mesmas violências que a sua casa?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não, senhor. Não tenho essa informação.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Não aconteceu. Você sabe, tem essa informação ou pode informar a esta Comissão se a juíza federal que

autorizou esse mandado da Polícia Federal na sua casa é ligada a alguém da cúpula do Governo?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não sei, não tenho essa informação.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Pois eu vou lhe informar. A juíza federal que autorizou a busca e apreensão na sua casa é esposa do Advogado-Geral da União, o Sr. Álvaro. Você sabia disso?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não sabia, não, senhor.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Então, que você tenha essa informação, que é extremamente importante neste momento em que certamente as pessoas tentam, como lembrou o Deputado ACM Neto, desqualificar o Deputado Roberto Jefferson, por consequência você também. Sei que o autor do requerimento é o Deputado Pompeo de Mattos. Ele não tem qualquer interferência naquilo que vou falar. Mas a Base do Governo tentou fazer com que você viesse depor no mesmo dia que o Deputado Roberto Jefferson, para criar uma certa intranquilidade e, com isso, gerar expectativas negativas.

Há quanto tempo você trabalha com o Deputado Roberto Jefferson?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Desde 1995, 1996.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Qual a sua idade?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – A minha idade é 32.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Você trabalhou na Assurê.

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Trabalhei, sim, senhor.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O que você fazia?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Eu era corretor de seguros.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Corretor ou agenciador?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Comecei como agenciador, depois, fiz o curso e me tornei corretor de seguros.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Qual a diferença entre agenciador e corretor?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – A diferença é que o corretor pleno de seguros pode vender todos os tipos de seguro: vida, automóvel, previdência privada – todos os tipos; e o agenciador é aquela pessoa que só faz a captação de uma determinada empresa.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Você trabalhou na Assurê antes de trabalhar com

o Roberto Jefferson, depois, durante ou entre os dois períodos?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não, eu trabalhei na Assurê... Trabalhei com o Roberto Jefferson ou para o Roberto Jefferson, em campanha e para o PTB, desde 95. Mas eu trabalhei na Assurê desde do final de 95 até 2000, 2001; com carteira assinada até 98.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – E qual a sua relação a partir da Assurê com o IRB? Tem alguma relação?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não, senhor.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Após sair da Assurê, você voltou para trabalhar como assessor parlamentar do Deputado Roberto Jefferson e, na sequência, você foi para a Eletronuclear. É isso?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Sim, senhor.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Qual o período em que você teve na Eletronuclear?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – De novembro de 2003 a maio de 2005.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Qual a sua interferência na Eletronuclear? Qual a sua situação, função, atividade?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Era assessor da Diretoria de Gestão, Planejamento e Meio Ambiente. Uma das minhas atribuições, Deputado, era conversar inclusive com a Bancada do PTB a respeito da construção de Angra Três, que é um projeto prioritário para a Eletronuclear, para a viabilidade econômica da empresa. É um projeto prioritário, grandioso e que dependia da liberação de verbas do Executivo e dependia, às vezes, de emenda no Orçamento dos Deputados.

Para o senhor ter uma idéia, Angra Três quase duplicaria Angra Um e Dois juntas, que produzem 1.600 *megawatts* de energia, por mês, na sua capacidade máxima. Só Angra Três geraria 1.200 *megawatts*/hora.

Uma das minhas atribuições era vir aqui, conversar com vários Deputados, Deputado Marcos Vicente.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Qual a sua familiaridade com energia nuclear?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Pouca. Meu cargo era de confiança e entrei na Diretoria de Gestão, Planejamento e Meio Ambiente.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Foi depois de estar lá dentro que você teve essa familiaridade com a capacidade, a necessidade da construção de Angra Três?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Exatamente. Visitei a usina várias vezes. Era um trabalho, para mim, bastante prazeroso.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – E hoje você se afastou desse trabalho?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Sim. A partir do dia 5 de junho, eu fiz um pedido de demissão.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Você pediu demissão ou foi mandado embora?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Pedi demissão. Tive até dificuldade de ser mandado embora.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Por quê?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Porque o Presidente da empresa não queria. Ele disse que, se o meu diretor não estivesse lá, ele não ia me demitir.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Quem era o seu diretor?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Dr. Luiz Rondon.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – E qual foi a avaliação do Luiz Rondon a respeito dessa posição da diretoria que não queria demiti-lo e devia de demiti-lo?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Como foi a pedido o Dr. Luiz Rondon atendeu, não fez nenhuma avaliação. O Presidente só não queria, ele, fazer isso, porque eu não era ligado diretamente a ele.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Para encerrar, como está a sua situação familiar, a sua situação pessoal, com a sua família, sua esposa e filhos, diante de toda essa celeuma que você está vivendo?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Deputado Arnaldo, a família toda está sofrendo, mas bastante honrada com a atitude que foi tomada pelo meu sogro.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, muito obrigado, respeitando o tempo regimental.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Muito obrigado, Deputado Arnaldo Faria de Sá.

Com a palavra o Deputado Abicalil por quinze minutos.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Boa-tarde, Sr. Marcus Vinicius, depoente que aqui se encontra. Em primeiro lugar, a minha apreciação sobre as razões de sua vinda à CPMI diverge

de alguns comentários já feitos aqui. Até por que as referências ao nome de V. S^a, em torno da participação ou não de influência em contratações de estatais, em nomeações ou mesmo na negociação em torno de seguros, é uma referência bastante anterior até à criação desta CPMI.

Uma referência de 06 de março de 2005, no jornal **O Estado de S. Paulo**, faz menção exatamente à experiência de V. S^a na empresa Assurê, o fato de ser não corretor apenas, mas, antes de ser corretor, o senhor exerceu uma outra atividade em relação a seguros. Inclusive, estabeleceu uma diferença entre fazer a corretagem ou fazer agenciamento.

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Sim, senhor.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Portanto, havia referências anteriores a esta CPMI.

A mais recente, talvez, o senhor tenha feito memória à matéria de **O Globo**. Mas não é a decisiva. Reitero aqui que sequer o requerimento que apontava a necessidade de ouvi-lo era do meu partido, do Partido dos Trabalhadores. E, efetivamente, à medida que outras informações foram fluindo, a CPMI, como de praxe faz todas as semanas, agenda as oitivas que lhe interessa, tendo em vista os fatos a serem apresentados.

É atribuída ao Sr. Maurício Marinho uma expressão derivada não apenas do que ele depôs aqui – quero dizer que faz parte do depoimento dele –, que V. S^a intermediava o acesso de empresas para que ele recebesse empresários, no sentido de verificar a possibilidade ou não de serem atendidos os seus interesses.

O senhor considera que o Sr. Maurício Marinho mentiu naquela ocasião ou continua mentindo?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Considero que ele mentiu.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O senhor considera que ele mentiu.

Ele fala: “o Marcos Vinicius funcionava com os olhos e os ouvidos de Jefferson nos Correios e nas outras estatais comandadas pelo PTB”. Relatou Marinho em seu depoimento. E completa o jornalista: “Ele tenta, nesse momento, negociar a redução da pena em troca de informações”.

O que o senhor acha dessa situação nova do Sr. Marinho?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não acho nada, Deputado. Eu não acho nada.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Não acha nada?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Nada.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Mais do que isso, a avaliação sobre a importância ou não de considerar as afirmações do Sr. Marinho, que não são minhas, são de parcela da Oposição, vou transcrever: “As revelações de Marinho estão mantidas sob sigilo pelo Ministério Público Federal”. A matéria é do jornal **O Globo**, a que V. S^a se referiu. “Os depoimentos foram dados à Procuradora da República Raquel Branquinho, mas quem já teve acesso ao conteúdo diz que o tom é bem mais contundente do que o depoimento prestado à CPI dos Correios”. “Marinho confirmou que, ano passado, Jefferson começou a ficar desconfiado com o tesoureiro informal do partido” – V. S^a já fez referência a ele, o Sr. Palmieri – “como membro da Executiva e à época diretor da Embratur e que, por isso, repassou atribuições que antes eram de Palmieri para o seu genro, Marcus Vinicius”.

O senhor exerceu atividades de tesouraria formal ou informal na Executiva do PTB?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Nunca.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Nunca exerceu?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não, senhor.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Nunca recebeu qualquer recurso derivado da administração partidária do PTB?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não, senhor.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O senhor exerce que cargo na Executiva Nacional do PTB?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Sou membro da Executiva.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Membro da Executiva, portanto, tem responsabilidade de direção partidária?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Sim, senhor.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Sim.

“Já temos a informação de que o Marinho revelou todo esquema de corrupção dos Correios. Ele apresenta fatos relevantes do esquema em todas as áreas da estatal e detalha a tecnologia da corrupção. É um depoimento bomba, porque ele fala tudo. Vamos solicitar esse depoimento ao Ministério Público Federal. Quem afirma isso não sou eu”, diz a Senadora Heloisa Helena, integrante da CPMI. A mesma que, talvez, achasse pouco relevante a convocação de V. S^a aqui.

Mas quero dizer que V. S^a é convocado exatamente por que foi citado pelo primeiro depoente, Maurício

Marinho, e, reiteradamente, citado nos depoimentos dele na Procuradoria-Geral da República. Inclusive, o Procurador responsável pelo processo esteve na semana passada com o nosso Presidente da CPMI e solicitou ainda um tempo para conclusão das oitivas que está promovendo naquele cenário lá.

A afirmação de que V. S^a deveria comparecer junto ao Sr. Palmieri para receber não R\$400,00, mas R\$400 mil, num determinado local, parte do acordo partidário a que V. S^a já se referiu. V. S^a negou que tivesse incluído nessa diligência, que deveria recorrer R\$400 mil. É fato, V. S^a não participou?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – O senhor pode repetir a pergunta, Deputado?

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Houve uma referência de que V. S^a e o Sr. Palmieri estavam encarregados de sacar R\$400 mil numa determinada situação. A Senadora Ideli Salvatti fez a pergunta a V. S^as se isso era fato ou não. Pergunto se V. S^a, de fato, negou que participou dessa diligência para buscar R\$400 mil.

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Esse fato não aconteceu.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Não aconteceu.

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não aconteceu.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – V. S^a confirmou que o Deputado Roberto Jefferson, em nome do PTB, recebeu R\$4 milhões oriundos do acordo partidário. V. S^a confirmou isso?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Esse fato aconteceu.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Aconteceu o quê? Recebeu os R\$ 4 milhões?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Os R\$4 milhões.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – De que modo foi esse recebimento, Sr. Marcus Vinicius?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Eu não sei.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O senhor não sabe?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não. Tenho a informação de que quem levou foi o Marcos Valério, em duas malas, em dinheiro.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Em duas malas.

Mas o senhor tem mais informação, porque, inclusive, o senhor chegou a inferir que esse dinheiro sequer foi distribuído. O senhor está reafirmando isso?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Sim, senhor. Esse é um sentimento meu.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – E o que o levou a ter esse sentimento relativo aos R\$4 milhões?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Deputado, por algumas vezes, eu cheguei a presenciar ligações de prefeitos pressionando o deputado. Ele dizendo: “não, mas não cumpriram o acordo comigo. Eu não posso fazer nada, não cumpriram o acordo comigo”. Essa é a razão que me leva a crer que se ele tivesse distribuído esse dinheiro, não teria sofrido essa pressão.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Mas esse dinheiro era para prefeitos?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Sim, senhor.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Não era para candidatos?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Candidatos a prefeito.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – V. S^a falou que eram prefeitos que estavam cobrando.

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Desculpe-me, desculpe-me, desculpe-me. Foi na eleição de 2004.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O senhor teve quanto tempo de experiência junto às negociações de seguros e seguradoras?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Como?

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Quanto tempo de experiência V. S^a exerceu na profissão de agenciador ou corretor de seguros?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Exerci a profissão de fim de 95, dezembro mais especificamente, até o final de 2001.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – E isso lhe atribuiu razoável conhecimento, não apenas das agências, dos produtos, como também dos demandantes de serviços de seguros?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Sim.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Seguramente, grandes empresas, incluindo estatais?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não. Estatais não, senhor.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Estatais não.

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Eu trabalhei em associações e em agências do Bradesco.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – V. S^a já se referiu a uma empresa que foi sua e outra que ainda é sua.

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Sim, senhor.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Um delas era a Acqua Safe?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Sim, senhor.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Qual era atividade dessa empresa?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Representação comercial.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – De?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Nós vendíamos na época, tentamos vender aparelhos de desinfecção de água e efluentes.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Desinfecção de águas e...?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Efluentes.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Esse serviço era serviço doméstico, serviço de rua, serviço de concessionário público?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não. Concessionário público não. Tinha aparelho doméstico, tinha aparelho para casa, para caixa d'água.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Não prestava serviços a empresas que necessitassem de tratamento de meio ambiente, tratamento ambiental dos dejetos?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não, senhor. Nunca cheguei a fazer isso, não.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Nunca chegou.

A segunda das empresas que o senhor mantém ainda também é Acqua, mas com outro nome?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – É. Essa empresa está parada. A sociedade não deu certo e ela está parada.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – E era...?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Seria para fabricação desses aparelhos.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O senhor antes vendia e representava os fabricantes e, na sequência, o senhor próprio seria o fabricante dessa empresa?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Isso.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Essa empresa fornecia para outras empresas?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não. Essa empresa não deu certo, houve problema com mão-de-obra. A gente não conseguiu efetuar muitos negócios, e a empresa não deu certo.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Consta que essa empresa teria uma dívida de R\$ 6 mil para ter o seu encerramento. É isso?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Sim, senhor.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – E o que falta agora para o seu encerramento?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Falta conversar com o meu sócio e encerrar.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Não é a pendência do recurso para pagar a dívida que está sendo a necessidade da manutenção?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Sim, preciso pagar metade e ele metade, éramos sócios meio a meio, ele não me deu o dinheiro.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Há quanto tempo que a empresa está nessa situação?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não posso afirmar para o senhor.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Antes de o senhor entrar na Eletronuclear ou depois de o senhor entrar na Eletronuclear?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não, antes.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Antes. V. S^a também acredita...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Abicalil, o Senador Renan Calheiros está solicitando a interrupção das CPIs por causa de votação nominal.

Sei que na Câmara tem um tratamento diferenciado, mas o Senador Renan Calheiros está dizendo que qualquer decisão, qualquer depoimento ficaria inviabilizado se não suspendêssemos a reunião. Então, registrei os cinco minutos e meio que V. Ex^a ainda tem disponível, mas gostaria de suspender por alguns minutos a reunião e a retomáramos mais tarde.

A reunião está suspensa.

(Suspensa a reunião às 17 horas e 53 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Declaro reaberta a reunião. A palavra continua com o Deputado Carlos Abicalil por cinco minutos e meio. Por favor, ajustar o cronômetro.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Muito obrigado, Sr. Vice-Presidente. Aproveito para cumprimentá-lo por ter já assumido o cargo e ter sido vitorioso na campanha de hoje pela vice-Presidência da nossa comissão, substituindo o Senador Maguito Vilela.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Por favor, aumentem o som.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Estava tratando com o depoente a dinâmica em torno da qual se justifica inclusive o seu comparecimento aqui, tendo em vista que alguns dos meus Pares não estavam compreendendo as razões ou simplificando-as.

V. S^a, em relação ao Sr. Maurício Marinho, afirma peremptoriamente que ele mentiu. Entretanto, no depoimento do Deputado Roberto Jefferson, respondendo a inquirições que eu pessoalmente fiz, o Deputado Roberto Jefferson afirma que, de fato, há vinte e três anos, havia um modelo de financiamento partidário, a partir do exercício de influências sobre cargos de direção em empresas estatais ou em aparatos do Estado brasileiro, seja no nível federal, seja no nível estadual. Essa afirmação é do Deputado Roberto Jefferson, não é do Sr. Maurício Marinho.

O senhor acha que o Deputado Roberto Jefferson mentiu?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Deputado, desconheço essa informação.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O senhor desconhece. Vou recomendar então que V. S^a possa ler os sucessivos depoimentos, porque essa foi exatamente a principal revelação do Sr. Roberto Jefferson, dizendo que há vinte e três anos que ele faz política, que participa de mandatos etc. Essa influência na repartição de cargos e a forma de auferir fundos de prestadores de serviços aos governos ou a empresas estatais, a partir de cargos de direção que eram ocupados com influência política, era um modelo de financiamento partidário. V. S^a foi indicado para um cargo em estatal, foi indicado com uma missão partidária, por uma decisão do partido.

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Sim, senhor. Por uma decisão do então diretor Luiz Rondon. Quem me nomeou foi o diretor Luiz Rondon.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O senhor foi indicado pelo PTB?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não. Fui indicado pelo diretor Luiz Rondon. Ele, sim, indicado pelo PTB.

O SR. CARLOS AUGUSTO ABICALIL (PT – MT) – Ele indicado pelo PTB, V. S^a, membro da Executiva do PTB, ocupou um cargo de direção numa estatal.

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Sim.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O Deputado Roberto Jefferson afirmou aqui que fez compromissos, por exemplo, ele afirmou – não sou eu que estou afirmando, não –...

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Sim, senhor.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT-MT) – Com os dirigentes do IRB sobre qual deveria ser a cota de participação dos dirigentes do IRB no financiamento do PPB. E ele chegou a reiterar essa informação por pelo menos três vezes, em depoimentos sucessivos, aqui, na Câmara, no Senado, no Conselho de Ética e nas CPIs nas quais ele compareceu.

V. S^a participou do estabelecimento dessas quotas em nome do Partido?

O SR. MARCOS VINICIUS FERREIRA – Não, senhor.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT-MT) – V. S^a teve conhecimento de que parte do financiamento partidário era originário deste modelo, deste esquema?

O SR. MARCOS VINICIUS FERREIRA – Nunca houve isto no PTB.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT-MT) – Nunca houve?

O SR. MARCOS VINICIUS FERREIRA – Eu não sabia disto.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT-MT) – O senhor não sabia. Quando V. S^a assumiu a Direção, o cargo relacionado ao meio ambiente – eu não me lembro mais da outra parte – mas quando V. S^a assumiu, assumiu sem que o Sr. Luiz Rodol lhe dissesse qual era o papel específico em favor do PTB?

O SR. MARCOS VINICIUS FERREIRA – Por favor, o senhor pode repetir o final da pergunta?

O SR. CARLOS ABICALIL (PT-MT) – V. S^a disse que foi convidado a exercer um cargo de Direção na Eletronuclear – foi convidado pelo Presidente que era o seu Chefe imediato – Luiz....

O SR. MARCOS VINICIUS FERREIRA – Não, senhor – o Dr. Luiz Rodon era Diretor. Eu era Assessor do Dr. Luiz Rondon.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT-MT) – O senhor era Assessor do Dr. Luiz Rondon.

Quando V. S^a foi convocado – convidado a ocupar esse cargo, não mencionou em nada a possibilidade de contribuir, partidariamente, para o financiamento do PTB?

O SR. MARCOS VINICIUS FERREIRA – Não, senhor.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT-MT) – O senhor acha que esse tipo de tratado era feito, então, só en-

tre o Deputado Roberto Jefferson e os diretores de empresas?

O SR. MARCOS VINICIUS FERREIRA – Eu não posso lhe informar isto.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT-MT) – O senhor não pode informar.

O SR. MARCOS VINICIUS FERREIRA – Não sei.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT-MT) – O senhor convive com o Deputado Roberto Jefferson há bastante tempo?

O SR. MARCOS VINICIUS FERREIRA – Sim, senhor.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT-MT) – Inclusive profissionalmente – não apenas por laços familiares.

O SR. MARCOS VINICIUS FERREIRA – Sim, senhor.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT-MT) – Foi Assessor e disse, inclusive, que mantinha, em função da Assessoria, diversos contatos políticos e nunca ouviu ou percebeu qualquer demanda dessa natureza?

O SR. MARCOS VINICIUS FERREIRA – Nunca ouvi isto, Deputado.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT-MT) – Mas o senhor tem certeza e convicção – e falou, aqui, inclusive, que se honra da posição que o Deputado Roberto Jefferson assumiu – pois ele assumiu que havia um modelo de financiamento a partir de cargos de direção que o Partido indicava em organismos de Estado, de Governo e em empresas estatais. V. S^a, ocupando uma função, seguramente, deve ter sido convidado ou convocado ou participado de algum debate em torno de qual seria a quota parte das Direções da Eletronuclear, indicadas pelo PTB – ou nunca recebeu?

O SR. MARCOS VINICIUS FERREIRA – Isto nunca aconteceu, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB-PA) – Sr. Deputado Carlos Abicalil, o seu tempo está esgotado.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT-MT) – Pois é. O Maurício Marinho mentiu, o Deputado Roberto Jefferson não mentiu – segundo avaliação de V. S^a?

O SR. MARCOS VINÍCIUS FERREIRA – Sim, senhor.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT-MT) – Eu confesso que tenho muita dúvida se V. S^a falou a verdade. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB-PA) – Concedo a palavra ao ilustre Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Muito obrigado, Sr. Presidente, nobre Deputado Asdrúbal Bentes, Sr. Parlamentares, o País, hoje, está imerso numa crise

de proporções nunca vista. Tudo isto teve início com a denuncia da fita grava com aquele ato explícito do Sr. Maurício Marinho, recebendo R\$3.000,00. Logo em seguida, aqui, no Congresso Nacional, foi feita uma Ação no sentido de implantar uma CPMI e o Governador, fortemente, para que a CPMI não fosse implementada – pressionou a todos, inclusive ao Deputado Roberto Jefferson que retirou a sua assinatura do Requerimento para a implantação da CPMI, mostrando que o Governo não tinha interesse nenhum na apuração dos fatos ocorridos nos Correios. O Presidente da República, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, disse que o Deputado Roberto Jefferson conheceria, aí, os seus verdadeiros parceiros que eram corretos e leais com ele. E chegou a dizer, Sr. Presidente, que daria um cheque em branco ao Deputado Roberto Jefferson. Acho que toda a Nação recorda-se muito bem dessa posição do Presidente – que, inclusive, nós achamos temerária porque ninguém é obrigado a dar cheque em branco a ninguém. Eu cheguei a dizer, aqui, que eu só dou a minha esposa e olhe lá – para ela não ficar zangada comigo. Mas essas foram as declarações do Senhor Presidente da República, o que, de certa forma, deu total credibilidade o Presidente, seu Partido, ao Deputado Roberto Jefferson.

Pois bem, o Deputado Roberto Jefferson sentiu – e declarou isso aqui e toda a Nação também sabe – uma operação para incriminá-lo e o seu Partido nessa disputa de poder interno que se refletia nos Correios, a ponto de que a Justiça, a Polícia Federal fez ações extremamente violentas com relação à invasão do domicílio do Sr. Marcos Vinícius, genro do Sr. Roberto Jefferson, e fez uma operação rápida de tentar verificar quem fez a gravação, prisões uma sobre a outra, coisa que não se vê agora nem a Justiça nem o Ministério Público nem a Polícia Federal com relação àqueles que foram posteriormente denunciados pelo Sr. Roberto Jefferson e que ao longo desses meses, não chega a cem dias mas oitenta e cinco dias que estamos vivendo essa crise, se verificou que estava envolvido em um grande sistema de corrupção, de uso de recursos privados e públicos para caixa dois, para crimes diversos, desde a sonegação fiscal, a evasão de divisas, a formação de quadrilha, tráfico de influência.

Então, posições totalmente diversas, tanto que a questão dos Correios dentro dessa Comissão Parlamentar de Inquérito ficou secundada diante dos fatos supervenientes que foram, aí sim, trazendo toda essa crise. Então, quando essa Comissão Mista Parlamentar de Inquérito retorna à questão dos Correios, eu não acho que ela esteja procedendo e incorrendo em erro, que esteja procedendo incorretamente. Agora, claro que não é mais essa a função primordial diante

dos graves problemas que vieram ao conhecimento do País trazidos pelo Deputado Roberto Jefferson, que mudou de posição, aí voltou o Deputado Roberto Jefferson todas as suas baterias procurando dizer tudo que conhecia, trazendo o conhecimento do esquema do mensalão, do Sr. Marcos Valério, coisas que vieram a se confirmar sucessivamente, reconhecido inclusive pelo tesoureiro do Partido dos Trabalhadores, que disse que o PT não compra e não se vende, o Sr. Delúbio Soares, que foi protegido até o último momento pelo presidente do Partido José Genoíno. Da mesma forma o PT brindou o seu Sílvio Pereira e todos eles tiveram que ser afastados. O Deputado Roberto Jefferson chegou, eu acho, até a ser temerário quando disse: “Saia daí, Zé. Saia! Você está prejudicando o Governo”. E o que aconteceu? Dois dias depois, o Deputado José Dirceu deixa de ser Ministro da Casa Civil.

Esse é um histórico que eu faço, Sr. Presidente, para mostrar que hoje nós estamos tratando de outros problemas. Nós queremos saber dessa rede sistêmica de tráfico de influência que permitiu que o BMG fosse favorecido e ele, por sua vez, concedesse empréstimos ao seu Marcos Valério que viessem para o PT. Nós estamos querendo saber como é que a SMP&B e a DNA receberam tantos contratos dentro do Governo Federal, como ontem nós tivemos conhecimento – já tínhamos, claro –, mas tivemos aqui o presidente do Banco Popular... sem licitação R\$25 milhões no Banco do Brasil, tudo isso com influência da Secom e nós não conseguimos trazer aqui, apesar de aprovada há mais de quinze dias, a presença do ex-Ministro Luiz Gushiken, que se disponibilizou. Ele se disponibilizou a vir aqui. Então, não vejo por que essa resistência de que o ex-Ministro Luiz Gushiken venha dar essas explicações. E nós estamos aqui, na verdade, com o Sr. Marcos Vinícius, que eu não acho nada de excepcional que ele não possa vir aqui a essa Comissão prestar os devidos esclarecimentos. Mas poderia, como foi dito aqui pelos que me antecederam, Deputado ACM Neto inclusive, poderia estar sendo ouvido numa subcomissão para prestar os seus esclarecimentos que também ele já tinha feito a nível da Polícia Federal.

Mas, durante o depoimento do seu Marcos Vinícius, eu vi que V. S^a não procedeu diferente dos outros que vieram aqui.

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Senador, me permite? A Mesa está solicitando o comparecimento dos dois Senadores porque está em votação. Eu interromperia a reunião e restituiria o seu prazo de 8 minutos e 2 segundos no regresso.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Agradeço, Sr. Presidente.

Realmente temos que votar porque são emendas à Constituição.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

V. Ex^a não poderia dar seqüência à lista de Deputados e, depois, retomar a de Senadores?

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Perfeitamente. Foi coerente e sensata a intervenção de V. Ex^a, nobre Deputado.

Concedo a palavra ao ilustre Deputado Onyx Lorenzoni, que vai interromper por alguns minutos e se afastar do seu indefectível chimarrão.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Primeiro, cumprimento o Presidente em exercício nobre Deputado Asdrubal Bentes, pela eleição como Vice-Presidente desta Comissão.

Ouvi atentamente o raciocínio feito pelo Senador César Borges. Estamos diante do maior esquema de corrupção de que a República brasileira tomou conhecimento. Acredito que não há paralelo na América Latina. Não há nenhuma hipocrisia aqui porque, muitas vezes foi reconhecido e não pode ser diferente, até nas trinta moedas de Judas a corrupção já estava instalada. Portanto, acompanha o ser humano há mais de dois mil anos.

O grande problema do processo de corrupção é que ele se transformou em algo endêmico, sistematizado e organizado no Governo Lula. Quando o tempo passar, a grande contribuição que o Governo Lula dará à história republicana brasileira é ter organizado, articulado, pelas suas principais Lideranças, o maior, mais bem azeitado e mafioso esquema de corrupção de que se tem notícia.

Nesta CPMI, na semana passada, por conta de opiniões que provinham de membros da Mesa, por membros de sub-relatorias e da Base do Governo – e aqui não digo que havia má fé –, tínhamos a posição de que deveríamos ficar monocromáticos, voltados ao foco, circunscritos apenas aos Correios. Mas a quem interessa essa tese, Presidente Asdrubal Bentes? A quem favorece circunscrever esta CPMI apenas ao fato determinante dos Correios? Só interessa aos corruptores, só interessa à corrupção. Não interessa ao homem, ao trabalhador, à mulher e à trabalhadora brasileira. O que a corrupção sistematizada rouba de remédio no posto de saúde, de creche para a mãe trabalhadora, de casa popular, de infra-estrutura é algo que se pode medir como 4% a 5% do PIB, 8% do PIB do setor público ou mais. Portanto, trata-se, nesse momento, de ampliar o espectro investigativo desta Comissão. Temos a obrigação de repetir nesta Comissão o que fez a operação Mãos Limpas na Itália. Lá, não houve complacência com a corrupção; de A a Z do espectro

político italiano, a investigação derrubou partidos, derrubou biografias, derrubou reputações, mas saneou o Estado italiano, que depois voltou a crescer. Portanto, aqui nós temos a identificação, no curso dessas investigações, do jipe dado de presente ao Sr. Sílvio Pereira, outrora todo-poderoso secretário petista, ministro sem pasta do Governo Lula. E por que mesmo a GDK deu o Land Rover... E por que mesmo a GDK deu a Land Rover para ele? Porque foi favorecida em licitações da Petrobras. Portanto, a Petrobras terá de vir aqui, assim como o Sr. Marcus Vinicius, explicar o que está acontecendo na Petrobras. Da mesma forma, o Instituto de Resseguros do Brasil; da mesma forma, as operações em Furnas, em que só o Presidente Lula mandou, por duas vezes, o ex-Ministro plenipotenciário José Dirceu demitir o Sr. Dimas Toledo. E o Ministro José Dirceu não demitiu o Sr. Dimas Toledo. Por que será, Presidente?

Da mesma forma, começamos hoje a dar um passo importante no momento em que começamos a quebra dos sigilos fiscal e bancário dos fundos de pensão. Houve um alerta, há algum tempo, do comando da CPMI: “Olhem, pode haver instabilidade no mercado!” O que traz mais problemas para o mercado? A corrupção nos fundos de pensão das estatais ou a suposição de eventos criminosos e fraudulentos, ou o saneamento desse setor e, de uma vez por todas, a identificação, o afastamento dos processos de corrupção e, principalmente, a higidez de um sistema que é responsável, nas maiores nações, pelo seu desenvolvimento econômico, geração de emprego e renda?

Portanto, são muitas as tarefas desta CPMI, Sr. Presidente. Por essa razão, saúdo, no dia de hoje, a mudança de postura do comando desta CPMI que coincide com a sua eleição para a Vice-Presidência desta Comissão, no momento em que esta CPMI não vai, covardemente, se dobrar diante dos corruptores, fazendo o jogo da corrupção, querendo ficar apenas na investigação dos Correios, apenas circunscrito ao que deu origem a esta Comissão.

São inúmeros os julgamentos do Supremo Tribunal Federal. Ontem, eu trouxe dois julgados e os entreguei à Mesa Diretora, Sr. Presidente: um do extraordinário Ministro Paulo Brossard de Souza Pinto* e outro do Ministro Carlos Velloso*, nos quais, de maneira cristalina, está colocado que deve haver fato determinante para começarmos, mas que é nosso dever investigar todos os fatos correlatos.

Assim, nobre Deputado Asdrúbal Bentes, bem-vindo. V. Ex^a traz mais luz a esta Comissão. V. Ex^a assume a Vice-Presidência desta Comissão no momento em que a CPMI dos Correios readquire seu verdadeiro caminho de ser aquela Comissão Parlamentar Mista

de Inquérito que responderá ao Brasil, dirá quem organizou esse mafioso esquema de corrupção, quem são aqueles que financiaram esse bilionário esquema.

Um dia, poderemos perguntar ao antes todo-poderoso José Dirceu se ele participou de um Governo que não apenas roubava, mas que se organizou para roubar o povo brasileiro. Esse dia chegará. Um dia – e não demorará muito –, ele se sentará em seu lugar, Sr. Marcus Vinicius, e explicará, com todas as letras, por que isso está acontecendo neste País, que todos amamos. Temos a responsabilidade de investigar, apontar os responsáveis e – o mais importante – banir da vida pública e do setor público brasileiro todos aqueles responsáveis por esse esquema que envergonha o Brasil. Seguramente, qualquer brasileiro que sai do País deve ter muita dificuldade em poder encarar as outras nações por conta deste escândalo que envergonha a todos nós. Mas a coragem, a determinação e, acima de tudo, a energia de nossos mandatos estarão dedicadas, sim, Sr. Presidente, a que esta CPMI responda à voz da rua, que quer investigação, identificação, punição e poder delegar às futuras gerações um Brasil um pouco melhor.

Sr. Marcus Vinicius, depois de ter feito essa retrospectiva importante – já que a CPMI retoma o caminho da investigação e deixa de lado a operação abafa montada na semana passada –, pergunto-lhe o seguinte: por que o senhor pediu desligamento da Termonuclear no dia 7 de junho de 2005. Teria relação com o atual escândalo do Governo Lula?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA* – Deputado Onyx, eu pedi desligamento porque foi uma decisão da Executiva do Partido de que os seus indicados no Governo Lula pedissem para sair dos cargos. Eu não era diretor, eu não era ministro, o meu cargo era de segundo escalão. Mas, por dever de lealdade ao Partido e ao Deputado Roberto Jefferson, que é meu sogro, eu resolvi fazer isso de livre e espontânea vontade.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Qual é a proximidade do Sr. Henrique Brandão – o senhor trabalhou muitos anos com ele –, qual é a proximidade dele com a cúpula do Partido dos Trabalhadores? Eu pergunto ao senhor porque são inúmeras as suspeitas levantadas pela imprensa acerca dessa tal proximidade. Eu lhe daria um exemplo: em Furnas, existem muitas denúncias de que o Sr. Rodrigo Botelho, que é um petista, teria comunicado ao IRB a entrega da operação de resseguros da estatal Assurê, superando a PWS, que tinha vinte anos de experiência e operava historicamente com Furnas. Ademais, a Assurê, empresa em que o senhor trabalhou, é uma corretora de seguros, e não uma resseguradora. Com isso, Henrique Brandão

conseguiu um contrato de 2,2 milhões com Furnas. O que é que o senhor teria a comentar a respeito dessa situação? Havia proximidade do Sr. Henrique Brandão com o Sr. Delúbio, com o Sr. Sílvio Pereira, com o Sr. Marcelo Sereno, com o Sr. José Dirceu, com as Lideranças do Partido dos Trabalhadores?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Deputado Onyx, eu trabalhei na Assurê com carteira assinada, sendo funcionário de lá, até 98. Depois eu prestava serviço: eu fazia o seguro e recebia a comissão dos seguros que eu angariava. E desde 2001 eu não tenho mais o convívio de patrão e empregado. Então, é uma pergunta que eu não... Realmente, não sei responder.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor trabalhou mais de seis anos com seguros. Isso é correto, verdadeiro. (Pausa.) O senhor tem conhecimentos... O senhor era membro da Executiva, por várias vezes, a pedido do Deputado Roberto Jefferson, o senhor esteve no Instituto de Resseguros do Brasil. Atualmente, a informação que nós temos é de que, em 80% dos contratos de resseguro, o Instituto de Resseguros hoje exige a presença de corretoras, prática que, pela informação que nós também temos, relato feito, não era usual antes do atual Governo. O percentual anterior nos resseguros, no IRB, era de 10% com corretagem e 90% sem a corretagem. Eu pergunto: o senhor tem conhecimento disso? Nos seus contatos com o IRB o senhor pôde apurar que 80% dos resseguros são feitos através da intermediação de corretoras?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Deputado Onyx, eu não posso informar isso ao senhor. Como já disse para o senhor, eu saí da corretora Assurê em 2001.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Não, não, não. Não é nada com a Assurê. O que eu estou lhe perguntando não tem a ver com a Assurê. O que eu estou lhe perguntando tem a ver com o IRB porque havia uma orientação – e o Instituto estava sob a administração do PTB, por isso é que eu estou perguntando. Havia uma orientação até o advento do Governo Lula, e isso é facilmente demonstrável. Em torno de 10%, no máximo, dos resseguros tinham taxa de corretagem e a partir de 2003, 80% dos seguros passaram a ter a corretagem. Eu queria saber se o senhor tem conhecimento disso.

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Deputado Onyx, eu estive no IRB poucas vezes: duas para marcar reunião e a que eu já relatei aqui a respeito do caso do Sr. Steve. Eu desconheço essas informações.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor confirmou na Polícia Federal que foram encon-

trados na sua casa contratos da Eletronuclear com a Empresa Marte Engenharia. Uma empresa de mão-de-obra que atua no setor de energia e foi contratada pela Eletronuclear.

Quais são, de fato, as suas ligações com a empresa Marte Engenharia? Essa é a primeira pergunta.

O senhor é amigo pessoal do Sr. Eduardo Vilas?

Qual a proximidade do Sr. Eduardo Vilas com o Partido dos Trabalhadores?

Por que razão o senhor tinha esses contratos em seu poder, uma vez que teoricamente o seu cargo não lhe dava a obrigação, pelo menos, de manter esses acordos com o senhor?

Quem era o responsável na Eletronuclear pelos contratos com a Marte?

O senhor conhece o Diretor financeiro da Eletronuclear, José Marcos Castilho, ele foi ex-prefeito de Angra? Foi ele o responsável pelo contrato da Marte?

Encerro o meu questionamento, Sr. Presidente.

Aguardo a sua resposta, Sr. Marcus.

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Deputado Onyx, o que foi encontrado na minha pasta não foram contratos da Marte Engenharia. O que foi encontrado na minha pasta é uma lista com contratos que eu normalmente dava parecer ao Diretor Luiz Rondon antes das reuniões de diretoria. Parecer que eu digo eu explicava: olha, diretor, isso aqui está sendo bem atendido, isso não está.

A segunda pergunta, se sou amigo do Dr. Eduardo Vilas, não sou.

A terceira, se não me engano...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Qual a relação do Eduardo com o PT.

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Não sei, porque eu não tenho nenhuma relação de amizade com o Dr. Eduardo.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Quem era o responsável na Eletronuclear pelo contrato com a Marte?

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – A Marte Engenharia presta serviços à Eletronuclear há vários anos, desde 1987, quando não era nem Eletronuclear ainda. E são vários contratos. Não tem uma diretoria, uma pessoa específica, tem contrato na área de operações, na área de administração, tem contrato na área técnica, e tem contrato para... Como é que vou dizer? Tem contrato na área técnica e tem contrato para... Me fugiu a palavra. São várias as diretorias que têm licitação para contratação desse serviço.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Mas tem contratações que foram feitas sem licitação. O Sr. José Marcos Castilho foi o responsável?

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – O seu tempo já expirou. Deputado, peço a sua compreensão.

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Desconheço, Deputado.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Estou satisfeito, Presidente, obrigado pela sua compreensão.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Quero aproveitar para agradecer as referências elogiosas que fez a minha pessoa e reiterar que esta Mesa, como de resto V. Ex^a e todos os membros desta Comissão, tenham um só objetivo: apurar e banir da vida pública aqueles que forem responsáveis por malversação dos dinheiros públicos, independentemente de coloração político partidária.

Devolvo a palavra ao eminente Senador baiano César Borges, e restituo o seu tempo de 8 minutos e 2 segundos. Por favor, o cronômetro.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Obrigado, Presidente.

Retomando a minha linha de intervenção, quero dizer que se houve algum esquema pelo PTB, assim como PL, como PPB, de captação de influência ou até de recursos para ocupar cargos importantes, acho que, em última instância, o responsável é o Governo, é o Partido dos Trabalhadores, que fez essas alianças e que, realmente, foi através da caneta do Presidente da República, do Chefe da Casa Civil, que foram nomeadas essas pessoas. E cabia ao Governo, para isso ele tem uma Controladoria-Geral da República, a acompanhar esse desempenho. Mas o Governo falhou, foi omissivo. Então não podemos dispensar a sua responsabilidade.

Pergunto ao Sr. Marcus Vinicius com relação a tudo o que saiu na imprensa. V. S^a disse até, em seu depoimento, que conhecia todas as imputações que estão veiculadas na mídia em seu desfavor. Aqui está: “Genro de Jefferson vai depor”; “Genro de Jefferson também esteve na direção da empresa”; “Nova gravação liga genro de Jefferson a esquema de estatal”; “Genro de Jefferson fazia negociações nos Correios”. Todas essas são manchetes veiculadas na imprensa. O Deputado Roberto Jefferson alegou que houve uma grande armação contra o PTB e contra a pessoa dele, que envolve também, no caso, seus familiares, como V. S^a. Gostaria de ouvir sua opinião com relação a isso.

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Senador César Borges, tenho um pouco de... Não vou dizer dificuldade. Mas, sempre que leio uma notícia, presto bastante atenção porque, se eu for me

fiar em notícia de jornal, já fui dono de seguradora, já tive “laranja” em empresa, já fui sócio de corretora de seguro, já fui sócio da Marte Engenharia. Tudo isso foi veiculado na imprensa. Então, fica difícil essa avaliação...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas houve, conforme o Deputado Roberto Jefferson disse, uma armação governamental para tentar crucificá-lo e ganhar suas posições nas diversas estatais?

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Na minha opinião, houve sim, Senador.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Houve essa armação?

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Sim, senhor.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Então, aí houve a reação do Deputado Roberto Jefferson. Mas V. S^a fazia parte do Diretório Nacional do PTB e confessou aqui que teve conhecimento de que o Deputado Roberto Jefferson fez uma negociação com o Governo. Eu só queria sua confirmação. Essa negociação chegou ao montante de R\$20 milhões do PT para o PTB para financiar as eleições de 2004. É isso?

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – É verdade, Senador.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Vinte milhões de reais?

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – O acordo era R\$20 milhões.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Quanto foi cumprido desse acordo?

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – quatro milhões.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Quatro milhões. Aí eu lhe pergunto: isso não é uma forma de compra também de um apoio parlamentar – sem querer usar o termo mensalão, que induz que há uma contribuição mensal –, mas uma contribuição para se conseguir um apoio, uma base parlamentar, por meio de uma contribuição financeira?

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Senador, o que entendi é que esse era um acordo para as eleições de 2004, não era um acordo para compra da base parlamentar.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sim, mas um acordo em que o Partido faz o compromisso de R\$20 milhões? Fez um compromisso de R\$10 milhões com o PL, segundo o Presidente do PL, o ex-Deputado Valdemar da Costa Neto. Faz um compromisso de R\$20 milhões com o PTB. Onde nós estamos? E a legislação eleitoral e as contribuições que devem ser todas legitimadas? Realmente me parece que não há outra forma

de entender que tenha sido um aliciamento indevido de um Partido por conta de uma contribuição.

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Senador, esse acordo foi feito para as coligações com o PT para a eleição de 2004 e era um acordo completamente legal porque ele tinha recibo, doação de Partido para Partido.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Tinha recibo?

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Não. Era para ter recibo.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Ah, sim. Então, foi uma doação totalmente ilegal.

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Não. Não foi porque o recibo não chegou.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Pergunto: V. S^a, como membro da Executiva do PTB e com a proximidade com o Deputado Roberto Jefferson, não entendia que havia também, por parte do Governo, intenção de aliciar esses Partidos, entregando cargos importantes em estatais para que fossem armadas as chamadas fábricas de captação de recursos para financiamento do Partido e de eleições passadas e futuras?

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Senador, entendo que essas entregas de cargos são uma divisão de poder do Governo com os Partidos da base.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – E os Partidos estariam livres para utilizar isso para tráfico de influência e captação de vantagens? Isso foi noticiado à larga pela Imprensa nacional. Posteriormente, e eu sentia que os membros do Governo procuravam dar esse tipo de versão, a que o Governo quer passar, de que o PTB assumiu esses cargos e, por meio desses cargos, queria fazer essa captação ilegal de recursos, públicos inclusive?

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Senador, o PTB não fez isso.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Quer dizer, V. S^a nega, de forma peremptória, que não houve essa captação por parte do PTB?

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Do PTB, não, senhor.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, conforme o que tem ocorrido aqui, creio que o depoimento do Sr. Marcus Vinicius está muito nessa linha. Eu não vi ninguém confessar que fez captação, que fez intermediação de influência com esses cargos importantes do Governo. Lamentavelmente, ninguém dá esse tipo de depoimento. Somente o Sr. Duda Mendonça veio a esta Comissão e disse que, efetivamente, recebeu recursos do Governo, pagando contas do PT,

por intermédio do Sr. Marcos Valério, contas no exterior. Fora isso, não vimos ninguém reconhecer esse tipo de intermediação.

O Sr. Marcus Vinicius também está devidamente instruído para dar a sua versão. Ele está agindo conforme suas prerrogativas legais. No entanto, Sr. Presidente, estamos verificando que o PTB fazia parte de uma base governamental em troca de apoios financeiros e de influências no Governo. Para saber como o Partido utilizou essa influência e esses cargos, compete ao Sr. Relator e a todos nós continuarmos as investigações, analisarmos os contatos, realizarmos a quebra do sigilo fiscal, telefônico e bancário, para que obtenhamos as provas que a população brasileira tanto deseja, para tentar livrar a máquina estatal, que vive dos recursos arrecadados dos contribuintes mediante uma carga tributária penosa para toda a população brasileira e evitar que seja utilizada com essas finalidades indevidas.

Agradeço, Sr. Presidente.

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Senador César Borges, farei um esclarecimento. Foi o PTB quem denunciou tudo que está na mídia hoje.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Quero, nesse caso, parabenizar o ato de coragem de fazer a denúncia, mas o ato de fazer a denúncia não significa que daremos uma salvo-conduto pelo que possa ou não ter acontecido, entendeu, Sr. Marcus Vinicius? Compete a nós essa obrigação. Se não fosse o Deputado Roberto Jefferson, dificilmente teríamos conhecimento de todo este esquema ilegal que está havendo. Ele tem seus méritos, mas nem por isso deixamos de abrir mão da nossa prerrogativa de investigar a fundo toda essa questão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Obrigado, nobre Senador, pela rigorosa observância do prazo.

Concedo a palavra ao ilustre Deputado Medeiros. (Pausa.)

Concedo a palavra ao ilustre Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, farei algumas perguntas ao Sr. Marcus Vinicius, depoente. Chamou-me a atenção, na busca e apreensão que a Polícia fez à casa de V. S^a, um dado relativo ao local onde o senhor guardava um dos cofres que tinha em sua casa. O senhor tinha dois cofres em sua casa, não era isso? Um no *closet* e outro num compartimento em cima, no quarto do senhor. Era preciso subir no *frigo-bar* e entrar por uma porta estreita; lá dentro havia um

cofre. O senhor confirma que havia um cofre escondido nesse compartimento?

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Confirmo, sim, senhor.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – O que o senhor costumava guardar nesse cofre?

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Jóias, relógios.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – E por que o cofre estava vazio naquela ocasião?

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Não tinha mais o que guardar lá dentro. Quando viajo, fim de semana, saio de casa, pego as coisas e guardo. Quando volto, eu retiro.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Perfeito. Responda-me o seguinte: o senhor é funcionário da Câmara dos Deputados?

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Não, senhor.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Foi também apreendido um crachá em que consta que o senhor é funcionário da Câmara dos Deputados, com validade até o ano de 2007. O senhor pode explicar esse crachá?

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – A validade do crachá é longa, bem longa. Eu fui funcionário da Câmara até novembro de 2003. Então, acho que a validade é do tamanho de uma legislatura. Depois, eu fui exonerado do gabinete e fui para a Eletro nuclear. O crachá estava na minha casa. Normal. Até crachá da Assurê de 2000 eles encontraram lá.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Mas a legislatura vai até o ano de 2006, não é verdade? Não vai até o ano de 2007. Se o crachá tem a validade de uma legislatura, ele extrapolava essa validade.

O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Até 15 de fevereiro de 2007.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Muito bem. Ok.

O senhor conhece o Sr. Cristiano Brandão?

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Sim, senhor.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – O senhor também conhece o Sr. Marcelo Neves?

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não, senhor.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – O Sr. Marcelo Neves, filho do Sr. José Santos Fortuna Neves.

O Sr. conhece o Sr. José Santos Fortuna Neves?

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não, senhor.

O SR. DEMOSTENES TORRES (PFL – GO) – O senhor sabia que o Sr. Cristiano Brandão e o Sr. José Santos Fortuna Neves fundaram uma empresa chamada Pactum?

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não sabia, não senhor.

O SR. DEMOSTENES TORRES (PFL – GO) – O senhor teve algum contato com essa empresa chamada Pactum? O senhor teve algum contato, via o Sr. Cristiano Brandão, com essa empresa chamada Pactum?

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Com a empresa Pactum, não. Tive contato com o Sr. Cristiano Brandão.

O SR. DEMOSTENES TORRES (PFL – GO) – Com a empresa, não?

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não, senhor.

O SR. DEMOSTENES TORRES (PFL – GO) – Ok.

O senhor, alguma vez, almoçou com o Sr. Marinho? Não?

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não, senhor.

O SR. DEMOSTENES TORRES (PFL – GO) – E com o Sr. Marinho e o Cristiano, o senhor não teve esse almoço?

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não, senhor.

O SR. DEMOSTENES TORRES (PFL – GO) – No local chamado Armazém do Ferreira? O senhor não almoçou com o Sr. Marinho lá? O senhor não se lembra desse almoço?

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Senador, eu tive com o Maurício Marinho um encontro casual. Eu estava saindo do Armazém do Ferreira e não foi na hora do almoço. Foi de noite. Eu tinha ido ao Armazém do Ferreira para tomar um chopp com o Cristiano e encontrei o Sr. Maurício Marinho na saída.

O SR. DEMOSTENES TORRES (PFL – GO) – Então, o senhor confirma que encontrou com ele lá? Ainda que casualmente o senhor encontrou com o Sr. Marinho lá?

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Eu não me sentei à mesa do Sr. Maurício Marinho.

O SR. DEMOSTENES TORRES (PFL – GO) – Não discutiram nenhum assunto?

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não, senhor. Não, senhor.

O SR. DEMOSTENES TORRES (PFL – GO) – Muito menos relativo aos Correios?

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não, senhor.

O SR. DEMOSTENES TORRES (PFL – GO) – Eu lhe perguntaria se o senhor sabe por que montaram dois grupos de estudo ou comissões nos Correios, uma para comprar *software* de gerenciamento de produtos do seguro e outra para comprar produtos do seguro? O senhor tem conhecimento da montagem desses grupos?

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não, senhor.

O SR. DEMOSTENES TORRES (PFL – GO) – Não tem? O senhor não participou, não orientou a respeito da montagem desses grupos?

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não, senhor.

O SR. DEMOSTENES TORRES (PFL – GO) – O senhor tem certeza?

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Absoluta.

O SR. DEMOSTENES TORRES (PFL – GO) – O senhor nunca conversou com o Sr. Marinho a respeito disso?

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não, senhor.

O SR. DEMOSTENES TORRES (PFL – GO) – Eu perguntaria ao senhor se tem algum contato com uma empresa, uma casa de câmbio, no Rio de Janeiro, chamada BKR Câmbio & Turismo?

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – No Rio de Janeiro, não senhor.

O SR. DEMOSTENES TORRES (PFL – GO) – Não? Mas de outra cidade o senhor teria? Em Petrópolis, o senhor teria?

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – A BKR é de Petrópolis.

O SR. DEMOSTENES TORRES (PFL – GO) – Sim. O senhor conhecer o Sr. Flávio Henrique Castrioto Botelho?

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – O Sr. Flávio Henrique é o dono da BKR e é meu amigo de infância.

O SR. DEMOSTENES TORRES (PFL – GO) – Muito bem. O senhor fazia alguma operação ali?

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não, senhor.

O SR. DEMOSTENES TORRES (PFL – GO) – O senhor fazia alguma remessa para alguma *offshore* fora do Brasil?

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não, senhor.

O SR. DEMOSTENES TORRES (PFL – GO) – O senhor conhece o Sr. Sérgio Polac?

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não, senhor.

O SR. DEMOSTENES TORRES (PFL – GO) – Não?

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não.

O SR. DEMOSTENES TORRES (PFL – GO) – Da Incorporation Offshore Companies, que fica no Uruguai?

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não, senhor.

O SR. DEMOSTENES TORRES (PFL – GO) – O senhor por que esse cartão de visitas dele foi apreendido pela Polícia Federal na pasta do senhor?

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Senador, foram apreendidos vários cartões na minha pasta, vários.

O SR. DEMOSTENES TORRES (PFL – GO) – Perfeito.

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – E eu não me lembro de quem são todos os cartões. Tem pessoas que você encontra, recebe cartão. É normal.

O SR. DEMOSTENES TORRES (PFL – GO) – O senhor, então, admite ter encontrado, ainda que ocasionalmente, o Sr. Sérgio Polac?

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não me lembro.

O SR. DEMOSTENES TORRES (PFL – GO) – O senhor disse que já o acusaram injustamente de o senhor ser sócio da Marte Engenharia, não é verdade? Injustamente. Mas também a Polícia Federal apreendeu essa relação de contratos que o senhor tinha dentro da pasta do senhor que estava dentro do carro, na ocasião da busca e apreensão, uma relação de processo da Marte Engenharia. O senhor, que não tem nada a ver com a empresa, poderia explicar por que estava com essa relação de contratos da Marte Engenharia*, detalhando o valor dos contratos, o tipo que ela tinha, inclusive os nomes dos fiscais e dos substitutos dos fiscais da Eletronuclear que estariam analisando esse processo? O senhor conseguiria explicar o porquê disso?

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Com o maior prazer, Senador. Eu trabalhava na Eletronuclear.

O SR. DEMOSTENES TORRES (PFL – GO) – Perfeito.

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Perfeito? E esta era uma das minhas atribuições: toda terça-feira existe uma reunião de Diretoria chamada PRDE. Nessa reunião, os diretores discutem contrato, renovação de contrato, renovação

de contrato e essa lista estava na minha pasta que era para eu verificar esses contratos, ligar para esses fiscais “olha, está sendo bem atendido?”, “tem quantas pessoas? Tem duzentas trabalhando?”, “Não, tem só cento e noventa”. Era simplesmente isso.

Esses contratos, eu nem me lembro de ter conseguido fazer a perícia devida neles porque saí logo depois.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Veja bem. O senhor tem uma outra listagem que é mais ou menos isso que o senhor disse em relação a uma série de outros projetos e de outras empresas para adquirir, mas essa relação, que também foi apreendida, é uma relação de várias empresas.

Então, o senhor recebeu também uma missão para fazer uma fiscalização específica em relação aos contratos da Marte Engenharia, além daquela múltipla?

O senhor tem uma relação múltipla e tem uma relação específica da Marte Engenharia. Então, o senhor poderia dizer que foi designado pela Eletronuclear para fazer uma espécie de auditoria, ou auditoria, nos contratos da Marte Engenharia que ela teria com a Eletronuclear, é mais ou menos isso?

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não, senhor.

Esses contratos que, provavelmente, iriam para a reunião da diretoria eu analisava. Não é específico da Marte, havia outras empresas só que esses papéis estavam na minha pasta, normal.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Perfeito, até a justificativa que o senhor dá não...

O que estou dizendo é o seguinte: o senhor disse que tem outras empresas. Perfeito. O senhor tem uma relação aqui com outras empresas, mas tem uma relação específica só da Marte Engenharia. Então, claro, o senhor vai fazendo a auditoria de outras empresas, mas o que o senhor disse é que tem uma lista específica, perdão, lista variada de processos de outra empresa, mas tem também uma lista específica, não é verdade.

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – É verdade.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – O senhor saberia, uma vez que disse que mexia com várias empresas, dizer por que o senhor tem uma lista específica da Marte?

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Esses da Marte estavam em sequência porque era a mesma empresa e ela não tem só esses contratos com a Eletronuclear.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Eu perguntaria ao senhor: em relação aos projetos de tec-

nologia de informação detalhados com valor dizendo se era custeio, quase todos custeio, se era investimento, com o preço do contrato no valor de sete milhões de reais, alguns grifados e outros não, dizendo quanto seria o valor ano a ano, o senhor também era encarregado, além de fazer essas auditagens, de verificar os projetos de tecnologia de informação?

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Sim, senhor.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Também?

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Também porque a área de informática era da minha diretoria também.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Obrigado, Sr. Senador. Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado. Ausente.

Concedo a palavra ao Deputado Jorge Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, Sr. Marcus Vinicius, o senhor já teve a oportunidade de esclarecer uma série de questões. Eu gostaria apenas de precisar alguns temas que já foram aqui tratados, para que possam ficar claros para mim e, eventualmente, para outros Parlamentares que aqui não tenham também sido plenamente esclarecidos.

Qual a sua relação específica com o IRB? Por que faço essa pergunta? Porque o seu sogro, Deputado Roberto Jefferson, declarou publicamente –isso está registrado e ele assume publicamente – que se empenhava em nomear pessoas para cargos de importantes empresas públicas, entre elas, o IRB, com a finalidade de obter recursos para o caixa de seu partido.

Nesse contexto, nós temos o IRB, que foi uma das instituições que seu sogro, deliberada e assumidamente, participou ativamente da composição da diretoria, depois da renovação da diretoria, gerando inclusive um contencioso com o então Presidente do IRB, Lídio Duarte.

Qual a sua relação com o Sr. Lídio Duarte?

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Relação nenhuma, Deputado.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – O senhor não esteve com o Sr...

O SR. MARCUS VINÍCIUS VASCONCELOS FERREIRA – Estive com o Sr. Lídio Duarte, mas relação nenhuma.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Mas o senhor declara que intermediava reuniões do Deputado Roberto Jefferson com o Sr. Lídio Duarte. Em que circunstâncias isso ocorria? Está no seu depoimento.

O SR. MARCUS VINÍCIUS VASCONCELOS FERREIRA – Deputado, eu trabalhei no gabinete do Deputado Roberto Jefferson, no escritório do Deputado, o senhor deve conhecer, na Franklin Roosevelt, em frente ao IRB, e o que eu fiz foi marcar reuniões. Marcava as reuniões. Só.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sei. Mas havia essa necessidade de marcar reuniões? Em que circunstâncias? O Deputado não tinha condições de marcar diretamente, através de sua secretária, com o Sr. Lídio Duarte? Porque ele precisava recorrer aos préstimos de V. S^a para marcar essas reuniões?

O SR. MARCUS VINÍCIUS VASCONCELOS FERREIRA – Ele tentou através da secretária, não conseguiu, eu estava ali em frente, descii, subi no prédio, fui lá e marquei.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – O senhor ia pessoalmente à Presidência de Furnas apenas para marcar a reunião com o Sr. Roberto Jefferson?

O SR. MARCUS VINÍCIUS VASCONCELOS FERREIRA – Furnas não, senhor.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Do IRB? É porque depois eu vou me referir a Furnas.

O SR. MARCUS VINÍCIUS VASCONCELOS FERREIRA – Eu atravessei a rua.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sei. Subiu o elevador e foi à Presidência da empresa apenas para marcar a reunião entre o seu sogro e o Presidente da empresa?

O SR. MARCUS VINÍCIUS VASCONCELOS FERREIRA – Sim, senhor.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – E quantas vezes ocorreu essa iniciativa sua?

O SR. MARCUS VINÍCIUS VASCONCELOS FERREIRA – Não posso precisar para o senhor se duas ou três vezes.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – O Deputado Roberto Jefferson admitiu que agia sobre as empresas públicas com a finalidade de obter recursos para seu Partido e disse especificamente que estabeleceu uma meta para o Instituto de Resseguros do Brasil. E o Dr. Lídio Duarte teve oportunidade também, em declarações, de deixar claro que a meta seriam os R\$400 mil por mês, e que isso gerou um certo atrito com o Deputado Roberto Jefferson.

O senhor, como genro do Deputado Roberto Jefferson e como integrante da Executiva Nacional do PTB, confirma que o valor dessa contribuição mensal foi objeto de um atrito entre o Deputado Roberto Jefferson e o Sr. Lídio Duarte?

O SR. MARCUS VINÍCIUS VASCONCELOS FERREIRA – Desconheço esse assunto, Deputado

Jorge Bittar. A única coisa que eu sei é o que ouvi na mídia.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – A única coisa que o senhor conhece sobre recursos são os supostos R\$20 milhões que teriam sido prometidos pelo PT ao PTB, com a finalidade de resolver os problemas eleitorais, de caixa eleitoral, do PTB. É isso?

O SR. MARCUS VINÍCIUS VASCONCELOS FERREIRA – Deputado Bittar, esses 20 milhões foram prometidos. E saiu na mídia essa história dos 400 mil.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Os 20 milhões foram prometidos ao senhor?

O SR. MARCUS VINÍCIUS VASCONCELOS FERREIRA – A mim não, senhor.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Então como é que o senhor tomou conhecimento desses R\$20 milhões? Apenas através da mídia?

O SR. MARCUS VINÍCIUS VASCONCELOS FERREIRA – Não, senhor. Através do Deputado Roberto Jefferson.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – O senhor tomou conhecimento na Executiva do Partido?

O SR. MARCUS VINÍCIUS VASCONCELOS FERREIRA – Não, senhor.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – O senhor tomou conhecimento antes da ocorrência desses problemas e da denúncia do Deputado Roberto Jefferson sobre os fatos ocorridos?

O SR. MARCUS VINÍCIUS VASCONCELOS FERREIRA – Sim, senhor.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Pois bem, em decorrência disso o senhor nos diz que o Deputado Roberto Jefferson teria recebido R\$4 milhões. Ele informou isso?

O SR. MARCUS VINÍCIUS VASCONCELOS FERREIRA – Sim, senhor.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Ele lhe informou isso, como membro da Executiva do Partido que o senhor é?

O SR. MARCUS VINÍCIUS VASCONCELOS FERREIRA – Não, me informou isso pessoalmente, não como membro da Executiva do Partido.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sim, mas eu não vou diferenciar o Sr. Marcus Vinícius pessoa física do Sr. Marcus Vinícius membro da Executiva Nacional do PTB. É evidente que se ele o informou foi pela sua proximidade política e pela sua função exercida na Executiva Nacional do Partido.

Então, na medida em que ele lhe informou sobre esses R\$4 milhões, evidentemente ele deve ter lhe informado sobre a destinação desses recursos, porque o dinheiro não ficou numa prateleira. Ou o dinheiro foi aplicado em bancos, ou ele foi destinado a candidatos,

a organismos partidários. É sobre isso exatamente que eu gostaria de obter informações mais precisas.

O SR. MARCUS VINÍCIUS VASCONCELOS FERREIRA – Deputado Jorge Bittar...

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Pois não.

O SR. MARCUS VINÍCIUS VASCONCELOS FERREIRA – O que foi feito desses 4 milhões, que é o que o senhor quer saber, é isso?

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Isso. Exatamente.

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não sei. Na minha opinião, o Deputado Roberto Jefferson não distribuiu.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Quer dizer, ele lhe informou que recebeu os quatro milhões de reais, mas não lhe informou sobre a destinação.

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não, senhor.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Isso não despertou nenhuma curiosidade no senhor?

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não, senhor.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – O senhor, como membro da Executiva Nacional do PTB, não indagou ao Sr. Roberto Jefferson sobre que destinação seria dada a esse dinheiro?

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Deputado Jorge Bittar, a única coisa que sei é que sem recibo ele não distribuiria esse dinheiro. Não costumo questionar as atitudes do Deputado Roberto Jefferson, que é meu sogro.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sim, mas o senhor é membro da Executiva de um partido. Nessa medida, o senhor tem co-responsabilidade sobre o recebimento e a destinação desses recursos. Entendo que o Deputado Roberto Jefferson tem uma destinação toda especial, porque ele assumiu publicamente, mas disse que esse dinheiro veio para o PTB. Não é isso? O senhor é membro da Executiva do PTB, então o senhor tem co-responsabilidade no recebimento e, portanto, na destinação desses recursos. É exatamente por isso que indago do senhor: o que o senhor sabe sobre o recebimento e a destinação desses recursos?

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – O que sei é que o Deputado Roberto Jefferson assumiu na pessoa física.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Assumiu como pessoa física? Então, ele não recebeu dinheiro do PT para o PTB, ele recebeu para ele pessoalmente?

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Como?

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – O senhor está dizendo que ele assumiu como pessoa física, então ele

não assumiu como Presidente Nacional do PTB, assumiu para ele pessoalmente esse dinheiro, foi isso?

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não, senhor.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – É isso que o senhor está me afirmando?

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não, senhor. Estou afirmando ao senhor que...

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Só para que eu possa entender.

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Sim. Houve um acordo político entre o PT e o PTB. Correto?

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Isso, entre os dois partidos. Perfeito.

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Esse acordo inclusive passava pela campanha no Rio de Janeiro, quando V. Ex^a foi candidato.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Campanha do Rio de Janeiro? Não, não passava pela campanha do Rio de Janeiro. Isso posso lhe afiançar de maneira muito clara e transparente. O acordo firmado no Rio de Janeiro com o Sr. Roberto Jefferson foi um acordo político, através do qual ele se ofereceu a nós para nos apoiar, cedendo tempo na televisão para que tivéssemos maior espaço para apresentar à população da cidade do Rio de Janeiro, pelos meios de comunicação, nossa proposta para a cidade. Ele, em decorrência disso, cobrou-nos a chamada aliança proporcional. A formação de uma chapa ampla e única entre o PT e o PTB, união essa, coligação proporcional essa que permitiu inclusive a eleição de Cristiane Brasil, filha de Roberto Jefferson. Essa foi a natureza da discussão que fizemos. Se houve acordo assumido pelo Sr. Roberto Jefferson, efetivamente isso decorreu de uma relação dele ou com o Delúbio Soares ou com a direção nacional do partido. E é exatamente por isso que estou lhe perguntando, porque desconheço e esses Parlamentares aqui desconhecem a destinação desses recursos. E isso é importante para todos nós. Evidentemente se esses recursos existiram e foram entregues ao Sr. Roberto Jefferson, Presidente Nacional do PTB, porque é de partido para partido. Conforme o senhor disse, pela direção nacional, por um integrante da direção nacional do PT, segundo o Deputado Roberto Jefferson, supostamente o Sr. Delúbio Soares teria enviado ao Presidente Nacional do PTB R\$4 milhões, e o senhor como membro da Executiva Nacional do partido confirma isso. E eu gostaria que o senhor confirmasse também qual foi a destinação desses recursos, como é que a Executiva Nacional, como o senhor como in-

tegrante da Executiva Nacional do PTB nos informa acerca da destinação desses recursos.

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Primeiro, eu gostaria de agradecer as informações de V. Ex^a e, segundo...

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Que informações? Ah, sobre o Rio...

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Sobre a campanha do Rio de Janeiro. E o que foi combinado é que seria dinheiro por dentro, com recibo, no Tribunal Regional a ser declarado. Esse é o combinado. Agora, entendo que o que deram para o Roberto foi uma bomba, por isso ele assumiu como pessoa física.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Mas por que ele não devolveu, então, esse dinheiro, se esse dinheiro não veio com comprovação, com recibo, pela via formal?

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não sei, Deputado Bittar, aí é melhor o senhor perguntar a ele.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Então, o senhor, apesar de ser da Executiva, de ter uma corresponsabilidade nisso, nega-se a dar qualquer outra informação sobre isso?

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Eu não tenho co-responsabilidade, porque esse dinheiro não foi para o partido.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Como não foi para o partido? O senhor mesmo afirmou que isso é decorrência de um acordo entre o PT... Ora o senhor afirma que é...

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – O acordo que não foi cumprido, Deputado.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Como não? Mas o dinheiro não existiu?

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não como foi feito o acordo.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Ah, então, nesse caso, como não houve acordo, ficou como pessoa física o Deputado Roberto Jefferson. Não tem nada a ver com o partido, está com ele.

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Exatamente, acredito que sim.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Então, o senhor afirma que esse dinheiro foi apropriado pelo Deputado Roberto Jefferson...

O SR. MARCUS VASCONCELOS FERREIRA – Eu não afirmo, eu acredito que sim.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Bom, ora o senhor diz que tem a informação porque é genro do Deputado Roberto Jefferson, ora o senhor diz que

acredita que sim. Esses recursos ou existiram, ou não existiram. É essa afirmação que quero saber. Existiram esses recursos?

O SR. MARCUS VASCONCELOS FERREIRA – Existiram.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Então eles estão com o Deputado Roberto Jefferson. Porque se o tesoureiro do Partido, que já depôs aqui, disse que desconhece a destinação desses recursos, se o senhor, que é membro da Executiva também e genro do Deputado, desconhece, é porque estão em propriedade do Deputado Roberto Jefferson.

O SR. MARCUS VINÍCIUS VASCONCELOS FERREIRA – Isso é uma afirmação de V. Ex^a.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Mas que outra destinação então o senhor...

O SR. MARCUS VINÍCIUS VASCONCELOS FERREIRA – Não sei.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – O dinheiro evaporou? É isso?

O SR. MARCUS VINÍCIUS VASCONCELOS FERREIRA – Hã?

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – O dinheiro evaporou? O dinheiro é uma coisa material, concreta, tem que estar em algum lugar, aplicado em algum banco, em algum cofre, em algum local sob a guarda, evidentemente, do Deputado Roberto Jefferson, que foi quem recebeu, já que ele assumiu publicamente isso.

O SR. MARCUS VINÍCIUS VASCONCELOS FERREIRA – Deputado Bittar, dinheiro não evapora.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Então, exatamente. Então está em posse do Deputado Roberto Jefferson.

O SR. MARCUS VINÍCIUS VASCONCELOS FERREIRA – Sim, senhor, se é a afirmação que o senhor quer fazer sim, senhor.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Gostaria só de ter uma precisão um pouco maior acerca de algo que aqui o Senador Demóstenes já indagou do senhor. O senhor tem uma empresa ainda, o senhor é sócio ainda de uma empresa que está meio desativada, mas, quer dizer, não está operando, mas que existe formalmente, que é a Acqua Viti. Não é isso?

O SR. MARCUS VINÍCIUS VASCONCELOS FERREIRA – Sim, senhor.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Essa empresa por acaso opera com recursos no exterior?

O SR. MARCUS VINÍCIUS VASCONCELOS FERREIRA – Não, senhor.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – O senhor tem alguma relação com contas no exterior, o senhor opera com ... O senhor está prestando um depoimento, tendo prestado um compromisso.

O SR. MARCUS VINÍCIUS VASCONCELOS FERREIRA – Gostaria inclusive de registrar que vim para cá sem **habeas corpus**, diferente de outras pessoas que já estiveram aqui, de outros partidos. Eu não pedi **habeas corpus**.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Prefeito. O que é muito positivo, devo dizer, por parte de V. S^a.

O SR. MARCUS VINÍCIUS VASCONCELOS FERREIRA – Agradeço.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Então o senhor... Acerca de remessas de recursos para o exterior, contas no exterior do senhor, do Deputado Roberto Jefferson ou de sua empresa, que o senhor opere, o senhor tem algo a nos informar sobre isso?

O SR. MARCUS VINÍCIUS VASCONCELOS FERREIRA – Não senhor. Eu não tenho conta no exterior, o Deputado Roberto Jefferson, empresa minha, não tenho, não posso ... Não tenho esse tipo de procedimento.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Aquela informação aqui – tenho um minuto ainda? –, aquela informação que foi objeto de indagação do Senador Demóstenes Torres acerca de uma empresa uruguaia do setor financeiro, o senhor desconhece do que se trata?

O SR. MARCUS VINÍCIUS VASCONCELOS FERREIRA – Desconheço.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Embora esse cartão estivesse com o senhor?

Eu teria outras questões a apresentar, Sr. Presidente, sobre Correios e sobre relação com a Assurê, mas me dou por satisfeito e quero agradecer a V. Ex^a também.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Obrigado, Deputado Bittar.

Concedo a palavra à Deputada Juíza Denise Frossard. (Ausente.)

Concedo a palavra ao Deputado Pompeo de Mattos, por 15 minutos. (Pausa.)

(Ausente.)

Esgotada a lista de titulares, vamos passar aos suplentes.

O SR. MARCUS VINÍCIUS VASCONCELOS FERREIRA – Sr. Presidente, pela ordem.

Gostaria de dizer ao Deputado Bittar que S. Ex^a ficou com muitas dúvidas, acho que S. Ex^a deveria pedir esclarecimentos ao Deputado Roberto Jefferson.

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Chegou o Deputado Pompeo de Mattos, vamos lhe conceder a palavra pelo prazo de 15 minutos.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Presidente, exatamente em virtude do que disse o nosso depoen-

te, quero dizer que já tivemos oportunidade de realizar as indagações necessárias ao Deputado Roberto Jefferson neste mesmo recinto e hoje estamos obtendo informações do senhor como genro e como membro da Executiva Nacional do PTB. Esse é o objetivo das indagações que fiz.

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Gostaria de pedir ao depoente e ao nobre Deputado Bittar que evitassem esse bate-boca que não leva a nada. Se V. Ex^a quiser, pode reinscrever-se para o final.

Com a palavra ao Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, quero primeiro fazer uma afirmação que considero importante até porque fui autor do requerimento, e quero deixar muito claro que fui autor do requerimento como de outros vários que apresentei. Agora, não pedi prioridade para esse requerimento. Quero deixar isso bem claro. Não pedi prioridade, e a prioridade, o conjunto da CPMI entendeu, enfim. Eu tenho a compreensão bem clara, em que pese tenha feito o requerimento, a necessidade que se tem de ouvir o Sr. Marcos Vinícius, mas interpreto que haveria outros requerimentos com mais prioridades, o do Sr. José Dirceu, do Sr. José Genoíno, o próprio Luiz Gushiken. Enfim, várias personalidades que precisam vir prestar esclarecimentos. Aliás, nesse aspecto, quero dizer que nos fizemos esse requerimento e não temos nenhuma preocupação, nenhum medo do Sr. Roberto Jefferson, como ele disse que “esse tem medo, aquele tem medo.” Eu tenho respeito como colega. Mas não precisa ter medo. Essa é uma outra questão. De mais a mais, quero reafirmar que curiosamente o PT, que fez questão de ouvir e faz questão de ouvir também, atendendo ao nosso requerimento, o Sr. Marcos Vinícius, é o mesmo PT que entregou meio Governo ao Sr. Roberto Jefferson. Essa é uma questão que quero colocar de forma clara. Nós estamos vivendo toda essa situação porque o Sr. Roberto Jefferson teve a coragem de dizer o que sabe. Mas é bom que a sociedade saiba que ele sabe e tanto sabe que diz tal dia, tal pessoa fez tal coisa, de tal jeito e tu vás lá, e olha, e está feito. Ele sabe porque estava junto, porque foi protagonista, porque foi partícipe, porque coadjuvou na elaboração daqueles atos. Enfim, colaborou com o Governo. E tanto isso é verdade que o Presidente Lula disse que dava um cheque em branco a ele. E hoje acredito que não dá mais. Então, faço essa ressalva. Nós, do PDT, queremos investigar, queremos perquirir, queremos a verdade e queremos fazer uma CPMI não contra o PT nem necessariamente contra o Governo, insisto nisso, nem a favor do PFL, nem do PSDB, nem

do PDT, partido a que pertencço. Vamos fazer uma CPI, estamos fazendo uma CPI contra a corrupção, esteja ela onde estiver. Por conta disso, queremos deixar muito claro. Nós sabemos. O papel que o Roberto Jefferson desempenhou, Senadora Heloísa Helena, ele era da tropa de choque do Collor. Pegaram o Collor e ele escapou liso, porque ele não é bobo, é inteligente. Nós queremos é a verdade. Reconhecemos o mérito do trabalho que ele está prestando por cota daquilo que ele está denunciando, mas não podemos deixar de afirmar muito claramente que ele sabe isso tudo porque participou.

Nesse contexto, queremos, Sr. Marcos Vinícius, fazer alguns questionamentos ao senhor para ter alguma compreensão e entender tudo isso que está acontecendo.

Começo lhe perguntando, o senhor conhece Adriano José da Paixão?

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Sim, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Quem é?

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Adriano José da Paixão é meu sócio na Acqua Viti.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – É seu sócio na Acqua Viti. O que é Acqua Viti?

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Uma empresa que era para produzir equipamentos para desinfecção de água.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sim. Era ou é?

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – É. Ela não funciona.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Não funciona. Como não funciona? Está desativada, irregular, fechou?

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Está desativada, está parada.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Mas não fechou.

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não fechou.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Existe ainda.

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Sim, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Eu tenho o CNPJ dela. É o 48395090001. Ela está em atividade. Então, ele é o seu sócio. Qual é o endereço da empresa?

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Excelência, não me lembro. Já desde 2001...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Mas o senhor não sabe o endereço da empresa que o senhor tem, porque o senhor tem essa empresa ainda. Essa empresa é sua, ela lhe pertence.

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Ela só está aberta no papel. Ela não tem conta bancária...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Então, quando o senhor registrou a empresa, onde o senhor registrou, qual é o endereço?

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – O endereço dela era no Shopping Pedro II, em Petrópolis, 2º andar. Só não me lembro de cabeça o número da sala.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Qual é a rua?

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Rua do Imperador.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Número?

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Shopping Pedro II.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Rua Imperador, 264.

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Pode ser esse número, sim, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Só que lá não funciona nada.

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – A empresa está parada, Senador.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Deputado.

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Deputado. Desculpe.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Essa empresa prestou serviço a alguém?

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Nunca fez nada?

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Nós vendemos um aparelho para uma residência.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Um aparelho?

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Sim, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Impressiona-me. O endereço existe, mas a empresa nunca

existiu no endereço. Então, é uma empresa fantasma. No endereço, pelo menos, ela é fantasma.

Então, o Sr. Adriano é seu sócio.

O senhor conhece Roberto Francisco Neto?

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Meu cunhado.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O que mais, além de cunhado, ele é seu?

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Mais nada.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Mais nada? O senhor nunca teve atividade comercial com ele?

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Eu tive uma empresa que foi com Roberto Francisco Neto, com Adriano...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Mas o senhor disse que não tinha nada. Agora tem?

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não, o senhor perguntou o que ele é, não o que ele foi.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Não, e o que o senhor teve com ele. Além de cunhado, o que o senhor teve com ele.

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Depois. Na segunda pergunta.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Essa foi a minha pergunta.

Então, o senhor foi sócio dele?

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Fui, sim, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Qual a empresa?

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Acqua Safe(?).

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Todo o nome.

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Acqua Safe Representações.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Qual o endereço dessa empresa?

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Essa empresa tinha um endereço em Areal.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Agora está onde essa empresa?

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não sei, não, senhor. Não é mais minha.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Não é sua mais a empresa?

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O senhor vendeu?

O SR. MARCUS VINÍCIUS VASCONCELOS FERREIRA – Não, eu repassei essa empresa.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Para quem?

O SR. MARCUS VINÍCIUS VASCONCELOS FERREIRA – Para o Sr. Leonardo...Leonardo... Agora eu não me lembro do nome. Estava anotado, mas, infelizmente, não posso dizer para o senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Pois é. Só que esse endereço que o senhor diz – aliás, nem diz o endereço, pois Areal não é um endereço – também não existe, também é falso. Então, já é a segunda empresa falsa.

O SR. MARCUS VINÍCIUS VASCONCELOS FERREIRA – Essa empresa, eu passei em 2001, Deputado.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sim, mas é falsa. Se o senhor passou ou não passou, só quero dizer que esse endereço não existe. O endereço onde está... Tenho todo o CNPJ, que vou dizer para o senhor: 0424507/0001-19. Fomos buscar na Fazenda. Tive o capricho de investigar e esse endereço não existe. É um endereço falso.

O SR. MARCUS VINÍCIUS VASCONCELOS FERREIRA – Essa investigação já tinha sido feita, inclusive, pela **Folha de S. Paulo**.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Não sei se tinham feito, mas eu fiz.

O SR. MARCUS VINÍCIUS VASCONCELOS FERREIRA – Sim, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – É falso, então? O senhor confirma?

O SR. MARCUS VINÍCIUS VASCONCELOS FERREIRA – Não, senhor, não é falso.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – É verdadeiro?

O SR. MARCUS VINÍCIUS VASCONCELOS FERREIRA – Firma de representação não precisa do endereço...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Mas o senhor colocou o endereço. No CNPJ, tem o endereço da empresa. E a empresa funcionou.

Então, são seus sócios nessa empresa quem?

O SR. MARCUS VINÍCIUS VASCONCELOS FERREIRA – Não são mais.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Eram, então?

O SR. MARCUS VINÍCIUS VASCONCELOS FERREIRA – Sr. Roberto Francisco Neto, meu cunhado, e o Sr. Adriano José da Paixão.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Os dois. Não lembra para quem vendeu a empresa?

O SR. MARCUS VINÍCIUS VASCONCELOS FERREIRA – Sr. Leonardo.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Leonardo.

O senhor conhece Lúcia Helena da Silva Cardoso?

O SR. MARCUS VINÍCIUS VASCONCELOS FERREIRA – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Já ouviu falar?

O SR. MARCUS VINÍCIUS VASCONCELOS FERREIRA – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Lúiza Pereira de Souza. Conhece?

O SR. MARCUS VINÍCIUS VASCONCELOS FERREIRA – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Ouviu falar?

O SR. MARCUS VINÍCIUS VASCONCELOS FERREIRA – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Renata Pereira de Medeiros?

O SR. MARCUS VINÍCIUS VASCONCELOS FERREIRA – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Ouviu falar?

O SR. MARCUS VINÍCIUS VASCONCELOS FERREIRA – Não, senhor. Ouvi falar na **Folha de S. Paulo**.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – É bom o senhor lembrar, porque o senhor disse que leu a **Folha de S. Paulo**. O que dizia a **Folha de S. Paulo**?

O SR. MARCUS VINÍCIUS VASCONCELOS FERREIRA – Que eu tinha repassado a empresa para “laranjas”.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E quem eram os “laranjas”?

O SR. MARCUS VINÍCIUS VASCONCELOS FERREIRA – Supostamente, esses aí. Eu não...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E essas pessoas o senhor não conhece?

O SR. MARCUS VINÍCIUS VASCONCELOS FERREIRA – Não conheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O senhor sabe que elas são as donas dessas empresas que eram suas?

O SR. MARCUS VINÍCIUS VASCONCELOS FERREIRA – Fiquei sabendo pela **Folha de S. Paulo**.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Mas o senhor assinou para quem?

O SR. MARCUS VINÍCIUS VASCONCELOS FERREIRA – Para o Sr. Leonardo.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Nunca apareceu Leonardo nenhum. Fiz toda a investigação na história da empresa e não existe Leonardo nenhum. Leonardo de quê?

O SR. MARCUS VINÍCIUS VASCONCELOS FERREIRA – Se não me engano, é Leonardo de alguma coisa Mesquita.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Leonardo Mesquita. Mas não tem.

O SR. MARCUS VINÍCIUS VASCONCELOS FERREIRA – Não tem?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Não, não tem. Eu estou lhe dizendo. O senhor puxa o CNPJ da empresa e vem toda a história. O senhor conhece. O senhor era empresário. Tanto era empresário que tinha duas empresas.

O SR. MARCUS VINÍCIUS VASCONCELOS FERREIRA – Tive uma e, depois, outra.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Pois é, duas. Uma depois da outra ou as duas juntas, enfim. As duas juntas, porque uma o senhor tem ainda e a outra, o senhor teve. Então, o senhor teve duas empresas ao mesmo tempo.

A Sr^a Lúcia Helena Cardoso é uma “laranja”. É uma empregada doméstica, em nome de quem está a empresa. A Luíza Pereira de Souza é uma faxineira, em nome de quem está a empresa que era sua, que o senhor deve ter passado. Depois, uma delas faleceu e passou-se para Renata Pereira de Medeiros, que também é “laranja”, porque nem sabia que tinha empresa e ainda alega ela que falsificaram a assinatura dela para passar a empresa.

Disso o senhor tem conhecimento?

O SR. MARCUS VINÍCIUS VASCONCELOS FERREIRA – Só tive conhecimento disso por meio da imprensa.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O senhor não foi checar? Não puxou o CNPJ para ver?

O SR. MARCUS VINÍCIUS VASCONCELOS FERREIRA – Deputado, eu já tinha passado a empresa, que não tem nada a ver comigo.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Mas quando acusam o senhor de passar uma empresa para um “laranja”, para uma mulher que é uma faxineira, para outra que é uma empregada doméstica e ainda a faxineira morre, a filha recebe... Tudo isso está no jornal, e o senhor não... Eu ficaria curioso. Eu vou lá, quero pegar o CNPJ da empresa que me pertencia, porque tem a sua assinatura, o senhor passou essa empresa, o senhor assinou. E o senhor não passou

para Leonardo nenhum. Lá não tem Leonardo nenhum. O senhor não foi olhar?

O SR. MARCUS VINÍCIUS VASCONCELOS FERREIRA – Se o senhor pegar o contrato da empresa, tem Leonardo, sim.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Está lá no CNPJ. Não tem Leonardo nenhum. Está o nome da empresa e eu tenho o CNPJ.

O SR. MARCUS VINÍCIUS VASCONCELOS FERREIRA – Deputado, eu passei para o Leonardo.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Mas não passou.

O SR. MARCUS VINÍCIUS VASCONCELOS FERREIRA – Se o Leonardo não passou para o nome dele...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Pois é. Mas como está no nome delas?

O SR. MARCUS VINÍCIUS VASCONCELOS FERREIRA – Não sei.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Mas eu começo...

O SR. MARCUS VINÍCIUS VASCONCELOS FERREIRA – E essas informações eu levantei até porque, quando da apreensão dos meus documentos pela Polícia Federal, essas coisas foram levadas, e eu já peguei xerox de tudo no cartório para, no momento oportuno, eu poder interpelar essas pessoas.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Pois é. Mas está lá e o senhor não teve nem a curiosidade de ver quem era D^a Lúcia. Não foi falar com ela, não procurou ela?

O SR. MARCUS VINÍCIUS VASCONCELOS FERREIRA – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Nem a Renata Pereira? A D^a Luíza não dá porque morreu, mas a D^a Renata Pereira de Medeiros, residente na estrada Rio-Bahia, quilômetro 40, Água Quente, Teresópolis. Tem endereço, tem tudo aqui...

O SR. MARCUS VINÍCIUS VASCONCELOS FERREIRA – Não fui, não, senhor. Isso não era problema meu mais.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Bom. Nenhuma delas tomou conhecimento da empresa que era sua e que passaram para elas.

O senhor conhece Paulo César Espencute Vieira(?)?

O SR. MARCUS VINÍCIUS VASCONCELOS FERREIRA – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Nunca ouviu falar?

O SR. MARCUS VINÍCIUS VASCONCELOS FERREIRA – Não. Paulo César Espencute? Não, senhor.

O SR POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Luiz Otávio Cardoso Santos.

O SR MARCUS VINÍCIUS VASCONCELOS FERREIRA – Não, senhor.

O SR POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O Adriano José da Paixão o senhor conhece?

O SR MARCUS VINÍCIUS VASCONCELOS FERREIRA – Sim, senhor.

O SR POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Foi seu sócio?

O SR MARCUS VINÍCIUS VASCONCELOS FERREIRA – Sim, senhor.

O SR POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O senhor tem muita amizade com ele?

O SR MARCUS VINÍCIUS VASCONCELOS FERREIRA – Relativamente, sim.

O SR POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Onde ele mora?

O SR MARCUS VINÍCIUS VASCONCELOS FERREIRA – Mora em Correias.

O SR POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Onde?

O SR MARCUS VINÍCIUS VASCONCELOS FERREIRA – Petrópolis.

O SR POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – No município, na cidade de Petrópolis?

O SR MARCUS VINÍCIUS VASCONCELOS FERREIRA – No distrito de Correias.

O SR POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O senhor sabe o que ele faz, além de ser seu sócio?

O SR MARCUS VINÍCIUS VASCONCELOS FERREIRA – O Sr. Adriano é proprietário de uma farmácia.

O SR POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Como é o nome da farmácia?

O SR MARCUS VINÍCIUS VASCONCELOS FERREIRA – Bom Preço.

O SR POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O senhor conhece a empresa Everithingof(?)?

O SR MARCUS VINÍCIUS VASCONCELOS FERREIRA – Como?

O SR POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Everithingof.

O SR MARCUS VINÍCIUS VASCONCELOS FERREIRA – Não, senhor.

O SR POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – É um neologismo, uma palavra que não existe. É uma junção de várias, imagino, iniciais e que, pelo que sei, é um *site* pornográfico americano. Em todos os casos, Everithingof Comércio Ltda.

O SR MARCUS VINÍCIUS VASCONCELOS FERREIRA – Não faço a menor idéia.

O SR POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Pois é. A informação é de que essa empresa pertence ao senhor também, que foi sua essa empresa também.

O SR MARCUS VINÍCIUS VASCONCELOS FERREIRA – Desconheço.

O SR POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Em sociedade com Adriano José da Paixão?

O SR MARCUS VINÍCIUS VASCONCELOS FERREIRA – Desconheço.

O SR POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Que é um dos proprietários hoje.

O SR MARCUS VINÍCIUS VASCONCELOS FERREIRA – Desconheço.

O SR POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Desconhece. Não sabe que ele tem essa empresa?

O SR MARCUS VINÍCIUS VASCONCELOS FERREIRA – Desconheço.

O SR POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Mesmo ele sendo o seu sócio, o senhor não sabe o que o sócio tem?

O SR MARCUS VINÍCIUS VASCONCELOS FERREIRA – Não sei, não, senhor.

O SR POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Então o seu sócio é meio oculto.

O SR MARCUS VINÍCIUS VASCONCELOS FERREIRA – Não é oculto, não, senhor. Ele tem endereço.

O SR POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E o senhor não sabe que ele tem essa empresa?

O SR MARCUS VINÍCIUS VASCONCELOS FERREIRA – Não, senhor.

O SR POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O senhor conhece Durval da Silva Monteiro?

O SR MARCUS VINÍCIUS VASCONCELOS FERREIRA – Só da revista *Época*.

O SR POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O senhor prestou compromisso, o senhor não pode mentir. O senhor prestou compromisso. Quero fazer essa advertência que acho necessária, porque o senhor não pode mentir.

Vou repetir a pergunta para o senhor: o senhor conhece Durval da Silva Monteiro?

O SR MARCUS VINÍCIUS VASCONCELOS FERREIRA – Deputado, eu não requeri *habeas corpus*. E eu só conheço o Sr Durval da revista *Época*.

O SR POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Mas não é verdade.

O SR MARCUS VINÍCIUS VASCONCELOS FERREIRA – O senhor já disse que tem uma empresa que é minha que não é minha.

O SR POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O seu Durval trabalhou com o seu pai, com o seu sogro, não trabalhou?

O SR. MARCUS VINÍCIUS VASCONCELOS FERREIRA – Diz que sim. Está na revista *Época*. Trabalhou, sim.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Faz quanto tempo?

O SR. MARCUS VINÍCIUS VASCONCELOS FERREIRA – Eu não sei, eu não conheci o Sr. Durval.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Não conheceu?

O SR. MARCUS VINÍCIUS VASCONCELOS FERREIRA – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Pois é. O senhor está com a memória um pouco esquecida. O Sr. Durval é dono da distribuidora de bebidas Monteiro Maravilha, que é “laranja”, é dono da Durval Silva Monteiro, que é “laranja”. Ele é um sorveteiro, que foi motorista do seu sogro, nosso colega, Deputado Roberto Jefferson, que é dono da Rádio Clube Vale da Paraíba, que o senhor também não deve conhecer, e que tem todo esse patrimônio e é dono da Rede Matosinho AM. Todas empresas. É dono da Rádio Matosinho AM, que é uma empresa, e da Rádio Matosinho FM, outra empresa. Não é dele. Ele não tem nada. É um sorveteiro, um pobre coitado que mora na beira da estrada. O senhor só o conhece da revista? Não sabe das empresas que tem? Não conhece essas rádios? Nunca esteve lá? Gostaria que o senhor respondesse.

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não, Sr. Deputado.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Vou concluir, Presidente.

O senhor conhece Rogério Onofre de Oliveira?

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Sim, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O que ele é seu?

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Nada.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Nunca foi seu sócio?

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Ele é um dos que têm empresa e cujas empresas são ligadas ao senhor. Há o condomínio residencial Juvenir Francisco de Oliveira, a Sul Paraíba Empreendimentos. Há uma outra conta muito curiosa – e vou concluir, Sr. Presidente – em nome da Secretaria Municipal de Educação, lá em Paraíba do Sul. Rogério Onofre de Oliveira, uma outra conta. A Rogério Veículos LTDA é outra empresa. Paraíba do Sul Prefeitura, outra empresa. Miudão Cereais LTDA, outra empresa. Moraliza Administração de Imóveis. Não sei quem moraliza,

mas, enfim, está no nome dele, em sociedade com o senhor. Ele é o “laranja”, na verdade, porque não tem todas as empresas. Ou tem todas as empresas? É proprietário de todas elas?

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não faço a menor idéia, Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O senhor o conhece?

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – O Dr. Rogério foi Prefeito de Paraíba do Sul.

Não tenho nada a ver com ele. Nunca foi meu sócio.

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – O senhor já excedeu o seu tempo, Deputado.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Dê-me um minuto e concluirei.

Perestroika Veículos LTDA?

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não faço a menor idéia. Nunca fui sócio desse senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – A última pergunta: o senhor conhece Edson Elias Bastos Jorge?

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Nunca ouviu falar?

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não me lembro.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – É mais uma das empresas “laranjas”. Aliás, Núcleo de Emissoras de Rádio LTDA, em Três Rios, Rádio Três Rios LTDA.

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – “Laranja” de quem, Deputado?

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Por favor, respeito aos companheiros que estão aguardando.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Paraíba do Sul FM Estéreo LTDA. Todas do Sr. Edson Elias Bastos Jorge.

Sr. Presidente, vou encerrar. Fiz questão de buscar esses esclarecimentos, que não ficaram esclarecidos. A gente compreende a falta de esclarecimentos. Alguém tem que apontar esses nomes. Vou pedir, fazer requerimentos para que a Polícia Federal ouça cada uma dessas pessoas, os proprietários de cada uma dessas empresas, e faça a averiguação se são, efetivamente, os proprietários dessa empresa, quem estão representando, enfim, em nome de quem estão exercitando a direção dessas 18 empresas. Todos es-

tão interligados. Começam ligados a Marcus Vinicius e, depois, aos sócios dele. No fim, é uma sociedade só. Os que são proprietários, no documento, são os pobres.

Temos que checar tudo isso. Fiz o requerimento e espero que seja aprovado. Que a Polícia Federal ouça todos eles, com base nas informações.

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – O requerimento já está formalizado?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Está formalizado o documento. Vou apresentá-lo hoje ainda à Mesa para que possamos, na próxima sessão deliberativa, votar o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (??) – Quero lembrar que a sessão deliberativa de amanhã não irá tratar de nenhum novo requerimento, a não ser daqueles que ficaram pendentes.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Não temos tanta pressa. Eles não vão fugir das empresas. Os nomes foram dados, as empresas foram sinalizadas e vamos aprofundar essa investigação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, V. Ex^a permite-me uma questão de ordem para um fato relevante?

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Concedo a palavra a V. Ex^a, nobre Senador.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para comunicar a V. Ex^a, ao Relator e a todos os companheiros que o Tribunal de Contas, em decisão unânime, acaba de determinar a quebra do sigilo de todos os cartões corporativos do Palácio do Planalto e da Abin. Essa matéria foi denunciada pela Revista **Istoé/Dinheiro** deste final de semana, e agora, numa decisão unânime, o Tribunal toma essa medida. Acredito que é uma vitória, Sr. Relator desta CPMI, que vinha perseguindo, há algum tempo, esses fatos e que a burocracia não permitia acesso a eles. Portanto, faço essa comunicação num momento em que felicito esta CPMI por alcançar um êxito através desta decisão unânime do Tribunal de Contas da União.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Agradeço a V. Ex^a pela oportuna comunicação.

Esgotada a lista de titulares, vamos dar a palavra agora aos Parlamentares Suplentes.

Com a palavra o nobre Deputado Sílvio Torres.

O SR. SÍLVIO TORRES (PSDB-SP) – Sr. Presidente, também quero iniciar minhas palavras dirigidas ao Relator. Eu queria registrar, com mais essa notícia que o nobre Senador Heráclito Fortes nos fornece, que ao contrário do que muitos têm dito, esta CPMI tem

avancado bastante na direção de mostrar à Nação, e apontar a ela, os escândalos e os culpados por eles, os envolvidos e os suspeitos. Nos últimos 10 dias, praticamente 10 dias, tivemos verdadeiras bombas explodindo no centro dessa crise política, na qual se envolve, até o pescoço, o Governo, o Partido do Governo e outros Partidos. Só para lembrar. Tivemos depoimento do Sr. Duda Mendonça, que veio aqui e descortinou um esquema amplo, que até então se suspeitava, mas não se tinha certeza, de dinheiro no exterior que abastecia e irrigava o Valerioduto e as suas conexões. Da mesma forma, logo a seguir, tivemos, o Toninho da Barcelona, e, através do seu depoimento, sobre o qual muita gente coloca suspeita, conseguimos descortinar uma outra ponta neste esquema, uma outra linha de um novelo que ainda nos vai levar muito longe.

Este final de semana, tivemos uma bomba interna, que foi depoimento do Rogério Buratti, que abriu também outras graves suspeitas sobre uma outra forma de abastecimento desse Valerioduto e de outras campanhas do próprio PT.

Agora estamos no limiar de um avanço muito grande, Sr. Relator. Devemos buscar, com a mesma determinação, com a mesma vontade, e com a mesma visão, a origem desse dinheiro. Este agora é o nosso foco. Estamos prontos, praticamente trazendo para cá os documentos, os depoimentos, as provas que faltam para mostrar toda a amplitude desse esquema criminoso, que o País, infelizmente, aterrorizado está assistindo.

Por isso, eu queria dizer a V. Ex^a, Sr. Relator, que não se abale, não desanime e persiga seus objetivos. Resta ainda muito tempo para chegarmos ao resultado final.

Quero estender ao Vice-Presidente que assume, e assim como ao nosso Presidente, Senador Delcídio Amaral, o mesmo estímulo e o mesmo apoio.

Mas nem porque tivemos tantas novidades é que devemos abandonar também aquilo que originou toda essa investigação, que são essas denúncias que estamos apurando hoje, ouvindo, inclusive uma das pessoas também envolvida. Temos absoluta certeza, que o Governo, quando não negociou, através do PT, “apoios”, entre aspas, para a campanha eleitoral, ele negociou cargos, altíssimos cargos, que também contribuíram para irrigar toda essa maracutaia que, infelizmente, estamos tentando desvendar como um todo.

Não vamos subestimar nem menosprezar a vinda do Sr. Marcus Vinicius. É mais um que depõe. Muitas vezes, um pequeno depoimento, uma palavra pode abrir para todos nós uma nova senda, um novo caminho.

Neste sentido, Sr. Presidente, Sr. Relator, quero voltar para dizer ao senhor que amanhã estaremos

votando requerimentos que não foram consensuais e não foram consensuais porque é neles que o diabo mora. Como dizem na gíria, é no detalhe. Entre eles, tenho o requerimento que, infelizmente, hoje não foi possível acertar com V. Ex^a e demais membros.

O Sr. Toninho da Barcelona deu um depoimento à **Veja** neste final de semana. Nesse depoimento à **Veja**, ele confirmou não apenas o que já tinha dito na sessão secreta que houve em São Paulo, mas confirmou que o PT já vinha sacando, trocando dólares desde 2002, antes mesmo que a campanha ganhasse força. Essa troca de dólares, para espanto de todos nós, se dava dentro da Câmara Municipal de São Paulo, mais especificamente dentro do gabinete de um vereador, hoje deputado federal.

Além disso, a **Veja** aprofundou suas investigações e confirmou, através de dois envolvidos, um filho do vereador, hoje Deputado, e outro, a pessoa que levava os reais a serem trocados por dólares, que são o Sr. Marcos Ribeiro, conhecido como Marcão, e o Sr. Marcelo Viana. O Sr. Marcos Ribeiro deu como desculpa a justificativa de que aqueles dólares ele trocava por conta de serviços de informática que ele prestava e recebia em dólar. Então, chamava o Sr. Toninho da Barcelona para ir lá e trocar o dinheiro dele. Não temos, evidentemente, mais paciência para ver mentiras dessa natureza circularem entre nós sem que tomemos nenhuma providência. Essa é a razão pela qual, Sr. Relator, peço que V. Ex^a me apóie amanhã, para que não precisemos ficar nos escorando em notícias de jornais. Não é a imprensa que deve ficar, permanentemente, nos abastecendo. Ela pode nos dar indícios; vamos atrás e aí aprofundamos as investigações. Se é mentira, ótimo, nos livraremos dessa investigação, mas temos de confirmar.

Não podemos nos conformar de não trazer aqui o Sr. Toninho da Barcelona por conta de que ele seria um criminoso, condenado, com trânsito em julgado. Ora, será que seriam as freiras e os padres, seriam as pessoas mais honestas que viriam aqui dar alguma pista? Toda vez que se descobriu alguma coisa que revelasse crimes daqueles mais elaborados, mais escondidos, foi alguém de dentro do esquema que revelou e o Sr. Toninho da Barcelona pode dizer a todos nós o que estamos esperando ver comprovado, que é de onde e para aonde ia o dinheiro, especialmente por aonde circulavam os dólares.

O Sr. Toninho da Barcelona, que também se tornou personagem principal nos últimos dias, Sr. Relator, nos dá um outro indício, uma outra linha de investigação.

No último domingo, o jornal **Correio Braziliense**, um jornal muito sério, que tem tido uma postura inves-

tigativa importantíssima durante esta crise, nos traz a notícia, numa reportagem excelente do repórter Hugo Braga: um dos operadores mais importantes de todo esse esquema é o Sr. Luiz Favre, marido da ex-Prefeita Marta Suplicy. A notícia vem com todos os detalhes, das contas que esse Luiz Favre operava, duas contas, nos Estados Unidos, que só ele operava, sob o nome dele, Sr. Presidente, o nome real do Sr. Luiz Favre, que é, para surpresa de todos nós, Felipe Belisário Wer-mus. Esse é o nome real do Sr. Luiz Favre, que tem dois passaportes, um francês e um argentino. Com um passaporte e outro ele operava essas duas contas, as contas que vinham, a final, abastecer, no funil, o MT Bank. Esse dinheiro vinha parar aqui através da Bonus-Banval, que investia esse dinheiro, cujos lucros iriam, depois, canalizados para algum “fantasma”.

Nós não podemos deixar de convocar o Sr. Luiz Favre. É imperativo que esta Comissão o convoque. Já apresentei o requerimento hoje, Sr. Relator. O Requerimento recebeu o nº 875. Eu gostaria muito e pediria, encarecidamente, que o senhor, amanhã, o colocasse entre os requerimentos a serem votados e que nós o trouxéssemos para esclarecer mais esse ramo desses escândalos que estão nos deixando cada vez mais atônitos.

Vou passar, agora, rapidamente, nos quatro minutos que me restam, a fazer algumas perguntas ao depoente.

O senhor sabe que houve, já terminou, uma investigação no IRB, uma investigação interna, uma comissão de sindicância instalada no IRB. O senhor sabe disso? O senhor tem conhecimento?

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Tive conhecimento pela imprensa.

O SR. SÍLVIO TORRES (PSDB-SP) – Pela imprensa?

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Sim, senhor.

O SR. SÍLVIO TORRES (PSDB-SP) – Mas as pessoas... O senhor sabe que as pessoas investigadas são aquelas com as quais o senhor se relacionava. Diretores, quatro diretores foram afastados tão logo estourou o escândalo e a suspeita sobre o IRB.

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Deputado, eu não me relacionava com essas pessoas.

O SR. SÍLVIO TORRES (PSDB-SP) – O senhor não tinha... O senhor não os conhecia?

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não, conhecia.

O SR. SÍLVIO TORRES (PSDB-SP) – Qual era a sua atividade na época?

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Na época em que eu marquei reuniões com o Dr. ...

O SR. SÍLVIO TORRES (PSDB-SP) – Quando o senhor saiu da... Quando o senhor se afastou das funções que o senhor tinha?

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Que funções, Deputado?

O SR. SÍLVIO TORRES (PSDB-SP) – O senhor tinha função na corretora?

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Sim, senhor.

O SR. SÍLVIO TORRES (PSDB-SP) – E depois?

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Depois eu fiquei exclusivamente no gabinete do Deputado Roberto Jefferson.

O SR. SÍLVIO TORRES (PSDB-SP) – E depois o senhor foi para a Eletronuclear...

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Sim, senhor.

O SR. SÍLVIO TORRES (PSDB-SP) – E tinha ainda contatos com a Assurê, com as pessoas da Assurê, segundo o senhor...

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não, senhor.

O SR. SÍLVIO TORRES (PSDB-SP) – Então o senhor não tinha relação nenhuma nem com o Sr. Luiz Lucena, nem com o Sr. Carlos Murilo Barbosa Lima e o Sr. Lídio Duarte?

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Com o Sr. Luiz Lucena eu não tinha relação nenhuma.

O SR. SÍLVIO TORRES (PSDB-SP) – E os demais?

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Eu estive com o Dr. Carlos Murilo no IRB, em maio deste ano, e marquei duas ou três reuniões com o Dr. Lídio.

O SR. SÍLVIO TORRES (PSDB-SP) – O senhor, como membro da Executiva do PTB, tinha conhecimento de que o senhor Martinez teria indicado o Sr. Lídio Duarte para ser o diretor?

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Sim, senhor.

O SR. SÍLVIO TORRES (PSDB-SP) – Ele era a pessoa que representava o PTB no IRB?

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Quem?

O SR. SÍLVIO TORRES (PSDB-SP) – O Sr. Lídio Duarte.

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Ele era o diretor do IRB indicado pelo PTB.

O SR. SÍLVIO TORRES (PSDB-SP) – Então, isso que eu perguntei. Ele foi indicado pelo PTB?

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Sim, senhor.

O SR. SÍLVIO TORRES (PSDB-SP) – O senhor, como membro da Executiva do PTB, não tinha relação com o Sr. Lídio Duarte?

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não, senhor.

O SR. SÍLVIO TORRES (PSDB-SP) – Qual era a sua função na Executiva, então, Sr. Marcus Vinícius?

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Sou membro da Executiva do PTB.

O SR. SÍLVIO TORRES (PSDB-SP) – Sim, o senhor é membro. Mas qual a função de um membro? O que um membro da Executiva do PTB faz?

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Vota. Simplesmente um membro da Executiva, não tenho cargo de 1º Secretário, de tesoureiro.

O SR. SÍLVIO TORRES (PSDB-SP) – Sim, mas é membro... O senhor não tem nenhum cargo? O senhor participa das reuniões da Executiva?

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Sempre que posso, sim.

O SR. SÍLVIO TORRES (PSDB-SP) – O senhor disse que tomou conhecimento dos R\$4 milhões que o PT teria repassado para o Sr. Roberto Jefferson como membro da Executiva.

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Como?

O SR. SÍLVIO TORRES (PSDB-SP) – Como membro da Executiva o senhor tomou conhecimento dos R\$4 milhões, desses famosos R\$ 4 milhões dos quais já se falou aqui várias vezes?

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não, senhor. Eu disse que o Deputado Roberto Jefferson me falou em casa.

O SR. SÍLVIO TORRES (PSDB-SP) – Ele te falou isso na sua casa.

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não sei se foi na minha casa ou na casa dele. Não sei. Foi na intimidade, não foi na Executiva do PTB.

O SR. SÍLVIO TORRES (PSDB-SP) – O senhor tomou conhecimento não como membro da Executiva, mas como genro.

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Sim, senhor.

O SR. SÍLVIO TORRES (PSDB-SP) – O Sr. Roberto Jefferson, que, então, conta essas coisas para o senhor na intimidade, contou ao senhor que havia avisado o Presidente Lula sobre o esquema do “mensalão”?

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Sim, senhor.

O SR. SÍLVIO TORRES (PSDB-SP) – Como ele contou ao senhor? O senhor poderia repetir?

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Como ele contou a todos. Isso foi...

O SR. SÍLVIO TORRES (PSDB-SP) – Sim, mas se ele conta para o senhor que é genro, ele conta diferente do que conta para mim e do que conta para outra pessoa. Não pode ser igual.

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não, o senhor está me perguntando como ele me contou?

O SR. SÍLVIO TORRES (PSDB-SP) – Como ele contou ao senhor. Exatamente de que forma ele comunicou ou informou ao senhor isso.

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Pessoalmente, essa história do Presidente Lula com o “mensalão” ele não me falou isso, não.

O SR. SÍLVIO TORRES (PSDB-SP) – Ah, não?

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não, senhor. Não, senhor. Assim “ó, Marcus Vinícius, falei para o Presidente Lula...”, não.

O SR. SÍLVIO TORRES (PSDB-SP) – Qual foi a reação do Sr. Roberto Jefferson quando foi envolvido no esquema de corrupção dos Correios, quando o Marinho foi flagrado naquela gravação? O senhor acompanhou a reação dele?

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Ele reagiu indignado.

O SR. SÍLVIO TORRES (PSDB-SP) – E como ele fez nos dias seguintes? Ele havia informado que não saía mais de casa e que havia ficado quinze dias sem poder sair, pensando nos acontecimentos. Essa foi uma declaração dele quando veio depor pela primeira vez. O senhor acompanhou essa fase de recolhimento?

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não, senhor. Ele estava em Brasília e eu moro no Rio de Janeiro, em Petrópolis.

O SR. SÍLVIO TORRES (PSDB-SP) – Mas o senhor não tinha nem notícias por telefone? O senhor não precisava estar junto com ele. O senhor acompanhou de informações. O senhor é membro da família. Uma hora o senhor é membro da família, outra hora o senhor não é.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Nobre Deputado...

O SR. SÍLVIO TORRES (PSDB-SP) – Já vou terminar, Sr. Presidente. Estou no final.

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Deputado, eu trabalho no Rio de Janeiro e moro em Petrópolis. O Deputado ficou recluso em Brasília.

O SR. SÍLVIO TORRES (PSDB-SP) – Sim, mas o senhor é genro.

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Sim, mas eu falava pelo telefone, normalmente.

O SR. SÍLVIO TORRES (PSDB-SP) – Então, é isso que eu queria saber, se o senhor acompanhou esse tempo dele, pelo menos por informações.

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Acompanhei pelo telefone.

O SR. SÍLVIO TORRES (PSDB-SP) – O senhor sabe dizer como ele tomou aquela decisão de dar aquela entrevista e denunciar a existência do “mensalão”?

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não, senhor. Não sei informar, não, senhor.

O SR. SÍLVIO TORRES (PSDB-SP) – Sr. Presidente, está bom.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Vou suspender a reunião por três minutos, atendendo a pedido do depoente.

Queria aproveitar para solicitar aos companheiros, embora já restem poucos aqui, que diminuíssem as perorações e fossem mais diretos às perguntas para que pudéssemos otimizar os trabalhos e não ultrapassar o tempo, digamos, regulamentar.

O SR. SÍLVIO TORRES (PSDB-SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Tem V. Ex^a a palavra pela ordem, nobre Deputado.

O SR. SÍLVIO TORRES (PSDB-SP) – Posso estar enganado, mas, parece-me, o próximo sou eu.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Não. V. Ex^a está inscrito após o Deputado Jamil Murad.

O SR. SÍLVIO TORRES (PSDB-SP) – Não, é porque eu já poderia começar a falar, não é?

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Reiniciaremos, então, os trabalhos.

Com a palavra o Deputado Jamil Murad.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Sr. Presidente, Asdrubal Bentes, Sr. Relator, Osmar Serraglio, depoente...

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Por obséquio, o cronômetro, o tempo, por favor.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Cheguei à Câmara às oito da manhã, mas, como sou suplente, meu horário de falar é este. Grande parte das perguntas e dos esclarecimentos que poderíamos fazer foi feita. Vou fazer um resumo de alguns pontos que considero importante esclarecer. Sr. Marcos Vinicius, por que não foi legalizado aquele dinheiro no valor de R\$4 milhões?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Excelência, porque o combinado seria que tivesse um recibo, que seria uma doação legal, e esse recibo nunca chegou.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Obrigado. A próxima pergunta é vinculada a essa. Quando entrego um produto, quem dá o recibo é a pessoa que recebe. Então, quem deveria dar o recibo eram aqueles que receberam.

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – O recibo tinha que ser de doação. A lei exige recibo de doação.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Então, o dinheiro ficava ilegal? Não tinha recibo.

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Sim, senhor, penso que sim.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Ele não deveria ter sido devolvido?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Deputado, essa é uma decisão que não tinha que ser minha.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – O Sr. Marcos Valério – o senhor é Marcos Vinicius –, aquele carequinha, em seu depoimento nesta Comissão, relatou uma conversa que teve com o tesoureiro Palmieri e que, na ocasião, teria dito que o senhor era “chave de cadeia”. Por que ele se referiu assim? O que o Sr. Palmieri quis dizer com isto, que o senhor era “chave de cadeia”?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Deputado, essas palavras saíram da boca do Sr. Marcos Valério, não do Sr. Emerson Palmieri.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Depois, em outra informação que foi colocada aqui, o Sr. Palmieri passou a ter cuidado em relação ao senhor, porque suspeitava que o senhor estava operando por conta própria.

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Eu desconheço essa informação. Isso não é verdade. Eu tenho uma relação política com o Sr. Emerson Palmieri.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Também o Sr. Marcos Valério deu informações aqui que foram levadas a sério. Então, eu não posso, a meu bel-prazer, desprezar umas e considerar outras. Estou usando, como outros Deputados usaram, essas informações. O Sr. Marcos Valério diz ter ouvido de Palmieri que o senhor teria tentado desviar recursos do IRB.

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Eu entendo V. Ex^a. O Sr. Marcos Valério também disse aqui que o dinheiro todo era para comprar boi, o que a gente vê que não é verdade.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – O Sr. Maurício Marinho também disse aqui que o senhor era o contato dele, que o senhor era o responsável para ter contato com ele, trocar interesses. Quais eram esses interesses?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Deputado, isso não é verdade.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Mas está no depoimento do Sr. Maurício Marinho.

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Mas não é verdade.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – O Sr. Joel dos Santos filho também disse a esta CPI que o Sr. Marinho tinha essas ligações e que o senhor, segundo informações do próprio Maurício Marinho, era o contato, a pessoa que fazia essa ligação.

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Deputado, eu não conheço o Sr. Joel, desconheço essa informação. Isso não é verdade. O Sr. Joel, acho que foi araponga que foi contratado, não sei.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – De fato, era um grupo de arapongas que atua em várias ocasiões e atuou inclusive nessa situação aqui dos Correios.

Como eu disse no início, por eu ser um Deputado suplente que fala no fim, várias das perguntas que eu queria fazer já foram feitas e respondidas, não vou repeti-las. Só queria dizer que procurei evitar aqui acusação a um Partido, o PTB, porque hoje é aniversário do assassinato de um grande líder nacional. Ele deu um tiro no peito, mas as circunstâncias o levaram à morte. Então, vou aproveitar este momento e fazer a minha homenagem a este grande líder Getúlio Vargas. Fiz questão de, nas minhas perguntas, não relacionar o PTB, numa homenagem à memória de Getúlio Vargas.

A nossa atuação na CPI tem que ser uma atuação olhando sempre os interesses do Brasil, do povo brasileiro, independente das divergências políticas, da luta política pelo poder, que é natural, que faz parte da vida de uma nação, mas não pode extrapolar os interesses maiores dessa nação.

Fui a um lançamento do livro **O Congresso em Meio Século**. Em 1947, o meu Partido, o Partido Comunista do Brasil, foi cassado, e os Deputados que aqui atuavam como Luiz Carlos Prestes, o Deputado Constituinte João Amazonas, que foi Presidente do meu Partido até recentemente, Marighela, Maurício Grabois, comandante que morreu na guerrilha do Araguaia, e tantos outros, foram cassados injustamente.

Depois, eu estava verificando a morte de Getúlio, verdadeiro assassinato – hoje é aniversário de seu assassinato – e presto homenagem a ele. Depois, teve a cassação do ex-Presidente Juscelino Kubitschek. Ele fez um discurso – e alguns trechos de seus discursos estão aqui comigo – em que previa a cassação, porque era um regime arbitrário naquela ocasião, a lei não valia, valia a vontade quem estava mandando. Depois, houve a deposição de João Goulart, em 1964, com cassações de parlamentares, fechamento do Congresso, fechamento de partidos. Então, nesse processo, Deputados entraram para cassar o Partido dos Trabalhadores, uma instituição popular com relevantes serviços prestados ao povo. Se houver gente a ser punida, vai ser punida. Muitos já foram punidos porque perderam seus cargos.

Então, encerrando bem antes do meu prazo, eu queria dizer à Nação brasileira: para fortalecer a democracia, para o desenvolvimento político e, a partir disso, o fortalecimento do Brasil como Nação soberana, o desenvolvimento econômico e social do Brasil, é necessária a participação do povo. Os partidos políticos são essenciais para a participação política do povo. Até mesmo nesse episódio, entraram agora com uma CPI contra o MST aqui na Câmara, esta semana. Procuraram denunciar a União Nacional dos Estudantes só porque o MST e a União Nacional dos Estudantes vieram fazer protestos aqui em Brasília. Então, setores que se viram atingidos contra a sua vontade, no dia seguinte, teve protestos a favor daqueles que entraram com o pedido de perseguição ao MST e à UNE. Mas não deveria ser em relação àqueles que se manifestaram no dia 17. Deve ter a liberdade de se manifestar no dia 17, mas por que perseguir aqueles que defendiam o mandato do Presidente Lula, mas queria a apuração das irregularidades e queria mudança na política econômica, e que se manifestaram no dia 16? Portanto, para fortalecimento da democracia, temos que preservar e aprimorar a nossa democracia, preservar os nossos partidos, as organizações populares.

Nesse sentido, eu encerro, Sr. Presidente, agradecendo essa oportunidade de dar essa opinião. Nós temos que ter equilíbrio, punir aqueles que devem ser punidos, investigar aquilo que deve ser investigado, mas nunca perseguir e prejudicar. Ainda no começo

desta reunião, vi gente prejudgando sem ouvir aquele que veio depor. Falavam: ele não deve nada. Ora, para que isso? Para que prejudgar a favor daquele que está fazendo o seu depoimento? Para que prejudgar contra aquele que vai fazer um depoimento? Vamos esperar as informações, as investigações, as opiniões dadas. Vamos fazer um julgamento sereno a favor do Brasil e do povo brasileiro. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Asdrúbal Bentes. PMDB – PA) – Nobre Deputado Jamil Murad, esta Presidência compreende os justos reclamos de V. Ex^a, que chega aqui ao alvorecer e se transforma em notívago, aguardando pacientemente a sua vez para cumprir o seu dever, e também agradece por essa lição de democracia que V. Ex^a acaba de nos dar.

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Agradeço a V. Ex^a, Deputado Jamil Murad.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Concedo a palavra ao eminente Deputado Geraldo Thadeu.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sr. Presidente, gostaria inicialmente...

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Por obséquio, o tempo...

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Já está contando, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Deputado Asdrubal Bentes, gostaria de parabenizá-lo por estar assumindo a Vice-Presidência e no comando dos trabalhos desta Comissão neste momento. Tenho certeza de que fará aqui uma brilhante participação, como tem participado até agora nesta Comissão. Gostaria, mais uma vez, também de trazer aqui todo o apoio, toda a nossa confiança no trabalho que o nosso Relator vem desempenhando, Deputado Osmar Serraglio. Sabemos que S. Ex^a está atrás da verdade, busca a justiça, é um homem sério que jamais, dentro da sua personalidade, seria capaz de perseguir, principalmente um colega ou um companheiro deste Congresso. Então, Deputado Osmar Serraglio, estamos com V. Ex^a e vamos em frente.

Temos a presença de uma mulher, a Deputada Laura Carneiro, aqui, junto à Mesa, que é muito importante e bom para nós, companheira de outras CPIs.

Sr. Marcos Vinícius, primeiro gostaria de dizer a V. S^a que tenho pelo seu sogro, o Deputado Roberto Jefferson, a maior estima, consideração e respeito. Até vejo com muita tristeza que, talvez, ele caminhe até para uma cassação do seu mandato. Mas ele teve a dignidade de falar a verdade, de vir aqui, de mostrar a pura verdade e dar os caminhos para que esta CPMI pudesse desempenhar o seu trabalho e esclari-

recer todo esse episódio, todo esse processo que está acontecendo.

Então, digo a V. S^a que, até por isso, pela consideração, pelo respeito que tenho ao Deputado Roberto Jefferson – e estendo isso a sua família e a V. S^a – quero dizer uma impressão pessoal minha. Sr. Marcos Vinícius, tenho participado de várias CPIs, CPMIs. Aqui, eu vejo que os Colegas Parlamentares, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, têm tido assim uma postura até de tranquilidade nos depoimentos e nas perguntas. Ninguém está aqui para ofendê-lo, para machucá-lo, de maneira nenhuma. Mas, por exemplo, quando o Deputado Pompeo de Mattos fez várias perguntas para V. S^a, senti que V. S^a ficou em dúvida em algumas. Quero até dizer a V. S^a, para ajudá-lo: V. S^a é testemunha aqui. Aqui não pode faltar com a verdade. Ainda há tempo. Se V. S^a quiser prestar algum esclarecimento – eu senti que V. Ex^a ficou em dúvida – com o Deputado Pompeo de Mattos, ainda está em tempo. Eu passo até o meu tempo para o Deputado Pompeo de Mattos. Se V. S^a achar que está tudo bem, tudo tranquilo, porque eu gostaria de evitar problemas para V. S^a, no futuro. Então, deixo de acordo com a sua vontade. Se não, continuo com o meu trabalho.

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Deputado, eu gostaria de esclarecer uma coisa. Das duas empresas que o Deputado Pompeo de Mattos nominou que eu fui sócio – uma em que eu fui sócio e outra em que eu sou – eu assumo. Agora, o que V. Ex^a acabou de dizer, “que ninguém vem aqui para ofender, que as pessoas querem investigar”, eu também concordo. Agora, a partir do momento em que ele começa a citar coisas que não são verdades – eu não sou sócio daquelas empresas, eu não tenho nenhuma relação com o Sr. Rogério Onofre, ou das outras pessoas que ele citou – eu me sinto um pouco tolhido no meu direito de resposta.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Agora, somente uma pergunta faço a V. S^a: realmente o senhor não conhecia aquele motorista, o dono da rádio?

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não, senhor.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Está bom. Bem, eu gostaria de perguntar a V. S^a qual era a sua participação no PTB?

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Eu sou membro da Executiva do PTB.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Membro atuante? O senhor participava das reuniões com os dirigentes do PTB do Rio de Janeiro, nacional? O senhor tinha alguma participação nesse sentido?

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Eu tinha participações nas reuniões.

Quando eu era convocado para as reuniões na Executiva, eu vinha.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Nós temos aqui, a partir daquele episódio lá dos Correios com o Sr. Maurício Marinho, que veio à tona todo esse processo; depois veio a questão da presença do Sr. Marcos Valério com a arrecadação dos recursos, passando para o Partido dos Trabalhadores, pelo Sr. Delúbio; vieram os outros Partidos, como o PL, o PTB mesmo, algum Parlamentar do PMDB, do PP, e que hoje se coloca muito ser questão de campanha eleitoral, de contas passadas. Existe a grande dúvida, que a população precisa esclarecer: a questão do “mensalão”. O senhor tem algo para falar a respeito disso? O senhor tem algum conhecimento? Em conversas com o Deputado Roberto Jefferson, em conversas com companheiros do Partido, o senhor tem alguma coisa para falar que possa ajudar, que possamos caminhar para desvendar a questão do “mensalão”, pelo menos de ouvir dizer?

O SR. MARCOS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não tenho nada mais a acrescentar do que o que já falei aqui. Não tenho nenhum fato novo, Sr. Deputado.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – De arrecadação? Por exemplo, quando o Deputado Roberto Jefferson falava que é comum, é normal, quando da indicação dos partidos políticos para membros de direção de estatais e companhias, haver um retorno, mas que era um retorno não de extorsão, de maneira alguma, mas um retorno normal de participação política para cobrir despesas dos partidos, no caso o PTB, para as campanhas políticas. Então, o senhor não tem nada para falar sobre isso?

O SR. MARCOS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Sr. Deputado, o que tenho a dizer ao senhor é que o PTB nunca recebeu esses recursos.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Mas recebeu quatro milhões, Sr. Marcus Vinícius. Será que quatro milhões não valem nada?

O SR. MARCOS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – O PTB não recebeu, Sr. Deputado.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Mas o Deputado Roberto Jefferson falou que recebeu.

O SR. MARCOS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Senhor?

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – O Deputado Roberto Jefferson falou que recebeu dois milhões e meio e, depois, mais um milhão e meio, através de mala, através do Sr. Palmieri, que era o tesoureiro. Ele falou, declarou aqui que recebeu.

O SR. MARCOS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Ele falou que recebeu do Sr. Marcus Valério e na pessoa física.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Na pessoa física? Não pelo PTB?

O SR. MARCOS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não, senhor.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Esse dinheiro não foi repassado para o PTB?

O SR. MARCOS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não, senhor.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Para nenhum Parlamentar?

O SR. MARCOS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não, senhor.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – O senhor não tem conhecimento disso?

O SR. MARCOS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não, senhor.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – O senhor tem conhecimento de nenhum outro partido que recebia?

O SR. MARCOS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não, senhor.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Nada, nada?

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Absolutamente nada?

O SR. MARCOS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Absolutamente nada.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Eu tenho aqui, Sr. Marcus Vinicius, inúmeras questões. Procurei resumir todas e quis fazer esse preâmbulo. Eu sei que o Deputado Roberto Jefferson ajudou muito e vai ajudar muito este País pela coragem que ele teve para falar aqui, perante a Nação, sobre todo o ocorrido. E acho que o senhor também poderia ajudar nesse sentido. Acho que o senhor sabe, pelo menos de ouvir dizer, a respeito do “mensalão”. Todos sabemos, corriam sempre boatos. O senhor não sabia de boato nenhum?

O SR. MARCOS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não. Por ouvir dizer – inclusive já disse a esta CPMI hoje – mas, fato novo, não tenho nenhum a acrescentar.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Ouvi aqui o discurso, aliás, para a Nação, caro Presidente, do nosso Deputado Jamil Murad. Fiquei feliz. Hoje, conversamos muito tempo, temos conversado muito tempo, e fiquei feliz. Vejo que esta Comissão tem cumprido seu papel, e bem. É claro que tem morosidade em alguns aspectos. Por exemplo, hoje, sei que é muito duro – estava até comentando aqui com o Deputado

José Eduardo – essa quebra de sigilo dos cartões da Presidência da República. Acho que é um fato triste, duro, e que o Presidente hoje deve sentir muito isso, porque ele é o homem que conduz esta Nação, este País. Passar por um momento desses não deve ser fácil. Mas essa era uma questão que tinha que acontecer e aconteceu.

Então, eu até deixaria por último se houvesse extrema necessidade de acontecer, mas vejo que alguns pontos encaixam aqui nesta Comissão. Por exemplo: sinceramente, não vou ficar satisfeito enquanto não vir, não participar e não assistir ao Toninho da Barcelona sentar nesta cadeira, ao lado de V. S^a, e prestar seu depoimento. Eu fui a São Paulo vi o depoimento dele. Ele deu algumas sugestões, e é bom que a nossa assessoria técnica preste bem atenção. Foram solicitados, Sr. Presidente, os documentos da CPMI do Banestado. Nós precisamos urgentemente dos documentos do MTB para serem examinados aqui nesta Comissão, para passar a limpo. Eles já estão na CPMI do Banestado. A nossa CPMI dos Correios já requisiitou esses documentos, precisamos deles. Enquanto o Sr. Toninho da Barcelona não vem, nós vamos ver estes documentos, o que contam. Porque ele diz que 94% das transações de dinheiro, de dólar lá fora, eram através do MTB e nós temos que ver isso.

Sr. Presidente, hoje me perguntaram sobre a pesquisa que diz que cai a avaliação do Presidente do governo, que cai a avaliação do Congresso Nacional. Ontem, numa reunião com vários parlamentares, eu fiz uma pergunta: será que nós devemos achar que isso é estranho? Será que é novidade isso? Depois de vermos uma CPMI dos Combustíveis acabar em *pizza*, uma CPMI do Banestado acabar em *pizza*. Será que é novidade esta questão que, quando se toca em assuntos que envolvem interesses, acaba em *pizza*? Eu acho que a população tem razão de estar descrente, decepcionada com essa avaliação do Presidente Lula, do seu governo cair. O primeiro momento foi de perplexidade: “isso é mentira, não é possível, isso não aconteceu! Eu não acredito que neste Governo que veio para mudar tudo, fazer justiça social, que veio para mudar este País, está acontecendo isso.” Já num segundo momento vem o reflexo da pesquisa do que o povo está achando.

Eu espero que esta CPMI, Sr. Presidente, vá a fundo nas investigações. Segundo o nosso Relator, até a próxima terça-feira serão enviados os nomes dos parlamentares suspeitos de terem participado de depósito em suas contas à Presidência da Câmara, que, provavelmente deve enviar à Comissão de Ética. Então, nós queremos a apuração.

Sr. Presidente, ao encerrar, quero dizer ao Sr. Marcus Vinicius – pelo menos teve um que veio aqui que não pediu **habeas corpus**: por isso que eu lhe dei toda a chance para que, realmente, esclarecesse, para que não trouxesse problemas para a V. S^a no futuro. Eu gostaria, se o senhor Marcus Vinicius tivesse mais alguma coisa de dizer, que o fizesse.

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Eu agradeço a oportunidade de V. Ex^a, mas eu estou seguro do que eu falei.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Então, eu quero agradecer a V. Ex^a, Sr. Presidente, e dizer que nós vamos ficar aqui vigilante, cobrando e, com certeza, dando força para o Relator, para V. Ex^a, para o Presidente Delcídio, para a equipe técnica e dando força para todos os Parlamentares.

Que a verdade seja apurada. Que a justiça seja feita. Que não se corte o pescoço de quem não merece, mas que a justiça seja feita. É essa a expectativa que a população brasileira tem nesta Comissão aqui.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Nobre Deputado, a preocupação e a expectativa de V. Ex^a é a mesma da Mesa, como de resto de todos os Parlamentares e de toda a sociedade brasileira. Tenha a certeza de que nós vamos cumprir a nossa obrigação.

Tenho a honra de passar a palavra ao penúltimo inscrito, o combativo Deputado José Eduardo Cardozo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Agradeço ao Senhor Presidente. Minha saudação ao depoente.

Eu começaria indagando o seguinte: V. S^a disse que foi assessor técnico da Diretoria de Planejamento da Eletronuclear. Exatamente que função fazia como assessor técnico?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Deputado José Eduardo Cardozo,

Deputado José Eduardo Cardozo, eu tinha função de assessor técnico. Primeiro, eu tinha uma incumbência – vamos colocar assim – de trabalhar, como eu já falei, a liberação de verba para Angra 3, uma verba do Orçamento da União. Conversei bastante com a Bancada do PTB, pessoal da Comissão de Minas e Energia, os dois membros titulares, e as funções normais de assessor como...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Da parte de planejamento?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Planejamento.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Então o senhor não mexia com licitações?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Há?

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – O senhor não mexia com licitações?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não, eu mexia com projetos; os projetos eram encaminhados para a área específica de licitação.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Perfeito, mas com licitações em si o senhor não mexia?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não, senhor.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – E com execução de contratos também não?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não, só na parte de averiguar os contratos.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Ou seja, lá, na Eletronorte...

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Eletronuclear, Deputado.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Na Eletronuclear, a execução de contratos era feita pelo assessor técnico da Secretaria de Planejamento?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não, senhor.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Então não entendi.

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Vou explicar.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Por favor.

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Estou dizendo ao senhor que, quando esses contratos eram para ir para a reunião de diretoria para serem aprovados, para pedir licitação, qualquer – como é que vou dizer? –, qualquer deliberação da reunião de diretoria, esses contratos passavam antes pelos assessores. Mas eram três, não era só eu.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – A parte de execução?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – É que V. S^a disse que estava averiguando contratos na parte de execução, naquela relação que tinha na sua pasta.

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não, eu averiguava... Desculpe-me, então me coloquei errado. Eu averiguava a execução dos contratos.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – A execução?

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Eu ligava para o responsável na área: Está tudo bem? Quantos funcionários têm nesse contrato? Têm duzentos. Os duzentos estão trabalhando?

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Quer dizer, e V. S^a então só com a execução do contrato, não era licitação?

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Licitação, não, senhor.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Nem parecer em licitação, nada?

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Não, senhor; tinha uma área específica para isso.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Veja, por que o senhor faltou com a verdade no depoimento no Ministério Público? Eu vou ler o depoimento de V. S^a no Ministério Público, página 8, para que o advogado de V. S^a possa acompanhar.

Disse V. S^a ao Ministério Público: “que tem conhecimento que se encontrava em sua pasta de trabalho, apreendida pela Polícia Federal, uma lista com a descrição dos contratos os quais já tinham sido devolvidos, de interesse da Eletronuclear e da empresa Marte, deixando consignado que tais documentos lá estavam para a análise do depoente, já que uma de suas funções, como assessor de diretoria, é de emitir pareceres a respeito de licitações com determinadas empresas, em conjunto com o diretor e o outro assistente; que não havendo segurança acerca da contratação de qualquer empresa, tanto o assessor como o diretor podem encaminhar o procedimento – claro, no caso, a licitação – ao jurídico, a fim de que se dê parecer acerca do ponto duvidoso”. O senhor disse que estava mexendo com a licitação dessas empresas.

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Deputado Eduardo Cardozo, eu posso ter-me equivocado; foi um depoimento de nove horas no Ministério Público.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – É que V. S^a afirmou, V. S^a foi muito preciso.

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Sim, a palavra que está aqui no documento é essa.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Não, não, é que V. S^a depois complementa, fala que, quando houver dúvida na contratação, pede um parecer jurídico, e então V. S^a examinava. E agora V. S^a está dizendo que estava com essa lista não para cuidar de licitações, porque não mexia com licitações, mas com a execução do contrato. Permita-me: parece-me muito estranho um órgão de planejamento mexer com execução de contrato.

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Era planejamento, gestão e meio ambiente. O que era averiguado pelos...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Mas havia uma secretaria administrativa que cuidava disso...

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Sim.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – ...da execução contratual.

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Cada diretor tem três assessores, Deputado; a diretoria é colegiada. Antes desses contratos irem para a diretoria colegiada para serem autorizados para licitar, para contratar, eles passavam pelos assessores.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Sem dúvida, mas o senhor não mexia com licitações e, curiosamente, deu toda uma narrativa como se mexesse. O senhor percebe como é curioso? O senhor fala que, antes da contratação, o senhor mexia com licitação, e é uma versão completamente diferente que o senhor apresentou hoje. Quando o senhor estava cansado e confuso: lá no Ministério Público, ou hoje, aqui?

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Deputado, eu posso até ter-me equivocado...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Lá ou aqui?

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Lá, nesse depoimento. Mas eu não mexia, não montava contrato para licitação, nada disso.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – O senhor conhece o Eduardo Vilas?

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Sim, senhor.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Conheceu onde?

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Na empresa Eletronuclear.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Ele é o dono da empresa Marte?

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Sim, senhor.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – O senhor conversava freqüentemente com ele dentro da Eletronuclear?

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Não, senhor.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Conheceu-o como?

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – No décimo andar, quando ele foi a uma reunião com o diretor Castilho.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– O senhor participou dessa reunião?

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Não, senhor.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– E o conheceu como?

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Deputado José Eduardo Cardozo, eu tinha função de assessor técnico. Primeiro, eu tinha uma incumbência – vamos colocar assim – de trabalhar, como eu já falei, a liberação de verba para Angra 3, uma verba do Orçamento da União. Conversei bastante com a Bancada do PTB, pessoal da Comissão de Minas e Energia, os dois membros titulares, e as funções normais de assessor como...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Da parte de planejamento?

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Planejamento.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Então o senhor não mexia com licitações?

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Hã?

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– O senhor não mexia com licitações?

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Não, eu mexia com projetos; os projetos eram encaminhados para a área específica de licitação.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Perfeito, mas com licitações em si o senhor não mexia?

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Não, senhor.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– E com execução de contratos também não?

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Não, só na parte de averiguar os contratos.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Ou seja, lá, na Eletronorte...

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Eletronuclear, Deputado.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Na Eletronuclear, a execução de contratos era feita pelo assessor técnico da Secretaria de Planejamento?

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Não, senhor.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Então não entendi.

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Vou explicar.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Por favor.

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Estou dizendo ao senhor que, quando esses contratos eram para ir para a reunião de diretoria para serem aprovados, para pedir licitação, qualquer – como é que vou dizer? –, qualquer deliberação da reunião de diretoria, esses contratos passavam antes pelos assessores. Mas eram três, não era só eu.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– A parte de execução?

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Não.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– É que V. S^a disse que estava averiguando contratos na parte de execução, naquela relação que tinha na sua pasta.

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Não, eu averiguava... Desculpe-me, então me coloquei errado. Eu averiguava a execução dos contratos.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– A execução?

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Eu ligava para o responsável na área: Está tudo bem? Quantos funcionários têm nesse contrato? Têm duzentos. Os duzentos estão trabalhando?

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Quer dizer, e V. S^a então só com a execução do contrato, não era licitação?

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Licitação, não, senhor.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Nem parecer em licitação, nada?

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Não, senhor; tinha uma área específica para isso.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Veja, por que o senhor faltou com a verdade no depoimento no Ministério Público? Eu vou ler o depoimento de V. S^a no Ministério Público, página 8, para que o advogado de V. S^a possa acompanhar.

Disse V. S^a ao Ministério Público: “que tem conhecimento que se encontrava em sua pasta de trabalho, apreendida pela Polícia Federal, uma lista com a descrição dos contratos os quais já tinham sido devolvidos, de interesse da Eletronuclear e da empresa Marte, deixando consignado que tais documentos lá estavam para a análise do depoente, já que uma de suas funções, como assessor de diretoria, é de emitir pareceres a respeito de licitações com determinadas empresas, em conjunto com o diretor e o outro assistente; que não havendo segurança acerca da contra-

tação de qualquer empresa, tanto o assessor como o diretor podem encaminhar o procedimento – claro, no caso, a licitação – ao jurídico, a fim de que se dê parecer acerca do ponto duvidoso”. O senhor disse que estava mexendo com a licitação dessas empresas.

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Deputado Eduardo Cardozo, eu posso ter-me equivocado; foi um depoimento de nove horas no Ministério Público.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – É que V. S^a afirmou, V. S^a foi muito preciso.

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Sim, a palavra que está aqui no documento é essa.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Não, não, é que V. S^a depois complementa, fala que, quando houver dúvida na contratação, pede um parecer jurídico, e então V. S^a examinava. E agora V. S^a está dizendo que estava com essa lista não para cuidar de licitações, porque não mexia com licitações, mas com a execução do contrato. Permita-me: parece-me muito estranho um órgão de planejamento mexer com execução de contrato.

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Era planejamento, gestão e meio ambiente. O que era averiguado pelos...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Mas havia uma secretaria administrativa que cuidava disso...

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Sim.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – ...da execução contratual.

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Cada diretor tem três assessores, Deputado; a diretoria é colegiada. Antes desses contratos irem para a diretoria colegiada para serem autorizados para licitar, para contratar, eles passavam pelos assessores.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Sem dúvida, mas o senhor não mexia com licitações e, curiosamente, deu toda uma narrativa como se mexesse. O senhor percebe como é curioso? O senhor fala que, antes da contratação, o senhor mexia com licitação, e é uma versão completamente diferente que o senhor apresentou hoje. Quando o senhor estava cansado e confuso: lá no Ministério Público, ou hoje, aqui?

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Deputado, eu posso até ter-me equivocado...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Lá ou aqui?

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Lá, nesse depoimento. Mas eu não mexia, não montava contrato para licitação, nada disso.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – O senhor conhece o Eduardo Vilas?

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Sim, senhor.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Conheceu onde?

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Na empresa Eletronuclear.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Ele é o dono da empresa Marte?

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Sim, senhor.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – O senhor conversava freqüentemente com ele dentro da Eletronuclear?

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Não, senhor.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Conheceu-o como?

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – No décimo andar, quando ele foi a uma reunião com o diretor Castilho.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – O senhor participou dessa reunião?

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Não, senhor.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – E o conheceu como?

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Quando ele foi a uma reunião com o Diretor Castilho.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – O senhor participou dessa reunião?

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Não, senhor.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Como é que o senhor o conheceu?

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Quando entrei para entregar um papel que o diretor Luiz Rondon solicitou, ele foi apresentado.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Quem lhe pediu que fizesse esse trabalho com os contratos especificamente da Marte? Quem foi que lhe determinou?

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – O diretor Luiz Rondon.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Ele quem lhe pediu que fizesse essa análise para ver se os fiscais, se a coisa estava sendo...

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Não só eu como o outro assessor também.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Que outro assessor?

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Dr. Rodrigues Marques.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– O Rodrigues Marques e o senhor tinham esse papel de cuidar dessa auditoria, digamos assim, da execução do contrato, da checagem da execução do contrato?

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Sim, senhor.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Relativamente aos Correios, quem lhe apresentou o Sr. Maurício Marinho?

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Fui apresentado ao Sr. Maurício Marinho no dia do aniversário do Deputado Roberto Jefferson.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Por quem?

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Dr. Antonio Osório.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Quem apresentou o Sr. Cristiano Brandão ao Sr. Maurício Marinho?

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Eu.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Quando?

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – No Armazém do Ferreira.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Naquele encontro à noite?

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – No encontro à noite.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Casual?

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Casual.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– O senhor não foi almoçar, antes desse dia do Armazém, no restaurante Don Durica, na 201 norte, com o Sr. Cristiano e o Sr. Maurício Marinho, quando foi visto por várias pessoas?

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Não, senhor.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– O senhor não conhece esse restaurante Don Durica?

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Não, senhor.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Nunca esteve lá?

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Não, senhor.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Em almoço?

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Não.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– V. S^a tem certeza disso?

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Sim, senhor.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Que relação o senhor tem com a empresa Canon?

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Nenhuma.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Nunca teve nenhum contato com ninguém da Canon?

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Tive um contato com o representante da Canon.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Quem era?

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Era o Sr. César.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Foi aquele que o senhor levou a conversar com o Sr. Maurício Marinho?

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Não levei não. Ele telefonou e pediu ao Sr. Maurício Marinho que o atendesse.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– O senhor não esteve com ele e com o Sr. Maurício Marinho?

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Não, senhor.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Tem certeza?

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Absoluta.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– O senhor não esteve, no dia, entrando nos Correios junto com ele, indo até a sala do Sr. Maurício Marinho, para conversar sobre a questão da Canon?

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Não, senhor.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– O senhor nunca disse, por telefone, ao Sr. Maurício Marinho, que numa licitação que envolvia aquisição de.... que foi vitoriosa a Xerox do Brasil, aquisição de copiadoras, caso essa licitação fosse revertida, o senhor teria uma participação da Canon relativamente a isso? Numa conversa por telefone com o Sr. Maurício Marinho?

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Não, senhor.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– O senhor nunca comentou de uma participação que o senhor teria em relação a Canon, na hipótese de vencer ou de eliminar a Xerox, se a Canon ganhasse a licitação?

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Não, senhor.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Tem certeza?

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Sim, senhor.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– O senhor conhece a empresa Vitria, uma coisa assim?

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Não.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Não conhece? O senhor nunca teve contato com o advogado Wellington dessa empresa?

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Não, senhor.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Nunca teve. Tem certeza de que nunca conversou com o Dr. Wellington?

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Empresa Vitria?

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Isso, que tinha interesse em aquisição de software por inexigibilidade de licitação dos Correios.

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Não conheço não, senhor.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Tem certeza?

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Não me lembro.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Não, porque consta que o senhor apresentou o Sr. Wellington, ou pediu que o Sr. Marinho efetivamente atendesse o Sr. Wellington. O senhor não se recorda disso?

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Não, senhor.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Tem certeza?

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Tenho.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– O senhor nunca disse que o Sr. Maurício Marinho era o seu contato nos Correios?

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Não, senhor.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– O senhor conhece o Sr. Cristiano Brandão?

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Conheço.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– É seu amigo?

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – É sim, senhor.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– O senhor confia nele?

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Confiar é uma palavra... Confiar só confio na minha esposa.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Mas, sendo seu amigo, ele não tinha razão para prejudicá-lo?

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Não, senhor.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Porque na polícia ele fala exatamente isso. Ele fala que o senhor disse para ele que o Sr. Maurício Marinho era o seu contato nos Correios. Veja só o depoimento dele na polícia: “Que Marcos Vinícius falou que Maurício Marinho era o seu contato nos Correios.” Ele mentiu?

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Ele se expressou mal.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– O que o senhor disse acerca de Maurício Marinho para ele? Era seu o quê?

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Que Maurício Marinho era uma pessoa que trabalhava numa diretoria que foi indicada pelo PTB nos Correios, e não contato.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Não contato. Mas o senhor não pediu que ele o procurasse para resolver um problema?

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Quem?

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– O senhor não pediu que o Sr. Cristiano Brandão procurasse o Sr. Maurício Marinho para que ele resolvesse um problema que ele tinha?

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Não, senhor.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Nunca?

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Que o Sr. Cristiano procurasse o Sr. Marinho?

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– É.

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Não, senhor.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Então, ele mente quando fala à Polícia. O senhor tem que verificar que amizade é essa. Veja o que ele diz: “Que depois de ter sido apresentado pelo senhor, ao comentar com Marcos Vinícius a respeito de suas questões na empresa de Correios, envolvendo patrocínio do atleta César Castro, o mesmo então falou que aquela pessoa que ele havia apresentado poderia resolver o problema, que Maurício Marinho era o seu contato nos Correios, que, então, procurou o Maurício Marinho algumas vezes”.

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS
– O Sr. Cristiano chegou até a comentar comigo sobre esse caso do Sr. César Borges, que foi o que o senhor falou.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– O senhor não pediu a ele para procurar o Maurício Marinho?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS
– Não, senhor.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Então ele mentiu à polícia?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS
– Eu não pedi a ele para procurar o Sr. Maurício Marinho.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Então ele mente, porque é o que ele disse na polícia textualmente.

Falando um pouco de corretagem, o senhor fez curso para ser efetivamente um homem especializado em seguros. Na questão dos *brokers* que o IRB opera, que são, digamos assim, os corretores das operações de resseguros, quem indica o *broker*?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS
– Deputado, eu fui corretor de seguros. Eu desconheço esse assunto de resseguros.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– O senhor não conhece nada de IRB?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS
– Não, senhor.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Qual foi a empresa que fez o seguro de Angra 1 e Angra 2 resseguros? O senhor sabe qual foi? O senhor mexia com Angra, não é?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS
– Sim, quem venceu a licitação...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Quem venceu?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS
– ...foi a Bradesco Seguros.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Qual foi a corretora que intermediou?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS
– Pelo que sei na imprensa, a Assurê.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– A Assurê. Agora, o senhor veja que curioso: o Sr. Henrique Brandão, no Ministério Público, disse que quem indicava esses *brokers* era o IRB, onde, evidentemente, tinha influência na composição da Diretoria o Sr. Roberto Jefferson, que o senhor conhece bem. Ele que indicou... O IRB, que tinha a influência do Roberto Jefferson, indicou a Assurê. O senhor sabe quem fez seguro de vida, de automóveis da fundação e das usinas 1 e 2? Não é resseguros? O seguro? Qual foi a empresa?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS
– Não, senhor.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Também foi a Assurê. O senhor veja que curioso! A mesma Assurê em que V.S^a trabalhou e onde o Cristiano Brandão, seu amigo, também trabalhou. O que o Cristiano Brandão, quando trabalhava na Assurê, fazia?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS
– O que o Cristiano fazia?

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– É. Na Assurê.

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS
– Ele fazia prospecção de seguros.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Ou seja, procurava clientes?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS
– Sim, senhor.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Ou seja, o senhor é amigo de um prospector que trabalhou na Assurê, posteriormente, o senhor vai trabalhar nessa empresa como assessor de planejamento indicado por alguém do PTB, observa que o Presidente do PTB, Roberto Jefferson, tinha influência no IRB, é muito amigo do Henrique Brandão, dono da corretora Assurê, que curiosamente ganha a corretagem do resseguro de Angra 1 e 2 e toda a parte de seguros. Isso é estritamente uma coincidência a seu ver?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS
– Deputado, vou explicar para o senhor.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Por favor.

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS
– Essa parte de contratação de seguros ficava a cargo da Diretoria de Administração e Finanças. Eu trabalhava na Diretoria de Gestão, Planejamento e Meio Ambiente.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Mas o senhor tinha uma interface, porque o senhor também acompanhava os contratos com a sua secretaria?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS

– Essa diretoria era dirigida pelo Sr. José Marcos Castilho, ex-Prefeito de Angra.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Sim. Então, tudo isso, o fato de a Assurê ter ganhado essas licitações foi coincidência estrita?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS

– A indicação do Sr. José Marcos...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– É porque como o IRB indica o *broker* e ele ganha as licitações de Angra 1 e Angra 2, não para o resseguros, mas para o seguro, a Assurê tomou conta, efetivamente, me parece, de toda a parte de seguros da empresa em que o senhor trabalhava. E como é curioso que o senhor trabalhava nela, o seu amigo também era um prospector, é tudo coincidência? Essa é a minha pergunta. Não houve nenhuma interferência política para a contratação dessa empresa? Eu quero dizer por que digo isso: porque o próprio Deputado Roberto Jefferson diz, no seu depoimento, o seguinte – vou ler para o senhor: “Por que os partidos buscam nomear cargos de Governo? Para ter um homem importante de decisão que estabeleça uma relação com as empresas privadas que gravitam em torno da sua área para, na seleção de algumas, pedir àqueles empresários que possam contribuir com a caixa do partido”. Então, o Deputado Roberto Jefferson fala que é uma estratégia a nomeação de cargos para fazer caixa para o partido. Confessa que, no IRB, ele tentou obter essa caixa. Curiosamente, o senhor trabalha na empresa que, pura e simplesmente, açambarca todos os contratos de seguros e corretagem de resseguros. Não é muita coincidência?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS

– Deputado, deixe-me explicar uma coisa para o senhor.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Por favor.

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS

– Nesse caso do seguro das usinas Angra 1 e 2, houve uma licitação. Quem ganhou foi a...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– E a Assurê ganhou?

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS

– Quem ganhou foi a Bradesco Seguros. E a indicação para a corretora...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Feita pelo IRB, do *broker*, foi a Assurê. Foi a Assurê que foi indicada pelo IRB para fazer isso.

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS

– Mas quem fazia essa licitação era a Diretoria de Administração e Finanças, o Dr. José Marcos Castilho, do PT.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Sim, mas o IRB é que indicou a corretora.

O SR. MARCUS VINICIUS DE VASCONCELOS

– Era do PT, não era do PTB.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Não importa. Pode ser de qualquer partido. Pouco me importa. Se há desvio de dinheiro, pode ser do meu partido ou do seu, de qualquer um, tem de ir para a cadeia. O que estou querendo ponderar a V.S^a é objetivamente o seguinte: o IRB que indica o *broker*. Então vemos a coincidência, influência política aqui, influência política ali, e o Roberto Jefferson dizendo: olha, essa influência política é para levantar caixa para o partido.

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Essa história de *broker* eu não sei.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Sim, mas depois os outros seguros também foram ganhos pela Assurê, segundo o Sr. Henrique Brandão. Estou com o depoimento dele aqui.

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Sim, mas não sei disso. Eu não trabalhava mais na Assurê.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Tudo isso é uma coincidência.

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Eu não trabalhava mais na Assurê.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Sim, eu entendo. Mas tinha relações. O Deputado Roberto Jefferson é amigo há muitos anos do Sr. Henrique Brandão; o senhor é amigo do Cristiano, que é sobrinho do Henrique, que era prospector de seguros. É tudo uma coincidência? Essa é minha pergunta.

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Não acredito que seja coincidência, não.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Apenas para concluir, então, o que seria? Se não é coincidência, é o quê? É uma estratégia?

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Não, acredito que é um trabalho da corretora Assurê, que é uma corretora grande.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Partimos, então, de que não é coincidência. Não sendo coincidência, como alguém ganha licitações e é indicado pelo IRB? V. S^a não acha que há uma ação política para montar algum sistema nisso?

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Não, senhor. Não posso saber, se não foi a minha diretoria que indicou, nem licitou.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Não sendo coincidência, a explicação que o senhor daria para todo esse conjunto de situações que se casam... V. S^a não teria uma explicação para isso?

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Não posso explicar isso, se não fui eu que licitei nem que fiz.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Sr. Presidente, eu me reinscrevo para continuar as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB

– PA) – Concedo a palavra ao experiente Deputado Fleury.

O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, Sr. Relator, Sr. Marcus Vinicius, eu gostaria, antes de mais nada, de retornar. Parece-me que alguma coisa ficou meio vaga no seu depoimento, a começar da questão que verifiquei de que o senhor disse, durante o seu depoimento, que tinha uma empresa desativada e que ainda não havia cancelado a inscrição porque havia uma despesa a ser feita. Correto?

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Correto.

O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP) – Essa despesa seria em torno de R\$6 mil. Correto?

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Sim, senhor.

O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY – É a essa empresa que aqui se referiu o Deputado Pompeo de Mattos?

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – É sim, senhor. A Aquavit.

O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY – A Acquavit? Que foi desativada em 2001 e até agora não foi cancelado o registro porque falta pagar R\$6 mil. É isso?

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – É isso. De 2001 a 2002, Deputado Fleury.

O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP) – É isso? É essa mesma empresa?

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – É sim, senhor.

O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP) – Porque fiquei muito surpreso com a afirmação do Deputado Pompeo de Mattos de que o senhor seria proprietário de 18 empresas e não tem R\$6 mil para cancelar o registro da empresa? Eu queria que o senhor falasse alguma coisa a respeito disso. O senhor é dono de 18 empresas?

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Não sou proprietário dessas 18 empresas que o Deputado Pompeo de Mattos descreveu.

O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP)

– Porque quem tem 18 empresas tem dinheiro para fechar uma empresa – R\$6 mil – não é?

Eu queria voltar ao dia em que houve a busca e apreensão na residência do senhor. Foi o dia do depoimento do Deputado Roberto Jefferson no Conselho de Ética. Foi o que o senhor afirmou.

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Catorze de junho.

O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP) – O senhor estava na sua residência quando a Polícia Federal chegou?

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Não, senhor.

O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP) – O senhor foi avisado e se dirigiu à sua residência?

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Sim, senhor.

O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP) – O senhor disse que havia alguns documentos que foram apreendidos pela Polícia Federal, relativos à Marte Engenharia e a outras empresas, que o senhor estava examinando, e um cartão pessoal de um cidadão que lhe havia entregue um cartão. Esses documentos estavam dentro da sua pasta pessoal?

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Não eram documentos, era um simples papel.

O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP) – Sim, mas esses papéis estavam dentro da sua pasta?

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Sim, senhor.

O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP) – A sua pasta estava dentro do carro?

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Dentro do carro. O cartão eu não me lembro.

O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PSDB – SP) – Mas o senhor se dirigiu para a sua residência com o seu automóvel?

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Com o meu automóvel.

O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP) – Que tempo, mais ou menos, o senhor levou para chegar, entre o aviso e a chegada a sua residência?

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Uma hora, uma hora e dez minutos. Eu estava no Porção Hill, no Rio de Janeiro.

O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP) – Se houvesse alguma coisa suspeita o senhor poderia ter se desfeito desses documentos no trajeto?

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Poderia, se quisesse, ter jogado a pasta fora, na serra.

O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP) – O senhor fez questão de chegar e entregar a sua pasta para a Polícia Federal?

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Sim, senhor.

O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP) – Perfeito. Era isso que eu queria saber do senhor porque me chamou a atenção, já que a pasta estava dentro do carro. Se houvesse alguma coisa suspeita, em uma hora, uma hora e tanto, a cautela de alguém que tivesse uma conduta irregular seria se livrar da prova e não levar a prova até a Polícia Federal.

Há uma coisa aqui, estou começando a ver com todo respeito que tenho aos meus amigos do Partido dos Trabalhadores, porque penso que a briga interna pelo comando do Partido está vindo aqui para a CPI. O Deputado Bittar fez questão de colocar que o senhor, por ser membro da Executiva Nacional do PTB, teria alguma responsabilidade nos R\$4 milhões que foram recebidos a título pessoal pelo Deputado Roberto Jefferson. Pergunto ao senhor: houve alguma reunião da Executiva em que se tratou desse assunto?

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Não me lembro, Deputado Fleury.

O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP) – Porque, da mesma maneira, se o senhor é responsável por ser membro da Executiva Nacional, toda a Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores é responsável pelo empréstimo de R\$55 milhões do Sr. Marcos Valério. Penso que já está começando a guerra interna aqui para um desqualificar o outro por causa da disputa da eleição interna do Partido dos Trabalhadores. Da mesma maneira, quanto aos empréstimos que foram contraídos pelo tesoureiro do Partido dos Trabalhadores e que, agora, o PT nega, toda Executiva Nacional tem responsabilidade também. Ou será que o que vale para o PTB não vale para o PT? Porque se o senhor tem responsabilidade, e eu sou membro da Executiva Nacional, e o assunto não foi tratado dentro do Partido na Executiva, não me sinto responsável pelos R\$4 milhões, mas se vale para o PTB, vale para o PT também. Então, todos os dirigentes do PT, todos da Executiva Nacional têm que ser responsabilizados. O senhor concorda com o raciocínio?

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Deputado, o senhor pode repetir o final, por favor?

O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP) – Se todos os membros da Executiva Nacional do PTB deveriam ser responsabilizados pelo empréstimo de R\$4

milhões, que não foi tratado na Executiva, da mesma maneira cai por terra... Não são palavras minhas. Não estou dizendo que todos os membros da Executiva Nacional do PT devam ser responsabilizados. Quem falou foi o Deputado Jorge Bittar. Porque, se os membros da Executiva Nacional do PTB são responsáveis pelos R\$4 milhões, os membros da Executiva Nacional do PT são responsáveis pelos empréstimos feitos com o Sr. Marcos Valério. O senhor concorda com o raciocínio?

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Não, não concordo, não, Deputado.

O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP) – Não concorda?

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Não, porque o PT... No PTB, quem recebeu esse dinheiro foi o Deputado Roberto Jefferson na pessoa física.

O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP) – Sim.

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – No PT, não. A Executiva toda do PT avalizou os empréstimos.

O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP) – Não, mas é isso que estou dizendo. Entenda o que estou dizendo: eu também não me considero responsável pelos R\$4 milhões, porque não foi discutido esse assunto na Executiva, é isso que estou dizendo, está certo? O que estou dizendo é que, se vale o raciocínio para o PTB de querer imputar ao senhor responsabilidades, como membro da Executiva, e a toda a nossa Executiva Nacional, vale também para o PT. É isso que estou dizendo. O senhor entendeu?

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP) – Uma outra coisa. O senhor tomou conhecimento do acordo feito dos R\$20 milhões?

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Sim, senhor.

O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP) – O Deputado Roberto Jefferson alguma vez comentou com o senhor se isso abrangia também o acordo com a candidatura da Prefeitura do Rio de Janeiro?

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Sim, senhor.

O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP) – Sim?

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Sim.

O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP) – Ou seja, nesses R\$20 milhões estava incluído o

apoio do PTB à candidatura do Sr. Jorge Bittar no Rio de Janeiro?

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Sim, senhor.

O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP) – O senhor acompanhou a campanha do Rio de Janeiro?

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Sim, senhor.

O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP) – O senhor se recorda de um contrato de publicidade de R\$3,8 milhões que teria sido celebrado com essa campanha, através da campanha do Sr. Jorge Bittar com a Empresa Casablanca e que teria sido lançado na prestação de contas por R\$800 mil?

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Ouvi falar sim, senhor.

O SR. LUIZ ANTONIO FLEURY (PTB – SP) – Ouviu falar?

Eu quero, para encerrar, Sr. Marcus Vinícius, dizer o seguinte: entendo que houve referências indevidas ao seu nome e que, na verdade, vemos que está havendo uma pressão em relação ao Deputado Roberto Jefferson. E o senhor está aqui convocado, na minha avaliação – podem outros discordarem da minha avaliação –, simplesmente por ser genro do Deputado Roberto Jefferson. Está certo?

Eu fiz questão de vir a esta Comissão – eu sou suplente desta Comissão; estou atuando mais na CPI do Mensalão; não dá tempo de acompanhar as duas – simplesmente para verificar o depoimento. Penso que não vou me estender, nem é o caso de me estender. Mas quero dizer que não pode haver dois pesos e duas medidas.

Faço apenas e tão-somente mais uma questão sobre os R\$4 milhões. Eu vou insistir nesta pergunta, embora o senhor já tenha repetido. Antes das declarações do Deputado Roberto Jefferson, alguma vez esse assunto foi discutido dentro da Executiva Nacional?

O SR. MARCUS VINICIUS VASCONCELOS FERREIRA – Não, senhor.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Eu quero deixar bem claro que esse assunto nunca foi discutido dentro da Executiva Nacional do Partido Trabalhista Brasileiro.

No mais, eu encerro por aqui e agradeço. Posso, eventualmente, me reinscrever, dependendo do andar da carruagem.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Obrigado, Deputado Fleury.

Na fase de inscrições, concedo a palavra à eminente conterrânea Senadora Ana Júlia Carepa. Antes, porém, concedendo três minutos ao depoente.

(Reunião interrompida.)

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Reabertos os trabalhos, concedo a palavra à Senadora Ana Júlia Carepa por três minutos.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Eu vou tentar ser bem breve. Eu também sou suplente desta Comissão. Faço parte da outra Comissão como titular. Então, é difícil realmente estar em todas as atividades.

Ainda há pouco, ouvi o senhor respondendo em relação a algumas questões. Primeiro, gostaria de perguntar o que o senhor sabe do encontro do Deputado Roberto Jefferson com o Sr. Molina, em Belém do Pará, onde trabalha, inclusive, o filho do Deputado Roberto Jefferson, na Prefeitura de Belém?

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Só de ouvir dizer do depoimento do Molina, se não me engano...

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – O Deputado jamais comentou nada? Porque ele disse que foi chantageado, inclusive nessa reunião em Belém.

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não, senhora; não sei não. Nunca comentou nada não.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Certo. O senhor falou ainda há pouco dos R\$4 milhões que o Sr. Emerson Palmieri – que veio inclusive à CPMI da Compra de Votos – disse que separou em lotes de R\$150 mil a R\$200 mil, depois guardou no cofre e que, quando foi falar alguns dias depois com o Deputado Roberto Jefferson, ele disse que esses recursos não estavam mais na sede do PTB.

Por que o senhor acha que esses recursos não foram distribuídos aos candidatos do PTB?

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Senadora, eu vou dizer isso para a senhora porque, algumas vezes, presenciei candidatos a prefeito ligando e interpelando o Deputado Roberto Jefferson a respeito desse assunto. Eu acredito que, se ele tivesse distribuído os R\$4 milhões, essa pressão não teria acontecido.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Mas o que o senhor está afirmando é diferente do que o Roberto Jefferson já afirmou. Ele afirmou na CPMI da Compra de Votos que distribuiu esses recursos para candidatos do PTB. É óbvio que deve ter distribuído principalmente para as candidaturas que tinham mais chances de vencer.

Então, é natural que se distribuiu para quem tinha mais chances, algumas ficaram com menos ou sem nada.

O senhor não deve repetir isso mais, porque senão o senhor estará desmentindo o Deputado ou dizendo

que ele mentiu. E quero crer que, apesar de ele já ter se contraditado – num momento, disse que guardou; em outro, disse que distribuiu –, ele afirmou para vários Parlamentares, não apenas para mim – disse até que ia devolver o dinheiro –, inclusive respondendo pergunta de Deputado da CPMI da Compra de Votos, que ele não tinha mais os R\$4 milhões para devolver e que os tinha distribuído. Por quê? Se ele diz que não tem mais os R\$4 milhões para devolver e se não os distribuiu, aí é mais complicado ainda, porque ele fez uso de outra forma. Mas ele afirmou e reafirmou, na CPMI da Compra de Votos – que foi a última versão que ele fez publicamente, porque ele já tinha dado outras –, que ele distribuiu aos candidatos. Mas ele não vai dizer para quem foi. Aí cabe a quem quiser ir atrás tentar investigar nas campanhas do PTB. Campanhas inclusive vitoriosas. Campanhas que tinham chances, que devem ter recebido parte desses recursos, desses R\$4 milhões.

Quero lhe informar que o Deputado Roberto Jefferson já confessou que distribuiu os R\$4 milhões.

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Senadora, eu dei minha opinião pessoal.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – E eu estou lhe dizendo as declarações do Deputado, até porque a sua opinião vai de encontro à confissão dele.

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Mas essa é a minha opinião.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Então, na sua opinião, ele mentiu?

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não senhora; pode ter se equivocado, mentir não.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Ele foi questionado por mim, inclusive saiu em matéria do “Jornal Nacional” da Globo: “Afinal, Deputado, o senhor distribuiu ou o senhor guardou no cofre? Qual é a versão verdadeira? Onde é que o senhor mentiu: na entrevista para a **Folha de S.Paulo** ou na Comissão de Ética?”

E ele disse: “Distribuí o dinheiro, só não vou dizer para quem”.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Quero alertá-la que seu tempo expirou, Senadora. Muito obrigado.

Com a palavra, por três minutos, o Deputado José Eduardo Cardozo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Serei breve, Sr. Presidente, apenas para completar o rol de perguntas que não tinha conseguido na primeira etapa.

O Sr. Cristiano Brandão, quando saiu da Assurê veio para Brasília. Ele faz o que aqui? Trabalha em quê?

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Deputado Eduardo Cardozo, eu posso voltar atrás e tentar ser mais claro com o senhor na questão?

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Por favor, se o senhor for breve, por causa do tempo.

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – O que aconteceu é que o seguro de Angra I e Angra II foi licitado, aconteceu uma licitação e, em uma das cláusulas desse contrato, quero deixar claro para o senhor... Eu realmente não tinha me inteirado disso e, quando fui questionado pelo Sr. Procurador, no Rio de Janeiro, eu perguntei ao Dr. Luiz Rondon: “Rondon, o que aconteceu?” Ele falou: “Marcus, uma das cláusulas desse contrato é que não houvesse comissão de corretagem. Comissão zero. E a indicação da corretora foi feita pela Diretoria de Administração e Finanças da Eletronuclear, que era dirigida pelo Sr. José Marcos Castilho, do PT”.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Não foi feita pelo IRB?

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não foi feita pelo IRB.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – O Sr. Henrique Brandão fala isso em seu depoimento. Ele chega inclusive a usar uma expressão, dizendo que acredita que o IRB o indicava – está aqui o que ele diz: “Que não sabe informar por que o IRB lhe indicara para a operação de resseguro em Furnas ou de qualquer outra empresa estatal ou sociedade de economia mista, creditando essa escolha ao fato da parceria da sua empresa com a Acordia, a quarta maior do grupo financeiro do mundo. Que também credita essas escolhas a de abrir o resseguro com empresas que tivesse tradição...” Deixa claro que foi o IRB.

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Eu desconhecia esse depoimento.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – É do Sr. Henrique Brandão, que é o dono da Assurê.

Com relação ao Sr. Cristiano Brandão, o que ele fazia efetivamente? O que ele faz efetivamente? Qual o trabalho que ele tem aqui em Brasília?

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Deputado, não sei. Não posso dizer-lhe.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Mas ele é seu amigo.

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Sim, meu amigo de...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Aliás, ele disse que inclusive serviu ao senhor como motorista algumas vezes.

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não, motorista não!

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Ele fala isso.

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Motorista é muito pesado.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Mas o que ele faz?

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Eventualmente, ele me deu carona do aeroporto para o hotel.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Isso me surpreende, porque o Sr. Henrique Brandão, em seu depoimento ao Ministério Público, disse que o Cristiano Brandão saiu da empresa porque se encantou com as facilidades de Brasília. Como amigo dele, gostaria de perguntar-lhe que facilidades seriam essas?

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Desconheço, Deputado.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Perfeito.

A empresa Pactum pertence ao Sr. Cristiano, não pertence?

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Sim.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– O que faz a empresa Pactum?

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não sei.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Ele não pediu ao senhor para lhe apresentar prefeitos?

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Assessoria. Ele pediu e eu disse que não faria.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Então o senhor sabe o que fazia a Pactum?

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Sim, mas eu respondi a ele que não faria.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Que tipo de assessoria a Pactum prestava?

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Eu não sei.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Mas quando ele pediu ao senhor para apresentá-lo a prefeitos, ele disse que tipo de trabalho ele tinha proposto?

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não. Eu cortei porque isso não tinha nenhuma ligação com o trabalho que eu fazia. Eu não tinha como ajudá-lo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Ou seja, ele não disse que tipo de consultoria ele prestaria? No depoimento ao Ministério Público, V. S^a disse que “Cristiano pediu que apresentasse a Pactum a prefeitos do PTB, não importava o Estado”. Ele não disse por que deveria apresentar?

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não senhor. Eu cortei logo o Sr. Cristiano.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Por quê?

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Porque eu não tinha como fazer isso.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Mas o senhor, como membro da Executiva Nacional, tem acesso aos prefeitos?

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Sim, eu tenho acesso aos prefeitos, mas não queria, não podia fazer isso.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Por que não podia?

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Eu sou genro do presidente, trabalhava na Eletronuclear.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Certo. O senhor já trabalhou na arrecadação de campanhas eleitorais?

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não senhor.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– O senhor não foi do Comitê Financeiro de Petrópolis da campanha?

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Fui, sim senhor, mas o Comitê não arrecadou nenhum centavo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– O senhor pertenceu ao comitê financeiro e não arrecadou nada para a campanha?

O SR. MARCUS VINÍCIUS DE VASCONCELOS FERREIRA – Não senhor.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Agradeço ao depoente, ao seu advogado, aos ilustres Deputados e Senadores, pela participação.

Antes de encerrar esta reunião, convoco uma reunião administrativa para amanhã, às 10 horas, neste mesmo local.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 21 horas e 42 minutos.)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN,
PARA INVESTIGAR AS CAUSAS
E CONSEQUÊNCIAS DE DENÚNCIAS
E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS
POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS
– EMPRESA BRASILEIRA
DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

Ata da 31ª Reunião, realizada em 25/08/2005.

Aos vinte e cinco dias do mês de agosto do ano de dois mil e cinco, às onze horas e onze minutos, na sala 02 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Delcídio Amaral e ainda com as presenças dos Senadores Heráclito Fortes, César Borges, Demóstenes Torres, Álvaro Dias, Ideli Salvatti, Sibá Machado, Valdir Raupp, Íris de Araújo, Ney Suassuna, Jefferson Peres, Fernando Bezerra, José Jorge, Ana Júlia Carepa e Leomar Quintanilha, e dos Deputados Carlos Abicalil, Jorge Bittar, Maurício Rands, Asdrúbal Bentes, Antônio Carlos Magalhães Neto, Osmar Serraglio, Onyx Lorenzoni, Gustavo Fruet, Nelson Meurer, Arnaldo Faria de Sá, Medeiros, Juíza Denise Frossard, Pompeo de Mattos, Henrique Fontana, José Eduardo Cardozo, Jamil Murad, Aníbal Gomes, César Schirmer, Sílvio Torres, Feu Rosa e João Fontes, reúne-se a COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN, PARA INVESTIGAR AS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DE DENÚNCIAS E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS – EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos da trigésima primeira reunião e informa que a pauta prevê à apreciação e votação de requerimentos. São submetidos à discussão e votação nominal os seguintes requerimentos que tratam da transferência de sigilo: **Requerimento nº 518** de autoria dos Deputados Onyx Lorenzoni e Antonio Carlos Magalhães Neto, que requisita a quebra do sigilo bancário do Fundo de Pensão da CENTRUS, nos Bancos BMG e Rural; **Requerimento nº 519** de autoria dos Deputados Onyx Lorenzoni e Antônio Carlos Magalhães Neto, que requisita a quebra do sigilo bancário do Fundo de Pensão da Real Grandeza, nos Bancos BMG e Rural; **Requerimento nº 520** de autoria dos Deputados Deputados.

Onyx Lorenzoni e Antônio Carlos Magalhães Neto, que requisita a quebra do sigilo bancário do Fundo de Pensão da Eletros, nos Bancos BMG e Rural; **Requerimento nº 521** de autoria dos Deputados Onyx Lorenzoni e Antônio Carlos Magalhães Neto, que requisita a quebra do sigilo bancário do Fundo de Pensão da Serpros, nos Bancos BMG e Rural; **Requerimento nº 522** de autoria dos Deputados Onyx Lorenzoni e Antônio Carlos Magalhães Neto, que solicita a transferência do sigilo bancário do Fundo de Pensão da Postal, nos Bancos BMG e Rural; **Requerimento nº 524** de autoria dos Deputados Onyx Lorenzoni e Antônio Carlos Magalhães Neto, que solicita a transferência do sigilo bancário do Fundo de Pensão da PORTUS, nos bancos BMG e Rural; Aprovado com 17 votos favoráveis: **Requerimento nº 550** de autoria do Deputado Carlos Sampaio, que solicita à Presidência do Senado Federal a disponibilização das bases de dados das contas CC5 e da Beacon Hil, utilizadas pela CPMI do Banestado; Aprovado com 19 votos favoráveis: **Requerimento nº 553** de autoria do Deputado Onyx Lorenzoni, que solicita a CPMI, que requirite a quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico das empresas Duda Mendonça & Associados Ltda e CEP-Comunicação e Estratégia Política e de seus sócios, José Eduardo Cavalcanti de Mendonça e Zilmar Fernandes da Silveira; Aprovado com 17 votos favoráveis: **Requerimento nº 687** de autoria do Deputado Arnaldo Faria de Sá, que solicita a quebra do sigilo telefônico dos números 9953-5444 e 8838-5444, código de área 031, da Senhora Simone Reis Lobo Vasconcelos; Aprovado com 17 votos favoráveis: **Requerimento nº 688** de autoria do Deputado Arnaldo Faria de Sá, que requer a quebra do sigilo telefônico do número 8832-9020, código de área 031, do Senhor Marcos Valeiro Fernandes de Souza; Aprovado com 19 votos favoráveis: **Requerimento nº 703** de autoria do Senador César Borges e da Senadora Heloísa Helena, que requerem sejam transferidos a esta CPMI os sigilos bancários, fiscais e telefônicos da empresa Corretora Bônus/Banval, nos últimos 05 anos; e Rural; Aprovado com 18 votos favoráveis: **Requerimento nº 704** de autoria do Senador Senador Álvaro Dias, que requer a transferência dos sigilos fiscal, bancário e telefônico de Simone Reis Lobo de Vasconcelos; Aprovado com 18 votos favoráveis: **Requerimento nº 721** de autoria dos Deputados Iriny Lopes, Jorge Bittar e Henrique Fontana, que solicitam a quebra do sigilo bancário da empresa Athenas Trading S/A; **Requerimento nº 744** de autoria do Deputado Gustavo Fruet, que requisita a transferência de sigilo bancário da empresa Athens Trading S/A CNPJ 32.468.746/0001-10; Aprovado com 17 votos favoráveis: **Requerimento nº 745** de autoria

do Deputado Gustavo Fruet, que requisita a transferência de sigilo bancário da empresa RS Empreendimentos e Participações Ltda. CNPJ 17.264.524/0001-92; Aprovado com 17 votos favoráveis: **Requerimento nº 756** de autoria do Deputado Feu Rosa, que solicita quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico da Empresa Athens Trading; localizada no Estado do Espírito Santo; Aprovado com 18 votos favoráveis: **Requerimento nº 761** de autoria do Deputado Osmar Serraglio, que solicita a transferência do sigilo bancário das pessoas físicas e jurídicas para Receita Federal relacionadas: Marcos Valério Fernandes de Souza 403.760.956-87; Renilda Maria Santiago F. de Souza 492.881.806-72; SMP&B Comunicação Ltda 01.322.078/0001-30; Graffiti Participações Ltda 19.163.138/0001-30; DNA Propaganda Ltda 17.397.076/0001-03; DNA Propaganda Ltda 17.397.076/0001-03; 2S Participações Ltda 05.221.885/0001-24; Solimões Publicidade 16.602.781/0001-24; **Requerimento nº 868** de autoria da Senadora Heloisa Helena, que solicita transferência de sigilo bancário da conta CC5 nº 60.394.079/0001-04, e de todas as outras contas CC5 mantidas titularizadas pelo não residente Nassau Branch no Bank Boston NA de Bahamas, no Brasil, no período de janeiro de 1998 até a presente data; **Requerimento nº 535** de autoria do Senador César Borges, que solicita a convocação para prestar depoimento na Polícia Federal dos Srs. Aluizio do Espírito Santo, Antônio Fausto da Silva Barros, Cristiano Paiva Neves, Fernando César Rocha Pereira, Nestor Francisco de Oliveira e Roberto Marques; Aprovado com 20 votos favoráveis: **Requerimento nº 424** Senador Demóstenes Torres, que solicita ao COAF informações sobre saques, em espécie, superiores a R\$ 100 mil entre os anos de 2003 e 2005, realizados pela Mallmann Propaganda, Petra Construções Ltda, L J Construções Ltda, e Ab Propaganda e Marketing Ltda; Aprovado com 18 votos favoráveis: **Requerimento nº 596** de autoria dos Deputados Gustavo Fruet, Eduardo Paes e Carlos Sampaio, que requer seja solicitada ao Banco Central o envio de informações sobre 1) Análises, auditagens e quaisquer outros estudos e relatórios feitos pelo Banco Central a partir dos balanços dos Bancos BMG, Rural e do Brasil e resultados das fiscalizações por ele realizadas em tais instituições financeiras relativamente aos exercícios 2002 a 2004. 2) que providências foram adotadas a partir das análises dos balanços e resultados da fiscalização a que se refere na pergunta 1; **Requerimento nº 759** de autoria do Senador Álvaro Dias, que solicita ao Banco do Brasil que encaminhe a esta CPMI cópia do relatório de auditoria instaurada com o objetivo de apurar todos os procedimentos re-

ferentes à aplicação e à utilização dos recursos do fundo da Visanet, mais especificamente no que toca ao pagamento realizado no dia 12/03/2004, no valor de R\$ 35 milhões, efetuado pela Visanet em favor da agência de publicidade DNA; Aprovado com 18 votos favoráveis: **Requerimento nº 839** de autoria dos Senadores Pedro Simon, Álvaro Dias, Ana Júlia Carepa, Heloísa Helena e Íris de Araújo, que solicitam a transferência de todas as bases de dados e respectivos documentos comprobatórios relativos às movimentações realizadas no MTB Bank, pertencentes ao acervo da CPMI do “Banestado; Aprovado com 18 votos favoráveis: **Requerimento nº 851** de autoria dos Deputados Onyx Lorenzoni e Antônio Carlos Magalhães Neto que solicitam à Comissão de Valores Mobiliários – CVM os documentos referentes à investigação sigilosa realizada na Bônus Banval Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários Ltda; Aprovado com 19 votos favoráveis: **Requerimento nº 762** de autoria do Deputado Gustavo Fruet, que requer informações ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), sobre a Unidade de Inteligência Financeira do Uruguai; Aprovado com 19 votos favoráveis: **Requerimento nº 763** de autoria do Deputado Gustavo Fruet, que requer informações ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), sobre a Unidade de Inteligência Financeira do Uruguai; Aprovado com 18 votos favoráveis: **Requerimento nº 789** de autoria da Senadora Ideli Salvatti, que solicita seja requisitado ao Departamento de Polícia Federal, o envio de cópia dos inquéritos resultantes da CPMI do Banestado – IPL 1026/2003 – SR – PR; Aprovado com 18 votos favoráveis: **Requerimento nº 803** de autoria do Senador César Borges, que solicita ao Departamento de Polícia Federal que acione a Interpol para rastrear os depósitos feitos a uma empresa off-shore, denominada “Dusseldorf”, no Bank of Boston, nas Bahamas, aberta pelo publicitário José Eduardo Cavalcanti de Mendonça (Duda Mendonça) em torno de R\$10 milhões. Aprovado com 18 votos favoráveis: **Requerimento nº 804** de autoria do Deputado Carlos Abicalil e da Senadora Ideli Salvatti, que solicitam a transferência do sigilo bancário fiscal e telefônico da empresa Visanet, nos últimos cinco anos. Aprovado com 19 votos favoráveis: **Requerimento nº 805** de autoria do Deputado Carlos Abicalil e Sen. Ideli Salvatti, que solicitam a transferência do sigilo bancário fiscal e telefônico da empresa Amazônia Celular, nos últimos 10 anos. Aprovado com 19 votos favoráveis: **Requerimento nº 806**, de autoria do Deputado Carlos Abicalil e da Senadora Ideli Salvatti, que solicitam transferência do sigilo bancário fiscal e telefônico da empresa Telemig Celular, nos últimos 10 anos; Apro-

vado com 19 votos favoráveis: **Requerimento nº 811** de autoria da Senadora Heloísa Helena, que solicita a transferência de sigilo bancário da conta CC5 nº 00089713052, titularizada pelo banco não residente Bank Boston Nasau Branch, NA, com sede em Bahamas, mantida no Brasil no Bank Boston Múltiplo S. A, CNPJ nº 60.394079/0001-04, sediado em São Paulo, no período de janeiro de 1998 até a presente data; Aprovado com 20 votos favoráveis: **Requerimento nº 827** de autoria Deputado Silvio Torres, que requer a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do Sr. Henrique Pizzolato, nos últimos 5 anos; **Requerimento nº 844** de autoria do Senador Álvaro Dias, que solicita a convocação do Sr. Daniel Dantas; **Requerimento nº 810** de autoria dos Deputados Antonio Carlos Magalhães Neto, e Onyx Lorenzoni que solicitam a convocação do Sr. Antonio Oliveira Claramunt, o Toninho da Barcelona; **Requerimento nº 813** de autoria do Deputado Geraldo Thadeu, que solicita a convocação do Sr. Antônio Oliveira Claramunt. Os **Requerimentos 600 e 601** são retirados; O **Requerimento 621** foi considerado prejudicado; **Requerimentos 657 a 676** foram excluídos. O **Requerimento nº 753** foi rejeitado. os **requerimentos 810 e 813**. Aprovado com 18 votos favoráveis: **Requerimento 868** de autoria da Senadora Heloísa Helena, que requer transferência de sigilo bancário da conta CC5 nº 60.394.079/0001-04, e de todas as outras contas CC5 mantidas titularizadas pelo não residente Nassau Branch of Bank Boston NA de Bahamas, no Brasil, no período de janeiro de 1998 até a presente data. Pela ordem de inscrição, fizeram uso da palavra os seguintes parlamentares: Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, Deputado Mauricio Rands, Deputado Arnaldo Faria de Sá, Deputado Carlos Abicalil e Senadora Ideli Salvatti. Às dezessete horas e cinquenta e cinco minutos, por determinação do Presidente da Casa, fica suspensa a reunião em virtude de estar ocorrendo a Ordem do Dia no Plenário, com votação. Às dezoito horas e cinquenta e cinco minutos a sessão é reaberta sob a Presidência do Deputado Asdrúbal Bentes. Pela ordem de inscrição, fazem uso da palavra, ainda, os Deputados Carlos Abicalil, Onyx Lorenzoni, Pompeo de Mattos, Jorge Bittar, Sílvio Torres, Jamil Murad, Geraldo Thadeu, José Eduardo Cardozo, Antônio Fleury, Senadores César Borges, Ana Júlia Carepa e Demóstenes Torres. Encerra-se a presente reunião às quatorze horas e dois minutos e convoca-se os membros para a próxima reunião prevista para o dia trinta e um de agosto. E, para constar, eu, *Wanderley Rabelo da Silva*, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá

à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da presente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Com as graças e as bênçãos de Deus, havendo número regimental, declaro aberta a 31ª reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada por meio do Requerimento nº 3, de 2005, do Congresso Nacional, para investigar as causas e conseqüências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Esclareço que a pauta desta reunião destina-se à reunião administrativa.

Recebi o expediente do Deputado José Janene, Líder do PP, indicando o Deputado Ildeu Araújo, do PP de São Paulo, como suplente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a investigar as causas e as conseqüências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, em substituição ao Deputado Ronivon Santiago, PP do Acre.

O Deputado Ildeu já se encontra presente também. Bem-vindo, Deputado Ildeu!

Vamos dar continuidade à reunião administrativa de ontem.

Depois de aprovados ou rejeitados os requerimentos, faremos um intervalo de dez minutos para combinar a agenda, porque pretendemos fazer uma agenda de três semanas e com uma caracterização sólida das atividades nossas.

Terça-feira, o Deputado Abicalil já vai apresentar as agendas das oitivas com grupos menores de Parlamentares para acelerarmos as oitivas daquelas pessoas que são convocadas e que não virão para o plenário da CPMI. E aí eu pediria, Deputado Abicalil, que já fizéssemos as convocações hoje ainda, para que atendamos o prazo regimental mínimo de 48 horas, para começarmos já, na terça-feira.

Às quartas, faremos as reuniões do plenário, as oitivas maiores no Plenário da CPMI; e, na quinta-feira, as reuniões administrativas.

Dito isso, passo a palavra ao Deputado Relator Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, ontem estávamos procedendo às votações consensuais que dependiam de votação nominal. Vamos prosseguir nessas votações.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Sr. Relator, eu gostaria de pedir uma coisa ao senhor: só para lembrarmos quais foram as

votações nominais feitas ontem, ou seja, os requerimentos já aprovados ontem.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Os de nºs 515, 516 e 517 foram aprovados ontem. O próximo é o de nº 518, que corresponde à transferência do sigilo bancário do fundo de pensão da Centrus nos bancos BMG e Rural.

Sr. Presidente, antes, eu queria esclarecer ao Plenário que os Deputados Gustavo Fruet e Carlos Sampaio se dirigiram ao Tribunal de Contas da União, onde foram, mais uma vez, manter a interlocução que temos em relação às investigações conjuntas. Não foram ainda não? Ainda estão aqui, mas já se estão deslocando e justificando a ausência, que vai ocorrer em relação às suas votações.

O próximo número, então, Sr. Presidente, é esse que acabei de anunciar: o 518. É da Centrus, Bancos Rural e Minas Gerais.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Requerimento nº 518.

Em votação.

Deputado Carlos Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Jorge Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Voto “sim”,

Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Maurício Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Voto

“sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Asdrubal Bentes.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Voto

“sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Relator Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Fernando Diniz.

O SR. FERNANDO DINIZ (PMDB – MG) – Voto

“sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado ACM Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Voto

“sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Eduardo Paes.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Voto

“sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Gustavo Fruet.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Voto

“sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Nélio Dias. (Pausa.)

Deputado Nelson Meurer.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Voto “sim”,

Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Arnaldo Faria de Sá. (Pausa.)

Deputado Medeiros.

O SR. MEDEIROS (PL – SP) – Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputada Juíza Denise Frossard; Deputado Pompeo de Mattos. (Pausa.)

Vamos aos Suplentes:

Deputada Rose de Freitas. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Aníbal Gomes.

O SR. ANÍBAL GOMES (PMDB – CE) – Voto

“sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Silvio Torres.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Voto “sim”,

Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Feu Rosa.

O SR. FEU ROSA (PP – ES) – Voto “sim”, Sr.

Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Luiz Antonio Fleury. (Pausa.)

Deputado Ildeu Araújo.

O SR. ILDEU ARAÚJO (PP – SP) – Voto “sim”,

Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado João Fontes. (Pausa.)

Vamos aos Senadores.

Senador Heráclito Fortes. (Pausa.)

Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Voto “sim”,

Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Demóstenes Torres; Senador Sérgio Guerra. (Pausa.)

Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Voto “sim”,

Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Voto “sim”,
Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Aelton Freitas; Senador Sibá Machado; Senador Luiz Otávio; Senador Valdir Raupp; Senadora Iris de Araújo. (Pausa.)

Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Voto
“sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Voto
“sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Fernando Bezerra; Senadora Heloísa Helena; Senador Valdir Raupp. (Pausa.)

Vamos aos Suplentes.

Senador Efraim Moraes; Senador José Jorge; Senador Romeu Tuma; Senador Arthur Virgílio; Senador Almeida Lima; Senador Roberto Saturtino; Senadora Fátima Cleide; Senadora Ana Júlia Carepa; Senador Flávio Arns; Senador Garibaldi Alves Filho; Senador Leomar Quintanilha; Senador Gerson Camata; Senador Sérgio Zambiasi; Senador Geraldo Mesquita Júnior. (Pausa.)

Vou proceder à contagem dos votos. (Pausa.)

Vinte votos “sim”.

Requerimento aprovado.

Concedo a palavra ao Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sr. Presidente, o próximo requerimento é o de nº 519, do Fundo de Pensão Real Grandeza, também no Banco Rural e no Banco Minas Gerais.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Vamos começar pelos Senadores.

Senador Heráclito Fortes. (Pausa.)

Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Voto “sim”,
Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Demóstenes Torres; Senador Sérgio Guerra. (Pausa.)

Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Voto “sim”,
Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senadora Ideli Salvatti; Senador Aelton Freitas; Senador Sibá Machado; Senador Luiz Otávio; Senador Valdir Raupp; Senadora Iris de Araújo. (Pausa.)

Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Voto
“sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Voto
“sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Fernando Bezerra; Senadora Heloísa Helena. (Pausa.)

Vamos aos Suplentes.

Senador Efraim Moraes; Senador José Jorge; Senador Romeu Tuma; Senador Arthur Virgílio; Senador Almeida Lima; Senador Roberto Saturtino; Senadora Fátima Cleide; Senadora Ana Júlia Carepa; Senador Flávio Arns; Senador Garibaldi Alves Filho; Senador Leomar Quintanilha; Senador Gerson Camata; Senador Sérgio Zambiasi; Senador Geraldo Mesquita Júnior. (Pausa.)

Deputados.

Deputado Carlos Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Voto
“sim”, Sr. Presidente., Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Jorge Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Voto “sim”,
Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Maurício Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Voto “sim”,
Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Asdrubal Bentes.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Voto
“sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Fernando Diniz. (Pausa.)

Deputado ACM Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO
(PFL – BA) – Voto “sim”, Sr. Presidente., Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONIX LORENZONI (PFL – RS) – Voto
“sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Eduardo Paes; Deputado Gustavo Fruet; Deputado Nélcio Dias. (Pausa.)

Deputado Nelson Meurer.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Voto “sim”,
Sr. Presidente., Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Arnaldo Faria de Sá. (Pausa.)
Deputado Medeiros.

O SR. MEDEIROS (PL – SP) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputada Juíza Denise Frossard; Deputado Pompeu de Mattos. (Pausa.)

Suplentes.

Deputado Aníbal Gomes.

O SR. ANÍBAL GOMES (PMDB – CE) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Sílvio Torres.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Feu Rosa.

O SR. FEU ROSA (PP – ES) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. PT – MS)
– Deputado Luiz Antonio Fleury. (Pausa.)

Deputado Ildeu Araujo.

O SR. ILDEU ARAUJO (PP – SP) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado João Fontes. (Pausa.)

Vou proceder à contagem dos votos.

Dezoito votos “sim”.

Requerimento aprovado.

Concedo a palavra ao Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sr. Presidente, o Requerimento nº 520 solicita a transferência do sigilo bancário do Fundo de Pensão da Eletros nos Bancos Minas Gerais e Rural.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Carlos Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Jorge Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Maurício Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Asdrúbal Bentes.

O SR. ASDRÚBAL BENTES (PMDB – PA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Fernando Diniz. (Pausa.)

Deputado ACM Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Onix Lorenzoni.

O SR. ONIX LORENZONI (PFL – RS) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Eduardo Paes. (Pausa.)

Deputado Gustavo Fruet.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Nélcio Dias. (Pausa.)

Deputado Nelson Meurer.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Arnaldo Faria de Sá. (Pausa.)

Deputado Medeiros.

O SR. MEDEIROS (PL – SP) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputada Juíza Denise Frossard; Deputado Pompeu de Mattos. (Pausa.)

Suplentes: Deputado Aníbal Gomes.

O SR. ANÍBAL GOMES (PMDB – CE) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Sílvio Torres.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Feu Rosa.

O SR. FEU ROSA (PP – ES) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Luiz Antonio Fleury; Deputado Wellington. (Pausa.)

Deputado Ildeu Araujo.

O SR. ILDEU ARAUJO (PP – SP) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado João Fontes. (Pausa.)

Senadores.

Senador Heráclito Fortes. (Pausa.)

Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Demóstenes Torres; Senador Sérgio Guerra. (Pausa.)

Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senadora Ideli Salvatti; Senador Aelton Freitas; Senador Sibá Machado; Senador Luiz Otávio; Senador Valdir Raupp; Senadora Iris de Araújo. (Pausa.)

Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Fernando Bezerra; Senadora Heloísa Helena. (Pausa.)

Suplentes.

Senador Efraim Morais; Senador José Jorge; Senador Romeu Tuma; Senador Arthur Virgílio; Senador Almeida Lima; Senador Roberto Saturnino; Senadora Fátima Cleide; Senadora Ana Júlia Carepa; Senador Flávio Arns; Senador Garibaldi Alves Filho; Senador Leomar Quintanilha; Senador Gerson Camata; Senador Sérgio Zambiasi; Senador Geraldo Mesquita Júnior. (Pausa.)

Vou proceder à contagem dos votos.

Dezoito votos “sim”.

Aprovado o Requerimento nº 520.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, o próximo é o Requerimento nº 521, que solicita a transferência do sigilo bancário do fundo de pensão da Eletros nos Bancos Rural e Minas Gerais.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Em votação o Requerimento nº 521.

Senador Heráclito Fortes; Senador César Borges.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, é da Serpros.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Requerimento nº 521, da Serpros.

Senador Heráclito Fortes. (Pausa.)

Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Demóstenes Torres; Senador Sérgio Guerra. (Pausa.)

Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senadora Ideli Salvatti; Senador Aelton Freitas; Senador Sibá Machado; Senador Luiz Otávio; Senador Valdir Raupp; Senadora Iris de Araújo. (Pausa.)

Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Fernando Bezerra; Senadora Heloísa Helena. (Pausa.)

Suplentes: Senador Efraim Morais; Senador José Jorge; Senador Romeu Tuma; Senador Arthur Virgílio; Senador Almeida Lima; Senador Roberto Saturnino; Senadora Fátima Cleide; Senadora Ana Júlia Carepa; Senador Flávio Arns; Senador Garibaldi Alves Filho; Senador Leomar Quintanilha; Senador Gerson Camata; Senador Sérgio Zambiasi; Senador Geraldo Mesquita Júnior. (Pausa.)

Deputados: Carlos Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Jorge Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Maurício Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Asdrubal Bentes.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Fernando Diniz. (Pausa.)

Deputado ACM Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Eduardo Paes (Pausa.)

Deputado Gustavo Fruet.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Nélio Dias. (Pausa.)

Deputado Nelson Meurer.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Arnaldo Faria de Sá. (Pausa.)

Deputado Medeiros.

O SR. MEDEIROS (PL – SP) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputada Juíza Denise Frossard; Deputado Pompeu de Mattos. (Pausa.)

Suplentes: Deputado Aníbal Gomes.

O SR. ANÍBAL GOMES (PMDB – CE) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Silvio Torres.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Feu Rosa.

O SR. FEU ROSA (PP – ES) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Luiz Antonio Fleury. (Pausa.)

Deputado Ildeu Araujo.

O SR. ILDEU ARAUJO (PP – SP) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado João Fontes. (Pausa.)

Vou proceder à contagem dos votos.

Dezoito votos “sim”.

Aprovado o Requerimento nº 521.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sr. Presidente, o próximo é o Requerimento nº 522, do fundo de pensão Postalís, também nos Bancos Minas Gerais e Banco Rural.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Em votação o Requerimento nº 522.

Deputado Carlos Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Jorge Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Maurício Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Asdrubal Bentes.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Fernando Diniz. (Pausa.)

Deputado ACM Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Eduardo Paes. (Pausa.)

Deputado Gustavo Fruet.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Nélio Dias. (Pausa.)

Deputado Nelson Meurer.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Arnaldo Faria de Sá. (Pausa.)

Deputado Medeiros.

O SR. MEDEIROS (PL – SP) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputada Juíza Denise Frossard; Deputado Pompeu de Mattos. (Pausa.)

Suplentes: Deputado Aníbal Gomes.

O SR. ANÍBAL GOMES (PMDB – CE) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Silvio Torres.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Feu Rosa.

O SR. FEU ROSA (PP – ES) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Luiz Antonio Fleury. (Pausa.)
Deputado Ildeu Araujo.

O SR. ILDEU ARAUJO (PP – SP) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senadores.

Senador Heráclito Fortes (Pausa.)

Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Demóstenes Torres; Senador Sérgio Guerra. (Pausa.)

Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senadora Ideli Salvatti; Senador Aelton Freitas; Senador Sibá Machado; Senador Luiz Otávio; Senador Valdir Raupp; Senadora Iris de Araújo. (Pausa.)

Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Fernando Bezerra; Senadora Heloísa Helena. (Pausa.)

Suplentes.

Senador Efraim Morais; Senador José Jorge; Senador Romeu Tuma; Senador Arthur Virgílio; Senador Almeida Lima; Senador Roberto Saturnino; Senadora Fátima Cleide; Senadora Ana Júlia Carepa; Senador Flávio Arns; Senador Garibaldi Alves Filho; Senador Leomar Quintanilha; Senador Gerson Camata; Senador Sérgio Zambiasi; Senador Geraldo Mesquita Júnior. (Pausa.)

Vou proceder à contagem dos votos. (Pausa.)

Dezoito votos “sim”.

Requerimento aprovado.

Concedo a palavra ao Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, o próximo requerimento é o de nº 524, do Fundo de Pensão do Portus, nos Bancos BMG e Rural.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Requerimento nº 524.

Deputados: Carlos Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Jorge Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Maurício Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Asdrubal Bentes.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Fernando Diniz. (Pausa.)

Deputado ACM Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Eduardo Paes (Pausa.)

Deputado Gustavo Fruet.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Nélcio Dias. (Pausa.)

Deputado Nelson Meurer.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Arnaldo Faria de Sá. (Pausa.)

Deputado Medeiros.

O SR. MEDEIROS (PL – SP) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputada Juíza Denise Frossard; Deputado Pompeu de Mattos. (Pausa.)

Suplentes: Deputado Aníbal Gomes.

O SR. ANÍBAL GOMES (PMDB – CE) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Silvio Torres.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Feu Rosa.

O SR. FEU ROSA (PP – ES) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Luiz Antonio Fleury. (Pausa.)

Deputado Ildeu Araujo.

O SR. ILDEU ARAUJO (PP – SP) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado João Fontes. (Pausa.)

Senadores.

Senador Heráclito Fortes. (Pausa.)

Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Demóstenes Torres; Senador Sérgio Guerra. (Pausa.)

Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senadora Ideli Salvatti; Senador Aelton Freitas; Senador Sibá Machado; Senador Luiz Otávio; Senador Valdir Raupp; Senadora Iris de Araújo. (Pausa.)

Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Fernando Bezerra; Senadora Heloísa Helena. (Pausa.)

Suplentes.

Senador Efraim Moraes; Senador José Jorge; Senador Romeu Tuma; Senador Arthur Virgílio; Senador Almeida Lima; Senador Roberto Saturnino; Senadora Fátima Cleide; Senadora Ana Júlia Carepa; Senador Flávio Arns; Senador Garibaldi Alves Filho; Senador Leomar Quintanilha; Senador Gerson Camata; Senador Sérgio Zambiasi; Senador Geraldo Mesquita Júnior. (Pausa.)

Vou proceder à contagem dos votos.

Dezoito votos “sim”.

Aprovado o Requerimento.

Concedo a palavra ao Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sr. Presidente, o último Requerimento, relacionado a

fundos de pensão, é o de nº 525, da Previ, nos Bancos Minas Gerais e Rural.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputados: Carlos Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Jorge Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Maurício Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Asdrubal Bentes.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Fernando Diniz. (Pausa.)

Deputado ACM Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Eduardo Paes. (Pausa.)

Deputado Gustavo Fruet.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Nélcio Dias. (Pausa.)

Deputado Nelson Meurer.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Arnaldo Faria de Sá. (Pausa.)

Deputado Medeiros.

O SR. MEDEIROS (PL – SP) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputada Juíza Denise Frossard; Deputado Pompeu de Mattos. (Pausa.)

Suplentes: Deputado Aníbal Gomes.

O SR. ANÍBAL GOMES (PMDB – CE) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Silvío Torres.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Voto “sim”,

Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Feu Rosa.

O SR. FEU ROSA (PP – ES) – Voto “sim”, Sr.

Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Luiz Antonio Fleury. (Pausa.)

Deputado Ildeu Araújo.

O SR. ILDEU ARAUJO (PP – SP) – Voto “sim”,

Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Passemos aos Senadores.

Senador Heráclito Fortes. (Pausa.)

Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Voto “sim”,

Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Demóstenes Torres; Senador Sérgio Guerra. (Pausa.)

Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Voto “sim”,

Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senadora Ideli Salvatti; Senador Aelton Freitas; Senador Sibá Machado; Senador Luiz Otávio; Senador Valdir Raupp; Senadora Iris de Araújo. (Pausa.)

Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Voto

“sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Voto

“sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Fernando Bezerra; Senadora Heloísa Helena. (Pausa.)

Suplentes.

Senador Efraim Morais; Senador José Jorge; Senador Romeu Tuma; Senador Arthur Virgílio; Senador Almeida Lima; Senador Roberto Saturnino; Senadora Fátima Cleide; Senadora Ana Júlia Carepa; Senador Flávio Arns; Senador Garibaldi Alves Filho; Senador Leomar Quintanilha; Senador Gerson Camata; Senador Sérgio Zambiasi; Senador Geraldo Mesquita Júnior. (Pausa.)

Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Voto

“sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Vou proceder à contagem dos votos. (Pausa.)

Dezenove votos “sim”.

Aprovado o requerimento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sr. Presidente, chamo a atenção do Plenário para o Requerimento de nº 550, que aprovamos no dia 04 de agosto e que, por não ter sido submetido à votação nominal, precisamos, agora, proceder a essa correção.

O requerimento solicita à Presidência do Senado Federal a disponibilização das bases de dados das contas CC5 e da Beacon Hill, utilizadas pela CPMI do Banestado. Nós o havíamos aprovado, mas ele depende de votação nominal.

Então, o próximo, Sr. Presidente, é o nº 550, que não consta desse rol porque está no rol dos aprovados.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Foi no dia 4 de agosto.

O SR. (Orador não identificado) – Uma informação, por favor. Teria sido enviado, também, requerimento pedindo a base de dados do MTB Bank.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Temos para hoje, na sequência, o pedido do MTB Bank.

O SR. (Orador não identificado) – Ele não poderia ser feito todo num só?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Vou obedecer a forma como está tabulado, para evitar a confusão, como aconteceu com este.

Na sequência, V. Ex^a vai observar que iremos para a MTB Bank. Aí, se for necessário aditar alguma coisa, estamos abertos para isso.

Agora, vamos solucionar o problema do 550, que é a disponibilização do Senado das bases de dados das contas CC-5 e da Beacon Hill, da CPMI Banestado para a nossa CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– O Senador Alvaro Dias, quando ouviu esse requerimento, é só sorrisos, não é, Senador?

Requerimento nº 550.

Deputado Carlos Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Jorge Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Voto “sim”,

Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Maurício Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Voto “sim”,

Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Asdrubal Bentes.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Fernando Diniz. (Pausa.)

Deputado ACM Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Eduardo Paes; Deputado Gustavo Fruet; Deputado Nélcio Dias. (Pausa.)

Deputado Nelson Meurer.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Arnaldo Faria de Sá; Deputado Medeiros; Deputada Juíza Denise Frossard. (Pausa.)

Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Suplentes: Deputado Aníbal Gomes.

O SR. ANÍBAL GOMES (PMDB – CE) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Sílvio Torres.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Feu Rosa.

O SR. FEU ROSA (PP – ES) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Luiz Antonio Fleury; Deputado Wellington. (Pausa.)

Deputado Ildeu Araujo.

O SR. ILDEU ARAUJO (PP – SP) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Encerrados os Deputados.

Precisamos ficar atentos com o **quorum**.

Senadores.

Senador Heráclito Fortes. (Pausa.)

Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Demóstenes Torres; Senador Sérgio Guerra. (Pausa.)

Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senadora Ideli Salvatti; Senador Aelton Freitas; Senador Sibá Machado; Senador Luiz Otávio; Senador Valdir Raupp; Senadora Iris de Araújo. (Pausa.)

Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Fernando Bezerra; Senadora Heloísa Helena. (Pausa.)

Suplentes.

Senador Efraim Morais; Senador José Jorge; Senador Romeu Tuma; Senador Arthur Virgílio; Senador Almeida Lima; Senador Roberto Saturnino; Senadora Fátima Cleide; Senadora Ana Júlia Carepa; Senador Flávio Arns; Senador Garibaldi Alves Filho; Senador Leomar Quintanilha; Senador Gerson Camata; Senador Sérgio Zambiasi; Senador Geraldo Mesquita Júnior. (Pausa.)

Vou proceder à contagem dos votos.

Dezessete votos “sim”.

Batemos na trave.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, o próximo requerimento – esclareço que retomo a lista daqueles que, ontem, examinamos – é o de nº 424, Senador Demóstenes Torres, que solicita ao Coaf informações sobre saques em espécie superiores a R\$100 mil entre os anos de 2003 e 2005, realizados pela Mallmann Propaganda, Petra Construções Ltda., LJ Construções Ltda. e AB Propaganda e Marketing Ltda.

Esse, Sr. Presidente, é o Requerimento nº 424.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Pela ordem.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Apenas para sugerir que cumpríssemos os cinco anos, tal como em todos os anteriores.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, a Relatoria adita e amplia o prazo para os últimos cinco anos.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Muito obrigado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Solicito que isso seja registrados nos assentos, para solicitação.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Não há entendimento para votação. Ontem, foi questionado...

O SR. (Orador não identificado) – Qual é?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– É o 424, que está na lista dos de ontem. Não estou inovando em nada.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Sugiro a V. Ex^a, Deputado ACM Neto, o voto “sim”.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Nobre Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Se me permite uma humilde sugestão, Deputado ACM Neto.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sr. Presidente, enquanto..

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – É de autoria do Senador Demóstenes, do meu Partido. Não posso ficar contra.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Enquanto o Deputado ACM Neto confere os seus registros, eu queria solicitar dos presentes, eu adentrei o recinto, assinei e saí inadvertidamente e alguém imaginou que a caneta fosse sua. Há uma caneta circulando com alguém. Se identificarem uma caneta que tem razões especiais..

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – É Mont Blanc ou não?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Na caneta está escrito, entre vários dizeres, Umuarama, nome da minha cidade. Nem marca tem, mas tem razões próprias.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Em votação o Requerimento nº 424.
Deputado Carlos Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Com a retificação, voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Jorge Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Maurício Rands. (Pausa.)

Deputado Asdrubal Bentes.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Fernando Diniz. (Pausa.)
Deputado ACM Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Eduardo Fruet; Deputado Nélio Dias. (Pausa.)

Deputado Nelson Meurer.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Arnaldo Faria de Sá .

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Medeiros.

O SR. MEDEIROS (PL – SP) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputada Juíza Denise Frossard. (Pausa.)

Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Agora os suplentes.

Deputado Henrique Fontana.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Aníbal Gomes.

O SR. ANÍBAL GOMES (PMDB – CE) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Sílvio Torres.

O SR. SÍLVIO TORRES (PSDB – SP) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Carlos Sampaio. (Pausa.)

Deputado Feu Rosa.

O SR. FEU ROSA (PP – ES) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Ildeu Araújo.

O SR. ILDEU ARAÚJO (PP – SP) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Vamos aos Senadores!

Senador Heráclito Fortes. (Pausa.)

César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Demóstenes Torres; Senador Sérgio Guerra. (Pausa.)

Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senadora Ideli Salvatti; Senador Aelton Freitas; Senador Siba Machado; Senador Luiz Otávio; Senador Valdir Raupp; Senadora Iris Araújo. (Pausa.)

Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Fernando Bezerra; Senadora Heloísa Helena. (Pausa.)

Suplentes: Senador Efraim Morais. (Pausa.)

Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Romeu Tuma; Senador Arthur Virgílio; Senador Almeida Lima; Senador Roberto Saturnino; Senadora Fátima Cleide; Senadora Ana Júlia Carepa; Senador Flávio Arns; Senador Garibaldi Alves Filho; Senador Leomar Quintanilha; Senador Gerson Camata; Senador Sérgio Zambiasi; Senador Geraldo Mesquita Júnior. (Pausa.)

Vamos proceder à contagem dos votos.

Foram 20 votos “sim”. Aumentou o quórum.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem muito pequena.

A questão de ordem é a seguinte: votei, como todos nós votamos, p pedido de transferência de parte do acervo da CPMI do Banestado para cá. Mas, como não foi concluído esse relatório, esse material foi arquivado. Está arquivado sob a responsabilidade do Senado. Nenhum dos dois relatórios foi votado. Assim, isso ficou acéfalo. A quem vamos pedir isso? Ao Senado?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Ao Presidente do Senado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sr. Presidente, o próximo Requerimento é o de nº 553, de autoria do Deputado Onyx Lorenzoni. S. Ex^a solicita a transferência do sigilo bancário, fiscal e telefônico das empresas Duda Mendonça Associados Ltda, CEP Comunicação e Estratégica Política, e de seus sócios, José Eduardo Cavalcanti de Mendonça e Zilmar Fernandes da Silveira.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Em votação o Requerimento nº 553.

Senador Heráclito Fortes; Senador César Borges; Senador Demóstenes Torres; Senador Sérgio Guerra; Senador Alvaro Dias; Senadora Ideli Salvatti; Senador Aelton Freitas; Senador Siba Machado; Senador Luiz Otávio; Senador Valdir Raupp; Senadora Iris Araújo. (Pausa.)

Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Fernando Bezerra; Senadora Heloísa Helena. (Pausa.)

Suplentes: Senador Efraim Morais. (Pausa.)

Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Romeu Tuma; Senador Arthur Virgílio; Senador Almeida Lima; Senador Roberto Saturnino; Senadora Fátima Cleide; Senadora Ana Júlia Carepa; Senador Flávio Arns; Senador Garibaldi Alves Filho; Senador Leomar Quintanilha; Senador Gerson Camata; Senador Sérgio Zambiasi; Senador Geraldo Mesquita Júnior. (Pausa.)

Agora os Deputados.

Deputado Carlos Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Voto “sim”, Sr. Presidente, mantido o prazo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Jorge Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Maurício Rands; Deputado Asdrubal Bentes. (Pausa.)

Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Fernando Diniz. (Pausa.)

Deputado ACM Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Onyx.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Voto

“sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Eduardo Paes ; Deputado Gustavo Fruet; Deputado Nélío Meurer; Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Medeiros; Deputada Juíza Denise Frosard. (Pausa.)

Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. POMPEU DE MATTOS (PDT – RS) – Voto

“sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Henrique Fontana.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Voto

“sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Aníbal Gomes; Deputada Rose de Freitas; Deputado Cezar Schirmer, do Rio Grande do Sul; Deputado Silvio Torres; Deputado Carlos Sampaio. (Pausa.)

Deputado Feu Rosa.

O SR. FEU ROSA (PP – ES) – Voto “sim”, Sr.

Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado João Fontes.

Contagem dos votos: 19 votos “sim”, Sr. Presi-

dente.

Aprovado o requerimento.

Concedo a palavra ao Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sr. Presidente, o próximo é o 596, dos Deputados Gustavo Fruet, Eduardo Paes e Carlos Sampaio, que solicitam as análises, auditagens e quaisquer outros estudos e relatórios feitos pelo Banco Central, a partir dos balanços dos Bancos Minas Gerais e Rural. O requerimento não é da forma como está redigido, mas, sim, de acordo com as notas taquigráficas do acordo procedido ontem, que significa o seguinte: que esse requerimento se amplia para os últimos cinco anos, restringe-se aos Bancos Minas Gerais e ao Rural – portanto, o Banco do Brasil está excluído. O requerimento ficará dentro dos limites que iremos dispor no pedido

de informações, que traduz não a quebra generalizada – ninguém está pedindo isso –, mas quebra do sigilo bancário, em relação ao Banco Central, dos bancos. Estamos nos referindo especificamente às auditorias e fiscalizações procedidas nos Bancos Minas Gerais e Rural pelo Banco Central.

É esse, Sr. Presidente, o Requerimento nº 596.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presi-

dente, eu só quero fazer uma consideração, não estou fazendo um apelo para alterar, não. Mas acho que é um desperdício solicitar cinco anos, é uma montanha de documentos que não serão sequer investigados, porque o foco da nossa investigação é mais recente. De qualquer forma, já que exigem que seja de cinco anos, que se faça de cinco anos, mas eu sinceramente acho isso um desperdício.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sr. Presidente, tenho a impressão de que, depois, na implementação, quando se proceder o encontro de interesses, ver-se-á até onde é plausível ou não, porque o requerimento se refere às análises, auditagens, estudos e relatórios. Aparentemente, não viriam todos esses documentos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Exato, vamos levar mais tempo para receber esses documentos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Requerimento nº 596.

Deputado Carlos Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Voto

“sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Jorge Bittar; Maurício Rands; Asdrubal Bentes. (Pausa.)

Relator Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Fernando Diniz; Deputado ACM Neto. (Pausa.)

Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Voto

“sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Eduardo Paes; Deputado Gustavo Fruet; Deputado Nélío Dias. (Pausa.)

Deputado Nelson Meurer.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Medeiros; Deputada Juíza Denise Frosard. (Pausa.)

Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. POMPEU DE MATTOS (PDT – RS) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Henrique Fontana.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Aníbal Gomes; Deputada Rose de Freitas; Deputado Cezar Schirmer, do Rio Grande do Sul; Deputado Alberto Fraga; Deputado Murilo Zauith; Deputado Silvio Torres; Deputado Carlos Sampaio. (Pausa.)

Deputado Feu Rosa.

O SR. FEU ROSA (PP – ES) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Ildeu Araujo.

O SR. ILDEU ARAUJO (PP – SP) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Heráclito Fortes; Senador César Borges; Senador Demóstenes Torres; Senador Sérgio Guerra; Senador Alvaro Dias; Senadora Ideli Salvatti; Senador Aelton Freitas; Senador Sibá Machado; Senador Luiz Otávio; Senador Valdir Raupp; Senadora Iris de Araújo; Senador Ney Suassuna; Senador Jefferson Péres; Senador Fernando Bezerra; Senadora Heloísa Helena. (Pausa.)

Suplentes: Senador Efraim Morais; Senador José Jorge; Senador Romeu Tuma; Senador Arthur Virgílio; Senador Almeida Lima; Senador Roberto Saturnino; Senadora Fátima Cleide; Senadora Ana Júlia Carepa; Senador Flávio Arns; Senador Garibaldi Alves Filho; Senador Leomar Quintanilha; Senador Gerson Camata; Senador Sérgio Zambiasi; Senador Geraldo Mesquita Júnior. (Pausa.)

Vou proceder à contagem: 18 votos “sim”, Sr. Presidente.

Aprovado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sr. Presidente, o próximo, Requerimento nº 600, de Onyx Lorenzoni, solicita a quebra do sigilo bancário da conta 13.000-1, do PT.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Requerimento?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Nº 600, do Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Requerimento nº 600.

Deputado Carlos Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Sr. Presidente, só um esclarecimento, antes de votar. Essa não é a conta que já está com o sigilo aberto?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O problema é que o Partido dos Trabalhadores tinha mais de um CNPJ, e o CNPJ dessa conta não constava daquele oferecimento anterior, por isso a solicitação. Só isso, Sr. Presidente.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Mas essa conta não é a 13.000-1, da Agência...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – 13.000-1.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – É a mesma conta.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – O Requerimento Nº 601 também é a mesma conta.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Uma outra coisa, Relator, os demais partidos, algum teve seu sigilo bancário quebrado? Algum outro Partido?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – É que o PT disponibilizou.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Mas por que aquela disponibilização não é suficiente? Só não consegui compreender.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Porque tem mais de um CNPJ.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Lá, foi identificado um CNPJ; aqui, é outro CNPJ.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – A disponibilização só deu em relação a um CNPJ.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Mas, então, me parece razoável... Se há algum problema, o Partido, certamente, vai disponibilizar. Acho que não devemos criar um símbolo de que haja contrariedade.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Tudo bem, então eu retiro..

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Se V. Ex^a providencia isso até a próxima semana, não há problema de aguardar.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Isso já estava no acordo, mas eu o retiro. Prossigamos.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Eu aceito a ponderação do Deputado Abicalil e do Deputado Henrique Fontana.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Retirado.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O 601 é de mesma natureza.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Então, o 600 e o 601 são retirados.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Para a próxima semana.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Para a próxima semana.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sr. Presidente, o de nº 621 considero prejudicado, tendo em vista que agora há pouco já aprovamos essa quebra com outro número.

Da mesma forma, considero também aprovados, atendidos, já conjuntamente os Requerimentos, do Deputado Pompeo de Mattos, nºs 657 a 676.

Portanto, serão excluídos, porque atendidos com as quebras a que já procedemos.

O próximo requerimento é o de nº 687, do Deputado Arnaldo Faria de Sá, que pede a transferência..

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Perdão, Relator.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Pois não.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Só para entender, a lista anterior que V. Ex^a pronunciou, V. Ex^a está dando como prejudicado?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Os de 515 a 525, em virtude da aprovação deles, considero prejudicados.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Prejudicados, está bem.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Atendidos...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Já compreendi, obrigado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Os de 657 a 676.

Agora, o próximo é o de nº 687, que é a transferência do sigilo telefônico dos números 99535444 e 88385444, código de área 031, da Simone Lobo Reis Vasconcelos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Em votação o Requerimento 687.

Deputado Carlos Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Jorge Bittar; Deputado Maurício Rands. (Pausa.)

Deputado Asdrubal Bentes.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Fernando Diniz; Deputado ACM Neto. (Pausa.)

Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Eduardo Paes; Deputado Gustavo Fruet; Deputado Nélcio Dias. (Pausa.)

Deputado Nelson Meurer.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Arnaldo Faria de Sá. (Pausa.)

Deputado Medeiros.

O SR. MEDEIROS (PL – SP) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputada Juíza Denise Frossard. (Pausa.)

Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Estou aqui, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Suplentes: Deputado Henrique Fontana.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – PB) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Aníbal Gomes; Deputada Rose de Freitas; Cezar Schirmer; Deputado Alberto Fraga; Murilo Zauith. (Pausa.)

Deputado Silvio Torres.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Carlos Sampaio. (Pausa.)

Deputado Feu Rosa.

O SR. FEU ROSA (PP – ES) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Ildeu Araujo.

O SR. ILDEU ARAUJO – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Heráclito Fortes. (Pausa.)

Senador César Borges

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Demóstenes Torres; Senador Sérgio Guerra. (Pausa.)

Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senadora Ideli Salvatti

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Aelton Freitas; Senador Sibá Machado; Senador Luiz Otávio; Senador Valdir Raupp; Senadora Iris de Araújo, Senador Ney Suassuna. (Pausa.)

Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Fernando Bezerra; Senadora Heloísa Helena. (Pausa.)

Suplentes:

Senador Efraim Moraes; Senador José Jorge; Senador Romeu Tuma; Senador Arthur Virgílio; Senador Almeida Lima, Senador Saturnino Braga; Senadora Fátima Cleide; Senadora Ana Júlia Carepa; Senador Flávio Arns; Senador Garibaldi Alves Filho; Senador Leomar Quintanilha; Senador Gerson Camata; Senador Sérgio Zambiasi; Senador Geraldo Mesquita Júnior. (Pausa.)

Vou proceder à contagem dos votos. (Pausa.)

São 17 votos “sim”.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, o próximo é também de quebra de sigilo telefônico, agora do Sr. Marcos Valério, é o Requerimento nº 688; o telefone tem o nº 88329020, o código de área é 31. Trata-se do Requerimento nº 688.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. PT – MS) – Em votação.

Deputado Carlos Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. PT – MS) – Deputado Jorge Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. PT – MS) – Deputado Maurício Rands. (Pausa.)

Deputado Asdrúbal Bentes.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. PT – MS) – Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. PT – MS) – Deputado Fernando Diniz; Deputado ACM Neto. (Pausa.)

Deputado Onix Lorenzoni.

O SR. ONIX LORENZONI (PFL – RS) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. PT – MS) – Deputado Eduardo Paes; Deputado Gustavo Fruet, Deputado Nélio Dias. (Pausa.)

Deputado Nelson Meurer.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. PT – MS) – Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FÁRIA DE SÁ (PTB – SP) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. PT – MS) – Deputado Medeiros; Deputada Juíza Denise Frossard. (Pausa.)

Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Voto “sim”, Sr. Presidente. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. PT – MS) – Suplentes:

Deputado Henrique Fontana.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. PT – MS) – Deputada Rose de Freitas; Deputado Aníbal Gomes; Deputado Cezar Schirmer; Deputado Alberto Fraga, Deputado Murilo Zauith. (Pausa.)

Deputado Silvio Torres.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. PT – MS) – Deputado Carlos Sampaio. (Pausa.)

Deputado Feu Rosa.

O SR. FEU ROSA (PP – ES) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. PT – MS) – Deputado Luiz Antonio Fleury. (Pausa.)

Deputado Ildeu Araujo.

O SR. ILDEU ARAUJO (PP – SP) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. PT – MS) – Vou proceder à contagem dos votos. (Pausa.)

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, faltam os Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– É verdade.

Senador Heráclito Fortes. (Pausa.)

Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Voto “sim”,

Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Demóstenes Torres, Sérgio Guerra. (Pausa.)

Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Voto “sim”,

Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Voto “sim”,

Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Aelton Freitas; Sibá Machado; Luiz Otávio, Valdir Raupp. (Pausa.)

Senadora Iris de Araújo.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Voto

“sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Ney Suassuna; Jefferson Péres; Fernando Bezerra; Heloísa Helena; Efraim Moraes; José Jorge; Romeu Tuma; Arthur Virgílio; Almeida Lima; Roberto Saturnino; Fátima Cleide; Ana Júlia Carepa; Flávio Arns; Garibaldi Filho; Leomar Quintanilha; Gerson Camata; Juvêncio da Fonseca; Sérgio Zambiasi; Geraldo Mesquita Júnior. (Pausa.)

Contagem dos votos. (Pausa.)

São 16 votos “sim”. Então o Presidente vota “sim”.

Está faltando um Parlamentar.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Então

não falta mais, Sr. Presidente, tem V. Ex^a.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Não, o Presidente só pode votar no desempate.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– O Presidente só vota no empate.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Só

no desempate, o Presidente só vota no desempate.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Sérgio Guerra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Voto

“sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Sim, Senador Sérgio Guerra. Parabéns! É a quebra do sigilo. (Risos.)

São 17 votos “sim”.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr.

Presidente, são dezessete votos sem o seu, não é?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Não, eu só voto no desempate. Sem o meu, são 17 votos.

Requerimento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sr. Presidente, o Requerimento nº 697 também estava no consenso, mas também retiro e solicito do Partido dos Trabalhadores a mesma providência em relação aos Requerimentos nºs 600 e 601.

Agora, o Requerimento nº 703, do Senador César Borges e Senadora Heloísa Helena: Transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da empresa corretora Bônus-Banval nos últimos cinco anos. É o Requerimento nº 703, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Em votação o Requerimento nº 703.

Deputado Carlos Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Jorge Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Voto “sim”,

Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Maurício Rands. (Pausa.)

Asdrubal Bentes.

O ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Fernando Diniz. (Pausa.)

Antonio Carlos Magalhães Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Voto

“sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Eduardo Paes; Gustavo Fruet; Nélio Dias. (Pausa.)

Nelson Meurer.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Voto “sim”, Sr. Presidente. Vou me ausentar.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Medeiros.

O SR. MEDEIROS (PL – SP) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Juíza Denise Frossard. (Pausa.)

Pompeo de Mattos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Henrique Fontana.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Rose de Freitas; Aníbal Gomes; César Schirmer. (Pausa.)

Silvio Torres.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Feu Rosa.

O SR. FEU ROSA (PP – ES) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral PT – MS) – Ildeu Araújo.

O SR. ILDEU ARAÚJO (PP – SP) – Voto “sim”, Sr. Presidente. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Vamos aos Senadores.

Heráclito Fortes. (Pausa.)

César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Demóstenes Torres; Sérgio Guerra; Senador Alvaro Dias. (Pausa.)

Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senadores Aelton Freitas; Sibá Machado; Luiz Otávio; Valdir Raupp. (Pausa.)

Senadora Iris de Araújo.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Ney Suassuna; Jefferson Péres; Fernando Bezerra; Heloísa Helena. (Pausa.)

Suplentes:

Senador Efraim; José Jorge; Romeu Tuma; Arthur Virgílio; Almeida Lima; Saturnino; Senadora Cleide; Ana Júlia; Senador Flávio; Garibaldi; Leomar; Camata; Juvêncio; Zambiasi; Geraldo Mesquita. (Pausa.)

Vamos proceder à contagem dos votos. (Pausa.)

São 19 votos “sim”.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, o próximo requerimento é o de nº 704, do Senador Alvaro Dias, que solicita a transferência dos

sigilos fiscal, bancário e telefônico da Srª Voto “sim”, Sr. Presidente. one Reis Lobo de Vasconcelos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Trata-se do Requerimento nº 704.

Deputado Carlos Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT-MT) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Deputado Jorge Bittar,

O SR. JORGE BITTAR (PT-RJ) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Deputado Maurício Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT-PE) – Voto “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Deputado Asdrubal Bentes.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Osmar Serraglio.

O SR. OSMAR SERRAGLIO (PMDB – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Fernando Diniz. (Pausa.)

Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Eduardo Medeiros; Deputado Nélcio Dias. (Pausa.)

Deputado Nelson Meurer.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Arnaldo Faria de Sá. (Pausa.)

Deputado Medeiros.

O SR. MEDEIROS (PL – SP) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputada Juíza Denise Frossard. (Pausa.)

Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Suplentes: Deputado Henrique Fontana.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputada Rose de Freitas; Deputado Anibal Gomes; Deputado Cezar Schirmer. (Pausa.)

Deputado Silvío Torres.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Feu Rosa.

O SR. FEU ROSA (PP – ES) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Luiz Antonio Fleury. (Pausa.)

Deputado Ildeu Araújo.

O SR. ILDEU ARAÚJO (PP – SP) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senadores Heráclito Fortes. (Pausa.)

Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Demóstenes Torres. (Pausa.)

Senador Sérgio Guerra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Aelton Freitas; Senador Sibá Machado; Senador Luiz Otávio; Senador Valdir Raupp. (Pausa.)

Senadora Íris de Araújo.

A SRA. ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB-GO) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Ney Suassuna; Senador Jefferson Peres; Senador Fernando Bezerra; Senadora Heloísa Helena. (Pausa.)

Suplentes: Senador Efraim Morais; Senador José Jorge; Senador Romeu Tuma; Senador Arthur Virgílio; Senador Almeida Lima; Senador Roberto Saturnino; Senadora Fátima Cleide; Senadora Ana Júlia Carepa; Senador Flávio Arns; Senador Garibaldi Alves Filho; Senador Leomar Quintanilha; Senador Gerson Camata; Senador Juvêncio da Fonseca; Senador Sérgio Zambiasi; Senador Geraldo Mesquita Júnior. (Pausa.)

Vamos proceder à contagem.

Votaram “sim”, 18 Srs. Parlamentares.

Foi aprovado o Requerimento nº 704.

Com a palavra o Relator.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB-PR)

– Sr. Presidente, com um pouco de temor em relação à redução do quórum, eu vou pinçar alguns e, depois, eu volto à sequência – porque nós temos uma sequência de quebras e alguns não são tão relevantes: é telefone e não sei mais o quê. Eu vou pegar aqueles que entendo serem mais urgentes e depois eu volto para a tabela normal.

Então, agora, o próximo sigilo é o de nº 721 – que é a quebra do sigilo bancário da empresa Athenas Trading – Deputados Iriny Lopes, Jorge Bittar e Henrique Fontana.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS)

– Em votação.

Senador Heráclito Fortes. (Pausa.)

Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS)

– Senador Demóstenes Torres; Senador Sérgio Guerra; Senador Alvaro Dias. (Pausa.)

Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS)

– Senador Aelton Freitas; Senador Sibá Machado; Senador Luiz Otávio; Senador Valdir Raupp. (Pausa.)

Senadora Íris de Araújo.

A SRA. ÍRIS DE ARAÚJO (PDMB – GO) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS)

– Senador Ney Sauassuna; Senador Jefferson Peres; Senador Fernando Bezerra; Senadora Heloísa Helena. (Pausa.)

Suplentes: Senador Efraim Morais; Senador José Jorge; Senador Romeu Tuma; Senador Arthur Virgílio; Senador Almeida Lima; Senador Roberto Saturnino; Senadora Fátima Cleide; Senador Ana Júlia Carepa; Senador Flávio Arns; Senador Garibaldi Alves Filho; Senador Leomar Quintanilha; Senador Gerson Camata; Senador Juvêncio da Fonseca; Senador Sérgio Zambiasi; Senador Geraldo Mesquita Júnior. (Pausa.)

Deputados Carlos Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Jorge Bittar,

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS)

– Deputado Maurício Rands. (Pausa.)

Deputado Asdrúbal Bentes.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Osmar Serraglio.

O SR. OSMAR SERRAGLIO (PMDB – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Fernando Diniz. (Pausa.)

Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Deputado Gustavo Fruet, Deputado Nélcio Dias. (Pausa.)

Deputado Nelson Meurer.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Arnaldo Faria de Sá. (Pausa.)

Deputado Medeiros.

O SR. MEDEIROS (PL – SP) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputada Juíza Denise Frossard. (Pausa.)

Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Henrique Fontana.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputada Rose de Freitas; Deputado Aníbal Gomes; Deputado Cezar Schirmer. (Pausa.)

Deputado Silvio Torres.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Deputado Carlos Sampaio. (Pausa.)

Deputado Feu Rosa.

O SR. FEU ROSA (PP – ES) – Voto “sim”, Sr. Presidente

Não é uma questão, mas é pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – V. Ex^a tem a palavra.

O SR. FEU ROSA (PP – ES) – Há um requerimento de minha autoria – da mesma natureza, mais amplo: bancário, fiscal e telefônico. Seria possível que neste

requerimento – porque logo que o Deputado Osmar Serraglio falou, V. Ex^a começou a perguntar a cada um – seria possível englobar tudo neste requerimento?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sem problema. Só que nós teremos que retomar – qual é o número?

O SR. FEU ROSA (PP – ES) – É o de nº 756 – desde que ninguém se manifeste contra, eu acho que não há problema algum porque o espírito é o mesmo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – O de nº 756 – quebra o sigilo bancário e fiscal.

Sr. Presidente, eu submeto à votação o de nº 756.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado, espere aí. Nós estamos votando o Requerimento nº 721.

O SR. FEU ROSA (PP – ES) – Mas é da mesma natureza.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Está inserido em um mais amplo e que tornaria inócua esta votação. Se nós votarmos..

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Vamos votar os dois.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Tudo bem. Então, prossigamos.

Vamos concluir.

Deputado Feu Rosa.

O SR. FEU ROSA (PP – ES) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Luiz Antonio Fleury, Deputado Ildeu Araújo.

O SR. ILDEU ARAÚJO (PP-SP) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT-MS) – Requerimento 721 – vou fazer a contagem.

Votaram “sim”, 18 Srs. Parlamentares.

Aprovado o Requerimento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, com a aprovação do 721, considera-se também aprovado o 744, do Deputado Gustavo Fruet, que solicita a transferência de sigilo bancário da empresa Athenas Trading.

Agora o próximo, Sr. Presidente, é o 745, do Deputado Gustavo Fruet, que solicita a transferência de sigilo bancário da empresa RS Empreendimentos e Participações Ltda.

O SR. FEU ROSA (PP – ES) – Sr. Presidente, eu poderia..

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Requerimento nº 745, Sr. Presidente. Tem um asse-
melhado? Número?

O SR. FEU ROSA (PP – ES) – Eu poderia... Quer dizer que foi o mesmo...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Número?

O SR. FEU ROSA (PP – ES) – 756 também; 721 e 756.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Requerimento nº 756.

O SR. FEU ROSA (PP – ES) – Poderia entender que foi aprovado em conjunto, não é?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, votaremos conjuntamente o 756..

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Não, não pode.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Mas tratam do mesmo objeto. Requerimento nº 745. Um está contido no outro. Nós poderíamos até considerar prejudicado ou aprovado, antes com a votação do 756, o 745.

O SR. FEU ROSA (PP – ES) – A sugestão é votar o 756, porque os outros dois..

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Então, o 756, e consideraremos...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Então, votemos o mais amplo.

O SR. FEU ROSA (PP – ES) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Requerimento nº 756.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – É este, Sr. Presidente, que está em votação: quebra da transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da empresa Athenas Trading.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Então, vamos à votação. Requerimento nº 756.

Deputado Carlos Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Jorge Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Maurício Rands. (Pausa.)

Deputado Asdrubal Bentes.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Fernando Diniz; Deputado ACM Neto. (Pausa.)

Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Eduardo Paes; Deputado Gustavo Fruet, Deputado Nélcio Dias. (Pausa.)

Deputado Nelson Meurer.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Arnaldo Faria de Sá. (Pausa.)

Deputado Medeiros.

O SR. MEDEIROS (PL – SP) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputada Juíza Denise Frossard. (Pausa.)

Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Suplentes:

Deputado Henrique Fontana.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – PB) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputada Rose de Freitas; Deputado Aníbal Gomes. (Pausa.)

Deputado Cezar Schirmer.

O SR. CEZAR SCHIRMER (PMDB – RS) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Alberto Goldman; Deputado Alberto Fraga; Deputado Murilo Zauith. (Pausa.)

Deputado Silvio Torres.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Carlos Sampaio. (Pausa.)

Deputado Feu Rosa.

O SR. FEU ROSA (PP – ES) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Luiz Antonio Fleury. (Pausa.)

Deputado Ildeu Araujo.

O SR. ILDEU ARAUJO (PP – SP) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Vamos aos Senadores agora.

Senador Heráclito Fortes. (Pausa.)

Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Demóstenes Torres; Senador Sérgio Guerra. (Pausa.)

Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Aelton Freitas; Senador Sibá Machado; Senador Luiz Otávio; Senador Valdir Raupp; Senadora Iris de Araújo; Senador Ney Suassuna; Senador Jefferson Péres; Senador Fernando Bezerra; Senadora Heloísa Helena; Senador Efraim Moraes; Senador José Jorge; Senador Romeu Tuma; Senador Arthur Virgílio; Senador Almeida Lima; Senador Roberto Saturnino; Senadora Fátima Cleide; Senadora Ana Júlia Carepa; Senador Flávio Arns; Senador Garibaldi Alves Filho; Senador Leomar Quintanilha; Senador Gerson Camata; Senador Juvêncio da Fonseca; Senador Sérgio Zambiasi; Senador Geraldo Mesquita Júnior. (Pausa.)

Vou proceder à contagem dos votos.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Depois, eu cheguei aqui, para completar do PT, Maurício.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Não, mas já completou com o voto do Deputado Henrique Fontana.

Dezessete votos “sim”, Sr. Presidente.

Com a palavra, o Deputado Osmar.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sr. Presidente, o 745, do Deputado Gustavo Fruet, requer transferência de sigilo bancário da empresa RS Empreendimento e Participações Ltda.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Requerimento de número?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Requerimento nº 745.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Carlos Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Jorge Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Maurício Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Asdrubal Bentes.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PA)
– Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Fernando Diniz; Deputado ACM Neto. (Pausa.)

Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Eduardo Paes; Deputado Gustavo Fruet; Deputado Nélcio Dias. (Pausa.)

Deputado Nelson Meurer.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Arnaldo Faria de Sá. (Pausa.)

Deputado Medeiros.

O SR. MEDEIROS (PL – SP) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputada Juíza Denise Frossard. (Pausa.)

Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Suplentes: Deputada Rose de Freitas; Deputado Aníbal Gomes. (Pausa.)

Deputado Cezar Schirmer.

O SR. CEZAR SCHIRMER (PMDB – RS) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Alberto Goldman; Deputado Alberto Fraga; Deputado Murilo Zauith. (Pausa.)

Deputado Silvio Torres.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Carlos Sampaio. (Pausa.)

Deputado Feu Rosa.

O SR. FEU ROSA (PP – ES) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Luiz Antonio Fleury. (Pausa.)

Deputado Ildeu Araujo.

O SR. ILDEU ARAUJO (PP – SP) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Vamos aos Senadores: Senador Heráclito Fortes. (Pausa.)

Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Demóstenes Torres; Senador Sérgio Guerra. (Pausa.)

Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Aelton Freitas; Senador Sibá Machado; Senador Luiz Otávio; Senador Valdir Raupp; Senadora Iris de Araújo; Senador Ney Suassuna; Senador Jefferson Péres; Senador Fernando Bezerra; Senadora Heloísa Helena; Senador Efraim Moraes; Senador José Jorge; Senador Romeu Tuma; Senador Arthur Virgílio; Senador Almeida Lima; Senador Roberto Saturnino; Senadora Fátima Cleide; Senadora Ana Júlia Carepa; Senador Flávio Arns; Senador Garibaldi Alves Filho; Senador Leomar Quintanilha; Senador Gerson Camata; Senador Juvêncio da Fonseca; Senador Sérgio Zambiasi; Senador Geraldo Mesquita Júnior. (Pausa.)

Vou proceder à contagem dos votos.

Como vota o Deputado ACM Neto?

Dezessete votos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Aproveito para fazer um comunicado a V. Ex^a, ao Deputado Osmar Serraglio e a este Plenário de que a CPI dos Bingos acaba de aprovar a convocação do doleiro Toninho da Barcelona.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, quero acrescentar que a CPMI do Mensalão já aprovou.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Então, vamos ter uma reunião tripla de oitiva.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, o próximo, de número 759, do Senador Alvaro Dias.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Requerimento nº 759.

O SR. POMPEO MATTOS (PDT – RS) – Sr. Presidente, aproveitando o ensejo, sugiro a V. Ex^a que nem aprobe aqui nesta CPMI a oitiva do Toninho da Barcelona e que façamos uma reunião conjunta, já que foi aprovado na CPMI do Mensalão, para ouvi-lo em conjunto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Pompeo de Mattos, vamos fazer uma interrupção depois de discutir os requerimentos, e, em

função da nossa agenda, esse assunto ficou para discussão nesse intervalo de 10 minutos.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, o Requerimento nº 759, do Senador Alvaro Dias, requer ao Banco do Brasil que encaminhe a esta CPMI cópia do relatório de auditoria instaurado com o objetivo de apurar todos os procedimentos referentes à aplicação e à utilização dos recursos do fundo da Visanet, mais especificamente no que toca ao pagamento realizado no dia 12 de março de 2004, no valor de R\$35 milhões efetuado pela Visanet em favor da agência de publicidade DNA.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Abicalil?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, esse requerimento precisa de votação nominal? Creio que não. É apenas a transferência do relatório.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Como se trata de informação bancária, prefiro que se faça a votação nominal. Serão, talvez, dois ou três minutos a mais para que não tenhamos dúvidas quanto ao procedimento.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Carlos Abicalil?

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Jorge Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Maurício Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Asdrubal Bentes.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Fernando Diniz; Deputado ACM Neto. (Pausa.)

Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Eduardo Paes; Deputado Gustavo Fruet; Deputado Nélcio Dias. (Pausa.)

Deputado Nelson Meurer.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Arnaldo Faria de Sá; Deputado Medeiros; Deputada Juíza Denise Frossard; Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Henrique Fontana?

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Perdão.

Já completou? (Pausa.)

Obrigado, Deputado Fontana.

Deputado Cezar Schirmer.

O SR. CEZAR SCHIRMER (PMDB – RS) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Sílvio Torres.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Carlos Sampaio. (Pausa.)

Deputado Feu Rosa.

O SR. FEU ROSA (PP – ES) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Luiz Antonio Fleury; Deputado Fagundes. (Pausa.)

Deputado Ildeu Araujo.

O SR. ILDEU ARAUJO (PP – SP) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Heráclito Fortes. (Pausa.)

Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Demóstenes Torres. (Pausa.)

Senador Sérgio Guerra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Aelton Freitas; Senador Sibá Machado; Senador Luiz Otávio; Senador Valdir Raupp; Senadora Iris de Araújo; Senador Ney Suassuna; Senador Jefferson Péres; Senador Fernando Bezerra; Senadora Heloísa Helena. (Pausa.)

Suplentes: Senador Efraim Morais; Senador José Jorge; Senador Romeu Tuma; Senador Arthur Virgílio; Senador Almeida Lima; Senador Roberto Saturnino; Senadora Fátima Cleide; Senadora Ana Júlia Carepa; Senador Flávio Arns; Senador Garibaldi Alves Filho; Senador Leomar Quintanilha; Senador Gerson Camata; Senador Juvêncio da Fonseca; Senador Sérgio Zambiasi; Senador Geraldo Mesquita Júnior. (Pausa.)

Vou proceder à contagem dos votos. (Pausa.)

Deputado João Fontes, como vota V. Ex^a?

O SR. JOÃO FONTES (PDT – SE) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, o próximo requerimento é o 761, desta relatoria, que esclareço. Quebramos os sigilos de Marcos Valério, da sua esposa Renilda e das empresas SMP&B, Graffiti, DNA, 2S Participações, Solimões Publicidade.

Estamos procedendo ao compartilhamento dessa quebra que realizamos com a Receita Federal. Como a Receita Federal instaurou ação fiscal em relação a todos eles, ela já tem acesso, mas teria de refazer tudo, solicitar todo o nosso acervo. Ela está trabalhando em parceria conosco. Está nos pedindo que liberemos esses sigilos.

Sr. Presidente, então, esse é o Requerimento nº 761.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Em votação o Requerimento nº 761.

Deputado Carlos Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Jorge Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Maurício Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Asdrubal Bentes.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PA)

– Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Fernando Diniz. (Pausa.)

Deputado ACM Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Voto

“sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Eduardo Paes; Deputado Gustavo Fruet, Deputado Nélio Dias. (Pausa.)

Deputado Nelson Meurer.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Voto “sim”, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Arnaldo Faria de Sá; Deputado Medeiros; Deputada Juíza Denise Frossard. (Pausa.)

Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Suplentes: Deputado Cezar Schirmer.

O SR. CEZAR SCHIRMER (PMDB – RS) – Voto

“sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Sílvio Torres.

O SR. SÍLVIO TORRES (PSDB – SP) – Voto “sim”,

Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Carlos Sampaio. (Pausa.)

Deputado Feu Rosa.

O SR. FEU ROSA (PP – ES) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Luiz Antonio Fleury; Deputado Wellington. (Pausa.)

Deputado Ildeu Araujo.

O SR. ILDEU ARAUJO (PP – SP) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senadores: Senador Heráclito Fortes. (Pausa.)

Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Voto “sim”,

Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Demóstenes Torres. (Pausa.)

Senador Sérgio Guerra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Voto “sim”,

Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Voto “sim”,

Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Aelton Freitas; Senador Sibá Machado; Senador Luiz Otávio; Senador Valdir Raupp; Senadora Íris de Araújo; Senador Ney Suassuna; Senador Jefferson Péres; Senador Fernando Bezerra; Senadora Heloísa Helena; Senador Efraim Moraes; Senador José Jorge; Senador Romeu Tuma; Senador Arthur Virgílio; Senador Almeida Lima; Senador Roberto Saturnino; Senadora Fátima Cleide; Senadora Ana Júlia Carepa; Senador Flávio Arns; Senador Garibaldi Alves Filho; Senador Leomar Quintanilha; Senador Gerson Camata; Senador Juvêncio da Fonseca; Senador Sérgio Zambiasi; Senador Geraldo Mesquita Júnior. (Pausa.)

Vou proceder à contagem dos votos.

Como vota o Deputado Medeiros?

O SR. MEDEIROS (PL – SP) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Foram 18 votos.

O SR. (Orador não identificado) – O Deputado Pompeo já votou. Não precisei votar nessa, não é, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Não. O Deputado Pompeo já votou.

Concedo a palavra ao Relator, Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sr. Presidente, o próximo é o Requerimento nº 839, do Senador Pedro Simon, que solicita a requisição de todas as bases de dados e respectivos documentos comprobatórios relativos às movimentações realizadas no MTB Bank, pertencentes ao acervo da CPMI do Banestado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Em votação o Requerimento nº 839.

Deputado Carlos Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Jorge Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Maurício Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Asdrúbal Bentes.

O SR. ASDRÚBAL BENTES (PMDB – PA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Fernando Diniz. (Pausa.)

Deputado ACM Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Eduardo Paes; Deputado Gustavo Fruet; Deputado Nélio Dias. (Pausa.)

Deputado Nelson Meurer.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Arnaldo Faria de Sá. (Pausa.)

Deputado Medeiros.

O SR. MEDEIROS (PL – SP) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputada Juíza Denise Frossard. (Pausa.)

Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Suplentes: Deputado Cezar Schirmer.

O SR. CEZAR SCHIRMER (PMDB – RS) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Sílvio Torres.

O SR. SÍLVIO TORRES (PSDB – SP) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Carlos Sampaio. (Pausa.)

Deputado Feu Rosa.

O SR. FEU ROSA (PP – ES) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Luiz Antonio Fleury. (Pausa.)

Deputado Ildeu Araujo.

O SR. ILDEU ARAUJO (PP – SP) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senadores: Senador Heráclito Fortes. (Pausa.)

Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Demóstenes Torres. (Pausa.)

Senador Sérgio Guerra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Aelton Freitas; Senador Sibá Machado; Senador Luiz Otávio; Senador Valdir Raupp; Senadora Íris de Araújo; Senador Ney Suassuna; Senador Jefferson Péres; Senador Fernando Bezerra; Senadora Heloísa Helena. (Pausa.)

Suplentes: Senador Efraim Morais; Senador José Jorge; Senador Romeu Tuma; Senador Arthur Virgílio; Senador Almeida Lima; Senador Roberto Saturnino; Senador Fátima Cleide; Senadora Ana Júlia Carepa; Senador Flávio Arns; Senador Garibaldi Alves Filho; Senador Leomar Quintanilha; Senador Gerson Camata; Senador Juvêncio da Fonseca; Senador Sérgio Zambiasi; Senador Geraldo Mesquita Júnior. (Pausa.)

Vou proceder à contagem. (Pausa.)

Dezoito votos “sim”.

Aprovado o requerimento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, o próximo requerimento é o 851, dos Deputados Onyx Lorenzoni e Antonio Carlos Magalhães Neto: requisição à Comissão de Valores Mobiliários dos documentos referentes à investigação sigilosa realizada na Bônus-Banval Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Requerimento 851. Deputado Carlos Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Jorge Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Maurício Rands. (Pausa.)

Deputado Asdrubal Bentes.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Fernando Diniz. (Pausa.)

Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYXS LORENZONI (PFL – RS) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Eduardo Paes; Deputado Gustavo Fruet; Deputado Nélcio Dias (Pausa.)

Deputado Nelson Meurer.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Arnaldo Faria de Sá. (Pausa.)

Deputado Medeiros.

O SR. MEDEIROS (PL – SP) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputada Juíza Denise Frossard. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Suplentes: Deputado Henrique Fontana.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Cezar Schirmer.

O SR. CEZAR SCHIRMER (PMDB – RS) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Sílvio Torres.

O SR. SÍLVIO TORRES (PSDB – SP) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Carlos Sampaio. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Feu Rosa.

O SR. FEU ROSA (PP – ES) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Luiz Antônio Fleury. (Pausa.)

Deputado Ildeu Araujo.

O SR. ILDEU ARAUJO (PP – SP) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Vou chamar os Senadores: Heráclito Fortes. (Pausa.)

Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Demóstenes Torres. (Pausa.)

Senador Sérgio Guerra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Aelton Freitas; Senador Sibá Machado; Senador Luiz Otavio; Senador Valdir Raupp; Senadora Iris de Araújo; Senador Ney Suassuna; Senador Jefferson Péres; Senador Fernando Bezerra; Senadora Heloísa Helena. (Pausa.)

Suplentes: Senador Efraim Morais; Senador José Jorge; Senador Romeu Tuma; Senador Arthur Virgílio; Senador Almeida Lima; Senador Roberto Saturnino; Senadora Fátima Cleide; Senadora Ana Júlia Carepa; Senador Flávio Arns; Senador Garibaldi Alves Filho; Senador Leomar Quintanilha; Senador Gerson Camata; Senador Juvêncio da Fonseca; Senador Sérgio Zambiasi; Senador Geraldo Mesquita Júnior. (Pausa.)

Dezoito votos, aprovado o requerimento.

Com a palavra o Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, o próximo requerimento é o de nº 868, da Senadora Heloísa Helena, que solicita a transferência de sigilo bancário da conta CC-5 nº 60394079/0001-04 e de todas as outras contas CC-5 mantidas titularizadas pelo não-residente Nassau Branch of BankBoston NA, de Bahamas, no Brasil, no período de janeiro de 1998 até a presente data.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Requerimento 868. Deputado Carlos Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Sr. Presidente, antes de votar, um esclarecimento: só porque se trata de sigilo internacional, eu queria saber se não tem correção..

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– É o mesmo procedimento que esclarecemos ontem, nos limites em que pudermos.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Estou esclarecido.

Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Maurício Rands. (Pausa.)

Deputado Asdrubal Bentes.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Fernando Diniz. (Pausa.)

Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO
– Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Eduardo Paes; Deputado Gustavo Fruet; Deputado Nélcio Dias. (Pausa.)

Deputado Nelson Meurer.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Arnaldo Faria de Sá. (Pausa.)

Deputado Medeiros.

O SR. MEDEIROS (PL – SP) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputada Juíza Denise Frossard. (Pausa.)

Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Suplentes: Deputado Henrique Fontana.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT – RS) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Cezar Schirmer.

O SR. CEZAR SCHIRMER (PMDB – RS) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Sílvio Torres.

O SR. SÍLVIO TORRES (PSDB – SP) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Carlos Sampaio. (Pausa.)

Deputado Feu Rosa.

O SR. FEU ROSA (PP – ES) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Luiz Antônio Fleury. (Pausa.)

Deputado Ildeu Araujo.

O SR. ILDEU ARAUJO (PP – SP) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Vou chamar os Senadores: Heráclito Fortes. (Pausa.)

Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Demóstenes Torres. (Pausa.)

Senador Sérgio Guerra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Aelton Freitas; Senador Sibá Machado; Senador Luiz Otávio; Senador Valdir Raupp; Senadora Iris de Araújo; Senador Ney Suassuna; Senador Jefferson Péres; Senador Fernando Bezerra; Senadora Heloísa Helena. (Pausa.)

Suplentes: Senador Efraim Morais; Senador José Jorge; Senador Romeu Tuma; Senador Arthur Virgílio; Senador Almeida Lima; Senador Roberto Saturnino; Senadora Fátima Cleide; Senadora Ana Júlia Carepa; Senador Flávio Arns; Senador Garibaldi Alves Filho; Senador Leomar Quintanilha; Senador Gerson Camata; Senador Juvêncio da Fonseca; Senador Sérgio Zambiasi; Senador Geraldo Mesquita Júnior. (Pausa.)

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Vou proceder à contagem.

Dezoito votos “sim”.

Aprovado o requerimento.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Pela ordem, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Sr. Presidente, de fato as informações que nos chegam são lamentáveis. Quero pedir a V. Ex^a que procure imediatamente o Senador Amir Lando, Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito do “Mensalão”. Por quê? Porque é preciso haver uma definição clara do que será competência clara desta e daquela Comissão. Desde o início, tenho defendido que não cabe a esta CPMI fazer o julgamento de Parlamentares. Por quê? Porque está apropriado com a definição do destino dos recursos movimentados pelo Sr. Marcos Valério. Aqui nós temos que nos debruçar no estudo da origem dos recursos.

Agora, está sendo aprovada uma série de requerimentos na CPMI do “Mensalão” que são pertinentes à origem, como foi aprovado agora o Sr. Toninho da Barcelona, foi aprovado o empresário Daniel Dantas, foi aprovado o Sr. Luiz Gushiken, e nós estamos aqui a reboque.

Então, acho que precisa haver uma definição imediata, Sr. Presidente. Precisa haver uma providência institucional, porque senão nós vamos ter que entrar na briga mesmo. Não tem jeito. Acho que não tem que haver bate-cabeça entre CPIs. É preciso haver definição do que é uma e do que é outra. Mas, se é para ter desordem, então nós vamos propor desordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, primeiro quero externar a V. Ex^a a minha concordância com os argumentos de V. Ex^a. Ontem, o Senador Sérgio Guerra teve oportunidade de fazer uma crítica forte com relação à criação de outras CPIs que teriam atribuições que se confundiriam com a CPMI dos Correios. Isso, efetivamente, hoje é uma realidade. Criamos mais uma CPI e, conseqüentemente, hoje estamos diante de dificuldades várias, quando não só eu, mas também o Deputado Osmar Serraglio fizemos uma reunião longa com o Senador Amir Lando, Presidente da CPMI do “Mensalão”. E assim como esta CPMI – e V. Ex^a colocou muito claramente – vai-se concentrar nas origens, todo o foco da CPMI dos Correios tem efetivamente procurado não só buscar as origens, que é o que vai fazer a CPMI dos Correios, diferente de todas as CPIs do Congresso, como também as questões relativas aos Correios.

É importante lembrar também que os fundos de pensão, por serem fontes, no conceito estariam também localizados nas origens. Portanto, é um grande equívoco.

Eu vou comunicar isso e vou conversar com o Senador Renan Calheiros, Presidente do Senado, porque, num momento importante como esse, nós não podemos passar uma imagem de – desculpem o português – desordem e que só vai efetivamente não só atrapalhar as investigações, mas passar para a opinião pública que nós queremos fazer uma grande confusão para não apurar absolutamente nada.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Pela ordem, Presidente.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Quero dizer que V. Ex^a tem toda a nossa concordância, todo o nosso apoio para sua ação vigorosa.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra o Senador Sérgio Guerra, Deputado Jorge Bittar, Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Acho que há um consenso total entre nós.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, quero fazer um apelo. Vamos deixar essas questões de ordem para depois que votarmos os requerimentos. O mais importante é votar requerimento agora, senão nós vamos continuar a reboque.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Hoje pela manhã, fui à CPMI do Mensalão. Quero recompor duas situações. Primeiro, no dia em que se decidiu essa multiplicação de CPI, eu tive uma longa conversa com o Senador Delcídio Amaral, que me autorizou, por delegação dele, que trabalhasse a idéia de uma única CPI. Era a sua posição, eu quero reconhecer isso aqui, como pessoa racional.

Segundo, fui hoje à CPMI do “Mensalão” e tem um fato que considere positivo. Eu levantei essa questão. Não quis contrariar o ambiente que estava ali, mas adverti para uma questão gravíssima. Se temos duas CPIs trabalhando sobre uma cena muito semelhante e se essas CPIs chegam ao final a resultados diferentes, é o pior dos mundos. O Relator pediu a palavra, que me pareceu extremamente sensata. Acho que seria importante, além de falar com o Senador Amir Lando, falar com o Relator, que desenvolveu o trabalho. Ele disse que havia muitos requerimentos aprovados em síntese, mas que não cabia a ele reprová-los, mas quem colocaria a assinatura no relatório seria ele. Falou ainda que muitos daqueles requerimentos não tinham relação com o foco que desenvolveu lá, e que me parece sensato, da investigação da CPMI do “Mensalão”. Quer dizer, há requerimentos aprovados, as audiências estão sendo feitas, mas ele simplesmente não os considera no foco daquela operação que julga ser de competência da CPMI do “Mensalão”.

De forma que, uma interferência agora, imediata, do Presidente, como foi sugerida, ao Presidente

Renan Calheiros e ao próprio Relator, dos Relatores entre si, pode interferir e imediatamente criar um ambiente novo inadmissível, para a Oposição, para o Governo e principalmente para a finalidade.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Inadmissível, e sinceramente, Senador Sérgio Guerra, dessa maneira, vamos criar um clima de desordem neste Congresso que só facilitará a vida de quem não quer apurar absolutamente nada. Será um desastre para a imagem do Congresso.

O SR. MEDEIROS (PL – SP) – Sr. Presidente, **data venia**.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra muito rapidamente.

O SR. (Orador não identificado) – Eu gostaria de explorar outros pontos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Eu gostaria apenas de ponderar com V. Ex^{as} que votemos os requerimentos. Já combinamos a agenda que vamos preparar, e haverá um intervalo de dez minutos. O importante é pautarmos a posição da CPMI dos Correios com uma posição focada, equilibrada e coerente com aquilo que a opinião pública espera de todos nós Parlamentares e do Congresso Nacional.

Vamos votar os requerimentos. Depois, daremos um pequeno intervalo de dez minutos para ajustar a agenda e até os trabalhos organizacionais da CPMI daqui para frente. Em seguida, concederemos a palavra aos Parlamentares, senão perderemos muito tempo. Já são 12 horas e 27 minutos, e há vários requerimentos a fazer.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, a Mesa da CPMI não tem culpa, mas a base da CPMI tem culpa, sim. Por exemplo, já tentamos votar, por três vezes, o requerimento do Sr. Antônio Claramunt, por exemplo, três vezes tentamos votar e não conseguimos. Foi votado agora na CPI dos Bingos e também na CPMI da Compra de Votos. Então, nós é que perdemos a oportunidade internamente na decisão da Comissão. A Mesa não tem culpa, não. A Mesa tentou; o Sr. Relator tentou encaminhar a situação da melhor maneira possível, mas a base do abafa é que não deixou votar os requerimentos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sr. Presidente, eu só quero rapidamente dizer...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Pompeo de Mattos, assim vamos abrir uma discussão.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, V. Ex^a me permite fazer uma ponderação?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Serei breve, Sr. Presidente.

Creio que é importante dizer que eu já havia advertido, Sr. Presidente, que, na medida em que não fazemos aqui o dever de casa, os outros começam a fazê-lo.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sr. Presidente, chegamos a votar um requerimento aqui, transferindo responsabilidade nossa para a CPMI do “Mensalão”. Essa é a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Pompeo de Mattos, se começarmos, em razão de posicionamentos equivocados de outras CPIs...

O SR. (Orador não identificado) – É verdade. O pessoal está fazendo política.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – ...a criticar o nosso posicionamento, aí é como diz o Raul Seixas: “Pare o mundo que eu quero descer”.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Mas, infelizmente, nós votamos um requerimento transferindo responsabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Assim não dá. Vamos votar os requerimentos.

O SR. FEU ROSA (PP – ES) – Sr. Presidente, quero fazer uma ponderação, por favor.

A nossa Comissão começou antes da CPMI do “Mensalão”. Então, é racional que a CPMI do “Mensalão” aproveite o que tenhamos feito anteriormente e que não seja superposta uma medida sobre a outra. É irracional, evidentemente, fazer lá o mesmo que foi feito aqui ou fazer aqui o mesmo que foi feito lá. Portanto, poderia haver uma espécie de subcomissão de concordância de temas.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Essa reunião já foi feita, Deputado Feu Rosa. Ficou muito bem entendida a interação, assim como as informações de que a CPMI do “Mensalão” precisa e que hoje estão de posse da CPMI dos Correios.

O SR. FEU ROSA (PP – ES) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Nós vamos votar, Deputado Feu Rosa, eu entendo as ponderações.

O SR. (Orador não identificado) – Precisamos analisar os procedimentos.

O SR. FEU ROSA (PP – ES) – Eu não estou vendo nenhuma bagunça, nenhuma confusão, não estou vendo nada disso. Estou vendo que as coisas estão indo normais, dentro das nossas limitações humanas. Agora, racionalizando um pouquinho, a Comissão vai cumprir a missão dela...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Perfeitamente.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Vamos votar, Sr. Presidente.

O SR. FEU ROSA (PP – ES) – ...nós vamos cumprir a nossa, e o pessoal do Bingo também, e o Congresso sairá muito sobranceiro de todo esse fato. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) –
Estamos de acordo. Vamos votar os requerimentos.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sr. Presidente, o próximo Requerimento é o de nº 762, do Deputado Gustavo Fruet, que solicita informações do Coaf sobre a Unidade de Inteligência Financeira do Uruguai.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Em votação o Requerimento nº 762.

Como vota o Deputado Carlos Abicalil?

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Jorge Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Maurício Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Asdrubal Bentes.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Fernando Diniz. (Pausa.)

Antonio Carlos Magalhães Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Eduardo Paes; Gustavo Fruet; Nélcio Dias. (Pausa.)
Nelson Meurer.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Voto “sim”, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Medeiros.

O SR. MEDEIROS (PL – SP) – Voto “sim”, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Juíza Denise Frossard. (Pausa.)

Pompeo de Mattos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Voto “sim”, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Rose de Freitas; Aníbal Gomes. (Pausa.)

Cezar Schirmer.

O SR. CEZAR SCHIRMER (PMDB – RS) – Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Sílvia Torres.

O SR. SÍLVIO TORRES (PSDB – SP) – Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Carlos Sampaio. (Pausa.)

Feu Rosa.

O SR. FEU ROSA (PP – ES) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Ildeu Araújo.

O SR. ILDEU ARAÚJO (PP – SP) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Vamos aos Senadores.

Heráclito Fortes. (Pausa.)

César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Demóstenes Torres; Sérgio Guerra. (Pausa.)

Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Aelton Freitas; Sibá Machado; Luiz Otávio; Valdir Raupp; Iris de Araújo; Ney Suassuna; Jefferson Péres; Fernando Bezerra; Heloísa Helena. (Pausa.)

Suplentes. Efraim Moraes; José Jorge; Romeu Tuma; Arthur Virgílio; Almeida Lima; Roberto Saturnino; Fátima Cleide; Ana Júlia Carepa; Flávio Arns; Garibaldi Alves Filho; Leomar Quintanilha; Gerson Camata; Ju-

vêncio da Fonseca; Sérgio Zambiasi; Geraldo Mesquita Júnior. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Vamos proceder à apuração.

Dezenove votos.

Aprovado o requerimento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sr. Presidente, só para esclarecer que o 762 é relativo à Esfort Trading. E agora o seguinte: o 763, do Deputado Gustavo Fruet, solicita informações do Coaf sobre a Unidade de Inteligência Financeira do Uruguai, no tocante à Garanhuns Empreendimentos. É este, Sr. Presidente: 763.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Requerimento nº 763.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Relator, não tinha sido aprovado na última reunião o da Esfort Trading? Parece que foi aprovado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) –

Mas aqui estamos solicitando informações do Coaf.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Ah, do Coaf!

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Carlos Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Voto

“sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Jorge Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Maurício Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Asdrubal Bentes. (Pausa.)

Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Fernando Diniz. (Pausa.)

Antonio Carlos Magalhães Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Eduardo Paes; Gustavo Fruet; Nélcio Dias. (Pausa.)

Nelson Meurer.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Medeiros.

O SR. MEDEIROS (PL – SP) – Voto “sim”, Pre-

sidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Juíza Denise Frossard. (Pausa.)

Pompeo de Mattos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Voto “sim”, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Cezar Schirmer.

O SR. CEZAR SCHIRMER (PMDB – RS) – Voto

“sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Sílvia Torres.

O SR. SÍLVIO TORRES (PSDB – SP) – Voto

“sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Carlos Sampaio. (Pausa.)

Feu Rosa.

O SR. FEU ROSA (PP – ES) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Ildeu Araújo.

O SR. ILDEU ARAÚJO (PP – SP) – Voto “sim”,

Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senadores: Heráclito Fortes. (Pausa.)

César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Demóstenes Torres. (Pausa.)

Sérgio Guerra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Ideli.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Aelton Freitas; Sibá Machado; Luiz Otávio; Valdir Raupp; Iris de Araújo; Ney Suassuna; Jefferson Péres; Fernando Bezerra; Heloísa Helena. (Pausa.)

Suplentes: Efraim Moraes; José Jorge; Romeu Tuma; Arthur Virgílio; Almeida Lima; Roberto Saturnino; Fátima Cleide; Ana Júlia Carepa; Flávio Arns; Garibaldi Alves Filho; Leomar Quintanilha; Gerson Camata; Juvêncio da Fonseca; Sérgio Zambiasi; Geraldo Mesquita Júnior. (Pausa.)

Vamos proceder à apuração.

Dezenove votos.

Aprovado o requerimento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sr. Presidente, o próximo é o 789, da Senadora Ideli Salvatti, que requisita a cópia dos inquéritos resultantes da CPMI do Banestado e IPL 1026/2003 – SRPR ao Departamento de Polícia Federal. Requerimento nº 789, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Em votação o Requerimento nº 789.
Deputado Carlos Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Jorge Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Maurício Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Asdrubal Bentes. (Pausa.)

Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Fernando Diniz. (Pausa.)

Antonio Carlos Magalhães Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Eduardo Paes; Gustavo Fruet; Nélio Dias. (Pausa.)
Nelson Meurer.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Medeiros.

O SR. MEDEIROS (PL – SP) – Voto “sim”, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Juíza Denise Frossard. (Pausa.)

Pompeo de Mattos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Voto “sim”, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Cezar Schirmer.

O SR. CEZAR SCHIRMER (PMDB – RS) – Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Sílvio Torres.

O SR. SÍLVIO TORRES (PSDB – SP) – Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Carlos Sampaio. (Pausa.)

Feu Rosa.

O SR. FEU ROSA (PP – ES) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Ildeu Araújo.

O SR. ILDEU ARAÚJO (PP – SP) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senadores: Heráclito Fortes. (Pausa.)

César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Voto “sim”.

Senador Demóstenes Torres; Senador Sérgio Guerra; Senador Alvaro Dias; Senadora Ideli Salvatti. (Pausa.)

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Aelton Freitas; Sibá Machado; Luiz Otávio; Valdir Raupp; Ney Suassuna; Ildeu Araújo; Jefferson Péres; Fernando Bezerra; Heloísa Helena; Efraim Moraes; José Jorge; Romeu Tuma; Arthur Virgílio; Almeida Lima; Roberto Saturnino; Fátima Cleide; Ana Júlia Carepa; Flávio Arns; Garibaldi Alves Filho; Leomar Quintanilha; Gerson Camata; Juvêncio da Fonseca; Sérgio Zambiasi; Senador Geraldo Mesquita.

Vou proceder à apuração.

Dezoito.

Aprovado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sr. Presidente, o Requerimento nº 803 do Senador César Borges que requisita ao Departamento da Polícia Federal no sentido de que seja acionada a Interpol para rastrear os depósitos feitos em uma empresa *off-shore* denominada Dusseldorf, no BankBoston, nas

Bahamas, aberta pelo publicitário José Eduardo Cavalcanti de Mendonça.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Em votação o Requerimento nº 803.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

Gostaria de saber do Relator se ele já tem amparo regimental para quebrar sigilo de conta internacional?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Esclarecemos na reunião precedente, a de ontem, que nos valeremos daqueles instrumentos através dos quais, evidentemente, tenhamos tratados, acordos internacionais e estamos colhendo a autorização para que, nesse limite, possamos atuar.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Respeitado o limite, não é?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sim.

Sr. Presidente, Requerimento nº 803.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputados: Carlos Abicalil. (Pausa.)

Jorge Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Maurício Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Voto

“sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Asdrúbal Bentes.

O SR. ASDRÚBAL BENTES (PMDB – PA) – Voto

“sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Osmar Serraglio.

O SR. OSMAR SERRAGLIO (PMDB – PR) –

Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Fernando Diniz. (Pausa.)

Antonio Carlos Magalhães Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Onyx Lorenzoni; Eduardo Paes; Gustavo Fruet; Nélcio Dias. (Pausa.)

Nélson Meurer.

O SR. NÉLSON MEURER (PP – PR) – Voto

“sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Voto “sim”, com ressalva, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Medeiros.

O SR. MEDEIROS – Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Juíza Denise Frossard. (Pausa.)

Pompeo de Mattos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Suplentes: César Schirmer. (Pausa.)

Silvio Torres.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Feu Rosa.

O SR. FEU ROSA (PP – ES) – Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Ildeu Araújo.

O SR. ILDEU ARAÚJO (PP – SP) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senadores: Heráclito Fortes. (Pausa.)

Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Demóstenes Torres; Sérgio Guerra; Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senadora Ideli Salvatti.

A SR.^a IDELI SALVATTI (PT – SC) – Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Aelton Freitas; Sibá Machado; Luiz Otávio; Valdir Raupp; Ney Suassuna; Iris de Araújo; Jefferson Péres; Fernando Bezerra; Heloísa Helena; Efraim Moraes; José Jorge; Romeu Tuma; Arthur Virgílio; Almeida Lima; Roberto Saturnino; Senadora Fátima Cleide; Ana Júlia Carepa; Flávio Arns; Garibaldi Alves Filho; Leomar Quintanilha; Gerson Camata; Juvêncio da Fonseca; Sérgio Zambiasi; Geraldo Mesquita.

Vou proceder à contagem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Dezoito.

Aprovado – dezoito votos.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sr. Presidente, o Requerimento nº 804, do Deputado Carlos Abicalil e Senadora Ideli Salvatti, que requisita a transferência do sigilo fiscal e telefônico da Empresa Visanet, nos últimos cinco anos.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Relator, antes de se passar a essa votação, acabamos

de votar um requerimento da Senadora Ideli Salvatti sobre a CPI do Banestado, mas no texto não consta que inquérito é esse.

Eu gostaria que ela pudesse nos dar algum detalhe.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – É o inquérito decorrente das investigações.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Não, mas não é o inquérito geral que V. Ex.^a está pedindo?

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Quando a CPI foi instalada já havia um procedimento investigatório do Ministério Público Federal do Paraná. Certo? E isso, mesmo com a CPI não tendo terminado os seus trabalhos – por causa daquele impasse, não houve votação do relatório –, teve continuidade do inquérito.

Inclusive, há uma lista das pessoas, pelo menos isso veiculado pela imprensa, das pessoas..

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Trata-se daquele inquérito aberto lá atrás?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Já está na CPI, inclusive. O Ministério Público, no Paraná, já encaminhou à CPI.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Então, vamos votar. Requerimento nº 804.

Deputado Carlos Abicalil

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Jorge Bittar;

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Maurício Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Asdrúbal Bentes.

O SR. ASDRÚBAL BENTES (PMDB – PA) – Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Fernando Diniz. (Pausa.)

Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto;

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Onyx Lorenzoni; Eduardo Paes; Gustavo Fruet; Nélio Dias. (Pausa.)

Nélson Meurer.

O SR. NÉLSON MEURER (PP – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Medeiros.

O SR. MEDEIROS – Voto “sim”, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Juíza Denise Frossard; Pompeo de Mattos; César Schirmer; Deputado Silvio Torres. (Pausa.)

Feu Rosa;

O SR. FEU ROSA (PP – ES) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Ildeu Araújo.

O SR. ILDEU ARAÚJO (PP – SP) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senadores.

Heráclito Fortes. (Pausa.)

César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Demóstenes Torres; Senador Sérgio Guerra. (Pausa.)

Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Aelton Freitas; Senador Sibá Machado; Senador Luiz Otávio; Senador Valdir Raupp; Senadora Iris de Araújo; Senador Ney Suassuna; Senador Jefferson Peres; Senador Fernando Bezerra; Senadora Heloísa Helena. (Pausa.)

Suplentes: Senador Efraim Morais; Senador José Jorge; Senador Romeu Tuma; Senador Arthur Virgílio; Senador Almeida Lima; Senador Roberto Saturnino; Senadora Fátima Cleide; Senadora Ana Júlia Carepa; Senador Flávio Arns; Senador Garibaldi Alves Filho; Senador Leomar Quintanilha; Senador Gerson Camata; Senador Juvêncio da Fonseca; Senador Sérgio Zambiasi, Senador Geraldo Mesquita Júnior. (Pausa.)

Vamos à contagem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Dezoito votos.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, o próximo requerimento é de transferência de sigilo bancário, fiscal e telefônico da empre-

sa Amazônia Celular, nos últimos dez anos. Deputado Carlos Abicalil, Senadora Ideli Salvatti. É o Requerimento nº 805, Sr. Presidente.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, só um questionamento. Por que tudo é cinco e esses viraram dez?

Só quero um esclarecimento.

Tudo é cinco. Tudo o que nós vimos é cinco.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB PR) – Esse é o requerimento tal qual foi formulado. Reduzimos para cinco anos. Adito reduzindo para cinco anos.

É o Requerimento nº 805, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Requerimento nº 805.

Deputado Carlos Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Voto “sim”, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Jorge Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Maurício Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Asdrubal Bentes.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Fernando Diniz. (Pausa.)

Deputado ACM Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Voto “sim”, Sr. Amaral.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Eduardo Paes; Deputado Gustavo Fruet. (Pausa.)

Deputado Nelson Meurer.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Medeiros.

O SR. MEDEIROS (PL – SP) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputada Juíza Denise Frossard. (Pausa.)

Deputado Pompeu de Mattos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Cezar Schirmer.

O SR. CEZAR SCHIRMER (PMDB – RS) – Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Silvio Torres.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Carlos Sampaio. (Pausa.)

Deputado Feu Rosa.

O SR. FEU ROSA (PP – ES) – Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Ildeu Araújo.

O SR. ILDEU ARAUJO (PP – SP) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senadores: Heráclito Fortes. (Pausa.)

César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Demóstenes Torres; Senador Sérgio Guerra. (Pausa.)

Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Aelton Freitas; Senador Sibá Machado; Senador Luiz Otávio; Senador Valdir Raupp; Senadora Iris de Araújo; Senador Ney Suassuna; Senador Jefferson Péres; Senador Fernando Bezerra; Senadora Heloísa Helena. (Pausa.)

Suplentes:

Senador Efraim Morais; Senador José Jorge; Senador Romeu Tuma; Senador Arthur Virgílio; Senador Almeida Lima; Senador Roberto Saturnino; Senadora Fátima Cleide; Senadora Ana Júlia Carepa; Senador Flávio Arns; Senador Garibaldi Alves Filho; Senador Leomar Quintanilha; Senador Gerson Camata; Senador Juvêncio da Fonseca; Senador Sérgio Zambiasi; Senador Geraldo Mesquita Júnior. (Pausa.)

O Deputado Gustavo Fruet votou?

O SR. (Orador não identificado) – Votou. Está aí atrás.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Gustavo Fruet.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Voto “sim”.

Vamos à contagem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Dezenove votos.

Aprovado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, o próximo é o Requerimento nº 806, do Deputado Carlos Abicalil, da Senadora Ideli Salvatti, que trata da transferência do sigilo bancário, fiscal e telefônico da empresa Telemig Celular, nos últimos – adito – cinco anos.

Sr. Presidente, é o Requerimento nº 806.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Requerimento nº 806.

Em votação.

Deputado Carlos Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Voto “sim”, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Jorge Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Maurício Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Asdrubal Bentes.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Fernando Diniz. (Pausa.)

Deputado ACM Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Eduardo Paes. (Pausa.)

Deputado Gustavo Fruet.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Nélio Dias. (Pausa.)

Deputado Nelson Meurer.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Medeiros.

O SR. MEDEIROS (PL – SP) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputada Juíza Denise Frossard. (Pausa.)

Deputado Pompeu de Mattos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Cezar Schirmer.

O SR. CEZAR SCHIRMER (PMDB – RS) – Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Silvio Torres.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Feu Rosa.

O SR. FEU ROSA (PP – ES) – Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Ildeu Araújo.

O SR. ILDEU ARAUJO (PP – SP) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senadores: Heráclito Fortes. (Pausa.)

César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Demóstenes Torres; Senador Sérgio Guerra. (Pausa.)

Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senadora Ideli Salvatti; Senador Aelton Freitas; Senador Sibá Machado; Senador Luiz Otávio; Senador Valdir Raupp; Senadora Iris de Araújo; Senador Ney Suassuna; Senador Jefferson Peres; Senador Fernando Bezerra; Senadora Heloísa Helena. (Pausa.)

Suplentes:

Senador Efraim Morais; Senador José Jorge; Senador Romeu Tuma; Senador Arthur Virgílio; Senador

Almeida Lima; Senador Roberto Saturnino; Senadora Fátima Cleide; Senadora Ana Júlia Carepa; Senador Flávio Arns; Senador Garibaldi Alves Filho; Senador Leomar Quintanilha; Senador Gerson Camata; Senador Juvêncio da Fonseca; Senador Sérgio Zambiasi; Senador Geraldo Mesquita Júnior. (Pausa.)

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Vamos à contagem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Dezenove votos.

Aprovado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, o próximo é o Requerimento nº 811, da Senadora Heloísa Helena, que solicita a transferência de sigilo bancário da conta CC5 nº 00089713052, titularizada pelo banco não residente BankBoston Nassau Branch NA, com sede em Bahamas, mantida no Brasil no BankBoston Múltiplo SA, CNPJ nº 60394079/0001-04, sediado em São Paulo, no período de janeiro de 1998 até a presente data, e ainda referindo à conta 869.

Sr. Presidente, Requerimento nº 811, da Senadora Heloísa Helena.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Requerimento nº 811.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Esse sigilo é internacional.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Carlos Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Jorge Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Maurício Rands. (Pausa.)

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Asdrubal Bentes.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Fernando Diniz; Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto. (Pausa.)

Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Voto “sim”, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Eduardo Paes. (Pausa.)

Deputado Gustavo Fruet.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Nélcio Dias. (Pausa.)

Deputado Nelson Meurer.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Voto “sim”, com ressalva – sigilo internacional.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Medeiros.

O SR. MEDEIROS (PL – SP) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputada Juíza, (Pausa.)

Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Voto “sim”, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Cezar Schirmer.

O SR. CEZAR SCHIRMER (PMDB – RS) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Sílvio Torres.

O SR. SÍLVIO TORRES (PSDB – SP) – Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Feu Rosa.

O SR. FEU ROSA (PP – ES) – Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Ildeu Araújo.

O SR. ILDEU ARAÚJO (PP – SP) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senadores: Heráclito Fortes. (Pausa.)

César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Demóstenes Torres; Senador Sérgio Guerra. (Pausa.)

Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senadora Ideli Salvatti.

A SR. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Aelton Freitas; Senador Sibá Machado; Senador Luiz Otávio; Senador Valdir Raupp; Senadora Iris de Araújo; Senador Ney Suassuna; Senador Jefferson Péres; Senador Fernando Bezerra; Senadora Heloísa Helena.

Suplentes:

Senador Efraim Moraes; Senador José Jorge; Senador Romeu Tuma; Senador Arthur Virgílio; Senador Almeida Lima; Senador Roberto Saturnino; Senadora Fátima Cleide; Senadora Ana Júlia Carepa; Senador Flávio Arns; Senador Garibaldi Alves Filho; Senador Leomar Quintanilha; Senador Gerson Camata; Senador Juvêncio da Fonseca; Senador Sérgio Zambiasi; Senador Geraldo Mesquita Júnior. (Pausa.)

Vamos à contagem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Dezenove votos.

Aprovado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sr. Presidente, o próximo é o Requerimento nº 827, do Deputado Sílvio Torres, que solicita a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do Sr. Henrique Pizollato, nos últimos cinco anos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Requerimento?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Requerimento nº 827.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Carlos Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Voto “sim”, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Jorge Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Maurício Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Voto “sim”, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Asdrubal Bentes.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Fernando Diniz. (Pausa.)

Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Voto “sim”, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Eduardo Paes. (Pausa.)

Deputado Gustavo Fruet.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Nélcio Dias. (Pausa.)

Deputado Nelson Meurer.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Medeiros.

O SR. MEDEIROS (PL – SP) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputada Juíza Denise Frossard. (Pausa.)

Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Voto “sim”, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Cezar Schirmer.

O SR. CEZAR SCHIRMER (PMDB – RS) – Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Sílvio Torres.

O SR. SÍLVIO TORRES (PSDB – SP) – Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Feu Rosa.

O SR. FEU ROSA (PP – ES) – Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Ildeu Araújo.

O SR. ILDEU ARAÚJO (PP – SP) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senadores: Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Demóstenes Torres; Senador Sérgio Guerra. (Pausa.)

Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senadora Ideli Salvatti.

A SR. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Aelton Freitas; Senador Sibá Machado; Senador Luiz Otávio; Senador Valdir Raupp; Senadora Iris de Araújo; Senador Ney Suassuna; Senador Jefferson Pérez; Senador Fernando Bezerra; Senadora Heloísa Helena. (Pausa.)

Suplentes: Senador Efraim Moraes; Senador José Jorge; Senador Romeu Tuma; Senador Arthur Virgílio; Senador Almeida Lima; Senador Roberto Saturnino; Senadora Fátima Cleide; Senadora Ana Júlia Carepa; Senador Flávio Arns; Senador Garibaldi Alves Filho; Senador Leomar Quintanilha; Senador Gerson Camata; Senador Juvêncio da Fonseca; Senador Sérgio Zambiasi; Senador Geraldo Mesquita Júnior. (Pausa.)

Vamos à contagem.

Dezenove votos.

Aprovado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sr. Presidente, indago...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Vinte votos.

Votou o Senador Heráclito Fortes. Saiu quem?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Vinte votos.

Aprovado o requerimento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sr. Presidente, indago do Plenário se eventualmente algum requerimentos daqueles acordados foi não considerado.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Apenas para consideração de V. Ex^a, Sr. Relator, na reunião da semana passada, aprovamos o Requerimento de nº 824. Ele ainda consta aqui desta lista como pendente, em função disso, 40 outros que aprovamos a remessa para a outra CPMI também permanecem como pendentes.

Gostaria apenas de que V. Ex^a pudesse providenciar junto à Secretaria não apenas a exclusão do 824, que já foi aprovado, como daqueles derivados daquela aprovação anterior.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Pois não, entendi. Aqueles que aprovamos e que foram remetidos à outra Comissão iremos cancelar desta listagem.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Exato. É o de número 824 que está constando da sua relação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Pois não.

Alguma consideração a mais?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Vamos suspender por dez minutos, não é, Sr. Presidente?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – E os demais requerimentos...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– É isso que estou solicitando. Quais que V. Ex^as...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Os requerimentos que acordamos de votar depois desse.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Esse não estava, não.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – De convocação de Daniel Dantas.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Os que não tinham acordo seriam votados depois, de comum acordo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Aí tudo bem. Depois da suspensão.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Não, não. É antes da suspensão.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Aqueles em relação aos quais tivemos acordo há algum pendente?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Não há, não.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Esse Requerimento nº 844, que convoca Daniel Dantas fez parte do acordo. Posteriormente foi retirado do acordo. Já se votou...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Se há acordo, pode ser simbólico.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Como já se aprovou na outra CPMI, creio que já podemos aprovar aqui também simbolicamente.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Pois não.

Sr. Presidente, requerimento...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – É o de nº 844.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Estranho que eu não o tenha aqui.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Mas acho até que, por questões de ordem prática, o Senador Alvaro Dias tem razão.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Então vamos votar simbolicamente...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Convocação do Sr. Daniel Dantas.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Se todos estiverem de acordo, permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sr. Presidente, essa era a matéria que nós tínhamos escolhido para a votação acordada.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – A mesma coisa o Requerimento nº 594, Sr. Relator, que convoca a Srª Kátia Rabelo, Presidente do Banco Rural.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Esse está aprovado. Já foi aprovado, Deputado.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Muito obrigado, então. É de nossa autoria.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Quanto requerimentos temos ainda para votar? Mais nada?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Temos que votar os que eram fruto de preferência e que foram, por acordo, deixado para posterior.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Eu só gostaria, conforme combinamos, de deixar para antes do intervalo de dez minutos...

O SR. (Orador não identificado) – (*Fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Quantos requerimentos?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, só um esclarecimento. Não é apenas a convocação do doleiro Toninho da Barcelona que ficou no que eu chamei de Bloco B. Dou um exemplo para a Comissão: a transferência do sigilo bancário, fiscal e telefônico do Sr. Paulo Okamoto. É um exemplo daqueles que não foram consensuais, mas que deveriam ser votados.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, também tinha...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Quantos requerimentos?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, um momento.

O Relator catalogou, ontem, uma série de requerimentos que não eram requerimentos em que havia concordância do Plenário, que seriam colocados sob voto. Eu tenho, por exemplo, a convocação do Sr. Gilberto Carvalho, que eu gostaria de ver votada.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Estava na lista? Quantos estão na lista?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Vamos votar.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, vamos abrir outra lista agora para votação?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Eu quero esclarecer ao Plenário que esses são requerimentos sobre os quais não houve acordo. Portanto, em relação a sua votação, posso anunciar quais são. Por exemplo, esses a que o Senador César Borges está fazendo referência, o 685...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Osmar Serraglio, eu só gostaria... Na reunião que fizemos ontem, V. Ex^a listou os consensuais que simplesmente, sem necessidade de se votar nominalmente, os outros, para os quais havia consenso, que nós votaríamos nominalmente e mais um grupo que nós faríamos a votação. Isso que foi acordado. Eu gostaria de saber quantos requerimentos que foram, na reunião de ontem, separados, para que fizéssemos uma votação naquilo em que não há acordo. Então, nós só vamos votar esses, porque foi aquilo que combinamos ontem quando encerramos a reunião, às onze e meia.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Concedo a palavra ao Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sr. Presidente, vou anunciar aqueles que eu tenho mais facilmente identificáveis.

1 – 810, juntamente com vários outros que dizem respeito à convocação do Sr. Toninho Barcelona. E, ao mesmo tempo, atende 813...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – 753.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – 790...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – 790?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O 790 foi retirado.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Ele não foi retirado. Ele foi apenas...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Mas é o que falamos, aqueles sobre os quais havia divergência.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Não, não, mas ele foi retirado. Esse não tem divergência.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Pediu para deixar na prateleira.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – É, que deixasse para outra ocasião.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Mas não tem problema. Podemos votar esses.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Eu só vou anunciar aqueles que esta Relatoria havia submetido à apreciação e que recebeu oposição.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Osmar!

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Eu vou me limitar aos meus. Cada um quer inserir os dele.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Eu fiz um apelo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Só os requerimentos..

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – ...é o correto. Eu apresentei um rol..

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Eu sei. Deputado Osmar Serraglio, eu quero apenas relembrar..

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – ..em relação aos quais houve objeção. Eu retirei. Esse foi o procedimento.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Mas existiam preferências..

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Aqueles que... de propósitos...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Está bom. As preferências não são em relação a isso.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, Senador Delcídio Amaral, eu quero relembrar exatamente o que aconteceu. Havia algumas preferências..

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Preferências são as que estão lá..

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Inclusive de autoria do Deputado Onyx Lorenzoni. Um exemplo claro é a de nº 753. Eu fiz um apelo ao Deputado Onyx Lorenzoni para que retirasse a preferência, para que não tivéssemos de votar preferências e que colocasse depois na votação do mérito. O Deputado aceitou o apelo que fiz – V. Ex^a é testemunha, e o Deputado Osmar também. O Deputado Osmar Serraglio não tinha colocado o 753 na relação dos dele, mas o Deputado Onyx tinha colocado como preferência. E, atendendo a um apelo meu, S. Ex^a aceitou votar o mérito, em vez de votar preferência.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Mas o que precisamos decidir, então, é se iremos votar aqueles que tinham requerimento de preferência. Esse é um raciocínio. Tudo bem. É só recobrar as preferências que estavam postas na mesa.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Requerimento de preferência, é obrigado a se votar.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Votaríamos, primeiro, os do Relator e, depois, os que eram objetos de preferência e que não foram votados.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Os do Relator. Vou identificar. Volto a identificar.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Quantos requerimentos são, no total, Deputado Osmar?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Eu não tenho o número.

Os do Relator: 810, também junto 813..

O SR. (Orador não identificado) – É a mesma coisa.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Eu sei, mas estou anunciando aqueles em que houve contradição ontem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Eu quero deixar bem claro aqui o seguinte: o acordo que foi feito, antes do início desta reunião, era para suspender por dez minutos para construirmos agenda e, depois, avaliar a questão do requerimento do doleiro Toninho da Barcelona.

Para deixar bem claro isso.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Primeiro, votam-se os requerimentos.

O de ontem é prevalente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Mas não estou dizendo que não prevalece..

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Eu acho que é a manutenção do acerto foi ontem.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Por que não votam o 810 e o 813, que é a mesma coisa, e o 753 e acabou?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Agora, precisamos aguardar para ver quais são os requerimentos que o Deputado Osmar Serraglio vai colocar para votação.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – São só esses?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – São só esses, Sr. Presidente.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, a CPMI da Compra de Votos e a CPI dos Bingos já votaram Toninho da Barcelona.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Os que ficaram do meu rol, do rol da Relatoria, pendentes, insisto, são: a convocação do Sr. Toninho da Barcelona, que corresponde a 810 e a 813...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Só. Nenhum mais.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– O 823, que é o envio de processos – esse, na verdade, não é da Relatoria, foi apresentado a pedido do Deputado Nelson Meurer.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Fui eu que pedi a preferência desse.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Voto “sim”, Sr. Presidente., mas isso é depois..

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– É tudo depois.

O Daniel Dantas, que era 845..

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Já foi.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Eu sei.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Eu fiz duas ponderações..

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– São só esses.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – É só o 810.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– É só o 810..

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Eu fiz duas ponderações: uma com relação ao requerimento do Deputado Nelson Meurer e outra com relação ao requerimento quando conversamos aqui.

Deputado Nelson Meurer, nós nos comprometemos... O Deputado Osmar Serraglio não recebeu ainda todas as respostas das notificações.

Nós pedimos aos Parlamentares para, na próxima semana, nós..

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Colocamos em votação.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Isso. Nós discutiríamos..

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – É só o 810, o 813 e 753. É só isso. Estou dizendo isso há cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Eu acho até que, em função dessa indefinição da CPMI do Mensalão, que cuida de origens, de fins, de Deputados, de Senadores, enfim, de todo o Brasil, então, precisamos agora minimamente saber o que encaminhamos para a CPMI do Mensalão e o que não encaminhamos mais.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Vamos votar, Sr. Presidente.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, eu gostaria de ter uma palavra com V. Ex^a e com o Sr. Relator.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, só tem que votar o 753, que era o único que da preferência.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Vamos votar o primeiro... Qual é o requerimento, Deputado Osmar Serraglio?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, eu vou ajudar. Só tem um, que é o Relator propôs e que não teve acordo..

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Sr. Presidente, quem cede a palavra é o Presidente?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – ..que foi o do Toninho da Barcelona, que vamos votar depois dos dez minutos. Então, só restam dois requerimentos, que eram objeto de preferência: um é o 753, de transferência do sigilo do Sr. Paulo Okamoto, e o outro é do Senador..

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, lamento, mas isso não é problema da Relatoria. Quem tem de decidir é V. Ex^a, que são requerimentos de preferência.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Eu sei, Deputado Osmar. Eu não estou dizendo que é problema de V. Ex^a. O que estou dizendo é que só existem dois requerimento que precisam ser votados agora. Mais nada.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Pela ordem, Deputado José Eduardo Cardozo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Sr. Presidente, pelo que me consta, sempre que alguém vai usar a palavra tem de solicitar a V. Ex^a. Se todos nós começarmos simplesmente a usar o microfone livremente, como se estivéssemos na sala de estar da nossa casa, os trabalhos ficam em uma confusão terrível.

Então, eu pediria que V. Ex^a determinasse que todos os Parlamentares da CPMI, quando fossem fazer uso da palavra, que solicitassem a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Não. Eu não vou determinar a ninguém que fale mais nada. Vou cumprir o que fizemos ontem às 11h30.

Existem dois requerimentos para os quais foi pedida preferência ontem. Quais são?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente..

O SR. (Orador não identificado) – 864...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– O que diz o Requerimento nº 864?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Eu indago de V. Ex^a, que recolheu ontem..

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Para votar o 753, que foi feito acordo..

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– O Relator está com a palavra, não?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– O Relator está com a palavra.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sr. Presidente, ontem, os requerimentos de preferência, nós os recolhemos. E aí solicito da assessoria que nos apresente quais eram os que ficaram pendentes.

Eu imagino que poderíamos suspender por dez minutos e daí retomarmos isso.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Não. Eu peço pela ordem, para fazer um esclarecimento..

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Não vou mais deixar ninguém falar.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Eu sou o autor do requerimento e fiz um acordo com V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Nós vamos votar os requerimentos que ficaram pendentes ontem.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Eu fiz uma acordo público com V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– O que ficou para depois dos dez minutos foi o Requerimento do Sr. Toninho da Barcelona.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor fez um acordo comigo. Eu estava sentado ao lado do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Assessoria, os requerimentos!

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – É o 753.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Eu vou começar a gritar para me darem a palavra, porque eu já vi que é só no grito. Eu também sei gritar, mas eu não queria.

Acabamos de votar do lado de lá toda a pauta. Não houve grito, não houve briga, e o que é que fizeram..

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Votaram inclusive vários requerimento absolutamente alinhados com a CPMI do Mensalão também..

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – E até a quebra foi feita de forma tão sistemática que eu queria..

O SR. (Orador não identificado) – O 803..

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Estou com a palavra, amigo! Até a quebra foi feita em um sistema que, talvez, pudéssemos adotar. Em vez de

se perguntar um a um, lá ele diz, “de acordo com o artigo tal, os Senadores queiram se manifestar”. E, aí, fala todo mundo Voto “sim”. Assim foi feito.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Nós já discutimos isso, Senador Ney Suassuna.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Aqui as votações são nominais.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – É nominal.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Juridicamente, entendemos que é nominal e voto individual. Vamos continuar com essa prática para que tenhamos o respaldo jurídico necessário, em função das decisões da CPMI

Deputado Onyx, por favor, quais são os requerimentos que V. Ex^a ontem estabeleceu como preferenciais?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, o acordo que foi feito era sobre o Requerimento nº 864, que dizia respeito à votação do Requerimento nº 753. É só isso. Vamos votar isso e acabou.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– O que diz?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– É a quebra de sigilo de Paulo Okamoto.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – É isso.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Então, vamos votar o Requerimento nº 753. É o único requerimento que será votado agora. Vamos fazer um intervalo de dez minutos para acertar a agenda e aí o requerimento do Sr. Toninho da Barcelona.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Ontem, apareceram outros requerimentos que eu, pessoalmente, cortei, dizendo que vamos avaliá-los na próxima semana, porque começou a existir preferência a torto e a direito. E os cortei como Presidente da Comissão.

Vamos votar só esse requerimento.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Requerimento nº 753.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico do Sr. Paulo Okamoto, Presidente do Sebrae.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Em votação.

Deputado Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Voto “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Como?

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Voto, “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Jorge Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Voto “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Maurício Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Voto “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Asdrúbal Bentes.

O SR. ASDRÚBAL BENTES (PMDB – PA) – Voto “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PA)
– Eu me abstenho.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Fernando Diniz. (Pausa.)

Deputado ACM Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Eduardo Paes. (Pausa.)

Deputado Gustavo Fruet.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Nélcio Dias. (Pausa.)

Deputado Nelson Meurer.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – “Não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Voto “sim”, contra o abafa.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Voto “sim” contra o quê?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– O abafa!

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Medeiros.

O SR. MEDEIROS (PL – SP) – “Não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputada Juíza Denise Frossard. (Pausa.)

Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Voto “sim”, Sr. Presidente. Se não quebrarmos, o Mensalão quebra!

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputada Rose de Freitas; Deputado Aníbal Gomes. (Pausa.)

Deputado Cezar Schirmer.

O SR. CEZAR SCHIRMER (PMDB – RS) – Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Silvio Torres. (Pausa.)

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Feu Rosa.

O SR. FEU ROSA (PP – ES) – Voto “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Ildeu Araujo.

O SR. ILDEU ARAUJO (PP – SP) – Voto “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Heráclito Fortes. (Pausa.)

Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Demóstenes Torres; Senador Sérgio Guerra. (Pausa.)

Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Voto “não”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Aelton Freitas. (Pausa.)

Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Voto “não”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Luiz Otávio; Senador Valdir Raupp; Senadora Iris de Araújo. (Pausa.)

Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Voto “não”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Jefferson Peres; Senador Fernando Bezerra; Senadora Heloísa Helena; Senador Efraim Moraes; Senador José Jorge; Senador Romeu Tuma; Senador

Arthur Virgílio; Senador Almeida Lima; Senador Roberto Saturnino; Senadora Fátima Cleide. (Pausa.)

Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Garibaldi Alves Filho; Senador Leomar Quintanilha; Senador Gerson Camata; Senador Juvêncio da Fonseca; Senador Sérgio Zambiasi; Senador Geraldo Mesquita Júnior. (Pausa.)

Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Vamos apurar a votação.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, estou com uma procuração de três Senadores da Oposição para votar. Será que vale?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Encerrada a votação.

Resultado da votação:

Doze Srs. Senadores votaram “não”; e dez, Voto “sim”.

Houve uma abstenção.

Está rejeitado o Requerimento nº 753.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, “operação abafa” em andamento!

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Posso pedir a palavra, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – A questão de ordem do Deputado Silvio Torres.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Sr. Presidente, o senhor informou que, ontem,..

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Por favor, Deputado ACM!

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – O senhor informou que, ontem, havia feito um acordo para que votássemos, depois do intervalo, o Toninho Barcelona, imaginando, certamente, que, ontem, seria muito polêmico. Mas, diante das informações trazidas hoje de que a convocação dele já foi aprovada na CPI dos Bingos, já foi aprovada na CPMI do Mensalão, o senhor não acha que o mais lógico é que votemos, por consenso, imediatamente, essa convocação? Senão nós vamos passar aqui um atestado não sei do quê!

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Não foi votada na do Mensalão, não! Pode ter sido na dos Bingos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – O que foi combinado é o intervalo de 10 minutos. Nós vamos suspender a reunião 10 minutos, votaremos e, depois, definiremos a agenda.

(Suspende-se a reunião às 13 horas e 11 minutos.)

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Muito bem! O Okamoto a gente convoca na do Mensalão.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Pois não!

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Está ao telefone?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Não!

(Reabre-se a reunião às 13 horas e 27 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Bom, vamos reabrir a reunião.

Eu gostaria, primeiro, de levar para aprovação o Requerimento de nº 810, da convocação do Sr. Toninho da Barcelona.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Que também corresponde aos Requerimentos nºs 810 e ao 813.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – E quero o oitocentos e?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – 810.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – 810 e 813.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Que é a mesma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – É a mesma coisa, não é? Então, quero colocar esses dois requerimentos em votação.

Se todos estiverem de acordo, queiram permanecer sentados.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, eu quero me abster da votação.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Voto pela abstenção da Senadora Ideli.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – E, depois da votação, quero fazer declaração de voto para não perturbar o processo de votação.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – E voto contrário do Senador Ney Suassuna.

Então, o requerimento está aprovado.

Eu gostaria também de levar à aprovação de V. Ex^{as} a agenda das três próximas semanas.

Eu quero deixar claro aqui, em função de tudo o que foi discutido, que nós vamos, todas as terças-feiras, sob a coordenação do Deputado Abicalil, fazer oitivas daquelas pessoas que foram convocadas e que não virão aqui para o plenário da CPMI, isso com vistas a acelerar os trabalhos da CPMI. Às quartas-

feiras, sim, serão dias de audiência aqui, no plenário da CPMI. Todas as quartas-feiras. É a “superquarta”! E, na quinta-feira, as reuniões administrativas.

Quero deixar claro o seguinte: eu não aceitarei nenhum requerimento, nenhuma mudança, a não ser na reunião administrativa. Então, para não conturbar os trabalhos da CPMI, conseqüentemente, estabelecer uma rotina absolutamente clara com relação àquilo que se faz às terças, às quartas e às quintas-feiras.

O SR. (Orador não identificado) – Às terças-feiras, o que vai ser feito?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Às terças-feiras, sob a coordenação do Deputado Abicalil e com os Parlamentares, vamos chamar aquelas pessoas que não vão vir para cá, para o plenário, e elas serão ouvidas por seis ou sete Parlamentares, cuja escolha vamos organizar de hoje para amanhã.

O SR. MEDEIROS (PL – SP) – Sr. Presidente, só para esclarecer: qual é o critério? Terça-feira será quem? E quarta-feira será quem?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – O Deputado Abicalil... a quarta-feira eu já vou adiantar agora, que é a “superquarta”. Agora, às terças-feiras, o Deputado Abicalil já vai preparar a relação para que vários Parlamentares ouçam os convocados.

O SR. MEDEIROS (PL – SP) – Quer dizer, terça-feira é peixe pequeno e quarta-feira é peixe grande!

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Eu não gostaria de usar uma expressão assim, mais incisiva, mas a essência é efetivamente essa, Deputado Medeiros.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Quarta-feira, são os tubarões, Deputado!

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Apenas para reiterar, Sr. Presidente, que, na última quinta-feira, nós submetemos ao Plenário uma primeira relação de pessoas em relação a essa proposta de subcomissões e apenas reitero que naquele grupo, em dois módulos, estava um módulo referente à contratações dos Correios, das diversas áreas e em outro módulo os envolvimento e conexões das empresas do Sr. Marcos Valério. Foi assim que ficou apresentada aqui com uma lista de nove nomes que foi apresentada.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Então, vamos anunciar, para a gente não entrar nessa discussão – a questão dos grupos, a Senadora Ideli Salvatti, inclusive apresentou um requerimento aqui. Como a lógica era não discutir nenhum requerimento adicional, além daqueles que nós avaliamos, que discutimos ontem, então, para ter disciplina com relação ao que acertamos ontem, vamos levar isso para a próxima semana, mas já dentro daquele conceito de es-

tabelecer os grupos que vão trabalhar, principalmente nos dois focos dos Correios.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, apenas uma orientação.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Arnaldo, por favor.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Não vou discutir nada. Só quero que seja informado ao pleno da Comissão aqueles que serão ouvidos pela Subcomissão. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Vamos anunciar amanhã, informar claramente para toda CPMI. Se não anunciarmos hoje, no mais tardar, amanhã de manhã.

Acho que isso está claro, todos entenderam bem qual a estratégia e qual será a sistemática de funcionamento.

Quero também enfatizar que a agenda aprovada de comum acordo pelos parlamentares da CPMI é que na quarta-feira, dia 28, convocaremos as duas *tradings*.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Convocar já está convocada, é só chamar.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Perdão, quarta-feira, da 31 de agosto, teremos aqui no pleno da CPMI, vamos ouvir as duas *tradings* – a Guaranhuns e a Bônus-Banval, no dia 31, ou seja, quarta-feira, às 11h30.

No dia 6 de setembro – e essa semana é uma semana de exceção porque a quarta-feira é feriado –, terça-feira, vamos ouvir o ex-Ministro Gushiken.

No dia 14 de setembro, quarta-feira, voltando à rotina das quartas-feiras, vamos ouvir o Sr. Daniel Dantas.

Então, repetindo a agenda para ficar bem claro: dia 31, quarta-feira, as duas *tradings*. Na terça-feira, dia 30, sob a coordenação do Deputado Abicalil, ouviremos os outros que já foram convocados. A relação será encaminhada hoje a tarde ou no mais tardar amanhã pela manhã. Na quinta-feira as reuniões administrativas. Não aceitaremos mudanças das regras do jogo em função dessa sistemática que está sendo adotada.

A agenda que seguiremos – já falei das *tradings* quarta-feira que vem. No dia 6 de setembro, véspera de feriado, o ex-Ministro Gushiken. No dia 14 de setembro, o Sr. Daniel Dantas. Essa agenda que estou trazendo a V. Ex^{as} para ver se todos concordam.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – E o Toninho da Barcelona?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Se todos concordam, então, essa será a agenda adotada pela CPMI.

Com relação ao Sr. Toninho da Barcelona, até em função da própria situação dele e como esse requerimento também foi aprovado nas outras CPIs, vou conversar com os presidentes das CPIs também. Evidentemente, isso passa também por um diálogo com o Secretário de Segurança de São Paulo, Dr. Saulo.

Vamos discutir com ele, para definir a data adequada para que ele venha a CPMI, até pelos cuidados que essa remoção vai representar. Então, a convocação dele já foi aprovada..

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O senhor falou conversar com quem, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Com o Secretário de Segurança, Dr. Saulo.

O SR. (Orador não identificado) – Secretário da Administração Penitenciária.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– E Secretário de administração Penitenciária, também.

A SRA. IDELI SALVATI (PT – SC) – Sr. Presidente, ainda sobre a agenda.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, eu estou inscrito antes.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Eu só gostaria..

Todos estão de acordo com o que foi proposto?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Está de parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Todos? Sem exceção?

Senadora, algum comentário com relação à agenda?

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Nada contra a agenda. É com relação à agenda, mas não essa questão das três ... É outra questão. É agenda, mas é outra questão.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Põe em votação a agenda, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Em votação a agenda.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovada a agenda.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
– Parabéns.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, eu havia me inscrito com V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Concedo a palavra ao Deputado Onyx e depois à Senadora Ideli Salvatti.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, quero trazer a V. Ex^a um fato novo em relação aos procedimentos da CPMI dos Correios.

Eu pedi um estudo à Assessoria Jurídica e Parlamentar do meu Partido, o PFL, em que foi feita a análise do regimento comum, a análise do regimento do Senado e a análise do regimento da Câmara. O que dizem Sr. Presidente? E não vou levar mais de um minuto e V. Ex^a já vai entender?

O regimento comum é omissivo sobre o que eu vou apresentar a V. Ex^a. O regimento do Senado não estabelece nenhuma limitação, portanto vale – e essa é a regra de interpretação – o Regimento da Câmara dos Deputados.

O art. 46 do Regimento da Câmara dos Deputados, no §4º, diz o seguinte: por um terço dos seus membros, as comissões serão convocadas extraordinariamente. Portanto, estou passando às suas mãos um estudo e um requerimento, onde, por um terço dos Srs. Senadores e Srs. Deputados, estamos convocando, extraordinariamente, a nossa CPMI para, no próximo dia 1º, na hora em que V. Ex^a julgar adequada, podendo ser uma reunião aberta ou fechada – isso poderá ser fruto de entendimento, portanto há essa flexibilização –, ouvir o Sr. Toninho da Barcelona em depoimento aqui. E isso o regimento nos permite.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Encaminhe para a Mesa que nós vamos analisar esse estudo preparado por V. Ex^a.

Com a palavra a Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, em primeiro lugar..

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, só para concluir, eu fui entregar a V. Ex^a o documento, e peço vênha à cara Senadora Ideli, que eu vou usar no máximo trinta segundos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado..

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Só para concluir, Sr. Presidente, acabei de entregar o documento a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado, V. Ex^a já foi muito bem, já foi muito claro na exposição e nós entendemos.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – E o que eu quero reafirmar a V. Ex^a..

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Está absolutamente compreendido.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – ...é que há absoluto suporte para esse procedimento.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– A assessoria jurídica da CPMI analisará o suporte desse posicionamento assumido pelo Partido da Frente Liberal.

Com a palavra a Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, com relação à agenda, eu queria, na lógica e na linha do que V. Ex^a mesmo já mencionou, da separação, de podermos nos organizar em cima dos dois módulos de investigação, que pudéssemos ter procedimentos para preparar as oitivas daquelas pessoas que serão ouvidas por comissões menores, já para terça-feira, nessa lógica dos dois módulos, porque facilitaria muito o trabalho de quem vai participar mais ou se dedicar mais às investigações do módulo Correios e seus correlatos e quem vai se dedicar mais ao módulo referente às empresas de publicidade e os seus conexos, os seus correlatos, com financiamentos, etc e tal; que já pudéssemos trabalhar hoje à tarde no sentido de preparar as oitivas da terça-feira, porque aí já não ficaria mais – eu queria até ponderar ao Deputado Carlos Abicalil – na responsabilidade do Deputado Carlos Abicalil, ou seja, o grupo de Parlamentares que vai cuidar de Correios já se reuniria hoje à tarde, quem pudesse, para preparar as oitivas, que já estão listadas, conforme o Deputado Carlos Abicalil, e quem vai cuidar mais das empresas de publicidade e seus anexos e conexos também faríamos uma reunião hoje à tarde para preparar.

Então, eu queria propor, porque, por exemplo, eu já quero deixar aqui declarado que a minha disposição de contribuir mais efetivamente, dedicar-me mais é na questão da origem do dinheiro, das investigações e tal. Portanto, eu já queria pedir ao Deputado Gustavo Fruet, que é quem tem, mais ou menos – mais ou menos não, desculpe –, mais se dedicado a essa questão das movimentações financeiras, etc. e tal, que nós pudéssemos sair daqui hoje já com uma reunião marcada para o meio da tarde, no horário de que V. Ex^a puder dispor, que pudéssemos ver quem mais quer participar e podermos nos inteirar até onde foi até agora, como caminhou, por onde está caminhando e podermos já delinear o trabalho de quem vai querer se dedicar e montar esse grupo de trabalho para atuar junto nessa questão da origem do dinheiro.

E acho que, da mesma forma, quem tem se preocupado mais com a história dos contratos e dos Correios tem sido o Deputado José Eduardo Cardozo, talvez o mesmo procedimento pudéssemos ter hoje à tarde também nessa outra lógica.

Então, é essa a ponderação que eu queria fazer, Sr. Presidente, até para que, na terça-feira, já estejamos trabalhando com os grupos de trabalho, com a separação do serviço entre nós para poder dar agilidade, porque vai ser só dessa forma, com competência e com responsabilidade, que nós vamos poder entrar nessa competição infeliz que se abriu aqui no Congresso Nacional, onde as CPIs estão disputando o

holofote da mídia, estão fazendo, inclusive, desvio da finalidade de cada uma delas, interpondo-se, fazendo, inclusive, subtração de responsabilidades de outras CPIs para poder aparecer.

Portanto, essa lógica... Por isso me absteve na votação da convocação do Sr. Toninho da Barcelona, porque continuo convencida de que o procedimento de trazer o Sr. Toninho da Barcelona para qualquer outro depoimento só pode ser feito numa configuração, numa mudança da situação dele. Ou seja, enquanto ele não tiver algo relacionado com a delação premiada, trazê-lo para qualquer CPI sem essa modificação é repetir o triste episódio ocorrido lá em São Paulo. E não adianta fazer reservada, porque aqui reservado não tem nada, não há nada sigiloso, porque gravam, porque filmam, porque põem na TV. Nem bem terminou, já está nos órgãos de comunicação tudo o que a gente fez.

Então, Sr. Presidente, eu quero até, justificando a minha abstenção, dizer que a única maneira de nós entrarmos com responsabilidade é demonstrarmos competência, e competência significa trabalho. Por isso estou propondo que, agora à tarde... Quero já pedir ao Deputado Gustavo Fruet que dê o horário para que possamos avisar todo mundo que queira participar. Sei que o Deputado Jorge Bittar, que é uma pessoa que sempre, aqui no Congresso Nacional, esteve afeto à questão de Orçamento, finanças e tal, pode nos ajudar também, já sinalizou que quer. Então, que possamos sentar com quem mais quiser.

O PFL estava reclamando que não está em nenhuma sub-relatoria, então vamos integrar, ver quem é da Bancada do PFL que quer ajudar, seja nos contratos dos Correios ou seja nessa questão das fontes dos recursos das empresas do Marcos Valério, para podermos, efetivamente, mostrar competência e apresentar trabalho efetivo, certo, legal, em termos de prova, que é tudo isso que a população espera.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Ideli Salvatti.

Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Serei rápido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – E depois o Deputado José Eduardo Cardozo.

Deputado Gustavo Fruet, daqui a pouco, vamos abrir novamente.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Serei rápido. Eu queria justificar por que votei contrário. Votei contrário porque não concordo que quem esteja negociando redução de pena esteja aqui. Acho que é uma pessoa que não tem compromisso, está buscando reduzir a sua pena a qualquer custo. Então, por isso, votei contrário, por questão de princípio, mas acatei o voto

dos outros tranquilamente, tanto é que não orientei, até liberei nossa Bancada para votar como quisesse.

A segunda coisa que eu queria dizer era da minha tristeza de ver a concorrência entre as CPIs. Eu estou participando de duas e estou vendo que, em ambas, a expressão “bola nas costas” está sendo usada. Temos que aprovar esse porque vai ter bola nas costas e a outra vai fazer na frente. Isso é péssimo e não está se pensando no Congresso, não está se pensando no Brasil, não está se pensando nos objetivos e, sim, em quem tem o *show*. Isso é uma pena para o nosso Congresso, para as nossas CPIs e queria declarar essa minha tristeza dessa concorrência, inclusive até saindo de parâmetro.

Uma outra que nem tinha nada a ver já convocou, quebrou lá e temos que quebrar. Hoje votei duas vezes a quebra de todos os fundos. Saí daqui e, quando cheguei lá, já foi quebrado, mas vamos quebrar aqui também. Essa concorrência não vai levar a nada.

Gostaria de sugerir que o Presidente se reunisse com os outros dois Presidentes para pararmos a marcha da insensatez e voltarmos a um trabalho normal.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Ney Suassuna, vou inclusive conversar com o Presidente da Casa, o Senador Renan Calheiros, bem como com os Presidentes das outras CPIs. Agora, gostaria de deixar registrado, de maneira muito clara: tive uma conversa longa, uma semana atrás, com o Senador Amir Lando e o Relator Osmar Serraglio, em que ficou muito bem caracterizada as atribuições do Mensalão, principalmente no que se refere aos parlamentares.

Esse é o procedimento e, em função desse procedimento que foi ajustado, que estabelecemos as responsabilidades de cada uma. Nós inclusive deixamos muito claro – e foi entendido pelo Senador Amir Lando – que a CPMI dos Correios cuidaria dos Correios e das origens. Os fins, que têm ligação com os parlamentares, ficariam com a CPI do Mensalão.

Fomos surpreendidos, ontem, por oitivas de fundos de pensão, que estariam nas origens e pela quebra de sigilo de fundos de pensão, que aqui nós tivemos inclusive o cuidado de quebrar o sigilo associado às instituições financeiras que movimentavam as contas do Sr. Marcos Valério.

Então, sob o aspecto de coerência, estamos pautando os trabalhos da CPMI dentro daquilo que foi exaustivamente discutido com o Presidente da CPMI do Mensalão, Senador Amir Lando.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, gostaria de fazer uma ressalva. Os presidentes são reféns. Os presidentes não decidem tudo, quem decide é a maioria e quero parabenizar aqui e pedir

que não volte a botar os pauzinhos na mesa para botar os nomes, porque quando chega na hora batem com o pau em cima da mesa e daqui a pouco vão jogar um no outro. Estou com muita tristeza e parece até que isso não é Congresso. É no grito, é atropelando, concorrendo entre si.

Peço a V. Ex^a que converse com o Presidente da Casa e com o Presidente da Câmara, para encontrarmos soluções que tragam normalidade.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Quero também registrar, Senador Ney Suassuna, que, se existe uma CPI que tem amplas condições de fazer um bom trabalho e apresentar resultados, é a CPMI dos Correios, porque boa parte dos dados e informações já estão disponíveis e estamos numa fase importante de sistematização dos dados. Portanto, estou muito seguro com relação ao trabalho dos parlamentares e do trabalho da CPMI dos Correios, apesar de lamentar o acontecido nos últimos dias, o que mostra que, além do equívoco de terem se criado outras CPIs, há hoje uma disputa por holofotes entre as CPIs aqui no Congresso.

Temos que ter tranquilidade, fazer as coisas com racionalidade, para que realmente não venhamos a decepcionar a opinião pública brasileira, que espera um bom trabalho da CPMI dos Correios.

Concedo a palavra ao Deputado José Eduardo Cardozo.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, cheguei a pensar em pedir de plantão um médico otorrino do Senado, porque deve ser algum problema de surdez. Tem algumas pessoas – sem que V. Ex^a dê a palavra – gritam em um tom tão alto que devem estar surdas e mereciam um tratamento.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, teria uma informação para trazer a V. Ex^a e até já pedi licença ao Deputado Cardozo.

Acabo de ser informado que, de fato, a CPMI do Mensalão agendou para terça-feira a oitiva dos responsáveis pelas *tradings*. Estou dizendo isso a V. Ex^a porque, sem querer estimular qualquer tipo de disputa, divergência, a nossa agenda é para quarta-feira. Há duas semanas, aconteceu um episódio muito parecido. Nós tínhamos marcado para quarta-feira o Sr. Cristiano Paz, sócio do Marcos Valério, e a CPMI do Mensalão marcou para terça. Aí houve um problema. Tivemos que fazer uma reunião conjunta, que não foi produtiva nem para uma nem para outra CPMI e acho que nenhum de nós deseja que isso se repita.

Então, eu queria pedir a V. Ex^a, já que V. Ex^a já anunciou a agenda, com a qual concordamos, que, como uma demonstração da harmonia e do entendi-

mento entre as CPIs, V. Ex^a já solicitasse ao Presidente Amir Lando que recuasse na agenda que foi marcada na CPMI do Mensalão, porque as *trades* estão muito mais ligadas à origem que ao destino, e que viabilizasse a confirmação da nossa agenda para quarta-feira. Agora, caso contrário, peço a V. Ex^a que, ao longo do dia de hoje e no dia de amanhã, depois de ter a resposta do Senador Amir Lando, converse com os Parlamentares desta Comissão para, se necessário, ter um plano de contingência. Por quê? Porque a convocação de uma CPI é imperiosa. Então, eles virão na terça-feira e vão vir na quarta para cá? Não vão. Não é bom para a gente, não é bom para eles, não é bom para ninguém. Então, peço a V. Ex^a que já pense nesse plano de contingência porque, infelizmente, podemos ter que nos deparar com essa realidade.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Perfeitamente, Deputado ACM Neto.

Com a palavra o Deputado José Eduardo Cardozo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Sr. Presidente, apenas para informar a V. Ex^a, ao Sr. Relator e aos membros desta Comissão que hoje, pela manhã, eu e o Deputado Gustavo Fruet estivemos no Tribunal de Contas da União e nos reunimos com todos os membros das equipes que estão fazendo as auditorias na parte de contratos. E, de imediato, já posso informar a V. Ex^a e ao Sr. Relator o seguinte: primeiro, no que se refere à questão dos Correios, a partir da reunião que tivemos com a direção dos Correios, o fluxo de informações foi normalizado, ou seja, hoje pela manhã, cerca de 95% das solicitações que a CPMI havia feito já foram atendidas pela Diretoria dos Correios. Portanto, essa situação ficou normalizada.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, foi detectado um problema nas informações prestadas pelo Banco do Brasil, ou seja, segundo relato feito pelas equipes de auditoria, há algum tipo de dificuldade para que o Banco do Brasil forneça as informações. O Deputado Gustavo Fruet, hoje à tarde, estará com a direção do Banco do Brasil, numa conversa preliminar, tentando resolver os problemas. Mas, realmente, em se mantendo a situação, talvez tenhamos que fazer com o Banco do Brasil a mesma coisa que fizemos com a Direção dos Correios.

Em terceiro lugar, Sr. Presidente, nós combinamos um fluxo permanente de diálogo entre a CPMI e as equipes de auditoria do Tribunal de Contas. Semanalmente, faremos uma reunião com os responsáveis para que eles nos informem os pontos de estrangulamentos e onde está havendo dificuldades para que nós possamos, a cada semana, intervir e desbloquear o fluxo de informações.

Finalmente, Sr. Presidente, quero informar aos membros da CPMI que estão começando a chegar as primeiras auditorias dos Tribunais de Contas relativamente aos contratos. Na condição que me foi designado por V. Ex^a, eu reunirei esse material para que eu possa fazer a leitura dessas primeiras auditorias que chegaram a esta Comissão.

À primeira vista, existem alguns fatos que podem parecer graves, Sr. Presidente, em relação a algumas das informações que pudemos coletar numa primeira leitura. Mas, seja como for, para não sermos precipitados, farei uma leitura rigorosa neste final de semana e faço uma proposta a V. Ex^a: como haverá, na terça-feira, oitiva, em princípio, já de pessoas vinculadas a essa área de contratos e como seria necessária, antes, uma leitura dessa auditoria, proporia que, na próxima terça-feira, por volta das 13h30min, se V. Ex^a autorizar e o Deputado Abicalil concordar, poderíamos fazer uma reunião com todos aqueles interessados em participar desse trabalho de oitiva porque eu faria uma rápida exposição dos elementos que temos já condições de informar a partir dessas auditorias e aí, então, às 14h30min, começaríamos as oitivas. Então, ficaria marcado, Sr. Presidente, para aqueles Deputados e Senadores que quiserem, às 13h30min uma reunião para que pudesse estar expondo os primeiros elementos da auditoria que vamos estar coletando e vendo esse final de semana e começaríamos a arguição às 14h30min.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Ok, Deputado José Eduardo.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – O local

só é definido depois que nós definirmos a agenda e durante..

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– E aí nós vamos definir já os locais.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Está ok, Deputado?

O SR. (Orador não identificado) – Amanhã não tem a oitiva?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Amanhã não. Amanhã não teremos, até em função daquilo tudo que vamos ter que preparar para a próxima semana, por isso não vamos fazer amanhã entrevista coletiva. Mas na semana. Mas, na semana que vem, com certeza o faremos.

Mas eu gostaria somente de...

Perdão, tem a palavra o Deputado Fruet.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Obrigado, Presidente. Veja V. Ex^a como sou disciplinado: eu aguardo..

Mas é importante compartilhar e dar essa informação a V. Ex^a e ao Relator até como dever pela direção dos trabalhos.

Em complemento ao que disse o Deputado José Eduardo Cardozo, dou um rápido resumo dessa semana. Primeiro, o Presidente dos Correios esteve ontem com o Ministro Ubiratan Aguiar, pessoalmente, depois de ter feito uma reunião com toda a diretoria, com todos os técnicos responsáveis por essa área dos Correios; anteontem, com os Deputados José Eduardo Cardozo e Sérgio Sampaio, na sede dos Correios. Praticamente 95% dos documentos foram entregues ontem. Faltam algumas planilhas que devem ser concluídas até o início da próxima semana. Portanto, avançou. Foi importante a diligência.

Segundo, tivemos ontem com a Área de Fiscalização do Banco Central. Oficiamos o Banco do Brasil e o Banco Central para uma verificação com relação às informações de sigilo bancário enviadas do ex-Ministro José Dirceu, José Genoíno e Roberto Jefferson, demonstrando toda a cautela e responsabilidade da CPMI em analisar esses dados preventivamente. O Banco, hoje pela manhã, manda um complemento, afirmando que houve inconsistência no banco de dados. Por precaução, formalizamos e não vamos substituir as informações. Queremos que o banco explique o porquê das divergências nas informações. E hoje à tarde haverá uma reunião com a Área de Fiscalização do Banco Central e com o Diretor de Operações do Banco do Brasil. Com os técnicos também da CPMI.

Em complemento a essa reunião, nós vamos apresentar hoje análise preliminar de auditoria do Banco do Brasil junto ao Tribunal de Contas da União, com uma série de dificuldades e algumas afirmações muito contundentes da auditoria para que se peça também um esclarecimento, como foi feito com os Correios. Da mesma forma, os dados apresentados nas três auditorias preliminares se referem à área de informática, à primeira auditoria na área de publicidade, envolvendo a empresa SMP&B com os Correios, e a uma análise de auditoria do IRB.

Essa reunião hoje foi muito produtiva. Estavam todos os auditores do Tribunal de Contas responsáveis por toda a fiscalização feita a partir da CPMI.

Com relação aos dados bancários, recebemos hoje os dados do Bradesco. Estão sendo alimentados agora no sistema e até o final da tarde teremos uma avaliação. E até por precaução, para compartilhar com todos os Parlamentares, ontem nós mandamos para todos os gabinetes e vamos mandar, uma vez por semana, pelo menos, um levantamento do avanço do envio das informações e uma análise com relação ao total de dados. E posso afirmar que até agora não te-

mos metade das informações solicitadas pela CPMI. Para mostrar o que foi dito na sexta-feira, inclusive por V. Ex^a, na coletiva.

Primeiro os dados, a planilha padrão dos dados, e, depois, a consistência nos dados. Ou seja, não temos ainda 100% dos dados para uma análise. Até o final da tarde, teremos um relatório gerencial com relação aos dados telefônicos. A Telefônica complementou – já foi alimentado o sistema – e a Telemar ficou de mandar hoje. E amanhã iremos à Anatel pedir providências para a conclusão de todas as operadoras até o início da próxima semana. O prazo final é hoje.

Da mesma forma, em atenção à Senadora Ideli, já vou solicitar à equipe que esteja à disposição, porque às 16 horas teremos a leitura do relatório do Deputado Roberto Jefferson no Conselho de Ética. Eu vou participar e, na sequência, vou ao Banco Central. Mas a equipe já está à disposição inclusive da Senadora e do Deputado Abicalil, para apresentar todos os dados já disponíveis a fim de que possam ser analisados, na eventualidade das informações. Ou eventualmente marcamos a reunião para as 19 horas, se não for..

A SR. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Fruet, somente para te perguntar se não poderíamos nos sentar em seguida, porque são duas horas da tarde, pelo menos para termos uma meia hora, quarenta e cinco minutos contigo, para podermos fazer esse panorama para a gente poder se integrar.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Combinado. E a partir de terça-feira toda semana o relatório gerencial para os Parlamentares para que se possa compartilhar essas informações. Então esse é o registro e na sequência podemos ir para a CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Só gostaria também, para encerrar esta reunião de hoje, o Deputado Asdrúbal Bentes estava aqui comigo, o que quero dizer é que uma vez que hoje definimos uma agenda muita clara e a nossa rotina, finalmente, de trabalho às terças, quartas e quintas, o Deputado Asdrúbal Bentes vai fazer mais o dia-a-dia da CPMI. Quero comunicar a V. Ex^{as} que eu, a partir da semana que vem, vou lá para a “bat-caverna” e vou trabalhar em cima das informações, porque acho que o fundamental é investigar. E até em função do compromisso e da responsabilidade que todos nós Parlamentares temos, especialmente eu, como Presidente, e o Deputado Osmar Serraglio como Relator, vou me dedicar muito mais às tarefas relativas à investigação, à busca dos documentos, a visitas ao Tribunal de Contas da União, ao Banco Central, às instituições financeiras, à Anatel, às companhias telefônicas, porque o meu compromisso agora, uma vez que já acertamos uma agenda de três semanas, é buscar os dados para que

a gente descubra as origens. Portanto, o Deputado Asdrúbal Bentes vai fazer esse trabalho mais intenso de CPMI, e eu vou restringir mais a minha atuação às questões de investigação e os documentos que precisamos para fazer o julgamento de tudo aquilo que foi levantado nesses dois focos: Movimentações financeiras e Correios, pela CPMI dos Correios.

Quero agradecer a todos e desejar uma boa tarde.

Muito obrigado

Está encerrada a reunião.

(Encerra-se a reunião às 14 horas e 2 minutos.)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN,
PARA INVESTIGAR AS CAUSAS
E CONSEQUÊNCIAS DE DENÚNCIAS
E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS
POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS
– EMPRESA BRASILEIRA
DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

Ata da 32ª Reunião, realizada em 31 /08/2005.

Aos trinta e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e cinco, às quinze horas e quarenta minutos, na sala 02 do Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Delcídio Amaral, e ainda com as presenças dos Senhores Senadores César Borges, Demóstenes Torres, Sérgio Guerra, Ideli Salvati, Siba Machado, Íris de Araújo, Fernando Bezerra, Heloísa Helena, Romeu Tuma, e dos Deputados Carlos Abicalil, Jorge Bittar, Maurício Rands, Asdrúbal Bentes, Osmar Serraglio, Fernando Diniz, Antonio Carlos Magalhães Neto, Onyx Lorenzoni, Gustavo Fruet, Nelio Dias, Nelson Meurer, Arnaldo Faria de Sá, Inaldo Leitão, Juíza Denise Frossard, Pompeo de Mattos, José Eduardo Cardozo, Jamil Murad, Cezar Schimer, Sílvio Torres, Feu Rosa, Ildeu Araújo, Luiz Antonio Fleury, Medeiros, Geraldo Thadeu, e não membros Senadora Lucia Vânia e Deputados Edinho Monteiro, Fernando de Fabinho, reúne-se a COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN, PARA INVESTIGAR AS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DE DENÚNCIAS E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS – EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. Havendo número regimental, os Presidentes declaram abertos os trabalhos e informam que a presente reunião destina-se à oitiva dos senhores Enivaldo Quadrado, Breno Fischberg, Luiz Carlos Mazano e José Carlos Batista.

O Senhor José Carlos Batista justificou sua ausência afirmando não ter sido convocado com quarenta e oito horas de antecedência. O primeiro depoente foi o Senhor Enivaldo Quadrado. Após a arguição por parte dos senhores Relatores das Comissões, fizeram uso da palavra, pela ordem de inscrição, os Senhores parlamentares Senadora Heloísa Helena, Senadora Ideli Salvatti, Senador César Borges, Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto, Senador Álvaro Dias, Deputado Maurício Rands, Deputado José Eduardo Cardozo, Deputado Onyx Lorenzoni, Deputado Geraldo Thadeu, Deputado Antônio Carlos Mendes Thame, Deputado Arnaldo Faria de Sá, Senador Sibá Machado, Deputado Sílvio Torres, Deputado Eduardo Paes, Senador Demóstenes Torres, Deputada Juíza Denise Frossard, Deputado Jorge Bittar, Deputado Pompeo de Mattos e Senador Sérgio Guerra. O Presidente, no fim da reunião, dispensou os outros dois depoentes declarando que suas oitivas seriam posteriormente remarcaadas. Às vinte e uma horas e quatorze minutos encerra-se a reunião. E, para constar, eu, *Wanderley Rabelo da Silva*, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da presente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Declaro aberta a reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar as causas e consequências de denúncias e atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Esclareço que a pauta desta reunião destina-se à oitiva dos Srs. Enivaldo Quadrado, Breno Fischberg e Luiz Carlos Mazano, da *trading Bônus-Banval*.

Gostaria apenas de esclarecer a V. Ex^{as} que estou começando britanicamente no horário, até porque queria fazer uma introdução rápida aqui antes de chamar os depoentes.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, havia um outro depoente, não havia?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – E Guaranhuns, José Carlos Batista. O Sr. José Carlos Batista nos encaminhou, por intermédio de seus advogados, o seguinte:

“José Carlos Batista, por seus advogados que esta subscreve, vem, respeitosamente, à presença de V. Ex^a expor e requerer o quanto segue: tem sido noticiado na imprensa que foi aprovada a convocação do peticionário para comparecer perante esta Colenda CPMI, tendo sido ventilado o dia de hoje e, por conta disso, ele estava, como sempre esteve e estará, à dis-

posição para comparecer. Inclusive encontra-se munido de **habeas corpus** no sentido de assegurar o direito de permanecer em silêncio.

Entretanto, o peticionário, atendendo informação formal de outra CPMI, permaneceu, durante mais de 8 horas, na data de ontem, aos 30 de agosto de 2005, em reunião oficial perante a Colenda CPMI do Mensalão, dentro do Senado Federal, como é de conhecimento de todos, e, até o final daquela oportunidade, informou aos signatários que não recebeu qualquer intimação oficial ou sequer comunicação informal desta Colenda CPMI dos Correios, razão pela qual, **data maxima venia**, evidentemente, será convocado para dia e hora certa e oficial, que é seu direito, e assim retornou para a sua casa na cidade de Santo André, São Paulo, até porque tem problemas de hipertensão e estava com nítido mal-estar, noticiado inclusive pela imprensa.

À vista do exposto, o peticionário, reafirmando sua disposição em comparecer, requer a V. Ex^a, **data maxima venia**, que designe dia e hora certa e oficial para o seu comparecimento perante esta Colenda Comissão Parlamentar de Inquérito dos Correios, intimando-o formalmente do ato com antecedência de 48 horas.”

Assinam os Advogados Ricardo Sayeg e Celso Renato D’Ávila.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra, para uma questão de ordem, o Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, eu quero que V. Ex^a decrete a revelia do Sr. José Carlos Batista, porque está usando de subterfúgio, dizendo que não foi convocado. Foi convocado, sim. Eu já fui à secretaria obter essa informação e ele labora em erro no próprio HC que está em anexo. No HC ele diz que foi intimado. Pode ver, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com certeza.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Quando ele pede extensão do HC. Ele tinha HC da CPMI da Compra de Votos e, quando pede a extensão do HC para a CPMI dos Correios, ele disse que foi intimado.

Então, Sr. Presidente, eu queria que fosse decretada a revelia da ausência do Sr. José Carlos Batista e que ele fosse conduzido coercitivamente, em data aprazada, por V. Ex^a, sem consulta alguma, porque se ele diz no HC anexo que estava intimado para vir aqui – é por isso que ele pede a extensão –, ele está faltando com a verdade. Ou faltou com a verdade no Supremo, ou faltou com a verdade aqui. Eu suponho

que faltou com a verdade aqui. Então, que a Polícia Federal conduza sob vara, em data aprazada por V. Ex^a, e que seja decretada a revelia dele no dia de hoje. Ele não pode, sob hipótese alguma, alegar que não tinha condição física. Ou o serviço médico do Senado ou o da Câmara deveria ter feito isso.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Serão tomadas as devidas providências, meu caro Deputado Arnaldo Faria de Sá.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Concedo a palavra à Deputada Juíza Denise Frossard.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Peço a V. Ex^a a palavra quando possível.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Perfeitamente, Deputado ACM Neto.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Sr. Presidente, ele foi intimado ou não foi afinal?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Ele foi... Eu vou...

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Regularmente intimado?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Não, ele foi. Pelas informações que tenho, regularmente intimado.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Foi, foi regularmente intimado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – E usou até no **habeas corpus**...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – A extensão do **habeas corpus** para a CPI.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – A extensão do **habeas corpus** para esta oitiva.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente...

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Então, se me permite, Sr. Presidente...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – V. Ex^a podia informar à Deputada Juíza Denise Frossard o texto da extensão da liminar, que fala textualmente o que ela está querendo saber. Pode falar, por favor.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Não, é suficiente a informação que o senhor me deu.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Ele diz no **habeas corpus** acima citado:

“(...) para que o paciente José Carlos Batista tenha assegurado também o direito constitucional de permanecer em silêncio, caso seja convocado a comparecer à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) dos Correios, cuja oitiva, conforme noticiado

no sítio do Senado Federal, está prevista para 31 de agosto de 2005, às 11 horas e 30 minutos.”

Então, ele escreveu no próprio **habeas corpus**. Está aqui.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Quer dizer, a ciência nada mais é do que isso. Ou seja, a intimação é levar ao conhecimento de alguém que se processará um ato, e ele se deu por ciente. Na verdade, ele estava ciente.

Agora, é muito oportuna a manifestação do Deputado Arnaldo Faria de Sá. Eu só discordaria da revelia. Embora ele não seja réu aqui, a condução se aplica e ele pode até ser conduzido agora, se for o caso. Quer dizer, ele pode ser conduzido, porque ele, intimado, identificado no sentido genérico do termo...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – E a revelia, Deputada Juíza?

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Não, mas ele aqui não é réu.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Não, não, hoje. Ele estava intimado, e não compareceu.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– É, mas a revelia é o instituto para o réu. Então, neste caso, ele pode ser conduzido porque ele estava, de fato, ciente do ato. A ciência é genérica, de modo que, se quisermos legalmente, se me permite, pode ser conduzido e deveria ser conduzido porque ele foi intimado, ele é uma testemunha importante. Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Nós tomaremos as devidas providências com justa razão, em função das próprias provas absolutamente incontestáveis do conhecimento do Sr. José Carlos Batista, no que se refere a esse depoimento.

Concedo a palavra ao Deputado ACM Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Antes de mais nada, registro o visual de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Por quê?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Porque parece que cortou o cabelo.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Ra- paz, esse negócio está demais! (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Visual?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – É, andou lá por São Paulo. Presidente, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Estão-me estranhando aqui, hoje.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Vo- cês tenham cuidado, senão não serão apenas votados pela comunidade.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Quem foi o primeiro colocado, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Não fui eu.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Se- nadora, mas existe um certo Deputado que ontem, no Programa Jô Soares, foi intitulado de sedutor.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Ah, então está explicado! Por isso que os dois estão nessa competição.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Sedutor... e essa competição continua.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Falando sério agora, Presidente, eu acho que, sem retirar nenhuma das palavras que foram ditas pelo Deputado Arnaldo, afinal de contas, ele está certíssimo, nós não podemos admitir, de forma alguma, a ausência do depoente. Ele tinha a obrigação de estar aqui presente. E, mesmo com o cansaço, que é até compreensível, ele deveria vir. Poderia – até quem sabe – fazer um apelo à Comissão para que nós adiássemos o depoimento, revíssemos a data, mas jamais se ausentar de uma obrigação.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– E valendo-se de uma maneira impositiva para que ele fosse informado com 48 horas de antecedência. É o que está escrito aqui.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Pois é. Mas eu acho que há males que vêm para bem, porque ontem o Sr. José Carlos foi à CPMI do Mensalão e simplesmente, porque estava protegido por **habeas corpus**, recusou-se a responder as principais perguntas. Praticamente se limitou a dizer: “Não, não, não, não respondo. Essa questão não enfrento”. Então, acho que vamos ter tempo para analisar os documentos; vamos ter tempo para analisar as informações que vão ser trazidas, inclusive, pela quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico da própria empresa Guaranhuns; quebra de sigilo essa que foi aprovada na semana passada pela nossa CPI e que não chegou ainda. Nós vamos ter tempo também para cruzar com os dados trazidos aqui pelos diretores da Bônus-Banval e, a partir daí, vamos trazer aqui o Sr. José Carlos já numa outra condição certamente. Vamos trazer também com outro ânimo por parte desta CPI.

Então, sem retirar nada do que disse o Deputado Arnaldo, creio que não precisaremos tomar nenhuma medida coercitiva neste momento, até porque, obje-

tivamente, não traria nenhum resultado para a nossa Comissão. Nós poderemos deixar, portanto, para, no momento certo, aí sim, sem nenhuma benevolência, sem nenhuma boa vontade, tomar as medidas próprias, já numa outra condição, porque eu sei que o Sr. José Carlos vai vir a esta Comissão, que estará munida de informações, diferentemente do que aconteceu ontem, até pelo prazo que foi marcado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Muito obrigado, Deputado ACM Neto.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Pre-

sidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Concedo a palavra ao Senador César Borges e, em seguida, ao Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Conse-

gui antecipar o Onyx no pedido pela ordem. Sinto-me vitorioso.

Apenas queria solicitar algo a V. Ex^a – sei que sempre muito atencioso. Foi aprovado requerimento de nossa autoria pedindo que a Mesa Diretora da Comissão, o Presidente, o Vice-Presidente e o Relator pudessem apresentar, a cada início de reunião da nossa CPI, um apanhado do expediente do que foi encaminhado a partir das nossas deliberações, requerimentos de quebra de sigilo, pedidos de informações e aquilo que foi recepcionado pela Comissão, para que nós todos tivéssemos a possibilidade de conhecer que documentos estariam disponíveis ou não. Cito um caso: eu pedi a identificação da propriedade de duas aeronaves e também todos os que voaram nessas aeronaves durante determinado período, e não tivemos ainda resposta. Não sei se isso já chegou, se já foi solicitado. Recordo que há umas solicitações ao Banesul. Tanto que vamos ouvir hoje até aqui o Sr. Enivaldo Quadrado, da Bônus-Banval. Estava programado para ouvirmos o Sr. José Carlos Batista, mas não vamos ouvi-lo mais. Um dos dois tinha-se utilizado dos serviços da Banesul para fazer remessa de recursos ao exterior. Também não sei se isso já foi motivo de resposta por parte dessa entidade financeira.

Portanto, Sr. Presidente, ressaltamos isso, porque foi aprovado e gostaríamos de obter essas informações, o que vai facilitar o nosso trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Muito obrigado, Senador César Borges. Gostaria de aproveitar a oportunidade para dizer que amanhã, no início da reunião administrativa, vamos fazer um balanço completo de todos os requerimentos e ofícios encaminhados. Posso afirmar a V. Ex^a que os requerimentos que acabou de citar eu os assinei na sexta-feira passada, mas, de qualquer maneira, amanhã vamos fazer um apanhado completo de todas as providências

da Secretaria da CPMI, na reunião administrativa de amanhã, às 11 horas e 30 minutos.

Concedo a palavra ao Deputado Onyx Lorenzoni. Em seguida, gostaria de fazer um relato rápido das últimas providências relativas às CPIs do Congresso, para que, então, chamemos o Sr. Enivaldo Quadrado, o Sr. Breno Fischberg e o Sr. Luiz Carlos Mazano.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, eu gostaria que V. Ex^a solicitasse, de parte do assessoramento jurídico da nossa CPMI, a análise dos documentos que estão com a nossa Comissão, por conta de que creio ser cabível uma representação contra os Advogados Ricardo Sayeg e Celso Renato D’Ávila por litigância de má-fé. Na medida em que eles solicitam um **habeas corpus** e uma extensão do **habeas corpus**, mencionando que havia uma convocação e depois trazem o argumento de que não houve a convocação formal – e a informação que nós temos é a de que houve –, eles, de forma muito evidente, litigam de má-fé, além da condução sob vara do Sr. João Batista...?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– José Carlos Batista.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – José

Carlos Batista, perdão. Penso que seria adequada a litigância de má-fé em relação aos dois advogados, até para que não passemos aqui o recibo de que não percebemos a manobra espúria dos dois advogados.

Queria, Sr. Presidente, fazer uma consulta e, ao mesmo tempo, uma cobrança a V. Ex^a. Na semana passada, na nossa reunião administrativa, logo após aprovarmos a convocação do Sr. Antônio Claramunt, o Toninho da Barcelona, V. Ex^a recebeu uma convocação assinada por um terço dos Parlamentares membros desta CPMI, que, com base num estudo feito do Regimento da Câmara dos Deputados, se aplica, após a vigência do Regimento Comum, após a observação do Regimento do Senado, o Regimento da Câmara, que tem plena condições de abastecer o vácuo de legislação que nem o Regimento Comum e nem o Regimento do Senado prevêem.

Sempre que há a excepcionalização de uma conduta, ela vem de maneira evidente assinalada, quer no Regimento do Senado, quer no Regimento Comum. Não há nenhum óbice e, portanto, a CPMI se pauta também pelo Regimento da Câmara dos Deputados a que um terço dos Parlamentares desta Comissão têm poderes para convocar uma reunião desta Comissão. Não têm poder para convocar um depoente porque aí precisa ser aprovado.

Uma vez aprovada, e foi aprovada a convocação do depoente, um terço dos Parlamentares têm poder regimental para aprazar uma oitiva. Portanto, quero lhe

ouvir se o senhor vai, de acordo com o que determina o Regimento, acatar a solicitação feita por um terço dos Parlamentares, baseado no art. 46 da Câmara dos Deputados e, para tanto, teria que comunicar ao Secretário de Segurança de São Paulo, que lhe comunicou que está permanentemente à disposição desta CPMI, e o doleiro Toninho da Barcelona deverá aguardar uma decisão para ser transportado aqui para Brasília.

Eu lhe consulto porque é um fato relevante, importante e grave, quer ele seja aceito, aí cumpre-se o Regimento, quer ele não seja aceito, aí teremos um precedente de muita gravidade. E a decisão está com V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Onyx, primeiro, com relação aos advogados do Sr. José Carlos Batista, eu concordo em gênero, número e grau. A Mesa vai tomar as providências devidas porque eles informaram à CPI que o depoente não poderia comparecer alegando que ele não foi avisado a tempo quando, na verdade, os mesmos advogados entraram com **habeas corpus** citando exatamente a reunião na qual essa nova missiva indica o desconhecimento por parte do depoente.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– E aí o pedido é litigância de má-fé.

V. Ex^a me permite um pequeno...

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS)

– Com certeza, Deputada Juíza Denise Frossard.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Parece-me que aí seriam os advogados?

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS)

– Os Advogados, Dr. Ricardo Sayeg e Dr. Celso Renato D'Ávila.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Porque, para haver...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Um mo-

mento, Deputada.

O Ricardo Sayeg é o mesmo advogado do Toninho da Barcelona. É bom que isso fique registrado.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS)

– É o mesmo advogado?

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – É o mesmo, é o mesmo. O Sayeg é o mesmo advogado do Toninho da Barcelona. Que se registre.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Os advogados são poucos na área criminal, de forma que isso é assim mesmo. Mas a questão é a seguinte:

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – O Ministro da Justiça também.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– É, mas a questão é a seguinte...

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – ... era advogado de um monte de bandido, agora ele fazia a advocacia como todos podem fazer.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Bom, eu vejo de outra forma. Ele é um profissional.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS)

– Vamos encaminhar rapidamente essa questão porque há outras informações a passar a V. Ex^{as} e nós precisamos nos adiantar.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Parece-me que eu só faria uma pequena observação se me permite o Deputado Onyx.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado, a Juíza Denise Frossard.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– É que para haver a litigância de má-fé é preciso haver lide. Lide é o contraditório, daí o litigante de má-fé. Nós, na CPMI, não temos lide. De forma que não podemos ter um litigante de má-fé porque ele não é parte litigante. Ninguém ali litiga, nós apenas investigamos, mas tem uma pena para ele sim, Deputado Onyx.

Poderíamos ver a extração de peças ao Ministério Público – parece-me que seria o caso – para que seja aplicada a medida criminal cabível, que não é nossa, porque não está em flagrante delito; de modo que não podemos prendê-lo. Só podemos fazê-lo em flagrante delito. Mas podemos extrair essas peças e as notas taquigráficas dessa audiência para que haja, não só a informação à OAB, para que ela tome as medidas disciplinares cabíveis, e também ao Ministério Público, para que o Ministério Público, ele sim, o **dominus litis**, o dono da ação penal, analise sob o prisma de uma conduta ilícita, não só contra a ética do advogado, mas também contra, eventualmente, o Código Penal, salvo melhor juízo.

Acho perfeito o encaminhamento do Deputado Onyx. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS)

– Muito obrigado à Deputada Juíza Denise Frossard. A Mesa analisará essas questões e fará o encaminhamento necessário.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Mas a representação tem que ser feita à OAB, sem dúvida nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS)

– Eu gostaria só de fazer um relato rápido e vou precisar me retirar por algum tempo desta reunião e depois retorno – ela será dirigida pelo Vice-Presidente, Deputado Asdrubal Bentes. Mas gostaria de fazer um registro de algumas coisas que, em meu ponto de vista, são muito importantes para a CPI dos Correios.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Permita-me, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Sr. Presi-

dente, Senador Delcídio Amaral, eu agradeço se puder fazer uma breve pergunta e indagação e, em verdade, ao Relator, Deputado Osmar Serraglio, cujo trabalho aqui tem merecido o respeito de todos.

Achei muito positiva a decisão, conforme falei com V. Ex^a, de as CPMLs estarem unificando seus esforços inclusive o relatório relativo aos Parlamentares que, porventura, tenham tido algum problema.

Notei, ao ler os jornais hoje, que o Relator, Deputado Osmar Serraglio, encaminharia possivelmente amanhã o relatório já definindo a situação de alguns Parlamentares como, por exemplo, o Deputado José Dirceu. O que fiquei pensando e acho que muitos devem ter pensado é, pelo que tenho conhecimento, que já teria sido até aprovado o requerimento da oitiva do Deputado, mas não marcada, e tendo o mesmo dito, quando foi ao Conselho de Ética, que se dispunha a vir às CPMLs.

O que me veio em mente foi a indagação: “Mas então o Deputado Osmar fará o relatório a respeito dele, com tais conclusões, sem antes ouvi-lo aqui?” Então, me permita só porque...Eu avaliei que essa é provavelmente uma indagação de muitos. Por isso agradeço se puder esclarecer-me.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Na verdade, na CPML não existe instância de defesa, é uma investigação. Se eventualmente for considerada incompleta, ela poderá ser completada onde terá oportunidade, qualquer um dos que estejam envolvidos, de apresentar defesa, de ser ouvido.

Esse problema dele não ter sido ainda ouvido nos valem os porque, de alguma maneira, os fatos são sempre os mesmos que se repetem e nós consultamos a manifestação dele no Conselho de Ética.

De qualquer modo, a defesa plena, ampla está toda por se iniciar no Conselho de Ética, conforme acabou de fazer referência a Deputada Juíza Denise Frossard, onde teremos uma lide. Aqui, ainda não temos lide. Temos uma investigação que poderia partir até de qualquer mínimo elemento, em que se soubesse alguma coisa de alguém e se colocasse no Conselho de Ética para que ali se investigasse, porque, ali sim, ele vai ter oportunidade de se defender.

Não nego que, evidentemente, se nós o aguardássemos poderia já em uma instância inicial se manifestar, mas também nós estabeleceríamos um procedimento infundável porque cada um pretenderia se dizer incompleto na sua manifestação, na sua defesa e nós teríamos que ouvir tal e qual pessoa, além dele próprio. Tudo que ele pudesse falar aqui conosco e fico

aberto também, se quiser manifestar por escrito, nós encaminhamos embora ele já tenha encaminhado.

É bom que se diga que recebemos a manifestação dele por escrito, mas se entender que a manifestação dele esteja incompleta, primeiro não nos recusamos. O que não vamos é estancar o andamento para que não sejamos acusados de estarmos delongando em uma instância que não tem nada a ver com isso.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Sr. Presidente, quero só lembrar de um detalhe: esse relatório era para ter saído ontem e, só de ter sido transferido para amanhã, já estão nos acusando de fazer pizza. Imaginem se formos atender ao pedido do Senador Eduardo Suplicy!? Aí seria o forno inteiro e pizza para todo mundo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Gostaria de esclarecer que fiz uma indagação natural e de bom senso, acredito.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Claro, com certeza, Senador Eduardo Suplicy.

Gostaria só de fazer um registro rápido porque, agora, não darei mais nenhum aparte. Depois da minha fala, vou encaminhar ao Deputado Asdrubal Bentes que assuma o comando dos trabalhos para começarmos a oitiva relativa à *trading* Bônus-Banval.

Ontem, fizemos uma reunião sob o comando do Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros, e dela participaram os três Presidentes das CPIs e os três Relatores. Ajustamos algumas coisas que são importantes destacar.

O primeiro ponto é que vamos, todas as segundas-feiras, às 18 horas, fazer uma espécie de colegiado dos Presidentes e Relatores para ajustar minimamente os trabalhos de cada CPML. Então, todas as segundas-feiras, às 18 horas, vamos nos reunir para compatibilizar as pautas, as agendas... se vier a acontecer algum tipo de anomalia ou algum tipo de desvio de função de cada uma das CPMLs. Este é o primeiro ponto.

O segundo ponto que foi discutido, é também um dado importante, é que os Presidentes vão apresentar uma proposta, muito provavelmente, com três ou quatro empresas – isso ficamos de definir até amanhã –, para nos ajudar tecnicamente no cruzamento dos dados, fazendo efetivamente não só auditoria financeira, mas auditoria contratual – e isso ficamos de apresentar até quinta-feira.

Outra questão que foi levantada à exaustão pelos Presidentes das CPMLs foram os dados, as informações requisitadas às instituições financeiras, às operadoras de telefonia. Estão sendo levantadas todas as pendências que afligem as três CPIs, tanto a CPI dos Bingos como a do Mensalão e a dos Correios. E o Presidente do Senado e os Presidentes e Relatores das CPIs en-

caminharão aos órgãos e às instituições devidas essa relação de pendências, mostrando as dificuldades que estamos enfrentando, especialmente para receber os dados tão necessários às investigações. Vamos emitir esse ofício ao longo desta semana.

Uma outra decisão que foi tomada é que o horário das CPMLs ou das CPIs que até então obedecemos e vamos obedecer ao longo desta semana, que é de 11 horas e 30 minutos, vai ser alterado para às 10 horas da manhã. Aquela questão de sobreposição de atividades das CPIs com as Comissões Permanentes, deliberamos que as reuniões das CPIs ocorrerão às 10 horas da manhã. Então, vamos manter aquilo que deliberamos na semana passada. Às terças-feiras aquelas oitivas mais restritas, com um número menor de parlamentares, às quartas-feiras as oitivas com a participação do pleno da CPML dos Correios, e, nas quintas-feiras, as reuniões administrativas.

Só que todas elas começando, exceção desta semana, às 10 horas da manhã. Amanhã, às 11 e meia. Nós vamos manter a nossa rotina de trabalho, até então obedecida, ao longo desta semana, para que, a partir da semana que vem, venhamos a adotar esse horário das 10 horas.

É importante também destacar que existem algumas questões relativas a oitivas: determinados depoentes foram convocados em mais de uma CPI. Na segunda-feira, vamos ajustar essas convocações.

Nós resolvemos não discutir isso ontem, porque se estenderia por muito tempo, e eu acho que o objetivo maior da reunião de ontem era um debate mais organizacional e de estabelecimento das fronteiras todas e dos limites de responsabilidade de cada CPI, que ficaram já bem definidos ontem. Ficou a CPI dos Bingos com as atribuições que todos nós conhecemos; a do Mensalão cuidando dos fins, e a CPML dos Correios cuidando dos contratos. Já vamos começar a liberar os primeiros relatórios parciais, os contratos dos Correios, também com as origens. Para que venhamos a descobrir, a averiguar e a constatar, precisamos das informações, especialmente das instituições financeiras.

Ontem ficou decidido também que o IRB ficaria aqui na CPML dos Correios. Portanto, trataremos também da questão do IRB. Quer dizer, a CPML dos Correios cuidará também da questão do Instituto de Resseguros do Brasil. Eu sei das dificuldades, da sobrecarga de trabalho que nós temos, mas foi uma decisão colegiada, e, portanto, vou obedecer.

Nós, amanhã, vamos tratar disso com mais tranquilidade. Amanhã, reunião administrativa às 11 e meia. E aí eu entro na reta final da nossa reunião de ontem: é que foi consenso que a CPML do Mensalão, a CPML

da Compra de Votos e a CPML dos Correios vão discutir amanhã o relatório assinado pelos dois Relatores, o Deputado Abi-Ackel e o Deputado Serraglio, sobre os parlamentares que estão sendo investigados.

E, se aprovado o relatório, ele será encaminhado à Presidência da Câmara dos Deputados.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Quem vota? Quem vai votar?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Será uma reunião conjunta das duas CPMLs, às 15 horas de amanhã, dia 1º de setembro.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – E aí todo mundo vota?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Nós vamos estabelecer, Deputado Onyx. Eu confesso que nós ainda não discutimos isso detalhadamente, mas, de hoje para amanhã, V. Ex^{as} terão as orientações devidas, as orientações necessárias.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Por que não se vota mais cedo, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Porque os próprios Relatores pediram, Senadora Heloisa Helena, mais um tempo para concluir os relatórios, e até as 15 horas os dois Relatores entendem como um prazo razoável.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – **Data venia**, solicito que V. Ex^a pense que cada CPI deve votar dentro do seu próprio plenário.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Nós vamos avaliar, Deputado Onyx, esse assunto, não vamos discutir isso...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – É só para o senhor pensar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Nós pensaremos de hoje para amanhã nisso.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – A votação do relatório será em bloco, Sr. Presidente, é isso?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador César Borges, eu gostaria de deixar essa questão para que, ao longo do dia de hoje, pela manhã, de amanhã, venhamos a definir isso. Nós vamos analisar essas questões e amanhã posicionaremos os Parlamentares.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Eu gostaria de não abrir essa discussão, porque é uma discussão árida, sem solução, e não há possibilidade de surgir qualquer proposta.

Até amanhã teremos oportunidade de avaliar essas questões.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, pela ordem. É outro assunto.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, V. Ex^a precisa me dar uma resposta.

Sr. Presidente, há um documento assinado por 11 Parlamentares, não é por um. São Senadores e Deputados que, valendo-se do Regimento da Câmara, desejariam fazer amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Onyx, não haverá essa reunião amanhã. Eu peço a V. Ex^{as} que tenham bom senso a respeito da convocação do Sr. Toninho da Barcelona, porque existem outras informações que eu gostaria de, amanhã, na reunião administrativa, colocar para V. Ex^{as}, trazer ao conhecimento de V. Ex^{as}, até porque nós vamos ter que discutir. Nós ficamos de, segunda-feira, os três Presidentes das CPIs, avaliar como é que seria colocado o Sr. Toninho da Barcelona.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, eu tenho respeito pela posição de V. Ex^a, e eu só quero dizer que – e o Regimento é feito para proteger Minoria, não é feito para proteger Maioria – o Regimento da Câmara dos Deputados autoriza que um terço de qualquer Comissão convoque extraordinariamente uma reunião. Isso é um direito que nós, Parlamentares, temos.

O que eu quero saber do senhor... E eu lamento que o senhor tenha que decidir, não há outro Presidente, nosso Presidente é o senhor. Independente de haver acordo com outras comissões, nós temos um problema localizado aqui.

Aqui há, de acordo com o art. 46 do Regimento da Câmara, um terço de Parlamentares que assinaram a solicitação de uma reunião extraordinária amanhã, para ouvir alguém cuja oitiva foi aprovada.

O que eu quero saber, e o senhor tem que decidir...

Não, não é assim não.

É assim, e vou te dizer que é assim, meu caro Relator, com todo o respeito, porque eu já vivi mais de uma vez essa situação, e, na reforma da Previdência, vivemos três vezes essa situação. E nas três vezes a reunião da comissão especial saiu.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Eu só queria, se me permitir, não é que me contraponha, até gostaria que refletisse, e eu também não fiz um estudo sobre isso para que pudesse significar que o que eu vá exteriorizar tenha fundamento, fazer uma reflexão pública.

Apenas, da leitura que fiz do requerimento de V. Ex^a, e que nós encaminhamos para estudo – não sei se já foi procedido –, na leitura preliminar da fundamentação de V. Ex^a, comparando com o dispositivo regimental, eu interpretei da seguinte maneira: uma reunião extraordinária, para que seja provocada, ela

pode ser espontaneamente, portanto, de ofício, pelo Presidente, ou, isso só para levantar a discussão, provocada por um terço. Só que, provocada por um terço, não significa que sendo provocada por um terço seja inexorável tal qual é a CPI. Por que eu digo que não é? Porque uma reunião extraordinária necessariamente tem que anunciar qual é a sua pauta. Se eu admitir que um terço pode convocar extraordinária quando o fizer, e, portanto, anunciando a pauta, eu estou admitindo a possibilidade jurídica de que a Maioria vai ser diretamente pautada pela Minoria, porque, nós somos um terço, queremos uma extraordinária, aqui está a pauta.

Volto a refletir. Entendo, posso estar equivocado, que quando o Regimento dispõe que uma extraordinária possa ser convocada de ofício, portanto, espontaneamente, ou, quando provocada por um terço, que, portanto, submete ao plenário, para que aí se diga sim ou não, porque um não pode provocar esse sentido...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Desculpe-me. Com muito respeito por V. Ex^a, não é o que está dito no Regimento, Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Mas a interpretação que estou dando pode estar equivocada.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Com licença, a questão é, o Regimento... Vou ler para V. Ex^a.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Mas eu lhe faço então uma questão diferente.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Porque há um equívoco no que V. Ex^a está dizendo, talvez até orientado indevidamente.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Pois não. Não fui orientado, eu li.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O que diz o Regimento no art. 4º é claro. “As reuniões extraordinárias das comissões serão convocadas pela respectiva Presidência, de ofício, ou por requerimento de um terço de seus membros.”

Um terço dos seus membros faz o requerimento e acabou a discussão.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Não é possível...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Não tem que votar nada, tem que fazer a extraordinária.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Não é possível a formulação...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Esse é o direito da Minoria, meu Relator.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Eu o questionaria, só para concluir, porque sei que não deveria ter descido a isso.

V. Ex^a admite que um terço pode, a qualquer tempo, pautar toda a condução do trabalho da Comissão?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Não, senhor, toda a condução, não. Porque...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Basta um terço convocar a extraordinária!

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Por favor, vamos repor as coisas. E eu estou defendendo um direito que ali na frente pode valer para quem não quer conceder agora.

Eu vou explicar. Quando se trata de reunião ordinária a Minoria não pode nada, fica calada e cumpre o que a Maioria, que constituiu a Mesa Diretora, determina.

O Regimento salvaguardou, para que as minorias tenham instrumento, para extraordinariamente... Então, não significa ordinariamente ser preservado o direito da Minoria. E é disso que estamos tratando aqui.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Parlamentar, eu não estou discutindo esse aspecto, estou provocando a seguinte reflexão. A reflexão é simples.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Mas é esse o aspecto de reflexão. O resto é curva, como fez o Presidente, que deu uma curva e não deu resposta.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – A questão é simples: um terço poderia pautar uma extraordinária hoje, amanhã, depois de amanhã. Não há restrição nenhuma.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Teoricamente, sim.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – O Direito não dá com uma mão para tirar com outra.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Mas aí por que dá esse poder? Dá esse poder para que a Mesa Diretora, por óbvio, entendesse. Esta é uma Casa Parlamentar, é uma Casa de conversa, não é uma Casa de imposição. Depois de haver duas ou três extraordinárias montadas por um terço dos Parlamentares, todos no exercício da responsabilidade do seu mandato, a Mesa Diretora seria tomada de um bom senso súbito e iria para o diálogo, para acertar a formatação. É por isso que temos esse direito, que nos está sendo negado. E eu lamento, eu tenho profundo respeito pelo Senador Amaral, agora ele fugiu dessa resposta e eu acho que não fica bem para o nosso Presidente fugir de uma coisa tão importante quanto isso.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Amanhã nós discutimos.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Então nós faremos esse debate amanhã de manhã. É isso?

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente!

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O problema é que nós estamos sendo, Sr. Relator, com todo o respeito que tenho por V. Ex^a, lesados nesse direito, porque a Minoria o detém.

Se V. Ex^a vasculhar, se a assessoria vasculhar o Regimento do Senado e o Regimento Comum, não há impedimento, e só não pode...

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Meu nobre...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Presidente Asdrubal, eu concluo. E só não se pode tomar o suporte do Regimento da Câmara quando o Comum for taxativo e impositivo ou quando o Regimento do Senado também tiver o mesmo perfil.

Como nenhum dos dois, havendo essa possibilidade, tampouco proíbe, é evidente, e a jurisprudência já comprova isso ao longo de outros episódios, que o Regimento da Câmara dá suporte para essa decisão.

A Mesa pode até passar por cima do Regimento, como, aliás, invariavelmente, a Maioria faz. Mas eu quero registrar, por uma razão de fundo, que aquilo por que eu estou lutando aqui é um direito que hoje está valendo para o P-SOL, para o PFL, para o PSDB. Mas pode ser que muito proximamente venha a ser indispensável ao PMDB, ao PT, ao PDT e outros que tais. Eu sei o que é ser Maioria e sei o que é ser Minoria.

Esse é um direito que foi garantido, no Parlamento brasileiro, para que a Minoria seja respeitada. E nós estamos sendo desrespeitados por uma decisão da Mesa, a não ser que o Presidente Asdrubal e o Relator tomem uma outra posição, porque, até agora, não descobrimos a posição do Senador Amaral. O Senador Amaral simplesmente saiu fora da questão e a transferiu para V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Deputado Onyx, tenho o maior respeito por V. Ex^a e pelas minorias, às quais muitas vezes já pertenci ao longo de minha vida pública. E quero dizer a V. Ex^a que não há, por parte da Mesa, nenhum intuito deliberado de ferir o direito das minorias. Vamos respeitá-los.

Mas vamos ao diálogo. Eu gostaria de chamar a atenção de V. Ex^a para uma reflexão, não agora, que o tempo urge, na reunião administrativa de amanhã para o que dispõe o § 5º do art. 46 do Regimento Interno. Não vamos partir para essa discussão agora porque não vamos chegar a lugar nenhum. Vamos dar início aos trabalhos aqui com a oitiva das pessoas e amanhã de manhã, na reunião administrativa, nos comprometemos a debater em profundidade esta matéria.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Presidente, acato a decisão de V. Ex^a para fazer esse debate amanhã. Quero saudar, porque a Minoria pelo menos recebeu o respeito de ter uma decisão, eu estava me sentindo profundamente desrespeitado pela atitude do Senador Amaral, e vejo que agora, na figura do Presidente Asdrubal, a Minoria, mesmo contrariada, mesmo tendo seu direito negado, está sendo respeitada, eu acato a decisão de V. Ex^a.

Só quero aduzir uma observação de 30 segundo. Para se instalar uma CPI, Presidente, não precisa de maioria, precisa de um terço, portanto, um terço, Sr. Relator, precisa ser respeitado.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Amanhã, vamos embora.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Pois não.

O SR. (Orador não identificado) – A pauta amanhã vai estar bem complicada, vamos ter às três horas essa discussão sobre o relatório, que vai ser uma discussão longa, vai exigir inclusive muita concentração nossa, para nos prepararmos para ela, e temos também votação de requerimentos importantes e outras questões como essa lembrada pelo Deputado Onyx.

Queria sugerir que começássemos mais cedo amanhã, porque acho que onze e meia é tarde, poderíamos manter as dez horas.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Consulto o Plenário.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Quero me inscrever também.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente, estou pedindo a palavra já faz algum tempo, porque tenho uma informação que queria passar para todos os membros da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Tem V. Ex^a a palavra.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Muito grata. Na semana passada, tivemos um módulo de trabalho mais direcionado na questão da movimentação financeira das empresas do Marcos Valério e seu correlatos. Tivemos uma reunião muito importante no Banco Central com representantes do Banco do Brasil por conta de situações delicadas que tinha nos dados e procedimentos que deixavam a desejar em várias informações prestadas. Como resultado dessa reunião, chegamos a procedimentos que aceleraram e hoje podemos ter uma consolidação dos dados do Banco do Brasil muito melhor do que tínhamos há poucos dias.

Na reunião da quinta-feira, onde estava o Deputado Gustavo Fruet, e nós também tivemos oportunidade de participar, o Deputado Carlos Sampaio, ficou prevista a possibilidade de fazermos algo assemelhado com o Banco Rural, tendo em vista que a diretoria apesar da questão da...

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Pelo amor de Deus, minha gente! Quero me inscrever também, Presidente, se é para tumultuar, quero me inscrever também.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Mantenho a palavra a Senadora Ideli.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Então fizemos uma solicitação e amanhã, às 8 horas e 30 minutos, vai haver uma reunião na mesma condição em que foi feita com o Banco do Brasil, entre Banco Central e Banco Rural, no Banco Central no 20º andar.

Então eu só preciso, para poder facilitar lá, saber quais são os parlamentares que querem acompanhar essa reunião, para, no mais tardar até quatro, cinco horas, informar o Luís Couto, que é o assessor parlamentar, ele só pediu isso, para poder organizar o local da reunião.

Acho que essa reunião é extremamente importante porque, de uma vez por todas, a gente vai ter que dar um basta na situação dos dados do Banco Rural, pois, apesar de eles terem ficado quase um mês aqui, trabalhando, não houve modificação significativa que possa nos dar segurança...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Para contraditar, Presidente.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – ...inclusive tem várias contas do Banco Rural que não vieram o sigilo, continua tendo a falta de informações, documentos que não chegaram. Então é algo extremamente relevante, essa reunião. E aí queria pedir que não antecipássemos tanto a administrativa porque senão uma reunião acaba se sobrepondo à outra.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Presidente, quero apenas aduzir uma observação. Primeiro, não quero ir, me nego a ir.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Pela ordem, Presidente, peço que me inscreva.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – E quero anunciar a V. Ex^a que, mais uma vez, amanhã vamos apresentar um requerimento para busca e apreensão num diligência da CPMI dos Correios com o apoio da Polícia Federal dos computadores do Banco Rural. Chega! Já vieram aqui, trouxeram ex-ministro, passaram a conversão na CPMI. Faz trinta dias que essa gente nos desrespeita.

Vou apresentar amanhã e peço o apoio para fazer diligência de busca e apreensão. É Polícia Federal,

são os técnicos da CPMI lá do CPD do Banco Rural e só sai de lá quando eles cumprirem aquilo que têm que fazer.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Do Banco Rural e do Banco do Brasil.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – V. Ex^a receberá.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Presidente, eu ainda não tinha terminado.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – A Senadora ainda não concluiu, mantenho a palavra.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Mais uma outra informação. Estivemos também conversando com diretores do Prodasen, até porque há dificuldade na própria CPMI de dar uma sistematização mais adequada aos depoimentos e há uma possibilidade de termos, rapidamente, uma concentração de todos os depoimentos obtidos nas diversas esferas, num único arquivo, de tal forma que possamos rapidamente acessar informações, dados, cruzar dados, aquele sisteminha de colocando as palavras-chave localizar em tudo onde ela aparecer.

Só vamos precisar que a CPMI oficialize ao Prodasen para realizarem esse trabalho e solicitar, Deputado Serraglio, que as demais instituições que estão colhendo depoimento do nosso interesse como a Polícia Federal, Ministério Público Federal, as demais CPMIs, a Comissão de Ética nos forneçam também por meio eletrônico tudo aquilo que já está acumulado. E eles têm condições de deixar isso pronto, se a gente encaminhar, no mais tardar, até a semana que vem. Inclusive já fizeram uma demonstração para mim no meu gabinete, é um sistema que acho que vai nos ajudar bastante para localizar questões em todos os depoimentos, porque agora temos um volume inimaginável de a gente fazer busca sem utilização de mecanismo mais adequado.

Então queria só pedir, porque acho que isso não depende de deliberação, porque é uma maneira de ajudar, que pudesse hoje...

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Antes de conceder a palavra à Senadora Heloísa, Deputado ACM, por favor, antes de conceder a palavra à Senadora, quero dizer aos companheiros que aqueles que quiserem participar dessa reunião amanhã, por favor, encaminhem seus nomes à Secretaria.

E com relação ao outro requerimento, o Sr. Relator irá adotar as providências.

Com a palavra a última inscrita, Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – De fato é o seguinte, Deputado Asdrubal, é porque V. Ex^a acaba, e quem estava presidindo anteriormente, acaba deixando que seja introduzido nesta reunião de oitava assuntos relacionados à questão administrativa de amanhã. Então, V. Ex^a, em vez de dizer “chame o depoente para prestar depoimento”, ao patrocinar o “enrollment” aqui no plenário, onde as pessoas começam a tratar de temas que são da reunião administrativa, acaba nos empurrando também a fazer esse debate.

Então o apelo que faço a V. Ex^a é que solicite que o depoente venha prestar depoimento, faça um esforço para que a reunião seja cedo amanhã, não dá para ser dez e meia, tem sessão plenária à tarde, daqui a pouco suspende, porque tem votação no plenário também. Então é o apelo.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Nobre Senadora, são justos os reclamos, e peço que conduza...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Faça delas, Presidente, minhas palavras, e abro mão do espaço que havia pedido ao me inscrever para falar.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Eu acolho.

Peço que conduza no recinto o Sr. Enivaldo Quadrado. (Pausa.)

O Sr. Enivaldo se faz acompanhar do seu advogado Antonio Sérgio Altieri de Moraes Pitombo.

Solicito que assine o termo de compromisso. Aliás já assinado, passo ao Sr. Relator e também passo a palavra ao Sr. Relator para a oitava.

Gostaria de que V. S^a procedesse a sua identificação e os esclarecimentos que julgar convenientes, sucintamente.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Meu nome é Enivaldo Quadrado, sou sócio da Corretora...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – O senhor me perdoe? Presidente, solicite o aumento do som, por favor?

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Por obséquio aumentem o som, por favor.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Meu nome é Enivaldo Quadrado, sou sócio Bônus-Banval, brasileiro, casado, estou aqui para prestar todos os esclarecimentos possíveis. Só isso, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Passo a palavra ao Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, Sr. Depoente, na verdade, começamos a ter interesse na sua empresa a partir do momento em que detectamos alguns cheques

e ordens que emanavam das empresas pertencentes ao Grupo Marcos Valério e que, de alguma forma, precisamos aprofundar esse questionamento; também na evolução da investigação, teve-se a impressão de que ademais de um possível instrumento de utilização de partidos políticos, a Bônus-Banval poderia ser intermediária de transações de maior expressão do que imaginávamos naquele primeiro momento.

Vamos começar esclarecendo a idéia inicial que tínhamos. A Bônus-Banval, por meio dessas pessoas que vou lhe questionar, terminou recebendo valores da SMP&B e numa ocasião da DNA, que são duas empresas que pertencem a Marcos Valério, ou, pelo menos, há alguém do Grupo nesse arranjo em que integra mais de 15 empresas.

V. S^a conhece Benoni Nascimento de Moura?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Sim, senhor, é meu funcionário.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Que atividade ele exerce?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Ele é motorista da empresa.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a tem ciência de que ele retirou R\$ 255.000,00 através da DNA?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – A empresa que deixou à disposição no Banco Rural, na Avenida Paulista, não sei qual é, tenho ciência, sim, que ele retirou os R\$ 255.000,00 na Agência do Banco Rural, na Avenida Paulista, com o Sr. Guanabara.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Ele retirou a pedido da Bônus-Banval?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Ele retirou a pedido do Sr. Marcos Valério, por meio da Simone Vasconcelos.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Mas é um funcionário da Bônus-Banval?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Sim, funcionário da Bônus-Banval.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– E é normal isso? Eu ligo para um funcionário de uma empresa e esse funcionário vai e recolhe esse montante sem que o proprietário saiba nem do que se esteja tratando?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, não esse pedido foi feito a mim pela Simone, e eu pedi ao Sr. Benoni fosse ao Banco Rural para fazer essa retirada.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Mas por que V. S^a disse que não sabia de quem era a ordem?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, não sei a empresa que disponibilizou.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– De qualquer modo é uma empresa de Marcos Valério. É isso?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Da mesma forma, Luiz Carlos Manzano.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Também, da mesma forma. Foi pedido a mim, e eu pedi a ele que fosse ao Banco Rural.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– E quem é Luiz Carlos Manzano?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – É o meu Diretor Financeiro.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Áureo Marcato?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Também é uma pessoa que presta serviços à corretora. Foi a meu pedido no Banco Rural.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Na verdade, eles foram repetidamente. A informação é de que chegaram a R\$3 milhões.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, senhor. Foram R\$605 mil.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Isso em espécie, né?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Em espécie.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Mas as transações identificadas das empresas do Marcos Valério... V. S^a teria condições de nos dizer que atividade a sua empresa Bônus-Banval exercia que era do interesse de Marcos Valério? Em que transações participou? Enfim, um quadro o mais amplo possível de tudo que V. S^a lembra em relação a contatos comerciais com o Sr. Marcos Valério e suas empresas?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – O Marcos Valério foi-me apresentado pelo Deputado José Janene no início de 2004. A Corretora passava por algumas dificuldades. Em uma conversa que tive com o Deputado, ele me apresentou o Marcos Valério para uma possível compra da corretora. Foi então que a gente começou a ter algumas reuniões, apresentação de relatórios e tudo mais. Foi nesse sentido. A corretora era uma corretora de mercadorias, que atuava na Bolsa Mercantil e Futuros, na BM&F, única e exclusivamente nesse mercado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– O que teria levado... V. S^a tem esse elo forte com o Deputado Janene que fez indicá-lo um adquirente da corretora?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, conheci o Deputado Janene porque, em outubro de 2003, a filha dele Michele fez um estágio com a gente, de seis me-

ses. Nas passagens dele por São Paulo, ele visitava a filha. Então, eu fiz um contato com ele assim.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a sabe identificar que tipo de estágio era esse, que escola freqüentava?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Ela tinha acabado de se formar em Administração de Empresas, e as corretoras, junto com a BM&F, têm um padrão de contratação de estagiários. Isso nós vínhamos fazendo ao longo dos anos, e, com ela, foi mais um caso.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a conhecia o Deputado Janene antes dessa contratação?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, não conhecia. Em São Paulo, ele não era conhecido.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a quer dizer que passou a conhecer o Deputado Janene a partir da contratação da filha?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Que atividade a filha exercia?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Estagiária nos mercados de *commodities*.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Em que área?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Ela fez vários cursos na Bolsa de Mercadorias.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Esses valores que foram sacados, que eu anunciei, são: Luiz Carlos Manzano, R\$50 mil, Áureo Marcato, R\$300 mil, Benoni, R\$255 mil. Qual era o destino desse numerário?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Foram entregues integralmente ao Marcos Valério.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– O Marcos Valério remetia dinheiro de Belo Horizonte para São Paulo, ia recolher lá em São Paulo, por meio de V. S^a?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Sim, senhor. Foi o que aconteceu.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Ocorreu-lhe alguma vez qual o significado disso?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Olha, eu não o questionei nenhuma vez, porque vínhamos num curso de negócios, de tentar vender a corretora a ele. Então, não o questionei. Também não o questionei por se tratar de uma retirada dentro de um banco, em uma tesouraria, por uma pessoa pré-determinada, porque tinha que procurar esse Sr. Guanabara. Por isso, não o questionei.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– O Sr. Guanabara era um funcionário?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Era uma pessoa dentro da tesouraria do Banco Rural.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Que agência do Banco Rural?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Da Av. Paulista.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– O Marcos Valério ou empresas dele se valeram da Bônus-Banval para algum investimento?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Olha, nós tivemos, agora no levantamento da auditoria, depósitos da 2S participações e da Tolentini & Melo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Que transações eram?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Foram depósitos na conta corrente de um cliente nosso onde foram feitos alguns investimentos.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sim, mas quem operava essa conta corrente era a sua empresa?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – A Bônus-Banval é uma instituição autorizada a operar nos mercados. Quem operava era essa empresa.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Essa empresa, a Bônus?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, a empresa cliente. A Bônus-Banval é só representante perante da Bolsa.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– E quem era a empresa cliente?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Está aqui nos documentos que vou encaminhar ao senhor.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Mas são muitas?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, uma empresa só.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Quem era?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Chama-se Natimar.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Natimar?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Isso.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– A sua empresa, a sua corretora, já tinha atividade com ela normalmente antes desse episódio?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Sim, senhor, era cliente da corretora desde o ano de 2002.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Que tipo de transações a sua empresa tinha com a Natimar?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, como cliente mesmo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Cliente de...

O SR. ENIVALDO QUADRADO – De mercados futuros, de mercado de ouro, dentro da Bolsa Mercantil e de Futuros.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Marcos Valério se valia disso?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, Marcos Valério fez investimentos nesta empresa.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Marcos Valério investiu em ouro?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – É... As notas estão aí hoje para análise da CPI.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Eu sei, mas V. S^a á teve acesso às notas. Existem notas de investimento em ouro de Marcos Valério?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Existem noras de investimento em outro da Natimar. Os depósitos foram feitos na Natimar.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Mas, nessa interligação, é possível identificar... Salvo engano, estou entendendo o seguinte: o dinheiro sai do Marcos Valério, vai para a Bônus, que vai para a Natimar, que compra o ouro.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Exatamente.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– A ordem sai do cliente? O Marcos Valério pode determinar que esse depósito que está sendo feito para a Bônus-Banval seja para aquisição de ouro?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Pode.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– E isso é identificado lá na ponta, que Marcos Valério ou uma empresa dele...

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, está identificado como Natimar sendo a beneficiária dos recursos e dos investimentos.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Mas como é que V. S^a se assegura de que a Natimar está empregando segundo sua ordem se V. S^a não tem a aplicação que procedeu?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Porque, no levantamento da auditoria, identificamos os depósitos feitos na conta dessa Natimar.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Volto a insistir, não conheço muito dessas transações. V. S^a, na Bônus-Banval, não tem controle se a Natimar obedecia as suas ordens de adquirir outro para o Marcos Valério?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, senhor, porque partem do próprio cliente as ordens de compra e venda de qualquer artigos....

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Mas o cliente Marcos Valério determina a ordem direto para a Natimar?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Não sai da Bônus-Banval?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, a Bônus-Banval é só...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Uma conta?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Uma conta e a corretora que tem autorização para operar nos mercados financeiros e nos mercados de BM&F. É a corretora que está autorizada a operar.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a continua a operar na Bolsa?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, em setembro de 2004, entregamos o título à Bolsa, vendemos o título da corretora de mercadorias à própria BM&F.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– E atualmente opera com o quê?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Atualmente só operamos no mercado de Bovespa, a Bolsa de Valores de São Paulo, através de corretoras de terceiros. É uma corretora muito pequena hoje.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Quando V. S^a fez referência às notas, essas notas são da Bônus-Banval ou são da Natimar? São da Natimar essas notas?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Isso, da Natimar.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Essas notas?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – É.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– E V. S^a as consultou.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Quem emite as notas é a própria corretora.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Existem ali transações de ouro?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Existem.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a lembra mais o menos quanto possa importar? Qual a transação maior que V. S^a lembra ter visto?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não me lembro.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Mais ou menos.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não me lembro.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Nem mais ou menos?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Precisaria analisar...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a trouxe esses documentos todos e não teve a curiosidade de olhar no avião, em lugar nenhum?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Na verdade, a auditoria ficou pronta ontem. Nós estamos correndo com isso há bastante tempo. Estou entregando aos senhores e estou entregando à Polícia Federal também.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Além de ele investir em ouro, ele investia em dólar por meio da Bônus-Banval?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, não. A Bônus-Banval não opera o mercado de dólar, somente o dólar futuro, o dólar na BM&F.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – E dólar futuro?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Dólar futuro tem negociações...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Com as empresas do Marcos Valério?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Com a Natimar.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Com a Natimar, mas também por ordem...

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Também por ordem de Marcos Valério.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – De Marcos Valério.

V. S^a conhece a empresa SMP&B? Há alguma empresa ligada a Marcos Valério que seja de ordem internacional? Conhece SMP&B Bank Corporation?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Tem certeza de que a Bônus-Banval nunca teve nenhuma transação?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Tenho certeza.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sabe que está havendo uma investigação sobre disso?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Sei, sim senhor.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Repito. SPMB Bank Corporation.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não conheço.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a mantém transações com a 2S que é essa com... a do Marcos Valério? A Bônus-Banval mantém transações com... V. S^a conhece o Toninho da Barcelona?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, senhor; não conheço. Inclusive, logo depois do depoimento

que foi tomado em São Paulo, nós entramos com uma petição na Polícia Federal para sermos ouvidos, para sermos questionados, porque ele só disse mentiras. Não tenho o menor contato com ele. Eu não operei com fundos de pensão em nenhum momento. As histórias que ele comentou de que a corretora fazia operações com fundo de pensão dilapidando o patrimônio é mentira. Nós não temos nenhuma operação com fundos de pensão, o senhor pode checar junto a CVM, a Banco Central, a todos os órgãos competentes. Nós não temos nenhuma operação.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Mas, independentemente de não haver operação eventualmente registrada na Bônus-Banval, hipoteticamente seria possível que servisse de intermediário, estilo apresentação de alguém que tivesse possibilidade de fazer as transações. V. S^a nunca serviu de intermediário a partir de Marcos Valério, a partir, enfim, desse contexto, para fazer que determinado fundo tivesse uma determinada aplicação?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Nunca, com certeza.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Nunca tratou de fundos?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Nunca, nunca.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Das afirmações do Toninho da Barcelona em relação ao mercado, V. S^a se surpreendeu com alguma coisa mais?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, porque eu só me atentei às coisas que ele falou da Bônus-Banval. São todas mentiras, e eu volto a afirmar. Ele está tentando desviar o foco da CPMI.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a, em relação a essa 3S Empreendimentos, tem noção do volume de recursos que transacionava?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Qual empresa?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – A 3S Empreendimentos.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não conheço 3S. Seria 2S Participações?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sim, 2S.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Foi aproximadamente R\$3 milhões.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Não existe uma RS Empreendimentos?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – RS foi um cliente da corretora.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Foi o quê?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Cliente. Um cliente que operava nos mercados normais. RS Construções.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Essa RS tinha atividade que vinculava a Marcos Valério?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, nenhuma.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a não conhece Toninho da Barcelona?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não conheço.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Conhece o MTB Bank?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Alguma vez teve alguma transação com MTB Bank?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, nunca tive transações fora do País.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Não, no Brasil, com repasses para a Bônus-Banval?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, não senhor.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – A sua empresa, alguma vez, investiu dinheiro no exterior?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Ou destinou, não investiu, mas se valeu, encaminhou para que fossem feitos depósitos no exterior?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, senhor, com certeza. Explicando, Sr. Relator: as corretoras de mercadorias têm um regimento, são fiscalizadas pela CVM e pelo Banco Central. Então, qualquer desvio ético dessa corretoras é prontamente anunciado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Mas é possível que eu tenha num mesmo local uma corretora que obedeça rigorosamente o que deva e paralelamente a isso atue...

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Só se a corretora não tiver conhecimento, não é? E sim os clientes.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sabe de algum investimento do Deputado Janene?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Ele fez uma única aplicação conosco, durante esse período em que a filha esteve, de R\$54 mil. Mais nada.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a nega qualquer transação com a Barcelona Tour?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Qualquer uma. Nego. Nunca tive.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Em síntese, as informações que V. S^a tem em relação

a Marcos Valério seriam essas relacionadas à possibilidade de compra... Chegaram a entabular o valor que seria a transação, se ele adquirisse?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Seria de R\$ 4 milhões.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Que volume... Eu já lhe perguntei, mas V. S^a poderia pelo menos descrever – talvez eu tivesse formulado de uma forma equivocada, restringindo-me a uma especificidade. Generalizando, que transações, de alguma forma, foram praticadas por meio da Bônus Banval que fossem de interesse ou de Marcos Valério ou das empresas a ele ligadas?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Somente investimentos no mercado financeiro.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Todos eles procedidos por meio da Natimar?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Natimar. Exatamente.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Todos eles estão documentados nessas notas que V. S^a está nos trazendo?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Estão documentados, inclusive auditados, com essa documentação que estou trazendo ao senhor.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Haveria alguma razão especial para ele se abalancar lá de Belo Horizonte para São Paulo, para procurar uma empresa que lhe facilitasse as retiradas de dinheiro em espécie num banco?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, somente o contato que estamos tendo, comercial, com relação à compra da corretora. Mais nenhum interesse.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Nunca teve ciência do prosseguimento desse dinheiro? V. S^a disse que esse dinheiro era entregue ao Marcos Valério.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Exato.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Nunca ouviu qual seria a seqüência disso?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Quanto aos documentos que V. S^a se comprometeu a entregar à Polícia Federal, V. S^a procedeu à entrega?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – No meu depoimento na sexta-feira passada, eu já tinha entregue os extratos bancários juntamente com os contas-correntes. Hoje, estou entregando, juntamente, toda a auditoria com todos os levantamentos.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Essas notas que V. S^a faz referência são notas de corretagens?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– V. S^a fala que Marcos Valério declarou à Polícia Federal que teria efetuado aplicações no mercado de futuros e de ouro físico. Esse conhecimento que V. S^a tem é porque a Bônus Banval foi que serviu nesse elo com a Natimar?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não é que serviu nesse elo. A Bônus Banval é o veículo. A corretora sempre é o veículo...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– A única que pode operar na Bolsa é a Bônus Banval?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Na Bolsa, sempre é através de uma corretora.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Soube de alguma outra aplicação que Marcos Valério tivesse procedido eventualmente através de alguma outra corretora?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, senhor, não tenho conhecimento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– V. S^a também fez a afirmação de que os resgates que a Natimar procedia eram comunicados via telefone.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) –
Como V. S^a sabe disso se é a Natimar que procede?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, porque existe um conta-corrente da empresa dentro da corretora. Então, têm as aplicações e os resgates. Então, a pessoa sempre procede pelo telefone.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– O elo em relação a essas aplicações é da Natimar com o cliente, o Marcos Valério, no caso?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– V. S^a também declarou na Polícia Federal que as empresas efetuavam depósitos na conta corrente e que a Natimar mantinha na Bônus Banval, cujos extratos acompanham a petição apresentada neste momento. V. S^a apresentou esses extratos à Polícia Federal?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Apresentei esses extratos à Polícia Federal e estou apresentado hoje aos senhores.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Mais à frente, V. S^a diz assim: que mantém em arquivo a relação dos beneficiários dos resgates das aplicações realizadas por Marcos Valério através da Natimar.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Sim, senhor. Estou entregando também hoje ao senhor...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) –
É isso que eu queria. Estão aqui? Vai disponibilizar?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Mais à frente – não sei se é essa mesma a afirmação que V. S^a faz –, diz que se compromete a apresentar os registros dos resgates e nome dos beneficiários.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – São esses que estão já em poder do senhor.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Então, aqui, V. S^a fala três vezes a mesma coisa? Ou aqui são três coisas diferentes?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Eu não sei de que forma o delegado colocou, mas são...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– A síntese disso que V. S^a está nos apresentando são documentos relativos a quê?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Relativos a essas aplicações e a todos os resgates feitos.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Tudo que, na Bônus Banval, o senhor operou que diga respeito a Marcos Valério e a suas empresas – tudo – está contido nisso?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Tudo está aí. Inclusive, ele disse à imprensa e aos senhores que tinham sido três milhões, três milhões e meio. Eu levei a informação à Polícia Federal – estou entregando aos senhores aí – de que foram seis milhões e meio. Não foi dele, partiu de mim, na identificação do...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Ou seja, V. S^a está demonstrando que ele não deu a informação correta?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– V. S^a já ouviu falar na empresa Guaranhuns, repetidamente noticiada?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Sim, senhor. Eu tenho acompanhado todo o noticiário pelo jornal...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Tem alguma informação ou teve algum elo com essa empresa?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, o Sr. José Carlos Batista é conhecido no mercado, porque ele trabalhou em várias corretoras e em vários bancos. Num período curtíssimo – tenho aqui também –, ele operou na Corretora Bônus Banval, em nome dele. Poucas operações, mas eu trouxe para disponibilizar aos senhores também. O único conhecimento que eu tenho é que eu o conhecia e não a Guaranhuns – não pessoalmente também, sei que ele foi cliente da corretora, mas eu nunca tive contato pessoal com ele.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Nunca nenhuma transação entre as empresas?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, não. Eu não conhecia a Guaranhuns até então.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– O senhor conhece a Empresa Esfort Trading?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Nunca ouviu falar dela?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Nunca.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Quando V. S^a fala que os investimentos de Marcos Valério se procediam por meio da Natimar, a Bônus Banval só tinha a Natimar com quem operava ou tinha outras empresas e somente em relação a Marcos Valério é que se dava por meio da Natimar?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, a Bônus Banval tem vários outros clientes – inclusive, estou encaminhando ao senhor a relação de clientes. É que essas aplicações foram feitas através da Natimar.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Que outras empresas teriam esse paralelo da Natimar como utilidade, enfim, como relacionamento com a Bônus Banval? As maiores.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Eu tive como clientes grandes bancos... Muitos clientes. A relação é grande.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Essa Natimar é estabelecida onde?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Em Santa Catarina.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Ela opera fortemente em Santa Catarina?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Ela opera fortemente nos mercados derivativos dentro da BM&F. O que ela faz em Santa Catarina, eu não sei.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Ela tem muita expressão?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Ela é uma empresa grande.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Os seus proprietários são brasileiros?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – É um senhor chamado Carlos Alberto Quaglia, argentino.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Argentino?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Como V. S^a sabe que ele é argentino?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Eu encaminhei ao senhor também o cadastro da empresa. Eu tenho o cadastro da empresa. Como procedimento, nós procedemos igual a um banco. Antes de ter um cliente, temos um procedimento de abrir um cadastro da empresa.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sabe se esse Sr. Quaglia possui alguma empresa no exterior?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não sei.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sabe se a Natimar opera no exterior?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não sei.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– A Bônus-Banval, alguma vez, contribuiu com alguma campanha?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Nem com Partido político?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Nem com nenhum Partido político.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a teria alguma outra informação que julgue interessante nessa investigação que estamos procedendo? Sabe do que falamos.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Claro. Eu só tenho me colocado sempre à disposição. Fui duas vezes à Polícia Federal no intuito de esclarecer toda essa coisa que colocaram em cima da empresa. Eu estou à disposição para qualquer tipo de esclarecimento. Só quero limpar o nome da empresa, limpar o meu nome. Esse é o meu objetivo. Por isso, estou entregando aos senhores um relatório completo de todas as operações feitas com os recursos do Sr. Marcos Valério.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Quando V. S^a conheceu Marcos Valério? Em 2004?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Começo de 2004.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Quando o viu pela última vez?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Eu o vi este ano, fevereiro, por aí... Não tenho...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Ele teria ido lá fazer o quê?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, continuamos tendo contatos, só...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Com que frequência V. S^a o via em São Paulo?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Uma vez por mês, uma vez a cada vinte dias.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sabe se ele se valia de alguma outra corretora para algum outro investimento?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, não tenho idéia.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sabe de alguma outra atividade que ele, eventualmente, exercesse, ao mesmo tempo em que ele ia a sua empresa ou na seqüência, em São Paulo?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Para onde ele se dirigia com os negócios dele?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, não tenho conhecimento.

Eu tinha as informações que ele me passava de que se tratava de um publicitário, atendia grandes contas. Era esse só o nosso elo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Alguém da empresa de V. S^a conhece onde fica alguma sede partidária em São Paulo? Bom, V. S^a não pode afirmar em relação a eles, mas, enfim, estamos tentando identificar se esses recursos foram conduzidos para algum Partido.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Nada lhe diz isso? Nada o...

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Marcos Valério não costumava se encontrar em São Paulo com políticos?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Numa ocasião, no ano passado, ele estava jantando no Aeroporto de Congonhas, me chamou e me apresentou o Sr. Delúbio Soares. Mas foi uma apresentação... Só apresentação. Não tivemos nenhum segundo de conversa.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Em que época foi isso?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Foi provavelmente em julho, agosto do ano passado. Não tenho certeza. Não marcou porque foi só um aperto de mão e mais nada.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Ele lhe apresentou como sendo o quê?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Apresentou como sendo o Sr. Delúbio Soares, o tesoureiro do Partido dos Trabalhadores.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– O Delúbio não pediu nenhum favor da Bônus Banval?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, senhor, nunca. Surpreendeu-me muito quando o Marcos Valério, nesta comissão, disse que tinha sido a pedido do Delúbio Soares que ele tinha feito as aplicações na Bônus Banval. Não foi. Eu nunca tive contato com o Sr. Delúbio Soares. Não procede.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Algum Partido teve algum investimento através da sua corretora?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sr. Presidente, agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Antes de passar a palavra à Senadora Heloísa Helena, eu quero dizer que me foi entregue uma auditoria procedida pela empresa, que está à disposição dos senhores membros da comissão. Só que eu pediria que ela ficasse com a Dr^a Cleide, para que não tumultuasse aqui a mesa.

Passo a palavra à Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, Srs. Deputados e Srs. Senadores, infelizmente, se tivéssemos tido acesso aos dados que foram agora apresentados, dados extremamente importantes, na sexta-feira ou pelo menos ontem, isso muito nos auxiliaria no depoimento de V. S^a, porque...

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Nem vale a pena.

O Senador Jefferson Péres sugeriu que pudéssemos ter um tempo para olhar, mas podemos, quando nos inscrevermos novamente, já ter mais elementos.

Essa falta de relação respeitosa institucional, porque, se nos foi encaminhada a cópia do depoimento, nada mais lógico que nos fossem encaminhados também os anexos, toda a documentação que os senhores... Os senhores apresentaram essa documentação ontem na Polícia Federal? Sexta?

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Pois é, tudo bem. Vamos iniciar e, ao tempo, poderemos olhar...

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Então, não houve a falta de relacionamento institucional nesse caso.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Mas há muitas, relações desrespeitosas, documentos que não são encaminhados, documentos que são encaminhados fraudados. Isso existe. Só não vê quem não quer ou quem não está analisando os documentos. Não é à toa que já estamos a essa altura da CPMI inclusive criando a possibilidade de contratar consultorias, auditorias, procedimentos investigatórios outros, para poder dar conta da análise dos documentos, porque o problema não é dos funcionários do Tribunal de Contas da União, do Senado, da Câmara ou do Banco Central que estão nos auxiliando. É porque são documentos fraudados ou não encaminhados mesmo.

Nesse caso específico, veja, Sr. Enivaldo, o problema. Primeiro, porque o documento que está aí apresentado pode, inclusive, nos levar até a incorrer em algum erro, em identificar uma personalidade que investe no mercado, que investe na bolsa e que usou

a corretora e a conta da corretora para investimentos em ouro. De repente, ele pode estar com o nome publicado como se fosse parte do esquema de corrupção montado pelo Sr. Marcos Valério.

Já vai ser uma dificuldade para cada um de nós identificar o que é parte desse gigantesco esquema de corrupção. Veja onde a empresa do senhor está diretamente envolvida. Pode ser que não haja envolvimento algum, pode ser que seja uma operação como outra qualquer, uma corretora, uma conta da corretora que faz aplicações na bolsa de valores; que, depois, as pessoas resgatam o dinheiro dessas aplicações feitas. Pode ser só isso.

Mas não é uma coisa qualquer, porque a corretora de V. S^a foi citada como parte de um esquema monstruoso de corrupção. Por quê? Porque, na primeira fase do esquema de corrupção, em que agiam as gangues partidárias, os empresários que agiam em conluio com essas gangues partidárias, na primeira fase, eram dirigentes ou do PT, ou do PL, ou do PP ou do PTB, da base bajulatória do Governo, ou do PMDB, que iam lá, pegavam o dinheiro, saíam nos carros fortes, nas malas, nas maletas – em outras coisas mais –, saíam com o dinheiro para pagar Parlamentar.

O Parlamentar que recebia o dinheiro podia pagar dívida de campanha, podia pagar orgias com o dinheiro público roubado. Então, o destino do dinheiro... É a coisa do mensalão. Se era “mensalão”, “semestralsão”, “quinzenalsão”, isso não interessa, mas era para esse esquema monstruoso de corrupção.

Veja, Sr. Enivaldo Quadrado, imagine o que o povo brasileiro está querendo com o senhor, quase que o senhor vê o sol nascer quadrado de tanta raiva que o povo brasileiro está desse esquema de corrupção. E fica com raiva de todos nós também se não aprofundarmos as investigações, se não cassarmos os parlamentares e se não colocarmos na cadeia parlamentares ou envolvidos no esquema sujo de corrupção.

Veja: a população fica imaginando: “ora, mas se essa corretora”... Dizia o Sr. Marcos Valério que a primeira etapa do esquema de corrupção era o carro forte, a mala, os dirigentes partidários que iam lá sacar o dinheiro. Na segunda etapa do esquema de corrupção, o Sr. Marcos Valério disse que eles usavam duas corretoras: a corretora Guaranhus, para dar o dinheiro para o PL; a corretora Bônus-Banval, de V. S^a, para entregar dinheiro para o PT e para o PP.

Como nós vamos acreditar num procedimento absolutamente formal? Olhe, se coloque em nosso lugar. Veja a dificuldade que teríamos de encarar isso como um procedimento formal, da máquina do capitalismo, dos investimentos que são feitos, do cheque administrativo que vai, ou do dinheiro que vai, que se

aplica na bolsa e que se restitui como um procedimento formal. Fica difícil para a gente acreditar.

Primeiro, a gente fica procurando a origem do dinheiro. A origem do dinheiro era o quê? O “propinódromo”? Tem isso também. Havia a licitação fraudada. O empresário que ganhava a licitação fraudada pelas gangues partidárias aplicava o dinheiro para que, depois, o dinheiro pudesse ser devolvido para pagar as gangues partidárias.

Há outra investigação que se refere às gangues partidárias. Como elas tomavam conta, parasitavam certas estruturas do poder, de lá elas pegavam um percentual. Eram 10% de uma, 30% de outra, 40% de uma outra. Esse dinheiro que era pego era mandado para as empresas de Marcos Valério, que, por sua vez, encaminhava para as empresas de V. S^a e aplicava no mercado em ouro ou no quer que seja. Depois, resgataavam para dar o dinheiro para os senhores vigaristas envolvidos nesse processo.

Alguns dizem: “ora, mas de onde veio esse dinheiro?” O dinheiro veio em espécie, porque para o senhor uma parte do dinheiro veio em espécie para a corretora e teve uma outra parte que foi em cheque administrativo. Até melhor para V. S^a. De onde veio o dinheiro? O dinheiro em espécie veio de onde? Ou veio do “propinódromo”, do “valerioduto”, de qualquer nome que seja dado, dos empresários que agiam em conluio com as gangues partidárias e ganhavam licitações fraudadas, ou até do dinheiro sujo do narcotráfico. Quem tem tanto dinheiro para andar com ele por aí? Ou é suborno, ou é chantagem, ou é dinheiro sujo do narcotráfico, e busca-se alguma alternativa para lavar esse dinheiro.

Sr. Enivaldo, nos ajude um pouco mais: quais eram as conversas que tinha com Marcos Valério? Ele, de alguma forma, tratava desse tema com V. S^a?

Pode ser só isso. O mercado tem muita sujeira. Não é à toa que 30% do capital financeiro, do capital volátil é de dinheiro sujo, do narcotráfico, de todas as redes de suborno, de crime organizado.

Mas deixemos isso de lado. Partimos do pressuposto de que o senhor era assim: era corretora que, por sua vez, tinha conta, que comprava ouro, investia no mercado; depois, esse dinheiro era devolvido. O Sr. Marcos Valério dizia: “resgate a aplicação tal”. Quando ele resgatava a aplicação financeira, passava para alguém; ou não, porque os senhores também passavam.

Então, dessa lista que o senhor está... Olha a responsabilidade, há uma lista de pessoas aí. Podem ser pessoas que eu possa considerar desprezíveis como capitalistas, que estavam lá investindo; posso até suspeitar que o dinheiro dele também seja rouba-

do ou lavado do narcotráfico, mas podem ser outras pessoas também. Então, dessa lista que o senhor está nos entregando...

Veja, nós quebramos o sigilo da Bônus-Banval, tínhamos de quebrar o sigilo da Natimar e teríamos de quebrar também o sigilo não de todas as pessoas, mas das pessoas que, citadas por V. S^a, como aqueles que, em função do resgate das aplicações financeiras, eram os indicados pelo Marcos Valério e companhia ou por outras empresas do Marcos Valério.

Que o senhor nos ajude. Pegue aí o documento, se o senhor tem... O senhor disse que estava encaminhando aqui as movimentações bancárias realizadas por meio de TED e DOC. O senhor disse que estava encaminhando também os resgates que poderiam ser feitos em nome de terceiros. Isso está aí nesse documento que o senhor está apresentando também?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Está sim, senhora.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – A relação dos beneficiários dos resgates das aplicações realizadas pelo Sr. Marcos Valério por meio da Natimar... Quer dizer que todos esses nomes que estão aí não são outros nomes que resgatavam das aplicações financeiras da Natimar. O documento que está sendo entregue é só daqueles relacionados ao Marcos Valério?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, senhora. É um apanhado geral, porque não tem como separar.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – É, mas o senhor vai ter que nos ajudar a separar, porque vai ficar muito difícil. Nós podemos estar expondo algumas pessoas como beneficiárias de um verdadeiro conluio de gangues partidárias que estavam instaladas ou não apenas dentro dos Correios.

O senhor encaminhou os valores por meio de extrato de contas correntes?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Sim, senhora.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – O senhor encaminhou também o extrato de conta corrente interna de cada um dos investidores ou não?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – De onde foram feitos os depósitos do Sr. Marcos Valério, sim.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – É, porque nós vamos ter de quebrar o sigilo de cada uma dessas pessoas que estão aí citadas também.

O senhor continua dizendo que não se recorda dos nomes das pessoas que foram beneficiadas? No seu depoimento à Polícia Federal, o senhor disse “que não se recorda do nome das pessoas que foram beneficiadas pelos resgates dos investimentos realizados pelo Sr. Marcos Valério; que se compromete em apre-

sentar o registro dos resgates e nome dos beneficiários”, que o senhor apresentou agora.

Depois, o senhor disse “que pode afirmar que algumas dessas pessoas não estão beneficiadas”. O senhor lembra de algum nome? Algum desses nomes tem algo de que o senhor possa lembrar ou que o Sr. Marcos Valério disse alguma coisa? Há a Sr^a Deusa, há a empresa “não sei o quê”. O senhor lembra alguma coisa que possa nos auxiliar nesse procedimento investigatório?

Mais cedo ou mais tarde, Sr. Enivaldo, a realidade é implacável, por mais que aqui exista não o cheiro de orégano, mas dos esgotos da política putrefatos querendo fazer uma operação abafa, mais cedo ou mais tarde, ou o jornalismo investigativo descobre, ou a CPI, ou um procedimento do Tribunal de Contas, ou uma Comissão de Fiscalização e Controle.

Apelo a V. S^a que não tenha uma amnésia seletiva. Apelo a V. S^a que tente nos auxiliar naquilo que é a motivação desta CPI, naquilo que é a motivação da vinda de V. S^a aqui. Em que o senhor pode nos auxiliar? Porque o Sr. Marcos Valério disse, na montagem do processo de corrupção que envolvia gangues partidárias, empresários que agiam em conluio com essas gangues partidárias, que o dinheiro resgatado era repassado para parlamentar e que o senhor estava envolvido nisso.

Então, nos auxilie, por Nossa Senhora.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Senadora, eu vou auxiliar. É que só ontem ficou pronto esse relatório final da auditoria. Estamos procedendo novos levantamentos, comunicando por carta todas essas pessoas, para que respondam do que tratam os investimentos para não cometer justamente essa injustiça.

Vamos auxiliar, sim, senhora. Pode ficar tranquila.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Sim, mas como o senhor entrou nisso? Diga-me, Sr. Enivaldo.

Tenha a certeza de que eu estou tentando ter a maior paciência do mundo. O povo brasileiro não tem paciência mais nenhuma, nem com a gente nem com os senhores.

Mas nos auxilie, porque o Sr. Marcos Valério disse que usava a sua corretora não para fazer uma aplicação financeira e que, depois, o resgate dessa aplicação financeira, ele usaria da forma como quisesse, distribuindo para qualquer pessoa. Ele deixou claro aqui que a montagem do esquema de corrupção usava a corretora de V. S^a. Era como se o senhor soubesse desse esquema e repassasse para parlamentares corruptos, dirigentes partidários corruptos e empresários

apaniguados do esquema de corrupção também. Ele deixou isso aqui claro.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Senadora, mas o Sr. Marcos Valério mentiu, porque ele também disse aos senhores que tinha sido feito um depósito de R\$3,5 milhões na conta da corretora, e foram R\$6,5 milhões. Eu é que estou trazendo essa informação.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Mas aí fica mais difícil ainda, porque veja a situação. Realmente, o pior é que ele não mentiu para menos. Quer dizer, ele mentiu para menos. Aí complica mais a nossa investigação, porque realmente, inclusive, nos documentos que foram apresentados – o próprio advogado não sonegou a informação, deixou ali claro com o documento que foi apresentado –, por enquanto, são mais de R\$7 milhões.

Então, imagina a angústia em que ficamos e a indignação em que o povo brasileiro fica. Até então, ele dizia assim: “ora, o esquema com a corretora era de R\$3 milhões e pouco”. Agora, descobrimos que o esquema com a corretora tem mais de R\$7 milhões.

Não há nenhum dado, o senhor não lembra nenhum dado de que o Marcos Valério, alguém da empresa do Marcos Valério, qualquer um dirigente dessas gangues partidárias que foram montadas, saqueando os cofres públicos e recebendo o dinheiro? O senhor não lembra nenhum fato? Até com um dos parlamentares, o senhor disse que só conversou com ele porque ele visitava a filha dele que trabalhava com o senhor.

O senhor não lembra? Ele disse aqui que a Guaranhus era utilizada para dar dinheiro ao PL e que a corretora do senhor era usada para dar dinheiro ao PT e ao PP. O senhor não lembra nada relacionado a isso?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – O que eu posso afirmar para a senhora é que é mentira isso. Eu queria fazer um comentário. A Bônus-Banval não pode ser comparada à Guaranhus. É uma empresa que foi constituída em 1993, que segue os regulamentos da CVM e do Banco Central. A Guaranhus, a gente não sabe o que é ainda. Então...

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Tudo bem. Eu já acabei o meu tempo...

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Desculpe, Senadora.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Não. Eu é que peço desculpas ao Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – V. Ex^a pode se reinscrever.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Eu já estou inscrita.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Obrigado, Senadora.

Concedo a palavra ao ilustre Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Obrigado, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, Sr. Enivaldo Quadrado, vou procurar ser bem direto nas minhas perguntas. V. S^a disse que conheceu o Deputado José Janene por meio de sua filha, que trabalhava com V. S^a.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Sim, senhor.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Ele sempre esteve lá acompanhado do Sr. Genu.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Sim, senhor.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Isso é verdade?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – É verdade.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Ele lhe apresentou Marcos Valério?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Exatamente. Foi.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Então, o Deputado José Janene já conhecia Marcos Valério?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Já conhecia Marcos Valério.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Por meio dessa apresentação, começou o relacionamento do senhor com o Sr. Marcos Valério.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Isso. No início do ano de 2004.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Então, há a possibilidade de que imaginemos que o Deputado José Janene utilizou-se de V. S^a para ter um relacionamento com Marcos Valério e, a partir daí, começar a fazer funcionar um esquema de transferência de recursos das empresas do Sr. Marcos Valério para a Bônus-Banval?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não. Ele apresentou-me o Sr. Marcos Valério como um possível comprador da corretora. Só isso, mais nada.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas a partir daí começou um relacionamento em que, em primeiro lugar, por suas declarações na Polícia Federal, utilizaram V. S^a para transportar um recurso que foi sacar, assim como seus dois funcionários – seu sócio e um funcionário, o Benoni. Pergunto-lhe: que destino foi dado a esse dinheiro?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Como disse à Senadora Heloísa Helena, foi entregue, integralmente, ao Sr. Marcos Valério.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Qual foi o total que o senhor sacou?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Seiscentos e cinco mil.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – O senhor, Benoni e...

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não fui, nenhuma vez, ao Banco Rural. Foram o Sr. Luiz Carlos Manzano, o Sr. Benoni e o Sr. Áureo Marcato.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Entregaram ao Sr. Marcos Valério.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Entregaram a mim e eu entreguei a Marcos Valério.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Qual o destino desses recursos?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Eu o entreguei ao Sr. Marcos Valério. Não tenho conhecimento.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – V. S^a não tem nenhum conhecimento?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, senhor.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Então, aqui foi elucidada por V. S^a uma contradição entre a declaração de Marcos Valério no sentido de que havia R\$3,5 milhões que passou para a Bônus-Banval para que fossem pagos a políticos do PP e do PT, como foi declarado por ele – e o Sr. Jacinto Lamas era tesoureiro do PL – e a declaração de V. S^a de que recebeu R\$6,5 milhões.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Sim, senhor.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Como V. S^a recebeu esses R\$6,5 milhões?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Foram depósitos *on-line* feitos na minha corretora.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Para que esses R\$6,5 milhões?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Para investimentos na conta de um cliente na corretora.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Foram depósitos feitos à Bônus-Banval?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Na Bônus-Banval.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Para fazer investimento onde?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – A Bônus-Banval era uma corretora que atuava nos mercados futuros. Esses recursos entraram na conta de um cliente da corretora.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Que cliente?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Natimar.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas o senhor transfere e recebe. Por que o intermediário Natimar? Por que o senhor não pode, como corretor, fazer aplicação diretamente na Bolsa de Mercadorias e de Futuros?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – A corretora não atua diretamente, Senador, mas com clientes.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas as empresas do Sr. Marcos Valério não são clientes? A Tolentino, a 2 S Participações, por que ele não poderia fazer direto? São clientes da Bônus-Banval.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Foram diretamente...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – E por que a Natimar como intermediária?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Pelo tipo de aplicações no mercado de dólar futuro, no mercado de ouro à vista. Foi por isso.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas esse dinheiro terminava com V. S^a, que fazia aplicação na BM&F.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – As aplicações ficavam sempre a critério do próprio cliente. A Natimar é que fazia os investimentos. A corretora só é o local onde se procede às liquidações.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Muito bem. A Natimar foi V. S^a que apresentou ao Sr. Marcos Valério?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Sim, senhor.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – A Natimar é sua cliente desde quando?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Desde 2002.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Tem como sócio principal quem?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – O Sr. Carlos Alberto Quaglia.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Quem é o Sr. Carlos Alberto?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – É o dono da Natimar.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – V. S^a o conhece pessoalmente?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Conheço.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Quais são os ramos de atividade dele, além da Natimar?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Conheço só pela Natimar, que é intermediação de negócios no mercado de ouro.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – V. S^a sabe que ele tem várias outras empresas?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não sabia.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Inclusive agências de viagem, de turismo, que lidam com dólar?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não sabia.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Quando havia resgate dessas aplicações da Natimar, qual era o destino desses recursos? Como se dava a entrega desses recursos?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Entreguei, documentalmente, todos os TEDs, os DOCs. A maior parte a terceiros.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas chegava uma ordem para a Bônus-Banval?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – A Bônus-Banval tem que fazer os pagamentos e os recebimentos. A Bônus-Banval sempre aparece nas liquidações.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Não entendi onde entra a Natimar. O dinheiro saía da empresa de Marcos Valério para a Bônus-Banval, chegava na conta da Bônus-Banval. Onde é que entra a Natimar?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – A Natimar é a empresa que operou, que fez as operações com esses recursos.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Que dizia onde V. S^a deveria aplicar: ouro, dólar.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Ele é quem decide. É sempre o cliente que decide.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas não era V. S^a que representava, que ia à Bolsa de Mercadorias e de Futuros com os aplicativos, escolhia?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Senador, não funciona bem assim. O cliente tem o livre arbítrio de operar.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas não era ele que ia até à Bolsa.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – À Bolsa não. Ele opera por meio de uma corretora. A corretora só...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas o dinheiro não chegava na conta da Natimar?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – O dinheiro entrou na conta da Natimar.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Lá na sua corretora?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Dentro da corretora. É uma conta corrente dentro da corretora.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas não há uma conta no banco, há uma conta corrente interna, na Bônus-Banval.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Todos os clientes, de qualquer corretora...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas, no fundo, é na sua conta?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – É. Eles usam a conta da corretora. Todos. Se V. Ex^a fosse meu cliente...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Tudo bem. Quando há o resgate. V. S^a recebia uma ordem de quem?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Foi a Natimar que fez, diretamente, os resgates.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Diretamente? Mas não é por meio da corretora?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – A corretora só é o órgão pagador e recebedor das transações.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas é fundamental. Ela tem que liquidar a operação, na Bolsa. Recebe o dinheiro na sua conta e, aí, faz uma destinação.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Exato. Dentro da conta corrente do cliente, interna.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Essa destinação... quem lhe dava a ordem sobre para quem deveria ir o recurso?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – A própria Natimar.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Nunca foi o Sr. Marcos Valério?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Nunca foi o Sr. Marcos Valério.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Quer dizer, V. S^a nega, aqui, de forma categórica, que nunca repassou dinheiro para qualquer político?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Nego de forma categórica.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Nunca entregou a ninguém, de qualquer partido?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – A ninguém. De qualquer partido.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – O Sr. Marcos Valério declarou que transferiu R\$3 milhões a V. S^a para que fossem feitas essas tipos de operações. Foi bastante claro que os recursos foram repassados e que V. S^a faria pagamentos a determinados políticos ligados a partidos.

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Quem é a Sr. Vivian?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não a conheço. É uma pessoa que Marcos Valério, dentro desses saques, desse recebimento de R\$605 mil, foi à corretora buscar determinado valor.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – V. S^a a conhece, então?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não a conheço.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Não foi V. S^a que entregou o dinheiro?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Fui eu, mas não me lembro quem é. Não conheço...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – É alta, baixa, magra?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não me lembro. A gente lida com muitas pessoas. Então, não me lembro.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Não tem o sobrenome? Nada.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – V. S^a entregou, em confiança, a uma pessoa que nem conhece?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Marcos Valério tinha dito: “Vivian vai buscar.” Eu entreguei. *Solamente*.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Muito bem. Dentro dessas transferências, na medida em que o dinheiro era sacado, V. S^a fazia transferências para bancos, para outros bancos, para o Banrisul, por exemplo?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, senhor.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Vi ali, agora, rapidamente, nos documentos que acabaram de chegar.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não tive acesso a todos os documentos, mas é possível que sim. Mas diretamente, por meu intermédio, não. Não...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – HSBC, Banrisul.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Esses são os bancos das pessoas que têm conta. Dentro do HSBC tem o nome de um correntista.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Foi feito para o correntista do Banrisul?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – É. Sim, senhor.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Por ordem da Natimar?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Por ordem da Natimar.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Então, só teremos possibilidade de conhecer quem são os destinatários – conforme essa relação que V. S^a disse que conhecia de destinatários dos recursos que foram investidos pelo Sr. Marcos Valério – se quebrarmos o sigilo de todas essas pessoas?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Para não cometer nenhuma injustiça o que fizemos? Pedimos uma auditoria dentro dessa conta em que foram aportados esses recursos. Eu a trouxe integralmente com o parecer...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Entenda V. S^a. Esse dinheiro saiu de Marcos Valério, passou pela Natimar, foi à Bônus-Banval, foi à Bolsa, retornou à Bônus-Banval. A Natimar dá uma ordem para passá-lo a alguém. Esse alguém não pode ser qualquer

pessoa que não tenha uma relação comercial ou de interesse com o Sr. Marcos Valério, porque o dinheiro é do Sr. Marcos Valério. Está certo? Não é da Natimar. É isso?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Sim, senhor. Acredito que sim.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Foram R\$6,5 milhões.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Seis milhões e meio.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Pode até ter aumentado esse valor com os dividendos dos aplicativos.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Pode sim, senhor. Por isso, trouxe todas as notas de corretagem que correspondem a essas aplicações.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Então, V. S^a está entregando essa relação de beneficiários. Seremos obrigados a quebrar o sigilo deles todos.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Estou fazendo um trabalho, ainda com auditoria, de encaminhar cartas a essas pessoas solicitando o porquê do recebimento. Então, posteriormente entregarei a V. Ex^{as} também. Vou colaborar.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Creio que não temos outro caminho, a não ser esse. V. S^a está negando-se a dar qualquer outro tipo de informação. Era um mero intermediário para aplicar na Bolsa de Mercadorias e de Futuros.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não estou me negando. Quero, inclusive, cooperar com tudo o que puder. Partiu da própria Bônus levantar que foram R\$6,5 milhões e não R\$3,5, como tinha sido noticiado pelo Sr. Marcos Valério. O esclarecimento de todos esses fatos é muito importante para a Bônus. Então, vamos colaborar, sim, senhor, com tudo o que for possível.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Pergunto-lhe se, em algum momento, V. S^a passou algum recurso – desses de Marcos Valério – para o Deputado José Janene.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, senhor.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Nem para nenhuma empresa ligada a nenhum banco interessado no Sr. José Janene?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, senhor.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Quer dizer, ele fez apenas o papel de apresentar-lhe Marcos Valério e sumiu de cena?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Exatamente. O Deputado José Janene não teve envolvimento nenhum. Só fez a apresentação ao Marcos Valério.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – O Sr. Marcos Valério intermediou negócios com V. S^a para

levar aplicativos de fundos de pensão para que V. S^a pudesse intermediar?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Marcos Valério pediu a mim que fosse mostrando a ele – e tenho que fazer justiça – investimentos de boa qualidade para que ele mostrasse a fundos de pensão. Infelizmente, não fizemos nenhuma operação, não mostramos nenhum negócio.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, creio que teremos que fazer uma acareação entre o Sr. Marcos Valério e Enivaldo Quadrado porque as afirmativas são totalmente diferentes.

Verifiquei, na relação, que há muitos nomes de origem árabe. Tenho informações de que V. S^a teria feito operações e passado recursos a doleiros, inclusive ao Sr. Alberto Youssef – conhecido doleiro que já foi preso e condenado por remessa ilegal de recursos para o exterior. Que passara alguns milhões que foram recebidos pelo Sr. Youssef. O que V. S^a tem a dizer a respeito disso?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Conheço o Sr. Alberto Youssef de mercado, mas não condiz com a verdade que eu teria operado para S. S^a, em nenhum momento.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Qual a relação de V. S^a com o Sr. Alberto Youssef?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Só o conhecimento. Não tenho relação comercial nenhuma. Senador, essas informações de que operávamos para doleiro... estamos tentando esclarecer isso o mais rapidamente possível. Encaminhamos cartas à CVM e ao próprio Banco Central, às bolsas, demonstrando se houve alguma operação irregular, até para poder encaminhar à Comissão.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Quero que V. S^a entenda a sua responsabilidade. Já pedi, já fiz requerimento, solicitando a quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico da Natimar, das empresas do Sr. Carlos Quaglia. Agora, vamos ter que pedir de todos esses que estão aqui arrolados, para verificar quais as relações que eles têm com aqueles que poderiam ser os beneficiários políticos desses recursos. Até porque as declarações do Sr. Marcos Valério foram bastante contundentes, quando ele afirmou que os destinatários dos recursos eram pessoas indicadas pelo PP, pelo PL e pelo PT do Rio de Janeiro. Citou também, ainda, o Deputado João Paulo Cunha.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não é verdade. Posso afirmar a V. Ex^a que não é verdade.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – O Sr. Marcos Valério nunca lhe falou de políticos?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Nunca me falou de políticos.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – O único político que V. S^a conhece quem é?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Conheço o Deputado José Janene.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – É o único político da sua intimidade?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não tenho intimidade.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Não tem intimidade, mas V. S^a revelou a ele as suas dificuldades dentro da Bônus-Banval.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Foram conversas...informais.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – E ele lhe arruma intermediários para fazer aplicações na sua corretora e V. S^a não tem intimidade com o Deputado José Janene?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Eu o conheço. Bati papo várias vezes com ele, mas não tenho intimidade.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, agradeço-lhe. Não quero abusar da sua tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Nós é que agradecemos pela observância do tempo.

Concedo a palavra ao jovem Deputado ACM Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, Deputado Asdrubal; Sr. Enivaldo Quadrado; Srs. Parlamentares, serei bastante objetivo nas minhas perguntas, então também solicito a V. S^a. Ou seja....

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Sim, senhor.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – No depoimento de V. S^a à Polícia Federal, o senhor afirmou que, em setembro de 2004, a Bônus-Banval teve que entregar o seu título na Bolsa de Mercadorias & Futuros. Então indago: por que razões, então, já que V. S^a teve que entregar o título na BM&F, no sítio da Internet, da empresa de V. S^a, consta até hoje como se a empresa pudesse operar na Bolsa de Mercadorias & Futuros?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Posso responder já?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Por favor!

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Nós entregamos o título patrimonial da Corretora de Mercadorias, então a gente não pode atuar diretamente em pregão. Com o título da bolsa de valores, nós podemos operar, na Corretora de Mercadorias, por corretoras terceirizadas.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Então o que V. S^a está-me afirmando é que V. S^a não pode operar com o rótulo Bônus-Banval, mas pode fazê-lo através de terceiros, de outras corretoras?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não. Eu faço sempre com o rótulo Bônus-Banval, porém usando o pregão, o local de negociação, de terceiros, sempre Bônus-Banval. É um pouco complexo, mas eu posso explicar para o senhor, se o senhor permitir.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Não. Na verdade, apenas estranho, porque eu perguntaria a V. S^a: qual foi o real motivo que fez V. S^a perder o título de operador da BM&F?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Foi a inadimplência de um cliente no ano de 2002, no mercado de Boi Gordo. Fizemos um empréstimo na BM&F, eu posso estar encaminhando ao senhor o contrato, que carregamos até setembro de 2004, pagando juros mensais. Quando não deu mais, nós entregamos o título para poder cobrir esse empréstimo e saldar a dívida.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Alguma vez, V. S^a chegou a responder como representante da Bônus-Banval a algum tipo de procedimento administrativo, seja na Bolsa de Mercadorias & Futuros ou na CVM?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Na Bolsa de Mercadorias & Futuros, sim, no ano passado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Por que motivo?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Uma operação de um determinado cliente, superou os limites que podiam ser operados naquele dia, e a Bolsa nos repreendeu, e eu sofri uma sanção administrativa na BM&F.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Que foi anterior à perda do título?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Foi, sim, senhor, anterior à perda do título.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – V. S^a teria como disponibilizar todo o memorial desse procedimento que V. S^a respondeu junto à BM&F?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Sim, claro. Inclusive estou recorrendo até nas esferas.... Porque, como é só um procedimento administrativo, eu estou recorrendo. Eu não estava presente, no dia, na corretora, quando aconteceu isso, e fui penalizado, porque eu era representante da corretora junto à BM&F. Eu mando ao senhor.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Bom, de qualquer sorte, então, eu gostaria que V. S^a remetesse, o mais breve possível, uma cópia desse procedimento administrativo.

Com relação aos negócios realizados pela Corretora Bônus-Banval com a Empresa Natimar, que foi objeto do questionamento do nobre Relator e do Senador César Borges, eu gostaria de aprofundar um pouco mais esses questionamentos, indagando a V. S^a se, direta ou indiretamente, em alguma oportunidade, V. S^a já teve ou pensou em ter participação na Empresa Natimar.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, senhor.
O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Nunca.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Nunca.
O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Eu perguntaria: por que razões o Sr. Marcos Valério, que se mostrou um empresário tão astucioso, investiria tanto em ouro, se o ouro, segundo os especialistas do mercado, tem uma rentabilidade muito menor do que várias outras espécies de aplicações?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não sei informar. É uma opção dele. Não sei.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Eu tenho uma desconfiança. Na verdade, o Sr. Marcos Valério não estava pretendendo investir em ouro; na verdade, o Sr. Marcos Valério precisava usar da Empresa Natimar, que tinha, como uma das suas habilidades principais, o manuseio no mercado de ouro. Porque um empresário como o Marcos Valério não iria investir em ouro. Tinha, sim, interesses em operar com a empresa Natimar.

Mas eu pergunto: já que a corretora de V. S^a passou a operar para o Sr. Marcos Valério, ele chegou, através da Bônus-Banval, a operar em algum outro mercado?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, senhor.
O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Só nesse mercado de ouro, com a Natimar.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – É, nesse mercado de ouro e mercado de dólares futuros.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – No mercado de dólar futuro, que é um mercado muito mais rentável do que o mercado de ouro, certamente.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Se acertar o investimento, sim.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Seguindo ainda uma linha de questionamento do Senador César Borges, V. S^a afirmou que o Sr. Marcos Valério, quando queria resgatar o dinheiro aplicado, passava à Natimar o nome de terceiros para os quais a quantia deveria ser entregue. V. S^a mantém essa lista de beneficiários em seus computadores e deve estar disponibilizando essa lista.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Está aqui, já.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Muito bem! V. S^a se lembraria, pelo menos, do nome de três deles, que pudesse citar a esta Comissão?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Eu não quero cometer nenhuma injustiça.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Os maiores, os três maiores, para não ser injusto, para recorrermos a um critério técnico. São dados de conhecimento público, Sr. Enivaldo.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Eu prefiro, no complemento da auditoria que nós estamos enviando cartas a essas pessoas estar encaminhando aos senhores.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Dentre esses investidores, dentre os beneficiários, havia algum político que exerça função pública no Brasil?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, senhor.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Eu queria que o senhor explicasse como é que era feita a entrega.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, são TEDs, são DOCs, depósitos em conta corrente.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Qual era o volume de recursos que, em média, eram dirigidos para essas pessoas?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Ah, dos mais variados. Não tem, assim, um volume.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Com que frequência eram feitos os resgates?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Têm resgates diários, têm semanais, têm muitos resgates.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – V. S^a nos afirmou que não operou com os fundos de pensão.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, senhor.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Muito bem! O Sr. Toninho da Barcelona fez uma afirmação, e quero abrir aspas para repetir esta afirmação aqui: “A Bônus-Banval de São Paulo realizava operações de esquentar-esfria, em que os prejuízos eram sempre dos fundos de pensão de estatais.” Isso, inclusive, foi objeto de uma matéria publicada por um grande veículo de comunicação do nosso País. Então, eu insistiria na pergunta, porque V. S^a assinou o termo de compromisso: sequer indiretamente, através de corretoras parceiras ou subsidiárias, V. S^a nunca intermediou operações para empresas junto a fundos de pensão?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Nunca.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Nunca.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Nunca.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – V. S^a afirma isso peremptoriamente.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Em tendo uma broqueragem por outras corretoras, eu tenho um contrato de broqueragem, a responsabilidade é dessa outra corretora. Diretamente, não senhor.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Mas, indiretamente, pode ter acontecido?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Pode, mas aí eu não tenho conhecimento da carteira dessas outras instituições, né.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Porque é o seguinte, Sr. Enivaldo: o que é que se suspeita? Se suspeita que parte do dinheiro, certo, principalmente, uma suspeita levantada por pessoas ligadas ao mercado de valores, então parte desse dinheiro pode ser encontrado, se nós rastrear-mos as operações com títulos públicos na carteira de fundos de pensão de algumas estatais. Esses títulos seriam vendidos com deságio para uma empresa laranja, que os revenderia, no mesmo dia, pelo seu valor real, e se apropriaria do lucro. O fundo de pensão teria, assim, o seu patrimônio dilapidado, e a diferença acabaria sendo destinada para esse caixa do famoso mensalão. E a denúncia que existe, que foi publicada pela imprensa, é que a corretora de V. S^a teria sido utilizada, como partícipe dessa operação, uma operação que, insisto, dilapidou os cofres públicos do nosso País, desviando recursos para o beneficiamento do esquema do mensalão.

Mas vamos em frente!

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Deputado, deixa só eu fazer um esclarecimento.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Breve, por favor!

O SR. ENIVALDO QUADRADO – A corretora não operou título público para fundo de pensão. Quando a pessoa diz que passava por uma conta de laranja, ela não tem o menor conhecimento de mercado, porque, para operar um título público, precisa ser uma instituição financeira.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Mas, indiretamente, foi o meu questionamento, Sr. Enivaldo.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Aí teria que ser sempre através de uma corretora, Deputado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Mas vamos em frente!

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Essa afirmativa é completamente negativa.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Está bom! Eu tenho ainda muitos questionamentos a fazer a V. S^a.

V. S^a conhece o Sr. Naji Nahas?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, não, senhor!

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Ah, não conhece.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não conheço.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Nunca esteve com ele.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Nunca estive com ele.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Então, se nós quebrarmos o sigilo telefônico pessoal de V. S^a, não aparecerá nenhum tipo de operação telefônica com ele?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Com certeza! Ele está à disposição do senhor. Nunca!

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – V. S^a já ouviu falar de que existem fortes suspeitas de que o Sr. Naji Nahas guardaria relações comerciais com a Bônus-Banval?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, nunca ouvi falar.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Nunca ouviu falar.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, senhor.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – É impossível que o Sr. Naji Nahas tenha, indiretamente, operado, no mercado financeiro, porque ele está proibido de operar através da Bônus-Banval?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Eu não diria que é impossível, mas, diretamente,...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – E como é que isso poderia ter acontecido?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Diretamente, nunca!

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Qual é a relação que o senhor tem com o Sr. Lúcio Bolonha Funaro?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Eu o conheço de mercado. Eu sei que ele representa, hoje, duas corretoras.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Já fez operações com ele?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Ele já foi cliente da corretora, sim.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sim.

V. S^a sabe se ele tem o hábito, ou teve o hábito, de operar com doleiros?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não tenho esse conhecimento da.... Mesmo porque ele, hoje, tem, não que seja dele, mas ele tem uma corretora.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – E com relação ao Sr. Sergio Guaraciaba Martins Reina?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não conheço.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Não conhece.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não conheço.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Não faz a menor idéia de quem seja?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não faço.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Que tipo de relações a Bônus-Banval tinha com o Erste Banking?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não conheço.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Nunca ouviu falar?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Nunca ouvi falar.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – E com a Estocolmos Avendis?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Também não conheço.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – E com a Global Trend Investments LLC?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Também não conheço.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Não conhece.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, senhor.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Não tem nenhum tipo de relacionamento.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Nenhum tipo de relacionamento, com certeza.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Certamente o senhor também, então, não conhece a Laeta S.A. DTVM?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – A Laeta eu conheço, é uma corretora do mercado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Conhece.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Sim, senhor.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Quem são os sócios da Laeta?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Os sócios eu não sei dizer quem são. Eu sei que uma das empresas que o Lúcio Bolonha representa é a Laeta.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – O Lúcio Bolonha Funaro.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Exato.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Muito bem!

O senhor havia-me dito aqui que já realizou operações com o Sr. Lúcio Funaro.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Sim, como cliente da corretora, sim.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Certo! Então a Laeta estava envolvida nessas operações?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não diretamente, porque a Laeta tem um espaço dentro do pregão, como tinha a Bônus. Não tem vínculo uma corretora com a outra, a menos que você....

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Mas existiam clientes em comum?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Pode ser que sim. Isso é muito comum no mercado, clientes em comum.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Quais eram os tipos de operações que a Bônus-Banval e a Laeta faziam, eventualmente, em parceria?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, em parceria, nenhum tipo. Todos os mercados da BM&F, nos Mercados Futuros.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Muito bem! A Laeta pode ter operado com os fundos de pensão?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não posso afirmar.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Porque eu tenho uma informação de que a Laeta operou, sim, com os fundos de pensão, certo, e foi utilizada, inclusive, dentro de todo esse arcabouço montado como uma forma indireta de se fazer negócios com os fundos de pensão. Ou seja, nos momentos em que a Bônus-Banval não podia aparecer, colocava-se a Laeta. Porque há uma suspeita de que essa coincidência dos clientes da Bônus-Banval com a Laeta não é por um mero acaso, ela tem uma explicação que, evidentemente, nós vamos ter que buscar.

Mas eu perguntaria, ainda, a V. S^a: V. S^a operou com o MTB Bank?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, senhor!

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Nunca.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Nunca.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Da mesma forma que nunca enviou recursos para o exterior.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Também não. Com certeza!

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Muito bem! Da mesma forma também que nunca operou com doleiros?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Também não!

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Certo! E, com relação ao doleiro Dario Messer? V. S^a conhece o doleiro Dario Messer?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não conheço.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Não conhece.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não conheço.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Nunca ouviu falar nele.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não! Ouvi falar, sim, mas eu não o conheço.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – V. S^a sabia que o Toninho da Barcelona, no depoimento que deu a esta Comissão, insinuou ligações do Deputado José Dirceu com a Bônus-Banval?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Sim. Eu ouvi a declaração, absurda. Nunca estive com o Deputado José Dirceu.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Eu perguntaria, Sr. Enivaldo: por que, então, o Sr. Toninho da Barcelona, gratuitamente, faria referências à corretora de V. S^a?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Isso faz parte de um inquérito que nós estamos abrindo para saber. Eu só posso supor que é tentando desviar o foco desta CPML e que...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Será?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Ele leu isso nos jornais, como foi divulgado, e lançou isso. Mas não tive e não conheço o Deputado José Dirceu. Isso não é verdade.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Está. Eu vou encerrar, Sr. Presidente. E não vou mais fazer questionamento, eu só quero apresentar aqui uma solicitação a V. Ex^a através de um requerimento.

Eu quero solicitar a relação de todas as operações realizadas nos mercados administrados pela Bolsa de Mercadorias e Futuros, das respectivas contrapartes e dos valores liquidados, durante os anos de 2002, 2003, 2004 e 2005, até o mês de julho, das pessoas e empresas a seguir relacionadas: Bônus-Banval CC-TVM Ltda., Bônus-Banval Comércio CM Ltda., Laeta S.A., São Paulo CV Ltda., Lúcio Bolonha Funaro, José Carlos Batista, Alberto Youssef, Sérgio Martins Reinas, Ernest Bank Empreendimentos, Estocolmos Avendis, Natimar Negócios Intermediações Ltda., Global Trend Investment, Guaranhuns Empreendimentos.

E o segundo requerimento, para concluir, eu quero também solicitar à Bolsa de Mercadorias e Futuros que encaminhe para esta Comissão uma relação completa de todas as operações que deram prejuízos, ao final de um dia, envolvendo a Bônus-Banval, para nós sabermos com quem é que estavam negociando nessas operações.

Eu agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Solicito à Secretária que recolha o requerimento do Deputado ACM Neto e efetue o protocolo.

A seguir concedo a palavra a nobre Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, quero iniciar a minha sessão de perguntas, primeiro, apesar de significar muito mais trabalho, porque já está bastante claro que, com as informações e os documentos trazidos pelo depoente, vai se ampliando, nós vamos tendo que cada ir amplificando as quebras de sigilo... Agora vamos entrar em obtenção de informações, pelo que entendi, na Bolsa CVM. Vamos trabalhando naquela lógica de ampliar o universo do que precisa ser investigado, sempre trazendo dificuldade – é inevitável, também concordo como Deputado ACM Neto. Mas eu não poderia deixar de fazer o registro de que, diferentemente de vários depoentes, o depoente teve a iniciativa de trazer documentos e informações e apresentar – nós vamos ter que obviamente fazer análise se está adequada ou não... Mas eu acho que é uma iniciativa que não poderia deixar de fazer o registro como sendo positiva aqui para tentar contribuir para as investigações.

Mas eu queria fazer várias perguntas aqui do que eu separei, e queria começar me baseando em trechos do depoimento que o Sr. Enivaldo Quadrado prestou ao Departamento da Polícia Federal.

Logo aqui no início, já “de cara”, o senhor declara que o senhor foi apresentado ao Sr. Marcos Valério pelo Deputado José Janene e que isto aconteceu no início de 2004, a apresentação.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Exatamente, a apresentação.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Início, mês.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Início fevereiro possivelmente. Eu não me lembro.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Fevereiro possivelmente. E no seu depoimento o senhor coloca ainda que o senhor recebeu um telefonema da Simone Vasconcelos.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Exato.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O senhor não conhece, não?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, pessoalmente não.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O senhor nunca teve contato... sempre por telefone.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Eu nunca tive... Sempre por telefone.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – A Simone, funcionária do Marcos Valério, ligou solicitando o tal do favor de retirar em espécie recursos no Banco Rural, na Avenida Paulista em São Paulo. Não é isso?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Sim, senhora.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Quando é que foi o primeiro telefonema?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Eu acredito que foi em maio de 2004, eu não tenho certeza. Eu posso estar entregando para a senhora o meu sigilo, não tem problema nenhum.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Em maio de 2004, porque na declaração...

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Eu não tenho certeza, Senadora.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O senhor não tem certeza. Na declaração está dito que o senhor recebeu o primeiro telefonema em março de 2004.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Pode ser.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – E isso me chamou muita atenção porque alguém é apresentado em fevereiro e em março uma pessoa, em nome desse que foi apresentado em fevereiro, liga e pede para realizar uma operação absolutamente anormal. Fazer saque em dinheiro na conta de um banco para outra pessoa é algo absolutamente anormal, o senhor há de convir.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Senadora, olhando hoje, eu concordo com a senhora, mas não foi um saque porque eu não recebi um cheque para ir na boca do caixa buscar. Era para ir procurar o Sr. Guanabara, na Agência do Banco Rural, na Avenida Paulista, e retirar. O dinheiro estava pronto. Depois,

eu só entreguei ao Sr. Marcos Valério. Então, de fato, olhando hoje, é uma operação anormal, mas...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Então, deixa eu entender. No Banco Rural tinha uma pessoa com um pacote de dinheiro para lhe entregar. Então, o senhor não teve nem...

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Eu não levei documento nenhum, cheque nenhum...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O senhor não foi ao caixa do banco...

O SR. ENIVALDO QUADRADO – ...à Tesouraria do Banco, e já estava pronto.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Já estava tudo pronto, separadinho lá, no esquema.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Estava separadinho, sim senhora.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – E quantas vezes que isto aconteceu?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Foram quatro vezes.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Quatro vezes. O senhor foi?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Eu não fui nenhuma vez.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Quem foram só os seus...

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Os meus funcionários.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – E aí depois o senhor fazia o que com o dinheiro?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Eu entreguei integralmente ao Marcos Valério

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Todas as vezes foram entregues para o Marcos Valério?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – A não ser uma vez que foi entregue para essa Vivian.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – **A Vivian. São essas quatro vezes que somam os R\$ 605 mil?**

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Os R\$ 605 mil.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Agora, qual foi o período destes quatro saques, eu não posso chamar isso e saque, porque...

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Foi provavelmente março até, acho, julho, setembro, agosto...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – De março...

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Março, abril... Uns quatro ou cinco meses, talvez.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – E durante este período ou em qual período que teve as aplicações que o senhor está nos apresentando os documentos hoje de seis milhões e meio?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Foram nos meses de abril e maio.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Foi tudo concentrado em abril e maio?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Abril e maio, sim, senhora.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Entre abril e maio tiveram estes seis milhões e meio. E até para podermos entender, estes investimentos, estes seis milhões e meio, eles foram todos aplicados pela Natimar ou apenas uma parte?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Todos integralmente.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Os seis milhões e meio todos pela Natimar?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Todos.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – E os seis milhões e meio aplicados pela Natimar foram aplicados em que tipo de investimentos?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Foram... Os mercados em que a Natimar atuava eram os mercados futuros de dólar e os mercado de ouro à vista, mercado de dólar e mercados de ouro futuros.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Mas o senhor sabe dizer se foi tudo ouro, misturado?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Misturado, com certeza.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Em uma das reportagens aqui há uma observação que eu queria que o senhor confirmasse, que o Marcos Valério investiu 6,5 milhões no mercado de ouro. O dinheiro foi resgatado, pelo menos parcialmente, por meio de transferências eletrônicas, cujos destinatários devem ser revelados até quarta-feira da próxima semana. Então, para eu entender, investiu seis milhões e meio, mercado de ouro, e resgatou apenas parcialmente?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Eu não consigo enxergar isso, mas, pelos relatórios que eu entreguei aqui à Comissão, dá para analisar.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Então significa que ainda... Eu quero ser absolutamente sincera com o senhor. Eu não entendo absolutamente nada desse tipo de procedimento de aplicação em ouro, dólar futuro, bolsa de mercadoria de futuro. Não entendo. Eu queria até que o senhor pudesse me explicar. Quanto diz aqui que foi restado apenas parcialmente, significa que ainda tem coisa investida, significa que está lá ainda?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, pelos relatórios aí, vai demonstrar que praticamente tudo foi resgatado ou tudo.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Tudo foi resgatado.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Sim, senhora.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Então, isso aqui não coincidiria.

Em uma outra reportagem, aparece ainda uma questão que eu entendo como relevante. Lhe perguntar, que é o seguinte: O Marcos Valério deu uma declaração de que havia tido aplicação apenas de R\$ 3 milhões e pouco.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Foi o Marcos Valério nessa Comissão inclusive.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – E a grande novidade que o senhor está nos trazendo é exatamente que não foram três milhões, foram R\$ 6,5. Acontece que tem uma informação dizendo que os três milhões de diferença entre a lista de sacadores e a contabilidade apresentada pelo senhor à Polícia Federal são explicados pelo Marcos Valério por um empréstimo, ou seja, aparece de novo a famosa figura de empréstimo, que esta diferença entre os três milhões e pouco que o Marcos Valério declara e os R\$ 6 milhões e pouco que o senhor traz agora, ou pelo menos nós vamos verificar se está lá mesmo tudo comprovadinho, que isto daí é um empréstimo da 2S participações. E aí a declaração de Marcos Valério é: “(...) deposei os valores no Banco do Brasil onde a Bônus-Banval tem conta corrente e tenho um contrato de mútuo desta operação.”

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Mentira.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Mentira. Não tem esse contrato, não existe?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não tem.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Nós podemos inclusive depois apresentar o requerimento para solicitar ao Marcos Valério para que ele apresente esse tal desse contrato que ele diz que tem ou não.

A outra questão é um pouco... Já que o Deputado ACM Neto perguntou, eu quero aprofundar um pouco mais ainda esta questão, porque chamou muito a atenção, primeiro da forma como foi feito e todo o vazamento da tal da reunião reservada do Toninho Barcelona, e porque muitas das coisas que ele declarou eu já tinha assim uma convicção de que qualquer pessoa que fizesse minimamente uma leitura nos jornais e nas revistas dos dois três últimos meses, teria condições de plantar inúmeras daquelas insinuações ou ilações. Mas de qualquer forma eu entendo de que é muito importante aprofundar, porque o Toninho Barcelona declarou que, e foi uma das coisas que mais repercutiu, a Bônus-Banval era operadora de remessa de dólares para o exterior do PT, inclusive especificando a questão do Deputado José Dirceu. Então, nós precisaríamos... A Bônus-Banval... Esse tipo de procedimento que a Bônus-Banval faz permite, tem

alguma procedência remessa de recursos para o exterior nos procedimentos?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, senhora. Conforme eu disse ao Deputado ACM Neto, eu já solicitei inclusive a CVM, ao Banco Central, às próprias bolsas para demonstrar que nós não operávamos com os fundos de pensão, não tínhamos essa prática. Então, de fato, a senhora disse com muita propriedade – e outro dia eu vi uma entrevista com a senhora – que o Toninho Barcelona está fazendo chantagem – é chantagem mesmo –, querendo jogar pessoas inocentes contra o PT, contra o Deputado José Dirceu, e não é verdade isso. É uma chantagem.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Mas, veja bem, porque... A Bônus-Banval pode não ter, porque ela não opera, ela não faz, ela não trabalha nesta lógica de, através das suas transações, permitir a remessa de dólares, de recursos para o exterior, mas o fato de metade – metade, não –, a totalidade ter sido operada pela Natimar, e a Natimar ter, por exemplo, agência de turismo não poderia ter sido operado por aí?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – É uma afirmação que eu não posso fazer. A Natimar operava desde de 2002. Não cabe a mim fazer esta análise.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Na documentação que o senhor trouxe fica cabalmente comprovado que os seis milhões e meio, aplicados via Bônus-Banval e, na sequência, Natimar, fica comprovado que isso não tem qualquer tipo de procedimento de remessa para o exterior?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Pelos documentos, vão poder analisar, eu creio que sim.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Me trouxeram aqui as empresas... eu queria saber... Só um minutinho, porque conseguimos identificar rapidamente ali três empresas que são ligadas ao dono da Natimar, eu queria... Muito obrigado, Deputado, o senhor está muito gentil hoje. Queria que o senhor...

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Não, hoje... Aqui tem uma Natália Artigos de Praia Ltda..

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não conheço.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Depois a Campitur Agência de Viagens e Turismo.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Também não conheço.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Nome empresarial Brusa Turismo Ltda..

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Também não conheço.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Quando eu me preparava aqui e fazia a leitura, obviamente não poderia deixar de chamar a minha atenção o fato de o proprietário que o senhor diz ser o Quaglia, não é, da Natimar, residir em Florianópolis, que é a cidade onde eu resido também, onde eu moro. A Natimar é uma empresa catarinense ou não?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não sei dizer.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Ou é apenas o caso de ele residir lá porque obviamente é um lugar, o sonho de consumo de muitas pessoas, morar em Florianópolis.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Eu trouxe o cadastro da Natimar com o contrato social...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Está ali tudo especificado?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Sim, senhora.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, por enquanto eu ficaria satisfeita.

Houve perguntas já feitas a respeito da Laeta, e tal, que também me chamou a atenção, mas o senhor já tinha respondido anteriormente. Eu vou até economizar um pouquinho do tempo e depois, se tiver necessidade, já me reinscrevo, e se, no término da oitiva, quiser ainda fazer mais alguma pergunta, faço posteriormente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – A Mesa agradece V. Ex^a e concede a palavra ao Senador Alvaro Dias pelo prazo de quinze minutos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Parlamentares, Sr. depoente, eu preciso eliminar uma dúvida. O senhor afirmou que foi apresentado a Marcos Valério pelo Deputado José Janene, mas o Sr. Marcos Valério afirma que foi apresentado ao senhor pelo Delúbio Soares. Não estaria o senhor esquecido da data da apresentação? Não teria sido o Sr. Delúbio Soares o apresentador?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não senhor; eu conheci, já havia explicado antes, o Sr. Delúbio Soares num encontro num restaurante do aeroporto de Congonhas, onde não passei sequer um minuto com ele. Então ele não poderia ter feito apresentação nenhuma.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – O Toninho da Barcelona disse que a sua relação com o Delúbio Soares era maior do que essa simples passagem. Ele afirmou que o Delúbio Soares operava ou orientava operações através da Bônus-Banval.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não é verdade, Senador.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – O senhor disse também que não é verdade o que o Toninho da Barcelona disse, que, por orientação do Ministro José Dirceu, a Bônus-Banval encaminhava valores para o exterior. O senhor disse isso não é?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Eu afirmo isso, eu nunca tive um telefonema, um contato com o Deputado José Dirceu. Nunca.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – E o senhor conhece Roberto Marques?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não senhor.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – O Bob?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, não conheço.

Essa foi uma questão que nos fez sofrer demais porque o dito resgate que era para esse Bob Marques foi o Luiz Mazano quem fez, não é?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Exatamente. É essa ligação...

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Mas foi uma coincidência tremenda, nos causou muito prejuízo.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – É exatamente por essa ligação que eu fiz a indagação, se há uma autorização que vem da SMP&B para o senhor Roberto Marques retirar determinado valor na boca do caixa do Banco Rural e, posteriormente, uma outra autorização altera o nome do autorizado a retirar esses valores e coincidentemente o autorizado é Luiz Mazano, da Bônus-Banval. É evidente que eu tenho que supor uma relação, não seria meramente uma coincidência, envolvendo a Bônus-Banval e o ex-Ministro José Dirceu, através do seu assessor Roberto Marques.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Mas não é verdade. Eu acho que faria muito bem a todo mundo se o Marcos Valério esclarecesse esse assunto de vez, porque a Bônus-Banval, ou sequer os diretores, tiveram qualquer contato com o Deputado José Dirceu. Nunca.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – O senhor não trouxe na verdade as pessoas beneficiadas com os recursos transferidos através da Bônus-Banval por indicação de Marcos Valério. Nessa documentação, isso não consta. Não há essa especificação dos indicados e Marcos Valério?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, dos recursos em dinheiro?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Não, dos recursos repassados por Marcos Valério à Bônus-Banval.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Estão todos lá, todos os resgates feitos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Não me parece estar indicado...

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Na análise dos documentos o senhor vai ver que sim.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Porque exatamente na Natimar que me parece ser, já que o resgate dos valores foram repassados a terceiros na documentação, apenas se refere a transferência a terceiros sem nominar.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não; tem os nomes.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Nós não encontramos ainda, não sei se isso vai aparecer.

A parte que consta nomes não é exatamente da Natimar. Quando chega à Natimar, a relação não traz os nomes.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não; tem, sim, senhor.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Bem, se o senhor está dizendo que tem, nós vamos continuar procurando.

Seria bom se o senhor então citasse alguns dos nomes pelo menos dos indicados pelo Sr. Marcos Valério.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Eu não sei. Eu não conheço as pessoas indicadas, estão todas lá.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Os nomes que se encontram ali, há inúmeros nomes, evidentemente, então não há possibilidade de distinguirmos quem foi indicado por Marcos Valério e quem não foi indicado por Marcos Valério.

Já que os valores destinados por Marcos Valério à Bônus-Banval foram repassados para pessoas indicadas por eles, seria importante que o senhor nos informasse quais são essas pessoas distinguindo-as das demais, porque a relação das pessoas beneficiadas ou que receberam valores da Bônus-Banval é grande.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Mas eu não tenho esse conhecimento ainda. Estou fazendo, continuando a auditoria, encaminhando cartas a essas pessoas, para a resposta do motivo pelo qual houve o financiamento.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – É evidente que isso deve estar anotado na sua empresa.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não está, Senador.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Não é possível que o senhor Marcos Valério determinava que determinado valor deveria ser repassado a alguém e o senhor não tem essa indicação?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, não tenho.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Eu imagino que o registro deveria existir, não é?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – O registro é um registro formal, oficial.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – O senhor conhece a Neuma Cunha?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, senhor.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Que é doleira de Santo André?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – A Nelma?

Eu conheço a Nelma, sim.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Não é com “ele” é com “u”. Neuma Cunha, conhece?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Eu conheço Nelma.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – É doleira em Santo André? Deve ser a mesma.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Deve ser. Eu conheço.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Ela opera com a Bônus-Banval?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Ela já foi cliente da Bônus-Banval.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Ela é doleira em Santo André?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não sei se ela é doleira. Ela foi cliente da corretora.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Não sei se é a mesma. Para não cometer injustiça com a Nelma, com “ele”, a Neuma que eu tenho informações de ser doleira em Santo André, é com “u”, e é Neuma Cunha, não sei se é a mesma pessoa.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – (*Fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não eu conheço a Nelma, Nelma Codama, sim, senhora.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Então deve ser a mesma pessoa.

Qual o relacionamento da Bônus-Banval com o Banco Santos?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Nenhum.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – E com Rivaldo Ferreira?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – O Rivaldo é uma pessoa que conheço de mercado.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Mas ele operou com a Bônus?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, não que eu me lembre.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Embora o senhor tenha dito, respondendo a uma indagação do Deputado ACM Neto, que não operou com títulos públicos na carteira de fundos de pensão, é isso que o senhor disse em resposta a ele?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Sim, senhor.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – As informações que temos são diferentes, que o senhor operou sim, que esses títulos, e através, exatamente de Rivaldo Ferreira, que esses títulos eram vendidos com um deságio para uma empresa “laranja”, que os revende no mesmo dia por um valor real e se apropria do lucro. Ou seja, o fundo de pensão tem o patrimônio dilapidado, fica com o prejuízo, e essa diferença é que iria para o caixa daquilo que se denominou chamar aí de mensalão, mas que pode ter outro nome também, não importa. O que importa é que seria o desvio exatamente para sustentar esse esquema de corrupção, essa rede organizada de corrupção que se instalou a partir do Governo Federal.

O senhor continua insistindo que não operou? Nem mesmo através desse Rivaldo Ferreira?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Se foi uma operação de broqueragem, eu posso afirmar que não operava, não tinha como cliente fundos de pensão. É óbvio que, se houve uma broqueragem, dentro da corretora, pode ser que sim, mas não diretamente, com fundos de pensão, não, senhor.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Então, pode ser que tenha ocorrido?

O senhor Rivaldo Ferreira, operava em fundações. Aliás, a Bônus-Banval operava, sim, através dele, em fundações comandadas por ele, que se utilizava da Bônus para lesar esses investidores, e fundações ligadas ao Banco Santos.

O que o senhor tem a dizer dessa afirmação? Que através do Rivaldo Ferreira e Fundações comandadas por ele, ele utilizava a Bônus para lesar investidores e fundações ligadas ao Banco Santos.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não é verdade.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Que, aliás, está em processo de liquidação, exatamente, em função da...

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Eu vi, pelos jornais, que o Banco Santos tinha uma carteira muito grande de fundações, mas ele não operava na Bônus-Banval.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – À propósito de fundações, a Fundação Copel, por exemplo, teve um enorme prejuízo no Banco Santos. Qual o relacionamento da Bônus-Banval com a fundação Copel?

Nenhuma.

O senhor conhece um senhor chamado Henrique, vulgo Sombra, um dos operadores da Copel até o ano de 2003?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, senhor.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – O senhor não conhece?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – O senhor respondeu ao Deputado ACM Neto que não tinha nenhuma relação com investidor Naji Nahas, não é?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Sim, senhor.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – E com a empresa RS Administração e Participação?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – RS Construtora foi cliente da corretora, sim.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Essa empresa não é do Sr. Naji Nahas?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não que eu saiba.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – É uma informação a ser conferida...

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Eu posso encaminhar o cadastro da empresa aos senhores. Eu tenho o cadastro da empresa comigo.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – É interessante que o senhor encaminhe, então, porque realmente há operações, essa empresa é cliente da Bônus-Banval, nós verificamos aqui, há uma informação, eu não tenho segurança para afirmar que essa informação é verdadeira, mas há uma informação que seria uma empresa do Sr. Naji Nahas.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Eu encaminho ao senhor o contrato social e o contrato de conta corrente.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Eu agradeço.

Sr. Presidente, era só o que eu tinha a indagar do depoente.

O SR. PRESIDENTE (PMDB – PA) – Tem a palavra o Deputado Maurício Rands por quinze minutos.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sr. Presidente Deputado Carlos Abicalil, Sr. Depoente, Parlamentares membros da Comissão, eu queria indagar inicialmente ao depoente se a corretora Bônus-Banval já operou com os fundos de pensão.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, senhor. Acabei de afirmar que não.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Já...

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, senhor.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Em momento algum?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Em momento algum. Lá no passado pode ser que sim. Nos últimos quatro ou cinco anos, com certeza, não.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Nos últimos quatro ou cinco não.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Em que época a corretora Bonus Banval teve problema com

operação não liquidada e qual o volume dessa operação?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Eu expliquei anteriormente, em junho de 2004 foi tomada, por um cliente da corretora, uma posição acima da estabelecida nas regras de mercado. Só que essa operação foi liquidada totalmente, financeiramente, com a Bolsa. Não causamos nenhum prejuízo ao mercado. Nós temos, sim, um prejuízo dentro da Bonus Banval de 2002, onde um cliente perdeu no mercado de boi gordo, e nós levamos isso a... Temos uma ação judicial contra esse cliente, que corre até agora. Não conseguimos receber nenhum centavo.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Em que período o Sr. Marcos Valério operou no mercado de futuro ou físico de ouro? O senhor saberia dizer?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Abril de 2004 a setembro.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – De abril a setembro.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Por aí.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Quem eram os principais clientes da Bônus-Banval se a corretora não operava com os fundos de pensão das estatais e, segundo o Processo Administrativo nº 11, de 2004, do seu Conselho de Ética, a BM&F afirma que a corretora realizava, entre aspas, “operações em valor superior a sua capacidade financeira”? Quem ganhava e quem perdia? Quem eram os principais clientes da Bonus Banval?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Como eu estava explicando para o senhor no caso anterior, foi essa operação que nos levou a ir para esse processo administrativo, mas...

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Esse Processo Administrativo 011.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Mas não houve prejuízo algum a ninguém. O cliente perdeu, e nós... Ele pagou, e nós pagamos a Bolsa.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Qual a sua relação com o Sr. Waldir Vicente Prado?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – É meu amigo. Foi ele, inclusive, que fez essa operação.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Foi ele que fez essa operação.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Sim, senhor.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – E a sua relação com a corretora Master?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Ele era o Diretor da Master, onde ocorreu essa operação.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Essa única operação. Essa é a única relação da Bonus Banval...

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Essa é a operação em que nós fomos punidos administrativamente pela Bolsa, nós em conjunto com a corretora Master.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Eu tenho informações de que a Master faria remessa freqüente ao exterior. O senhor tem essa informação?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não tenho. Aí seria com eles mesmo.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O senhor acha factível a informação ou pouco plausível?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Eu não posso afirmar nem negar, não tenho conhecimento.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O senhor teve relação com a Master, está no mercado, não teria...

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, não, a Master, em virtude desse episódio, ela perdeu o título, teve que vender o título dela à BM&F para poder honrar os compromissos.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Quem o apresentou ao Sr. Marcos Valério?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Foi o Deputado José Janene.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – E por que o Sr. Marcos Valério disse que não foi, que foi o Sr. Delúbio Soares.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Eu não sei. Não sei. Mas não foi o Sr. Delúbio Soares.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O senhor fez algumas vezes operações no mercado à vista ou futuro, via os contratos de mútuo registrados em cartório?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, senhor.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Nunca fez?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Nunca fiz.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – E os seus contratos de mútuo eram registrados em que cartório, da Bonus Banval?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, não tenho...

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Nunca fez?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não tenho contrato de mútuo nenhum. Não.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Nunca fez esse tipo de financiamento?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Eu tenho aqui, Sr. Enivaldo Quadrado, algumas informações que dizem que a 2S Participações Ltda.... O senhor conhece essa empresa?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Sim, senhor.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Qual é?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Empresa do Marcos Valério.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Uma das empresas do Sr. Marcos Valério, exatamente.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Sim, senhor.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – E a informação é que ela teria repassado para a Bonus Banval algo como R\$3 milhões e 100 mil. O senhor confirma essa informação?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Agora, na análise dos documentos, sim. Estou entregando.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Nessa documentação que o senhor...

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Isso.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – ... mostra detalhadamente a operação de seis milhões e...

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Isso, sendo três milhões, aproximadamente, da 2S e três milhões da Tolentino.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Da Tolentino.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Sim, senhor.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – E esses recursos a Bonus Banval teria passado para RS Empreendimentos e Participações Ltda..

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, senhor.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O senhor não tem essa informação ou não repassou?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, não repassei.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Não repassou.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, senhor.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Porque a informação que nós tínhamos é que a RS Empreendimentos e Participações teria recebido esses recursos de três milhões e cem da Bonus Banval e passado para a Panamá RS Administração e Construção.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, senhor, não é verdade.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O senhor conhece essa Panamá RS?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, senhor.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Nunca ouviu falar?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Eu conheço uma RS Construção, mas RS Panamá não conheço.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – O senhor conhece a Panamá Construção, é?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, senhor. Só RS...

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – RS Construções.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – ... Construções.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Essa aqui é Panamá RS Administração e Construção.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não conheço.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Então o senhor nega que a Bonus Banval teria passado esses recursos para a RS Empreendimentos?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Nego.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Passou para quem?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Para a Natimar.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Para?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Natimar.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – E depois da Natimar o senhor não tem sequência desses recursos?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Eu encaminhei tudo aí, todos... As aplicações...

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Qual a destinação que a Natimar...

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Tudo, tudo, completíssimo.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Satisfeito, Excelência. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – A Mesa agradece pela brevidade de suas indagações e, de pronto, concede a palavra ao Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – No seu depoimento à Polícia Federal, o senhor disse que a Bonus Banval teve de entregar o seu título da BM&F.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – A forma entregar é vender, né? Vender à própria BM&F.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Ok.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Eu posso mandar aqui os contratos, inclusive, de venda.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – E por que é que o senhor vendeu o título da BM&F?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Eu já tinha explicado anteriormente, nós tínhamos um cliente, em 2002, que causou uma inadimplência à Corretora, e nós tínhamos alienado esse título na BM&F tomando um empréstimo. Como nós íamos pagando mensalmente esse empréstimo, e quando se deu, em setembro de 2004, resolvemos efetivamente entregar e pagar todas as dívidas com a própria BM&F.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor é uma pessoa que fala a verdade?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Sim, senhor.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor reconhece isso aqui?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Sim, senhor.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O que é isso?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – É a... Acho que é pela Internet, da Bonus Banval.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Página de abertura do *site* da Bonus Banval.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Sim, senhor.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Essa consulta que está nas minhas mãos foi feita ontem à noite.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Sim, senhor.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – E aqui diz muito claramente: produtos e serviços BM&F.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Sim, senhor. Ainda podemos operar BM&F.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Por que o senhor, que entregou o título... Porque, se o senhor não tem o título da BM&F, teoricamente, o senhor não pode operar como Bônus-Banval na BM&F.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Como Bônus-Banval, não, diretamente, em pregão; eu posso operar como Bônus-Banval usando outras corretoras em nome da Bônus-Banval.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Não, está tudo muito bem, eu só quero configurar o seguinte...

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Pois não.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor começou me dizendo que o senhor falava a verdade. Aí o senhor já está me dizendo que o senhor está usando uma esperteza, que é um direito seu, ser mais esperto do que o incauto que lhe confiar o seu recurso.

Por que eu estou dizendo isso? O senhor, desde setembro de 2004, o senhor não tem direito sequer, na minha opinião, de anunciar que o senhor opera na BM&F. Como é que o senhor explica isso?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, eu estou explicando: porque eu posso operar na BM&F.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Não, o senhor não está explicando.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Eu não posso operar em pregão.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Então o senhor tem que usar um “laranja” para atuar num produto que o senhor oferece como seu, é isso?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, senhor.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Podemos mudar o nome: um parceiro operacional.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, uma corretora registrada dentro da BM&F.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Operacional. Sim.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Mas quem emite as notas é a própria Bônus-Banval.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Mas quem faz a operação na BM&F não é o senhor porque o senhor não tem habilitação.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, não tenho. Mas é possível e é...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Olha, Sr. Quadrado, tudo é possível. Tudo é possível.

Como é essa história? O senhor ficou tão amigo assim do Sr. Marcos Valério sem nenhum interesse financeiro, o Sr. Marcos Valério mete seis milhões na sua empresa e ela custava quatro. Que lógica é essa? Explica.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Ele colocou para investimentos.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – É...

Ele emprestou dinheiro para a Bônus-Banval?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, senhor.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Eu quero que o senhor me ajude a entender uma coisa que eu tenho dificuldade de entender. Eu já entendi isso e eu já fixei uma lógica de funcionamento da sua empresa. Talvez eu possa entender, pelo *site* de hoje, por que é que o senhor perdeu ou foi obrigado a vender o título da BM&F.

Agora eu quero que o senhor ajude, o senhor disse que o senhor quer ajudar a CPMI. Explique-me por que é que uma empresa como a Bônus-Banval, que trabalha – trabalhava – na Bolsa, que tem uma série de operações conexas, por que é que o senhor, que era amigo do Marcos Valério, o senhor permitiu que ele investisse em ouro, que é um péssimo investimento, todo mundo sabe disso? Só se investe em ouro quando o país vai quebrar. O Brasil não ia quebrar... Só se investe em ouro por razões muito especiais, ou o investimento em ouro era uma fachada para outras operações?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – É uma opção do cliente, né? Não podia...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – E o senhor diria que é uma opção inteligente de um cliente investir seis e meio milhões em ouro?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Eu não disse que ele investiu seis milhões e meio em ouro, falei que eram mercados futuros e mercados de ouro também.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Mas o senhor acha que investir em ouro, na situação e com os produtos de que o senhor dispunha antes de perder o seu título patrimonial da BM&F, seria uma aplicação

inteligente, de alta rentabilidade? Vou trocar: seria uma operação de alta rentabilidade a aplicação em ouro?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não posso questionar, há momentos que sim, há momentos que não.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Quanto o senhor aplicou em ouro nos últimos dois anos?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não faço idéia.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Não, não...

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Eu não apliquei nada.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Bom, então está bem, então o senhor está me respondendo. O senhor não aplica, agora o Sr. Marcos Valério o senhor apóia e ajuda que aplique. Está bem.

O senhor pediu o título da BM&F, anuncia que pode.

Por que razões a empresa Natimar operava nessa parceria, nesse quase conluio com a sua empresa?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Porque ela é cliente da corretora desde 2002, e a especialidade dela são os mercados futuros.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor conhece se o proprietário da Natimar tem operações oficiais ou extra-oficiais com dólar?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não conheço.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor desconhece?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Desconheço.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Nunca viu?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Nunca vi.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – E essa Natimar é especializada nesse mercado de ouro?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Bastante.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Ou ela operava apenas eventualmente?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, ela tem conhecimento dos mercados.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor tem participação na Natimar?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, senhor.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Quais são os outros mercados em que o senhor aconselhou a fazer investimentos o Sr. Marcos Valério, lá na...

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não aconselhei a nenhum mercado.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Ele só investiu no ouro?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Ouros e mercados futuros.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Quais?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Dólar futuro.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Dólar futuro. Com quem? O senhor operava com dólar?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, só dólar futuro, dentro da BM&F.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Quando? Que mês? Até quando?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Até setembro de 2004.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Que volume de recursos o Marcos Valério movimentou utilizando a sua empresa? O senhor lembra?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Seis milhões e meio comprovei aqui com documentos.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Certo. Quais as empresas do Marcos que participaram das operações financeiras?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – 2S Participações e Tolentino e Melo.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor teve alguma ligação ou prestou serviços para José Dirceu?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não senhor; nem conheço o Deputado José Dirceu.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – E o Sr. Roberto Marques?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Também não conheço.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Por que o Sr. Toninho da Barcelona acusa sua empresa de ter feito operações de remessa de dólares para o exterior?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Sem conhecimento nenhum. Mentira.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor fez operações esquentar-esfria com fundos de estatais?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não senhor.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Em 2002, o senhor fez algumas operações em Santo André?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Eu tenho, conforme já falei ao Senador, uma cliente de Santo André. Tinha, na verdade.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – E essa cliente movimentou quanto em 2002?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não sei, mas posso estar encaminhando à CPI todo o movimento dela.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor poderia nos encaminhar a movimentação da sua cliente de Santo André, no ano de 2002?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Sim senhor.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – E por que essas operações foram feitas? No que essa cliente operava?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Nos mercados futuros de BM&F.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Mais especificamente no quê?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Em dólar futuro.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Era, como diz o Senador Alvaro Dias, uma doleira de Santo André que trabalhava com o mercado de dólar futuro, não é isso?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não conheço ela como doleira. Conheço ela operando...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – A informação que o Senador tem é que ela era uma operadora de dólares, talvez isso fique melhor.

Fez operações para Márcio Thomaz Bastos?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não senhor.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Henri-que Meirelles?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não senhor.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – José Mentor?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não senhor.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Silvío Pereira?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não senhor.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – E o senhor conhece Dário Messer?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não senhor. Conheço só de nome, mas nunca tive...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Nunca teve relação ou operações?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Nenhuma.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – E um senhor chamado Devanir Ribeiro, o senhor conhece?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Também não.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Em alguma oportunidade a Bônus-Banval atuou com a Guaranhuns?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, com certeza não.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Por que Marcos Valério mentiu dizendo que emprestou dinheiro para o senhor?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Para justificar o que eu estava levando à Polícia Federal e aqui aos

senhores, que ele tinha declarado 3,5 milhões e eu estava entregando, documentalmente, 6,5 milhões. Com certeza, foi isso.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Por que aquela operação na Bolsa de Mercadorias e Futuros, quando toda a cúpula dela estava na China, ela não foi com o Presidente Lula? O que ocorreu que o senhor não conseguiu liquidar os 5,6 milhões aqui?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não. Foram liquidados integralmente.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Depois.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, no dia, integralmente.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Como foi liquidado no dia e o senhor teve que depois vender o título patrimonial?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – O título patrimonial era um outro caso. Quem teve que vender o título patrimonial foi a Master Corretora, que foi quem fez essas operações.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Aquela operação levou à quebra da Master, correto?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Correto.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Naquela operação, então, a Bônus-Banval se salvou, é isso?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Porque a Master era a responsável pela operação e não a Bônus-Banval, o que levou ela a vender o título para a Bolsa para pagar esses prejuízos. Tenho toda a documentação, os contratos e tudo.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Mas essa operação com o índice futuro da Ibovespa não tinha exigências de garantia de R\$ 56 milhões que vocês não tinham, não é verdadeiro isso?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – É. Quem tinha que depositar essas garantias seria a Master Corretora e ela não teve essas garantias.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor disse que fala a verdade. A Master não tinha aporte, correto?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Correto.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – ...para fazer o que fez. A Bônus-Banval fez essa operação porque ela tinha lastro ou porque ela se valeu de algum expediente e, por não estar lastreada, ela teve que entregar o seu título?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Quando eu entregar os documentos para o senhor vai ficar muito fácil de entender.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Não, o senhor não precisa entregar documentos para mim; os documentos são para o Relator. Quero que o senhor

me explique, porque eu comecei aqui perguntando se o senhor falava a verdade e estou me convencendo de que o senhor tem algumas dificuldades com a verdade. A verdade não é uma coisa muito reta para o senhor. Então, quero que o senhor me explique pelo menos esta operação para que consigamos entender, porque a sua empresa, que era tão correta, acabou provocando a quebra de uma parceira operadora, que era a Master, e algum tempo depois o senhor tem que entregar o grande patrimônio que a sua empresa tinha, que era o título da BM&F.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Ao contrário, a própria Master se auto-liquidou; não foi a Bônus-Banval que ocasionou isso. As operações eram dela.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – E onde a Bônus entrou nessa?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – A Bônus-Banval fez as operações em pregão. No final do dia teria que repassar a ela, ela não tinha condições financeiras para honrar, a Bônus ficou, no dia seguinte liquidou todas as operações pela manhã, antes do meio-dia e a Bolsa fez a recompra do título da Master e liquidou financeiramente. Foi isso.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – E porque havia sido feito aquele empréstimo, vocês não tinham como honrar e venderam o título, não é isso?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – O empréstimo foi feito em 2002.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Por que vocês entregaram o título então?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Porque ficou inviável ficar no mercado, já não tinha mais por que ficar no mercado, não se suportava aqueles juros altos que pagávamos com relação àquele empréstimo de 2002.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Está bem. Sr. Presidente, amanhã vamos apresentar uns requerimentos para quebrar o sigilo fiscal e bancário de toda essa cadeia que operou com a Bônus-Banval, para podermos encontrar a verdade, porque ela aqui está bem distante do que estamos ouvindo. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Essa busca é incessante.

Concedo a palavra ao Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, gostaria de saber do depoente o nome dos seus advogados.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Dr. Sérgio Pitombo.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Além dele, há algum outro advogado seu?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Aqui na Mesa não.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Mas, além dele, você tem, fora da Mesa, algum outro advogado seu?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Tenho outros advogados, sim, na outra sala.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Naquele relatório da Auditoria que foi apresentado à Comissão, há uma série de autorizações da Natimar de movimentação. Gostaria que informasse à Comissão por que as autorizações de número 1 a 30 e de 92 a 136 não estão assinadas pela Natimar.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Porque ele passava para assinar as autorizações periodicamente, por morar em Santa Catarina. Foi ficando nos arquivos lá e não pegamos as assinaturas.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Mas são muitas autorizações sem assinatura.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – São bastante.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – São movimentações grandes, valores altos e ninguém assina aquilo? É legal isso?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Foi um descuido.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – É um descuido absurdo, quer dizer, movimentações de 1 a 30 e de 92 a 136, no período de 2/01/04 a 22/04/04, de 20/05/04 a 03/09/04, sem assinatura! Isso é possível?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – É possível, tanto é que eu trouxe aqui para os senhores verem. É a realidade.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – É como um cheque sem assinatura. Dá para explicar isso para mim?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Mas tem em anexo o TED para comprovar que foi para aquela pessoa.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sim, mas o TED é da conta daquela pessoa, mas está sem a assinatura da Natimar, que dá a autorização.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Infelizmente está.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Não consigo entender isso. O infelizmente não me resolve. Se fosse apenas um papel eu admitiria, mas são vários papéis, cerca de 70 movimentações sem assinatura.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – É verdade.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Qual é o envolvimento da sua empresa com a Natimar?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Somente como cliente, mais nenhum envolvimento.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – A Natimar é seu cliente?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Sim senhor.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – E como o senhor movimenta o dinheiro da cliente sem a assinatura dela?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – É que tem autorização por telefone e acabou ficando...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Autorização para movimentar dinheiro por telefone?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Sim senhor.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Alguma coisa não está batendo.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – O senhor vai poder ver pelos documentos que está tudo em ordem, tudo documentado certinho.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Mas a partir do momento em que há uma autorização de movimentação de dinheiro sem ter assinatura não está em ordem Sr. Quadrado!

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Concordo com o senhor. Está irregular, mas está em ordem; consta nos registros, acompanhados de todos os documentos, dos comprovantes de depósitos.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Quando o senhor admite a irregularidade não há como deixar de estar irregular.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Como disse, de fato, foi uma falha.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Não foi uma falha, foram várias. Tive o cuidado de pegar o relatório da Auditoria e várias estão sem assinatura. É um negócio absurdo! Não dá para entender.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – O senhor tem razão.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Não adianta o senhor me dar razão. Esses são documentos de 2004. Apenas num período há autorização, entre 22 de abril e 24 de maio. Sabe qual é esse período? É o período que você recebe dinheiro da 2S e da Rogério Tolentino. Por que isso?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Coincidência, não sei dizer por quê.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Não posso admitir que o senhor diga que é coincidência haver autorização assinada no período em que há movimentação da Rogério Lanza Tolentino, que começa em 26 de abril até 24 de maio, da 2S Participações,

no total de 6,5 milhões. Por que nesse período há autorização assinada, segundo a auditoria, e no período anterior e posterior não há assinaturas?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não sei dizer ao senhor. Sei que peguei todos os documentos que tinha e trouxe para a CPI para serem analisados.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Quem é a Natimar?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Um cliente da corretora.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Quem é esse cliente?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Um cliente normal que opera no mercado futuro.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Diga-me quem é esse cliente.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Eu não entendi a pergunta.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Quem é a Natimar? Natimar não é uma coisa etérea, existe. Quem é a Natimar?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não conheço as instalações.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Mas quem é?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Eu trouxe o cadastro da Natimar aqui.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Quem da Natimar fala com a Bônus-Banval?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – O Sr. Carlos Alberto Guaglia.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – E de onde é esse senhor?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – De Santa Catarina.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – De qual cidade de Santa Catarina?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Acho que Florianópolis.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Ele é quem faz o contato com a Bônus-Banval?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Sim senhor; ele é o proprietário da Natimar.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Quem era a pessoa da Bônus-Banval que fazia contato com ele?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – As pessoas que estavam na mesa de operações operando diariamente.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – E aí a pessoa na mesa de operação autoriza movimentar sem que ninguém tenha assinado?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não. A autORIZAÇÃO partia dele.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – E esse Carlos Alberto, qual é o sobrenome dele?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Guaglia.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Ele é argentino?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Sim senhor.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Você já conversou com ele algumas vezes?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Já.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – E por intermédio de quem você conheceu o Sr. Carlos Alberto Guaglia?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Foi um cliente que foi apresentado por algum operador na corretora que não me recordo quem foi.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Por alguma operadora?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Porque os clientes... A corretora tem vários operadores, Deputado, então eles trazem clientes com cadastro...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Mas você viu o volume que essa Natimar tem com a sua corretora?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Por isso tem um cadastro com ficha cadastral, contrato social e tudo mais.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Por que há uma aplicação da Fundação Petrobras, através da Natimar, de R\$123mil, em 10 de fevereiro de 2004?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Essa carta nós já recebemos de volta da Fundação Petrobras respondendo até a uma pergunta nossa. A Bônus-Banval mandou uma carta querendo saber o porquê desse depósito, eles já responderam e vou encaminhar aos senhores. Não tenho em mãos ainda.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Mas existiu ou não existiu?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Existiu, sim senhor.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Quem é Deusa Maria da Costa Pinto?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não conheço.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Vinte e sete operações, o senhor não conhece a pessoa?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não conheço. É alguém do relacionamento do Sr. Carlos Quaglia, né?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Não, não. Quem operou foi a Bônus-Banval.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Sim, mas foi ele quem mandou pagar essa pessoa.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– O senhor fez alguma operação que envolva Fundos de Pensão?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, senhor.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Nem indiretamente?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Diretamente, não.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Indiretamente?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Indiretamente, não sei

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Por que o senhor acha que pode ter feito sem que saiba?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Porque, no mercado, as corretoras operam entre si, fazem negócio entre si. Então, se alguma outra corretora operou diretamente com Fundo de Pensão e fez uma broqueragem pela Bônus, a gente não sabe. Só essa corretora que tem os contratos.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O que é broqueragem?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Broqueragem é compra e venda de um determinado ativo no mercado financeiro, broqueragem. E é feito por uma outra corretora.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Além dos TEDs de Marcos Valério e suas empresas para a Bônus-Banval, houve algumas movimentações em dinheiro. Essas movimentações em dinheiro na agência do Banco Rural da Avenida Paulista, foram feitas por funcionários seus? Foram eles que retiraram dinheiro?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Sim, senhor.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– E esses funcionários foram retirar dinheiro a mando seu?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – A meu pedido, sim senhor.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – E esse dinheiro foi investido, foi aplicado?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, foi entregue ao Sr. Marcos Valério.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Espera um pouquinho, o Marcos Valério manda lá de Belo Horizonte para o Banco Rural da Paulista para ele mesmo e quem vai retirar não é ele?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – O que me foi dito pela Simone é que ele não queria transportar no avião. Então, só fiz o favor de buscar e entregar a ele.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Olha, se estivéssemos conversando com uma pessoa que não tivesse a vivência de mercado, daria para admitir a sua resposta, daria para admitir a sua resposta. Como uma pessoa a mando do Henrique Pizzolato foi ao banco, pegou dinheiro e depois entregou o pacote fechado para alguém. Agora, o senhor é uma pessoa do mercado financeiro, o Marcos Valério manda dinheiro para a agência do Banco Rural da Paulista...

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Sim, senhor.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – ...você manda um funcionário seu retirar e entrega esse dinheiro para o Marcos Valério?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Em São Paulo, entreguei em São Paulo ao Sr. Marcos Valério.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Mas qual é a lógica?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Eu não sei. Mas eu entreguei a ele. Eu só fiz o favor de fazer a retirada do Banco Rural da Paulista.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Mas esse mercado não é um mercado de...

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Mas não é uma prática comum, não.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Não é, lógico.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, claro que não.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – É por isso que estou estranhando. Não é uma prática comum. Não consigo entender essa lógica. Vamos tentar caminhar juntos, tá?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Pois não.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Marcos Valério, mediante uma empresa, manda dinheiro para São Paulo. E aí alguém da sua empresa vai lá, retira esse dinheiro e dá para o Marcos Valério?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Em São Paulo. Entreguei ao Marcos Valério em São Paulo.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Eu não entendo qual é a lógica dessa operação.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Hoje, enxergo da mesma maneira que o senhor, mas no momento fiz sem o menor questionamento. Fiz como um favor.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O que os seus funcionários que foram envolvidos nessa história toda falam para o senhor hoje, depois de todo esse problema?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Na verdade eu é que lamento demais ter envolvido eles nisso, porque não, como não tinha... era só um favor ir buscar, por isso que eu até os mandei.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Era um favor que envolvia quantos...

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Foram R\$ 605 mil no total.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Quanto?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – R\$ 605 mil no total.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – R\$ 605 mil. É uma boa grana, né?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Bastante, inclusive, muito... certo risco, né?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – E quais foram as parciais dessa movimentação?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Foram duas de R\$ 150 mil, uma de R\$ 255 mil, e uma de R\$ 50 mil.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Essa de R\$ 255 mil teve carro forte?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, senhor. Porque isso já estava dentro da tesouraria do Banco com o Sr. Guanabara. Tinha que só procurar o Sr. Guanabara dentro da tesouraria e já estava lá pronto.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Está bom. E ele pegou os R\$ 255 mil na tesouraria e levou para onde?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Levou para o meu escritório.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O seu escritório fica onde?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – No Itaim.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Da Paulista até Itaim é longe.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – De fato, é longe.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O risco é muito grande.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Sem dúvida.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – E o senhor expôs seu funcionário a esse risco?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Expus sem saber.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Como sem saber?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Na maior boa fé.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Ah, você não é trouxa, calma lá! Não, você não é. Você pode querer dar uma de trouxa, mas você não é.

R\$ 255 mil da Paulista para o Itaim! E o risco em que você colocou o seu funcionário!

O SR. ENIVALDO QUADRADO – É verdade; o senhor tem razão.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, obrigado. Vou parar para não falar bobagem.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Acabo de receber uma comunicação do Presidente Renan Calheiros que há Ordem do Dia no Senado.

Consulto o Plenário, já que não há mais Senadores, somente Deputados, se podemos continuar a oitiva? (Pausa.)

Obrigado.

Com a palavra o Deputado Eduardo Paes. (Pausa.)

Com a palavra a Deputada Juíza Denise Frossard.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Enivaldo, Sr. Advogado, preciso apenas de um minuto. Pelo que entendi aqui, o senhor levava todos os seus negócios para a Natimar Negócios e Intermediações e o senhor apresentou uma listagem de beneficiários. Houve apenas uma quebra de rotina, da sua rotina de trabalho com esses R\$ 650 mil.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Sim, senhora.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Então, eu não tenho nenhuma preocupação com o senhor porque, pelo verifiquei, o senhor está lá fora, o senhor está envolvido com uma provável denúncia por lavagem de dinheiro, que o senhor está obrigado a conhecer o seu cliente em antecedente – isso é uma obrigação em razão da sua profissão. Mas aqui para nós, Sr. Enivaldo, não tem a menor importância essa sua atitude, do Marcos Valério, porque isso é uma questão do Ministério Público, é uma questão de polícia, é um caso de polícia. O nosso código aqui é outro, não é o Criminal; é moral. Estamos aqui reunidos somente em busca dos nossos que, por ventura, tenham sido desviados. De modo que, em sendo a prova incidir nesta conduta meramente documental e já tendo sido pedida a quebra de sigilo de Natimar Negócios e Intermediações e da listagem apresentada pelo senhor dos beneficiários das aplicações resgatadas por determinação de Marcos Valério, essa prova far-se-á pela quebra de sigilo bancário e fiscal e far-se-á depois por essa aranha, caso haja necessidade de abrir mais a quebra de sigilo.

De modo que de minha parte não tenho perguntas ao senhor. Lamento apenas porque lá fora o senhor

tem meio Código Penal na cabeça, porque é o seu dever responder pela regra internacional de: conheça o seu cliente.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Concedo a palavra ao Deputado Jorge Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Sr. Presidente, quero agradecer. Considero-me, por enquanto, satisfeito com as informações já obtidas.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Concedo a palavra ao Senador Sérgio Guerra. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Pompeo de Mattos. (Pausa.)

Vamos passar à relação de suplentes.

Concedo a palavra ao Deputado José Eduardo Cardoso.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Inicialmente, faço uma pergunta: essa relação aqui é composta de todos os nomes que efetivamente vieram por indicação da aplicação que foi feita com a empresa de Santa Catarina, não é isso?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Exatamente, tanto as aplicações de Marcos Valério, quanto aplicações próprias.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Aplicações próprias?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Sim, senhor.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Ou seja, aqui não estão só as de Marcos Valério?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, senhor.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – A Master, aqui mencionada, é exatamente essa corretora que teve o problema que o senhor mencionou?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – É a mesma.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – É a mesma corretora?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – É a mesma corretora.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Nessas situações que estão aqui discriminadas, uma operação de 1,6 milhão, outra de 400 mil, outra de 400 mil, e outra de 2,4 milhões, são operações próprias ou indicadas pelo Marcos Valério?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Operações da própria Natimar, provavelmente com a Master Corretora.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – A Master também operava com Natimar?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Eu acredito que sim.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Nobre Deputado José Eduardo Cardozo, a

Mesa do Senado acaba de me advertir que, mesmo havendo somente Deputados, teremos de suspender a reunião até o final da Ordem do Dia. É o que temos que fazer neste momento.

Restam apenas dois Deputados inscritos: o Deputado José Eduardo Cardozo e o Deputado Silvio.

Temos que suspender a reunião por recomendação expressa do Presidente do Senado Renan Calheiros.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Sr. Presidente, então, na volta seguirá esta ordem: Deputado José Eduardo Cardozo e eu.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Seguirá essa ordem.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Mesmo que compareçam aqui os que não apareceram agora.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Exatamente, a ordem será essa.

Está suspensa a presente reunião.

(Suspende-se a reunião às 17 horas e 34 minutos.)

(Reabre-se a reunião às 19 horas e 31 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Declaro reaberta esta reunião e solicito que seja reconduzido o depoente.

O SR. EDUARDO SUP LICY (PT – SP) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Concedo a palavra pela ordem ao ilustre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (PT – SP) – Sr. Presidente, Deputado Asdrubal Bentes, no início da tarde, quando estava aqui o Deputado Osmar Serraglio, nosso Relator, formulei a ele uma indagação. Primeiro ressaltei que considerei positiva a decisão de ambas as CPMLs, da Compra de Votos e dos Correios, de juntarem esforços e encaminharem relatório em comum sobre alguns assuntos. E como ele anunciou que apresentará o relatório sobre os Parlamentares que devem ter seus nomes indicados para o Conselho de Ética, perguntei se não seria o caso de eles serem ouvidos antes do relatório. O Deputado Arnaldo Faria de Sá até ponderou, quando mencionei isso, que há uma certa urgência no que diz respeito ao encaminhamento desses pareceres ao Conselho de Ética, porque senão poderia parecer que o Congresso estava adiando, postergando decisões. Mas, sem qualquer juízo de valor, parece-me que para ambas as CPMLs formularem um relatório com a indicação de Parlamentares “a”, “b” ou “c”, que sejam, porventura, responsáveis por atos que envolvam a quebra do decoro parlamentar

ou algo assim, não sei qual será o conteúdo. Imagino que seja o mais objetivo possível. Aliás, o Deputado Osmar Serraglio assim colocou. Porém, avalio que seria importante ouvi-los.

E em razão da dúvida, conversei há pouco com o Deputado José Dirceu. Relatei-lhe o que aconteceu e disse que o Relator informou que qualquer dos 18, se assim forem, podem apresentar até amanhã o complemento de sua defesa ou sua defesa por escrito. Relatei isso ao Deputado José Dirceu. E ele me disse que no ofício que encaminhou a esta CPML, ele manifestou o seu desejo de ser ouvido pela CPML. Então, faço aqui um alerta, porque amanhã será lido o parecer. Eu conversei com alguns dos membros desta CPML e da outra e muitos ponderam que será prudente ouvirmos, pelo menos, os dezoito. Se há a questão levantada pelo Deputado Arnaldo Faria de Sá, que é perfeitamente compreensível, há um anseio da população em que tenhamos logo decididas essas questões, mas vamos decidir bem feito e, pelo menos, com o devido direito de defesa. Essa é a ponderação que queria colocar até porque imagino, se for lido o relatório, os Parlamentares envolvidos, o próprio Deputado José Dirceu, que hoje foi colocado, pelo menos em algumas manchetes de imprensa, como chefe de Governo e chefe de tudo aquilo que teria ocorrido, parece-me que seria próprio que ele tivesse o direito de defesa, sem aqui fazer juízo de valor, mas acho importante. É a ponderação que deixo aqui para reflexão desta CPI, Sr. Presidente.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, para contraditar a posição do Senador Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Com a palavra o ilustre Deputado Arnaldo Faria de Sá para contraditar.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Eu louvo a preocupação do Senador Eduardo Suplicy do princípio da defesa da oportunidade dos princípios democráticos, mas eu queria lembrar ao Senador Suplicy que, na Comissão de Ética, onde o processo será formado, será dado todo o direito de defesa ao nobre Deputado José Dirceu e a todos os outros dezesete Parlamentares que, supõe-se, estarão no relatório do Deputado Osmar Serraglio. Na verdade, se postergarmos ao darmos oportunidade ao Deputado José Dirceu, teremos que, por isonomia, dar a todos os demais. Então, se dermos oportunidade a todos os outros dezesete, estaremos, lamentavelmente, dando azo àquela informação da imprensa que estaríamos elaborando uma pizza, coisa que não podemos admitir nem aceitar. Todos os Parlamentares terão, sim, na Comissão de Ética, da Câmara ou do Senado, dependendo da Casa a que pertencam, dentro do prin-

cípio do contraditório, de apresentarem a sua defesa. Portanto, Sr. Presidente, não podemos, em hipótese nenhuma, ainda que pelo bom princípio, aceitar a tese que estamos postergando a decisão.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (PT – SP) – Permita-me, Sr. Presidente, apenas uma informação. Seguindo o mesmo princípio de isonomia levantado pelo Deputado Arnaldo Faria de Sá, como ao Deputado Roberto Jefferson, personagem das mais importantes em todos esses episódios, foi dada a oportunidade de depor, de prestar depoimento à CPMI, então, pelo princípio de isonomia, nem preciso completar, para seguir o que...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Ele veio aqui convocado, Senador. O José Dirceu, apesar de convocado, a Bancada do Governo não o deixou vir.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (PT – SP) – Os membros da CPI terão meios de refletir e decidir a respeito.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Esta Presidência recebe as ponderações do Senador Suplicy, preocupado com o respeito ao contraditório e ampla defesa, aliás, próprios do regime democrático.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Logo após, concederei a palavra a V. Ex^a. Mas entendo também que assiste ao Deputado Arnaldo Faria de Sá razão diante do momento que vivemos, mas temos que decidir. cremos que esta Comissão não tem a competência para processar qualquer um dos Parlamentares cujos nomes serão encaminhados à Comissão competente, à Presidência da Casa para que a Comissão de Ética instaure o processo de cassação, esse sem ferir o princípio do contraditório e da ampla defesa, que lhes será amplamente assegurada na Comissão de Ética. Creio que a Comissão apenas está cumprindo o seu dever já que eles foram citados aqui na Comissão e já que não nos compete apurar, porque, regimentalmente, existe uma Comissão para este fim específico, entendo que devemos encaminhar à Presidência para que ela faça o devido processamento à Comissão de Ética. Agora, amanhã, teremos uma reunião administrativa e colocaremos a matéria para ampla discussão para que possamos decidir de acordo com a maioria. Vamos prosseguir com a nossa reunião e concedo a palavra, pela ordem, ao ilustre Deputado Geraldo Thadeu.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sr. Presidente, Deputado Asdrubal, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, Sr. depoente, eu vejo a preocupação do Sena-

dor Suplicy. Eu acredito que ela é válida, é justa, mas temos uma questão, Senador. Pela sua história, pela sua seriedade e pela sua postura, que é sempre de muito respeito que temos que ter, vejo que a nossa atribuição é realmente de encaminhar. Lá, é claro, na Corregedoria, no Conselho de Ética, todos terão total e ampla oportunidade de se defenderem. Tem que ter. Não podemos concordar também que se faça uma degola simplesmente porque tem que degolar. Acho que temos que ser justos. Eu vejo, por exemplo, a nossa Comissão, a CPMI dos Correios, às vezes, tem sido prejudicada. Por exemplo, quantas oitivas nós fomos impedidos de realizar aqui e que a CPI dos Bingos está realizando lá? Depois a nossa vai a reboque. Então, isso tem ficado ruim para a nossa CPMI. Então, eu vejo que a questão é que, realmente, é um passo à frente, mas que toda a defesa, toda a colocação são Parlamentares e que eles tenham que ter oportunidade de se defender, mas eu acho que nós temos que caminhar. Então, concordo com V. Ex^a, mas considero que o Deputado Arnaldo também é...

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Deputado Geraldo Thadeu, eu agradeço as ponderações de V. Ex^a, mas vamos dar seqüência e, amanhã, Senador, esteja conosco para nos ajudar nesta decisão.

Gostaria, então, de passar a palavra ao Deputado Silvio Torres.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Sr. Presidente, antes de começar a contar o meu tempo, eu queria ponderar com V. Ex^a qual vai ser a continuidade dos nossos trabalhos hoje, porque temos ainda dois depoentes aguardando, se já há uma deliberação no sentido de ouvi-los em seguida. Estamos em pouquíssimos Parlamentares aqui.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Esta Presidência quer decidir de forma democrática. De maneira que estamos aguardando que venham mais Parlamentares para nós decidirmos. Penso eu, e assim entende o Sub-Relator Abicalil, que talvez seria o caso de submeter não apenas os depoentes, mas a imprensa e quem estiver aqui presente a uma tortura desnecessária. Daí por que vou apresentar uma sugestão no sentido de que os outros dois depoentes sejam ouvidos pelo Sr. Relator, os outros dois depoentes que estão aí, pelo Sr. Relator e que os membros que desejarem fazer poderão fazê-lo, mas faço um apelo no sentido de que a oitiva deles seja feita apenas pelo Sr. Relator. Vamos deixar chegar mais um expressivo número de membros desta Comissão para que possamos decidir democraticamente.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. depoente, vou procurar talhar

também porque várias perguntas já foram feitas, mas ainda tenho dúvidas em alguns pontos que anotei durante o dia, examinando os documentos que o senhor trouxe e alguns documentos anteriores. Queria rememorar um pouco o seu encontro com Valério. Então, eu queria perguntar quando é que o senhor conheceu o Valério.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – No início de 2004.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Início de 2004.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Isso.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – E como foi que o senhor o conheceu?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Com a apresentação do Deputado José Janene.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – O senhor poderia relatar um pouco como é que se deu essa apresentação, de modo resumido?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Foi uma apresentação no Hotel Intercontinental, na Alameda Santos, para que o Marcos Valério pudesse comprar o meu título de corretor.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Essa apresentação foi fortuita ou o senhor se encontrava lá? O que estavam fazendo os três lá?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Foi marcado...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Foi marcado um encontro?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Sim, senhor.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Mas por que razão esse encontro foi marcado?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Para me apresentar o Marcos Valério, que ele poderia ser um possível comprador da corretora.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – O senhor tinha relatado as suas dificuldades financeiras ao Deputado José Janene, e aí ele disse, então, que poderia ter alguém interessado em se associar ao senhor?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não. Eu expliquei tudo a ele. E ele falou: “Olha, eu vou te apresentar a uma pessoa que pode ter interesse na compra da corretora”.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Então, aí ele marcou esse encontro com o Sr. Marcos Valério. O senhor não sabia quem era?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, eu não conhecia.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – E quando ele se apresentou, como é que ele se apresentou para o senhor?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Como o publicitário Marcos Valério.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Publicitário Marcos Valério.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Sim, senhor.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – E deu mais algum detalhe sobre...

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, não...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – ...a capacidade econômica dele, se ele teria condições...

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, eu conversei bastante com ele, com o Marcos Valério. Ele me disse que era publicitário e que atendia a grandes empresas. Foi com esse intuito.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Ele relatou ao senhor as ligações dele com o Governo Federal ou com políticos?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Olha, eu vim a saber só depois, agora na CPMI, que havia todas essas contas com o Banco do Brasil, com tudo mais. Ele nunca... Ele foi muito reservado, nunca comentou nada.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – E nem as ligações políticas?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, senhor.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Então, o senhor estava numa conversação meio no escuro, então?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, no escuro, não. Numa negociação entre um possível comprador do meu título e o vendedor somente.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – E até que ponto evoluíram as conversações sobre negócios com ele?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – A ponto nenhum. A gente acabou não fazendo... Ele acabou não corretora, e eu acabei não fazendo...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Isso nós já sabemos. Mas eu queria saber de que forma evoluíram.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Foram conversas.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Foi essa conversa no Intercontinental e depois não houve mais nenhuma outra?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Houve vários outros encontros. Ele foi até o meu escritório várias vezes.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Ele foi ao seu escritório e examinou a sua documentação?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Eu sempre apresentei a ele relatórios.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Lá no seu escritório?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – No meu escritório sim, senhor.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Então, ele estava a par da situação da sua empresa?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Estava, estava.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – E alguma vez o senhor apresentou para ele também uma documentação no aeroporto de Congonhas?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, senhor.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Não?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – O senhor nunca esteve no aeroporto de Congonhas e encontrou com o Sr. Marcos Valério lá?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Eu estive, conforme relatei anteriormente, ele estava no restaurante e foi apresentado o Sr. Delúbio Soares, mas foi somente uma apresentação.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – E o senhor não havia levado a sua documentação?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, não tinha levado.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Os documentos da sua empresa?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Era só rotina da gente, dentro da corretora.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – A minha pergunta é muito específica: o senhor foi munido de informações sobre a sua empresa para conversar com ele lá?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, não, senhor.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Porque nós temos a informação de que o senhor se encontrou com ele e levou documentos da empresa para mostrar... que ele pediu ao senhor, telefonou ao senhor, pediu para encontrá-lo em Congonhas e lá estava o Sr. Delúbio e o senhor levou os documentos para ele.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, não é verdade. Não levei. Foi uma apresentação muito rápida...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Mas o que o senhor foi fazer em Congonhas, então?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Só fui encontrar com o Marcos Valério, só bater papo.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – O senhor acha isso, assim, tranquilo? O senhor não era amigo dele, tinha pouco... o senhor já tinha passado todas as informações para ele, aí houve uma coincidência, ele telefonou para o senhor, o senhor saiu do seu es-

critório, foi encontrá-lo para bater papo junto com o Sr. Delúbio?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não. Eu já expliquei ao senhor, Deputado, desculpe. Ele não me chamou para apresentar o Delúbio. O Delúbio estava lá e já saiu rapidamente...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Eu sei que ele estava lá. Ele chamou para a mesa dele. O Delúbio já estava lá.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Estava.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – E aí então o senhor foi lá, o senhor bateu papo com ele e depois...

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Só conversei e fui embora, dez minutinhos.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Isso quando foi? O senhor se lembra?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Isso foi, talvez, junho ou julho de 2004.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Julho de 2004?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – É, não tenho certeza da data.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – E quando foi que o Sr. Marcos Valério desistiu de comprar a sua empresa?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Em agosto de 2004.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Então, logo depois desse encontro ele já se desinteressou pela sua empresa?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Sim, senhor.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Então, foi uma coincidência. Como foi que ele se desinteressou?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Eu perguntei a ele se ele ainda tinha interesse. Ele falou que ainda tinha conversado com os sócios e que não tinha mais interesse na aquisição da empresa. Eu a vendi à bolsa de mercadorias.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Então, a proposta era dele com os sócios dele, o Sr. Cristiano Paz e os outros sócios?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Eu não tive contato com os sócios dele.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Sim, mas eram eles os sócios interessados? Quem ia comprar a empresa do senhor? Era o Sr. Valério ou a empresa dele?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Era o Marcos Valério. Eu não sei. Isso ele não me relatou. Acredito que ele, na pessoa física.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Era ele pessoa física?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – É.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Então, os sócios dele seriam outros? Não seriam os sócios da empresa dele?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Eu não tenho certeza. Não tenho certeza. Não posso afirmar.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – O Sr. Delúbio poderia ser um sócio dele interessado?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não. O Sr. Delúbio, como eu falei para o senhor, foi um encontro só de...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Sim, mas ele poderia...? O senhor imaginou quando o encontrou?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, não imaginei. Não imaginei.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Aí o senhor conheceu, então, o Sr. Valério. E o Sr. Valério, enquanto negociava com o senhor, ele disse ao senhor que gostaria de fazer investimentos. Então o senhor o aconselhou a procurar a Natimar. É isso? Foi o que o senhor declarou na Polícia Federal?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Exatamente.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – E ele disse exatamente qual o tipo de investimento que ele queria na época?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Ele tinha acesso a todos os cadastros de clientes, não é? Ele queria investir e eu apresentei a Natimar a ele.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Aqui o senhor declarou, quando ele disse que precisava fazer uns investimentos, que o senhor achou que a Natimar era a empresa adequada para ele.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – É, porque a Natimar tem esse perfil dos mercados futuros. Seria a cliente mais razoável.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Eu queria fazer uma pergunta para o senhor que talvez eu não tenha entendido bem, eu não conheça bem esse mercado. Por que ele precisava do Sr. Carlos Quaglia, da Natimar, para fazer um investimento na BM&F se o senhor era o corretor e poderia fazer o investimento para ele direto?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Porque ele não tinha as qualificações do conhecimento de mercado.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Não, mas o senhor que tem. O senhor é o corretor.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Eu sei. mas eu não dou palpite nas aplicações dos clientes. Eu só cumpro ordens.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Eu sei, mas ele procurou o senhor porque o senhor era o corretor e o senhor lida com investidores.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Sim, senhor.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Então, o senhor poderia ter feito a corretagem normal para ele na bolsa, na BM&F, e ele poderia comprar o que ele quisesse, comprar ouro, comprar dólar, comprar trigo, comprar petróleo.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Poderia, sim, senhor.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Poderia? Então, para que ele precisaria então da Natimar para isso?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Pelo conhecimento da Natimar nos mercados.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – O senhor me desculpe, mas o senhor é corretor estabelecido, só lida com isso,; só faz isso, e o senhor não tinha conhecimento suficiente? O senhor precisaria recorrer à Natimar?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Eu não opino. A verdade é essa.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Mas como não opina? O senhor opinou. O senhor é que indicou a Natimar para ele.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Sim, pelos critérios que ela operava nos mercados futuros, eu indiquei a Natimar.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Mas o que ela fazia de diferente do senhor no mercado de futuro? O que o senhor não podia fazer que ela fazia?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Ela tem expertise de negócios com mercados de dólar futuro e mercado de ouro à vista e eu não tenho esse conhecimento total.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Mas no que, então, o senhor tem expertise?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Em administração.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Se eu procurar o senhor para aplicar – o senhor é uma corretora –, eu falo: “Olha, eu tenho um dinheiro aqui e quero aplicar.” O que o senhor vai dizer para mim? Procura a Natimar.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Eu não tenho um departamento de análise para estar dando essas informações: “Olha, investe em tal coisa que é melhor.” Então, sempre o cliente que parte com as ordens de compra e venda nos mercados que ele decide.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – O senhor me desculpe, mas não dá para acreditar nisso.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Mas é verdade.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Até onde eu sei, o corretor é quem aconselha o cliente.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Nem sempre.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Na maioria das vezes. Ainda mais alguém que está começando, que quer aplicar um dinheiro, ele chega, procura o corretor e fala: “Não, eu não tenho capacidade de orientá-lo. Eu tenho aqui uma pessoa, uma empresa muito boa. Ela é lá de Santa Catarina, é um argentino. E ele que é a pessoa certa para o senhor aplicar.”

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Mas esses são os fatos que apresentei documentalmente.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Nesses fatos o senhor não convence. Quais outros clientes o senhor indicou para a Natimar? O senhor deve ter recebido outros clientes.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, não indiquei mais nenhum cliente.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Foi a única pessoa que o senhor indicou?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Foi a única pessoa.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – O Toninho da Barcelona, o senhor alegou que ele mentiu...

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Sim, senhor.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – ...quando ele implicou o senhor como uma das pessoas que faria parte do “valerioduto”.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Eu afirmo.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – O senhor afirma que ele mentiu?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Mentiu.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – E ele mentiu por que razão?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Eu acho que ele quer desviar a intenção da CPI. Ele leu isso nos jornais e lançou isso no intuito de se beneficiar.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – O senhor tinha dito aqui que foi chantagem.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Eu concordei com a Senadora Ideli Salvatti quando ela deu uma declaração de que era uma chantagem aquilo.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Mas por que chantagem? Que tipo de chantagem?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não sei por quê. Porque ele está em condições precárias. Não sei.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – O senhor sabe o que o Toninho Barcelona é? Ele é um conhecido doleiro.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Sim, claro.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – O senhor não acha que ele, sendo doleiro, ele poderia estar falando com algum conhecimento de causa, uma vez que o Sr. Carlos Quaglia, que é o dono da Natimar, é uma pessoa que, na minha convicção, é um doleiro declarado. O senhor não acha que doleiro conhece doleiro e, por isso, ele...

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Eu tenho certeza de que não. Tenho certeza de que ele não...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – O Sr. Carlos não é um doleiro?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, tenho certeza de que o Sr. Toninho da Barcelona não tem conhecimento nenhum.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – E o Sr. Carlos Quaglia é um doleiro?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não posso afirmar. Ele é um empresário. Tenho a ficha cadastral dele.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – É uma pessoa que o senhor conhece. O senhor sabe se ele lida ou não com o dólar.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Como doleiro, não, senhor.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Sr. Presidente, quero já adiantar para V. Ex^a que estou encaminhando hoje um requerimento para a convocação do Sr. Carlos Quaglia, dono da Natimar, que é o operador de todo esse esquema, com certeza.

O senhor entregou aqui, hoje, dois documentos. Aliás, entre outros documentos, um é o cadastro da sua empresa.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Isso, com a relação de clientes.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – É a relação de todos os clientes da sua empresa?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Sim, senhor.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Certo. E ele está atualizado...?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Está.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – É o corretor?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Hoje não mais, porque a corretora foi entregue em setembro.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – E esse outro documento, do Anexo 5-A, é a relação das ordens que o senhor recebeu da Natimar para remeter, para fazer os TEDs?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Sim, senhor.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Está certo. Estamos certos quanto a isso. E o senhor recebia ordens daqueles que estavam no seu cadastro? Na sua relação de clientes?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Também.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Não, o senhor recebe ordem de quem é o seu cliente; o senhor não vai fazer um depósito na conta de quem não é o seu cliente. Concorde?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Claro.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Quanto a isso estamos de acordo.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Sim, senhor.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Então, devo supor que as pessoas aqui relacionadas que receberam recursos via TED ou até cheques administrativos são todas elas clientes da Bônus-Banval.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, são pessoas que a Natimar autorizou fazer os pagamentos.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Mas não são seus clientes. O senhor paga de que jeito?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, não, a Natimar é minha cliente. A ordem foi dada pela Natimar para pagamento a essas pessoas.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Sim, mas a Natimar mandava o dinheiro para o senhor?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Ela tinha dinheiro em conta-corrente.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – E o senhor tinha recurso suficientes para bancar todas as ordens que ela mandava?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Sim, senhor. Era dinheiro da própria Natimar.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Mas ele deixava o dinheiro como senhor e isso ficava contabilizado na sua empresa?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Está contabilizado. Tem em conta corrente.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Sr. Presidente, vou pedir um tempinho a mais para o senhor. Acho que até mereço, porque fiquei tanto tempo aqui esperando... Tenho aqui algumas dúvidas importantes.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Com a devida vênia dos dois oradores que o sucedem...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – A Senadora vai me dar essa chance hoje.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E o pior é que não é a Senadora. Mas o senhor tem essa liberdade, até porque está perguntando.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Então vou mudar a pergunta. Essa lista que o senhor entregou hoje, que são as ordens que o senhor recebeu para passar TEDs, veio da Natimar?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Da Natimar, sim, senhor.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Todas elas não eram dos seus clientes?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Elas eram da Natimar.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Da Natimar?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Sim, senhor.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Eu pincei algumas dessas ordens aqui, a título de ilustração, que me pareceram mais interessantes.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Pois não.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – O senhor conhece a Deusa Maria da Costa Pinto?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, senhor.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – O senhor remeteu R\$117 mil para ela. O senhor sabe disso?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Sei. Está no movimento.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – No seu movimento.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Isso.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – A Multiarte produtora de eventos.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não conheço.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Recebeu R\$90 mil.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não conheço.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Agora vou fazer uma pausa para dizer o seguinte... o senhor...

Vou continuar, para não atrapalhar o Presidente. A Banda Oz está na sua lista.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não conheço.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Ela recebeu R\$27 mil.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Sim, senhor.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – RR Representações Artísticas recebeu R\$36 mil. Essas pessoas são ligadas ao meio artístico. E todas elas, por coincidência, receberam, no mês de setembro, que era véspera de campanha eleitoral. Então, a empresa Natimar, que lida com ouro, com investimentos, certamente não lida com bandas artísticas e com cantores. Sr. Relator, por isso, estou convocando a Natimar, porque me parece claro que esse dinheiro veio via Sr. Marcos Valério, para algumas contas. Eu chamo a atenção de V. Ex^a. Apresentarei o requerimento ainda hoje.

O Sr. José Janene aplicava dinheiro com o senhor?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Ele fez uma aplicação de R\$54 mil.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Em que foi?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Eu não me lembro. Posso estar mandando aos senhores aqui.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Foi na Natimar também?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, não. Foi diretamente.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Foi direto com o senhor?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Isso.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Ele resgatou com o senhor?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Resgatou, sim, senhor.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Totalmente? Os R\$54 mil?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Totalmente.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – E a Sr^a Daniele Kemel Janene recebeu R\$15 mil, no dia 28/05/2004.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – É. Eu já tinha analisado isso. Como foi uma listagem feita pela própria auditoria, eu não quero cometer nenhum...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Não, ela recebeu da Natimar.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Sim, senhor.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Está aqui na lista que o senhor recebeu da Natimar. Não tem nada a ver com a aplicação do Sr. José Janene.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, senhor, foi da Natimar.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Então, o senhor passou essa ordem. O senhor não deve ter estranhado...

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – ... porque é pessoa conhecida do senhor.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Foi ordem da Natimar, sim, senhor.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Então, foi a Natimar quem mandou? Ou o Sr. Marcos Valério, que era o aplicador da Natimar?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Pode ser.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Da mesma forma, temos pessoas, Sr. Presidente, que são bastante, digamos assim, que nos colocam bastante curiosas: a Sr^a Rosa Alice Valente, que recebeu R\$113 mil, praticamente no período eleitoral, e tantos outros nomes. Então, eu queria deixar registrado que nós, certamente, para poder entender o que se passou entre o Marcos Valério, Bônus Banval e Natimar, só o faremos se convocarmos o Sr. Carlos Quaglia, que é o dono da Natimar e, na minha opinião, é doleiro e vai

nos dar bastantes explicações de como esse dinheiro circulava.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Muito obrigado, Deputado Sílvio.

Eu queria justificar ao Deputado Geraldo Thadeu que, quando nós suspendemos a reunião, estava com a palavra o Deputado José Eduardo Cardozo. Ele tinha usado três dos quinze minutos. Então, vou restituir o prazo de doze minutos.

Deputado José Eduardo, está V. Ex^a com a palavra para prosseguir.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Agradeço, Sr. Presidente.

Eu tinha começado a argüir acerca dessa lista que V. S^a entregou e que é, efetivamente, daqueles que receberam os benefícios das transações que foram feitas com a empresa lá de Santa Catarina.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Sim, senhor.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Agora, o que me chamou a atenção em alguns casos aqui é que falta... Por exemplo, quando o senhor tem aqui como beneficiário a própria Natimar, não há identificação do banco e há um asterisco. Por quê?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Isso foi feito pela auditoria. Não sei. Deve estar no relatório apontado algum item.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Refere-se ao acerto de 9 de junho de 2004. O que é o acerto de 9 de junho de 2004?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Deve estar apontado na auditoria, Deputado. Eu não sei dizer.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Alguns desses asteriscos se referem a uma situação que eu, particularmente, achei muito curiosa. É uma autorização que a Natimar dá ao senhor para emitir um cheque em branco cruzado. O que é isso?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – A nomenclatura está errada. É um cheque nominal à Natimar, cruzado e em branco, sem aquele carimbo “somente para depósito na conta do favorecido”. Só aquele carimbo trilhado, sabe? As duas trilhinhas.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Mas com o valor especificado?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Sim, com valor nominal a ela.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Por que ele fala em branco?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Cruzado em branco é uma nomenclatura que os bancos usam.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Cruzado em branco?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – É, sem aquele... O senhor já viu um cheque em que vem escrito, no meio do cheque, “somente para depósito na conta do favorecido”?

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Sim.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Então, sem essa nomenclatura se chama cruzado em branco.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Perfeito. Porque isso implicaria em que esse cheque seria depositado na conta...

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Somente na conta do favorecido.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Do favorecido?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Sim, senhor.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Então, evidentemente...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Essa é uma praxe bancária.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Eu desconheço. Sinceramente, não conhecia.

Então, quer dizer, evidentemente, esses cheques poderão ser identificados numa eventual quebra de sigilo bancário?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Sim, senhor.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Perfeito.

Quando o senhor fala daquela... Uma coisa não ficou muito clara para mim. O senhor afirma que o Marcos Valério pretendia adquirir a sua empresa.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Sim, senhor.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – E que foram quase seis meses de transação.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Sim, senhor.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – E que depois ela não se concretizou. Por que tanto tempo para se discutir uma transação de uma empresa? Quais foram as tratativas? Se houve oficialização de alguma proposta, como foi?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não. Não houve nenhuma oficialização de proposta. O que houve, sim, foi a apresentação de relatórios constantemente; notas de corretagem, cadastro dos clientes...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Foi contratada alguma auditoria pelo Marcos Valério sobre a sua empresa?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, senhor.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Não seria de praxe que contratasse?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Eu acho que sim.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – E por que não foi feito?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não sei dizer. Ele não fez.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Porque um prazo de seis meses para uma transação é até explicável. Porém, sem nenhuma iniciativa concreta, sem nenhuma situação que levasse ao conhecimento do adquirente é um pouco inexplicável. No entanto, é exatamente nesse período que uma relação mais próxima entre o senhor e o Marcos Valério se desenvolve, ou que se explica.

A tese de V. S^a de que foi pegar um pacote em dinheiro para repassar para o Marcos Valério é uma tese estranha. Ela se explicaria pelo fato de o senhor estar querendo vender para o Marcos Valério; então, o senhor quer fazer um favor, etc. Mas, na medida em que não há nenhuma prova de que havia uma transação, a sensação que pode passar é de que V. S^a era um braço instrumental das operações de Marcos Valério. O senhor percebe?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Quer dizer, que demonstração efetiva, que prova o senhor tem de que havia uma tentativa de compra? Além da palavra de V. S^a, que documentos, que situações?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, nós não oficializamos nenhum documento; só na palavra mesmo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Só na palavra?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Só na palavra.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – V. S^a disse que foram 6,5 milhões...

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Sim, senhor.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – ...investidos, e foram vários investimentos. V. S^a sabe especificar? Uma parte foi em ouro. Quanto foi em ouro?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não sei.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Não tem especificação?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não tenho especificação.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Então, não há como especificar isso?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não. Não, senhor. Pelo menos na minha ótica, não dá. Tem todas as notas de corretagem acompanhando os relatórios, a auditoria...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Aí ficaria totalmente especificado?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Sim, senhor.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Quando o Marcos Valério chegou para o senhor para investir em ouro, ele falou especificamente que era um investimento em ouro com a empresa tal?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Ele falou que estava interessado nas aplicações daquela forma.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Quem escolheu a empresa Natimar foi o senhor?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Eu que apresentei a empresa Natimar a ele.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– O senhor que apresentou a ele? Não foi ele quem sugeriu que fosse a Natimar?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, senhor.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Então, na verdade foi a sua avaliação?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Sim, senhor.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Por que escolher uma empresa de outro Estado para fazer essa operação? Não seria mais lógico que V. S^a escolhesse uma empresa da sua praça de atuação? Não seria mais cômodo?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Pela atuação dela mesmo nos mercados futuros de dólar e no mercado de ouro à vista. Foi por isso.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– No que a Natimar se distingue das outras empresas pela sua atuação?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Ela opera mais os mercados de ouro e os mercados de dólar futuro.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Mas há outras empresas que fazem o mesmo papel.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – De ouro, poucas. Ela é mais especializada.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– De todas que existem no Brasil, ela é a mais especializada em ouro? Não há outras?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não sei dizer se no Brasil. Dentro da corretora, sim.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Mas em São Paulo, por exemplo... A sede da empresa de V. S^a onde é?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – É em São Paulo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Em São Paulo. Por que... Eu acredito que em São Paulo devam existir também outras empresas especializadas nessa área. Por que pegar uma empresa de Santa Catarina, por exemplo?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não sei dizer ao senhor.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Se foi V. S^a que escolheu...

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Porque era um cliente da corretora. Ela atuava na corretora.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– E a corretora não tem nenhuma outra empresa com esse mesmo perfil?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, senhor.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Então, essa é a razão?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Sim, senhor.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– O senhor não sabe precisar quando a Natimar começou a operar com a sua empresa?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Sei.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Quando?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Ela começou a operar em 2002.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Em 2002?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Em 2002.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Quando o senhor conheceu Marcos Valério?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Em 2004.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Em 2004?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Sim, senhor.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Quem lhe apresentou Marcos Valério?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Foi o Deputado José Janene.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Quem lhe apresentou o Deputado José Janene?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Foi a filha dele, a Michele Janene.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Ah! Então, antes disso o senhor nunca teve nenhum contato com o Sr. José Janene?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, senhor. A filha dele fez um estágio de seis meses na corretora.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Certo.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Ela foi estagiária de outubro de 2003...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Antes disso o senhor tem certeza de que não teve nenhum contato com o Deputado Janene?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Sim, senhor. Não, não tive.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Bem, aquele episódio que levou... Eu não entendi bem. Pode ser uma incompetência minha para entender como funcionam as operações financeiras. O senhor foi obrigado a vender a sua licença, digamos assim, para operar na BM&F?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Sim, senhor.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– O episódio que levou a isso. Sinceramente, não ficou muito claro para mim o envolvimento daquela outra corretora.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Pois não.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Corretora Martin, não é isso?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Master.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Master. Perdão. Como foi esse processo? Se o senhor pudesse detalhar exatamente...

O SR. ENIVALDO QUADRADO – O processo do endividamento se deu em 2002, numa inadimplência de um cliente, que nós estamos em processo de cobrança judicial. Ainda estamos.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– A inadimplência de que cliente?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Acho que...

Não sei se eu posso falar o nome. Posso?

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Eu acho que deve.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Embrafor.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Embrafor?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Embrafor.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Então, ficou inadimplente de que obrigação?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Em boi futuro.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Em boi futuro?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Isso.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Sim. E aí?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Aí nós não tínhamos condição de honrar esse compromisso e nós alienamos o nosso título junto à BM&F, por esse período, e fomos pagando juros mensais até setembro de 2004, quando resolvemos entregar o título para quitar essa dívida junto com a BM&F.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– E onde a Master entra nessa história?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, a Master era um cliente. Trabalhava como um cliente dentro da Bonus Banval.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Mas, como é que... Porque essa transação não estava ligada à Master com a sua empresa nessa questão que houve essa...

O SR. ENIVALDO QUADRADO – É, mas não é o mesmo caso. O caso da Master é o caso do processo administrativo na BM&F, porque a Master operou dentro da Bonus Banval em valores, em contratos...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Incompatíveis.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Incompatíveis. Exatamente. Num determinado dia.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– E nesse caso a Bonus Banval não cometeu também uma irregularidade ao permitir que a Master operasse nesse padrão?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Sim, senhor. Tanto é que nós fomos penalizados no conselho da BM&F.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– E por que o senhor permitiu isso?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Eu não estava presente, Deputado.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Quem comandava?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Hã?

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Quem comandava, na época, essa operação?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, nesse dia eu não estava presente. Era uma operação diária, rotineira, de compra e venda.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Foi num dia específico?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – É. Foi num dia específico.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– E quem, na sua empresa, autorizou a operação?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Estava um outro diretor na empresa, o Sr. Ricardo, e ele foi que deixou o cliente tomar uma posição maior do que podia.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Essa empresa Master tinha alguma relação com o Deputado Janene?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, senhor.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Não tinha?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, senhor.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Esse diretor que autorizou essa operação tinha alguma relação com o Deputado Janene?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, senhor.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– O único que tinha relação com o Deputado Janene era V. S^a?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, eles conheciam, porque o Deputado freqüentou, ele foi na corretora, por algumas vezes, visitar a filha. A filha estava morando sozinha em São Paulo. Eles conheceram, mas não tiveram contato nenhum.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Perfeito.

O senhor tem contato com os proprietários da Master?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Com o Valdir Vicente, que foi a pessoa que operou da Master nesse dia, eu ainda tenho algum contato. Com o outro, não, porque ele já fechou a corretora. Em virtude desse dia, ele foi obrigado a vender o título para cobrir esses prejuízos.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Onde é a sede da Master?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – São Paulo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Também em São Paulo?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Também em São Paulo. Não tem mais sede, Deputado. Foi fechada.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Bom, era São Paulo também?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Era São Paulo. Sim, senhor.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– E era uma corretora que funcionou por quanto tempo? O senhor sabe precisar?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Eu acredito que uns dez, doze anos.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– O senhor conhecia bem essa corretora?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Conhecia.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Mas o único negócio que manteve foi esse negócio, essa operação?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Era uma rotina eles operarem, usarem o nosso sistema de pregão. Então, só teve esse negócio que ocasionou nessa punição administrativa na BM&F.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– E, no caso, por que os senhores também não foram punidos?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Nós fomos punidos.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Ah, foram punidos também?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Fomos. Fomos, sim.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Qual foi a pena?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – A minha inabilitação por dois anos na BM&F. Eu não posso estar assumindo nenhum posto de diretor em corretora de BM&F por dois anos.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– A sua inabilitação enquanto diretor, não enquanto empresa?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, enquanto diretor.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Enquanto diretor?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – A empresa não foi penalizada.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Certo. Quer dizer, então...

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Eu era o diretor responsável...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Pela operação?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, no cadastro junto à BM&F. Então, fui penalizado por causa disso.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Então, apenas uma pergunta. O senhor desconhece que essa Master tinha relações com doleiros ou remessas de dinheiro para o exterior?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Desconheço completamente.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– O senhor nunca soube disso?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Nunca soube disso.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE () – Obrigado, Deputado.

Com a palavra o Deputado Geraldo Tadeu, por quinze minutos.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Parlamentares, Sr^{as} Parlamentares, Sr. Erivaldo, tem muita coisa estranha nessa questão. O senhor conheceu o Sr. Janene por meio da filha dele que trabalhava na sua empresa.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Sim, senhor.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Quem apresentou a filha dele para a sua empresa?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Foi o *curriculum*.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – O currículo?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – O *curriculum*.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – O senhor nunca teve contato com ele?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, nunca tive. Anteriormente, não.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Anteriormente não?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, senhor.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Nada, nada, nada?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Nada, nada, nada.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Nem com o Marcos Valério?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Nem com o Marcos Valério.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Vamos ver...

O SR. ENIVALDO QUADRADO – O Marcos Valério eu conheci no início de 2004.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Vamos confirmar isso aí pelo sigilo telefônico?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Sim, claro!

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Pode ser?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Está à disposição. Claro!

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Está à disposição?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Está à disposição.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Então nós vamos fazer um requerimento para confirmar isso.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Sim, senhor.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Agora, ele... O senhor estava passando por uma dificuldade na sua empresa devido a uma questão de um cliente. Qual era o nome desse cliente?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Embrafor.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Ebrafor?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Embrafor.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Embrafor.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Eu acho que não podia nem estar falando o nome do cliente, mas...

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Não, pode. Por quê? O senhor pediu sigilo dos seus clientes?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – É, mas esse é um processo judicial.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – A quebra de sigilo dos seus clientes? Eu acho que o senhor deve falar a verdade.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, eu estou falando a verdade. É que eu não sei se...

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Então, o Sr. Marcos Valério... O Deputado Janene apresentou o Sr. Marcos Valério porque o Sr. Marcos Valério achou que seria um possível comprador da sua corretora?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Sim, senhor.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Está bem. Agora, o Marcos Valério fala que nunca falou com o senhor de comprar a sua corretora?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Ele também falou que tinha depositado só três milhões e meio e foram seis milhões e meio, não é, Deputado?

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Então, por que ele está mentindo?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não sei dizer.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Você acha que ele mentiu?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Ele mentiu.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – O Tolentino, o advogado dele, sempre estava com ele nas reuniões que o senhor fazia com ele?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Sim, senhor. Sempre estava presente.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Isso mostra que realmente existia um interesse de comprar a sua corretora?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Sim, senhor.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – É? Agora, veja bem, o senhor conheceu quando o Marcos Valério?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – No início de 2004.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – E quando ele passou esse dinheiro todo que o senhor retirou na...

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Em abril e em maio.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Mas logo assim...? A secretária Simone liga para o senhor e fala: "Olha, eu queria que o senhor retirasse o dinheiro na tesouraria do banco, altas somas, e repassasse esses recursos todos". E quanto o senhor ganhou para isso?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Nada. Absolutamente nada. Eu fiz um favor.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Mas o senhor não é corretor?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, mas esse foi um favor de uma retirada na tesouraria do banco. Eu não...

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Foi um favor...

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Foi um favor.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – ... de o senhor retirar dinheiro nesse volume, de um banco, numa tesouraria, para uma pessoa que o senhor mal conhecia?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Um favor. Eu fiz por favor mesmo. Não fiz...

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Um favor?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Foi.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Uma gentileza?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Uma gentileza.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Talvez numa forma de agradá-lo para fazer negócio com a sua corretora?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Com certeza.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – É? Bom, e o Sr. Janene? Como era o seu relacionamento com o Seu Janene?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Somente cordial. Nada... Não tenho intimidade e nunca tive intimidade com ele.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – O senhor já mexeu com política?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, senhor.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Financiou campanha?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, não. Também não.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Nunca contribuiu com nenhuma campanha?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Nada. Nunca.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Nada, nada, nada?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Nada, nada, nada.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Esses recursos que o senhor... Pelas empresas que o Deputado Sílvio Torres colocou aqui, tudo leva a crer que era tudo para campanha política. E o senhor achava que isso era normal? Receber esse dinheiro na tesouraria ou na boca do caixa e repassar para essas empresas para uma pessoa que o senhor nem conhecia direito?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Esse dinheiro que foi retirado no Banco Rural eu entreguei nas mãos do Marcos Valério.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – E de onde vinha esse dinheiro? Que conta era?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Eu não sei. Ele... A Simone...

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – O senhor não sabe?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, a Simone...

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Como o senhor chegou no banco? E como se apresentou?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não. A Simone chegou e falou: “Olha, procura o seu...”

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Quê?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – A Simone ligou e mandou procurar o Sr. Guanabara no Banco, Banco Rural, e retirar. Só isso.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – O contato era com o Sr. Guanabara?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Guanabara. Na tesouraria do Banco Rural, na Avenida Paulista.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – E aí ele entregou para o senhor R\$6 milhões?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, não. Foram R\$605 mil, Deputado.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Mas no total foram repassados seis milhões?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Sim. Os outros foram em depósitos.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Em depósitos?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Sim, senhor.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Só esse que foi em dinheiro?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Os R\$605 mil em dinheiro.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Em dinheiro vivo?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Sim, senhor.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – O senhor chegou lá, se apresentou e ele...

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não. Para o senhor ver que não causou nenhuma estranheza, eu pedi aos meus funcionários que fossem. Não fui eu.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Ah, não foi o senhor?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, senhor.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Ah, foi o seu funcionário?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Foi meu funcionário.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Muito bem. Agora, o senhor não acha isso tudo muito estranho, não? O senhor nunca desconfiou de nada?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Hoje, sim. No momento não, estava fazendo uma gentileza.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – E se tratar-se de lavagem de dinheiro? Como o senhor fica nessa situação?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não vejo dessa maneira, porque era retirado dentro da tesouraria de um banco. Então, eu não podia desconfiar de nada.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Mas tem que saber de onde vem essa conta. O senhor não sabia dessa conta?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, não sabia.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Como se chama o gerente de lá?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Na tesouraria, foi retirado com o Sr. Guanabara.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Guanabara?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Sim, senhor.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Está Ok. Agora, porque o senhor acha que o Sr. Valério contradiz o senhor na compra da sua empresa?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não sei. Eu estou dizendo a verdade.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – O senhor não tem mais contato com ele?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, não tenho.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Não?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Conheceu, veio, desapareceu, fez tudo isso e acabou o contato?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – É, agora, até em decorrência das CPIs, a gente nunca mais teve contato.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sabe o que é? Quero dizer ao senhor que aqui é tudo muito fantástico, porque se fala em 50 milhões, 100 milhões. Isso para nós é uma coisa complicada. Acho que 600 mil em dinheiro na boca do caixa é uma coisa normal talvez para os senhores que são de corretoras, e tudo mais. Mas, para clientes que nem conheciam, nem sabiam, nem sabiam de onde vinha esse dinheiro. Quando vê, passa: “Por favor”, e apenas isso. É muito

estranho isso. Acho que o senhor deveria abrir o jogo. Sinceramente, se o senhor estiver querendo proteger alguém...

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não estou.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – ...ou o Deputado Janene...

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não estou.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – ...ou o Marcos Valério, vai acabar caindo em cima do senhor.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não estou protegendo. Estou falando absolutamente a verdade.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Se, amanhã, provarem que esse dinheiro era de quotas, com alguma lavagem de dinheiro, por exemplo, vai complicar a vida do senhor. O senhor está ciente disso?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Eu sei disso, mas não posso mentir, Deputado.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – E por que o senhor pediu a quebra de sigilo bancário dos seus clientes? Nunca vi isso. Uma corretora pedir quebra do sigilo bancário dos seus clientes. Não dá para entender isso. A coisa que o senhor mais tinha de preservar na sua vida eram os seus clientes.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Mas eu tinha que esclarecer os fatos, Deputado. Não poderia mais estar...

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Mas como? Isso é inusitado. O depoimento do senhor é inusitado. Sinceramente, esse conhecimento do senhor, do Valério, deve ter mais implicações, mais interesse nessa questão. Acredito que o Deputado Janene deva ter agenciado essa questão toda com o senhor com outros interesses, com mais interesses, mais operações...

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, senhor.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – A questão de ouro, talvez o Toninho Barcelona. Como o Toninho Barcelona iria inventar a remessa de valores para o exterior?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Ele inventou. Ele inventou, com certeza.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Ele vai voltar aqui, vai vir aqui. Nós o ouvimos lá em São Paulo. Ele virá aqui e vamos questioná-lo. E ele sabe que, vindo aqui com a delação premiada, se falar mentira aqui, voltará para o mesmo lugar em que está.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Estou questionando na Justiça também, Deputado.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Ou talvez até piore a situação dele.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Também estou questionando na Justiça. Quero que ele venha e traga provas.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Quer dizer que o senhor fez isso puramente para servir a um cliente, a um conhecido?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Sim, senhor.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – O Deputado Janene lhe ofereceu alguma vantagem de tráfico de influência no Governo?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, nunca.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – No Ministério da Fazenda, Banco Central?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, nunca.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – A sua situação da sua corretora que estava com dificuldades?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, nunca.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – O senhor nunca pediu nada a ele?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Nunca pedi nada a ele.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Nada, nada, nada?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Nada, nada, nada.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Quanto tempo a filha dele fez estágio na sua empresa?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Mais ou menos por 6 meses.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Estágio geralmente é de um ano.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – É, mas ela estava morando sozinha em São Paulo. Foi isso.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – O senhor sabe, por exemplo, a questão de negociação em ouro. Houve alguma negociação de ouro do Sr. Marcos Valério com a sua empresa?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, senhor.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – E com a empresa que o senhor... – Natimar, não é? O senhor sabe se houve?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – A Natimar investia em ouro.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – E o senhor..? Ele queria investir em ouro? Ele falou com o senhor?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Sim, senhor.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Aí, o senhor indicou a Natimar para ele?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Exatamente.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – E o senhor sabe se houve negociações em ouro com o Sr. Marcos Valério?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Diretamente, não sei.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Isso geralmente, provavelmente, é lavagem de dinheiro. Uma empresa com todas essas dúvidas que há aí, com esse volume todo – ouro, dinheiro de conta no exterior, remessa para o exterior – geralmente isso é caixa 2 e lavagem de dinheiro. Logicamente, deve ser.

Agora, tem uma coisa interessante. Como pode o senhor falar uma coisa e o seu diretor financeiro contradizê-lo completamente.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não entendi. O senhor pode me dizer?

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Posso. Que a empresa Bônus-Banval Participações Ltda. nunca recebeu qualquer depósito da Empresa SMP&B e de todas as empresas do Sr. Marcos Valério?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – E nunca recebemos. SMP&B nunca.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – E como o Sr. Carlos Manzano falou que recebeu?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Da SMP&B, não. Foi da 2S e da Tolentino.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Da Tolentino?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Isso.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Mas da Tolentino, sócio do Sr. Marcos Valério, é a mesma coisa.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – É, mas o que o Manzano disse é que não tinha depósito da SMP&B.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Era do Tolentino, sócio do Marcos Valério, com quem o senhor se reunia, com quem o senhor discutia tudo, com quem o senhor conversava tudo, e o senhor não tem como separar um do outro. É a mesma pessoa; em termos de negócio, é a mesma pessoa, porque um era advogado do outro, um sócio do outro, e não tinha como ser diferente.

O senhor já trabalhou com debêntures?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – O mercado de debêntures é bastante ativo. Eu, particularmente, não. Já tentei fazer, mas nunca consegui efetuar um negócio.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Nunca efetuou?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Nunca efetuei.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Nada, nada?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Nada, nada.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – E com fundo de investimento?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Fundo de investimento ou fundo de pensão?

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Aliás, fundo de pensão.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Também não.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Nada?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Nada.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Então, o senhor nunca fez investimento com debêntures e com fundos de pensão também não?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Com fundos de pensão, não tenho nenhum fundo de pensão cadastrado na corretora.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Agora, o senhor falou que a quebra de sigilo bancário dos seus clientes e da sua empresa poderia ajudar, beneficiar a polícia. Em que sentido?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – A esclarecer os depósitos que estavam sendo divulgados, que eram só da minha empresa. Não pedi a quebra dos clientes.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Não seria identificar a origem desses depósitos da sua empresa, em vez de quebrar o sigilo bancário dos seus clientes?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Mas, foi isso que fiz. Eu trouxe a origem dos depósitos. Fui em quem trouxe, antes da quebra.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Muito bem. Considero, Sr. Enivaldo, que existe um relacionamento maior do senhor com o Deputado José Janene. Acredito que até essa interlocução do Valério com o Janene era muito próxima e acredito que essa intenção era, talvez, de uma sociedade, de alguns negócios, que poderiam ser realizados.

Não sei se o senhor foi usado ou não. Quero acreditar na sua palavra. Acho que o senhor sabe que está numa situação de dizer a verdade.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Estou.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – E espero que esse sigilo bancário até confirme a sua palavra; há sigilo telefônico.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Sim, senhor.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Mas acredito que o senhor está protegendo alguém: um ou outro, principalmente o Deputado José Janene. Acho que o senhor está protegendo o Deputado José Janene.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não estou, Deputado. Não estou mesmo.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – É? O relacionamento com ele, a interferência. O senhor estava passando por uma crise financeira na sua empresa. Talvez o senhor tenha falado com ele e ele tenha falado: vamos arrumar, vou te ajudar, vamos te encaminhar para o Marcos Valério. E o senhor conheceu o Sr. Marcos Valério e viu que ele é muito inteligente, muito ativo, muito vivo, muito esperto.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Bastante.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Muito, muito, muito mais do que a gente pensa. E o senhor acabou, talvez, sendo usado. Mas, que o senhor está protegendo alguém...

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não estou.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – O senhor me desculpe. Não quero ofendê-lo.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, respeito a opinião do senhor, claro.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Mas, a nossa função aqui é esclarecer os fatos

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Claro, a minha também.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Mas acredito que o senhor esteja protegendo.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, não estou.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Principalmente o Deputado José Janene e talvez o Marcos Valério também.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não estou.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – A Mesa agradece e, de pronto, passa a palavra ao Deputado Pompeo de Mattos, por 15 minutos. É o último inscrito; depois há os reinscritos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Está bem. Aliás, Sr. Presidente, quero confessar que eu não era o último inscrito, mas temos de atuar na CPMI aqui, correr ao plenário, votar, participar de reunião de comissão. Isso aqui está uma loucura! Temos que bater o escanteio, cabecear na área, atacar no gol, bater o tiro de meta e, de vez em quando, apitar o jogo ainda, de tanta confusão que há na Casa. Mas, faz parte e vamos procurar desempenhar.

Portanto, cumprimento V. Ex^a, os colegas parlamentares e também o nosso depoente, Sr. Enivaldo Quadrado.

Começo perguntando se o senhor era um empresário ou se o senhor é um empresário?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Ainda sou empresário.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O senhor atua em quê agora? O senhor vendeu a sua empresa, não é?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Eu vendi a Bônus Banval *Commodities* e fiquei com a Bônus Banval Participações, que restou. E, hoje, tenho a Bônus Banval Corretora de Valores.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E o senhor tinha três Bônus Banval com ramificações?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Sim, são empresas distintas.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Com outra relação societária?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – A Bônus Banval, só para esclarecer...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Eu entendi.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – A Bônus Banval *Commodities* operava única e exclusivamente na BM&F.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Na Bolsa Mercantil e de Futuros?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Isso. E a Bônus Banval Corretora de Valores na Bolsa de Valores. Por isso, que tem essas duas...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E agora a Participações também?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – A Participações é só o que sobrou da *Commodities*, porque temos um processo judicial.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E qual é a saúde financeira dessas duas empresas que lhe restam?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Hoje, Deputado, confesso ao senhor que, diante da exposição na mídia, estamos com uma situação complicada.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Complicada. Isso quer dizer que o senhor opera quanto por mês?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Eu perdi 99% do meu rendimento. Não tenho mais nada, está em decadência total.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Quero começar perguntando o seguinte: nessas operações que o senhor faz, o senhor operava na Bolsa Mercantil e de Futuros...

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Sim, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – ...e na Bolsa de Valores. E o senhor operava com títulos públicos, LHBB, enfim?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não. Nós tínhamos uma mesa, sim, que fazia negócios com títulos públicos, mas nada expressivo, pequenas coisas. Não era a nossa atividade principal.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O senhor “selicava”, fazia processo de “selicagem”?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Selic é um órgão específico, não é feito pela corretora.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sim, mas o senhor fazia encaminhamentos para fazer a conferência desses títulos, se eram verdadeiros, se eram...

O SR. ENIVALDO QUADRADO – É automático. Quando encaminham ao Selic, ele faz a aprovação já.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sim, mas o senhor fazia esse tipo de trabalho?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, porque os mercados hoje...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Só negociava os títulos?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Só negociava os títulos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Negociava valores inexpressivos? O que são valores inexpressivos para o senhor? Para o Marcos Valério, valores inexpressivos são 10 milhões, 20 milhões.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Dentro do mercado de títulos, um milhão, dois milhões.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Isso o senhor chama de inexpressivo?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – No mercado financeiro, é inexpressivo. Esse mercado negocia um bilhão por dia, dois bilhões por dia.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Então, negociava os títulos. O senhor disse que não negociava com fundos de pensão.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Sim, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Não negociava com fundos de pensão, é isso?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E essa empresa que o senhor vendeu, a Natimar, que tinha uma conta com o senhor, ela operava com fundos de pensão?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Também não.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Tem uma operação aqui de R\$123.000, em 10/02/2004, com o Fundo Petrobras. O que é Fundo Petrobras?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – É a Petros, Fundação da Petros.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Não é um fundo de pensão?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Sim, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Então, como é que o senhor diz que não operava com fundos de pensão?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não operava. Posso explicar?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Explique-me.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Só um minutinho. Encaminhamos uma carta a várias pessoas, solicitando que esclarecessem por que estavam recebendo esses recursos. E uma delas foi a Petros. E já tenho a resposta aqui.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E qual é a resposta? Por favor. O senhor já deu essa resposta aqui na CPMI ou não?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não. Posso entregar o documento ao senhor?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sim. O senhor poderia dizer rapidamente. Diga rapidamente. Não precisa ler, traduza com suas palavras. Até porque me chama a atenção um fundo de pensão aplicando na Bônus Banval, ainda que seja pouco.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – “Sobre o assunto, temos a informar que o depósito decorreu de alienação de imóvel pela Petros a Serrador Rio Empreendimentos e Participações.” São despesas de cartório.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Despesas de cartório no valor de R\$123.000.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Isso. Essa é a resposta da Fundação Petrobras.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Quero que o senhor deixe a cópia para nós, até porque vamos checar; os fundos de pensão serão chamados na CPMI para checarmos.

O senhor disse que a Natimar...

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PB) – Deputado, solicito que ele passe ao Relator cópia desse material, por favor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Isso. Deixe um xerox para nós e faremos as leituras.

O senhor disse que apresentou uma relação, aqui, de movimentação da Natimar, em torno de R\$10 milhões. Isso praticamente no ano de 2004?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Sim, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Em um ano, ela movimentou R\$9 milhões. E a sua empresa, a Bônus-Banval?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não tenho a ordem de grandeza, mas não dá para...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Neste período em que a Natimar movimentou R\$9 milhões, quanto o senhor movimentou na sua empresa? Porque ela era uma conta dentro da Bônus.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Dentro da Bônus. Tínhamos várias contas...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Tinha várias contas. Então, se uma só conta da Bônus-Banval, a Natimar, movimentou de R\$9 a R\$10 milhões, qual é a movimentação toda da Bônus-Banval? Quantas contas ela tinha?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – A Bônus-Banval não é... A Natimar é um cliente da Bônus-Banval, então, teria que canalizar cliente por cliente para saber qual foi a movimentação total.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – São quantos clientes?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não tenho idéia. Uns 50, talvez, que estivessem ativos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Cinqüenta clientes?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – É. Na relação total, eu a encaminhei à Mesa, ...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Eu tenho a relação aqui.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Eram 260 clientes.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Duzentos e sessenta clientes.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Mas nem todos operavam todos os dias.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Ativos: de 50 a 60?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Talvez. Talvez menos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E estes 50/60, na média, operavam R\$10 milhões por ano?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Às vezes, mais até.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Às vezes mais? Então, significa...

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Se o cliente for um banco, opera mais.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Movimentou R\$1 bilhão, então?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – É. Pode ser. Qualquer juízo de valores vai ser errôneo.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Não é pouco. Não é pouco. Nessa mesma linha, para termos uma leitura, quando o Sr. Marcos Valério fez contato com o senhor, o senhor foi ao banco e pegou, lá, R\$605 mil. Foi o seu funcionário que foi lá?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Foram meus funcionários.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – A Simone Vasconcelos ligou para o senhor?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Sim, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E como eles foram identificados lá no banco?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não. Conforme eu tinha explicado anteriormente, ela avisou que era para eu procurar o Sr. Guanabara...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sim, isso eu sei. Já ouvi. Mas, se fosse o senhor que chegasse lá e se identificasse.. foi por que ela autorizou ao Sr. Guanabara, é isso?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – É, Guanabara. Eu não conheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Mas chegou lá outra pessoa. Como é que o Guanabara entregou para outra pessoa? Digo para o senhor porque eu sou bancário, sou do Banco do Brasil, então, há um procedimento, há uma prática bancária, uma rotina bancária, que tem que cumprir. Como é que o banco vai entregar R\$605 mil para alguém que diz que é não sei o quê?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – A Simone identificou a pessoa que ia retirar, né?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O senhor ligou de volta para a Simone?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Sim, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E o senhor falou com ele por telefone? Este, do Banco do Brasil?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS. (PDT – RS) – Aliás, do banco... Eu confesso que é muito estranho essa operação!

O SR. ENIVALDO QUADRADO – ...Banco Rural. Não, eu nunca falei com ele.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Mas eu confesso que é muito estranho, por que, como é que eu mando um funcionário meu buscar R\$605 mil em um banco e o tesoureiro do banco o entrega, assim, desculpe-me a expressão, à moda migueirão? É difícil.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Mas foi de fato o que aconteceu, Deputado.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O senhor pode me dizer, mas confesso que é difícil acreditar. Como esse funcionário entrega R\$600 mil! Essa história parece o conto da carochinha.

Quanto é que o senhor ganhou de percentagem para ir lá buscar?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Absolutamente, nada.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Isso também não dá para acreditar. O senhor não ficou com vontade de ficar com um pouquinho pelo menos, já que era muito dinheiro?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, senhor. não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Nem um pouquinho? Nada?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não. Fiz a título de favor mesmo.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Não pediu para ele?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, não pediu.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Ele não lhe ofereceu?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, não ofereceu, também.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Mas é pão-duro, né!? Bota pão-duro nisso! O senhor vai lá buscar, corre risco, traz em espécie tantos mil, e depois buscou... Nas outras vezes em que o senhor buscou, o senhor chegou a arrecadar R\$6 milhões e nunca ganhou nada?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Dentro dos R\$6 milhões, nós ganhamos corretagem, né, dentro das operações do cliente.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Quantos por cento?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Eu não sei especificar, menos de 0,5% talvez.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Corretagem para quê?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Dentro dos investimentos.

O SR. POMPEO DE MATTOS. (PDT – RS) – Para buscar?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, não. Corretagem praticadas em bolsas.

O SR. POMPEO DE MATTOS. (PDT – RS) – Nas aplicações?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS. (PDT – RS) – E na operação do leva-e-traz, não ganhou nada?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, senhor. Foi uma gentileza.

O SR. POMPEO DE MATTOS. (PDT – RS) – Até quem guarda o carro ali fora pede uma gorjeta. Imagina o senhor carregando milhões, não é? Eu fico impressionado. Nessa mesma linha, o colega Deputado fez-lhe um questionamento a respeito das empresas, e, aqui, relacionamos várias empresas, não vou repetir o que disse S. Ex^a. Temos, aqui, vários saques feitos

por Eduardo H.C. Nascimento de R\$205 mil; temos a Master CM LTDA. com um saque de R\$2.400 milhões. O senhor conhece a Master CM LTDA?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Conheço. Deputado, só uma correção: não são saques; são depósitos efetuados nessas contas.

O SR. POMPEO DE MATTOS. (PDT – RS) – Pois é, depositados e depois foram sacados, obviamente. O senhor conhece esta empresa Master CM?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Conheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS. (PDT – RS) – A quem ela pertence?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – É uma corretora de São Paulo. Na verdade, ela não existe mais. Ela foi fechada em...

O SR. POMPEO DE MATTOS. (PDT – RS) – Fechou para balanço?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, ela teve um problema junto à Bolsa, e ela vendeu o título dela.

O SR. POMPEO DE MATTOS. (PDT – RS) – Eu vejo que todos os que passaram por aqui, todos, estão com problemas, curiosamente. A CPI causou um problema. Bom, a Natimar aparece, ela mesma aplicando. E a Vogue, de produções MKP, 232. todos são *shows*. Aí começamos a entender do porquê de mudar a legislação eleitoral. Tem que terminar com esses *showmícios*. Aliás, tem que se ter um patamar do quanto se pode gastar em uma candidatura – o limite não pode mais ser o céu –, do que pode e do que não pode fazer. O santinho, o *folder*, o jornal, o panfleto, enfim, os gastos que se pode fazer. O PT inaugurou essa prática, infelizmente, de fazer *showmício*: chamam os mais famosos do País, fazem o *showmício*, atraem o povo e vendem o discurso. Eu não vou dizer que é só o PT que faz; mas quase todos os partidos fazem isso. Todos, eu não diria, porque tem uns que... Quem tem dinheiro faz, infelizmente. Então, é algo que impressiona e salta aos olhos.

Essas aplicações, que eram feitas em ouro, como eram feitas? Eram em ouro metal ou no valor da grama do ouro?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, senhor. No valor do ouro.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Calculavam a grama do ouro, que vale tanto, e a aplica...

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Isso. Isso é um mercado dentro da BM&F.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Não é o material específico?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não é em espécie.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – É a referência?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não é o metal, é a referência.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Referência: ouro. Tantos quilos de ouro. Se aumentou o preço... É como se aplicassem em dólar? Como não tem como aplicar em dólar, aplica-se em ouro?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – É a mesma sistemática.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E nisso que o Marcos Valério aplicava bastante?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Também.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Quem mais aplicava?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, toda carteira de clientes da corretora fazia aplicações em mercados futuros. Não só em ouro, quanto em outros mercados.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Todos aplicavam?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Todos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O senhor deu depoimento à Polícia Federal duas vezes?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Sim, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – O senhor chegou a tentar *habeas corpus* para vir à CPI?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, Senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Não?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não precisou. Eu vim munido de documentos. Por isso que eu não...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Eu até vejo que o senhor está bem, está tranquilo. Eu acho importante ter essa tranquilidade, embora eu veja também que o senhor está em uma situação, em que sua empresa está falida, quase quebrada, com dificuldades, Nós não queremos criar-lhe mais dificuldades, mas que as coisas sejam esclarecidas é esse o nosso propósito e é a missão que nós procuramos desempenhar aqui para esclarecer essas todas essas questões postas.

Sr. Presidente, quero dizer, ao final, que, pela leitura que se faz aqui, para se entender melhor, que se faça a quebra do sigilo bancário da Master, que não foi quebrado o sigilo, acho que ninguém pediu...

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Já.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Alguém pediu? Então, eu quero subscrever...

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Formalize o requerimento, por favor.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Subcrevo o requerimento juntamente com a Senadora Heloísa Helena. Sentir-me-ei honrado.

Também solicitar, não sei se foi solicitado, a quebra do sigilo – eu falei da Master antes? Não, da Natimar. Então, é necessário o da Master também, o qual eu assino com muito prazer, e dos beneficiários para onde veio, onde está e para onde foi, para a gente ter a compreensão.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Esgotada a lista de Parlamentares escritos para inquirição, retornaremos à lista dos reinscritos. S. Ex^{as} disporão de 5 minutos.

Com a palavra, a Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, em exercício, saúdo à paciência de V. Ex^a na condução dos trabalhos ao tentar possibilitar a todos os Parlamentares e aos brasileiros o êxito necessário na condução do procedimento investigatório.

Sr. Enivaldo, tenha a certeza V. S^a – eu sei que muitos Parlamentares estão cansados e mais cansadas estão – e repito sempre – as mulheres e homens de bem e de paz que querem continuar ensinando aos seus filhos que é proibido roubar – que eu não sinto nenhum prazer em ver pais ou mães de família sentados nesta Comissão Parlamentar de Inquérito. Todas às vezes que a gente vem para cá – como sou uma Parlamentar independente, nem fui parte do Governo passado nem faço parte do atual Governo, portanto, não convivo com a dualidade de ficar buscando a podridão no passado, a podridão do presente para explicar o passado e o presente – então, tenha a certeza V. S^a que a gente sempre fica na esperança de alguém que vai prestar o depoimento, pode, de alguma forma, nos esclarecer, comprovar a inocência. Então, pelo menos eu não tenho prazer nenhum de ver o que, de fato, estamos vendo, durante esses meses de trabalho exaustivo para todos os Parlamentares. Porque é exaustivo para quem vai investigar, tenho a certeza de que é exaustivo até para quem queira abafar, é exaustivo para todo mundo. Agora, com certeza, muito mais exaustivo é para a população brasileira. A população brasileira que só não deseja tocar fogo no Congresso, nem sei o porquê. Porque é uma patifaria tão grande, é uma vigarice, um cinismo, uma dissimulação que é uma coisa impressionante. E, aí, tenha certeza, Sr. Enivaldo, que eu fico tentando acreditar no depoimento de V. Ex^a. e não consigo. Veja que situação. Então, se o senhor se imaginasse no nosso lugar, se as posições estivessem investidas, porque veja, é uma situação tão escabrosa isso que está acontecendo, eu tenho que repetir para não enfartar; eu tenho que repetir, porque

não é uma coisa qualquer. Não é uma coisa qualquer. Veja: para mim não satisfaz dizendo que no governo passado fazia. Não satisfaz. Porque se for para investigar o governo passado, nós queremos investigar, se for para investigar o atual governo, também. Mas, veja, não é uma coisa qualquer. Até agora, já são coisas muito escandalosas, não são? O senhor há de convir que são coisas muito escandalosas. Imagina qual é o significado se o povo brasileiro e os Parlamentares percebem que tudo isso que foi investigado até agora não é nem 5% do grande esquema de corrupção que foi montado no gestor operacional dos Correios. Nós estamos, até agora, analisando o conluio das gangues partidárias com um empresário apaniguado da estrutura do poder político no Brasil. Um único, que é o Sr. Marcos Valério, de uma agência de publicidade. Nós não fomos ainda à área de tecnologia, área comercial, área operacional; nós não identificamos, ainda, os demais tentáculos que foram montados no aparelho de Estado. Imagina aí, o senhor, um dos empresários que está aqui sendo investigado, ele deixou claro como montou o esquema: as gangues partidárias e, quando eu digo gangues partidárias, eu não estou generalizando, porque eu seria injusta e perversa fazê-lo como os militantes filiados ou Parlamentares ou dirigentes dos partidos. Mas, no gestor operacional dos Correios era assim: havia três grandes gangues partidárias: o PT, PTB e o PMDB. O PT se associou com o PMDB para excluir o PTB, e deu essa confusão toda. Aí é que a gente foi descobrir como que as gangues partidárias se articulavam. O pior disso é que a corretora de V. S^a é parte desse esquema. São mais de R\$7 milhões em dinheiro público roubado, porque é impossível não ser isso. Para alguém chegar a um banco, fazia na primeira etapa do processo, que eram os carros-fortes, as malas, as pessoas, que não se identificavam. Imagine se o senhor estivesse no nosso lugar ou no lugar da grande maioria das mulheres e dos homens de bem e de paz deste Brasil. Como é que alguém chega a um banco? O Ali Babá e os 40 ladrões chegavam lá e diziam: “Abre-te, Sésamo!” As pessoas do esquema chegavam e diziam: “É a encomenda”. Eles não mostravam documento, nada. Saíam com os carros-fortes.

Ninguém sabe de onde o dinheiro veio, porque poderia ter vindo da licitação fraudada, do conluio com os empresários apaniguados na estrutura do poder – só para completar, Sr. Presidente, porque sei que estou ultrapassando o tempo –, pode ter vindo do dinheiro sujo do narcotráfico, que era lavado dessa forma.

Então, imagine a nossa situação! A corretora de V. S^a é uma das corretoras que, segundo informou um dos empresários, que era parte do esquema, a Guaranhuns pagava, era o “propinódromo” do PL, e a em-

presa de V. S^a era do PT e do PP. Veja que situação a nossa! O dinheiro saiu, as pessoas receberam e o usaram. Se era para pagar dívida de campanha, se era “mensalão”, “semestrão”, “diarão”, o que fosse... Dinheiro público roubado! Porque só dinheiro público roubado pode justificar tanta facilidade no manuseio. São milhões para cá, milhões para lá.

Infelizmente, Sr. Enivaldo, vou analisar com toda a boa-vontade todos os documentos que o senhor deixou, assim como o sub-relator e todo mundo. Nós vamos analisar todos os documentos e o senhor poderá voltar ou não. As quebras de sigilo serão feitas, mas me sinto na obrigação de dizer que não consigo acreditar no depoimento de V. S^a, porque são mais de R\$7 milhões, por enquanto, pois antes eram R\$3 milhões. Depois não são mais R\$3 milhões, mas R\$7 milhões.

O senhor poder dizer: “Mas fui eu que entreguei os documentos”. É verdade, mas as pessoas receberam e entregaram para quem? Imagine! Vamos ter que quebrar o sigilo de cada uma delas, saber de onde o dinheiro veio e para onde o dinheiro foi. Imagine a situação!

Realmente, eu até saúdo a posição de V. S^a em disponibilizar todos os documentos, não vir sob a proteção maldita – eu sei que é constitucional e legítima – do **habeas corpus**, mas, infelizmente, tenho de dizer que não consigo acreditar. Não é somente no senhor que não consigo acreditar, mas também nas justificativas, nas gangues partidárias, nos empresários em conluio com a estrutura de poder, na aplicação financeira. É uma desgraça tão grande, que fica realmente difícil para o povo brasileiro agüentar o Congresso Nacional, o Palácio do Planalto e a classe política brasileira.

Já concluí, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Muito obrigado.

Pelo prazo de cinco minutos, concedo a palavra ao Deputado Silvio Torres.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Sr. Presidente, a primeira coisa que eu queria dizer é que as críticas que vínhamos recebemos, no sentido de não conseguirmos avançar nas CPIs, têm uma certa razão de ser, especialmente porque não estamos conseguindo analisar os documentos que estamos recebendo a tempo, para, de posse desses documentos, termos condições de inquirir as pessoas e, com isso, fazer uma investigação mais profunda.

Hoje, vejo que é uma constatação de que isso é real, pelo menos para mim. Tive tempo, hoje, de examinar esses documentos, pude examiná-los. Inclusive, perdi algumas horas examinando os documentos que foram entregues ainda hoje pelo depoente.

Anteriormente, já nos debatemos com uma notícia desencontrada de que a filha do Deputado José Janene recebeu R\$15 mil, através da Bônus-Banval, e o depoente não soube explicar como, dizendo que talvez tivesse sido um erro da auditoria que foi nomeada. Acho que foi isso que o senhor falou, não é?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, senhor. Eu disse que não sabia o porquê.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – O senhor não sabe por que ela recebeu?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, senhor.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Eu tive tempo também de ligar para algumas pessoas que pincei na lista. Essa é uma lista grande. Pincei algumas delas por acaso. Falei com o Sr. José Geraldo Downtown. Consta que ele recebeu R\$100 mil no dia 7 de maio de 2004. O Sr. José Geraldo Downtown disse que nunca ouviu falar da Natimar nem da Bônus-Banval e que jamais recebeu qualquer recurso deles.

Falei também com Paulo Palmieri. Aliás, falei com a sua esposa. Consta que ele recebeu R\$128 mil no dia 27 de abril.

O senhor conhece o Sr. Paulo Palmieri?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, senhor.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Também nunca ouviu falar. Não tem a menor idéia de onde fica a Natimar e a Bônus-Banval.

Mas eu falei também – e acho que essa é a melhor parte, Senadora – com a Sr^a Rosa Alice Valente. O senhor a conhece?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, senhor.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Não conhece. Ela recebeu R\$15 mil no dia 02 de setembro; R\$26 mil no dia 13 de setembro; R\$30 mil no dia 15 de junho, tudo de 2004, recebeu R\$23,8 mil no dia 16 de junho e R\$18,5 mil no dia 30 de junho, num total R\$113.300,00. Segunda a sua lista, foi o senhor que mandou esse dinheiro, por ordem da Natimar.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Sim, senhor.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – A D^a Rosa Alice Valente é secretária do Deputado José Janene. Acabei de falar com ela por telefone. Ela disse que é secretária dele, que está afastada por doença, que não tem idéia desse dinheiro, que não sabe como esse dinheiro foi recebido na sua conta.

Então, acho que estamos diante de um fato muito grave. Para mim, isso, sem dúvida alguma, comprova não apenas que a verdade está longe de passar pelos depoimentos daqui, como que temos evidências muito fortes de que esse esquema, quanto mais o investigarmos, tivermos paciência, dedicação e determinação, vamos estar comprovando e mostrando para a popu-

lação que esta CPMI tem um sentido e vai chegar ao fim com resultados.

Quero passar essa notícia para V. Ex^a, para o Relator e para todos. Acho que se trata de uma comprovação de que o depoente conhece de vista o Sr. José Janene e que disse não ter recebido nada. Acho que a sua secretária poderá elucidar com bastante precisão para nós o que aconteceu.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Agradeço a argúcia de V. Ex^a nessa investigação, que vem contribuir decisivamente para a apuração dos fatos. Quero recomendar à Relatoria que procure, nessa relação, entrar em contato para verificar realmente se essas pessoas têm conhecimento do que são acusadas, ou seja, de terem recebido dinheiro, porque, pelo visto, a grande maioria não recebeu.

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – É apenas utilizada. Então, quero recomendar à Relatoria providências para apurar todos aqueles nomes constantes da lista fornecida pelo depoente.

Para concluir a primeira fase, passo a palavra ao Deputado Geraldo Thadeu, por cinco minutos.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sr. Presidente, Sr. Relator, fiz a minha reinscrição. Eu gostaria muito que a Senadora Heloísa Helena estivesse aqui.

Tenho sempre procurado fazer uma análise de tudo que tem acontecido com bastante cuidado, para não agredir pessoas corretas, honestas e dignas, pessoas que têm uma vida pautada pela sua história política. Dentro do Partido dos Trabalhadores, temos muitas pessoas assim, como tínhamos, por exemplo, a Senadora Heloísa Helena, que hoje não está mais no Partido dos Trabalhadores.

Senadora, quando fui Prefeito da minha cidade, eu tinha o Partido dos Trabalhadores como meu adversário. Mas eles sempre receberam um tratamento digno, de respeito, tanto é que o Vereador mais votado da minha cidade, que era do Partido dos Trabalhadores, nosso adversário, veio para nós e hoje é nosso Vice-Prefeito, provando o tratamento que tínhamos para com ele, de justiça, de atendimento, de tratar como realmente deve ser o relacionamento da política democrática.

Vemos agora que é tudo culpa do Congresso, é tudo culpa da Câmara dos Deputados. Nós não inventamos Marcos Valério, não inventamos Delúbio, não inventamos o comando de José Dirceu, não inventamos nada disso, mas jogaram tudo para cima de nós aqui. E tudo cai em cima do Congresso. Escutamos que os Senadores e os Deputados, principalmente

estes, são desonestos, que têm “mensalão”. É isso que ouvimos lá fora.

Agora, pasmem com o que tem acontecido! É por isso que pedi que V. Ex^a ficasse aqui, Senadora Heloísa Helena, porque eu gostaria que V. Ex^a ouvisse o que vou falar. Depois de participarmos desta CPMI, depois de termos mostrado a nossa postura de querer buscar a verdade e a justiça... Até há dois anos, éramos base do Governo, e o PPS saiu porque não concordava. É um direito democrático que nós temos.

Agora veio a reforma ministerial, para melhorar, para dar mais andamento, para ter um relacionamento bom com o Congresso. Não se fala mais com Ministro, não se fala mais com assessor de Ministro, não se fala mais com órgão nenhum. Quando nós éramos da base, éramos atendidos, somos mal-atendidos nas emendas individuais, que é direito do Parlamentar, para atender a sua base – um hospital, uma creche, uma entidade. O que aconteceu agora? Um dia, um Ministro, na semana passada, numa Comissão importante desta Casa, disse aos Srs. Parlamentares e a todos que quisessem ouvir que emenda da área dele não era com ele, mas com o Líder do Governo na Câmara, Deputado Arlindo Chinaglia. Ou seja, quem apóia recebe, quem não apóia não leva.

Então, fico muito triste de dizer isso. Considero o nosso Relator um homem digno, que respeito muito, que sei que está passando um momento muito difícil, mas temos que falar, não podemos esconder isso, principalmente para quem defendia a vida inteira a prática disso, combatia a prática.

Um outro Prefeito meu foi a um Ministro, que perguntou quem era o seu Deputado. Quando ele disse que era o Deputado Geraldo Thadeu, o Ministro pediu a ficha e disse: “Olha, ele votou oito vezes a favor, votou oito vezes contra e se absteve dez vezes. Ele não tem nada aqui”.

Sabe quem é esse Ministro, Senadora? Um Ministro que apoiei na última eleição na nossa cidade, na nossa região, subindo no palanque com ele, e ele teve um grande percentual de voto para se eleger. É muito triste. É essa política mesquinha, vagabunda, sem-vergonha. O meu voto e a minha participação aqui não estão à venda. Se eu tiver de ser derrotado nas próximas eleições, serei derrotado de cabeça erguida, com a tranqüilidade de quem veio aqui e procurou fazer o que era correto. A minha vida pública sempre foi dessa maneira. É isso que queremos combater.

Não podem jogar em cima deste Congresso toda a culpa do que se quer fazer. Há provas, sim, contundentes, nesta CPMI, que mostram todo esse lamaçal de corrupção que corre por aí. Ou será que não? Será que vamos ter de falar aqui a toda hora?

Então, Sr. Presidente, Sr. Relator, é mais um desabafo pela democracia, porque sei que estamos passando por momentos difíceis, estressantes. Basta ver no meu rosto a consequência do que está acontecendo com a gente. Mas isso não vai ser em vão, porque vamos, se Deus quiser, procurar melhorar este País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Para concluir a primeira oitiva, passo a palavra ao Deputado Relator Carlos Abicalil para os arreates finais.

O SR. RELATOR (Carlos Abicalil. PT – MT) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares presentes, cabe a mim, na representação do Relator titular, que, neste momento, conclui um relatório preliminar para apreciação na tarde amanhã de parte da apuração feita por esta CPMI, e já anuncio, numa reunião que deverá conjunta, às 15h, com a CPMI da Compra de Votos, do Mensalão, fazer ainda algumas indagações ao nosso depoente, de sorte a poder resolver algumas dúvidas que ficaram esparsas, particularmente em duas ou três intervenções que se sucederam em torno da atividade da Bônus-Banval.

No informe que o senhor, datado do dia 29 de agosto de 2005, constam 296 clientes da Bônus-Banval.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Sim. Que são cadastrados.

O SR. RELATOR (Carlos Abicalil. PT – MT) – Alguém mencionava 260, ora 250, mas o informe de 29/08/2005, fala de 296. V. S^a, inclusive, afirmou que cerca de 99% da movimentação da empresa está prejudicada em função dos últimos acontecimentos. A pergunta que faço para encaminhar algum nível de conclusão em torno da veracidade que V. S^a se comprometeu a dizer, durante a oitiva de hoje, em primeira lugar, é: V. S^a confirma que a sua empresa está em atividade?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – A Bônus Banval Corretora de Valores, sim.

O SR. RELATOR (Carlos Abicalil. PT – MT) – Sim. Mantém um portfólio de serviços de clientes?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Carlos Abicalil. PT – MT) – Tem endereço eletrônico?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Carlos Abicalil. PT – MT) – Tem um sítio **web** à disposição do público?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Carlos Abicalil. PT – MT) – Qual o endereço desse sítio **web**?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Bonusbanval@bonusbanval.

O SR. RELATOR (Carlos Abicalil. PT – MT) – Não, @ é endereçamento eletrônico para correspondência. O sítio **web** é *http/www. ...* alguma coisa. Bonusbanval.com.?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – com.br.

O SR. RELATOR (Carlos Abicalil. PT – MT) – .com.br.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Isso.

O SR. RELATOR (Carlos Abicalil. PT – MT) – Nesse endereço consta, entre a lista de serviços da sua empresa, serviços na BM&F?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Carlos Abicalil. PT – MT) – Consta?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Consta.

O SR. RELATOR (Carlos Abicalil. PT – MT) – Mas V. S^a declarou, por mais de uma vez, que, em função de uma penalidade aplicada sobre a empresa, não detém mais esse serviço.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não temos mais o serviço de pregão, mas os serviços de atendimento à BM&F, sim. A corretora de valores tem essa permissão. Ela pode estar atendendo através de outras corretoras.

O SR. RELATOR (Carlos Abicalil. PT – MT) – Mas V. S^a anuncia um serviço que não é feito diretamente pela sua empresa.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Em pregão, não.

O SR. RELATOR (Carlos Abicalil. PT – MT) – Isso está escrito lá no endereço eletrônico?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não.

O SR. RELATOR (Carlos Abicalil. PT – MT) – Não está escrito. V. S^a diz que está sob essa penalidade por um ano e meio, ou já há um ano e meio?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não. Foram dois anos. Isso se deu em julho do ano passado.

O SR. RELATOR (Carlos Abicalil. PT – MT) – Julho de 2004.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Sim. Então, há um ano.

O SR. RELATOR (Carlos Abicalil. PT – MT) – E no anúncio que V. S^a mantém da empresa, disponível a cliente pela Internet, não consta ainda essa observação.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Posso explicar?

O SR. RELATOR (Carlos Abicalil. PT – MT) – Pois não.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – É que a Bônus-Banval Corretora de Valores tem um título de sócio efetivo da BM&F, que dá permissão a estar negociando os ativos da corretora legalmente através de outras

corretoras, mas o faturamento sai pela Bônus-Banval, ou seja, toda a emissão de notas.

O SR. RELATOR (Carlos Abicalil. PT – MT) – V. S^a, portanto, não considera que seja uma propaganda enganosa?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Não, senhor. É perfeitamente legal.

O SR. RELATOR (Carlos Abicalil. PT – MT) – Meu caro Presidente, creio que esses esclarecimentos são necessários. Gostaria de considerá-los, mas ainda fazer um breve relato daquilo que ficará para encaminhamentos, a fim de que o Relator, a partir das notas de registro desta oitiva, poder dar encaminhamento.

Primeiro, dois requerimentos foram apresentados aqui de maneira oral na reunião de hoje: um da Senadora Ideli Salvatti, que provavelmente o formalizará amanhã, requerendo o contrato de mútuo de empréstimos, que o depoente, inclusive, disse que não existe e teria sido uma informação mentirosa do Sr. Marcos Valério. É isso?

O SR. ENIVALDO QUADRADO – É isso.

O SR. RELATOR (Carlos Abicalil. PT – MT) – Então, reitero que o pedido da Senadora Ideli Salvatti deverá ser considerado para efeito da relatoria.

Em segundo lugar, foi requerido, aqui pelo Plenário, pelo Senador Álvaro Dias que V. S^a possa encaminhar o cadastro da RS Construtora, que V. S^a, inclusive, confirmou como sendo cliente da Bônus-Banval.

O SR. ENIVALDO QUADRADO – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Carlos Abicalil. PT – MT) – Fez inclusive distinção a outra RS, com o Paraná, se não me engano, que teria outro tipo de natureza jurídica de registro social.

Ainda, Sr. Presidente, foram apresentados aqui, para apreciação de amanhã, quebra de dois sigilos da empresa Master e Natimar, ambas correntistas da Bônus-Banval. Buscar a confirmação da lista de recebedores de recursos da Bônus-Banval, a partir, inclusive, do último anúncio do Deputado Sílvio Torres de constar, entre seis consultas que ele fez, três, cuja procedência não seria adequada.

Por último, como a última intervenção respeitosa do Deputado Geraldo Tadeu nos veio num tom de desabafo, quero dizer que, às vezes, as palavras nos traem, Deputado. Veja que V. Ex^a se referiu aos prefeitos, dizendo que “um dia, o meu Prefeito foi lá e aí teve como resposta o resultado de uma votação”.

Acho que essa cultura, que, de fato, na nossa linguagem, muitas vezes, trai ou faz remissão a uma cultura tradicional da política brasileira, felizmente, está apontando os seus estertores. Quero ter, com muita sinceridade, que o papel que esta CPMI possuirá para a melhoria do caráter de transparência da administração

pública e republicana do atendimento das demandas sociais do nosso povo, seguramente, nenhum de nós poderá escapar da responsabilidade presente e futura sobre esses destinos.

De sorte que quero dizer que não sou um Parlamentar que vive apoiando ou desapoiando em função de ter ou não emenda desaprovada. Aliás, na minha plataforma de eleição, essa história de emendas parlamentares, a meu juízo, precisam ser revistas urgentemente do ponto de vista do funcionamento do Congresso, em que pese, V. S^a sabe, na última LDO, uma das disputas mais acirradas do Parlamento foi transformar as emendas parlamentares como sendo de caráter obrigatório.

Ao contrário de fazer o questionamento que V. Ex^a justamente faz aqui – e quero aqui reivindicar a minha solidariedade –, a decisão do Congresso foi numa outra orientação: a de manter o regime das emendas parlamentares e de transformá-la em caráter obrigatório, inclusive impedindo a sua condição de contingenciamento, o que é uma demanda justa da sociedade. Não sei se os métodos de atendimento dessa demanda são igualmente justos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Só gostaria de dizer ao nosso Relator que, quando disse o “meu prefeito” refiro-me ao meu amigo, companheiro. Trata-se de uma forma carinhosa de me referir. Nem fui eu que marquei a sua audiência com o Ministro, porque não consegui fazê-lo. Ele conseguiu através de um provável candidato a Deputado na região, que é amigo do Ministro, e marcou lá.

Então, Sr. Relator, vejo que V. Ex^a fica muito incomodado quando o Partido dos Trabalhadores é criticado aqui. Sr. Presidente, agora, eu preciso falar. Eu sei que o Sr. Relator se referiu a mim com a maior educação e não me ofendeu de maneira alguma, pois também não tem por que me sentir ofendido. Eu sei que V. Ex^a fica incomodado com relação ao Partido dos Trabalhadores, mas vai ter que ouvir muito isso, Sr. Relator. Daqui para frente, acabou o paladino da moralidade, acabou aquele manto, aquela áurea. Agora não é igual. Talvez hoje estivesse pior do que ontem.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Está bem, Deputado Tadeu. Peço que encerre. Obrigado pela compreensão. Gostaria de agradecer a presença do depoente, do seu advogado, e dizer que V. S^{as} estão liberados, mas podendo voltar a esta Comissão, assim que houver necessidade.

Devido ao adiantado da hora e ao evidente esvaziamento do Plenário, encerro os trabalhos, antes, porém, marcando uma reunião administrativa para amanhã às 10h30min e, à tarde, às 15 h, uma reunião

conjunta com a outra Comissão. Peço desculpas aos dois depoentes que ainda estão aí, esperando que aguardem a remarcação dessa oitiva.

Muito obrigado.

(Encerra-se a reunião às 21 horas e 14 minutos.)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN,
PARA INVESTIGAR AS CAUSAS
E CONSEQUÊNCIAS DE DENÚNCIAS
E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS
POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS
– EMPRESA BRASILEIRA
DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

Ata da 33ª Reunião, realizada em 01 /09/2005.

Ao primeiro dia do mês de setembro do ano de dois mil e cinco, às dez horas e trinta e três minutos, na sala 02 da Ala Nilo Coelho, do Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Delcídio Amaral, e ainda com as presenças dos Senhores Senadores Álvaro Dias, Heloísa Helena e Romeu Tuma; e dos Deputados Osmar Serraglio, Asdrúbal Bentes, Eduardo Paes, Gustavo Fruet, Nelson Meurer, Arnaldo Faria de Sá, Juíza Denise Frossard, e Jamil Murad, reúne-se a COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN, PARA INVESTIGAR AS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DE DENÚNCIAS E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS – EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. A Presidência informa que a pauta da presente reunião destina-se à votação de requerimentos. A Presidência, ao fazer contagem das presenças, verificou que não havia quorum para deliberação dos requerimentos pautados. Encerra-se a reunião às dez horas e trinta e cinco minutos. Após o encerramento da reunião, compareceram à sala de reuniões os seguintes parlamentares: Heráclito Fortes, Demóstenes Torres, Sérgio Guerra, Ideli Salvatti, Aelton Freitas, Siba Machado, Luiz Octávio, Valdir Raupp, Íris de Araújo, Ney Suassuna, Jefferson Peres, Fernando Bezerra, José Jorge, Fátima Cleide, Ana Júlia Carepa, Sérgio Zambiasi, Geraldo Mesquita Júnior, Carlos Abicalil, Jorge Bittar, Maurício Rands, Carlos Willian, Antônio Carlos Magalhães Neto, Ônix Lorenzoni, Nélcio Dias, Inaldo Leitão, Pompeo de Mattos, Henrique Fontana, José Eduardo Cardozo, Marcelo Teixeira, Cezar Schimer, Sílvio Torres, Carlos Sampaio, Feu Rosa, Ildeu Araújo, Luiz Antônio Fleury, Medeiros e Geraldo Tadeu. Nada mais havendo a tratar, e para constar, eu,

Wanderley Rabelo da Silva, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação.

NOTA TAQUIGRÁFICA:

O presidente falou fora do microfone, não havendo possibilidade de gravação.

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN,
PARA INVESTIGAR AS CAUSAS
E CONSEQUÊNCIAS DE DENÚNCIAS
E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS
POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS
– EMPRESA BRASILEIRA
DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

Ata da 34ª Reunião da CPMI dos Correios e 2ª Reunião Conjunta com a CPMI da Compra de Votos, Realizada em 01/09/2005.

Ao primeiro dia do mês de setembro do ano de dois mil e cinco, às quinze horas, na sala 06, da Ala Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Amir Lando Presidência do Senador Amir Lando e ainda com as presenças dos Senadores José Jorge, Romeu Tuma, Rodolpho Tourinho, João Batista Motta, Sibá Machado, Ana Júlia Carepa, Eduardo Suplicy, Fátima Cleide, Augusto Botelho, Sérgio Zambiasi, Valmir Amaral, Heráclito Fortes; dos Deputados Luiz Couto, Odair Cunha, Devanir Ribeiro, João Correia, Gastão Vieira, Wladimir Costa, José Rocha, Moroni Torgan, Zulaê Cobra, Ibrahim Abi-Ackel, Arnaldo Faria de Sá, Luiz Antonio Fleury, José Carlos Araújo, Fernando Coruja, Paulo Baltazar, Daniel Almeida, Iriny Lopes, Eduardo Valverde, Zico Bronzeado, Mauro Lopes, José Divino Darcisio Perondi, Chico Sardelli, Abelardo Lupion, Antônio Carlos Mendes Thame, Pedro Canedo, Neucimar Fraga, Raul Jungmann e Perpétua Almeida, reúne-se a COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 7, DE 2005 – CN, “DESTINADA A APURAR AS DENÚNCIAS DE RECEBIMENTO DE QUAISQUER VANTAGENS PATRIMONIAIS E/OU PECUNIÁRIAS INDEVIDAS POR MEMBROS DO CONGRESSO NACIONAL, COM A FINALIDADE DE APROVAR AS MATÉRIAS DE INTERESSE DO PODER EXECUTIVO E AS ACUSAÇÕES DO MESMO TEOR NAS DELIBERAÇÕES DA PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 01/1995, QUE DISPÕE SOBRE A REELEIÇÃO PARA MANDATOS EXECUTIVOS” e a COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN, “PARA INVESTIGAR AS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DE DE-

NÚNCIAS E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS – EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS”. Havendo número regimental o Presidente declara abertos os trabalhos da 34ª Reunião da CPMI dos Correios, 17ª Reunião da CPMI da Compra de Votos e 2ª Reunião Conjunta dessas CPMIs, propondo a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, submetendo-a à votação (aprovada). Presidente informa que a pauta da presente reunião conjunta destina-se à leitura e à apreciação do relatório parcial destas Comissões e passa a palavra ao Relator da CPMI dos Correios, Deputado Osmar Serraglio, para que proceda à leitura do seu respectivo Relatório. Em seguida, o Relator da CPMI da Compra de Votos, Deputado Ibrahim Abi-Ackel, auxilia na leitura do relatório. Os seguintes parlamentares fizeram uso da palavra: Arnaldo Faria de Sá, Senador Álvaro Dias, Siba Machado, Heloísa Helena, Rodrigo Maia e Jefferson Peres. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião, às dezoito horas e trinta e nove minutos, convocando-se a próxima para o dia treze de setembro deste ano. E, para constar, eu, *Wanderley Rabelo da Silva*, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da presente ata.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA 34ª REUNIÃO DA CPMI DOS CORREIOS

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Havendo número regimental, declaro abertas a 16ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 7, de 2005, destinada a apurar denúncias sobre compra de votos, e a 34ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 3, de 2005, para investigar as causas e consequências de denúncias e atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Esclareço que a pauta da presente reunião conjunta destina-se à leitura e à apreciação do relatório parcial destas Comissões.

Passo a palavra, imediatamente, ao Ex^{mo} Sr. Relator, Deputado Osmar Serraglio, para que proceda à leitura do seu respectivo Relatório.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

Sr. Presidente, onde está o texto para distribuí-lo aos Srs. Membros?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – O texto será distribuído neste momento a todos os Parlamentares.

O Relatório acabou de ser concluído e, conseqüentemente, será distribuído em questão de segundos.

Peço ao Relator que dê início à leitura do Relatório parcial, que, em seguida, será distribuído.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Relatório parcial conjunto das CPMIs criadas pelos Requerimentos nºs 3 e 7, de 2005-CN para investigar as causas e consequências das denúncias e atos delituosos, praticados por agentes públicos nos Correios – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, e para apurar as denúncias de recebimento de quaisquer vantagens patrimoniais e/ou pecuniárias indevidas, por membros do Congresso Nacional, com a finalidade de aprovar as matérias de interesse do Poder Executivo, e as acusações do mesmo teor, nas deliberações da Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 1995, que dispõe sobre a reeleição de mandatos executivos.

I – Preâmbulo

A pergunta [trata-se de uma citação de Hannah Arendt] endereçada àqueles que participavam e obedeceram a ordens nunca deveria ser: “Por que vocês obedeceram?”, mas: “Por que vocês apoiaram?”. Essa troca de palavras não é uma irrelevância semântica para aqueles que conhecem a estranha e poderosa influência que simples “palavras” têm sobre a mente dos homens que são, em primeiro lugar, animais falantes. Muito seria ganho se pudéssemos eliminar essa perniciosa palavra, “obediência”, de nosso vocabulário do pensamento moral e político. Se refletíssemos exaustivamente sobre essas questões, poderíamos recuperar um pouco de autoconfiança e até de orgulho, isto é, recuperar o que os tempos antigos chamavam de dignidade ou da honra do homem, não talvez da humanidade, mas do **status** de ser humano.” (Hannah Arendt, em **Responsabilidade e Julgamento**.)

O trabalho das Comissões Parlamentares de Inquérito vem sendo acompanhado diuturnamente pela população em todos os recônditos deste imenso País. Os meios de comunicação de massa vêm cumprindo sua função social de bem informar a população. Por isso, compreensível a grande expectativa quanto aos seus resultados.

Defrontamo-nos, ao investigar as possíveis irregularidades e ilícitos cometidos em uma empresa estatal, com o fio da meada de todo um complexo sistema de poder, em processo de consolidação, cujo desenho e forma ainda não se encontravam precisamente definidos.

E vimos, para nossa tristeza e desencantamento, agentes políticos, cuja atribuição legal e constitucional é cuidar com seriedade do interesse público, darem as costas à sociedade, apunhalarem a **res publica**, traírem seus eleitores e, em certos casos, seus passados e os princípios a que, supostamente, vinculavam sua vida política. A decepção é mais generalizada em face das expectativas criadas pelos próprios entes e pessoas que hoje se envolvem com o ilícito. Apenas faziam parte de uma engrenagem, dirão alguns; somente realizavam um projeto político, dirão acolá; simplesmente obedeciam a ordens, argüirão outros. A todos esses respondemos com Hannah Arendt:

A pergunta endereçada àqueles que participavam e obedeceram a ordens nunca deveria ser: “Por que vocês obedeceram?”, mas “Por que vocês apoiaram?”.

Tampouco nos parece aceitável o argumento de que, como ocorreu repetição sistemática de um ilícito – ainda que seja o mesmo ilícito, reiteradamente cometido por muitas pessoas –, esse comportamento se legitime pela só reiteração. Sobretudo, o manejo dos chamados “recursos não contabilizados” em campanhas eleitorais ou fora delas, corresponde à conduta vedada e, como tal, deve ser tratada. Banalizar o mal, também nessas circunstâncias, implica abrir as comportas para toda a sorte de abusos, em flagrante desrespeito à ordem jurídica, ou seja, ao Estado de Direito Democrático, conquista mais fundamental da sociedade brasileira. Conquista esta que se construiu ao longo dos anos com a vitória do povo sobre os dogmas que o liberalismo impregnava na sociedade, o qual, após passar do Estado Social, culminou em uma forma de legitimar e limitar o Poder Político.

J.J. Gomes Canotilho demonstra com lucidez a evolução do Estado liberal ao Estado democrático de direito em sua prestigiada obra **Direito Constitucional e Teoria da Constituição**, 4ª ed., p. 98-100:

O Estado de direito cumpria e cumpre bem as exigências que o constitucionalismo salientou relativamente à limitação do Poder Político. O Estado constitucional é, assim, e em primeiro lugar, um Estado com uma constituição limitadora do poder através do império do direito. As idéias do “governo de leis e não de homens”, de “Estado submetido ao direito”, de “constituição como vinculação jurídica do poder” foram, como vimos, tendencialmente realizadas por institutos como os de *Rule of Law*, *Due Process of Law*, *Rechtsstaat*, *principe de la légalité*.

No entanto, alguma coisa faltava ao Estado de direito constitucional – a legitimação democrática do poder. Acontece até que a conciliação entre Estado de direito e democracia merece sérias reticências a muitos autores e suscita verdadeiras perplexidades.

O Estado constitucional é “mais” do que Estado de Direito. O elemento democrático não foi apenas introduzido para “travar” o poder (*to check the power*); foi também reclamado pela necessidade de legitimação do mesmo poder (*to legitimize State power*). Se quisermos um Estado constitucional assente em fundamentos não metafísicos, temos de distinguir claramente duas coisas: uma é a legitimidade do direito, dos direitos fundamentais e do processo de legislação no sistema jurídico; a outra é a da legitimidade de uma ordem de domínio e da legitimação do exercício do poder político. O Estado “impolítico” do Estado de direito não dá resposta a este último problema: donde vem o poder? Só o princípio da soberania popular, segundo o qual “todo o poder vem do povo” assegura e garante o direito à igual participação na formação democrática da vontade popular.

Assim, o princípio da soberania popular, concretizado segundo procedimentos juridicamente regulados, serve de “charneira” entre o “Estado de direito” e o “Estado democrático”, possibilitando a compreensão da moderna fórmula do Estado de direito democrático.”

Assim, se a legitimação do “poder” vem do povo, através de procedimentos juridicamente regulados, não há legitimidade em mandato financiado com “Caixa Dois”. Não se pode desvirtuar do sentido material da inclusão do termo “democrático” no novo Estado que surgiu em outubro de 1988.

O Estado democrático de direito é uma das inovações do Constituinte originário de 1986/1988 e marco de divisas após a conquista do Estado de direito. Mais do que uma mera alteração formal, representa a construção de uma nova visão do Estado e de seu ordenamento jurídico. E esta deve ser a orientação a ser seguida em todos os setores da República, a partir, sobretudo, do exercício legítimo do poder.

A configuração do Estado democrático de direito não significa apenas unir formalmente os conceitos de Estado democrático e Estado de direito. Consiste, na verdade, na criação de um conceito novo que leva em conta os conceitos dos elementos componentes, mas os supera, na medida em que incorpora um componente revolucionário de transformação do **status quo**. E aí se entremostra a extrema importância do art. 1º da Constituição de 1988, quando afirma que a República Federativa do Brasil se constitui em Estado democrático de direito, não como mera promessa de organizar tal Estado, pois a Constituição aí já o está proclamando e fundando.” Lição de José Afonso da Silva, **Curso de Direito Constitucional Positivo**, 19ª ed. Malheiros, p. 123.

A utilização de meios ilícitos para ganhar eleições e o exercício do poder, não como instrumento

do interesse público, mas particular ou partidário, são condutas que atentam contra o princípio do Estado democrático de direito.

Vemos os trabalhos das Comissões Parlamentares de Inquérito, hoje em curso no Congresso Nacional, como parte essencial de um imenso esforço de toda a sociedade brasileira para alcançar um patamar elevado no que diz respeito à afirmação, no funcionamento concreto do Estado brasileiro, dos princípios éticos e morais básicos.

Essa afirmação é importantíssima, hoje todos vemos, não apenas por razões que dizem respeito à eficiência – ao correto funcionamento –, como também por razões que dizem respeito à eficácia da ação estatal – ao resultado dessas ações.

As investigações vêm sendo procedidas tanto por meio das oitivas públicas, quanto, e principalmente, por intermédio do exame de incomensurável acervo documental. Nos próximos dias, os primeiros resultados passarão a ser divulgados.

A CPI Mista dos Correios é resultante de postulação aduzida quando sequer se cogitava do que veio a se denominar mensalão. Estava em trâmite sua criação quando adveio a entrevista do Deputado Federal Roberto Jefferson, em que, pela primeira vez, se noticiou a ocorrência daquele ajuste promíscuo.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Peço ao Plenário silêncio, pois está impossível ouvirmos o Relator, que faz a leitura do Relatório parcial, que precisa ser lido e ouvido.

Portanto, peço a todos que, com o devido respeito, ouçamos o Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sobreveio, então, debate sobre a possibilidade jurídica de a CPMI dos Correios proceder à investigação daquela nova matéria. Empurrada pelas circunstâncias e pelas exigências de um público surpreendido a cada passo com novas denúncias, a CPMI se viu compelida, **a latere**, a investigar os fatos relacionados ao *affaire* mensalão. Para que não se a questionasse sobre desbordar de seu âmbito de competência, justificou-se que era imperativo aquilatar os valores distribuídos, a fim de que se tivesse parâmetro de investigação do **quantum** que havia transitado pelos canais alimentadores das empresas fornecedoras dos Correios, mais especificamente aquelas do grupo empresarial centrado no Sr. Marcos Valério. Foi assim que providências foram tomadas, quer quanto a provas materiais, quer quanto a oitivas.

Assim, em relação a certos Parlamentares, desenha-se viável o desencadeamento, desde logo, de processo disciplinar. Até porque, pelo Código de Ética, não se exige prova pré-constituída para que se instaure

aquele processo. Nele é que a lide se instaura, com as partes contendendo e a instrução se realizando.

Alega-se que não cabe neste momento antecipar juízo de valor. Tem-se insistido neste refrão. Mas, ainda que não se incursione em seara axiológica, não podem estas Comissões, pelas circunstâncias que as colocaram sob os olhos da Nação e, ao mesmo tempo, como instrumento de confiança, no qual a população passou a depositar suas esmaecidas esperanças, deixarem de expressar sua visão sobre o que testemunharam e, agora, repassam para outra instância.

Nesse sentido, tanto para encaminhamento de proposições que evitem a reincidência em semelhantes mazelas – o que se fará quando da conclusão dos trabalhos – quanto para que se compreendam os enfoques que parece estar a merecer aprofundamento oportuno, calha antecipar-se o que se entende sustentável à meridiana inteligência:

1) Quem admite “Caixa Dois” confessa ilícito eleitoral, o que, só por si, é merecedor de severa reprimenda, porque aceita a burla à eleição. Nada mais compromete a democracia que uma eleição viciada. Daí a necessidade de punição de quem nisso incorreu.

2) “Caixa Dois”, enquanto não-contabilização de recursos advindos de empresa privada que tenha vínculo contratual com a administração pública é ainda muito mais grave do que “Caixa Dois” que tenha como fonte empresa privada.

3) “Caixa Dois”, segundo o que se prega como nacionalmente admitido e praticado, corresponde a um despropósito ético.

4) “Caixa Dois”, sobretudo, de várias dezenas de milhões de reais, bate contra outra vedação: o abuso do poder econômico. Com efeito, não se pode acolher, sob pena de ruptura com o princípio democrático, que atine com eleições submetidas a regras isonômicas, que algum grupo consagre-se vencedor a partir de gritante desigualdade de ordem financeira. Isso faz supor a possibilidade literal de compra de eleição. Quem dispuser de mais recursos poderá desbragadamente despender, sem que a população possa reagir, porque desconhece o abuso. A probabilidade de que isso suceda acentua-se em País com a dimensão do nosso, em que se pode, estrategicamente, mais incisivamente descarregar recursos em Municípios ou Estados cuja intercomunicação não seja expressiva. Assim, escolhem-se colégios eleitorais que tenham hegemonia circunscricional, gasta-se uma fortuna e assegura-se

a repercussão dos eleitos para as eleições seguintes, já então de outro âmbito, como as nacionais. Desse modo, capitais ou municípios são escolhidos a dedo, sem restrições de gastos, porque, a qualquer custo, é preciso vencê-las, pois servirão para a construção do espectro que sustentará a eleição seguinte. Parece ter sido essa a engenharia eleitoral nas derradeiras eleições.

5) Por outro prisma, o compartilhamento de cargos públicos de alta significação é inerente às coalizões governamentais.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Na impossibilidade de continuar a leitura do relatório, vou suspender a reunião por cinco minutos, para que todos conversem à vontade.

O SR. (Orador não identificado) – É só para distribuir o relatório, Presidente.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, pela ordem. É apenas para distribuir cópias do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Como está sendo feita a distribuição, solicitamos que os funcionários passem pelas mesas, visando a não perturbar o funcionamento da Mesa. V. Ex^a tem razão.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, uma questão de ordem. Em vez de distribuir relatório ali atrás, distribua na mesa.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Reabrindo os trabalhos, solicito a compreensão dos Sr^{as} e dos Srs. Parlamentares, pois, infelizmente, o relatório foi terminado em cima do laço e sua reprodução está sendo feita aos poucos. Daqui a pouco, talvez em poucos minutos, esteja à disposição de todos. Peço a compreensão dos senhores. De dois em dois, vamos fazer uma leitura coletiva.

Devolvo a palavra ao Sr. Relator e peço a todos silêncio, para que S. Ex^a continue com a sua leitura.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Srs. Parlamentares, página 7, item 5.

5) Por outro prisma, o compartilhamento de cargos públicos de alta significação é inerente às coalizões governamentais. No entanto, a evidente seleção de diretorias ou ministérios a que estão afetas decisões de ampla repercussão empresarial – parentes, licitações, obras, patrimônio, financeiro – corresponde a espúrios ajustes, porque não consubstanciados do interesse público, se não do mais reprochável desvio de poder.

6) Mais grave, ainda, é a utilização de diretorias como forma de indução de empresas contratadas pela administração pública a contribuir para Partido político, como se isso, inevitavelmente, não fosse adicionado ao custo dos serviços, obras ou produtos avançados com a administração pública, onerando, portanto, a população.

II – Sobre as provas

Colho agora um ensinamento de Santo Agostinho, em **A Trindade**:

“Que o leitor, onde somos igualmente confiantes, progrida comigo; onde estamos igualmente perplexos, pare para investigar comigo; onde se percebe em erro, venha para o meu lado; onde me percebe errando, chame-me para o seu lado.” (Santo Agostinho, *in A Trindade*, p. 12.)

Vale colacionar-se a assertiva do eminente Sub-relator, Deputado Gustavo Fruet: “Nenhuma quadrilha criminosa, no mundo, foi desmantelada, se não fosse por denúncia de um de seus membros e componentes. É quando se quebra o código do silêncio da máfia, a lei da *omertá*.”

Ninguém melhor do que quem, diuturnamente, compartilhava o exercício do poder, para destrinçar-lhe as entranhas. O Parlamentar, como Presidente de partido da Base do Governo, comandava, através de indicados por sua grei política, dentre outros, de cargos nos Correios, IRB, DNIT, Eletronorte, etc.

As tratativas para as nomeações, assim como o acompanhamento da atividade parlamentar, oportunizaram-lhe o testemunho dos fatos que gradativamente vem relatando. Abstraída qualquer consideração sobre sua figura política polêmica – aliás, hoje, tendo o mandato comprometido no Conselho de Ética, por votação unânime –, não se pode negar que, semanticamente, suas palavras têm encontrado correspondência nos fatos. Não se trata, assim, de mero exercício retórico de quem sublimou seu mandato parlamentar.

Nesse sentido, não se pode recolher de suas asserções tão só o que interessa para determinada evidência, desprezando outra fala, como se fora **a priori** insubsistente. Vigee, aqui, o princípio da indivisibilidade da prova.

Por isso, empresta-se valia ao que aquele Parlamentar afirma, por duas inafastáveis razões:

1) O que já se conseguiu examinar, do que declarou, tem correspondido à verdade, inclusive naquilo que confessa;

2) O que depende de confronto entre sua palavra e a dos por ele mencionados, apresenta-se com elevado grau de verossimilhança. Aliás, todos os que, apressadamente, o contestaram viram ruir suas defesas, ante as sucessivas descobertas.

Por isso, esclarece-se que, por exemplo, quando o Deputado Roberto Jefferson expressamente nomina ou exclui parlamentar ou interlocutores, a conclusão é a de que o faz abalizadamente, na medida em que vivenciou os fatos a que se reporta. Assim, ao referir algum beneficiado pelo mensalão, quando também é confirmado por Marcos Valério, Simone ou eventuais sacadores, salta à vista ser mais convincente sua palavra do que as eventuais refutações dos nominados, de que estariam desacompanhadas de comprovação de vínculo com os saques em espécie procedidos em instituições bancárias.

De igual sorte, quando exclui alguém do rol dos mercadores partidários, ainda que arrolado na lista de Marcos Valério, sem comprovação de saque, prevalece a assertiva de Roberto Jefferson, porque, ademais de reiteradamente ter-se comprovado o que referenciou o parlamentar, contrariamente, Marcos Valério repetidamente tem sido desmentido, até por si próprio, com as sucessivas versões que apresentou. Mesmo em relação às “listas”, desdisse a informação que inseriu em relação ao Deputado João Paulo Cunha, outro tanto ocorrendo em relação a Simone Vasconcelos, que, quando ouvida na CPI Mista dos Correios, infirmou sua lista quanto aos saques que teriam sido procedidos por Maria Sebastiana, por exemplo, como preposta do Deputado José Borba. Ainda, Marcos Valério, em relação ao nome de Márcio Lacerda, secretário-executivo do Ministro Ciro Gomes, ter aparecido na lista, afirmou que ele não recebeu dinheiro e que foi incluído porque fez um “contato telefônico”. Desse modo, parecem mais convincentes as asserções de Roberto Jefferson, relativamente a Marcos Valério e Simone Vasconcelos.

Dessarte, impende que seja remarcado que a grande movimentação financeira do Sr. Marcos Valério deu-se através de dinheiro em espécie. Daí que a quebra de sigilo bancário perde relevância – e aí me refiro aos Deputados –, uma vez que, certamente, os Parlamentares não iriam depositar os recursos recebidos em suas próprias contas. Por isso, é possível a seguinte graduação da prova segundo seja:

- a) documental;
- b) confissão do mencionado;
- c) provinda de Roberto Jefferson;
- d) provinda de outras testemunhas.

Entretanto, releva registrar que vige, em nosso sistema jurídico, o Princípio do Livre Convencimento Motivado do Juiz, ou Princípio da Persuasão Racional, que implica a inexistência de uma solução apriorística para dada situação, devendo o magistrado decidir caso a caso, conforme seu convencimento, sem limitações ou rígidos ditames legais. Como decorrência desse princípio, hoje, os magistrados ficam livres para valorar as provas segundo o seu convencimento, a sua impressão sobre o conjunto probatório e alegações das partes.

Evidentemente, ante o Princípio do Livre Convencimento Motivado, o magistrado não se submete a qualquer priorização de provas. Entre o sistema de provas legal e do julgamento **secundum conscientiam**, o juízo político ainda mais se harmoniza a este.

Por outro lado, é preciso que se avaliem os fatos segundo sua repercussão:

- a) no Estado Democrático de Direito;
- b) na Administração Pública;
- c) no Parlamento

III – Recuperação histórica

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, criada pelo Requerimento nº 3, de 2005-CN, nos termos constitucionais (art. 58, § 3º, CF), tem por objetivo investigar as causas e consequências de denúncias e de atos delituosos praticados por agentes públicos na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT.

O fato determinado que suscitou a apresentação do requerimento foi veiculado pela revista **Veja**, em sua edição nº 1.905, de 18 de maio de 2005, que informa a ocorrência de gravações nas quais o Sr. Maurício Marinho, Chefe do Departamento de Administração da ECT, é flagrado recebendo propina de lobistas supostamente relacionados com empresas interessadas em participar de licitações promovidas pelos Correios.

As investigações, por essa razão, ficaram adstritas às irregularidades ocorridas naquela empresa estatal. Entretanto, as revelações do Deputado Federal Roberto Jefferson, Presidente do Partido Trabalhista Brasileiro, PTB, a respeito de um esquema ilegal de financiamento, voltado ao aliciamento de Parlamentares e Partidos para a base do Governo no Congresso Nacional, o qual, eventualmente, comportaria o pagamento de subornos com alguma periodicidade (o chamado mensalão), levou à ampliação do âmbito das investigações.

Ocorre que essa denúncia deu ensejo à criação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento nº 7, de 2005-CN, “para apurar as denúncias de recebimento de quaisquer vantagens

patrimoniais e/ou pecuniárias indevidas por membros do Congresso Nacional, com a finalidade de aprovar as matérias de interesse do Poder Executivo e as acusações do mesmo teor nas deliberações da Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 1995, que dispõe sobre a reeleição de mandatos executivos.”

Apontado pelo Presidente do PTB como o gestor da estrutura de corrupção que denunciava, o empresário Marcos Valério Fernandes de Souza, sócio de empresas do ramo da publicidade detentoras de contas de vários entes públicos, compareceu a ambas as Comissões e, ao depor, consolidou as impressões e indícios de que havia fundamento na denúncia inicial.

IV – O Mensalão

Segundo relato do Deputado Roberto Jefferson, a existência do mensalão já havia sido por ele referida a diversos Ministros e, inclusive, ao Presidente da República. Zombou da sindicância que o então Presidente João Paulo Cunha levou a efeito, diante da notícia estampada no **Jornal do Brasil**, que diz ter sido aberta às 10 horas e concluída às 10 horas e 40 minutos. Referencia, ainda, que o Governador do Estado de Goiás já vinha denunciando o fato desde maio de 2004.

A primeira informação pública a esse respeito consta da entrevista que o Deputado Federal Roberto Jefferson concedeu ao diário paulistano **Folha de São Paulo**, em sua edição de 6 de junho de 2005. Conforme o Deputado Jefferson, o Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, mediante a ação da Casa Civil da Presidência, e o Partido dos Trabalhadores, por intermédio de seus dirigentes, promoviam a cooptação da Base de apoio ao Governo no Congresso Nacional e, especificamente, na Câmara dos Deputados, mediante o pagamento de R\$30 mil (trinta mil reais), em média, a cada parlamentar que se dispusesse a participar do esquema.

Conforme essa exposição, os “operadores” desse esquema seriam os Srs. Marcos Valério Fernandes de Souza e Delúbio Soares, este último, integrante da Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores, na condição de Tesoureiro Nacional. Esse modelo de gerenciamento político da Base de apoio parlamentar ao Governo Federal seria do pleno conhecimento e mesmo contaria com a participação das lideranças do Partido Liberal (PL), e do Partido Popular (PP), nomeadamente, os Líderes desses Partidos na Câmara dos Deputados.

As empresas de propriedade do Sr. Marcos Valério Fernandes, sobretudo a SMP&B Comunicação e a DNA Propaganda, detentoras de contas publicitárias de diversos entes públicos, seriam as instituições intermediárias, por onde passariam os recursos que eram

repassados a parlamentares. A primeira menção aos nomes de parlamentares foi feita pelo Deputado Roberto Jefferson, em depoimento no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados e nesta CPMI dos Correios.

A respeito do mensalão, as investigações destas comissões envolveram, além do depoimento citado, as oitivas do Sr. Marcos Valério Fernandes de Souza; da Sr^a Fernanda Karina Somaggio, ex-secretária; da Sr^a Renilda Fernandes de Souza, sócia e esposa de Marcos Valério; do Sr. Delúbio Soares, do Sr. Sílvio Pereira, então Secretário-Geral da Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores; da Sr^a Simone Vasconcelos, Diretora Financeira da SMP&B; do Sr. Davi Rodrigues Alves, Policial Civil de Minas Gerais; da Sr^a Zilmar Fernandes da Silveira e do Sr. José Eduardo Cavalcanti de Mendonça (Duda Mendonça), publicitários; e do Sr. Cristiano Paz, também sócio da SMP&B. Acrescento também os nomes daqueles que depuseram na Comissão de compra de votos.

No plano documental, foram identificados e apreciados inúmeros documentos, como os que comprovam vultosos saques em espécie em agências do Banco Rural situadas no Brasília Shopping e em Belo Horizonte, contra contas bancárias das empresas SMP&B e DNA Propaganda. Esses documentos indicam que diversos beneficiários desses saques eram Deputados Federais, que recebiam as quantias diretamente ou por intermédio de parentes, assessores, ou de prepostos do Sr. Marcos Valério, como o Sr. Davi Alves e a Sr. Simone Vasconcelos.

O que menos interessa, a esse respeito, é a periodicidade dos pagamentos. Alguns podem ter sido feitos mês a mês, outros com maior ou com menor periodicidade. O fato importante, do qual não podemos afastar-nos, é o recebimento de vantagens indevidas.

Relevante é que não se pode admitir a obtenção de vantagem econômica ilícita, sendo desimportante a denominação que se dê.

V – Advertência Necessária

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Compra de Votos tem a competência de dar prosseguimento às investigações cujos primeiros resultados constam do presente Parecer. A envergadura dessa tarefa é significativa.

Para ilustrar, ressaltamos um fato inescusável: o empresário Marcos Valério de Souza reconheceu ter repassado recursos a partidos políticos, seus dirigentes e parlamentares, sob a orientação do Sr. Delúbio Soares e outros dirigentes do Partido dos Trabalhadores, quando menos, a importância de R\$55 milhões. Dessa quantia, as investigações da CPMI dos Correios permitiram identificar, até o presente momento, saques que

somam R\$32 milhões. Cabe registrar que a quantia de R\$55 milhões não foi ainda contestada pela Direção do Partido dos Trabalhadores. Portanto, resta descobrir a destinação de cerca de R\$ 23 milhões.

VI – Parlamentares Envolvidos

A ninguém convence a versão de que Marcos Valério tenha garantido os empréstimos feitos pelo Banco Rural e pelo BMG ao Partido dos Trabalhadores, apenas em nome da amizade com o tesoureiro daquele partido político, Delúbio Soares. Mais difícil ainda de se acreditar é a alegação de que essa amizade justifica os empréstimos contraídos junto aos mesmos bancos por Marcos Valério, em nome de suas empresas, para financiar partidos políticos, como PT, PL e PP. Para quem não se recusa a enxergar, surge claro como a luz do sol que essa singela justificativa não passa de uma desculpa esfarrapada, combinada entre Marcos Valério e Delúbio Soares.

Da mesma forma, não é crível que o Banco Rural e o BMG tenham feito esses empréstimos, com tão frágeis garantias, apenas em nome do relacionamento e da confiança que tinham em Marcos Valério. Toda instituição financeira se cerca de garantias que assegurem à saciedade o débito, no caso de inadimplência. Quanto maior o valor a ser financiado, mais sólidas são as garantias exigidas, como as reais, incidentes, na maioria das vezes, sobre imóveis de propriedade do mutuário. Isso é o que ocorre sempre.

No que tange aos recursos fornecidos aos partidos políticos, a alegação comum é no sentido de que se destinaram ao pagamento de despesas de campanhas eleitorais anteriores. Todavia, nem todos os tesoureiros e políticos que receberam esses recursos apresentaram provas das dívidas supostamente honradas com o dinheiro de Marcos Valério.

Os credores, que devem mesmo existir, certamente estão resignados com os calotes, ou se ressarciram por vias transversas. Vale notar que, fossem destinados ao pagamento de dívidas, os recursos certamente seriam expressos em valores não-inteiros, ou seja, seriam representados por milhares, centenas, dezenas e unidades, além de centavos de real.

Também não parece plausível explicarem-se pagamentos em 2003, relacionando-os a eleições municipais de 2004.

Ainda cabe constatar a migração exagerada em direção a determinados partidos e os métodos de co-optação utilizados. Para explicar esse nebuloso esquema, é perfeitamente plausível a tese de que os empréstimos foram simulados para dar aparência lícita a dinheiro de origem ilícita, que seria destinado ao bolso de políticos sob o falso argumento do pagamento de dívidas passadas.

O que resta incontestado, portanto, é o recebimento de dinheiro por parlamentares e dirigentes de partidos que integram a Base de sustentação do Governo na Câmara dos Deputados.

O Deputado Roberto Jefferson, tanto no depoimento prestado no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados, quanto no que prestou a estas CPMIs, citou os seguintes Parlamentares, além do ex-Deputado Valdemar da Costa Neto, que teriam recebido recursos provenientes das contas de Marcos Valério:

Dep. Bispo Rodrigues – PL
Dep. José Janene – PP
Dep. Pedro Corrêa – PP
Dep. Pedro Henry – PP
Dep. Sandro Mabel – PL

O próprio Deputado Roberto Jefferson confessou ter recebido de Marcos Valério R\$4 milhões, que supostamente seriam destinados ao pagamento de parceria em campanha, o que, como se disse, não foi demonstrado. Não obstante, o referido Parlamentar já responde perante o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados, por quebra de decoro. E acrescento aqui a votação hoje ocorrida e encerrada a poucos instantes.

O rol dos Deputados envolvidos foi incrementado pelas listas fornecidas à Polícia Federal por Simone Vasconcelos e Marcos Valério. Apontado como um dos operadores do esquema de distribuição de dinheiro a políticos, ele declarou em depoimento à Polícia Federal, no dia 02 de agosto de 2005, ter destinado dinheiro, a pedido de Delúbio Soares, a diversas pessoas. Da combinação das duas listas constam os seguintes Parlamentares (além do ex-Deputado Valdemar da Costa Neto):

Dep. Carlos Rodrigues – PL
Dep. João Magno – PT
Dep. João Paulo Cunha – PT
Dep. José Borba – PMDB
Dep. José Janene – PP
Dep. Josias Gomes da Silva – PT
Dep. Paulo Rocha – PT
Dep. Professor Luizinho – PT
Dep. Romeu Ferreira Queiroz – PTB
Dep. Vadão Gomes – PP

As informações bancárias da conta da agência de publicidade SMP&B no Banco Rural, combinadas com os depoimentos recolhidos, permitem identificar os seguintes Parlamentares como beneficiários, ainda que indiretos, de repasses de dinheiro promovido por Marcos Valério:

Dep. João Magno – PT, por intermédio de seu assessor Paulo Vieira Albrigó;

Dep. João Paulo Cunha – PT, por meio de sua mulher, Márcia Regina Cunha;

Dep. José Borba – PMDB, pelo Sr. Carlos e a Sr^a Maria Sebastiana;

Dep. José Janene e Dep. Pedro Correia, ambos do PP, mediante o assessor do partido, João Cláudio de Carvalho Genú;

Dep. Josias Gomes – PT;

Dep. Paulo Rocha – PT, por intermédio de Anita Leocádia Pereira Costa e Charles Santos Dias, assessores;

Dep. Professor Luizinho – PT, por meio de seu assessor José Nilson dos Santos;

Dep. Romeu Ferreira Queiroz – PTB, por intermédio de Paulo Leite Nunes;

Dep. Vanderval Santos – PL, por meio do assessor Célio Marques Siqueira.

Sobre o Dep. Sandro Mabel, Líder do Partido Liberal (PL) na Câmara dos Deputados, há a declaração da Deputada licenciada Raquel Teixeira no sentido de ter recebido daquele Parlamentar proposta de vantagens financeiras, para que ingressasse no Partido Liberal.

Os documentos em posse da CPI Mista dos Correios demonstram existir, também, um depósito de R\$60 mil em favor do escritório de advocacia do Dep. José Mentor (PT), efetuado pela empresa 2S Participações, pertencente ao Sr. Marcos Valério, mediante o cheque nº 830091 do Banco do Brasil, agência Tamoios, em Belo Horizonte.

A partir dos elementos acima mencionados, passamos a detalhar, caso a caso, a situação dos Parlamentares envolvidos.

Dep. Roberto Jefferson

O Deputado Roberto Jefferson declarou, em seu depoimento perante estas Comissões, que recebeu, juntamente com o Sr. Emerson Palmieri, a quantia de R\$4 milhões do Sr. Marcos Valério, quantia que fazia parte de um acordo com o PT, que previa o repasse total de R\$20 milhões, para o financiamento de candidaturas do PTB. O Parlamentar não explicou a destinação do dinheiro recebido.

Apontado como tesoureiro informal do PTB, Emerson Palmieri, em depoimento perante a CPMI da Compra de Votos, confirmou ter recebido o dinheiro, em duas parcelas, de R\$2,2 milhões e R\$1,8 milhões, que teriam sido entregues a Roberto Jefferson.

Nas listas de Marcos Valério e Simone Vasconcelos não há referência ao pagamento desses R\$4 milhões, o que faz supor ser outra a origem dos recursos.

O Deputado Roberto Jefferson admite que fez acordo para que seu partido recebesse dinheiro do PT, para financiar campanhas. Ao depor, mencionou a participação do então Ministro José Dirceu nesse acordo:

“Tudo o que tratei, tratei com José Dirceu: tudo o que conversei, até de negócios, de política, de campanha eleitoral ... Tive uma reunião no PT, eu, José Múcio, Emerson Palmieri, Delúbio, José Genoíno e Marcelo Sereno. Fechamos uma planilha de custos para financiamento das campanhas do PTB nacional... R\$ 20 milhões... Tudo isso era tratado com o José Dirceu.”

Não menos grave é a confissão de que procedera à negociação para restabelecer as finanças do Partido, segundo a qual, depósitos do IRB – Instituto de Resseguros do Brasil seriam transferidos para o Banco Espírito Santo, mediante a garantia de que várias dezenas de milhões seriam canalizadas para o PTB. Para a concretização da operação, o tesoureiro do Partido, Emerson Palmieri, acompanhou o Sr. Marcos Valério em viagem a Portugal.

Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, quero chamar a atenção para a forma como foi formatado o parecer. Eventualmente V. Ex^{as} perceberão que algumas coisas não foram tratadas em relação a S. Ex^{as} os Deputados Roberto Jefferson e José Dirceu; perceberão que nós, tendo em vista que ambos já respondem a processo disciplinar no Conselho de Ética, não adentramos nesse tipo de exame, para que não terminássemos por estabelecer um possível desencontro processual. De forma que estamos fazendo aqui referências mais abreviadas em relação aos dois Parlamentares.

Daí por que observarão estar pouco adensado o histórico relativo principalmente ao Deputado Roberto Jefferson. Até por que hoje já testemunhamos a quase conclusão do episódio de investigação, só faltando a manifestação do Plenário.

Quanto ao Deputado Valdemar da Costa Neto, também, quase que no mesmo sentido, tendo em vista a renúncia.

Ex-Deputado Valdemar da Costa Neto

Os repasses de recursos “não-contabilizados” ao Partido Liberal eram feitos, segundo informações do Sr. Marcos Valério à Polícia Federal, a prepostos do ex-Deputado Valdemar da Costa Neto, no caso, o tesoureiro Jacinto Lamas e seu irmão, o Sr. Antonio Lamas. Segundo Marcos Valério, o Sr. Jacinto Lamas indicou a empresa Guaranhuns Empreendimentos, Intermediações e Participações S/C como beneficiária de parte dos recursos repassados ao PL.

No período de 26/02/2003 a 03/08/2004, segundo o Sr. Marcos Valério, foi pago ao Partido Liberal o total de R\$10.837.500,00.

Ainda em relação ao Partido Liberal, há as quantias recebidas por José Luiz Alves, ex-chefe de Gabinete do então Ministro dos Transportes, Sr. Anderson Aduato. Segundo o Sr. Marcos Valério, em seu depoimento na Polícia Federal, o Sr. José Luiz Alves e o Sr. Edson Pereira de Almeida, irmão do ex-Ministro, receberam a quantia de R\$1.000.000,00, no período de 03/06/2003 a 28/01/2004.

O Sr. Valdemar da Costa Neto confirmou ter recebido, na condição de Presidente nacional do Partido Liberal, PL, R\$6,5 milhões (seis e meio milhões de reais), provenientes de “recursos não-contabilizados”, ou seja, do caixa dois do Partido dos Trabalhadores. Esses recursos teriam sido empregados integralmente, conforme seu depoimento, no pagamento de material de campanha da candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República, em 2002, no segundo turno. Os recursos, entretanto, somente lhe foram repassados por Marcos Valério entre janeiro de 2003 e setembro de 2004.

Conforme Costa Neto:

“A situação em São Paulo era difícil. Lula tinha vencido José Serra no primeiro turno por apenas cem mil votos. Tínhamos que entrar com força. Encomendei o material e o dinheiro foi utilizado para pagar fornecedores”.

Costa Neto não revelou o nome dos fornecedores (supostos credores) e reconheceu não ter nenhum recibo ou outro documento comprobatório desses pagamentos que alega ter feito.

Revelou que recebeu R\$1,2 milhão em três cheques emitidos pela agência SMP&B, em favor da empresa Guaranhuns. Depois, teria trocado esses cheques por dinheiro. O restante dos recursos, segundo afirmou, foi entregue em espécie. Valdemar da Costa Neto afirmou que o recebimento de todos esses recursos decorreu de um acordo, fechado com o então Ministro José Dirceu, pelo qual o Partido Liberal deveria receber R\$10 milhões.

O tesoureiro do PL, Jacinto Lamas, em depoimento à Polícia Federal, em 2 de agosto de 2005, declarou que os valores recebidos por Valdemar da Costa Neto não constaram da prestação de contas do partido à Justiça Eleitoral.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– O nobre Relator Osmar Serraglio passa a leitura ao Relator da CPMI da Compra de Votos, Deputado Ibrahim Abi-Ackel.

Antes disso, vamos pedir um pouco de silêncio, não apenas dos Parlamentares, mas de todos os presentes. Vejo que todos querem trabalhar, é muito importante, mas eu pediria que alguém falasse ao menos alguns decibéis abaixo, para que possamos ouvir.

Com a palavra, o Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)
– Continuando.

Dep. Carlos Rodrigues (PL/RJ)

O Deputado Carlos Rodrigues foi citado pelo Deputado Roberto Jefferson, em depoimentos prestados no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados e nestas comissões, como um dos parlamentares que recebiam recursos financeiros provenientes das contas de Marcos Valério. Este, aliás, também declarou à Polícia Federal que o Dep. Bispo Rodrigues era um dos integrantes do PL indicados pelo Sr. Delúbio Soares como habilitado para receber dinheiro em nome do partido.

Na lista fornecida pelo Sr. Marcos Valério à Polícia Federal, o Deputado aparece como recebedor da quantia de R\$400 mil, sendo R\$150 mil por meio do Sr. Célio Marcos Siqueira, motorista do Deputado Vanderval Santos (PL/SP), em nome de quem recebeu a referida quantia. Em depoimento à Polícia Federal, o Sr. Célio Siqueira declarou que estava efetivamente a serviço do Deputado Carlos Rodrigues.

Na CPMI dos Correios, Simone Vasconcelos confirmou ter sido ela que anotara o nome do Deputado Carlos Rodrigues no documento e, perguntada sobre se o dinheiro era para o Bispo Rodrigues, afirmou que sim e que deixara a autorização no Banco, para que o pagamento fosse efetuado a ele.

Em sua defesa, o Bispo Rodrigues asseverou:

“Não há nenhum indício de prova documental ou testemunhal que o vincule a qualquer ato incompatível com o decoro e a ética parlamentar”.

“Há muito tempo foi banida do cenário jurídico a responsabilidade objetiva que carece de um mínimo de substrato probatório”.

Dep. João Magno (PT/MG)

Nos documentos recebidos do Banco do Brasil, consta um pagamento da SMP&B para o Sr. Paulo Viera Albrigó, assessor do Deputado João Magno, em data de 27/04/04, no valor de R\$50 mil.

Nos documentos recebidos do Banco Rural, constam quatro pagamentos da SMP&B para:

a) o Sr. Charles Antonio Ribeiro, assessor do Deputado João Magno, em data de 18/08/03, no valor de R\$10 mil;

b) o Sr. Hermínio Moura de Araújo, irmão do Deputado João Magno, em data de 19/09/03, no valor de R\$25.915,00;

c) o Dep. João Magno, em data de 18/08/03, no valor de R\$29 mil; e,

d) o Dep. João Magno, em data de 23/06/03, no valor de R\$12 mil.

Portanto, conforme documentos do Banco do Brasil e Banco Rural, o total é de R\$126.915,00.

Na lista fornecida pelo Sr. Marcos Valério, o Deputado João Magno figura como beneficiário das quantias seguintes:

19/08/2003 – R\$50.000,00

05/12/2003 – R\$50.000,00

17 a 24/09/2004 – R\$250.000,00

O Parlamentar admitiu tratar-se de caixa dois de sua campanha eleitoral a Prefeito de Ipatinga. Em discurso no plenário da Câmara, justificou ser essa uma prática nacional.

Quanto a seu nome constar da agenda da secretária Fernanda Karina, o Parlamentar esclareceu que é por ser cliente da SMP&B.

Quanto a R\$200.000,00 serem provindos da Usiminas, Marcos Valério negou o fato, e a empresa, até agora, nada esclareceu.

O Parlamentar alega que:

Nunca recebeu vantagens indevidas no exercício do cargo.

Durante campanhas eleitorais constatou, juntamente com partidos coligados, necessidade de recursos adicionais para cobrir as despesas, tendo recorrido à direção do Partido dos Trabalhadores. Todavia, a origem dos recursos e os ajustes feitos pela Direção Nacional do Partido eram completamente desconhecidos do Deputado.

Na campanha para Prefeito de Ipatinga, os oito partidos coligados escolheram como presidente do comitê financeiro o Sr. Paulo Vieira Albrigo.

Procurou pessoalmente o tesoureiro nacional do PT que determinou que procurasse a empresa SMP&B e informassem o nome de quem estivesse autorizado a sacar recursos. Todos os importes repassados destinaram-se à cobertura de despesas das campanhas de 2002 e 2004, conforme autorização do Sr. Delúbio Soares, mesmo os valores que transitaram em sua conta pessoal.

Sempre votou com a Oposição durante o Governo FHC, acompanhando invariavelmente o Governo desde a chegada do PT ao poder, conforme relatório de votações que anexa.

Juridicamente, as irregularidades eleitorais cometidas não se configuram, de forma alguma, como

quebra de decoro parlamentar passível de cassação de mandato; mesmo que caracterizado algum procedimento não ortodoxo, como o desconhecimento da origem dos recursos, impossibilitando a prestação de contas perante a Justiça eleitoral, é preciso observar o princípio da proporcionalidade, jamais extirpando mandato eletivo de forma abrupta, injusta e calcada na irre realidade, puramente para o atendimento do clamor popular.

Dep. João Paulo Cunha (PT/SP)

O ex-Presidente da Câmara dos Deputados recebeu, por intermédio de sua esposa, Márcia Regina Cunha, R\$50 mil em espécie na agência do Banco Rural no Brasília Shopping, conforme documento bancário em poder desta CPMI. Antes da descoberta do referido documento, o Deputado entregou correspondência à CPMI, informando que sua esposa havia ido ao Banco Rural para pagar uma fatura de serviços de TV a cabo. Sua assessora Silvana Japiassu e seu assessor Luiz da Costa Pinto também estiveram na agência do Banco Rural no Brasília Shopping, em outras oportunidades.

Nas listas do Sr. Marcos Valério e da Sr^a Simone Vasconcelos, o Deputado figura como beneficiário de R\$200.000,00, no dia 04/09/03.

Posteriormente, em seu depoimento na Polícia Federal, Marcos Valério retificou a lista e disse que o ex-Presidente da Câmara tinha recebido apenas os R\$50.000,00 sacados por sua esposa.

O publicitário, contudo, não esclareceu onde teria realocado aquela importância que subtraiu do montante da lista, para que se completasse a soma do empréstimo apresentado.

Outrossim, no dia 03 de setembro de 2003, segundo a agenda da secretária Fernanda Karina, houve um café da manhã na residência oficial do Presidente da Câmara Federal, com o Sr. Marcos Valério; no dia seguinte, a esposa do Deputado recebeu a importância acima aludida; e, nove dias depois (15.09.2003), a Câmara lançou o edital oficial para escolher uma agência de publicidade, para fazer as campanhas da Casa, vencida pelo publicitário.

Na CPI Mista da Compra de Votos, o empresário Marcos Valério afirmou ter ajudado o Deputado através da empresa Multiaction, quando candidato à Presidência da Casa.

Na sua defesa, o Parlamentar alega:

Procurado pelo coordenador do PT da macro-região de Osasco, solicitando apoio para realização de pesquisas de opinião, em face das dificuldades financeiras partidárias, buscou auxílio perante a Tesouraria Nacional do Partido.

Tal ajuda consistiu da quantia de R\$50.000,00 que foi disponibilizada na agência do Banco Rural de Brasília, tendo o saque sido efetuado por sua mulher, Márcia. A indicação do local foi do Tesoureiro Nacional do PT. Esclarece que recorrer à tesouraria nacional para socorrer diretórios municipais e estaduais no pagamento de dívidas de eleições pretéritas ou na preparação de processos eleitorais é uma prática que norteia a vida partidária brasileira. Todo o recurso sacado foi investido na execução de quatro pesquisas anexadas. Diante da liberação dos recursos solicitados ao Partido e da orientação para o saque do dinheiro feita pelo seu Tesoureiro, seria crível a suposição de alguma irregularidade?

Dep. José Borba (PMDB/PR)

Na lista fornecida pela Sr^a Simone Vasconcelos, o Deputado José Borba aparece como beneficiário de R\$1,1 milhão, sacados nas seguintes datas:

16/09/2003 – R\$250.000,00
25/09/2003 – R\$250.000,00
20/11/2003 – R\$200.000,00
27/11/2003 – R\$200.000,00
04/12/2003 – R\$200.000,00

Na lista do Sr. Marcos Valério é acrescido um pagamento de um milhão em 05.07.2004.

Roberto Jefferson afirmou que jamais escutou que qualquer parlamentar do PMDB tivesse participado do Mensalão e que isso “não passa pelo PMDB”.

Anunciado seu nome como constante da lista dos que estiveram no Banco Rural, o Parlamentar informou que conhecia Marcos Valério, com quem tratou de assuntos relacionados a cargos públicos.

A Sr^a Simone Vasconcelos afirmou, em seu depoimento perante esta Comissão, que o Deputado José Borba se teria recusado a assinar o recibo, ocasião em que precisou ir ao banco. Não há referência sobre em qual dos pagamentos isso teria ocorrido. Afirmou também que nunca esteve com o Deputado e que os nomes indicados na lista haviam sido copiados das anotações de Marcos Valério. Declarou que não conhece Maria Sebastiana e nunca lhe procedeu qualquer pagamento, tratando-se somente de referência que constava da relação de Marcos Valério para contato.

Não foi localizado qualquer documento de pagamento.

O Parlamentar, em sua defesa, argumenta:

São absolutamente improcedentes e mentirosas as informações efetuadas nos depoimentos, uma vez que, definitivamente, jamais recebeu, pessoalmente ou por intermédio de outra pessoa, qualquer recurso financeiro do PT, do Sr. Marcos Valério ou da Sr^a Si-

mone Vasconcelos, no Banco Rural ou em qualquer outro lugar.

Ressalta que a Sr^a Simone não tem qualquer prova, quando afirma que tinha autorização do Sr. Marcos Valério para repassar valores ao Deputado. Da mesma forma, as diferenças de valores entre as listas do Sr. Marcos Valério e da Sr^a Simone são também prova de que se trata de listas inventadas, sem consistência.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Peço à cabine que aumente um pouco o volume do som, porque não estão ouvindo convenientemente.

Prossiga, Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– Quando do depoimento da Sr^a Simone na CPMI dos Correios, ela declarou que nunca falou com Maria Sebastiana, funcionária lotada no gabinete do requerente, nem por telefone nem pessoalmente, tampouco mandou-lhe fax ou lhe entregou qualquer dinheiro e não a conhece. Portanto, o nome constante da lista nada tem a ver com ela.

Entende que se trata de tentativa de envolver o PMDB na questão, embora, à época dos fatos, nem mesmo Líder do Partido fosse.

Dep. José Janene (PP/PR)

Em depoimento à Polícia Federal, o Sr. João Cláudio Genu, assessor do Deputado José Janene, líder do Partido Progressista na Câmara dos Deputados, declarou que recebeu quantias em dinheiro a pedido da direção do PP. Conforme suas declarações, os Deputados José Janene e Pedro Correia e Pedro Henry lhe passavam a informação sobre a necessidade de receber o dinheiro. Somente após receber a expressa confirmação dos Deputados, o Sr. Genu ia à agência do Banco Rural no Brasília Shopping receber o dinheiro das mãos da Sr^a Simone Vasconcelos.

Na lista fornecida por Marcos Valério à Polícia Federal, o Deputado José Janene recebeu, por intermédio do Sr. Genu, a quantia de R\$4,1 milhões, nas seguintes datas:

17/09 a 15/10/2003 – R\$1.000.000,00
06/01/2004 – R\$200.000,00
13/01/2004 – R\$200.000,00
20/01/2004 – R\$200.000,00
25/03/2004 – R\$300.000,00
26/04/2004 – R\$1.200.000,00
05/07/2004 – R\$1.000.000,00

O Parlamentar sustenta que:

Ao longo do ano de 2003, um parlamentar integrante da bancada federal do PP fez intensos e exaustivos apelos à Direção Nacional do Partido para que o ajudasse a suportar os custos de advogado constituído, para defendê-lo em mais de duas dezenas de

procedimentos, tais como inquéritos e ações de natureza penal e eleitoral;

À época, o PP enfrentava problemas financeiros, inclusive com a penhora judicial de seus ativos;

Considerando que o PP entabulava entendimentos com o PT sobre a formação de alianças políticas, e considerando que integrantes desta agremiação eram responsáveis pela maioria dos feitos mencionados contra o Deputado progressista, convencionou-se que o PT auxiliaria no enfrentamento das despesas de honorários advocatícios, finalidade para a qual realizaram-se as operações descritas pelo funcionário João Genú.

Dep. José Mentor (PT/SP)

O Deputado José Mentor recebeu, por intermédio de seu escritório de advocacia, a quantia de R\$120 mil da empresa 2S Participações, pertencente a Marcos Valério. O Parlamentar alega que o pagamento foi feito pelo Escritório Tolentino, Melo e Associados por conta da elaboração de pareceres jurídicos por parte da banca de advocacia da qual é sócio.

Nesta CPMI consta o cheque nº 830091, do Banco do Brasil, Agência nº 0643 – Tamoios, Belo Horizonte, de titularidade da 2S Participações Ltda., no valor de R\$60 mil, emitido no dia 27 de julho de 2004 e depositado na conta do escritório do Deputado José Mentor. Vale ressaltar que o Escritório Tolentino, Melo e Associados presta serviços ao Sr. Marcos Valério, a qual está ligada a empresa 2S Participações. Trata-se do mesmo escritório que efetuou o pagamento do procurador da Fazenda Nacional, Glênio Guedes.

Não foi esclarecido que matéria jurídica teria sido objeto de pareceres.

Na agenda da secretária Fernanda Karina consta reunião do Deputado com Marcos Valério em 03 de outubro de 2003. Ouvida na Polícia Federal, disse saber tratar-se do Deputado Relator da CPI do Banestado:

“que de fato, o Sr. Marcos Valério, por diversas vezes telefonava ao deputado José Mentor, relator da CPI do Banestado e, sempre que isso acontecia, logo em seguida, Marcos Valério ligava para o Sr. José Augusto Dummont, então, presidente do Banco Rural, acreditando com isto que Marcos Valério possa ter intercedido para que aquele banco não fosse incluído nas apurações do denominado caso Banestado; que por várias vezes o Sr. José Augusto Dummont compareceu à Empresa SMP&B Comunicação LTDA, para se encontrar com Marcos Valério, como também o Banco Rural foi sede de várias reuniões entre Marcos Valério com o Presidente do Banco Rural, com Dr. Rogério Tolentino, este advogado da Empresa SMP&B Comunicação LTDA”.

A secretária informou que os Deputados José Mentor e Delúbio Soares eram os principais contatos do dono do Banco Rural. Afirmou, ainda, a secretária que destruiu 25 pastas com documentos da empresa de publicidade SMP&B, depois que o Deputado José Mentor telefonou a Marcos Valério, no período em que corria a CPI do Banestado.

Na época em que o Deputado recebeu os valores e prestara serviços, ainda era o Relator da CPI do Banestado, que investigava evasão de divisas e lavagem de dinheiro. Um dos bancos investigados era o Rural, um dos depositários do dinheiro usado nos pagamentos inoficiais a políticos. O Parlamentar não teria analisado os dados sobre os sigilos quebrados do Banco Rural, em seu relatório, nem os fortes indícios de relacionamento entre o doleiro Haroldo Bicalho, o Banco Rural e o empresário Marcos Valério.

Assim se defende o Parlamentar:

Em maio, junho e julho de 2004, o escritório da sociedade de advogados integrada pelo Deputado prestou serviços profissionais para o Dr. Rogério Lanza Tolentino, advogado com escritório em Belo Horizonte, recebendo no início dos trabalhos a primeira parcela de R\$60.000,00 e outra parcela igual ao final, conforme fora combinado.

A CPMI dos Correios localizou um cheque sacado contra o Banco do Brasil, de emissão da empresa 2S Participações Ltda., emitido nominalmente em favor de José Mentor, Pereira Mello e Souza Advogados Associados, que lhes foi repassado pelo Dr. Rogério e depositado na conta corrente do favorecido no Banco do Brasil, em São Paulo.

O primeiro pagamento foi também realizado em cheque, igualmente depositado na conta da pessoa jurídica no Banco do Brasil, emitido pelo Dr. Rogério contra o Banco Itaú – Ag. Rua Goiás – Belo Horizonte. Não houve, assim, qualquer saque na boca de caixa.

Foram emitidas e contabilizadas as notas fiscais relacionadas aos serviços prestados.

O Deputado conheceu o Sr. Marcos Valério, como publicitário, apresentado pelo PT para organizar algumas campanhas de 2004. Na mesma época, conheceu o Dr. Rogério.

Quanto ao favorecimento do Banco Rural, alega:

a) recebeu representantes do Banco a pedido do Deputado João Magno, da mesma forma como recebeu representantes de diversos outros bancos, assim como dezenas de outras pessoas físicas e jurídicas, na condição de Relator da CPI;

b) nunca viajou em avião do Banco Rural;

c) relaciona diversos requerimentos que apresentou pertinentes a pedido de informações, convocações e sigilos de cadastros e operações tanto do Banco Rural quanto a outras instituições bancárias;

d) o relatório que apresentou (anexo em meio magnético) não excluiu o Banco Rural, de que tratou na pág. 159, sobre a negativa de o Banco Central outorgar autorização especial para recebimento de depósitos em reais oriundos do Paraguai, e nas págs. 77/78, onde apreciou processo de investigação promovido pelo Banco Central com aplicação de multa;

e) o relatório da CPMI tratou cautelosamente de todas as instituições financeiras que estavam em atividade, em virtude da sensibilidade desse mercado. Excluídas as contas dos cinco estabelecimentos que atuavam em Foz do Iguaçu, não se analisaram contas CC5 de qualquer outro estabelecimento em atividade;

f) o Banco Rural não foi tratado como assunto prioritário pelos membros da CPMI.

Finaliza, relatando ter mantido alguns encontros com o Sr. Marcos Valério, nos quais tratou de campanhas eleitorais de cidades do interior de São Paulo, sem jamais ter tratado com o publicitário de assuntos da CPMI do Banestado.

Dep. Josias Gomes (PT/BA)

O Deputado Josias Gomes sacou R\$100 mil, conforme comprovado por documentos em poder desta Comissão, inclusive cópia de sua identidade parlamentar apresentada no caixa do Banco Rural, nas seguintes datas:

11/09/2004 – R\$50.000,00

18/09/2004 – R\$50.000,00

O Parlamentar alega que os recursos foram destinados a companheiros de partido, para que saldassem seus compromissos financeiros assumidos na última campanha eleitoral.

Historiando sua origem humilde, lutas e atividades políticas desde a fase estudantil, o Deputado afirma que jamais teve conhecimento ou qualquer vínculo com o mensalão, o que seria confirmado pelo modesto patrimônio de que desfrutava.

Em sua defesa, alega:

Como Presidente Estadual do PT, esteve por diversas vezes com o Tesoureiro Nacional do Partido, em Brasília, tratando da situação financeira e política do PT na Bahia, angustiado com os gastos da eleição de 2002. Finalmente, em setembro de 2003, o tesoureiro

informou que viabilizara parte dos recursos, indicando o Banco Rural, em Brasília, para o recebimento.

Compareceu pessoalmente ao Banco e a maior prova da boa-fé de sua ação está em que lá apresentou e deixou cópia de sua identidade parlamentar, tendo agido abertamente supondo que praticava ato normal para ajudar o Partido e socorrer companheiros que encontravam dificuldade para saldar os compromissos da última campanha, para o que todos os recursos foram utilizados, sempre referindo-se a gastos com terceiros.

A única crítica que poderia ser feita diz respeito à informalidade da distribuição dos recursos, ressaltando-se o pressuposto da prestação de contas pelo Diretório Nacional.

Finaliza declarando que considerou a quantia de R\$ 100.000,00 como recebida do tesoureiro nacional e que jamais ouvira falar do Sr. Marcos Valério.

Dep. Paulo Rocha (PT/PA)

Em seu depoimento à Polícia Federal, o Sr. Marcos Valério informou que o Deputado Paulo Rocha recebeu, em espécie, das contas da SMP&B, na agência do Banco Rural em Brasília, a quantia de R\$920 mil, por intermédio de seus assessores Anita Leocádia Pereira da Costa e Charles Santos Dias. Segundo a lista apresentada pelo Sr. Marcos Valério, os saques ocorrem nas seguintes datas:

07/04/2003 – R\$50.000,00

03/04/2003 – R\$50.000,00

04/04/2003 – R\$50.000,00

17/07/2003 – R\$50.000,00

06/05/2005 – R\$100.000,00

27/05/2003 – R\$300.000,00

16/12/2003 – R\$120.000,00

05/07/2004 – R\$200.000,00

Nos documentos bancários à disposição desta CPMI, localizamos os seguintes saques da Sra. Anita Leocádia, no valor total de R\$420 mil:

26/06/2003 – R\$100.000,00

03/07/2003 – R\$50.000,00

04/07/2003 – R\$50.000,00

17/07/2003 – R\$50.000,00

18/07/2003 – R\$50.000,00

19/12/2003 – R\$120.000,00

Abordado pela imprensa, não apresentou explicações, dizendo estar aguardando manifestação do Diretório Nacional.

O Deputado confirmou ter recebido dinheiro do esquema Delúbio/Marcos Valério, mas alegou que se destinava a pagamento de dívidas do PT no Estado do Pará. O tesoureiro do PT, Sr. Delúbio Soares, ouvido

na CPI mista da Compra de Votos, arrolou os diretores regionais auxiliados pelo Diretório Nacional, não indicando o do Pará.

Anita Leocádia, em depoimento prestado à Polícia Federal, informa que o Deputado Paulo Rocha comentava que estava recebendo muitas cobranças de fornecedores que não haviam recebido os pagamentos devidos pelos materiais fornecidos na campanha eleitoral de 2002. Confessa os quatro saques realizados na agência Brasília do Banco Rural, afirmando que, de posse do dinheiro, dirigia-se a bancos para efetuar as remessas a fornecedores, o que fazia através de depósito em conta, entregando os recibos dos depósitos ao Deputado, que os repassava ao comitê do PT do Pará. Declarou ainda que, em julho de 2004, o Deputado lhe solicitou que fosse a São Paulo para receber R\$200 mil para a campanha eleitoral de 2004 do PT do Pará. Lá, recebeu telefonema de Marcos Valério solicitando que fosse a seu encontro em um hotel, onde recebeu dele os R\$200 mil, tendo, ainda em São Paulo, efetuado o pagamento de alguns fornecedores através de depósitos realizados em bancos, remetendo o restante do recurso, através de depósito bancário, ao diretório do PT do Pará, em nome de seu tesoureiro, Sr. Elias, ou o secretário-geral Marco Antonio.

Alguns comprovantes de pagamentos são recentes, não tendo sido registrada a receita junto à Justiça Eleitoral.

Defendendo-se, esclarece:

Ao final da campanha de 2002 restaram inúmeras dívidas com fornecedores, decorrentes da disputa do cargo de Governador do Estado do Pará, disputada pelo PT em aliança com diversos outros partidos.

Tais encargos foram reconhecidos pelo PT, tendo sido disponibilizada a quantia de R\$300.000,00 pelo Sr. Delúbio Soares, repassada para os devidos pagamentos em junho e julho de 2003, seguindo-se uma parcela de R\$120.000,00 em dezembro de 2003 e outra de R\$200.000,00 entregue em julho de 2004, totalizando os repasses para o PT do Pará o montante de R\$620.000,00.

Além disso, houve saque de R\$300.000,00 por emissário do PSB e entregue àquele Partido.

Descreve o Deputado, a seguir, os pagamentos feitos aos principais credores com os saques efetuados pela Sra. Anita Leocádia Pereira da Costa, comprovando que os recursos recebidos foram de imediato utilizados para pagamento das dívidas contraídas pelo Partido, não tendo o Deputado se beneficiado, em momento algum, dos valores mencionados.

Ademais, aponta indicadores patrimoniais e outros que atestam sua modesta condição de vida, após

anos trabalhando como gráfico e quatro mandatos parlamentares.

Dep. Pedro Corrêa (PP/PE)

Os indícios da participação do Deputado Pedro Corrêa no esquema do mensalão estão relacionados ao depoimento prestado pelo Sr. João Cláudio Genu à Polícia Federal. O assessor PP declarou que recebeu quantias em dinheiro a pedido da direção do partido. Conforme suas declarações, o recebimento do dinheiro na agência do Banco Rural no Brasília Shopping somente se dava após a confirmação do Deputado Pedro Corrêa (“Que o Deputado Janene disse que somente o Deputado Pedro Corrêa poderia confirmar a necessidade de ir buscar o dinheiro”). Os valores eram recolhidos em pasta, tipo 007, que eram conduzidas à sala da Presidência do PP, localizada no edifício do Congresso Nacional, 17º andar do anexo I.

Tendo isso realizado tantas vezes que perdeu a conta:

“Que não se lembra quantas vezes recebeu quantias em dinheiro de Simone no interior da agência do Banco Rural em Brasília.”

O parlamentar alega que o dinheiro era proveniente do PT, que concordara em suportar as despesas de honorários advocatícios para defesa de um deputado progressista que estava enfrentando inúmeras ações na Justiça, a maioria promovida por integrantes do partido do governo.

Em sua defesa, o Deputado alega:

Que um deputado de sua legenda fez sucessivos apelos à Direção Nacional para que o ajudasse a suportar os custos da contratação de advogado para defendê-lo em 36 ações penais junto ao STF e Tribunais Eleitorais, tendo sido o PT o principal responsável pelas demandas.

No início da atual legislatura o PP passou a compor a base de sustentação do Governo no Congresso e, enfrentando problemas financeiros à época, negociou com a direção do PT que este arcaria com o pagamento dos honorários advocatícios já referidos.

O PT repassou parte dos valores, que foram retirados na agência do Banco Rural em Brasília pelo funcionário João Genu e repassados integralmente ao advogado contratado.

Não foram os recursos contabilizados por ter o PT deixado de esclarecer quem era o doador.

Dep. Pedro Henry (PP/MT)

O nome do Deputado Pedro Henry foi mencionado pelo Deputado Roberto Jefferson como um dos parlamentares ligados ao esquema do mensalão.

Ainda segundo o Deputado Roberto Jefferson, o Deputado Henry teria pressionado o Líder do PTB na Câmara, Deputado José Múcio, a que ingressasse no

esquema. Esse Parlamentar, no Conselho de Ética da Câmara, negou o fato.

Na defesa, alega:

Refuta ter pressionado o líder do PTB Deputado José Múcio, em conjunto com outros parlamentares, para aceitar o suposto mensalão.

Como prova disso cita depoimento do Deputado José Múcio no Conselho de Ética da Câmara, no qual negou ter sido pressionado pelos parlamentares a receber dinheiro para apoiar o Governo. Idêntica negativa foi feita pelo Deputado Carlos Rodrigues, que era o Coordenador do PL para a reforma política, no seu depoimento ao Conselho de Ética.

O próprio Deputado Pedro Henry, no depoimento prestado ao Conselho de Ética da Câmara, negou ter abordado o assunto em qualquer reunião com o PTB e PL e reafirmou: “nunca ofereci qualquer pagamento ou outro tipo de bem ou vantagem pecuniária a parlamentares que viessem a se filiar ao PP”.

Nesta legislatura, quatro deputados transferiram-se do PP para o PTB e dois vieram deste para o PP.

Observa que nas listagens anexas aos depoimentos nas CPMLs dos Correios e Compra de Votos, bem como na Procuradoria da República e Polícia Federal jamais foi citado o seu nome ou de qualquer familiar, assessores ou auxiliares, tanto de Brasília quanto de seu Estado, como beneficiário de recursos financeiros.

Dep. Professor Luizinho (PT/SP)

O Deputado Professor Luizinho aparece como beneficiário de um saque de R\$ 20 mil, realizado por seu assessor, José Nilson dos Santos, no dia 23/12/2003, na agência Avenida Paulista do Banco Rural.

Inicialmente, o Deputado negou o fato, aludindo a possível falsidade de documentos e homonímia, uma vez que supunha tratar-se de saque em agência de Brasília e não em São Paulo.

A lista encaminhada à Polícia Federal pelo Sr. Marcos Valério confirma o referido saque.

José Nilson dos Santos, assessor parlamentar do Deputado, declarou a Polícia Federal ter solicitado ao Professor Luizinho que obtivesse junto ao PT recursos para despesas pré-eleitorais para candidatos a vereador; que, meses depois, Delúbio informou-o poderia se dirigir ao Banco Rural, onde recebeu R\$ 20 mil em dinheiro vivo, o qual foi utilizado para pagar *designers* gráficos; que possui os comprovantes dos pagamentos, comprometendo-se a apresentá-los em duas semanas à polícia; que quando abordado pelo jornal **Folha de S. Paulo**, foi questionado sobre saque no Banco Rural em Brasília, razão porque havia negado, uma vez que isso ocorreu em São Paulo.

Consta da defesa do Parlamentar:

Em julho de 2003 consultou o Sr. Delúbio Soares sobre a possibilidade de ajuda financeira para campanhas de vereadores em diversos Municípios, passando a informação ao militante José Nilson dos Santos, que é também seu assessor.

Em dezembro de 2003, o referido militante entrou em contato com Delúbio, por sua própria iniciativa, para tratar da ajuda financeira e, seguindo orientação recebida, retirou da agência do Banco Rural na Avenida Paulista a quantia de R\$20.000,00. É inadequado e injusto considerar, portanto, uma única ajuda financeira para preparação de candidaturas a vereadores, cuja origem presumiu-se regular, com o suposto esquema do mensalão.

O Deputado afirma que nunca recebeu aporte financeiro para a campanha de 2002, ou as demais, por meio das instâncias partidárias ou de seus dirigentes. Jamais teve conhecimento da existência do suposto mensalão, nem nunca soube da existência ou teve acesso aos “recursos não contabilizados” geridos por ex-dirigente do PT.

Deputado Roberto Brandt (PFL/MG)

Da documentação bancária enviada a esta CPML consta um saque no valor de R\$102.812,76, efetuado no dia 27/08/2004 pelo Sr. Nestor Francisco de Oliveira, na Agência Assembléia do Banco Rural, em Belo Horizonte.

O Sr. Nestor, ao prestar declarações na Polícia Federal, afirmou ter sido coordenador político da campanha do Deputado Roberto Brandt à Prefeitura de Belo Horizonte, em 2004. Informou ainda que, através de um contato direto entre o Presidente da Usiminas, Rinaldo Soares, e o Deputado, o primeiro comunicou ao segundo uma doação para a campanha no valor de R\$150 mil. Destacou que, para o recebimento dessa importância, seria necessário um contato com o Sr. Cristiano Paz, Presidente da SMP&B, o qual já teria recebido instruções para o repasse do dinheiro ao candidato.

Declarou também que, após a dedução de tributos e dos honorários da SMP&B, o Parlamentar recebeu o valor líquido de R\$102.812,76.

Em sua defesa, o Parlamentar alega:

No mesmo dia em que os documentos relacionados ao saque efetuado pelo Sr. Nestor Francisco de Oliveira vieram a público...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Peço silêncio ao Plenário, porque está impossível ouvir a leitura do Relatório. Estendo a solicitação à Mesa.

O SR. RELATOR (Ibrahim Abi-Ackel. PP – MG)

– O Deputado Roberto Brant apresenta a seguinte justificativa:

No mesmo dia em que os documentos relacionados ao saque efetuado pelo Sr. Nestor Francisco de Oliveira vieram a público, o Deputado tomou a iniciativa de ligar para alguns dos principais órgãos de imprensa do País e do Estado para afirmar que o sacador o assessoria e foi um dos coordenadores de sua campanha para Prefeito de Belo Horizonte. Disse também que os recursos não constituíam contribuição com recursos próprios da SMP&B, apenas intermediava a transferência de recursos que provinham da Usiminas, que lhe oferecera espontaneamente a contribuição.

A fonte dos recursos foi exclusivamente privada, não tendo qualquer ligação com recursos públicos; ademais, não escaparam da incidência tributária: a contribuição original da Usiminas era de R\$150.000,00, convertendo-se em R\$102.812,76 ao passar pela SMP&B, devido aos tributos de faturamento. Os demais concorrentes à Prefeitura de Belo Horizonte, igualmente receberam doações da mesma fonte e pelo mesmo caminho.

A importância recebida foi empregada no pagamento de serviços de comunicação audiovisual; a insuficiente arrecadação de recursos, todavia, levou o Deputado a submeter-se a uma doação não declarada de uma grande e tradicional empresa.

Se cometeu alguma infração, terá sido exclusivamente em relação a essa legislação eleitoral.

Como comprovante, anexou nota fiscal de prestação de serviços, emitida em 22 de setembro de 2004, pela empresa PMP Comunicação Ltda., com discriminação de serviços de produção de programas eleitorais de TV/rádio e de comerciais de TV, no exato valor da quantia líquida recebida. Juntou também matérias publicadas no **Estado de S.Paulo** e no **O Globo**, em 11 de agosto de 2005, nas quais o publicitário Cristiano Paz confirma a origem e a aplicação do valor recebido pelo Deputado.

Admite, todavia, não ter declarado essa despesa ao Tribunal Regional Eleitoral por ocasião da prestação de contas.

Dep. Romeu Queiroz (PTB/MG)

Em seu depoimento na Polícia Federal, o Sr. Marcos Valério confirmou que o Deputado Romeu Queiroz recebeu, por meio de assessores, repasses das contas da SMP&B. Segundo o depoente: “o Deputado Romeu Queiroz é presidente do PTB em Minas Gerais e recebia através de Charles dos Santos Nobre e de José Hertens”.

Na lista de Simone Vasconcelos, o Deputado Romeu Queiroz aparece com dois saques, no valor total de R\$350 mil, a saber:

10/07/2003 – R\$50.000,00

05/01/2004 – R\$300.000,00

Na documentação bancária disponível nesta Comissão, há comprovação, no dia 31/08/2004, de um saque no valor de R\$102.812,76, feito pelo Sr. Paulo Leite Nunes, na agência do Banco Rural em Belo Horizonte. Segundo o Deputado, parte do dinheiro foi transferida, ainda no Banco Rural, para candidatos a Prefeitos no interior de Minas.

Em depoimento na Polícia Federal, Paulo Leite Nunes especifica as TEDs que efetuou em 31/08/2004, nominando sete beneficiários e seus respectivos montantes.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

Marcos Valério negou que os recursos tivessem advindo da Usiminas.

Eis a síntese da defesa do Dep. Romeu Queiroz:

No ano de 2003, o Presidente Nacional do PTB orientou o Deputado para que, na condição de 2º Secretário da Executiva Nacional e Presidente Regional do PTB em Minas Gerais, buscasse recursos para o Partido; posteriormente, em 10/07/2003, foi comunicado que estava disponível uma contribuição financeira através da SMP&B, a importância que foi entregue na Sede do PTB na Capital Federal pelo Sr. José Hertz Cardoso.

Ao final daquele ano foi solicitada pelo novo Presidente Nacional do PTB, Deputado Roberto Jefferson, a captação de recursos para o Partido. O Diretor do DNIT, Carlos Cotta, providenciou reunião com o Ministro dos Transportes, Anderson Adauto, que, por sua vez, levou o pleito ao Tesoureiro do PT, Sr. Delúbio Soares.

Em 05/01/2004, o Sr. Hertz foi orientado pelo 1º Secretário do PTB, Emerson Palmieri, a procurar a SMP&B em Belo Horizonte, o que fez, viajando em seguida para Brasília, onde entregou a quantia recebida ao Sr. Palmieri. Na ocasião, o Parlamentar estava em viagem de férias com a família, razão pela qual não soube informar o valor exato recebido e entregue ao PTB Nacional.

Em relação ao recebimento da importância de R\$102.812,76 na Agência Assembléia do Banco Rural em Belo Horizonte, esclarece que recebeu comunicação do Sr. Cristiano Paz, sócio da SMP&B, de que a Usiminas colocara à sua disposição em 2004 o valor de R\$150.000,00, sacada a quantia líquida (descontados impostos e taxas correspondentes) pelo Sr. Paulo Leite Nunes, que foi maior parte distribuída para financia-

mento de diversas campanhas municipais, sendo os remanescentes R\$50.000,00, transferidos via TED, por iniciativa não autorizada de Paulo Nunes, para conta do Deputado junto ao Bradesco.

Como não se trata de verba destinada à campanha própria, evidentemente, não cabia ao Deputado prestar contas à Justiça Eleitoral; inexistiam à época quaisquer comentários sobre irregularidades praticadas pela SMP&B. Enfim, as importâncias não foram para proveito do próprio Deputado, mas destinaram-se ao PTB Nacional e para as campanhas das eleições municipais de 2004.

Dep. Sandro Mabel (PL/GO)

O Deputado Sandro Mabel, Líder do Partido Liberal na Câmara dos Deputados, foi acusado pelo Deputado Roberto Jefferson, em seu depoimento perante o Conselho de Ética daquela Casa, de ser um dos operadores do suposto esquema de compra de votos de Parlamentares. Perguntado sobre quem participava do esquema, o Deputado Roberto Jefferson citou explicitamente o nome do Deputado Sandro Mabel.

Em outro episódio, no Conselho de Ética, a Deputada licenciada Raquel Teixeira acusou o Deputado Sandro Mabel de oferecer vantagens financeiras em troca de sua mudança para o PL. Segundo a Deputada: “Mabel disse que eu receberia R\$30 mil por mês, que poderiam chegar a R\$50 mil. Em dezembro, eu receberia mais R\$1 milhão”. O Governador de Goiás reconhece ter ouvido o caso e feito referência ao Presidente da República.

Este fato já é objeto de processo disciplinar no Conselho de Ética.

O Deputado nega as acusações, sob as seguintes alegações:

Tramita no Conselho de Ética representação contra o Deputado, proposta pelo PTB, sob argumento de que teria praticado ato incompatível com o decoro parlamentar, quer por supostamente ter oferecido proposta financeira à Deputada Raquel Teixeira para mudança de Partido, quer por ter recebido valores indevidos em benefício próprio ou de terceiros, com o intuito de alterar as deliberações plenárias na Câmara dos Deputados. Contra esse representação, baseada exclusivamente em depoimento mentiroso e falacioso da Deputada Raquel Teixeira, já foi oferecida defesa.

Assim, se já há um procedimento com objetivo de apurar responsabilidade ético-disciplinar do Deputado, não é necessária sua citação ou indiciamento, pois estaria respondendo duplamente (*bis in idem*) pelo mesmo fato; não há, outrossim, “mínimo substrato fático jurídico” para seu indiciamento.

Dep. Vadão Gomes (PP/SP)

A lista elaborada pelo Sr. Marcos Valério indica que o Deputado Vadão Gomes aparece como beneficiário de dois repasses no valor total de R\$3,7 milhões, assim distribuídos:

05/07/2004 – R\$1.000.000,00

16/08/2004 – R\$ 2.700.000,00

Em seu depoimento na Polícia Federal, o Sr. Marcos Valério confirmou esses repasses.

O Deputado apresentou extratos de conta bancária do frigorífico de sua propriedade e autorizou a quebra de seu sigilo bancário.

Em sua defesa, o Deputado alega que nunca efetuou qualquer negócio político ou comercial com o Sr. Marcos Valério. Afirmou que nem ele, nem seus assessores efetuaram saques na Agência do Banco Rural em Brasília.

Dep. Wanderval Santos (PL/SP)

Na documentação entregue pelo Banco Rural a esta CPMI, o Sr. Célio Marcos Siqueira, assessor do Deputado Wanderval Santos, aparece como beneficiário da quantia de R\$150 mil, oriunda de um saque total de R\$350 mil realizado, em 17/12/2003, pela Sr^a. Simone Vasconcelos na Agência do Banco Rural, no Brasília Shopping.

No verso da autorização de pagamento, há anotações feitas pela sacadora, indicando que os recursos seriam, de fato, para o Deputado Wanderval Santos, mas, segundo a declaração do sacador, teria agido em nome do Deputado Carlos Rodrigues.

Sustenta o Parlamentar:

A única prova em que se fundamenta a CPMI é o fato de o motorista do requerente ter ido à agência do Banco Rural em Brasília, no ano de 2003, a pedido do Deputado Carlos Rodrigues, buscar uma “encomenda”. Em que pese a requisição de seu motorista pelo Deputado Carlos Rodrigues, o requerido não teve qualquer conhecimento do fato à época de sua ocorrência. No depoimento do motorista à Polícia Federal, declarou ele, expressamente, que o Deputado não sabia de sua ida ao Banco, a pedido do Deputado Carlos Rodrigues. Com efeito, somente tomou conhecimento disto com a divulgação do fato pela imprensa, inexistindo qualquer prova, documental ou testemunhal que assegure que o Requerente tem vinculação com o recebimento de valores pecuniários, em benefício próprio ou de terceiros.

Do ex-Ministro José Dirceu

O Deputado José Dirceu, ex-Ministro-Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, foi apontado pelo Deputado Roberto Jefferson, perante esta Comissão, assim como perante o Conselho de Ética da Câmara dos Deputados e em entrevistas a órgãos

de imprensa, como criador do esquema a que se convencionou chamar de mensalão.

Segundo o Deputado Roberto Jefferson, na qualidade de coordenador político e principal Ministro do Governo Lula, o Deputado José Dirceu articulou o esquema de distribuição de pagamentos a Deputados em troca do apoio ao Governo em votações de seu interesse. Melhor que distribuir os projetos, seria domesticar os Parlamentares.

Em seu depoimento a esta CPMI, a Sr^a Renilda Souza, esposa do Sr. Marcos Valério, confirmou que seu marido participou de reuniões com o então Ministro José Dirceu e diretores do Banco BMG e que o mesmo sabia dos empréstimos realizados por ele, Marcos Valério, para repasse de dinheiro ao Partido dos Trabalhadores.

Marcos Valério confirmou, na CPMI, a ciência do ex-Ministro quanto aos empréstimos e sua liberação a parlamentares e Partidos.

O ex-tesoureiro do PTB, Sr. Emerson Palmieri, ouvido na CPI mista da Compra de Votos, informou que José Dirceu sempre era consultado após as reuniões com os dirigentes do PT. Depois de todas essas conversas, sempre havia uma ligação, ou do Delúbio ou do Genoíno, para o Deputado José Dirceu e, após esse contato, os dirigentes do PT asseguravam que tudo estava certo em relação ao repasse de recursos.

Roberto Jefferson, questionado sobre quais seriam os responsáveis finais pelas nomeações em atendimento aos Partidos da Base aliada, asseverou serem José Dirceu e Sílvio Pereira: “Toda estrutura era montada com o Sr. Sílvio Pereira e quem batia o martelo era o Ministro José Dirceu. Foi assim em todos os cargos que o PTB nomeou.”

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Com a palavra o Deputado Osmar Serraglio, para dar continuidade à leitura do relatório.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Revela, também, como as empresas estatais são utilizadas para obter recursos destinados a Partidos políticos:

E eu disse ao Ministro José Dirceu, numa dessas conversas que não são republicanas, que isso era um oferecimento ao Partido feito pelo Presidente Lula. Ele disse: “Eu vou acionar o Delúbio, e o Dimas vai procurar você.” E me procurou. No dia 13, na madrugada do dia 14, à uma hora da manhã, ele chegou a minha casa e conversou comigo como funcionava o esquema de Furnas. Explicou-me o seguinte: que Furnas deixa, sem problema, R\$3 milhões por mês a Diretoria dele. E que ele fazia os seguintes repasses: R\$1 milhão para o Sr. Delúbio, PT Nacional; R\$1 milhão para o Dr. Rodrigo, PT de Minas Gerais; R\$ 500 mil para o Dr. Cury, para

uma diretoria de um grupo de Deputados que havia constituído esse diretor no princípio do Governo com o Ministro José Dirceu; e R\$500 mil ficavam na diretoria. Voltei ao Ministro José Dirceu, relatei essa conversa, e ele falou: “Então, nós nos acertamos por cima, sem problema”. Eu falei: “Eu não sou problema para você. Preciso do financiamento para o PTB, o que a gente acertar está acertado.” Essa operação inteira de Furnas foi tratada com José Dirceu; até os números.

Ao responder a questionamento da Deputada Juíza Denise Frossard, a descrição feita pelo Deputado Roberto Jefferson acerca do esquema de financiamento de partidos políticos, por meio de empresas estatais, chocou-a, assim como ao eminente Senador Pedro Simon. Cabe transcrever o trecho que causou espanto aos mencionados parlamentares e ao Plenário da Comissão:

V. Ex^a quer me perguntar se esses cargos ajudam ao financiamento dos Partidos. É isso? Ajudam. E vou explicar a V. Ex^a como, a regra que eu tenho no PTB. Primeiro, a empresa pública. Disse isso sempre aos meus companheiros diretores. Segundo, o interesse da empresa privada que se relaciona; se é possível, na relação, a empresa privada ajudar por dentro, no caixa, o Partido, fazendo doações. É assim que funciona há anos, sempre foi assim.

Por que os Partidos buscam nomear os cargos de Governo? Para ter um homem numa área importante de decisão, que estabeleça uma relação com as empresas privadas que gravitam em torno dessa área para, na seleção de algumas – isso respeitando parâmetros éticos –, pedir àquele empresário que possa contribuir com o caixa do Partido que representa aquela pessoa. É assim que funciona.

Ou seja, as nomeações para os altos cargos da República eram realizadas com a interferência de quem não integrava o Governo Federal e com objetivos, como diz o Deputado, não republicanos. Acusa mais, aquele parlamentar:

Tudo o que eu tratei na Presidência do PT, lá no prédio da Varig, na W3 Norte, foi homologado por ele na Casa Civil, até dinheiro de campanha. O não-financeamento de campanha, essa história de Furnas, tudo isso foi tratado com ele lá. Então, eram conversas republicanas e não republicanas, incompatíveis com a função que ele ocupava.

Outra denúncia grave oriunda daquele parlamentar tem a ver com a troca de partido político por deputados federais. Registre-se o testemunho de presidente de Partido da base governista: “Há cooptação de Deputados. Há vários deputados que chegaram, inclusive, ao meu Partido, com nomeações feitas pelo José Dirceu, para poder compor a base de meu Parti-

do.” Ou seja, Deputados ingressaram em seu Partido em razão de negociação com o Ministro José Dirceu de nomeações de cargos.

Perguntado, na CPI mista dos Correios, se teria certeza de que o Ministro José Dirceu tinha conhecimento do suposto esquema gigantesco de corrupção, Roberto Jefferson respondeu: “Tudo o que tratei, tratei com José Dirceu, tudo o que conversei, até de negócios, de política, de campanha eleitoral, R\$20 milhões.”

Mais adiante, questionado sobre se havia notícia do mensalão para o então Ministro José Dirceu, respondeu: “Várias vezes, várias vezes, várias vezes. Falei com o Zé Dirceu seis ou oito vezes sobre o mensalão”. Quando do não-cumprimento do acordo firmado com o PTB, em que este Partido reclamava a inadimplência, o Ministro se justificou com a dificuldade de internar recursos, uma vez que a Polícia Federal já havia prendido diversos doleiros – e esse fato efetivamente ocorreu. Trata-se de participação em delito. Veja-se:

Aí, fui ao Ministro José Dirceu. Falei: “Zé, está esgarçando ao ponto de eu não conseguir mais controlar o meu Partido. O que foi tratado não foi cumprido”. Ele falou: “Roberto, não está dando. Os doleiros foram presos. Não há como internar dinheiro. A turma que ajuda não está podendo ajudar.” Isso é que ele me disse e eu repito.

Outro episódio que liga o ex-Ministro ao Sr. Marcos Valério é a ajuda prestada pelo empresário para conseguir um emprego no Banco BMG para a Sr^a Maria Angela Saragoça, ex-mulher do Deputado José Dirceu. De fato, o advogado do BMG, Sr. Sérgio Bermudes, confirmou que Marcos Valério indicou o nome da Sr^a Maria Angela diretamente ao Presidente do Banco. Marcos Valério também ajudou a ex-mulher do então Ministro a obter, no Banco Rural, um empréstimo imobiliário no valor de R\$42 mil, que Maria Angela usou como parte do pagamento de um novo apartamento. A outra parte foi oriunda da venda de seu antigo apartamento ao Sr. Rogério Tolentino, sócio e advogado de Marcos Valério.

Há também a coincidente referência a Roberto Marques, seu assessor, em remessa não comprovada de numerário a São Paulo, pela SMP&B.

Entendemos necessário o registro, à presente altura, da necessidade de se punir parlamentar por quebra de decoro, em razão de atos praticados ou fatos acontecidos ainda que fora do exercício do mandato. Há precedente neste Parlamento a respeito do tema. Cito, por todos, o que decidiu a Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal, mediante o Parecer nº 89, de 1995, de autoria do Senador Josaphat Marinho, quando se discutia Consulta formulada pela Mesa

Diretora do Senado Federal, cujo objeto era questão relativa a fatos anteriores ao mandato parlamentar:

Ora, as que concernem ao decoro parlamentar e à previsão de perda de mandato devem ser, em tese, contemporâneas ao exercício da função (art. 55, II, e § 1º da CF). Não há negar, porém, que atos e fatos passados, sobretudo se recentes, a depender de sua natureza e circunstâncias, podem projetar-se no tempo e alcançar e perturbar o procedimento do parlamentar – e atingir a instituição.

No caso do ex-Ministro José Dirceu, trata-se de parlamentar que se licenciou para ser alçado a Ministro.

Estamos plenamente de acordo com o que afirmou o Presidente nacional do Partido dos Trabalhadores, Tarso Genro, no momento em que se despedia do cargo de Ministro da Educação:

O juízo do Partido não se dá em cima de relações políticas ou de fraternidade. Ele se dá em cima da norma. Se o Partido não de acostumar a aplicar duramente a norma daqui para frente, seja para quem for, não vai dar uma contribuição para a democracia.

A defesa apresentada pelo Deputado José Dirceu traz, no que tange à matéria fática, os seguintes argumentos:

- O procedimento adotado pelo Relator, fruto de sua atitude isolada, é inusitado, sem parâmetros nos trabalhos da CPMI.
- Os documentos que constam de sua pasta determinam ser improcedente qualquer ilação de conduta irregular do Deputado que se faça a partir deles.
- Os fatos relacionados a Sr^a Maria Angela Saragoça já foram por ela própria explicados em nota pública.
- As referências feitas pelo Deputado Roberto Jefferson são desprovidas de prova e seriedade, caracterizando mera tentativa de desviar o rumo das investigações que devem ser realizadas por esta CPMI.

Afirma também que as alegações da Sr^a Renilda quanto ao seu conhecimento dos empréstimos tomados pelo marido dela em favor do Partido dos Trabalhadores são incorretas. Junta cópia de defesa que apresentou à Comissão de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados, na qual destacam-se, sucintamente:

- a imputação de falta de decoro somente é aplicável a atos praticados “no exercício do mandato”;
- a representação é inepta porque não indica quais trabalhos legislativos teriam tido

seu regular andamento fraudado; o denunciante apenas noticiou que Marcos Valério e sua esposa, Renilda, afirmaram em seus depoimentos que o representado, em conluio com Delúbio Soares, teria levantado fundos junto ao Banco Rural e Banco de Minas Gerais para pagar parlamentares para que votassem a favor do Governo;

- tais depoimentos mostram que nunca houve levantamento de fundos para pagar parlamentares, mas, sim, realização de empréstimos para fazer frente a obrigações de campanhas eleitorais;

- as pessoas referidas pela representação limitaram-se a dizer que tinham sido informadas por terceiros de que o Deputado tinha conhecimento dos empréstimos, do que resulta existirem apenas suposições;

- as pessoas relacionadas com os empréstimos obtidos foram unânimes em informar que os recursos obtidos com os empréstimos destinavam-se a saldar dívidas de agremiações políticas, essencialmente ligadas a campanhas eleitorais;

- o Deputado Roberto Jefferson, acusado de manter um esquema de arrecadação irregular de recursos em empresas públicas com o auxílio de pessoas indicadas por seu Partido político é voz isolada na acusação de que os recursos destinados à quitação de dívidas eleitorais estariam relacionados a suposto pagamento de propinas em troca de apoio em votações de projetos de interesse do Governo;

- não se ocupou da parte financeira da campanha eleitoral de 2002, tendo sido um dos coordenadores políticos da campanha presidencial e também candidato no pleito proporcional; encerrada a campanha, participou ativamente da montagem do novo governo e, após a posse, assumiu importante cargo, cujas funções ocupavam todo o seu tempo, impossibilitando qualquer participação nas decisões executivas do PT;

- pelas mesmas razões, não teve nenhuma participação na administração financeira das campanhas municipais de 2004, o que seria incompatível com as funções de que se ocupava então, pelo que não é razoável supor que pudesse ter conhecimento das condições e dos detalhes dos empréstimos obtidos ou das dívidas existentes;

- conhecia este assunto apenas genericamente, sabendo que o PT estava com problemas financeiros e que buscava empréstimos junto a bancos, sem ter participado de qualquer negociação a eles relacionada nem ter prometido quaisquer favores aos bancos envolvidos;

- repele com toda a veemência e de modo categórico a prática dos atos sugeridos na representação, tendo plena convicção de que responde a um processo político.

Do Processo Político

O julgamento da Casa Legislativa é, exatamente, este: juízo político. O juízo político tem a característica de ser juízo de conveniência e oportunidade. Nem mesmo pode ser sindicado pelo Poder Judiciário.

Com efeito, na Justiça somente se pode questionar aspectos formais, procedimentais, se se observou ou não o devido processo legal. Não cabe ao Poder Judiciário decidir sobre se o Legislativo devia ou não ter cassado mandato.

Aliás, esse correto entendimento é o que vem sendo reasentado quando se trata do *impeachment* do Presidente. O que se afirma é que “não há clima para essa discussão”.

Já não se pode dizer o mesmo em relação à conduta de parlamentares. Há um clamor nacional por punição. A análise se foca na necessidade de depuração do Legislativo. Seus índices de confiança popular exibem-se reduzidos. Desdenhar dessas evidentes constatações será cavar fosso entre o povo e seus representantes de difícil superação desta Casa Legislativa. O próprio Presidente da República averbou dever-se cortar na própria carne, se necessário.

O juízo político corresponde à resposta a esta indagação: é hora de se cortar na própria carne?

O povo grita que sim. Resta ao Parlamento afirmar se pretende dele se divorciar.

Como ensina Josaphat Marinho, o inquérito parlamentar tem origem, caráter e fim essencialmente político. (*in Natureza e função política das Comissões Parlamentares de Inquérito – Revista da Faculdade de Direito da Bahia*, v. XXIX, p. 41).

Em 2003, com a posse do novo Governo, vivia-se o sonho de um Brasil diferente, com inclusão social, participação popular, boa escola, salário digno. Hoje, ao contrário, percebe-se um sentimento generalizado, misto de decepção e indignação, por conta da corrupção política praticada pelos dirigentes de alguns partidos políticos e pelas suspeitas que pairam sobre membros do Congresso Nacional e agentes do Governo. Pode-se dizer que a classe política é, ao mesmo tempo, causadora e vítima desse processo.

É precisamente em decorrência desse estado de desencanto da população brasileira que, neste momento, faz-se absolutamente necessária a punição de todos aqueles cujo envolvimento nos desvios e omissões apontados restar comprovado nas investigações pelas CPMLs ou pela Comissão de Ética. Trata-se de uma exigência de nosso estágio presente de amadurecimento político e democrático, uma demanda do povo que, estarrecido com as revelações e com a desfaçatez de alguns, acompanha os trabalhos destas Comissões. É uma encruzilhada na consolidação da cidadania e da igualdade perante a Lei em nosso País. O não-cumprimento dessa exigência trará como resultado inevitável a desmoralização, perante o cidadão e eleitor, do Congresso Nacional, da atividade política e da própria instituição democrática.

O que temos diante de nós, e diante da história, é uma decisão singela: por uma ética política autêntica, na qual as palavras têm o seu valor de face, ou pela farsa dos interesses individuais travestidos de função pública.

A reforma política é essencial para evitar os desvirtuamentos que foram observados nos últimos anos, mas não é suficiente. Urge punir os culpados para fazer germinar um sentimento que preencha de efusiva alegria o coração dos brasileiros: a esperança. Somente assim pode-se resgatar a confiança do povo e fortalecer as instituições democráticas, que não podem ser abaladas pelo desvio de condutas dos maus políticos.

Sabemos todos que no estatuto ético-político dos congressistas não é necessário, para que se configure o delito de quebra de decoro parlamentar, que o parlamentar tenha cometido também um ilícito penal comum, embora possam os dois ilícitos decorrer de um mesmo fato.

Como afirmou o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal, nos autos da Representação nº 2, de 1999, que tinha como objeto o comportamento de um Senador da República:

“Para a caracterização da quebra de decoro parlamentar não é necessário que a prática atribuída ao Parlamentar seja tipificada como crime ou que tenha causado dano, basta que, segundo o juízo de seus pares, ofenda a imagem e a dignidade da Casa Legislativa de que faça parte.”

Esse é também o consensual entendimento doutrinário, de que é exemplo notável o prof. Manoel Gonçalves Ferreira Filho:

“Decoro parlamentar. (.....) Entende-se por atentatória ao decoro parlamentar a conduta que fira os padrões elevados de moralidade, necessários ao prestígio

do mandato, à dignidade do Parlamento. Assim, não é preciso que o ato configure ilícito penal, basta que macule o respeito exigido por um **bonus pater familias** para dar ensejo à perda do mandato”. (**Comentários à Constituição de 1988**, Ferreira Filho, Manoel Gonçalves – São Paulo: Saraiva, 1997, pág. 330.

Disso não discrepa a jurisprudência. Veja-se:

“Escapa ao controle do Judiciário, no que concerne a seu mérito, juízo sobre fatos que se reserva, privativamente, à Casa do Congresso Nacional formulá-lo...” (MS nº 23.388-5, Rel. Min. Néri da Silveira, DJ de 20/04/2001)

“Verificada e afirmada a observância do devido processo legal para cassação do mandato do Recorrente, bem como que ela se deu por motivo previsto em lei, não pode o Judiciário examinar se foi justo ou não o ato, porque a isto se contrapõe o princípio de independência e harmonia dos Poderes...” (RE n.113.314, Rel. Min. Aldir Passarinho, DJ de 21.10.88).

Aqui, farei algumas considerações para responder à imprensa sobre a evolução das informações que vinha prestando. Perceberão por que, eventualmente, mudei de opinião.

Assim, respondo à sociedade brasileira.

VIII – Considerações Finais

O Relator da CPML dos Correios, inicialmente, se propunha a elaborar listagem em que se obviasse o grau de comprometimento dos parlamentares.

Sabidamente foi alertado pelo Senador Álvaro Dias e pelos Deputados Juíza Denise Frossard e Antônio Carlos Magalhães Neto, de que isso importaria em juízo de valor.

Também chegou a cogitar em eventual exclusão de alguns parlamentares, mas isso igualmente incidiria em seleção de critério, o de maior ou menor envolvimento e, portanto, novamente juízo de valor.

Quanto à ampla defesa, nesta quadra, é preciso atentar que se trata de inquérito parlamentar. Cabe, portanto, o entendimento que reiteradamente têm manifestado a doutrina e a jurisprudência, e nomeadamente, o Parecer da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal, cujo relator foi o Senador Osmar Dias:

“A condição de acusado do cidadão detentor de mandato senatorial a quem se imputa a prática de ato contrário à ética e ao decoro parlamentar somente se configura, tecnicamente, com o início do processo pertinente e este, por seu turno, somente principia com a propositura de representação pela Mesa Diretora do Senado Federal ou por partido político com representação no Congresso Nacional (§ 3º do art. 55, CF).”

“Desse modo, não há que falar em cerceamento de defesa na hipótese da consulta vertente, uma vez

que não teve início, até o momento, o processo pertinente.” (Parecer da CCJ do Senado Federal publicado no Diário do Senado Federal de 10 de outubro de 2001.)

Em verdade, afirmar a consistência da prova é invadir seara de convencimento, que é do Conselho de Ética. Uma prova que pode ser irrelevante para o Relator, pode ser a definitiva para o Membro do Conselho de Ética, ou, diferentemente, a prova mais convincente para o Relator poderá ser relegada pelo julgador. Afinal, vale recordar, trata-se de juízo político e, ademais, da amplitude ínsita a tal julgamento, ainda tem aplicação o princípio do livre convencimento motivado, que importa em valoração da prova segundo critérios subjetivos de quem julga. No caso, o Conselho de Ética.

O presente Parecer destina-se, como já dito, a encaminhar à Presidência da Câmara dos Deputados o relato dos fatos, até o momento apurados, pelas duas Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito com a indicação dos parlamentares cujo comportamento possa ser tido como incompatível com o decoro parlamentar.

O Relatório Final da CPMI da Compra de Votos apontará outros ilícitos que possam ser imputados tanto aos congressistas aqui apontados, como a outros parlamentares e demais agentes públicos cujos nomes venham a ser eventualmente identificados durante os seus trabalhos como envolvidos nos fatos sob apuração.

Registre-se que o comportamento desses últimos não é objeto deste Relatório Parcial, o qual cinge-se às pessoas detentoras de mandato eletivo no Congresso Nacional.

Além das infrações à legislação eleitoral, podem ter ocorrido ofensas a dispositivos constitucionais e legais, que convém trazer à baila.

A Constituição Federal, ao dispor sobre as obrigações impostas aos congressistas, estabelece o dever de respeitar todos os preceitos relativos ao decoro parlamentar (art. 55, inciso II e § 1º).

Na Câmara dos Deputados, a Resolução nº 25, de 2001, que institui o Código de Ética e Decoro Parlamentar, ao dispor sobre os Deveres Fundamentais dos Deputados, e os atos incompatíveis com o decoro parlamentar, reza o Código:

“Art. 3º. São deveres fundamentais do Deputado:

(...)

III – zelar pelo prestígio, aprimoramento e valorização das instituições democráticas e representativas e pelas prerrogativas do Poder Legislativo;

(...)

IV – exercer o mandato com dignidade e respeito à coisa pública e à vontade popular, agindo com boa-fé, zelo e probidade;

(...)

Art. 4º Constituem procedimentos incompatíveis com o decoro parlamentar, puníveis com a perda do mandato:

I – abusar das prerrogativas constitucionais asseguradas aos membros do Congresso Nacional (Constituição Federal, art. 55, §1º).

II – perceber, a qualquer título, em proveito próprio ou de outrem, no exercício da atividade parlamentar, vantagens indevidas (Constituição Federal, art. 55, § 1º).”

A Lei nº 1.079, de 1950, que define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento, determina, em seu art. 1º, inciso IV, que “são crimes dessa natureza os atos de determinados agentes políticos (Presidente da República, Ministros de Estado) que atentarem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra a probidade da administração.”

A Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992), ao tratar dos atos de improbidade que atentam contra os princípios da Administração Pública, define em seus arts. 9º, inciso I, e 11, incisos I e II:

“Art. 9º. Constitui ato de improbidade administrativa importando enriquecimento ilícito auferir qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, mandato, função, emprego ou atividade nas entidades mencionadas no art. 1º desta lei, e nomeadamente:

I – receber para si ou para outrem dinheiro, bem móvel ou imóvel, ou qualquer outra vantagem econômica, direta ou indireta, a título de comissão, percentagem, gratificação ou presente de quem tenha interesse, direto ou indireto, que possa ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público;

(...)

Art. 11. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, e notadamente:

I – praticar ato visando fim proibido em lei ou regulamento ou diverso daquele previsto, na regra de competência;

II – retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício;”

O Código Penal (instituído pelo Decreto-Lei nº 2.848 de 7 de dezembro de 1940), no Título XI, contempla os crimes contra a Administração Pública, cabendo mencionar, nesta oportunidade, que as condutas mencionadas neste Parecer podem caracterizar corrupção passiva (art. 317), corrupção ativa (art. 333), prevaricação (art. 319) e advocacia administrativa (art. 321).

Por sua vez, a Lei nº 4.729, de 1965, estabelece, em seu art. 1º, que constitui crime de sonegação fiscal prestar declaração falsa ou omitir, total ou parcialmente, informação que deve ser produzida a agentes das pessoas jurídicas de direito público interno, com a intenção de eximir-se total ou parcialmente do pagamento de tributos, taxas e quaisquer adicionais devidos por lei.

Mencionamos aqui os dispositivos pertinentes a delitos comuns por julgarmos necessário que o presente Parecer tenha, também, natureza informativa, e, sobretudo, para honrarmos nossas responsabilidades históricas.

Sentimo-nos, entretanto, na obrigação de afirmar, de maneira inequívoca, pois a gravidade do momento histórico o exige, que, independentemente da ocorrência de delito comum – para cujo julgamento a competência não é do Congresso Nacional, mas do Poder Judiciário –, existem elementos bastantes que podem demonstrar que os desvios de conduta por parte de Deputados Federais, aqui citados, indicam a quebra do decoro parlamentar, quando menos, pelo grave dano à imagem do Congresso Nacional, pelo comprometimento da atividade política, pela lesão à democracia representativa, pelo menoscabo ao estado de direito democrático, enfim, por um amplo conjunto de crimes políticos expressivos o bastante para justificar a abertura de processo de perda de mandato dos Congressistas que os praticaram.

Para tanto, encaminhamos o presente Parecer à Presidência da Câmara dos Deputados, nos termos da Constituição Federal (art. 55, II, e §§ 2º 3º) e do Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados (arts. 4º, I, IV e V, e 14, § 3º) e, nos termos do art. 58, §3º da Constituição Federal, ao Procurador-Geral da República.

Sala da Comissão, 1 de setembro de 2005.
CPMI dos Correios:

Senador **Delcídio Amaral**, Presidente
Deputado **Osmar Serraglio**, Relator

CPMI da Compra de Votos:

Senador **Amir Lando**, Presidente
Deputado **Ibrahim Abi-Ackel**, Relator.”

É esse, Sr. Presidente, o parecer dos Srs. Relatores!

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Agradecemos aos Srs. Relatores a leitura que propiciaram à Comissão, e suspendo a presente reunião pelo tempo de 30 minutos, a fim de que o Sr. Relator possa fazer alguns ajustes de redação e alguns ajustes numéricos, pequenos.

Consulto o Plenário!

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, é melhor suspender.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Está aprovado, Sr. Presidente! Já houve um acordo nesse sentido!

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sr. Presidente, encaminhe a votação!

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Não, não há encaminhamento de votação, não há encaminhamento de votação ainda, não há nenhum encaminhamento de votação.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-Sol – AL) – Suspender, não! Votar, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Simplesmente queria fazer uma colocação de que este espaço de 30 minutos é porque é para voltar em 30. Posso dar 10 minutos, mas, então, vamos voltar em 10, e não voltar em 30.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Dez minutos são suficientes!

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Pergunto aos Relatores qual o tempo necessário para fazer pequenos ajustes pelo que foi mencionado.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, pela ordem!

Por que não delegamos ao Relator os pequenos ajustes?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – O Relator disse que tem condições de fazer em 10 minutos.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-Sol – AL) – Dez minutos! Excelente, Sr. Presidente! Excelente!

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Então suspendo a reunião por 10 minutos, e retomaremos os trabalhos exatamente às dezoito horas e onze minutos.

(A reunião é suspensa às 18h01min e reaberta às 18h11min.)

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Peço aos Srs. Parlamentares que tomem seus as-

sentos para podermos dar continuidade à presente reunião.

Mas vou estabelecer algumas normas e alguns procedimentos aqui. Em primeiro lugar, quanto à modalidade de votação. Combinando o art. 14, parágrafo único, do Regimento Comum, que passo a ler:

“Nas deliberações da Comissão Mista, tomar-se-ão, em separado, os votos dos membros do Senado e da Câmara dos Deputados, sempre que haja paridade de votação.”

O importante é o que o **caput** estabelece:

“A Comissão Mista deliberará pela maioria dos seus votos, maioria simples, presente a maioria dos seus membros.”

É evidente e sempre é importante também uma disposição do parágrafo único final, quando fala o seguinte, nós podemos deliberar com a presença da maioria e uma deliberação por maioria de votos, maioria simples, em outras palavras, sempre que não haja paridade numérica em sua composição.

Na verdade, também interpretando o Regimento Interno do Senado Federal, podemos verificar que, nas Comissões Mistas, as decisões poderão seguir esse rito. Em conseqüência, faremos, aqui, separadamente, as votações, em ambas as comissões, simbólicas. Isso fica óbvio, não foi levantada nenhuma questão de ordem, mas, interpretando o Regimento, é possível assim proceder.

Por outro lado, teríamos a possibilidade de abertura de vista. Há um entendimento, mais ou menos, da Casa no sentido de que isso seria dispensável, porque estamos votando um relatório parcial que será encaminhado, e essa vista e ajustes poderão ser feitos individualmente, cada caso, junto ao Conselho de Ética. Então não haveria a necessidade aqui de uma discussão, de querer qualquer destaque, qualquer coisa dessa natureza que poderia acontecer **a posteriori** do pedido de vista. Então há um consenso de que não será pedida a vista e, conseqüentemente, não será dada a vista, e declaro esse direito precluso. Automaticamente, declaro o direito de vista precluso, e fica prejudicada qualquer tentativa de vista.

O SR. (Orador não identificado) – Monocraticamente!

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Não há decisão monocrática alguma. Estou interpretando a vontade coletiva da Comissão.

Pergunto ao Relator, que está procedendo alguns pequenos ajustes, se ainda está... Em fase final.

Por outro lado, teríamos, segundo as normas, a possibilidade de uma ampla discussão que poderia levar a votação para o dia subsequente. Então num

entendimento, num esforço geral, haveria uma renúncia expressa de todos os Parlamentares no sentido de não encaminhar. O não-encaminhamento significa a votação imediata, após o Relator fazer os pequenos ajustes e ler aqui no plenário, para que todos tenham o conhecimento desta errata, deste ajuste que se está fazendo.

Então, se conceder a palavra a alguém, abre-se a discussão ampla e geral. Pediria, a não ser que fosse exclusivamente uma tentativa de corrigir aqui, mas sem o abuso da questão de ordem ou pela ordem; evidentemente seria uma questão de ordem porque seria um procedimento **ad futurum**, mas nem isso, ou o entendimento geral, e aí essa renúncia deveria ser coletiva. Na medida em que um não renunciar, todos vão querer falar. E aí abre-se a discussão.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, só uma informação: gostaríamos de saber o que está acontecendo neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Um momento.

O SR. (Orador não identificado) – Não, só para saber!

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Perfeito! Perfeito!

Falei que o Relator tem pequenos ajustes: ajustes numéricos, ajustes de redação. Vou dar um exemplo concreto: ao mencionar a fala de um depoente, houve um equívoco, e esse equívoco deve ser corrigido porque não se pode transcrever no relatório uma expressão alterada daquela que foi dita, e que não foi voluntário porque acontecem, exatamente como disse, os erros de redação ou ajustes de natureza material.

O SR. (Orador não identificado) – É a redação final, então?

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – É a redação final, apenas a redação final.

Não haverá, e os senhores verão que são duas referências, dois textos, dois pequenos ajustes que me parecem absolutamente corretos, porque um ajusta o depoimento ao texto, à transcrição, e o outro é coisa semelhante, é uma questão de soma, erros materiais, soma de valores, como já disse, ajustes numéricos. É uma questão meramente de soma de valores que pode acontecer.

Poderíamos fazer **a posteriori**, poderíamos delegar, mas exatamente para não haver prejuízo nem reclamação que pese exclusivamente sobre as costas dos Relatores. São essas as informações que gostaria de fazer.

O SR. RODRIGO MAIA (PFL – RJ) – Sr. Presidente!

Informo que vou querer encaminhar a votação. Vou orientar pelo meu Partido.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Bom, ocorrendo isso, ficam prejudicadas todas as normas e os acordos.

Vou fazer diferente. Vou submeter a nossa proposta ao Plenário. Se o Plenário concordar com a proposta, vamos seguir essa proposta, senão, concederei a palavra a V. Ex^a.

O SR. RODRIGO MAIA (PFL – RJ) – Sr. Presidente, o Regimento...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Ainda não submeti.

O SR. RODRIGO MAIA (PFL – RJ) – Eu quero apenas dizer que posso orientar ou posso falar como Líder, da forma que V. Ex^a achar melhor.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Não, não haverá intervenção nem de Liderança, segundo nosso entendimento. Porque, senão, vamos abrir....

O SR. RODRIGO MAIA (PFL – RJ) – O Líder fala a qualquer momento, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Recebi essa orientação da maioria absoluta de todos os membros. Vou submetê-las ao Plenário. Se o Plenário votar no sentido...

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-Sol – AL) – É um apelo! Não pode! Mas esse é que é o problema! Desculpe, Sr. Presidente, mas o apelo que faço ao Deputado Rodrigo Maia é porque sei que V. Ex^a não poderá votar essa proposta no plenário; e que ninguém encaminhe a votação, porque encaminhar é regimental.

Então o apelo que estou fazendo a V. Ex^a, Deputado Rodrigo, é de que ninguém fale porque, se alguém for encaminhar, por mais motivos que tenha, todos quererão fazer também. Então é um apelo! Não vamos nem poder votar a proposta que é acordada, que é consenso da maioria dos parlamentares... Porque nem poderia votar uma proposta que defendo. Defendo que ninguém vote, que se vote.....

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Perdão! Perdão! É que o papel.....

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-Sol – AL) – Desculpe, Sr. Presidente! Só porque sou parte dessa proposta de que se vote. Os debates acontecerão na CPMI do Mensalão ainda, na CPMI dos Correios e na Comissão de Ética. Agora, não poderei nem votar esta proposta se for apresentada por V. Ex^a, porque não é regimental. Sei que ele tem direito! Só estou apelando a ele para não fazer.

O SR. (Orador não identificado) – Ou todos falam ou ninguém fala! (Pausa.)

Não, não, não! Ou todos falam ou ninguém fala!

O SR. (Orador não identificado) – Ninguém fala!

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Não, quando há acordo unânime.... Como não há unanimidade, evidentemente, que fico sem condições. É evidente. Submeti, mas foi uma forma de pressão da Mesa para impor, mas tenho absoluta consciência de que o Regimento está acima da vontade da Mesa e até do Plenário.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-Sol – AL) – E nós todos faremos um esforço para garantir o que foi pactuado anteriormente, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Mas o Deputado Rodrigo Maia tem alguma observação a fazer neste momento preliminar? Poderá fazê-lo.

O SR. RODRIGO MAIA (PFL – RJ) – Sr. Presidente, posso fazer agora.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Fixe um tempo para ele, um tempo para ele falar!

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – V. Ex^a tem a palavra. Inclusive se quiser encaminhar ou orientar a sua Bancada antes, pode fazê-lo pelo tempo de 5 minutos.

O SR. RODRIGO MAIA (PFL – RJ) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, em nome do meu Partido, venho deixar claro, nesta tarde, a nossa posição. Em nenhum momento, para que fique claro, o Partido da Frente Liberal, procurou qualquer um dos dois Relatores para propor algum tipo de acordo, para propor qualquer forma de atrapalhar e obstruir os trabalhos das duas Comissões Parlamentares de Inquérito.

Sr. Presidente, venho, como Líder do meu Partido, nesta tarde, declarar....

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Nobre Deputado, estou pedindo silêncio do Plenário.

O SR. RODRIGO MAIA (PFL – RJ) – que o PFL da Câmara e do Senado está presente aqui e estará em todos os fóruns na defesa do Deputado Roberto Brant.

O Deputado Roberto Brant, que tem uma história em Minas, tem uma história como Deputado Federal, como Ministro da Previdência, indicado pelo meu partido na gestão do Presidente Fernando Henrique Cardoso e que tem do seu partido total apoio.

O Deputado Brant apresentou a sua defesa mostrando aos dois relatores a origem dos recursos privados e o destino, quando apresentou a nota fiscal da produtora de televisão que fez sua campanha. Mostrou também, Sr. Presidente, de forma clara, que aquela foi uma doação que a Usiminas resolveu, por bem, fazer por meio da SMP&B e que foi no período eleitoral.

Nós, do PFL, Sr. Presidente, temos total confiança no Deputado Roberto Brant. Além de defendê-lo hoje,

o defenderemos, como já disse, na Corregedoria, no Conselho de Ética e, se necessário for, no Plenário da Câmara dos Deputados, porque confiamos no Deputado Roberto Brant, sabemos da sua integridade e da sua conduta como homem público.

É por isso que insisti, Sr. Presidente, e não poderia, como líder da bancada, deixar de fazer o registro da nossa posição, que é a favor de toda investigação; aliás, investigação que começou com um processo conduzido pelo Partido da Frente Liberal e por outros partidos.

É por isso também, Sr. Presidente, que não estamos aqui para obstruir a votação, não estamos aqui para pedir nenhum tipo de vista, usar o regimento, e não estamos aqui para atrapalhar o relatório dos nobres relatores; estamos aqui para, de forma transparente e clara, defender o que acreditamos, e acreditamos na inocência e na boa conduta do Deputado Roberto Brant.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Agradeço a V. Ex^a. Passarei, imediatamente, a palavra ao relator, para que se pronuncie aqui e faça a leitura dos pequenos ajustes que fez no relatório, para que todos façam inclusive as correções nas respectivas cópias, porque não temos como acionar agora, todo o processo de reedição.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sr. Presidente, recebemos algumas ponderações que entendemos cabíveis e que, de forma nenhuma, infirmam, mas esclarecem algumas das passagens; inclusive integram algumas das omissões que ocorreram na nossa manifestação, no nosso relatório, do eminente Deputado Ibrahim e deste Parlamentar.

Quando, na página 22, fiz referência ao caixa dois, eu me vali da semântica pela qual caixa dois e recursos não contabilizados expressam o mesmo conteúdo material. Mas fui alertado de que o João Magno, no documento dele, não se valeu dessa expressão. Portanto, por fidedignidade, subtraio a expressão e a substituo por “recursos não contabilizados”. Isso está na página 22.

Também reconheço, nessa seqüência e, no final do João Magno consigno, por ser uma verdade, que ele juntou documentos pelos quais pretende comprovar a destinação dos recursos por ele retirados.

Na página 24, em relação ao Deputado João Paulo Cunha, existem dois cidadãos que se chamam Luiz, relacionados ao Deputado. Apenas nos equivocamos, escrevemos Luiz da Costa Pinto, quando na verdade se chama Luiz Carlos Gomes.

No primeiro está Luiz da Costa Pinto, é Luiz Carlos Gomes, embora exista Luiz da Costa Pinto, mas não com relação ao comparecimento ao Shopping.

No parágrafo seguinte, onde eu relato o episódio relacionado aos duzentos mil que o publicitário retificou, acatei uma redação que vou enunciar que corresponde absolutamente à verdade, são formas de se dizer o mesmo conteúdo.

Qual é o texto? Embora o recibo obtido junto ao Banco do Brasil registre a soma de R\$50 mil, e é efetivamente isso o que nós temos – estou consignando fatos; vou repetir para não confundirem o texto com o que eu falei – o texto: Embora o registro obtido junto ao Banco Rural, o registro é a soma de R\$50 mil, na lista do Sr. Marcos Valério, o Deputado figurou como beneficiário de R\$200 mil. Imediatamente após a entrega da lista, o próprio Marcos Valério a retificou dizendo que o valor era apenas de R\$50 mil. Esse é um fato verdadeiro que esta relatoria confirma.

Depois, continuando na página 24, com relação ao Deputado João Paulo Cunha, no parágrafo que começa com “outrossim”, este fato aqui, também reconheço e esclareço com o que menciono à frente, que na verdade não há instância de defesa no inquérito, mas eu dei essa oportunidade de defesa, isso eu reconheço. Quando dei essa oportunidade de defesa, esse parágrafo, esse fato ainda não estava registrado. Portanto, quando o Deputado João Paulo Cunha se defendeu, ele não se defendeu com relação a este fato. Por isso eu mantenho o fato, apenas consigno, ao final que, sobre esses fatos, e continuo na mesma linha para não parecer que são outros fatos, alegou ao relator que não foi questionado. Isso é verdadeiro.

E finalmente, ainda João Paulo Cunha, ao final...

O SR. (Orador não identificado) – (*Fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Não, alegou ao Deputado João Paulo Cunha.

E ainda ao final do Deputado João Paulo Cunha, vou acrescentar também. Confirmamos na defesa, nós fizemos uma síntese, evidentemente nós não traduzimos todas as defesas, ele afirmou na defesa e agora eu registro: “afirmou ainda que a sua esposa esteve na agência do Banco Rural para tratar de assuntos relativos à TVA”. Esse é o acréscimo da página 25.

O SR. (Orador não identificado) – (*Fora do microfone. Inaudível.*) – O Deputado Dimas está pedindo para colocar o nome do Diretor de Furnas completo porque há dois Deputados Dimas na Casa.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Quero esclarecer um fato muito importante, mas que não vou poder fazer a retificação, que está me

solicitando aqui; que fique bem claro à imprensa e à população.

Temos dois parlamentares que se chamam Dimas. No texto, estou reproduzindo uma fala do Deputado Roberto Jefferson. Ele diz: Falei com fulano, fulano, Dimas, e não sei quem. Eu não posso inserir no texto dele o sobrenome do Deputado. Não tem nada a ver.

Portanto, para esclarecer, muito transparentemente, o Dimas a que o relatório se refere aqui...

O SR. (Orador não identificado) – Qual é a página?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – A página? Já falo.

O SR. (Orador não identificado) – É na fala do Roberto Jefferson.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – É só verificar onde há uma fala. (Pausa.) Na página 47.

“E eu disse ao Ministro José Dirceu, numa dessas conversas que não são republicanas, ... que isso era um oferecimento ao Partido feito pelo Presidente Lula. Ele disse: Eu vou acionar o Delúbio, e o Dimas vai procurar você”. Eu não posso inserir aqui na minha retificação, numa reprodução, o nome de ninguém. Que fique bem claro para todos: Dimas aqui não tem nada a ver com nenhum Parlamentar; é Diretor de Furnas, ou era Diretor – não sei.

Vamos prosseguir.

Na página 27 há também uma correção. No primeiro parágrafo do José Janene está escrito assim: “Conforme suas declarações” – e eu estou me reportando a João Cláudio Genu – está escrito assim: “Conforme suas declarações, os Deputados José Janene, Pedro Correia e Pedro Henry me passavam a informação sobre a necessidade de receber o dinheiro”.

Aqui realmente há um equívoco. O texto está aqui para todo o Plenário que queira ler as declarações. O teor é o seguinte: Que somente ia receber o dinheiro após a confirmação expressa de Pedro Correia ou José Janene; que também fazia parte da Direção do PP o Deputado Federal Pedro Henry.

Os senhores sabem que são frases separadas. Uma se reportando a quem ia ao banco e a outra dizendo que era um dos diretores. Então estou excluindo desse parágrafo a expressão “e Pedro Henry”.

Depois, estou acrescentando. Nesta página 27, fizemos referência às listas e estamos agora consignando, exatamente, quanto há de documento. Os senhores lembram que nós dissemos que de cinquenta e poucos milhões nós só temos 32 milhões identificados. Portanto, ainda há um cruzamento pendente. Suponho que agora se proceda a essa informação ao

Conselho de Ética, também se chegar lá, porque não quero adiantar juízo.

Estou acrescentando aqui fato. Na CPMI somente constam cheques recebidos por João Cláudio Genu no montante de R\$600.000,00. Esses são os cheques que nós temos lá identificados. Evidentemente que se trata de disceptação entre as listas e as provas até o presente momento.

Na página trinta e quatro, antes do “defendendo-se”, no parágrafo “Os comprovantes de pagamentos são recentes”, na verdade não são todos os comprovantes que são recentes; inclusive mandei buscar a pasta. Há recentes, mas não todos. Então fica assim: Alguns comprovantes de pagamento são recentes. Portanto, estou separando. Existem recentes e existem coevos.

Aqui, no Pedro Corrêa, há uma expressão, na página 35; preciso esclarecer: acolho porque acho simplesmente, até porque não estamos fazendo juízo nenhum e esse juízo sobre isso é um juízo que se vai estabelecer na seqüência do exame do documento.

Nós falamos aqui que temos isso realizado tantas vezes que se perdeu a conta. Essa expressão é minha. Não podia fazer juízo de valor. Tudo bem. Então, retirei essa parte e daí isso se esclarecerá à frente. Não me lembro se tem mais coisa. Tem mais uma, pelo menos...

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Sr. Relator, foi concluída?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Só tem mais uma. Aqui também há um aspecto jurídico, na última página. Como se trata de um relatório parcial, e aí vem aquela discussão toda como houve na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre documentos – acho que foi até do Banestado –, sobre CPIs que não estivessem concluídas, a nossa não é inconcluída, é um relatório parcial.

Portanto, fica consignado aqui que, quando nós fizermos o relatório final, iremos encaminhar à Procuradoria-Geral da República.

É isso, Srs. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Qual o número da página, nobre Relator?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – RS) – Sessenta. É a última.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Pergunto a todos os Srs. Parlamentares presentes se já estão satisfeitos com as informações prestadas.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO)

– Pois não.

Então, invocando o art. 14 do Regimento Comum, combinado com o art. 113 do Regimento do Senado, vou submeter à votação simbólica, em primeiro lugar, na CPMI dos Correios.

Antes de colocar em votação, peço que, em seguida à votação, todos os seus membros passem à assinatura – à minha esquerda estará uma lista –, porque é importante que todos assinem, sob pena de não podermos remeter o documento à Presidência da Câmara.

Em votação na CPMI dos Correios.

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares da CPMI dos Correios que concordam com o Relator queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado unanimemente.

Em seguida, submeto à votação na CPMI da Compra de Votos.

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares da CPMI da Compra de Votos que concordam com o Relator, com o parecer oferecido, permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado unanimemente.

Fica, então, aprovado o Relatório Misto das duas Comissões.

Parabéns a todos. Muito obrigado pela presença e não se esqueçam da assinatura.

Declaro encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 18h39min.)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN,
PARA INVESTIGAR AS CAUSAS
E CONSEQUÊNCIAS DE DENÚNCIAS
E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS
POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS
– EMPRESA BRASILEIRA
DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

Ata da 35ª Reunião, realizada em 14 /09/2005

Aos quatorze dias do mês de setembro do ano de dois mil e cinco, às dez horas e trinta minutos, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência Senador Delcídio Amaral e ainda com as presenças dos Senhores Senadores Heráclito Fortes, César Borges, Demóstenes Torres, Sergio Guerra, Aelton Freitas, Siba Machado, Álvaro Dias, Ney Suassuna, Luiz Otávio, Valdir Raupp, Íris de Araújo, Jefferson Peres, Fernando Bezerra, Romeu Tuma, Arthur Virgílio, Ana Júlia Carepa e Leomar Quintanilha, bem como dos Senhores Deputados Carlos Abicalil, Jorge Bittar, Maurício Rands, Asdrúbal Bentes, Osmar Serraglio,

Carlos William, Antônio Carlos Magalhães Neto, Onyx Lorenzoni, Eduardo Paes, Gustavo Fruet, Nélcio Dias, Nelson Meurer, Arnaldo Faria de Sá, Inaldo Leitão, Pompeo de Mattos, José Eduardo Cardozo, Jamil Murad, Cezar Schimer, Alberto Fraga, Murilo Zauith, Sílvio Torres, Carlos Sampaio, Ildeu Araújo, Luiz Antônio Fleury, Medeiros, Geraldo Thadeu e João Fontes e os parlamentares não-membros Senadores Aloizio Mercadante e Eduardo Suplicy e os Deputados Jackson Barreto, Márcio Fortes, Antônio Carlos Mendes Thame, Alice Portugal, Babá e Alexandre Cardoso reúne-se a COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN, PARA INVESTIGAR AS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DE DENÚNCIAS E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS – EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e informa que a presente reunião destina-se à oitiva do senhor Luiz Gushiken. Fazem uso da palavra os Senadores Jefferson Peres, Heloísa Helena, Ideli Salvatti, Ney Suassuna, Álvaro Dias, Heráclito Fortes, bem assim os Deputados Onyx, Antônio Carlos Magalhães Neto, Maurício Rands, Eduardo Paes, Jamil Murad, Carlos Abicalil, Jorge Bittar, Juíza Denise Frossard, Henrique Fontana, Jose Eduardo Cardozo, Nélcio Dias, Gustavo Fruet, Álvaro Dias, Geraldo Thadeu, Moroni Torgan, e Pompeo de Mattos. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às vinte horas e dez minutos, convocando os membros para a próxima reunião no dia vinte e oito de junho de dois mil e cinco às nove horas. E, para constar, eu, *Wanderley Rabelo da Silva*, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da presente ata.

NOTA TAQUIGRÁFICA

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Sob a proteção de Deus, havendo número regimental, declaro aberta 35ª reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 03, de 2005, do Congresso Nacional, para investigar as causas e as consequências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Esclareço que a pauta desta reunião destina-se à oitiva do Sr. Luiz Gushiken.

Gostaria de informar a V. Ex^{as} que, amanhã, haverá reunião administrativa desta Comissão, que terá início às 10 horas da manhã.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente. Marque a reunião mais cedo, às 9 horas.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Não. Hoje, não aceitarei pedido de palavra pela ordem, porque temos aí uma grande jornada de trabalho pela frente.

Gostaria de convidar para tomar assento à mesa o Sr. Luiz Gushiken, para seus esclarecimentos.

Quero aqui saudar a presença do Relator, Deputado Osmar Serraglio, que já se encontra aqui na CPMI. E também quero aqui ressaltar a presença do Deputado Asdrubal Bentes, Vice-Presidente da CPMI.

Vamos receber o Sr. Luiz Gushiken. (Pausa.)

Quero esclarecer que o Sr. Luiz Gushiken depõe, hoje, como testemunha. O termo de compromisso aqui já foi assinado pelo Sr. Luiz Gushiken.

Vou abrir os trabalhos, passando a palavra ao Sr. Luiz Gushiken, que vai fazer uma rápida apresentação do seu currículo. Depois, passarei a palavra ao Relator, Deputado Osmar Serraglio.

Concedo a palavra ao Sr. Luiz Gushiken.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, é com muita honra que retorno a esta Casa, hoje, na condição de membro do Poder Executivo.

Seguindo a praxe desta CPMI, passo, rapidamente, a esclarecer elementos da minha vida pessoal.

Meu nome é Luiz Gushiken, RG 4860483-0, casado, pai de três filhos, ex-funcionário do Banespa. Trabalho desde os 14 anos de idade. Cursei Administração de Empresas na Fundação Getúlio Vargas. Fui dirigente do Sindicato dos Bancários de 1978 a 1986, um período muito especial na minha vida, porque foi do respeito que pude angariar junto aos trabalhadores bancários que pude, posteriormente, ascender à condição de Deputado Federal, missão que cumpri, nesta Casa, por três mandatos consecutivos e que muito honrou o meu currículo político, porque foi, neste espaço público, que pude travar memoráveis batalhas, entre as quais a memorável Assembléia Nacional Constituinte.

Nesse período, Sr. Presidente, tive a honra de participar, com milhões de brasileiros, de grandes combates que tiveram, no período subsequente na história política brasileira, grandes desdobramentos. Fui um ator privilegiado desse período histórico. Refiro-me à luta pelo fim da ditadura militar, à luta pela construção do Partido dos Trabalhadores, à luta pela reorganização do movimento sindical, pela organização da classe trabalhadora numa central sindical, e também àquilo a que já me referi, a Assembléia Constituinte – enfim,

um palco de lutas de efeitos, no período posterior da história política brasileira, extremamente positivos.

Em 1998, decidi não mais disputar uma cadeira na Câmara dos Deputados e abri uma pequena empresa de consultoria na área de previdência. E foi uma atividade de que também me orgulho muito, porque pude contribuir com a formação de milhares de dirigentes, de servidores, numa área complexa, que é a criação de fundos de pensão. E tive também a honra de ter recebido do Governo Federal, do Governo anterior, pelo Ministério da Previdência, a incumbência de escrever um livro sobre previdência dos servidores que pudessem oferecer aos técnicos dos Governos municipais e estaduais e da União elementos para aplicar na prática um princípio consagrado na Constituição brasileira e de pouco conhecimento, que é o princípio do equilíbrio atuarial. É esse livro que o Governo FHC me recomendou – deixo exemplar para esta CPMI.

Em junho de 2002, já em meio à campanha eleitoral, recebi o convite do então candidato à Presidência da República Luiz Inácio Lula da Silva para coordenar a área de comunicação da sua campanha. E tive o prazer de posteriormente fazer parte de um sonho acalentado por milhões de brasileiros, qual seja o de participar de um governo de centro-esquerda, de um governo voltado para o social, de um governo mais preocupado com a população pobre deste País.

Sr. Presidente, acompanho atentamente essa crise, com tristeza, com repúdio, mas tenho em conta que há outra face dessa crise, que é um processo de purificação das instituições brasileiras, em particular as partidárias e as dos poderes da República. E, nesse contexto, entendo que a reforma política tem papel decisivo para que se impeça a repetição de fatos que estão sendo hoje denunciados de forma intensa e pública.

O PT tem sido alvo central desse processo de denúncias. E, como filiado do PT, quero dizer que tenho absoluta convicção de que esse Partido saberá superar suas dificuldades, porque esse Partido é maior do que a sua direção, esse Partido é maior do que eventuais irregularidades em crises eleitorais. Esse Partido representa milhões de simpatizantes, representa milhares de filiados, milhares de Vereadores por este Brasil afora, centenas de Prefeitos, centenas de Deputados e de Deputadas Estaduais e Federais, dezenas de Senadores e de Senadoras, vários Governadores, um Presidente da República. De maneira que tenho a absoluta convicção de que o Partido, que é maior que a direção e maior que a crise, tem condições facilmente de superar os problemas que hoje vivencia.

Mas, nesse contexto de crise, percebo também, Srs. Parlamentares, um alto grau de exacerbação no

confronto entre os partidos políticos, o que, de resto, é natural no regime democrático.

Mas sejamos claros: a bandeira da ética não é monopólio de nenhum partido, muito menos das forças de direita, que, neste País, comandaram por dezenas e dezenas de anos os destinos desta Nação, muitas vezes amparadas nas forças das baionetas, cujo único legado foi um país socialmente injusto que nos envergonha perante o mundo. Na verdade, a bandeira da ética é uma exigência da sociedade e um dever de todas as instituições, partidárias, privadas, enfim de todas que compõem a República.

Sr. Presidente, em meio a esse contexto de fortes denúncias, a Secom foi objeto de muitas denúncias infundadas, de informações equivocadas, muitas das quais sobre a minha vida pessoal e a minha vida familiar, e, hoje, faço questão de esclarecer todas uma por uma. Aliás, aproveito para agradecer a oportunidade que esta CPMI me oferece para desfazer tantos equívocos que foram lançados sobre essa organização, com a qual tenho uma certa responsabilidade.

Eu começaria explicando a Secom a partir de alguns dados importantes, porque a Secom é um órgão relativamente novo no Estado brasileiro. Na época do regime militar, por exemplo, agências de publicidade não eram contratadas via licitação pública; eram contratadas por notória especialização. É de 1993 que existe o primeiro esforço do Governo para organizar normativos que pudessem sistematizar relações entre órgãos do Governo Federal e um órgão do Governo Central, seja para analisar conteúdos de publicidade, seja para analisar custo de produção na área relativa à publicidade, seja para coordenar atividades de patrocínio, seja para ordenar licitações. Aliás, licitações são de 1995, em que foi baixado o primeiro ato normativo que regula o processo licitatório em contas de publicidade dos órgãos do Governo Federal, definindo os quesitos técnicos, definindo o sistema de pontuação que orienta o Comitê Especial de Licitação na decisão que ele vai tomar perante um processo licitatório.

De forma que o que nós observamos ao longo do tempo, quando se analisa a estrutura que lida com publicidade no Governo, é o aprimoramento contínuo dessa instituição, pequena, mas relevante.

Agora, é preciso fazer uma ressalva: a Secom não tem poder de mando sobre as estatais; existe um limite a partir do qual a Secom estaria invadindo autonomia das estatais. Por exemplo, a Secom não pode definir valores das contas de publicidade de um órgão estatal. A Secom não pode gerenciar os recursos de uma conta de publicidade de outro órgão. Então, existem limites na tarefa de supervisão, que é o principal elemento que fundamenta a existência desse órgão.

Nesse processo de aprimoramento, eu diria que, na gestão que esteve sob minha responsabilidade, uma grande inovação foi introduzida. A inovação consiste em ter a Secom criado, pela primeira vez na história, uma conta própria de publicidade, com orçamento próprio, com agências próprias de publicidade. Só que esse orçamento não foi feito com recursos novos, não: foi feito obtendo pedaços de recursos dos Ministérios em suas contas de publicidade. E, a partir de então, esses Ministérios ficariam encarregados de disseminar publicidade de utilidade pública, que são publicidades de caráter mais orientativo – aquelas campanhas que todo cidadão vê por ocasião de vacinação, de combate à dengue etc –, ficando a Secom com a responsabilidade de organizar publicidade institucional de governo.

Com essa conta na Secom, nós conseguimos eliminar uma prática antiga que vinha trazendo problema muito sério para o Governo, qual seja a utilização de estatais para uso do Governo em campanhas que interessam para o Governo, como, por exemplo, no Plano Real, a Petrobras e o Banco do Brasil foram intensamente utilizadas para esse fim, o que mereceu por parte do Tribunal de Contas da União, uma severa crítica, uma severa advertência, pela maneira como se conduzia a publicidade do Governo Federal, utilizando estatais.

De maneira que essa conta da Secom é, na verdade, um salto de qualidade. Para se ter uma idéia, a título de informação inicial, a Secom gastou, em 2003 – primeiro ano –, cerca de R\$52.298.000,00 nessa conta e, em 2004 – que é o ápice –, R\$134.871.000,00.

Agora, é importante que se perceba também que, se compararmos gastos, investimento em mídia – esse é o termo que se usa mais nessa área e não gastos em publicidade; é investimento em mídia, aquilo que é veiculado, que é o grosso de um conta de publicidade –, se compararmos o nosso Governo Lula com o Governo anterior, é no Governo anterior que se verifica o maior dispêndio em investimento em mídia. O ano de 2001 é o ano em que se dá o ápice do gasto em veiculação de mensagem publicitária, seja na administração direta, seja somando a administração direta com estatais.

Além disso, cabe ressaltar que, na nossa gestão, por conta dessa inovação que fizemos, de criar uma conta de publicidade, nós conseguimos desenvolver relacionamentos completamente diferentes, seja com a indústria de comunicação, com os órgãos do Governo Federal, seja com novas ferramentas de controle e fiscalização, que é uma das atribuições da Secom. E, com isso, nós conseguimos dar um enorme salto de qualidade na economia do dinheiro público colocado em verbas de publicidade. E de que maneira? Crian-

do um comitê único de negociação de todo o Governo Federal em matéria de veiculação de mídia.

Antigamente, em cada estatal, em cada Ministério, a sua própria agência negociava com os veículos uma campanha tópica. Nós acabamos com isso. Juntamos o comitê único, todas as estatais ou as maiores estatais, os Ministérios, e, através desse comitê único, nós negociamos, todo o começo de ano, com as principais empresas de comunicação e, com isso, geramos um enorme desconto em mídia.

Sabem os senhores que, em mídia, no Poder Público, há uma tabela muito alta. O Governo anterior tinha uma média de desconto geral de 21%. Nós conseguimos chegar a 42% de desconto sobre a tabela. Esse desconto, obtivemos com o mecanismo simples de negociar, conjuntamente, não mais campanhas tópicas, mas um período longo de investimento, o que ofereceu às empresas de mídia, digamos assim, uma certa contrapartida, porque, no seu fluxo de caixa, elas tinham uma certa garantia de entrada de receitas. Nós estávamos discutindo a aplicação de mídia por quatro ou seis meses. Isso ofereceu uma capacidade de economia de recursos altamente volumosos. Para os senhores terem uma idéia, os gastos em mídia – somente na grande mídia que negocia com a Secom –, no ano de 2004, chegou a R\$636 milhões. Se com esses R\$636 milhões nós conseguimos “x” de volume de comunicação, se fôssemos comprar esse volume de comunicação a preço de 2002, nós teríamos de acrescentar cerca de R\$225 milhões. É essa diferença que existe quando você altera procedimentos negociais em um campo até então muito desorganizado.

No início, não foi fácil implantar esse sistema, onde se coloca, no começo do ano, toda grande empresa de comunicação negociando com todas as organizações do Governo Federal. Eles reagiram contra, mas, hoje, o mercado já consagrou essa sistemática de negociação, e os funcionários da Secom têm muito orgulho desse mecanismo que eles conseguiram implantar, porque essa prática já começa a se espalhar para as outras Secretarias de Comunicação, em outros Estados, gerando mais economia de recurso público.

Eu só chamo atenção para o fato de eu estar insistindo nesse ponto, porque, em contas de publicidade, o maior volume de recursos é alocado em veículos de comunicação: televisão, rádio, jornal, revista etc. Focar uma atenção no Poder Público para economia de recurso é focar exatamente nesse espaço por onde se drena a maior parte dos recursos.

Uma outra atividade que eu diria que foi importante para a Secom foi um sistema de parceria que ela estabeleceu com a indústria de comunicação, com anunciantes privados, veículos de comunicação, agên-

cias de publicidade, de forma a buscar espaço de interesse comum que pudesse transformar em campanhas de interesse público, cujo ônus financeiro não ficasse nas costas do Governo Federal. A idéia era essa. E nós tivemos um sucesso muito grande, num processo de articulação política com todo esse protagonista da indústria de comunicação, porque conseguimos desenvolver uma campanha popular de muito sucesso, ganhadora de quatro prêmios, que foi a campanha O Melhor do Brasil é o Brasileiro. Nessa campanha, foram alocados gratuitamente 100 milhões, em veiculação gratuita. Além disso, centenas e centenas de empresas difundiram pelo Brasil a fora a frase “O Melhor do Brasil é o Brasileiro”, que teve tanta receptividade junto ao povo brasileiro.

Isso mostra para nós, da Secom, que é possível estabelecer, no campo da comunicação, um esforço conjunto com o setor privado, de maneira que algumas políticas de interesse público que também sejam de interesse privado possam ser difundidas sem ônus financeiro para o Estado brasileiro.

Por fim, Sr. Presidente, a Secom é um órgão relativamente pequeno. Eu devo, hoje, neste momento tão importante, dar o testemunho da honestidade e da presteza desses servidores com os quais eu tive o prazer de trabalhar por dois anos e meio e assumo a responsabilidade política por eventuais falhas administrativas que tenham ocorrido.

Quero também aproveitar a oportunidade como membro do Poder Executivo e dizer que sou testemunha do trabalho incansável do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no seu Governo, para fazer com que a área prioritária do seu Governo seja a população mais pobre deste País. Eu tenho muito orgulho e muita honra de ter sido convidado pelo Presidente Lula para exercício de cargo do Poder Executivo e penso que, nessa condição, eu fui investido de uma honra que qualquer cidadão brasileiro almeja.

Reitero aquilo que disse no início. Como sou um otimista com relação ao nosso País e ao nosso povo – as potencialidades que tem esta Nação são tão grandes –, quando eu foco essa crise, eu sou obrigado a reiterar aquilo que disse no início: acho que essa crise é profunda, causa tristeza e repúdio, mas tem uma contraface positiva, que é a enorme possibilidade de purificação das instituições, das partidárias, dos Poderes da República e também do setor privado. É assim que eu vejo, e tenho a certeza de que, a partir dessa crise, é o Brasil que sai mais fortalecido.

São essas as rápidas considerações, Sr. Presidente. Novamente, reitero que sou muito grato pela oportunidade a mim oferecida de falar, em particular, sobre as denúncias infundadas que foram lançadas

com muita insistência durante um certo período. Acho que, hoje, posso resgatar a verdade, num debate democrático e esclarecedor.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Muito obrigado, Sr. Luiz Gushiken.

Concedo a palavra ao Relator, Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, cumprimento o Sr. ex-Ministro Luiz Gushiken, que, de alguma forma, já abordou os dois pontos que nós centralizaremos no nosso questionamento: os aspectos relacionados à publicidade e aos de Fundos de Pensão, enfim, à Previdência.

Mas quero começar retomando algumas palavras de V. Ex^a na sua manifestação inicial. Disse que vê com tristeza, com repúdio e que deseja que certos fatos não se repitam. Começo indagando o que V. Ex^a está repudiando e que fatos V. Ex^a não quer que se repitam?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Sr. Relator, fatos ilícitos.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Mas que fatos ilícitos são esses a que V. Ex^a se reporta?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Esses que a CPMI está, continuamente, esclarecendo à opinião pública.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. Ex^a teria condição de, pelo menos, identificar concretamente algum dos que nós apuramos e que teria chamado o seu repúdio?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – O senhor, em particular, fez um relatório recentemente, levantando suspeição sobre ilícitos.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– E V. Ex^a entende que as suspeições levantadas por essa Relatoria têm procedência, tanto que se se filia a ela e repudia o que nós apuramos. Seria isso?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Eu acredito na credibilidade do senhor, Sr. Relator. Acredito que o senhor é um homem honrável e que, certamente, na condição de Relator, é o mais preparado para tirar conclusões. Agora, a conclusão será votada nesta CPMI, e aquilo que é considerado suspeito será enviado ao Ministério Público. Agora, tudo isso causa tristeza, não é só em mim, nos senhores também, na sociedade brasileira também.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Eu concordo com V. Ex^a. Apenas eu gostaria... É que nós vamos ao ponto seguinte, é que, nesse contexto e pela expressão que V. Ex^a sempre significou no Governo e agora, de alguma forma, repudiando fatos

que acontecerem, se eles fossem melhor particularizados, nós próprios da CPMI teríamos condições de eventualmente propor alguma coisa para frente, quando formulássemos o nosso relatório final, no sentido de impedir que eles se repetissem. Aliás, V. Ex^a disse que participou como Constituinte em 1988.

V. Ex^a, a partir do trato que a publicidade mereceu, dentro da Constituição de 1988, V. Ex^a entende que nós... E não me reporto especificamente à condição de V. Ex^a. A publicidade oficial, hoje, está atrelada, submetida, ela leva em conta aqueles princípios que são postos na Constituição, essencialmente o da impessoalidade ou do não benefício a certas pessoas, ou grupos, ou Partidos políticos? Que imagem V. Ex^a tem e como poderia contribuir com esta CPMI em relação a alguma crítica construtiva, a fim de que – se é que, de fato, existem mazelas – nós pudéssemos formular alguma coisa no sentido de que a publicidade efetivamente atenda aquilo que se espera, segundo o preceito constitucional?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Pois não, Relator. Essa pergunta é muito importante, porque tem sido objeto de discussões que eu travei em vários níveis do Governo e também junto a universidades.

Em princípio, quando se fala em comunicação pública, a tradição brasileira é a de restringir esse conceito a duas atividades: publicidade e assessoria da imprensa. Eu tenho dito que esse é um conceito que mereceria ser revisado, principalmente no mundo hoje globalizado e com novas ferramentas que a tecnologia oferece de uma maior interatividade entre cidadão e Estado. Tudo isso exige que se repense melhor o conceito de comunicação pública. Eu tenho procurado articular com várias universidades de comunicação a idéia de eles produzirem no seu currículo escolar a matéria comunicação pública e, em paralelo, eu desenvolvi junto ao Ministério do Planejamento, oficie inclusive, a discussão sobre o gestor de comunicação pública, de maneira que esse cidadão não ficasse restrito a esses dois conceitos – assessoria de imprensa e publicidade –, mas que tivesse em mente que hoje, no mundo, as ferramentas e a tecnologia sofisticada à disposição do Estado oferecem uma enorme possibilidade para haver maior interação entre cidadão e Estado. Essa é a questão de fundo. Se conseguirmos avançar nesse campo, penso que poderemos melhorar no aspecto normativo, mas fundamental é entender que há enormes possibilidades de fazer com que haja nova forma de relacionamento entre cidadão e Estado e, para isso, o campo da comunicação é o elemento estratégico central.

Por isso, a minha insistência em algumas universidades para inserir no seu currículo o tema comuni-

cação pública e o esforço junto ao Governo Federal para criar uma categoria profissional chamada gestor de comunicação pública. Penso que com isso poderemos avançar muito grande para que o Estado brasileiro possa se adaptar às circunstâncias que o mundo moderno hoje oferece.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sendo mais específico, há um conceito generalizado na opinião pública de que os gastos com publicidade oficial são excessivos para um País com tantas dificuldades. O País não tem recursos para coisas primárias e, quando se observa os Orçamentos – em todos e não me reporto exclusivamente a um, motivo por que formulo a concepção de que talvez se deva mudar desde o Município até os Estados e Governo Federal –, reconhecidamente, não faz sentido que prossigamos com gastos tão elevados. Questiono a V. S^a que proposta haveria para que limitássemos mais concretamente esse esbanjamento visível ao qual a opinião tem pública tem dificuldades de se contrapor.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Deputado, posso concordar que o que senhor chama de “excesso de gastos em publicidade” possa existir aqui ou acolá, mas é preciso entender primeiro que publicidade se divide em vários campos. Temos a publicidade mercadológica, publicidade legal – publicações de balanço, etc –, publicidade de utilidade pública e publicidade institucional. Observe V. Ex^a que publicidade mercadológica é um instrumento necessário para empresas que disputam espaço no mercado. Tanto o é que o maior anunciante deste País é uma empresa privada, as Casas Bahia. A legal a lei impõe. Por ocasião dos balanços, eles devem ser publicados legalmente conforme a lei impõe. No caso de publicidade e utilidade pública, penso que o Estado brasileiro – sejam as Prefeituras, Estados e União – deveria ter mais carga de publicidade para orientar o povo brasileiro. É verdade que a mediação da imprensa privada é a ferramenta mais importante para comunicar à população aquilo que o Estado faz, mas o Estado não pode prescindir de um instrumento próprio para orientar. Agora, a publicidade institucional talvez possa ser objeto de um debate.

Veja só, Deputado, tenho aqui a participação da publicidade no Orçamento total de três capitais e o Governo Federal. Para que os senhores tenham uma idéia, de longe, de longe, quem mais aloca recursos em publicidade, relativamente ao peso que tem no Orçamento Geral, é o Distrito Federal, cerca de 1,22%. Depois, vem o Estado do Rio de Janeiro, com 0,17% do Orçamento, seguido por São Paulo, com 0,06% e pelo Governo Federal com 0,02%.

Observe, Deputado, dependendo do local, concordo com o senhor que pode ser que haja um certo

excesso de gastos nessa rubrica, mas penso que, de modo geral, não, até porque campanhas de natureza orientativa, que são de recursos extremamente elevados. O Ministério da Saúde, por exemplo, é o Ministério que mais detém recursos em publicidade porque são obrigados a desenvolver campanhas de orientação, como as campanhas de vacinação, de combate à dengue, etc. Mas, em princípio, acho que não está tão fora assim, pelo menos o que faz o Governo Federal.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Insisto em um detalhe: por exemplo, claro que V. Ex^a tomou conhecimento, mas até onde a Secom interferiu naquele aspecto do Banco Popular, que investiu 28 milhões em publicidade e 24 milhões em investimentos? Há um disparate enorme. Não conseguimos alcançar o que justificaria isso. Por trás disso, há uma série de questões que vamos formular sobre a possibilidade de esse mecanismo da publicidade terminar significando um alimentador da vertente “valerioduto” – que passamos a chamar e que o titular não gosta que se fale nisso –, enfim, do “propinoduto”.

Especificamente, em relação a esses 28 milhões, comparativamente aos 24 milhões, qual a visão de V. Ex^a?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Deputado, a Secom não entra nessas considerações quando uma estatal apresenta seu plano de comunicação. Não é incumbência da Secom entrar nessa área. Eu, em princípio, pessoalmente, também não saberia dizer, dar minha opinião pessoal, sobre qual o limite desejável de investimento em publicidade em lançamento de um produto novo. Não tenho as mínimas condições técnicas de oferecer uma resposta sobre essa questão.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Mas esses contratos necessariamente passavam pela aprovação da Secom.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não. O que passa são as campanhas publicitárias. As campanhas publicitárias, sim, passam pela Secom. Agora, analisar a conveniência ou não, o peso relativo da estratégia de comunicação no quadro de investimento geral de uma empresa não temos condições de realizar e não é incumbência da Secom realizar esse tipo de procedimento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Há um detalhe referencial. Uma coisa – tudo bem – é mercadológica do Banco do Brasil e Banco Popular, mas o Banco Popular foi apresentado como algo muito ligado à própria administração do Governo Lula. E é nesse aspecto que imaginamos que há uma confusão entre publicidade institucional e publicidade mercadológica. Na minha visão – pode ser equivocada –, houve mais conotação institucional na publicidade do Banco Popular do que mercadológica.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Veja, Deputado, novamente, ainda que essa não seja uma área nossa, da Secom, chamo a atenção de V. Ex^a para o fato de, em algumas empresas privadas, publicidade institucional é mais importante do que publicidade mercadológica. O setor financeiro, em particular bancos, joga recursos em publicidade institucional de forma pesada. Depende de empresa para empresa, de produto, do público, enfim, depende de uma série de quesitos técnicos que envolvem uma estratégia empresarial, em que a questão da comunicação é decisiva. Eu não saberia dizer exatamente se foi ou não conveniente o Banco do Brasil ter operado, no Banco Popular, uma faixa de recursos em matéria de publicidade.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. Ex^a poderia nos passar um quadro, pelo menos aproximado, das empresas que dispunham de maior participação na publicidade quando V. Ex^a chegou ao Governo e, a partir da administração do Presidente Lula, quais as empresas que ocuparam os principais espaços, as maiores contas.

Agrego a isso outra pergunta. Parto do pressuposto de que posso estar certo ou equivocado em meu raciocínio e daí a necessidade de aprofundarmos a investigação. Como V. Ex^a diz que participou como um dos coordenadores da campanha do Presidente Lula, V. Ex^a teve uma ligação muito forte pelo menos no aspecto da publicidade da campanha do Governo Lula e, portanto, estamos falando de Duda Mendonça.

A pergunta é: qual o quadro que V. Ex^a nos passa em relação à participação de Duda Mendonça a partir do início do Governo Lula; que contas, na Administração Direta e Indireta, passaram a integrar o *portfólio* da Duda Mendonça e do sistema Duda Mendonça, que são algumas empresas que eu não lembro os nomes, mas, enfim, que são do mesmo grupo?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – A pergunta é sobre o Duda Mendonça, não é, Relator?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – É.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – O Duda Mendonça, no Governo anterior, tinha, se não me engano, duas contas, uma do Banco Central. Em nosso Governo, ele obteve as seguintes contas: na Secom, no Ministério da Saúde e na Petrobras.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Mais ou menos, qual foi o período em que ele ingressou, em que ele começou com esses contratos e os valores aproximados: Secom...?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – A Secom, a licitação foi feita em agosto de 2003. Agora, não me recordo... Na sequência, foi depois, se não me engano, Petrobras, depois Saúde. Eu não tenho aqui as datas para oferecer

rapidamente, Deputado, mas eu posso lhe oferecer, **a posteriori**, essas datas e os valores. Ah, eu tenho aqui, um momentinho só: no Ministério da Saúde, foi em 4 de fevereiro de 2005, e, na Petrobras, em 4/11/2003. É exatamente isso. Os valores que eu sei da Secom, não é, que eu disse aos senhores, nós gastamos em conta de publicidade... O contrato varia, o que importa são os gastos executados. Nós gastamos, em 2004, R\$137 milhões, foi o pico do gasto nosso em matéria de conta de publicidade – R\$134.871.000,00.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. Ex^a está dizendo que saúde só iniciou em fevereiro de 2005? Antes só tinha dois contratos?

O. LUIZ GUSHIKEN – A conta dele, salvo algum equívoco dos meus dados, eu tenho que o resultado do processo licitatório no Ministério da Saúde foi em 4 de fevereiro de 2005.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Quem fazia publicidade anterior n Ministério da Saúde?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Ah, não me recordo. Posso mandar as informações posteriormente para V. Ex^a, mas não tenho aqui esses dados em mão.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Ou seja, anteriormente a 2005, o grupo Duda Mendonça só tinha a Secom e a Petrobras?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não sei se o Banco Central... Não sei se ele tinha essa conta. Se ele continuou tendo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sabe quem anteriormente fazia a publicidade da Secom?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – A Secom só veio a ter conta de publicidade a partir de agosto de 2003. Até então, o Governo Federal, do ponto de vista da Presidência da República, não tinha conta. Quem tinha eram os Ministérios. Quando o Governo Federal precisava fazer uma campanha, ele a fazia ou baseado em Ministérios ou baseado em estatais. Era muito utilizado, por exemplo, o Ministério do Planejamento, para fins de campanha da Presidência da República, campanha do Governo Federal, assim entendido. E estatais. Com a conta da Secom a partir de agosto, é que nós passamos então a ter, digamos assim, uma orientação mais clara e uma estrutura mais bem definida, com normas contábeis que oferecem melhor transparência na forma de gasto de publicidade, que até então também tinha esta desvantagem: gasto de publicidade era um emaranhado de contas que não se sabia identificar muito bem. Com esse novo formato e essa divisão, o processo contábil tornou mais transparente aquilo que é gasto efetivo em publicidade. Mas foi a partir de agosto de 2003.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Nós tivemos um depoimento de Marcos Valério em que ele fez referência a que teria procurado os políticos, se aproximado de políticos, e que iria fazer campanhas políticas no estilo de semear para o futuro, ou seja, participaria, às vezes até deficitariamente, na campanha, porque tinha uma expectativa de lá à frente obter as contas. Não lhe parece meio surpreendente que quem fez a campanha do Presidente da República... Começa a administração, procede-se à licitação, e quem ganha? Quem fez a campanha. Não passa uma fumaça de dúvida sobre a lisura dessas licitações?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Deputado, o processo licitatório em contas de publicidade é um processo que tem normativos amparados em lei, com definições precisas dos requisitos técnicos, sistema de pontuação. Ele é feito sob o comando de uma lei central, que é a Lei 8.666, especificidades são organizadas a partir de atos normativos próprios da Secom. Como eu disse ao senhor, é desde 1995 que se têm formas uniformes de orientar licitações no Governo Federal, com a participação da Secom. A Secom sempre participou.

No caso específico dessas contas que foram vitoriosas, do Duda Mendonça, que eu me recorde, não teve nenhum tipo de questionamento de recurso por parte das outras licitantes, inclusive na conta tão polemizada, que é a conta da SMP&B nos Correios – e que, se o senhor me permitir, depois, talvez seja o caso de explicar, se houver algum interesse, porque foi muita polêmica em torno dessa licitação também. Essa foi uma grande licitação, com mais de 50 concorrentes, e jamais teve um recurso. E devo dizer também...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Talvez não seria o descrédito na interposição de recursos, porque já se sabe que quem fez a campanha... é evidente que você não vai conseguir ultrapassar essa barreira, porque a estrutura vai sufocar qualquer insurreição contra isso.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não, não acho que é descrédito ao processo de uma solicitação de interveniência por recurso, a não ser que o senhor esteja afirmando que o descrédito é com a lei. Se a lei for insuficiente...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Mas a lei não desce a esses detalhes. Aliás, ao contrário, na sua administração, houve a edição de uma norma – mais do que uma -, uma especificamente em relação à participação nas comissões de licitação, pois anteriormente não havia exigência de que fosse maioria. Ao contrário, deveria ser com um membro a menos.

Na norma editada por V. Ex^a, impõe-se que a maioria seja da Secom, na comissão de licitação, ou seja, todas as licitações procedidas necessariamente

teriam a última palavra oriunda de um grupo de pessoas escolhidas pela Secom. Isso é verdadeiro?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Deputado, é muito oportuna essa pergunta, porque essa abordagem que faz o senhor é equivocada. Observe o seguinte: a resolução que pede para que a Secom seja maioria, em primeiro lugar, do ponto de vista de sua aplicação prática, que a gente vai chamar a atenção... Tivemos 30 licitações nesses dois anos e meio de gestão. Dessas 30, participamos de 20. Dessas 20, em 11 fomos minoria; em sete, fomos maioria; e duas foram paritárias.

Dessas sete onde fomos maioria, empresas estatais só, apenas, a Eletronorte e o Banco de Santa Catarina, que foi feito no mês passado, e o resto são Ministérios. As grandes organizações que têm corpo próprio compõem a maioria e no maior número de licitações de que a Secom participou também a maioria esteve a cargo dos órgãos do Governo Federal. E, aqui, cabe também uma explicação, Deputado, que foi muito debatida pela imprensa e por esta CPMI. Convém um esclarecimento: o caso dos Correios, por exemplo, onde uma das agências do Sr. Marcos Valério ganhou a licitação – a SMP&B. Lá, a alegação era de que a Secom colocou maioria.

Então, é preciso esclarecer, em primeiro lugar, o seguinte: da comissão de cinco pessoas, três são servidores do Correio; duas, servidores da Secom. Ocorre que, por conta desse decreto que eu baixei, que falava em maioria, e também porque era início dos trabalhos de adaptação à norma recente, sugerimos que o principal responsável pelo departamento de *marketing* dos Correios, que, aliás, era o diretor já à época do Governo anterior, fosse o indicado da Secom para compor a maioria dos funcionários dos Correios.

De fato, nos Correios, a maioria dos servidores era oriunda da casa dos Correios. No ano 2000, houve uma licitação nos Correios, em que a maioria não era de funcionários dos Correios. Era uma comissão de cinco: dois funcionários dos Correios mais três outros funcionários: dois da Secom e um do Ministério das Comunicações. Na verdade, o intuito desse decreto ao estabelecer maioria era o de facilitar a situação dos órgãos federais que tinham dificuldades de conseguir pessoas habilitadas para o exercício de uma licitação. Sob a anuência deles, a Secom, então, ofereceria. Por isso, a Secom não tem maioria nas licitações, de fato, e, nas grandes empresas, não é a Secom que detém a maioria. A Secretaria detém a maioria quando, sob solicitação, colocamos à nossa disposição funcionários da Secom e não mais arregimentamos em Ministérios, como se fazia no Governo Passado, como é o caso dos Correios, que, no ano 2000, teve a maioria

na licitação, diferentemente dessa licitação a que me refiro na minha gestão.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Se esse é o raciocínio, por que a norma prossegue determinando que seja a maioria? Esse é o primeiro questionamento.

Segundo: no caso de não se valer dessa regra da maioria, haveria a necessidade de uma expressa manifestação em contrário, justificando por que não essa opção. Existem esses registros na Secom?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Sim, é verdade. Nós sempre pedimos para que os órgãos explicitem as razões pelas quais podem ou não ter maioria – a Secom solicita isso. Há um tratamento formal entre os membros da Secom sobre esses dispositivos.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Não é dos órgãos. É a Secretaria que está abdicando da alternativa de ter maioria. Para fazer isso, é preciso dizer o porquê. Isso é o que diz a norma.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Para nós, é suficiente que o órgão estatal diga que tem os elementos técnicos habilitados para esse exercício para que nós simplesmente não usemos dessa prerrogativa.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Não é uma questão de “simplesmente”. É “salvo sua expressa”... Portanto, é preciso haver por escrito da Secom e não do órgão a justificação. Estou perguntando se na Secom existem esses registros.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Imagino que sim. Há um tratamento formal sobre isso. Acho que sim.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sobre essa questão da SMP&B, em que os Correios procederam à licitação, como V. Ex^a anunciou, a maioria, embora funcionários dos Correios, foi escolhida pela Secom. O que chama a atenção...

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não foi escolhida pela Secom. Desculpe, Presidente.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Foi.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Tenho até a nominata deles.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Quem escolhe é a empresa. É a empresa que escolhe.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Na composição da Comissão Especial de Licitação, a Secom indica a maioria dos membros.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Sim.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– E indicou três: Alexandre Pinheiro de Moraes Rego, Marco Antônio da Silva e José Otaviano Pereira.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Sim, mas é o que eu disse, Deputado; já expliquei para o senhor. José Ota-

viano era o principal responsável pela área de *marketing* dos Correios; era, inclusive, diretor há muitos anos.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Eu reconheço isso, mas quem o indicou?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Foi um procedimento formal, que, naquele momento, adotamos para nos adaptarmos a essa legislação nova. Depois, inclusive abrimos mão disso, porque, na verdade, foi uma exigência burocrática que entendemos necessária. Em princípio, o que vale é o espírito da lei, Deputado. Se o espírito da lei é buscar oferecer a quem tem escassez de funcionários para o exercício de uma atividade muito técnica, nós colocamos à disposição. Em não havendo anuência, não vamos criar um conflito com a empresa. Por isso, não exercitamos, nas maiores empresas, a condição de maioria.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sob esse ângulo do espírito da lei, como foi escolhido para integrar uma Comissão de Licitação o marido de uma representante da empresa Multi Action, ligada à SMP&B, que venceu a licitação? Eu sei, já li uma entrevista de V. Ex^a que diz que, na verdade, ele teria participado apenas da fase de habilitação e não do julgamento da proposta, porque ele teria viajado, se não me engano. Mas nem ele – Marco Antônio o nome dele, eu acho...

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Marco Silva.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Marco Antônio da Silva. Ninguém percebeu, ninguém comentou? Nada se suscitou a propósito dessa participação dele nessa comissão de licitação que envolvia uma empresa tão próxima dele, por intermédio da esposa?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Mas, Deputado, ele casou depois da licitação.

Namorava, mas, Deputado, mesmo...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Uma informação nova para nós todos.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Deputado, eu posso ter errado as informações, mas...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Em todas as justificativas que eu até hoje vi, mesmo na imprensa – todas -, jamais se afirmou isso, mas procede.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não, de qualquer sorte, Deputado, é preciso informar adequadamente a circunstância. Esse funcionário é um servidor que trabalhou em comunicação muitos anos, conhece, e a sua esposa há muito tempo trabalha no mercado. Eu não sabia disso. Ele me informou depois do fato ter vindo a público, não é? E me pareceram claras o suficiente as explicações que ele me ofereceu.

É evidente que, olhando para trás, vendo todos os transtornos que ele mesmo sofreu, a esposa sofreu, talvez, se eu pudesse voltar atrás, no passado, eu diria: “Se um dia você for casar com alguém, não faça isso”. Mas, infelizmente, não foi possível.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Em relação àquela modificação da exigência relacionada ao patrimônio líquido, também ouvi as explicações de V. Ex^a no sentido de que teria ampliado o leque das que participariam, mas eu não consegui encontrar, na verdade eu não me convenci, embora aparentemente seja procedente essa justificativa. Por que não me convenci? Vamos imaginar que eu vá adquirir um veículo e, sabidamente, aquele veículo que eu pretendo adquirir, se eu mantiver o edital da forma como eu o emiti, aquele veículo não vai poder participar. Aí, eu abro o leque e passo a impressão de que quero oportunizar todo mundo que entra, mas, no fundo, não é que eu queira oportunizar que todos participem: eu quero possibilitar que aquele um, ainda que num universo maior, participe, porque ele é que vai ganhar.

Essa é uma dúvida que eu ainda não tenho afastada. Repito: eu sei que muitas empresas tiveram a oportunidade de participar da licitação dos Correios, na fase de habilitação, mas se tivesse sido obedecido o critério inicial, a SMP&B teria dificuldades de ingressar. Portanto, ela navegou conjuntamente e, depois, as outras foram excluídas na sequência das exigências técnicas, e não mais na habilitação. Estou equivocado nisso?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Está, Deputado. Essa medida é uma medida positiva e é um equívoco, no diagnóstico que o senhor faz, de que as empresas teriam dificuldade de ingressar. Não teriam dificuldade nenhuma de ingressar.

Deixe-me chamar atenção para esse requisito técnico, porque isso é muito importante, até porque a indústria de comunicação, o setor de publicidade, há muito tempo, vem solicitando ao Governo Federal que faça redução do patrimônio líquido nos processos licitatórios. Veja: processos licitatórios em agência de publicidade, em primeiro lugar, são processos onde as agências que disputam gastam um certo volume de recursos para a disputa, porque isso implica análise de pesquisa, fazer pesquisa, preparar trabalho de criação. É um trabalho relativamente custoso na disputa de uma conta.

O requisito patrimônio líquido diz respeito, na verdade, à condição econômica e financeira da empresa licitante que vai, eventualmente, ganhar uma licitação. O que diz o edital? Ele diz assim: “Caso a empresa não demonstre capacidade econômica e financeira nos índices de solvência e de liquidez de curto prazo...”

Então, nesses dois casos, não atingindo esse índice, recorre-se ao patrimônio líquido.

Em outras palavras, eu diria o seguinte: o índice de solvência nada mais é do que a verificação da quantidade de ativos em relação ao passivo. Se o ativo for menor do que o passivo, é uma empresa que está insolvente. Ou o índice de liquidez de curto prazo é a mesma coisa: os ativos de curto prazo não são suficientes para pagar o passivo.

Nesse caso, no caso de uma contratação de conta de publicidade, o anunciante entende que, em situação de dificuldade econômico-financeira, é preciso que a empresa demonstre uma capacidade patrimonial. O que alega a indústria de publicidade? Alega que essa exigência não faz sentido porque, a rigor, a agência de publicidade tem o seu melhor patrimônio em pessoal, em criativo e não em patrimônio, e esse criativo não é mensurável contabilmente. Daí uma insistência das agências de publicidade, das associações que as congregam, de solicitar ao Governo Federal a redução do patrimônio líquido.

Então, veja, Deputado, é bom que se entenda o seguinte: no caso dos Correios, em particular, a Secom, quando fez a recomendação de redução, o fez corretamente, atendendo a um clamor, a uma demanda da indústria, que é legítima, e, mais ainda, a Secom faz a recomendação. Ela nunca nem estipulou valor. Ademais disso, eu, perguntando ao servidor da Secom porque ele tinha feito aquilo, além das explicações que acabei de dar ao senhor, ele disse um dado também muito importante. Ele disse: “Olha, Ministro, não há, nos contratos em vigor, sejam as licitadas no Governo anterior como nas nossas, nenhum contrato onde se exigiu, em licitação, um patrimônio líquido de R\$3 milhões”, que era o caso dos Correios.

O fato de os Correios atenderem a essa solicitação da Secom, recomendação, e baixarem para mil e oitocentos, na prática, não significou absolutamente nada. Por quê? Porque os índices de solvência e liquidez estavam positivos, não estavam negativos. De maneira que esse grande debate que houve em torno desse quesito foi um debate, eu diria, que precisava de uma explicação, como estou tentando dar aqui, mas ela, em princípio, é coadjuvante, secundária no edital de licitação e atende a um reclamo que a indústria vem fazendo, a meu ver, legitimamente.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. Ex^a diz que a regra anterior também estava atrelada ao patrimônio líquido, só que era de três milhões, e a par dessa regra havia o da solvência e da liquidez. Atendendo-se a solvência e a liquidez desprezavam-se os três milhões?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Desprezavam-se, sim.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – E, portanto, a redução mudou um dos ângulos?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Foi inócuo, eu diria assim.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – A porta aberta permanecia pela solvência e pela liquidez. Todos teriam a possibilidade de atender.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Todos.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PB) – A SMP&B atendia também?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Exatamente. Todos.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Mas, na seqüência das atividades da Secom, também houve uma mudança em uma regra que tem... Eu não saberia exatamente qual, mas sei que na pontuação... V. Ex^a lembra se, sob seu comando, houve alteração da pontuação na avaliação da proposta técnica? Estilo: plano de comunicação tantos pontos, capacidade de atendimento tantos, repertório, relatos de soluções. Havia uma tabulação e essa tabulação teria sido mudada na sua administração. Lembra de alguma coisa nesse sentido?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não lembro, Deputado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Por que esse é um ponto nevrálgico, na medida em que, aí sim, entra na proposta técnica onde – e aqui é uma análise procedida por nossos técnicos – se diz que se ampliou a subjetividade da análise, ou seja, fica irrelevante a fase da habilitação porque, no exame da proposta, abriu um leque enorme para a opção da comissão de licitação, que era comandada a partir da nomeação da maioria.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Deputado, eu não tenho informações relativamente a eventuais mudanças nos critérios de pontuação, mas o que posso dizer ao senhor é que as entidades que agregam as empresas de comunicação são muito zelosas para saber como é que o Governo Federal organiza as suas licitações, porque quando o Governo Federal organiza, há um certo impacto em outros órgãos da Federação, ou seja, outros Estados assumem.

O caso da Prefeitura de São Paulo é recente. O Secretário de Comunicação reconheceu que o edital que deveria ser apoiado para eles montarem isso era do Governo Federal. Então, ele tem um impacto muito grande.

As indústrias, as entidades representativas olham com muito zelo, com muita acuidade o que a gente faz. E tem sido, reiteradas vezes, colocado pelo Presidente da entidade que agrega agências de publicidade um

parecer favorável sobre a sistemática que a Secom adota em processos licitatórios. E ele não tem nenhuma conta de Governo, ele fala em nome da categoria. Ele tem, reiteradas vezes, afirmado que há um processo de aprimoramento muito positivo que a Secom desenvolve, em particular no campo licitatório.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. Ex^a conhece Marcos Valério?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Nunca o viu?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Nunca tive contato nenhum com ele.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Telefônico? Nada?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Nada.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Mas pelo menos ouviu falar o nome dele? Eu falo anteriormente a esse evento todo, porque existem registros, na agenda da secretária Fernanda Karina, de encontros com o Marcus Flora, que é o Secretário Executivo da Secom. Então, de repente, quem faria essa ligação da Secom com o Marcos Valério seria o Marcus Flora. O que V. Ex^a diz sobre isso? Era nesse sentido que se operava?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Deputado, primeiro, espero que V. Ex^a não esteja lançando nenhuma acusação. A atribuição de relacionamento público é uma atribuição legal para a Secom. É a terceira atribuição em importância na escala de atribuições que a Secom tem perante a lei. E o secretário executivo, que é o que pratica relações públicas, está mandatário para isso em lei, na função dele; ele é obrigado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Eu sei, mas ele, por exemplo, foi a Belo Horizonte, manter encontro com Marcos Valério? Sabe se houve isso?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Veja, fiquei sabendo pela imprensa, depois conversei com ele, as razões que o levaram a ter contato com o Sr. Marcos Valério, e as razões que ele apresentou são razões que justificam os contatos.

A Secom é um órgão que tem um relacionamento muito intenso com o mercado de comunicação, desde agências de publicidade, passando pelos veículos fornecedores, principalmente depois dessa conta que a Secom passou a organizar.

Então, veja, é uma atribuição legal e é natural que eles façam esses contatos. E no caso especificamente do Sr. Marcus Flora, que tem um contato em Belo Horizonte, eu imagino que é porque o Sr. Marcus Flora mora em Belo Horizonte. Então, isso deve ter justificado alguma reunião naquela cidade.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– De qualquer modo, nesse aspecto, até que realmente é procedente a explicação, porque até para nós, Parlamentares, conseguirmos uma audiência com o secretário executivo de um Ministério não é comum. E aí, no caso, o Marcos Valério é contratado de uma estatal, ele não é contratado da Secom.

Aí, significaria que o Marcus Flora estaria tratando de assuntos das estatais junto ao Marcos Valério?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Sim. A Secom recebe, de todos os órgãos do Governo Federal, desde os planos anuais de comunicação. E, na atividade corrente da Secom, as campanhas publicitárias de caráter institucional – porque tirei, recentemente, a mercado-lógica – passam pelo crivo da Secom, a Secom discute com as agências, com os diretores de *marketing*, eventual alteração que a Secom sugere e recomenda que seja feita.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. Ex^a está afirmando isso em relação à publicidade das estatais?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – De todas. Todos os Ministérios estatais têm esse procedimento com a Secom. A Secom supervisiona as atividades em matéria de publicidade.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Porque, inicialmente, V. Ex^a fez referência à autonomia que as estatais tinham e que apenas...

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Sim, sim, mas nós não podemos definir qual é o valor que deve ter um contrato de uma estatal. Isso não é incumbência da Secom, e tampouco gerenciamento no dia-a-dia. Isso não é atribuição da Secom. A Secom faz uma supervisão, o controle. Inclusive em planilhas de custos, a Secom também faz controles.

Então, os contatos são, de certa maneira, frequentes com a indústria de comunicação. Não é uma coisa... Esses contatos não são pouco usuais. Não. É uma rotina.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Havia uma exigência no sentido de que o que ultrapassasse R\$50 mil deveria passar pela Secom?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Patrocínios?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– É.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não, isso é uma legislação antiga, não me recordo o nome, que estabelece um limite, que é de R\$50 mil. Acima desse valor, a Secom, o comitê tem que aprovar e as outras podem aprovar por referendo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Ou seja, no caso da MultiAction, que é uma empresa de patrocínio, teria que pedir? Ela é da SMP&B, liga-

da. Mas esses patrocínios que eram aprovados pela Secom, onde havia um parente da interessada na MultiAction, a mulher formulava o pedido e o marido poderia, eventualmente, aprovar lá na Secom?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não, Deputado. O sistema não funciona assim.

A Secom não busca saber quais são as empresas que estão fornecendo serviço num eventual patrocínio. O que o comitê de patrocínio faz é analisar a proposta de patrocínio sob algumas diretrizes. Primeiro, se existe uma identidade com algumas diretrizes de Governo, se existe sobreposição junto a outros patrocínios que poderiam ter o mesmo objetivo, para evitar, então, duplo patrocínio. Faz-se uma discussão para evitar exatamente gastos desnecessários, mas a Secom não entra no mérito de quem é que fornece tais ou quais serviços para um determinado evento, nem tem a mínima condição de saber isso.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sei, mas ela saberia que as promoções, os patrocínios que adviessem da SMP&B estariam beneficiando a esposa do funcionário da Secom?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não. Deputado, desculpe-me, não me fiz entender. O que a Secom recebe, primeiro não recebe de uma agência de publicidade, recebe da instituição: Banco do Brasil, Caixa Econômica, Petrobras.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Mas quando recebia dos Correios, sabia que era da SMP&B?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Sim, mas o comitê de patrocínio não analisa os processos operacionais que vão envolver determinado tipo de patrocínio. Ele sequer sabe quem é. Ele sabe que vem uma proposta, que vai ter que ser aprovada ou não pelo comitê. Aprovada, depois, quem a empresa anunciante vai designar para operar esse patrocínio é uma incumbência da empresa. Nem é possível saber por antecipação essa informação.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Falo como uma consequência inexorável. Veio da SMP&B, quem faz o patrocínio da SMP&B é a MultiAction, a MultiAction é gerida, pelo menos em Brasília, pela esposa e, ainda que não se tivesse a intenção, ao se deferir está se beneficiando alguém muito próximo à administração.

Os reajustes, os reequilíbrios nos contratos, porque também não vale a pena se dizer que a Secom vigia, que tem fiscalização e superintende, se os contratos realizados podem ser, logo em seguida, aditados ou reequilibrados.

Os aditamentos e os reequilíbrios eram submetidos à Secom?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Deputado, confesso que eu não saberia responder essa pergunta. Em princípio, acho que não, porque não definimos valores de contrato. Eventualmente, dado que existe uma rotina intensa, pode ser que haja um oficiamento por parte de uma estatal, mas, com certeza, não é incumbência da Secom definir que valores deve ter um contrato ou aditivo respectivo. Isso não é incumbência da Secom. Agora, se, eventualmente, o diretor de normas recebeu o oficiamento, eu não saberia dizer.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Falo de um aspecto muito prático. Há um zelo muito grande em se fiscalizar e verificar como se procede a uma licitação. E, a partir dali, o contrato fica liberado para que os valores possam ser alterados, porque uma das coisas que constatamos nos contratos de publicidade, por enquanto, é que existe uma suspeita enorme de que tenha acontecido o reequilíbrio e aditamentos, ou reajustes, em relação aos quais não há uma justificativa plausível. E, aí, volto a dizer: talvez até seja uma possibilidade de algo que se deva mudar na legislação, ou talvez nessa norma que diz que a Secom interfere na licitação – interfere na licitação e tem que colocar um aditivo – e, também, nas alterações dos contratos, para que não se passe uma imagem de que a licitação foi absolutamente zelosa e, na sequência, se permita, sem que a Secom perceba, a alteração verdadeira do contrato.

V. Ex^a tem conhecimento dos contratos do grupo Marcos Valério com estatais, enfim, com a administração direta e indireta?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Sim.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Quais os contratos, quais as estatais e quais as empresas do Marcos Valério que teriam contrato?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Olha, o Sr. Marcos Valério é proprietário de duas agências de publicidade: SMP&B e DNA. O que posso discorrer sobre a participação dessas empresas no Governo é o seguinte: eles participaram, no total, de sete licitações. Perderam em cinco licitações.

A SMP&B participou dos Correios, onde foi vitoriosa, e perdeu na conta da Secom. A DNA participou de cinco, ganhou a do Banco do Brasil, que, na verdade, era uma renovação, e perdeu em outras quatro licitações. Em princípio, a conta dela do Banco do Brasil, que ela ganhou, foi uma espécie quase que de renovação. Ela é muito antiga no Banco do Brasil como a empresa contratada.

A DNA tem, do Governo anterior, a Eletronorte e o Ministério do Trabalho.

O que mais eu poderia dizer a título de informação?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Na verdade, é o seguinte: o que observamos é que, curiosamente, na relação entre Marcos Valério e Duda Mendonça, o Marcos Valério diminuiu na administração direta e ampliou na indireta, exatamente o inverso do que aconteceu com as empresas do Duda Mendonça, o que dá a impressão de que há um jogo em que eles se entrelaçam. Na impossibilidade de o Duda Mendonça monopolizar a publicidade, o que deixaria muito evidente o jogo de privilegiamento, partilhou-se, por intermédio de Marcos Valério. Marcos Valério seria um instrumento a mais do próprio Duda Mendonça, ou seja, Duda Mendonça, Marcos Valério fazem parte de um contexto só de publicidade, cujo instrumento, publicidade, serviria para a alimentação daquilo tudo que estamos investigando, de recursos para Partidos e para campanhas.

Isso se reafirma quando percebemos que Marcos Valério não só está nessa situação de visível contato, porque há esse jogo de aumenta e diminui na direta e indireta, como até no episódio de dinheiro para o exterior, de lavagem de dinheiro, de saques em dinheiro para Duda Mendonça.

Como V. Ex^a nos tira também essa dúvida? Ela se resume no seguinte: para nós, Duda Mendonça é o titular da publicidade – só que não pode mostrar a cara sozinho porque, aí, todo o Brasil percebe -, partilha com Marcos Valério e, portanto, o Governo privilegia e aí estão as licitações que ganham, e ambos alimentam os Partidos e as campanhas. O que V. Ex^a diz sobre isso?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Em primeiro lugar, Sr. Deputado,...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – É algo cerebrino? É algo teratológico, impensável?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Quero dizer ao senhor que é cerebrino e repudio essa insinuação que o senhor faz de que a Secom organizou um jogo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. Ex^a há de convir que é um direito.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Entre a agência de Duda Mendonça e Marcos Valério.

Deputado, as licitações em que houve vitória por parte de DNA, SMP&B, Duda Mendonça, como outras dezenas de empresas de publicidades, são feitas de acordo com o que a lei define rigorosamente. Existem comissões de licitação montadas rigorosamente; existem recursos legais com que as empresas podem questionar. Não houve, nunca, questionamento nesse processo licitatório. Houve, sim, um aumento de empresas concorrentes. Houve, sim, o elogio das entidades representativas das agências de publicidade com relação à mecânica adotada por este Governo, de

maneira que registro meu repúdio contra insinuações que faz o senhor de que houve um jogo.

Agora, tudo aquilo que a CPMI conseguiu desvelar no que tange a ilícitos de recursos drenados via contas no exterior, etc, são outros problemas. São outros problemas. Não vamos confundir, não é, Deputado?

Há uma licitação. Existem servidores que foram designados para uma atividade de escolha. Existem habilitações técnicas de pessoas formadas durante longos anos de exercício profissional.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. Exª parte do suposto de que não há fraude em licitações e que é um absurdo imaginar que membros de comissão de licitação possam ter tergiversado num ambiente de subjetivismo exagerado, como todos reconhecem, em matéria de criação publicitária. Reconheço que V. Exª pode até se contrapor à idéia, mas insisto em uma lição de um grande filósofo moderno, Bertrand Russel, que diz que ele não daria a vida dele pelas opiniões dele, porque ele poderia estar equivocado. Eu reconheço que estou equivocado, como também acho que V. Exª pode imaginar que pode estar equivocado e que nós podemos estar certos nesse raciocínio.

Há muita coincidência. Duda Mendonça, que não existia, aparece, ganha, acompanha uma campanha eleitoral e, daí, começa a ocupar espaços grandes por meio de licitações e ninguém reage. Convenhamos que, aí, vem o Brecht: primeiro avançam, tomam aqui. Quem há de reagir? Quem haveria de reagir numa situação em que vimos a promiscuidade. Não falo em relação a Governo Lula. Falo em concepção. Aqui vieram e nos disseram que era preciso aproximação com os políticos, porque somente por meio disso é que se conseguiriam obter espaços na publicidade.

Então, pode haver uma promiscuidade, sim, por meio até das empresas e elas estarem, sem que eventualmente a cúpula possa perceber, transitando por uma situação que eu, pessoalmente, admito como possível, porque acho muito coincidente que um Duda Mendonça venha, ocupe espaço da publicidade, aí venha um Marco Valério e amplie e, entre eles, esse elo, que ainda vai ser matéria de investigação, mas imagino que possa ser, como admito que possa não ser. Não acho que possa ser algo que seja tão distante de se ajustar à verdade.

Mas vamos. É um direito, reconheço. V. Exª pode ter conduzido com a maior lisura, mas, na administração pública, não controlamos tudo o que acontece nem sabemos os instrumentos e as pessoas com as quais lidamos.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Deputado, se for para divulgar sobre as imperfeições do ser humano, concor-

do plenamente com o senhor. Eu não tenho nenhum tipo de questionamento com relação...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Tanto que eu admito que V. Exª não sabia, mas para nós é difícil. Eu admito que V. Exª não soubesse. Ponto de lado. Admito. É a mesma história do Presidente Lula. Admito que o Presidente possa não ter sabido. Agora, este é o problema, não é normal que admitamos que a esposa de alguém esteja vinculada a alguém da comissão de licitação. Não é normal. Tudo bem. Precisamos construir algo para o futuro para que se evite isso. Que isso não se repita. É até a razão de ser de uma CPMI. Mas tudo bem.

Vamos tentar um outro assunto: os fundos de pensão. Todo mundo diz que V. Exª é absolutamente... Há até quem diga que é o cabeça desse assunto todo dos fundos de pensão no Governo. V. Exª admite que tinha essa força, essa ascendência sobre as diretorias dos fundos de pensão?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Deputado...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Ou pelo menos como conselheiro, para não dizer que fossem submetidos a V. Exª.

V. Exª interferiu alguma vez na nomeação de alguém nesses fundos de pensão? Mantinha uma interlocução repetida com esses presidentes de fundos de pensão?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – De maneira bem resumida, Deputado, de fato eu tenho uma relação bastante antiga com relação a esse tema. Entreguei um livro para o nosso Presidente que trata desse tema, exatamente desse assunto. Um livro encomendado pelo próprio Governo à época e que me orgulha muito.

Enquanto atividade privada, nós demos curso para milhares de dirigentes sindicais sobre fundos de pensão.

Então, de fato, eu tenho uma ligação com o tema. Entretanto, no governo, é bom que se diga, eu tive relacionamento, sim, com os presidentes das entidades que dirigem fundos de pensão, que vivenciam o maior conflito societário na história do capitalismo brasileiro, já intensamente divulgado pela imprensa. Com esses três dirigentes, sim, tive contatos freqüentes. Com os outros... se o senhor me perguntar agora o nome de um presidente de fundo de pensão, de um diretor de um fundo de pensão fora esses três eu não sei dizer para o senhor. Eu nunca tive contato com nenhum desses dirigentes. Não tenho a mínima noção de quem é, quem seja, quem fazem, quem os indicou.

Por uma razão simples deputado...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Quando V. Exª fala dos três, fala de mais de 100 bilhões de patrimônio.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – É verdade. São eles os responsáveis pelos maiores ativos em fundos de pensão. Mas é bom agregar uma informação adicional para que se entenda melhor esse tipo de relação.

Fundos de pensão são entidades de direito privado. Eles têm em seus órgãos diretivos uma diretoria executiva, têm conselho deliberativo, têm conselho fiscal, têm associação de participantes, têm associação de entidades de fundos de pensão, têm sindicatos que também são vigilantes com relação às atividades que alguns fundos exercitam.

Então, há todo um complexo protagonista que lida com essa temática. E por quê? Porque se trata de algo que movimenta interesses de milhares de pessoas. Um cidadão que bota o seu dinheirinho todo mês, por 10, 20 ou 30 anos, quer saber o que está sendo garantido para ele receber no futuro.

Tudo isso exige uma estrutura formal absolutamente forte. Então, eu diria que no caso do fundo de pensão, nós temos essa estrutura. A relação que eu estabeleci por conta desse conflito societário também se deu muito fortemente porque fui vítima de uma ação de espionagem, pela maior empresa de espionagem do mundo, pago a mando de um empresário ligado a essa temática.

Era natural, até por essa razão, que eu estivesse pelo menos atento para saber o que estava acontecendo. A final de contas, ser vítima de uma ação de espionagem, de maneira ilícita, não é uma coisa comum.

Por outro lado, tenho muito claro que um princípio fundamental que deve regular o fundo de pensão, qual seja, de que recursos de fundo de pensão são patrimônio dos trabalhadores – esse é o princípio básico, fundamental, que deve reger o funcionamento de um fundo de pensão – e que não podem ser objeto de interesses muitas vezes conflitantes com a dos trabalhadores de um fundo. Interesses privados.

Os fundos não podem ser objeto de manipulação de interesses privados que venham a conflitar com aquilo que é fundamental na vida dos trabalhadores, que é o exercício de uma acumulação de renda para garantir um futuro melhor.

Tudo isso, Deputado, marcou a minha vida nesta área. Mas, já como Governo, não houve necessidade de nenhuma intervenção de minha parte. E se pedissem para mim sugestões, eu daria com o maior prazer. Não vejo nenhum mal nisso, pelo contrário. Se alguém me perguntasse como fazer, que opinião eu daria, eu daria com o maior prazer, não só como incumbência pública, a final de contas, estou no Governo. Em uma área que eu conheço, se alguém pergunta se eu posso sugerir uma opinião, é evidente que eu vou dizer que sim. O que eu não posso é me imiscuir em áreas que

não da minha atribuição, até porque a lei me impede. Mas, como um homem de Governo, ter preocupação com isso, creio ser absolutamente natural.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. Ex^a, alguma vez, nessas interlocuções, foi consultado sobre algum investimento possível dos fundos de pensão?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. Ex^a lembra-se de algum conselho que tenha dado a esses... Aqui, o Pizzolato afirmou: “No período em que estive na Presidência do Conselho, os presidentes dos fundos conversavam periodicamente com Gushiken”. Eram conversas periódicas. Estamos investigando os fundos. Vou repetir que é linha de investigação – mas não significa que vá se confirmar – desta CPMI a possibilidade de os fundos, efetivamente, terem alimentado situações que beneficiavam partidos ou campanhas políticas de partidos ligados entre si. Estilo aplica no Banco Rural, no BMG, que daí eles oferecem empréstimos impagáveis a partir dos políticos. Toda matéria que sai na imprensa, alguns depoimentos, faz parte desse tipo de referência que V. Ex^a, realmente, tem uma ascendência enorme sobre V. Ex^a. Alguns deles se dizem até indicados por V. Ex^a. V. Ex^a disse que não há interferência nisso. Quem escolhe essas pessoas, de alguma forma, também o é pelos presidentes das estatais. Há um círculo vicioso nisso.

A primeira pergunta. V. Ex^a acha que há alguém que, de alguma maneira, pode ser tido, a partir dessa própria obra ou de outra – já que não sei se posso associar essa com o escritório, aquele escritório de que V. Ex^a fazia parte. Há uma idéia posta de que essa é a construção da mudança da Previdência. Com o intuito de fortalecer a previdência privada procedeu-se a toda essa reforma em que os servidores crêem que foram prejudicados. Em outras palavras, V. Ex^a seria o autor intelectual do prejuízo das aposentadorias públicas. Criou todo o instrumento, tanto no Governo anterior quanto no atual, no sentido de que se fortalecessem os fundos nos quais V. Ex^a é um mestre. Esse raciocínio, que não é meu, é repetido, tem procedência?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Deputado, permita-me, então, responder a algumas coisas e fazer uma correção sobre outra questão anteriormente respondida sobre investimento. V. Ex^a perguntou-me se alguma vez discuti investimentos com os fundos de pensão. Quero fazer uma observação. Houve um momento, sim, inclusive com o Presidente da República, em que na discussão sobre PPPs disse-lhe que os fundos de pensão eram instrumentos adequados para essa finalidade e que, certamente, mereceriam um debate. Cheguei a conversar – no início da discussão desse tema – com es-

ses fundos que era importante que fizessem estudos técnicos sobre essa modalidade de investimento que esse mecanismo novo poderia suscitar. Houve, também, discussão de investimentos quando de uma conferência internacional organizada por esses fundos de pensão, os três maiores. Trouxeram os maiores fundos de pensão do mundo ao Brasil, para uma atividade da qual participei, juntamente com o Presidente. De fato, lá também falou-se em investimento. Então, só para precisar melhor a resposta que dei a V. Ex^a.

No que tange à nomeação a que V. Ex^a fez referência de um dirigente de um fundo de pensão é verdade. Tenho dito e reiterado que no tocante à presidência da Petrus, que é o fundo de pensão da Petrobrás, sugeri à Ministra Dilma Rousseff que apreciasse o nome do Sr. Wagner Pinheiro, que possuía muita experiência com fundos de pensão por ter sido diretor de um. Por que fiz essa sugestão para a Ministra Dilma Rousseff? Porque no Governo de transição, assim que ela foi convidada para ser Ministra, era muito importante que ela tivesse algumas informações sobre algumas pessoas. No caso, o Sr. Wagner Pinheiro trabalhou com ela no governo de transição, ela já conhecia a habilitação técnica do Sr. Wagner Pinheiro nos vários debates que houve no Governo de transição. Quando eu disse: o Sr. Wagner Pinheiro também tem habilitação para fundos de pensão e a senhora deveria considerá-lo. Foi, então, que o Sr. Wagner Pinheiro posteriormente foi chamado para ser dirigente de um fundo de pensão. Entretanto, para ser dirigente de um fundo de pensão, o candidato tem que passar pela anuência, porque quem indica é a empresa patrocinadora. Não é? Eu fiz com a Dilma Rousseff porque ela teria que no futuro depois nomear também o Presidente da Petrobras. Então, foi esse procedimento que adotei com relação ao nome deste senhor.

No que tange à tese que o senhor esboçou, de que é da opinião de algumas pessoas que eu tinha como intuito estabelecer uma grande estrutura, que houvesse a drenagem dos recursos públicos para empresas privadas, eu quero dizer que isso é uma grande fantasia, Deputado, que sequer resiste à tecnicidade desta questão. E é muito simples explicar isso, como esse raciocínio é equivocado.

No caso brasileiro, nós temos três classes de regime de previdência. Na história da humanidade, o mais antigo regime previdenciário é o intrafamiliar; é aquela previdência na qual o idoso recorre à família para sobreviver na condição de necessitado. E essa modalidade previdenciária que não é formalizada é a mais antiga na História da humanidade e tem muita força no mundo contemporâneo.

A segunda modalidade de previdência é aquela em que o Estado assume a incumbência de proteger idosos e institui o regime de financiamento que nós conhecemos como regime de repartição simples, que é o que é adotado pelo Brasil; ele recebe dos trabalhadores ativos para pagar os inativos.

E a terceira modalidade é o sistema capitalizado que as empresas adotam, em que cada cidadão recebe aquilo que depositou durante o longo tempo de poupança.

Quero dizer que esse raciocínio que diz que eu tentei inventar uma história e transferir recursos da previdência pública para mercado é uma absoluta insanidade técnica, porque no caso brasileiro – está escrito neste livro – não há nenhuma possibilidade de implantar em um sistema capitalizado porque o custo de transição de uma previdência pública seria monumental e quebraria este País. Está dito em grandes linhas neste livro, sugerindo que não se faça no Brasil o que se tentou fazer na Argentina e no Chile, porque no Brasil não dá certo. E na Argentina quebrou. Grande parte da crise Argentina se deveu a um custo de transição do regime previdenciário, que é exatamente essa tentativa de levar para a privada toda a incumbência previdenciária.

Então, Deputado, toda essa fantasia que se criou em torno do meu nome vinculado ao exercício de uma atividade privada, e com base em uma tese genérica, é de uma absoluta leviandade e carece de fundamento técnico e não tem sentido nenhum.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Mas V. S^a há de admitir que na medida em que o servidores públicos se vejam privados de uma garantia eles têm que lançar mão de um fundo e, portanto, V. Ex^a de alguma forma foi quem abriu o caminho para que fundos outros ocorressem.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não, Presidente, imagina eu não abri caminho.... Imagina! Eu não tenho a pretensão de abrir caminho para os servidores públicos.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Mas enquanto concepção. É aquilo que eu falei de início. Hoje, o funcionário público vai ter que lançar mão de fundos...

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Sr. Presidente, não é ter que lançar mão. Essa estrutura previdenciária é do mundo inteiro. Pelo amor de Deus! Nós não estamos inventando a roda em matéria de previdência no Brasil.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Mas que não era a pregação do PT. Só isso.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Também não é verdade. Mas, enfim, não vou ficar discutindo os postulados do Partido dos Trabalhadores.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Quando o Pizzolato também fez a seguinte referência em relação a operação Citi com o Previ, que foi feito aquele acordo todo que surpreendeu todo mundo, aquele ágio exagerado. E aqui as palavras do Pizzolato – e aqui ele fala “eles”, ele fala Presidência e diretoria da Previ: “Eles assinaram um acordo de mais de um bilhão com o Citi, às escondidas, e depois a gente ficava sabendo por um fato relevante do Citibank na imprensa. Quando a gente tentava saber alguma coisa eles se irritavam e negavam informações”.

Há uma passagem que não estou localizando – e já tomei tempo demais – em que o Pizzolato fala com todas as letras que... Está aqui. Vou ler e aí concluo para passar para o Plenário.

Veja V. Ex^a: afirmação de um presidente. “Por que o senhor não veio a público relatar o que acontecia?” A resposta do Pizzolato: “Há uma série de restrições. Se um conselheiro procurar a imprensa estando no quadro da ativa, pode ser punido”.

Aqui estou reportando-me, para quem está ouvindo, os companheiros do Plenário, ao episódio do acerto do Citi com a Previ, aquele superfaturamento de 300% acima do valor das ações. Vou prosseguir e vou repetir para que haja um raciocínio contínuo.

“Há uma série de restrições. Se um conselheiro procurar a imprensa estando no quadro da ativa, pode ser punido. Eu agora sou aposentado. O fato é que muitas vezes eles mandavam as coisas para serem aprovadas a toque de caixa ou **ad referendum**. A questão se agravou a partir do segundo semestre do ano passado, por conta de uma decisão da Anatel que determinava à Previ fazer uma opção de escolher em qual ativo de telefonia ela ficaria. A Diretoria tomou uma decisão sem comunicar a ninguém.”

Aqui é que chamo a atenção: “Um dos conselheiros pediu uma reunião extraordinária para saber o que tinha acontecido, e eu convoquei. No dia da reunião, o Presidente da Previ viajou a Brasília e me ligou de lá quando instalei a reunião. Disse que havia conversado com o Ministro Gushiken, que estava indo ao encontro do Ministro Palocci e que era para aguardarmos, não tomarmos nenhuma decisão porque viria a fazer um relato. O Conselho decidiu marcar outra reunião para uns dias depois. Nessa reunião a gente resgatou um estudo que a Previ havia encomendado sobre a reestruturação do setor de telecomunicações. Pedimos em ata para a Previ levar esse parecer em consideração e aprofundar os estudos. Nesse mesmo dia o Sérgio Rosa me chamou para uma sala privativa. Eu

perguntei: ‘O que está havendo? Não estou entendendo nada’. Ele disse: ‘Olha, tem interesse político nisso. Tem gente querendo se meter aí. Tem coisa de campanha no meio’.”

O que V. S^a diz? Em resumo: o Presidente da Previ esteve com V. S^a e com o Ministro Palocci, diante de uma operação que surpreendia o Conselho Deliberativo. Quando o Presidente do Deliberativo questiona a Direção, o Presidente do Executivo – não sei como se chama no Fundo –, que é o Sr. Sérgio, ele diz: “Olha, fique na sua porque aí há coisa de campanha no meio”. Ou seja, aquela interferência de políticos nos fundos. O que V. S^a tem a informar sobre esse episódio, essa aquisição da Previ? Até onde sabia antes ou tomou conhecimento depois? Foi consultado sobre isso? E esse relato do Presidente Rosa? Enfim, que conhecimento V. Ex^a tem sobre isso?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Deputado, em primeiro lugar, sobre o depoimento desse cidadão, Pizzolato, eu não quero entrar no mérito desse depoimento. V. Ex^a é da CPML, sabe perfeitamente como proceder. O que eu posso é confirmar um fato, não sei se exatamente nesse calendário, mas de fato o Sr. Sérgio Rosa me procurou, perguntando se existia alguma decisão de Governo relativamente à tratativa que ele estava estabelecendo sobre o assunto Brasil Telecom, telefonias. Esse foi o assunto que o Sr. Sérgio Rosa colocou para mim. Eu disse: “Que eu saiba, se for pela coordenação de Governo, não há posição de Governo”. E ele me perguntou: “Mas vocês chegaram a discutir isso em algum lugar?” Eu disse: “Não”. E ele disse: “Então, vou proceder como estou procedendo, vou continuar na linha de defender os interesses dos funcionários da Previ e não há decisão de governo sobre isso. Não há e não tem sentido.”

Essa foi a conversa que tive com o Sr. Sérgio Rosa.

As ilações do Sr. Pizzolato são palavras dele, que V. Ex^a deve questionar, se for o caso.

Com relação às operações que a Previ vem desenvolvendo ao longo do tempo, muitas vezes, sim, peço ao Sr. Sérgio Rosa para me informar. Eu vejo na imprensa, e ele me informa. Como disse a V. Ex^a, tenho interesse em entender como uma operação dessa, que motivou um empresário a contratar a maior empresa de espionagem do mundo a fazer bisbilhotagem sobre a minha vida privada. Ignorar esse assunto seria uma insanidade. Então, tenho o maior interesse sim, e sei que, nesse conflito, estamos na presença do maior conflito societário na história do capitalismo brasileiro. Portanto, não se trata de pequena coisa.

Ainda que as decisões não sejam minhas, ainda que tecnicamente não tenha nada a oferecer a esses

dirigentes de fundos de pensão, que são muito mais qualificados do que eu em assuntos que exigem pareceres técnicos complexos, tenho sim, como homem de governo, interesse neste assunto.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. Ex^a fez referência a que teria havido interceptação telefônica sua. Qual seria o interesse dessas pessoas que estariam interceptando?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Acho que V. Ex^a tem que perguntar a eles.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Mas V. S^a há de convir que eles estão ligados a algum seguimento comercial que fizesse com que eles tivessem interesse nas conversações de V. S^a. V. S^a tem algum desencontro com o Opportunity? Desentendimento?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não sei se o termo desentendimento é o termo que possa precisar as relações. A questão é a seguinte: é entendimento dos dirigentes dos fundos de pensão – e não são três, mas dez fundos de pensão, e aqui se faz referência a apenas três – de acordo com a visão técnica deles, em aceitando a proposta que continuamente vem sendo apresentada por esse empresário que hoje está em conflito, haveria uma queima dos valores dos ativos num extraordinário valor, o que significaria dizer que os funcionários, que são os detentores desse patrimônio, poderiam ter um grande prejuízo, colidindo com aquilo que é essencial na tarefa deles.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – A pergunta é um pouco diferente. Se V. S^a não tem absolutamente nada a ver com os fundos, por que o Opportunity está preocupado?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Quero dizer a V. Ex^a que há muito tempo atuo com essa temática, desde a época de Deputado Federal. Participei da CPI dos Fundos de Pensão, fui um dos primeiros parlamentares a levantar essa temática, e a minha base eleitoral, que era formada pelo Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, tinha fundos de pensão e sempre era instado a responder a respeito de assunto desse tipo e naturalmente me especializei nessa matéria.

Depois, formando dirigentes sindicais, porque na Constituição Federal de 1988 e na Lei Complementar aprovada em 2000/2001, houve a possibilidade de, nos fundos de pensão, elegerem-se metade dos membros do conselho deliberativo a partir da vontade dos participantes.

Com base nesse grande movimento que a legislação criou, a minha relação com os dirigentes sindicais para que eles pudessem se capacitar para o exercício dessa função certamente deve ter levado à apreciação de algumas pessoas – não sei se é o caso desse

empresário – a idéia que eu poderia ter influência sobre esses dirigentes, visto que Sérgio Rosa foi diretor eleito da Previ, foi diretor do sindicato junto comigo; Wagner Pinheiro também...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Ou seja, V. S^a não tem absolutamente interesse nenhum, nada a ver com as transações da Brasil Telecom? Esse pessoal está equivocado nas ilações?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Na Brasil Telecom não. Eu tenho interesse que o Sr. Sérgio Rosa e Wagner Pinheiro administrem os fundos de pensão, dentro dos parâmetros que são essenciais para existência dos fundos de pensão, qual seja o de defender os interesses dos trabalhadores, dos participantes.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Mas para isso existem os fundos que atuam, que são privados. Enfim, V. S^a conhece Walmir Camilo?

O LUIZ GUSHIKEN – Conheço.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. Ex^a tem conhecimento de uma denúncia dele, que chegou a pedir a destituição do Presidente da Previ?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Soube pela imprensa.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Tem algum comentário a fazer sobre isso?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Acha que ele está equivocado no raciocínio dele?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Acho.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Ele é o Presidente da Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Isso.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – E ele não está traduzindo os interesses dos associados, na medida em que ele está equivocadamente se manifestando?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Nesse caso, acho que representa melhor o Sr. Sérgio Rosa.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Uma última pergunta, antes que eu apanhe dos meus companheiros.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Vamos querer o mesmo tempo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. S^a já ouviu falar – e aí voltando para a Secom – em longo alcance?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Como?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Longo Alcance, uma empresa que se chama Longo Alcance?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sediada em São Paulo? Nunca ouviu falar?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– A informação que se tem é que todas as divulgações procedidas na publicidade oficial não se operam se necessariamente não houver uma manifestação dessa Longo Alcance, que esta sediada em São Paulo. Nenhuma informação sobre isso tem V. S^a? Longo Alcance, está aqui. Nunca ouviu falar?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB

– PA) – Certamente o Plenário agradece ao Relator e nós igualmente.

Eu gostaria, antes de passar a palavra aos inscritos, de consultar S. S^a, Luiz Gushiken, sabendo que está sob prescrição médica, se deseja um espaço para...

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Obrigado, podemos continuar.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Passo a palavra ao primeiro inscrito, Deputado ACM Neto, pelo prazo de quinze minutos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a V. Ex^a o tratamento proporcional que deu ao relator no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Assim também já é demais.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Srs. Congressistas, Sr. Luiz Gushiken, eu gostaria de solicitar a V. S^a respostas as mais objetivas possíveis porque, infelizmente, diferentemente do relator, só temos quinze minutos.

V. S^a foi o grande responsável pelas campanhas de publicidade do Governo Federal, e em sua última edição lançou: “Bom exemplo, essa moda pega”. Então, a primeira que faço: V. S^a considera que o PT deu um bom exemplo ao Brasil, no Governo?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Considero que o Governo Lula é o governo que honra a aspiração, o sonho de milhões de brasileiros em que há pela primeira vez um governo que, voltado para o social, pensa na população mais pobre deste País.

O PT, tenho dito, talvez V. Ex^a não tenha estado na exposição inicial, que o PT é maior que a direção, é maior que a crise. Esse Partido representa a vontade de milhões de pessoas, de milhares de filiados, de milhares de vereadores, centenas de prefeitos, deputados federais, senadores, governadores. E, portanto, é maior que a crise, é maior que a direção, Deputado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Pergunto, nessa mesma lógica, se o se-

nhor considera que o então Ministro José Dirceu deu também um bom exemplo? Ou ele está enquadrado dentre aqueles dirigentes do PT que incorreram em erros e, por isso, deve ser punido?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Conheço o Ministro José Dirceu há muito tempo. Milito com ele no Partido há muito tempo. Tenho por ele o maior respeito. Tive muitas divergências com ele, mas nada que não seja natural no campo da política. De maneira que tenho essa afeição pessoal pela militância, pela capacidade política que ele sempre demonstrou na história do partido.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Diante da declaração de V. S^a que teve divergências com o então Ministro José Dirceu, pergunto-lhe se teria condições de explicitar a esta Comissão pelo menos dois exemplos de divergência que foram evidentes no período em que V. S^a era Ministro da Secretaria de Comunicação e o Deputado José Dirceu era Ministro Chefe da Casa Civil.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Bom, Deputado, algumas foram objeto inclusive de polêmica na imprensa. Eu apenas quero dizer a V. Ex^a que...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Por exemplo.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – ...no debate de política de aliança, por exemplo, relativamente ao papel do PSDB, houve uma polêmica que a imprensa alavancou, potencializou, exagerando o grau de divergências que eu tinha com o ex-Ministro José Dirceu.

Agora, Deputado, é muito natural que num coletivo haja divergências de idéias; isso é natural numa família, num clube social, num governo, no plenário de qualquer instituição. Não vejo por que se desenvolver a tese de que polêmica, divergências são coisas antinaturais.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Então, permita-me tentar ajudar V. S^a. Será que uma dessas divergências não se travou acerca do entendimento que o então Ministro José Dirceu tinha, de um lado, e que V. S^a tinha, de outro, sobre os negócios que envolviam o empresário Daniel Dantas, dono do Grupo Opportunity, e os Fundos de Pensão?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Deputado, o Ministro José Dirceu nunca conversou comigo sobre o tema Daniel Dantas, tema Opportunity. Esse é um assunto que eu, como disse aqui neste plenário, sempre tive interesse de receber do Sr. Sérgio Rosa, em particular; quando se tratava de decisões, ele me informava – encontrava-me com Sérgio Rosa com uma certa frequência quando ia ao Rio de Janeiro. Mas com o ex-Ministro José Dirceu esse tema nunca foi tratado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Vejo, Sr. Luiz Gushiken, uma primeira contradição no depoimento de V. S^a, porque, na sua explanação inicial, V. S^a fez questão de dizer que não tratava de temas específicos que se referiam aos fundos de pensão. Até nos disse aqui que, se fosse, eventualmente, chamado estaria pronto para dar os conselhos necessários. Mas, no entanto, diante das indagações do Deputado Osmar Serraglio e diante dos fatos, fica constatado que pelo menos o Sr. Sérgio Rosa recorria a V. S^a freqüentemente para discutir assuntos que eram próprios da Previ, um dos maiores fundos de pensão do Brasil.

Sobre esse tema, quero explorar um pouco as divergências que são evidentes entre os interesses dos fundos de pensão e o grupo do Sr. Daniel Dantas, perguntaria a V. S^a os seguinte: V. S^a tem ciência de que o empresário Daniel Dantas tenha feito algum outro tipo de ação como a que foi feita contra V. S^a, que V. S^a classificou como espionagem, supostamente patrocinada pela Kroll? Houve algum outro tipo de ação que não tenha sido revelada, que não tenha sido levada ao conhecimento público?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Deputado, rapidamente, primeiro, o Sr. Sérgio Rosa nunca recorreu a mim para tomar alguma decisão. O Sérgio Rosa conversava comigo, ele é meu amigo pessoal, inclusive. Mas recorrer para tomar decisão, ele nunca o fez, até porque ele é a pessoa mais apta para decidir.

Segundo, não vejo contradição nenhum naquilo que disse que não tratava de assunto específico com o fato de conversar com o Sr. Sérgio Rosa. O senhor é de família de políticos e sabe muito bem que um membro do governo conversa sobre vários assuntos, e é uma obrigação dele conversar. Só faltava dizer que a gente não conversa sobre assuntos da política.

Observe o seguinte, Deputado: quando disse que não tratava de assuntos específicos sobre fundo de pensão, é que nunca tratei com fundos de pensão sobre dirigentes de fundos, sobre que grau de investimento deve ser realizado, que tábua de mortalidade, que tábua de atuária deve ser utilizada, isso nunca foi objeto de uma conversa minha.

Só fazendo uma ressalva sobre as ponderações que fez V. Ex^a, pois não vejo contradição. No que tange ao Sr. Daniel Dantas, desconheço qualquer outra ação que ele possa ter feito.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Entendo que um membro de governo pode ter absoluta possibilidade de tratar de qualquer tema que seja próprio do governo. Agora, soa estranho, no mínimo estranho, não quero fazer nenhum tipo de ilação, o fato de Secretário de Comunicação, que

deve cuidar da publicidade oficial, indicar pelo menos três dirigentes dos mais importantes fundos de pensão do Brasil – Reconhecidamente, o Sr. Sérgio Rosa, da Previ, o Sr. Guilherme Lacerda, da Funcef, e o Sr. Wagner Pinheiro, da Petros.

Mas continuo a minha indagação perguntando a V. Ex^a o seguinte: entre os documentos envolvendo o nome do senhor estariam alguns *e-mails* trocados com o Sr. Luiz Roberto Demarco. V. S^a confirma essa informação?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Confirmo, confirmo e retifico a afirmação anterior do senhor. Eu não indiquei os três dirigentes. Eu sugeri à Ministra Dilma o nome do Sr. Wagner Pinheiro e o do Sr. Sérgio Rosa e do Sr. Guilherme não. Mas, se o fizesse, teria o maior orgulho de tê-lo feito.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Tudo bem. Pergunto a V. S^a: diante da confirmação de que trocou *e-mails* com o Sr. Demarco, qual foi exatamente o objeto dos entendimentos ou dos diálogos que V. S^a manteve com ele?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não me recorde e não tive acesso àquilo que foi obtido por atividade de espionagem.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Foi ele que, por acaso, montou a loja virtual do PT?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Foi.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Foi ele quem montou a loja virtual do PT. Muito bem.

V. S^a sabia que o Sr. Cássio Casseb reuniu-se, já no Governo Lula, com os executivos da Telecom Itália em Lisboa?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não. Em Lisboa não. Eu sabia que o Sr. Cássio Casseb, por conta de ser patrocinadora desse fundo de pensão, houve momentos em que ele estava tendo contatos. Exatamente com quem e para que nunca soube.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – V. S^a não saberia informar do que eles trataram?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não, senhor.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Perguntaria a V. S^a tinha conhecimento de que a Telecom Itália fizesse pagamentos a políticos de Santo André e Ribeirão Preto?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não, senhor.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – V. S^a tinha conhecimento de que a Telecom Itália fizesse pagamentos a políticos de Santo André e de Ribeirão Preto?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não, senhor.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Nunca ouviu falar. Muito bem.

De acordo com notícias veiculadas na imprensa, V. S^a “sempre conseguiu barrar a abertura de portas no Governo Lula para o Sr. Daniel Dantas, argumentando que a aliança do empresário com os fundos de pensão seria prejudicial aos funcionários”, o que me parece que V. S^a já confirmou. Pergunto: V. S^a considera que os fundos eram submissos ao Grupo Opportunity?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Deputado, a minha relação com esse caso é uma relação onde a minha confiança nos dirigentes dos fundos de pensão é uma confiança total. O que eu... Eu nunca entrei em assuntos relativamente a juízos de valor. Apenas queria saber quais os desdobramentos que isso poderia ter nesse conflito. Agora, se isso implicava algum juízo de valor não foi objeto de nenhuma discussão minha até porque não precisava. O assunto Opportunity e Previ é muito antigo. O Sr. Sérgio Rosa, antes de ser homem de Governo, de ser Presidente da Previ, foi diretor eleito.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Pergunto a V. S^a se não considera que os fundos erraram em manter sob sigilo o acordo com o Citibank, pois uma operação dessa magnitude deveria ter sido comunicada aos associados e conselheiros. V. S^a não concorda?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Deputado, esse assunto é um assunto a que os dirigentes da Previ deram o tratamento adequado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Como V. S^a vê as notícias que insinuam a proximidade entre o Sr. Daniel Dantas e o ex-Ministro José Dirceu? V. S^a acha que pode haver fundamento nessas afirmações?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Deputado, assim como eu, assim como qualquer Ministro, o Ministro José Dirceu também teve relacionamento com “n” políticos, “n” empresários porque isso é da função dele.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Mas especialmente o Sr. Daniel Dantas.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não, não tenho juízo de valor sobre a relação que ele teve com o Sr. Daniel Dantas, como qualquer outro político ou outro Deputado. Faz parte da missão dele como Ministro da Casa Civil.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Quando V. S^a atuava como consultor de fundos de pensão, chegou a realizar alguma operação ainda que indireta com a corretora Guaranhuns?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não, senhor. Deputado, só para esclarecer, a consultoria de Previdência

que fazia a minha empresa não era ligada a investimentos financeiros; era ligada mais à capacitação de dirigentes e a aplicação de modelos de atuária, que é outra área que não tem nada a ver com investimentos financeiros.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – No episódio em que a Telemar investiu R\$ 5 milhões na empresa Game Corp, de propriedade do Sr. Fábio Luiz da Silva, um dos filhos do Presidente Lula, e dos irmãos Kalil e Fernando Bittar, filhos do ex-Prefeito de Campinas Jacó Bittar, a Companhia Telefônica e o Grupo Trevisan, que assessoraram a negociação, admitiram que a Telemar tinha conhecimento de que o filho do Presidente Lula era um dos sócios da Game Corp, apesar de inicialmente terem divulgado o contrário. Segundo noticiou a imprensa, além da Telemar, a Brasil Telecom também ofereceu proposta para a compra de ações da Game Corp e encaminhou a proposta diretamente aos sócios da empresa em 18 de agosto de 2004, inclusive para o Sr. Fábio Luiz Lula da Silva.

Então, quero explicar. Pelo que se tem conhecimento, houve uma disputa entre a Brasil Telecom e a Telemar pela aquisição das ações – pouco valiosas em curto prazo, porém talvez muito valiosas em médio e longo prazo – da empresa da qual um dos sócios era o filho do Presidente Lula. No entanto, essa operação acabou sendo resolvida com o negócio conhecido da Telemar.

A primeira pergunta que eu faço a V. S^a: conhece o Sr. Fábio Luiz da Silva?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Sim.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Com que frequência V. S^a mantém contatos ou já manteve contatos com ele?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Contatos muito, muito esporádicos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – V. Ex^a conhece os Srs. Kalil e Fernando Bittar?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Conheço.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – V. Ex^a conhece a Produtora M7?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Porque a Produtora M7, que era de propriedade dos irmãos Bittar, realizou muitos negócios com uma das empresas de comunicação que detém a conta da Presidência da República: a Matisse Comunicação. Eu faço uma pergunta ainda sobre esse tema. V. Ex^a chegou a conversar alguma vez com o Presidente Lula aconselhando-o, na qualidade de amigo,

que ele evitasse que o seu filho realizasse algum tipo de negócio com a Brasil Telecom?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Deputado, eu somente vim conhecer esse assunto pelos jornais e digo mais: acho perfeitamente natural que um filho do Presidente, como o filho de qualquer cidadão, tenha o direito de constituir a empresa que bem entenda. Esse é um direito de qualquer cidadão.

E mais ainda: eu conheço o seu Kalil do ponto de vista da sua capacidade técnica. Ele tem uma empresa que é um produto altamente sofisticado e muito qualificado no campo. Acho perfeitamente natural. Não vejo nenhum nexó, que o senhor fez, a respeito de ligações entre interesses da Brasil Telecom com Telemar etc.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Alguns...

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não vejo nenhum nexó. Apenas vejo o exercício de um cidadão que tem o direito legítimo de constituir uma empresa e disputar o espaço no mercado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Para alguns, Sr. Luiz Gushiken, soa como uma extensão da disputa que se deu em torno do controle da Brasil Telecom essa disputa também pela associação com o filho do Presidente Lula.

O Sr. Daniel Dantas virá aqui, será questionado e muito. Uma das perguntas que eu adianto que farei para ele é se por acaso o grupo de que é sócio, proprietário, controlador pagou despesas do filho do Presidente Lula em viagens que ele fez para o exterior analisando esses mercados. Porque, se isso aconteceu, prova que a Brasil Telecom participou e teve interesse em adquirir uma parte das ações da Empresa Game Corp.

A última pergunta, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – O senhor está falando isso como um afirmação?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Não, eu estou fazendo como uma observação, antecipando o que pode acontecer.

No que se refere aos contratos de publicidade da Presidência da República, eu indago: como estão sendo tratadas pelo Planalto as renovações dos contratos de publicidade com as Agências Duda Mendonça, Matisse e Lew Lara?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Deputado, depois que eu saí dessa área, eu não mais discuti esse tema. Mas eu imagino que o Ministro Dulce esteja fazendo isso de acordo com o interesse maior da Secom.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Expirou o seu prazo. Eu peço a V. Ex^a que se reinscreva. Temos 27 inscritos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – É a última, Sr. Presidente.

V. Ex^a poderia nos dizer em razão de quais critérios o Planalto resolveu não renovar o contrato com a agência do Sr. Duda Mendonça e renovar com as Agências Lew Lara e Matisse?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Deputado, não sei dizer. E como disse ao senhor, não conversei com o Ministro Dulce a respeito do assunto e penso que ele seria a pessoa mais qualificada para oferecer explicação. Não é minha área de atribuição, de maneira que eu omito o meu julgamento sobre esse assunto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Eu me inscrevo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Eu agradeço a V. Ex^a.

Peço a compreensão dos ilustres Parlamentares, porque temos 27 inscritos, e o cumprimento do prazo seria muito oportuno.

Passo a palavra ao Deputado Eduardo Paes.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Congressistas, Sr. Luiz Gushiken, ouvi aqui – queria me referir ao assunto como introdução – uma indignação que, em qualquer situação, pareceria natural em razão de algumas questões levantadas pelo Relator. Talvez eu me sinta obrigado a fazer este esclarecimento a V. S^a, porque esta CPMI, Sr. Gushiken, ao longo dos últimos meses, começou com denúncias que a princípio o Governo dizia que eram denúncias que não tinham provas, de um Deputado que estaria simplesmente tendo interesses atingidos e, de forma irresponsável, estaria acusando os outros de coisas que não aconteceram.

Ao longo do tempo, Sr. Gushiken, o que esta CPMI foi identificando é que o Deputado Roberto Jefferson – que deve ser cassado no dia de hoje –, na verdade, foi tímido nas acusações que fez, pois o escândalo de corrupção envolvendo diretamente o Poder Executivo, pessoas muito próximas ao Presidente da República, envolvendo atores do Poder Legislativo, era muito maior do que dizia o Deputado Roberto Jefferson. Vários desses atores aqui, Sr. Gushiken, estiveram nesta CPMI e mentiram deslavadamente com afirmações que, logo em seguida, se comprovaram falsas. Existem casos notórios: o Secretário-Geral do Partido de V. S^a; o tesoureiro do Partido de V. S^a; vários deles estiveram aqui e foram – usando uma expressão popular – “pegos na mentira”.

Portanto, é importante que V. S^a se lembre de que, juntamente com todos aqueles que tiveram algum tipo de interface e relação com esses atores e poder de comando nesse processo, V. S^a era uma figura do núcleo duro do Presidente Lula, do Palácio do Planalto.

to, cuidando justamente das agências de publicidade – até esse momento o núcleo central dessa crise está numa agência de publicidade. Tudo isso faz com que todos tenhamos, no mínimo, direito de estabelecer algumas dúvidas profundas e até tecer afirmações que eventualmente possam não ser do seu agrado.

Começaria perguntando justamente se V. S^a poderia me explicar por que perdeu as funções de Ministro, o *status* de Ministro e algumas das funções que detinha?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Na verdade, no dia em que apresentei ao Presidente a problemática, o fiz com intuito de renúncia do cargo. Apresentei a carta de renúncia ao Presidente. E ele pediu para que eu ficasse. Eu sugeri a ele, então, que adotasse medidas: primeiro, que eu não deveria continuar como Ministro e não fazer parte da coordenação. Depois, ele perguntou se a Secom deveria fazer parte da Presidência da República ou se poderia fazer parte de algum outro órgão dependente. Eu falei que poderia, sim.

E por que razão concordei com o Presidente em continuar no Governo e sugeri que não ficasse como Ministro, nem na coordenação? Por uma razão muito simples. Pensei que, preventivamente, era importante evitar que, como eu estava sendo foco de denúncias infundadas, de acusações sobre a minha vida pessoal, familiar, com referência a fundos de pensão... Esta CPMI mesmo, durante um bom tempo, admitiu uma tese de que os recursos de Marcos Valério tinham origem nas contas de publicidade do Governo Federal. Isso foi martelado continuamente pela CPMI e pelos veículos de comunicação. Tudo isso colocava numa situação delicada a minha figura, que tem proximidade com o Presidente. Eu disse: “Presidente, não ajudo o Senhor assim. Por mais esclarecimentos que ofereço, está muito difícil de explicar”.

Foi esse o caso. Não sei se expliquei adequadamente.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Está muito claro. Agradeço a explicação.

Quero inclusive afirmar que esta CPMI ainda não abandonou essa tese, porque existe uma série de elementos que comprovam irregularidades na execução desses contratos. Não estou aqui dizendo que V. S^a tenha cometido diretamente essas irregularidades. Mas, da execução desses contratos, já foram identificadas uma série de cobranças de faturas emitidas contra os clientes do Governo do Sr. Marcos Valério, que, na outra ponta, não eram repassadas aos agentes de comunicação ou empresas de publicidade. Por exemplo, se o senhor não sabe, o Sr. Marcos Valério, na hora de propor as suas agências, de propor a execução de alguns serviços, apresentava três propostas

na tomada de preços, todas assinadas por funcionários dele. Portanto, há muita corrupção, sim, na execução dos contratos do Sr. Marcos Valério. É importante que o senhor saiba disso, a CPMI sabe que tem outras origens, mas essa é, certamente, uma das origens. Inclusive, até o indagaria. O senhor falou aqui sobre desconto de mídia. Como era feito esse controle do desconto de mídia conseguido? O senhor falou que, na hora em que se uniram todas as contas do Governo, se conseguia um desconto enorme de mídia.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Existem tabelas que as empresas de comunicação oferecem para as agências de publicidade. A inovação que foi implementada foi em função do método. Antigamente, em cada estatal ou em cada Ministério, as agências negociavam uma campanha tópica com base no preço de tabela e pedia um desconto. A lei atribui à agência de publicidade a incumbência de negociar preços, no suposto de que essa agência estará defendendo os melhores interesses do negociante. É isso que a lei define.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Quando há esse desconto, parece-me que esse desconto deva reverter para os cofres públicos.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não, não. A Globo, por exemplo, diz: “Olha, eu tenho um preço de tabela “x” e te dou um desconto de x%”. Não é que há devolução de recurso. Há um desconto como se faz na compra de um produto. Existe uma tabela que orienta a ação entre o veículo e a agência de publicidade. No caso específico, o que conseguimos inovar foi evitar a fragmentação negocial, seja por conta de deixar cada agência realizar, seja por conta de ser uma campanha tópica. Uma agência da Petrobrás negociava, digamos, o lançamento da Lubrax por uma semana. Lá, vinha o preço do veículo por uma semana. O que nós fizemos? Negociamos o pacote inteiro de todas as estatais, Ministérios, com os principais veículos, oferecendo para os veículos um fluxo de caixa por um certo período, tendo, como contrapartida, um certo desconto.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Só para a sua informação, também a CPMI já apurou em diversos casos que alguns desses descontos oferecidos o Sr. Marcos Valério não repassava a alguns dos seus clientes, especialmente o Banco do Brasil e a Empresa de Correios e Telégrafos. Eu não gosto, Ministro, Sr. Gushiken, de tratar questões de familiares, mas a imprensa veiculou uma notícia de que duas revistas especializadas, a **Investidor Institucional** e **Investidor Individual**, de propriedade do cunhado de V. S^a, Sr. Luis Leonel, tiveram suas receitas bastante ampliadas durante o governo Lula em razão da veiculação de publicidade estatal. V. S^a tem alguma coisa

a comentar a respeito disso? Para todos nós, soa, no mínimo, estranho.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Deputado, o meu cunhado tem uma editora, Editora Ponto de Vista, que tem quatro revistas. Dessas quatro revistas, duas revistas são antigas e têm o Governo Federal como cliente há anos e anos e anos.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Com valores menores?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Foi em valor menor conforme ele noticiou na imprensa. Deixo, inclusive, um exemplar para a CPMI, porque essas revistas mostram que o mercado anunciante privado é o maior responsável pelos seus anúncios. O que eu posso dizer ao senhor é que eu jamais nunca discuti com essa editora, com o diretor dessa editora, qualquer tipo de relação que houvesse favorecimento a essa revista. Aliás, devo dizer ao senhor que a Secom, que tem uma verba relativamente grande, sob gestão direta do Ministro, nunca aplicou recurso nenhum nessas revistas. Elas tiveram sempre aquelas empresas que, tradicionalmente, aplicavam nelas.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Agora, V. S^a há de convir que pode ter sido alguém, talvez, tentando lhe agradar, porque, inclusive, essas revistas não são nem filiadas ao Instituto de Verificação de Circulação. Quer dizer, não sabe nem... Não há confirmação do número de tiragem dessas revistas.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não... O IVC contém um número muito reduzido de sócios que assinam com ela. A maior parte dos jornais deste País não tem ligação com a IVC.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Mas há várias empresas de consultoria...

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Existem.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Que podem fazer esse tipo de amostragem. Enfim, é, no mínimo, estranho.

Em depoimento a esta CPMI, o Sr. Airton Dipp disse muito claramente que os editais todos de licitação dos Correios que deram a vitória às empresas do Sr. Marcos Valério foram feitos pela Secom. Trata-se de algo absolutamente estranho para nós, Sr. Gushiken, o que o Relator já falou e que, para mim, não ficou claro. Dos cinco membros da Comissão da Licitação, três tinham relação direta com a Secom. V. S^a poderia talvez tentar esclarecer um pouco melhor para os membros desta Comissão de que forma se deu essa escolha?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Posso. Deputado, em primeiro lugar, o ex-Presidente dos Correios, Sr. Dipp, não está errado quando diz que os editais de licitação não feitos pela Secom. A Secom é obrigada por lei a oferecer um modelo padrão de edital de licitação, e

qualquer alteração que vier a ser feita por um determinado órgão pede o parecer da Secom – isso é praxe, é determinação legal. No que tange às escolhas dos membros da Comissão de Licitação dos Correios, eu quero chamar a atenção para o seguinte fato, Deputado: de fato, dos cinco membros da Comissão de Licitação, três eram servidores dos Correios. Ocorre que...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sendo um indicado pela Secom.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Acontece o seguinte: nós tínhamos acabado de aprovar um decreto que estabelecia que a Secom teria maioria. Essa maioria – eu disse aqui nesta Comissão – só foi exercida minoritariamente no universo de licitações de que a Secom participou. O espírito desse decreto era oferecer a alguns Ministérios ou estatais que não teriam pessoas habilitadas para o exercício de uma análise técnica de comunicação usufruir dos técnicos da Secom. Então, veja: nos casos dos Correios, como das outras grandes empresas, todas tiveram seus funcionários como pessoas que compunham majoritariamente... E veja: nos Correios, no ano 2000, foi feita uma licitação também. No ano 2000, a licitação nos Correios teve cinco membros, dois eram funcionários dos Correios – era minoria –, e três foram indicados pelo Governo, da seguinte maneira: dois pela Secom, um pelo Ministério de Comunicação. Então, já no ano 2000, o Governo exerceu a maioria.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – A grande diferença, Sr. Gushiken – o senhor vai-me perdoar –, é que, no ano 2000, salvo engano meu, a agência de publicidade vencedora não era pagadora de uma espécie de caixinha que atendeu aos interesses do Partido do Governo. Por que razões...

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Eu repudio essa afirmação que faz V. Ex^a.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Eu quero dizer a V. S^a que eu afirmo e reafirmo: a agência de publicidade – caso V. Ex^a ainda não tenha entendido o que se passa aqui – vencedora dos contratos da Empresa de Correios e Telégrafos e do Banco do Brasil é a agência do Sr. Marcos Valério. O Sr. Marcos Valério é o melhor amigo do Sr. Delúbio Soares, tesoureiro do Partido de V. S^a, próximo ao Presidente da República, e essas figuras criaram uma espécie de um caixa que saiu distribuindo recurso para todo tipo de uso do Partido dos Trabalhadores, pagando a Parlamentares aqui, pagando a advogado do PT em caso de Santo André. Portanto, V. S^a não tem o direito de repudiar aqui as afirmações que nós fazemos, porque são afirmações que têm fundamentação e comprovação, Sr. Gushiken. V. S^a tem que entender...

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Deputado, eu repudiei ilações que o senhor fez em relação ao Governo.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Não, eu faço e reafirmo as ilações em relação ao Governo.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Mas eu as repudio.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Mas eu quero dizer a V. S^a que V. S^a tem que entender que esta Comissão já comprovou muito mais do que foi denunciado inicialmente, e esse Sr. Marcos Valério esteve nos intestinos deste Governo, esteve muito próximo de figuras que comandavam esse “núcleo duro” do Governo que V. S^a diz que é tão preocupado com o social. Essa não é uma realidade que a população está vendo.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Inclusive o *know how* foi do seu partido, não é, Deputado?

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Mas eu queria... Não estou aqui querendo debater com V. S^a questões do meu partido. Eu quero que V. S^a...

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Peço a V. Ex^{as} que mantenham a urbanidade.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Nós estamos aqui mantendo a urbanidade. Peço a V. Ex^a, Presidente, que peça ao Sr. Gushiken que entenda que ele não está aqui para um debate parlamentar nem para um debate político. Estou tratando-o com todo respeito e educação, e nós estamos aqui, sim, num processo de investigação envolvendo o Governo do Presidente Lula, envolvendo pessoas muito próximas ao Presidente da República e envolvendo agência de publicidade.

V. S^a comandou as agências, toda a área de agências de publicidade deste Governo. V. S^a era Ministro da Secretaria de Comunicação. Portanto, V. S^a não pode estar tão indignado aqui que os Parlamentares – V. S^a já foi um – estejam investigando e levantando dúvidas. Repito, como lhe disse anteriormente: vários dos que vieram aqui e que tinham poder de comando no Partido dos Trabalhadores mentiram deslavadamente. Portanto, peço a V. S^a que manifeste a sua indignação, mas nós temos aqui que apurar, Sr. Gushiken.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Deputado, peço desculpas se fui mal entendido.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Talvez tenha sido, e talvez o Relator...

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Ou então talvez V. Ex^a não proferiu corretamente, porque eu me senti ofendido. Quanto a todas as afirmações que fez V. Ex^a a respeito do trabalho importante que esta CPMI está desenvolvendo, não tenho nada contra; pelo contrário, acho que é um trabalho elogioso. Agora, o que não posso aceitar, como membro do Governo, eventual acusação infundada.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Ministro, não quero dizer aqui que foi uma eventual acusação, quero dizer aqui que há uma seqüência de acusações comprovadas já contra o Governo. Já passamos até de uma certa fase das ilações, estamos aqui afirmando comprovadamente uma série de irregularidades e de casos de corrupção no Governo do Presidente Lula. Isso não nos é agradável, V. S^a sabe disso, para nenhum parlamentar aqui...

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Deputado, inspirado o prazo de V. Ex^a, peço a compreensão de V. Ex^a, em respeito aos colegas.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Peço a V. Ex^a que me dê um pouco mais de tempo em razão do debate.

Vou me reescrever, Sr. Presidente, mas só uma última pergunta.

O Jornal **Correio Braziliense** do dia de ontem – só para entrar um pouco nessa questão dos fundos de pensões, depois vou me reescrever – traz uma matéria muito grande chamada “Fonte do Caixa Dois”: “A chave da arca do tesouro dos fundos de pensão teria sido dada a Rêgo Filho” – que é um empresário conhecido no ramo como Pororoca – “e ao atual chefe do núcleo de assuntos estratégicos da Presidência da República, Luiz Gushiken, ainda na época em que era Ministro da Secretária Especial de Comunicação Institucional”.

Enfim, a matéria avança – V. S^a certamente leu a matéria – sobre o envolvimento de diversas figuras do Partido dos Trabalhadores do meu Estado, no Rio de Janeiro, e sobre diversos envolvimentos em relação a alguns fundos de pensão. Inclusive, diz que esse Sr. Haroldo de Almeida Rêgo Filho – o Pororoca – teria oferecido a V. S^a uma homenagem na casa dele em Angra dos Reis. Enfim, gostaria que V. S^a – V. S^a certamente leu a matéria; nosso tempo já se esgotou – comentasse brevemente a matéria, para que, talvez, depois possamos voltar a ela na minha reinscrição.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Pois não, Deputado. Agradeço, inclusive, a oportunidade que V. Ex^a me oferece de explicar uma calúnia, uma difamação sobre um cidadão que desconheço. Não sei quem é esse cidadão Haroldo; nunca fui para Angra dos Reis com ele ou sem ele; e nunca peguei o avião dele com ele ou sem ele.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – O senhor o conhece?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Nenhum desses atores citados pelo jornal?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não, senhor.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Muito obrigado.

Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente. Agradeço ao Sr. Gushiken.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Peço desculpas pelo entrevero que tivemos, Deputado. Tenho por V. Ex^a o maior respeito.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Numa demonstração de compreensão entre a Senadora Ideli e o Deputado Onyx Lorenzoni, concedo a palavra ao Deputado Onyx Lorenzoni.

A SRA. IDELI SAVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, V. Ex^a pode explica um pouquinho, para não pairar qualquer sombra de dúvida.

Temos uma lista de inscrição das pessoas que chegam aqui muito cedo. Fui a terceira a chegar, fiquei na lista. Quando abriram as inscrições no horário oficial das 9h30, eu estava em reunião da bancada. Quando cheguei aqui, a lista já tinha avançado. Então, para não trazer de novo essa polêmica se vale quem chegou cedo, se vale quem chegou meia hora antes, não quero criar essa polêmica com o Deputado Onyx, até porque não me serve... A minha proposta é a seguinte: até encontrar um cavalheiro, eu fico aguardado – um é o Deputado Onyx; outro, o Senador César Borges. Se houver um outro cavalheiro...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, eu me inscrevi em quarto lugar e fui tão cavalheiro que deixei reservado o terceiro lugar para a Senadora Ideli Salvatti. No entanto, S. Ex^a ela estava contrariando a regra que foi estabelecida nesta Comissão sobre a necessidade da presença na hora da inscrição. Então, o Onyx, legitimamente, se inscreveu. Se S. Ex^a quiser ceder seu lugar à Senadora, o problema é dele; eu não cedo o meu quarto lugar a ninguém, absolutamente.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Deixemos essa discussão para amanhã, na esfera administrativa.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, é digno de registro nesta Comissão esse ato de generosidade, de bondade da Senadora Ideli, que deve ficar registrado. Mas preveniria aos companheiros, meu avô já dizia, que “esmola grande, cego desconfia”.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, queria, a bem da verdade, esclarecer que temos um acordo e que aqui não há gênero, há Parlamentar.

Primeiro, queria perguntar ao Ministro Gushiken se o Ministro se acha um homem ingênuo.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não tenho opinião sobre isso, Deputado.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor acredita em coincidências?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Sim, acredito. Faz parte do dicionário da Língua Portuguesa, não é?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor acredita ou não? (Pausa.) Estou lhe fazendo uma pergunta.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não entendi. Desculpe.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor acredita ou não acredita em coincidências?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Sim, acredito.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Ah, acredita. Está bem. Eu tenho muita dificuldade em ouvir o que ouvi, Sr. Presidente, nessas duas longas horas ou um pouco mais, pela seguinte razão: na minha opinião, o senhor organizou uma quadrilha no Governo Lula, com dois grandes eixos organizativos: um, em que estava o Ministro José Dirceu de um lado e o senhor do outro, e o outro, o poder dado a José Dirceu no que diz respeito aos cargos em Comissão – 17 mil, depois o absurdo dos 20 mil cargos em Comissão. Ministro algum conseguia nomear ninguém sem o “amém” do José Dirceu.

O senhor apoderou-se ou ganhou poder, por meio da lei de 28 de maio de 2003 e de 4 de agosto de 2003. Esses documentos, uma lei e um decreto, deram-lhe poder ditatorial sobre a execução e contratação das agências de publicidade no Governo Lula, governo que organizou o maior esquema de corrupção que o Brasil já viu.

Por que digo isso? Quando o Sr. Marcos Valério veio aqui, eu o chamei de “lavanderia ambulante” e relatei a ele, ao Delúbio, ao Sílvio, ao Henrique Pizzolato – e ao senhor vou relatar agora – que crimes poderiam estar sendo cometidos e que todos podem ser enquadrados, incluindo o senhor, por corrupção passiva, prevaricação, peculato, tráfico de influência – já disse formação de quadrilha –, gestão temerária e gestão fraudulenta além de outras coisas. Por que digo isso? Porque, sem o poder do Sr. Gushiken na Secom, Marcos Valério não existiria. Marcos Valério continuaria com aquela empresa pequena, com contratos humildes, sem acesso a recurso. Marcos Valério, a SMP&B e a DNA só são turbinadas porque o senhor deu poder à Secom e trabalhou na licitação dos Correios com os seus agentes, estabelecendo que a proposta técnica valia mais do que a proposta financeira. Ou não é verdade que a SMP&B foi a terceira colocada na proposta financeira dos Correios? A primeira foi o Duda, mas havia um artifício que permitia, na licitação, que, mesmo ficando em terceiro lugar no preço, ela poderia ganhar, desde que assegurando que

faria pelo mesmo preço. E assim ganhou a SMP&B, a Giovanni FBC e a Link Bank. Por que o Duda foi tirado dessa licitação? Porque o esquema estava do outro lado, na administração direta, como corretamente disse o Deputado ACM Neto.

Vou mais além. Vieram aqui dois Presidentes dos Correios, Ministro Gushiken, não um, mas dois. O primeiro disse que não havia nenhum ato, na publicidade dos Correios, que não fosse determinado pela Secom. Foi o Aírton Dipp, do meu Estado. O outro veio aqui e disse, está gravado, que foi induzido a erro pelo termo aditivo de R\$18 milhões ao contrato da ECT, assinado curiosamente em setembro de 2004. Aí, ele assina a prorrogação do termo aditivo, jogando a publicidade dos Correios até 2005.

Ele veio aqui, está gravado, e disse que não sabia: “Não, assinei só um, assinei só a prorrogação.” Não, ele assinou um aditivo de R\$18 milhões, assinado, sem nenhuma necessidade, sem nenhuma comprovação.

Aí a gente vai ao Banco do Brasil e descobre que a DNA ganhou uma nova licitação – não é renovação, não. Era uma licitação nova – o senhor sabe o que estou dizendo, o senhor não é ingênuo nem eu – pela qual o Banco do Brasil contrata por R\$148 milhões. Aí o senhor tem obrigação de saber que a lei das licitações diz que, quando o contrato passar de R\$150 milhões, deve haver uma audiência pública com a presença do Ministério Público para questionar o porte desse contrato. E o senhor, tão zeloso, na Secom não mandou fazer, e tampouco a direção do Banco do Brasil mandou fazer.

O que diz a lei de licitações, Ministro Gushiken? Diz que é 25% – quanto é 25% de R\$148 milhões? Trinta e cinco milhões, jamais os R\$52 milhões feitos no Banco do Brasil. E o que é mais grave, tanto o Banco do Brasil com a DNA, do homem do mensalão, do esquema de corrupção, dos empréstimos obtidos no Banco Rural, que o Sr. Delúbio e o seu partido vieram aqui e reconheceram que ele só tomou os empréstimos no valor de R\$55 milhões – na verdade, há uma discussão, são R\$69 milhões – mas só que a SMP&B dava as contas que ganhou do Governo Lula como garantia.

Depois, há as renovações que o Banco Rural deu num volume extraordinário: se se tomar só a contratação, seja a renovação ou não, podem chegar a R\$151 milhões – e as garantias todas eram dadas pelos contratos com o Governo Lula.

É por isso que digo, Sr. Gushiken, que havia uma quadrilha neste Governo que fraudou as expectativas do País. É muito curioso que o Banco do Brasil tenha gasto, historicamente, no Governo Lula e na fase anterior, em torno de R\$150 milhões em publicidade. No

ano eleitoral, no ano da eleição, a grana corria frouxa: o PP recebeu dinheiro – está comprovado –, o PL recebeu dinheiro – está comprovado. Hoje vai ser cassado o ex-Presidente do PTB porque fez um acordo de R\$20 milhões com o Partido do senhor, que o seu Partido caloteiro não honrou, pois só pagou R\$4 milhões.

O senhor sabe o que chama a atenção de quem não é ingênuo, de quem estuda, Sr. Ministro Gushiken? É a tão zelosa Secom, como deveria ser por esses documentos que lhe deram poder ditatorial sobre as verbas de publicidade, a ponto de os diretores que vieram aqui, Henrique Pizzolatto e os Presidentes dos Correios, dizerem que não podiam fazer patrocínio algum sem que a Secom deliberasse, por menor que fosse.

Eu tenho um ofício no qual o gerente, o diretor de *marketing* dos Correios, numa consulta da MultiAction para fazer um evento, diz que tudo bem pelos Correios desde que a Secom não tenha óbice. Como haveria óbice se quem cuidava da MultiAction era a mulher do seu funcionário? É muita coincidência.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Deputado, alerta V. Ex^a de que lhe restam cinco minutos para as indagações.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Vou adiante porque quero trazer isso para o Brasil entender e para o senhor tentar explicar. No ano de 2004, curiosamente, quando há esse termo aditivo, irregular sob qualquer aspecto do Banco do Brasil, no segundo semestre de 2004, de uma verba de R\$262 milhões, o Banco do Brasil executou 75%, R\$196 milhões no segundo semestre de 2004. É porque foi ano eleitoral, Ministro? V. S^a acredita que os dados a que me referi aqui são dados da realidade? Os documentos que a CPMI tem, tudo o que eu disse aqui em relação à execução desses contratos corresponde à verdade ou não?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Sr. Deputado, eu tenho visto V. Ex^a continuamente em comunicação de massa e espanta-me a leviandade com que V. Ex^a trata as coisas públicas. Quero aqui registrar o meu repúdio a essa forma desrespeitosa com que V. Ex^a trata o Governo, a mim em particular. V. Ex^a me acusar de formador de quadrilha? V. Ex^a que apresente provas! Não faça acusação desse tipo perante o público, ostentando o mandato de Parlamentar que lhe propicia acusação leviana!

Vou responder uma por uma as acusações que V. Ex^a fez, que não têm absolutamente nenhum tipo de consistência. Em primeiro lugar: licitações, eu disse e reafirmo aquilo que foi dito pelo Sr. Dipp: todo edital de licitação tem de passar pela Secom por força de lei. Isso não é força ditatorial de um Ministro, é uma exigência que a lei impõe ao Ministro. Em segundo lu-

gar, aditivos são decisões tomadas no âmbito do órgão executor, a Secom não tem nada a ver com isso. Em terceiro lugar, quanto aos contratos de publicidade, como garantia para o Sr. Marcos Valério como foi feito, fui o primeiro a denunciar, de forma pública num canal de televisão, que eu estranhava muito a mecânica financeira, não jurídica desse contrato, que chamava a atenção pelo caráter irracional. Por que irracional? Porque se pretendia um contrato de publicidade que já era dividido por três agências, no caso dos Correios, em que o maior volume de recursos de uma conta de publicidade é destinado para veículos de comunicação, sobrando, portanto, um residual para uma agência de publicidade, um banco aceitar como caução um contrato desse tipo não tem lógica financeira.

Foi isso o que eu disse de forma pública antes que V. Ex^{as} se dessem conta da natureza irracional desses contratos. Não é V. Ex^a que vai me dizer que isso estava errado, porque fui eu que disse, fui eu que expliquei isso para os meios de comunicação de massa.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Solicito ao senhor que se contenha...

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Peço desculpas, se me fiz mal entendido, mas eu entendi que esse Deputado me acusou de formação de quadrilha.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Estou no meu tempo aqui, vou concluir o direito que tenho de inquirir o depoente.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Solicito a V. Ex^{as} que aguardem o momento oportuno para se manifestarem. A palavra está...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Não farei nada contra o depoente.

A palavra fica comigo agora.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Posso ter sido interpretado errado, Deputado.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Não, mas não interpretei errado.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – V. Ex^a estava me acusando de que eu estava na ponta da formação de uma quadrilha. É assim que V. Ex^a caracterizou?

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Com a devida vênia...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor tem todo o direito.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Foi assim que V. Ex^a caracterizou.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Com a devida vênia, deve haver muito respeito.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Quero responder V. Ex^a. A minha pergunta faltou responder. V. Ex^a quer que eu responda a pergunta que V. Ex^a fez?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Na minha opinião...

O SR. LUIZ GUSHIKEN – V. Ex^a quer que eu responda a pergunta que V. Ex^a fez? Foi uma acusação falsa que V. Ex^a fez. Quer que eu responda?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Não, não quero.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Então, não acuse!

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Não estou acusando, estou enumerando fatos.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Ah, não!

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Eu quero trazer mais fatos ao senhor. Ao senhor, que sempre teve grande ascendência sobre os fundos de pensão, por exemplo, vou trazer uma coisa interessante: foi a sua interferência e da sua equipe que viabilizou a Marcos Valério vencer a concorrência dos Correios e do Banco do Brasil e também a ficar com a fatia do leão, tanto do Banco do Brasil quanto dos Correios. Com a investigação séria que estamos produzindo, os números que expomos vão provar. O senhor pode se indignar à vontade, é um direito que o senhor tem, e até me admiraria se o senhor ouvisse calado o fato de a gente estar descobrindo, levantando o véu da quadrilha que tomou conta do Governo Lula. E vou dizer ao senhor que o Postalís, por exemplo, só para o senhor ver as coincidências do Governo Lula, no Banco Rural, em 31 de março de 2004, tinha R\$18 milhões aplicados. Aí, em junho do mesmo ano, foi para R\$23 milhões. Em setembro do mesmo ano, fechando o trimestre, foi a R\$28 milhões. E aí passou o período eleitoral, em dezembro caiu de novo para R\$13 milhões, número cabalístico por sinal.

É tudo coincidência! O Rural recebe investimentos, tudo no ano eleitoral, e eu queria fazer uma...

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Deputado, está encerrado o prazo de V. Ex^a.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – ...colocação rápida e encerro, até porque fui aparteado.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Um minuto, por compensação.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Obrigado pela gentileza de V. Ex^a.

Vamos olhar a questão da Game Corp. Lá na Game Corp, nesse episódio, em que há participação, por exemplo, da Petrus, o senhor teve ação preponderante na indicação da Presidência da Petrus e da Previ. O senhor reconheceu aqui que indicou, ajudou.

É muito curioso que alguém que faça parte do Conselho de Ética Pública da Presidência, a Trevisan, as negociações com a Telemar, para comprar a Game Corp, foram conduzidas...

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Deputado, por obséquio...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – ...por Richard Dubois.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Deputado, em respeito aos companheiros, aos ilustres Pares.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Eu concludo, eu concludo, só quero paciência.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – V. Ex^a não é da Mesa.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – É curioso também: quem representava a Petrus na Telemar? Jacob Bittar, pai de dois sócios. E o mais curioso ainda é que há uma contratação da sua ex-empresa, a Globalprevi, pela Petrus, que é questionada pelo Conselho Fiscal, que há dois anos tenta obter os documentos do Contrato, em que a Trevisan e Associados subcontrata a Globalprevi.

E curioso ainda, para terminar, é que por influência, segundo notícias que recebemos, a Globalprevi ficou encarregada, por notória especialização, de atender ao Fundo de Pensão do Município de Campinas, da Sanasa, para fazer algo que a Globalprevi nunca fez.

Isso tudo continua sendo coincidência?

Na minha opinião, Sr. Gushiken, não é coincidência. Isso era um **modus operandi**. As investigações vão mostrar, e ao Brasil, a cada dia, fica mais claro que, lamentavelmente, o seu Governo montou uma quadrilha e saqueou os cofres públicos brasileiros.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – O senhor me permite usar de um tempo, para refutar os fatos, os supostos fatos?

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – A palavra está com o senhor, e está esgotado o seu prazo, Deputado.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Eu só me reinscrevo para a tréplica que virá.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Considere-se reinscrito.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Deputado, com relação a licitações em contas de publicidade, e aqui reitero, existe uma legislação, desde 1993 que impõe à Secom a supervisão nas licitações. Há uma lei, uma instrução normativa, de 1995, que define os requisitos técnicos, o sistema de pontuação para a definição do processo licitatório. Foi em nosso Governo, e na licitação dos Correios, a maioria foi serviço dos servidores da Secom.

Com relação a gastos de publicidade, aqui reitero, Deputado: quem mais gastou recursos em publicidade de mídia, investimento em mídia, na administração

direta, somando inclusive as estatais, foi o governo anterior, em 2001.

Em segundo lugar, Sr. Deputado, as verbas de publicidade, hoje gerenciadas pela Secom, ofereceram para o mecanismo de centralização de negociação um ganho público, um ganho para a economia pública que nunca tinha havido. Aqui expliquei de maneira detalhada. Isso é mérito dos servidores da Secom, não é deste Ministro que lhes fala, dos servidores da Secom, que não podem admitir acusações tão levianas sobre a presteza, a honestidade e a técnica deles. E eu faço questão de afirmar que são dados, não são insinuações caluniosas que faz V. Ex^a, são registros, dados factuais que podem ser demonstrados cabalmente.

E com relação à Globalprevi, não é minha empresa, é sucessora de uma empresa que eu tive, a Gushiken Associados. Em segundo lugar, o trabalho que ela ofereceu para fazer junto à Prefeitura de Campinas é, sim, um trabalho próprio dessa empresa, que, na minha época, já prestávamos.

Obrigado.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – E o dinheiro de 2004, do segundo semestre?

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Esgotado o prazo de V. Ex^a, na reinquirição, V. Ex^a o fará.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Nós vamos retomar esse assunto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Esta Mesa quer recomendar aos Srs. Parlamentares que não usem termos ofensivos. Todos nós temos o direito de ter nossos conceitos, mas não podemos externá-los de forma ofensiva, sob pena de ensinarmos o direito ao revide, e aqui não é uma Casa disso, é uma Casa da democracia.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente. Tenho por V. Ex^a profundo respeito, admiração verdadeira. Eu queria ter só 10 segundos para dizer o seguinte: fiz uma análise que o meu mandato me autoriza a fazer. Os estudos que faço me autorizam a fazer. Se, eventualmente, o depoente se sente atingido, isso é um problema que o depoente teve espaço para retrucar.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – V. Ex^a está imune a toda razão de suas palavras, proferidas aqui, nesta Casa, mas solicito aos companheiros que sejam respeitosos e urbanos.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – É a minha opinião, Sr. Presidente. Peço vênia, eu fui respeitoso. Nunca faltou respeito. Eu simplesmente disse o que acredito.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Não vamos discutir. Esta Mesa encerra o assunto.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Pois não. Com a palavra V. Ex^a, pela ordem.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Quero parabenizar V. Ex^a por essa intervenção. Acho que temos de ter aqui um debate duro, mas respeitoso. Acho que houve excesso das duas partes. O depoente acusou o Parlamentar também de leviano. Solicito, inclusive, com a concordância do depoente, que seja retirado o termo.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Desde que seja retirado o dele também.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – É claro, exatamente. O que estou propondo é isso, acho que as agressões não se justificam. Parabenizo V. Ex^a e espero que essa advertência de V. Ex^a seja seguida daqui para a frente.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Mas essa é a tônica da Mesa nesta Comissão.

Concedo a palavra ao ilustre Senador César Borges, pelo prazo de cinco minutos, recomendando aos ilustres Parlamentares que se atenham ao prazo, porque, do contrário, os que estão inscritos por último talvez nem cheguem a inquirir.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Luiz Gushiken, ex-Ministro da Secom, Srs. Parlamentares, sem sombra de dúvida, houve uma centralização no Governo do PT. Talvez um viés até ideológico, de centralismo democrático, de fazer uma centralização da comunicação social do Governo. Essa centralização não se deu simplesmente por uma legislação vigente, mas também por uma vontade deliberada deste Governo de operar dessa forma a comunicação social. Tanto que, talvez sob inspiração de V. S^a, foi editado o Decreto nº 4.699, de 4 de agosto de 2003, o qual, expressamente, assevera, no inciso IV do art. 7º, que cabe à Secretaria de Comunicação do Governo de Gestão Estratégica, V. S^a deve reconhecer, submeter à prévia aprovação os editais de licitação para a contratação dos prestadores de serviço de assessoria de comunicação, de assessoria de imprensa e de relações públicas. Isso foi efetivo no atual Governo, V. Ex^a participou.

Talvez por isso V. Ex^a esteja dentro desse furacão que hoje assola o país. Não é apenas o Governo do PT, não é apenas o PT, mas é o País que está sofrendo. Acho que V. S^a, como bom brasileiro que é, tenho certeza, deve ter esse tipo de preocupação. O País sofre inteiro. A frustração do povo brasileiro com o PT e com

o Partido a que V. Ex^a é filiado, até com o Governo de que V. S^a participa, é muito grande. E não é apenas do povo brasileiro, mas até de instituições da maior credibilidade, como o Tribunal de Contas da União.

O Tribunal de Contas da União, por intermédio de seu próprio Presidente, Adylson Motta, dá declarações de que uma mega-auditoria está sendo realizada nos contratos de publicidade do Governo, que mostram a forte interferência da Secretaria de Comunicação do Governo nas licitações e na execução dos serviços na gestão do ex-Ministro Luiz Gushiken. O Ministro Adylson Motta prevê que o resultado final da auditoria será para 30 de setembro e pode levar ao cancelamento de diversos contratos no Governo e estatais e exigir uma nova política para essa área.

Então, a política que V. S^a demonstra ou quer demonstrar aqui como de excelência o Tribunal de Contas da União está contestando severamente, dizendo que vai modificar, cancelando o contrato. Uma das conclusões dos auditores é que a Secom influenciava licitações nessa área pela indicação da maioria dos membros da licitação.

E por aí vai: “Concluimos – mais uma vez o Presidente do TCU – que, nesse caso apenas do orçamento – e aí há a questão da apresentação de vários orçamentos para a licitação -, apenas um era real, os dois outros eram frios, forjados, e a empresa escolhida para realizar o serviço encarrega-se de providenciar os outros dois.” Isso é uma fraude, uma fraude de que participavam membros indicados pela Secom.

Mas veja bem, V. S^a, a nossa preocupação aqui nesta Comissão é a identificação da origem dos recursos para o tal chamado caixa dois, ou como disse o companheiro do seu Partido, Delúbio Soares, recursos não-contabilizados. De onde vieram esses recursos? Com certeza vieram de um esquema hoje conhecido no País como “valerioduto”, das empresas do Sr. Marcos Valério. Essas empresas têm contratos com órgãos do Governo, contratos que foram editados, ampliados, tipo a DNA com o Banco do Brasil, com o Banco Popular, feitos sem licitação, com uma apreciação interna.

Neste momento, solicito a V. S^a que colabore com esta Comissão, porque não estamos aqui apenas fazendo acusações, mas temos fortes evidências de que as empresas do Sr. Marcos Valério foram beneficiadas no sentido de prover recursos não-contabilizados para o PT pagar suas contas de campanha de 2002, da campanha do Presidente Lula, para pagar o publicitário Duda Mendonça, o qual até, num momento de desprendimento ao dizer que queria falar a verdade, veio a esta Comissão e revelou que recebeu do Sr. Marcos Valério pagamento pela campanha. E olha que o Sr. Duda Mendonça – foi dito aqui pelo Sr. Relator e

eu sei que V. S^a reclamou, irritou-se profundamente, já está aqui na mídia, com as perguntas do Relator –, mas o Sr. Duda Mendonça estava encastelado no Governo, dentro da Secom, dentro da Petrobrás, e agora não está mais. Por quê? Porque ele revelou talvez a verdade aqui, Sr. Luiz Gushiken.

Então, eu perguntaria, em princípio, exatamente como V. S^a explica essa relação do Marcos Valério, SM&PB, DNA, Correios, Banco do Brasil. Há, inclusive, por parte de uma pessoa indicada para participar da Comissão de Licitação, o Sr. Otaviano, nos Correios, vários ofícios indicando irregularidades no desempenho do contrato da SM&PB com os Correios. Nada disso foi apurado, nem a Secom acompanhou.

Portanto, essa política que V. S^a menciona como de sucesso não é vista assim pelo Tribunal de Contas nem por nós, tampouco pela Nação brasileira, haja vista os índices de popularidade a que chegam agora o Presidente Lula e o seu Governo.

Esta seria a primeira pergunta: como V. S^a explica essa relação? Será, como ouvimos aqui o Sr. Delúbio Soares, que não há nenhuma implicação dos contratos, dessas duas empresas do Sr. Marcos Valério com a Secom? Não há nenhum favorecimento para que ele fizesse a benevolência de tomar hoje, em valores corrigidos, R\$90 e poucos milhões para serem utilizados inclusive no pagamento da campanha do Presidente Lula, no ano de 2002?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Senador, eu sou muito grato pelas ponderações que fez V. S^a, porque vão me permitir responder muitas coisas. Tenho visto intervenções de V. S^a, sempre no sentido de exigir mais clareza nas questões postas por esta CPMI. Até vejo que é normal V. S^a acreditar que houve uma certa centralização na Secom. Tentei explicar de maneira prática o que é essa centralização, basicamente por dois efeitos: uma da negociação de mídia, um grande movimento que redundou a economia de recurso público, e a outra a criação da conta da Secom.

Quero dizer, até porque não é mérito meu, que a centralização da Secom em uma conta veio, na verdade, por sugestão do Secretário anterior, o Sr. Roberto Vieira, que é uma pessoa por quem tenho o maior respeito pela sua qualidade técnica. Foi ele que idealizou essa conta. Ele disse: “Ministro Gushiken, se o senhor vai pegar essa Secretaria, faça aquilo que imaginei fazer, caso o meu candidato ganhasse”. E me explicou; e eu criei essa centralização na Secom de uma conta própria da Secom, por idealização e até por opinião do ex-Secretário, a quem reputo uma pessoa tecnicamente competente.

Não houve centralização no sentido fantasioso da palavra. É bem verdade que, quando a Secom e todos

os Ministérios e estatais discutem mais de um bilhão com veículos de comunicação, isso pode sugerir idéia de poder. Mas o poder não está no Ministro.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sugerir o poder numa prática de poder.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Mas está num procedimento que, nesse caso, considero meritório por parte do serviço público. É uma centralização positiva. Ela não é negativa. Ela é positiva, porque ela redundou em economia de recursos públicos. E não foi pouca economia, Senador.

O senhor já foi Governador e sabe o que é tabela de preços de publicidade que os veículos impõem ao Poder Público. É uma excrescência. Foi preciso uma ação muito forte de Governo.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas houve, inclusive, uma centralização com relação às empresas que estavam veiculando. Porque, no Governo passado, V. S^a disse que gastou mais, na verdade gastou a mesma coisa. Em 2001, foram 881 milhões versus 871.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Mas é menos.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – A não ser que V. S^a ache que essa diferença seja uma diferença...

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não, digamos que seja semelhante, que são próximas.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – ... que mereça destaque. Não merece.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não merece.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Igual.

Agora, foram em 19 empresas. No atual Governo foram em seis.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Quero entrar nessa discussão, porque é também uma pergunta muito competente, Senador.

Mas veja, sobre o TCU, liguei para o Ministro Adilson Motta, que abusando da relação de amizade que a gente teve, na época que eu era Parlamentar, eu disse: Ministro Adilson Motta, não tem sentido lógico o senhor oferecer supostas medidas de correção sem que a apuração seja feita e a irregularidade seja mostrada. É uma questão de bom-senso. Ele disse: Gushiken, na verdade, não quero fazer isso. Não quero informar à imprensa que vou fazer isso. Se acontecer isso – se acontecer –, vou ter que fazer. Mas, se acontecer, vou ter que verificar.

Então, veja, em primeiro lugar, a idéia da forte interferência, de fato, ela surge no decorrer desses debates que a Secom tem realizado ao longo dos dois anos e meio, talvez, muito por conta do Ministro, porque fiz parte da coordenação do Governo. A Secom, como instituição, vem seguindo basicamente os parâmetros que a lei impõe. E a centralização, por

exemplo, em matéria de prévia autorização como exigência para uma licitação, é da lei. É a lei que impõe que a Secom faça.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Reforçado por um decreto presidencial. Mas não impede. Mas o tempo é muito curto, senão...

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Também.

Mas, Senador, me dê oportunidade de responder uma pergunta competente.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Rapidamente. Porque tenho outras perguntas, e ficaria limitado.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Rapidamente.

Veja, cotação de preços. Em princípio, cotação de preços, através de três fornecedores, é feita para atender um requisito que, na Lei 8666, no espírito dela, é para que o usuário tenha, o Poder Público tenha um preço de mercado. Não é uma exigência de fazer licitações com três fornecedores. Uma empreiteira, quando compra pedra, cimento, não faz licitação. O pressuposto é estar comprando pedra pelo preço mais barato, porque ela vai ter um lucro melhor. Mas o Poder Público não exige que ela traga licitação de pedra e de cimento. A mesma coisa em publicidade.

Em publicidade...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas a minha pergunta básica é se houve favorecimento às empresas do Sr. Marcos Valério, porque temos aqui uma convicção muito próxima dessa, de que houve favorecimento para que ele pudesse, através desse favorecimento, criar o tal caixa dois ou recursos não contabilizados para ajudar o PT na sua caminhada política, em direção a 20 anos de poder.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Mas, Senador, as contas de Marcos Valério, veja, a totalidade dos recursos das contas de Marcos Valério – DNA e SMP&B –, nesses dois anos e meio, deram por volta de 314 milhões. Desses 314, 70%, em média, são destinados para veiculação – televisão, rádios e jornais. O que sobra disso, 30%, é para a produção de imagens, gráfica e a receita da agência.

Então, quero dizer ao senhor que, ao fazer a decomposição desses valores, podemos chegar à idéia de que essas duas empresas obtiveram, ao longo dos dois anos e meio, 20 milhões de receita líquida. Agora, 20 milhões de receita líquida é um valor bem distante daquilo que os senhores estão identificando nas contas do Marcos Valério.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Isso. Então, aí vamos chegar à conclusão de que há outras fontes que o PT poderia estar se calçando para fazer o pagamento do Sr. Marcos Valério, porque já deve 90 milhões. Então, aí vamos para os fundos de pensão,

que foi outra forma de capacitação, que está aí na imprensa brasileira, toda ela, denunciando que foi utilizado. E, novamente, infelizmente, V. S^a está envolvido, pelo fato de que aqui mesmo V. S^a reconheceu a sua forte influência sobre os fundos de pensão e sua preocupação – legítima ou não, mas preocupação – com os fundos de pensão.

Eu lhe perguntaria exatamente, por exemplo: a inspiração da criação da Previc, que foi rejeitada pelo Congresso Nacional – acho que foi de V. S^a –, V. S^a indicou para a Secretaria da Previdência essa tal, a Previc, o Sr. Odacir Reis, que foi seu Assessor, na Câmara, e que já seria, no caso, ele é o Secretário de Previdência Complementar e iria para a Previc?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Senador, Odacir Reis não fui eu que o indiquei. O Odacir Reis trabalhou comigo...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Foi seu Assessor?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Foi meu Assessor, aqui na Câmara dos Deputados, e depois ele se tornou um advogado brilhante na área de Previdência Complementar. Ele dava curso de pós-graduação, na Fundação Getúlio Vargas, sobre Previdência. E, quando ele foi indicado para a Secretaria, ele o foi pelo Ministro Berzoini, que já conhecia o talento dele. Ele é uma pessoa que escreveu livros sobre o assunto, não precisava de mim.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Então, S^a reconhece a sua influência na indicação e também sobre os fundos de pensão?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não, nunca indiquei Odacir Reis.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Houve um conflito forte, porque tanto V. S^a como o ex-Ministro José Dirceu participavam do núcleo duro do Governo. Não sei se hoje, acho que V. S^a continua, apesar de ter mudado a nomenclatura, V. S^a continua sendo parte do núcleo duro. Acho que a sua presença junto ao Presidente Lula é fundamental, para aconselhá-lo, para dar a ele inclusive nortes e se apresentar. Porque, até há pouco tempo, era fundamental a presença do Duda Mendonça, mas agora não há mais o Duda Mendonça. Então, acho que V. S^a vai cumprir esse papel. Mas houve aí um choque de interesses muito grande entre aqueles que advogavam a favor da presença do Opportunity, nas companhias telefônicas, e aqueles que não queriam, que aqui V. S^a se colocou contra. Aí houve o conflito muito grande de interesses da sua posição com a posição do Ministro José Dirceu. É verdade isso?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Senador, repito aqui aquilo que disse: O tema Opportunity Previ nunca foi

objeto de discussão minha com o Ministro José Dirceu. De maneira que não posso falar sobre isso. A minha posição relativamente a esse assunto é pública, deixei claro aqui que eu conversava com o Sr. Sérgio Rosa e até fui vítima de uma espionagem, por conta desse conflito societário. Então, veja que eu tinha todas as razões para me interessar sobre o caso.

Agora, o senhor me permite, apenas sobre a Previc, que o senhor fez uma pergunta e eu não pude responder: Acho lamentável que o Senado não tenha aprovado a Previc. Sabe por quê, Senador? Porque a Previc era uma estrutura que daria ao Governo uma fiscalização mais rigorosa sobre os fundos de pensão. E ela foi pensada e idealizada pelo Sr. Odacir Reis...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Que não é feita pela Secretaria da Previdência Complementar hoje?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Exatamente.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Ela não faz? Por que ela não cumpre esse papel? Por que o Governo não coloca a Secretaria para atuar?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não, ela ocupa esse papel, mas sem as atribuições e sem a força fiscalizadora que a Previc teria, em termos de ferramenta, em termos de quadros técnicos. Sempre foi debilitada no Brasil a Secretaria de Previdência Complementar, a Previc que era uma resposta para isso. Acho que o Senado, nesse caso, incorreu num erro, porque ficou debilitada uma área fundamental, que é a única área que pode oferecer ao cidadão brasileiro estímulo para abrir fundo de pensão. Porque, como o senhor sabe, fundos de pensão para além da aposentadoria têm um valor estratégico num país, porque é um dos poucos mecanismos que os países têm para a criação de poupança interna na economia. E a idéia que se tem, em todos os homens públicos que entendem um pouco dessa matéria, é estimular os órgãos que dêem amparo para o Estado oferecer ao cidadão tranquilidade para fazer fundo de pensão.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas V. S^a concorda que os fundos têm sido manipulados nas suas aplicações financeiras e utilizados para interesses meramente privados e, em contrapartida, há colaboração, com certeza, com relação daqueles que conseguem esse tipo de favorecimento.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Senador, apelo à compreensão de V. Ex^a. O seu tempo está expirado.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não entendi bem a colocação de V. Ex^a, Senador.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – É que o fundo de pensão está sendo direcionado para aplicações no setor privado, que retribui ao Governo aqueles

benefícios alcançados com contribuições para campanhas políticas.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não. Senador, acho que a CPMI pode e deve investigar três fundos de pensão. Aqui vieram, debateram com os senhores... A Secretaria de Previdência Complementar, que é um órgão de fiscalização do Governo, já apontou irregularidades em alguns fundos. Acho que está correta a CPMI convocá-los, analisá-los. Mas, **a priori**, eu afirmar que isso é fonte, acho que seria precipitado da minha parte.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Agradeço, Senador, pela sua compreensão.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Agradeço, Sr. Presidente. E agradeço também a atenção do Sr. Luiz Gushiken.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – E volto ao Depoente se deseja de alguns minutos para rápido intervalo e consulto o Plenário se quer suspender por 30 minutos, agora, a reunião.

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Não, cinco minutos se ele o quiser. E o Plenário, se determinar, por trinta minutos para um rápido lanche e voltarmos imediatamente.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Não há necessidade de 30 minutos, Sr. Presidente.

O SR. (Orador não identificado) – Vai começar a Ordem do Dia, Sr. Presidente, daqui a trinta minutos, e acaba a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Eu me submeto à decisão do Plenário.

Quero ouvir o Plenário.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Sr. Presidente, eu acho que deve perguntar ao Depoente também, porque parece que tem problema de saúde, que deve ser atendido.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Já perguntei. Já o indaguei.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Aí também a gente não pode, não é?

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Perfeito. Mas...

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não. Por favor, não quero que nesse momento essa questão seja posta, porque não estou precisando, não. Vejam a conveniência dos Srs.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Num prazo de cinco minutos ou de trinta?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Cinco minutos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Cinco minutos então?

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSAD (PPS – RJ) – Sr. Presidente.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Está bom.Cinco.

O SR. (Orador não identificado) – Cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – A reunião está suspensa pelo prazo de cinco minutos e, a seguir, terá a palavra a ilustre Senadora Ideli Salvatti, num gesto de cavalheirismo do Deputado Carlos Willian.

(Suspende-se a reunião às 13 horas e 28 minutos.)

(Reabre-se a reunião às 13 horas e 47 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Declaro reaberta a reunião e concedo a palavra à eminente Senadora Ideli Salvatti pelo prazo de 15 minutos.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, infelizmente eu não estava aqui no momento em que este depoimento do nosso ex-Ministro Gushiken aquiesceu sobremaneira, com determinadas posturas. Talvez, até agora, as pessoas possam entender por que eu não quis comprar briga a respeito da minha colocação na lista, não é? Porque dado o comportamento e até a agressividade aí era melhor não comprar briga mesmo.

Então, quero agradecer o Deputado Carlos Willian, não é?

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Matéria vencida, Senadora.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Matéria vencida. Mas têm algumas coisas, Sr. Presidente e meu querido ex-Ministro Gushiken, que não sei mais se me deixam aborrecida ou o quê. Porque é assim: a gente escutando tanto, tanto determinadas questões serem repetidas à exaustão que vão provocando uma irritação profunda. Tenho escutado aqui sistematicamente: “este é o maior esquema de corrupção da história da República brasileira”. E estamos investigando 55 milhões de empréstimos que passaram pelas empresas do Sr. Marcos Valério e que foram distribuídos a políticos brasileiros. Cinquenta e cinco milhões, é isso que, efetivamente, estamos investigando, não é? E é interessante, assim, a contundência de determinadas personalidades políticas que, parece, se esquecem – amnésia total e absoluta – a respeito de escândalos envolvendo bilhões que não foram investigados, não tiveram CPI, não teve procedimento nenhum para descobrir e punir os culpados, não é? Então, é bom a gen-

te lembrar aqui alguns: caso Sivam: US\$1,4 bilhão; o esquema da “Pasta Rosa”, lá do Banco Econômico, de propina também para Parlamentares, R\$9,6 bilhões; a questão dos precatórios – três bilhões; a desvalorização do real; o socorro aos bancos Marka e Fonte-Sidam – 1,6 bilhões; a “privataria”, ou seja, o processo de privatização do Sistema Telebrás, onde apareceu, aqui, a figura do Opportunity, já, daquela época; esse processo de privatização, 24 bilhões. Então, é assim: estão falando em maior... Não têm memória, Sr. Presidente, não têm memória, não têm memória. Se roubaram ou não roubaram, nem podemos confirmar se roubaram ou não porque não teve CPI, não teve investigação, não teve punição.

Então, já disse isto e volto a dizer – tenho aqui me dedicado a investigar. Porque o PT, Gushiken – e acho que você comunga desta opinião –, o PT só terá capacidade de se manter, junto à opinião pública, junto aos seus eleitores, com moral, se ele investigar e punir todo e qualquer petista envolvido com ato de corrupção. Mas amnésia, não! Esquecer o que fizeram com este País, não! Esquecer o que aprontaram, não!

E, aí, já quero começar com as minhas perguntas, porque teve, aqui, uma colocação no seguinte sentido: “Ah, mas a empresa do Duda Mendonça, que fez a campanha do Lula, agora se beneficiou”. O Duda Mendonça não trabalhou com o Governo Federal, com empresas do Governo Federal, antes do Governo Lula?

Esta é uma pergunta que quero fazer e, inclusive, o seguinte: quero pedir, fazer a pergunta e quero já fazer o requerimento para que possamos ter, dos últimos dez, doze anos, todas as empresas de publicidade que trabalharam com o Governo Federal e que tiveram participação nas campanhas dos respectivos eleitos.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Por favor, Excelência, formalize o requerimento.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Vou formalizar. E eu queria saber se o ex-Ministro Gushiken poderia nos dar esta informação j. Como é que era a participação, por exemplo, da empresa do Guanais? Quais eram os contratos? Porque o Duda Mendonça sei que trabalhou para o Paulo Maluf – PP –, trabalhou para o PSDB e PFL, em Minas, e trabalhou para o PT. Agora, qual era a participação do Sr. Duda Mendonça nesses procedimentos e dos empresários de publicidade que fizeram campanhas de outros Presidentes? Qual era a fatia para, inclusive, podermos ter comparativos para não ficarmos aqui ouvindo determinadas afirmações que tentam nos imputar determinadas situações como se, ao longo de toda a sua vida política e administrativa, tivessem sido santos.

Além disto, Ministro, o senhor já respondeu – quero apenas reforçar – que o que fica com as agências de publicidade é muito pouco – o senhor mesmo disse que no máximo, de todas as operações das empresas do Marcos Valério, ficou apenas 20 milhões, aproximadamente, de receita líquida e que, portanto, não foi da parte que ficou com as empresas do Marcos Valério o valerioduto. Teríamos que trabalhar com outras hipóteses.

Como o senhor é um profundo conhecedor da questão dos fundos de pensão, a hipótese que estão levantando aqui é que os investimentos, as aplicações do fundos de pensão, podem ter dado gás – combustível – para o tal do valerioduto. Só que é estranho, porque, ontem, no depoimento da Sr^a Kátia Rebelo, Presidente do Banco Rural, ela passou uma informação que causou até um *frisson* na CPMI, nas pessoas que estavam lá no depoimento. Ela afirmou que as aplicações, no Banco Rural, durante o período do FHC, foram superiores ao atual Governo.

Então, quero perguntar: já que não pode ter saído, da parte que ficou com as empresas de publicidade do Marcos Valério, o abastecimento do valerioduto, das aplicações com fundos de pensão, o senhor acredita que é possível ter o desvio daí?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Senadora, em primeiro lugar, sobre Duda Mendonça e outras agências de publicidade que foram responsáveis, no Governo anterior.

Veja, sobre Nizan Guanais eu não tenho, aqui, as informações sobre as contas do Sr. Nizan, não tenho dados para confirmar ou não, inclusive uma tese que o Sr. Marcos Valério levantou numa quantidade muito grande de contas. O que posso afirmar é que, no caso do Duda Mendonça, por exemplo, ele participou, se não me engano, de nove licitações e ganhou três. Tanto o Nizan quanto o Duda Mendonça são publicitários de renome, e não é só renome no Brasil; eles são ganhadores de prêmio em nível internacional. Portanto, o mercado não questiona a competência deles para serem vitoriosos em processos licitatórios, tanto que recursos nunca houve quando eles ganharam licitações. E Duda Mendonça tinha conta do Governo anterior, sim. Banco Central, sei que era uma conta. Não era conta expressiva, mas era uma conta. Ele tinha, portanto, já sido vitorioso em licitações do Governo Federal, no Governo anterior.

Com relação à segunda, quero apenas frisar, Senadora, que processos licitatórios em contas de publicidade obedecem a normativas muito precisas e que estão aprovadas desde 1995. Não é de hoje que a Secom participa; a Secom participa há mais de dez anos de processo licitatório. Há uma imposição

legal. É diferente, sim, dada a sua especificidade, de licitações, digamos, de outros produtos, onde às vezes só preço define. Nesse caso, não. É muito mais complexo e exige pessoas que conhecem um pouco de comunicação.

No que tange a fundos de pensão, o que posso afirmar à senhora é que o órgão de fiscalização do Governo Federal, a Secretaria de Previdência Complementar, já identificou irregularidade em alguns fundos de pensão. Eu não saberia avaliar exatamente a dimensão dessas irregularidades...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – E graves! E graves!

O SR. LUIZ GUSHIKEN – A gravidade eu não sei dizer. A CPMI, baseada numa tese ou numa suspeição de que possa haver algum vínculo, deve investigar. Eu acho que isso tem que ser feito. E foi identificado... saiu no noticiário da imprensa que alguns fundos perderam recursos na aplicação do Banco de Santos, não é? Com relação ao Banco Rural, é verdade também. Isso foi dado em noticiário: que esse banco operou relações mais fortes em Governos anteriores.

Em princípio, o que posso dizer é que são relações típicas de mercado. E fundos de pensão, quando fazem investimento, o fazem baseados em critérios objetivos e muito definidos. Eles têm aplicações máximas em títulos de Governo Federal, em estrutura de ativos ligado à renda variável, a ações de empresa. Dentro de política de investimento em ações de empresa tem limites para aplicação em certas empresas. Então, há uma rigidez na forma de aplicar recursos de fundos de pensão. Não é assim: vai aplicando ao seu bel prazer. Hoje, tem uma legislação muito mais rigorosa no tratamento dos investimentos em fundos de pensão. E existem comitês de investimentos dentro dos fundos de pensão. Por outro lado, muitas empresas que aplicam os recursos em fundo de pensão são empresas terceirizadas, com habilitação para esse exercício.

Uma das afirmações é que no diferencial de compra e venda de títulos públicos, esse diferencial poderia resultar num volume de recursos que justificariam as contas de Marcos Valério. Nesse caso – eu não sou entendedor de investimentos financeiros, mas me parece razoável, plausível – que um diferencial de taxa possa oferecer condições de suprir ilegalmente as contas do Sr. Marcos Valério.

Enfim, é uma apreciação de quem entende mais ou menos, não profundamente. É o caso de se perguntar... penso que os senhores devem recolher os depósitos, as aplicações financeiras, no caso de fundo de pensão, dia a dia, é possível verificar se as aplicações foram ou não rentáveis. De maneira que há um

instrumental técnico que possibilita a CPMI chegar a alguma conclusão sobre isso.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Ex-Ministro Gushiken, os dados que tenho aqui de publicidade dos últimos quatro anos – 2001, 2002, 2003 e 2004 –: 2001, 881 milhões; 2002, 703; 2003, 617; 2004, 871. Se fizermos a atualização inflacionária, quer dizer, nem em 2003 e nem em 2004, o Governo Lula gastou mais do que os dois últimos anos do Governo Fernando Henrique e, se for feita a atualização inflacionária, o ano de 2001, que foi o recorde de gasto publicitário do Sr. Fernando Henrique, chega a quase 1,2 bilhão. Portanto, o comparativo com o do ano passado, concluído, 871, podemos afirmar categoricamente que o Governo Lula gasta menos em publicidade do que gastou o Sr. Fernando Henrique, pelo menos nos dois últimos anos.

Então, eu queria, depois, que V. Ex^a pudesse comentar essa questão.

A outra questão que quero fazer aqui é que, em dois depoimentos prestados a esta CPMI, a Sr^a Fernanda Karina e o Sr. Henrique Pizzolato, foram reveladas violações de dados telemáticos. Como o senhor foi aqui questionado a respeito de *e-mails* trocados com o Sr. Demarco, que, segundo entendi, foram fruto da investigação criminosa que a Kroll fez contra V. S^a, eu queria saber, já que o senhor também tem a participação aí no... É responsável pelo Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, que, se órgãos governamentais da área de Informática poderiam nos dar certeza se é possível o acesso a esses dados, que, em tese, são protegidos pelas chamadas chaves públicas de criptografia, porque a impressão que passa é que essas informações estratégicas de Estado e de Governo possam estar sendo repassadas à iniciativa privada para atender interesses econômicos e políticos.

Então, eu queria que o senhor pudesse nos dar alguma... Até por ter sido vítima da investigação da Kroll.

A outra questão é a seguinte: o senhor já falou algumas vezes sobre essa história da investigação da Kroll. Qual é a ligação... Quer dizer, quem é que controla a Kroll? Por que a Kroll lhe investigou? Qual é a justificativa para essa questão?

E, por último, ainda queria fazer a seguinte pergunta: uma das pessoas que sacou dinheiro das contas de Marcos Valério, no período eleitoral de 2004, foi o Sr. Paulo Menicucci, Diretor dos Correios, primeiro, de Tecnologia e Infra-Estrutura e, depois, Comercial, até o início de 2004. O Sr. Paulo Menicucci já estava nos Correios e ficou nos Correios quando assumimos o Governo. O senhor saberia informar se ele teve algum

papel na licitação relativa ao contrato de publicidade dos Correios adjudicado a SMP&B?

E ainda queria lhe perguntar, pelo que o senhor conhece do Sr. Demarco, se ele tem informações relevantes a prestar a esta CPMI, na questão dos fundos de pensão, dada a polêmica que ele tem com o Sr. Daniel Dantas?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Deputada, respondendo algumas indagações de V. Ex^a. Sobre a Kroll, eu não sei a razão que motivou a Kroll a aceitar a demanda do empresário para espionar a minha vida. Suspeito que seja por conta desse conflito societário, que, insisto em dizer, é o maior conflito societário na história do capitalismo brasileiro. Estamos falando algo equivalente a R\$16 bilhões, cujo desenlace, dependendo da maneira como for feito, aos olhos dos dirigentes da Previ e dos outros dez fundos de pensão, tal como foi proposto pelo outro empresário, significaria a queima considerável desse patrimônio, que são dos trabalhadores. Então, eles fizeram em função da proteção dos interesses dos legítimos donos dos fundos de pensão nesse conflito.

Penso que, por conta da minha vida passada, das relações que eu tinha com o Sr. Sérgio Rosa e talvez seja isso o motivo da especulação em torno..., o motivo que levou à espionagem em torno da minha pessoa.

Com relação às informações de natureza secreta que, por razões de Estado, têm que ser mantidas sob sigilo e que estão sendo repassadas, veja, isso é crime, não é!? Existem informações que não podem ser violadas.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Porque a Kroll lhe investigou não como pessoa física, mas lhe investigou como membro do Executivo, não é? O Executivo foi investigado.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – É. Veja: a tipificação desse crime eu ainda não sei. Vou abrir um processo. Estou aguardando a maneira como esse processo está correndo junto ao Ministério da Justiça e na Polícia Federal, e pretendo, depois, tomar alguma medida jurídica sobre essa questão.

Sobre esse cidadão Paulo...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Menicucci.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Bom, eu não conheço. Não saberia dizer que tipo de relação ele tem. De qualquer maneira, em uma comissão de licitação, a empresa é que decide quando deve ser licitado, quem são os componentes que representam a empresa, quais são os valores relativos ao contrato. Isso é tudo da empresa, e a empresa tem seus responsáveis para definição dessas atribuições.

Com relação ao Sr. Demarco, ele foi sócio do empresário Daniel Dantas e conhece muito a prática e a maneira; ele, como sócio, discutiu com o Sr. Daniel Dantas todos os procedimentos relativos às privatizações. Acho que é um cidadão que poderia oferecer aos senhores informações que talvez fossem do interesse desta CPMI. Eu não saberia... Enfim, talvez seja o caso de consultá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Obrigado, Senadora.

Concedo a palavra, por quinze minutos, ao Deputado Carlos Willian.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Exm^o ex-Ministro Luiz Gushiken, Exm^o Presidente Asdrubal Bentes, Sr. Gushiken, V. Ex^a foi Deputado nesta Casa, opositor ferrenho das administrações anteriores. Hoje, V. Ex^a está em outra situação no Governo. O que nós estamos querendo – e V. Ex^a sabe muito bem disso – nesta CPMI é buscar a verdade dos fatos que todo o povo brasileiro e a imprensa acompanham e por que todo cidadão brasileiro está indignado: a corrupção que assola tanto no Poder Executivo como aqui no Poder Legislativo.

Aqui existem denúncias de mensalão e também chegou a notícia da comprovação do cheque descontado na conta de uma assessora do Presidente da Casa, Severino Calvalcanti. Daqui a pouco começa o processo de cassação do Deputado Roberto Jefferson, e já são 18 Deputados que podem ser cassados. Mas, na verdade, ainda não conseguimos trazer à tona, embora saibamos que existem, as propinas dadas e distribuídas neste País.

No meu entendimento, há três fontes para esses recursos. Primeiro, o IRB – Instituto de Resseguro do Brasil. Desde o ano passado, estou lutando pela instalação de uma CPI para investigar o IRB porque tenho provas de que realmente lá existe desvio de dinheiro público. Recentemente, fizemos um acordo com as Lideranças do Congresso pelo qual foi transferida para esta Comissão a responsabilidade de apurar o IRB. Portanto, possivelmente será instalada amanhã pela manhã uma subcomissão especificamente para o IRB, para a qual devo ser nomeado Relator. As outras fontes são os fundos de pensão e os contratos de publicidade do Governo.

Em duas dessas fontes, V. Ex^a é apontado como tendo ingerência direta nesses assuntos. Aqui houve quem acusou V. Ex^a e também quem brilhantemente o defendeu. Eu gostaria de deixar claro que, em momento algum, quero acusá-lo ou tampouco defendê-lo. O que estamos buscando é um consenso para trazermos à tona a verdade, ainda mais sendo V. Ex^a um homem forte do Governo, e de um Governo que precisa ser

fortalecido cada vez mais pelo menos para chegarmos ao seu final, nas próximas eleições, com o povo brasileiro menos sofrido.

Houve dois ex-Presidentes dos Correios, que são o ex-Prefeito de Passo Fundo, no Rio Grande do Sul, do PDT, e o Dr. Aírton Dipp, que, nesta Comissão, disseram pontualmente que quem determinava os contratos de publicidade dos Correios era V. Ex^a. Creio que isso já está estabelecido. Então, a pergunta é: o senhor também determinava, nos outros órgãos, para quem faria, qual agência ganharia, como funcionaria? O senhor tem a mesma ingerência nos outros órgãos, como o senhor a teve nos Correios?

Se a explicação for a de que legislação dispõe que cada poder tem sua autonomia etc., sabemos que, na verdade, é assim, mas que, na prática, existe a influência. Com uma simples ligação, o senhor pode determinar um contrato ou não, analisar melhor, fazer isso etc.

O certo é que sabemos que o senhor é um dos homens fortes deste Governo. Tanto o é que, com ou sem a ajuda de V. Ex^a, as revistas do seu cunhado – em cuja redação trabalha a irmã de V. Ex^a, inclusive, segundo informações que nos chegam – tiveram um aumento substancial de repasses do Governo Federal. Pode ser sem a influência de V. Ex^a, mas também pode ser alguém querendo agradar V. Ex^a. Isso pode até ser legal, mas não o considero moral.

Pelas informações dadas por V. Ex^a, houve uma centralização das contas do Governo. A partir dessa centralização, em que se negociaram os contratos, começou a haver um balcão de negócios, um contato pessoal com as agências e as empresas. Creio que aí aconteceu o erro.

V. Ex^a até citou que as Casas Bahia é o maior anunciante na mídia brasileira. O senhor tem idéia de qual é o custo de um anúncio das Casas Bahia e qual o custo de um anúncio do Governo em qualquer um desses órgãos de comunicação?

Outra pergunta: depois que V. Ex^a saiu da Secom, melhorou a Secom? Houve modificações ou continua da mesma forma e com influência de V. Ex^a?

Outra pergunta: já foram encontradas notas fiscais frias na Presidência da República, por meio dos cartões de créditos corporativos. Se fizemos uma análise bem detalhada, não vamos encontrar notas fiscais de serviços contratados e não executados pela Secom? Será que realmente as publicidades foram feitas com todo o preço pago? Existem mecanismos de acompanhamento dentro da Secom?

Sr. Ministro, essas são minhas indagações referentes à passagem de V. Ex^a pela Secretaria de Comunicações, que creio ser um dos fatores que alimentam

com recursos públicos, se forem comprovados – volto a dizer que não estou fazendo nenhuma acusação... O outro seriam os fundos de pensão.

Pergunto a V. Ex^a, que pode responder no final: o senhor conhece um senhor chamado Alexandre de Athayde Francisco? O senhor conhece também outro empresário chamado Haroldo de Almeida Rego Filho? O senhor conhece o Vereador Fernando Gusmão, do Rio de Janeiro? O senhor conhece o ex-Deputado ou Deputado Carlos Santana, do Rio de Janeiro? E Manoel Severino dos Santos?

Essas pessoas estão dentro do Ministério Público em um dossiê que já soma 37 páginas em que eles afirmam que elas são aquelas que administram os fundos de pensão e de quem eles obtêm recursos. De que forma? Eles compram na Bolsa o título desvalorizado, ou até valorizado, e vendem por valores extremamente exorbitantes para os fundos de pensão. Eles lucram milhões de reais em simplesmente comprar algumas ações e posteriormente vender essas ações para o fundo de pensão.

E mais ainda: segundo informações, esse grupo, que V. Ex^a vai dizer se conhece ou não, se é do relacionamento de V. Ex^a, é muito bem organizado e até festeiro também; que o Haroldo deu uma festa lá em Angra dos Reis, ocasião em que se tornou amigo de V. Ex^a e que, inclusive, ele teve a delicadeza de facilitar o transporte de V. Ex^a, enviando-lhe um helicóptero, um dos melhores e mais caros do País, que é um Ranger; que, nessa festa, discutiram-se algumas estratégias sobre os fundos de pensão. Eu tive dez minutos para inquirir V. Ex^a em relação ao IRB, que ontem já apareceram suspeitas de que algumas seguradoras financiaram campanhas do PT, mas não diz respeito a V. Ex^a, então as três fontes de recurso que nós entendemos são essas.

Aí eu faço um apelo a V. Ex^a. Aqui, nesta Comissão, alguns Deputados já cometeram a indelicadeza de acusar antecipadamente, como aconteceu com V. Ex^a; aqui, nesta Comissão, Deputados já apertaram mulheres delicadas, que também têm a responsabilidade...

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Deputado, quero relembra-lo de seu tempo.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Já vou concluindo. Também fizeram isso. Aí eu faço um apelo a V. Ex^a, que sempre lutou em prol do País: ajude esta Comissão, nos dê a fórmula ou, pelo menos, nos indique, a Secretaria de Comunicações, onde existe o erro que V. Ex^a pôde não ter enxergado, mas pode ter acontecido, e pode acontecer desvio de recursos públicos, favorecimentos e coisas nesse sentido. Muito obrigado.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Nobre Deputado Carlos Willian, primeiro sobre as perguntas relativas a esse grupo de pessoas, dentre as quais uma pessoa que o senhor alega, pela imprensa, ter sido uma pessoa que me transportou de helicóptero para uma festa em Angra dos Reis para discutir também fundos de pensão e, nesse rol de pessoas também, o senhor levanta quem é que eu conheço. E eu, desse rol de pessoas, conheço o Deputado Carlos Santana, até porque tive um mandato junto com ele. E o resto não conheço. Pelo menos não me recorde de nenhum deles. Sobre esse Haroldo, a quem o senhor alega ter sido interessado em aproveitar da relação comigo, eu quero dizer que não o conheço, nunca fui para Angra dos Reis, tampouco em seu helicóptero. Aliás, devo dizer que tenho fobia de transporte aéreo, quanto mais de helicóptero. No que tange à aplicação de recursos de fundos de pensão, se o senhor solicita que eu possa contribuir com alguma coisa, eu diria o seguinte: que o mercado financeiro hoje é muito sofisticado, ele tem dados relativos a aplicações financeiras de todas as entidades. Um certo fundo de pensão que teria aplicações financeiras com diferencial de taxas que o senhor suspeita de que houve apropriação indevida de recursos, quero dizer que essas aplicações são passíveis de verificação técnica. Basta que haja um corpo técnico preparado, com as informações que Bolsa e outras entidades do mercado venham a lhe oferecer, vocês terão uma dimensão exata dessas suspeições. Eu, pessoalmente, disse isso aqui, vejo dificuldade em explicar o volume do Sr. Marcos Valério em função de eventuais diferenciais de aplicações de taxas, mas é uma questão que os senhores devem verificar tecnicamente, e o mercado tem dados disponíveis capazes de oferecer. No que tange a algumas informações que o senhor fez sobre a Secom, reiteradas vezes tenho dito aqui no plenário que a determinação para que a Secom analise as licitações é uma exigência da lei. O ministro é obrigado a fazer isso. Os funcionários da Secom foram preparados, ao longo da história de mais de dez anos, para o exercício dessa atribuição. Não é função do Ministro Gushiken. É um aparato de servidores que foram adestrados para essa atividade. Então não é razoável que se entenda que a Secom começou a exercitar essa atividade a partir de agora.

Em segundo lugar, o processo de negociação a que fiz referência aqui que redundou numa economia substancial de recursos públicos, o senhor fez uma colocação sugerindo que, nesse processo, poderia existir o tráfico de influência, dado que a partir de agora então as agências conheceriam os veículos e os anunciantes. Quero dizer que não, Deputado. Antigamente, quem negociava a mídia era... antigamen-

te não, a lei determina que a agência de publicidade seja o órgão responsável para a negociação com os veículos de comunicação. O que fizemos, na verdade, foi uma centralização, com uma metodologia diferente, mas o conhecimento das agências, o nível de relacionamento que eles tinham com o mercado é idêntico, não alterou absolutamente nada.

Sobre o cartão corporativo no qual sugere o senhor que eu responda sobre eventuais serviços contratados e não entregues, quero dizer que não há esse tipo de ação na Secom com relação aos chamados créditos corporativos. A pessoa indicada para o exercício dessa função – e são várias no Governo Federal – é chamada agente suprido, que é o agente que tem um valor determinado para saque de recursos mediante cartão para pagamento de despesas da instituição. No caso da Secom, essa servidora, há mais de 15 anos, exercita uma função de confiança do Governo Federal, e a reputo como uma pessoa muito séria e competente. E no caso dos serviços de fornecedores que a imprensa difundiu com muita insistência, que era uma empresa que não tinha razão social compatível com as mercadorias oferecidas, no caso eram cartuchos de computador, quero dizer que essa senhora, D. Penha, provou que essa fornecedora há anos fornecia para o Governo Federal, desde o ano 2000, inclusive o próprio Tribunal de Contas da União comprou cartuchos dessa empresa. Essa empresa, posteriormente, mudou a sua razão social e trouxe um grave problema com relação ao fisco, mas, no que tange às relações que fez a funcionária da Secom com essa fornecedora, nada, nada de ônus trouxe para a Secom. Insisto em dizer isso e a reputo como uma pessoa muito séria, que cumpre seus deveres como funcionária, como servidora pública.

Bom, Deputado, o que eu poderia sugerir ao senhor, no apelo que faz para ajudar esta CPMI, no que tange a fundos de pensão, cuja insistência em vincular o meu nome é tão grande, é de que as operações de fundos de pensão que são aplicadas quase que diariamente são passíveis de serem confrontadas com os indicadores de *performance*. De maneira que os senhores terão esses dados. A CPMI poderia se debruçar sobre isso e analisá-los adequadamente, tecnicamente falando.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sr. Presidente, finalizando e pedindo a sua compreensão, porque eu até abri mão, um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – V. Ex^a tem de pedir compreensão dos seus ilustres Pares.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Será um minuto, somente, Sr. Presidente. Vou fazer uma in-

dagação. Os critérios de distribuição de verba para os veículos de comunicação, já é de conhecimento público e notório que não existem. E que algumas empresas de divulgação, televisão, rádio, revista etc. recebem mais do que outras, e muito mais do que as outras, indiferentemente da forma que tem de audiência, do tipo de tiragem; portanto, está posto claramente, está a olhos nus de toda a população que algumas empresas têm sido beneficiadas.

Nesse sentido, não temos e nem sabemos quais são os critérios usados pela Secom.

Eu gostaria de saber, mesmo o senhor não estando mais lá, mas, no período em que administrou a Secom, se haveria a possibilidade de mostrar de que forma é feita essa distribuição de verba aos veículos de comunicação.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Pois não, Deputado.

Na terminologia técnica de publicidade, isso se chama planos de mídia. Inclusive, nós, neste Governo, estamos exigindo que, no edital de licitação, haja um requisito básico que é o fato de a agência de publicidade ter um chamado núcleo de mídia.

A política de repasse de recursos para veículos de comunicação é um trabalho técnico muito exigente em matéria de análise – não é uma análise simples –, inclusive o mercado se ressentiu de um número muito grande de técnicos habilitados nessa área. A Secom criou, por exemplo, um chamado núcleo de mídia para confrontar aquilo que faz uma agência com aquilo que a Secom entende como mais razoável.

Quero chamar a atenção do senhor para o fato de que, por uma diretriz estabelecida por esse Ministro de regionalizar a mídia, ou seja, de facultar que mais veículos pudessem se beneficiar de verbas de publicidade do Governo Federal, houve um alargamento do número de Municípios e do número de veículos que começaram a receber recursos do Governo Federal. Para o senhor ter uma idéia, até o ano 2002, 700 Municípios recebiam recursos. Fechamos, em 2003, com 1.088 Municípios recebendo.

Do ponto de vista de veículos, o universo de veículos que estimamos existentes no Brasil, capaz de recepcionar recursos de mídia, é de cerca de dez mil veículos. Em 2002, o número de veículos chegava à ordem de 3.300. Chegamos a atingir cinco mil veículos, principalmente rádios, que reclamavam muito que não recebiam recursos do Governo Federal.

Tenho sempre feito uma ressalva. Verbas de publicidade do Governo Federal não constituem o maior volume de recursos de mídia no Brasil. A participação do Governo Federal é pequena na massa de recursos de publicidade; estima-se em 6%. Portanto, o grande volume de recursos em publicidade é oriundo

de empresas privadas, mas quando o Governo Federal começa a ter uma prática, ela é observada pelo mercado. Então, quando começamos a ampliar o número de veículos capaz de recepcionar recursos de publicidade, a Secom foi muito elogiada, não só pelas rádios por meio das entidades que as agregam, mas também pelos anunciantes. Muitos anunciantes de grandes empresas multinacionais elogiavam a Secom por estar incentivando as agências de publicidade a repensarem em seus planos de mídia de maneira a ampliar o espectro.

De qualquer maneira, Deputado, quero dizer ao senhor que um plano de mídia é feito com técnicas altamente sofisticadas, porque implica analisar preço da mídia – chamado custo por mil –, frequência, área de cobertura, periodicidade. Portanto, há uma série de variáveis que devem ser combinadas e sobre as quais os analistas se debruçam para saber de que maneira uma verba pode-se espalhar por meios de comunicação que abrangem vários veículos. Hoje, a Internet tem um peso específico que agora o mercado começa a entender como um instrumento poderoso para fazer veiculação.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Quais são os critérios?

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Reinscreva-se, por favor, porque...

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Os critérios são esses que acabei de expor aos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Eu gostaria de pedir a V. Ex^{as}, mais uma vez, reiteradamente, que cumpram o prazo de quinze minutos. Solicito também ao depoente que procure ser mais objetivo em suas respostas, para propiciar que a discussão seja a mais ampla possível.

Prosseguindo, concedo a palavra, para seus questionamentos, à eminente Deputada Juíza Denise Frossard.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Sr. Presidente, Sr. Relator, verifiquei, Sr. Gushiken, no início de sua fala, quando fez sua exposição, que o senhor fala do seu passado, da sua satisfação de ter comandado a comunicação da campanha presidencial, de ter ido para o Governo Lula e, no meio disso tudo, o senhor volta a um chavão, que é um velho chavão, da necessidade da reforma política. Não há dúvida alguma de que uma reforma política se faz necessária, mas o que estamos vendo por aí é o que o senhor diz repudiar, a tal ponto de não ter nem coragem de listar os feitos, e isso não é resultado, naturalmente, não é fruto da legislação política vigente, e sim é fruto de uma decisão de um governo de ocupar a máquina pública para dela tirar recursos para financiar um projeto de

poder. A isso politicamente se dá esse conceito. Lá fora, pode-se dar outro. Eu estou tratando aqui dentro.

O senhor, tecnicamente, é perfeito, o que, aliás, não surpreende nem ao senhor nem a mim, mas o senhor erra exatamente neste ponto. Quando o modelo que o senhor desenha – e é perfeito – da centralização da Secom de tudo isso, mas, ao mesmo tempo, numa máquina que é montada e indicada para a produção deste resultado e que não prevê uma burocracia permanente de carreira.

Mas é preciso fazer um outro esclarecimento também: quando o senhor aqui começou com sua fala, o senhor declarou aqui, como tem sido também comum, que a crise é positiva. Então, vou até consignar uma posição minha. Com todo o respeito, é preciso parar com esse negócio de que a crise é positiva. Não há crise positiva. Ninguém foi eleito para produzir crises. A crise é altamente nociva ao Brasil. É terrível que tenha acontecido! Então, não há crise positiva. Gostaria de marcar essa posição.

Finalmente, o senhor trouxe uma informação correta: de que a Secom não pode definir o valor. Lembro que o senhor deu esta informação a uma resposta do Relator: de que a Secom não pode definir o valor das verbas das estatais. Mas, por essa formação que permite a captura das estruturas do Estado, a partidização da máquina pública, é que nós temos que não pode definir os valores. Daí por que indica os seus e eles, sim, definirão os valores das verbas de publicidade.

Feito isso, Sr. Gushiken, eu gostaria de fazer umas perguntas pertinentes à questão pública que é uma obsessão para mim. Sou servidora pública há muitos anos, há quase o período sacro das bodas de prata. Portanto, tenho um enorme apreço pela máquina pública e sonho com uma burocracia permanente no Brasil. Apesar dos 19 mil – não deste Governo, mas de todos –, mas aqui se usou a máquina pública com esse projeto de poder.

Eu gostaria de perguntar-lhe que critérios presidiram a partilha do poder, ou seja, o preenchimento dos cargos na máquina federal. O senhor ficou com a publicidade, pelo que sei, e os fundos de pensão. Então, gostaria de saber: a partir de que critérios e a partir de que objetivos?

Eu vou fazer as perguntas todas porque aí encerro e o senhor responde com mais tranquilidade. A partir disso, como é que se dava a prestação de contas dos seus indicados? Que metas tinham eles a cumprir? Como o desempenho deles era acompanhado pelo senhor?

Finalmente, Sr. Gushiken – e sou rápida nas minhas intervenções porque algumas situações, por exemplo, envolvendo as razões do sucesso financeiro

da Globalprevi, que é sucessora da Gushiken Associa- dos, isso aí terei com os Anais da CPMI... Então, isso não vou perguntar ao senhor. E, finalmente, que- ria saber se o senhor confirma a sua participação em reuniões secretas, segundo fontes do Bndes, teriam ocorrido junto com representantes da telefônica, da Telemar e da Brasil Telecom com o objetivo de viabi- lizar a aquisição da Embratel por parte do cartel das operadoras de telefonia fixa, as referidas empresas, e que para a viabilização do negócio, demandaria a mudança da Lei Geral de Telecomunicações, além de trazer um impacto perigoso, de maior concentração do setor com claro prejuízo para os consumidores. É só isso, Sr. Presidente. Muito obrigado, Sr. Gushiken.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Dr^a, eminente Depu- tada Denise Frossard, tenho muita admiração pela vida pregressa da senhora e vejo o quanto é eficiente nos debates da CPMI.

Antes de responder diretamente às perguntas quero fazer uma observação de uma frase em que dis- cordo de V. Ex^a. A senhora afirmou que nós, Governo, tudo o que está ocorrendo é fruto de uma decisão para dela tirar recursos. Eu anotei dessa maneira, e quero protestar contra essa abordagem que fez a senhora.

Nós nos detivemos nos requisitos legais, na mon- tagem do poder público como qualquer Governo faz. Não vejo nenhum nexo do que ocorre hoje aqui com a sistemática de montagem do Governo, e concordo com a senhora que a burocracia estável é um elemento importante da máquina pública.

Eu tive um prazer muito grande em trabalhar com funcionários de um órgão público, porque vi o grau de presteza com que a maioria tem oferecido seus tra- balhos, e fiz questão de dar o testemunho deles. Sou daqueles que acha que deveríamos nos esforçar para termos servidores desse naipe, concursados, forma- dos. Agora, a senhora pergunta quais são os critérios que definiram pessoas nos órgãos estatais que não passavam por mim, mas que acabam definindo os va- lores dos contratos de publicidade.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Eu parto do pressuposto que o senhor teria ficado com a publicidade e os fundos de pensão, e consta que o senhor teria indicado pessoas para essa área. São dezenove mil, duzentos e dois cargos.

O senhor não é responsável por todos, natural- mente.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Dr^a Denise, eu vou responder objetivamente.

A começar pelo cargo de publicidade. A legisla- ção em publicidade, inclusive, diz explicitamente que o membro indicado em uma área de *marketing* de uma empresa estatal tem que ser afastado por mim. Isso é

dito na lei, e é um requisito que não atendi, apesar de o Tribunal de Contas da União ter sugerido no último levantamento em que a Secom abria mão dessa prer- rogativa que ela tinha. E por que nunca utilizei esse poder? Porque eu acho que conflita com a autonomia das estatais.

Acho que ali é um problema enorme se eu invo- casse um dispositivo que está no decreto – e deveria até retirar e nunca retirei – que daria o poder de veto e de escolha, o que eu acho um grande absurdo, mas é o contrário do que a senhora diz, é o contrário. O que a lei diz no decreto é a possibilidade de eu decidir a pessoa que no órgão estatal é indicada para a área de *marketing*. Fizemos exatamente o contrário porque eu achava que ia conflitar mesmo. É um dispositivo antigo. Perguntei inclusive ao Secretário de Comuni- cação do Governo passado que disse: “Gushiken não mexa nisso que isso aqui vai ter conflito jurídico e só vai criar problema”.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Eu só perguntei isso porque o senhor disse aqui que preparou técnicos.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Sim.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – E pergunto se o senhor preparou previamente um exército, porque o senhor falou aqui em batalha. Eu me lembrei de Exército. Um exército técnico, prepara- do previamente.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não, técnicos da Se- com existem há muito tempo. A Secom participa de licitações há mais de dez anos.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Não, estou voltando lá trás quando o senhor disse, em um dos primeiros depoimentos, o senhor respon- deu que preparou previamente técnicos. E como o senhor disse, em sua exposição, que estava em uma batalha, a sua batalha, eu pensei logo num exército previamente preparado.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Dr^a Denise, eu não sei exatamente em que momento essas palavras foram por mim proferidas a ponto de levar a senhora a essa conclusão. De qualquer maneira, não quis preparar nenhum exército.

Enfim, a senhora me pergunta se... Bem, a se- nhora fez várias ponderações a respeito da crise, que sempre é negativa. Eu discordo da senhora.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Sim, mas a pergunta é como se dava a prestação de contas dos seus indicados, como o senhor acompa- nhava as metas? Eu fui bastante objetiva aí.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Pois não. A senhora diz na Secom.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Isso.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não, existe toda uma rotina estabelecida há muito tempo na Secom. Existem métodos de verificação das agências de publicidade, tem planilhas específicas, existem...

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Mas o senhor não indicou para a Secretaria de Previdência Complementar?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Ah, a senhora diz fora da Secom?

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Também. Aí é que eu estou dizendo, há indicações para toda a máquina pública, porque, afinal, são 19.202 cargos DAS.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Deputada, para ser bastante claro. É recorrente, por parte dos Parlamentares, perguntar quem indiquei para os fundos de pensão. O Sr. Wagner Pinheiro, Presidente da Petros...

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– E o Adacir Reis?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – O Adacir Reis trabalhou comigo quando eu era Deputado Federal, depois foi para a empresa privada, se especializou como um advogado...

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Mas foi indicado pelo senhor?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não senhora.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Para a Secretaria de Previdência Complementar?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – E se fosse, eu teria o maior orgulho. E digo isso não só pelo Sr. Adacir como pelo Sr. Sérgio Rosa, da Previ. Se fossem indicados por mim, eu teria o maior orgulho. E não teria nada não natural, se caso indicasse também, porque eu os conheço. O Sr. Adacir Reis...

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Eu tenho o meu tempo, Ministro. Que metas tinham a cumprir os seus eventuais indicados, digamos assim, então, e como o senhor acompanhava os seus desempenhos?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Dr^a Denise, eu vou... Porque talvez a senhora não tenha experiência em Poder Executivo, porque, veja...

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Eu já administrei, no Judiciário, sim, a máquina pública.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Mas, minha senhora, então, quem é que orienta, quem é que escolhe membros de um Governo quando ele é eleito? De uma prefeitura, num Estado? Cinco mil municípios, e Estados?

Os partidos políticos se reúnem, os partidos vitoriosos, com sua base aliada, e dizem: vamos escolher as pessoas para tomar espaço na máquina pública, que nós fomos vitoriosos. Esse é um procedimento tão normal nas democracias ocidentais! É normal, é da natureza do regime ocidental.

Agora, isso não significa dizer que todos os partidos vão ter um critério de aferição de desempenho fora das rotinas próprias da máquina pública. A máquina pública tem o seu sistema próprio de aferição de metas, desempenho, avaliação de pessoal, não é?

Não há necessidade, por eu ter indicado uma pessoa, no caso o Sr. Wagner Pinheiro, do fundo de pensão da Petros, indicado à Ministra, que, por sua vez, indicou ao Presidente da Petrobras. Veja, eu indiquei por uma circunstância. Vi que a Dr^a Dilma teria a incumbência de oferecer o nome, e trabalhou ela junto com o Sr. Wagner Pinheiro, no governo de transição, e se casaram os interesses. E seria razoável que eu fizesse a indicação de uma pessoa do PT especializada no assunto.

Seria muito estranho que eu chegasse para a Dilma e dissesse: Dr^a Dilma, eu sugiro um experiente gestor de fundo de pensão, como é o Senador Heráclito Fortes, do PFL, para fazer parte do Governo do PT. Não teria o menor cabimento. O cabimento é eu oferecer nome dos partidos da base aliada.

Agora, nem por isso eu devo exigir do fundo de pensão Petros avaliação de desempenho, porque sugeri uma indicação. A realidade não é assim que funciona. Então, sejamos claros e tão simples como são simples as realidades políticas deste País. Qualquer prefeito que ganha uma eleição chama a base aliada e fala: vamos montar o governo. Não é assim? Eu acho que é assim que é feito. Não tem tanto mistério nisso tudo.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– A próxima. Que papel técnico desempenha a Secom na distribuição das contas de publicidade?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Bastante, Deputada, porque, veja, a lei exige que, anualmente, todo ministério e toda estatal apresente o que eles chamam de PAC, um Plano Anual de Comunicação.

Essa é a primeira ferramenta sobre a qual somos obrigados a nos debruçar para analisar como as campanhas publicitárias institucionais são veiculadas.

Depois, no decorrer dos trabalhos, sistematicamente nos são enviados os conteúdos publicitários sobre os quais temos que nos debruçar para verificar se existe uma identidade com as diretrizes de governo, se existem informações inadequadas que conflitam com a visão de outro ministério afim, e assim por diante. Planilhas de custo, não é?

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Como é que o senhor indica que a agência de publicidade “X” vai atender, por exemplo, a Petrobras e, ao mesmo tempo, o Banco do Brasil, que possuem naturalmente perfis absolutamente diversos?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Deputada, não indico nada. Isso é um processo licitatório onde as agências disputam e ganham as contas, não é indicação do Ministro para isso. São processos licitatórios com base legal que é uma disputa de dezenas e dezenas de empresas de publicidade.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– O senhor nunca indicou nenhuma assim fora da citação?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não, senhora.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Pois não. E finalmente essa última pergunta que lhe fiz, Ministro: se o senhor confirma sua participação nessa reunião secreta.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Ah, sim, perfeito. A senhora fez alusão à reunião secreta. Não, participei de reunião com a Telefônica, com várias empresas por ocasião do interesse que elas manifestaram na compra da Embratel, e participei de uma reunião junto com o Ministro Miro Teixeira. Mas não foi no BNDES e nem foi secreta. Secreta no sentido de que tinha algo a esconder de todo mundo?

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Não, porque li a notícia. Formulei a pergunta conforme saiu vazada na imprensa tão-somente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputada, para concluir.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Muito obrigada.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Pela ordem, Deputado Eduardo Paes.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, agradeço sua compreensão. É só para manifestar aqui que, na manhã de hoje, o Ministro Nelson Jobim deferiu uma liminar e um mandado de segurança impetrado pelo Deputado João Paulo Cunha e outros contestando o encaminhamento dado pela Mesa-Diretora da Casa, da Câmara dos Deputados, no sentido de encaminhar ao Conselho de Ética o relatório que esta CPMI apresentou e votou há duas semanas.

Quero manifestar aqui, Sr. Presidente, primeiro que, óbvio, esta Comissão tem se pautado pelo respeito às decisões do Poder Judiciário – em diversas oportunidades isso já aconteceu e deve ser sempre assim. Mas eu não poderia de deixar de manifestar minha surpresa com essa decisão, primeiro porque me

parece, nesse caso especificamente, uma intromissão indevida de um Poder em outro Poder, no caso do Poder Judiciário no Poder Legislativo. E, além disso, Sr. Presidente, é importante que fique claro que esta Comissão e a CPMI da Compra de Votos, o que fizemos foi simplesmente encaminhar todos os elementos e documentos que havia a respeito desses Parlamentares, dos 18 Parlamentares daquela relação, para que a Mesa da Câmara tomasse a decisão de como encaminhar essa questão. Portanto, respeitou-se totalmente o processo legal, o processo regimental, e não há nenhuma fundamentação jurídica que justifique essa liminar concedida.

Quero deixar claro o protesto, acho que a Procuradoria da Câmara dos Deputados deve imediatamente recorrer desta decisão, para impedir que isso possa ser protelado por mais tempo ainda do que o tempo que já vem decorrendo desse processo.

Portanto, é um absurdo essa decisão e espero que possamos, da forma mais rápida possível, cassar essa liminar. Não quero aqui, Sr. Presidente, de forma alguma, interromper a exposição ou o depoimento do ex-Ministro Gushiken, criando uma polêmica em torno disso, mas só queria chamar a atenção para que possamos prosseguir ouvindo o depoente.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Sr. Presidente, pela ordem, apenas para um esclarecimento. Acho que é a mesma coisa.

Seria bom ver, Deputado Eduardo, exatamente a questão, porque me parece, não estou afirmando, que não é em relação a CPMI. É em relação à Corregedoria.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– É com relação à Corregedoria, não é com relação a CPMI.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Por isso estou deixando bem clara a posição da CPMI.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sr. Presidente, eu falava com o Relator há pouco, Deputado Osmar Serraglio, até um pouco pela experiência no trato das questões jurídicas, acho que a Comissão não tem que entrar nessa briga. Nós da Comissão estamos fora dessa questão e, de mais a mais, é preciso compreender, até para que a opinião pública possa entender, que o Judiciário tem sua autonomia, eles tomam suas posições. Uma decisão do Judiciário não se critica, contesta-se, e a contestação vem com argumentos jurídicos, embasamento legal. E não tenho dúvida de que a Câmara dos Deputados tem argumentos jurídicos, tem embasamento legal para contrapor, fazer o recurso e buscar a cassação da liminar. E se assim não for, Sr. Presidente, temos outros mecanismos, qual seja, a ação dos partidos políticos. Os partidos políticos

podem pedir diretamente o encaminhamento. Então, temos alternativa jurídica e alternativa política de fazer o encaminhamento. O que não podemos é criar uma crise aparente com o Poder Judiciário. O Judiciário faz o papel dele, nós fazemos o nosso, e vamos dar seqüência e consequência às nossas ações.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Muito obrigado, Deputado Pompeo de Mattos.

Com a palavra o Deputado Carlos Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Boa tarde, meu caro Presidente. Ao saudá-lo, saúdo também o Relator e os demais membros presentes, meu companheiro, ex-Deputado, ex-Ministro Luiz Gushiken, neste depoimento que vem confirmando, inclusive por esse último intervalo aqui “pela ordem”, quero cumprimentá-lo sobretudo por ter resgatado, na condição de depoente, o fato de se tratar aqui de um fórum eminentemente político, meu caro Gushiken.

O senhor, V. Ex^a, meu companheiro, não abdicou de revelar, desde o início, a razão histórica da sua presença neste plenário. a representação simbólica do que se está processando na vida política do País com o vigor e com o rigor que quero aqui render homenagens.

Alguns parlamentares que me antecederam fizeram referência provavelmente espelhados na experiência própria, por autoprojeção, por ouvirem dizer ou por se entranharem em administrações anteriores expressões como participação em intestinos de governo ou coisa similar. Alguns até se referiram, sem retratação posterior, e isso é recorrente aqui, à formação de quadrilha e a reação indignada de V. Ex^a está a altura da sua honradez e da honradez da sua história e da presença política do nosso Governo na história brasileira.

O nosso Partido, o Partido dos Trabalhadores, foi o único até agora que abriu os seus sigilos, os sigilos dos seus dirigentes. O nosso Partido foi o único, na sucessão de escândalos, acusações internas ou externas sobre uso de fundo partidário ou outras que precederam a história do País, que afastou dirigentes e líderes.

O nosso Partido se expõe, se renova, confronta-se com seus filiados por eleição direta no próximo domingo, uma experiência inédita da história brasileira e não empurra para debaixo do tapete aquilo que a crise revela por razões internas a nós e por razões externas da cidadania brasileira. Mas o nosso Partido não admite a condição única de apanhar, apanhar, apanhar e em nome de apanhar esconder a memória da corrupção e da vida pública brasileira em administrações federais, estaduais e municipais, o que faz

parte da memória e deste cenário de debate, que é um cenário político.

A irritabilidade de algumas teses que não vão se comprovando é verificável, e isso é importante que neste cenário investigativo nos debrucemos cada vez mais nesta CPMI e ela caminha nesse rumo de cada vez determinado fazer investigações que possam, de fato, explicar o funcionamento de uma máquina, de um sistema que V. S^a, meu companheiro, já em entrevistas anteriores, mencionou que é um sistema antigo, era um *software* já usado, uma metodologia talvez experimentada já e que diz o seguinte, o senhor reafirmava em entrevista ao **Correio Braziliense** de 9 de agosto de 2005, falando sobre a crise interna do PT e sobre o ex-tesoureiro Delúbio Soares: “ele é responsável pelo recolhimento de um esquema que já existia anteriormente no Brasil. Lembrando que Delúbio prejudicou todo o Partido e está pagando por isso. Não sei se outros beneficiários desse antigo esquema já pagaram pelo que fizeram. Ao que tudo indica não”.

Como é que o senhor descreveria esse esquema no qual o Delúbio Soares adentrou?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Deputado, essa pergunta sugere que eu faça uma repetição daquilo que eu conheci pelo noticiário da imprensa. A descrição desse modelo, se é possível sugerir esse tema, é um modelo no qual existem bancos financiando, e, a partir de repasses financeiros de bancos a empresas de agentes de publicidade, abre-se um canal de recursos para pessoas numa ponta, na outra ponta, tendo, nesses contratos financeiros, uma caução baseada numa conta de publicidade. Esse modelo, descoberto na gestão de Delúbio Soares, é uma réplica de um modelo que foi aplicado, conforme a imprensa noticiou em Minas Gerais, em 1998, na então disputa do Governo do Estado e, nessa estrutura, se bem foi noticiado, estava como personalidade mais importante o então candidato a Governador, Eduardo Azeredo.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Eu fiz essa pergunta a V. Ex^a exatamente porque algumas teses se levantaram ao longo da história da denúncia que motivou esta CPMI e outros desdobramentos investigatórios, segundo a qual seriam os contratos de publicidade públicos a razão suficiente para sustentar esse sistema de financiamento de Caixa 2. Depois, em segundo lugar, esse sistema de financiamento, queriam atribuir apenas ao PT. E, então, não é mais só material de imprensa; os dados da CPMI demonstram que, no caso das empresas do Sr. Marcos Valério, o sistema operava anteriormente. Isso está correto pela informação da imprensa, que confirmamos aqui também no financiamento de Minas Gerais. Mas não é o único caso. No meu Estado de Mato Grosso, em 1998, existe

um Secom Gate também até hoje não explicado, com características muito similares, utilizando dinheiro, não de bancos mas *factoring*, do Sr. João Arcanjo Ribeiro. Até hoje não encerrado esse caso.

Essa tese não é suficiente, porque o contrato público não deu o volume de recursos suficientes para sustentá-lo. A segunda tese é que então vem da mobilização de fundos de pensão e, agora, aqui mesmo, dados que a Oposição trouxe ao conhecimento demonstraram, e, ontem, no depoimento de D^a Kátia Rabelo, Presidente do Banco Rural, que essa tese não se sustenta em razão de que, no Banco Rural, por exemplo, o volume de mobilização de recursos de fundo de pensão diminuiu em 2003 e 2004. A segunda tese também fica frustrada.

Há uma terceira tese de alegação de envolvidos em anos anteriores e neste ano, que dizem que se utilizavam contas do Marcos Valério empresas privadas para fazer doações de campanha em Caixa 2. Alguns dos expoentes já envolvidos noticiaram isso, um deles o Deputado Roberto Brandt, do PFL; o outro deles o ex-Líder do PSDB na Câmara que, em 1998, recebera recurso, ambos atribuídos à Usiminas pelas vias do Marcos Valério. Atribuídas e confirmadas. Correto. Por isso que estou dizendo que o sistema é anterior, e esta afirmação é válida para alguns, e outros não querem validar, no caso dos envolvidos do PT. Como V. Ex^a pode situar este quadro de debate em torno de financiamento de campanhas eleitorais e de gestão governamental posterior a eleições disputadas?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Bem, Deputado, eu já disse aqui que entendo que a reforma política é um componente estratégico para dar conta dos problemas que foram trazidos à tona nesse avassalador processo de desvelamento de práticas ilícitas em torno de financiamento de campanha eleitoral. Devo dizer, é verdade, que estudos feitos pelo Núcleo de Assuntos Estratégicos, antes de estourar a crise, já apontava um defeito no sistema político brasileiro. É interessante observar isso. Eu até apresentei ao Deputado Ronaldo Caiado e ao Deputado Alexandre, que eram os responsáveis pela proposta de reforma política, que, nesses estudos que desenvolvemos com centenas de cientistas da política brasileira, eles identificaram que o processo de financiamento de campanhas eleitorais era um grande problema, só que, no entendimento desses cientistas políticos, a reforma política, era apresentada como um quesito de alta necessidade, inclusive com a finalidade ou com as conseqüências de contribuir para a economia dos recursos públicos. É assim que os cientistas vêem a reforma política. Nesse estudo, eles diziam o seguinte: se a necessidade é alta, por outro lado, o grau de factibilidade da reforma é baixa. Esse é um

estudo científico feito. Somente em processo de ruptura, aí é um processo metodológico, é que se pode acionar um sistema de reforma de fato. É interessante isso, porque estávamos exatamente na presença de um contraditório, de uma necessidade muito grande e de um grau de factibilidade e de implementação da reforma política, mas no meio de uma crise. Foi quando, então, numa conversa com o Deputado Ronaldo Caiado, disse: “Olha, acho que vocês têm tudo para acelerar esse processo.” O Deputado pediu, inclusive, que enviássemos esse trabalho científico, com cópia para todos os Deputados e Senadores, o que foi feito, com uma carta por ele subscrita, dada a importância desse estudo.

O que eu quero dizer com isso é o seguinte, Deputado: de fato, nesse contexto, o ajuste via reforma política é uma condição, sob pena de repetir no futuro os mesmos processos que, há muitos anos, vêm acontecendo no Brasil. Não quero entrar em especulações de natureza filosófica se instituições resolvem o problema do ser humano. O processo de ética e de moralidade em termos de lapidação dos espíritos humanos é um processo histórico demorado, mas, por isso, existem instituições com normas de relacionamento entre as pessoas que fazem com que as taxas de ações aéreas sejam menores. Eu acho que, então, a reforma tem um papel fundamental.

Agora, observe V. Ex^a que, nisso tudo, naquilo que diz respeito à minha competência, a demonstração de um ato irracional nesse processo – que, como eu disse, fui o primeiro a apontar – é um fato muito interessante, porque ele é irracional do ponto de vista da operação financeira. Quando um banco aceita como caução um contrato de publicidade para oferecer para uma agência de publicidade um certo valor, presume-se que essa caução tenha como garantia um valor que essa agência vai receber. Senão, não serve como garantia. Então, a primeira falha estrutural nesse oferecimento garantidor é o fato de que o contrato de publicidade não dá à agência nenhuma garantia de que ela irá recepcionar esses recursos, até porque, em se tratando dos Correios, são três agências. Lá, nos Correios, a divisão é matemática: 33% para cada um. Além disso, mesmo que a SMP&B tenha 33% de uma conta de R\$90 milhões, na conta de publicidade que ela vai administrar, o grosso do volume é alocado para veículos de comunicação, quase 70%. Não é de se supor – pelo menos eu não suponho – que haja notas frias na emissão de mensagens via televisão e via revista. Então, se eu parto desse princípio, eu somente posso concluir que aquilo que efetivamente uma agência de publicidade tem numa conta de publicidade é muito residual e não serviria como caução de uma

operação financeira, ainda que quem tenha de se preocupar com isso é o banco que financia. É ele que tem de ter as garantias sólidas. Eu fiz essa ponderação, em primeiro lugar, para a mídia, quando apareceu. É um problema de desajuste em termos de racionalidade desse sistema. Portanto, pode-se argüir que se tenham outras intenções num processo desse tipo.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Quero agradecer a V. Ex^a essa reafirmação mais explicitada, em função de que me solidarizo com o início do seu depoimento, na afirmação de que acompanho essa crise com tristeza e com repúdio. Ao mesmo tempo, essa tristeza e esse repúdio não nos deixam imobilizados, no sentido de asseverar quais são as perspectivas de superação e de que modo as entranhas expostas do PT e do nosso Governo devem contribuir para o amadurecimento democrático e para fazer com que aquilo que é exigível do ponto de vista ético e social seja factível do ponto de vista político.

Por isso, quero, ao agradecer a sua presença e a sua generosidade em estar aqui prestando esse depoimento, concordar com V. Ex^a no sentido de que não bastará a esta CPMI a constatação de fatos, se não houver, na sua contrapartida, o apontamento de resoluções da administração pública e da vida política do País, que faz com que a perspectiva de saída seja de purificação das instituições e de valorização da democracia.

O comparecimento de V. Ex^a aqui contribuiu seguramente com essas duas metas. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Com a palavra o Deputado Murilo Zauith.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Boa-tarde, Sr. Presidente, Senador Delcídio Amaral; boa-tarde, Ministro Gushiken.

Estive atento na abertura dos trabalhos quando o senhor fez a sua preleção, falou da sua vida, do orgulho que o senhor tem de ter participado da vida política atual do Brasil, seus vários momentos, o seu momento sindical.

O senhor disse que via com tristeza esse momento que está vivendo. Mas também notei que o senhor, durante todo esse debate, sempre leva a discussão para o lado técnico. Dar explicações técnicas de como funciona a Secom, de como funciona o sistema de empresas na relação dos ministérios, dos órgãos federais, na área de publicidade.

Mas o que nos interessa, o que precisamos debater aqui é conversar com o senhor, e o senhor dizer que fazia parte... Eu não sei se faz parte, se existe ainda o núcleo duro do Governo. A imprensa noticiava isso diariamente: que, na parte da manhã, havia uma

reunião do senhor com o Presidente da República, o Ministro José Dirceu e o Ministro Palocci.

O senhor fazia parte de um tripé, um tripé que comandava todas as ações do Governo. O senhor vem aqui hoje, como já vieram outros depoentes, e todos dizem que o Delúbio fazia as coisas da cabeça dele, que ninguém tinha conhecimento. Ontem nós tivemos oportunidade de ouvir o ex-presidente do PT José Genoíno, que assinou papéis, avalizando e fazendo títulos em nome do Partido.

Com tanto conhecimento, com tanto preparo, como o senhor diz que tem uma formação de curso superior, uma pessoa preparada. Então, o senhor sai desse episódio e tem o enfoque só no Delúbio?

Eu queria começar com o senhor explanando isso.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Deputado Murilo, primeiro uma observação a respeito do que o senhor chamou de “núcleo duro” e que nós chamamos de “coordenação de governo”. São reuniões que se praticam uma vez por semana, quando o Presidente nos chama, e não eram realizadas apenas com a minha presença, a do Ministro Palocci e do Ministro José Dirceu. Também havia o Vice-Presidente José Alencar, Aldo Rabelo, o Ministro Luiz Dulce e, às vezes, outros ministros, dependendo do tema. A pauta era estipulada pelo Presidente da República. E se discutia duas horas, três horas também sobre a conjuntura política e se dissolvia a reunião.

Era um órgão mais de assessoramento em questões de política conjuntural e às vezes topicamente, dependendo do assunto que o Presidente quisesse levar à apreciação de outros ministros.

Esse é um funcionamento que penso ser normal em qualquer governo. Disso não se sugerem ilações com o Delúbio. Eu não sei porque o senhor faz...

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Mas o Delúbio, Sr. Ministro, tinha uma ação prática e forte em uma base aqui dentro do Congresso Nacional. Isso era visível para o Governo, porque as coisas não eram aprovadas aqui, mantinha-se essa base... O Governo sabia como era mantida essa base e a relação que tinha com essa base.

O que nos deixa indignados é que todos os senhores dizem que não sabiam das ações do Delúbio. Não se avança para superar isso. Precisamos acabar com essa crise. Mas para superar essa crise, precisamos chegar... Iniciou e tem de ter um fim, e não ficar todo mundo... “não, é o Delúbio que fazia, ninguém sabia como o Delúbio fazia, como o Delúbio colocava essa maioria para o Governo, aprovando reforma da Previdência, assuntos polêmicos...” O senhor participou como Deputado, e que não andava de forma alguma.

O senhor ter coragem, com o seu conhecimento, com a sua vida expressiva, de dizer que não conhecia nada que o Delúbio fazia? É isso que eu quero que o senhor esclareça.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não, Sr. Deputado. Eu quero dizer que a perplexidade sobre o que foi desvelado foi muito maior da nossa parte do que da do senhor. Esteja certo disso.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Não temos como avançar nessa conversa. A Presidente do Banco Rural, ainda ontem, esteve aqui. Indaguei-lhe sobre se existe algum bando que empresta milhões de reais sem garantia real, com um simples aval. Para começar, só com aval, não conheço um banco que empreste milhões. Sempre tem que haver uma garantia real. No PT havia o aval de José Genoíno e de Delúbio Soares, que não têm patrimônio para garantia. O Sr. Marcos Valério era avalista e saiu do aval de uma conta que foi renovada, de um título que foi renovado. No meio bancário, como ex-bancário, o senhor sabe que não existe. Nada disso era do conhecimento dos senhores?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Deputado, esse conhecimento era restrito a essas pessoas que fizeram as operações. Quero insistir sobre a ilegalidade – e nem sei se posso chamar de ilegalidade – no uso de contratos como forma de caução. Mas que existe uma irracionalidade manifesta nessa operação, sim. Eu disse. Tornei público. Fui o primeiro a tornar pública a natureza ilógica desse procedimento.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Não tendo lógica, como um banco pode emprestar sem ter um caucionamento? Sem estar caucionado por garantias no exterior, como o Sr. Duda Mendonça, que recebeu no exterior. Toda essa movimentação era praticada por somente uma pessoa do Partido? Quero insistir nisso. O senhor converse com esta Comissão. Até onde? O senhor tinha um enfoque da reunião com o Presidente? Em paralelo o Sr. Delúbio comandava uma ação governamental muito forte e os senhores não tinham conhecimento de nada? Não conciliava nada do que fazia com o que os senhores faziam?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Sim, Deputado, eu desconhecia.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Como não quero entrar em um debate técnico, Sr. Presidente, vou encerrar a minha participação.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, o que se investiga é, sem dúvida, uma rede organizada de corrupção da maior complexidade, de sofisticação ímpar. Por isso, embora respeite a posição de alguns parlamentares,

considero uma tentativa vã essa a de estabelecer similaridade com outros fatos ocorridos em um passado mais distante ou mais recente. Esse esquema de corrupção não encontra precedentes em nossa história. Destaco o fato de o ex-Ministro Luiz Gushiken lamentar que denúncias tão graves estejam atormentando não só o Governo mas todo o País. É o reconhecimento de S. Ex^a de que, realmente, há um modelo de corrupção instalado ou de que houve um modelo de corrupção instalado que se desmonta exatamente em função das denúncias e da investigação.

Nosso objetivo central, Sr. Luiz Gushiken, é exatamente atender ao apelo do Presidente da República, do Presidente Lula. O Presidente tem reafirmado insistentemente que quer a investigação, usa frases de efeito: “Doa a quem doar”; “Todos devem pagar”. V. Ex^a, certamente, como um coadjuvante leal ao Presidente da República deve ter aprendido a lição e, provavelmente, esteja imbuído do propósito de colaborar para que esta Comissão possa identificar os artífices desse plano de corrupção, mais do que isso, a fonte dos recursos utilizados na sustentação financeira desse esquema corrupto, que, a meu ver, tinha como meta final um projeto de poder de longo prazo, onde o fim passou a justificar os meios e, certamente, o senhor não concordará com isto, mas é uma convicção pessoal.

Então, com o objetivo de chegar à origem dos recursos é que indago, antes é claro fazendo referência ao fato de que o senhor tem influência por ter indicado ou pela proximidade política, são lideranças sindicais, inclusive muito próxima do senhor, que o senhor tem influência na secretaria de previdência complementar com o Sr. Odacir Reis, na Previ com o Sr. Sérgio Rosa, na Petros com o Sr. Wagner Ribeiro e também na Infraprevi, consta que o Sr. Marcelo Dirceu Carlos Sereno e Carlos Santana teriam influência na Refer, Núcleos e Real Grandeza.

De qualquer maneira, a minha indagação diz respeito a fatos que ocorrem.

Na refer, por exemplo, houve uma tentativa de terceirização de um bilhão e quatrocentos milhões de reais em NTNs. Houve também a tentativa de aplicações de CDBs para a constituição de fundos, o FAC, Fife, o FITVM em bancos, como o Banco Santos, o BMC, BIC, Brascan, Pactual.

Eu estou colocando este fato porque seria uma das origens dos recursos utilizados neste esquema de corrupção.

Por discordar desta providência, o ex-Deputado Jorge Moura, que é uma pessoa de reputação ilibada, foi demitido, no dia 15 de junho de 2004, foi demitido da Refer, ele era o Diretor-Presidente. Não concordou com essas providências impostas. Aqueles que fica-

ram contrários foram demitidos à época e aqueles que ficaram favoráveis foram demitidos agora com a posse de um novo conselho.

Aliás, a Senhora Tânia Regina que é a esposa do Deputado Carlos Santana hoje está recorrendo da decisão da sua demissão. Outras pessoas demitidas, também a Comadre do Deputado, a Maria Cristina, a Sônia Botelho Pereira, enfim houve um loteamento na área administrativa do Governo com interesse de natureza política e evidentemente nós estamos agora sofrendo as consequências disso também na Refer.

Eu indago de V. S^a se tinha conhecimento disso já que o Sr. Adacir foi o seu assessor, é muito próximo do senhor, o senhor disse que teria até orgulho em fazer a sua indicação. Indagaria se esses fatos chegaram ao seu conhecimento pelo Sr. Adacir e se houve concordância do senhor em relação a isso. Porque me parece que em relação ao Sr. Adacir houve concordância já que aqueles que não concordaram foram punidos com a demissão como foi o caso do ex-Deputado Jorge Moura.

Essa é a primeira indagação.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Senador, não eu não devia ter conhecimento dessas irregularidades constatadas pelo órgão de Fiscalização do Governo através do Sr. Adacir. Eu tomei conhecimento pela Imprensa. E não é só a Refer. Há outros fundos de pensão também que foram identificados pela Secretaria de Previdência Complementar como áreas que manifestamente apresentavam irregularidades, mas não foi via Adacir, foi pela Imprensa.

Apenas para discordar. Não houve loteamento em indicações sobre fundos de pensão tal como o senhor entende. Quero deixar bastante claro que na Petros eu sugeri o nome desse dirigente a então Ministra que deveria conversar com o Presidente da Petros, da Petrobrás. Com relação ao Sr. Adacir Reis, eu disse que não o indiquei mas se o fizesse eu teria o maior orgulho em dizer que o teria indicado, porque é uma pessoa muito competente na área.

Então, eu faria apenas essas observações para que as coisas ficassem mais claras.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pois não.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – As coisas ficam mais claras.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – A propósito do Sr. Adacir Reis, estou encaminhando inclusive um ofício a ele pedindo informações, e indago do senhor se poderia nos esclarecer o que a revista *Época*, no dia 1º de setembro de 2005, noticiou – afirmação da revista: “Mais de 100 milhões de poupança para aposentadoria de 75 mil funcionários públicos foram parar nas mãos dos operadores do ‘mensalão’”. Um pedaço

dessa bolada foi desviado para o exterior, principalmente para paraísos fiscais do Caribe. O esquema teria sido executado em 2003 e 2004 e envolve pelo menos cinco fundos de pensão de empresas estatais. Os fundos, que são os investidores mais ricos do País, teriam perdido dinheiro, fraudando os associados de propósito. Na outra ponta, dos que embolsavam o produto da fraude, aparece um grupo de operadores de São Paulo. O espantoso é que quase todos eles ganharam notoriedade recentemente por ter lavado dinheiro da dupla Delúblio Soares e Marcos Valério”. Aí vem a citação dos fundos de pensão já conhecidos aqui, já citados. As corretoras que teriam participado das operações são aquelas conhecidas também aqui da CPMI, como a Bonus Banval.

Pergunto ao senhor: o senhor já tem resposta a esta denúncia da revista *Época*?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não, senhor.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Eu estou indagando ao Secretário de Previdência, mas pela proximidade dele com o senhor faço essa indagação. Quem sabe o senhor possa nos responder.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não, Senador. Não é pela proximidade que eu levaria à apreciação dele uma dúvida minha, porque eu tenho certeza de que esta CPMI, inclusive, será o órgão capaz de chegar ao ponto que o senhor deseja, e não a Secretaria de Previdência Complementar. A Secretaria de Previdência Complementar é incapaz de verificar operação no exterior. Então eu penso que esta CPMI seria o órgão mais indicado para fazer a devida apuração.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Não se trata essencialmente de operações no exterior. Trata-se de operações com recursos dos fundos de pensão que cabem a essa Secretaria.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Mas em operações que foram feitas mais recentemente – não sei se todas essas que o senhor acabou de arrolar – foram identificadas irregularidades, constatadas pelo órgão de fiscalização do Governo.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – De qualquer forma nós estamos indagando do Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras) e também dessa Secretaria. Vamos aguardar a resposta.

Provavelmente, já fizeram referência ao fato de a Globalprev ter essa ligação com o senhor, aliás, o senhor foi associado da Globalprev e ela ocupa um imóvel que pertence a sua esposa.

Eu gostaria de indagar, provavelmente já se falou desse contrato da Globalprev com a Petros, mas não é só esse contrato, há também outro contrato da Globalprev com o Sebrae, cujo Presidente, cujo gestor é o Sr. Paulo Okamoto. Não sei qual a relação do

senhor com o Sr. Paulo Okamoto, mas como sei da sua relação com a Globalprev, eu gostaria de indagar se o senhor não considera de certa forma um tráfico de influência, algo que possa ensejar dúvidas em relação à lisura dos procedimentos com contratos dessa natureza.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Senador, sou grato pela pergunta que o senhor fez, porque eu estava aguardando a oportunidade de poder explicar esse assunto.

Esse assunto mexeu muito diretamente comigo, pessoalmente comigo, foi um dos assuntos que me levou a sugerir à Presidência que seria melhor eu renunciar ao cargo. Envolveu minha família e envolveu uma campanha insidiosa. Hoje me permito, portanto, aos devidos esclarecimentos.

Senador, eu tive uma empresa em 1998, na área de consultoria em previdência. E disse aqui ao Plenário que tenho muito orgulho de, nessa atividade, ter contribuído para a formação de milhares de dirigentes sindicais na área de fundos de pensão. Inclusive recebi uma encomenda do Governo Federal de escrever um livro – o livro está aqui na mesa – para orientar técnicos dos Governos municipais, estaduais e federais para implantação do princípio de equilíbrio atuarial, que é um assunto muito complexo, que exige matemática, exige conhecimentos sofisticados em matéria de previdência complementar.

A empresa Globalprev é sucessora da Gushiken & Associados. É uma empresa de consultoria. O serviço mais importante que essa empresa fez foi o livro porque ela deu a demonstração da competência técnica dessas pessoas. E a campanha que produziu uma sequência de noticiários e que veio a mexer com a minha vida particular, diz respeito a vários dados equivocados: primeiro oferecido pela prefeitura da cidade onde residi e a empresa existe, Indaiatuba; a prefeitura noticiou informações equivocadas sobre faturamento que foi noticiado pela imprensa que a Globalprev, que é sucessora da empresa que tive, teria tido um faturamento superior na época em que eu era Ministro de governo. Só depois de uma semana é que a prefeitura se retratou e pediu desculpas numa carta pública dos transtornos que ela criou à minha pessoa, à empresa, por ter se equivocado nos dados, porque essa empresa teve maior faturamento quando eu era dono da empresa.

A evolução que essa empresa teve foi absolutamente normal, em pessoa sem competência técnica, balizada por atividades desse tipo, por parcerias que faz com multinacionais como a PriceWaterhouse...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sem interrompê-lo, pediria que fosse direto às perguntas em função do tempo.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Esse assunto foi recorrente na imprensa brasileira, a ponto de acusarem que a casa era obscura, eventualmente uma casa de fachada, e foi publicada no jornal, na primeira página, que até trouxe o exemplar, todos os jornais publicaram várias vezes essa casa, a televisão noticiou essa casa como algo obscuro, como algo que era uma fantasia empresarial. Nesta casa, não só a sucessora da Gushiken Associados trabalha como eu cuidei da minha família e dos meus filhos por seis anos nesta casa e não admito, não posso admitir que haja uma atividade jornalística dessa monta, capaz de demolir reputação alheia, com informações desse tipo, estampando nos jornais e televisão algo que mexe com a reputação alheia de maneira injusta...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Gushiken, estou perguntando sobre os contratos com o Sebrae e a Petros.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – O senhor citou a casa da minha esposa. E vou mais além ainda. Essa casa foi tida como uma casa que não era da minha esposa, que era da minha cunhada...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Não perguntei sobre a casa e sim sobre os contratos.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Mas o Sr. fez uma afirmação que fez parte de todo o noticiário, que afetou profundamente a minha reputação pessoal, de maneira injusta, porque eram informações erradas, equivocadas e caluniosas.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Mas o senhor deveria ter procurado o jornal para responder e aqui o senhor está tomando o meu tempo. Tenho outra pergunta importante a fazer.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Fiz isso, houve retratação, 10% do tamanho daquilo que foi feito quando as informações inverídicas foram levadas a público. Quero chamar a atenção, porque essas coisas afetam a vida das pessoas e não é justo que...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Mas eu não dei importância à casa. Estou dando importância aos contratos.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Mas o senhor citou a minha esposa e a casa. Então, eu tenho o dever de explicar para esta CPMI exatamente o que ocorreu.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – O senhor está aproveitando a minha pergunta para responder ao jornal.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Sobre os contratos da Globalprev, é uma empresa privada normal, uma pequena empresa. Se ela tivesse a influência do Ministro que vos fala, não teria apenas 0,9% do principal produto dessa empresa, que é cálculo atuarial. Esse produto cálculo atuarial é concentrado em empresas

e a Globalprev tem 0,9% e não tem racionalidade nenhuma sugerir tráfico de influência para um Ministro todo poderoso, para uma empresa que foi dele.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Essa resposta não convence, porque não elimina o tráfico de influência, já que é uma empresa extremamente ligada ao Sr. e que se beneficiou de contratos com o poder público. Então, a resposta não convence.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não é poder público. Fundos de pensão são entidades de direito privado...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Ligadas ao setor público, que administram recursos de natureza pública, são paraestatais. Gostaria de indagar, só para encerrar e peço agora essa concessão de V. Ex^a porque o depoente usou boa parte do meu tempo para responder ao jornal.

Quero indagar sobre cartões de crédito corporativos, utilizados em nome de uma funcionária sua, sob suas ordens, na Secretaria de Comunicação da Presidência da República, Sr^a Penha, que realizou compras com dinheiro sacado com o cartão corporativo, mas com saque de dinheiro vivo, basicamente todas as despesas efetuadas pela Sr^a Penha foram com dinheiro vivo. Entre os extratos do cartão da D. Maria da Penha, foi encontrado uma fatura do Grand Hotel Cad'Oro, em São Paulo, emitido em nome de V. S^a.

A fatura informa que, entre 7 e 9 de abril de 2004, ocorreram gastos de diária, R\$ 470,00; R\$ 231,00, no restaurante; R\$ 501,00, no bar do hotel. Total da conta: R\$ 1.249,00.

Indago: O senhor tinha conhecimento de que a sua funcionária utilizava o cartão dessa forma mediante saques em dinheiro? E o senhor autorizava a Sr^a Maria da Penha a realizar despesas ou determinava algum tipo de despesa? O senhor possuía moradia em São Paulo, e por que havia necessidade de a Presidência da República pagar a sua estada em hotel de luxo em São Paulo? Concluindo: como se justifica esse gasto maior no bar do que com diárias, com dinheiro público? Bar e restaurante, R\$ 731,00 e R\$ 470,00 de diária. Portanto, a Presidência da República pagou mais de um salário mínimo por dia com despesas de bar. O senhor considera isso razoável?

São as indagações que formulo porque estou encaminhando, ainda hoje, ao Procurador da República uma representação, solicitando a instauração de um processo investigatório para que se ofereça ao País explicações sobre a utilização desses cartões corporativos no Governo.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Senador, a Sr^a Penha, a que o senhor fez referência, é uma servidora da Secom há 15 anos. É a figura que se chama “agente suprido”, que são agentes que têm em vários Ministérios a in-

cumbência de, frente a pequenas despesas, oferecer recursos para pagamento imediato ou consertos de pequenas coisas, ou compras, como é o caso do cartucho, e pagamento das despesas do ministro.

Neste caso específico dos cartuchos, quero chamar a atenção dos senhores, repetindo aqui, que de fato ocorreu a compra de cartuchos. Aliás, compra antiga que, desde 2000, essa empresa oferece para o Poder Público, inclusive o próprio Tribunal de Contas fez compra com essa empresa. Então, veja, nada de ilegal.

Houve um problema de mudança de razão social dessa empresa, que trouxe vários questionamentos de ordem fiscal. Mas no que tange à compra Sr^a Penha realizou, nenhum problema...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – As notas são frias mesmo.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Os cartuchos existiram, o pagamento existiu. E desde 2000 que essa senhora faz compra desse produto com essa empresa. Então é isso.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Já há comprovação de que as notas dessa empresa são frias. Mas indaguei sobre o hotel lá de São Paulo.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Sim. Sobre o hotel... Inclusive, Presidente, não é a primeira vez que são feitas colocações desse tipo, com as insinuações que fez o Senador, de um gasto excessivo, de um hotel de luxo...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Eu não fiz insinuação, não. Apresentei um fato.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – A primeira afirmação de V. Ex^a era de que eu morava em São Paulo e não tinha razão de estar no hotel.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Fiz uma indagação.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não, o senhor afirmou: o senhor mora em São Paulo e não tem razão de estar num hotel. Deixe-me explicar ao senhor o seguinte: primeiro, que não moro em São Paulo. Eu moro em Brasília com a minha família, e tenho filhos que moram em Campinas. E morei em Indaiatuba e fiz muitas reuniões em hotéis e fazia questão de pagar despesas em nome do Governo para que não fosse o exercício do pagamento de um almoço ou de um jantar atribuído como algo que poderia ser suspeito. E naquele dia, fiz reuniões com vários jornalistas. E o hotel Cad'Oro, se o senhor o conhece, não é exatamente essa característica que o senhor quer dar ao hotel. Pelo contrário, eu gosto, usei pouco, tem um bom restaurante, mas não é um hotel desses que o senhor lista como um hotel de luxo.

Segundo lugar, o fato de denominar bar...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Para mim é de luxo.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Senador, bar... O senhor já foi a hotel várias vezes, o senhor experimenta fora do horário do almoço ou do jantar fazer uma reunião e vir uma cobrança de um cafezinho. Essa cobrança provavelmente vem de um bar, porque todo restaurante tem um bar. Isso é uma coisa normal. Agora, quero acrescentar também a esse dado, que também já foi objeto de imprensa, numa despesa que realizei no hotel Holiday Inn, que é um hotel muito simples, num pré-jantar com jornalistas, inclusive tenho nome: Aloísio Falcão que foi diretor da Época. Estávamos eu e o jornalista. Comemos algumas coisas que antecedem o jantar, e ele pediu uma garrafa de vinho. Fiz questão de pagar. Saiu na imprensa que Ministro toma bebida alcoólica paga pelo Erário Público, meio que lançando a mesma suspeição que o senhor faz com o Hotel Cad’Oro. Quero dizer ao senhor que todos os servidores do Governo Federal têm instrução para fazer glosa de todas as despesas – todas as despesas. Eles são obrigados a fazer a glosa. No caso dessa denúncia infundada do Hotel Cadoro que o senhor levanta – em que houve glosa também – e do Holiday Inn, que saiu na imprensa, quero entregar ao Presidente – e todas as despesas que eu fiz, ao longo do tempo – com a respectiva glosa. Nesse caso, a denúncia feita sobre um gasto de hotel, em que bebida alcoólica foi paga com dinheiro público, é uma acusação falsa. É uma despesa de R\$ 59,00 da qual recebi R\$ 30,00 de ressarcimento – R\$ 29,00 é uma garrafa de vinho. Essa é a despesa e esse é o equívoco cometido no noticiário, que levam a coisas desse tipo, o que é um verdadeiro absurdo. De qualquer maneira, se algo aconteceu de irregular na glosa, compete, inclusive, à funcionária, porque ela tem instruções precisas para fazer a glosa.

Sr. Presidente, deixo aqui todos os encaminhamentos a respeito das despesas que tive e a respectiva glosa dessa despesa no que tange a bebidas ou coisas desse tipo, que o Poder Público não pode ressarcir o Ministro.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente. Não vou fazer nenhuma pergunta. Pela ordem, então, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Peço desculpa pela veemência, mas esse assunto mexeu comigo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador, não, nós já nos estendemos em mais de vinte minutos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pela ordem, então, Sr. Presidente, apenas para anunciar que, relativamente à utilização de cartão corporativo dessa forma – que não considero correto –, em dinheiro sacado,

dinheiro vivo, estamos encaminhando ao Procurador da República para instauração do devido processo investigatório em função da existência de notas frias.

E, relativamente à questão dos fundos de pensão, insisto com V. Ex^a, Sr. Presidente, na necessidade da contratação de empresas de auditoria.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Posso fazer um último comentário, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Por favor.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Senador, eu ouvi e vi o senhor, por diversas vezes, nos principais veículos de comunicação, fazer menção do meu nome, sob acusação de ser um dos elementos que estavam por detrás dessa operação ilegal e fazendo vinculações com as contas de publicidade que a Secom organiza e fazendo meus vínculos com os fundos de pensão. Tenho pelo senhor o maior apreço e o maior respeito. Vejo o senhor como uma pessoa honrada. Penso que, depois da inquirição que fez a CPMI até este momento e V. Ex^a, o senhor deveria se retratar com relação à nomeação que o senhor fez, reiteradas vezes, sobre minha pessoa em vínculos que não têm nenhum amparo factual.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, não faço nenhuma retratação porque tudo que tenho dito é fruto da convicção pessoal, arraigada ao longo do período de investigação que estamos realizando.

Já que o depoente faz a provocação, tenho que dizer ao depoente que ele é responsável, sim, por aditivos em verbas de publicidade; que ele é responsável, sim, pela nomeação de comissões que decidem sobre licitações de verba de publicidade; e que ele tem responsabilidade, sim, na utilização dos fundos de pensão porque ou nomeou ou tem essa proximidade, que ele próprio explicita no seu depoimento, com aqueles que são gestores dos fundos de pensão.

É nossa obrigação indagar. É nossa obrigação convocar a autoridade pública a oferecer respostas às exigências da sociedade brasileira no momento em que se desvenda, sim, uma rede organizada de corrupção da maior complexidade no País.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Farei um pequeno intervalo e, em seguida, estará com a palavra o Senador Sérgio Guerra.

(Suspende-se a reunião às 15 horas e 37 minutos.)

(Reabre-se a reunião às 15 horas e 52 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Dando continuidade aos nossos trabalhos, com a palavra, o Senador Sérgio Guerra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente Delcídio Amaral, Srs. Senadores e Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas e Sr^{as} Senadoras, já estamos trabalhando há um bom tempo nas Comissões Parlamentares de Inquérito. Tenho acompanhado a maioria de suas reuniões e procuro, num assunto dessa complexidade, porque sou essencialmente democrata, ter o máximo de preocupação, de responsabilidade pública. Quero, num primeiro momento, dizer que nunca tive sobre o Dr. Luiz Gushiken uma opinião que não fosse positiva.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Muito obrigado.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Estivemos no campo político, por muitos anos, próximos e sempre o entendi como uma pessoa firme, tecnicamente dotada, segura, e o seu depoimento de hoje está na linha dos depoimentos positivos. Eu prefiro a sua indignação, a sua capacidade de indignação, ao silêncio; a sua preocupação com esclarecer fatos que nem sequer lhe são perguntados eu interpreto de forma positiva isso. Homens públicos devem explicar sobre sua conduta tudo o que puderem explicar.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Concordo.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – E não me surpreendo com isso. Não sou da opinião que o PT é um Partido corrupto. Acho que o PT não acaba nesta crise, acho que o PT é um Partido que já deu uma imensa contribuição à vida pública do Brasil, e não estou satisfeito com os fatos que estão aí, o “quanto pior, melhor”. Acho que, como dizia há poucos minutos outro Deputado aqui presente, que há pessoas de todos os tipos e tudo é muito menos harmonioso, como pode parecer ser. Há contradições em tudo, há personalidades de vários tipos, num processo que não pode ser visto de forma lógica, absolutamente lógica, porque essa forma lógica não resiste ao exame dos fatos. Os fatos são muito mais amplos e muito mais contraditórios. Eu não conheço nenhuma vinculação comprometedora – não estou anulando essa hipótese, acho que tem que haver investigação – do senhor com os fundos de pensão. Suponho que outras personalidades do Governo atual tenham a ver com isso, mas não imagino que o senhor tenha a ver com isso. Não faz parte da minha opinião. E identifico na sua capacidade de argumentação primeiro sua competência intelectual; segundo, a sua preocupação com o seu conceito público, o que deve ser absolutamente valorizado. Se nesta CPMI todos sentassem aqui para apresentar seus pontos de vista com convicção, o Brasil estaria melhor. Mas eu tenho uma discordância essencial e que não é emocional. A rigor, não gostaria nem que ela houvesse, e, por mais que me esforce, não consigo fugir dessa convicção. Primeiro, tem uma coerência esta história:

o Presidente Lula ganhou a eleição. Ganhou com votos populares, por conta de uma história, de uma luta, do crescimento de seu Partido e das alianças que ele fez. Levantou esperanças, muitas, e tinha a seu favor um enorme crédito da sua vida. Eu acho que há um erro essencial na forma como o Governo atual tratou o Congresso. Não dá para fazer de conta que não foi verdade que houve uma estimulação – não importam os argumentos neste momento – para que setores aderissem ao Governo de toda forma. Essa estimulação produziu um resultado danoso, que, aliás, o ex-Ministro Olívio Dutra, num primeiro momento, explicitou. Essas alianças nos levaram a mais ou menos isso: para um grave problema. O fato é que o Governo ganhando as eleições, desenvolvendo uma plataforma econômica que tem apoio em vários partidos, inclusive no nosso, instalou-se numa aliança cujo conteúdo não é ideológico, é substantiva e qualitativamente precário. Absolutamente precário, como os fatos a seguir vieram a demonstrar.

Essa maioria formou-se, com mensalão ou sem mensalão – eu não tenho condição técnica de responder, nem capacidade ou vontade de investigar isso; outros têm essa vontade e vão conseguir fazê-lo; eu não –, e eu conheço grande parcela dos seus atores, mas muitos deles não têm nada a ver com a sua firmeza nem com a sua capacidade de enfrentar opiniões contrárias, acusações e de se defender com natural indignação. Esse é um primeiro capítulo absolutamente, do meu ponto de vista, correto na avaliação dessa história.

Alternativa? Será que o Presidente Lula teria outro caminho? Eu acho que sim. Quero dizer que o Presidente Fernando Henrique, do meu Partido, não foi exatamente por aí, mas também fez certas alianças que não ajudaram. Se obrigado ou não a fazê-las, eu não sei. Não tenho condição de responder. Mas não foi algo com a extensão, a amplitude e o comprometimento do que foi feito aí.

Partidos perderam 30%, 40% das suas Bancadas. Não houve uma mudança ideológica ou de atitude política que justificasse isso; houve um movimento oportunista estimulado, que não foi nem pelo céu, nem pelo inferno, mas pelo Governo. Esse é o primeiro capítulo.

O segundo é o seguinte: as denúncias que estão nas ruas e que imobilizaram o País não têm origem na Oposição. Não faz o menor sentido se afirmar, como se afirmou, que isso é um golpismo das elites. Não é bem assim. É um movimento absolutamente forte que tem a ver com a indignação acumulada pela sociedade e que explodiu nesse episódio que a imprensa, mais do que qualquer outra parcela da sociedade brasileira,

reproduziu de maneira consistente. Ela cumpriu o seu papel e o está cumprindo. Eu acho que o Governo não tem conseguido responder e cumprir o seu papel.

Toda linha de pronunciamento do Presidente não é correta, não aponta na direção do que ele diz que quer fazer: uma investigação, uma apuração, doa em quem doer. Todos os fatos provam o contrário. Houve um grande esforço para que não se instalasse a CPMI e a multiplicação das CPIs em várias CPIs, que sabemos que não é o correto, do ponto de vista técnico, racional. E apelo à racionalidade, que me parece ser um padrão do seu comportamento. Esse padrão não foi considerado quando se multiplicaram aqui, de forma precária, comissões parlamentares de inquérito para produzir desordem e não investigação.

Um outro ponto que para mim parece bastante importante é a confusão em que se meteu o PT. Tenho uma certeza cujo conteúdo é o seguinte: não haveria ninguém, por mais inteligente e bem dotado que fosse – e não é o caso –, por maior liderança que tivesse, ou uma maior associação com o demônio, que fosse capaz, como o tesoureiro do PT, de fazer as artes que fez. Impossível!

Eu vou até recorrer a um argumento seu, absolutamente correto. Uma operação de financiamento não se dá em troca de um contrato de uma empresa de propaganda em cima de um faturamento hipotético e que não é líquido, é bruto. Nenhum banqueiro sensato faria uma operação dessas. Não há a menor forma de ser explicada. Ela não é irracional; é ilógica. Não tem lógica. Eu só posso acreditar – porque procuro ser lógico – que argumentos extraordinários, excepcionais, valeram para que esse contrato fosse feito. E esses argumentos não são nem a simpatia, nem o brilho do Delúbio Soares; são seguramente, e poderão ser seguramente, forças que estão por trás dele, argumentos que tenham começo, meio e fim, na capacidade do PT – do seu Partido – e do próprio Governo de atender, de alguma forma, e compensar financiamentos jogados no lixo, como são esses.

Então, é uma série de fatos que me deixam completamente convencido da noção de que não deveriam ser sustentados. Se fosse para limpar o Brasil – e há que se limpar para vários lados, não apenas para o lado do PT –, teria que se começar pelo reconhecimento de que essa não foi uma operação secreta, na dimensão em que se deu, de uma única pessoa sem representatividade. Tesoureiro de partidos são problemas para banqueiros e para empresários; não são seguramente aqueles que vão trazer, de empresários e banqueiros, solidariedade. A não ser que sejam capazes de sustentar uma argumentação do tipo heterodoxo.

Estamos aqui nesta CPMI; temos a obrigação de separar o joio do trigo; completa e total obrigação. Ontem, ouvi um pedaço do depoimento do Deputado José Genoino, que não acredito – já disse várias vezes – ser uma pessoa desonesta. Digo isso com total convicção; até para amanhã, se tiver outra convicção, alterá-la. Mas, não gostei da palavra dele ontem. É natural que ele estivesse debilitado; é natural que ele estivesse como uma pessoa que tem sua vida pública enfraquecida nas suas defesas, mas nunca deve ter uma atitude de silêncio, uma atitude que não fosse incisiva, como está sendo a sua.

Agora, o que o senhor não faz – e não sei por que não faz –, o que o Presidente Lula podendo fazer não fez – e não sei por que não fez – foi dizer quem lhe traiu, quais os seus traidores. Como fazer um País inteiro, centenas e milhares de pessoas, famílias que foram construídas politicamente pelo PT, pela luta do PT – que conheço, admiro e respeito –, acreditar numa versão dessas, acreditar que tudo isso é uma operação de uma única pessoa, sobre a qual ninguém tomou conhecimento? Porque é evidente que uma operação que remete dólares para o exterior é uma operação criminosa. Não é mais uma versão; é um fato.

Aqui, o Sr. Duda Mendonça, que é uma pessoa com responsabilidade empresarial e pública, disse isso com todas as letras. Não se está tratando mais de cogitações, mas de realidades.

Então, na verdade, estou aqui hoje porque o depoimento era do senhor, era um depoimento seu, e sei que não estou falando com uma pessoa qualquer. Estou falando com uma pessoa que tem peso específico, tem respeitabilidade e que está no meio de uma grande tormenta, como muitos estão.

Sou Pernambuco, como o Presidente da Câmara. Pode ser até que o Presidente da Câmara seja punido hoje, mas faz 15 dias que ele nomeou um ministro no Governo do Presidente Lula. Até acho o Ministro uma pessoa qualificada, mas como entender isso tudo? Como explicar tudo isso? Não é só ficar afirmando que isso é coisa da elite, que é coisa da Oposição ou da imprensa, que é preconceito. Nada disso. Temos que fazer uma limpeza real nessa história; uma limpeza clara, com palavras que a população entenda. O grande drama disso tudo é que, cada vez mais, todo mundo não acredita em mais ninguém; não apenas nos que são acusados, mas até naqueles que estão acusando. Temos que entender isso. Esse processo nos remete a um naufrágio.

Tenho insistido muito com o Presidente Delcídio quanto ao fato de termos que chegar a uma apuração. Não é fácil apurar causas de corrupção, processos de corrupção. O Congresso nunca conseguiu isso. Con-

seguia colocar os corruptos lá na ponta, mas nunca conseguiu esclarecer a origem dos corruptos, a forma, o formato e a individualidade dos corruptores. Não sei como, e vou cada vez mais me preocupar com isso, porque não temos saída se não chegarmos a isso. Ninguém vai acreditar em nós se não chegarmos a isso.

E vejo, com tristeza, a desestruturação da Câmara dos Deputados, que se dá no contexto da desestruturação de diversos Partidos, de uma maneira especial do Partido dos Trabalhadores, que tem conteúdo e liderança. Sublegendas que caminharam com ele não são relevantes. Essas vão caminhar sempre e não vão ajudar nunca. Mas a desestruturação do PT não ajuda a democracia.

Tenho vontade de que o PT supere os seus conflitos, ajude numa limpeza geral neste País e que o Presidente Lula tenha capacidade de conduzir essa limpeza e não de se esconder num discurso populista, que pode ter preocupações eleitorais mas não tem preocupações nacionais reais.

Era isso o que eu queria dizer. E, para terminar, Sr. Presidente Delcídio, gostaria de dizer para o senhor que eu não estaria aqui dizendo essas palavras se não tivesse condição de dizê-las ao senhor, porque eu o entendo como político, desses que o País tem e que merece o espaço que tem.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Permite um comentário breve?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Pois não.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Senador, eu sou, em primeiro lugar, grato à deferência muito especial que o senhor fez à minha pessoa. Isso me enaltece e me gratifica muito. É bem verdade que o processo de limpeza a que o senhor se refere é hoje uma expectativa num grau exponenciado como nunca houve na história brasileira. E tem em conta que estamos na presença de um grande problema de natureza política, que diz respeito a financiamento de campanha eleitoral, que, de resto, tem sido, pelo menos apontado pelos cientistas, como uma coisa muito antiga na América Latina e no Brasil. É um processo complexo; não me parece simples. Daí o debate em torno do financiamento público, se isso, por si só, resolve o problema do não financiamento privado. É um debate difícil, mas eu penso que as condições ambientais no plano da política, ainda que certas medidas não sejam definidoras **a priori** de uma solução cabal, eu acho que vai ajudar muito a criar um campo, digamos, mais saudável em matéria de financiamento. Só que eu entendo que, em paralelo, uma reforma política se faz necessária, mas uma reforma que exigiria um debate talvez mais amplo do que o que nós estamos fazendo hoje no Brasil. Por-

que, observe, Senador, nós estamos na presença de um tipo de presidencialismo que se nós compararmos tipologias diferentes... No sistema americano, o sistema presidencialista é bipartidário. Ou é um ou é outro; não tem mediação. Ganha um governo, é totalmente um governo na máquina pública e outro governo e assim por diante. A simplicidade do sistema presidencialista americano, bipartidário, moldou a política americana de um tipo de ação. O nosso não copia esse modelo, mas também não copia o modelo clássico parlamentar, onde você não tem o sistema bipartidário, mas tem o sistema a partir da máquina pública, a partir dos partidos no Congresso. E o sistema que oferece a condição de lealdade partidária, porque, se não tiver lealdade, cai o gabinete e instaura-se nova eleição, como se fez agora no Japão com o Koizumi, ou faz uma nova eleição a Presidente. E tem mecanismo de solução quando tem conflitos internos da política. No caso brasileiro, o nosso regime presidencialista, ele é um presidencialismo onde a base que elege o Presidente tem uma exigência legítima no ponto de vista da política, que é a condução da máquina a partir de acordos consagrados da base aliada, mas a lealdade no plano parlamentar não existe, como tem no regime parlamentar. Essa ausência de lealdade cria atritos contínuos no poder da República em relação a outro poder, que é o executivo com o Parlamento. É uma discussão difícilíssima. E, mais ainda, as eleições presidenciais para esta Casa são carregadas de elementos de contradição, porque, se o princípio básico dos Partidos que compõem esta Casa é de erigir o Presidente desta Casa partindo do princípio do Partido Majoritário, isso não tem respaldo normativo. O normativo não atende a isso, porque a candidatura avulsa permite quebrar – foi assim com o Severino e assim por diante.

E olha só que coisa engraçada: o PT que zela muito pelo princípio de democracia interna, na discussão sobre o seu representante para disputa da Mesa da Casa, decidiu democraticamente por um nome. Mas um outro que foi derrotado se insurgiu contra uma decisão democrática, porque a regra da Casa, que é superior, permite candidatura avulsa. Então, estamos na presença de um quadro de princípios que não tem contrapartida nos normativos, que afeta os Partidos. Então, há uma zona cinzenta no processo da organização dos Poderes da República, em particular do Executivo e do Parlamento, que mereceria uma reflexão mais profunda. É mais do que um problema de financiamento, para que não venhamos a sugerir crises constantes neste País. É uma discussão difícil, mas tem que ser feita.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, Deputado Luiz Gushiken, concordo que a

questão do financiamento de campanhas é relevante. Mas, acho que essa questão não se reduz a isso.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Também acho.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Ela é muito mais ampla. E encontro respaldo em muitas das acusações feitas a comportamento gerencial de estruturas que o PT instalou no país: prefeituras Municipais, administração do caso da situação dos resíduos sólidos, também dos transportes urbanos; elas são viciadas em muitos pontos.

Penso que devemos encarar esse fato com toda a naturalidade e decisão; nada de escondê-los. Isso se dá em outros Partidos? Dá-se também; deu-se ou poderá se dar. Mas o fato é que quem está alvo da investigação, de uma maneira central, é o PT. É a ele que cabe esclarecer mesmo essas coisas. Mas essa não é a atitude que está aí colocada; não é sincera a afirmação de que o PT quer investigar tudo. Ela não tem respaldo nos fatos. Não quero dizer que personalidades do PT, pessoas do PT, Parlamentares do PT – aqui há vários – não tenham essa atitude. Alguns sim, outros não.

Mas o fato concreto é que percebo uma grande preocupação com a sustentação de um determinado quadro de poder, que não será sustentado por aí. Só seria por uma ampla e completa revisão de procedimentos na expectativa do que a Nação espera do PT e de todos nós.

Peço desculpas ao Presidente, que não deve ter avançado um centímetro na investigação com a minha interferência, mas fiz o que tinha na minha consciência, ou seja, queria conversar com quem estou inquirindo nesses termos. Eu esperava que – para não dizer que o seu depoimento foi bom – que a sua palavra pudesse ser mais ampla. Não dá e eu não gostaria de confundir-lo com outros que se sentaram aqui, que olharam para trás, que se protegeram em advogados e não disseram coisa nenhuma, ou disseram coisas diferentes, ou disseram coisas que não sustentaram.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sr. Presidente, muito rapidamente, pela ordem.

Pediria a generosidade de V. Ex^a tão-somente para fazer uma comunicação ante o debate que se estabeleceu antes, por conta dessa liminar que o Supremo Tribunal Federal concedeu a alguns colegas Parlamentares, para que não fossem remetidos os processos de cassação à Comissão de Ética.

Há uma informação controversa, não confirmada, de que teriam cassado a liminar, ou de que não teriam cassado a liminar. Mas, pelo sim, pelo não, o que quero, na verdade, é comunicar a V. Ex^a que, por decisão do Presidente do PDT, Dr. Carlos Lupi, o meu Partido chamou para si a responsabilidade e vai fazer

uma representação direta à Comissão de Ética da Câmara dos Deputados.

Quanto a isso, não há nenhuma inconstitucionalidade; a liminar não tem efeito para essa ação que o PDT desencadeia. Dessa forma, quero dizer muito claramente que o PDT, como Partido responsável que é, cumpre o seu papel de Partido Democrático de, neste momento, defender a ética no País, tomando essa iniciativa, que considero extremamente positiva, alvissareira, contundente, séria e responsável.

Então, desde logo, faço esta comunicação e parabeno o Presidente do meu Partido, Carlos Lupi, que chama para si a responsabilidade e age de forma muito transparente. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Muito obrigado, Deputado Pompeo de Mattos.

Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ex-Deputado Luiz Gushiken, quero, em primeiro lugar, dizer a V. S^a que sou solidário com a sua indignação quando aqui disse ser vítima de espionagem. Acho que, principalmente num regime democrático, nada pior, como prática, do que isso.

A propósito, queria perguntar a V. S^a se sabe exatamente em que período foi espionado.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Até hoje não tive acesso aos dados da espionagem.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Mas foi em período anterior à posse como Ministro, ou posterior?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Isso aí a Kroll teria que explicar, Senador. Não tenho dados da espionagem deles.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Mas qual a informação concreta de espionagem? O que espionaram concretamente, o que V. S^a tem como sentimento?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Mas, Senador, não tenho dados da espionagem. A Kroll nunca disse para mim: Ministro está aqui os dados sobre a espionagem que nós fizemos sobre a sua pessoa.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – O que dá a V. S^a a certeza de que foi espionado?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Porque ele está sendo indiciado na Polícia Federal. A Polícia Federal apreendeu vários documentos; tem um processo que corre na Justiça.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Mas, no processo que corre na Justiça, apenas consta o diálogo de V. S^a mantido com ex-diretor da empresa em litígio; é o que se encontra na Justiça.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – O Senador teve acesso a esses dados? Porque eu não tive.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Tive pelos jornais.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Ah! Bom.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Tive pelos jornais. Todos os jornais divulgam isto: que foi uma peça que está na Justiça de um diálogo mantido entre V. S^a ...

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Mas não me parece – pelo menos eu, que fui vítima, desconheço – que se tornaram públicos os documentos, as formas com que foram feitas espionagens, e períodos etc. Isso nunca foi tornado público, salvo essa informação que houve, sim, imprópria.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Mas os jornais publicaram isso. Tenho tido cuidado em relação a essa questão, porque acho da maior gravidade e acho que essas questões devem ser esclarecidas.

Hoje a **Folha de S. Paulo** traz uma matéria em que diz que essa espionagem teria tido início naquela compra envolvendo Brasil Telecom, Fundo de Pensões e a CRT. É a informação trazida pela **Folha de S. Paulo** numa ampla matéria.

Mas como sou solidário à indignação de V. S^a; concordo com esse radicalismo seu em relação ao grupo liderado pelo Sr. Daniel Dantas. V. S^a tem toda razão. Só que esse grupo, até pouco tempo atrás, foi aliado do Citibank. Trouxe aqui – V. S^a deve ter esse documento em mão – cartas trocadas entre o presidente da Kroll e a Sr^a Carla Cicco. São duas cartas, Sr. Gushiken, uma de janeiro e outra de dezembro, em que se diz, com todas as letras, que estava cumprindo exatamente uma missão que recebeu do Citicorp, fazendo as investigações e dando alguns esclarecimentos.

Tenho certeza de que, pela posição estratégica que V. S^a ocupa, deve ter em mão essas correspondências. Se não tiver, faço questão de passá-las às suas mãos. Acho que, sendo esses documentos verdadeiros – como é fácil de se provar –, é estranho que não lhe tenham chegado às mãos, principalmente pelo maior amigo que V. S^a tem, um dos grandes amigos, que é o Sr. Sérgio Rosa. É estranho que ele não lhe tenha comunicado que a história não é bem como está sendo contada.

Passaria às mãos do Sr. Gushiken, com permissão, Sr. Presidente, e pediria até que tirasse cópia dessa documentação. Tenho a impressão de que o Sr. Gushiken deve ter cópia desse documento, mas se não tiver...

Até porque, Sr. Gushiken, essa é uma história que precisa ser muito bem esclarecida. É difícil para um leigo explicar como a Telemig Celular, por exemplo, que

há seis meses estava sendo vendida por US\$ 2 bilhões pelo Banco Opportunity, agora está sendo vendida pela Previ e o Citigroup para o mesmo grupo por US\$500 milhões. É difícil entender as justificativas usadas de que as providências que estão sendo tomadas visam a preservar o patrimônio do aposentado. O próprio PUT; não é fácil a explicação do PUT da maneira como foi feita, contrariando a legislação brasileira, sem sequer haver comunicação prévia à CVM. V. S^a não conhecia essa correspondência?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – O senhor me perguntou isso?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sim.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não. Desconheço outras informações relativas à investigação e estou aguardando ansiosamente, da parte do senhor, aquilo que ficou claro no depoimento dos funcionários da Previ, quando o senhor deu idéia de que teve acesso às informações dessa investigação sobre a minha pessoa. Estou aguardando ansiosamente isso.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Em nenhum momento falei de acesso a investigação de sua pessoa.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Mas passou a idéia de que o senhor tinha muito conhecimento, como o senhor está tendo conhecimento.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Em nenhum momento.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Ah, bom. Então, é bom, porque eu estava ansioso para ouvir essa informação adicional.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – A partir de agora, comece a ter cuidado com esses informantes que o senhor tem, porque, em nenhum momento...

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Senador, foi no debate que o senhor fez com os Fundos de pensão.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Em nenhum momento...

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Eu estava assistindo e concluí que o senhor era um homem muito informado sobre aquelas operações que envolviam o meu nome.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Em nenhum momento, falei em envolvimento pessoal de V. S^a. É muito fácil ver...

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não. Da Kroll. Sobre a Kroll, nas investigações da Kroll que envolveu também o meu nome.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Exatamente. Estão aqui os documentos.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – O senhor não tem mais informações?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – As informações estão aqui, as informações de que a contratação não é da responsabilidade de quem o senhor acusou por quatro vezes aqui.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não acusei. Foi noticiado na imprensa, alardeado pelo Brasil afora.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Mas confirmado por V. S^a.

O SR. (orador não identificado) – Sr. Presidente, pela ordem. Eu queria me inscrever para fazer a inquirição do Senador Heráclito Fortes, porque vim aqui para ouvir as perguntas feitas ao ex-Ministro Gushiken, mas estou vendo que as perguntas estão sendo dirigidas ao Senador Heráclito Fortes. Então, queria me inscrever para fazer a inquirição ao Senador Heráclito Fortes.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra o Senador Heráclito Fortes, por favor.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Aguardo que isso fique devidamente descontado do meu tempo.

Sobre esse episódio, V. S^a, em algum momento, teve interferência junto a decisões do Cade, para que o Cade se posicionasse contra ou a favor da Brasil Telecom?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não, senhor.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Nunca telefonou e nunca teve reuniões com diretores do Cade?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Já tive reunião com Diretor do Cade, mas não sobre esse assunto.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – E a CVM?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Tive conversas com o ex-Dirigente da CVM, Dr. Cantidiano, mas nunca toquei nesse assunto?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Com o diretor atual?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Também nunca.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Nunca tocou nesse assunto?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Nunca toquei.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Está bem.

V. S^a sabe o que é o Instituto Nacional de Mercadologia? Instituto Nacional de Mercadologia?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não me recordo, não tenho associação nenhuma, neste momento, com essa instituição.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Conhece o Dr. José Roberto Opice Blum?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Neste momento, não.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Márcio Martins Vilas?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não, senhor.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Gil Soares Paz?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não, senhor.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Luiz Alberto Bureau?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não, senhor.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – José Luiz M. Fleury?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não, senhor.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Esse instituto respalda uma empresa chamada GlobalBIX. V. S^a sabe o que é a GlobalBIX?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Sei.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Pode explicar o que é a GlobalBIX?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Posso explicar o que eu sei sobre ela, mas não explicar ela.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Já nos serve.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – É uma empresa que busca organizar um sistema de financiamento baseado em direitos creditórios

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Que trabalha com recebíveis...

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Exatamente.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – ... e que tem um grande volume de negócios junto à Petrobras aos Fundos de Pensão?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não sei se tem.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – O senhor não conhece os diretores da GlobalBIX, não tem nenhuma ligação com eles?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Já tive reuniões com eles, sim, para entender esse sistema que acabei de expor ao senhor. Mas não o conheço pessoalmente, em termos de relação freqüente, mas tive relações com essa empresa. E gosto muito do seu modelo de financiamento; acho que baixa a taxa de juros para as empresas.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – O senhor indicou o Dr. Luiz Siqueira César para diretor ou vice-presidente de tecnologia do Banco do Brasil?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não senhor, mas o conheço.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – E o Dr. Lúcio Pietro?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não indiquei, mas o conheço também.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – O senhor tem conhecimento de um processo do Banco do

Brasil, publicado ontem no Diário Oficial, em que se compra da IBM R\$ 700 milhões em equipamentos de computação, dispensada a licitação pública?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não. Não senhor.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Exatamente da área do Sr. Siqueira César.

Secretário Gushiken, V. S^a, à frente da Secretaria de Comunicação, elaborou um projeto em que modificava as relações ou, melhor dizendo, a atuação da imprensa brasileira. Esse projeto criou polêmicas, foi elaborado no gabinete de V. S^a...

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Explica melhor, Senador; não estou conseguindo entender esse projeto.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – É exatamente a tentativa de cerceamento da liberdade de expressão com aquela criação do Conselho Federal de Jornalismo. Foi elaborado no gabinete de V. S^a.

Posteriormente, tivemos a tentativa de expulsão daquele jornalista do **The New York Times**. Mais recentemente, uma das últimas atividades de V. S^a como Secretário foi aquele privilégio dado a uma jornalista que, embora brasileira, estava a serviço da imprensa francesa, naquela entrevista não muito feliz do Presidente Lula.

Vimos aí o lado ditatorial implantado na Secretaria. O que diz V. S^a sobre isso?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Senador, o projeto do Conselho Federal de Jornalismo não nasceu na Secom. Esse projeto foi desenvolvido, em suas linhas gerais, pela Federação Nacional dos Jornalistas, encaminhado via Ministério de Trabalho. Constituiu-se num primeiro assunto debatido com os profissionais de jornalismo e o encaminhamento desse projeto se deu a partir de um congresso federal desse setor da categoria bancária onde, mediante uma relação com o ex-secretário de imprensa, entendeu-se que seria interessante esse projeto ser encaminhado. E o foi, mas a Secom nunca elaborou esse projeto e nunca teve absolutamente nada com outras referências que o senhor faz a respeito de outros jornalistas.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Temos aqui uma entrevista com o colega de V. S^a, o ex-Deputado Milton Temer, em que retrata exatamente passagens como essa e faz questão de colocar exatamente esse seu lado ditatorial, e diz que não estranha, até porque ele conviveu com V. S^a no sindicalismo e que teria convivido com V. S^a também na Câmara dos Deputados. É apenas para fazer o registro.

Sr. Presidente, quero encerrar....

O SR. LUIZ GUSHIKEN – V. Ex^a poderia ler de novo essa acusação que faz sobre mim, porque não consegui entender?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – De Milton Temer.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Ah! De Milton Temer.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Milton Temer.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – O ex-Deputado do PT?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Ex-Deputado; foi nosso colega na Câmara.

Eu queria apenas pedir permissão para ler a carta que a Sr^a Carla Cicco recebeu; a segunda, entrego ao Sr. Gushiken.

O propósito desta carta é de escrever a recente interação que temos tido com o Citigroup relatado para nossos...

A tradução está meio complicada.

“Como discutido, Mike Carpenter me ligou e pediu como favor atender uma ligação de Ed Green, que, ele disse, era o novo Coordenador-Geral de Investimentos Globais Bancários do Citigroup. Mike declarou que Ed queria discutir sobre a Telecom Itália e suas atividades com a CVC, Brasil Telecom e Opportunity. Ed Green, então, me ligou e falou sobre o seu desejo de conduzir uma investigação interna nas ações do Citigroup em relação a essa disputa bem como sobre nossa descoberta a respeito das ações da Telecom Itália que prejudicaram a Brasil Telecom. Ed conhece Jules Kroll e nossa firma pessoalmente e disse que realmente apreciaria nossa ajuda para tirar o Citigroup desse assunto.

Após obter seu aval para mostrar nossas descobertas ao Citigroup, arranjei um encontro no escritório da Kroll. Eles tinham muita urgência e, então, nos encontramos imediatamente com Kathleen McCarthy, secretária de Ed Green, emissária dele, que nos contactou por telefone, pois estava em Londres. Richard Sanson, representando a Brasil Telecom, me acompanhou na reunião e explicou as condições básicas para Kathleen. Ela passou um longo período revisando nossas descobertas e relatórios.

É importante mencionar que, desde janeiro deste ano, por seu consentimento, temos mantido encontro com Mike Carpenter, Paulo Caldeira e Mary Lynn Putney, diretores do Citibank Venture Capital – CVC, para quem descrevemos detalhadamente nossas descobertas. Também mantivemos periódico contato telefônico sobre esse assunto com Mike e Paulo durante o restante de 2004.”

Essa é a primeira carta; a segunda carta está aqui.

O que eu disse, Sr. Gushiken, no debate aqui com os funcionários dos três Fundos, é que quem primeiro solicitou a contratação da Kroll para o Brasil para fazer

investigações em área de Governo foi o PT, na CPI do Orçamento – aquela famosa CPI dos Anões. Posteriormente, na CPML do Banestado, fez nova proposta para que a empresa fosse contratada e, de repente, ela foi satanizada pelo próprio Partido dos Trabalhadores e pelo Governo de um modo geral. E não era uma característica da Kroll, no mundo inteiro, fazer gravações telefônicas, como se queria provar e se mostrar, mas, sim, rastreamento de contas e outras atividades.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Heráclito, concluindo.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Eu pediria ao grande e justo Presidente a mesma condescendência que teve com meu antecessor – mais brilhante do que eu, reconheço –, Senador Sérgio Guerra.

O que foi dito aqui foi isso. Mas quero deixar bem claro que, nem de longe, não me lembro se o nome de V. S^a foi citado no episódio. Citei-o – volto a afirmar aqui – e acho que tem toda legitimidade de se interessar pela questão previdenciária. Apenas acho indevido que, ocupando a função que ocupa, se dedique com tanto afinco a essa área, porque desautoriza os Ministros da área, tanto é que alguns colegas nossos que passaram pela Previdência nos dizem aqui que, ao assumir, o primeiro compromisso era o de não mexer com o diretor da SPC, por ser uma pessoa de indicação de V. S^a. Sou contra isso. Aliás, participamos de uma CPI, alguns anos atrás, que era exatamente uma recuperação da terra arrasada, que tinha sido feita no Governo Collor, porque um Ministro da Abin, sucessora do SNI, passou a interferir indevidamente nos fundos de pensão. Eu não tenho nem embasamento para dizer se a sua interferência é danosa. O que eu disse aqui é que ela é indevida. A partir do momento em que ela acontece, ela é indevida.

Tivemos aqui o depoimento do Sr. Pizzolatto, que disse que teria sido uma assessoria que fazia a indicação devidamente de acordo com os presidentes de Fundo, da maioria dos indicados por aqueles Fundos nos Conselhos.

E aí a estranheza, porque o Sr. Ivan Guimarães saiu do Banco Popular, demitido de maneira nebulosa como foi, e vai nomeado para três ou quatro Conselhos, ganhando R\$40 mil, enquanto o Sr. Pizzolatto, que discordou do modelo, foi demitido de todos eles. Aliás, essa briga do Sr. Pizzolatto com V. S^a é uma briga mal explicada e fica meio temeroso de avançar.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Heráclito, concluindo.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Eu concluo, pedindo já a minha reinscrição para a repescagem. Gostaria, Sr. Gushiken, eu tenho uma característica, as minhas questões ou eu vou para a tribuna

e enfrento ou digo com a maior franqueza. Agora, não gostaria de que me atribuíssem o que não foi dito. E eu não tenho vocação para a leviandade. Aliás, eu tenho muito cuidado com o que digo e o eu que eu digo eu afirmo.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – O senhor permite alguns comentários?

Senador, eu ouvi atentamente sobre as ponderações que o senhor fez sobre a Kroll, a opinião que o senhor tem sobre o objeto de investigação, etc. Eu vou levar em consideração o que o senhor falou e ver se eu tenho acesso a *e-mails* que imagino sejam sigilosos, não é?

Olha, o senhor tem mais informações sobre a investigação e eu vou ponderar, sim, no juízo que eu faço sobre esse processo no qual eu fui vítima.

Relativamente à minha suposta interferência indevida, que o senhor entende que pode não ser danosa, mas indevida...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Formalmente indevida.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Quero deixar bem claro para V. Ex^a que eu não considero indevido nada daquilo que diz respeito ao interesse público. Acho que é uma obrigação de membros do Governo defender o interesse público e, em particular, nesse caso, defender os interesses dos funcionários do Banco do Brasil, em primeiro lugar, é também defender os interesses do Erário, porque ele é um patrocinador desse Fundo.

De maneira que deixemos claro: eu não considero indevido, considero a minha obrigação, porque será danosa na apreciação dos verdadeiros gestores a efetivação tal como pretende esse empresário de quem o senhor tem se notabilizado como um grande defensor.

E, veja, respeito a opinião de V. Ex^a. Acho que V. Ex^a pode perfeitamente ter uma interferência que, no meu caso, o senhor considera indevida, mas, no caso do senhor, o senhor negocia os interesses desse empresário, acompanha o advogado desse empresário nas relações com a Previ e com o Banco do Brasil.

Considero que o senhor pode defender os interesses, porque pode entender que é do interesse público ou do interesse da Pátria, é perfeitamente natural.

A minha indagação, Senador, tanto sobre essa organização financeira, que o senhor tem reiteradas vezes afirmado, levantado um rol de elementos negativos que permeia essa grande instituição bancária, assim como esse empresário, não tem nada de pessoal. Eu não tenho nenhum preconceito enquanto instituição financeira Citibank, como também não tenho nenhum preconceito quanto aos empresários, em particular o Sr. Daniel Dantas. Não o conheço pessoalmente. Agora, o

que eu conheço é aquilo que vem sendo veiculado há muito tempo no Brasil sobre esse cidadão e que faz parte do maior conflito societário na história do capitalismo brasileiro e que mexe com o patrimônio de cerca de 16 bilhões e que, no entendimento dos gestores, a depender do desenlace, poderá haver um prejuízo monumental para os funcionários do Banco do Brasil, que são os detentores desse patrimônio.

O que eu tenho de informação sobre esse empresário, com o qual eu não tenho nenhuma relação pessoal e tampouco preconceito?

Vou ler aqui o que está na imprensa, registrado há muito tempo:

“Daniel Dantas é acusado de formação de quadrilha e espionagem ilegal.” (**Jornal do Brasil**). “Daniel Dantas foi acusado de ser um dos poucos brasileiros que sacou o dinheiro antes do confisco do Governo Collor.” (**Tribuna do Norte**). “Daniel Dantas foi condenado nas Ilhas Cayman por dinheiro ilegal.” (**Época**); “Juiz do Caribe chamou Daniel Dantas de ‘falsificador’ e diz que ele ‘mentiu sob juramento’.” (**Época**). “O juiz de Nova Iorque disse que os negócios de Daniel Dantas ‘cheiram a roubo’.” (**O Globo**). “Daniel Dantas não cumpre as decisões judiciais.” (Folha On line). “Citi/378 mil de Dantas na Holanda, ‘quebra de contrato, fraude, negligência e conduta profissional indevida’.” (**Folha de S. Paulo**). “Justiça dos Estados Unidos dá vitória ao Citi contra o Opportunity. Juiz Lewis Kaplan afirma: isso parece um assalto.” (**O Valor**). “Daniel Dantas e Carla Cico são agora réus em processo judicial no Brasil.” (Folha Dinheiro); “São acusados de violação de sigilo, formação de quadrilha, corrupção ativa.”. “Polícia Federal indícia o banqueiro Daniel Dantas por formação de quadrilha.” (Folha On line). “Oportunista Opportunity: com pouco dinheiro, Daniel Dantas controla a Tele Centro-Sul e os Fundos de Pensão pagam a conta.” (**ISTOÉ**, 1998).”

Eu não faço juízo de valor sobre esse empresário, Senador, e não me interessa saber detalhes desses processos de negociação, até porque o senhor muito bem sabe, como o senhor intermediou uma relação entre os dois interessados, que é um grande complexo societário, dos mais complexos. A exposição dos dirigentes dos fundos de pensão mostrou claramente o significado que foi a montagem desse complexo societário. Portanto, não podemos banalizar uma discussão desse nível fazendo afirmações genéricas. É preciso que especialistas como eles se disponham a vir aqui explicar aos senhores, mas, no que diz respeito a minha posição pessoal, é a absoluta crença de que os atuais gestores dos fundos de pensão do Banco do Brasil, da Petros, são pessoas tecnicamente competentes, que se embasam em estudos feitos por dezenas de

técnicos desses fundos de pensão, se embasam em auditorias para afirmar que eles estão gerenciando corretamente os negócios de uma entidade que diz respeito a 400 mil trabalhadores.

Eu, como homem público, homem de Governo, tenho a obrigação de saudar, elogiar a conduta ética desses funcionários. Não me esquivo da responsabilidade de ter interferência nesse nível, porque não é ingerência na gestão. Acho que um homem público tem a obrigação de fazer isso em qualquer Governo.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Heráclito, já nos estendemos há mais de 20 minutos. Existem outros inscritos. Já reinscrevi V. Ex^a.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Queria pedir permissão a V. Ex^a para invocar o art. 14. Eu fui citado como tendo participado de um encontro...se a Ideli permitir... Sei que ela tem ascendência sobre V. Ex^a, mas sei que ela não manda em V. Ex^a, embora goste muito. Tem um desejo incontido, mas não é o caso aqui. Vamos guardar esse desejo para outras ocasiões... Não, alívio. Para mim, foi a notícia mais positiva que recebi nos últimos tempos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Heráclito.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Queria apenas prestar alguns esclarecimentos aqui. Veja como as ligações do Sr. Gushiken e do Sr. Sérgio Rosa são profundas e, às vezes, danosas. Ele disse uma coisa verdadeira. Fui ao Banco do Brasil, a pedido do Ministro Palocci, há cerca de um mês e meio ou dois, não sei a data, para ter um encontro, na presença do Presidente do Banco do Brasil e de um diretor do Banco Opportunity, o Dr. Luiz Otávio, a pedido do Ministro Palocci, Sr. Gushiken, porque o Sr. Sérgio Rosa ficou preocupado com o pedido de quebra de sigilo bancário que fizemos aqui, de uma senhora chamada Mônica Góes e de dois diretores da Cobra. A conversa lá foi para isso e, por iniciativa do Sr. Sérgio Rosa, foi pedido que a conversa fosse sigilosa. Para mim, não tenho nada sigiloso na minha vida. Não estranho que ele tenha contado a V. Ex^a, é quebra dele próprio do compromisso assumido.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Saiu nos jornais, Senador.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Ele vazou em seguida. Eu viajei, fui a uma missão no exterior, e ele próprio vazou. Então, é bom que isso fique bem caracterizado. V. Ex^a mostrou uma série de manchetes de revistas e jornais contra esse grupo, que me forçaram, pelas circunstâncias, a ter que defender mais

do que a minha vontade. Mas é porque o PT tem esta mania de tentar desqualificar a verdade. É o mesmo caso do Celso Daniel, Sr. Gushiken.

Se essa questão não fosse apurada a fundo, como eu acho que deve ser o caso do Opportunity, a morte do Celso Daniel não teria sido esclarecida como foi agora pelo seu irmão, porque a versão é de que aquilo teria sido um crime comum.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Heráclito, concluindo em função da reinscrição de V. Ex^a.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Vou concluir, agora, só para finalizar, os defeitos mostrados aí são justos, é preciso que sejam apurados. Agora, todas as denúncias que a imprensa mostra são numa questão. O Citibank não, é no Chile, por guardar dinheiro do Sr. Pinochet; no México, do Sr. Salinas; no mundo inteiro; e vocês se associaram com eles agora. O medo da Kroll tem outro fundamento, Sr. Gushiken e a verdade vai chegar, é só questão de esperar, é questão de tempo.

Na verdade o pavor que o Governo Lula tem da Kroll tem outro fundamento e nós vamos chegar à verdade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra o Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, Sr. Luiz Gushiken, por que o Secretário Luiz Gushiken está aqui hoje na Comissão?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Bom, os senhores aprovaram um requerimento, não?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Em razão dos problemas ocorridos nos fundos de pensões, nas publicidades do Governo. Não foi de graça a razão pela qual a Comissão aprovou esse requerimento, o senhor concorda?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Deputado, os critérios adotados para me convocar, o senhor pergunta a mim? O senhor sabe.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O senhor defende enfaticamente todos os fundos de pensões – historicamente é uma posição sua. Como explica o que acontece na Refer, o Fundo da Rede Ferroviária?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – É uma pergunta?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – É.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Deputado, primeiro, fazer uma observação sobre minha defesa enfática de fundos de pensão. De fato, eu faço há muito tempo, quando era Deputado eu fazia essa defesa, não por razões apenas de aposentadoria dos trabalhadores,

através de mecanismo complementar, é porque eu entendo que um país necessita de poupança interna; este País necessita. Um dos mecanismos mais importantes de poupança interna são fundos de pensão. E para que os fundos de pensão possam ser o instrumento de interesse dos trabalhadores para o exercício a propósito de longo prazo é preciso órgão de fiscalização.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Estou falando no caso Refer, especificamente.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Eu vou chegar aí. É preciso que haja um órgão de fiscalização. Nós temos no Brasil, vinculado ao Governo Federal, a Secretaria de Previdência Complementar, um órgão muito pequeno perante os desafios postos, mas que, infelizmente, não pôde ter essa mudança de profundidade porque o Senado não aprovou a Previc, mas assim mesmo foi a Secretaria de Previdência Complementar que fez a investigação, a apuração e a devida punição aos dirigentes desse fundo ao qual o senhor fez referência agora. Foi um órgão do Governo Federal. Agora, recentemente.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Por que tivemos quatro trocas de Ministros da Previdência e o seu indicado sempre permanece na Secretaria de Previdência Complementar?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Deputado, em primeiro lugar, o Secretário de Previdência Complementar, Dr. Adacir Reis, trabalhou comigo quando era Deputado nesta Casa, depois ele foi para o mercado privado, notabilizou-se como um raro técnico em Previdência Complementar, escreveu livros sobre isso, deu aulas de pós-graduação sobre essa matéria e, quando nós entramos no Governo, naturalmente, o Ministro da Previdência, Ricardo Berzoini, que o conhecia também, o convidou para o exercício do cargo. Eu não tive nenhuma influência na indicação do Sr. Adacir Reis e, se tivesse, o faria com o maior orgulho, Deputado.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Ele é maior que os Ministros?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Como?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Ele é maior que os Ministros, porque caíram quatro Ministros e ele não caiu.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – O senhor quer dizer se ele tem uma competência técnica e que prescinde de força política ou de instrumento político? Veja, ele tem um cargo técnico. Não há como comparar ele com o Ministro. Não tem o mínimo senso lógico em comparar ministros com secretários.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Era mais fácil ser bancário ou ser banqueiro?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Se o senhor foi banqueiro alguma vez, o senhor diga para mim o que é e eu te respondo, porque eu sei o que é ser bancário.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Não, quem manda no Banco do Brasil, quem manda na Caixa Econômica Federal equivale a ser banqueiro, e você antigamente era bancário. E eu nunca fui banqueiro, e você sabe que eu nunca fui banqueiro. Estou perguntando: é mais fácil ser bancário ou ser banqueiro?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Mas o senhor sabe o que é ser um banqueiro? Eu não sei.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Quem manda no Banco do Brasil, quem manda na Caixa Econômica é o Governo do qual você faz parte.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Quem manda na Caixa Econômica... Quem manda no Banco do Brasil, o acionista majoritário é a União e há acionistas minoritários que têm ações em bolsa. Esses são os verdadeiros donos do Banco do Brasil.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Os dirigentes do Banco do Brasil que tiveram aqui na CPMI disseram que todas as aplicações de publicidade que faziam no Banco do Brasil faziam com autorização da Secom, com ordem da Secom.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Se o fizeram mentiram.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Disseram aqui publicamente.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – A Secom não tem nenhum atributo de discutir, analisar, criticar ou não investimentos das empresas. É um absurdo! Não há nem amparo legal, nem prática rotineira da Secom para fiscalizar investimentos.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Como bancário, os empréstimos que o BMG, o Rural e o Banco do Brasil fizeram ao PT, você acha normal?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Deputado Arnaldo, essa pergunta o senhor deveria fazer aos dirigentes do PT. Eu sou membro do PT, fui Presidente Nacional...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Não eu perguntei como bancário, não como dirigente do PT ou não dirigente. A sua avaliação como bancário, se aquele volume de 55 milhões de empréstimo das empresas do Marcos Valério que foram repassados ao PT, na sua avaliação, é normal?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Deputado, bom, eu vou explicar pela terceira vez, e sei que esse é um assunto complexo, talvez o senhor não estava presente aqui no momento em que eu expliquei.

Essa operação financeira baseada no lastro de um contrato de publicidade eu fui o primeiro a denunciar; a denunciar, não, a informar a estranheza nessa opera-

ção financeira, sustentada sob forma de caução num contrato de publicidade, por um motivo muito simples. Um contrato de publicidade, no caso dos Correios, de 90 milhões, é dividido em três agências de publicidade. E lá a divisão é quase que rígida. Digamos que tenha, para a agência do Sr. Marcos Valério, um pedaço desse contrato de 30 milhões. Desses 30 milhões, a média de utilização de recursos para veículos de comunicação é quase que 70. Então, desses 30, 21 milhões iriam, em tese, em média, para os veículos de comunicação. Sobrariam nove milhões. Desses nove milhões teria que pagar produção de imagens e uma série de outras coisas, restando, portanto, a receita líquida do Sr. Marcos Valério, da empresa do Sr. Marcos Valério. Essa receita líquida, que é a garantia de recebimento que ele tem, que poderia se transformar num recebível, do ponto de vista de uma operação financeira, era factível servir como caução, mas no valor de correspondente àquilo que é receita líquida e não nas operações que foram feitas no Banco Rural ou no BMG.

Eu chamei a atenção, na ocasião, perante a imprensa, da estranheza que eu tinha na natureza da operação financeira que consistia de irracionalidade.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O senhor conhece o Wilson Santa Rosa, que foi nomeado Gerente Executivo de Comunicação Institucional da Petrobras e também Presidente do Conselho de Deliberativo do Fundo de Pensão da Petros?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Conheço.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Qual a sua avaliação sobre a ação profissional dele?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Tecnicamente competente e uma pessoa honesta.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Nós acabamos de ver essa discussão sua com o Senador Heráclito Fortes, Daniel Dantas, Citi, fundos de pensão, por que essa situação toda? Qual a sua opinião desse imbróglio todo aí?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Eu sou um homem de governo e, como tal, o interesse dos Srs. Parlamentares na imprensa sobre relacionamentos acho que é natural. Aqui existe uma inquirição por parte do Senador Heráclito Fortes sobre um assunto que é noticiado na imprensa e vejo com naturalidade. Agora, as razões existenciais do porquê os senhores me perguntam, eu não sei dizer.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O senhor soube que a Comissão de Finanças e Tributação convocou o Sr. Gustavo Marin, do Citi, por causa do acordo “put” e o caso do tráfico de influência. O senhor tomou conhecimento dessa convocação?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Li no jornal isso.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – E qual a sua opinião a respeito disso?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não tenho opinião. Acho que a CPMI achou interessante chamar esse cidadão e é perfeitamente natural...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Não foi a CPMI, foi a Comissão de Finanças e Tributação, não a CPMI.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – A Comissão de Finanças e Tributação deve ter as suas razões para convocar.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – As manchetes de jornais que noticiam, há quase cem dias, todo o escândalo do Governo e que diariamente tem colocado o PT na berlinda são verdadeiras?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Deputado, primeiro, permito-me uma retificação na afirmação de V. Ex^a: não são escândalos de Governo. A CPMI investiga um processo de ilicitude no financiamento de campanha eleitoral. E foi detectado, hoje, um sistema de operações de empréstimos que tem desdobramento na recepção por parte de Deputados. E é público e notório que, hoje, se discute ou não a cassação desses Deputados. Diz respeito a Deputados do PT, sim, mas não confunda isso com o Governo.

E processos de ilicitude em matéria de financiamento não só é dito por uma literatura antiga e vasta que é um problema sistêmico no Brasil, portanto estendível a muito mais protagonistas da política brasileira. Como vi por diversas vezes, inclusive, o Deputado Roberto Brant dizer que – e o reputo como uma pessoa séria, competente como Parlamentar, tive o prazer de tê-lo como companheiro aqui nesta Casa –: “Que atire a primeira pedra quem não cometeu esse pecado.” E disse para o seu Partido. E vi o Roberto Jefferson aqui também, neste plenário, fazer isso. Um erro sistêmico, portanto, que diz respeito a um problema eleitoral em que cabe uma correção, do ponto de vista normativo.

Por isso, tenho em conta que essa crise tem um lado positivo. Que nos causa tristeza, causa, mas tem um lado positivo, porque esta Casa pode discutir uma reforma política. E se não sanar definitivamente, baixar, reduzir consideravelmente as ilicitudes que se cometem em campanhas eleitorais.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Não é crise de Governo, por que caiu o José Dirceu? Não é crise de Governo, por que caiu a diretoria dos Correios? Não é crise de Governo, por que caiu a diretoria de Furnas? Não é crise de Governo, por que Luiz Gushiken deixou de ser Ministro e virou Secretário? Isso não é crise de Governo?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não, acho que isso são elementos importantes no Governo. O senhor tem

toda a razão. Acho que o Ministro da Casa Civil quando vem para o Congresso, quando eu pedi ao Presidente que me afastasse, na verdade era um pedido renúncia, e aqui expliquei por que razão o fiz, porque aquilo mexeu com a minha reputação, ainda que por informações equivocadas, por denúncias infundadas, mas achei que era melhor para o Governo que eu me afastasse. Acho que isso é um sintoma, sim.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – E por que não se afastou?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Porque o Presidente pediu para que eu ficasse. E atendi. E disse, no início, que para eu ajudar a servir este País foi estar investido da maior honra a que pode almejar qualquer cidadão deste País. Portanto, não vejo nenhum problema em ter a participação como Ministro e hoje sendo assessor do Presidente. Isso não altera o intuito de servir este País.

O senhor já foi membro do Poder Executivo. O senhor foi secretário, se não me engano, não sei em que prefeitura que foi.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – De São Paulo.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – De São Paulo. O senhor sabe exatamente que Poder Executivo pode ser maleável, você pode trabalhar em várias áreas. E, nesse caso específico, trabalhei em duas áreas. E hoje estou com uma área só. Então, não vejo nenhum demérito nisso, mas vejo sim problemas...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Que área ficou sob sua responsabilidade agora, atualmente?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Hoje, tem o núcleo de assuntos estratégicos, cujos assuntos são relativos a prospecções em cima de temas, apoiado no Ministério de Ciência e Tecnologia, para prospectar eventuais vocações nacionais. Foi o NAE que produziu o estudo sobre biodiesel e que se transformou em programa de Governo. O NAE está produzindo uma discussão da mudança da matriz energética. Ele faz ancorado num corpo de cientistas e em parceria com o Ministério de Ciência e Tecnologia.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Quem ficou responsável pelas verbas de publicidade no Governo atualmente?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Desculpe-me, faça de novo a pergunta, Deputado, que eu não entendi.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Quem ficou responsável no Governo pela distribuição das verbas de publicidade?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Da conta da Secom?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – É.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Hoje é o Ministro Luiz Dulci.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – E na atual aplicabilidade é a mesma da sua época a distribuição das verbas de publicidade?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Deputado, não sei dizer. Depois que eu saí, não tive convivência com o Ministro dessa área.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – E naquela época, qual foi o critério para distribuição das verbas de publicidade para os veículos?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Os critérios para alocação de recursos entre agências de publicidade, em primeiro lugar, tem que se ater a uma definição contratual.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Não digo agências, digo veículos. Os veículos.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Perfeito, em veículos. Para você aplicar recurso em veículos, você tem um conjunto de informações que deva se ter sobre público-alvo, periodicidade da informação, frequência, cobertura, capacidade de audiência. É num misto de variáveis que os técnicos analisam e analisam a conveniência ou não de aplicar recurso num certo veículo.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – No final de 2002, **O Estado de S. Paulo** fez uma matéria dizendo que o então futuro Governo do PT, na reforma da Previdência, previa regra única de aposentadoria para os servidores públicos. E esse estudo feito pela jornalista Sueli Caldas foi com base no escritório de consultoria de Gushiken Associados. Antes da posse o PT já pensava em fazer a reforma da Previdência que fez?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Deputado Arnaldo, eu não li essa matéria da jornalista Sueli Caldas. Sobre Previdência, já existia uma discussão acumulada há muito tempo no Partido. Na feitura do Programa de Governo, nessa parte relativa à Previdência, eu, sim, contribui para formulação dessa política. De maneiras, que a reforma de Previdência que nós tínhamos pensado e que depois esta Casa aprovou já estava concebida. Não nos termos que foram aprovados aqui, mas tinha uma concepção, sim, de reforma de Previdência que eu pessoalmente ajudei a formatar.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – No primeiro Governo FHC V. Ex^a era Deputado, juntamente comigo.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Sim.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – A reforma da Previdência de FHC levou quatro anos para ser votada, início de 1995, promulgada em dezembro

de 1998. Luiz Gushiken ainda era Deputado. Quatro anos para tramitar e aprovar essa reforma. O Governo Lula vem, com uma reforma mais dura, inclusive contra o funcionalismo público, e consegue aprovar em apenas um ano. Como isso é possível?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Deputado Arnaldo, primeiro, essa reforma da Previdência não se trata uma reforma da Previdência contra alguém, é uma reforma necessária neste País. Porque não é admissível que um juiz ganhe de aposentadoria R\$50 mil, R\$60 mil por mês como era a prática neste País. O senhor sabe muito bem. Essa reforma ao limitar, impor com medida a eliminação dessas aposentadorias...privilegiadas, o fez...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O senhor está falando tecnicamente. A minha pergunta não foi técnica, foi política. Como que FHC levou quatro anos para aprovar e Lula apenas um ano para aprovar? Tem alguma inexplicada aí.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não. Não. Foram reformas um pouco distintas. No Governo de Fernando Henrique Cardoso também se pretendeu fazer alterações no mundo da Previdência Complementar, tanto que somente em 2002 nós aprovamos a leis complementares relativas a Fundo de Pensão. O senhor era Deputado, eu também era. Ambas eram reformas complexas e difíceis. Mas, enfim, eu penso que se agilidade houve nesse Governo é muito mais por mérito de uma sociedade e de uma Casa que já têm amadurecida a necessidade dessas reformas.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Precisamos tomar cuidado com essa agilidade, não é?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra o Senador Sibá Machado. (Pausa)
Com a palavra o Deputado Maurício Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. depoente, Ministro Gushiken, o senhor está aqui depondo para ajudar a CPMI a esclarecer, sobretudo, a origem dos recursos do esquema do “Valerioduto” e essas irrigações ilegais das campanhas eleitorais que, como o senhor disse, é um problema crônico, um problema que revela o esgotamento do modelo político brasileiro.

E nos Correios, nós – a Comissão – já recebemos alguns relatórios, algumas análises técnicas, demonstrando o superfaturamento de contratos. Então, tem contratos na área operacional, contratos da Skymaster, tanto relatórios da Controladoria quanto do Tribunal de Contas. Identificamos, então, que uma das possibilidades de irrigação desses esquemas de financiamento irregular de atividade política é o superfaturamento de contrato e a sua presença, aqui,

mais especificamente, tem a ver com a investigação que temos que fazer sobre a eventualidade de superfaturamento nesses contratos, sobretudo a execução ao longo do tempo.

Uma outra hipótese que queremos esclarecer é a questão de quem seriam os grandes depositantes nas contas das agências. As transferências de sigilos já nos permitiram identificar alguns grandes depositantes. Por exemplo: as empresas do Grupo Opportunity são responsáveis – e eu vi em consulta que fiz aos documentos da CPMI – por depósitos de algo como R\$140 milhões num curto espaço de tempo. A verdade é que a maior parte desses depósitos são relativos a contratos que essas empresas do Grupo Opportunity têm com as agências SMP&B e DNA. Então, falta o cotejo entre o valor desses contratos e o valor dos depósitos para saber se essa foi uma das fontes de irrigação. Então, temos, também, como possíveis fontes desses recursos, superfaturamento de contratos privados e de contratos públicos. Temos a explicação que tem sido dada pelo Sr. Marcos Valério e pelo Sr. Delúbio Soares dos contratos. O senhor, com a sua experiência, colocou o dedo na ferida – algo que todos temos convicção – que é no mínimo, ilógico e irracional dar em garantia de um contrato um faturamento de um contrato de publicidade cuja maior parte vai ser destinada ao pagamento dos veículos de divulgação daquele material publicitário. Então, temos um indício de algum problema em uma dessas fontes explicativas que seriam esses contratos de empréstimo.

Mas, por outro lado, até o momento, a CPMI não conseguiu demonstrar, cabalmente, como quer a opinião pública brasileira, como quer o Congresso Nacional, exatamente os corruptores – quais as fontes de abastecimento desses esquemas de corrupção.

Então, quero indagar ao depoente um pouco mais, pela sua experiência e por tudo o que tem acompanhado, em primeiro lugar, sobre aquele objeto específico, nexos, que lhe traz a esta CPMI, sobre os contratos de publicidade – pela experiência como Ministro da Secom – se na execução que tipo de informação a Secom tinha, que tipo de monitoramento a Secom tinha para ajudar a CPMI a identificar problemas na execução desses contratos?

É a primeira indagação que lhe faço.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Perfeito. Deputado, a primeira observação que V. Ex^a fez sobre os valores de contrato, do ponto de vista das fontes de recepção desses valores e que dizem respeito a veículos de comunicação, é que é um passo importante. Ou seja, em campanhas de caráter nacional, a média de alocação de recursos de um contrato para veículos é da ordem de 70%. Essa é uma média que se estima.

Isso é muito importante porque significa dizer que o grosso desses recursos destinam-se a uma atividade clara. Portanto, quando se afirma que há um superfaturamento de contas de publicidade, como explicação para as contas de Marcos Valério, está-se fazendo de forma indireta uma afirmação de que esse superfaturamento está incidindo muito em veículos. O que seria uma hipótese absurda porque eu não acredito que os veículos, que são os grandes receptores, tenham uma prática de superfaturar. Seria uma hipótese absolutamente ilógica. No Brasil, é muito fácil constatar isso por uma Rede Globo, por uma Folha de S. Paulo, por uma Abril que existem os preços, existem as notas fiscais, existe o uso desses jornais ou da televisão para o repasse da publicidade.

Portanto, não é no maior volume de recursos que há eventuais superfaturamentos. Em outros processos de produção de imagem gráfica, que são basicamente as duas grandes atividades que exercita uma agência de publicidade, como a Secom age? A Secom exige, preventivamente, por parte do órgão que tem a conta de publicidade – vamos pegar o Banco do Brasil – que sejam enviados de uma campanha publicitária os custos de produção.

E o que é que nós estamos fazendo hoje? Antigamente os custos de produção vinham de maneira muito compactada. Nós, através de uma discussão com as associações de produtoras, pedimos que eles nos ajudassem a convencer todas as agências de publicidade a detalhar, o que chamamos de decupação, os itens de gastos. Conforme vem a planilha, nós temos um banco de dados com base em experiência histórica de todas as agências de publicidades e custos, que nós montamos agora e fazemos uma comparação. Quando achamos que há distorção de custo, nós informamos ao órgão estatal, recomendamos mudança e pronto. Por quê? A execução de fato pertence ao órgão do Estado, não pertence à Secom. A Secom faz essa análise prévia recomendando mudanças quando vê contradições, mas não tem como e nem é sua atribuição entrar na verificação da execução. Isso serve não só em publicidade como também patrocínio. Não tem como a Secom verificar se a festa de S. João de Caruaru trouxe uma vantagem em determinado setor para uma empresa que financiou e se efetivamente foi feito. A Secom não tem como fazer isso. Ele não tem nem obrigação nem meios pra isso.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Claro. Isso é também para os órgãos de fiscalização interna de cada ente da administração direta ou indireta contratante.

Sobre a questão do patrimônio líquido, a redução da exigência do patrimônio líquido para as licitações

dos Correios. A CPMI tem essa informação de que esta redução foi feita por recomendação da Secom. Qual a razão da Secom para fazer esta redução e qual foi o resultado e a influência que essa redução do patrimônio líquido como exigência para disputar licitação na publicidade dos Correios, qual o resultado que essa exigência teve no desfecho da licitação?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Deputado, essa medida foi muito positiva, diferentemente daquilo que se difundiu. É uma medida preventiva que usa os órgãos que fazem licitação, mas o quesito patrimônio líquido do ponto de vista de sua redução foi uma demanda feita muito tempo pelas entidades de agências de publicidade que consideravam que o Governo Federal exigia valor muito alto. E quando a Secom recomenda a redução desse valor, ele o faz não só pra atender uma demanda da própria indústria, mas o faz também porque nunca nos contratos em vigor foi identificada nenhuma licitação, nenhum contrato com esse valor que os Correios estavam querendo de R\$3 milhões.

Cabe explicar o seguinte. Mesmo que não houvesse redução, não teria nenhum impacto nos resultados licitatórios porque esse item patrimônio líquido é apenas uma exigência para medir a capacidade econômico-financeira da licitante somente quando outros índices não se mostrarem eficazes no demonstrativo da saúde financeira da licitante. Ou seja, se você não tem um índice positivo como índice de solvência, mais ativo do que passivo, então você pode recorrer ao item patrimônio líquido. De maneira que foi uma medida positiva, é uma medida salutar e que atendeu uma demanda da própria indústria de comunicação.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Eu queria indagar agora ao depoente sobre esse episódio, que, evidentemente, está sendo sempre discutido, o conflito societário pelo controle da BrasilTelecom. De repente, informou que está em jogo aí uma disputa em torno de R\$16 bilhões, não é isso?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – É, o patrimônio que compõe, digamos, esse complexo societário é estimado nesse número.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – E aí as atribuições que se fazem ao episódio da espionagem que teria sido feita pela Kroll teria havido uma iniciativa do Citigroup, que se submete lá, nos Estados Unidos, à legislação federal americana, *anti-corruption abroad act*, que é de 1998, e, nesse ato, as autoridades norte-americanas exigem um controle dos investimentos das empresas americanas no estrangeiro. Exige que essas empresas tomem medidas para inibir qualquer episódio de corrupção nos países onde esse capital americano está sendo investido.

Então, diante desse fato, há quem levante a hipótese de que a contratação da Kroll para fazer a espionagem teria tido esta finalidade: de avaliar a licitude das ações desses grupos societários na BrasilTelecom.

Como é que o senhor entende isso? Qual a interpretação que o senhor dá sobre essa hipótese?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Deputado, eu nunca me interessei, em princípio, sobre as razões que levaram esses agentes à prática criminosa de uma espionagem. O que eu sei é que uma empresa, a maior do mundo, incidiu sobre mim processo de espionagem. É isso que me interessa. Na figura de homem público, não é? E o processo tramita na Polícia Federal. Eu quero saber as razões depois, o conteúdo das investigações e, posteriormente, o veredicto da Polícia Federal, para eu tomar minhas iniciativas jurídicas. Em princípio, nunca me interessei em saber quem que mandou, por quê? Porque é a maior organização de espionagem do mundo, eles têm muitas ligações. Então, eu prefiro acabar o processo, para depois analisar politicamente como fazer. Juridicamente como fazer.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Jornalista Diogo Mainardi, na revista **Veja**, na edição agora de 14 de setembro, diz o seguinte: “A Anatel, comandada por Gushiken – a ilação é dele –, lançou os fundos de pensão à conquista da BrasilTelecom”.

Nós temos as informações dos conflitos entre as quatro empresas.

“Dirceu – ainda segundo Mainardi – não deu proteção a Dantas, fugindo do campo de batalha.”

O que o senhor tem a dizer sobre este comentário?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Deputado, eu percebi que o colunista Diogo Mainardi se tornou um grande especialista em fundos de pensão. Ele tem feito narrativas sobre esse assunto, envolvendo o meu nome, que não bate com a realidade. É um direito jornalístico dele. Eu não quero entrar em considerações sobre a análise que ele faz desse processo, porque, em verdade, ele não entende muito desse assunto, mas está tendo o esforço de divagação, mas são... Enfim, não tem consistência.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – A imprensa noticia que o senhor teria impedido o Sr. Daniel Dantas, do Opportunity, de contribuir para a campanha do Presidente Lula. Isto é verdade? O senhor teria sugerido que não se obtivesse contribuição lícita...

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Eu sugeri, sim. Sugeri.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sugeriu?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Disse às pessoas do comitê que eu conhecia a prática desse empresário

nos fundos de pensão e que não era recomendável que houvesse ofertas de recursos por parte desse empresário, porque tudo indicava que a postura ética dele poderia ser rompida muito facilmente.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Isso foi quando?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Isso foi em 2002.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Isso ao longo... No segundo semestre de 2002, durante a campanha.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Isso.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Com é que a Secom executa sua política de patrocínios? Quais as diretrizes para a oferta desses patrocínios?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Deputado, a política de patrocínio, ela é antiga. Vem de um decreto de 1993, e o espírito da lei, ao criar um comitê formado por Ministérios e estatais, é de buscar que haja uma melhor maneira de conduzir patrocínios na área, principalmente cultural, de maneira a evitar também sobreposição, ou seja, uma estatal oferecer patrocínio em uma área em que, eventualmente, outro também está oferecendo. Então, o comitê tem uma função muito mais de dar racionalidade para eventuais propostas que poderiam colidir ou sobrepor. E a busca de saber se isso está de acordo com diretrizes da área cultural para ver se isso tem uma contrapartida na marca da empresa. Isso tudo faz parte da rotina desse comitê, que até o Governo passado era composto pelo Ministério da Cultura e Ministério dos Esportes, e que entendemos deveria ser aberto a todos os Ministérios. Por exemplo, a Petrobras quando faz campanhas publicitárias de meio ambiente ou campanhas de patrocínio em meio ambiente, sugerimos que o Ministério do Meio Ambiente discuta os projetos para ver se há procedência, de acordo com as diretrizes do Ministério do Meio Ambiente.

É esse o processo que se faz de maneira rotineira na Secom no seu dia-a-dia.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sr. Presidente, minha última pergunta, voltando aos empréstimos das agências do Sr. Marcos Valério.

Justifica-se que a ilogicidade ou a irracionalidade da aceitação dos contratos de publicidade como caução teria uma fundamentação da busca de alguma vantagem... (Pausa.)

Concluo com essa última pergunta.

...a busca de alguma vantagem pelos Bancos Rural e BMG, ou essa vantagem seria em atitudes posteriores – fala-se, por exemplo, em interesse do Banco Rural na questão do Banco Mercantil, do qual detém 22% do capital, que está sob liquidação extrajudicial... E concluo dizendo o seguinte: então, uma das justificativas para esses empréstimos seria interesse

futuro do Banco, como, por exemplo, essa questão da liquidação do Banco Mercantil, do qual detém 22% do capital; e uma outra interpretação, que nós aqui da Comissão procuramos investigar, é a de que esses contratos serviriam de fachada para esquentar recursos que entrariam de modo ilícito no Banco. Então, o Banco já estaria recebendo aqueles recursos e, portanto, não teria preocupação em qualquer garantia verdadeiramente real para eventual inadimplência. Queria que o senhor comentasse essa segunda hipótese.

Essa é a minha última pergunta, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Deputado, veja, vi nos jornais afirmações sobre interesses que poderiam eventualmente mover empresários do Banco Rural em torno do Banco BMG etc. Não tenho condições de dar a minha opinião sobre esse assunto. Não tenho dados técnicos, sequer informações sobre esse assunto. Prefiro me silenciar sobre esse caso.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Satisfeito.

Obrigado, Sr. Presidente, Sr. Depoente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra o Senador Aelton Freitas. (Pausa.)

Com a palavra o Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sr. Presidente Delcídio Amaral, Colegas Parlamentares, Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras, Dr. Luiz Gushiken, quero fazer duas afirmações que considero importantes.

A primeira, o senhor disse ao Deputado Arnaldo Faria de Sá que a CPMI objetiva investigar essa questão do caixa 2, enfim, dos gastos na política não contabilizados, como dizia aqui o Delúbio. Só quero fazer uma correção: não é esse o nosso propósito. Essa foi a descoberta da CPMI, mas não foi para isso que a CPMI surgiu. A CPMI nasceu em função de denúncias de corrupção, e nesse aspecto sempre friso, reitero e deixo bem claro que ela não é contra o PT, nem contra os Correios, aliás os próprios funcionários dos Correios estão chateados, porque se fala muito dos Correios e daqui a pouco passa-se uma pecha. A CPMI é contra a corrupção, esteja onde estiver. No caso específico, bateu direto no Governo, no Partido do Governo e nos Partidos da Base do Governo, com repercussão na Base do Governo no Parlamento e com repercussão na estrutura de poder do Governo, que atingiu Ministros, Ministérios, estatais e empresas. Faço essa afirmação que considero importante para nos repormos.

Segundo aspecto: o senhor fez uma provocação ao Deputado Arnaldo Faria de Sá, questionando-o se S. Ex^a era banqueiro e dizendo que o senhor era bancário. Aceito a provocação, dizendo que também não sou banqueiro, mas sou bancário do Banco do Brasil

e, portanto, conheço bastante, não o suficiente quanto V. S^a conhece da Previ, dos fundos de pensão, mas tenho boas informações. Tenho alguns questionamentos a fazer. Quero começar pelo Governo.

A questão da publicidade é nova no esquema de desvio de recursos do Governo. Tenho repetido – dizem que uma mentira dita mil vezes vira verdade e, imaginando a própria verdade repetida, vou repeti-la porque é verdade – que o Governo achou um nicho para agir com subterfúgio. Superfaturar a compra de uma ambulância ou de um veículo ou a construção de um hospital é muito difícil porque existem preços comparativos, índices que podem ser verificados facilmente no mercado. Mas, quanto à publicidade, ela não tem parâmetro. Embora se diga que existe, ela é um bem intangível. Uma coisa é um publicitário como o Duda Mendonça assessorando uma campanha do PT e outra coisa é o “João das Neves” assessorando a campanha do mesmo PT. Quer dizer, não tem o mesmo *staff*, o mesmo impacto, a mesma importância, o mesmo conhecimento tampouco a mesma repercussão. Daí os preços são intangíveis. Como advogado criminalista que sou, darei o meu exemplo: se o cliente achar que vale eu cobrar cem mil para fazer um júri, ele me paga; no entanto, outro colega advogado pode fazer o mesmo júri por dez. Essa é a diferenciação.

Nesse aspecto, o senhor desempenha um papel importante. As informações que a CPMI tem é de que tudo – não é que passasse pelo senhor – tinha a última palavra em S. S^a. Assim era nos Correios, na Eletronorte, nas diversas estatais que nem quero citar para não ficar maculando, daqui a pouco, em função da citação das empresas. Mas eles são claros em dizer que, na publicidade, nos comitês de publicidade das estatais, sempre havia alguém indicado pela Secom. Esse alguém era indicado pelo senhor. Não só pela entidade Secom, mas vinculada à pessoa titular da Pasta, o Ministro Luiz Gushiken. E dizem que essas pessoas exerciam uma influência determinante na decisão de a quem conceder o contrato publicitário, qual a proposta vencedora na licitação, e que, ao final ainda, era conferido pela Secretaria, pelo Ministério, enfim, pela sua Pasta, para ver se aqueles dados fechavam e se quem tinha interesse em ganhar efetivamente ganhou.

O que o senhor tem a dizer a respeito dessa afirmação?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Senador Pompeo.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Deputado, por favor. Um dia, eu vou chegar lá.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Mas não é nenhum demérito ser Deputado.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Muito obrigado. Aliás, já houve, na Casa, um Senador Pompeu de muito conceito. Mas não tenho esse privilégio.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Deputado Pompeo, o processo licitatório de que a Secom participa e que regula em publicidade é muito antigo. Eu disse que, desde 1995, existe uma instrução normativa que define todos os quesitos técnicos, sistema de pontuação, formas de participação da Secom junto aos órgãos do Governo Federal. Ele é muito antigo, não é de hoje. O processo de escolha de uma agência de publicidade se dá como resultante desse estudo feito pela comissão dentro de critérios expostos no normativo legal. Não é uma coisa inventada, que as pessoas se juntam e que, de maneira superficial, decidem. Não! Isso exige uma séria especialização. O processo de licitação em publicidade está regulado em lei.

Devo adiantar a V. Ex^a que a indústria de publicidade, as entidades representativas têm elogiado a Secom pela maneira como ela conduz os processos. E terceiro: indicação de membros das áreas de publicidade das estatais. Uma grande polêmica sobre isso noticiada na imprensa: o decreto que existe hoje, e que é antigo, faculta a Secom anuência sobre a pessoa que vai ser escolhida no órgão estatal. Olha só: eles cobram ter anuência. Eu nunca exercitei essa medida. Eu poderia exercitar e, aí sim, dizer para V. Ex^a que eu indiquei, garantindo na lei, e nunca fiz isso. E consultando o próprio Secretário anterior, por que é que ele não indicava, ele dizia o seguinte: “Ministro Gushiken, no dia que começar a Secom a achar que pode mandar nas estatais, esteja certo de que terá parecer jurídico contra”. E é verdade. Considero que, ainda que seja...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Mas nos Correios o senhor tinha alguém indicado lá dentro no comitê que fazia avaliação?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não, Comitê de Licitação, veja, não vamos confundir. Eu falei em escolha de dirigentes responsáveis pela área de *marketing*. Que a lei faculta a Secom...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Não, não, mas eu estou falando é dos Comitês de Avaliação das Licitações.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Sim, isso, desde em 1995, a Secom pratica esse... é uma exigência da lei. Não é um ato voluntário do Ministro.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Mas era alguém da sua vinculação pessoal que o senhor indicava lá?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não, eu não conheço. Não. Conheço várias dessas pessoas que partici-

param em Comissão de Licitação, mas não conheço todas, não.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sim, mas a maioria é da sua indicação pessoal, que o senhor conhecia pessoalmente?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não, eu nunca escolhi ninguém para fazer parte de membro de licitação. Existe uma rotina na Secom, já faz mais de quase 15 anos que tem essa rotina. Isso não é da minha gestão.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Bom, mas a informação que temos, e é dita aqui por várias pessoas, não vou citar quem disse, até para não ficar nominando pessoas e não criar falsa interpretação, mas pessoas importantes disseram aqui, livre e democraticamente, de forma espontânea, que eram pessoas da sua relação, da sua confiança e que, inclusive, levavam informações depois para a Secom, dizendo: “Olha, está andando assim, está andando assado”.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Eventualmente há pessoas que eu conheço que participaram de Comissões de Licitação. Não estou negando esse fato.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Exemplo, vou dar um exemplo.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Mas não era... E se eu tivesse escolhido também, Deputado, eu não teria nenhum problema em falar isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Perfeito.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Mas o fato é que nunca me preocupei com esse fato, porque tem uma rotina na Secom.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Perfeito. Não, é que o senhor diz aí que a indústria da comunicação, da publicidade, tem elogiado o comportamento, o posicionamento da Secom em relação à publicidade.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Bom, não é o que vimos na CPMI. Primeiro, não temos visto elogios; segundo, porque o que se viu aqui na publicidade é meio “casa da mãe Joana”, porque, vira e mexe dá na DNA, vira e mexe dá na SMP&B, vira e mexe dá na Graffiti, vira e mexe bate no Marcos Valério. Se pegar o Banco Popular, está lá na DNA; se pegar o Banco do Brasil, dá na DNA ou na SMP&B; se pegar o Correio, ou é DNA ou é SMP&B; se pegar Eletronorte, é DNA e SMP&B; se pegar a Petrobras... e aí vai indo, dá tudo lá, no Marcos Valério. Então, não vejo que elogio que a indústria de publicidade pode dar a esse comportamento, quando estamos assistindo aí a um samba de uma nota só, ou um tango de uma nota só, enfim, se fosse no meu Rio Grande, eu diria, assim, um vanerão de uma gaita só. Não dá, não é?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Desculpe, Deputado, talvez eu não me tenha feito entender. Deixe-me apenas talvez explicar melhor. Quando eu disse que a indústria de publicidade, as obras representativas, elogiavam a Secom, elogiavam por conta da sistemática de licitação. Agora, aquilo que é feito no interior de cada órgão de uma estatal, isso não é atribuição dos funcionários da Secom.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Se o senhor fosse dar uma nota hoje para a publicidade das estatais brasileiras, em função de tudo o que o senhor viu, qual é a nota que o senhor dava?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Deputado, não tenho como, tecnicamente, oferecer essa informação.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Não, mas o senhor é um especialista, o senhor é um Ministro. Como é que o senhor não vai saber fazer uma avaliação? Qual é a avaliação que o senhor faz hoje diante do que vê e do que vimos e que está revelado no sistema de comunicações da publicidade das estatais? Não vou citar uma específica, não vou dizer “dos Correios”, na média das estatais, qual é a nota?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Se o senhor pergunta sobre conteúdo publicitário...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sobre tudo, sobre tudo.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não, não é sobre tudo. Não existe sobre tudo. Existe sobre partes claras e objetivas. Sobre conteúdo de publicidade institucional eu lhe garanto que os profissionais das agências de publicidade são pessoas muito competentes, inclusive DNA e SMP&B. Tem muitos funcionários competentes naquela empresa, que estão perdendo o emprego evidentemente por conta das dificuldades. Que não se confundam esses funcionários, profissionais, com o seu...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Eu não estou falando em funcionário, estou citando a propaganda. Vou dizer para o senhor, se eu fosse dar uma nota, não daria nem nota zero, porque a nota é negativa.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – O senhor já assistiu a alguma peça publicitária?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E não é a peça publicitária, é a forma. Não podemos julgar na aparência, temos que julgar na essência, porque não adianta ter a publicidade aparente e a substância estar podre. Essa é a questão que está posta, neste contexto que estou falando. Não é o que vinculou na televisão, falando que o carteiro foi mordido por um cachorro ou que o sedex voou de avião, que ele desce, cai de cima do avião e alguém que está caindo de

pára-quedas entrega o sedex. É uma cena bonita. Eu digo como foi feito para chegar lá.

O senhor tinha, na Secom – já foi falado aqui, mas só para citar o controle –, o Marcos Antonio Silva, que é diretor da Secom, que é casado com a Telma Reis, que não por acaso é o braço direito na publicidade da DNA, enfim do Marcos Valério. Aí entendemos porque a DNA, o Marcos Valério, a SMP&B tomaram conta do processo. É natural que tenha uma ligação, uma porta de entrada escancarada o tempo todo que facilitou e que agora começamos a compreender.

O caso Telemig. A Telemig, há poucos dias, estava sendo vendida por dois bilhões. O senhor tinha acompanhado a questão da Telemig, estava no mercado para ser vendida por dois bilhões, e agora falam em 500 milhões. O que aconteceu para que tenha depreciado tanto? O senhor não tem conhecimento disso?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Deputado, o senhor devia perguntar para a Telemig ou para alguém que está vinculado a este processo de negociação.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Não é tão simples assim. O senhor conhece como ninguém os fundos de pensão – e aí quero chegar nos fundos de pensão muito rapidamente. O senhor conhece como ninguém os fundos de pensão e sabe que eles estão nesse negócio. Aliás, o seu livro é muito bom, muito qualificado. E por conta do que o senhor sabe é que temos que lhe perguntar. Neste contexto, por exemplo, o senhor conhece Luiz Leonel?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Conheço. É meu cunhado.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Ele publica uma revista **Investidor Individual** e outra **Investidor Institucional**, não é?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – E mais outras duas revistas.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Essa revista foi inchada em termos de investimento por conta dos fundos de pensão na medida em que o senhor, enfim, o PT chegou no Governo. E essas revistas cresceram. E o senhor sabe que dobraram a sua capacidade. São afirmações que fazemos. Não estou dizendo que há uma ilicitude, mas impressiona. As revistas que não têm popularidade, poucas pessoas conhecem, o Brasil vai-nos assistir neste debate aqui e pergunto quem conhece a revista **Investidor Individual** e a **Investidor Institucional**, para os fundos investirem dois milhões de reais nelas. Alguém botou o dedinho mágico lá para beneficiar e para fazer com que os fundos aportassem recursos. Neste contexto dos fundos, há vários fundos – a Petros, a Postalís, a Previ – e há a informação de que o Sr. Aldacir Reis, que é o Secretário de Previdência do Ministério da

Previdência é o seu braço direito no Ministério da Previdência, ele é seus olhos, seu braço, sua cabeça, sua inteligência, e ele é tão inteligente quanto o senhor, pelo conhecimento que tem, e ouvi a sua palavra dizendo que ele conhece muito realmente essa questão dos fundos de pensão.

Aí vem uma afirmação que considero importante, porque o pessoal dos fundos...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Concluindo, Deputado.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Já vou concluir, Sr. Presidente.

... colegas do Banco do Brasil dizem que nos fundos de pensão o senhor tem tanta influência e tem tantos indicados – e posso citar os nomes se for o caso – do seu relacionamento que compõem a diretoria dos fundos. E depois de compor a diretoria dos fundos com pessoas da sua indicação, não estou dizendo todos, algumas, mas em postos importantes, esses fundos de pensão, por exemplo, o Banco do Brasil comprou muitas empresas, e nessas empresas, digamos assim, há conselheiros que são indicados pelos fundos. Essas indicações, antes técnicas, viraram indicações meramente políticas, ou seja, substituíram-se ex-administradores do Banco do Brasil, ex-administradores de empresas ligadas ao setor que conhecem por sindicalistas que não conhecem o setor, mas que vão para lá. Vou dar um exemplo. Ivan Guimarães, que era Presidente do Banco Popular até poucos dias...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Pompeo, conclua a sua participação.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Permita-me, Sr. Presidente, apenas mais um minuto.

Ivan Guimarães está lá indicado na Kepler Weber por um desses fundos, está lá indicado pela Belgo Mineira por outro fundo, está lá na Bombril, onde, enfim, os fundos têm interesse. Só ele ganha R\$36 mil por mês, a ponto de dizerem que vão formar a república do Gushiken em torno dos fundos de pensão.

O que o senhor tem a dizer a respeito desse posicionamento?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Calúnias, difamações, recheadas de fantasias. No que tange à alegação, à insinuação que o senhor fez sobre a revista **Investidor Institucional**, **Investidor Individual**, quero lembrar a V. Ex^a que essa revista existe há mais de dez anos. É uma revista segmentada no mercado brasileiro, feita por pessoas honestas, como o meu cunhado. Nunca tive contato nenhum com ele e poderia, perfeitamente, se fosse entendido por V. Ex^a que há influência do Ministro, utilizar recursos da Secom que estão sob minha alçada. Nunca foi aplicado nenhum recurso da Secom para publicidade nessa revista. Adquiriu como

adquiriu em anos anteriores, e eu trouxe exemplares ao Presidente desta CPMI para mostrar que as últimas edições dessa revista revelam que ele tem a sua maior fonte de publicidade no próprio mercado privado.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Absolutamente. Quero terminar, Sr. Presidente. Eu não disse que o senhor e que a Secom colocaram dinheiro lá, mas que os fundos de pensão em que o senhor influencia bastante colocaram, e foram muitos milhões. Disso nós temos provas. Então, a revista cresceu, inchou, engordou. Eles enriqueceram.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Pompeo, conclua.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Sr. Presidente, é uma revista pequena, que recebeu publicidade de acordo com o tamanho dela e com o valor que ela tem no (*Inaudível.*) chave.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Não, muito mais dinheiro que muitas revistas. Só dos fundos de pensões foram R\$2 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Pompeo...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sr. Presidente, farei a última pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Pompeo, conclua, porque já se passaram vinte minutos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Farei a última pergunta.

A empresa Globalprev que sucedeu a Gushiken Associados era uma empresa sua. Essa empresa é especialista em trabalhar só com fundo de pensão. Qual é a sua ligação com essa empresa? O senhor ainda mantém essa ligação?

Eu teria muitas perguntas a fazer, mas, como o tempo é curto, encerro por conta disso. É verdade que o senhor é um conhecedor – reconheço isso – e que o senhor tem muitos méritos, muitos valores. Não estou aqui para, absolutamente, denegrir a imagem de Luiz Gushiken, do bancário, do colega, não. Porém, há muitos assuntos que não estão bem claros e bem explicados. Por isso faço apenas essa última pergunta ao senhor.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Eu tive uma empresa em 1998 sobre previdência que tinha o foco em cálculo atuarial e capacitação de dirigentes em fundos de pensão. Assim, que vim para o Governo, essa empresa foi vendida e hoje tem a denominação de Globalprev. Está instalada no local onde era instalada a Gushiken Associados e onde foi, no passado, minha residência. Nada de anormal existe nesse processo.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Funciona no mesmo lugar, coincidentemente.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Como?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Funciona no mesmo lugar?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Eu morava nessa casa, fiquei morando... Criei meus filhos nessa casa e mudei em 1998. Em 1999, criei a minha empresa, pequenininha, microempresa, no fundo da minha chácara. Em 1999, decidi ir para essa casa. Reformei a casa, lugar onde criei meus filhos por seis anos. Nessa casa, instalei a Gushiken Associados, uma empresa média, pequena, de consultoria, e depois a vendi. Os proprietários continuaram nesse local. Não há nada de estranho, não há nada de ilícito, não há nada de irracional. É algo tão óbvio, tão simples, que não sei por que V. Ex^a faz afirmações de uma suspeição sobre esse fato.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Não faço suspeição. Só perguntei, porque fiquei um pouco curioso, mas não faço suspeição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Para adiantar os nossos trabalhos, eu gostaria de fazer mais uma interrupção apenas para citar outros inscritos: Deputado Medeiros, Senador Romeu Tuma, e os suplentes Senador Arthur Virgílio, Deputado Carlos Sampaio, Deputado João Fontes, Deputado Silvio Torres.

Nós, depois da interrupção, começaremos com o Deputado Jamil Murad. Teríamos depois o Deputado Alberto Fraga e os não-membros. Depois do Deputado Jamil, o Deputado Fraga, o Deputado Mendes Thame, como não membro, o Senador Eduardo Suplicy, como não membro, inscrito em quarto lugar, o Deputado Fernando Coruja não está presente, o Deputado Inaldo Leitão também não está presente, o Deputado Babá também não está presente. Encerramos com o Deputado José Carlos Araújo, pela Bahia.

Portanto, há somente mais cinco inscritos somente: Deputados Jamil Murad, Alberto Fraga, Mendes Thame, Senador Eduardo Suplicy e Deputado José Carlos Araújo. Depois teremos os reinscritos Eduardo Paes, Onyx Lorenzoni, Heráclito Fortes e Ideli Salvatti.

Quero registrar que tanto os reinscritos como os não-membros têm cinco minutos. Então, vou suspender a reunião por dez minutos.

(Suspende-se a reunião.)

(Reabre-se a reunião.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Está reaberta a reunião. Apesar de muitos Parlamentares estarem acompanhando outras atividades do Congresso Nacional, passo a palavra ao Depu-

tado Jamil Murad e em seguida, consecutivamente, aos Deputados Alberto Fraga, Mendes Thame, ao Senador Eduardo Suplicy e ao Deputado José Carlos Araújo, pela Bahia.

Com a palavra o Deputado Jamil Murad.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Ministro Luiz Gushiken, cumprimento V. Ex^a e vou situar...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Peço à área técnica que ajuste o cronômetro, por favor.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Até para entender a minha ponderação, sua presença tem um significado histórico, porque aqui existe uma batalha política de profundidade. Forças conservadoras do País procuram voltar ao poder legitimamente – têm o direito democrático de buscar a volta ao poder –, e, nesse processo, enfrentam as forças que foram vitoriosas em 2002 com certa desorganização, por meio de acontecimentos inesperados, com questões que V. Ex^a colocou em relação ao seu Partido, inclusive, que jogam o papel principal dessas forças em torno do Governo. Então, nesse processo encontra pouca resistência. E temos visto aqui declarações muitas vezes infundadas, agressões inadmissíveis, sem determinadas provas, fazendo conexão com fatos. Porque um determinado jornal fez uma menção, aquilo já serve de um recurso que procura sempre desmoralizar o Governo no caminho da luta pelo poder.

Eu vi em V. Ex^a, Ministro Gushiken, uma postura do combatente que conheci. Nós fomos sindicalistas – eu era do sindicato dos médicos e V. Ex^a era do sindicato dos bancários – e enfrentávamos grandes lutas. A ditadura procurava se perpetuar e nós, com as nossas modestas contribuições, porque era uma obra de milhões de brasileiros, fomos contribuindo para a redemocratização do País. Está aqui o Senador Suplicy que também participou dessa batalha. E nesse processo a gente precisava ter lucidez, coragem, compromisso profundo com o País, compromisso profundo com a sociedade brasileira.

Vi V. Ex^a aqui resgatando aquela batalha porque temos que ter coragem para enfrentar os problemas. Temos que também dar o melhor de nós para defender o povo brasileiro. Aqui não é o problema do meu Partido, que é o PCdoB, ou do Partido de V. Ex^a, que é o PT. Aqui o que está em jogo é o interesse do povo brasileiro, que não tolera mais este país de desigualdade, de espoliação, de submissão, e o Governo Lula procura dar os primeiros passos, procura se reorganizar, procura acumular forças para um novo rumo de desenvolvimento muito maior do que esse que temos visto aqui, embora ele já seja maior do que o do Go-

verno anterior, para atender a necessidade e o anseio do nosso povo.

Então, o interesse dessa batalha que estamos travando não é interesse nosso, do nosso Partido, do seu Partido, da minha pessoa, da sua pessoa ou de qualquer outra pessoa. São rumos. O Brasil vai voltar a ficar embaixo da asa dos Estados Unidos, a fazer a política externa norte-americana ou vai fazer uma política de afirmação da soberania do Brasil, de busca, de defesa dos nossos interesses? Essa é a batalha, e precisamos ter homens públicos, seja no Governo, seja no Parlamento, seja nas entidades, seja na sociedade, intelectuais, trabalhadores, jovens, aposentados, precisamos reagrupar tudo isso, tentar esclarecer o que está em jogo. O retorno das forças conservadoras vai ser um desastre para o Brasil.

O povo... Por mais que batam, cem dias batendo no Governo, o Governo mantém ainda a sua popularidade porque o Governo sente que o caminho é esse, embora esteja decepcionado com determinados atores, determinados protagonistas. Mas, ao mesmo tempo, não podemos ficar na decepção, não podemos ficar nas lágrimas. Acho que a trincheira da resistência, a trincheira da luta para trilharmos esse caminho em nome dos interesses do povo brasileiro, em defesa do Brasil como uma Nação soberana.

Então eu vi V. Ex^a, com coragem, com inteligência, com competência, defender pontos de vista, defender opiniões, e não só isso, esclarecer fatos, descartar calúnias, cobrar, com altivez e com cabeça erguida, às vezes, irresponsabilidade de nossos pares aqui no Congresso que acham que podem ficar impunes.

Se ele fica impune pela lei, porque ele pode dizer o que quiser, ele não ficará impune diante da opinião pública, que saberá separar o joio do trigo. A opinião pública saberá separar aquilo que tem valor e que está defendendo o real interesse do Brasil do que é uma cascata apenas.

Muito bem. V. Ex^a enfrentou uma luta gigantesca contra o Sr. Daniel Dantas, porque V. Ex^a defendeu os interesses dos fundos de pensão. O que é isso? São os interesses de milhões de trabalhadores que aplicam a sua pequena economia para poder ter direito a uma aposentadoria. Então, é uma posição que merece ser enaltecida.

Quem é o Daniel Dantas? É um grande beneficiário das privatizações das teles. Dizem que tirou o dinheiro na véspera do Plano Collor, mostrando que é um homem de bastidor, sempre vendo os seus interesses. Enquanto todo mundo tinha o seu dinheiro preso, o Sr. Daniel Dantas tinha o seu dinheiro ressalvado por informações privilegiadas. Existe o Opportunity Fund, que é uma bomba de alto poder destrutivo. Ele

obrigava as empresas fornecedoras de materiais para a Brasil Telecom a fazerem depósitos no Opportunity. E acabou fazendo muita gente prisioneira desse Opportunity Fund. Ele colocou a Kroll para investigar, de maneira criminosa, V. Ex^a e outras pessoas.

Na CPMI do Banestado, a Polícia Federal prendeu o disco rígido do Opportunity. Ele entrou na Justiça e não deixou abrir os dados. Estou fazendo um requerimento para trazer as informações do disco rígido para esta Comissão, Sr. Presidente, Senador Delcídio. Eu também queria solicitar que a CPMI do Banestado dispusesse dos nomes dos participantes do Opportunity Fund, que é uma informação importante.

Nós também sabemos que o próprio Citi, que foi sócio do Daniel Dantas, entrou com um pedido de indenização de US\$300 milhões pelas irregularidades que ele cometeu. Portanto, é uma figura sinistra.

V. Ex^a, por ter sido um bancário, um líder bancário, depois eleito Deputado Federal e se tornado Ministro pelo Governo Lula, é um homem de poucos poderes. Então, diante de uma figura sinistra, poderosa economicamente, poderosa nos métodos de ação, nos métodos de chantagem, V. Ex^a teve muita coragem, tem tido muita coragem ao enfrentar esse Daniel Dantas, do Grupo Opportunity, na salvaguarda dos interesses dos aplicadores dos fundos de pensão. São trabalhadores que desejam, ao fazer a sua economia, ter uma aposentadoria melhor.

Então, Ministro Gushiken, eu queria cumprimentá-lo pela coragem, pela lucidez, pela competência, com que esclarece esses fatos. Na revista **IstoÉ Dinheiro** desta semana, o maior empresário da produção brasileira, que é o Antônio Ermírio de Moraes, fala que no Governo Lula não existe muita gente de qualidade. Ele cita alguns. Se ele refletisse mais, poderia também ter citado V. Ex^a.

Então, era isso. Não faço nenhuma pergunta neste instante porque o Sr. Daniel Dantas virá na semana que vem e teremos a oportunidade de debater com ele também essas questões.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Muito obrigado, Deputado Jamil Murad.

Com a palavra o Deputado Alberto Fraga.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, senhor depoente, Ministro Gushiken, Senadores e Deputados, Ministro Gushiken, embora o senhor apresente uma aparência tranqüila, pacata, acho que o senhor reage bem quando algo o incomoda. Já demonstrou isso aqui em algumas perguntas que talvez pudessem lhe tirar o contumaz equilíbrio. O senhor reagiu. Quero dizer, como já disse várias vezes na tribuna, que

considero o senhor um dos responsáveis por esta crise que aí está instalada. Na verdade, eu o reputo como o grande mentor intelectual de pelo menos 50% do que aí está. O senhor disse, e alguém ainda tentou defendê-lo, que o senhor não é um homem poderoso. É, é e muito. A prova disso é que o senhor, diante de tudo que saiu na imprensa – e aí quero dizer que o senhor, pelo menos nesse sentido, mostra coerência –, pediu para sair. Pediu que lhe tirassem o cargo de Ministro. Mas o senhor é um homem tão poderoso e imprescindível ao Governo Lula que ele não aceitou e o manteve, como acabou de dizer o Roberto Jefferson, sob a guarda da Ministra Dilma Rousseff.

O senhor veja que insisto que o senhor é poderoso porque o senhor pediu para sair e o Presidente Lula não aceitou, porque o senhor é uma pessoa indispensável ao projeto de governo que o PT idealizou.

Faço um paralelo e vejo, embora sejam coisas diferentes – não quero ser confundido – que a situação do Delúbio parece-me praticamente idêntica. Delúbio, responsável, teoricamente, por tudo que aí está, até agora não foi expulso do PT. Continua lá, com liminares... E me preocupa bastante a imagem daqueles que ainda mantêm um pouco de coerência no PT.

Na verdade, as perguntas que faço ao senhor... Não serei louco de entrar em perguntas técnicas, porque o senhor é um homem muito competente na área, já mostrou isso, seu envolvimento com os fundos de pensão o habilitam até mesmo a escrever um livro que aqueles que têm interesse pelo assunto já leram e dizem que é de excelente qualidade. Se já lhe fizeram a pergunta, basta o senhor me dizer que já respondeu que não vou insistir.

Detesto aquelas perguntas feitas pautadas nos jornais. Talvez por força de hábito – fui policial por 25 anos –, acho que as perguntas têm que surgir naturalmente. Recordo-me que, assistindo a uma entrevista do senhor no programa Em Questão, que foi editada pela Secom, o senhor afirmou: “Os atuais sócios da Globalprev, empresa sucessora da minha, nunca foram meus sócios.” O senhor diz isso.

A minha primeira pergunta ao senhor é o que o senhor é da Globalprev e se o senhor mantém essa afirmação de que essas pessoas, os seus sócios, nunca trabalharam com o senhor. Seus sócios, não – perdão –, os atuais sócios da Globalprev. E, aproveitando, pergunto se o senhor ainda tem algum tipo de vínculo com essa empresa Globalprev.

Por favor, Sr. Gushiken.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Essas pessoas que são hoje as proprietárias da Globalprev trabalharam comigo, eram técnicos da empresa. Empresa de consultoria depende muito da capacidade pessoal. Eles são homens extremamente competentes. Digo mais ainda: em matéria de previdência são mais competentes do que eu, inclusive. Na sucessão, eles ficaram donos da empresa. Eu não tenho vínculo com essa empresa. São essas respostas que daria as suas perguntas.

Com relação as suas observações sobre a idéia de que tenho influência como homem supostamente poderoso, Deputado, quero dizer que existem muitos mitos e muitas fantasias nos noticiários da imprensa. É bem verdade que, se entendido for que a Secom é um órgão importante, naturalmente, as pessoas podem achar que o Ministro dessa pasta é importante. Penso que a minha relação com o Presidente Lula é uma relação de confiança pessoal, mas é, também, uma relação de competência técnica. E o fato de o Presidente ter insistido para que eu ficasse no Governo, quero dizer a V. Ex^a, não é por um suposto poder, mas por uma relação de servitude que o Presidente sempre encontrou em mim. Não tenho outro propósito neste Governo a não ser de servir ao meu País. Tenho dito e reiterado que, para mim, aceitar esse convite foi estar investido da maior honra que pode almejar qualquer brasileiro deste País. Tenho muito orgulho de fazer parte de um Governo voltado para a população mais pobre do País. Tenho dito que essa é a marca distintiva do Governo Lula e que no tempo histórico certo haverá o devido reconhecimento.

Posso dar indicadores para V. Ex^a do enorme avanço que este Governo conseguiu nessa área. Só para contar sobre o bolsa-família, na escala que conseguimos sugerir recursos, condicionados a ir à escola, não há precedentes na história deste País.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Sr. Gushiken...

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Conseguimos, através do artifício de sugerir às empresas públicas que abrissem as portas para as...

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Sr. Gushiken...

O SR. LUIZ GUSHIKEN – ...pessoas mais pobres, conseguimos que cinco milhões de pessoas que não tinham acesso mínimo a uma estrutura civilizatória, que é o sistema financeiro, hoje tenham conta bancária. Parece pouca coisa, mas não é.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Sr. Gushiken, desculpe-me interrompê-lo, mas é porque, veja V. Ex^a, já se passaram sete minutos e só temos sete minutos, e nosso tempo é precioso. Para trazer V. Ex^a aqui foi uma dificuldade.

Deixe-me adiantar alguns assuntos que sei que talvez seja até bom para o senhor poder responder.

Primeiro, quero saber os princípios que norteiam a distribuição de verbas. Foi falado de algumas revistas, de algum investimento que foi feito. O senhor bem sabe que fui o autor daquela ação no TCU que suspendeu os efeitos do famoso contrato, daquele PUT. Eu fiquei, confesso ao senhor, surpreso, porque, se há uma coisa de que me orgulho muito aqui nesta Casa, Sr. Gushiken, é que posso até ser um Deputado de poucos votos, mas meus votos são ali, me garantem a eleição aqui, e eu não tenho dono. Parece-me que jornalistas, a serviço do senhor ou do Palácio do Planalto, fizeram matérias, inclusive colocando-me como sendo da bancada do Sr. Daniel Dantas – eu não o conheço e terei o prazer de conhecê-lo aqui na semana que vem, e vou-me apresentar como seu novo liderado –, porque assim os senhores me colocaram. Eu não tenho dono; ninguém manda em mim! Quando eu fiz aquela ação, em que o TCU, por unanimidade, acatou a liminar, fui procurado e – também baseado na entrevista dada pelo Sr. Henrique Pizzolato, que me causou surpresa a entrevista dele –, aliado a isso recebi um comunicado e fui procurado por alguns diretores da Brasil Telecom em que me explicavam, de maneira muito teórica e *en passant*, que a essência do contrato PUT, aquele contrato que foi feito à revelia do Conselho Deliberativo, que a ação em que os fundos de pensão compravam o controle acionário da Brasil Telecom, essas ações custavam no mercado R\$24,00, e que os fundos de pensão estariam pagando R\$90,00 por ação. Por isso que o Ministro do Tribunal de Contas da União – TCU –, entendeu e concedeu a liminar por unanimidade. Está sendo julgado agora o mérito. A essência é que alegaram **periculum in mora**, ou seja, teria de se conceder a liminar, porque estava acontecendo um desvio de dinheiro público. Não tenho argumentos. Mas, surpreende-me quando fui procurado imediatamente por jornalistas, aliás, péssimos jornalistas da **Carta Capital**, e alguns outros péssimos jornalistas, com todo respeito aos grandes jornalistas que este País possui, investigativos, mas aqueles que mandaram falar comigo, no mínimo, são “focas”, ou, então, figurinhas já carimbadas nesta Casa, que agem a serviço do Palácio do Planalto. A verba me surpreendeu – também fui atrás -, a verba da **Carta Capital**, não sei se é coincidência, mas ela é dez vezes superior à dos Governos anteriores. Para mexer um pouco mais com senhor, recordo-me que, em março de 2002, fiz uma denúncia grave, e me levaram a fazer a denúncia, substanciada em provas, relatórios, que tentaram, aqui no Senado, desqualificar os espíões, os agentes, e acabaram dando “com os burros n’água”, porque os agentes confirmaram

tudo que me disseram. Ali, eu vi o seu poder de fogo, quando todos os jornalistas quiseram noticiar, mas, no dia seguinte, não saiu uma linha sequer nos jornais. A denúncia que eu fiz foi que o PT tinha recebido US\$5 milhões das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – Farcs. Disseram-me, no dia seguinte, que foi exatamente o senhor quem abafou tudo. Pois bem: o assunto está aí de volta, voltando a ser comentado. A origem do dinheiro ninguém sabe. Tenta-se mostrar uma estrutura de Governo; estamos, agora, às voltas para saber a origem desse dinheiro. Hoje, eu estava lendo, na **Folha de S. Paulo**, um artigo do Diogo Mainardi, que passou a ser – parece-me – o inimigo número um do PT. O Diogo Mainardi sempre foi um homem muito inteligente, agora, de repente, virou uma pessoa que não sabe o que escreve.

Vou finalizar. O senhor falou em interesses econômicos. O senhor, em virtude da sua qualificação, defendia o interesse público. Confesso ao senhor que não vejo defesa do interesse público quando se compra uma ação que, em um mercado vale R\$24,00 e se paga R\$90,00 em 2007! E, se essas ações subirem para R\$400,00, um exemplo, então, o Citibank, o Citigroup não tem a obrigação de vendê-las; mas se elas baixarem para R\$10,00, eles podem vendê-las. Quer dizer, estou pensando nas velhinhas, nas pensionistas, mas não sei se isso é interesse público.

Por fim, vou falar em relação à licitação na Petrobras. O senhor, na época, parece-me que influenciou e foram aumentados os critérios de exigência financeira e, evidentemente, diminuiu o número de participantes. Na verdade, foram três vencedoras. Aí, vieram a Duda Mendonça e a empresa que, coincidentemente, parece-me que pertence ao senhor.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – É de Campinas.

Vou concluir neste um minuto, Sr. Presidente.

Já nos Correios, o senhor reduziu os critérios de exigência e permitiu que participassem menos empresas. Aí, participaram a Link e a SMP&B. Elas ganharam. Outra coincidência. A SMP&B tem vinculação, as suas contas, com o João Paulo, e a Link, com a campanha de Nelson Pellegrino, na Bahia.

No passado, o PT questionava todos os resultados de licitação. O senhor já mostrou aqui uma posição técnica – muito técnica, por sinal –, e eu quero saber quem mudou: foi o PT ou foi o senhor?

Encerro.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Deputado, vou reiterar aquilo que disse a respeito de licitação. A exigência da participação da Secom em licitações vem desde 1993. O normativo que instrui os membros de uma comissão

de licitação vem desde 1995. É uma prática de rotina. Ninguém mudou, nem eu nem o PT, no contexto que o senhor está levantando. As licitações são um processo legal, amparadas em lei, e a participação da Secom é uma exigência da lei. No caso dos Correios, o número de concorrentes foi expressivo. Reitero que as entidades que agregam agências de publicidade elogiam o sistema que a Secom implementou. No Município de São Paulo, recentemente, vi, numa matéria de um jornal, que o próprio Secretário de Comunicação do Município de São Paulo adotou o edital de licitação, modelado pela Secom, como o modelo mais eficaz, o modelo mais aprimorado. De maneira que, as ilações que faz V. Ex^a – se, por necessidade e luta política, até compreendo – não têm nenhuma sustentação técnica; nenhuma. Mas compreendo a posição de V. Ex^a, que confunde fundos de pensão com coisa pública. Insisto em dizer que fundos de pensão são entidades de direito privado.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Há uma controvérsia nisso!

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não há controvérsia. Nunca houve...

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – As instituições que sustentam os fundos de pensão são dinheiro público, como o Banco do Brasil. Quando o investimento dá certo, é privado; quando dá errado, quem paga é o Banco do Brasil. Assim é com a Caixa Econômica. Há controvérsias.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Alberto Fraga, vamos concluir, porque têm outros oradores inscritos.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – É verdade. Fundos de pensão, em que a patrocinadora é uma empresa estatal, parte dos recursos, por obrigação legal, é da empresa patrocinadora. E, apenas para título de conhecimento – porque eu já percebi que o senhor conhece muito fundo de pensão, abriu até um processo na defesa dos interesses dos funcionários do fundo de pensão, só se equivocou de lado –, V. Ex^a tem de saber que, no passado, as estatais pagavam a aposentadoria integralmente. Com a instalação de fundos de pensão, obrigou-se que parcela dessas contribuições fosse vertida pelos salários dos participantes. A partir de então, essas entidades foram consideradas entidades de direito privado e são regidas por legislação própria, e são constituídas por organismos variados. No processo que V. Ex^a impetrou junto ao Tribunal de Contas da União, ainda que V. Ex^a diga que não está a mando de ninguém, a única curiosidade que chamou atenção dos noticiários de imprensa é que V. Ex^a os acusa de serem manipulados por mim.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Pagos.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Eu repudio essa informação que V. Ex^a tenta levantar, que é uma ofensa à categoria jornalística...

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Aos bons, aos maus, não.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Quero dizer a V. Ex^a que, no processo que V. Ex^a escreveu...

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Não fui eu, não; foi o advogado.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Mas o advogado da empresa Opportunity...

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – O senhor acha que fui quem clonei?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Eu acho que o senhor...

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – O senhor viu o que o jornalista escreveu, Sr. Gushiken? Eu sou um homem sério.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Deputado,...

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – O senhor viu o que ele escreveu?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Alberto Fraga.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Sr. Presidente, isso é importante. Eu dei entrada com uma ação no Tribunal de Contas da União – TCU...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – V. Ex^a precisa concluir.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – ...no dia 25 de julho. O senhor concorda comigo? No dia 15 de agosto, o Sr. Mota Veiga deu entrada lá na Casa Civil. Como este péssimo jornalista escreveu que fui eu quem clonei o documento do Sr. Luiz Otávio Mota Veiga? Como? Depois, ele mandou uma carta – e eu não vi esta carta publicada em lugar algum – dizendo que ele conversou com o meu advogado!

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Eu posso depreender que o Sr. Luiz Otávio Mota da Veiga, que é o advogado do Opportunity, viu, na peça que o senhor redigiu,...

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Não, eu não a redigi; foi o meu advogado. Eu não tenho competência para isso, não.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – ...uma clareza de exposição e de defesa tão forte do Opportunity, que ele decidiu, de repente,...

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Vincular-me ao Opportunity.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – ...copiar, do seu advogado, que entende muito bem de fundo de pensão, e o Sr. Mota da Veiga, com o Advogado do Opportunity, abriu mão do seu conhecimento de anos e anos defendendo o Opportunity. Quer dizer, a cópia foi do

advogado do Opportunity na peça que os senhores escreveram e não vice-versa. Eu posso até aceitar...

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Sim. Mas a notícia foi: “Deputado do PFL clona...”

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Mas, na verdade, foi copiado. Quem copiou foi o Mota Veiga

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Foi isso o que ele disse e não o inverso.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Provavelmente, ele deve contratar o seu advogado, porque ele, realmente, soube...

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Ele é muito bom realmente. Tanto é que nós vamos ganhar a ação e o contrato não vai prevalecer.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Alberto Fraga, conclua.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Eu já concluí, Sr. Presidente, só estou me defendendo. Enquanto o Sr. Luiz Gushiken me atacar, eu vou me defender!

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Vamos passar a palavra aos não-membros. Com a chegada do Senador Aloizio Mercadante, que estava inscrito, vamos alterar a sequência. Falará o Senador Aloizio Mercadante, seguido pelo Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, pelo Senador Eduardo Suplicy e por último o Deputado José Carlos Araújo. Com isso, encerraremos as inscrições dos não-membros. Cada Parlamentar terá cinco minutos cada um; depois, passaremos às reinscrições.

Tem a palavra o Senador Aloizio Mercadante, por cinco minutos.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Sr. Presidente; Sr. Ministro, companheiro Gushiken, eu gostaria de ter participado de todo o processo, mas tínhamos outras CPIs, outras Comissões, a pauta do dia, a Ordem do Dia, votações, e uma série de responsabilidades, mas acompanhei, ao longo do dia, todo o depoimento. Quero, primeiro, destacar dois elementos que são fundamentais no seu depoimento e que são parte de sua história de vida. O primeiro, é a defesa dos fundos de pensão. Há recorrentemente no País uma tentativa de criminalizar os fundos de pensão como sendo um instrumento indevido na vida econômica, na dinâmica do mercado ou na função do Estado. Apreendi, e sobretudo com você, – permita-me chamá-lo de você, pela amizade e pela convivência há mais de 15 anos – da importância que este instrumento tem para proteger esses trabalhadores. Há uma parte da elite que nunca aceitou que os trabalhadores possam se organizar, possam constituir uma poupança para proteger a sua família na aposentadoria, e que essa poupança, que é uns dos principais instrumentos de poupança interna do País, se transforme em investi-

mentos estruturantes do desenvolvimento, porque não há um investimento em logística deste País, hoje, que não passe pelo investimento, sobretudo, pela poupança dos trabalhadores. Você, Gushiken, como veio do Banco do Brasil, e a experiência da Previ é uma experiência quase secular de fundo de pensão, sempre lutou para que essa experiência fosse difundida para outras categorias, para que mais trabalhadores pudessem se proteger e o País não precisasse tanto de capital externo, mas dessa forma de proteção social e de gestão. Isso não quer dizer que não haja problemas na gestão dos fundos de pensão. Eu mesmo fui protagonista de ações contra fundos de pensões, ou gestores de fundos de pensão, ou pela relação incestuosa entre o sistema financeiro e os fundos de pensão no passado. Sou vigilante desse assunto. Portanto, se esta CPMI identificar qualquer irregularidade em qualquer um desses fundos por dirigentes, ainda que nomeados por este Governo, ou mesmo eleito pelos trabalhadores, porque hoje há uma paridade de eleição de trabalhadores e indicação, serão identificados e punidos. Mas isso não pode ser confundido com o papel exemplar que a sua vida profissional e pública de dedicação à constituição desse organismo, porque os trabalhadores, ao se organizarem e terem essa poupança, deixam de ser só assalariados e passam a ser produtores da riqueza, detentores da riqueza e têm proteção social. O segundo elemento que eu queria destacar do seu depoimento, que me parece muito relevante, é que nós esgotamos um padrão de financiamento de campanha pública eleitoral no País. É inaceitável o padrão que está aí. Não é possível conviver mais com isso. Espero que a Câmara vote nesses quinze dias, até o dia 03 de outubro, a reforma político-partidária. Essa é a origem de boa parte da crise que estamos vivendo. Há uma certa hipocrisia recorrente, como se esse problema fosse uma coisa específica de um partido. Mas o tempo passa, o macarthismo deixa de ter o lugar que tem hoje na sociedade e esse debate vai se recolocar. A vida dá muitas voltas. Mas há uma questão que não pode ser transposta: tem que mudar o padrão de financiamento, as agências de publicidade não podem ter mais o peso que têm nas campanhas eleitorais. Temos que baratear a campanha: acabar com os brindes, com os showmícios, com a forma das campanhas. Isso vai mudar o lugar das agências na política. Há um problema também, pois, a forma como os contratos são feitos com as agências são grande instrumento de financiamento político, porque há um prêmio pelas contas no mercado, que se introduziu também no setor público, em todos os níveis, e isso é um desvio que esta CPMI pode e deve propor tanto os mecanismos de controle social dos fundos de pen-

são quanto mudanças de regra para o tratamento das agências. E algumas agências, realmente, não são agências. DNA e SMP&B – para mim – não são agências de publicidade. E, lamentavelmente, tiveram uma relação inaceitável com o nosso Partido.

Quero terminar dizendo que você foi imprescindível para este Governo – e não me venham apegar o debate político nesta sala. Conheço você como um dirigente sindical, que lutou contra a ditadura e que levantou esse movimento. Conheço você como um Deputado destacado neste Parlamento, reconhecido por todas as forças políticas. Você dirigiu o nosso Partido. E, como muita gente não sabe sequer da sua vida – nesses tempos essas coisas também não têm importância –, lembro-me, pela nossa convivência, de que você saiu de um câncer, resolveu deixar a vida pública e voltar para a casa. Disse-lhe: “Não faça isso!” Mas você voltou para casa, porque é muito teimoso. Ao sair da vida pública, teve um infarto. Depois do infarto, teve uma metástase. Teve que tirar parte do estômago. Saiu do hospital para ir fazer campanha para Lula nas condições de quem tinha tirado um pedaço do estômago e de quem tinha tido, pela segunda vez, um câncer, e saído de um enfarte e no meio daquele embate político. Quantos homens, na vida deste País, dedicam-se a um projeto como esse? Quantos? Quantos não se rendem a dificuldades pessoais dessa natureza como você que, após sair de um hospital, de ter tido um enfarto, um câncer, depois de ter parte do estômago retirado, você foi fazer a campanha para o Lula! Foi lá, e se empenhou, e deu uma energia que você não tinha. Está aí, de novo, enfrentando com coragem e com determinação. Você pode ter cometido erros; crimes você não cometeu; erros você pode ter cometido na vida pública, inclusive na gestão do Ministério, ou de subordinados seus. Mas uma coisa eu quero dizer aqui: são pessoas como você que me faz acreditar nesse projeto. Portanto, foi muito bom ver a sua firmeza aqui, e como enfrentou, e o debate que você promoveu. É por isso que você é imprescindível a um projeto como esse.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS)
– Concedo a palavra ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame.

V. Ex^a dispõe de cinco minutos.

Cronômetro.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – Ministro Gushiken, hoje, tivemos mais uma surpresa. Estávamos acostumados a ouvir, aqui, depoentes que nada disseram. Ao contrário, V. Ex^a respondeu a todas as perguntas; respondeu até a mais do que lhe perguntaram, de forma precisa e técnica. Governo que não tem embasamento técnico está fa-

dado a “cair do cavalo”. Por isso, louvo suas respostas técnicas.

Aproveitando o seu conhecimento acerca dos fundos de pensão, quero me aprofundar na análise dessa questão, depois de tudo o que ouvimos – deixarei de lado a questão da comunicação.

V. Ex^a afirmou, logo no início, em uma das primeiras perguntas, que o Sr. Sérgio Rosa havia lhe perguntado se havia óbice do Governo, alguma determinação contrária do Governo a respeito da decisão que eles tinham tomado de sair do bloco controlador da Telemar. Foi exatamente isso o que V. Ex^a afirmou?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Sim. Afirmei que eu conversei com Sérgio Rosa, mas não com esse nível de detalhes. O que o Sérgio Rosa veio perguntar a mim é se existia alguma orientação de Governo no tratamento que eles estavam dando nesse caso, que é esse conflito societário. Disse-lhe que eu desconhecia opinião de Governo. Se fosse relativo à coordenação política, eu sustentava que essa orientação não tinha, e que se fosse do ponto de vista pessoal – minha pessoa –, que eu sempre levantei uma posição conhecida dele e que ele deveria continuar na opinião. Foi isso o que houve, de fato.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – Perfeito. Essa afirmação de V. Ex^a fez com que eu jogasse fora todas as perguntas e que me concentrasse exatamente nessa sua afirmação. Se um presidente de um fundo de pensão vem perguntar-lhe se há alguma orientação de Governo, ele está, implicitamente, reconhecendo a possibilidade de haver um ingerência do Governo nos fundos de pensão. É exatamente o contrário do que os três depoentes afirmaram na Comissão, na CPI Mista do Mensalão, que nunca houve nenhuma ingerência do Governo. Eles vieram perguntar se havia uma orientação do Governo. Portanto, não há meias-palavras que possam tentar “dourar a pílula”. Ele veio perguntar se nesse caso também o Governo quer ingerir. Ora, a legislação, na maioria dos países, proíbe, é crime de cadeia se houver ingerência do Governo em fundos de pensão. Por isso, queria lhe fazer duas perguntas apenas, baseadas no seguinte: a legislação do mundo inteiro obriga que os fundos de pensão adotem um portfólio avesso ao risco. O que é isso? Não pode haver investimentos arrojados; têm de ser investimentos conservadores. Por outro lado, o senhor afirmou aqui que a finalidade dos fundos é criar uma poupança interna para alavancar o desenvolvimento. Em todo o mundo este é um objetivo secundário, o objetivo primordial é garantir os recursos para pagar as aposentadorias e pensões. Se conseguir unir o útil ao agradável, ótimo, mas, o objetivo primário não pode ficar em segundo plano. Por isso que se

estimulam os investimentos dos fundos nas PPPs. Por que nas Parcerias Públicos Privadas? Porque tem a participação do Governo. Partindo do pressuposto de que são governos honestos, eles vão garantir o cumprimento dos contratos.

A primeira pergunta: na sua avaliação, a legislação nossa que permite que ocorra, por exemplo, o que ocorreu com o Fundo Sistel, que teve um desfalque continuado de 2003 até há pouco, até que foi detectado pelo BMF, e hoje faz parte do Processo nº 0804, da CVM, em que houve uma perda sistemática de R\$20 milhões, caracterizando que os fundos ficavam sempre do lado perdedor, e as corretoras eram a Bonus-Banval, a Laeta e São Paulo, representando os clientes de sempre: Funaro, Batista, Off Shore, Esfort Trading, que é dona da Guaranhuns, que esteve envolvida em quase R\$10 milhões do Valério, a primeira pergunta é: na sua avaliação, a legislação brasileira deve continuar permitindo que os fundos invistam em derivativos, em futuros, em variações, como esse caso em que lhe jogavam na variação, nos valores futuros do índice Bovespa?

A segunda pergunta: em um seminário, no dia 28 de maio de 2003, portanto, logo no começo do Governo, um seminário sobre fundos de pensão, um dos conferencistas afirmou: “Os fundos de pensão deveriam ter uma visão de solidariedade maior do que a de um banco privado”. “Visão de solidariedade”, e mais: primeiro nível, garantir recursos para a aposentadorias e pensões; se for possível acoplar a criação de uma poupança interna. Agora querem mais: que ele tenha uma solidariedade social. O senhor concorda com essa afirmação de que esses fundos tenham uma “solidariedade maior” do que um fundo privado?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Deputado Thamer, eu tenho visto as intervenções de V. Ex^a sempre primado por uma preocupação bastante profunda com os temas. Deixa eu fazer algumas ponderações antes de entrar na primeira pergunta, porque eu já respondo de pronto. Sobre se os fundos devem ter aplicações de atividade de alto risco ou não, eu devo dizer ao senhor que eu concordo com a tese de que os fundos não devem ter, em seu portfólio, a possibilidade de alocar recursos expressivos de atividade de alto risco. Eu sempre fui contra isso, e acho que a maneira como o Banco Central e o Conselho monetário Nacional têm organizado os limites máximos de aplicação dos ativos do fundo de pensão é o suficiente. Não há fundo de pensão, hoje, capaz de operar aplicações em grande escala em derivativos. Isso é proibido.

Com relação ao conceito de “solidariedade” de um fundo de pensão, eu tenho claro o seguinte, Deputado: num fundo de pensão, o objetivo prioritário é sustentar

uma renda do trabalhador, cuja poupança, previamente estabelecida para financiar o benefício futuro, é feita na presunção de uma rentabilidade. Agora, essa rentabilidade pode sugerir aos participantes uma atuação em maior risco, para que ele possa ter maior percentual de rentabilidade. Isso é um jogo que é muito complexo. Alguns fundos, por serem mais ousados, em países estrangeiros, acabaram levando à bancarrota certos fundos, não à bancarrota, mas introduzido elemento de risco. Eu acho que é preciso saber moderar. Sempre chamei a atenção de que os fundos de pensão tinham que trabalhar com o conceito de moderação como princípio filosófico para nortear os princípios que gerenciam, que organizam o portfólio.

Agora, entrando mais diretamente numa polêmica que o senhor está tratando, com uma suposta ingerência do Governo no fundo de pensão, utilizando essa conversa que eu tive com o Sérgio Rosa, eu quero dizer ao senhor, Deputado, que ingerência de gestão, por parte do Governo, não há. A gestão de um fundo de pensão é precedida de estudos técnicos complexos. Não é assim, faça isso... Nenhum presidente de um fundo de pensão diz “faça isso”. Isso é precedido de pareceres técnicos muito complexos, principalmente na Previ. Agora, o homem público de Governo opinar... Deputado, o senhor foi membro de um Poder Executivo. Nós somos obrigados a fazer isso. Eu não entendo um homem público que, vendo as potencialidades que possam ser desenvolvidas, não queira articular, sugerir, conversar. Veja: PPP (Parceria Público-Privada), quando foi introduzida como tema político, a primeira pergunta era: quem poderia financiar? Evidentemente que uma das primeiras idéias que apareceram, e que eu sugeri foi: fundos de pensão têm vocação para esse tipo de atividade, tanto que foram feitos vários seminários com fundos de pensão sobre o tema. Isso não é uma ingerência indevida; isso é um dever do governante. Então, eu não tenho nenhum tipo de preocupação em dizer que, naquilo que afeta o interesse público, penso que o homem público tem obrigação de opinar. Agora, ele não pode é ter uma ingerência na gestão, seja de um fundo de pensão, seja num Ministério, seja numa estatal. Se algum Ministro de uma área que não compete a mim pode fazer alguma coisa que eu visualizo como positiva, mas ele não sabe, por que eu não vou dar minha opinião? Devo dar. Eu acho que é assim que se faz Governo, Deputado Thame. Em princípio, não é diferente de outras instâncias da Federação, como a prefeitura, como o senhor bem foi o administrador. Então, eu penso que com isso – eu não quero me esconder em subterfúgios, não –, que as conversas que eu tive com dirigentes dos fundos de pensão não eram

uma ingerência na gestão, eram opiniões políticas que me considero apto a dar e na obrigação de dar.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – O que o senhor entende por ter mais solidariedade do que um banco? Só isso.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não, veja: banco visa lucro, banco tem banqueiro. Um fundo de pensão não é exatamente essa estrutura. O princípio de solidariedade como um conceito em fundos de pensão não diz respeito a investimentos financeiros, diz respeito à modelagem do plano, se é um plano chamado de Benefício Definido ou de Contribuição Definida. Esse é um outro tema – eu não quero aqui me estender, porque eu seria enfadonho demais –, mas o conceito de solidariedade em fundo de pensão aparece na modelagem de um plano, e não nos investimentos financeiros.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy, por cinco minutos.

Quero deixar também claro que, encerrando os não-membros com o Deputado José Carlos Araújo, não vou mais aceitar nenhuma reinscrição, até pelo adiantado da hora. Então, depois das falas do Senador Eduardo Suplicy e a do Deputado José Carlos Araújo não aceitarei mais nenhuma reinscrição.

O SR. EDUARDO SUP LICY (PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Delcídio Amaral; Sr. Relator, Deputado Osmar Serraglio; prezado Ministro Luiz Gushiken, primeiro quero cumprimentar-lhe pela maneira como se conduziu desde o primeiro momento dessa arguição, por sua disposição. Com muita firmeza, serenidade, V. Ex^a respondeu a todas as perguntas, e de uma maneira franca, completa e, no meu entender, muito convincente.

Gostaria de perguntar especialmente sobre dois temas. Acho que a sua experiência poderá nos ajudar, sobretudo de maneira condizente com aquilo que disse no início: o que nós poderemos aproveitar dessa crise que nos fez a todos sofrer. E acho que V. Ex^a é um exemplo de alguém que sofre com dignidade porque está procedendo de maneira adequada, inclusive vislumbrando caminhos para que problemas ou erros que porventura tenham ocorrido não se repitam.

Então, como caminhar e tirar lições disso? A primeira questão o nosso relator, Osmar Serraglio, já tocou um pouco, ao lhe perguntar se teria sugestões relativamente a delimitar de alguma forma a comunicação, a publicidade. Eu gostaria que V. Ex^a aprofundasse um pouco isso, à luz da experiência que tem tido. Uma coisa é aquelas empresas que, embora públicas, não tenham caráter monopólico, ou até tendo caráter monopólico, como a Empresa de Correios. A Petrobras é uma empresa que tem grande domínio,

mas não é mais monopólio no setor da venda de derivados, e assim por diante, V. Ex^a conhece bem quais são as empresas públicas.

Em que medida seria o caso de se legislar limitando, de alguma forma, a comunicação, através de publicidade, das empresas públicas? Essa é uma questão.

A segunda diz respeito ao próprio Governo. Se fosse para se pensar numa legislação, quero lhe dizer que a partir de todo este episódio, a mim já alguns perguntaram ou sugeriram: por que você não faz um projeto para proibir a publicidade governamental? E eu falei: bom, antes de fazer uma coisa dessa natureza, eu preciso conversar com quem tem a experiência acumulada, e entre as quais pensei em dialogar com V. Ex^a. E aqui surge hoje uma oportunidade. Achei importante que o nosso relator já tenha colocado essa questão.

V. Ex^a mencionou que o Ministério da Saúde precisa fazer algumas ações de informação à população, como as campanhas de vacinação, cuidados para prevenir doenças, e assim por diante. O Ministério do Desenvolvimento Social precisa informar bem à população quais os direitos das famílias que recebem o bolsa-família.

Queria até fazer uma observação: eu vi, ao longo deste período, desde outubro de 2003, quando se iniciou, alguma publicidade sobre o bolsa-família, mas avalei que não estava contida na publicidade a informação para as famílias que teriam direito, aquelas que ganham até R\$100,00 **per capita** por mês, qual o seu direito, onde requerer. Às vezes era um informe mais geral, como se o Governo tivesse fazendo algo positivo, mas não informando à população a respeito.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Suplicy, peço que conclua.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (PT – SP) – Tenho mais uma segunda pergunta que farei brevemente, logo depois de ele responder, se V. Ex^a me permitir.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Nós só estamos preocupados com o tempo, em função do adiantado da hora.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (PT – SP) – Quer que eu faça já?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Se V. Ex^a já pudesse já fazer a pergunta, seria ótimo.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (PT – SP) – A segunda questão, Ministro Gushiken: no meu entender, a publicidade ou a informação governamental pode ser melhor feita, quem sabe, menos em anúncios de páginas ou na televisão, mas através da informação dada pelos próprios agentes governamentais, pelos ministros, pelo próprio Presidente da República. E,

nesse sentido, me vem à mente aquilo que os jornalistas têm questionado. O Presidente Lula, ontem, na Guatemala, deu uma minientrevista coletiva, mas logo terminou. Acredito que V. Ex^a muitas vezes deve ter dialogado com o Presidente Lula. Não acredita V. Ex^a que talvez fosse interessante ao Presidente Lula realizar com maior frequência entrevistas coletivas, onde ele se abrisse mais à população e aos jornalistas?

Tenho inclusive sugerido ao Presidente que ele fizesse uma comunicação espontânea e pessoal inédita, como uma visita ao Congresso Nacional, onde ele pudesse ter uma vez um diálogo com os próprios Parlamentares, colocando-se à disposição para ouvir e responder algumas perguntas. Quem sabe isso, além das entrevistas coletivas que ele desse com maior frequência. V. Ex^a sabe que houve muitos comentários a respeito: “puxa, seria bom se o Presidente fizesse mais como ontem”. Mas ontem foi uma minientrevista. Por que não fazer uma entrevista em que ele se abrisse mais? Não seria essa uma maneira de economizar recursos...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Suplicy, concluindo.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (PT – SP) – ...com o Presidente se comunicando de uma forma tão franca, sincera e positiva, como ele tantas vezes fez na vida? Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Obrigado, Senador Suplicy.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Bem, Senador, são várias questões. Vou procurar ser resumido. Sobre as diversas modalidades de publicidade – legal, mercadológica, institucional e de utilidade pública –, para aqueles que queiram repensar o sistema de comunicação do Poder Público, talvez tenham que se debruçar sobre a publicidade institucional, porque a legal é obrigado em todos os países a publicação de balanços, essas coisas todas, das empresas públicas e privadas, com a obrigação de informar o público. A mercadológica diz respeito a atividade de mercado. A publicidade mercadológica é um elemento de disputa do seu produto, de seu serviço. Então, há que se admitir como uma necessidade de uma empresa pública se ela disputa mercado. Penso que na de utilidade pública, num país como o nosso, o Poder Público tem necessidade de pagar mídia, comprar espaço de mídia, para ter a garantia que certas informações necessárias à população sejam de fato veiculadas, como são as campanhas de combate à dengue, enfim, todos os combates que o Ministério da Saúde prima muito por efetivar.

Publicidade institucional pode ser objeto, sim, de um debate. Tem sido feito debate sobre esse aspecto. Há países que não adotam a chamada publicidade

institucional. São países cujo sistema de comunicação privada, a imprensa, tem como marca uma grande rede privada de jornalismo. Há uma competição muito mais ampla que no Brasil, que é muito concentrada. E há um sistema de comunicação extremamente desenvolvido nesses países que não adotam a chamada publicidade institucional.

Se deve ou não ser utilizada no Brasil, é um debate. Tem gente que acha que deve fazer publicidade institucional. Acho que deve fazer, acho importante fazer. Aquelas observações que o senhor fez sobre o bolsa-família, por exemplo, quando devia ter uma informação, quantas vezes eu brigava com os publicitários para colocar uma informação. Só que tem uma coisa, Senador: V. Ex^a sabe que um dos produtos mais caros que tem no mercado é tempo de mídia. Uma informação que se queira dar, para que seja compreensível, pode simplesmente dobrar o custo de uma veiculação.

Então, sempre nos deparamos com certas dificuldades de natureza financeira para promover a boa informação. A busca de tentar encontrar aquilo que é essencial na comunicação, de acordo com os recursos que você tem, é um conflito, é difícil. Agora, reconheço que existem posições que defendem a idéia da não-necessidade de publicidade institucional. Essa é uma polêmica que existe não é de hoje, é antiga.

No que tange ao aprimoramento do sistema vinculado à agência de publicidade, eu gostaria de ir a fundo num problema, cuja solução não tenho, mas está na raiz da modelagem assumida no Brasil sobre agência de publicidade, que é o seguinte: há um temor dos grandes veículos de comunicação e das agências de publicidade para que no Brasil seja instalado o que se chama nesse mercado de birô de mídia. Birô de mídia são grandes conglomerados financeiros que compram espaço na mídia. Por exemplo, uma empresa financeira diz para um canal de televisão: vou comprar o seu horário comercial por um ano. Paga à vista e, depois, revende isso no mercado.

O temor que têm os grandes veículos de comunicação no Brasil e as agências de publicidade é que a introdução do birô de mídia no Brasil poderia levar, primeiro, à eliminação quase que total das agências de publicidade no Brasil. Segundo, poderia dotar essa estrutura financeira de tal força que eles poderiam se imiscuir no editorial jornalístico dessa empresa, na medida em que ele tem o poder de compra antecipado de um horário televisivo que tem força.

Esse receio, que acho real, orientou o debate da indústria da comunicação durante um bom tempo. Acho que há um problema estrutural nisso no Brasil, que é evitar o birô de mídia, porque acho que tem que evitar, porque eles poderiam, de repente, introduzir esse efeito

nefasto que iria acabar com as agências de publicidade – por exemplo, trazer publicidade feita no exterior. Por que a Coca-Cola vai querer reproduzir com uma agência de publicidade interna, com custo interno, se ela tem já um programa lá fora, poderia replicar aqui, apenas ter uma tradução em língua portuguesa? Isso iria dizimar as agências de publicidade.

E o tal do birô, que poderia comprar por longo tempo e aí ter uma incidência no editorial jornalístico? Bom, esse receio, por outro lado, para proteger dessas influências negativas, trouxe como consequência um fortalecimento das agências de publicidade, que são hoje, no caso do poder público e também do setor privado, a intermediária entre o veículo e o anunciante. A agência de publicidade tem a faculdade de definir o plano de mídia, de escolher todas as intermediárias da produção de trabalho.

Então, se criou uma situação que, para se proteger de efeitos negativos de um sistema que tem esse tal do birô de mídia, se criou um outro sistema que, notadamente, tem apresentado alguns defeitos, particularmente depois desta CPMI.

É uma discussão complexa, muito difícil, e eu penso que o sistema já está hoje se debatendo sobre essa problemática. Eu não teria uma solução de pronto, mas reconheço que é uma questão que deve merecer uma análise mais apurada dos Parlamentares e da indústria, para que a gente possa dar um salto de qualidade, mas tomando o cuidado de evitar o desbaratamento da indústria de publicidade no Brasil, que tem excelentes talentos. É muito reconhecida no exterior a capacidade criativa dos publicitários brasileiros, mas criou-se, por outro lado, essa estrutura que estamos vendo na CPMI, que acaba provocando facilidades que são ilícitos.

Senador, isso é um pouco do que eu queria falar com o senhor, a respeito das conversas que o Presidente poderia ter com a instituição parlamentar, que é uma prática no parlamentarismo. Se fosse adotada no Brasil seria excelente, eu desconheço sistema presidencialista onde há rotina de o presidente ir com assiduidade ao parlamento para debate público. Mas acho que não há mal nenhum, não há problema nenhum em abrir um precedente no sistema presidencialista. Mas no regime parlamentarista é comum se ver o Chefe de Estado estar sobre a disputa política dentro do parlamento.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Poderia numa circunstância excepcional, como a presente, na hora em que o Presidente avaliar como adequado, quem sabe V. S^a possa sugerir a ele.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Mas teria que ser normatizada este tipo de relação, porque isso não é previsto.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Não há impedimento. Portanto, se ele tiver iniciativa poderia fazer.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador, para concluir.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Já conclui, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, para reforçar a preocupação do Senador Suplicy, está no jornal **O Globo**, de hoje, do jornalista Elio Gaspari, a seguinte afirmação: Não há país democrático que gaste o que os governos brasileiros torram em publicidade oficial. Repito, Elio Gaspari, jornal **O Globo**, de hoje: Não há país democrático que gaste o que os governos brasileiros torram em publicidade oficial. É essa a preocupação na construção de alguma coisa que nos indique como proceder em relação a isso.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra, o Deputado José Carlos Araújo. Com o Deputado José Carlos Araújo, encerro as inscrições. Nem as reinscrições mais, Deputado Geraldo Tadeu, só aqueles que estão reinscritos e acabou, vamos encerrar.

Vamos suspender por alguns minutinhos.

Deputado José Carlos Araújo, por cinco minutos.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) – Nobre Presidente, Srs. Deputados, Srs. Senadores, Sr. Luiz Gushiken, a **Folha de S. Paulo** de hoje mostra a publicação, em uma página inteira, da reportagem sob o título “Escândalo do Mensalão e Fundos de Pensão”, abordando a questão da disputa pelo comando da BrasilTelecom. V. S^a é citado por ter atuado em favor dos fundos de pensão. A Angra Partners, novo gestor dos fundos de pensão, passa a deter o controle da BrasilTelecom, integrada por dois ex-diretores do Citigroup, um ex-diretor da Telemar. Há notícias de que um dos integrantes está sendo processado pela CVM. Que avaliação o senhor faz dessa coisa que os fundos de pensão que estão controlando agora deixa que essas pessoas vão gerir a BrasilTelecom, justamente que são sócias do Citibank, foram diretores do Citibank e agora vão gerir para o lado do fundo de pensão a BrasilTelecom. Quer dizer, é uma coisa incoerente. Eles mesmos vão tomar conta do que era do ex-patrão.

Eu quero aproveitar e fazer todas as perguntas, porque senão não vamos chegar aonde queremos. O senhor tem algum parente corretor? Júlio Gushiken

é seu parente? Ele é um grande corretor de títulos, fundos de pensão e tem altas negociações, vultosas, com os fundos de pensão. Que grau de parentesco tem com o senhor?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Desconheço onde ele trabalha. Só encontrei com ele uma vez nesses dois anos e meio e não sei exatamente o que ele faz.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) – O senhor não conhece a família do senhor?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Deputado, eu disse que o conheço e é meu parente, mas disse ao senhor que encontrei uma vez só com ele em dois anos e meio, não sei onde ele trabalha e não sei o que ele faz.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) – Por favor, vamos falar no mesmo tom. O senhor não vai me intimidar com um tom mais alto. Então, vamos falar no mesmo tom.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não, vem o senhor com insinuações.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) – Vamos falar no mesmo tom. O senhor está aí porque eu estou interrogando o senhor. Então, o senhor me responde no mesmo tom.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não sou preso e não sou réu.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) – O que se está falando e os jornais dizem é outra coisa. Se o senhor é réu ou não...

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Deputado! Eu não sou réu aqui, Deputado!

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) – Não, aqui o senhor não é réu, mas o Brasil inteiro sabe que o senhor é.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado José Carlos Araújo, vamos retomar. O tempo está passando.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) – O senhor está...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Ele está depondo como testemunha. Isso ficou muito claro aqui.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) – Eu não estou falando da condição dele como réu. Eu não posso aceitar...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Acho que vamos encaminhar, Deputado José Carlos Araújo.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) – Eu não posso aceitar é o tom dele. O tom! Esta transcorrendo normalmente...

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Eu peço a harmonia como...

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) – Quer me intimidar com esse tom, não vai.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Eu somente peço a todos exatamente...

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) – Eu não vou ser intimidado.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Eu considero que o Parlamentar tem que ser respeitado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com certeza isso...

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – O senhor depoente que respeite.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – E isso...

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Não! O senhor depoente que respeite o Sr. Parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Eu acho que isso é uma via de mão dupla, Deputado. Tanto o Parlamentar quanto a testemunha também.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) – Eu estou perguntando.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra o Deputado José Carlos Araújo.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) – É uma rua de mão dupla, mas eu estou perguntando educadamente e quero ser respondido educadamente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Perfeitamente. E assim será, Deputado.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) – Sr. Gushiken, o que traz receio da Kroll? São os *e-mails* velhos ou as contas novas? É essa pergunta que eu faço: os *e-mails* velhos que chegam ou as contas novas que fazem ter receio da Kroll, ou das investigações da Kroll?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Essa pergunta o senhor deveria fazer à Kroll, não a mim.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) – Ora, eu faço a pergunta ao senhor. Se o senhor não quiser responder, não responda.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – O senhor pergunta a mim qual o interesse da Kroll em me investigar?

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) – O senhor não vai me dirigir. Aqui eu quero fazer a pergunta. Eu faço pergunta ao senhor.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Mas eu estou respondendo à pergunta de V. Ex^a.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) – O senhor não responde. Então, o senhor não responda se não sabe responder; se não quiser responder.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Estou respondendo à pergunta de V. Ex^a. Qual é o interesse da Kroll? Eu digo: pergunte a ele porque eu não sei!

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) – Agora, interessante quando se fala em gastos de propaganda. No Banco Popular, que teve um prejuízo de 25 milhões, gastaram-se vinte e dois de propaganda quando da gestão do senhor, que tomava conta das contas do Governo. Então, quando eu vi o senhor depondo aqui, se não o conhecesse e não tivesse ouvido tanto do senhor, eu sairia daqui com a certeza de que, de todos que depuseram aqui, o senhor seria o depoente de maior espírito público que já passou por esta Casa, porque o senhor só fala no espírito público, defendendo o fundo de pensão. E, na verdade, o que está dito aí, o que a imprensa diz e revela é que essa coisa toda quem armou foi o Luiz Gushiken.

Foi isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Muito obrigado, Deputado José Carlos Araújo.

Eu vou priorizar os Deputados agora nas inscrições, exatamente por causa da votação na Câmara.

Deputado Eduardo Paes; Deputado Onyx Lorenzoni; Deputado Geraldo Tadeu. Depois, Deputado Sílvio Torres; Senador Heráclito Fortes e Senadora Ideli Salvatti. Tem cinco minutos cada um.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, Sr. Relator, Sr. Depoente, de tudo o que temos visto aqui, acompanhado nesta CPMI dos Correios, na do Mensalão, na Corregedoria, na Comissão de Ética, leva-nos a uma reflexão muito profunda de tudo o que tem ocorrido. Hoje é muito claro para mim o que tem acontecido e acredito até, sem querer ofender o Sr. Ministro, respeitando-o em todos os sentidos, eu posso dizer que faço até uma reflexão do meu trabalho aqui, que foi designado pelo meu Partido, pelo meu Líder, para, em face de todas as denúncias, de todas as suspeitas de corrupção que acontecem, buscar a verdade com justiça, sem prejulgamento.

Mas hoje, para mim, são muito claras algumas coisas que acontecem. Eu vejo aqui, por exemplo, Sr. Ministro, várias reportagens sobre V. Ex^a, sobre a vossa influência, sobre os fundos de pensão; sobre o Sr. Valério, que coloca que V. Ex^a sabia dos empréstimos; sobre os fundos sob suspeita; sobre o Pizzoloto, colocando que o senhor influía no fundo de pensão.

Então, essas são as várias denúncias. Ontem, vi o depoimento do Sr. José Genoino, e ninguém sabe nada, “tudo não é comigo, eu não estou aqui, não sou

eu”. Desde o início desta CPML, têm ocorrido esses fatos aqui. E aí acho que vamos passar para uma questão ideológica, com todo respeito a V. Ex^a e ao grupo político de que V. Ex^a faz parte.

Como tenho pouco tempo, Sr. Presidente, não quero extrapolar, vou tentar chegar, com todo respeito. Então, o que se viu até aqui? Para mim é muito claro: é um projeto de poder absoluto a qualquer custo, doa a quem doer, que o grupo de V. Ex^a tem como objetivo. E foi abortado. Foi colocado um único responsável. Se tiver que morrer, que morra pela causa, que é o Delúbio. Essa é a realidade de tudo isso que está acontecendo hoje neste País. Vão-se as denúncias. Como lá no passado, na época da Revolução, da ditadura, métodos de terrorismo, do processo de ditadura que sacrificou tantos irmãos brasileiros e tudo mais. Hoje, estamos numa outra fase, que está sendo abortada.

E tenho comigo, Sr. Ministro, Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Parlamentares, de estar aqui com a minha consciência. Posso estar errado, dentro do meu prejulgamento, do meu julgamento. Mas, para mim, todos sabem, toda a cúpula do Partido dos Trabalhadores sabe, V. Ex^a sabe, José Dirceu sabe, José Genoino sabe, o Presidente Lula sabe, todos sabem de tudo o que aconteceu, de tudo o que acontece nesse projeto de poder do grupo político que está hoje no poder.

Então, na realidade, não vou aqui ficar fazendo perguntas, porque eu tenho certeza de que tem aqui uma resposta que o senhor já deu num artigo: “Gushiken nega irregularidades”. Nega tudo, ele não sabe de nada, como todos não sabem.

Eu respeito. Acho que, dentro desse projeto de poder, dentro dessa finalidade, talvez os meios justifiquem os fins. Mas, de acordo com a minha consciência de cidadão, de Parlamentar, estou aqui por um país melhor e mais justo, correto, um país transparente. Que este País possa realmente aspirar ser uma grande nação, eu não posso me omitir. Aproveito a presença de V. Ex^a, com todo respeito que tenho por V. Ex^a, sabendo que passou por momentos difíceis de saúde, que é corajoso, que está aí do lado dos companheiros, acredita no seu ideal, na sua luta. Mas, por outro lado, temos outros pensamentos e acreditamos que: viva a democracia! E este País é um país democrático, que vai superar tudo isso e vai ser uma grande nação. Mas, para isso, temos que ter esse diálogo franco, sincero e respeitoso.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Eu respeito a opinião de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra, o Deputado Sílvio Torres por cinco minutos. Por favor, façam o ajuste do cronômetro.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Sr. Presidente, Sr. Relator, primeiro, eu gostaria de dizer ao Deputado Gushiken que, de forma nenhuma, nas minhas perguntas, eu vou colocar em dúvida a honestidade dele. Eu o conheço há tempo suficiente para não duvidar dela. Nós vamos aqui tentar fazer um debate político. Nesse sentido, eu queria, em primeiro lugar, repor um pouco o que foi falado.

Alguns parlamentares disseram e o próprio Ministro, o próprio Deputado, disse que o governo anterior gastou mais do que este, ou governo anterior gastou mais do que este, ou o governo de Brasília ou qualquer governo gastou mais do que o Governo Lula. O que está em questão, o que nós estamos investigando não é o quanto gastou – aliás, todos gastam muito. O que nós estamos querendo saber, o que o Relator quer saber, os Deputados querem saber, é como foi gasto esse dinheiro: se houve direcionamento, se houve desvio, se houve manipulação. Eu acho que esse é o foco da nossa investigação. É isso que nós estamos buscando para mostrar todo o esquema, toda a armação que se fez, que desaguou no “valerioduto, que esse ninguém pode negar que existe e ninguém vai negar, porque já está mais do que comprovado.

Então, Deputado, o que eu queria, efetivamente, é ouvir uma palavra peremptória do senhor sobre isso – não houve, sob o meu comando –, essa negação, na confiança que temos um no outro.

A segunda questão que eu queria também, checar com o senhor é que acho que o senhor já reconheceu que chegou a interferir em indicação de cargos. Se o fez, foi certamente na direção daqueles com os quais o senhor conviveu, especialmente aqueles com os quais conviveu e cresceu na vida sindical. Nesse sentido, eu queria perguntar se foi da sua indicação o Sr. Carlos Augusto Borges, na Caixa Econômica Federal, que, segundo a vida pregressa, é uma pessoa que cresceu no movimento sindical, especialmente no movimento bancário, e galgou a posição de Vice-Presidente de Transferência de Benefícios da Caixa Econômica Federal, que lida com o Fundo de garantia, com Fundo de Compensação, com bilhões e bilhões, quase R\$200 bilhões. O senhor não tem nada a ver com a indicação dele?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não, mas conheço ele, e se eu o houvesse indicado, não teria nenhum problema, seria orgulho.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Então, aí é que nós vamos divergir. Talvez o senhor não o conheça o suficiente, porque não passaria por uma barreira com que eu acredito não podemos concordar. O Sr. Carlos Augusto Borges já tinha, em 2002, seis processos instaurados por improbidade administrativa,

antes de ser nomeado. Em 2004, o Ministério Público Federal instaurou mais três processos contra ele por crimes contra o Sistema Financeiro Nacional. Ele ainda é a pessoa que ocupa esse cargo tão importante, um dos mais importantes da Caixa Econômica Federal, e pesam sobre ele todas essas suspeitas.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – É evidente...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Então, eu fico aliviado de saber que o senhor não o indicou.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – É evidente, Deputado Silvio, que se soubesse eu de elementos da vida pregressa que poderia não indicá-los, evidentemente que eu não o faria. Eu parto do princípio de um conhecimento que eu tenho durante a gestão dele no sindicato e com quem eu tive relacionamento e sempre o vi como pessoa...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Essa informação pode ser comprovada. Eu tenho o número de todos os processos, e coloco isso como uma grave, uma gravíssima iniciativa do Governo do PT de ter cedido esse espaço para uma pessoa assim.

Sr. Presidente, eu tenho perguntas aqui para serem feitas. As veiculações de mídias, autorizadas pelo Secom, são definidas em planos de mídias, apresentados pelas agências. É assim que funciona? Então, quais as razões de terem ocorrido veiculações que não constam dos planos de mídias da Empresa de Correios e Telégrafos com a aprovação da Secom, veiculações ocorridas no final de 2004, em três emissoras de TV que não constavam do plano original? Queria saber se foi com a anuência de V. S^a que aconteceu: em Colatina, no Espírito Santo, a TV Colatina; em São Mateus, Espírito Santo, a Fundação Rui Bartolomeu, filiada ao PMDB – há indícios, inclusive, de conexões com o crime organizado no Espírito Santo; em Fortaleza, no Ceará, a TV União, pertencente a um adversário político do Senador Tasso Jereissati. Essas três inserções foram feitas e não constavam do plano de mídia.

Quais os fundamentos legais também e critérios para a contratação, com pagamento antecipado, de empresas como a Editora Globo e a Editora Três, pela ECT? Os Correios têm comprado o espaço determinado em veículos de mídia com o pagamento antecipado. Há indícios de que a falta de critérios permite o direcionamento desse benefício somente para algumas empresas e que isso não tem respaldo legal.

Então, eu queria ouvir do senhor a resposta. Não tenho tempo para mais, mas quero reafirmar aqui a minha confiança na sua honestidade, como eu já disse antes.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Muito obrigado, Deputado Silvio Torres, pela deferência sobre a minha pessoa em particular.

Os planos de mídia, como são feitos? Eu disse na minha intervenção preliminar que as agências de publicidade hoje, até por imposição das últimas modalidades de licitação, são obrigadas a criar núcleos de mídia, porque plano de mídia é um processo complexo. Criamos na Secom também o núcleo de mídia, para que houvesse troca de idéias a respeito da amplitude, com o que os veículos de comunicação poderiam recepcionar recursos de publicidade.

Eu disse também, no início, que, quando se analisa 2002 e, hoje, 2005, o número de Municípios abrangidos por recursos de publicidade do Governo Federal ampliou consideravelmente. Da mesma maneira, o número de veículos: em 2002, havia 700 Municípios, e estamos em quase 1.200.

Eram apenas três mil e poucos veículos e, hoje, são cinco mil e poucos veículos. Quase duplicamos o número de veículos que recepcionam recursos de publicidade. Por quê? Porque um dos critérios que aí, sim, foram diretrizes de natureza política que sugeri era que houvesse uma preocupação de se ampliar a democratização de acesso de recursos em mídia.

Os critérios técnicos que também subsidiam e que são fundamentais para a alocação de recursos de mídia basicamente são: custo, frequência de mídia, cobertura/audiência, durabilidade e definição do público estratégico. É uma combinação de várias variáveis que exige pessoal técnico muito qualificado para exercitar plano de mídia. Em princípio, temos que deixar na mão de técnicos como se manipula a escolha de vários veículos. Pode ter ocorrido isso que o senhor falou? Pode ter ocorrido, sim.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Estou dizendo daqueles que não foram incluídos no plano de mídia. Não estou dizendo os que foram incluídos. Essas que citei, nenhuma delas estava no plano de mídia, foram colocadas depois.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Sim, mas a Secom pode sugerir, por exemplo, que uma programação do Banco do Brasil sobre o Pronaf que simultaneamente é lançado a uma campanha do MDS, Ministério do Desenvolvimento Social, sobre algo muito semelhante, o que procuramos fazer? Procuramos fazer com que os veículos, os Municípios sejam os mesmos para lhe dar potência na informação, se for esse o caso. Se não for esse o caso, pedimos para diversificar. Então, dependendo da maneira como os programas vêm, podemos ter critérios diferentes e sugerir alterações no plano de mídia. Isso é muito comum.

De qualquer sorte, Deputado, sempre os recursos que têm publicidade são recursos escassos frente à demanda dos veículos. Sofri muita demanda legítima de rádios do interior. Muitas! Eu dizia para as rádios

do interior: organizem-se de uma maneira que facilite o Poder Público a alocar recursos para os senhores. Eu tenho vontade de fazer, como diretriz política, mas era difícil dar consistência para que houvesse recepção na escala que eles queriam em Municípios e em cidades, onde não tinha como aferir corretamente e tecnicamente. Mas vontade eu tinha de alocar recursos apesar de escassos.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Sobre o pagamento, farei mais uma pergunta que não foi respondida. Quero saber sobre o pagamento antecipado às editoras.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – **Existem mecanismos de pagamento, mas não sei dizer qual é a empresa que faz isso. Isso ocorre no campo da autonomia da entidade. Se ele faz mediante um desconto que entende ser razoável, pode ser que o pagamento antecipado seja um mecanismo que implique um alto desconto e valha a pena fazer, mas isso é da alçada, da autonomia da estatal.**

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Concedo a palavra ao Deputado Onyx Lorenzoni, que estava inscrito.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Posso ficar por último.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Não, não. V. Ex^a tem a palavra por cinco minutos.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – No decreto...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Quero deixar claro que o Deputado Onyx estava reinscrito. Portanto, estamos sendo coerentes com aquilo que ficou ajustado: ninguém mais se reinscreve. Depois do Deputado Onyx Lorenzoni, concederei a palavra ao Senador Heráclito Fortes e à Senadora Ideli Salvatti.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – No decreto de julho e no decreto de agosto, houve uma modificação importante, porque, até então, para participar das comissões de licitação tinha de ser funcionário de carreira. Essa modificação o senhor confirma que foi feita no seu Governo?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Qual é o decreto, Deputado?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – No decreto de julho de 2003, houve essa modificação. Só quero saber se o senhor confirma isso, porque, antes desse decreto, na vigência em governos anteriores, a exigência era de que fossem funcionários de carreira e, depois, qualquer outro funcionário poderia participar das comissões de licitação.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não. O decreto que eu aprovei oferece condições para participarem de uma comissão de licitação pessoas que entendem da matéria.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Bom, o decreto, que o senhor aprovou, permitia, abria um campo. É isso que estou tentando mostrar. Nós começamos, conversando hoje o seguinte: eu dizendo ao senhor que eu não era ingênuo e o senhor dizendo que também não era ingênuo. Então, estou tentando comprovar, nas minhas investigações, que o senhor agiu de maneira deliberada para obter determinados resultados. Se havia toda uma legislação, que foi alterada no seu Governo – evidentemente o Presidente Lula não entendia nada disso –, a orientação...

O SR. LUIZ GUSHIKEN – O senhor pode dar um exemplo factual dessa deliberação.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor se acalme.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – O senhor pode dar um exemplo factual.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor se acalme, o senhor se acalme. As orientações, que foram feitas, obviamente foram construídas pelo senhor. Como nós temos pouco tempo, quero lhe dar tempo para responder.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Perfeito.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor me esclareça – a mim e ao Brasil – por que os Correios aditivaram o contrato, acima do permitido pela lei, em R\$18 milhões para 22 dias de execução.

A segunda pergunta é a seguinte: por que o Banco do Brasil executou, no ano passado, R\$262 milhões, quebrando qualquer parâmetro com os últimos quatro anos do Banco do Brasil e com este ano? Por ser ano eleitoral? E por que a Secom, que tem obrigação pelos decretos e pela legislação sobre os quais V. S^a orientou o Presidente da República, não foi zelosa para cumprir o que determina a lei que era fazer audiência pública, porque, em qualquer contrato, na área pública, que supere o valor de R\$150 milhões, essa é uma exigência legal. Por que o Ministério Público não participou?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Deputado, quem tem a alçada, a competência para discutir aditivação é o órgão estatal. Não cabe à Secom decidir valores de contrato de publicidade. Disse e reiterarei isso várias vezes. Se alguma improbidade o senhor localiza nisso, chame os responsáveis dos Correios para que lhe dêem a devida explicação. Mas não cabe à Secom essa responsabilidade.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O Presidente disse que veio da Secom pronto para ele assinar.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Pois eu digo ao senhor que a lei é clara, muito clara e explícita. Se ele assim afirmou, eu digo que ele errou. A definição de valores de contrato pertence ao campo da autonomia da empresa estatal.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – No termo aditivo, ele disse que foi induzido a erro. Disse, aqui, exatamente onde o senhor está sentado.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Bem, Presidente...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O Presidente de uma instituição do seu Governo. Então, a Secom fez com que o Presidente anterior dos Correios fosse induzido a erro?!

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Deputado Onyx, eu vou repetir: a definição de valores de contrato, originalmente ou aditivamente, é uma deliberação no campo da autonomia plena de uma empresa estatal. Não cabe à Secom definir. Ponto.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – E no caso do Banco do Brasil? Um contrato de 150 milhões, ele passa de 148 para 200 milhões. Isso acontece no meio para o final do segundo semestre de 2004. A lei exige que contratos de qualquer empresa da administração direta ou indireta acima de 150 milhões tenha uma audiência pública com o Ministério Público. Por que é que o Banco do Brasil não fez isso, se estava sob a sua supervisão?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Deputado, acho que eu não me fiz entender. Me desculpe. Reitero: valores – R\$ – de contrato de publicidade é plenamente dentro do campo da autonomia de uma estatal. A Secom não tem poder legal de definir valores. Estou claro, Deputado? Estou sendo claro, óbvio?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor poderia, até por uma questão de respeito, ser um pouquinho mais humilde. O senhor foi arrogante.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Eu peço desculpa pela aparente postura de falta de humildade.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Eu quero-lhe dizer o seguinte: o senhor tem que ficar...

O SR. LUIZ GUSHIKEN – É que eu reitero várias vezes uma afirmação e me parece a lógica das palavras não é base do entendimento de V. Ex^a.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Primeiro, eu queria dizer ao senhor que o que eu estou cobrando do senhor é o que o senhor deve perante a lei. Ou seja, a responsabilidade que está claramente colocada na Lei 10.683, que centralizou na Secom toda a definição das ações do Governo Federal. O senhor não me vai fazer crer nem a ninguém no Brasil, que, para contratar

uma terceirizada nos Correios, tinha que ter o amém da Secom. Isso para um evento qualquer. Paixão de Cristo, por exemplo. Eu tenho um documento aqui para lhe mostrar onde um diretor de marketing dizia numa correspondência a MultiAction que a MultiAction poderia ser aceita se a Secom aceitasse. Ou seja, para um mero episódio promocional, precisava do amém da Secom, tal o poder que o senhor detinha. Aí, quando faz um aditivamente irregular de 50 milhões, a Secom não tem nada a ver e lava as mãos como Pôncio Pilatos. Está é a forma que o senhor está-se escudando para se defender de uma acusação que é séria, que é grave, que é fundamentada e que é fato. O senhor aqui pode não querer responder. É um direito que o senhor tem. Agora o senhor pode ter certeza de que eu vou cuidar direitinho para o senhor responder isso na Justiça, e lá o senhor não vai poder tergiversar.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – As informações de V. Ex^a são absolutamente equivocadas.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Não, senhor. Estão completamente consolidadas pelo contrato assinado. Eu tenho um contrato assinado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Onyx, vou encaminhar agora a palavra ao Senador Heráclito Fortes, por cinco minutos.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Só para concluir, Presidente. Da mesma forma como o Presidente anterior dos Correios veio aqui e disse que ele não tinha assinado o primeiro termo aditivo e eu levei o termo aditivo até ele e provei que ele assinou, eu posso encaminhar ao Sr. Luiz Gushiken todos os contratos que eu tenho comigo e todos os aditivos e V. S^a vai poder fazer uma análise de consciência e tenho certeza de que, fora da câmera de televisão, o senhor vai reconhecer que a razão está comigo, porque eu documentos. O senhor tem apenas um argumento de defesa muito frágil.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Luiz Gushiken, para defender um pouco o Senado de uma referência feita pelo senhor, talvez por desinformação, com relação à derrota da Previ, na votação que nós tivemos aí. A Previ, se tivesse sido formatada de maneira correta, eu concordo plenamente seria uma grande solução. Ocorre que ela chegou como medida provisória e com a obrigação de se votar no limite do prazo; ela veio cheia de erros, de falhas. Não era agência e nem era secretaria. Era um monstro.

Imagina que com todo o poder dos fundos, com todo recurso que ela arrecadaria e ia gerar, o administrador, não sei que nome estava se dando no projeto, diferentemente das agências reguladoras, não passaria

pelo crivo do Congresso, seria nomeado pelo Ministro da Previdência e demitido a hora que quisesse.

O segundo ponto: não teria os seus recursos contingenciados no orçamento diferentemente das agências reguladoras. Sabe muito bem V. S.^a que, na semana passada, a Anatel teve que cancelar o serviço 0800 exatamente por problema de contingenciamento e, terceiro, veio um “penduricalho” que criava seiscentos cargos para a agência e mais trezentos cargos para outras funções de outros ministérios que não tinham nada a ver.

Não foi nenhuma prevenção contra a Previ e, além do mais, já vinha como Presidente o Sr. Adacir, ex-Assessor de V. S.^a e, como Diretor de Atuário, o Sr. José Waldir Gomes que também é sócio de V. S.^a. Daí por que os Senadores acharam por bem não permitir dar tanta força a um órgão naquele momento. Esse era um esclarecimento apenas para que V. S.^a entenda.

Acho que a Previ que ela deve ser revista e votada como um órgão regulador.

Sobre a venda da Embratel V. S.^a falou um pouco sobre ela. Lembro-me que, durante um mês, este assunto veio à baila e os jornais noticiaram, os empresários brasileiros de telefonia se reuniam semanalmente no gabinete de V. S.^a para discutir esse problema. Evidentemente, que estava dentro de suas atribuições e, do meio para o fim, o Ministro José Dirceu – não sei se vai passando aquele programa que era um *pool* entre as empresas existentes que adquiriram a Embratel – então fez uma negociação e, segundo a imprensa noticiou, o Sr. Jeffereson até denunciou isso aqui na Comissão, e a empresa foi vendida para a Telmex. Quero apenas fazer esse registro.

O Sr. Pizzolatto, na última vinda dele, declarou e disse que protestou algumas vezes na Previ pelo fato de que toda indicação para representar a Previ e os outros fundos de pensão nos conselhos tinham que ter origem sindical e passar pelo crivo de V. S.^a. É um amigo de vinte e tantos anos que fez essa afirmação e que inclusive fez na Previ, no momento oportuno, o devido protesto.

V. S.^a dizer que não sabia que há seis meses passados a Telemig estava sendo vendida para a Vivo, para uma empresa portuguesa ou espanhola, não sei dizer ao certo, por dois bilhões de dólares e que, agora, seis meses depois, a mesma empresa está sendo vendida para os mesmos compradores por quinhentos milhões é estranho, porque o Sr. Sérgio Rosa tem tempo de lhe contar inclusive as conversas que teve a pedido dele e com interferência do Ministro, uma conversa despropositada da qual participei no Banco do Brasil. Queria lhe fazer esse registro.

E, por fim, queria dizer a V. S.^a que estou curioso e espero que me mandem gravação ou qualquer coisa do tipo de ofensa que eu teria feito pessoalmente a V. S.^a no depoimento da Previ porque, se não vier, vou chegar à conclusão de que V. S.^a não está sendo informado do que acontece em todo esse conjunto de equívocos. Ou, então, só estão lhe informando aquilo que interessa.

Quero até lhe fazer justiça. Na posse do Presidente Lula, na véspera da posse do Presidente Lula, eu fui acionado pelo Diretor da Câmara preocupado com a pouca presença de Parlamentares na posse. Muito preocupado. É muito natural. Dia 1º de janeiro, um negócio chato e ninguém queria vir. Eu estava em Fortaleza, na praia, e ele me pediu para vir e vim, Sr. Suplicy. Só tinha Governo.

Não, você não veio, você tinha que vir, você era o sol nascente, eu não tinha nada a ver com aquilo.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (PT – SP) – Tinha bastante gente.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Eu vim cumprir o meu papel e ser solidário.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Concluindo, Senador Heráclito.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Vou concluir. E aí, Sr. Gushiken, disse a um jornalista, que inclusive um colocou uma nota, com uma observação que eu fiz.

Só duas pessoas – inclusive você estava vaidoso, olhando para cima, não cumprimentava ninguém, você, Suplicy, exatamente –, só duas pessoas não haviam mudado naquele momento. O Gushiken, que me cumprimentou afetivamente na entrada do Congresso, e o próprio Lula, que falou comigo de maneira muito carinhosa, dentro do plenário. E os outros todos, no meu modo de ver, tinham mudado e estavam ali de sapato alto.

Ora, quem fez esse comentário no início do Governo?! Eu não tinha nenhum motivo para ter prevenção pessoal. As minhas divergências com V. S.^a são conceituais, são com relação à maneira de atuação nesse episódio.

Como eu sei que V. S.^a é um homem que medita, que acredita em coisas até que eu não acredito – mas das quais também não duvido –, tenho certeza de que vai meditar melhor e vai ver que, para cada fato, existem três versões: a minha, a sua e a verdadeira. De forma que eu acho, meu caro Gushiken, que essa questão não é pessoal, eu não tenho motivo nem razão para ter nada pessoal contra V. S.^a.

É apenas uma questão, acho que há um erro nisso, e o seu erro, no meu modo de ver, é transformar uma ferida pessoal, uma questão pessoal em questão de

Estado. Não é dado o direito a nenhum administrador, a nenhum homem público de pegar uma questão, por mais dolorosa que lhe seja, e transformá-la em questão de Estado, usando o poder que tem e que todos sabem que tem. Esse poder é transmitido, é transferido.

Eu tenho certeza de que esses gestores que têm se escudado em V. S^a, que têm se respaldado em V. S^a, extrapolam, porque se sentem dentro da faixa da impunidade, e aí não respeitam regra, não respeitam conselheiro, tomam decisões sem ouvir terceiros. Mas um dia vamos nos encontrar, o mundo é redondo, pequeno e escorregadio. Um dia vamos nos encontrar e vamos ver quem tem razão nessa questão.

Finalizando, quero apenas lembrar que no cuidado na gestão dos fundos, exatamente a preocupação com o futuro dos aposentados não correspondeu quando, em 1997, com participação ativa sua, por ser líder sindical, foi feito aquele acordo em que o Banco do Brasil transferiu para a Previ o pagamento de uma dívida trabalhista de R\$11 bilhões. Naquela época havia paridade, portanto, uma coisa muito parecida com US\$11 bilhões.

Esse acordo foi feito, é uma queixa grande que os funcionários do fundo fazem, e não se viu, naquela época, nenhuma reação e nenhuma preocupação com o futuro dos aposentados.

No mais, quero agradecer a tolerância e dizer que era isso, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Senador Heráclito, tenho pelo senhor um grande respeito, está muito evidente que temos muitas divergências a respeito de muitas coisas. Relativamente à Previc, ficam consignadas as nossas divergências, mas acho que é importante, para o Estado brasileiro, reorganizar o sistema de fiscalização dos fundos de pensão.

E, pela primeira vez, houve um esforço do Governo Lula de tentar reorganizar, não aprovado pelo Senado, pelas razões que o senhor acabou de expor. Mas considero fundamental e considero que se manteve uma debilidade estrutural por conta da ação do Senado Federal que, majoritariamente, decidiu que não deveria modificar esse sistema.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Que, pelas circunstâncias, não tinha outra alternativa, porque foi no último dia de prazo que foi colocado para ser votado. Apenas quero fazer esse registro.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Com relação à informação que o senhor traz de que a Previ, por conta de uma informação do Sr. Pizzolatto, privilegia sindicalistas na indicação do Conselho, quero dizer ao senhor que desconheço essa medida, não acredito nessa medida, mas se houvesse o critério de alocar por atividade sindical, não veria nisso nenhuma desonra. Sinto-me

muito orgulhoso pelo meu passado de sindicalista e acho que não há nenhum demérito em sindicalista exercer funções de Governo, como hoje eu exercito, como exercita o Presidente da República. Quem tem preconceito até entendo. Mas eu, que vim dessa atividade só tenho do que me orgulhar.

No que tange às relações que o senhor entendeu que eu expressei como ofensas pessoais, no que diz respeito à intervenção que V. Ex^a fez, por ocasião daquela exposição dos fundos de pensão, quero fazer uma retificação: não vi como ofensa não, Senador. Não foi como ofensa do senhor para mim não. Se explicitar dessa maneira, faço a retificação. O que transpareceu para mim – e assisti ao depoimento de V. Ex^a...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Depoimento não, intervenção.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – É, intervenção.

Senti que V. Ex^a tem mais informações sobre a investigação que a Kroll fez sobre mim – essa espionagem ilícita – do que eu. O senhor inclusive entregou hoje vários documentos relativamente a tratamento interno de empresas para empresas, e fico imaginando que o senhor tem uma grande capacidade de acesso a informações confidenciais. Eu não tenho. E gostaria muito de saber exatamente o que foi que a Kroll fez com a minha vida em termos de investigação de espionagem. Se um dia o senhor tiver acesso, eu fico muito grato em receber as informações.

Com relação a esse conflito que houve, que o senhor mencionou, sobre um passado onde o superávit da Previ foi distribuído e houve polêmicas em torno desse assunto, apenas quero rememorar que passou pelo crivo dos órgãos de deliberação democraticamente instalados pelos funcionários do Banco do Brasil. Eles, democraticamente, entenderam que essa era a melhor medida.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Perdoe-me, mas, nesse caso, houve inclusive o voto individual de cada funcionário do Banco do Brasil.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Eu gostaria de encaminhar já o encerramento da reunião.

Com a palavra a Senadora Ideli.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Eu queria apenas deixar um esclarecimento que é muito importante.

Os dois documentos que entreguei a ele, as duas cartas que entreguei a ele não se referem – porque o Brasil está ouvindo atentamente – a nenhuma operação pessoal, com relação a pessoas, feito pela empresa, mas, sim, contato mantido pelo Citibank – com quem

hoje o Governo está de braço dado nessa operação para destituir uma empresa brasileira – e a Kroll. Digo isso para que não se satanize apenas a empresa brasileira, para que fique bem claro que esse contrato, se existiu, partiu do Citibank. E que V. Ex^a pelo menos distribua ou redistribua esse seu ódio do seu compatriota com uma empresa estrangeira, porque o que houve foi uma contratação feita para atender uma orientação superior, no caso o Citibank, que suspeita – o jornal **Folha de S. Paulo** diz hoje – de prejuízos tidos na transação envolvendo a Companhia Telefônica do Rio Grande do Sul.

Como essa é uma questão que um dia será esclarecida, quero deixar bem claro, e fique certo V. S^a: se eu tiver acesso algum dia a algum documento que invada a privacidade de V. S^a ou que lhe seja de utilidade, ou documento de qualquer outro brasileiro que eu tenha acesso, farei chegar às mãos. Não é do meu feitio, do meu temperamento, nem da minha vocação. Acho apenas que V. S^a criou um ódio de um fato sobre o qual V. S^a não tem concretamente documentos. Como bem disse V. S^a, nunca chegaram documentos às suas mãos, apenas as notícias de jornal.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Senador, desculpe fazer uma ponderação a V. Ex^a sobre essa reiterada afirmação que o senhor faz sobre a minha posição em torno do problema desse conflito societário. Não tem nada de pessoal. Sequer conheço o Daniel Dantas. O que vejo é, da parte de V. Ex^a, certo preconceito contra instituição financeira. Não tenho preconceito contra o Citibank, nem contra o Daniel Dantas, com o Opportunity. Fiz hoje uma leitura de como o noticiário da imprensa dá o tratamento adequado a esse cidadão. Não vou aqui o repetir, seria enfadonho repetir. Apenas entendi que os gestores dos fundos de pensão, que são pessoas competentes tecnicamente, respaldados em pareceres técnicos dessas organizações, têm por dever defender os interesses dos funcionários do Banco do Brasil, e não serão interesses inescrupulosos que poderão eventualmente preponderar numa política decisiva em fundos de pensão.

Que V. Ex^a tenha preferência por um lado, admito que é da sua total liberdade. Que o Sérgio Rosa ou outros fundos de pensão tenham preferência por outro lado é também totalmente do jogo das liberdades. Agora, quem tem competência técnica não é V. Ex^a; são eles. Por isso me apóio neles.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Com uma diferença, senhor. A minha preferência é apenas de torcida e de opinião; a dele, não, porque como lhe disse aqui...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Heráclito, precisamos encerrar.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Há seis meses, havia um negócio feito por R\$2 milhões e hoje o negócio está sendo feito por R\$500 milhões. A questão é outra. Agora, o preconceito contra o Citibank, o que me contaminou foi um discurso do Presidente Lula,...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – A Senadora Ana Júlia, como...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – ...na presença de V. S^a, num encontro de fundos de pensão internacional, em que Sua Excelência...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – A funcionária do Banco do Brasil quer falar.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Ideli, já a vi mais educada.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Pois é, não é?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Heráclito, concluindo, estamos há 15 minutos já. Estamos há 15 minutos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Estou terminando. Se S. Ex^a não tivesse sido tão mal-educada, eu já teria terminado.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Se V. Ex^a tivesse parado de falar no seu horário, teria acabado.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Mas, Sr. Gushiken, queria apenas dizer que o Presidente Lula, num pronunciamento feito, em que V. Ex^a estava, num encontro internacional, cobra inclusive mais solidariedade do Citibank. Quem cobra é Sua Excelência, no ano passado. Não sou eu, não.

Agora, se o Citibank é exemplo de administração e de moralidade...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Heráclito.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sabe muito bem V. Ex^a que não é, porque, num passado bem recente, o PT, que combatia a Alca, que combatia o FMI, combatia também o Citibank como um dos males do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra a Senadora Ideli Salvatti, encerrando a reunião.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

A primeira coisa que quero levantar aqui – é uma pena que não esteja mais, porque tem determinados pronunciamentos arrogantes, agressivos, às vezes assim lamentáveis –, porque quero fazer a leitura: Instrução Normativa nº 7, de 13 de novembro 1995, publicada no Diário Oficial da União do dia 14 de novembro de 1995, da Comissão Especial de Licitação. Ao compor a Comissão Especial de Licitação incum-

bida de processar e julgar a licitação de serviços publicitários, a administração, no inciso II (explicita aqui a Instrução), poderá indicar técnico não vinculado a seus quadros.

Portanto, a acusação agressiva, ostensiva feita pelo Deputado Onyx Lorenzoni, que tem um comportamento reincidente nesse tipo, nessa maneira de proceder, está absolutamente contraditada, porque a possibilidade de nomear para a Comissão de Licitação quem não é dos quadros da administração não foi invenção do, à época, Ministro Gushiken. Isso já estava previsto, inclusive pelo Governo do PSDB com apoio integral do PFL.

Então, só para que fique claro, porque depois houve uma série de questões, apesar de o ex-ministro Gushiken reiterar que os contratos, os valores é prerrogativa da estatal e não da Secom, também não adiantou, mas, queria apenas deixar esse registro.

Quero terminar, Sr. Presidente, dizendo que, quando foi trazida a esta Comissão a necessidade e a importância de se trazer o na época ainda Ministro Gushiken para que prestasse depoimento, houve grande polêmica. E o Ministro encaminhou para o meu gabinete um ofício colocando-se à disposição para vir a esta CPMI. Encaminhei o ofício ao Presidente da CPMI, que inclusive deu ciência a este Plenário.

Portanto, a vinda não foi como disseram aqui alguns Parlamentares, escutei pelo menos uns dois falarem, que foi muito difícil trazê-lo. Não. V. Ex^a veio e se dispôs, colocou-se à disposição. Veio aqui, sem **habeas corpus**, sem advogado, sem assessoria, fazendo o enfrentamento e o debate político à altura, altivo, respondendo, inclusive no debate político, nos termos que merece ser feito o debate político de fundo, porque aqui tem questões de lado. As questões de lado estão muito claras. Ficaram evidenciadas aqui em inúmeras situações. Talvez, a situação de lado mais clara colocada durante todo esse período em que estivemos aqui, desde as 10h da manhã até agora, são 8h da noite, é a questão dos fundos de pensão. Aqui está claro que tem dois lados: os que defendem interesses de empresários, interesses inclusive que todos sabemos. Isso é público. A questão da Brasil Telecom, uma instituição que não entra praticamente com nada de capital e tem o controle?! É óbvio que alguma coisa mal enjambrada aconteceu para isso. Entende? E o dinheiro dos fundos de pensão é que, na época, deram a sustentabilidade para que alguém que praticamente não colocou quase nada de dinheiro no processo da privatização acabasse tendo o controle.

Então, tem lado aqui. Está muito claro o lado. E o ex-Ministro Gushiken fez, com muita altivez, o debate político do lado que sempre esteve ao longo de toda

a sua vida: ao lado dos trabalhadores, da organização dos trabalhadores, na defesa do interesse público. Então, eu não poderia terminar a minha fala sem fazer esse registro, recapitulando, mais uma vez, que, ao vir aqui, está vindo porque se colocou à disposição, antes, inclusive, de ter qualquer tipo de deliberação sobre a sua vida.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, uma questão de ordem. Quero me congratular com a Senadora Ideli Salvatti exatamente com essa justiça que ela faz ao Ministro Gushiken. Mas quero me congratular com S. Ex^a pela crítica que fez a todos os correligionários do partido dela que vieram aqui com advogados. Porque quem inaugurou **habeas corpus** no tribunal para vir aqui foram o Sr. Delúbio, o Sr. Sílvio Pereira, vários. Então, quero me congratular com S. Ex^a por criticar isso e lamentar que não tenha feito isso na presença deles. Mas nunca é tarde para reconhecer o erro.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, ele não deixa de fazer... Nunca.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Agradeço a todos, ao Sr. Luiz Gushiken e desejo uma boa noite a todos.

Amanhã, reunião administrativa às 10 horas da manhã.

Muito obrigado.

(Levanta-se a reunião às 20 horas e 10 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Sob a proteção de Deus, havendo número regimental, declaro aberta 35ª reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 03, de 2005, do Congresso Nacional, para investigar as causas e as consequências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Esclareço que a pauta desta reunião destina-se à oitiva do Sr. Luiz Gushiken.

Gostaria de informar a V. Ex^{as} que, amanhã, haverá reunião administrativa desta Comissão, que terá início às 10 horas da manhã.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente. Marque a reunião mais cedo, às 9 horas.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Não. Hoje, não aceitarei pedido de palavra pela ordem, porque temos aí uma grande jornada de trabalho pela frente.

Gostaria de convidar para tomar assento à mesa o Sr. Luiz Gushiken, para seus esclarecimentos.

Quero aqui saudar a presença do Relator, Deputado Osmar Serraglio, que já se encontra aqui na CPMI. E também quero aqui ressaltar a presença do Deputado Asdrubal Bentes, Vice-Presidente da CPMI.

Vamos receber o Sr. Luiz Gushiken. (Pausa.)

Quero esclarecer que o Sr. Luiz Gushiken depõe, hoje, como testemunha. O termo de compromisso aqui já foi assinado pelo Sr. Luiz Gushiken.

Vou abrir os trabalhos, passando a palavra ao Sr. Luiz Gushiken, que vai fazer uma rápida apresentação do seu currículo. Depois, passarei a palavra ao Relator, Deputado Osmar Serraglio.

Concedo a palavra ao Sr. Luiz Gushiken.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados, Sras Deputadas, Srs. Senadores, Sras Senadoras, é com muita honra que retorno a esta Casa, hoje, na condição de membro do Poder Executivo.

Seguindo a praxe desta CPMI, passo, rapidamente, a esclarecer elementos da minha vida pessoal.

Meu nome é Luiz Gushiken, RG 4860483-0, casado, pai de três filhos, ex-funcionário do Banespa. Trabalho desde os 14 anos de idade. Cursei Administração de Empresas na Fundação Getúlio Vargas. Fui dirigente do Sindicato dos Bancários de 1978 a 1986, um período muito especial na minha vida, porque foi do respeito que pude angariar junto aos trabalhadores bancários que pude, posteriormente, ascender à condição de Deputado Federal, missão que cumpri, nesta Casa, por três mandatos consecutivos e que muito honrou o meu currículo político, porque foi, neste espaço público, que pude travar memoráveis batalhas, entre as quais a memorável Assembléia Nacional Constituinte.

Nesse período, Sr. Presidente, tive a honra de participar, com milhões de brasileiros, de grandes combates que tiveram, no período subsequente na história política brasileira, grandes desdobramentos. Fui um ator privilegiado desse período histórico. Refiro-me à luta pelo fim da ditadura militar, à luta pela construção do Partido dos Trabalhadores, à luta pela reorganização do movimento sindical, pela organização da classe trabalhadora numa central sindical, e também àquilo a que já me referi, a Assembléia Constituinte – enfim, um palco de lutas de efeitos, no período posterior da história política brasileira, extremamente positivos.

Em 1998, decidi não mais disputar uma cadeira na Câmara dos Deputados e abri uma pequena empresa de consultoria na área de previdência. E foi uma atividade de que também me orgulho muito, porque pude contribuir com a formação de milhares de dirigentes, de servidores, numa área complexa, que é a criação de fundos de pensão. E tive também a honra de ter recebido do Governo Federal, do Governo anterior, pelo

Ministério da Previdência, a incumbência de escrever um livro sobre previdência dos servidores que pudessem oferecer aos técnicos dos Governos municipais e estaduais e da União elementos para aplicar na prática um princípio consagrado na Constituição brasileira e de pouco conhecimento, que é o princípio do equilíbrio atuarial. É esse livro que o Governo FHC me recomendou – deixo exemplar para esta CPMI.

Em junho de 2002, já em meio à campanha eleitoral, recebi o convite do então candidato à Presidência da República Luiz Inácio Lula da Silva para coordenar a área de comunicação da sua campanha. E tive o prazer de posteriormente fazer parte de um sonho acalentado por milhões de brasileiros, qual seja o de participar de um governo de centro-esquerda, de um governo voltado para o social, de um governo mais preocupado com a população pobre deste País.

Sr. Presidente, acompanho atentamente essa crise, com tristeza, com repúdio, mas tenho em conta que há outra face dessa crise, que é um processo de purificação das instituições brasileiras, em particular as partidárias e as dos poderes da República. E, nesse contexto, entendo que a reforma política tem papel decisivo para que se impeça a repetição de fatos que estão sendo hoje denunciados de forma intensa e pública.

O PT tem sido alvo central desse processo de denúncias. E, como filiado do PT, quero dizer que tenho absoluta convicção de que esse Partido saberá superar suas dificuldades, porque esse Partido é maior do que a sua direção, esse Partido é maior do que eventuais irregularidades em crises eleitorais. Esse Partido representa milhões de simpatizantes, representa milhares de filiados, milhares de Vereadores por este Brasil afora, centenas de Prefeitos, centenas de Deputados e de Deputadas Estaduais e Federais, dezenas de Senadores e de Senadoras, vários Governadores, um Presidente da República. De maneira que tenho a absoluta convicção de que o Partido, que é maior que a direção e maior que a crise, tem condições facilmente de superar os problemas que hoje vivencia.

Mas, nesse contexto de crise, percebo também, Srs. Parlamentares, um alto grau de exacerbação no confronto entre os partidos políticos, o que, de resto, é natural no regime democrático.

Mas sejamos claros: a bandeira da ética não é monopólio de nenhum partido, muito menos das forças de direita, que, neste País, comandaram por dezenas e dezenas de anos os destinos desta Nação, muitas vezes amparadas nas forças das baionetas, cujo único legado foi um país socialmente injusto que nos envergonha perante o mundo. Na verdade, a bandeira da ética é uma exigência da sociedade e um dever de

todas as instituições, partidárias, privadas, enfim de todas que compõem a República.

Sr. Presidente, em meio a esse contexto de fortes denúncias, a Secom foi objeto de muitas denúncias infundadas, de informações equivocadas, muitas das quais sobre a minha vida pessoal e a minha vida familiar, e, hoje, faço questão de esclarecer todas uma por uma. Aliás, aproveito para agradecer a oportunidade que esta CPMI me oferece para desfazer tantos equívocos que foram lançados sobre essa organização, com a qual tenho uma certa responsabilidade.

Eu começaria explicando a Secom a partir de alguns dados importantes, porque a Secom é um órgão relativamente novo no Estado brasileiro. Na época do regime militar, por exemplo, agências de publicidade não eram contratadas via licitação pública; eram contratadas por notória especialização. É de 1993 que existe o primeiro esforço do Governo para organizar normativos que pudessem sistematizar relações entre órgãos do Governo Federal e um órgão do Governo Central, seja para analisar conteúdos de publicidade, seja para analisar custo de produção na área relativa à publicidade, seja para coordenar atividades de patrocínio, seja para ordenar licitações. Aliás, licitações são de 1995, em que foi baixado o primeiro ato normativo que regula o processo licitatório em contas de publicidade dos órgãos do Governo Federal, definindo os quesitos técnicos, definindo o sistema de pontuação que orienta o Comitê Especial de Licitação na decisão que ele vai tomar perante um processo licitatório.

De forma que o que nós observamos ao longo do tempo, quando se analisa a estrutura que lida com publicidade no Governo, é o aprimoramento contínuo dessa instituição, pequena, mas relevante.

Agora, é preciso fazer uma ressalva: a Secom não tem poder de mando sobre as estatais; existe um limite a partir do qual a Secom estaria invadindo autonomia das estatais. Por exemplo, a Secom não pode definir valores das contas de publicidade de um órgão estatal. A Secom não pode gerenciar os recursos de uma conta de publicidade de outro órgão. Então, existem limites na tarefa de supervisão, que é o principal elemento que fundamenta a existência desse órgão.

Nesse processo de aprimoramento, eu diria que, na gestão que esteve sob minha responsabilidade, uma grande inovação foi introduzida. A inovação consiste em ter a Secom criado, pela primeira vez na história, uma conta própria de publicidade, com orçamento próprio, com agências próprias de publicidade. Só que esse orçamento não foi feito com recursos novos, não: foi feito obtendo pedaços de recursos dos Ministérios em suas contas de publicidade. E, a partir de então, esses Ministérios ficariam encarregados de disseminar pu-

blicidade de utilidade pública, que são publicidades de caráter mais orientativo – aquelas campanhas que todo cidadão vê por ocasião de vacinação, de combate à dengue etc –, ficando a Secom com a responsabilidade de organizar publicidade institucional de governo.

Com essa conta na Secom, nós conseguimos eliminar uma prática antiga que vinha trazendo problema muito sério para o Governo, qual seja a utilização de estatais para uso do Governo em campanhas que interessam para o Governo, como, por exemplo, no Plano Real, a Petrobras e o Banco do Brasil foram intensamente utilizadas para esse fim, o que mereceu por parte do Tribunal de Contas da União, uma severa crítica, uma severa advertência, pela maneira como se conduzia a publicidade do Governo Federal, utilizando estatais.

De maneira que essa conta da Secom é, na verdade, um salto de qualidade. Para se ter uma idéia, a título de informação inicial, a Secom gastou, em 2003 – primeiro ano –, cerca de R\$52.298.000,00 nessa conta e, em 2004 – que é o ápice –, R\$134.871.000,00.

Agora, é importante que se perceba também que, se compararmos gastos, investimento em mídia – esse é o termo que se usa mais nessa área e não gastos em publicidade; é investimento em mídia, aquilo que é veiculado, que é o grosso de um conta de publicidade –, se compararmos o nosso Governo Lula com o Governo anterior, é no Governo anterior que se verifica o maior dispêndio em investimento em mídia. O ano de 2001 é o ano em que se dá o ápice do gasto em veiculação de mensagem publicitária, seja na administração direta, seja somando a administração direta com estatais.

Além disso, cabe ressaltar que, na nossa gestão, por conta dessa inovação que fizemos, de criar uma conta de publicidade, nós conseguimos desenvolver relacionamentos completamente diferentes, seja com a indústria de comunicação, com os órgãos do Governo Federal, seja com novas ferramentas de controle e fiscalização, que é uma das atribuições da Secom. E, com isso, nós conseguimos dar um enorme salto de qualidade na economia do dinheiro público colocado em verbas de publicidade. E de que maneira? Criando um comitê único de negociação de todo o Governo Federal em matéria de veiculação de mídia.

Antigamente, em cada estatal, em cada Ministério, a sua própria agência negociava com os veículos uma campanha típica. Nós acabamos com isso. Juntamos o comitê único, todas as estatais ou as maiores estatais, os Ministérios, e, através desse comitê único, nós negociamos, todo o começo de ano, com as principais empresas de comunicação e, com isso, geramos um enorme desconto em mídia.

Sabem os senhores que, em mídia, no Poder Público, há uma tabela muito alta. O Governo anterior tinha uma média de desconto geral de 21%. Nós conseguimos chegar a 42% de desconto sobre a tabela. Esse desconto, obtivemos com o mecanismo simples de negociar, conjuntamente, não mais campanhas tópicas, mas um período longo de investimento, o que ofereceu às empresas de mídia, digamos assim, uma certa contrapartida, porque, no seu fluxo de caixa, elas tinham uma certa garantia de entrada de receitas. Nós estávamos discutindo a aplicação de mídia por quatro ou seis meses. Isso ofereceu uma capacidade de economia de recursos altamente volumosos. Para os senhores terem uma idéia, os gastos em mídia – somente na grande mídia que negocia com a Secom –, no ano de 2004, chegou a R\$636 milhões. Se com esses R\$636 milhões nós conseguimos “x” de volume de comunicação, se fôssemos comprar esse volume de comunicação a preço de 2002, nós teríamos de acrescentar cerca de R\$225 milhões. É essa diferença que existe quando você altera procedimentos negociais em um campo até então muito desorganizado.

No início, não foi fácil implantar esse sistema, onde se coloca, no começo do ano, toda grande empresa de comunicação negociando com todas as organizações do Governo Federal. Eles reagiram contra, mas, hoje, o mercado já consagrou essa sistemática de negociação, e os funcionários da Secom têm muito orgulho desse mecanismo que eles conseguiram implantar, porque essa prática já começa a se espalhar para as outras Secretarias de Comunicação, em outros Estados, gerando mais economia de recurso público.

Eu só chamo atenção para o fato de eu estar insistindo nesse ponto, porque, em contas de publicidade, o maior volume de recursos é alocado em veículos de comunicação: televisão, rádio, jornal, revista etc. Focar uma atenção no Poder Público para economia de recurso é focar exatamente nesse espaço por onde se drena a maior parte dos recursos.

Uma outra atividade que eu diria que foi importante para a Secom foi um sistema de parceria que ela estabeleceu com a indústria de comunicação, com anunciantes privados, veículos de comunicação, agências de publicidade, de forma a buscar espaço de interesse comum que pudesse transformar em campanhas de interesse público, cujo ônus financeiro não ficasse nas costas do Governo Federal. A idéia era essa. E nós tivemos um sucesso muito grande, num processo de articulação política com todo esse protagonista da indústria de comunicação, porque conseguimos desenvolver uma campanha popular de muito sucesso, ganhadora de quatro prêmios, que foi a campanha O Melhor do Brasil é o Brasileiro. Nessa campanha, fo-

ram alocados gratuitamente 100 milhões, em veiculação gratuita. Além disso, centenas e centenas de empresas difundiram pelo Brasil a fora a frase “O Melhor do Brasil é o Brasileiro”, que teve tanta receptividade junto ao povo brasileiro.

Isso mostra para nós, da Secom, que é possível estabelecer, no campo da comunicação, um esforço conjunto com o setor privado, de maneira que algumas políticas de interesse público que também sejam de interesse privado possam ser difundidas sem ônus financeiro para o Estado brasileiro.

Por fim, Sr. Presidente, a Secom é um órgão relativamente pequeno. Eu devo, hoje, neste momento tão importante, dar o testemunho da honestidade e da presteza desses servidores com os quais eu tive o prazer de trabalhar por dois anos e meio e assumo a responsabilidade política por eventuais falhas administrativas que tenham ocorrido.

Quero também aproveitar a oportunidade como membro do Poder Executivo e dizer que sou testemunha do trabalho incansável do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no seu Governo, para fazer com que a área prioritária do seu Governo seja a população mais pobre deste País. Eu tenho muito orgulho e muita honra de ter sido convidado pelo Presidente Lula para exercício de cargo do Poder Executivo e penso que, nessa condição, eu fui investido de uma honra que qualquer cidadão brasileiro almeja.

Reitero aquilo que disse no início. Como sou um otimista com relação ao nosso País e ao nosso povo – as potencialidades que tem esta Nação são tão grandes –, quando eu foco essa crise, eu sou obrigado a reiterar aquilo que disse no início: acho que essa crise é profunda, causa tristeza e repúdio, mas tem uma contraface positiva, que é a enorme possibilidade de purificação das instituições, das partidárias, dos Poderes da República e também do setor privado. É assim que eu vejo, e tenho a certeza de que, a partir dessa crise, é o Brasil que sai mais fortalecido.

São essas as rápidas considerações, Sr. Presidente. Novamente, reitero que sou muito grato pela oportunidade a mim oferecida de falar, em particular, sobre as denúncias infundadas que foram lançadas com muita insistência durante um certo período. Acho que, hoje, posso resgatar a verdade, num debate democrático e esclarecedor.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Muito obrigado, Sr. Luiz Gushiken.

Concedo a palavra ao Relator, Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, cumpri-

mento o Sr. ex-Ministro Luiz Gushiken, que, de alguma forma, já abordou os dois pontos que nós centralizaremos no nosso questionamento: os aspectos relacionados à publicidade e aos de Fundos de Pensão, enfim, à Previdência.

Mas quero começar retomando algumas palavras de V. Ex^a na sua manifestação inicial. Disse que vê com tristeza, com repúdio e que deseja que certos fatos não se repitam. Começo indagando o que V. Ex^a está repudiando e que fatos V. Ex^a não quer que se repitam?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Sr. Relator, fatos ilícitos.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Mas que fatos ilícitos são esses a que V. Ex^a se reporta?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Esses que a CPMI está, continuamente, esclarecendo à opinião pública.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. Ex^a teria condição de, pelo menos, identificar concretamente algum dos que nós apuramos e que teria chamado o seu repúdio?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – O senhor, em particular, fez um relatório recentemente, levantando suspeição sobre ilícitos.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – E V. Ex^a entende que as suspeições levantadas por essa Relatoria têm procedência, tanto que se filia a ela e repudia o que nós apuramos. Seria isso?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Eu acredito na credibilidade do senhor, Sr. Relator. Acredito que o senhor é um homem honrável e que, certamente, na condição de Relator, é o mais preparado para tirar conclusões. Agora, a conclusão será votada nesta CPMI, e aquilo que é considerado suspeito será enviado ao Ministério Público. Agora, tudo isso causa tristeza, não é só em mim, nos senhores também, na sociedade brasileira também.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Eu concordo com V. Ex^a. Apenas eu gostaria... É que nós vamos ao ponto seguinte, é que, nesse contexto e pela expressão que V. Ex^a sempre significou no Governo e agora, de alguma forma, repudiando fatos que acontecerem, se eles fossem melhor particularizados, nós próprios da CPMI teríamos condições de eventualmente propor alguma coisa para frente, quando formulássemos o nosso relatório final, no sentido de impedir que eles se repetissem. Aliás, V. Ex^a disse que participou como Constituinte em 1988.

V. Ex^a, a partir do trato que a publicidade mereceu, dentro da Constituição de 1988, V. Ex^a entende que nós... E não me reporto especificamente à condição de V. Ex^a. A publicidade oficial, hoje, está atrelada,

submetida, ela leva em conta aqueles princípios que são postos na Constituição, essencialmente o da impessoalidade ou do não benefício a certas pessoas, ou grupos, ou Partidos políticos? Que imagem V. Ex^a tem e como poderia contribuir com esta CPMI em relação a alguma crítica construtiva, a fim de que – se é que, de fato, existem mazelas – nós pudéssemos formular alguma coisa no sentido de que a publicidade efetivamente atenda aquilo que se espera, segundo o preceito constitucional?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Pois não, Relator. Essa pergunta é muito importante, porque tem sido objeto de discussões que eu travei em vários níveis do Governo e também junto a universidades.

Em princípio, quando se fala em comunicação pública, a tradição brasileira é a de restringir esse conceito a duas atividades: publicidade e assessoria da imprensa. Eu tenho dito que esse é um conceito que mereceria ser revisado, principalmente no mundo hoje globalizado e com novas ferramentas que a tecnologia oferece de uma maior interatividade entre cidadão e Estado. Tudo isso exige que se repense melhor o conceito de comunicação pública. Eu tenho procurado articular com várias universidades de comunicação a idéia de eles produzirem no seu currículo escolar a matéria comunicação pública e, em paralelo, eu desenvolvi junto ao Ministério do Planejamento, oficiei inclusive, a discussão sobre o gestor de comunicação pública, de maneira que esse cidadão não ficasse restrito a esses dois conceitos – assessoria de imprensa e publicidade –, mas que tivesse em mente que hoje, no mundo, as ferramentas e a tecnologia sofisticada à disposição do Estado oferecem uma enorme possibilidade para haver maior interação entre cidadão e Estado. Essa é a questão de fundo. Se conseguirmos avançar nesse campo, penso que poderemos melhorar no aspecto normativo, mas fundamental é entender que há enormes possibilidades de fazer com que haja nova forma de relacionamento entre cidadão e Estado e, para isso, o campo da comunicação é o elemento estratégico central.

Por isso, a minha insistência em algumas universidades para inserir no seu currículo o tema comunicação pública e o esforço junto ao Governo Federal para criar uma categoria profissional chamada gestor de comunicação pública. Penso que com isso poderemos avançar muito grande para que o Estado brasileiro possa se adaptar às circunstâncias que o mundo moderno hoje oferece.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sendo mais específico, há um conceito generalizado na opinião pública de que os gastos com publicidade oficial são excessivos para um País com tantas dificul-

dades. O País não tem recursos para coisas primárias e, quando se observa os Orçamentos – em todos e não me reporto exclusivamente a um, motivo por que formulo a concepção de que talvez se deva mudar desde o Município até os Estados e Governo Federal –, reconhecidamente, não faz sentido que prossigamos com gastos tão elevados. Questiono a V. S^a que proposta haveria para que limitássemos mais concretamente esse esbanjamento visível ao qual a opinião tem pública tem dificuldades de se contrapor.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Deputado, posso concordar que o que senhor chama de “excesso de gastos em publicidade” possa existir aqui ou acolá, mas é preciso entender primeiro que publicidade se divide em vários campos. Temos a publicidade mercadológica, publicidade legal – publicações de balanço, etc –, publicidade de utilidade pública e publicidade institucional. Observe V. Ex^a que publicidade mercadológica é um instrumento necessário para empresas que disputam espaço no mercado. Tanto o é que o maior anunciante deste País é uma empresa privada, as Casas Bahia. A legal a lei impõe. Por ocasião dos balanços, eles devem ser publicados legalmente conforme a lei impõe. No caso de publicidade e utilidade pública, penso que o Estado brasileiro – sejam as Prefeituras, Estados e União – deveria ter mais carga de publicidade para orientar o povo brasileiro. É verdade que a mediação da imprensa privada é a ferramenta mais importante para comunicar à população aquilo que o Estado faz, mas o Estado não pode prescindir de um instrumento próprio para orientar. Agora, a publicidade institucional talvez possa ser objeto de um debate.

Veja só, Deputado, tenho aqui a participação da publicidade no Orçamento total de três capitais e o Governo Federal. Para que os senhores tenham uma idéia, de longe, de longe, quem mais aloca recursos em publicidade, relativamente ao peso que tem no Orçamento Geral, é o Distrito Federal, cerca de 1,22%. Depois, vem o Estado do Rio de Janeiro, com 0,17% do Orçamento, seguido por São Paulo, com 0,06% e pelo Governo Federal com 0,02%.

Observe, Deputado, dependendo do local, concordo com o senhor que pode ser que haja um certo excesso de gastos nessa rubrica, mas penso que, de modo geral, não, até porque campanhas de natureza orientativa, que são de recursos extremamente elevados. O Ministério da Saúde, por exemplo, é o Ministério que mais detém recursos em publicidade porque são obrigados a desenvolver campanhas de orientação, como as campanhas de vacinação, de combate à dengue, etc. Mas, em princípio, acho que não está tão fora assim, pelo menos o que faz o Governo Federal.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Insisto em um detalhe: por exemplo, claro que V. Ex^a tomou conhecimento, mas até onde a Secom interferiu naquele aspecto do Banco Popular, que investiu 28 milhões em publicidade e 24 milhões em investimentos? Há um disparate enorme. Não conseguimos alcançar o que justificaria isso. Por trás disso, há uma série de questões que vamos formular sobre a possibilidade de esse mecanismo da publicidade terminar significando um alimentador da vertente “valerioduto” – que passamos a chamar e que o titular não gosta que se fale nisso –, enfim, do “propinoduto”.

Especificamente, em relação a esses 28 milhões, comparativamente aos 24 milhões, qual a visão de V. Ex^a?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Deputado, a Secom não entra nessas considerações quando uma estatal apresenta seu plano de comunicação. Não é incumbência da Secom entrar nessa área. Eu, em princípio, pessoalmente, também não saberia dizer, dar minha opinião pessoal, sobre qual o limite desejável de investimento em publicidade em lançamento de um produto novo. Não tenho as mínimas condições técnicas de oferecer uma resposta sobre essa questão.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Mas esses contratos necessariamente passavam pela aprovação da Secom.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não. O que passa são as campanhas publicitárias. As campanhas publicitárias, sim, passam pela Secom. Agora, analisar a conveniência ou não, o peso relativo da estratégia de comunicação no quadro de investimento geral de uma empresa não temos condições de realizar e não é incumbência da Secom realizar esse tipo de procedimento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Há um detalhe referencial. Uma coisa – tudo bem – é mercadológica do Banco do Brasil e Banco Popular, mas o Banco Popular foi apresentado como algo muito ligado à própria administração do Governo Lula. E é nesse aspecto que imaginamos que há uma confusão entre publicidade institucional e publicidade mercadológica. Na minha visão – pode ser equivocada –, houve mais conotação institucional na publicidade do Banco Popular do que mercadológica.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Veja, Deputado, novamente, ainda que essa não seja uma área nossa, da Secom, chamo a atenção de V. Ex^a para o fato de, em algumas empresas privadas, publicidade institucional é mais importante do que publicidade mercadológica. O setor financeiro, em particular bancos, joga recursos em publicidade institucional de forma pesada. Depende de empresa para empresa, de produto, do público,

enfim, depende de uma série de quesitos técnicos que envolvem uma estratégia empresarial, em que a questão da comunicação é decisiva. Eu não saberia dizer exatamente se foi ou não conveniente o Banco do Brasil ter operado, no Banco Popular, uma faixa de recursos em matéria de publicidade.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. Ex^a poderia nos passar um quadro, pelo menos aproximado, das empresas que dispunham de maior participação na publicidade quando V. Ex^a chegou ao Governo e, a partir da administração do Presidente Lula, quais as empresas que ocuparam os principais espaços, as maiores contas.

Agrego a isso outra pergunta. Parto do pressuposto de que posso estar certo ou equivocado em meu raciocínio e daí a necessidade de aprofundarmos a investigação. Como V. Ex^a diz que participou como um dos coordenadores da campanha do Presidente Lula, V. Ex^a teve uma ligação muito forte pelo menos no aspecto da publicidade da campanha do Governo Lula e, portanto, estamos falando de Duda Mendonça.

A pergunta é: qual o quadro que V. Ex^a nos passa em relação à participação de Duda Mendonça a partir do início do Governo Lula; que contas, na Administração Direta e Indireta, passaram a integrar o *portfólio* da Duda Mendonça e do sistema Duda Mendonça, que são algumas empresas que eu não lembro os nomes, mas, enfim, que são do mesmo grupo?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – A pergunta é sobre o Duda Mendonça, não é, Relator?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – É.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – O Duda Mendonça, no Governo anterior, tinha, se não me engano, duas contas, uma do Banco Central. Em nosso Governo, ele obteve as seguintes contas: na Secom, no Ministério da Saúde e na Petrobras.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Mais ou menos, qual foi o período em que ele ingressou, em que ele começou com esses contratos e os valores aproximados: Secom...?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – A Secom, a licitação foi feita em agosto de 2003. Agora, não me recordo... Na sequência, foi depois, se não me engano, Petrobras, depois Saúde. Eu não tenho aqui as datas para oferecer rapidamente, Deputado, mas eu posso lhe oferecer, **a posteriori**, essas datas e os valores. Ah, eu tenho aqui, um momentinho só: no Ministério da Saúde, foi em 4 de fevereiro de 2005, e, na Petrobras, em 4/11/2003. É exatamente isso. Os valores que eu sei da Secom, não é, que eu disse aos senhores, nós gastamos em conta de publicidade... O contrato varia, o que importa são os gastos executados. Nós gastamos, em 2004,

R\$137 milhões, foi o pico do gasto nosso em matéria de conta de publicidade – R\$134.871.000,00.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. Ex^a está dizendo que saúde só iniciou em fevereiro de 2005? Antes só tinha dois contratos?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – A conta dele, salvo algum equívoco dos meus dados, eu tenho que o resultado do processo licitatório no Ministério da Saúde foi em 4 de fevereiro de 2005.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Quem fazia publicidade anterior n Ministério da Saúde?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Ah, não me recordo. Posso mandar as informações posteriormente para V. Ex^a, mas não tenho aqui esses dados em mão.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Ou seja, anteriormente a 2005, o grupo Duda Mendonça só tinha a Secom e a Petrobras?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não sei se o Banco Central... Não sei se ele tinha essa conta. Se ele continuou tendo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sabe quem anteriormente fazia a publicidade da Secom?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – A Secom só veio a ter conta de publicidade a partir de agosto de 2003. Até então, o Governo Federal, do ponto de vista da Presidência da República, não tinha conta. Quem tinha eram os Ministérios. Quando o Governo Federal precisava fazer uma campanha, ele a fazia ou baseado em Ministérios ou baseado em estatais. Era muito utilizado, por exemplo, o Ministério do Planejamento, para fins de campanha da Presidência da República, campanha do Governo Federal, assim entendido. E estatais. Com a conta da Secom a partir de agosto, é que nós passamos então a ter, digamos assim, uma orientação mais clara e uma estrutura mais bem definida, com normas contábeis que oferecem melhor transparência na forma de gasto de publicidade, que até então também tinha esta desvantagem: gasto de publicidade era um emaranhado de contas que não se sabia identificar muito bem. Com esse novo formato e essa divisão, o processo contábil tornou mais transparente aquilo que é gasto efetivo em publicidade. Mas foi a partir de agosto de 2003.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Nós tivemos um depoimento de Marcos Valério em que ele fez referência a que teria procurado os políticos, se aproximado de políticos, e que iria fazer campanhas políticas no estilo de semear para o futuro, ou seja, participaria, às vezes até deficitariamente, na campanha, porque tinha uma expectativa de lá à frente obter as contas. Não lhe parece meio surpreendente que quem

fez a campanha do Presidente da República... Começa a administração, procede-se à licitação, e quem ganha? Quem fez a campanha. Não passa uma fumaça de dúvida sobre a lisura dessas licitações?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Deputado, o processo licitatório em contas de publicidade é um processo que tem normativos amparados em lei, com definições precisas dos requisitos técnicos, sistema de pontuação. Ele é feito sob o comando de uma lei central, que é a Lei 8.666, especificidades são organizadas a partir de atos normativos próprios da Secom. Como eu disse ao senhor, é desde 1995 que se têm formas uniformes de orientar licitações no Governo Federal, com a participação da Secom. A Secom sempre participou.

No caso específico dessas contas que foram vitoriosas, do Duda Mendonça, que eu me recorde, não teve nenhum tipo de questionamento de recurso por parte das outras licitantes, inclusive na conta tão polemizada, que é a conta da SMP&B nos Correios – e que, se o senhor me permitir, depois, talvez seja o caso de explicar, se houver algum interesse, porque foi muita polêmica em torno dessa licitação também. Essa foi uma grande licitação, com mais de 50 concorrentes, e jamais teve um recurso. E devo dizer também...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Talvez não seria o descrédito na interposição de recursos, porque já se sabe que quem fez a campanha... é evidente que você não vai conseguir ultrapassar essa barreira, porque a estrutura vai sufocar qualquer insurreição contra isso.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não, não acho que é descrédito ao processo de uma solicitação de intervenção por recurso, a não ser que o senhor esteja afirmando que o descrédito é com a lei. Se a lei for insuficiente...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Mas a lei não desce a esses detalhes. Aliás, ao contrário, na sua administração, houve a edição de uma norma – mais do que uma -, uma especificamente em relação à participação nas comissões de licitação, pois anteriormente não havia exigência de que fosse maioria. Ao contrário, deveria ser com um membro a menos.

Na norma editada por V. Ex^a, impõe-se que a maioria seja da Secom, na comissão de licitação, ou seja, todas as licitações procedidas necessariamente teriam a última palavra oriunda de um grupo de pessoas escolhidas pela Secom. Isso é verdadeiro?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Deputado, é muito oportuna essa pergunta, porque essa abordagem que faz o senhor é equivocada. Observe o seguinte: a resolução que pede para que a Secom seja maioria, em primeiro lugar, do ponto de vista de sua aplicação prática, que a gente vai chamar a atenção... Tivemos 30 licitações

nesses dois anos e meio de gestão. Dessas 30, participamos de 20. Dessas 20, em 11 fomos minoria; em sete, fomos maioria; e duas foram paritárias.

Dessas sete onde fomos maioria, empresas estatais só, apenas, a Eletronorte e o Banco de Santa Catarina, que foi feito no mês passado, e o resto são Ministérios. As grandes organizações que têm corpo próprio compõem a maioria e no maior número de licitações de que a Secom participou também a maioria esteve a cargo dos órgãos do Governo Federal. E, aqui, cabe também uma explicação, Deputado, que foi muito debatida pela imprensa e por esta CPMI. Convém um esclarecimento: o caso dos Correios, por exemplo, onde uma das agências do Sr. Marcos Valério ganhou a licitação – a SMP&B. Lá, a alegação era de que a Secom colocou maioria.

Então, é preciso esclarecer, em primeiro lugar, o seguinte: da comissão de cinco pessoas, três são servidores do Correio; duas, servidores da Secom. Ocorre que, por conta desse decreto que eu baixei, que falava em maioria, e também porque era início dos trabalhos de adaptação à norma recente, sugerimos que o principal responsável pelo departamento de *marketing* dos Correios, que, aliás, era o diretor já à época do Governo anterior, fosse o indicado da Secom para compor a maioria dos funcionários dos Correios.

De fato, nos Correios, a maioria dos servidores era oriunda da casa dos Correios. No ano 2000, houve uma licitação nos Correios, em que a maioria não era de funcionários dos Correios. Era uma comissão de cinco: dois funcionários dos Correios mais três outros funcionários: dois da Secom e um do Ministério das Comunicações. Na verdade, o intuito desse decreto ao estabelecer maioria era o de facilitar a situação dos órgãos federais que tinham dificuldades de conseguir pessoas habilitadas para o exercício de uma licitação. Sob a anuência deles, a Secom, então, ofereceria. Por isso, a Secom não tem maioria nas licitações, de fato, e, nas grandes empresas, não é a Secom que detém a maioria. A Secretaria detém a maioria quando, sob solicitação, colocamos à nossa disposição funcionários da Secom e não mais arregimentamos em Ministérios, como se fazia no Governo Passado, como é o caso dos Correios, que, no ano 2000, teve a maioria na licitação, diferentemente dessa licitação a que me refiro na minha gestão.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Se esse é o raciocínio, por que a norma prossegue determinando que seja a maioria? Esse é o primeiro questionamento.

Segundo: no caso de não se valer dessa regra da maioria, haveria a necessidade de uma expressa

manifestação em contrário, justificando por que não essa opção. Existem esses registros na Secom?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Sim, é verdade. Nós sempre pedimos para que os órgãos explicitem as razões pelas quais podem ou não ter maioria – a Secom solicita isso. Há um tratamento formal entre os membros da Secom sobre esses dispositivos.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Não é dos órgãos. É a Secretaria que está abdicando da alternativa de ter maioria. Para fazer isso, é preciso dizer o porquê. Isso é o que diz a norma.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Para nós, é suficiente que o órgão estatal diga que tem os elementos técnicos habilitados para esse exercício para que nós simplesmente não usemos dessa prerrogativa.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Não é uma questão de “simplesmente”. É “salvo sua expressa”... Portanto, é preciso haver por escrito da Secom e não do órgão a justificação. Estou perguntando se na Secom existem esses registros.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Imagino que sim. Há um tratamento formal sobre isso. Acho que sim.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sobre essa questão da SMP&B, em que os Correios procederam à licitação, como V. Ex^a anunciou, a maioria, embora funcionários dos Correios, foi escolhida pela Secom. O que chama a atenção...

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não foi escolhida pela Secom. Desculpe, Presidente.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Foi.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Tenho até a nominata deles.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Quem escolhe é a empresa. É a empresa que escolhe.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Na composição da Comissão Especial de Licitação, a Secom indica a maioria dos membros.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Sim.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – E indicou três: Alexandre Pinheiro de Moraes Rego, Marco Antônio da Silva e José Otaviano Pereira.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Sim, mas é o que eu disse, Deputado; já expliquei para o senhor. José Otaviano era o principal responsável pela área de *marketing* dos Correios; era, inclusive, diretor há muitos anos.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Eu reconheço isso, mas quem o indicou?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Foi um procedimento formal, que, naquele momento, adotamos para nos adaptarmos a essa legislação nova. Depois, inclusive abrimos mão disso, porque, na verdade, foi uma exi-

gência burocrática que entendemos necessária. Em princípio, o que vale é o espírito da lei, Deputado. Se o espírito da lei é buscar oferecer a quem tem escassez de funcionários para o exercício de uma atividade muito técnica, nós colocamos à disposição. Em não havendo anuência, não vamos criar um conflito com a empresa. Por isso, não exercitamos, nas maiores empresas, a condição de maioria.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sob esse ângulo do espírito da lei, como foi escolhido para integrar uma Comissão de Licitação o marido de uma representante da empresa Multi Action, ligada à SMP&B, que venceu a licitação? Eu sei, já li uma entrevista de V. Ex^a que diz que, na verdade, ele teria participado apenas da fase de habilitação e não do julgamento da proposta, porque ele teria viajado, se não me engano. Mas nem ele – Marco Antônio o nome dele, eu acho...

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Marco Silva.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Marco Antônio da Silva. Ninguém percebeu, ninguém comentou? Nada se suscitou a propósito dessa participação dele nessa comissão de licitação que envolvia uma empresa tão próxima dele, por intermédio da esposa?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Mas, Deputado, ele casou depois da licitação.

Namorava, mas, Deputado, mesmo...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Uma informação nova para nós todos.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Deputado, eu posso ter errado as informações, mas...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Em todas as justificativas que eu até hoje vi, mesmo na imprensa – todas -, jamais se afirmou isso, mas procede.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não, de qualquer sorte, Deputado, é preciso informar adequadamente a circunstância. Esse funcionário é um servidor que trabalhou em comunicação muitos anos, conhece, e a sua esposa há muito tempo trabalha no mercado. Eu não sabia disso. Ele me informou depois do fato ter vindo a público, não é? E me pareceram claras as explicações que ele me ofereceu.

É evidente que, olhando para trás, vendo todos os transtornos que ele mesmo sofreu, a esposa sofreu, talvez, se eu pudesse voltar atrás, no passado, eu diria: “Se um dia você for casar com alguém, não faça isso”. Mas, infelizmente, não foi possível.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Em relação àquela modificação da exigência relacionada ao patrimônio líquido, também ouvi as explicações de V. Ex^a no sentido de que teria ampliado o leque das

que participariam, mas eu não consegui encontrar, na verdade eu não me convenci, embora aparentemente seja procedente essa justificativa. Por que não me convenci? Vamos imaginar que eu vá adquirir um veículo e, sabidamente, aquele veículo que eu pretendo adquirir, se eu mantiver o edital da forma como eu o emiti, aquele veículo não vai poder participar. Aí, eu abro o leque e passo a impressão de que quero oportunizar todo mundo que entra, mas, no fundo, não é que eu queira oportunizar que todos participem: eu quero possibilitar que aquele um, ainda que num universo maior, participe, porque ele é que vai ganhar.

Essa é uma dúvida que eu ainda não tenho afastada. Repito: eu sei que muitas empresas tiveram a oportunidade de participar da licitação dos Correios, na fase de habilitação, mas se tivesse sido obedecido o critério inicial, a SMP&B teria dificuldades de ingressar. Portanto, ela navegou conjuntamente e, depois, as outras foram excluídas na seqüência das exigências técnicas, e não mais na habilitação. Estou equivocado nisso?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Está, Deputado. Essa medida é uma medida positiva e é um equívoco, no diagnóstico que o senhor faz, de que as empresas teriam dificuldade de ingressar. Não teriam dificuldade nenhuma de ingressar.

Deixe-me chamar atenção para esse requisito técnico, porque isso é muito importante, até porque a indústria de comunicação, o setor de publicidade, há muito tempo, vem solicitando ao Governo Federal que faça redução do patrimônio líquido nos processos licitatórios. Veja: processos licitatórios em agência de publicidade, em primeiro lugar, são processos onde as agências que disputam gastam um certo volume de recursos para a disputa, porque isso implica análise de pesquisa, fazer pesquisa, preparar trabalho de criação. É um trabalho relativamente custoso na disputa de uma conta.

O requisito patrimônio líquido diz respeito, na verdade, à condição econômica e financeira da empresa licitante que vai, eventualmente, ganhar uma licitação. O que diz o edital? Ele diz assim: “Caso a empresa não demonstre capacidade econômica e financeira nos índices de solvência e de liquidez de curto prazo...” Então, nesses dois casos, não atingindo esse índice, recorre-se ao patrimônio líquido.

Em outras palavras, eu diria o seguinte: o índice de solvência nada mais é do que a verificação da quantidade de ativos em relação ao passivo. Se o ativo for menor do que o passivo, é uma empresa que está insolvente. Ou o índice de liquidez de curto prazo é a mesma coisa: os ativos de curto prazo não são suficientes para pagar o passivo.

Nesse caso, no caso de uma contratação de conta de publicidade, o anunciante entende que, em situação de dificuldade econômico-financeira, é preciso que a empresa demonstre uma capacidade patrimonial. O que alega a indústria de publicidade? Alega que essa exigência não faz sentido porque, a rigor, a agência de publicidade tem o seu melhor patrimônio em pessoal, em criativo e não em patrimônio, e esse criativo não é mensurável contabilmente. Daí uma insistência das agências de publicidade, das associações que as congregam, de solicitar ao Governo Federal a redução do patrimônio líquido.

Então, veja, Deputado, é bom que se entenda o seguinte: no caso dos Correios, em particular, a Secom, quando fez a recomendação de redução, o fez corretamente, atendendo a um clamor, a uma demanda da indústria, que é legítima, e, mais ainda, a Secom faz a recomendação. Ela nunca nem estipulou valor. Ademais disso, eu, perguntando ao servidor da Secom porque ele tinha feito aquilo, além das explicações que acabei de dar ao senhor, ele disse um dado também muito importante. Ele disse: “Olha, Ministro, não há, nos contratos em vigor, sejam as licitadas no Governo anterior como nas nossas, nenhum contrato onde se exigiu, em licitação, um patrimônio líquido de R\$3 milhões”, que era o caso dos Correios.

O fato de os Correios atenderem a essa solicitação da Secom, recomendação, e baixarem para mil e oitocentos, na prática, não significou absolutamente nada. Por quê? Porque os índices de solvência e liquidez estavam positivos, não estavam negativos. De maneira que esse grande debate que houve em torno desse quesito foi um debate, eu diria, que precisava de uma explicação, como estou tentando dar aqui, mas ela, em princípio, é coadjuvante, secundária no edital de licitação e atende a um reclamo que a indústria vem fazendo, a meu ver, legitimamente.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. Ex^a diz que a regra anterior também estava atrelada ao patrimônio líquido, só que era de três milhões, e a par dessa regra havia o da solvência e da liquidez. Atendendo-se a solvência e a liquidez desprezavam-se os três milhões?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Desprezavam-se, sim.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – E, portanto, a redução mudou um dos ângulos?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Foi inócuo, eu diria assim.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – A porta aberta permanecia pela solvência e pela liquidez. Todos teriam a possibilidade de atender.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Todos.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PB)

– A SMP&B atendia também?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Exatamente. Todos.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Mas, na seqüência das atividades da Secom, também houve uma mudança em uma regra que tem... Eu não saberia exatamente qual, mas sei que na pontuação... V. Ex^a lembra se, sob seu comando, houve alteração da pontuação na avaliação da proposta técnica? Estilo: plano de comunicação tantos pontos, capacidade de atendimento tantos, repertório, relatos de soluções. Havia uma tabulação e essa tabulação teria sido mudada na sua administração. Lembra de alguma coisa nesse sentido?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não lembro, Deputado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Por que esse é um ponto nevrálgico, na medida em que, aí sim, entra na proposta técnica onde – e aqui é uma análise procedida por nossos técnicos – se diz que se ampliou a subjetividade da análise, ou seja, fica irrelevante a fase da habilitação porque, no exame da proposta, abriu um leque enorme para a opção da comissão de licitação, que era comandada a partir da nomeação da maioria.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Deputado, eu não tenho informações relativamente a eventuais mudanças nos critérios de pontuação, mas o que posso dizer ao senhor é que as entidades que agregam as empresas de comunicação são muito zelosas para saber como é que o Governo Federal organiza as suas licitações, porque quando o Governo Federal organiza, há um certo impacto em outros órgãos da Federação, ou seja, outros Estados assumem.

O caso da Prefeitura de São Paulo é recente. O Secretário de Comunicação reconheceu que o edital que deveria ser apoiado para eles montarem isso era do Governo Federal. Então, ele tem um impacto muito grande.

As indústrias, as entidades representativas olham com muito zelo, com muita acuidade o que a gente faz. E tem sido, reiteradas vezes, colocado pelo Presidente da entidade que agrega agências de publicidade um parecer favorável sobre a sistemática que a Secom adota em processos licitatórios. E ele não tem nenhuma conta de Governo, ele fala em nome da categoria. Ele tem, reiteradas vezes, afirmado que há um processo de aprimoramento muito positivo que a Secom desenvolve, em particular no campo licitatório.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. Ex^a conhece Marcos Valério?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Nunca o viu?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Nunca tive contato nenhum com ele.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Telefônico? Nada?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Nada.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Mas pelo menos ouviu falar o nome dele? Eu falo anteriormente a esse evento todo, porque existem registros, na agenda da secretária Fernanda Karina, de encontros com o Marcus Flora, que é o Secretário Executivo da Secom. Então, de repente, quem faria essa ligação da Secom com o Marcos Valério seria o Marcus Flora. O que V. Ex^a diz sobre isso? Era nesse sentido que se operava?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Deputado, primeiro, espero que V. Ex^a não esteja lançando nenhuma acusação. A atribuição de relacionamento público é uma atribuição legal para a Secom. É a terceira atribuição em importância na escala de atribuições que a Secom tem perante a lei. E o secretário executivo, que é o que pratica relações públicas, está mandatário para isso em lei, na função dele; ele é obrigado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Eu sei, mas ele, por exemplo, foi a Belo Horizonte, manter encontro com Marcos Valério? Sabe se houve isso?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Veja, fiquei sabendo pela imprensa, depois conversei com ele, as razões que o levaram a ter contato com o Sr. Marcos Valério, e as razões que ele apresentou são razões que justificam os contatos.

A Secom é um órgão que tem um relacionamento muito intenso com o mercado de comunicação, desde agências de publicidade, passando pelos veículos fornecedores, principalmente depois dessa conta que a Secom passou a organizar.

Então, veja, é uma atribuição legal e é natural que eles façam esses contatos. E no caso especificamente do Sr. Marcus Flora, que tem um contato em Belo Horizonte, eu imagino que é porque o Sr. Marcus Flora mora em Belo Horizonte. Então, isso deve ter justificado alguma reunião naquela cidade.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– De qualquer modo, nesse aspecto, até que realmente é procedente a explicação, porque até para nós, Parlamentares, conseguirmos uma audiência com o secretário executivo de um Ministério não é comum. E aí, no caso, o Marcos Valério é contratado de uma estatal, ele não é contratado da Secom.

Aí, significaria que o Marcus Flora estaria tratando de assuntos das estatais junto ao Marcos Valério?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Sim. A Secom recebe, de todos os órgãos do Governo Federal, desde os planos anuais de comunicação. E, na atividade corrente da Secom, as campanhas publicitárias de caráter institucional – porque tirei, recentemente, a mercadológica – passam pelo crivo da Secom, a Secom discute com as agências, com os diretores de *marketing*, eventual alteração que a Secom sugere e recomenda que seja feita.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. Ex^a está afirmando isso em relação à publicidade das estatais?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – De todas. Todos os Ministérios estatais têm esse procedimento com a Secom. A Secom supervisiona as atividades em matéria de publicidade.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Porque, inicialmente, V. Ex^a fez referência à autonomia que as estatais tinham e que apenas...

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Sim, sim, mas nós não podemos definir qual é o valor que deve ter um contrato de uma estatal. Isso não é incumbência da Secom, e tampouco gerenciamento no dia-a-dia. Isso não é atribuição da Secom. A Secom faz uma supervisão, o controle. Inclusive em planilhas de custos, a Secom também faz controles.

Então, os contatos são, de certa maneira, frequentes com a indústria de comunicação. Não é uma coisa... Esses contatos não são pouco usuais. Não. É uma rotina.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Havia uma exigência no sentido de que o que ultrapassasse R\$50 mil deveria passar pela Secom?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Patrocínios?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – É.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não, isso é uma legislação antiga, não me recordo o nome, que estabelece um limite, que é de R\$50 mil. Acima desse valor, a Secom, o comitê tem que aprovar e as outras podem aprovar por referendo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Ou seja, no caso da MultiAction, que é uma empresa de patrocínio, teria que pedir? Ela é da SMP&B, ligada. Mas esses patrocínios que eram aprovados pela Secom, onde havia um parente da interessada na MultiAction, a mulher formulava o pedido e o marido poderia, eventualmente, aprovar lá na Secom?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não, Deputado. O sistema não funciona assim.

A Secom não busca saber quais são as empresas que estão fornecendo serviço num eventual patrocínio. O que o comitê de patrocínio faz é analisar a pro-

posta de patrocínio sob algumas diretrizes. Primeiro, se existe uma identidade com algumas diretrizes de Governo, se existe sobreposição junto a outros patrocínios que poderiam ter o mesmo objetivo, para evitar, então, duplo patrocínio. Faz-se uma discussão para evitar exatamente gastos desnecessários, mas a Secom não entra no mérito de quem é que fornece tais ou quais serviços para um determinado evento, nem tem a mínima condição de saber isso.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sei, mas ela saberia que as promoções, os patrocínios que adviessem da SMP&B estariam beneficiando a esposa do funcionário da Secom?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não. Deputado, desculpe-me, não me fiz entender. O que a Secom recebe, primeiro não recebe de uma agência de publicidade, recebe da instituição: Banco do Brasil, Caixa Econômica, Petrobras.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Mas quando recebia dos Correios, sabia que era da SMP&B?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Sim, mas o comitê de patrocínio não analisa os processos operacionais que vão envolver determinado tipo de patrocínio. Ele sequer sabe quem é. Ele sabe que vem uma proposta, que vai ter que ser aprovada ou não pelo comitê. Aprovada, depois, quem a empresa anunciante vai designar para operar esse patrocínio é uma incumbência da empresa. Nem é possível saber por antecipação essa informação.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Falo como uma consequência inexorável. Veio da SMP&B, quem faz o patrocínio da SMP&B é a MultiAction, a MultiAction é gerida, pelo menos em Brasília, pela esposa e, ainda que não se tivesse a intenção, ao se deferir está se beneficiando alguém muito próximo à administração.

Os reajustes, os reequilíbrios nos contratos, porque também não vale a pena se dizer que a Secom vigia, que tem fiscalização e superintende, se os contratos realizados podem ser, logo em seguida, aditados ou reequilibrados.

Os aditamentos e os reequilíbrios eram submetidos à Secom?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Deputado, confesso que eu não saberia responder essa pergunta. Em princípio, acho que não, porque não definimos valores de contrato. Eventualmente, dado que existe uma rotina intensa, pode ser que haja um oficiamento por parte de uma estatal, mas, com certeza, não é incumbência da Secom definir que valores deve ter um contrato ou aditivo respectivo. Isso não é incumbência da Secom.

Agora, se, eventualmente, o diretor de normas recebeu o oficiamento, eu não saberia dizer.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Falo de um aspecto muito prático. Há um zelo muito grande em se fiscalizar e verificar como se procede a uma licitação. E, a partir dali, o contrato fica liberado para que os valores possam ser alterados, porque uma das coisas que constatamos nos contratos de publicidade, por enquanto, é que existe uma suspeita enorme de que tenha acontecido o reequilíbrio e aditamentos, ou reajustes, em relação aos quais não há uma justificativa plausível. E, aí, volto a dizer: talvez até seja uma possibilidade de algo que se deva mudar na legislação, ou talvez nessa norma que diz que a Secom interfere na licitação – interfere na licitação e tem que colocar um aditivo – e, também, nas alterações dos contratos, para que não se passe uma imagem de que a licitação foi absolutamente zelosa e, na sequência, se permita, sem que a Secom perceba, a alteração verdadeira do contrato.

V. Ex^a tem conhecimento dos contratos do grupo Marcos Valério com estatais, enfim, com a administração direta e indireta?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Sim.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Quais os contratos, quais as estatais e quais as empresas do Marcos Valério que teriam contrato?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Olha, o Sr. Marcos Valério é proprietário de duas agências de publicidade: SMP&B e DNA. O que posso discorrer sobre a participação dessas empresas no Governo é o seguinte: eles participaram, no total, de sete licitações. Perderam em cinco licitações.

A SMP&B participou dos Correios, onde foi vitoriosa, e perdeu na conta da Secom. A DNA participou de cinco, ganhou a do Banco do Brasil, que, na verdade, era uma renovação, e perdeu em outras quatro licitações. Em princípio, a conta dela do Banco do Brasil, que ela ganhou, foi uma espécie quase que de renovação. Ela é muito antiga no Banco do Brasil como a empresa contratada.

A DNA tem, do Governo anterior, a Eletronorte e o Ministério do Trabalho.

O que mais eu poderia dizer a título de informação?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Na verdade, é o seguinte: o que observamos é que, curiosamente, na relação entre Marcos Valério e Duda Mendonça, o Marcos Valério diminuiu na administração direta e ampliou na indireta, exatamente o inverso do que aconteceu com as empresas do Duda Mendonça, o que dá a impressão de que há um jogo em que eles se entrelaçam. Na impossibilidade de o Duda

Mendonça monopolizar a publicidade, o que deixaria muito evidente o jogo de privilegiamento, partilhou-se, por intermédio de Marcos Valério. Marcos Valério seria um instrumento a mais do próprio Duda Mendonça, ou seja, Duda Mendonça, Marcos Valério fazem parte de um contexto só de publicidade, cujo instrumento, publicidade, serviria para a alimentação daquilo tudo que estamos investigando, de recursos para Partidos e para campanhas.

Isso se reafirma quando percebemos que Marcos Valério não só está nessa situação de visível contato, porque há esse jogo de aumenta e diminui na direta e indireta, como até no episódio de dinheiro para o exterior, de lavagem de dinheiro, de saques em dinheiro para Duda Mendonça.

Como V. Ex^a nos tira também essa dúvida? Ela se resume no seguinte: para nós, Duda Mendonça é o titular da publicidade – só que não pode mostrar a cara sozinho porque, aí, todo o Brasil percebe -, partilha com Marcos Valério e, portanto, o Governo privilegia e aí estão as licitações que ganham, e ambos alimentam os Partidos e as campanhas. O que V. Ex^a diz sobre isso?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Em primeiro lugar, Sr. Deputado,...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– É algo cerebrino? É algo teratológico, impensável?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Quero dizer ao senhor que é cerebrino e repudio essa insinuação que o senhor faz de que a Secom organizou um jogo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. Ex^a há de convir que é um direito.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Entre a agência de Duda Mendonça e Marcos Valério.

Deputado, as licitações em que houve vitória por parte de DNA, SMP&B, Duda Mendonça, como outras dezenas de empresas de publicidades, são feitas de acordo com o que a lei define rigorosamente. Existem comissões de licitação montadas rigorosamente; existem recursos legais com que as empresas podem questionar. Não houve, nunca, questionamento nesse processo licitatório. Houve, sim, um aumento de empresas concorrentes. Houve, sim, o elogio das entidades representativas das agências de publicidade com relação à mecânica adotada por este Governo, de maneira que registro meu repúdio contra insinuações que faz o senhor de que houve um jogo.

Agora, tudo aquilo que a CPMI conseguiu desvelar no que tange a ilícitos de recursos drenados via contas no exterior, etc, são outros problemas. São outros problemas. Não vamos confundir, não é, Deputado?

Há uma licitação. Existem servidores que foram designados para uma atividade de escolha. Existem

habilitações técnicas de pessoas formadas durante longos anos de exercício profissional.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. Ex^a parte do suposto de que não há fraude em licitações e que é um absurdo imaginar que membros de comissão de licitação possam ter tergiversado num ambiente de subjetivismo exagerado, como todos reconhecem, em matéria de criação publicitária. Reconheço que V. Ex^a pode até se contrapor à idéia, mas insisto em uma lição de um grande filósofo moderno, Bertrand Russel, que diz que ele não daria a vida dele pelas opiniões dele, porque ele poderia estar equivocado. Eu reconheço que estou equivocado, como também acho que V. Ex^a pode imaginar que pode estar equivocado e que nós podemos estar certos nesse raciocínio.

Há muita coincidência. Duda Mendonça, que não existia, aparece, ganha, acompanha uma campanha eleitoral e, daí, começa a ocupar espaços grandes por meio de licitações e ninguém reage. Convenhamos que, aí, vem o Brecht: primeiro avançam, tomam aqui. Quem há de reagir? Quem haveria de reagir numa situação em que vimos a promiscuidade. Não falo em relação a Governo Lula. Falo em concepção. Aqui vieram e nos disseram que era preciso aproximação com os políticos, porque somente por meio disso é que se conseguiriam obter espaços na publicidade.

Então, pode haver uma promiscuidade, sim, por meio até das empresas e elas estarem, sem que eventualmente a cúpula possa perceber, transitando por uma situação que eu, pessoalmente, admito como possível, porque acho muito coincidente que um Duda Mendonça venha, ocupe espaço da publicidade, aí venha um Marco Valério e amplie e, entre eles, esse elo, que ainda vai ser matéria de investigação, mas imagino que possa ser, como admito que possa não ser. Não acho que possa ser algo que seja tão distante de se ajustar à verdade.

Mas vamos. É um direito, reconheço. V. Ex^a pode ter conduzido com a maior lisura, mas, na administração pública, não controlamos tudo o que acontece nem sabemos os instrumentos e as pessoas com as quais lidamos.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Deputado, se for para divagar sobre as imperfeições do ser humano, concordo plenamente com o senhor. Eu não tenho nenhum tipo de questionamento com relação...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Tanto que eu admito que V. Ex^a não sabia, mas para nós é difícil. Eu admito que V. Ex^a não soubesse. Ponto de lado. Admito. É a mesma história do Presidente Lula. Admito que o Presidente possa não ter sabido. Agora, este é o problema, não é normal que admitamos que a esposa de alguém esteja vinculada a alguém da

comissão de licitação. Não é normal. Tudo bem. Precisamos construir algo para o futuro para que se evite isso. Que isso não se repita. É até a razão de ser de uma CPMI. Mas tudo bem.

Vamos tentar um outro assunto: os fundos de pensão. Todo mundo diz que V. Ex^a é absolutamente... Há até quem diga que é o cabeça desse assunto todo dos fundos de pensão no Governo. V. Ex^a admite que tinha essa força, essa ascendência sobre as diretorias dos fundos de pensão?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Deputado...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Ou pelo menos como conselheiro, para não dizer que fossem submetidos a V. Ex^a.

V. Ex^a interferiu alguma vez na nomeação de alguém nesses fundos de pensão? Mantinha uma interlocução repetida com esses presidentes de fundos de pensão?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – De maneira bem resumida, Deputado, de fato eu tenho uma relação bastante antiga com relação a esse tema. Entreguei um livro para o nosso Presidente que trata desse tema, exatamente desse assunto. Um livro encomendado pelo próprio Governo à época e que me orgulha muito.

Enquanto atividade privada, nós demos curso para milhares de dirigentes sindicais sobre fundos de pensão.

Então, de fato, eu tenho uma ligação com o tema. Entretanto, no governo, é bom que se diga, eu tive relacionamento, sim, com os presidentes das entidades que dirigem fundos de pensão, que vivenciam o maior conflito societário na história do capitalismo brasileiro, já intensamente divulgado pela imprensa. Com esses três dirigentes, sim, tive contatos freqüentes. Com os outros... se o senhor me perguntar agora o nome de um presidente de fundo de pensão, de um diretor de um fundo de pensão fora esses três eu não sei dizer para o senhor. Eu nunca tive contato com nenhum desses dirigentes. Não tenho a mínima noção de quem é, quem seja, quem fazem, quem os indicou.

Por uma razão simples deputado...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Quando V. Ex^a fala dos três, fala de mais de 100 bilhões de patrimônio.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – É verdade. São eles os responsáveis pelos maiores ativos em fundos de pensão. Mas é bom agregar uma informação adicional para que se entenda melhor esse tipo de relação.

Fundos de pensão são entidades de direito privado. Eles têm em seus órgãos diretivos uma diretoria executiva, têm conselho deliberativo, têm conselho fiscal, têm associação de participantes, têm associação de entidades de fundos de pensão, têm sindicatos que

também são vigilantes com relação às atividades que alguns fundos exercitam.

Então, há todo um complexo protagonista que lida com essa temática. E por quê? Porque se trata de algo que movimenta interesses de milhares de pessoas. Um cidadão que bota o seu dinheirinho todo mês, por 10, 20 ou 30 anos, quer saber o que está sendo garantido para ele receber no futuro.

Tudo isso exige uma estrutura formal absolutamente forte. Então, eu diria que no caso do fundo de pensão, nós temos essa estrutura. A relação que eu estabeleci por conta desse conflito societário também se deu muito fortemente porque fui vítima de uma ação de espionagem, pela maior empresa de espionagem do mundo, pago a mando de um empresário ligado a essa temática.

Era natural, até por essa razão, que eu estivesse pelo menos atento para saber o que estava acontecendo. A final de contas, ser vítima de uma ação de espionagem, de maneira ilícita, não é uma coisa comum.

Por outro lado, tenho muito claro que um princípio fundamental que deve regular o fundo de pensão, qual seja, de que recursos de fundo de pensão são patrimônio dos trabalhadores – esse é o princípio básico, fundamental, que deve reger o funcionamento de um fundo de pensão – e que não podem ser objeto de interesses muitas vezes conflitantes com a dos trabalhadores de um fundo. Interesses privados.

Os fundos não podem ser objeto de manipulação de interesses privados que venham a conflitar com aquilo que é fundamental na vida dos trabalhadores, que é o exercício de uma acumulação de renda para garantir um futuro melhor.

Tudo isso, Deputado, marcou a minha vida nesta área. Mas, já como Governo, não houve necessidade de nenhuma intervenção de minha parte. E se pedissem para mim sugestões, eu daria com o maior prazer. Não vejo nenhum mal nisso, pelo contrário. Se alguém me perguntasse como fazer, que opinião eu daria, eu daria com o maior prazer, não só como incumbência pública, a final de contas, estou no Governo. Em uma área que eu conheço, se alguém pergunta se eu posso sugerir uma opinião, é evidente que eu vou dizer que sim. O que eu não posso é me imiscuir em áreas que não da minha atribuição, até porque a lei me impede. Mas, como um homem de Governo, ter preocupação com isso, creio ser absolutamente natural.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. Ex^a, alguma vez, nessas interlocuções, foi consultado sobre algum investimento possível dos fundos de pensão?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. Ex^a lembra-se de algum conselho que tenha dado a esses... Aqui, o Pizzolato afirmou: “No período em que estive na Presidência do Conselho, os presidentes dos fundos conversavam periodicamente com Gushiken”. Eram conversas periódicas. Estamos investigando os fundos. Vou repetir que é linha de investigação – mas não significa que vá se confirmar – desta CPMI a possibilidade de os fundos, efetivamente, terem alimentado situações que beneficiavam partidos ou campanhas políticas de partidos ligados entre si. Estilo aplica no Banco Rural, no BMG, que daí eles oferecem empréstimos impagáveis a partir dos políticos. Toda matéria que sai na imprensa, alguns depoimentos, faz parte desse tipo de referência que V. Ex^a, realmente, tem uma ascendência enorme sobre V. Ex^a. Alguns deles se dizem até indicados por V. Ex^a. V. Ex^a disse que não há interferência nisso. Quem escolhe essas pessoas, de alguma forma, também o é pelos presidentes das estatais. Há um círculo vicioso nisso.

A primeira pergunta. V. Ex^a acha que há alguém que, de alguma maneira, pode ser tido, a partir dessa própria obra ou de outra – já que não sei se posso associar essa com o escritório, aquele escritório de que V. Ex^a fazia parte. Há uma idéia posta de que essa é a construção da mudança da Previdência. Com o intuito de fortalecer a previdência privada procedeu-se a toda essa reforma em que os servidores crêem que foram prejudicados. Em outras palavras, V. Ex^a seria o autor intelectual do prejuízo das aposentadorias públicas. Criou todo o instrumento, tanto no Governo anterior quanto no atual, no sentido de que se fortalecessem os fundos nos quais V. Ex^a é um mestre. Esse raciocínio, que não é meu, é repetido, tem procedência?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Deputado, permita-me, então, responder a algumas coisas e fazer uma correção sobre outra questão anteriormente respondida sobre investimento. V. Ex^a perguntou-me se alguma vez discuti investimentos com os fundos de pensão. Quero fazer uma observação. Houve um momento, sim, inclusive com o Presidente da República, em que na discussão sobre PPPs disse-lhe que os fundos de pensão eram instrumentos adequados para essa finalidade e que, certamente, mereceriam um debate. Cheguei a conversar – no início da discussão desse tema – com esses fundos que era importante que fizessem estudos técnicos sobre essa modalidade de investimento que esse mecanismo novo poderia suscitar. Houve, também, discussão de investimentos quando de uma conferência internacional organizada por esses fundos de pensão, os três maiores. Trouxeram os maiores fundos de pensão do mundo ao Brasil, para uma atividade da qual participei, juntamente com o Presidente. De fato,

lá também falou-se em investimento. Então, só para precisar melhor a resposta que dei a V. Ex^a.

No que tange à nomeação a que V. Ex^a fez referência de um dirigente de um fundo de pensão é verdade. Tenho dito e reiterado que no tocante à presidência da Petrus, que é o fundo de pensão da Petrobrás, sugeri à Ministra Dilma Rousseff que apreciasse o nome do Sr. Wagner Pinheiro, que possuía muita experiência com fundos de pensão por ter sido diretor de um. Por que fiz essa sugestão para a Ministra Dilma Rousseff? Porque no Governo de transição, assim que ela foi convidada para ser Ministra, era muito importante que ela tivesse algumas informações sobre algumas pessoas. No caso, o Sr. Wagner Pinheiro trabalhou com ela no governo de transição, ela já conhecia a habilitação técnica do Sr. Wagner Pinheiro nos vários debates que houve no Governo de transição. Quando eu disse: o Sr. Wagner Pinheiro também tem habilitação para fundos de pensão e a senhora deveria considerá-lo. Foi, então, que o Sr. Wagner Pinheiro posteriormente foi chamado para ser dirigente de um fundo de pensão. Entretanto, para ser dirigente de um fundo de pensão, o candidato tem que passar pela anuência, porque quem indica é a empresa patrocinadora. Não é? Eu fiz com a Dilma Rousseff porque ela teria que no futuro depois nomear também o Presidente da Petrobras. Então, foi esse procedimento que adotei com relação ao nome deste senhor.

No que tange à tese que o senhor esboçou, de que é da opinião de algumas pessoas que eu tinha como intuito estabelecer uma grande estrutura, que houvesse a drenagem dos recursos públicos para empresas privadas, eu quero dizer que isso é uma grande fantasia, Deputado, que sequer resiste à tecnicidade desta questão. E é muito simples explicar isso, como esse raciocínio é equivocado.

No caso brasileiro, nós temos três classes de regime de previdência. Na história da humanidade, o mais antigo regime previdenciário é o intrafamília; é aquela previdência na qual o idoso recorre à família para sobreviver na condição de necessitado. E essa modalidade previdenciária que não é formalizada é a mais antiga na História da humanidade e tem muita força no mundo contemporâneo.

A segunda modalidade de previdência é aquela em que o Estado assume a incumbência de proteger idosos e institui o regime de financiamento que nós conhecemos como regime de repartição simples, que é o que é adotado pelo Brasil; ele recebe dos trabalhadores ativos para pagar os inativos.

E a terceira modalidade é o sistema capitaliza-

do que recebe aquilo que depositou durante o longo tempo de poupança.

Quero dizer que esse raciocínio que diz que eu tentei inventar uma história e transferir recursos da previdência pública para mercado é uma absoluta insanidade técnica, porque no caso brasileiro – está escrito neste livro – não há nenhuma possibilidade de implantar em um sistema capitalizado porque o custo de transição de uma previdência pública seria monumental e quebraria este País. Está dito em grandes linhas neste livro, sugerindo que não se faça no Brasil o que se tentou fazer na Argentina e no Chile, porque no Brasil não dá certo. E na Argentina quebrou. Grande parte da crise Argentina se deveu a um custo de transição do regime previdenciário, que é exatamente essa tentativa de levar para a privada toda a incumbência previdenciária.

Então, Deputado, toda essa fantasia que se criou em torno do meu nome vinculado ao exercício de uma atividade privada, e com base em uma tese genérica, é de uma absoluta leviandade e carece de fundamento técnico e não tem sentido nenhum.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Mas V. S^a há de admitir que na medida em que o servidores públicos se vejam privados de uma garantia eles têm que lançar mão de um fundo e, portanto, V. Ex^a de alguma forma foi quem abriu o caminho para que fundos outros ocorressem.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não, Presidente, imagina eu não abri caminho.... Imagina! Eu não tenho a pretensão de abrir caminho para os servidores públicos.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Mas enquanto concepção. É aquilo que eu falei de início. Hoje, o funcionário público vai ter que lançar mão de fundos...

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Sr. Presidente, não é ter que lançar mão. Essa estrutura previdenciária é do mundo inteiro. Pelo amor de Deus! Nós não estamos inventando a roda em matéria de previdência no Brasil.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Mas que não era a pregação do PT. Só isso.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Também não é verdade. Mas, enfim, não vou ficar discutindo os postulados do Partido dos Trabalhadores.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Quando o Pizzolato também fez a seguinte referência em relação a operação Citi com o Previ, que foi feito aquele acordo todo que surpreendeu todo mundo, aquele ágio exagerado. E aqui as palavras do Pizzolato – e aqui ele fala “eles”, ele fala Presidência e diretoria da Previ: “Eles assinaram um acordo de mais de

um bilhão com o Citi, às escondidas, e depois a gente ficava sabendo por um fato relevante do Citibank na imprensa. Quando a gente tentava saber alguma coisa eles se irritavam e negavam informações”.

Há uma passagem que não estou localizando – e já tomei tempo demais – em que o Pizzolato fala com todas as letras que... Está aqui. Vou ler e aí concluo para passar para o Plenário.

Veja V. Ex^a: afirmação de um presidente. “Por que o senhor não veio a público relatar o que acontecia?” A resposta do Pizzolato: “Há uma série de restrições. Se um conselheiro procurar a imprensa estando no quadro da ativa, pode ser punido”.

Aqui estou reportando-me, para quem está ouvindo, os companheiros do Plenário, ao episódio do acerto do Citi com a Previ, aquele superfaturamento de 300% acima do valor das ações. Vou prosseguir e vou repetir para que haja um raciocínio contínuo.

“Há uma série de restrições. Se um conselheiro procurar a imprensa estando no quadro da ativa, pode ser punido. Eu agora sou aposentado. O fato é que muitas vezes eles mandavam as coisas para serem aprovadas a toque de caixa ou **ad referendum**. A questão se agravou a partir do segundo semestre do ano passado, por conta de uma decisão da Anatel que determinava à Previ fazer uma opção de escolher em qual ativo de telefonia ela ficaria. A Diretoria tomou uma decisão sem comunicar a ninguém.”

Aqui é que chamo a atenção: “Um dos conselheiros pediu uma reunião extraordinária para saber o que tinha acontecido, e eu convoquei. No dia da reunião, o Presidente da Previ viajou a Brasília e me ligou de lá quando instalei a reunião. Disse que havia conversado com o Ministro Gushiken, que estava indo ao encontro do Ministro Palocci e que era para aguardarmos, não tomarmos nenhuma decisão porque viria a fazer um relato. O Conselho decidiu marcar outra reunião para uns dias depois. Nessa reunião a gente resgatou um estudo que a Previ havia encomendado sobre a reestruturação do setor de telecomunicações. Pedimos em ata para a Previ levar esse parecer em consideração e aprofundar os estudos. Nesse mesmo dia o Sérgio Rosa me chamou para uma sala privativa. Eu perguntei: ‘O que está havendo? Não estou entendendo nada’. Ele disse: ‘Olha, tem interesse político nisso. Tem gente querendo se meter aí. Tem coisa de campanha no meio’.”

O que V. S^a diz? Em resumo: o Presidente da Previ esteve com V. S^a e com o Ministro Palocci, diante de uma operação que surpreendia o Conselho Deliberativo. Quando o Presidente do Deliberativo questiona a Direção, o Presidente do Executivo – não sei como se chama no Fundo –, que é o Sr. Sérgio, ele diz: “Olha,

fique na sua porque aí há coisa de campanha no meio”. Ou seja, aquela interferência de políticos nos fundos. O que V. S^a tem a informar sobre esse episódio, essa aquisição da Previ? Até onde sabia antes ou tomou conhecimento depois? Foi consultado sobre isso? E esse relato do Presidente Rosa? Enfim, que conhecimento V. Ex^a tem sobre isso?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Deputado, em primeiro lugar, sobre o depoimento desse cidadão, Pizzolato, eu não quero entrar no mérito desse depoimento. V. Ex^a é da CPML, sabe perfeitamente como proceder. O que eu posso é confirmar um fato, não sei se exatamente nesse calendário, mas de fato o Sr. Sérgio Rosa me procurou, perguntando se existia alguma decisão de Governo relativamente à tratativa que ele estava estabelecendo sobre o assunto Brasil Telecom, telefonias. Esse foi o assunto que o Sr. Sérgio Rosa colocou para mim. Eu disse: “Que eu saiba, se for pela coordenação de Governo, não há posição de Governo”. E ele me perguntou: “Mas vocês chegaram a discutir isso em algum lugar?” Eu disse: “Não”. E ele disse: “Então, vou proceder como estou procedendo, vou continuar na linha de defender os interesses dos funcionários da Previ e não há decisão de governo sobre isso. Não há e não tem sentido.”

Essa foi a conversa que tive com o Sr. Sérgio Rosa.

As ilações do Sr. Pizzolato são palavras dele, que V. Ex^a deve questionar, se for o caso.

Com relação às operações que a Previ vem desenvolvendo ao longo do tempo, muitas vezes, sim, peço ao Sr. Sérgio Rosa para me informar. Eu vejo na imprensa, e ele me informa. Como disse a V. Ex^a, tenho interesse em entender como uma operação dessa, que motivou um empresário a contratar a maior empresa de espionagem do mundo a fazer bisbilhotagem sobre a minha vida privada. Ignorar esse assunto seria uma insanidade. Então, tenho o maior interesse sim, e sei que, nesse conflito, estamos na presença do maior conflito societário na história do capitalismo brasileiro. Portanto, não se trata de pequena coisa.

Ainda que as decisões não sejam minhas, ainda que tecnicamente não tenha nada a oferecer a esses dirigentes de fundos de pensão, que são muito mais qualificados do que eu em assuntos que exigem pareceres técnicos complexos, tenho sim, como homem de governo, interesse neste assunto.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – V. Ex^a fez referência a que teria havido interceptação telefônica sua. Qual seria o interesse dessas pessoas que estariam interceptando?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Acho que V. Ex^a tem que perguntar a eles.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Mas V. S^a há de convir que eles estão ligados a algum seguimento comercial que fizesse com que eles tivessem interesse nas conversações de V. S^a. V. S^a tem algum desencontro com o Opportunity? Desentendimento?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não sei se o termo desentendimento é o termo que possa precisar as relações. A questão é a seguinte: é entendimento dos dirigentes dos fundos de pensão – e não são três, mas dez fundos de pensão, e aqui se faz referência a apenas três – de acordo com a visão técnica deles, em aceitando a proposta que continuamente vem sendo apresentada por esse empresário que hoje está em conflito, haveria uma queima dos valores dos ativos num extraordinário valor, o que significaria dizer que os funcionários, que são os detentores desse patrimônio, poderiam ter um grande prejuízo, colidindo com aquilo que é essencial na tarefa deles.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– A pergunta é um pouco diferente. Se V. S^a não tem absolutamente nada a ver com os fundos, por que o Opportunity está preocupado?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Quero dizer a V. Ex^a que há muito tempo atuo com essa temática, desde a época de Deputado Federal. Participei da CPI dos Fundos de Pensão, fui um dos primeiros parlamentares a levantar essa temática, e a minha base eleitoral, que era formada pelo Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, tinha fundos de pensão e sempre era instado a responder a respeito de assunto desse tipo e naturalmente me especializei nessa matéria.

Depois, formando dirigentes sindicais, porque na Constituição Federal de 1988 e na Lei Complementar aprovada em 2000/2001, houve a possibilidade de, nos fundos de pensão, elegerem-se metade dos membros do conselho deliberativo a partir da vontade dos participantes.

Com base nesse grande movimento que a legislação criou, a minha relação com os dirigentes sindicais para que eles pudessem se capacitar para o exercício dessa função certamente deve ter levado à apreciação de algumas pessoas – não sei se é o caso desse empresário – a idéia que eu poderia ter influência sobre esses dirigentes, visto que Sérgio Rosa foi diretor eleito da Previ, foi diretor do sindicato junto comigo; Wagner Pinheiro também...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Ou seja, V. S^a não tem absolutamente interesse nenhum, nada a ver com as transações da Brasil Telecom? Esse pessoal está equivocado nas ilações?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Na Brasil Telecom não. Eu tenho interesse que o Sr. Sérgio Rosa e Wagner

Pinheiro administrem os fundos de pensão, dentro dos parâmetros que são essenciais para existência dos fundos de pensão, qual seja o de defender os interesses dos trabalhadores, dos participantes.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Mas para isso existem os fundos que atuam, que são privados. Enfim, V. S^a conhece Walmir Camilo?

O LUIZ GUSHIKEN – Conheço.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. Ex^a tem conhecimento de uma denúncia dele, que chegou a pedir a destituição do Presidente da Previ?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Soube pela imprensa.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Tem algum comentário a fazer sobre isso?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Acha que ele está equivocado no raciocínio dele?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Acho.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Ele é o Presidente da Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Isso.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– E ele não está traduzindo os interesses dos associados, na medida em que ele está equivocadamente se manifestando?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Nesse caso, acho que representa melhor o Sr. Sérgio Rosa.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Uma última pergunta, antes que eu apanhe dos meus companheiros.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Vamos querer o mesmo tempo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. S^a já ouviu falar – e aí voltando para a Secom – em longo alcance?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Como?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Longo Alcance, uma empresa que se chama Longo Alcance?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sediada em São Paulo? Nunca ouviu falar?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– A informação que se tem é que todas as divulgações procedidas na publicidade oficial não se operam se necessariamente não houver uma manifestação dessa Longo Alcance, que esta sediada em São Paulo. Nenhuma informação sobre isso tem V. S^a? Longo Alcance, está aqui. Nunca ouviu falar?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Certamente o Plenário agradece ao Relator e nós igualmente.

Eu gostaria, antes de passar a palavra aos inscritos, de consultar S. S^a, Luiz Gushiken, sabendo que está sob prescrição médica, se deseja um espaço para...

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Obrigado, podemos continuar.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Passo a palavra ao primeiro inscrito, Deputado ACM Neto, pelo prazo de quinze minutos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a V. Ex^a o tratamento proporcional que deu ao relator no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Assim também já é demais.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Srs. Congressistas, Sr. Luiz Gushiken, eu gostaria de solicitar a V. S^a respostas as mais objetivas possíveis porque, infelizmente, diferentemente do relator, só temos quinze minutos.

V. S^a foi o grande responsável pelas campanhas de publicidade do Governo Federal, e em sua última edição lançou: “Bom exemplo, essa moda pega”. Então, a primeira que faço: V. S^a considera que o PT deu um bom exemplo ao Brasil, no Governo?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Considero que o Governo Lula é o governo que honra a aspiração, o sonho de milhões de brasileiros em que há pela primeira vez um governo que, voltado para o social, pensa na população mais pobre deste País.

O PT, tenho dito, talvez V. Ex^a não tenha estado na exposição inicial, que o PT é maior que a direção, é maior que a crise. Esse Partido representa a vontade de milhões de pessoas, de milhares de filiados, de milhares de vereadores, centenas de prefeitos, deputados federais, senadores, governadores. E, portanto, é maior que a crise, é maior que a direção, Deputado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Pergunto, nessa mesma lógica, se o senhor considera que o então Ministro José Dirceu deu também um bom exemplo? Ou ele está enquadrado dentre aqueles dirigentes do PT que incorreram em erros e, por isso, deve ser punido?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Conheço o Ministro José Dirceu há muito tempo. Milito com ele no Partido há muito tempo. Tenho por ele o maior respeito. Tive muitas divergências com ele, mas nada que não seja natural no campo da política. De maneira que tenho essa afeição pessoal pela militância, pela capacidade

de política que ele sempre demonstrou na história do partido.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Diante da declaração de V. S^a que teve divergências com o então Ministro José Dirceu, pergunto-lhe se teria condições de explicitar a esta Comissão pelo menos dois exemplos de divergência que foram evidentes no período em que V. S^a era Ministro da Secretaria de Comunicação e o Deputado José Dirceu era Ministro Chefe da Casa Civil.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Bom, Deputado, algumas foram objeto inclusive de polêmica na imprensa. Eu apenas quero dizer a V. Ex^a que...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Por exemplo.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – ...no debate de política de aliança, por exemplo, relativamente ao papel do PSDB, houve uma polêmica que a imprensa alavancou, potencializou, exagerando o grau de divergências que eu tinha com o ex-Ministro José Dirceu.

Agora, Deputado, é muito natural que num coletivo haja divergências de idéias; isso é natural numa família, num clube social, num governo, no plenário de qualquer instituição. Não vejo por que se desenvolver a tese de que polêmica, divergências são coisas antinaturais.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Então, permita-me tentar ajudar V. S^a. Será que uma dessas divergências não se travou acerca do entendimento que o então Ministro José Dirceu tinha, de um lado, e que V. S^a tinha, de outro, sobre os negócios que envolviam o empresário Daniel Dantas, dono do Grupo Opportunity, e os Fundos de Pensão?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Deputado, o Ministro José Dirceu nunca conversou comigo sobre o tema Daniel Dantas, tema Opportunity. Esse é um assunto que eu, como disse aqui neste plenário, sempre tive interesse de receber do Sr. Sérgio Rosa, em particular; quando se tratava de decisões, ele me informava – encontrava-me com Sérgio Rosa com uma certa frequência quando ia ao Rio de Janeiro. Mas com o ex-Ministro José Dirceu esse tema nunca foi tratado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Vejo, Sr. Luiz Gushiken, uma primeira contradição no depoimento de V. S^a, porque, na sua explanação inicial, V. S^a fez questão de dizer que não tratava de temas específicos que se referiam aos fundos de pensão. Até nos disse aqui que, se fosse, eventualmente, chamado estaria pronto para dar os conselhos necessários. Mas, no entanto, diante das indagações do Deputado Osmar Serraglio e diante dos fatos, fica constatado que pelo menos o Sr. Sérgio Rosa recorria a V. S^a frequentemente para discutir assuntos que

eram próprios da Previ, um dos maiores fundos de pensão do Brasil.

Sobre esse tema, quero explorar um pouco as divergências que são evidentes entre os interesses dos fundos de pensão e o grupo do Sr. Daniel Dantas, perguntaria a V. S^a os seguinte: V. S^a tem ciência de que o empresário Daniel Dantas tenha feito algum outro tipo de ação como a que foi feita contra V. S^a, que V. S^a classificou como espionagem, supostamente patrocinada pela Kroll? Houve algum outro tipo de ação que não tenha sido revelada, que não tenha sido levada ao conhecimento público?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Deputado, rapidamente, primeiro, o Sr. Sérgio Rosa nunca recorreu a mim para tomar alguma decisão. O Sérgio Rosa conversava comigo, ele é meu amigo pessoal, inclusive. Mas recorrer para tomar decisão, ele nunca o fez, até porque ele é a pessoa mais apta para decidir.

Segundo, não vejo contradição nenhum naquilo que disse que não tratava de assunto específico com o fato de conversar com o Sr. Sérgio Rosa. O senhor é de família de políticos e sabe muito bem que um membro do governo conversa sobre vários assuntos, e é uma obrigação dele conversar. Só faltava dizer que a gente não conversa sobre assuntos da política.

Observe o seguinte, Deputado: quando disse que não tratava de assuntos específicos sobre fundo de pensão, é que nunca tratei com fundos de pensão sobre dirigentes de fundos, sobre que grau de investimento deve ser realizado, que tábua de mortalidade, que tábua de atuária deve ser utilizada, isso nunca foi objeto de uma conversa minha.

Só fazendo uma ressalva sobre as ponderações que fez V. Ex^a, pois não vejo contradição. No que tange ao Sr. Daniel Dantas, desconheço qualquer outra ação que ele possa ter feito.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Entendo que um membro de governo pode ter absoluta possibilidade de tratar de qualquer tema que seja próprio do governo. Agora, soa estranho, no mínimo estranho, não quero fazer nenhum tipo de ilação, o fato de Secretário de Comunicação, que deve cuidar da publicidade oficial, indicar pelo menos três dirigentes dos mais importantes fundos de pensão do Brasil – Reconhecidamente, o Sr. Sérgio Rosa, da Previ, o Sr. Guilherme Lacerda, da Funcef, e o Sr. Wagner Pinheiro, da Petros.

Mas continuo a minha indagação perguntando a V. Ex^a o seguinte: entre os documentos envolvendo o nome do senhor estariam alguns *e-mails* trocados com o Sr. Luiz Roberto Demarco. V. S^a confirma essa informação?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Confirmo, confirmo e retifico a afirmação anterior do senhor. Eu não indiquei os três dirigentes. Eu sugeri à Ministra Dilma o nome do Sr. Wagner Pinheiro e o do Sr. Sérgio Rosa e do Sr. Guilherme não. Mas, se o fizesse, teria o maior orgulho de tê-lo feito.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Tudo bem. Pergunto a V. S^a: diante da confirmação de que trocou *e-mails* com o Sr. Demarco, qual foi exatamente o objeto dos entendimentos ou dos diálogos que V. S^a manteve com ele?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não me recordo e não tive acesso àquilo que foi obtido por atividade de espionagem.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Foi ele que, por acaso, montou a loja virtual do PT?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Foi.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Foi ele quem montou a loja virtual do PT. Muito bem.

V. S^a sabia que o Sr. Cássio Casseb reuniu-se, já no Governo Lula, com os executivos da Telecom Itália em Lisboa?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não. Em Lisboa não. Eu sabia que o Sr. Cássio Casseb, por conta de ser patrocinadora desse fundo de pensão, houve momentos em que ele estava tendo contatos. Exatamente com quem e para que nunca soube.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – V. S^a não saberia informar do que eles trataram?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não, senhor.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Perguntaria a V. S^a tinha conhecimento de que a Telecom Itália fizesse pagamentos a políticos de Santo André e Ribeirão Preto?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não, senhor.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – V. S^a tinha conhecimento de que a Telecom Itália fizesse pagamentos a políticos de Santo André e de Ribeirão Preto?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não, senhor.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Nunca ouviu falar. Muito bem.

De acordo com notícias veiculadas na imprensa, V. S^a “sempre conseguiu barrar a abertura de portas no Governo Lula para o Sr. Daniel Dantas, argumentando que a aliança do empresário com os fundos de pensão seria prejudicial aos funcionários”, o que me parece que V. S^a já confirmou. Pergunto: V. S^a considera que os fundos eram submissos ao Grupo Opportunity?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Deputado, a minha relação com esse caso é uma relação onde a minha confiança nos dirigentes dos fundos de pensão é uma confiança total. O que eu... Eu nunca entrei em assuntos relativamente a juízos de valor. Apenas queria saber quais os desdobramentos que isso poderia ter nesse conflito. Agora, se isso implicava algum juízo de valor não foi objeto de nenhuma discussão minha até porque não precisava. O assunto Opportunity e Previ é muito antigo. O Sr. Sérgio Rosa, antes de ser homem de Governo, de ser Presidente da Previ, foi diretor eleito.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Pergunto a V. S^a se não considera que os fundos erraram em manter sob sigilo o acordo com o Citibank, pois uma operação dessa magnitude deveria ter sido comunicada aos associados e conselheiros. V. S^a não concorda?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Deputado, esse assunto é um assunto a que os dirigentes da Previ deram o tratamento adequado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Como V. S^a vê as notícias que insinuam a proximidade entre o Sr. Daniel Dantas e o ex-Ministro José Dirceu? V. S^a acha que pode haver fundamento nessas afirmações?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Deputado, assim como eu, assim como qualquer Ministro, o Ministro José Dirceu também teve relacionamento com “n” políticos, “n” empresários porque isso é da função dele.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Mas especialmente o Sr. Daniel Dantas.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não, não tenho juízo de valor sobre a relação que ele teve com o Sr. Daniel Dantas, como qualquer outro político ou outro Deputado. Faz parte da missão dele como Ministro da Casa Civil.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Quando V. S^a atuava como consultor de fundos de pensão, chegou a realizar alguma operação ainda que indireta com a corretora Guaranhuns?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não, senhor. Deputado, só para esclarecer, a consultoria de Previdência que fazia a minha empresa não era ligada a investimentos financeiros; era ligada mais à capacitação de dirigentes e a aplicação de modelos de atuária, que é outra área que não tem nada a ver com investimentos financeiros.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – No episódio em que a Telemar investiu R\$ 5 milhões na empresa Game Corp, de propriedade do Sr. Fábio Luiz da Silva, um dos filhos do Presi-

dente Lula, e dos irmãos Kalil e Fernando Bittar, filhos do ex-Prefeito de Campinas Jacó Bittar, a Companhia Telefônica e o Grupo Trevisan, que assessoraram a negociação, admitiram que a Telemar tinha conhecimento de que o filho do Presidente Lula era um dos sócios da Game Corp, apesar de inicialmente terem divulgado o contrário. Segundo noticiou a imprensa, além da Telemar, a Brasil Telecom também ofereceu proposta para a compra de ações da Game Corp e encaminhou a proposta diretamente aos sócios da empresa em 18 de agosto de 2004, inclusive para o Sr. Fábio Luiz Lula da Silva.

Então, quero explicar. Pelo que se tem conhecimento, houve uma disputa entre a Brasil Telecom e a Telemar pela aquisição das ações – pouco valiosas em curto prazo, porém talvez muito valiosas em médio e longo prazo – da empresa da qual um dos sócios era o filho do Presidente Lula. No entanto, essa operação acabou sendo resolvida com o negócio conhecido da Telemar.

A primeira pergunta que eu faço a V. S^a: conhece o Sr. Fábio Luiz da Silva?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Sim.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Com que frequência V. S^a mantém contatos ou já manteve contatos com ele?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Contatos muito, muito esporádicos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – V. Ex^a conhece os Srs. Kalil e Fernando Bittar?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Conheço.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – V. Ex^a conhece a Produtora M7?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Porque a Produtora M7, que era de propriedade dos irmãos Bittar, realizou muitos negócios com uma das empresas de comunicação que detém a conta da Presidência da República: a Matisse Comunicação. Eu faço uma pergunta ainda sobre esse tema. V. Ex^a chegou a conversar alguma vez com o Presidente Lula aconselhando-o, na qualidade de amigo, que ele evitasse que o seu filho realizasse algum tipo de negócio com a Brasil Telecom?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Deputado, eu somente vim conhecer esse assunto pelos jornais e digo mais: acho perfeitamente natural que um filho do Presidente, como o filho de qualquer cidadão, tenha o direito de constituir a empresa que bem entenda. Esse é um direito de qualquer cidadão.

E mais ainda: eu conheço o seu Kalil do ponto de vista da sua capacidade técnica. Ele tem uma em-

presa que é um produto altamente sofisticado e muito qualificado no campo. Acho perfeitamente natural. Não vejo nenhum nexos, que o senhor fez, a respeito de ligações entre interesses da Brasil Telecom com Telemar etc.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Alguns...

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não vejo nenhum nexos. Apenas vejo o exercício de um cidadão que tem o direito legítimo de constituir uma empresa e disputar o espaço no mercado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Para alguns, Sr. Luiz Gushiken, soa como uma extensão da disputa que se deu em torno do controle da Brasil Telecom essa disputa também pela associação com o filho do Presidente Lula.

O Sr. Daniel Dantas virá aqui, será questionado e muito. Uma das perguntas que eu adianto que farei para ele é se por acaso o grupo de que é sócio, proprietário, controlador pagou despesas do filho do Presidente Lula em viagens que ele fez para o exterior analisando esses mercados. Porque, se isso aconteceu, prova que a Brasil Telecom participou e teve interesse em adquirir uma parte das ações da Empresa Game Corp.

A última pergunta, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – O senhor está falando isso como uma afirmação?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Não, eu estou fazendo como uma observação, antecipando o que pode acontecer.

No que se refere aos contratos de publicidade da Presidência da República, eu indago: como estão sendo tratadas pelo Planalto as renovações dos contratos de publicidade com as Agências Duda Mendonça, Matisse e Lew Lara?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Deputado, depois que eu saí dessa área, eu não mais discuti esse tema. Mas eu imagino que o Ministro Dulce esteja fazendo isso de acordo com o interesse maior da Secom.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Expirou o seu prazo. Eu peço a V. Ex^a que se reinscreva. Temos 27 inscritos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – É a última, Sr. Presidente.

V. Ex^a poderia nos dizer em razão de quais critérios o Planalto resolveu não renovar o contrato com a agência do Sr. Duda Mendonça e renovar com as Agências Lew Lara e Matisse?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Deputado, não sei dizer. E como disse ao senhor, não conversei com o Ministro Dulce a respeito do assunto e penso que ele seria a pessoa mais qualificada para oferecer explicação. Não

é minha área de atribuição, de maneira que eu omito o meu julgamento sobre esse assunto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Eu me inscrevo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Eu agradeço a V. Ex^a.

Peço a compreensão dos ilustres Parlamentares, porque temos 27 inscritos, e o cumprimento do prazo seria muito oportuno.

Passo a palavra ao Deputado Eduardo Paes.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Congressistas, Sr. Luiz Gushiken, ouvi aqui – queria me referir ao assunto como introdução – uma indignação que, em qualquer situação, pareceria natural em razão de algumas questões levantadas pelo Relator. Talvez eu me sinta obrigado a fazer este esclarecimento a V. S^a, porque esta CPMI, Sr. Gushiken, ao longo dos últimos meses, começou com denúncias que a princípio o Governo dizia que eram denúncias que não tinham provas, de um Deputado que estaria simplesmente tendo interesses atingidos e, de forma irresponsável, estaria acusando os outros de coisas que não aconteceram.

Ao longo do tempo, Sr. Gushiken, o que esta CPMI foi identificando é que o Deputado Roberto Jefferson – que deve ser cassado no dia de hoje –, na verdade, foi tímido nas acusações que fez, pois o escândalo de corrupção envolvendo diretamente o Poder Executivo, pessoas muito próximas ao Presidente da República, envolvendo atores do Poder Legislativo, era muito maior do que dizia o Deputado Roberto Jefferson. Vários desses atores aqui, Sr. Gushiken, estiveram nesta CPMI e mentiram deslavadamente com afirmações que, logo em seguida, se comprovaram falsas. Existem casos notórios: o Secretário-Geral do Partido de V. S^a; o tesoureiro do Partido de V. S^a; vários deles estiveram aqui e foram – usando uma expressão popular – “pegos na mentira”.

Portanto, é importante que V. S^a se lembre de que, juntamente com todos aqueles que tiveram algum tipo de interface e relação com esses atores e poder de comando nesse processo, V. S^a era uma figura do núcleo duro do Presidente Lula, do Palácio do Planalto, cuidando justamente das agências de publicidade – até esse momento o núcleo central dessa crise está numa agência de publicidade. Tudo isso faz com que todos tenhamos, no mínimo, direito de estabelecer algumas dúvidas profundas e até tecer afirmações que eventualmente possam não ser do seu agrado.

Começaria perguntando justamente se V. S^a poderia me explicar por que perdeu as funções de Ministro, o *status* de Ministro e algumas das funções que detinha?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Na verdade, no dia em que apresentei ao Presidente a problemática, o fiz com intuito de renúncia do cargo. Apresentei a carta de renúncia ao Presidente. E ele pediu para que eu ficasse. Eu sugeri a ele, então, que adotasse medidas: primeiro, que eu não deveria continuar como Ministro e não fazer parte da coordenação. Depois, ele perguntou se a Secom deveria fazer parte da Presidência da República ou se poderia fazer parte de algum outro órgão dependente. Eu falei que poderia, sim.

E por que razão concordei com o Presidente em continuar no Governo e sugeri que não ficasse como Ministro, nem na coordenação? Por uma razão muito simples. Pensei que, preventivamente, era importante evitar que, como eu estava sendo foco de denúncias infundadas, de acusações sobre a minha vida pessoal, familiar, com referência a fundos de pensão... Esta CPMI mesmo, durante um bom tempo, admitiu uma tese de que os recursos de Marcos Valério tinham origem nas contas de publicidade do Governo Federal. Isso foi martelado continuamente pela CPMI e pelos veículos de comunicação. Tudo isso colocava numa situação delicada a minha figura, que tem proximidade com o Presidente. Eu disse: “Presidente, não ajudo o Senhor assim. Por mais esclarecimentos que ofereço, está muito difícil de explicar”.

Foi esse o caso. Não sei se expliquei adequadamente.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Está muito claro. Agradeço a explicação.

Quero inclusive afirmar que esta CPMI ainda não abandonou essa tese, porque existe uma série de elementos que comprovam irregularidades na execução desses contratos. Não estou aqui dizendo que V. S^a tenha cometido diretamente essas irregularidades. Mas, da execução desses contratos, já foram identificadas uma série de cobranças de faturas emitidas contra os clientes do Governo do Sr. Marcos Valério, que, na outra ponta, não eram repassadas aos agentes de comunicação ou empresas de publicidade. Por exemplo, se o senhor não sabe, o Sr. Marcos Valério, na hora de propor as suas agências, de propor a execução de alguns serviços, apresentava três propostas na tomada de preços, todas assinadas por funcionários dele. Portanto, há muita corrupção, sim, na execução dos contratos do Sr. Marcos Valério. É importante que o senhor saiba disso, a CPMI sabe que tem outras origens, mas essa é, certamente, uma das origens. Inclusive, até o indagaria. O senhor falou aqui sobre desconto de mídia. Como era feito esse controle do desconto de mídia conseguido? O senhor falou que, na hora em que se uniram todas as contas do Governo, se conseguia um desconto enorme de mídia.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Existem tabelas que as empresas de comunicação oferecem para as agências de publicidade. A inovação que foi implementada foi em função do método. Antigamente, em cada estatal ou em cada Ministério, as agências negociavam uma campanha tópica com base no preço de tabela e pedia um desconto. A lei atribui à agência de publicidade a incumbência de negociar preços, no suposto de que essa agência estará defendendo os melhores interesses do negociante. É isso que a lei define.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Quando há esse desconto, parece-me que esse desconto deva reverter para os cofres públicos.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não, não. A Globo, por exemplo, diz: “Olha, eu tenho um preço de tabela “x” e te dou um desconto de x%”. Não é que há devolução de recurso. Há um desconto como se faz na compra de um produto. Existe uma tabela que orienta a ação entre o veículo e a agência de publicidade. No caso específico, o que conseguimos inovar foi evitar a fragmentação negocial, seja por conta de deixar cada agência realizar, seja por conta de ser uma campanha tópica. Uma agência da Petrobrás negociava, digamos, o lançamento da Lubrax por uma semana. Lá, vinha o preço do veículo por uma semana. O que nós fizemos? Negociamos o pacote inteiro de todas as estatais, Ministérios, com os principais veículos, oferecendo para os veículos um fluxo de caixa por um certo período, tendo, como contrapartida, um certo desconto.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Só para a sua informação, também a CPMI já apurou em diversos casos que alguns desses descontos oferecidos o Sr. Marcos Valério não repassava a alguns dos seus clientes, especialmente o Banco do Brasil e a Empresa de Correios e Telégrafos. Eu não gosto, Ministro, Sr. Gushiken, de tratar questões de familiares, mas a imprensa veiculou uma notícia de que duas revistas especializadas, a **Investidor Institucional** e **Investidor Individual**, de propriedade do cunhado de V. S^a, Sr. Luis Leonel, tiveram suas receitas bastante ampliadas durante o governo Lula em razão da veiculação de publicidade estatal. V. S^a tem alguma coisa a comentar a respeito disso? Para todos nós, soa, no mínimo, estranho.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Deputado, o meu cunhado tem uma editora, Editora Ponto de Vista, que tem quatro revistas. Dessas quatro revistas, duas revistas são antigas e têm o Governo Federal como cliente há anos e anos e anos.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Com valores menores?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Foi em valor menor conforme ele noticiou na imprensa. Deixo, inclusive,

um exemplar para a CPMI, porque essas revistas mostram que o mercado anunciante privado é o maior responsável pelos seus anúncios. O que eu posso dizer ao senhor é que eu jamais nunca discuti com essa editora, com o diretor dessa editora, qualquer tipo de relação que houvesse favorecimento a essa revista. Aliás, devo dizer ao senhor que a Secom, que tem uma verba relativamente grande, sob gestão direta do Ministro, nunca aplicou recurso nenhum nessas revistas. Elas tiveram sempre aquelas empresas que, tradicionalmente, aplicavam nelas.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Agora, V. S^a há de convir que pode ter sido alguém, talvez, tentando lhe agradar, porque, inclusive, essas revistas não são nem filiadas ao Instituto de Verificação de Circulação. Quer dizer, não sabe nem... Não há confirmação do número de tiragem dessas revistas.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não... O IVC contém um número muito reduzido de sócios que assinam com ela. A maior parte dos jornais deste País não tem ligação com a IVC.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Mas há várias empresas de consultoria...

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Existem.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Que podem fazer esse tipo de amostragem. Enfim, é, no mínimo, estranho.

Em depoimento a esta CPMI, o Sr. Airton Dipp disse muito claramente que os editais todos de licitação dos Correios que deram a vitória às empresas do Sr. Marcos Valério foram feitos pela Secom. Trata-se de algo absolutamente estranho para nós, Sr. Gushiken, o que o Relator já falou e que, para mim, não ficou claro. Dos cinco membros da Comissão da Licitação, três tinham relação direta com a Secom. V. S^a poderia talvez tentar esclarecer um pouco melhor para os membros desta Comissão de que forma se deu essa escolha?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Posso. Deputado, em primeiro lugar, o ex-Presidente dos Correios, Sr. Dipp, não está errado quando diz que os editais de licitação não feitos pela Secom. A Secom é obrigada por lei a oferecer um modelo padrão de edital de licitação, e qualquer alteração que vier a ser feita por um determinado órgão pede o parecer da Secom – isso é praxe, é determinação legal. No que tange às escolhas dos membros da Comissão de Licitação dos Correios, eu quero chamar a atenção para o seguinte fato, Deputado: de fato, dos cinco membros da Comissão de Licitação, três eram servidores dos Correios. Ocorre que...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sendo um indicado pela Secom.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Acontece o seguinte: nós tínhamos acabado de aprovar um decreto que

estabelecia que a Secom teria maioria. Essa maioria – eu disse aqui nesta Comissão – só foi exercida minoritariamente no universo de licitações de que a Secom participou. O espírito desse decreto era oferecer a alguns Ministérios ou estatais que não teriam pessoas habilitadas para o exercício de uma análise técnica de comunicação usufruir dos técnicos da Secom. Então, veja: nos casos dos Correios, como das outras grandes empresas, todas tiveram seus funcionários como pessoas que compunham majoritariamente... E veja: nos Correios, no ano 2000, foi feita uma licitação também. No ano 2000, a licitação nos Correios teve cinco membros, dois eram funcionários dos Correios – era minoria –, e três foram indicados pelo Governo, da seguinte maneira: dois pela Secom, um pelo Ministério de Comunicação. Então, já no ano 2000, o Governo exerceu a maioria.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – A grande diferença, Sr. Gushiken – o senhor vai-me perdoar –, é que, no ano 2000, salvo engano meu, a agência de publicidade vencedora não era pagadora de uma espécie de caixinha que atendeu aos interesses do Partido do Governo. Por que razões...

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Eu repudio essa afirmação que faz V. Ex^a.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Eu quero dizer a V. S^a que eu afirmo e reafirmo: a agência de publicidade – caso V. Ex^a ainda não tenha entendido o que se passa aqui – vencedora dos contratos da Empresa de Correios e Telégrafos e do Banco do Brasil é a agência do Sr. Marcos Valério. O Sr. Marcos Valério é o melhor amigo do Sr. Delúbio Soares, tesoureiro do Partido de V. S^a, próximo ao Presidente da República, e essas figuras criaram uma espécie de um caixa que saiu distribuindo recurso para todo tipo de uso do Partido dos Trabalhadores, pagando a Parlamentares aqui, pagando a advogado do PT em caso de Santo André. Portanto, V. S^a não tem o direito de repudiar aqui as afirmações que nós fazemos, porque são afirmações que têm fundamentação e comprovação, Sr. Gushiken. V. S^a tem que entender...

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Deputado, eu repudio as ilações que o senhor fez em relação ao Governo.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Não, eu faço e reafirmo as ilações em relação ao Governo.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Mas eu as repudio.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Mas eu quero dizer a V. S^a que V. S^a tem que entender que esta Comissão já comprovou muito mais do que foi denunciado inicialmente, e esse Sr. Marcos Valério esteve nos intestinos deste Governo, esteve muito próximo de figuras que comandavam esse “núcleo duro” do Governo que V. S^a diz que é tão preocupado com

o social. Essa não é uma realidade que a população está vendo.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Inclusive o *know how* foi do seu partido, não é, Deputado?

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Mas eu queria... Não estou aqui querendo debater com V. S^a questões do meu partido. Eu quero que V. S^a...

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Peço a V. Ex^{as} que mantenham a urbanidade.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Nós estamos aqui mantendo a urbanidade. Peço a V. Ex^a, Presidente, que peça ao Sr. Gushiken que entenda que ele não está aqui para um debate parlamentar nem para um debate político. Estou tratando-o com todo respeito e educação, e nós estamos aqui, sim, num processo de investigação envolvendo o Governo do Presidente Lula, envolvendo pessoas muito próximas ao Presidente da República e envolvendo agência de publicidade.

V. S^a comandou as agências, toda a área de agências de publicidade deste Governo. V. S^a era Ministro da Secretaria de Comunicação. Portanto, V. S^a não pode estar tão indignado aqui que os Parlamentares – V. S^a já foi um – estejam investigando e levantando dúvidas. Repito, como lhe disse anteriormente: vários dos que vieram aqui e que tinham poder de comando no Partido dos Trabalhadores mentiram deslavadamente. Portanto, peço a V. S^a que manifeste a sua indignação, mas nós temos aqui que apurar, Sr. Gushiken.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Deputado, peço desculpas se fui mal entendido.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Talvez tenha sido, e talvez o Relator...

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Ou então talvez V. Ex^a não proferiu corretamente, porque eu me senti ofendido. Quanto a todas as afirmações que fez V. Ex^a a respeito do trabalho importante que esta CPMI está desenvolvendo, não tenho nada contra; pelo contrário, acho que é um trabalho elogioso. Agora, o que não posso aceitar, como membro do Governo, eventual acusação infundada.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Ministro, não quero dizer aqui que foi uma eventual acusação, quero dizer aqui que há uma seqüência de acusações comprovadas já contra o Governo. Já passamos até de uma certa fase das ilações, estamos aqui afirmando comprovadamente uma série de irregularidades e de casos de corrupção no Governo do Presidente Lula. Isso não nos é agradável, V. S^a sabe disso, para nenhum parlamentar aqui...

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Deputado, inspirado o prazo de V. Ex^a, peço a compreensão de V. Ex^a, em respeito aos colegas.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Peço a V. Ex^a que me dê um pouco mais de tempo em razão do debate.

Vou me reescrever, Sr. Presidente, mas só uma última pergunta.

O Jornal **Correio Braziliense** do dia de ontem – só para entrar um pouco nessa questão dos fundos de pensões, depois vou me reescrever – traz uma matéria muito grande chamada “Fonte do Caixa Dois”: “A chave da arca do tesouro dos fundos de pensão teria sido dada a Rêgo Filho” – que é um empresário conhecido no ramo como Pororoca – “e ao atual chefe do núcleo de assuntos estratégicos da Presidência da República, Luiz Gushiken, ainda na época em que era Ministro da Secretaria Especial de Comunicação Institucional”.

Enfim, a matéria avança – V. S^a certamente leu a matéria – sobre o envolvimento de diversas figuras do Partido dos Trabalhadores do meu Estado, no Rio de Janeiro, e sobre diversos envolvimentos em relação a alguns fundos de pensão. Inclusive, diz que esse Sr. Haroldo de Almeida Rêgo Filho – o Pororoca – teria oferecido a V. S^a uma homenagem na casa dele em Angra dos Reis. Enfim, gostaria que V. S^a – V. S^a certamente leu a matéria; nosso tempo já se esgotou – comentasse brevemente a matéria, para que, talvez, depois possamos voltar a ela na minha reinscrição.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Pois não, Deputado. Agradeço, inclusive, a oportunidade que V. Ex^a me oferece de explicar uma calúnia, uma difamação sobre um cidadão que desconheço. Não sei quem é esse cidadão Haroldo; nunca fui para Angra dos Reis com ele ou sem ele; e nunca peguei o avião dele com ele ou sem ele.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – O senhor o conhece?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Nenhum desses atores citados pelo jornal?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não, senhor.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Muito obrigado.

Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente. Agradeço ao Sr. Gushiken.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Peço desculpas pelo entrevero que tivemos, Deputado. Tenho por V. Ex^a o maior respeito.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Numa demonstração de compreensão entre a Senadora Ideli e o Deputado Onyx Lorenzoni, concedo a palavra ao Deputado Onyx Lorenzoni.

A SRA. IDELI SAVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, V. Ex^a pode explicar um pouquinho, para não pairar qualquer sombra de dúvida.

Temos uma lista de inscrição das pessoas que chegam aqui muito cedo. Fui a terceira a chegar, fiquei na lista. Quando abriram as inscrições no horário oficial das 9h30, eu estava em reunião da bancada. Quando cheguei aqui, a lista já tinha avançado. Então, para não trazer de novo essa polêmica se vale quem chegou cedo, se vale quem chegou meia hora antes, não quero criar essa polêmica com o Deputado Onyx, até porque não me serve... A minha proposta é a seguinte: até encontrar um cavalheiro, eu fico aguardado – um é o Deputado Onyx; outro, o Senador César Borges. Se houver um outro cavalheiro...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, eu me inscrevi em quarto lugar e fui tão cavalheiro que deixei reservado o terceiro lugar para a Senadora Ideli Salvatti. No entanto, S. Ex^a ela estava contrariando a regra que foi estabelecida nesta Comissão sobre a necessidade da presença na hora da inscrição. Então, o Onyx, legitimamente, se inscreveu. Se S. Ex^a quiser ceder seu lugar à Senadora, o problema é dele; eu não cedo o meu quarto lugar a ninguém, absolutamente.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Deixemos essa discussão para amanhã, na esfera administrativa.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, é digno de registro nesta Comissão esse ato de generosidade, de bondade da Senadora Ideli, que deve ficar registrado. Mas preveniria aos companheiros, meu avô já dizia, que “esmola grande, cego desconfia”.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, queria, a bem da verdade, esclarecer que temos um acordo e que aqui não há gênero, há Parlamentar.

Primeiro, queria perguntar ao Ministro Gushiken se o Ministro se acha um homem ingênuo.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não tenho opinião sobre isso, Deputado.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor acredita em coincidências?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Sim, acredito. Faz parte do dicionário da Língua Portuguesa, não é?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor acredita ou não? (Pausa.) Estou lhe fazendo uma pergunta.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não entendi. Desculpe.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor acredita ou não acredita em coincidências?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Sim, acredito.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Ah, acredita. Está bem. Eu tenho muita dificuldade em ouvir o que ouvi, Sr. Presidente, nessas duas longas horas ou um pouco mais, pela seguinte razão: na minha opinião, o senhor organizou uma quadrilha no Governo Lula, com dois grandes eixos organizativos: um, em que estava o Ministro José Dirceu de um lado e o senhor do outro, e o outro, o poder dado a José Dirceu no que diz respeito aos cargos em Comissão – 17 mil, depois o absurdo dos 20 mil cargos em Comissão. Ministro algum conseguia nomear ninguém sem o “amém” do José Dirceu.

O senhor apoderou-se ou ganhou poder, por meio da lei de 28 de maio de 2003 e de 4 de agosto de 2003. Esses documentos, uma lei e um decreto, deram-lhe poder ditatorial sobre a execução e contratação das agências de publicidade no Governo Lula, governo que organizou o maior esquema de corrupção que o Brasil já viu.

Por que digo isso? Quando o Sr. Marcos Valério veio aqui, eu o chamei de “lavanderia ambulante” e relatei a ele, ao Delúbio, ao Sílvio, ao Henrique Pizzolato – e ao senhor vou relatar agora – que crimes poderiam estar sendo cometidos e que todos podem ser enquadrados, incluindo o senhor, por corrupção passiva, prevaricação, peculato, tráfico de influência – já disse formação de quadrilha –, gestão temerária e gestão fraudulenta além de outras coisas. Por que digo isso? Porque, sem o poder do Sr. Gushiken na Secom, Marcos Valério não existiria. Marcos Valério continuaria com aquela empresa pequena, com contratos humildes, sem acesso a recurso. Marcos Valério, a SMP&B e a DNA só são turbinadas porque o senhor deu poder à Secom e trabalhou na licitação dos Correios com os seus agentes, estabelecendo que a proposta técnica valia mais do que a proposta financeira. Ou não é verdade que a SMP&B foi a terceira colocada na proposta financeira dos Correios? A primeira foi o Duda, mas havia um artifício que permitia, na licitação, que, mesmo ficando em terceiro lugar no preço, ela poderia ganhar, desde que assegurando que faria pelo mesmo preço. E assim ganhou a SMP&B, a Giovanni FBC e a Link Bank. Por que o Duda foi tirado dessa licitação? Porque o esquema estava do outro lado, na administração direta, como corretamente disse o Deputado ACM Neto.

Vou mais além. Vieram aqui dois Presidentes dos Correios, Ministro Gushiken, não um, mas dois. O primeiro disse que não havia nenhum ato, na publicidade dos Correios, que não fosse determinado pela Secom. Foi o Airton Dipp, do meu Estado. O outro veio aqui e disse, está gravado, que foi induzido a erro pelo termo

aditivo de R\$18 milhões ao contrato da ECT, assinado curiosamente em setembro de 2004. Aí, ele assina a prorrogação do termo aditivo, jogando a publicidade dos Correios até 2005.

Ele veio aqui, está gravado, e disse que não sabia: “Não, assinei só um, assinei só a prorrogação.” Não, ele assinou um aditivo de R\$18 milhões, assinado, sem nenhuma necessidade, sem nenhuma comprovação.

Aí a gente vai ao Banco do Brasil e descobre que a DNA ganhou uma nova licitação – não é renovação, não. Era uma licitação nova – o senhor sabe o que estou dizendo, o senhor não é ingênuo nem eu – pela qual o Banco do Brasil contrata por R\$148 milhões. Aí o senhor tem obrigação de saber que a lei das licitações diz que, quando o contrato passar de R\$150 milhões, deve haver uma audiência pública com a presença do Ministério Público para questionar o porte desse contrato. E o senhor, tão zeloso, na Secom não mandou fazer, e tampouco a direção do Banco do Brasil mandou fazer.

O que diz a lei de licitações, Ministro Gushiken? Diz que é 25% – quanto é 25% de R\$148 milhões? Trinta e cinco milhões, jamais os R\$52 milhões feitos no Banco do Brasil. E o que é mais grave, tanto o Banco do Brasil com a DNA, do homem do mensalão, do esquema de corrupção, dos empréstimos obtidos no Banco Rural, que o Sr. Delúbio e o seu partido vieram aqui e reconheceram que ele só tomou os empréstimos no valor de R\$55 milhões – na verdade, há uma discussão, são R\$69 milhões – mas só que a SMP&B dava as contas que ganhou do Governo Lula como garantia.

Depois, há as renovações que o Banco Rural deu num volume extraordinário: se se tomar só a contratação, seja a renovação ou não, podem chegar a R\$151 milhões – e as garantias todas eram dadas pelos contratos com o Governo Lula.

É por isso que digo, Sr. Gushiken, que havia uma quadrilha neste Governo que fraudou as expectativas do País. É muito curioso que o Banco do Brasil tenha gasto, historicamente, no Governo Lula e na fase anterior, em torno de R\$150 milhões em publicidade. No ano eleitoral, no ano da eleição, a grana corria frouxa: o PP recebeu dinheiro – está comprovado –, o PL recebeu dinheiro – está comprovado. Hoje vai ser cassado o ex-Presidente do PTB porque fez um acordo de R\$20 milhões com o Partido do senhor, que o seu Partido caloteiro não honrou, pois só pagou R\$4 milhões.

O senhor sabe o que chama a atenção de quem não é ingênuo, de quem estuda, Sr. Ministro Gushiken? É a tão zelosa Secom, como deveria ser por esses documentos que lhe deram poder ditatorial sobre as verbas de publicidade, a ponto de os diretores que vieram

aqui, Henrique Pizzolatto e os Presidentes dos Correios, dizerem que não podiam fazer patrocínio algum sem que a Secom deliberasse, por menor que fosse.

Eu tenho um ofício no qual o gerente, o diretor de *marketing* dos Correios, numa consulta da MultiAction para fazer um evento, diz que tudo bem pelos Correios desde que a Secom não tenha óbice. Como haveria óbice se quem cuidava da MultiAction era a mulher do seu funcionário? É muita coincidência.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Deputado, alerta V. Ex^a de que lhe restam cinco minutos para as indagações.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Vou adiante porque quero trazer isso para o Brasil entender e para o senhor tentar explicar. No ano de 2004, curiosamente, quando há esse termo aditivo, irregular sob qualquer aspecto do Banco do Brasil, no segundo semestre de 2004, de uma verba de R\$262 milhões, o Banco do Brasil executou 75%, R\$196 milhões no segundo semestre de 2004. É porque foi ano eleitoral, Ministro? V. S^a acredita que os dados a que me referi aqui são dados da realidade? Os documentos que a CPMI tem, tudo o que eu disse aqui em relação à execução desses contratos corresponde à verdade ou não?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Sr. Deputado, eu tenho visto V. Ex^a continuamente em comunicação de massa e espanta-me a leviandade com que V. Ex^a trata as coisas públicas. Quero aqui registrar o meu repúdio a essa forma desrespeitosa com que V. Ex^a trata o Governo, a mim em particular. V. Ex^a me acusar de formador de quadrilha? V. Ex^a que apresente provas! Não faça acusação desse tipo perante o público, ostentando o mandato de Parlamentar que lhe propicia acusação leviana!

Vou responder uma por uma as acusações que V. Ex^a fez, que não têm absolutamente nenhum tipo de consistência. Em primeiro lugar: licitações, eu disse e reafirmo aquilo que foi dito pelo Sr. Dipp: todo edital de licitação tem de passar pela Secom por força de lei. Isso não é força ditatorial de um Ministro, é uma exigência que a lei impõe ao Ministro. Em segundo lugar, aditivos são decisões tomadas no âmbito do órgão executor, a Secom não tem nada a ver com isso. Em terceiro lugar, quanto aos contratos de publicidade, como garantia para o Sr. Marcos Valério como foi feito, fui o primeiro a denunciar, de forma pública num canal de televisão, que eu estranhava muito a mecânica financeira, não jurídica desse contrato, que chamava a atenção pelo caráter irracional. Por que irracional? Porque se pretendia um contrato de publicidade que já era dividido por três agências, no caso dos Correios, em que o maior volume de recursos de uma conta de

publicidade é destinado para veículos de comunicação, sobrando, portanto, um residual para uma agência de publicidade, um banco aceitar como caução um contrato desse tipo não tem lógica financeira.

Foi isso o que eu disse de forma pública antes que V. Ex^{as} se dessem conta da natureza irracional desses contratos. Não é V. Ex^a que vai me dizer que isso estava errado, porque fui eu que disse, fui eu que expliquei isso para os meios de comunicação de massa.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Solicito ao senhor que se contenha...

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Peço desculpas, se me fiz mal entendido, mas eu entendi que esse Deputado me acusou de formação de quadrilha.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Estou no meu tempo aqui, vou concluir o direito que tenho de inquirir o depoente.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Solicito a V. Ex^{as} que aguardem o momento oportuno para se manifestarem. A palavra está...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Não farei nada contra o depoente.

A palavra fica comigo agora.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Posso ter sido interpretado errado, Deputado.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Não, mas não interpretei errado.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – V. Ex^a estava me acusando de que eu estava na ponta da formação de uma quadrilha. É assim que V. Ex^a caracterizou?

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Com a devida vênia...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor tem todo o direito.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Foi assim que V. Ex^a caracterizou.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Com a devida vênia, deve haver muito respeito.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Quero responder V. Ex^a. A minha pergunta faltou responder. V. Ex^a quer que eu responda a pergunta que V. Ex^a fez?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Na minha opinião...

O SR. LUIZ GUSHIKEN – V. Ex^a quer que eu responda a pergunta que V. Ex^a fez? Foi uma acusação falsa que V. Ex^a fez. Quer que eu responda?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Não, não quero.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Então, não acuse!

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Não estou acusando, estou enumerando fatos.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Ah, não!

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Eu quero trazer mais fatos ao senhor. Ao senhor, que sempre teve grande ascendência sobre os fundos de pensão, por exemplo, vou trazer uma coisa interessante: foi a sua interferência e da sua equipe que viabilizou a Marcos Valério vencer a concorrência dos Correios e do Banco do Brasil e também a ficar com a fatia do leão, tanto do Banco do Brasil quanto dos Correios. Com a investigação séria que estamos produzindo, os números que expomos vão provar. O senhor pode se indignar à vontade, é um direito que o senhor tem, e até me admiraria se o senhor ouvisse calado o fato de a gente estar descobrindo, levantando o véu da quadrilha que tomou conta do Governo Lula. E vou dizer ao senhor que o Postalís, por exemplo, só para o senhor ver as coincidências do Governo Lula, no Banco Rural, em 31 de março de 2004, tinha R\$18 milhões aplicados. Aí, em junho do mesmo ano, foi para R\$23 milhões. Em setembro do mesmo ano, fechando o trimestre, foi a R\$28 milhões. E aí passou o período eleitoral, em dezembro caiu de novo para R\$13 milhões, número cabalístico por sinal.

É tudo coincidência! O Rural recebe investimentos, tudo no ano eleitoral, e eu queria fazer uma...

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Deputado, está encerrado o prazo de V. Ex^a.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – ...colocação rápida e encerro, até porque fui aparteado.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Um minuto, por compensação.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Obrigado pela gentileza de V. Ex^a.

Vamos olhar a questão da Game Corp. Lá na Game Corp, nesse episódio, em que há participação, por exemplo, da Petrus, o senhor teve ação preponderante na indicação da Presidência da Petrus e da Previ. O senhor reconheceu aqui que indicou, ajudou.

É muito curioso que alguém que faça parte do Conselho de Ética Pública da Presidência, a Trevisan, as negociações com a Telemar, para comprar a *Game Corp*, foram conduzidas...

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Deputado, por obséquio...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – ...por Richard Dubois.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Deputado, em respeito aos companheiros, aos ilustres Pares.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Eu concluo, eu concluo, só quero paciência.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – V. Ex^a não é da Mesa.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – É curioso, so também: quem representava a Petrus na Telemar? Jacob Bittar, pai de dois sócios. E o mais curioso ainda é que há uma contratação da sua ex-empresa, a Globalprevi, pela Petrus, que é questionada pelo Conselho Fiscal, que há dois anos tenta obter os documentos do Contrato, em que a Trevisan e Associados subcontrata a Globalprevi.

E curioso ainda, para terminar, é que por influência, segundo notícias que recebemos, a Globalprevi ficou encarregada, por notória especialização, de atender ao Fundo de Pensão do Município de Campinas, da Sanasa, para fazer algo que a Globalprevi nunca fez.

Isso tudo continua sendo coincidência?

Na minha opinião, Sr. Gushiken, não é coincidência. Isso era um **modus operandi**. As investigações vão mostrar, e ao Brasil, a cada dia, fica mais claro que, lamentavelmente, o seu Governo montou uma quadrilha e saqueou os cofres públicos brasileiros.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – O senhor me permite usar de um tempo, para refutar os fatos, os supostos fatos?

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – A palavra está com o senhor, e está esgotado o seu prazo, Deputado.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Eu só me reinscrevo para a tréplica que virá.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Considere-se reinscrito.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Deputado, com relação a licitações em contas de publicidade, e aqui reitero, existe uma legislação, desde 1993 que impõe à Secom a supervisão nas licitações. Há uma lei, uma instrução normativa, de 1995, que define os requisitos técnicos, o sistema de pontuação para a definição do processo licitatório. Foi em nosso Governo, e na licitação dos Correios, a maioria foi serviço dos servidores da Secom.

Com relação a gastos de publicidade, aqui reitero, Deputado: quem mais gastou recursos em publicidade de mídia, investimento em mídia, na administração direta, somando inclusive as estatais, foi o governo anterior, em 2001.

Em segundo lugar, Sr. Deputado, as verbas de publicidade, hoje gerenciadas pela Secom, ofereceram para o mecanismo de centralização de negociação um ganho público, um ganho para a economia pública que nunca tinha havido. Aqui expliquei de maneira detalhada. Isso é mérito dos servidores da Secom, não é deste Ministro que lhes fala, dos servidores da Secom, que não podem admitir acusações tão levianas sobre a presteza, a honestidade e a técnica deles. E eu faço questão de afirmar que são dados,

não são insinuações caluniosas que faz V. Ex^a, são registros, dados factuais que podem ser demonstrados cabalmente.

E com relação à Globalprevi, não é minha empresa, é sucessora de uma empresa que eu tive, a Gushiken Associados. Em segundo lugar, o trabalho que ela ofereceu para fazer junto à Prefeitura de Campinas é, sim, um trabalho próprio dessa empresa, que, na minha época, já prestávamos.

Obrigado.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – E o dinheiro de 2004, do segundo semestre?

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Esgotado o prazo de V. Ex^a, na reinquirição, V. Ex^a o fará.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Nós vamos retomar esse assunto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Esta Mesa quer recomendar aos Srs. Parlamentares que não usem termos ofensivos. Todos nós temos o direito de ter nossos conceitos, mas não podemos externá-los de forma ofensiva, sob pena de ensejarmos o direito ao revide, e aqui não é uma Casa disso, é uma Casa da democracia.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente. Tenho por V. Ex^a profundo respeito, admiração verdadeira. Eu queria ter só 10 segundos para dizer o seguinte: fiz uma análise que o meu mandato me autoriza a fazer. Os estudos que faço me autorizam a fazer. Se, eventualmente, o depoente se sente atingido, isso é um problema que o depoente teve espaço para retrucar.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – V. Ex^a está imune a toda razão de suas palavras, proferidas aqui, nesta Casa, mas solicito aos companheiros que sejam respeitosos e urbanos.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – É a minha opinião, Sr. Presidente. Peço vênia, eu fui respeitoso. Nunca faltou respeito. Eu simplesmente disse o que acredito.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Não vamos discutir. Esta Mesa encerra o assunto.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Pois não. Com a palavra V. Ex^a, pela ordem.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Quero parabenizar V. Ex^a por essa intervenção. Acho que temos de ter aqui um debate duro, mas respeitoso. Acho que houve excesso das duas partes. O depoente acusou o Parlamentar também de leviano. Solicito,

inclusive, com a concordância do depoente, que seja retirado o termo.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Desde que seja retirado o dele também.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – É claro, exatamente. O que estou propondo é isso, acho que as agressões não se justificam. Parabenizo V. Ex^a e espero que essa advertência de V. Ex^a seja seguida daqui para a frente.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Mas essa é a tônica da Mesa nesta Comissão.

Concedo a palavra ao ilustre Senador César Borges, pelo prazo de cinco minutos, recomendando aos ilustres Parlamentares que se atenham ao prazo, porque, do contrário, os que estão inscritos por último talvez nem cheguem a inquirir.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Luiz Gushiken, ex-Ministro da Secom, Srs. Parlamentares, sem sombra de dúvida, houve uma centralização no Governo do PT. Talvez um viés até ideológico, de centralismo democrático, de fazer uma centralização da comunicação social do Governo. Essa centralização não se deu simplesmente por uma legislação vigente, mas também por uma vontade deliberada deste Governo de operar dessa forma a comunicação social. Tanto que, talvez sob inspiração de V. S^a, foi editado o Decreto nº 4.699, de 4 de agosto de 2003, o qual, expressamente, assevera, no inciso IV do art. 7º, que cabe à Secretaria de Comunicação do Governo de Gestão Estratégica, V. S^a deve reconhecer, submeter à prévia aprovação os editais de licitação para a contratação dos prestadores de serviço de assessoria de comunicação, de assessoria de imprensa e de relações públicas. Isso foi efetivo no atual Governo, V. Ex^a participou.

Talvez por isso V. Ex^a esteja dentro desse furacão que hoje assola o país. Não é apenas o Governo do PT, não é apenas o PT, mas é o País que está sofrendo. Acho que V. S^a, como bom brasileiro que é, tenho certeza, deve ter esse tipo de preocupação. O País sofre inteiro. A frustração do povo brasileiro com o PT e com o Partido a que V. Ex^a é filiado, até com o Governo de que V. S^a participa, é muito grande. E não é apenas do povo brasileiro, mas até de instituições da maior credibilidade, como o Tribunal de Contas da União.

O Tribunal de Contas da União, por intermédio de seu próprio Presidente, Adylson Motta, dá declarações de que uma mega-auditoria está sendo realizada nos contratos de publicidade do Governo, que mostram a forte interferência da Secretaria de Comunicação do Governo nas licitações e na execução dos serviços na gestão do ex-Ministro Luiz Gushiken. O Ministro Adylson Motta prevê que o resultado final da auditoria será

para 30 de setembro e pode levar ao cancelamento de diversos contratos no Governo e estatais e exigir uma nova política para essa área.

Então, a política que V. S^a demonstra ou quer demonstrar aqui como de excelência o Tribunal de Contas da União está contestando severamente, dizendo que vai modificar, cancelando o contrato. Uma das conclusões dos auditores é que a Secom influenciava licitações nessa área pela indicação da maioria dos membros da licitação.

E por aí vai: “Concluimos – mais uma vez o Presidente do TCU – que, nesse caso apenas do orçamento – e aí há a questão da apresentação de vários orçamentos para a licitação -, apenas um era real, os dois outros eram frios, forjados, e a empresa escolhida para realizar o serviço encarrega-se de providenciar os outros dois.” Isso é uma fraude, uma fraude de que participavam membros indicados pela Secom.

Mas veja bem, V. S^a, a nossa preocupação aqui nesta Comissão é a identificação da origem dos recursos para o tal chamado caixa dois, ou como disse o companheiro do seu Partido, Delúbio Soares, recursos não-contabilizados. De onde vieram esses recursos? Com certeza vieram de um esquema hoje conhecido no País como “valerioduto”, das empresas do Sr. Marcos Valério. Essas empresas têm contratos com órgãos do Governo, contratos que foram editados, ampliados, tipo a DNA com o Banco do Brasil, com o Banco Popular, feitos sem licitação, com uma apreciação interna.

Neste momento, solicito a V. S^a que colabore com esta Comissão, porque não estamos aqui apenas fazendo acusações, mas temos fortes evidências de que as empresas do Sr. Marcos Valério foram beneficiadas no sentido de prover recursos não-contabilizados para o PT pagar suas contas de campanha de 2002, da campanha do Presidente Lula, para pagar o publicitário Duda Mendonça, o qual até, num momento de desprendimento ao dizer que queria falar a verdade, veio a esta Comissão e revelou que recebeu do Sr. Marcos Valério pagamento pela campanha. E olha que o Sr. Duda Mendonça – foi dito aqui pelo Sr. Relator e eu sei que V. S^a reclamou, irritou-se profundamente, já está aqui na mídia, com as perguntas do Relator –, mas o Sr. Duda Mendonça estava encastelado no Governo, dentro da Secom, dentro da Petrobrás, e agora não está mais. Por quê? Porque ele revelou talvez a verdade aqui, Sr. Luiz Gushiken.

Então, eu perguntaria, em princípio, exatamente como V. S^a explica essa relação do Marcos Valério, SM&PB, DNA, Correios, Banco do Brasil. Há, inclusive, por parte de uma pessoa indicada para participar da Comissão de Licitação, o Sr. Otaviano, nos Correios, vários ofícios indicando irregularidades no desempenho

do contrato da SM&PB com os Correios. Nada disso foi apurado, nem a Secom acompanhou.

Portanto, essa política que V. S^a menciona como de sucesso não é vista assim pelo Tribunal de Contas nem por nós, tampouco pela Nação brasileira, haja vista os índices de popularidade a que chegam agora o Presidente Lula e o seu Governo.

Esta seria a primeira pergunta: como V. S^a explica essa relação? Será, como ouvimos aqui o Sr. Delúbio Soares, que não há nenhuma implicação dos contratos, dessas duas empresas do Sr. Marcos Valério com a Secom? Não há nenhum favorecimento para que ele fizesse a benevolência de tomar hoje, em valores corrigidos, R\$90 e poucos milhões para serem utilizados inclusive no pagamento da campanha do Presidente Lula, no ano de 2002?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Senador, eu sou muito grato pelas ponderações que fez V. S^a, porque vão me permitir responder muitas coisas. Tenho visto intervenções de V. S^a, sempre no sentido de exigir mais clareza nas questões postas por esta CPMI. Até vejo que é normal V. S^a acreditar que houve uma certa centralização na Secom. Tentei explicar de maneira prática o que é essa centralização, basicamente por dois efeitos: uma da negociação de mídia, um grande movimento que redundou a economia de recurso público, e a outra a criação da conta da Secom.

Quero dizer, até porque não é mérito meu, que a centralização da Secom em uma conta veio, na verdade, por sugestão do Secretário anterior, o Sr. Roberto Vieira, que é uma pessoa por quem tenho o maior respeito pela sua qualidade técnica. Foi ele que idealizou essa conta. Ele disse: “Ministro Gushiken, se o senhor vai pegar essa Secretaria, faça aquilo que imaginei fazer, caso o meu candidato ganhasse”. E me explicou; e eu criei essa centralização na Secom de uma conta própria da Secom, por idealização e até por opinião do ex-Secretário, a quem reputo uma pessoa tecnicamente competente.

Não houve centralização no sentido fantasioso da palavra. É bem verdade que, quando a Secom e todos os Ministérios e estatais discutem mais de um bilhão com veículos de comunicação, isso pode sugerir idéia de poder. Mas o poder não está no Ministro.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sugerir o poder numa prática de poder.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Mas está num procedimento que, nesse caso, considero meritório por parte do serviço público. É uma centralização positiva. Ela não é negativa. Ela é positiva, porque ela redundou em economia de recursos públicos. E não foi pouca economia, Senador.

O senhor já foi Governador e sabe o que é tabela de preços de publicidade que os veículos impõem ao Poder Público. É uma excrescência. Foi preciso uma ação muito forte de Governo.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas houve, inclusive, uma centralização com relação às empresas que estavam veiculando. Porque, no Governo passado, V. S^a disse que gastou mais, na verdade gastou a mesma coisa. Em 2001, foram 881 milhões versus 871.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Mas é menos.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – A não ser que V. S^a ache que essa diferença seja uma diferença...

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não, digamos que seja semelhante, que são próximas.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – ... que mereça destaque. Não merece.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não merece.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Igual.

Agora, foram em 19 empresas. No atual Governo foram em seis.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Quero entrar nessa discussão, porque é também uma pergunta muito competente, Senador.

Mas veja, sobre o TCU, liguei para o Ministro Adilson Motta, que abusando da relação de amizade que a gente teve, na época que eu era Parlamentar, eu disse: Ministro Adilson Motta, não tem sentido lógico o senhor oferecer supostas medidas de correção sem que a apuração seja feita e a irregularidade seja mostrada. É uma questão de bom-senso. Ele disse: Gushiken, na verdade, não quero fazer isso. Não quero informar à imprensa que vou fazer isso. Se acontecer isso – se acontecer –, vou ter que fazer. Mas, se acontecer, vou ter que verificar.

Então, veja, em primeiro lugar, a idéia da forte interferência, de fato, ela surge no decorrer desses debates que a Secom tem realizado ao longo dos dois anos e meio, talvez, muito por conta do Ministro, porque fiz parte da coordenação do Governo. A Secom, como instituição, vem seguindo basicamente os parâmetros que a lei impõe. E a centralização, por exemplo, em matéria de prévia autorização como exigência para uma licitação, é da lei. É a lei que impõe que a Secom faça.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Reforçado por um decreto presidencial. Mas não impede. Mas o tempo é muito curto, senão...

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Também.

Mas, Senador, me dê oportunidade de responder uma pergunta competente.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Rapidamente. Porque tenho outras perguntas, e ficaria limitado.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Rapidamente.

Veja, cotação de preços. Em princípio, cotação de preços, através de três fornecedores, é feita para atender um requisito que, na Lei 8666, no espírito dela, é para que o usuário tenha, o Poder Público tenha um preço de mercado. Não é uma exigência de fazer licitações com três fornecedores. Uma empreiteira, quando compra pedra, cimento, não faz licitação. O pressuposto é estar comprando pedra pelo preço mais barato, porque ela vai ter um lucro melhor. Mas o Poder Público não exige que ela traga licitação de pedra e de cimento. A mesma coisa em publicidade.

Em publicidade...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas a minha pergunta básica é se houve favorecimento às empresas do Sr. Marcos Valério, porque temos aqui uma convicção muito próxima dessa, de que houve favorecimento para que ele pudesse, através desse favorecimento, criar o tal caixa dois ou recursos não contabilizados para ajudar o PT na sua caminhada política, em direção a 20 anos de poder.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Mas, Senador, as contas de Marcos Valério, veja, a totalidade dos recursos das contas de Marcos Valério – DNA e SMP&B –, nesses dois anos e meio, deram por volta de 314 milhões. Desses 314, 70%, em média, são destinados para veiculação – televisão, rádios e jornais. O que sobra disso, 30%, é para a produção de imagens, gráfica e a receita da agência.

Então, quero dizer ao senhor que, ao fazer a decomposição desses valores, podemos chegar à idéia de que essas duas empresas obtiveram, ao longo dos dois anos e meio, 20 milhões de receita líquida. Agora, 20 milhões de receita líquida é um valor bem distante daquilo que os senhores estão identificando nas contas do Marcos Valério.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Isso. Então, aí vamos chegar à conclusão de que há outras fontes que o PT poderia estar se calçando para fazer o pagamento do Sr. Marcos Valério, porque já deve 90 milhões. Então, aí vamos para os fundos de pensão, que foi outra forma de capacitação, que está aí na imprensa brasileira, toda ela, denunciando que foi utilizado. E, novamente, infelizmente, V. S^a está envolvido, pelo fato de que aqui mesmo V. S^a reconheceu a sua forte influência sobre os fundos de pensão e sua preocupação – legítima ou não, mas preocupação – com os fundos de pensão.

Eu lhe perguntaria exatamente, por exemplo: a inspiração da criação da Previc, que foi rejeitada pelo

Congresso Nacional – acho que foi de V. S^a –, V. S^a indicou para a Secretaria da Previdência essa tal, a Previc, o Sr. Odacir Reis, que foi seu Assessor, na Câmara, e que já seria, no caso, ele é o Secretário de Previdência Complementar e iria para a Previc?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Senador, Odacir Reis não fui eu que o indiquei. O Odacir Reis trabalhou comigo...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Foi seu Assessor?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Foi meu Assessor, aqui na Câmara dos Deputados, e depois ele se tornou um advogado brilhante na área de Previdência Complementar. Ele dava curso de pós-graduação, na Fundação Getúlio Vargas, sobre Previdência. E, quando ele foi indicado para a Secretaria, ele o foi pelo Ministro Berzoini, que já conhecia o talento dele. Ele é uma pessoa que escreveu livros sobre o assunto, não precisava de mim.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Então, S^a reconhece a sua influência na indicação e também sobre os fundos de pensão?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não, nunca indiquei Odacir Reis.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Houve um conflito forte, porque tanto V. S^a como o ex-Ministro José Dirceu participavam do núcleo duro do Governo. Não sei se hoje, acho que V. S^a continua, apesar de ter mudado a nomenclatura, V. S^a continua sendo parte do núcleo duro. Acho que a sua presença junto ao Presidente Lula é fundamental, para aconselhá-lo, para dar a ele inclusive nortes e se apresentar. Porque, até há pouco tempo, era fundamental a presença do Duda Mendonça, mas agora não há mais o Duda Mendonça. Então, acho que V. S^a vai cumprir esse papel. Mas houve aí um choque de interesses muito grande entre aqueles que advogavam a favor da presença do Opportunity, nas companhias telefônicas, e aqueles que não queriam, que aqui V. S^a se colocou contra. Aí houve o conflito muito grande de interesses da sua posição com a posição do Ministro José Dirceu. É verdade isso?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Senador, repito aqui aquilo que disse: O tema Opportunity Previ nunca foi objeto de discussão minha com o Ministro José Dirceu. De maneira que não posso falar sobre isso. A minha posição relativamente a esse assunto é pública, deixei claro aqui que eu conversava com o Sr. Sérgio Rosa e até fui vítima de uma espionagem, por conta desse conflito societário. Então, veja que eu tinha todas as razões para me interessar sobre o caso.

Agora, o senhor me permite, apenas sobre a Previc, que o senhor fez uma pergunta e eu não pude

responder: Acho lamentável que o Senado não tenha aprovado a Previc. Sabe por quê, Senador? Porque a Previc era uma estrutura que daria ao Governo uma fiscalização mais rigorosa sobre os fundos de pensão. E ela foi pensada e idealizada pelo Sr. Odacir Reis...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Que não é feita pela Secretaria da Previdência Complementar hoje?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Exatamente.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Ela não faz? Por que ela não cumpre esse papel? Por que o Governo não coloca a Secretaria para atuar?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não, ela ocupa esse papel, mas sem as atribuições e sem a força fiscalizadora que a Previc teria, em termos de ferramenta, em termos de quadros técnicos. Sempre foi debilitada no Brasil a Secretaria de Previdência Complementar, a Previc que era uma resposta para isso. Acho que o Senado, nesse caso, incorreu num erro, porque ficou debilitada uma área fundamental, que é a única área que pode oferecer ao cidadão brasileiro estímulo para abrir fundo de pensão. Porque, como o senhor sabe, fundos de pensão para além da aposentadoria têm um valor estratégico num país, porque é um dos poucos mecanismos que os países têm para a criação de poupança interna na economia. E a idéia que se tem, em todos os homens públicos que entendem um pouco dessa matéria, é estimular os órgãos que dêem amparo para o Estado oferecer ao cidadão tranquilidade para fazer fundo de pensão.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas V. S^a concorda que os fundos têm sido manipulados nas suas aplicações financeiras e utilizados para interesses meramente privados e, em contrapartida, há colaboração, com certeza, com relação daqueles que conseguem esse tipo de favorecimento.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Senador, apelo à compreensão de V. Ex^a. O seu tempo está expirado.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não entendi bem a colocação de V. Ex^a, Senador.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – É que o fundo de pensão está sendo direcionado para aplicações no setor privado, que retribui ao Governo aqueles benefícios alcançados com contribuições para campanhas políticas.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não. Senador, acho que a CPMI pode e deve investigar três fundos de pensão. Aqui vieram, debateram com os senhores... A Secretaria de Previdência Complementar, que é um órgão de fiscalização do Governo, já apontou irregularidades em alguns fundos. Acho que está correta a CPMI convocá-los, analisá-los. Mas, **a priori**, eu afir-

mar que isso é fonte, acho que seria precipitado da minha parte.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Agradeço, Senador, pela sua compreensão.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Agradeço, Sr. Presidente. E agradeço também a atenção do Sr. Luiz Gushiken.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – E volto ao Depoente se deseja de alguns minutos para rápido intervalo e consulto o Plenário se quer suspender por 30 minutos, agora, a reunião.

O SR. (Orador não identificado) – (*Fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Não, cinco minutos se ele o quiser. E o Plenário, se determinar, por trinta minutos para um rápido lanche e voltarmos imediatamente.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Não há necessidade de 30 minutos, Sr. Presidente.

O SR. (Orador não identificado) – Vai começar a Ordem do Dia, Sr. Presidente, daqui a trinta minutos, e acaba a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Eu me submeto à decisão do Plenário. Quero ouvir o Plenário.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Sr. Presidente, eu acho que deve perguntar ao Depoente também, porque parece que tem problema de saúde, que deve ser atendido.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Já perguntei. Já o indaguei.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Aí também a gente não pode, não é?

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Perfeito. Mas...

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não. Por favor, não quero que nesse momento essa questão seja posta, porque não estou precisando, não. Vejam a conveniência dos Srs.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Num prazo de cinco minutos ou de trinta?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Cinco minutos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Cinco minutos então?

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Sr. Presidente.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Está bom. Cinco.

O SR. (Orador não identificado) – Cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – A reunião está suspensa pelo prazo de cinco minutos e, a seguir, terá a palavra a ilustre Senadora

Ideli Salvatti, num gesto de cavalheirismo do Deputado Carlos Willian.

(Suspende-se a reunião às 13 horas e 28 minutos.)

(Reabre-se a reunião às 13 horas e 47 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Declaro reaberta a reunião e concedo a palavra à eminente Senadora Ideli Salvatti pelo prazo de 15 minutos.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, infelizmente eu não estava aqui no momento em que este depoimento do nosso ex-Ministro Gushiken aquiesceu sobremaneira, com determinadas posturas. Talvez, até agora, as pessoas possam entender por que eu não quis comprar briga a respeito da minha colocação na lista, não é? Porque dado o comportamento e até a agressividade aí era melhor não comprar briga mesmo.

Então, quero agradecer o Deputado Carlos Willian, não é?

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Matéria vencida, Senadora.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Matéria vencida. Mas têm algumas coisas, Sr. Presidente e meu querido ex-Ministro Gushiken, que não sei mais se me deixam aborrecida ou o quê. Porque é assim: a gente escutando tanto, tanto determinadas questões serem repetidas à exaustão que vão provocando uma irritação profunda. Tenho escutado aqui sistematicamente: “este é o maior esquema de corrupção da história da República brasileira”. E estamos investigando 55 milhões de empréstimos que passaram pelas empresas do Sr. Marcos Valério e que foram distribuídos a políticos brasileiros. Cinquenta e cinco milhões, é isso que, efetivamente, estamos investigando, não é? E é interessante, assim, a contundência de determinadas personalidades políticas que, parece, se esquecem – amnésia total e absoluta – a respeito de escândalos envolvendo bilhões que não foram investigados, não tiveram CPI, não teve procedimento nenhum para descobrir e punir os culpados, não é? Então, é bom a gente lembrar aqui alguns: caso Sivam: US\$1,4 bilhão; o esquema da “Pastinha Rosa”, lá do Banco Econômico, de propina também para Parlamentares, R\$9,6 bilhões; a questão dos precatórios – três bilhões; a desvalorização do real; o socorro aos bancos Marka e Fonte-Sidam – 1,6 bilhões; a “privataria”, ou seja, o processo de privatização do Sistema Telebrás, onde apareceu, aqui, a figura do Opportunity, já, daquela época; esse processo de privatização, 24 bilhões. Então, é assim: estão falando em maior... Não têm memória, Sr. Presidente, não têm memória, não têm memória. Se roubaram ou

não roubaram, nem podemos confirmar se roubaram ou não porque não teve CPI, não teve investigação, não teve punição.

Então, já disse isto e volto a dizer – tenho aqui me dedicado a investigar. Porque o PT, Gushiken – e acho que você comunga desta opinião –, o PT só terá capacidade de se manter, junto à opinião pública, junto aos seus eleitores, com moral, se ele investigar e punir todo e qualquer petista envolvido com ato de corrupção. Mas amnésia, não! Esquecer o que fizeram com este País, não! Esquecer o que aprontaram, não!

E, aí, já quero começar com as minhas perguntas, porque teve, aqui, uma colocação no seguinte sentido: “Ah, mas a empresa do Duda Mendonça, que fez a campanha do Lula, agora se beneficiou”. O Duda Mendonça não trabalhou com o Governo Federal, com empresas do Governo Federal, antes do Governo Lula?

Esta é uma pergunta que quero fazer e, inclusive, o seguinte: quero pedir, fazer a pergunta e quero já fazer o requerimento para que possamos ter, dos últimos dez, doze anos, todas as empresas de publicidade que trabalharam com o Governo Federal e que tiveram participação nas campanhas dos respectivos eleitos.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Por favor, Excelência, formalize o requerimento.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Vou formalizar. E eu queria saber se o ex-Ministro Gushiken poderia nos dar esta informação j. Como é que era a participação, por exemplo, da empresa do Guanais? Quais eram os contratos? Porque o Duda Mendonça sei que trabalhou para o Paulo Maluf – PP –, trabalhou para o PSDB e PFL, em Minas, e trabalhou para o PT. Agora, qual era a participação do Sr. Duda Mendonça nesses procedimentos e dos empresários de publicidade que fizeram campanhas de outros Presidentes? Qual era a fatia para, inclusive, podermos ter comparativos para não ficarmos aqui ouvindo determinadas afirmações que tentam nos imputar determinadas situações como se, ao longo de toda a sua vida política e administrativa, tivessem sido santos.

Além disto, Ministro, o senhor já respondeu – quero apenas reforçar – que o que fica com as agências de publicidade é muito pouco – o senhor mesmo disse que no máximo, de todas as operações das empresas do Marcos Valério, ficou apenas 20 milhões, aproximadamente, de receita líquida e que, portanto, não foi da parte que ficou com as empresas do Marcos Valério o valerioduto. Teríamos que trabalhar com outras hipóteses.

Como o senhor é um profundo conhecedor da questão dos fundos de pensão, a hipótese que estão

levantando aqui é que os investimentos, as aplicações do fundos de pensão, podem ter dado gás – combustível – para o tal do valerioduto. Só que é estranho, porque, ontem, no depoimento da Sr^a Kátia Rebelo, Presidente do Banco Rural, ela passou uma informação que causou até um *frisson* na CPMI, nas pessoas que estavam lá no depoimento. Ela afirmou que as aplicações, no Banco Rural, durante o período do FHC, foram superiores ao atual Governo.

Então, quero perguntar: já que não pode ter saído, da parte que ficou com as empresas de publicidade do Marcos Valério, o abastecimento do valerioduto, das aplicações com fundos de pensão, o senhor acredita que é possível ter o desvio daí?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Senadora, em primeiro lugar, sobre Duda Mendonça e outras agências de publicidade que foram responsáveis, no Governo anterior.

Veja, sobre Nizan Guanais eu não tenho, aqui, as informações sobre as contas do Sr. Nizan, não tenho dados para confirmar ou não, inclusive uma tese que o Sr. Marcos Valério levantou numa quantidade muito grande de contas. O que posso afirmar é que, no caso do Duda Mendonça, por exemplo, ele participou, se não me engano, de nove licitações e ganhou três. Tanto o Nizan quanto o Duda Mendonça são publicitários de renome, e não é só renome no Brasil; eles são ganhadores de prêmio em nível internacional. Portanto, o mercado não questiona a competência deles para serem vitoriosos em processos licitatórios, tanto que recursos nunca houve quando eles ganharam licitações. E Duda Mendonça tinha conta do Governo anterior, sim. Banco Central, sei que era uma conta. Não era conta expressiva, mas era uma conta. Ele tinha, portanto, já sido vitorioso em licitações do Governo Federal, no Governo anterior.

Com relação à segunda, quero apenas frisar, Senadora, que processos licitatórios em contas de publicidade obedecem a normativas muito precisas e que estão aprovadas desde 1995. Não é de hoje que a Secom participa; a Secom participa há mais de dez anos de processo licitatório. Há uma imposição legal. É diferente, sim, dada a sua especificidade, de licitações, digamos, de outros produtos, onde às vezes só preço define. Nesse caso, não. É muito mais complexo e exige pessoas que conhecem um pouco de comunicação.

No que tange a fundos de pensão, o que posso afirmar à senhora é que o órgão de fiscalização do Governo Federal, a Secretaria de Previdência Complementar, já identificou irregularidade em alguns fundos de pensão. Eu não saberia avaliar exatamente a dimensão dessas irregularidades...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – E graves! E graves!

O SR. LUIZ GUSHIKEN – A gravidade eu não sei dizer. A CPMI, baseada numa tese ou numa suspeição de que possa haver algum vínculo, deve investigar. Eu acho que isso tem que ser feito. E foi identificado... saiu no noticiário da imprensa que alguns fundos perderam recursos na aplicação do Banco de Santos, não é? Com relação ao Banco Rural, é verdade também. Isso foi dado em noticiário: que esse banco operou relações mais fortes em Governos anteriores.

Em princípio, o que posso dizer é que são relações típicas de mercado. E fundos de pensão, quando fazem investimento, o fazem baseados em critérios objetivos e muito definidos. Eles têm aplicações máximas em títulos de Governo Federal, em estrutura de ativos ligado à renda variável, a ações de empresa. Dentro de política de investimento em ações de empresa tem limites para aplicação em certas empresas. Então, há uma rigidez na forma de aplicar recursos de fundos de pensão. Não é assim: vai aplicando ao seu bel prazer. Hoje, tem uma legislação muito mais rigorosa no tratamento dos investimentos em fundos de pensão. E existem comitês de investimentos dentro dos fundos de pensão. Por outro lado, muitas empresas que aplicam os recursos em fundo de pensão são empresas terceirizadas, com habilitação para esse exercício.

Uma das afirmações é que no diferencial de compra e venda de títulos públicos, esse diferencial poderia resultar num volume de recursos que justificariam as contas de Marcos Valério. Nesse caso – eu não sou entendedor de investimentos financeiros, mas me parece razoável, plausível – que um diferencial de taxa possa oferecer condições de suprir ilegalmente as contas do Sr. Marcos Valério.

Enfim, é uma apreciação de quem entende mais ou menos, não profundamente. É o caso de se perguntar... penso que os senhores devem recolher os depósitos, as aplicações financeiras, no caso de fundo de pensão, dia a dia, é possível verificar se as aplicações foram ou não rentáveis. De maneira que há um instrumental técnico que possibilita a CPMI chegar a alguma conclusão sobre isso.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Ex-Ministro Gushiken, os dados que tenho aqui de publicidade dos últimos quatro anos – 2001, 2002, 2003 e 2004 –: 2001, 881 milhões; 2002, 703; 2003, 617; 2004, 871. Se fizermos a atualização inflacionária, quer dizer, nem em 2003 e nem em 2004, o Governo Lula gastou mais do que os dois últimos anos do Governo Fernando Henrique e, se for feita a atualização inflacionária, o ano de 2001, que foi o recorde de gasto publicitário do Sr. Fernando Henrique, chega a quase 1,2 bilhão.

Portanto, o comparativo com o do ano passado, concluído, 871, podemos afirmar categoricamente que o Governo Lula gasta menos em publicidade do que gastou o Sr. Fernando Henrique, pelo menos nos dois últimos anos.

Então, eu queria, depois, que V. Ex^a pudesse comentar essa questão.

A outra questão que quero fazer aqui é que, em dois depoimentos prestados a esta CPMI, a Sr^a Fernanda Karina e o Sr. Henrique Pizzolato, foram reveladas violações de dados telemáticos. Como o senhor foi aqui questionado a respeito de *e-mails* trocados com o Sr. Demarco, que, segundo entendi, foram fruto da investigação criminosa que a Kroll fez contra V. S^a, eu queria saber, já que o senhor também tem a participação aí no... É responsável pelo Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, que, se órgãos governamentais da área de Informática poderiam nos dar certeza se é possível o acesso a esses dados, que, em tese, são protegidos pelas chamadas chaves públicas de criptografia, porque a impressão que passa é que essas informações estratégicas de Estado e de Governo possam estar sendo repassadas à iniciativa privada para atender interesses econômicos e políticos.

Então, eu queria que o senhor pudesse nos dar alguma... Até por ter sido vítima da investigação da Kroll.

A outra questão é a seguinte: o senhor já falou algumas vezes sobre essa história da investigação da Kroll. Qual é a ligação... Quer dizer, quem é que controla a Kroll? Por que a Kroll lhe investigou? Qual é a justificativa para essa questão?

E, por último, ainda queria fazer a seguinte pergunta: uma das pessoas que sacou dinheiro das contas de Marcos Valério, no período eleitoral de 2004, foi o Sr. Paulo Menicucci, Diretor dos Correios, primeiro, de Tecnologia e Infra-Estrutura e, depois, Comercial, até o início de 2004. O Sr. Paulo Menicucci já estava nos Correios e ficou nos Correios quando assumimos o Governo. O senhor saberia informar se ele teve algum papel na licitação relativa ao contrato de publicidade dos Correios adjudicado a SMP&B?

E ainda queria lhe perguntar, pelo que o senhor conhece do Sr. Demarco, se ele tem informações relevantes a prestar a esta CPMI, na questão dos fundos de pensão, dada a polêmica que ele tem com o Sr. Daniel Dantas?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Deputada, respondendo algumas indagações de V. Ex^a. Sobre a Kroll, eu não sei a razão que motivou a Kroll a aceitar a demanda do empresário para espionar a minha vida. Suspeito que seja por conta desse conflito societário, que, in-

sisto em dizer, é o maior conflito societário na história do capitalismo brasileiro. Estamos falando algo equivalente a R\$16 bilhões, cujo desenlace, dependendo da maneira como for feito, aos olhos dos dirigentes da Previ e dos outros dez fundos de pensão, tal como foi proposto pelo outro empresário, significaria a queima considerável desse patrimônio, que são dos trabalhadores. Então, eles fizeram em função da proteção dos interesses dos legítimos donos dos fundos de pensão nesse conflito.

Penso que, por conta da minha vida passada, das relações que eu tinha com o Sr. Sérgio Rosa e talvez seja isso o motivo da especulação em torno..., o motivo que levou à espionagem em torno da minha pessoa.

Com relação às informações de natureza secreta que, por razões de Estado, têm que ser mantidas sob sigilo e que estão sendo repassadas, veja, isso é crime, não é!? Existem informações que não podem ser violadas.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Porque a Kroll lhe investigou não como pessoa física, mas lhe investigou como membro do Executivo, não é? O Executivo foi investigado.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – É. Veja: a tipificação desse crime eu ainda não sei. Vou abrir um processo. Estou aguardando a maneira como esse processo está correndo junto ao Ministério da Justiça e na Polícia Federal, e pretendo, depois, tomar alguma medida jurídica sobre essa questão.

Sobre esse cidadão Paulo...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Menicucci.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Bom, eu não conheço. Não saberia dizer que tipo de relação ele tem. De qualquer maneira, em uma comissão de licitação, a empresa é que decide quando deve ser licitado, quem são os componentes que representam a empresa, quais são os valores relativos ao contrato. Isso é tudo da empresa, e a empresa tem seus responsáveis para definição dessas atribuições.

Com relação ao Sr. Demarco, ele foi sócio do empresário Daniel Dantas e conhece muito a prática e a maneira; ele, como sócio, discutiu com o Sr. Daniel Dantas todos os procedimentos relativos às privatizações. Acho que é um cidadão que poderia oferecer aos senhores informações que talvez fossem do interesse desta CPMI. Eu não saberia... Enfim, talvez seja o caso de consultá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Obrigado, Senadora.

Concedo a palavra, por quinze minutos, ao Deputado Carlos Willian.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Exm^o ex-Ministro Luiz Gushiken, Exm^o Presidente Asdrubal Bentes, Sr. Gushiken, V. Ex^a foi Deputado nesta Casa, opositor ferrenho das administrações anteriores. Hoje, V. Ex^a está em outra situação no Governo. O que nós estamos querendo – e V. Ex^a sabe muito bem disso – nesta CPMI é buscar a verdade dos fatos que todo o povo brasileiro e a imprensa acompanham e por que todo cidadão brasileiro está indignado: a corrupção que assola tanto no Poder Executivo como aqui no Poder Legislativo.

Aqui existem denúncias de mensalão e também chegou a notícia da comprovação do cheque descontado na conta de uma assessora do Presidente da Casa, Severino Calvalcanti. Daqui a pouco começa o processo de cassação do Deputado Roberto Jefferson, e já são 18 Deputados que podem ser cassados. Mas, na verdade, ainda não conseguimos trazer à tona, embora saibamos que existem, as propinas dadas e distribuídas neste País.

No meu entendimento, há três fontes para esses recursos. Primeiro, o IRB – Instituto de Resseguro do Brasil. Desde o ano passado, estou lutando pela instalação de uma CPI para investigar o IRB porque tenho provas de que realmente lá existe desvio de dinheiro público. Recentemente, fizemos um acordo com as Lideranças do Congresso pelo qual foi transferida para esta Comissão a responsabilidade de apurar o IRB. Portanto, possivelmente será instalada amanhã pela manhã uma subcomissão especificamente para o IRB, para a qual devo ser nomeado Relator. As outras fontes são os fundos de pensão e os contratos de publicidade do Governo.

Em duas dessas fontes, V. Ex^a é apontado como tendo ingerência direta nesses assuntos. Aqui houve quem acusou V. Ex^a e também quem brilhantemente o defendeu. Eu gostaria de deixar claro que, em momento algum, quero acusá-lo ou tampouco defendê-lo. O que estamos buscando é um consenso para trazermos à tona a verdade, ainda mais sendo V. Ex^a um homem forte do Governo, e de um Governo que precisa ser fortalecido cada vez mais pelo menos para chegarmos ao seu final, nas próximas eleições, com o povo brasileiro menos sofrido.

Houve dois ex-Presidentes dos Correios, que são o ex-Prefeito de Passo Fundo, no Rio Grande do Sul, do PDT, e o Dr. Aírton Dipp, que, nesta Comissão, disseram pontualmente que quem determinava os contratos de publicidade dos Correios era V. Ex^a. Creio que isso já está estabelecido. Então, a pergunta é: o senhor também determinava, nos outros órgãos, para quem fazia, qual agência ganharia, como funcionaria?

O senhor tem a mesma ingerência nos outros órgãos, como o senhor a teve nos Correios?

Se a explicação for a de que legislação dispõe que cada poder tem sua autonomia etc., sabemos que, na verdade, é assim, mas que, na prática, existe a influência. Com uma simples ligação, o senhor pode determinar um contrato ou não, analisar melhor, fazer isso etc.

O certo é que sabemos que o senhor é um dos homens fortes deste Governo. Tanto o é que, com ou sem a ajuda de V. Ex^a, as revistas do seu cunhado – em cuja redação trabalha a irmã de V. Ex^a, inclusive, segundo informações que nos chegam – tiveram um aumento substancial de repasses do Governo Federal. Pode ser sem a influência de V. Ex^a, mas também pode ser alguém querendo agradar V. Ex^a. Isso pode até ser legal, mas não o considero moral.

Pelas informações dadas por V. Ex^a, houve uma centralização das contas do Governo. A partir dessa centralização, em que se negociaram os contratos, começou a haver um balcão de negócios, um contato pessoal com as agências e as empresas. Creio que aí aconteceu o erro.

V. Ex^a até citou que as Casas Bahia é o maior anunciante na mídia brasileira. O senhor tem idéia de qual é o custo de um anúncio das Casas Bahia e qual o custo de um anúncio do Governo em qualquer um desses órgãos de comunicação?

Outra pergunta: depois que V. Ex^a saiu da Secom, melhorou a Secom? Houve modificações ou continua da mesma forma e com influência de V. Ex^a?

Outra pergunta: já foram encontradas notas fiscais frias na Presidência da República, por meio dos cartões de créditos corporativos. Se fizemos uma análise bem detalhada, não vamos encontrar notas fiscais de serviços contratados e não executados pela Secom? Será que realmente as publicidades foram feitas com todo o preço pago? Existem mecanismos de acompanhamento dentro da Secom?

Sr. Ministro, essas são minhas indagações referentes à passagem de V. Ex^a pela Secretaria de Comunicações, que creio ser um dos fatores que alimentam com recursos públicos, se forem comprovados – volto a dizer que não estou fazendo nenhuma acusação... O outro seriam os fundos de pensão.

Pergunto a V. Ex^a, que pode responder no final: o senhor conhece um senhor chamado Alexandre de Athayde Francisco? O senhor conhece também outro empresário chamado Haroldo de Almeida Rego Filho? O senhor conhece o Vereador Fernando Gusmão, do Rio de Janeiro? O senhor conhece o ex-Deputado ou Deputado Carlos Santana, do Rio de Janeiro? E Manoel Severino dos Santos?

Essas pessoas estão dentro do Ministério Público em um dossiê que já soma 37 páginas em que eles afirmam que elas são aquelas que administram os fundos de pensão e de quem eles obtêm recursos. De que forma? Eles compram na Bolsa o título desvalorizado, ou até valorizado, e vendem por valores extremamente exorbitantes para os fundos de pensão. Eles lucram milhões de reais em simplesmente comprar algumas ações e posteriormente vender essas ações para o fundo de pensão.

E mais ainda: segundo informações, esse grupo, que V. Ex^a vai dizer se conhece ou não, se é do relacionamento de V. Ex^a, é muito bem organizado e até festeiro também; que o Haroldo deu uma festa lá em Angra dos Reis, ocasião em que se tornou amigo de V. Ex^a e que, inclusive, ele teve a delicadeza de facilitar o transporte de V. Ex^a, enviando-lhe um helicóptero, um dos melhores e mais caros do País, que é um Ranger; que, nessa festa, discutiram-se algumas estratégias sobre os fundos de pensão. Eu tive dez minutos para inquirir V. Ex^a em relação ao IRB, que ontem já apareceram suspeitas de que algumas seguradoras financiaram campanhas do PT, mas não diz respeito a V. Ex^a, então as três fontes de recurso que nós entendemos são essas.

Aí eu faço um apelo a V. Ex^a. Aqui, nesta Comissão, alguns Deputados já cometeram a indelicadeza de acusar antecipadamente, como aconteceu com V. Ex^a; aqui, nesta Comissão, Deputados já apertaram mulheres delicadas, que também têm a responsabilidade...

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Deputado, quero lembrá-lo de seu tempo.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Já vou concluindo. Também fizeram isso. Aí eu faço um apelo a V. Ex^a, que sempre lutou em prol do País: ajude esta Comissão, nos dê a fórmula ou, pelo menos, nos indique, a Secretaria de Comunicações, onde existe o erro que V. Ex^a pôde não ter enxergado, mas pode ter acontecido, e pode acontecer desvio de recursos públicos, favorecimentos e coisas nesse sentido. Muito obrigado.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Nobre Deputado Carlos Willian, primeiro sobre as perguntas relativas a esse grupo de pessoas, dentre as quais uma pessoa que o senhor alega, pela imprensa, ter sido uma pessoa que me transportou de helicóptero para uma festa em Angra dos Reis para discutir também fundos de pensão e, nesse rol de pessoas também, o senhor levanta quem é que eu conheço. E eu, desse rol de pessoas, conheço o Deputado Carlos Santana, até porque tive um mandato junto com ele. E o resto não conheço. Pelo menos não me recorde de nenhum deles. Sobre

esse Haroldo, a quem o senhor alega ter sido interessado em aproveitar da relação comigo, eu quero dizer que não o conheço, nunca fui para Angra dos Reis, tampouco em seu helicóptero. Aliás, devo dizer que tenho fobia de transporte aéreo, quanto mais de helicóptero. No que tange à aplicação de recursos de fundos de pensão, se o senhor solicita que eu possa contribuir com alguma coisa, eu diria o seguinte: que o mercado financeiro hoje é muito sofisticado, ele tem dados relativos a aplicações financeiras de todas as entidades. Um certo fundo de pensão que teria aplicações financeiras com diferencial de taxas que o senhor suspeita de que houve apropriação indevida de recursos, quero dizer que essas aplicações são passíveis de verificação técnica. Basta que haja um corpo técnico preparado, com as informações que Bolsa e outras entidades do mercado venham a lhe oferecer, vocês terão uma dimensão exata dessas suspeições. Eu, pessoalmente, disse isso aqui, vejo dificuldade em explicar o volume do Sr. Marcos Valério em função de eventuais diferenciais de aplicações de taxas, mas é uma questão que os senhores devem verificar tecnicamente, e o mercado tem dados disponíveis capazes de oferecer. No que tange a algumas informações que o senhor fez sobre a Secom, reiteradas vezes tenho dito aqui no plenário que a determinação para que a Secom analise as licitações é uma exigência da lei. O ministro é obrigado a fazer isso. Os funcionários da Secom foram preparados, ao longo da história de mais de dez anos, para o exercício dessa atribuição. Não é função do Ministro Gushiken. É um aparato de servidores que foram adestrados para essa atividade. Então não é razoável que se entenda que a Secom começou a exercitar essa atividade a partir de agora.

Em segundo lugar, o processo de negociação a que fiz referência aqui que redundou numa economia substancial de recursos públicos, o senhor fez uma colocação sugerindo que, nesse processo, poderia existir o tráfico de influência, dado que a partir de agora então as agências conheceriam os veículos e os anunciantes. Quero dizer que não, Deputado. Antigamente, quem negociava a mídia era... antigamente não, a lei determina que a agência de publicidade seja o órgão responsável para a negociação com os veículos de comunicação. O que fizemos, na verdade, foi uma centralização, com uma metodologia diferente, mas o conhecimento das agências, o nível de relacionamento que eles tinham com o mercado é idêntico, não alterou absolutamente nada.

Sobre o cartão corporativo no qual sugere o senhor que eu responda sobre eventuais serviços contratados e não entregues, quero dizer que não há esse tipo de ação na Secom com relação aos chamados cré-

ditos corporativos. A pessoa indicada para o exercício dessa função – e são várias no Governo Federal – é chamada agente suprido, que é o agente que tem um valor determinado para saque de recursos mediante cartão para pagamento de despesas da instituição. No caso da Secom, essa servidora, há mais de 15 anos, exercita uma função de confiança do Governo Federal, e a reputo como uma pessoa muito séria e competente. E no caso dos serviços de fornecedores que a imprensa difundiu com muita insistência, que era uma empresa que não tinha razão social compatível com as mercadorias oferecidas, no caso eram cartuchos de computador, quero dizer que essa senhora, D. Penha, provou que essa fornecedora há anos fornecia para o Governo Federal, desde o ano 2000, inclusive o próprio Tribunal de Contas da União comprou cartuchos dessa empresa. Essa empresa, posteriormente, mudou a sua razão social e trouxe um grave problema com relação ao fisco, mas, no que tange às relações que fez a funcionária da Secom com essa fornecedora, nada, nada de ônus trouxe para a Secom. Insisto em dizer isso e a reputo como uma pessoa muito séria, que cumpre seus deveres como funcionária, como servidora pública.

Bom, Deputado, o que eu poderia sugerir ao senhor, no apelo que faz para ajudar esta CPMI, no que tange a fundos de pensão, cuja insistência em vincular o meu nome é tão grande, é de que as operações de fundos de pensão que são aplicadas quase que diariamente são passíveis de serem confrontadas com os indicadores de *performance*. De maneira que os senhores terão esses dados. A CPMI poderia se debriçar sobre isso e analisá-los adequadamente, tecnicamente falando.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sr. Presidente, finalizando e pedindo a sua compreensão, porque eu até abri mão, um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – V. Ex^a tem de pedir compreensão dos seus ilustres Pares.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Será um minuto, somente, Sr. Presidente. Vou fazer uma indagação. Os critérios de distribuição de verba para os veículos de comunicação, já é de conhecimento público e notório que não existem. E que algumas empresas de divulgação, televisão, rádio, revista etc. recebem mais do que outras, e muito mais do que as outras, indiferentemente da forma que tem de audiência, do tipo de tiragem; portanto, está posto claramente, está a olhos nus de toda a população que algumas empresas têm sido beneficiadas.

Nesse sentido, não temos e nem sabemos quais são os critérios usados pela Secom.

Eu gostaria de saber, mesmo o senhor não estando mais lá, mas, no período em que administrou a Secom, se haveria a possibilidade de mostrar de que forma é feita essa distribuição de verba aos veículos de comunicação.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Pois não, Deputado.

Na terminologia técnica de publicidade, isso se chama planos de mídia. Inclusive, nós, neste Governo, estamos exigindo que, no edital de licitação, haja um requisito básico que é o fato de a agência de publicidade ter um chamado núcleo de mídia.

A política de repasse de recursos para veículos de comunicação é um trabalho técnico muito exigente em matéria de análise – não é uma análise simples –, inclusive o mercado se ressentia de um número muito grande de técnicos habilitados nessa área. A Secom criou, por exemplo, um chamado núcleo de mídia para confrontar aquilo que faz uma agência com aquilo que a Secom entende como mais razoável.

Quero chamar a atenção do senhor para o fato de que, por uma diretriz estabelecida por esse Ministro de regionalizar a mídia, ou seja, de facultar que mais veículos pudessem se beneficiar de verbas de publicidade do Governo Federal, houve um alargamento do número de Municípios e do número de veículos que começaram a receber recursos do Governo Federal. Para o senhor ter uma idéia, até o ano 2002, 700 Municípios recebiam recursos. Fechamos, em 2003, com 1.088 Municípios recebendo.

Do ponto de vista de veículos, o universo de veículos que estimamos existentes no Brasil, capaz de recepcionar recursos de mídia, é de cerca de dez mil veículos. Em 2002, o número de veículos chegava à ordem de 3.300. Chegamos a atingir cinco mil veículos, principalmente rádios, que reclamavam muito que não recebiam recursos do Governo Federal.

Tenho sempre feito uma ressalva. Verbas de publicidade do Governo Federal não constituem o maior volume de recursos de mídia no Brasil. A participação do Governo Federal é pequena na massa de recursos de publicidade; estima-se em 6%. Portanto, o grande volume de recursos em publicidade é oriundo de empresas privadas, mas quando o Governo Federal começa a ter uma prática, ela é observada pelo mercado. Então, quando começamos a ampliar o número de veículos capaz de recepcionar recursos de publicidade, a Secom foi muito elogiada, não só pelas rádios por meio das entidades que as agregam, mas também pelos anunciantes. Muitos anunciantes de grandes empresas multinacionais elogiavam a Secom por estar incentivando as agências de publicidade a repensarem em seus planos de mídia de maneira a ampliar o espectro.

De qualquer maneira, Deputado, quero dizer ao senhor que um plano de mídia é feito com técnicas altamente sofisticadas, porque implica analisar preço da mídia – chamado custo por mil –, frequência, área de cobertura, periodicidade. Portanto, há uma série de variáveis que devem ser combinadas e sobre as quais os analistas se debruçam para saber de que maneira uma verba pode-se espalhar por meios de comunicação que abrangem vários veículos. Hoje, a Internet tem um peso específico que agora o mercado começa a entender como um instrumento poderoso para fazer veiculação.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Quais são os critérios?

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Reinscreva-se, por favor, porque...

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Os critérios são esses que acabei de expor aos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Asdrubal Bentes. PMDB – PA) – Eu gostaria de pedir a V. Ex^{as}, mais uma vez, reiteradamente, que cumpram o prazo de quinze minutos. Solicito também ao depoente que procure ser mais objetivo em suas respostas, para propiciar que a discussão seja a mais ampla possível.

Prosseguindo, concedo a palavra, para seus questionamentos, à eminente Deputada Juíza Denise Frossard.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ) – Sr. Presidente, Sr. Relator, verifiquei, Sr. Gushiken, no início de sua fala, quando fez sua exposição, que o senhor fala do seu passado, da sua satisfação de ter comandado a comunicação da campanha presidencial, de ter ido para o Governo Lula e, no meio disso tudo, o senhor volta a um chavão, que é um velho chavão, da necessidade da reforma política. Não há dúvida alguma de que uma reforma política se faz necessária, mas o que estamos vendo por aí é o que o senhor diz repudiar, a tal ponto de não ter nem coragem de listar os feitos, e isso não é resultado, naturalmente, não é fruto da legislação política vigente, e sim é fruto de uma decisão de um governo de ocupar a máquina pública para dela tirar recursos para financiar um projeto de poder. A isso politicamente se dá esse conceito. Lá fora, pode-se dar outro. Eu estou tratando aqui dentro.

O senhor, tecnicamente, é perfeito, o que, aliás, não surpreende nem ao senhor nem a mim, mas o senhor erra exatamente neste ponto. Quando o modelo que o senhor desenha – e é perfeito – da centralização da Secom de tudo isso, mas, ao mesmo tempo, numa máquina que é montada e indicada para a produção deste resultado e que não prevê uma burocracia permanente de carreira.

Mas é preciso fazer um outro esclarecimento também: quando o senhor aqui começou com sua fala, o senhor declarou aqui, como tem sido também comum, que a crise é positiva. Então, vou até consignar uma posição minha. Com todo o respeito, é preciso parar com esse negócio de que a crise é positiva. Não há crise positiva. Ninguém foi eleito para produzir crises. A crise é altamente nociva ao Brasil. É terrível que tenha acontecido! Então, não há crise positiva. Gostaria de marcar essa posição.

Finalmente, o senhor trouxe uma informação correta: de que a Secom não pode definir o valor. Lembro que o senhor deu esta informação a uma resposta do Relator: de que a Secom não pode definir o valor das verbas das estatais. Mas, por essa formação que permite a captura das estruturas do Estado, a partidarização da máquina pública, é que nós temos que não pode definir os valores. Daí por que indica os seus e eles, sim, definirão os valores das verbas de publicidade.

Feito isso, Sr. Gushiken, eu gostaria de fazer umas perguntas pertinentes à questão pública que é uma obsessão para mim. Sou servidora pública há muitos anos, há quase o período sacro das bodas de prata. Portanto, tenho um enorme apreço pela máquina pública e sonho com uma burocracia permanente no Brasil. Apesar dos 19 mil – não deste Governo, mas de todos –, mas aqui se usou a máquina pública com esse projeto de poder.

Eu gostaria de perguntar-lhe que critérios presidiram a partilha do poder, ou seja, o preenchimento dos cargos na máquina federal. O senhor ficou com a publicidade, pelo que sei, e os fundos de pensão. Então, gostaria de saber: a partir de que critérios e a partir de que objetivos?

Eu vou fazer as perguntas todas porque aí encerro e o senhor responde com mais tranquilidade. A partir disso, como é que se dava a prestação de contas dos seus indicados? Que metas tinham eles a cumprir? Como o desempenho deles era acompanhado pelo senhor?

Finalmente, Sr. Gushiken – e sou rápida nas minhas intervenções porque algumas situações, por exemplo, envolvendo as razões do sucesso financeiro da Globalprevi, que é sucessora da Gushiken Associados, isso aí terei com os Anais da CPMI... Então, isso não vou perguntar ao senhor. E, finalmente, queria saber se o senhor confirma a sua participação em reuniões secretas, segundo fontes do Bndes, teriam ocorrido junto com representantes da telefônica, da Telemar e da Brasil Telecom com o objetivo de viabilizar a aquisição da Embratel por parte do cartel das operadoras de telefonia fixa, as referidas empresas, e que para a viabilização do negócio, demandaria a

mudança da Lei Geral de Telecomunicações, além de trazer um impacto perigoso, de maior concentração do setor com claro prejuízo para os consumidores. É só isso, Sr. Presidente. Muito obrigado, Sr. Gushiken.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Dr^a, eminente Deputada Denise Frossard, tenho muita admiração pela vida pregressa da senhora e vejo o quanto é eficiente nos debates da CPMI.

Antes de responder diretamente às perguntas quero fazer uma observação de uma frase em que discordo de V. Ex^a. A senhora afirmou que nós, Governo, tudo o que está ocorrendo é fruto de uma decisão para dela tirar recursos. Eu anotei dessa maneira, e quero protestar contra essa abordagem que fez a senhora.

Nós nos detivemos nos requisitos legais, na montagem do poder público como qualquer Governo faz. Não vejo nenhum nexo do que ocorre hoje aqui com a sistemática de montagem do Governo, e concordo com a senhora que a burocracia estável é um elemento importante da máquina pública.

Eu tive um prazer muito grande em trabalhar com funcionários de um órgão público, porque vi o grau de presteza com que a maioria tem oferecido seus trabalhos, e fiz questão de dar o testemunho deles. Sou daqueles que acha que deveríamos nos esforçar para termos servidores desse naipe, concursados, formados. Agora, a senhora pergunta quais são os critérios que definiram pessoas nos órgãos estatais que não passavam por mim, mas que acabam definindo os valores dos contratos de publicidade.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)
– Eu parto do pressuposto que o senhor teria ficado com a publicidade e os fundos de pensão, e consta que o senhor teria indicado pessoas para essa área. São dezenove mil, duzentos e dois cargos.

O senhor não é responsável por todos, naturalmente.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Dr^a Denise, eu vou responder objetivamente.

A começar pelo cargo de publicidade. A legislação em publicidade, inclusive, diz explicitamente que o membro indicado em uma área de *marketing* de uma empresa estatal tem que ser afastado por mim. Isso é dito na lei, e é um requisito que não atendi, apesar de o Tribunal de Contas da União ter sugerido no último levantamento em que a Secom abria mão dessa prerrogativa que ela tinha. E por que nunca utilizei esse poder? Porque eu acho que conflita com a autonomia das estatais.

Acho que ali é um problema enorme se eu invocasse um dispositivo que está no decreto – e deveria até retirar e nunca retirei – que daria o poder de veto e de escolha, o que eu acho um grande absurdo, mas é

o contrário do que a senhora diz, é o contrário. O que a lei diz no decreto é a possibilidade de eu decidir a pessoa que no órgão estatal é indicada para a área de *marketing*. Fizemos exatamente o contrário porque eu achava que ia conflitar mesmo. É um dispositivo antigo. Perguntei inclusive ao Secretário de Comunicação do Governo passado que disse: “Gushiken não mexa nisso que isso aqui vai ter conflito jurídico e só vai criar problema”.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)
– Eu só perguntei isso porque o senhor disse aqui que preparou técnicos.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Sim.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)
– E pergunto se o senhor preparou previamente um exército, porque o senhor falou aqui em batalha. Eu me lembrei de Exército. Um exército técnico, preparado previamente.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não, técnicos da Secom existem há muito tempo. A Secom participa de licitações há mais de dez anos.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)
– Não, estou voltando lá trás quando o senhor disse, em um dos primeiros depoimentos, o senhor respondeu que preparou previamente técnicos. E como o senhor disse, em sua exposição, que estava em uma batalha, a sua batalha, eu pensei logo num exército previamente preparado.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Dr^a Denise, eu não sei exatamente em que momento essas palavras foram por mim proferidas a ponto de levar a senhora a essa conclusão. De qualquer maneira, não quis preparar nenhum exército.

Enfim, a senhora me pergunta se... Bem, a senhora fez várias ponderações a respeito da crise, que sempre é negativa. Eu discordo da senhora.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)
– Sim, mas a pergunta é como se dava a prestação de contas dos seus indicados, como o senhor acompanhava as metas? Eu fui bastante objetiva aí.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Pois não. A senhora diz na Secom.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)
– Isso.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não, existe toda uma rotina estabelecida há muito tempo na Secom. Existem métodos de verificação das agências de publicidade, tem planilhas específicas, existem...

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)
– Mas o senhor não indicou para a Secretaria de Previdência Complementar?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Ah, a senhora diz fora da Secom?

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Também. Aí é que eu estou dizendo, há indicações para toda a máquina pública, porque, afinal, são 19.202 cargos DAS.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Deputada, para ser bastante claro. É recorrente, por parte dos Parlamentares, perguntar quem indiquei para os fundos de pensão. O Sr. Wagner Pinheiro, Presidente da Petros...

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– E o Adacir Reis?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – O Adacir Reis trabalhou comigo quando eu era Deputado Federal, depois foi para a empresa privada, se especializou como um advogado...

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Mas foi indicado pelo senhor?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não senhora.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Para a Secretaria de Previdência Complementar?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – E se fosse, eu teria o maior orgulho. E digo isso não só pelo Sr. Adacir como pelo Sr. Sérgio Rosa, da Previ. Se fossem indicados por mim, eu teria o maior orgulho. E não teria nada não natural, se caso indicasse também, porque eu os conheço. O Sr. Adacir Reis...

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Eu tenho o meu tempo, Ministro. Que metas tinham a cumprir os seus eventuais indicados, digamos assim, então, e como o senhor acompanhava os seus desempenhos?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Dr^a Denise, eu vou... Porque talvez a senhora não tenha experiência em Poder Executivo, porque, veja...

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Eu já administrei, no Judiciário, sim, a máquina pública.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Mas, minha senhora, então, quem é que orienta, quem é que escolhe membros de um Governo quando ele é eleito? De uma prefeitura, num Estado? Cinco mil municípios, e Estados?

Os partidos políticos se reúnem, os partidos vitoriosos, com sua base aliada, e dizem: vamos escolher as pessoas para tomar espaço na máquina pública, que nós fomos vitoriosos. Esse é um procedimento tão normal nas democracias ocidentais! É normal, é da natureza do regime ocidental.

Agora, isso não significa dizer que todos os partidos vão ter um critério de aferição de desempenho fora das rotinas próprias da máquina pública. A máquina pública tem o seu sistema próprio de aferição de metas, desempenho, avaliação de pessoal, não é?

Não há necessidade, por eu ter indicado uma pessoa, no caso o Sr. Wagner Pinheiro, do fundo de pensão da Petros, indicado à Ministra, que, por sua vez, indicou ao Presidente da Petrobras. Veja, eu indiquei por uma circunstância. Vi que a Dr^a Dilma teria a incumbência de oferecer o nome, e trabalhou ela junto com o Sr. Wagner Pinheiro, no governo de transição, e se casaram os interesses. E seria razoável que eu fizesse a indicação de uma pessoa do PT especializada no assunto.

Seria muito estranho que eu chegasse para a Dilma e dissesse: Dr^a Dilma, eu sugiro um experiente gestor de fundo de pensão, como é o Senador Heráclito Fortes, do PFL, para fazer parte do Governo do PT. Não teria o menor cabimento. O cabimento é eu oferecer nome dos partidos da base aliada.

Agora, nem por isso eu devo exigir do fundo de pensão Petros avaliação de desempenho, porque sugeri uma indicação. A realidade não é assim que funciona. Então, sejamos claros e tão simples como são simples as realidades políticas deste País. Qualquer prefeito que ganha uma eleição chama a base aliada e fala: vamos montar o governo. Não é assim? Eu acho que é assim que é feito. Não tem tanto mistério nisso tudo.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– A próxima. Que papel técnico desempenha a Secom na distribuição das contas de publicidade?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Bastante, Deputada, porque, veja, a lei exige que, anualmente, todo ministério e toda estatal apresente o que eles chamam de PAC, um Plano Anual de Comunicação.

Essa é a primeira ferramenta sobre a qual somos obrigados a nos debruçar para analisar como as campanhas publicitárias institucionais são veiculadas.

Depois, no decorrer dos trabalhos, sistematicamente nos são enviados os conteúdos publicitários sobre os quais temos que nos debruçar para verificar se existe uma identidade com as diretrizes de governo, se existem informações inadequadas que conflitam com a visão de outro ministério afim, e assim por diante. Planilhas de custo, não é?

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Como é que o senhor indica que a agência de publicidade “X” vai atender, por exemplo, a Petrobras e, ao mesmo tempo, o Banco do Brasil, que possuem naturalmente perfis absolutamente diversos?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Deputada, não indico nada. Isso é um processo licitatório onde as agências disputam e ganham as contas, não é indicação do Ministro para isso. São processos licitatórios com base legal que é uma disputa de dezenas e dezenas de empresas de publicidade.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– O senhor nunca indicou nenhuma assim fora da licitação?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não, senhora.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Pois não. E finalmente essa última pergunta que lhe fiz, Ministro: se o senhor confirma sua participação nessa reunião secreta.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Ah, sim, perfeito. A senhora fez alusão à reunião secreta. Não, participei de reunião com a Telefônica, com várias empresas por ocasião do interesse que elas manifestaram na compra da Embratel, e participei de uma reunião junto com o Ministro Miro Teixeira. Mas não foi no BNDES e nem foi secreta. Secreta no sentido de que tinha algo a esconder de todo mundo?

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Não, porque li a notícia. Formulei a pergunta conforme saiu vazada na imprensa tão-somente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputada, para concluir.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Muito obrigada.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Pela ordem, Deputado Eduardo Paes.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, agradeço sua compreensão. É só para manifestar aqui que, na manhã de hoje, o Ministro Nelson Jobim deferiu uma liminar e um mandado de segurança impetrado pelo Deputado João Paulo Cunha e outros contestando o encaminhamento dado pela Mesa-Diretora da Casa, da Câmara dos Deputados, no sentido de encaminhar ao Conselho de Ética o relatório que esta CPMI apresentou e votou há duas semanas.

Quero manifestar aqui, Sr. Presidente, primeiro que, óbvio, esta Comissão tem se pautado pelo respeito às decisões do Poder Judiciário – em diversas oportunidades isso já aconteceu e deve ser sempre assim. Mas eu não poderia de deixar de manifestar minha surpresa com essa decisão, primeiro porque me parece, nesse caso especificamente, uma intromissão indevida de um Poder em outro Poder, no caso do Poder Judiciário no Poder Legislativo. E, além disso, Sr. Presidente, é importante que fique claro que esta Comissão e a CPMI da Compra de Votos, o que fizemos foi simplesmente encaminhar todos os elementos e documentos que havia a respeito desses Parlamentares, dos 18 Parlamentares daquela relação, para que a Mesa da Câmara tomasse a decisão de como encaminhar essa questão. Portanto, respeitou-se totalmente o processo legal, o processo regimental, e

não há nenhuma fundamentação jurídica que justifique essa liminar concedida.

Quero deixar claro o protesto, acho que a Procuradoria da Câmara dos Deputados deve imediatamente recorrer desta decisão, para impedir que isso possa ser protelado por mais tempo ainda do que o tempo que já vem decorrendo desse processo.

Portanto, é um absurdo essa decisão e espero que possamos, da forma mais rápida possível, cassar essa liminar. Não quero aqui, Sr. Presidente, de forma alguma, interromper a exposição ou o depoimento do ex-Ministro Gushiken, criando uma polêmica em torno disso, mas só queria chamar a atenção para que possamos prosseguir ouvindo o depoente.

A SRA. JUÍZA DENISE FROSSARD (PPS – RJ)

– Sr. Presidente, pela ordem, apenas para um esclarecimento. Acho que é a mesma coisa.

Seria bom ver, Deputado Eduardo, exatamente a questão, porque me parece, não estou afirmando, que não é em relação a CPMI. É em relação à Corregedoria.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– É com relação à Corregedoria, não é com relação a CPMI.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Por isso estou deixando bem clara a posição da CPMI.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sr. Presidente, eu falava com o Relator há pouco, Deputado Osmar Serraglio, até um pouco pela experiência no trato das questões jurídicas, acho que a Comissão não tem que entrar nessa briga. Nós da Comissão estamos fora dessa questão e, de mais a mais, é preciso compreender, até para que a opinião pública possa entender, que o Judiciário tem sua autonomia, eles tomam suas posições. Uma decisão do Judiciário não se critica, contesta-se, e a contestação vem com argumentos jurídicos, embasamento legal. E não tenho dúvida de que a Câmara dos Deputados tem argumentos jurídicos, tem embasamento legal para contrapor, fazer o recurso e buscar a cassação da liminar. E se assim não for, Sr. Presidente, temos outros mecanismos, qual seja, a ação dos partidos políticos. Os partidos políticos podem pedir diretamente o encaminhamento. Então, temos alternativa jurídica e alternativa política de fazer o encaminhamento. O que não podemos é criar uma crise aparente com o Poder Judiciário. O Judiciário faz o papel dele, nós fazemos o nosso, e vamos dar seqüência e conseqüência às nossas ações.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Muito obrigado, Deputado Pompeo de Mattos.

Com a palavra o Deputado Carlos Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Boa tarde, meu caro Presidente. Ao saudá-lo, saúdo também o Relator e os demais membros presentes, meu companheiro, ex-Deputado, ex-Ministro Luiz Gushiken, neste depoimento que vem confirmando, inclusive por esse último intervalo aqui “pela ordem”, quero cumprimentá-lo sobretudo por ter resgatado, na condição de depoente, o fato de se tratar aqui de um fórum eminentemente político, meu caro Gushiken.

O senhor, V. Ex^a, meu companheiro, não abdicou de revelar, desde o início, a razão histórica da sua presença neste plenário. A representação simbólica do que se está processando na vida política do País com o vigor e com o rigor que quero aqui render homenagens.

Alguns parlamentares que me antecederam fizeram referência provavelmente espelhados na experiência própria, por autoprojeção, por ouvirem dizer ou por se entranharem em administrações anteriores expressões como participação em intestinos de governo ou coisa similar. Alguns até se referiram, sem retratação posterior, e isso é recorrente aqui, à formação de quadrilha e a reação indignada de V. Ex^a está à altura da sua honradez e da honradez da sua histórica e da presença política do nosso Governo na história brasileira.

O nosso Partido, o Partido dos Trabalhadores, foi o único até agora que abriu os seus sigilos, os sigilos dos seus dirigentes. O nosso Partido foi o único, na sucessão de escândalos, acusações internas ou externas sobre uso de fundo partidário ou outras que precederam a história do País, que afastou dirigentes e líderes.

O nosso Partido se expõe, se renova, confronta-se com seus filiados por eleição direta no próximo domingo, uma experiência inédita da história brasileira e não empurra para debaixo do tapete aquilo que a crise revela por razões internas a nós e por razões externas da cidadania brasileira. Mas o nosso Partido não admite a condição única de apanhar, apanhar, apanhar e em nome de apanhar esconder a memória da corrupção e da vida pública brasileira em administrações federais, estaduais e municipais, o que faz parte da memória e deste cenário de debate, que é um cenário político.

A irritabilidade de algumas teses que não vão se comprovando é verificável, e isso é importante que neste cenário investigativo nos debruçemos cada vez mais nesta CPMI e ela caminha nesse rumo de cada vez determinado fazer investigações que possam, de fato, explicar o funcionamento de uma máquina, de um sistema que V. S^a, meu companheiro, já em entrevistas anteriores, mencionou que é um sistema antigo, era

um *software* já usado, uma metodologia talvez experimentada já e que diz o seguinte, o senhor reafirmava em entrevista ao **Correio Braziliense** de 9 de agosto de 2005, falando sobre a crise interna do PT e sobre o ex-tesoureiro Delúbio Soares: “ele é responsável pelo recolhimento de um esquema que já existia anteriormente no Brasil. Lembrando que Delúbio prejudicou todo o Partido e está pagando por isso. Não sei se outros beneficiários desse antigo esquema já pagaram pelo que fizeram. Ao que tudo indica não”.

Como é que o senhor descreveria esse esquema no qual o Delúbio Soares adentrou?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Deputado, essa pergunta sugere que eu faça uma repetição daquilo que eu conheci pelo noticiário da imprensa. A descrição desse modelo, se é possível sugerir esse tema, é um modelo no qual existem bancos financiando, e, a partir de repasses financeiros de bancos a empresas de agentes de publicidade, abre-se um canal de recursos para pessoas numa ponta, na outra ponta, tendo, nesses contratos financeiros, uma caução baseada numa conta de publicidade. Esse modelo, descoberto na gestão de Delúbio Soares, é uma réplica de um modelo que foi aplicado, conforme a imprensa noticiou em Minas Gerais, em 1998, na então disputa do Governo do Estado e, nessa estrutura, se bem foi noticiado, estava como personalidade mais importante o então candidato a Governador, Eduardo Azeredo.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Eu fiz essa pergunta a V. Ex^a exatamente porque algumas teses se levantaram ao longo da história da denúncia que motivou esta CPMI e outros desdobramentos investigatórios, segundo a qual seriam os contratos de publicidade públicos a razão suficiente para sustentar esse sistema de financiamento de Caixa 2. Depois, em segundo lugar, esse sistema de financiamento, queriam atribuir apenas ao PT. E, então, não é mais só material de imprensa; os dados da CPMI demonstram que, no caso das empresas do Sr. Marcos Valério, o sistema operava anteriormente. Isso está correto pela informação da imprensa, que confirmamos aqui também no financiamento de Minas Gerais. Mas não é o único caso. No meu Estado de Mato Grosso, em 1998, existe um Secom Gate também até hoje não explicado, com características muito similares, utilizando dinheiro, não de bancos mas *factoring*, do Sr. João Arcanjo Ribeiro. Até hoje não encerrado esse caso.

Essa tese não é suficiente, porque o contrato público não deu o volume de recursos suficientes para sustentá-lo. A segunda tese é que então vem da mobilização de fundos de pensão e, agora, aqui mesmo, dados que a Oposição trouxe ao conhecimento demonstraram, e, ontem, no depoimento de D^a Kátia

Rabelo, Presidente do Banco Rural, que essa tese não se sustenta em razão de que, no Banco Rural, por exemplo, o volume de mobilização de recursos de fundo de pensão diminuiu em 2003 e 2004. A segunda tese também fica frustrada.

Há uma terceira tese de alegação de envolvidos em anos anteriores e neste ano, que dizem que se utilizavam contas do Marcos Valério empresas privadas para fazer doações de campanha em Caixa 2. Alguns dos expoentes já envolvidos noticiaram isso, um deles o Deputado Roberto Brandt, do PFL; o outro deles o ex-Líder do PSDB na Câmara que, em 1998, recebera recurso, ambos atribuídos à Usiminas pelas vias do Marcos Valério. Atribuídas e confirmadas. Correto. Por isso que estou dizendo que o sistema é anterior, e esta afirmação é válida para alguns, e outros não querem validar, no caso dos envolvidos do PT. Como V. Ex^a pode situar este quadro de debate em torno de financiamento de campanhas eleitorais e de gestão governamental posterior a eleições disputadas?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Bem, Deputado, eu já disse aqui que entendo que a reforma política é um componente estratégico para dar conta dos problemas que foram trazidos à tona nesse avassalador processo de desvelamento de práticas ilícitas em torno de financiamento de campanha eleitoral. Devo dizer, é verdade, que estudos feitos pelo Núcleo de Assuntos Estratégicos, antes de estourar a crise, já apontava um defeito no sistema político brasileiro. É interessante observar isso. Eu até apresentei ao Deputado Ronaldo Caiado e ao Deputado Alexandre, que eram os responsáveis pela proposta de reforma política, que, nesses estudos que desenvolvemos com centenas de cientistas da política brasileira, eles identificaram que o processo de financiamento de campanhas eleitorais era um grande problema, só que, no entendimento desses cientistas políticos, a reforma política, era apresentada como um quesito de alta necessidade, inclusive com a finalidade ou com as consequências de contribuir para a economia dos recursos públicos. É assim que os cientistas vêem a reforma política. Nesse estudo, eles diziam o seguinte: se a necessidade é alta, por outro lado, o grau de factibilidade da reforma é baixa. Esse é um estudo científico feito. Somente em processo de ruptura, aí é um processo metodológico, é que se pode acionar um sistema de reforma de fato. É interessante isso, porque estávamos exatamente na presença de um contraditório, de uma necessidade muito grande e de um grau de factibilidade e de implementação da reforma política, mas no meio de uma crise. Foi quando, então, numa conversa com o Deputado Ronaldo Caiado, disse: “Olha, acho que vocês têm tudo para acelerar esse processo.” O Deputado pediu, inclusive,

que enviássemos esse trabalho científico, com cópia para todos os Deputados e Senadores, o que foi feito, com uma carta por ele subscrita, dada a importância desse estudo.

O que eu quero dizer com isso é o seguinte, Deputado: de fato, nesse contexto, o ajuste via reforma política é uma condição, sob pena de repetir no futuro os mesmos processos que, há muitos anos, vêm acontecendo no Brasil. Não quero entrar em especulações de natureza filosófica se instituições resolvem o problema do ser humano. O processo de ética e de moralidade em termos de lapidação dos espíritos humanos é um processo histórico demorado, mas, por isso, existem instituições com normas de relacionamento entre as pessoas que fazem com que as taxas de ações aélicas sejam menores. Eu acho que, então, a reforma tem um papel fundamental.

Agora, observe V. Ex^a que, nisso tudo, naquilo que diz respeito à minha competência, a demonstração de um ato irracional nesse processo – que, como eu disse, fui o primeiro a apontar – é um fato muito interessante, porque ele é irracional do ponto de vista da operação financeira. Quando um banco aceita como caução um contrato de publicidade para oferecer para uma agência de publicidade um certo valor, presume-se que essa caução tenha como garantia um valor que essa agência vai receber. Senão, não serve como garantia. Então, a primeira falha estrutural nesse oferecimento garantidor é o fato de que o contrato de publicidade não dá à agência nenhuma garantia de que ela irá recepcionar esses recursos, até porque, em se tratando dos Correios, são três agências. Lá, nos Correios, a divisão é matemática: 33% para cada um. Além disso, mesmo que a SMP&B tenha 33% de uma conta de R\$90 milhões, na conta de publicidade que ela vai administrar, o grosso do volume é alocado para veículos de comunicação, quase 70%. Não é de se supor – pelo menos eu não suponho – que haja notas frias na emissão de mensagens via televisão e via revista. Então, se eu parto desse princípio, eu somente posso concluir que aquilo que efetivamente uma agência de publicidade tem numa conta de publicidade é muito residual e não serviria como caução de uma operação financeira, ainda que quem tenha de se preocupar com isso é o banco que financia. É ele que tem de ter as garantias sólidas. Eu fiz essa ponderação, em primeiro lugar, para a mídia, quando apareceu. É um problema de desajuste em termos de racionalidade desse sistema. Portanto, pode-se argüir que se tenham outras intenções num processo desse tipo.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Quero agradecer a V. Ex^a essa reafirmação mais explicitada, em função de que me solidarizo com o início do seu

depoimento, na afirmação de que acompanho essa crise com tristeza e com repúdio. Ao mesmo tempo, essa tristeza e esse repúdio não nos deixam imobilizados, no sentido de asseverar quais são as perspectivas de superação e de que modo as entranhas expostas do PT e do nosso Governo devem contribuir para o amadurecimento democrático e para fazer com que aquilo que é exigível do ponto de vista ético e social seja factível do ponto de vista político.

Por isso, quero, ao agradecer a sua presença e a sua generosidade em estar aqui prestando esse depoimento, concordar com V. Ex^a no sentido de que não bastará a esta CPMI a constatação de fatos, se não houver, na sua contrapartida, o apontamento de resoluções da administração pública e da vida política do País, que faz com que a perspectiva de saída seja de purificação das instituições e de valorização da democracia.

O comparecimento de V. Ex^a aqui contribuiu seguramente com essas duas metas. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra o Deputado Murilo Zauith.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Boa-tarde, Sr. Presidente, Senador Delcídio Amaral; boa-tarde, Ministro Gushiken.

Estive atento na abertura dos trabalhos quando o senhor fez a sua preleção, falou da sua vida, do orgulho que o senhor tem de ter participado da vida política atual do Brasil, seus vários momentos, o seu momento sindical.

O senhor disse que via com tristeza esse momento que está vivendo. Mas também notei que o senhor, durante todo esse debate, sempre leva a discussão para o lado técnico. Dar explicações técnicas de como funciona a Secom, de como funciona o sistema de empresas na relação dos ministérios, dos órgãos federais, na área de publicidade.

Mas o que nos interessa, o que precisamos debater aqui é conversar com o senhor, e o senhor dizer que fazia parte... Eu não sei se faz parte, se existe ainda o núcleo duro do Governo. A imprensa noticiava isso diariamente: que, na parte da manhã, havia uma reunião do senhor com o Presidente da República, o Ministro José Dirceu e o Ministro Palocci.

O senhor fazia parte de um tripé, um tripé que comandava todas as ações do Governo. O senhor vem aqui hoje, como já vieram outros depoentes, e todos dizem que o Delúbio fazia as coisas da cabeça dele, que ninguém tinha conhecimento. Ontem nós tivemos oportunidade de ouvir o ex-presidente do PT José Genoíno, que assinou papéis, avalizando e fazendo títulos em nome do Partido.

Com tanto conhecimento, com tanto preparo, como o senhor diz que tem uma formação de curso superior, uma pessoa preparada. Então, o senhor sai desse episódio e tem o enfoque só no Delúbio?

Eu queria começar com o senhor explanando isso.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Deputado Murilo, primeiro uma observação a respeito do que o senhor chamou de “núcleo duro” e que nós chamamos de “coordenação de governo”. São reuniões que se praticam uma vez por semana, quando o Presidente nos chama, e não eram realizadas apenas com a minha presença, a do Ministro Palocci e do Ministro José Dirceu. Também havia o Vice-Presidente José Alencar, Aldo Rabelo, o Ministro Luiz Dulce e, às vezes, outros ministros, dependendo do tema. A pauta era estipulada pelo Presidente da República. E se discutia duas horas, três horas também sobre a conjuntura política e se dissolvia a reunião.

Era um órgão mais de assessoramento em questões de política conjuntural e às vezes topicamente, dependendo do assunto que o Presidente quisesse levar à apreciação de outros ministros.

Esse é um funcionamento que penso ser normal em qualquer governo. Disso não se sugerem ilações com o Delúbio. Eu não sei porque o senhor faz...

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Mas o Delúbio, Sr. Ministro, tinha uma ação prática e forte em uma base aqui dentro do Congresso Nacional. Isso era visível para o Governo, porque as coisas não eram aprovadas aqui, mantinha-se essa base... O Governo sabia como era mantida essa base e a relação que tinha com essa base.

O que nos deixa indignados é que todos os senhores dizem que não sabiam das ações do Delúbio. Não se avança para superar isso. Precisamos acabar com essa crise. Mas para superar essa crise, precisamos chegar... Iniciou e tem de ter um fim, e não ficar todo mundo... “não, é o Delúbio que fazia, ninguém sabia como o Delúbio fazia, como o Delúbio colocava essa maioria para o Governo, aprovando reforma da Previdência, assuntos polêmicos...” O senhor participou como Deputado, e que não andava de forma alguma.

O senhor ter coragem, com o seu conhecimento, com a sua vida expressiva, de dizer que não conhecia nada que o Delúbio fazia? É isso que eu quero que o senhor esclareça.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não, Sr. Deputado. Eu quero dizer que a perplexidade sobre o que foi desvelado foi muito maior da nossa parte do que da do senhor. Esteja certo disso.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Não temos como avançar nessa conversa. A Presidente do Banco

Rural, ainda ontem, esteve aqui. Indaguei-lhe sobre se existe algum bando que empresta milhões de reais sem garantia real, com um simples aval. Para começar, só com aval, não conheço um banco que empreste milhões. Sempre tem que haver uma garantia real. No PT havia o aval de José Genoíno e de Delúbio Soares, que não têm patrimônio para garantia. O Sr. Marcos Valério era avalista e saiu do aval de uma conta que foi renovada, de um título que foi renovado. No meio bancário, como ex-bancário, o senhor sabe que não existe. Nada disso era do conhecimento dos senhores?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Deputado, esse conhecimento era restrito a essas pessoas que fizeram as operações. Quero insistir sobre a ilegalidade – e nem sei se posso chamar de ilegalidade – no uso de contratos como forma de caução. Mas que existe uma irracionalidade manifesta nessa operação, sim. Eu disse. Tornei público. Fui o primeiro a tornar pública a natureza ilógica desse procedimento.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Não tendo lógica, como um banco pode emprestar sem ter um caucionamento? Sem estar caucionado por garantias no exterior, como o Sr. Duda Mendonça, que recebeu no exterior. Toda essa movimentação era praticada por somente uma pessoa do Partido? Quero insistir nisso. O senhor converse com esta Comissão. Até onde? O senhor tinha um enfoque da reunião com o Presidente? Em paralelo o Sr. Delúbio comandava uma ação governamental muito forte e os senhores não tinham conhecimento de nada? Não conciliava nada do que fazia com o que os senhores faziam?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Sim, Deputado, eu desconhecia.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL – MS) – Como não quero entrar em um debate técnico, Sr. Presidente, vou encerrar a minha participação.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, o que se investiga é, sem dúvida, uma rede organizada de corrupção da maior complexidade, de sofisticação ímpar. Por isso, embora respeite a posição de alguns parlamentares, considero uma tentativa vã essa de estabelecer similaridade com outros fatos ocorridos em um passado mais distante ou mais recente. Esse esquema de corrupção não encontra precedentes em nossa história. Destaco o fato de o ex-Ministro Luiz Gushiken lamentar que denúncias tão graves estejam atormentando não só o Governo mas todo o País. É o reconhecimento de S. Ex^a de que, realmente, há um modelo de corrupção instalado ou de que houve um modelo de corrupção

instalado que se desmonta exatamente em função das denúncias e da investigação.

Nosso objetivo central, Sr. Luiz Gushiken, é exatamente atender ao apelo do Presidente da República, do Presidente Lula. O Presidente tem reafirmado insistentemente que quer a investigação, usa frases de efeito: “Doa a quem doer”; “Todos devem pagar”. V. Ex^a, certamente, como um coadjuvante leal ao Presidente da República deve ter aprendido a lição e, provavelmente, esteja imbuído do propósito de colaborar para que esta Comissão possa identificar os artífices desse plano de corrupção, mais do que isso, a fonte dos recursos utilizados na sustentação financeira desse esquema corrupto, que, a meu ver, tinha como meta final um projeto de poder de longo prazo, onde o fim passou a justificar os meios e, certamente, o senhor não concordará com isto, mas é uma convicção pessoal.

Então, com o objetivo de chegar à origem dos recursos é que indago, antes é claro fazendo referencia ao fato de que o senhor tem influência por ter indicado ou pela proximidade política, são lideranças sindicais, inclusive muito próxima do senhor, que o senhor tem influência na secretária de previdência complementar com o Sr. Odacir Reis, na Previ com o Sr. Sérgio Rosa, na Petros com o Sr. Wagner Ribeiro e também na Infraprevi, consta que o Sr. Marcelo Dirceu Carlos Sereno e Carlos Santana teriam influência na Refer, Núcleos e Real Grandeza.

De qualquer maneira, a minha indagação diz respeito a fatos que ocorrem.

Na refer, por exemplo, houve uma tentativa de terceirização de um bilhão e quatrocentos milhões de reais em NTNs. Houve também a tentativa de aplicações de CDBs para a constituição de fundos, o FAC, Fife, o FITVM em bancos, como o Banco Santos, o BMC, BIC, Brascan, Pactual.

Eu estou colocando este fato porque seria uma das origens dos recursos utilizados neste esquema de corrupção.

Por discordar desta providência, o ex-Deputado Jorge Moura, que é uma pessoa de reputação ilibada, foi demitido, no dia 15 de junho de 2004, foi demitido da Refer, ele era o Diretor-Presidente. Não concordou com essas providências impostas. Aqueles que ficaram contrários foram demitidos à época e aqueles que ficaram favoráveis foram demitidos agora com a posse de um novo conselho.

Aliás, a Senhora Tânia Regina que é a esposa do Deputado Carlos Santana hoje está recorrendo da decisão da sua demissão. Outras pessoas demitidas, também a Comadre do Deputado, a Maria Cristina, a Sônia Botelho Pereira, enfim houve um loteamento na área administrativa do Governo com interesse de

natureza política e evidentemente nós estamos agora sofrendo as consequências disso também na Refer.

Eu indago de V. S^a se tinha conhecimento disso já que o Sr. Adacir foi o seu assessor, é muito próximo do senhor, o senhor disse que teria até orgulho em fazer a sua indicação. Indagaria se esses fatos chegaram ao seu conhecimento pelo Sr. Adacir e se houve concordância do senhor em relação a isso. Porque me parece que em relação ao Sr. Adacir houve concordância já que aqueles que não concordaram foram punidos com a demissão como foi o caso do ex-Deputado Jorge Moura.

Essa é a primeira indagação.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Senador, não eu não devia ter conhecimento dessas irregularidades constatadas pelo órgão de Fiscalização do Governo através do Sr. Adacir. Eu tomei conhecimento pela Imprensa. E não é só a Refer. Há outros fundos de pensão também que foram identificados pela Secretária de Previdência Complementar como áreas que manifestamente apresentavam irregularidades, mas não foi via Adacir, foi pela Imprensa.

Apenas para discordar. Não houve loteamento em indicações sobre fundos de pensão tal como o senhor entende. Quero deixar bastante claro que na Petros eu sugeri o nome desse dirigente a então Ministra que deveria conversar com o Presidente da Petros, da Petrobrás. Com relação ao Sr. Adacir Reis, eu disse que não o indiquei mas se o fizesse eu teria o maior orgulho em dizer que o teria indicado, porque é uma pessoa muito competente na área.

Então, eu faria apenas essas observações para que as coisas ficassem mais claras.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pois não.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – As coisas ficam mais claras.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – A propósito do Sr. Adacir Reis, estou encaminhando inclusive um ofício a ele pedindo informações, e indago do senhor se poderia nos esclarecer o que a revista **Época**, no dia 1º de setembro de 2005, noticiou – afirmação da revista: “Mais de 100 milhões de poupança para aposentadoria de 75 mil funcionários públicos foram parar nas mãos dos operadores do ‘mensalão’. Um pedaço dessa bolada foi desviado para o exterior, principalmente para paraísos fiscais do Caribe. O esquema teria sido executado em 2003 e 2004 e envolve pelo menos cinco fundos de pensão de empresas estatais. Os fundos, que são os investidores mais ricos do País, teriam perdido dinheiro, fraudando os associados de propósito. Na outra ponta, dos que embolsavam o produto da fraude, aparece um grupo de operadores de São Paulo. O espantoso é que quase todos eles

ganham notoriedade recentemente por ter lavado dinheiro da dupla Delúblio Soares e Marcos Valério”. Aí vem a citação dos fundos de pensão já conhecidos aqui, já citados. As corretoras que teriam participado das operações são aquelas conhecidas também aqui da CPMI, como a Bonus Banval.

Pergunto ao senhor: o senhor já tem resposta a esta denúncia da revista **Época**?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não, senhor.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Eu estou indagando ao Secretário de Previdência, mas pela proximidade dele com o senhor faço essa indagação. Quem sabe o senhor possa nos responder.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não, Senador. Não é pela proximidade que eu levaria à apreciação dele uma dúvida minha, porque eu tenho certeza de que esta CPMI, inclusive, será o órgão capaz de chegar ao ponto que o senhor deseja, e não a Secretaria de Previdência Complementar. A Secretaria de Previdência Complementar é incapaz de verificar operação no exterior. Então eu penso que esta CPMI seria o órgão mais indicado para fazer a devida apuração.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Não se trata essencialmente de operações no exterior. Trata-se de operações com recursos dos fundos de pensão que cabem a essa Secretaria.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Mas em operações que foram feitas mais recentemente – não sei se todas essas que o senhor acabou de arrolar – foram identificadas irregularidades, constatadas pelo órgão de fiscalização do Governo.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – De qualquer forma nós estamos indagando do Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras) e também dessa Secretaria. Vamos aguardar a resposta.

Provavelmente, já fizeram referência ao fato de a Globalprev ter essa ligação com o senhor, aliás, o senhor foi associado da Globalprev e ela ocupa um imóvel que pertence a sua esposa.

Eu gostaria de indagar, provavelmente já se falou desse contrato da Globalprev com a Petros, mas não é só esse contrato, há também outro contrato da Globalprev com o Sebrae, cujo Presidente, cujo gestor é o Sr. Paulo Okamoto. Não sei qual a relação do senhor com o Sr. Paulo Okamoto, mas como sei da sua relação com a Globalprev, eu gostaria de indagar se o senhor não considera de certa forma um tráfico de influência, algo que possa ensejar dúvidas em relação à lisura dos procedimentos com contratos dessa natureza.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Senador, sou grato pelo pergunta que o senhor fez, porque eu estava aguardando a oportunidade de poder explicar esse assunto.

Esse assunto mexeu muito diretamente comigo, pessoalmente comigo, foi um dos assuntos que me levou a sugerir à Presidência que seria melhor eu renunciar ao cargo. Envolveu minha família e envolveu uma campanha insidiosa. Hoje me permito, portanto, aos devidos esclarecimentos.

Senador, eu tive uma empresa em 1998, na área de consultoria em previdência. E disse aqui ao Plenário que tenho muito orgulho de, nessa atividade, ter contribuído para a formação de milhares de dirigentes sindicais na área de fundos de pensão. Inclusive recebi uma encomenda do Governo Federal de escrever um livro – o livro está aqui na mesa – para orientar técnicos dos Governos municipais, estaduais e federais para implantação do princípio de equilíbrio atuarial, que é um assunto muito complexo, que exige matemática, exige conhecimentos sofisticados em matéria de previdência complementar.

A empresa Globalprev é sucessora da Gushiken & Associados. É uma empresa de consultoria. O serviço mais importante que essa empresa fez foi o livro porque ela deu a demonstração da competência técnica dessas pessoas. E a campanha que produziu uma sequência de noticiários e que veio a mexer com a minha vida particular, diz respeito a vários dados equivocados: primeiro oferecido pela prefeitura da cidade onde residi e a empresa existe, Indaiatuba; a prefeitura noticiou informações equivocadas sobre faturamento que foi noticiado pela imprensa que a Globalprev, que é sucessora da empresa que tive, teria tido um faturamento superior na época em que eu era Ministro de governo. Só depois de uma semana é que a prefeitura se retratou e pediu desculpas numa carta pública dos transtornos que ela criou à minha pessoa, à empresa, por ter se equivocado nos dados, porque essa empresa teve maior faturamento quando eu era dono da empresa.

A evolução que essa empresa teve foi absolutamente normal, em pessoa sem competência técnica, balizada por atividades desse tipo, por parcerias que faz com multinacionais como a PriceWaterhouse...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sem interrompê-lo, pediria que fosse direto às perguntas em função do tempo.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Esse assunto foi recorrente na imprensa brasileira, a ponto de acusarem que a casa era obscura, eventualmente uma casa de fachada, e foi publicada no jornal, na primeira página, que até trouxe o exemplar, todos os jornais publicaram várias vezes essa casa, a televisão noticiou essa casa como algo obscuro, como algo que era uma fantasia empresarial. Nesta casa, não só a sucessora da Gushiken Associados trabalha como eu cuidei da minha

família e dos meus filhos por seis anos nesta casa e não admito, não posso admitir que haja uma atividade jornalística dessa monta, capaz de demolir reputação alheia, com informações desse tipo, estampando nos jornais e televisão algo que mexe com a reputação alheia de maneira injusta...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Gushiken, estou perguntando sobre os contratos com o Sebrae e a Petros.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – O senhor citou a casa da minha esposa. E vou mais além ainda. Essa casa foi tida como uma casa que não era da minha esposa, que era da minha cunhada...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Não perguntei sobre a casa e sim sobre os contratos.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Mas o Sr. fez uma afirmação que fez parte de todo o noticiário, que afetou profundamente a minha reputação pessoal, de maneira injusta, porque eram informações erradas, equivocadas e caluniosas.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Mas o senhor deveria ter procurado o jornal para responder e aqui o senhor está tomando o meu tempo. Tenho outra pergunta importante a fazer.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Fiz isso, houve retratação, 10% do tamanho daquilo que foi feito quando as informações inverídicas foram levadas a público. Quero chamar a atenção, porque essas coisas afetam a vida das pessoas e não é justo que...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Mas eu não dei importância à casa. Estou dando importância aos contratos.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Mas o senhor citou a minha esposa e a casa. Então, eu tenho o dever de explicar para esta CPML exatamente o que ocorreu.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – O senhor está aproveitando a minha pergunta para responder ao jornal.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Sobre os contratos da Globalprev, é uma empresa privada normal, uma pequena empresa. Se ela tivesse a influência do Ministro que vos fala, não teria apenas 0,9% do principal produto dessa empresa, que é cálculo atuarial. Esse produto cálculo atuarial é concentrado em empresas e a Globalprev tem 0,9% e não tem racionalidade nenhuma sugerir tráfico de influência para um Ministro todo poderoso, para uma empresa que foi dele.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Essa resposta não convence, porque não elimina o tráfico de influência, já que é uma empresa extremamente ligada ao Sr. e que se beneficiou de contratos com o poder público. Então, a resposta não convence.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não é poder público. Fundos de pensão são entidades de direito privado...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Ligadas ao setor público, que administram recursos de natureza pública, são paraestatais. Gostaria de indagar, só para encerrar e peço agora essa concessão de V. Ex^a porque o depoente usou boa parte do meu tempo para responder ao jornal.

Quero indagar sobre cartões de crédito corporativos, utilizados em nome de uma funcionária sua, sob suas ordens, na Secretaria de Comunicação da Presidência da República, Sr^a Penha, que realizou compras com dinheiro sacado com o cartão corporativo, mas com saque de dinheiro vivo, basicamente todas as despesas efetuadas pela Sr^a Penha foram com dinheiro vivo. Entre os extratos do cartão da D. Maria da Penha, foi encontrado uma fatura do Grand Hotel Cad'Oro, em São Paulo, emitido em nome de V. S^a.

A fatura informa que, entre 7 e 9 de abril de 2004, ocorreram gastos de diária, R\$ 470,00; R\$ 231,00, no restaurante; R\$ 501,00, no bar do hotel. Total da conta: R\$ 1.249,00.

Indago: O senhor tinha conhecimento de que a sua funcionária utilizava o cartão dessa forma mediante saques em dinheiro? E o senhor autorizava a Sr^a Maria da Penha a realizar despesas ou determinava algum tipo de despesa? O senhor possuía moradia em São Paulo, e por que havia necessidade de a Presidência da República pagar a sua estada em hotel de luxo em São Paulo? Concluindo: como se justifica esse gasto maior no bar do que com diárias, com dinheiro público? Bar e restaurante, R\$ 731,00 e R\$ 470,00 de diária. Portanto, a Presidência da República pagou mais de um salário mínimo por dia com despesas de bar. O senhor considera isso razoável?

São as indagações que formulo porque estou encaminhando, ainda hoje, ao Procurador da República uma representação, solicitando a instauração de um processo investigatório para que se ofereça ao País explicações sobre a utilização desses cartões corporativos no Governo.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Senador, a Sr^a Penha, a que o senhor fez referência, é uma servidora da Secom há 15 anos. É a figura que se chama “agente suprido”, que são agentes que têm em vários Ministérios a incumbência de, frente a pequenas despesas, oferecer recursos para pagamento imediato ou consertos de pequenas coisas, ou compras, como é o caso do cartucho, e pagamento das despesas do ministro.

Neste caso específico dos cartuchos, quero chamar a atenção dos senhores, repetindo aqui, que de fato ocorreu a compra de cartuchos. Aliás, compra antiga que, desde 2000, essa empresa oferece para

o Poder Público, inclusive o próprio Tribunal de Contas fez compra com essa empresa. Então, veja, nada de ilegal.

Houve um problema de mudança de razão social dessa empresa, que trouxe vários questionamentos de ordem fiscal. Mas no que tange à compra Sr^a Penha realizou, nenhum problema...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – As notas são frias mesmo.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Os cartuchos existiram, o pagamento existiu. E desde 2000 que essa senhora faz compra desse produto com essa empresa. Então é isso.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Já há comprovação de que as notas dessa empresa são frias. Mas indaguei sobre o hotel lá de São Paulo.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Sim. Sobre o hotel... Inclusive, Presidente, não é a primeira vez que são feitas colocações desse tipo, com as insinuações que fez o Senador, de um gasto excessivo, de um hotel de luxo...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Eu não fiz insinuação, não. Apresentei um fato.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – A primeira afirmação de V. Ex^a era de que eu morava em São Paulo e não tinha razão de estar no hotel.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Fiz uma indagação.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não, o senhor afirmou: o senhor mora em São Paulo e não tem razão de estar num hotel. Deixe-me explicar ao senhor o seguinte: primeiro, que não moro em São Paulo. Eu moro em Brasília com a minha família, e tenho filhos que moram em Campinas. E morei em Indaiatuba e fiz muitas reuniões em hotéis e fazia questão de pagar despesas em nome do Governo para que não fosse o exercício do pagamento de um almoço ou de um jantar atribuído como algo que poderia ser suspeito. E naquele dia, fiz reuniões com vários jornalistas. E o hotel Cad'Oro, se o senhor o conhece, não é exatamente essa característica que o senhor quer dar ao hotel. Pelo contrário, eu gosto, usei pouco, tem um bom restaurante, mas não é um hotel desses que o senhor lista como um hotel de luxo.

Segundo lugar, o fato de denominar bar...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Para mim é de luxo.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Senador, bar... O senhor já foi a hotel várias vezes, o senhor experimenta fora do horário do almoço ou do jantar fazer uma reunião e vir uma cobrança de um cafezinho. Essa cobrança provavelmente vem de um bar, porque todo restaurante tem um bar. Isso é uma coisa normal. Agora, quero

acrescentar também a esse dado, que também já foi objeto de imprensa, numa despesa que realizei no hotel Holiday Inn, que é um hotel muito simples, num pré-jantar com jornalistas, inclusive tenho nome: Aloísio Falcão que foi diretor da Época. Estávamos eu e o jornalista. Comemos algumas coisas que antecedem o jantar, e ele pediu uma garrafa de vinho. Fiz questão de pagar. Saiu na imprensa que Ministro toma bebida alcoólica paga pelo Erário Público, meio que lançando a mesma suspeição que o senhor faz com o Hotel Cad'Oro. Quero dizer ao senhor que todos os servidores do Governo Federal têm instrução para fazer glosa de todas as despesas – todas as despesas. Eles são obrigados a fazer a glosa. No caso dessa denúncia infundada do Hotel Cadoro que o senhor levanta – em que houve glosa também – e do Holiday Inn, que saiu na imprensa, quero entregar ao Presidente – e todas as despesas que eu fiz, ao longo do tempo – com a respectiva glosa. Nesse caso, a denúncia feita sobre um gasto de hotel, em que bebida alcoólica foi paga com dinheiro público, é uma acusação falsa. É uma despesa de R\$ 59,00 da qual recebi R\$ 30,00 de ressarcimento – R\$ 29,00 é uma garrafa de vinho. Essa é a despesa e esse é o equívoco cometido no noticiário, que levam a coisas desse tipo, o que é um verdadeiro absurdo. De qualquer maneira, se algo aconteceu de irregular na glosa, compete, inclusive, à funcionária, porque ela tem instruções precisas para fazer a glosa.

Sr. Presidente, deixo aqui todos os encaminhamentos a respeito das despesas que tive e a respectiva glosa dessa despesa no que tange a bebidas ou coisas desse tipo, que o Poder Público não pode ressarcir o Ministro.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente. Não vou fazer nenhuma pergunta. Pela ordem, então, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Peço desculpa pela veemência, mas esse assunto mexeu comigo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador, não, nós já nos estendemos em mais de vinte minutos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pela ordem, então, Sr. Presidente, apenas para anunciar que, relativamente à utilização de cartão corporativo dessa forma – que não considero correto –, em dinheiro sacado, dinheiro vivo, estamos encaminhando ao Procurador da República para instauração do devido processo investigatório em função da existência de notas frias.

E, relativamente à questão dos fundos de pensão, insisto com V. Ex^a, Sr. Presidente, na necessidade da contratação de empresas de auditoria.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Posso fazer um último comentário, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Por favor.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Senador, eu ouvi e vi o senhor, por diversas vezes, nos principais veículos de comunicação, fazer menção do meu nome, sob acusação de ser um dos elementos que estavam por detrás dessa operação ilegal e fazendo vinculações com as contas de publicidade que a Secom organiza e fazendo meus vínculos com os fundos de pensão. Tenho pelo senhor o maior apreço e o maior respeito. Vejo o senhor como uma pessoa honrada. Penso que, depois da inquirição que fez a CPMI até este momento e V. Ex^a, o senhor deveria se retratar com relação à nomeação que o senhor fez, reiteradas vezes, sobre minha pessoa em vínculos que não têm nenhum amparo factual.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, não faço nenhuma retratação porque tudo que tenho dito é fruto da convicção pessoal, arraigada ao longo do período de investigação que estamos realizando.

Já que o depoente faz a provocação, tenho que dizer ao depoente que ele é responsável, sim, por aditivos em verbas de publicidade; que ele é responsável, sim, pela nomeação de comissões que decidem sobre licitações de verba de publicidade; e que ele tem responsabilidade, sim, na utilização dos fundos de pensão porque ou nomeou ou tem essa proximidade, que ele próprio explicita no seu depoimento, com aqueles que são gestores dos fundos de pensão.

É nossa obrigação indagar. É nossa obrigação convocar a autoridade pública a oferecer respostas às exigências da sociedade brasileira no momento em que se desvenda, sim, uma rede organizada de corrupção da maior complexidade no País.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Farei um pequeno intervalo e, em seguida, estará com a palavra o Senador Sérgio Guerra.

(Suspende-se a reunião às 15 horas e 37 minutos.)

(Reabre-se a reunião às 15 horas e 52 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Dando continuidade aos nossos trabalhos, com a palavra, o Senador Sérgio Guerra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente Delcídio Amaral, Srs. Senadores e Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas e Sr^{as} Senadoras, já estamos trabalhando há um bom tempo nas Comissões Parlamentares de Inquérito. Tenho acompanhado a maioria de suas reuniões e procuro, num assunto dessa complexidade, porque sou essencialmente democrata, ter o máximo de preocupação, de responsa-

bilidade pública. Quero, num primeiro momento, dizer que nunca tive sobre o Dr. Luiz Gushiken uma opinião que não fosse positiva.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Muito obrigado.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Estivemos no campo político, por muitos anos, próximos e sempre o entendi como uma pessoa firme, tecnicamente dotada, segura, e o seu depoimento de hoje está na linha dos depoimentos positivos. Eu prefiro a sua indignação, a sua capacidade de indignação, ao silêncio; a sua preocupação com esclarecer fatos que nem sequer lhe são perguntados eu interpreto de forma positiva isso. Homens públicos devem explicar sobre sua conduta tudo o que puderem explicar.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Concorde.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – E não me surpreendo com isso. Não sou da opinião que o PT é um Partido corrupto. Acho que o PT não acaba nesta crise, acho que o PT é um Partido que já deu uma imensa contribuição à vida pública do Brasil, e não estou satisfeito com os fatos que estão aí, o “quanto pior, melhor”. Acho que, como dizia há poucos minutos outro Deputado aqui presente, que há pessoas de todos os tipos e tudo é muito menos harmonioso, como pode parecer ser. Há contradições em tudo, há personalidades de vários tipos, num processo que não pode ser visto de forma lógica, absolutamente lógica, porque essa forma lógica não resiste ao exame dos fatos. Os fatos são muito mais amplos e muito mais contraditórios. Eu não conheço nenhuma vinculação comprometedoras – não estou anulando essa hipótese, acho que tem que haver investigação – do senhor com os fundos de pensão. Suponho que outras personalidades do Governo atual tenham a ver com isso, mas não imagino que o senhor tenha a ver com isso. Não faz parte da minha opinião. E identifico na sua capacidade de argumentação primeiro sua competência intelectual; segundo, a sua preocupação com o seu conceito público, o que deve ser absolutamente valorizado. Se nesta CPMI todos sentassem aqui para apresentar seus pontos de vista com convicção, o Brasil estaria melhor. Mas eu tenho uma discordância essencial e que não é emocional. A rigor, não gostaria nem que ela houvesse, e, por mais que me esforce, não consigo fugir dessa convicção. Primeiro, tem uma coerência esta história: o Presidente Lula ganhou a eleição. Ganhou com votos populares, por conta de uma história, de uma luta, do crescimento de seu Partido e das alianças que ele fez. Levantou esperanças, muitas, e tinha a seu favor um enorme crédito da sua vida. Eu acho que há um erro essencial na forma como o Governo atual tratou o Congresso. Não dá para fazer de conta que não foi verdade que houve uma estimulação – não importam

os argumentos neste momento – para que setores aderissem ao Governo de toda forma. Essa estimulação produziu um resultado danoso, que, aliás, o ex-Ministro Olívio Dutra, num primeiro momento, explicitou. Essas alianças nos levaram a mais ou menos isso: para um grave problema. O fato é que o Governo ganhando as eleições, desenvolvendo uma plataforma econômica que tem apoio em vários partidos, inclusive no nosso, instalou-se numa aliança cujo conteúdo não é ideológico, é substantiva e qualitativamente precário. Absolutamente precário, como os fatos a seguir vieram a demonstrar.

Essa maioria formou-se, com mensalão ou sem mensalão – eu não tenho condição técnica de responder, nem capacidade ou vontade de investigar isso; outros têm essa vontade e vão conseguir fazê-lo; eu não –, e eu conheço grande parcela dos seus atores, mas muitos deles não têm nada a ver com a sua firmeza nem com a sua capacidade de enfrentar opiniões contrárias, acusações e de se defender com natural indignação. Esse é um primeiro capítulo absolutamente, do meu ponto de vista, correto na avaliação dessa história.

Alternativa? Será que o Presidente Lula teria outro caminho? Eu acho que sim. Quero dizer que o Presidente Fernando Henrique, do meu Partido, não foi exatamente por aí, mas também fez certas alianças que não ajudaram. Se obrigado ou não a fazê-las, eu não sei. Não tenho condição de responder. Mas não foi algo com a extensão, a amplitude e o comprometimento do que foi feito aí.

Partidos perderam 30%, 40% das suas Bancadas. Não houve uma mudança ideológica ou de atitude política que justificasse isso; houve um movimento oportunista estimulado, que não foi nem pelo céu, nem pelo inferno, mas pelo Governo. Esse é o primeiro capítulo.

O segundo é o seguinte: as denúncias que estão nas ruas e que imobilizaram o País não têm origem na Oposição. Não faz o menor sentido se afirmar, como se afirmou, que isso é um golpismo das elites. Não é bem assim. É um movimento absolutamente forte que tem a ver com a indignação acumulada pela sociedade e que explodiu nesse episódio que a imprensa, mais do que qualquer outra parcela da sociedade brasileira, reproduziu de maneira consistente. Ela cumpriu o seu papel e o está cumprindo. Eu acho que o Governo não tem conseguido responder e cumprir o seu papel.

Toda linha de pronunciamento do Presidente não é correta, não aponta na direção do que ele diz que quer fazer: uma investigação, uma apuração, doa em quem doer. Todos os fatos provam o contrário. Houve um grande esforço para que não se instalasse a CPMI

e a multiplicação das CPIs em várias CPIs, que sabemos que não é o correto, do ponto de vista técnico, racional. E apelo à racionalidade, que me parece ser um padrão do seu comportamento. Esse padrão não foi considerado quando se multiplicaram aqui, de forma precária, comissões parlamentares de inquérito para produzir desordem e não investigação.

Um outro ponto que para mim parece bastante importante é a confusão em que se meteu o PT. Tenho uma certeza cujo conteúdo é o seguinte: não haveria ninguém, por mais inteligente e bem dotado que fosse – e não é o caso –, por maior liderança que tivesse, ou uma maior associação com o demônio, que fosse capaz, como o tesoureiro do PT, de fazer as artes que fez. Impossível!

Eu vou até recorrer a um argumento seu, absolutamente correto. Uma operação de financiamento não se dá em troca de um contrato de uma empresa de propaganda em cima de um faturamento hipotético e que não é líquido, é bruto. Nenhum banqueiro sensato faria uma operação dessas. Não há a menor forma de ser explicada. Ela não é irracional; é ilógica. Não tem lógica. Eu só posso acreditar – porque procuro ser lógico – que argumentos extraordinários, excepcionais, valeram para que esse contrato fosse feito. E esses argumentos não são nem a simpatia, nem o brilho do Delúbio Soares; são seguramente, e poderão ser seguramente, forças que estão por trás dele, argumentos que tenham começo, meio e fim, na capacidade do PT – do seu Partido – e do próprio Governo de atender, de alguma forma, e compensar financiamentos jogados no lixo, como são esses.

Então, é uma série de fatos que me deixam completamente convencido da noção de que não deveriam ser sustentados. Se fosse para limpar o Brasil – e há que se limpar para vários lados, não apenas para o lado do PT –, teria que se começar pelo reconhecimento de que essa não foi uma operação secreta, na dimensão em que se deu, de uma única pessoa sem representatividade. Tesoureiro de partidos são problemas para banqueiros e para empresários; não são seguramente aqueles que vão trazer, de empresários e banqueiros, solidariedade. A não ser que sejam capazes de sustentar uma argumentação do tipo heterodoxo.

Estamos aqui nesta CPMI; temos a obrigação de separar o joio do trigo; completa e total obrigação. Ontem, ouvi um pedaço do depoimento do Deputado José Genoino, que não acredito – já disse várias vezes – ser uma pessoa desonesta. Digo isso com total convicção; até para amanhã, se tiver outra convicção, alterá-la. Mas, não gostei da palavra dele ontem. É natural que ele estivesse debilitado; é natural que ele estivesse como uma pessoa que tem sua vida públi-

ca enfraquecida nas suas defesas, mas nunca deve ter uma atitude de silêncio, uma atitude que não fosse incisiva, como está sendo a sua.

Agora, o que o senhor não faz – e não sei por que não faz –, o que o Presidente Lula podendo fazer não fez – e não sei por que não fez – foi dizer quem lhe traiu, quais os seus traidores. Como fazer um País inteiro, centenas e milhares de pessoas, famílias que foram construídas politicamente pelo PT, pela luta do PT – que conheço, admiro e respeito –, acreditar numa versão dessas, acreditar que tudo isso é uma operação de uma única pessoa, sobre a qual ninguém tomou conhecimento? Porque é evidente que uma operação que remete dólares para o exterior é uma operação criminosa. Não é mais uma versão; é um fato.

Aqui, o Sr. Duda Mendonça, que é uma pessoa com responsabilidade empresarial e pública, disse isso com todas as letras. Não se está tratando mais de cogitações, mas de realidades.

Então, na verdade, estou aqui hoje porque o depoimento era do senhor, era um depoimento seu, e sei que não estou falando com uma pessoa qualquer. Estou falando com uma pessoa que tem peso específico, tem respeitabilidade e que está no meio de uma grande tormenta, como muitos estão.

Sou Pernambuco, como o Presidente da Câmara. Pode ser até que o Presidente da Câmara seja punido hoje, mas faz 15 dias que ele nomeou um ministro no Governo do Presidente Lula. Até acho o Ministro uma pessoa qualificada, mas como entender isso tudo? Como explicar tudo isso? Não é só ficar afirmando que isso é coisa da elite, que é coisa da Oposição ou da imprensa, que é preconceito. Nada disso. Temos que fazer uma limpeza real nessa história; uma limpeza clara, com palavras que a população entenda. O grande drama disso tudo é que, cada vez mais, todo mundo não acredita em mais ninguém; não apenas nos que são acusados, mas até naqueles que estão acusando. Temos que entender isso. Esse processo nos remete a um naufrágio.

Tenho insistido muito com o Presidente Delcídio quanto ao fato de termos que chegar a uma apuração. Não é fácil apurar causas de corrupção, processos de corrupção. O Congresso nunca conseguiu isso. Conseguiu colocar os corruptos lá na ponta, mas nunca conseguiu esclarecer a origem dos corruptos, a forma, o formato e a individualidade dos corruptores. Não sei como, e vou cada vez mais me preocupar com isso, porque não temos saída se não chegarmos a isso. Ninguém vai acreditar em nós se não chegarmos a isso.

E vejo, com tristeza, a desestruturação da Câmara dos Deputados, que se dá no contexto da desestruturação de diversos Partidos, de uma maneira

especial do Partido dos Trabalhadores, que tem conteúdo e liderança. Sublegendas que caminharam com ele não são relevantes. Essas vão caminhar sempre e não vão ajudar nunca. Mas a desestruturação do PT não ajuda a democracia.

Tenho vontade de que o PT supere os seus conflitos, ajude numa limpeza geral neste País e que o Presidente Lula tenha capacidade de conduzir essa limpeza e não de se esconder num discurso populista, que pode ter preocupações eleitorais mas não tem preocupações nacionais reais.

Era isso o que eu queria dizer. E, para terminar, Sr. Presidente Delcídio, gostaria de dizer para o senhor que eu não estaria aqui dizendo essas palavras se não tivesse condição de dizê-las ao senhor, porque eu o entendo como político, desses que o País tem e que merece o espaço que tem.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Permite um comentário breve?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Pois não.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Senador, eu sou, em primeiro lugar, grato à deferência muito especial que o senhor fez à minha pessoa. Isso me enaltece e me gratifica muito. É bem verdade que o processo de limpeza a que o senhor se refere é hoje uma expectativa num grau exponenciado como nunca houve na história brasileira. E tem em conta que estamos na presença de um grande problema de natureza política, que diz respeito a financiamento de campanha eleitoral, que, de resto, tem sido, pelo menos apontado pelos cientistas, como uma coisa muito antiga na América Latina e no Brasil. É um processo complexo; não me parece simples. Daí o debate em torno do financiamento público, se isso, por si só, resolve o problema do não financiamento privado. É um debate difícil, mas eu penso que as condições ambientais no plano da política, ainda que certas medidas não sejam definidoras **a priori** de uma solução cabal, eu acho que vai ajudar muito a criar um campo, digamos, mais saudável em matéria de financiamento. Só que eu entendo que, em paralelo, uma reforma política se faz necessária, mas uma reforma que exigiria um debate talvez mais amplo do que o que nós estamos fazendo hoje no Brasil. Porque, observe, Senador, nós estamos na presença de um tipo de presidencialismo que se nós compararmos tipologias diferentes... No sistema americano, o sistema presidencialista é bipartidário. Ou é um ou é outro; não tem mediação. Ganha um governo, é totalmente um governo na máquina pública e outro governo e assim por diante. A simplicidade do sistema presidencialista americano, bipartidário, moldou a política americana de um tipo de ação. O nosso não copia esse modelo,

mas também não copia o modelo clássico parlamentar, onde você não tem o sistema bipartidário, mas tem o sistema a partir da máquina pública, a partir dos partidos no Congresso. E o sistema que oferece a condição de lealdade partidária, porque, se não tiver lealdade, cai o gabinete e instaura-se nova eleição, como se fez agora no Japão com o Koizumi, ou faz uma nova eleição a Presidente. E tem mecanismo de solução quando tem conflitos internos da política. No caso brasileiro, o nosso regime presidencialista, ele é um presidencialismo onde a base que elege o Presidente tem uma exigência legítima no ponto de vista da política, que é a condução da máquina a partir de acordos consagrados da base aliada, mas a lealdade no plano parlamentar não existe, como tem no regime parlamentar. Essa ausência de lealdade cria atritos contínuos no poder da República em relação a outro poder, que é o executivo com o Parlamento. É uma discussão difícil. E, mais ainda, as eleições presidenciais para esta Casa são carregadas de elementos de contradição, porque, se o princípio básico dos Partidos que compõem esta Casa é de erigir o Presidente desta Casa partindo do princípio do Partido Majoritário, isso não tem respaldo normativo. O normativo não atende a isso, porque a candidatura avulsa permite quebrar – foi assim com o Severino e assim por diante.

E olha só que coisa engraçada: o PT que zela muito pelo princípio de democracia interna, na discussão sobre o seu representante para disputa da Mesa da Casa, decidiu democraticamente por um nome. Mas um outro que foi derrotado se insurgiu contra uma decisão democrática, porque a regra da Casa, que é superior, permite candidatura avulsa. Então, estamos na presença de um quadro de princípios que não tem contrapartida nos normativos, que afeta os Partidos. Então, há uma zona cinzenta no processo da organização dos Poderes da República, em particular do Executivo e do Parlamento, que mereceria uma reflexão mais profunda. É mais do que um problema de financiamento, para que não venhamos a sugerir crises constantes neste País. É uma discussão difícil, mas tem que ser feita.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, Deputado Luiz Gushiken, concordo que a questão do financiamento de campanhas é relevante. Mas, acho que essa questão não se reduz a isso.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Também acho.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Ela é muito mais ampla. E encontro respaldo em muitas das acusações feitas a comportamento gerencial de estruturas que o PT instalou no país: prefeituras Municipais, administração do caso da situação dos resí-

duos sólidos, também dos transportes urbanos; elas são viciadas em muitos pontos.

Penso que devemos encarar esse fato com toda a naturalidade e decisão; nada de escondê-los. Isso se dá em outros Partidos? Dá-se também; deu-se ou poderá se dar. Mas o fato é que quem está alvo da investigação, de uma maneira central, é o PT. É a ele que cabe esclarecer mesmo essas coisas. Mas essa não é a atitude que está aí colocada; não é sincera a afirmação de que o PT quer investigar tudo. Ela não tem respaldo nos fatos. Não quero dizer que personalidades do PT, pessoas do PT, Parlamentares do PT – aqui há vários – não tenham essa atitude. Alguns sim, outros não.

Mas o fato concreto é que percebo uma grande preocupação com a sustentação de um determinado quadro de poder, que não será sustentado por aí. Só seria por uma ampla e completa revisão de procedimentos na expectativa do que a Nação espera do PT e de todos nós.

Peço desculpas ao Presidente, que não deve ter avançado um centímetro na investigação com a minha interferência, mas fiz o que tinha na minha consciência, ou seja, queria conversar com quem estou inquirindo nesses termos. Eu esperava que – para não dizer que o seu depoimento foi bom – que a sua palavra pudesse ser mais ampla. Não dá e eu não gostaria de confundir-lo com outros que se sentaram aqui, que olharam para trás, que se protegeram em advogados e não disseram coisa nenhuma, ou disseram coisas diferentes, ou disseram coisas que não sustentaram.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sr. Presidente, muito rapidamente, pela ordem.

Pediria a generosidade de V. Ex^a tão-somente para fazer uma comunicação ante o debate que se estabeleceu antes, por conta dessa liminar que o Supremo Tribunal Federal concedeu a alguns colegas Parlamentares, para que não fossem remetidos os processos de cassação à Comissão de Ética.

Há uma informação controversa, não confirmada, de que teriam cassado a liminar, ou de que não teriam cassado a liminar. Mas, pelo sim, pelo não, o que quero, na verdade, é comunicar a V. Ex^a que, por decisão do Presidente do PDT, Dr. Carlos Lupi, o meu Partido chamou para si a responsabilidade e vai fazer uma representação direta à Comissão de Ética da Câmara dos Deputados.

Quanto a isso, não há nenhuma inconstitucionalidade; a liminar não tem efeito para essa ação que o PDT desencadeia. Dessa forma, quero dizer muito claramente que o PDT, como Partido responsável que é, cumpre o seu papel de Partido Democrático de, neste momento, defender a ética no País, tomando essa

iniciativa, que considero extremamente positiva, alvissareira, contundente, séria e responsável.

Então, desde logo, faço esta comunicação e parabeno o Presidente do meu Partido, Carlos Lupi, que chama para si a responsabilidade e age de forma muito transparente. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Muito obrigado, Deputado Pompeo de Mattos.

Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ex-Deputado Luiz Gushiken, quero, em primeiro lugar, dizer a V. S^a que sou solidário com a sua indignação quando aqui disse ser vítima de espionagem. Acho que, principalmente num regime democrático, nada pior, como prática, do que isso.

A propósito, queria perguntar a V. S^a se sabe exatamente em que período foi espionado.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Até hoje não tive acesso aos dados da espionagem.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Mas foi em período anterior à posse como Ministro, ou posterior?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Isso aí a Kroll teria que explicar, Senador. Não tenho dados da espionagem deles.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Mas qual a informação concreta de espionagem? O que espionaram concretamente, o que V. S^a tem como sentimento?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Mas, Senador, não tenho dados da espionagem. A Kroll nunca disse para mim: Ministro está aqui os dados sobre a espionagem que nós fizemos sobre a sua pessoa.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – O que dá a V. S^a a certeza de que foi espionado?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Porque ele está sendo indiciado na Polícia Federal. A Polícia Federal apreendeu vários documentos; tem um processo que corre na Justiça.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Mas, no processo que corre na Justiça, apenas consta o diálogo de V. S^a mantido com ex-diretor da empresa em litígio; é o que se encontra na Justiça.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – O Senador teve acesso a esses dados? Porque eu não tive.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Tive pelos jornais.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Ah! Bom.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Tive pelos jornais. Todos os jornais divulgam isto: que foi

uma peça que está na Justiça de um diálogo mantido entre V. S^a ...

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Mas não me parece – pelo menos eu, que fui vítima, desconheço – que se tornaram públicos os documentos, as formas com que foram feitas espionagens, e períodos etc. Isso nunca foi tornado público, salvo essa informação que houve, sim, imprópria.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Mas os jornais publicaram isso. Tenho tido cuidado em relação a essa questão, porque acho da maior gravidade e acho que essas questões devem ser esclarecidas.

Hoje a **Folha de S. Paulo** traz uma matéria em que diz que essa espionagem teria tido início naquela compra envolvendo Brasil Telecom, Fundo de Pensões e a CRT. É a informação trazida pela **Folha de S. Paulo** numa ampla matéria.

Mas como sou solidário à indignação de V. S^a; concordo com esse radicalismo seu em relação ao grupo liderado pelo Sr. Daniel Dantas. V. S^a tem toda razão. Só que esse grupo, até pouco tempo atrás, foi aliado do Citibank. Trouxe aqui – V. S^a deve ter esse documento em mão – cartas trocadas entre o presidente da Kroll e a Sr^a Carla Cicco. São duas cartas, Sr. Gushiken, uma de janeiro e outra de dezembro, em que se diz, com todas as letras, que estava cumprindo exatamente uma missão que recebeu do Citicorp, fazendo as investigações e dando alguns esclarecimentos.

Tenho certeza de que, pela posição estratégica que V. S^a ocupa, deve ter em mão essas correspondências. Se não tiver, faço questão de passá-las às suas mãos. Acho que, sendo esses documentos verdadeiros – como é fácil de se provar –, é estranho que não lhe tenham chegado às mãos, principalmente pelo maior amigo que V. S^a tem, um dos grandes amigos, que é o Sr. Sérgio Rosa. É estranho que ele não lhe tenha comunicado que a história não é bem como está sendo contada.

Passaria às mãos do Sr. Gushiken, com permissão, Sr. Presidente, e pediria até que tirasse cópia dessa documentação. Tenho a impressão de que o Sr. Gushiken deve ter cópia desse documento, mas se não tiver...

Até porque, Sr. Gushiken, essa é uma história que precisa ser muito bem esclarecida. É difícil para um leigo explicar como a Telemig Celular, por exemplo, que há seis meses estava sendo vendida por US\$ 2 bilhões pelo Banco Opportunity, agora está sendo vendida pela Previ e o Citigroup para o mesmo grupo por US\$500 milhões. É difícil entender as justificativas usadas de que as providências que estão sendo tomadas visam a preservar o patrimônio do aposentado. O próprio PUT; não é fácil a explicação do PUT da maneira como foi

feita, contrariando a legislação brasileira, sem sequer haver comunicação prévia à CVM. V. S^a não conhecia essa correspondência?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – O senhor me pergunta isso?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sim.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não. Desconheço outras informações relativas à investigação e estou aguardando ansiosamente, da parte do senhor, aquilo que ficou claro no depoimento dos funcionários da Previ, quando o senhor deu idéia de que teve acesso às informações dessa investigação sobre a minha pessoa. Estou aguardando ansiosamente isso.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Em nenhum momento falei de acesso a investigação de sua pessoa.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Mas passou a idéia de que o senhor tinha muito conhecimento, como o senhor está tendo conhecimento.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Em nenhum momento.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Ah, bom. Então, é bom, porque eu estava ansioso para ouvir essa informação adicional.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – A partir de agora, comece a ter cuidado com esses informantes que o senhor tem, porque, em nenhum momento...

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Senador, foi no debate que o senhor fez com os Fundos de pensão.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Em nenhum momento...

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Eu estava assistindo e concluí que o senhor era um homem muito informado sobre aquelas operações que envolviam o meu nome.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Em nenhum momento, falei em envolvimento pessoal de V. S^a. É muito fácil ver...

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não. Da Kroll. Sobre a Kroll, nas investigações da Kroll que envolveu também o meu nome.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Exatamente. Estão aqui os documentos.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – O senhor não tem mais informações?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – As informações estão aqui, as informações de que a contratação não é da responsabilidade de quem o senhor acusou por quatro vezes aqui.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não acusei. Foi noticiado na imprensa, alardeado pelo Brasil afora.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Mas confirmado por V. S^a.

O SR. (orador não identificado) – Sr. Presidente, pela ordem. Eu queria me inscrever para fazer a inquirição do Senador Heráclito Fortes, porque vim aqui para ouvir as perguntas feitas ao ex-Ministro Gushiken, mas estou vendo que as perguntas estão sendo dirigidas ao Senador Heráclito Fortes. Então, queria me inscrever para fazer a inquirição ao Senador Heráclito Fortes.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra o Senador Heráclito Fortes, por favor.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Aguardo que isso fique devidamente descontado do meu tempo.

Sobre esse episódio, V. S^a, em algum momento, teve interferência junto a decisões do Cade, para que o Cade se posicionasse contra ou a favor da Brasil Telecom?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não, senhor.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Nunca telefonou e nunca teve reuniões com diretores do Cade?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Já tive reunião com Diretor do Cade, mas não sobre esse assunto.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – E a CVM?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Tive conversas com o ex-Dirigente da CVM, Dr. Cantidiano, mas nunca toquei nesse assunto?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Com o diretor atual?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Também nunca.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Nunca tocou nesse assunto?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Nunca toquei.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Está bem.

V. S^a sabe o que é o Instituto Nacional de Mercadologia? Instituto Nacional de Mercadologia?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não me recordo, não tenho associação nenhuma, neste momento, com essa instituição.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Conhece o Dr. José Roberto Opice Blum?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Neste momento, não.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Márcio Martins Vilas?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não, senhor.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Gil Soares Paz?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não, senhor.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Luiz Alberto Bureau?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não, senhor.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – José Luiz M. Fleury?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não, senhor.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Esse instituto respalda uma empresa chamada GlobalBIX. V. S^a sabe o que é a GlobalBIX?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Sei.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Pode explicar o que é a GlobalBIX?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Posso explicar o que eu sei sobre ela, mas não explicar ela.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Já nos serve.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – É uma empresa que busca organizar um sistema de financiamento baseado em direitos creditórios

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Que trabalha com recebíveis...

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Exatamente.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – ... e que tem um grande volume de negócios junto à Petrobras aos Fundos de Pensão?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não sei se tem.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – O senhor não conhece os diretores da GlobalBIX, não tem nenhuma ligação com eles?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Já tive reuniões com eles, sim, para entender esse sistema que acabei de expor ao senhor. Mas não o conheço pessoalmente, em termos de relação freqüente, mas tive relações com essa empresa. E gosto muito do seu modelo de financiamento; acho que baixa a taxa de juros para as empresas.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – O senhor indicou o Dr. Luiz Siqueira César para diretor ou vice-presidente de tecnologia do Banco do Brasil?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não senhor, mas o conheço.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – E o Dr. Lúcio Pietro?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não indiquei, mas o conheço também.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – O senhor tem conhecimento de um processo do Banco do Brasil, publicado ontem no Diário Oficial, em que se compra da IBM R\$ 700 milhões em equipamentos de computação, dispensada a licitação pública?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não. Não senhor.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Exatamente da área do Sr. Siqueira César.

Secretário Gushiken, V. S^a, à frente da Secretaria de Comunicação, elaborou um projeto em que modi-

ficava as relações ou, melhor dizendo, a atuação da imprensa brasileira. Esse projeto criou polêmicas, foi elaborado no gabinete de V. S^a...

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Explica melhor, Senador; não estou conseguindo entender esse projeto.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – É exatamente a tentativa de cerceamento da liberdade de expressão com aquela criação do Conselho Federal de Jornalismo. Foi elaborado no gabinete de V. S^a.

Posteriormente, tivemos a tentativa de expulsão daquele jornalista do **The New York Times**. Mais recentemente, uma das últimas atividades de V. S^a como Secretário foi aquele privilégio dado a uma jornalista que, embora brasileira, estava a serviço da imprensa francesa, naquela entrevista não muito feliz do Presidente Lula.

Vimos aí o lado ditatorial implantado na Secretaria. O que diz V. S^a sobre isso?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Senador, o projeto do Conselho Federal de Jornalismo não nasceu na Secom. Esse projeto foi desenvolvido, em suas linhas gerais, pela Federação Nacional dos Jornalistas, encaminhado via Ministério de Trabalho. Constituiu-se num primeiro assunto debatido com os profissionais de jornalismo e o encaminhamento desse projeto se deu a partir de um congresso federal desse setor da categoria bancária onde, mediante uma relação com o ex-secretário de imprensa, entendeu-se que seria interessante esse projeto ser encaminhado. E o foi, mas a Secom nunca elaborou esse projeto e nunca teve absolutamente nada com outras referências que o senhor faz a respeito de outros jornalistas.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Temos aqui uma entrevista com o colega de V. S^a, o ex-Deputado Milton Temer, em que retrata exatamente passagens como essa e faz questão de colocar exatamente esse seu lado ditatorial, e diz que não estranha, até porque ele conviveu com V. S^a no sindicalismo e que teria convivido com V. S^a também na Câmara dos Deputados. É apenas para fazer o registro.

Sr. Presidente, quero encerrar....

O SR. LUIZ GUSHIKEN – V. Ex^a poderia ler de novo essa acusação que faz sobre mim, porque não consegui entender?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – De Milton Temer.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Ah! De Milton Temer.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Milton Temer.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – O ex-Deputado do PT?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Ex-Deputado; foi nosso colega na Câmara.

Eu queria apenas pedir permissão para ler a carta que a Sr^a Carla Cicco recebeu; a segunda, entrego ao Sr. Gushiken.

O propósito desta carta é de escrever a recente interação que temos tido com o Citigroup relatado para nossos...

A tradução está meio complicada.

“Como discutido, Mike Carpenter me ligou e pediu como favor atender uma ligação de Ed Green, que, ele disse, era o novo Coordenador-Geral de Investimentos Globais Bancários do Citigroup. Mike declarou que Ed queria discutir sobre a Telecom Itália e suas atividades com a CVC, Brasil Telecom e Opportunity. Ed Green, então, me ligou e falou sobre o seu desejo de conduzir uma investigação interna nas ações do Citigroup em relação a essa disputa bem como sobre nossa descoberta a respeito das ações da Telecom Itália que prejudicaram a Brasil Telecom. Ed conhece Jules Kroll e nossa firma pessoalmente e disse que realmente apreciaria nossa ajuda para tirar o Citigroup desse assunto.

Após obter seu aval para mostrar nossas descobertas ao Citigroup, arranjei um encontro no escritório da Kroll. Eles tinham muita urgência e, então, nos encontramos imediatamente com Kathleen McCarthy, secretária de Ed Green, emissária dele, que nos contactou por telefone, pois estava em Londres. Richard Sanson, representando a Brasil Telecom, me acompanhou na reunião e explicou as condições básicas para Kathleen. Ela passou um longo período revisando nossas descobertas e relatórios.

É importante mencionar que, desde janeiro deste ano, por seu consentimento, temos mantido encontro com Mike Carpenter, Paulo Caldeira e Mary Lynn Putney, diretores do Citibank Venture Capital – CVC, para quem descrevemos detalhadamente nossas descobertas. Também mantivemos periódico contato telefônico sobre esse assunto com Mike e Paulo durante o restante de 2004.”

Essa é a primeira carta; a segunda carta está aqui.

O que eu disse, Sr. Gushiken, no debate aqui com os funcionários dos três Fundos, é que quem primeiro solicitou a contratação da Kroll para o Brasil para fazer investigações em área de Governo foi o PT, na CPI do Orçamento – aquela famosa CPI dos Anões. Posteriormente, na CPMI do Banestado, fez nova proposta para que a empresa fosse contratada e, de repente, ela foi satanizada pelo próprio Partido dos Trabalhadores e pelo Governo de um modo geral. E não era uma característica da Kroll, no mundo inteiro, fazer gravações telefônicas, como se queria provar e se mostrar, mas, sim, rastreamento de contas e outras atividades.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Senador Heráclito, concluindo.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Eu pediria ao grande e justo Presidente a mesma condescendência que teve com meu antecessor – mais brilhante do que eu, reconheço –, Senador Sérgio Guerra.

O que foi dito aqui foi isso. Mas quero deixar bem claro que, nem de longe, não me lembro se o nome de V. S^a foi citado no episódio. Citei-o – volto a afirmar aqui – e acho que tem toda legitimidade de se interessar pela questão previdenciária. Apenas acho indevido que, ocupando a função que ocupa, se dedique com tanto afinco a essa área, porque desautoriza os Ministros da área, tanto é que alguns colegas nossos que passaram pela Previdência nos dizem aqui que, ao assumir, o primeiro compromisso era o de não mexer com o diretor da SPC, por ser uma pessoa de indicação de V. S^a. Sou contra isso. Aliás, participamos de uma CPI, alguns anos atrás, que era exatamente uma recuperação da terra arrasada, que tinha sido feita no Governo Collor, porque um Ministro da Abin, sucessora do SNI, passou a interferir indevidamente nos fundos de pensão. Eu não tenho nem embasamento para dizer se a sua interferência é danosa. O que eu disse aqui é que ela é indevida. A partir do momento em que ela acontece, ela é indevida.

Tivemos aqui o depoimento do Sr. Pizzolatto, que disse que teria sido uma assessoria que fazia a indicação devidamente de acordo com os presidentes de Fundo, da maioria dos indicados por aqueles Fundos nos Conselhos.

E aí a estranheza, porque o Sr. Ivan Guimarães saiu do Banco Popular, demitido de maneira nebulosa como foi, e vai nomeado para três ou quatro Conselhos, ganhando R\$40 mil, enquanto o Sr. Pizzolatto, que discordou do modelo, foi demitido de todos eles. Aliás, essa briga do Sr. Pizzolatto com V. S^a é uma briga mal explicada e fica meio temeroso de avançar.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Senador Heráclito, concluindo.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Eu concluo, pedindo já a minha reinscrição para a repescagem. Gostaria, Sr. Gushiken, eu tenho uma característica, as minhas questões ou eu vou para a tribuna e enfrento ou digo com a maior franqueza. Agora, não gostaria de que me atribuissem o que não foi dito. E eu não tenho vocação para a leviandade. Aliás, eu tenho muito cuidado com o que digo e o eu que eu digo eu afirmo.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – O senhor permite alguns comentários?

Senador, eu ouvi atentamente sobre as ponderações que o senhor fez sobre a Kroll, a opinião que

o senhor tem sobre o objeto de investigação, etc. Eu vou levar em consideração o que o senhor falou e ver se eu tenho acesso a *e-mails* que imagino sejam sigilosos, não é?

Olha, o senhor tem mais informações sobre a investigação e eu vou ponderar, sim, no juízo que eu faço sobre esse processo no qual eu fui vítima.

Relativamente à minha suposta interferência indevida, que o senhor entende que pode não ser danosa, mas indevida...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Formalmente indevida.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Quero deixar bem claro para V. Ex^a que eu não considero indevido nada daquilo que diz respeito ao interesse público. Acho que é uma obrigação de membros do Governo defender o interesse público e, em particular, nesse caso, defender os interesses dos funcionários do Banco do Brasil, em primeiro lugar, é também defender os interesses do Erário, porque ele é um patrocinador desse Fundo.

De maneira que deixemos claro: eu não considero indevido, considero a minha obrigação, porque será danosa na apreciação dos verdadeiros gestores a efetivação tal como pretende esse empresário de quem o senhor tem se notabilizado como um grande defensor.

E, veja, respeito a opinião de V. Ex^a. Acho que V. Ex^a pode perfeitamente ter uma interferência que, no meu caso, o senhor considera indevida, mas, no caso do senhor, o senhor negocia os interesses desse empresário, acompanha o advogado desse empresário nas relações com a Previ e com o Banco do Brasil.

Considero que o senhor pode defender os interesses, porque pode entender que é do interesse público ou do interesse da Pátria, é perfeitamente natural.

A minha indagação, Senador, tanto sobre essa organização financeira, que o senhor tem reiteradas vezes afirmado, levantado um rol de elementos negativos que permeia essa grande instituição bancária, assim como esse empresário, não tem nada de pessoal. Eu não tenho nenhum preconceito enquanto instituição financeira Citibank, como também não tenho nenhum preconceito quanto aos empresários, em particular o Sr. Daniel Dantas. Não o conheço pessoalmente. Agora, o que eu conheço é aquilo que vem sendo veiculado há muito tempo no Brasil sobre esse cidadão e que faz parte do maior conflito societário na história do capitalismo brasileiro e que mexe com o patrimônio de cerca de 16 bilhões e que, no entendimento dos gestores, a depender do desenlace, poderá haver um prejuízo monumental para os funcionários do Banco do Brasil, que são os detentores desse patrimônio.

O que eu tenho de informação sobre esse empresário, com o qual eu não tenho nenhuma relação pessoal e tampouco preconceito?

Vou ler aqui o que está na imprensa, registrado há muito tempo:

“Daniel Dantas é acusado de formação de quadrilha e espionagem ilegal.” (**Jornal do Brasil**). “Daniel Dantas foi acusado de ser um dos poucos brasileiros que sacou o dinheiro antes do confisco do Governo Collor.” (**Tribuna do Norte**). “Daniel Dantas foi condenado nas Ilhas Cayman por dinheiro ilegal.” (**Época**); “Juiz do Caribe chamou Daniel Dantas de ‘falsificador’ e diz que ele ‘mentiu sob juramento’.” (**Época**). “O juiz de Nova Iorque disse que os negócios de Daniel Dantas ‘cheiram a roubo’.” (**O Globo**). “Daniel Dantas não cumpre as decisões judiciais.” (Folha On line). “Citi/378 mil de Dantas na Holanda, ‘quebra de contrato, fraude, negligência e conduta profissional indevida’.” (**Folha de S.Paulo**). “Justiça dos Estados Unidos dá vitória ao Citi contra o Opportunity. Juiz Lewis Kaplan afirma: isso parece um assalto.” (**O Valor**). “Daniel Dantas e Carla Cico são agora réus em processo judicial no Brasil” (Folha Dinheiro); “São acusados de violação de sigilo, formação de quadrilha, corrupção ativa.”. “Polícia Federal indícia o banqueiro Daniel Dantas por formação de quadrilha.” (Folha On line). “Oportunista Opportunity: com pouco dinheiro, Daniel Dantas controla a Tele Centro-Sul e os Fundos de Pensão pagam a conta.” (**ISTOÉ**, 1998).”

Eu não faço juízo de valor sobre esse empresário, Senador, e não me interessa saber detalhes desses processos de negociação, até porque o senhor muito bem sabe, como o senhor intermediou uma relação entre os dois interessados, que é um grande complexo societário, dos mais complexos. A exposição dos dirigentes dos fundos de pensão mostrou claramente o significado que foi a montagem desse complexo societário. Portanto, não podemos banalizar uma discussão desse nível fazendo afirmações genéricas. É preciso que especialistas como eles se disponham a vir aqui explicar aos senhores, mas, no que diz respeito a minha posição pessoal, é a absoluta crença de que os atuais gestores dos fundos de pensão do Banco do Brasil, da Petros, são pessoas tecnicamente competentes, que se embasam em estudos feitos por dezenas de técnicos desses fundos de pensão, se embasam em auditorias para afirmar que eles estão gerenciando corretamente os negócios de uma entidade que diz respeito a 400 mil trabalhadores.

Eu, como homem público, homem de Governo, tenho a obrigação de saudar, elogiar a conduta ética desses funcionários. Não me esquivo da responsabilidade de ter interferência nesse nível, porque não é

ingerência na gestão. Acho que um homem público tem a obrigação de fazer isso em qualquer Governo.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Heráclito, já nos estendemos há mais de 20 minutos. Existem outros inscritos. Já reinscrevi V. Ex^a.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Queria pedir permissão a V. Ex^a para invocar o art. 14. Eu fui citado como tendo participado de um encontro...se a Ideli permitir... Sei que ela tem ascendência sobre V. Ex^a, mas sei que ela não manda em V. Ex^a, embora goste muito. Tem um desejo incontido, mas não é o caso aqui. Vamos guardar esse desejo para outras ocasiões... Não, alívio. Para mim, foi a notícia mais positiva que recebi nos últimos tempos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Heráclito.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Queria apenas prestar alguns esclarecimentos aqui. Veja como as ligações do Sr. Gushiken e do Sr. Sérgio Rosa são profundas e, às vezes, danosas. Ele disse uma coisa verdadeira. Fui ao Banco do Brasil, a pedido do Ministro Palocci, há cerca de um mês e meio ou dois, não sei a data, para ter um encontro, na presença do Presidente do Banco do Brasil e de um diretor do Banco Opportunity, o Dr. Luiz Otávio, a pedido do Ministro Palocci, Sr. Gushiken, porque o Sr. Sérgio Rosa ficou preocupado com o pedido de quebra de sigilo bancário que fizemos aqui, de uma senhora chamada Mônica Góes e de dois diretores da Cobra. A conversa lá foi para isso e, por iniciativa do Sr. Sérgio Rosa, foi pedido que a conversa fosse sigilosa. Para mim, não tenho nada sigiloso na minha vida. Não estranho que ele tenha contado a V. Ex^a, é quebra dele próprio do compromisso assumido.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Saiu nos jornais, Senador.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Ele vazou em seguida. Eu viajei, fui a uma missão no exterior, e ele próprio vazou. Então, é bom que isso fique bem caracterizado. V. Ex^a mostrou uma série de manchetes de revistas e jornais contra esse grupo, que me forçaram, pelas circunstâncias, a ter que defender mais do que a minha vontade. Mas é porque o PT tem esta mania de tentar desqualificar a verdade. É o mesmo caso do Celso Daniel, Sr. Gushiken.

Se essa questão não fosse apurada a fundo, como eu acho que deve ser o caso do Opportunity, a morte do Celso Daniel não teria sido esclarecida como foi agora pelo seu irmão, porque a versão é de que aquilo teria sido um crime comum.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Heráclito, concluindo em função da reinscrição de V. Ex^a.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Vou

concluir, agora, só para finalizar, os defeitos mostrados aí são justos, é preciso que sejam apurados. Agora, todas as denúncias que a imprensa mostra são numa questão. O Citibank não, é no Chile, por guardar dinheiro do Sr. Pinochet; no México, do Sr. Salinas; no mundo inteiro; e vocês se associaram com eles agora. O medo da Kroll tem outro fundamento, Sr. Gushiken e a verdade vai chegar, é só questão de esperar, é questão de tempo.

Na verdade o pavor que o Governo Lula tem da Kroll tem outro fundamento e nós vamos chegar à verdade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Com a palavra o Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr.

Presidente, Sr. Luiz Gushiken, por que o Secretário Luiz Gushiken está aqui hoje na Comissão?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Bom, os senhores

aprovaram um requerimento, não?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Em

razão dos problemas ocorridos nos fundos de pensões, nas publicidades do Governo. Não foi de graça a razão pela qual a Comissão aprovou esse requerimento, o senhor concorda?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Deputado, os critérios

adotados para me convocar, o senhor pergunta a mim? O senhor sabe.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– O senhor defende enfaticamente todos os fundos de pensões – historicamente é uma posição sua. Como explica o que acontece na Refer, o Fundo da Rede Ferroviária?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – É uma pergunta?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– É.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Deputado, primeiro,

fazer uma observação sobre minha defesa enfática de fundos de pensão. De fato, eu faço há muito tempo, quando era Deputado eu fazia essa defesa, não por razões apenas de aposentadoria dos trabalhadores, através de mecanismo complementar, é porque eu entendo que um país necessita de poupança interna; este País necessita. Um dos mecanismos mais importantes de poupança interna são fundos de pensão. E para que os fundos de pensão possam ser o instrumento de interesse dos trabalhadores para o exercício a propósito de longo prazo é preciso órgão de fiscalização.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Estou falando no caso Refer, especificamente.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Eu vou chegar aí. É

preciso que haja um órgão de fiscalização. Nós temos no Brasil, vinculado ao Governo Federal, a Secretaria de Previdência Complementar, um órgão muito pequeno perante os desafios postos, mas que, infelizmente, não pôde ter essa mudança de profundidade porque o Senado não aprovou a Previc, mas assim mesmo foi a Secretaria de Previdência Complementar que fez a investigação, a apuração e a devida punição aos dirigentes desse fundo ao qual o senhor fez referência agora. Foi um órgão do Governo Federal. Agora, recentemente.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Por

que tivemos quatro trocas de Ministros da Previdência e o seu indicado sempre permanece na Secretaria de Previdência Complementar?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Deputado, em primeiro

lugar, o Secretário de Previdência Complementar, Dr. Adacir Reis, trabalhou comigo quando era Deputado nesta Casa, depois ele foi para o mercado privado, notabilizou-se como um raro técnico em Previdência Complementar, escreveu livros sobre isso, deu aulas de pós-graduação sobre essa matéria e, quando nós entramos no Governo, naturalmente, o Ministro da Previdência, Ricardo Berzoini, que o conhecia também, o convidou para o exercício do cargo. Eu não tive nenhuma influência na indicação do Sr. Adacir Reis e, se tivesse, o faria com o maior orgulho, Deputado.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Ele é maior que os Ministros?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Como?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Ele é maior que os Ministros, porque caíram quatro Ministros e ele não caiu.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – O senhor quer dizer se

ele tem uma competência técnica e que prescinde de força política ou de instrumento político? Veja, ele tem um cargo técnico. Não há como comparar ele com o Ministro. Não tem o mínimo senso lógico em comparar ministros com secretários.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Era

mais fácil ser bancário ou ser banqueiro?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Se o senhor foi ban-

queiro alguma vez, o senhor diga para mim o que é e eu te respondo, porque eu sei o que é ser bancário.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

– Não, quem manda no Banco do Brasil, quem manda na Caixa Econômica Federal equivale a ser banqueiro, e você antigamente era bancário. E eu nunca fui banqueiro, e você sabe que eu nunca fui banqueiro.

Estou perguntando: é mais fácil ser bancário ou ser banqueiro?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Mas o senhor sabe o que é ser um banqueiro? Eu não sei.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Quem manda no Banco do Brasil, quem manda na Caixa Econômica é o Governo do qual você faz parte.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Quem manda na Caixa Econômica... Quem manda no Banco do Brasil, o acionista majoritário é a União e há acionistas minoritários que têm ações em bolsa. Esses são os verdadeiros donos do Banco do Brasil.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Os dirigentes do Banco do Brasil que tiveram aqui na CPMI disseram que todas as aplicações de publicidade que faziam no Banco do Brasil faziam com autorização da Secom, com ordem da Secom.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Se o fizeram mentiram.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Disseram aqui publicamente.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – A Secom não tem nenhum atributo de discutir, analisar, criticar ou não investimentos das empresas. É um absurdo! Não há nem amparo legal, nem prática rotineira da Secom para fiscalizar investimentos.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Como bancário, os empréstimos que o BMG, o Rural e o Banco do Brasil fizeram ao PT, você acha normal?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Deputado Arnaldo, essa pergunta o senhor deveria fazer aos dirigentes do PT. Eu sou membro do PT, fui Presidente Nacional...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Não eu perguntei como bancário, não como dirigente do PT ou não dirigente. A sua avaliação como bancário, se aquele volume de 55 milhões de empréstimo das empresas do Marcos Valério que foram repassados ao PT, na sua avaliação, é normal?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Deputado, bom, eu vou explicar pela terceira vez, e sei que esse é um assunto complexo, talvez o senhor não estava presente aqui no momento em que eu expliquei.

Essa operação financeira baseada no lastro de um contrato de publicidade eu fui o primeiro a denunciar; a denunciar, não, a informar a estranheza nessa operação financeira, sustentada sob forma de caução num contrato de publicidade, por um motivo muito simples. Um contrato de publicidade, no caso dos Correios, de 90 milhões, é dividido em três agências de publicidade. E lá a divisão é quase que rígida. Digamos que tenha, para a agência do Sr. Marcos Valério, um pedaço desse contrato de 30 milhões. Desses 30 milhões, a média de utilização de recursos para veículos de comunicação

é quase que 70. Então, desses 30, 21 milhões iriam, em tese, em média, para os veículos de comunicação. Sobrariam nove milhões. Desses nove milhões teria que pagar produção de imagens e uma série de outras coisas, restando, portanto, a receita líquida do Sr. Marcos Valério, da empresa do Sr. Marcos Valério. Essa receita líquida, que é a garantia de recebimento que ele tem, que poderia se transformar num recebível, do ponto de vista de uma operação financeira, era factível servir como caução, mas no valor de correspondente àquilo que é receita líquida e não nas operações que foram feitas no Banco Rural ou no BMG.

Eu chamei a atenção, na ocasião, perante a imprensa, da estranheza que eu tinha na natureza da operação financeira que consistia de irracionalidade.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O senhor conhece o Wilson Santa Rosa, que foi nomeado Gerente Executivo de Comunicação Institucional da Petrobras e também Presidente do Conselho de Deliberativo do Fundo de Pensão da Petros?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Conheço.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Qual a sua avaliação sobre a ação profissional dele?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Tecnicamente competente e uma pessoa honesta.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Nós acabamos de ver essa discussão sua com o Senador Heráclito Fortes, Daniel Dantas, Citi, fundos de pensão, por que essa situação toda? Qual a sua opinião desse imbróglcio todo aí?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Eu sou um homem de governo e, como tal, o interesse dos Srs. Parlamentares na imprensa sobre relacionamentos acho que é natural. Aqui existe uma inquirição por parte do Senador Heráclito Fortes sobre um assunto que é noticiado na imprensa e vejo com naturalidade. Agora, as razões existenciais do porquê os senhores me perguntam, eu não sei dizer.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O senhor soube que a Comissão de Finanças e Tributação convocou o Sr. Gustavo Marin, do Citi, por causa do acordo “put” e o caso do tráfico de influência. O senhor tomou conhecimento dessa convocação?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Li no jornal isso.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – E qual a sua opinião a respeito disso?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não tenho opinião. Acho que a CPMI achou interessante chamar esse cidadão e é perfeitamente natural...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Não foi a CPMI, foi a Comissão de Finanças e Tributação, não a CPMI.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – A Comissão de Finanças e Tributação deve ter as suas razões para convocar.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – As manchetes de jornais que noticiam, há quase cem dias, todo o escândalo do Governo e que diariamente tem colocado o PT na berlinda são verdadeiras?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Deputado, primeiro, permito-me uma retificação na afirmação de V. Ex^a: não são escândalos de Governo. A CPML investiga um processo de ilicitude no financiamento de campanha eleitoral. E foi detectado, hoje, um sistema de operações de empréstimos que tem desdobramento na recepção por parte de Deputados. E é público e notório que, hoje, se discute ou não a cassação desses Deputados. Diz respeito a Deputados do PT, sim, mas não confunda isso com o Governo.

E processos de ilicitude em matéria de financiamento não só é dito por uma literatura antiga e vasta que é um problema sistêmico no Brasil, portanto estendível a muito mais protagonistas da política brasileira. Como vi por diversas vezes, inclusive, o Deputado Roberto Brant dizer que – e o reputo como uma pessoa séria, competente como Parlamentar, tive o prazer de tê-lo como companheiro aqui nesta Casa –: “Que atire a primeira pedra quem não cometeu esse pecado.” E disse para o seu Partido. E vi o Roberto Jefferson aqui também, neste plenário, fazer isso. Um erro sistêmico, portanto, que diz respeito a um problema eleitoral em que cabe uma correção, do ponto de vista normativo.

Por isso, tenho em conta que essa crise tem um lado positivo. Que nos causa tristeza, causa, mas tem um lado positivo, porque esta Casa pode discutir uma reforma política. E se não sanar definitivamente, baixar, reduzir consideravelmente as ilicitudes que se cometem em campanhas eleitorais.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Não é crise de Governo, por que caiu o José Dirceu? Não é crise de Governo, por que caiu a diretoria dos Correios? Não é crise de Governo, por que caiu a diretoria de Furnas? Não é crise de Governo, por que Luiz Gushiken deixou de ser Ministro e virou Secretário? Isso não é crise de Governo?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não, acho que isso são elementos importantes no Governo. O senhor tem toda a razão. Acho que o Ministro da Casa Civil quando vem para o Congresso, quando eu pedi ao Presidente que me afastasse, na verdade era um pedido renúncia, e aqui expliquei por que razão o fiz, porque aquilo mexeu com a minha reputação, ainda que por informações equivocadas, por denúncias infundadas, mas achei que era melhor para o Governo que eu me afastasse. Acho que isso é um sintoma, sim.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – E por que não se afastou?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Porque o Presidente pediu para que eu ficasse. E atendi. E disse, no início, que para eu ajudar a servir este País foi estar investido da maior honra a que pode almejar qualquer cidadão deste País. Portanto, não vejo nenhum problema em ter a participação como Ministro e hoje sendo assessor do Presidente. Isso não altera o intuito de servir este País.

O senhor já foi membro do Poder Executivo. O senhor foi secretário, se não me engano, não sei em que prefeitura que foi.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – De São Paulo.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – De São Paulo. O senhor sabe exatamente que Poder Executivo pode ser maleável, você pode trabalhar em várias áreas. E, nesse caso específico, trabalhei em duas áreas. E hoje estou com uma área só. Então, não vejo nenhum demérito nisso, mas vejo sim problemas...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Que área ficou sob sua responsabilidade agora, atualmente?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Hoje, tem o núcleo de assuntos estratégicos, cujos assuntos são relativos a prospecções em cima de temas, apoiado no Ministério de Ciência e Tecnologia, para prospectar eventuais vocações nacionais. Foi o NAE que produziu o estudo sobre biodiesel e que se transformou em programa de Governo. O NAE está produzindo uma discussão da mudança da matriz energética. Ele faz ancorado num corpo de cientistas e em parceria com o Ministério de Ciência e Tecnologia.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Quem ficou responsável pelas verbas de publicidade no Governo atualmente?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Desculpe-me, faça de novo a pergunta, Deputado, que eu não entendi.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Quem ficou responsável no Governo pela distribuição das verbas de publicidade?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Da conta da Secom?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – É.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Hoje é o Ministro Luiz Dulci.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – E na atual aplicabilidade é a mesma da sua época a distribuição das verbas de publicidade?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Deputado, não sei dizer. Depois que eu saí, não tive convivência com o Ministro dessa área.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – E naquela época, qual foi o critério para distribuição das verbas de publicidade para os veículos?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Os critérios para alocação de recursos entre agências de publicidade, em primeiro lugar, tem que se ater a uma definição contratual.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Não digo agências, digo veículos. Os veículos.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Perfeito, em veículos. Para você aplicar recurso em veículos, você tem um conjunto de informações que deva se ter sobre público-alvo, periodicidade da informação, frequência, cobertura, capacidade de audiência. É num misto de variáveis que os técnicos analisam e analisam a conveniência ou não de aplicar recurso num certo veículo.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – No final de 2002, **O Estado de S. Paulo** fez uma matéria dizendo que o então futuro Governo do PT, na reforma da Previdência, previa regra única de aposentadoria para os servidores públicos. E esse estudo feito pela jornalista Sueli Caldas foi com base no escritório de consultoria de Gushiken Associados. Antes da posse o PT já pensava em fazer a reforma da Previdência que fez?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Deputado Arnaldo, eu não li essa matéria da jornalista Sueli Caldas. Sobre Previdência, já existia uma discussão acumulada há muito tempo no Partido. Na feitura do Programa de Governo, nessa parte relativa à Previdência, eu, sim, contribui para formulação dessa política. De maneiras, que a reforma de Previdência que nós tínhamos pensado e que depois esta Casa aprovou já estava concebida. Não nos termos que foram aprovados aqui, mas tinha uma concepção, sim, de reforma de Previdência que eu pessoalmente ajudei a formatar.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – No primeiro Governo FHC V. Ex^a era Deputado, juntamente comigo.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Sim.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – A reforma da Previdência de FHC levou quatro anos para ser votada, início de 1995, promulgada em dezembro de 1998. Luiz Gushiken ainda era Deputado. Quatro anos para tramitar e aprovar essa reforma. O Governo Lula vem, com uma reforma mais dura, inclusive contra o funcionalismo público, e consegue aprovar em apenas um ano. Como isso é possível?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Deputado Arnaldo, primeiro, essa reforma da Previdência não se trata uma

reforma da Previdência contra alguém, é uma reforma necessária neste País. Porque não é admissível que um juiz ganhe de aposentadoria R\$50 mil, R\$60 mil por mês como era a prática neste País. O senhor sabe muito bem. Essa reforma ao limitar, impor com medida a eliminação dessas aposentadorias...privilegiadas, o fez...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O senhor está falando tecnicamente. A minha pergunta não foi técnica, foi política. Como que FHC levou quatro anos para aprovar e Lula apenas um ano para aprovar? Tem alguma inexplicada aí.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não. Não. Foram reformas um pouco distintas. No Governo de Fernando Henrique Cardoso também se pretendeu fazer alterações no mundo da Previdência Complementar, tanto que somente em 2002 nós aprovamos a leis complementares relativas a Fundo de Pensão. O senhor era Deputado, eu também era. Ambas eram reformas complexas e difíceis. Mas, enfim, eu penso que se agilidade houve nesse Governo é muito mais por mérito de uma sociedade e de uma Casa que já têm amadurecida a necessidade dessas reformas.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Precisamos tomar cuidado com essa agilidade, não é?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra o Senador Sibá Machado. (Pausa)
Com a palavra o Deputado Maurício Rands.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. depoente, Ministro Gushiken, o senhor está aqui depondo para ajudar a CPMI a esclarecer, sobretudo, a origem dos recursos do esquema do “Valerioduto” e essas irrigações ilegais das campanhas eleitorais que, como o senhor disse, é um problema crônico, um problema que revela o esgotamento do modelo político brasileiro.

E nos Correios, nós – a Comissão – já recebemos alguns relatórios, algumas análises técnicas, demonstrando o superfaturamento de contratos. Então, tem contratos na área operacional, contratos da Skymaster, tanto relatórios da Controladoria quanto do Tribunal de Contas. Identificamos, então, que uma das possibilidades de irrigação desses esquemas de financiamento irregular de atividade política é o superfaturamento de contrato e a sua presença, aqui, mais especificamente, tem a ver com a investigação que temos que fazer sobre a eventualidade de superfaturamento nesses contratos, sobretudo a execução ao longo do tempo.

Uma outra hipótese que queremos esclarecer é a questão de que quem seriam os grandes depositantes nas contas das agências. As transferências de sigilos

já nos permitiram identificar alguns grandes depositantes. Por exemplo: as empresas do Grupo Opportunity são responsáveis – e eu vi em consulta que fiz aos documentos da CPMI – por depósitos de algo como R\$140 milhões num curto espaço de tempo. A verdade é que a maior parte desses depósitos são relativos a contratos que essas empresas do Grupo Opportunity têm com as agências SMP&B e DNA. Então, falta o cotejo entre o valor desses contratos e o valor dos depósitos para saber se essa foi uma das fontes de irrigação. Então, temos, também, como possíveis fontes desses recursos, superfaturamento de contratos privados e de contratos públicos. Temos a explicação que tem sido dada pelo Sr. Marcos Valério e pelo Sr. Delúbio Soares dos contratos. O senhor, com a sua experiência, colocou o dedo na ferida – algo que todos temos convicção – que é no mínimo, ilógico e irracional dar em garantia de um contrato um faturamento de um contrato de publicidade cuja maior parte vai ser destinada ao pagamento dos veículos de divulgação daquele material publicitário. Então, temos um indício de algum problema em uma dessas fontes explicativas que seriam esses contratos de empréstimo.

Mas, por outro lado, até o momento, a CPMI não conseguiu demonstrar, cabalmente, como quer a opinião pública brasileira, como quer o Congresso Nacional, exatamente os corruptores – quais as fontes de abastecimento desses esquemas de corrupção.

Então, quero indagar ao depoente um pouco mais, pela sua experiência e por tudo o que tem acompanhado, em primeiro lugar, sobre aquele objeto específico, nexos, que lhe traz a esta CPMI, sobre os contratos de publicidade – pela experiência como Ministro da Secom – se na execução que tipo de informação a Secom tinha, que tipo de monitoramento a Secom tinha para ajudar a CPMI a identificar problemas na execução desses contratos?

É a primeira indagação que lhe faço.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Perfeito. Deputado, a primeira observação que V. Ex^a fez sobre os valores de contrato, do ponto de vista das fontes de recepção desses valores e que dizem respeito a veículos de comunicação, é que é um passo importante. Ou seja, em campanhas de caráter nacional, a média de alocação de recursos de um contrato para veículos é da ordem de 70%. Essa é uma média que se estima. Isso é muito importante porque significa dizer que o grosso desses recursos destinam-se a uma atividade clara. Portanto, quando se afirma que há um superfaturamento de contas de publicidade, como explicação para as contas de Marcos Valério, está-se fazendo de forma indireta uma afirmação de que esse superfaturamento está incidindo muito em veículos. O que se-

ria uma hipótese absurda porque eu não acredito que os veículos, que são os grandes receptores, tenham uma prática de superfaturar. Seria uma hipótese absolutamente ilógica. No Brasil, é muito fácil constatar isso por uma Rede Globo, por uma Folha de S. Paulo, por uma Abril que existem os preços, existem as notas fiscais, existe o uso desses jornais ou da televisão para o repasse da publicidade.

Portanto, não é no maior volume de recursos que há eventuais superfaturamentos. Em outros processos de produção de imagem gráfica, que são basicamente as duas grandes atividades que exercita uma agência de publicidade, como a Secom age? A Secom exige, preventivamente, por parte do órgão que tem a conta de publicidade – vamos pegar o Banco do Brasil – que sejam enviados de uma campanha publicitária os custos de produção.

E o que é que nós estamos fazendo hoje? Antigamente os custos de produção vinham de maneira muito compactada. Nós, através de uma discussão com as associações de produtoras, pedimos que eles nos ajudassem a convencer todas as agências de publicidade a detalhar, o que chamamos de decupação, os itens de gastos. Conforme vem a planilha, nós temos um banco de dados com base em experiência histórica de todas as agências de publicidades e custos, que nós montamos agora e fazemos uma comparação. Quando achamos que há distorção de custo, nós informamos ao órgão estatal, recomendamos mudança e pronto. Por quê? A execução de fato pertence ao órgão do Estado, não pertence à Secom. A Secom faz essa análise prévia recomendando mudanças quando vê contradições, mas não tem como e nem é sua atribuição entrar na verificação da execução. Isso serve não só em publicidade como também patrocínio. Não tem como a Secom verificar se a festa de S. João de Caruaru trouxe uma vantagem em determinado setor para uma empresa que financiou e se efetivamente foi feito. A Secom não tem como fazer isso. Ele não tem nem obrigação nem meios pra isso.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Claro. Isso é também para os órgãos de fiscalização interna de cada ente da administração direta ou indireta contratante.

Sobre a questão do patrimônio líquido, a redução da exigência do patrimônio líquido para as licitações dos Correios. A CPMI tem essa informação de que esta redução foi feita por recomendação da Secom. Qual a razão da Secom para fazer esta redução e qual foi o resultado e a influência que essa redução do patrimônio líquido como exigência para disputar licitação na publicidade dos Correios, qual o resultado que essa exigência teve no desfecho da licitação?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Deputado, essa medida foi muito positiva, diferentemente daquilo que se difundiu. É uma medida preventiva que usa os órgãos que fazem licitação, mas o quesito patrimônio líquido do ponto de vista de sua redução foi uma demanda feita muito tempo pelas entidades de agências de publicidade que consideravam que o Governo Federal exigia valor muito alto. E quando a Secom recomenda a redução desse valor, ele o faz não só pra atender uma demanda da própria indústria, mas o faz também porque nunca nos contratos em vigor foi identificada nenhuma licitação, nenhum contrato com esse valor que os Correios estavam querendo de R\$3 milhões.

Cabe explicar o seguinte. Mesmo que não houvesse redução, não teria nenhum impacto nos resultados licitatórios porque esse item patrimônio líquido é apenas uma exigência para medir a capacidade econômico-financeira da licitante somente quando outros índices não se mostrarem eficazes no demonstrativo da saúde financeira da licitante. Ou seja, se você não tem um índice positivo como índice de solvência, mais ativo do que passivo, então você pode recorrer ao item patrimônio líquido. De maneira que foi uma medida positiva, é uma medida salutar e que atendeu uma demanda da própria indústria de comunicação.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Eu queria indagar agora ao depoente sobre esse episódio, que, evidentemente, está sendo sempre discutido, o conflito societário pelo controle da BrasilTelecom. De repente, informou que está em jogo aí uma disputa em torno de R\$16 bilhões, não é isso?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – É, o patrimônio que compõe, digamos, esse complexo societário é estimado nesse número.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – E aí as atribuições que se fazem ao episódio da espionagem que teria sido feita pela Kroll teria havido uma iniciativa do Citigroup, que se submete lá, nos Estados Unidos, à legislação federal americana, *anti-corruption abroad act*, que é de 1998, e, nesse ato, as autoridades norte-americanas exigem um controle dos investimentos das empresas americanas no estrangeiro. Exige que essas empresas tomem medidas para inibir qualquer episódio de corrupção nos países onde esse capital americano está sendo investido.

Então, diante desse fato, há quem levante a hipótese de que a contratação da Kroll para fazer a espionagem teria tido esta finalidade: de avaliar a licitude das ações desses grupos societários na BrasilTelecom.

Como é que o senhor entende isso? Qual a interpretação que o senhor dá sobre essa hipótese?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Deputado, eu nunca me interessei, em princípio, sobre as razões que leva-

ram esses agentes à prática criminosa de uma espionagem. O que eu sei é que uma empresa, a maior do mundo, incidiu sobre mim processo de espionagem. É isso que me interessa. Na figura de homem público, não é? E o processo tramita na Polícia Federal. Eu quero saber as razões depois, o conteúdo das investigações e, posteriormente, o veredicto da Polícia Federal, para eu tomar minhas iniciativas jurídicas. Em princípio, nunca me interessei em saber quem que mandou, por quê? Porque é a maior organização de espionagem do mundo, eles têm muitas ligações. Então, eu prefiro acabar o processo, para depois analisar politicamente como fazer. Juridicamente como fazer.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Jornalista Diogo Mainardi, na revista **Veja**, na edição agora de 14 de setembro, diz o seguinte: “A Anatel, comandada por Gushiken – a ilação é dele –, lançou os fundos de pensão à conquista da BrasilTelecom”.

Nós temos as informações dos conflitos entre as quatro empresas.

“Dirceu – ainda segundo Mainardi – não deu proteção a Dantas, fugindo do campo de batalha.”

O que o senhor tem a dizer sobre este comentário?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Deputado, eu percebi que o colunista Diogo Mainardi se tornou um grande especialista em fundos de pensão. Ele tem feito narrativas sobre esse assunto, envolvendo o meu nome, que não bate com a realidade. É um direito jornalístico dele. Eu não quero entrar em considerações sobre a análise que ele faz desse processo, porque, em verdade, ele não entende muito desse assunto, mas está tendo o esforço de divagação, mas são... Enfim, não tem consistência.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – A imprensa noticia que o senhor teria impedido o Sr. Daniel Dantas, do Opportunity, de contribuir para a campanha do Presidente Lula. Isto é verdade? O senhor teria sugerido que não se obtivesse contribuição lícita...

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Eu sugeri, sim. Sugeri.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sugeri?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Disse às pessoas do comitê que eu conhecia a prática desse empresário nos fundos de pensão e que não era recomendável que houvesse ofertas de recursos por parte desse empresário, porque tudo indicava que a postura ética dele poderia ser rompida muito facilmente.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Isso foi quando?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Isso foi em 2002.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Isso ao longo... No segundo semestre de 2002, durante a campanha.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Isso.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Com é que a Secom executa sua política de patrocínios? Quais as diretrizes para a oferta desses patrocínios?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Deputado, a política de patrocínio, ela é antiga. Vem de um decreto de 1993, e o espírito da lei, ao criar um comitê formado por Ministérios e estatais, é de buscar que haja uma melhor maneira de conduzir patrocínios na área, principalmente cultural, de maneira a evitar também sobreposição, ou seja, uma estatal oferecer patrocínio em uma área em que, eventualmente, outro também está oferecendo. Então, o comitê tem uma função muito mais de dar racionalidade para eventuais propostas que poderiam colidir ou sobrepor. E a busca de saber se isso está de acordo com diretrizes da área cultural para ver se isso tem uma contrapartida na marca da empresa. Isso tudo faz parte da rotina desse comitê, que até o Governo passado era composto pelo Ministério da Cultura e Ministério dos Esportes, e que entendemos deveria ser aberto a todos os Ministérios. Por exemplo, a Petrobras quando faz campanhas publicitárias de meio ambiente ou campanhas de patrocínio em meio ambiente, sugerimos que o Ministério do Meio Ambiente discuta os projetos para ver se há procedência, de acordo com as diretrizes do Ministério do Meio Ambiente.

É esse o processo que se faz de maneira rotineira na Secom no seu dia-a-dia.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Sr. Presidente, minha última pergunta, voltando aos empréstimos das agências do Sr. Marcos Valério.

Justifica-se que a ilogicidade ou a irracionalidade da aceitação dos contratos de publicidade como caução teria uma fundamentação da busca de alguma vantagem... (Pausa.)

Concluo com essa última pergunta.

...a busca de alguma vantagem pelos Bancos Rural e BMG, ou essa vantagem seria em atitudes posteriores – fala-se, por exemplo, em interesse do Banco Rural na questão do Banco Mercantil, do qual detém 22% do capital, que está sob liquidação extrajudicial... E concluo dizendo o seguinte: então, uma das justificativas para esses empréstimos seria interesse futuro do Banco, como, por exemplo, essa questão da liquidação do Banco Mercantil, do qual detém 22% do capital; e uma outra interpretação, que nós aqui da Comissão procuramos investigar, é a de que esses contratos serviriam de fachada para esquentar recursos que entrariam de modo ilícito no Banco. Então, o Banco já estaria recebendo aqueles recursos e, portanto, não

teria preocupação em qualquer garantia verdadeiramente real para eventual inadimplência. Queria que o senhor comentasse essa segunda hipótese.

Essa é a minha última pergunta, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Deputado, veja, vi nos jornais afirmações sobre interesses que poderiam eventualmente mover empresários do Banco Rural em torno do Banco BMG etc. Não tenho condições de dar a minha opinião sobre esse assunto. Não tenho dados técnicos, sequer informações sobre esse assunto. Prefiro me silenciar sobre esse caso.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Satisfeito.

Obrigado, Sr. Presidente, Sr. Depoente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra o Senador Aelton Freitas. (Pausa.)

Com a palavra o Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sr. Presidente Delcídio Amaral, Colegas Parlamentares, Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras, Dr. Luiz Gushiken, quero fazer duas afirmações que considero importantes.

A primeira, o senhor disse ao Deputado Arnaldo Faria de Sá que a CPMI objetiva investigar essa questão do caixa 2, enfim, dos gastos na política não contabilizados, como dizia aqui o Delúbio. Só quero fazer uma correção: não é esse o nosso propósito. Essa foi a descoberta da CPMI, mas não foi para isso que a CPMI surgiu. A CPMI nasceu em função de denúncias de corrupção, e nesse aspecto sempre friso, reitero e deixo bem claro que ela não é contra o PT, nem contra os Correios, aliás os próprios funcionários dos Correios estão chateados, porque se fala muito dos Correios e daqui a pouco passa-se uma pecha. A CPMI é contra a corrupção, esteja onde estiver. No caso específico, bateu direto no Governo, no Partido do Governo e nos Partidos da Base do Governo, com repercussão na Base do Governo no Parlamento e com repercussão na estrutura de poder do Governo, que atingiu Ministros, Ministérios, estatais e empresas. Faço essa afirmação que considero importante para nos repormos.

Segundo aspecto: o senhor fez uma provocação ao Deputado Arnaldo Faria de Sá, questionando-o se S. Ex^a era banqueiro e dizendo que o senhor era bancário. Aceito a provocação, dizendo que também não sou banqueiro, mas sou bancário do Banco do Brasil e, portanto, conheço bastante, não o suficiente quanto V. S^a conhece da Previ, dos fundos de pensão, mas tenho boas informações. Tenho alguns questionamentos a fazer. Quero começar pelo Governo.

A questão da publicidade é nova no esquema de desvio de recursos do Governo. Tenho repetido – dizem que uma mentira dita mil vezes vira verdade e,

imaginando a própria verdade repetida, vou repeti-la porque é verdade – que o Governo achou um nicho para agir com subterfúgio. Superfaturar a compra de uma ambulância ou de um veículo ou a construção de um hospital é muito difícil porque existem preços comparativos, índices que podem ser verificados facilmente no mercado. Mas, quanto à publicidade, ela não tem parâmetro. Embora se diga que existe, ela é um bem intangível. Uma coisa é um publicitário como o Duda Mendonça assessorando uma campanha do PT e outra coisa é o “João das Neves” assessorando a campanha do mesmo PT. Quer dizer, não tem o mesmo *staff*, o mesmo impacto, a mesma importância, o mesmo conhecimento tampouco a mesma repercussão. Daí os preços são intangíveis. Como advogado criminalista que sou, darei o meu exemplo: se o cliente achar que vale eu cobrar cem mil para fazer um júri, ele me paga; no entanto, outro colega advogado pode fazer o mesmo júri por dez. Essa é a diferenciação.

Nesse aspecto, o senhor desempenha um papel importante. As informações que a CPMI tem é de que tudo – não é que passasse pelo senhor – tinha a última palavra em S. S^a. Assim era nos Correios, na Eletronorte, nas diversas estatais que nem quero citar para não ficar maculando, daqui a pouco, em função da citação das empresas. Mas eles são claros em dizer que, na publicidade, nos comitês de publicidade das estatais, sempre havia alguém indicado pela Secom. Esse alguém era indicado pelo senhor. Não só pela entidade Secom, mas vinculada à pessoa titular da Pasta, o Ministro Luiz Gushiken. E dizem que essas pessoas exerciam uma influência determinante na decisão de a quem conceder o contrato publicitário, qual a proposta vencedora na licitação, e que, ao final ainda, era conferido pela Secretaria, pelo Ministério, enfim, pela sua Pasta, para ver se aqueles dados fechavam e se quem tinha interesse em ganhar efetivamente ganhou.

O que o senhor tem a dizer a respeito dessa afirmação?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Senador Pompeo.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Deputado, por favor. Um dia, eu vou chegar lá.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Mas não é nenhum demérito ser Deputado.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Muito obrigado. Aliás, já houve, na Casa, um Senador Pompeu de muito conceito. Mas não tenho esse privilégio.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Deputado Pompeo, o processo licitatório de que a Secom participa e que regula em publicidade é muito antigo. Eu disse que, desde 1995, existe uma instrução normativa que define todos os quesitos técnicos, sistema de pontuação, formas de participação da Secom junto aos órgãos do

Governo Federal. Ele é muito antigo, não é de hoje. O processo de escolha de uma agência de publicidade se dá como resultante desse estudo feito pela comissão dentro de critérios expostos no normativo legal. Não é uma coisa inventada, que as pessoas se juntam e que, de maneira superficial, decidem. Não! Isso exige uma séria especialização. O processo de licitação em publicidade está regulado em lei.

Devo adiantar a V. Ex^a que a indústria de publicidade, as entidades representativas têm elogiado a Secom pela maneira como ela conduz os processos. E terceiro: indicação de membros das áreas de publicidade das estatais. Uma grande polêmica sobre isso noticiada na imprensa: o decreto que existe hoje, e que é antigo, faculta a Secom anuência sobre a pessoa que vai ser escolhida no órgão estatal. Olha só: eles cobram ter anuência. Eu nunca exercitei essa medida. Eu poderia exercitar e, aí sim, dizer para V. Ex^a que eu indiquei, garantindo na lei, e nunca fiz isso. E consultando o próprio Secretário anterior, por que é que ele não indicava, ele dizia o seguinte: “Ministro Gushiken, no dia que começar a Secom a achar que pode mandar nas estatais, esteja certo de que terá parecer jurídico contra”. E é verdade. Considero que, ainda que seja...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Mas nos Correios o senhor tinha alguém indicado lá dentro no comitê que fazia avaliação?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não, Comitê de Licitação, veja, não vamos confundir. Eu falei em escolha de dirigentes responsáveis pela área de *marketing*. Que a lei faculta a Secom...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Não, não, mas eu estou falando é dos Comitês de Avaliação das Licitações.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Sim, isso, desde em 1995, a Secom pratica esse... é uma exigência da lei. Não é um ato voluntário do Ministro.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Mas era alguém da sua vinculação pessoal que o senhor indicava lá?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não, eu não conheço. Não. Conheço várias dessas pessoas que participam em Comissão de Licitação, mas não conheço todas, não.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sim, mas a maioria é da sua indicação pessoal, que o senhor conhecia pessoalmente?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não, eu nunca escolhi ninguém para fazer parte de membro de licitação. Existe uma rotina na Secom, já faz mais de quase 15 anos que tem essa rotina. Isso não é da minha gestão.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Bom, mas a informação que temos, e é dita aqui por várias pessoas, não vou citar quem disse, até para não ficar nominando pessoas e não criar falsa interpretação, mas pessoas importantes disseram aqui, livre e democraticamente, de forma espontânea, que eram pessoas da sua relação, da sua confiança e que, inclusive, levavam informações depois para a Secom, dizendo: “Olha, está andando assim, está andando assado”.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Eventualmente há pessoas que eu conheço que participaram de Comissões de Licitação. Não estou negando esse fato.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Exemplo, vou dar um exemplo.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Mas não era... E se eu tivesse escolhido também, Deputado, eu não teria nenhum problema em falar isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Perfeito.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Mas o fato é que nunca me preocupei com esse fato, porque tem uma rotina na Secom.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Perfeito. Não, é que o senhor diz aí que a indústria da comunicação, da publicidade, tem elogiado o comportamento, o posicionamento da Secom em relação à publicidade.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Bom, não é o que vimos na CPMI. Primeiro, não temos visto elogios; segundo, porque o que se viu aqui na publicidade é meio “casa da mãe Joana”, porque, vira e mexe dá na DNA, vira e mexe dá na SMP&B, vira e mexe dá na Graffiti, vira e mexe bate no Marcos Valério. Se pegar o Banco Popular, está lá na DNA; se pegar o Banco do Brasil, dá na DNA ou na SMP&B; se pegar o Correio, ou é DNA ou é SMP&B; se pegar Eletronorte, é DNA e SMP&B; se pegar a Petrobras... e aí vai indo, dá tudo lá, no Marcos Valério. Então, não vejo que elogio que a indústria de publicidade pode dar a esse comportamento, quando estamos assistindo aí a um samba de uma nota só, ou um tango de uma nota só, enfim, se fosse no meu Rio Grande, eu diria, assim, um vanerão de uma gaita só. Não dá, não é?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Desculpe, Deputado, talvez eu não me tenha feito entender. Deixe-me apenas talvez explicar melhor. Quando eu disse que a indústria de publicidade, as obras representativas, elogiavam a Secom, elogiavam por conta da sistemática de licitação. Agora, aquilo que é feito no interior de cada órgão de uma estatal, isso não é atribuição dos funcionários da Secom.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Se o senhor fosse dar uma nota hoje para a publicidade das estatais brasileiras, em função de tudo o que o senhor viu, qual é a nota que o senhor dava?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Deputado, não tenho como, tecnicamente, oferecer essa informação.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Não, mas o senhor é um especialista, o senhor é um Ministro. Como é que o senhor não vai saber fazer uma avaliação? Qual é a avaliação que o senhor faz hoje diante do que vê e do que vimos e que está revelado no sistema de comunicações da publicidade das estatais? Não vou citar uma específica, não vou dizer “dos Correios”, na média das estatais, qual é a nota?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Se o senhor pergunta sobre conteúdo publicitário...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sobre tudo, sobre tudo.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não, não é sobre tudo. Não existe sobre tudo. Existe sobre partes claras e objetivas. Sobre conteúdo de publicidade institucional eu lhe garanto que os profissionais das agências de publicidade são pessoas muito competentes, inclusive DNA e SMP&B. Tem muitos funcionários competentes naquela empresa, que estão perdendo o emprego evidentemente por conta das dificuldades. Que não se confundam esses funcionários, profissionais, com o seu...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Eu não estou falando em funcionário, estou citando a propaganda. Vou dizer para o senhor, se eu fosse dar uma nota, não daria nem nota zero, porque a nota é negativa.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – O senhor já assistiu a alguma peça publicitária?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – E não é a peça publicitária, é a forma. Não podemos julgar na aparência, temos que julgar na essência, porque não adianta ter a publicidade aparente e a substância estar podre. Essa é a questão que está posta, neste contexto que estou falando. Não é o que vinculou na televisão, falando que o carteiro foi mordido por um cachorro ou que o sedex voou de avião, que ele desce, cai de cima do avião e alguém que está caindo de pára-quedas entrega o sedex. É uma cena bonita. Eu digo como foi feito para chegar lá.

O senhor tinha, na Secom – já foi falado aqui, mas só para citar o controle –, o Marcos Antonio Silva, que é diretor da Secom, que é casado com a Telma Reis, que não por acaso é o braço direito na publicidade da DNA, enfim do Marcos Valério. Aí entendemos porque a DNA, o Marcos Valério, a SMP&B tomaram conta do processo. É natural que tenha uma ligação, uma porta

de entrada escancarada o tempo todo que facilitou e que agora começamos a compreender.

O caso Telemig. A Telemig, há poucos dias, estava sendo vendida por dois bilhões. O senhor tinha acompanhado a questão da Telemig, estava no mercado para ser vendida por dois bilhões, e agora falam em 500 milhões. O que aconteceu para que tenha depreciado tanto? O senhor não tem conhecimento disso?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Deputado, o senhor devia perguntar para a Telemig ou para alguém que está vinculado a este processo de negociação.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Não é tão simples assim. O senhor conhece como ninguém os fundos de pensão – e aí quero chegar nos fundos de pensão muito rapidamente. O senhor conhece como ninguém os fundos de pensão e sabe que eles estão nesse negócio. Aliás, o seu livro é muito bom, muito qualificado. E por conta do que o senhor sabe é que temos que lhe perguntar. Neste contexto, por exemplo, o senhor conhece Luiz Leonel?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Conheço. É meu cunhado.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Ele publica uma revista **Investidor Individual** e outra **Investidor Institucional**, não é?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – E mais outras duas revistas.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Essa revista foi inchada em termos de investimento por conta dos fundos de pensão na medida em que o senhor, enfim, o PT chegou no Governo. E essas revistas cresceram. E o senhor sabe que dobraram a sua capacidade. São afirmações que fazemos. Não estou dizendo que há uma ilicitude, mas impressiona. As revistas que não têm popularidade, poucas pessoas conhecem, o Brasil vai-nos assistir neste debate aqui e pergunto quem conhece a revista **Investidor Individual** e a **Investidor Institucional**, para os fundos investirem dois milhões de reais nelas. Alguém botou o dedinho mágico lá para beneficiar e para fazer com que os fundos aportassem recursos. Neste contexto dos fundos, há vários fundos – a Petros, a Postalís, a Previ – e há a informação de que o Sr. Aldacir Reis, que é o Secretário de Previdência do Ministério da Previdência, ele é seus olhos, seu braço, sua cabeça, sua inteligência, e ele é tão inteligente quanto o senhor, pelo conhecimento que tem, e ouvi a sua palavra dizendo que ele conhece muito realmente essa questão dos fundos de pensão.

Aí vem uma afirmação que considero importante, porque o pessoal dos fundos...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Concluindo, Deputado.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Já vou concluir, Sr. Presidente.

... colegas do Banco do Brasil dizem que nos fundos de pensão o senhor tem tanta influência e tem tantos indicados – e posso citar os nomes se for o caso – do seu relacionamento que compõem a diretoria dos fundos. E depois de compor a diretoria dos fundos com pessoas da sua indicação, não estou dizendo todos, algumas, mas em postos importantes, esses fundos de pensão, por exemplo, o Banco do Brasil comprou muitas empresas, e nessas empresas, digamos assim, há conselheiros que são indicados pelos fundos. Essas indicações, antes técnicas, viraram indicações meramente políticas, ou seja, substituíram-se ex-administradores do Banco do Brasil, ex-administradores de empresas ligadas ao setor que conhecem por sindicalistas que não conhecem o setor, mas que vão para lá. Vou dar um exemplo. Ivan Guimarães, que era Presidente do Banco Popular até poucos dias...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Pompeo, conclua a sua participação.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Permita-me, Sr. Presidente, apenas mais um minuto.

Ivan Guimarães está lá indicado na Kepler Weber por um desses fundos, está lá indicado pela Belgo Mineira por outro fundo, está lá na Bombril, onde, enfim, os fundos têm interesse. Só ele ganha R\$36 mil por mês, a ponto de dizerem que vão formar a república do Gushiken em torno dos fundos de pensão.

O que o senhor tem a dizer a respeito desse posicionamento?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Calúnias, difamações, recheadas de fantasias. No que tange à alegação, à insinuação que o senhor fez sobre a revista **Investidor Institucional**, **Investidor Individual**, quero lembrar a V. Ex^a que essa revista existe há mais de dez anos. É uma revista segmentada no mercado brasileiro, feita por pessoas honestas, como o meu cunhado. Nunca tive contato nenhum com ele e poderia, perfeitamente, se fosse entendido por V. Ex^a que há influência do Ministro, utilizar recursos da Secom que estão sob minha alçada. Nunca foi aplicado nenhum recurso da Secom para publicidade nessa revista. Adquiriu como adquiriu em anos anteriores, e eu trouxe exemplares ao Presidente desta CPMI para mostrar que as últimas edições dessa revista revelam que ele tem a sua maior fonte de publicidade no próprio mercado privado.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Absolutamente. Quero terminar, Sr. Presidente. Eu não disse que o senhor e que a Secom colocaram dinheiro lá, mas que os fundos de pensão em que o senhor in-

fluencia bastante colocaram, e foram muitos milhões. Disso nós temos provas. Então, a revista cresceu, inchou, engordou. Eles enriqueceram.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Pompeo, conclua.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Sr. Presidente, é uma revista pequena, que recebeu publicidade de acordo com o tamanho dela e com o valor que ela tem no (*Inaudível.*) chave.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Não, muito mais dinheiro que muitas revistas. Só dos fundos de pensões foram R\$2 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Pompeo...

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sr. Presidente, farei a última pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Pompeo, conclua, porque já se passaram vinte minutos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Farei a última pergunta.

A empresa Globalprev que sucedeu a Gushiken Associados era uma empresa sua. Essa empresa é especialista em trabalhar só com fundo de pensão. Qual é a sua ligação com essa empresa? O senhor ainda mantém essa ligação?

Eu teria muitas perguntas a fazer, mas, como o tempo é curto, encerro por conta disso. É verdade que o senhor é um conhecedor – reconheço isso – e que o senhor tem muitos méritos, muitos valores. Não estou aqui para, absolutamente, denegrir a imagem de Luiz Gushiken, do bancário, do colega, não. Porém, há muitos assuntos que não estão bem claros e bem explicados. Por isso faço apenas essa última pergunta ao senhor.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Eu tive uma empresa em 1998 sobre previdência que tinha o foco em cálculo atuarial e capacitação de dirigentes em fundos de pensão. Assim, que vim para o Governo, essa empresa foi vendida e hoje tem a denominação de Globalprev. Está instalada no local onde era instalada a Gushiken Associados e onde foi, no passado, minha residência. Nada de anormal existe nesse processo.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Funciona no mesmo lugar, coincidentemente.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Como?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Funciona no mesmo lugar?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Eu morava nessa casa, fiquei morando... Criei meus filhos nessa casa e mudei em 1998. Em 1999, criei a minha empresa, pequenininha, microempresa, no fundo da minha chá-

cara. Em 1999, decidi ir para essa casa. Reformei a casa, lugar onde criei meus filhos por seis anos. Nessa casa, instalei a Gushiken Associados, uma empresa média, pequena, de consultoria, e depois a vendi. Os proprietários continuaram nesse local. Não há nada de estranho, não há nada de ilícito, não há nada de irracional. É algo tão óbvio, tão simples, que não sei por que V. Ex^a faz afirmações de uma suspeição sobre esse fato.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Não faço suspeição. Só perguntei, porque fiquei um pouco curioso, mas não faço suspeição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Para adiantar os nossos trabalhos, eu gostaria de fazer mais uma interrupção apenas para citar outros inscritos: Deputado Medeiros, Senador Romeu Tuma, e os suplentes Senador Arthur Virgílio, Deputado Carlos Sampaio, Deputado João Fontes, Deputado Silvio Torres.

Nós, depois da interrupção, começaremos com o Deputado Jamil Murad. Teríamos depois o Deputado Alberto Fraga e os não-membros. Depois do Deputado Jamil, o Deputado Fraga, o Deputado Mendes Thame, como não membro, o Senador Eduardo Suplicy, como não membro, inscrito em quarto lugar, o Deputado Fernando Coruja não está presente, o Deputado Inaldo Leitão também não está presente, o Deputado Babá também não está presente. Encerramos com o Deputado José Carlos Araújo, pela Bahia.

Portanto, há somente mais cinco inscritos somente: Deputados Jamil Murad, Alberto Fraga, Mendes Thame, Senador Eduardo Suplicy e Deputado José Carlos Araújo. Depois teremos os reinscritos Eduardo Paes, Onyx Lorenzoni, Heráclito Fortes e Ideli Salvatti.

Quero registrar que tanto os reinscritos como os não-membros têm cinco minutos. Então, vou suspender a reunião por dez minutos.

(Suspende-se a reunião.)

(Reabre-se a reunião.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Está reaberta a reunião. Apesar de muitos Parlamentares estarem acompanhando outras atividades do Congresso Nacional, passo a palavra ao Deputado Jamil Murad e em seguida, consecutivamente, aos Deputados Alberto Fraga, Mendes Thame, ao Senador Eduardo Suplicy e ao Deputado José Carlos Araújo, pela Bahia.

Com a palavra o Deputado Jamil Murad.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Ministro Luiz Gushiken, cumprimento V. Ex^a e vou situar...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Peço à área técnica que ajuste o cronômetro, por favor.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Até para entender a minha ponderação, sua presença tem um significado histórico, porque aqui existe uma batalha política de profundidade. Forças conservadoras do País procuram voltar ao poder legitimamente – têm o direito democrático de buscar a volta ao poder –, e, nesse processo, enfrentam as forças que foram vitoriosas em 2002 com certa desorganização, por meio de acontecimentos inesperados, com questões que V. Ex^a colocou em relação ao seu Partido, inclusive, que jogam o papel principal dessas forças em torno do Governo. Então, nesse processo encontra pouca resistência. E temos visto aqui declarações muitas vezes infundadas, agressões inadmissíveis, sem determinadas provas, fazendo conexão com fatos. Porque um determinado jornal fez uma menção, aquilo já serve de um recurso que procura sempre desmoralizar o Governo no caminho da luta pelo poder.

Eu vi em V. Ex^a, Ministro Gushiken, uma postura do combatente que conheci. Nós fomos sindicalistas – eu era do sindicato dos médicos e V. Ex^a era do sindicato dos bancários – e enfrentávamos grandes lutas. A ditadura procurava se perpetuar e nós, com as nossas modestas contribuições, porque era uma obra de milhões de brasileiros, fomos contribuindo para a redemocratização do País. Está aqui o Senador Suplicy que também participou dessa batalha. E nesse processo a gente precisava ter lucidez, coragem, compromisso profundo com o País, compromisso profundo com a sociedade brasileira.

Vi V. Ex^a aqui resgatando aquela batalha porque temos que ter coragem para enfrentar os problemas. Temos que também dar o melhor de nós para defender o povo brasileiro. Aqui não é o problema do meu Partido, que é o PCdoB, ou do Partido de V. Ex^a, que é o PT. Aqui o que está em jogo é o interesse do povo brasileiro, que não tolera mais este país de desigualdade, de espoliação, de submissão, e o Governo Lula procura dar os primeiros passos, procura se reorganizar, procura acumular forças para um novo rumo de desenvolvimento muito maior do que esse que temos visto aqui, embora ele já seja maior do que o do Governo anterior, para atender a necessidade e o anseio do nosso povo.

Então, o interesse dessa batalha que estamos travando não é interesse nosso, do nosso Partido, do seu Partido, da minha pessoa, da sua pessoa ou de qualquer outra pessoa. São rumos. O Brasil vai voltar a ficar embaixo da asa dos Estados Unidos, a fazer a política externa norte-americana ou vai fazer uma po-

lítica de afirmação da soberania do Brasil, de busca, de defesa dos nossos interesses? Essa é a batalha, e precisamos ter homens públicos, seja no Governo, seja no Parlamento, seja nas entidades, seja na sociedade, intelectuais, trabalhadores, jovens, aposentados, precisamos reagrupar tudo isso, tentar esclarecer o que está em jogo. O retorno das forças conservadoras vai ser um desastre para o Brasil.

O povo... Por mais que batam, cem dias batendo no Governo, o Governo mantém ainda a sua popularidade porque o Governo sente que o caminho é esse, embora esteja decepcionado com determinados atores, determinados protagonistas. Mas, ao mesmo tempo, não podemos ficar na decepção, não podemos ficar nas lágrimas. Acho que a trincheira da resistência, a trincheira da luta para trilharmos esse caminho em nome dos interesses do povo brasileiro, em defesa do Brasil como uma Nação soberana.

Então eu vi V. Ex^a, com coragem, com inteligência, com competência, defender pontos de vista, defender opiniões, e não só isso, esclarecer fatos, descartar calúnias, cobrar, com altivez e com cabeça erguida, às vezes, irresponsabilidade de nossos pares aqui no Congresso que acham que podem ficar impunes.

Se ele fica impune pela lei, porque ele pode dizer o que quiser, ele não ficará impune diante da opinião pública, que saberá separar o joio do trigo. A opinião pública saberá separar aquilo que tem valor e que está defendendo o real interesse do Brasil do que é uma cascata apenas.

Muito bem. V. Ex^a enfrentou uma luta gigantesca contra o Sr. Daniel Dantas, porque V. Ex^a defendeu os interesses dos fundos de pensão. O que é isso? São os interesses de milhões de trabalhadores que aplicam a sua pequena economia para poder ter direito a uma aposentadoria. Então, é uma posição que merece ser enaltecida.

Quem é o Daniel Dantas? É um grande beneficiário das privatizações das teles. Dizem que tirou o dinheiro na véspera do Plano Collor, mostrando que é um homem de bastidor, sempre vendo os seus interesses. Enquanto todo mundo tinha o seu dinheiro preso, o Sr. Daniel Dantas tinha o seu dinheiro ressalvado por informações privilegiadas. Existe o Opportunity Fund, que é uma bomba de alto poder destrutivo. Ele obrigava as empresas fornecedoras de materiais para a Brasil Telecom a fazerem depósitos no Opportunity. E acabou fazendo muita gente prisioneira desse Opportunity Fund. Ele colocou a Kroll para investigar, de maneira criminosa, V. Ex^a e outras pessoas.

Na CPMI do Banestado, a Polícia Federal prendeu o disco rígido do Opportunity. Ele entrou na Justiça e não deixou abrir os dados. Estou fazendo um requeri-

mento para trazer as informações do disco rígido para esta Comissão, Sr. Presidente, Senador Delcídio. Eu também queria solicitar que a CPMI do Banestado dispusesse dos nomes dos participantes do Opportunity Fund, que é uma informação importante.

Nós também sabemos que o próprio Citi, que foi sócio do Daniel Dantas, entrou com um pedido de indenização de US\$300 milhões pelas irregularidades que ele cometeu. Portanto, é uma figura sinistra.

V. Ex^a, por ter sido um bancário, um líder bancário, depois eleito Deputado Federal e se tornado Ministro pelo Governo Lula, é um homem de poucos poderes. Então, diante de uma figura sinistra, poderosa economicamente, poderosa nos métodos de ação, nos métodos de chantagem, V. Ex^a teve muita coragem, tem tido muita coragem ao enfrentar esse Daniel Dantas, do Grupo Opportunity, na salvaguarda dos interesses dos aplicadores dos fundos de pensão. São trabalhadores que desejam, ao fazer a sua economia, ter uma aposentadoria melhor.

Então, Ministro Gushiken, eu queria cumprimentá-lo pela coragem, pela lucidez, pela competência, com que esclarece esses fatos. Na revista **IstoÉ Dinheiro** desta semana, o maior empresário da produção brasileira, que é o Antônio Ermírio de Moraes, fala que no Governo Lula não existe muita gente de qualidade. Ele cita alguns. Se ele refletisse mais, poderia também ter citado V. Ex^a.

Então, era isso. Não faço nenhuma pergunta neste instante porque o Sr. Daniel Dantas virá na semana que vem e teremos a oportunidade de debater com ele também essas questões.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Muito obrigado, Deputado Jamil Murad.

Com a palavra o Deputado Alberto Fraga.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, senhor depoente, Ministro Gushiken, Senadores e Deputados, Ministro Gushiken, embora o senhor apresente uma aparência tranqüila, pacata, acho que o senhor reage bem quando algo o incomoda. Já demonstrou isso aqui em algumas perguntas que talvez pudessem lhe tirar o contumaz equilíbrio. O senhor reagiu. Quero dizer, como já disse várias vezes na tribuna, que considero o senhor um dos responsáveis por esta crise que aí está instalada. Na verdade, eu o reputo como o grande mentor intelectual de pelo menos 50% do que aí está. O senhor disse, e alguém ainda tentou defendê-lo, que o senhor não é um homem poderoso. É, é e muito. A prova disso é que o senhor, diante de tudo que saiu na imprensa – e aí quero dizer que o senhor, pelo menos nesse senti-

do, mostra coerência –, pediu para sair. Pediu que lhe tirassem o cargo de Ministro. Mas o senhor é um homem tão poderoso e imprescindível ao Governo Lula que ele não aceitou e o manteve, como acabou de dizer o Roberto Jefferson, sob a guarda da Ministra Dilma Rousseff.

O senhor veja que insisto que o senhor é poderoso porque o senhor pediu para sair e o Presidente Lula não aceitou, porque o senhor é uma pessoa indispensável ao projeto de governo que o PT idealizou.

Faço um paralelo e vejo, embora sejam coisas diferentes – não quero ser confundido – que a situação do Delúbio parece-me praticamente idêntica. Delúbio, responsável, teoricamente, por tudo que aí está, até agora não foi expulso do PT. Continua lá, com liminares... E me preocupa bastante a imagem daqueles que ainda mantêm um pouco de coerência no PT.

Na verdade, as perguntas que faço ao senhor... Não serei louco de entrar em perguntas técnicas, porque o senhor é um homem muito competente na área, já mostrou isso, seu envolvimento com os fundos de pensão o habilitam até mesmo a escrever um livro que aqueles que têm interesse pelo assunto já leram e dizem que é de excelente qualidade. Se já lhe fizeram a pergunta, basta o senhor me dizer que já respondeu que não vou insistir.

Detesto aquelas perguntas feitas pautadas nos jornais. Talvez por força de hábito – fui policial por 25 anos –, acho que as perguntas têm que surgir naturalmente. Recordo-me que, assistindo a uma entrevista do senhor no programa **Em Questão**, que foi editada pela Secom, o senhor afirmou: “Os atuais sócios da Globalprev, empresa sucessora da minha, nunca foram meus sócios.” O senhor diz isso.

A minha primeira pergunta ao senhor é o que o senhor é da Globalprev e se o senhor mantém essa afirmação de que essas pessoas, os seus sócios, nunca trabalharam com o senhor. Seus sócios, não – perdão –, os atuais sócios da Globalprev. E, aproveitando, pergunto se o senhor ainda tem algum tipo de vínculo com essa empresa Globalprev.

Por favor, Sr. Gushiken.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Essas pessoas que são hoje as proprietárias da Globalprev trabalharam comigo, eram técnicos da empresa. Empresa de consultoria depende muito da capacidade pessoal. Eles são homens extremamente competentes. Digo mais ainda: em matéria de previdência são mais competentes do que eu, inclusive. Na sucessão, eles ficaram donos da empresa. Eu não tenho vínculo com essa empresa. São essas respostas que daria as suas perguntas.

Com relação as suas observações sobre a idéia de que tenho influência como homem supostamente poderoso, Deputado, quero dizer que existem muitos mitos e muitas fantasias nos noticiários da imprensa. É bem verdade que, se entendido for que a Secom é um órgão importante, naturalmente, as pessoas podem achar que o Ministro dessa pasta é importante. Penso que a minha relação com o Presidente Lula é uma relação de confiança pessoal, mas é, também, uma relação de competência técnica. E o fato de o Presidente ter insistido para que eu ficasse no Governo, quero dizer a V. Ex^a, não é por um suposto poder, mas por uma relação de servitude que o Presidente sempre encontrou em mim. Não tenho outro propósito neste Governo a não ser de servir ao meu País. Tenho dito e reiterado que, para mim, aceitar esse convite foi estar investido da maior honra que pode almejar qualquer brasileiro deste País. Tenho muito orgulho de fazer parte de um Governo voltado para a população mais pobre do País. Tenho dito que essa é a marca distintiva do Governo Lula e que no tempo histórico certo haverá o devido reconhecimento.

Posso dar indicadores para V. Ex^a do enorme avanço que este Governo conseguiu nessa área. Só para contar sobre o bolsa-família, na escala que conseguimos sugerir recursos, condicionados a ir à escola, não há precedentes na história deste País.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Sr. Gushiken...

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Conseguimos, através do artifício de sugerir às empresas públicas que abrissem as portas para as...

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Sr. Gushiken...

O SR. LUIZ GUSHIKEN – ...pessoas mais pobres, conseguimos que cinco milhões de pessoas que não tinham acesso mínimo a uma estrutura civilizatória, que é o sistema financeiro, hoje tenham conta bancária. Parece pouca coisa, mas não é.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Sr. Gushiken, desculpe-me interrompê-lo, mas é porque, veja V. Ex^a, já se passaram sete minutos e só temos sete minutos, e nosso tempo é precioso. Para trazer V. Ex^a aqui foi uma dificuldade.

Deixe-me adiantar alguns assuntos que sei que talvez seja até bom para o senhor poder responder.

Primeiro, quero saber os princípios que norteiam a distribuição de verbas. Foi falado de algumas revistas, de algum investimento que foi feito. O senhor bem sabe que fui o autor daquela ação no TCU que suspendeu os efeitos do famoso contrato, daquele PUT. Eu fiquei, confesso ao senhor, surpreso, porque, se há uma coisa de que me orgulho muito aqui nesta Casa, Sr. Gushi-

ken, é que posso até ser um Deputado de poucos votos, mas meus votos são ali, me garantem a eleição aqui, e eu não tenho dono. Parece-me que jornalistas, a serviço do senhor ou do Palácio do Planalto, fizeram matérias, inclusive colocando-me como sendo da bancada do Sr. Daniel Dantas – eu não o conheço e terei o prazer de conhecê-lo aqui na semana que vem, e vou-me apresentar como seu novo liderado –, porque assim os senhores me colocaram. Eu não tenho dono; ninguém manda em mim! Quando eu fiz aquela ação, em que o TCU, por unanimidade, acatou a liminar, fui procurado e – também baseado na entrevista dada pelo Sr. Henrique Pizzolato, que me causou surpresa a entrevista dele –, aliado a isso recebi um comunicado e fui procurado por alguns diretores da Brasil Telecom em que me explicavam, de maneira muito teórica e *en passant*, que a essência do contrato PUT, aquele contrato que foi feito à revelia do Conselho Deliberativo, que a ação em que os fundos de pensão compravam o controle acionário da Brasil Telecom, essas ações custavam no mercado R\$24,00, e que os fundos de pensão estariam pagando R\$90,00 por ação. Por isso que o Ministro do Tribunal de Contas da União – TCU –, entendeu e concedeu a liminar por unanimidade. Está sendo julgado agora o mérito. A essência é que alegaram **periculum in mora**, ou seja, teria de se conceder a liminar, porque estava acontecendo um desvio de dinheiro público. Não tenho argumentos. Mas, surpreende-me quando fui procurado imediatamente por jornalistas, aliás, péssimos jornalistas da **Carta Capital**, e alguns outros péssimos jornalistas, com todo respeito aos grandes jornalistas que este País possui, investigativos, mas aqueles que mandaram falar comigo, no mínimo, são “focas”, ou, então, figurinhas já carimbadas nesta Casa, que agem a serviço do Palácio do Planalto. A verba me surpreendeu – também fui atrás –, a verba da **Carta Capital**, não sei se é coincidência, mas ela é dez vezes superior à dos Governos anteriores. Para mexer um pouco mais com senhor, recordo-me que, em março de 2002, fiz uma denúncia grave, e me levaram a fazer a denúncia, substanciado em provas, relatórios, que tentaram, aqui no Senado, desqualificar os espíões, os agentes, e acabaram dando “com os burros n’água”, porque os agentes confirmaram tudo que me disseram. Ali, eu vi o seu poder de fogo, quando todos os jornalistas quiseram noticiar, mas, no dia seguinte, não saiu uma linha sequer nos jornais. A denúncia que eu fiz foi que o PT tinha recebido US\$5 milhões das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – Farcs. Disseram-me, no dia seguinte, que foi exatamente o senhor quem abafou tudo. Pois bem: o assunto está aí de volta, voltando a ser comentado. A origem do dinheiro ninguém sabe. Tenta-se mostrar uma

estrutura de Governo; estamos, agora, às voltas para saber a origem desse dinheiro. Hoje, eu estava lendo, na **Folha de S.Paulo**, um artigo do Diogo Mainardi, que passou a ser – parece-me – o inimigo número um do PT. O Diogo Mainardi sempre foi um homem muito inteligente, agora, de repente, virou uma pessoa que não sabe o que escreve.

Vou finalizar. O senhor falou em interesses econômicos. O senhor, em virtude da sua qualificação, defendia o interesse público. Confesso ao senhor que não vejo defesa do interesse público quando se compra uma ação que, em um mercado vale R\$24,00 e se paga R\$90,00 em 2007! E, se essas ações subirem para R\$400,00, um exemplo, então, o Citibank, o Citigroup não tem a obrigação de vendê-las; mas se elas baixarem para R\$10,00, eles podem vendê-las. Quer dizer, estou pensando nas velhinhas, nas pensionistas, mas não sei se isso é interesse público.

Por fim, vou falar em relação à licitação na Petrobras. O senhor, na época, parece-me que influenciou e foram aumentados os critérios de exigência financeira e, evidentemente, diminuiu o número de participantes. Na verdade, foram três vencedoras. Aí, vieram a Duda Mendonça e a empresa que, coincidentemente, parece-me que pertence ao senhor.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – É de Campinas.

Vou concluir neste um minuto, Sr. Presidente.

Já nos Correios, o senhor reduziu os critérios de exigência e permitiu que participassem menos empresas. Aí, participaram a Link e a SMP&B. Elas ganharam. Outra coincidência. A SMP&B tem vinculação, as suas contas, com o João Paulo, e a Link, com a campanha de Nelson Pellegrino, na Bahia.

No passado, o PT questionava todos os resultados de licitação. O senhor já mostrou aqui uma posição técnica – muito técnica, por sinal –, e eu quero saber quem mudou: foi o PT ou foi o senhor?

Encerro.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Deputado, vou reiterar aquilo que disse a respeito de licitação. A exigência da participação da Secom em licitações vem desde 1993. O normativo que instrui os membros de uma comissão de licitação vem desde 1995. É uma prática de rotina. Ninguém mudou, nem eu nem o PT, no contexto que o senhor está levantando. As licitações são um processo legal, amparadas em lei, e a participação da Secom é uma exigência da lei. No caso dos Correios, o número de concorrentes foi expressivo. Reitero que as entidades que agregam agências de publicidade elogiam o sistema que a Secom implementou. No Município de São Paulo, recentemente, vi, numa matéria de um

jornal, que o próprio Secretário de Comunicação do Município de São Paulo adotou o edital de licitação, modelado pela Secom, como o modelo mais eficaz, o modelo mais aprimorado. De maneira que, as ilações que faz V. Ex^a – se, por necessidade e luta política, até compreendo – não têm nenhuma sustentação técnica; nenhuma. Mas compreendo a posição de V. Ex^a, que confunde fundos de pensão com coisa pública. Insisto em dizer que fundos de pensão são entidades de direito privado.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Há uma controvérsia nisso!

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não há controvérsia. Nunca houve...

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – As instituições que sustentam os fundos de pensão são dinheiro público, como o Banco do Brasil. Quando o investimento dá certo, é privado; quando dá errado, quem paga é o Banco do Brasil. Assim é com a Caixa Econômica. Há controvérsias.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Alberto Fraga, vamos concluir, porque têm outros oradores inscritos.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – É verdade. Fundos de pensão, em que a patrocinadora é uma empresa estatal, parte dos recursos, por obrigação legal, é da empresa patrocinadora. E, apenas para título de conhecimento – porque eu já percebi que o senhor conhece muito fundo de pensão, abriu até um processo na defesa dos interesses dos funcionários do fundo de pensão, só se equivocou de lado –, V. Ex^a tem de saber que, no passado, as estatais pagavam a aposentadoria integralmente. Com a instalação de fundos de pensão, obrigou-se que parcela dessas contribuições fosse vertida pelos salários dos participantes. A partir de então, essas entidades foram consideradas entidades de direito privado e são regidas por legislação própria, e são constituídas por organismos variados. No processo que V. Ex^a impetrou junto ao Tribunal de Contas da União, ainda que V. Ex^a diga que não está a mando de ninguém, a única curiosidade que chamou atenção dos noticiários de imprensa é que V. Ex^a os acusa de serem manipulados por mim.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Pagos.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Eu repudio essa informação que V. Ex^a tenta levantar, que é uma ofensa à categoria jornalística...

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Aos bons, aos maus, não.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Quero dizer a V. Ex^a que, no processo que V. Ex^a escreveu...

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Não fui eu, não; foi o advogado.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Mas o advogado da empresa Opportunity...

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – O senhor acha que fui quem clonei?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Eu acho que o senhor...

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – O senhor viu o que o jornalista escreveu, Sr. Gushiken? Eu sou um homem sério.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Deputado,...

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – O senhor viu o que ele escreveu?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Alberto Fraga.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Sr. Presidente, isso é importante. Eu dei entrada com uma ação no Tribunal de Contas da União – TCU...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – V. Ex^a precisa concluir.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – ...no dia 25 de julho. O senhor concorda comigo? No dia 15 de agosto, o Sr. Mota Veiga deu entrada lá na Casa Civil. Como este péssimo jornalista escreveu que fui eu quem clonei o documento do Sr. Luiz Otávio Mota Veiga? Como? Depois, ele mandou uma carta – e eu não vi esta carta publicada em lugar algum – dizendo que ele conversou com o meu advogado!

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Eu posso depreender que o Sr. Luiz Otávio Mota da Veiga, que é o advogado do Opportunity, viu, na peça que o senhor redigiu,...

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Não, eu não a redigi; foi o meu advogado. Eu não tenho competência para isso, não.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – ...uma clareza de exposição e de defesa tão forte do Opportunity, que ele decidiu, de repente,...

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Vincular-me ao Opportunity.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – ...copiar, do seu advogado, que entende muito bem de fundo de pensão, e o Sr. Mota da Veiga, com o Advogado do Opportunity, abriu mão do seu conhecimento de anos e anos defendendo o Opportunity. Quer dizer, a cópia foi do advogado do Opportunity na peça que os senhores escreveram e não vice-versa. Eu posso até aceitar...

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Sim. Mas a notícia foi: “Deputado do PFL clona...”

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Mas, na verdade, foi copiado. Quem copiou foi o Mota Veiga

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Foi isso o que ele disse e não o inverso.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Provavelmente, ele deve contratar o seu advogado, porque ele, realmente, soube...

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Ele é muito bom realmente. Tanto é que nós vamos ganhar a ação e o contrato não vai prevalecer.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Alberto Fraga, conclua.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Eu já concluí, Sr. Presidente, só estou me defendendo. Enquanto o Sr. Luiz Gushiken me atacar, eu vou me defender!

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Vamos passar a palavra aos não-membros. Com a chegada do Senador Aloizio Mercadante, que estava inscrito, vamos alterar a sequência. Falará o Senador Aloizio Mercadante, seguido pelo Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, pelo Senador Eduardo Suplicy e por último o Deputado José Carlos Araújo. Com isso, encerraremos as inscrições dos não-membros. Cada Parlamentar terá cinco minutos cada um; depois, passaremos às reinscrições.

Tem a palavra o Senador Aloizio Mercadante, por cinco minutos.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Sr. Presidente; Sr. Ministro, companheiro Gushiken, eu gostaria de ter participado de todo o processo, mas tínhamos outras CPLs, outras Comissões, a pauta do dia, a Ordem do Dia, votações, e uma série de responsabilidades, mas acompanhei, ao longo do dia, todo o depoimento. Quero, primeiro, destacar dois elementos que são fundamentais no seu depoimento e que são parte de sua história de vida. O primeiro, é a defesa dos fundos de pensão. Há recorrentemente no País uma tentativa de criminalizar os fundos de pensão como sendo um instrumento indevido na vida econômica, na dinâmica do mercado ou na função do Estado. Apreendi, e sobretudo com você, – permita-me chamá-lo de você, pela amizade e pela convivência há mais de 15 anos – da importância que este instrumento tem para proteger esses trabalhadores. Há uma parte da elite que nunca aceitou que os trabalhadores possam se organizar, possam constituir uma poupança para proteger a sua família na aposentadoria, e que essa poupança, que é uns dos principais instrumentos de poupança interna do País, se transforme em investimentos estruturantes do desenvolvimento, porque não há um investimento em logística deste País, hoje, que não passe pelo investimento, sobretudo, pela poupança dos trabalhadores. Você, Gushiken, como veio do Banco do Brasil, e a experiência da Previ é uma experiência quase secular de fundo de pensão, sempre lutou para que essa experiência fosse difundida para outras categorias, para que mais trabalhadores pudessem se

proteger e o País não precisasse tanto de capital externo, mas dessa forma de proteção social e de gestão. Isso não quer dizer que não haja problemas na gestão dos fundos de pensão. Eu mesmo fui protagonista de ações contra fundos de pensões, ou gestores de fundos de pensão, ou pela relação incestuosa entre o sistema financeiro e os fundos de pensão no passado. Sou vigilante desse assunto. Portanto, se esta CPMI identificar qualquer irregularidade em qualquer um desses fundos por dirigentes, ainda que nomeados por este Governo, ou mesmo eleito pelos trabalhadores, porque hoje há uma paridade de eleição de trabalhadores e indicação, serão identificados e punidos. Mas isso não pode ser confundido com o papel exemplar que a sua vida profissional e pública de dedicação à constituição desse organismo, porque os trabalhadores, ao se organizarem e terem essa poupança, deixam de ser só assalariados e passam a ser produtores da riqueza, detentores da riqueza e têm proteção social. O segundo elemento que eu queria destacar do seu depoimento, que me parece muito relevante, é que nós esgotamos um padrão de financiamento de campanha pública eleitoral no País. É inaceitável o padrão que está aí. Não é possível conviver mais com isso. Espero que a Câmara vote nesses quinze dias, até o dia 03 de outubro, a reforma político-partidária. Essa é a origem de boa parte da crise que estamos vivendo. Há uma certa hipocrisia recorrente, como se esse problema fosse uma coisa específica de um partido. Mas o tempo passa, o macarthismo deixa de ter o lugar que tem hoje na sociedade e esse debate vai se recolocar. A vida dá muitas voltas. Mas há uma questão que não pode ser transposta: tem que mudar o padrão de financiamento, as agências de publicidade não podem ter mais o peso que têm nas campanhas eleitorais. Temos que baratear a campanha: acabar com os brindes, com os showmícios, com a forma das campanhas. Isso vai mudar o lugar das agências na política. Há um problema também, pois, a forma como os contratos são feitos com as agências são grande instrumento de financiamento político, porque há um prêmio pelas contas no mercado, que se introduziu também no setor público, em todos os níveis, e isso é um desvio que esta CPMI pode e deve propor tanto os mecanismos de controle social dos fundos de pensão quanto mudanças de regra para o tratamento das agências. E algumas agências, realmente, não são agências. DNA e SMP&B – para mim – não são agências de publicidade. E, lamentavelmente, tiveram uma relação inaceitável com o nosso Partido.

Quero terminar dizendo que você foi imprescindível para este Governo – e não me venham apenar o debate político nesta sala. Conheço você como

um dirigente sindical, que lutou contra a ditadura e que levantou esse movimento. Conheço você como um Deputado destacado neste Parlamento, reconhecido por todas as forças políticas. Você dirigiu o nosso Partido. E, como muita gente não sabe sequer da sua vida – nesses tempos essas coisas também não têm importância –, lembro-me, pela nossa convivência, de que você saiu de um câncer, resolveu deixar a vida pública e voltar para a casa. Disse-lhe: “Não faça isso!” Mas você voltou para casa, porque é muito teimoso. Ao sair da vida pública, teve um infarto. Depois do infarto, teve uma metástase. Teve que tirar parte do estômago. Saiu do hospital para ir fazer campanha para Lula nas condições de quem tinha tirado um pedaço do estômago e de quem tinha tido, pela segunda vez, um câncer, e saído de um enfarte e no meio daquele embate político. Quantos homens, na vida deste País, dedicam-se a um projeto como esse? Quantos? Quantos não se rendem a dificuldades pessoais dessa natureza como você que, após sair de um hospital, de ter tido um enfarto, um câncer, depois de ter parte do estômago retirado, você foi fazer a campanha para o Lula! Foi lá, e se empenhou, e deu uma energia que você não tinha. Está aí, de novo, enfrentando com coragem e com determinação. Você pode ter cometido erros; crimes você não cometeu; erros você pode ter cometido na vida pública, inclusive na gestão do Ministério, ou de subordinados seus. Mas uma coisa eu quero dizer aqui: são pessoas como você que me faz acreditar nesse projeto. Portanto, foi muito bom ver a sua firmeza aqui, e como enfrentou, e o debate que você promoveu. É por isso que você é imprescindível a um projeto como esse.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Concedo a palavra ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame.

V. Ex^a dispõe de cinco minutos.

Cronômetro.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME

(PSDB – SP) – Ministro Gushiken, hoje, tivemos mais uma surpresa. Estávamos acostumados a ouvir, aqui, depoentes que nada disseram. Ao contrário, V. Ex^a respondeu a todas as perguntas; respondeu até a mais do que lhe perguntaram, de forma precisa e técnica. Governo que não tem embasamento técnico está fadado a “cair do cavalo”. Por isso, louvo suas respostas técnicas.

Aproveitando o seu conhecimento acerca dos fundos de pensão, quero me aprofundar na análise dessa questão, depois de tudo o que ouvimos – deixarei de lado a questão da comunicação.

V. Ex^a afirmou, logo no início, em uma das primeiras perguntas, que o Sr. Sérgio Rosa havia lhe pergun-

tado se havia óbice do Governo, alguma determinação contrária do Governo a respeito da decisão que eles tinham tomado de sair do bloco controlador da Telemar. Foi exatamente isso o que V. Ex^a afirmou?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Sim. Afirmei que eu conversei com Sérgio Rosa, mas não com esse nível de detalhes. O que o Sérgio Rosa veio perguntar a mim é se existia alguma orientação de Governo no tratamento que eles estavam dando nesse caso, que é esse conflito societário. Disse-lhe que eu desconhecia opinião de Governo. Se fosse relativo à coordenação política, eu sustentava que essa orientação não tinha, e que se fosse do ponto de vista pessoal – minha pessoa –, que eu sempre levantei uma posição conhecida dele e que ele deveria continuar na opinião. Foi isso o que houve, de fato.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – Perfeito. Essa afirmação de V. Ex^a fez com que eu jogasse fora todas as perguntas e que me concentrasse exatamente nessa sua afirmação. Se um presidente de um fundo de pensão vem perguntar-lhe se há alguma orientação de Governo, ele está, implicitamente, reconhecendo a possibilidade de haver um ingerência do Governo nos fundos de pensão. É exatamente o contrário do que os três depoentes afirmaram na Comissão, na CPI Mista do Mensalão, que nunca houve nenhuma ingerência do Governo. Eles vieram perguntar se havia uma orientação do Governo. Portanto, não há meias-palavras que possam tentar “dourar a pílula”. Ele veio perguntar se nesse caso também o Governo quer ingerir. Ora, a legislação, na maioria dos países, proíbe, é crime de cadeia se houver ingerência do Governo em fundos de pensão. Por isso, queria lhe fazer duas perguntas apenas, baseadas no seguinte: a legislação do mundo inteiro obriga que os fundos de pensão adotem um portfólio avesso ao risco. O que é isso? Não pode haver investimentos arrojados; têm de ser investimentos conservadores. Por outro lado, o senhor afirmou aqui que a finalidade dos fundos é criar uma poupança interna para alavancar o desenvolvimento. Em todo o mundo este é um objetivo secundário, o objetivo primordial é garantir os recursos para pagar as aposentadorias e pensões. Se conseguir unir o útil ao agradável, ótimo, mas, o objetivo primário não pode ficar em segundo plano. Por isso que se estimulam os investimentos dos fundos nas PPPs. Por que nas Parcerias Públicos Privadas? Porque tem a participação do Governo. Partindo do pressuposto de que são governos honestos, eles vão garantir o cumprimento dos contratos.

A primeira pergunta: na sua avaliação, a legislação nossa que permite que ocorra, por exemplo, o que ocorreu com o Fundo Sistel, que teve um des-

falque continuado de 2003 até há pouco, até que foi detectado pelo BMF, e hoje faz parte do Processo nº 0804, da CVM, em que houve uma perda sistemática de R\$20 milhões, caracterizando que os fundos ficavam sempre do lado perdedor, e as corretoras eram a Bonus-Banval, a Laeta e São Paulo, representando os clientes de sempre: Funaro, Batista, Off Shore, Esfort Trading, que é dona da Guaranhuns, que esteve envolvida em quase R\$10 milhões do Valério, a primeira pergunta é: na sua avaliação, a legislação brasileira deve continuar permitindo que os fundos invistam em derivativos, em futuros, em variações, como esse caso em que lhe jogavam na variação, nos valores futuros do índice Bovespa?

A segunda pergunta: em um seminário, no dia 28 de maio de 2003, portanto, logo no começo do Governo, um seminário sobre fundos de pensão, um dos conferencistas afirmou: “Os fundos de pensão deveriam ter uma visão de solidariedade maior do que a de um banco privado”. “Visão de solidariedade”, e mais: primeiro nível, garantir recursos para a aposentadorias e pensões; se for possível acoplar a criação de uma poupança interna. Agora querem mais: que ele tenha uma solidariedade social. O senhor concorda com essa afirmação de que esses fundos tenham uma “solidariedade maior” do que um fundo privado?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Deputado Thamer, eu tenho visto as intervenções de V. Ex^a sempre primado por uma preocupação bastante profunda com os temas. Deixa eu fazer algumas ponderações antes de entrar na primeira pergunta, porque eu já respondo de pronto. Sobre se os fundos devem ter aplicações de atividade de alto risco ou não, eu devo dizer ao senhor que eu concordo com a tese de que os fundos não devem ter, em seu portfólio, a possibilidade de alocar recursos expressivos de atividade de alto risco. Eu sempre fui contra isso, e acho que a maneira como o Banco Central e o Conselho monetário Nacional têm organizado os limites máximos de aplicação dos ativos do fundo de pensão é o suficiente. Não há fundo de pensão, hoje, capaz de operar aplicações em grande escala em derivativos. Isso é proibido.

Com relação ao conceito de “solidariedade” de um fundo de pensão, eu tenho claro o seguinte, Deputado: num fundo de pensão, o objetivo prioritário é sustentar uma renda do trabalhador, cuja poupança, previamente estabelecida para financiar o benefício futuro, é feita na presunção de uma rentabilidade. Agora, essa rentabilidade pode sugerir aos participantes uma atuação em maior risco, para que ele possa ter maior percentual de rentabilidade. Isso é um jogo que é muito complexo. Alguns fundos, por serem mais ousados, em países estrangeiros, acabaram levando à bancarrota certos

fundos, não à bancarrota, mas introduzido elemento de risco. Eu acho que é preciso saber moderar. Sempre chamei a atenção de que os fundos de pensão tinham que trabalhar com o conceito de moderação como princípio filosófico para nortear os princípios que gerenciam, que organizam o portfólio.

Agora, entrando mais diretamente numa polêmica que o senhor está tratando, com uma suposta ingerência do Governo no fundo de pensão, utilizando essa conversa que eu tive com o Sérgio Rosa, eu quero dizer ao senhor, Deputado, que ingerência de gestão, por parte do Governo, não há. A gestão de um fundo de pensão é precedida de estudos técnicos complexos. Não é assim, faça isso... Nenhum presidente de um fundo de pensão diz “faço isso”. Isso é precedido de pareceres técnicos muito complexos, principalmente na Previ. Agora, o homem público de Governo opinar... Deputado, o senhor foi membro de um Poder Executivo. Nós somos obrigados a fazer isso. Eu não entendo um homem público que, vendo as potencialidades que possam ser desenvolvidas, não queira articular, sugerir, conversar. Veja: PPP (Parceria Público-Privada), quando foi introduzida como tema político, a primeira pergunta era: quem poderia financiar? Evidentemente que uma das primeiras idéias que apareceram, e que eu sugeri foi: fundos de pensão têm vocação para esse tipo de atividade, tanto que foram feitos vários seminários com fundos de pensão sobre o tema. Isso não é uma ingerência indevida; isso é um dever do governante. Então, eu não tenho nenhum tipo de preocupação em dizer que, naquilo que afeta o interesse público, penso que o homem público tem obrigação de opinar. Agora, ele não pode é ter uma ingerência na gestão, seja de um fundo de pensão, seja num Ministério, seja numa estatal. Se algum Ministro de uma área que não compete a mim pode fazer alguma coisa que eu visualizo como positiva, mas ele não sabe, por que eu não vou dar minha opinião? Devo dar. Eu acho que é assim que se faz Governo, Deputado Thame. Em princípio, não é diferente de outras instâncias da Federação, como a prefeitura, como o senhor bem foi o administrador. Então, eu penso que com isso – eu não quero me esconder em subterfúgios, não –, que as conversas que eu tive com dirigentes dos fundos de pensão não eram uma ingerência na gestão, eram opiniões políticas que me considero apto a dar e na obrigação de dar.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – O que o senhor entende por ter mais solidariedade do que um banco? Só isso.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não, veja: banco visa lucro, banco tem banqueiro. Um fundo de pensão não é exatamente essa estrutura. O princípio de solidariedade como um conceito em fundos de pensão não diz

respeito a investimentos financeiros, diz respeito à modelagem do plano, se é um plano chamado de Benefício Definido ou de Contribuição Definida. Esse é um outro tema – eu não quero aqui me estender, porque eu seria enfadonho demais –, mas o conceito de solidariedade em fundo de pensão aparece na modelagem de um plano, e não nos investimentos financeiros.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy, por cinco minutos.

Quero deixar também claro que, encerrando os não-membros com o Deputado José Carlos Araújo, não vou mais aceitar nenhuma reinscrição, até pelo adiantado da hora. Então, depois das falas do Senador Eduardo Suplicy e a do Deputado José Carlos Araújo não aceitarei mais nenhuma reinscrição.

O SR. EDUARDO SUP LICY (PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Delcídio Amaral; Sr. Relator, Deputado Osmar Serraglio; prezado Ministro Luiz Gushiken, primeiro quero cumprimentar-lhe pela maneira como se conduziu desde o primeiro momento dessa arguição, por sua disposição. Com muita firmeza, serenidade, V. Ex^a respondeu a todas as perguntas, e de uma maneira franca, completa e, no meu entender, muito convincente.

Gostaria de perguntar especialmente sobre dois temas. Acho que a sua experiência poderá nos ajudar, sobretudo de maneira condizente com aquilo que disse no início: o que nós poderemos aproveitar dessa crise que nos fez a todos sofrer. E acho que V. Ex^a é um exemplo de alguém que sofre com dignidade porque está procedendo de maneira adequada, inclusive vislumbrando caminhos para que problemas ou erros que porventura tenham ocorrido não se repitam.

Então, como caminhar e tirar lições disso? A primeira questão o nosso relator, Osmar Serraglio, já tocou um pouco, ao lhe perguntar se teria sugestões relativamente a delimitar de alguma forma a comunicação, a publicidade. Eu gostaria que V. Ex^a aprofundasse um pouco isso, à luz da experiência que tem tido. Uma coisa é aquelas empresas que, embora públicas, não tenham caráter monopólico, ou até tendo caráter monopólico, como a Empresa de Correios. A Petrobras é uma empresa que tem grande domínio, mas não é mais monopólio no setor da venda de derivados, e assim por diante, V. Ex^a conhece bem quais são as empresas públicas.

Em que medida seria o caso de se legislar limitando, de alguma forma, a comunicação, através de publicidade, das empresas públicas? Essa é uma questão.

A segunda diz respeito ao próprio Governo. Se fosse para se pensar numa legislação, quero lhe di-

zer que a partir de todo este episódio, a mim já alguns perguntaram ou sugeriram: por que você não faz um projeto para proibir a publicidade governamental? E eu falei: bom, antes de fazer uma coisa dessa natureza, eu preciso conversar com quem tem a experiência acumulada, e entre as quais pensei em dialogar com V. Ex^a. E aqui surge hoje uma oportunidade. Achei importante que o nosso relator já tenha colocado essa questão.

V. Ex^a mencionou que o Ministério da Saúde precisa fazer algumas ações de informação à população, como as campanhas de vacinação, cuidados para prevenir doenças, e assim por diante. O Ministério do Desenvolvimento Social precisa informar bem à população quais os direitos das famílias que recebem o bolsa-família.

Queria até fazer uma observação: eu vi, ao longo deste período, desde outubro de 2003, quando se iniciou, alguma publicidade sobre o bolsa-família, mas avaliei que não estava contida na publicidade a informação para as famílias que teriam direito, aquelas que ganham até R\$100,00 **per capita** por mês, qual o seu direito, onde requerer. Às vezes era um informe mais geral, como se o Governo tivesse fazendo algo positivo, mas não informando à população a respeito.

O SR. PRESIDENTE (Delcício Amaral. PT – MS) – Senador Suplicy, peço que conclua.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (PT – SP) – Tenho mais uma segunda pergunta que farei brevemente, logo depois de ele responder, se V. Ex^a me permitir.

O SR. PRESIDENTE (Delcício Amaral. PT – MS) – Nós só estamos preocupados com o tempo, em função do adiantado da hora.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (PT – SP) – Quer que eu faça já?

O SR. PRESIDENTE (Delcício Amaral. PT – MS) – Se V. Ex^a já pudesse já fazer a pergunta, seria ótimo.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (PT – SP) – A segunda questão, Ministro Gushiken: no meu entender, a publicidade ou a informação governamental pode ser melhor feita, quem sabe, menos em anúncios de páginas ou na televisão, mas através da informação dada pelos próprios agentes governamentais, pelos ministros, pelo próprio Presidente da República. E, nesse sentido, me vem à mente aquilo que os jornalistas têm questionado. O Presidente Lula, ontem, na Guatemala, deu uma minientrevista coletiva, mas logo terminou. Acredito que V. Ex^a muitas vezes deve ter dialogado com o Presidente Lula. Não acredita V. Ex^a que talvez fosse interessante ao Presidente Lula realizar com maior frequência entrevistas coletivas, onde ele se abrisse mais à população e aos jornalistas?

Tenho inclusive sugerido ao Presidente que ele fizesse uma comunicação espontânea e pessoal inédita, como uma visita ao Congresso Nacional, onde ele pudesse ter uma vez um diálogo com os próprios Parlamentares, colocando-se à disposição para ouvir e responder algumas perguntas. Quem sabe isso, além das entrevistas coletivas que ele desse com maior frequência. V. Ex^a sabe que houve muitos comentários a respeito: “puxa, seria bom se o Presidente fizesse mais como ontem”. Mas ontem foi uma minientrevista. Por que não fazer uma entrevista em que ele se abrisse mais? Não seria essa uma maneira de economizar recursos...

O SR. PRESIDENTE (Delcício Amaral. PT – MS) – Senador Suplicy, concluindo.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (PT – SP) – ...com o Presidente se comunicando de uma forma tão franca, sincera e positiva, como ele tantas vezes fez na vida? Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcício Amaral. PT – MS) – Obrigado, Senador Suplicy.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Bem, Senador, são várias questões. Vou procurar ser resumido. Sobre as diversas modalidades de publicidade – legal, mercadológica, institucional e de utilidade pública –, para aqueles que queiram repensar o sistema de comunicação do Poder Público, talvez tenham que se debruçar sobre a publicidade institucional, porque a legal é obrigado em todos os países a publicação de balanços, essas coisas todas, das empresas públicas e privadas, com a obrigação de informar o público. A mercadológica diz respeito a atividade de mercado. A publicidade mercadológica é um elemento de disputa do seu produto, de seu serviço. Então, há que se admitir como uma necessidade de uma empresa pública se ela disputa mercado. Penso que na de utilidade pública, num país como o nosso, o Poder Público tem necessidade de pagar mídia, comprar espaço de mídia, para ter a garantia que certas informações necessárias à população sejam de fato veiculadas, como são as campanhas de combate à dengue, enfim, todos os combates que o Ministério da Saúde prima muito por efetivar.

Publicidade institucional pode ser objeto, sim, de um debate. Tem sido feito debate sobre esse aspecto. Há países que não adotam a chamada publicidade institucional. São países cujo sistema de comunicação privada, a imprensa, tem como marca uma grande rede privada de jornalismo. Há uma competição muito mais ampla que no Brasil, que é muito concentrada. E há um sistema de comunicação extremamente desenvolvido nesses países que não adotam a chamada publicidade institucional.

Se deve ou não ser utilizada no Brasil, é um debate. Tem gente que acha que deve fazer publicidade institucional. Acho que deve fazer, acho importante fazer. Aquelas observações que o senhor fez sobre o bolsa-família, por exemplo, quando devia ter uma informação, quantas vezes eu brigava com os publicitários para colocar uma informação. Só que tem uma coisa, Senador: V. Ex^a sabe que um dos produtos mais caros que tem no mercado é tempo de mídia. Uma informação que se queira dar, para que seja compreensível, pode simplesmente dobrar o custo de uma veiculação.

Então, sempre nos deparamos com certas dificuldades de natureza financeira para promover a boa informação. A busca de tentar encontrar aquilo que é essencial na comunicação, de acordo com os recursos que você tem, é um conflito, é difícil. Agora, reconheço que existem posições que defendem a idéia da não-necessidade de publicidade institucional. Essa é uma polêmica que existe não é de hoje, é antiga.

No que tange ao aprimoramento do sistema vinculado à agência de publicidade, eu gostaria de ir a fundo num problema, cuja solução não tenho, mas está na raiz da modelagem assumida no Brasil sobre agência de publicidade, que é o seguinte: há um temor dos grandes veículos de comunicação e das agências de publicidade para que no Brasil seja instalado o que se chama nesse mercado de birô de mídia. Birô de mídia são grandes conglomerados financeiros que compram espaço na mídia. Por exemplo, uma empresa financeira diz para um canal de televisão: vou comprar o seu horário comercial por um ano. Paga à vista e, depois, revende isso no mercado.

O temor que têm os grandes veículos de comunicação no Brasil e as agências de publicidade é que a introdução do birô de mídia no Brasil poderia levar, primeiro, à eliminação quase que total das agências de publicidade no Brasil. Segundo, poderia dotar essa estrutura financeira de tal força que eles poderiam se imiscuir no editorial jornalístico dessa empresa, na medida em que ele tem o poder de compra antecipado de um horário televisivo que tem força.

Esse receio, que acho real, orientou o debate da indústria da comunicação durante um bom tempo. Acho que há um problema estrutural nisso no Brasil, que é evitar o birô de mídia, porque acho que tem que evitar, porque eles poderiam, de repente, introduzir esse efeito nefasto que iria acabar com as agências de publicidade – por exemplo, trazer publicidade feita no exterior. Por que a Coca-Cola vai querer reproduzir com uma agência de publicidade interna, com custo interno, se ela tem já um programa lá fora, poderia replicar aqui, apenas ter uma tradução em língua portuguesa? Isso iria dizimar as agências de publicidade.

E o tal do birô, que poderia comprar por longo tempo e aí ter uma incidência no editorial jornalístico? Bom, esse receio, por outro lado, para proteger dessas influências negativas, trouxe como consequência um fortalecimento das agências de publicidade, que são hoje, no caso do poder público e também do setor privado, a intermediária entre o veículo e o anunciante. A agência de publicidade tem a faculdade de definir o plano de mídia, de escolher todas as intermediárias da produção de trabalho.

Então, se criou uma situação que, para se proteger de efeitos negativos de um sistema que tem esse tal do birô de mídia, se criou um outro sistema que, notadamente, tem apresentado alguns defeitos, particularmente depois desta CPMI.

É uma discussão complexa, muito difícil, e eu penso que o sistema já está hoje se debatendo sobre essa problemática. Eu não teria uma solução de pronto, mas reconheço que é uma questão que deve merecer uma análise mais apurada dos Parlamentares e da indústria, para que a gente possa dar um salto de qualidade, mas tomando o cuidado de evitar o desbaratamento da indústria de publicidade no Brasil, que tem excelentes talentos. É muito reconhecida no exterior a capacidade criativa dos publicitários brasileiros, mas criou-se, por outro lado, essa estrutura que estamos vendo na CPMI, que acaba provocando facilidades que são ilícitas.

Senador, isso é um pouco do que eu queria falar com o senhor, a respeito das conversas que o Presidente poderia ter com a instituição parlamentar, que é uma prática no parlamentarismo. Se fosse adotada no Brasil seria excelente, eu desconheço sistema presidencialista onde há rotina de o presidente ir com assiduidade ao parlamento para debate público. Mas acho que não há mal nenhum, não há problema nenhum em abrir um precedente no sistema presidencialista. Mas no regime parlamentarista é comum se ver o Chefe de Estado estar sobre a disputa política dentro do parlamento.

O SR. EDUARDO SUPPLY (PT – SP) – Poderia numa circunstância excepcional, como a presente, na hora em que o Presidente avaliar como adequado, quem sabe V. S^a possa sugerir a ele.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Mas teria que ser normatizada este tipo de relação, porque isso não é previsto.

O SR. EDUARDO SUPPLY (PT – SP) – Não há impedimento. Portanto, se ele tiver iniciativa poderia fazer.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador, para concluir.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Já conclui, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, para reforçar a preocupação do Senador Suplicy, está no jornal **O Globo**, de hoje, do jornalista Elio Gaspari, a seguinte afirmação: Não há país democrático que gaste o que os governos brasileiros torram em publicidade oficial. Repito, Elio Gaspari, jornal **O Globo**, de hoje: Não há país democrático que gaste o que os governos brasileiros torram em publicidade oficial. É essa a preocupação na construção de alguma coisa que nos indique como proceder em relação a isso.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra, o Deputado José Carlos Araújo. Com o Deputado José Carlos Araújo, encerro as inscrições. Nem as reinscrições mais, Deputado Geraldo Tadeu, só aqueles que estão reinscritos e acabou, vamos encerrar.

Vamos suspender por alguns minutinhos.

Deputado José Carlos Araújo, por cinco minutos.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) – Nobre Presidente, Srs. Deputados, Srs. Senadores, Sr. Luiz Gushiken, a **Folha de S. Paulo** de hoje mostra a publicação, em uma página inteira, da reportagem sob o título “Escândalo do Mensalão e Fundos de Pensão”, abordando a questão da disputa pelo comando da BrasilTelecom. V. S^a é citado por ter atuado em favor dos fundos de pensão. A Angra Partners, novo gestor dos fundos de pensão, passa a deter o controle da Brasil Telecom, integrada por dois ex-diretores do Citigroup, um ex-diretor da Telemar. Há notícias de que um dos integrantes está sendo processado pela CVM. Que avaliação o senhor faz dessa coisa que os fundos de pensão que estão controlando agora deixa que essas pessoas vão gerir a BrasilTelecom, justamente que são sócias do Citibank, foram diretores do Citibank e agora vão gerir para o lado do fundo de pensão a BrasilTelecom. Quer dizer, é uma coisa incoerente. Eles mesmos vão tomar conta do que era do ex-patrão.

Eu quero aproveitar e fazer todas as perguntas, porque senão não vamos chegar aonde queremos. O senhor tem algum parente corretor? Júlio Gushiken é seu parente? Ele é um grande corretor de títulos, fundos de pensão e tem altas negociações, vultosas, com os fundos de pensão. Que grau de parentesco tem com o senhor?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Desconheço onde ele trabalha. Só encontrei com ele uma vez nesses dois anos e meio e não sei exatamente o que ele faz.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) – O senhor não conhece a família do senhor?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Deputado, eu disse que o conheço e é meu parente, mas disse ao senhor que encontrei uma vez só com ele em dois anos e meio, não sei onde ele trabalha e não sei o que ele faz.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) – Por favor, vamos falar no mesmo tom. O senhor não vai me intimidar com um tom mais alto. Então, vamos falar no mesmo tom.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não, vem o senhor com insinuações.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) – Vamos falar no mesmo tom. O senhor está aí porque eu estou interrogando o senhor. Então, o senhor me responde no mesmo tom.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não sou preso e não sou réu.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) – O que se está falando e os jornais dizem é outra coisa. Se o senhor é réu ou não...

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Deputado! Eu não sou réu aqui, Deputado!

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) – Não, aqui o senhor não é réu, mas o Brasil inteiro sabe que o senhor é.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado José Carlos Araújo, vamos retomar. O tempo está passando.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) – O senhor está...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Ele está depondo como testemunha. Isso ficou muito claro aqui.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) – Eu não estou falando da condição dele como réu. Eu não posso aceitar...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Acho que vamos encaminhar, Deputado José Carlos Araújo.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) – Eu não posso aceitar é o tom dele. O tom! Esta transcorrendo normalmente...

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Eu peço a harmonia como...

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) – Quer me intimidar com esse tom, não vai.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Eu somente peço a todos exatamente...

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) – Eu não vou ser intimidado.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Eu considero que o Parlamentar tem que ser respeitado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com certeza isso...

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – O senhor depoente que respeite.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – E isso...

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Não! O senhor depoente que respeite o Sr. Parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Eu acho que isso é uma via de mão dupla, Deputado. Tanto o Parlamentar quanto a testemunha também.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) – Eu estou perguntando.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra o Deputado José Carlos Araújo.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) – É uma rua de mão dupla, mas eu estou perguntando educadamente e quero ser respondido educadamente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Perfeitamente. E assim será, Deputado.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) – Sr. Gushiken, o que traz receio da Kroll? São os *e-mails* velhos ou as contas novas? É essa pergunta que eu faço: os *e-mails* velhos que chegam ou as contas novas que fazem ter receio da Kroll, ou das investigações da Kroll?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Essa pergunta o senhor deveria fazer à Kroll, não a mim.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) – Ora, eu faço a pergunta ao senhor. Se o senhor não quiser responder, não responda.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – O senhor pergunta a mim qual o interesse da Kroll em me investigar?

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) – O senhor não vai me dirigir. Aqui eu quero fazer a pergunta. Eu faço pergunta ao senhor.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Mas eu estou respondendo à pergunta de V. Ex^a.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) – O senhor não responde. Então, o senhor não responda se não sabe responder; se não quiser responder.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Estou respondendo à pergunta de V. Ex^a. Qual é o interesse da Kroll? Eu digo: pergunte a ele porque eu não sei!

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PL – BA) – Agora, interessante quando se fala em gastos de propaganda. No Banco Popular, que teve um prejuízo de

25 milhões, gastaram-se vinte e dois de propaganda quando da gestão do senhor, que tomava conta das contas do Governo. Então, quando eu vi o senhor depondo aqui, se não o conhecesse e não tivesse ouvido tanto do senhor, eu sairia daqui com a certeza de que, de todos que depuseram aqui, o senhor seria o depoente de maior espírito público que já passou por esta Casa, porque o senhor só fala no espírito público, defendendo o fundo de pensão. E, na verdade, o que está dito aí, o que a imprensa diz e revela é que essa coisa toda quem armou foi o Luiz Gushiken.

Foi isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Muito obrigado, Deputado José Carlos Araújo.

Eu vou priorizar os Deputados agora nas inscrições, exatamente por causa da votação na Câmara.

Deputado Eduardo Paes; Deputado Onyx Lorenzoni; Deputado Geraldo Tadeu. Depois, Deputado Sílvio Torres; Senador Heráclito Fortes e Senadora Ideli Salvatti. Tem cinco minutos cada um.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, Sr. Relator, Sr. Depoente, de tudo o que temos visto aqui, acompanhado nesta CPMI dos Correios, na do Mensalão, na Corregedoria, na Comissão de Ética, leva-nos a uma reflexão muito profunda de tudo o que tem ocorrido. Hoje é muito claro para mim o que tem acontecido e acredito até, sem querer ofender o Sr. Ministro, respeitando-o em todos os sentidos, eu posso dizer que faço até uma reflexão do meu trabalho aqui, que foi designado pelo meu Partido, pelo meu Líder, para, em face de todas as denúncias, de todas as suspeitas de corrupção que acontecem, buscar a verdade com justiça, sem prejulgamento.

Mas hoje, para mim, são muito claras algumas coisas que acontecem. Eu vejo aqui, por exemplo, Sr. Ministro, várias reportagens sobre V. Ex^a, sobre a vossa influência, sobre os fundos de pensão; sobre o Sr. Valério, que coloca que V. Ex^a sabia dos empréstimos; sobre os fundos sob suspeita; sobre o Pizzolato, colocando que o senhor influía no fundo de pensão.

Então, essas são as várias denúncias. Ontem, vi o depoimento do Sr. José Genoino, e ninguém sabe nada, “tudo não é comigo, eu não estou aqui, não sou eu”. Desde o início desta CPMI, têm ocorrido esses fatos aqui. E aí acho que vamos passar para uma questão ideológica, com todo respeito a V. Ex^a e ao grupo político de que V. Ex^a faz parte.

Como tenho pouco tempo, Sr. Presidente, não quero extrapolar, vou tentar chegar, com todo respeito. Então, o que se viu até aqui? Para mim é muito claro: é um projeto de poder absoluto a qualquer custo, doa a quem doer, que o grupo de V. Ex^a tem como objetivo.

E foi abortado. Foi colocado um único responsável. Se tiver que morrer, que morra pela causa, que é o Delúbio. Essa é a realidade de tudo isso que está acontecendo hoje neste País. Vão-se as denúncias. Como lá no passado, na época da Revolução, da ditadura, métodos de terrorismo, do processo de ditadura que sacrificou tantos irmãos brasileiros e tudo mais. Hoje, estamos numa outra fase, que está sendo abortada.

E tenho comigo, Sr. Ministro, Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Parlamentares, de estar aqui com a minha consciência. Posso estar errado, dentro do meu prejulgamento, do meu julgamento. Mas, para mim, todos sabem, toda a cúpula do Partido dos Trabalhadores sabe, V. Ex^a sabe, José Dirceu sabe, José Genoino sabe, o Presidente Lula sabe, todos sabem de tudo o que aconteceu, de tudo o que acontece nesse projeto de poder do grupo político que está hoje no poder.

Então, na realidade, não vou aqui ficar fazendo perguntas, porque eu tenho certeza de que tem aqui uma resposta que o senhor já deu num artigo: “Gushiken nega irregularidades”. Nega tudo, ele não sabe de nada, como todos não sabem.

Eu respeito. Acho que, dentro desse projeto de poder, dentro dessa finalidade, talvez os meios justifiquem os fins. Mas, de acordo com a minha consciência de cidadão, de Parlamentar, estou aqui por um país melhor e mais justo, correto, um país transparente. Que este País possa realmente aspirar ser uma grande nação, eu não posso me omitir. Aproveito a presença de V. Ex^a, com todo respeito que tenho por V. Ex^a, sabendo que passou por momentos difíceis de saúde, que é corajoso, que está aí do lado dos companheiros, acredita no seu ideal, na sua luta. Mas, por outro lado, temos outros pensamentos e acreditamos que: viva a democracia! E este País é um país democrático, que vai superar tudo isso e vai ser uma grande nação. Mas, para isso, temos que ter esse diálogo franco, sincero e respeitoso.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Eu respeito a opinião de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra, o Deputado Sílvio Torres por cinco minutos. Por favor, façam o ajuste do cronômetro.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Sr. Presidente, Sr. Relator, primeiro, eu gostaria de dizer ao Deputado Gushiken que, de forma nenhuma, nas minhas perguntas, eu vou colocar em dúvida a honestidade dele. Eu o conheço há tempo suficiente para não duvidar dela. Nós vamos aqui tentar fazer um debate político. Nesse sentido, eu queria, em primeiro lugar, repor um pouco o que foi falado.

Alguns parlamentares disseram e o próprio Ministro, o próprio Deputado, disse que o governo anterior gastou mais do que este, ou governo anterior gastou mais do que este, ou o governo de Brasília ou qualquer governo gastou mais do que o Governo Lula. O que está em questão, o que nós estamos investigando não é o quanto gastou – aliás, todos gastam muito. O que nós estamos querendo saber, o que o Relator quer saber, os Deputados querem saber, é como foi gasto esse dinheiro: se houve direcionamento, se houve desvio, se houve manipulação. Eu acho que esse é o foco da nossa investigação. É isso que nós estamos buscando para mostrar todo o esquema, toda a armação que se fez, que desaguou no “valerioduto, que esse ninguém pode negar que existe e ninguém vai negar, porque já está mais do que comprovado.

Então, Deputado, o que eu queria, efetivamente, é ouvir uma palavra peremptória do senhor sobre isso – não houve, sob o meu comando –, essa negação, na confiança que temos um no outro.

A segunda questão que eu queria também, checar com o senhor é que acho que o senhor já reconheceu que chegou a interferir em indicação de cargos. Se o fez, foi certamente na direção daqueles com os quais o senhor conviveu, especialmente aqueles com os quais conviveu e cresceu na vida sindical. Nesse sentido, eu queria perguntar se foi da sua indicação o Sr. Carlos Augusto Borges, na Caixa Econômica Federal, que, segundo a vida pregressa, é uma pessoa que cresceu no movimento sindical, especialmente no movimento bancário, e galgou a posição de Vice-Presidente de Transferência de Benefícios da Caixa Econômica Federal, que lida com o Fundo de garantia, com Fundo de Compensação, com bilhões e bilhões, quase R\$200 bilhões. O senhor não tem nada a ver com a indicação dele?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não, mas conheço ele, e se eu o houvesse indicado, não teria nenhum problema, seria orgulho.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Então, aí é que nós vamos divergir. Talvez o senhor não o conheça o suficiente, porque não passaria por uma barreira com que eu acredito não podemos concordar. O Sr. Carlos Augusto Borges já tinha, em 2002, seis processos instaurados por improbidade administrativa, antes de ser nomeado. Em 2004, o Ministério Público Federal instaurou mais três processos contra ele por crimes contra o Sistema Financeiro Nacional. Ele ainda é a pessoa que ocupa esse cargo tão importante, um dos mais importantes da Caixa Econômica Federal, e pesam sobre ele todas essas suspeitas.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – É evidente...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Então, eu fico aliviado de saber que o senhor não o indicou.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – É evidente, Deputado Sílvio, que se soubesse eu de elementos da vida pregressa que poderia não indicá-los, evidentemente que eu não o faria. Eu parto do princípio de um conhecimento que eu tenho durante a gestão dele no sindicato e com quem eu tive relacionamento e sempre o vi como pessoa...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Essa informação pode ser comprovada. Eu tenho o número de todos os processos, e coloco isso como uma grave, uma gravíssima iniciativa do Governo do PT de ter cedido esse espaço para uma pessoa assim.

Sr. Presidente, eu tenho perguntas aqui para serem feitas. As veiculações de mídias, autorizadas pelo Secom, são definidas em planos de mídias, apresentados pelas agências. É assim que funciona? Então, quais as razões de terem ocorrido veiculações que não constam dos planos de mídias da Empresa de Correios e Telégrafos com a aprovação da Secom, veiculações ocorridas no final de 2004, em três emissoras de TV que não constavam do plano original? Queria saber se foi com a anuência de V. S^a que aconteceu: em Colatina, no Espírito Santo, a TV Colatina; em São Mateus, Espírito Santo, a Fundação Rui Bartolomeu, filiada ao PMDB – há indícios, inclusive, de conexões com o crime organizado no Espírito Santo; em Fortaleza, no Ceará, a TV União, pertencente a um adversário político do Senador Tasso Jereissati. Essas três inserções foram feitas e não constavam do plano de mídia.

Quais os fundamentos legais também e critérios para a contratação, com pagamento antecipado, de empresas como a Editora Globo e a Editora Três, pela ECT? Os Correios têm comprado o espaço determinado em veículos de mídia com o pagamento antecipado. Há indícios de que a falta de critérios permite o direcionamento desse benefício somente para algumas empresas e que isso não tem respaldo legal.

Então, eu queria ouvir do senhor a resposta. Não tenho tempo para mais, mas quero reafirmar aqui a minha confiança na sua honestidade, como eu já disse antes.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Muito obrigado, Deputado Sílvio Torres, pela deferência sobre a minha pessoa em particular.

Os planos de mídia, como são feitos? Eu disse na minha intervenção preliminar que as agências de publicidade hoje, até por imposição das últimas modelagens de licitação, são obrigadas a criar núcleos de mídia, porque plano de mídia é um processo complexo. Criamos na Secom também o núcleo de mídia, para que houvesse troca de idéias a respeito da amplitu-

de, com o que os veículos de comunicação poderiam receptionar recursos de publicidade.

Eu disse também, no início, que, quando se analisa 2002 e, hoje, 2005, o número de Municípios abrangidos por recursos de publicidade do Governo Federal ampliou consideravelmente. Da mesma maneira, o número de veículos: em 2002, havia 700 Municípios, e estamos em quase 1.200.

Eram apenas três mil e poucos veículos e, hoje, são cinco mil e poucos veículos. Quase duplicamos o número de veículos que receptionam recursos de publicidade. Por quê? Porque um dos critérios que aí, sim, foram diretrizes de natureza política que sugeri era que houvesse uma preocupação de se ampliar a democratização de acesso de recursos em mídia.

Os critérios técnicos que também subsidiam e que são fundamentais para a alocação de recursos de mídia basicamente são: custo, frequência de mídia, cobertura/audiência, durabilidade e definição do público estratégico. É uma combinação de várias variáveis que exige pessoal técnico muito qualificado para exercer plano de mídia. Em princípio, temos que deixar na mão de técnicos como se manipula a escolha de vários veículos. Pode ter ocorrido isso que o senhor falou? Pode ter ocorrido, sim.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Estou dizendo daqueles que não foram incluídos no plano de mídia. Não estou dizendo os que foram incluídos. Essas que citei, nenhuma delas estava no plano de mídia, foram colocadas depois.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Sim, mas a Secom pode sugerir, por exemplo, que uma programação do Banco do Brasil sobre o Pronaf que simultaneamente é lançado a uma campanha do MDS, Ministério do Desenvolvimento Social, sobre algo muito semelhante, o que procuramos fazer? Procuramos fazer com que os veículos, os Municípios sejam os mesmos para lhe dar potência na informação, se for esse o caso. Se não for esse o caso, pedimos para diversificar. Então, dependendo da maneira como os programas vêm, podemos ter critérios diferentes e sugerir alterações no plano de mídia. Isso é muito comum.

De qualquer sorte, Deputado, sempre os recursos que têm publicidade são recursos escassos frente à demanda dos veículos. Sofri muita demanda legítima de rádios do interior. Muitas! Eu dizia para as rádios do interior: organizem-se de uma maneira que facilite o Poder Público a alocar recursos para os senhores. Eu tenho vontade de fazer, como diretriz política, mas era difícil dar consistência para que houvesse recepção na escala que eles queriam em Municípios e em cidades, onde não tinha como aferir corretamente e

tecnicamente. Mas vontade eu tinha de alocar recursos apesar de escassos.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Sobre o pagamento, farei mais uma pergunta que não foi respondida. Quero saber sobre o pagamento antecipado às editoras.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – **Existem mecanismos de pagamento, mas não sei dizer qual é a empresa que faz isso. Isso ocorre no campo da autonomia da entidade. Se ele faz mediante um desconto que entende ser razoável, pode ser que o pagamento antecipado seja um mecanismo que implique um alto desconto e valha a pena fazer, mas isso é da alçada, da autonomia da estatal.**

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Concedo a palavra ao Deputado Onyx Lorenzoni, que estava inscrito.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Posso ficar por último.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Não, não. V. Ex^a tem a palavra por cinco minutos.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – No decreto...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Quero deixar claro que o Deputado Onyx estava reinscrito. Portanto, estamos sendo coerentes com aquilo que ficou ajustado: ninguém mais se reinscreve. Depois do Deputado Onyx Lorenzoni, concederei a palavra ao Senador Heráclito Fortes e à Senadora Ideli Salvatti.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – No decreto de julho e no decreto de agosto, houve uma modificação importante, porque, até então, para participar das comissões de licitação tinha de ser funcionário de carreira. Essa modificação o senhor confirma que foi feita no seu Governo?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Qual é o decreto, Deputado?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – No decreto de julho de 2003, houve essa modificação. Só quero saber se o senhor confirma isso, porque, antes desse decreto, na vigência em governos anteriores, a exigência era de que fossem funcionários de carreira e, depois, qualquer outro funcionário poderia participar das comissões de licitação.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Não. O decreto que eu aprovei oferece condições para participarem de uma comissão de licitação pessoas que entendem da matéria.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Bom, o decreto, que o senhor aprovou, permitia, abria um

campo. É isso que estou tentando mostrar. Nós começamos, conversando hoje o seguinte: eu dizendo ao senhor que eu não era ingênuo e o senhor dizendo que também não era ingênuo. Então, estou tentando comprovar, nas minhas investigações, que o senhor agiu de maneira deliberada para obter determinados resultados. Se havia toda uma legislação, que foi alterada no seu Governo – evidentemente o Presidente Lula não entendia nada disso –, a orientação...

O SR. LUIZ GUSHIKEN – O senhor pode dar um exemplo factual dessa deliberação.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor se acalme.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – O senhor pode dar um exemplo factual.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor se acalme, o senhor se acalme. As orientações, que foram feitas, obviamente foram construídas pelo senhor. Como nós temos pouco tempo, quero lhe dar tempo para responder.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Perfeito.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor me esclareça – a mim e ao Brasil – por que os Correios aditivaram o contrato, acima do permitido pela lei, em R\$18 milhões para 22 dias de execução.

A segunda pergunta é a seguinte: por que o Banco do Brasil executou, no ano passado, R\$262 milhões, quebrando qualquer parâmetro com os últimos quatro anos do Banco do Brasil e com este ano? Por ser ano eleitoral? E por que a Secom, que tem obrigação pelos decretos e pela legislação sobre os quais V. S^a orientou o Presidente da República, não foi zelosa para cumprir o que determina a lei que era fazer audiência pública, porque, em qualquer contrato, na área pública, que supere o valor de R\$150 milhões, essa é uma exigência legal. Por que o Ministério Público não participou?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Deputado, quem tem a alçada, a competência para discutir aditativação é o órgão estatal. Não cabe à Secom decidir valores de contrato de publicidade. Disse e reiterarei isso várias vezes. Se alguma improbidade o senhor localiza nisso, chame os responsáveis dos Correios para que lhe dêem a devida explicação. Mas não cabe à Secom essa responsabilidade.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O Presidente disse que veio da Secom pronto para ele assinar.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Pois eu digo ao senhor que a lei é clara, muito clara e explícita. Se ele assim afirmou, eu digo que ele errou. A definição de valores de contrato pertence ao campo da autonomia da empresa estatal.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – No termo aditivo, ele disse que foi induzido a erro. Disse, aqui, exatamente onde o senhor está sentado.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Bem, Presidente...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O Presidente de uma instituição do seu Governo. Então, a Secom fez com que o Presidente anterior dos Correios fosse induzido a erro?!

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Deputado Onyx, eu vou repetir: a definição de valores de contrato, originalmente ou aditivamente, é uma deliberação no campo da autonomia plena de uma empresa estatal. Não cabe à Secom definir. Ponto.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – E no caso do Banco do Brasil? Um contrato de 150 milhões, ele passa de 148 para 200 milhões. Isso acontece no meio para o final do segundo semestre de 2004. A lei exige que contratos de qualquer empresa da administração direta ou indireta acima de 150 milhões tenha uma audiência pública com o Ministério Público. Por que é que o Banco do Brasil não fez isso, se estava sob a sua supervisão?

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Deputado, acho que eu não me fiz entender. Me desculpe. Reitero: valores – R\$ – de contrato de publicidade é plenamente dentro do campo da autonomia de uma estatal. A Secom não tem poder legal de definir valores. Estou claro, Deputado? Estou sendo claro, óbvio?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor poderia, até por uma questão de respeito, ser um pouquinho mais humilde. O senhor foi arrogante.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Eu peço desculpa pela aparente postura de falta de humildade.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Eu quero-lhe dizer o seguinte: o senhor tem que ficar...

O SR. LUIZ GUSHIKEN – É que eu reitero várias vezes uma afirmação e me parece a lógica das palavras não é base do entendimento de V. Ex^a.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Primeiro, eu queria dizer ao senhor que o que eu estou cobrando do senhor é o que o senhor deve perante a lei. Ou seja, a responsabilidade que está claramente colocada na Lei 10.683, que centralizou na Secom toda a definição das ações do Governo Federal. O senhor não me vai fazer crer nem a ninguém no Brasil, que, para contratar uma terceirizada nos Correios, tinha que ter o amém da Secom. Isso para um evento qualquer. Paixão de Cristo, por exemplo. Eu tenho um documento aqui para lhe mostrar onde um diretor de marketing dizia numa correspondência a MultiAction que a MultiAction poderia ser aceita se a Secom aceitasse. Ou seja, para um mero episódio promocional, precisava do amém da Secom, tal o poder que o senhor detinha. Aí, quando

faz um aditivamente irregular de 50 milhões, a Secom não tem nada a ver e lava as mãos como Pôncio Pilatos. Está é a forma que o senhor está-se escudando para se defender de uma acusação que é séria, que é grave, que é fundamentada e que é fato. O senhor aqui pode não querer responder. É um direito que o senhor tem. Agora o senhor pode ter certeza de que eu vou cuidar direitinho para o senhor responder isso na Justiça, e lá o senhor não vai poder tergiversar.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – As informações de V. Ex^a são absolutamente equivocadas.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Não, senhor. Estão completamente consolidadas pelo contrato assinado. Eu tenho um contrato assinado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Onyx, vou encaminhar agora a palavra ao Senador Heráclito Fortes, por cinco minutos.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Só para concluir, Presidente. Da mesma forma como o Presidente anterior dos Correios veio aqui e disse que ele não tinha assinado o primeiro termo aditivo e eu levei o termo aditivo até ele e provei que ele assinou, eu posso encaminhar ao Sr. Luiz Gushiken todos os contratos que eu tenho comigo e todos os aditivos e V. S^a vai poder fazer uma análise de consciência e tenho certeza de que, fora da câmera de televisão, o senhor vai reconhecer que a razão está comigo, porque eu documentos. O senhor tem apenas um argumento de defesa muito frágil.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Luiz Gushiken, para defender um pouco o Senado de uma referência feita pelo senhor, talvez por desinformação, com relação à derrota da Previ, na votação que nós tivemos aí. A Previ, se tivesse sido formatada de maneira correta, eu concordo plenamente seria uma grande solução. Ocorre que ela chegou como medida provisória e com a obrigação de se votar no limite do prazo; ela veio cheia de erros, de falhas. Não era agência e nem era secretaria. Era um monstro.

Imagina que com todo o poder dos fundos, com todo recurso que ela arrecadaria e ia gerar, o administrador, não sei que nome estava se dando no projeto, diferentemente das agências reguladoras, não passaria pelo crivo do Congresso, seria nomeado pelo Ministro da Previdência e demitido a hora que quisesse.

O segundo ponto: não teria os seus recursos contingenciados no orçamento diferentemente das agências reguladoras. Sabe muito bem V. S^a que, na semana passada, a Anatel teve que cancelar o serviço 0800 exatamente por problema de contingenciamento e, terceiro, veio um “penduricalho” que criava seiscentos

cargos para a agência e mais trezentos cargos para outras funções de outros ministérios que não tinham nada a ver.

Não foi nenhuma prevenção contra a Previ e, além do mais, já vinha como Presidente o Sr. Adacir, ex-Assessor de V. S.^a e, como Diretor de Atuário, o Sr. José Waldir Gomes que também é sócio de V. S.^a. Daí por que os Senadores acharam por bem não permitir dar tanta força a um órgão naquele momento. Esse era um esclarecimento apenas para que V. S.^a entenda.

Acho que a Previ que ela deve ser revista e votada como um órgão regulador.

Sobre a venda da Embratel V. S.^a falou um pouco sobre ela. Lembro-me que, durante um mês, este assunto veio à baila e os jornais noticiaram, os empresários brasileiros de telefonia se reuniam semanalmente no gabinete de V. S.^a para discutir esse problema. Evidentemente, que estava dentro de suas atribuições e, do meio para o fim, o Ministro José Dirceu – não sei se vai passando aquele programa que era um *pool* entre as empresas existentes que adquiriram a Embratel – então fez uma negociação e, segundo a imprensa noticiou, o Sr. Jeffereson até denunciou isso aqui na Comissão, e a empresa foi vendida para a Telmex. Quero apenas fazer esse registro.

O Sr. Pizzolatto, na última vinda dele, declarou e disse que protestou algumas vezes na Previ pelo fato de que toda indicação para representar a Previ e os outros fundos de pensão nos conselhos tinham que ter origem sindical e passar pelo crivo de V. S.^a. É um amigo de vinte e tantos anos que fez essa afirmação e que inclusive fez na Previ, no momento oportuno, o devido protesto.

V. S.^a dizer que não sabia que há seis meses passados a Telemig estava sendo vendida para a Vivo, para uma empresa portuguesa ou espanhola, não sei dizer ao certo, por dois bilhões de dólares e que, agora, seis meses depois, a mesma empresa está sendo vendida para os mesmos compradores por quinhentos milhões é estranho, porque o Sr. Sérgio Rosa tem tempo de lhe contar inclusive as conversas que teve a pedido dele e com interferência do Ministro, uma conversa despropositada da qual participei no Banco do Brasil. Queria lhe fazer esse registro.

E, por fim, queria dizer a V. S.^a que estou curioso e espero que me mandem gravação ou qualquer coisa do tipo de ofensa que eu teria feito pessoalmente a V. S.^a no depoimento da Previ porque, se não vier, vou chegar à conclusão de que V. S.^a não está sendo informado do que acontece em todo esse conjunto de equívocos. Ou, então, só estão lhe informando aquilo que interessa.

Quero até lhe fazer justiça. Na posse do Presidente Lula, na véspera da posse do Presidente Lula, eu fui acionado pelo Diretor da Câmara preocupado com a pouca presença de Parlamentares na posse. Muito preocupado. É muito natural. Dia 1º de janeiro, um negócio chato e ninguém queria vir. Eu estava em Fortaleza, na praia, e ele me pediu para vir e vim, Sr. Suplicy. Só tinha Governo.

Não, você não veio, você tinha que vir, você era o sol nascente, eu não tinha nada a ver com aquilo.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (PT – SP) – Tinha bastante gente.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Eu vim cumprir o meu papel e ser solidário.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Concluindo, Senador Heráclito.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Vou concluir. E aí, Sr. Gushiken, disse a um jornalista, que inclusive um colocou uma nota, com uma observação que eu fiz.

Só duas pessoas – inclusive você estava vaidoso, olhando para cima, não cumprimentava ninguém, você, Suplicy, exatamente –, só duas pessoas não haviam mudado naquele momento. O Gushiken, que me cumprimentou afetivamente na entrada do Congresso, e o próprio Lula, que falou comigo de maneira muito carinhosa, dentro do plenário. E os outros todos, no meu modo de ver, tinham mudado e estavam ali de sapato alto.

Ora, quem fez esse comentário no início do Governo?! Eu não tinha nenhum motivo para ter prevenção pessoal. As minhas divergências com V. S.^a são conceituais, são com relação à maneira de atuação nesse episódio.

Como eu sei que V. S.^a é um homem que medita, que acredita em coisas até que eu não acredito – mas das quais também não duvido –, tenho certeza de que vai meditar melhor e vai ver que, para cada fato, existem três versões: a minha, a sua e a verdadeira. De forma que eu acho, meu caro Gushiken, que essa questão não é pessoal, eu não tenho motivo nem razão para ter nada pessoal contra V. S.^a.

É apenas uma questão, acho que há um erro nisso, e o seu erro, no meu modo de ver, é transformar uma ferida pessoal, uma questão pessoal em questão de Estado. Não é dado o direito a nenhum administrador, a nenhum homem público de pegar uma questão, por mais dolorosa que lhe seja, e transformá-la em questão de Estado, usando o poder que tem e que todos sabem que tem. Esse poder é transmitido, é transferido.

Eu tenho certeza de que esses gestores que têm se escudado em V. S.^a, que têm se respaldado em V. S.^a, extrapolam, porque se sentem dentro da faixa da

impunidade, e aí não respeitam regra, não respeitam conselheiro, tomam decisões sem ouvir terceiros. Mas um dia vamos nos encontrar, o mundo é redondo, pequeno e escorregadio. Um dia vamos nos encontrar e vamos ver quem tem razão nessa questão.

Finalizando, quero apenas lembrar que no cuidado na gestão dos fundos, exatamente a preocupação com o futuro dos aposentados não correspondeu quando, em 1997, com participação ativa sua, por ser líder sindical, foi feito aquele acordo em que o Banco do Brasil transferiu para a Previ o pagamento de uma dívida trabalhista de R\$11 bilhões. Naquela época havia paridade, portanto, uma coisa muito parecida com US\$11 bilhões.

Esse acordo foi feito, é uma queixa grande que os funcionários do fundo fazem, e não se viu, naquela época, nenhuma reação e nenhuma preocupação com o futuro dos aposentados.

No mais, quero agradecer a tolerância e dizer que era isso, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Senador Heráclito, tenho pelo senhor um grande respeito, está muito evidente que temos muitas divergências a respeito de muitas coisas. Relativamente à Previc, ficam consignadas as nossas divergências, mas acho que é importante, para o Estado brasileiro, reorganizar o sistema de fiscalização dos fundos de pensão.

E, pela primeira vez, houve um esforço do Governo Lula de tentar reorganizar, não aprovado pelo Senado, pelas razões que o senhor acabou de expor. Mas considero fundamental e considero que se manteve uma debilidade estrutural por conta da ação do Senado Federal que, majoritariamente, decidiu que não deveria modificar esse sistema.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Que, pelas circunstâncias, não tinha outra alternativa, porque foi no último dia de prazo que foi colocado para ser votado. Apenas quero fazer esse registro.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Com relação à informação que o senhor traz de que a Previ, por conta de uma informação do Sr. Pizzolatto, privilegia sindicalistas na indicação do Conselho, quero dizer ao senhor que desconheço essa medida, não acredito nessa medida, mas se houvesse o critério de alocar por atividade sindical, não veria nisso nenhuma desonra. Sinto-me muito orgulhoso pelo meu passado de sindicalista e acho que não há nenhum demérito em sindicalista exercer funções de Governo, como hoje eu exercito, como exercita o Presidente da República. Quem tem preconceito até entendo. Mas eu, que vim dessa atividade só tenho do que me orgulhar.

No que tange às relações que o senhor entendeu que eu expressei como ofensas pessoais, no que

diz respeito à intervenção que V. Ex^a fez, por ocasião daquela exposição dos fundos de pensão, quero fazer uma retificação: não vi como ofensa não, Senador. Não foi como ofensa do senhor para mim não. Se explicitei dessa maneira, faço a retificação. O que transpareceu para mim – e assisti ao depoimento de V. Ex^a...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Depoimento não, intervenção.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – É, intervenção.

Senti que V. Ex^a tem mais informações sobre a investigação que a Kroll fez sobre mim – essa espionagem ilícita – do que eu. O senhor inclusive entregou hoje vários documentos relativamente a tratamento interno de empresas para empresas, e fico imaginando que o senhor tem uma grande capacidade de acesso a informações confidenciais. Eu não tenho. E gostaria muito de saber exatamente o que foi que a Kroll fez com a minha vida em termos de investigação de espionagem. Se um dia o senhor tiver acesso, eu fico muito grato em receber as informações.

Com relação a esse conflito que houve, que o senhor mencionou, sobre um passado onde o superávit da Previ foi distribuído e houve polêmicas em torno desse assunto, apenas quero rememorar que passou pelo crivo dos órgãos de deliberação democraticamente instalados pelos funcionários do Banco do Brasil. Eles, democraticamente, entenderam que essa era a melhor medida.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Perdoe-me, mas, nesse caso, houve inclusive o voto individual de cada funcionário do Banco do Brasil.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Eu gostaria de encaminhar já o encerramento da reunião.

Com a palavra a Senadora Ideli.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Eu queria apenas deixar um esclarecimento que é muito importante.

Os dois documentos que entreguei a ele, as duas cartas que entreguei a ele não se referem – porque o Brasil está ouvindo atentamente – a nenhuma operação pessoal, com relação a pessoas, feito pela empresa, mas, sim, contato mantido pelo Citibank – com quem hoje o Governo está de braço dado nessa operação para destituir uma empresa brasileira – e a Kroll. Digo isso para que não se satanize apenas a empresa brasileira, para que fique bem claro que esse contrato, se existiu, partiu do Citibank. E que V. Ex^a pelo menos distribua ou redistribua esse seu ódio do seu compatriota com uma empresa estrangeira, porque o que houve foi uma contratação feita para atender uma

orientação superior, no caso o Citibank, que suspeita – o jornal **Folha de S. Paulo** diz hoje – de prejuízos tidos na transação envolvendo a Companhia Telefônica do Rio Grande do Sul.

Como essa é uma questão que um dia será esclarecida, quero deixar bem claro, e fique certo V. S^a: se eu tiver acesso algum dia a algum documento que invada a privacidade de V. S^a ou que lhe seja de utilidade, ou documento de qualquer outro brasileiro que eu tenha acesso, farei chegar às mãos. Não é do meu feitio, do meu temperamento, nem da minha vocação. Acho apenas que V. S^a criou um ódio de um fato sobre o qual V. S^a não tem concretamente documentos. Como bem disse V. S^a, nunca chegaram documentos às suas mãos, apenas as notícias de jornal.

O SR. LUIZ GUSHIKEN – Senador, desculpe fazer uma ponderação a V. Ex^a sobre essa reiterada afirmação que o senhor faz sobre a minha posição em torno do problema desse conflito societário. Não tem nada de pessoal. Sequer conheço o Daniel Dantas. O que vejo é, da parte de V. Ex^a, certo preconceito contra instituição financeira. Não tenho preconceito contra o Citibank, nem contra o Daniel Dantas, com o Opportunity. Fiz hoje uma leitura de como o noticiário da imprensa dá o tratamento adequado a esse cidadão. Não vou aqui o repetir, seria enfadonho repetir. Apenas entendi que os gestores dos fundos de pensão, que são pessoas competentes tecnicamente, respaldados em pareceres técnicos dessas organizações, têm por dever defender os interesses dos funcionários do Banco do Brasil, e não serão interesses inescrupulosos que poderão eventualmente preponderar numa política decisiva em fundos de pensão.

Que V. Ex^a tenha preferência por um lado, admito que é da sua total liberdade. Que o Sérgio Rosa ou outros fundos de pensão tenham preferência por outro lado é também totalmente do jogo das liberdades. Agora, quem tem competência técnica não é V. Ex^a; são eles. Por isso me apóio neles.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Com uma diferença, senhor. A minha preferência é apenas de torcida e de opinião; a dele, não, porque como lhe disse aqui...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Heráclito, precisamos encerrar.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Há seis meses, havia um negócio feito por R\$2 milhões e hoje o negócio está sendo feito por R\$500 milhões. A questão é outra. Agora, o preconceito contra o Citibank, o que me contaminou foi um discurso do Presidente Lula,...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – A Senadora Ana Júlia, como...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – ...na presença de V. S^a, num encontro de fundos de pensão internacional, em que Sua Excelência...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – A funcionária do Banco do Brasil quer falar.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Ideli, já a vi mais educada.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Pois é, não é?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Heráclito, concluindo, estamos há 15 minutos já. Estamos há 15 minutos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Estou terminando. Se S. Ex^a não tivesse sido tão mal-educada, eu já teria terminado.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Se V. Ex^a tivesse parado de falar no seu horário, teria acabado.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Mas, Sr. Gushiken, queria apenas dizer que o Presidente Lula, num pronunciamento feito, em que V. Ex^a estava, num encontro internacional, cobra inclusive mais solidariedade do Citibank. Quem cobra é Sua Excelência, no ano passado. Não sou eu, não.

Agora, se o Citibank é exemplo de administração e de moralidade...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Heráclito.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sabe muito bem V. Ex^a que não é, porque, num passado bem recente, o PT, que combatia a Alca, que combatia o FMI, combatia também o Citibank como um dos males do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra a Senadora Ideli Salvatti, encerrando a reunião.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

A primeira coisa que quero levantar aqui – é uma pena que não esteja mais, porque tem determinados pronunciamentos arrogantes, agressivos, às vezes assim lamentáveis –, porque quero fazer a leitura: Instrução Normativa nº 7, de 13 de novembro 1995, publicada no Diário Oficial da União do dia 14 de novembro de 1995, da Comissão Especial de Licitação. Ao compor a Comissão Especial de Licitação incumbida de processar e julgar a licitação de serviços publicitários, a administração, no inciso II (explicita aqui a Instrução), poderá indicar técnico não vinculado a seus quadros.

Portanto, a acusação agressiva, ostensiva feita pelo Deputado Onyx Lorenzoni, que tem um comportamento reincidente nesse tipo, nessa maneira de proceder, está absolutamente contraditada, porque a

possibilidade de nomear para a Comissão de Licitação quem não é dos quadros da administração não foi invenção do, à época, Ministro Gushiken. Isso já estava previsto, inclusive pelo Governo do PSDB com apoio integral do PFL.

Então, só para que fique claro, porque depois houve uma série de questões, apesar de o ex-ministro Gushiken reiterar que os contratos, os valores é prerrogativa da estatal e não da Secom, também não adiantou, mas, queria apenas deixar esse registro.

Quero terminar, Sr. Presidente, dizendo que, quando foi trazida a esta Comissão a necessidade e a importância de se trazer o na época ainda Ministro Gushiken para que prestasse depoimento, houve grande polêmica. E o Ministro encaminhou para o meu gabinete um ofício colocando-se à disposição para vir a esta CPMI. Encaminhei o ofício ao Presidente da CPMI, que inclusive deu ciência a este Plenário.

Portanto, a vinda não foi como disseram aqui alguns Parlamentares, escutei pelo menos uns dois falarem, que foi muito difícil trazê-lo. Não. V. Ex^a veio e se dispôs, colocou-se à disposição. Veio aqui, sem **habeas corpus**, sem advogado, sem assessoria, fazendo o enfrentamento e o debate político à altura, altivo, respondendo, inclusive no debate político, nos termos que merece ser feito o debate político de fundo, porque aqui tem questões de lado. As questões de lado estão muito claras. Ficaram evidenciadas aqui em inúmeras situações. Talvez, a situação de lado mais clara colocada durante todo esse período em que estivemos aqui, desde as 10h da manhã até agora, são 8h da noite, é a questão dos fundos de pensão. Aqui está claro que tem dois lados: os que defendem interesses de empresários, interesses inclusive que todos sabemos. Isso é público. A questão da Brasil Telecom, uma instituição que não entra praticamente com nada de capital e tem o controle?! É óbvio que alguma coisa mal enjambrada aconteceu para isso. Entende? E o dinheiro dos fundos de pensão é que, na época, deram a sustentabilidade para que alguém que praticamente não colocou quase nada de dinheiro no processo da privatização acabasse tendo o controle.

Então, tem lado aqui. Está muito claro o lado. E o ex-Ministro Gushiken fez, com muita altivez, o debate político do lado que sempre esteve ao longo de toda a sua vida: ao lado dos trabalhadores, da organização dos trabalhadores, na defesa do interesse público. Então, eu não poderia terminar a minha fala sem fazer esse registro, recapitulando, mais uma vez, que, ao vir aqui, está vindo porque se colocou à disposição, antes, inclusive, de ter qualquer tipo de deliberação sobre a sua vida.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, uma questão de ordem. Quero me congratular com a Senadora Ideli Salvatti exatamente com essa justiça que ela faz ao Ministro Gushiken. Mas quero me congratular com S. Ex^a pela crítica que fez a todos os correligionários do partido dela que vieram aqui com advogados. Porque quem inaugurou **habeas corpus** no tribunal para vir aqui foram o Sr. Delúbio, o Sr. Sílvio Pereira, vários. Então, quero me congratular com S. Ex^a por criticar isso e lamentar que não tenha feito isso na presença deles. Mas nunca é tarde para reconhecer o erro.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, ele não deixa de fazer... Nunca.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Agradeço a todos, ao Sr. Luiz Gushiken e desejo uma boa noite a todos.

Amanhã, reunião administrativa às 10 horas da manhã.

Muito obrigado.

(Levanta-se a reunião às 20 horas e 10 minutos.)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005 – CN,
PARA INVESTIGAR AS CAUSAS
E CONSEQUÊNCIAS DE DENÚNCIAS
E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS
POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS
– EMPRESA BRASILEIRA
DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

Ata da 36ª Reunião, realizada em 15/09/2005.

Aos quinze dias do mês de setembro do ano de dois mil e cinco, às dez horas e quarenta minutos, na sala 02 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Delcídio Amaral, e ainda com as presenças dos Senhores Senadores Senhores Senadores Heráclito Fortes, César Borges, Demóstenes Torres, Sérgio Guerra, Álvaro Dias, Ideli Salvatti, Aelton Freitas, Sibá Machado, Luiz Otávio, Valdir Raupp, Íris de Araújo, Jefferson Peres, José Jorge, Romeu Tuma, Ana Julia Carepa e Leomar Quintanilha, e os Deputados Carlos Abicalil, Jorge Bittar, Maurício Rands, Asdrúbal Bentes, Osmar Serraglio, Carlos William, Antonio Carlos Magalhães Neto, Onyx Lorenzoni, Eduardo Paes, Gustavo Fruet, Nelson Meurer, Arnaldo Faria de Sá, Inaldo Leitão, Pompeo de Mattos, José Eduardo Cardozo, Jamil Murad, Cezar Schimer, Alberto Fraga, Sílvio Torres, Feu Rosa, Ildeu Araújo e Luiz Antônio Fleury reúne-se a COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMEN-

TO Nº 3, DE 2005 – CN, PARA INVESTIGAR AS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DE DENÚNCIAS E ATOS DELITUOSOS PRATICADOS POR AGENTES PÚBLICOS NOS CORREIOS – EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e informa que a presente reunião destina-se a receber o Presidente do Tribunal de Contas da União, Adylson Motta, à apresentação parcial dos resultados das sub-relatorias e à votação de requerimentos. Ato contínuo, a Presidência concede a palavra ao Presidente do TCU, Adylson Motta. Em seguida, o Deputado Gustavo Fruet inicia a apresentação do Relatório Gerencial da Consultoria, contando com a participação da Senhora Wannine Lima, do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional do Ministério da Justiça, que fez a apresentação de um trabalho desenvolvido pelo Departamento a partir do depoimento do Sr. Duda Mendonça. O Sr. Marcelo Stapanovski procede com a apresentação de diversos dados, igualmente referentes ao depoimento do Sr. Duda Mendonça. Fez uso da palavra, ainda, o Sr. Manoel Antônio de Albuquerque, do TCU, e os parlamentares Carlos Abicalil, Senador Jefferson Peres, Silvio Torres, Carlos William, Romeu Tuma, Ideli Salvatti, Onyx Lorenzoni e Antônio Carlos Magalhães Neto. A Presidência passa a palavra ao Relator para proceder à votação consensual dos requerimentos, sendo aprovados os seguintes requerimentos: **Requerimento 908**, de autoria do Senador César Borges, que requer a convocação, junto à Polícia Federal, do Senhor Carlos Quaglia, da empresa Natimar Negócios; **Requerimento 913**, de autoria do Deputado Eduardo Paes, que requer à CVM Comissão de Valores Mobiliários, e à BM&F Bolsa de Mercadorias e Futuros, informações sobre processos e ou apurações que envolvam Fundos de Pensão, nos anos de 2003, 2004 e 2005; **Requerimento 916**, de autoria do Deputado Abicalil e outros, que requer depoimento junto à PF SP de SOLANGE PEREIRA DE OLIVEIRA no dia 04/ago/05; **Requerimento 919**, de autoria do Deputado Abicalil e outros, que requer cópia das providências junto ao Banco do Brasil S/A e junto ao Banco Popular do Brasil, para que estes enviem à CPMI cópias de todos os contratos de publicidade - patrocínio de Futebol de Areia - patrocínio à Seleção Brasileira; **Requerimento 920**, de autoria do Deputado Pompeo de Mattos, que requer ao Banco do Brasil S/A e junto ao Banco Popular, contratos de publicidade e patrocínio ao Circuito de Vôlei no Brasil e no Exterior; **Requerimento 922**, de autoria do Deputado Sérgio Torres, que requer a convocação do Senhor CARLOS ALBERTO QUAGLIA, citado por Enivaldo Quadrado como pro-

prietário da operadora Natimar; **Requerimento 924**, de autoria dos Deputados Henrique Fontana, Iriny Lopes, Jorge Bittar e outros, que requer a convocação do Senhor Leandro Mendes, advogado da empresa Athenas Trading; **Requerimento 926**, de autoria do Deputado Asdrúbal Bentes, que requer ao Presidente do INSS, sobre operações de empréstimos envolvendo o Instituto, o sr Marcos Valério, o ex-Ministro José Dirceu e o BMG; **Requerimento 940**, de autoria do Senador Álvaro Dias, que requer sejam cobradas ações das autoridades que possuem o efetivo mandato para a recuperação dos recursos desviados para o nosso país; **Requerimento 942**, de autoria do Deputado Eduardo Paes, que requer sejam bloqueadas todas e quaisquer contas bancárias havidas no exterior em nome de Duda Mendonça e Zilmar Fernandes, bem assim de pessoas jurídicas em que ambos figuram, separada ou conjuntamente, como sócios; **Requerimento 943**, de autoria do Deputado Sérgio Torres, que requer a convocação do Senhor Evaldo Rui Vicentini; **Requerimento 952**, de autoria do Deputado Arnaldo Faria de Sá, que requer que se faça por escrito os seguintes questionamentos ao Partido dos Trabalhadores - PT: o PT tomou empréstimos de empresas que tinha como proprietário ou sócio o Sr. Marcos Valério - CPF nº 403.760.956-87, e se tomou, como o recurso do empréstimo foi contabilizado; **Requerimento 966**, de autoria da Senadora Ideli Salvatti e outros, que requer : à SECOM PR contratos celebrados, desde 1994, pelas empresas de publicidade DM9, PROPEG, DPZ, LEW LARA E DUDA MENDONÇA PROPAGANDA com a Administração Pública; **Requerimento 969**, de autoria da Senadora Ideli Salvatti e outros, que requer ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais MPMG, depoimentos dos familiares de Cristiana Aparecida Ferreira; **Requerimento 970**, de autoria da Senadora Ideli Salvatti e outros, que requer à Procuradoria da República em Minas Gerais, da denúncia apresentada contra autoridades mineiras e um aliciador de laranjas; **Requerimento 971**, de autoria dos Deputados Onyx Lorenzoni e Antônio Carlos Magalhães Neto, que requer a convocação do Senhor ANDRÉ MARQUES DA SILVA, Presidente da Interbrazil; **Requerimento 972**, de autoria dos Deputados Onyx Lorenzoni e Antônio Carlos Magalhães Neto, que requer a convocação do Senhor René Garcia Júnior; **Requerimento 958**, de autoria dos Deputados Onyx Lorenzoni e Antônio Carlos Magalhães Neto, que requer à GEAP saldo das operações ativas relativas a debêntures e aplicações em fundos recebíveis; **Requerimento 959**, de autoria Onyx Lorenzoni e Antônio Carlos Magalhães Neto, que requer à ELETROS o saldo das operações ativas relativas a debêntures e as aplicações em fundos rece-

bíveis; **Requerimento 960**, de autoria dos Deputados Onyx Lorenzoni e Antônio Carlos Magalhães Neto, que requer : à FUNCEF o saldo das operações ativas relativas a debêntures e as aplicações em fundos; **Requerimento 961**, de autoria dos Deputados Onyx Lorenzoni e Antônio Carlos Magalhães Neto, que requer à REAL GRANDEZA o saldo das operações ativas relativas a debêntures e as aplicações em fundos; **Requerimento 962**, de autoria dos Deputados Onyx Lorenzoni e Antônio Carlos Magalhães Neto, que requer à POSTALIS o saldo das operações ativas relativas a debêntures e as aplicações em fundos; **Requerimento 963**, de autoria dos Deputados Onyx Lorenzoni e Antônio Carlos Magalhães Neto, que requer à PORTUS o saldo das operações ativas relativas a debêntures e as aplicações em fundos; **Requerimento 964**, de autoria dos Deputados Onyx Lorenzoni e Antônio Carlos Magalhães Neto, que requer à PREVI o saldo das operações ativas relativas a debêntures e as aplicações em fundos; **Requerimento 965**, de autoria dos Deputados Onyx Lorenzoni e Antônio Carlos Magalhães Neto, que requer à CENTRUS o saldo das operações ativas relativas a debêntures e as aplicações em fundos; **Requerimento 983**, de autoria do Deputado Osmar Serraglio, que requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e comercial de todos os entes públicos da administração direta ou indireta, incluídas as fundações e sociedades constituídas e mantidas, total ou parcialmente, pelo poder público federal, bem como de seus servidores e funcionários públicos e das pessoas físicas ou jurídicas por eles contratados ou subcontratados, inclusive dos responsáveis, dos sócios, dos representantes, dos funcionários e daqueles que tenham mantido qualquer relação empregatícia ou comercial com essas empresas; **Requerimento 936**, de autoria do Deputado Gustavo Fruet, que requer a transferência de sigilo bancário, fiscal e telefônico de Daniel Bonifácio do Carmo, Maria Celeste Lima Vieira, Lucia de Melo Teixeira, Rui Millan, Isabel Cristina Estevão, Paulo Matos, Wildeu senhor Marcos Valério; **Requerimento 956**, de autoria do Deputado Gustavo Fruet, que requer a quebra do sigilo fiscal, bancário e telefônico das pessoas que enumera. São 17 pessoas ao todo; **Requerimento 910**, de autoria do Senador César Borges, que requer a transferência dos sigilos bancários, fiscais e telefônicos da empresa Natimar Negócios e Intermediações Ltda, nos últimos 05 (cinco) anos; **Requerimento 978** retirado pelo autor Deputado Eduardo Paes, **Requerimento 987**, de autoria dos Deputados Onyx Lorenzoni e Antonio Carlos Magalhães Neto, que requer preferência para aprovação dos **Requerimentos 971, 972 E 973** (parcialmente atendido, pois o **Requerimento 973** de autoria dos

Deputados, Onyx Lorenzoni e Antonio Carlos Magalhães Neto, requer a CONVOCAÇÃO: senhor ADHEMAR PALOCCI, para depor perante a Comissão foi Rejeitado. Encerra-se a presente reunião às quatorze horas e nove minutos. E, para constar, eu, *Wanderley Rabelo da Silva*, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da presente.

NOTA TAQUIGRÁFICA

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Com as bênçãos de Deus, havendo número regimental, declaro aberta a 36ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada por meio do Requerimento nº 3 de 2005 do Congresso Nacional, para investigar as causas e consequências de denúncias e atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Esclareço que a pauta desta reunião é de caráter administrativo e para entrega e apresentação dos primeiros relatórios parciais.

Eu gostaria de cumprimentar todos os Parlamentares aqui presentes e anunciar a presença do Presidente do Tribunal de Contas da União, Dr. Adylson Motta, que muito nos honra com a sua presença.

Eu gostaria de registrar, logo no início dos nossos trabalhos, aquilo que se refere às sub-relatorias relativas ao IRB e relativas aos Fundos de Pensão. Nós, em função da complexidade desses temas, vamos, ao longo desta semana ainda e no início da próxima, promover reuniões específicas para que venhamos a tratar dos dois assuntos. É importante registrar que, em função do que se discutiu com o Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros, nós contrataremos auditorias específicas para tratar do assunto do sistema financeiro, cruzamento de informações e dos Fundos de Pensão. Isso é fundamental para qualificar o trabalho desta CPMI pelo número de informações que esta CPMI já detém, não só relativas às movimentações bancárias, mas também aos contratos e às quebras de sigilos telefônicos.

Nós, ao longo desta semana e da próxima vamos discutir efetivamente o foco desses dois trabalhos, tanto da sub-relatoria dos Fundos de Pensão – que ficaria com o PFL, com o Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto –, a sub-relatoria do IRB – que ficaria com o Deputado Carlos Willian, do PMDB – e, com isso, vamos construir a pauta das próximas semanas, compatibilizado isso com os trabalhos da auditoria que será contratada. Peço a alguns Parlamentares mais experientes e que já trabalharam em outras CPs, como

o Senador Alvaro Dias, nós gostaríamos de receber sugestões dos Parlamentares sobre as empresas de auditoria, Senador Álvaro Dias, porque precisamos fechar esse assunto nesta semana, sob pena de prejudicar o andamento da nossa agenda, que está atrasada, em função da demora no recebimento de informações fundamentais para o desenvolvimento de uma fase importantíssima para a CPMI, que é muito mais investigativa do que propriamente de grandes oitivas. O compromisso nosso agora é com essa agenda propositiva em função das investigações da CPMI.

Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, apenas relativamente às auditorias, primeiramente, cumprimento-o pela decisão. Acho da maior importância, é um investimento com retorno assegurado, sobretudo, no que diz respeito a uma construção de imagem de eficiência e de responsabilidade do Congresso Nacional.

Eu sugeriria, Sr. Presidente, que V. Ex^a estudasse a hipótese de contratação também de uma empresa para rastrear a movimentação financeira no exterior. Existem empresas especializadas, a experiência demonstra que os resultados são fantásticos, inquestionáveis, o resultado do trabalho dessas empresas ao rastrear a movimentação financeira no exterior. Então, além dessas duas auditorias para fundos de pensão e para movimentação bancária no País, eu sugeriria a contratação, e insisto que vale o investimento, porque o resultado será a valorização do Congresso Nacional na resposta mais eficiente às aspirações da sociedade de que se faça, realmente, uma investigação de profundidade com resultado. Então fica a sugestão para análise de V. Ex^a, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Perfeitamente, Senador Alvaro Dias.

Então, vamos concluir, fazer as sugestões, as propostas das auditorias essa semana ainda, para que, na semana que vem, a Mesa do Senado tenha condições de tomar as providências devidas e numa contratação mais expedita, que é o que nós precisamos.

Vou passar a palavra para o Relator, Deputado Osmar Serraglio, para abrir os trabalhos e a idéia seria, inicialmente, a primeira etapa dos trabalhos, aproveitando a presença do Presidente do TCU, Dr. Adylson Motta; depois a segunda etapa com as apresentações do sub-relatores e suas respectivas assessorias; e depois a aprovação dos requerimentos. Essa é a minha sugestão para o trabalho de hoje, solicitando a V. Ex^{as} que façamos, hoje, uma reunião ágil, rápida para que cumpramos, efetivamente, a nossa agenda, sendo eficientes.

Concedo a palavra o Relator, Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, Sr. Presidente do Tribunal de Contas da União, Dr. Adylson Motta, queremos, inicialmente, não só cumprimentá-lo, como agradecer todo o empenho que o Tribunal de Contas vem empregando no sentido de nos auxiliar e contribuir para que cumpramos o nosso objetivo, que é o de desvendar todas aquelas situações que estão questionadas e que a opinião pública exige que esclareçamos e, mais do que isso, que responsabilizemos todos aqueles que, eventualmente, estejam ou tenham tido práticas inadequadas.

De maneira que agradecemos a presença de V. Ex^a e peço licença para uns breves comentários em relação a alguns aspectos. Um deles, para que tenhamos uma uniformidade de esclarecimentos e de informações.

Tenho sido, reiteradamente, questionado em relação à conduta da nossa CPMI, quanto ao corte que procedemos quando apresentamos o relatório parcial. Por que incluímos ou excluímos certas pessoas? Qual o raciocínio que adotamos para elaboração do relatório? Muito simples, tínhamos um universo de investigação, dentro do qual sequer estava o aspecto relacionado ao mensalão, porque nem havia ainda mensalão quando a nossa CPMI foi criada. Mas, diante das pressões da opinião pública e da evidência de que alguma coisa precisava ser tomada, começamos a investigar. No decorrer da nossa investigação, sobreveio a criação de uma CPMI específica para os assuntos pertinentes ao mensalão. Aí ficou muito claro que nós não tínhamos mais... aquilo que avançamos já, de certo modo, além dos limites nossos, aí ficou de vez clarificado que nós não poderíamos mais prosseguir na nossa investigação.

Fizemos um corte. Que corte? Por que não colocamos certos períodos ou certos outros períodos colocamos? É muito simples, pegamos aqueles assuntos que seriam objeto de investigação da outra CPMI, portanto o envolvimento de Parlamentares com eventuais desvios enquanto exerciam o mandato parlamentar, foi isso que relatamos. Por isso, citamos os Deputados.

Disseram: “Ah, mas o Senador tal não foi incluído”. O que se está questionando em relação ao Senador Eduardo Azeredo, para ser mais claro, é algo relativo à campanha dele em 1998. Isso não significa que essa questão tenha sido posta de lado e não possa ser investigada. Mas não era objeto do relatório, porque o relatório fez um corte sistemático. Isso está muito claro. Atendemos a um critério, somente ultrapassando

o que se imagina que poderíamos começar a incluir em outros exercícios.

Segundo ponto: ontem, o Supremo Tribunal Federal concedeu medida liminar suspendendo a tramitação do processo relacionado àqueles Parlamentares cujos nomes nós encaminhamos. Está muito claro que, em nenhum momento, se questionou a conduta desta CPMI. Ouvi, ainda hoje pela manhã, um Parlamentar na televisão, que dava a entender e transmitia à população a informação de que nós não teríamos dado oportunidade de defesa, o que não é verdadeiro. Todos os Parlamentares foram intimados e todos se manifestaram. Todos tiveram oportunidade de defesa na CPMI, e por escrito, conforme me chama a atenção o Presidente. Todos foram intimados e apresentaram defesa por escrito, a despeito de sequer haver consenso sobre a necessidade ou não, pois é uma instância de inquérito, portanto, não haveria essa necessidade. Repito que, em nenhum momento, a conduta da CPMI está posta no Supremo Tribunal Federal. O que se está discutindo é um aspecto de tramitação na Câmara dos Deputados e que lá terá de ser resolvida.

Terceiro ponto: os relatórios. Sabemos que há uma certa expectativa em torno dos relatórios, inclusive alguns foram até noticiados como se fossem apresentados hoje: o da Skymaster, o da NovaData e outros.

Estamos em um ajustamento final até mesmo de interlocução de informações junto ao Tribunal de Contas da União. Recebemos relatórios da Controladoria-Geral da União, mas teremos de sistematizá-los de forma a que pelo menos uniformizemos as informações que recebemos tanto do Tribunal de Contas da União quanto da Controladoria, pois são eles os técnicos que estão apurando e nos fornecendo as informações. Vamos instrumentalizando, quebrando sigilos, reunindo documentos, ouvindo testemunhas. Nesse contexto queremos apresentar esses relatórios.

Antecipo essa informação porque, na seqüência, perceberão aquilo que, de certo modo, ontem adiantei à imprensa: que hoje não apresentaremos relatórios. Tínhamos, sim, a intenção de apresentar o relatório da Skymaster, mas ouvimos os representantes dessa empresa há apenas dois dias. O da Beta estão para a semana que vem. Todos esses assuntos estão interligados e nós não queremos adiantar, até porque não existe obrigação legal alguma, seria apenas uma exteriorização de parte da CPMI. A CPI em si tem que, se concluída, apresentar um relatório. O relatório parcial é uma opção de conduta, de procedimento da CPMI.

Então, hoje, ao que iremos proceder? No primeiro momento, iremos apresentar – e aí fica uma palavra mais adequada – um relatório gerencial, ou seja, passaremos à CPMI o que estamos fazendo,

nada conclusivo, nenhum relatório com sugestão de procedimentos e de responsabilizações. Isso pode vir a acontecer muito brevemente.

Estamos muito próximos de diversas conclusões, de diversas investigações, que estão sendo procedidas tanto na CGU quanto no Tribunal de Contas da União. Aproveitamos a presença do Presidente do Tribunal de Contas da União para dizer que estamos tentando ajustar a nossa linguagem à linguagem do Tribunal de Contas da União. Por que eu falo isso? Porque o Tribunal de Contas da União, por ser uma instância adiante, o correto seria nós procedermos aqui ao levantamento e encaminharmos para a responsabilização.

O Tribunal de Contas da União já está procedendo àquele levantamento aprofundado de forma que seja próximo do julgamento. Isso demanda mais análise, isso demanda mais tempo. Mas, de qualquer modo, se demoramos mais, o que iremos apresentar será algo muito mais avançado e provavelmente não mereçamos, pelo menos a nossa CPMI, a censura pública que foi posta, não digo se procedente ou não, mas pelo Presidente do STJ há poucos dias, Ministro Edison Vidigal, quando disse que os trabalhos da CPMI são muito incipientes, muito incompletos e que depois causam dificuldades ao Ministério Público ao pretenderem propor as ações.

Essa é a explicação nossa da necessidade de um pouquinho mais de tempo para que apresentemos esse trabalho comum também traduz a nossa preocupação em fazermos esse trabalho conclusivo do Tribunal de Contas porque, quando o tivermos, iremos apresentar também para o Ministério Público junto à CPMI.

Enfim, Sr. Presidente, essas eram as considerações que queríamos fazer, além de chamar a atenção também ao aspecto de que, a cada momento estamos, adensando mais o nosso trabalho. Está aqui a prova, o nosso companheiro, Deputado Carlos Willian, que poderia ter uma CPMI já toda adequada formalmente e que, em vez de ser uma CPMI, vem para dentro da CPMI dos Correios. É uma nova CPMI dentro de uma CPI, da nossa CPMI.

Há o aspecto dos fundos, que é uma nova CPMI e que, só isso, demandaria muito. Estamos acrescentando, a cada dia mais, não nos recusamos, mas também ao mesmo tempo pedimos, de alguma forma, a tolerância e a compreensão daqueles que vêem o nosso trabalho e o nosso esforço, enfim, com certeza, queremos corresponder às expectativas da sociedade.

Muito obrigado, Sr. Presidente, e, com muito prazer, iremos – não sei se me delegou essa atribuição – agora ouvir o Presidente do Tribunal de Contas da União, que, não só nos prestigia, como disse, com a sua presença, mas, acima de tudo, com o trabalho

dos técnicos que estão aprofundando as investigações, cujos relatos, na seqüência, superficialmente – porque são informações ainda reservadas que não podem ainda ser traduzidas em muitos detalhes –, iremos apresentar logo após o sub-relator, Deputado Gustavo Fruet.

Sr. Presidente, eram as minhas considerações.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Carlos Willian.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sr. Presidente, gostaria de parabenizar V. Ex^a e o nosso Relator pelo relatório apresentado à sociedade brasileira, trazendo o que a sociedade quer ouvir e, principalmente, a consciência desta Comissão, em que foram apresentados à sociedade os indícios de 18 Deputados que poderiam ser cassados.

Esta Comissão não cassou nenhum Deputado, mesmo porque não é competência nossa. Agora, aparece em todos os jornais a decisão do Supremo Tribunal Federal, do Ministro Nelson Jobim, que, inclusive, dá uma demonstração de que esta Comissão teve a ética de dar o direito de defesa a esses Deputados.

Não quero manifestar-me sobre a cassação desses Deputados, mas quero deixar a minha indignação contra o Supremo Tribunal Federal por estar intervindo dentro de outro Poder que é o Congresso Nacional da República do Brasil, principalmente esta Comissão. Mesmo porque – e posso até ser responsabilizado por isso – o Presidente do Supremo Tribunal Federal está sob suspeita de entrar com esses assuntos políticos, porque, na verdade, ele está em franca campanha ou para vice-Presidente da República, junto com o PT, do Luiz Inácio Lula da Silva, ou então para Presidente da República dentro do PMDB.

Venho aqui solidarizar-me com V. Ex^a, meu caro Relator, e dizer que o seu relatório é impecável e não necessita de nenhum reparo referente ao que foi colocado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – E, agora, passo a palavra ao Presidente do Tribunal de Contas da União, Dr. Adilson Motta.

O SR. ADILSON MOTTA – Sr. Senador Delcídio Amaral, Presidente da CPMI; Sr. Osmar Serraglio, Relator; meu amigo Deputado Asdrúbal Bentes, Vice-Presidente da CPMI; Deputado José Eduardo Cardozo, Srs. Senadores, Srs. Deputados, em primeiro lugar, quero dizer da grande satisfação em aqui comparecer atendendo a um convite do Presidente Delcídio Amaral e do nosso Relator Osmar Serraglio e também

atendendo a uma solicitação feita por ofício que me foi encaminhada.

Inicialmente, quero dizer da imensa alegria em retornar a esta Casa, embora num momento não muito airoso para o Parlamento, mas uma Casa pela qual tenho o maior afeto e o maior carinho, porque passei aqui, na Câmara, doze anos, mais oito anos como Deputado Estadual e mais vinte como funcionário no Legislativo.

Aqui, atingi os pontos mais importantes da minha vida, quando fui 1º Vice-Presidente da Câmara dos Deputados; por diversas vezes, assumi a Presidência. E há algo que me singulariza aqui: fui o primeiro Deputado a ser Vice-Presidente do Congresso Nacional, em cumprimento ao art. 57, § 5º, da Constituição Federal, porque, durante quatro anos, a Constituição não havia sido observada. Então, a partir da minha eleição para 1º Vice-Presidente da Câmara, levantei uma questão e consegui que a Constituição fosse observada. Isso me deu a condição de Vice-Presidente do Congresso Nacional.

Portanto, tenho todas as razões para ter um grande respeito, um grande carinho pela instituição Parlamento. E, no momento em que vejo uma ação como essa que se está fazendo agora, visando exatamente a melhorar a sua imagem, a sua composição, enfim, tenho a obrigação, como cidadão e também como dirigente de um órgão que tem a obrigação constitucional de prestar auxílio ao Parlamento, de dar a minha colaboração.

É por isso, meu caro Presidente, que estou aqui. Vim trazer um relatório, primeiro, sobre as ações que estão sendo desenvolvidas nos Correios; e um espelho, eu diria, um retrato de todo o trabalho que está sendo realizado pelo Tribunal de Contas. Colocamos aqui – isto é inédito – mais ou menos 10% dos nossos técnicos em função desta CPMI. Pela importância do assunto tratado, pelo interesse que temos no sucesso dos seus trabalhos, coloquei 114 funcionários técnicos altamente qualificados do Tribunal para realizar o trabalho de campo e mais oito técnicos também da melhor qualificação para, diretamente, prestar assessoria à CPMI. Portanto, são 122 funcionários técnicos do TCU que estão à disposição desse trabalho, realizando a tarefa por determinação da Presidência e em cumprimento aos mandamentos constitucionais, que, embora, nos dêem autonomia, dão, ao mesmo tempo, a obrigatoriedade de prestar auxílio ao Parlamento. E é dentro desse espírito que estou aqui.

Para dar uma idéia a V. Ex^{as}, queremos concluir os nossos relatórios até o fim do mês de setembro. Talvez, um ou outro caso precise de mais alguns dias, mas vamos procurar observar esse prazo. Acontece que,

em cada lugar que vamos, o trabalho vai-se ampliando. Por exemplo, nos Correios, a nossa meta era auditar 31 contratos, mas, no decorrer dos trabalhos, esses 31 já aumentaram para 54. Isso aumenta a demanda. Então, temos que trabalhar com mais intensidade ou recrutar mais técnicos para ajudar, o que será feito, se necessário, porque prometi ao Presidente e ao Relator que eu daria todo o apoio, inclusive eu sacrificaria alguma tarefa de rotina do tribunal e deslocaria mais técnicos, se fosse necessário. Mas temos conseguido chegar a um resultado razoável e estamos atendendo, tenho certeza, àquilo que a CPMI espera de nós.

Tenho aqui um ofício em que estou encaminhando esse resultado. Primeiro, tenho um relatório especificamente sobre auditoria nos Correios. Depois, vem uma sobre todos os órgãos auditados. Estou trazendo uma cópia diretamente ao Presidente e estou encaminhando uma para a Ministra-Chefe da Casa Civil, porque o pessoal tem reclamado que eles não estão sabendo, que há muitas coisas com as quais eles poderiam colaborar, que eles teriam de ter conhecimento. Então, resolvi fazer isso e estou tornando clara a decisão nesta CPMI.

Quero fazer um apelo a todos os Senhores, começando pelo Presidente. Embora desnecessário, quero fazer um apelo: como aqui estamos tratando de indícios, muitos dos quais talvez não sejam confirmados numa fase final, eu pediria o máximo de cautela sobre a divulgação desse trabalho, porque uma divulgação antecipada poderá não apenas tumultuar o nosso trabalho como poderá se constituir em uma injustiça, amanhã ou depois, se não for confirmada a veracidade daquilo que foi levantado. Então, peço, inclusive formalmente, aqui, no ofício, que seja mantida uma reserva sobre esses dados, porque, dentro de mais 15, 20 dias, teremos os relatórios definitivos e, com isso, os dados ali contidos estarão totalmente à disposição da CPMI.

Então, com essa ressalva, Sr. Presidente, estou encaminhando o ofício. Se V. Ex^a permitir, até faria a leitura:

“Sr. Presidente, ao cumprimentá-lo cordialmente, encaminho a V. Ex^a, para conhecimento e subsídio desta CPMI, consoante autorização dada pelo Plenário desta Corte, em reunião de 14 de setembro de 2005, e em atenção à solicitação formulada por intermédio do Ofício nº 872, de 2005, da CPMI dos Correios, de 14 de setembro de 2005, relatório consolidado dos indícios de irregularidades detectadas pelas equipes de auditoria deste tribunal, em trabalhos realizados com o objetivo de apurar denúncias de malversação de recursos por entidades e órgãos públicos, veiculadas pela mídia nos últimos meses.

Acerca dos elementos ora remetidos, esclareço que se trata de informações: 1. preliminares, sujeitas à confirmação definitiva por averiguações adicionais das equipes de auditoria; 2. ainda não submetidas, no curso do devido processo legal, estabelecido pela Lei nº 8.443, ao contraditório, como os responsáveis pelos fatos com indícios de irregularidades detectadas; 3. ainda não submetidos à apreciação dos relatores dos respectivos processos ao crivo do Tribunal; 4. de manuseio restrito e de natureza reservada, eis que sua divulgação antecipada pode comprometer a celeridade e o rigor das apurações em curso; 5. cujo uso inadequado é de exclusiva responsabilidade do destinatário.

Ao ratificar a V. Ex^a bem assim ao nobre Relator da CPMI dos Correios, embora consciente da necessidade de informar a esta Comissão o andamento dos trabalhos realizados pela equipe de analistas de controle externo do TCU, encareço a todos os membros desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que evitem a divulgação ostensiva das informações ora prestadas para preservar os trabalhos e evitar constrangimentos, pois, como mencionei, os dados disponibilizados são ainda de natureza preliminar, porquanto indícios de irregularidades.

Informo, por fim, que cópia do relatório em questão está sendo encaminhada também à Exm^a Sr^a Ministra-Chefe da Casa Civil, Dr^a Dilma Rousseff.”

Então, Sr. Presidente, demais componentes da CPMI, peço que me entendam: não venho aqui para dar lições sobre as atribuições do Congresso. Vim aqui apenas para prestar a minha homenagem a esta Casa, pessoalmente entregar essas informações e também dizer que um dos institutos que considero mais respeitáveis e mais fortes do Parlamento é o Instituto da Comissão Parlamentar de Inquérito. Desejo, como todos os brasileiros que acompanham os trabalhos, que tenham realmente um resultado concreto ao final dessas investigações.

Com esse sentido, estamos fazendo tudo o que é possível. Em nenhum momento nos recusamos a prestar auxílio à CPMI. Está sendo prioridade nº 1, dentro dos trabalhos do nosso tribunal, o atendimento às solicitações da CPMI. Basta dizer que existe 1/10 do nosso quadro de técnicos trabalhando exclusivamente em função dos trabalhos da CPMI.

O critério para auditar os órgãos são todos os que foram denunciados aqui, na CPMI, ou por meio da imprensa, ou por meio de outros instrumentos, mas todos os órgãos citados ou denunciados estão sendo alvo de investigação pelo Tribunal de Contas, somando, parece-me que há trinta e três órgãos ou

entidades auditadas, sendo que vários contratos em cada um deles.

Por exemplo, nos Correios, eram 31 contratos que se transformaram em 54. Para dar idéia do que é um contrato, o Banco do Brasil tem um contrato que só nele existem 28 mil notas fiscais.

Então, realmente, esse é um trabalho hercúleo, que requer um esforço excepcional para se poder atender. A Comissão tem prazo restrito para trabalhar, o que queremos observar também.

Meu caro Presidente, com meus cumprimentos pelo trabalho que vem sendo realizado, com o maior respeito do Tribunal de Contas por esta Casa, que devemos constitucionalmente auxiliar, estou aqui para entregar, em mão, aquilo que foi solicitado pela Comissão: um ofício a V. Ex^a, o relatório sobre auditoria especificamente nos Correios. Alguns já estão avançados.

Aqui, uma radiografia completa de tudo o que está sendo feito pelo Tribunal, nas diversas áreas auditadas.

Meus agradecimentos pelo convite para aqui permanecer e meu respeito a esta Casa, que considero uma das grandes conquistas da democracia, que é o Parlamento.

Muito obrigado.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, poderia estender os nossos cumprimentos à lisura, à delicadeza e ao esforço que este Presidente tem demonstrado toda a vez que o Parlamento precisa de alguma informação. Nunca sonheou e nunca deixou de comparecer onde a presença dele é inestimável.

Eu queria cumprimentá-lo e pedir desculpa a V. Ex^a por interromper, porque eu o tenho no coração. É um grande Presidente. S. Ex^a honra o nosso tribunal.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Senador Tuma, fazemos coro a V. Ex^a e aos demais Parlamentares também. Tenho certeza de que pensam da mesma forma.

O Ministro Adilson Motta tem sido exemplar no trabalho, não só à frente dos trabalhos do Tribunal de Contas da União, mas com esse apoio incondicional à CPMI dos Correios.

Creio que nenhuma CPI no Congresso teve o suporte e o apoio que temos hoje do Tribunal de Contas da União, especialmente na figura do seu Presidente, o Ministro Adilson Motta. Para nós, é um orgulho muito grande tê-lo aqui. Gostaríamos, eventualmente, se fosse possível – porque a agenda de V. Ex^a é carregada – que o senhor pudesse permanecer conosco, honrando-nos com a sua presença na nossa reunião administrativa. Isso seria muito bom para todos nós, mas, de qualquer maneira, entendemos a sua agenda.

Se não for possível, não faltará uma próxima vez, porque vamos trabalhar muito juntos.

O SR. ADILSON MOTTA – Quero, primeiro, agradecer a gentileza do Senador Tuma. Tenha certeza de que é recíproco esse respeito e essa admiração.

Quero dizer que estou aqui com quatro técnicos do Tribunal de Contas. Como é uma reunião de trabalho e, talvez, querendo entrar em algum detalhe de ordem técnica, tenho aqui quatro técnicos, além dos que estão à disposição da CPMI, mas quatro que me acompanham e que poderão prestar esclarecimentos complementares àquilo que entreguei a V. Ex^{as}. Eles estão à disposição. Vou ficar aqui mais alguns instantes.

Se V. Ex^a quiser dirimir alguma dúvida, estarão à disposição, se desejar algum esclarecimento sobre alguma matéria apresentada.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Ok, faço questão de registrar não só o trabalho dos técnicos do TCU, que estão lá, nos dando suporte, mas, principalmente, dos técnicos do TCU, que aqui estão, que têm trabalhado aqui conosco diuturnamente e têm feito um trabalho de extrema competência e relevância.

Quero passar agora a palavra para o Relator, Deputado Osmar Serraglio, para que comecemos as apresentações.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, como anunciei precedentemente, agora, por intermédio do Deputado Gustavo Fruet e dos técnicos que o estão assessorando, apresentaremos um relatório, insisto, gerencial, o que significa que é uma prestação de contas da situação atual dos trabalhos que estão sendo realizados.

De forma que passo a palavra ao Deputado Gustavo Fruet.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Obrigado, Sr. Presidente, Sr. Relator.

De forma objetiva, a idéia é dividir a exposição em quatro pontos. O primeiro, como disse o Relator, é um relatório gerencial, ou seja, não se trata de apresentar algo definitivo, conclusivo, indiciamentos ou encaminhamentos. Queremos compartilhar com todos os Parlamentares. E até peço para a assessoria – creio que as cópias já foram tiradas – para distribuir. São dois documentos: o relatório gerencial e as informações dos empréstimos e análise contábil relacionados aos empréstimos do Marcos Valério.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Só pediria à assessoria também que desse cópias suficientes, porque a imprensa gostaria também de ter acesso a essas informações.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Inclusive já...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Pela primeira vez, fui aplaudido nesta CPMI. E não foi por Parlamentar, mas pela imprensa!

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Então, a idéia é mostrar em que fase estão as informações, compartilhar com todos os Parlamentares o que já temos na base de dados, o que já foi tabulado, o que já foi analisado e fazer uma projeção do que falta para as próximas semanas.

Depois, vamos fazer uma observação com relação aos dados dos sigilos telefônicos; Depois, uma apresentação...

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Deputado Gustavo, por favor, poderia sugerir que V. Ex^a sentasse à mesa, talvez fosse mais fácil para todos nós.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – É que vou fazer exposição...

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Está bom.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Eu até agradeceria. Houve um probleminha na exposição, e acho que vamos ter de fazer a projeção ali, na parede mesmo da CPMI.

Por fim, serão feitas duas apresentações: uma, da consultoria com relação à movimentação contábil e financeira.

Quero registrar e agradecer, Sr. Presidente, a presença da Dr^a Wanine Lima, Coordenadora-Geral de Recuperação de Ativos do Ministério da Justiça. Ela está com a equipe que está auxiliando a CPMI no rastreamento do envio de recursos para o exterior, particularmente na conta Dusseldorf, do Sr. Duda Mendonça. E a idéia é que seja feita uma exposição, mostrando em que fase estão essas investigações e quais os cenários possíveis e um tempo possível para que tenhamos o resultado.

Então, pergunto à Regina se podemos começar a projeção. (Pausa.)

Da mesma forma, Sr. Presidente – e queremos ressaltar isto, porque há certas questões que são básicas, mas que têm de ser ressaltadas, para mostrar o grau de dificuldade que foi chegar às informações –, levamos quase 50 dias para conseguir um padrão de acesso aos dados, tanto dos bancos quanto das operadoras de telefone. É a primeira vez no Brasil que uma CPMI quebra sigilo após a privatização com mais de 40 operadoras. O volume de telefones é muito expressivo, e tivemos que padronizar esses dados, para que a base de dados aqui, na CPMI, e o sistema do Prodasen pudessem analisá-lo.

Então, a preocupação é também demonstrar a complicação das operações bancárias e a multiplicação das operações bancárias das empresas do Mar-

cos Valério, o que dificulta em muito o rastreamento da origem e do destino do recurso.

Então, vamos lá!

Pode começar. O relatório gerencial, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Esse é o primeiro exemplo de que a informática atrapalha os trabalhos.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sr. Presidente, de qualquer maneira, como o documento está sendo entregue também, quase todos podem seguir o roteiro enquanto não se acerta a projeção.

A primeira observação é com relação – como já expliquei – ao recebimento dos documentos e mídias das instituições financeiras, a carga desses dados do sistema desenvolvido pelo Prodasen – nós tivemos problemas de consistência nos dados, isso demorou um tempo para ser padronizado – e também a consolidação da análise desses documentos.

Nós já temos de registros de movimentação bancária até o momento, 305.083 movimentações e, adicionalmente, há 91.015 registros relativos a extratos bancários ainda não identificados.

Como informação, para se ter a dimensão das informações, distribuíram-se os registros pelas principais instituições. No caso do Banco do Brasil, são 178 mil informações; do Banco Rural, são 72 mil; do Banco Real, 31 mil; Banco Bradesco, 12 mil e, sucessivamente, apresentamos as informações dos bancos.

Quantidades de contas carregadas no sistema. Já podemos ir para o quarto *slide*.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Gustavo, permita-me uma sugestão, sincronizarmos a fala de V. Ex^a com a apresentação, senão, fica uma coisa...

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Eu pediria à assessoria entregar um relatório ao Presidente e ao Relator, é importante.

As informações financeiras. Temos já carregadas no sistema 178 contas, sendo 116 de pessoas físicas e 62 de pessoas jurídicas. Só para se ter uma idéia, no Brasil há quase 4 mil instituições financeiras. Toda vez que se quebra o sigilo bancário, o Banco Central manda um pedido de informação para todas instituições financeiras. Isso demora tempo. Exatamente, enquanto não há um cadastro. Já começou no mês de julho, mas, dos anos anteriores, não há.

O próximo. Distribuição de contas por bancos. O banco que apresenta o maior número de contas é o Banco do Brasil, com 55 contas e 17 titulares, depois tem a seqüência e o Banco Sudameris, com 40 contas, por meio de três titulares. Demos também especial atenção ao Banco Rural, porque é onde estão concentradas as contas das empresas do Marcos Valério.

Algumas instituições ainda não enviaram todas as informações acerca da movimentação bancária, nós vamos relacionar algumas dessas instituições, destacando que foi estabelecido um prazo até o dia 16, portanto, esta semana, para que as informações sejam entregues.

O Banco Central dispara os pedidos – e aqui tomo muita cautela, ao relacionar os bancos não significa que esteja havendo má-fé, má vontade, que não se alegue risco sistêmico – mas, como as informações às vezes chegam de forma inconsistente, pedimos correção. Então, alguns bancos ficaram de nos mandar os dados. No caso específico do Banco Bradesco, falta uma conta só do Deputado José Dirceu. No caso da Caixa Econômica Federal, por ser também uma instituição pública, tem contas provavelmente de fundo partidário. Então, nós pedimos essas informações, mas sempre destacando que não significa que esteja havendo má vontade, é próprio do volume de informações que foram solicitadas e do pouco tempo que foi estabelecido.

As empresas que já tiveram a maior parte de suas informações carregadas no sistema são as relacionadas. Esse primeiro *slide* mostra todas as empresas pertencentes ao grupo do Marcos Valério e, no segundo *slide*, temos algumas, como a Skymaster, que está sendo objeto de auditoria, e a Garanhuns. Sobre a Bônus-Banval, que é uma corretora, ainda não recebemos as informações. Os correntistas, pessoas físicas constantes na base de dados, estão relacionados, não havendo necessidade de destacar os nomes.

Bom, com relação à movimentação bancária também é auto-explicativo. Esse primeiro *slide* mostra que no período dos últimos cinco anos as empresas do Marcos Valério movimentaram quase R\$5 bilhões e é bom destacar que movimentação bancária não significa faturamento. Às vezes, é transferência de recurso dentro da própria empresa ou, às vezes, é intermediação de negócios feitos pela agência.

Nesse *slide*, mostramos a movimentação das principais empresas. Verifica-se que se concentram os recursos na DNA e na SMP&B e, a partir dos anos 2000, 2001 e 2002, temos o total de movimentação, destacando que se trata, ainda, de uma apresentação parcial, porque não temos todas as empresas de que o Marcos Valério foi sócio carregadas no sistema. Priorizamos as que têm a maior movimentação financeira e bancária, mesmo porque algumas já foram até desativadas.

O Coaf é outra questão, é com relação à movimentação de cheques. Aqui é movimentação bancária, às vezes dentro da própria empresa.

Há um salto considerável na movimentação a partir de 2003. Então, nesse período de 2003 a junho de 2005 – e temos, praticamente, os dados até maio de 2005 –, há uma movimentação próxima de R\$3 bilhões, conforme se verifica no gráfico anexo: 2003, 2004 e maio ou início de junho de 2005.

Na sequência, temos a movimentação bancária, pessoa física, Marcos Valério e Renilda, de 2000 a 2002; e, depois, um *slide* de 2003 a 2005.

Por brevidade, como todos estão tendo acesso aos documentos, vou deixando de destacar os detalhes.

Na sequência, as aplicações financeiras das empresas, também mostrando a diferença de investimentos a partir de determinado período.

E começamos, agora, com os maiores depositantes das empresas de Marcos Valério. Aqui também, com muito cuidado, não se trata de juízo, não se trata de julgamento e até, ao final, vamos fazer uma sugestão de análise dos contratos privados, porque os contratos públicos em boa parte já estão sendo auditados pelo Tribunal de Contas da União. Então, por ordem de depósitos, temos lá o Banco do Brasil, as operadoras de telefone, a Visa Net, GDF, Eletronorte e Tesouro Nacional. Depois, na sequência, temos também outros contratos públicos e privados.

Outro dado que já levantamos diz respeito aos depositantes. São números parciais também, dando o valor do lançamento, porque é interessante, na análise contábil do Marcos Valério, que ele tem 75 contas em nove bancos. Então, ele tem contratos diferenciados com vários órgãos públicos, com várias empresas privadas e não significa que o dinheiro ou a agência que fez o contrato fique com o recurso. Às vezes entra no depósito da conta da agência, por exemplo, a DNA, mas esse recurso acaba sendo transferido para a SMP&B ou entra na Graffiti e é transferido para a DNA, ou seja, há uma transferência de recursos muito grande.

Então, fizemos aqui esse dado. Depois, quem quiser vai ter possibilidade de acesso.

Aqui, é uma outra linha de investigação. Existem muitas transações entre as agências, principalmente a partir de 2003. Também insisto: não se trata, aqui, de juízo, para evitar qualquer pré-julgamento ou uma avaliação irresponsável na divulgação desse dado. Trata-se da transferência de recursos entre as agências de Marcos Valério e outras agências de publicidade que, por vezes, compartilham contratos com os mesmos órgãos públicos do Governo. São números parciais.

Na sequência – podemos passar os dois *slides* –, temos os depositantes específicos nas contas do Marcos Valério.

Eu chamo a atenção para mais ou menos guardarem essa ordem, porque vai ser importante quando o Emanuel for fazer uma apresentação da análise financeira e contábil das empresas do Marcos Valério.

Também aqui, não se trata de um juízo, mas só uma informação da movimentação bancária. Os maiores depositantes fora das empresas públicas, que estão sendo investigados, são esses em algumas das empresas do Marcos Valério. As primeiras são construtoras, operadoras de telefone, distribuidora de petróleo, empresas de comunicação e, na sequência, são relacionada mais cinco ou seis empresas.

Com relação aos parceiros na análise financeira, mais uma vez quero registrar o Presidente do Tribunal de Contas da União, o apoio de toda a equipe, a auditoria que está sendo realizada, o trabalho da Receita na análise fiscal, da Secretaria Nacional de Justiça, do Coaf, do Banco Central e Polícia.

O segundo dado que queremos compartilhar, hoje, diz respeito aos sigilos telefônicos. Nós já temos, na base de dados, 2,841 milhões de registros de chamadas. Desses registros, por operadora, até agora o que nós temos mais carregados são a Telmex e a Telemar. Até agora, nós já temos investigadas 3.181 linhas telefônicas. É a maior base de dados em uma CPI. O número de investigados é de 36. O que significa isso? As empresas têm um número enorme de telefones e as pessoas físicas, além de terem telefones fixos, têm vários números móveis e, ao longo do período, esses números foram sendo transferidos. Nós, então, temos que ter uma cautela pelos...

O SR. (Orador não identificado) – Oficialmente, não existe a Operadora Telmex. Existe a Claro que é controlada pela Mexicana. É a Claro – deve ser isso aí – ou a Embratel. O que é esta operadora?

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Nós temos, na relação da Anatel, Telmex e Minas. É a informação que nós temos. O Amadeu pode ajudar a esclarecer, mas eu vou verificar, Jorge. Nós veremos na sequência para esclarecer, sem problema.

Mas o cuidado que nós estamos tendo é com o seguinte: quando falamos em linha telefônica, e é bom destacar isso, o trabalho que a equipe coordenada pelo Amadeu, do Prodasen, está tendo é de depurar as informações, porque se nós pegarmos uma pessoa, num prazo de 4 ou 5 anos, ela, às vezes, mudou vários telefones e, na hora em que se pega o registro daquele telefone, nós temos que ver o período em que ele estava sob a propriedade do investigado, porque aquele mesmo número também mudou de proprietário ao longo dos anos. Então, nós temos que ter um cuidado imenso, porque às vezes surge um dado de uma ligação naquele telefone, dá a impressão de que

tem uma informação bombástica e a gente vai analisar e verifica que mudou de proprietário. Então, essa filtragem, essa depuração já está sendo feita.

Nós já temos, então, de linhas telefônicas identificadas, 108 mil; mídias em processo de carga para mostrar que ainda não temos os dados carregados de boa parte das operadoras. Estão aí os exemplos da Embratel, Vivo, Americel, Claro e outras como a Telemix Celular, Brasiltelecom, Telefônica e GVT. Ou os dados não chegaram, ou chegaram e estão sendo padronizados para o sistema, ou já estão carregados mas nós estamos fazendo essa correção para evitar que corra esse risco. De qualquer maneira, mesmo posteriormente, nós temos que ter essa avaliação para evitar qualquer problema.

O nome dos investigados – e, aqui, nós fizemos alguns dados também sem emitir juízo, só para demonstrar uma primeira avaliação que foi feita nos últimos dois dias. Com essa base de dados, nos próximos dias e semanas, nós teremos uma capacidade de análise muito rápida e várias linhas de investigação. Podemos investigar por dia, por região, por pessoa, entre empresas, por datas, por telefones recebidos e chamados, porque, nessa base, também temos o seguinte: não só o número que recebeu, mas o número que chamou, ou seja, nós podemos investigar dos dois lados.

Então, aqui, por exemplo, sem entrar em qualquer juízo, são chamadas internacionais originadas de alguns dos telefones já carregados, de algumas das pessoas que estão sendo investigadas. Então, é auto-explicativo.

Na sequência, nós temos chamadas internacionais recebidas, ou seja, pessoas que ligaram para os números dos investigados. Aqui, também, é auto-explicativo. Tem alguns dados interessantes mas, neste momento, não se pode, ainda, emitir juízo.

Aqui, principalmente a partir de 2003, porque as operadoras mudaram o sistema a partir de 2003. Então, esse dado já está completo, é mais rápido. De 2002 para 2000, nós vamos precisar, ainda, de uma nova carga de informações.

Por exemplo, chamadas recebidas da Presidência da República – e, por favor, não se trata de juízo. Nós pegamos o número identificado e relacionamos alguns dos nomes e algumas das ligações. Chamadas originadas também é auto-explicativo.

Na sequência, nós temos chamadas recebidas por Ministérios. Depois, para quem tiver interesse, nós temos Ministério por Ministério, data e cada um dos investigados. Aqui é um balanço parcial, somando alguns dos Ministérios. Por exemplo, tem lá Ministério do Trabalho, Ministério da Fazenda, Ministério das

Comunicações, Ministério da Justiça. Portanto, não se trata também de...

O SR. (Orador não identificado) – É o PABX, Gustavo? Isso aqui, Presidência da República, é o PABX? O que é isso?

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Perfeito. Não, tem, já, identificação.

É evidente que quando falamos em Presidência da República pode ser desde a portaria até o gabinete da Presidência. Então, isso está sendo identificado também, por isso que não se trata de nenhum juízo neste momento.

Depois, temos chamadas recebidas por Prefeituras. Nós temos, lá, a relação das Prefeituras e está sendo feito o cruzamento.

Depois, nós temos, especificamente – chamo atenção –, chamadas recebidas pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e, da mesma forma, chamadas originadas pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Depois, uma mais específica: Eletronorte. E aqui, só pra chamar a atenção, é impressionante como o nome de Maurício Marinho aparece em várias empresas que não são, necessariamente, ligadas aos Correios. Enfim, está sendo investigado o porquê disso.

Então, nós colocamos, por exemplo, a Eletro-norte, depois a Eletrobrás Termonuclear, Eletronuclear, recebidas e chamadas; depois, nós temos, pelas Centrais Elétricas Brasileiras, originadas e recebidas, e colocamos algumas empresas só para mostrar o grau de informação que nós podemos tirar de todas as ligações. Então, tem lá, por exemplo, da construtora Norberto Odebrecht, OAS, BrasilTelecom – chamo a atenção, de novo, para o Maurício Marinho –, originadas também.

Depois, nós temos mais informação, mas é que também não houve tempo hábil de se colocarem todos os dados nos *slides*. Aqui, são do Banco Rural e de uma empresa que chama muito a atenção, Internet Group do Brasil. Nós não temos informações sobre a empresa. O Instituto de Resseguros do Brasil, chamadas recebidas pela Telemar e também originadas, norte e leste, e chamadas da empresa Duda Mendonça, recebidas e originadas. Mas é pra mostrar o grau de análise que pode ser feita.

Até, nesse sentido, eu estou passando, agora, para o Presidente, a primeira mídia: um CD com esses 2,8 milhões de registros e, da mesma forma, ao Relator, dizendo que estará à disposição dos Deputados e Senadores, se quiserem ter acesso a todos esses dados, podendo fazer todo tipo de cruzamento, porque esta primeira apresentação que foi feita com o trabalho do Amadeu, nos últimos dois dias, é uma pequena

avaliação, uma pequena demonstração do que pode ser investigado e analisado. Então, esta é a primeira mídia que está com essas informações.

Registro, também, que na questão da análise contábil e financeira, a CPMI recebeu do Banco Central, em resposta ao ofício que foi encaminhado em 25 de julho, uma análise do processo de supervisão, particularmente dos empréstimos feitos às empresas do Marcos Valério e ao PT pelo Banco do Brasil, Banco Rural e BMG, sendo que, ao final, aponta-se que considera-se o eventual descumprimento das normas regulamentares que disciplinam a concessão de empréstimos como garantias insuficientes, renovações sucessivas e incapacidade de pagamento. E isso por quê? Está ficando cada dia mais claro – e o Emanuel vai fazer essa apresentação com relação à análise contábil e financeira – que boa parte dos recursos que alimentaram uma conta no Banco Rural para pagar às pessoas indicadas pelo Delúbio vêm de uma conta específica da SMP&B, também no Banco Rural, em Belo Horizonte.

Esta conta, nós estamos investigando se ela recebeu o total de R\$55 milhões emprestados. Por quê? Porque quando o Marcos Valério emprestava o dinheiro, ele entrava ora nas contas da agência DNA, ora nas da Graffiti e ora nas da SMP&B. Parte desses recursos ele passou para uma conta específica da SMP&B no Banco Rural, para transferir para a conta do Delúbio, que ele chama de “caixa cheque enviado”. Essa conta, que teoricamente recebeu R\$55 milhões, recebeu também mais R\$200 milhões.

Estamos rastreando, agora, o destino desse recurso e estamos rastreando, agora, a origem desse recurso. E por que isso? Para chegar na análise financeira que será apresentada pelo Emanuel, foram analisadas mais de 40 mil movimentações bancárias. Não há um elo direto entre um recurso que entra de um banco, de uma agência, de uma empresa, para o recurso que é sacado por uma pessoa indicada pelo Delúbio. Seria até uma ingenuidade imaginar que haverá uma conexão tão precisa, diante do volume das movimentações bancárias e financeiras.

Então, qual é a nossa base de informação? Os dados financeiros e bancários, a contabilidade entregue pelo Marcos Valério e os contratos de empréstimo bancário. O que está faltando? Precisamos de uma quarta linha de informação, que são os dados que foram apreendidos pela Polícia Federal, por meio da agência SMP&B, os HDs das funcionárias Simone e Geisa, e os dados apreendidos com o contador do Marcos Valério, o Prata, em Belo Horizonte. São mais de 20 HDs. A Polícia Federal está fazendo a perícia desse material.

Precisamos dessas informações porque é possível que possamos encontrar a verdadeira contabilidade, ou outras fontes de informação com relação aos depósitos e com relação ao destino, porque é pouco provável que não tivesse esse controle. Mas, desde já, e aqui é uma sugestão que fiz ontem ao Relator e ao Presidente, para que possamos analisar a origem dos recursos privados, é necessária uma auditoria nos contratos privados. Já pedimos, por achado de auditoria, os contratos de maior valor feitos entre empresas privadas e as empresas do Marcos Valério. Algumas empresas já nos mandaram os contratos e, a partir daí, a idéia é estabelecer uma análise desses contratos.

O segundo ponto para que chamo a atenção é que o primeiro empréstimo feito pelo Marcos Valério para, segundo ele, emprestar para o PT, foi feito no dia 24 de fevereiro de 2003, no BMG, no valor de R\$12 milhões. Porém, o primeiro pagamento que o Marcos Valério faz a pessoas indicadas pelo Delúbio ocorreu no dia 09 de janeiro de 2003, anterior, portanto, ao primeiro empréstimo. Entre o dia 09 de janeiro de 2003 e 19 de fevereiro de 2003, ele destinou quase R\$1,5 milhão às pessoas indicadas pelo Delúbio. Na sequência que os empréstimos vão sendo realizados, fica evidente.

Aqui, Presidente, V. Ex^a sabe que evito partir para opinião, pois trabalho muito mais com a informação, estamos trabalhando em duas linhas. Primeira: os empréstimos foram feitos para não serem executados. Isso fica cada dia mais claro pela fragilidade nas garantias dadas, o que é objeto de fiscalização por parte do Banco Central.

Então, temos que investigar se eles foram feitos para não serem pagos e o Marcos Valério serviu de facilitador ou intermediador de interesses dos bancos junto ao Governo, processo esse que foi abortado - se fosse para ser realizado, seria um projeto de médio e longo prazo -, e a outra linha, e aqui o Ministério da Justiça está-nos ajudando, é a possibilidade de existência de recursos no exterior. Portanto, houve uma compensação para viabilizar a liberação desse recurso com compensação lá fora - mas falo isso, por favor, como opinião, uma linha de investigação.

Estamos trabalhando, mas é para mostrar a fragilidade dos empréstimos e deixar bem claro: não há empréstimo entre o Marcos Valério e o PT. Não poderia ter empréstimo entre o Marcos Valério e o PT, porque, se tivesse, caracterizaria alguns crimes. Ele não é instituição financeira, não poderia estar fazendo isso e, no mínimo, seria uma agiotagem. Então, não existe empréstimo do Marcos Valério para o PT ou para o Delúbio, para não generalizar. Existe, sim,

uma transferência de recursos e agora temos que investigar essa origem.

No caso da origem, ao final, são linhas de indiciamento e podemos apontar, pelo menos: falsidade ideológica, corrupção passiva e ativa.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Deputado Fruet, V. Ex^a me permite um pequeno aparte?

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Pois não, Senadora.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Nessa questão dos empréstimos que não são para serem pagos, acho que, no depoimento da Presidente do Banco Rural, Kátia Rabelo, ficou visível que isso era mesmo um procedimento. Não tem o que explique, em termos bancários, um empréstimo feito em 1998 que, em fevereiro de 2003, tinha um débito de R\$14 milhões para ser pago, o banco aceitar receber apenas R\$2 milhões. Menos de 40 dias depois, estava realizando novamente empréstimos, nessa mesma modalidade, com um cliente que ficou, de 1998 a 2003, sem pagar efetivamente o empréstimo contraído. Quando pagou, o fez por um valor absolutamente simbólico. Devia R\$14 milhões e pagou apenas R\$2 milhões.

A questão desses empréstimos que não são empréstimos, efetivamente, vai exigir da CPMI uma profunda investigação. Deixo aqui consignado algo importante: que o requerimento, aprovado há bastante tempo, de retroceder a quebra do sigilo bancário das empresas de Marcos Valério a 1997 ainda não foi operacionalizado. Poderemos, então, identificar esse tipo de procedimento. Já solicitamos ao Presidente que agilize esse requerimento, para que possamos fazer o cotejamento da maneira de operar desses empréstimos que, na realidade, não o são. Cada vez vai ficando mais caracterizado que não são empréstimos. A presidente também deixou no ar que Marcos Valério prestava algum tipo de serviço por conta desses empréstimos que não são empréstimos, empréstimos que não são para serem pagos. Creio que é muito importante. Gostaria de fazer esse registro para podermos avançar.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio – PMDB – PR) – Chamo a atenção da ilustre Senadora. Gostaria que V. Ex^a me passasse essa informação para que cobremos da assessoria o que está acontecendo. Fazemos questão de que a matéria que foi aprovada pelo plenário seja instrumentalizada.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Relator, já tivemos oportunidade de tratar diretamente. Uma série de providências já foram tomadas. Vários requerimentos não tinham, ainda, sido expedidos. Esse, da quebra de sigilo retroativa até 1997, fiz questão de citar porque é de fundamental importância para compreendermos a maneira de operar por meio de empréstimos

que não são empréstimos. São, provavelmente, trocas de serviços outros. Precisamos identificar que outros serviços são.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Só para concluir, Sr. Presidente.

Portanto, tráfico de influência, crime contra a ordem tributária e crime contra o Sistema Financeiro Nacional. Além do mais, está caracterizada a lei de improbidade administrativa. No que vai pegar? Ao final, parece-me que o Marcos Valério é quem vai pagar essa conta, pois não tinha a garantia de empréstimo, com quem quer que seja, na ponta; no entanto, juridicamente, foi o responsável, lá atrás. Surpreende-nos – e estamos com esses depoimentos à disposição da CPMI – que, em determinado momento, ele coloque como garantia de pagamento para o BMG uma declaração de Delúbio Soares de que assumiria o pagamento. Delúbio e Genoíno foram os avalistas dos empréstimos realizados para o PT. Se forem executados, evidentemente, correrão o risco de terem os seus bens, mesmo que poucos, bloqueados.

Nesse sentido, Sr. Presidente, para concluir – a questão criminal já está sendo estudada para encaminhamento ao Ministério Público –, temos de enfrentar uma questão: o prazo de encerramento para a CPMI. Há, pelo menos, quatro linhas de investigação que vão demandar tempo. Não é porque não queiramos, mas será necessário.

Primeiramente, temos de definir até a semana que vem, se possível, toda a quebra de sigilo. Leva, às vezes, de 30 a 60 dias para termos as informações. Hoje, estamos listando uma série de pedidos de quebra de sacadores identificados. São quase vinte sacadores identificados, nessa conta que recebeu R\$200 milhões. Não temos, ainda, indícios de como foi utilizado esse recurso, mas justificam a quebra de sigilo.

Em segundo lugar, a quebra de sigilo de algumas empresas que aparecem como intermediárias entre a SMPB e a conta que abastece as pessoas indicadas por Delúbio. Pode ser uma mera triangulação de cheques, mas pode ser, também, a origem dos recursos. Então, para evitar prejulgamento, como também para evitar que não se investigue, estamos pedindo, hoje, a quebra de sigilo de algumas empresas com essa justificativa.

Em terceiro lugar, necessariamente, devemos ter algumas auditorias, ainda que montando equipes próprias. Nossa equipe é competente; trata-se de um pessoal eficiente. Não é o número de pessoas que vai dizer se o trabalho será mais rápido ou não. Precisamos de um número pequeno, competente, qualificado, que conheça. E a equipe sabe fazê-lo, mas está sobrecarregada. Na hora em que chegarem os dados

dos fundos de pensão – que é um volume brutal de informações –, corre-se o risco de engolir esta CPMI. É uma investigação que vai demandar tempo.

Da mesma forma, a autoria dos contratos privados, vai demandar, seguramente, de três a seis meses. É um tempo que pode ser posterior à CPMI.

Por fim, perícia contábil e as perícias da Polícia Federal, que, em uma situação normal, levam de um a dois anos. Da mesma forma, devemos ter compreensão para com o Ministério da Justiça. Por exemplo, sem entrar no mérito, só agora a conexão das contas do ex-Prefeito de São Paulo estão sendo identificadas; ou seja, é um trabalho que às vezes pode levar de três a cinco, seis anos. Então, temos que ter clareza onde podemos chegar, onde vamos chegar, mas precisamos saber que alguns desdobramentos serão inevitáveis numa investigação dessa natureza.

Só para informação, só para se tentar quebrar a conta Düsseldorf do Duda Mendonça, são necessários pelos menos dois meses. Essa conta, como V. Ex^{as} vão ver hoje, foi abastecida por várias empresas e vários bancos secundários em paraísos fiscais. Ou seja, até se levantar toda a conexão vai levar muito tempo, como vai ser demonstrado aqui hoje.

O objetivo, Presidente, neste relatório gerencial, era compartilhar as informações com os parlamentares, com a sociedade, deixar claro que o trabalho da equipe está indo de forma consistente, nas duas últimas semanas de forma mais rápida, porque estamos tendo acesso às informações. Mas, para qualificar o trabalho, temos que ter pressão e firmeza, o que vai exigir pelo menos mais uns 30 dias, 40 dias, para que se possa fechar, como V. Ex^{as} vão ver na demonstração do Emanuel.

Por fim, já que o Presidente foi tão gentil hoje com a imprensa, como é do seu feitio, fica a critério de S. Ex^a, já que está a cargo de S. Ex^a agora o CD dos sigilos telefônicos para eventual divulgação.

Era o que tinha a dizer, Presidente. Obrigado.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – V. Ex^a poderia me dar um esclarecimento, Deputado?

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Posso.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Claro, Senador.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Cheguei atrasado à leitura do seu relatório, mas lhe pergunto se a técnica de despistamento feita pelo Marcos Valério inclui o seguinte: uma cadeia de contratos; banco simulou empréstimo para ele; empresas privadas que não as dele fizeram contrato, simularam um contrato de publicidade com ele, e essas empresas

teriam contratos com órgãos estatais. Não haveria um encadeamento assim?

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Poder ser, essa é uma das linhas de investigação. No caso dos contratos públicos, já está sendo auditado pelo Tribunal de Contas; no caso de alguns contratos privados, a sugestão é que ou se monte uma outra equipe ou eventualmente se parta para uma auditoria para fazer o rastreamento. V. Ex^a vai ver a dificuldade agora, Senador, com a apresentação do Emanuel para se chegar nas contas, na origem desses recursos.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sr. Presidente, só para colaborar.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Concedo a palavra ao Deputado Carlos Willian.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Quanto a essa forma feita pelo Marcos Valério, já foi comprovado que, em Minas Gerais, lamentavelmente, o meu Estado, houve um projeto desse processo. Inclusive, o pagamento ao mesmo banco, que é o Rural, não foi feito ou foi pago um valor pequeno para não caracterizar que não se pagou nada; e o banco jogou isso nos seus prejuízos, o que a legislação permite. Aliás banco nunca perde nada. Então, gostaria de solicitar a V. Ex^a, se eu puder fazer isso verbalmente, para que possamos ter isso de uma forma mais rápida, a legislação específica que permite que o banco jogue no seu prejuízo os empréstimos não pagos. Seria só isso.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Gostaria só de registrar, encerrada a apresentação do Deputado Gustavo Fruet, sobre a absoluta necessidade, Senador Jefferson Péres, respondendo também a pergunta de V. Ex^a, que deliberamos ainda esta semana sobre a contratação pelo Senado de uma auditoria especializada para nos ajudar nessas investigações, porque isso é absolutamente importante. Se não fizermos isso, pelo número de imfornações e pela complexidade dessas operações por meio de instituições ou mesmo com conexões internacionais, nós entendemos que é absolutamente fundamental a contratação de uma auditoria especializada pelo Senado Federal para nos dar o suporte e, ao mesmo tempo, queimar etapas, ou seja, economizar no tempo da CPML, objetivando aquilo que é efetivamente importante investigarmos.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Isso é trabalho para profissionais.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Então, ao longo ainda desta semana, já definiremos a empresa, para que ela nos auxilie, nos dê o recurso e a *expertise* necessária, em função da complexidade desses dados que foram informados e desses indícios, que já aparecem de forma muito consistente nessa apresentação gerencial.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Se me permite, gostaria de fazer algumas perguntas ao Deputado Gustavo Fruet.

Nós temos a possibilidade de fazer a avaliação dos contratos das empresas estatais e do Governo Federal. É por aí que estamos trabalhando. Algumas empresas privadas são grandes depositantes, com relação às quais já tomamos iniciativas inclusive de quebra de sigilo: a Telemig Celular, a Visanet e a Amazônia Celular.

Temos ainda outras empresas e, pelo relatório, ficou claro que outros órgãos públicos não federais também são grandes depositantes, como é o caso da Terracap, no GDF, e do Governo de Minas Gerais.

Então, quero saber se vamos tomar a providência de fazer essa investigação nessa amplitude dos depositantes como um todo, porque penso que essa é uma decisão também que exigirá de nós um posicionamento.

Além disso, o Deputado Gustavo Fruet falou em termos gerais das empresas. Nós vamos reservar? Nós vamos explicitar? Eu queria saber quais seriam. Essas são as duas perguntas que eu teria a fazer.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

Eu queria apenas solicitar vênua a V. Ex^a no sentido de que o Emanuel concluísse essa análise financeira. Posteriormente, então, ficaria reservado o prazo para a apresentação dos esclarecimentos à Senadora Ideli Salvatti, só para que pudéssemos fechar o raciocínio.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Perfeito.

Então com a palavra o Emanuel, para nós concluirmos esse item da pauta.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – A Dr^a Wanine Lima é do Ministério da Justiça, e eles estão com problema de horário, de forma que eles poderiam fazer a exposição da questão da conta Dusseldorf, e depois o Emanuel da movimentação bancária.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Então nós vamos apenas inverter a pauta.

A Dr^a Wanine vai fazer uma apresentação rápida sobre a questão da conta Dusseldorf, que foi bastante debatida no depoimento do publicitário Duda Mendonça, e aí o Emanuel faria a complementação das informações do Deputado Gustavo Fruet.

Com a palavra a Dr^a Wanine, do Ministério da Justiça.

A SRA. WANINE LIMA – Srs. Parlamentares, cumprimento a todos na pessoa do Presidente da Comissão.

O Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional é subordinado à Secretaria Nacional de Justiça, e somos a autoridade central para a execução e coordenação da cooperação jurídica internacional.

Portanto, os pedidos de auxílio para a obtenção de...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Eu pediria para aumentarem o volume, porque a maioria das pessoas não está ouvindo bem.

A SRA. WANINE LIMA – Os pedidos de auxílio mútuo para a obtenção de evidências no exterior...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Dr^a Wanine, um pouco mais de...

Está dando microfonia.

Dr^a Wanine, por favor.

A SRA. WANINE LIMA – Eu peço desculpas. Eu também estou rouca. A minha voz deve estar atrapalhando também.

Os pedidos de auxílio mútuo passam pela autoridade central para a cooperação jurídica internacional, que, no Brasil, é o Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional.

Nós recebemos, na última sexta-feira, dois pedidos relativos a esse caso. Um deles foi elaborado pela Polícia Federal e outro pelo Ministério Público Federal.

Há duas diferenças básicas com relação aos pedidos, porque, no pedido do Departamento de Polícia Federal, consta a abertura de contas titularizadas pelas seguintes pessoas físicas e jurídicas: Düsseldorf Company Ltda., no BankBoston Internacional da Flórida, Estados Unidos; conta do Sr. José Eduardo Cavalcanti de Mendonça, no BankBoston International em Nova York; conta titularizada por Zilmar Fernandes da Silveira no BankBoston de Nova Iorque; conta da GD Internacional Corp, no BAC Florida Bank; conta da Deal Financial Corp, também na Flórida; conta Canton Business Corp, também em Nova Iorque; conta do Banco Rural Europa S. A., em Nova Iorque; conta da Trade Link Bank, em Grand Cayman, mantida no Banco Standard Chartered; e conta em nome da Esfort Trading, mantida no Banco do Estado do Rio Grande do Sul, agência Grand Cayman, que, por sua vez detém uma outra conta no Citibank em Nova Iorque.

O Ministério Público Federal acrescentou uma série de pessoas físicas, que são as seguintes, contas que eles consideram ligadas ao publicitário Duda Mendonça: uma conta titularizada por José Eduardo de Mendonça; uma conta de Zilmar Fernandes da Sil-

veira; uma conta de João Santana Filho; uma conta de Armando Correia Ribeiro; uma conta de Rita de Cássia Santos Moraes. Todas elas no BankBoston em Nova Iorque. Uma conta chamada Eleven, no Citibank da Suíça, em Zurique. E uma conta da Harry Tate Finance Trust, no Citibank de Nova Iorque.

Portanto, o Departamento de Recuperação de Ativos, como recebeu pedidos que têm divergências, vai enviar ambos ao Departamento de Justiça dos Estados Unidos, para que, na forma do acordo de assistência mútua que o Brasil tem com os Estados Unidos, sejam quebrados os sigilos dessas contas e sejam remetidas as evidências para o Brasil.

Uma das grandes preocupações já externadas pela subrelatoria é a respeito dos prazos para a remessa desses documentos para o Brasil. Essa remessa não costuma... o tempo da investigação, podemos dizer, não é certamente o tempo da CPMI. Nós temos de lidar na Cooperação Jurídica Internacional com uma dificuldade inicial básica, que é a de demonstrar a legitimidade da investigação brasileira e a competência das autoridades que estão solicitando essas providências.

Nesses pedidos, estabelecemos a linha de investigação que está sendo seguida, esclarecemos os prováveis artigos da lei penal infringidos no Brasil, e são enviadas cópias da legislação brasileira traduzida. Todos esses documentos estão em processo de tradução, iniciado na segunda-feira, com previsão de término para amanhã. Assim que estiverem traduzidos, serão remetidos, via fax, para o Departamento de Justiça dos Estados Unidos.

No entanto, devemos considerar que haverá um tempo de análise pelas autoridades norte-americanas, um tempo para que façam um procedimento de determinação para que os bancos apresentem esses documentos, e ainda um outro período, o que os bancos demoram para produzir esses documentos.

Um outro aspecto é que boa parte desses dados costuma vir não em meio eletrônico, como seria desejável sempre. Quanto mais remotas as evidências, maior é a possibilidade de que venham em papel. Isso vai também depois dificultar um trabalho de perícia que deverá ser realizado para que a investigação defina, sobretudo, a origem dos valores que abasteceram essas contas.

Outro aspecto a ser esclarecido é que os pedidos estão sendo feitos no âmbito das investigações da Polícia Federal e do Ministério Público naquele processo que corre no Supremo Tribunal Federal. Não temos experiências com pedidos de CPI que tenham sido atendidos. Normalmente, os outros países... Temos experiência, por exemplo, de o Uruguai ter-se recusado a receber um pedido de CPMI porque não reconhece no

seu direito interno um instituto semelhante. Portanto, a maior viabilidade para a vinda dessas provas é por meio dos pedidos que estão no Judiciário.

Depois, poderíamos analisar um pedido de compartilhamento dessas provas com a justiça americana para a CPMI.

Temos uma apresentação aqui a respeito do trabalho que o DRC desenvolveu considerando documentos que a CPMI nos apresentou, sobretudo aqueles entregues por Duda Mendonça a respeito de certos depósitos na conta Düsseldorf, e também colocamos algum material que dispúnhamos da investigação do Banestado em meio eletrônico. Nesse sistema que o Dr. Marcelo Stopanovisk vai explicar com maior clareza e competência do que eu poderia fazer. São feitos encadeamentos e teias de relacionamentos que tornam mais fácil a compreensão, sobretudo quando tratamos de grande volume de depósitos, enfim, de movimentações financeiras.

Portanto, o Dr. Marcelo Stopanovski vai falar a respeito desse trabalho.

O SR. MARCELO STOPANOVSKI – Obrigado, Dr^a Wanine Lima. Cumprimentando o Presidente, Senador Delcídio Amaral, cumprimento a todos os Senadores e Deputados presentes.

Fizemos um estudo a partir de informações passadas pelo depoimento do Sr. Duda Mendonça e as colocamos em gráficos para facilitar a compreensão. Por meio de uma série de cruzamentos de informações com operações antigas, estamos possibilitando um maior embasamento dos pedidos de quebra de sigilo internacional.

Na próxima tela, temos o foco desse trabalho, que é, mais ou menos, uma lista das empresas que aparecem em toda a discussão da CPMI e, então, trabalhamos nesse foco, onde, a partir do momento em que Duda Mendonça diz que existem valores no exterior e que ele recebeu pelo exterior, o Ministério da Justiça acionou, por meio da Secretaria Nacional de Justiça, o Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional.

Então, o foco foi a partir da Empresa Düsseldorf Company e, na próxima tela, verificamos as relações. E, na sequência, podemos verificar o nosso foco de análise e começaremos a ver, nas próximas telas, um resumo do material entregue pelo Sr. Duda Mendonça, onde a conta da Düsseldorf aparece como centro, e uma série de outras contas fazem depósitos nela naqueles valores; algumas inclusive com nome não identificado naquele material.

Na próxima tela, podemos verificar essa distribuição no tempo, uma distribuição de valores totais. A Düsseldorf Company, então, recebe US\$3 milhões,

principalmente do Trade Link Bank e de uma série de contas desconhecidas. A Trade Link Bank aparece nos pedidos então lidos pela Dr^a Wanine nesse momento, com o pedido de quebra de sigilo para ela.

A próxima tela mostra o ano de 2003 e como isso está distribuído no tempo, com fortes focos no mês de maio. Os focos aparecem principalmente na tela seguinte, mostrando que maio é o mês mais forte nos depósitos.

Finalmente, há o desenho total da operação, que leva até a conta Düsseldorf lá em cima, com 40 depósitos, mas os focos de quebra de sigilo são principalmente a conta da Düsseldorf, que fica no BankBoston International em Miami, que vai a levar um detalhamento desse extrato e, após isso, o Trade Link Bank e outras contas que aparecem embaixo seriam identificadas de uma forma melhor, para que os bancos onde elas estão também fossem solicitados a mandarem informações. A linha do meio é de bancos intermediários; eles não são o foco da quebra de sigilo.

Finalmente, estamos trabalhando, na próxima tela, a mesma informação com outras aplicações.

Aqui é o nosso trabalho: trabalhar em cima de sonegação fiscal e evasão de divisas. Muitos países considerados paraísos fiscais não colocam isso como um motivo para enviar informações. Então, estamos trabalhando na identificação de transformação desses indícios em futuras provas, onde exista corrupção, fraude a licitação, crimes contra a Administração Pública, que são antecedentes de lavagem de dinheiro, foco de trabalho desse processamento de informações.

Na próxima tela, encontramos hipóteses de trabalho. Todas as linhas pontilhadas são hipóteses para cuja comprovação estamos buscando informações. Temos, lá em cima, uma linha já forte que indica que houve mesmo depósitos, assumidos até mesmo pelo Duda Mendonça, e existem relações societárias lá embaixo, e cada uma linha dessas pontilhadas está sendo trabalhada. A CGU trabalha na questão de contratos irregulares, de fraudes a licitação; a parte de baixo é trabalhada muito pela CPMI, com as relações societárias e todos os depoimentos; e estamos trabalhando nessa questão que se chama “dólar cabo” que é esse empréstimo feito – como comentado aqui – que pode significar um pagamento no exterior já adiantado. Então, essa operação se chama dólar-cabo. Tudo isso pontilhado, então, são os indícios de trabalho. Nós, agora trabalhando com base nisso, podemos mostrar o quadro de relações societárias do Marcos Valério, para ver como é estratificado o número de empresas que ele trabalha. Se ampliarmos um pouco, verificaremos que existe toda uma sociedade ligada a ele, com cotas de várias empresas... Tudo isso são informações já con-

firmadas. Então, é uma relação, é um emaranhado de empresas, o que, com certeza, dificulta a análise das informações, a quebra de sigilo de todas as empresas e o processamento de todas essas informações.

Na próxima análise, nós vamos verificar que aquela tela que apresentou as hipóteses mostrava a operação Banestado. Por exemplo, aqui nós temos um exemplo de 14 mil transações que estão sendo analisadas. Elas são retiradas dos bancos de dados, em que há mais de 500 mil transações. Todo esse emaranhado são contas que estão em análise. Tudo isso comprova a complexidade desse tipo de operação. Se levantarmos, poderemos pegar certos elos nessas telas e começar a fazer uma análise mais profunda. Nós fizemos isso. No aprofundamento seguinte vimos conta Dusseldorf; no próximo, nós pegamos, do outro lado, algumas contas que aparecem na operação Banestado e suas ligações. São contas que, em alguns depoimentos, aparecem como de propriedade das pessoas investigadas. Então, a gente faz essa ligação.

Na próxima tela, aprofundando mais um elemento, nós começamos a fazer cruzamentos entre o que é a Dusseldorf, quando ela começa a “conversar” com a *Trade Link* e a *Trade Link* “conversa com uma outra e assim vai, até chegarmos no último momento, que é a última janela – por favor. A última janela, então, mostra a Dusseldorf numa ponta ligada até operações porque muitas contas não “conversam” diretamente, mas existe uma série de interligações entre elas, que permitem, então, fazer uma ligação direta com o constante. Tudo isso leva a considerações de análise para gerar indícios e produção de inteligências para que, então, seja aumentada a capacidade de processamento do inquérito e, finalmente, geradas provas com maior aprofundamento e maior capacidade de convencimento. Entregar 15 mil páginas de processos para um juízo analisar é muito diferente entregar um desenho com essa complexidade.

Finalmente, nós gostaríamos de mostrar rapidamente só mais uma ferramenta que trabalha essas mesmas relações, mas de maneira diferente. Este é o mesmo desenho, só que com as forças das ligações. Elas indicam que quanto mais vermelho, mais volumes transacionados ocorreram e, também, a gente faz a mesma análise e vê como essas contas se relacionaram. Na próxima tela, podemos verificar que existem claramente elos que fazem a ligação entre contas-alvo que são destacadas pela ferramenta. Ela se baseia em inteligência artificial para apoio. E, finalmente, chegamos a um elemento (na última tela) que a gente pode destacar o que é importante nesse desenho e aí aparece, claramente, o que é importante. Então, todo esse material está sendo disponibilizado.

Nós estamos apoiando em constantes conversas com a CPMI, a Polícia Federal e a PGR para fazer um trabalho em conjunto, transgovernamental.

A SRA. WANINE LIMA – Apenas complementando a explicação inicial a respeito dos pedidos que serão enviados, nós aconselhamos que, inicialmente, sejam feitas solicitações aos Estados Unidos. Não apenas porque tudo indica que lá era mantida a conta da Dusseldorf, que recebeu esses depósitos mencionados no depoimento do Duda Mendonça à CPMI, como também porque o tipo de crime evidenciado até agora não facilita a obtenção de provas nos países que chamamos de paraísos fiscais, pois eles não consideram ilícitos penais a evasão de divisas ou a sonegação fiscal. São considerados apenas ilícitos administrativos na legislação desses países. Isso significa que nós não conseguiríamos atender a exigência da dupla incriminação, que é a primeira análise que se faz para processar ou não um pedido de auxílio mútuo em matéria penal. Nós não temos essa dificuldade com os Estados Unidos por duas razões. A primeira delas é que os Estados Unidos, assim como o Brasil, criminalizam a sonegação fiscal e a evasão de divisas. Além disso, o nosso acordo com os Estados Unidos não prevê a dupla incriminação como condição para o envio dos pedidos de quebra de sigilo bancário, embora a dupla incriminação seja depois exigida no caso de bloqueio e confisco de bens.

Portanto, inicialmente, essa quebra pode auxiliar bastante a produção de evidências sobre a corrupção desse dinheiro, sua ligação com os crimes mais graves para que se embase a obtenção de provas em países como as Ilhas Cayman, as Ilhas Virgens, Bahamas e outros de tributação favorecida e que não consideram crime a evasão de divisas ou a evasão fiscal.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Gustavo Fruet, V. Ex^a gostaria de...

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sr. Presidente, eu só gostaria de agradecer a gentileza do comparecimento, por terem aceitado o convite e todo o trabalho que está sendo feito para se chegar nesse volume de informações. Peço essa compreensão. Necessariamente, é algo que passará o tempo da CPMI. De qualquer maneira, é para mostrar que está sendo investigado e, mais dia, menos dia, isso vai ser respondido. Espero.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS)
– Quero agradecer à Dr^a Wanine e ao Dr. Marcelo pela exposição e pela cooperação do Ministério da Justiça, da Secretaria Nacional de Justiça também, do Departamento de Recuperação de Ativos e de Cooperação Internacional.

Para concluir essa apresentação do sistema financeiro, eu gostaria de passar a palavra para o Emanuel Faria.

O SR. EMANUEL FARIA – Boa-tarde a todos. Vamos começar agora a apresentação de uma análise parcial da parte financeira e contábil dos empréstimos do Sr. Marcos Valério, os empréstimos que ele coloca como sendo empréstimos ao PT.

Eu gostaria de mostrar para vocês a base com que a CPMI, com que a assessoria está trabalhando para chegar a todas essas informações, que são complexas, conforme o próprio Deputado Gustavo Fruet acabou de falar. Há toda uma complexidade para que cheguemos a essas informações, para que consigamos chegar àquilo que ele chama de empréstimo ao Partido dos Trabalhadores. Eu gostaria que antecesse um pouco.

Nós estamos trabalhando com a parte dos empréstimos na questão das informações prestadas pelo Sr. Marcos Valério e outros. Com base em todos os depoimentos que estão chegando à CPMI, fazemos todo um cruzamento dessas informações, partindo de informações concedidas, mas não são limitadas as informações concedidas, são análises mais abrangentes, são análises que envolvem também outras informações. Uma delas seria a análise contábil relacionada aos empréstimos. Essa análise contábil seria a análise contábil apresentada pelo Sr. Marcos Valério, são as informações contábeis das empresas que compõem o grupo Marcos Valério.

Outras informações contábeis ainda estão na Polícia Federal sendo periciadas e, posteriormente, serão repassadas. Fazemos também análise financeira baseada em extratos bancários e outras informações bancárias.

A partir de todo esse cruzamento de informação inicial, chegamos a uma análise parcial, que seria essa que está sendo apresentada hoje. O Sr. Marcos Valério apresenta como empréstimo ao Partido dos Trabalhadores R\$55.217.000,00. Em outras informações, ele apresenta R\$55.941.000,00. Pela nossa análise, pela análise das informações contábeis relacionadas ao que ele chama de empréstimo ao PT, nós temos diversas contas, onde relaciona esses valores que ele diz ter repassado. Temos a conta SMP&B Banco Rural, conta 2595-2, que apresenta R\$12.827.000,00. Temos outra conta que aparece na contabilidade creditando o PT, que é a Garanhuns, parece que com R\$6.037.500,00.

Temos uma outra conta contábil que, pelas análises preliminares, levam a crer que são contas transitórias, onde transita toda uma saída de recursos financeiros, recursos bancários para, posteriormente,

serem distribuídos. Trabalhamos com a entrada nessa conta.

Temos outras informações de bancos: Banco Bradesco. Que fique claro que não é o Banco Bradesco fazendo contribuições e, sim, contas relacionadas às empresas do Sr. Marcos Valério no Bradesco. Temos também Banco do Brasil, e temos um cheque que ele coloca Mútua/DNA, R\$ 326 mil.

Temos outras, a última, que seria 2-S Participações, que, pela análise preliminar, parece-nos estar relacionada à operação Bonus-Banval.

Para cada uma dessas contas contábeis, fizemos uma análise financeira, a parte que trata dos extratos bancários e outras informações de bancos. Para essa primeira conta contábil, identificamos 73 cheques, num total de R\$12,827 milhões; então fechamos aqui esse valor, não temos mais diferença.

Para adiantamento Guaranhuns, identificamos 61 cheques, identificamos duas TEDs, identificamos um valor de R\$6,37 milhões – aqui peço desculpas pelo erro, mas aqui fecha essa conta –, então não temos diferença aqui, identificamos todos os cheques e todas as TEDs.

Na conta caixa, cheques remetidos: identificamos 396 cheques, nenhuma TED. Esse valor identificado chega a R\$30,393 milhões. Temos uma diferença, ainda a procurar, de R\$1,891 milhão.

Para as demais, temos três cheques daquela conta Bradesco, das empresas relacionadas. Temos dois cheques do Banco do Brasil, o da DNA, somando esses valores.

Resumindo, temos um valor total de R\$55 milhões que batem com esse segundo valor que ele apresenta: informação contábil, informação apresentada pelos Sr. Marcos Valério. Temos aqui um total identificado de cheques de transações de R\$49 milhões; temos a identificar R\$5 milhões. A Mútua ou Participações são os cheques relacionados provavelmente a Bonus-Bonval. Ainda estamos tratando desse assunto, ainda estamos trabalhando, não concluímos. Todos estão a identificar.

Para se ter uma idéia dessa movimentação, o Sr. Marcos Valério e as empresas dele, as pessoas relacionadas, dispõem de 75 contas bancárias distribuídas em nove bancos. Essa complexidade dificulta o trabalho. É um trabalho demorado, é um trabalho complexo, mas que está avançando.

Estamos colocando aqui a movimentação do Banco Rural, daquela conta nº 2595, esclarecendo que a maioria das movimentações, a maioria dos cheques partem dessa conta 2595-2. Colocamos para mostrar, para efeito demonstrativo. Em relação à movimentação financeira que ocorre nessas contas, que fique claro

também que essa análise está baseada nos anos 2003 e 2004, à época em que ele coloca como tenha destinado os empréstimos ao PT.

Então, vamos verificar que a saída dessa conta 2595-2 é de R\$260 milhões, no período, e os créditos que aparecem nessas contas são as entradas, as origens do recurso aparecem com R\$261 milhões. Assim, nos anos de 2003 e 2004 é a movimentação da principal conta que estamos investigando, relacionada a empréstimos.

Isso mostra o grau de dificuldade que essa análise requer, o grau de complexidade. Essa é apenas uma conta, temos diversas outras contas ainda a analisar, que também não estão ficando para depois, mas estão sendo analisadas de forma paralela.

Na análise financeira, essa análise preliminar, complementando com o que o Deputado Gustavo Fruet falou inicialmente, seria esse o momento em que o trabalho se apresenta, ele se encontra dessa forma. Temos outros caminhos ainda a andar, estamos tentando identificar – e já identificamos alguns – todos os cheques relacionados que compõem aquela relação que foi mostrada na transparência anterior.

Para ser rápido, para ser prático e para efeito de mostrar o que está sendo analisado, o que está sendo investigado, era isso que gostaria de passar.

Trouxe outra transparência, que mostra o fluxo do empréstimo e das saídas. Talvez não haja tempo suficiente para mostrá-la.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS)

– Sr. Emanuel Faria, estamos com problemas. Olhando o Plenário, percebo que, daqui a pouco, teremos problema de **quorum**.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – O Presidente quer aprovar todos os requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS)

– Nem todos.

O SR. MARCELO STOPANOVSKI – De uma forma geral, é nisso que estamos trabalhando, onde estamos e aonde deveremos chegar.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS)

– Gostaria de fazer um registro, em função do exposto, destacando alguns pontos para objetivar as exposições apresentadas.

Primeiro, em função da complexidade das questões tratadas por esta CPMI dos Correios, é claro que passamos a ter um banco de dados extraordinário, não somente ligado às movimentações financeiras, mas também aos sigilos telefônicos. No caso específico das movimentações financeiras, tivemos uma ação mais ampliada, em função também das contas no exterior aventadas no depoimento do publicitário Duda Mendonça. Como foi dito, ainda temos dificulda-

des, apesar de, nas duas últimas semanas, ter havido grande evolução com relação a dados de instituições financeiras e de companhias telefônicas. Ainda existem algumas pendências, como disse muito bem o Deputado Gustavo Fruet.

Volto a destacar que, depois do relatório parcial que aprovamos naquela reunião conjunta com a CPMI da Compra de Votos, nosso foco agora está associado às origens. Portanto, é fundamental a identificação do nome das pessoas, das contas ou das empresas que alimentaram essas contas, sejam elas estatais, privadas ou via depósitos no exterior, como disse o Deputado Gustavo Fruet, hipótese que naturalmente também será estudada pela CPMI dos Correios e pela Sub-Relatoria de Movimentações Financeiras.

Destaco também a abrangência da investigação, especialmente no exterior, cujo exemplo típico é a questão do ex-Prefeito Paulo Maluf. Praticamente todas as conclusões de investigações de contas no exterior tiveram sucesso agora, recentemente, apesar da investigação vir sendo feita há muitos anos. Por isso fiz questão de, ao abrir esta reunião administrativa, abordar esse assunto e de fazer reuniões ao longo dos próximos dias, para efetivamente focar aquilo que é importante para o trabalho da CPMI, porque, muitas vezes, nós da CPMI não precisamos de uma abordagem mais ampla, mais longa e mais complexa do que a de outros órgãos que precisam efetivamente investigar, como o próprio Tribunal de Contas da União, que tem um leque muito grande de investigações, a Controladoria-Geral da União e como é também o trabalho que o Ministério da Justiça executa especialmente no rastreamento de contas no exterior.

Estamos em um momento fundamental. Temos informações sistematizadas e noção clara da objetividade que deve pautar o nosso trabalho em função da nossa agenda, quer dizer, sabemos que não podemos abrir o leque demais. Isso ficou muito claro nessas exposições. Essa foi a primeira exposição feita para os Parlamentares mostrando publicamente tudo aquilo que foi construído ao longo desses quase 100 dias, desses quase 90 dias. Então, mais do que nunca, precisamos ser pragmáticos para apresentar os resultados que a opinião pública espera, no prazo.

Esse é o desafio que temos até o final do ano, até o final de dezembro que, em princípio, é a data definida para o encerramento da CPMI. Temos que ter pragmatismo, objetividade e, fundamentalmente, fruto até dessa exposição, mais do que nunca, isso consolida a necessidade de se contratar umas auditorias externas urgente, competentes e experientes que vai nos ajudar a cumprir esse prazo até o dia 15 de dezembro, por intermédio de relatórios parciais que é

o mecanismo que esta CPMI encontrou para acelerar as providências, não só no que se refere à máquina pública, às estatais, mas também providências inclusive no que se refere ao Judiciário.

Acho que, mesmo rapidamente, isso foi exposto, mas ficou claro pelo menos todos os Parlamentares e a imprensa tiveram condições de conhecer os dados, os números e essas inter-relações não só no que se refere aos sigilos telefônicos, mas também às movimentações financeiras e todas as dificuldades que encontramos, e que vamos encontrar, naturalmente.

Estou preocupado com a questão do **quorum** e gostaria de começar a analisar os requerimentos que já foram aqui analisados pelo Relator, para que não percamos tempo, porque alguns requerimentos são de fundamental importância, entre eles requerimentos ligados à quebra de sigilo.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Carlos Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Sr. Presidente, apenas para aproveitar a presença de muitos Parlamentares e informar que a nossa agenda de oitivas deverá ter alteração, a pedido dos respectivos Sub-Relatores.

Então, a primeira referência, em função da experiência com a oitiva da Sra. Kátia Rabelo, a pedido do Deputado Gustavo Fruet, é que na próxima semana, no dia 20, em vez de mantermos as duas oitivas do Presidente do BMG e do Sr. Rogério Tolentino, teríamos apenas a oitiva do Presidente do BMG, Fábio Guimarães, tendo em vista que a última oitiva durou quase seis horas de inquirimentos à Sr^a Kátia Rabelo.

No caso do outro subgrupo envolvendo os contratos dos Correios, o Sr. Mauro Dutra não foi ouvido no último dia 13, o que nos faz remetê-lo para a semana subsequente àquela que já tem uma oitiva prevista para o dia 20, ou seja, transferir o Sr. Mauro Dutra, da empresa Novadata, para o dia 27. Mantendo-se para o dia 20 o Sr. Maurício Madureira e os sócios da empresa Beta, do RPM.

Aproveito para informar que, na próxima semana, provavelmente, estaremos agendando os próximos 15 dias, de acordo com o que foi acertado na última reunião interna dos Sub-Relatores.

Por último, dizer que com as novas duas Sub-Relatorias, provavelmente, teremos também de estar propondo o agrupamento de oitivas dessas duas novas Sub-Relatorias, de acordo com o novo desenho que a CPMI ganha – IRB e Fundos de Pensão.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Fundos de Pensão e IRB.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Mais duas. Em função disso, o agrupamento de oitivas deverá ocorrer nesses dois novos módulos investigativos.

Por último, afirmar que por decisão consensual entre os Sub-Relatores e a Presidência, diversas oitivas estão sendo remetidas à Polícia Federal, além de estarmos requerendo já daqueles ouvidos na Polícia Federal, que coincidem com requerimentos aprovados aqui, cópias dos respectivos depoimentos para que seja evitada a duplicidade de oitivas já realizada na Polícia Federal.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Carlos Abicalil, só pediria também, até para todos terem as informações adequadas – até porque V. Ex^a, necessariamente, fez uma exposição mais ampla – que V. Ex^a repetisse, quais as oitivas da terça-feira da próxima semana, quais as oitivas programadas?

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – No módulo de movimentação financeira, o Sr. Flávio Guimarães, Presidente do BMG, e, no outro módulo...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Então, terça-feira, Sub-Relatoria de movimentações financeiras, Sr. Flávio Guimarães...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Era Ricardo originalmente, mas, segundo o Gustavo Fruet, é o Sr. Flávio Guimarães, na terça-feira, dia 20, às 14h, o Presidente do BMG.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – E Presidente do Clube Atlético Mineiro também, para quem não sabe.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – No outro módulo, que são contratos dos Correios, o Sr. Maurício Madureira, ex-Diretor de Operações dos Correios...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Na Sub-Relatoria dos Correios...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Quatorze horas, o Sr. Maurício Madureira, ex-Diretor de Operações, e, às 17h, os sócios da Empresa Beta de Transportes, contratada pelo Correio Aéreo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Então, na terça-feira, na Sub-Relatoria de Contratos, às 14h, o ex-Diretor Maurício Madureira, ex-Diretor dos Correios, e às 17h, os donos da Empresa Beta.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – No dia 21, segundo agenda acertada, o Sr. Daniel Dantas em plenário.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – No dia 21, o Sr. Daniel Dantas em plenário a partir das 10h, e, na quinta-feira, às 10h, reunião administrativa. Então, essa é a agenda da próxima semana.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Sr. Presidente, só uma observação sobre terça.

Parece-me que o Dr. Flávio não é o Presidente que está no comando da instituição. Eu só pediria que se confirmasse isso. Parece-me que é o Dr. Ricardo, que é o filho dele. Então, da nossa parte, não teria objeção na substituição, eu só pediria que se confirmasse.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Nenhum problema. Isso é apenas para acertar quem efetivamente tem a gestão do negócio.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Bom, aí fica a critério do Sub-Relator se definir ou pelo Dr. Flávio ou pelo Dr. Ricardo.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Os de Minas Gerais, posso antecipar, é o Dr. Ricardo, inclusive...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Que é o Presidente do Clube Atlético Mineiro.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – É. Lamentavelmente, estamos perdendo todas, mas vamos melhorar, é a esperança.

O SR. (Orador não identificado) – Ele está indo muito bem nos negócios bancários e esportivos.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O Inter vai dar uma empurradinha para baixo do galo.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Pela ordem, Deputado Silvio.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Eu queria, primeiro, louvar a iniciativa de contratar uma auditoria para ajudar no desenvolvimento dos nossos trabalhos, especialmente das contas do Brasil, mas considero imprescindível, Sr. Presidente, que tenhamos auxílio para rastrear as contas no exterior. Pelo que a Dr^a Wanine colocou, já podemos antever as dificuldades. Até como V. Ex^a disse agora, há pouco, finalmente sobre a descoberta das contas do Sr. Paulo Maluf, penso que seria bom dizer que esse processo que levou anos só pôde chegar aonde chegou agora com a colaboração de um doleiro, não fosse isso, ainda se arrastaria por muitos anos. Penso que é imprescindível que tenhamos uma outra possibilidade para rastrear essas contas no exterior.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Silvio Torres, só esclarecendo, o Senador Alvaro Dias fez essa sugestão também. A Mesa Diretora vai tratar dessa questão exatamente para que tenhamos a máxima celeridade possível na conclusão dos trabalhos da CPMI.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Cumprimentando V. Ex^a pela decisão, também em nome da Bancada do PFL. Penso que as palavras do Deputado Silvio se somam às nossas. Se só se conseguiu chegar ao Paulo Maluf por intermédio do doleiro que resolveu contar a história...

O SR. (Orador não identificado) – Birigui.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Birigüi.

Torna-se indispensável, Sr. Presidente, o agendamento definitivo da vinda, quer para uma audiência aberta, quer para uma reservada, uma solicitação que, há 15 dias, um terço dos Parlamentares desta CPMI fizeram, para que o doleiro Toninho da Barcelona venha na próxima semana a esta CPMI para nos ajudar a esclarecer aquilo com que ele poderá ou não contribuir na investigação desta CPMI, tanto no que diz respeito às transações dentro do Brasil, e, aí, as operações de dólar-cabo, como demonstrou aqui a Dr^a Wanine, como também as operações no exterior. Quero lhe dizer que denúncias muito recentes, feitas pela TV Globo, no **Jornal Nacional**, dão conta de que pode haver conexão entre o que disse Toninho da Barcelona em São Paulo, no que diz respeito às operações no Panamá, com operações sugeridas por essa recente denúncia que vem da TV Globo e que vamos submeter a voto no dia de hoje, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Muito obrigado, Deputado Onyx Lorenzoni.

Só gostaria de esclarecer, com relação à convocação do Sr. Toninho da Barcelona, que vamos, na segunda-feira... Esta CPMI já aprovou um requerimento solicitando o material que foi periciado, no HD, relativo a um dos servidores, que foi apreendidos quando a Polícia Federal fez a prisão do Sr. Toninho da Barcelona. Procurei colocar o assunto numa forma mais facilmente compreensível e menos sofisticada. Então, solicitamos já essa perícia, que isso é muito importante, para que venhamos a ter uma audiência de caráter investigativo, com questionamentos compatíveis. Vou conversar com os outros dois presidentes das CPMIs, na segunda-feira, e trazer a proposta que surgir nessa reunião, para que venhamos a agendar a oitiva do Sr. Toninho da Barcelona. Precisamos ter alguns cuidados, inclusive já insisti aqui, mas vou conversar com os outros presidentes das CPMIs para que venhamos a agendar a vinda.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu queria dar uma informação a V. Ex^a: hoje, pela

manhã, eu soube que o Toninho da Barcelona já estaria agendado para a CPI dos Bingos na próxima semana. Gostaria que V. Ex^a checasse essa informação.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Não, Deputado Silvio, porque seria uma quebra de acordo, porque, numa reunião conjunta que fizemos esta semana, ficou combinado que seria uma decisão conjunta. Vou averiguar, mas tenho absoluta convicção de que o presidente daquela CPMI, Senador Efraim Morais, não tomaria qualquer decisão sem consultar os demais presidentes. Esse foi um acordo feito entre os presidentes das CPMIs.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. NELSON MEURER (PFL – PR) – Sr. Presidente, vamos votar. Dado o adiantado da hora, daqui a pouco, não haverá mais **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Perfeito, Deputado Nelson Meurer. Vamos iniciar rapidamente a votação.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Só queria fazer uma observação de encaminhamento do processo de análise dos requerimentos, Sr. Presidente. É possível?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – É possível e absolutamente necessário, Deputado ACM neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Agradeço, Sr. Presidente.

O Relator, o Deputado Osmar Serraglio, tem um conjunto de requerimentos que, naturalmente, quer ver aprovados. Não vejo nenhuma dificuldade de darmos prioridade à votação dos requerimentos sugeridos pelo Deputado Osmar Serraglio. Contudo, queria solicitar a V. Ex^a que, em vez de votarmos as preferências que estão sobre a mesa, para não haver todo aquele processo de desgaste, votações nominais, daríamos prioridade aos encaminhamentos do Deputado Osmar Serraglio e, logo em seguida, os requerimentos que não estivessem inclusos na relação proposta pelo relator seriam votados um a um. Aqueles que forem objeto de concordância por acordo, sem verificação, e aqueles que forem objeto de discordância, nós seguiremos com o processo normal, com o ritual de verificação. Então, é a proposta que faço, pedindo ao Deputado Onyx Lorenzoni que se filie a essa minha sugestão e a outros parlamentares que eventualmente tenham colocado sobre a mesa requerimentos de preferência para que nós possamos ganhar tempo. Então, resumindo, o Deputado Osmar apresentaria a relação dos requerimentos, nós votaríamos, por acordo, a relação apresentada pelo Relator e, logo em seguida, votaríamos

aqueles em que não há acordo e que se teria de fazer a verificação.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Sr. Presidente, só para colaborar, em conversa com o Relator, pelo que vejo, no mínimo dois desses requerimentos de preferência serão superados pela determinação do Relator de acatá-los. Então, eu acho que esse encaminhamento nos dá rapidez no trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Vamos seguir as sugestões do Relator Osmar Serraglio. Vamos votar os requerimentos em que existe acordo. Os que trouxeram algum tipo de divergência serão decididos no voto.

Com a palavra o Deputado Relator Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, vou procurar ater-me, primeiro, àqueles que seriam votados em bloco e que eu rastreei a partir de um... Eu fiz um corte para aproveitar o **quorum** para depois não perdermos a frente. A partir do Requerimento 913... Depois poderemos tecer considerações sobre os antecedentes.

Eu chamo a atenção de todos. Há alguns que eu vou, se for o caso, solicitar sejam retirados. São aqueles que, segundo a relatoria, são interessantes e não demandariam muita celeuma: 913, 916, 919, 920.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Só para um breve comentário. V. Ex^a pulou o 914, nós quebramos o sigilo de todos os fundos e só faltou o do núcleo.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Mas é sigilo, eu estou fazendo em conjunto, em bloco, depois nominalmente.

Então: 920, 922...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Destaco o 919.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Vou repetir, 913, 916, 919, que, por sinal, é do Deputado Carlos Abicalil, e ele colocou “não”. Não sei por quê.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Estamos destacando, exatamente.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Vou continuar: 919, 920, 922, 924, 926, 940, 942, 943, 945, 946.

Nessa seqüência aqui, só para esclarecer, com relação aquela notícia publicada no **Correio Brasileiro**, daquela trilha da identificação dos fundos, se houver objeção, vou ter que anotar.

Repito: 945, 946, 947, 948, 949, 950, 951 – são todos da mesma operação...

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Destacando, Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– ...951, 952, 966, 969, 970, 971, 972.

Sr. Presidente, neste primeiro momento são esses os requerimentos para votação em bloco.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Relator, desculpe, mas e os ofícios do 974, de que lhe falei? Conversamos ontem...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Mas são sigilos.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Não, querido amigo, desculpe. São do 958 até 964, que é informação aos fundos no que diz respeito à orientação que recebemos dos técnicos.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Eles não estão excluídos, apenas imagino que devam ser... São informações a mais além daquela quebra a que procedemos.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim,

mas é só uma solicitação por ofício, que V. Ex^a havia concordado ontem.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Eu concordo, mas acho que tem que ser votação nominal. Só isso.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Deputado Osmar...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Des-

culpe, mas...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– V. Ex^a está pedindo informações financeiras, que não estão no universo do sigilo que nós quebramos. Eu estou de acordo, só que temos que proceder à votação nominal. Só isso.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Deputado Osmar, V. Ex^a falou...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Acho que

não, desculpe, como é uma informação, só para...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Veja, V. Ex^a que há informações sobre aplicações de um fundo.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sobre

aplicações em debêntures e fundos recebidos. Isso eles são obrigados a publicar. E como não estamos pedindo para SPC nem para Banco Central, estamos pedindo direto para o fundo como uma colaboração da posição em...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Está bom. Eu registro isso e já considero, a partir de uma informação que eu não sabia, que eles são obrigados a publicar. Portanto, essas informações não foram publicadas?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Não é que não foram publicadas. Quando fazem o balanço eles são obrigados.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Que são facilitadas.

Pois não do 95...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Do 958 ao 964 é uma coisa voluntária. Se, eventualmente, houver algum óbice, a gente quebra oportunamente.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Incluo, tudo bem.

Então, Sr. Presidente, estou incluindo do 958 ao 964, que são requisições de informações. O 965 não?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Até o 965, desculpe, Sr. Presidente e Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Também o 965.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Deputado Osmar.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Do 958 a 965, alicerçado nessa informação de que não é quebra.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Isso.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Não há problema nenhum.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Ok.

Sr. Presidente, e aí V. Ex^a, por favor, já retira o Requerimento 989, sendo um a menos de preferência, que está junto com V. Ex^a aí.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Pois não, Sr. Presidente. Gostaria que colocasse os que eu nomeiei em votação.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Deputado Osmar, para esclarecimento.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Para

esclarecimento.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Sr. Presidente, tinha pedido a palavra ao Deputado Osmar também para um esclarecimento.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Pois não.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – O Deputado Osmar fez referência à inclusão do 972.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– 972?

O SR. (Orador não identificado) – Sim ou não?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Só um segundo.

Sim.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – E o 971?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Também.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Então o 971 e o 972 estão no bloco?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – São objeto praticamente da nova relatoria.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Os dois estão no bloco. V. Ex^a não incluiu o 973?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Não, porque há objeção.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Certo. Então, Sr. Presidente, havia um requerimento sobre a mesa solicitando a preferência para votação do 971, 972 e 973. Obviamente que, pela inclusão do 971 e 972 no bloco do relator, então só teremos, pelo menos daqueles que foram apresentados pelo PFL, um único objeto de dissenso, que é o Requerimento 973.

Qual é o outro Onyx?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Então, o 971 e 972 estão retirados, é isso?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Não, estão incluídos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Estão incluídos na relação do Deputado Osmar.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Ok, mas retirados aqui do requerimento.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Remanescendo o 973.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, para um esclarecimento.

Deputado Osmar Serraglio.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Eduardo Paes.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Um esclarecimento rápido. Quanto ao Requerimento de nº 966, da ilustre Senadora Ideli Salvatti, eu queria só compreender. A Senadora está querendo fazer análise das contas de publicidade também do Governo do Presidente Fernando Henrique? Porque pede desde 1994.

Só para entender, não tem o menor problema, até por que V. Ex^a deve cópias desses contratos pedindo para o amigo Gushiken.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Deputado Eduardo Paes, ontem na oitiva do Gushiken...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Esclarecedora, por sinal.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Foi levantada como hipótese que empresa de publicidade que fez campanha do candidato vitorioso teve profunda vantagem depois do seu serviço no exercício de quem assumiu a presidência. E fiz, verbalmente,

um questionamento ao Sr. Gushiken se havia algum tipo de análise comparativa entre outras situações, de governos anteriores. E fiz a proposta do requerimento, até para podermos fazer qualquer tipo de análise comparativa.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Perfeito, está esclarecido para mim, Senadora.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Sr. Relator, Deputado Osmar, um esclarecimento, por favor.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PSDB – PR) – Pois não.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Existem dois requerimentos meus de convocação, que, aliás, já estão há três semanas aqui. Um deles é convocando - o 858 - o Sr. Marcos Lustosa Ribeiro, que foi, conforme depoimento do Sr. Toninho da Barcelona, a pessoa que trocava dólares. Em 2004, chegou a trocar dólares diariamente, movimentava no gabinete da Câmara Municipal de São Paulo. Isso foi fartamente noticiado. Isso é importantíssimo. Tem, inclusive, a confirmação do mensageiro do Toninho da Barcelona, dizendo que levava os dólares para serem trocados no gabinete da Câmara Municipal de São Paulo. Infelizmente, não sei por que não está na sua relação.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Na verdade, como eu falei, eu peguei um corte mais recente porque pensei na votação imediata. Se eu começar a voltar atrás naqueles que ficaram pendentes porque não há consenso, não liquido pelo menos aqueles sobre os quais...

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Creio que não haveria dificuldade.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Indago do Plenário se concordam.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, vamos terminar o que V. Ex^a listou?

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Eu queria continuar. Se a Senadora me permite, tenho mais um caso.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Tudo bem. Vamos terminar o que V. Ex^a listou. Depois, haveria algumas outras questões que poderíamos acrescentar.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Eu gostaria de fazer referência.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Não arrolei aqueles sobre os quais já havia consultado e percebido que não há consenso em relação a eles.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Podemos consultar se existe ou não.

Há um segundo requerimento, o de nº 875, que convoca o Sr. Luís Favre. O **Correio Braziliense** publicou uma reportagem detalhando, dando detalhes minuciosos sobre números de contas, sobre transfe-

rências bancárias, sobre a utilização do Sr. Luís Favre como depositante de duas dessas contas. Nós estamos aqui buscando a origem. O Presidente da Comissão acabou de dizer que o nosso foco deve ser buscar a origem. Nós temos um indício veemente de origem de recursos para abastecer todo esse esquema e temos que dar preferência a isso, senão vamos ficar buscando saber quanto se gastou com propaganda no Governo Fernando Henrique em 1995, como se isso fosse importante, e vamos deixar de lado o que temos nas mãos. Temos que começar a tratar isso com a seriedade e a responsabilidade que esta CPML sempre demonstrou. Não se trata de partidarizar essa questão.

(Tumulto no plenário da Comissão.)

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Temos indícios. As pessoas foram mencionadas; existem detalhes. Não vejo como isso possa ser simplesmente ignorado. Não estamos nem levantando suspeitas que existem sobre outros Estados, sobre outras questões; não estamos cuidando disso; não estamos preocupados com isso. Quando existem indícios veementes, como nesse caso, não podemos ignorar, sob qualquer pretexto, especialmente sob o pretexto de partidarizar a questão.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Eu gostaria de retornar à pauta comum a fim de darmos organicidade ao nosso trabalho, senão vamos começar a abrir várias discussões aqui e não vamos produzir.

Com a palavra o Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Deputado, a Mesa não faz nenhuma objeção a isso, mas V. Ex^a percebeu que não há consenso. Então, vamos continuar votando aqueles a que não há resistência e, no momento seguinte, nós submeteremos à votação esse outro, sem problema nenhum.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Creio que deve ficar claro que a Bancada do PT não quer votar esse requerimento, não quer incluir no consenso, não é isso? Eu gostaria de ouvir isso de alguém.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Osmar Serraglio, por favor, nós acatamos uma sugestão do Deputado ACM Neto de prosseguimento ao que foi acordado, por favor.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, eu já concluí a apresentação do rol daqueles que são consensuais. Se for o caso, eu repito. Se houver necessidade, eu repito.

Então, agora a questão é votar.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Eu gostaria de colocar em votação.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Não, Sr. Presidente. Há algumas questões que preciso levantar, porque não há no conjunto...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Pretende que eu repita?

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Não. Tenho algumas questões a levantar.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Para darmos mais praticidade ao nosso trabalho, por favor, Deputado Osmar Serraglio, gostaria que V. Ex^a repetisse. E retiraremos aqueles sobre os quais pairam dúvidas.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, Requerimento nº 908, 913.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Quanto ao Requerimento nº 913, Sr. Presidente, se V. Ex^a me permite, é apenas a questão do prazo, a questão dos cinco anos. Não tem nada contra, apenas cinco anos.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Certo, cinco anos. Fica corrigido. A assessoria precisa anotar esse detalhe. O 913, cinco anos.

Temos o 916, 919, 920, 922, 924, 926...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Pois não.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Nesse não há... Eu queria, inclusive, entender, mas se pudéssemos, depois, conversar, eu tiraria.

O SR. (Orador não identificado) – Qual é?

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – O 926.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – É do Presidente do INSS, sobre operações de empréstimo envolvendo o Instituto, o Sr. Marcos Valério e o ex-Ministro José Dirceu e o BMG.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – É, mas eu queria saber o que é, qual é... Não sei.

O SR. (Orador não identificado) – O nosso Presidente, Asdrubal Bentes...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Se, depois, eu pudesse ter o esclarecimento. Não tenho nada, **a priori**, contra, quero apenas entender.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – É aquele episódio das informações que teriam sido antecipadas ao BMG num encontro. O que se pretende – li a bem alongada fundamentação –, a idéia é descobrir se houve informação privilegiada ao BMG, em relação àqueles empréstimos aos aposentados.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Eu só queria entender. Pode manter, eu apenas queria entender. Só isso.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Pois não. O 926 já foi. Temos o 940, o 942.

A SRA. IDELI SALVATI (PT – SC) – Quanto ao 942 eu tenho uma ponderação a fazer, se o Presidente me permitir.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Excluo o 942.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Espera aí, Sr. Relator. Ela quer fazer uma ponderação sobre o requerimento de minha autoria que bloqueia as contas do Duda Mendonça e da Zilmar no exterior.

A SRA. IDELI SALVATI (PT – SC) – Quero fazer uma ponderação e até pediria ao Deputado Gustavo Fruet, que não está agora aqui presente: quando tivemos a conversa com a Dr^a Cláudia Chagas, da Secretaria Nacional de Justiça, ela nos deixou bastante esclarecidos, o esclarecimento foi muito contundente, de que há procedimentos absolutamente diferenciados quando há pedidos internacionais de rastreamento e de bloqueio de contas. O bloqueio é muito mais complexo e demorado e pode, inclusive, dificultar a obtenção das informações e do rastreamento. Quero dizer de forma muito clara: não tenho nada contra bloquear, mas esta CPMI tem que ter a clareza de que, ao deliberar fazer o bloqueio, ao deliberar pedir o bloqueio, e não um mero rastreamento, estaremos alongando e dificultando a investigação, porque os procedimentos são absolutamente diferenciados.

O SR. (Orador não identificado) – E há um conflito de legislação, da legislação brasileira com a legislação dos Estados Unidos.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Para um esclarecimento, Sr. Presidente e Sr. Relator. É muito simples: esta comissão recebeu uma informação de que a Sr^a Zilmar estaria com uma movimentação atípica na conta dela nas Ilhas Cayman ou sei lá aonde. Todos nós acompanhamos isso. Portanto, esse requerimento, talvez não esteja claro aqui no resumo que se faz, esta CPMI sugere às autoridades responsáveis – Coaf, Banco Central, Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – que tomem as providências necessárias para impedir que haja qualquer tipo de movimento que possa trazer prejuízos futuros às investigações ou ao interesse público.

Portanto, é um requerimento bem amplo nesse sentido, justamente para permitir às autoridades responsáveis aqui no Brasil – certamente, não somos nós que vamos bloquear ou quebrar sigilo dessas contas, pois não conseguiríamos – que tomem as atitudes que imaginamos que eles já possam até ter tomado. Portanto, não há nada de diferente...

A SRA. IDELI SALVATI (PT – SC) – A minha única preocupação, Deputado Eduardo Paes, foi com essa informação muito precisa da Dr^a Cláudia. Ela me chamou a atenção.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – É porque talvez o resumo aqui não esteja claro, mas o objetivo do requerimento é esse.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Se é essa a lógica, não há nenhum questionamento.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Como nós sabemos, o que se descobriu aqui com o tempo...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Esse é o espírito, não é Deputado?

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Claro, esse é o espírito.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Senadora, muito rapidamente vou ler o pedido.

“(...) Nos termos regimentais seja solicitado:

1 – ao Banco do Brasil imediata comunicação com a instituição financeira central a ele correlata nas Bahamas, com o intuito de obter pronto bloqueio de contas bancárias havidas no exterior em nome de Duda Mendonça e Gilmar Fernandes, bem assim de pessoas jurídicas em que ambos figuram separados ou conjuntamente como sócios;

2 – ao Coaf, órgão do Ministério da Fazenda, imediata comunicação com o órgão administrativo a ele correlato nas Bahamas, com o intuito de obter o mesmo bloqueio requerido no item 1;

3 – à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional imediato ajuizamento de medida cauteladora, objetivando obter junto ao Poder Judiciário pátrio carta rogatória dirigida ao Poder Judiciário das Bahamas; e, finalmente,

4 – à Procuradoria Geral da República imediato ajuizamento de medida cauteladora, objetivando obter junto ao Poder Judiciário pátrio carta rogatória dirigida ao Poder Judiciário das Bahamas.”

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – É bloqueio.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Mas se está solicitando...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Na verdade, está-se solicitando a instituições nossas que tomem providências.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Mas volto a afirmar...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Os órgãos são o Banco Central, o Coaf, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e a Procuradoria-Geral da República.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Exatamente.

Sr. Presidente, volto a afirmar: foi feita uma ponderação muito consistente pela Dr. Cláudia Chagas. Muito consistente.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Deputado Osmar... Senadora, talvez eu possa abreviar a sua argumentação.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Eu só indago do autor se permite que eu adite...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Na qualidade de autor...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – ... a palavra “rastreamento”.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Na qualidade de autor do requerimento, quero só simplificar, para que não fiquemos, o resto da tarde, discutindo se o Dudinha merece ter as contas bloqueadas ou não: o fato é que se descobriu que o Sr. Duda Mendonça recebeu lá fora. E parece que não foi só agora; parece que há várias contas.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Há muito tempo.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Portanto, o objetivo nosso é o de que o Sr. Duda Mendonça não possa sair dessas contas, como saiu desta Comissão, quase endeusado por Parlamentares, como se fosse o sujeito mais puro do mundo, tendo vindo aqui dizer que estava confessando todos os seus pecados, quando se descobriu que não estava confessando nenhum deles.

Portanto, o objetivo do autor do requerimento, que por acaso vem a ser o Deputado Eduardo Paes, que vos fala, representando o PSDB, é o de que esse sujeito pare de movimentar esses dólares todos no exterior, como estava tentando movimentar uma semana depois de ter vindo aqui, para dar uma de bom moço.

Portanto, Sr. Relator, dou total liberdade a V. Ex^a para aditar, modificar esse requerimento, porque o objetivo é impedir que esses recursos saiam voando por aí e que esse sujeito, que é um bom marqueteiro e banca o bom moço – e, aliás, fala igualzinho ao Presidente Lula –, seja impedido de movimentar os seus recursos. É esse o objetivo.

Vamos aprovar. V. Ex^a tem autorização minha para aditar da maneira que bem entender.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Pois não. Sr. Presidente, eu adito a expressão “que haja rastreamento e bloqueio de toda e qualquer conta”. Isso significa que há uma seqüência, e nós, da Relatoria, iremos providenciar a necessidade, ou não, de que haja uma separação entre as duas ações. Se não houver, procederemos de forma imediata: 943, 945, 946, 947, 948, 949, 950, 951...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, apenas o seguinte: do 945 até o 951...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – É uma coisa só.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – ... é tudo uma questão só, e está tudo relacionado aos fundos de pensão. Como o Presidente já disse que vamos tratar dos fundos de pensão e relatou como vamos dar encaminhamento a essa questão, quero fazer uma ponderação. Que deixemos esses requerimentos para serem apreciados a partir da reunião na próxima quinta-feira.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Não há **a priori** um posicionamento contrário, apenas o de que possamos ter uma lógica.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Como autor do requerimento, peço a palavra.

A Senadora Ideli deve estar com algum tipo de perseguição comigo hoje, Sr. Presidente. Não é possível.

O SR. PRESIDENTE (Délcidio Amaral. PT – MS) – De forma nenhuma, Deputado.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Nenhuma. Aliás...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Esses requerimentos aqui...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Aliás, tenho por V. Ex^a a maior consideração e simpatia.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Muito obrigado, Senadora Ideli, também tenho... é recíproco.

Portanto, só quero esclarecer: o que há neste caso é que esse senhor, o Jorge Moura, já deu declarações ao DAE, aliás, já esteve andando aqui, pelo Congresso Nacional, pedindo para informar o que aconteceu na Refer – o que aconteceu no Fundo da Refer. Ele foi Presidente, indicado pelo PT, neste Governo. Não é um sujeito completamente... ele já foi Parlamentar, Deputado Federal. Todas essas figuras – o Sr. Manuel Severino, ex-Presidente da Casa da Moeda, é um desses tomadores de recursos. Portanto, todos eles...

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Ele não é filiado ao PT.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Ele não é filiado ao PT, mas foi indicado agora, no Governo do PT – foi o que eu quis dizer. Portanto, são figuras que estão diretamente envolvidas em aplicações desses fundos de pensão, e há suspeitas. Portanto, não vejo o menor problema em que possamos avançar e apreciar esses Requerimentos neste momento, com pleno apoio.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Até acho... Desculpe-me, Senadora Ideli Salvatti. Deputado Onyx Lorenzoni, já concluo.

Até acho que poderíamos fazer isso – é uma quantidade muito grande de pessoas para o mesmo tema; tenho defendido isto – em oitivas menores, em salas menores. Não há necessidade de virem aqui, para grandes oitivas.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Por isso, Sr. Presidente...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Eu vou argumentar mais um pouco, Deputado Onyx Lorenzoni, para que V. Ex^a possa ter o prazer de ouvir a minha voz.

Muito obrigado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, gostaria de fazer uma colocação.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, não há nisso nenhuma questão de mérito. Nós estamos apenas pedindo que seja apreciado depois da nossa conversa organizativa a respeito dos fundos de pensão. Dentro da lógica que, inclusive, foi apresentada pelo próprio Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, aquilo que tem qualquer tipo de questionamento não entra no conjunto, certo? Então, é só isso. E, se depois quiserem, podemos votar.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, diante da objeção, excludo de 945 a 951. Então, são o 945, 946, 947, 948, 949, 950 e 951.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, eu queria fazer uma colocação sobre a questão dos fundos. Eu não veria nenhum problema na aprovação dos requerimentos de autoria do Deputado Eduardo Paes. Acho que não há qualquer prejuízo para o bom funcionamento da Comissão. Agora, é evidente que a Sub-Relatoria dos Fundos de Pensão, que foi criada oficialmente, hoje, pelo Senador Delcídio Amaral, precisará apresentar um plano de trabalho, mostrando quais são os focos principais da sua atuação, quais são os documentos que requisitará, como também quais serão as oitivas necessárias.

Então, por um lado, não haveria nenhum prejuízo em aprovar os Requerimentos – e digo isso a Senadora Ideli Salvatti –, mas, por outro, só iríamos incluir dentro de um plano maior de trabalho que vai prever, entre várias coisas, as oitivas daqueles que forem necessários para o estudo dos fundos.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Por isso que uma semana, Sr. Presidente, não vai retardar nada. Vamos discutir depois...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Já percebemos que não vai haver a votação em bloco, conforme temos procedido normalmente. Concluo a relação, e depois voltamos a discutir.

Prossigo: 958 a 965, também 966, 969, 970, 971, 972.

Sr. Presidente, eram esses que voltei a listar.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Eu, meu caro Relator, Deputado Osmar Serraglio, por favor, como foi muito conturbada, e até o consenso é conturbado, peço a V. Ex^a que leia, mais uma vez, para que não haja dúvidas.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Não me custa.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra, o Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, atendendo à determinação de V. Ex^a: 908, 913 – ampliando para cinco anos – 916, 919, 920, 922, 924, 926, 940, 942 – com seccionamento, rastreamento e bloqueio –, 943, 945. Perdão, parei no 943. Depois, 958, 959, 960, 961, 962, 963, 964, 965, 966, 969, 970, 971, 972. Concluído, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Em votação.

Os que estiverem de acordo permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovados os requerimentos.

É difícil. Até me lembro de Nelson Rodrigues: o mais difícil é explicar o óbvio, e, a cada dia, isso fica mais claro nesta CPMI.

Vamos adiante. Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, se V. Ex^a permitir, quero esclarecer uma certa condução inicial em relação às quebras. O primeiro a que quero-me referir é o de 983, da Relatoria, que, por sinal, não está na minha relação, não sei se está. Eu solicitaria que fosse distribuído e faria uma leitura bem rápida.

É o seguinte o Requerimento da Relatoria nº 983:

“Nos termos regimentais (...) requer que sejam transferidos os sigilos bancário, fiscal, telefônico e comercial de todos os entes públicos da administração direta ou indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas, total ou parcialmente, pelo Poder Público federal, bem como de seus servidores e funcionários públicos e das pessoas físicas ou jurídicas por eles contratados ou subcontratados, inclusive dos responsáveis (...)”

Estou lendo agora aqui...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Pelo amor de Deus, até eu sou contra!

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Meu caro Relator, Osmar Serraglio, eu não interfiro em nenhuma votação aqui, mas o que acabei de ouvir é demais.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Também não havia... Eu quero dizer o seguinte: recebi uma solicitação...

O SR. (Orador não identificado) – Quem assina?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Eu esclareço, antes que haja confusão.

Esclareço que recebi solicitação do Tribunal de Contas da União, para que lhes transferíssemos o sigilo dos quais ou sobre os quais temos as informações, mas como ele está muito genérico...

O SR. (Orador não identificado) – Genérico? Querem o Governo inteiro!

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Retiro, e passaremos para a próxima.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sobre isso a Ideli não precisa nem se manifestar, que defendemos.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Eu me penitencio pela leitura.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, peço que o Relator coloque em voto aqueles objetivos.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Peço que seja distribuída, até porque...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Não, não distribua, não.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Não é agora, não. Mas para que se verifique que há relação. Como fiz uma relação inicial muito genérica, deu a entender que fala...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Melhor não explicar, Senador Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Mas depois ele se afunila, e há uma relação que especifica.

Então, nós vamos submeter a voto para a próxima reunião.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Muito bem, muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Osmar Serraglio, nenhum Parlamentar tem interesse em acessar o documento que V. Ex^a...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Tudo bem. Agora...

O detalhe, repito, é uma solicitação no sentido de que procedamos à transferência dos sigilos que temos, porque funcionários do Tribunal de Contas da União estão trabalhando conosco, mas eles não estão operando aqui, no Senado; eles estão operando no Tribunal de Contas da União e não têm acesso às nossas quebras.

Então, o que estamos fazendo aqui é transferindo essas informações que temos, para que eles possam operar. Mas, como sou da ponderação, nada obsta a que nós, na próxima reunião, avancemos nisso.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – BA) – Deputado Osmar, desculpe-me. Talvez o Deputado Osmar não tenha sido claro o suficiente.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Relator, V. Ex^a tem a possibilidade, como Relator, de propor até verbalmente o compartilhamento das informações dos sigilos já quebrados pela CPMI da Compra de Votos, no que diz respeito aos fundos.

Eu acho que seria importante votar esse compartilhamento para que os nossos técnicos tivessem acesso aos dados.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Como eu estava obedecendo a certo formalismo, só pondero – imediatamente acolho e acho ótimo – que as transferências supõem detalhamento. Mas, como estamos anunciando um compartilhamento de duas instituições que necessariamente operam conjuntamente – o Tribunal nesse assunto é nosso auxiliar – acolho e coloco em votação o Requerimento nº 983, apenas para me valer do número e da justificativa, mas que se traduz...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Osmar...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Presidente, permita-me.

O compartilhamento dos sigilos de que dispomos internamente na CPMI com o Tribunal de Contas, por meio de seus operadores credenciados na CPMI. É um compartilhamento.

É isso que submeto à votação, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Aprovado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sugiro que, para ser mais solenizada, votemos nominalmente. É o compartilhamento do sigilo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Osmar Serraglio, V. Ex^a sugeriu que isso seria aprovado e trazido na próxima semana. Aí, faremos com tranquilidade.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Indago por que não agora?

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, poderemos votar isso agora. Acho que ficou claro.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Vamos perder uma semana no avanço dos trabalhos.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Sr. Presidente, pela ordem.

Era um projeto Frankenstein, e o nobre Relator conseguiu transformar...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Projeto o quê?

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Projeto Frankenstein, uma coisa horrível, à primeira vista, e o nobre Relator conseguiu mostrar que, na verdade, o objetivo era outro. Portanto, não haveria a necessidade de votação em separado. O projeto já poderia ser colocado em votação porque o Plenário já entendeu o objetivo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Mas isso tem que ser formalizado.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Mas já está claro, Sr. Presidente. Acho que, da mesma maneira como...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Mas ele está formalizado na ata, através da fundamentação a que procedi.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Estou de acordo, Sr. Presidente. Vamos votar esse requerimento importantíssimo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Se todos estiverem de acordo, aprovado.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Insisto que a votação tem de ser nominal.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, peço verificação de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Mais um ensinamento desta CPMI: depois dessa discussão, o velho Chacrinha, Abelardo Barbosa, tinha uma frase que dizia assim “Eu não vim aqui para explicar. Eu vim aqui para confundir”. Eu continuo acreditando, viu.

Vamos colocar em votação.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Sr. Presidente, antes da votação.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Abicalil, pela ordem.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Muito obrigado.

Não temos o texto e o Relator fez uma ponderação sobre técnicos do Tribunal de Contas. Técnicos do Tribunal de Contas não são a instituição.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Credenciados pela Tribunal de Contas.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Está bom, mas que a transferência e o compartilhamento seja institucional ao Tribunal de Contas e a ele competirá a responsabilidade sobre como administrar esses sigilos. Se nominarmos individualmente...

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– Não estou trazendo complicações, não. Não há nenhuma objeção nisso. Apenas me ative a atenção de qual é a instituição a que nos referimos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Vamos à votação.

Deputado Carlos Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Jorge Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Maurício Rands; Deputado Asdrubal Bentes.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Voto “sim”, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PA)
– Voto “sim”, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Carlos Willian.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Voto “sim”, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado ACM Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Voto “sim”, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Voto “sim”, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Eduardo Paes.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Voto “sim”, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Gustavo Fruet; Deputado Nélcio Dias. (Pausa.)

Deputado Nelson Meurer.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Arnaldo Faria de Sá. (Pausa.)

Deputado Inaldo Leitão.

O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – Voto “sim”, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputada Juíza Denise Frossard; Deputado Pompeo de Mattos. (Pausa.)

Suplentes:

Deputado Fernando Ferro. (Pausa.)

Deputado José Eduardo Cardozo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Voto “sim”, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Silvio Torres.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Voto “sim”,

Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Feu Rosa. (Pausa.)

Deputado Ildeu Araujo.

O SR. ILDEU ARAUJO (PP – SP) – Voto “sim”,

Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Luiz Antonio Fleury; Deputado Geraldo Thadeu; Deputado João Fontes. (Pausa.)

Senadores:

Senador Heráclito Fortes; Senador César Borges; Senador Demóstenes Torres; Senador Sérgio Guerra. (Pausa.)

Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Voto “sim”,

Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Voto “sim”,

Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Aelton Freitas. (Pausa.)

Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Voto “sim”,

Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Luiz Otávio; Senador Valdir Raupp; Senadora Iris de Araújo; Senador Ney Suassuna; Senador Jefferson Péres; Senador Fernando Bezerra; Senadora Heloísa Helena. (Pausa.)

Suplentes:

Senador Efraim Moraes; Senador José Jorge; Senador Romeu Tuma; Senador Arthur Virgílio; Senador Almeida Lima; Senador Roberto Saturnino; Senadora Fátima Cleide. (Pausa.)

Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Voto “sim”, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Garibaldi Alves Filho. (Pausa.)

Senador Leomar Quintanilha.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO)

– Voto “sim”, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Gerson Camata; Senador Juvêncio da Fon-

seca; Senador Sérgio Zambiasi; Senador Geraldo Mesquita Júnior. (Pausa.)

Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Voto “sim”, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Encerrada a votação. (Pausa.)

Votaram “sim” 19 Srs. Parlamentares.

Com a palavra, o Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Para que não paire dúvida, faltou uma expressão inicial que teria afastado toda essa discussão. Foi usado de forma tão genérica quando deveria ter sido usado “constantes da lista anexa”. Anexos estão todos os sigilos que quebramos, que estão enumerados no requerimento. Dessa forma, não era uma quebra, como aparentava na primeira leitura, indiscriminada.

Vamos prosseguir.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Relator, volto a insistir com V. Ex^a no compartilhamento...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Compartilhamento da forma que foi votado. Só estou esclarecendo.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – ...dos fundos de pensão quebrados pela CPMI do Mensalão com a nossa CPMI dos Correios. É só isso! A CPMI do Mensalão já quebrou de todos os fundos e vai receber nesta semana. Os nossos técnicos precisam acessar porque só temos a quebra dos sigilos do Rural e do BMG. Não há sentido ficarmos limitados, cingidos, ao BMG e Rural se todos...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Qual o requerimento nesse sentido?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Estou pedindo para V. Ex^a fazer como fez esse.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Para eu compartilhar, eu precisaria ter a comprovação de que lá foi aprovado.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Já foi aprovado. Isso é público e notório.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Tudo bem!

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sr. Relator, preciso fazer um esclarecimento nesse caso. Estive na reunião da CPMI. Votamos todos esses requerimentos concernentes a BMG e Banco Rural. Nenhum requerimento que ultrapassasse esses limites foi aprovado.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Senador Sibá Machado, na do Mensalão, aprovaram a quebra de todos.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Não! Eu estou lá.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Essa discussão não deve ser feita neste ambiente.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Vou prosseguir. Vou prosseguir.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Só quero dizer que não é a mesma coisa. Nenhum deles foi aprovado lá.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Há outros requerimentos para votarmos.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Requerimento nº 936. Requerimento nº 936.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Essa questão está encerrada.

Com a palavra, o Deputado Osmar Serraglio.

Está demais! A capacidade que nós temos de nos dispersar é uma coisa extraordinária.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Vamos votar, Sr. Presidente. Vamos votar para agilizar.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Requerimento 936: quebra de sigilo. Autor: Deputado Gustavo Fruet. É um pedido da Sub-Relatoria. Votação nominal, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Votação nominal. Requerimento 936.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, só para nosso entendimento. Essas são aquelas pessoas...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – ...beneficiárias de saques nas contas do Marcos Valério.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – ...que foram descobertos depois, não naquela primeira leva, não é?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Exatamente. Os dois próximos requerimentos também serão nesse sentido.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Então, está ok, muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Carlos Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Jorge Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Maurício Rands. (Pausa)

Deputado Asdrubal Bentes.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Osmar Serraglio.

O SR. OSMAR SERRAGLIO (PMDB – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Carlos Willian.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Eduardo Paes.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Gustavo Fruet; Deputado Nélio Dias. (Pausa)

Deputado Nelson Meurer.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Arnaldo Faria de Sá. (Pausa)

Deputado Inaldo Leitão.

O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputada Juíza Denise Frossard; Deputado Pompeo de Mattos. (Pausa)

Deputado José Eduardo Cardozo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Silvio Torres.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Ildeu Araújo.

O SR. ILDEU ARAÚJO (PP – SP) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Luiz Antonio Fleury; Deputado Geraldo Thadeu; Deputado João Fontes. (Pausa)

Senadores: Senador Heráclito Fortes; Senador César Borges; Senador Demóstenes Torres; Senador Sérgio Guerra. (Pausa)

Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Aelton Freitas. (Pausa)

Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Luiz Otavio; Senador Valdir Raupp; Senadora Iris de Araújo; Senador Ney Suassuna; Senador Jefferson Péres; Senador Fernando Bezerra; Senadora Heloísa Helena; Senador Efraim Moraes; Senador José Jorge; Senador Romeu Tuma; Senador Arthur Virgílio; Senador Almeida Lima; Senador Roberto Saturnino; Senadora Fátima Cleide; Senadora Ana Júlia Carepa; Senador Flávio Arns; Senador Garibaldi Alves Filho. (Pausa.)

Senador Leomar Quintanilha.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Gerson Camata; Senador Juvêncio da Fonseca; Senador Sérgio Zambiasi; Senador Geraldo Mesquita Júnior. (Pausa)

Vou fazer a contagem dos votos: 17 votos.

Estamos em cima do laço com relação ao quórum. Mais uma discussão dessa, ampla, daqui a pouco não temos nem gente para votar.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, o próximo requerimento é de nº 956, de autoria do Deputado Gustavo Fruet, também de beneficiados por Marcos Valério nas suas contas. Quebra de sigilo. Requerimento 956.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Requerimento 956. Senadores: Senador Heráclito Fortes; Senador César Borges; Senador Demóstenes Torres; Senador Sérgio Guerra; Senador Alvaro Dias. (Pausa)

Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Aelton Freitas; Senador Sibá Machado; Senador Luiz Otavio; Senador Valdir Raupp; Senadora Iris de Araújo; Senador Ney Suassuna; Senador Jefferson Péres; Senador Fernando Bezerra; Senadora Heloísa Helena; Senador Efraim Moraes; Senador José Jorge; Senador Romeu Tuma; Senador Arthur Virgílio; Senador

Almeida Lima; Senador Roberto Saturnino; Senadora Fátima Cleide; Senadora Ana Júlia Carepa; Senador Flávio Arns; Senador Garibaldi Alves Filho. (Pausa)

Senador Leomar Quintanilha.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Senador Gerson Camata; Senador Juvêncio da Fonseca; Senador Sérgio Zambiasi; Senador Geraldo Mesquita Júnior. (Pausa)

Está caindo o quórum, hem?

Deputado Carlos Abicalil.

O SR. O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Jorge Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Maurício Rands. (Pausa)

Deputado Asdrubal Bentes.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Osmar Serraglio.

O SR. OSMAR SERRAGLIO (PMDB – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Carlos Willian.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Onyx Lorenzoni. (Pausa)

Deputado Eduardo Paes.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Gustavo Fruet; Deputado Nélcio Dias. (Pausa)

Deputado Nelson Meurer.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Arnaldo Faria de Sá. (Pausa)

Deputado Inaldo Leitão.

O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputada Juíza Denise Frossard; Deputado Pompeo de Mattos. (Pausa)

Suplentes: Deputado José Eduardo Cardozo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Alberto Fraga.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Voto

“sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Silvio Torres.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Voto “sim”,

Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Feu Rosa; Ildeu Araujo.

O SR. ILDEU ARAUJO (PP – SP) – Voto “sim”,

Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Luiz Antonio Fleury; Deputado Geraldo Tadeu; Deputado João Fontes. (Pausa.)

Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Voto

“sim”, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Vou fazer a contagem.

Total: 17 votos “sim”, Sr. Presidente

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Sr. Presidente, o próximo é a quebra de sigilo da empresa Natimar Negócios e Intermediações Ltda. nos últimos cinco anos. Requerimento 910 do Senador César Borges.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Requerimento 910 em votação.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Pela ordem, Deputado ACM.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Presidente, estou preocupado. Quero chamar a atenção porque fizemos aqui um acordo de votar primeiro os requerimentos consensuais, encaminhados pelo Deputado Osmar Serraglio, e logo em seguida votar os não consensuais. Há um requerimento sobre a mesa, que era objeto de uma preferência que foi por mim solicitada, Requerimento nº 973, de convocação do Sr. Ademar Palocci. Quero chamar a atenção porque eu perguntei ao Deputado Osmar e ele me informou que existem muitos requerimentos para serem votados.

Então, aproveitando a oportunidade, porque acho que vai haver um problema de falta de **quorum**, eu queria pedir a V. Ex^a, já que foi esse o acordo, que

logo depois desta votação, nós pudéssemos passar para o 973.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, não há acordo. Inclusive porque o acordo proposto foi pelo Deputado ACM Neto. E quero inclusive deixar registrado que a ausência mais significativa não é da nossa bancada, é deles. Então, por favor, vamos seguir o acordo que eles mesmos propuseram.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Sr. Presidente, eu propus que votássemos em bloco aqueles que eram encaminhamento do Deputado Osmar Serraglio e logo depois nós votássemos as preferências, é por isso que estou fazendo este apelo. Porque eu poderia ter deixado a preferência. Eu posso encaminhar uma outra preferência para Mesa.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Deputado ACM Neto, quero dizer o seguinte. Discordado este acordo, vamos para preferência do Deputado ACM Neto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Vamos votar o Requerimento 910 e depois votamos as preferências.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, o Requerimento 910 trata-se de quê?

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Quebra de sigilo da Natimar. Ele está igual ao 931, que vai ser considerado prejudicado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Vamos à votação do Requerimento 910.

Deputado Carlos Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Voto “sim”, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Jorge Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Voto “sim”, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Maurício Rands. (Pausa.)

Deputado Asdrubal Bentes.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA) – Voto “sim”, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PA) – Voto “sim”, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado Carlos Willian.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Voto “sim”, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado ACM Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Voto “sim”, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Voto “sim”, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Eduardo Paes.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Voto “sim”, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Gustavo Fruet; Deputado Nélcio Dias. (Pausa.)

Deputado Nelson Meurer.

O SR. NELSON MEURER (PP – PR) – Voto “sim”, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Arnaldo Faria de Sá. (Pausa.)

Deputado Inaldo Leitão.

O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – Voto “sim”, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputada Juíza Denise Frossard; Deputado Pompeo de Mattos. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Suplentes:

Deputado José Eduardo Cardozo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)
– Voto “sim”, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Silvio Torres.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB – SP) – Voto “sim”, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Ildeu Araujo.

O SR. ILDEU ARAUJO (PP – SP) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Deputado Luiz Antonio Fleury; Deputado Geraldo Tadeu, Deputado João Fontes. (Pausa.)

Vamos aos Senadores.

Senador Heráclito Fortes; Senador César Borges; Senador Demóstenes Torres; Senador Sérgio Guerra. (Pausa.)

Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Voto “sim”, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Aelton Freitas. (Pausa.)

Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Voto “sim”, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Luiz Otávio.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Voto com o Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– O Presidente não vota, Senador.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Voto “sim”, com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Valdir Raupp; Iris de Araújo. (Pausa.)

Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Senador Jefferson Peres; Fernando Bezerra; Heloísa Helena; Efraim Moraes; José Jorge; Romeu Tuma; Arthur Virgílio; Almeida Lima; Roberto Saturnino; Fátima Cleide. (Pausa.)

Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Garibaldi Alves Filho. (Pausa.)

Leomar Quintanilha.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO)
– Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Gerson Camata; Juvêncio da Fonseca; Sérgio Zambiasi; Geraldo Mesquita Júnior. (Pausa.)

Vamos contar os votos.

Total: 20 votos.

Aprovado.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, para que paremos com a tensão permanente nesta CPMI, nem queremos votar a preferência. Queremos entrar no mérito do Requerimento nº 973. Vamos à votação do mérito de uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)
– Qual é o número do requerimento?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Requerimento nº 973.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)
– É o Requerimento nº 973?

O SR. (Orador não identificado) – É o de nº 973.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Quero, como autor do requerimento,...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Inclusive, fazem uma proposta, depois a reverterem, ou seja, ficamos sempre nessa tensão. Então, vamos votar o mérito.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, como autor, quero...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra pelo PSDB para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Quero apenas fazer um registro, para esclarecer a decisão da Mesa.

Estabeleceu-se na Comissão que, efetivamente, seriam encaminhados os requerimentos consensuais pelo Relator e que, depois, votaríamos aqueles em que não há consenso. Porém, na proposta apresentada, o que se entendeu foi a votação em bloco – já consultei a Mesa – e não a questão dos sigilos. Por isso, a Mesa deliberou encerrar a votação do sigilo do Requerimento nº 910 e retornar aos pedidos de preferência.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Muito bem, Sr. Presidente. Como autor do requerimento...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Há lógica na decisão da Mesa. Não há nenhuma mudança com relação ao que foi acertado.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, como autor do requerimento...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, quero apenas chamar a atenção para o fato de que foi feito um trabalho pela Assessoria Técnica da Comissão, identificando seis corretoras que operaram com prejuízo aos fundos. Essa descoberta foi fruto do trabalho investigativo dos nossos técnicos. É preponderante quebrar o sigilo dessas seis corretoras, para que a CPMI possa trabalhar.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Logo em seguida.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – É só isso. Quero fazer um apelo aos Parlamentares, para que procedamos a essa quebra, porque, ao não agir assim,...

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sr. Presidente, há consenso sobre isso.

O SR. (Orador não identificado) – O Deputado Onyx Lorenzoni tem razão.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – ...estaremos desprestigiando o trabalho dos nossos técnicos.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR) – Sobre isso, Sr. Presidente, há consenso.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, como autor...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. Estávamos votando, conforme o combinado, as quebras de sigilo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Vamos discutir, agora, o Requerimento nº 973.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra pelo PSDB para encaminhar.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, como autor, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Para encaminhar, como autor, concedo a palavra ao Deputado ACM Neto.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Peço para encaminhar pelo PSDB, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Para encaminhar pela base, concederei a palavra ao Deputado José Eduardo Cardozo.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. Eu gostaria de encaminhar pelo PSDB o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – O Regimento indica que somente um Parlamentar de cada um dos lados pode encaminhar a matéria. Portanto, o Deputado ACM Neto e o Deputado...

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – O Deputado ACM Neto vai encaminhar como autor.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Não, não. A prática que adotamos na Comissão é o encaminhamento de um lado e de outro.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, o Deputado ACM Neto vai encaminhar como autor, e nós vamos encaminhar como Oposição.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Concedo a palavra ao Deputado ACM Neto.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – E vamos votar logo, para quebrar o restante dos sigilos bancários dos requerimentos de que V. Ex^a é autor.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Faço questão de encaminhar, Sr. Presidente. Vamos encaminhar como Oposição.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Concedo a palavra, para encaminhar, ao Deputado ACM Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente Delcídio Amaral, eu gostaria de encaminhar à Mesa Diretora da nossa Comissão Parlamentar Mista de Inquérito três *e-mails* que chegaram às minhas mãos e cujo conteúdo será fundamental não apenas para colaborar com a investigação de mais um escândalo de corrupção no Governo do Presidente Lula, mas também para formar o convenci-

mento deste Plenário de que é essencial a convocação do Sr. Ademar Palocci.

Foram apresentados três requerimentos: o de nº 971, para convocar o Sr. André Marques da Silva, Presidente da Interbrasil, aprovado à unanimidade; o de nº 972, para convocar o Sr. René Garcia Júnior, que vem a ser o Presidente da Susep, aprovado à unanimidade; e o de nº 973, de convocação do Sr. Ademar Palocci – apenas este está tendo a resistência veemente da base do Governo.

E aqui, Sr. Presidente, o primeiro *e-mail* que passo – inclusive uma parte desse *e-mail* já foi divulgada pela imprensa, mas acho importante nós aqui frisarmos – é uma correspondência do Sr. Cláudio M. Silva para o Sr. André Marques. O requerimento já foi aprovado. Disse o seguinte: “O que o Palocci quer é o seguinte: grana para pagar o seguinte:...” Aí vem: “R\$19,5 mil para pagar a dupla Marcos & Fernando, em seguida, empresário Paulino; R\$40 mil para pagar a empresa que aluga som e palco, Megasound; Wellington (este é o mais urgente)...”. E vem o número do telefone em seguida. Outro valor requerido foi de R\$37 mil, para pagar um cara que fez vários materiais de plástico para a campanha. Vem o nome de Luiz Aquino e o número de seu telefone celular. Embaixo, está escrito: “todos já executados”. Mais embaixo, é dito: “R\$40 mil, *show* a executar com a dupla dos irmãos do Leonardo”. E aí vem a continuidade do *e-mail*.

Há outra coisa interessante nesta lista dos *e-mails*. Este foi datado do dia 21 de setembro de 2004. Há um *e-mail* datado do mesmo dia, porém em horários diferentes, em que o Sr. Cláudio se dirige ao Sr. André e diz o seguinte: “Consegui com ele assim: R\$20 mil para 30/9/04 e R\$20 mil para 15/10/04”. Embaixo, está escrito: “Mandar para mim o que ele deverá colocar na NF, discriminação dos serviços. Enviará NF e boletas”. Aí vem: “O Palocci disse a ele que era só tirar a NF e receber à vista. O serviço foi prestado [atenção!] na campanha do Presidente Lula ainda”. Assina Cláudio. Este é um dos *e-mails*.

O outro *e-mail* vai dar substância às investigações da nova Sub-relatoria criada, que, na minha opinião, não poderá apenas ficar limitada ao estudo das irregularidades no IRB, mas fundamentalmente terá de alcançar as irregularidades na Susep. Vamos ver que a Susep é um dos órgãos do Governo Federal em que houve maior corrupção. Este *e-mail*, Sr. Presidente, ainda não foi divulgado na imprensa. É um *e-mail* do André Marques para a Diretoria: “Senhores, estou pensando em focar em algo sobre os próximos 90 dias. Na sexta-feira, conversei com o Eliezer, Moisés, Getúlio e Mariano”. Para conhecimento dos senhores, Eliezer, Moisés, Getúlio e Mariano eram ou são funcio-

nários da Susep. “E a situação é crítica, no sentido de que estão chegando muitas reclamações de sinistros e comissões na Susep, e os mesmos estão montando um esquema para solucionar. Porém, em conversa muito frana [deve ser franca] entre todos, me foi dito que, dentro de noventa dias, se não houver nada de concreto no sentido de que a companhia está ou vai melhorar rapidamente, não vai ter como: será decretada a direção fiscal na companhia. Por isso, a reunião de amanhã será no sentido de definirmos algumas estratégias, mas podemos resolver por *e-mail* mesmo, e, daí, vocês podem ajudar-me a colocar em prática: vejam o que penso e me ajudem a planejar ou, se vocês têm outra coisa em pensamento, me mandem”.

Aí ele elenca, Sr. Presidente, dez pontos, dos quais vou pinçar três. Ponto um: “Todas as viagens/hospedagens, inclusive da Presidência, serão cortadas. E viagens, quando for necessário, serão de Gol, para ida e volta no mesmo dia, para não termos custo de hospedagens. Carlito ficaria em Goiânia tomando conta da IPE e da Next; Rondon e Elvino, em Uberlândia, tomando conta da Castroviejo; e todos, Carlito, Rondon e Elvino, me ajudariam na estratégia via *e-mail*, fax e outros”.

Aí vem um dos outros pontos, Sr. Presidente: “Nosso pró-labore passa a R\$5 mil por mês até termos condições de aumentar, em caso das empresas IPE, Next, Castroviejo conseguir complementar, poderá...” Vejam que a redação é muito precária.

Há outro ponto para o qual chamo a atenção: “O pessoal do Panamá que está fazendo a operação financeira para os estaleiros faz outras empresas. Estou pensando em pegar uns US\$20 milhões via Castroviejo através do projeto de Praia Grande. Para isso, preciso do o.k. de vocês para começarmos a preparar o projeto. Estes projetos e contratos todos vão ser garantidos por apólices da Interbrasil. Vamos intensificar a parceria com o IRB, no sentido de nos apoiar nos projetos Docas, Marine, Cedae e outros”.

Dez pontos estão elencados neste *e-mail* do Sr. André Marques da Silva, comprovando, portanto, a existência de corrupção, de tráfico de influência, envolvendo pelo menos a Susep, o IRB e, certamente, outros órgãos do Governo Federal.

Encaminho a V. Ex^a os três *e-mails* que chegaram ao meu conhecimento. Peço a V. Ex^a que, depois do recebimento desses documentos, empreenda as diligências necessárias. Não consigo entender o que é que pode levar a base do Governo a apoiar por unanimidade a convocação do Sr. André e do Sr. René, ambos envolvidos em episódio de corrupção, e a, no entanto, opor-se à convocação do Sr. Ademar Palocci, que está citado nos *e-mails* como sendo recebedor de

recurso – as informações que já são de conhecimento público dão conta de que os recursos que ele recebeu foram para os cofres do PT. E não é apenas isso. No próprio *e-mail*, está dito que uma parte foi usada para pagar despesas da campanha do Presidente Lula, sim, senhor. Uma parte dos recursos foi destinada à campanha do Presidente Lula e de ninguém mais.

Os principais atores do episódio, até então, são o Sr. André – a convocação foi aprovada –, o Presidente da Susep – a convocação foi aprovada – e o Sr. Ademar, cuja convocação ainda não foi aprovada. Sem qualquer explicação, há oposição à aprovação da convocação do Sr. Ademar Palocci, que está aí incriminado.

Quero dar oportunidade ao Sr. Ademar Palocci de vir à CPMI, para mostrar, quem sabe, que ele não está comprometido, que ele é inocente. Não posso compreender porque se faz essa blindagem, tendo em vista que os fatos falam por si, são fortes o suficiente para justificar essa convocação.

Peço a V. Ex^a que tome providências, porque existem outros requerimentos que apresentarei com base nesses *e-mails*. Esclarecerei as nossas dúvidas a partir desses requerimentos.

Peço, assim, Sr. Presidente, que a base do Governo entenda que essa não é uma disputa política. Não queremos aqui expor o Ministro Palocci. O nosso desejo é investigar, é apurar, e seria fundamental chamar aqui o Sr. Ademar Palocci, para ouvi-lo e para até, se for o caso, inocentá-lo. Não queremos fazer prejulgamento – nem prejulgamento para acusar nem para inocentar. O que queremos é ouvi-lo.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. PT – MS) – Concedo a palavra ao Deputado José Eduardo Cardozo.

Depois do encaminhamento, vamos à votação.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar, eu gostaria de explicitar, em nome da Bancada do PT e das Bancadas que se somam às posições que temos defendido nesta CPMI, que ninguém, absolutamente ninguém, tem passaporte para não vir depor nesta CPMI. Qualquer pessoa sobre a qual paire, num nexo de relação direta ou indireta, a necessidade de prestar esclarecimentos a esta CPMI terá de vir aqui depor. Temos dado, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, mostra disso. Convocamos Ministros, ex-Ministros, e não temos absolutamente nada contra chamar quem quer que seja, na hora certa, na medida certa, sempre com atenção na investigação e não na exploração política dos fatos.

Por que estamos contrários, neste momento – quero frisar, neste momento –, à convocação do Sr. Ademar Palocci? A primeira razão, Sr. Presidente, pren-

de-se... E quero dizer o seguinte: não teremos nada, no futuro, contrário a essa convocação se se apresentar o nexo suposto pelo Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto. Quero deixar claro isso, como premissa.

Mas quero dizer o seguinte. O Sr. Ademar Palocci foi nomeado em março de 2005 para Diretor de Planejamento e Engenharia da Eletronorte. Isso se deu em março de 2005. Os contratos objeto da denúncia, todos os mencionados, relativos a Angra I e a Angra II, foram assinados em março de 2003, portanto muito antes da nomeação do Sr. Palocci.

Calma! Eu o ouvi tão atentamente, Deputado! Gostaria que V. Ex^a me ouvisse.

A empresa Copel, também mencionada na denúncia, não é pertencente ao Governo Federal. A Eletronorte é controlada pela Eletrobrás, também não objeto de qualquer interferência do Governo Federal. Portanto, a questão que se coloca é de Goiás.

O SR. (Orador não identificado) – A Celg.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – É a Celg. Perdão, eu errei, troquei. Perdão. É a Celg.

O que quero ponderar a V. Ex^a, Deputado ACM Neto, é o seguinte: em face da denúncia e das datas, a relação que se apresenta e se coloca aqui é com as pessoas que concordamos que fossem ouvidas, o Sr. André Marques e o Sr. René Garcia. E, nesses, está claramente posta a denúncia.

Traz V. Ex^a agora à colação alguns *e-mails* que julgo relevantes. Porém, em primeiro lugar, eu jamais questionaria, como V. Ex^a já me fez, a origem dos *e-mails*. V. Ex^a tem fonte constitucional garantida, mesmo que se trate de situação de reserva de intimidade. Isso pode ter sido obtido por quebra legítima de sigilo de alguém, o que é possível. Mas não vou jamais lhe perguntar, porque esse é um direito de V. Ex^a.

No entanto, aqui, na CPMI, já houve casos, inclusive que envolviam D. Karina Somaggio, de *e-mails* que foram supostamente plantados e dos quais se questionou a validade. Não se tratando de prova a princípio obtida com quebra de sigilo de alguém, não se tratando de prova onde o *e-mail* é diretamente dirigido ao Sr. Ademar Palocci, mas a dois intermediários, que serão ouvidos, a prudência nos leva primeiro a ouvir as pessoas que trocaram até os *e-mails*, para depois avaliarmos se os terceiros referidos realmente devem ser chamados. Se os *e-mails* foram autênticos, se qualificarem prova legal, pode ter certeza, Deputado ACM Neto, e V. Ex^a tem a palavra de todos aqui, de que desejaremos ouvir o citado. Mas, neste momento, neste preciso momento, não vejo razão para isso. Fiz um apelo a V. Ex^a e o faço novamente. Sugiro que V. Ex^a deixe pendente o requerimento a fim de que seja votado após a oitiva dessas pessoas. Aí, nossa con-

vicção poderá estar formada. É evidente que razões políticas legítimas podem levar V. Ex^a a querer aprovar, neste instante, para mostrar o ímpeto investigativo e por uma associação com o Ministro Palocci. Quero dizer-lhe com clareza que, em face das datas que temos em mãos, em face dos *e-mails*, não é correto, neste momento, convocarmos alguém. Se V. Ex^a insistir, por razões políticas, em colocar esse requerimento em votação, digo-lhe que votaremos contrariamente.

Quero dizer-lhe, também, que se eventualmente o Sr. Ademar Palocci for citado nos depoimentos de uma maneira que a questão não fique esclarecida, nós faremos o requerimento, nós o apresentaremos. Não temos nada a obstar na perspectiva dessa investigação.

É um apelo que lhe faço, Deputado. Nosso desejo não é criar fatos políticos. Nosso desejo não é o dizer: o PT é contra a convocação do irmão de Palocci. Se já convocamos ministros, não há nenhum problema que um irmão de ministro sente ali, nenhum. É apenas uma questão lógica para que a disputa política não prevaleça sobre a situação de fato. Para que a situação da disputa política da associação do Ministro da Fazenda não prevaleça sobre aquilo em que a lógica investigativa é mais cristalina.

Peço a V. Ex^a que deixe esse requerimento para ser votado depois da oitiva dos Srs. Ademar Marques e Renê Garcia. E mais, quero dizer a V. Ex^a que apresentamos agora um requerimento para que todos os presidentes das estatais envolvidas também sejam ouvidos. É uma demonstração de que queremos uma investigação séria, mas sem vinculações políticas indevidas antes do momento certo, da hora certa.

Esse é o meu argumento, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, diante do apelo do Deputado Cardozo, queria apresentar uma justificativa para, infelizmente, não atender o apelo.

(Tumulto no plenário da Comissão.)

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Nem quero ouvir a justificativa. O que é isso?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, quero apenas justificar.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Vamos colocar em votação.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Pela boa relação que tenho com o Deputado Cardozo, peço à base do Governo...

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Votação.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Peço à Base do Governo que tenha paciência. São dois minutos.

(Tumulto no plenário da Comissão.)

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Quero dizer que o que fundamentou, Sr. Presidente, Senador Delcídio Amaral... Não. Quero apenas responder a V. Ex^a, com a maior cordialidade....

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Peço tréplica, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Não. Vamos votar.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Quero dizer, Sr. Presidente, que o Deputado Cardozo leu uma nota justificando o momento em que Ademar Palocci chegou à Diretoria da Eletronorte. Não foi isso que fundamentou, Sr. Presidente, o meu requerimento.

O SR. (Orador não identificado) – Vou pedir tréplica, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Peço tréplica, Sr. Presidente.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Quero falar também, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, Senador Delcídio, quero apenas prestar um esclarecimento.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra para um esclarecimento.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sr. Presidente, vamos ter que encerrar isso aqui. Não é possível.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra para um esclarecimento.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente, quero apenas prestar um esclarecimento. Não vejo nenhuma dificuldade para prestar um esclarecimento de não mais do que dois minutos. V. Ex^a pode marcar no cronômetro.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP) – Peço tréplica, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Deputado ACM, V. Ex^a já falou. O Deputado José Eduardo Cardozo também. Vamos votar.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Sr. Presidente. Senador Delcídio...

Sr. Presidente, evoco o art. 14 do Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – O art. 14. Qual é a justificativa para o art. 14, Deputado ACM?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Fui citado pelo Deputado José Eduardo Cardozo. Tenho amparo regimental. Tenho amparo regimental para solicitar o art. 14. Não é a primeira vez que o art. 14 está sendo evocado nesta reunião.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra para um esclarecimento.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Se V. Ex^a quiser lerei o Regimento.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Pre-

sidente, peço a palavra para um esclarecimento.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Se V. Ex^a quiser lerei o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Vou suspender a reunião por cinco minutos.

(Suspende-se a reunião às 13 horas e 58 minutos.)

(Tumulto no plenário da Comissão.)

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Aí é obstrução.

(Reabre-se a reunião às 13 horas e 59 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Vamos retomar a reunião.

(Tumulto no plenário da Comissão.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Vamos retomar a votação.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Vamos dar início à reunião. Reiniciar a reunião.

Vou começar a votação.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Presidente, pedi a V. Ex^a que me garantiu poder fazer...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Não garantiu nada, Presidente.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Garantiu, assim como garantiu....

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado ACM, só garanti, eu garanti ao Deputado Eduardo Cardozo e ao Deputado ACM somente um minuto cada um.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Pode cronometrar.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Presi-

dente, isso não é regimental, não é regimental.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– É decisão da Mesa.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – É o Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado ACM, um minuto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

(PFL – BA) – Um minuto. Sr. Presidente, fundamentei o meu requerimento não em qualquer ato que envolvesse o Sr. Ademar Palocci com a Eletronorte, com a Eletronuclear ou com o Sistema Eletrobrás. Não tem nada a ver. Então entendi a carta lida, a nota de esclarecimento lida pelo Deputado Cardozo, mas não tem nada a ver.

O que me fazer apresentar o requerimento de convocação do Sr. Ademar Palocci é que ele foi citado nos *e-mails*. E mais, o Jornal Nacional apresentou, uma entrevista com o Sr. André, proprietário da Interbrasil, e que o Sr. André confirma, reconhece, confessa as relações que manteve com o Sr. Ademar Palocci, confessa que recebeu informações privilegiadas vindas do Sr. Ademar Palocci. Isso tudo está nas palavras do Sr. André. É por isso que estou convocando o Sr. Ademar Palocci, não é porque ele ocupou cargo no Governo.

Então a justificativa do Deputado José Eduardo Cardozo não tem fundamento.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Eduardo Cardoso, um minuto, e aí vamos votar.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT – SP)

– Sr. Presidente, com absoluta tranqüilidade, sem alterar meu tom de voz, quero ponderar a V. Ex^a, Deputado ACM Neto, primeiro lugar, nada contra que o Ademar Palocci venha depor, nada contra, mas vamos aqui primeiro ouvir, sem nenhuma blindagem, Deputado ACM, o Sr. André Marques. Por quê? Porque efetivamente os *e-mails* que V. Ex^a encaminha, embora confie em V. Ex^a, não sei quem lhe entregou, qual a origem e se são realmente *e-mails*. Porque, como se consegue pegar *e-mails* de alguém? Quebrando sigilo? Houve quebra de sigilo nesse caso? Qual a origem disso? As fontes ele não vai mencionar, porque eu, ao contrário do Deputado ACM, jamais cobro fontes de informações de deputado.

Agora, nesse caso tanto não há blindagem que queremos ouvir o depoente, aquele que é mencionado no *e-mail* para que se evitem especulações indevidas e a exposição de pessoas que realmente não sabemos estão ou não estão envolvidas no fato. Essa é a razão, Deputado ACM.

Saiba V. Ex^a que nós apresentaremos o requerimento para ouvir se realmente se confirmar a situação e autenticidade eventual desses *e-mails* na oitiva que vamos aqui pela frente.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, para um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Vamos à votação.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sobre o processo de votação, Sr. Presidente, sobre o processo de votação.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Para um esclarecimento sobre o processo de votação.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, há um requerimento de preferência do Deputado ...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Votaremos primeiro o requerimento de preferência depois votaremos o requerimento.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Perfeito.

Vamos votar o requerimento de preferência do Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Perfeitamente.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Ques-

tão de ordem, Sr. Presidente.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – A favor da preferência para poder depois votar o mérito apesar de já termos pedido a votação do mérito.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Primeiro vamos votar o Requerimento de Preferência.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Requerimento 987, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Requerimento 987.

Os Srs. Senadores e os Srs. Deputados que estiverem de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Portanto agora passaremos à votação do Requerimento 973.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Ques-tão de ordem, Sr. Presidente. Gostaria de saber se esse requerimento for rejeitado não poderá mais ser requerida a presença do cidadão?

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Claro que pode, claro que pode.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– **A posteriori** isso é possível.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Surgin-do novos indícios.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Nunca vi tanto Presidente nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– São vários.

O SR. (Orador não identificado) – Vamos vo-tar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT – MT) – Voto “não”, Sr. Presidente,

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Bittar.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) – Voto “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Maurício Rands; Deputado Asdrubal Ben-tes. (Pausa)

Deputado Osmar Serraglio.

O SR. RELATOR (Osmar Serraglio. PMDB – PR)

– Abstenção.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Carlos William.

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB – MG) – Voto “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ÔNYX LORENZONI (PFL – RS) – Voto “sim”, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Eduardo Paes.

O SR. EDUARDO PAES (PSDB – RJ) – Voto “sim”, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Gustavo Fruet.

O SR. GUSTAVO FRUET (PSDB – PR) – Voto “sim”, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Nélcio Dias. (Pausa.)

Deputado Nélson Meurer.

O SR. NÉLSON MEURER (PP – PR) – Voto “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Arnaldo Faria de Sá; Deputado Inaldo Lei-tão; Deputada Denise Frossard; Deputado Pompeu de Mattos. (Pausa.)

Vamos chamar os Suplentes:

Deputado José Eduardo Cardozo; Deputado Ger-vásio Oliveira; Deputado Marcelo Teixeira. (Pausa.)

Deputado Cezar Schirmer.

O SR. CEZAR SCHIRMER (PMDB – RS) – Voto “sim”, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Ildeu Araújo.

O SR. ILDEU ARAÚJO (PP – SP) – Voto “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Deputado Luiz Antonio Fleury; Deputado Medei-ros; Deputado Geraldo Tadeu; Deputado João Fontes. (Pausa.)

Senadores: Heráclito Fortes; César Borges; De-móstenes Torres; Sérgio Guerra; Alvaro Dias. (Pau-sa.)

Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Voto “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Aelton Freitas. (Pausa.)

Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Voto “não”,

Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Luiz Otávio.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Voto “não”,

Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Voto

“não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senadora Íris Araújo; Senador Ney Suassuna; Senador Jefferson Peres; Senador Fernando Bezerra; Senadora Heloisa Helena. (Pausa.)

Vamos aos Suplentes:

Senador Efraim Morais. (Pausa.)

Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Voto “sim”,

Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Romeu Tuma; Arthur Virgílio; Almeida Lima; Roberto Saturnino; Fátima Cleide. (Pausa.)

Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Voto

“não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senadores Flávio Arns; Garibaldi Alves Filho; Leomar Quintanilha. (Pausa.)

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO)

– Voto “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Senador Juvêncio da Fonseca; Senador Sérgio Zambiasi; Senador Geraldo Mesquita (Pausa.)

Está encerrada a votação.

Vamos proceder à contagem.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) –

Sr. Presidente, enquanto V. Ex^a faz a contagem, por economia de procedimento, requeiro a retirada do Requerimento nº 978, que era o referente à Bônus-Banval, cujo sigilo já foi quebrado. Só para desobstruir.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Retirado o Requerimento nº 978.

Vamos proceder à contagem.

Foram totalizados 14 votos “não”, 5 votos “sim” e uma abstenção.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, tem o Requerimento nº 988, de preferência...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Vocês mesmos quebraram o acordo.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Nós quebramos acordo? O que é isso?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– O requerimento está rejeitado.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim, e quanto às corretoras, nós não vamos quebrar o sigilo? Esse era o acordo feito, minha Senadora.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Deveria ter pensado nisso antes.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Agora está agressiva desnecessariamente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS)

– Por absoluta falta de **quorum**, a reunião está encerrada.

(Levanta-se a reunião às 14 horas e 08 minutos.)